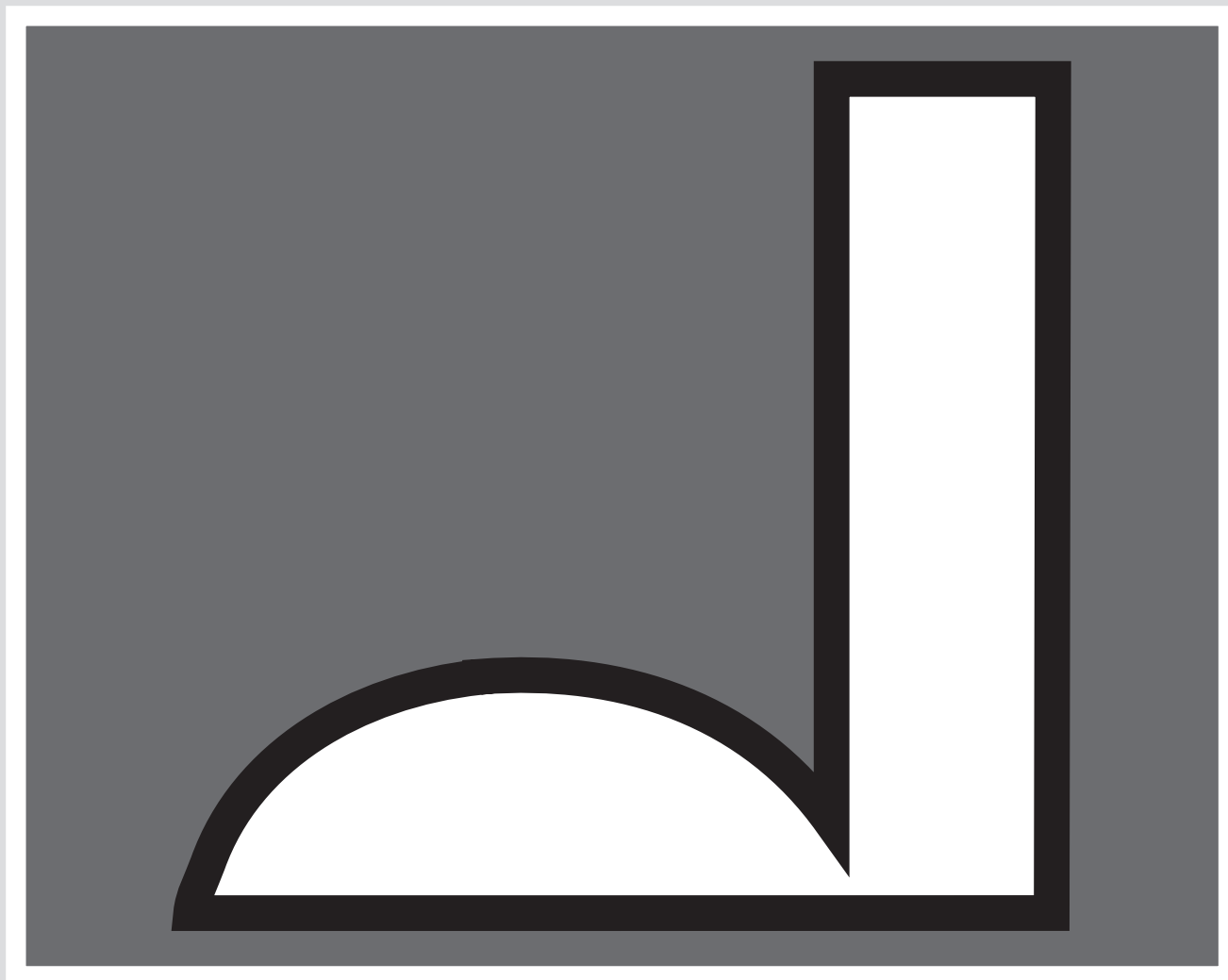




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal
e Suas Subcomissões**

VOLUME I/II

ANO LXVII – SUP. “A” AO Nº 124 – SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (P DT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Lídice da Mata ^(29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,44) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁸⁾ Anibal Diniz ⁽²⁵⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,44)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁶⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³¹⁾ Flexa Ribeiro ^(7,32) Lúcia Vânia ⁽³³⁾ Mário Couto ⁽³⁴⁾ Paulo Bauer ^(6,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,35) Flexa Ribeiro ^(7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 12 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ^(19,51) Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^(17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 5 Blairo Maggi ^(19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁹⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2012..... 00006

Ata da 27ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de junho de 2012..... 00027

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2012..... 00035

Ata da 29ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2012..... 00055

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2012..... 00081

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2012..... 00101

Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de junho de 2012..... 00122

Ata da 33ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de junho de 2012..... 00148

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2012 00172

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2012 00191

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2012 00214

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2012..... 00226

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2012..... 00258

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2012 00283

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2012 00302

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2012 00334

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2012..... 00354

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2012..... 00371

Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de junho de 2012 (realizada em conjunto com a 33ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00395

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00415

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 29ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de junho de 2012 (realizada em conjunto com a 32ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00418

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00435

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2012 00437

Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de julho de 2012..... 00450

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2012 00478

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de maio de 2011..... 00504

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2012 00511

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2012..... 00529

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de junho de 2012..... 00534

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2012..... 00546

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de junho de 2012..... 00568

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00577

Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de julho de 2012..... 00581

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2012 (realizada em conjunto com a 29ª reunião da CAE, CMO e outras) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 26ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2012..... 00598

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00608

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2012..... 00612

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2012..... 00633

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012..... 00637

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2012..... 00654

1.1.5.1 – Subcomissão Permanente da Água

Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2012..... 00667

Ata da 3ª Reunião, realizada em 25 de abril de 2012..... 00692

Ata da 4ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2012..... 00706

1.1.5.2 – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte

Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2011..... 00724

Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2012..... 00728

1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2012..... 00753

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2012..... 00776

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2012..... 00819

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2012..... 00848

VOLUME II

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2012..... 00884

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2012..... 00905

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2012..... 00922

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2012..... 00943

1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de maio de 2012..... 00972

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de maio de 2012..... 00997

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de maio de 2012..... 01017

Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de maio de 2012..... 01044

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2012..... 01062

Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de maio de 2012 (realizada em conjunto com a 7ª reunião da CMMC)

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de maio de 2012..... 01086

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2012..... 01091

Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de maio de 2012..... 01117

Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2012 (realizada em conjunto com a 26ª Reunião da CMA) **(Publicada no item 1.1.5)**

1.1.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2012..... 01126

1.1.8.1 – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil

Ata da 11ª Reunião, realizada em 15 de maio de 2012..... 01129

Ata da 12ª Reunião, realizada em 22 de maio de 2012..... 01150

Ata da 13ª Reunião, realizada em 29 de maio de 2012..... 01185

Ata da 14ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2012..... 01201

Ata da 15ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2012..... 01214

Ata da 16ª Reunião, realizada em 4 de julho de 2012..... 01234

Ata da 17ª Reunião, realizada em 10 de julho de 2012..... 01250

1.1.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 12ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de junho de 2012 (realizada em conjunto com a 32ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2012..... 01266

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 01268

1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2012..... 01269

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2012	01282	1.1.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática – CCT	
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2012	01290	Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2012	01330
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2012	01302	Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de agosto de 2012	01354

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, EXTRA-ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de maio do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Marta Suplicy, Wellington Dias, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Jayme Campos, Armando Monteiro e Antonio Russo. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, João Vicente Claudino, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de tratar da tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 18 de 2012, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros, tendo como expositores os Srs. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará; e Nelson Antônio Serpa, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina. A Presidência comunica que o Sr. José Barroso Tostes Neto, Secretário da Fazenda do Estado do Pará, e o Sr. Amir Khair, Consultor Fiscal, informaram que não poderiam comparecer à audiência. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Inácio Arruda, Marta Suplicy, Armando Monteiro e Wellington Dias. A Presidência registra a presença dos Srs. Cassio Taniguchi, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, e Luiz Carlos Hauly, Secretário da Fazenda do Estado do Paraná. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário

do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral**

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Audiência pública para tratar da tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico, atendendo ao Requerimento nº 18, de 2012, do Senador José Pimentel e outros Senadores.

Temos como convidados o Dr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; o Secretário de Estado de Fazenda do Estado de São Paulo, Dr. Andrea Calabi; o Secretário de Estado do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho, e o Secretário de Estado de Santa Catarina, Nelson Antônio Serpa.

Quero convidá-los a tomarem assento.

Comunico que o Sr. José Barroso Tostes Neto, Secretário de Fazenda do Pará, e o Sr. Amir Khair, consultor fiscal, informaram que não poderão comparecer à audiência.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 10 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de 3 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Eu vou, primeiro, passar a palavra para os Estados, e aí o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda fecha esta audiência pública. Portanto, vou passar a palavra, primeiro, para o Secretário Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quinze minutos são suficientes, Secretário?

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, quinze minutos.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Na sua pessoa, quero saudar, portanto, todas as Sras e Srs. Senadores que compõem esta augusta Comissão. Quero abraçar o Secretário Nelson Barbosa,

Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, com quem tenho tido a oportunidade e o privilégio de compartilhar parte dos problemas tributários dos Estados, conjuntamente com a União, buscando solucioná-los ao longo desse tempo. Me permitam saudar, em especial, meus colegas Secretários de Fazenda dos Estados e quero abraçar a todos na pessoa do companheiro e amigo Secretário Andrea Calabi, do Estado de São Paulo, que, lá no Confaz, juntamente com os secretários dos demais Estados, têm buscado o consenso, já que o quórum do Confaz ainda exige a unanimidade das suas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por enquanto, não é, Secretário?

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Essa é uma matéria que está em discussão no Congresso Nacional, e nós entendemos que essa matéria deva ser avaliada democraticamente pelas Sras e Srs. Senadores e pelos Deputados Federais, na medida em que, pela própria Constituição, na alteração das vidas de pessoas físicas ou jurídicas, o quórum de modificação ainda é três quintos; portanto, que isso possa ser avaliado com a percuciência ainda mais forte em relação ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, os Estados brasileiros têm buscado o aprimoramento na gestão fiscal e, entre as ações que estão sendo tomadas, além do controle rigoroso das despesas públicas... E no meu Estado as despesas correntes têm se mantido mais ou menos constantes ao longo dos anos, na faixa de 36% da sua receita corrente líquida. Conjuntamente com a elevação expressiva da receita estadual, até pelo novo contexto industrial cearense, que vem sendo experimentado ao longo dos anos, o Ceará expandiu muito a sua capacidade de investimentos. Em 2010, o Estado do Ceará investiu 34% da sua receita corrente líquida, destinada, portanto, a despesas de capital. Essa é a razão de a economia cearense, de o PIB cearense ter crescido a taxas superiores àquelas experimentadas pela economia brasileira.

Aliás, o volume de investimento do Estado do Ceará, em 2010, pelo relatório de gestão fiscal dos Estados brasileiros, apresentou-se da seguinte forma: São Paulo, 12,2 bilhões; Rio de Janeiro, 5,1 bilhões; Minas Gerais, 3,9 bilhões e o Estado do Ceará, por incrível que pareça, R\$3,2 bilhões, um número, portanto, bastante expressivo, num momento, inclusive, ainda de perspectiva de crise econômica. O Governo Federal vem tomando as medidas para minimizar os impactos econômicos do emprego, no nível de preços da economia brasileira.

E o comércio eletrônico, portanto, ele se apresenta... As compras não presenciais, vamos dizer assim,

seria o mais correto no trato da emenda à Constituição. Quando se trata de consumidor final, a Constituição de 1988 não fez nenhuma previsão e, obviamente, não existia naquele momento o comércio eletrônico. Portanto, usar que o tratamento do consumidor final já incorporaria as compras feitas virtualmente seria realmente forçar a barra, o que alguns advogados têm tentado fazer ao longo do processo. Não vou discutir a questão legal, porque acredito que a emenda à Constituição vem exatamente esclarecer, dar o formato correto de como essas compras devem... Não só as de comércio eletrônico, mas, creio eu, também as compras não presenciais, inclusive as de *showroom*, outra questão que se discute em relação a esse ponto e que está abordada, inclusive, na emenda de plenário apresentada pelo Senador Cyro Miranda, que é importante realçarmos aqui.

A minha discussão, portanto, vai ser muito mais de cunho econômico do que tributário, até porque as compras no Brasil, hoje, já são feitas de maneira compartilhada, o Senado já define as alíquotas interestaduais. Se uma mercadoria vai do Sul para o Nordeste, ela vai com 7, cobram-se os 10% de adicional de alíquota lá, inclusive no meu Estado, e o inverso, quando ela vem do Nordeste para o Sul e o Sudeste, ela vem com 12 e se cobra o adicional de 5. Portanto, é uma regra já existente na legislação brasileira hoje.

O que acontece com o comércio eletrônico é uma centralização dessas empresas no Sul e no Sudeste, significando que renda gerada num Estado consumidor, que é a grande maioria, renda gerada lá, emprego gerado lá com uma possível venda... Ao adquirir uma mercadoria de fora do Estado, portanto, de Minas Gerais – nem vou dizer de São Paulo, por enquanto – de Minas Gerais e de outros Estados, onde estão centralizadas as empresas ponto.com de maior densidade, o que acontece é que você centraliza no Estado de origem toda a tributação existente nisso.

No meu Estado, eu estava começando a observar a diminuição de venda de televisores porque tudo estava sendo comprado nas ponto.com em três Estados, em detrimento, conseqüentemente, da geração do tributo e da geração do emprego, que acontece quando esse imposto é compartilhado, dando, inclusive, tratamento igualitário às duas questões. Portanto, o ICMS, Sr. Presidente, se não for compartilhado, no meu modo de entender, quebra, inclusive, o pacto federativo.

Nós temos de trabalhar esse processo de desconcentração, inclusive da desconcentração industrial. Obviamente que isso vai enveredar pelo que se convencionou chamar no Brasil de guerra fiscal, que tenho ousado, tanto com meus alunos, no curso de Doutorado em Economia da Universidade Federal do

Ceará, ao qual me orgulho pertencer, já durante anos, conhecendo o trabalho do Prof. Calabi por aí afora... Mas essa questão da guerra fiscal é outro ponto que o Congresso, com certeza, vai ter de adentrar com mais profundidade, porque os Estados, sobretudo aqueles que estão fora do processo industrial brasileiro, precisam estar contemplados dentro da nova sistemática, do novo modelo de crescimento econômico que o Brasil deseja implantar sob o comando da Presidenta Dilma.

Também, além de quebrar o pacto federativo, você gera uma afronta na igualdade de vendas entre empresas. Você tem determinados produtos que têm de ter um distribuidor no Estado, fora do eixo onde estão localizadas as ponto.com. Essa empresa tem de instalar, tem de pagar aluguel, paga ICMS no Estado. A ponto.com está pagando por uma estrutura única e que é discutível.

Se a Internet faz com que a empresa venha ao seu Estado, portanto, uma empresa virtual, e, neste caso, o imposto teria de ser integralmente para o Estado consumidor, e não compartilhado, ou virtualmente significa que o consumidor está indo para Minas Gerais ou para São Paulo para fazer a compra? Essa discussão não vai ter consenso. Umas pessoas vão interpretar de uma maneira e outras, dependendo de sua formação jurídica, vão defender uma tese ou defender outra.

Obviamente, para nós, Estados consumidores, é correto, é leal, pensar que a Internet trouxe a empresa, tornou-se uma empresa virtual dentro do Estado e, dentro desse conceito, além do compartilhamento, repito, o imposto seria devido integralmente ao Estado onde a compra está sendo efetivamente realizada. Esse é outro ponto importante. Isso gera, portanto, uma concorrência que, no meu modo de entender, é desleal. Aquela que está estruturada no Estado, com todos os ônus da legalidade no Estado de origem, gera composições de custo nas empresas totalmente diferenciadas, causando, no meu modo de entender, um desequilíbrio da livre concorrência e da neutralidade tributária que esta Comissão, com certeza, vai avaliar.

O Estado do Ceará, em 2011, nas compras que foram feitas a consumidor final, sem ser contribuinte do ICMS... Portanto, aqui não tenho somente comércio eletrônico, tenho outras coisas, como venda não presencial, e assim por diante. Isso ensejou uma venda de R\$2,4 bilhões. Eu diria que somente o comércio eletrônico ensejou R\$900 milhões ou R\$1 bilhão.

Esse diferencial de alíquota de 10% é uma receita importante e, mais do que a receita, como falei no início da minha exposição, isso é muito mais uma questão econômica, estou deixando de ter mais empregos, de gerar mais rendas com essas vendas, porque está tudo centralizado no Estado de origem. São números

expressivos. O relatório do Senador Renan Calheiros elencou perdas de alguns Estados, que foram caracterizados numericamente, está lá no relatório, toda a imprensa poderá ter acesso a isso.

Portanto, eu interpreto, para concluir o meu raciocínio, que esse compartilhamento deve ser feito de maneira imediata. Inclusive, preciso compreender porque temos de exercer a noventena, porque não está havendo criação de imposto, a única coisa que se está fazendo é compartilhar o imposto. Ou paga 17 lá ou paga 7 mais 10 no Estado, compartilhada. Não está havendo alteração de alíquota, não está havendo elevação de tributos dentro da proposta que está sendo discutida na emenda à Constituição, mas essa é uma discussão de cunho jurídico, não mais estritamente econômico. Estou fazendo essa provocação para interpretar se há essa necessidade quando da sua definição, da sua implantação definitiva no âmbito do território brasileiro.

Então, primeiro, defendemos essa implantação, de cunho imediato, e que o compartilhamento seja feito. Não vamos inventar nada, nem regras novas. Da maneira que o Senado estabeleceu, as alíquotas interestaduais, de 7 e 12, portanto, também não precisamos criar regras. Já vi algumas emendas, 85, do diferencial que foi feito, muitas regras, Senador Suplicy, sendo propostas para tentar criar um consenso nesta Casa. Sei que nesta Casa, quando se busca o consenso, temos de ceder aqui e ali, mas é importante que, quanto mais simples... Inclusive, uma tese que já é incorporada pelos juristas, pelas Secretarias de Fazenda, pelo Brasil inteiro, porque essa regra, inclusive pacificada nos tribunais... Acho que seria desnecessário nós estarmos criando regras diferenciadas, diferentes daquelas que já estão devidamente expressas.

Então, quero ponderar a esta Comissão que possa aprovar o mais rápido possível esse compartilhamento. Espero, portanto, que esta Casa seja sensível a essa emenda à Constituição, com as modificações que foram apresentadas, sobretudo a emenda de plenário, que contempla não somente as pessoas físicas, porque no relatório do Senador Renan Calheiros foram retiradas as pessoas jurídicas. A emenda de plenário vem reinserir, dentro da proposta, as aquisições de pessoas jurídicas, não contribuintes de ICMS. Até porque retirar a pessoa jurídica no pensamento de que isso poderia ensejar qualquer redução de carga não procede. O que a emenda está fazendo é simplesmente o compartilhamento do imposto. Se a empresa jurídica não estiver inserida na proposta, simplesmente significa que, ao invés de pagar 7 mais 10, ela estará pagando 17 na origem, portanto não há nenhuma alteração de custo. Procurei fazer chegar ao Senador a

interpretação que reputo adequada para o processo, que era exatamente trazer novamente para dentro do contexto da emenda, do seu parecer, do seu substitutivo, trazer, portanto, também a obrigatoriedade da permanência das aquisições feitas pelas pessoas jurídicas, não contribuintes do ICMS.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que gostaria de fazer. Obviamente, os debates lá na frente poderão ensejar novos palpites. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Dr. Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário de Fazenda do Estado do Ceará. Quero parabenizá-lo também pela objetividade, pela exposição bastante didática.

Passo a palavra agora ao Dr. Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda do Governo de Santa Catarina, por 15 minutos também.

O SR. NELSON ANTÔNIO SERPA – Sr. Senador Delcídio do Amaral, eminente Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos; eminente Secretário Nelson Barbosa, que coordena e preside o Confaz; ilustres Secretários do Estado de São Paulo e do Estado do Ceará; demais colegas presentes, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Na pessoa do Senador Luiz Henrique, do nosso Estado, Santa Catarina, autor de uma das emendas constitucionais que estão consideradas no substitutivo do Relator da matéria, desejo saudar todos os Senadores e Senadoras que integram esta Comissão.

Esta medida que está sendo examinada na Comissão contribui para a justiça tributária, desconcentrando, ao menos em parte, o recolhimento do ICMS em operações que têm repercussão e de circulação que ocorre em outros Estados da Federação. Por isso ela é muito importante. Não temos dúvida de que há uma carga tributária mal distribuída na Federação brasileira. Para um país que tem uma carga tributária efetiva próxima aos 37% e não consegue recursos para prestar um serviço adequado, eficiente, de saúde, educação e segurança, não há dúvida de que há aspectos a serem examinados e considerados.

Não é apenas o aspecto de gestão que contribui para isso, é a disparidade da carga. A má distribuição da carga, sem dúvida, é responsável em parte por essa dificuldade que os entes federados têm em prestar os serviços de sua responsabilidade à população. E esta Casa, que é a Casa da Federação, composta por homens e mulheres com larga experiência política e pública, que tem na sua composição muitos experientes ex-governadores, é o fórum adequado para se tratar, para se discutir essa questão. Acho que essa iniciativa demonstra bem a preocupação e a sensibilidade

do Senado Federal, de seus integrantes, em buscar amenizar as desigualdades na incidência da carga tributária, em recompor a Federação brasileira.

Há na pauta outras matérias de extrema relevância, e os Estados brasileiros esperam que a questão da dívida pública dos Estados, da renegociação dessa dívida, que seja retomada a agenda neste ano para que possamos chegar em 2013 com um cenário mais claro.

Para que os senhores tenham uma ideia, em Santa Catarina, que não é dos Estados mais endividados, no exercício de 2011, os encargos da dívida ficaram em valores correspondentes a 80% dos gastos do Estado com saúde pública. E, do valor pago, de cada R\$3,00 pagos, 2% foram para encargos, apenas 1% para amortizar a dívida. Há necessidade de, com urgência, rever essa situação para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro desses contratos, porque, ainda hoje, o Copom está reduzindo os juros, mas os Estados continuam pagando os mesmos juros contratados em 1997, em 1998.

Outra questão importante é a do FPE. Terão que ser construídos novos índices para o ano vindouro em função da decisão do Supremo Tribunal Federal. Então, são temas de alta relevância, mas que o Senado Federal está à altura e preocupado. Os Estados brasileiros confiam que, até o encerramento deste ano, essas questões deverão estar equacionadas.

A questão do comércio não presencial, não há dúvida de que o compartilhamento do tributo que incide sobre essa operação é uma medida que tem de ser implementada e com urgência, porque, hoje, conforme pontuou e acentuou o meu colega do Ceará, a totalidade do ICMS fica no Estado de origem. Nas três propostas que foram apresentadas, fundidas no substitutivo do Relator, o compartilhamento está colocado de tal modo que facilita a sua implementação porque leva em consideração as alíquotas interestaduais hoje vigentes, guardando aquela proporção entre os Estados do Norte e do Nordeste e os Estados do Sul, com um diferencial que está consolidado em nossa legislação, fazendo com que parte do ICMS seja recolhido no Estado de destino, que é onde, na verdade, se realiza a circulação da mercadoria. Então, na proposta que está colocada pelo Relator, no substitutivo aqui apresentado, atende-se aos Estados de destino dessas mercadorias. Daí a posição de Santa Catarina, no sentido de ver aprovado o substitutivo nos termos em que ele está redigido.

Eram essas as considerações que deveria fazer. Agradeço a oportunidade de colocar esse problema aqui e, mais uma vez, insisto que tenhamos essas questões federativas resolvidas ainda este ano. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Quando às vezes se menciona o substitutivo, existe a emenda apresentada pelo Relator, Senador Renan Calheiros, o que pode ser considerado um substitutivo. Há também a emenda apresentada pelo Senador Cyro Miranda, assinada por inúmeros Parlamentares dos mais diversos Estados, que também é outro substitutivo. Então, talvez, no debate, possamos esclarecer isso, mas seria interessante que cada um dos depoentes pudesse especificar a qual das propostas está se referindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O.k., Senador Suplicy. Quero agradecer ao Sr. Nelson Antonio Serpa também pela objetividade e pela obediência ao tempo.

Agora, passo a palavra para o Dr. Andrea Calabi, Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Secretário a quem devemos uma atenção especialíssima pelo seu protagonismo no Confaz e por todos os Estados brasileiros, no Ministério da Fazenda, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, especialmente.

Dr. Calabi.

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – Obrigado, Presidente Senador Delcídio do Amaral. Cumprimento também o Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa; meus colegas da Secretaria da Fazenda, Mauro Benevides Filho, Nelson Serpa, de Santa Catarina; cumprimento os Senadores Casildo Maldaner, Waldemir Moka, meu caro amigo Eduardo Suplicy. Estava aqui também o Governador e Senador Luiz Henrique, a quem também cumprimento, pois tem acompanhado as nossas questões com muita atenção.

Eu inicio talvez me apoiando num texto, mas logo sairei dele. A Constituição Federal diz, com absoluta clareza, que a venda interestadual a não contribuinte paga na origem. Ou seja, num sistema de tributação do ICMS estadual que é parte na origem, mas, sabiamente, o legislador colocou como alíquotas interestaduais 7% e 12%, 12% para os Estados mais avançados e 7% quando a venda interestadual é feita para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, permitindo dessa forma que, no caso das vendas para o Norte, para o Nordeste e Centro-Oeste, tenha um pouco mais de feições de destino, porque numa venda com uma alíquota final de 17%, ficam 7% no Estado de origem e 10% no Estado de destino, enquanto que, se for uma venda a um Estado de 12%, ficam, digamos, 12% no Estado

de origem e 5% no Estado de destino. No fundo, é um imposto na origem, com alguma vertente em relação ao destino, mas que organizava, fundamentalmente, relações entre contribuintes do imposto.

A Constituição, assim, dizia que a venda interestadual a não contribuinte paga na origem. É isso o que se procura examinar e eventualmente modificar. Para o Estado de São Paulo, em tese, que é um exportador líquido, ou seja, exporta para outros Estados mais do que importa, a proposta de tratar essa venda como se fosse uma exportação normal poderia não interessar. Para o Estado, haveria uma perda de recursos significativa, dependendo da forma como a emenda à Constituição é considerada. No entanto, eu acho que a questão se insere numa discussão mais ampla, como justamente estava levantando o Nelson Serpa, na qual temos questões, não apenas, algumas, em parte pelo menos, já resolvidas na questão dos portos; as questões relativas às reduções da alíquota interestadual para todo o comércio; as questões relativas ao Fundo de Participação dos Estados; questões relativas a *royalties* de petróleo, bem como questões relativas ao comércio eletrônico, além de, evidentemente, uma questão, que a meu ver é central, que é a questão da unanimidade nas considerações do Confaz.

O protagonismo que o Presidente me atribui no Confaz eu gostaria que fosse maior, não apenas meu, mas de todos os Estados, para que o Confaz, de fato, fosse um *locus* de solução e de promoção dos incentivos estaduais sobre a regra de unanimidade, porque, afinal, o Confaz, por esses instrumentos, lança mão de créditos dos outros Estados.

Vou fazer uma breve reflexão sobre a existência de projetos de emendas constitucionais anteriores. Justamente, foi feito um pedido... Nós temos a PEC nº 56, de 2011, do Senador Luiz Henrique, que considera, que já faz considerações sobre qual seria essa distribuição da carga entre o Estado de origem e de destino no caso de comércio eletrônico, apenas...

Depois temos uma PEC nº 103, de 2011, do Senador Delcídio do Amaral, que também trata da modalidade não presencial e também considerava parte da arrecadação no Estado de origem e parte no destino, sem indicar quais, deixando o Senado regular quais.

Depois a PEC nº 113, de 2011, do Senador Lobão Filho, que altera também esse mesmo inciso VII, do § 2º, do art. 155, da Constituição Federal, que pensa já na relação e na distribuição da carga para o consumidor final contribuinte ou não do imposto, mas que ainda assim era vista como incompleta.

Em seguida, tivemos discussões de uma PEC dos Senadores Aloysio Nunes, Eduardo Suplicy e Senadora Marta Suplicy, que se organizava na forma

que o Carlos Benevides falou – o Mauro Benevides, eu não consigo chamar de Carlos, o Mauro Benevides falou –, mas que, no entanto, na redação, perdeu uma palavra de não contribuinte, ainda que tivesse a intenção de usar a mudança para contribuinte ou não contribuinte. Portanto, a emenda de plenário que se segue é a mesma, praticamente, apenas adaptando essa palavra.

Então, trata-se aqui das considerações sobre a emenda do plenário. Que faz o quê? Diz assim: a evolução recente de comércio eletrônico, se deu com tal velocidade e atingiu valores tão expressivos... Praticamente, Presidente, cresce R\$5 bilhões ao ano. No último ano, foi algo da ordem de 20 bilhões e, nos anos anteriores, foram 5, 10, 15, 20. Portanto, cresceu de uma forma que evidentemente não estava antecipada no Texto Constitucional.

A proposta, então, é uma mudança para que o pagamento se dê como no comércio normal. Ou seja, quando a origem é um contribuinte, passa para um destino de não contribuinte – é disso que se trata, venda interestadual a não contribuinte, quer seja pessoa física, quer seja pessoa jurídica. Trata no sistema igual de partilha de sete e doze. Sete na origem e doze no destino, como o comércio normal.

E também, no caso de uma venda de contribuinte a outro contribuinte do imposto, do ICMS, a pessoa jurídica também trata no mesmo caso. A distinção é importante porque, quando há uma venda de contribuinte do ICMS a contribuinte, quem paga o imposto do destino é o contribuinte do ICMS. Quando, no entanto, há uma venda de um contribuinte do ICMS a um não contribuinte dos outros Estados, ele não é contribuinte, então o imposto devido ao Estado de destino é recolhido na origem e transferido para o Estado de destino.

Então estamos absolutamente de acordo em relação ao que se trata. Trata-se de transformar a regra que regula o imposto interestadual normal das transações de ICMS para também todos os elementos de transação não presencial, não apenas o comércio eletrônico, mas também os derivados de *showroom*, de vendas por catálogos e outros.

Não há, a meu ver, como não reconhecer o caráter de simplicidade nessa PEC e de construção, do ponto de vista de tornar uma regra conhecida e adequada para uma nova situação.

Portanto, não há como não apoiar. No entanto, na forma das PECs anteriores, em São Paulo nós estimávamos uma perda de R\$400 milhões a R\$600 milhões, ao ano. Na forma que está sendo proposta, São Paulo tem uma perda da ordem de R\$2 bilhões ao ano. Então, é uma situação difícil.

Cumprimento o Senador Armando Monteiro também.

É uma situação muito difícil, porque, por um lado, faz sentido, é justo, a lógica está correta, e por outro tem um impacto muito grande e muito importante para a arrecadação, mesmo do Estado de São Paulo, na dimensão que tem.

Essas considerações me levam, Presidente, a perceber que não é uma decisão isolada apenas em si, ainda que assim se apresente e assim possa ser considerada, mas é parte de um ordenamento fiscal e tributário mais amplo que o País precisa, especialmente na relação entre os Estados.

O papel do Confaz, como união de todos os Secretários de Fazenda, representando todos os Estados em decisões que são unânimes, é, a meu ver... E eu prezo aqui a posição do meu colega Mauro Benevides Filho, que se preocupa também com quebra do pacto federativo. A meu ver, a unanimidade do Confaz é um eixo do pacto federativo inquebrantável, que não pode ser rompido. Se fosse rompido, qualquer subconjunto de Estados – três quintos, quatro décimos, o que for – poderia avançar sobre recursos do outro Estado sem a aquiescência do outro Estado.

Então, a independência, a autonomia das entidades da Federação, Estados, e o oxigênio de sustentação financeira para essa autonomia é o ICMS, poderia ser ameaçada por uma ruptura da regra de unanimidade. Portanto, essa é uma cláusula que está sendo discutida no Senado, tem discussões a respeito e, a meu ver, é uma condição *sine qua non* da harmonia federativa.

Eu, na apresentação que tivemos aqui na discussão dos portos, usei uma expressão, espero que não seja tão ao pé da letra quanto eu usei naquela situação, dizendo que poderíamos eventualmente até avançar na superação da guerra fiscal, mas abriríamos o risco de uma guerra civil.

Eu ouvi das pessoas, as mais importantes deste Senado, a palavra da consequência que viria da quebra dessa regra, de secessão. Não foi minha a palavra. E eu ouvi, lembro aqui da jornalista do *Valor*, um artigo do Ribamar, ouvindo do Senador Dornelles, entre outras expressões que eu não lembro bem, um artigo do Ribamar no jornal *Valor*, dizendo que uma guerra fratricida decorreria da quebra da unanimidade no Confaz.

Não é apenas essa a questão. Evidentemente, o calor da questão está sendo mostrado e dramatizado pela propensão do Supremo em editar uma súmula vinculante que sancione a votação unânime do plenário, em 14 Adins, relatadas por cinco Ministros diferentes, e que mostrou a inconstitucionalidade de concessões dadas fora do Confaz, sem anuência do Confaz. Mas não é de um Confaz, que pudesse resolver ou decidir,

por alguma maioria, de uma forma ou de outra, entre várias que podem estar no foro. É do Confaz com a regra de unanimidade, que é como a Constituição diz: os incentivos, subsídios, benefícios fiscais ou financeiros devem ser resolvidos pelo conjunto dos Estados, como deve ser regulado por lei complementar. E a Lei Complementar nº 24/75 regula justamente o voto unânime do Confaz.

Então, a aprovação do Confaz, que deu base...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – Posso mais dois minutos, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

A aprovação do Confaz que dá base à decisão do Supremo é desse Confaz com a regra de unanimidade, e não de um Confaz que não seja capaz de representar todos os Estados na sua autonomia fundamental, que eu diria um eixo da cláusula pétrea da Constituição da Federação brasileira.

Dessa forma, Sr. Presidente, voltaremos a diversas questões, porque a Comissão de Assuntos Econômicos tem um acompanhamento e uma presença fundamental nesse ordenamento e no equilíbrio jurídico da Federação.

Voltaremos seguramente a discutir as questões já apontadas das taxas de juros relativas às dívidas dos Estados com o Governo, as questões do Fundo de Participação dos Estados e outras.

Neste caso, a opinião do Governo do Estado de São Paulo é que, apesar de severas perdas que estimamos, da ordem de R\$2 bilhões ao ano, faz sentido, é de bom-senso, constrói uma simplicidade tributária, que constrói a competitividade brasileira como um todo e, portanto, somos a favor dessa emenda de plenário, que, na verdade, como se inspirava nas emendas, na proposta dos Senadores de São Paulo, diz que, na venda interestadual, quer a contribuinte, quer a não contribuinte, paga conforme o comércio normal. Vai pela regra normal.

Assim, acredito ter contribuído, espero, para o debate na CAE, relativo à questão de comércio eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Andrea Calabi.

Passo a palavra, agora, para o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado, Senador Delcídio. Quero cumprimentar o senhor, Presidente da Comissão, cumprimentar também os demais Senadores aqui presentes, meus colegas de Confaz, Dr. Andrea Calabi, Dr. Mauro Benevides e Dr. Nelson Serpa.

Esse é um debate muito importante sobre o comércio eletrônico. É um debate em que a União não está diretamente envolvida, porque nossos tributos se

aplicam a todas as transações, mas mesmo assim é um debate que adquiriu uma importância nacional, em que a União tem uma posição, e eu fico muito feliz de ver aqui o apoio dos três Secretários. Eu quero, principalmente, me congratular com o Dr. Andrea Calabi, também com a pessoa do Governador Geraldo Alckmin, pelo entendimento da importância que tem essa mudança para adaptar a economia brasileira à realidade do século XXI, em que as compras tendem a ser feitas, cada vez mais, via meios eletrônicos. Nós precisamos adaptar a nossa tributação a isso para não gerar mais pontos de atrito, mais pontos de disputas federativas.

Essa é uma questão eminentemente estadual, é a divisão de ICMS entre dois Estados. Financeiramente a União não tem um papel nisso; mas como isso afeta as decisões de compra e a vida de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras que estão usando o comércio eletrônico, por isso nós achamos importante avançar.

Nós temos um crescimento muito forte no comércio eletrônico, o Dr. Calabi já colocou que as estimativas do Governo de São Paulo são de cerca de 5 bilhões ao ano. Isso vai crescer cada vez mais. Na legislação atual, isso tende a gerar uma concentração dos centros de distribuição. Então, você vai ter concentração, um centro de distribuição de televisão em um Estado, um centro de distribuição de televisão, de produtos médicos, em outro Estado, então vai acabar concentrando, e isso não é bom para um país continental como o Brasil, dado que a compra é descentralizada.

E você pode gerar, mais à frente... Esse problema é crescente, mas ainda é pequeno do ponto de vista da arrecadação total de ICMS. Então a hora de resolver é agora, que a gente pode criar uma legislação mais adequada às novas tecnologias.

Se não resolver a gente pode gerar, na verdade, uma nova disputa federativa. Concorro com o Mauro, a guerra fiscal é um nome ruim, mas acabou pegando. Então, disputas competitivas entre os Estados, se a gente puder usar outro nome, não é?

Esse é um problema que está sendo enfrentado em países continentais. Esse é um problema sério nos Estados Unidos, é um problema que já foi para a Suprema Corte, tem algumas contestações na Suprema Corte, porque lá, como é imposto só sobre a venda final, então, na verdade, essas transações de comércio eletrônico, algumas delas, não são tributadas.

É tema de vários artigos, de várias disputas. Eu vou deixar aqui com o Senador Delcídio uma matéria que saiu, no ano passado, sobre a questão da Amazon nos Estados Unidos, sobre como isso está gerando uma disputa e está indo para a Suprema Corte. A estimativa é de que haja perdas globais para os Estados

americanos de cerca de US\$11 bilhões. Então, só para mostrar que não é só o Brasil que está discutindo isso.

Isso já foi tema de uma ampla discussão na comunidade europeia. Em 2002, eles aprovaram uma resolução que é parecida com o que a gente vai fazer aqui. Lá é o Imposto sobre Valor Adicionado.

Então, o Conselho da Comunidade Europeia aprovou uma resolução dizendo que, para fazer comércio eletrônico, o centro de distribuição tem que se registrar em um dos Estados membros.

Esse centro tem que registrar qual é a distribuição das vendas, qual é o percentual de cada país para quem ele está vendendo, e depois ele tem que distribuir. Então, ele arrecada tudo e depois ele repassa, proporcionalmente, de acordo com o destino da venda. Essa foi uma solução que a Europa fez para não estimular a concentração de centros de distribuição.

A nossa solução vai no mesmo sentido. Está adaptando o comércio eletrônico ao que a gente já fez para outras transações. Então, essa é a proposta que nós do Ministério da Fazenda consideramos também adequada, é a proposta mais simples, é a proposta mais objetiva. Nós vamos tratar essas transações como tratamos as outras transações interestaduais. Vamos aplicar a alíquota interestadual que se aplica naquele caso. Hoje é doze e sete.

Se por ventura nós conseguirmos avançar na outra etapa da reforma tributária e reduzirmos também as outras alíquotas interestaduais já vai acompanhar. Então nós estamos resolvendo a questão do comércio eletrônico para as alíquotas atuais e para as alíquotas que eventualmente forem colocadas. Também é uma vantagem da redação que está sendo proposta. Ela dá uma simplificação e uma segurança jurídica às empresas e aos consumidores, porque, diante desse impasse, alguns Estados começaram a questionar e cobrar o ICMS em compras eletrônicas, aí foram questionados pela Justiça, gerou insegurança pelas empresas, alguns *sites* acabaram cancelando vendas em alguns Estados, no Brasil. Então, gera uma insegurança para o consumidor.

Aplicando isso é simples, vai-se aplicar a alíquota do Estado onde está sendo feita a venda, de onde está saindo a mercadoria. Se a gente pegar um exemplo... Isso simplifica também porque vai ser a mesma alíquota. Se você está comprando num *site* e aquele *site* está em São Paulo, vale a alíquota do bem em São Paulo. Não vai depender de onde você está, vale a alíquota do bem em São Paulo. O que vai acontecer é que você vai dividir. São Paulo vai arrecadar isso, vai ficar, vamos supor, se for para um Estado do Sudeste, vai ficar com 12 pontos percentuais e vai passar a diferença para o Estado de destino. Então, isso também

simplifica, até operacionalmente, a aplicação dessa emenda constitucional.

Acho que é uma solução simples, objetiva e uma maneira de dar segurança jurídica às empresas e aos consumidores.

A posição da União é apoiar. Novamente eu queria me congratular aqui com os Secretários, porque a gente teve essa discussão no Confaz, a gente evoluiu bastante, já foi tema de várias disputas, acho que a redação que foi proposta, se eu estou correto, foi uma redação que partiu de uma iniciativa dos Senadores de São Paulo e depois houve uma correção de redação no plenário. Nós achamos que essa é uma redação adequada, é a mais adequada ao caso.

Sobre a questão da unanimidade, não foi colocado aqui... Só para terminar, Senador, acho que a gente pode falar também nos debates. Eu queria dizer que, como Presidente do Confaz, eu entendo a ansiedade e o desejo de Senadores de alguns Estados de promover uma redução no quórum de aprovação no Confaz.

Como Presidente do Confaz, eu não acho que essa é a melhor medida, porque acho que o Confaz é uma instância de discussão mais técnica e é uma instância onde você está discutindo, na verdade, alguns incentivos que implicam que um Estado decide sobre a receita do outro Estado.

E essa é uma questão tão importante, que quando ela se torna relevante, nesse caso do comércio eletrônico, no caso da guerra dos portos, ela é até trazida para esta Casa, aqui para o Senado, porque aqui a gente debate isso.

Eu acho muito – vou falar a palavra correta – perigoso a gente tirar a unanimidade do Confaz neste momento. Nós temos essa questão da súmula vinculante do STF, que pode ou não ser aprovada. Eu sei que os Senadores já estiveram em contato com o Supremo Tribunal Federal, nós também estivemos em contato, e eu acho que existem maneiras de resolver isso, não é necessariamente tirando a unanimidade do Confaz. Eu acho que a gente pode resolver isso. Existem propostas sendo construídas pelos Secretários de Fazenda, existe uma solução que implica uma redução também da alíquota interestadual mais gradativa, que diminui as disputas competitivas entre os Estados no futuro. Eu acho que, no Confaz, como é uma esfera mais técnica, é necessária essa regra da unanimidade, porque em várias decisões um Estado está decidindo um incentivo que implica ele se apropriar ou ele decidir sobre a receita de outro Estado.

Eu queria apontar que às vezes o Confaz não aprova algumas coisas, mas o Confaz aprova muita coisa.

Existe um histórico de colaboração entre os Estados, existe um histórico de vários convênios em que os Estados apoiaram iniciativas de outros entendendo as necessidades de promover o desenvolvimento regional, entendendo a necessidade de apoiar as iniciativas locais.

Então, eu gostaria, eu sei que não é o tema explícito desta reunião, mas eu acho que a gente precisa discutir mais, e discutir essa questão da unanimidade nessa questão mais ampla, como foi colocado aqui por todos os Secretários. A gente tem uma questão, a gente está diante de um desafio federativo no Brasil, que perpassa várias questões hoje, perpassa ICMS, perpassa comércio eletrônico, dívida, *royalties*. Então, eu acho que a gente tem que encarar essa questão, não só uma questão isolada de reduzir a unanimidade do Confaz para resolver o problema que a gente tem para se adequar a uma decisão que o Supremo pode tomar este ano. Acho que há outras alternativas que a gente gostaria também de trazer para a discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.

Eu vou começar aqui já pelos Senadores inscritos. Vou começar pelo Senador Luiz Henrique.

Três minutos está bom, Senador Luiz Henrique? Para V. Ex^a está bom?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Está ótimo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Nelson Barbosa – Ministro Nelson Barbosa – meus caros Secretários Mauro Benevides Filho, Andrea Calabi e Nelson Serpa, na qualidade de autor da PEC nº 93, a primeira das propostas de emendas à Constituição apresentadas sobre esse tema aqui no Senado Federal, eu sou muito feliz por ver que há na Mesa uma unanimidade em relação ao compartilhamento dos tributos originários das vendas virtuais.

Eu vou aproveitar esses poucos minutos, Sr. Presidente, para dizer que esta é uma questão que, como os próprios expositores já falaram, leva a uma outra discussão maior, mais ampla, que é a da necessidade de um novo pacto federativo neste País, na linha da descentralização, que reconheça os vários brasis que temos neste Brasil continental.

Nós temos que redefinir não apenas o compartilhamento entre as receitas tributárias nos três níveis do País, temos que resolver essa questão dramática da dívida dos Estados. Não sei qual é o quadro hoje. O Dr. Nelson Serpa pode dizer melhor, mas quando deixei o governo nós tínhamos, para um contrato de 4 bilhões, pago 6 e devíamos 10.

Então, é uma dívida do tipo BNH. O camarada só pagava a casa própria quando morria. Temos que disciplinar – isso cabe a nós – até o fim do ano, uma nova distribuição mais justa, mais equânime, do Fundo de Participação dos Municípios. Temos que resolver, e essa questão está na Câmara dos Deputados, a questão dos *royalties* de petróleo e temos que reinstituir uma nova Lei Kandir.

Os Estados estão acumulando, em relação às empresas, débitos fantásticos, gerados pela isenção do ICMS nas exportações.

E temos que resolver essa questão do Confaz. Eu lembrava, há pouco, de Nelson Rodrigues.

Nelson Rodrigues é autor de peças fantásticas. Eu acho que é o maior dramaturgo deste País, grande jornalista, grande ensaísta, grande polemista. O que disse Nelson Rodrigues? “Toda unanimidade é burra.” “Toda unanimidade é burra.” O regime democrático se faz por maioria. Qual é, neste País, o órgão colegiado que decide por consenso?

O Supremo Tribunal? Não. Os Tribunais estaduais? Não. O STJ? Não. Quer dizer, nenhum órgão colegiado do Poder Judiciário decide por unanimidade. O povo não decide por unanimidade. Eu estava até me lembrando de uma visita que eu fiz à cidade de onde se originava os primeiros fundadores de Joinville na Saxônia, na Alemanha Oriental, Glauchau. O Prefeito que me recebeu lá em Glauchau disse o seguinte: acabei de ser reeleito por meu quarto mandato. Eu digo: E como é que foi a votação? Ah, teve ali um padreiro, um açougueiro, foram sete que votaram contra mim. Quer dizer, a unanimidade é stalinista. A unanimidade é opressora. A unanimidade é antidemocrática.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O que Stalin tem a ver com isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Como o Stalin?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O que Stalin tem a ver com isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – No sentido impositor, no sentido ditatorial, no sentido opressor.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quer dizer, o negócio é aqui no Brasil...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Bom, então, está bem. Retiro a expressão.

Bom, então eu defendo, Senador Delcídio, a emenda que muda a forma de decisão do Confaz. Eu aprovo os três quintos, que é o termo mais grave, mais drástico de obter uma mudança, que é como nós decidimos as emendas à Constituição, mas eu pretendo apresentar uma emenda que não estabeleça a cizânia

entre as regiões, nem que estabeleça o desequilíbrio por votações mais intensas numa região.

A emenda que eu pretendo apresentar é no sentido de que a alteração, a autorização seja feita por três quintos, desde que obtenha em cada mesorregião, cada uma das cinco mesorregiões, dois terços dos votos.

Essa é a proposição que pretendo fazer.

Agradeço a V. Ex^a. Desculpe-me se ultrapassei os três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS)– Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, agora, o Senador Eduardo Suplicy. O Paraná chegou em peso aqui.

Senador Eduardo Suplicy, com a palavra por três minutos.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como vai, Secretário Hauly? Vai à Mesa também, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, prezados Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Carlos Mauro Benevides Filho. Permita-me perguntar: seu pai também era Carlos Mauro?

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Meu colega...

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Colega do Senador, presidiu esta Casa e muito me honra aqui estar presente. Ele também é Carlos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, meu colega, amigo aqui, mas eu não sabia, eu me lembrava sempre dele como Mauro, porque era o nome parlamentar e...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Depois eu lhe conto um episódio.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Secretário Nelson Antônio Serpa, de Santa Catarina...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Suplicy, depois eu lhe conto um episódio.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

Conforme o Secretário Andrea Calabi mencionou, e com o meu apoio, o Senador Cyro Miranda, coletando assinatura de Senadores de praticamente todos os Estados, apresentou uma emenda à PEC nº 103, de 2011, alterando a sistemática na cobrança do ICMS – e me permita aqui recordar brevemente, Sr. Presidente –, sobre o comércio eletrônico, em

que diz que os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição passam a ter a seguinte redação.

VII – nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, aplicar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

VIII – a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída:

a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;

b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto;

..... (NR)

Apesar de acreditar que essa proposição torna o sistema tributário mais eficaz e equitativo, avalio que seja muito importante que possam os senhores responder as seguintes indagações sobre o real impacto dessa emenda nas finanças públicas de cada um dos Estados aqui representados.

Então, ao Secretário Andrea Calabi, eu gostaria de perguntar: V. Ex^a chegou a mencionar, mas qual a redução nas receitas tributárias do nosso Estado decorrentes dessa proposta? Qual é a magnitude dessa perda da arrecadação para São Paulo? E em que medida São Paulo, ao acordar com essa iniciativa, levou em consideração a necessidade de um equilíbrio entre os Estados da Federação? Ou seja, ainda que São Paulo tenha uma perda, de quanto é? Por que São Paulo avalia como adequado, por ser mais racional e também do ponto de vista da equidade, considerando que os demais Estados fiquem preocupados, “Ah, São Paulo já tem muito mais!”, então, como é que São Paulo está vendo isso de maneira a resguardar o equilíbrio dos Estados da Federação?

E, aos Srs. Secretários do Ceará e de Santa Catarina, gostaria de perguntar se a emenda resultará num aperfeiçoamento e na modernização da estrutura de arrecadação fiscal dos Estados, se consideram que ela precisa ser ainda aperfeiçoada na sua redação atual ou se estão de acordo com essa proposição apresentada pelos Senadores Cyro Miranda e os outros e qual a expectativa de incremento na arrecadação estadual com a implementação dessa nova sistemática de arrecadação do ICMS incidente sobre o comércio eletrônico.

E aproveitaria para pedir ao Secretário Nelson Barbosa para aqui nos transmitir brevemente, mas porque está relacionado, em que medida essa modi-

fixação na cobrança do ICMS em comércio eletrônico se coloca diante das novas etapas da reforma tributária que o Governo da Presidenta Dilma e o Ministério da Fazenda estão apresentando, inclusive no que diz respeito à última medida anunciada para estar colocando o Cofins e o PIS integrados.

Como isso também contribuirá para racionalizar o sistema tributário como mais um passo nessa direção?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra agora o Senador Casildo Maldaner.

Queria registrar, Senador Casildo Maldaner, só pedindo desculpas pela interrupção, a presença aqui do Deputado Taniguchi e do Deputado Hauly.

O Deputado Hauly foi convidado pelo Governador Beto Richa para ser o Secretário de Fazenda. São dois Parlamentares do Paraná muito importantes.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente Delcídio Amaral; Dr. Nelson Barbosa, representante da Fazenda; caro catarinense, Dr. Nelson Serpa; Dr. Andrea Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, grande ex-Presidente do Banco do Brasil; Mauro Benevides, do Ceará; caros colegas, sem deixar de lado o Secretário da Fazenda do Paraná, o nosso grande Deputado Hauly, em poucas palavras, eu sinto que há um clima que acho que até gerou, na construção da 72, a Resolução, um clima aqui no Senado, enfim, um clima no Congresso, no Brasil, até no negócio dos *royalties*, de encontrarmos alguns caminhos para disseminarmos as questões do Brasil inteiro, de integrarmos.

Eu vejo que, em função da dureza que foi a 72 para nós catarinenses, para o Espírito Santo, para Goiás e alguns Estados, em função dessa ferida, dessa dor que nós sentimos, há um clima de buscar um entendimento maior. Parece, eu sinto assim, que há uma tendência de buscar uma solução até para o novo indexador das dívidas que os Estados detêm, os Municípios, porque há um comentário muito generalizado de que hoje o indexador que existe é uma espécie de agiotagem, é uma agiotagem em relação aos Estados e aos Municípios, até porque há uma tendência de baixar os juros, há uma campanha para nós nos equiparmos a outros países de primeiro mundo em relação a taxas de juros.

Então, não podemos, entre nós, aplicarmos uma espécie de agiotagem entre nós, os Estados-irmãos, entre o Governo Federal, em relação aos seus Estados confederados, aos Municípios, mas acho que essa prática, para mudarmos esse indexador, ela está ficando bastante madura. Sinto isso.

E essa questão do eletrônico, eu sinto também que o comércio eletrônico vem subindo, e o Dr. Andrea Calabi disse muito bem, ele vem subindo de 5, 10, 15, 20 bilhões, pode ir a 25 bilhões, e a tendência é subir cada vez mais, com a modernização e o sistema eletrônico hoje. E buscarmos essa partilha, harmonizarmos isso também é fundamental, sem dúvida alguma. E a isso os demais quesitos também, que é *royalties* e outras questões todas.

Eu acho que com isso nós harmonizamos o Brasil. Eu acho que essa é a tese.

O Dr. Nelson Serpa coloca muito bem, pensando a preocupação com os catarinenses, e assim eu vejo no geral, e eu concluo até essa minha observação, Sr. Presidente, caros colegas: eu sei que a unanimidade não é fácil, respeito muito a posição de São Paulo, se respeita isso; quando há unanimidade é melhor, quando há o consenso, mas eu acho que essa tese que o Senador Luiz Henrique levantou, e buscando quem sabe entre o Senador Inácio Arruda e Luiz Henrique, entre o Ceará e Santa Catarina, nem o stalinismo nem o hitlerismo, buscarmos aí os três quintos, que é um percentual forte para uma decisão. Três quintos é uma maioria. Mais do que maioria absoluta, é um negócio extraordinário. Três quintos e talvez até os dois terços, na tese definida pelo Senador Luiz Henrique, quando abrange uma região de *status*, uma região nacional: além dos três quintos, buscar um consenso de uma região. Vamos supor, nós do Sul, num consenso. Se for no Nordeste, um consenso. Além de respeitar os três quintos, vai ter que ter os dois terços entre as unidades federadas. Eu acho que isso é um bom encaminhamento.

Então, eu fico mais ou menos nessas ponderações. Há um clima favorável, há um clima para buscarmos algumas questões importantes agora para o Brasil e ainda neste ano.

Acho que é o ano de buscarmos isso para, no ano que vem, entrarmos já numa reta mais consolidada entre os Estados e os Municípios do Brasil com novas teses.

São as ponderações, Sr. Presidente, caros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Eu passo a palavra agora para o stalinista Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu acho que há um equívoco na discussão. Tem aquelas coisas chamadas de “saco de pancada”. Então, você escolhe sempre um. “Ah, eu vou atirar naquela ali porque todo mundo gosta, não vai ter problema, entendeu?”.

Então acho que nós não temos que... Nós temos um problema nosso, da cultura nossa, brasileira. Senão a gente fica querendo atribuir aos outros. Bota para o Hitler, bota para o Stalin... Ninguém bota para os americanos, que soltaram aquelas bombas em Hiroshima. Acham que lá tem muita democracia, que é muito democrático e etc. Eles impõem um derrame de dólar, e todo mundo bate palma.

Agora que está tendo muita importação da China, começa também a virar alvo, Mao, Deng... E daqui a pouco vão atirando para lá... Mas se importar dos Estados Unidos, não. Não tem problema. São ótimos, são lindos, maravilhosos, têm olhos azuis etc. e por aí vai.

Acho que a gente tem que tirar esse estigma de lado e discutir o nosso problema. Qual é a questão mesmo brasileira? É ainda a realidade de que as nossas regiões precisam. É o nosso caso, nós estamos no Nordeste, não tem jeito! É olhar onde está localizado ainda, infelizmente, o maior bolsão de pobreza do País. Se a gente tratar igual, nós vamos manter a desigualdade para sempre. Acho que as regiões precisam desse equilíbrio.

O Centro-Oeste já avançou um pouco mais. Digamos que não esteja precisando de tanto amparo assim porque é uma região muito próspera, tem uma condição e um desenvolvimento da agricultura muito bons, mas Norte e Nordeste ainda precisam dessa compreensão política para quem pensa um projeto de um país continental como o Brasil. Acho que esse é o rumo que nós devemos adotar.

Eu tenho consciência de que se precisa de uma reforma tributária. É lógico, mas é muito mais complicado. É muito mais difícil.

Ora, se nós estamos questionando a unanimidade, por causa do Nelson Rodrigues, está certo, que fez uma frase para efeito espetacular, também daquelas que o povo gosta, “vamos fazer uma aqui que a turma gosta!”. Aí fez aquela frase, todo mundo adora, mas na prática a gente tem que examinar se ela tem condições de ser materializada.

Eu vejo que a gente tem que decidir, em relação ao Confaz, com todo o zelo, com todo o cuidado e ouvir a opinião dos Estados, aqueles... Eu sei que o Governador Luiz Henrique dirigiu o seu Estado por um longo período e aqui nós temos ex-governadores por todos os lados, aqui a turma é muito bem escolada a respeito da realidade que enfrenta. Temos aqui os Secretários, que sabem muito bem desse problema, conhecem: “Quando é a meu favor, eu posso pedir para quebrar a unanimidade, porque é ao meu favor. Agora, quando for contra mim, agora tem que ser unanimidade, é para decidir contra mim.” Então, a gente tem que ter o máximo de zelo em relação a essa questão. No

problema do comércio eletrônico, eu fico satisfeito de ver se configurar uma certa unanimidade.

Então, eu acho que essa unanimidade é boa, essa unanimidade não é ruim, em relação a uma proposição que vai se materializando aqui no Senado Federal. E acho que talvez fosse importante essa resposta em relação às indagações do Senador Suplicy: qual é o impacto negativo mesmo para o Estado de São Paulo? Esse impacto, ao gerar mais desenvolvimento, digamos, no Ceará, em Pernambuco ou em outro Estado do Nordeste ou do Norte, não é benéfico para o próprio Estado de São Paulo? Então, essa compensação não é positiva?

Então, era importante que a gente tivesse ideia desse impacto e o que beneficia. É importante a gente saber. E o Ceará vai ganhar o quê? Nós estamos brigando por quê? Nosso colega Mauro Benevides, também Deputado lá do meu Estado do Ceará, nós ganhamos o quê? Qual é essa vantagem tão boa para o Ceará que eu tenho que brigar até a morte aqui por esse direito? E o que São Paulo perde? Porque às vezes a gente fica com a ideia: São Paulo vai perder tanto que eles têm que brigar até a morte contra os demais. Então, era muito interessante que a gente pudesse ter esse dado, se vocês tiverem, do que significa em termos de impacto financeiro para o Estado de São Paulo e o que nós ganhamos no Estado do Ceará e também lá em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Presidente Delcídio. Quero dizer que só estou chegando agora aqui nesta comissão e nesta audiência pública tão importante, porque, como V. Ex^a está vendo, a Casa hoje está muito tumultuada de atividades e eu estava presidindo a sessão do plenário. Mas fui informada, tinha alguém todo o tempo me dizendo o que foi discutido e fiquei um pouco, para dizer assim, até com um pouco de raiva. Tudo o que falamos na reunião da CCJ, em relação à PEC do ICMS sobre o comércio eletrônico, foi aqui reiterado pelos senhores convidados. Eu fiquei assim aborrecida porque podíamos já ter votado e isso estar muito mais para frente. Mas fiquei muito feliz, porque é algo que os Senadores por São Paulo, o Senador Suplicy, eu e o Senador Aloysio, tínhamos essa proposta, tínhamos a plena percepção do que estava ocorrendo e de que precisaria haver uma redação mais clara, porque o Estado de São Paulo, inclusive, faz um gesto que, ao contrário do que muitas vezes aqui os nossos companheiros do Norte e Nordeste gostam de dizer, que São Paulo quer tudo e tem tudo, é generoso. São Paulo até abdica de

alguma... Alguma não, vai a quase R\$600 milhões. Porque considera que o mundo mudou.

O mundo mudou, estamos no século XXI, o comércio eletrônico vai aumentar, e nós não podemos ficar com tudo para São Paulo. É evidente que não. Então, é uma proposta muito plausível. O Senador Cyro Miranda conseguiu colher as assinaturas, e eu tenho certeza de que agora na CCJ nós vamos aprovar da forma como deveria ter sido aprovado.

Quanto à outra questão, que é a concessão de benefícios fiscais do ICMS pelo Confaz, eu peguei o finzinho da discussão do Senador Arruda, essa é uma discussão que, ao que parece, fui informada que o Secretário Calabi também mencionou, e é contrário, não é? Eu também apoio plenamente e acho que só vai dar confusão.

Vamos tornar aquilo algo que não vai para canto algum e que, então, é uma mudança na regra de deliberação sobre isenções e benefícios fiscais de ICMS no âmbito do Conselho Nacional, do Confaz. Sou Relatora na CAE, aqui, do PLS nº 240, de 2006, que, com a emenda aprovada na CCJ, estabelece um quórum de quatro quintos dos Estados presentes na reunião do Confaz para concessão ou revogação desses benefícios.

E o Senador Delcídio, que é o Presidente da CAE, é também Relator de outro projeto parecido, o PLS nº 85, de 2010, que é até mais ousado, prevendo um quórum de maioria absoluta para esse tipo de deliberação.

Hoje, nós temos uma regra da decisão por consenso no Confaz, que alguns criticam, dizem que engessa e etc.

O Secretário Nelson até contrariou o senso comum, dizendo que o Confaz decide muita coisa, que não engessa, não é? É verdade. Mas a minha dúvida é se devemos transformar o Confaz num minissenado, permitindo que temas como o da guerra dos portos seja objeto de suas deliberações e votações, e não por meio de uma resolução do Senado, como fizemos.

Nós devemos esvaziar o Senado como um ente de discussão federativa? E mais, eu concordo também com umas colocações, eu não sei se V. Ex^{as} tiveram o prazer de ouvir o Senador Dornelles hoje, mas na comissão ele já se pronunciou que o fim da exigência do consenso deverá fomentar uma guerra fiscal no âmbito do Confaz, com Estados que vão se unir. Então, vai ser grupinho contra grupinho. Acho que estamos encaminhando essa discussão de uma forma contrária, se assim for, deixando claro que realmente vai ser um equívoco mexer nisso.

A outra questão é sobre a dívida de Estados e Municípios. Essa é uma questão muito cara a mim, porque, como fui Prefeita de São Paulo, batalhei muito

para mexer nessa questão, infelizmente não consegui nada, mas a situação hoje não é a de 10 anos atrás. A situação hoje é uma situação que dá para repensar, dá para que possamos fazer outros acertos e a revisão das dívidas dos Estados e dos Municípios.

A atual taxa de juros, o IGP-DI + 9%, é abusiva. Ao contrário do que se fala muitas vezes em São Paulo, que não paguei porque não quis e foi para 9%, não é verdade. Esse foi um acerto feito pelo ex-Prefeito Pitta com o então Presidente Fernando Henrique. O Pitta com a faca no pescoço, quase sofrendo *impeachment*, e fez um acerto de que São Paulo, depois de dois anos, pagaria o principal da dívida. Claro que ele não estaria mais lá, não é? Era impossível pagar o principal da dívida, e ele sabia disso. E, na hora em que não se pagasse o principal da dívida, ela seria retroativa e o juro iria para 9%. Quer dizer, seria uma loucura fazer isso!

Isso eu tentei explicar quando o Palocci estava como Ministro. Eu tentei explicar em todas as outras ocasiões, não adiantou. Mas dessa vez acho que tem que adiantar, porque a cidade de São Paulo não pode mais pagar essa dívida do jeito que está pagando, como o Estado também não a paga.

Eu me lembro, também quando era Prefeita, de uma dívida da Cohab em que as pessoas já tinham pago quatro vezes o que deviam. Aí, nós conseguimos uma quitação dessa dívida. Não estou propondo quitação, mas foi uma solução, porque já tinham pago quatro vezes e iriam continuar fazendo o quê? O exemplo não é proporcional, mas mostra como fica uma coisa que não leva a nada.

Também outro argumento. No momento em que a Presidenta Dilma está fazendo pressão para que os bancos reduzam a taxa de juros, fica estranho. Ela faz pressão para reduzir a taxa de juros e continua cobrando taxa de juros de nós, com relação a uma situação que não é mais verdadeira hoje? Então, essas taxas estão sendo cobradas, como eu disse, há mais de dez anos e não têm sentido nenhum, devido a essa situação econômica.

Os Estados são impressionantes. Não sei se o Secretário Calabi já colocou, mas o Município de São Paulo, por exemplo, devia 13 bilhões, Senador Luiz Henrique, em 2000; já pagou 15 bilhões e deve 48 bilhões. Bom, não é? E o Estado de São Paulo devia 40 bilhões, em 2000; pagou 75 bilhões e deve 171 bilhões. Como é possível? Não vai pagar! Então, um finge que acredita, o outro... Não é finge, porque pagamos. E custa, porque é dinheiro que poderia estar no Estado de São Paulo.

Tenho certeza de que os Secretários dos outros Estados também se pronunciaram. Isso é insano e eu

gostaria muito que o Ministro da Fazenda, por intermédio do Barbosa, que o está representando, pudesse realmente levar a uma solução, porque o que fazia sentido há 10 anos e já era penoso e difícil, agora não faz mais nenhum sentido.

Era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

O último inscrito é o Senador Wellington Dias, mas ele não está presente.

O Senador Armando Monteiro gostaria de falar? Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu estou cumprimentando os expositores, Secretários, e queria dizer que essa questão do quórum da unanimidade do Confaz me parece que surge agora com vigor, em decorrência da questão muito sensível da remissão dos incentivos fiscais, ou da convalidação dos incentivos, que cria uma situação de imensa insegurança para as empresas.

Então, parece-me que já está sendo gestada, no âmbito do Confaz, uma proposta para alterar a Lei Complementar nº 24, no sentido de fazer essa remissão dos incentivos já concedidos e também dos que estão em processo de concessão, não sei. Eu creio que a solução disso, de alguma maneira, atenuaria essa pressão que agora se dirige para a quebra da unanimidade do Confaz.

Sobre esse tema, que reconheço ser um tema sensível, dadas as características da Federação brasileira e de uma série de conflitos que estão historicamente colocados, eu indago o seguinte: de qualquer forma não teria sido a rigidez do quórum que de alguma maneira determinou todos esses mecanismos – vamos dizer – de incentivos financeiros, que terminaram tangenciando ou pretendendo burlar o Confaz? Não foi exatamente a rigidez da unanimidade que terminou produzindo todo esse quadro anômalo e extremamente precário que hoje existe?

Quer dizer, flexibilizar o quórum com todos esses cuidados, a questão dos três quintos, a ideia de um quórum também por região, não termina sendo uma forma de também responder a essa questão? Porque me parece que o mundo que nós temos, o mundo real produziu todo esse quadro anômalo, em que pese a manutenção da unanimidade. Então, acho que essa é uma questão que merece uma reflexão, porque a unanimidade não produziu um ambiente de segurança ou de harmonização que nós gostaríamos de ver instalado na nossa Federação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Eu só queria registrar que acho importante essa audiência pública, porque mostra, como todos aqui citaram, os Senadores e a Senadora Marta Suplicy, que há efetivamente uma concordância dos Estados com relação ao *e-commerce*. Acho que é um grande avanço. A regra é muito simples, como disse o Nelson Barbosa. Portanto, acho que estamos com todas as condições necessárias para votar na CCJ, até porque esse é um projeto importante para a Federação brasileira.

Eu gostaria de fazer uma observação aqui, também baseado naquilo que especialmente o Senador Luiz Henrique comentou, o Senador Casildo e também o Senador Armando Monteiro, de que há efetivamente uma preocupação dos Estados em função... Nós até podemos... Há argumentos, aqui, vários, sobre a Federação, o pacto federativo. O próprio raciocínio do Senador Armando Monteiro, agora, é um raciocínio ao contrário. Quer dizer, da unanimidade para o resultado, que é também uma colocação muito inteligente. Talvez a unanimidade não tenha conseguido construir, efetivamente; tirar benefícios disso tudo que nós esperamos sob o ponto de vista de desenvolvimento econômico, social das várias regiões brasileiras.

O Senador Luiz Henrique e o Senador Casildo colocaram muito bem aqui, Senadora Marta, que há uma preocupação grande dos Estados, porque há uma súmula vinculante que nós não podemos deixar de registrar, que passa por audiência pública. E a partir do momento que essa súmula vinculante começar a vigorar, simplesmente os benefícios se acabam, em todas as unidades da Federação, pela decisão, mais uma vez, não do Congresso, mas do STF.

Portanto, esse assunto exige... O Calabi estava...

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – E os benefícios viram passivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E os benefícios viram passivo. Ou seja, é grave essa situação.

A despeito dos prós e dos contras, é um assunto que, fazendo uma conta muito por cima, deve atingir mais de 20 Estados brasileiros. Seguramente. E as contas, aqui, mais de R\$200 bilhões. Então, entendemos quem defende a unanimidade com os prós e contras. Eu sou de um Estado em que hoje, se esse assunto não for resolvido, vamos ter muitas dificuldades. E acredito que também em vários Estados brasileiros aqui presentes a essa audiência pública.

Nós precisamos buscar uma solução no diálogo, equilibrada, como esse encaminhamento que nos levou agora à discussão do *e-commerce*. Mas é um assunto que boa parte dos Estados brasileiros vê com muita preocupação, porque o potencial de estrago da súmu-

la vinculante praticamente liquida várias unidades da Federação brasileira.

A duras penas, os discursos de todos nós, aqui, são no sentido de manter a Federação funcionando, como todos nós sempre sonhamos, ou sempre esperamos.

Eu vou passar, agora, a palavra. Na ordem das explanações, eu começo com o Secretário de Estado da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente as ponderações das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Eu vou começar, portanto, pelo comércio eletrônico. Aliás, pelas compras não presenciais. Nós estamos falando de compras não presenciais. Portanto, é diferente do comércio eletrônico, que envolve outras aquisições. E desta feita, corrigida inicialmente pela emenda da Senadora Marta, do Senador Suplicy e do Senador Aloysio, que, em função da ausência de mencionar contribuinte ou não do imposto – aquilo que a emenda do Senador Cyro Miranda fez para incorporar a ideia colocada, portanto já assinada por vários Senadores –, essa emenda – que foi a pergunta do Senador Suplicy – vem ao encontro do raciocínio do compartilhamento dos Estados brasileiros.

Quanto à questão do comércio eletrônico – obviamente que o professor Andrea Calabi vai responder muito mais brilhantemente do que eu –, ela envolve vários assuntos. Nós não estamos falando somente de comércio de aquisições não presenciais. Estamos falando de endividamento do setor público, por exemplo. O meu Estado, o Ceará, como Secretário da Fazenda, eu antecipei todos os pagamentos e não devo nada na Lei nº 9.496. O Ceará antecipou seus pagamentos. A Lei nº 9.496 refinanciou a dívida dos Estados brasileiros. Eu resolvi, para fazer com mais profundidade o meu dever de casa, e antecipamos o pagamento. O Estado do Ceará não deve nada na Lei nº 9.496. Tanto é que estamos ponderando. Existem 14 Estados que receberam o financiamento para sanear seus bancos estaduais nas mesmas regras da Lei nº 9.496. Nós estamos inserindo nesse contexto essa discussão.

Aliás, por que surgiu a Lei nº 9.496? A União já tinha feito, no passado, regras de financiamento e não adiantou nada. Por quê? Porque nessas duas leis anteriores, a União jamais exigiu, Senador Delcídio, meu caro amigo e companheiro Deputado, brilhante Secretário da Fazenda Luiz Carlos Hauly. Como eu dizia, o que aconteceu com os dois processos de refinanciamento anteriores? Simplesmente, os Estados e os Municípios eram refinanciados, mas não era imposto aos Estados qualquer regra no processo de gestão fiscal.

A Lei nº 9.496, entretanto, veio acompanhada à exigência do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), que todos os Estados brasileiros foram obrigados a, anualmente, acertar, com a Secretaria de Tesouro Nacional, metas de gasto com pessoal, de gasto corrente, de endividamento do setor público, enfim, várias regras foram associadas à Lei nº 9.496, que foi o grande ganho que a União acabou oferecendo aos Estados. Obviamente que quatro Estados Brasileiros, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e, se não me engano, Rio Grande do Sul, representam 80% desse refinanciamento. Esse benefício também está concentrado. Por isso, estou reforçando a resposta do Senador Suplicy.

A segunda razão do refinanciamento era a de que o custo de captação dos Estados em mercado era, em função da desorganização financeira, superior ao custo de captação da União. Então, era importante, naquele momento, que a União fosse ao mercado, captasse esse recurso mais barato e pudesse recolocar aos Estados brasileiros. Mas aconteceu é que esse custo, a União acabou transferindo o ônus não só do repasse, mas acabou – vamos dizer em um linguajar popular – ganhando dinheiro. Não vamos usar um termo tão forte, Senador Armando Monteiro. Mas acabou se remunerando além do seu custo de captação.

Obviamente, a União está sensível a essa questão, Senador Delcídio do Amaral, e eu espero, portanto, que, dentro contexto, mais barato. Essa foi a razão por que a União, indo ao mercado, captava mais baixo do que efetivamente poderiam captar Estados e Municípios, como é o caso da Prefeitura de São Paulo. Mas – repito – isso era importante.

Em relação à unanimidade do Confaz, confesso às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estou impressionado com ela. Eu nasci vendo a consolidação da democracia brasileira. Vivenciei o regime de exceção durante um período. Vi o pai, consequentemente, inserido dentro do processo político, pregando a democracia, que a decisão da maioria era importante. Acho que a unanimidade do Confaz, como disse o Senador Armando Monteiro, inclusive, dificultou algumas decisões nossas. O incentivo fiscal era importante para desconcentrar a indústria brasileira. A Ambev, a Grendene, o setor polo calçadista jamais iria para o Estado do Ceará pelos olhos bonitos do Governador Tasso Jereissati, do Governador Ciro Gomes ou do atual Governador. Foi porque apresentou uma vantagem comparativa, porque, afinal de contas, o insumo está no Sul, vem para o Nordeste. O mercado consumidor está no Sul. Ele tem que voltar. Portanto, em igualdade de condições seria impossível buscar alternativas de inserção do processo de alocação industrial brasileira se não fos-

se o que estou chamando de vantagem comparativa, por meio de incentivos fiscais.

Portanto, eu compreendo – e vou fazer isso nas instâncias que eu puder –, Sr. Presidente, que essa unanimidade seria grave, seria um atentado contra o pacto federativo se fosse somente o somatório dos Estados. Mas se estiver assegurada, na emenda constitucional, a participação de pelo menos um Estado de cada região – aí vamos definir que quórum é esse –, dar-se-á tranquilidade em relação ao pacto federativo. Essa questão eu compreendo. Eu acho que os Estados brasileiros vão compreender isso, mas a unanimidade restrita, absoluta, eu acho que precisamos raciocinar de maneira ainda mais alicerçada em relação a essa questão, porque, enfim, eu acho que o Brasil está precisando. Quando o Norte e o Nordeste evoluem de maneira mais rápida... No meu Estado, por exemplo, sua renda média *per capita* é 60% da renda média nacional. Eu preciso crescer com mais velocidade do que cresce a economia brasileira. E é o que o Ceará está fazendo nesses últimos anos, para realizar essa aproximação. Mas sem essa necessidade do incentivo, acho que fica difícil de ser realizada.

Queria ponderar a esta Casa, Senador Suplicy, quanto ao ganho que V. Ex^a me perguntou. O Estado do Ceará deve agregar à sua receita um valor de aproximadamente R\$50 milhões, se realmente, como está assegurada na emenda, as aquisições de impressões jurídicas forem colocadas, que é o que está previsto na emenda do Senador Cyro Miranda.

Portanto, esse é um contexto. Vamos discutir Fundo de Participação dos Estados. Isso também vai ensejar outra discussão, e temos feito isso no Confaz de maneira bastante sistemática.

O Senador Wellington Dias sabe da preocupação que temos em relação ao Fundo de Participação, em relação aos incentivos fiscais. O Brasil vive, realmente, um momento de reordenar o seu processo econômico, mas ele não pode ser somente econômico. Tem de ser um processo de desenvolvimento que busque a justiça social, que incorpore as pessoas menos favorecidas, que retire as pessoas da extrema pobreza. Esse é o objetivo maior de um país que deseja se construir muito mais justo e muito mais desenvolvido.

Eram essas explanações que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Mauro Benevides Filho.

Agora, passo a palavra para o Secretário da Fazenda de Santa Catarina, Nelson Antônio Serpa.

O SR. NELSON ANTÔNIO SERPA – Eu vou resumir a minha participação, para responder às inda-

gações feitas pelo eminente Senador Suplicy em relação à proposta de emenda à Constituição que está em debate nesta Comissão.

De fato, a emenda não só proporciona maior justiça tributária, porque desconcentra o valor do imposto recolhido, com a participação do Estado onde está situado o destinatário.

Então, para Santa Catarina, em 2011, tivemos uma perda, pela forma que hoje temos, em torno de R\$ 40 milhões. Na progressão de aumento do comércio não presencial, agora ampliado com essa redação apresentada pela emenda do Senador Cyro Miranda, subscreta por outros Senadores...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Há unanimidade em relação à emenda?

O SR. NELSON ANTÔNIO SERPA – ... nós chegaremos, até 2015, a continuar o atual crescimento do comércio eletrônico, teremos um acréscimo em nossa receita em torno de R\$70 milhões/ano.

É um acréscimo significativo, além do que, no nosso modo de ver, está fazendo uma melhor justiça tributária. Por isso, Santa Catarina é favorável à emenda, nos termos em que ela está proposta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Nelson Antônio Serpa.

Com a palavra o Secretário Andrea Calabi, sempre muito objetivo em suas falas.

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – Obrigado.

Vou fazer uma pequena divagação, se o Presidente me permitir, mas espero que seja muito curta e breve. Vou citar, como pano de fundo, a crise internacional que estamos vivendo, como passo de início, para voltar ao ponto que estamos tratando.

Todos sabemos da crise na Europa e da enorme dificuldade, dos grandes riscos que estamos correndo com relação a uma incapacidade de a União Europeia encontrar as bases de crescimento que pudessem tirar esses riscos de aprofundamento dessa crise.

Essencialmente, o que falta na questão europeia é uma união fiscal.

O que faz falta, o que a União Europeia não está conseguindo construir é uma base de união fiscal capaz de refinar suas dívidas a custos mais baratos, por prazos mais longos e com sanções a unidades da Comunidade Europeia que eventualmente escorregassem relativamente às regras estabelecidas de forma comum.

Essa união fiscal, construímos, no Brasil, de forma muito difícil. Ontem, tive oportunidade de estar com o Presidente Sarney e lembrávamos de 1985, da união dos Orçamentos, que eram quatro e foram reunidos o Orçamento da Previdência, o monetário, o fiscal e o das estatais. Construída a Secretaria do Tesouro,

unificadas as bases, a primeira rolagem de todos os Estados foi feita na gestão do Presidente Sarney, em 1987, face à interrupção de financiamentos externos – eu não lembro se por 10 ou 15 anos –, de todas as dívidas externas que não conseguiam mais ser renovadas. Depois, foi retomada em 1997, essa que está vigente, do Programa de Ajuste Fiscal, por 30 anos. A unidade fiscal que se construiu não foi feita aos pedaços. Foi construída uma unanimidade, não apenas federal, mas federal, dos Estados, dos principais Municípios, que, por tamanho, também haviam tido possibilidade de emitir títulos e, portanto, tinham dívidas elevadas a serem refinanciadas.

Completando um pouco o quadro internacional, a questão americana é muito difícil. Está sendo percebida uma leve retomada de crescimento nos Estados Unidos, com uma reconversão industrial e ganhos de competitividade, ou seja, novos produtos, novas matérias-primas, energia barata. Portanto, uma recuperação saudável, a meu ver, enfrenta um país absolutamente dividido, em uma eleição presidencial que, se o Presidente Obama ganhar, não terá maioria no Congresso, por um lado.

Se, por outro lado, o republicano ganhar, tem uma política definitiva ou manifestada de redução de carga fiscal e esperar que o mercado resolva. Portanto, de qualquer modo, essa tênue recuperação americana, que poderia representar uma base para os países crescerem e, portanto, as importações chinesas continuarem e a China não ter uma redução mais brusca, também levanta algumas rugas de preocupação.

É nesse quadro que as questões brasileiras, a meu ver, devem ser enfrentadas. Temos tamanho, temos equilíbrio, temos uma união fiscal, uma aliança federativa que, por regras construídas na Constituição, constroem cláusulas pétreas da organização federativa que não podem ser abertas. Não estamos falando de unanimidade, que se vote por maioria nas instâncias adequadas, mas há, sim, uma enorme preocupação com relação a essa ruptura que pudesse haver da união fiscal, duramente construída no Brasil, e que funciona e pela qual, ao longo de difíceis pelejas, viemos construindo bases para uma retomada de crescimento que se está observando.

Eu não preciso lembrar aqui que, no século passado, crescemos uma média de 5% ao ano, durante cem anos, em média. De 1940 a 1980, em 40 anos, crescemos 7% ao ano. Depois, caímos a 2,5% nas últimas duas décadas do século passado. Nos últimos 10 anos, crescemos 45%. É razoável e queremos mais, em conjunto. Essa unidade ser ameaçada é, evidentemente, uma pena, do ponto de vista de uma construção.

Eu acho que, ao atribuir eventuais ímpetus corretos, aliás, de os Estados tentarem atrair investimentos, ainda que de forma inconstitucional, não se pode culpar a unanimidade.

Me ocorre um sofisma do Senador Armando Monteiro – com a desculpa permitida por uma certa proximidade: *post hoc ergo propter hoc* – depois disso, então por causa disso. Depois da unanimidade, então por causa da unanimidade é falso. Na verdade, é inconstitucional. Todos sabemos, os que não deram, os que deram os benefícios. Especialmente o Supremo, recentemente, em 14 atos de declaração de inconstitucionalidade, ADINs, relatados por cinco Ministros e aprovados por unanimidade pelo plenário, dizem ser inconstitucional. Ao declarar ilegal um certo incentivo, evidentemente que os impostos correspondentes que haviam sido aliviados voltam a incidir e dá um montante muito elevado.

O Ricardo Macedo, do Ipea, e o Yoshiaki Nakano, de São Paulo estimaram, há alguns meses, esse montante em R\$200 bilhões. Por aí também se avalia o tamanho do incentivo dado, além do eventual custo para a União.

Então, é uma questão que não pode ser considerada fora do âmbito do ajuste fiscal maior das entidades federativas, em geral, mais especialmente dos Estados a que o Mauro Benevides se referiu.

Eu acho que a questão dos portos é um tratamento. Foi dado um passo. Eventualmente, terá de ser reconsiderado. Já há levantamento sobre a inconstitucionalidade de algumas medidas que foram dentro da Resolução que se tornou nº 13.

A Resolução nº 13 era o Projeto de Resolução nº 72 do Senado. Já existe levantamento. Mas, de novo, juros, FPE, o montante da dívida, a questão de *royalties*, etc., que compõem um quadro que, evidentemente, chama atenção e, especialmente, é função nossa, precípua do Senado, essa organização entre os Estados. Portanto, é muito importante que estejamos aqui.

O Governador Geraldo Alckmin enfatiza sempre, do ponto de vista das perspectivas de crescimento, a questão de que, para o Estado de São Paulo, parte da Federação, interessa o melhor equilíbrio federativo. Ou seja, a redução das disparidades interregionais de renda é funcional, também, para o desenvolvimento do Estado de São Paulo, ademais sê-lo para os outros Estados. Não há equilíbrio federativo com discrepâncias regionais tão fortes quanto as que historicamente se montaram. Portanto, bem-vidas todas as descentralizações e equilíbrios que permitem uma visão dinâmica do processo de crescimento brasileiro e dos Estados.

A primeira resposta que eu devo ao Senador Eduardo Suplicy refere-se a quanto é a perda. Nós

estimamos, na forma final da Resolução, como corretamente redigida, em algo da ordem de R\$2 bilhões por ano. No entanto...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nessa assinada pelo Senador Cyro Miranda e demais Senadores?

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – Nessa assinada pelo Senador. Nas anteriores, na do Senador Luiz Henrique, Senador Delcídio e do Senador Renan, estava entre R\$400 milhões, R\$480 milhões, R\$520 milhões ao ano, porque justamente se referia a apenas uma parte do comércio, só ao de pessoas físicas, algumas, só ao de comércio eletrônico, sem considerar a venda por catálogo, *showroom* e outras formas. Em suma, é um valor elevado, que colocou o Estado de São Paulo face ao impasse: apoiar a versão correta, apresentada pelos Srs. Senadores, que é mais “cara” – entre aspas – em curto prazo, ou apoiar a versão anterior, que era mais barata etc.

Eu acredito que estamos em uma trajetória de construção elementos de longo prazo. Essa seria a resposta. O Estado de São Paulo não abre mão de recursos, não em uma visão curta. Eu acho que – respondendo, também, um pouco as questões que o Senador Inácio Arruda colocou –, do ponto de vista dinâmico, ganha. Eu acho que ganhamos todos, a exemplo do Brasil, que sempre ganhou com crescimento, com ganhos de produtividade, podendo ser partilhados, parte para aumento de salário, parte para a ação de lucro, etc. Ganhamos todos. São Paulo, seguramente, em um ordenamento fiscal maior, ganha em uma visão dinâmica de construção menos desequilibrada, de uma união nacional e fiscal que, a meu ver, não pode ser rompida, como seria ameaçada, talvez, da questão da quebra da unanimidade nas decisões do Confaz.

É basicamente insuportável permitir, como falou o Ministro Nelson Barbosa, que um Estado possa gastar o recurso do outro. Portanto, o tipo de reação que teríamos seria muito menos de construir um caminho de uma trajetória de desenvolvimento estável, seria uma ruptura de regras e teríamos muito mais esgrimas que iriam, também, depender do poder relativo de cada Estado nesses embates federativos.

São Paulo, então, ganha. Respondendo ao Senador Inácio Arruda e ao Senador Suplicy, porque é adequado para o desenvolvimento saudável nacional e industrial.

Temos de construir bases de ganhos de produtividade, de competitividade no cenário mundial. Isso exige que ganhemos em economia de escala onde for possível, que se construam vantagens comparativas, vantagens competitivas onde for possível. O Confaz deve negociar adequadamente. Se uma determinada

empresa vai a um sítio, em um Estado, não dar, concomitantemente, o mesmo incentivo para outro Estado, porque vai, simplesmente, puxar o tapete do subsídio dado anteriormente. De certa forma, essa visão concatenada, coordenada, relativa aos investimentos nacionais, deveria ser construída adequadamente no Confaz.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Secretário Calabi.

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – Concluindo, acho que o esforço, que é de construir essa competitividade, de novo, o Governador Alckmin enfatiza, os Governos recentes de São Paulo têm enfatizado, sempre é uma dinâmica, porque é um desafio, melhora a qualidade da educação, a educação de nível médio, de nível superior, inovação tecnológica, etc. Essa não é só preocupação do Governador Alckmin, mas é uma preocupação mais ampla, de construção de competitividade que resguarda o equilíbrio nacional.

Eu acho que é nesse contexto dinâmico de decisões que todos enfatizam e louvam a unanimidade das posições dos Secretários de Fazenda com relação ao comércio eletrônico e, no entanto, concomitantemente, criticam uma unidade nas decisões do Confaz. Todos louvam essa unidade, e eu acho muito positivo. A unanimidade... Desculpem-me, mas devo lembrar um ponto que eu tinha anotado: a unanimidade tem que ser percebida também como defesa de algum Estado que não pode ser ameaçado por algum outro subconjunto de Estados. Todo mundo pensa sempre em São Paulo, mas pensem no arroz do Rio Grande do Sul ou em outra produção de outro Estado ou em setores industriais.

Então, acredito que tivemos excelentes avanços na questão de comércio eletrônico e espero que construam, também, base para avançar em outras questões já mencionadas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Calabi.

Com a palavra o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado, Senador.

Tentarei ser breve. Acho que essa unanimidade em relação ao *e-commerce* é um exemplo de como, às vezes, nem toda unanimidade é burra. Há uma unidade que está indo no sentido correto e está resolvendo um problema. Colocando em proporção, apesar dessa unanimidade, eu queria registrar o que significa isso.

Todo mundo aqui neste auditório, provavelmente todos que estão assistindo, faz compra no *e-commerce*. Nós estamos aqui regulando, eliminando um potencial problema que seria muito grave no Brasil daqui a 10, 20 anos; Nós estamos antecipando. Se isso fosse feito sobre a questão da guerra dos portos há 30, 40 anos,

não teríamos tido o embate, o desgaste que tivemos quanto à guerra dos portos.

Então, esse é um importante avanço na agenda da reforma tributária. É um avanço muito importante, vai dinamizar, ainda mais, essas questões.

Sobre o Governo Federal, foi colocada, por vários Senadores e também pelos presentes, a questão da dívida. Primeiro, essa dívida não é obra do Governo atual, como todos nós sabemos, então, não se trata de juízo de valor ou não. As condições refletiam a realidade do final dos anos 90. Então, naquela época, aquela taxa de juro real e o índice utilizado foram considerados até um favorecimento aos Estados e Municípios. Naquela época, a União, na verdade, emitiu mais títulos, assumiu um crédito com os Estados de cerca de R\$90 bilhões e emitiu R\$101 bilhões. Em valores de hoje, temos, na verdade, um subsídio que foi implícito nisso. Então, houve um custo para a União. Na maior parte do tempo, a taxa de juros IGP-DI mais seis ou pouco mais em caso de outros Estados, ela andou em linha com a Selic porque a Selic é muito alta, era muito alta. É uma questão de 2006 para cá, quando o IGP-DI, por conta do ciclo de *commodities*, aumentava o preço do ferro, aumentava o preço do petróleo, penalizava as finanças dos Estados e Municípios brasileiros.

Então, esse indexador já não reflete mais as condições da economia brasileira, não reflete a realidade da economia brasileira. O Ministro Mantega já colocou isso claramente na última vez que veio aqui. O que o Governo Federal já sinalizou foi a utilização da Selic como uma taxa de juros teto para daqui para frente. Isso vai fazer com que, como a perspectiva é a de que a Selic se mantenha baixa, se mantenha abaixo do que hoje temos de IGP-DI mais seis, que é a taxa média dos contratos, isso significa um alívio para frente.

Há outras questões colocadas, mais complexas, como entrar no limite de comprometimentos dos Estados. Alguns Senadores propõem fazer uma questão retroativa a isso. Acho que isso está fora de questão para o Governo Federal, porque, se fizermos a conta para o período todo, veremos que ainda há o benefício, principalmente se consideramos esse subsídio inicial que a União deu em 1997.

Então, a posição do Governo neste momento é, claramente, a de colocar a Selic como teto da taxa de juros para os futuros pagamentos. As outras questões ainda estão em discussão conosco.

Quanto ao papel do Confaz, novamente, quero usar os exemplos atuais como uma contraprova, Senador Armando, de por que a unanimidade não é, necessariamente, ruim.

Quando o Confaz chegou ao ponto de não conseguir decidir, a questão veio para o Senado, e o Se-

nado decidiu. O Senado decidiu, depois de uma ampla discussão nacional, não somente entre Secretários de Fazenda, discutiram uma fórmula que foi veiculada pela imprensa, houve várias opiniões, e propôs uma solução gradativa, no caso da guerra dos portos, e aqui chegamos ao consenso de resolver o problema antes que ele se torne muito grande para ser resolvido.

Também concordo com o que o Secretário Calabi colocou quanto a não podermos culpar a unanimidade pelas decisões. Entendo perfeitamente que os Estados usem benefícios de ICMS para promover o desenvolvimento regional. Nas regras atuais, esses benefícios devem passar pelo Confaz. Aqueles que não passam dão insegurança jurídica.

Estamos motivados, e entendo a preocupação do Senador Delcídio quanto aos impactos que, eventualmente, uma ação do STF terá sobre todas as empresas e Governos, no Brasil. Quero dizer que há possibilidade de resolver isso no âmbito do Confaz. Estamos discutindo isso já nos últimos meses. O 1º Secretário Carlos, da Bahia, agora coordenado pelo Secretário Trinchão, do Maranhão, com a participação de todos os Secretários, estamos muito próximos de um acordo, no âmbito do Confaz, que vai tratar dos convênios que até hoje não foram validados, vai dar uma remissão e estabelecer as condições, não só para os acordos desses convênios que já estão válidos, como também daqui para frente, qual será a regra de transição.

Eu tenho muito receio de retirar a unanimidade do Confaz e, como a Senadora Marta colocou, transformá-lo em um minissenado. Vamos usar exemplos. O Confaz debateu, debateu várias questões. Quando se chegou a uma questão grande e grave o suficiente, as próprias instituições brasileiras trouxeram-na para o Senado.

Ou seja, sem a unanimidade, podemos correr risco, sim... Podemos resolver um problema agora. Talvez consigamos fazer um acordo com validação mais rápida, mas podemos criar problemas mais graves, na frente, estimular uma adoção mais desordenada de incentivos.

Nesse sentido, acho que a solução – voltando à pergunta feita pelo Senador Suplicy quanto à agenda da reforma tributária – vai na direção daquilo que já tem sido falado no Brasil há 30 anos, que é mudar, gradualmente, a arrecadação da origem para o destino. Com isso, diminui-se um pouco até a amplitude. O Estado consegue dar benefício, mas o espaço que o Estado tem para dar benefícios que implica perda de arrecadação para outro Estado fica um pouco menor.

Foi o que fizemos quanto à questão da guerra dos portos. Eu acho que hoje, no Brasil, a nossa realidade já demanda isso. No passado, havia uma disparida-

de muito maior de desenvolvimento entre as regiões. Então, às vezes o incentivo poderia ser muito grande, mas, dada à disparidade de desenvolvimento, na prática, economicamente, não era tão grande.

Hoje, ainda temos Estados que, obviamente, necessitam de incentivos, de adotar incentivos para trazer a produção, só que eles já estão em um estágio de desenvolvimento mais elevado. Então, a questão da disputa fiscal está se tornando mais grave do que era no passado, até pelo impacto que Estados – que eu ousou chamar de emergentes, no Brasil – já estão com uma base industrial bem mais diversificada.

Então, eu acho arriscado eliminarmos a unanimidade do Confaz para resolver um problema que foi gerado nos últimos anos e que agora está na pauta do Supremo, sem pensar que implicações isso poderá ter para frente. Isso pode ser resolvido no âmbito do Confaz e quando não puder, tenho certeza de que isso será trazido para o Senado. Aí, sim, aqui, não prevalece a unanimidade, vamos ter uma discussão aberta, informada, não uma discussão somente técnica, de secretários, dada a relevância da questão.

O Senador Suplicy, por último, perguntou como está a agenda da reforma tributária.

Na primeira questão, federativa, estamos tentando construir esse acordo. A União basicamente auxilia. Todos os Secretários de Fazenda estão tentando construir um acordo no âmbito do Confaz, para eliminar essa incerteza jurídica. Estão fazendo o que se chama de convalidação, por uma facilidade, mas o termo jurídico correto não é esse. Na verdade, é uma remissão dos incentivos que existem até hoje, estabelecimento de regras para como esses incentivos vão vigorar para frente.

Dentro desse acordo, também está sendo cogitada a possibilidade de propor uma redução gradual das alíquotas interestaduais, algo distribuído em 8 anos, para dar tempo aos Estados de se adaptarem e com um auxílio ou não por parte da União. Nesse ponto, a União ainda não fechou posição. Estamos discutindo, no âmbito da União, se podemos ou não participar com incentivos nessa transição, até porque também temos nossa limitação orçamentária.

Passando par o âmbito federal – que foi a sua pergunta –, a Presidente Dilma já colocou em vários discursos a questão dos nós, das travas ao crescimento brasileiro, e uma das travas apontadas foi a questão tributária e a questão de preço de insumos básicos.

Então, neste momento, nós estamos trabalhando junto ao Ministério de Minas e Energia em uma análise do preço da energia, tendo em vista a perspectiva de renovação de concessões, como isso pode ser traduzido em uma queda do custo de energia e, principalmente,

para a produção. A energia é um insumo que é utilizado por todos os setores. E também estamos analisando, a pedido, por sugestão de vários setores empresariais da sociedade, a questão dos encargos. Quais encargos ainda devem ser mantidos, quais encargos podem ser reduzidos ou, eventualmente, eliminados.

Essa é uma fase que ainda não tem uma posição definida. Nós devemos ter isso ainda este ano, até pela necessidade de estabelecer as regras para as concessões.

No âmbito do PIS/Cofins, há uma proposta que já foi veiculada e partiu, principalmente, do setor empresarial, de uma simplificação do PIS/Confins, que consiste em fazer com que todas as compras de insumo gerem crédito. Hoje, pela regra do PIS/Cofins, só aqueles insumos utilizados diretamente na produção geram crédito. Chama-se crédito financeiro. Essa proposta simplifica, porque a empresa já não tem mais que separar o que gera crédito e o que não gera. Ela dá mais agilidade. Basicamente, é, para aqueles que trabalham com tributação, fazer com que o PIS/Cofins siga a lógica do IPI e do ICMS, que vai na nota fiscal. Ao invés de preencher uma declaração separando suas contas, como hoje é o PIS/Cofins – que foi proposto pelo setor empresarial –, que se siga a lógica destacando na nota a lógica do ICMS do PIS/Cofins. Isso agilizaria.

Que questão a União está analisando? Obviamente, ao se fazer isso, vai-se aumentar a geração de crédito. Isso implica, na verdade, uma perda de receita. Na verdade, diminui-se a arrecadação líquida do PIS/Cofins, e, por motivos que eu não preciso detalhar, isso depende também do espaço fiscal para que seja feito.

Então, essa proposta foi apresentada ao Governo. Nós estamos analisando. Não há dúvida de que ela simplifica, que ela vai na direção de simplificar, de agilizar a administração das empresas, mas ela tem um impacto, sim, fiscal e também legislativo, porque, até devido à complexidade da legislação do PIS/Cofins, nos últimos anos, desenvolvemos vários regimes especiais para o PIS/Cofins.

Então, há um regime especial do PIS/Cofins para o café; há um regime especial do PIS/Cofins para a carne; há um regime especial do PIS/Cofins para o investimento. Na verdade, qualquer mudança significa revisar tudo isso.

Então, quero dizer que sim. Estamos estudando. Essa é uma mudança na direção correta. Só que ela é muito complexa e ainda não está fechada qual a proposta final, e o Governo ainda não tomou posição quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Nelson Barbosa.

Os Srs. Senadores querem fazer alguma observação?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, inicialmente, quero elogiar a importância desse debate e a riqueza dos dados e apenas examinar uma questão, meu querido Nelson Barbosa.

O Governo, ainda no começo do primeiro mandato do Presidente Lula, apresentou uma proposta de reforma tributária. Naquele instante, estivemos muito próximos de um acordo. Tal qual o Confaz, por falta de concordância de um ou dois Estados, não chegamos a um acordo. Naquela ocasião, a proposta era a de um imposto de valor agregado, a criação do IVA.

Hoje, com esse modelo da Resolução nº 72 – que responde a muitas dessas coisas que estamos tratando aqui –, evita-se a bitributação, permite-se a redução de alíquota e, realmente, o crescimento. Trata-se de uma reforma feita sob o olhar do empreendedor, do investimento, e não dos Estados, do Governo Federal.

A pergunta que faço ao Dr. Nelson Barbosa é: se o Governo mantiver esse caminho, esse parâmetro que foi criado com a aprovação da Resolução nº 72, não seria um caminho, um novo esforço para podermos tratar desse tema? Já que passou em uma Casa e só falta na outra. Ou seja, está muito próximo.

Ali, havia a ideia que V. Ex^a coloca de uma transição, aliás, em até mais de 8 anos. Parece-me que a proposta era de 11 anos. Os Estados chegaram a combinar uma transição de 11 anos, com o qual o setor empresarial também concordou, para garantir segurança.

Discutir o passado para cegarmos ao futuro, isso vai gerar sempre uma insegurança. Nós vamos fazer a remissão – não sei se seria a palavra adequada –, mas e lá na frente, não haverá, de novo, as mesmas disputas que aconteceram de lá para cá? Aliás, boa parte dos conflitos ocorreram com a frustração daquela tentativa. Havia uma data combinada, a data parâmetro. Como não houve avanço, tivemos de discutir o que fazer agora com o que aconteceu, daqui para frente.

Era basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Passo a palavra ao Secretário Mauro Benevides. Cumprimento o Senador Mauro Benevides, Presidente da Casa. É uma honra tê-lo aqui, ainda mais com um filho que muito bem o representa, muito competente.

Com a palavra o Secretário da Fazenda.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO

– Presidente, serei rápido. Usarei somente os três minutos.

Primeiro, quero tranquilizar o Ministro Nelson Barbosa. No Confaz, se, porventura, surgirem, como já surgiram antes, indícios de que o tratamento do endividamento do setor público, de que as redefinições de taxas de juros fossem impactar o passado, o Secretário Calabi não deixará isso acontecer, eu não deixarei isso acontecer, assim como também o Secretário Nelson não deixará. Nós estamos tratando de endividamento daqui para frente, porque isso geraria um impacto nas contas do setor público muito grave para o Governo Federal, e somos sabedores.

Portanto, saia daqui com essa certeza e tranqüilo.

Segundo ponto: o Secretário Calabi falou sobre a crise financeira internacional. Isso me preocupa muito porque tenho uma visão específica sobre isso. E, Senador Suplicy, houve um debate recente na Universidade de Vanderbilt, onde todo ano tenho o privilégio de debater o Brasil e o mundo. Em 2009, a crise foi do setor privado. Os bancos americanos faziam operações de crédito, sobretudo no mercado imobiliário. Não houve retorno, houve a geração de *subprime*, contágio na Europa, comprando *subprimes* podres, depois na Ásia, enfim, liquidez no mercado, contagem mundial, crise. Isso do setor privado.

A crise agora, em 2011, e estão querendo usar as mesmas medidas tomadas em 2009, é de dívida soberana, de dívida do setor público. Portanto, se não houver, como disse o Secretário Calabi, unidade fiscal entre os países, essa crise vai continuar e poderá ter repercussões mais sérias.

Então, é importante que o Brasil, que o mundo tenha ciência do que está acontecendo. Uma coisa é a dívida privada, medidas específicas serão tomadas no setor privado. Dívida soberana, dívida ou endividamento do setor público, outras medidas que a teoria econômica muito facilmente reproduz e que eram importantes; portanto, essa questão estar sendo debatida.

O BIS – Bank for International Settlements tem uma tabela, Sr. Presidente, que mostra o endividamento do setor público nos últimos 30 anos de vários países. Hoje, os Estados Unidos devem mais do que seu PIB; o Japão, 220; a Grécia, 160. Portanto, é uma crise generalizada de dívida soberana. Ou se resolve essa questão, ou isso vai persistir.

Eram as considerações finais que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Secretário Mauro Benevides.

Agora, encerrando definitivamente a nossa audiência pública, com a palavra o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Bom, para responder à pergunta do Senador Wellington e, como acabei esquecendo de colocar, quanto à unanimidade do Confaz, países que têm uma realidade que pode ser comparada com a do Brasil, essa diversidade regional, na União Europeia é exigida unanimidade para decisões quanto a assuntos tributários. Então, ela é parecida com a regra do Confaz, apesar de a tributação acontecer no destino.

Nos Estados Unidos, isso não se aplica, porque toda a tributação já ocorre no destino, no âmbito estadual. Trata-se daquela *sales tax*, imposto sobre vendas que cada estado tem. Então, na verdade, não há essa disputa.

No Canadá, há tributação estadual, mas a regra é dada pelo governo federal. Há uma unificação. Ela delimita.

No Brasil, temos um meio-termo. Temos aqui o Senado, que fixa as alíquotas interestaduais e o máximo e o mínimo; ele delimita o espaço, para que os Estados decidam.

Então, acho que, por isso, nesse aspecto, a unanimidade não é, necessariamente, ruim. Ela pode ser trabalhada dentro dos diversos conselhos e instâncias de decisão.

Sobre a questão da reforma, a proposta que o governo anterior havia enviado era na direção correta, que resolvia vários problemas, só que todas as questões estavam atreladas. Então, na verdade, vimos aquele desafio de que, quando se está tentando resolver tudo em uma iniciativa só, na verdade, juntam-se todos que são contra cada ponto da iniciativa.

Por isso, no Governo da Presidente Dilma, estamos enfrentando os principais pontos sequencialmente ou, como a imprensa chama, a reforma fatiada.

Respondendo à sua pergunta, quando se fala em 11 anos era porque a reforma era mais ampla. Ela incluía não só a questão do ICMS, mas também o PIS/Cofins, Cide, uma consolidação da tributação direta, também, RPJ e CSLL. Então, na verdade, ela era mais ampla, por isso o prazo mais amplo.

Por que usamos 8 anos como referência no caso do ICMS? Porque, também no âmbito do Confaz, está-se chegando a um consenso, que ainda não é total, mas como referência, de que uma alíquota interestadual de 4, que é o que usamos para a guerra dos portos.

Então, isso significa que do 12 para o 4, são 8. Então, nesse caso, seria 1 ponto por ano. É um pouco por isso. Tratando da excepcionalidade, temos o caso da Zona Franca de Manaus, que precisa de um prazo maior. Tem-se o caso do gás da Bolívia, que entra pelo Mato Grosso do Sul, que precisa de um prazo maior. Então, na verdade, esses 8 anos são, mais ou menos, uma referência, porque seria uma redução de 8 pontos na alíquota do ICMS.

Acho que esse próximo passo. Ela vai acontecer. A questão agora é como fazer essa transição. Eu posso dizer que, no âmbito do Confaz, há uma certa concordância de que uma redução da alíquota interestadual vai simplificar a vida de todos e até beneficiar o funcionamento da economia brasileira. Como tudo na economia e na política, o difícil é chegar à transição. É chegar lá. Como chegar a essa alíquota de 4? Como se administra esses custos diferenciados? Para a maioria do Brasil é um ganho, porque essa disputa regional, que é justificada do ponto de vista local, atingiu um ponto no Brasil que virou um jogo que chamamos em economia de jogo de soma negativa: um Estado dá um benefício, aí outro dá outro benefício, para compensar aquele benefício. Os dois Estados arrecadam menos, e as empresas que ficam com os ganhos.

Acho que isso não é preciso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero agradecer ao Ministro Nelson Barbosa; ao Secretário de Fazenda de Santa Catarina, Nelson Antônio Serpa; também quero agradecer ao Mauro Benevides Filho, Secretário de Fazenda do Ceará, e também ao Secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, atuante Secretário de Fazenda. Nós é que sabemos, Senador Suplicy, o homem não brinca em serviço.

O SR. NELSON BARBOSA – O homem que fundou o Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O homem que fundou o Tesouro nacional, o Ministro Nelson Barbosa fez esse registro importante.

Foi muito bom esse debate. Acho que alcançamos os nossos objetivos. Especialmente na discussão do *e-commerce*, ampliamos, falamos também sobre outros temas.

Vou encerrar a reunião lembrando que terça-feira, às 10 horas, haverá reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 01 minuto.)

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia cinco de junho do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presi-

dência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Wellington Dias, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, Antonio Russo e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Roberto Requião, Francisco Dornelles, tendo falta justificada em virtude de esta em missão política, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, tendo falta justificada em virtude de licença médica, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 25ª e 26ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos membros providências da Comissão para economia e modernização dos procedimentos internos. Comunica, também, que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 27 de 2012, de 24 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de abril de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 28 de 2012, de 28 de maio de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de abril de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 30 de 2012, de 23 de maio de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-016.325/2011-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 6 de 2011; e Aviso nº 31 de 2012, de 23 de maio de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-017.628/2011-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 7 de 2011. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação

das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei do Senado nº 461 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera o art. 195 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais, que farão a mesma prova que os originais para todos os efeitos jurídicos”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CCT, na forma das Emendas nºs 3 e 4 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ-CCT e 2-CCJ-CCT. Anunciada a Matéria, o Relator lê novo relatório, com ajustes na análise. Iniciada a discussão, é solicitada vista pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique. O Presidente da Comissão concede vista coletiva aos membros presentes. Item 2– Projeto de Lei da Câmara nº 56 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado Nilson Pinto, que “inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CRA. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, contrário ao Projeto. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 410 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “eleva para cinquenta por cento, nos anos-calendário de 2010, 2011 e 2012, o limite previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 593 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Clésio Andrade, que “dispõe sobre o financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para pessoas de baixa renda”, tendo como Relator o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Re-

gional e Turismo, com Parecer favorável. O Presidente da Comissão designa o Senador Acir Gurgacz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella. Após a leitura do relatório, iniciada a discussão, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Armando Monteiro, Blairo Maggi e Bendito de Lira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto, por doze votos contrários, quatro votos favoráveis e nenhuma abstenção. Votam vencidos os Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Sérgio Souza e Antonio Russo. Vencido o Relator “ad hoc”, o Presidente da Comissão designa, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Aloysio Nunes Ferreira Relator do Parecer Vencedor. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como Relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE-CCJ. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**.

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 25ª e 26ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Informo que a partir da próxima semana iremos ampliar o processo de modernização da CAE. Já não é sem tempo essa modernização aqui.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras que tragam seus *Tablets*, pois teremos apenas poucas pautas impressas para serem entregues aos Senadores e Senadoras que ainda não se adaptaram

ao uso de *Tablets*, ou que porventura tenham esquecido o dispositivo.

A pauta cheia deverá ser impressa por aqueles que queiram tê-la em papel.

Os *e-mails* que enviam o *link* da pauta cheia terão a seguinte frase: “Em conformidade com o plano de modernização das comissões, informamos que as pautas cheias estão disponíveis para *Tablets* no endereço: www.senado.gov.br/comissaoonline.”

A Secretaria da Comissão terá poucas pautas disponíveis para os Senadores e Senadoras que não fizeram uso do *Tablet*, as quais serão entregues somente na reunião.

Essa ação resulta numa grande economia em relação ao uso de papel.

Senador Luiz Henrique, caso seja da sua vontade, você poderá imprimir a pauta cheia acessando o link abaixo: “CAE economizando para preservar o Planeta”. Começou bem, hoje, aqui. Eu nem sabia disso. A burocracia está mudando aqui na CAE.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos, para seu conhecimento: Aviso do Ministério da Fazenda nº27/2012, de 24 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de abril de 2012; tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Aviso nº 28/2012, de 28 de maio de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº9069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de abril de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso nº 30/2012, de 23 de maio de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC016325/2011-7, bem como do relatório e do voto que o fundamentam referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº6, de 2011.

Aviso nº31/2012, de 23 de maio de 2012. O Tribunal de Contas da União encaminhando cópia de Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo TC017628/2011-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam referentes ao acompanhamento de operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº7, de 2011.

Portanto, há avisos do Ministério da Fazenda, do Banco Central e do Tribunal de Contas da União. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

É importante registrar que hoje também, meu caro Senador Cassol, Senador Aloysio, Senador Toninho Russo, às 15h, haverá reunião no plenário da Comissão de Orçamento do Congresso, plenário 4, Anexo II da Câmara dos Deputados – plenário da Comissão de Orçamento. Será uma reunião conjunta das comissões permanentes do Senado, CAE, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, também da Câmara, além, evidentemente, da Comissão de Orçamento. Audiência pública com o Sr. Alexandre Tombini, presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9º, §5º, da Lei Complementar nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando que, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes ao Congresso Nacional, a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal das suas operações, e os resultados demonstrados nos balanços do primeiro e segundo semestres de 2011.

Portanto, hoje, às 15h, reunião conjunta das comissões do Senado e da Câmara no plenário 4, Anexo II da Câmara dos Deputados, reunião conjunta de comissões permanentes do Senado e da Câmara. Portanto, às 15h hoje, com a presença do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, cumprindo as determinações da Lei Complementar nº 101/100, relativa à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isso posto, entramos no Item nº 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2009 – Complementar – Não Terminativo –

Altera o art. 195 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais, que farão a mesma prova que os originais para todos os efeitos jurídicos.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CCT na forma das Emendas nºs 3 e 4 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ;

2. *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ-CCT e 2-CCJ-CCT.*

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

Gostaria de registrar que, a partir das 11h, vamos aqui fazer uma audiência pública – há um requerimento do Senador Aloysio Nunes – com o Ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União.

Portanto, com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, o projeto em tela, do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdoe-me, Senador Armando Monteiro. O requerimento é também da Senadora Ana Amélia, junto com o Senador Aloysio Nunes, fazendo justiça.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A diferença são nove milhões de votos. Eu concordo com V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu fico muito atrás de V. Exª em matéria de competência e de valor parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O projeto em tela, Sr. Presidente, altera o Código Tributário Nacional para permitir a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais que farão a mesma prova que os originais para todos os meios jurídicos.

Não houve apresentação de emendas aqui na CAE e, no mérito, a versão original do projeto propõe-se a dar validade jurídica à digitalização de imagem, ou seja, ao escaneamento de livros e documentos de escrituração comercial e fiscal, de modo a eliminar a armazenagem de milhares de papéis.

Como é sabido, imagens digitalizadas não têm formato, o que dificulta a sua leitura por outros *softwares*.

O propósito da iniciativa parece ser o de incentivar a ampliação do Sistema Público de Escrituração Digital, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.

A nosso ver, a redação da Emenda nº 2 – CCJ/CCT, na parte que altera o art. 14 do Código Tributário Nacional, merece aprimoramento. Ela deve prever que

também os comprovantes dos lançamentos efetuados nos livros em papel ou digitais possam ser mantidos em meio eletrônico e que tanto livros quanto comprovantes conservados em meio eletrônico sejam assinados digitalmente para fins de autenticidade.

Na parte que altera o art. 195 do Código Tributário Nacional, a Emenda nº 2 – CCJ/CCT modifica a expressão “escrituração comercial” para “escrituração empresarial”, por entendê-la mais adequada à unificação das obrigações civis e comerciais promovida pelo Código Civil de 2002.

Pedimos vênua ao ilustre Senador Dornelles para divergir da utilização do adjetivo “empresarial”, que alcança apenas empresários e sociedades empresárias.

Como se pretende que as regras dos parágrafos do art. 195 se apliquem também à escrituração de partidos políticos, associações e fundações, mais apropriado seria empregar o adjetivo “contábil”. Lembramos que a nova redação do §2º do art. 177 da Lei das S/A apartou de vez a escrituração contábil da escrituração fiscal.

Também merece reparo a iniciativa de remeter ao regulamento a fixação das condições de conservação dos livros digitais e dos comprovantes dos lançamentos neles efetuados em meio eletrônico.

É preciso ter em conta que o Código Tributário Nacional é repositório de normas gerais. No caso, a norma geral deve ser a assinatura digital dos livros e comprovantes em meio eletrônico.

Se o arquivo eletrônico contiver imagem digitalizada (resultado de escaneamento), deve-se exigir a certificação, ou seja, a assinatura eletrônica notarial, a fim de prevenir fraudes, como, por sinal, prevê a redação original do projeto.

É o que propomos por meio de emenda.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2009 – Complementar, acolhidas as Emendas nºs 1 e 2 CCJ/CCT, na forma das seguintes subemendas:

SUBEMENDA Nº – CAE À EMENDA Nº 1 – CCJ/CCT

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2009 – Complementar, a seguinte redação:

“Altera os arts. 14 e 195 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para permitir a conservação em meio eletrônico dos livros obrigatórios de escrituração contábil e fiscal e dos comprovantes de lançamentos neles efetuados, bem como para conferir às impressões realizadas a partir do arquivo digital certificado valor probante idêntico ao do documento original.”

SUBEMENDA Nº – CAE À EMENDA Nº 2 – CCJ/CCT

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2009 – 5 Complementar, a seguinte redação:

“Art. 1º Os arts. 14 e 195 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 14.
III – manterem, em papel ou em meio eletrônico assinado digitalmente, os livros e comprovantes dos lançamentos neles efetuados necessários à escrituração de suas receitas e despesas, observado o disposto no art. 195 desta Lei.

.....’ (NR)

‘Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm *aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, qualquer que seja a mídia em que se encontrem, dos empresários e sociedades empresárias, ou da obrigação destes de exibi-los.*

§ 1º Até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram, os livros de escrituração contábil e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados, em sua forma original ou em meio eletrônico assinado digitalmente, exigida certificação eletrônica notarial no caso de imagem digitalizada.

§ 2º As impressões em papel dos livros e comprovantes de lançamentos conservados em meio eletrônico e assinados digitalmente terão a mesma força probante do documento original, respondendo o apresentante, civil e criminalmente, por qualquer tentativa de adulteração.’ (NR)”

É esse o voto, com as emendas, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, os votos do Senador Armando Monteiro sempre são guia muito seguro para as nossas deliberações.

Em relação a esta matéria, eu já havia adiantado a S. Exª que tenho intenção de apresentar uma emenda. Por isso, peço vista, nesta reunião, já passando às mãos do Senador Armando Monteiro a emenda que pretendo apresentar para que ele possa já examiná-la.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Pois não, Senador Aloysio.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) –

Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vistas coletivas. Nós pautaremos esta matéria na reunião da próxima terça-feira. *(Pausa.)*

Ah, não. Então, não vai ser terça-feira. Será na próxima reunião deliberativa, porque, na próxima terça-feira, às 10h, teremos aqui o Ministro Tombini, Presidente do Banco Central. É um replay. Só aqui mesmo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É, mas é o mesmo lero, é a mesma coisa. O que vai falar lá vai falar aqui. Ele vem. Vai ter que mudar alguma coisa, Senadora Ana Amélia, mas a palestra, a posição deve ser a mesma, até as telas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Mas a esperança é que os fatos também mudem, a dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Exato. Todos nós esperamos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 56, DE 2007

– Não Terminativo -

Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Autoria: Deputado Nilson Pinto

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Contrário ao Projeto.

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CRA

Com a palavra o laborioso Relator Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Econômicos examina, neste momento, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 56, de 2007, de autoria do Deputado Nilson Pinto, que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

A matéria está composta por dois artigos. O art. 1º da proposição equipara aos produtores rurais os produtores de peixes, crustáceos e demais organismos de água doce ou salgada, pessoas físicas ou jurídicas, que se dedicam à produção ou industrialização

de pescados cultivados. No art. 2º, a proposta define a cláusula de vigência da norma.

Em sua tramitação no Senado Federal, o projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde foi apresentado o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho e o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, que elaborou o voto do vencido.

A matéria foi anunciada em plenário, mas, antes de sua apreciação, aprovou-se o Requerimento nº 1.462, de 2011, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicitou adiamento da votação, para que fosse ouvida esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Distribuída a matéria, não foram apresentadas emendas na CAE, no decurso de prazo regimental.

Do voto.

Pelo exposto, recomendamos a rejeição do PLC nº 56, de 2007.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Raupp.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 410, DE 2009

– Terminativo -

Eleva para cinquenta por cento, nos anos-calandário de 2010, 2011 e 2012, o limite previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1, 2 e 3, que apresenta.

Lembro que o projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado, por isso solicito às Senadoras e aos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que compareçam à sala das reuniões, para que...

Nós já temos dois projetos... Os próximos dois projetos são votações terminativas.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, é sempre muito fácil relatar um projeto

de autoria do Senador Dornelles, porque as minhas posições são sempre convergentes.

Mas S. Ex^a nos solicitou, tendo em vista a ausência dele nesta reunião, que pudesse retirar o projeto de pauta. Com certeza, ele quer participar da reunião que vai garantir a aprovação do projeto.

Pensei que a melhor forma de homenageá-lo fosse exatamente fazer já a aprovação, mas ele solicitou a retirada de pauta do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o item 3 será objeto de votação na próxima reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, hoje, às 14 horas, foi agendada a reunião da Comissão Mista que apreciará a Medida Provisória de S. Ex^a, Sr^a Presidente, a respeito do Código Florestal, para a instalação dela.

Na condição de membro menos jovem da Comissão, eu a presidirei. E, nessa condição, quero solicitar aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores que integram essa Comissão Mista que compareçam, às 14 horas, à sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, que serve à Comissão de Assuntos Sociais.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Feito o registro, essa medida provisória é oriunda dos vetos ao Código Florestal, portanto é de extrema relevância, importância.

A Comissão Mista é presidida pelo Senador Luiz Henrique, que fez um trabalho exemplar, quando essa matéria foi aqui discutida, analisada e votada no Senado Federal.

Portanto, uma vez retirado de pauta o item 3, por solicitação do Senador Dornelles, apesar da vontade do Senador Armando Monteiro de relatar o projeto e de aprová-lo, vamos para o último item, item 4.

O item 5 o Relator, Senador Waldemir Moka, solicitou a retirada para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 86, DE 2004

– Terminativo -

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE;

2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE-CCJ.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vamos analisar o último item da pauta para depois começarmos a audiência pública.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 593, DE 2011

– Terminativo -

Dispõe sobre o financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para pessoas de baixa renda.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável.

Como o Senador Zeze Perrella não se encontra presente, indico o Senador Acir Gurgacz como Relator *ad hoc*. O Senador Acir Gurgacz já chegando e relatando o item nº 4.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Acir Gurgacz, o homem que abre as reuniões da Comissão de Agricultura às sete horas da manhã. Aliás, agora às seis e meia da manhã.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Vamos mudar esse horário, porque está muito tarde. O Senador Blairo Maggi está pedindo que comece às seis e meia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 593, de 2011, de autoria do Senador Clésio Andrade, que destina parte do produto

da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), na forma da lei orçamentária, ao financiamento da obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

A nova modalidade de financiamento destina-se a indivíduos cuja renda familiar mensal, devidamente comprovada perante o órgão de trânsito competente, não ultrapasse R\$ 1.635,00. Para tanto, a proposição altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que “institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências”.

Vou para o voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, voto pela aprovação do PLS nº 593, de 2011.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, pela objetividade de V. Ex^a.

A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, em que pese o nobilíssimo propósito do autor do projeto, tenho para mim que a Cide não deve se prestar a pagar Carteira Nacional de Habilitação. Um País que está com a sua infraestrutura de tal maneira danificada, especialmente a sua infraestrutura rodoviária, os jornais deste fim de semana já dão conta que metade das rodovias federais do Brasil está em petição de miséria, creio que a Cide deve ser destinada a esta finalidade: financiar investimentos em infraestrutura.

Para a habilitação para pessoas pobres, há programas sociais para isto: Brasil Sem Miséria e outros tantos. Se pegarmos o calendário de programas sociais, a quantidade de siglas que temos, seguramente em uma delas haverá espaço para atender a essa necessidade de emissão gratuita de carteira de habilitação. Mas vamos preservar a Cide para a finalidade para a qual ela foi instituída.

Portanto, eu voto contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O projeto ainda está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, sei que V. Ex^a não está com olhos para mim, mas estou presente. Vou na mesma linha do Senador Aloysio Nunes Ferreira: concordo plenamente.

A Cide não seria para esse fim, embora bastante meritório. Temos vários programas sociais que podem contemplar isso e de uma maneira até mais eficiente.

Por esse motivo também sou contra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, embora entendendo os elevados propósitos que inspiraram o autor, concordo inteiramente com a linha de argumentação do Senador Aloysio e do Senador Cyro, a Cide não deve ser utilizada para esse fim, mas para recuperar a malha rodoviária deste País que anda muito deteriorada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, também na mesma linha, quero manifestar meu voto contrário. Temos muito mais buracos para tapar nas rodovias do que imaginamos. Sei que o dinheiro não é muito, mas são os precedentes: uma hora será para a carteira de motorista, outra hora para curso, outra hora para aquilo, quando vermos, não teremos mais os recursos disponíveis. Aliás, a Cide tem sido mudada frequentemente. Quando o Governo pretende fazer algum novo programa, ele retira da Cide, retirando novamente recursos dos Estados e dos Municípios que já são carimbados para fazer as rodovias estaduais. É o único dinheiro federal que temos para rodovias estaduais nos Estados brasileiros. Portanto, quero acompanhar o voto dos demais colegas pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, ouvi a manifestação de diversos companheiros e também vou entrando nessa mesma faixa. Primeiro, porque já temos dificuldades com a Cide, porque ela não é suficiente para atender às demandas e ao que acontece nas rodovias, nos Estados por aí fora. Logicamente que não vamos poder utilizar recursos, que já são poucos, para complementar ou para financiar ou para melhorar ou para dar carteira de motorista. Logicamente que desvirtua totalmente o sentido da Cide. Por essas razões, também sou totalmente contrário ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queira discutir, vou colocar em votação. Votação nominal.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –
Contra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Contra. Não.
Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) –
Conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Voto conhecido: a favor.
Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) –
Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Vota contra. Não.
Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) –
Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Sim.
Já estava virando para 3 a 1, com o do Wellington.
Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)
– Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Não.
Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) –
Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Não.
Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) –
Contra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Não.
Senador Casol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Não.
Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –
Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Sim.
Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada
por me dar o voto: não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) –
Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Não.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/
PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Não.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) –
Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Não.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB –
PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Não.

Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) –
Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – A favor. Sim.
Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Não. Contrário ao projeto.

Resultado: 12 votos “Não” e 4 votos “Sim”.

Portanto, a Comissão rejeita o projeto.

Vencido o Relator, designo, nos termos do art. 128
do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador
Aloysio Nunes Ferreira relator do parecer vencedor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/
PSDB – SP) – Agora mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/
PT – MS) – Não. Já está resolvido.

O Item 5, a pedido do Senador Moka, foi retirado
de pauta. É o projeto que dispõe sobre a isenção de
imposto sobre importação incidente sobre instrumen-
tos musicais adquiridos por músicos.

Portanto, está encerrada esta reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião
é encerrada às 11 horas e 09 minutos.)*

**ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, EXTRA-
ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔ-
MICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE
2012, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19
DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às onze horas e nove minutos do dia cinco de
junho do ano de dois mil e doze, na sala número de-
zenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Pre-
sidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a
Comissão de Assuntos Econômicos com a presença

dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Acir Gurgacz, Wellington Dias, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Ivo Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, Antonio Russo e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Roberto Requião, Francisco Dornelles, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política fora de Brasília, João Vicente Claudino, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 27ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, esclarece que a presente reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir o Aviso nº 76 de 2011, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, referente à auditoria que analisou a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 10 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, tendo como expositor o Sr. José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Lobão Filho, Eduardo Suplicy, Blairo Maggi, Ivo Cassol e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

– Senador **Delcídio do Amaral**

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Audiência Pública

Assunto/Finalidade:

Discutir o Aviso nº 76 de 2011, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, referente à auditoria que analisou a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura.

Requerimento(s) de realização de audiência:

– RQE 10/2012, Senadora Ana Amélia e outros
Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s)

matéria(s):

– AVS 76/2011, Tribunal de Contas da União

Convidados:

• José Jorge

Ministro – Tribunal de Contas da União

S. Ex^a, que é Ministro do Tribunal de Contas da União e ex-Senador, já se encontra na Secretaria da Comissão. Peço aos Senadores Ivo Cassol e Aloysio Nunes Ferreira que conduzam o convidado ao plenário da Comissão. *(Pausa.)*

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas.

S. Ex^a, o Ministro José Jorge, terá trinta minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos. A palavra aos Parlamentares será concedida na ordem de inscrição. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

O Ministro José Jorge acaba de chegar aqui.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) –

Se me permite, Sr. Presidente, quero, primeiro, das as boas-vindas ao nosso querido Senador e hoje Ministro do Tribunal de Contas da União José Jorge. É uma satisfação poder ouvi-lo aqui como Ministro do Tribunal de Contas sobre tema tão importante.

Mas gostaria, Sr. Presidente, de agradecer sua atenção por ter marcado para o próximo dia 26 de junho audiência pública, a segunda da sequência, sobre o programa Brasil sem Miséria. Quero informar que o Professor Guy Standing, da Universidade de Bath e um dos fundadores da *Basic Income Earth Network*, confirmou a sua presença aqui dia 26. Foram convidados também o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, professores João Sabóia, Fábio Waltenberg e Marcelo Neri. Então, queria confirmar que será aqui realizada essa importante audiência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só confirmando: em função de requerimento do Senador Eduardo Suplicy, em 26 de junho teremos essa audiência pública.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu passo a palavra agora para o Ministro José Jorge.

Ministro, V. Ex^a é da Casa, V. Ex^a continua aqui em nossa Casa, o Senado Federal. É uma honra muito grande tê-lo aqui, agora como Ministro do Tribunal de Contas da União, para falar sobre um tema fundamental: as agências reguladoras de infraestrutura, que V. Ex^a conhece muito bem, tanto agora, como Ministro do TCU, como Ministro de Estado.

Esta audiência pública se realiza para discutir o Aviso nº 76 do Tribunal de Contas da União.

Ao passar a palavra ao Ministro José Jorge, desejo-lhe nossas boas-vindas. É uma honra muito grande tê-lo aqui em nossa Casa, que é de V. Ex^a também.

O SR. JOSÉ JORGE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, em primeiro lugar cabe agradecer o convite da Comissão do Senado para que viéssemos debater aqui esse acórdão elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

Gostaria de dizer também que estou feliz por estar aqui de volta. Eu, na realidade, passei 24 anos da minha vida no Congresso, 16 na Câmara e 8 no Senado, e estou há apenas 3 anos no TCU. Então, minha cabeça é muito mais de congressista que de Ministro do TCU. Eu agradeço e vou procurar ser objetivo para que a gente possa, rapidamente, chegar às conclusões da...

Em primeiro lugar, gostaria de dizer – como todos sabem – que esta é uma auditoria sobre a governança das agências reguladoras de infraestrutura. Eu fui o Relator desse acórdão. O acórdão a que chamamos de 2261/2011 e que foi, então, encaminhado aqui para o Senado Federal e aqui para a Comissão.

Na realidade, as agências reguladoras são acompanhadas pelo Tribunal desde sua criação. O controle, no Tribunal de Contas da União, é realizado por duas secretarias especializadas. São a Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação... Na realidade, é a Secretaria I e a Secretaria II: uma cuida de transporte e saúde complementar e a outra cuida de energia que inclui petróleo e gás e telecomunicações.

Essa auditoria avaliou a governança regulatória nestas quatro dimensões: primeiro: competências regulatórias; segundo: da autonomia das agências; terceiro: dos mecanismos de controle, e quarto: dos mecanismos de gestão de risco e de AIR. Essa auditoria foi solicitada pelo Congresso nacional, através da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. As agências que foram fiscalizadas foram estas (são sete agências da área de infraestrutura): a Aneel – energia elétrica; a ANP – petróleo; Anatel – telecomunicações; ANTT – transporte terrestre; Antaq – transporte aquaviário; Anac – aviação civil, e Ana – Agência Nacional de Águas.

Competências Regulatórias.

Como estão definidas as competências dos atores que participam da atividade regulatória?

A ideia era verificar se havia sobreposição ou se havia lacuna de competência regulatória. Chegou-se à conclusão de que não havia nem lacuna nem sobreposição significativas. Um exemplo de sobreposição é na área de transporte aquaviário a competência similar desenvolvida por mais de um órgão, por exemplo: na definição de tarifas portuárias. Nisso aí se envolvem a Antaq, as autoridades portuárias e os Conselhos de Administração Portuária. Então, há uma certa sobreposição de atuação.

Na Anatel, havia um debate – isso seria na área de lacuna – acerca da competência da agência para estabelecer sanções à prestadora de serviços de radiodifusão sobre questões relacionadas ao uso de espectro de frequências. Essa questão foi solucionada após essa auditoria. Foi feito um convênio entre o Ministério das Comunicações e a Anatel, de tal maneira que ficou definido que a Anatel fará essa fiscalização.

A próxima pergunta é a seguinte: Como estão definidas as competências dos atores que participam da atividade regulatória?

Em termos gerais, os conselhos setoriais não têm sido capazes de fornecer diretrizes estratégicas que orientem os entes reguladores e delimite objetivos de longo prazo a serem atingidos. Na realidade, em cada setor de infraestrutura, a ideia é que existisse um conselho, onde estariam sentados todos os atores, e se definisse a política de longo prazo para aquele setor, cabendo ao governo (do dia, vamos dizer) e às agências darem continuidade a essa política.

Na realidade, o caso mais explícito é o chamado Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – Conit. Ele foi criado em 2001, passou oito anos inoperante (sem funcionar de 2001 até 2009) e se reuniu, pela primeira vez, no dia 24/11/2009. E, pelo que sei, não se reuniu mais... Então, na realidade, é um Conselho que foi criado, um Conselho importante porque, na verdade, a ele caberia integrar todos os modos de transporte – e isso em transporte é muito importante, pois transporte usa diversos meios – e não se reúne... O Conselho Nacional de Política Energética, CNPE, que eu e o Ministro conhecemos melhor, já foi bastante ativo, mas nos últimos dois anos ele tem se reunido menos do que se reunia antigamente. Ele também é importante para definir uma série de questões, tanto na área de energia elétrica, como também na área de petróleo, porque é o CNPE que autoriza os leilões para definir áreas para terem exploração de petróleo.

Como foi aprimorar a questão? Isso foi encaminhado uma recomendação à Casa Civil para que ado-

te as medidas para que esses Conselhos voltem a se reunir e voltem a examinar essas questões.

Outra questão é sobre a questão da autonomia financeira das agências. Na realidade, para que as agências funcionem de forma correta elas têm que ser autônomas e, para que elas sejam autônomas, elas têm que ter autonomia financeira também. Na realidade, para algumas agências, quando foram criadas, foram criadas algumas taxas chamadas, de uma maneira geral, de taxa de fiscalização, o consumidor paga... Por exemplo, quando pagamos a conta de energia nós pagamos uma taxa para que esse dinheiro vá para a Aneel e a Aneel fiscalize, use aquele dinheiro para fiscalizar aqueles prestadores de serviço.

Também no caso da Anatel, quando você paga a conta de telefone e de Internet, você paga também essa taxa para um fundo que deveria ir todo para a Anatel para realizar uma série de programas, basicamente para melhorar o funcionamento daquele setor.

A primeira questão é essa. As propostas orçamentárias da agência são inseridas dentro da proposta dos respectivos Ministérios vinculadores. Assim, o Ministério tem grande poder de decisão na descentralização dos recursos das suas agências e isso possibilita interferência na autonomia das agências por vias orçamentárias. Quer dizer, o que a gente defende lá no TCU é de que as agências não tivessem sua proposta orçamentária encaminhada via o Ministério respectivo, todas as agências tivessem suas propostas orçamentárias encaminhadas, por exemplo, via Casa Civil ou via um órgão centralizador para que se mostrasse exatamente que uma coisa é o Ministério e a outra coisa é a agência que trata daquele respectivo setor. Mas hoje os recursos da agência são via o Ministério. As agências, mesmo as que arrecadam receita própria suficiente para seu financiamento – é o caso da Aneel e da Anatel – estão sujeitas ao contingenciamento e às liberações intempestivas de recursos. Quer dizer, mesmo o recurso próprio da agência é contingenciado, vou mostrar aqui.

Isso aqui é qual grau de autonomia financeira da agência, isso aí é a despesa liquidada das agências, ano a ano. Esse pico do gráfico é o fim do ano. O que se verifica é o seguinte: o Governo segura o dinheiro das agências até o final do ano e só libera quando está pertinho do fim do ano. Então, significa que esse dinheiro fica fazendo caixa o ano inteiro, quando chega no mês de novembro e dezembro é que libera o dinheiro, o que, de certa maneira, prejudica o funcionamento da agência.

Isso aí é a questão entre despesas autorizadas, despesas liquidadas e reserva de contingência. Esse gráfico maior, o verde, que está mais alto, é o que o

Governo contingencia. Quer dizer, a despesa autorizada normalmente é esse de baixo. Quer dizer, o menor é o que foi efetivamente o gasto, o outro que foi autorizado. Isso é, grande parte dos recursos arrecadados pelas agências são contingenciados.

Então... Bom, vou concluir. Isso aí é o caso da ANP. A ANP é das que mais arrecadam o dinheiro, porque ela também arrecada quando vende aquelas áreas de petróleo. Então, neste caso, esses gráficos, o azul e o vermelho, são exatamente aquilo que é contingenciado e esses baixinhos aí, esses pequeninhos, são aquilo que é gasto. Então, na realidade, ou se está cobrando, ou tem que se mudar. Aparentemente, no caso da ANP, há mais recursos do que seriam necessários. Então, isso tem que ser corrigido para que seja dada uma outra utilidade a esse recurso.

E, no caso da Aneel, já é uma situação melhor, porque a Aneel não vende nada – vamos dizer assim – é basicamente recurso da taxa de fiscalização, mas, mesmo assim, mais da metade é contingenciado, cerca de 56% do recurso total são contingenciados.

Qual o grau de autonomia financeira? Como aprimorar?

Primeiro, a criação de mecanismos formais que propiciem maior estabilidade e maior previsibilidade à descentralização de recursos para a agência. Isto é, a agência deveria receber o seu dinheiro como uma espécie de mensalidade. Quer dizer, receber mais ou menos a mesma coisa a cada mês, e não concentrar tudo no final do ano.

Segundo, desvincular os orçamentos das agências dos respectivos ministérios vinculadores. Quer dizer, a Anatel, por exemplo, não deveria ter seu orçamento vinculado ao do Ministério das Comunicações, nem a Aneel ao do Ministério de Minas e Energia. Esses orçamentos de agências deveriam ser um capítulo à parte do orçamento nacional, para ficar mais claro isso.

É recomendável que se adotem providências no sentido de incrementar a receita própria das agências deficitárias, porque há algumas agências que não têm recursos próprios. No caso das superavitárias – basicamente Aneel, Anatel e ANP –, realizem análise acerca dos valores das taxas de fiscalização praticadas e das sanções impostas. Isto é, na Aneel, se está sobrando dinheiro da taxa de fiscalização, essa taxa afeta diretamente a tarifa. Então, essa taxa de fiscalização deveria ser diminuída. Ela começou com determinado valor, depois deveria ir sendo corrigida no sentido de que se arrecade exatamente aquilo que se necessita, e não que se arrecade mais para ser contingenciado. De modo que as taxas de fiscalização sejam diminuídas, para não onerar demais os setores e buscar que os valores das multas sejam compatíveis com as in-

flações praticadas, mantendo-se, contudo, o caráter punitivo dessas sanções.

Outra questão é a das multas. Muitas vezes – eu conheço melhor o caso da Aneel – se fazem multas com valores exageradamente altos, o que faz com que as empresas ou as pessoas que são multadas vão para a Justiça e terminem ganhando lá.

Eu vou contar só um caso aqui, para esclarecer. Eu já fui Presidente da CEB, uma empresa de energia, e lá a empresa foi multada uma vez porque um funcionário arrancou duas páginas de um processo. Com esse negócio de falta de luz, a CEB tinha que pagar uma indenização por uma besteira qualquer. Tinha queimado uma televisão ou uma geladeira de alguém, e o funcionário achou que o cara estava sendo desonesto lá; aí arrancou duas páginas do processo. A Aneel tinha tirado uma cópia e descobriu; então, obrigou a CEB a punir o funcionário.

Nós o punimos, demos um mês de suspensão ao cara. Mas, assim mesmo, ainda fomos multados, se não me engano, em R\$10 milhões. Foi uma multa assim. Foi mais do que isso, eu acho. Nós tivemos que recorrer na Justiça. Quando chegou à Justiça, ela deu ganho causa para a gente, achou que a multa não tinha a ver com o erro que tinha sido cometido pelo funcionário. Então, tem que haver um pouco de bom-senso.

A gente fez também uma auditoria, o Tribunal de Contas da União, sobre a questão do pagamento de multas e verificou-se que se paga muito pouco das multas, muitas vezes, porque a multa é exageradamente alta.

Autonomia – mecanismos e instrumentos usados para garantir a autonomia decisória. Os critérios formados para indicação e nomeação de dirigentes das agências são subjetivos, contrastando com o caráter técnico do cargo que esses dirigentes ocupam.

Extrema relevância do processo de sabatina no Congresso. Nós achamos que aqui no Congresso Nacional essa questão da nomeação dos dirigentes das agências é uma questão de muita importância. São cargos eminentemente técnicos, que devem ser preenchidos com muito cuidado. E como todos os dirigentes de agências passam aqui, particularmente pelo Senado, é muito importante que se dê cada vez mais importância a essa aprovação que se faz aqui no Senado.

Eu inclusive fui Presidente da Comissão de Infraestrutura quando era Senador. Na realidade, nós temos que aprimorar muito a questão da aprovação desses nomes, porque hoje, com a Internet, é muito fácil nós verificarmos o currículo completo de uma pessoa. A gente, quando faz o próprio currículo, só coloca o lado bom, não coloca o lado ruim. O que se fez de

errado a gente não vai colocar. Mas o Google coloca. Então, se eu colocar o nome de qualquer pessoa lá – por exemplo, José Jorge, o meu nome –, vai sair tudo o que ela fez de bom e de ruim. Na realidade, isso é muito importante para você avaliar; é muito mais fácil para avaliar.

Eu me lembro de que, quando eu era Senador, uma moça foi nomeada diretora da Aneel e depois a gente verificou que ela tinha sido reprovada num concurso para a ANP. Como é que pode alguém ser diretora da Aneel se acaba de ser reprovada num concurso da ANP? Aí eu mandei chamá-la. Na realidade não era bem assim. Ela explicou lá que ela tinha desistido no meio, etc., e pôde ser nomeada. Mas a gente viu onde? No Google. A gente colocava no Google e aparecia tudo isso.

Então, a ideia é que seja adotada uma rotina mais rigorosa para que esses nomes sejam aprovados. Porque não é só para rejeitar o nome de a, de b e de c, é só para dar o exemplo. Todo mundo sabe que, se for uma rotina rigorosa, alguém não quer nem se candidatar, porque já sabe que não vai passar.

Há mecanismos e instrumentos hábeis a garantir – a quarentena dos dirigentes da agência é curta para os moldes internacionais. Os dirigentes da agência aqui têm uma quarentena de quatro meses – quatro ou três? Quatro. Nós estamos sugerindo que essa quarentena seja de um ano, que é, inclusive, recomendado pela OCDE como prazo mínimo de quarentena para dirigentes de agência.

À exceção da Anatel, não estão claros, no regulamento da agência, os critérios para substituição dos conselheiros e diretores em seus impedimentos e afastamentos regulamentares, ou ainda no período da vacância que antecede a nomeação dos novos conselheiros ou diretores. Termina que o art. 10 da lei tal determina que o regulamento de cada agência determine essa questão.

Na realidade, é o seguinte: muitas vezes as agências ficam sem diretores, isso é muito comum. Às vezes, até ficam sem a quantidade mínima de diretores. E é uma questão interessante porque, na maioria dos casos, são mandatos que vão terminar com o prazo já determinado, já se sabe quando ele vai terminar. É feito aquela anedota que se conta sempre, do sujeito que foi pedir dinheiro emprestado a outro e diz assim: – Fulano, você me empresta quinhentos reais aí, porque minha mulher vai ter menino no fim do mês e eu estou desprevenido. Aí o cara diz: – Poxa, você que já sabe disso há nove meses está desprevenido, imagine eu que estou sabendo agora.

Então, é uma situação como essa, quer dizer, essas agências, todo mundo já sabe quando vai acabar

o mandato, porque o mandato tem um período fixo, então não tem como, deveriam nomear os substitutos com antecedência; antes até de terminar o mandato, deveriam mandar as indicações aqui para o Senado.

Agora mesmo teve aquela questão da Antt, em que foi rejeitado aqui o nome de um dos diretores e, com isso, tirou-se o nome de mais dois, parece, e a agência ficou sem diretor. Então, foi baixado um decreto para que duas pessoas fossem lá responder pela diretoria. Mas nem em todas as agências isso está regulamentado. Por exemplo, na Antac houve uma paralisação decisória de dezembro de 2005 a junho de 2006, porque não havia diretores.

Quando eu era Senador, eu apresentei um projeto de lei – não sei se você se lembra – que virou uma PEC, a PEC nº 66, de 2005, dizendo o seguinte: se passassem 90 dias, 90 dias antes de vencer o prazo, se o Governo não indicasse ninguém, o Senado indicaria. Apresentei um projeto de lei e, depois, a gente chegou à conclusão de que o projeto de lei era inconstitucional, porque é uma questão da origem, tinha que ser de origem do Executivo, e aí nós o transformamos nessa PEC nº 66, de 2005. Essa PEC chegou a tramitar aqui, foi aprovada aqui na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Infraestrutura, se não me engano foi até aprovada em primeiro turno, mas aí foi quando meu mandato acabou e eu também esqueci. Porque, na realidade, era um pouco de exagero. Eu apresentei mais como uma forma de protesto, porque não se nomeava os diretores no tempo certo. Mas o ideal é que o Executivo mesmo nomeie no tempo certo.

Então, a questão é essa: disciplinar claramente, no regulamento das agências, a forma de substituição dos conselheiros e diretores. Quer dizer, cada agência tem que colocar no seu regulamento, para evitar que ela fique acéfala, vamos dizer, fique sem capacidade de decisão. Porque isso já aconteceu muitas vezes, inclusive na ANP, na Antac, na Aneel, em muitas delas, e não só faltar um diretor, mas faltar a maioria dos diretores e aí ficar sem a capacidade de decidir. E, na impossibilidade de fixar prazo, que indique nomes na hipótese de vacâncias previsíveis, que são aquelas quando acaba o mandato.

Não há políticas específicas para a divulgação dos principais atos e decisões regulatórias e seus impactos. Aí fica o desconhecimento da sociedade quanto ao papel das agências.

A questão que existe é a seguinte: na publicidade ao Sial, hoje em dia, ou já há algum tempo, ela é toda centralizada na Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República. Então, com isso, na realidade, as agências ficam sem possibilidade de utilizar os meios de

comunicação para se comunicar com aquele público alvo. Por quê? Porque a agência não é um órgão do governo, mas do Estado. Coloca-se a publicidade dela dentro da publicidade do governo, mas a forma que ela precisa da publicidade é diferente. Nós achamos que a publicidade das agências tem que ter um grau de autonomia maior em relação ao governo do que de um órgão que seja do próprio governo. A Petrobras, por exemplo, é uma empresa que tem acionista privado, mas é controlada pelo governo, que tem maioria. O que o Dnit, o Ministério dos Transportes, enfim, qualquer outro órgão quer pode estar dentro da política geral do governo, mas a agência não. Ela tem que dizer algumas coisas que não estão dentro da política geral do governo. Então, seria necessário que, nessa questão da publicidade, elas tivessem um orçamento próprio e também certa autonomia para definir a sua política. Há necessidade de que a política publicitária da agência tenha uma maior autonomia em relação ao governo e que os esforços pontuais de divulgação, pelos órgãos reguladores, de decisão tenham maior repercussão. Algumas decisões do órgão devem ter uma divulgação específica.

Como aprimorar?

– Estruturação de políticas voltadas à ampla divulgação das ações das Agências, principalmente aquelas de maior impacto social, com foco e linguagem adequados (recomendação às agências).

– A falta de transparência do processo decisório de algumas Agências prejudica o acompanhamento de suas ações.

Na realidade, nesse caso a gente verificou que apenas a Aneel tem uma situação no ponto de vista do seu processo decisório mais estruturado. Na Antaq, por exemplo, não havia nem calendário de reunião e pauta prévia às sessões da diretoria – quer dizer, não se sabia nem a pauta da reunião. Na realidade, a sociedade que acompanha isso tem que saber aquilo que essas agências estão decidindo, mas havia dificuldade para se acompanhar reuniões de diretoria de praticamente todas, menos a Aneel. Na Anatel não era elaborada a ata de algumas reuniões e havia dificuldades em se buscar informações em sistemas on-line. A Aneel pode ser tomada como referência porque faz prévia divulgação da pauta das reuniões e transmite, ao vivo, pela internet, as sessões deliberativas da Diretoria. Qualquer pessoa em qualquer ponto do País pode acompanhar uma reunião da Aneel. As reuniões da diretoria são previamente agendadas em calendário anual emitido por uma portaria. Portanto, ela está mais estruturada.

– Estabelecimento de requisitos mínimos de transparência de seus processos decisórios, tendo

por objetivo os procedimentos adotados pela Aneel (recomendação às agências).

– Ausência de padronização dos processos de audiências e consultas públicas.

Tudo que é decidido pelas agências, ou praticamente o que é mais importante, é fruto de audiências e consultas públicas, mas não há uma padronização dos processos de audiências e consultas públicas. Já é tempo de se padronizar essas audiências. Não há, por exemplo, uma disciplina de quais documentos devem ser disponibilizados para fundamentar a proposta regulatória apresentada em audiência ou consulta pública. A agência faz uma proposta, essa proposta vai para internet e todo mundo pode opinar, às vezes em uma reunião ao vivo, mas, em alguns casos, são disponibilizadas somente as minutas da resolução, sem qualquer documento técnico que justifiquem a proposta. As agências têm que apresentar a proposta e a justificativa daquela proposta.

Como aprimorar essa questão? Com a padronização mínima das audiências/consultas públicas entre as agências e o estabelecimento de prazos razoáveis para disponibilização dos relatórios de análise das contribuições recebidas em audiências/consultas públicas (recomendação às agências). Se eu faço uma sugestão, mesmo que minha sugestão não seja aceita, eu tenho que receber uma resposta, com justificativa, dizendo por que minha sugestão foi ou não foi aceita.

Ainda não há processo de gerenciamento de riscos nas Agências. Hoje em dia esse gerenciamento de risco é baseado no conceito de que todas as decisões que você toma na vida, nas agências, principalmente, estão sujeitas ao risco de você errar. Isso acontece nos outros países. Existem áreas mais sensíveis, em que, se houver erro, o resultado é pior, a falha pode trazer um efeito muito grande. Isso tem que ser gerenciado, tem que haver controle sobre esse risco. Aqui se está começando, mas ainda não há. Se não me engano, só na área de saúde é que já se faz alguma coisa nessa linha.

Não há também análise do impacto regulatório, que se baseia no fato de que cada medida que você toma, cada medida regulatória que você toma gera um impacto financeiro, impacto ambiental. Todos os impactos têm que ser analisados junto com a medida, têm que ser explicitados junto com a medida. Por exemplo, vamos supor que, em São Paulo, se queira mudar toda a fiação de distribuição de energia para fazê-la subterrânea, como é aqui uma área de Brasília. Isso tem custo, vantagem e desvantagens. Se for tomada essa decisão, têm que ser analisados todos esses aspectos. Isso é o que se chama de análise do impacto regulatório, que tem que ser explicitado an-

tes ou pelo menos em conjunto, para que a sociedade possa analisar se a ação será correta ou não.

O PRO-REG é um convênio que o Governo Federal tem com o Banco Mundial, se não me engano, para exatamente melhorar a atividade dessas agências. É administrado, se não me engano, pela Casa Civil.

Por último, é importante a aprovação do PL nº 3.337, de 2004, que é de autoria do Poder Executivo e regulamenta essa questão das agências. Ele foi enviado em 2004 – portanto, há oito anos. Ele está na Câmara. Já teve relator, já tiraram o relator, já mudaram o relator. Até agora não foi aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É prioridade zero, não é?

O SR. JOSÉ JORGE – Normalmente aqui os projetos que são de autoria do próprio Legislativo sempre têm uma tramitação mais demorada, porque às vezes a ideia é de uma pessoa só, vamos dizer, e os que são encaminhados pelo Executivo normalmente têm uma tramitação mais rápida, mas esse não só não foi aprovado, como também ninguém fala mais nele. Há meses ou ano, sei lá, eu não ouço mais falar nele. De vez em quando ele aparece na mídia e, depois, sai.

Ele é importante, porque alguns pontos que nós tratamos na auditoria estão também tratados nesse processo. Seria uma maneira de, em sendo aprovado na Câmara e vindo para o Senado, essa questão ser, inclusive, discutida de forma bastante objetiva, em cima de um projeto de lei que foi encaminhado pelo Executivo.

Passo às considerações finais.

Na realidade, o TCU, por exemplo, existe há 132 anos, e isso é muito importante. O Congresso acho que até mais. Isso é muito importante porque você vai criando toda uma cultura, vai criando costas largas para levar pancada, para ser criticado, etc. As agências reguladoras são muito novas. Elas existem há pouco mais de 15 anos. Imagino que seria muito importante, que nós, no TCU, o próprio Congresso Nacional e o Governo tivéssemos presente a ideia do fortalecimento das agências e da legitimação das agências. Por quê? Porque a agência é muito importante. Cada vez que um setor passa a ser gerenciado pelo setor privado, e até mesmo pelo setor público, o papel da agência vai ficando cada vez mais importante, porque ela pode servir de equilíbrio entre aquela pessoa que presta o serviço e a que recebe o serviço, porque, quando o governo faz uma concessão, praticamente sai do processo. O governo é só um elemento de equilíbrio entre quem recebe o serviço e quem presta o serviço. As agências reguladoras têm 15 anos. É como se fossem crianças. Têm que ser muito bem acompanhada, de perto, tanto pelo Congresso como por nós, do TCU, no sentido de trabalharmos para que se fortaleçam. As

agências reguladoras nem são do Executivo, de certa forma não são do Legislativo, nem são do Judiciário. Elas ficam, assim, um pouco sem pai nem mãe. Então, é necessário que haja, assim, uma certa decisão de apoiá-las na realização desse trabalho, dos seus trabalhos, do seu fortalecimento, porque elas poderão prestar grande serviço ao País.

Por último... A agência... Eu queria mostrar exatamente esse gráfico para mostrar que existem dois lados aí, em relação às agências, que têm que ser equilibrados. Quer dizer, as agências têm que ter autonomia, que seria, no caso, uma autonomia técnica, autonomia orçamentária, autonomia de comunicação, inclusive – acho que já falei nesses três pontos –, mas ela também tem que ter uma governança em que haja transparência, haja controle e haja gestão de risco. Por isso, eu botei como se fosse uma balança. Quer dizer, a autonomia e a governança têm que ser equilibradas. Ao mesmo tempo em que você dá autonomia, você tem que exigir uma governança em que haja transparência, haja controle e haja gestão de risco. Quer dizer, acho que isso é uma questão importante para a estabilidade das agências.

Por último, os conselhos também são importantes, porque eles é que dão as diretrizes que permitirão às agências trabalhar dentro desse ambiente.

Pronto. Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Ministro José Jorge.

Quero aqui registrar, o Ministro José Jorge sempre foi muito atento, especialmente aqui no Senado, não só pela sua experiência como Ministro de Estado de Minas e Energia, mas também, ao longo do seu mandato, como Senador da República, foi sempre muito atento com essas questões de infraestrutura e também foi presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado. Portanto, é um homem que fala com larga experiência com relação a esses temas. E muitas das teses aqui defendidas pelo Ministro José Jorge são, do meu ponto de vista, absolutamente procedentes. As agências reguladoras como entidades de Estado, e não de governo; a questão do contingenciamento de recursos às agências reguladoras; a autonomia de que as agências reguladoras precisam, efetivamente, dispor para que realizem um trabalho adequado.

É importante também aqui destacar essa proposta, que virou uma PEC, de vacância de diretores. Quer dizer, nós dotarmos as agências e o governo, o próprio Executivo, de instrumentos tais que evitem o paradeiro de algumas agências reguladoras por falta de quórum nas diretorias – e esse foi o objetivo da

PEC 66, apesar de ter um vício de origem o primeiro projeto, porque é atribuição do Executivo adotar esse tipo de procedimento. Agora, a Presidenta Dilma adotou esse procedimento na ANTT, usou desse conceito na nomeação de um dos dirigentes da ANTT. Portanto, isso nos preocupa muito. E as agências reguladoras têm um papel importante também, nessa zona de sombras, especialmente citada aqui pelo Ministro José Jorge: a Antaq, as autoridades portuárias, essa confusão de tarifas.

E eu não podia deixar aqui de destacar também o papel do Conselho Nacional de Política Energética, que é um organismo fundamental, não só para ditar as políticas, na área de energia, mas também ditar, inclusive, o comportamento das próprias agências, que – eu concordo –, pela importância que têm, deviam ter uma subordinação, de certa maneira até, fora das áreas fins às quais essas agências pertencem. Essa é uma discussão ampla que ainda vai tomar muito tempo aqui do Senado e da Câmara.

Importante também, o Ministro José Jorge aqui citou, é a qualificação de quadros das agências reguladoras. Os agentes reguladores têm que ser aquilo que há de melhor no mercado, exatamente para que eles cumpram com o seu papel, e com uma política de cargos e salários também compatível com a importância que eles têm para, efetivamente, desempenhar suas funções.

Terminando, a questão do orçamento. Não podemos contingenciar orçamentos de agências reguladoras, porque isso prejudica muito. Está aí a ANP, que tem que fazer uma série de estudos geológicos. Os leilões que lamentavelmente não têm sido repetidos ao longo dos anos. Agora, as agências precisam ter estrutura para cumprir com o seu papel que é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Quero agradecer, Ministro José Jorge, pela excelente exposição, muito clara, muito didática.

Vou começar aqui os debates com a Senadora Ana Amélia, que é autora do requerimento. Depois, Senador Lobão Filho, Senador Suplicy, Senador Aloysio Nunes e Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Delcídio do Amaral, Senadores, Senadoras, em primeiro lugar, queria fazer um agradecimento pela exposição clara e objetiva do Ministro José Jorge, nosso ex-colega no Senado. Estou estreando aqui nesta Casa e estou aprendendo muito e cada vez mais.

E também queria agradecer a inquietação do Senador Aloysio Nunes Ferreira quando eu, acidentalmente, acabei relatora *ad hoc* deste aviso que era para o arquivamento da auditoria e fiscalização que o

TCU fez sobre agências reguladoras. Foi providencial a reação do Senador Aloysio, porque permitiu que possamos verificar agora o que constatamos nessa auditoria.

Também apresento os cumprimentos à equipe técnica do Tribunal de Contas da União pelo rigor com que fez este trabalho minucioso, mostrando a fragilidade, eu diria, até a falência, da responsabilidade regulatória do País.

Das sete agências fiscalizadas, duas só têm padrão que se possa dizer estão funcionando adequadamente, não só na questão da autonomia financeira, da sua governança, mas também da própria definição das suas funções, que é a Aneel – e eu sou prova disso, todas as vezes que provoquei a Aneel o atendimento é da melhor qualidade, em todos os aspectos, do horário de marcação, do atendimento técnico que é dado por essa agência e das informações que a gente pede, então eu sou testemunha – e também a Anatel, que é a mais antiga agência reguladora das sete que temos. Das sete, cinco estão em situação absolutamente no limbo. Não têm orçamento, é um desequilíbrio financeiro. As coisas são muito improvisadas, de alguma maneira, não há transparência também, como há na Aneel, agenda de audiências, publicização de tudo que é feito lá dentro, como deve ser uma agência reguladora.

O dado que V. Ex^a trouxe também... Na verdade os ministérios e os conselhos das respectivas áreas têm a responsabilidade de definir as políticas e as estratégias para cada setor, e a agência reguladora faz a contratação e a outorga da concessão do serviço. Então, nós não temos esse funcionamento equilibrado, e a agência acaba, imagino, assumindo essa responsabilidade. De novo funciona o Conselho Nacional de Política Energética, V. Ex^a foi Ministro de Minas e Energia, o Senador Delcídio é um especialista nesta área, e o exemplo dado do Conselho Nacional de Integração de Política de Transporte, a gente agora consegue perceber que estamos num caos na área de logística de transporte porque esse conselho que deveria regulamentar as políticas e os planejamentos não fez nenhuma reunião em oito anos.

Há outro limbo nessas agências porque, como disse V. Ex^a, a regulamentação para definir com clareza a função e a responsabilidade de uma agência reguladora está, desde 2004, nessa proposta do Poder Executivo, que aparentemente nada fez, que tem maioria, poderia agilizar, se isso fosse de interesse.

Outro aspecto, para o que é chamada a atenção, é a questão da capacitação técnica e da escolha dos seus dirigentes. Recentemente aqui o Senado recusou a indicação da Presidenta Dilma Rousseff ao responsável para conduzir a ANTT. Foi o momento de

demonstração da Casa em relação a uma agência que é muito citada e muito importante.

V. Ex^a trouxe aqui também uma solicitação de que a sabatina deve ser feita com mais rigor, com o que concordo, não só no caso das agências, mas também nas outras, como, por exemplo, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Então, eu vou lhe fazer algumas perguntas.

Faltam instrumentos às agências para fazer valer os termos contratuais com as empresas?

A Agência tem se esquecido de aplicar as sanções ou falta-lhe autonomia, autoridade, para fazer essa execução? A ANTT tem uma vinculação com as empresas, não é conduzida com a imparcialidade necessária entre concessionários e usuários, que deve necessariamente reger essa atuação.

A ampla divulgação das ações da ANTT, recomendada pelo TCU, pode estimular uma fiscalização mais rigorosa nas obrigações contratuais das concessionárias?

Como estimular a participação dos usuários nas audiências públicas e, assim, obter informações diretas sobre os problemas que enfrentam e de sua insatisfação, como, no caso do transporte aéreo, por exemplo?

A Anac, durante muito tempo, esteve na ordem do dia, quando houve o caos aéreo e também a telefonia, no caso da regulação da telefonia móvel ou telefonia, de modo geral.

Então, como estimular a participação dos usuários com essas informações dos problemas que eles enfrentam? E como aumentar o compromisso da agência com os interesses revelados pelos usuários?

O que o trabalho dos auditores sugere neste caso?

Há algo que poderia ser feito para reforçar as próprias agências, como V. Ex^a salientou aqui, ou é imprescindível mudar o modelo de concessão de estradas, por exemplo, de estradas adotadas pelo Governo Federal?

Por fim, queria uma avaliação do Senhor, que tem uma visão política também, se hoje as nomeações para o comando, a liderança das agências, estão sendo feitas mais com um critério técnico ou mais com um critério político, deixando de ser, como V. Ex^a disse aqui, um órgão de Estado, passando a ser órgão de Governo, porque, quando a escolha é política passa a ser a escolha para exercer um cargo de Governo, não um órgão de Estado republicano, na acepção da palavra. São essas as minhas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de sugerir, se todos os Senadores concordarem, são poucos, são cinco Senadores inscritos, se os cinco não poderiam apresentar

os seus questionamentos e aí o Ministro José Jorge responderia. Todos de acordo? Então, com a palavra agora o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, antes de mais nada, agradecer a presença do nosso querido colega José Jorge, que nos brinda, que nos honra, com a sua experiência de Ministro, de ex-presidente de autarquia, Senador da República e agora Ministro do Tribunal de Contas.

Com toda essa experiência, ele toca num ponto nevrálgico para mim. Tive a oportunidade de ler o seu relatório, o relatório do TCU, sobre as multas, a adimplência das multas emitidas pelas agências reguladoras. Houve um relatório extenso, detalhado, sobre esse problema, que considereei muito grave, que foi pouco discutido aqui no Senado, nesta Comissão. Mostrava que grande parte das multas cobradas não eram pagas pelas agências, e os campeões eram, obviamente, o IBAMA, com multas estratosféricas, a Aneel, com multas mais do que estratosféricas, e várias outras agências.

Esse modelo, no meu entendimento, está todo errado, a exemplo do próprio IBAMA, que emite multas superiores às vezes ao valor da própria propriedade rural. A Aneel emite multas de 100 milhões, 200 milhões de reais. Qual é o grupo econômico ou o empresário que consegue ter a possibilidade de pagar uma multa de 100 milhões, de 200 milhões? Qual seria a solução para esse problema? Eu vivo esse drama pessoalmente, o Ministério das Comunicações emite multas para as televisões do Maranhão, por vezes televisões do interior do Maranhão, que têm os mesmos valores das multas emitidas, por exemplo, para a Rede Globo, no Rio de Janeiro, e para o SBT, em São Paulo. O mesmo valor da multa para a cabeça de rede lá é colocada para as emissoras pequenas. Na Justiça Eleitoral acontece a mesma coisa. Então, por exemplo, emissoras pequenas do interior, com 10 mil habitantes, recebem uma multa de R\$100 mil, porque deixou um vereador falar em um determinado programa jornalístico. Então, esse problema do valor das multas, colocadas, precisa ser reavaliado. Qual o melhor caminho para reavaliarmos este problema? É a pergunta que faria ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lobão Filho, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo à palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Caro Presidente Senador Delcídio Amaral, querido Ministro José Jorge, nosso colega aqui de muitos anos com quem travamos uma relação muito construtiva, de respeito, de amizade, cumprimentos pelo seu tra-

balho como Ministro no Tribunal de Contas e por sua exposição.

Uma das finalidades das agências reguladoras é a defesa do consumidor e do ambiente concorrencial dos setores regulados.

E agradeço se V. Ex^a puder nos fazer uma análise sobre o papel do Cade e as respectivas agências reguladoras. Em que medida o trabalho do Cade, de alguma maneira, ao tomar decisões sobre os setores que são objeto da atenção das agências reguladoras, coordena as suas ações, se há algum contato entre o Cade e as agências reguladoras para o objetivo de sempre se estar vendo o ambiente saudável, concorrencial nos respectivos setores.

E agradeço se pudesse nos dar uma informação sobre o orçamento das agências reguladoras em relação à movimentação econômica de cada um dos respectivos setores. E se avalia como razoável, justificável, de bom senso, essa despesa realizada para o bem do funcionamento desse setor, se há grande variação entre os setores. V. Ex^a mencionou aqui, por exemplo, que a Agência Nacional do Petróleo, tem uma arrecadação bem mais significativa, mas tendo em conta a importância da movimentação do setor, se a despesa que se tem com as agências reguladoras se mostra justificável, do ponto de vista do bom senso, da experiência, que se tem nesses quinze anos. E, se eventualmente isso pode ser comparado ao que ocorre em outros países para se ter um padrão de comparação.

Agradeço se puder nos dar essa informação.

Meus cumprimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra, agora, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro José Jorge, o relatório de V. Ex^a faz jus a toda sua justificada reputação de homem público de grande qualidade, de largo tirocínio nas questões políticas, administrativas. E a apresentação que V. Ex^a faz hoje perante a Comissão vai na mesma linha.

Já é comum, quando se fala dos problemas estruturais que o nosso País enfrenta para o seu desenvolvimento, enumerarem-se, ao lado dos juros, do câmbio, da infraestrutura, problemas regulatórios.

O relatório de V. Ex^a e a sua apresentação hoje esmiúçam em grande parte quais são os problemas regulatórios. Na verdade, não são coisas de outro mundo. São providências relativamente simples, que, se tomadas, poderiam recolocar as agências regula-

doras no papel que elas deveriam ter e para o qual elas foram criadas.

É por isso que, quando nós, aqui, numa reunião anterior, tomamos conhecimento desse aviso, todos nós – a Senadora Ana Amélia e eu fomos porta-vozes desse sentimento da Comissão – dissemos: “Opa, isso não pode ficar assim”, simplesmente ir para o Arquivo. Vamos esmiuçar isso, fazer com que esse relatório tenha uma divulgação mais ampla.

Eu acredito que ele deveria ser escrito em letras garrafais pela imprensa, que acompanha as questões brasileiras, porque esse relatório coloca efetivamente o dedo em várias feridas que nós já havíamos constatado quando debatíamos questões específicas do petróleo, da energia, das telecomunicações, de águas, dos transportes, temas que são comuns e cujo debate é muito comum na nossa Comissão.

De minha parte Sr. Relator, vou me comunicar com a liderança do meu Partido, o PSDB, na Câmara, para que, embora um partido minoritário, nós apoiemos com ênfase esse projeto do Governo, que está lá, dormindo, porque falta o sentido de prioridade do Governo. Um projeto do Governo que está lá, de 2004, portanto, há oito anos, sem ter saído do lugar. O que significa isso? Significa que o Governo não quer a sua aprovação. É preciso empurrá-lo, porque me parece que é da mais alta prioridade nacional essa apresentação de um projeto de lei, uma vez que, convertidas em lei essas recomendações que constam do Tribunal de Contas da União, o seu descumprimento poderia acarretar sanções aos administradores. Porque, no momento, o Tribunal de Contas faz as suas recomendações; as recomendações são divulgadas, vem para cá, normalmente vão para o Arquivo, e fica por isso mesmo. Se, ao contrário, essas recomendações forem transformadas em lei, conforme propôs o Executivo, há oito anos, aí, sim, o Tribunal de Contas e o próprio Congresso Nacional teriam instrumentos mais eficazes para exigir o seu cumprimento.

De outro lado, penso que existem assuntos que poderiam ser tratados por projetos, por proposições de iniciativa parlamentar. Por exemplo, o tema da elaboração orçamentária, que pode ser tratado por projetos de lei, lei complementar que disciplina a elaboração orçamentária.

Eu vou garimpar aqui, no seu relatório, Ministro José Jorge, aquilo que pode ser objeto de iniciativa parlamentar. E penso que o tema que V. Ex^a coloca, relativo à desvinculação da proposta orçamentária das agências, da proposta orçamentária dos ministérios, parece-me algo que estaria a nosso alcance elaborar.

Eu perguntaria ao Sr. Ministro se houve, anteriormente, deliberações do mesmo teor do que esse

que nós estamos analisando; se, no passado, ao se debruçar sobre o controle da regulação, feito por nossas agências, se o Tribunal de Contas já fez, já havia feito recomendações semelhantes a essa que nós estamos analisando. Saber se aqui é apenas uma reitereção ou se é um fato inédito para o Governo, porque o relato que V. Ex^a faz é realmente um relato desolador. Desolador! E penso que é preciso que nós todos, independentemente do nosso alinhamento partidário, de situação/oposição, mobilizemo-nos, para que haja solução para os problemas que V. Ex^a tão bem aponta no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

E, agora, com a palavra, o último Senador inscrito... Depois o Senador Cassol também.

O SR. O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, Senador Blairo Maggi; depois, Senador Cassol; depois, Senador Valadares.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente.

Presidente Dalcídio; nosso convidado, Ministro José Jorge, eu quero fazer só um comentário a respeito desses fundos específicos das agências e perguntar a V. Ex^a qual seria a sugestão do Tribunal para que nós pudéssemos tomar as providências cabíveis aqui, como legisladores, para que os fundos pudessem, de fato, ficar disponíveis àquela atuação para a qual foram previstos.

Eu sei que o Governo precisa de recursos e tem usado desse expediente para fazer caixa, fazer superávit, mas isso não é bom para a administração, não é bom para ninguém, porque as agências deixam de fazer o papel para o qual foram criadas.

Então, eu gostaria de saber de V. Ex^a qual é a sugestão do Tribunal, para onde a gente deve ou pode caminhar, para fazer com que isso fique disponível mesmo às agências.

Outro ponto também sobre o qual gostaria de fazer um comentário, ainda sobre as agências, é a burocracia que elas têm trazido. Algumas agências, como foi dito aqui pelos colegas que me antecederam e também por V. Ex^a, fazem bem para a sociedade. Algumas outras não fazem bem para a sociedade. Elas ainda não compreenderam o seu papel e acabam atrapalhando o dia a dia das empresas, daqueles concessionários e até dos não concessionários também.

Na verdade, o que aconteceu com a criação das agências é que elas deveriam substituir o modelo an-

terior que aí estava, e não foi o que ocorreu. As regras anteriores ficaram e vieram outras novas. Quer dizer, nós dobramos a burocracia num País em que já é um problema seriíssimo trabalhar.

Na área de navegação fluvial, por exemplo, você precisava de cinco ou seis licenças para navegar. Passou para dez ou doze. Quer dizer, sempre é uma coisa a mais. E o interessante é que nós, aqui, para aprovarmos qualquer mudança, qualquer coisinha... O senhor passou aqui pelo Senado, passou pela Câmara e mostrou que há projetos que estão andando há oito ou dez anos, e nós não conseguimos mudar uma vírgula num negócio desses. E uma agência, simplesmente com uma resolução interna, muda todo o sentido, muda a interpretação e passa a multar, passa a fazer uma série de coisas.

Então, para mim, essa questão das agências ainda precisa ser debatida. Elas são novas no Brasil, mas, para mim, a grande maioria não cumpre o seu papel. Elas estão mais para atrapalhar do que para ajudar efetivamente o dia a dia dos brasileiros.

Se o senhor me permitir, eu gostaria de fazer uma pergunta fora do assunto, mas referente ao Tribunal de Contas da União.

O TCU tem sido comentado por nós aqui na Casa e em qualquer outro lugar como um dos grandes empecilhos para as obras acontecerem no nosso País.

Hoje em dia, a guerra do papel é muito maior do que fazer qualquer obra. Está muito mais difícil encaminhar a documentação, as licenças e tudo mais do que propriamente fazer as obras. Demora-se mais para arrumar os papéis do que efetivamente fazer as obras.

Nós, de vez em quando, somos surpreendidos assim: o TCU parou determinada obra. E aí vem a pergunta a V. Ex^a: para chegar a esse ponto de parar a obra, quais foram os outros pontos levantados? Os Ministros têm conhecimento disso, ou é um técnico que chega a uma determinada obra e, às vezes, pelo excesso de formalismo... Porque o Tribunal é muito formalista. “Há qualquer coisinha fora”. Tudo bem, essa coisa está fora do padrão, mas ela não é relevante perto do benefício que aquela obra traz.

Por exemplo, pararam uma rodovia porque o traço do CBUQ não está de acordo. Simplesmente parou. Milhares de pessoas ficam lá um ano, dois anos, três anos, passando por desvios, sofrendo acidentes, pagando um preço caríssimo nos transportes, porque o Tribunal de Contas da União mandou parar aquela obra. E a gente sabe que, entre parar uma obra e multar a companhia, eu preferiria muito mais multar a companhia, fazê-la devolver o dinheiro e obrigá-la a terminar a obra, porque, cada vez que se para uma

obra, quem paga a conta somos nós, os consumidores, os motoristas, os transportadores.

Então, eu gostaria de saber, se o senhor puder me responder, quais são os passos para, efetivamente, você mandar paralisar uma obra e dizer assim: “Não pode mais tocar”. Porque, no meu sentimento, acho que essa deveria ser a última instância, a última coisa. Não houve mais acordo, não há mais ninguém, não consigo procurar mais ninguém para resolver o assunto, você para, para a gente começar de novo.

Então, se o senhor puder me responder, fico agradecido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Com a palavra, agora, o Senador Cassol e, depois, o último orador inscrito, Senador Valadares.

Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Quero, aqui, cumprimentar o Ministro do Tribunal de Contas da União, S. Ex^a o Sr. José Jorge, e agradecer sua presença nesta audiência pública.

Esses pontos levantados, Sr. Presidente, especialmente quanto a essas agências e à falta de legislação, para concluir, infelizmente, boa parte deles é culpa desta Casa, porque os projetos não andam. Isso nos deixa tristes, porque já passei pela prefeitura, passei pelo governo do Estado, e muitas vezes nós nos sentimos aqui – eu mesmo me sinto muitas vezes aqui – não digo inútil, mas, infelizmente, mal-aproveitado, porque eu esperava que nós conseguíssemos andar muito mais, e revolucionar, e fazer mais. Muitas vezes, a gente vê aí o pessoal, até os políticos reclamam: “O TSE definiu uma resolução”. É porque a Casa aqui não trabalhou, não fez. Então, quer dizer, infelizmente, falta, a exemplo do projeto que o senhor falou aqui, que, desde 2004, está parado na Casa, que é do Executivo e que, ao mesmo tempo, vem de encontro.

Outro exemplo simplificado que eu dou – e aí o Tribunal de Contas da União, o Ministro pode nos ajudar muito – é o da exigência, em todos os concursos públicos, que, em todas as áreas, as pessoas estejam capacitadas. E aí, quando ele vai fazer um auto de infração, a maioria dos autos de infração é viciada. São cheios de erros, a exemplo desse que o senhor citou, de quando o senhor trabalhava em uma empresa: por simples supressão de duas folhas do documento, aplicaram uma multa de dez milhões. E o incômodo que a empresa teve? E o trabalho que teve? E a despesa que teve? E o custo quem pagou? Quer dizer, os tribunais já estão superlotados, os tribunais judiciais. Quer dizer, muitas vezes, cria-se, nesse meio de caminho...

E a maioria desses autos acaba se perdendo. E é o que também acontece com as agências.

Então, são autos... A exemplo do que o próprio Senador Lobão Filho falou, do Ibama, a maioria dos autos de infração do Ibama é nula. Mas ocupa espaço, incomoda as pessoas, dá trabalho, e, ao mesmo tempo, o retorno que tinha que ter para os caixas da União, ou mesmo a recuperação ambiental, muitas vezes, acaba se perdendo no meio do caminho. Então, às vezes, a gente vê isso com tristeza.

E eu gostaria aqui, Sr. Presidente, que nós, aqui nesta Casa, no tempo em que a gente está aqui, eu gostaria que a gente pudesse... Eu sei que não é culpa sua, e não é culpa dos demais colegas. Nós precisamos, na verdade, botar mais gás, mais sangue, pressionar a Presidência do Senado, do Congresso, da Câmara dos Deputados. São todos independentes, a gente respeita, têm autonomia. Ao mesmo tempo, são 81 Senadores, 513 Deputados Federais, a gente sabe a dificuldade que há, mas, infelizmente, essa falta, muitas vezes, de legislação acaba deixando uma lacuna aberta, e a população acaba ficando no prejuízo. E isso é ruim, a exemplo de quando falta um diretor de uma agência, e fica aí, por meses, o sistema parado.

As agências têm que ter autonomia, independentemente de quem está no governo; independentemente de estar PT, PMDB, PSDB ou quem quer que esteja lá. As agências têm que ter autonomia, mas autonomia financeira.

Então, é importante também que nós, aqui, quando aprovarmos a Lei Orçamentária, vejamos se conseguimos, Delcídio, nosso Presidente, criar um mecanismo aqui para não ficar deixando...

Estive pegando o gráfico. Parece que, quando chega o mês de dezembro, tem que se... quer dizer, “tem” não, pode-se gastar o que tem. E, aí, você acaba gastando errado, quando, na verdade, as agências têm uma despesa mensal e anual que é a mesma. E não podem deixá-la para o final do ano. As agências não são nem o poder municipal, nem o estadual, nem o federal, que faz convênio com outras entidades no final do ano. As agências, ao contrário, têm um trabalho constante para regulamentar, regularizar e fiscalizar todo o sistema, independentemente de ações políticas.

E o senhor, que passou aqui nesta Casa como Senador, especialmente com a experiência que o senhor tem, que teve, como Ministro, e, agora, como Ministro do Tribunal de Contas da União, sei que o senhor pode nos auxiliar muito, junto com a sua equipe técnica, a encontrar um caminho para que a gente possa contribuir neste mandato que exercemos.

Sobre outro passo importante que o Senador Blairo Maggi levantou, sobre a questão dessas obras

paralisadas, só dou um exemplo ao senhor, que é em outra área.

Nós tivemos uma situação, Sr. Ministro, lá em Porto Velho, por exemplo, uma denúncia de um vereador, em vésperas de campanha política, sobre a água tratada. O técnico do Tribunal de Contas, infelizmente, muitas vezes, toma posição, mas não está vivendo a realidade. Como técnico, ele só está vendo as coisas no papel, ele não vê em termos gerais. Resultado, Sr. Ministro: depois de um ano e oito meses, foi liberada a água de Porto Velho. Agora, a empresa não reiniciou a obra. Não teve pendência nenhuma da água tratada. Foi só uma denúncia, mas paralisaram. Vai fazer um ano que saiu a autorização para reiniciar o serviço, e a empresa não começa porque quer saber quem vai pagar o período em que ela ficou desmobilizada, em que teve prejuízo.

Então, é uma situação que a gente enfrenta. Passei pelo Executivo, o Blairo também passou, e essa é uma situação que a gente enfrenta.

Então, nós tínhamos que encontrar um caminho que, ao mesmo tempo em que apurassem e responsabilizassem os maus gestores, essas obras não ficassem paralisadas, Sr. Presidente, por mais de noventa dias. Qualquer pendência que houvesse, não poderia ficar, porque, de todo jeito, tem que punir quem cometeu o erro. Esse não se pode poupar, não. E, quanto mais os anos passam, pior fica, e quem perde não somos nós, representantes do povo, mas é a população, em termos gerais.

Então, estou aqui para ajudar, quero contribuir no que for possível, para ajudar em nível nacional.

Estou à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cassol.

O último Senador inscrito é o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro José Jorge, a minha participação se resumirá, em primeiro lugar, a homenagear a presença do Ministro José Jorge, que deixou muita saudade neste Senado pela atuação marcante que teve como Parlamentar atuante, sendo Relator de diversas matérias que culminaram em benefícios para a Nação, como, por exemplo, a Reforma do Judiciário. Eu estava na Comissão de Constituição e Justiça e pude ver de perto o empenho de V. Ex^a para fortalecer os vínculos do Poder Judiciário com a sociedade, facilitar o acesso da população à Justiça. E, tendo passado pelo Ministério de Minas e Energia, no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, também teve uma atuação bastante positiva, demonstrando a sua qualidade de engenheiro, formado

em Pernambuco, e também o seu compromisso com a Nação.

Então, aproveito esta oportunidade, já que V. Ex^a também é um especialista em energia, para dizer que estamos vivendo um momento muito propício para o aproveitamento das alternativas de energia elétrica, através dos ventos, a energia eólica; e, agora, a energia solar do Brasil emerge como das grandes potências que, no futuro, poderão gerar energia elétrica a partir do sol.

O Brasil, como um todo, especialmente o Nordeste, dispõe de pelo menos oito horas de sol por dia, o que não ocorre, por exemplo, na Alemanha, a grande produtora mundial de energia solar.

Então, eu gostaria de ouvir sua opinião, aproveitando a sua presença aqui, sobre o que a agência reguladora que cuida desse assunto, como o próprio Governo, pode fazer para acelerar o processo de aproveitamento da energia solar em nosso País.

No mais, quero parabenizá-lo pela palestra que aqui fez e pela sua participação no Tribunal de Contas da União, representando o Estado de Pernambuco e, porque não dizer, o Senado Federal.

V. Ex^a, lá, vem pontificando como um Ministro cioso de sua responsabilidade, fiscalizando a atuação do Executivo, mas sem deixar de levar em consideração que as obras são fundamentais para nosso País.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) Muito obrigado Senador Valadares.

Com a palavra o Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer todas as observações. Vou tentar responder as questões, mas, infelizmente, talvez alguma coisa eu não saiba ou não me lembre.

Vou contar uma história que aconteceu comigo. Tenho certa capacidade de me meter em muita coisa, mas também de me esquecer rapidamente daquilo em que me meti.

Eu me lembro que, uma vez, quando era Deputado, relatei a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que está em vigor até hoje. Era um projeto de lei que estava em andamento aqui, no Congresso, há 13 anos – mais do que isso nas agências. Era uma complicação. Foi aprovado numa primeira versão na Câmara, veio para o Senado, que fez uma versão completamente diferente da que veio da Câmara, e vieram as duas e me indicaram Relator. Depois de algum tempo, uns seis meses mais ou menos, conseguimos aprovar. Quando terminou a aprovação, os jornalistas que estavam acompanhando não sabiam muito bem do que se tratava. Era um assunto muito detalhado para eles. E me perguntaram: “Deputado, o senhor é o Deputado

José Jorge?” “Sou”. “O senhor não é o Relator desse projeto?” “Não, não sou o Relator, não”. Ela foi embora. Daqui a pouco, ela voltou e disse: “O senhor é o Relator, sim”. “Eu era o Relator. O projeto já foi aprovado, e não há mais Relator”.

Então, é o caso. Não sou mais o Relator. Tenho a cabeça mais ou menos assim, quando saio me esqueço um pouco, porque são tantos os temas que a gente aqui acompanhou!

Eu, por exemplo, fui Relator, como ele falou, da Reforma do Judiciário. Foi muito complicado para mim, que não sou advogado, relatar a Reforma do Judiciário, mas depois a gente se esquece daquilo que trata.

Então, agradeço, e vamos aqui às respostas. Vou tentar me lembrar.

Em relação às agências, também acho que uma das questões importantes para a aprovação desse projeto de lei é trazer todas as agências para um mesmo nível de trabalho, porque o que vemos hoje é que principalmente a Aneel e a Anatel têm um padrão de qualificação que as outras agências não têm ainda. Acho que o relatório mostra isso, e, se a gente acompanha de perto, também vê isso.

A própria ANP, que cuida de um assunto estratégico, que é o petróleo, tem uma questão muito difícil, porque, como a Petrobras é praticamente monopolista e uma grande empresa, alguns dizem que ela é maior que o Brasil, que é maior que o Governo. Quer dizer, a Petrobras tem muita força. Então, para uma agência trabalhar com empresas estatais, é mais difícil do que com empresas privadas.

A aprovação do projeto é importante para exatamente fazer isto a que se referiu a Senadora Ana Amélia: transformar, dar unidade – em relação a alguns problemas que foram colocados aí – ao trabalho em conjunto dessas agências.

Em relação aos conselhos, também acho muito importante que eles funcionem, porque para agência operar a sua parte, ela precisa claramente ter definida essa política. Uma política definida só pelo Executivo pode mudar muito rapidamente, e a política, quando é definida através de uma lei ou de um conselho, dá uma estabilidade maior para que agência possa decidir e para que os diversos agentes possam realmente, cada um, exercer a sua função.

Na questão dos instrumentos, vem aí a mesma questão. Acho que as agências, em regra geral, dispõem de um instrumento legal. Do que elas muitas vezes não dispõem é da estrutura para usar da melhor forma esse instrumento legal de que ela dispõe. Por exemplo, a ANP dispõe de todo o instrumento legal para conduzir toda a política de petróleo. Agora, a questão é que, na prática, quando a ANP foi criada, a ideia era

que a Petrobras diminuísse de tamanho. Algumas áreas não iam ficar mais nas mãos da Petrobras, mas, de lá para cá, a Petrobras só aumentou os seus tentáculos, vamos dizer assim. Uma série de questões, que eram para ser realizadas pela Petrobras, em conjunto com setores privados, é feita... Na parte de distribuição, a Petrobras aumentou muito. Em alguns segmentos assim. Até na parte de energia etc..

Então, muitas vezes, isso faz com que a agência tenha o instrumento legal, mas não tenha o instrumento político, nem o instrumento interno e externo, para realizar aquela atuação.

Do ponto de vista de aumentar a questão da participação dos usuários, eu acho que isso passa por alguns mecanismos especiais.

Em primeiro lugar, há determinados segmentos cujos usuários são bastante organizados para participar dessa discussão, como é o caso, por exemplo, do setor de energia elétrica. Existem os usuários comuns – nós, no caso –, mas existem os grandes usuários, e esses grandes usuários são organizados em associações etc., e o interesse deles é parecido com o do pequeno usuário, que é ter uma energia mais barata e de melhor qualidade. Então, na realidade, isso faz com que esses usuários possam, de certa maneira, ser representados. E os pequenos usuários, de maneira geral, criam associações e muitas vezes participam dessa discussão. Também, como nós sugerimos ali, quando você organizar ou estruturar melhor as audiências públicas, isso vai permitir que, efetivamente, os usuários tenham uma participação maior.

Outra questão é a mídia. A mídia é a grande representante dos usuários, porque, na realidade, em regra geral, ela tem obrigação – e faz isso, de modo geral – de definir essas questões. Por exemplo, o próprio Tribunal de Contas, muitas vezes, levanta algumas questões, como foi o caso daquela questão no setor de distribuição, aquela diferença de tarifa que existia, e depois a mídia deu um apoio grande; os próprios Parlamentares, um grupo de Parlamentares. Terminou que a questão foi corrigida, e foram refeitos os contratos de concessão para corrigir essa situação.

Por exemplo, há uma situação na área de transportes, porque as concessões, hoje, têm que, de quatro em quatro anos, ser reavaliadas, para verificar se, realmente, aqueles valores de tarifa etc. estão compatíveis com a taxa de retorno, que inclusive se altera. A taxa de retorno, por exemplo, nas áreas do setor elétrico, já está diminuindo. Ela já foi de 12%, depois baixou para 9%, agora está em 8%. E assim vai baixando a taxa de retorno. Por quê? Porque, de tempos em tempos, faz-se uma reavaliação para que aquela produtividade seja dividida.

Então, no setor de transportes, as primeiras concessões não previam essa reavaliação. O que aconteceu é que o próprio tribunal descobriu que as tarifas estavam mais altas do que deveriam. Então, agora, o tribunal tomou a decisão de que, no caso da ANTT, deverá haver renegociação daquelas taxas de retorno, para que elas sejam consolidadas com as taxas de retorno atuais. Portanto, é lógico que a mídia, que o TCU e que as próprias associações podem ajudar o usuário comum, o mais simples, a ter os seus direitos defendidos.

Em relação à fiscalização, efetivamente de acordo com a estrutura e com os recursos disponíveis nas agências, ela aumenta ou diminui. Na realidade, se a fiscalização, se a agência tiver todo o seu dinheiro disponível, ela deve ter recursos para fazer a fiscalização. Tanto a Aneel quanto a Anatel, as taxas que elas cobram, que nós usuários pagamos para que seja feita a fiscalização, são suficientes para fazer uma fiscalização competente. Agora, é necessário que haja uma organização, uma estrutura e também que esses recursos fiquem na mão da Aneel de uma forma estruturada, porque o que está havendo – aquele gráfico mostra – é que eles só chegam no fim do ano. E você não tem que fiscalizar no fim do ano; você tem que fiscalizar o ano inteiro, vamos dizer assim.

E, por último, a pergunta mais difícil, sobre essa questão das nomeações políticas ou técnicas. Isso aí é muito difícil. Mesmo que eu fosse Senador, seria difícil para eu responder. Como Ministro, é quase impossível.

Na realidade, é o seguinte: a gente sempre torce para que seja feita uma nomeação a mais técnica possível. Mas é impossível, em um País democrático, que as nomeações técnicas não tenham também um viés político. Então, o que a gente espera é que haja um equilíbrio entre essas duas coisas, quer dizer, que haja nomeação com esse viés político, mas que não seja um viés político, vamos dizer, exacerbado, mas, sim, que se leve em conta também a formação técnica das pessoas e, principalmente, outros critérios, inclusive de honestidade, de competência, de tudo, para que possam exercer da melhor maneira possível essas funções, principalmente porque eles não são demissíveis. Eles têm um mandato. Então, quando você escolhe mal um determinado dirigente, e ele tem mandato, é mais difícil de mudar. Isso, inclusive, passa pelo Senado.

Eu acho o seguinte, agora falando um pouco como ex-Senador: acho que o papel do Senado, do ponto de vista da melhoria dessa passagem pelo Senado, da melhoria da análise, vai fazer com que o critério técnico também apareça em relação ao critério político.

Eu, por exemplo, quando era Senador, ficava muito irritado de examinar nomes para o Dnit. Na lei em que se criou o Dnit, ficou estabelecido que os diretores do Dnit teriam que ser aprovados pelo Senado. E até hoje é assim.

Eu apresentei um projeto de lei também retirando, alterando a lei. Também foi considerado inconstitucional por vício de origem. Mas o Senado não tem que aprovar diretor do Dnit, a meu ver – não falando como Ministro do TCU, porque eu não tenho que me meter nisso. Mas, por quê? Porque o Dnit é um órgão igual aos outros. Têm que ser os diretores de agências. Esses, sim, são diferenciados em relação aos outros.

O segundo foi do Senador Lobão. Eu tenho a mesma preocupação do Senador Lobão – e acho que do pai dele também, do Ministro, porque acho que ele deve pensar assim.

Essa questão de multa e de pena tem que ser muito bem pensada. Muitas vezes a gente acha que quanto mais multar as pessoas melhor, mas não é assim. Quanto mais se der pena... Por exemplo, se o sujeito, sei lá, jogar um papel na rua, vai ter dez anos de cadeia. Tudo bem, você coloca isso numa lei. Daqui a pouco, nenhum juiz vai mandar prender alguém por dez anos, só porque o sujeito jogou um papel na rua.

Então, eu acho que a multa tem que ser educativa. Ela tem que ser muito bem pensada. E o que a gente verifica é que há multas exageradas, porque, muitas vezes, a empresa tem um faturamento alto, e o sujeito coloca a multa no valor de faturamento. Aí, o que acontece? As pessoas recorrem na Justiça. Quando chega à mão do juiz, ele pergunta: “Por que essa multa tão grande para uma questão tão pequena?” Aí termina liberando a multa.

Então, eu acho que o TCU tem outro acórdão exatamente sobre essa questão das multas. Eu acho que ela merecia uma análise mais detalhada pelo Congresso e pelo próprio Executivo, para que haja multas proporcionais, para que se viabilize o pagamento e se viabilize a pena, porque, se não paga, a pena não foi executada. Eu concordo com o Senador Lobão Filho de que realmente essas multas são exageradas.

Em relação à questão do Senador Eduardo Suplicy, sobre o Cade, na realidade, as funções do Cade e das agências são bastante diferentes e são complementares, a meu ver, mesmo porque, muitas vezes, as agências tratam de setores que são naturalmente um monopólio, como é o caso, por exemplo, da distribuição de energia elétrica. A distribuição de energia elétrica é naturalmente um monopólio. Alguns países tentaram fazer concorrência, mas é muito difícil. Por isso, a tarifa tem que ser regulada, porque é realmente um monopólio. O Cade, não. O Cade trata daqueles

setores concorrenciais, nos quais ele basicamente trabalha, para que haja concorrência.

Então, eu acho que, em alguns pontos, em alguns segmentos, esses dois setores, as agências... No caso, por exemplo, da geração de energia, há concorrência no setor. Quer dizer, há todo um sistema complexo. É uma concorrência, de certa maneira, complexa, muito cheia de regras, mas há uma tentativa de se gerar concorrência. Nesse caso, há realmente uma complementaridade entre a atuação do Cade, que trabalha para que não se criem monopólios e assim permitir que a tarifa baixe... Como V. Ex^a, acho que a única maneira de se baixar preço é a concorrência. É a maneira natural de o preço baixar. Então, em alguns casos, eles são complementares e trabalham no mesmo sentido.

Em regra geral, os valores dos orçamentos das agências são pequenos em relação aos valores que são trabalhados em cada setor. Não tenho aqui os números reais, mas não poderia deixar de ser, porque o nível de despesa da agência é muito inferior ao da prestação do serviço. Só para se ter ideia, estimamos que o setor de telecomunicações mobilize de R\$80 bilhões a R\$100 bilhões por ano, e o orçamento da Anatel é de R\$300 milhões. O mesmo deve ocorrer na área de energia, na área de petróleo etc.. São todos valores bastante maiores.

Senador Aloysio Nunes, realmente, é muito importante que esses projetos sejam aprovados.

Em relação ao orçamento, há algumas questões que foram mencionadas por outros Senadores, como, por exemplo – acho que foi o Senador Blairo Maggi quem falou –, a questão do contingenciamento. Como fazer com que esses recursos que são pagos pelo consumidor, para que as agências trabalhem ou fiscalizem, não sejam contingenciados?

Creio que se poderia utilizar a própria elaboração do orçamento para fazer isso. Nem precisaria de uma lei à parte. A própria LDO poderia proibir que se contingenciassem recursos que tivessem uma aplicação semelhante a essa. A LDO poderia estabelecer isso. As agências não são órgãos de governo; são órgãos de Estado. O consumidor paga do bolso dele. Devem passar pelo orçamento, porque, hoje, todos os fundos são obrigados a passar pelo orçamento.

Agora mesmo, nós temos uma discussão lá no tribunal de um fundo do Banco Central. O Banco Central tem um fundo como esse. E é até engraçado, porque eles argumentam que, com esse fundo, eles fizeram toda a modernização do sistema financeiro brasileiro. Fizeram lá um discurso e falaram muitas vezes que a origem do dinheiro desse fundo é um percentual que todo sujeito que emite um cheque sem fundos paga. Quer dizer, o banco, dono do cliente, paga um percentual

tual pequeno por aqueles cheques sem fundo. Então, o Banco Central juntou esse dinheiro e tem feito essa modernização do sistema financeiro.

Houve esse debate lá no TCU, que está querendo que esse dinheiro passe pelo orçamento. Hoje, ele fica só no orçamento do Banco Central, e hoje em dia isso não pode mais ocorrer. Ele tem que passar pelo orçamento nacional. E eles não querem, evidentemente. Aí eu falei: “Bom, pelo menos esses passadores de cheques sem fundos estão financiando a reforma do sistema brasileiro”. Porque, se não fossem eles, se ninguém passasse cheques sem fundos, não haveria dinheiro para modernizar o sistema. Então, esse seria o lugar certo.

Em relação à pergunta do Senador Aloysio Nunes, sobre se havia outro acórdão em relação a essa questão, na verdade, do ponto de vista geral da governança das agências, esse é o primeiro. Agora, há casos, pontos que foram citados aí e que foram citados em outros acórdãos. Por exemplo, o do Conselho Nacional de Transportes, que já foi objeto da recomendação de outro acórdão do TCU, para que ele funcione, para que ele regularmente, faça suas reuniões e tome suas decisões em relação à política de transportes. Mas, em geral, esse é o primeiro.

Em relação ao Senador Blairo Maggi, primeiro, a questão dos fundos.

Esses fundos que existem têm que ser, primeiro, trabalhados na LDO, para que não sejam feitos contingenciamentos. E, segundo, eles devem ser regulados para se arrecadar mais ou menos aquilo que se precisa. Não é obrigar o consumidor a pagar mais se aquele dinheiro não é necessário. Então, tem que ser duas medidas: uma, proibir o contingenciamento; outra, regular em relação àquilo que é realmente necessário.

Em relação à questão do contingenciamento, da parada das obras, esse é um assunto mais geral. Mas, na realidade, como V. Ex.^a mesmo disse que deve ser feito, é realmente feito. A última coisa que o TCU faz numa obra é mandar parar. Na realidade, quem para a obra é o Congresso. O TCU recomenda a paralisação. No ano passado, só foram paradas cinco obras, que é o que a gente chama de IGP.

Então, lá na Comissão de Orçamento, é decidido. Se não me engano, o TCU mandou trinta; trinta obras que nós achávamos que havia indícios de paralisação. A Comissão de Orçamento só mandou parar cinco. Porque são duas coisas: uma é a questão dessa paralisação, que é incluída na LDO, que o TCU tem que mandar; outra coisa é a fiscalização da própria obra, quer dizer, o fato de ela ser parada ou o fato de ela não ser parada, isso não muda a forma de ela ser fiscalizada. Ela vai ser fiscalizada até o fim, e as pessoas vão ser punidas.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RR) – V. Ex.^a me permite um aparte, Ministro?

Quando a equipe técnica e o próprio TCU emitem só uma sugestão de paralisação, a Caixa Econômica, todo mundo acata imediatamente, a não ser quando vem aqui para nós decidirmos, porque muitas das obras nós não colocamos como paralisação. No caso que eu frisei, lá de Porto Velho, houve a recomendação, e todo mundo parou. Depois, verificou-se, um ano e oito meses depois, que não tinha nada. E aí o prejuízo é muito grande. É só isso.

O SR. JOSÉ JORGE – Porque, na realidade, para você mandar parar uma obra, a decisão tem que ser, inclusive, de acordo com a LDO; tem que ser decisão do relator. Quer dizer, o relator, o Ministro é que pode mandar paralisar a obra, via Congresso. Ele não pode chegar e mandar parar uma obra. Ele pode mandar fazer a fiscalização.

Eu acho o seguinte: antes de eu ser Ministro do TCU, quando eu era Deputado, eu achava que o TCU era mais, vamos supor, arbitrário, para usar uma palavra negativa, nesse tipo de questão do que eu acho que hoje é realmente. Eu acho que há todo um esforço. Por exemplo, dessas cinco obras que foram paralisadas, uma fui eu quem relatou. É o chamado Etapa 3? Linha 3 do Metrô do Rio.

Essa Linha 3 do Metrô do Rio é uma obra cara, porque a ideia é fazer um metrô... Na realidade, é em Niterói, não é? É em Niterói. A primeira ideia era passar por baixo da baía de Guanabara para se ligar aos outros metrôs. Depois desistiram. O grande problema é que ele não tem projeto. Ele tem um empreiteiro, porque o que existe é o seguinte: muitas vezes você tem obra que tem o empreiteiro, mas não tem o projeto. Quer dizer, você faz uma licitação em cima de um rascunho, arruma um contrato, tem um empreiteiro e depois pergunta: “É para fazer o quê?”

Quando o TCU vai fiscalizar... Para você fiscalizar alguma coisa, você tem que saber o que vai fazer, inclusive para saber se está caro, se está barato. Se eu não sei o que se vai fazer, como é que se pode fiscalizar?

Então, esse caso metrô do Rio é um caso típico. Não havia projeto básico; não havia nem projeto básico. Agora, existia o empreiteiro, existia o contrato, existia tudo. Então, a gente suspendeu, quer dizer, paralisou, foi uma dessas cinco. O Congresso manteve a paralisação. Agora, o que eles fizeram? Na realidade, eles tinham um convênio com o Governo Federal, com o Ministério das Cidades. O convênio venceu em dezembro, e eles mesmos desistiram do projeto. Resolveram fazer um projeto e fazer uma licitação, que é o caminho certo. Por exemplo, esses aeroportos que são mais complicados. Eu me lembro de dois: o de Goiânia e o de Vitória. Qual o grande problema? Naquela época – isto é coisa antiga – é que fizeram a licitação, arru-

maram o empreiteiro. Tem tudo; só não tem o projeto. Quando você vai fiscalizar, fica impossível.

Então, esses tipos de projeto são os mais paralisados.

A Valec, por exemplo, não tem um projeto das estradas que ela quer fazer. Por exemplo, existe esse rolo lá da Bahia. É um porto, que é uma estrada que vai levar minério, mas não se sabe onde será construído o porto. Se você não sabe onde vai fazer o porto, como é que se pode licitar a estrada, se você não sabe aonde ela vai chegar?

Então, são situações como essa que são paralisadas. Mas, numa situação normal, em que há uma diferença de preço, o que a gente condena é para devolver o dinheiro, uma situação assim.

Realmente, eu acho que o que o Senador Cassol falou são coisas que até já falei aqui. Na realidade, o que eu posso dizer é isto: Nós temos a maior preocupação. Nós sabemos que uma obra paralisada gera prejuízo para todo mundo, prejuízo financeiro, inclusive prejuízo pelo fato de a obra não ser utilizada pelo consumidor. Isso a gente sabe mais do que ninguém, mesmo porque todo dia alguém diz isso à gente. Sempre vai ter alguém para dizer que aqui não é. Agora, acontece que, às vezes, obras sem projetos são os que são mais paralisados. Também o seguinte: o fato de chegar um técnico lá do TCU e dar um parecer de que a obra vai ser paralisada, isso não quer dizer que vá ser. Isso tudo vai ser examinado. Cada Ministro tem uma equipe técnica – está aqui o meu Chefe de Gabinete, Marcelo, que veio comigo; e Maurício, que é da parte da estatização, da parte da infraestrutura. Eles também examinam, são pessoas mais experientes. Muitas vezes, o pessoal é mais jovem, mais inexperiente, e ele vai lá, mas nós, sempre, procuramos fazer com que haja continuidade.

Por último, o Senador Valadares. Quero agradecer, inclusive, a presença dele. Ontem, eu o encontrei no elevador, e ele também está aqui hoje com a gente. É meu vizinho.

Na realidade, em relação à questão da energia, no mundo inteiro há todo esse esforço para que se utilize energias que não poluam, e, aqui, o Brasil tem a sorte de ter muita energia hidrelétrica. É um dos países que têm uma das matrizes mais limpas do mundo. Cerca de 70% da nossa matriz é de energia hidrelétrica. Nós tínhamos muito pouco gás, mas, agora, nós vamos ter uma quantidade de gás razoável. O gás também é um combustível bem menos poluente do que o óleo de combustível, o óleo diesel etc.. E, agora, a energia eólica, que era mais cara e agora está ficando quase do mesmo preço da energia hidrelétrica. Tudo isso é uma questão de preço.

A energia solar ainda não é viável economicamente para distribuição, para gerar e sair distribuindo.

Quer dizer, há alguns países do mundo que subsidiam. A Espanha mesmo subsidiou muita energia. No caso da Espanha, por exemplo, essa crise, de certa maneira, colocou em risco todo esse sistema, porque tinha o subsídio muito forte, o da energia solar. Da energia eólica, não. Aqui, no Brasil mesmo, já há muitos sistemas sendo implantados, e certamente ela terá um papel.

Agora, a energia eólica, particularmente, é uma energia complementar, porque você não a gera o tempo inteiro. Então, ela não pode ser o principal item de uma matriz energética. Ela tem que ser complementar para exatamente ser utilizada naquele momento em que haja vento, em que se possa fazer uma utilização.

Em relação à energia solar, ela é mais importante para a utilização individual, não é, Delcídio? O Delcídio sabe mais do que eu sobre isso. É questão individual. Por exemplo, lá no Nordeste, eu tenho uma casa na praia. A minha ideia era, por exemplo, usar energia solar, mas a principal finalidade dela é esquentar água. Agora, por azar meu, a água lá já vem quente. Então, não preciso usar a energia solar, porque a água já vem quente. Então, não dá uso. Mas, por exemplo, em outros lugares, onde há sol, e a água é fria, como é o caso de Brasília, a tendência é se utilizar, cada vez mais, a energia solar, vamos supor, individualmente, quer dizer, sem ser para incluir no sistema de distribuição. Para incluir no sistema de distribuição, vão sendo feitas experiências, e conforme o Primeiro Mundo for produzindo os equipamentos, o custo desses equipamentos vai diminuindo, e certamente chegará a hora em que, no Brasil, onde temos muito sol...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ministro, o Brasil é um grande produtor de silício, que é matéria-prima para a produção das placas de captação da energia solar. Agora, não dispomos ainda de tecnologia de inovação, visando ao aproveitamento do nosso silício, o que tornaria muito mais barata, se já tivéssemos essa tecnologia, a utilização da energia solar.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE – Acho que a energia solar certamente vai ser utilizada, mas ela vem numa etapa posterior à energia eólica.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Se o Ministro me permitir, só para complementar: se, de repente, o próprio Tribunal de Contas da União ou V. Ex^a pode recomendar – não sei, por isso vou fazer esta pergunta ao senhor; e o Delcídio é conhecedor do sistema energético brasileiro –, porque temos muitas localidades em que há sistemas isolados. Hoje, o sistema brasileiro, por leilão, compra energia antes, e o pessoal já coloca o motor. E, como está vindo essa energia solar, e há muitos sistemas que vêm ao encontro da Rio+20, com a questão ambiental, se o Tribunal de Contas da União

pode recomendar que o Ministério – pois não temos legislação ainda hoje – sempre utilize, em primeiro lugar, as energias limpas, porque isso vai estimular, Presidente Delcídio, o pessoal a fazer esse empreendimento. Se não, o pessoal vai falar: “Mas, como eu vou fazer, se a pessoa já tem o contrato?” E ele vai ficar rodando a *diesel*.

Então, de repente, o Tribunal de Contas da União pode fortalecer isso e, na recomendação – não sei qual seria o critério –, sempre dar prioridade à energia limpa, porque daí estimularia o pessoal a fazer esse investimento nesses lugares isolados, porque temos muitos lugares na Amazônia, muitos no Nordeste, em que existe o sistema isolado, e isso pode ser implantado.

O SR. JOSÉ JORGE – É. O sistema isolado, realmente, permite a utilização desse tipo de energia, que é mais caro, porque já é naturalmente mais caro. O grande problema do sistema isolado é que o sistema tem que ser muito simples, porque, se ele quebrar, é difícil consertar. O sistema isolado está longe; então, para a pessoa ir lá consertar, já é mais difícil.

Eu acho que a questão do uso dos diversos níveis dos diversos tipos de energia para energia limpa, o TCU, quando examina os projetos – inclusive, temos acordãos do meio ambiente –, ele faz recomendações desse tipo que o Senador está falando.

Agora, realmente, quem tem que definir essa política é o Conselho Nacional de Política Energética. É ao Conselho Nacional de Política Energética que cabe definir a política de investimento em relação aos diversos tipos de energia possíveis. Então, o Conselho certamente poderia gerar isso.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria só registrar, mais uma vez, a presença e agradecer aos Senadores e Senadoras por mais esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos; cumprimentar o Ministro José Jorge – é uma honra recebê-lo aqui – e parabenizá-lo pelo trabalho e pelo trabalho do Tribunal de Contas da União, que é o órgão de fiscalização do Congresso Nacional e um órgão absolutamente fundamental, para que nós tenhamos não só um acompanhamento, a fiscalização, mas rigor nos gastos públicos.

Eu só queria lembrar a todos que, na terça-feira que vem, teremos audiência pública com o Presidente do Banco Central, Presidente Tombini. Ela será na terça-feira que vem, às 10h.

Eu queria também fazer um registro aqui. Nós falamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 85, que trata do problema da unanimidade do Confaz. E nós tratamos, em reuniões anteriores, do Projeto de Lei do Senado, de autoria do atual Governador e ex-Senador Marconi Perillo, que

trata da quebra da unanimidade do Confaz. E não é só o ex-Senador Marconi Perillo que tinha um projeto nesse sentido. O Senador Flexa Ribeiro também tem um projeto nesse sentido, o Senador Ricardo Ferraço também tem um projeto nesse sentido, e eu, inclusive, disse que iria apresentar um relatório, avocando esses três projetos, para que a Comissão de Assuntos Econômicos deliberasse sobre essa matéria.

Mas eu queria fazer um registro aqui. Governadores que criaram incentivos que foram julgados inconstitucionais pelo STF começam a fazer demagogia, alegando que o Senado não se posicionou sobre essa matéria. Primeiro, é importante registrar que o STF julgou inconstitucionais vários incentivos, porque eles não passaram pelo Confaz. Isso está escrito, votado pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, nós precisamos, para não prejudicar os Estados, regularizar aqueles projetos de incentivo que foram declarados inconstitucionais. É importante registrar que alguns Governadores agora fazem demagogia, inclusive o do meu Estado, alegando que o Senado não deliberou sobre isso. Muito pelo contrário. Esse tema surgiu por causa da súmula vinculante do STF, que efetivamente colocaria por terra todos os incentivos que foram dados nos Estados da Federação sem passar pelo Confaz. Muitos debates já ocorreram nesse sentido com o Governo, com os Estados. Essa é uma decisão difícil, porque existem Estados que são a favor de se quebrar a unanimidade, e outros que são contra quebrar a unanimidade do Confaz, em função dos riscos que isso traria para o pacto federativo.

Qual é o estado da arte desse assunto? Eu conversei com o Secretário-Executivo Nelson Barbosa, do Ministério da Fazenda. Hoje, nós estamos procurando viabilizar um texto que, primeiro, regularize aquilo que é inconstitucional, que não foi aprovado pelo Confaz, ou seja, incentivos que já estão vigorando hoje. Depois, no nível do Confaz, nós vamos discutir aqueles incentivos que podem ser descentralizados, ou seja, que podem ficar sob o comando dos Estados e aqueles outros incentivos que necessariamente, até por uma questão de Federação, deveriam passar pelo Confaz.

Eu quero deixar isso bem claro, porque a demagogia está começando a grassar em alguns Estados brasileiros – e falo especificamente do meu Estado, Mato Grosso do Sul, onde o Governador alega que o Senado não se posicionou sobre essa questão.

Esse assunto só foi levantado em função da súmula vinculante, mesmo alguns Governadores entendendo que o STF, julgando inconstitucional, alguma providência deveria ser tomada. Tanto é que, há duas semanas, Senadores procuraram o Presidente Sarney, inclusive integrantes da CAE. Nós fomos ao Supremo

Tribunal Federal também para tratar desse assunto, relativo à súmula vinculante.

Portanto, é inaceitável, primeiro, a demagogia de quem tomou decisões inconstitucionais e, segundo, que o Senado Federal esteja todo mobilizado para corrigir esses equívocos e, mais do que nunca, manter o pacto federativo; e, no que diz respeito ao Confaz, separar aquilo que efetivamente pode ficar sob a autonomia dos Estados e das Assembleias daquilo que, por questões federativas, deve efetivamente passar pelo Confaz.

Eu queria esclarecer isso, porque, amanhã, nós deveremos ter uma reunião sobre esse assunto. Nas próximas semanas, esse assunto avançará. Portanto, quero deixar bem claro isso, para que não façam demagogia ou utilizem esse momento de eleição para querer fazer bonito, inclusive jogando a responsabilidade nos outros, quando o erro foi implementar incentivos que são inconstitucionais na visão do STF.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só um aparte, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia. Depois, Senador Cassol.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Delcídio, se eu entendi bem, há duas providências. Uma refere-se à questão da legalização e do marco legal das questões dos incentivos: o que compete ao Estado, o que pode o Estado fazer e não fazer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... tendo como referência, digamos, a súmula vinculante. A outra questão diz respeito ao Confaz, às deliberações do Confaz, que hoje são por unanimidade. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É isso mesmo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só quero manifestar a V. Ex^a que eu também tenho a mesma preocupação.

Estou numa situação tranquila porque, no meu Estado, o Governador faz oposição a mim. Eu faço oposição ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mas eu sou Senadora do Rio Grande e, como tal, defendo o interesse do Estado do Rio Grande do Sul.

Tomei o cuidado de indagar ao Secretário da Fazenda que tipo de consequência a quebra da unanimidade no Confaz traria para o Estado. O Rio Grande do Sul é terminantemente contrário a isso, porque é um Estado em que está esgotada a capacidade de concessão de incentivos. Por isso, a mudança no critério de estabelecimento das decisões do Confaz poderia

abrir uma porta para uma guerra fiscal que o Estado não teria condição de suportar.

Então, queria apenas deixar claro isso. Penso que V. Ex^a está no caminho certo. É preciso regularizar, a despeito de isso parecer ou ser usado como, digamos, palanque por alguns governadores, mas isso faz parte do jogo democrático.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para reforçar. Pela experiência, é até boa a presença do nosso Ministro do Tribunal de Contas da União.

Quero dizer que fazem festa com o chapéu alheio. Se nós quebrarmos a unanimidade do Confaz, infelizmente isso vai gerar uma prostituição nos Estados brasileiros. Hoje, infelizmente, o pessoal...

Lembram-se do que aconteceu com a guerra dos portos, há poucos dias? Nós conseguimos regulamentar essa matéria aqui nesta Casa. O que acontecia? Havia Estado que só fazia jogo de nota, só passava para o computador e ganhava nas costas de outro. Mesmo tendo a unanimidade do Confaz, há incentivos nos quatro cantos do Brasil.

Então, o que precisamos fazer nesta Casa? Regular o que está feito, legalizar, porque todos os Estados da Federação, infelizmente, estão na mesma situação. É preciso regularizar o que está feito e não deixar quebrar a unanimidade do Confaz, porque, caso se quebre, cada Estado vai tentar defender-se e cobrir a receita e a despesa que tem. E aí é prejuízo. O pessoal daqui vai colocar em Rondônia a despesa, e o de Rondônia vai jogar em Santa Catarina, como aconteceu agora na guerra dos portos.

Então, não podemos deixar acontecer isso. Nós precisamos, sim, fazer uma reforma tributária urgente, coisa que não está acontecendo.

Há outro problema grave pela frente que é o Fundo de Participação, matéria que o Supremo vai acabar decidindo, se não tomarmos uma decisão até o final do ano. Há Estados sendo prejudicados.

No que diz respeito a essa questão da guerra fiscal, infelizmente quem está pagando o preço é o povo brasileiro. E aí nós não podemos deixar que isso venha a acontecer, porque o prejuízo é irreversível.

Portanto, sou a favor de que se continue mantendo uma regra geral. Quem tem que incentivar a indústria nas regiões do Nordeste e do Norte é o Governo Federal, a exemplo da usina em Rondônia, da usina do Pará. Por que não pegar parte dessa energia existente naquelas regiões e deixar como compensação para as indústrias que se instalam lá, com uma energia subsidiada? Não há esse tipo de programa. E

aí ficam os Estados se matando, dando a fatia deles para os outros. É isso!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cassol.

Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, apesar de toda a admiração pelo ex-Governador e Senador Ivo Cassol, eu não concordo muito com ele no seguinte sentido: primeiro, acho que não tem que haver guerra fiscal. Então, é proibido incentivo fiscal diferenciado de Estado para Estado. No entanto, eu acredito que a unanimidade é sempre burra. Nós temos o exemplo do Conselho de Segurança da ONU, onde existe a unanimidade, mas eles não conseguem deliberar e nem decidir nada nunca, porque tem sempre um voto divergente. Portanto, não resolvem nada.

No Confaz é a mesma coisa. Eles não conseguem deliberar nada nunca, porque a unanimidade nunca vai ocorrer. Então, eu acho que lá tem que estabelecer a regra da maioria. A maioria deve decidir, e não a unanimidade. E não deve haver guerra fiscal entre Estados.

Eu não consigo entender que um Estado dê condições para determinado empreendimento, para determinado setor, determinada condição econômica, diferenciadas do que outro Estado possa dar. No meu entendimento, não tem que haver isso. A regra tem que ser uniforme para o Brasil todo. O que um oferece, o outro também tem que oferecer. O que a um é proibido oferecer, ao outro também é vetado oferecer.

Então, regras muito claras em relação à guerra fiscal. A guerra fiscal é danosa para todo cidadão brasileiro. Tem que ser unânime, equânime e isonômico o tratamento de Governos para empreendimentos e empreendedores.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para reforçar. Eu só sou a favor da não unanimidade, quando você tem regras claras para todos os Estados da Federação.

Agora, eu passei, como Governador... Se nós não déssemos incentivo ao nosso Estado, o pessoal de Goiás colocava mercadoria dentro do nosso Estado com 99% de isenção. Isso é injusto.

Então, a política que é adotada em alguns Estados... O que tem que haver? Tem que haver regra e, ao mesmo tempo, hoje, por exemplo, é inconstitucional, mas o pessoal dá igual. E quem vai convalidar o que foi feito? Somos nós aqui.

Então, quer dizer, não adianta. O que mais tem neste País é lei, mas, infelizmente, essas leis são burladas e passadas por cima, e a população lá do Maranhão acaba pagando o preço por isso; o pessoal lá de Rondônia acaba pagando por isso, quando falta

dinheiro para remédio, falta dinheiro para segurança pública, falta dinheiro para tudo quanto é área.

A unanimidade só pode ser quebrada, Senador Lobão, no momento em que a regra for igual para todos. Aí, sim, pode quebrar, porque não faz diferença. Agora, na atual gestão, como está hoje, se quebrar, infelizmente, vira prostituição, e o Estado acaba de morrer.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Concordo 100%.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, eu quero só registrar que, exatamente em função dos posicionamentos aqui colocados, eu acho que estamos no caminho certo, no caminho da negociação, no caminho da regularização dos benefícios que foram declarados inconstitucionais pelo STF. Depois, foram estabelecidos claramente aqueles incentivos que ficam a critério dos Estados e aqueles benefícios que ficam, ou aqueles incentivos que ficam a critério do Confaz. Isso disciplina a regra, institucionaliza as decisões, não piora ainda mais a guerra fiscal e garante a unanimidade no Confaz.

Nós estamos caminhando nesse sentido. Portanto, nós temos que ter equilíbrio e serenidade para que efetivamente a Comissão de Assuntos Econômicos construa, junto com o Governo Federal, com o STF e com o Confaz, uma legislação importante para o País.

Portanto, nós precisamos olhar isso com isenção, com equilíbrio, com espírito público e, acima de tudo, sem a demagogia de alguns Governadores.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELACOMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (29ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA (26ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, E PELAS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – CDEIC, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CFFC DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2012, ÀS 15 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 4 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO; de Finanças e Tributação

– CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, no plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2011, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: **-Deputados:** Afonso Florence, titular da CFT/CD; Alexandre Leite, titular da CFT/CD; Andre Moura, suplente da CFT/CD; Antônio Andrade, titular da CFT/CD; Antonio Brito, suplente da CMO/CN; Audifax, titular da CFT/CD; Augusto Coutinho, titular da CMO/CN; Carlos Brandão, titular da CFFC/CD; Carlos Magno, suplente da CFFC/CD; Cláudio Puty, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Duarte Nogueira, titular da CMO/CN; Edmar Arruda, titular da CFFC/CD; Edson Santos, titular da CFFC/CD; Eli Correa Filho, suplente da CMO/CN; Félix Mendonça Júnior, suplente da CMO/CN; Guilherme Campos, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; João Dado, titular da CFT/CD; José Stédile, suplente da CFT/CD; Júlio Cesar, titular da CFT/CD; Júnior Coimbra, titular da CFT/CD; Laurez Moreira, titular da CMO/CN; Leonardo Gadelha, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN; Lucio Vieira Lima, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD e Luiz Carlos Setim, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Marcus Pestana, suplente da CMO/CN e da CFT/CD; Mendonça Filho, suplente da CFFC/CD; Pauderney Avelino, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Paulo Foletto, titular da CMO/CN; Paulo Pimenta, titular da CMO/CN; Paulo Rubem Santiago, titular da CMO/CN; Paulo Wagner, titular da CMO/CN; Professora Dorinha Seabra Rezende, titular da CMO/CN; Renato Molling, titular da CMO/CN e da CDEIC/CD; Rodrigo Maia, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Sibá Machado, suplente da CFFC/CD; Vanderlei Siraque, titular da CFFC/CD e suplente da CMO/CN; Vaz de Lima, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Waldenor Pereira, titular da CMO/CN; Zeca Dirceu, titular da CMO/CN e da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Zequinha Marinho, titular da CFT/CD; – **Senadores:** Antonio Russo, suplente da CMO/CN e titular da CAE/SF, Benedito de Lira, titular da CMO/CN e suplente

da CAE/SF, Clésio Andrade, titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF, Delcídio do Amaral, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Lindbergh Farias, titular da CAE/SF. Compareceram, ainda, os parlamentares não-membros: Deputados Vilalba e Wellington Prado.

ABERTURA: às quinze horas e dez minutos, o Presidente, Dep. Paulo Pimenta, iniciou a reunião, informando que se tratava de Audiência Pública conjunta, citando as Comissões participantes e convocando os integrantes da mesa para tomarem seus lugares. Em seguida, explica os objetivos da reunião e passa a palavra ao convidado, Dr. Alexandre Antonio Tombini, o qual inicia sua apresentação às 15h16. Ao final da apresentação, às 16h01, o Presidente coloca a palavra à disposição dos demais Presidentes de Comissão presentes no recinto. Somente o Deputado Edmar Arruda, Presidente da CFT, usou dessa prerrogativa para discorrer sobre o *spread* praticado pelos bancos e seus efeitos sobre os consumidores bancários. Em seguida, o Presidente deu início ao debate, o qual teve a seguinte ordem de parlamentares inscritos: Deputados Rodrigo Maia, Pauderney Avelino, Paulo Rubem Santiago, Audifax, Duarte Nogueira, Senador Lindbergh Farias e, finalizando, Deputados Claudio Puty e Afonso Florence. Após manifestação dos inscritos para debate, e antes que a palavra fosse devolvida ao palestrante convidado, o Deputado Marcus Pestana pediu para exprimir algumas opiniões em nome da oposição. Tendo mais uma vez a palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini respondeu aos questionamentos levantados pelos oradores inscritos, sendo apartado pelos Deputados Rodrigo Maia e Pauderney Avelino. Após uma terceira tentativa de aparte da explicação, o Presidente em exercício, Deputado Edmar Arruda, solicitou que os parlamentares permitissem que o convidado terminasse seu raciocínio sem interrupções. Novo aparte foi permitido ao Deputado Pauderney Avelino, o qual fez perguntas sobre as previsões do PIB. **ENCERRAMENTO:** às dezessete horas e cinquenta e um minutos, o Presidente em exercício, Deputado Edmar Arruda encerrada a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, dos Presidentes de Comissão e demais parlamentares. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro iniciada a 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2012, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e do Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Portanto, temos a presença, prezado Presidente, de seis Comissões da Câmara, do Senado e do Congresso Federal.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro e ao segundo semestres do exercício de 2011, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nosso convidado já está presente, compondo a Mesa dos trabalhos, Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio também a presença de autoridades do Banco Central: Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; Diretor de Fiscalização, Sr. Anthero de Moraes Meirelles; Diretor de Políticas Econômicas, Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo.

Convido os Srs. Presidentes ou representantes das Comissões para comporem a Mesa dos trabalhos. Vamos usar também a primeira fileira como apoio à mesa.

Já está conosco o ilustre Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, do Senado Federal, Senador Rodrigo Rollemberg.

Convoco também a ocupar local de destaque junto à mesa dos trabalhos o ilustre Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal; o Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados; o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados; o Deputado Antônio

Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados. Naturalmente estamos fazendo um esforço para acomodar todas as Comissões e seus Presidentes junto à mesa de trabalhos.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o ilustre palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita. Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre os assuntos da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e as tréplicas pelo prazo de 2 minutos.

Informo que já está aberta a inscrição para o debate junto à mesa da Secretaria da Comissão. Naturalmente, os senhores autores de requerimento nas Comissões serão também convidados a fazer os seus questionamentos.

Sem mais questões, nós vamos passar de imediato a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Antonio Tombini, dando-lhe as boas-vindas da nossa Casa, falando da nossa satisfação em recebê-lo, bem como vários diretores e assessores do Banco Central, o que para nós é uma demonstração de prestígio e reconhecimento do Banco Central ao trabalho que vem sendo exercido pela Câmara, pelo Senado, pelo Congresso Nacional e pelas suas respectivas Comissões.

A palavra está à disposição do Presidente do Banco Central para sua exposição inicial.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado. Exmo. Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exmo. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Exmo. Deputado Federal Antônio Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Exmo. Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Exmo. Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Exmos. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, senhoras e

senhores, estou hoje aqui na condição de Presidente do Banco Central do Brasil para, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, sobre o impacto e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil no exercício de 2011.

O roteiro que eu vou seguir nesta breve apresentação tem, entre os seus itens, inicialmente, as demonstrações financeiras do Banco Central. Passo em seguida a uma visão de mais longo prazo e mais estrutural da economia brasileira, tratando da solidez da nossa economia. Falo um pouco sobre a agenda de reformas e investimentos do País. Vou também discorrer sobre a nossa visão em relação ao cenário internacional corrente e prospectivo. Falarei, mais ao final da apresentação, sobre aspectos mais conjunturais da economia brasileira, sobre os quais o Banco Central tem mais influência. Falarei de atividade econômica e inflação. Encerrarei minha apresentação tratando da questão do Sistema Financeiro Nacional e do crédito na economia brasileira.

Já indo para uma espécie de resumo da apresentação, gostaria de dizer algumas coisas. Primeiro, nós, no Brasil, apresentamos sólidos fundamentos macroeconômicos. Além da nossa estrutura macro de política monetária, fiscal e cambial, temos também, ao longo dos anos, constituído colchões importantes que ajudam a assegurar tranquilidade para a economia brasileira, mesmo em tempos mais difíceis, como os que vivemos nos dias de hoje.

Falo também da agenda de investimentos do Governo, a agenda de reformas. Há algumas reformas importantes sendo conduzidas e outras já concluídas recentemente. Os investimentos em infraestrutura também. Tudo isso relacionado à necessidade de elevar a produtividade e a competitividade da nossa economia.

Em relação ao cenário, o nosso resumo da situação hoje é de que continua apresentando volatilidade nos mercados financeiros internacionais, e também tem sido caracterizado não só por uma perspectiva corrente, mas também por uma perspectiva de baixo crescimento para os próximos anos da economia global. O ritmo de atividade da economia brasileira, na visão do Banco Central, irá se acelerar ao longo do ano de 2012, sustentado pela demanda interna, por medidas que vêm

sendo tomadas no campo monetário e financeiro, e outras de políticas públicas. Essas medidas visam a restabelecer taxas de crescimento mais elevadas para a economia do País.

Por último, e não derradeiro, a questão da inflação. Em nossa visão, o processo inflacionário no Brasil continua em uma trajetória de convergência com as metas estabelecidas para o País.

Em relação às demonstrações financeiras, objeto desta nossa audiência de hoje, eu quero ir direto para o resultado do Banco Central do Brasil: em 2011, foi positivo em 23,5 bilhões de reais. No primeiro semestre, tivemos um resultado de 12,2 bilhões de re-

ais e, no segundo semestre, o resultado ficou positivo em 11,3 bilhões. De acordo com a legislação vigente, esses resultados positivos são transferidos para o Tesouro Nacional.

Abrindo um pouco esse resultado, temos os grandes itens divididos nos dois semestres, compreendendo esse valor global que eu mencionava a V.Exas., de 23 bilhões e 400 milhões de reais de resultado positivo do Banco Central em 2011.

Do que corre do ano de 2012, nos primeiros 5 meses do ano, terminados em 31 de maio de 2012, o resultado está na faixa de 10 bilhões de reais positivos.

Em relação a um item importante do balanço do Banco Central, que diz respeito às reservas internacionais, já que elas estão registradas no balanço da autoridade monetária, o que eu tenho a dizer em relação a esse importante ativo diz respeito ao custo de manutenção das reservas internacionais – o chamado custo de carregamento dessa posição. No primeiro semestre de 2011, esse custo de carregamento foi da ordem de 3% e, no segundo semestre, da ordem de 2.50%.

Em relação ao valor desse custo, nos primeiros 5 meses de 2012 – adiantando para V.Exas. –, ele é da ordem de 4,9 bilhões de reais, ou seja, em média, 1 bilhão de reais por mês. Se nós virmos o resultado do exercício de 2011, o custo total de carregamento foi de 30,6 bilhões de reais – uma média de 2,5 bilhões por mês, *grosso modo*. Então, neste ano, esse custo de carregamento das reservas cai para uma média de 1 bilhão de reais por mês.

Em relação a um resultado mais bruto das reservas internacionais no balanço do Banco Central, com a variação cambial – porque aquele resultado anterior era o custo de carregamento, ou seja, quanto custa o passivo das reservas e quanto as

reservas rendem. Então, dava aquele valor que mencionei a V.Exas., de 30 bilhões no ano –, se nós levarmos em conta também a valorização ou desvalorização do ativo das reservas internacionais, nós tivemos, no ano de 2011, no primeiro semestre, uma variação negativa de 44 bilhões reais e, no segundo semestre, uma variação positiva de 87,8 bilhões de reais, totalizando uma variação positiva do ativo reservas internacionais no balanço do Banco Central da ordem de 43 bilhões e 300 milhões no ano de 2011.

Em relação aos cinco primeiros meses do ano de 2012, ou seja, encerrado em 31 de maio de 2012, nós temos, até o momento, uma variação positiva do ativo reservas internacionais, por conta da valorização do dólar. Nós temos o resultado positivo da ordem de 62 bilhões de reais nos cinco primeiros meses do ano de 2012.

Em relação ao outro item dessa área de exposição cambial do balanço, nós temos o resultado dos *swaps* cambiais. Quer dizer, é uma compra ou venda de moeda estrangeira no mercado futuro. Essas operações são denominadas em dólar, mas são liquidadas em reais. É uma operação derivativa.

Então, nós temos, ao longo do tempo, o seguinte: essa linha vermelha demonstra o resultado acumulado das operações de *swap* cambial ao longo de todos esses anos, desde o primeiro semestre de 2002. Então, nós temos um acumulado de 8,6 bilhões de reais, resultado positivo.

Em relação ao resultado acumulado desde o início de 2011, nós temos essa mesma operação, acumulando o resultado de 1,4 bilhão de reais no Brasil.

A posição acima dessa linha pontilhada vermelha é a posição vendida em dólares. Ou seja, o Banco Central está vendendo dólares norte-americanos, nominalmente, no mercado futuro. A posição abaixo da linha vermelha é a posição comprada em moeda estrangeira no mercado futuro. Essa é a evolução, ao longo desses 10 anos, de operações com *swaps* cambiais.

Então, só para ilustrar como evoluímos com esse instrumento, que é um instrumento importante de ação da autoridade monetária nos mercados, no mercado de câmbio, certamente.

Passando, agora, para questões mais estruturais da economia brasileira, já saindo da prestação de contas em relação ao balanço do Banco Central, eu gostaria de dizer algumas coisas.

Primeiro, como mencionei no resumo inicial, o Brasil constituiu importantes colchões de liquidez, importantes reservas, tanto em moedas estrangeiras, reservas internacionais, quanto em termos de moeda local, com os depósitos compulsórios depositados no Banco Central do Brasil.

Nós temos um processo, já de algum período, de uma relação dívida pública/economia, ou seja, dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto, cadente no Brasil, o que nos deixa muito bem preparados neste momento em que a questão fiscal toma o centro das atenções em várias economias, principalmente no chamado mundo das economias avançadas.

Temos um sistema financeiro sólido. Vou demonstrar aqui alguns dados gerais desse sistema. Temos um risco soberano em queda ao longo dos últimos anos. Facilita não só as condições de financiamento do próprio Estado brasileiro, mas também das nossas empresas.

Em relação às reservas internacionais, essa é a sua evolução. Estou aqui cotando as reservas em dólar. Naturalmente, mais recentemente, há um movimento internacional de valorização do dólar, eu diria no último mês e meio. Então, as reservas sofrem também flutua-

ções, porque são cotadas em dólar. Nem todas as reservas internacionais são em moeda norte-americana. Temos um pedaço, 20% das reservas internacionais estão em outras moedas. E o valor em dólares certamente sofre a influência do movimento internacional do dólar no momento.

Em relação ao colchão de liquidez em reais, o seu recolhimento compulsório, ou seja, aquele recolhimento que os bancos têm que deixar no Banco Central do Brasil, nós temos um total de compulsórios hoje na faixa de 400 bilhões. Ele cresce ao longo do tempo. Naturalmente, a base de depósito vem crescendo também de forma expressiva ao longo dos últimos anos.

Em relação à situação fiscal, a produção de fluxos de superávit primário ao longo dos anos tem permitido entre outras coisas reduzir a relação dívida líquida/PIB, que caiu do pico de 2002, de 60,4% para o dado mais recente, o dado acumulado até abril de 2012, na faixa de 35,7%. Ou seja, uma queda expressiva de quase 25 pontos de percentagem do Produto Interno Bruto, que, nos últimos 10 anos, é um elemento de fortalecimento da estrutura econômica brasileira certamente nessa situação fiscal do País.

Em relação a comparações internacionais, na coluna da direita, nós temos o resultado primário comparado com o de outros países – perdão, o resultado nominal –, que inclui também a despesa com juros. Nós vemos, no ano de 2011, que tivemos um déficit de 2,6% do PIB. Certamente, nesse grupo de países, é um dos melhores resultados. O México tem um déficit de 3,4%; a Itália, com quase 4,0% de déficit nominal; Canadá, com 4,5%; e por aí vai até chegar aos Estados Unidos, com 9,6% de déficit nominal em relação ao PIB, e ao Japão, com 10%, nesse mesmo critério.

Em relação à dívida bruta, na coluna da direita, também há essa comparação internacional. A nossa dívida bruta está na faixa de 54% do Produto Interno Bruto. Vemos outros países com situação fiscal bem pior que a brasileira, que melhorou bastante nos últimos anos.

Em relação aos colchões de proteção do sistema financeiro, temos a questão do capital. O capital, como V.Exas. sabem, é aquele recurso que os bancos são obrigados a deixar apartados para fazer frente a perdas não esperadas no sistema. Então, temos hoje 16% – um dado mais recente –, em relação ao mínimo, que é 11%, e em relação ao mínimo internacional, que é 8%. Estamos numa situação confortável.

Recentemente, no dia 21 de março, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional encerraram uma missão de avaliação do Sistema Financeiro Nacional. No pronunciamento dos representantes dessas instituições, eles disseram, no dia 21, que o Sistema

Financeiro Brasileiro é estável, com baixos níveis de risco sistêmico e reservas de liquidez consideráveis.

Vou mostrar a V.Exas. isso logo mais à frente.

Em relação à melhora da qualificação de risco, nós tivemos várias reclassificações num período recente. Inclusive, desde o início de 2011, já tivemos importantes reclassificações das três principais agências de avaliação de risco. Isso é um processo que continua no País. Estamos num nível de grau de investimento, e melhorando nesse segmento.

Em relação às condições de financiamento de longo prazo, as taxas de juros, pegando as taxas de 5 anos, recentemente caíram. Esse é um gráfico que demonstra a evolução dessa taxa de juros de 5 anos. Entre agosto de 2011 e junho

de 2010, nós vemos o Brasil experimentando taxas de 5 anos, e as de mais longo prazo, de 1 dígito. Quer dizer, não é só a taxa de política monetária que se encontra no nível de 1 dígito, as taxas de juros de mais longo prazo também já entram nesse território, cujos níveis ainda não havíamos experimentado.

O custo das emissões externas da República também tem demonstrado essa melhora nas condições de financiamento do Brasil nos últimos tempos. Nós vemos, em azul, as taxas em títulos de aproximadamente 10 anos na faixa de 3,1%, a última captação, e, na faixa dos títulos de mais longo prazo, 30 anos, uma taxa de 4,5%. E a República vem captando aí fora.

Em relação ao investimento estrangeiro, o Brasil é um dos principais destinos do investimento estrangeiro, comparável com outros países, como China e Estados Unidos. Na região, o Brasil, em 2011, atraiu quase 70 bilhões de investimento estrangeiro. A segunda maior economia, a economia mexicana, atraiu 19 bilhões. Ou seja, menos de um terço do que atraiu o Brasil naquele período. Isso dá uma ideia da dimensão do País na relação com o resto do mundo, em particular no que diz respeito aos fluxos de investimentos estrangeiros para o País.

O investimento estrangeiro, ao longo do tempo, tem permitido cobrir o déficit em conta corrente. Nós vemos aí o excesso de investimento estrangeiro em relação ao déficit em conta corrente, isso em proporção do PIB. Ou seja, o investimento estrangeiro em 2012 até o momento supera em 0,5% do PIB o déficit em transações correntes. Ou seja, o déficit de transações correntes no balanço de pagamentos é mais do que financiado por esse fluxo, que é o fluxo de investimento estrangeiro.

Saindo um pouco das questões macroestruturais e indo para a agenda de reformas e investimentos, eu gostaria de salientar algumas recentes e importantes reformas que foram realizadas na área fiscal e tributária.

Acho que o FUNPRESP, o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos, foi uma medida importante, aprovada recentemente pelo Congresso. Certamente, isso cria não só uma situação fiscal de maior estabilidade no médio prazo, mas também abre outras oportunidades, como, por exemplo, a mobilização de recursos para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Estima-se que, no período de 10 anos, essa reforma pode gerar uma massa de recursos adicionais da ordem de 30 bilhões de reais.

Temos também importantes iniciativas na área da desoneração da folha de pagamentos. Já são 15 setores impactados por essa medida. Também na desoneração dos investimentos em portos, ferrovias, rede de telecomunicações. E, ainda em estudo, eu sublinharia duas medidas: uma é a desoneração da energia elétrica, um custo sempre alto para a economia brasileira, para a economia real, para o setor de serviços – essa desoneração, se possível, certamente terá um impacto amplo na economia nacional, ajudando no processo de aumento da competitividade brasileira –, e a transformação do PIS e da COFINS em tributos não cumulativos, matéria que está em estudo no Governo e, imagino também no Parlamento.

Em relação a outras reformas para ampliar a competitividade do País, em relação à qualificação da mão de obra temos esse importante programa: Ciências sem Fronteiras. Talvez seja hoje o maior programa de financiamento de bolsas de estudos no exterior que se tem notícia. Na área de ciência e tecnologia são 100 mil bolsas de graduação e pós-graduação. Temos também o Programa de Capacitação Profissional – PRONATEC, com uma previsão de criação de 8 milhões de vagas nos próximos 4 anos.

Também há que se ressaltar a concessão à iniciativa privada de aeroportos

— até o momento, já são quatro aeroportos, outros estão em estudo –, rodovias, portos e ferrovias. Certamente, são medidas importantes para aumentar a competitividade da economia brasileira no futuro.

Em relação aos investimentos de infraestrutura, listo alguns dos principais itens desse programa. Entre 2012 e 2015, aproximadamente 1,2 trilhões de reais serão investidos nessas diversas áreas. Certamente, a Presidente Dilma tem dado grande ênfase a essa matéria recentemente, tem trabalho no sentido de reforçar o investimento público, induzir o investimento privado no País, que certamente será uma área importante para o crescimento econômico brasileiro nos próximos meses – trimestres, digamos assim.

Saindo das reformas e dos programas de investimentos, que certamente ajudarão na competitividade

de da economia brasileira, quero falar um pouco do cenário internacional.

Acho que melhor do que especular a respeito de possíveis desdobramentos da situação internacional, que permanece bastante fluída, os mercados voláteis, é importante ver qual é o traço comum. O Banco Central há algum tempo, – que eu me recorde, desde meados do ano passado –, tem enfatizado o fato de que houve e tem havido uma forte revisão nas perspectivas de crescimento da economia global.

Então, nós estamos com um cenário internacional que, infelizmente, está caracterizado por baixo crescimento no período à frente, ainda caracterizado por ampla liquidez, em função das respostas que os vários países têm adotado para restabelecer o crescimento em bases mais fortes. Naturalmente, é complexo esse processo. E o Brasil, o Banco Central, também enfatiza, ao longo desse período, que o cenário internacional, na forma em que ele se encontra hoje, proporcionaria um viés desinflacionário, enfim, com impacto sobre o preço de *commodities* e outros produtos. Então, isso tem de fato ocorrido.

Em relação à Europa, sem entrar muito no detalhe, depois de um período de certo alívio com as operações de fornecimento de liquidez por parte do Banco Central Europeu ao longo do primeiro trimestre – do final do ano passado e nos dois primeiros meses deste ano –, a situação teve uma recaída. Os mercados, o refinanciamento das dívidas soberanas, a questão bancária na Europa voltou ao centro das preocupações dos investidores internacionais. Então, nós tivemos, depois desse período de alívio, de novo, a Europa representando um risco para a economia global.

Os Estados Unidos, talvez a área mais dinâmica hoje da economia global, têm apresentado um crescimento até surpreendente desde o início do ano, agora já caracterizado por uma maior moderação. Mas a conclusão que nós tiramos é que se mantém uma perspectiva de crescimento moderado da economia americana nos próximos meses.

A China está em desaceleração. E, em nossa visão, a China tem capacidade suficiente para conduzir esse processo de desaceleração, de pouso suave da sua economia.

Só para ilustrar a volatilidade dos mercados, esse é um índice de que, quanto maiores, mais voláteis são os mercados. Nós vemos na ponta os dados mais recentes. Já é uma retomada dessa volatilidade. Nada comparável com o pico de 2008, mas, certamente, mercados caracterizados por maior incerteza e volatilidade.

Eu falei um pouco sobre a recente valorização do dólar. Esse é um movimento internacional. Nós vemos, na coluna da direita, o real desvalorizando quase 6%

no mês de maio, mas, quando comparado com outras moedas, essa desvalorização até que foi moderada.

Ao ver isso de forma mais estilizada, temos o real em amarelo. Nessa seta verde, diz-se que o real se desvalorizou 0,3% em maio em relação à cesta de moedas, que incluiu o euro, o iene japonês, o franco suíço, o dólar canadense e a coroa sueca. Trata-se de uma cesta de moedas ao qual o dólar se compara. E nós variamos praticamente nada. Ou seja, em maio, o movimento do real talvez tenha sido mais aderente a movimento internacional do dólar em relação às demais moedas. Então, o que está acontecendo hoje no País reflete não as condições internas, mas esse movimento internacional da moeda estrangeira, que se valoriza em relação a uma cesta de moedas.

Expectativa de crescimento do mundo para 2012 e como ela evolui aos longos dos meses. Desde agosto de 2011, as perspectivas de crescimento da economia global para 2012 vêm sendo revisadas para baixo. Nós vemos uma revisão bastante forte: de mais de 3% de crescimento da economia global em 2012, que se esperava em agosto, hoje se espera alguma coisa em torno de 2.3%.

Na zona do euro, em azul, nós temos a expectativa de crescimento para 2012. Também houve uma revisão grande, e hoje está na área negativa. Ou seja, espera-se, por esse indicador, que a economia da zona do euro apresente uma contração de 1.35% no ano de 2012.

Voltando à Europa, nós temos essa perspectiva para 2012. E para o ano que vem, em vermelho, houve uma revisão para baixo também, mas ainda se espera um crescimento de 1% em 2013.

Os Estados Unidos estão um pouco melhor: 2.3% para 2012 e aproximadamente 2.5%, para 2013. Não são os 3% que se pensava em meados do ano passado para 2012, 2013, já houve uma retração da expectativa de crescimento para esses anos vindouros, mas, ainda assim, é uma situação bem melhor, por exemplo, do que aquela observada no continente europeu.

E a China, com essa desaceleração do crescimento. É uma perspectiva. Pelo menos o Governo chinês já falou em crescimento na ordem de 7,5%, como objetivo para este ano.

Em relação à economia brasileira, passando então à parte mais conjuntural, quero dizer que, em nossa visão, há vários fatores no Brasil hoje para que a demanda interna, a demanda na economia se sustente. Entre esses fatores, eu destacaria: a taxa de desemprego se encontra em níveis historicamente baixos – a despeito dessa baixa taxa de desemprego; a economia continua gerando empregos; a renda real do trabalhador permanece em ascensão; e, culminando emprego

com renda, a massa salarial continua em expansão; e o crédito, apesar de ter moderado, continua crescendo na economia brasileira.

A flexibilização das condições monetárias e financeiras e outras iniciativas de estímulo à atividade também apontam na direção de uma economia que se sustentará ao longo do ano em que as condições de demanda permanecem, de certa forma, estimuladas.

Esse cenário, na nossa visão, proporcionará aceleração do crescimento ao longo do ano. Essa retomada – o Banco Central já reconheceu em seus documentos desde o início do ano – vem em ritmo mais lento, mas ganha velocidade ao longo do ano 2012.

O desemprego está em níveis historicamente baixos. Esse é um gráfico ilustrando isso. A criação de empregos, acumulada desde 2007, está na faixa de 8 milhões. Mas o mais importante é saber que, nos últimos 12 meses, houve a criação de 1 milhão e 360 mil empregos no País. Ou seja, o País continua gerando empregos neste momento.

O rendimento médio dos trabalhadores permanece em ascensão. É importante o recuo da inflação porque assegura a sustentabilidade e ganhos reais nos rendimentos dos trabalhadores. Nos últimos 12 meses, houve ganho real de mais de 3%. Culminando a criação de emprego com o ganho real de renda, a massa salarial continua em expansão, nos últimos 12 meses, na faixa de 5%. Certamente, esse é um elemento de sustentação da demanda interna no País mais à frente.

Como um reflexo disso, quando examinamos as vendas no varejo, vemos que elas mantêm um ritmo elevado no País. O comércio varejista cresceu na faixa de 7,5%, nos últimos 12 meses, dados de março. E o chamado comércio ampliado, que inclui o varejo mais automóveis e construção civil, também cresceu na faixa de 6,7%, nos últimos 12 meses.

Em relação à inflação, temos a evolução dos preços ao consumidor. Depois daquele pico de inflação em setembro de 2011, os índices de preço ao consumidor vêm recuando de forma consistente: o IPC-FIPE na faixa de 4,20% – a última informação, divulgada em maio; o IPCA-15 – índice relacionado ao índice meta do Governo – está na faixa de 0,5%, nos últimos 12 meses, encerrados em 15 de maio. Amanhã será divulgado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA cheio do mês de maio, que serve de balizador para o sistema de metas de inflação. Esperamos, o Banco Central já disse, inflação menor do que em abril, que foi 0,64%. Imaginamos que o IPCA acumulado em 12 meses continuará recuando nesse mês de maio, a que me referi.

Em relação ao IPCA – só para citar um item importante e muito comentado

— de serviços, ou seja, a inflação acumulada de serviços – a linha vermelha seria o IPCA, excluindo os serviços –, hoje, estaria acumulado na faixa de 4,0%. Ou seja, abaixo do nível de meta de 4,5%. Quando verificamos só a inflação de serviços, vemos que ela vem num nível mais elevado. Está na faixa de 7,20%, já recuando de níveis em torno de 9%, como vimos recentemente na virada do ano e início deste ano. Já há recuo também no IPCA na inflação do segmento de serviços. Esse setor vem com inflação mais alta já de algum tempo, mas ainda assim inicia um processo de recuo.

Em relação à inflação medida de instrumentos financeiros, temos um título que paga juro real. Culminando esse título, que paga juro real, com título nominal do Tesouro, é possível extrair do instrumento financeiro uma expectativa de inflação. Extraíndo a expectativa de inflação dos mercados, da NTN-B, que é um título do Tesouro que paga a inflação mais o juro real, o que nós vemos é que a inflação de 2012, derivada desse título, já está ligeiramente abaixo de 4,5%. A inflação de 2003, ainda em linha com as projeções dos analistas, mais na faixa de 5,5%, mas vemos uma convergência dos mercados da inflação derivada de instrumento de mercado em direção à meta de inflação do Brasil.

E, aí, a nossa projeção. A projeção do Banco Central, que constou do relatório de inflação de março, seja uma projeção de inflação, convergindo para o centro da meta no final deste ano, conforme o Banco Central vem projetando e sinalizando.

Com relação ao Sistema Financeiro Nacional e mercado de crédito, quero dizer algumas coisas. Primeiro, que alguns fatores garantem a solidez do Sistema Financeiro Nacional, entre eles a questão do capital. Nós temos um nível de capital, aquele recurso que as instituições financeiras deixam separado para fazer frente a perdas não esperadas nos seus ativos nas operações de crédito e ativos em geral.

Temos regras de provisionamento rigorosas, ou seja, provisão, aquele recurso que as instituições financeiras deixam separadas para fazer frente às perdas esperadas – capital para perdas não esperadas, provisionamento para aquilo que pode ser estatisticamente previsto, prognosticado – e índice elevado de liquidez, um insumo fundamental para o funcionamento de qualquer instituição financeira que faz justamente a intermediação de liquidez. Nós temos no País índices elevados de liquidez no sistema financeiro.

Só para comparar, para não ficar falando de Brasil, mas comparando com outros países, quando nós pegamos o índice de capital da Basileia, um país com 16,3, dado do final de 2011 –, uma comparação internacional –, fonte Fundo Monetário Internacional,

nós vemos o Brasil comparado com outras jurisdições. V.Exas. têm o material em mãos, podem usar como referência para visualizar a posição do País no que diz respeito ao colchão de capital que existe no sistema financeiro quando comparada com outras jurisdições.

Em relação ao provisionamento, ou seja, a provisão, aquilo que é separado para fazer frente à perda esperada, principalmente de cadeia de crédito, nós temos nesse mesmo grupo de países o maior nível de excesso de provisão em relação ao capital. A provisão contra a perda realizada na carteira em relação ao capital, que é 9%, sendo o capital 100%. Tem países aqui com níveis bem mais baixos do que o Brasil, que está na dianteira quando diz respeito às regras de provisão.

Em relação ao nível de liquidez, que eu mencionava, pegando uma métrica homogênea para todos esses países, ou seja, quanto às instituições, o sistema tem de ativo líquido em relação àqueles passivos de curto prazo, aqueles passivos que

podem ser tomados na instituição a qualquer momento? No caso do Brasil, também está na dianteira, junto com a Coreia do Sul, tem um índice maior que 1, ou seja, tem mais ativos líquidos do que passivos de curto prazo, bastante melhor do que outras jurisdições.

Em relação ao crédito, juros e *spread*, o crédito no Brasil continua evoluindo de forma moderada. O saldo das operações de crédito nos últimos 12 meses, encerrado em abril, cresceu na faixa de 18%, ou seja, um crescimento elevado, mas já apresentando moderação. As concessões de crédito – aí, não o saldo, mas as concessões dos primeiros quatro meses de 2012 –, em relação ao mesmo período de 2011, apresentam uma expansão de 10%. O dado recente do crédito sinaliza alguma recuperação das concessões, inclusive no segmento de veículos. Nós estamos presenciando uma redução de taxas de juros e do *spread*. Esses dados já começam a aparecer. Esse processo é inicial ainda, mas começam a aparecer dados nesse sentido.

Essa expansão do crédito, separando em crédito livre na cor azul, crédito direcionado, basicamente é o sistema de crédito rural, o BNDES. Nós tiramos daí o crédito imobiliário e o separamos na cor vermelha.

Então, o que nós vemos aqui é um crédito em relação ao PIB, na faixa de 50% do Produto Interno Bruto, e o crédito imobiliário ganhando espaço no conjunto das operações de crédito no País, o que é um movimento natural e que deve se ampliar no futuro. Há espaço para o crédito imobiliário, ainda em níveis muito baixos, em torno de 5% do Produto Interno Bruto, mas ele está crescendo a taxas elevadas, em linha também com outras variáveis econômicas que o País experimentou nesses últimos anos.

Em relação à redução de juros para a pessoa física, esse é o período de janeiro, em azul, e de maio, em vermelho. A taxa média por pessoa física é de 45% para 40% e a taxa média para a pessoa jurídica é de 28,7% para 25,4 % nesse período de 5 meses.

Em relação ao *spread* bancário, para o mesmo período, de janeiro a maio deste ano, também uma pequena redução já se observa nos dados coletados pelo Banco Central.

Em relação à inadimplência – um item bastante comentado nas últimas semanas, meses –, a nossa avaliação sobre as perspectivas para a inadimplência no País sugere uma redução ao longo do segundo semestre deste ano.

E digo isso em função dos seguintes fatores: Primeiro, as concessões de crédito realizadas a partir do segundo semestre de 2011 apresentam menor nível de inadimplência. Vou mostrar em seguida o atual estágio do ciclo monetário. Nós tivemos um aperto nas condições monetárias até julho, agosto do ano passado. Desde então tem havido uma distensão das condições monetárias. Então, isso apresenta defasagem, mas ajuda também, para frente, a reduzir o nível de inadimplência.

A redução de juros e dos *spreads* bancários facilita também o processo de refinanciamento e renegociação de dívidas para aqueles que estão nesse procedimento.

As perspectivas de aceleração na atividade econômica têm a ver com a defasagem que existe entre, por exemplo, a distensão das condições monetárias de financeiras, que ocorre desde o final de agosto, início de setembro de 2011. Isso vai cada vez mais sendo sentido na economia; a economia pega maior velocidade; a economia, ao crescer mais fortemente no segundo semestre deste ano, gera condições para a redução da inadimplência observada na economia.

A queda da inflação também é importante porque ajuda a manter o rendimento real. O trabalhador, com tudo mais constante, gera uma capacidade maior de pagamento. Logo, é um fator relevante para explicar um menor nível de inadimplência à frente.

Também há o fato de que as nossas dívidas no País ainda não são tão alongadas. Existe um prazo de maturação, que é curto quando se compara com o que ocorre em outras jurisdições. Isso também indica que o ajuste nas condições financeiras das famílias e das empresas tendem a ser mais rápido no País do que em outras jurisdições.

Então, são fatores para o Banco Central que, apesar do crescimento da inadimplência no momento, indicam um recuo ao longo do ano, que vai ser mais sentido no segundo semestre de 2012.

Esse é só um dado antecedente, que indica a concessão de financiamento. Muito se fala no financiamento de veículos. Esse gráfico mostra qual seria a inadimplência 4 meses na frente. Então, quando nós olhamos para o pico desse gráfico, lá em julho ou agosto de ano passado, nós vemos que 4 meses à frente a inadimplência ainda seria alta nas concessões de crédito que foram feitas em julho e agosto do ano passado. A partir daí, o que se nota é que a inadimplência 4 meses à frente tem sido reduzida.

Então, é uma safra de crédito que já vem com mais qualidade no segundo semestre do ano passado, e esse processo continua à frente. Isso indica, na nossa visão, que a inadimplência tende a recuar ao longo deste ano, no segundo semestre de 2012.

Para concluir a minha apresentação de hoje, eu gostaria só de recapitular que, na nossa visão, nós temos sólidos fundamentos macroeconômicos que, combinados com alguns colchões de liquidez que foram formados ao longo tempo, como os depósitos compulsórios em reais, permitem, em situações de estresse, prover liquidez para o sistema. Também o colchão que se constituiu de reservas internacionais e que, da mesma forma, permite melhores condições de financiamento não só para o soberano, mas também para as empresas brasileiras se financiando lá fora, é uma reserva importante para o País.

Há um avanço na agenda de reformas e nos investimentos de infraestrutura. Isso é fundamental para as condições de crescimento da economia nos anos vindouros.

Nós temos o Sistema Financeiro Nacional, que apresenta níveis elevados de liquidez, provisão, rentabilidade e capital. É importante ter esse sistema financeiro num mundo cada vez mais com as dificuldades enfrentadas em outras jurisdições, em particular, hoje, na Europa. E temos esta fortaleza no País.

A expansão de crédito continua em níveis mais moderados, mas nós já começamos a ver uma redução nas taxas de juros, nos *spreads*, e a inadimplência com perspectivas boas de queda ao longo do segundo semestre do ano.

O ritmo de atividade se acelera no segundo semestre de 2012. Já estamos sentindo mais atividade neste segundo trimestre do que no primeiro trimestre do ano, certamente.

Para fechar a apresentação, de novo falo da nossa perspectiva de uma inflação se encaminhando, convergindo para a trajetória de metas do País.

Eram esses os meus comentários.

Sr. Presidente, estou à disposição para a sessão de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Presidente, pela sua exposição inicial.

Neste momento coloco a palavra à disposição dos Presidentes das demais Comissões que foram protagonistas do convite para que o Dr. Tombini estivesse aqui conosco.

Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Antônio Andrade; Deputado Márcio Reinaldo Moreira e Deputado Renato Molling, 1º Vice-Presidente, V.Exas. desejam fazer uso da palavra agora ou num outro momento? (*Pausa.*) Deputado Edmar Arruda, Deputado Edson Santos, 1º Vice-Presidente, V.Exas. desejam fazer uso da palavra agora? (*Pausa.*)

A palavra está à sua disposição, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, ilustre colega Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA – Colegas Deputados que compõem a Mesa, Senadores, Deputados e Deputadas, Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, penso que o cenário que V.Exa. apresentou é bastante consistente, e nós realmente temos observado que isso ocorreu ao longo do ano de 2011, mas nós que estamos na base, que participamos da atividade produtiva, temos visto uma preocupação muito grande com vários segmentos da atividade produtiva, inclusive o meu setor, o da construção civil, sem essa perspectiva de que

o crescimento da economia venha atender a essa expectativa do Governo.

Nós tivemos um primeiro trimestre muito duro, muito difícil. Estamos tendo um segundo trimestre no mesmo caminho, inclusive o nível de comercialização dos meses de abril e maio não foi satisfatório, e existe a preocupação de que poderemos ter muita dificuldade para ter um índice de crescimento do PIB pelo menos nos mesmos níveis do de 2011.

Algumas medidas já foram tomadas pelo Governo – V.Exa. mesmo acabou de relatá-las –, mas sabemos também que é necessário um prazo de maturação para que essas medidas surtam os efeitos na economia do nosso dia a dia aqui.

A minha pergunta é a seguinte: tivemos a maior redução de juros da história do País. Um empresário me comentou nesta semana que foi ao Banco do Brasil e lhe fizeram a proposta, que não compreendi muito bem, de que ele teria a redução da taxa de juros no contrato que ele tem com o banco – não sei se é cheque especial –, mas que isso seria condicionado a alguns fatores e ele poderia ter de pagar esse residual depois de 4 meses. Eu não sei a veracidade disso, gostaria que V.Exa. falasse sobre isso.

A nossa expectativa é de quando de fato essa redução do *spread* bancário vai chegar ao consumidor final, tanto pessoa física quanto pessoa jurídica, porque o que nós temos visto, na prática, apesar de todo o esforço do Governo, do esforço do Banco Central, é uma diminuição da oferta de recurso para o setor produtivo e para as pessoas físicas, com exceção agora de uma alavancagem com relação à venda de automóveis, um setor que, toda vez que dá dor de barriga, o Governo corre para socorrer. Mas nós temos outros setores importantes tanto quanto esse. Então, a minha pergunta básica é esta preocupação: qual a segurança desse crescimento econômico que o Governo está propagando e, principalmente, quando essas medidas de redução do *spread* bancário vão chegar ao consumidor final?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta)

– Antes de passar a palavra ao senhor, eu quero registrar que pediram licença para comparecer ao Senado, para deliberações de plenário, os ilustres Senadores Delcídio do Amaral e Rodrigo Rollemberg.

Quero registrar a presença do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico. Pergunto se o colega deseja fazer uso da palavra neste momento. *(Pausa.)*

Concluída a fase inicial, em que a palavra foi colocada à disposição dos Presidentes das Comissões, indago à Mesa da Secretaria se há lista de Parlamentares inscritos para o debate? *(Pausa.)*

O ilustre Deputado Rodrigo Maia é o primeiro inscrito; o Deputado Pauderney Avelino é o segundo inscrito. Nós vamos seguindo a ordem do debate. Vamos ouvir

mais dois Parlamentares, aí passamos ao Dr. Alexandre Tombini para responder às primeiras questões que forem colocadas.

Deputado Rodrigo Maia, a palavra está à sua disposição, pelo tempo regimental.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Banco Central, diretoria, como combinei com o Deputado Edson Santos, uma vez que havia requerimento de convocação do Ministro-Presidente do Banco Central para discutir a situação atual do mercado financeiro, e foi dito pelo representante do Governo, nós poderíamos avançar nos dois debates.

De forma breve, em relação à apresentação, pelo menos eu não encontrei aqui alguns dados. Estão escondidos. Os dados da indústria estão escondidos, os dados da expectativa de crescimento do Brasil estão escondidos; os do resto do mundo vieram, os do Brasil não vieram. Pode ter sido algum erro da minha capacidade intelectual, Deputado Pauderney.

Depois, eu fico perguntando, e outro dia encontrei o Dr. Amilcar e perguntei. Quando eu trabalhava no mercado financeiro, Presidente Tombini, eu ouvia dos economistas, dos grandes quadros do mercado, que o Brasil precisava, primeiro, poupar, que a poupança iria gerar sustentabilidade no crescimento, investimento e infraestrutura. O que tenho visto nos últimos anos é o Brasil estimular o brasileiro a gastar, sem poupança.

Então, eu fico olhando aqui os dados: taxa de juros do Brasil foi reduzida, Deputado Paulo Pimenta, mas a média é 40% ao ano. O que rende 40% ao ano? Está aqui a renda salarial. Tudo rendendo 3%, 5%, mas estão estimulando o brasileiro a gastar a 40% ao ano. Essa equação em algum momento não vai fechar. Já não está fechando.

Redução de juros, *spread*, 40% ao ano, 25% para pessoa jurídica. Não tem como. Vocês estão estimulando o gasto, e os investimentos que deveriam vir de infraestrutura com a poupança não vêm, porque não tem poupança, porque o Governo há muitos anos não estimula a poupança.

Em relação a essa apresentação são as poucas considerações que tenho a fazer.

Em relação ao sistema financeiro, Sr. Presidente, de fato acho que a crise no Sistema Financeiro Nacional hoje é muito mais grave do que os dados apresentados nesta tarde. O Banco Schahin já quebrou. O Banco Votorantim já quebrou. O Banco PanAmericano já quebrou. O Matone já quebrou. Morada já quebrou. E o Banco do Brasil, de forma vergonhosa, colocou dinheiro no Banco Votorantim. Agora vai ter de colocar mais 3 bilhões de reais.

A Caixa Econômica Federal, de forma vergonhosa, e isso é matéria no jornal *O Globo*, disse que estava entrando no Banco PanAmericano, na época, porque queria entrar no mercado de moto, queria investir em moto. Um banco de financiamento de habitação disse que estava entrando no Banco PanAmericano, porque queria investir no setor de moto, porque o setor de moto estava crescendo e eles queriam ter essa carteira.

Agora nós vimos o Cruzeiro do Sul quebrar. Vimos a operação do Cruzeiro do Sul ser completamente distinta da operação do Banco PanAmericano. Aliás, eu não sei por que essa paixão das autoridades brasileiras pelo Dr. André Esteves. Tudo agora querem dar para o André Esteves. Já deram o PanAmericano para o André Esteves, que, sócio da Caixa Econômica Federal, já tem a rede loterias para operar de graça, não foi nem licitado. E agora ofereceram o Cruzeiro do Sul para o Dr. André Esteves. O André Esteves está pelo mercado comprando tudo, mas com que dinheiro? Não sei por que o Banco Central é do André Esteves, não é Banco Central do Brasil.

Aliás, o Prosper também foi incorporado pelo Cruzeiro do Sul com o dinheiro do Fundo Garantidor. Será que nós não sabíamos há alguns meses, quando o Banco Prosper foi incorporado, que o Banco Cruzeiro do Sul já tinha 300 mil empréstimos falsos. Não são mil, não, Deputado Edson Santos, são 300 mil empréstimos falsos do Banco Cruzeiro do Sul, e o Fundo Garantidor já tinha dado recurso a ele há alguns meses para incorporar o Banco Prosper.

Eu não sei se o Deputado Pauderney Avelino já tem as assinaturas da CPI do Banco PanAmericano, mas vai ter de pegar outra, a CPI do Fundo Garantidor. O Fundo Garantidor assume o Banco Cruzeiro do Sul sem legitimidade para isso, porque não é uma instituição pública, é uma instituição administrada pelo setor privado, quer dizer, os interessados vão administrar a massa falida do sistema financeiro.

Fora isso, os grandes bancos vêm sistematicamente, e isso o Presidente Henrique Meirelles tratou com competência na outra crise, querendo ampliar o cartel dos grandes bancos brasileiros, estimulando de forma permanente, foi assim em 2008 e continua assim hoje, a quebra dos bancos médios no Brasil.

Por quê? Porque o Governo estimulou a alavancagem dos bancos médios e os grandes tiram o financiamento e fica o descasamento, vão ter de entregar o patrimônio de graça para os grandes bancos. E o Sr. André Esteves está no meio, mais uma vez o André Esteves no meio. Não sei por que essa paixão pelo André Esteves no mercado financeiro pelo Governo brasileiro, naqueles que conduzem a política econômica não monetária, mas econômica brasileira.

Então, Sr. Presidente, estou muito preocupado, porque eu acho que de uma ponta não está se enxergando nada. Vários bancos quebraram, os indicadores podem estar bonitos, os indicadores da Basileia podem estar bonitos, qualquer desses indicadores, mas os dados da realidade são críticos.

Como é que o Governo brasileiro, o Banco Central brasileiro, não viu um banco do porte do Cruzeiro do Sul, de médio para grande, com mais de 300 mil empréstimos fraudulentos, fraude contábil? Da mesma forma, o PanAmericano. E ninguém viu nada? E nós vamos dizer que o sistema financeiro brasileiro hoje está saudável?

Então, essas questões nos angustiam e nos preocupam. E vou dizer mais, vou deixar registrado, porque as operações do Votorantim e do PanAmericano eu registrei em artigos. E vou dizer mais: o Governo brasileiro vai quebrar a Caixa Econômica de novo, porque essa obrigação, por ser um banco de capital fechado, de reduzir os juros na frente de todo o mundo para

obrigar o mercado a ir atrás, vocês vão quebrar a Caixa Econômica de novo, como já se quebrou no passado.

Sr. Presidente, essas são as minhas dúvidas, as minhas preocupações. Acho que o Deputado Edmar Arruda falou muito bem. Talvez, pelo retrovisor, os números sejam muito positivos. E, de fato, são. Mas olhando para frente, para a atividade econômica hoje e para a situação dos bancos brasileiros, eu não vejo esse bom balanço que foi apresentado na tarde de hoje pelo Presidente do Banco do Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Rodrigo Maia.

Passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Eu vou falar daqui mesmo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ...Vice-Presidente da CFT, falando diretamente da Mesa.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Diretamente da Mesa, mas também com muito entusiasmo.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Presidente do Banco Central e a diretoria que aqui se encontra, a todos os Deputados e Senadores aqui presentes e dizer que eu tenho muito respeito pela gestão da política monetária brasileira, que tem à frente o Dr. Tombini.

Mas eu quero dizer, Dr. Tombini, que vou iniciar minha fala do ponto onde concluiu o Deputado Rodrigo Maia, sobre o sistema financeiro brasileiro, para depois entrar na sua apresentação.

Houve dois tipos de tratamento: um dado ao Votorantim e, depois, ao PanAmericano e, agora, o tratamento dado ao Cruzeiro do Sul.

Obviamente, eu estive no Banco Central para tratar com a diretoria a respeito da quebra do PanAmericano, e nós pudemos observar que os argumentos do Banco Central não cabiam naquele momento, como não cabem agora. O que se tem na carteira do PanAmericano é o que se vê agora também na carteira do Banco Cruzeiro do Sul: fraude contábil, fraude de títulos. E, lamentavelmente, isso tem passado despercebido pela autoridade monetária brasileira.

Não é nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez, como bem citou aqui o Deputado Rodrigo Maia. Isso me deixa muito preocupado. Apesar de ter confiança na condução da política monetária, com V.Exa. no comando, quero deixar clara aqui a minha preocupação como brasileiro por ver que o Banco Central não está cumprindo o seu papel de fiscalizar o sistema financeiro brasileiro adequadamente porque está permitindo que esse tipo de fraude aconteça sistematicamente.

Eu tenho algumas informações. Não posso falar formalmente isso porque eu estou aguardando o momento, e parece que agora o momento apropriado chegou, para apresentar à CPI que vai investigar a venda do PanAmericano, as assinaturas já estão completas, mas as informações extraoficiais que nós temos, inclusive de pessoas de dentro da Caixa Econômica Federal, é a de que a fraude do PanAmericano foi bem maior do que os mais de 3 bilhões de reais.

E aqui, no caso do PanAmericano, por que o Pactual não quis ficar com o negócio, Rodrigo? Eu entendo, pelo balanço do Cruzeiro do Sul, que há um déficit em relação ao patrimônio líquido do banco de 150 milhões de reais, sem contar a carteira fraudulenta desse banco. Então a dívida líquida do banco é muito menor do que o rombo de 1,3 bilhão em 150 milhões de reais. Esse é um problema com o qual estou realmente preocupado.

E deixo registrado aqui nesta reunião de hoje que estou tomando providências não apenas legislativas, mas também judiciais, no âmbito da Justiça Federal, com relação a essas questões. E isso como brasileiro. Então, é uma questão que coloco para o Presidente do Banco Central.

A outra questão que coloco é a seguinte: por que o Banco Central não usa o seu poder de fiscalização para defender o consumidor bancário? Por que deixar essa atribuição apenas para os órgãos de defesa do consumidor, quando sabemos que nada no Brasil é mais rentável do que um banco, quando tem, na composição do seu *spread*, algo em torno de 30% e 35% de lucro? O Banco Central, como órgão normatizador, como órgão defensor da moeda brasileira, deveria também defender o consumidor brasileiro.

Desculpe-me, Dr. Tombini, mas me parece que V.Exa. está comemorando a redução para 40% do *spread* do juro que está sendo pago, que o consumidor terá que pagar. É um absurdo isso! Eu acho que o Banco Central teria que ter como norma também a defesa do consumidor bancário. É importante que isso fique registrado. Se precisar da nossa ajuda aqui do Congresso Nacional, se precisar de qualquer tipo de ajuda legislativa, estaremos dispostos a resolver essa questão – e tenho certeza de que suprapartidariamente, não é verdade, Deputado Cláudio Puty? Queremos ajudar. Queremos ajudar o Brasil.

Eu percebo, Presidente – e gostaria que S.Exa. pudesse nos informar –, que a política que estava montada sobre o tripé câmbio flutuante, meta da inflação e superávit primário, parece que cedeu lugar para que fosse feita a meta de juros com sacrifício da meta de inflação. O que estamos vendo hoje é que parece que o Banco Central tem como meta a redução da taxa de

juros. Se por um lado isso pode estimular o crescimento, está estimulando o endividamento das pessoas e também está gerando inflação.

Outra coisa é com relação ao crescimento. Vimos no *Focus*, boletim publicado pelo Banco Central, a previsão de um crescimento em torno de 3% ou abaixo, sendo que o mercado já prevê crescimento abaixo desse percentual. O PIB do trimestre, de 0,2%, já não é um indicador disso, já que é quase um traço, ou seja, quase não há crescimento? Enfim, eu gostaria que V.Exa. também se posicionasse com relação a isso.

Eu iria falar mais sobre a taxa de carregamento, ou o percentual de carregamento, que acho que está muito elevado. As reservas estão muito elevadas e gerando um custo muito alto para o nosso País.

E concluo perguntando, sobre o crédito de veículos: por que apenas o setor automotivo de quatro rodas está tendo o privilégio de ter recursos que foram destinados pelo Governo, provenientes das reservas dos bancos, e por que não o automotivo de duas rodas, já que inadimplentes estão os dois setores e ambos precisam ser recuperados igualmente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta)

– Obrigado, Deputado Pauderney Avelino.

Pela ordem de inscritos, Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente Deputado Paulo Pimenta, prezados integrantes da Mesa, colegas Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Tombini. Eu quero aqui me congratular com a realização desta audiência, embora regimental, porque ela vem em um momento em que o Congresso Nacional está muito atingido por assuntos outros que não têm relação direta com o aprimoramento do modelo de desenvolvimento do nosso País.

Eu quero de antemão me alinhar com os Deputados e as Deputadas, mas também com parte ponderável da nossa comunidade acadêmica que entende a estabilidade monetária e os bons fundamentos macroeconômicos não como um fim em si, mas como referência para que possamos consolidar os nossos planos de desenvolvimento, e acima de tudo para atingirmos os objetivos definidos, pelo menos, no art. 3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Nos últimos anos, com as mudanças nos nossos indicadores macroeconômicos, *vis-à-vis* os péssimos indicadores dos países da zona do euro e de outros países atingidos pela crise, parece-me que no ambiente econômico convencionou-se tratar como virtuoso o nosso quadro em função da desgraça alheia. Só que nós não nos comparamos, do ponto de vista dos indicadores sociais, com aqueles países que há 4 ou 5 anos

vivem uma desgraça fiscal, econômica, orçamentária, mas que há décadas equacionaram problemas que nós não equacionamos ainda. Então, eu quero aqui tomar emprestada uma expressão de uma publicação recente do Senador Cristovam Buarque, que é mais ou menos o seguinte: *“a economia vai bem, mas não está bem”*.

Eu passaria aqui a ponderar com o Dr. Tombini, com a assessoria do Banco Central, três aspectos. O primeiro deles é em relação à expectativa de investimento e de crescimento da economia. O que tem pautado a ação do Governo Federal, pelo menos do início da crise, há 4 anos, até hoje, são medidas de curto prazo que nem sempre têm os resultados esperados. Fizemos agora uma avaliação do relatório da Receita Federal, dos gastos tributários indiretos, e pasmem, Srs. Deputados, em 2008 tínhamos uma despesa tributária indireta de 86 bilhões, e este ano, acumulando todo o conjunto de desonerações de impostos e contribuições, ela chega a 145 bilhões de reais! Comparando com 2008, nota-se um crescimento de mais de 60 bilhões, 45% desses gastos tributários indiretos em desonerações, benefícios, incentivos para o comércio, para a indústria e para o setor de serviços. Isso de maneira alguma serviu para que alavancássemos a presença desses setores no crescimento do PIB, ou mesmo para que houvesse a variação positiva de cada setor em relação aos exercícios anteriores.

O BNDES, segundo os dados recentemente compilados, realizou um desembolso, em 2010, de 168 bilhões; no ano passado, desembolsou 138 bilhões.

Agora em abril o nível de utilização da capacidade industrial bateu em 83,4%. Quando me refiro a esses dados, quero também lembrar que a indústria de transformação brasileira, em 10 anos, caiu para 50% do PIB. E que os nossos saudáveis números cambiais da balança comercial, se os olharmos com outras lentes, as da alta e da média capacidade tecnológica, nos mostrarão que somos redondamente deficitários.

Os números do saldo positivo da nossa balança comercial, que nos ajudam a formar parte das nossas reservas, correspondem muito mais à área dos produtos básicos – 51% de minério de ferro e algodão –, não pelo volume exportado, mas pelo preço. Ou seja, se houver algum tipo de desaquecimento nos nossos grandes mercados consumidores, progressivamente isso corroerá a nossa capacidade de competição externa sobre a média e alta tecnologia dos nossos produtos.

Por que eu me refiro a isso? Porque estamos, desde a instalação do regime de metas de inflação, submetendo o Tesouro Nacional a uma força fiscal incomparável. O Orçamento proposto para 2011 reservava apenas um quarto dos recursos do Tesouro para as despesas discricionárias – saúde, educação,

ciência e tecnologia e combate à pobreza – e quatro vezes mais para juros e encargos da dívida pública.

O art. 2º da LDO deste ano submete a execução e a elaboração do Orçamento do País, em primeiro plano, à meta do superávit primário.

Então, deixamos de tratar os fundamentos macroeconômicos e a estabilidade monetária como meios para construir as condições de um projeto de desenvolvimento e passamos a tratá-los como fins. Não é por acaso que as disfunções do sistema financeiro foram apontadas no estudo que circulou nesta Casa, de autoria de Modenesi, Vianna e Miguel Bruno. Quase 84% do que tiram os bancos e o sistema financeiro da sociedade não vêm da oferta de crédito, mas das operações das chamadas esferas autofinanceiras.

Gostaria de ponderar com o Dr. Tombini a opinião do Banco Central. É claro que essa matéria deriva, primeiro, da decisão do Ministério da Fazenda. Nós reduzimos a taxa básica, mas continuamos, compulsivamente, emitindo títulos do Tesouro, porque até hoje não se regulamentou o limite de endividamento da dívida mobiliária federal, competência da Presidência da República, em respeito à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Reduz-se a taxa básica. Os encargos sobre a parcela da dívida mobiliária, corrigida pela SELIC, diminuem, mas aumenta o estoque, com impacto no Tesouro, que faz com que metade de nosso Orçamento, praticamente, fique travado.

Por isso, Dr. Tombini, não temos capacidade de investimento na indústria, não temos aumento da capacidade instalada, não temos maior valor agregado na produção destinada à exportação. Por quê? Porque, embora tenhamos variações nos indicadores macroeconômicos e nos indicadores da estabilidade monetária, a economia travou.

Por fim, pergunto: vamos continuar desonerando, como mecanismo de incentivo à indústria, para que ela retome o crescimento?

Eu vi, Sr. Presidente, estarrecido, há 15 dias, em uma matéria publicada no jornal *Valor Econômico*, que um seletor grupo de empresas brasileiras tinha estocado em caixa 280 bilhões à espera de um bom cenário. À espera de um bom cenário! Não sei se o tempo estava nublado, sujeito a pancadas esparsas, se eles estavam esperando clarear a linha do horizonte! Entesouraram 280 bilhões em caixa à espera de um bom cenário!

A proposta de reformas que está sendo apresentada aqui não é de reformas; são doações. A desoneração dos 15 setores implicou renúncia de 7 bilhões e 200 milhões. A entrega dos aeroportos para concessões privadas é um escândalo! A INFRAERO teve um

orçamento de investimento aprovado neste Congresso do qual só se executaram 30%.

Por que o Congresso aprovou um orçamento de investimento da INFRAERO e não se executou? Por conta do garrote do não endividamento das empresas, da não contratação, para atingir as metas do superávit primário das empresas estatais.

Os indicadores variaram em um contexto positivo, sim. Mas não tratando os indicadores como um fim em si mesmo, porque todos os demais indicadores da indústria, da capacidade de investimento, da exacerbação das taxas praticadas pelas instituições financeiras não indicam que a economia vai bem.

São essas as questões que eu queria ponderar aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta)

– Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao ilustre Parlamentar Audi-fax, do Estado do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, inicialmente, parabenizar o Presidente do Banco Central pela sua exposição e pela condução do Banco Central em suas políticas econômicas.

Eu vou ser rápido. São quatro perguntas.

A primeira refere-se àquilo que disse o Deputado Rodrigo Maia sobre a quebra dos pequenos e médios bancos. Em função da falta de fiscalização, como ficam os depósitos nesses pequenos bancos? Ou seja, tudo indica que outros pequenos bancos vão quebrar por aí afora.

A segunda, no outro sentido do que disse o Deputado Pauderney, ainda não mencionado aqui. Parabenizamos e acompanhamos a queda dos juros, mas temos observado que, paralelamente a essa queda de juros, os bancos privados estão aumentando as tarifas cobradas. Que tipo de fiscalização está acontecendo em relação ao aumento dessas tarifas cobradas pelos bancos privados?

A outra pergunta diz respeito a uma questão que o senhor não apontou com mais detalhes, que seria a expansão do crédito na compra de carros – o senhor a detalhou quanto à compra de imóveis. Se possível, quero ouvir um pouco sobre isso, porque percebemos aí a inadimplência, e não estaríamos correndo os riscos que os Estados Unidos correram com os imóveis *superprime*.

A quarta e última pergunta – e agradeço desde já – é relativa ao possível aumento da recessão em nosso País. Acontecendo isso, como ficaria a política do Banco Central no que diz respeito às metas da inflação? Será abandonada, alterada? É lógico que tere-

mos que contar com isso daqui para frente também. Se ocorrer a recessão, em função do que pode acontecer nos Estados Unidos, na Europa e por aí afora, como ficará a nossa política de metas?

Eram essas as questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta)

– Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira, Coordenador da bancada do PSDB na Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA -Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Ministro Alexandre Tombini, não tive oportunidade de ouvir toda a fala do Ministro, mas a nossa assessoria nos colocou a par dos pontos mais importantes – inclusive já preparávamos questionamentos antes mesmo deste encontro.

Antes de fazer as perguntas, queria fazer uma breve reflexão. O Governo atual, que é uma sequência do Governo Lula – portanto, já se vão 10 anos do Governo do PT –, sempre criticava os governos anteriores e nunca levava em conta os cenários externos em relação aos seus reflexos na economia brasileira. Agora, quando ocorre essa crise, desdobramento da crise de 2008, o Governo aponta nos fatores externos os problemas da sua economia.

Digo mais: no Governo do Presidente Fernando Henrique, durante 8 anos, a média de crescimento do PIB foi da ordem de 2,3%. O Governo Lula teve 1% a mais, em média, em anos de prosperidade planetária e mundial. Vejam que os indicadores dos anos do Governo Lula da economia, da redução da desigualdade de renda, da ascensão da classe média foram muito positivos para o nosso País, mas se compararmos com os indicadores médios dos países da América Latina no mesmo período do Governo Lula, eles foram inferiores à média da América Latina, em um tempo de vacas gordas. E se faz muita propaganda em cima disso.

O senhor disse, Ministro, que o cenário internacional futuro é de volatilidade dos mercados e de baixo crescimento econômico. O Brasil já não estaria, portanto, vivendo isso com esse PIB pífio, de 0,2%, do primeiro trimestre?

O Ministro Mantega fez uma crítica injusta, nesta semana, ao setor da agropecuária, como se ele fosse o culpado pela redução do PIB ou pela contaminação na diminuição do PIB, de 8,5% a menos da agropecuária. Ocorre que

o Governo não dá para a agropecuária o apoio que dá para alguns setores diferenciados da nossa economia. E nós estamos vivendo o problema da seca no Sul, no Nordeste, e o excesso de chuvas em outras regiões.

A redução do crescimento econômico no setor de máquinas e implementos foi de 14,5%, mas ninguém considera que esse setor não teve nenhum subsídio, nenhum apoio do Governo. Portanto, entre 2000 e 2011 houve um crescimento das exportações que fechou nossa balança comercial superavitária, com esse processo

de desindustrialização e redução da fatia do setor secundário da nossa economia, em 80 bilhões. Ou seja, o número pulou de 20 bilhões para 97 bilhões, em 11 anos. Mas não tem o apoio do Governo, não tem visão estratégica.

O senhor disse, Ministro, que o Brasil atraiu 70 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros, em 2011, e também fez alusão a uma agenda de reformas e investimentos, dizendo que isso seria um dos componentes da solidez da nossa economia. Eu gostaria que V.Exa. detalhasse os pontos dessa agenda, porque o que não existiu, nos últimos 10 anos, na verdade, foram reformas. Elas estão todas congeladas, paralisadas, e, além disso, os investimentos públicos – estes, sim, alavancariam nossa sociedade, com melhor infraestrutura, ambiente mais salutar de desenvolvimento econômico –, da parte do Governo, não acontecem. Vejam que o PAC ainda patina. Está aqui o nosso Relator, nosso ex-Presidente da Comissão, Deputado Márcio Reinaldo. O Governo fala de coisas que, na verdade, não acontecem e, quando cacareja, cacareja por ovos que não foi ele quem botou.

É sempre salutar a vinda do Ministro à nossa Comissão. Além do aspecto regimental, para nós é motivo de muita satisfação poder contar com sua presença, para que possamos fazer um bom debate e trabalhar em favor do nosso País, em favor da economia do nosso País e da nossa população.

Concluo. Sem haver uma meta formal, Ministro Tombini, para a política creditícia, o Governo tem lançado mão desse instrumento no processo de dinamização da atividade econômica. Com o volume de crédito batendo em 4,1 trilhões, o equivalente a 49,6% do nosso PIB – se eu estiver errado, peço ao Ministro que me corrija –, segundo dados de dezembro de 2011, que representou uma evolução em relação ao PIB de cerca de 10% em comparação a 2010, fica evidente a política de expansão de crédito adotada pelo Governo.

De fato, o Governo tem repetido a receita aplicada em meio à crise de há quase 3 anos, de 2008. Ocorre, Ministro, que as famílias que se endividaram à época continuam com sua renda comprometida, muitas sem condições de honrar as dívidas contraídas, haja vista o aumento da inadimplência, sobejamente conhecido.

Não se mostra, portanto, contraditória essa política de ampliar o crédito às famílias, incentivando o consumo de massa para salvar a nossa indústria, mas endividando ainda mais a população ante o crescimento da inadimplência, uma vez

que a renda disponível não teve aumento que comporte esse novo endividamento?

Eu paro por aqui e agradeço tolerância do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta)

– Agradeço a V.Exa.

Nós temos ainda três Parlamentares inscritos e vamos concluir as manifestações.

Pela ordem, Senador Lindbergh Farias.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Desculpe-me, Deputado Duarte Nogueira, de fato o debate dos números da economia não são fáceis para a Oposição. Não queria perder tempo nesse Fla x Flu, Situação e Oposição, mas quero rememorar: primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, média de crescimento, 2,5%; segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, média de crescimento, 2,1%; primeiro Governo de Lula, média de crescimento, 3,5%; segundo, média de crescimento, 4,5%.

Quero voltar ao debate do ano passado, quando o Banco Central, no dia 31 de agosto, teve a coragem de começar o processo de derrubada da taxa de juros, abaixando-a em 0,5%. Qual foi a posição da Oposição nesta Casa? No Senado Federal houve uma posição clara. Diziam: “*O Governo está acabando com a autonomia do Banco Central, não tem mais compromisso com a inflação.*” Se tivéssemos ido pelos caminhos apontados pelos senhores, imaginem a situação que teríamos agora! Mas houve clareza, tanto do Banco Central quanto da Presidenta, em relação ao que fazer naquele momento, e nós estamos abaixando taxa de juros até hoje.

Outras medidas firmes: enfrentar o debate da poupança; abaixar a taxa de juros a 8,5%; construir outro arranjo macroprudencial; a batalha do *spread*, com que todos concordamos. Nós estamos apenas no começo.

Então, senhores, quando eu olho para a Oposição nesse debate, penso que, se tivéssemos ido pelo caminho que os senhores apontavam no meio dessa crise, estaríamos liquidados, porque o caminho dos senhores era outro.

Fugindo do Fla x Flu e entrando na análise em profundidade, se formos ver onde nós podemos ter errado, talvez, Presidente Tombini, aquelas medidas

macroprudenciais... Olhar agora é fácil. No começo do Governo, ao contrário do que dizia o Senador Duarte Nogueira, em que apertamos um pouco mais...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Eu chego lá ainda, Senador.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS -A Senador? Com certeza. Com seu talento – V.Exa. sabe que sou um admirador –, com certeza vai chegar ao Senado e a outros espaços mais altos ainda, por São Paulo. (*Risos.*)

Mas, saindo do Fla x Flu, quando vemos que, naquele terceiro trimestre de 2011, a economia deu uma retraída, talvez o aperto, aquilo que o mercado dizia, que essas medidas macroprudenciais não iriam servir, talvez tenha tido impacto muito maior, que acabou levando à desaceleração da economia no terceiro trimestre.

Mas, Sr. Presidente, vou emitir minha opinião. Não quero que V.Exa., Presidente do Banco Central, se pronuncie. Mas não dá, num debate como este, para deixar de emitir esta minha opinião sobre o superávit primário – opinião de Senador que está acompanhando os fatos e desdobramentos dessa crise econômica.

Na minha avaliação, se olharmos para a Europa, Deputado Paulo Rubem, a tendência é de agravamento da crise. Não tem jeito. Agora, no dia 17, vai haver eleição na Grécia. O povo grego está decidido a não aceitar aquelas políticas de ajuste. Está aí a coalizão radical de esquerda com 32% dos votos; o Partido Comunista Grego está indo para 14% dos votos.

Se olharmos para o cenário da Europa, ele é de aprofundamento dessa crise. Aí vou para meu questionamento. Nós tivemos um déficit nominal de 2,5% no ano passado. Nossa previsão é cair de 2,5% para 1,2%, déficit nominal só inferior ao da Rússia, melhor inclusive que o da Alemanha.

Vejo a Oposição falando tanto na questão fiscal. Nossa relação dívida/PIB é de 35%, uma das menores do mundo, e nosso déficit nominal é de 1,2%. Por quê? A economia que nós estamos fazendo de serviços de pagamento da dívida, alguns acham que é um dinheiro livre para investimento. Não é. Impacta diretamente na diminuição do déficit nominal.

Na minha avaliação, nós temos uma curva muito acelerada: cai de 2,5% para 1,2%, num cenário de desaceleração econômica no mundo inteiro. Seria um erro. A Presidenta Dilma Rousseff deve estar discutindo isso com seus Ministros, mas eu

acho que, num momento de aprofundamento dessa crise, nós tínhamos que diminuir nossa meta de superávit primário, vinculando aquilo que liberarmos para investimento. Não falo em diminuir a meta do superávit para aumentar custeio ligando ao investimento.

Concluo minha fala dizendo da minha preocupação com a situação de Estados e Municípios. Eu tenho sempre, Deputado Pauderney, repetido isto: o Governo

Federal está fazendo políticas anticíclicas, mas a situação de Estados e Municípios é muito difícil. A política nos Estados e Municípios acaba sendo pró-cíclicas. Eles estão demitindo gente, diminuindo investimentos. Então, a meu ver, há espaço para a redução do superávit primário, chamando Governadores, Prefeitos, e vinculando a investimentos.

Eu sei que este não é um tema para o Presidente do Banco Central responder, mas eu não poderia aqui trazer alguma consideração sobre a economia e este momento difícil que o Brasil e todos os países do mundo passam sem levar isso em consideração.

Os senhores vejam que eu vou pelo caminho oposto ao dos meus colegas da Oposição. Eu acho que agora tem que haver uma maior flexibilização fiscal. Aquela medida tomada em 2008... Vale dizer que, na crise de 2008, a primeira medida que

o Presidente Lula anunciou foi a redução, ainda em outubro de 2008, do superávit primário. Eu acho que chegou o momento de o Governo da Presidenta Dilma refletir sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senador.

Deputado Cláudio Puty, ilustre representante do Estado do Pará. Depois, Deputado Afonso Florence, da Bahia, e, então, vamos ouvir as manifestações do Presidente, já com suas considerações finais.

Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Obrigado, Presidente Paulo Pimenta.

Presidente Tombini, é um prazer tê-lo aqui de novo, diretores Carlos Hamilton

e Altamir Lopes, nas pessoas de quem saúdo toda a equipe do Banco Central aqui presente, meus pares, Presidentes de Comissões, Pauderney Avelino, Márcio Reinaldo Moreira, Edmar Arruda. Peço desculpas pelo atraso. Eu estava dirigindo uma reunião da Comissão que analisa a famosa Medida Provisória nº 568, de 2012,

que trata – nós estamos falando de custeio aqui – de proposta de reajuste salarial e de reestruturação de planos de cargos e salários para cerca de 20 categorias de servidores. Temos o Auditório Nereu Ramos lotado de servidores neste momento. Eu sou o Presidente da Comissão Mista de admissibilidade dessa medida provisória. Daí o meu atraso.

O Senador Lindbergh Farias roubou parte da minha intervenção, mas vamos relembrar o ano passado, um pouco antes do período, em que ele falou que nós começamos a inflexão na taxa de juros.

Na vinda anterior do Presidente Tombini a esta Casa, o grande debate era se havia descontrole inflacionário no País – foi o debate do ano passado – e

quais seriam as causas desse suposto descontrole inflacionário, se era um problema originado do mercado do trabalho ou pontual no mercado de trabalho, localizado no setor de serviços, generalizado, pontuado, um problema de origem externa, devido a uma suposta inflação de *commodities*.

Vendo o último boletim *Focus*, de 1º de junho, nós temos viés de queda para todos os indicadores. Parece-me que o diagnóstico, as medidas e a previsão do Banco Central estavam corretos. Nós temos concretamente uma convergência, conforme previsto no ano passado, para a meta. Não houve descontrole inflacionário, houve aquecimento do mercado de trabalho, mas dentro da mais absoluta normalidade.

Nada como um dia após o outro. Tivemos o agravamento da crise internacional e temos claramente no Brasil um problema de crescimento econômico. O problema não é mais inflação, se é que um dia ela vai deixar de ser problema. A pauta do dia, inclusive da Oposição, não é mais a inflação, passa a ser uma preocupação com o PIB.

Sem dúvida nenhuma, nós temos um problema. Nós precisamos articular maiores índices de investimentos no País. Parece-me que o Governo Federal tem feito isso. A primeira atitude foi romper com a visão de que o mercado resolveria tudo isso na década 90.

O lançamento do PAC, o programa de investimentos, as alterações no mecanismo de contabilidade de superávit primário, com a retirada dos Sistemas PETROBRAS e ELETROBRAS, que correspondem, se não me engano, a 70% dos

investimentos, foram elementos fundamentais, mas temos um trabalho ainda inconcluso.

Eu gostaria de ouvir dos senhores representantes do Banco Central que medidas consideram fundamentais, ainda que não sendo uma atribuição do Banco Central e ainda considerando a limitação institucional para dar opinião nesses termos, que medidas seriam necessárias para elevarmos a taxa de investimentos?

Em segundo lugar, eu gostaria de ouvir dos senhores como estão avaliando o cenário internacional. Eu perdi a apresentação. Com as mudanças na China, e me parece que ela está finalmente tentando aumentar seu componente de consumo, *vis-à-vis* investimento na composição do seu PIB, talvez com consequências para sua taxa de câmbio no futuro, e com os evidentes problemas na União Europeia, não só na Grécia – a Grécia está saindo –, mas a Polônia está no *Valor Econômico* de ontem ou de hoje comemorando que nunca entrou na União Europeia. Quem diria, um dia, Senador, que a Polônia iria comemorar o fato de não ter adotado o euro, porque ela tem uma moeda cujos termos de troca com o euro permitem que ela seja

uma das únicas economias que cresce a taxas quase asiáticas, considerando hoje os padrões da Europa.

Então, temos aí uma dificuldade. Temos, parece-me, uma crise sem perspectivas de ter fim, talvez, não uma convulsão social, mas, durante muitos anos, houve crescimento econômico pífio na União Europeia. E os Estados Unidos ainda estão com medidas de relaxamento quantitativo, assim como a Inglaterra.

Quero ouvir dos senhores a opinião sobre a necessidade e os mecanismos efetivamente tomados para uma coordenação internacional de política monetária. Como é que têm sido as conversas entre os bancos centrais? Parece-me que temos no mundo, e talvez o mundo só consiga se convencer depois de grandes tragédias, como a 2ª Guerra Mundial, a necessidade de uma coordenação de política econômica mais eficaz. Sem isso, e ainda bem que estamos num país grande, vamos ter muitas dificuldades para trazer o mundo de volta ao crescimento, porque vamos ter problemas com taxas de câmbios, excessivo protecionismo e o que os americanos chamam de *beggar-thy-neighbor* – ferrar com o vizinho, importar empregos e tudo o mais.

Portanto, quero ouvir dos senhores objetivamente isto: como elevar a taxa de investimentos no Brasil; quais são as medidas que efetivamente estão sendo tomadas, e o papel do Brasil nisso, para que possamos construir um mecanismo internacional de coordenação de política monetária que não seja aquele que nós testamos na década de 90 do século passado, que não funcionou. Parece-me que estamos precisando de algo mais robusto, quem sabe um novo Bretton Woods.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Cláudio Puty.

O último inscrito é o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE – Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Deputado Paulo Pimenta, Presidente da CMO, Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões, Deputados e Senadores, Senador Lindbergh Farias, boa tarde.

Presidente Tombini, em sua apresentação, os números da economia brasileira e este debate demonstram a natureza do debate na conjuntura política em relação aos resultados do Governo da Presidenta Dilma.

Nós implementamos reformas no Estado brasileiro com recuperação de carreiras, preservação de empresas e recuperação de bancos que estavam prestes a serem privatizados, recuperando a capacidade de o Estado investir. Os investimentos do PAC são tanto de volumes vultosos quanto de impacto econômico na infraestrutura do País de grande envergadura. Os resultados de avanço do PAC têm sido apresentados pelo Governo Federal, com a coordenação da Ministra Miriam Belchior, demonstrando que todos os gargalos

têm sido superados, e eles estão invariavelmente fora da esfera do Poder Executivo Federal.

Se nós lembrarmos, no início de 2011, estávamos com prognósticos bastante negativos do que seria a evolução futura da economia brasileira, em decorrência da crise mundial e do que se dizia ser uma herança maldita do Governo do Presidente Lula e uma tendência de retorno da inflação, de estagnação econômica e de aumento da taxa de juros. O que a Presidenta fez?

A primeira opção dela foi o lema do seu Governo: país rico é país sem pobreza. Logo em seguida, lançou o Plano Brasil sem Miséria, as medidas macroprudenciais; a redução da taxa de juros para a produção de alimentos, tanto

para o Brasil quanto para o mundo; medidas para o agronegócio brasileiro, tanto empresarial quanto da agricultura familiar – nunca houve taxas de juros tão baixas; seguro agrícola e política de preço mínimo para os alimentos e para as *commodities*.

Mais tarde, com a redução da taxa de juros pelo Banco Central, com aquele debate em que se atribuía a ele a perda da autonomia, a evolução da conjuntura política mostrou que não era isso e sim uma orientação do Banco Central, pela qual

o senhor está de parabéns, que é um compromisso não apenas com a estabilidade monetária, com a estabilidade inflacionária, com o controle da inflação, mas também com o crescimento do País.

O prognóstico que o senhor fez na sua apresentação em relação às perspectivas da economia brasileira é atacado naquilo que parece mais caro para o nosso Governo: a combinação do aumento do poder aquisitivo da massa salarial, da renda do trabalhador, da consolidação de um grande mercado interno, inclusive cobijado por todos os países do mundo, e a capacidade de esse trabalhador, que, até antes do mandato do Presidente Lula, não tinha poder de compra, não havia crescimento. Nós trouxemos crescimento com distribuição de renda, o que se consolidou e ampliou no mandato da Presidenta Dilma. Agora o trabalhador brasileiro tem renda e tem taxa de juros favorável para passar a ter um padrão de vida que antes não tinha. Agora o trabalhador brasileiro tem acesso à geladeira, à televisão, a comer melhor, a comprar carro próprio, que era o sonho de todo brasileiro, de toda brasileira.

A minha pergunta vai naquilo que cabe ao Banco Central, nessa perspectiva desenhada pelo senhor, Ministro, a respeito do próximo período da economia brasileira. Na sua apresentação está mantida a expectativa de que a saída da crise mundial não está posta no curto prazo. Qual a relação entre a continuidade da queda da taxa de juros, comemorada pelos brasileiros e brasileiras e criticada pela Oposição, e a continuidade

da capacidade de o trabalhador e a trabalhadora adquirirem bens e serviços para a melhoria da qualidade de vida de seus familiares? Nós temos segurança de que haverá uma redução do *spread* e uma redução da inadimplência? Nós temos segurança de que a atividade econômica continuará em aceleração? A minha expectativa é de que sim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado.

Não havendo nenhum Parlamentar, vou devolver a palavra ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para que faça a sua manifestação, respondendo às questões levantadas pelos Parlamentares.

O senhor gostaria de fazer uma questão? Por gentileza.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Nós fomos citados. Eu queria o direito de resposta. A Oposição não se colocou... Não sei de onde se tirou isso, Presidente. Pelo contrário. É um movimento saudável. Eu queria fazer uma breve reflexão, porque foi colocado isso como se houvesse um diagnóstico equivocado das forças de oposição. No nosso ponto de vista, o problema não está na órbita da política monetária. O Banco Central se consolidou como uma das grandes agências, ilhas de excelência num organismo de Estado, com uma equipe competente, profissionalizada, que maneja muito bem.

Durante toda a história do Plano Real, a âncora monetária foi sobrecarregada pela inação em relação a outro conjunto de medidas que não estão na órbita do Banco Central. Então, aplaudimos, pelo contrário do que foi dito aqui. Nós sempre falamos que era uma necessidade premente, que não havia nenhuma razão genética para o Brasil ter a mais alta taxa de juros do mundo. Não havia nenhuma razão sistêmica. É claro que a inflação preocupa. O preço é a eterna vigilância.

Eu queria introduzir a primeira pergunta. Como vocês veem o impacto do realinhamento cambial dos preços? Eu também estava preso, como o Puty, na audiência pública. Então, a primeira questão é esta: qual o impacto no câmbio. Política econômica é isto mesmo: cobertor curto; puxa de um lado, vaza do outro. Todo mundo queria que o câmbio melhorasse a competitividade das exportações e tal, mas tem impacto inflacionário. Então, como o Banco Central dimensiona isso?

Quero deixar claro que as Oposições colocam que o que há de lacuna na ação do Governo é a sua timidez, a sua falta de vocação reformista. Quer dizer, o crescimento puxado pelo crédito, pela expansão do consumo, claramente está esgotado. Não é possível crescer de forma sustentada, com uma taxa de investimento de 17% do PIB. Então, está faltando coragem

para fazer a reforma tributária, coragem para radicalizar as parcerias com o setor privado. Privatiza-se pouco, mal, de forma insuficiente e envergonhada.

Então, só queria colocar, primeiro, o verdadeiro posicionamento das Oposições, que não têm essa caricatura que às vezes é feita, segundo, essa questão do câmbio e a questão de como é a avaliação do banco sobre a expansão do crédito, o nível de endividamento das famílias e a possibilidade de isso ainda continuar alavancando o crescimento pelo lado do consumo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Marcus Pestana.

Senhores, senhoras, agradeço pelas manifestações.

V.Exa. prefere um microfone sem fio ou esse está bom? *(Pausa.)*

Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a palavra está a sua disposição, para que possa dar suas respostas.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado a V.Exas., Deputados e Senadores, pelas questões colocadas.

Começando pela ordem, o Deputado Edmar Aruda menciona a distensão monetária que ocorre no País há alguns meses com a queda da taxa de juros do Banco Central, a taxa SELIC. Quando esse processo, a que ele se refere, de redução lenta, essas novas condições monetárias e financeiras estabelecidas pelo Banco Central chegariam ao tomador final? A oferta de crédito pode estar crescendo menos do que se gostaria no momento.

Em relação ao comportamento do sistema dos bancos, em resposta à política monetária do Banco Central, o que eu diria neste momento, e tenho dito inclusive para o sistema, é que na nossa outra missão do Banco Central como regulador, supervisor do sistema, esse é um debate que não se restringe ao País, mas está na raiz também da reforma regulatória internacional, que é fazer com que o sistema coopere de uma forma mais neutra ao longo do ciclo econômico, ou seja, quando a economia vem crescendo, não se deve acelerar demais o processo de concessão de crédito e também, quando a economia desacelera ou quando ela inicia o processo de retomada, como estamos vivendo neste momento, não se deve retrair em demasia. Então, deve-se ser mais neutro ao longo do ciclo econômico e de preferência ser um pouco anticíclico ou contracíclico, ou seja, agora não ser excessivamente conservador porque se está sofrendo no momento um aumento da

inadimplência, que não foi criada hoje, foi criada lá atrás, quando se concedeu o crédito, talvez, além do que deveria naquele momento.

O nosso papel de regulador é a vigilância contínua em relação à saúde das instituições, especialmente do sistema como um todo e, quando surgem os problemas, tratamos de circunscrevê-los na sua origem e assegurar a estabilidade sistêmica.

No Brasil nós temos uma peculiaridade: o Banco Central tem as duas missões. Por muito tempo, antes da crise financeira internacional 2007/2008, o que ocorreu no mundo foi uma tendência à separação da supervisão e regulação do sistema financeiro, afastando-se da autoridade monetária. O que se viu na crise foi que o emprestador de última instância acaba sendo a autoridade monetária. Então, ficou mais claro que havia um ganho em se ter as duas missões dentro da mesma estrutura, como é o caso do Banco Central do Brasil, como é o caso brasileiro, onde nunca houve essa separação.

Isso tudo foi para dizer que estamos acompanhando o processo de transmissão da política monetária. Um dos canais de transmissão é o canal do crédito, é o canal a que V.Exa. se refere, ou seja, por que o Banco Central baixa ou distende as condições monetárias e financeiras e isso não chega na ponta? Está começando a chegar e vai chegar cada vez mais. Há defasagens, e no caso desse canal a nossa visão é essa, ou seja, nem tanto acelerando quando a fase da economia está boa e nem tanto retraindo quando a economia começa a retomar de maneira ainda lenta, já ganhando alguma velocidade.

Nós estamos acompanhando esse processo para que de fato a redução de juros chegue ao tomador final do crédito e com isso a nossa política se transmita de uma forma mais eficaz, com maior eficiência, no caso da política de redução da taxa básica de juros.

Eu não podia deixar de me referir também que foi mencionado por alguns dos Parlamentares aqui presentes o fato de que a última vez que aqui vim havia todo um debate sobre o descontrole na inflação. Nós já sinalizávamos naquele momento, como o Deputado Cláudio Puty se referiu, que a inflação subiria até setembro e ali começaria um processo de convergência em função também das defasagens das políticas que o Banco Central e o Governo adotaram naquele começo de 2011. Isso

de fato aconteceu. Para aqueles que diziam que a inflação iria para 10% e fugiria ao controle, digo que isso não ocorreu. O que ocorreu foi a convergência da inflação, um processo sólido de convergência da inflação, que estamos acompanhando. Naturalmente, é nossa função. O Banco Central vê a continuidade

do processo de convergência da inflação em relação à meta de inflação.

Passando aos questionamentos e afirmações do Deputado Rodrigo Maia, em relação a dados da indústria e da expansão do PIB, há projeção do Banco Central, no Relatório Inflação de Março de 2012. No final do mês de junho, será publicado o Relatório Trimestral de Inflação com novas projeções de todas as variáveis, mas a projeção até o momento é a que vigora de março de 2012, ou seja, com expansão de 3,5% do PIB neste ano.

O mercado, como V.Exa. se referiu, tem perspectivas diferentes dessa, algo abaixo de 3% para o ano. Para o ano que vem, as projeções do mercado estão em torno de 4% a 4,5% de expansão para a economia brasileira. Acreditamos que, em razão das defasagens, quando os estímulos já foram dados à economia brasileira, esse crescimento se acelera ao longo do ano. No final do mês, o Banco Central terá a oportunidade de eventualmente revisar a projeção de crescimento de 3,5%.

Em relação à indústria, quero fazer uma referência à projeção para o ano, que é de estabilidade do mercado. Para o ano de 2013, o crescimento, em linha com o PIB, será em torno de 4,2% na indústria no ano vindouro.

Em relação ao PIB do primeiro trimestre, o crescimento industrial no PIB foi da ordem de 1,7%, comparado com o mesmo período do ano anterior. Há várias afirmações em relação ao sistema bancário nacional. O Deputado menciona que sua visão não coincide com a visão aqui exposta da situação do sistema financeiro.

Quero dizer que discordo, naturalmente. A situação do sistema financeiro, não dita por nós, mas dita inclusive por órgãos externos, é de liquidez adequada. Vimos os números com níveis de liquidez do sistema maiores do que a maioria das outras jurisdições, com nível de capitalização elevado, com nível de provisão acima do que é a perda. Apesar de a inadimplência estar subindo, o sistema tem cobertura para enfrentar essa inadimplência, além de ter capital e liquidez. Ao longo do tempo, tem apresentado níveis de rentabilidade elevados e também oferece um colchão para dar conta da segurança do sistema.

Em relação ao segmento de bancos pequenos e médios, hoje há no Brasil 128 bancos classificados na condição de pequenos e médios. Eles estão sob constante monitoramento e supervisão do BC, como também as outras instituições. O segmento dos bancos pequenos e médios hoje representa 17% dos ativos totais do sistema financeiro. No que se refere à carteira de crédito do sistema financeiro, representa

quase 14% – 13,4%, para ser mais preciso, segundo os últimos dados.

Em relação aos depósitos do sistema financeiro, o conjunto de bancos pequenos e médios chega a 15%. Esses bancos, como V.Exa. bem disse, atuam em diversos nichos de mercado diferenciados, alguns no crédito e varejo; alguns no atacado, financiando no atacado; alguns são bancos de tesouraria – não lidam diretamente com varejo, mas com operações de mercado; outros são bancos de negócio; alguns bancos são vinculados à montadoras tanto na área de veículos leves como também na de caminhões e outros veículos.

Na maior parte, os créditos são direcionados à pessoa física e a empresas de pequeno e médio portes. Então, esse é um segmento extremamente importante para

o sistema financeiro e para a economia brasileira.

Esse é o enfoque que o Banco Central procura dar a esse sistema, brindando com uma supervisão intrusiva, forte e bastante ativa, mas também reconhecendo a importância para o processo de crédito, inclusive para a concorrência no sistema financeiro. Grande parte do resultado que se obteve nos últimos anos em relação à redução de *spreads* tem a ver a ação dessas instituições. Então, temos claramente essa visão.

Nesse sistema, apesar dos episódios mencionados pelo ilustre Deputado, o segmento de bancos pequenos e médios registrou, no primeiro trimestre de 2012, um lucro de 1,6 bilhão de reais, o que equivale a 11% do lucro do sistema financeiro nacional.

Tem um nível de capitalização satisfatório – de novo, o nicho dos pequenos e médios – e o índice de Basileia, índice de capital em relação aos ativos ponderados pelo risco. Nós vimos que o sistema como um todo está na faixa de 16. Para esses segmentos, os bancos pequenos e médios estão na faixa de 17%, ou seja, não apenas o sistema financeiro é sólido, quer dizer, tem rentabilidade, liquidez, capital e provisão, como também esse *cluster*, esse subsegmento

importante do sistema financeiro denominado bancos pequenos e médios, 128 instituições, também apresenta solidez no que se refere à liquidez de capital, rentabilidade. Enfim, é uma força importante de concorrência no sistema.

Nós monitoramos diariamente essas instituições, assim como as outras. Certamente, quando surgem problemas, eles são identificados pelo Banco Central e agimos de acordo com a lei, com a regulação, de forma a responder efetivamente e a fazer com que, quando surgem os problemas, eles se circunscrevam a casos específicos.

Para o caso específico que V.Exa. menciona, do Cruzeiro do Sul, o Banco Central, ontem, decretou Re-

gime de Administração Especial Temporária – RAET. É um banco que representa 0,22% dos ativos totais do sistema financeiro nacional e representa 0,35% dos depósitos passivos em geral do sistema financeiro nacional. Então, é um banco de pequeno porte. Esse é o caso que V.Exa. mencionou.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Temos de tomar cuidado, porque se menciona o percentual e nós nos esquecemos dos números. V.Exa. não deve achar que uma fraude de 1,3 bilhão de reais é um número pequeno para um país com tantas desigualdades como o Brasil.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOM-BINI – Tanto não é que decretamos, no dia de ontem, o Regime de Administração Especial Temporária na instituição que V.Exa. menciona.

A lei nos confere três tipos de intervenção: a liquidação, a intervenção e o Regime de Administração Especial Temporária. Esse regime tem tempo definido. No caso específico, decretamos 180 dias, renováveis por mais 180 dias. Ele tem algumas características: afasta de imediato a gerência, indisponibiliza os bens da gerência, da administração e do controle, mas mantém a instituição operando normalmente. Os passivos não vêm a vencimento, vencem nas datas programadas. Os ativos continuam sendo gerenciados. Neste momento, o Banco Central decidiu por esse regime, que seria o mais adequado para o caso específico.

Em relação a alternativas e a outros casos, foram referidas soluções de mercado. As soluções de mercado não se confundem com a responsabilização dos administradores, das pessoas envolvidas em irregularidades. Mesmo nos casos

citados, onde a solução de mercado foi viabilizada, com menor contágio possível para o sistema, a responsabilização ocorreu.

Os processos administrativos foram abertos, as penalidades foram impostas e isso vem sendo a tônica em todos os casos mencionados anteriormente.

Em relação ao papel do Fundo Garantidor, ele tem de ser entendido dentro da estrutura de segurança do sistema financeiro nacional. Parte dessa estrutura, ele executa funções específicas nela, funções que não se confundem com o papel da autoridade reguladora e supervisora. Trata-se de uma entidade de direito privado que oferece mecanismos de proteção aos depositantes e a outros credores, bem como tem o papel de prevenção na insolvência do sistema e de outros riscos associados. Ela é capitalizada exclusivamente pelas instituições financeiras e atende a todos os requisitos do Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, que instituiu o RAET, para ser a gestora do processo do RAET.

Nesse caso, foi mencionada, e eu confirmo, a decisão de ontem do Banco Central de decretar esse regime, que foi entendido como o regime mais adequado, que não afasta a solução de mercado. Ao longo desse processo, é possível uma solução de mercado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Houve interesse do mercado imediato?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOM-BINI – Bem, se houve, não chegou nenhuma proposta viável para o Banco Central avaliar. O Banco Central avalia, sempre que há um negócio no setor financeiro. Nós não avaliamos as condições do negócio, nós não avaliamos as oportunidades do negócio. O nosso papel, como regulador, é certamente tratar de entender qual é a estrutura de controle que resulta de um processo de fusão, de aquisição, etc., e avaliar os impactos desse que é um ato de concentração, aquisição, fusão, etc., sobre a concorrência do sistema. É sob esses dois prismas que o Banco Central avalia. Mas, nesse caso específico, não chegou nenhuma proposta ao Banco Central para ele avaliar.

Foi decretado esse regime, cujo gestor é o Fundo Garantidor de Créditos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – É a primeira vez que o Fundo Garantidor assume?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Arruda) – Nós precisamos deixar o nosso Presidente concluir as respostas. Por gentileza, já começou a Ordem do Dia, e nós precisamos que o Presidente conclua. Por favor, se ainda houver algum questionamento, eu posso analisar se nós vamos abrir no final. A princípio, foram feitos todos os questionamentos, e eu gostaria que o Presidente concluísse todas as respostas, e depois nós avaliamos os questionamentos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOM-BINI – Essas são as primeiras manifestações que gostaria de colocar sobre os questionamentos e afirmações do Deputado Maia.

O Deputado Pauderney Avelino também fez colocações referentes a esse caso.

Eu queria de dizer que a fiscalização do Banco Central tem-se aprimorado ao longo do tempo. Esses casos que nós vimos fazem parte do processo de saneamento do próprio sistema. Eu acho que a fiscalização, a regulação, a ação do Banco Central têm sido pautadas em fazer com que o sistema financeiro seja cada vez mais sólido nas suas diversas dimensões: na dimensão da liquidez, do capital, da provisão. Nós temos atuado nesse sentido.

O saneamento faz parte de um processo que visa aumentar a solidez do sistema, e não de enfraquecê-lo. Certamente, não seria admissível deixar instituições que não têm condições de sobreviver de maneira

adequada e prudente operar um sistema sem algum tipo de ação da autoridade regulatória. Isso tem sido feito. Desde que o Banco Central identifica os problemas, ele trata de circunscrevê-los e de agir de modo a dar continuidade a todos os processos punitivos que forem necessários, de notificar e passar todas as informações às autoridades competentes nas áreas criminal e judicial.

O Banco Central tem agido nesse sentido, tem aprimorado a sua ação fiscalizatória e continuará o processo contínuo de aperfeiçoamento das suas ações e das suas missões.

Em relação às perguntas relativas ao *spread* que o Deputado Pauderney Avelino menciona, certamente o nosso papel como órgão regulador é acompanhar esse processo e ter uma agenda no sentido de que essa diferença entre a taxa básica de juros e a taxa ao tomador final seja a menor possível, dentro da prudência.

Então, já desde 1999, o Banco Central vem trabalhando numa agenda de médio e longo prazo.

Foi feito um grande progresso na questão da redução dos *spreads*; há terreno para ser trilhado nesse processo; e o Banco Central tem um papel importante de dar as condições para que as instituições financeiras reduzam essa diferença entre as taxas de captação e as taxas ao tomador final.

A taxa do Banco Central, obviamente, responde a outra lógica: a lógica da política monetária, a lógica da estabilidade monetária. É em cima disso que o Banco Central atua com sua taxa básica. Mas, para que ela seja mais efetiva e, tanto na subida quanto na descida, chegue ao tomador final, quanto menor for esse *spread* mais desobstruído será o canal de transmissão da política monetária. Nós temos interesse, inclusive, pelo ângulo da eficácia da política monetária.

Em relação à sua consideração sobre sacrifício da meta de inflação, eu fico satisfeito de que a questão da inflação tangenciou apenas os nossos debates hoje. V.Exa. reconhece a ação do Banco Central nessa matéria. De fato, nós tivemos grandes progressos em afastar o risco do descontrole inflacionário e fazer com que a inflação, de fato, convirja para a meta estabelecida para o País.

Nós estamos num processo de convergência. O fato de que o Banco Central faz referência a crescimento, qualquer banco central do mundo faz referência a crescimento. Alguns têm a meta de crescimento no seu mandato, o que não é o caso do Banco Central, mas indiretamente, como foi dito aqui, a estabilidade monetária não é um fim em si mesma, mas é uma necessidade para se atinjam outros objetivos maiores. Mas é disto que o Banco Central brasileiro se incumba:

assegurar a estabilidade monetária e a estabilidade do sistema financeiro.

Em relação à estabilidade monetária, acho que nós estamos no caminho certo. Com referência ao crescimento, eu já falei no Congresso, lá na CAE, recentemente, que não é por outra razão que o Banco Central vem reduzindo os juros desde agosto: porque identificou que o crescimento da economia brasileira vem vindo abaixo do potencial, logo, as pressões inflacionárias diminuem e se vislumbra a convergência da inflação para patamares menores – no nosso caso, em direção à meta.

Então, quando o Banco Central fala em crescimento, ele está falando com olho na inflação e com olho em fazer com que esse processo de convergência da inflação para a meta estabelecida para o Banco Central se materialize. Então, é isso que nós estamos...

A crise não é nossa, a crise é lá fora. Como V.Exa. mencionou, ou outro Deputado, trata-se aí de uma segunda volta da crise da 2008. A repercussão fiscal da queda grande das receitas, do aumento dos gastos com intervenções que foram feitas nos sistemas financeiros em várias direções, isso criou um peso para a economia em outros países, e a relação dívida/PIB subiu em alguns países, mais do que dobrou. Isso demora tempo.

Nós não estamos vivendo a situação ao contrário, como foi dito aqui: as nossas contas fiscais estão melhorando, nós temos mais reservas, temos mais liquidez, estamos reduzindo taxas de juros. Nós tínhamos juro para reduzir, outros países não têm juros; as jurisdições que têm juros a 1% estão debatendo se vão reduzir ou não. Nós tivemos condições de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Estão com juros negativos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Então com juro real negativo. Várias jurisdições, já mostrei aqui no Congresso, vários colegas de outros Bancos Centrais com juro de política negativo. A SELIC deles é menor do que inflação, mas ainda estão considerando redução de juros.

O nosso caso é diferente. E esses estímulos vão ser sentidos na economia. Há defasagem de operação desses estímulos.

Em relação a considerações do Deputado Roberto Santiago...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – O senhor não falou sobre a meta de crescimento.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI -A meta de crescimento?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Isso.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOM-BINI – Não, eu acho já que mencionei anteriormente. Desculpe-me, Excelência, mas eu falei que as nossas projeções atuais são de 3,5 e nós vamos revisar no final deste mês. O mercado está

com projeções mais baixas do que o crescimento do PIB este ano. O produto, 2,7, o mercado, 2,7 – o Deputado Rodrigo Maia está sintonizado.

As projeções do mercado para o ano de 2013 são de 4,5, salvo engano. Nós não temos projeções de crescimento, mas o que temos, neste momento, é que a economia brasileira vai ganhar tração, em função das defasagens, em função de tudo que está sendo feito. No segundo semestre, cresce mais do que no primeiro, naturalmente. Este trimestre já está crescendo mais do que no primeiro trimestre do ano. Nós vamos pegando velocidade.

Isso em função das próprias defasagens de atuação. Lá trás, quando contraímos a política, todos achavam que não viria, viria. Claro que foi adicionado a isso a crise internacional, que gerou uma situação em que tivemos que reverter a política. Mas, crescimento é isso. Nós, ao final do mês, sairemos com a nossa projeção para o ano, mas nós estamos preparados. Quer dizer, a nossa economia vai se recuperar, a crise não é aqui, a crise é lá fora. Naturalmente, nós temos que nos preparar para as repercussões. E estamos preparados para isso.

As questões também do Deputado Paulo Rubem Santiago foram sobre endividamento, ações de desoneração, enfim, os limites do endividamento. Creio que vou mencionar, Deputado, que o Banco Central cuida das condições de demanda da economia. Ele age na economia sob as condições de demanda. Há outras políticas que também afetam as condições de demanda, por exemplo, a política fiscal. Mas a política fiscal também envolve escolhas: escolhas do Parlamento, escolhas do Governo, se se investe mais, se se consome mais, se se gera mais gastos correntes, enfim, o *mix* também entre tributação e gastos. São decisões que fogem, que estão fora do Banco Central, que afetam as nossas políticas.

O que eu poderia dizer em relação aos comentários de V.Exa. é que, dada a política fiscal operada pelo Governo, no ano passado e neste ano, isso repercutiu sobre as nossas ações. Então, também não é por outra razão, senão pelo conjunto consistente de política que conseguimos alterar o *mix*. Obviamente, há outras questões envolvidas, mas se abre a possibilidade para que o investimento privado, também, enfrente uma situação de condições monetárias e financeiras mais favorável. Não depende só de nós, mas obviamente as condições são melhores hoje do que já foram no

passado em relação a juros e às condições financeiras em geral. O Deputado Audifax menciona também uma preocupação – não o vejo aqui

— com os bancos pequenos e médios.

Creio que na minha intervenção respondendo às questões do Deputado Rodrigo Maia já fiz referência ao modo que o Banco Central vê a situação dos bancos pequenos e médios. É uma situação sólida, rentável, eles têm um papel importante, especialmente no financiamento de pequenas e médias empresas, no financiamento à pessoa física, têm capital, enfim, têm condições de liquidez apropriadas.

Não se preocupe tanto, certamente nós temos que nos preocupar, no Banco Central, mas essa é nossa visão em relação a esse importante segmento do sistema bancário brasileiro.

Em relação a juros e tarifas, acho que, na questão das tarifas bancárias, houve avanços regulatórios importantes em passado recente, nos últimos 3 ou 4 anos. Nós conseguimos padronizar todas as tarifas bancárias, reduzir o número. Hoje, as tarifas são comparáveis. Hoje, até a descrição da contraprestação do serviço é homogênea. E esse foi um processo longo de debates, com discussão inclusive aqui na Câmara dos Deputados, na Comissão de Defesa do Consumidor, que participou de todos esses trabalhos.

Nós, do Banco Central, disponibilizamos todas as taxas de juros, *spreads*, as tarifas bancárias, e isso pode ser acompanhado por todo o cidadão, enfim, para que faça suas melhores escolhas de acordo com aquilo que melhor o atender em termos de serviços bancários, em termos de custos.

Ele também questiona se a recessão chegará ao Brasil e como ficaria a SELIC, a meta de inflação, enfim. As condições que coloquei aqui na apresentação são de um crescimento da economia global mais fraco do que se supunha originalmente. Isso tem reflexo em várias áreas do globo. O Brasil está numa posição privilegiada, do ponto de vista de que tem instrumentos de política, que já estão sendo acionados há algum tempo. Diria que o Brasil está à frente desse processo. Estamos agora retomando a atividade. Mas nós já estamos distendendo

as condições lá trás, inclusive, fomos pioneiros, pode-se dizer assim, nesse processo de distensão das condições.

Eu falei que tínhamos mais uma oportunidade de fazê-lo por conta da nossa realidade, mas certamente nós o fizemos lá trás, em final de agosto e início de setembro. Outros Bancos Centrais também adotaram políticas semelhantes em períodos mais à frente.

Então, já estamos nesse processo há algum tempo. Há defasagens envolvidas. O crescimento veio

no primeiro trimestre menor do que se esperava, mas agora vemos uma retomada ao longo do tempo. O crescimento deve se acelerar no ano de 2012, especialmente no segundo semestre.

Em relação às questões do Deputado Duarte Nogueira, o setor externo sempre esteve nos cálculos do Banco Central. Inclusive, foi muito criticado por ter, já em janeiro de 2011, dito que a complexidade do setor externo da economia global era tamanha que precisávamos – nós, Brasil, mas o Banco Central em particular – de um esforço analítico redobrado. Isso foi dito em janeiro de 2011, enfim, no momento não foi bem entendido, mas certamente aprofundamos o nosso monitoramento da economia internacional, por todas as suas implicações para o Brasil. Isso foi, digamos, um aspecto positivo da nossa avaliação, que nos permitiu ajustar as políticas de maneira tempestiva, dada a mudança na conjuntura global, principalmente em agosto.

Eu mostrei aqui um gráfico. Houve uma revisão grande do crescimento global a partir de agosto de 2011. Todo aquele problema da discussão do teto da dívida americana, em julho, e depois a revisão forte nas perspectivas de crescimento de Estados Unidos e Europa se deram ao longo do mês de agosto. Então, esse foi um indicador importante para nós, no Banco Central, digamos, ajustarmos a nossa política.

Acho que os pontos da agenda são vários. Eu apresentei alguns aqui. Há, sim, pontos da agenda estrutural; há pontos que vêm já de algum tempo. Na apresentação, eu listo um rol. Mas eu diria que também, antes disso, houve toda uma reformulação. A própria Lei de Falências foi um marco nas reformas microeconômicas brasileiras. Não é algo tão distante, está aí na última década, digamos assim.

Todas as mudanças que houve no mercado imobiliário, ali na ação fiduciária, patrimônio de afetação, enfim, criaram condições de maior segurança no financiamento imobiliário. Esse financiamento tão importante para a economia, com a abertura do mercado de resseguros, a criação de instrumentos financeiros, títulos imobiliários, títulos agrícolas. O próprio processo de inclusão financeira, que decolou no País. Nós dobramos o número de contas. O desenvolvimento do mercado de correspondentes bancários permitiu, inclusive, que bancos sem redes atuassem em nichos importantes e que forçassem a concorrência no sistema, enfim, as cooperativas de crédito. Mencionei agora o fundo de Previdência do setor público, recentemente aprovado. E há uma série de medidas que apontam na direção de mudanças estruturais que preparam o País para o futuro.

Em relação à eventual contradição na política creditícia, primeiro, só para ajustar aquele dado, o dado

que tenho do crédito são 2,1 trilhões de reais. Quatro, 5 trilhões de reais seriam os ativos totais do sistema, mas o crédito na faixa de 2 trilhões de reais.

Certamente o País precisa de investimentos. Agora, o que move a economia é que, em qualquer economia, a economia continental como a brasileira ou a economia americana, dois terços dela é consumo, os demais são o setor externo, o investimento. O investimento dá a conta da dinâmica e cria condições para o futuro, mas dois terços da economia são o consumo. Então, o consumo tem que ser cuidado. No País, houve a incorporação de 35 a 40 milhões de pessoas na classe média, o que criou um mercado de consumo doméstico respeitável, que precisa ser trabalhado, precisa ser consolidado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Diminuiu com o aumento do dólar.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI -Precisa ser consolidado. Inclusive, para incentivar o investimento privado, o consumo não precisa estar explodindo, crescendo a taxas muito fortes, mas precisa crescer.

O que eu procurei apresentar aqui foram alguns elementos, alguns fatores que apontam na direção de sustentabilidade do consumo. Tem-se a renda real crescendo e o emprego crescendo. Foram criados 1 milhão e 400 mil empregos nos últimos 12 meses, o que aumenta a massa salarial, cria-se um lastro.

O crédito desacelerou. Ele está pegando aos poucos, desacelerou um pouco forte demais, mas vai continuar crescendo. O balanço, o saldo do crédito cresceu na faixa de 18%, em abril. Ou seja, o crédito também dá sustentação ao consumo. Então, é importante que o consumo continue, porque é isso que dá, digamos, a propagação do crescimento e o investimento vem a reboque. Há medidas para isso.

Acho importante o foco em cima do investimento, para criar as condições para que cresçamos, no futuro; para que cresça o produto potencial da economia, ou seja, aquela taxa de crescimento que não acelera a inflação. Então, é importante isso.

Quero agradecer as palavras ao Senador Lindbergh Farias, sempre apoiando as políticas do Banco Central. Ele fez alguns comentários sobre a questão do primário, enfim, diante de um cenário mais adverso. Mas vou aceitar a oferta dele de não me pronunciar sobre o assunto, porque não é da nossa área. Certamente nos interessa acompanhar essa evolução, porque isso tem repercussões sobre nossas políticas.

Quero agradecer ao Deputado Cláudio, também, pelas palavras dirigidas ao Banco Central, fazendo referência à questão da inflação em nossa última discussão na CMO, no final do primeiro semestre do ano passado.

Medidas para estimular o investimento. Creio que, com este novo *mix* de políticas adotado nos últimos meses no País, criam-se pelo menos condições do custo do capital, que do nosso ponto de vista são compatíveis com o nosso trabalho de fazer com que a inflação convirja. Mas esse ambiente que se criou também, com o auxílio da política fiscal, cria condições melhores para o setor privado, digamos, ocupar espaço na economia. Nós vimos a relação dívida/PIB caindo a 35%, ela vai numa direção ainda mais baixa. Tem-se um déficit nominal de 2,5, 2,4 hoje. Possivelmente, caia um pouco mais em curto prazo. Esse é um espaço que se abre também para o investimento privado tomar.

Dentro do espaço fiscal, creio que sempre o investimento público, apesar do investimento da economia ser dominado pelo investimento privado, tem um papel pedagógico, indutor, do investimento privado, principalmente o investimento em infraestrutura. O que puder ser feito para azeitar, tenho certeza de que a Presidente tem trabalhado nesse sentido, inclusive, para aprofundar essa tendência no futuro.

Em relação ao cenário internacional, então, abstive-me de fazer especulações sobre desdobramentos por conta da fluidez do cenário internacional, mas o que disse aqui, que acho ser a nossa visão no Banco Central, é que a economia cresce menos do que se supunha há algum tempo, pelo menos, no ano passado em relação aos próximos dois anos, em função dessa crise fiscal. O nível de liquidez é amplo, em função das reações dos vários governos, vários Bancos Centrais, para tentar reativar as economias.

Nós temos possivelmente um cenário para a inflação no Brasil, vindo da área externa com viés desinflacionário, em função de um crescimento menor de ajuste nas *commodities*.

Certamente, em termos da nossa posição, do País em relação à arquitetura financeira internacional, primeiro, essa nova arquitetura deve se refletir na governança dos diversos organismos internacionais. Então, essa é uma parte mais, digamos assim, da questão da governança. Agora, é importante que esses organismos reforcem a linha de defesa, não tanto para as economias envolvidas hoje no processo mais agudo da crise. As economias europeias têm condições de responder a esses desafios, mas outras economias em desenvolvimento, talvez não seja o caso do Brasil, que tem condições de participar desse processo, desde que as governanças desses organismos internacionais reflitam sobre o novo peso relativo das economias emergentes de participar, ajudando a fortalecer o muro de proteção, principalmente das economias em desenvolvimento, em relação à economia mundial, crescimento que está sujeito a eventos extremos.

A Presidenta Dilma tem falado isso, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central. Nós temos atuado nesses fóruns internacionais, dizendo que o Brasil pode contribuir – e isso tem que ser refletido nas governanças internacionais – assim como outros emergentes, pode haver um papel construtivo de nossa parte, principalmente para os demais países que podem ser afetados inocentemente pela situação econômica internacional.

Quero agradecer ao Deputado e colega Afonso pelas palavras em direção ao Banco Central. A nossa visão é essa. A situação internacional não se resolve no curto prazo, é baixo o crescimento. Nesse processo, como eu disse aqui, o Brasil já está, de certa forma, adiantado em relação a outras economias e já vem

distendendo as condições monetárias e financeiras, vem tomando medidas. Não paramos por aí em termos de país. Em relação ao Banco Central, temos avançado, desde o final de agosto, na distensão das condições monetárias. Temos que avaliar com esforço analítico redobrado a situação internacional para definir os próximos passos.

Em relação ao questionamento do Deputado Marcus Pestana sobre a questão do crédito, a nossa visão é de que ele não precisa travar no momento em que a economia começa a se recuperar. Para a questão do endividamento das famílias estamos olhando com atenção, mas há uma série de fatores. Eu procurei apresentá-los aqui. A inadimplência vai recuar ao longo do ano. O próprio crescimento do emprego com a queda da inflação; o fato de que as dívidas no Brasil são de mais curto prazo em relação a outras jurisdições. O processo de melhoria das condições, do balanço das famílias é mais rápido de ocorrer esse reparo nessa situação. A redução das taxas e os *spreads* também promovem melhoria nas condições de financiamento e até de refinanciamento. Há uma série de indicadores que apontam na direção. Já temos indicadores, inclusive naquelas linhas mais afetadas, que indicam uma safra melhor de crédito no segundo semestre de 2011 e uma redução em direção ao final do ano e do próximo ano.

Em relação ao consumo, também repito que, para reativar o investimento, é importante que o consumo se perpetue. Não precisa crescer numa velocidade exagerada, mas que ele se perpetue porque é o que dá continuidade à expansão econômica.

Em relação a repasse cambial, como demonstrei aqui na apresentação que está com V.Exa., o movimento recente do real está muito alinhado com o movimento internacional do dólar. O real foi, em maio, talvez a moeda que mais aderiu ao movimento internacional do dólar para o outro. O dólar se valoriza 5,5, e o real se valoriza 5,5 em relação ao dólar. Então, em relação à cesta de

moedas, ele fica... De fato, o câmbio andou nesses últimos meses. O que conhecemos, do ponto de vista dessa transmissão para dentro da variação cambial, é que, ao longo de vários anos de sistema de metas e câmbio flutuando, o repasse cambial se reduz ao longo do tempo.

Há estudos que dizem que o repasse, no curto prazo, é em torno de 3% e cresce no longo prazo, mas primeiro é preciso ver onde se estabiliza. Esse é um movimento internacional do dólar, que tem a ver com o ambiente internacional, que está ainda muito fluido, para depois se fazer uma avaliação. Naturalmente, os índices gerais de preço, os índices ao atacado já refletiram de pronto esse impacto. Agora, a transmissão para o consumidor depende de outras considerações, inclusive da velocidade de crescimento da economia, que neste momento está começando, vai pegar mais velocidade. Neste momento não há condições para uma transmissão mais forte dessa variação cambial recente para os preços domésticos.

Essa é a nossa visão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Sr. Presidente, em nome da bancada do PT, em nome da Liderança do PT, nós queríamos agradecer a presença do Dr. Alexandre Tombini e de toda a equipe do Banco Central. Queremos agradecer também ao Rodrigo Maia, que demonstra que esta é uma Casa democrática.

Conseguimos fazer a reunião com as diversas Comissões em conjunto. Inclusive, houve compreensão e o debate foi de alto nível, tanto da Situação quanto da Oposição. Portanto, estão todos de parabéns, e agradecemos. É assim que deve ser feito no Poder Legislativo, tanto na Câmara quanto no Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Arruda) -Agradeço o comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Antonio Tombini, da sua equipe técnica, dos Presidentes das Comissões que participaram desta audiência e dos demais Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. Uma boa noite a todos.

A reunião está encerrada.

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2012, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezenove minutos do dia doze de junho do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Lídice da Mata, Vanessa

Grazziotin, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Antonio Russo. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Armando Monteiro, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 28ª e da 29ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, esclarece que a presente reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como expositor o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. Após a exposição do convidado, usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Cristovam Buarque e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador Delcídio do Amaral

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 28ª e 29ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Hoje, teremos audiência pública, cuja finalidade é discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convidado o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Tombini. S. Exª, o Sr. Ministro Alexandre Tombini, já se encontra na secretaria da Comissão.

Peço aos Senadores Raupp, Francisco Dornelles que conduzam o convidado ao plenário da Comissão.

Comunico que se encontram presentes o Sr. Altamir Lopes, o fleumático Diretor Altamir Lopes, Diretor

de Administração (Dirad), e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica (Dipec).

De acordo com os arts. nºs 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a, o Sr. Ministro Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o Ministro Alexandre Tombini, para fazer sua exposição.

Mais uma vez, Ministro, seja muito bem-vindo à Comissão de Assuntos Econômicos, V. Ex^a, que é *habitué*, Senador Dornelles, da nossa Comissão de Assuntos Econômicos. Eu só queria registrar que hoje estamos aqui com problema de quórum, porque a CPI do Cachoeira está funcionando concomitantemente. Então, os grandes temas brasileiros estão disputando com assuntos pouco recomendados. Por isso, peço desculpas por estarmos com poucos Senadores. Também quero cumprimentar o Deputado Nelson Marquzelli aqui presente, já preparando sua candidatura ao Senado e para ser titular da CAE.

Agora, passo a palavra ao Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, bom dia, Exm^o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro Tombini, permita-me apenas registrar que também está presente o Deputado Ricardo Archer, do PMDB do Maranhão.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Exm^o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Exm^{os} Srs. Senadores, senhores e senhoras, estou hoje aqui na condição de Presidente do Banco Central, para, em atendimento ao estabelecido na Resolução nº 32, de 2007, do Senado Federal, discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária.

Eu, já de plano, gostaria de, Senadores e Senadoras, de colocar uma espécie de resumo dos pontos que vou levantar na minha apresentação, que são basicamente quatro.

Primeiro, gostaria de lembrar a todos, revisar, fazer um repasse breve sobre os fundamentos econômicos do País, em particular a nossa estrutura macro-

econômica, que já vem sendo bem testada ao longo desses últimos 10, 15 anos.

Também vou falar um pouco das defesas que nós conseguimos construir ao longo desse período, última década ou um pouco mais, em termos de reserva de liquidez, tanto em moeda estrangeira, quanto em moeda nacional.

Igualmente falarei um pouco do sistema financeiro nacional. Em relação a esse tema que tanto concentra as nossas atenções, o cenário internacional, a nossa visão, o nosso cenário básico em relação a essa parte da economia, é que nós teremos aí, ao longo dos próximos meses, nos próximos trimestres, e, quem sabe, ao longo dos próximos dois anos, um cenário ainda caracterizado por volatilidade dos mercados internacionais e um cenário de crescimento baixo; um crescimento mais baixo do que gostaríamos, mais baixo do que se esperava há alguns trimestres.

No Brasil, o ritmo de atividade vai se acelerar ao longo do ano de 2012. Nós teremos aí um crescimento mais forte no segundo semestre deste ano do que teremos ou que já tivemos no começo de 2012. Digo isso porque há uma série de impulsos que a econômica já recebeu, está recebendo, além de um número importante de fatores que dão sustentação à demanda no País.

Por último e não derradeiro, eu gostaria de fechar a apresentação falando sobre inflação. Afinal de contas é o nosso objetivo no Banco Central. Nós temos boas notícias nesse *front*. Tivemos oportunidade de discutir, nas quatro vindas aqui em 2011, esse tema que certamente concentrou muitas das nossas atenções, nossos debates naquele período. Neste momento temos progressos importantes nessa frente.

Em relação à solidez da econômica brasileira, quando me refiro a reservas, aos importantes colchões de liquidez que foram constituídos, ademais da estrutura macroeconômica que vem sendo testada, tem respondido bem aos desafios macroeconômicos do País, continuamos acumulando reservas internacionais, acumulando esse importante ativo, moeda estrangeira, nos permitindo navegar com certa tranquilidade em ambientes mais adversos.

Também no plano interno, reconstituímos o colchão de liquidez representado pelos depósitos compulsórios que as instituições financeiras, o sistema financeiro nacional, deixam depositados no Banco Central do Brasil.

Além disso, temos experimentado, o que é muito importante, principalmente nesse quadro internacional, em que a política fiscal ganha contornos especiais nesse período, o que nós vivemos hoje é, de certa forma, a consequência fiscal da crise de 2007/2008. Temos no

País uma trajetória de dívida pública cadente ao longo dos últimos anos. E esse processo continua. Estamos fazendo progresso nessa frente, que dá uma ideia da solvência do setor público brasileiro, muito importante neste momento.

Sistema financeiro sólido – vou apresentar alguns dados de capital de liquidez, de provisões, no transcorrer da minha apresentação –, terminando com condições de risco do País, cadência, refletindo esse bom momento da estrutura econômica brasileira.

Em relação a esses dois colchões, resumindo, então, temos o processo contínuo de acumulação de reservas internacionais, que estão, posição de junho, na faixa de US\$370 bilhões, US\$372 bilhões de reserva, já tive oportunidade de falar isso aqui, em torno de 14%, 15% do tamanho da nossa economia. É um colchão de reservas importante, quando comparado com outros países, por exemplo, com o Brios, que estamos num nível em relação ao tamanho da economia, moderado, digamos assim. Há países como a China, que é mais de 40% do PIB em reservas, outros países, a Rússia, 30%; Índia, em torno de 20%, Brasil, em torno de 15%, tamanho dessa econômica, mas é um número bastante importante, tem-nos ajudado nesse processo de enfrentar ambientes mais adversos.

Do lado direito desse gráfico, temos aí, em reais, os valores de compulsório. Vemos aí cerca de R\$400 milhões, é o nível hoje de compulsórios depositados no Banco Central. Naturalmente, a base do compulsório, que são os depósitos, vai crescendo ao longo dos anos. Então, deve-se levar em conta o tamanho do sistema financeiro, que cresce ao longo desse período.

Em relação à situação fiscal, do lado esquerdo, temos a evolução do superávit primário e a projeção para 2012, na faixa de 3,0%, 3,1%. Trata-se do superávit primário em relação ao PIB. Isso, combinado com o crescimento e outras variáveis econômicas, tem permitido uma redução significativa da relação dívida/produto interno bruto no País. A dívida líquida, em relação ao produto, está na faixa de 35,7%. É o último valor no gráfico à direita, de abril. Ele mostra essa melhora na situação fiscal do setor público brasileiro, muito importante neste momento em que o fiscal é o centro das atenções dos mercados internacionais.

Olhando outro índice indicador fiscal, vimos anteriormente superávit primário e dívida líquida, embora olhando para o resultado nominal, e dívida bruta. Em comparação internacional, temos, no lado esquerdo gráfico, o resultado nominal. O Brasil apresentou um déficit de 2,6 em 2011. Comparado a outros países, está em uma situação fiscal bastante boa, o que tem permitido uma redução da dívida bruta em relação ao PIB, na fixa de 54%, também uma posição de destaque

quando comparado com outras economias de peso no cenário internacional.

Em relação ao sistema financeiro, esse é um dado que sempre trazemos, na linha vermelha, temos 8%, requerimento de capital de Basileia. Nosso requerimento, no País, é de 11%, na linha amarela. As barras azuis refletem, no tempo, a situação de capital do sistema brasileiro com um todo. Então, estamos acima do mínimo requerido, com certa folga.

Também trago neste *slide* a avaliação recente do Fundo Monetário Internacional. No seu exercício, chamado exercício de avaliação do sistema financeiro, exercício conjunto entre Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, no dia 21 de março de 2012, na declaração de fim de missão, os representantes desses dois organismos declararam ser o sistema financeiro brasileiro estável, com baixo nível de risco sistêmico e reserva de liquidez considerável. Estamos bem posicionados. Mesmo quando comparados com os países do G-20, o sistema brasileiro se destaca pela solidez.

Em relação ao custo, percepção de risco soberano tem se refletido no custo de colocação de papéis pela República Federativa do Brasil. No lado esquerdo do gráfico, mostramos um título de cerca de dez anos de prazo. Na última captação, o Brasil captou a 3,1% de taxa de juros ao ano. Do lado direito do gráfico, temos o Global 41, que é um título de 30 anos, que também mostra uma redução da taxa do custo de captação para a República, sendo que a última colocação foi há 4,5% ao ano de taxa de juros, ou seja, níveis historicamente baixos. A captação está refletindo aí os fundamentos da economia nacional.

A qualidade de financiamento do balanço de pagamentos brasileiro pode ser aferida pela cobertura do déficit nas contas correntes, que é feita pelo investimento direto. Vimos, do lado esquerdo deste gráfico em barras, que o Brasil captou, em 2011, US\$67 bilhões em investimento direto. O acumulado de 12 meses, segundo dado mais recente que temos, também mantém um nível elevado de captação, da ordem de US\$63 bilhões. Para se ter uma ideia da grandeza desses números, em relação aos investimentos na América Latina, o segundo país que mais captou em 2011, o México, captou menos de um terço da captação brasileira, ou seja, captou US\$19 bilhões, enquanto o Brasil captou US\$67 bilhões naquele período.

Esse investimento estrangeiro cobre o déficit em conta corrente. No gráfico da direita o que vemos é o quanto excede ou o quanto é insuficiente a cobertura dos investimentos diretos ao déficit nas contas correntes em relação ao produto interno bruto. Então, vemos aqui, em 2011, que o investimento estrangeiro superou em ponto seis por cento do PIB o déficit de transações

correntes. Essa é uma ideia da qualidade do financiamento. Nem sempre foi assim. Temos ali meados dos anos 90, quando havia investimento estrangeiro, mas o déficit era significativamente maior. Enfim, boa parte do déficit tem sido coberta ao longo dos anos por investimento estrangeiro, que é um fluxo de capital em longo prazo, mais estável.

Em relação ao financiamento externo, algo que sempre chama a atenção, o Banco Central monitora diariamente essa variável, é uma variável de mais curto prazo. O que eu trouxe para demonstrar para V. Ex^{as} é basicamente a estabilidade dos fluxos das linhas externas.

No lado esquerdo, nós temos as linhas totais, que giram em torno de US\$70 bilhões. Elas se estabilizaram com um pequeno recuo no início do ano, mas estão estabilizadas em torno desse valor, US\$70 bilhões de linhas externas, sendo também as linhas para a exportação estabilizadas em torno de US\$35 bilhões, como demonstrado na faixa verde do gráfico da esquerda.

No lado direito, o custo de captação. Nós vimos uma elevação no custo de captação, mas houve um recuo na margem, no final da série. Em relação ao custo total das linhas, também, com idas e vindas, está de certa forma estabilizado nesse patamar de 0,8% ao ano sobre a Libor.

Falando brevemente do cenário internacional, gostaria de fazer um resumo inicialmente. Como eu disse na primeira lâmina, na nossa visão, continua sendo caracterizado por mercados voláteis. Creio que essa vai ser a norma nos próximos meses e trimestres. Do ponto de vista macroeconômico, nós temos um crescimento baixo da economia mundial e, para o Brasil, o trabalho do Banco Central ainda representa um viés desinflacionário nesse cenário de menor crescimento global.

Temos a Europa no centro das atenções. Após o alívio com as linhas de refinanciamento do Banco Central europeu, aquelas linhas de três anos, os LTROs, um alívio no final do ano e no início de 2012, houve uma recaída, uma recidiva com a questão da dívida grega e, mais recentemente, questionamentos sobre a saúde do sistema financeiro na Espanha. E, no final de semana, nós tivemos uma nova informação de que a União Europeia está colocando à disposição até €100 milhões para esse auxílio ao sistema financeiro da Espanha. Então a Europa continua se caracterizando pelo baixo crescimento nos próximos anos, sujeita a alguma volatilidade importante no mais curto prazo.

Em relação aos Estados Unidos, a nossa visão é de que o processo de expansão continua em ritmo moderado, quer dizer, a economia não cresce naqueles níveis de 3% a 3,5%, mas na faixa de 2%, dois e

pouco por cento, como veremos pela expectativa de mercado, mas está havendo de certa forma uma recuperação daquela economia.

Quanto à China, para fechar o nosso quadro internacional, a visão do Banco Central do Brasil é de que, a despeito da desaceleração do crescimento e de algumas dúvidas nos mercados internacionais, ela tem capacidade de coordenar e de, digamos, administrar um pouso suave daquela economia, tem instrumentos para tanto.

Então esse é o nosso quadro da economia internacional. Resumindo em dados, só para ilustrar essa volatilidade dos mercados, nós vemos recentemente essas curvas subirem. São indicadores que retratam o nível de volatilidade dos mercados, principalmente o mercado de renda variável, e vemos uma subida desse indicador no final. Nada comparável a outros episódios recentes de volatilidade, mas sem dúvida a visão de maior volatilidade no curto prazo.

Só para resumir, então, o quadro internacional, nós temos, no primeiro quadrante, lá em cima, à esquerda, a evolução das perspectivas para o crescimento da economia mundial em 2012. V. Ex^{as} podem aferir, neste gráfico, que há uma revisão para baixo desse crescimento. Recentemente, estabilizou-se em torno de 2.3% a perspectiva de crescimento da economia global em 2012. É um nível bastante baixo porque estão aí, também, as economias emergentes, que crescem numa toada mais rápida. Então, esse é um número baixo para o crescimento da economia global quando se agregam todas as economias.

No quadrante indo no sentido horário, em cima, estão as perspectivas de crescimento da zona do euro, e o que vimos, desde meados do ano passado, foi uma revisão dramática das expectativas de crescimento para o ano 2012 naquela linha azul, que vimos que a economia que se pensava poderia crescer em torno de quase 2%, em 2012, essa perspectiva foi sendo revisada para uma contração de 0,35% do PIB da zona do euro em 2012. Aconteceu também uma revisão do crescimento para 2013, um pouco menos dramática aí, apontando os mercados, esperando aí um crescimento de 1% na zona do euro em 2013.

Nos Estados Unidos, também houve aquela revisão importante em agosto do ano passado, início de setembro, e o que vemos aí é 2012 saindo, 2012 e 2013 saindo da faixa de 3% para uma faixa mais próxima de 2% de crescimento neste ano e um pouco maior em 2013.

E a China em processo de pouso suave, aí já uma meta indicativa do governo chinês, um crescimento em torno de 7,5%, o mercado espera um pouco mais de crescimento do que isso, sempre comparado com as

taxas de crescimento observadas na China no início dos anos 2000, meados dos anos 2000, numa faixa de 12%,13%, até 14% de crescimento. Naturalmente, a base é muito maior hoje, mas não deixa de ser uma desaceleração do crescimento naquela região.

Bom, agora, vou falar um pouco de sistema financeiro nacional e mercado de crédito. Vamos encaminhar já para o final da apresentação em breve.

Em relação ao sistema financeiro, como eu falava brevemente no início, aqui temos três aspectos que eu queria ressaltar: primeiro, o nível de capital acima do padrão internacional. Temos regras de aprovisionamento de créditos, sempre lembrando o capital que fazia frente aos riscos não esperados, o aprovisionamento, a provisão bancária para fazer frente aos riscos esperados numa carteira de crédito. E temos também elevados índices de liquidez no nosso sistema financeiro.

Em relação a isso, eu queria apresentar dois gráficos comparativos para contextualizar o Brasil em economias comparáveis. Primeiro, no lado esquerdo, tenho a capitalização, o índice de Basileia, vemos que o Brasil está bem posicional em relação a esse índice, quando comparado com outras economias, isso são dados do Fundo Monetário Internacional, e, do lado direito, o que coloco é um indicador de provisão. Então, excesso ou deficiência de provisão em relação à perda ocorrida sobre o capital. O que vemos aí é que o Brasil está também na dianteira desse indicador, ou seja, demonstrando um nível de provisão elevado para fazer frente a perdas nas carteiras de ativo, nas carteiras de crédito.

Em relação à liquidez, também é algo bastante importante, no Brasil, sempre monitorado muito de perto, temos aí ativos líquidos em relação a passivos de curto prazo, também há uma demonstração importante aí de como o Brasil está bem colocado em relação a outras jurisdições, no que diz respeito à quantidade de ativos líquidos nos balanços dos bancos, em relação àqueles passivos que podem ser demandados no curto prazo. Também, de novo, só lembrando que estamos tratando aqui de dados do Fundo Monetário Internacional, não são dados do Banco Central do Brasil.

Em relação ao crédito, o que eu gostaria de sublinhar aqui para V. Ex^{as}, primeiro, é que estamos num processo onde o crédito continua, no Brasil, se expandindo a taxas mais moderadas, mas, ainda assim, os saldos das operações de crédito em abril de 2012 atingiu uma expansão, nos últimos 12 meses, de 18%. As concessões em 2012, até abril, estão na faixa de 10% acima do que foram as concessões de crédito nos primeiros quatro meses de 2011. Então, o crédito continua expandindo no País, não está parado. Dados mais recentes sinalizam recuperação nas con-

cessões, inclusive alguma recuperação no segmento de veículo. Foi bastante debatido isso. Nós temos observado redução das taxas de juros do tomador final do *spread* bancário.

Em relação a essa expansão, nós vemos aí como percentagem do PIB esse gráfico, que mostra que está em torno de 50% do PIB o crédito total da economia, sendo que o crédito imobiliário começa a ganhar mais importância no conjunto dos ativos do sistema financeiro nacional. Ainda assim, aquela faixa vermelha da barra – nós vimos crescendo ao longo do tempo – cresce com velocidade, mas ainda se encontra em torno de 5% do PIB, o que indica, em nossa visão, que há espaço para que o crédito imobiliário o ocupe. Naturalmente, ele ocupará espaço de outras modalidades de crédito.

Seguindo aí a vasta experiência internacional, mesmo naqueles países em que o crédito foi moderado e não houve problemas, esse nível de 5% é baixo em comparação internacional. Nós acreditamos que continuará crescendo, continuará se expandindo, ocupando, de certa forma, o espaço de outras modalidades de crédito, pelo menos da pessoa física.

Em relação à inadimplência, eu gostaria de sublinhar alguns aspectos que sugerem ao Banco Central que a inadimplência no segundo semestre inicia um processo de estabilização de recuo ao longo desse período. Primeiro, as concessões de crédito numa modalidade que foi muito falada, de financiamento de veículo, realizadas no segundo semestre, desde agosto e setembro do ano passado, já apresentam um padrão de inadimplência diferenciada em relação a safras anteriores de crédito, ou seja, um padrão de inadimplência melhor.

Outro elemento importante nesse processo é o estágio do ciclo de flexibilização monetária. O Banco Central já reduziu 400 pontos na sua taxa básica de juros. Esse processo atua na economia com defasagem, ou seja, nós já estamos em outro padrão de custo financeiro na economia brasileira. Isso é um indicador de recuo da inadimplência ao longo do tempo nos próximos meses. A própria redução dos juros ao tomador final dos *spreads* e a facilitação do processo de negociação de dívida criam um ambiente para redução da inadimplência na frente.

A perspectiva de aceleração da atividade econômica no segundo semestre, no terceiro e no quarto trimestre do ano, vai criar condições para essa redução cíclica da inadimplência no País, em particular, se levarmos em consideração não só o fato de termos estímulos como condições melhores de financiamento para o tomador, mas também o fato de a economia continuar gerando postos de trabalho, a taxa de desemprego estar em níveis historicamente baixos e a renda

em ascensão; principalmente com o recuo da inflação a renda real tem crescido nos últimos meses, criando uma situação de apoio a uma queda na inadimplência nos próximos meses. A trajetória da inflação está preservando os ganhos reais, como acabei de mencionar.

A característica no Brasil é a de que essas dívidas, principalmente a dívida das famílias, têm um prazo de maturação curto, ou seja, com o emprego forte, com a renda real subindo, a capacidade de reparar a situação de endividamento é mais rápida do que em outras jurisdições com prazos mais alongados.

Esses indicadores sugerem ao Banco Central que nós teremos um padrão de inadimplência que melhora ao longo desse ano e não piora.

Só para ilustrar o primeiro ponto que fiz no *slide* anterior, quer dizer, as novas safras no financiamento, por exemplo, de veículos, nós vimos aqui o que acontece com a inadimplência quatro meses após a concessão.

Então nós vemos que, em meados do ano passado, as safras que são concedidas em agosto, outubro e dezembro apresentam uma inadimplência bem menor quatro meses à frente, indicando esse aspecto que eu ressaltai anteriormente, ou seja, de que, para frente, nós deveremos ver uma estabilização ou um recuo da inadimplência ao longo do segundo semestre deste ano.

Em relação à economia brasileira, falamos agora, para concluir, de atividade de inflação. Elementos de sustentação da demanda presentes na economia brasileira: o nível da taxa de desemprego é historicamente baixo; a economia continua gerando empregos formais; renda do trabalhador permanece em ascensão; massa salarial em expansão; e crédito em crescimento moderado.

Além desses elementos mais estruturais que estão ocorrendo na economia, nós temos alguns impulsos já contratados: por exemplo, a política monetária. Como V. Ex^{as} bem sabem, nós temos oportunidade sempre de discutir aqui o assunto. Quando estavam subindo os juros no início do ano passado, a política monetária atuou com defasagem e, também nesse momento de distensão da política monetária, ela atua com defasagem. Logo nós ainda haveremos de sentir os efeitos da política monetária adotada nos últimos meses na economia brasileira ao longo dos próximos meses.

Outro elemento estrutural é a melhoria das condições de liquidez do sistema financeiro. Também houve já uma liberação de compulsório ao longo dos últimos meses, e nós temos condições de liquidez mais amplas. No momento, isso também é um impulso contratado que vai ser sentido na economia, além da redução dos juros ao tomador, redução dos *spreads* para empresas e pessoas físicas. Então, esses já são impulsos

contratados que serão mais sentidos no transcorrer da segunda metade do ano.

Resumindo, em relação aos elementos de sustentação da demanda presentes, nós temos no quadrante superior à esquerda a taxa de desemprego em níveis recordes de baixa no País. Seguindo no sentido horário, no que diz respeito à criação de empregos formais no País nos últimos doze meses – dados de abril –, houve a criação de 1,4 milhão de postos de trabalho no Brasil. O rendimento real tem crescido na faixa de 3%, índice acumulado em doze meses, entre abril de 2012 e abril de 2011, desaguando numa massa salarial da economia que cresce. Com o emprego crescendo, com o rendimento real crescendo, a massa salarial cresceu, no acumulado dos últimos doze meses, em torno de 5%. Então, isso é um fator de sustentação, como já falei, que vai ajudar a melhorar as condições do crédito que está sendo expandido na economia, mas, certamente, mais importante do que isso, é um elemento de sustentação da demanda ao longo dos próximos meses, do trimestre para o País.

Nós vemos aí nos dados um indicador de demanda correspondente às vendas no varejo, que têm um ritmo de expansão em torno de 7%. Se considerarmos o comércio ampliado, que inclui a indústria automotiva e a construção civil, houve um crescimento de 6,7% nos últimos doze meses, e o comércio varejista, sem esses dois setores, cresceu 7,5% nos últimos doze meses, um crescimento importante e robusto.

No que diz respeito às condições de financiamento favoráveis, essas são as taxas de juros reais mais baixas – estou pegando a taxa de um ano, *swap* de 360 dias com a inflação do período. Nós temos aí taxas de juros reais na economia bastante baixas comparadas com o histórico brasileiro.

Esse é um dado... O Banco Central, no final do mês, no relatório de inflação, vai divulgar as novas projeções de inflação e de crescimento da economia brasileira para este ano. O que eu peguei para trazer a V. Ex^{as} hoje foi a pesquisa Focus, o acumulado da variação... (*Interrupção do som.*) ... à frente. Então, nós vemos uma aceleração desse crescimento já em direção ao segundo semestre, no final do ano e no ano de 2013, no primeiro semestre de 2013. Portanto, essa é a previsão do mercado em relação à evolução da economia brasileira, naturalmente todos aqueles fatores, sustentação da demanda, todos aqueles impulsos que estão aí que ainda não tiveram seu efeito sentido pela economia brasileira, tudo isso militando num sentido de aceleração, mercado. Não é o Banco Central que está dizendo, nesse gráfico, mas o mercado está esperando uma evolução mais forte da economia brasileira ao longo dos próximos trimestres.

Em relação à inflação, depois daquele pico do terceiro trimestre do ano passado, eu trouxe aqui para V. Ex^{as} os Indicadores de Preço ao Consumidor. Então IPCA-15, IPCA e INPC, IPC da Fipe e o IPC da Fundação Getúlio Vargas. O que vemos é uma dinâmica parecida, alguns um pouco na frente. O IPC da Fipe, por exemplo, já foi abaixo inclusive do 4,5% que é a nossa meta da inflação, mas não para o IPC da Fipe, para o IPCA. O IPCA atingiu o nível de 4,99%, na última leitura do mês de maio, acumulado em doze meses.

Então, tivemos oportunidade de, em várias ocasiões ao longo de 2011, discutir nesta Comissão, onde apontávamos para um recuo da inflação acumulada dois meses, a partir de outubro de 2011. E é o que vem ocorrendo desde então.

Se olharmos desde o pico, 7,33, IPCA, 4,99, é uma queda de 2,34, 2,35 pontos de porcentagem nesse período de tempo, ou seja, um recuo importante, que tem ajudado, entre outras coisas, a preservar a renda real do trabalhador e dar sustentação para a economia brasileira ao longo do período nos próximos meses.

Em relação ao preço de serviço, algo que nós sempre debatemos nesta Comissão, serviços evoluem com um acumulado doze meses, porém elevado, está na faixa de 7,59%, como está demonstrado no gráfico. O IPCA sem serviços estaria na faixa de 3,85%. Serviços em geral crescem acima da inflação cheia em qualquer economia. No caso do Brasil, nos últimos tempos, tem sido um pouco mais intenso esse processo, particularmente pelo fato de que nós incluímos 40 milhões de brasileiros da classe média, essa classe média que emergiu, que demanda produtos e serviços. Serviços como não comercializáveis sofrem um impacto maior desse aumento, dessa pressão de demanda.

Mas o que vemos ali na ponta é que mesmo serviços já começam a recuar, a inflação. O que nós vínhamos dizendo que isso ocorreria e temos visto no recuo da inflação dos serviços nos dados mais recentes.

O núcleo da inflação, ou seja, retirando os dados mais voláteis da inflação, olhando para aquilo que seria mais estável nos preços, também mostra essa mesma trajetória, ou seja, depois do pico do terceiro trimestre, a inflação recuando nessa medida, que é mais estável, continua nesse processo de recuo para níveis mais próximos da meta de inflação de 4,6%.

Em relação aos dados de projeção da inflação extraídos dos instrumentos de mercado, que nós vimos a inflação implícita no título do Tesouro brasileiro, chamado de NTN-B, que paga basicamente a correção da inflação mais um juro real, quando comparado com um título de prazo equivalente para juro nominal, conseguimos extrair a expectativa de inflação embutida nos instrumentos financeiros. E o que demonstra

na linha azul, por exemplo, há uma convergência já. A inflação implícita na NTN-B está abaixo de 4,5%, ou seja, demonstrando que o mercado está acreditando na convergência da inflação 2012. Para 2013, há um recuo, mas ainda está em níveis mais elevados do que o centro da meta de inflação.

Expectativas de mercado. Nós também vimos nessa linha azul um recuo da expectativa de mercado medida pelo Focus, uma pesquisa que o Banco Central faz junto a analistas de mercado. Vemos na linha azul, depois de um pico de 5,6% para inflação de 2012, ela já recua para em torno de 5,03% na última leitura que temos da segunda-feira. Linha vermelha – houve uma correção para cima. O mercado espera em torno de 5,60% a inflação de 2013. Nós esperamos, o Banco Central, que esse processo seja revisto ao longo dos próximos meses com os resultados da inflação.

Bem, essa é a trajetória da inflação medida pelo IPCA. Na linha verde, a nossa projeção, a projeção do Banco Central, o relatório de inflação é de março, como mencionei. Agora, no final deste mês, vamos atualizar essas projeções e teremos um novo gráfico de projeção do Banco Central para a inflação à frente.

Só para ilustrar, com a inflação menor, esses ganhos de uma inflação menor são refletidos no rendimento real do trabalhador. Se pegarmos o rendimento nominal dos trabalhadores, os senhores e as senhoras podem ver que essas barras somam 100%. Então, vemos, no começo dessa série, em setembro e outubro, que a inflação estava muito alta ainda, voltando. Quer dizer, o ganho nominal em setembro era exatamente igual à inflação naquele período. Então, houve depois, em outubro, um ganho nominal abaixo da inflação; ou seja, um rendimento real negativo, e, a partir do recuo da inflação, nesse processo de composição do ganho nominal, nós temos uma parte importante, que é essa parte azul: o rendimento real do trabalhador, mais um reflexo. A redução da inflação é positivo não só porque é nosso objetivo, mas é bom para a renda e, consequentemente, para a demanda futura do trabalhador.

Para fechar, então, resumindo aquele sumário que fiz na primeira lâmina, em que apresentamos sólidos fundamentos macroeconômicos no Brasil, temos uma política fiscal responsável, que tem apresentado resultados. A política monetária vem trazendo a inflação para o seu objetivo, conseguindo fazê-lo cada vez com menos. Os juros reais têm caído na economia neste momento. O sistema financeiro nacional apresenta elevados níveis de capital, de liquidez, é bem provisionado. Isso não só comparando com a nossa história, mas comparando com outras jurisdições, como vimos os dados do fundo monetário.

A expansão de crédito na nossa visão segue, nos próximos trimestres, sob condições mais favoráveis, ou seja de taxas, *spread* e de inadimplência ao longo deste ano. A atividade se acelera, o ritmo de atividade econômica no País se acelera ao longo do ano de 2012, entrando já em 2013, e a nossa inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor, o IPCA, nossa meta continua em processo de convergência em direção à meta de inflação de 4,5%.

Então, esse é o quadro que eu queria trazer a V. Ex^{as}. Enfim, estou à disposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Cumprimento mais uma vez o Ministro Alexandre Tombini pela exposição objetiva, sempre competente.

Eu queria só fazer um registro aqui, Senador Dornelles: ao longo aqui da exposição do Ministro Tombini, eu fui surpreendido. Estávamos no ar. A Comissão de Assuntos Econômicos, como sempre, acontece todas as terças-feiras. A Comissão de Assuntos Econômicos funciona a partir das 10 horas da manhã. A Comissão de Assuntos Econômicos tratando de um assunto extremamente relevante, que é a economia brasileira e o futuro do País, e fomos retirados do ar, para que voltasse a CPI, por uma pressão do Presidente Vital do Rêgo e, aparentemente, através de vários apelos de parlamentares que são membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Primeiro, muito curiosa essa imposição, porque, na verdade, aparentemente, o importante não é investigar; o importante é aparecer na televisão. E nós aqui discutindo um assunto vital para o País! E uma comissão que, além dessas discussões que o Ministro Tombini trouxe, tem de discutir dívida de Estado, correção de dívida, percentual de receita líquida a ser recolhido, temas absolutamente importantes do sistema financeiro, a questão do *e-commerce*, que nós debatemos aqui, que tem desdobramentos; o Confaz. E simplesmente porque alguns entendem que é importante transmitir a CPI, a Comissão de Assuntos Econômicos sai do ar por determinação do Senador Cícero Lucena, 1º Secretário, e prontamente atendido pelo Sr. Fernando Cesar Mesquita. Prontamente atendido.

Eu só queria registrar o seguinte: o horário de funcionamento da Comissão de Assuntos Econômicos está aqui no Regimento Interno. E tem aqui no art. 107 uma observação bastante relevante, no item k, inciso III: “as comissões parlamentares de inquérito reunir-se-ão em horário diverso do estabelecido para o funcionamento das Comissões Permanentes.”

Eu fui presidente de comissão parlamentar de inquérito, e nós funcionávamos à tarde, todos os dias praticamente, terças, quartas e quintas. Quando co-

meçava a sessão ordinária do Senado, nós suspendíamos. Portanto, se o Senador Vital do Rêgo e o Senador Lucena porventura não sabem, com base no Regimento Interno, qualquer pessoa investigada pode anular, inclusive, o que foi feito ou o que está sendo feito e produzido, sob o ponto de vista de provas, sob o ponto de vista de depoimentos e correlatos.

Portanto, quero deixar registrado aqui, lamentavelmente num ano fundamental, por tudo que o Ministro Tombini aqui disse, a crise internacional, a nossa preocupação em fazer o Brasil crescer, o Governo utilizando de todos os instrumentos possíveis e cabíveis para garantir esse crescimento, para gerar emprego e para desenvolver: nós estamos transformando o Senado Federal numa delegacia de polícia. Lamentavelmente. E falo isso com a autoridade de quem ficou 11 meses sentado na presidência de uma CPI. Mas, ao longo dos 11 meses, nós respeitamos o funcionamento do Senado Federal. Portanto, eu não poderia deixar de registrar a forma arbitrária, truculenta com que o Senador Lucena mandou retirar a Comissão de Assuntos Econômicos do ar, mais uma vez prontamente atendido pelo Sr. Fernando Cesar Mesquita.

Quero registrar aqui e alertar ao Presidente da CPI e ao Relator da CPI que olhem bem para o Regimento Interno do Senado, para que depois aquilo tudo que for levantado não acabe sendo anulado exatamente porque as regras que estão sendo seguidas batem de frente com o Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Dalcídio Amaral, Ministro Alexandre Tombini, demais diretores do Banco Central, eu queria apenas me solidarizar com essa manifestação e dizer que V. Ex^a tem autoridade para invocar o Regimento Interno e contestar a decisão tomada pela Mesa. Eu queria apenas resguardar a posição do Fernando Cesar Mesquita, não por questão corporativa por ser jornalista como eu, mas porque ele está obedecendo a uma ordem. A Mesa tem autoridade para determinar o comportamento, a transmissão da TV Senado. Mas penso que V. Ex^a poderia invocar o Regimento, com as alegações que apresentou agora, publicamente, a respeito desse tema que estamos tratando.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero trazer a V. Ex^a meu integral apoio e fazer das suas palavras minhas palavras também. Mais uma vez, como sempre ocorre, quero reiterar a V. Ex^a

meu integral apoio pela decisão, pelas palavras que acabou de proferir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só queria fazer um registro, Senador Dornelles: pelo menos até hoje, minha vida como Parlamentar foi sempre de um parlamentar equilibrado, que dialoga. Eu não aceito é truculência. Isso poderia ser muito bem discutido com serenidade, com consulta, antes de tomar qualquer atitude nesse sentido. Foi lamentável, esta Comissão tendo aqui a Diretoria do Banco Central presente, discutindo um tema fundamental e, acima de tudo, dentro do que a regra determina, dentro do que o Regimento determina.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Ministro Alexandre Tombini, cumprimentos pela sua exposição, como sempre não só completa, mas também muito didática a respeito da economia brasileira e da área da política financeira do País.

Recentemente, a Presidente Dilma Rousseff, em gesto muito decidido, determinou aos bancos privados redução da taxa de juros. Os bancos públicos já vinham, de certa forma, fazendo esse trabalho. Quero saber, diante dessa iniciativa presidencial inédita no Brasil, se o Banco Central deixou de ser um banco independente.

A outra questão para o senhor é a seguinte: acerca da redução das taxas de juros, nas reuniões do Comitê de Política Monetária, não mexeram até agora com os níveis dos juros praticados para o financiamento da agropecuária, da agricultura. O Governo está, neste momento, preparando o Plano Safra 2012-2013. Quero saber se V. Exª pode antecipar alguma informação a respeito disso, ou seja, se o Banco Central está envolvido nessa matéria.

Outra pergunta: o Ministro Guido Mantega falava muito da guerra cambial. Quero perguntar ao senhor se acabou a guerra cambial, porque, pelo menos, o tema saiu da pauta. A notícia que a imprensa hoje traz, com o mesmo destaque que deu à questão da intervenção que do Banco Central no Banco Pan-americano – passado não muito distante –, mostra as chamadas inconsistências contábeis, que, para mim, parece eufemismo para definir fraude e crime financeiro, entrando no rol dos crimes do colarinho branco. Por que o Banco Central deixa chegar a uma situação dessas? A fiscalização está tendo algum problema de auditoria, está tendo algum despreparo tecnológico para apurar as tais inconsistências contábeis? Nos últimos meses, foram seis intervenções do Banco Central em instituições pequenas e médias. O que está acontecendo? O Banco está se preparando para, digamos, habilitar

melhor ou instrumentalizar melhor a área de auditoria e fiscalização?

Quero também saber do senhor o seguinte: o Brasil tem hoje um grupo grande de bancos espanhóis com forte presença no mercado brasileiro e, como se sabe, a Europa está enfrentando problemas sérios na área financeira também. Qual é a forma de relacionamento das sucursais ou das agências brasileiras dos bancos espanhóis no Brasil com as suas matrizes? Como o Banco Central acompanha esse relacionamento? Como isso tem sido feito? O que o senhor diz, como autoridade monetária, aos clientes que operam com essas instituições.

Por fim, está havendo uma renegociação das dívidas da União com os Estados. Que reflexos isso poderá trazer, primeiro, para a saúde financeira das economias regionais e também para a própria estrutura financeira do Governo que, pela primeira vez, admite fazer uma renegociação dessas dívidas que todos dizem que são impagáveis?

Muito obrigada, caro Ministro.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o laborioso Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, meu querido Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, demais convidados, um dos principais problemas atuais é a crise europeia. Sabemos das incertezas quanto à sua duração, intensidade e consequência sobre a economia global e sobre a economia brasileira. No relatório de inflação de março, o Copom atribuiu baixa probabilidade de haver eventos bancários extremos, contando, em grande parte, com a injeção de liquidez oferecida pelo Banco Central europeu. O senhor poderia especificar melhor quais eventos bancários seriam considerados como extremos pelo Copom? Por exemplo, a queda de um único grande banco, como o Lehman Brothers, já seria suficiente para ser considerado como um evento extremo? Como o senhor acha que evoluiu a probabilidade desses eventos extremos desde o último relatório de inflação, em especial, diante do recente pedido de ajuda da Espanha para saneamento do seu sistema bancário? Em caso de quebra de bancos europeus, há alguma forma de proteger suas filiais no Brasil? O Banco Central estaria disposto a oferecer algum tipo de benefício a bancos brasileiros que adquirissem filiais de bancos europeus?

Segundo, apesar da recente queda da inflação, o relatório Focus prevê inflação de 5% para este ano e de 5,6% para 2013. O próprio Copom projeta inflação acima da meta para o ano que vem. Simultaneamente,

se se concretizarem as projeções do relatório Focus, 2012 será, novamente, um ano de crescimento pequeno, em torno de 2,5%. Para o FMI, com dados referentes a abril deste ano, o Brasil deverá crescer 3% este ano, abaixo da média dos países emergentes (5,7%) e de nossos vizinhos latino-americanos (3,7%). Não chega a ser uma estagnação, mas estaríamos caminhando para uma situação de resultados macroeconômicos inferiores, tanto no que diz respeito à inflação quanto ao crescimento.

Terceiro, os bancos reduziram os juros com o forte apelo do Governo e da sociedade. Aliás, desde a sua época, o nosso querido Vice-Presidente José Alencar já vinha pedindo insistentemente a queda dos juros. E, agora, a Presidente Dilma encontrou, junto com os organismos financeiros, essa forma de redução das taxas de juros, o que é muito bom para o crescimento do País. Contudo, os bancos, como sempre não querendo perder, Sr. Presidente, encontraram um mecanismo de diminuir esse prejuízo, aumentando enormemente as taxas de serviços. Eu pergunto se há condições também de o Banco Central impor aos bancos a redução dessas taxas de serviços tal como se fez com a redução das taxas de juros.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro Alexandre Tombini, parabéns por tudo: pela sua brilhante exposição...

(Interrupção do som.)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – (...) conduzindo a Presidência do Banco Central.

Presidente, o jornal *Valor* de hoje traz uma matéria que diz o seguinte:

“Sistema bancário tem gap de R\$200 bilhões para Basileia 3.

Cerca de 40% do patrimônio de referência (PR, o capital mínimo exigido para fazer frente aos ativos) do sistema bancário brasileiro está fora dos padrões de qualidade que serão exigidos pelo Banco Central a partir de 2013, em decorrência do novo acordo internacional de capital mínimo, o chamado Basileia 3.

(...)

Do total de R\$200 bilhões “desenquadrados”, mais de R\$90 bilhões têm relação com os créditos tributários das instituições, embora esses não componham o patrimônio de referência”.

Como V. Ex^a vê, examina e analisa essa reportagem feita pelo *Valor Econômico*?

Sr. Presidente, V. Ex^a fez um retrato muito positivo das contas externas do País. Entretanto, algumas indicações mais recentes mostram um superávit comercial menor, em consequência um maior déficit em conta corrente, mostra uma menor entrada de capital financeiro, mostra uma menor entrada de capital de investimento direto, uma maior remessa para o exterior, e essas previsões já estão se refletindo na taxa de câmbio.

Como é que, diante desse retrato das contas externas que V. Ex^a mostrou hoje, isso vai ser administrado? V. Ex^a não vê que esses dados novos que estão aparecendo podem mudar o retrato que V. Ex^a apresentou hoje?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra o último orador inscrito, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, Sr. Presidente, nessa que virou a República midiática, quero prestar a minha solidariedade a V. Ex^a e a esta Comissão pelos fatos que V. Ex^a acabou de narrar.

Dr. Tombini, a grande encruzilhada deste País é alcançar o nível de competitividade mundial. E nós sabemos que há um elenco de óbices ao atingimento dessa competitividade: a carga fiscal, que já está acima de 37% do PIB; embora declinantes os juros e melhor comportado o câmbio, são apontados, dentre outros, como elementos impeditivos dessa capacidade competitiva do País. Agrega-se a isso os baixos investimentos em educação, inovação e infraestrutura.

Recentemente, li uma matéria mostrando que quem mais investe no País em inovação são os Estados, mais do que a União, também são os grandes agentes potencializadores dos investimentos em infraestrutura e educação, sobretudo em educação básica.

Os Estados e os Municípios estão sofrendo com os índices de endividamento, com o nível de encargos que são estabelecidos sobre a dívida consolidada. Eu não tenho dúvida de que é fundamental, é urgente, é para ontem, essa renegociação com os Estados, mas acredito que isso, por si só, não vai aumentar-lhe o nível de investimentos.

Por isso, tenho uma proposta, Sr. Presidente, Srs. Diretores do Banco Central, uma proposta de convocar 30% do pagamento da dívida, desse pagamento mensal, em investimento pelos Estados, direto. Seria um PAC sem burocracia. Um programa de aceleração do crescimento sem esse passeio de dinheiro, sem as audiências que os prefeitos vivem fazendo aqui em

Brasília, que os governadores vivem realizando nos gabinetes oficiais na capital Federal.

Trinta por cento os Estados aplicariam em investimentos, em infraestrutura e inovação, em educação, em saúde, em um programa combinado com o Governo Federal. Não poderia ser um programa aleatório. Deveria ser um programa em que Estados e o Governo Federal combinassem no que seriam investidos esses 30% dos encargos da dívida.

Então, a pergunta que faço a V. Ex^a é: como o senhor encara uma solução como essa a esse assunto tão fundamental, tão urgente, tão emergente que é a dívida dos Estados?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Moka. Antes, agradeço ao Senador Luiz Henrique.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, como membro da Mesa Diretora, eu vou recolher o protesto de V. Ex^a e, na primeira reunião que houver da Mesa Diretora, colocarei o assunto na pauta.

Acho que é importante que haja não só no Regimento Interno, mas também uma norma – se é que já não existe – que discipline os horários da transmissão das comissões.

Acho que V. Ex^a tem toda a razão. Como membro da Mesa, também preciso verificar o que, de fato, está acontecendo, se houve ou não uma interferência do 1º Secretário. V. Ex^a já relatou isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Houve interferência, sim. Eu liguei para o Sr. Fernando Cesar Mesquita e ele me disse que foi determinado pelo 1º Secretário. Ele podia, perfeitamente, consultar-nos, conversar, dialogar, porque esta é a Casa do diálogo. Agora, eu não aceito arbitrariedade, truculência e que queimem o Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós vamos levar o assunto, mas, evidentemente, como membro da Comissão, eu me solidarizo, embora também tenha a atribuição de membro...

Mas queria, rapidamente... Primeiro, Ministro Alexandre Tombini, que a exposição – e não estou querendo comparar nada – feita por V. Ex^a foi uma exposição para um leigo, um médico lá do interior do Mato Grosso do Sul... Acho extremamente compreensível do ponto de vista de quem acompanha realmente. Então quero parabenizá-lo pela forma sintética, didática. Acho importante registrar isso, até porque normalmente essas exposições, as pessoas que não têm um envolvimento ou não acompanham o assunto têm uma dificuldade para entender.

Eu queria me somar ao questionamento da Senadora Ana Amélia, não um questionamento, mas a uma pergunta no sentido de que a questão, por exemplo, do crédito ao setor rural. E nós, no meu caso, sentimos, por exemplo, as cidades, Presidente, onde predomina a agricultura têm uma economia muito mais avançada. E se tem uma coisa cujo retorno é rápido é investimento ou crédito em agricultura. É rápido. Você investe numa boa safra ou o investimento mesmo em máquinas.

Nós estamos ainda com juros – é claro que não é V. Ex^a quem determina isso – de 6,75%, da época em que a taxa Selic era de 13%. A taxa Selic diminuiu, e esses juros do crédito rural continuam estagnados em 6,75%. Eu me somo à argumentação.

Pedi ao Presidente Delcídio... Hoje a *Folha de S. Paulo* traz uma matéria que me chamou a atenção: que o Banco Central, dois anos atrás, havia já questionado, dizendo que o banco Cruzeiro do Sul era uma lavanderia. E é claro que isso é um artigo. A *Folha* é, sem dúvida nenhuma, uma mídia de enorme credibilidade e penso que certamente – não me aprofundei no assunto – deve haver alguma consistência.

Queria indagar do Presidente se realmente existiu essa auditoria ou se houve essa denúncia e por que isso não foi... Está vindo à tona somente agora. Quando se decretou a intervenção? Por que isso não foi... Na época, se havia essa desconfiança, por que o Banco Central não fez essa intervenção quando fez essa afirmação, se é que fez?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini para responder aos cinco oradores inscritos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Pela ordem das perguntas, começando com os questionamentos da Senadora Ana Amélia, registrei aqui cinco ou seis questionamentos, o primeiro deles em relação ao processo de redução dos *spreads*, processo que vem ocorrendo com mais força recentemente. E indaga a Senadora sobre a autonomia e independência do Banco Central.

Em relação a esse processo, nós já dissemos, entre outras coisas, o seguinte: para o Banco Central, como regulador do sistema, nós não entramos em decisão de políticas de regulados em particular, mesmo de instituições públicas. Nós somos regulador, mas não entramos nessas definições. O controlador deve entrar, pode entrar, enfim. Mas, em relação ao processo, o que nós temos dito é que o sistema, e não é só o Banco Central do Brasil, acho que toda reforma regulatória do pós-crise 2007/2008 tem pautado as mudanças no sentido de tornar a regulação prudencial, essa regulação que cobra capital, liquidez, provisões menos pró-

-cíclica, ou seja, não reduzir... Quando a economia vem crescendo muito, os riscos aparentemente se reduzem, o desemprego está baixo, a economia vem gerando postos de trabalho, então o nível de risco naquele momento se reduz. As instituições tendem a emprestar mais, tendem a se alavancar em um período em que a economia está mais forte.

Então, a regulação prudencial idealmente deveria “desincentivar” a tomada de risco na fase boa do ciclo econômico e também “desincentivar” um comportamento muito defensivo na fase menos favorável do ciclo quando a economia começa a se recuperar. Quer dizer, o Banco Central reduz as taxas de juros desde o final de agosto em 400 pontos, então é natural que as taxas do tomador final também se reduzam, até possivelmente mais que proporcionalmente, em função da redução nos *spreads*. O que não deve ocorrer nesse momento em que a economia está começando seu processo de recuperação de forma lenta é as instituições aumentarem os seus *spreads*, ou seja, se tornarem mais defensivas do que o recomendado na concessão. Então este é o mote da reforma internacional da regulação: tornar a regulação prudencial mais neutra ao longo do ciclo. Então essa é a nossa defesa, eu disse que havia espaço para reduzir os *spreads* e esse processo eu acho que está ocorrendo; está no começo, mas está ocorrendo.

(Interrupção do som.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI —...posto da agricultura, nós discutimos com o Governo a respeito das matérias que passam pelo Conselho Monetário Nacional e há, de certa forma, uma preocupação em sempre assegurar recursos suficientes para a agricultura brasileira, financiar safra, enfim, depois a comercialização. Nós estamos participando, não há nada que eu possa adiantar no momento, mas, respondendo parte da sua pergunta, sim, o Banco Central se envolve como membro do Conselho Monetário Nacional nessas discussões importantes.

Em relação à questão das inconsistências contábeis, inclusive hoje há uma entrevista do próprio diretor de fiscalização do Banco Central num jornal de circulação nacional, retratando a evolução da fiscalização do Banco Central, tocando inclusive nesse recente episódio da instituição banco Cruzeiro do Sul, que V. Ex^a mencionou na sua indagação.

Queria aproveitar este momento para fazer alguns comentários rápidos em relação ao conjunto de bancos pequenos e médios porque é importante que a gente tenha isso presente. Em primeiro lugar, são cerca de 128 instituições classificadas pelo Banco Central como bancos pequenos e médios no sistema financeiro na-

cional. Então é um conjunto relativamente grande de instituições. Eles representam 17% dos ativos totais do sistema financeiro nacional. Em relação a carteira de crédito, em torno de 13,4% do crédito total; em relação aos depósitos totais do sistema, cerca de 15%. Então é uma fatia relevante. Atuam em geral em nichos específicos, têm um pendor maior para financiamento da pequena e média empresa, grande empregadores em qualquer país e certamente não é diferente no Brasil, têm alguns nichos de especialização na pessoa física, consignado etc.

Eles têm apresentado um nível de capital satisfatório, o índice de Basileia deles, nós vimos na média do sistema, o dado mais recente do Banco Central é de 16%, de capital em relação aos ativos ponderados pelo risco no sistema como um todo. No sistema, os bancos pequeno e médios, 128, têm uma Basileia em torno de 17%, ou seja, um ponto percentual superior à média do sistema. Têm liquidez e provisionamento satisfatórios. Então, nós estamos tratando de questões particulares, circunscritas dentro desse conjunto amplo do sistema e tem feito bem à economia brasileira. Têm sido uma força competitiva no sistema financeiro nacional, participaram de forma ativa nesse crescimento do crédito em 2002, quando o crédito era 25% do PIB. Hoje, 50% do PIB. Então, nesse processo, esses bancos pequenos e médios participaram. O que estamos fazendo é que nossa fiscalização está atuando de forma intensa, intrusiva e certamente, como bem disse o Diretor Antero, o Banco Central não faz papel de avestruz: identificados os problemas, ele atua. Mas o sistema, em comparações internacionais, o que estamos vendo na evolução ao longo do tempo tem melhorado e nós estamos bem posicionados em relação ao mundo. Não vou nem falar das economias avançadas que sofreram todo esse problema do sistema financeiro, mas, enfim, em relação a um conjunto de países comparável ao País.

Em relação a sua preocupação com instituições espanholas, nós temos um grande Banco do Brasil, um dos principais participantes. No Brasil, o Banco Central, desde a Constituição de 1988, temos obrigado a presença, o Governo brasileiro só autoriza a presença de instituições estrangeiras no País se elas montarem no Brasil uma subsidiária integral. O que quer dizer isso? Não é uma sucursal, não é uma agência, é uma subsidiária integral, separada da matriz. Tem que ter requerimento de capital. Aqui, no País, tem que ter seus índices de liquidez atendidos a requerimento do Banco Central, aprovisionamento. Então, todo o enquadramento é feito aqui.

Naturalmente, tive discussões intensas após 2008, no Financial Stability Board de, que é um órgão re-

gulatório internacional, onde alguns países queriam, digamos, o padrão europeu de passaporte em geral, ou seja, aprovou num país, então está aprovado para os demais. Eles podem se distribuir em sucursais. Nós fomos frontalmente contra. Temos esse nosso procedimento. Inclusive nos opusemos à tese de montar subsidiárias integrais em países, de fragmentar o mercado internacional de capitais. Ao contrário, dizíamos que isso dá segurança, ou seja, um banco pode ter problema na Europa, mas a subsidiária integral está sob a supervisão, regulação, os índices. O que podemos fazer, devemos fazer e fizemos é discutir internacionalmente quais são esses parâmetros; quanto vamos requerer de capital; que tipo de instrumento de capital nós vamos aceitar; qual vai ser o padrão de liquidez novo após a crise. Isso nós negociamos internacionalmente, acordamos.

Agora, aplicação é nacional, porque, inclusive, a prestação de contas é com o Congresso brasileiro, com a CAE, e não com um órgão internacional. Então não podíamos nos afastar desse procedimento, como não nos afastamos. E esse é um procedimento totalmente sólido, que nos dá uma tranquilidade adicional de que a subsidiária integral no País atua com todos os seus limites, de acordo com o que nós exigimos de todas as instituições no País. Então, essa é um fator de tranquilidade. Naturalmente nós acompanhamos todos os desenvolvimentos, todos os bancos são acompanhados pelo Banco Central.

Em relação à renegociação das dívidas dos Estados, essa matéria foge à nossa atuação como Banco Central. Naturalmente que esse é um equilíbrio entre entes federativos, sai de um lado, vai para outro. Tem que ver o equilíbrio global como fica, mas realmente não é a minha área de especialização.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O senhor pulou a guerra cambial.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – É verdade, é terceira questão aqui.

Bom, a guerra cambial, esse termo cunhado em 2010, diz respeito a essa ampla liquidez que ainda existe nos mercados internacionais. O Banco Central sempre disse, desde janeiro de 2011, que nós tínhamos preocupação em dois níveis em relação aos fluxos de capitais.

Primeiro, uma parte deles não é permanente. Estamos vendo agora neste momento a saída desses fluxos. Então, do ponto de vista de estabilidade sistêmica, não falo só do sistema financeiro, mas das empresas também, quer dizer, se nós aceitássemos esses fluxos de peito aberto, achando que os fluxos seriam permanentes, num momento de reversão seja

porque a situação normalizou na econômica internacional, não é caso, seja porque a situação se agrava em determinados momentos, como é o caso mais recente, uma parte desses capitais sai. E nós vimos, em maio, por exemplo, um movimento de valorização internacional do dólar. Casualmente, o real andou em linha, desvalorizando-se em relação ao dólar, com a valorização do dólar em relação às demais moedas. Mas é um movimento que a gente já conhece, que ocorre em momentos de maior estresse.

Então, quanto mais entra em uma situação, um pouco do contracíclico que mencionava da regulação prudencial. Essa não deixa de ser uma regulação prudencial. Alguns a chamam de controle de capitais; alguns, disso ou daquilo. Mas, do ponto de vista do Banco Central, é uma regulação prudencial. Chamem-no de marco prudencial, chamem-no do que chamar, mas o fato é o seguinte: na hora em que está entrando, tem quem botar areia na engrenagem porque uma parte desse recurso sai depois, e sai causando estragos muitas vezes, como nós vimos lá em 2008, quando as empresas acabaram se alavancando achando que era só para um lado que ia e câmbio flutuante flutua para os dois lados. Então nós temos essa preocupação de estabilidade.

Outra preocupação é quando entra muito recurso. Por mais que nós acumulemos reserva, esterilizemos o impacto monetário dessa compra de reserva sempre sobre dinheiro em cima da mesa, o crédito cresce numa velocidade mais forte do que se gostaria no momento e acaba gerando repercussões inflacionárias. Não foi diferente o fato de que entrou muito recurso em 2010 início de 2011 também, tornavam o nosso processo de reestabilizar a inflação no Brasil mais complicado porque eu subo o juros aqui e atraio mais capital, esse capital vai fazer crédito; crédito dá demanda e demanda dá pressão de preço. Então como é que você faz isso com... Tem que colocar um pouco das macropрудenciais para reduzir esse reflexo que foi chamado guerra cambial, que é essa liquidez internacional. Então essa foi a nossa visão do Banco Central em relação a esse tema importante.

Bem, em relação às questões do Senador Valdir Raupp, o Senador menciona a questão de um evento extremo, que nós colocamos nos nossos documentos anteriormente. É mais ou menos isto que V. Ex^a mencionou: quebra de uma instituição interconectada que repercute sobre os mercados como foi o caso do Lehman Brothers, que parou vários mercados na Europa, nos Estados Unidos, enfim, mercados derivativos, mercados alavancados e isso com repercussões transfronteiriças – no lado real da economia isso certamente o Banco Central lá atrás considerou se houvesse... Não

é nem tanto pelo tamanho, mas é pela interconexão também da instituição. Isso seria um evento extremo. Não é o que ocorreu ainda no momento, esperamos que não ocorra.

A probabilidade em relação a isso, quer dizer, nós dissemos que foi reduzido em março, acho que na apresentação procurei também mostrar, por um lado tem as operações de liquidez do Banco Central europeu, as LTROs, quer dizer, as linhas de refinanciamento de três anos, isso deu uma liquidez, deu uma acalmada no final do ano passado e início deste ano. E, a partir de agora, com a volta, a recidiva das questões na Grécia e Espanha, houve esse anúncio no final de semana de uma extensão de recursos até o limite €100 milhões. Sem dúvida, é um bloco importante nessa construção para retomar a estabilidade e reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos extremos. Acho que nós estamos neste ponto: no momento, o nosso cenário básico para economia internacional permanece o mesmo – baixo crescimento, muita liquidez, volatilidade nos mercados, mas, enfim, evento extremo não é possível prever, certamente com essas medidas. Creio que nós estamos ainda no mesmo ponto que estávamos lá em março de redução da probabilidade de ocorrência.

Em relação ao Focus, enfim, nós, no final do mês, vamos soltar a nossa projeção de crescimento, V. Ex^a menciona crescimento de 2,5. Nós estamos trabalhando com todas as informações disponíveis até o final, até o momento de consolidar o nosso relatório de inflação e, no final do mês, nós vamos divulgar o nosso crescimento. Em relação à inflação, nós estamos no momento com a visão de maior convergência da inflação este ano; certamente o ano que vem não deixaremos ela escapar para os níveis mais elevados que V. Ex^a menciona com base nas pesquisas do Focus.

Bom, creio que a questão das filiais, que V. Ex^a mencionou, dos bancos, bancos espanhóis, eu já respondi à Senadora Ana Amélia. Acho que a essência da resposta é a seguinte: nós não permitimos, desde 88 no Brasil, o Banco Central, a própria Constituição, na participação estrangeira só com subsidiária integral, com capital, liquidez. Inclusive tem restrições aqui: a Circular 24 tem *status* de resolução do Conselho Monetário, é uma circular antiga da década de 70, nunca foi mexida, que proíbe, veda a captação de recursos no País para emprestar lá fora. Então é mais uma trava, mas acho que o principal sem dúvida é a questão de formação das subsidiárias integral aqui no sistema.

Em relação à redução do *spread*, esse processo está ocorrendo, está no início; V. Ex^a aludiu a eventuais compensações com receita de tarifas. O que posso dizer, com relação às tarifas, é que fizemos uma grande reforma no quadro das tarifas bancárias, há

três ou quatro anos, com a participação do Congresso também, da Comissão de Defesa do Consumidor, com o Ministério Público, com o Ministério da Justiça, e enquadramos esse segmento com a padronização da nomenclatura, com uma redução do número de tarifas. Então, hoje, qualquer cidadão pode comparar tarifas. Elas têm a mesma nomenclatura. Sabe-se o que se está pagando, seja num banco mais popular, seja num banco mais, digamos assim, sofisticado. Aquela mesma linha tarifária vale para as duas instituições.

Havia um quadro que não era possível comparar. Muitos se reclamava do aumento de tarifa, mas havia uma “reespecificação” do que estava por trás daquela tarifa. Hoje em dia, não é possível isso. Hoje em dia, a comparação é total. Os órgãos de defesa dos clientes, dos consumidores devem monitorar isso, e o consumidor bancário, o cliente bancário deve fazer a escolha, porque hoje temos um padrão de transparência, inclusive com divulgação de todos esses dados na página do Banco Central – mas não só no Banco Central –, para permitir que os clientes façam as melhores escolhas e uma certa estabilidade também. Quer dizer, não se pode ficar mudando a tarifa. Para baixo, pode-se, mas, para cima, só de seis em seis meses. Então, há uma estabilidade, dá para comparar.

Temos outro quadro. É isso que gostaria de falar em relação a seu questionamento, Senador Valdir Raupp.

Em relação às questões do Senador Francisco Dornelles...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Ministro...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Pois não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pediria se V. Ex^a poderia adicionar às questões que coloquei que os Estados Unidos estão propondo ou exigindo que o Brasil assine um acordo que eles chamam de troca de informações e que agride completamente o ordenamento jurídico do País.

De outro lado, eles dizem o seguinte: “Se essa proposta não for assinada, vamos colocar restrições fiscais de tal forma, que os bancos brasileiros ficariam quase impedidos de atuar nos Estados Unidos”.

Como V. Ex^a vê, esse acordo proposto pelos Estados Unidos, essa exigência que está sendo feita aos bancos brasileiros de que ou se agride o ordenamento jurídico do Brasil ou não se pode simplesmente operar nos Estados Unidos?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito bem. Senador Dornelles, a primeira questão diz respeito à matéria ou à reportagem de hoje, no *Valor Econômico*, em relação à eventual *gap* de capital decorrente da adoção de Basileia 3 no País.

Uma parte relevante desses recursos que foram mencionados na reportagem, salvo melhor juízo, diz respeito à chamada utilização dos instrumentos híbridos de capital. Há a questão dos créditos tributários, a que V. Ex^a se referiu; há a questão dos instrumentos híbridos. O que temos, em relação a esse aspecto, é que esses instrumentos são em geral emitidos com um prazo de cinco ou dez anos. Nós temos aí uma transição que vai correr para os próximos dez anos, na utilização de vários desses instrumentos. Já se tem uma preservação na transição. A maior parte dos que estão aí no mercado terão cursado já, nesse período de transição. Estamos falando daqueles 200, 150, mais ou menos, desse tipo de instrumento.

E esses instrumentos, só para se ter uma ideia em relação ao sistema financeiro nacional, em ordem de grandeza, geram em torno de 50 bilhões por ano de resultado no sistema. Quer dizer, esse é o lucro no prazo de um ano. Mas, se pensarmos em termos de capital, de retenção eventual de lucros, nós temos um período de transição, uma folga para atender às novas exigências, que valerão a partir de decorrido um período. Então, nós vemos o Brasil bem posicionado, para atender a todas as exigências de Basileia 3. Também estamos monitorando os demais países, como eles estão implementando seu processo de Basileia, mas, pela própria geração de resultados, pelo próprio prazo de transição, o Brasil está bem posicionado em relação à adoção de Basileia 3 no País.

Sobre as contas externas, o que temos visto para o ano é uma cobertura do nosso déficit nas ações correntes projetadas em grande medida por investimentos estrangeiros diretos, quer dizer, hoje, pelas projeções, tem uma diferença, mas esta é coberta por outras fontes mais de longo prazo, captações de mais longo prazo, então, temos uma situação confortável de balanço de pagamento olhando desde agora. Na eventualidade de um agravamento da crise financeira internacional, naturalmente, teríamos que ver o quadro internacional. Não é o caso deste momento. Neste momento, o que temos é que a economia internacional cresce pouco, mas há um amplo volume de liquidez internacional, mas o quadro para o Banco Central, no momento, é de um balanço de pagamento financiável com tranquilidade.

Em relação a esse último ponto importantíssimo que V. Ex^a coloca, naturalmente isso é uma decisão do Congresso norte-americano, creio que as implicações, não só para o Brasil, mas para outras jurisdições, podem ser importantes, é algo que devemos, como País, olhar no detalhe, naturalmente, o Banco Central tem examinado essa questão, do ponto de vista de um dado da realidade de uma outra jurisdição impondo restrições, mas que tem, como V. Ex^a menciona, potenciais

impactos transfronteiriços. Mas é algo que podemos, talvez devamos aprofundar, não só no nível da autoridade regulatória, mas, certamente, em nível de País.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Fora do microfone.)*

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não, não diria, essa é uma questão complexa; tem que se avaliar o impacto dessa medida sobre as instituições financeiras, enfim, sobre outros segmentos da economia brasileira. Acho que, no momento, devemos aprofundar esse processo.

Bem, dando continuidade aos questionamentos, tem aqui registro do Senador Luiz Henrique, em relação à questão de reativar, ou, enfim, fortalecer o investimento, papel dos Estados nesse processo. Eu não poderia discordar de V. Ex^a, é sempre importante a articulação entre os níveis de Governo em relação a vários aspectos da economia nacional, mas, sobretudo, a questão do investimento. Creio que isso está totalmente presente na visão da nossa Presidente.

Em relação a sua proposta específica, enfim, como já me referi anteriormente, não é a nossa área de conhecimento, nem está nas responsabilidades do Banco Central esse aspecto, mas, naturalmente, isso aqui é um conjunto de entes, por um lado, a União, os Estados, os Municípios, e retirar de um lado pode ter implicações para os demais. Temos que olhar o equilíbrio, mas, naturalmente, não há lugar melhor para essa discussão do que o Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos. Certamente, do nosso ponto de vista, o que olhamos, o Banco Central, é a situação global, o impacto dessa situação global na solvência do setor público consolidado os três níveis, por um lado, e, por outro lado também, o impacto dessas políticas sobre a demanda, porque isso afeta a condução dos nossos trabalhos no Banco Central, mas, naturalmente, V. Ex^{as} e a parte fiscal e política do Governo melhor dirão sobre a viabilidade desse tipo de proposta. Creio que era essa a pergunta.

Então, passando às questões do Senador Moka, agradeço as palavras sobre a apresentação de hoje. Já mencionei à Senadora Ana Amélia que o Banco Central participa das discussões de crédito rural porque isso tem repercussões sobre o Conselho Monetário Nacional. Como membro do Conselho Monetário Nacional, estamos envolvidos nas discussões financeiras relativas à agricultura. A visão, a ideia é trabalhar para ter os recursos suficientes para a agricultura brasileira que tem um impacto importante sobre a economia, como todos sabemos.

Em relação à reportagem da *Folha de S. Paulo*, no próprio processo de trabalho da fiscalização, no cotidiano sempre deparamos com situações; essas

situações são aprofundadas. Eventualmente, dependendo da natureza da situação, essas situações são relatadas para outros órgãos, são denunciadas, por exemplo, ao Ministério Público Federal. Então há uma série de ações. Esse é o nosso cotidiano. Instituições que estão funcionando, que continuam funcionando, podem inclusive tropeçar e podem gerar situações de descumprimento de normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central. Sempre que detectadas nós atuamos e fazemos as denúncias em cada caso, quando for o caso. Isso faz parte do nosso processo cotidiano.

Então, não é porque nós entramos numa instituição que se geram repercussões, punições para os dirigentes. Pode haver, com instituições funcionando, naturalmente coisas do dia a dia da fiscalização, isso ocorre inclusive. Não é incomum que ocorram esses tipos de situações e que as consequências ocorram a partir de então.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, me permita.

Dr. Tombini, o Banco Central então denuncia, informa. Mas o Banco Central não tem autoridade para falar naquele momento que isso não pode acontecer? Desculpe se estou sendo inconveniente, muitas vezes se chega a uma conclusão de que é lavanderia e tem que acabar. Vocês têm essa autonomia? O Banco Central tem autonomia para falar que não vai acontecer mais e acabou?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – O Banco Central tem instrumentos, inclusive recentemente adicionamos um instrumento que é a Resolução 4019, que permite ao Banco Central entrar nas instituições, cobrar mais capital, cobrar mais controle, cobrar mais requerimento de liquidez. Enfim, fazer valer mudanças em práticas e certamente temos que identificar, temos que atuar, temos instrumentos para fazê-lo. Naturalmente que o Banco Central não se confunde com os órgãos de controle da própria instituição e com a gestão. Quer dizer, você tem aí 140 instituições atuando no mercado, cada uma com as suas complexidades. Dependendo da complexidade, você tem comitê de auditoria, controles internos, auditor externo, toda uma estrutura de governança que tem que olhar esses elementos. Mas nós olhamos também e no momento que identificamos isso gera consequências.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, se não tiver mais algum inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Cristovam está inscrito. Depois passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Wellington, se tiver alguma pressa?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nenhuma.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Tombini, eu queria fazer três questões. Duas têm a ver com a conjuntura, outra tem a ver com a estrutura.

A primeira, do ponto de vista conjuntural, é: se o fato de nós estarmos bem na foto no que se refere ao endividamento, essa boa imagem não é desfeita quando a gente analisa o serviço da nossa dívida. Embora sejamos um dos que têm menor percentagem de endividamento em relação ao PIB, somos um dos maiores no que se refere ao serviço da dívida, se não me engano.

A outra questão é uma coincidência que eu percebo quando vejo a projeção de taxa de crescimento para os quatro anos do atual Governo e comparo isso, Senador Delcídio, com a taxa de crescimento do governo anterior, do segundo mandato Lula. Estão previstos 4,7% para o Governo Dilma e foram 4,6% no Governo Lula. Eu fiquei me perguntando: será que é coincidência técnica esse décimo a mais ou não é uma intenção de, de fato, ter uma taxa de crescimento maior, no atual Governo, do que no Governo anterior. Eu pergunto se é uma coincidência, resultado de uma robustez nas análises.

A terceira é mais uma opinião, sinceramente, como economista e como, hoje, uma das figuras que, no mundo global, está presente nas grandes discussões. O senhor não acha, ou melhor, não vou dizer se o senhor acha ou não, o senhor acha que é equivocado dizermos que países como China, Brasil e Índia, nós somos países de uma tardia emergência?

Nós estamos emergindo, obviamente, do que antes se chamava subdesenvolvimento e subdesenvolvidos para um mundo rico, pelo nosso PIB. Do ponto de vista do PIB, nós somos emergentes, mas não está havendo um debate nas instâncias mais monetárias de que esse modelo de medir a riqueza com base, apenas, no produto está ficando superado daqui para frente e que nós estaríamos emergindo para um mundo que está desaparecendo como propósito?

A crise europeia, muitos já começam a falar que não será resolvida pela recuperação da taxa de crescimento e, sim, pela capacidade social de se adaptar a uma boa qualidade de vida mesmo com taxas baixas de crescimento. Alguns radicalizam, até, defendendo

o decrescimento do PIB como uma condição para o bem-estar. Eu acho uma radicalização, embora decrescimento não signifique de todos os produtos, seria de alguns, como indústria automobilística, os bens mais poluentes, aqueles que exigem grande concentração de renda.

As pessoas que começam a defender a ideia da emergência tardia têm analisado que nós tínhamos quatro vetores que, sinergicamente, se somavam e se ajudavam, que eram a democracia política, o crescimento econômico, a inovação técnica e o bem-estar social.

Isso funcionava bem, mas surgiram três novos elementos que parecem estar atrapalhando o casamento dos quatro tradicionais, que são os limites ao crescimento, a megaconcentração de renda e de patrimônio, e também a independência do setor financeiro em relação à economia.

Essa independência do sistema financeiro em relação à economia criou, inclusive, é a grande causa de todas as perturbações que a economia vem sofrendo a partir de 2008, que começaram no sistema financeiro, diferentemente de 29, em que começaram na bolsa, que refletia o setor produtivo econômico.

Os limites ao crescimento começam a forçar e, daqui a uma semana, vamos estar no Rio de Janeiro, todos reunidos para discutir isso.

Essa megaconcentração hoje, no mundo, não é mais de renda por país, mas uma megaconcentração de renda por pessoas e por empresas. Não é por acaso que entre os dez mais ricos do mundo tem, pelo menos, uns três ou quatro que não são de países ricos: um deles, do nosso Brasil; outro, do México.

Então, eu queria saber se nessas instâncias monetárias, financeiras, essa discussão sobre o fato de estarmos emergindo num mundo que já não tem oxigênio, de estarmos saindo do submarino para uma superfície onde o oxigênio do crescimento está ficando escasso, está sendo feita ou se não é mero academicismo, mero debate filosófico. Sua opinião, como um dos responsáveis pelo maior sistema monetário e financeiro do mundo inteiro...

Quando o senhor se senta ao lado dos outros, já se discute que o modelo de crescimento dos últimos 100 anos está-se esgotando ou não se discute isso e considera-se que apenas é uma questão de reequilíbrio para retomar o crescimento?

Das três colocações, essa, para mim, seria a mais importante, e uma opinião, que não é nem a posição, apenas, do presidente administrativo das finanças e, sobretudo, da moeda, mas do homem público, do político, do intelectual que tem uma posição privilegiada, porque não há dez pessoas, no mundo, que têm essa posição privilegiada hoje, inclusive considerando a

qualidade de toda a sua assessoria, de todo o corpo técnico do Banco Central.

Eu, pessoalmente, tenho uma curiosidade muito grande sobre isso, agora, as outras duas eu também eu gostaria de saber: foi coincidência essa taxa de crescimento igualzinha, com um décimo a mais? E o problema do serviço da dívida, se isso incomoda ou não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Wellington Dias. É o último Senador inscrito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Ou seja, é a última inscrição. Se aparecer algum Senador,...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já está riscado no caderno.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – ... não pode perguntar mais.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, que bom ter esse privilégio de poder saudar o nosso presidente Alexandre Tombini, saudar, também, o Dr. Carlos Hamilton, o Dr. Altamir, enfim, ressaltando o que lembra o nosso Senador Cristovam: um presidente competente, uma equipe competente, portanto, perguntas difíceis sempre.

Eu gostaria de examinar dois pontos. O primeiro, em relação... Eu acho que nós temos, aí, até pela situação interna e externa, uma possibilidade de mantermos o controle da inflação, que foi um susto no ano passado. Havia todo um receio e acho que nós entramos numa posição de controle.

Em relação ao câmbio, sobre essa pergunta, eu acho que o Brasil, na minha visão, podendo manter um patamar nessa faixa de R\$2,00, oscilando um pouco mais ou um pouco menos... O que eu gostaria de examinar é: vamos dizer assim, se pudéssemos ter, para este momento, um câmbio adequado para que possam voltar alguns setores a ganhar competitividade, ou seja, um conjunto de setores, nos últimos meses, terminou tendo uma necessidade de se voltar para o mercado interno, exatamente pela dificuldade do câmbio... O câmbio nos tirou uma condição de competitividade.

Neste instante, nós temos duas dificuldades: além do câmbio, nós temos uma queda, mesmo, de capacidade por conta da dificuldade dos outros países, ou seja, a crise, lá fora, nos remete, muitas vezes – vou usar um termo bem popular –, a uma queima de produtos de vários países que, muitas vezes, invadem o nosso mercado.

Acho que houve um conjunto de medidas adequadas, que garantem uma proteção do mercado interno, mas eu tenho uma preocupação com o câmbio,

exatamente se, nas condições atuais, é possível a gente manter esse grau de competitividade ou se há, ainda, algumas novidades, alguns pontos em que possamos avançar, no sentido de mantermos um nível de exportação dentro do que nos permita pelo menos um equilíbrio ou a condição de superávit, uma condição de manter um crescimento na nossa reserva.

O outro é mais complexo. Eu acho que, neste instante, a crise internacional tem um foco muito forte na Europa, muito forte nos Estados Unidos, muito forte, enfim, nos países mais desenvolvidos. A imprensa, normalmente, externa isso, mas nós temos um ponto que tem a ver com a relação do Brasil dentro da própria América Latina. Cito, aqui, a Argentina.

Ainda hoje, nós tivemos um debate tratando do comércio e como ele afeta, neste instante, principalmente Estados como o Rio Grande do Sul, provavelmente, Mato Grosso do Sul e Paraná. Eu vou citar o Rio Grande do Sul, ou seja, nós temos, da parte da Argentina, uma crise considerável e a forma como ela é tratada, sob o ponto de vista da Argentina, nos causa um efeito colateral, principalmente em relação ao Rio Grande do Sul, que já vem enfrentando, há algum tempo, dificuldades. Veja só, eu sou lá do Nordeste, mas eu quero olhar, aqui, o Brasil, porque isso pode chegar a mais pontos.

A pergunta que eu faço é: será que não está na hora de o Brasil ter um acerto com a Argentina que permita enfrentar, de modo mais sólido, essa crise? Não seria o caso de encontramos uma solução que leve em conta, por exemplo, a agressividade em relação a produtos com os quais competimos com a Argentina, que terminam causando problemas em várias cadeias produtivas que nós temos – e aí de novo eu olho e nesse instante o retrato é mais forte em Estados como Rio Grande do Sul? À medida que isso vai acontecendo livremente como medida unilateral da parte da Argentina, nós aqui ficamos, eu diria, até meio cuidadosos em relação a que medidas tomar, porque é um país vizinho, parceiro, enfim, porque o Brasil tem interesse de não ter problema. Então não será que já é hora de o Governo brasileiro sentar com o governo argentino e tomarem uma medida que possa ser definitiva e que evite que se tenham essas medidas parceladas, essas medidas picotadas como ocorre hoje? São esses dois temas.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Wellington.

Eu só queria aproveitar a oportunidade que o Senador Cristovam questionou, perguntou e também o Senador Wellington. Duas perguntas só Presidente. A primeira: O que é que está acontecendo com a Índia, porque as notícias que hoje os jornais veiculam é que a Índia estaria sendo rebaixada no *rating* dela. Isso é

importante até porque a Índia é um país emergente também e, portanto, merece uma atenção especial nossa.

O segundo ponto, Sr Presidente, é uma coisa muito delicada, aliás, é muito polêmica, mas eu acho que um dia nós vamos ter que discutir isso de uma forma muito aberta e muito franca e sem qualquer tipo de preconceito: Repatriação de recursos de brasileiros lá fora. Eram essas as duas perguntas que eu queria fazer para o senhor.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr Presidente, obrigado pelas perguntas – as mais difíceis ficam para o final – mas, pela ordem aqui, atendendo as indagações do Senador Professor Cristovam Buarque. Primeiro, a questão do endividamento, o fato, eu acho, é que nós temos evoluído. O senhor se referiu a endividamento em termos gerais da economia.

Bem, o quadro, ao longo do tempo, tem sido de uma conta de juros elevada, uma série de questões do passado, da estabilidade, enfim, mas progressos estão sendo feitos e de uma maneira importante. Por exemplo, a conta de juros que estava na faixa de 6% do Produto até recentemente, vem caindo de uma maneira importante. E há projeções para o ano de 2012 de uma queda de quase dois pontos de percentuais do PIB, do Produto. Essa conta do juros na economia certamente é algo novo no Brasil.

Eu mostrei alguns *slides* comparativos, o posicionamento, por exemplo, do Brasil em relação a outros países diz respeito ao déficit nominal. Apresentamos um déficit nominal de 2,6% do PIB em 2011, quer dizer, superávit de mais de 3, mais uma conta de juros de quase cinco e tantos por cento, gerando um déficit nominal de 2,6. No momento, até abril, está em 2,4, e há projetos, inclusive, de déficit bastante abaixo de 2%, mais próximo de 1% do PIB para o ano.

Então nós estamos evoluindo, melhorando as condições financeiras da economia e isso tem repercussões num grande tomador de recursos, que é o setor público, que está enfrentando crescentemente condições mais favoráveis do ponto de vista do financiamento.

Em relação às pessoas, as famílias, que é uma preocupação de V. Ex^a, nós procuramos mostrar aqui na apresentação a visão do Banco Central neste momento. Ou seja, nós estamos vendo uma estabilização em meados do ano, mais para o terceiro trimestre e um recuo, por exemplo, da inadimplência, porque por uma série de fatores, inclusive, o fato de que a renda continua crescendo na economia brasileira, com a volta da inflação nos últimos meses, a renda real vem crescendo de forma importante, a massa salarial vem crescendo na faixa de 5% em doze meses e isso cria melhores condições. As nossas dívidas são de mais curto prazo. Apesar de isso refletir no peso do servido da dívida, é mais rápido o processo de reparação de

uma situação de endividamento principalmente com outras variáveis apresentando uma evolução positiva, como é o caso do nosso mercado de trabalho, da nossa renda real, da massa salarial.

Enfim, nós estamos vendo perspectivas boas; o próprio ciclo da economia começa a acelerar ao longo do ano, a própria redução dos juros, tanto o Banco Central que já fez, mas também os *spreads* e os juros ao tomador final criam condições de refinanciamento melhores. Então o quadro que nós vimos é um quadro de melhoras. Naturalmente o que ocorreu no começo deste ano é que os problemas que foram originados lá atrás, surgem então o dado econômico de maior comprometimento, mas olhando para frente nós vemos uma situação mais positiva em relação à inadimplência, em relação à questão do endividamento das famílias.

Sobre taxa de crescimento, o Banco Central tem suas próprias projeções de crescimento. Nós trimestralmente divulgamos as projeções, fazemos uma projeção usando os nossos recursos – muitas vezes difere de projeções, por exemplo, de outras áreas do Governo. Em relação a esses níveis, no momento, não estamos crescendo nessa velocidade, mostrei aqui na própria expectativa do mercado o que ele pensa que será o crescimento, o que ele projeta ser o crescimento para os próximos trimestres, inclusive entrando no primeiro e segundo trimestre de 2013 com crescimento aí nessa faixa de 4,6 coincidentemente, tanto para o primeiro trimestre de 2013 quanto o segundo trimestre de 2013, a economia crescendo, segundo a projeção da Focus, do mercado, crescendo nessa faixa de 4,6. Mas de novo, nós fazemos nossas projeções trimestralmente no final deste trimestre, quer dizer no final deste mês, nós vamos rever nossa projeção de crescimento para o ano de 2012.

Em relação aos números que V. Ex^a mencionou, eu não tenho muito a comentar sobre essa coincidência, enfim.

Em relação à terceira pergunta, Professor, sobre novas medidas de produto e como isso tem impacto as nossas discussões internacionais na área dos bancos centrais, do ponto de vista do Brasil, o que eu tenho levado aos meus colegas é a nossa preocupação com inclusão financeira que perpassa também outros grandes participantes, não só o Brasil, mas é uma questão cara – por exemplo, a Índia e outros países emergentes. Estamos num estágio diferente de inclusão financeira, de inclusão social, inclusão econômica. Portanto, os nossos indicadores, por exemplo, de crédito eles refletem não só uma conjuntura, não só as condições de liquidez, mas também o fato de estar havendo um grande número de transformações sociais e econômicas. Então nós temos que levar isso em consideração. Se olhar friamente pela régua das economias avançadas,

você vê um crescimento do crédito sair de 25% para 50%, é algo no mercado consolidado que levanta uma série de indagações. No caso do Brasil, naturalmente há todo um processo de inclusão econômica e social que respalda o crescimento da participação do crédito na economia. Então nós procuramos levar isso tanto na regulação quanto nas nossas excursões econômicas da conjuntura internacional sobre isso.

Em relação a novas medidas, perpassa na discussão, as economias avançadas tem isso muito presentes, que a crise de 2008 foi uma crise de alavancagem, em que há a ideia não só de que quando as coisas vão bem as pessoas consomem mais, as empresas investem mais, os governos gastam mais, mas também que eles fazem na fase boa do ciclo todas essas operações com recurso de terceiros. Ou seja, não só consomem mais, mas consomem mais tomando recursos de terceiros, se endividando; não só investem mais, mas investem utilizando fontes externas de recursos. Então há esse processo de alavancagem que ocorreu, que ocorre sempre no ciclo econômico. A nova regulação procura endereçar isso para tentar fazer com que a regulação prudencial seja mais neutra, ou seja, na fase boa, não diminuam tanto os requisitos de capitais, os requisitos de liquidez a ponto de incentivar um comportamento excessivo na fase boa como também não, digamos, não apoie um comportamento muito defensivo na fase ruim. Mas esses são os ciclos.

Então, estão endereçando esses ciclos de ponto de vista da regulação. Mas há um debate mais profundo que é se nesse último ciclo a coisa não foi, digamos, numa proporção, numa intensidade sem comparativos nos últimos anos e décadas. Então se a nova norma daqui para frente não será um mundo menos alavancado do que chegou a ser, digamos, nos estertores aí da crise de 2007, de 2006/2007.

Portanto há uma discussão mais profunda; saber-se se a nova norma será diferente do ponto de vista de que o mundo que tem que se contentar com um grau de alavancagem menor. Não dá para, digamos, continuar crescendo com a participação de recursos de terceiros, quer dizer, com a intermediação como esteve até 2007. Não há um consenso, mas acho que pelo menos esse debate toca um pouco as questões que V. Ex^a mencionou de uma reflexão mais profunda sobre este momento que nós estamos vivendo e que perpassa essas discussões internacionais dos banqueiros centrais.

Em relação às questões do Senador Wellington Dias sobre o câmbio, em que ponto ele se encontra, enfim, tive oportunidade de mencionar aqui as nossas preocupações em relação aos fluxos de capitais, já em algumas outras ocasiões aqui, que nós tínhamos essa visão de que temos de ter em mente que parte dos

fluxos que entram no País não são permanentes, ou saem porque a situação lá foram melhorou ou saem porque ela piorou; mas não são permanentes. Então nós temos que ter cuidado no ingresso.

Por isso que foram tomadas algumas medidas prudenciais, alguns chamam de controle de capitais, mas, nossa visão, prudenciais, para evitar que na saída causassem deslocamento econômico e social não só no sistema financeiro, mas principalmente nas empresas. Nós vimos, em 2008, empresas apostando num real cada vez mais forte e a coisa mudou repentinamente, tiveram impacto em seus balanços, importante, com derivativos, enfim. Então nós olhamos, olhamos também a questão da inflação, entrando muito recurso, acaba que o crédito, o consumo cresce numa velocidade maior, principalmente em 2011, quando nós estávamos aí procurando regular a demanda interna para trazer a inflação de volta, como fizemos, V. Ex^a reconhece isso.

Em relação a patamares, nós temos o câmbio fluutuante. Recentemente o real flutuou em linha com outras moedas, houve um movimento de valorização internacional do dólar, nós vimos isso em maio claramente, o dólar se valoriza na cesta de moeda, na faixa de 5%, 6%, o real se desvaloriza em relação ao dólar mais ou menos nessa faixa. Então nós estamos vendo uma reacomodação nesse curto prazo, nessas novas condições de aversão ao risco que estão prevalecendo no mercado internacional. Enfim, o dólar, taxa de câmbio é sempre uma área complicada de fazer qualquer projeção, mas, naturalmente, o que o Banco Central procura fazer é, primeiro, ter uma política de acumulação de reserva, neste momento não está acumulando, mas não deixou de lado essa política, por outro lado, o Banco Central tem sempre dito e agido no sentido de que os mercados, são vários os segmentos do mercado de câmbio, mas que esses mercados funcionem mesmo em momentos de maior estresse.

Então nós continuamos com essa política em relação à taxa e vai depender um pouco de outras condições que dependem da conjunta internacional. Mas, enfim, no quadro atual, nós vemos como, sim, vamos continuar gerando superávits, balanço comercial, essas são as nossas projeções. Como eu disse, não sei se V. Ex^a estava na Comissão, mas eu tive oportunidade de mencionar que o próprio déficit em conta corrente, quer dizer, aí a balanço comercial, mas a conta de serviço também é incluída, esse déficit tem sido financiado por fluxos de capitais, por investimentos diretos, em grande parte, no ano passado teve sobra, no ano anterior também, este ano, uma grande parte do déficit de conta corrente, nas previsões de hoje, vai ser coberta por investimentos diretos no País. Então, temos uma situação externa, dentro dessa conjuntura, confortável, naturalmente, avaliamos isso no dia a dia.

Em relação à questão argentina, V. Ex^a toca um ponto, uma área muito importante para a economia brasileira, quer dizer, nós temos uma proporção de comércio, de exportação de manufaturados, para aquela região, para o Mercosul, mas sobretudo para a Argentina, isso é importante, nós temos aí um comércio intraindústria, entre a indústria brasileira e a indústria argentina, com o fornecimento de peças, componentes, muito forte, acho que o nosso comércio pode se dividir nesse comércio mais baseado em economias de escalas, em comércio entre firmas, entre indústria e um comércio mais de vantagens comparativas, que são nossas exportações de *commodities*. Mas, desproporcionalmente, no que diz respeito à exportação de manufaturados, está concentrado nessa região.

Acho que é importante essa reflexão que V. Ex^a traz. Enfim, também não é a nossa área, a parte comercial, mas, certamente, nós entendemos a importância da Argentina e do Mercosul com o mercado para os produtos manufaturados brasileiros, sempre que possível procurar, digamos, não acredito em soluções definitivas porque até a própria intensificação do comércio bilateral vem acompanhado de elevação dos contenciosos, é a norma, mas naturalmente V. Ex^a menciona que nesse momento o nível de travamento do comércio está maior do que deveria ser em função também de uma crise internacional.

Acho que é importante a sua recomendação para um diálogo econômico intenso para a superação desse problema numa área que nos interessa bastante, não só para a economia do Rio Grande do Sul, mas Sul e Sudeste, e Nordeste também nas suas indústrias, e certamente tendo o mercado argentino como um destino relevante, senão muito importante para as exportações sobretudo de produtos com maior valor adicionado, produtos manufaturados.

O Senador Presidente Delcídio coloca duas questões importantes, a primeira delas é Índia. Enfim, a Índia é um país de um 1,2 bilhão de pessoas, um mercado muito dinâmico, casualmente tem um déficit de energia, é importador de petróleo, tem sofrido impacto dos preços internacionais de petróleo, elevados, com isso tem que lidar com um déficit em conta corrente, mas certamente é um grande receptor de investimentos estrangeiros naqueles grande mercado.

Nós mostramos a questão fiscal, também um pouco diferente da nossa situação aqui em relação ao déficit, mas, naturalmente, é sempre apontada a Índia como uma das economias mais vibrantes, que mais têm perspectivas de crescimento, inclusive o dividendo demográfico lá talvez seja um dos melhores entre as economias emergentes, ou seja, vai ter mais tempo até que, digamos, o contingente de aposenta-

dos e pensionistas supere a população em idade ativa. Então eles têm aí nos próximos, salvo engano, 25, 30 anos, desse dividendo demográfico.

Então do ponto de vista da estrutura, a Índia está caminhando, está avançando, do ponto de vista da conjuntura, tem algumas questões, não sei exatamente o que as agências estão tentando, mas, naturalmente, a Índia é uma força econômica importante, sendo nosso parceiro no Brios.

Em relação à última questão colocada por V. Ex^a, Senador, questão da repatriação dos recursos, acho que aqui tem, enfim, essa questão como V. Ex^a menciona, tem que ser discutida sem preconceitos, em alto nível etc. Acho que tem duas dimensões, tem a dimensão macroeconômica, dimensão macroeconômica de fluxos de recursos para as economias. O Brasil depara-se aí com um período importante de abundância de recursos ingressando no País. Então, sempre se tem que olhar essa questão da repatriação com o olho na macroeconomia.

E a outra é a questão regulatória, enfim, e as eventuais repercussões de um avanço nessa matéria sobre, digamos, o sistema financeiro, a economia brasileira como um todo em relação à comunidade financeira internacional. Acho que, havendo origem, e mediante pagamento dos tributos, essa discussão poderia avançar. Eu realmente não tenho detalhes das discussões. Sei que V. Ex^a e outros membros do Parlamento têm discutido essa questão com profundidade. O Banco Central certamente participa e participará dessas discussões à frente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nada havendo mais...

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Nenhuma pergunta. É apenas para pedir desculpas por não ter chegado aqui no começo da audiência. Eu estava na Comissão de Educação, onde aprovamos, graças ao Senador Wellington, um projeto que, no final, Ministro Tombini, vai repercutir na economia brasileira. É um projeto meu e do Senador Aloysio Nunes, em que todos os recursos de *royalties* do pré-sal irão para um fundo. Apenas a renda do fundo poderá ser aplicada e será aplicada integralmente na educação. Era fundamental que eu estivesse lá. Por isso não cheguei aqui no começo da sua audiência.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Obrigado ao Senador Wellington também.

Quero agradecer ao Presidente Alexandre Tombini, ao Diretor Carlos Hamilton, ao nosso Diretor Altamir – o fleumático Altamir. Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de a gente fazer um debate de muito bom nível, num momento importante, em que, mais do

que nunca, eu acho que o Senado e a Comissão de Assuntos Econômicos têm que cumprir o seu papel. E mais do que nunca, Ministro Tombini, quero agradecer a presteza, sempre essa ação proativa da Diretoria do Banco Central, da equipe do Banco Central com a Comissão de Assuntos Econômicos e também com o Senado e com o Congresso Nacional.

Eu quero só registrar que amanhã, às 10 horas, nós teremos uma reunião extraordinária, em duas partes, da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós vamos amanhã sabatinar dois conselheiros do Cade: a Sr^a Ana de Oliveira Frazão, que ocupará a vaga, se assim o Senado entender, do Sr. Olavo Chinaglia, e também o Sr. Eduardo Pontual Ribeiro, substituindo o atual Superintendente do Cade, Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo. Não sei se ele é superintendente ou se é conselheiro, mas nós o sabatinamos recentemente. Isto na primeira parte. Na segunda parte, nós também faremos a sabatina do Sr. Luiz Edson Feltrin para ocupar o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Portanto, amanhã, eu pediria aos Senadores e Senadoras que aqui viessem às 10 horas, porque nós temos uma agenda comprida. A intenção é fazer a sabatina e, se os Senadores solicitarem urgência na apreciação, encaminhar talvez amanhã mesmo para o Plenário do Senado Federal, para que nós venhamos a aprovar os dois nomes do Cade e o nome também do Banco Central.

Já adianto que são pessoas muito experientes, pessoas competentes, muito bem formadas. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Senado vai apreciar bons nomes encaminhados pela Presidência da República – os dois do Cade e o Diretor do Banco Central.

Muito obrigado a vocês. Até amanhã, às 10 horas. A reunião está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 33 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia treze de junho do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Dalcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner,

Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Antonio Russo, Fernando Collor, Gim Argello, Blairo Maggi e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Lobão Filho, João Vicente Claudino e João Ribeiro. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 30ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica, para conhecimento da Comissão, o recebimento do Aviso nº 33 de 2012, de 1º de junho de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre Emissão/Operações de Administração de Passivo realizadas pela União e finalizadas em 4 de maio de 2012. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes das duas partes da pauta. Item 1 da 1ª Parte – Mensagem (SF) nº 39 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora ANA DE OLIVEIRA FRAZÃO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de três anos, na vaga do Senhor Olavo Zago Chinaglia”, tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Item 2 da 1ª Parte – Mensagem (SF) nº 40 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDUARDO PONTUAL RIBEIRO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos, na vaga do Senhor Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Item 1 da 2ª Parte – Mensagem (SF) nº 41 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor LUIZ EDSON FELTRIM para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”, tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura dos relatórios pelos Relatores, usam da palavra a Sra. Ana Oliveira Frazão, o Sr. Eduardo Pontual Ribeiro e o Sr. Luiz Edson Feltrim para fazerem suas exposições. Após as exposições dos sabatinados, usam da palavra os

Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Armando Monteiro, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Waldemir Moka e Cristovam Buarque. Encerradas as votações secretas, a Presidência convida os Senadores Cristovam Buarque e Casildo Maldaner para atuarem como escrutinadores. Procedidos os escrutínios, a Comissão aprova a indicação da Senhora Ana Oliveira Frazão para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça por vinte e um votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; aprova a indicação do Senhor Eduardo Pontal Ribeiro para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça por vinte votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção; e aprova a indicação do Senhor Luiz Edson Feltrim para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil por vinte e um votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 30ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso do Ministério da Fazenda nº 33, de 1º de junho de 2012, encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre emissão/operações de administração de passivo realizadas pela União e finalizadas em 4 de maio de 2012.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Eu gostaria de registrar que amanhã teremos, às 9 horas, com a presença do Secretário de Fazenda do Amazonas – porque o Secretário de Fazenda do Pará, do Senador Flexa, não se dignou sequer a responder ao convite que fizemos e o convidamos em homenagem a V. Exª; por isso, substituímos o Secretário do

Pará pelo Secretário do Amazonas; um Secretário de Fazenda por região; do Secretário de Fazenda de Pernambuco – porque o Secretário de Fazenda da Bahia não podia estar presente; do Secretário de Fazenda de Minas Gerais – não convidamos o Secretário de Fazenda de São Paulo porque ele não sai daqui da Comissão de Assuntos Econômicos; portanto, ele foi vetado pela direção da CAE; do Secretário de Fazenda do Paraná.

Eu convidei o Secretário de Fazenda de Mato Grosso do Sul, Senador Moka, eu homenagem ao nosso Governador André, mas ele não pôde estar presente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Meu colega Mário Sérgio Lorenzetto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, virá o adjunto do Secretário de Mato Grosso, de comum acordo com os dois Estados, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Eles estarão aqui amanhã, às 9 horas, porque nós estamos iniciando o debate do FPE, o Fundo de Participação dos Estados.

Depois, nós ouviremos os governadores, o Governo Federal. Esse processo todo será conduzido aqui na CAE pelo Senador Walter Pinheiro e nós temos que fazer essa lição de casa. Não podemos demorar, porque, no ano que vem, nós temos que ter uma nova realidade no que se refere ao FPE. Por isso nós vamos começar amanhã às 9 horas a primeira audiência pública.

E evidentemente, nesse debate, nós colocamos também no requerimento que vamos aproveitar para falar, Senador Blairo, de dívida dos Estados, a correção das dívidas, o percentual de receita. Portanto, vai ser uma discussão bastante ampla e com um secretário de fazenda de cada região. Alguns que têm Estado mais bem aquinhoados; outros, menos; mas o importante é que nós vamos avançar com essas audiências públicas para, depois, deliberar a nova proposta para o Fundo de Participação dos Estados.

Eu gostaria também de destacar que, na próxima terça-feira, nós teríamos audiência pública com a Petrobras, com a Presidente Graça Foster. Nós aprovamos o requerimento de iniciativa do Senador Inácio Arruda, mas a Presidente Graça Foster, no contato que tive com ela ontem, disse-me que, em função da Rio+20, ela não poderia estar presente na terça-feira. E muitos Senadores e Senadoras também estarão semana que vem no Rio de Janeiro, em função das audiências públicas da Rio+20.

Portanto, nós não realizaremos, na próxima semana, a reunião costumeira de todas as terças-feiras, às 10 horas, porque muitos Senadores e Senadoras estarão na Rio+20. Parece-me até que os Líderes se

reuniram e nós não teremos sessão deliberativa no Senado. O Senador Moka, que é da Mesa Diretora, confirma.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Perfeito, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É correta a informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É correta a informação. O Senador Blairo e o Senador Moka confirmam.

Portanto, nós não realizaremos, Adriana, terça-feira, às 10 horas, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, porque muitos Senadores e Senadoras estarão na Rio+20, no Rio de Janeiro. Senador Moka, vamos fazer um debate qualificado lá no Rio de Janeiro.

Eu dividi esta reunião em duas partes – sou estripador, dividi em pedaços –, mas todos os Senadores estão sugerindo que a gente faça, numa reunião só, a sabatina dos dois membros do Cade e também do Banco Central. Então, a ideia é chamar os dois sabatinados do Cade e o sabatinado Diretor do Banco Central. Assim, faríamos a sabatina para o Cade e depois para o Banco Central e votaríamos, se esse for o entendimento dos Senadores e das Senadoras. Se todos concordarem...

Entendo que todos os Senadores e Senadoras estão de acordo.

Portanto, começamos pelo Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 39, DE 2012

– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª ANA DE OLIVEIRA FRAZÃO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade do Ministério da Justiça, com mandato de três anos, na vaga do Sr. Olavo Zago Chinaglia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 40, DE 2012

– Não Terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal a indicação do Senhor EDUARDO PONTUAL RIBEIRO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos, na vaga do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

Nós acabamos de sabatinar o Sr. Ragazzo, há duas semanas, e o nome foi aprovado no plenário do Senado.

Já que vamos fazer tudo junto, passamos também ao Item 3, que é o Item 1 da segunda parte da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 41, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor LUIZ EDSON FELTRIM para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

Os indicados já se encontram no recinto da Comissão.

Solicito à Secretaria que conduza ao plenário da Comissão a Srª Ana de Oliveira Frazão e o Sr. Eduardo Pontual Ribeiro, sabatinados pelo Cade, e, ao mesmo tempo, o Sr. Luiz Edson Feltrim, para ser sabatinado para uma diretoria do Banco Central do Brasil.

Portanto, vamos começar pelo relatório da Srª Ana de Oliveira Frazão, a ser apresentado pelo relator, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. entrevistado, Srª entrevistada, quero dizer que é um prazer relatar a indicação da Srª Ana de Oliveira Frazão, para o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.

O mencionado dispositivo constitucional atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de magistrados, Ministros do Tribunal de Contas da União, Governador de Território, presidente e diretores do Banco Central, Procurador-Geral da República e titulares de outros cargos que a lei determinar (álínea ‘f’).

Por sua vez, a Lei nº 12.529, de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, entre outras disposições, determina, no seu art. 6º, que o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica é composto de um Presidente e seis Conselheiros, escolhidos entre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

Resumimos, abaixo, o *curriculum vitae* encaminhado a esta Comissão pelo membro indicado.

A Srª Ana de Oliveira Frazão, nascida em 1974, em Brasília/DF, é graduada em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), cursou Mestrado em Direito e Estado pela mesma universidade e Doutorado em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Possui ainda curso de especialização em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

Atualmente, é professora adjunta de Direito Civil e Comercial da Faculdade de Direito da UnB, atuando na graduação e pós-graduação, e também como Diretora da mesma Faculdade, entre 2009 e 2012.

É autora dos livros *Função Social da Empresa. Repercussões sobre a responsabilidade Civil de Controladores e Administradores de S/As*. (São Paulo: Editora Renovar, 2011); e *Propriedade e Empresa. Função Social e Abuso de Poder Econômico* (São Paulo: Editora Quartier Latin, 2006). Figura como coorganizadora dos livros *O Superior Tribunal de Justiça e a Reconstrução do Direito Privado* (São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011) e *Estudos de Direito Público. Direitos Fundamentais e Estado Democrático de Direito* (Porto Alegre: Editora Síntese, 2003).

Dos inúmeros artigos publicados, destacamos: *A universalidade do juízo da falência e seus desdobramentos* (Revista dos Tribunais, 2011, p. 51-79); *Breve panorama da jurisprudência brasileira a respeito da boa-fé objetiva no seu desdobramento da “supressio”* (Revista de Direito Privado, Vol. 44, p. 28-57); *As ofertas públicas voluntárias para a aquisição do controle* (Revista Direito Empresarial – Curitiba, v. 6, p. 163-186, 2005) e *A função social da propriedade e o novo Código Civil Brasileiro* (Estudos de Direito Público – Porto Alegre, 2003).

Como conferencista, participou de vários congressos e seminários.

Destacamos sua participação no Segundo Congresso Brasileiro de Direito Comercial em 2011, com as palestras *Princípios dos contratos empresariais: A função social dos contratos*; e *A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o Direito Comercial*. E no Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Comercial, também em 2011, com o tema *Desconsideração da Personalidade Jurídica*.

Desenvolveu os seguintes projetos e pesquisas: *Empresa. Ordem constitucional e Mercado*, desenvolvido na Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UnB, e *Justice sociale et effectivité des droits civils au Canada et au Brésil*, desenvolvido em conjunto com a Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa, no Canadá.

Possui bons conhecimentos de inglês, espanhol, francês, alemão e italiano, com destaque para o inglês, idioma que compreende, fala, lê e escreve bem.

Quanto à experiência profissional anterior, foi advogada militante de 1996 a 2010, professora visitante de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa – Canadá, em 2008, e professora de Direito Empresarial em curso de especialização da Fundação Getúlio Vargas, em 2005.

Informamos, ainda, que a Sr^a Ana de Oliveira Frazão é membro do Instituto dos Advogados do Distrito Federal (IADF), do Conselho Curador do Instituto Victor Nunes Leal (IVNL), da Associação Congresso de Direito Comercial e da Comissão Organizadora dos Congressos Brasileiros de Direito Comercial. É também Comendadora da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (TST) e organizadora de diversos eventos jurídicos importantes, como a V Jornada de Direito Civil (2011).

Em atendimento ao Ato nº 02 de 2011 – CAE, que *disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos*, a indicada apresentou os seguintes documentos, de caráter sigiloso, e que foram entregues na Comissão dentro do prazo exigido:

- declaração de que não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional; de que participa como sócia, desde 1996, da sociedade de advogados Gordilho, Pavie e Frazão Advogados Associados, embora não exerça atividade de advocacia desde 2010; de que não atua ou atuou, nos últimos cinco anos, contados a partir do ano em que se deu sua indicação, em instituição que esteja sujeita à fiscalização da entidade para a qual está sendo indicada; e da inexistência de ação judicial em que figure como autora ou ré;

- cópia de certidão comprovando estar em dia com a Justiça Eleitoral; de certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, e de débitos de tributos de competência do Distrito Federal.

Informa, por fim, em declaração assinada e datada de 4 de junho do corrente ano, que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade objeto de sua indicação.

Ante o exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pensamos que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome da Sr^a Ana de Oliveira Frazão para exercer o

cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça.

Era o relatório, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda. O problema é que o Senador Cyro Miranda, como Roberto Campos dizia, se expressa melhor em inglês. Em francês, ele deixa um pouco a desejar.

Concedo a palavra ao segundo Relator do Item 2, do Cade, Senador Armando Monteiro, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidente da República submete à consideração do Senado Federal a indicação do Sr. Eduardo Pontual Ribeiro para exercer o cargo de conselheiro do Cade.

Por intermédio da Mensagem (MSF) nº 40, de 2012 (Mensagem nº 226, de 29 de maio de 2012, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição, combinado com o disposto no art. 6º, *caput*, e no art. 113, inciso I, ambos da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Eduardo Pontual Ribeiro para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Cade, com mandato de dois anos.

A referida mensagem foi encaminhada pelo Aviso nº 410 da Casa Civil, assinado por S. Ex^a a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Gleisi Hoffmann, e protocolizado nesta Casa Legislativa em 31 de maio do corrente ano. A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha de titulares dos cargos que a lei determinar. Por sua vez, o citado *caput* do art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, exige a aprovação do Senado para a nomeação de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competências atribuídas aos Conselheiros do Tribunal do CADE pelo art. 11da mencionada Lei nº 12.529, de 2011, em especial: a) emitir voto nos processos e questões submetidas ao Tribunal; b) proferir despachos e lavrar as decisões nos processos em que forem relatores; c) requisitar informações e documentos de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, a serem mantidos sob sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias; d) adotar medidas preventivas, fixando o valor da multa diária pelo seu descumprimento; dentre outras competências.

Acompanha a mensagem *curriculum vitae* do candidato, em cumprimento ao art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com esse documento, o candidato é brasileiro e nasceu na cidade de Porto Príncipe, Haiti, em 24 de abril de 1969. É filho de Maria Cristina Anunciação Pontual e Nelson da Franca Ribeiro dos Anjos. É graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1991), Mestre (M.A.) em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, EUA (1993) e Doutor (Ph.D.) em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, EUA (1996).

O candidato é, desde 2006, Professor Associado e Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde é pesquisador e professor na graduação, mestrado e doutorado nas áreas de econometria, microeconomia e mercado de trabalho.

O indicado é, desde 1998, pesquisador do CNPq, com ênfase na pesquisa e execução de projetos de pesquisa sobre poder de mercado, emprego, renda, salários, modelagem matemática e estatística avançada.

No período entre 2009 e 2011, o Sr. Eduardo Pontual exerceu a função de vice-economista chefe e economista chefe interino do Cade, onde prestou assessoramento aos conselheiros, ao presidente e aos procuradores do Cade em assuntos econômicos ligados a casos em julgamento, bem como realizou estudos em defesa da concorrência. Portanto, é importante mencionar que o indicado já dispõe de uma experiência de atuação no órgão, no qual está pleiteando exercer o cargo de Conselheiro.

O candidato foi, entre 2005 e 2006, coordenador de pesquisas do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), onde prestou assessoramento na Gerência de Estratégia e na Presidência, bem como liderou projetos sobre métodos de estimação de reservas e acompanhamento das situações financeira e operacional da empresa.

Em termos acadêmicos, ressalta-se que, entre 2006 e 2011, o indicado foi professor colaborador no mestrado de finanças e economia empresarial da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (RS), entre 1997 e 2006, e professor adjunto e assistente da Universidade Federal de Roraima, no período compreendido entre 1994 e 1997.

O candidato também já realizou estudos e pesquisas encomendados, a diversos organismos e instituições, a saber: Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Petrobras, Agência de Promoção de Exportações (Apex), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, vinculado ao Ipea, PepsiCo,

Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Ceperj, no Rio de Janeiro.

O indicado também informou uma vasta produção acadêmica, composta por diversos artigos em revistas especializadas, capítulos de livros, artigos em encontros científicos e pareceres em periódicos científicos, com destaque para os temas: demanda e preços, reservas de óleo e gás natural, fluxo de empregos e postos de trabalho, política industrial, setor de calçados, produtividade e eficiência econômica, mercado de ações, estatística, econometria e Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Cabe observar que, uma vez iniciada a vigência da Lei nº 12.529, de 2011, o indicado Eduardo Pontual Ribeiro, conforme decisão desse douto Colegado, exercerá o cargo de Conselheiro do novel Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, órgão do Cade.

Diante da natureza da matéria, eram esses os elementos pertinentes no âmbito do presente relatório, considerando, assim, que esta Comissão já dispõe dos elementos necessários para deliberarem sobre a indicação do Sr. Eduardo Pontual Ribeiro.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

E vou passar já para o Item 1 da segunda parte, que é a sabatina do Diretor do Banco Central.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, para que proceda à leitura de seu relatório sobre o indicado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um relatório que eu faço com a maior satisfação, porque ele representa a indicação de alguém que vem de uma longa experiência dentro de uma das melhores massas críticas deste País, que é o Banco Central, que alça à diretoria um antigo servidor, com 37 anos de carreira e com excelência nos trabalhos que sempre realizou. Oxalá este Brasil enverede para esse tipo de indicação! Indicação que premie, nas estatais, nos órgãos públicos, os que são melhores na sua carreira.

Por isso, antes de fazer o meu relatório, eu quero exaltar a indicação do Sr. Presidente do Banco Central, porque se trata efetivamente da busca, entre talvez uma das melhores corporações do serviço público deste País, de um de seus melhores quadros.

Vou ler o relatório.

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 41, de 2012, submeteu à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Edson Feltrim, para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa à Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, entre outros servidores públicos, o Presidente e os demais diretores do Banco Central do Brasil.

Nos termos do disposto no art. 99, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores do Banco Central. Ainda nos termos do art. 383 do RISF, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

De acordo com o art. 5º da Lei nº 6.045, de 1974, que alterou a composição da diretoria do Banco Central do Brasil, os diretores do Banco Central do Brasil serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata a grande formação acadêmica e a longa experiência profissional do Sr. Luiz Edson Feltrim.

O Sr. Feltrim nasceu em Martinópolis, São Paulo, em 1952. É bacharel em Matemática, título obtido em 1974 junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (atual Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp).

Desde maio de 2011, exerce o cargo de Secretário-Executivo do Banco Central do Brasil, onde, entre outras atribuições, presta assessoramento imediato ao Presidente e à Diretoria Colegiada daquela Instituição, bem como coordena as atividades relativas à estratégia de comunicação interna e externa do Banco Central, assim como o relacionamento institucional. Foi designado autoridade do Banco Central para fins de cumprimento do disposto no art. 40 da Lei nº 12.527, a Lei de Acesso à Informação.

Entre 1999 e 2011, foi o Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro, quando foi o responsável, no âmbito do Banco Central, pelo exame dos projetos de estruturação de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Tais projetos tratavam, entre outros temas, da constituição e autorização de funcionamento de novas instituições; da reorganização societária; da alteração e transferência de controle societário; da participação estrangeira no capital das instituições financeiras; da transformação de cooperativas de crédito; e da abertura de agências no Brasil e no exterior.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as responsabilidades que têm pesado sobre os ombros do nobre indicado!

O Sr. Feltrim exerceu também outras atividades profissionais, como representar o Banco Central em reunião de trabalho de organismos reguladores mul-

tilaterais. Dessas reuniões, surgiu a formulação das atuais regras baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, que estão aderentes aos 25 Princípios de Basileia de Supervisão Efetiva. Também integrou o Grupo de Trabalho Interministerial do Cooperativismo e o Grupo de Trabalho sobre Microfinanças, instituído pelo Ministério da Fazenda, que resultou nas principais normas sobre o assunto.

Foi coautor do livro *Governança Cooperativa*, de 2009; coordenou o “Projeto Inclusão Financeira – Perspectivas e Desafios para a Inclusão Financeira no Brasil”, em 2009; e foi palestrante em eventos no Brasil e no exterior sobre temas relacionados às atividades exercidas pelo Banco Central.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Luiz Edson Feltrim para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Faço aqui uma ressalva, para pôr em alto relevo a vocação da família Feltrim para atividades bancárias. Praticamente todos os seus irmãos foram ou são servidores do Banco do Brasil, e quase todos os seus tios, primos e demais parentes têm serviços prestados à rede bancária deste País.

Por fim, é importante assinalar que, sendo referendado por esta Casa o nome do indicado, o Banco Central terá um diretor especializado e comprometido com o microcrédito – o Senador Eduardo Suplicy, se aqui estivesse, exaltaria e lançaria hosanas em relação a esta indicação – e com o sistema cooperativo, que, no meio dos sistemas capitalista e comunista, é o único capaz de, ao mesmo tempo, produzir a renda, a riqueza, e distribuí-la. O indicado é especialmente dedicado às cooperativas de crédito, que são as instituições financeiras capazes de irrigar o crédito no campo e nas pequenas comunidades, aonde os bancos não chegam, nem oferecem taxas tão competitivas como as oferecidas pelas cooperativas financeiras.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o parecer.

Peço a todos que aprovem o nome desse ilustre servidor do Banco Central do Brasil, instituição pela qual nutrimos grande orgulho.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, peço para começar a abrir a votação, por causa de outros compromissos, enquanto os sabatinados usam da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria dar uma sugestão, Senador Ivo Cassol. Temos por norma, dentro da Comissão de Assuntos Econômicos, só iniciar a votação depois de toda a sabatina. Então, acho isso importante.

Senador Cassol, entendo a preocupação de V. Ex^a. Aqui, os Senadores têm vários compromissos. Hoje, as Comissões estão funcionando. E a CPMI também está funcionando. Entendemos as dificuldades.

Eu sugeriria que, primeiro, ouvíssemos a palavra de cada sabatinado. Aí, em função do posicionamento de cada um dos sabatinados, avaliamos se abrimos ou não a votação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – A solicitação que faço a V. Ex^a se deve ao fato de que 33 sindicatos do Estado de Rondônia, deputados, prefeitos e vereadores estão trabalhando aqui conosco na transposição dos servidores do Estado de Rondônia. Como já tenho conhecimento do currículo dos três sabatinados, o meu voto já está definido neste momento, independentemente de eles passarem os seus dados e usarem da palavra.

Assim, se o senhor pudesse abrir a votação, isso facilitaria o nosso trabalho, para que pudéssemos atender às nossas demais atividades.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Cassol sugere que já se abra a votação.

Estou ponderando que fica ruim, Senador Cassol, apesar de V. Ex^a já ter estudado o currículo e já ter conhecimento dos três sabatinados, abriremos a votação agora. Seria importante ouvirmos os sabatinados.

Sei o quanto representa esse assunto para Rondônia. É um assunto que, há muito tempo, é tratado. É fruto de um trabalho grande de V. Ex^a e de outras lideranças. Eu só pediria a V. Ex^a um pouco de paciência. Assim, podemos seguir o rito, se V. Ex^a concordar. Será rápido, Senador Cassol. É que, aqui, está todo mundo contra. Esse é o problema.

Então, passo a palavra à Sr^a Ana de Oliveira Frazão.

A SR^a ANA DE OLIVEIRA FRAZÃO – Ex^{mo} Sr. Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos; Ex^{mos} Srs. Senadores; especialmente o Ex^{mo} Sr. Senador Cyro Miranda, a quem, desde já, agradeço o preciso e minucioso relatório a meu respeito; senhoras e senhores; especialmente meus amigos, meus familiares e meus alunos, antes de qualquer outra coisa, eu gostaria de deixar registrada, neste momento, minha honra e, mais do que isso, minha sincera emoção de estar diante do Senado Federal do meu País, após ter sido indicada para o cargo de Conselheira do Cade.

Tenho a impressão de que o relatório do Ex^{mo} Sr. Senador Cyro Miranda já pontuou adequadamente os aspectos principais da minha trajetória profissional, de forma que eu gostaria apenas de fazer dois esclarecimentos, e um deles diz respeito à minha atual situação funcional.

De fato, sou professora adjunta da Universidade de Brasília. Sou atualmente diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e estou no final do meu mandato. Certamente, caso tenha meu nome aprovado pelo Senado, deixarei essas funções, para ocupar exclusivamente o cargo do Cade.

Embora não exerça a advocacia, sou sócia – declarei isto expressamente – de um escritório de advocacia. Obviamente, vindo a ser aprovada pelo Senado, tomarei todas as providências no sentido da retirada da sociedade. Inclusive, mesmo sabendo que essas providências poderiam ser tomadas após a sabatina, já requeri meu pedido de licença junto à OAB. Estou aqui com a cópia protocolada do pedido, caso haja alguma necessidade nesse sentido.

Fora esse esclarecimento, eu gostaria apenas de ressaltar que, neste ano, completo 17 anos de formada em Direito e que dediquei boa parte desses quase 17 anos ao Direito Empresarial e ao Direito Econômico, incluindo aí o Direito da Concorrência. Dessa forma, a afinidade com o tema relacionado ao Cade e também com os temas conexos e complementares, como é o caso do Direito Societário, certamente, foi um dos principais motivos da minha satisfação com a indicação.

Também fiquei especialmente satisfeita em razão do momento em que essa indicação ocorreu, já que estamos diante de uma nova legislação, que procura reestruturar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, tornando-o mais ágil, tornando-o mais eficiente, tornando-o mais racional. Particularmente, vejo essa nova legislação com muito otimismo. Acho que a nova lei conseguiu manter muito da experiência positiva e já consolidada sob a égide da lei anterior. Também teve coragem para inovar nos assuntos em que isso era preciso, tal como ocorreu em relação ao controle prévio dos atos de concentração.

Assim, realmente, é uma grande honra e uma grande satisfação ter a oportunidade, é claro, desde que aprovada pelo Senado, de fazer parte desse novo momento da história do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência no Brasil.

Considerando, inclusive, as dificuldades de tempo de V. Ex^{as}, acho que eram esses os esclarecimentos que eu teria a fazer, desde já agradecendo antecipadamente a atenção e já me colocando à disposição para todos os questionamentos pertinentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr^a Ana de Oliveira Frazão. Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Pontual Ribeiro.

O SR. EDUARDO PONTUAL RIBEIRO – Bom dia, Sr. Presidente Delcídio do Amaral, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores!

Agradeço a oportunidade de estar aqui em frente aos senhores, esta oportunidade de avaliação do meu nome, indicado para Conselheiro do Cade.

Serei bastante breve na minha apresentação inicial, atendendo às agendas.

Entendo que o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência está num período muito interessante, com a entrada em vigor da Lei nº 12.590, aprovada no final do ano passado, reestruturando o sistema, tornando-o mais eficaz, mais eficiente e ainda mantendo as características do SVDC, que sempre foram verificadas frente aos seus pares no exterior ou em outros organismos pelas suas qualidades, qualidades essas principalmente de transparência e técnica, que espero contribuir.

A nova lei buscar tornar o sistema mais eficaz, mais eficiente, determinando claramente prazos para julgamento de atos de concentração, vários prazos são especificados, buscando com isso tornar o processo mais célere sem, ao mesmo tempo, prejuízo da qualidade técnica, da atenção aos problemas que porventura possam aparecer nos diferentes casos que são analisados. Esses prazos mais novos vieram conjuntamente com a ideia de uma informação prévia, da anuência prévia dos atos de concentração junto ao órgão, dessa forma, tornando os incentivos positivos para ambas as partes, de buscarem a melhor solução quando da análise.

Este momento de transição de implementação de uma nova lei é bastante desafiador, e entendo que o órgão está-se preparando ao máximo, com várias resoluções já publicadas, instituindo o procedimento sumário que busca tornar mais eficiente e eficaz a análise.

Não vou me demorar mais, passando a palavra ao Sr. Presidente e colocando-me, certamente, à disposição para responder quaisquer perguntas que os senhores tiverem para fazer.

Agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Pontual Ribeiro.

Passo a palavra agora para o sabatinado do Banco Central, Luiz Edson Feltrim.

O SR. LUIZ EDSON FELTRIM – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral; Ex^{mo} Sr. Relator, Senador Luiz Henrique, agradeço a generosidade de V. Ex^a nas palavras tecidas a meu respeito, agradeço muito o seu

relatório apresentado há pouco a S. Ex^{as}; Ex^{mos} Sr^{as} e Srs. Senadores; colegas do Banco Central; senhora e senhores; bom dia a todos. É um privilégio para mim estar, neste momento, diante das Ex^{mas} Sr^{as} e dos Ex^{mos} Srs. Senadores para este processo de sabatina. É um orgulho, para mim, como servidor de quase quatro décadas do Banco Central, ter esta oportunidade de ser ouvido pelos senhores, de ser arguido por V. Ex^{as} sobre a experiência que tenho desenvolvido no Banco Central durante todo esse tempo.

Minha formação é focada basicamente na área de supervisão bancária, supervisão bancária entendida aí o processo de regulação, o processo de fiscalização e o processo de autorização, área a que eu me dediquei especificamente, conduzindo a análise de várias operações que aconteceram no sistema financeiro, particularmente o cooperativismo de crédito a que, nos últimos 15 anos, eu me dediquei. Vejo realmente, no cooperativismo de crédito, um segmento muito forte pelo alcance social que esse setor pode trazer e pela capacidade que ele tem de reciclar a poupança na região onde ele atua.

Agradeço à Excelentíssima Senhora Presidenta Dilma Rousseff pela indicação do meu nome a este Senado, agradeço ao Presidente Alexandre Tombini pela confiança depositada ao apresentar o meu nome como candidato ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Eu asseguro, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o meu compromisso em cumprir fielmente a missão estabelecida para o Banco Central do Brasil, de assegurar o poder de compra da moeda e assegurar um sistema financeiro eficiente. E aqui, permitam-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, utilizar a palavra do próprio Presidente Tombini: “no compromisso de combater a inflação de forma intransigente, assim como buscar incansavelmente um sistema financeiro competitivo, eficiente, inclusivo”. E eu acrescentaria: um sistema financeiro socialmente justo.

Agradeço a atenção de V. Ex^{as} e coloco-me à disposição para os questionamentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Luiz Edson Feltrim.

Nós temos aqui cinco inscritos: Senador Aloysio Nunes, Senador Casildo Maldaner, Senador Luiz Henrique, Senador Francisco Dornelles, Senador Armando Monteiro.

Então, iniciamos aqui a sabatina com o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Sabatinados, Sr^{as} Sabatinada, Srs. Senadores, eu começo a minha in-

tervenção, a sabatina de hoje, dirigindo uma pergunta à Dr^a Ana de Oliveira Frazão.

Por lealdade à senhora – começo por aí –, eu estudei o seu currículo, tenho as melhores referências da senhora do ponto de profissional, do ponto de vista acadêmico, o competente parecer do Senador Cyro Miranda acentua toda a excelência do seu perfil profissional, mas hoje surgiu uma notícia na *Folha de S.Paulo* que a senhora, em parte, já respondeu, mas acho que seria importante que respondesse na totalidade, para que não pairasse nenhuma dúvida.

A senhora não será a primeira advogada a integrar o Cade, se for aprovada; haverá outros, já houve outros no passado, e eu acho bom que haja; inclusive, nem é a primeira nem será a última pessoa que saia da universidade, especialmente tendo uma carreira brilhante como a senhora tem, e vá integrar o nosso Cade.

Mas, nessa notícia da *Folha de S.Paulo*, existe um fato que eu gostaria que a senhora esclarecesse, uma vez que a questão do escritório de advocacia a senhora disse que já tomou todas as providências para se desligar dele. É a questão da compatibilidade entre a carga horária de um professor submetido a um regime de tempo integral e dedicação exclusiva e a sua atuação no escritório de advocacia. Nessa reportagem, aliás, já está esclarecido que a norma disciplinadora dessa questão foi editada e não abrangeria o exercício de advocacia. Mas, de qualquer maneira, eu peço a senhora que fale a esse respeito.

Tenho ainda duas perguntas relativas à citricultura, tema que já foi versado aqui na sabatina anterior pelo Senador Eduardo Suplicy. Eu dirijo uma à senhora e outra ao seu colega, ao seu futuro colega. Essa questão afeta muito fundamentalmente os produtores de laranja do nosso Estado, o Estado de São Paulo, uma vez que existe um processo crescente de concentração, que está em andamento há bastante tempo, na área industrial, que é também acompanhado por um processo de concentração na área da produção da laranja. Está se dando uma verticalização nas unidades industriais, com o consequente fechamento de pequenas unidades produtoras. Houve um tempo, no Estado de São Paulo, que havia mais competição. As indústrias citrícolas negociavam com os fornecedores, inclusive com a participação do Governo do Estado, mas o agigantamento das indústrias provocou a criação de associação de citricultores para tentar contrabalançar o jogo.

Acontece que hoje estamos assistindo a uma diversificação – eu poderia dizer até algum tipo de cisão – entre essas associações de produtores de laranja, de tal forma que foi sugerida a criação de um conselho que pretenda agir como fórum mediador entre todos

os agentes do setor, envolvendo indústria e também a produção do suco de laranja. A criação desse conselho, que seria um pouco semelhante ao que acontece com a cana-de-açúcar e a indústria do açúcar e do álcool, foi decidida por várias associações, mas ele não pode começar a funcionar sem que houvesse uma aprovação, pelo que eu sei, do Cade. Acontece que o esboço inicial da composição do conselho exclui, na sua composição, pelo menos duas entidades que são muito fortes e fortemente representativas do setor agrícola, que é a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado e a Associtrus, que é uma associação fora do sistema, digamos, corporativo oficial, mas que é muito representativa. Eu perguntaria à senhora se não é o caso do Cade, no momento em que for examinar esse estatuto, agir no sentido de que essa associação seja a mais representativa possível sem excluir entidades como essas a que eu me referi, que são muitos fortes no setor agrícola.

Também em relação ao suco de laranja, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça está investigando a formação de cartel no setor há muito tempo, desde 1999, há 13 anos, e não se chegou a nenhuma conclusão até agora. Houve tentativas de acordo que foram frustradas porque, na época em que houve, chegou-se próximo a um acordo que garantiria maior concorrência no setor, algumas das empresas estavam inadimplentes com o Governo, enfim, não se chegou a nenhum entendimento e essa questão se arrasta no Sistema de Defesa da Concorrência. Eu pergunto à senhora que sugestões teria de instrumentos legislativos ou alterações normativas que pudessem dar solução mais rápida a esses problemas que se arrastam há muito tempo e que deveriam ser resolvidos em benefício da concorrência?

Ao Dr. Eduardo Pontual Ribeiro, a minha pergunta diz respeito a notícias que vêm sendo veiculadas muito tempo pela imprensa que dão conta de que está se esboçando, no Brasil, a criação de uma “supertele”, eu me refiro a matérias nos jornais. Isso está sempre constante das revistas econômicas, dos jornais econômicos, que começa com a aquisição da Telecom pela Oi, depois a Portugal Telecom compra uma parte da Oi, e estão caminhando para formar uma grande empresa de telecomunicações no serviço público, que foi concedida à iniciativa privada, segundo o modelo que visava a preservar a concorrência. Quatro empresas de telecomunicações que deveriam operar cada uma delas numa determinada região. Acontece que está acontecendo um processo de criação de algo que tende a dificultar muito, tende a frustrar a ideia inicial da concorrência, sob o pretexto de criar-se um grande grupo, enfim, que aliás tem sido a atuação do Governo

atual com a ajuda do BNDES. Isso já ocorreu no setor de frigoríficos, quase acontece com supermercados.

Eu pergunto, Dr. Eduardo, se considera relevante que o Cade acompanhe esse processo, se informe sobre esse processo, tenha alguma ação no sentido de evitar que a pasta de dente saia do tubo e depois não possa ser colocada novamente dentro dele, que ações preventivas poderiam ser tomadas em relação a esse tipo de processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E eu não tenho perguntas ao...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ao Diretor do Banco Central, candidato.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ao meu coestaduanu, proveniente de Martinópolis. Acho que o eloquente parecer do Senador Luiz Henrique já diz tudo sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aliás, eu gostaria até de registrar, Senador Aloysio Nunes, que, um dia, se eu pedir para alguém me indicar para alguma coisa, vou pedir para o Senador Luiz Henrique fazer o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, eu também. Eu também. Estou me candidatando a isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, senhores sabatinados e caros colegas, serei breve. Em primeiro lugar, nosso Presidente Delcídio, há pouco, fez referências ao indicado ao Banco Central. E começo por aí. Vou apenas fazer um registro estribado na tese do Senador Luiz Henrique.

Ainda ontem, quando, numa conversa informal com o Dr. Luiz Edson Feltrim, deu para sentir de antemão. Eu não conhecia o relatório do Senador Luiz Henrique. Conheço muito bem e há muitos anos o colega, o companheiro, o irmão Luiz Henrique, e ele é muito rígido nisso. Quando começou a declinar aqui o parecer sobre o Dr. Feltrim como indicado a Diretor do Banco Central, e pela vida que tem levado ao longo de 37 anos, o embasamento do parecer do Senador Luiz Henrique... Ele é crítico, ele é duro, eu o conheço. Suas passagens por Santa Catarina e pelo Brasil só o levam a méritos. E friso, inclusive, no setor do cooperativismo, com a ideia de fortalecer. De um milhão e seiscentos associados de cooperativas foi para vários milhões agora, nesses anos, pelo Brasil inteiro. Eu tive a honra de ser, à época – até indicado pelo Governador Luiz Henrique –, Diretor Presidente do

BRDE, banco da região Sul, e pude ver os trabalhos que esse banco de desenvolvimento realiza com as cooperativas, que pretendem agora, inclusive, acessar recursos do FAT, por meio de um projeto que a Senadora Ana Amélia fez, que tive a honra de relatar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, e que está na Câmara dos Deputados, a fim de que possam acessar diretamente recursos do FAT também, recursos com menor preço, com menor custo, para atender os associados, fortalecendo a ramificação, no Brasil inteiro, de pequenos negócios.

Então, tenho a louvar, sem dúvida alguma, a tese de que o Dr. Feltrim será um grande diretor no Banco Central.

É esse o comentário que faço em relação ao indicado.

Em relação aos dois indicados ao Cade, levanto, primeiro, uma pequena dúvida. O indicado Eduardo Pontual Ribeiro está sendo indicado para o Cade por dois anos, na vaga do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo. Por dois anos. Vejo que a Dr^a Ana é por três anos; e aqui é por dois anos. Lembrava-me aqui, inclusive, o Senador Russo que, não faz tempo, Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo foi indicado aqui para o Cade. Eu não sei se a Presidência da Comissão tem condições de dizer se ele foi indicado há pouco tempo, se já faz um ano ou é um preenchimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Porque é em substituição. É o restante do mandato.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É para preencher o mandato?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Porque o titular assumiu no SuperCade agora outra função, que é de superintendente. Ele está sendo indicado para complementar o mandato de quem foi para a Superintendência do Cade. Essa é a razão. Mas é muito justa a preocupação de V. Ex^a, porque, no caso da Dr^a Ana, são três anos, e, no caso dele, são dois. É porque ele está substituindo, ele vai terminar o mandato do Ragazzo, que agora foi para a Superintendência do Cade.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E, para a Superintendência, não há necessidade de passar pela Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, ele foi sabatinado aqui, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ah, para ser conselheiro? E ele deixou de ser apenas conselheiro para ser superintendente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim, superintendente, e foi sabatinado aqui há duas semanas e aprovado no plenário. E aí, como

a vaga que ele ocupava ficou livre porque ele foi para a Superintendência, então, o Dr. Eduardo Pontual Ribeiro está sendo indicado para completar o mandato do Dr. Ragazzo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se faz duas semanas que ele foi sabatinado, seriam... Ele foi indicado para três anos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ele foi indicado para três anos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Três anos. Se faz duas semanas, por que o Dr. Eduardo só vai exercer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É porque o mandato dele de conselheiro é uma transição.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então, tem que ser mais de dois anos. Se faz duas semanas que ele foi indicado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, Senador Casildo. A questão... Aqui, o art. 113:

Art. 113. Visando a implementar a transição para o sistema de mandatos *não coincidentes*, as *nomeações dos Conselheiros observarão os seguintes critérios de duração dos mandatos, nessa ordem:*

I – 2 (dois) anos para os primeiros 2 (dois) mandatos vagos; e

II – 3 (três) anos para o terceiro e o quarto mandatos vagos.

Por isso é que o dele é de dois anos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Esclarecido. Esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Até peço desculpas se me enrolei aqui, mas a Dr^a Ana me salvou.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu apenas quero fazer um comentário. E o comentário que faço, Sr. Presidente, senhores indicados para o Cade, caros colegas, é bem breve.

O Senador Russo inclusive levantava o assunto cá comigo. Vejam bem como as coisas andam hoje. E não há crítica; pelo contrário, faço o comentário porque eu me lembro que, em meu outro mandato aqui, também apareceu um jovem como estes dois: o Furlan, catarinense, à época, indicado... Foi no outro mandato em que eu estava aqui no Senado. Um jovem que ia para o Cade. À época, eu também ficava meditando. E faço a meditação um pouco mais alto. Vejam bem aonde os jovens hoje chegam. O Eduardo e a Ana. A Ana, inclusive, ainda há pouco dizia que agradecia a presença dos familiares e a presença até de alunos nesta Comissão. Alunos? Quer dizer, já professora? Além disso, diretora de uma Faculdade de Direito aqui

de Brasília, da UnB. Eu tive a honra, quando Deputado Federal, de ir ao curso de Direito da UnB.

Vejam bem, hoje, os jovens – lembro-me de uma neta que tenho, de nove anos –, o que já fazem com o sistema eletrônico, o que já pensam, o que já dizem, onde já se encontram. Quando vejo os jovens hoje, aos 16 anos, votarem, eu fico meditando. Porque eu me lembro de que, uma época, para ser conselheiro de uma empresa, conselheiro da Petrobras, do BNDES, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas dos Estados, os conselheiros geralmente eram pessoas já bem vividas, que passaram por... Geralmente é isso. É praxe no Brasil. E no Cade eles farão a fusão de empresas. E eu pego as catarinenses, Perdigão e Sadia. Pela vivência que tenho, pelo que passei em minha vida pública, eu penso na responsabilidade de uma fusão de empresas, de bancos, de instituições financeiras. Vejam bem aonde os jovens no Brasil estão chegando.

Ao mesmo tempo em que enalteço, também quero dizer que é uma responsabilidade que a Dr^a Ana e o Dr. Eduardo estão a assumir perante o Brasil, perante a sociedade.

Senador Aloysio, caros colegas, é uma responsabilidade. Devemos pensar não apenas na questão teórica, que é para preencher, que existe isso, que tem que seguir, mas na responsabilidade perante a sociedade, se pode ou não pode.

Olha, vejam aonde nossos jovens chegam hoje. São dois jovens. E tamanha responsabilidade para medir fusões deste ou daquele setor, a fim de que a concorrência, a sociedade, o consumidor não seja prejudicado, que haja livre concorrência de mercado, para aconselharem, para verem como é, como não é.

Eu quero enaltecer. Agora, vão passar algumas noites indormidas para medir bem uma posição. Quero deixar essas minhas ponderações aqui, enaltecendo, sem dúvida alguma, nossos jovens hoje assumindo tamanhas responsabilidades. Não há dúvida, vão brilhar. São tempos para marcar a vida. Eu quero apenas fazer esta reflexão. É o comentário que faço, Sr. Presidente, a vocês dois, jovens, que vão assumir essas responsabilidades, sem dúvida alguma, para meditar e para enaltecer aonde chega a juventude hoje, que está galgando ótimos currículos.

Nós trocávamos ideias há pouco, não é, Senador Russo? Eu sei que os que assistem... Mas vamos lá. Sucesso. Sucesso porque as coisas bem medidas serão o sucesso dos consumidores, serão o sucesso da sociedade brasileira. É importantíssimo isso. Eu pego pelo Furlan, um jovem catarinense que assumiu, passou pelo Cade. Não sei se continua lá. Mas passou pelo Cade, o Furlan, um jovem catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobres sabatinados, Ana de Oliveira Frazão, Eduardo Pontual Ribeiro e Luiz Edson Feltrim.

Inicialmente, vou dirigir uma pergunta aos ilustres sabatinados do Cade. A globalização da economia é uma realidade. É uma realidade que não se aplaude, não se vai; simplesmente tem que se admitir que a globalização é uma realidade. E ela deslocou a competitividade das empresas de dentro do País para o conjunto internacional. Isso vem ocorrendo porque as organizações empresariais são obrigadas a ganhar escala para competir no comércio internacional. Observa-se isso em todo o mundo, principalmente nos países desenvolvidos. É um processo crescente de fusões e incorporações de empresas.

Temos observado uma posição do Cade mais voltada ao que representariam essas fusões em relação ao mercado interno. A intenção justa e bem intencionada de proteger a nossa população em relação à formação possível de cartéis. Mas, tendo havido o deslocamento da competição empresarial cada vez mais forte para a órbita internacional, essa visão meramente doméstica não mereceria uma revisão da nova política do Cade, contrabalançando a preocupação com a não formação de cartel interno com a necessidade de conglomeramentos para que essas empresas possam ser *players* internacionais, com capacidade de ganhar a competição difícil, cada vez mais dura, com organizações semelhantes instaladas em todo o mundo? Essa é a pergunta que eu formularia aos dois ilustres sabatinados do Cade.

Relativamente ao Dr. Edson Feltrim, eu perguntaria a V. Ex^a, já que V. Ex^a é autor, praticamente, é um dos autores das leis que disciplinaram a criação das cooperativas de crédito e que disciplinaram o funcionamento das organizações de microcréditos, tendo em vista que, hoje, o sistema de crédito cooperativo é muito atomizado em cooperativas que não se congregam numa só organização, se não seria uma boa política para o sistema cooperativo de crédito a criação de bancos estaduais de crédito cooperativo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Vamos ouvir todos os Senadores, e aí os sabatinados respondem.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria

inicialmente cumprimentar a Presidente Dilma Rousseff pela indicação do Dr. Luiz Feltrim, da Prof. Ana de Oliveira Frazão e Prof. Eduardo Ribeiro para o Banco Central e para o Cade.

Eu tenho o privilégio de conhecer a professora e o Eduardo e quero testemunhar aqui que são pessoas do mais alto gabarito e que muito vão o honrar o Cade com a presença de cada um deles.

Eu queria fazer a seguinte colocação a vocês. Trata-se do problema da situação do ramo da atividade empresarial em que ocorreu a infração, ou seja: se uma empresa atua através de subsidiárias em todo o País e se existe uma infração localizada, qual seria a base de cálculo para a colocação dessa multa? Colocar a tendência do faturamento nacional mesmo para infração é totalmente local preocupa muito.

Recentemente o Cade colocou a Resolução nº 3, que trata do problema da definição do ramo da atividade empresarial em que ocorreu a infração. Eu gostaria de comentário sobre a Resolução nº 3, principalmente sobre o seu art. 2º, que diz “quando não for possível obter o faturamento bruto”. Em que situações isso pode ocorrer? Faturamento bruto todo mundo pode obter. Eu gostaria de comentários sobre essa Resolução nº 3.

Ainda no art. 37, estabelece que “no caso de pessoas físicas ou jurídicas, não sendo possível utilizar-se o critério do faturamento bruto, a multa será entre R\$50 mil e R\$2 bilhões”. Dois bilhões de reais acabam com qualquer empresa! De modo que eu queria saber em que situações o Cade recolheria essa multa, dizendo que não é possível se utilizar o critério do faturamento bruto. Essa preocupação preocupa enormemente aqueles que atuam no ramo empresarial do Brasil. E ainda mais: o administrador da empresa será sujeito a uma multa que poderá ser 20% daquela aplicada à empresa. Isso quer dizer que o administrador pode estar sujeito a multa de R\$400 milhões; é um valor que realmente que se tentou modificar aqui no Senado, mas não foi possível. Estabeleceu-se apenas a multa global de um para trinta; ficou em 0,1 para 20%.

Agora eu quero saber a regra geral para aplicar essa penalidade. Ou seja, se em uma empresa que atua em todo o Brasil existe uma infração num extremo, como vai ser colocada e calculada a multa sobre essa empresa?

Passando do macro, eu diria, até para o micro, o Cade está olhando muito o problema de concentração de empresas. Agora, há situações do oligopsônio, que estão ocorrendo em alguns Estados. Por exemplo, no Rio de Janeiro, os produtores de leite não têm opção a não ser vender para uma empresa, têm um único comprador, que eliminou todos os outros do mercado. Nesse caso, esses são escravos daquele único com-

prador de leite no Estado. Eu quero saber como o Cade examina e trata o problema do oligopsônio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar os indicados e destacar aqui que a trajetória de todos os credenciam amplamente para as missões que lhes serão cometidas.

Quero destacar a circunstância feliz de ter aqui o Cade e o Banco Central para colocar uma questão que acho ser fronteira dessas duas áreas. É a questão da concorrência no sistema financeiro, ou seja, há no Brasil claramente uma zona cinzenta que, na prática, tem se traduzido no seguinte: no que diz respeito à defesa da concorrência, o Sistema Financeiro Nacional está poupado de supervisão. Por quê? Porque o Banco Central considera que ele deve exercer essa função, mas que, na realidade, cinge-se apenas à questão de riscos; a questão prudencial se estende, e o Cade, que deveria atuar sobretudo zelando pela defesa da concorrência no sistema, é tolhido, porque o Banco Central avoca para si algo que, na realidade, ele não exerce.

É importante lembrar que esta Casa, em 2007, aprovou um projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães que agora se encontra na Câmara, o Projeto nº 412, que é de 2003, que estabelece, de forma clara, ou pelo menos define, delimita a competência do Cade, para que o Cade possa atuar supletivamente, sem, evidentemente, usurpar as atribuições do Banco Central naquilo que toca ao Banco Central.

Então, eu quero aproveitar a presença do Banco Central e do Cade para perguntar o seguinte: como tratar essa questão, que pode demandar uma solução legislativa? Mas, na prática, a questão dos *spreads* no Brasil reflete claramente a falta de atuação na questão da defesa da concorrência, ou seja, há uma enorme concentração no sistema financeiro. O que há, na realidade, são práticas oligopolistas que se têm traduzido em grande prejuízo para o consumidor nacional no que diz respeito ao nível de *spreads* e no que diz respeito ao nível das tarifas bancárias.

Então, eu gostaria de ouvir os representantes do Cade e do Banco Central sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Passo a palavra ao britânico Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente, competentíssimo Presidente desta Comissão.

Cumprimento a Presidência da República pelas indicações e parabenizo o Cade e o Bacen pelos futuros ingressantes.

Em relação ao Cade, uma das condições exigidas na Lei nº 12.529 é que parte dos benefícios da concentração seja repassada aos consumidores. É possível garantir, de forma permanente, esse repasse aos consumidores? Ou, depois de aprovada a concentração, será mais difícil a fiscalização? Quem fiscalizará esse repasse e de que forma?

Para o Dr. Luiz Edson Feltrim eu tenho uma única pergunta: o senhor é favorável a que a legislação estabeleça mandatos fixos para o Presidente e para os diretores do Bacen, conferindo, assim, uma autonomia maior e formal aos seus dirigentes?

Essas são as duas questões.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Cyro Miranda, pelo objetividade.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente Delcídio, nossos sabatinados no dia de hoje, cumprimento todos.

Na realidade, não é bem uma pergunta, mas uma observação que eu gostaria de fazer aos dois que estão sendo indicados ao Cade,

Ao Dr. Luiz Feltrim, boa sorte. Pelo seu currículo e pela sua história no Banco Central, não há nenhuma pergunta, nenhum reparo a fazer.

Também não faço pergunta a vocês, mas apresento uma constatação.

A gente tem visto que há uma concentração bastante grande no mercado, principalmente aqui. E vou me referir a essa área, porque estamos com uma discussão grande sobre a questão dos frigoríficos. Eu também quero deixar claro que eu não sou contra a formação de grandes empresas nacionais, o que, inclusive, cria condições de irem para fora do Brasil e também de serem grandes empresas lá fora. Eu defendo o fortalecimento das empresas nacionais, porque o Brasil, como grande produtor, precisa aprender a comercializar fora também; ele precisa ter os pontos de distribuição fora. Não adianta só produzir, porque o produtor sempre ganha menos do que quem distribui, e nós temos condições e capacidade de buscar fora uma parte desse ganho, de trazê-lo para o Brasil e de garantir mercado para os produtos brasileiros. Então, para mim, a política de fortalecer as empresas está correta.

É correto esse tipo de política, mas não está correta a forma como o Governo – e passa pelo Cade... Quando nós criamos condições econômicas, financeiras

ras para essas empresas crescerem, serem grandes e fortes e respeitadas lá fora, nós não estamos olhando para os pequenos, porque cada vez que uma empresa cresce e fica forte, ela muda o jeito de se relacionar com o mercado, principalmente o mercado primário. As regras começam a vir de cima, e o gerente, a pessoa que está lá no frigorífico ou na unidade do interior perde autonomia; a relação dele com o cliente fica diferente, e o produtor fica um pouco órfão nessa situação.

Quero deixar para vocês, que estão indo para o Cade uma sugestão: no momento em que vocês analisarem as fusões, que vocês criarem as condições para que as empresas brasileiras fiquem fortes, vocês não podem esquecer – e não é com vocês, mas com o Governo, com o BNDES, com as instituições – que as instituições financeiras não podem criar mais complicações para os pequenos.

Eu quero dizer o seguinte: eu tenho R\$2 bilhões para colocar em uma empresa para que ela seja uma grande empresa nacional e internacional, mas eu não tenho R\$100 milhões para distribuir entre quatro, cinco, seis pequenos que vão continuar a abater, a produzir, a receber, a fazer o beneficiamento desses produtos. É disso que, hoje, o setor reclama.

O Senador Moka está inscrito para falar de mim – acho que na sequência –, e tenho certeza de que ele fará uma observação nesse sentido também. Não tirando as palavras dele, mas lá no Mato Grosso do Sul, no Estado do Presidente Delcídio do Amaral, lá no Mato Grosso e em Goiás, a gente vê essa concentração sendo ruim para os produtores; eles ficam sem referência. E quando você é sozinho e muito grande passa a ser mãe, padrasto, madrinha e malfeitor. Não tem jeito! Então, por mais que a companhia queira ser correta e direita, sempre haverá reclamações contra ela.

Vou dar aos senhores o exemplo do que aconteceu com a minha empresa, que não é nenhuma grande multinacional. Eu tenho uma empresa e fomos para uma região do Mato Grosso onde nós começamos a colonização, e aquilo virou um negócio muito grande. Hoje, produzem-se dois milhões de toneladas de soja naquela região e, onde foi construída a cidade, onde hoje estão os armazéns era propriedade da minha empresa, da minha família. Mas eu nunca quis ficar sozinho. Abri espaço lá para que fosse a Cargill, que fosse Bunge, Dreyfus e tantos outros que estão no mercado para lá competirem, porque no período em que eu fiquei sozinho, eu podia fazer o que Deus faz, mas eu não consegui agradar ninguém. Eu era apedrejado pelo bem e pelo mal. No momento em que nós deixamos a concorrência entrar, ficou uma maravilha para todo mundo.

Então, é isso que eu gostaria de deixar aqui para a reflexão de vocês do Cade: a concorrência é salutar, a concorrência é necessária. É a concorrência que faz com as empresas fiquem ativas, que sejam modernas, que cresçam, porque o monopólio ou um negócio sozinho leva à acomodação, e não se consegue ver as deficiências.

Então, eu queria fazer aqui a observação de que, no momento em que vocês forem julgar essas fusões, vejam se colocam lá embaixo uma recomendação ao BNDES; “Não se esqueçam dos pequenos. Eu deixo financiar o grande, mas quero que você dê oportunidade aos pequenos, porque aqueles pequenos também devem ter a chance de serem grandes algum dia.”

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado.

Estou absolutamente de acordo com a fala do Senador Blairo Maggi.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, considerando que todos os sabinados já fizeram – aliás, de forma muito brilhante – a sua exposição, eu pergunto a V. Ex^a se poderia consultar os Senadores para ser aberto o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com relação à sugestão do Senador Dornelles, se todos os Senadores estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, de acordo, eu encerro as inscrições dos oradores com o Senador Moka e abro o processo de votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, vou ser muito breve.

Na verdade, o Senador Blairo Maggi falou exatamente aquilo que eu gostaria de falar, e eu não quero ser redundante.

Eu quero fazer uma saudação especial a Luiz Edson Feltrim, porque, na verdade, o Banco Central tem ajudado muito as cooperativas, sobretudo as cooperativas de crédito, que tinham uma dificuldade para entrar nesse mercado.

Eu quero saudar e tenho certeza de que, ao fazer parte da diretoria, nós vamos continuar tendo o mesmo atendimento que o nosso presidente Alexandre Tombini tem dado.

Voltando para a Sr^a Ana de Oliveira Frazão e o Sr. Eduardo Pontual Ribeiro, eu quero dizer que nós, a partir da Acrissul, da Acrimat e de dez entidades de classe do setor rural, protocolamos no Cade uma...

Porque foi escrita uma denúncia, mesmo, de concentração de mercado dos frigoríficos.

Essa questão da carne... Eu ouvi o Senador Dornelles falando de laticínio.

Senador Delcídio, isso vai acontecer. Na medida em que o BNDES financia as grandes empresas, aí deve ter um critério de escolha, mas se eu escolho uma e ela tem aporte de grandes recursos, eles entram comprando e, aí, as pessoas falam: “Aponte-me um frigorífico que nós compramos e fechamos”. Não, compra fechado e deixa fechado, Dr^a Ana.

Então, é isso que não pode acontecer.

Vocês serão indicados e certamente votados, mas tenho esse tipo de preocupação. Como diz o Senador, eu não tenho absolutamente nada contra. Eu acho que a competição que tem provocado essa distorção é a da economia globalizada.

É claro que o JBS, para concorrer no mercado internacional da carne, precisa disso, agora, nós não podemos esquecer que comprar dois frigoríficos e fechar a unidade na pequena cidade vai provocar desemprego na pequena cidade, vai diminuir a concorrência, sem falar que, ao longo do tempo, o produtor rural ou o produtor de leite vai ficar nas mãos de um, dois, três, no máximo cinco grandes empresas. Aí, vai afetar, evidentemente, o preço daqueles que produzem.

Então, fica aqui, sem nenhum tipo de acusação, a preocupação que V. S^{as} têm de ter quando no exercício da função no Cade.

No mais, mais uma vez, saúdo de uma forma muito especial o Sr. Luiz Edson Feltrim.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Também concordo plenamente com os argumentos muito bem colocados pelo meu companheiro, Senador Moka, do nosso Estado de Mato Grosso do Sul.

Passo a palavra, agora, à Dr^a Ana de Oliveira Frazão, para responder às perguntas feitas pelos Senadores e Senadoras, aliás, diga-se de passagem, perguntas muito qualificadas – a gente fica contente por fazer uma sabatina desse nível –, e abro o processo de votação, porque eu sei que tem muitos Senadores, aí, que têm outras Comissões também em que atuar. Portanto, abro o processo de votação.

Dr^a Ana de Oliveira Frazão, com a palavra.

A SR^a ANA DE OLIVEIRA FRAZÃO – Exm^o Sr. Senador Aloysio Nunes, inicialmente, agradeço desde já pelas suas perguntas, especialmente a relacionada à questão do esclarecimento da minha situação pessoal, porque é uma excelente oportunidade de fazê-lo.

Na verdade, como o senhor já adiantou, a questão... Independentemente, aí, até da jurisprudência do

Superior Tribunal de Justiça a favor dessa possibilidade, é muito importante asseverar que o maior foco de discussões, pelo menos na Universidade de Brasília, a esse respeito decorria exatamente da inexistência de um ato normativo que pudesse, minimamente, dizer o que se pode considerar como colaboração esporádica a ser realizada pelo professor em dedicação exclusiva. Até por insistência do Ministério Público Federal, a UnB finalmente cumpriu essa sua obrigação e editou esse ato a que o senhor se refere.

Esse ato, a meu ver, resolve os dois pontos neurálgicos da questão: em primeiro lugar, porque ele diz claramente que essas atividades externas não apenas são possíveis, como são desejáveis, porque isso aproxima o docente da sociedade, do mundo, especialmente em áreas como o Direito, a Medicina, as Engenharias e diversas outras, nas quais é importante esse saber prático.

Isso está expressamente nos considerandos dessa resolução. Também no art. 3º, inciso V, expressamente se autoriza a prática de atividades técnico-profissionais.

V. Ex^a comentou que não está expressa a questão da advocacia, e de fato não está, porque é uma resolução que irá valer para toda a universidade e que tem de abranger Engenharia, Medicina e diversas outras áreas. Porém, se há uma área em relação à qual não poderia haver dúvida sobre essa possibilidade, essa é exatamente a advocacia, porque o Estatuto da OAB assegura a advocacia. Prevê em *numerus clausus* incompatibilidades e, dentre elas, não está presente essa questão. De qualquer forma, estou também à disposição.

O senhor me perguntou também sobre a questão da compatibilidade, e o que eu posso dizer para o senhor é que qualquer um que examine o meu currículo pode ter a certeza não apenas da minha dedicação à universidade, como inclusive da mais absoluta impossibilidade material de exercer qualquer outra atividade que não fosse em regime de colaboração esporádica. Basta dizer, dentre inúmeras outras coisas, que sou diretora de faculdade, estou dispensada de dar aulas e, mesmo assim, continuo com as minhas aulas na graduação e na pós, com todas as minhas publicações. Aliás, sou uma das professoras que mais publica na minha faculdade, com projetos de pesquisa. Sou uma das poucas professoras da minha faculdade que tem projeto de pesquisa internacional, participo de todas as etapas da minha faculdade com muito zelo e muito cuidado.

Então, essa seria a resposta à primeira questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado. Estou satisfeito.

A SR^a ANA DE OLIVEIRA FRAZÃO – Em relação às suas questões de fundo, Senador, realmente V. Ex^a traz aqui duas questões fundamentais. Uma é a questão da concentração e da eventual representatividade da Consecitrus (Conselho dos Produtores de Laranja e das Indústrias de Suco), e, de fato, tenho obviamente acompanhado essa questão pela imprensa. Obviamente, se for o caso, aqui terei de me debruçar mais detidamente sobre ela, mas me parece que a questão crucial a respeito disso é precisamente o que o senhor levantou: a necessidade de representatividade. E certamente o Cade terá de considerar isso ao avaliar a questão.

Em relação à questão do cartel, V. Ex^a toca também num dos assuntos mais delicados para o direito da concorrência, que diz respeito exatamente à comprovação do cartel, uma vez que o mero paralelismo de condutas não indica necessariamente a existência do cartel. Certamente, há necessidade aí de aperfeiçoamento de uma série de iniciativas, inclusive de um maior entrosamento entre o Cade, o Ministério Público Federal e mesmo o Poder Judiciário, que é quem irá autorizar muitas vezes uma série de provas necessárias para a configuração do cartel, isso sem prejuízo de uma série de outros instrumentos que já estão previstos na própria lei, como é o caso do acordo de leniência, que, se bem utilizado, poderá inclusive ser um importante instrumento de comprovação e também de combate aos cartéis.

Em relação à colocação do Ex^{mo} Sr. Senador Casildo Maldaner, de fato, Senador, agradeço a intervenção e não tenha dúvidas de que eu – e já falo também em nome do meu colega – e o Dr. Eduardo temos total consciência da responsabilidade que passará a pesar sobre os nossos ombros caso sejamos aprovados. Nós temos a completa consciência do momento histórico que vive o sistema brasileiro de defesa da concorrência, mas estamos com muita empolgação e disposição para assumir essa responsabilidade da melhor maneira possível.

Então, posso garantir para V. Ex^a que a empolgação e a disposição são proporcionais ao peso da responsabilidade.

Em relação à questão levantada pelo Ex^{mo} Sr. Senador Luiz Henrique, de fato, a questão da globalização hoje vem tornando a questão do controle do poder econômico cada vez mais complexa, o que muitas vezes requer até mesmo uma cooperação entre as diversas autoridades antitruste. É claro que, quando estamos falando de práticas internacionais, surgem aí uma série de problemas, inclusive os relacionados aos conflitos de legislação, aos conflitos de jurisdição e diversos outros. Mas, no que se refere à questão

específica levantada por V. Ex^a, parece-me que qualquer que seja a finalidade apresentada pelos agentes envolvidos numa concentração, ainda que seja para fazer frente eventualmente a uma concorrência internacional, o mercado interno sempre terá de ser considerado, até porque a competência precisa do Cade diz respeito exatamente a esta análise: saber que efeitos anticoncorrenciais poderão surgir no mercado brasileiro. De forma que parece que essa é a melhor alternativa e algo que inclusive vem sendo cumprido pelo Cade, esse cuidado, portanto, sempre com o mercado interno.

Ex^{mo} Sr. Senador Francisco Dornelles, V. Ex^a levanta aqui duas questões realmente importantes, uma relacionada ao ramo de atividade, mas que diz respeito claramente à questão da proporcionalidade das multas, e a questão dos oligopsônios. Em relação à questão do ramo de atividade, pareceu-me coerente a adoção desse critério, uma vez que agora o parâmetro é o grupo.

E o que fez o Cade ao regulamentar o ramo de atividade?

Ele procurou, desde já, adotar critérios objetivos, critérios seguros, para que as empresas pudessem inclusive antever com segurança e previsibilidade quais critérios seriam utilizados no cálculo das multas.

Então, o próprio Cade, de certa forma, reduziu bastante a sua discricionariedade. Problemas, como os levantados por V. Ex^a no sentido de que uma determinada conduta pode estar restrita a uma área geográfica, me parece que poderão ser resolvidos por meio da dosimetria da própria pena. Como a atual legislação prevê uma diferença de 0,1% até 20, então, caberá aí ao Cade, no exercício de toda sua prudência, considerar esse aspecto geográfico da conduta ao fixar, portanto, o valor da pena.

A respeito da indagação de V. Ex^a, que se refere ao art. 37, II, parece-me que, aqui, uma das grandes finalidades era, muitas vezes, a de se calcularem as multas de entidades que não são empresariais, como, por exemplo, associações que não têm propriamente faturamento, mas que, muitas vezes, congregam agentes econômicos importantíssimos. Daí porque a solução legal foi a de se fixar, desde já, um valor absoluto, já que eventualmente não teria essa referência, que é uma referência dos agentes empresariais.

Em relação à questão do oligopsônio, certamente o tratamento a ser dado pelo sistema brasileiro de concorrência é o mesmo dos casos de monopólio. Muitas vezes nós nos concentramos, ao mencionar o abuso de poder econômico, exatamente na possibilidade que o agente tem de aumentar os seus preços, sem nos lembrar que outra demonstração muito importante de poder econômico é exatamente a possibilidade de re-

duzir os preços daquelas pessoas que são, então, os fornecedores. Então, certamente, se isso acontecer e gerar efeitos anticoncorrenciais, deverá ser tratado com os mesmos rigores, por exemplo, do monopólio.

Em relação à questão suscitada pelo Ex^{mo} Sr. Senador Armando Monteiro, na verdade, é até bom que estejamos aqui também com um representante do Banco Central. Ela é uma das discussões mais delicadas, porque diz respeito a como equilibrar diferentes regulações, mas que, muitas vezes, têm um objeto, o mesmo objeto, porém vieses totalmente distintos. E o que eu teria a dizer a V. Ex^a é que a minha impressão inicial é de que esses controles deveriam caminhar para uma complementaridade, até porque cada um irá analisar o ato sob aspectos diferentes. V. Ex^a mesmo mencionou que, normalmente, a análise feita pelo sistema financeiro é uma análise distinta. É uma análise que se preocupa com a estrutura, com a higidez do sistema, com uma série de outros aspectos de interesse público, enquanto a análise do Cade é uma análise de mercado, é uma análise, portanto, mais geral. E me parece que elas não apenas são possíveis de serem feitas em conjunto, mas até deveriam ser feitas assim.

Como fazer isso, na verdade, se trata aí de um problema delicado. Envolve a cooperação entre essas diversas autoridades. Enfim, me parece que ainda há um caminho a ser trilhado, mas pelo menos essa seria a minha avaliação provisória do assunto.

Em relação à consideração do Ex^{mo} Sr. Senador Cyro Miranda, V. Ex^a toca numa questão muito importante, que diz respeito exatamente à distribuição dos efeitos benéficos dos atos de concentração em relação aos consumidores. De fato, essa é uma exigência legal. A legislação anterior falava inclusive em distribuição equitativa. A nova legislação continua exigindo uma distribuição significativa desses resultados. Isso é feito, claro, a partir de algumas projeções. O próprio guia de análise de concentrações horizontais procura tratar de uma série de cuidados que devem ser feitos. Então, eficiências que trarão benefícios ao consumidor deverão ser analisadas em termos de probabilidade, em termos, de fato, de que haja uma expectativa de que venham a acontecer. Mas uma coisa é certa, Senador: o Cade tem inúmeros instrumentos para fazer valer essas condições. Ele pode aprovar o ato com condições. Além de tudo, essas condições podem ser negociadas também no acordo de controle de concentrações. E ainda vale lembrar que, mesmo após a aprovação do ato, sempre que aquelas empresas praticarem uma conduta anticoncorrencial, também há aí o controle de conduta, ou seja, independentemente da estrutura, resta aberta a possibilidade também de punir eventuais condutas anticoncorrenciais que daí decorram.

Em relação à colocação do Senador Blairo Maggi, na verdade, diz respeito aos frigoríficos essa necessidade de que o controle da concorrência possa, de fato, prestar atenção também no mercado interno, principalmente nos pequenos produtores. Sem dúvida nenhuma, essa é uma preocupação não apenas restrita à questão dos frigoríficos, mas – acho – a todos os setores da economia. Então, certamente, é algo que terá que ser considerado sempre.

Por fim, em relação à colocação do Ex^{mo} Sr. Senador Moka, de fato, a grande preocupação, Senador, parece ser exatamente a proteção do mercado interno, preocupação essa que se desloca para a proteção do consumidor, como destinatário final dessas práticas, mas também para a proteção da concorrência, o que inclui, exatamente, a manutenção do número de competidores. De forma que todas essas considerações, certamente, balizam o controle de operações como essas.

Não sei se respondi, adequadamente, às colocações, mas, enfim, devolvo a palavra ao Ex^{mo} Presidente, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr^a Ana de Oliveira Frazão.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Eduardo Pontual Ribeiro.

O SR. EDUARDO PONTUAL RIBEIRO – Obrigado, Sr. Presidente. Retomando as questões, embora muitas tenham sido direcionadas a ambos, vou tratá-las da mesma forma, iniciando, primeiro, pela pergunta específica do Ex^{mo} Sr. Senador Aloysio Nunes sobre a preocupação com o sistema de telecomunicações. É importante notar que existe, além do Cade, um setor regulamentado em que os comportamentos das empresas e a atuação dependem da ação desse regulador. E, de qualquer forma, a ação complementar do Cade em relação às telecomunicações é de preocupação, como sempre, com que os consumidores não sejam prejudicados nesses movimentos. É um setor, ao mesmo tempo, de tecnologias, com muitas mudanças. Deve ser sempre levada em consideração a efetiva situação competitiva dos setores ao longo do tempo.

Prosseguindo com os comentários do Ex^{mo} Sr. Senador Casildo Maldaner, agradeço as palavras e, certamente, entendo essa enorme responsabilidade que, se aprovado aqui, na Comissão, e no plenário, passarei a ter. Por outro lado, a juventude me dá muita vontade de dar o meu melhor para essa atividade, apoiado também nos mais de 15 anos que tenho de atividade de pesquisa em economia e como docente, mas, certamente, essa responsabilidade é algo de que não fugirei. E o Cade tem impactos significativos

na sociedade, para os consumidores, para a estrutura produtiva do País como um todo.

Exmº Sr. Senador Luiz Henrique, é interessante notar que o comércio internacional sempre é uma via de duas mãos: não só empresas brasileiras tentam atuar no exterior, como empresas internacionais operam no Brasil. E, dessa forma, a atuação das empresas deve ser positiva. A atuação das empresas brasileiras no exterior deve sempre trazer benefícios para os consumidores brasileiros, não só pelo mandato legal, que o tribunal é orientado a seguir, mas também pela própria vantagem de que empresas que, em geral, são boas competidoras no exterior também partem de um conhecimento de competição, de competência, em geral, a partir do seu país de origem.

Exmº Sr. Senador Francisco Dornelles, em relação aos pontos que foram levantados, acredito que a ideia de determinação dos ramos de atividade veio para dar mais transparência aos agentes econômicos. A parte da resolução que trata deixa muito claro que apenas em casos excepcionais em que as empresas ou o grupo não puderem prestar a informação do ramo será considerado o faturamento do grupo, mas isso são casos de excepcionalidade. Imagino que os grandes grupos terão essa informação disponível para o Cade nos julgamentos. E, de qualquer forma, sempre tive a percepção de que o legislador, ao colocar a amplitude da multa de 0,1% até 20%, sempre pensou na dosimetria apropriada para cada caso. Então, isso deve atender às preocupações. Certamente, as multas nunca são punitivas além do que devem ser; de acordo apenas com o que diz a lei; não vão além disso daí. Ou seja, alcançar os objetivos sem, ao mesmo tempo, gerar ônus desnecessários ou, na verdade, incentivos opostos aos objetivos da própria lei.

Quanto ao poder de compra – isso é um tema que foi mencionado por vários outros Senadores –, certamente, o Cade está preparado para a análise de condutas, a análise de abusos, de posições dominantes. Como bem colocou a Srª Ana Frazão, em geral, pensamos nisso para os consumidores, mas isso também é muito relevante para os produtores. Relações verticais na cadeia são muito relevantes. E, certamente, seria muito ruim se o Cade se omitisse, o que não deve acontecer, quando esse abuso de uma posição dominante no poder de compra começasse a fragmentar a capacidade de fornecimento de próprio acesso, fechamento de fornecedores. Isso, certamente, é um sinal de que há algo errado e que deve haver uma intervenção para garantir que os fornecedores não sejam prejudicados.

Sr. Senador Armando Monteiro, inicialmente, agradeço as palavras do relatório, muito gentis e ge-

nerosas. Sobre essa relação entre o Banco Central e o Cade, isso é um tema muito importante, que deve ser pautado pela complementaridade. São órgãos de Estado que têm seus objetivos específicos delineados na Constituição e nas leis que os regem. Ao mesmo tempo, acho muito importante que haja um debate bastante amplo de todos os elementos da sociedade para garantir que as vantagens de cada órgão possam ser aplicadas para o bem-estar da sociedade brasileira. Certamente é um tema importante, que deve ser mantido em discussão.

Exmº Sr. Senador Cyro Miranda, acompanhando as palavras da Srª Ana Frazão – espero não ser muito redundante –, certamente, o Cade tem capacidade de acompanhar as fusões. O Departamento de Estudos Econômicos, hoje previsto na lei, tem como previsão fazer o acompanhamento de mercado, entendendo o que está acontecendo. E, no caso de fusões, se elas não forem revistas, o comportamento desse novo ente econômico, que agora é o que tem uma posição maior, pode ser avaliado pelo lado das condutas. Então, dessa forma, atender-se-ia a essa preocupação de acompanhamento permanente e garantia de que não há nenhum exercício abusivo do poder econômico, objetivo da nossa lei.

Exmº Sr. Senador Blairo Maggi, também tratando de questões de frigoríficos, acho que a questão essencial é a manutenção da saúde. A concorrência tem um efeito muito bom de manter a saúde de toda a cadeia produtiva. Nenhum elo dessa cadeia pode estar criando situações de redução de oferta, porque isso irá, de uma forma ou outra, afetar todos os consumidores, afetar a própria economia brasileira como um todo. Essa concorrência deve ser sempre fomentada. A entrada é um aspecto muito relevante da competição. E essa entrada é algo que garante o sistema de livre iniciativa ao seu funcionamento.

Exmº Sr. Senador Waldemar Moka, encerrando os comentários, essa preocupação do senhor certamente carregarei para o Cade, se aprovado aqui, preocupação de evitar fechamentos de mercado, com redução de oferta e prejuízo a toda a economia brasileira. Certamente, não deve haver nenhuma atitude condescendente em relação a isso, sendo tudo instruído dentro do processo apropriado, ouvindo as partes e com uma investigação detalhada em todas as etapas das situações se, porventura, apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Pontual Ribeiro.

Passo a palavra agora, para encerrar aqui as respostas – e digo aos Senadores e Senadoras que ainda não votaram que as cédulas se encontram aqui sobre a Mesa –, ao Dr. Luiz Edson Feltrim.

O SR. LUIZ EDSON FELTRIM – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a generosidade das palavras dos Ex^{mos} Srs. Senadores a respeito da atuação do Banco Central, particularmente no que diz respeito ao segmento cooperativa de crédito. De fato, esse é um tema muito caro para o Banco Central. Isso consta da agenda permanente da nossa organização. O Presidente Alexandre Tombini tem se dedicado muito ao assunto cooperativa de crédito, porque vemos a cooperativa de crédito como uma ferramenta importante para a inclusão financeira. Ela alcança regiões que precisam ser alcançadas pelo sistema bancário do Sistema Financeiro. A cooperativa de crédito é uma alternativa importante para a concorrência no Sistema Financeiro.

E aí já me dirijo às colocações do Ex^{mo} Sr. Senador Luiz Henrique a respeito da atomicidade do sistema cooperativa de crédito. De fato, quando a gente olha as cooperativas de crédito num conjunto, elas representam a terceira rede de agência no Sistema Financeiro. O que falta na cooperativa de crédito? É o ponto ressaltado pelo Senador Luiz Henrique, que é justamente a intercooperação. Acho que a palavra necessária para que o segmento cooperativa de crédito possa se desenvolver mais ainda é essa intercooperação. Quer dizer, se essa grande rede de mais de cinco mil pontos de atendimento, num processo de intercooperação, tendo escala para operar, sem dúvida, ela poderá alcançar percentuais mais expressivos no âmbito do Sistema Financeiro.

Quando a gente olha a cooperativa isoladamente e no conjunto do Sistema Financeiro, ela representa 2% ou 3% de qualquer um dos indicadores, mas, quando a gente começa a olhar itens específicos, como, por exemplo, no crédito rural, ela já atinge dois dígitos. E, quando a gente olha em situações locais, há muitas regiões em que a cooperativa de crédito representa mais de 80% do sistema bancário local. Então, ela é uma ferramenta importante. Eu entendo que falta essa intercooperação.

O Banco Central tem trabalhado arduamente. Ainda que cooperativa de crédito represente 2 ou 3% do Sistema Financeiro, nós temos uma força de trabalho de 20% dedicada a esse segmento. O trabalho que fizemos aqui, mencionado pelo Senador Luiz Henrique, que é governança cooperativa, foi um trabalho em parceria do Banco Central com a indústria. E a cooperativa de crédito é o segmento que tem uma lei complementar, a Lei Complementar nº 130, que foi uma construção da indústria e do Executivo, um debate intenso, importante que ocorreu nesta Casa.

Em relação à colocação do Senador Armando Monteiro, a respeito dessa zona cinzenta, da questão relativa a de quem é a competência, também concordo

aqui com os companheiros da Mesa, com o sabatinado do Cade: as atuações Banco Central e Cade têm de ser complementares, sem dúvida.

Esse é um aspecto, é uma questão legal a ser tratada. Temos de enfrentar a situação, até para que possamos dar segurança jurídica aos administrados.

Na questão do Sistema Financeiro, a grande moeda do Sistema Financeiro é confiabilidade, segurança. Então, não podemos deixar essa insegurança jurídica em relação a esse sistema importante da economia brasileira.

São as minhas colocações.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Do ponto de vista do consumidor, o senhor reconhece que há distorções? O Banco recebeu esse... *(Inaudível.)*

O SR. LUIZ EDSON FELTRIM – O Banco Central, quer dizer, uma das propostas do próprio Presidente Tombini, ao criar uma nova diretoria, se meu nome for acolhido por V. Ex^{as}, é olhar realmente essa questão do cliente bancário. Quer dizer, essa é uma grande preocupação do Banco Central.

A gente viu, tem visto o crescimento desse processo de inclusão financeira, o aumento significativo da inclusão das pessoas no sistema bancário, e é preciso, então, uma atenção especial do Banco Central.

Quer dizer, há uma série de ações regulatórias que temos implementado. Por exemplo, na questão da tarifa bancária, existiam mais de 80 tarifas. O Banco Central uniformizou primeiro a linguagem das tarifas bancárias, reduziu isso a menos de 20 tarifas bancárias. Essas informações estão disponíveis no *site* do Banco Central, para que o cliente bancário possa fazer a avaliação sobre onde melhor operar.

A mesma coisa acontece com os juros pagos nas operações de crédito. São informações que o Banco Central hoje disponibiliza, banco por banco – a taxa mensal e a taxa anual –, para que o cliente bancário tenha condições de fazer a melhor avaliação e de decidir com que instituição deve atuar.

São as minhas palavras. Não sei se deu para atender às questões apresentadas por V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Luiz Edson Feltrim. Nós temos...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu fiquei sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda. Sem resposta ao britânico Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Veja a independência do Banco Central.

O SR. LUIZ EDSON FELTRIM – Perdoe-me, Senador Cyro Miranda, o senhor, que foi relator da indicação da Dr^a Ana, brilhante apresentação. Entendo que essa é uma questão que precisa de um debate intenso nesta Casa.

O Banco Central cumpre a sua missão de assegurar o poder de compra da moeda, um sistema financeiro sólido e eficiente. E ele cumpre rigorosamente aquilo que a lei estabelece.

Esse é um ponto que nós precisamos debater, e esta Casa, realmente, tem condição de, verificando, ouvindo todas as partes relacionadas ao tema, poder tomar a melhor decisão, para que tenhamos um Banco Central que possa atuar de forma a preservar a sustentabilidade financeira do nosso País.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas o senhor não acha que a independência fortaleceria mais a instituição, porque ele ficaria livre das amarras políticas de qualquer tipo de governo? Eu acho que daria uma legitimidade maior, para que ele pudesse cumprir, inclusive, seus ritos, como vem cumprindo. Mas ele não teria nunca o assédio político.

O SR. LUIZ EDSON FELTRIM – O que temos visto declarado pela Presidenta Dilma é a autonomia que o Banco Central tem para tomar suas decisões. A questão deve ser informal ou deve estar escrita na lei. Esse, realmente, é um debate importante, que precisamos travar.

Como o art. 192 da Constituição estabelece que o Sistema Financeiro será regulado por leis complementares, e o objetivo dele é atender ao interesse da coletividade, esse é um tema importante para ser debatido e colocado na lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro...

O SR. LUIZ EDSON FELTRIM – Perdoe-me, Presidente. Perdoe-me, Senador Cyro, pela falha de não responder de pronto à sua colocação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro, eu que não sou sabatina-do para ser diretor do Banco Central, até eu respondi a essa.

Temos de discutir, esse é um tema importante. Temos de olhar aquilo que é melhor para o País. Eu já sabia até de cor responder a essa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria só registrar aqui a presença do Deputado Roberto Teixeira, de Pernambuco, que nos

honra com a presença, acompanhando esta audiência pública.

Quero registrar aqui que estamos muito contentes com a presença de V. Ex^a, Deputado Roberto Teixeira.

Eu queria só registrar o seguinte: faltam o Senador Armando Monteiro, que parece que está num diálogo pernambucano intenso, o Senador Casildo Maldaner e o Senador Cristovam Buarque também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu queria um minuto, não para fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas um minuto, que não pareça manifestação de voto, porque o voto é secreto. Mas quero pedir desculpas por não ter estado presente à sabatina, porque eram muitas outras atividades aqui.

Não quero deixar de manifestar a minha satisfação de ver os nomes indicados pelo Governo e quero dizer que voto com muita satisfação. Não vou dizer como, porque poderão anular a eleição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam, só falta V. Ex^a para votar.

Estamos encerrando, com o Senador Armando Monteiro, com o Senador Casildo e com o Senador Cristovam, a votação. E pediria ao Senador Casildo e ao Senador Cristovam para atuarem, também, como escrutinadores.

Só quero registrar também – foi uma falha minha aqui, porque ele estava em altas conversas com o Senador Armando Monteiro – a presença do Deputado Pedro Eugênio, do nosso Partido, mas que agora se retirou. Registro também a presença do Deputado Pedro Eugênio de, Pernambuco.

Esse fechamento é só pernambucano: Cristovam, Armando, Roberto Teixeira, Pedro Eugênio.

Todos votaram?

A votação está encerrada.

Agora, atuarão como escrutinadores o Senador Casildo Maldaner e o Senador Cristovam Buarque.

Quero registrar que, em função, Dr. Vinicius, de um acordo de lideranças, o processo já segue direto para o Plenário do Senado. Não é preciso ninguém pedir. Segue direto.

E vamos fazer o possível, para ver se conseguimos votar hoje, porque, na semana que vem, não haverá sessões deliberativas no Senado, por causa da Rio+20. Vários Senadores e Senadoras estão deslocando-se para o Rio de Janeiro, em função da Rio+20.

Portanto, vamos ver agora como a votação andou, Dr^a Ana, Dr. Eduardo, e já vamos encaminhar direto, meu caro Dr. Luiz Feltrim, para o Plenário do Senado.

Estamos terminando o escrutínio.

Só mais uns instantes.

Foram 21, 21 e 20 votos. Sendo que um voto “não” para o Eduardo. É isto?

A sabatinada Sr^a Ana de Oliveira Frazão, 21 votos “sim”; nenhum voto “não”; nenhuma abstenção.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprova o nome da Sr^a Ana de Oliveira Frazão para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Sr. Eduardo Pontual Ribeiro, 20 votos “sim”; 1 voto “não” – tenho impressão que esse voto “não” foi por engano –, e zero abstenção.

A Comissão aprova o nome do Sr. Eduardo Pontual Ribeiro para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

E por último, mas não menos importante, o Dr. Luiz Edson Feltrim: 21 votos “sim”; nenhum voto “não”; nenhuma abstenção.

A Comissão aprova, como aprovou o nome da Dr^a Ana e do Dr. Eduardo, o nome do Dr. Luiz Edson Feltrim para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Os três nomes seguirão para o plenário do Senado Federal. Vamos tentar votar hoje ainda. Aos demais Conselheiros do Cade aqui presentes, cumprimentamos a todos. Quem faz sabatina aqui, Senador Cristovam, traz torcidas.

Esperamos que o Plenário do Senado vote os três nomes ainda hoje. Para tanto, já há um acordo de Lideranças.

Quero agradecer a todos, pois estamos fazendo uma reunião da CAE em um dia diferente, pois sempre nos reunimos às terças-feiras, e hoje fizemos mais uma reunião começando às 10 horas e com a presença maciça dos Senadores e Senadoras, com um debate muito qualificado, à altura de todos os que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos.

Espero, portanto, que, no plenário, os senhores e a senhora venham a receber os votos necessários para desempenharem um papel importante para o País, não só no Cade como no Banco Central, olhando a nossa população e ajudando a construir o nosso futuro. Quero, pois, desejar a vocês todo o sucesso do mundo. Que Deus os ilumine e os abençoe, essa turma nova que comanda o Cade e o nosso querido Banco Central, que é arroz de festa na Comissão de Assuntos Econômicos.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião encerra-se às 12 horas e 55 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (32ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ (29ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (12ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2012, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatorze de junho do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e, posteriormente, do Senador Wellington Dias, Presidente Eventual, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Alvaro Dias, Ana Rita, Antonio Carlos Valadares, Antonio Russo, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Jayme Campos, José Pimentel, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy, Pedro Taques, Ricardo Ferraço, Roberto Requião e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Casildo Maldaner, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Eduardo Amorim, Eduardo Braga, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Gim Argello, Humberto Costa, Inácio Arruda, João Durval, João Ribeiro, João Vicente Claudino, Jorge Viana, José Agripino, Lindbergh Farias, Lobão Filho, Luiz Henrique, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon, Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Valdir Raupp e Vital do Rêgo. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, para debater o Novo Pacto Federativo, o Fundo de Participação dos Estados e o dos Municípios, e a dívida dos Estados, tendo como expositores os Srs. Luiz Carlos Hauly, Secretário da Fazenda do Estado do Paraná; Marcel Souza de Cursi, Secretário-Adjunto da Receita Pública – Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso, representando o Sr. Mário Sergio Maciel Lorenzetto, Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul; e Leonardo Mauricio Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais. A Presidência comunica que convidou Secretários de Fazenda de Estados de cada Região do País, mas,

infelizmente, o Sr. Isper Abraham Lima, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, e o Sr. Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário de Fazenda do Estado do Ceará, informaram que não poderiam comparecer à audiência. Após a exposição dos participantes, usamos a palavra os Senadores Francisco Dornelles, Marta Suplicy, Delcídio do Amaral, Ana Rita, Wellington Dias e Cristovam Buarque. Em seguida é aprovado o Requerimento nº 25 de 2012-CAE, nº 44 de 2012-CCJ e nº 19 de 2012-CDR, de iniciativa do Senador Benedito de Lira, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado, em conjunto, pelas Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Desenvolvimento Regional e Turismo, ciclo de audiências públicas com o objetivo de discutir “um Caminho para o Novo Pacto Federativo”, enfatizando nas discussões temas como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a questão da dívida dos Estados, com a presença de representantes dos Governos Estaduais, das Prefeituras Municipais e do Governo Federal. Em seguida, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taxográfico. – Senador **Benedito de Lira**.

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Senador Wellington Dias, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Trataremos de assunto que reputo da maior importância para os Estados e os Municípios, que é debater o novo Pacto Federativo, o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios e a Dívida Ativa dos Estados.

O requerimento é de S. Exª o Sr. Senador Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Delcídio do Amaral.

Temos, como convidados, o Deputado Luiz Carlos Hauly – tenho muita alegria em revê-lo –, Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, a quem convido para tomar assento à mesa; o Dr. Marcel Souza de Cursi, Secretário Adjunto da Receita Pública da Secretaria de Estado da Fazenda de Mato Grosso; e o Sr. Leo-

nardo Mauricio Colombini Lima, Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

As Presidências destas Comissões convidaram para também se encontrarem presentes Secretários de outras regiões: o Sr. Isper Ibrahim Lima, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, e o Sr. Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário de Fazenda do Estado do Ceará, que informaram que, por motivos de ordem superior, não puderam comparecer.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por dez minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras; a palavra aos Srs. Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Iniciaremos dando a palavra a S. Exª o Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, Dr. Luiz Carlos Hauly, Deputado daquele valoroso Estado da Federação.

Com a palavra S. Exª.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Muito bom dia. Muito obrigado, querido amigo Senador Benedito de Lira, desde os tempos da Câmara dos Deputados, meus colegas e amigos Marcel Souza de Cursi, do Mato Grosso, e Leonardo Colombini, de Minas Gerais, Srªs e Srs. Senadores, assessores, é uma satisfação muito grande poder falar de um tema da maior importância, que está dentro do Pacto Federativo fiscal, do Pacto Federativo que pretendemos ter. Não temos um Pacto Federativo de verdade em nosso País. As distorções e os problemas são tantos que vou tentar, rapidamente, no tempo que tenho, fazer uma exposição.

Eu iniciarei pelo quadro 32, por favor. Quadro 32.

Eu inicio com esse quadro para que possamos visualizar onde estamos e para onde queremos ir. As disparidades fiscais dos Estados são muito grandes. Não há uma equalização das receitas disponíveis no Brasil nos modelos de estados federativos como Canadá e outros. Observamos que, no quadro à esquerda, temos 15 Estados que vão da média *per capita*, da receita disponível em 2010... Quinze Estados. Santa Catarina, que empata, e os outros todos perdem. E temos, do outro lado,... Desculpem. Temos 12, 13 Estados que empatam e perdem e 14 que ganham, do lado direito. Começando do Amazonas e indo até o DF.

No quadro anterior – o 31, por gentileza –, eu defino... A capacidade fiscal foi calculada pelo grupo técnico liderado pela Drª Gedalva Baratto, da Secretaria de Fazenda do Paraná, que tem mais de 30 anos de experiência, com assessores do País inteiro. E trabalhamos com *per capita*, porque cada cidadão

brasileiro tem direito a receber serviço público e obras públicas de acordo com o orçamento do seu Estado. A mesma *per capita*, tentando imaginar uma *per capita* isonômica para o País inteiro, para que todos tivessem crescimento, etc.

Em termos de receita disponível – aquele quadro que está na página seguinte –, foram deduzidas as transferências de Estados para Municípios e as retenções para o Fundeb. E acrescentamos as transferências recebidas da União e retorno do Fundeb. Foram incluídas as receitas de capital, exceto as atípicas operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de bens. Esses dados são de 2010, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Voltamos, então, ao quadro 32.

No quadro 32, observamos a *per capita*, neste ano de receita, para cada Estado. Você pode multiplicar esses R\$2.101,00 por sua população para ver a *per capita* média e o que você tem a mais e o que você tem a menos. Considerando, no caso, o Paraná, somos a quinta economia do País, a sexta população do País, somos considerados um Estado próspero, um Estado com bom nível de desenvolvimento, e somos a vigésima receita por habitante do País. Se tivéssemos a média *per capita* de R\$2.101,00, o Paraná – R\$2.101,00 menos R\$1.693,00, uma diferença menor, de R\$408,00... Para 10,5 milhões de pessoas, nós batemos a média *per capita* das receitas disponíveis. Precisariamos de R\$4.284.000.000,00.

A partir desse conceito e olhando o Paraná, eu olho o Brasil e vejo o que acontece com as distorções que temos. É verdade que Estados pequenos, com população pequena e que foram criados mais recentemente têm uma condição totalmente atípica. Mas quando o Supremo decidiu que o Fundo de Participação era inconstitucional, ficou óbvio que na Constituição de 88, terminada a Constituição, foi dado um prazo de 90 dias para regulamentar o ICMS. O ICMS não foi regulamentado pelo Congresso. Então, quem regulamentou foi o Confaz. E, ao regulamentar, o Confaz estabeleceu um protocolo que vigeu até 1996, com o advento da Lei Kandir. Eu tive a honra de ser relator da Lei nº 87, de 1996, na Câmara dos Deputados. E era Secretário da Fazenda em 88, quando fizemos aqui um *lobby* poderoso para que Estados e Municípios tivessem um percentual maior dos recursos disponíveis nas entidades de Governo. O que aconteceu é que realmente nós vencemos a União Federal em 88. Só que, o que aconteceu nos anos seguintes? A União Federal, por meio dos diversos presidentes da República que tivemos – e aí não é responsabilidade de um nem de dois, mas de todos – fez um esvaziamento proporcional da distribuição desses recursos para

Estados e Municípios. Só no caso do FPE, o Imposto de Renda e o IPI, em 1988, ele tinha uma disponibilidade de 65% de recursos. Com os avanços da União no PIS, no Cofins e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a participação relativa do Imposto de Renda e do IPI caiu mais de 30%. Quer dizer, 30% da receita real do País.

Vou tentar achar aqui rapidamente para dar o número exato que está na minha palestra.

Com base nessa disposição, o que acontece, por exemplo, com o Paraná? O Paraná é o maior produtor de energia do País. Não recebe nada porque, na Constituição de 1988, energia, petróleo, na interestadual, não tem cobrança, então ele é fator destino. Ora, se dois insumos, dois itens importantes da economia são destino, na prática, o que nós temos é um sistema em que quase a metade dele é destino e a outra metade é origem. E criam-se todas as distorções.

O Paraná é o maior produtor de jornal, papel de imprensa, de papel para a imprensa, para o País. Não recebe nada, porque há uma imunidade constitucional, desde 1946.

O Paraná é um grande Estado exportador de *commodities*. Ele acumula os créditos todos, uma quantidade enorme de créditos, por conta do porto de Paranaguá, e o que acontece? Porque o sistema do ICMS tinha o mecanismo de compensação na Lei Kandir e não foi cumprido. E há um dispositivo, na Emenda Constitucional 42, para que haja regulamentação da Lei de Compensação das Perdas de Exportações, e não é regulamentado. E o IPI, como o IPI não cresceu, também os 10% que usam de fundo de compensação das perdas de exportação de industrializado também não têm muito peso hoje para a transferência dos Municípios.

Quero observar também que o FPE, nesse contexto aqui, se você multiplicar os 2.101 por 190 milhões de pessoas, você vai ter uma soma, Senadora, Senador, uma soma de orçamento dos Estados de R\$400 bilhões em 2010. E o FPE significa um quarto, 25% desse volume de recursos.

Então, por gentileza, no começo, novamente, que agora gostaria de...

Na discussão central que nós temos, a reforma do FPE pode ser feita pelo sistema paramétrico, o modelo do Código Tributário Nacional, ou pelo sistema de equalização para o fundo de participação do Estado, e as especialidades fiscais que acabei de falar, algumas, e as considerações nacionais.

Você está entre dois dilemas: o modelo, hoje, é paramétrico... Nem paramétrico, porque ele é um modelo que vou relatar.

Terminada a Constituinte, no mês de dezembro, nós estávamos reunidos em Brasília, todos os secretários de Fazenda, em dezembro de 1988, quando veio uma proposta do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e entregue em um papel como este: 85% do fundo de participação serão destinados ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 15%, para o Sul e Sudeste. Aí, esperneamos. Como vimos que não havia jeito, nós, dos Estados do Sul e Sudeste, nos reunimos e falamos: então, São Paulo fica com 1%, e nós ficamos com 14, e distribuímos o butim menor. Não houve critério nenhum que não fosse um critério político, tanto é que a legislação foi declarada inconstitucional pelo Supremo.

Então, com a inconstitucionalidade, com a decisão, você vai tomar a decisão pelo modelo paramétrico, que é cheio de problemas e de dificuldades, ou o modelo de equalização de uma federação? Ou você vai decidir, o Senado vai decidir, o Congresso, somente em cima do FPE, sem considerar o conjunto do pacto fiscal, do pacto federativo?

Eu, com a minha experiência de 40 anos de vida pública, 20 anos de Congresso, duas vezes secretário da Fazenda, e como economista, falo: nós temos que ter uma visão completa de equalizar... É verdade que você, para tirar receita de quem tem, é a maior dificuldade. Nesse esquema, nesse contexto, não há como você não envolver a União federal em colocar dinheiro, Ministro Dornelles e caros Senadores. Não há solução de um pacto federativo sem que a União federal entre com uma quantidade substancial de recursos para poder equalizar a Federação.

A Presidente Dilma está chamando os governadores e secretários de Fazenda amanhã, aqui em Brasília – nós estaremos presentes –, para oferecer empréstimos. Nós aceitaremos os empréstimos, mas nós queremos um modelo de equalização que nos permita acabar com a guerra fiscal; que nos permita compensações das perdas da Lei Kandir; que nos permita rever a questão dos *royalties*, que nos permita rever o Fundo de Participação. É óbvio, se você usar o modelo paramétrico puro, vai haver distorções, mesmo do Código Tributário Nacional, e arque com as dores, porque ele vai alterar a distribuição dos Estados. Se você utilizar algo mais inteligente, o sistema paramétrico com o sistema misto de equalização, vai encontrar algo mais inteligente, mais palatável em termos de Federação.

Em frente. Bem rapidamente. Pode ir em frente.

A reforma. Toda a sequência histórica da reforma do Fundo de Participação.

Em frente. Depois, vocês poderão ficar com o... Volta. Volta um pouquinho.

Os dois contextos que falei, dos dois sistemas. O do Pacto Federativo é abrangente e necessário, mas

muito complicado, nós sabemos. O próprio Governo está sentindo as dores de ter feito a reforma tributária fatiada, pois não vai a lugar algum. Sabe que é muito difícil. O Confaz não tem uma proposta por unanimidade, porque, a cada proposta, das mais de não sei quantas, 30, 40, que foram feitas, a cada proposta paramétrica que você faz, há distorção: quem ganha, quem perde. Sempre há esse maniqueísmo, esse jogo difícil.

Então, qual será o resultado da reforma do FPE, isolada, sem se articular com outras reformas? O imperativo de alterar o fundo, de discutir a divisão do *royalty* do petróleo, de estancar a guerra fiscal entre os Estados, deveria motivar uma reforma articulada.

Por gentileza, em frente.

Dois sistemas que já falei, o paramétrico e o de equalização, e o misto.

Podemos ir em frente.

Métodos indiretos de obter os coeficientes de participação, utilizando variáveis socioeconômicas etc. E as etapas, escolher as variáveis, escolher os indicadores etc. Isso é tudo do paramétrico.

Vamos lá para pegar os defeitos dele.

Pode ir em frente. Mais em frente.

Qual o indicador?

Pode ir em frente.

Defasagem temporal.

Pode ir em frente. Pode ir em frente. Pode ir em frente.

Desvantagens. Todas as propostas de modelos paramétricos... Na Câmara e no Senado, todos os projetos são paramétricos; nenhum de equalização. Escolhe-se, para dividir um Estado, entre pobres e ricos, essa é a dicotomia. Vou falar: "Ah, mas o Paraná é rico!". O Paraná não é rico. O Paraná, perante os outros Estados, tem uma receita *per capita* menor do que vinte... Somos o vigésimo. Então, 19 Estados têm uma receita *per capita* disponível maior do que a do Paraná. É uma ilusão. Mas o Paraná é rico e é pobre; ele é desenvolvido e atrasado. É isso mesmo. Isso é o Brasil. O fato de estarmos no Sul do País não significa que tenhamos toda a riqueza aparente.

Então, a escolha dos indicadores, à medida que vamos colocando, depois de olharmos para isso atentamente... Foi a equipe técnica que desenvolveu, e discutimos inúmeras vezes, para poder chegarmos a esta apresentação.

Vamos em frente.

Novamente, o modelo paramétrico. Esse é o modelo do Código Tributário Nacional. Se vai adotar o modelo paramétrico, pelo menos fiquemos no Código Tributário Nacional, que está desde 1966, não com a alteração feita em 1975.

Então, vamos em frente.

Esse é o modelo paramétrico do Código Tributário Nacional: 5%, fator superfície; 95%, coeficiente individual; fator população *versus* fator inverso da renda *per capita*.

Em frente.

Aí os detalhes do CTN.

Pode ir em frente. Pode ir em frente. Por gentileza. Pode ir passando tudo.

Esse é o coeficiente do Código Tributário. Como é que ficaria, utilizando-se o coeficiente do Código Tributário *versus* o coeficiente da Lei nº 6.289.

No outro gráfico, fica mais fácil.

Ficaríamos com essa planilha. Na verdade, quando você soma, o Norte, de 25%, cairia para 19%; o Nordeste, de 52%, para 45%; o Centro-Oeste, 27%, empatado; Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de 85%, ficariam com 72%; o Sul, de 6,5%, para 9,3%; o Sudeste, de 8%, para 18%; e o Sul e o Sudeste, de 15%, para 27%.

Em frente. Pode ir em frente.

Toda a equalização, as vantagens são inúmeras no programa de equalização e não no paramétrico para o País. Eu recomendo fazer um sistema misto, de equalização e paramétrico.

Pode ir em frente para vermos um modelo de equalização que minimizaria... Aí sim... Volte uma página.

Critérios de máxima redistribuição: 80% para o FPE na primeira etapa e, na segunda, os outros 20%, e faríamos uma equalização assim.

Por gentileza, passe para a outra página.

Então, nesse modelo, pegando as regiões: o Norte, de 25, cairia para 12; o Nordeste, de 52, subiria para 70 – onde estão as menores receitas *per capita* do País.

“Ah, mas não há como tirar receita do Norte”. É fácil: o Governo Federal vai lá e equaliza. Como a população é pequena, o Governo Federal faz um programa e coloca a diferença em dinheiro nessa proporção.

O Centro-Oeste, no modelo de equalização, vai perder terrivelmente, porque eles têm receitas *per capita* maiores do que as dos outros Estados. O Sul ficaria praticamente empatado, e o Sudeste perderia algo em torno de 0,88%.

Esse modelo de equalização, indiscutivelmente, nos leva ao raciocínio de que os gráficos das curvas dos 27 Estados poderiam ser feitos de uma forma um pouco melhor, mas isso não resolveria, ainda que eles ficassem um pouco mais justos.

Por gentileza, em frente. Volte dois gráficos. É o gráfico da frente, o próximo.

Essas são as colocações. Eu não o tenho uma linha gráfica para mostrar que os modelos de equalização dos Estados federados, quanto mais nivelados, melhor. Claro, você tem uma província ou um Estado

muito rico, que tem *royalties* ou coisa semelhante. Então, você teria que excetuar essa riqueza dessa comparação, mas, em termos de receita disponível, ICMS e Fundo de Participação, o ideal é que realmente houvesse uma equalização. As demais reformas e as outras questões...

Pode ir em frente muito rapidamente.

As disparidades fiscais.

A gente está mostrando todos esses gráficos, muito bem estudados e elaborados, que podem ficar disponibilizados... O próprio Senado da República, com sua equipe técnica de altíssimo nível, poderá fazer a simulação com todos os cálculos de distribuição do modelo de equalização.

Pode ir em frente, por gentileza.

Teríamos outras considerações a fazer, mas o tempo é exíguo. Faço o seguinte comentário final.

Primeiro, a reforma do FPE precisa ser feita em conjunto com os outros tributos, é preciso fazer a equalização, é preciso resolver a Lei Kandir, é preciso resolver a questão dos *royalties*, é preciso resolver a questão das taxas de juros das dívidas dos Estados que já foram pagas, ficou claro isso. Para a Câmara e para o Senado hoje está bem claro que essas dívidas já foram pagas, as dívidas dos Estados e dos Municípios.

Então, no conjunto, trata-se de não perder a visão macro. Se o Senado se restringir ao FPE, vai fatalmente criar mais distorções. E se for usar só o FPE, deve caminhar para um modelo de equalização, porque o modelo paramétrico aprofunda as diferenças de distribuição.

O Paraná – está aqui o ex-Governador e Senador Requião – é o vigésimo Estado em receita por habitante, eu fiz a conta aqui. Nós estamos abaixo... Vigésimo... Repetindo para o Senador Requião: R\$2,101 mil – na página 32 para o Senador observar. Nós teríamos de ter hoje no Paraná R\$4,284 bilhões de receita a mais para ficar na média. Por que não temos? Porque perdemos energia elétrica, perdemos porque somos o maior produtor de papel, perdemos porque somos os maiores exportadores do País de *commodities*, perdemos porque a Lei Kandir não foi regulamentada...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Quanto é que nós estamos pagando da dívida do Estado para a União?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Estamos pagando R\$1,5 bilhão por ano. Aliás, R\$1,1 bilhão mais ou menos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Quanto é que está dando por mês? Mais de R\$100 milhões?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Mais, mais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sem interromper a sua exposição, mas já interrompendo.

Com o auxílio de alguns economistas, eu estou formulando uma proposta que dispõe sobre a execução de planos de ações especiais, que confere a Estados e Municípios que se encontram com dívidas para com a União a faculdade de celebrarem convênios com esta para a aplicação especial das parcelas de pagamento de suas dívidas.

Nós temos hoje, como dívida fundada, dívida definitiva com Estados e Municípios, R\$421 milhões. Cinquenta por cento disso seriam destinados à aplicação em infraestrutura e custeio de atividades-fim. O que é custeio de atividades-fim? Contratação de médicos, engenheiros, saúde, professores. E a União faria esse convênio autorizando os Estados, que deixam de pagar a metade do que devem por exemplo – é uma sugestão – e, em nome da União, investem em projetos de infraestrutura.

O nosso PAC este ano só chegou a investir 6% dos recursos previstos; sete Ministros foram demitidos com suspeita de corrupção; o Ministério dos Transportes está desestruturado; faltam quadros; faltam projetos; faltam ações finais; temos uma lei de licitação pesada, dura, a Lei nº 8.666.

Normalmente, Senador Dornelles, eu me oporia a qualquer mudança na Lei de Licitação, mas, se o Brasil não tiver investimentos públicos, nós vamos ter um PIB reduzido a nada. A previsão hoje já é de 2,9% do PIB, mas pode ir a 1,9% pelo andar das coisas, o que causaria um atraso de década ao Brasil, e a retomada do processo seria muito difícil. Então, a União abriria mão desses recursos e colocaria esses recursos na mão dos Estados para que fizessem investimentos em infraestrutura.

O projeto está pronto, foi uma sugestão que resultou do seminário que fizemos no Parlasul, foi sugestão do João Sicsú, do José Carlos de Assis – e já me disseram que o Belluzzo também tem uma proposta nesse sentido. E isso seria mais eficiente do que a proposta anunciada pela imprensa hoje de manhã, que é a abertura de créditos para emprestar aos Estados e Municípios através do BNDES, o que aumentaria muito essa dívida e acabaria criando um problema muito maior num futuro muito próximo.

Então, eu quero levar esse projeto hoje. Às 11 horas vou entregá-lo para o nosso Vice-Presidente Michel Temer, e vou apresentá-lo como proposta de lei complementar. Eu acho que seria uma solução. A União está tendo dificuldades, e as dificuldades não são, como eu poderia dizer assumindo uma postura oposicionista, de gestão, de má-gestão, mas são de-

correntes da confusão provocada com as demissões e com a desestruturação da União ao longo do tempo. Nós estaríamos incorporando 27 Estados na utilização desses recursos, que seriam recursos da União aplicados pelos Estados.

No pré-projeto, estabeleci 50%, mas poderia ser até 100%. O cálculo que eu fiz é que, em 2011, Estados pagaram à União R\$29,5 bilhões – quase que 90% disso, ou mais, serão dívidas com a União, há uma parte que são dívidas com bancos privados. Então, nós teríamos inicialmente, com a metade, cerca de R\$14 bilhões ou R\$15 bilhões, talvez mais, para a descentralização dos investimentos.

Como me dizia o Senador Dornelles: um país do tamanho do Brasil não pode ser comandado exclusivamente pelo Executivo Federal. Isso seria um subestabelecimento de competências que resolveria em médio prazo, eu não digo curto – mas poderia falar em curto prazo se aprovarmos a simplificação das licitações –, o problema de investimento público, sem o que estaremos afundando definitivamente.

Levo à consideração da Mesa essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Passo a palavra ao o nobre Secretário do Paraná para concluir sua exposição.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Obrigado, Senador Benedito.

Senador Requião, com muita simpatia acolho a proposta de V. Ex^a como importante para os Estados neste momento em que a nossa capacidade de investimento e de custeio é realmente delicado.

Aplaudo a proposta de V. Ex^a e lembro que o Deputado Cândido Vaccarezza apresentou relatório da Comissão Especial da Câmara, também vinculando recursos no investimento com a questão da dívida. Muito bom, excelente relatório.

E finalizo, também, com o último pleito do Estado. Nós, Estados Federados, gostaríamos de ter uma desvinculação de receita estadual, nos moldes da Desvinculação de Receita da União, que existe desde 1994. Só que a nossa seria totalmente destinada a investimento, uma DRE. Se quiser acrescentar para Municípios, uma DRM. Seria depois da partilha para Estados e Municípios, uma DRE que pudesse garantir investimentos em estradas, portos, aeroportos, hospitais, escolas e creches.

Muito obrigado. Eu me coloco à disposição para debater essas ideias.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao nobre Secretário Luiz Carlos Hauly.

Em seguida, concedo a palavra ao Dr. Marcel Souza de Cursi, Secretário Adjunto da Receita do Estado de Mato Grosso.

O SR. MARCEL SOUZA DE CURSI – Bom dia a todos. Bom dia, Senadores. Cumprimento meus colegas de trabalho do Confaz, conhecidos de longa data.

Ao longo de todos esses anos, nós temos nos debruçado na tentativa de fazer com que o Pacto Federativo de alguma forma refletisse a agrura dos Estados brasileiros e minimizasse essa agrura, por meio de um fluxo melhor de receita disponível. Quando se fala em FPE, eu gostaria de concentrar, pelo pouco tempo que tenho, minha manifestação no sentido de olharmos para os problemas concretos com que temos que lidar. E me parece que o grande problema concreto que temos a tratar é o descongelamento dos indicadores.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar que é inconstitucional a lei atual, assim o fez porque há indicadores que estão congelados. O problema é que, ao descongelar esses indicadores, nós geramos um problema. Nós mexemos com o *status quo*. Vão existir ganhadores e perdedores. Não existe, em nenhuma das simulações feitas até agora – e são milhares delas feitas –, uma simulação que mantenha a coisa dentro do equilíbrio em que ele se encontra atualmente. Isso também seria contrário à própria decisão do STF. Quer dizer, a decisão do STF é para rever o critério, não para manter o critério. Imagina-se que, caso nós tentássemos manter os critérios, por algum artifício, produzir uma legislação que não gerasse perda alguma, certamente isso seria discutido judicialmente novamente.

Foi o Estado do Mato Grosso, junto com outros três Estados, que propôs a Adin, originalmente, contra o FPE. E a motivação dessa Adin era justamente a ausência de critérios dinâmicos e a falta de equanimidade na aplicação desses critérios.

Este é outro problema posto: como descongelar os indicadores sem perda e como selecionar indicadores que são equânimes. Aí surgem vertentes. Há aqueles que acreditam que a equalização é o melhor caminho para você fazer uma seleção de indicadores e aqueles que entendem que um modelo de redistribuição é o melhor caminho para você fazer essa distribuição de recursos num novo formato. De qualquer maneira, não existe, tanto pela via da equalização como pela via da distribuição, maneira de fazer isso sem nós mexermos com o volume de recursos que hoje são transferidos para os Estados. E que nós teremos, talvez, de tentar fazer é fazer isso com a menor perda possível. E para fazê-lo com a menor perda possível, do modo mais justo, nós precisamos tocar em alguns pontos. Primeiro ponto central é que há uma degradação da base do FPE. Quando nós comparamos a base do FPE de

1988, publicada na época da Constituição, e a base atual, houve uma degradação dessa base. Ela se reduziu tanto qualitativamente como volumetricamente. Do ponto de vista volumétrico, ela correspondia a 16% das receitas totais da União, administradas pela União, algo em torno de 16,9%, compunham o fundo e eram distribuídos aos Estados. Hoje, apenas 8,5% compõem o fundo.

Então, os Estados tiveram a sua participação na receita disponível do País reduzida pela metade. Esse é um componente importante ao se desenhar a solução para não haver perda. Porque bastaria uma recomposição de 8,5% para 11%, que nós conseguimos fazer, tanto pelo critério distributivo como de equalização, a recomposição sem perdas para nenhum Estado brasileiro. Ou seja, esses números são importantes fixarmos: nós tínhamos 16% das receitas totais administradas sendo partilhadas em proporções de 1998; isso reduziu para 8,5%. Não é necessário voltar aos 16%, um meio termo, que seria a diferença de 16% para 8%, que são 8%, se nós somarmos 4 pontos, a União absorve os 4, os Estados não têm a sua devolução dos 8% e têm apenas a devolução de 4%. Isso leva a participação a 12% e é suficiente para que se adote qualquer das simulações ou modelos para remunerar os Estados sem perdas. E até com ganhos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O senhor me concede um aparte?

O SR. MARCEL SOUZA DE CURSI – Sim.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O senhor está tocando em uns pontos que considero da maior importância. Só para informar que, em 1985, 70% da arrecadação da União vinha do imposto de renda e do IPI; 80% eram dois impostos; a base do Fundo de Participação dos Estados era praticamente 80% da arrecadação da União.

A partir de 1990, se criou o Cofins, se criaram as contribuições e hoje ocorre isso que o senhor muito bem analisa que é a degradação da base de cálculo do FPE.

O SR. MARCEL SOUZA DE CURSI – Exatamente nessa linha, Senador.

Essa é a degradação que eu chamo de qualitativa. Nós tínhamos uma degradação quantitativa que foi o uso da política fiscal da União sobre os tributos partilhados, que acabou provocando uma degradação dessa base. Também nós tivemos a instituição de novos tributos que não compõem essa base. Então, acabaram acontecendo dois fenômenos que precisam ser tratados neste momento.

Por que eu faço esse apelo de tratarmos essa questão neste momento? Porque este é um momento histórico adequado. Nós não teremos condições

de voltar a uma discussão de FPE depois da lei complementar que eventualmente venha a substituir a lei corrente ter sido aprovado. Este é o momento correto para se discutir se vamos ou não recompor essa base.

E também é um ponto fundamental para se conseguir fazer transição para qualquer um dos modelos. E acima de tudo é justo.

Então, temos dois movimentos: perder os Estados na participação da receita administrada da União, que é uma perda quantitativa; perder, como disse o Senador, do ponto de vista qualitativo também. As receitas que hoje são administradas pela União eram 75% partilhadas e, hoje, são apenas 45% partilhadas.

Isso provocou evidentemente para a União... por que ela fez isso? Ela foi buscar uma maior estabilidade de receita disponível, criou contribuições, criou tributos não partilhados. Essa lógica não é diferente da lógica dos Estados brasileiros. Os Estados brasileiros também não podem ficar com flutuações de receitas que frustram seus orçamentos.

Este momento que estamos vivendo no País, por exemplo, foi um bom momento. No primeiro quadrimestre no Estado de Mato Grosso, nós tivemos uma frustração de receitas transferidas da União da ordem de 5%. Por quê? Uma série de incentivos foi feita na base partilhada dos Estados. Da mesma forma que a União não tem capacidade de absorver essas flutuações, os Estados também não têm, os Estados precisam de estabilidade.

Isso coloca um terceiro problema: é fundamental, ainda que seja sem mudar percentuais, que seja convertido o percentual de participação hoje existente sobre IPI e Imposto de Renda para um percentual de participação sobre receitas totais da União, excluídas, evidentemente, receitas de Previdência. Isso atenua as flutuações de fluxo de caixa para os Estados, ou seja, melhor é receber 8% sobre as receitas totais da União do que receber 22% sobre IPI e IR. Quando esses dois sofrem sazonalidades ou são instrumentos de política fiscal, os Estados e os Municípios são diretamente atingidos.

Então, a maneira importante que precisa ser discutida, ainda que nós não consigamos ampliar a base tributária, a composição do fundo, é neutralizar os efeitos de sazonalidade ou de política fiscal da União sobre as contas dos Estados. Isso pode ser feito pela conversão do percentual hoje existente do FPE para um percentual em torno da ordem de 8,5% sobre receitas administradas da União, exceto, evidentemente, receitas de Previdência Social, que tem uma vinculação específica.

A outra questão posta, quer dizer, o outro problema – vou me concentrar neste momento em cima

dos problemas – é o seguinte: quais seriam os indicadores mais apropriados para que nós pudéssemos constituir uma equanimidade, uma justiça fiscal nessa distribuição? Nesse sentido, eu me alinho ao ilustre Haully. Não dá para discutir a situação dessa Federação discutindo a coisa por pedaço. A verdade concreta é que a União hoje tem 63% da receita disponível deste País. Os Estados estão com 23%, e os Municípios estão com o restante.

Dentro desse contexto, nós temos que acrescentar mais um componente: a capacidade de investimento estatal da União e dos Estados no País, em 1988, correspondia a algo em torno de 18% do orçamento. Hoje, os Estados não investem mais do que 5% dos seus respectivos orçamentos, exatamente na linha do que já disseram aqui, no sentido de que o País vai ficar no arrasto se não resolvermos o problema da capacidade de investimento dos Estados e da União. É através do investimento em infraestrutura que nós vamos fazer com que haja uma dinâmica de crescimento capaz de suportar outra vertente do FPE. Somente é possível neutralizar as perdas se nós adotarmos um modelo misto, ou seja, se não dá para colocar dinheiro da União, não dá para mudar os indicadores, não dá para ampliar a base, como foi sugerido até o presente momento, só nos restou uma alternativa: crescimento vegetativo da arrecadação. Para minimizar as perdas, seria preciso haver duas camadas de FPE durante um período de transição longa. Primeira camada, segurando o mínimo que se recebe hoje; e a segunda camada, aplicando coeficientes novos em cima do crescimento de arrecadação federal ou do crescimento da arrecadação que viesse daí para frente. Isso faria com que a transição fosse longa e mais apropriada. Para que isso aconteça de modo seguro, é preciso restaurar a capacidade de investimento dos Estados.

Nesse sentido, já que meu tempo está esgotado, é importante colocar na discussão do Senado, não sei se neste momento, mas em algum momento, o conjunto de problemas dos Estados brasileiros, especificamente o do Estado do Mato Grosso. Ele abre mão da ordem de 2 bilhões de receitas, responde por 30% da balança comercial deste País, responde por 9% da produção de alimentos do mundo e recebe da União, perdendo; gera divisas, porque ajuda o País nas suas reservas internacionais. No mínimo na ordem de 2 bilhões de perdas de ICMS acontecem no Estado de Mato Grosso, porque ele não pode aplicar a tributação que existe antes da Lei Kandir sobre as exportações. Não o fazendo, ele ainda tem que honrar créditos advindos de outros Estados da Federação e dos agricultores. Recebe da União por ano 10% desse valor.

Então, por que se busca o modelo distributivo, e não o de equalização? Porque nós precisamos levar em consideração perdas segundo o perfil dos Estados brasileiros.

O modelo equalizador *per capita* é uma tese, mas a tese que está colocada tanto no CTN quanto a que nós viemos praticando é distributiva. Ela leva parâmetros em consideração. E, se nós não considerarmos os parâmetros, nós não teremos como avaliar as especialidades ou as situações regionais específicas. Então, é fundamental levar em consideração o meio ambiente. Por exemplo, o que seria do Amazonas *per capita*? Nada.

Temos que levar restrições ambientais, infra-estrutura, condições de saneamento e também o *per capita*. O modelo misto, meio equalizador e meio distributivo, com alguma zona de transição longa e apropriada com base no crescimento da arrecadação da União, parece-me que é a solução possível dentro da engenharia cabível.

Porém, faço um convite ao Senado, já finalizando a minha fala, para que inclua nas discussões da pauta FPE, *royalties* do pré-sal, porque esses recursos podem ajudar os Estados brasileiros a fazer investimentos. E, acima de tudo, que nós pensemos uma capacidade de restauração; restauração da capacidade de investimento dos Estados. Sem ela, não há arrecadação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a participação do Secretário de Mato Grosso.

Dando continuidade, concedo a palavra a S. Ex^a o Secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais.

O SR. LEONARDO MAURICIO COLOMBINI LIMA – Bom dia a todos; bom dia aos componentes da Mesa; bom dia, Senador Benedito. Em seu nome, cumprimento todos os presentes.

Acho que vou fazer só um resumo do que já foi dito, porque, na verdade, a gente discute esse assunto nas nossas reuniões normais do Confaz. Eu vou só reforçar alguns pontos que acho fundamentais e, no fim, eu faço uma conclusão rápida.

Eu montei uma apresentação. Vou passá-la muito rapidamente. Vou parar só naqueles pontos que acho que são importantes. Mas o documento está aí, disponível, completo, com alguns cálculos, algumas definições. Inclusive, na parte da dívida dos Estados, também eu tenho uma apresentação que acho que valeria a pena depois ser do conhecimento. Mas vou passar bem rapidinho.

Pode passar direto, por favor.

A regulamentação. Pode ir passando. Eu queria ir direto... Hoje, o CTN; como funciona hoje; como está

a distribuição. E aqui eu pararia primeiro nesse aí, que já foi dito aqui.

Na verdade, nós temos o grande problema do FPE, em termos de federalismo. É que, em 1998, como já disse o Marcelo, ele representava 16,4% da receita da União. Era distribuído para os Estados. O último dado concreto – ele falou em 8,5%, porque ele deve ter dados de 2011 ou recentes – que nós temos é de 2010. Isso representava 9,8% da receita total da União.

Pode passar para o próximo.

Ali, eu faço ano a ano. E, aqui, há outra colocação que já foi feita. Em 1988, a arrecadação de IPI e Imposto de Renda representava 76% da receita da União. E as outras contribuições que hoje existem representavam 24%. Isso foi se invertendo durante um período. Hoje, a receita dividida com os Estados representa 46% – 45%, 46% –, e a que não é distribuída representa 55% da receita da União.

Só mais um, por favor.

Aqui, eu demonstro o seguinte: para se ter o valor correspondente ao que se distribuída em 1998, o FPE deveria ter 89 bilhões a serem distribuídos, e hoje a composição dele é de 53 bilhões, ou seja, 36 bilhões a menos do que deveria para manter o mesmo patamar de 1988.

Eu acho que esses são os números que nós todos estamos dizendo. Estão no documento, estão demonstrados.

Posso só voltar um pouquinho?

Então, é isto mesmo: representava 16, 9,8, 89. Precisa de mais 36 bilhões, ou seja, 40% do FPE de hoje para que a gente mantivesse o patamar de 1988. Vamos passar, por favor.

Aí eu falo sobre o que foi a decisão do Supremo Tribunal Federal. Ele considerou inconstitucional e deu um prazo para que a gente regulamente até o final do ano.

Pode passar.

Faço um demonstrativo do que é hoje, o que seria a distribuição se descongelasse a tabela. Aí são os números, que também o Dr. Haully já demonstrou; a distribuição por região; as perdas e os ganhos com o descongelamento. Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEONARDO MAURICIO COLOMBINI LIMA – Aqui é o seguinte, pela lei hoje está à direita da senhora, e aqui seria o descongelamento, mantendo o CTN. O Haully também demonstrou esses números. E aqui, em cada Estado, o que teria de perda com o descongelamento, considerando dados de 2007, CTN.

Há números também do que perde cada um, do que ganha. Aqui há um quadro de alguns projetos que estão tramitando hoje no Congresso. A gente demons-

tra cada um desses projetos, como fica a situação das regiões e dos Estados. Também achei só um dado importante para os Senadores.

Aqui listei exatamente esses projetos, os cálculos que apresentei na tabela anterior.

Bom, concretamente, a gente faz algumas considerações. Para nós, nas nossas análises, a gente acha que o FPE não tem o poder suficiente para ser um instrumento de política regional, no sentido de fazer a renda das regiões mais pobres convergir em direção das regiões mais ricas. Não é adequado para reduzir as desigualdades, a renda pessoal...Ou seja, são algumas considerações também.

Pode passar.

Acho que isso aí também é só mesmo como informação.

Bom, especificamente sobre FPE, vou reforçar o que já foi dito aqui pelos meus colegas.

Na verdade, vou usar o quadro. O Dr. Hauly apresentou aqui. Minas Gerais tem uma situação também muito parecida com o Paraná. É a segunda; às vezes a terceira economia do Brasil, e a renda per capita apresentada é a 19ª. Só estamos à frente do Paraná e de mais alguns outros Estados.

Então, é um Estado que a gente considera como um Estado muito rico, mas que tem todas as suas dificuldades, até porque as produções básicas do Estado de Minas Gerais são minério, e minério, infelizmente para o País, é basicamente exportado e não gera receita para o Estado.

Concretamente, então, para o FPE, o que eu imagino é que precisa ser feita uma revisão, sem dúvida nenhuma. Agora, nenhum Estado tem condições de perder qualquer centavo de sua receita, seja no FPE, seja no ICMS, seja de outros repasses.

Então, o que se deve fazer – eu concordo com o que o Marcel disse –, a primeira coisa é fazer a recomposição da distribuição, do valor a ser distribuído. Aí você pode fazer qualquer outro sistema que seja o mais adequado, seja o de equalização, seja ele qual for. Diversos sistemas têm sido analisados.

Então, não há que se fazer qualquer mudança no FPE que vá trazer perda de receita para qualquer Estado da Federação. Eu acho que esse é um ponto fundamental. Ou se aumenta realmente o bolo, para que isso não aconteça, ou faça um período de transição. Também foi o que o Marcel colocou. Você durante um período mantém aquilo que pelo menos o Estado tem hoje, e sobre o acréscimo das receitas, você vai aplicando a nova fórmula. Nenhum Estado vai aceitar a perda e vamos ter a complicação.

Em reforços também. Não há como mexer só em FPE sem mexer em outras questões fundamentais. Se

você não mexer num assunto que incomoda muito a maioria dos Estados, o problema da guerra fiscal, pois usar o ICMS para fazer desenvolvimento não é adequado. O ICMS é um imposto sobre consumo. Você não pode ficar usando o ICMS para desenvolvimento. Então, temos de reduzir essa guerra fiscal. Temos discutido isso no Confaz. O que foi concedido tem de ser convalidado de alguma forma, mas tem de se fazer uma redução das alíquotas interestaduais. Se você não fizer essa redução, você não vai acabar nunca com uma guerra fiscal, que é ruim para todos os Estados. Alguns têm alguns ganhos momentâneos, mas todos perdem, tanto é que o ICMS hoje, se você analisar, ele perdeu a sua representatividade nas receitas totais do País.

Não há se falar também sem uma reforma tributária mais ampla. Eu acho que nós devemos trabalhar, o que seria uma discussão muito importante, na tributação da renda e reduzir a tributação sobre a industrialização e sobre a produção. Hoje se tributa muito a produção e por isso nós perdemos concorrência, inclusive um processo de desindustrialização. Então acho que a renda é que deve ter uma tributação maior. Se ela tiver uma tributação maior, inclusive você melhora o bolo de distribuição.

Outra coisa, não há que se falar em alguma outra situação sem rever a dívida. Eu vou falar rapidamente sobre a dívida, alguns pontos. Tenho um relatório já apresentado pelo Deputado Vaccarezza, que, como foi falado pelo Senador aqui também, o Requião, destina 50% daquilo que os Estados pagam da dívida para que fosse retornado para investimento no próprio Estado. Acho que é uma proposta muito boa, muito importante, porque o País precisa de investimento.

Outros itens que devem ser colocados na discussão.

A definição clara do problema da Lei Kandir, porque todo ano se discute lei Kandir e não se tem uma definição.

O problema dos royalties também é um assunto que precisa ser discutido, especificamente um assunto que interessa muito para Minas Gerais, a discussão da Cfem, que é a contribuição sobre o minério, que hoje é irrisório perto de todos os outros *royalties* que existem.

Sobre dívida, eu vou passar rápido. Acho que ainda estou dentro do meu tempo. Pode passar bem rapidinho. Eu faço um histórico das leis que fizeram os refinanciamentos do Estado. Pode ir.

Ali eu demonstro que, na época em que foi feito o refinanciamento foi muito bom para todos os Estados. Só um exemplo específico de Minas, na época, em 1997, o Estado pagava sobre a sua dívida mobiliária o encargo de 142% anual, enquanto o IGPD-I nesse período era de 35%.

Então o financiamento junto ao sistema financeiro para os Estados era muito ruim. Então precisava de uma solução porque isso ia atrapalhar inclusive os problemas econômicos do período.

Vamos lá, rapidinho.

Dívida.

Aí é só um contexto histórico. Pode passar.

O refinanciamento, o porquê que um é seis, o outro é sete, o outro é nove... Os critérios todos.

Aqui só para mais um item, as dívidas refinanciadas em 1998, de todos os Estados eram 93 bilhões. Em 2011, nós estamos devendo 369 bilhões, já tendo pago muito mais do que os 93. Já pagamos mais de 120 bilhões nesse período.

Pode passar por favor, rapidinho.

Ali é só demonstrando, ano a ano, o crescimento dessa dívida.

Pode passar.

Especificamente o caso de Minas, nós refinanciamos uma dívida de 14,8 bilhões. Pagamos, nesse período, 21,5 bilhões e estamos devendo 58 bilhões em 2011.

Pode passar.

Considerações sobre pactuações. Também pode passar.

Ali é comparativo Selic com os encargos que nós pagamos. Pode passar, rapidinho.

Aqui é um item importante. Quando se fez o refinanciamento dessas dívidas, a Selic, em 1998, era 28,8%. O IGPD-I, 1,7%. E quando você concedeu então para os Estados IGPD-I + 6%, dava 7,8%. Era muito menor do que a Selic. IGPD-I + 7,5%, que é o caso de Minas, 9,3%. IGPD-I + 9%, dava 10%. Ou seja, representava um percentual de 18%, 19%, 20% da Selic.

Vamos em frente.

Aqui outro dado importante, pegando só os cinco últimos anos, de 2006 a 2011. A Selic teve uma variação de 95%.

Os Estados que pagam dívida com o IGPD-I + 6%, dá 101%. Os Estados que pagam IGPD-I + 7,5% dá 120%, que é o caso de Minas. Os que pagam IGPD-I + 9% dá 141%, ou seja, os Estados hoje estão financiando a União na sua dívida. Nós estamos remunerando a União muito mais do que ela paga sobre a sua dívida.

E aqui vale uma coisa. A Selic é o indicador maior da dívida da União. Na verdade a União hoje lança dívida em IPCA +2%, IPCA + 3%, que normalmente ainda é menor do que a Selic.

Isso é só para demonstrar que, na verdade, os Estados estão pagando mais do que a União paga na sua dívida.

Por favor, pode passar.

Aí é para mostrar a diferença entre IPCA e... O IGPD-I que corrigiu a dívida dos Estados variou no período de 98 – 2000, 221, enquanto que o IPCA variou 137. Por isso o pedido dos Estados de que a correção ideal seria o IPCA.

Pode passar.

Bom as propostas, a gente fala aqui, isso aqui é uma proposta assinada pelos Governadores do Centro Oeste, Norte e Nordeste, de que deveria corrigir pelo IPCA, a taxa ser reduzida a 2% e o percentual de comprometimento baixar para 9%.

Aí é o último quadro, Senador. Por favor.

Por que se fala em 2%? Na verdade, não deveria ser 2% para todos os Estados. E aí eu faço a comparação da Selic, líquida, lá de 1998, que era 26,6%, e quanto que representava essa taxa de juro de 6%, de 7,5% e de 9%. Ela representava 22% da Selic, hoje – ali eu pus a Selic de 2011 –, representava 28% para quem paga 7,5% e representava 33,8%.

Então, o juro, hoje, deveria ser 1,4% para quem paga 6%; 1,8% para quem paga 7% e 2,1% para quem paga 9%. Por que eu falo nessa divisão? Porque quem paga 6%, hoje, é porque amortizou 20% da dívida na época. Então, eu não acho justo que ele tenha o mesmo benefício, que seja 2% para todo mundo. Quem amortizou 10% tem juros de 7,5%. Então, deveria haver um juro maior um pouquinho. E quem não amortizou nada deveria ter os 2%. O ideal é que fosse 1,4%, 1,8%. Com isso, nós teríamos, fundamentalmente, nessa proposta, o equilíbrio dos contratos assinados em 1998, que eu acho que é isso que os Estados querem. Nós queremos o equilíbrio do contrato feito em 1998.

Eram essas as minhas considerações, Senador. Muito obrigado pela oportunidade.

Estamos aqui à disposição para algum esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A Mesa agradece a participação dos Secretários de Fazenda dos Estados de Minas Gerais, do Mato Grosso e do Paraná, desde o primeiro momento desta audiência pública, a que daremos continuidade em outras audiências.

Agora, vamos passar à interlocução dos Srs. Senadores.

Como primeiro Senador inscrito, concedo a palavra ao Sr. Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; Secretário Marcel Cursi; Luiz Carlos Hauly; Leonardo Colombini, o Marcel colocou um ponto que é fundamental para se discutir o Fundo de Participação dos Estados: a degradação da base de cálculo. Acho que devíamos incluir nessa base de cálculo o IPI, o Imposto

de Renda e aqueles impostos de contribuições que, a partir de 1994, foram criados com o objetivo de fazer receita não compartilhada aos Estados e Municípios. Então, eu acho que na base de cálculo deveria entrar arrecadação das contribuições.

Existe um problema também que na tributação internacional se chama *tax sparing* ou *crédit forfaitaire*, que é aquela receita que seria arrecadada, caso incentivos não fossem dados. Então, a base de cálculo do Fundo de Participação dos Estados deveria ser IPI, ICM, contribuições PIS/Cofins mais a receita daqueles tributos que não foram arrecadados em decorrência de política de incentivos dados pela União. Isso eu acho que não seria difícil de calcular. Esse eu acho que é um ponto básico para se discutir Fundo de Participação dos Estados.

Em segundo lugar, eu acho que, numa reforma do FPE, em termos de participação do que foi levantado pelo Leonardo, nenhum Estado sai perdendo no momento, porque nenhum Estado vai aceitar perda de receita. De modo que ainda que houvesse algumas modificações propostas, teria que dar a garantia de que durante cinco anos nós ratificaríamos a distribuição hoje existente, e essa mudança seria a partir do quinto ou do quarto ano, ou a União compensasse. Geralmente eu não gosto da União compensando porque ela nunca compensa. De modo que haveria uma sistemática adotada agora para se entrar em vigor a partir de um determinado momento.

Eu queria dizer o seguinte: eu apresentei um projeto de Fundo de Participação dos Estados, levando em conta algumas distorções. Eu acho que seria importante calcular, dentro dos itens do Fundo de Participação, o montante que a União arrecada em cada Estado. Por exemplo, a União arrecada no Estado do Rio de Janeiro 119 bilhões. Devolve 240 milhões. Arrecada no Estado de São Paulo 228 bilhões e devolve 34 milhões. Ou seja, 3% do que arrecada. Em outros Estados arrecada 300%, 200%.

Eu acho importante que seja mantida como índice principal o ingresso da renda per capita, mas eu acho que nós teríamos que colocar também um percentual daquilo que a União arrecada em cada Estado. De modo que, na proposta que eu encaminhei, 5%, proporcionalmente, manteve a extensão territorial; 10%, um percentual da arrecadação; e 70%, que é o de maior importância, o inverso da renda *per capita*.

Outro ponto que eu queria levantar é o seguinte. Eu, ao contrário dos secretários, não acredito nisso, no chamado pacto federativo, botar tudo junto. Isso não sai nunca. É como a porta do Céu, é pequena para entrar todo mundo ao mesmo tempo. Ou entra cada um de cada vez ou não entra ninguém.

Acho até que, por obrigação – decisão do Supremo – avançar no problema do Fundo de Participação dos Estados. Quando se entrar no FPE é por obrigação. Acho que foi uma decisão infeliz do Supremo, e não vamos discutir. Temos que enfrentar esse problema e o problema da dívida dos Estados o governo já levantou. Fizemos uma proposta, também já remetida ao Confaz, que o passado fosse corrigido pelo IPCA e o futuro um fixo de 2% ou 3%.

Quando se calcula a dívida consolidada do setor público, o crédito da União é um débito dos Estados. Ou seja, no momento em que se reduz o crédito da União, você reduz também o débito dos Estados. Em termos das contas públicas consolidadas, o resultado não haveria de influenciar no aumento da dívida. E esse problema de 2%, 3%, nós, na hora que estamos acabando com a indexação, está na hora de fixar um fixo para os Estados.

Agora, acho que é um problema extremamente complexo, extremamente difícil, mais difícil do que muitas vezes aparece, e nós temos que estabelecer o mecanismo “nenhum Estado pode perder”, ou seja, qualquer mudança que for feita entra em vigor dentro dos 4 ou 5 anos para garantir o que cada Estado mantém.

Segundo, acho que devíamos estabelecer e bater firme no problema da renegociação da dívida. A Presidente da República já está tomando essa iniciativa.

Quero dizer ao secretário o seguinte: acho inviável aceitar a Selic como índice de correção da dívida. Um devedor não pode aceitar que o índice da sua dívida seja fixado pelo credor. Hoje é baixa, mas é um instrumento de política monetária; amanhã pode ir a 20%, 30%. De modo que o futuro tem que ser um juro fixo, como hoje o BNDES faz com o setor privado: 2%, 3%. E o passado se faz pelo IPCA, estabelecendo o parâmetro anual de 8%, ou 9%, como teto para o pagamento dessa dívida.

Agora, é um assunto que tenho que cumprimentar os secretários e Senadores aqui presentes – o Senador Wellington tem tido uma posição extremamente profunda na discussão; precisa muito debate. Esse problema de botar tudo num pacote só o pacto federativo, isso não sai do lugar. Vamos enfrentar um a um, vamos enfrentar o FPE, que somos obrigados, por decisão do Supremo, e o problema da dívida. Vamos priorizar esse caso. Agora, o FPE sem recompor a base, quero repetir ainda, Senador Benedito, em 1985, 70% da arrecadação da União era Imposto de Renda e IPI. A partir de 1994, foram criadas contribuições e reduzido o IPI. Hoje, a base de cálculo do Fundo de Participação é nula. De modo que eu acho que a recomposição dessa dívida, inclusive incluindo, através de um *tax sparing*, as receitas que não foram

obtidas em decorrência de isenção também na base de cálculo do FPE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer a S. Ex^a o Senador Francisco Dornelles.

Peço permissão a V. Ex^a, com especialidade aos nossos convidados, porque tenho agora uma audiência para tratar de um assunto muito grave do meu Estado, que é a segurança pública de Alagoas, junto ao Ministério da Justiça. Está lá todo o estafe do Governo, a representação do Poder Judiciário, enfim, e eu quero agradecer, antecipadamente, em nome do Senador Delcídio, do Senador Eunício, por esta audiência conjunta. Gostaria de agradecer a V. Ex^{as} pela presença, que trouxeram uma contribuição extraordinária para que possamos continuar fazendo essas audiências.

Eu gostaria de convidar meu querido Senador Wellington para dar continuidade aos trabalhos.

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Benedito de Lira.

Quero cumprimentar os secretários de Fazenda que colocaram mais claro ainda o problema que estamos observando e as dificuldades dos Estados e também dos Municípios, assim como a recorrente transferência dos recursos para a União. Quer dizer, o que nós observamos sempre é que a União, quando dá alguma coisa, cria um novo imposto que ela retira. E a consequência é que os Estados e os Municípios vão se empobrecendo e cada vez têm menos condição de fazerem frente às demandas, e as demandas que estão ali na porta, principalmente no caso dos Municípios, muito duras para a maioria das prefeituras.

Vou falar um pouco também de um assunto que nós não trocamos, mas que, para mim, sempre acompanha muito de perto, que é a questão dos Municípios, para, depois, entrar na do Estado.

Temos falado muito sobre a mudança das regras de distribuição do FPM para os Municípios do interior, em especial para evitar essas exclusões abruptas que ocorrem quando da divulgação do censo do IBGE. E eu gostaria de chamar a atenção para uma distorção muito grave que ocorre, que já tem bastante tempo e que tem passado despercebida nas discussões dos fundos de participação. Trata-se do problema na tabela do coeficiente populacional do FPM nas capitais. O fato é que a atual tabela prevê o mesmo coeficiente para capitais com populações que vão de dois milhões a dez milhões. Fica uma coisa absurda. Como é que você vai dar a mesma resposta para o problema de uma cidade com dois milhões e de outra com dez milhões.

É uma injustiça colocar no mesmo saco cidades com contingentes populacionais tão diferentes. E é evidente que a grandeza dos desafios, dos problemas e das políticas públicas é outra entre uma capital de um tamanho e de outro.

Sou autora de um projeto, o PLS 213, que hoje se encontra na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no qual proponho uma nova tabela com mais faixas por número de habitantes, que corrige essa injustiça, atribuindo coeficientes diferenciados para essas capitais. Com isso, cidades como Curitiba, Manaus, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo seriam beneficiadas, porque seriam atribuídos coeficientes populacionais que de fato iriam refletir a condição dessas cidades o número de habitantes.

Eu gostaria, se V. Ex^{as} quiserem também se pronunciar sobre a adequação dessa proposta, de saber a opinião.

Vamos ao foco da nossa discussão, o FPE.

Eu diria que é o grande tema federativo do ano, e a revisão dos critérios dessa distribuição do Fundo de Participação dos Estados. Por que digo é o maior tema federativo? É devido à tarefa que nos impôs o Supremo Tribunal Federal. E estamos nesta audiência para discutir essa imposição, de ter que aprovar, nas duas Casas do Congresso, ainda este ano, uma nova tabela para o FPE, sob pena de não termos esses recursos em 2012, recursos que achamos poucos, mas que não vamos jogar fora; são R\$54 bilhões transferidos para os Estados no ano que vem. O fato é que hoje temos 18 projetos tramitando no Congresso, tratando desse tema.

Em primeiro lugar, entendo que precisamos abolir de vez esse critério de rateio, totalmente inadequado, de 85% para Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15% para Sul e Sudeste. Esse é um critério arbitrário, anacrônico, que foi pensado no fim da década de 80. Hoje, temos meios de fazer muito melhor que isso. Existem indicadores consolidados, internacionalmente aceitos, como o Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, que captura muito bem as desigualdades regionais e faz muito mais sentido. O IDH ainda tem a vantagem de considerar as diferentes vertentes do desenvolvimento do Estado, considerando a renda *per capita*, dados de educação e dados de saúde, especialmente da criança, o que acaba envolvendo também questões como nutrição e saneamento básico.

Então, eu gostaria de defender e saber a posição de V. Ex^{as} sobre o uso do IDH como critério de rateio, porque seria mais de bom senso, não só mais justo.

Outro ponto importante é introduzirmos o denominado critério devolutivo na tabela, ou seja, precisamos

incentivar os Estados a arrecadarem mais; alguns fazem a lição de casa, outros fazem menos. Quer dizer, de aumentar a sua receita tributária.

A triste realidade do FPE é que ele acabou gerando certo nível de acomodação por parte de alguns Estados em relação ao seu próprio esforço tributário. O FPE deveria ser um recurso adicional para promover a redução da desigualdade regional e não para gerar, desculpando a palavra, “preguiça” arrecadatória. Por isso, defendo que se introduza algum mecanismo, ainda que com um peso pequenininho na tabela, que incentive os Estados que corram atrás, que façam um maior esforço para a arrecadação tributária. A esse respeito quero destacar que o Estado de São Paulo, por exemplo, é responsável por 41% do Imposto de Renda e do IPI arrecadados no País, impostos esses que constituem a base de cálculo do FPE.

São Paulo arrecada 41% e recebe 1%. São Paulo não arrecada porque cai do céu. Tudo bem, São Paulo tem essa pujança extraordinária, mas arrecada porque faz seu trabalho de arrecadação com bastante esforço.

Outra questão que eu gostaria de colocar é sobre o Confaz. Outro tema federativo que temos debatido muito aqui no Congresso. Eu gostaria de ouvi-los sobre essa questão do fim, do consenso que se tem debatido aqui nas deliberações do Confaz.

Sou relatora na CAE do PLS 240, de 2006, que estabelece um quórum de quatro quintos dos Estados para concessão ou revogação de benefícios fiscais no Confaz. Aqui nós temos um problema adicional que é a Súmula do Supremo Tribunal Federal, que declarou inconstitucionais os benefícios fiscais concedidos sem a concordância de todos os Estados.

As minhas dúvidas estão em dois pontos. Primeiro, devemos resolver esse problema da inconstitucionalidade, que vários Estados passaram, e se encontrar, e com isso criar um perigoso precedente que é “Eu, Estado X, posso cometer a inconstitucionalidade que quiser porque, no futuro, aprovaremos uma lei que perdoará essa minha má conduta”.

É sempre assim, começa a fazer uma ilegalidade, aí, depois de alguns anos, dá uma confusão geral, vemos isso muito bem nos eletrônicos e em outros, e aí tem que resolver. Mas se cria algo que não se precisava criar.

O segundo ponto é que devemos esvaziar o Senado como instância de discussão federativa, porque vamos acabar transformando o Confaz num mini Senado, se for assim.

Quero lembrar que se não existisse a regra do consenso do Confaz, ele teria discutido e resolvido a questão da “guerra dos portos” e não o Senado teria resolvido. Além disso, concordo com as opiniões de

que o fim do consenso tenderá a fomentar guerras fiscais no Confaz com Estados, porque vão se unir uns contra outros, filme que já estamos cansados de ver e que não dá um resultado muito bom.

Sobre a dívida agora, dos Estados e Municípios com a União, vou falar brevemente, porque é um assunto que exige mais vontade e iniciativa do Executivo do que de nossa parte. Eu gostaria de perguntar sobre as negociações das dívidas dos Estados e Municípios com a União, porque tivemos uma audiência pública sobre o comércio eletrônico aqui na CAE cerca de duas semanas. Nela, o Secretário Nelson Babosa, da Fazenda, afirmou que a União estava preparando para reestruturar essas dívidas, em especial trocando a taxa de juros dos atuais IGPDI mais 6% a 9% para a taxa Selic. O Senador Dornelles já se pronunciou sobre isso também, mas não falou em aplicação de prazo ou redução do limite de comprometimento da receita que hoje está em 13%. Não mencionou isso. Era bom saber o que fazer com isso.

Gostaria então de saber dos senhores em que pé estão as negociações do lado dos Estados e se considera adequadas as alterações que vêm sendo prometidas pelo Executivo.

São essas as minhas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecendo à Senadora Marta, consulto se a Senadora Ana Rita gostaria... e já convido aqui o meu Presidente Delcídio para...

Senador Delcídio, nós estamos já na fase de conclusão e gostaríamos de ouvi-lo, parabenizando-o, primeiro, como nosso Presidente da CAE, sempre bastante dedicado a esse tema das mudanças do pacto federativo.

Alguém me ajude aqui.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, quero cumprimentar o meu caro Senador Wellington Dias e também o Secretário de Fazenda lá de Mato Grosso, Leonardo Colombini. Na placa, o nome está trocado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vamos conseguir uns óculos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não. Eu li errado. Agora eu consegui ler. Cumprimento o Secretário de Minas Gerais, Leonardo Colombini; o nosso querido Luiz Carlos Hauly, lá do Paraná; Marcel Souza de Cursi, Secretário-Adjunto de Mato Grosso – esse homem é poderoso; foi o Secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul que sugeriu o nome dele, o nosso Mário Sérgio.

Presidente, Senador Wellington Dias, primeiro, quero pedir desculpas. Eu estava numa reunião no Ministério do Planejamento e depois na Casa Civil,

tratando de agendas do próprio Senado: da Comissão de Infraestrutura e de uma agenda voltada para o Centro-Oeste, mais especificamente para a Sudeco – nós estamos muito preocupados, porque a Sudeco não está conseguindo, por falta de estrutura, responder as demandas dos Estados do Centro-Oeste: Goiás, Brasília, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Então, eu quero pedir desculpas, porque a reunião atrasou, pois havia uma manifestação lá no Ministério do Planejamento.

Peço desculpas, mas, como não assisti à exposição e sei que os Secretários são brilhantes e de Estados importantíssimos da Federação, eu quero aproveitar a oportunidade para, primeiro, dizer que, como acordado numa reunião de líderes, o Senador Walter Pinheiro vai apresentar ou vai trabalhar nessa proposta do FPE – Fundo de Participação dos Estados, até porque as tentativas no sentido de adiar essa decisão foram infrutíferas. Portanto, até o final do ano, nós teremos que aprovar um novo FPE para os Estados brasileiros. Então nós não vamos escapar disso.

Esta é a primeira de uma série de audiências, Haully, para ouvir o Secretário de Fazenda. Nós vamos ouvir também o Ministério da Fazenda, representantes dos Municípios, porque corre também paralelamente um projeto para o FPM, uma proposta inclusive no sentido de evitar aqueles degraus e eventualmente apresentar uma distribuição linear para que os Municípios fiquem menos sensíveis às quedas populacionais e consequentemente às quedas de receita. O importante é o FPE e é importante também a discussão, não sei se isso foi falado aqui, a correção da dívida dos Estados, o percentual da receita líquida corrente, que é descontado dos Estados em função do serviço da dívida e, ao mesmo tempo, também outras questões que nos levam a uma discussão importante, especialmente com relação à Federação.

Seria muita ousadia minha fazer alguma pergunta sem ter visto a exposição dos senhores, mas quero mais do que nunca registrar a importância de iniciar esses debates, Presidente, Senador Wellington Dias, com os Secretários de Estado. Depois, nós temos toda uma agenda. Durante quatro semanas, vamos fazer as audiências públicas e depois começar a encaminhar o texto do substitutivo que, sem dúvida nenhuma, vai promover uma distribuição mais justa do FPE, porque acho que alguns Estados foram muito bem aquinhoados quando esse Fundo foi definido e acho que a gente precisa agora buscar uma repactuação mais equilibrada na sua distribuição pelos Estados brasileiros.

Era só isso que queria registrar, Sr. Presidente.

Peço mais uma vez desculpas às Senadoras e aos Senadores, porque infelizmente eu não tive condição de chegar na hora.

Quero agradecer.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Senadora Ana Rita, ouço V. Ex^a com o maior prazer.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Wellington, não farei perguntas aos nossos convidados, mas eu quero aproveitar a oportunidade para agradecer a presença de vocês. Eu tive que sair, porque estamos tendo reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está apurando a violência contra a mulher, por isso não tive condição de ouvir exposição de vocês, mas, quando cheguei, ouvi atentamente os questionamentos da Senadora Marta e me sinto contemplada com o que ela perguntou. Eu quero ouvir agora as respostas dos senhores para que possamos nos posicionar se for necessário. Agradeço muitíssimo a presença de vocês aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que agradecemos o empenho de V. Ex^a.

Antes de passar a palavra, eu queria dizer que, na verdade, há um conjunto de temas. Todos – aqui não tem ninguém inocente – sabemos que não há acordo para o pacto federativo. Ele normalmente é sempre muito tenso, muito tensionado e não é fácil. Acho que o mais experiente aqui é o meu companheiro Dornelles e sabe da dificuldade para se ter um pacto através de acordo.

Qual é o ponto, qual é a dificuldade? Há dois blocos: um que acha que pode ser feito mesmo aos poucos. O próprio Governo caminha nessa direção e não por falta de tentativa de fazer em bloco. Tivemos vários governos, várias tentativas de fazer em bloco, mas há um fato que eu poderia lembrar aqui.

Aproveitando que nós estamos numa reunião conjunta, lembro que eu tinha recomendado, meu Presidente Delcídio, que nós pudéssemos ter, pelo menos para que a gente tivesse conhecimento – a equipe técnica do Senado pode providenciar isso e, é claro, vai precisar do apoio de algumas áreas do Governo –, dados do mais e do menos, dos principais pontos que são mudanças fortes no conjunto dos Estados, no conjunto das unidades da Federação.

O Fundo de Participação, como foi lembrado aqui, por imposição agora de uma decisão do STF, terá que acontecer este ano. Já tivemos a Resolução nº 72, era um ponto importante – para não dizer que nada está acontecendo, foi um parto difícil, mas foi aprovado –; o comércio eletrônico está também avançado e tem condições de aprovação ainda, provavelmente antes do recesso, pois ainda ontem foi contada sessão e o projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça; temos

na Casa o FPE – Fundo de Participação de Estados e Municípios, que faz esse esforço agora com Relator conjunto, o Walter Pinheiro; da dívida eu percebo que também devemos tratar, provavelmente nessa reunião da Presidente com os Governadores – é provável que ali já se tenha uma definição sobre a posição do Governo para, a partir dela, a gente ver o que é possível por legislação alterar; temos a Lei Kandir, que é muito mais a discussão do não cumprimento, a insegurança sempre quanto à existência do que está na discussão do Orçamento – todo ano a gente vê aqui o debate e tem que aprovar a lei. E eu acho que, nesse pacote, nós não podemos nos esquecer, meu querido Dornelles, do pré-sal – o senhor sempre fica arrepiado quando eu falo isso, mas eu acho que há uma riqueza nova, que quanto mais tardar a regulamentação mais problemas trará.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Por favor, Presidente. Quero só dizer que a minha posição é a mesma da Presidenta Dilma. Temos que repartir tudo o que não foi licitado. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem.

O que nós queremos, concordando com a interpretação do que ela diz, é daqui para a frente. E daqui para a frente eu considero o que não foi explorado ainda. Nós temos tramitando no Congresso – já foi aprovada em uma das Casas e está aguardando na Câmara – a discussão do IVA Federal, com mais outras mudanças sugeridas. Há projetos que propõem uma “repartilha”, uma discussão em relação ao Fundeb, ao *per capita* SUS, ao salário-educação.

Nas regras da aplicação dos fundos constitucionais entra inclusive o Fundo de Participação. O Dr. Leonardo Colombini lembrava aqui, e eu queria citar esse ponto que não é importante.

Eu vou dar aqui um depoimento como ex-Governador. A Senadora Marta foi também Prefeita, e outros aqui têm experiências também no Executivo, como o Senador Dornelles. Há um fato concreto: Fundo de Participação é para Estados e Municípios, uma receita para bancar folha de pagamento, custeio, um conjunto de programas, etc. Na verdade, daquilo que se tem de alguma coisa nova, normalmente baseada em ICMS e em outras receitas, é que se tem a fonte para as aplicações, para os investimentos.

Se é um fundo voltado para o desequilíbrio regional, a lógica está errada. Ou existe um conceito de haver uma obrigação pelo menos de uma fatia como investimento ou vai ser sempre consumido com folha, com custeio, com outras despesas que são geradas. Esse é um fato.

E há um fato ainda mais polêmico, especialmente na relação com a União. Esse decréscimo que tivemos aqui de 16% para 9%, ou seja, de 16% da receita total para 9% da receita total levou em conta um descompasso: a criação de novas alternativas de receitas da União, como as contribuições, descoladas da partilha, ou seja, a União criou as suas contribuições, que, hoje, representam suas maiores receitas, maiores inclusive que o próprio bolo do Fundo de Participação, e gerou esse descolamento.

Portanto, eu acho que é hora também de rever o conjunto das receitas partilhadas sob pena de ficar cada vez mais distante.

Qual é o pleito, meu Presidente? Eu acho que, se pudermos ter um mais e menos... Com o ICMS no destino total, Rio de Janeiro ganha. Com o pré-sal, em relação à expectativa e não em relação ao que fica, o Rio de Janeiro tem perda. Eu tenho afirmado isso categoricamente. Com a Resolução nº 72, alguns Estados ganham. Espírito Santo e Santa Catarina tiveram que fazer aqui compensações, assim como Goiás.

Então, eu acho que esse mais e menos de todo esse conjunto das receitas vai-nos permitir o que o nosso Secretário e Deputado Hauly salienta aqui. Qual seria o tamanho do recurso necessário? Porque também há um consenso. Em nenhum Estado e em nenhum Município, hoje, está sobrando receita para poder ter uma perda brusca de receita. Nenhum! Fazendo individualmente ou fazendo em bloco, nós vamos ter que levar em conta essa realidade. Ou é daqui para frente ou é com uma forma de compensação. E só quem pode fazer a compensação é a União.

É claro que há situações de receita nova, como é o caso do pré-sal; como é o caso da Resolução nº 72; e como vai ser para a ampla maioria dos Estados no caso do comércio eletrônico. Isso já dá um certo equilíbrio. Então, é preciso haver uma proposta considerada razoável, porque, se o Piauí fizer uma tabela, vai fazer uma tabela para que o Piauí ganhe; se cada um fizer a sua tabela, vai ser sempre assim. Mas é necessária uma ideia que seja razoável para se fazer cada uma das propostas.

Então, se a equipe técnica, meu Presidente, puder fazer aqui um mais e menos – quem perde e quem ganha em cada – para vermos o saldo final de todas essas apresentações, eu creio que ela nos permitiria a condição de termos aí um bom resultado. Precisa de quanto? De dez, de quinze, de vinte bilhões? Quanto é necessário para poder fazer na ponta final, levando-se em conta que ninguém ficará com menos do que tem no ano da aplicação da regra? Qual é o tamanho da fatia? É para implementar no longo prazo, retiran-

do uma receita nova da parte da União? Eu acho que isso ficaria mais claro.

Então, eu sinto a necessidade de termos isso, porque, no fatiamento, também é bom dizer que alguns vão ganhar e outros vão perder. Não tem para onde correr. Vai gerar sempre uma insegurança. Eu preferiria conhecer todo o caminho, porque, mais cedo ou mais tarde, esses temas vão ser votados aqui. Podem ser quatro neste ano e, no próximo ano, vão ser mais quantos? No outro ano vão ser mais quantos? Então, seria melhor termos uma ideia do final do jogo e sabermos como vai ficar. Como fica o Mato Grosso do Sul lá no final? Ele ganha com o pré-sal? Ganha. Como ele fica em relação ao IVA? Como fica em relação à origem e ao destino? A partir daí, colocamos uma condição de, à mesa, tratar do assunto com o maior carinho.

Parece que o Senador Delcídio me pediu a palavra. Passo agora para as respostas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Quería só fazer um comentário, meu caro Presidente Senador Wellington Dias.

Eu acho que, a despeito do interesse do Ministro Dornelles pela CPI do Cachoeira,...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT

– PI) – Interesse dele e também meu.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT –

MS) – ... apesar de ser um assíduo frequentador dos trabalhos da CPI, como eu também sou um assíduo frequentador, acho que nós precisamos montar uma agenda neste ano, que é um ano atípico. Vamos olhar os Estados e vamos olhar a Federação.

V. Ex^a falou muito bem aqui. V. Ex^a foi Governador por oito anos e conhece muito bem onde dói o sapato. Eu acho que essa é agenda que nós precisamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT

– PI) – Com certeza.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) –

Nós já fizemos a agenda do Projeto de Resolução nº 72.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT

– PI) – E deu certo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Um projeto importantíssimo para o País. O Secretário Haully inclusive esteve aqui e participou intensamente dos debates. Esse é um ponto importante.

Outra questão também que eu não poderia deixar de destacar é o debate agora da unanimidade do Confaz. Eu acho que nós estamos caminhando para uma solução de comum acordo com os Estados para resolver, equacionar essa questão também, até porque há uma preocupação enorme dos Estados especialmente com os incentivos que foram dados e que precisam ser legalizados. Se prevalecer a súmula vinculante do STF

– o Senador Dornelles conhece esse assunto muito bem –, será um desastre para os Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT

– PI) – Com certeza.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Portanto, isso exige absoluta...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT

– PI) – Desculpe. Para os Estados e para as empresas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –

RJ) – Para as empresas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– E para as empresas, principalmente.

Portanto, é fundamental, Sr. Presidente, buscarmos uma solução ainda antes do recesso parlamentar para equacionar essa questão.

Vários Senadores foram ao STF. O nosso Ministro Dornelles esteve lá, e eu estive também com o Presidente Sarney. Essa é uma preocupação de todos os Estados. Então, essa é uma pauta prioritária.

A outra pauta prioritária é o serviço da dívida dos Estados, tema que V. Ex^a abordou muito bem aqui. A Presidenta Dilma vai se reunir com os governadores e governadoras, e eu tenho absoluta convicção de que esse assunto vai ser debatido. Se é Selic, se é IPCA, nós já discutimos isso na CAE. O próprio Ministro Dornelles aqui falou, seguidas vezes, sobre essa questão do indexador da dívida, mas o problema não é a discussão do indexador. O problema é o percentual da receita líquida.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT

– PI) – Esse é o ponto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Esse, sim, tem que ser mudado.

Então, esse é outro debate que nós precisamos fazer aqui no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, que é o foro adequado para se fazer esse debate. Com esse elenco de medidas, pode-se discutir FPE e FPM, especialmente o FPE. Nós não temos mais tempo. Apesar das nossas tentativas, não vão renovar por mais um ano a regra nem podem. Não vai haver nenhuma possibilidade de continuarmos com essa regra no ano que vem.

Então, esta audiência pública, hoje, marca uma série de audiências que vão ser realizadas, fundamentais para definirmos isso. Se nós conseguirmos, meu caro Presidente Senador Wellington Dias, terminar, acertando a questão do Confaz e dos incentivos, acertando FPE, FPM também, porque é um debate que está sendo travado aqui há um bom tempo, o Confaz, no meu ponto de vista, nós cumprimos bem a nossa missão ao longo de 2012 e acho que é o que os Estados esperam do Senado Federal, que é a Casa da Federação.

Com relação ao pré-sal, e V. Ex^a sempre foi um batalhador permanente e sistemático nesse embate, assim como o Senador Dornelles, acho que nós vamos ter que gastar um pouco mais o nosso *bistunto*, até por causa das controvérsias com relação à repartição de recursos de contratos que hoje já vigoram e contratos futuros, como foi dito aqui pelo Ministro Dornelles.

Essa é a nossa pauta. Se conseguirmos fazer essa lição de casa e, ao mesmo tempo, atender algumas pautas da indústria especialmente, e no momento em que a indústria brasileira precisa responder à altura, como todos nós esperamos, cumprimos o nosso papel como Senadores e Senadoras aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e no Senado Federal, a Casa da Federação.

Quero aproveitar para cumprimentar mais uma vez os secretários competentes que estão aqui presentes e que, de uma forma muito ágil, responderam ao nosso convite e vieram ilustrar esse grande debate do FPE na nossa Casa, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Por isso V. Ex^a é Presidente aqui, porque é um homem competente e domina bem tantos temas. Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Em decorrência das palavras de V. Ex^a e do Senador Delcídio do Amaral, creio que o assunto foi muito bem equacionado pelos secretários aqui presentes.

Nós temos esse problema do Fundo de Participação dos Estados. O Presidente Delcídio sabe muito bem que, por delegação que ele me deu, eu tive algumas conversas para ver se seria possível prorrogar esse prazo.

Isso é impossível, foi uma decisão de inconstitucionalidade tomada em 2010. Se for publicada essa súmula vinculante será um desastre para vários Estados, principalmente para o setor privado.

De modo que nós temos, em primeiro lugar, que fazer um apelo por um esforço muito grande do Confaz, para ver se chega a uma solução em concordância com os Estados para resolver o problema dos incentivos.

E segundo, Senador Wellington, V. Ex^a disse muito bem: em todas as propostas que existem hoje de Fundo de Participação dos Estados, uns perdem e outros vão ganhar no momento em que nenhum Estado pode perder.

Os Secretários de Finanças dos Estados, que hoje têm realmente um conhecimento muito grande do problema operacional, sabem que a única maneira de não haver perdedor é aumentar a base de

cálculo. Como seria feito o aumento da base de cálculo? Bastaria incluir na base de cálculo do fundo de participação aquelas contribuições que foram criadas para neutralizar e reduzir a distribuição, além do crédito fictício. Qual seria o montante destinado para o Fundo de Participação dos Estados e Municípios? Eu faria um *crédit forfaitaire* caso incentivos e subsídios não fossem dados.

Sem a recomposição da base vai haver sempre perdedor, e os Estados no momento não podem perder.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Corretíssimo.

Passo para o nosso Secretário Luiz Carlos Hauly e, em seguida, para o Marcelo.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente Wellington Dias, é uma satisfação na paz e na unidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Na paz e na unidade.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Senadoras, Senador, é um prazer.

Eu começaria raciocinando primeiro sobre competitividade.

O Brasil perdeu a batalha da competitividade para o resto do mundo. Primeiro ponto.

Segundo, a crise econômica está aí e paira sobre nós. As oscilações da Bolsa, as medidas que o Governo vem tomando.

Terceiro, a questão interna dos Estados, equalização, justiça na distribuição dos recursos, guerra fiscal, guerra dos portos, origem e destino.

Então nós estamos na iminência... Eu digo assim: eu participei como Secretário da Fazenda da Constituinte de 88. O Senador Dornelles estava aqui. E lutamos pela partilha. Não se discutiu naquele momento, não se conseguiu uma reforma tributária. Perdemos no tempo, porque mantivemos o mesmo modelo, transferimos receitas, aumentamos a base do ICMS e etc.

Ao longo dos anos, com as crises econômicas, com os planos econômicos, o Brasil chegou ao Plano Real, veio a estabilidade, consolidou a democracia.

Hoje o nosso maior problema é competitividade. Não pode uma unidade subnacional agir como se fosse um país. É o que acontece hoje na guerra fiscal. Não pode! Não existe isso em lugar nenhum do mundo! Não existe federação como o Brasil que equalize a diferença de receita entre os Estados, o que perde e o que ganha.

Então nós estamos num... Se a crise vem... Se é o problema mundial do Brasil a competitividade e nós temos problemas... O Supremo interferiu exatamente porque tornou o fundo inconstitucional. O Supremo interferiu porque realmente são inconstitucionais os incentivos fiscais, só o efeito de repercussão. Então

nós estamos numa encruzilhada que eu transformo em coisa boa. É oportunidade. É oportunidade ímpar.

Se há uma agenda, se há um pacto, se há uma lista de tarefas não dá para se fazer ponto a ponto. E o Senador Wellington caminhou dizendo, Senador Delcídio, também, Senador Dornelles, mesma coisa.

Não há como manter uma federação tão complexa – e a nossa federação só perde para a complexidade americana... Nós somos complexos, mas somos injustos. Tudo vai se permitindo até chegar ao esgotamento.

Não tinha o Supremo que decidir por nós, nem pelo Confaz nem por nós. E eu acrescentaria: a minha tese no Supremo é contrária à do Senador. Decida e coloque mais um aditivo, convalide tudo para trás. Aí, na semana que vem, o Confaz se reúne na marra, como sempre fez há 40 anos, e acerta todos os ponteiros.

O Confaz, 27 unidades não se entendem, porque nós perdemos os bancos, perdemos uma série de outras coisas que tínhamos, ficamos com o ICM para por o dinheiro para rodar. Ao invés de fazer obras públicas, nós financiamos as empresas. Essa é a única questão. Hoje o ICM fabrica dinheiro para as empresas obterem lucros, o que é um erro. Isso mexe na competitividade da formação do preço de cada produto brasileiro e nós não conseguimos vender mais nada, não conseguimos mais nada. Você ganha pontualmente uma empresa, que fica dez anos no meu Estado. Termina o incentivo, ela vai embora. Ela vai embora, como fez com o Nordeste, fez com todos.

Então, se houver uma regra mais pontuada, eu não tenho... Honestamente, a questão do quórum está dentro desse processo. Está tudo dentro desse processo. Então nós temos que ter...

Qual é o maior problema do Brasil hoje? Competitividade e infraestrutura. Os Estados e Municípios não investem, nem a União investe, o que deveriam. Nós cuidamos das vinculações desde a Constituição de 88 para a educação, para a saúde, e descuidamos das obras. Não temos estradas. Nossos filhos e nós morremos nas estradas, porque não são duplicadas, porque o porto não sei o quê, é o aeroporto.

Se nós tivéssemos uma DRU, uma desvinculação de receita de Estado e Município só para investimento antes de qualquer outra transferência garantiríamos investimento para o futuro do País. Nós não temos mais estradas. Não temos. Não adianta. É emenda constitucional que temos que fazer.

E também, no princípio de toda a nossa discussão, é claro, se o ICM for para o destino, e é óbvio que deveria ir para o destino há muito tempo, se ele for para o destino, como qualquer IVA no mundo, resolverá o problema da Resolução nº 72, da guerra dos portos,

da guerra fiscal, resolverá tudo: dor de cabeça, coque-luche, mau olhado, torcicolo.

O problema é este: a guerra está assentada na alíquota interestadual. Coloque a alíquota em 2%, 3%, porque já há aceitação do Nordeste inteiro e do Centro-Oeste na carta dos governadores, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Até com zero eles concordam.

O problema da diferença do fundo do... Na hora em que fizer destino, vai ter distorção, perda. Na hora de fazer o novo fundo, ou pela fórmula que nós colocamos aqui de equalização ou pela outra fórmula, têm perdas. Então, quanto custa isso? 20 bilhões? 30? É esse o ponto a que se vai chegar. Não se tem reforma de FPE e de ICMS sem colocar 20 ou 30 bilhões da União. “Ah, mas a União Federal é isso, é aquilo, é aquilo”. Desculpa. Vai chegar a um ponto... Por isso, tem de se fazer o pacote e falar: “Custa tanto e a União Federal vai ter de entrar...” “Ah, eu não posso entrar de uma vez”. Então, em cinco anos, vai entrar com 6 bilhões por ano e faz a transição.

O desejo do Constituinte de 1988 deu aos Estados e Municípios uma parcela grande da arrecadação nacional e a União Federal, ao longo de 25 anos, tirou, por todos os Presidentes... Não foi um Governo só, foram todos. Eu já fui governo, sou oposição, fui duas vezes governo. Todos tiraram. Desde Sarney até hoje, todos tiraram. Então, há um esvaziamento das unidades federativas. Os Estados ficam com saúde, com educação, tudo com regra, piso salarial. Não tem como pagar a conta e não tem dinheiro para investimento. Aí, morreu o governo. É estrada que o governador não faz, o Presidente da República... Não tem. Não tem dinheiro para investimento.

Então, nós podemos enfrentar a crise com uma espécie de um New Deal de investimentos de obras públicas neste País, que estão atrasadas em 30 anos. Nós enfrentaríamos a crise, passaríamos todos os momentos, só para internamente.

E a questão – se for para a reforma tributária – de tributar os ricos e os pobres como o Colombini falou: progressividade *versus* regressividade. Nós somos o país que mais tributamos os pobres no mundo. É uma vergonha para nós!

Elenco os pontos que V. Ex^a, Senador, ex-Governador, coloca: FPE, vendas eletrônicas, Resolução 72, dívidas dos Estados e dos Municípios, Lei Kandir, FPM, da Senadora. Tudo está dentro de um mesmo... Eu acho que agora é juntar as pontas. E só o Senado, com a equipe técnica que tem, tem essa condição. O Senado tem o melhor corpo técnico do País. Assessoria, consultoria. É trazer todo esse conhecimento e fazer o pacote.

Não tenha dúvida, não tenha vergonha: para a União Federal colocar 20 ou 30 bilhões a mais para os Estados nesse jogo, não é nada. Não é nada! Não é nada!

Então, minha consideração é essa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Eu agradeço, mais uma vez, o Senado da República, Senador Delcídio, por esse convite honroso que me fez.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que agradecemos.

Devo dizer aqui, Presidente Delcídio, que eu me disponho, com outros Parlamentares da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Desenvolvimento Regional, trabalharmos com a equipe técnica do Senado e com mais algumas áreas de Governo nessa direção - é claro que com o apoio também dos secretários estaduais.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Do Confaz.

SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Passo a palavra ao Marcelo, pelo Estado de Mato Grosso.

O SR. MARCEL SOUZA DE CURSI – A riqueza desta Federação provoca, às vezes, dissenso. A pobreza também. O Centro-Oeste já tem uma linha de raciocínio um pouco diferente dessa externada pelo Hauly.

Na verdade, temos um grande problema dentro deste País que é a ausência de um projeto de desenvolvimento para o País. Só vimos planos de desenvolvimento neste País na era Vargas, um pouco com Juscelino e, depois, volta Itamar com os PPAs. Agora, temos o PAC. Essa lacuna pode ser até um pouco mais certificada quando vemos que o País, num dado momento, chegou a desaparecer com o Ministério do Desenvolvimento Interior. Quando o reconstituiu, sob a batuta, se não me engano, de Ciro Gomes, ele tinha 1% do Orçamento Federal. Então, esse buraco, essa ausência de um plano de desenvolvimento nacional fez com que os governadores dos Estados se lançassem a fazer a política de incentivo: não tem com quem fazer, foram fazer.

A realidade de um Estado como o nosso, o Estado de Mato Grosso, é que ele tem 30 mil quilômetros de estradas, das quais 10% estão asfaltadas. Nós produzimos 30% da produção de alimentos do País, 9% da produção de alimentos mundial e temos de escoar essa produção através de estradas com pontes de madeira, não asfaltadas, onde, por exemplo, existem vias centrais lá. Nesta semana, estavam lá três ou quatro veículos atolados. Não se consegue sequer fazer o escoamento. Não temos ferrovias, não temos canais. Estamos longe dos centros de distribuição.

Por que estou tocando nesse ponto? Porque a questão da alíquota interestadual está relacionada com isso. A questão do quórum no Confaz está relacionada com isso.

A Constituição de 1967 não encontrou um mecanismo de solução para o problema das diferentes regionais e, por isso, fez alíquotas interestaduais, que estão, entre si, não alinhadas. Essa diferença de potencial foi a maneira que se encontrou para se viabilizar o financiamento das regiões que não são populosas. A alíquota no destino é ótima para quem tem 30, 40 milhões de habitantes. No caso de Mato Grosso, especificamente, ou da região Centro-Oeste – o caso de Mato Grosso é o caso da região Centro-Oeste -, temos 3,5 milhões de habitantes e produzimos 30 milhões de toneladas de grãos. Vai cobrar tudo no destino? Com que recurso pavimento as estradas, faço as pontes e atendo às demandas sociais internas? Hoje, arrecada-se nessa alíquota diferencial.

Então, como é que podemos avançar? É a questão. Acho que nós não podemos nos furtar daquilo que é importante para o País. Avançar numa redução da alíquota interestadual é possível. Não dá para alinhar essa alíquota a 4%. Em algum momento, talvez possamos chegar a isso, mas, neste momento, o que é possível é uma alíquota de 7%, substituindo a alíquota de 12%, e uma alíquota de 4%, substituindo a alíquota de 7%. Isso é possível, porque mantém uma diferença de potencial e permite aos Estados que são altamente produtores e pouco populosos se viabilizarem. Isso é possível sem recursos da União. Consegue-se ter um equilíbrio no sistema, com perdas pequenas, compensadas por essas medidas que estão sendo tomadas, que são comércio eletrônico e redução do comprometimento da dívida.

O pacote encaminhado não financia tudo. A ausência dos Estados da região Centro-Oeste é para que, com esse pacote anunciado, façamos alguns avanços, mas não dá para chegar a uma alíquota uniforme de 4%. Ela geraria uma perda e o desmantelamento da produção agrícola deste País. Ela levaria ainda a um colapso da região mais produtiva do País, que, para cada centavo que se bota lá, responde quatro ou cinco vezes acima do que foi investido.

Outro aspecto a ser considerado é que a situação também não pode ficar como está. A política de incentivos como está tocada não pode ficar como está. Para isso, temos de fazer uma reflexão. Existem duas correntes muito claras. Há uma corrente que prega que o Confaz tem de ser unânime, porque não é para dar incentivo no tributo. Esse tributo não foi feito para dar incentivo. E tem outra corrente que prega que precisamos combinar o jogo com os russos, porque o mundo

todo dá incentivo em cima de tributos sobre consumo. Inclusive, a União o faz - acabou de fazer com o IPI e fez com outras coisas. Essa segunda corrente diz o seguinte: a discussão é de legitimidade, porque, na verdade, o que estamos discutindo é se os Estados têm ou não legitimidade para dar incentivo, porque ninguém questiona a legitimidade da União de fazê-lo e ninguém questiona a legitimidade dos Municípios de fazê-lo. Nós pegamos o ICMS para reavaliar e falar assim: “Nesse tributo, não pode”.

Para essas duas correntes, é importante fazermos uma pequena reflexão. Pureza conceitual existe na teoria. Eu não sei se, no mundo prático, na vida política, na administração do meu Estado, vamos conseguir implantar modelos absolutamente puros. Nesse sentido, eu acho que é mais razoável falarmos de uma solução. A solução talvez provável para o sistema, que é a questão dos incentivos, seja olhar para o mundo real. Hoje, se somarmos as leis orçamentárias dos Estados - a Lei de Responsabilidade Fiscal obriga os Estados a publicarem as renúncias -, as renúncias totalizam, anualmente, sendo que a última que somamos foi de 2011, 35 bilhões. Estamos falando de 1,5% do PIB, mais ou menos. Se voltarmos cinco anos no tempo - vamos cobrar esses incentivos das empresas, porque, se declarados inconstitucionais e não convalidados, o Poder Executivo vai ter de lançar um imposto -, vai dar algo em torno de 7% ou 8% do PIB. Isso é a arrecadação de um ano de ICMS. Que tal a gente perguntar para cada um dos contribuintes: você aguenta pagar o dobro do que você está pagando? Não aguenta. O que eu quero dizer com isso? Não há lastro patrimonial, não há patrimônio líquido e não há na economia real como cumprir essa decisão. Nós arrebatamos o sistema se nós formos cumprir essa decisão. Porque ninguém consegue pagar essa conta. Por que ela foi embutida no preço? As empresas não acumularam isso como patrimônio. Por isso, é guerra fiscal, porque você embute no preço e vai concorrer lá no outro local. Então, não ficou com ele. Foi repassado para alguém e serviu de mecanismo de competição no mercado. Não tem como executar.

O Confaz consegue convalidar isso? Dificilmente. Acho que o Haully está certo nesse sentido. O modelo atual do Confaz, por unanimidade, na verdade, é um modelo de veto. Não é um modelo democrático. É o seguinte: eu não quero, veto. É um regime semelhante ao Comitê de Segurança da ONU. Alguém veta e trava tudo. É preciso, então, avaliar se o veto é necessário em todas as hipóteses. Aí sim, cabe talvez uma reflexão da nossa parte.

Por exemplo, o Estado de Mato Grosso está interessado em receber uma dívida de uma companhia,

o que foi objeto, inclusive, de uma discussão aqui no Senado, me parece que o Delcídio, proativamente, chamou aqui o Grupo Rede, dada a situação em que ele se encontrava lá no Pará, está lá a União tentando o imbróglio feito no Pará. Em Mato Grosso, ele também se enrolou. Mas ele chegou e falou assim: olha, eu consegui superar algumas dificuldades e quero pagar, só que não aguento pagar com a multa, porque a multa de ICMS, a gente dobra a multa, multiplica por três, por quatro. A legislação é dura. Na situação em que estou, você tira a multa que eu pago. Isso é um assunto interno do Estado do Mato Grosso. Não afeta ninguém, e é para receber não é para dar incentivo. Eu não consigo aprovar isso no Confaz. Porque o outro Estado fala assim: enquanto ele não me pagar lá, você também não recebe. E aí acaba nivelando por baixo em algumas questões. Isso é um exemplo.

A rapadura. É de interesse do Nordeste dar isenção na rapadura. Para Mato Grosso, não. Talvez para farofa com banana. Não tem esse interesse.

Então, existem questões que não são interestaduais. Como o Confaz tem uma norma que é de 75, e essa norma a gente está fazendo, quem defende a pureza está fazendo o inverso, está pegando a norma e jogando contra a Constituição, em vez de olhar para a Constituição e falar: a Constituição recepcionou essa norma, a competência para o Confaz precisa ser discutida. Qual o desenho de Confaz que nós queremos? Ele tem competência nas relações federativas ou em todas as relações?

Eu não consigo nem receber o dinheiro do Simples lá no Estado do Mato Grosso. A União me passou para receber 10 mil contribuintes excluídos do Simples. Eu quero dar uma anistia para eles pagarem o imposto, parcelar em 60 meses, porque é pouco dinheiro, mas, para a pessoa, é dignidade. Ele voltar ao sistema do Simples. Quem sai do Simples sai de uma carga de 3,5% para uma carga de previdência de 28%. Então, ele não aguenta a questão da folha. Então, não é o ICMS que pesa. São os tributos federais. Reintegrar esse indivíduo no Simples me garante um fluxo de receita interessante. Não consigo aprovar esse tipo de parcelamento.

Então, você tem problemas que ocorrem assim por veto de um, de outro, dentro do Confaz. Esses assuntos talvez eles tivessem que ser repensados. Resumindo: Confaz talvez devesse ficar à unanimidade para alguns temas. Para outros, não. Talvez ele tivesse que ser definido para ele, por exemplo: por que eu preciso de unanimidade nos assuntos de interesse do Estado? Isenção para programas de saúde, isenção para reequipamento de bombeiro, da força militar do meu Estado, para compra de munição, para as prefeituras

comprarem equipamentos. Por que eu tenho que levar isso lá no Confaz e ficar brigando para aprovar? É assunto interno do Estado. E é o próprio setor público que está cumprindo.

Então, existem incentivos ou, benefícios que são dados ao próprio Estado. Ele quer dar o benefício porque a ação que ele está fazendo é complementar à atuação da política pública. Já existem incentivos que têm natureza eminentemente privada, econômica, que é o caso citado. Eu vou atrair uma indústria. Esse que eu vou atrair uma indústria, ele deveria talvez passar para um quórum qualificado. Não sei se é unanimidade. Acho que unanimidade é exagerada. Talvez um sistema misto do tipo maioria dos votos dentro da sua região e dois terços dos votos nacionais ou 80% dos votos dentro da região ou dos seus vizinhos ou do sistema nacional. Precisa rever.

A égide da guerra fiscal, para mim, está no quórum do Confaz. Enquanto o quórum do Confaz for unanimidade, não há, para a vertente que acredita que o tributo pode ser usado como política e desenvolvimento, possibilidade de se acabar com a guerra fiscal. A vertente que prega que a gente deve acabar definitivamente com os incentivos vai gerar um problema para a gente resolver, que é o segundo problema. Tem que botar alguma coisa no lugar. Nós estamos falando de um País que está tirando incentivos da ordem de 1,5% do PIB ao ano e que não faz investimentos nos Estados.

Por exemplo, meu Estado tem capacidade orçamentária de investimento de 5%. Um e meio por cento é incentivo fiscal. Então, nós estamos dizendo o seguinte: teríamos que recompor a capacidade de investimento do Estado em algo em torno de 30% da sua capacidade atual de investimento. Vai precisar de um fundo. Não tem jeito. Não tem como tirar os incentivos e não recompor a capacidade de investimento estatal em 30%.

É o que o Haully falou: vai ter que colocar dinheiro federal em cima. Se não dá para botar dinheiro federal em cima, a solução é flexibilizar o quórum do Confaz e criar uma possibilidade de convalidação desse passado que é impagável. Os três casos em que houve julgamento de inconstitucionalidade, por que o Confaz foi lá e convalidou? Porque, no mundo real, não existe esse recurso. Não tem como cobrar.

Então, não tem saída. A gente tem que separar o futuro do passado. O passado já, foi os efeitos estão produzidos e a gente precisa ser convalidado. O que não pode acontecer é permanecermos nessa toada. Tem que adotar outra estratégia. Essa estratégia gera insegurança jurídica, gera subterfúgios, gera uma série de problemas, e há possibilidade de dar incentivos neutros. Se a gente restringir a competência do Con-

faz à questão interestadual e com redução de base de cálculo, ele é neutro. O que acontece é que há alguns incentivos que são espúrios mesmos. Eles provocam uma competição predatória. Mas há incentivos que são neutros. Repensar isso com menos radicalismo do que essa pureza de acabar, de encerrar com tudo talvez fosse a recomendação que eu deixaria aqui.

Sei que o meu tempo já deve estar para lá de estourado, mas eu não posso deixar de falar da questão do comprometimento da dívida.

Nós não aguentamos mais pagar para a União mais do que a gente paga para um banco privado. Eu preferiria pagar a dívida de Mato Grosso todinha para a União com dinheiro emprestado em qualquer banco, porque os bancos me emprestam a 5% para pagar os R\$4 bilhões que a gente deve, e eu pago para a União a 16%. Então, não dá. Assim, a União tem...

Vamos analisar o Sistema Financeiro como é. O juro e o encargo são fixados em função do risco. Vai lá no setor privado, empresta para o setor privado, a própria União, os próprios bancos, a 4%, 5%. Para o Estado, que tem o FPE na mão, os recursos transferidos tudo na mão, pode debitar na conta. É igual empréstimo consignado de funcionário público. A taxa é desse tamanhozinho. Você pode debitar tranquilo.

Para nós, é o dobro da taxa que está se pagando no mercado. Não tem lógica. Conspira contra a própria sociedade, porque tira a capacidade de investimento dos Estados, e não é razoável. Sei que a União precisa de uma regra de transição, porque ela está fazendo superávit primário em cima desse recurso transferido. Ela usa esse recurso para cumprir meta de superávit primário. Mas é preciso encontrar regra de saída nem que seja em dois, três anos. Não dá para ficar com um nível de comprometimento da dívida que temos hoje.

A proposta nossa é 9%. E que seja condicionado o acesso a esses 9%, se estamos sendo bem razoável, a investimentos em infraestrutura em volume equivalente. Quer dizer, quem quiser sair do patamar que está aí aplica tanto em infraestrutura e, com isso, tem o acesso aos 9%.

Eu acho que esse é um traço comum, e peço atenção, porque todos os que estão falando aqui em nome dos Estados falam “estamos sem capacidade de investimento; nós não temos capacidade de investimento e nós precisamos da capacidade de investimento”. A União sozinha não vai conseguir resolver o problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos ao Marcel e passamos imediatamente a palavra ao Leonardo.

O SR. LEONARDO MAURICIO COLOMBINI LIMA – Acho que já foi dito quase tudo, mas gostaria

de reforçar alguns pontos fundamentais. Sobre a questão da dívida, concordo com o Senador Dornelles de que não dá para se trabalhar se vem uma proposta em que a Selic passa a corrigir a dívida. A Selic é um instrumento de política monetária. Então, acho que dívida deveria ter um juro fixo, como o exemplo citado, o caso do BNDES, que hoje empresta a um juro de TJLP de 6% anual. Então, trocar o que tem hoje por Selic não vai resolver o problema dos Estados. E, com a mudança do juro, um juro palatável, como diz o Marcelo...

Hoje, o mercado está emprestando a 4% e estamos pagando 7,5% de juro real para a União. Quer dizer, não tem cabimento, isso tem de ser revisto e, logicamente, a redução dos juros vai reduzir também o saldo devedor da dívida e não há necessidade do comprometimento que existe hoje. Acho que esse comprometimento que estamos propondo, na faixa de 9%, e aí volto àquilo que coloquei na minha apresentação, de que também não dá para nivelar. A gente não pode nivelar porque, hoje, tem Estado que paga 11%. Se baixar o dele para 9% não adiantou, ele perdeu 2%. Quem paga 13% e 9% é o ideal. Tem Estado que paga 15%. Então, 9% seria demais. Acho que, da mesma forma que propus com os juros, tem de manter, para mim, aquela equação da época do financiamento. Quem pagou 20% paga 6%, deveria pagar um vírgula qualquer coisa. Quem pagava 7,5% foi porque pagou 10% e deveria pagar um vírgula qualquer coisa. E quem pagava juros de 9% também era para você manter aquilo que foi concedido lá no início. Se você nivela todo mundo não é adequado.

A mesma coisa com o comprometimento. Quem compromete hoje 11% é porque teve um desembolso maior na época em que pagou. Então, deveria ter um comprometimento. Ou seja, reduzir ao mesmo percentual para todos os comprometimentos. Se for 4% quem paga 11% vai para 7%, quem paga 13% vai para 9%, quem 15% vai para 11%, porque senão você vai nivelar. Se você der 9% para todo mundo, quem estiver comprometido com 15% vai ganhar 6%, e quem está comprometido com 11% vai ganhar 2%. Então, acho que isso precisa ser revisto, acho que não deve ser linear, assim como, no caso dos juros, devem ser fixos, mas não lineares, devem cumprir o que foi feito no contrato inicial, porque houve essa diferença de juros.

Acho que quanto à redução do comprometimento, isso é mais do que importante e notório. Nenhum Estado, hoje, tem condição de investir, e nós concordamos, Minas concorda, que se faça uma vinculação, sei lá a forma de fazer. Outro dia, estava discutindo isso no Ministério da Fazenda e perguntava: mas, como é que vou falar que os 4% você vai deixar de pagar e vai fazer investimento? Põe na Lei. A Lei 9.046, que é onde vai alterar, diz que aquele ganho do Estado tem de ser

destinado para investimento. E põe o controle disso no programa de ajuste fiscal que você faz com a União todos os anos. No programa de ajuste vai estar dito: este ganho seu é para investir, 100%. Agora, no projeto do Deputado Vaccarezza, de uma Comissão que teve lá, ele propõe o IPCA sem juros e que 50% do comprometimento vá para um fundo, que seria um fundo de investimento. A gente sempre fica preocupado com essa questão de fundo, porque, se você jogar isso num bolo, a União é que vai decidir onde vai investir. Acho que o que economizo em Minas tem de ser investido em Minas. Podemos trabalhar, como a gente faz hoje com...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com a centralização.

O SR. LEONARDO MAURICIO COLOMBINI LIMA – Acho que não seria uma boa política. Hoje, por exemplo, na Cide, aquilo que é repassado para o Estado, você tem um compromisso, o Estado mostra para a União onde vai investir aquele recurso e ela aprova. Acho que deveria ser dessa forma. Se criar um bolo, daqui a pouco vai ter Estado que não vai receber recursos ou daqui a pouco ele vai servir para fazer superávit. Acho que a lei já deveria prever que o que você vai economizar obrigatoriamente seja para investimento, seja na área da saúde, na área da educação, de infraestrutura, que é o problema hoje do país.

Bom, especificamente, sobre o problema do Confaz, eu também acho que o Confaz, para alguns assuntos, não precisa ser unanimidade. Quando um Estado quer fazer uma coisa interna não há necessidade de que o Confaz fique negando. Acho que o Marcelo foi feliz em alguns exemplos que ele deu. Agora, não pode, no que chamamos hoje de guerra fiscal, um Estado conceder um incentivo que na verdade ele está tomando a receita do outro Estado. Aí é um problema de Federação. Então você não pode aceitar, posso dar algum exemplo, você admite uma indústria automobilística num Estado e cobra dela o ICMS de zero, mas manda a nota para outro Estado que cobrou doze, e na verdade não cobrou. Aí o outro Estado que tem uma indústria vai ter prejuízo, porque a indústria dele vai falar: “Mas aí eu não concorro!” Porque ela chega aqui com zero e alíquota de consumo é mesma. Como eu que fase faz? Então, a minha indústria, a indústria desse Estado que fica com problema. E aí é uma dificuldade. Então, esse tipo de incentivo não pode ser mandando o documento com a alíquota que foi cobrada. Então você pode. Quer dá zero? Não tem problema, mas faz o que o próprio Marcel disse que é a redução de base de cálculo. Ou seja, não cobre no meu Estado, quero por indústria e não vou cobrar nada dela, mas manda a nota para outro Estado, a interestadual, com redução de base de cálculo, não com base cheia, falando

que cobrou e não cobrou. Este é que é o problema que temos dificuldade no Confaz. É só este.

Agora, vou reforçar outra situação.

Nós temos discutido esse assunto no Confaz, tem avançado, essa alíquota que ele fala de sete, quatro, existe mais ou menos ainda uma discussão, logicamente – e vou defender o meu ponto de vista aqui, o ponto de vista do Estado de Minas Gerais –, nós gostaríamos de uma alíquota igual – zero eu acho complicado, porque nós temos muita produção, não seria o ideal –, mas uma alíquota pequena, igual para todo mundo. E os incentivos seriam dados aprovados pelo Confaz.

Nas propostas que nós temos discutido no Confaz, Srs. Senadores, para os senhores entenderem, nós estamos fazendo a mudança, a proposta é mudar a alíquota interestadual para você reduzir esse problema da guerra fiscal, mas ao mesmo tempo convalidamos todos os incentivos dados, desde que registrados no Confaz, e damos um prazo de doze anos para manutenção desse incentivo. Só que com algumas regrinhas, porque aí é esse exemplo que eu citei, você não pode mandar uma nota com ICMS de doze que não foi cobrado para competir no outro Estado. Isso traz uma dificuldade com as indústrias instaladas no Estado. Aí a gente fala que em alguns casos, para comércio não se aproveita nada, mas para a indústria você aceita, parece que a discussão é que até 50% desse crédito seja concedido, ou seja, o Estado está abrindo mão de um pedaço da sua receita em favorecimento do outro.

Agora, reforço a posição, o seguinte: nós achamos que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias pode ser usado internamente como incentivo, mas ele não pode prejudicar os Estados vizinhos, então por isso que o problema de quórum precisa ter bem isso esclarecido.

Para encerrar, vou reforçar tudo que foi dito. Ouvi coisas muito importantes, de todos os Senadores, o Delcídio, o Dornellas, a Senadora Marta Suplicy colocou algumas coisas muito importantes. O que eu poderia dizer mais é o seguinte: nós nos colocamos à disposição do Senado, do corpo técnico do Senado, que, como já foi dito, é um dos mais capazes que nós temos no Brasil, e nós nos colocamos à disposição para participar mais, Senador, de debates nesse contexto.

O que eu tinha para falar sobre o problema do quórum eu falei. Sobre o problema da Marta Suplicy, era quórum. Sobre a dívida também falei. Sobre o problema do ICMS, acho que tem que haver uma forma de que se mantenha incentivos, mas eu defendo que na verdade desenvolvimento regional é um problema de política federal. Então, você tem que ter projetos e programas.

Eu acho que quando a União dá um incentivo para uma indústria estabelecer em algum lugar, não acho que está errado também. O que não pode é você tirar de um Estado, você está quebrando o federalismo à medida que você tira receita de um Estado para favorecer o outro em termos do seu investimento. Tem que ter uma política concreta de desenvolvimento regional, não nas costas de outros Estados. Estou dizendo isso aqui, até porque Minas – e não é segredo para ninguém, eu digo assim – não participava da guerra fiscal, mas Minas passou a se defender da guerra fiscal, porque ela estava perdendo diversas empresas. Então, nós passamos a nos defender. O que é oferecido para um Estado para tirar uma indústria que já está estabelecida em Minas nós vamos lá e falamos: “Então fica aqui que eles vão te conceder a mesma coisa”. Quer dizer, isso não é lógico, e isso em algum momento vai ser derrubado.

Precisamos convalidar. Na nossa proposta nós convalidamos e damos hoje na última proposta, se não me falha, Dr. Haully, 12 anos de manutenção dos incentivos. Mas vamos acabar com isso, vamos criar outras fórmulas. Tem que desenvolver sim, não sou contra. Perdemos a FIAT, vai fazer uma indústria em Pernambuco com incentivo do Governo Federal? Ótimo! Deixa um pedaço da FIAT ir para lá. Mas não dá, é para que aí eu não tenha como dar para a FIAT, em Minas Gerais, a mesma coisa que está se dando em Pernambuco. Esta que é a guerra que não é saudável. Eu acho que esta é a que nós precisamos ter cuidado quando tratar.

Agora, problemas internos dos Estados – alguns exemplos que foram dados aqui e nós também temos – agora eu preciso resolver um problema de um incentivo lá interno; eu não quero arrecadar o imposto, o Confaz vai lá e não me permite. Eu estou levando, inclusive, um convênio agora que eu sei que vai chegar lá e vou levar pau. Mas é interno, é meu, é da minha empresa de energia elétrica. Aí um vota contra e eu não posso fazer; eu quero dar um abatimento para ela me pagar uma dívida, eu não consigo.

Bom, eu acho que eu só quis dar alguns esclarecimentos em termos do problema da dívida, o problema de Confaz, quórum e o problema da alíquota interestadual. E sobre o FPE eu já coloquei que eu acho que tem que ter um período de transição. Ou a União recompõe o FPE daquilo que foi retirado dele e implanta-se uma outra forma, mas qualquer Estado de imediato perder receita é doloroso, nenhum vai ter condição, e é mais problema que nós vamos não ter investimento.

Então, eu acho que nós temos que ter um trabalho realmente que os Estados e os Municípios tenham condições de fazer os seus investimentos, e isso só é possível na medida em que você deixa de comprometer. Minas Gerais paga hoje com a dívida dela 4 bilhões/

ano. Se eu pudesse usar 2 bilhões desse recurso com investimento no Estado, nós estaríamos resolvendo de vez o problema da educação, da saúde, da infraestrutura que nós precisamos.

Era isso que eu queria. Agradeço muito a oportunidade e me coloco à disposição para qualquer tipo de trabalho que o Senado queira e eu possa contribuir.

Muito obrigado a todos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Haully está pedindo aqui um aparte para lhe fazer uma pergunta.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Se o Supremo decidiu hoje, reuniu e decidiu pelo fim da guerra fiscal, o Confaz se entende ou não se entende?

O SR. LEONARDO MAURICIO COLOMBINI LIMA – Haully, vai ter que se entender. Porque aí eu acho que é um problema econômico tão sério que você pode destruir tudo o que está aí. Por isso que eu acho – e aí se vier a súmula vinculante, nós vamos ter que discutir. Nós temos um Confaz semana que vem, tem propostas para resolver essa questão. Fazer alíquota interestadual que reduza essa questão e, inclusive, dessa convalidação que eu falei aqui que seria resolver todos os problemas. E daí para frente começaria de uma outra forma.

Então é um problema muito sério realmente, nós vamos ter dificuldades e quem vai pagar a conta, reforçando o que o Marcel disse, é a sociedade, porque as empresas vão ter que cobrar da sociedade para pagar o imposto que ela deixou de pagar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já chegando ao final aqui, o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria primeiro registrar, Presidente, a qualidade do debate, porque aqui tem Secretários extremamente competentes, de Estados importantes, e acho que esse debate ele esclarece uma série de coisas e os Senadores e Senadoras têm condições de... Daqueles que tocam o dia a dia do Estado, que são os secretários de fazenda, que sabem como é que é pagar conta no final do mês e tentar fechar a sua folha, respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, ajudar no desenvolvimento do Estado. Então, é excelente.

Eu estava falando com o Ministro Dornelles aqui sobre essa oportunidade que nós estamos tendo. Eu só lamento que um Secretário de Fazenda do Nordeste não pôde vir e um Secretário de Fazenda do Norte também não pôde comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Mas nós vamos prosseguir aqui.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas, sem dúvida nenhuma, nós vamos ouvi-los também. Mas aqui Estados importantes, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sul, Centro-Oeste e Sudeste.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E regiões importantes. Centro-Oeste, Sudeste e Sul, muito bem representados.

Eu só queria, Leonardo – a sua exposição muito competente –, dizer que é exatamente por ausência de políticas regionais que nasceram os incentivos. Até sob o ponto de vista constitucional alguém pode defender os incentivos, porque na Constituição está escrito que um dos compromissos das unidades da Federação – e talvez um dos compromissos mais importantes das unidades da Federação – é trabalhar pela redução das desigualdades regionais. Quer dizer, até constitucionalmente há uma escapatória para essa questão da inconstitucionalidade e dos incentivos. Agora, eles só surgiram por causa disso, porque não há políticas regionais estabelecidas. Todo mundo fala bonito, mas não existem políticas regionais, e daí o problema.

E só queria também separar esses 9% – ou esses 7%, porque cada um é de um jeito – e também a compensação na correção: investimentos. Não questão de fundo, porque aí é outra confusão, a gente já sabe como é que isso termina.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Esse modelo da Cide é excelente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É. Então, é adotar o modelo da Cide, e aí os Estados têm compromisso em investir em infraestrutura, em investir em setores importantes para cada unidade federativa. Então, acho que a gente evolui.

Eu só queria resumir, agora para concluir minha participação, o que o Marcel disse e o Leonardo também: o Confaz qualificar, talvez, aquilo que não precisa passar, que pode ficar a critério das unidades da Federação.

Eu acompanho bem esse caso que foi citado aqui pelo Marcel, do Grupo Rede, porque o Grupo Rede é a Cemat e a Enersul também, além da Celpa no Pará, e tem algumas regiões também em São Paulo, tem algumas áreas de concessão em São Paulo. Sei que a Cemig, inclusive, tem muito interesse em comprar algumas dessas áreas do Grupo Rede, inclusive a Enersul. É uma pequena empresa lá do Governo de Minas Gerais...

Mas é inacreditável uma decisão que é de Estado, quer dizer, que é uma situação específica dos Estados, eu ter que levar para o Confaz deliberar! Tenha paciência! E mais, num assunto como esse, grave, como em outros assuntos também. Mas esse assunto é insolvência de um grupo que atende vários Estados brasileiros. Ele quer pagar, mas aí vai o Marcel no Confaz, alguém vota contra, ele não consegue negociar. É um absurdo!

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Se fosse destino, Senador, não haveria essa discussão. Se a alíquota fosse menor no destino, fosse interestadual, 2%, 3%, não haveria toda essa discussão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas o problema do destino, nós do Centro-Oeste temos essa divergência.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Não haveria essa discussão, porque não tem ICM na energia, não tem...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Secretário Hauly, em outras palavras, o que está sendo dito é que os Estados podem dar os incentivos, desde que não seja com o chapéu do outro.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Isso mesmo.

O SR. LEONARDO MAURICIO COLOMBINI LIMA – Claro, é isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Esse é o ponto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Esse tipo levantado pelo Marcel e que o Senador Delcídio mencionou, é um absurdo realmente isso ter que ir para o Confaz.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe-me só, antes de passar a palavra ao Senador Cristovam, passar um dado importante...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Só um minutinho, Senador Dornelles, só uma informação.

O SR. MARCEL SOUZA DE CURSI – Eu só tenho uma informação, que é muito importante: energia no destino.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E combustível também.

Senador Dornelles, Senador Delcídio, o Secretário Hauly nos passa aqui um ponto importante do último demonstrativo dos gastos de 2012 do Governo Federal, que aponta o seguinte: o que está previsto de isenção pelo Governo Federal vai dar 142 bilhões, 145 bilhões.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Renúncia fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Renúncia fiscal da União.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Deste ano?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deste ano, 2012, de um total de 740. Os Estados, de um total de 320, que é o previsto, 140...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Não, 100 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Aliás, 100 bilhões. Então, isso é fruto da guerra. É um terço quase da receita arrecadada, efetivamente arrecadada.

Temos um requerimento que precisa ser aprovado antes de encerrarmos.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº de 2012

Requer, nos termos do at. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado, em conjunto, pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), ciclo de audiências públicas com o objetivo de discutir “um Caminho para o Novo Pacto Federativo”, enfatizando nas discussões temas como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a questão da dívida dos Estados, com a presença de representantes dos Governos Estaduais, das Prefeituras Municipais e do Governo Federal.

Autoria: Senador Benedito de Lira.

E as audiências prosseguem, vamos marcar as novas etapas.

É o mesmo requerimento apresentado por V. Ex^a para ser aprovado pelas três Comissões, CAE, CCJ e CDR, assinado pelo Presidente da CDR, Senador Benedito de Lira.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Antes, proponho a dispensa da leitura das atas da reunião e a aprovação da ata desta reunião.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Senador Cristovam, para a gente concluir.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Wellington e participantes, desculpem eu ter chegado atrasado. Talvez eu nem devesse ter direito à fala, mas eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É um prazer muito grande ouvi-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... fazendo parte desse grande evento que estamos fazendo, a Comissão de Ciência e Tecnologia, que é Caminhos para a Inovação.

Quero dar duas palavrinhas aqui, primeiro, para dizer da importância das chamadas discussões do pacto federativo; segundo, para dizer – e essa Mesa traz grandes luzes mas também merece esse reparo – que estamos discutindo o pacto federativo do ponto de vista do ingresso de receita nas unidades federativas;

não estamos discutindo o egresso desse dinheiro, para onde vai, quais são as partidas que nós devemos gastar.

Eu tenho a impressão de que a discussão sobre apenas a distribuição da receita, a distribuição dos impostos, ela não vai permitir que a gente encontre um bom caminho se nós não incluirmos quem paga o quê.

O que eu acho que nós precisamos é de uma discussão muito mais ampla do pacto federativo: quem é responsável pelo quê e quem recebe quanto. E aí a minha proposta para discussão – não aqui, obviamente, estamos terminando e eu cheguei tarde: como tratar a educação dentro do pacto federativo. Se a educação de base fosse uma questão nacional, logo, da União, nós estaríamos liberando os Estados de gastos imensos. Além disso, é claro, poderíamos guardar o dinheiro do Fundeb para a União.

Se a gente faz um programa desses ao longo de 20 anos, de uma transferência paulatina da responsabilidade da educação dos Estados e Municípios para a União, na verdade, é uma maneira de dizer o seguinte: a implantação de escolas tipo Pedro II, tipo escolas técnicas, tipo colégios de aplicação, tipo colégios militares, que já são 300; se a gente fizer um processo para chegar a 200 mil – e aí eu digo em 20 anos, mas pode ser 30, pode ser 15 – nós poderíamos, a partir dos gastos, discutir com muito mais clareza a fonte dos recursos.

Lamentavelmente, como nós sempre estamos prisioneiros da conjuntura, e a conjuntura é a receita... Eu fui governador e sei disso. Toda noite eu recebia um papelzinho dizendo Ingressos e Egressos, projetados para até o final do mês. E eu me lembro dos sustos que eu tomava.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E para até o final do ano, e o susto era muito maior sempre.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O meu era até o final do mês, mês a mês, dia por dia, projetando conforme aquele dia normalmente tinha de ingresso.

Eu sei o sofrimento a que a conjuntura nos obriga. Mas o Congresso tem a vantagem de não ter de receber isso todos os dias, como os governadores e os prefeitos. Nós temos a liberdade de pensar um pouco mais livremente. Então, eu gostaria de sugerir que esta Comissão de Economia – e a de Educação vai fazer isso – faça um debate sobre o pacto federativo de uma maneira muito mais ampla: quem recebe quanto e quem paga o quê.

Talvez até minha ideia de federalizar a educação de base não seja boa, mas mesmo assim o assunto de quem paga o quê precisa ser discutido. É muito confusa a responsabilidade de uns e de outros. Nós não só temos guerra fiscal, nós temos um caos fiscal.

E quando eu digo caos fiscal, eu coloco os dois lados: os gastos e os ingressos e os egressos.

Fica aqui a sugestão de um debate mais estruturante sobre o problema das responsabilidades e das fontes de recursos do setor público brasileiro no pacto federativo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Veja só, inclusive condizendo com isso que V. Ex^a está dizendo, nós tínhamos combinado já com o Senador Delcídio e, nos blocos – estão previstos blocos com os secretários de fazenda dos governos dos Estados, com representantes dos Municípios e com representantes do Governo Federal – nós tínhamos sugerido mais dois: um com o setor produtivo e outro com as áreas, as cinco áreas que compreendemos sejam aquelas que devam ser as prioridades para esse projeto de desenvolvimento nacional com esse foco regional.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bate com o que V. Ex^a coloca. Estamos providenciando para, já na próxima reunião, aprovarmos.

Quero agradecer aos nossos colaboradores dos Governos dos Estados, o Secretário de Fazenda de Minas Gerais, Leonardo Colombini; Luiz Carlos Haully, pelo Paraná, e Marcel Souza, pelo Estado de Mato Grosso.

Quero dizer que foi muito produtivo e importante, deu para apontar algumas luzes no meio de tanta escuridão para que a gente possa chegar aqui e avançar nas mudanças necessárias no pacto federativo.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a todos, declaro encerrada esta reunião de trabalho.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (33ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (28ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 26 DE JUNHO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Eduardo Suplicy, Presidente Eventual, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais, com

a presença dos Senadores Antonio Russo, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Jayme Campos, João Durval, João Vicente Claudino, José Pimentel, Lídice da Mata, Sérgio Souza e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Armando Monteiro, João Ribeiro, Kátia Abreu, Paulo Paim, Ângela Portela, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Mozarildo Cavalcanti, tendo falta justificada. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, para discutir “a diretriz principal de governo da presidenta Dilma Rousseff de ‘erradicar a pobreza absoluta’, ‘promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade’, e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos”, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 3 de 2011 e ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 1 de 2011, ambos de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, tendo como expositores os Srs. Guy Standing, Professor da Universidade de Bath (UK); José Augusto Guarnieri Pereira, Prefeito do Município de Santo Antônio do Pinhal – SP; e João Sabóia, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Após a exposição dos participantes, usa da palavra o Senador Cristovam Buarque. Em seguida, a Presidência submete aos membros a dispensa da leitura da Ata presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Esta audiência tem a finalidade de discutir a diretriz principal do Governo da Presidenta Dilma Rousseff de erradicar a pobreza absoluta, promover a igualdade, com garantia de futuro, para os setores discriminados na sociedade e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos.

Esta audiência é com base nos requerimentos por mim apresentados e por toda Bancada do Partido dos Trabalhadores, em março de 2011 e ainda este ano.

São convidados hoje o Prof. Guy Standing, da Universidade de Bath (UK), do Reino Unido; o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, do Estado de São Paulo; o Prof. João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os convidados já se encontram aqui, sentados à mesa. De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

Os convidados farão as suas exposições, em torno de 15 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

Os interpellantes dispõem de 3 (três) minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpellado.

Nós vamos primeiro passar a palavra ao Prof. João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos mais estudiosos professores, que têm se dedicado à análise do tema relativo à erradicação da pobreza, às condições de vida dos trabalhadores. Ele é um estudioso dos efeitos da política salarial, em especial dos efeitos da política do salário mínimo sobre o mercado de trabalho, sobre o nível de remuneração dos trabalhadores em geral, do nível de emprego, e também tem sido um estudioso dos programas de transferência de renda.

Há muitos anos que acompanho o trabalho do Prof. João Sabóia. Em verdade, nos conhecemos quando lá por volta de 1971/ 1972, enquanto eu fazia meus estudos de pós-graduação na Universidade de Stanford, ele os fazia na Universidade de Berkeley. Ele é formado em engenharia, primeiro; mas, depois, fez o seu doutoramento em economia, na Universidade de Berkeley, e se tornou um dos principais estudiosos do tema que nós hoje aqui trabalhamos. Ele também tem acompanhado os trabalhos da rede mundial da renda básica, pois compartilhamos juntos do 13º Congresso Internacional da *BIEN – The Basic Income Earth Network*, que se realizou em São Paulo, na Universidade de São Paulo, em 30 de junho e 1º e 2 de julho de 2010.

Em verdade, naquela data, nós estávamos presentes, tanto o Prof. Guy Standing, que é um dos co-fundadores da *BIEN*, como também o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, que justamente aqui hoje está convidado, por ser o primeiro prefeito municipal do Brasil que apresentou à Câmara Municipal de Santo Antônio do Pinhal, do seu Município, um projeto de lei para instituir, por etapas, a renda básica de cidadania. Isso já em 2009. A Câmara Municipal, por nove a zero,

aprovou o projeto. Portanto, agora, ele aqui nos falará sobre os passos que estão sendo dados em direção da implementação dessa proposição.

Passo a palavra ao Professor João Sabóia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO SABÓIA – Bom dia a todos!

É uma grande satisfação para mim está de volta ao Senado. Já estive aqui algumas vezes, no passado. Inclusive, há seis anos, discutindo também a questão do salário mínimo. Como disse o Senador Eduardo Suplicy, nos conhecemos há muito tempo, temos uma longa história de trabalho próximo, de interesses comuns e de amizade. Então, é um momento, para mim, muito especial estar aqui hoje a convite do Senador.

O tema que escolhi para discutir nesta Mesa – cujo tema central é erradicar a pobreza absoluta e promover igualdade com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade – é o salário mínimo. Por que o salário mínimo? Porque o salário mínimo, em minha opinião, é uma das políticas públicas brasileiras que têm tido o maior sucesso nos últimos tempos. Se a gente olhar para o passado vai ver uma história muito complicada de autos e baixos do salário mínimo, mas, nos últimos anos, a gente tem tido um crescimento do salário mínimo muito importante que se tem transmitido. Esse crescimento tem um papel na economia como um todo, na melhoria do bem-estar da população, muito grande. Em função disso, escolhi discutir hoje a questão do salário mínimo e procurar associá-la à questão da distribuição da renda. A distribuição da renda no Brasil também tem melhorado bastante e, em minha opinião – e vou tentar convencer vocês –, o salário mínimo tem um papel central nessa questão.

Por favor, o próximo eslaide.

Coloquei, inicialmente, alguns fatos e algumas perguntas. Um fato que acabei de mencionar é que o salário mínimo cresceu muito nos últimos anos. Ao mesmo tempo, a distribuição de renda, no Brasil, melhorou bastante na década passada. Várias causas têm sido apontadas para essa melhoria. A recuperação do mercado de trabalho tem sido muito importante para isso, os vários programas de transferência de renda, o aumento do salário mínimo, que é o tema central aqui hoje etc. A pergunta é qual teria sido o papel do salário mínimo no passado, na melhoria da distribuição da renda, e qual o seu potencial para melhorar ainda mais o futuro, até porque nós temos uma nova legislação para o salário mínimo programada para durar, inicialmente, até 2104. Então, essa preocupação com o futuro é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Professor João Sabóia, só queria informar a todos que a TV Senado passou a transmitir ao vivo,

para todo o Brasil, esta audiência pública de tamanha relevância. Como o senhor está nos brindando com uma exposição sobre os efeitos do salário mínimo, quero informar aos Senadores que têm tanto estudado e se dedicado a esse tema, como o Senador Paulo Paim, que o senhor está fazendo uma exposição de grande relevância para os que acompanham os efeitos do salário mínimo sobre a economia brasileira.

Pode prosseguir, Professor João Sabóia.

O SR. JOÃO SABOYA – Obrigado, Senador.

Finalmente, como é que se compara o papel do salário mínimo com outros programas de transferência, especificamente pensando no Bolsa Família, que é o programa central de transferência de renda.

Vou iniciar fazendo um histórico, apresentando rapidamente um histórico do salário mínimo nos últimos anos e da distribuição de renda.

Por favor.

Isso aí é o salário mínimo real medido de 1995 até 2010. Ou seja, são 15 anos de salário mínimo. Isso aqui é real: quer dizer, poder de compra deflacionado pela inflação. É poder de compra do salário mínimo. Está medindo em reais de julho de 2011. O que se vê aqui, portanto – tanto que estamos em 2010, não tenho dados mais recentes –, é que em 2010 corresponde a R\$540,00, que era o salário mínimo naquele momento. Então, a gente vê um crescimento bastante intenso nesse período. Quer dizer, ele praticamente dobra em termos de poder aquisitivo, sendo que eu já via um crescimento do salário mínimo na segunda metade dos anos 90, mas que foi aumentado, intensificado, na década de 2000, especialmente nos últimos anos da década.

Aqui estamos olhando pela distribuição da renda. Quer dizer, essa aqui talvez seja a forma mais simples de se olhar a distribuição da renda. Estou pegando a renda domiciliar *per capita*, quer dizer, a renda de cada indivíduo nas famílias, e estou comparando, na linha escura, qual é a razão entre a renda média de quem está no topo dos 20% das famílias mais ricas com os 20% das famílias mais pobres, quer dizer, são os 20% de cima com os 20% de baixo. A gente vê claramente, na linha escura, que houve uma pequena queda ao longo da segunda metade dos anos 90 e que houve uma queda muito mais acentuada a partir de 2000.

É claro que quem olhar isso aqui vai dizer: puxa, mas os 20% de cima inda ganham 20 vezes mais do que os 20% de baixo? Sim. É muito, é uma diferença muito grande, mas o fato é que 15 anos antes ganhavam 30 vezes mais. Então, houve uma melhora significativa na distribuição da renda, vista dessa forma, ou pode ser vista comparando os 10% mais ricos com os 40% mais pobres, que é a linha mais clara, e que

mostra exatamente o mesmo movimento de melhoria da distribuição da renda entre os extremos da distribuição domiciliar *per capita* do rendimento.

Por favor.

Aqui utilizei apenas dois índices famosos, para quem se interessa por distribuição de renda. Um deles é o índice de Gini, que é tão famoso que aparece, às vezes, na primeira página dos jornais. A gente vê: o Gini cresceu, o Gini diminuiu. O fato concreto é que o Gini está caindo. Ele ainda é muito alto para o padrão internacional. Quer dizer, o Gini brasileiro é da ordem de 0,54%, 0,55%, o que para o padrão internacional é muito alto. Mas o fato concreto é que ele vem caindo. É um movimento que continua. Isso medido pelo outro índice, a linha mais clara, que é o Theil, no qual o movimento é o mesmo. Então, é um bom sinal de melhoria da distribuição da renda com mais intensidade, como já dizia antes, na década de 2000.

Agora, por que o salário mínimo? Primeiro porque – e ali há um errinho que só descobri ontem à noite e não deu tempo de corrigir – o valor mínimo representa um valor mínimo da remuneração não no setor informal, mas no setor formal da economia. Ninguém pode ganhar menos de um salário mínimo – então, por favor, corrijam ali. Ele é o valor mínimo de remuneração no setor formal da economia, mas ele também é uma referência importante no setor informal. Quer dizer, o salário mínimo, muitas vezes, é mirado no setor informal. Mesmo que você não receba o salário mínimo ele é uma referência importante. Bem, a outra questão que se discute o tempo inteiro é que ele é o piso da Previdência Social. Quer dizer, à medida que o salário mínimo sobe o piso vai junto, beneficiando todos os aposentados e pensionistas da Previdência Social. Ele, basicamente, é a referência paga na aposentadoria rural. É o salário mínimo que é pago na aposentadoria rural e também o valor que é transferido pelo benefício da prestação continuada, que atinge pessoas muito pobres, idosas ou deficientes que vivem em famílias com renda muito baixa. Então, vocês vêem que ele tem um papel que transcende o mercado de trabalho. Ele vai para a Previdência Social e, inclusive, chega à Assistência Social.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) Eu queria agradecer a presença do Senador João Vicente Claudino. Inclusive, S. Ex^a está presente desde o começo da sua exposição.

Muito obrigado, Senador João Vicente.

O SR. JOÃO SABÓIA – Bem, agora vou apresentar os resultados de algumas simulações que desenvolvi. São simulações, são exercícios que a gente faz usando a regra do salário mínimo, vendo como é

que está a distribuição da renda e qual o papel que o salário mínimo teve, em um passado recente, na melhoria da distribuição da renda.

Essa aqui é uma tabela. As tabelas sempre são mais difíceis de a gente apreciar, mas o fato concreto – e talvez o mais interessante – é olhar a última coluna em que eu meço o papel que o salário mínimo poderia ter tido segundo as simulações que realizei a partir da Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. No período de 1995 a 2005 ele teria sido responsável por cerca de 64% da redução do índice de Gini, que é a medida da distribuição da renda. No período mais recente, mais curto, de 2001 a 2005, ele teria sido responsável por cerca de 43% da melhoria da distribuição da renda medida pelo índice de Gini.

Se vocês olharem as outras colunas, rapidamente, verão que o papel principal na redução é no mercado de trabalho, onde ele atua com mais intensidade na melhoria e, em segundo lugar através de melhorias e pensões.

Por favor.

Bem, agora vamos pensar o futuro, vamos pensar na nova legislação, o que ele pode contribuir na distribuição de renda no futuro.

Por favor.

Só para lembrar a todos, quer dizer – isso é bastante conhecido – a cláusula do salário mínimo que deve vigorar até 2014 garante um reajuste anual no mês de janeiro; você garante uma correção pela inflação medida pela INPC, que é o índice voltado para a população de renda mais baixa; e você transfere um crescimento para o salário mínimo de acordo com o crescimento da economia medido pelo PIB, pelo Produto Interno Bruto. Utiliza-se dois anos antes, porque você não tem, em janeiro de um ano, o crescimento do PIB do ano anterior. Então, utiliza-se de dois anos anteriores. Essa é a regra, ela está em vigor e vai continuar pelo menos até 2014.

Por favor.

Agora, rapidamente; não posso entrar em detalhes aqui. O que eu faço, quer dizer, qual é a simulação que fiz para os resultados que vou mostrar adiante?

A gente procura ver a evolução da distribuição da renda utilizando a estrutura básica de 2009, que é onde começa a funcionar essa nova política para o salário mínimo, utilizando os dados da Pnad do IBGE e aplicando a legislação do salário mínimo. Eu aplico essa legislação tanto sobre os salários das pessoas, quanto sobre essas aposentadorias – elas têm um efeito enorme no piso etc., PPC. Ou seja, tudo que o salário mínimo impacta é considerado na minha simulação.

Em poucas palavras, eu uso a estrutura básica de 2009, aplico as regras e vejo o que aconteceria nos próximos anos.

Por favor.

Antes de mais nada, é importante dizer onde estão as pessoas que recebem salário mínimo, porque a ideia que temos é que o salário mínimo é para as pessoas mais pobres do País. Na verdade, não é exatamente isso. Quer dizer, ter o salário mínimo, muitas vezes, já é um privilégio, é o fato de se ter uma carteira assinada, consegue o salário mínimo, e muita gente não consegue receber o salário mínimo, mesmo trabalhando jornadas grandes etc.

Então, vamos ver essa distribuição aqui.

Por favor.

O que eu mostro aqui é que a linha escura são os valores reais e a linha vermelha são os valores ajustados que eu calculei.

Isso aqui eu medi para o período 2004/2009, qual a variação de cada faixa salarial, Aqui eu estou trabalhando com empregados com carteira assinada, quer dizer setor formal da economia; e o número um significa que aquelas pessoas tiveram reajustes salariais exatamente iguais aos do salário mínimo.

No final, aqueles valores dos níveis mais altos – eu estou ordenando as pessoas, segundo o nível salarial por vigéssimos – tiveram reajustes correspondentes a 0,5%, quer dizer, mais ou menos, 50% do que o salário mínimo foi reajustado. Isso significa o seguinte: onde estão – do setor formal da economia com carteira assinada – as pessoas que ganham salário mínimo? Estão exatamente nos dois primeiros vigéssimos. Ou seja, os seus salários foram registrados exatamente iguais ao reajuste do salário mínimo. As pessoas recebem salário mínimo, mais ou menos em torno de 10% da população que tem carteira assinada recebe salário mínimo.

Agora vamos ver os outros grupos.

O próximo grupo é o pessoal que não tem carteira assinada, são empregados do setor informal. E aí você nota o seguinte: o pessoal do setor informal que recebe salário mínimo está no meio da distribuição. Está ali em torno do nono, décimo, vigésimo, onde o número corresponde a um significa que são as pessoas que tiveram os seus salários reajustados do mesmo nível que o salário mínimo, elas recebem o salário mínimo.

As pessoas que estão abaixo do lado esquerdo, elas ganham muito menos que o salário mínimo; estão trabalhando muitas vezes com jornadas integrais e tiveram reajustes bem menores que os salários mínimos, porque elas estão abaixo que do salário mínimo e o salário mínimo não as beneficia tanto.

E também obviamente, do lado superior, as pessoas que ganham mais também não têm reajustes associados ao salário mínimo.

Então, mostra isso aqui que um setor informal as pessoas que recebem salário mínimo estão no meio da distribuição dos salários.

Por favor, o próximo.

Aqui eu também peguei o trabalho doméstico, que é um trabalho importantíssimo no País, cerca de 17% a 18% da população feminina ocupada no País está no serviço doméstico. E aqui você nota o seguinte. Esse é o serviço doméstico com carteira e, sendo com carteira, vocês veem que até o oitavo, vigésimo, mais ou menos, oitavo, nono vigésimo, as pessoas recebem exatamente salário mínimo. Quer dizer, praticamente quase a metade dos trabalhadores domésticos que consegue a carteira de trabalho assinada recebe o salário mínimo. Os outros ganham mais, mas tiveram reajuste, nesse período de 2004 a 2009, inferior ao salário mínimo, ou seja, se aproximaram do salário mínimo.

E, finalmente, esse outro gráfico. Por favor, o próximo: os sem carteira assinada. Aí a situação é mais precária ainda, porque é como eu falei: o salário mínimo serve como uma referência para o informal e você veem que é mais ou menos do 15º, o vigésimo da distribuição dos rendimentos do trabalho doméstico, sem carteira, é que as pessoas conseguem receber um salário mínimo. À esquerda, ou seja, a grande maioria recebe bem menos do que um salário mínimo.

Então, você pode ser até beneficiada na medida em que o salário mínimo cresce e também crescer, mas certamente as suas remunerações não crescem no mesmo nível que o salário mínimo.

Por favor, o próximo.

Bem, quais seriam os efeitos dessa nova política do salário mínimo sobre a distribuição de renda daqui para frente? Vamos ver, por favor.

Fiz aqui várias simulações. Fiz uma simulação com o crescimento real de 10% do salário mínimo, 20%, 30%, 40% e até 50%. E eu voltei com aquela primeira medida que eu usei: a relação dos 20 mais com os 20 menos e a relação dos dez mais com os 40 menos na distribuição da renda familiar *per capita*. E vocês veem que, à medida que o salário mínimo crescer mais e nós utilizarmos as regras atuais, essas relações tenderão a diminuir. Não no mesmo ritmo que ocorreram no passado, mas a tendência é clara. Quer dizer, se em 2009 a relação dos 20% mais com os 20% menos era 17,9, e com 50% de aumento do salário mínimo e aplicação da legislação atual, essa relação cairia para 17,6 – é uma queda; não é grande, mas é uma queda – e se você comparar os dez mais com os 40 menos, a relação cai de 16,1, para 15,4,

a relação entre os rendimentos dos mais ricos e os mais pobres, segundo o aumento do salário mínimo que beneficia em princípio as pessoas que estão na parte mais baixa da distribuição.

Por favor, o próximo.

Esse dado aqui é interessante, quer dizer, tem muita informação aí, mais eu queria chamar a atenção para vocês, por exemplo, para a primeira coluna. A primeira coluna é o rendimento médio familiar *per capita*. Isso aqui mostra a desigualdade existente neste País.

Quer dizer, nós estamos ordenando a renda familiar *per capita* em décimos, décimo mais pobre, que é primeiro décimo ao mais rico, e vocês veem que, em média, a renda familiar *per capita* das pessoas mais pobres no País era da ordem de R\$ 68,00 *per capita* em 2009. Enquanto dos 10% superiores o *per capita* era R\$2.700, ou seja, era da ordem de 40 vezes mais em média o que uma pessoa em uma família 10% mais rica ganha em relação aos que estão embaixo.

Por coincidência, Eduardo, o primeiro décimo tem um rendimento de R\$68,00m que é me torno daquele valor que é referência para o bolsa família; se você tem um rendimento abaixo de R\$70,00 você tem direito a um adicional por ganhar muito pouco e se você tiver entre R\$70 e R\$140 você perde uma parte, mas ganha o benefício pelas crianças.

Então, vocês veem que aqueles dois décimos inferiores são especialmente os décimos beneficiados pelo programa renda família que, por sinal, tem uma focalização muito boa e consegue beneficiar essas pessoas e levantar as suas rendas.

É claro que muitas não conseguem deixar de ser pobres, mas pelo menos você hoje tem um rendimento médio, transferido pelo bolsa família para cada família da ordem de R\$130,00; quer dizer, R\$130,00, em uma família que o rendimento médio é R\$68,00 representa uma renda importante para essa família.

A primeira coluna é para mostrar desigualdade e as outras colunas são para mostrar o efeito do aumento que o salário mínimo poderia ter com a nova legislação sobre os rendimentos dessas famílias.

Vamos pegar os extremos, vamos pegar a última coluna do que corresponderia ao aumento de 50% para o salário mínimo e comparar com a situação vigente em 2009. Vocês veem que, basicamente, quem perde é o décimo superior, que perderia de 42,09 para 41,23. Certamente é uma queda pequena, mas é uma queda; o movimento, a tendência clara seria de queda desse grupo e outros grupos têm um pequeno aumento, com exceção do primeiro grupo, ou seja, o salário mínimo não chega a atingir o primeiro grupo. Isso aí é uma coisa que, aparentemente, parece um paradoxo, mas é verdade, porque a família que já tem alguém ga-

nhando salário mínimo já sai do primeiro grupo, já vai para o segundo grupo, para o terceiro etc., até porque o salário mínimo hoje em dia já cresceu bastante e representa uma renda considerável para essas famílias.

Então, o resultado geral é esse que eu queria mostrar. O benefício para os grupos intermediários, que tem um aumento mais significativo de suas rendas, e o décimo superior perde renda e há uma redistribuição para outros décimos, com exceção do primeiro e com muito pouca redistribuição para os décimos inferiores.

Por favor, a próxima.

Aqui é para mostrar, pelo índice de Gini, que também é um índice que eu já apresentei lá atrás, a gente pode olhar, por exemplo, a última linha em que mostra que, de 2009 para o futuro, você teria queda do índice de Gini. É uma queda pequena porque isso aqui é apenas o efeito só do salário mínimo, e mais nada. Você tem que ter outras políticas para melhorar a distribuição de renda, mas o fato concreto é que você mostra uma tendência de queda e que essa queda ocorre, especialmente, através do mercado de trabalho. Não há milagre, é mercado de trabalho. O importante é mercado de trabalho, é gerar renda no mercado de trabalho para que você melhore a distribuição de renda do País.

Acho que nós podemos passar para o próximo eslaide.

Isso aqui para explicar por que a redução na distribuição de renda é relativamente pequena para a gente entender agora o seguinte: onde estão localizadas na distribuição geral da renda, não mais no rendimento do trabalho, no rendimento das aposentadorias, quer dizer, na verdade, quer dizer o seguinte: onde estão localizadas na distribuição familiar *per capita* do rendimento no Brasil nas pessoas que ganham salário mínimo? E onde estarão localizadas essas pessoas se o salário mínimo crescer? É isso?

Eu vou pegar o caso extremo de o salário mínimo crescendo a 50%. Então vocês vão ter talvez aqui uma surpresa. O que significam os números, as barras vermelhas? As barras vermelhas significam, na distribuição da renda familiar *per capita* por décimos do mais pobre ao mais rico onde estão localizadas as pessoas que recebem no seu trabalho um salário mínimo? As pessoas que, trabalhando no seu emprego recebem um salário mínimo, onde se distribuíam segundo os rendimentos familiares *per capita*?

Vocês notam que, como acabei de mencionar antes, elas não estão lá na base. Lá na base, você só encontrava... Na verdade, 2009 é a linha azul. Desculpem. Em 2009, apenas 2,5% das pessoas que recebem um salário mínimo no mercado de trabalho estavam nas famílias mais pobres. Na verdade, a concentração de

peessoas que recebem um salário mínimo no mercado de trabalho está nas faixas intermediárias. Onde? Segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, décimos. É ali. A renda média familiar *per capita* está no oitavo décimo. Só para informar vocês. Quer dizer, são pessoas que têm rendimento relativamente baixo, mas não tão baixo, porque a média do rendimento familiar *per capita* está no oitavo décimo.

Agora, o que significam as colunas vermelhas? As colunas vermelhas significam onde ficariam essas pessoas com um aumento de 50% no salário mínimo. Como o salário mínimo aumentando 50% ele vai sair na frente dos outros rendimentos de trabalho há um deslocamento para a direita. Ou seja, as pessoas se deslocam um pouco mais para a direita, se você tiver um grande aumento de salário mínimo.

É claro que eu estou supondo – isso é o resultado de uma simulação – eu estou supondo a situação de 2009 e mexendo na renda daquelas pessoas. Eu não estou considerando entrada de pessoas no mercado de trabalho e saída. Isso é o resultado de simulação. Mas só para lhes mostrar que, diferentemente do que muitas vezes o senso comum imagina, as pessoas que recebem salário mínimo não estão nas faixas mais pobres. Estão nas faixas intermediárias, das mais pobres para o meio da distribuição.

Isso vale para rendimento de trabalho e isso aqui vale para o rendimento de aposentadorias. O que eu distribuí aí é onde estão as pessoas que recebem um salário mínimo de aposentadoria na distribuição da renda familiar *per capita*? E vocês veem que elas, em grande parte, estão concentradas no sexto décimo, que é a coluna azul central. Ali estão, exatamente, as famílias que têm rendimento médio *per capita* de um salário mínimo. Então são famílias que têm um idoso recebendo um salário mínimo, têm dois idosos, cada um recebendo um salário mínimo. Então, há uma concentração grande dessas famílias que recebem um salário mínimo de rendimento familiar *per capita* ali no centro. Óbvio que se você aumenta o salário mínimo essas pessoas vão se deslocar um pouco para a direita; então elas vão para onde estão as vermelhas, para o sétimo, para o oitavo e, às vezes, até mesmo para o nono e o décimo. Quer dizer, você vê que o efeito redistributivo do salário mínimo aqui confirma. Ele se passa muito mais através do mercado de trabalho do que através das pensões e aposentadorias. É esse o resultado que podemos concluir desse gráfico.

Agora, caminhando já para o final, vamos ver as nossas principais conclusões. Eu tenho dois eslaides de conclusões e eu vou ler aqui com vocês.

Bem, em primeiro lugar, é que trabalhos anteriores, alguns meus e outros de colegas meus, têm

mostrado que o salário mínimo tem contribuído favoravelmente para a melhoria da distribuição da renda no Brasil, no passado recente. E as novas simulações confirmam esse potencial da atual política do salário mínimo no sentido de continuar contribuindo para a melhoria da distribuição da renda no futuro. Foi isso que nós mostramos com a nossa simulação.

Também mostramos que a contribuição do salário mínimo para a melhoria da distribuição da renda se dá principalmente através do mercado de trabalho e, em menor escala, através das aposentadorias, pensões e do próprio BPC. O papel do salário mínimo para a população muito pobre é relativamente pequeno, pois tais pessoas têm muito pouco acesso ao salário mínimo. Quando elas têm acesso ao salário mínimo, já deixam de ser muito pobres.

Ao receberem o salário mínimo, estou dando o exemplo do BPC, que você vai dar o salário mínimo na mão de uma pessoa muito pobre, de uma família muito pobre, essas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É bom definir que BPC é o Benefício da Prestação Continuada.

O SR. JOÃO SABÓIA – É eu falei como se fosse uma sigla que eu supus conhecida por todos. É um benefício de um salário mínimo que atinge 3,5 milhões de pessoas no Brasil e famílias que têm uma pessoa com deficiência, física ou mental, ou um idoso com renda muito baixa. Quer dizer, essas famílias é que tem. Esse é um programa de assistência social. Então é isso que estou dizendo. As pessoas se deslocam quando recebem salário mínimo.

No segundo eslaide de conclusões, eu diria que, na medida em que o salário mínimo continuar a ser aumentado, o seu potencial redistributivo deve diminuir, pois as pessoas que recebem salário mínimo no mercado de trabalho, através de transferências, já se encontram atualmente nos níveis intermediários da distribuição de rendimentos. Então elas se deslocam, quer dizer, são essas pessoas que são as pessoas mais atingidas, beneficiadas com o aumento do salário mínimo daqui para frente.

Agora, eu queria falar do curto, do médio e do longo prazo e eu pensei o seguinte: no curto prazo, em minha opinião, o ideal, pensando em redução de pobreza e melhoria da distribuição da renda é uma combinação da atual política do salário mínimo com o fortalecimento de mecanismos de transferência focalizados nos mais pobres, como já vem ocorrendo no Bolsa Família, que, por sinal, ampliou o valor dos benefícios e ampliou a população beneficiada e tem, inclusive, mais de 13 milhões de famílias atualmente. Ou seja, em torno de 50 milhões de pessoas que são

beneficiadas pelo programa Bolsa Família. Então, é muito importante a manutenção, a ampliação e o fortalecimento do Bolsa Família, até porque ele, sim, está focalizado nos mais pobres, enquanto o salário mínimo não está exatamente focalizado nessas pessoas.

No médio prazo, uma alternativa que está apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy e que, certamente, também teria uma contribuição bastante favorável seria a introdução da renda básica de cidadania; até porque como ela é um valor fixo para todas as pessoas, o valor fixo em uma renda baixa tem um peso muito maior do que o valor fixo em uma renda alta. Então, em termos redistributivos ela tem um efeito, a renda básica de cidadania. Em termos de pobreza, também, porque você, por menor que seja o benefício, é um benefício que vai atingir as famílias mais pobres, portanto, aumentando a renda dessas famílias.

Mas, pensando no longo prazo, é preciso, e aí, quer dizer, seria muito frustrante para nós, pensando no longo prazo, digamos, 10, 20 30 anos, que você tivesse daqui a 30 anos o programa Bolsa Família, porque os filhos dos atuais beneficiados não conseguiram sair da armadilha da pobreza. Mas para isso não tem milagre. Quer dizer, não adianta só botar renda na mão das famílias. Você tem que fazer algo mais para essas crianças entrarem no mercado de trabalho, lá na frente, em uma situação que ganhe, pelo menos, no mercado formal de trabalho, um belo salário mínimo. Certo?

Aí eu chamo a atenção para a qualidade do ensino público, até porque essa é uma questão central, é uma questão que está na Ordem do Dia, é um problema sério. Os testes aplicados mostram que nosso ensino – não só o ensino público, mas estou pensando ensino público, obrigação do Estado – precisa melhorar muito, para que essas crianças que estão hoje sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa Família estudem em boas escolas e daqui a dez, quinze, vinte anos elas estejam entrando bem no mercado de trabalho, com uma boa formação, com um bom salário mínimo e com uma economia que cresça bastante.

Então, agradeço a todos. Tenho apenas o eslaide final em que eu listo alguns artigos meus, publicados nos últimos anos, em torno da questão do salário mínimo. Com isso agradeço a atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Professor João Sabóia, pela excelente exposição a respeito da evolução e dos efeitos do salário mínimo no Brasil e como ele tem sido importante para assegurar uma melhoria de condição de vida para tantos trabalhadores e também com os aposentados em nosso País e os beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada.

Vamos agora passar a palavra ao Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, do Município de Santo Antônio do Pinhal, ele que é um pioneiro dentre todos os prefeitos das 5.545 mil municipalidades do Brasil pois, em 2009, ele resolveu abraçar a proposta de instituir, municipalmente, uma renda básica de cidadania.

Lembro que aquilo que hoje é o Bolsa Família se iniciou, prezados Senadores Benedito de Lira e João Vicente Claudino, com experiências locais, como as do Distrito Federal, de Campinas, Ribeirão Preto e centenas de outros, até que aquilo se tornou uma norma, objeto de aprovação pelo Congresso e abraçado pelo Executivo e depois transformada no Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o Cartão Alimentação no que é hoje o Bolsa Família. Da mesma maneira que temos no Brasil uma lei, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional, que vai instituir a Renda Básica de Cidadania por etapas – é possível se iniciá-la por experiências locais – agora nós vamos poder ouvir o primeiro prefeito no Brasil que abraçou esta causa, o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, Município próximo ao de Campos do Jordão, na Serra da Mantiqueira.

Mas vou deixar para ele falar das características e da história de Santo Antônio do Pinhal.

Tem a palavra o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira.

O SR. JOSE AUGUSTO DE GUARNIERI PEREIRA – Bom dia a todos e a todas, saudar o Senador Eduardo Suplicy, agradecer pelo convite, a participação, saudar os demais os Senadores aqui presentes, saudar o Guy Standing, João Sabóia, professores, idealistas na questão de distribuição de renda.

O Senador Suplicy já fez um breve histórico e eu queria me aprofundar um pouquinho nesse histórico até para que as pessoas possam entender o porquê de a gente chegar nesse momento, em uma cidade como a nossa, Santo Antônio do Pinhal, acreditar nesse projeto de distribuição de renda através da Renda Básica de Cidadania.

O Município de Santo Antônio do Pinhal é um Município do Estado de São Paulo. Nós estamos lá na Serra da Mantiqueira, próximos a Campos do Jordão, é uma instância turística, uma instância hoje climática. Nós temos hoje quase 80 pousadas, 34 restaurantes; nós temos uma consolidação muito grande na base econômica nossa como sendo Município turístico. Isso, automaticamente, temos visto, nos últimos anos, que uma das indústrias que mais cresce, nos últimos anos, não só no País, mas no mundo é a indústria do turismo; e Santo Antônio está inserido nesse processo de inclusão, realmente numa cidade, num cenário turístico, num cenário de distribuição de renda, melhoria da

geração de renda local, da distribuição de empregos locais através do turismo.

Nós tivemos a felicidade de ser considerados, por vários anos, a cidade mais segura do Estado de São Paulo, e isso também é um fator bastante importante e indutor também de novas políticas públicas para a nossa cidade.

Vocês podem até perguntar: Puxa, mas se é uma cidade que tem um desenvolvimento tão positivo como a gente tem visto, uma cidade considerada uma das cidades mais seguras do Estado, com grau de desenvolvimento na sua geração de emprego, geração de renda, nós não temos grandes problemas sociais, como favelas, enfim aglomerados sem ordem de controle, e o Município consegue estar presente em todos os cantos do Município, a prefeitura, os órgãos estaduais, e isso reforça mais as políticas públicas que estão sendo instaladas no Município. E aí vem a pergunta: se é tudo assim, se tudo está tão positivo, por que pensar num novo modelo de distribuição de renda? Porque é simples: é muito mais fácil você partir do princípio onde você quer buscar um projeto piloto, um projeto inovador que possa ser distribuído e possa ser modelo para outros locais, onde você não tem a demanda tão oprimida na sua porta, cobrando; porque você pode aperfeiçoar esse programa, você pode trabalhar com tranquilidade para que a gente possa realmente aprimorar de forma a buscar qualidade, a buscar realmente atingir os nossos objetivos com a distribuição de renda.

E por acreditar que hoje devemos fazer políticas públicas preventivas, nós não podemos, nós temos que parar de trabalhar com o caso somente quando ele acontece, mas sim tentarmos o máximo possível. Principalmente nós prefeitos que estamos ali, que somos a ponte direta com a população, estamos no dia a dia com a população, nós temos que trabalhar muito as questões de políticas preventivas. E desde que eu tive a felicidade de participar de uma palestra do Senador Eduardo Suplicy, na Univap, em São José dos Campos, convidado por dois grandes amigos, a Marina Nóbrega e o Francisco – pesquisadores, entusiastas também da Renda Básica de Cidadania – que comecei a me entusiasmar por esse processo de distribuição de renda e tentei levá-lo para Santo Antônio, num formato de encaixe nas possibilidades do Município. Desde aí – estou no meu segundo mandato como prefeito – nós iniciamos esse processo em 2007, o meu primeiro mandato de prefeito, e vimos trabalhando para conseguir: primeiro, sensibilizar nossa população da importância dessa nova distribuição de renda e da parceria onde a riqueza local será distribuída e ficará no próprio local; segundo, buscar as formas, a regulamentação, o marco regulatório para que possamos

realmente ter um programa, mas baseado realmente numa regulamentação, numa legislação municipal que possa dar sustentabilidade para o processo.

Com isso nós já tivemos – não é Senador? – vários momentos, momentos positivos, momentos de busca constante por novas alternativas de aperfeiçoamento. Não é porque você aprova uma lei municipal que você não vai, no decorrer do processo, fazer os devidos aperfeiçoamentos dessa lei. É isso que temos feito, rotineiramente, agora, aperfeiçoando os processos de implantação da Renda Básica de Cidadania em Santo Antônio do Pinhal.

Aprovamos a lei em 2009, que é a aprovação da Lei da Renda Básica Municipal, que foi um marco, em novembro de 2009, na nossa cidade. Após isso, começamos a busca intensa de parcerias, de grandes parceiros para que pudessem nos ajudar. Porque deixamos bem claro a nossa lei, que o Município vai estar aberto para arrecadar os recursos devidos não só do Poder, dos Governos, dos entes públicos, mas também da iniciativa privada, e isso foi uma busca constante, nossa, para que buscássemos esses recursos na iniciativa privada.

Tivemos a felicidade de, no decorrer desse processo, termos grandes parceiros envolvidos nesse processo, que nos auxiliaram muito, como a CAF – Corporação Andina de Fomento – que é um entusiasta, um apoiador desse processo de implantação em Santo Antonio.

Através da CAF, a Unicamp, através do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, que foi também um grande parceiro do Município e que está fazendo um estudo para conhecer as bases econômicas, o que é o Município de Santo Antonio, quais são as projeções, enfim, como podemos aperfeiçoar esse processo. Com isso, tivemos, no decorrer desses anos, vários parceiros essenciais – não é, Suplicy? – para que esse processo realmente chegasse ao que chegamos agora.

Ontem, tivemos a primeira reunião oficial do Conselho Municipal da Renda Básica. Em fevereiro deste ano, criamos o Fundo, por meio de um decreto municipal. Um fundo de economia mista que vai poder receber tanto recursos privados quanto públicos. Já fizemos, no decorrer do processo, vários contatos. Buscamos algumas empresas que possam colaborar com o Fundo de Renda Básica de Santo Antonio, até porque nossa ideia é emitir um selo social para essas empresas da região que possam colaborar.

Como disse, a indústria de Santo Antonio é a do turismo, mas temos, muito próximo, o eixo do Vale do Paraíba, com dois milhões e meio de habitantes, onde temos praticamente um nível de desenvolvimento industrial, comercial, de serviços bastante expressivo, sendo

considerado um dos grandes eixos de desenvolvimento do São Paulo, a região do Vale do Paraíba. Com isso, temos ali grandes empresas que também vislumbram a possibilidade de colaborar na implantação dessa nova forma de distribuição de renda, a Renda Básica de Cidadania em Santo Antonio do Pinhão. Através, até mesmo, da certificação dessas empresas como aquelas que, realmente, contribuem com uma ação social de um Município que tenta, no mínimo, realizar as suas políticas sociais, mas mais do que isso, busca, realmente, ser indutor e colaborador com outros Municípios, outras cidades, com realidades, muitas vezes, diferentes da nossa, muito mais complexas, mas que esse modelo de implantação possa ser exemplo disseminado não só nas pequenas cidades, mas também em todas as cidades do País.

Nós criamos o fundo. Hoje, ele é um fundo municipal. Seis por cento da renda tributária do Município vai para esse fundo, para que esse recurso seja distribuído. Nós, até momento, não fizemos a distribuição do recurso porque precisamos buscar, criar o fundo – como já foi criado – e termos recursos suficientes para que ele não seja finito, para que simplesmente não seja distribuído o capital, mas as aplicações, os rendimentos desse fundo e de forma ordenada.

Estamos discutindo hoje várias alternativas. Hoje, discute-se a possibilidade – foi discutida na reunião de ontem à noite – de iniciarmos esse fundo por meio da distribuição. A lei é muito clara, a distribuição tem de ser feita de forma gradativa, pegando dos que mais precisam e assim por diante. Com isso, há a possibilidade de começar a distribuição pelas crianças que nascem no Município a partir de agora, destinando 50% do valor a essa criança quando nasce, durante todos os meses, e, com os outros 50%, criaríamos mais um fundo educacional que, após a maior idade, já adulta, essa pessoa poderá usar o recurso para um fundo educacional. Trata-se de um recurso específico para que essas crianças possam custear o estudo, uma formação profissional de forma a buscar um emprego, a geração de renda e uma melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

É claro que não é fácil. O Senador tem acompanhado e sabe do entusiasmo de vários Prefeitos em relação a essa melhoria de distribuição de renda, quanto à possibilidade de termos algo mais, um instrumento a mais de distribuição de renda em nosso País. Vimos os avanços que o nosso País tem tido nos últimos anos em relação à distribuição de renda, mas é importante que projetos piloto, projetos que possam, no futuro, criar uma sinergia com os programas já existentes e que possam, realmente, fortalecer a distribuição de renda nos Países, que eles sejam apoiados.

Por isso, peço aqui, aproveitando o espaço, o apoio, Senador Eduardo Suplicy, não só do Senado Federal, mas também de todos os entes federativos, para que projetos piloto, projetos que possa ser, no futuro, sim, uma luz no fim do túnel, sejam realmente aprovados, apoiados, como forma de estudo, para que possamos buscar políticas públicas alternativas que venham ao encontro das necessidades deste nosso grande País, que se desenvolve, distribui renda e que quer, realmente, a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Então, faço esse apelo público aqui hoje, para que possamos, cada vez mais, mobilizar todos os entes federativos, Estados e Municípios.

Já tivemos possibilidade de conversar muito com o Estado de São Paulo, com o Secretário de Assistência Social, de Desenvolvimento Social de São Paulo, Rodrigo Garcia. Também conversamos com o Ministério do Desenvolvimento Social, que também nos abriu as portas, para que pudéssemos iniciar a proposta, mas precisamos de mais. É preciso que haja mais empenho, que possamos acreditar mais que é possível.

Há uma frase que sempre uso de que o líder, na verdade, tem um grande papel. Muitas vezes, o maior papel daquele que lidera é criar, nas pessoas, sentimentos, expectativas de coisas que, muitas vezes, naquele primeiro momento, não existem, mas que, no futuro, podem, sim, existir e podem ser a solução de vários problemas e de várias demandas.

Quero, especialmente, agradecer a você, Suplicy, pelo trabalho que faz, pelo entusiasmo que tem por essa causa, uma causa que não vem atender uma questão pessoal, mas que vem atender uma questão coletiva, que é a distribuição de renda no País.

Ademais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira.

Eu queria apenas lhe solicitar o seguinte. Por exemplo, Senador João Vicente Claudino, vamos supor que um prefeito que esteja nos assistindo, de onde for, lá do Piauí, fale: “Poxa, como esse prefeito resolveu abraçar essa causa e apresentar um projeto de lei”?

Poderia nos falar brevemente como se caracteriza o projeto de lei e as etapas? Se tiver em mãos, pediria que deixe uma cópia, para transmitir à secretaria, aos membros da mesa e aos Senadores, por favor.

Assim, se algum prefeito perguntar ao Senador João Claudino quanto à realização desse projeto, em Teresina ou no interior do Piauí, quais seriam os artigos da lei, por favor.

O SR. JOSÉ AUGUSTO GUARNIERI PEREIRA – Senador, a nossa lei é constituída de quatro artigos.

Ela é muito simples, muito objetiva, muito sucinta, até porque deixamos muito claro que várias formas de regulamentação seriam feitas por meio de decreto municipal, com a criação do fundo.

O art. 1º, com o objetivo de fazer a nossa cidade São Antonio do Pinhal um Município que harmonize o desenvolvimento econômico, social sustentável, com a aplicação dos princípios de justiça, que signifique a prática da solidariedade entre todos os seus moradores e, sobretudo, para garantir maior grau de dignidade para todos os habitantes. Assim fica instituída a renda básica de cidadania.

A abrangência mencionada nesse artigo deverá ser alcançada por etapas, a critério do Conselho Municipal, que foi criado em fevereiro deste ano. Um Conselho Municipal cuja constituição é de sete membros da sociedade civil organizada, seis membros do Poder Executivo e um membro do Poder Legislativo, de forma paritária, de forma a garantir a igualdade dos passos na aprovação da política pública da renda básica em São Antonio do Pinhal. O Conselho visa, principalmente, a transparência dos seus recursos, das arrecadações desses recursos e, principalmente, de forma paritária, em que vários membros da sociedade organizada, como a Associação de Produtores Rurais, Associação Comercial, Associação de Desenvolvimento Turístico, Conselhos Municipais possam ter cadeira efetiva e possam ter cadeira efetiva e possam opinar diretamente, juntamente com os membros do poder público, no dia a dia da aprovação e distribuição de renda.

Assim, fica instituído o Conselho Municipal, que é regulamentado pelo art. 2º, ordenando a forma de gestão e aplicação dos recursos, os requisitos para esse processo.

O art. 4º se refere às receitas do fundo. Essa receita é constituída de: 6% de receitas tributárias dos Municípios, repassadas ao Fundo Municipal, doações de pessoas físicas ou jurídicas. É aquilo de que falei quanto ao fundo ser tanto de ordem privada quanto pública, nacionais ou internacionais, haja vista a parceria que tivemos com Corporação Andina de Fomento (CAF), transferências realizadas por outros níveis de governo, sejam oriundas do Estado ou União, produtos de aplicação de recursos disponíveis e outros recursos.

Então, é um fundo bastante amplo. A possibilidade de arrecadação desses recursos é bastante flexível, para que possamos buscá-la nos vários segmentos da sociedade organizada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira.

Quero aqui ressaltar que quando estivemos no Fórum Social Mundial de Belém do Pará, em 2009, em

conversa com o Ministro do Desenvolvimento Social Patrus Ananias e com o professor Pablo Yañez sobre a perspectiva da renda básica na América Latina, Célia Lessa Kerstenetzky – naquela ocasião estavam o Prefeito e a Diretora Moira Paz Estenssoro, da Corporação Andina de Fomento, hoje é o Banco de Desenvolvimento dos Países da América do Sul – se entusiasmou e disse que queria ajudar; e proveu um fundo da ordem de US\$ 100 mil, para que, em convênio, a CAF, a Unicamp e a Prefeitura Municipal fizessem um estudo – inclusive se algum prefeito desejar conhecer – muito bem feito sobre as perspectivas, os passos que poderão ser dados para levar adiante esse propósito.

Eu vou até aproveitar para fazer um elo, porque o professor Guy Standing, que, em 1986, foi um dos cofundadores da BIEN, Basic Income European Network, depois, em 2004, transformada em Basic Income Earth Network, de rede europeia de renda básica para rede mundial de renda básica, ele, interagindo com os professores Philippe Van Parijs, Claus Offer, Robert van der Veen, Walter Van Triare Lewin e tantos outros, James Edward Meade, Prêmio Nobel de Economia, James Tobin, que depois também se tornou um dos membros do Conselho de Honra da BIEN, já portanto há 26 anos interagindo com esse grupo. Mais especialmente o professor Guy Standing, que hoje está na Universidade de Bath, por muitos anos foi diretor da International Labour Organization, a Organização Internacional do Trabalho, responsável pela área de seguridade econômica e social, de 1999 a 2005, antes Diretor das Políticas de Mercado de Trabalho na própria ILO e também Assistente Técnico para a Área da Europa Oriental e da Rússia, de 1991 a 1995, e justamente depois da queda do Muro de Berlim, ele ali estudou muito o que se passava no Leste Europeu; mas ele também trabalhou para o Banco Mundial, para a UNDP, para a Unicef, a Comissão Europeia para assessoria, portanto, com uma larga experiência.

Senador Ivo Cassol, seja bem-vindo à nossa comissão, a nossa audiência.

Então, o professor Guy Standing, nestes últimos anos, tem viajado, por exemplo, pela Oceania, Austrália, Nova Zelândia, Japão, tem estado na Índia, tem acompanhado de perto ali experiências pioneiras sobre as quais eu gostaria que ele aqui falasse.

Foi um dos entusiastas e acompanhou toda a formação da South African Coalition for a Basic Income, acompanhou de perto a formação da Namibian Coalition for a Basic Income, e foi um dos que colaboraram com o Bispo Zephaniah Kameeta, Presidente dessa coligação para que se tornasse uma realidade e também uma experiência pioneira.

É um profundo conhecedor também da experiência pioneira e bem-sucedida de um dividendo igual pago a todos os habitantes do Alasca, e ele já veio ao Brasil cerca de 15 vezes. Participou, no Senado, em 1998, de um grande simpósio sobre o conceito da garantia de uma renda para todos e, portanto, ele poderá inclusive fazer sugestões para o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira e para todos aqueles que estejam nos ouvindo e queiram também realizar experiências locais.

Tem a palavra o Professor Guy Standing, da Universidade de Bath, e co-presidente de honra da BIEN.

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*)

– Desculpem por não conseguir falar português e eu espero que a tradução seja capaz de acompanhar o que eu vou dizer.

É uma grande honra ser convidado para esta Casa e eu vou tentar gerar um valor agregado neste debate, sabendo que o Brasil, na realidade, está na vanguarda da reforma das políticas sociais no mundo atual e estabelecendo exemplos que têm sido observados com um interesse considerável pelo mundo inteiro.

Eu gostaria de começar por agradecer também ao Prefeito de Santo Antonio por me ter convidado a visitar o seu belo município, a sua bela cidade, e eu desejo a ele todo sucesso com o projeto piloto em andamento.

O que eu achei que poderia fazer nas minhas observações seria, primeiro, considerar alguns aspectos da reforma da proteção social, no Brasil, em segundo lugar, considerar o contexto global em termos de desenvolvimento do mercado de trabalho à medida que ele vai afetando, no Brasil, o futuro das possibilidades futuras para uma reforma.

E, nesse sentido, estou lançando um livro, recém publicado, que me tem feito viajar pelo mundo inteiro, chamado Precariedade. É sobre o crescimento da precariedade em todo o mundo, que eu observo como sendo um novo perigo, ou uma classe de ameaça que deve ser enfrentada pela classe política e pelos formuladores de políticas sociais, senão poderá se tornar um desenvolvimento muito devastador.

E gostaria também de dizer ou fazer algumas considerações sobre esquemas de projetos piloto de rendas básicas que o Senador Suplicy mencionou, nos quais eu estive envolvido na África e, atualmente, também na Índia, onde nós temos um grande projeto piloto em andamento.

A primeira coisa, então, seria considerar, do ponto de vista de um observador externo, onde você se situa no desenvolvimento da proteção social.

Quando eu vim ao Brasil a primeira vez, em 1992, o Senador Suplicy me convidou para uma reunião. Nessa época, se vocês se recordarem, o índice Gini,

ou coeficiente de Gini, que foi mencionado anteriormente, era talvez o pior no mundo, juntamente com o da África do Sul, e era uma constatação chocante de uma situação terrível. E é maravilhoso dar o testemunho de bem-sucedidas administrações. Desde então, o índice de Gini e outros índices de iniquidade foram reduzidos ou mitigados e milhões de famílias e indivíduos brasileiros têm ganho melhoria no seu rendimento e aumento da sua segurança através da Bolsa Escola, primeiro, depois, da Bolsa Família e desenvolvimentos favoráveis na política do salário mínimo.

Tendo dito isso, permito-me então fazer comentários adicionais, apontando alguns dos problemas que eu, como economista de análise social, observo como algo que deva ser enfrentado.

Primeiro, o Bolsa Família se apóia no seu nome, em condicionalismos, em condicionalidades. E não apenas em condicionalismos, mas em focalização das pessoas que são vistas como pobres, e há certo grau de seletividade.

Bom, todos esses aspectos de proteção social levantam questões ou problemas muito difíceis. As condicionalidades que têm sido utilizadas no programa Bolsa Família são condicionalidades relativamente boas, porque não exigem comportamento do mercado de trabalho por parte do recipiente do benefício. Exigem que as crianças frequentem a escola e que haja atenção à saúde para as crianças.

Então, o grau de paternalismo é relativamente justificável e não gera efeito distorcido no comportamento dos indivíduos e das famílias. A questão é que, ao redor do mundo, as pessoas estão olhando o que está acontecendo no Brasil e no México também e em alguns outros países da América Latina, onde as transferências de rendimento com condicionalismo têm sido realizadas com algum sucesso, sugerindo que as condicionalidades em si mesmas são uma parte desejável da proteção social.

Então mais e mais países estão atingindo e implementando condicionalismos cada vez mais rigorosos para permitir o acesso a benefícios sociais. Eles exigem que as pessoas passem, por exemplo, por um teste de pobreza. Exigem que as pessoas demonstrem certos tipos de comportamentos. E cada segmento de condicionalidades tende a resultar em um nível mais baixo de alcance, em menor percentual de pessoas que são elegíveis para serem beneficiárias e que de fato conseguem receber esse tipo de condicionalidades.

Nós temos visto isso em países mais ricos, vimos isso na Suécia, na França, na Alemanha, e temos visto isso também em países mais pobres. É algo que é universal.

Eu creio que o perigo dos anos adiante será os formuladores de políticas se aprofundarem nessa estrada utilitária e introduzirem condicionalismos mais rigorosos. Eu espero que os formuladores de políticas, no Brasil, nos próximos dez anos, sejam sábios no sentido de adotar o caminho oposto.

E isso nos leva aos cinco princípios de justiça que eu gostaria de recomendar e que todos os formuladores de políticas sociais no Brasil, os políticos devem demandar para qualquer reforma que esteja em reformulação.

Em 2008, houve uma excelente conferência organizada sobre proteção social. Foi organizada em Brasília e o Presidente Lula estava tão interessado nessa conferência que não apenas participou da abertura, mas ele também voltou para a parte final, para ouvir os resultados das nossas discussões. Foi excelente e muito produtiva, com muitos especialistas internacionais participando.

E eu fiz as seguintes colocações nesse encontro. Há cinco princípios pelos quais qualquer reforma da política social avança com esse objetivo maravilhoso da administração da Presidenta Dilma de erradicar a pobreza e universalizar a segurança no futuro. E os cinco principais são os seguintes: o primeiro é que qualquer político de uma corrente liberal ou de uma vertente de esquerda, qualquer político deve aceitar. Isso é o que se chama o princípio da diferença de segurança em relação às regras. E o princípio é o de que uma política só é socialmente justa se aumenta a segurança dos mais inseguros e vulneráveis grupos da sociedade.

Bom, se você aplica esse princípio para muitas das reformas sociais ocorrendo ao redor do mundo, você vai verificar que elas falharam, porque os realmente pobres são aqueles que estão estigmatizados, que tem mais dificuldades para atender às condicionalidades impostas e, por vezes, muito assustados e muito empobrecidos.

O segundo princípio é um que se relaciona muito com o modo como o Bolsa Família poderia se desenvolver no futuro. Isso eu chamo de o teste de paternalidade ou o princípio do teste de paternalidade. E a essência desse princípio é dizer que uma política social é justa, ou ela considera-se justa apenas quando não impõe controles em alguns grupos na sociedade, que não são impostos nos mais livres.

Se os pobres estão sujeitos a diretrizes e controles onde os mais ricos e a classe média não tem que atender a esses controles, isso ofende o teste da paternalidade. É um princípio muito importante porque o que nós estamos observando ao redor do mundo é uma manobra para dizer aos mais pobres o que eles devem fazer e sobre o que eles não devem fazer em

termos de receber, serem elegíveis para receber um benefício social e ter uma existência digna. Essa direção utilitária é particularmente perigosa no que observamos ao redor do mundo.

O terceiro princípio é relacionado com isso também. O terceiro princípio fala que são direitos, é um princípio de direitos e não de caridade. Uma política é socialmente justa apenas quando se amplia os direitos dos recipientes de tal política social e não torna os beneficiários em beneficiários de algum tipo de caridade. Caridade não proporciona direito às pessoas. Caridade é dizer: “Eu tenho pena de você, então eu vou decidir se você é suficientemente pobre e tenho pena de você para eu decidir como burocrata, para prover assistência para você.” Isso também está acontecendo ao redor do mundo, permitindo aos burocratas ter um julgamento discricionário sobre quem deveria receber ajuda e quem não deveria receber ajuda. Isso é muito perigoso e leva a um comportamento discriminatório para com as minorias, para as pessoas que não têm um bom aspecto, ou para as pessoas que não têm os mesmos valores como os burocratas, ou seja lá quem for.

O quarto princípio, que é muito importante também, é aquele que eu chamo o princípio do trabalho digno. Uma política social é justa apenas quando ela ressalta a capacidade das pessoas de seguirem uma vida digna com um trabalho digno, uma existência dignificada e a capacidade de se autodesenvolverem. Políticas ao redor do mundo que dizem às pessoas o que elas têm que fazer, trabalhos mínimos em contrapartida de uma remuneração mínima ofende o princípio da dignidade.

E o quinto princípio, que muitos jovens apreciam muito mais do que a geração anterior à deles, é o que eu chamo de o princípio das restrições ecológicas. São as políticas sociais que dependem de empurrar as pessoas para fazerem coisas que são ecologicamente condenáveis e evitar que elas façam coisas que são ecologicamente boas como, por exemplo, cuidar da comunidade, cuidar dos nossos parentes e amigos. Isso ofende o princípio da restrição ecológica.

Bom, eu gostaria de voltar ao segundo tema sobre o que eu quero dizer aqui hoje. O que nós vimos na globalização e na liberalização econômica ao redor do mundo é uma fragmentação de classes que está ocorrendo; fragmentação de classes que, na realidade, torna muito difícil medir a não iniquidade do modo antigo do coeficiente Gini e a razão para isso é que as pessoas, nos escalões mais altos da nossa sociedade, no sistema global, estão ganhando uma proporção crescente de seu rendimento e de sua segurança fora dos sistemas normais de medição de rendimentos financeiros. E, ao mesmo tempo, nas camadas mais

baixas, o crescimento de milhões de trabalhadores e milhões de famílias que estão sendo empurradas para a precariedade. Uma precariedade onde ele sofre de múltiplas formas de insegurança e crescentemente tem que depender apenas de rendimentos financeiros.

Alguns tipos estão perdendo os benefícios dos empregadores, estão perdendo o direito às pensões, estão perdendo o direito às pensões, estão perdendo direito às férias pagas, não tem cobertura de seguro médico, não tem bônus, não tem todos os privilégios que muitos de nós nesta sala temos como garantidos, como parte do nosso estilo de vida. A precariedade tem a sua existência baseada na insegurança. Eles têm problemas com sua habitação, com a sua educação, tem problemas com a sua saúde e estão muito próximos do desastre a qualquer momento. E a diferença entre a precariedade de hoje e o velho modelo industrial, onde o *status* e a segurança social europeus foram construídos é que a precariedade enfrenta incerteza, uma incerteza crônica. E o problema com a incerteza é que você não pode calcular a probabilidade de um desastre.

Se estou lidando com um risco, eu posso trabalhar com um cálculo atuarial, como me prevenir contra isso, mas em relação a choques e acidentes e incertezas você não pode fazer esse tipo de cálculo. Então, o sistema de segurança social tem que compreender que tem que prover segurança básica para todos de modo a que eles sejam capazes de terem uma vida civilizada e se tornarem cidadãos dignos. Essa é uma das razões principais pelas quais nós temos que avançar para uma renda básica como sendo a base de um sistema de proteção social.

Quero acrescentar a essa segunda seção fazendo um aviso. A não ser que os políticos compreendam a natureza desta crescente precariedade eles irão enfrentar uma ameaça realmente preocupante no futuro próximo. Nós estamos vendo isso na Europa de uma forma terrível. A primeira parte da precariedade está caindo no que se chama insegurança, que gera políticas de orientação fascista.

O outro grupo é um grupo de jovens que está muito frustrado, muito zangado, muito desiludido com a classe central política. Nós estamos vendo isso, um movimento de indignados. Temos movimento na Praça de Atenas e em muitos outros locais. Os precários têm que ser estudados. Essa precariedade tem que ser estudada pelos políticos quando formulando política social e quando revisando os valores a serem implementados nessa política.

A coisa final que eu gostaria de falar é algo sobre o qual eu tenho um sentimento muito especial. O

Eduardo, meu amigo, compreende bem isso, e vocês compreenderão também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Permita-me interromper por um breve momento porque o Senador Cristovam Buarque, que foi o Governador do Distrito Federal, de 1995 até 1999, foi o primeiro a introduzir, juntamente nesse ano com o Prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira – ambos foram pioneiros na introdução de uma renda garantida mínima relacionada com o programa educacional que eu batizo como Bolsa Escola, e o que nós temos hoje é o Bolsa Família que tem muito a ver com a sua iniciativa. Então, eu pedi ao Prof. Guy Standing para nos dizer sobre experiências locais que estão sendo desenvolvidas no mundo, tais como aquela que o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira mencionou há instantes aqui sobre o que está acontecendo no Município Santo Antônio do Pinhal.

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*) – Já tive oportunidade para tomar conhecimento. O Senador Buarque e eu já nos encontramos antes, e eu o respeito pelo trabalho fantástico que realizou na década de 90. E vou dizer e tenho a certeza de que ele se juntará a mim nessa observação: vou dedicar a próxima parte da minha apresentação a uma mulher maravilhosa que também ajudou, mas não como você, a um nível mais alto, mas uma pessoa no âmbito da municipalidade: essa pessoa é Dorcelina Folador, que foi prefeita, e como você sabe foi assassinada. Ela era uma mulher muito corajosa que também compreendeu que nós tínhamos que avançar nessa direção. E eu gostaria de dedicar as minhas próximas observações à sua memória e como um tributo também ao seu trabalho na mesma direção – prefeita de Mundo Novo.

Nos últimos dez anos, nós tivemos oportunidades em vários locais que nós não estávamos esperando para lançar projetos piloto de transferência de dinheiro, que são programas de transferência de renda. O primeiro que nós fizemos foi na Namíbia, numa área muito pobre, em algumas aldeias daquele país. E nessas aldeias, durante dois anos, mensalmente, as pessoas recebiam um rendimento em dinheiro sem condicional de idade; e monitoraram os efeitos no comportamento e nas atitudes dos recipientes, e desenvolveram seu envolvimento nessas comunidades. Creio que a história já é bastante conhecida hoje, mas os resultados foram muito positivos.

Então, surgiu uma oportunidade quando eu estava trabalhando com a Associação das Mulheres Autônomas na Índia – Sewa se chama essa associação –, que é uma das maiores organizações femininas no mundo. Ela busca as mulheres que estão no mercado informal, nas favelas em toda a Índia, nas aldeias,

as que estão nas condições mais terríveis que estão sendo vivenciadas pelas mulheres. E depois, numa série de reuniões com as suas lideranças, tornaram-se favoráveis a desenvolver um programa piloto de renda básica nas aldeias indianas e na capital Déli, e tivemos a sorte de arrecadar algum dinheiro e conseguir a boa vontade e o apoio político dos legisladores para desenvolver esses programas piloto.

Isso começou no ano passado, e estou em vias de voltar à Índia para ver no campo, fazer a avaliação dos primeiros resultados.

Nós estamos fazendo um programa de renda básica, transferência, em 22 aldeias de Madhya Pradesh. Madhya Pradesh tem uma população de mais de 50 milhões de habitantes. Então, não é um Estado pequeno. E, nas aldeias desse Estado, todos os homens, todas as mulheres e todas as crianças recebem uma prestação pecuniária paga mensalmente e sem qualquer condicionalismo para as crianças, que é dado para a mãe ou para a mãe adotiva, mas é provido individualmente, é incondicional e é em dinheiro vivo.

O que fizemos é que, antes de lançar esse projeto, definimos uma linha de base, um inquérito da linha de base sobre as condições de vida das pessoas vivendo nessas aldeias. Recolhemos informação sobre os fatos nutricionais, sobre as condições de saúde, sobre níveis de frequência escolar, comportamento escolar, *status* da mulher, atividades econômicas e, aí, dissemos que iríamos fazer esse projeto piloto de renda básica. Isso foi desenvolvido imediatamente através de um dia de conscientização, e, subsequentemente, todo mundo tem vindo a receber o benefício, exceto que, em algumas das aldeias, usamos como ponto de controle, para poder fazer a comparação dos resultados sobre o que foi feito, um sistema de análises randômicas e resultados obtidos e estabelecemos essa metodologia para satisfazer as últimas técnicas estatísticas disponíveis e convocamos o Banco Mundial para nossas reuniões e vários outros grupos de várias partes do mundo.

E gostaria de dizer a vocês, após um ano, alguns dos resultados obtidos, porque são fortes, são resultados realmente expressivos, a nutrição das crianças aumentou, o desempenho escolar das crianças aumentou, a frequência escolar das crianças aumentou, sem condicionalidade. A eles não lhes é dito que devem mandar as crianças para a escola, a eles não lhes é dito que têm que dar as suas crianças melhor alimento, as pessoas sabem o que fazer e aprendem o que precisa ser feito. Também estamos observando, como vocês viram com o Bolsa Família, uma melhoria na oferta no mercado de trabalho, pessoas mais saudáveis, pessoas que têm suficiente comida em seus estômagos conseguem trabalhar melhor, de modo mais produtivo,

comprar melhor vestuário e melhor instrumentos para atividades econômicas de pequena escala.

Estamos vendo uma maravilhosa mudança no *status* das mulheres nessas aldeias. Elas, certamente, têm numerário em mãos e podem negociar com os seus maridos, com os seus pais e com os seus filhos um modo como melhores cidadãs em suas comunidades. E estamos observando uma produção crescente, de modo que as pessoas estão cultivando melhor as suas terras, estão comprando ferramentas, estão reduzindo o seu nível de endividamento, que era uma grande constrição as suas atividades de empreendedorismo.

Assim como observamos na Namíbia, estamos observando um decréscimo no crime econômico. Uma pessoa desesperadamente pobre, que tem uma criança pequena sem comida, não pode se esperar que seja um ser humano ideal, são indulgentes no crime para sobreviver. Temos que compreender isso e compreendemos. Então, por que não colocar em prática? E estamos vendo que o crime econômico está caindo e, como resultado, os lavradores, agricultores de pequena escala se sentem mais confiantes para plantar mais semente, porque não esperam que as colheitas sejam roubadas. Este é um efeito muito positivo nas comunidades empobrecidas da zona rural.

Bom, o projeto piloto ainda está em andamento, e estamos recebendo uma série de informações. É o estudo mais compreensivo com o qual já estive envolvido, temos milhões de dígitos de informações, e as lições aprendidas são algo que espero possa ser utilizado em outros países, especialmente no Brasil, nos seus avanços, para ter projeto piloto, ter modos inovadores de proteção social. Este é o período na história quando podemos ser inovadores, porque os velhos modelos não funcionam neste sistema global de incerteza e insegurança.

Concluindo, coloco-me à disposição para responder a perguntas, mas espero poder regressar, para apresentar os resultados completos dos projetos piloto que estão sendo desenvolvidos no mundo inteiro e desejo muito sucesso a vocês.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronunciou-se em língua inglesa, com tradução simultânea.) – Muito obrigado, Professor Guy Standing.

Apenas alguns esclarecimentos. Quanto é o valor da experiência local nessas aldeias, nos aldeamentos da Índia e sobre o financiamento? Existe iniciativa local para o financiamento desse programa ou o financiamento ocorre com outras contribuições?

Creio que o senhor mencionou, mas gostaria que fosse compartilhado por todos, para saberem, por exemplo, que o senhor mencionou para mim que

o Unicef também estava colaborando. Então, esses aspectos são importantes para tomarem conhecimento.

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*) –

Bom, vou responder a isso com toda satisfação. Inicialmente, o Pnud colocou algum dinheiro, algum capital de giro à disposição para projetos na zona oeste de Déli, dos quais não falei, mas onde foi dada às pessoas uma escolha entre terem uma renda básica ou continuarem com a comida subsidiada, o que chamam de programa de distribuição de alimentos. E isso foi através de uma contribuição do Pnud que foi viabilizado. E foi muito interessante nesse projeto piloto observar que a experiência das pessoas que optaram por receber o benefício em dinheiro conduziu mais pessoas a quererem mudar do programa de alimento subsidiado para o programa de transferências em dinheiro ao longo da experiência; o Unicef também tem apoiado.

Além disso, uma coisa que não mencionei antes, mas que é muito importante na área rural, em todas as partes do mundo: relacionamos os projetos, linkamos os projetos a uma tentativa para melhorar a inclusão financeira de famílias pobres, para lhes permitir o acesso a sistemas bancários cooperativos ou a uma conta bancária para, de fato, poderem guardar o dinheiro e cuidar das suas economias. E tivemos financiamentos de várias agências privadas, um financiamento desse programa de inclusão financeira.

O senhor tem razão, o Unicef tem sido o principal doador para esse projeto e tem dado um apoio muito bom e muito corajoso, apoiando um projeto piloto tão arriscado. No momento, estamos pagando o equivalente a US\$12 mensais para cada pessoa, o que funciona, sendo cerca de 40% do rendimento de subsistência dessas pessoas. Estamos atravessando uma fase muito estranha no projeto, onde o Primeiro Ministro desse Estado está tão entusiasmado com os resultados que quer fazer uma expansão do programa ou assumir um compromisso para todo o Estado, para garantir a sua reeleição. E é muito surpreendente para ela; estou pleiteando que ela não faça essa expansão para todo o Estado, deve-se, primeiro, observar os resultados do piloto antes de se tornar politizado e fora de controle. Mas o implante desse projeto durante dois anos que vai terminar em dezembro deste ano. E se ela desejar, então, assumir um compromisso para o próximo ano, serei o primeiro a dar o apoio e ser seu eleitor, apesar de não ser um eleitor indiano. Mas é indicativo, creio eu, como mudança política, assim como ocorreu na década de 90 com a sua iniciativa, quando, subitamente, desencadearam um incêndio de reformas mais progressistas, quando as pessoas subitamente mudam de modos de pensar inviáveis para algo que é

inevitável, indesejável e é muito excitante que talvez, nos próximos dois ou três anos, entremos nessa fase. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque, se quiser já fazer suas indagações, tem a palavra, tanto para o Professor João Sabóia, que nos brindou com uma excelente análise dos efeitos da política do salário mínimo e também fez considerações sobre os programas de transferência de renda, tanto o Bolsa Família quanto a perspectiva da renda básica, e o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira nos falou da iniciativa de se iniciar uma experiência local de renda básica de cidadania para os 6.600 habitantes, aproximadamente hoje, lá de Santo Antônio do Pinhal, perto de Campos do Jordão, uma estância climática sobre a qual ele nos falou.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Senador Suplicy, vou ter uma pergunta, mas, antes, quero fazer alguns comentários. Primeiro, quero dizer da satisfação de estar presente diante do Professor Guy Standing. Conheço os trabalhos dele, conheço a preocupação dele e considero que faz parte de um daqueles raros grupos que Celso Furtado chamava de economistas que têm os olhos pela ótica da pobreza, e não pela ótica da riqueza; aqueles economistas que sabem que a redução da pobreza não vem, como a gente imaginava nos anos 60, do chamado *trickle down*, a distribuição de renda, e, inclusive, como o Senador Suplicy defende como um dos impactos da renda mínima, pode haver um *trickle up*, ao investir nas camadas mais baixas da população, isso gerar uma dinâmica econômica que chega até as altas classes. Afinal de contas, com a renda mínima, as camadas mais pobres vão comprar coisas. Estas coisas são produzidas por operários que nem são tão pobres e terminam gerando renda para os engenheiros das fábricas e até lucro para os empresários. Seria um *trickle up*.

Então, a minha satisfação por estar aqui. Lamento ter chegado atrasado por causa das outras Comissões, e, por isso, não pude assistir à palestra do Sabóia e também do Prefeito José Augusto.

Mas o que achei de tão importante na fala do Professor me faz recomendar, Senador Suplicy, que ela seja rapidamente traduzida, publicada e distribuída entre os Senadores e mesmo a um público mais amplo. Creio que o senhor trouxe, por um lado, uma análise do problema da pobreza, por outro, um reconhecimento de programas brasileiros que nem sempre são reconhecidos aqui, como a renda mínima que, até hoje, há pessoas que esnobam. Então, recomendo que isso seja traduzido com uma introdução sua e, se

for o caso, eu gostaria de dar uma contribuição, que é esta própria fala.

O que venho discutindo e trouxe um livro para distribuir para o senhor – distribuir não, porque eu trouxe uma versão em inglês; depois, dou em português. É um livro de 13 anos atrás sobre como abolir a pobreza, com uma visão que está na lógica de vocês, a lógica de que se ataca diretamente o problema da pobreza e não se chega à pobreza através da economia. É a ideia que coloco aqui, e que gosto de chamar de um keynesianismo social e produtivo, ou produtivo e social, e, às vezes, crescimento sustentável, é a ideia de o Estado transferir renda para as pessoas, mas cobrando delas – aí vem o problema da condicionalidade, e vai ser minha pergunta – que produza o que ela precisa para sair da pobreza. Você paga uma mãe para que o filho estude. Ela vai sair da pobreza, na verdade, pela educação, e vai sobreviver, decentemente, pela renda. Você paga a famílias pobres de uma favela para que pinte suas casas, melhore as condições da casa; você contrata gente para colocar água, esgoto. Então, tem o lado keynesiano de transferência de renda para dinamizar a demanda, mas tem o lado de aumentar a oferta exatamente dos bens que as famílias pobres precisam. Porque, no Brasil, durante décadas, vendemos a ideia de que, construindo casas e apartamentos para ricos, reduziríamos a pobreza pelo salário mínimo do trabalhador; que, produzindo automóveis, reduziríamos a pobreza porque teríamos crianças que receberiam esmolas nos sinais de trânsito, que não receberiam, se não fossem os automóveis; ou, não sei como o tradutor vai traduzir, os flanelinhas, que são esses meninos que ficam cuidando dos carros.

Então, a gente precisa ter uma visão nova do enfrentamento da pobreza. Transferência de renda com mobilização dos pobres desempregados para que produzam o que precisam, inclusive, transformando o conceito de desemprego em população não mobilizada economicamente. É diferente população não mobilizada de população desempregada. Desempregada é quando não está empregada no sistema econômico produtivo tradicional; não mobilizada é quando não está sendo usada para fazer aquilo que, se fizer, melhora a situação dela, como contratar uma mãe para que o filho estude; ou, como fazíamos aqui, colocar dinheiro em uma caderneta de poupança, se a criança passar de ano, guardando o dinheiro na caderneta até o final do ensino médio, para incentivar a conclusão do ensino médio, para segurar as crianças na escola.

A isso eu chamo, nesse livrinho que lhe vou passar, de incentivos sociais. Um deles é a Bolsa Escola; outro é essa poupança escola; outra foi um programa muito rico que fizemos aqui, no Distrito Federal, de

fazer, e, aí, falo para um Prefeito, embora São Paulo seja muito diferente, em vez de contratar grandes empresas para fazer a limpeza urbana, organizamos pobres desempregados para que eles pudessem fazer a limpeza, usando carroças puxadas a cavalo. Fomos ao mais simples da tecnologia antiga, medieval, mas incorporamos, pagando um salário mínimo e ensinando a fazer a reciclagem do lixo que eles vendiam e completavam a renda.

Fizemos um programa de pagar um analfabeto para que ele aprendesse a ler, o que chocou muita gente, porque o Brasil se acostumou a dar bolsa de estudo para quem já se formou em engenharia para fazer um PhD em engenharia, mas não aceita pagar com uma bolsa quem não aprendeu a ler na idade certa.

Era um programa bonito, Professor, porque não dávamos o dinheiro; comprávamos a primeira carta que ele escrevesse na sala de aula, para evitar pagar todo mês, e ele, analfabeto, mas inteligente, nunca dizer que aprendeu a ler. Então, pagávamos pela carta. Na época, alguns disseram que eles iam trazer a carta de casa. Dissemos: não, vai ter que escrever na sala de aula. Aí, outros disseram que muitos alfabetizados se inscreveriam no curso e fariam a carta para ganhar os R\$100,00 da época. Eu disse: mas a gente exige a frequência durante, pelo menos, quatro meses, e, se alguém, sabendo ler, assiste a quatro meses de curso, merece o dinheiro pela paciência que teve.

Então, isso dos incentivos sociais não exclui a renda mínima. Ao contrário, a renda mínima é um programa que tem que existir, mas acho que, ao lado, temos que mobilizar as pessoas para que produzam o que elas precisam. É aí que vem a diferença entre a transferência condicionada e não condicionada de renda. As duas são importantes. Mas creio que o impacto sobre a pobreza é maior pela mobilização da população para que produza, e não apenas pela transferência da renda para que ela sobreviva. Porque a transferência de renda sempre vai ser pequena e o que elimina a pobreza é a oferta dos bens de serviços públicos. A renda dinamiza a demanda e, obviamente, permite a compra dos bens essenciais, como comida, porque a gente não vai estatizar o sistema de distribuição de comida, como roupas. Por exemplo, brinquedos pedagógicos, com a renda mínima o pobre não compra porque aí já exige uma renda excedente dos bens mais essenciais de todos. Então, tem que haver aí uma transferência de renda para que a população ou produza brinquedos pedagógicos com assistência técnica ou que compre e seja reembolsada pelos brinquedos pedagógicos. Aqui, pagávamos a Bolsa Escola para quem tivesse criança na escola. Muitos diziam que os pais iam desperdiçar o dinheiro, que iam beber. Eu dizia: primeiro,

a gente só paga à mãe, e as mães bebem muito menos do que os pais. Segundo, se a mãe beber esse dinheiro, mas o filho estiver na escola, tudo bem. Aí é um problema de saúde pública do alcoolismo, mas a criança está estudando.

No caso das crianças com menos idade escolar, distribuimos uma cesta de comida e brinquedos pedagógicos, porque a ideia é que, como não tinha como fiscalizar onde estavam as crianças, tínhamos que dar o material. Eu evolui. A nova edição desse livro, que sai agora, em agosto, eu já coloco a renda, na linha do Programa da Presidenta Dilma, o Programa Brasil Carinhoso, mas ao lado uma cesta com brinquedos pedagógicos, porque isso a renda de R\$70,00 por família não vai permitir.

Então, fico muito feliz, Professor Standing, de ouvir sua fala – lamento não ter escutado a dos outros – porque traz uma dimensão nova ao problema da pobreza, mas eu queria fazer uma pergunta.

Estou de acordo com o senhor que, se a gente dá a renda não condicionada, mesmo assim, as famílias colocam a criança na escola. Mas pergunto: havendo um programa de renda mínima e, paralelamente, um programa que vincule e condicione colocar criança na escola, não é melhor ainda? E isso foi o que aconteceu no Equador. Fui levado ao Equador pelo Unicef para implantar o Programa Bolsa Escola. Mas, lá, já tinha um programa de bolsa para os pobres, ou seja, devem ter lido a ideia do Senador Suplicy, só que concentraram apenas para os pobres, não universal. E, quando cheguei lá, vi que era impossível parar esse programa, o Bônus Solidariedad, que chamavam, e botar a Bolsa Escola. O que fizemos? Mantivemos o programa Solidariedad, que era uma renda mínima, e colocamos outro ao lado para famílias com crianças na escola, condicionado à frequência escolar. Então, as famílias que tinham crianças frequentando recebiam as duas.

Então, a minha pergunta: mesmo sem condicionalidade, é bem possível, embora eu não tenha tanta confiança na universalização de que os pais colocarão os filhos na escola, mas, se ainda for muito pequena, e não tem como ser alta, as famílias ainda vão precisar de um adicional de renda, e este adicional eles podem querer buscar colocando as crianças trabalhando, colocando as crianças pedindo esmolas, deixando-as fora da escola. Então, a minha pergunta é: mesmo que a renda por ela já ajude a família a obter o que precisa para sair da pobreza, como é o caso da educação, não é melhor a condicionalidade mesmo assim?

Essa é a pergunta que faço, agradecendo muito sua presença aqui. E acho que a única crítica que faço é que o senhor deveria ter vindo aqui uns 10 anos antes e tivéssemos distribuído essas ideias 10 anos

atrás; até porque essas ideias, Senador Suplicy, e, aí, parabeno-o pela audiência, fortalece muito os discursos que fazemos solitariamente aqui dentro, é um respaldo externo que ajuda muito a dar credibilidade ao discurso que o Senador Suplicy faz com tanta obsessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Meus cumprimentos, Senador Cristovam Buarque, que é pioneiro de ideias e um parceiro nessa batalha para a realização de justiça, onde combinamos tanto a ênfase em se proporcionar uma renda suficiente para todos, com a importância de provermos a boa oportunidade de educação, se possível desde as crianças na primeira idade, nas creches, em casa, mas também no ensino elementar, no ensino médio e no ensino superior. São duas coisas que precisam sempre estar sendo objeto da maior atenção e do aperfeiçoamento. E, felizmente, temos hoje um Governo, da Presidenta Dilma, seguindo o Presidente Lula, que tem por propósito exatamente erradicar a pobreza extrema, a pobreza absoluta, e esta audiência pública tem justamente o objetivo de nós aperfeiçoarmos isso.

Eu pergunto a V. Ex^a se prefere que eles respondam todos, ou gostaria que eu também aqui fizesse algumas observações e perguntas para, então, ouvirmos os três?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu creio que suas observações são fundamentais, até porque estamos falando pela televisão, se não ao vivo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E para o Brasil inteiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu não sei se é ao vivo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É ao vivo. Está sendo transmitida ao vivo. Então, trata-se aqui de uma oportunidade para brasileiros de norte a sul, leste a oeste, aprenderem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu fico muito feliz, porque, ultimamente, só vemos ao vivo CPI, e agora estamos vendo um programa para a pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas hoje deram prioridade a esta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E quero aproveitar – eu não falei – para dizer que no primeiro texto meu que defende essa ideia – na época, eu chamava de renda mínima vinculada à educação; não se chamava bolsa escola –, eu reconheço a inspiração no trabalho do Senador Suplicy. Está lá escrito no meu livro *A Revolução nas Prioridades*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu vi. Assim como no meu livro *Renda de Cidadania: a saída pela porta*, eu falo da sua forma

pioneira de instituir a renda mínima associada à educação. E eu me lembro muito bem quando, no segundo semestre, por volta de agosto de 1994, V. Ex^a um dia me chamou e falou: “Eduardo, eu quero colocar no meu programa, eu quero que você venha aos meus comícios...”

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – “...porque eu vou relacionar a renda mínima com educação”. E aos seus maiores comícios eu estive presente.

Felizmente, Cristovam Buarque foi eleito e, na primeira semana de governo, ele iniciou no Paranoá, uma das regiões do Distrito Federal, já o que ele denominou de bolsa escola. Então, há um elemento muito importante na sua coragem de realizar experiências que repercutem pelo mundo inteiro positivamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero complementar dizendo que, ainda no período de transição, depois de eleito e antes da posse, estive com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que também era presidente eleito, e levei a ele a proposta de levar isso para o Brasil inteiro. Lamentavelmente, ele não adotou.

Depois, levei isso escrito numa carta, creio que de maio; outra para o Ministro Paulo Renato, mas, lamentavelmente, ele só adotou isso em 2001, depois que o Presidente Zedillo adotou no México. E o programa virou um sucesso mundial, graças ao México. Embora o programa de Brasília, já em dezembro de 95, tenha merecido uma página na revista *Time*. É preciso lembrar isso. Lá, já estava o programa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Exato.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas só depois do México, claro pela proximidade, depois que Garyl Becker, um prêmio Nobel, fez um artigo na *Newsweek*...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Gary Becker.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Gary Becker, na *Business Week*, elogiando o programa mexicano, é que o Fernando Henrique despertou. De qualquer maneira, para mim, ele fez um gesto de generosidade rara em política: manter o mesmo nome criado por um opositor, porque eu era, obviamente, oposição ao governo dele, apesar da relação muito fraterna que sempre tivemos, e temos até hoje.

Mas, se ele tivesse começado isso em 99, quando comecei aqui, o bolsa escola não teria virado bolsa família, e o Presidente Lula o teria mantido sem passar

o que realmente já se passou, de que o bolsa família foi o início de tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Permita-me só corrigir o registro histórico para aqueles que nos ouvem. Seria importante também dizer da contribuição, por exemplo, do Prof. José Márcio Camargo, em agosto de 1991, quando, com Antonio Maria da Silveira, fomos convidados por aquele chamado governo paralelo do Presidente Lula, coordenado por Walter Barelli. E, numa reunião em Belo Horizonte, eu e Antonio Maria da Silveira apresentávamos a proposta da garantia de uma renda mínima, objeto de projeto de lei que apresentei em abril de 91, uma forma de um imposto de renda negativo.

Foi então que José Márcio Camargo ponderou para nós que seria uma boa proposta, mas seria interessante nós relacionarmos a garantia de uma renda mínima à obrigação de as crianças, sobretudo de 7 a 14 anos – na época ele disse – frequentarem a escola, porque, assim como muitos pais às vezes instam as suas crianças a trabalharem precocemente, porque não têm o suficiente para seu rendimento em casa, então, se as crianças estiverem indo à escola, poderão ter a contribuição. Então, relacionar a renda mínima à educação seria o passo adequado. E ele escreveu artigos em 91 e 93 na *Folha de S.Paulo*, com essa proposição, que guardavam relação com aquela que V. Ex^a, como professor na Universidade de Brasília, também vinha desenvolvendo desde o final dos anos 80, conforme tem relatado.

Então, o Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, tendo lido aqueles artigos, acabou encaminhando, ao final de 94, concomitante à sua campanha para governador, a proposta para a Câmara Municipal de Campinas, que acabou sendo aprovada. Eu inclusive estive lá, no diálogo com ele e com o vereador, então do PT, Vereador Nunes que, na primeira votação, tinha se posicionado contra, porque não haviam sido aceitas certas proposições que ele colocava da lei referente à criança e ao adolescente.

Então, no diálogo com o Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, acabamos harmonizando, e o vereador, na segunda votação, votou favoravelmente, e o prefeito acatou as suas proposições.

E, assim, as experiências pioneiras do Distrito Federal e de Campinas foram-se espalhando e repercutindo. Aqui no Senado Federal, três Senadores, Renan Calheiros, Ney Suassuna, José Roberto Arruda e, na Câmara dos Deputados, Nelson Markezan, Pedro Wilson, Chico Vigilante, os seis, apresentaram projetos para que o Poder Executivo apoiasse os Municípios que iniciassem experiências nesse sentido.

Em agosto de 96, eu levei o outro co-presidente fundador da BIEN, Philippe Van Parijs, que se encontrava no Brasil, para um diálogo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Paulo Renato de Souza e toda sua equipe. E tivemos um diálogo de 50 minutos, e Philippe Van Parijs transmitiu ao presidente as vantagens, na sua visão, do que será, um dia, a renda básica incondicional para todos. Mas ele disse ao Presidente, perante o Paulo Renato Souza, que iniciar a garantia de uma renda relacionando-a à educação é um passo muito positivo, porque significará investimento em capital humano.

Em decorrência daquele diálogo, o Presidente Fernando Henrique deu sinal verde para que o Congresso aprovasse aquilo que se tornou a primeira lei, a Lei nº 9.533, em que o projeto de Nelson Marchezan teve apensado os outros cinco que eu citei, na Câmara e no Senado. A lei dizia que a União financiará em 50% os Municípios que adotassem renda mínima associada à educação e que começaria com um quinto dos de menor renda per capita; no segundo ano, o segundo quinto; até o quinto ano. Mas, quando chegou ao quinto ano, as proposições que foram se espalhando estavam dando resultados tão positivos que o próprio Presidente Fernando Henrique, então, baixou outra medida provisória, em 2001. Cabe assinalar que tanto a primeira lei, a Lei nº 9.533, quanto a segunda foram aprovadas... A medida provisória foi logo aprovada por consenso de todos os partidos na Casa, o que é também algo interessante.

Eu fui mais e mais interagindo com professores, como os que formaram a BIEN, e fui ficando persuadido de que melhor ainda do que o Imposto de Renda negativo ou projetos condicionados seria, um dia, chegarmos à renda básica incondicional. Apresentei, em dezembro de 2001, a proposta e, em abril de 2002, o Relator, nesta Comissão, Francelino Pereira – quero aqui homenageá-lo –, a quem eu dei o meu livro, disse, depois de estudá-lo: Eduardo, é uma boa ideia, mas você precisa torná-la compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual, para cada despesa, é preciso ter a receita correspondente. Que tal você aceitar um parágrafo que diga que será a renda básica incondicional instituída por etapas, começando pelos mais necessitados [como, portanto, fazia o Bolsa-Escola e, depois, hoje, faz o Bolsa Família], até que, um dia, se torne incondicional?

Eu achei de bom senso a proposta e acatei. Graças a ela, o Senado, em dezembro de 2002, aprovou-a por consenso, primeiro, nesta Comissão. Depois, ela foi para a Câmara, que a aprovou, em dezembro de 2003, por consenso de todos os partidos. Ela foi ao Presidente Lula e, então, o Ministro da Fazenda An-

tonio Palocci, depois de um diálogo comigo, disse ao Presidente: “Como é para ser instituída por etapas, gradualmente, é factível. Pode sancionar”. O Presidente sancionou em 8 de janeiro de 2004.

Quando vai acontecer... Da mesma maneira, eu disse ao Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira: “Quem sabe você possa também fazê-lo por etapas”. E ele acatou.

Então, uma das primeiras perguntas que eu gostaria de formular aqui ao Professor Guy Standing e ao João Sabóia: o que acham da proposta mencionada aqui, que foi objeto da consideração?

Ontem, na primeira reunião efetiva de trabalho do Conselho Municipal da Renda Básica de Cidadania, a sua presidente, a Marina Nóbrega, sugeriu que começássemos, já que vai ser por etapas, por aqueles que nascem no primeiro ano, depois no segundo ano, e aí será universal para todos prover-se uma renda incondicional para todos que nascem.

Mas 50% dessa renda, aqui explicou há pouco o Prefeito José Augusto, que é a outra ideia que lá está tendo, mas que tem a ver com sua proposta, Senador Cristovam Buarque, porque ele explicou que 50% vão para um fundo daquela criança nascida, para que quando ela completar a maioridade, ela possa ter acesso. Então, guarda relação com a sua proposta de poupança.

É claro, se tivermos os recursos para pagarmos a renda básica aos 6.600 habitantes já de Santo Antônio do Pinhal, quem sabe se o Unicef, como lá na Índia está financiando o projeto pioneiro, possa se interessar de financiar também Santo Antônio do Pinhal, para o qual eu destinei, e já foi empenhada, emenda para ajudar o fundo de Santo Antônio do Pinhal, no valor de R\$1 milhão, por ser este o Município pioneiro.

Então, está é uma primeira pergunta.

Também gostaria de aproveitar a oportunidade para outra questão relacionada aos efeitos do salário mínimo e da garantia de uma renda para todos. Como é que vamos combinar esses dois instrumentos?

Ao Prof. Guy Standing, para que ele faça uma reflexão: um dos defensores da garantia de uma renda mínima, que também defendia a política do salário mínimo, por exemplo, foi John Kenneth Galbraith, que, por mais de 40 anos, defendeu a garantia de uma renda e também a definição de uma política de salário mínimo, que, ele dizia, teria de ter parâmetros adequados; mas os dois se faziam necessários.

Então, agradeço se puderem ambos, os professores de economia, fazer uma reflexão de quais são os efeitos, no mercado de trabalho, da definição de um salário mínimo, e quais são os efeitos, também no mercado de trabalho, da instituição da renda básica de cidadania?

E aqui eu peço especialmente ao Prof. Guy Standing que possa nos explicar por que há tanto entusiasmo em pessoas como Philippe Van Parijs, Claus Offe, Roberto Van der Veen e tantos outros, e por que a renda básica de cidadania poderá elevar o grau de dignidade e liberdade das pessoas?

Qual o efeito que tem no mercado de trabalho, sobretudo do ponto de vista da crítica ao sistema capitalista feita por Karl Marx de o trabalhador, não tendo poder de barganha, ele acaba vendendo a sua força de trabalho, às vezes, por uma quantia inadequada, que corresponde a uma situação de superexploração. Mas, se porventura houver a renda básica incondicional, que efeito terá deste ponto de vista?

Finalmente, uma terceira indagação: em que medida um país e até um Município, ou uma vila que adotar pioneiramente uma renda básica de cidadania incondicional poderá ter vantagens em relação aos seus vizinhos que, porventura, não a adotarem? Ou seja, se Santo Antônio do Pinhal adotar a renda básica de cidadania estará, digamos, do ponto de vista da competitividade da sua economia, das suas empresas, dos seus restaurantes e pousadas, tendo maior vantagem competitiva em relação a outros Municípios que, porventura, tenham empresas de natureza semelhante, mas não tiverem ainda adotado? Ou se, digamos, o Uruguai e a Argentina adotarem a renda básica de cidadania antes que o Brasil, terão eles maior vantagem competitiva em relação ao Brasil?

Refiro-me a isso porque eu tenho pensado e dialogado com os meus companheiros da BIEN, porque, me parece, como nos Estados Unidos da América, no Reino Unido e em outros países, hoje, há formas de transferência de renda, como o Earned Income Tax Credit, o Family Tax Credit e outros, e que nós precisamos estar atentos para com esses programas, porque ou adotamos programas semelhantes, ou até melhores para termos também uma competitividade adequada, mas que poderá ser adicionada às qualidades do que será a renda básica de cidadania.

Eu gostaria de perguntar especificamente aos Profs. Guy Standing e João Sabóia se recomendam ao Prefeito José Augusto caminhar firmemente para ter a experiência da renda básica, porque, para a economia do Município, isto será saudável sob os mais diversos pontos de vista e, claro, para todos os demais Municípios.

Então, as minhas reflexões se somam às do Senador e Professor Cristovam Buarque, e eu pedirei aos três para responderem ao conjunto de indagações.

Começemos pelo Prof. João Sabóia.

O SR. JOÃO SABÓIA – Boa provocação, sua e do Senador. Acho que vai animar um pouquinho o final desta Mesa.

Quando eu ouvi a proposta do José Augusto de começar pelos nascidos, eu achei fantástica. Eu fiquei pensando: “Será que ninguém havia pensado nisso antes?” Eu acho genial, no sentido de que você aponta para o futuro e você resolve um problema, que é o problema de recurso, por quem vai começar ou não. Então, a partir de agora, quem nascer neste País – e isso pode valer também para a renda básica de cidadania para o País como um todo ou para os Municípios – quem nascer aqui vai ter direito a isso.

Eu acho que resolve duas coisas: a questão de recursos, que você começa devagarzinho e coisa e tal, e resolve a questão de pensar o futuro, olhar para o futuro e dizer que este País vai ser melhor no futuro. As crianças que estão nascendo hoje têm novos direitos, que serão mantidos daqui para frente.

Então, quando eu ouvi, foi a primeira coisa que bateu quando você falou.

Em relação a efeitos dentro do Município, dentro do País etc., eu acho que os efeitos não estão restritos ao Município. O que você está fazendo? Você está gerando renda no Município. Ao gerar renda, está-se gerando demanda. Só que esta demanda não se dirige obrigatoriamente ao Município, ela transborda para os Municípios vizinhos, para o Estado e para o País.

Pensando keynesianamente, a gente tem efeitos por todos os lados. Eu acho que para o País, como um todo, é muito positivo, porque você tem um efeito de crescimento econômico e, portanto, de melhor distribuição de renda etc.

Aí a gente junta com a questão do salário mínimo, que foi a minha discussão aqui.

Eduardo, são coisas que se complementam. Como eu mostrei aqui, tem um monte de gente que não tem acesso ao salário mínimo. Salário mínimo é setor formal da economia e transferência, que são baseadas no valor do salário mínimo. Então, todo o complemento de renda que você puder dar para essas pessoas que não têm acesso via Bolsa Família ou via renda cidadania, eu acho absolutamente positivo e favorável sem qualquer contradição. Pelo contrário. São coisas complementares como acabei de dizer.

Agora eu gostaria de voltar à questão que foi tema do meu encerramento e que o Senador levantou aqui: a questão da condicionalidade ou não da educação nesses programas de transferência de renda.

Eu, pessoalmente, não sou contra esse tipo de condicionalidade, mas acho que, de certa forma, a população está convencida de que as pessoas precisam de escola e de educação. Então, na verdade, isso aqui

é só um adicional de convencimento, porque está todo mundo convencido. E mais do que isso: as crianças de 7 a 14 anos praticamente estão todas no ensino fundamental. Tudo bem, tem atrasos, tem problemas, tem escolas péssimas, tem escolas em que as crianças de todas as idades estão na mesma sala... Então, volto à questão: acho que o mais importante do que você obrigar, definir essa condicionalidade, é você investir nas escolas na qualidade de ensino. A população já está convencida.

E mais: não se esquecer da creche. Há um programa no País, mas há crianças que não têm acesso à creche. Então começa lá na creche: creche, pré-escola, fundamental e daí para frente, mas com qualidade. Não esquecendo também do 2º Grau, porque aí já tem muito adolescente fora da escola. Então, você precisa ter uma escola que atraia; porque, de repente, a obrigação da escola, e você ficar em uma escola chata, uma escola que não é atraente... Então, tem que ter uma escola atraente em que não só o pai queira mandar a criança, mas a criança queira ir para a escola.

Bem, acho que com isso, eu encerro a minha intervenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado Prof. João Sabóia.

Concedo a palavra ao Prof. Guy Standing, da Universidade de Bath e co-fundador da BIEN, para complementar as reflexões tão positivas do Prof. João Sabóia.

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*)

– Eu gostaria de dizer, antes de tudo, que concordo plenamente com as observações colocadas pelo Prof. Sabóia em relação às condicionalidades sobre a escolaridade.

E gostaria de responder também os comentários do Senador Cristovam Buarque. Isto me fez pensar sobre o esquema que foi colocado em operação em Nova York, chamado Operação Nova York, ou Oportunidade Nova York, para contrapor ao programa mexicano que foi colocado em prática. O prefeito de Nova York, agora, abandonou esse sistema. Ele parou com o programa.

Eu sempre fui cético em relação ao uso de incentivos financeiros para as crianças frequentarem a escola. Eu não estou seguro que isso seja, necessariamente, o melhor conjunto de valores que nós devemos instigar no nosso sistema educacional.

Mas também há o problema dos que têm um aprendizado mais lento. O problema das crianças que vêm de condições de habitação piores, de vizinhanças mais degradadas, que não podem atender aos padrões de incentivos e são reprovados quando comparados com as crianças que tiveram sucesso ao receberem esses incentivos financeiros. Isto é muito humilhante

e desmoralizador para essas outras crianças. Então, fico me perguntando sobre os efeitos dos incentivos. Eu coloco isso como uma pergunta para consideração.

Eu, pessoalmente, acredito que se você tem um benefício universal para crianças e adultos você induz o comportamento no local tanto pelos pais, como pelas crianças, como pelos professores para melhorar as condições da escola e a melhoria de condição das instalações da escola, que estimule as crianças a terem um melhor desempenho, e tem um efeito sobre toda a comunidade. Nós observamos isso na Namíbia. Houve um resultado muito explícito sobre aquele programa piloto de renda básica.

Eu também queria mencionar sobre o incentivo a recém-nascidos. Há uma literatura a respeito.

Nós tivemos um encontro em Wisconsin há seis anos, em que um pequeno grupo nosso discutiu a possibilidade do que chamamos bônus-bebê, ou seja, prover um incentivo financeiro para crianças recém-nascidas em toda a comunidade. E, à medida que isso foi acontecendo, nós produzimos um livro sobre os diferentes argumentos prós e contras esses títulos para os bebês. Havia uma pessoa ao meu lado durante os três dias em que estávamos discutindo estes temas, mas eu não conseguia chegar a uma conclusão. Mas, ao final, fizemos uma caminhada juntos, pela mata, próxima ao lago, e ele me disse: “Você me convenceu de que uma renda básica é melhor do que um título para cada bebê nascido”. Hoje este homem, Ed Miliband, é o líder do partido trabalhista na Inglaterra. Eu espero que ele não recue e volte a essa solução do bônus por bebê.

Há uma série de problemas e posso me referir a uma série de bibliografia a respeito. Eu creio que estaria muito melhor em termos dos efeitos sociais, dos efeitos na comunidade adotarem um programa de renda básica, mesmo que seja pequeno, ainda que, inicialmente, seja em um nível abaixo daquilo que gostaríamos de dar para prover a subsistência. Porque os efeitos de ter uma quantia módica de segurança para toda a comunidade é que induz a um comportamento mais altruísta e um espírito mais cooperativo.

Houve muitos bons projetos de pesquisa feitos por psicólogos que observaram os efeitos de prover as pessoas com uma renda de segurança básica, no sentido comunitário. Eu creio que as lições aprendidas desses experimentos psicológicos seriam demonstradas. Evidente que se você, em São Antônio, ou em outras partes, fizesse um pequeno programa com uma pequena contribuição básica para todos ao invés de fazer apenas para os bebês. Porque pensando sobre isto você está provendo benefícios para as famílias que tenham a sorte de ter bebês em relação às famílias

que não têm bebês. Então, pode haver uma série de interferências ou iniquidades interfamiliares que podem resultar da escolha de um particular grupo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Antes que o senhor termine, eu preciso do seu passaporte, porque o seu voo é 13 horas e 55 minutos, e eles vão fazer o *check in* antecipado.

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*) – Para terminar, estou quase perdendo o meu voo, mas espero que isso não afete a minha argumentação, mas o que eu espero que aconteça no Brasil é que o projeto piloto em pequena escala, com uma natureza universal, sem condicionalidades, sejam testados. Porque eu acredito que as condicionalidades são caras, elas envolvem um dilema moral que nem sempre é mencionado. Raramente se fala a respeito. Se você diz: “Você só pode ter o benefício se você fizer isso ou aquilo, o que acontece quando uma pobre mãe não pode atender a essas condicionalidades? E ela não poderá mandar seu filho à escola, ou não consegue ter um desempenho escolar satisfatório de seu filho. Você não pode retirar o benefício em função de ela não atender a essas condicionalidades. Nós discutimos isto no Governo Lula e, de fato, avançar para uma experiência universal sem condicionalismos é algo que as pessoas deveriam ter a coragem de experimentar no estágio de desenvolvimento e proteção social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Qual a maior vantagem da renda básica em relação aos efeitos no mercado de trabalho?

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*) – Em termos de efeitos sobre o mercado de trabalho, um sistema de renda sem condicionalismos permite as pessoas, no extremo, dizerem “não” para o empregador que está tentando explorar essa pessoa. Mas ao mesmo tempo também permite a essa pessoa barganhar mais efetivamente. E se a pessoa quer trabalhar por um nível salarial, e o empregador só pode pagar um determinado salário, é mais provável que eles consigam negociar e chegar a um acordo.

Sou a favor de um debate sobre o salário mínimo, mas em um mercado de trabalho mais flexível. Com ele sujeito à precariedade não suscita suficiente proteção e, de fato, não consegue nos afastar da armadilha da pobreza.

Uma renda básica permite prover removendo a armadilha da pobreza. A armadilha da pobreza que surge quando você tem programas focalizados, benefícios seletivos, que são dados apenas às pessoas que são pobres. Porque se você é pobre e você se mune de um benefício para um emprego de baixo salário, efetivamente você vai encontrar uma carga fiscal de

8%, 9% ou até de mais de 100%; você perde o benefício, ao mesmo tempo em que ganha um baixo salário. Esta é a chamada armadilha da pobreza.

No meu livro eu mencionei isso, dizendo que há também uma armadilha da precariedade, porque as pessoas têm de solicitar os seus benefícios e têm de atender às condicionalidades. E, ao atender a essas condicionalidades, requerendo os benefícios, isso pode demorar meses ou semanas, período durante o qual não recebem nada até que, eventualmente, recebam, o que torna muito difícil para eles, consequentemente, abandonarem esses benefícios e irem para um emprego de baixo salário, porque vão estar preocupados em perder o emprego e ter de voltar novamente àquela via-crúcis para conseguir os benefícios e ficarem meses sem ter rendimento algum.

Então, na ponta de baixo do mercado de trabalho, o rendimento básico como um direito é um mecanismo para ajudar a oferta de trabalho, evita a armadilha da pobreza, que é um forte incentivo aos pobres para aceitarem empregos de baixos salários. Esta é uma situação louca. Nós estamos observando isso na Europa e em outras partes do mundo. Se você tem uma armadilha de pobreza você não tem incentivo para trabalhar; se você é um domicílio com baixos rendimentos, isso é a pior arma de todas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Muito obrigado.

Passo a palavra, rapidamente, ao Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, porque, daqui a pouco, o Prof. Guy Standing vai para o aeroporto.

Antes, porém, comunico que na próxima sexta-feira, às 19 horas, na Faculdade de Saúde Pública, haverá um encontro protagonizado pelo grupo Invenções Democráticas, que tratará da economia solidária, com a presença do Prof. Paul Singer, com a renda básica de cidadania, com a presença do Prof. Guy Standing, eu próprio e tantos outros. Portanto, os convido para comparecerem à Faculdade de Saúde Pública, próximo ao Hospital das Clínicas, no auditório João Nunes, a partir das 19 horas; inclusive o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, caso queira continuar o nosso diálogo e tiver oportunidade, será muito bem-vindo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO GUARNIERI PEREIRA – Obrigado, Suplicy.

Primeiro, agradeço, mais uma vez, ao Senador Eduardo Suplicy; agradeço especialmente ao Senador Cristovam Buarque, que é um idealista, uma pessoa por quem a gente tem admiração. Estou no meu segundo mandato como Prefeito, e o senhor é uma pessoa que sempre nos dá bons nortes, principalmente no que

diz respeito à educação em nosso País, e também à sensibilidade social.

Senador Suplicy, vou dar um exemplo. O Senador Cristovam Buarque deu um exemplo sobre o estímulo à produção, dizendo que é importante que o Município, o Estado, o Governo proporcionem o estímulo à produção. E isto traz benefícios sociais diretamente à população.

A exemplo do que foi feito em Brasília, quando do seu mandato, quem cuida hoje, Senador Cristovam Buarque, da parte de limpeza pública do Município de Santo Antônio do Pinhal é a Secretaria de Desenvolvimento Social. A Secretaria de Desenvolvimento Social, hoje, cuida e é responsável por toda a limpeza pública do Município. Por quê? Porque são pessoas que são incluídas em programas sociais, mulheres que fazem parte desse trabalho, e o faz muito benfeito. Esse trabalho de limpeza de nossa cidade é um orgulho para nós, através e vinculado diretamente a um programa de inserção social, que é o PEAD, através da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Então, a gente vê que essas políticas públicas que estão sendo implantadas, realmente, estão no caminho certo, que é o estímulo também da produção das pessoas e dos serviços.

Em relação ao Prof. Guy Standing, a gente sabe que qualquer programa social, qualquer busca por um novo programa social, ela é complexa. Não é fácil você abrir realmente novos caminhos, novos rumos. Mas, o que mais me deixa empolgado quando a gente fala na questão da possibilidade de a gente distribuir primeiramente às crianças que nascem o fundo municipal e, posteriormente, 50% do valor deste fundo ser realmente capitalizado dentro de outro fundo educacional, para que essas crianças, ao completarem a sua maioridade, possam ter os investimentos garantidos no setor da educação, isto mostra a possibilidade de fazermos de forma gradativa. Porque é muito difícil para o Município, muitas vezes: “Puxa, eu não vou conseguir fazer totalmente, então eu vou desistir da minha proposta”. Não. Acho que nós, prefeitos, governadores, Senadores, enfim, todos que temos responsabilidades para com as pessoas, para com a população, nós temos realmente de serem indutores de políticas públicas e, principalmente, acreditar que é possível. Nós não precisamos ser o melhor do mundo; nós precisamos fazer a nossa parte para que tenhamos um mundo melhor.

Quero agradecer a oportunidade que o Senador Suplicy nos deu, cumprimentar o Prof. João Sabóia pela experiência e pelo trabalho que realiza à frente da Universidade, e agradecer mais uma vez ao Senado Federal por esta oportunidade muito importante de podermos falar um pouco das políticas públicas, dos

projetos que estão acontecendo e, principalmente, agradecer, primeiramente, a Deus, agradecer à minha equipe de trabalho, Senador Cristovam Buarque, porque sem uma equipe que esteja buscando realmente as melhorias, as inovações, qualquer administrador público fica falho; ao passo que quando você tem uma equipe forte, uma equipe que realmente acredita no melhor, as coisas acontecem.

Queira fazer um agradecimento especial, já encerrando a minha fala, à nossa querida Ana Fonseca, que foi também uma idealizadora da nossa lei municipal, lei que foi construída, Senador Buarque, por várias mãos, por vários pensantes no tema; e a nossa querida Ana Fonseca foi uma das pessoas que estiveram juntas, participando, lá em Santo Antônio do Pinhal, para que a gente pudesse chegar hoje a esse momento tão feliz, momento em que podemos dizer que Santo Antônio do Pinhal cuida de suas pessoas, quer o bem delas. Portanto, que essas políticas públicas possam ser disseminadas para toda a região e, se Deus quiser, para todo o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Ana Fonseca, prezado Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, além de haver participado do grupo da Unicamp, que colaborou com a Corporação Andina de Fomento e a prefeitura municipal, esteve presente e juntamente com o Prof. Carl Wider, que hoje é co-chair da BIEN – Basic Income Earth Network, ambos estiveram presentes à sessão em que, por nove a zero, os vereadores de todos os partidos aprovaram a lei municipal que institui a renda básica de cidadania em Santo Antônio do Pinhal. Então, também agradeço pelo empenho da querida Ana Fonseca, colaborando muito com este propósito de avançar na direção de mais e mais darmos eficácia ao propósito da Presidenta Dilma Rousseff de erradicar, de fato, a pobreza extrema e a pobreza absoluta, sobretudo, alinharmos ao seu propósito tão importante de combinarmos com as oportunidades a melhor educação possível ao povo brasileiro.

Sabe, Senador Cristovam Buarque, ontem eu ainda estive com o Prof. Guy Standing na Unesp – Universidade do Estado de São Paulo, no campus de Marília, e havia um grande número de pessoas no simpósio, e muitos vieram de diversos lugares do Brasil de universidades federais. E fizeram um apelo, que eu quero aqui transmitir, ao querido Senador Aloizio Mercadante, Ministro da Educação, para que, juntamente com o Ministério do Planejamento, a Ministra Miriam Belchior, com o Secretário da área de trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, possa efetivamente chegar a um bom entendimento com as universidades federais que estão com greves prolongadas e V. Exa.

deve ter recebido também o apelo de muitos professores e estudantes inclusive a Unifesp de Guarulhos que pediram muito que eu transmitisse esse apelo aqui no Senado para o bom entendimento e a superação dos problemas que fazem com que essas instituições estejam em greve há bastante tempo porque algumas, há mais de um mês e outras há mais de três meses, como é o caso da Unifesp de Guarulhos.

Então, quero muito agradecer ao Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, ao Professor Guy Standing e ao Professor João Sabóia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Agradeço e cumprimento, Senador Cristovam Buarque. Vamos acatar a sua sugestão, vamos fazer desta nossa audiência pública uma publicação da Comissão de Assuntos Econômicos e poderá ser feita em duas línguas até porque os nossos...Quero agradecer também aos nossos dois tradutores intérpretes que colaboraram tanto para o sucesso da nossa audiência pública.

Gostaria, antes de encerrar a reunião, de propor a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião que está inteiramente transcrita, aproveitando a sua sugestão, Senador Cristovam Buarque. V. Exa enriqueceu muito o nosso diálogo sobre os temas que aqui tratamos.

Muito obrigado por sua presença.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu só queria fazer uma pergunta aos intérpretes: como é que eles traduziram “flanelinha”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como *car keepers*. Flanelinha foi traduzido por *car park keepers*.

Eles sabem e, muito rapidamente, acham a tradução.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É uma tradução muito boa do ponto de vista linguístico, mas não carrega toda a dimensão ética de que são crianças. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, *young car park keepers*. Aí fica melhor, Senador Cristovam?

Se todos estiverem de acordo com a dispensa da aprovação da Ata dessa reunião, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada e encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos)

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e nove minutos, do dia oito de maio de dois mil e doze, na sala número nove da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício do Senhor Senador Casildo Maldaner, Vice-Presidente da CAS, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Vicentinho Alves, José Pimentel, Benedito de Lira e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença do Senhor José Cleomir Tognonato Filho, Conselheiro-Tesoureiro do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal; do Senhor Antonio Mazurek, Diretor da Confederação Nacional de Seguros – CN; do Senhor Emil Adib Razuk, Presidente do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo; da Senhora Maria Lucia Zarros Varelis, Secretária-Conselheira do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo; do Senhor Ivan Tavares de Farias Júnior, Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte; do Senhor Alberto Cabral Botelho, Procurador Jurídico do Conselho Federal de Odontologia; do Senhor José Ferreira Campos Sobrinho, Diretor de Convênios e Credenciamentos da Federação Interestadual dos Odontologistas; do Senhor Eduardo Carlos Gomide, Presidente da Comissão de Convênios de Minas Gerais e do Senhor Moacir Tavares, Professor Doutor da Universidade Federal do Ceará. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para tratar do tema “odontologia e saúde suplementar no Brasil”, em atendimento aos Requerimentos nºs 28 e 30, de 2012-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Davim, com a presença dos seguintes oradores: José Alves de Souza Neto, Presidente da Uniodonto do Brasil; Luciano Elói Santos; Vice-Presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas – FIO, Representante do Presidente da FIO, Senhor Wellington Moreira Mello; Bruno Sobral de Carvalho, Diretor de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Representante do Diretor-Presidente da ANS, Senhor Maurício Ceschin; José Augusto Peres Filho, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MP-

CON; José Mário Morais Mateus, Secretário-Geral do Conselho Federal de Odontologia – CFO, Representante do Presidente do CFO, Senhor Aílton Diogo Morilhas Rodrigues; Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente – União Nacional das Instituições de Auto-gestão em Saúde; Diogo Thomson de Andrade, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica do Ministério da Justiça, Representante do Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE/MJ, Senhor Vinícius Marques de Carvalho; Luciana Freitas de Araújo, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Odontologia (Seção Distrito Federal) – ABO/DF, Representante do Presidente da ABO/DF, Senhor Hamilton de Souza Melo. Às dez horas e quarenta e oito minutos assume a Presidência o Senhor Senador Paulo Davim. Usa da palavra o Senador José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e , lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Casildo Maldaner, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Casildo Maldaner**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – Havendo número e conforme deliberação, uma vez que é uma audiência pública, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária desta Comissão, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública destinada a tratar do tema “A Odontologia e a Saúde Suplementar no Brasil”.

Em atendimento aos Requerimentos nºs 28 e 30, de 2012, desta Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa do eminente Senador Paulo Paim, aliás, Paulo Davim, que dá rima com Paim. São dois extremos, o norte e o sul e Paim com Davim formam rima e, aliás, o Brasil vai acompanhar essa audiência pública. O Brasil acompanha essa audiência pública, que é um debate muito importante.

Quero, antes de mais nada, também dizer que sou Vice-Presidente da Comissão, sou de Santa Catarina e, inclusive, a Odontologia é forte no meu Estado, tenho pessoas na família ligadas à profissão da Odontologia. Quero justificar a não presença do Senador Jayme Campos, que é o Presidente desta Comis-

são, eis que ele participa do Conselho de Ética, que tem uma reunião extraordinária agora e, como ele é membro efetivo daquela comissão, está participando daquele encontro.

Como Vice-Presidente, estou abrindo esta sessão. Vamos dividir os senhores convidados em dois turnos e já vou inclusive informar que, após o convite dos primeiros quatro debatedores desta audiência pública, vou passar a Presidência ao eminente Deputado Paulo Davim, aliás, Senador Paulo Davim. S. Ex^a já foi Deputado. O Senador Paulo Davim é autor desta proposta e, como médico e profissional da saúde, entendeu de propor os requerimentos para que esta audiência pública fosse realizada, para que o Brasil acompanhasse, tendo em vista as demandas que ele tem recebido, não só do meu Estado, mas do Brasil inteiro, e, como a atuação do Senador Paulo Davim é enorme e conhecida no Senado Federal, principalmente nessa área da saúde, das prevenções, das necessidades e demandas, como precisamos enfrentar esses problemas no Brasil, especificamente do tema de hoje, que trata com destaque da Odontologia e a saúde suplementar no Brasil, ele vai presidir esta Comissão, e tem méritos para isso.

Só vou fazer a chamada dos primeiros quatro e, em seguida, passaremos a ele essa missão.

A Secretaria da Mesa, por normas regimentais, pede que leiamos mais esses dados que constam dos normativos.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra será concedida às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores na ordem de inscrição.

Os interpelantes dispõem de 3 minutos para fazer os questionamentos aos senhores debatedores. Naturalmente, vou chamar os primeiros quatro debatedores e aí o nosso requerente dessa proposição, eminente Senador Paulo Davim, a seu critério, vai estipular os prazos. Cada debatedor, em regra, tem 10 minutos, mas o Senador Paulo Davim determinará isso com toda a independência que possui, no melhor critério, para seguir os trabalhos.

Os primeiros quatro relacionados são: Dr. José Alves de Souza Neto, Presidente da Uniodonto do Brasil, que convidamos para fazer parte da Mesa; Dr. Luciano Elói Santos, Vice-Presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas, representante do Presidente, Sr. Wellington Moreira Mello. O outro debatedor é o Dr. Bruno Sobral de Carvalho, Diretor de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saú-

de Suplementar, representando o Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde, Sr. Mauricio Ceschin. Para fechar essa primeira rodada, o Dr. José Augusto Peres Filho, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON.

Depois, no segundo turno, só para citar os nomes relacionados: Dr. José Mário Morais Mateus, Secretário-Geral do Conselho Federal de Odontologia, representante do Presidente Sr. Aílton Diogo Morilhas Rodrigues; Dr^a Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde. Ambos já estão presentes. Dr. Diogo Thomson de Andrade, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica do Ministério da Justiça, representante do Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Sr. Vinícius Marques de Carvalho. Também se encontra presente. Dr^a Luciana Freitas Araújo, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Odontologia do Distrito Federal, representante do Presidente Sr. Hamilton de Souza Melo. A Dr^a Luciana deve estar chegando.

Então, como os quatro primeiros debatedores estão à mesa, convido nosso eminente Senador Paulo Davim, que foi autor desta audiência pública para presidi-la. Desejamos todo o sucesso a V. Ex^a. O sucesso de V. Ex^a será o sucesso dessa audiência pública e será o sucesso, sem dúvida alguma, da Odontologia e da saúde suplementar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Bom dia a todos. Quero agradecer ao Senador Casildo Maldaner a gentileza de estar presente na abertura dos trabalhos.

Vamos, de imediato, obedecendo à ordem de convite para composição de Mesa, darmos início à nossa sessão. Como foi dito pelo Senador, o orador disporá de 10 minutos prorrogáveis.

Passamos a palavra ao Dr. José Alves de Souza Neto para suas considerações iniciais, por 10 minutos.

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO – Bom dia a todos. Gostaria de parabenizar o Senador Paulo Davim pela iniciativa e agradecer pelo convite para que possamos discutir a regulação da Odontologia, que é um assunto tão importante para todos nós.

Demais autoridades presentes, senhoras e senhores, eu gostaria de inicialmente tecer alguns comentários históricos a respeito da Odontologia e a respeito da regulação da Odontologia.

O Prof. Carlos Zanetti, desde a década de 90, aponta alguns fatores como de desequilíbrio de demanda nos consultórios dos profissionais, dos cirurgiões-dentistas, como sendo causado principalmente pelo aumento do número de cirurgiões-dentistas, aumento de faculdades no Brasil. Temos tido oportunidade de

conhecer várias experiências de atendimento. Inclusive, há 15 dias, uma comissão da Uniodonto esteve conhecendo atendimentos públicos e privados na Inglaterra, na Suécia e na Holanda que comprovam realmente esse desequilíbrio.

Na Inglaterra, por exemplo, temos 49 milhões de habitantes e 9 mil cirurgiões-dentistas; na Suécia nós temos 9 milhões de habitantes e 4 mil cirurgiões-dentistas e no Brasil nós temos mais de 200 mil cirurgiões-dentistas regularizados com nossos conselhos. Isso, segundo o Prof. Zanetti, desequilibra a procura e a demanda, o que acaba gerando uma concorrência negativa. Ele dizia isso já na década de 90, uma concorrência negativa, onde os preços tendiam a ser menores pelo aumento da concorrência.

Em 1998, percebemos o início da regulação com o advento da Lei nº 9.656, uma regulamentação que, no nosso entendimento, se faz necessária, se fazia necessária porque o mercado não era regulado, apresentava vários atores com vários valores diferentes percebidos, não valores monetários, mas valores de serviços percebidos, e os beneficiários não tinham nenhum tipo de garantia desses serviços.

Bom, passado esse início da regulação, onde eu disse que nós somos partícipes, nós concordamos com a regulamentação, o que percebemos é que hoje temos um peso muito grande da regulação e temos um foco talvez distorcido. O peso é no sentido de normatizações e regras, que são extremamente excessivas, burocratizam o processo, encarecem o processo e dificultam o acesso das pessoas aos atendimentos. E o foco é um foco muito forte financeiro, que afasta as pessoas dos atendimentos e desumaniza o processo, o processo fica desumanizado, porque, no final das contas, o que importa é realmente o resultado financeiro de todo esse processo.

Entrando mais especificamente num assunto que temos conversado muito nesses últimos dias com relação à remuneração final percebida do cirurgião-dentista. Entendemos que temos que rever primeiramente o sistema de remuneração que adotamos. Adotamos hoje, em saúde suplementar, basicamente *fee for service*, que é pagamento por procedimento, quer dizer, na verdade, nós pagamos a doença.

Nessa viagem que fizemos à Inglaterra, Suécia e Holanda, na Suécia, tivemos oportunidade de nos reunir com uma entidade que trata da qualificação no atendimento assistencial. Durante 30 anos eles desenvolveram a discussão sobre a qualidade no atendimento e iniciaram o processo fazendo um levantamento para definição do que era qualidade em assistência à saúde e foram perguntar para os profissionais da área de saúde: temos qualidade aqui? Eles falaram: “Tem

sim, porque temos um tomógrafo, temos tal tecnologia, disponibilizamos tais técnicas etc.”, e eles chamaram a população para discussão.

Quando eles chamaram a população para discussão, houve um argumento que mudou todo o caminho da qualificação na Suécia. Eles disseram: “Nós não queremos qualidade na doença, nós queremos qualidade na vida. Queremos, sim, ter à disposição um tomógrafo, toda a tecnologia necessária, mas quero viver bem principalmente.” E esta é a grande mudança que temos que ter: pensar no beneficiário, pensar no cliente como pessoa, e não como número, nos distanciar dessa visão financeira para a qual estamos sendo empurrados, para que possamos exercer Odontologia de forma mais plena.

Quando pensamos nesse ponto e nós nos deparamos e confrontamos com a forma de remuneração adotada, encontramos uma encruzilhada muito grande, porque, na medida em que qualquer ser, qualquer ente, qualquer ator, seja governo, sejam operadoras, na medida em que o trabalho preventivo vai sendo desenvolvido e vai atingindo seus objetivos, a classe odontológica cada vez menos é remunerada, porque não existe remuneração para o cliente bom, para o cliente sadio, só existe remuneração para o cliente doente.

Então, não conseguimos encontrar um ponto de partida onde os atores estejam trabalhando sempre do mesmo lado, nós sempre encontramos um conflito entre os interesses. Se o dentista hoje recebe por procedimento realizado, cada vez que ele consegue diminuir a incidência de procedimentos nos seus clientes, ele recebe menos da sua produção; cada vez que ele é mais efetivo em saúde, ele é menos remunerado, porque, repito, não remuneramos saúde, remuneramos doença. Essa é uma questão que, para nós na Uniodonto, tem sido um desafio constante.

Para deixar bem clara a situação do custo efetivo dos procedimentos e do foco financeiro que temos hoje no mercado, hoje as operadoras médicas apresentam uma sinistralidade... Entende-se sinistralidade como a relação entre despesas assistenciais e receita total da operadora, quer dizer, quanto uma operadora paga de procedimento para sua rede prestadora. Percebemos uma sinistralidade, em números da ANS, na Medicina, de 80%. Isso quer dizer que a cada R\$100,00 que são investidos por uma empresa ou por um beneficiário, 80% são direcionados para assistencialismo, para assistência, para o serviço realizado nele, enquanto que, em Odontologia, é 46%. De cada R\$100,00 que entram nas operadoras odontológicas, 46% são destinados a pagamento de rede prestadora. Essa é a média do mercado. A média do sistema em Odonto é de 60 a 65%. Conhecemos uma operadora na Inglaterra, uma

operadora de mercado privada, que tem como regra repassar 90% e assim o faz, havendo ou não havendo tratamentos a serem realizados. Então, ela remunera saúde, ela estabelece um percentual sobre sua receita e determina que aquele percentual tem que ser mantido, independente dos processos que tenham que ser realizados, dos procedimentos que tenham que ser realizados. Entendemos que essa é uma forma que poderíamos avaliar melhor, juntamente com os nossos órgãos de representatividade, para podermos pensar num futuro diferente.

Por último, para encerrar, gostaria de dizer que nesse relacionamento temos três atores: operadoras, clientes e a rede prestadora. É impossível imaginarmos um mercado, regulado ou não, onde esses três atores não estejam em equilíbrio. Não podemos pensar em criar situações onde o custo do beneficiário ultrapasse a possibilidade administrativa das operadoras, por inviabilizá-las; nós não podemos imaginar que uma operadora não dê qualidade de atendimento e saúde para seus beneficiários e não podemos imaginar que uma rede prestadora não seja remunerada dignamente.

Então, temos um desafio muito grande em equalizar essa equação onde os três atores pudessem, de uma forma homogênea, participar e ser realmente fator de mudança para nossa população e para nossos beneficiários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. José Alves, Presidente da Uniodonto do Brasil.

Passamos a palavra ao Dr. Luciano Elói Santos, Vice-Presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas.

O SR. LUCIANO ELÓI SANTOS – Saúdo o Senador e demais colegas da Mesa. Estou representando o nosso Presidente da FIO e vou tentar ser o mais rápido possível, porque são cinco tópicos que eu gostaria de abordar. Não vou falar do que o José Alves já falou, porque o processo de trabalho já está claro, como se dá na prestação de serviço, mas gostaria de falar sobre a dinâmica do trabalho. Passamos, desde década de 60, para o trabalho autônomo, para o trabalho assalariado e agora estamos, no processo de trabalho da Odontologia, nos convênios.

Então, não vou me ater a isso, mas quero falar que, na *Folha de S. Paulo* do dia 29 de abril, foram registrados alguns dados: nos últimos 10 anos, pulamos de 2,7 milhões usuários para 16 milhões. Então, um crescimento desse é inevitável e isso acarreta na exploração do trabalho do cirurgião-dentista, com preços vis, preços indignos, e isso vai levar ao colapso da saúde suplementar, porque vai comprometer a qualidade do

serviço. Temos aí todo um processo de mobilização, que vou historiar de maneira brevíssima. Desde o ano passado, 7 de abril, fizemos uma paralisação, fizemos outra paralisação em âmbito nacional, em 25 de outubro, numa mobilização crescente e sempre com a bandeira de que a população merece uma Odontologia de qualidade. Não estamos meramente colocando as reivindicações corporativistas, estamos colocando o compromisso do Estado brasileiro na regulação da saúde suplementar, e aí a saúde bucal em particular. Então, a população merece uma Odontologia de qualidade, e não a exploração abusiva dos planos.

Esse processo de mobilização cresceu e, no final do ano passado, houve a articulação das oito maiores operadoras privadas, OdontoPrev, Rede Dental, Bradesco, etc., fazendo um nome fantasia, que foi a Rede Unna, e colocamos o dedo na ferida. Em Minas, no País inteiro, a FIO toda, em todos os Estados respectivos, juntamente com os conselhos – houve uma articulação entre conselhos e sindicatos – levou essa discussão e nós barramos, porque aquele era um nome fantasia e se caracterizava com formação de cartel. Minas levou essa discussão, na Bahia se discutir, em vários locais, no Rio de Janeiro, e isso ganhou mídia, deu visibilidade a um processo predatório.

Eu estive em Brasília no dia 17 de abril e protocolei no Cade uma ação de denúncia das operadoras que estavam cartelizando. Foi uma ação de cartel. O mesmo fizemos no Ministério Público Estadual de Minas Gerais, na Promotoria de Defesa da Saúde e repliquei esse *e-mail* para todos os sindicatos do País, não só da FIO, como também da FNO, para que isso pipoque em todos os setores. A Promotoria de Minas já acatou e mandou um ofício respondendo, cumprimentando e fazendo referência à eventual ofensa à livre concorrência dos planos odontológicos. Já foi encaminhado para outro promotor de justiça de defesa do consumidor e do Procon.

Então, é essa mobilização que considero importante. Aqui tenho vários companheiros, vários colegas de vários Estados, como o Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Goiás, etc., todos estão fazendo foros para discutir isso. Acho que isso está ganhando uma dimensão política expressiva. Pela primeira vez, em âmbito nacional, em 32 anos de profissão, vejo mobilização efervescente e essa mobilização está se dando pelas redes sociais, pelas ações judiciais e pela organização política, e esse é o grande avanço nosso.

Outro tópico que gostaria de abordar: ANS, aproveitando o Bruno do nosso lado. A ANS tem que fazer as operadoras cumprirem as resoluções da ANS, porque operadora muitas vezes descumpre, seja em relação ao responsável técnico... Ela tem que formali-

zar junto às entidades – temos algumas propostas no final – a questão do responsável técnico, os inscritos, profissionais que fazem prestação de serviços, e uma série de outras questões.

E aí, à ANS, a gente, enquanto federação, representante do conjunto dos trabalhadores da saúde bucal, vem pleitear um assento na Câmara de Saúde Suplementar da ANS, porque nós só temos um assento para o Conselho Federal de Odontologia, sendo que a categoria médica tem da CFM, AMB e Fenam com duas vagas. Então, pleiteamos, em nome da FIO e da FNO, assento. Que seja feita uma resolução, uma portaria da Presidência da ANS incluindo a nossa representação, porque nós é que defendemos constitucionalmente o direito legítimo dos trabalhadores da saúde bucal. Então, temos essa demanda, Dr. Bruno, e eu gostaria que depois o senhor repassasse isso à Presidência, e aí existem outras questões também, e a gente intercede a ANS para regular, porque o enquadramento jurídico já vem sendo discutido excessivamente, e as operadoras fazem ouvido de mercador.

A radiografia odontológica está sendo prejudicial para a população, expondo-a excessivamente à radiação ionizante, para quê? Para substituir a perícia que deveria ser realizada pelo profissional. Essa perícia, que era um ato clínico, transformou-se num ato administrativo, penalizando ainda mais o cirurgião-dentista, que nem sequer paga o preço da radiografia pelo valor de remuneração das operadoras. Então, isso é vil; é lamentável que isso ocorra, e a ANS vai ter que interceder sim, porque entramos no Ministério Público Estadual de Minas Gerais, que nos deu ganho e, em Minas, vão ter que parar com essa parafernália das radiografias.

Aí nós temos propostas – vai dar tempo, certinho –, algumas para serem sedimentadas e amadurecidas. A primeira coisa é criar uma comissão permanente de negociação, na qual as entidades nacionais... Trata-se, Senador, de termos uma comissão nacional de convênios e credenciamentos com representação de todas as entidades nacionais, e as próprias entidades nacionais que criem uma comissão permanente de negociação, como também os representantes dos planos, das operadoras, aí sim, de formação paritária. Vamos discutir a essência do processo.

E aí vêm alguns tópicos, que temos que especificar: a operadora é obrigada a pagar 30 dias após a fatura. É inadmissível postergar, explorar mais ainda a baixa remuneração. Então, quanto à questão de uma data base nacional, sugerimos seja maio, mês do trabalho. Se houver conflito nessa comissão permanente, Senador, que a ANS venha e intervenha, porque é assim

que se cresce, o processo democrático é construído em cima dos conflitos e das resoluções.

Terceiro: que o atraso incorra em multa, penalizando a operadora, porque ela tem lucro. Todo mês o nosso usuário do serviço de saúde suplementar é cobrado. Então, que haja multas.

Glosa é outra questão. Como você vai glosar um procedimento previamente autorizado, um procedimento realizado? Só vai glosar se a perícia local – não radiografia, porque radiografia não detecta uma porção de coisas, é um exame complementar – se a perícia detectar algum problema, e algum problema grave, que vai ser avaliado. Aí sim, efetivo, e se glosa. O que estão fazendo hoje é penalizando o profissional glosando sem critérios.

Descredenciamento de profissional. Só pode haver descredenciamento com motivação justa, não pode ser “porque o rapaz está participando de assembleia, está reivindicando melhor qualidade, melhor prestação de serviço e vamos tirá-lo porque ele é um problema”. Não. Então, que isso respeite aspectos éticos. E é bom que estou vendo também participantes dos conselhos, e é fundamental a participação do conselho. Em Minas trabalhamos em conjunto, todos os Estados têm que trabalhar. As glosas já constam do rol da ANS? Constam. Foi realizada a contento? Sim. Então, por que vai glosar?

Outra questão: comunicação transparente. Temos que criar, Senador, canais de transparência entre a ANS, as operadoras e os prestadores. Temos que ter visibilidade da dimensão do problema que temos, por quê? Vai ficar uma caixa-preta? Alguns dados, apenas as operadoras têm. A ANS, claro, não está ali só para esse problema, mas para todos os problemas de saúde suplementar, mas é preciso que a comunicação seja transparente, que haja um extrato mensal detalhado para cada prestador de serviço, para cada cirurgião-dentista, que tem a sua relação com operadora, porque a operadora omite, isso é uma caixa-preta.

Então, queremos transparência. O processo democrático se constrói com lisura e transparência.

Por último, a questão ética. Temos uma discussão em âmbito nacional, porque o responsável técnico responde pela operadora. Então, temos que ter um enquadramento jurídico adequado no qual haja essa sinergia entre os órgãos reguladores... E a ANS tem um papel fundamental. Sou amigo pessoal do Fausto, o ex-Presidente, e acho que o surgimento da ANS deu transparência a uma coisa que era obscura desde a década de 70. Como a Odontologia hoje é o que mais cresce no mercado da saúde suplementar, porque os planos de saúde médica já atingiram um patamar qua-

se de estabilidade e o nosso é crescente, queremos uma Odontologia de qualidade.

Como que uma pessoa, para atender um profissional na sua clínica privada, tem que atender 10 ou 15 no setor de convênios da saúde suplementar para compensar o seu ganho? Então, pautamos por essa questão: a população merece uma Odontologia de qualidade. Se precisar, vamos mobilizar e parar este País, Senador, porque não dá mais para suportar, “explode coração”.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito bem. Agradecemos ao Dr. Luciano pela brilhante exposição.

Passamos a palavra agora ao Dr. Bruno Sobral de Carvalho, Diretor de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde.

O SR. BRUNO SOBRAL DE CARVALHO – Enquanto é colocada a apresentação, gostaria de agradecer o convite. A Agência sente-se bastante honrada e é muito importante estar presente nessas discussões porque temos a contribuir e não nos furtaremos a isso.

A última vez que estive nesta Casa, nesta Mesa, foi na minha sabatina e é com muita honra que volto e estou à disposição do Senado para o que precisar.

Queria só falar rapidamente sobre o setor. Tocarei especificamente em alguns pontos que foram falados pelo Dr. Luciano e algumas ações que a Agência tem feito para melhorar essa relação entre prestadores e operadoras.

Próximo, por favor.

Esse é o crescimento, um dado que os senhores já conhecem e já foi citado aqui. São 16 milhões de contratos, de vínculos contratuais exclusivamente odontológicos hoje no País, com crescimento acentuado a partir da criação da Agência, em dezembro de 2000. São os dados de hoje.

Próximo.

Mais uma vez o número de operadoras. Um número estável de operadoras exclusivamente odontológicas, por volta de 372 operadoras, ou 431 se você considerar também algumas que estão no registro mas não têm beneficiários.

Próximo.

Mais uma vez, o número total de operadoras, que são divididas pela Agência em cooperativas odontológicas, aqui representadas pelo Dr. José Neto, e pelas Odontologias de grupo. Hoje são 304 Odontologias de grupo, 127 cooperativas, sendo que, da divisão em grande porte, nas cooperativas se tem 92 de pequeno porte; 22 de médio porte; 4 de grande porte e, nas Odontologias de grupo, temos 219 de pequeno porte; 22 de médio porte e 13 de grande porte, ou

seja, uma concentração grande, um número grande de planos odontológicos de pequeno porte, até 20 mil beneficiários.

Próximo.

Falando um pouco mais do assunto desta audiência pública e dando um pouco de foco na área da discussão. Aí é o rol de procedimentos. A cada dois anos, a Agência revisa o rol, ou seja, coloca, a partir da discussão com a sociedade, de uma consulta pública, novos procedimentos que são considerados de consenso e que devem fazer parte do rol.

Então, em 2010 foram incluídos 16 novos procedimentos, dentre os quais os destacados: próteses unitários, núcleo metálico fundido pré-fabricado, cirurgias de tumores odontogênicos sem reconstrução, radiografia panorâmica, consultas de condicionamento em Odontologia.

A cada dois anos, a Agência revisa esse rol e tenta trazer para o beneficiário garantia de mais procedimentos para o consumidor, garantia de procedimentos que são de consenso, que, em que pese terem impacto nos custos das operadoras, são importantes como forma de reduzir a simetria de formação, porque o beneficiário nem sempre sabe aquilo que ele vai precisar. Esse é um pouco do conceito.

Próximo.

Aí é um pouco do nosso monitoramento assistencial. Desde o ano passado, temos feito um monitoramento muito importante da assistência, ou seja, a Agência se focou durante muito tempo numa fiscalização das operadoras com relação à sua saúde econômico-financeira e, a partir do ano retrasado, começamos fortemente a aumentar o nosso foco nos resultados. Vemos aí um número expressivo. Há uma série de indicadores, Senador, que classificam as operadoras de acordo com o seu risco assistencial.

Vemos 52 com risco assistencial alto, vermelho, do total de 342, é um número expressivo, 12% do mercado das 428, mas, por outro lado, temos 342, totalizando 80% do mercado com baixo risco assistencial, ou seja, têm cumprido com as regras da agência no sentido de dar para o beneficiário, dar para o cliente aquela qualidade da assistência que se espera deles. É um conjunto de indicadores que depois posso passar para os senhores.

Então, em que pese termos 52 que estão sendo fiscalizadas, a proposta é que sejam feitas visitas técnicas às operadoras para saber o que está acontecendo e, a partir daí, se não for sanado o problema, fazer direção técnica e eventualmente tirar operadora do mercado se ela continuar com essa assistência sofrível, como no caso dessas 52.

Próximo, por favor.

Esses são os índices de reclamação da ANS. Vemos que os números de reclamações, tanto de termos de reclamações quanto de notificações de investigação preliminar, são menores do que do médico hospitalar, em que pese ainda se tenha um número de reclamações que precisamos trabalhar sempre para tentar diminuir.

Próximo.

Vamos falar um pouco mais da relação. Essa é uma área que está submetida especificamente à minha diretoria na Agência. Em primeiro lugar, vou falar de algumas ações que foram feitas para reduzir um pouco essa assimetria. Hoje a Agência reconhece claramente que existe um lado mais fraco dessa equação, que existe uma relação de forças desigual, e é nesse sentido que atuamos, no sentido de trazer essa relação de volta.

A primeira ação foi criar uma gerência específica para tratar dessa relação com prestadoras, com corpo técnico de servidores públicos concursados, e tivemos o programa de monitoramento da contratualização, ou seja, existe uma RN que diz como tem que ser o contrato. O que apostamos é que a melhor forma de trazer equilíbrio para esse setor é fazer com que os contratos existam e sejam respeitados e que eles tenham regras claras e objetivas que protejam os dois lados.

O Brasil tem a cultura de não fazer contrato ou de não respeitar contrato, e achamos que a principal forma de equilibrar essa equação é termos contrato que de fato respeite a RN 71 e as pessoas cumprirem esse contrato, que aceitem e trabalhem baseados no contrato, ou seja, vamos trazer o conflito para o contrato. Depois do contrato assinado, o conflito será reduzido daí para frente.

Foram 30 operadoras monitoradas, representando 60% do mercado nesse programa de monitoramento desses contratos, ou seja, recolhemos alguns contratos para dentro da Agência. Obviamente é uma amostra, não dá para fazer do mercado como um todo. De operadoras odontológicas, foram 8 operadoras investigadas, representando 8 milhões de beneficiários, ou seja, mais de 50% do total de beneficiários estavam representados nessa amostra, 7 odontologias de grupo, 1 cooperativa odontológica, e o resultado desse monitoramento é que já notificamos 5 operadoras, representamos 2 delas, que é um processo inicial para multa, e agora ela tem prazo para se defender, e uma delas adequou os seus contratos, ou seja, essas notificadas ainda estão com prazo para adequar seus contratos, de acordo com a RN 71, protegendo o lado mais fraco dessa equação, que é, muitas vezes, o dentista, principalmente quando está sozinho, quando ele não está organizado.

Outra coisa é a revisão dessa norma de contratualização. Ou seja, o que percebemos hoje é que essa RN tem dificuldade de ser fiscalizada e cumprida porque o processo de apenas multar as operadoras tem sido... É um processo naturalmente lento, se ocorre o devido processo legal, isso acaba demorando mais do que o desejável. Então, vamos rever a norma de contratualização, com penas mais rígidas do tipo suspensão de comercialização, ou seja, quem não tem dentista para atender seu plano odontológico tem que parar de vender, é o primeiro ponto.

Estamos fazendo também uma IN agora, que está sendo aprovada esta semana na colegiada, quer dizer, está sendo colocada para aprovação nesta semana com definição mais clara dos critérios de reajuste. Isso já está na RN 71, que já obriga que os critérios de reajuste entre operadores e prestadores, sejam médicos, sejam dentistas, odontólogos, sejam hospitais ou clínicas, precisam ficar bem definidos, tem que ser claros. Então, o que vamos deixar claro é que esses critérios claros não pode ser só a negociação entre as partes, ou seja, não posso ter no meu contrato que vou negociar e não dizer quando e em que base.

Então, queremos que os contratos possam se adequar para que tenha, certo, uma negociação entre as partes – prezamos a livre concorrência, a negociação e acho que os odontólogos têm que se organizar, de fato, para fazer essa negociação –, mas, essa negociação não dando certo, tem que estar previsto ali um índice definido, negociado também entre as partes que dê uma saída final, caso essa negociação não funcione. E que haja uma definição clara da periodicidade do reajuste, o que foi falado também aqui pelo Dr. Luciano, ou seja, não dá para ser quando eu quiser, está certo?

Próximo.

Temos o radar da contratualização. Também foi falado aqui sobre glosa, sistemática e atraso em pagamento. Nós vamos começar a receber diretamente dos prestadores pela ANS. Hoje recebemos informações só das operadoras e hoje vamos receber diretamente dos prestadores, estamos nos organizando para isso. Acho que a Interestadual de Odontologia e o CFO devem se organizar para nos trazer essas informações; sabemos que o dentista, individualmente, tem medo, muitas vezes, de mandar a informação, mas acho que, através das associações, das federações, isso pode ser feito de maneira mais clara, trazer essas informações para a Agência para vermos duas coisas: primeiro, o meu contrato está prevendo pagar em 45 dias e estou pagando em 80, 60, 120. Sistemáticamente podemos ter um problema.

É óbvio que, se uma operadora negocia num momento de dificuldade, com o dentista de atrasar um pouco, não é isso que estamos buscando, não é o caso específico, mas quando identificarmos uma operadora que faz atrasos sistemáticos de pagamento em desacordo com o contrato, a Agência vai ter essa informação para atuar.

Outra coisa também é a questão da glosa, ou seja, a glosa tem que ter um mínimo de critério, não pode ser linear e sistemática. Se isso for identificado nesse radar como algo sistemático, ou seja, se há um problema aí de falta de critério, existe alguma coisa errada.

Outra coisa é a questão da hierarquização. Temos uma câmara técnica aberta. Estamos começando pela hierarquização de procedimentos médicos, mas nada impede que façamos também a hierarquização de procedimentos odontológicos, que já existe, mas a ideia é incorporar isso à regulação.

Nada impede que façamos também a incorporação da hierarquização de procedimentos odontológicos como vamos fazer para de médico hospitalar. Acho que isso traz uma coisa importante, que é a associação do custo para o profissional e a remuneração. O que é o custo para o profissional? É o risco, é a complexidade do procedimento e o tempo que ele gasta naquele procedimento. Isso não significa que a Agência vá tabelar nada, está certo? Significa que as operadoras vão precisar manter uma proporção e hierarquização entre o que se paga por um procedimento e o que se paga por outro que é mais complexo, mais arriscado e leva mais tempo.

Hoje o que acontece é que os procedimentos mais caros têm a tendência a ter mais glosa, por exemplo, ou pagamento mais demorado. Não estou dizendo que necessariamente nenhuma operadora faça isso, mas existe um incentivo para. Queremos trazer que se o procedimento é mais arriscado, precisa ser mais bem pago do que aquele outro que é menos arriscado e leva menos tempo, ou seja, trazer uma lógica técnica para essa relação entre pagamento e custo para o profissional.

Também temos uma resolução que não foi feita diretamente com o objetivo de reequilibrar forças mas que reequilibra, que é a RN 259, tempo máximo de atendimento, ou seja, se uma operadora demora mais do que sete dias úteis para autorizar uma consulta, um procedimento, um dos motivos pode ser porque ela tem poucos médicos, poucos dentistas ou poucos odontólogos ou porque ela paga pouco para esses odontólogos e por isso tem poucos odontólogos credenciados. Isso também é uma forma de que as operadoras cuidem de seus profissionais, cuidem daqueles profissionais que vão trazer para ela esse tempo que vamos exigir.

Por fim, uma coisa importante, que foi inclusive uma parceria com a Secretaria de Direito Econômico e com o Cade, é o reconhecimento de que negociação coletiva, dadas algumas restrições – e acho que o Dr. Diogo pode falar um pouco mais sobre isso – é benéfica para a relação.

Próximo.

Por fim, uma cartilha da contratualização, ou seja, queremos ajudar os dentistas, os odontólogos, os médicos, os hospitais a entender a regulação, porque muitas vezes eles não entendem ou não conhecem. Então, estamos fazendo essa cartilha para tornar mais claro para todo mundo como é que tem que ser essa lei, como tem que ser respeitada e quais as formas de se acessar a ANS para poder denunciar alguma coisa que esteja em desacordo com a lei para podermos agir, apenas lembrando a dificuldade grande que temos, falamos aqui de regulação, de cumprir a regulação, temos poucos fiscais hoje no Brasil para regular 16 milhões de beneficiários, só na saúde odontológica suplementar.

Com relação ao assento na Câmara Suplementar, só respondendo, acho que, na verdade, a lei determina os membros – estou pegando a minha cola. A Lei nº 9.961 prevê que a Câmara de Saúde seja composta por um representante do CFO. É uma lei, mas podemos sempre convidar os senhores a participar como ouvintes. Podemos estudar essa possibilidade, não tem problema nenhum, só que para ser representante, titular membro da Câmara, isso é uma decisão legal, e não uma decisão de RN, não é algo que a Agência possa fazer. Talvez seja um bom debate para trazer para o próprio Congresso Nacional.

O SR. LUCIANO ELÓI SANTOS – A inclusão da AMB – Associação Médica Brasileira, como se deu? Não estava na lei e me parece que...

O SR. BRUNO SOBRAL DE CARVALHO – Acho que AMB participa como convidado ou como suplente, se não me engano, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – É verdade... Não, não é suplente, eles revezam.

O SR. BRUNO SOBRAL DE CARVALHO – É, eles revezam, a AMB e o CFM.

Então, acho que era isso que tinha a falar e desculpem-me ter passado do tempo. Estou à disposição para perguntas e se quiserem abordar mais alguma coisa que eu não tenha abordado aqui, tanto o Dr. José, Dr. Luciano como o Dr. José Augusto, que vai falar na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Dr. Bruno.

Passamos agora ao Dr. José Augusto Peres Filho, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor.

É um prazer tê-lo aqui, Doutor.

O SR. JOSÉ AUGUSTO PERES FILHO – Agradeço o convite, em nome da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, e parabênz pela iniciativa o Senador Paulo Davim, que conheci nos idos de 1995, lutando em questões de plano de saúde. Eu era Promotor de Defesa do Consumidor em Natal, Dr. Paulo Davim na Associação Médica do Rio Grande do Norte, e nossas pelepas por ali começaram.

O promotor de justiça, inclusive lembrando a visão de Ariano Suassuna no Auto da Compadecida, quando João Grilo chega ao céu e aparece o Satanás, naquela luta, se leva para o inferno ou se fica no céu, ao ver o Satanás ele diz: “Esse demônio é a mistura de tudo que não presta: cachorro, escrivão, soldado de polícia e promotor.” Então, o promotor de justiça é visto, por certa parcela da sociedade, como a figura do cão, o satanás, mas, na questão de plano de saúde, temos evoluído para uma parceria com os profissionais de saúde, ora defendendo questões de remuneração, ora defendendo questões de condição de trabalho.

Tudo isso porque, no final das contas, estamos lutando pelos interesses dos consumidores, que, nessa briga entre planos e profissionais de saúde – no nosso caso específico, os odontólogos – são sempre os que sofrem as piores consequências.

Nessa questão particular, e falando nas consequências que o consumidor sofre, além dessa demora no atendimento que muitas vezes existe em razão de ele ser de um cliente de plano de saúde, e não um cliente particular, também recebemos reclamações frequentes sobre a qualidade do material que é empregado quando o consumidor, o paciente consumidor é de um plano de saúde. Por vezes já chegaram reclamações neste sentido: se você é paciente de um plano de saúde, como o profissional é mal remunerado, é pouco remunerado, remunerado insatisfatoriamente, não teria condições de empregar no seu tratamento os melhores insumos para tratar daquele seu problema bucal.

Isso é deveras preocupante. Não se pode lançar a culpa exclusivamente no profissional, tem parcela de culpa também o plano de saúde, mas é um fato que nos desperta muita atenção e muita preocupação.

Outra questão que nos chega, por vezes, é quando o tratamento bucal vai envolver um procedimento mais complexo, com a necessidade do uso de um centro cirúrgico, por exemplo, em um hospital. E isso já tivemos oportunidade de tratar na Promotoria do Consumidor, em Natal, com a negativa do plano de saúde de bancar o custo da cirurgia no hospital.

Quer dizer, ele pagaria a profissional de saúde, a odontóloga, o procedimento dela, mas não pagaria o centro cirúrgico, o que, na verdade, resultaria em um atendimento deficiente, deficitário, e impossível de ser realizado sem que fosse no centro cirúrgico. Até que nós ingressamos com ação e, através de um termo de ajustamento de conduta, foi feita a cirurgia no paciente.

Então, essas questões são remetidas também a deficiências regulatórias. A ANS tem avançado bastante no rumo de prestar atenção ao consumidor. Eu já ouvi de integrantes de diretorias da ANS, de outras gestões: “Não, nós não temos nada a ver com o consumidor; nós estamos aqui para regular o mercado.”

Não. Se se abrir esse livrinho aí verde e amarelo, ele tem lá o art. 170, e o inciso V diz que um dos princípios da ordem econômica é a defesa do consumidor.

Então você não pode regular a economia de uma maneira geral, ou o mercado de uma maneira geral sem ter em conta a defesa do consumidor. Então, é imperioso que toda agência reguladora pense sim no consumidor. E acreditamos que a ANS tem melhorado muito nos últimos anos esse pensar o consumidor. Mas ainda sofremos com um déficit regulatório, sobretudo no que diz respeito aos planos de saúde coletivos.

Acreditamos que a 9.656 atende, em maior ou menor grau, o consumidor. O Código de Defesa do Consumidor se aplica também, mas carecemos de uma regulamentação mais aprofundada da Agência Nacional de Saúde Suplementar quando nós tratamos de planos de saúde coletivos, sejam odontológicos, sejam médicos.

Essa parcela dos planos de saúde, segundo informações, gira em torno de 75% dos usuários dos planos. Não que eles estejam desassistidos por completo, mas eles não têm um tratamento isonômico, igualitário com o usuário do plano de saúde individual, que, a cada dia, diminui mais, já que algumas operadoras não mais comercializam planos individuais, apenas planos coletivos, justamente porque nessa faixa de mercado elas podem transitar com mais facilidade ou com menos dificuldades.

E se há algo que gostaríamos de propor, especificamente, seria uma regulamentação mais efetiva, mais eficiente, mais eficaz sobre os planos de saúde coletivos.

Com relação ao profissional da Odontologia, é importante que os senhores saibam que o Ministério Público, apesar das palavras de João Grilo, se quer parceiro. O papel do Ministério Público é incomodar, indubitavelmente. Incomodamos e o promotor de Justiça que não está incomodando ninguém não está fazendo corretamente o seu trabalho.

E quanto mais poderoso aquele que está sendo incomodado, melhor se mostra ou se apresenta o trabalho do promotor de Justiça. E sabemos que, na relação de consumo, indubitavelmente o mais fraco é o consumidor, inegavelmente é o consumidor, mas na relação entre plano de saúde e profissional, o mais fraco é o profissional.

E nós não nos negamos nunca a essa parceria, a essa intermediação. Muitas vezes também trabalhamos ao lado do plano de saúde em questões mais complexas. E eu acredito que é esse o nosso caminho.

Nós temos parceria com o Conselho Regional de Odontologia no que diz respeito ao combate ao exercício irregular da profissão, nós já tivemos parceria quanto a reclamações por publicidade enganosa, sobretudo em sites de compras coletivas, e assim como temos parceria com a Associação Médica do Rio Grande do Norte no trato remuneratório com os planos de saúde, nós nos colocamos à disposição, não só no Rio Grande do Norte, mas todos os promotores de defesa do consumidor certamente se colocam à disposição dos profissionais e das suas entidades representativas para traçar uma parceria remuneratória em favor dos profissionais de Odontologia, sabendo que na ponta estaremos também beneficiando os consumidores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Promotor José Augusto Peres.

Dando sequência a nossa audiência pública, eu solicito aos presentes na primeira Mesa a tomarem assento nas bancadas e convidamos para a segunda Mesa as seguintes autoridades: Dr. José Mário Moraes Mateus, Secretário-Geral do Conselho Federal de Odontologia; a Dr^a Denise Rodrigues Eloí de Brito, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde; o Dr. Diogo Thomson de Andrade, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica do Ministério da Justiça, e a Dr^a Luciana Freitas Araújo, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Odontologia.

Seguindo a mesma metodologia, os oradores terão 10 minutos, prorrogáveis, e vamos obedecer à ordem de composição da Mesa.

Passo a palavra, então, ao Dr. José Mário Moraes Mateus, Secretário-Geral do Conselho Federal de Odontologia.

O SR. JOSÉ MÁRIO MORAIS MATEUS – Bom dia a todos. Eu queria fazer um agradecimento, Senador, em nome do Presidente do Conselho Federal de Odontologia, que não pôde estar presente a esta reunião, pela oportunidade de ter voz aqui nesta Casa.

Vou tentar fazer uma colocação dentro das anotações que fiz.

Primeiro, quero dizer para o senhor, Senador, que é muito confortável sentar nesta mesa para fazer uma fala como conselho, porque desde a criação da Agência Nacional de Saúde, em 2000, como já foi colocado aqui, só o Conselho Federal de Odontologia teve assento na mesma.

E por várias vezes eu fui indagado se eu era ali, na minha fala, representante da autarquia, prestador de serviço ou usuário, porque é muito difícil estar numa casa e ter que fazer o papel, representar uma autarquia, o Conselho Federal, fazer uma fala para defender o prestador e principalmente olhar para o lado da sociedade brasileira.

A Agência Nacional de Saúde é inegável que trouxe evolução para o sistema e normatização para o sistema. E, Dr. Bruno, é com muita felicidade que conheço o senhor aqui e espero que o senhor, junto com a diretoria colegiada, também faça uma gestão que fique marcada. A primeira gestão da agência, pela indicação da Presidência da República, foi do Dr. Januário Montone. Teve como missão sanear o mercado. A gestão dele ficou marcada pelo saneamento do mercado.

O segundo Diretor Presidente foi o Dr. Fausto Pereira, médico, sanitarista ligado à saúde.

Ele deu uma conotação social. Ele olhou para o usuário e para a sociedade. Foram inegáveis os avanços que o Dr. Fausto trouxe para a agência nacional e para a sociedade.

E tomara, Deus queira, que a atual gestão saneie uma discrepância que vem desde 2000, que é regular essa relação promíscua entre prestador e operadora de plano de saúde. Porque até então, a primeira gestão que tenho ouvido falar que vai regular e que não se furtou a esse exercício é a gestão do Dr. Mauricio Ceschin. Todas as duas anteriores tinham o discurso de que não era papel da agência reguladora nortear essa relação.

Como foi bem falado pelo representante dos órgãos de defesa do consumidor, o Promotor José Augusto, no mínimo quatro atores há nesse processo: o prestador, o usuário, a operadora e a agência nacional. A única que tem o poder de regular é a Agência Nacional de Saúde, através das suas determinações e decisões.

No meu ponto de vista, o mal começou na promulgação da Lei 9.656. Ali já se separou, Senador, saúde bucal de saúde. Já é um tanto esquisito separar uma parte da saúde. Porque, na minha fala, em uma década, eu passei por três diretores presidentes, e nós sempre lutamos para a saúde não ser plano médico hospitalar, ser plano de saúde.

Conseguimos na gestão do Dr. Fausto. Mais cinco profissões de saúde foram integradas: Fonoaudiologia, Psicologia, Nutrição e mais duas ou três. Todas estão recebendo honorários de um tíquete médio vendido como plano de saúde médico hospitalar.

A Odontologia continua recebendo um tíquete médio, Senador, que não tem reajuste, só tem decréscimo, porque as operadoras têm uma voracidade pelo mercado! Tanto é que o mercado de plano de saúde odontológico cresceu. E cresceu muito. De dois milhões para dezesseis.

O da área médica hospitalar não cresceu. Essa voracidade é predatória entre eles. Eles brigam por mercado, e brigam por mercado entre eles. Daí há várias operadoras com dificuldade econômica, e principalmente alguns setores de operadoras mesmo. Eu não vou citar aqui, mas quem entende do mercado sabe quem hoje é excluído da prestação de serviço. Característica de mercado ninguém muda.

Há um trabalho de um economista e de uma dentista, do Sandro e da Elizabeth Covre, que foi muito claro, já em dois mil e pouco.

Aversão ao risco. Ninguém contrata produto nenhum sem ter aversão ao risco. Só se contrata seguro contra incêndio e automóvel porque tem aversão ao risco. É consignado que, para Odontologia, não há aversão ao risco. Por isso, plano odontológico chega a ser 90% de vendas coletivas.

Vamos para o segundo problema. Normalmente, quando se vende um plano coletivo, quem está adquirindo o produto não é o beneficiário. É o empresário. Eu, quando adquiro alguma coisa para mim, no meu plano individual, adquiro por ter necessidade. Eu procuro qualidade. Eu não sei se a classe empresarial procura qualidade no atendimento ao seu usuário ou se procura preço.

E, dentro disso, o plano odontológico nem nota técnica de reajuste tem, porque não tem necessidade. É uma das poucas coisas no Brasil para que não se precisa regular valor, que não sobe, só desce, vai só para baixo.

Bom, em relação ao assento na agência. Isso já foi falado, eu acho o seguinte: pelo menos igualdade de tempo de voz deveria ser dado. Eu sempre fui muito bem acompanhado lá dentro da agência pelo Conselho Federal de Medicina, sempre fez coro conosco, o Conselho Federal de Enfermagem, e deveria haver os outros conselhos federais também. Por que não tem de Nutrição, de Psicologia, de Sociologia? Porque eu acho que um Conselho Federal não vai trazer nada que denigra a imagem de um pleno. Mesmo porque não é deliberativo. Então não faz diferença nenhuma.

A Agência, por lei, cumpre a 9.656, onde tem os representantes natos. Mas como representante nato, tem lá, nominalmente, CFM, CFO, mas não tem... Tem representante de uma federação dos prestadores de saúde. Eu não estou aqui falando contra a Fenam, que sempre foi um parceiro ali dentro, como todos os órgãos de defesa do consumidor foram, mas tem que se dar oportunidade para todo o mundo pelo menos ser ouvido.

Em relação à perícia, a preocupação nossa maior, junto com o Conselho Federal de Medicina e de Enfermagem, é a relação de banco de dados que as operadoras vêm fazendo. A posse e guarda desses documentos, muitas vezes laudos e películas radiográficas e tomográficas ficam de posse das operadoras com um dos intuitos de se fazer um banco de dados grande e para concorrer no mercado. É muito mais fácil você vender um produto conhecendo o serviço que você vai ter que prestar você terá uma facilidade maior de trabalhar com esse produto, inclusive quanto a preço.

O rol de procedimentos odontológicos é ínfimo. Enquanto o rol de procedimentos e eventos em saúde cobre praticamente tudo o que uma rede hospitalar pode oferecer, que a atividade médica pode oferecer, o odontológico sempre foi feito um rol mínimo do mínimo. É desconfortável um pai de família comprar um produto odontológico dentro de um plano coletivo e ele ser, por exemplo, desdentado totalmente, e o plano não cobrir prótese total. Ele vai pagar a vida inteira para nunca ter nada. Isso é, no mínimo, esquisito.

Nota técnica para venda de produto. Não sei se todos sabem, mas uma operadora de plano não vende um produto sem fazer uma nota técnica e provar para a Agência Nacional de Saúde que, dentro dessa nota técnica, é viável vender aquele produto para aquela população. A Odontologia, por várias vezes, e isso está consignado em atas da Agência Nacional de Saúde, com a minha fala ou de conselheiros que trabalharam junto comigo, pediu uma nota técnica para venda de um produto odontológico.

Sabemos, Bruno, que não é fácil fazer uma nota técnica para um plano coletivo, que é uma característica muito marcante na venda dos planos odontológicos, mas o mínimo que se deveria fazer é tentar fazer uma nota técnica, porque quando reclamamos da remuneração de um profissional o que mais ouvimos da operadora é o seguinte: não consigo vender o meu produto por mais do que isso e por isso não consigo remunerar melhor.

Até acho que seja uma explicação. Se você tem um fluxo de caixa maior você tem uma condição melhor de remunerar. Agora, não podemos ficar uma década batendo na mesma tecla e sem procurar uma solução

de consenso que seja boa não só para o prestador, para o operador ou para agência, mas para a sociedade brasileira, porque, afinal de contas, quem paga essa conta é o usuário.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos ao Dr. José Mário Morais Mateus.

Antes de passar a palavra para a segunda oradora, gostaria de fazer o registro de algumas autoridades presentes na nossa audiência: Dr. José Ferreira Campos Sobrinho, Diretor da Federação Interestadual dos Odontologistas; Dr. José Alberto Cabral Botelho, Procurador do Conselho Federal de Odontologia; Dr. Ivan Tavares de Farias Júnior, Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte; Dr^a Maria Lucia Zarvos Varellis, Secretária e Conselheira do Conselho de Odontologia de São Paulo; Dr. Emil Adib Razuk, Presidente do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo; Dr. Antônio Mazurek, Diretor da Confederação Nacional de Seguros, e Dr. José Cleomir Tognonato Filho, Conselheiro do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal.

Passamos a palavra à Dr^a Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde.

A SR^a DENISE RODRIGUES ELOI DE BRITO

– Bom dia a todos. Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Davim pela oportunidade de estar aqui representando as entidades de autogestão do País. Tem sido uma rotina nossa ter essa sorte de estar aqui em alguns fóruns fazendo a discussão da saúde suplementar no Brasil.

Quero, inicialmente, falar um pouco para vocês, antes de entrar no tema de autogestão... Peço perdão àqueles que já estiveram comigo, porque é regra, em toda apresentação, pelo menos compartilhar e alinhar o conceito de autogestão, até para que os senhores saibam em que ótica essa visão que vai ser apresentada está sendo posta.

Por gentileza.

As autogestões são caixas de assistências, fundações, associações de trabalhadores e administradoras de recursos humanos de empresas que têm gestão própria, alguma gestão compartilhada ou não com o patrocinador, são todos planos coletivos, sem finalidade lucrativa, foco na saúde, uma massa fechada e, portanto, não vende planos de saúde, essa massa é delimitada, é eleita para ser assistida na autogestão. Naturalmente, por essa condição, tem uma fidelização com a sua clientela. Eu estou há 30 na autogestão e antes era de outra autogestão. Então, sou a prova viva dessa fidelização, os meus netos já estão na autogestão.

Como falei, a gestão é compartilhada com o beneficiário e trabalhamos com rede credenciada, pouco investimento em serviços próprios e muito trabalho com rede credenciada.

Pode passar, por gentileza.

Conhecendo um pouquinho a autogestão também. Essa é outra lâmina que trago sempre e representa a população das operadoras de assistência médica que dão ou não assistência odontológica. A autogestão apresenta aí um percentual de 11% dessa população que está naquele quantitativo de 47 milhões de vidas, uma cobertura da população brasileira de 24,6%. Dos planos privados exclusivamente odontológicos – e aí especialmente as cooperativas odontológicas e odontologia de grupo – temos 16 milhões que já foram postos pelas pessoas que me antecederam, e é uma cobertura da população brasileira da ordem de 8,4%.

Só para fazermos uma observação, como temos alguns planos de operadoras que prestam assistência médica que também tem o benefício da Odontologia é onde se enquadram as autogestões que oferecem esse benefício.

Pode passar.

Não tenho como falar em saúde suplementar, Dr. Bruno, sem ir no seu *site*. Então, essa daí o Dr. Bruno já pegou, mas é interessante trazer principalmente porque essa curva é sempre decrescente, mas quando enxergamos as operadoras de Odontologia, exclusivamente odontológicas, vemos aí, Dr. Bruno, e aí estou falando naturalmente daquelas que têm beneficiários, um crescimento. Na assistência médica não temos essa tendência.

Pode passar.

Fiz essa observação só para não dizer que falei igual a você.

Essa lâmina também está um pouquinho cheia de dados, mas é única e exclusivamente para enxergarmos aquela concentração que o Dr. Bruno colocou de termos um número grande de pequenas operadoras com poucos, mas também uma concentração de beneficiários – e vejam que estou chamando de associados porque na autogestão chamamos de associados – também uma concentração de beneficiários também nas operadoras exclusivamente odontológicas. Aí, mais uma vez, as cooperativas odontológicas e as odontologias de grupo. Temos aí mais de 50% do setor, ou melhor, 53,7% estão em apenas 7 operadoras, representando 1,4% do número de operadoras. Vemos que há uma concentração mais expressiva do que na assistência médica, onde temos 50% do setor, com 33 operadoras, 3,2.

Então, só para mostrar também que existe uma tendência de concentração dessa população ser assistida em grandes grupos.

Pode passar.

Aí também já houve uma fala sobre a sinistralidade. Trazemos também todos esses dados – são desse caderno, do qual não me separo, da ANS – e trazemos a sinistralidade nos planos privados de assistência médica, da ordem de 8,9, e da exclusivamente odontológica, de 45,9. O Doutor já tinha colocado esses dados, mas eu trouxe também a outra fatia das despesas, que é justamente da estrutura administrativa. Muitas vezes, a pessoa fala 80%, então, 20%... Nas despesas administrativas estão todos os gastos, todas as despesas que envolvem recursos humanos, recursos tecnológicos, imóveis, locação, quando é o caso de não ter prédios próprios, enfim, temos na assistência médica a ordem de 15%, e aí muito mais pelo volume. Porque quando dizemos que é 80,9% é de um total – e aí estou dando os dados de 2010 ainda, porque não saiu o consolidado de 2011, pelo menos até ontem – que representa 80,9 de R\$73 bilhões. Na segunda coluna, 45,9 de 1,67 bilhão. Então, é uma diferença grande em termos de volume de recursos e essa receita naturalmente, como é mais robusta, tem essa variação pelos custos fixos que o Doutor sabe que temos que ter para dar assistência a todos os beneficiários do País.

Pode passar.

Eu trouxe esses primeiros dados falando um pouco sobre o sistema e sabia que os outros convidados iriam explorar mais, então, achei interessante trazer para os senhores e até os convido a visitar o nosso site da Unidas, onde temos uma pesquisa anual. Essa é a 11ª versão dessa pesquisa, temos um histórico de informações aí na autogestão, de alguns indicadores que é interessante visitarmos. Trouxe alguns e convido os senhores inclusive a conhecerem as dez edições anteriores e até conhecer um pouco do histórico desse processo dentro do ambiente da autogestão.

Essa é a pesquisa de 2011. Conseguimos envolver 48 operadoras de autogestão, mas 48 de 207, que representam 3,2 milhões de beneficiários, quer dizer, 62% da população de autogestão. Trabalhamos com uma amostra de 3,2 milhões de beneficiários e, desse contingente, 1,896 milhão beneficiários tinham também assistência odontológica.

Traçamos um perfil desdobrado por ativos, aposentados e agregados para mostrar aos senhores como é representativa a nossa assistência aos ativos, que são os próprios trabalhadores, portanto adultos; aposentados, que têm na autogestão tendência de ser mantido no plano tanto assistencial médico como

também no odontológico, e os agregados, que são familiares, do núcleo familiar, que também usufruem dessa assistência.

Pode passar, por gentileza.

Aqui nós temos, por faixa etária, de acordo com a lei: daqueles mil oitocentos e alguma coisa, 369 mil planos novos, planos posteriores à lei. A nossa *pizza* de usuários é essa aí, onde os senhores veem que, a partir dos 60 anos de idade, entre os 60 e 70 anos, ficamos com 12% dessa *pizza*. A grande maioria dos beneficiários – próxima lâmina por gentileza – mostra os planos antigos onde temos uma concentração maior da nossa população, e esses planos antigos têm uma incidência muito grande de pessoas com faixa etária acima de 59 anos.

Acho que atrapalhei. Esses são os novos, não é? Novos, acima de 59, não é isso, Dr. Bruno? Ou não? (*Pausa.*)

Os planos antigos. Acho que posso ter colocado errado lá em cima, mas ali são os planos antigos, que têm 30,9% acima de 59 anos. Então, é importante destacarmos que essa população vem sendo cuidada ao longo de toda a sua vida, principalmente laboral, em que assistimos aos grupos familiares que são vinculados àquelas autogestões e àquelas caixas de assistências que os senhores conhecem, como é a caixa de assistência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal; o próprio Senado Federal tem autogestão.

O SR. BRUNO SOBRAL DE CARVALHO – Pelo número de faixa etária, esse aí é o novo.

A SR^a DENISE RODRIGUES ELOI DE BRITO – Esse é o novo. Errei foi lá em cima, na lei. Por favor, senhores, esse é o novo, o outro é o antigo.

Enfim, esses daí são os novos, então já tem mais plano novo. Então, foi melhor para mim. Muito obrigada, Doutor.

Aí trazemos, segmentada, qual seria a representação da nossa população assistida em Odontologia dentro dessa amostra e fazemos uma observação de que, no ano de 2010, essa população, 24%, usufruiu de algum tipo de assistência na Odontologia.

Pode passar, por gentileza.

Aqui trazemos alguns mecanismos de regulação, algumas pessoas falaram aqui sobre avaliação e após avaliação, avaliação prévia, enfim, trazemos alguns tipos de regulação que são praticadas no nosso segmento e vemos também um mecanismo de regulação onde temos a coparticipação do trabalhador nos eventos em Odontologia.

Pode passar, por gentileza.

Aí aprofundamos um pouquinho mais e trouxemos, dentro dessa amostra, qual é o custo médio anual desse beneficiário da autogestão na assistência odon-

tológica. Fiz uma consulta ao livro da Agência. Também está no *site* esse caderno. Essa daqui é a posição de setembro, onde o custo *per capita*, no mercado de saúde, na Odontologia, exclusivamente odontológico, o custo *per capita* está em torno de R\$48,00/ano. Vemos que, na autogestão, temos esse custo em dobro, Doutor, e não é por falta de *expertise* ou de cuidado na gestão, mas é porque temos realmente uma assistência ampliada e trabalhamos também com a rede de prestadores de serviço numa proposta de diálogo, de negociação e de equilíbrio.

Pode passar.

Esse é o custo *per capita* mensal. Só os agregados que chegam perto do que se pratica no mercado de operadoras com finalidades lucrativas, que é da ordem de 4%, mas como os senhores viram que há uma concentração muito maior nessa população, a média é mais ou menos essa mesma. O custo da operação em Odontologia, na autogestão, é praticamente duas vezes o que se encontra no mercado de saúde suplementar com finalidade lucrativa.

Só quero registrar, até para não criar um entendimento inadequado, que temos uma proposta, tanto na assistência médica quanto na assistência odontológica – um pouco daquilo que foi dito no início pelo Dr. José Alves –, em que temos um olhar na promoção da saúde, na prevenção e, principalmente, na assistência continuada ao nosso beneficiário. Ele não é um cliente, e até brincamos que não queremos ser chamados de consumidores, queremos ser chamados de beneficiários. Sou beneficiária da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil e sou dona também, no momento que sou patrocinadora, que participo da gestão etc.

É isso, essa é a última.

Para finalizar, gostaria de colocar rapidamente, Doutor, sobre a relação com a rede assistencial, de que comecei falando, e algumas pessoas já anunciam a necessidade de a Agência se manifestar com relação às atuações de contrato etc. Temos participado de muitas câmaras, de comissões na Agência, estivemos com o Dr. Bruno fazendo algumas discussões para o setor, a autogestão apoia a iniciativa, apoia o movimento da Agência, como em outras frentes também já apoiou, só que entendemos que essa regulação, para ser mediada pela Agência, para ter um equilíbrio maior, necessitaria também que a Agência fizesse a regulação dos prestadores de serviços de saúde, de forma que tivéssemos uma mediação, onde a Agência tivesse autoridade igualitária para as duas partes.

Por isso, apresentamos uma proposta, o Deputado João Dado até apresentou um projeto de lei, se não me engano é o 2.754 – não tenho certeza, mas

posso confirmar esse número –, que também prevê a regulação dos prestadores desse serviço, até para que tenhamos um equilíbrio de fato na relação e no tratamento da Agência com essa rede, não só com as operadoras, mas também com a rede prestadora de serviços, e aí sim podermos dialogar numa situação de melhor equilíbrio.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos a Dr^a Denise.

Antes de passar a palavra ao Dr. Diogo, eu gostaria de registrar a presença do Dr. Eduardo Carlos Gomide, Presidente da Comissão de Convênios de Minas Gerais.

Com a palavra o Dr. Diogo Thomson de Andrade, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica do Ministério da Justiça.

O SR. DIOGO THOMSON DE ANDRADE – Boa tarde a todos. Obrigado, Senador Paulo Davim, pelo convite. Agradeço, em nome do Secretário de Direito Econômico, essa oportunidade de estar aqui falando de um tema que é bastante recorrente para a Secretaria de Direito Econômico, que é a saúde suplementar e principalmente a negociação entre prestadores e operadoras.

Pela primeira vez, venho num foro desse falar sobre a relação entre dentistas e operadoras. Tivemos um histórico muito grande com médicos, que começou conflituoso mas que, de um ano para cá, sofreu uma completa mudança de paradigma, a partir do momento em que a Secretaria de Direito Econômico – e o Cade deve seguir essa linha – passou a reconhecer que a negociação coletiva, ao menos na parte dos prestadores de serviços de saúde, é mais eficiente e é possível justamente pelo fato de o prestador ser a parte fraca da relação.

Então, vou fazer uma apresentação bem breve sobre o que hoje temos como paradigma na Secretaria, sobre barganha coletiva, que é o ponto que, do ponto de vista do direito da concorrência, interessa nesse tema. Também aproveitarei para mostrar um pouco da agenda positiva que temos construído junto com a ANS, com os demais atores, com a Unidas, com o CFM e AMB e que pretendemos e esperamos estender para os odontólogos, até porque, nesse setor, o que aprendemos, ao longo de alguns anos, foi que conflito só prejudica o principal interessado, que é o paciente. A apresentação vai um pouco nesse sentido.

A barganha coletiva acontece, normalmente, e recebemos casos, quando há conflito ou porque os planos de saúde se organizaram coletivamente ou porque as partes se organizaram coletivamente e não chegaram a um consenso na negociação. Do lado dos

planos de saúde, já houve algumas condenações no Cade. Eles, em defesa, dizem que, negociando em conjunto, conseguem diminuir o preço dos serviços médicos, então seria uma negociação eficiente, e a Unidas e todas de autogestão alegam que eles podem negociar coletivamente porque não competem entre si.

Pode passar.

O argumento que tem prevalecido é que planos de saúde não são hipossuficientes, então eles podem negociar individualmente. Mesmo os de autogestão competem por insumos comuns, e as negociações coletivas, embora possam diminuir o preço desses insumos para os planos, não há, pelo contrário, certeza de que haverá esse repasse da diminuição do preço dos insumos para o consumidor; pelo contrário, a teoria do monopólio diz exatamente o contrário, que vai ter um aumento de preço para o consumidor final.

Pode passar.

Com relação aos médicos, e aí estendi aos dentistas e sei que existem especificidades na atividade de dentista que não se aplicam aos médicos, e novamente faço um convite para as entidades de dentistas presentes que venham dialogar conosco, porque também precisamos ter uma melhor compreensão dessas especificidades, a barganha coletiva atualmente tem esses parâmetros.

Com relação às tabelas. A SDE buscou a flexibilização da utilização, ou seja, é permitida a utilização de algum parâmetro na negociação coletiva e esse parâmetro pode ser a CBHPM, mas o principal, na verdade, é que não haja punição dos profissionais que não adotam a tabela. Esse é o ponto chave do tema.

Na negociação coletiva deve-se autorizar, desde que não haja imposição do profissional a participar os termos negociados e nem que eles sejam obrigados a se descredenciar, que é o descredenciamento em massa, pelo simples fato de a negociação coletiva não ter dado certo. O que achamos prejudicial aqui? Que o médico, ainda que os termos negociados não sejam aqueles que ele queira, tenha liberdade de continuar no plano de saúde, se for da vontade dele. Isso se aplica à essência, se aplica também à relação entre dentistas e planos, embora eu saiba que a atividade de fato é diferente.

Pode passar.

Agenda positiva.

Já há alguns anos, mas com maior intensidade a partir do ano passado, uma compreensão multilateral do mercado – de novo o convite, e já fizemos isso com todos os atores na questão dos médicos e esperamos que isso seja estendido também aos dentistas – houve a realização de estudos internos para equacionamento entre a tutela da defesa da concorrência e a defesa

dos interesses da categoria. Acho que todo mundo tem bem claro que o médico e o dentista são prejudicados nessa relação, eles são pressionados. Então a gente também não pode deixar de valorizar uma categoria ou categorias que cuidam de saúde, que é um tema tão importante.

Por último, a integração com o órgão regulador e as contribuições para aprimoramento do marco regulatório. Um acordo de cooperação foi firmado em 2009 entre as entidades de defesa da concorrência e a ANS. Desse acordo surgiu um grupo trabalho no ano passado para estudar concorrência no setor de saúde e hierarquização de procedimentos médicos. Como o Bruno disse, acho que a gente não tem problema nenhum de estender isso também para o mercado de saúde bucal.

Desse grupo de trabalho, já saiu uma primeira nota técnica com orientação para o setor, no caso, dos médicos, mas a gente pode trabalhar em notas técnicas conjuntas, e também esse projeto de elaboração de cartilhas didáticas que orientem os prestadores e os tomadores de serviço.

Com relação à apresentação era isso. Eu vou aproveitar que o Dr. Luciano mencionou o caso da Rede Unna para também fazer um esclarecimento público. O caso está no Cade para ser julgado. Ele tem uma indicação de restrição, que foi feita pela Seae do Ministério da Fazenda com relação à concentração em si dos planos, mas ela simplesmente olha para o lado do consumidor.

Após as reclamações que nós recebemos na Secretaria da parte dos dentistas, nós vamos iniciar, nas duas próximas semanas, discussões com o Cade, porque achamos que a concentração que ali está posta deve prejudicar e pressionar ainda mais os prestadores de serviço de saúde bucal. Então, a nossa intenção é ir ao Cade e discutir a possibilidade de alguma medida urgente ou acautelatória.

Acho importante que as entidades também vão ao Cade, ao conselheiro-relator. Eu já me dispus a fazer a interlocução com o conselheiro se vocês assim entenderem, porque eu acho que, de fato, por enquanto, o Cade olhou para o lado do consumidor mas ainda não olhou para o lado dos dentistas.

Quando recebemos a denúncia, de fato, achamos que aquilo poderia até ser uma estrutura de cartel, mas depois vimos que a formalidade daquilo era tanta que se equivaleria mais a uma fusão de empresas, o que é bom porque aumenta um certo poder do Cade de intervir naquele tipo de contratação. Então, fica o convite novamente para abrir o diálogo. É essa a disposição da Secretaria de Direito Econômico.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Dr. Diogo.

Antes de passar a palavra para a Dr^a Luciana, registro a presença do Prof. Moacir Tavares, da Universidade Federal do Ceará.

Passamos a palavra à Dr^a Luciana Freitas Araújo, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Odontologia.

A SR^a LUCIANA FREITAS ARAÚJO – Bom dia a todos. Sinto-me honrada de estar sentada aqui a esta mesa junto com os Senadores. Na sua pessoa, cumprimento todos da Mesa.

Estou representando a Associação Brasileira de Odontologia, como Vice-Presidente, porque o Presidente não pôde estar presente. Fico feliz porque eu acho que os dentistas estão começando a participar dessas discussões. Eu, como dentista quase há 20 anos, formada desde 1995, pela Universidade Federal de Sergipe – sou sergipana – acho que há um crescimento na luta com relação a nossa categoria.

Eu tenho alguns dados para passar, que eu andei lendo para informar a vocês. Talvez até vocês saibam. O estudo que eu fiz, de 2000 a 2009, revelou que, um País como o nosso, com mais de 190 milhões de habitantes, teve um crescimento elevado no número de operadoras. Está decrescendo o número de pacientes com cáries em função de programas do Governo Federal, Brasil Sorridente, etc., e em função, também, eu acredito, do acesso da população ao credenciamento.

Eu, particularmente, sou dentista e atuo na área, não sou só representante da ABO, mas atuo e sinto na pele o que está ocorrendo, o que o Dr. Luciano explanou perfeitamente sobre tudo o que ocorre, e o que ele falou está justo. Coloco-me à disposição para nós conversarmos depois, Dr. Luciano.

Nós temos, atualmente, 227 mil dentistas associados ao Conselho de Odontologia. Temos 188 cursos de Odontologia. Nós somos o segundo maior mercado de produtos de higiene bucal no mundo. Mesmo assim, com todos esses dados, nós encontramos, em algumas situações, em algumas regiões do País, como o Nordeste, pessoas desdentadas, pessoas com problemas de saúde bucal.

Depois da criação da ANS, houve um decréscimo do número de operadoras, de 2000 para 2009, porque, em 2000, nos tínhamos 719 e, hoje, nós temos 478 empresas operadoras de planos de saúde. Eu acredito muito na fiscalização da ANS, das obrigações que nós temos que cumprir em função de algumas regras impostas, que eu acho muito justo. Agora, nós da Associação Brasileira de Odontologia do Distrito Federal temos que lutar em favor, além da população, por ser

uma associação filantrópica, lutar, logicamente, também por nós dentistas.

Eu acredito plenamente, como já falei, por estar participando desses convênios – eu atendo convênios no meu consultório –, que devemos avaliar os valores impostos para que nós possamos atender. Não sei se os senhores sabem, mas chegou uma época em que tínhamos valores diferenciados, no mesmo plano, para pessoas diferentes. Então uma consulta para um associado tipo a, do plano x, desse mesmo plano, R\$9,00. No mesmo plano, outro associado, R\$7,00. Uma restauração, R\$15,00; no outro, R\$10,00. Eu liguei para essa operadora, na época, e me indispus com eles: “Por que esses valores diferenciados se o produto que eu utilizo é o mesmo? Eu não tenho, no meu consultório, resina a e resina b.” A moça me falou: “Olhe, a senhora aceitou o convênio. O problema não é nosso. Então a senhora se descredencie se quiser.” Ora, como assim, a radiografia não é a mesma? Então, em um você me paga R\$9,00 e no outro, você me paga R\$5,00?

Então, essa é a luta nossa. E temos que atender. Eu queria chegar a um patamar para só atender particular. Só que, no consultório, eu atendo particular e atendo convênio e acredito que temos que dar opções a essas pessoas que têm convênio. Eu tenho convênio médico. Já pensou eu precisar de um médico e não ter porque é só particular? Hoje em dia a gente já tem isso. Eu sei disso. Os melhores, só particular, não atendem convênio.

Eu acho que a gente tem que se unir. Nós dentistas temos que nos unir para lutar com relação a isso, mas também não podemos prejudicar a população que precisa do convênio para ser atendida. Eu acho injusto o dentista, se isso acontece, ter atendimentos diferentes para a ou para b. Se você está disposto a atender aquele convênio e você lê as regras e o contrato, acho que tem atender bem a todos e qualquer um.

Agora, outro questionamento é quando eles falam com relação às radiografias iniciais e finais para o procedimento que previamente foi autorizado e, às vezes, por um posicionamento errado da radiografia, é glosado. É brincadeira! Às vezes, a sua secretária não coloca a posição correta da radiografia. “Não, nós glosamos porque não estava...”. Ora, há coisas em que temos que facilitar a vida de cada um de nós. Nós não queremos ser injustos nem desonestos. Acho que nós temos que trabalhar para fazer o serviço corretamente, mas também a população não pode pagar por um erro, um problema que acontece entre o dentista e a operadora.

Alí você acaba não atendendo. Eu sou especialista em periodontia e em implante. Então, eu não quero atender implante por convênio e já estou querendo

me descredenciar com periodontia, porque eles fazem certos procedimentos e querem me pagar menos de R\$10,00. Ora, e o fio sutura? E a gaze? Se você colocar no papel, você paga para trabalhar.

Eu gostaria de me colocar à disposição de todos vocês como representante da Associação Brasileira. Acho muito válida nossa luta nesta audiência, que foi convocada pelo Dr. Paulo para que possamos conversar, debater, para que a gente possa chegar a um denominador comum, para que, no final das contas, não esteja ocorrendo...

Eu esqueci de falar que, no mês de março, nós tivemos o Congresso Internacional de Odontologia no Distrito Federal, e houve uma discussão com relação a esse convênio de que falamos da Rede Unna, que foi essa mobilização e essa união desses convênios em um convênio só, chamado Rede Unna. Em função disso, nós, que tínhamos vários convênios, que foram unificados, achando que isso ia facilitar a nossa vida, deu uma embargada...

Então, houve mobilização de paralisação. Eu fico feliz, como dentista, por termos conseguido nos mobilizar. Eu sempre reclamava que nós, dentistas, não vamos à luta, não vestimos a camisa, não vamos à rua para a população saber o que está acontecendo, porque nós somos vistos como aqueles que ganham muito dinheiro: “Nossa! Dentista? Doutor? Doutora!”. Mas, na realidade, estamos sentindo na pele, e posso falar isso particularmente, que estou sentindo na pele o que tem acontecido com esses nossos problemas atuais sobre os quais estamos conversando aqui.

Para finalizar, gostaria também de falar o que o Dr. José Mário falou aqui com relação ao pagamento das próteses, os valores de próteses que eles querem nos pagar. Às vezes, eles dizem... O paciente liga lá, e dizem que o Dr. Fulano atende prótese. Só que, hoje em dia, estão sendo descredenciados... Alguns dentistas não querem mais atender, pelos valores baixos, porque você não depende só do seu trabalho. Você tem de passar para o protético, e o que você recebe, às vezes, é o que você tem de pagar ao protético. Você acaba sem receber o seu *pro labore* pelo que trabalhou.

Finalmente, gostaria de agradecer mais uma vez.

Coloco-me à disposição. Acho que esse bate-papo, essa audiência vale a pena, e poderemos, a partir de agora, nos unir para que possamos trazer benefícios à população sem haver prejuízo para o dentista.

Muito obrigada, e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr^a Luciana.

Vamos ouvir as considerações do Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Paulo Davim, quero parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública, além do seu mandato, que se tem dedicado muito ao tema da saúde pública, em especial da Odontologia.

Quero saudar aqui os representantes do Ministério da Justiça, do Conselho Federal de Odontologia, das entidades que exercem essa atividade suplementar, abraçar o Dr. Moacir Tavares, do nosso Ceará, nosso conterrâneo, e registrar que, nesse debate sobre a saúde complementar, Odontologia como parte da saúde complementar, precisamos ter um olhar mais direcionado para isso, até porque, junto às pessoas de menor renda na saúde bucal, no programa Brasil Sorridente, nós conseguimos dar uma certa resposta, através da saúde pública, para os extratos mais populares da sociedade brasileira.

Se voltarmos ao início de 2000, 2001, 2002, àquele grande debate sobre como trazer para a saúde pública a questão odontológica, com a eleição do Presidente Lula, de uma certa forma, isso veio para a agenda política e integrou o programa Saúde da Família, com um conjunto de equipes de dentistas, como chamamos, de odontólogos, cirurgiões-dentistas nessa área. E o que estamos discutindo agora, ali, é muito mais a questão do piso nacional da saúde pública, um conjunto de itens para que possamos remunerar melhor os profissionais do setor de saúde, seja o médico, o odontólogo, o conjunto de trabalhadores nesse setor.

Tivemos uma dificuldade em 2007, com a queda da CPMF, no processo naquele 12 de dezembro, em que se retirou aquele conjunto de recursos do Orçamento da União, e na agenda estava previsto, em 2008, iniciar o piso nacional dos professores e o piso nacional da saúde pública. No que diz respeito aos professores, com a criação do Fundeb, viabilizamos, mas o da saúde, com a queda da CPMF e a retirada daqueles R\$40 bilhões em 2008, inviabilizou-se. Mesmo assim, esse setor, com esforço do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais têm uma certa estrutura no Brasil, com a construção de um conjunto de equipamentos voltados para isso.

E passamos a assistir também, a partir de 2007, a um crescimento significativo da classe média brasileira, ascensão de vários setores da sociedade para novos poderes de aquisição, novos poderes de consumo, novos poderes de compra. E esse processo está vinculado à questão do bônus demográfico: a diminuição do tamanho da família e o aumento da renda familiar, e deverá ir, mais ou menos, até 2030, 2035 esse planejamento dos efeitos do bônus demográfico.

Portanto, temos uma oportunidade de discutir a melhoria da remuneração da Odontologia suple-

mentar, abrir esse debate com franqueza, como está sendo feito nesta audiência pública, tendo clareza de que precisamos remunerar melhor os nossos profissionais. Com a manutenção da margem de lucro das empresas, elas trabalham muito bem essas questões e uma perspectiva dessa nova classe média, do que isso representa.

E o fórum legítimo, sem prejuízo dos outros fóruns, é exatamente o Parlamento. Por isso, nosso Senador Paulo Davim, quero parabenizá-lo sobre isso. V. Ex^a conhece aqui um conjunto de projetos de lei que estão tramitando, seja no Senado ou na Câmara Federal, sobre essa matéria, e acredito que, terminada essa audiência pública, deveríamos, em seguida, listar esses projetos e abrir um diálogo direto, envolvendo as lideranças do Senado e a Presidência do Senado; da mesma forma com as lideranças na Câmara, para que possamos aproveitar este momento de crescimento econômico com aumento da renda familiar, com aumento da demanda nos setores da saúde complementar, para termos um ajuste melhor.

Lembro muito bem aqui que, outro dia, tivemos um diálogo com relação aos anestesistas também no que diz respeito à saúde pública, com o conjunto de demandas. Hoje, estamos tendo aqui sobre os nossos odontólogos, cirurgiões-odontólogos, além de toda uma agenda que está posta na sociedade.

E o papel do Congresso Nacional, do Senado em especial, é criar um ambiente para esses interesses divergentes no que diz respeito à remuneração, mas convergentes no que diz respeito ao melhor atendimento, à melhor saúde bucal. Precisamos arbitrar isso, o que o nosso Senador Paulo Davim tem feito aqui na Casa, e, ao mesmo tempo, eu quero me somar a essa equipe, como Líder do Governo no Congresso Nacional, para ajudar nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

O Senador José Pimentel é Líder do Governo no Congresso e tem sido um aliado nosso nas questões de saúde, nas nossas ações aqui no Senado Federal, no sentido de fortalecer a saúde pública e também a saúde suplementar.

Muito obrigado por sua presença e por suas palavras.

E, por questão de justiça, quero passar a palavra ao Dr. Ivan Tavares Júnior, por intermédio de quem... Foi ele o primeiro a sugerir esta audiência pública e por seu intermédio entramos em contato com as instituições, as entidades de Odontologia.

O Dr. Ivan é Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte, e o senhor disporá de três minutos para as suas considerações. Eu gostaria

que o senhor, ao final de suas palavras, me dissesse se os seus anseios foram atendidos, se suas expectativas foram atendidas nesta audiência pública.

O SR. IVAN TAVARES JÚNIOR – Vou começar pelo que o senhor propôs, Senador, dizendo que foram plenamente atendidos. E quero agradecer, em nome dos cirurgiões-dentistas do Brasil, o seu pronto atendimento ao nosso pleito.

Vimos discutindo nesta Casa, porque entendemos que aqui é a instância maior dessa discussão.

Quero saudar os presentes na sua pessoa e aos colegas que nos estão ouvindo e vendo em todo o País. Estamos ligados nos quatro rincões do Brasil, porque, se houve a unificação de uma luta, foi em torno dos planos odontológicos. Eu sou funcionário público do mesmo hospital do cardiologista Paulo Davim, e assim eu queria começar minha fala, porque lá eu atendo e recebo pacientes entre vida e morte, e eu tenho de dar cabo dessa demanda constante.

E eu quero começar dizendo, nos meus três minutos, que não é material que encarece e não é insumo que encarece o nosso trabalho não. É o conhecimento, é a qualificação do profissional, que é constante. Há muita coisa que não está nos livros não, Doutora. Não é, portanto, produto que as indústrias fabricam constantemente, com a tecnologia que se recicla o tempo todo. Existe muita coisa que eu tenho de aprender na ciência. Portanto, não é material que está em discussão aqui e que encarece valores. É o conhecimento do profissional. É ele que tem de estar o tempo todo se reciclando.

Portanto, nos três minutos que eu tenho, quero fazer minhas as palavras do Dr. Luciano Elói, nosso companheiro de federação. A FIO está presente aqui. Quando falei com o Senador, estava numa reunião da Federação, lá em Mato Grosso do Sul, e há três pontinhos para elucidar aqui o que eu penso.

Já foi colocado aqui que essa crescente dos planos odontológicos é geométrica: 16 milhões em pouco tempo. Não é pouca coisa esse filão que os grandes conglomerados financeiros do País descobriram. Não é uma instituição qualquer. São as maiores instituições da América Latina que descobriram isso, com lucros que vão acima dos 40%. Não é qualquer coisa no País que consegue esse lucro. Não entraram aí por qualquer coisa não. Eles não vão propugnar por besteira. É o lucro pelo lucro. E é essa sagrada relação profissional-paciente que está sendo destruída. A alcunha de profissional liberal autônomo está sendo jogada no lixo. Isso é ruim para o profissional, é deletério para a população. É isso que a gente está reclamando aqui, em nome da Federação, em nome das entidades odontológicas, que, finalmente, se uniram.

Quando a chibata bateu no lombo de cada um, quando a gente entendeu que os consultórios iam de ralo abaixo, a gente resolveu vir aqui, para o Congresso, e para as ruas. Não foi por pouca coisa não.

Já estou nessa lida há mais de 25 anos, e entendemos que vamos terminar nossas vidas vendo a população mal assistida e os profissionais desesperados. Por isso, a gente está aqui.

Portanto, eu quero ressaltar aos colegas que estão nos ouvindo em todo o País que não vamos voltar atrás no que começamos. E a gente faz questão de colocar que esse ente que reúne as entidades nacionais, que é a CNCC, vai propugnar pela classificação brasileira hierarquizada de procedimentos odontológicos, sim, como parâmetro para o pagamento dos profissionais. E nós exigimos – e aí estou usando deste tempo, com a anuência do Senador, para todo o Brasil – responsável técnico e auditores em todos os Estados, porque as glosas antiéticas, imorais que ocorrem são inaceitáveis. Eu não atendo plano nenhum, graças a Deus, mas, como Presidente do Sindicato, eu recebo essa demanda diária. Agora, nós estamos acordando. Nós estamos deixando de nos iludir com essa história de que consultório dá lucro. A população precisa saber isto: não somos ricos de jeito nenhum e atendemos uma demanda que o SUS não cobre. Infelizmente, esse grande maior plano do mundo, do planeta, que é o SUS, pelo qual tanto lutamos, desde os anos 80, ainda não cobre essa demanda. Portanto, os profissionais, nos seus consultórios, nas suas clínicas, são necessários a essa demanda da população.

Finalmente, diante dessas exigências, eu quero dizer que não iremos capitular enquanto não virmos mudada essa relação. Os planos precisam se adaptar à vida da sociedade. E os profissionais precisam, para ter uma população bem assistida, ser dignamente pagos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Ivan.

Antes de concluir esta audiência pública, devido ao adiantado da hora, eu quero tecer alguns comentários. Primeiro, agradecer a todos os convidados que se fizeram presentes, que fizeram brilhantes exposições, mostrando as realidades de cada um e as particularidades de lado a lado. Mas salta aos olhos, realmente, a forma como a Agência Nacional de Saúde e o Cade enxergam a Odontologia. É diferente do olhar com que enxerga a assistência médica, até porque já foi muito bem colocado pelo Dr. José Mário. É inconcebível, numa assistência integral, dissociar saúde bucal da saúde do resto do corpo. Então, entendo que essa distorção se fortaleceu ao longo dos anos e chegamos a uma situação onde existe insatisfação dos prestadores de

serviço, insatisfação da sociedade e insatisfação das operadoras.

Eu elenquei algumas propostas muito boas. Quero parabenizar, inclusive, o Dr. Luciano, que foi pontual, foi cirúrgico, trouxe para cá propostas realmente viáveis, propostas exequíveis. E faço um apelo ao Dr. Bruno, que, gentilmente... E aí faço aqui um voto de louvor à Agência Nacional de Saúde, que tem se preocupado, tem se esmerado em acertar.

E são sempre boas essas audiências públicas, porque daqui se extraem subsídios para o aprimoramento das ações da Agência. E é exatamente isso a que se propôs esta audiência pública. Nós, no Parlamento, na nossa Comissão de Assuntos Sociais, propomos-nos a ser o catalisador dessa situação, catalisador da aproximação das instituições, das entidades de Odontologia do Brasil inteiro com a Agência Nacional de Saúde, o Cade, o Ministério da Justiça, e despertar essa sensibilidade.

Muitas propostas boas foram colocadas aqui, e acho que são propostas exequíveis. Eu sou absolutamente sensível ao que foi levantado aqui por todas as instituições, todas as entidades de classe. Sou sensível também ao esforço demonstrado e verbalizado aqui pelo Dr. Bruno, em nome da Agência Nacional de Saúde, no sentido de melhorar, como, por exemplo, essa proposta de receber do próprio prestador a informação sobre o atraso e glosa; a proposta de hierarquização incorporada à regulamentação; a questão do tempo máximo de atendimento; a cartilha de que tomei conhecimento – o Dr. Bruno disse que, em breve, essa cartilha estará sendo divulgada, distribuída –, cartilha apresentando aos profissionais os seus direitos na contratualização; a solicitação do Ministério Público, por meio do Dr. Augusto Peres, de uma regulamentação mais efetiva e eficaz. A gente precisa realmente.

E, para concluir minhas palavras, acho que esta audiência pública coroou o seu êxito na hora em que o Dr. Diogo Thomson faz um convite público às entidades de Odontologia, pedindo a todas as entidades que o procurem para ele ouvir, para ele ajudar, para melhorar essa relação. Portanto, estou muito satisfeito com o que ouvi, estou muito satisfeito pela disposição de todos no sentido de, juntos, chegarmos à solução desse problema que angustia toda a categoria e a sociedade brasileira.

Aqui, na Comissão, depois de uma audiência, gosto de sair com alguma coisa que a gente possa sentir de concreto. Eu acho que a disposição de todos aqui é o que pode ficar de mais concreto, realmente. Eu apenas tomo a liberdade para propor ao Presidente da minha Comissão, Senador Jayme Campos, que, infelizmente, não está aqui em função da reunião do

Conselho de Ética, do qual faz parte, assim como tantos outros Senadores, da mesma forma, fazem parte de várias comissões... Mas, daqui a três meses, a gente... Vou pedir ao meu Presidente a permissão de que eu próprio entre em contato com as entidades de Odontologia para fazer a aferição, se houve avanço, de como estamos encaminhando as soluções do problema.

Eu agradeço a todos os presentes, agradeço a todos que participaram da Mesa.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.*)

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE MAIO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos, do dia nove de maio de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Armando Monteiro, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. O Senador Jayme Campos dá ciência ao plenário do Aviso nº 375, do Presidente do TCU, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos Autos do Processo com o objetivo de definir estratégias para fiscalizações a curto e médio prazos relacionados à função Saúde. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2011 – Não Terminativo – Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. Autoria:** Deputado Enio Bacci. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, com 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relator “*ad hoc*” o **Senador**

João Durval, que lê o Relatório em substituição à Senadora Lúcia Vânia. É concedida **Vista Coletiva** nos termos regimentais. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2011 – Não Terminativo – Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica. Autoria:** Deputada Professora Raquel Teixeira. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia (Substituída por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Davim, que lê o Relatório em substituição à Senadora Lúcia Vânia. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2009 – Não Terminativo – Estabelece advertências nos rótulos e nas embalagens de bebidas alcoólicas. Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2009, com duas (2) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2011 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para regulamentar o ingresso de estagiários na Administração Pública Direta, autárquica e fundacional Autoria:** Senadora Marinor Brito. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, de 2011 – Não Terminativo – Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física o valor da contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente sem rendimentos próprios. Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2011, com 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2011, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2011 – Não Terminativo – Estabelece Programa de abatimento no IRPF do gasto na compra de medicamentos de doenças que especifica e dá outras providências. Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2003 – Terminativo – Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País. Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2003. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2003. Às dez horas e trinta minutos, assume a presidência da Reunião o Senador Casildo Maldaner. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, de 2007 – Terminativo – Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico. Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 714, de 2007 – Terminativo – Dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas. Autoria:** Senador Gerson Camata. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007. Às dez horas e quarenta e dois minutos, reassume a presidência o Senador Jayme Campos. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2010 – Terminativo – Regulamenta o pagamento de adicional de insalubridade e a concessão de aposentadoria especial ao trabalhador que exerça as atividades de coleta de lixo e de varredura de vias e de logradouros. Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela devolução do PLS nº 155, de 2010, à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para reautuação como Projeto de Lei Complementar. **Resultado:** Aprovada a reautuação do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2010, como Projeto de Lei Complementar. A matéria será devolvida à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 14 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 678, de 2011 – Terminativo – Modifica o caput e o § 1º do art. 6º-A**

e o inciso III do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para conceder aos empregados domésticos o pagamento de seguro-desemprego, independentemente de inscrição no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2011, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2011 e a Emenda nº 1-CAS. **EXTRAPAUTA – ITEM 15 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 35, de 2012** – Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 11, de 2012-CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **item 11** – Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2011, **item 12** – Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2011, **item 13** – Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Lídice da Mata, e o Senador Jayme Campos, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso do Tribunal de Contas da União, que ficará à disposição

das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Passo à leitura resumida do aviso:

AVISO Nº 375, DE 2012 –TCU

Aviso nº 375, do Presidente do TCU, que encaminha a esta Presidência cópia do Acórdão proferido nos autos do processo, com o objetivo de definir a estratégia para as fiscalizações, a curto e médio prazos relacionados à função saúde. (Pausa.)

Eu gostaria de, antes de passarmos à discussão e votação dos itens da pauta, tratar de uma pequena matéria divulgada pelo *Correio Braziliense*, meus caros Senadores Paulo Davim, Paulo Paim e meu valeroso e grande homem público João Durval, valoroso Senador, Governador, que muito bem representa aqui o seu Estado, a Bahia.

Eu gostaria de comentar o artigo publicado na coluna Opinião do *Correio Braziliense*, sobre a Convenção nº 189, aprovada em junho de 2011, pela Organização Internacional do Trabalho, e que dispõe sobre as condições mínimas a serem observadas para o trabalho doméstico.

O texto do advogado Orestes Nascimento Filho lembra que o tema voltou a ser motivo de debate no primeiro trimestre deste ano, no Congresso Nacional.

Segundo estudo promovido em 2009 pelo Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea), do total de 6,7 milhões de trabalhadores domésticos em atividade em nosso País, apenas um quarto, ou seja, 26,7% possuem a relação de emprego reconhecida formalmente por seus empregadores.

O jornal lembra que, para aumentar a formalização do trabalho doméstico, há proposta de lei, então tramitando no Congresso, para reconhecer o vínculo empregatício, diminuindo os possíveis impactos econômicos que poderão ser ocasionados, caso ratificada a Convenção nº 189 da OIT. E cita que um desses benefícios aprovados pela Comissão de Assunto Sociais (CAS), no Senado Federal, é a redução da alíquota para cálculo da contribuição previdenciária.

No sistema atual, o empregador doméstico deve promover o recolhimento mensal de sua cota-parte na importância de 12% do salário creditado ao seu empregado. O projeto de lei reduz a alíquota de contribuição do empregador doméstico, que passaria a ser de 5% sobre o salário mensal.

Cita também outro projeto aprovado pela CAS, prevendo a possibilidade da redução de base de cál-

culo do Imposto de Renda dos salários pagos aos empregados domésticos.

O texto lembra que a ratificação da Convenção nº 189 da OIT deve ser precedida de medidas capazes de reduzir a carga trabalhista e tributária do empregador, sob pena do aumento do custo de mão de obra doméstico, com vista que a norma internacional seja plenamente atendida, para aumentar a formalização dos contratos de trabalho doméstico.

Por sinal, na pauta de hoje, meus caros Senadores – registro a presença do Senador Mozarildo Cavalcanti –, consta também o PLS nº 678, de 2011, da Senadora Ana Rita, relatado pela Senadora Lídice da Mata.

O texto da autora concede Seguro-Desemprego ao empregado doméstico cujo empregador contribui para o FGTS e o relatório da Senadora Lídice da Mata concede também ao empregado doméstico cujo empregador não contribui para o FGTS.

Então, trata-se de uma matéria muito importante. Chamo a atenção dos senhores, tendo em vista que um segmento de trabalhadores que até então, como era optativo, não tinham acesso ao FGTS.

São informações dadas diante do projeto que temos aqui na pauta.

Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Ex^a por fazer a leitura desse importante material, que interessa a todos, que poderia suscitar já um importante debate aqui, no plenário, antes de entrar mesmo na Ordem do Dia. Mas entendi que V. Ex^a quis dar uma grande contribuição a esse tema.

Sr. Presidente, só lamento ter que dizer, de novo, que a nossa Comissão, mais uma vez, não está no ar, como foi acertado, regulamentado. Eu só falo isso, Sr. Presidente, porque, se essa for a lógica, eu começarei já, na próxima quinta-feira, a pedir que a minha Comissão inicie às 8h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A informação da nossa secretária, Senador Paulo Paim, é que eles estão priorizando quem inicia mais cedo. Ora, mas amanhã...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero dizer, então, ao vivo, que a Comissão de Direitos Humanos, amanhã, quinta-feira, vai iniciar às 8h. Quero ver o que a TV Senado vai fazer. Porque não pode! A comissão que resolve todos os dias iniciar às 8h30 vai ser a única que terá cobertura. Então, todos os dias eu vou marcar audiência pública às 8h30 da manhã. Vão tirar todas as outras comissões do ar, e a prioridade vai ser a minha? Não é correto, não é sério. Acho que

isso é até uma irresponsabilidade e um desrespeito às outras comissões. Vou marcar todos os dias às 8h da manhã. Quero ver o que vão fazer. Tinha que haver um horário para começar. O horário estipulado é x, que era às 9h, e me disseram que não poderia ser mais cedo. Só que, de repente, uma passou a abrir às 8h30; outra, já sei, começou a abrir às 8h15. Vou começar abrir a minha às 8h.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Daqui a pouco vamos ter que começar de madrugada!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos ter que chegar às 5h da manhã – o Senador Mozarildo está convocado – para poder ser ao vivo o debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já mandei a assessoria ligar, porque, o que ocorre? Nós temos razão, Senador Paulo Paim. A Comissão de Agricultura é amanhã, às 9h.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ao vivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ao vivo. Hoje tem uma audiência pública para se discutir apenas um requerimento de proposta de mudança do texto do Código Florestal, que foi encaminhado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na sexta à tarde, ao vivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ora, se amanhã houver outra audiência pública para se discutir ponto e vírgula, aí, não! Aí, eu acho que é uma falta de bons princípios da área de comunicação do Senado. Nós temos que ter um mínimo de isonomia aqui, porque todas as comissões são importantes.

Então, amanhã, vamos votar às 8h e vamos abrir outra reunião aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Depois não me digam que os funcionários não podem vir. “Não dá, porque tenho horário”. Como? Se pode às 8h30, se pode às 8h15, pode às 8h também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Também. A assessoria já está aqui fazendo um apelo. Não recebemos aqui hora-extra, mas, nesse caso, particularmente, vamos ter que receber hora-extra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E a assessoria me ajuda, porque aqui é deliberativa. É um critério também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Mas a Andréa, que é assessora de comunicação da Comissão de Assuntos Sociais já está em contato com os responsáveis pela área de comunicação do Senado.

ITEM 1**PROJETO DE LEI DA CÂMARA****Nº 64, DE 2011**

– Não Terminativo –

Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

Autoria: Deputado Enio Bacci.**Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia.**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, com 3 (três) Emendas que apresenta.**Observações:**

– Em 02.05.2012, a matéria é retirada de pauta a pedido da relatora;

– A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em Decisão Terminativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra à nossa ilustre relatora. (Pausa.)

Como não se encontra presente, consulto o Senador João Durval se S. Ex^a poderia relatar *ad hoc* a matéria.

V. Ex^a poderá entrar na fase de análise, tendo em vista que esta matéria já se encontra à disposição dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras. Imagino que todos já tiveram conhecimento. Se V. Ex^a está na fase da análise, é o suficiente para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

Senador João Durval, Relator *ad hoc*, está com a palavra.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 64, de 2011 (Projeto de Lei nº 1.009, de 1999, na origem), pretende autorizar a entrada e a saída de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte coletivo, mediante a apresentação de carteira de identificação, a ser expedida por associação competente. A carteira conterá, entre outros dados, o nome e a fotografia do portador.

Prevê, ainda, que as pessoas alcançadas pela medida efetuarão o pagamento da tarifa diretamente ao condutor – mediante vale-transporte ou em espécie, no valor exato da tarifa do serviço utilizado – e ficarão dispensadas de passar por catraca mecânica no interior do veículo de transporte coletivo.

Define como ostomizado toda pessoa que, em decorrência de procedimento cirúrgico, “está obrigada ao uso de bolsa coletora de fezes e/ou urina”.

Por fim, o projeto estabelece que a lei proposta entre em vigor noventa dias após a sua publicação.

Ao justificar a medida, o autor do projeto, Deputado Enio Bacci, menciona o constrangimento experimentado pelas pessoas ostomizadas no uso do transporte coletivo, diante do risco de rompimento das bolsas de coleta que são obrigados a portar, agravado por circunstâncias como a passagem pela catraca e a realização de deslocamento no interior de veículo com grande número de passageiros em pé.

Na Casa de origem, a proposição foi apreciada conclusivamente pelas Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania, e aprovada na forma de Substitutivo.

No Senado Federal, o PLC nº 64, de 2011, foi distribuído às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas.

Análise.

Cabe à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a proteção e defesa da saúde, de acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Uma vez que a análise de constitucionalidade e juridicidade será feita posteriormente pela CDH, este relatório limita-se a examinar o mérito da proposição.

Como bem aponta o autor do PLC nº 64, de 2011, não são poucas as dificuldades enfrentadas no dia a dia pelas pessoas que passaram por procedimento cirúrgico determinante do uso de bolsa coletora de fezes ou de urina.

Determinadas situações do cotidiano contribuem especialmente para agravar embaraços e constrangimentos normalmente associados à condição de ostomizado. O uso do transporte coletivo é uma delas. Ações simples como deslocar-se pelo interior de um veículo lotado, ou transpor o bloqueio de controle de pagamento da tarifa instalado dentro do veículo, pode revelar-se extremamente penosas para um passageiro ostomizado. Isso porque a proximidade física com outros passageiros e até com os próprios equipamentos instalados no veículo potencializa a chance de “encontrões” involuntários que acabarão por expor o ostomizado ao risco de ter sua bolsa coletora rompida em público.

Exatamente sobre essas circunstâncias, atua com muita propriedade o PLC nº 64, de 2011. Ao possibilitar à pessoa ostomizada usuária do transporte coletivo embarcar e desembarcar pela porta dianteira do veículo, efetuando o pagamento da tarifa diretamente ao condutor, o projeto elimina automaticamente a necessidade de o passageiro passar pela catraca mecânica – equipamento embarcado, comumente utilizado para controle do pagamento da tarifa do serviço –, assim como torna praticamente nula a necessidade de ele se deslocar no interior do veículo.

Trata-se de medida simples, de fácil aplicação e capaz de produzir bons resultados. A providência, ademais, não envolve a concessão de privilégios de natureza tarifária, não configura ingerência na administração dos serviços de transporte público coletivo urbano – em sua grande maioria, sob a responsabilidade dos Municípios – e mostra-se compatível com os modernos sistemas automatizados de cobrança que começam a ser adotados nos serviços de transporte público coletivo no Brasil.

Avalio, assim, que o projeto é meritório e digno da acolhida desta Comissão, já que contribui para dar às pessoas ostomizadas condições para uma vida plena e digna, contexto em que a mobilidade assume importância fundamental.

Do ponto de vista formal, observo a necessidade de corrigir a divergência existente entre a ementa e o art. 1º da proposição. Enquanto na ementa a autorização para uso da porta dianteira refere-se apenas à “entrada”, o art. 1º prevê que ambas as operações – “a entrada e a saída” – poderão ser efetuadas pela porta dianteira.

Registro igualmente a conveniência de adotarem-se, por serem tecnicamente mais adequados, os termos “embarque” e “desembarque” para designar a entrada e a saída de passageiros em veículos de transporte coletivo.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, com as emendas adiante formuladas.

EMENDA Nº..., DE 2012-CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, a seguinte redação:

Autoriza o embarque e o desembarque de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo.

EMENDA Nº..., DE 2012-CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º Ficam autorizados o embarque e o desembarque de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo.

EMENDA Nº..., DE 2012-CAS

Substitua-se, no art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, a palavra “entrar” pela palavra “embarcar”.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador João Durval.

Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, acho o projeto por demais meritório, mas eu queria tirar algumas dúvidas. Esse embarque se daria pela porta dianteira? Na argumentação, parece-me que o projeto busca a facilidade, mas houve uma mudança: hoje, as catracas estão na porta dianteira. Portanto, acho que deverá ser mudado o texto da lei. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Entendi.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quando a catraca era na porta traseira, justificava-se a entrada pela porta dianteira. Mas, agora, foi feita uma mudança pelo Contran: as catracas estão na porta dianteira. Então, é preciso ver onde seria feito o embarque do passageiro. Aí isso fica nulificado, porque não haverá o pagamento ao motorista. Portanto, acho que essa matéria deveria ser revista, apesar de ser uma matéria meritória. Concorro com isso, mas está havendo problema no texto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª poderia pedir vista da matéria para analisá-la melhor.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Então, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E poderá, sobretudo, oferecer emenda. Esse projeto foi encaminhado pela Câmara. É de autoria do Deputado Enio Bacci. E a própria relatora titular ainda não se encontra aqui.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O senhor está entendendo minha preocupação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O projeto é meritório, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É louvável sua iniciativa, ao demonstrar sua preocupação. Então, V. Exª...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª pede vista da matéria.

Consulto o Plenário se pode ser concedida vista coletiva. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero também elogiar a iniciativa do meu querido amigo Enio Bacci, gaúcho do meu Rio Grande, da região de Lajeado, do Alto Taquari. É um belo projeto,

mas o Senador Paulo Davim tem razão, porque houve mudança em alguns Estados. Então, será preciso apenas adaptar uma emenda de redação, para assegurar que a pessoa ostomizada possa entrar pela porta correta, sem criar qualquer obstáculo. É só uma emenda de redação. Poderíamos, na próxima reunião, fazer uma emenda de redação, e, talvez, o projeto nem voltasse para a Câmara. Mas seria preciso um tempinho para fazer a emenda. Então, se possível, eu me somo ao pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A vista coletiva fica concedida.

Se for o caso, o Senador Paulo Davim, que foi o primeiro signatário do pedido de vista, poderá fazer uma emenda de redação, diante da exposição feita pelo Senador Paulo Paim, para que a matéria não precise retornar à Câmara.

Então, seria de bom alvitre que V. Ex^a, Senador Paulo Davim, fizesse uma pequena emenda de redação. Às vezes, é uma questão de ponto e vírgula. Na verdade, em torno de uma lei, pode haver mil entendimentos, mil interpretações. E, nesse caso, é perfeita, é louvável a iniciativa de V. Ex^a de pedir vista da matéria, para fazermos, com certeza, uma emenda de redação.

Fica concedida vista coletiva da matéria.

Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 76, DE 2011

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.

Autoria: Deputada Professora Raquel Teixeira.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011.

Observações:

– Em 02.05.2012, a matéria é retirada de pauta a pedido da relatora.

– A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em Decisão Terminativa;

– Votação simbólica.

Pergunto se o Senador Paulo Davim pode relatar a matéria como Relator *ad hoc*. (Pausa.)

Concedo a palavra a V. Ex^a, para relatar a matéria constante do item 2.

V. Ex^a, inclusive, pode passar à análise, porque esse projeto já se encontra nesta Comissão, à disposição das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, vamos para a análise.

Análise.

Cabe à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, de acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Nesse sentido, a matéria de que trata o presente projeto de lei – assistência psicológica – é afeta ao teor desta Comissão.

A importância da assistência psicológica no contexto escolar, além da participação fundamental no processo educacional, ganha relevo, atualmente, por dois fenômenos distintos, mas ambos de grande repercussão: o *bullying* e as agressões sofridas por alunos e professores em sala de aula.

Esses dois fenômenos, infelizmente, florescem no ambiente escolar. O *bullying*, palavra oriunda do inglês *bully* – que pode ser traduzido em língua portuguesa como a atitude de um “valentão” ou de um “machão” –, caracteriza-se por atos de violência física ou psicológica contra alguém em desvantagem de poder, sem motivação aparente e visando a causar dor e humilhação.

Em relação ao segundo fenômeno, no Brasil e no exterior, nos últimos tempos, se tornou frequente a veiculação de matérias jornalísticas referentes a casos de agressões sofridas por professores e alunos dentro de sala de aula. Essa violência, que provém de fatores sociais, psicológicos e pedagógicos, demonstra o desafio da socialização nos ambientes escolares.

É claro, contudo, que a assistência psicológica no âmbito da educação não se restringe aos fenômenos relacionados com a violência. Ela é fundamental no próprio processo de ensino, tanto do lado do aluno, quanto do lado do professor. Sua atuação é essencial na resolução de conflitos, na prevenção do absenteísmo e no aspecto motivacional, assim como no trato das dificuldades do aprendizado e na própria ação pedagógica.

Por essas razões, reconhecemos o evidente mérito do PLC nº 76, de 2011.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011.

Sr. Presidente, era só.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, para discutir, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a tem a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu acho absolutamente meritório o projeto aqui destacado e relatado pelo Senador Paulo Davim, *ad hoc*. Considero, no entanto, que há uma possibilidade de se fazer isso numa articulação com o próprio serviço de atendimento à saúde do Ministério da Saúde. Seria, no meu entendimento, obrigar a escola a manter um tipo de profissional, dentro do seu sistema de ensino, que dificultasse ainda mais as escolas públicas. Talvez, a organização e a articulação das escolas com as redes de apoio de saúde em cada município fosse o melhor caminho.

No entanto, como não se trata de um projeto terminativo, porque passará pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e teremos oportunidade, naquela comissão, de fazer uma análise mais definitiva sobre o assunto, eu votarei a favor aqui e me reservarei, na Comissão de Educação, para uma análise mais detalhada, se necessário fazendo uma emenda.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Por sinal, desculpe-me, porque eu estava aqui fazendo um contato com a direção da TV e Rádio Senado, registrando a nossa indignação em relação à falta de critério, que, lamentavelmente, o setor de comunicação do Senado tem promovido nesses últimos tempos.

Aqui está havendo, parece-me, um tratamento desigual, porque o horário da nossa televisão seria hoje, às 9 horas da manhã – da Comissão de Assuntos Sociais –, que tem mais de um ano e cinco meses se reunindo, permanentemente. Ou seja, todas às quartas-feiras nos reunimos aqui. E agora, estão ponderando uma questão de regimento. Acho que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Parece que é início de horário...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não é início de horário. Estão dizendo o seguinte, que a nossa comissão está prevista, aqui no Regimento, para reunião às 10 horas de quinta-feira, com cobertura, e às 10 horas a de Agricultura. Ora, a da Agricultura está apenas votando um requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na quarta-feira e não na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na quarta-feira, numa audiência. E não é nenhuma reunião deliberativa. Por que não eles votarem amanhã, ou na reunião deliberativa que acontece todas as quintas-feiras? É um assunto que vamos tratar diretamente com o próprio Presidente Sarney, que eu acho que...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Tem todo o meu apoio Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu fico muito grato, Senadora Lídice da Mata.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para ajudar, Sr. Presidente, eu quero dizer que já mandei providenciar um requerimento, que dizem que nesse caso prevalece quem inicia antes. Já a partir de amanhã de manhã, a Comissão de Direitos Humanos vai iniciar às 8h, e aquela que inicia às 8:30h na quinta, vai estar prejudicada então.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está bem!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É uma forma de ajudá-lo, dentro do Regimento conforme eles dizem não como nós entendemos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente! Nós temos é que usar todos os instrumentos e ferramentas que estivermos disponíveis em nosso alcance.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Amanhã, quero já avisar a todos, que a Comissão de Direitos Humanos inicia às 8h.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já estão convidados.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 76 de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável do Projeto de Lei da Câmara nº 76 de 2011.

A matéria vai à Comissão de Educação Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu relato o item 5, um projeto de autoria do Senador Paulo Paim. E no Projeto nº 4, o Senador não está aqui presente. Então queria solicitar dos pares a possibilidade de adiantar a minha...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª quer pedir inversão de pauta?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É, inversão de pauta. Porque eu tenho uma audiência daqui a vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida na forma Regimental.

Vamos para o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 230, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física o valor da contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente sem rendimentos próprios.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2011, com 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em Decisão Terminativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir o seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto do Senador Paulo Paim, de grande mérito, que altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) o valor da contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente sem rendimentos próprios.

O projeto compõe-se de três artigos. O art. 1º altera a redação da alínea *d* do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 2005, para permitir a dedução almejada da base de cálculo do IRPF.

O art. 2º determina ao Poder Executivo estimar o montante de renúncia de receita decorrente da nova dedução, em cumprimento ao art. 14 da Lei Complementar (LCP) nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

O art. 3º prevê que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação, mas a permissão para a dedução só surtirá efeitos a partir do exercício financeiro subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Segundo a justificação, o objetivo da proposição é estender à contribuição previdenciária oficial (isto é, Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) a permissão legal para dedução hoje existente no caso de pagamento em nome de dependente à previdência privada (complementar, na linguagem da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001) e aos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi).

Não foram apresentadas emendas.

Após a deliberação desta CAS, o projeto será apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Análise.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à Previdência Social e a outros assuntos correlatos, como é o caso da permissão para deduzir do IRPF a contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, frisamos que a União é competente para legislar a respeito de tributos por ela instituídos, a teor dos arts. 24, I, 48, I, 153, III, todos da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar está prevista no art. 61 da Constituição Federal.

Com respeito à técnica legislativa, merece aprimoramento a parte final da ementa. A expressão “sem rendimentos próprios” pede substituição por “ainda que não possua rendimentos”.

No mérito, a proposição deve ser aprovada, pois estimulará jovens entre 16 e 24 anos (idade limite para que o filho universitário seja considerado dependente) e donas de casa a contribuírem para a previdência oficial.

Há, contudo, que impor limite para essa nova dedução, tal qual fez o art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, em relação à dedução da contribuição à previdência complementar e Fapi pagos pelo declarante do IRPF em nome próprio ou de dependente. Esse limite da atual dedução é de 12% do total dos rendimentos tributáveis computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na declaração de rendimentos da pessoa física. Reiteramos que ele se aplica às contribuições em nome do declarante e de seus dependentes.

Já a dedução da contribuição previdenciária oficial sob exame alcança somente os valores pagos em nome dos dependentes, razão pela qual é conveniente reduzir o limite à metade, ou seja, 6% do total dos rendimentos tributáveis computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na declaração de rendimentos da pessoa física (ou seja, da soma de que trata o inciso I do *caput* do art. 8º ora alterado). A dedução da contribuição previdenciária oficial paga pelo declarante em nome próprio permanecerá sem limitação.

Inclusive, Sr. Presidente, conheço diversas pessoas que já fazem isso. Na busca de garantir uma situação previdenciária melhor para seus filhos, começam a pagar a partir de 18 anos de idade a previdência pública, para que no futuro possa se garantir uma

condição melhor de trabalho. Um bom investimento inclusive para os seus filhos no futuro.

Portanto, creio que é extremamente positivo; beneficiará a classe média brasileira.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº..., DE 2012

Substitua-se, ao final da ementa do PLS nº 230, de 2011, a expressão “dependente sem rendimentos próprios” pela expressão “dependente, ainda que não possua rendimentos”.

EMENDA Nº..., DE 2012

Acrescente-se § 5º ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos termos do art. 1º do PLS nº 230, de 2011, com a seguinte redação:

“Art. 8º.....

II –

d) às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios para sua pessoa ou para dependente, ainda que este não possua rendimentos.

§ 5º As deduções relativas às contribuições para a previdência oficial destinadas a custear benefícios para dependentes, a que se refere a alínea d do inciso II do *caput* deste artigo, ficam limitadas a 6% (seis por cento) da soma de que trata o inciso I do *caput* deste artigo.” (NR)

Portanto, Sr. Presidente, recomendo a aprovação deste projeto.

Quero informar ao Senador Paulo Paim que nós não obtivemos até a data nenhuma posição do Governo, nem contrária, nem a favor. Portanto, considerem-se liberados aqueles que esperavam por esta definição.

Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Lídice da Mata.

A matéria está em discussão.

Para discutir a matéria, Senador Paulo Paim, que, inclusive, é o seu autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só um argumento, em um minuto.

Esse direito já é assegurado para a previdência privada. Se eu quiser fazer a previdência privada para o meu filho, posso deduzir o imposto a pagar. Se eu posso para a empresa privada, por que não posso para a previdência pública? Só esse argumento, acho que resolve a questão.

Inclusive, tenho aqui uma orientação de voto e comentário da assessoria do Governo, que, embora não tenha se posicionado, mostra este argumento que está aqui comigo: “Se é permitido para a área privada, por que não pode ser permitido para a área pública?”.

Acho que isso resolve a questão. É apenas um princípio de isonomia: posso deduzir o que fiz para o meu filho – um fundo, um benefício para o futuro –, no Imposto de Renda, para a área pública e para a área privada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A proposta relatada, aqui, pela eminente Senadora Lídice da Mata, cuja autoria é do Senador Paulo Paim, coincide... É uma contribuição que se faz na previdência privada e que pode computar como “despesas”, no Imposto de Renda. Não se pode abater do imposto a pagar, pode-se jogar como “despesas”, das despesas permissíveis, para computarem descontos do imposto que se vai recolher depois.

Em relação à Previdência Social, ela pode ter um limite, que a Senadora colocou, de 12% para 6%, enquanto também o dependente, no caso, estiver na idade de 16 a 24 anos e não tiver rendimentos, pelo que entendi. Aí, não vejo por que a previdência vai alegar que, depois, de acordo com o tempo de aposentadoria, tem que começar a organizar o seu fundo, aquele negócio todo. Acho que ela estimula, ajuda até, os pais, os que podem fazer com que se previdencie alguém com essa idade, que não tenha renda, que esteja estudando, que esteja nessa época de se preparar para a vida. Acho que é um estímulo para isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2011, com duas emendas da relatora.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 230, de 2011, com as Emendas nºs 1 e 2, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 9, DE 2009

– Não Terminativo –

Estabelece advertências nos rótulos e nas embalagens de bebidas alcoólicas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2009, com duas (2) Emendas que apresenta.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE;*

– *Votação simbólica.*

Entretanto, a matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para o reexame do relatório.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 17, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para regulamentar o ingresso de estagiários na Administração Pública Direta, autárquica e fundacional.

Autoria: Senadora Marinor Brito.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011.

Observações:

– *Em 16.08.2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto;*

– *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em Decisão Terminativa;*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao ilustre Senador Armando Monteiro, para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto em tela pretende determinar que o ingresso de estagiários nos órgãos e entidades da Administração Pú-

blica direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, só poderá se dar mediante seleção pública de provas, convocada por edital amplamente divulgado, obedecendo-se rigorosamente a classificação dos candidatos.

Na justificativa do Projeto, a autora salienta a necessidade de se estender ao ingresso de estagiários na Administração Pública os mesmos valores que norteiam o ingresso em cargos e empregos públicos, insculpidos no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, homenageando, assim, os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Após a análise desta Comissão, a matéria segue, em decisão terminativa, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passamos à análise da matéria.

Análise.

A Lei nº 11.788, de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, em seu art. 1º, *caput*, estabelece que estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O PLS nº 17, de 2011, entretanto, pretende dar ao ingresso de estagiários na Administração Pública tratamento jurídico semelhante ao do ingresso em cargos e empregos públicos, exigindo processo seletivo com edital amplamente divulgado e convocação que respeite rigorosamente a ordem de classificação.

Estabelece, portanto, diferença de tratamento entre a Administração e o setor privado no que tange aos estágios, o que, em nosso modo de ver, faz a proposição em tela se distanciar do § 1º do art. 24, da Constituição Federal, que reza que no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

Já não se trata, aqui, de norma geral, mas de uma especificidade, moldada no tratamento diferenciado entre estagiários do setor público e do setor privado. Ademais, no caso em questão, ao tratar de matéria administrativa, a União, ao legislar, deveria limitar-se à esfera federal, sob pena de, ao pretender legislar em âmbito nacional, invadir a competência legislativa dos outros membros da Federação, que, no âmbito do Direito Administrativo, deriva da sua própria autonomia. Vislumbramos, dessa forma, tal óbice constitucional, sobre o qual melhor se pronunciará a Comissão de Constituição e Justiça.

Ou seja, quando o PLS faz essa diferenciação entre setor privado e Administração Pública, estabelecendo critério de seleção de estagiários apenas para a última, a matéria, embora essencialmente afeta à educação, passa a ser de organização administrativa, o que, em nosso ver, enseja outro problema: tais assuntos, em respeito ao princípio da independência dos Poderes devem ser tratados no âmbito de cada Poder, preferencialmente por normas de menor hierarquia.

No âmbito do Senado Federal, por exemplo, o Ato nº 18, de 2009, da Comissão Diretora, regulamenta o “Programa de Estágios” da Casa, que não prevê a obrigatoriedade de concurso público de provas para o ingresso de estagiários.

Igualmente como modelo de exemplo, desta vez oriundo do Poder Executivo federal, citamos a Orientação Normativa nº 7, de 2008, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Também naquele Poder o estagiário não é selecionado mediante concurso de provas.

Note-se que o estagiário não é servidor nem empregado público. E o seu ingresso em órgãos ou entidades da Administração não configura provimento de cargo. É ele tão-somente um estudante cumprindo parte do projeto pedagógico do seu curso, com vistas ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional que eventualmente venha a exercer.

Contudo, reconhecemos que o entendimento acima explicitado não pode servir de escusa para que se pratiquem atos administrativos que não se harmonizem aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, notadamente os princípios da impessoalidade e da moralidade.

Assim como no provimento de cargos e empregos públicos, é mais que notório que todos devem ter as mesmas oportunidades de ingressar em estágio na Administração. Para nós, o concurso de provas é a melhor maneira de seleção, pois, além de permitir a igualdade de condições, prestigia o mérito de cada candidato.

Não obstante, são possíveis outras formas de seleção que também considerem os princípios da impessoalidade, como, por exemplo, o histórico escolar, a nota do candidato de graduação no Exame Nacional de Desempenho ou em disciplinas específicas entre outras.

Em conclusão, pelas razões expostas, acreditamos que o PLS nº 17, apesar do seu intento meritório, não reúne condições de prosperar. Como o assunto não é exatamente estágio, mas o tratamento jurídico do estágio na Administração Pública, a matéria, como

já mencionado, passa a ser de organização administrativa, o que é competência de cada Poder.

Pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011.

É esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Armando Monteiro. Em discussão a matéria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não há dúvida de que a ideia da Senadora Marinor teria o princípio de que não houvesse discriminação de forma alguma. Agora, por outro lado, a conclusão do relatório do eminente Senador Armando Monteiro é de que o estágio, no caso, é só para estudantes, e os estudantes, geralmente, são selecionados – existem alguns critérios – por formação: se faz Direito, se faz Administração, Engenharia, Economia. E há espaços, há vagas para desempenharem esses estágios. E as empresas procuram buscar pessoas, estagiários, estudantes, dentro dessas normas. Se for fazer concurso, vai criar um problema. Embora a legislação não permita isso, mas dificulta muito para que as empresas tenham essas condições...

Então, acredito que hoje o sistema que existe já abrange vários critérios que não venham a prejudicar esse setor ou aquele dos estagiários. Acho que essa norma, na conclusão a que chega o Senador Armando Monteiro, merece o nosso apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Considerando que podemos correr o risco de perder o quórum – a Senadora Lídice da Mata precisa se retirar –, eu so-

licito, Sr. Presidente, a inversão da pauta, colocando em votação o item nº 14, se for possível. Se já foi lido; peço apenas para colocá-lo em votação, Sr. Presidente. Inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Antes de tudo, consulto o Plenário, diante de que estaremos com o item 7, cuja relatoria é do Senador Paulo Paim, e o projeto é do valoroso Senador Mozarildo Cavalcanti. Não; o Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Então eu indago a V. Ex^a, diante do pleito feito pela Senadora Ana Rita, se é possível fazer uma inversão de pauta em relação ao item 14? Se V. Ex^a concordar a Presidência não tem nada a se opor, muito pelo contrário. Eu gostaria da sua manifestação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. *Fora do microfone. Inaudível.*)... a inversão de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então V. Ex^a... Então está ótimo, vamos para o Item 7, página 77.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Já chegaram dois novos Senadores. Não tem problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que ótimo! Então, vamos para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 504, DE 2003

– Terminativo –

Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2003.

Observações:

– A matéria constou na pauta do dia 25 de abril de 2012, sendo adiada a sua apreciação;

– Em 02.05.2012, a matéria é retirada de pauta a pedido do relator;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, até para economizar tempo e possibilitar aos outros colegas que possam ter outros compromissos eu vou me abster de ler todo o relatório, embora, quero dizer que o Projeto do Senador Paulo

Paim é altamente meritório, como médico acho que só temos a elogiar a iniciativa e que na aprovação anterior as medidas que o tornaram prejudicado, eu quero, portanto, dizer que:

A publicação da lei e a anterior aprovação do PLS nº 64, de 2004, pelo Plenário do Senado, em 07 de julho de 2010, tornaram prejudicado o PLS nº 504, de 2003.

Vejam bem, que o PLS 64 é posterior ao Projeto do Senador Paim.

Então, embora meritório, ante o que já expus aqui, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2003, consoante o disposto no art. 334, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a Senador Mozarildo Cavalcanti.

Declarado prejudicado o Projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, está em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti pelo seu relatório, que está no campo que eu chamo da razoabilidade, tem lógica. Mas, por outro lado, eu me sinto contemplado e feliz por ter apresentado ainda em 2003 o chamado “teste do ouvidinho”, que foi uma construção coletiva de médicos de um congresso que me apresentaram esse projeto. Posteriormente vieram outros projetos e o Governo regulamentou. Consequentemente, se há uma lei que atinge o objetivo eu me sinto totalmente contemplado e que bom que iniciativas como essas que vem da sociedade, que a gente apresenta como Projeto de Lei, e na caminhada se torna realidade.

Então os meus cumprimentos ao relator. Eu mesmo votarei com o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Está em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2003.

Eu consulto como vota – e o voto é conhecido – o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o valoroso Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) –

Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) –

Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota – voto já conhecido – o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2003.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos para o item 8

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 521, DE 2007

– Terminativo –

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*).

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007.

Observações:

– Em 06.05.2009, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT aprovou parecer pela prejudicialidade do projeto;

– Em 11.08.2009, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA aprovou parecer pela prejudicialidade do projeto;

– Em 02.05.2012, a Presidência designa Relatora *ad hoc* a Senadora Vanessa Grazziotin, que lê o relatório em substituição ao Senador Humberto Costa. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria;

– Votação nominal.

Declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Está em discussão a matéria, que já foi lida pela Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007.

Quem vota com a relatora vota “sim”, para a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007.

Vamos proceder à votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator e com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa?

Voto conhecido.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente, mas quero dizer que voto com o relator, porque na realidade eu apenas li um excelente relatório elaborado pelo Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É claro. Perfeito.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Resultado: aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos ao item 10 – aqui se encontram o relator e o autor –, em decisão terminativa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. O item 6 foi...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Armando Monteiro. O item 6 não foi ainda...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Foi apenas esquecido? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a tem toda razão. Eu estou colocando um pouco o carro na frente dos bois, diante de que nós temos quórum para votação das matérias terminativas. Mas V. Ex^a tem prioridade.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 6, decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 523, DE 2011

– Não Terminativo –

Estabelece Programa de abatimento no IRPF do gasto na compra de medicamentos de doenças que especifica e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observação:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro, para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto em tela propõe a instituição do Programa de Subsídios a Medicamentos, que permite o abatimento, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), de parte do valor gasto com a aquisição de medicamentos para uso domiciliar.

A proposição é justificada como uma forma de o Estado garantir o direito constitucional à saúde, permitindo ao cidadão, por meio da instituição desse subsídio, “custear seu tratamento sem desequilibrar a própria subsistência das famílias”.

No mérito, tem razão o proponente: a assistência farmacêutica – incluída por lei no campo de atribuição do SUS – é elemento essencial da atenção integral à saúde e, não sendo ela prestada de maneira universal e efetiva pelo Estado, é justo que seja permitido ao cidadão abater do IRPF seus gastos com medica-

mentos, da mesma forma que, hoje, já lhe é permitido abater gastos com assistência médica, odontológica e psicológica. Aliás, a despesa com medicamentos pode ser abatida, nos termos da legislação atual, quando caracterizada como despesa hospitalar.

No entanto, a forma como o projeto sob análise institui o benefício nos parece equivocada.

Em primeiro lugar, ao impor a execução de programas a instâncias do Poder Executivo, a proposição tem vício de iniciativa por invadir a esfera de competência do Poder Executivo. Essa, por sinal, tem sido a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre casos análogos, em que matérias atinentes à organização, estruturação e atribuições de órgãos do Poder Executivo são reguladas por proposições de iniciativa do Poder Legislativo. A Corte tem afirmado, reiteradamente, que elas colidem com o princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes.

Além disso, o projeto trata de minudências que não cabem à lei, mas sim aos regulamentos normativos. Os requisitos que o projeto exige para a fruição do benefício fiscal – perícias, laudos, requerimentos – podem dificultar de tal maneira a sua concessão que tornarão a lei pouco efetiva, comprometendo o atingimento dos objetivos colimados. O mais apropriado, ao que nos parece, é permitir que, na regulamentação, o Poder Executivo estabeleça as cautelas que considerar adequadas ao controle do benefício fiscal.

Ademais, a nosso ver, o encaminhamento juridicamente correto para a proposição, para atender às regras de técnica legislativa prescritas na Lei Complementar nº 95, de 1998, seria a alteração da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 (que dispõe sobre o Imposto de Renda das Pessoas Físicas), com a modificação do dispositivo que trata das deduções de despesas, e não a edição de uma lei avulsa.

Por essas razões, elaboramos substitutivo ao projeto de lei, no intuito de sanar os óbices apontados.

Destaque-se, por fim, que não seria adequado beneficiar apenas os portadores de algumas doenças específicas, sem que houvesse critérios sólidos que justificassem sua escolha. Por conseguinte, optamos por estender o benefício às pessoas que utilizam medicamentos de uso contínuo ou de alto custo, a serem definidos em regulamento, contemplando, de qualquer maneira, o tratamento medicamentoso das doenças originalmente arroladas na proposição sob análise.

Voto.

Objetivando o aprimoramento da iniciativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2011, nos termos da seguinte Emenda:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências, para permitir a dedução de despesas com medicamentos de uso contínuo ou de alto custo.

O Congresso Nacional *decreta*:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º

II – das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como às despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, medicamentos [esse é o acréscimo], aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II, 12, e 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará os projetos de lei orçamentária cuja apresentação se der após sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for cumprido.

São essas as Emendas.

Portanto, é esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Wellington Dias; depois, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, sei da polêmica é que trabalhar nos projetos que têm o abatimento de impostos a partir da livre escolha...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) –... do contribuinte.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É porque tenho que participar da abertura de um seminário sobre HPV, na Câmara dos Deputados, e fui informada que, se eu sair, cai o quórum. Teria como antecipar o meu voto?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pode.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, é simbólico?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Infelizmente, nossa querida Senadora, regimentalmente, é impedida. Somente depois da discussão da matéria, que entramos em processo de votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas como é simbólico, tudo certo. Peço desculpas, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, deixe guardado o voto dela.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aqui é democrático. Se o Plenário concordar, a Presidência não tem nada a se opor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, como Relator eu não prescindiria desse voto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como é simbólico, vamos computar o voto de V. Exª, Senadora Vanessa.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, então, para discutir o tema, eu quero apenas ressaltar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas o voto colhido da Senadora, o Senador Monteiro não prescinde do voto da Senadora Vanessa, só que ela não declarou se é sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas eu tenho certeza de que o Senador Armando Monteiro não vai questionar questão de ordem.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, vai cair o quórum, e nós temos o item 14, e é importante que seja votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos ouvir a discussão sobre essa matéria, com o Senador Wellington Dias e demais Senadores. E aí entraremos no processo de discussão do item 14, para o qual a Senadora Ana Rita faz um apelo.

V. Exª terá, com certeza, prioridade na votação. Senador Wellington Dias para discutir.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Comprometo-me até a ir com você lá para o HPV. (*Risos.*)

Sr. Presidente, rapidamente, estava dizendo que sempre gera muita polêmica, controvérsias e, frequentemente, posições contrárias do Governo, quando se trata de projeto em que a pessoa física tem o direito de escolha e a garantia de poder abater em seu Imposto de Renda, porque isso cria realmente uma dificuldade de controle de receita da União. Isso em qualquer situação.

Mas acredito que a forma que o Senador Armando Monteiro desenhou, de um lado, tendo o cuidado de garantir um direito importantíssimo. Nós temos uma quantidade grande de pacientes que, mesmo não estando em hospitais, precisam de medicamentos de uso contínuo, medicamentos caros que, muitas vezes, não são disponibilizados, até por dificuldade do poder público em adquirir, às vezes a burocracia atrapalha. E dou aqui um depoimento como Governador, de vez em quando não tínhamos estoques porque não raro ganhavam empresas que demoravam a entregar. Tínhamos dificuldade em como fazer.

Então, acredito que essa forma como foi colocada é muito inteligente, dando, inclusive, ao Governo o direito de colocar os tipos de medicamentos que são reconhecidos pelo Brasil. Porque não pode o Brasil autorizar medicamentos de uso pode até ser que em algum lugar do mundo, mas ainda não aprovado pela Anvisa, ainda não aprovada, não reconhecida a sua eficiência para o Brasil.

Então, quero parabenizar aqui a iniciativa e parabenizar o Senador Armando Monteiro pela forma inteligente como tratou aqui desse projeto.

Por essa razão, voto e encaminho pela aprovação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Para discutir a matéria, inicialmente, o Senador Casildo, depois V. Exª.

Se o senhor for abrir mão, será Paulo Davim. Mas está com a palavra V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço, e falarei rapidamente.

Comungo aqui com o que expôs o eminente Senador Wellington Dias. A proposta do Senador Alvaro Dias, relatada aqui pelo companheiro Armando Monteiro, busca, na verdade, encontrar um consenso.

O que fiquei um pouco na dúvida é que aqui, no item 6, no caso de despesas com medicamentos, “limita-se aos medicamentos de uso contínuo e de alto custo, assim definidos em regulamento”. O regulamento

é que vai definir o “de alto custo”. É que, às vezes, fico na dúvida, porque o “alto custo” para algumas pessoas é alto, para outras, talvez possa não ser de alto custo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Senador...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nesse detalhe é que fico um pouco na dúvida,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Terá a palavra V. Ex^a para contraditar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ...mas não deixo de cumprimentar na ideia geral dessa proposta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se V. Ex^a me permite, Senador Casildo, existe no Governo hoje uma classificação que considera três salários mínimos como a base e 30% do que forem três salários mínimos como sendo o custo considerado, a partir daí, elevado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Está resolvido. Está resolvido, com a exposição de motivos aqui complementada pelo Senador Wellington Dias, e eu me dou, Sr. Presidente, por satisfeito, caros colegas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Davim, para discutir.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, trago aqui uma dúvida, no tocante à praticidade, à aplicabilidade dessa lei, a despeito de ser uma iniciativa meritória.

O art. 2º diz o seguinte: “A assistência farmacêutica será previamente aprovada por perícia feita em hospital credenciado do Sistema Único de Saúde, a partir do laudo médico contendo as indicações (...)”, enfim, os dados. E diz mais: “§ 1º Na hipótese de aprovação, a perícia médica fixará um prazo de validade de assistência farmacêutica que não poderá exceder a seis meses.” Ou seja, o paciente terá que ir a um hospital credenciado do SUS para ser atendido e receber um laudo pericial.

Fico imaginando, Sr. Presidente, quantos pacientes portadores de câncer existem no Brasil, que estão relacionados; quantos pacientes com cardiopatia crônica, que também estão relacionados; quantos pacientes diabéticos há no Brasil, que também estão elencados aqui; pacientes portadores de depressão, distúrbio bipolar, fibromialgia, parkinsonianos, em tratamento da Síndrome de Imunodeficiência. Enfim, fico imaginando uma legião de pacientes que terão de passar por um hospital credenciado pelo SUS para receberem seu laudo pericial.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Meu caro Senador, permita-me um esclarecimento: V. Ex^a está se atendo aos termos do projeto original; não está considerando o meu substitutivo.

O substitutivo vem exatamente ao encontro da preocupação de V. Ex^a, que não é permitir essa questão de perícia, todas essas dificuldades. A gente remete a uma regulamentação do Poder Executivo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Está bem, está ótimo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, em decisão terminativa.

Item 9, que está na página 102.

Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, nós não íamos votar o item 14?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não deveria votar o item 14, já que haveria uma emergência?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor, silêncio. Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, é o seguinte: estamos aguardando a relatora da matéria, que é a Senadora Lídice da Mata, e a Senadora Ana Rita está fazendo contato com ela.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – S. Ex^a está chegando, Sr. Presidente. Então a gente pede a compreensão dos colegas, que permaneçam, porque ela já está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Isso. V. Ex^a tem força suficiente e amizade para manter essa base aliada do Governo de pé e a ordem aqui dentro do plenário desta Comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pelo menos, seguindo as ordens da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente.

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 714, DE 2007**

– Terminativo –

Dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas.**Autoria:** Senador Gerson Camata.**Relatoria:** Senador Cyro Miranda.**Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007.**Observações:**

– Em 1º/07/08, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA aprovou parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA;

– Em 12/04/11, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE aprova parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CMA-CAE;

– Em 25/08/11, é realizada audiência pública para instrução da matéria, em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2011 – CAS, de iniciativa do Senador Eduardo Amorim;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Este projeto em tela diz que o art. 1º da proposição indica que a lei tem por objeto dispor sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas de qualquer natureza, composição ou tamanho.

O art. 2º determina que os estabelecimentos que comercializam pilhas e bateria de qualquer natureza deverão receber dos consumidores as unidades usadas a serem posteriormente recolhidas por seus fabricantes ou importadores.

O inciso I do art. 2º estabelece que o referido estabelecimento fica obrigado a instalar coletores em locais visíveis e de fácil acesso para a devolução das pilhas e baterias usadas. No entanto, da análise, para justificar a prejudicialidade com relação mérito, a proposta em exame deve ser avaliada levando-se em conta a existência da Lei nº 12.305, de 12 de agosto de 2010, que instituiu a política nacional de resíduos sólidos que dá tratamento exaustivo a essa questão.

A lei da PNRS complementa, entre outros, os seguintes aspectos relativos à gestão de resíduos sólidos, entre elas as pilhas e baterias usadas:

1) a definição de seus princípios entre os quais os da prevenção e de precaução, bem como o da res-

pensabilidade compartilhada pelo ciclo da vida dos produtos;

2) a identificação dos objetivos entre os quais a redução, a reciclagem e disposição final, ambientalmente adequadas dos rejeitos, assim como rotulagem ambiental;

3) o estabelecimento de instrumentos tais como a coleta seletiva e os sistemas de logísticas reversas, e;

4) a responsabilidade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de promoverem o recolhimento dos produtos e dos resíduos permanentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos, objetos de sistema de logísticas reversas.

Finalmente, cabe enfatizar que, na audiência pública realizada para instruir a matéria, o representante da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, o Sr. Wanderley Coelho, informou que o processo de implementação da logística reversa está caminhando rapidamente no País em razão da PNRS.

Além disso, a gerente de resíduos perigosos do Ministério do Meio Ambiente, Sr^a Zilda Maria Faria Veloso, afirmou que a matéria é tratada pela atividade regulamentadora do Poder Executivo com razão da edição da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama, nº 401, de 04 de novembro de 2008, que estabelece os limites máximos de cádmio e mercúrio para as pilhas, baterias comercializadas no território nacional e os critérios padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.

Portanto, votamos pela prejudicialidade do projeto. Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007.

Quem vota com o Relator vota SIM, para a declaração de prejudicialidade do PLS nº 714, de 2007. Proceda-se à votação nominal.

Deputado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Deputado Paulo Paim vota com o Senador Cyro Miranda. Fiquei muitos anos como Deputado e até gosto que lembrem. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Desculpe, Senador Paulo Paim.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o relator, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Paulo Davim, voto conhecido. Aliás, não é o relator. Senador Cyro Miranda, Relator, voto conhecido. Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Solicitamos seja invertida a pauta, que se coloque em votação o item 14, considerando que a matéria já foi lida e só falta colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Consulto o Plenário se não há objeção ao pedido de inversão da eminente Senadora Ana Rita. (*Pausa*.)

Não havendo, vamos atender ao pedido de inversão e colocar em pauta o Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2011.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 678, DE 2011

– Terminativo –

Modifica o caput e o § 1º do art. 6º-A, e o inciso III do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para conceder aos empregados domésticos o pagamento do seguro-desemprego, independentemente da inscrição no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Autoria: Senadora Ana Rita.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2011, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– Em 02.05.2012, lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria;

Votação nominal.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação do Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2011, ressalvada a emenda que apresenta.

Procede-se a votação nominal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço registrar, iniciada a votação, o meu voto SIM, com a relatora, porque tenho de estar em outra comissão com urgência.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Registrado o voto SIM do eminente Senador Eduardo Suplicy.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com a Senadora Ana Rita, e a Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Colhemos também o voto do eminente Senador Paulo Paim, concordando com as duas autoras.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a autora e a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Senadora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Voto valioso, o do Presidente.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senadora Ana Rita, voto conhecido.

Senadora Lídice da Mata, da mesma forma.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com a relatora, cumprimentando a autora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2011, e a Emenda nº 1 desta Comissão.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para ganharmos tempo aqui e não perdermos o *quorum*, eu preferi não discutir, mas não posso deixar de também parabenizar a Senadora Ana Rita, como autora, e a Senadora Lídice, como Relatora. Estamos dando um passo aqui. Vejam: nós temos um problema hoje sério: cada vez mais, graças a Deus pelo crescimento do grau de instrução, há dificuldade na empregabilidade de empregada doméstica. Eu creio que um dos problemas é que era dos empregados aquela que não tinha o direito, quando desempregada, ao seguro-desemprego.

Então, sempre que tivesse que fazer uma opção entre outro emprego de zeladora, de qualquer outra coisa, a opção de doméstica seria sempre a última. Por essa razão, garantir aqui esse direito independente, porque há a opção de o patrão fazer o recolhimento ou não de FGTS, que há um argumento: o de que, no caso, reduz os encargos e, portanto, facilita ampliar o número de pessoas empregadas. Eu tenho minhas dúvidas sobre isso. De qualquer maneira, eu creio que garantir esse direito que é assegurado nas contribuições de todos os brasileiros é algo essencial.

Parabenizo a iniciativa. São milhares de pessoas que trabalham – e trabalham duro – num serviço que, muitas vezes, ocupa o espaço do pai e da mãe. É bom lembrarmos: hoje, na verdade, na formação muitas vezes dos nossos filhos, há uma pitada de alguém que trabalha no dia a dia, ou como babá, ou como alguém que cuida na cozinha da limpeza, enfim.

Ressalto, então, a importância do trabalho doméstico e, ao mesmo tempo, para garantir esse direito. Estão, pois, de parabéns a Senadora Ana Rita. Ganha o Brasil ao resolver uma situação que envergonhava o país, que era uma discriminação que nós tínhamos com uma categoria importante que é da doméstica.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Esta Presidência eventual congratula-se com V. Ex^a e com as autoras, Senadoras Lídice da Mata e Ana Rita, ao mesmo tempo em que devolve a Presidência ao eminente Senador Jayme Campos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Monteiro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Monteiro é bom. Sr. Presidente, o senhor acertou em cheio. (*Risos*.)

Mas, esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cyro Miranda, desculpe-me.

Um minuto, Senador. Eu solicitaria ao Senador Mozarildo... Já saiu, infelizmente.

Mas não há impeditivo nenhum. V. Ex^a está pedindo inversão de pauta – imagino. Mas V. Ex^a...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone. Inaudível.*) – ...pela idade o senhor poderia... É uma pena...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Infelizmente, a idade às vezes... Essa dificuldade aqui, porque como médico, são dois que temos aqui, o Humberto e o Mozarildo. Eu imagino...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pedi ao Senador Humberto e ele gentilmente ficou, tendo um problema...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a não tem nenhum impedimento. Poderia ler a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não, já foi lida. Eu queria segurar o quórum, porque já foi lida.

O senhor foi feliz em juntar os dois nomes, porque o projeto tem a relatoria do Senador Armando Monteiro e eu sou *ad hoc*; então, ficou Cyro Monteiro. O senhor acertou, o senhor não errou não, Sr. Presidente. (Risos.)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não é a mudança do nome que muda o homem, a verdade é essa!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o item 10 é simbólico. Se pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nesse caso, como o quórum caiu, vamos passar para o Item 10, tendo em vista que a votação será simbólica. Mas ele é terminativo também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A votação é simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ah, a votação é simbólica, perfeito.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 155, DE 2010

– Terminativo –

Regulamenta o pagamento de adicional de insalubridade e a concessão de aposentadoria especial ao trabalhador que exerça as atividades de coleta de lixo e de varredura de vias e de logradouros.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador João Durval.

Relatório: Pela devolução do PLS nº 155, de 2010, à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para reautuação como Projeto de Lei Complementar.

Observações:

– Em 03.05.2012, foi recebido novo Relatório do Senador João Durval;

– Votação simbólica em virtude da conclusão do voto do Relator.

Concedo a palavra ao Senador João Durval para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Relatório.

Vem a exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 155, de 2010, do Senador Paulo Paim.

Este projeto regulamenta a concessão de adicional de insalubridade e de aposentadoria especial aos trabalhadores que exerçam suas atividades na coleta de lixo e varredura de vias e de logradouros.

Argumentando em defesa da proposta, o autor destaca o papel fundamental exercido pelos trabalhadores responsáveis pela coleta de lixo e dejetos urbanos e varredura de vias públicas, para a manutenção de condições decentes de limpeza e garantia de salubridade do espaço urbano.

Para ele, o respeito e a gratidão da população para com esses profissionais são meramente retóricos e não se traduzem em melhoria das condições objetivas de trabalho nessas atividades.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Análise.

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação das proposições referentes a relações de trabalho, seguridade social e previdência social, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ao Congresso Nacional compete a apreciação de proposições atinentes ao direito do trabalho e à seguridade social, nos termos dos arts. 22, incisos I e XXIII, respectivamente, e art. 48, *caput*, da Constituição Federal. Não há, portanto, problemas quanto à competência desta Casa e desta Comissão para a apreciação do projeto.

Há, no entanto, em sua atual redação, insuperável óbice de natureza constitucional a impedir a aprovação do projeto.

A proposição, como dissemos, trata da concessão de adicional de insalubridade e de aposentadoria especial aos trabalhadores na coleta de lixo e na varredura de vias públicas.

No mérito, consideramos louvável e meritória a iniciativa, pois oferece compensações a trabalhadores que estabelecem contato com substâncias que podem ser danosas à própria saúde. Não obstante o inegável mérito da proposição, temos que sua aprovação, tal como foi apresentada, encontra impedimentos formais. A Constituição Federal exige para a concessão de aposentadorias especiais a adoção da modalidade de lei complementar com os ritos de tramitação inerentes a ela.

Dispõe o § 1º do art. 201 da Constituição Federal que é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral e Previdência Social, ressalvados os casos e atividades exercidos sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados

portadores de deficiência nos termos definidos em lei complementar. Ora, a proposição em exame segue o rito e a tramitação fixados para a aprovação de leis ordinárias quando deveria observar as regras para a aprovação de leis complementares. Assim, embora a proposição seja justa, sua aprovação na forma original contraria os termos constitucionais pelas razões que apontamos.

Assim, a fim de preservar o seu conteúdo, optamos por sanar os vícios formais apontados, apresentado voto pelo envio da proposição à Mesa do Senado Federal para sua reatuação.

Voto.

Do exposto, votamos pelo envio da matéria à Mesa do Senado Federal para que se proceda sua reatuação como projeto de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Durval. Em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o Senador João Durval que, em seu relatório competente, como sempre, ele busca uma solução para esse tema que preocupa a todos. Essa matéria, de fato, tem de ser lei complementar. Nós aprovamos aqui na Comissão um projeto apresentado pelo... Mas esse não é o debate... Mas ali não contempla o adicional de insalubridade que é fundamental para a categoria. Então, a categoria fez um apelo para que eu mantivesse o projeto, ajustado na lei complementar, com o devido adicional de insalubridade como manteve o relator. Por isso, eu concordei com o parecer apresentado (o do Senador João Durval), porque ele é interessante e legaliza o processo. Não poderia ser por lei ordinária e, consequentemente, a categoria ganha, tantos ganham e ninguém é prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Indago a V. Ex^a se este aqui não é o projeto que lá atrás o Senador Vicentinho Alves apresentou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi aquele mesmo projeto que deu debate aqui e que...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na verdade, o projeto é idêntico...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É idêntico ao meu...

Ele apresentou idêntico ao meu...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Neste caso aqui, da reatuação, compete ao Presidente do Senado, com base, no parágrafo... “Após a leitura da proposição, o Presidente verificará a existência de matéria análoga ou conexa em tramitação

da Casa, hipótese em que determinará a tramitação conjunta dessas matérias.”

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A tramitação conjunta dessas matérias. Daí nós vamos garantir o adicional de 40%...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente.

Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer do relator, que conclui pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2010, à Mesa do Senado, para que seja reatuado com o projeto de lei complementar.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a devolução do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2010, à Mesa do Senado Federal, para que seja reatuado com o projeto de lei complementar.

A matéria vai à Secretaria da Mesa.

Item extrapauta.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 35, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 11, de 2012-CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra a V. Ex^a, para encaminhar seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou falar de forma muito rápida.

Quero agilizar a votação do Estatuto da Juventude, porque sinto que há um movimento para jogar a aprovação dele só para depois da Copa, e não vou compactuar com isso.

Como V. Ex^a me deu a responsabilidade de relatar essa matéria, se eu retirar o pedido de audiência, V. Ex^a o colocará na pauta.

Uma vez aprovado, o projeto não é terminativo e vai ainda para a Comissão de Direitos Humanos, onde o Senador mais jovem da Casa, Senador Randolfe, é o Relator. E, se tiver de fazer alguma... Lá é terminativo. Faremos a adaptação lá, mas estaríamos ganhando tempo, para que esse Estatuto de Juventude seja aprovado ainda neste ano. Esse é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim.

Como não temos mais nada a tratar no dia de hoje, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

(Iniciada às 09 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e um minutos, do dia dez de maio de dois mil e doze, na sala número dezenove da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, José Pimentel, Benedito de Lira e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Registra a presença o Deputado Federal Nelson Markezelli. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para “Apresentação do Relatório de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA 2011”, em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2012-CAS, de iniciativa do Senador Wellington Dias, com a presença dos seguintes oradores: Dirceu Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; e José Agenor Álvares da Silva, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Às nove horas e dezoito minutos assume a Presidência o Senhor Senador Wellington Dias. Usam da palavra os Senadores Paulo Davim, Wellington Dias, Jayme Campos, Presidente da CAS, e o Deputado Federal Nelson Markezelli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calhã, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e

aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidência da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para a apresentação do relatório de atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) 2011, em atendimento ao Requerimento nº 33/2012, CAS, de iniciativa do Senador Wellington Dias.

Convido para compor a mesa os Srs. Dirceu Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), José Agenor Álvares, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Quero registrar também que o Dr. José Agenor Álvares foi também Ministro da Saúde.

Antes de mais nada, quero agradecer a presença do Dr. Dirceu, como também do Dr. José Agenor, atendendo ao convite desta Comissão. Eles vieram hoje naturalmente prestar alguns esclarecimentos, tendo em vista a convocação do Senador Wellington Dias, mas, sobretudo, o mais importante é chamarmos a atenção para os serviços relevantes que a Anvisa tem prestado ao nosso País nestes 12 anos de existência.

Aqui, de público, quero solidarizar-me com V. Ex^{as}, Diretores desta Agência, diante dos avanços que houve nestes últimos tempos, sobretudo sob a liderança de V. Ex^{as}, como diretores desta agência de regulação de nosso País.

Indiscutivelmente, ontem, tive a oportunidade ímpar de receber a visita do Dr. Dirceu. Ali, tivemos várias informações que me deixaram muito feliz, diante dos avanços que já há na Anvisa, sobretudo da fiscalização hoje existente em relação à importação de remédios comprados no exterior. Isso é muito importante, diante do fato de que há uma preocupação, na medida em que o Brasil importa muitos medicamentos, com a fiscalização por parte da nossa Anvisa. Nesta semana, também, a Anvisa realiza a Semana da Vigilância Sanitária no Congresso Nacional.

A Anvisa é o desenvolvimento social e econômico no Brasil. Aqui, há vários painéis da programação do seminário em mesas redondas: Desafios da Regula-

ção Sanitária e Desenvolvimento Social e Econômico do Brasil; Avanço da Gestão Institucional da Anvisa; Análise de Impacto Regulatório da Transparência, Comunicação, Participação Social e as Boas Práticas Regulatórias da Anvisa; a Vigilância Sanitária no Contexto de Políticas Públicas – Linha do Tempo; como também, Direito do Consumidor, como Consumo e Seguro Saúde.

Desta feita, temos, dentro desta programação, a presença dos representantes da Anvisa, que, tenho certeza, será muito oportuna, diante do que vai ser exposto aqui.

Quero, antes de mais nada, dizer aos senhores, tanto ao Sr. Barbano como ao Sr. José Agenor, que se sintam à vontade para fazer as suas exposições e, naturalmente, depois, receber indagações que serão feitas pelas Senadoras e pelos Senadores.

Concedo a palavra ao ilustre Dr. Dirceu Barbano. V. Ex^a dispõe de 15 minutos, naturalmente prorrogáveis, diante da necessidade de tempo.

Com a palavra o ilustre Dr. Dirceu Barbano, por 15 minutos.

O SR. DIRCEU BARBANO – Bom dia, Senador Jayme Campos, Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Bom dia colega José Agenor Álvares, com quem tenho a honra de partilhar a direção e com quem, já há algum tempo, trabalho conjuntamente.

Gostaria, Senador Jayme Campos, antes de iniciar a apresentação, de passar formalmente às suas mãos uma cópia do relatório de atividades da Anvisa do ano de 2011. Muito do que vamos colocar hoje, há detalhes contidos neste relatório. A ideia é fazer uma passada rápida dos principais temas e tópicos que estão contidos no relatório, buscando fazer uma prestação de contas, atendendo ao ilustre convite do Senador Wellington Dias, como parte desta semana, conforme o V. Ex^a disse, de vigilância sanitária no Congresso Nacional.

Começamos a semana, já na 2^a feira de manhã, com uma audiência na Comissão de Direitos Humanos. Depois, tivemos um seminário na 3^a feira; um conjunto de audiências públicas no dia de ontem, 4^a feira; e hoje, seguimos com mais três audiências públicas.

Tem sido muito honroso para nós, Diretores da Anvisa, como servidores da instituição, poder passar essa semana, debatendo temas no Congresso Nacional, que são de interesse da sociedade, são de interesse do Parlamento, dessa forma fazendo com que haja uma maior proximidade entre essa instituição, que foi criada por lei do Congresso Nacional. Para esta Comissão, ela tem um significado muito importante, porque os seus diretores, todos os que ocuparam a direção

da Anvisa até hoje, foram sabatinados e tiveram seus nomes aprovados pelos Senadores da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Então, a Anvisa se sente muito em casa aqui, porque todos nós fomos sabatinados – eu, duas vezes; o Agenor, duas vezes também – e nos sentimos obrigados a retornar a esta Comissão e prestar contas do trabalho da Anvisa, deixando cada vez mais os Senadores seguros de que as suas decisões nas indicações de diretores estão apropriadas.

Vou pedindo para passar o PowerPoint. Vou avisar, quando quiser pular alguns.

Só gostaria de lembrar que a Anvisa é uma agência que coordena um sistema de vigilância sanitária, envolvendo Estados e Municípios, e tem essa responsabilidade, mas sabemos muito bem que toda e qualquer decisão da Anvisa depende de operação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária com as Secretarias de Estado de Saúde, com as Secretarias dos Municípios.

Como V. Ex^a disse, a Anvisa foi criada há 13 anos, no dia 26 de janeiro de 1999. É uma autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, coordena esse sistema e ainda mantém uma relação muita explícita com o Ministério da Saúde, no sentido do seu contrato de gestão, com o qual assume os compromissos, estabelece as metas a serem alcançadas e presta contas, depois, ao Ministério.

Próximo.

A Anvisa está aqui em Brasília, mas ela conta com outros 86 postos de aeroportos, portos e fronteiras terrestres, espalhados pelos Estados que fazem fronteiras com os 10 países da América Latina, que são países que fazem fronteira com o Brasil, e tem uma presença marcante também na área de portos e aeroportos que recebem, por onde circulam viajantes que precisam de monitoramento, controle, para garantir segurança à saúde de todos nós aqui no Brasil.

Pode passar.

Aqui para marcar tem uma visão muito nobre de promover e proteger a saúde da população, de intervir nos riscos decorrentes do uso de produtos e serviços. E temos valores que vêm sendo cada vez mais absorvidos no dia a dia pelos servidores: a questão da ética, a capacidade de articulação e integração do sistema, a excelência na gestão, o conhecimento como fonte da ação, a transparência, o esforço enorme da diretoria colegiada, no momento, em dar transparência às suas ações e ainda um conceito que estamos tentando cada vez mais deixar claro para a sociedade, que não só o Estado é responsável por garantir e promover a saúde.

Todos os cidadãos têm responsabilidade e os entes econômicos regulados pela Anvisa também precisam cumprir as suas responsabilidades. Não podemos

imaginar que o Estado terá de estar presente no dia a dia, na vida de cada uma das pessoas, para garantir o seu papel. Temos de estabelecer regras claras, transparentes e, com isso, orientar os setores econômicos a cumprirem as suas responsabilidades.

Por definição de lei, em muitos momentos, fica parecendo que a abrangência da atuação da Anvisa está ligada à vontade dos diretores desta, e isso não é verdade. Pela definição da sua atribuição, contida na Lei que a criou, nas leis que tratam do Sistema Único de Saúde e na própria Constituição Federal, que assegura direitos à saúde por parte do cidadão, a Anvisa acaba regulando um conjunto de atividades, que vai desde a produção de alimentos, a produção industrial de alimentos, cosméticos, os produtos de limpeza domésticos.

Fazem regulação na área do tabaco, sempre com o objetivo de reduzir os danos do uso do produto. Há a questão da toxicologia, com o foco grande no monitoramento, na orientação de todos em relação aos produtos com potencial de toxicidade elevado, como os agrotóxicos. Fazem regulação em medicamentos, serviços para a saúde. Cuida de toda a qualidade da rede de serviço de hemoterapia de sangue, de tecidos, de órgãos, e ainda coordena o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e atua em portos, aeroportos e fronteiras, conforme eu disse. Ou seja, é uma agência diferente das demais, porque ela tem uma ação de regulação e de vigilância também na coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Aqui estão apenas alguns dados importantes para se compreender a amplitude daquilo que a Anvisa tem de responsabilidade. O País tem mais de 81 mil farmácias, mais de 450 indústrias de medicamentos, mais de 3.800 indústrias de cosméticos, temos mais de 81 mil supermercados no Brasil. Temos mais de 33 mil serviços de equipamento de raios X, tomografia ou ressonância magnética no Brasil e mais de 4 mil serviços de coleta e transfusão sanguínea.

Ou seja, no dia a dia, por menos que queiramos, a Anvisa está presente na vida das pessoas. O que é muito importante: a vigilância sanitária é aquela atividade do Sistema Único de Saúde, a entrega que o Sistema de Único de Saúde faz, que se dá de maneira mais frequente e atinge a todas as pessoas, mesmo aquelas que nunca se utilizaram do sistema público de saúde.

Para se ter uma ideia do volume de trabalho da Anvisa, recebemos, nos últimos anos, em média, 230 mil requerimentos para tomada de decisão por parte das áreas técnicas da agência.

Vou passar agora rapidamente essas informações, daqui para frente, Senador Jayme Campos. Es-

tão todas no relatório. Elencamos algumas que são as mais relevantes no nosso entendimento apenas para exemplificar algumas das ações importantes que a Anvisa desempenhou no ano de 2011.

Uma dessas ações é a questão da parceria e do envolvimento da Anvisa com o acordo que o Ministério da Saúde fez com as indústrias de alimento, no sentido de reduzir o teor de sódio em alimentos, sempre buscando fazer com que, com esse teor mais baixo de sódio, tenhamos menores à saúde das pessoas. É uma ação de promoção da saúde, de prevenção de doenças, e a Anvisa participa dessa ação, fazendo monitoramento e analisando amostras de alimentos para verificar o teor de sódio. Então, essa é uma ação que destaco como sendo das mais importantes feitas pela Anvisa no ano passado.

Pode passar o próximo.

Outra coisa importante está ali no meio: o esforço que a Anvisa tem feito para preparar o País para receber os eventos esportivos de grande monta no ano de 2014, depois com as Olimpíadas em 2016. A Anvisa coordena e envolve um conjunto de áreas internas, num trabalho que vem mobilizando as autoridades sanitárias das cidades-sedes dos jogos da Copa do Mundo, no sentido de preparar as autoridades sanitárias desses locais, para que elas consigam receber, de maneira segura, o conjunto de pessoas que irão circular pelas cidades, durante os jogos da Copa do Mundo, focando na questão da segurança alimentar, na preparação das equipes para lidar com situações que podem surgir durante esses eventos.

Pode passar o próximo.

Aqui, eu destacaria uma ação que tem muito valor para a Anvisa, que é a ampliação do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), no ano passado, assim como foi incorporado o Laboratório Central do Rio Grande do Sul nas análises. O Agenor, neste início de ano, já obteve para nós uma grande conquista, que é a incorporação do Estado de São Paulo neste programa, que faz a medição de resíduos de agrotóxicos no conjunto de alimentos, coletados no ponto de venda, que orientam tanto o consumidor quanto os produtores em distorções verificadas, que precisam e devem ser corrigidas, para reduzir o risco da exposição das pessoas a este tipo de produto.

Aqui, eu destacaria esse primeiro item, embora os dois sejam importantíssimos. A Anvisa vem ampliando os locais onde os brasileiros, que agora estão ousados e viajam ao redor do mundo, para que eles consigam obter os certificados internacionais de vacinação.

O planejamento e a equipe de portos e aeroportos têm trabalhado muito para isso, no sentido de ampliar,

cada vez mais, o número de locais onde os brasileiros possam ir depois tomar vacina ou as vacinas necessárias para viajar, a fim de que eles possam obter o seu certificado de vacinação.

A questão do porto sem papel, já implantada em Santos e no Rio, é algo fundamental. É uma experiência que está sendo realizada, que deve extinguir um conjunto de documentos exigidos hoje em papel, fazendo com que as decisões de chegada e de saída de mercadorias ocorram de uma forma mais séria.

Pode passar esse.

Todos eles têm assuntos importantíssimos, mas as informações estão aqui no relatório. É esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acho que essa segurança seria muito importante.

O SR. DIRCEU BARBANO – Claro. Claro. Aí só para ressaltar, o Brasil tem recebido cada vez mais navios de cruzeiro, aumenta o número de pessoas desse tipo de embarcação que circula na costa brasileira, e elas passam por um controle rígido da Anvisa, buscando justamente dar segurança às pessoas que ficam dentro dessas embarcações há dias em viagem com idosos e crianças, alimentando-se. E há um conjunto de regras internacionais a serem cumpridas.

A cada parada dessas embarcações, a Anvisa atua, fazendo inspeções. Quando há problemas, como verificamos há pouco tempo, há uma ação muito contundente, no sentido de evitar maiores danos.

A Anvisa fez duas coisas interessantes agora, no começo deste ano. Uma delas foi saltar uma classificação dos navios de cruzeiros, segundo a observação dos riscos envolvidos em cada uma das 18 embarcações avaliadas e fez, no *site* da Anvisa, uma área específica para orientação aos viajantes que usam esse tipo de lazer nas suas viagens.

Aí está o endereço que as pessoas podem acessar essa área específica e vão conseguir ali saber todas as ações, os esforços da Anvisa, em dar segurança, para que as pessoas, brasileiras ou não, que viajam em navios de cruzeiro na costa brasileira, possam ter segurança.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIRCEU BARBANO – “Navio de passeio marítimo”. O Agenor está aqui corrigindo o nome dos navios de cruzeiro.

Pode passar o próximo.

Nesse *slide*, aproveito para destacar o primeiro item, que foi um esforço muito grande, feito pela Anvisa – recordo-me, inclusive, que o Senador Paulo Davim acompanhou isso bastante de perto –, possibilitando que as comunidades terapêuticas, organismos de

saúde com um papel importante no cuidado com as pessoas, vítimas do vício das drogas, principalmente neste momento importante de combate a essa epidemia que representa o uso do *crack* no Brasil, a Anvisa criou uma regra específica que permite a legalização e a formalização dessas comunidades que, até então, muitas vezes, funcionavam na informalidade.

Isso, inclusive, Senador Jayme Campos, Senador Paulo Davim, possibilitou que o Ministério da Saúde, agora, consiga, por meio de um edital e de projetos, repassar recursos para essas instituições. A Anvisa foi criticada, e o Ministério, também, pela medida, mas entendemos que, frente à epidemia e à gravidade do problema, toda e qualquer iniciativa e todo e qualquer apoio são fundamentais e importantes, podendo salvar vidas de brasileiros, vítimas principalmente do *crack* hoje, uma droga muito agressiva, causando danos irreparáveis, quando não, a morte das pessoas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIRCEU BARBANO – Não. O Ministério da Saúde, agora, com essas comunidades sendo formais, abriu um edital. Inclusive, ontem, o Ministro, num café da manhã com a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, comunicou isso. Ele publicou um edital, que permite às comunidades apresentarem seus projetos diretamente ao Ministério, e elas receberão recursos do próprio Ministério da Saúde.

O próximo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIRCEU BARBANO – Senador Wellington Dias, já fiz um agradecimento enorme a V. Ex^a, pela possibilidade de estarmos aqui, prestando esses esclarecimentos.

Aqui, o item importante aí foi o debate em relação à restrição de aditivos em produtos derivados do tabaco, que durou o ano passado inteiro, no qual a Anvisa demonstrou três virtudes importantes para uma instituição que cuida da saúde das pessoas.

Primeiro, ela se mostrou autônoma e muito consistente na tomada da sua decisão; segundo, ela se mostrou absolutamente aberta ao debate; e terceiro, uma instituição que se mostrou madura, serena em conduzir um debate, que não foi simples, mas cujo resultado terá um impacto importante para a saúde de todos nós.

O próximo.

Pode passar esse.

Pode passar esse também.

Aqui destaco esse item no meio, ali, que foi uma parceria que a Anvisa firmou ...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Dr. Dirceu, o Bisfenol A foi uma matéria aprovada aqui na Casa.

O SR. DIRCEU BARBANO – Foi aprovada aqui na Casa a proibição do Bisfenol A, mas, de qualquer forma, também há uma regra da Anvisa para a questão de mamadeiras e chupetas, que já está em vigor. Isso é importante, pois se trata de uma substância com potencial tóxico importante, que estava presente em compostos plásticos e produtos usados para crianças.

Tanto o Congresso quanto a Anvisa atuaram, no sentido de evitar que esse produto ...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E quanto tempo para a retirada do mercado? Parece-me que há um estoque aí. Os fabricantes estavam querendo um prazo maior.

O SR. DIRCEU BARBANO – Sim. Nós estabelecemos o prazo, já em dezembro do ano passado. Houve uma solicitação de extensão desse prazo, e a Diretoria Colegiada entendeu que não havia motivo para que esse prazo fosse estendido, e nós decidimos por não estender o prazo. Então, já não se pode mais. Há inclusive o prazo de esgotamento dos estoques. Não é mais autorizada a presença de compostos com Bisfenol no mercado.

Aqui destaquei essa parceria com o Instituto Nacional do Controle de Qualidade e de Saúde, que visa excluir animais de pesquisa, ou seja, o INCQS criou um centro de validação de métodos alternativos para testes que hoje usam animais, a fim de evitar que determinados testes que possam ser realizados em sistema *in vitro* dependam de utilização de animais.

Isso deve, para os próximos anos, diminuir muito o uso de animais em testes, principalmente de sensibilidade e em outros usados para medicamentos, cosméticos, que hoje sacrificam animais e, muitas vezes, com a disposição de testes que poderiam evitar esse sacrifício.

Pode passar o próximo.

Aqui destaco esse último item. Criamos uma coordenação dentro da área de registro de medicamentos da Anvisa que analisa em fila separada aqueles produtos que são estratégicos para o sistema público de saúde. Não podemos colocar na mesma fila um produto, um medicamento, que vai ser usado e é estratégico para o Sistema Único, e um produto que vai parar na gôndola de uma farmácia.

É injusto para a sociedade. É injusto para o sistema de saúde. Nós criamos, então, uma área específica que analisa em fila separada esses produtos, fazendo ganhar tempo no seu registro.

Pode passar.

A outra discussão grande – esta Comissão também acompanhou, e nós debatemos muito com a sociedade – foi a retirada dos inibidores de apetite anfetamínicos do mercado. Isso gerou muita discussão, muita confusão, mas hoje essa norma já está valendo. Já temos um ambiente muito mais seguro. Já há um esforço muito maior, por parte dos profissionais de saúde, em encontrarem alternativas de tratamento que não sejam necessariamente o uso de medicamentos. Isso traz ganho, com certeza, à saúde das pessoas.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Queria pedir um minuto ao nosso companheiro Dirceu Barbano, primeiro para comunicar que sala de reunião é da CAE, todavia esta reunião é da CAS, porque está sendo informado pela TV Senado que a reunião é da CAE. Então, quero deixar bem claro que essa audiência pública é uma reunião da CAS.

Quero convidar o Senador Wellington Dias para assumir a Presidência, primeiro porque ele é autor, segundo porque tenho compromissos a cumprir na manhã de hoje.

V. Ex^a, por favor, assuma a Presidência da Comissão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Dr. Dirceu, sem atrapalhar a sequência, aproveitando essa transmissão de cargo, gostaria de fazer uma pergunta. Alguns produtos, alguns medicamentos, no mercado, se apresentam com 28 comprimidos, quando, na verdade, o mês é de 30, 31 dias. Então, muitas vezes, isso descompleta o tratamento e obriga o usuário do medicamento a, antes de concluir o mês, comprar outra caixa. Muitas vezes, há uma programação financeira. O orçamento doméstico é todo regrado. Então, o indivíduo compra o medicamento para 30 dias, e, antes do final do mês, este já acabou, tendo a pessoa de comprar outro. Não têm sentido os 28 comprimidos, se for um por dia.

Assim, gostaria de saber do Dr. Dirceu se existe alguma preocupação nesse sentido de estabelecer para os medicamentos, cuja posologia é de um medicamento por dia, de cumprir pelo menos os 30 dias. Há alguma orientação nesse sentido?

O SR. DIRCEU BARBANO – Há, sim, Senador. A Anvisa já definiu claramente quais são as apresentações que serão e são permitidas já para medicamentos de uso contínuo, que são 30 e 60, ou múltiplos de 30. E essas embalagens, com essas quantidades, estão desaparecendo do mercado, porque, na renovação de registro, estamos cobrando que as empresas façam adequação. Durante muito tempo, não houve essa preocupação. Mesmo nos produtos de uso agudo, eram encontradas quantidades que não tinham nada a ver

com a posologia. Então, hoje, a regra é uso contínuo tem de ter essa relação com os 30 dias, e o que é de uso agudo tem de ter uma relação com a mínima posologia e duração de tratamento indicados. Isso está valendo para antibióticos, para antiinflamatórios também, e os de uso contínuo – há um esforço, e as empresas sabem disso.

Por outro lado, tramita, aqui, no Congresso Nacional, o projeto de lei do Executivo que trata do fracionamento. O fracionamento, no nosso entendimento, tem de ter como grande objetivo inibir, ainda que uma indústria não seja obrigada a fazer a embalagem fracionada, mas que, quando ele não tiver embalagens compatíveis com os tratamentos, que ele seja obrigado a ter a embalagem fracionada para que a pessoa possa comprar apenas ou então a quantidade suficiente para o seu tratamento.

Pode passar o próximo.

Pode passar.

Pode voltar.

Aqui, há uma questão importante. Conseguimos publicar a 5ª edição da *Farmacopeia Brasileira* no ano passado. O Brasil avançou muito junto ao Mercosul, consolidando o que, nos próximos anos, deve ser a Farmacopeia do Mercosul. Uma farmacopeia no Mercosul será uma ferramenta de integração dos marcos de regulação sanitária em medicamentos fundamental.

Pode passar.

Pode passar o próximo.

Mais um.

Mais um.

Mais um.

Eu quero mostrar esse gráfico, que, ontem, mostrei para o Senador Jayme Campos, que ficou muito impressionado com o crescimento no número de inspeções internacionais que a Anvisa realiza, salientando que as inspeções em fábricas, no Brasil, via de regra, são realizadas pelas autoridades sanitárias dos Estados e Municípios, por vezes. Agora, as inspeções internacionais, a Anvisa é que precisa fazer.

No ano de 2009, a Anvisa fez em torno de 250 inspeções internacionais; em 2010, foram feitas 426; em 2011, 444 inspeções em fábricas de medicamentos de produtos médicos e de insumos farmacêuticos fora do Brasil. É claro que esse número é absolutamente menor do que a demanda, e vamos ter de tomar decisões, daqui para a frente, buscando ajustar a demanda à nossa capacidade de inspecionar. Mas, para a sociedade, como um todo, no Brasil, é importante saber que não entra no Brasil medicamento ou material médico de alto risco, sem que a Anvisa inspecione as fábricas antes da importação desse produto.

Então, inspecionamos ali quase 200 fábricas de medicamentos e mais de 200 fábricas de produtos para a saúde fora do Brasil.

Quando chega medicamento no Brasil, além de ter o registro na Anvisa, toda a apresentação de documento, tem a necessidade de a Anvisa ter inspecionado e dado certificado de boas práticas de fabricação para essa planta no exterior. Essa é uma das atividades de controle pré-mercado mais importantes no campo da vigilância sanitária.

Pode passar.

Pode passar.

Mais um.

Aqui, esse gráfico sempre acho impressionante, porque a Anvisa faz mais de 50 mil inspeções em aeronaves por ano. São mais de 50 mil. Os aviões são inspecionados pela Anvisa para que tanto o ambiente quanto os produtos utilizados na limpeza, os serviços de alimentação, garantam segurança para os usuários. A Anvisa inspecionou – cresceu ali, Agenor. Você está vendo 2011 maior ainda do que 2010 – mais de 300 mil solicitações de importações de produtos. O Agenor sempre lembra que grande parte dos produtos importados para o Brasil passam por inspeção sanitária, na entrada, no País. Então, esse é um trabalho nobre e importante da Anvisa, que, por isso, destaquei.

Pode passar o próximo.

Vamos dar um pulo grande agora.

Pode ir mais um.

Trouxe uma apresentação maior para deixar para os senhores essas informações, muitas das quais estão contidas aqui no relatório.

Pode passar esse.

Mais esse. Isso vamos pôr no relatório do ano que vem.

Pode ir mais uma.

Aqui, um outro dado fundamental. Uma das coisas mais importantes que temos, para a vigilância sanitária, é o fato de a informação sobre desvio de qualidade ou eventos adversos chegar à Anvisa. É o que chamamos de Sistema de Informação de Notificação de Eventos Adversos e Queixas Técnicas.

Então, esse gráfico mostra quanto temos conseguido crescer na quantidade de informações que chegam à Anvisa, via profissionais de saúde, via empresas. E, quanto mais informações a Anvisa consegue receber, mais efetivo fica o sistema no sentido de averiguar se aquilo que chegou ao mercado cumpre ou não os requisitos de qualidade definidos no ato do registro.

Pode passar.

Pode ir passando.

Vamos lá.

Pode ir.

Aqui, algo que sempre salientamos: a importância da Anvisa na Coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, tanto com a interlocução, a pactuação e a capacitação de pessoas, como com o repasse de recursos.

Pode passar o próximo.

Aí, a Anvisa fez repasses da ordem de R\$85 milhões para os Estados e de R\$126 milhões para os Municípios, além do incentivo adicional de R\$15,7 milhões para os laboratórios dos locais onde haverá sedes de jogos da Copa do Mundo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Uma dúvida: em relação a esse repasse de R\$85 milhões para as Unidades Federadas, qual o critério da divisão desse montante?

O SR. DIRCEU BARBANO – É *per capita*. É *per capita*. Tem um valor definido por habitante.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E para Município também.

O SR. DIRCEU BARBANO – Município também. Só que os Municípios que recebem são os Municípios que se habilitaram ao que chamamos de obrigações mínimas em vigilância sanitária. Para aqueles Municípios que ainda mantêm com o Estado as suas responsabilidades básicas, o Estado é que continua recebendo o recurso, porque, senão, vai dinheiro para um lugar onde acaba não sendo usado.

Agora, a nossa grande preocupação, Senador, é fazer com que cada vez mais Municípios estejam habilitados. E acho que há um gráfico...

Pode passar.

Pode ir mais uma.

Pode ir.

Pode ir.

Aí, a descentralização de recursos por região, os quantitativos em cada região.

Pode passar o próximo.

Esse gráfico mostra o repasse feito na quantidade aí de Municípios que recebem os recursos por região. Então, o número de Municípios por região... Principalmente na região Nordeste, na região Centro-Oeste e na região Norte, é onde se verifica o maior crescimento de Municípios que, anualmente, têm-se habilitado para receber esse recurso.

É mensal. Ele recebe em parcelas mensais o recurso.

Pode passar.

Aqui, pode passar esse.

Depois, os senhores vão tomar conhecimento desses dados pelo relatório.

Pode ir mais um.

Pode ir.

Pode passar.

Aqui, também ontem tivemos uma audiência importante na Comissão de Representação do Parlamento do Mercosul, onde estivemos discutindo a ação da Anvisa no âmbito internacional.

Aqui, destaquei algumas só. A Anvisa, no ano passado, recebeu o certificado de agência de regulação de nível 4, que é agência de regulação de referência nas Américas pela Organização Pan Americana de Saúde. Isso para nós é fundamental, porque já são quatro agências. Deve entrar agora o México, os Estados Unidos e o Canadá. Essa condição de agência de referência permite um conjunto de facilidades na troca de informações em ações conjuntas com as agências desses países. Temos instrumentos de trabalhos envolvidos com os Estados Unidos, Canadá, Portugal, Argentina e Cuba; temos acordos de confidencialidade com Chile, Cuba, Colômbia, China, França, Suécia, Estados Unidos, Canadá também; e uma atuação crescente. Inclusive, na sexta-feira que vem, dia 18, estou, juntamente com o Agenor, viajando para Genebra, onde a Anvisa está realizando um evento do qual participarão mais de 30 presidentes de agências de outros países para discutir como é que podemos fortalecer uma ação mais articulada das agências, para trazer mais segurança, em nível global, uma vez que cada vez menos as agências de regulação sanitária podem se considerar agências nacionais, com o volume de circulação de mercadorias e com as cadeias produtivas cada vez mais dispersas.

Hoje, Srs. Senadores, Deputado Nelson Marquelli, existem indústrias de medicamentos que produzem o insumo num país, fazem a mistura no outro país, fazem o comprimido no outro país, embalam a embalagem primária no outro, e a embalagem secundária no outro. Os senhores imaginam que capacidade precisa ter um sistema de vigilância sanitária para controlar cada uma dessas etapas de cadeias, cada vez mais internacionalizadas.

Então, é necessário articular as agências, focando no que chamamos de conceito de reconhecer as capacidades locais. Nós trabalhamos sob um conceito de que não haverá agência capaz de fazer nada para o país do outro se ela não tem capacidade interna. Dessa forma, fortalecer a capacidade interna das agências é o caminho para tornar o sistema global mais eficiente.

Levamos esse conceito à Organização Mundial da Saúde. Estivemos, numa conversa, com a Diretora-Geral da organização, que topou fazer esse evento lá. Então, o evento está sendo em Genebra, com a Embaixada brasileira em Genebra organizando, e vai ser aberto pela Diretora-Geral da Organização Mundial de Saúde, em Genebra, na próxima sexta-feira.

Isso, para nós, é uma demonstração muito grande do grau de reconhecimento que a instituição que dirigimos, eu e o Agenor, juntamente com o Jayme, hoje, tem no cenário internacional. Isso é muito bom para o Brasil, porque isso não tem acontecido com as outras economias emergentes. Senador Wellington, temos uma percepção muito clara de que essa imagem que a Anvisa passa lá fora tem a ver com o fato de que mais de 95% dos produtos fabricados no Brasil, na área da saúde, são consumidos aqui. Na Índia, menos de 55%; na China, menos de 4%. Então, as autoridades sanitárias chinesa e indiana são autoridades que cuidam de uma produção muito grande da qual uma parte muito pequena é consumida no país. Aqui na Anvisa, se falharmos em alguma coisa, a sociedade brasileira bate à nossa porta amanhã. Então, somos muito mais vigiados pela sociedade, e isso faz com que a Anvisa tenha sido cada vez mais rigorosa.

Pode passar o próximo, porque estamos terminando.

Pode passar.

Por favor.

Aqui, um dado que acho sempre muito importante. A Anvisa é uma instituição do Estado brasileiro que tem se qualificado cada vez mais. Quase 95% dos seus servidores de nível superior, e não são poucos, são quase 800, têm, no mínimo, nível de especialização em pós-graduação. Já temos mais de 170 mestres, chegando já este ano a praticamente 200 e, em 2012, provavelmente, vamos ter cerca de 50 doutores no quadro da Anvisa. E o que é mais importante...

Pode passar o próximo.

Cada ano que passa, o número de cargos de confiança e livre nomeação da Anvisa que não são ocupados por servidores da casa vem diminuindo. Hoje, 75 % dos cargos comissionados são ocupados por servidores da própria agência e 95% dos cargos em comissão são ocupados por servidores públicos. Ou seja, ela tem tomado, cada vez mais, um caráter de uma estrutura de Estado sólida, focada no seu quadro de pessoal e na capacidade do seu quadro de pessoal.

Aqui, a questão da gestão orçamentária. Aí, a fonte de recursos da Anvisa, muito do que ela arrecada, é taxa de fiscalização. A Anvisa, hoje, arrecada cerca de 45% a 50%. Ainda não chegou a 50% do total do seu orçamento. O orçamento da Anvisa é construído por dentro do orçamento do Ministério da Saúde.

Pode passar o próximo.

Aqui, a execução orçamentária. Ano passado, chegamos a 94% de execução, o que, para nós, é muito positivo. É claro que, este ano, queremos chegar a alcançar mais próximo ainda dos 100%.

O SR. DIRCEU BARBANO – Mas sabemos que executar o orçamento, na esfera pública, nem sempre é simples, principalmente em atividades onde somos vulneráveis àquilo que pode ou não acontecer. Mas...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone*) – Está próximo de 50%.

O SR. DIRCEU BARBANO – Próximo de 50% a Anvisa já arrecada com a sua própria atividade.

Mas o que temos observado é que tanto o Governo, quando prepara a proposta orçamentária, quanto o Congresso Nacional têm sido muito generosos com a Anvisa, permitindo um crescimento, anualmente, sempre um pouco maior do que o crescimento obrigatório do PIB. Neste ano de 2012, o orçamento é da ordem de R\$728 milhões, que foram aprovados na lei orçamentária.

O que foi importante também, ano passado, é que conseguimos fazer mais inspeções internacionais, mais atividades com o sistema de capacitação, de formação de pessoas, e tivemos uma redução significativa no número de diárias e de passagens no gasto com diárias e passagens.

Acho que estamos terminando.

Pode passar.

Quero só que você passe, agora, lá para o final, o penúltimo *slide*.

Pode ir. Pode ir. Quando chegar ao penúltimo, você para.

Esse daí. Volta.

Então, Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, as pessoas que nos ouvem, entendemos que a Anvisa passa por um processo importante de qualificação da sua gestão, tem conseguido melhorar a sua atividade. Não está aqui, mas há toda uma melhoria nas atividades de inspeção, no relacionamento com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; há esforços na área de portos, aeroportos e de fronteiras.

E aí estão alguns resultados que acho que são importantes. A Anvisa tem sido, em algumas áreas, capaz de acompanhar o grande crescimento de demanda gerado pelo crescimento da economia. Em outras áreas, estamos, sim, estrangulados, virando-nos lá em rever processo, melhorar, simplificar os processos de trabalho, mas a Anvisa, hoje, na estrutura da Administração Pública, é uma instituição que goza de respeito, de credibilidade e que tem sido tomada como exemplo para outras instituições e órgãos públicos para a melhoria da gestão institucional. Agora, é claro que seria irresponsável em não reconhecer dificuldades. Temos muita dificuldade em conseguir acompanhar o crescimento do mercado, o crescimento da complexidade das tecnologias que são, hoje, levadas à Anvisa para análise e avaliação para registro. Observamos que a

sociedade, de um lado, cobra a ampliação da segurança sanitária. Ninguém quer viver, ninguém aceita insegurança alguma. Vimos o que aconteceu com os implantes mamários: uma fraude que não foi detectada em mais de 70 países, mas a sociedade, aqui, no Brasil, cobra da Anvisa, Senador Wellington, porque não aceita que existam fragilidades. Querem segurança. Então, de um lado, a sociedade cobra segurança; de outro lado, os mercados querem colocar suas tecnologias. Porque a indústria depende da competitividade, e competitividade, hoje, é tempo e inovação. E, quando a Anvisa não consegue ser eficiente em prazos, a indústria cobra do outro lado que sejamos mais eficientes em prazo. E estamos entendendo que a Anvisa não pode perder o grande valor que ela construiu ao longo desse tempo, que é ser reconhecida pela sociedade como uma instituição que tenha atuado para garantir segurança naquilo que consumimos, produtos e serviço. Não podemos perder isso, mas sabemos que temos grandes desafios a serem enfrentados. Temos 2.000 inspeções internacionais solicitadas pela Anvisa. Se fizemos 400 por ano, demoraríamos cinco anos para fazer as que têm pedido. De outro lado, temos mais de 1.600 pedidos de registros de medicamentos genéricos ou similares da indústria brasileira que precisam chegar ao mercado. Temos pesquisas clínicas, um conjunto grande. Tomamos uma decisão, semana passada, e colocamos em consulta pública uma norma que reconhece os estudos que já foram aprovados em agências americanas, japonesas, canadenses, europeias, australianas, para que não tenhamos que analisar todo o estudo de novo, para que os estudos possam chegar mais facilmente para o Brasil, possibilitando que realizemos estudos clínicos.

Então, há um conjunto de desafios aí, em alguns dos quais entendemos que não temos muito caminho. Provavelmente, depois de simplificar processos, a Anvisa vai ter de ter uma estrutura maior. Agora, qual é o limite do tamanho dessa estrutura, para uma economia que cresce, para um país que deve chegar a ser a quinta economia do mundo. Nós não sabemos. Posso dizer apenas o seguinte: comparam-nos muito com a agência americana. A agência americana, só a agência americana, tem 12 mil servidores. Só a área de medicamentos da agência americana tem 3.800 profissionais; nós temos 180. A área de equipamentos médicos da agência americana tem 1.200 funcionários; nós temos 26. E estamos aí buscando fazer o que a sociedade nos cobra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIRCEU BARBANO – Exato! Isso! A agência americana que cuida de agrotóxicos tem mais de 800 servidores. Aqui, entre Ministério da Agricultura,

Ministério do Meio Ambiente e a Anvisa, não chega a 50; há 44 funcionários. Então, o Estado brasileiro, que ninguém gosta de discutir que vai ficar maior e que vai precisar contratar mais pessoas. Fica parecendo sempre que contratar mais gente é sinal de ineficiência. Mas o Brasil, sendo a quinta economia do mundo, tem custos dos quais o Estado vai ter que dar conta de correr atrás.

É claro que entendemos também que há uma outra discussão importante. Será que algumas atividades... Já fazemos isso. Por exemplo, laboratórios que fazem estudo de bioequivalência não são todos do Estado. Eles são muito bem controlados. O Inmetro tem um conjunto de laboratórios privados que também são controlados e fazem certificações.

Então, vamos ter que avançar, de um lado, discutindo melhor como é que o setor privado pode assumir responsabilidades em alguns apoios à decisão do Estado, sem que a decisão saia do Estado, e, de outro lado, é quase inevitável, para uma economia que cresce e com todos os setores que são regulados pela Anvisa crescendo, no mínimo, o dobro do PIB, todos os seguimentos... Há seguimentos que cresceram quatro vezes o PIB, por ano, nos últimos anos. A média é de duas vezes e meia. A Anvisa não vai conseguir dar conta, ficando uma agência que foi criada em 1999, quando eu, nos meus 33 anos que tinha, à época, não fazia ideia de viver – e muito mais cabeludo do que hoje – de que ia viver no Brasil que vivo hoje. Então, quem criou a Anvisa... Acredito que o Deputado Marquizezelli era parlamentar já naquela ocasião, porque também os senhores não eram obrigados a saber que o Brasil, em 13 anos, seria o Brasil de hoje e que demandaria tanto trabalho à Anvisa.

Então, Senador Wellington, eu já havia passado às mãos do Senador Jayme Campos, e passamos também às suas mãos o relatório, e fico à disposição, mais uma vez, da CAS e dos parlamentares aqui presentes para debater.

Agenor, não sei se você tem alguma complementação a ser feita. Mas estamos, aqui, para discutir o que for necessário e possível.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Primeiro, gostaria de parabenizar, aqui, o Dr. Dirceu Barbano; agradecer também ao Dr. Agenor, nosso ex-Ministro, Diretor da Anvisa, dizendo-lhe que é uma satisfação; Deputado Marquizezelli, dizer que é uma honra para todos nós, aqui, recebê-lo. Tanto eu como o Paulo Davim queremos dizer que é uma satisfação estarmos aqui.

Primeiro, gostaria de parabenizá-los pela programação. Estivemos lá no Petrônio Portela, vendo a animação e a profundidade dos debates, e notamos o

carinho que cresce, no Brasil, exatamente em relação à Anvisa. Basta voltar na memória quinze, dez anos, não precisam vinte anos, se quisermos ir um pouco mais, nem vou a trinta, quarenta, e vamos verificar o quanto avançamos para a segurança da saúde, nas mais diferentes áreas. Ter essa rede, hoje, integrada com os Municípios, com as agências de vigilância dos Estados, cuidando desde coisas simples, como a venda de carne na moita, está certo... Quantas vezes víamos, no Brasil, nas cidades, a carne pendurada, literalmente, numa moita de onde se vendia com mosquitos; a minha região, a região Nordeste, com o abate clandestino; mesmo a famosa carne de sol, curtida com varejeira, como se diz na linguagem do agricultor; as embalagens do comércio. Avaliarmos como eram colocados os produtos alimentícios, ali nas bodegas, nas quitandas, nos mercados, muitas vezes vendidos nas feiras, então, quando olhamos tudo isso, às vezes, esquecemos que esse avanço responde, por exemplo, com o aumento da expectativa de vida, ou seja, ter uma sociedade hoje mais saudável. Não faz muito tempo, no meu Estado, nascíamos com a expectativa de vida de 56 anos. Quando eu nasci era assim. Hoje temos uma expectativa de vida de 70 anos, no meu Estado: 75, no Brasil; 71 no Nordeste, nós estamos praticamente juntos.

Então, o que quero aqui com essas palavras é dizer que para todos nós e é por isso que convidamos aqui para essa audiência em que além de estar falando para a Comissão, estar falando para o Brasil da importância desse trabalho.

Eu ia fazer aqui uma pergunta, mas já foi respondida no final. Eu acho que fica claro para todos nós a necessidade da ampliação. Acho que essa comparação com a Agência Americana ela é um exemplo, ela mostra o quanto nós temos que avançar, porque realmente uma das reclamações é exatamente essa de uma demanda muito elevada para o quadro de pessoal da Anvisa.

Então, eu gostaria aqui de consultar o Dr. Agenor se gostaria de também fazer algum acréscimo, enfim, será um prazer ouvi-lo.

O SR. JOSÉ AGENOR ALVARES – Muito obrigado, Senador. Bom dia, bom dia ao Deputado Marquezelli. E S. Ex^a fala que veio aqui para aprender veja bem se pode um negócio deste.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Você é nosso professor.

O SR. JOSÉ AGENOR ALVARES – Quero cumprimentar aos colegas lá da Anvisa que estão aqui presentes, os servidores e também fazer uma referência aos que estão ausentes, que são responsáveis por tudo isso que o Dirceu apresentou aqui, que são servidores,

que desde 1999, vem lutando para consolidar essa agência e eu tenho um carinho particular porque sou do quadro permanente dessa agência, pelo menos até 31 de maio, sou do quadro permanente dessa agência.

E queria só, em especial, agradecer ao Senador Wellington Dias, eu fiquei muito feliz quando vi a convocação dele porque tenho um carinho muito grande por S. Ex^a que me proporcionou uma homenagem no Piauí, uma coisa fantástica: os livros de história realmente não tratam a história como deve ser tratada, não é Senador?

O único movimento de reações às invasões brasileiras, principalmente contra a independência do Brasil, lá nos idos de 22, quem resistiu bravamente brigando, lutando, com paus, pedra, inchada e foice contra as armas de antigamente foram os conterrâneos do Senador, nossos conterrâneos do Piauí, que derramaram sangue para defender esse País, na Chamada Batalha do Jenipapo. Quando falamos Batalha de Jenipapo as pessoas olham com certo desdém e falam “Batalha do Jenipago”. E eu falo: “Eu tenho muito orgulho e guardo com destaque a comenda do Jenipapo que recebi das mãos do então Governador Wellington Dias”. Essa é uma questão da História. Eu a conheço porque o professor Santana me deu um livro de presente que retrata essa história e eu fico muito feliz. E durante uma representação, eu ainda pedi a uma pessoa que estava lá representando a luta, uma bandeira do Piauí que guardo com muito carinho. Então, muito obrigado, Senador, acho que isso aqui é muito importante.

Acho que o que o Barboza colocou retratou bem, foi um trabalho muito intenso da equipe da Anvisa e só queria destacar duas questões: ontem nós tivemos aqui, na Comissão de Agricultura, tanto do Senado quanto da Câmara, discutindo a questão de agrotóxico, viu Deputado Nelson Marchezan? E em todas as duas nós tivemos oportunidade de mostrar e discutir com os presentes a questão do mercado e o papel de regulação da Anvisa. O papel de regulação da Anvisa, muitas vezes, é pouco compreendido e pouco compreendido por cada questão de *lobbies*, que são *lobbies* fortes, que acham que temos que trabalhar principalmente em função única e exclusiva do desenvolvimento econômico e ainda bem que a Presidente Dilma no dia 30, diz claramente: “Não sou a Presidente que vai pensar apenas no desenvolvimento econômico, vou pensar na repercussão que possa ter na saúde das pessoas”. Então, aquilo foi um alento para nós da Anvisa porque, muitas vezes, a gente é colocada como um entrave do desenvolvimento econômico. E não é verdade. Hoje, pelo que nós temos obrigação, pelo que o Dirceu mostrou, a questão da saúde perpassa qualquer tipo de ação econômica, qualquer tipo de di-

visão única e exclusivamente econômica. Isso ocorre no mundo inteiro.

O que nós citamos ontem, o Deputado conhece isso mais de perto, foi aquela discussão emblemática que houve há pouco meses sobre o suco de laranja que foi proibido de entrar nos EUA por causa de questão de resíduos de agrotóxico. Está certo. Por quê? Porque a população não aceitaria produtos que não tivessem condições sanitárias adequadas para o seu consumo. E quando o Dirceu mostrou ali a questão da exigência, o número de inspeções que estamos fazendo internacionalmente, isso aí é a sociedade brasileira que cobra. Eu quero saber o que entra e se está entrando com segurança para o nosso consumidor, para nossas pessoas. Acho que essa é uma questão importante que temos que destacar. Porque nós temos uma função que é a de proteção da saúde e não temos a função de negação do desenvolvimento econômico, não é essa a questão. Então, eu acho que isso é um ponto importante que temos que colocar.

Eu só queria fazer, do que o Dirceu colocou, eu queria fazer só duas referências, Senadores e Deputados, e pedir licença só ao Dirceu só para reforçar que primeiro foi aquilo que o Dirceu colocou a respeito do navio de passeio marítimo, porque como atleicano eu não posso falar a palavra “cruzeiro”.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E tem um cruzeirense aqui do seu lado. (Risos.)

O SR. DIRCEU BARBANO – Não vale, você tem que ser Flamengo do Piauí. Não vale.

E que hoje é o quinto mercado do mundo no Brasil, é o quinto mercado do mundo no Brasil! O *ranking* que citou hoje é verificado por todo mundo hoje que tem conhecimento desse *ranking*. Entra no *site* da Anvisa e vê navio por navio autorizado a andar na costa brasileira, quais são as condições sanitárias desse navio. Eu acho que isso é importante destacar.

Em segundo, também pelo tempo que foi muito rápido, uma resolução que a Anvisa fez depois de quase seis anos dormindo, negando uma determinação do Conselho Nacional de Saúde que foi a resolução da talidomida, que todos nós sabemos o que significa a talidomida para a sociedade brasileira. A gente só ouve falar da talidomida e só se assusta quando encontra um caso de talidomida. E no final de 2010, não é Dirceu, houve dois casos incríveis de talidomida no Maranhão que passou praticamente despercebida e que tivemos que investigar, porque geralmente a cadeia de distribuição da produção até chegar à pessoa que precisa, geralmente é uma pessoa que está doente, portadora do mal de Hansen e que a gente tem que tomar cuidado.

Eu só queria fazer esses dois destaques, Senador, e de mais a mais, agradecer mais uma vez porque, como o Dirceu salientou no início, temos obrigação principalmente com a Comissão de Assuntos Sociais. E principalmente porque todos os diretores da Anvisa são sabatinados aqui. Então, nós temos que ter essa obrigação de ter uma interlocução com a CAS nesse momento e principalmente nós que batalhamos tanto nesse regime democrático do País, não podemos nos furtar, de maneira nenhuma, de vir aqui conversar com os parlamentares e trazer a posição da Anvisa. Era só isso que eu queria.

Muito obrigado mais uma vez ao Senador Wellington e muito obrigado pela oportunidade de estarmos aqui apresentando esse relatório de atividade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pela CAS nós também agradecemos ao nosso ex-Ministro, Dr. José Agenor que prestou relevantes serviços ao Brasil e, de forma especial, nos atendeu em momentos de grande emergência, lá no Estado do Piauí. O orgulho é nosso de tê-lo como portador da Medalha do Mérito Heróis do Jenipapo que nos engrandece.

Então, já caminhando para o encerramento, nós gostaríamos de passar a palavra ao nosso Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Wellington, eu quero parabenizar a todos que fazem a Anvisa na pessoa do Sr. Diretor Presidente, do Dr. Dirceu Barbano, realmente um trabalho belíssimo, uma instituição que presta um valioso serviço à sociedade brasileira e é um exemplo de instituição pública, um exemplo.

Eu gostaria de apenas fazer uma pergunta ao Dr. Dirceu a respeito do segmento das farmácias magistrais, esse segmento tem, via de regra, externado algumas preocupações e gostaria de saber quais as dificuldades enfrentadas por esse segmento junto à Anvisa, porque não é raro, em conversas com pessoas que atuam nesse segmento, ser abordado com inseguranças, dúvidas, certas ansiedades.

Eu gostaria de saber quais são as dificuldades enfrentadas por esse segmento junto à Anvisa?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Passo para o Dr. Dirceu Barbano.

O SR. DIRCEU BARBANO – Bom, Senador, esse é um tema muito importante esse, porque o Brasil tem... Não são muitos países no mundo que tem farmácias que manipulam medicamentos. A manipulação quando ocorre em outros países, via de regra, é o fracionamento. Em alguns países como os EUA se produzem medicamentos em embalagens maiores e são fracionados para entrega e para consumo. E, aqui

no Brasil, há uma história de farmácias que manipulam medicamentos e é uma história de um lado muito importante, porque durante muito tempo essas farmácias, para o médico e principalmente para o consumidor, desempenhavam um papel vital que era oferecer formulações de produtos e apresentações, fórmulas que não estavam disponíveis no mercado. E cumpriam um papel fundamental não só em cidades no interior, mas nas capitais também sempre buscando oferecer o produto com a maior qualidade e com a melhor qualidade.

As farmácias que manipulam medicamentos, na verdade, tem sofrido um processo que é um processo doloroso de fato, porque as exigências técnicas para a fabricação do medicamento industrializado se ampliaram muito ao longo dos últimos anos. A indústria farmacêutica hoje não é mais a indústria farmacêutica de 10, 15 anos. E as farmácias de manipulações também não, elas passaram por um período de muita pressão para uma adequação técnica para a sua atividade.

A grande questão, que é uma dificuldade para o sistema de vigilância sanitária, é conseguir separar a norma e a exigência e o método de controle de operação que ocorre no ambiente industrial para o ambiente da farmácia de manipulação. Claro que tem sempre o argumento: “olha, uma coisa é fabricar, outra coisa é manipular”. Mas para o consumidor essas duas coisas não podem ser muito diferentes. A qualidade que se assegura em um caso é necessária também para o outro. E as farmácias tem reclamado muito que há uma exigência muito grande de estrutura para elas funcionarem, do ponto de vista de laboratórios. Então, há pedidos, muitas vezes, de que essa exigência possa ser menor. Há questionamentos de normas da Anvisa que exigem análises e testes com matérias-primas e insumos que, muitas vezes, para a farmácia é difícil fazer.

Ao longo dos últimos anos, também houve uma vedação de manipulação de determinados produtos ou a ampliação muito grande da exigência de manipulação de outros: hormônios, os produtos estéreis ou fórmulas estéreis. É um processo que vem tornando a atividade de manipulação de medicamentos em farmácia muito árdua e muito penosa para quem ainda faz. Nós não temos no País uma decisão de que não devam existir farmácias de manipulação, mas nós sabemos que hoje fica muito complexo para quem faz a regulação sanitária definir os critérios que consigam não impactar substancialmente na atividade.

De outro lado, houve problemas no passado que impactam até hoje de farmácias de manipulação que atuavam mais como indústria do que como farmácias. A individualização da formulação do receituário, quando ocorre, é famosa para farmácia. E há outra questão que é complicada também, que é uma questão de mercado.

Por mais que os medicamentos custem caro ainda e a sociedade pene para pagar, hoje tem programas para conseguir comprar programas mais baratos ou receber de graça e existem os medicamentos genéricos com preços muito baixos. Então, existe uma formulação dos medicamentos mais básicos genéricos...

Ontem, eu falava com o meu adjunto, O Klassmann, que usa um desses produtos históricos e estava dizendo: “olha, eu pago R\$4,50 de uma caixinha com 30 comprimidos. Para a indústria dá para custar R\$4,30; para a farmácia fica difícil R\$4,30. Ela paga mais caro a embalagem, paga mais caro...E ontem ainda eu fiquei sabendo que tramita na Comissão de Seguridade Social e Família um projeto de lei para exigir que a farmácia de manipulação coloque bula. Ou seja, vão se criando obrigações que fazem com que, por uma questão de mercado, o cidadão também opte mais por comprar um medicamento industrializado. A Anvisa pode ter uma culpa nisso.

Ano passado, registramos quase 50% mais genéricos do que no ano de 2010. Então, na medida em que vai chegando o genérico e barateando o preço também vai criando um problema de mercado que não tem como a Anvisa cuidar. O que nós entendemos: se a farmácia atuar em uma individualização do receituário, se ela tiver uma estrutura apropriada e aplicar os cuidados técnicos necessários, ela consegue oferecer uma formulação individualizada com segurança para o paciente, para o médico. Agora imaginar que a manipulação de medicamentos em farmácia possa concorrer com a indústria, ela não vai conseguir até por uma questão de mercado. E é esse um pouco o ambiente que está colocado.

Nós, até o final do ano, queremos fazer um debate muito profundo com as entidades e os farmacêuticos que atuam nesse tipo de estabelecimento para verificar que futuro teremos para garantir segurança e qualidade para os produtos e garantir a existência desse segmento de mercado que tem o seu lugar, mas ele é um lugar hoje muito mais estreito do que já foi no passado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos e, abusando aqui da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, gostaríamos de ouvir antes aqui o meu querido Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PSDB – RS) – Senador, quero só agradecer a oportunidade, cumprimentar o Presidente Dirceu e o Agenor que representa a Anvisa e fazer só um comentário.

Eu me dedico à agricultura há alguns anos aqui na Câmara. Vim para cá pela agricultura e trabalhei sempre pela segurança alimentar. Sempre, sempre trabalhando nessa área. Consegui fazer com que a re-

muneração, dentro do Ministério da Agricultura, fosse satisfatória para que os funcionários, médicos veterinários e aqueles que trabalhavam na área de segurança e na agricultura tivessem uma remuneração salarial melhor e não nos arrependemos.

Veja aí a posição que o Brasil tem hoje no mercado internacional com quase 50% da pauta de exportação de produtos agrícolas e uma coisa leva a outra. Começamos a trabalhar também na área de saúde porque é um complemento da agricultura. Nós trabalhamos com alimento e você tem que trabalhar com o homem também. E eu estou satisfeito porque o trabalho aqui na Anvisa tem feito na área da segurança da saúde que é o complemento da segurança alimentar.

Veja que essa produção que nós estamos tendo aqui, Oxalá, o Brasil comece a exportar também medicamentos, se é que essa produção estão vindo para isso, daqui, há pouco vai ser pauta de exportação, já está exportando...

O SR. DIRCEU BARBANO – Já está exportando para 50 países.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PSDB – RS) – Então, isso é importante é mão de obra brasileira, é um recurso para o País e nós vamos poder...Uma coisa puxa a outra. Então, agora entramos na educação. Por quê? Para poder colocar mais cursos universitários para medicina e começar a formar mais médicos. Conseguimos colocar em Franca mais uma faculdade de medicina, estamos dobrando as capacidades das faculdades de medicina no País, para que possamos complementar esse ciclo.

Quero parabenizá-los e parabenizar ao Senado e à Comissão por essa audiência pública aqui que é importante o conhecimento.

Queria aproveitar a oportunidade de solicitar desse belíssimo relatório que vocês estão fazendo, mais uns dez exemplares, para que possa mandar para os prefeitos no interior do Estado para divulgar e eles conhecerem esse trabalho.

Está bom! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós que agradecemos ao Dr. Nelson e agradecendo aqui também à Comissão.

Não é porque o Senador Mozarildo chegou, mas é porque nós chegamos aqui ao tempo de encerramento, agradecer aqui a sua presença e também a presença de todos que fazem aqui a Anvisa. Se a Anvisa é essa Agência admirada por todos nós certamente pelo quadro de servidores que tem.

Então, meu querido Dirceu, quero agradecer ao Agenor, agradecer aqui a todos e muito obrigado pela presença.

Declaro encerrados os trabalhos.

(Iniciada às 08 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos, do dia dezesseis de maio de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2011.** *Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.* Autoria: Deputado Enio Bacci. Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Durval. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, com 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 com as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em Decisão Terminativa. **ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, de 2011.** *Concede pensão especial aos herdeiros de Frei Tito de Alencar Lima.* Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 3 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2011.** *Institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar de Políticas sobre Álcool e Drogas.* Autoria: Senador Wellington Dias e outros. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela rejeição do Projeto de

Resolução do Senado nº 5, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Autor, com a aquiescência do Relator. **ITEM 4 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, de 2007.** Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário. Autoria: Senador Gerson Camata. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, de 2008.** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem. Autoria: Senador Marcelo Crivella. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, de 2009.** Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes. Autoria: Senador Marcelo Crivella. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011.** Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário. Autoria: Senador Cyro Miranda. Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos PLS's nºs 169, de 2008, 494, de 2009 e 148, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 5 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, de 2011.** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011, com as 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. **ITEM 6 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 471, de 2011.** Dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. Autoria: Senador Fernando Collor. Relatoria Ad Hoc: Senador João Durval. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011. A matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em Decisão Terminativa. **ITEM 7 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE**

LEI DO SENADO Nº 23, de 2012. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Direito Humanos e Legislação Participativa – CDH, em decisão terminativa. **ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2009.** Acrescenta a Seção II-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada especial de trabalho dos Operadores de Telemarketing. Autoria: Deputado Bernardo Ariston. Relatoria: Senador Wellington Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2011.** Altera as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria Ad Hoc: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2011. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2011. **ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2011.** Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011 e, da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011 e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, de 2011.** Altera o art. 3º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e acrescenta art. 2º-A à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para excluir do salário-de-contribuição do empregado valores pagos em indenização de alimentação e transporte de empregados. Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2011, e da Emenda que apresenta. **Resul-**

tado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para re-exame do Relatório. **ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 628, de 2011.** *Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, para dispor sobre os reflexos da extinção do contrato de trabalho em face da aposentadoria por tempo de contribuição.* Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 2011. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 2011. **ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2011.** *Acrescenta o § 2º ao art. 482, do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 – CLT, para disciplinar o abandono de emprego.* Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Durante a discussão da matéria, o Senador Paulo Paim apresenta Emenda que é acatada pelo Relator “ad hoc”, Senador Cyro Miranda. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011 e a Emenda nº 1-CAS. **ITENS EXTRAPAUTA. ITEM 14 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, de 2012.** *Requeiro, nos termos regimentais, o apoio dessa COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS para a organização de Seminário Conjunto com a COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA – CSSF, da Câmara dos Deputados, a realizar-se no Auditório Nereu Ramos, em data a ser definida posteriormente, a fim de discutir a entrada de médicos estrangeiros no Brasil e médicos brasileiros formados no exterior. Informo que o Requerimento nº 213, de 2012, de autoria do Excelentíssimo DEPUTADO ELEUSES PAIVA, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, formalizando a mesma solicitação à Comissão de Seguridade Social e Família.* Autoria: Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 37, de 2012.** *Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, contemplando os requerimentos de nº 02, 05, 06 e 07 de 2012. Para tanto, sugiro sejam convidados:* – Sr. Dirceu Rodrigues Alves Júnior – Diretor da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet); – Sr. Marcos Zaven Fermanian – Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Simila-

res (ABRACICLO); – Sr. Ricardo Xavier – Diretor presidente da Seguradora Líder, responsável pela administração do Seguro DPVAT; – Sr. Valter Ferreira da Silva – Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do RS (Sindimoto/RS); – Sr. Gilberto Almeida dos Santos – Presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo (Sindimoto/SP); – Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho – Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB; – Sr. Orlando Bindá dos Santos – Representante da União Estadual dos Mototaxistas do Estado do Amazonas; – Representante da Associação Brasileira de Terapia Intensiva; – Sra. Gisele Flores – Colunista e fundadora do Instituto Sobremotos. Autoria: Senadores Ana Amélia, Paulo Davim e Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 38, de 2012.** *Com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de 2 (duas) audiências públicas, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir a discussão do Projeto de Lei da Câmara (PLC) no 160, de 2009, que “dispõe sobre as garantias e direitos fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos”, de autoria do Deputado George Hilton. A questão da regulação dos direitos constitucionais relativos à religião é séria e estratégica, do ponto de vista da cultura e dos costumes, por um lado, e do interesse público, por outro, visto que as religiões têm-se mostrado parceiras importantes do Estado no desempenho de funções como educação, assistência social e saúde. Nessa situação estratégica, é importante que o Senado Federal procure ampliar a escuta da sociedade, dando voz aos setores majoritários e aos minoritários, de modo a encontrar soluções normativas que possam ser reconhecidas por todo o campo religioso brasileiro, sabidamente complexo, diverso e plural. Sugerem-se os seguintes temas para serem debatidos na audiência:* – O PLC no 160, de 2009, implica violação ao caráter laico do Estado brasileiro? – As religiões não-cristãs reconhecem-se nas propostas contidas no PLC nº 160, de 2009? – Não seria mais adequado o estabelecimento de um estatuto jurídico para cada religião interessada nisso, que expressasse e traduzisse as suas necessidades e características peculiares, nos moldes do Estatuto Jurídico da Igreja Católica, ao invés de uma “Lei Geral” para todas as religiões? – A necessidade de as instituições religiosas terem reconhecimento de suas personalidades jurídicas, mediante o registro do ato de criação na repartição competente do Estado, conforme preceitua o art. 3º do PLC 160/2009, atende aos distintos segmentos religiosos?

– O art. 4º do PLC 160/2009 concede imunidades, isenções e benefícios apenas para as instituições religiosas inscritas como pessoas jurídicas e que persigam fins de assistência e solidariedade social. Sem entrar nos aspectos de constitucionalidade, mas apenas analisando o mérito, quais são as possíveis consequências da aprovação deste dispositivo para as diversas instituições religiosas? – os dispositivos do projeto que regulam o patrimônio material e imaterial (art. 5º) e os lugares de culto (art. 6º) se coadunam com os direitos, as necessidades e os interesses das instituições religiosas? – o ensino religioso, previsto no art. 11 como parte da formação básica do cidadão, deve mesmo ser considerado uma atribuição do Estado? – os aspectos inerentes ao vínculo empregatício de ministros ordenados e fiéis consagrados (art. 15) devem ser regulados pelo Estado? Em que medida? Ou devem ser analisados considerando as necessidades, interesses e prerrogativas de cada instituição religiosa? Para responder a esses questionamentos, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades e especialistas: **1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA** – Silvio Ramos Garcêz, do Conselho Nacional de Umbanda do Brasil, ou um representante por ele indicado; – Silvio Santos Sobrinho, da Igreja Assembleia de Deus, ou um representante por ele indicado; – Cardeal Dom Raymundo Damasceno Assis, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ou um representante por ele indicado; – Sheikh Jamel Ali El Bacha, presidente da União Nacional das Entidades Islâmicas, ou um representante por ele indicado; – Roberto Arriada Lorea, Juiz de Direito no Rio Grande do Sul e Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA** – Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha – Professor Titular da UFRJ; – Marga Janete Ströher, Coordenadora da Política de Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; – Valdina Pinto, representante do Candomblé, ou um representante por ela indicado; – Nestor João Masotti, Presidente da Federação Espírita Brasileira, ou um representante por ele indicado; – Um Representante da Congregação Judaica do Brasil. Aatoria: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 39, de 2012.** Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 31, de 2012– CAS, aprovado em 25/04/2012, que a audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de discutir as repercussões do Projeto de Lei do Senado nº 24/2003 – que acrescenta parágrafo ao artigo 625-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que

objetiva condicionar à anuência expressa de advogado e à homologação pelo sindicato representante de categoria profissional a eficácia do termo que contiver renúncia de direitos por parte do trabalhador, inclua os seguintes convidados: – Adauto de Oliveira Duarte – Diretor de Relações Industriais da FIAT Automóveis; – Artur Bernardo Neto – Diretor de Assessoria Legal Trabalhista e Relações Sindicais – GM do Brasil; – Representante da Confederação Nacional da Indústria; – Representante da Confederação Nacional da Agricultura. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 40, de 2012.** Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública no âmbito da subcomissão permanente em defesa do emprego e da previdência social para debater a situação dos trabalhadores do setor aéreo e o Fundo AERUS. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Aatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 41, de 2012.** Nos termos do Artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que seja realizada Audiência Pública desta Comissão em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH – e de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater a pauta da Marcha dos Municípios, prevista para ser realizada de 15 a 17 de maio, em Brasília, com atenção para as situações emergenciais motivadas, por exemplo, pela estiagem e por enchentes, bem como, os projetos que viabilizem a capacidade de investimento e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. Aatoria: Senador Wellington Dias e outros. **Resultado:** A Presidência declara, a pedido do autor, Senador Wellington Dias, a Prejudicialidade do Requerimento nº 41, de 2012-CAS, nos termos do artigo 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 20 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 42, de 2012.** Em aditamento ao Requerimento nº 31/2012-CAS, aprovado no dia 25 de abril de 2012, solicito que seja incluído como participantes da Audiência Pública com finalidade de discutir “as repercussões do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2003”, os Presidentes da Nova Central Sindical de Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores e da Força Sindical. Aatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia, Ana Rita, Lúcia Vânia e os Senadores Waldemir Moka, João Vicente Claudino, Benedito de Lira, Paulo Paim, Paulo Davim,

João Durval, Wellington Dias, Humberto Costa, Cyro Miranda, Rodrigo Rollemberg, Mozarildo Cavalcanti, Armando Monteiro, Casildo Maldaner e Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Dulcília Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens de números 1 a 13, conforme pauta previamente divulgada, sendo sete itens não terminativos e seis terminativos.

Eu gostaria de fazer um breve comentário em relação a uma matéria muito importante, que é o PLS nº 352, de 2011, que está na pauta de hoje, não menosprezando, nem subestimando ou diminuindo os demais projetos. É um projeto de autoria da Senadora Ana Amélia, relatada pelo valoroso Senador Waldemir Moka e reproduz aqui matéria publicada pela Agência Senado. Cidadãos pedem no Alô Senado a aprovação do projeto que inclui quimioterapia oral nas coberturas dos planos de saúde. O Alô Senado, que é um sistema de enquetes do Senado Federal, registrou, nesta quarta-feira, várias manifestações favoráveis à aprovação do PLS nº 352, de 2011, que dispõe sobre planos de seguros privados de assistência à saúde. O projeto altera a lei para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral, ou seja, quimioterapia oral, entre as coberturas obrigatórias.

Foram recebidos apelos como este, Senadores, para que sejam sensíveis à causa do câncer: aprovem o PLS nº 352, de 2011. E a população pede a inclusão da quimioterapia oral nos planos de saúde. Essa medida é essencial aos pacientes com câncer.

Lembro-me de que as opiniões registradas pela central de relacionamento e pelas mídias sociais do Alô Senado e redes sociais refletem a visão pessoal dos

cidadãos que se manifestaram por intermédio desse canal de comunicação.

Este projeto é de autoria da Senadora Ana Amélia. É um projeto muito importante, sobretudo para as famílias menos afortunadas deste País, que dependem muito também do Serviço Único de Saúde, e quero crer que a proposta feita no programa Alô Senado tenha que ser incluída também nos planos de saúde.

Esta é uma medida sobre a qual cabe uma reflexão, deve ser discutida, tendo em vista que os planos de saúde privados no Brasil fazem a cobertura hoje de mais de 50 milhões de brasileiros. Entendo que é muito importante, tendo em vista que com o atendimento do Serviço Único de Saúde e os planos privados também incluindo esse atendimento, a população brasileira vai ser atendida de maneira geral. Principalmente aqueles que recorrem aos planos de saúde privados, que recorrem ao Sistema Único de Saúde.

E aqui eu não poderia deixar de cumprimentar a valorosa Senadora Ana Amélia por produzir projeto meritório como este, que mostra sua sensibilidade, sobretudo aqueles que precisam de fato de uma atenção melhor, principalmente nesse momento, quando muitas famílias têm este problema, ou seja, uma doença que hoje lamentavelmente afeta alguns milhares de brasileiros que é o câncer, o CA, e a quimioterapia, os tratamentos adequados.

A Senadora Ana Amélia, em boa hora, propôs esse projeto. Aqui quero cumprimentá-la e dizer-lhe que projetos como este vão dignificar o seu mandato como Senadora da República que muito bem representa o seu Estado do Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Amélia, autora do projeto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O item 10, o Relator desta matéria de grande alcance social, como disse V. Ex^a, é o Senador Waldemir Moka, que é médico e tem grande sensibilidade social.

O que me preocupa muito, Senador Jayme Campos, é que, quando entramos na área social, o Governo, que se autopromove com a preocupação social, às vezes, levanta barreiras ao, nada mais nada menos, ampliar o grau de burocracia no processo de acessibilidade dos pacientes ou clientes da quimioterapia, daqueles que dela precisam.

Depois de exaustivas conversações, exaustivas conversações da minha assessoria técnica com a ANS, que estive em audiência pública – como bem lembrou V. Ex^a –, quando discutimos exaustivamente, só desejo que não haja mais delongas quanto a essa matéria. As

pessoas estão aguardando. A Oncoguia, que é uma instituição séria, de grande responsabilidade, também trabalhou intensamente esse tema.

Ontem, tive a frustrada tentativa de aprovar – V. Ex^a também apoiou –, aqui na Casa. O projeto que previa a desoneração do Imposto de Renda daquelas pessoas do Regime-Geral da Previdência Social ao completarem 60 anos chegou a ser colocado na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos e foi aprovado.

A lei, hoje, fala em 65 anos, mas, como o Governo mantém o sistema de reajustes para a Previdência Social muito defasado – o salário mínimo daqueles que ganham mais de um salário mínimo como aposentado – eu imaginei, ao elaborar o projeto, que seria uma forma de corrigir essa grande injustiça.

V. Ex^a deve ouvir muito, em seu Mato Grosso, as queixas dos aposentados, porque o que eles recebiam, Senador Jayme Campos, está caindo em valor e em poder aquisitivo.

Então, nesse processo, eu lamentei muito. Foi nesse sentido a manifestação do Senador Eduardo Suplicy, em nome da Receita Federal, achando que haverá algum tipo prejuízo da Receita. Ora, não se trata de medir prejuízo. A queda eventual da receita é mínima, se compararmos o volume gasto com outras desonerações, e será compensada por uma ativação da economia.

Então, eu fico muito triste quando tomamos iniciativas que são parlamentares e o Governo, por razões, para mim, às vezes incompreensíveis, faz objeção ao projeto, como ocorreu ontem quanto ao projeto dos aposentados.

Já que se esgotou a discussão, espero que a ANS, agora, tenha mais agilidade na aprovação dessa matéria e não burocratize demais e impeça o acesso dos pacientes portadores de câncer a esse tratamento, que é muito mais recomendado pelos médicos, como disse aqui o Dr. Paulo Hoff, que é especialista do Hospital Sírio-Libanês.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Também quero me associar a suas observações.

Na verdade, o Governo tem de ter mais sensibilidade com relação a projetos como esse. V. Ex^a fez aqui um breve relato em relação aos aposentados e tem toda razão. Espero que não aconteça, em relação a esse projeto, o que vem ocorrendo em relação aos aposentados, que, lamentavelmente, como V. Ex^a diz, têm suas aposentadorias defasadas, como também os benefícios, daqueles que, ao longo de sua trajetória de trabalho, contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento, mas, lamentavelmente, quando chega

o momento em que mais precisa, o Governo não dá o apoio necessário para que ele possa ter até mesmo um final de vida decente, com dignidade e, sobretudo, com cidadania.

De maneira que V. Ex^a tem toda a razão e aqui quero me associar às suas palavras.

Eu quero registrar a presença do ilustre Senador Waldemir Moka.

Eu, inclusive, já falei o nome de V. Ex^a e percebi que V. Ex^a achou até meio estranho, me parece, nós termos aberto a nossa reunião aqui por volta das 8 horas e 45 minutos. Entretanto, eu tenho que prestar um esclarecimento. Nós abrimos aqui antes do horário previsto, ou seja, nove horas, que na semana passada, aqui – V. Ex^a participou, mas de forma rápida –, horário que nos era assegurado há um ano e alguns meses... Inclusive, já tivemos vários telefonemas perguntando por que, na quarta-feira passada, a Comissão de Assuntos Sociais não estava no ar. Tive até que justificar para vários telespectadores. É que, lamentavelmente, teve uma Comissão, ou seja, uma audiência pública que se sobrepôs ao trabalho da Comissão de Assuntos Sociais.

Por isso, para não ter nenhuma justificativa para que nós não estejamos prestando conta do nosso serviço aqui, das nossas atividades nesta Comissão, nós antecipamos mais um pouquinho. Mas, de qualquer maneira, o que vale é a nossa intenção de levar, naturalmente, à opinião pública brasileira o trabalho que está sendo desenvolvido aqui pela Comissão de Assuntos Sociais.

De forma que V. Ex^a também é tirador de leite. Levanta de madrugada, cedo, mas imagino que... A Ana Amélia me disse aqui que, se eu sou tirador de leite, ela é a que toca a vaca para levar para o curral. Mas eu não sabia dessa...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A Senadora Ana Amélia vai mudar aqui. Eu digo que ela arma uma rede aqui, ela dorme por aqui pelo Congresso. Ela agora, além de ser das primeiras a chegar, está começando antes a reunião. Mas aí... Toma chimarrão às cinco horas da manhã e chega às sete horas ela está...

Mas, Sr. Presidente, a Senadora Ana Amélia – com muita seriedade – é autora de um projeto que, na minha avaliação, eu acho um dos mais importantes pelo menos que eu relatei neste semestre aqui.

Senadora, eu estou propenso a incluir, se fosse possível, de imediato, no meu relatório, uma sugestão da Agência Nacional de Saúde, porque eu percebo nitidamente que a colaboração é positiva. É claro que eu fiz um relatório e submeti a V. Ex^a. É o meu perfil. Eu acho que o autor do projeto precisa... Não é necessário

que seja assim, mas eu acho que o Relator tem que interpretar também a ideia, senão você acaba também modificando como um todo o projeto.

Mas eu gostaria – ainda não estamos discutindo... Na verdade, ele diz o seguinte: a cobertura de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral... Aí eles pedem para a gente colocar “incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes”. Quer dizer, se tiver algum efeito colateral... Eu achei importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso aí, sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É uma contribuição relevante. E, depois, eles, naquilo que a nossa audiência pública percebeu com os especialistas aqui, e eu também acho importante, que você tem que obrigar os planos de saúde a bancar essa cobertura, mas o médico especialista, parece-me que da USP...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. Paulo, do Hospital Sírio-Libanês. Dr. Paulo Hoff.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ele, o tempo todo – eu percebi... Nós tínhamos que deixar muito claro que tinha duas preocupações: quem prescreve o medicamento e em que circunstância. E eu, como médico, acho isso fundamental. Nós colocamos isso aqui no § 4º, e eu disse que quem prescreve é especialista e os medicamentos, quer dizer, é através de um protocolo. O que é o protocolo? Na minha época, o hospital tinha uma conduta, o serviço tinha uma conduta para prescrição. Você trata pneumonia desse jeito, enfarto desse jeito... É uma conduta. Agora, dentro dessa conduta você tem, você elege determinados medicamentos, que, na avaliação, na experiência médica, são os que trazem efeitos melhores. Nós colocamos isso, e a Agência Nacional da Saúde está dizendo o seguinte: que eles gostariam que colocasse: “publicados pela ANS”. Uma forma de tornar isso alguma coisa oficial. Quer dizer, se a Agência Nacional de Saúde reconheceu o protocolo significa que as entidades médicas de especialistas realmente têm esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Deixa-me só fazer um aparte a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, mas eu não estou discutindo o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas, nesse caso, é na regulamentação da lei?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É na regulamentação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na regulamentação da lei, vai ficar bem explicitado que a ANS terá que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, é que o medicamento que vai ser ministrado precisa estar sob, digamos, a avaliação desse código que a ANS tem, passando, primeiro, pela Anvisa, que é a agência que tem o domínio sobre isso. A ANS tem outra competência e ela está querendo que esse medicamento não seja um medicamento que não esteja no mercado brasileiro e que não esteja devidamente regulamentado. É o que eu estou entendendo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É exatamente isso. É isso mesmo.

Porque diz o seguinte: quando você diz que as coberturas, os medicamentos serão objeto de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas serão realizadas periodicamente, ouvidas as sociedades médicas de especialistas da área e publicadas pela Agência Nacional de Saúde.

Digo, Sr. Presidente, que essa é uma precaução que a gente deferia ter no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Correto, muito bom.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É claro que eu consulto a nossa assessoria – daí porque isso – se eu poderia fazer isso, como ainda não apresentei o relatório, eu colocaria isso como uma emenda de redação minha. Na verdade, não é uma emenda. Eu vou incluir no meu relatório a tempo, antes da discussão, essas duas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Entendi. Senador, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª poderia formalizar. V. Exª já fez de forma oral, mas não custa nada formalizar. A nossa assessoria... Antes de fazer a leitura do relatório, já formaliza a proposta que V. Exª está encaminhando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como é em caráter terminativo, acho que é importante também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Importantíssimo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É importante e acho que sana aí. Havia um pedido da Liderança do Governo para que eu o retirasse da pauta e penso que, ao fazer isso, acatar as duas sugestões, eu entendo que estou resolvendo o problema...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa bancada está meio confusa – hein, Senador –, porque uma hora manda liberar a bancada e, outra hora, manda retirar de pauta. Não dá para entender.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu recebi o pedido e penso que, dessa forma, eu não retiraria o projeto e nós votaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Moka, V. Exª está propondo de forma

oral. Naturalmente, nós vamos acatar, é regimental, e, posteriormente, você faz, tem que formalizar...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até para não parecer que a autora tem má vontade...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não há dificuldade nenhuma, isso é regimental. É possível nós acatarmos essa proposta de V. Ex^a. No momento da votação, V. Ex^a poderá, já está pronto, naturalmente formalizado, vir apresentar aqui.

Quero registrar a presença do Senador Rodrigo Rollemberg também, como também a do Senador João Durval e do Senador Paulo Paim.

Antes de iniciarmos nossa pauta, eu gostaria de fazer apenas um comentário aqui. Quero comentar a divulgação dos dados do Mapa da Violência em 2012: homicídios de mulheres, com base no Sistema de Informações de Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde. O levantamento mostra que, em uma lista de 87 países, o Brasil é o sétimo que mais mata. Em 2010, foram 4.297 casos ou 4,4 assassinatos por 100 mil habitantes. E a conclusão é de que, a cada duas horas, uma mulher é assassinada no Brasil. E o pior: na maioria dos casos, o agressor é o companheiro, o marido ou o namorado.

A pesquisa é a primeira a registrar dados regionais do Mapa das Capitais: as regiões Norte e Nordeste são as mais violentas; Porto Velho, Rio Branco, Manaus e Boa Vista, por exemplo, têm mais de 10 mortes por grupo de habitantes, enquanto Brasília registra 1,7; as principais vítimas são normalmente mulheres de 20 a 29 anos. Segundo o estudo, a violência contra a mulher acontece geralmente no ambiente doméstico.

Diante desses números alarmantes, apresentei um projeto de lei que cria um fundo para amparar mulheres agredidas.

O PLS nº 109, de 2012, já em tramitação na Casa, estabelece um auxílio pecuniário e treinamento profissional para as mulheres que, em razão da violência doméstica, se separam dos seus maridos e dos seus companheiros.

De maneira que isso aqui é o mínimo de proteção que estamos dando às mulheres. Lamentavelmente, os números aqui são exorbitantes, são os números mais altos do planeta. O primeiro é a China, o segundo é o Peru. Um atinge quase 77% e o outro, 38%. Entretanto, no Brasil, na média entre capitais e interior, chega a 33,2% o índice de agressão contra as mulheres brasileiras.

Quero registrar também, então, a presença do Senador Paulo Davim. Já temos aqui um bom número de Senadores para iniciarmos, para colocarmos em pauta os projetos que hoje se encontram aqui. Ou seja, são sete itens não terminativos e seis terminativos.

Nós já temos duas matérias aqui com pedido para que sejam retiradas de pauta, uma do Senador Paulo Paim, que foi relator *ad hoc*, o Item 4, e a outra é o Item 8, que é do Senador Wellington Dias.

Nós vamos iniciar o Item 1. Já tivemos uma relatoria *ad hoc* do Senador João Durval. Ele já relatou *ad hoc*, e estamos aguardando agora vista coletiva.

Item 1, página 16, decisão não terminativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 64, DE 2011

– Não Terminativo –

Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

Autoria: Deputado Enio Bacci

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Durval

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, com 3 (três) Emendas que apresenta.

Observações:

– Em 02.05.2012, a matéria é retirada de Pauta a pedido da Relatora;

– Em 09.05.2012, a Presidência designa Relator “*ad hoc*” o Senador João Durval, que lê o Relatório em substituição à Senadora Lúcia Vânia. É concedido Vista Coletiva nos termos regimentais;

– A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em Decisão Terminativa;

– Votação simbólica.

Eu consulto os Srs. Senadores e Senadoras se há manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem o Senador Paulo Davim. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós pedimos vista na reunião passada. Já foi feita a emenda, a emenda que mudaria a entrada do embarque dos passageiros ostomizados? Porque, na verdade,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Existe um prazo regimental.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Porque, na verdade, houve uma mudança. A roleta, antes, era atrás, era na porta traseira; hoje é na porta dianteira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas não veio emenda. Foi pedida vista coletiva...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Foi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E, naturalmente, nós estamos aguardando a emenda.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Tem como o senhor apresentar essa emenda agora, modificando, permitindo a entrada na porta contrária à em que está localizada a roleta?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não. O que indago a V. Ex^a é se V. Ex^a quer pedir para retirar de pauta. É regimental. Mas antes disso...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Porque vai ficar prejudicado.

Eu vou providenciar agora mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas antes disso, antes do pedido de vista de V. Ex^a, eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o que nós poderíamos fazer para agilizar o projeto, pela sua importância? O Senador Paulo Davim é membro da Comissão de Direitos Humanos, e percebi aqui que o projeto vai para a Comissão de Direitos Humanos. Aprovamos aqui, e se assim o Senador Paulo Davim entender, eu já indico ele como relator lá, e S. Ex^a sendo relator coloca mais uma emenda e aprova o projeto.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótima solução.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Ótima solução.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já é o relator lá.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como sempre, o Senador Paulo Paim é competente. Entendendo muito aqui, ele abre mão inclusive de projetos dele que em 2008 ele produziu e encaminhou. Em 2010, em 2011, um Senador apresenta outro, e ele abre mão, se associa, como se não fosse Senador, e já deu solução aqui.

Já estamos com a solução.

O Senador Paulo Paim já garantiu a V. Ex^a que V. Ex^a será relator da matéria, dessas emendas que serão propostas.

Eu acho que é um belo encaminhamento da matéria. E assim nós vamos dar sequência aos nossos trabalhos.

A votação será simbólica.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores... Essa é a manifestação decorrente do pedido de vista, que está solucionado.

Concedo a palavra ao Senador João Durval, que foi relator *ad hoc*, para suas considerações finais, se V. Ex^a julgar necessário.

Se não houver nenhuma consideração a fazer em relação à matéria, entraremos no processo de discussão. Se não houver quem queira discutir, entraremos em processo de votação.

Consulto e indago a V. Ex^a se quer fazer alguma observação em relação à manifestação. (Pausa.)

Como o Senador João Durval não deseja fazer nenhuma manifestação, está em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero manifestar o meu voto favorável, claro, atendendo a um pedido do Deputado Enio Bacci, que é o autor desse projeto, que é uma bela iniciativa.

Cumprimento, então, tanto o Enio Bacci e a Lúcia Vânia quanto o Senador João Durval. E também o Paulo Davim, que vai ser o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Também o Paulo Davim, que vai ser o relator lá na CDH.

Registro também a presença do Cyro Miranda, valoroso Senador do Estado de Goiás, como também do meu prezado e querido amigo, Senador João Claudino, que muito bem representa o seu Estado do Piauí e já se encontra presente em nossa Comissão, aqui.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, e as Emendas nºs 1, 2 e 3, apresentadas pela Relatora e que teve como Relator *ad hoc* o Senador João Durval.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa.

Vou ler um requerimento extrapauta, em homenagem ao Senador Paulo Davim, que é nosso Senador também assíduo, é frequente sua presença aqui na nossa Comissão. Em homenagem a V. Ex^a, com a

devida vênia e respeito aos demais Senadores, já vou fazer a leitura desse requerimento.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão De Assuntos Sociais – CAS para a organização de Seminário Conjunto com a Comissão De Seguridade Social E Família – CSSF, da Câmara dos Deputados, a realizar-se no Auditório Nereu Ramos, em data a ser definida posteriormente, a fim de discutir a entrada de médicos estrangeiros no Brasil e médicos brasileiros formados no exterior.

Informo que o Requerimento nº 213, de 2012, de autoria do Excelentíssimo Deputado Eleuses Paiva, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, formalizando a mesma solicitação à Comissão de Seguridade Social e Família.

Autoria: Senador Paulo Davim

Concedo a palavra a V. Ex^a Senador Paulo Davim, para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, realizamos há 15 dias, mais ou menos, uma audiência pública nesta Comissão para discutirmos a entrada de médicos estrangeiros no Brasil e também de médicos brasileiros formados no exterior, para exercerem suas atividades aqui no País.

Essa audiência pública foi bastante concorrida e representativa. Resultou desse debate a realização de um seminário conjunto entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. No Senado Federal, por meio da Comissão de Assuntos Sociais, e, na Câmara dos Deputados, por meio da Comissão de Seguridade Social e Família.

O Deputado Eleuses Paiva, que estava presente na audiência, deu entrada nesse requerimento, que já foi aprovado na Comissão de Seguridade Social. E estamos dando entrada no requerimento já que ficou acertado que seria uma audiência conjunta das duas Comissões.

Acho interessante porque vamos ampliar esse debate, vamos ampliar a base de consulta e que, no final, queremos chegar a uma solução, a um direcionamento mais adequado, em que não haja prejuízo para nenhum dos entes envolvidos nessa questão. Já está marcado esse seminário, que será no dia 20 de junho, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal. Portanto, trago aqui este requerimento dando sequência ao compromisso assumido durante a audiência

pública. Eu acredito que será um evento importante para debatermos esse assunto de grande alcance social e de grande significância na assistência de saúde pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Está em votação o requerimento do Senador Paulo Davim.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Extrapauta também.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 37, de 2012

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, contemplando os requerimentos de nº 02, 05, 06 e 07 de 2012. Para tanto, sugiro sejam convidados:

– Sr. Dirceu Rodrigues Alves Júnior – Diretor da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet);

– Sr. Marcos Zaven Fermanian – Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (ABRACICLO);

– Sr. Ricardo Xavier – Diretor presidente da Seguradora Líder, responsável pela administração do Seguro DPVAT;

– Sr. Valter Ferreira da Silva – Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do RS (Sindimoto/RS);

– Sr. Gilberto Almeida dos Santos – Presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo (Sindimoto/SP);

– Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho – Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB;

– Sr. Orlando Bindá dos Santos – Representante da União Estadual dos Mototaxistas do Estado do Amazonas;

– Representante da Associação Brasileira de Terapia Intensiva;

– Sra. Gisele Flores – Colunista e fundadora do Instituto Sobremotos.

Autoria: Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Davim e Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para encaminhar o seu requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, no início deste ano legislativo, nós apresentamos à Comissão de Assuntos Sociais um requerimento para realização de uma audiência pública para discutir exatamente a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas. Isso foi no início, no mês de fevereiro.

De lá para cá, o noticiário apenas confirma a relevância desse tema, porque, a cada dia, morrem mais jovens em acidentes de moto. Agora mesmo, nesse final de semana, numa praia do litoral do Rio Grande do Sul, uma modelo, que mora no Rio de Janeiro e que é gaúcha, estava de moto, sofreu um grave acidente e corre o risco de ficar tetraplégica. Então, são por essas evidências e esses fatos assustadores, tirando vidas ou deixando com sequelas os acidentados, que propomos essa audiência pública, que teve também uma participação importante do Senador Paulo Davim que sugeriu a presença da área da Associação Médica Brasileira e da Terapia Intensiva, porque é a área médica mais impactada diretamente pelo tratamento desses politraumatizados. Então, foi muito relevante a colaboração. Também no caso, participa a Senadora Vanessa, pois está em Manaus o principal centro produtor de motocicletas. Então, ela propôs a presença da indústria do setor de motos, porque a indústria também tem um papel relevante na discussão de mecanismos de maior proteção e segurança desses veículos que servem hoje não apenas para o lazer, mas servem, sobretudo, para a área de serviços, como é o caso de São Paulo, de mototáxis.

Temos visto que não estão nos grandes centros os maiores índices percentuais de acidentes. No Nordeste, em algumas cidades do interior do Nordeste, o jégué foi substituído pela moto. E a capital de maior incidência de acidentes de motos é Boa Vista, em Roraima.

Então, acho que essa é uma razão adicional para realizarmos a audiência pública ainda neste semestre, se for possível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, para encaminhar o requerimento também, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quero elogiar a iniciativa da Senadora Ana Amélia e ressaltar a importância dessa audiência pública.

No Brasil, já existem quinze milhões e setecentas mil motocicletas. Só no ano passado foram vendidos pela indústria dois milhões de motocicletas. Através das campanhas educativas e de todos os cuidados que estão tendo as autoridades responsáveis, estão diminuindo os acidentes e as vítimas de acidentes de carro e de outros veículos no Brasil, mas estão aumentando as vítimas de acidente de moto. Só no ano passado aumentou em 11% o número de vítimas de acidentes de moto.

Portanto, Sr. Presidente, acho fundamental essa audiência pública, essa proposição da Senadora Ana Amélia, e também os convites às autoridades que irão conosco debater nessa audiência pública. Acho que será bastante esclarecedora. Tenho certeza absoluta de que, dessa audiência pública, nós extrairemos alguma posição para fortalecermos o enfrentamento a esse problema que, a meu ver, já se tornou um problema de saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Davim.

Requerimento.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 38, de 2012

Com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de 2 (duas) audiências públicas, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir a discussão do Projeto de Lei da Câmara (PLC) no 160, de 2009, que “dispõe sobre as garantias e direitos fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos”, de autoria do Deputado George Hilton.

A questão da regulação dos direitos constitucionais relativos à religião é séria e estratégica, do ponto de vista da cultura e dos costumes, por um lado, e do interesse público, por outro, visto que as religiões têm-se mostrado parceiras importantes do Estado no desempenho de funções como educação, assistência social e saúde. Nessa situação estratégica, é importante que o Senado Federal procure ampliar a escuta da sociedade, dando voz aos setores majoritários e aos minoritários, de modo a encontrar soluções normativas que possam ser reconhecidas por todo o campo religioso brasileiro, sabidamente complexo, diverso e plural.

Sugerem-se os seguintes temas para serem debatidos na audiência:

– O PLC no 160, de 2009, implica violação ao caráter laico do Estado brasileiro?

– As religiões não-cristãs reconhecem-se nas propostas contidas no PLC no 160, de 2009?

– Não seria mais adequado o estabelecimento de um estatuto jurídico para cada religião interessada nisso, que expressasse e traduzisse as suas necessidades e características peculiares, nos moldes do Estatuto Jurídico da Igreja Católica, ao invés de uma “Lei Geral” para todas as religiões?

– A necessidade de as instituições religiosas terem reconhecimento de suas personalidades jurídicas, mediante o registro do ato de criação na repartição competente do Estado, conforme preceitua o art. 3º do PLC 160/2009, atende aos distintos segmentos religiosos?

– O art. 4º do PLC 160/2009 concede imunidades, isenções e benefícios apenas para as instituições religiosas inscritas como pessoas jurídicas e que persigam fins de assistência e solidariedade social. Sem entrar nos aspectos de constitucionalidade, mas apenas analisando o mérito, quais são as possíveis consequências da aprovação deste dispositivo para as diversas instituições religiosas?

– os dispositivos do projeto que regulam o patrimônio material e imaterial (art. 5º) e os lugares de culto (art. 6º) se coadunam com os direitos, as necessidades e os interesses das instituições religiosas?

– o ensino religioso, previsto no art. 11 como parte da formação básica do cidadão, deve mesmo ser considerado uma atribuição do Estado?

– os aspectos inerentes ao vínculo empregatício de ministros ordenados e fiéis consagrados (art. 15) devem ser regulados pelo Estado? Em que medida? Ou devem ser analisados considerando as necessidades, interesses e prerrogativas de cada instituição religiosa?

Para responder a esses questionamentos, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades e especialistas:

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

– Silvio Ramos Garcêz, do Conselho Nacional de Umbanda do Brasil, ou um representante por ele indicado;

– Silvio Santos Sobrinho, da Igreja Assembleia de Deus, ou um representante por ele indicado;

– Cardeal Dom Raymundo Damasceno Assis, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ou um representante por ele indicado;

– Sheikh Jamel Ali El Bacha, presidente da União Nacional das Entidades Islâmicas, ou um representante por ele indicado; e

– Roberto Arriada Lorea, Juiz de Direito no Rio Grande do Sul e Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

– Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha – Professor Titular da UFRJ;

– Marga Janete Ströher, Coordenadora da Política de Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

– Valdina Pinto, representante do Candomblé, ou um representante por ela indicado;

– Nestor João Masotti, Presidente da Federação Espírita Brasileira, ou um representante por ele indicado; e

– Um Representante da Congregação Judaica do Brasil.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Concedo a palavra a V. Exª para encaminhar o seu requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, a Constituição Federal, em seu art. 5º, principalmente, e nos arts. 19, 143, 210 e 226, secundariamente, trata do tema da religião de modo a preservar e garantir a sua existência e atuação livres, sempre nos termos da lei.

No ano de 2008, o Brasil assinou, com o Estado do Vaticano, um acordo internacional estabelecendo o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, acordo que foi incorporado ao ordenamento jurídico pela promulgação do Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010.

Trata-se de um fato que, ao estabelecer, na forma da lei, aquilo a que se refere a Carta Magna, cria para a Igreja Católica condições mais precisas de proteção de seus direitos.

O PLC de 2009 procura estender esse detalhamento protetivo a um número significativamente maior de instituições religiosas.

Há diversos questionamentos provenientes da sociedade civil, pois há setores no mais das vezes minoritários, que não se consideram, por várias razões, ao abrigo desta nova proposta.

Como se trata de tema de grande importância para a cultura e a ética da sociedade, é recomendável para nossa democracia que sua regulação seja a expressão de um acordo tão amplo e satisfatório quanto possível, dado o caráter sensível e conflitivo do assunto.

Nesse sentido, a realização de duas audiências públicas vem ao encontro das melhores aspirações democráticas e de tolerância, razão pela qual requeremos sua realização.

Será a oportunidade, Sr. Presidente, para que possamos ouvir os representantes dessas diversas

entidades. Assim, podemos responder a questões tais como: em que medida o PLC implica violação ao caráter laico do Estado brasileiro? As religiões não cristãs reconhecem-se nas propostas contidas no PLC 160, de 2009? Não seria mais adequado o estabelecimento de estatuto jurídico para cada religião interessada, que expressasse e traduzisse suas necessidades e características peculiares, nos moldes do Estatuto Jurídico da Igreja Católica, em vez de uma lei geral para todas as religiões? Há necessidade de as instituições religiosas terem reconhecimento de suas personalidades jurídicas mediante o registro e ato de criação na repartição competente do Estado, conforme preceitua o art. 3º do PLC 160? Atende aos distintos segmentos religiosos? O art. 4º do PLC 160 concede imunidades, isenções e benefícios apenas para instituições religiosas inscritas como pessoas jurídicas e que persigam o fim de assistência e solidariedade pessoal, sem entrar nos aspectos da constitucionalidade, mas apenas analisando o mérito. Quais são as possíveis consequências da aprovação deste dispositivo para as diversas instituições religiosas? Os dispositivos do projeto que regula o patrimônio material e imaterial e os lugares de cultos se coadunam com os direitos e as necessidades e o interesse das instituições religiosas? O ensino religioso previsto no art. 11 como parte da formação básica do cidadão deve ser mesmo considerada uma atribuição do Estado? Os aspectos inerentes ao vínculo empregatício de ministros ordenados e fieis consagrados devem ser regulados pelo Estado? Em que medida? Ou devem ser analisados considerando necessidades e interesses e prerrogativas de cada instituição religiosa.

Justamente para responder a esses questionamentos é que faço a sugestão no sentido de que sejam convidadas as autoridades e especialistas conforme mencionados por V. Exª, Presidente Senador Jayme Campos.

Acho que, assim, respondo aos diversos Senadores que têm conclamado para que logo venhamos a dar parecer a respeito. Quero dizer que encaminhei à assessoria jurídica, em que especialistas na área de religião têm estudado em profundidade esta matéria e também recomendaram a realização de uma audiência como essa para esclarecer cada um desses pontos, Sr. Presidente.

Assim expresso o meu respeito aos diversos Senadores e Senadoras que acham muito importante este projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para uma consideração rápida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador. Questão de ordem ou pela ordem? Pela ordem, para encaminhar. Para me ajudar a encaminhar, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para subsidiar, só numa frase: este projeto visa combater todo preconceito na área religiosa. Por isso, meus cumprimentos.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, ouvindo o Plenário, gostaria que V. Exª pudesse fazer uma inversão na pauta.

Sou Relator do item 10, autoria da Senador Ana Amélia. Trata-se de um projeto de lei que obriga os planos de saúde a darem cobertura na chamada “quimioterapia oral”. Eu queria ver se V. Exª poderia... Duas preocupações: uma, porque eu, realmente, tenho um compromisso; outra, porque percebo que nós temos quórum, uma vez que o projeto é terminativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto as Srªs e os Srs. Senadores, diante do pedido feito pelo Senador Waldemir Moka, Relator da matéria, se V. Exªs concordam em fazer a inversão de pauta, tendo em vista que o projeto tramita em caráter terminativo nesta Comissão. *(Pausa.)*

Se V. Exªs concordam, não há por que a Presidência não concordar.

Assim, pedindo vênias à Senadora Ana Rita...

Senadora Ana Rita, daqui a pouco V. Exª poderá relatar a sua matéria. Parece-me, inclusive, que V. Exª pedirá vista do projeto diante da falta de mais alguns elementos para complementar o relatório de V. Exª.

Então, nesse caso, vamos proceder à inversão de pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 352, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros pri-

vados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011 e, da Emenda que apresenta.

Observações:

– Em 15.12.2011, é realizada Audiência Pública para instrução da matéria, em atendimento aos Requerimentos nºs 60 e 61, de 2011-CAS, de iniciativa do Senador Waldemir Moka e da Senadora Ana Amélia;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente, vamos ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 352, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.

A proposição determina que seja coberto pelos planos de saúde que incluem atendimento ambulatorial o tratamento de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, inclusive medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes. No caso dos planos que incluem internação hospitalar, obriga a cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, com vistas a garantir a continuidade da assistência prestada na internação hospitalar.

A cláusula de vigência determina que a lei entre em vigor após transcorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação. Evidentemente, para que se dê um tempo para que os planos de saúde também possam se adaptar à nova legislação.

De acordo com a autora do projeto, atualmente cerca de quarenta por cento dos tratamentos oncológicos empregam medicamentos de uso domiciliar. Assim, esses tratamentos devem ter cobertura pelos planos de saúde, o que ainda não acontece, transferindo boa parte desses pacientes e de seus custos assistenciais para o Sistema Único de Saúde (SUS). Isso é comum. Embora o paciente tenha um plano de saúde, como não está previsto na legislação, não há a obrigação da cobertura disso.

E vocês imaginem a situação de uma pessoa que, ao recebe um diagnóstico de que é portadora de câncer, em seguida, fica sabendo que o seu plano de

saúde não cobre o tratamento. É realmente uma situação muito difícil!

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Em 15 de dezembro de 2011, por força da aprovação dos Requerimentos nos 60 e 61, de 2011-CAS, de minha autoria e da Senadora Ana Amélia, foi realizada uma audiência pública para debater a proposição, que contou com os seguintes participantes: Martha Regina de Oliveira, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), representante de Mauricio Ceschin, Diretor-Presidente da Agência; Paulo Hoff, médico oncologista, Diretor do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP) e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio-Libanês; Luciana Holtz de Camargo Barros, Presidente do Instituto Oncoguia; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (ABRAMGE) e Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB).

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

O que há é uma emenda minha, na Comissão, como Relator.

Análise.

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS deliberar sobre proteção e defesa da saúde. Nesse sentido, a matéria de que trata o presente projeto de lei – cobertura assistencial dos planos de saúde – é afeita à temática desta Comissão.

As normas que regem o setor de saúde suplementar definem a cobertura obrigatória em função da assistência prestada. Os procedimentos que fazem parte da cobertura assistencial mínima obrigatória pelos planos de saúde, regulamentados pela Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e contratados a partir de 2 de janeiro de 1999 – os chamados planos novos –, estão listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Isso é válido também para planos contratados antes dessa data, mas somente para aqueles que foram adaptados à Lei dos Planos de Saúde.

O rol é revisado a cada dois anos. O primeiro rol de procedimentos foi definido pela Resolução do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU) nº 10, de 1998, atualizado pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 67, de 2001, e revisto nos anos 2004, 2008 e 2010 pelas Resoluções Normativas nos 82, 167 e 211, respectivamente.

No dia 2 de agosto de 2011, a ANS publicou a Resolução Normativa nº 262, que *atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde previstos na RN*

nº 211, de 11 de janeiro de 2010, que entrou em vigor no início de 2012. Nessa atualização foi incluída a cobertura para cerca de sessenta novos procedimentos, mas, novamente, não foi contemplada a quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral.

De fato, a Resolução da ANS vigente apenas facultava às operadoras de planos privados de assistência à saúde oferecer, por sua própria iniciativa, cobertura maior do que a mínima obrigatória, inclusive medicação de uso oral domiciliar. Isso, evidentemente, não é suficiente, pois não garante o direito do paciente portador de câncer em receber o melhor tratamento possível.

Por outro lado, merece destaque o fato de que a quimioterapia oral feita em casa oferece vantagens substanciais ao paciente, tanto físicas como emocionais, tais como sentir-se menos agredido pelo tratamento, o que proporciona maior adesão, e facilidades, vez que não tem que alterar a sua rotina, não precisa gastar com transporte nem ter alguém disponível para acompanhá-lo à unidade de saúde.

Ademais, não há óbices para a sua aprovação no tocante à constitucionalidade, visto que o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde. Da mesma forma, não existem impedimentos quanto à juridicidade ou à técnica legislativa da proposição.

Por fim, a despeito dos evidentes méritos do projeto sob análise, julgamos adequado oferecer emenda no intuito de definir a quem cabe prescrever e em que circunstâncias será ministrado o tratamento quimioterápico domiciliar, conforme sugeriram os especialistas convidados para debater a proposição em comento, em audiência pública. Aliás, no particular, os especialistas chamaram a atenção para a importância disso, mas quem prescreve e em que circunstâncias tínhamos que definir.

Essa definição, contudo, não é passível de detalhamento em lei, mas, sim, mediante protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Por conseguinte, delegamos tal competência à ANS e às sociedades médicas de especialistas da área, que detêm o conhecimento técnico necessário para orientar o tratamento e garantir uma prescrição terapêutica segura e eficaz.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011:

“Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:
‘Art. 10.

.....
VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, ressalvado o disposto nas alíneas c do inciso I e g do inciso II do art. 12;
..... (NR)

‘Art. 12.
I –

.....
c) a cobertura de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes;

É comum que esses medicamentos possam trazer efeitos colaterais, de modo que é importante assegurarmos que esses efeitos colaterais também estejam sob proteção na prescrição.

II –

.....
g) cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, na qualidade de procedimentos cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar;

E o §4º, que é a nossa contribuição, que vai garantir exatamente quem prescreve e em que circunstância:

“§4º As coberturas a que se referem as alíneas c do inciso I e g do inciso II deste artigo serão objeto de protocolos clínicos [e protocolos clínicos, evidentemente, são feitos por especialistas] e diretrizes terapêuticas, revisados periodicamente, ouvidas as sociedades médicas de especialistas da área.”

E publicadas pela Agência Nacional de Saúde. Com isso, nós garantimos que a Agência Nacional de Saúde faça só... O plano de saúde só se obriga se essa relação de medicamentos for oficialmente referendada pela Agência Nacional de Saúde.

Não sei se fui claro, Sr. Presidente, mas esse é o relatório.

O voto é pela aprovação, parabenizando a autora pela magnífica contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka. Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria parabenizar o alcance que tem essa proposição de autoria da Senadora Ana Amélia, sobretudo pelas dificuldades encontradas na área rural, e também parabenizar o Relator, principalmente quando adequa, por meio da emenda que apresenta, não deixando que a ANS continuasse a ter segurança desse projeto nas suas mãos, pois ela tem o conhecimento técnico, terapêutico, e as suas prescrições ainda ficam a cargo da ANS.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Eu apenas queria cumprimentar a autora do projeto, Senadora Ana Amélia, por se tratar, realmente, de mais um projeto de grande alcance social, e ainda cumprimentar o Relator, Senador Waldemir Moka, pelos aperfeiçoamentos que propõe ao projeto.

Realmente é um projeto de grande alcance, e esta Comissão, presidida por V. Ex^a, mais uma vez cumpre o seu papel social.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, está com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, quero parabenizar a autora da matéria, Senadora Ana Amélia, e também o brilhante relatório feito pelo Senador Waldemir Moka.

Ressalto a importância dessa matéria, Sr. Presidente, pois muitos pacientes se demoram na internação até por uma benevolência do profissional que os acompanha, que os segue, por constatar que aqueles pacientes não têm condições de, em recebendo alta, continuar o tratamento no seu domicílio por questões meramente econômicas. E, aí, existe uma compreensão mútua, por parte da família e do profissional, em manter esse paciente internado, muitas vezes desnecessariamente, apenas por uma questão social, que costumamos chamar de internação social, manutenção da internação por questões sociais. Inclusive, muitas vezes esse paciente, por ser um imunodeprimido, porque um paciente em quimioterapia sofre de imunodepressão, ele corre risco inclusive de contrair alguma infecção oportunista em função do seu quadro; mas, se receber alta, ele não terá condição financeira de dar continuidade ao tratamento.

Nesse projeto aqui, a Senadora Ana Amélia tem essa sensibilidade de contemplar inclusive esses pacientes que são muitos, não são exceção à regra, são muitos, e vai beneficiar o paciente, a família e também a equipe que o acompanha.

Portanto, acho de extrema importância essa matéria, de grande alcance social. É uma matéria que vai corrigir esse equívoco que a Agência Nacional de Saúde comete, porque de dois em dois anos o rol de procedimentos é atualizado. E a última atualização de 2010, para entrar em vigor em 2012, e mais uma vez, onde foram inclusive contemplados 60 novos procedimentos no rol, mas, mais uma vez, ficou fora essa permissão de tratamento domiciliar com obrigação de custeio das operadoras de planos de saúde.

Então, esse projeto vem corrigir esse equívoco e vai permitir uma melhor qualidade de vida para os pacientes que estão em quimioterapia.

Parabéns, Senadora Ana Amélia! Parabéns, Senador Moka!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Para discutir a matéria, Senador Mozarildo Cavalcante.

V. Ex^a tem assegurada a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sem querer ser repetitivo, quero dizer que realmente esta Comissão precisa adotar medidas. Tenho falado com o Senador Paulo Davim se quem sabe levantamos todos os projetos da área de saúde e promovemos uma espécie de estatuto da saúde, porque o que vemos são muitos aspectos importantes como esse, além de problemas estruturais; na área profissional, os profissionais sofrem todo tipo de injustiça, desde o aviltamento dos seus salários à sobrecarga de trabalho; além de injunções como essa, de ter que manter alguém internado por uma questão social, humanitária.

Acho que é realmente a hora. Aliás, aqui na nossa Comissão, antes de V. Ex^a assumir os trabalhos, fizemos um grande debate sobre o SUS. Eu queria que resgatássemos tudo isso e pudéssemos, de fato, concluir este ano com uma proposta concreta para o governo. Em todos os aspectos, é muito importante aprovar esse projeto, mas eu quero avançar dizendo que poderíamos ser mais abrangentes e efetivos. A toda hora vemos na televisão, lemos nos jornais alguma coisa que deprime. Eu, com médico, embora não exerça mais a profissão, fico contrariado – para dizer o mínimo – de ver essa situação que compromete a imagem do profissional de saúde, seja o médico, seja o atendente de enfermagem que às vezes comete um equívoco, mas é bom lembrar que da atendente

de enfermagem ao médico trabalham em dois ou três empregos seguidos, tirando plantão algumas vezes, para poder fazer um salário razoavelmente digno.

Então, esse projeto vai a um ponto importante e eu quero louvar tanto a autora quanto o relator que promoveu um brilhante relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. A sua sugestão é bastante pertinente e a Mesa registra. Vamos, se possível, tomar as providências em relação à ideia, à proposta que V. Ex^a ofereceu, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Encerro a discussão.

Tendo em vista que não há mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, ressalvada a emenda que apresenta.

Vamos proceder à votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a autora e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a autora e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com a autora e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka já é voto conhecido. Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a autora e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia? Já é voto conhecido.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sim.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando a autora e o relator, com ambos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Com a autora e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com a autora e com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a autora e com o relator, parabenizando os dois pela iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto, consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a emenda do relator.

Se V. Ex^{as} concordam, aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, e a Emenda nº 1-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Aproveito para cumprimentar V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, assim como o relator, Senador Waldemir Moka. Sem sombra de dúvida, este projeto enaltece o Congresso Nacional, sobretudo enaltece sobremaneira a Comissão de Assuntos Sociais, tendo em vista tratar-se de matéria de caráter terminativo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer muito ao Senador Moka, que foi o dedicado e competente relator desta matéria; não menos importante, o voto de todos os Srs. Senadores e Senadoras que demonstram um compromisso com o interesse social da população, num atendimento muito importante que é o tratamento quimioterápico oral domiciliar.

Eu queria também agradecer, Senador Jayme Campos, à assessoria técnica desta Comissão, liderada pela Delcídia, e também à minha assessoria e à dos demais assessores da consultoria legislativa do Senado Federal.

Eu queria, de modo especial, agradecer porque grande parte de minhas iniciativas legislativas são de participação direta da comunidade, e a Internet tem sido um veículo de recebimento dessas demandas. Não foi diferente com este projeto, que recebi uma sugestão da Oncoguia, uma organização não governamental que tem feito um trabalho muito importante e relevante, indispensável à saúde pública brasileira. Agradeço essa valiosa colabora-

ção, e também agradeço a todos que participaram da audiência pública que aqui foi possível dar o norte para a elaboração desse relatório tão bem feito pelo Senador Waldemir Moka.

Por fim, Senador Jayme Campos, eu queria fazer uma solicitação à liderança do governo e das entidades governamentais, como as agências reguladoras. Nós estamos nesse projeto há muito tempo e em outros também estamos há muito tempo. É preciso que a liderança do governo, com o tempo hábil e não em cima da hora, venha solicitar modificações naquilo que estamos, digamos, há muito tempo fazendo. Não é uma cobrança, é um pedido, uma solicitação, mais do que qualquer coisa, porque estamos assoberbados com o trabalho aqui em outras comissões, com o trabalho de Plenário, agora com CPI, mais com o Conselho de Ética e corregedoria. Então, é preciso que haja um prazo mínimo razoável para as mudanças que eventualmente podemos acolher.

Sou uma Senadora que tem abertura total para quando o governo faz solicitações, agora eu solicitaria à liderança do governo que tivesse em conta não trazer de última hora mudanças que são necessárias em matérias tão importantes como essa.

Esse é o meu registro, com a renovação do meu agradecimento muito sincero aos votos unânimes que recebi nesta Comissão por este tema tão relevante.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a e a cumprimento uma vez mais pelo belo e extraordinário projeto que apresentou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo. Temos quórum para as matérias terminativas. Sei que todo mundo quer votar o seu projeto, mas acho que nessa linha que votamos agora, o belo projeto da Senadora, se pudermos dar preferência – eu até não tenho nenhum terminativo hoje – para votar todos os projetos terminativos e depois irmos para aqueles que não são terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Plenário, diante da observação, se V. Ex^{as} concordam. Acho que é bastante pertinente, tendo quórum.

Antes de tudo, quero permitir que a Senadora Ana Rita manifeste-se em relação ao item 2, de decisão não terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 131, DE 2011

– Não Terminativo –

Concede pensão especial aos herdeiros de Frei Tito de Alencar Lima.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2011.

Observações: Votação simbólica.

Senadora Ana Rita, V. Ex^a está com a palavra para proferir o relatório; caso contrário, se for pedido de vista, ou pedir para retirar de pauta não precisará relatar este projeto.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vou solicitar retirada de pauta do referido projeto, considerando, Sr. Presidente, primeiro, que este projeto é de iniciativa da Presidência da República e foi encaminhado ao Congresso Nacional em 2001. Portanto, ele ficou mais de dez anos na Câmara dos Deputados e só o ano passado foi encaminhado para o Senado Federal.

O nosso parecer é pela aprovação, no entanto, a assessoria fez um questionamento junto à CRI no sentido de rever o valor a ser pago como pensão especial mensal e vitalícia, que aqui está previsto no valor de R\$500,00 e que consideramos muito pouco diante da realidade, já que será dividido em partes iguais aos herdeiros de Frei Tito de Alencar; considerando que Frei Tito de Alencar foi submetido, no período da ditadura, a maus-tratos e que por diversas razões, por motivação política ele acabou se suicidando, consideramos que este é um caso que precisa ser visto com a maior prioridade possível. Então, estamos aguardando, por parte da Casa Civil, um retorno sobre esse questionamento que fizemos com relação ao valor.

Acho prudente aguardar, retirar de pauta, até que a Casa Civil possa se manifestar com relação a isso, se é possível ampliar esse valor.

Por questão de prudência, optamos por retirar de pauta e, assim que tivermos o retorno, solicitaremos seja novamente incluído na pauta, Sr. Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

A matéria está retirada de pauta pelo pedido da Senadora Ana Rita, relatora da matéria.

V. Ex^a será atendida na forma regimental.

ITEM 9:**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 279, DE 2011**

– Terminativo –

Altera as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg**Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2011.**Observações:**

– A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 09.05.2012, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação nominal.

Convido o Senador João Vicente Claudino para ser o relator *ad hoc*. S. Ex^a tem a palavra para proferir o relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Projeto de Lei nº 279, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que é examinado em caráter terminativo, altera as leis de custeio e benefícios da Previdência Social, para incluir o catador de material reciclável entre os segurados especiais da Previdência Social.

Ao justificar sua iniciativa, argumenta o autor que o seu projeto busca dar maior eficácia ao princípio da equidade no custeio da seguridade social, pois o Estado e a sociedade que participam do seu custeio devem estar submetidos a padrões justos e razoáveis, cada um dentro das suas possibilidades.

Apona ainda que é crescente o número de trabalhadores que estão entregues à informalidade e, consequentemente, à exclusão social. Esclarece existirem hoje no Brasil cerca de 500 mil catadores de papel, que trabalham com a coleta de lixo para sobreviver e que recebem por dia de trabalho algo em torno de 2 a 5 reais.

Defende, assim, que a redução da alíquota de contribuição para essa categoria trará aumento da inclusão previdenciária e do exercício da cidadania por parte desses trabalhadores.

Na análise, sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto.

Não havendo, portanto, impedimentos constitucionais formais nem materiais, a norma, se aprovada, estará apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

Pela legislação em vigor, a pessoa que trabalha com coleta de lixo está enquadrada, para fins previdenciários, na categoria “contribuinte individual”, vale dizer, pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não. Assim, o catador de lixo, atualmente, deve contribuir com a alíquota de 11%, quando considerado como salário-de-contribuição ou salário mínimo. Caso o salário-de-contribuição seja superior ao salário mínimo, o percentual é de 20% sobre a sua renda.

Já a contribuição do segurado especial corresponde, pela legislação atual, ao percentual de 2,3% incidente sobre o valor bruto da comercialização de sua produção rural ou da pesca artesanal, e que, nos termos propostos neste projeto, ampliará o conceito, abrangendo também a renda anual dos catadores de materiais recicláveis.

Vemos, portanto, que há uma considerável diferença de alíquotas, que, sem dúvida nenhuma, impactam muito aqueles que devem contribuir obrigatoriamente para a Previdência Social e que recebem, em contrapartida pelo seu trabalho, valores que permitem somente sua sobrevivência.

Assiste, sem nenhuma dúvida, plena e total razão ao autor da matéria ao afirmar que o enquadramento dos catadores de papel como segurados especiais é medida que corporifica a justiça retributiva, ao garantir participação dos catadores de material reciclável no custeio da Previdência Social de maneira equitativa.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador João Vicente Claudino.

Nós podemos dar sequência à discussão da matéria. Entretanto estamos aguardando, perdemos quórum por falta do Senador Mozarildo Cavalcanti. Mas chegou o Senador Armando Monteiro. Está restituído o quórum. Espero que V. Ex^a nos dê a honra de permanecer aqui pelo menos uma hora, estará de bom tamanho.

Com a palavra, para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg, porque havia uma preocupação de que este projeto não seria o mesmo do Senador Vicentinho ou um outro meu apresentado já há alguns anos.

Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Este projeto trata especificamente dos catadores de material reciclável, para que eles possam estar inscritos na Previdência. Então, quero tranquilizar aqueles que tinham dúvida.

O projeto não é a mesma matéria, porque sou contra essa história de votar o mesmo projeto um atrás

do outro, porque aí não dá para entender mais nada, mas esse projeto não tem nada a ver. É outro ganho que esse setor vai ter.

Meus cumprimentos ao Senador Rodrigo Rollemberg e que seu projeto seja aprovado hoje, beneficiando esses homens e mulheres que, na verdade, cuidam da limpeza da cidade na atividade de reciclagem.

Por isso o meu voto é totalmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só rapidamente, para complementar .

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para encaminhar, V. Ex^a é autor do projeto.

Também quero me manifestar e cumprimentá-lo pela louvável iniciativa de fazer um projeto meritório como esse.

Com a palavra o Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para complementar, o projeto de lei do Senador Vicentinho reduz o tempo de contribuição do catador especial de 35 para 25 anos, este projeto busca colocá-lo na categoria de segurado especial da mesma forma que o agricultor familiar e o pescador artesanal. Nada mais do que justo, porque o catador de material reciclável tem uma renda muito baixa e é importante que ele esteja protegido por essa rede social e também sendo incorporado como contribuinte da Previdência Social.

Esse é o objetivo do projeto e para o qual peço o apoio de todos os Pares.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 279. Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval. (*Pausa.*)

O autor é o Senador Rodrigo Rollemberg, voto conhecido e sobretudo maravilhoso o seu projeto.

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o autor e relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando o alcance social do autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino, relator *ad hoc* da matéria? (*Pausa.*)

Vota “sim”.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator e com o autor da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com o autor e com o relator.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2011, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 628, DE 2011

– Terminativo –

Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, para dispor sobre os reflexos da extinção do contrato de trabalho em face da aposentadoria por tempo de contribuição.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 2011.

Observações:

– Em 10.05.2012, foi recebido novo Relatório do Senador Armando Monteiro;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro, para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para decisão terminativa, chega à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 628, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim. A proposta em tela altera o art. 11 da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, para regular os efeitos da extinção do contrato de trabalho em razão da aposentadoria por tempo de contribuição.

O autor, justificando a iniciativa, revela que pretende atender aos “anseios de um segmento de aposentados penalizados por decisões administrativas, dentre elas a adotada pelo Serpro, que com base no Parecer PGFN/CCT nº 484, de 2 de abril de 1996, efetuaram a dispensa de empregados que se encontravam aposentados, contrariando, inclusive, normas funcionais internas, que garantiam ao empregado aposentado a continuidade do contrato de trabalho”.

Passo à análise do projeto.

Efeitos trabalhistas da concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, no Regime Geral da Previdência Social – RGPS, inserem-se no âmbito dos direitos previdenciário e trabalhista. Portanto compete privativamente à União legislar sobre trabalho e seguridade social. Sobre esses temas, podem os parlamentares apresentar proposições, nos termos do *caput* do art. 61 da mesma Carta.

Nesse aspecto, em nosso entendimento, não há impedimentos constitucionais.

A proposta, entretanto, apresenta problemas regimentais (inciso I do art. 334 do RISF, relativo a matérias prejudicadas pela perda de oportunidade) e de juridicidade, aspectos preliminares à análise do mérito.

A Lei nº 9.528, de 1997, em seu art. 3º, acrescentava dois parágrafos ao art. 453 da CLT, para prever a possibilidade de readmissão de empregados demitidos, em razão de aposentadoria espontânea, e prever, expressamente, que a concessão de aposentadoria a empregado, com trinta e cinco anos de serviço, se homem, ou trinta, se mulher, implicaria em extinção do vínculo empregatício.

Por sua vez, o art. 11 da mesma lei pretendia estabelecer regra de transição para a extinção do vínculo previsto pela norma, na introdução dos novos dispositivos.

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 1.770 MC/DF (Requerentes: Partido Democrático Trabalhista – PDT e Partido Comunista do Brasil – PC do B), em acórdão relatado pelo Ministro Moreira Alves, publicado em 06 de novembro de 1998, concedeu liminar para suspender *ex nunc* a eficácia do § 1º do art. 453 da CLT na redação que lhe deu o art. 3º da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, e não conheceu da matéria em relação ao art. 11 da mesma lei.

Posteriormente, em 1º de dezembro de 2006, em acórdão relatado pelo Ministro Joaquim Barbosa, na mesma Ação Direta de Inconstitucionalidade, foi reconhecida, em definitivo, a inadequação constitucional da mudança pretendida pelos dispositivos em análise da Lei nº 9.528, de 1997:

“(…) É inconstitucional o § 1º do art. 453 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.528/1997,

quer porque permite, como regra, a acumulação de proventos e vencimentos – vedada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – quer porque se funda na idéia de que a aposentadoria espontânea rompe o vínculo empregatício...”

Como se pode ver, o art. 11 da Lei nº 9.528, de 1997, além de ter os seus efeitos exauridos no tempo, está vinculado a um dispositivo celetista fulminado como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Não há, ademais, razoabilidade em regulamentar os efeitos de uma extinção de vínculo que não ocorre necessariamente. O vínculo de emprego continua depois da aposentadoria espontânea. De qualquer forma, seria descabida qualquer possibilidade de regular de forma diferente a matéria objeto de tentativa frustrada de regulamentação.

O Projeto de Lei do Senado nº 628, de 2011, encontra-se, então, prejudicado, não só por desconsiderar decisão da Suprema Corte, mas também por tratar de fatos e iniciativas de ocorrência possível até 02 de fevereiro de 1998, ou seja, quatorze anos passados.

Pelo exposto, nosso voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 2011.

Era esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Armando Monteiro.

Declaro prejudicado o Projeto, nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito respeitosa, eu diria até carinhosa – está na moda agora, temos aí o Projeto Carinhoso, tão importante, da Presidenta Dilma, atendendo as nossas crianças –, mas eu estou meio acostumado, aqui no Congresso, talvez devido aos anos que aqui estou, mas, tendo em vista o número de projetos que eu apresento, ou vem uma medida provisória e diz: “Paim, o teu projeto é importante, mas está prejudicado”. Ou mesmo um projeto apresentado 10 anos depois de eu haver apresentado é aprovado. “Paim, o teu projeto está prejudicado porque um outro, que veio 10 anos depois, foi aprovado rapidamente e já foi para a outra Casa”. Ou mesmo, claro, porque esse é um debate que já vem desde a Câmara dos Deputados, vem uma decisão do Supremo que acaba dizendo que o projeto pode estar prejudicado.

Quero dizer, Senador Monteiro, que eu vou acompanhar o voto de V. Exª. Estou só fazendo este esclarecimento. Inclusive, estou tão acostumado, que eu vou apresentar um livro, ano que vem, de mais ou menos 100 projetos que eu apresentei, que se transformaram

em lei, e o meu foi considerado prejudicado. Só este ano tem uma dúzia entre Câmara e Senado, sendo que o meu é mais antigo, mas depois o meu acabou sendo prejudicado. Não é um desabafo, apenas um relato. E até em muitas situações, como eu venho da Câmara, em que o próprio Supremo já decidiu.

Por isso, acompanho aqui a questão de o projeto estar prejudicado pela decisão já tomada pelo Supremo.

Apenas voltei um pouquinho na história. E faço estas rápidas considerações, até porque estou há 26 anos no Congresso e estou acostumado com esse procedimento. Não vejo nada de errado com o relatório do Senador Monteiro e o acompanhamento, porque o projeto, de fato, está prejudicado, já que se trata de um tema de 14 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 2011.

Quem vota, meus caros Senadores e Senadoras, com o relator vota “sim” para a declaração de prejudicialidade do PLS nº 628, de 2011.

Vamos proceder à votação.

Consulto como vota o próprio autor, diante dessa votação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanho o relator, com as devidas explicações que dei antes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vota “sim” V. Ex^a.

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – “Sim”, Sr. Presidente, concordando com as alegações do autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não teria como não votar, até porque o próprio autor concorda, não é?

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou dizendo para o experiente Senador Paulo Paim: a gente, quando vê que vai cair, deita!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com o relator.

Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Estamos todos lá juntos, Moka, com o Paim... Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto a favor e ratificando, inteiramente, assinando embaixo as observações do Senador Paulo Paim a respeito dessa, digamos, clonagem dos projetos dele.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Entendendo as razões do Exm^o Senador Paulo Paim, eu mesmo, só este ano, fui obrigado a rejeitar quatro projetos. O senhor tem toda a razão. E também entendendo as razões do Senador Monteiro. Por isso, voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente, compreendendo a exposição solidária ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota – voto já conhecido – o Senador Armando Monteiro?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Ele é que foi o coveiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Moka está ali dizendo que o projeto caiu na mão do... O Moka está fazendo um breve comentário, mas não é nada disso. Isso é força de expressão.

Resultado: aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para informar, Sr. Presidente, que chegamos mais atrasados em função de cumprirmos orientação de V. Ex^a, representando esta Comissão, como Vice-Presidente – e tive a honra também de lá encontrar o colega da Comissão, Senador Humberto Costa, que, por sinal, foi saudado lá, porque foi Ministro da Saúde e é muito conhecido –, no encontro, na Câmara dos Deputados, agora de manhã, da Associação Brasileira de Inovação e Saúde. Eles têm uma associação que estão criando para buscar não só equipamentos ortopédicos, e assim por diante, Sr. Presidente, para melhorar essas inovações, mas também na gestão de inovação na saúde no Brasil.

Acho que foi muito bom o encontro, muito saudável, e justificamos a ausência de V. Ex^a como Presidente, mas lá estivemos cumprindo. Essa é a razão de estarmos voltando agora, e também para justificar essa nossa ausência na presença do Senador Humberto Costa, que lá também esteve presente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a pela representação que bem fez, representando esta Comissão. Quero agradecer aqui, de forma pessoal, sua atenção pelo carinho e tratamento que sempre tem com a nossa pessoa e, sobretudo, por representar a nossa pessoa nesse grande evento.

Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2011 – Terminativo –

Altera o art. 3º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e acrescenta art. 2º-A à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para excluir do salário-de-contribuição do empregado valores pagos em indenização de alimentação e transporte de empregados.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2011, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 09.05.2012, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sr. Presidente, eu queria solicitar para ser retirado de pauta para uma reanálise.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental, na retirada da matéria para reexaminar esse projeto.

Item 13, pág. 191, decisão terminativa:

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, DE 2011 – Terminativo –

Acrescenta o § 2º ao art. 482, do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 – CLT, para disciplinar o abandono de emprego.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011.

Observações:

– Em 02.05.2012, lido o Relatório, a Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais;

– A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 09.05.2012, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação nominal.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores sobre se há manifestação decorrente do pedido de vista. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, relator *ad hoc*, para suas considerações finais, se julgar necessário fazer alguns comentários em relação a esta matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Serei muito breve, Sr. Presidente. Já foi lido.

Na prática, os empregadores publicam editais e procuram localizar o empregado para evitar maiores surpresas. O que a proposição faz, além de reduzir o prazo, na verdade, é alcançar o conteúdo legal ou a exigência de notificação do empregado para caracterização de justa causa. Dessa forma, aumenta a segurança jurídica...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT. *Fazendo soar a campainha.*) – A Mesa solicita silêncio para o bom andamento dos trabalhos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Dessa forma, aumenta a segurança jurídica, na relação entre empregados e empregadores, e tornam-se claras as disposições sobre o tema sem exigir um conhecimento especializado, por empregados e empregadores, da jurisprudência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu estive conversando com diversos sindicalistas, com o próprio Ministério do Trabalho, e, se não me engano, Senador Cyro Miranda, a minha assessoria esteve conversando com a sua sobre a possibilidade de V. Ex^a acatar uma emenda, aqui no Plenário, para, em vez de 20 dias, deixarmos 30 dias. Isso atenderia o que pede o movimento sindical e as preocupações levantadas pelo próprio Ministério do Trabalho.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador.

Em uma conferência rápida com o relator principal, que é o Senador Armando Monteiro, e como o senhor já tem sido muito prejudicado nesta Comissão, com muitos “nãos”, nós aquiescemos ao seu pedido com muito prazer.

Fica, então, a emenda dos 30 dias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a ambos aí pela sensibilidade, atendendo a essa nossa solicitação.

Assim, Sr. Presidente, naturalmente, é claro, só com essa consideração e o atendimento feito tanto pelo Senador Monteiro como também pelo Senador Cyro Miranda, de que acataria uma emenda minha – em vez de 20 dias, 30 dias –, votamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quer dizer que V. Ex^a concorda com a relatoria *ad hoc*, sobretudo, da forma como está o projeto hoje?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com esta pequena alteração: onde se diz 20 dias, seriam 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa alteração tem que ser proposta, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas eu proponho aqui, agora. É uma redação simples, onde diz 30, coloca-se 20.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a já propôs?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O relator *ad hoc* concorda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Já aceitamos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, gostaria que V. Ex^a formalizasse.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Já concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, V. Ex^a vai formalizar.

Vamos colocar o projeto em votação, com a concordância do adendo que V. Ex^a manifestou aqui para o relator *ad hoc*.

Vamos entrar em processo de votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o autor e com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o entendimento havido. Agora, no fim, com a emenda do Senador Paim e com a concordância do Senador Armando Monteiro e do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator e o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda? Voto conhecido.

Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Com o Relator Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a emenda sugerida pelo Senador Paulo Paim e acatada pelo relator?

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Acatada.

Está aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011, e a emenda nº 1 – CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para decisão, ou seja, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 438, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011, com as 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

– Em 02.05.2012, a matéria é retirada de pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório;

– Em 04.05.2012, foi recebido novo Relatório da Senadora Ana Amélia sem alteração no voto;

– A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr; Presidente, Srªs e Srs. Senadores, bem rapidamente para que entendam a natureza desse Projeto do Senador Humberto Costa.

A proposição compõe-se de três artigos.

No primeiro, acrescenta-se à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, o art. 14-A. Nos termos do *caput* do referido artigo, ficam tipificadas como crime as condutas de produzir, exportar, importar, vender, expor à venda ou ter agrotóxico em depósito sem prévio registro junto aos órgãos competentes. Para as infrações, ficam previstas as penas de reclusão, de três a seis anos, e multa.

Esse é o projeto original.

O parágrafo único do dispositivo ainda institui as mesmas penalidades para aquele que falsifica, mistura, dilui ou de qualquer forma altera, sem autorização dos órgãos competentes, a composição original do agrotóxico, com o fim de obter vantagem econômica, e também para aquele que oferece agrotóxico, no exercício de atividade comercial, para uso diverso do previsto em seu registro, ainda que alterando a sua composição.

O art. 2º da proposta altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar hediondo o crime previsto no art. 14-A, *caput* e parágrafo único, I e II, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

Finalmente, o art. 3º estabelece a vigência imediata da nova Lei.

Passo diretamente à análise, Sr. Presidente.

Primeiramente, há que se ver que a produção e o comércio ilegal de agrotóxicos podem ocasionar, como se sabe, impactos negativos, não só às pessoas como especialmente à questão ambiental.

Adicionalmente, a persistência de produtos adulterados ou sem especificação técnica adequada no meio ambiente pode gerar danos ecológicos irreversíveis sobre a biodiversidade e sobre a qualidade do solo e da água, reduzindo o potencial dos recursos naturais no médio e no longo prazo.

No caso da saúde humana, a questão é que é um alto custo para o sistema de saúde previdenciário quando o uso desse produto adulterado provoca doenças nas pessoas.

Não é demais lembrar que, mesmo para os agrotóxicos de uso autorizado, já enfrentamos problemas com a aplicação excessiva e inadequada desses produtos. Mas essa situação poderá ser alterada pelas políticas governamentais por meio de campanhas de conscientização e melhor capacitação do produtor rural.

Por outro lado, contra as substâncias de uso não autorizado apenas a fiscalização e a punição rigorosa podem surtir efeito.

Aliás, nesse aspecto de capacitação, eu acho que seria conveniente que as entidades que representam os produtores rurais trabalhassem intensamente em relação a isso, que é a busca não só da qualificação, mas a melhora da qualidade da saúde dos produtores ou dos trabalhadores na lavoura e também a qualidade final do produto que é colhido.

Dessa forma, tendo presente que a preservação da saúde pública é o interesse maior a ser resguardado, a proposição se mostra oportuna e conveniente, quando estabelece maior rigor punitivo para coibir a produção e o comércio ilegal de agrotóxicos.

Entretanto, discordamos da relevância do art. 2º da proposta e, de forma diversa, entendemos que suas disposições incorrem em duas falhas. Na primeira, con-

traria o princípio da subsidiariedade do direito penal, segundo o qual a tipificação de crimes deve ser reservada apenas para os fatos mais graves. Como segundo contraponto, o disposto no mencionado artigo banaliza o crime hediondo, estendendo-o desproporcionalmente a práticas de mistura ou diluição de agrotóxicos. Nesse sentido, consideramos suprimir o art. 2º da proposição, conforme emendas que apresentamos.

Voto.

Pelo exposto, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, nosso ex-Ministro da Saúde, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Atribua-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011:

“Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.”

EMENDA Nº – CAS

Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011, renumerando-se o art. 3º para art. 2º.

Queria fazer uma ressalva que também acolhi aqui e depois ficará claro no texto que será submetido à Comissão de Agricultura e pedirei também a relatoria da matéria que o Senador autor do projeto, Senador Humberto Costa, sugere, a pena de três a seis anos de reclusão no caso da tipificação de crime, porque vai ser criminalizada essa adulteração.

Porém, o próprio Ministério da Justiça e o Ministério do Meio Ambiente preferem – e eu tenho esse entendimento também – a manutenção da atual pena aplicada nesses casos, que é de dois a quatro anos.

Por isso faço essa observação agora oralmente, dizendo que a Comissão de Agricultura e reforma Agrária terá o exame dessa matéria em caráter terminativo.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão da matéria.

Para discutir, Senador Humberto Costa, autor do projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu queria tão somente agradecer o relatório da Senadora Ana Amélia, que acho aprimorou o projeto. Existem ainda algumas pequenas contradições, mas que nós poderemos trabalhar lá na Comissão de Agricultura.

Muito obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentar o Senador Humberto Costa, pelo projeto. É um projeto extremamente importante, principalmente para os nossos Estados, que usam de forma expressiva os agrotóxicos e esses cuidados com a saúde são fundamentais.

Portanto, cumprimento o autor do projeto, cumprimento a Senadora Ana Amélia pela sua determinação, pela sua aplicação, em buscar aprimorar o projeto e entregá-lo a esta Comissão da melhor maneira possível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011, e as emendas 1 e 2 apresentadas pela Relatora.

Os Srs. e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011, com as Emendas 1 e 2 – CAS.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 471, DE 2011

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011.

Observações:

– A matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em Decisão Terminativa;

– Votação simbólica.

Eu consulto e indago, Senador João Durval, se V. Exª pode relatar *ad hoc* esta matéria. Página 113. V. Exª, por favor, relate *ad hoc* esta matéria.

V. Exª com palavra. Se V. Exª quiser entrar na fase de análise, a Presidência e os seus pares aqui concordam, tendo em vista que a matéria já se encontra nesta Comissão à disposição dos Srs. Senadores e

todo mundo já tomou conhecimento. Se quiser já entrar na análise, será muito bom.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Eu farei a leitura da parte da análise.

ANÁLISE

A matéria que se pretende disciplinar – restituição de valores retidos e recolhidos de contribuição previdenciária quando, posteriormente, verificar-se que o fato gerador não ocorreu – refere-se à seguridade social e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Quanto aos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar, portanto, não há impedimentos constitucionais. Também não identificamos aspectos jurídicos ou regimentais que obstem a aprovação da matéria, estando, portanto, apta a ser incluída em nosso ordenamento jurídico.

Constatamos, além disso, que a proposta foi redigida com a técnica legislativa apropriada à espécie.

No mérito, firmamos posição favorável à aprovação da matéria, tendo em vista, principalmente, os benefícios sociais que proporcionará. O enfoque econômico da análise está reservado à Comissão de Assuntos Econômicos.

É necessário que a Receita Federal aja com presteza também no que se refere à devolução de contribuições indevidas, recolhidas como forma de medida cautelar, por empresas tomadoras de serviços, dado o elevado índice de evasão de contribuições quando se trata de empresas prestadoras de trabalho temporário ou terceirizadas.

Nesse processo, no mais das vezes, a empresa responsável pelo recolhimento atua como colaboradora do Estado, garantindo, antecipadamente, recolhimentos que podem não ocorrer por diversas razões: os encargos são elevados, o capital garantidor dos empresários pode ser pequeno, a constituição do empreendimento pode ser frágil, ou, mesmo, pode faltar idoneidade ao empregador.

Essa prioridade, de retenção e recolhimento antecipado de contribuições, concedida ao fisco, pode até comprometer o recebimento futuro de direitos trabalhistas pelos empregados das empresas prestadoras de serviços de mão de obra. O que queremos registrar, em suma, é a importância desses recursos escassos para o funcionamento saudável e competitivo das empresas, tanto tomadoras como prestadoras de serviços.

É totalmente injusto que um empresário tenha de recorrer, eventualmente, a empréstimos no mercado financeiro, com juros extorsivos, para cumprir com despesas correntes, tendo a receber créditos da Pre-

vidência Social por recolhimento de valores cujo fato gerador de contribuição não chegou a ocorrer. Mais alarmante, ainda, é que a burocracia possa protelar indefinidamente a devolução das quantias devidas.

Voto.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 471 de 2011.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Sr. Presidente, é que eu li sem óculos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E muito bem lido! V. Ex^a está de parabéns aqui. Quero dizer que me sinto feliz de ver V. Ex^a, um menino, um moço, lendo sem óculos. Eu já não consigo. Eu e o Paulo Paim, bem mais novos, não conseguimos ler sem óculos. V. Ex^a demonstrou aqui que está com uma visão muito boa.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim, para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a iniciativa do ex-Presidente da República e Senador Fernando Collor de Mello, porque a síntese da defesa que ele faz é essa, ou seja, a matéria trata de restituição de valores retidos e recolhidos de contribuição previdenciária quando verificar-se que o fato gerador não ocorreu. Então não é justo! Eu, que defendo tanto a Previdência não quero que recolham daquele que já pagou e que, indevidamente, está recolhendo por outros motivos. Que eles, pelo menos em 30 dias, devolvam aquilo que foi indevidamente recolhido.

Por isso, sou totalmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer, que concluiu pela aprovação do Projeto de Lei do Senador nº 471, de 2011.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria solicitar a esta Presidência, se for possível – eu tenho que ir à CCJ, pois sou relator de um projeto

–, que V. Ex^a permitisse que votássemos aqui um requerimento de minha autoria, que já está aí na mesa, que propõe que se promova uma audiência pública com o objetivo de discutir as repercussões do Projeto de Lei do Senado nº 24, que acrescenta parágrafo ao art. 625 da CLT e que objetiva condicionar a anuência prévia de advogado e a homologação, pelo sindicato representante de categoria profissional, a eficácia do termos que contiver renúncia de direitos por parte do trabalhador.

Eu indico, aqui, três pessoas para participar dessa audiência: o Diretor de Relações Institucionais da Fiat, Sr. Aduino de Oliveira Duarte; o Diretor de Assessoria Legal Trabalhista da GM do Brasil; e um representante das Confederações Patronais da CNI e da CNA.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já leu praticamente 100%. Está feito. (É o seguinte o item extrapauta:

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 39, de 2012

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 31, de 2012– CAS, aprovado em 25/04/2012, que a audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de discutir as repercussões do Projeto de Lei do Senado nº 24/2003 – que acrescenta parágrafo ao artigo 625-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que objetiva condicionar à anuência expressa de advogado e à homologação pelo sindicato representante de categoria profissional a eficácia do termo que contiver renúncia de direitos por parte do trabalhador, inclua os seguintes convidados:

– Aduino de Oliveira Duarte – Diretor de Relações Industriais da FIAT Automóveis;

– Artur Bernardo Neto – Diretor de Assessoria Legal Trabalhista e Relações Sindicais – GM do Brasil

– Representante da Confederação Nacional da Indústria;

– Representante da Confederação Nacional da Agricultura.

Autoria: Senador Armando Monteiro)

Está em votação o requerimento do Senador Armando Monteiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu só queria, se possível, pela importância desse tema, que dialogamos no momento na Comissão, que pudéssemos indicar, para manter o equilíbrio do

bom debate, naturalmente, três representantes, um de cada central, para debater o tema, pela importância do mesmo, e quem sabe até construirmos aí um grande entendimento; eu indicaria, se V. Ex^a me permitir, posteriormente, por escrito, três nomes de presidentes de centrais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu apenas consulto, tendo em vista...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – De nossa parte, qualquer aditamento que seja feito pelo Senador Paim, já tem previamente a minha aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está aprovada a matéria, sobretudo também com a participação da indicação de representantes da classe trabalhadora nessa audiência.

V. Ex^a formaliza por favor, e nós encaminharemos, naturalmente, aos convidados que estarão presentes a esta Comissão.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3, página 32.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu tratei com o Senador Ricardo Ferraço, que infelizmente não está aqui, e pedi que pudéssemos retirá-lo de pauta porque existe uma possibilidade de solução e eu gostaria que a gente pudesse ter essa oportunidade antes. Então, eu tratei com ele ontem, Presidente; ele não está aqui, mas acertamos, combinamos a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Ex^a já acertou com o Relator, a matéria será retirada de pauta, naturalmente para alguns adendos que se fizerem necessários.

Será atendido, na forma regimental, a pedido do Senador Wellington Dias, a retirada de pauta do Item 3.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, DE 2011

– Não Terminativo –

Institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar de Políticas sobre Alcool e Drogas.

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço)

Item 7, página 122.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 23, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Direito Humanos e Legislação Participativa – CDH, em decisão terminativa;
– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 23, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a recém-criada Lei nº 12.594, de 2012, com o objetivo de instituir modalidade de medida socioeducativa direcionada ao adolescente com doença ou deficiência mental.

O autor da proposição informa, em sua justificação, que concordou em retirar emendas por ele apresentadas durante a tramitação nesta Casa do PLC que originou a Lei nº 12.594, de 2012, a fim de permitir sua aprovação e seu envio à sanção presidencial sem a necessidade de retorno à Câmara dos Deputados. Por essa razão, o conteúdo do projeto ora submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reproduz a matéria constante daquelas emendas.

O art. 1º do PLS nº 23, de 2012, propõe o acréscimo de um inciso VIII ao *caput* do art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituindo nova modalidade de medida socioeducativa passível de ser imposta ao adolescente que pratique ato infracional, consistente em atendimento médico-psiquiátrico na rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Ademais, o mesmo art. 1º do projeto altera a redação do §3º do art. 112 do Estatuto, de modo a definir que a nova medida será aplicada

“[...] ao adolescente portador de doença ou deficiência mental, constatada por meio de exame médico-legal, que se mostre incapaz de entender o caráter pedagógico e educacional das outras medidas socioeducativas, e não poderá ser cumulada com outras hipóteses desse [sic] artigo.”

O art. 2º da proposição cuida de dar nova redação ao §4º do art. 64 e ao art. 66 da Lei nº 12.594, de 2012. O texto proposto para o §4º do art. 64 determina que, quando a equipe incumbida de avaliar o adolescente – em cumprimento de medida socioeducativa e portador de indícios de transtorno mental ou de deficiência mental – concluir que ele é incapaz “de se submeter ou entender o caráter pedagógico e educacional da medida socioeducativa que está sendo executada, a medida será extinta”.

A redação proposta para o art. 66 da Lei nº 12.594, de 2012, determina que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa que apresente dependência química deverá ser inserido em programa de tratamento dessa doença. O tratamento se desenvolverá, preferencialmente, na “rede SUS extra-hospitalar”, mas poderá ser realizado na rede privada, por determinação da autoridade judiciária, se não estiver disponível no SUS.

Apresentada a esta Casa em fevereiro de 2012 e não tendo recebido emendas no prazo regimental, a matéria vem à apreciação da CAS, de onde seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para receber, nesta última, decisão em caráter terminativo.

Análise.

A preocupação do Senador Aloysio Nunes Ferreira com a saúde mental dos adolescentes que cometem ato infracional é plenamente justificada.

Estudo conduzido pela professora Solange Pinho e colaboradores, da Universidade Federal da Bahia, publicado no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, mostrou uma prevalência alarmante de transtornos psiquiátricos entre esses adolescentes. A pesquisa detectou que três quartos dos adolescentes mantidos na Casa de Acolhimento ao Menor, de Salvador, Bahia, apresentavam pelo menos um transtorno psiquiátrico.

A despeito da relevância do tema e do grande número de pessoas afetadas, a estrutura assistencial colocada à disposição dos adolescentes é bastante precária e insuficiente para oferecer um padrão minimamente aceitável de atendimento em saúde mental. Com efeito, a desassistência em saúde mental não é exclusividade dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, mas uma deficiência do SUS que afeta toda a população brasileira.

Essa questão ficou evidente em dissertação de mestrado defendida junto à Universidade de Brasília

pela pesquisadora Natália Gonçalves. Seu estudo sobre a situação dos adolescentes atendidos no Centro de Atendimento Juvenil Especializado do Distrito Federal revelou que:

“No que se refere ao seu atendimento pela política de saúde mental, os serviços de saúde mental no DF estão aquém das necessidades da população, [o que] sinaliza que uma parcela significativa de pessoas encontra-se sem acesso a essa política. Essa escassez de serviços é experimentada pelos adolescentes com transtorno mental em cumprimento de medida socioeducativa, o que inviabiliza, em grande parte dos casos, o atendimento na rede externa de saúde.”

Dessa forma, o mérito do PLS nº 23, de 2012, está mais que demonstrado.

Há, no entanto, alguns aspectos da proposição que merecem reparo.

A expressão “atendimento médico-psiquiátrico”, constante do inciso VIII a ser acrescido ao art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser modificada para englobar a atenção integral em saúde mental, sem limitação à assistência psiquiátrica.

Tal medida coaduna-se com as disposições da Lei nº 12.594, de 2012, e com os conceitos mais modernos de saúde mental, pois há outros profissionais, além dos médicos, que participam diretamente da atenção à saúde mental, a exemplo de psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros.

Da mesma forma, julgamos apropriado promover a harmonização de outros termos empregados no projeto, referentes à saúde mental, com o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Lei nº 12.594, de 2012, e com a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Outro problema a ser superado é o conflito normativo entre os arts. 1º e 2º do PLS sob análise. A alteração legal promovida pelo art. 1º exige exame médico-legal para constatar a incapacidade de o adolescente entender o caráter pedagógico e educacional das medidas socioeducativas. Já o comando inserido pelo art. 2º atribui à “equipe técnica multidisciplinar e multissetorial” essa competência.

Ressalte-se também que o texto do PLS nº 23, de 2012, pode ser considerado injurídico por afrontar o disposto na alínea c do inciso III do art. 12 da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

“Art. 12. A alteração da lei será feita:

.....
III – nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

.....
c) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou de execução suspensa pelo Senado Federal em face de decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão ‘revogado’, ‘vetado’, ‘declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal’, ou ‘execução suspensa pelo Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição Federal’;

.....”

Ocorre que o art. 66 da Lei nº 12.594, de 2012, foi vetado pela Presidente Dilma Rousseff, conforme Mensagem nº 13, de 18 de janeiro de 2012. Destarte, a alteração da redação desse artigo, proposta pelo art. 2º do PLS nº 23, de 2012, contraria disposição da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em relação ao mérito dessa alteração legislativa, entendemos que o atendimento em serviço privado de saúde não pode estar condicionado a uma decisão discricionária do juiz, pois é um direito do adolescente e responsabilidade do Poder Público no caso de o SUS ser incapaz de prover a atenção integral à saúde mental do adolescente. Julgamos apropriado que o gestor local do SUS se responsabilize por providenciar a inserção do adolescente em programa de atenção integral à saúde mental, mesmo que tenha que recorrer a um serviço privado não vinculado ao Sistema.

Por fim, no que se refere à técnica legislativa, identificamos algumas inconformidades com as disposições da referida lei complementar, como o uso errôneo da indicação “(Ac)” após o inciso acrescentado ao art. 112 da Lei nº 8.069, de 1990. Em vez de “(Ac)”, deve-se utilizar, ao final do §3º, a abreviatura “(NR)”, indicativa de nova redação dada ao artigo. É necessário, também, corrigir alguns erros ortográficos contidos na proposição.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Emenda nº – CAS (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2012

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, para prever nova modalidade de medida socioeducativa, direcionada ao adolescente com transtorno mental ou deficiência mental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 112.

.....
VIII – inserção em programa de atenção integral à saúde mental, incluindo assistência ambulatorial ou em regime de internação.

.....
§3º A medida prevista no inciso VIII do caput será aplicada ao adolescente com transtorno ou deficiência mental constatada por meio de exame médico-legal e incapacidade de entender o caráter pedagógico e educacional das medidas socioeducativas previstas nos demais incisos, e não poderá ser cumulada com essas medidas.” (NR)

Art. 2º O art. 64 da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 64.

.....
§4º Quando a avaliação de que trata o caput concluir que o adolescente é incapaz de entender o caráter pedagógico e educacional da medida socioeducativa a que está sendo submetido, ele será encaminhado para a realização de exame médico-legal, a fim de verificar a necessidade de aplicação da medida prevista no inciso VIII do art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a consequente extinção da medida em execução, nos termos do inciso IV do art. 46 desta Lei.

.....
§9º Quando a avaliação de que trata o caput concluir que o adolescente é dependente de álcool ou de outra substância psicoativa, mas que é capaz de cumprir as atividades previstas no seu PIA, ele será inserido em progra-

ma de atenção integral à saúde mental, no âmbito do SUS.

§10. Se o exame médico-legal de que trata o §4º não comprovar a incapacidade de o adolescente entender o caráter pedagógico e educacional da medida socioeducativa a que está sendo submetido, aplicar-se-á o disposto no §9º.

§11. O atendimento previsto no §9º será realizado, sempre que o quadro clínico permitir, em regime ambulatorial.

§12. O gestor local do SUS promoverá a inserção do adolescente no programa de atenção integral à saúde mental de que trata o §9º, sob pena de responsabilidade, ainda que o atendimento tenha que ser realizado em serviço privado de saúde sem vínculo com o SUS, mediante ressarcimento.” (NR)

Art. 3º Ficam revogados o art. 29 e os §§ 5º e 6º do art. 64 da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

É extensa, Sr. Presidente, porém é necessária que se leia, por ser um pouco complexo esse projeto, bastante meritório, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Está em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, vou me posicionar favorável, embora, pela complexidade dita aqui pelo nosso querido Senador Cyro Miranda, me dou o direito de, na CDH, poder analisar, no mérito, com maior interesse. Mas, parabens-o pelo esforço de já melhorar boa parte do texto e, na CDH, comandada pelo nosso Presidente Paulo Paim, poderemos mais bem analisar o texto final.

Minha posição é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, o Senador o Senador Paulo Paim. Após concluir o Senador Paulo Paim, a Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, na mesma linha do Senador Wellington Dias, nós já tínhamos aqui uma recomendação para pedir vista, mas não vamos pedir vista. Vamos, nesse encaminhamento, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Senado nos são muito caros. Todos

nós, o Senador Cyro, o Senador Wellington, o Senador Aloysio Nunes, tenho certeza de que temos o maior cuidado. São inúmeras mudanças, inclusive algumas haviam sido vetadas, por recomendação do Executivo, mas entendemos que a intenção é das melhores. Quero cumprimentar o autor e o relator, mas vamos deixar, então, para aprofundar, quem sabe até numa audiência pública, lá na Comissão de Direitos Humanos.

Por isso, também votarei favorável, acompanhando o nobre relator e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Para discutir, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero cumprimentar o autor do projeto, Senador Aloysio Nunes, e o relator, Senador Cyro Miranda. A exemplo do que foi dito aqui pelo Senador Wellington e Senador Paim, acredito que este é um tema que merece uma discussão mais profunda. Sabemos da importância do Estatuto da Criança e do Adolescente e sabemos que qualquer alteração nessa direção precisa ser acompanhada de uma discussão ampla. Portanto, sugiro que, na Comissão de Direitos Humanos, tenhamos uma audiência pública para que possamos ouvir os especialistas, tanto em saúde mental quanto em relação aos procedimentos socioeducativos, para que a gente possa até formar uma opinião mais segura a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, somente para agradecer aos Senadores Cícero Lucena, Wellington Dias e Paulo Paim, principalmente, que tinham orientação de pedir vistas. Com isso, nós vamos dar uma celeridade. E, na Comissão, com bastante competência, presidida pelo Senador Paulo Paim, podemos, como terminativa, termos as audiências públicas e fazermos todas as alterações necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Da mesma forma, manifesto o meu apoio ao projeto do Senador Aloysio Nunes, dando também apoio ao Senador Cyro Miranda pelo seu belo relatório, já permitindo que, lá na CDH, presidida pelo valoroso Senador Paulo Paim, naturalmente, possamos realizar audiência pública e, se possível, aprimorar alguns pontos que se fazem necessários.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, na forma do substitutivo que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, na forma da Emenda nº 1 – CAS, substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em decisão terminativa. Requerimento.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 40, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requero a realização de audiência pública no âmbito da subcomissão permanente em defesa do emprego e da previdência social para debater a situação dos trabalhadores do setor aéreo e o Fundo Aerus.

Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é mais um esclarecimento. Esta Comissão já tinha aprovado requerimento nesse mesmo sentido, mas tratava do Fundo Aerus e do Portus. Como ambos entenderam que seria melhor audiências separadas, desmembrei e estou pedindo o apoio de todos para que possamos, em mais uma audiência pública, ir construindo o caminho para o Fundo Aerus. Sinto que há uma boa vontade do Executivo e do próprio Judiciário, porque está inclusive lá no Supremo essa questão, de construirmos uma alternativa, o que significa uma esperança enorme para milhares de brasileiros que ganhavam em torno de R\$10 mil como comandantes de avião e hoje estão ganhando em torno de um salário mínimo porque o Fundo Aerus, infelizmente, foi à falência.

Esse é o objetivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 19**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 41, de 2012**

Nos termos do Artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que seja realizada Audiência Pública desta Comissão em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH – e de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater a pauta da Marcha dos Municípios, prevista para ser realizada de 15 a 17 de maio, em Brasília, com atenção para as situações emergenciais motivadas, por exemplo, pela estiagem e por enchentes, bem como, os projetos que viabilizem a capacidade de investimento e de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias para encaminhar o requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, infelizmente, encaminhei o requerimento tardiamente. Na verdade, não será mais possível. Estive hoje no evento com os Municípios em que estão tratando desse tema. Infelizmente, ficou prejudicado o requerimento.

Por essa razão, gostaria de retirá-lo, considerando a prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Está retirado o requerimento do Senador Wellington Dias, autor da proposta.

Estamos concluindo nossos trabalhos. Quero apenas informar que, no dia 17, quinta-feira, às 11h30min, será realizada audiência pública da Subcomissão CAS-FGTS, destinada a audiência pública sobre FGTS e alternativas para ampliação dos recursos aprovados no dia 25 de abril de 2012, no terceiro plano de trabalho.

Como também temos aqui, no dia 22, na Subcomissão Casemp, cujo Presidente é o Senador Paulo Paim, conforme me comunica a nossa secretária, reunião deliberativa, às 9 horas, e, no dia 24, a 13^a reunião, às 9 horas, audiência pública da CAS, destinada à instrução do PLS nº 112, de 2010, que define o percentual mínimo da participação de mulheres nos conselhos de administração, em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2012-CAS, de autoria do Senador João Vicente Claudino.

No dia 29, 24^a Reunião, audiência pública, às 9 horas, destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, em atendimento

aos Requerimentos nºs 2, 5, 6 e 7, de 2012-CAS, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e do Senador Paulo Davim.

Na quarta, da mesma forma, reunião deliberativa, ou seja, no dia 30.

E, no dia 31, quinta-feira, às 11h30min, audiência pública da Subcomissão CAS-FGTS, sobre alíquotas de contribuição e multas, aprovada no dia 25 de abril de 2012, no terceiro plano de trabalho.

Não tendo mais nada a tratar, vou declarar encerrada a reunião, agradecendo a presença...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me só: no dia 22, é o Aerus?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, sim. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o requerimento agora, vamos marcar a audiência para os próximos dias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não tendo mais nada a tratar, agradeço a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, como também de toda a assessoria e, sobretudo, também dos presentes que estiveram interessados nas matérias aqui discutidas hoje.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta e seis minutos, do dia vinte e três de maio de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollenberg, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcante, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Paulo Bauer, Antonio Russo** e das Senadoras **Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy e Ana Rita**. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispen-

sa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – Não Terminativo – DENÚNCIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, de 1997.** Advogado inscrito na Seccional da OAB no Estado do Acre sob o nº 502, oferece à Comissão para apreciação uma fita de videocassete com denúncias de atos criminosos e atentatórios à liberdade individual, à vida, a integridade física e aos direitos humanos contra cidadãos do povo interiorano-fronteiriço de Bonfim/RR (fronteira com a Guiana). **Autoria:** Dr. Antônio Carlos Costa (Advogado OAB ACRE). **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pelo encaminhamento da Denúncia nº 1, de 1997, ao Senhor Procurador-Geral da República. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, que lê o Relatório em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Aprovado Parecer pelo encaminhamento da Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais nº 1, de 1997, ao Senhor Procurador-Geral da República. **ITEM 2– Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2011.** Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir a linfadenectomia entre as condições que justificam a concessão do benefício de isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2011 com 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2011, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em Decisão Terminativa. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 639, de 2011.** Acrescenta art. 6º-A à Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para dispor sobre a não incidência do imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração decorrente de exercício de emprego, cargo ou função. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 639, de 2011. **Resultado:** Durante a discussão da matéria, o Senador Paulo Paim apresenta Emenda de Redação, que é acatada pelo Relator, Senador Rodrigo Rollemberg. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 639, de 2011, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em Decisão Terminativa. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, de 2010.** Regulamenta as profissões de Pesquisador de Mercado, Opinião e

Mídia e de Técnico de Pesquisa de Mercado, Opinião e Mídia. **Autoria:** Deputado Luiz Sérgio. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº138, de 2010. **Resultado:** Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 5– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2006.** Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 12 da Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre a responsabilidade civil nos acidentes ocorridos no trabalho temporário ou terceirizado e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Vanessa Grazziotin, que lê o Relatório em substituição ao Senador Armando Monteiro. Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2007.** Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007 e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2008.** Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Acidente. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 8– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2011.** Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente de Turismo. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 9– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 614, de 2011.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil. **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner (Substituído por *Ad*

Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011 e da Emenda que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Amélia, que lê o Relatório em substituição ao Senador Casildo Maldaner. Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, de 2011.** *Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para determinar que a divulgação de matérias jornalísticas relacionadas a medicamentos e terapias seja objeto de regulação.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011. **Resultado:** Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **EXTRAPAUTA: ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 43, de 2012.** *Em aditamento ao Requerimento de nº 37/2012 – CAS, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, requeiro que seja incluído um representante do Denatran – Departamento Nacional de Trânsito.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 44, de 2012.** *Requeiro, nos termos do Artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 246, de 2009, que “Disciplina a cobrança de couvert artístico e altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o trabalho do músico”, tendo como convidados representantes: – Juliana Pereira da Silva, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; – Juscelino Alves de Oliveira, representante do Fórum Nacional de Música do Ministério da Cultura; e – Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e similares do Estado de São Paulo.* **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 45, de 2012.** *Requeiro, nos termos do Artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de diligência desta Comissão de Assuntos Sociais, a ser realizada na cidade de São Paulo-SP, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, que “dispõe sobre o exer-*

cício da profissão de cuidador de idoso”. **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim, Rodrigo Rollenberg, Vicentinho Alves, Mozarildo Cavalcante, Paulo Davim, Casildo Maldaner, José Pimentel e as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Ana Rita e Marta Suplicy. Às nove horas e quarenta e seis minutos assume a Presidência o Senador José Pimentel. Nada mais a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores e Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens de nºs 1 a 10, conforme pauta previamente divulgada, sendo três itens não terminativos e sete terminativos.

Antes de tudo, eu gostaria de registrar da presença da Senadora Ana Amélia, como sempre, pontual, britânica.

Aqui comentava, com V. Ex^a, a belíssima matéria que foi publicada na *Folha de S. Paulo* quanto ao projeto de sua autoria intitulado: “Senado aprova projeto que obriga o plano a pagar quimioterapia em casa”.

Esse projeto de V. Ex^a está repercutindo em todo o Brasil. Eu estive visitando alguns Municípios do interior de Mato Grosso, que não estão muito próximos à capital, e lá, por sinal, esse projeto já foi abordado por várias pessoas que, inclusive, pediram-me que lhe transmitisse efusivos cumprimentos pela louvável iniciativa e, sobretudo, por tratar-se de um projeto meritório, pois atenderá, certamente, milhares de brasileiros que precisam desse tratamento de quimioterapia oral que, agora, será realizado pelos planos de saúde e também pelo Governo Federal.

Parabéns, uma vez mais, a V. Ex^a.

Os dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que a taxa de mundial

de desemprego juvenil continua estancada no mesmo nível alcançado no ponto mais alto da crise econômica, e não se espera que diminua até, pelo menos, 2016.

O resultado está no Relatório da Organização chamado: Tendências Mundiais de Emprego Juvenil/2012.

As projeções mostram que 12,7% da força do trabalho juvenil do mundo estarão sem emprego este ano. Uma taxa que permanece invariável desde o ponto mais crítico da crise de 2009, em pouco superior a 12,6% do ano passado, afirma o relatório. A taxa seria ainda mais alta se forem considerados aqueles que, com frequência, desmotivados pela falta de perspectivas, abandonam ou adiam a busca de emprego.

Em nível mundial, estima-se que haverá cerca de 75 milhões de jovens desempregados, entre 15 e 24 anos, em 2012. Um aumento de, aproximadamente, quatro milhões, desde 2007.

Segundo análise do Diretor Executivo do Setor de Emprego da OIT, a crise de desemprego juvenil pode ser superada, mas somente se geração de emprego para jovem foi convertida em prioridade essencial da tomada de decisões políticas, e se forem intensificados os investimentos no setor privado de maneira significativa.

A OIT sugere medidas que oferecem facilidades fiscais e outros incentivos às empresas que contratam jovens, esforços para reduzir a defasagem entre as qualificações dos jovens: programa de capacitação empresarial, que integram a formação profissional, a orientação e o acesso ao capital e a melhoria da proteção social destinada ao jovem.

Na América Latina e no Caribe, a taxa de desemprego juvenil aumentou drasticamente durante a crise econômica, ou seja, 13,7%, em 2008, para 15,6%, em 2009. Diminuiu 14,3%, em 2011, mas não se esperam progressos adicionais no médio prazo.

Em nível mundial e na maioria das regiões, a crise teve um impacto maior sobre as taxas de desemprego das mulheres jovens do que dos homens jovens. Muitos jovens estão presos a trabalhos temporários, de baixa produtividade e que não prometem melhores oportunidades.

A edição de 2012 de Tendências Mundiais do Emprego Juvenil foi publicada às vésperas do Fórum Mundial sobre Emprego Juvenil, que começa hoje e vai até 25 de maio, na sede da OIT, em Genebra, na Suíça.

Essa reunião vai reunir cerca de cem jovens de todo o mundo para discutir o trabalho decente. O emprego juvenil também será destaque na agenda da Conferência Internacional do Trabalho da OIT, no mês de julho.

De maneira que é uma matéria, minha cara Senadora Ana Amélia, importantíssima. Que os governos

e a própria sociedade busquem um novo rumo, porque os altos índices de desemprego são gritantes, o que penaliza sobremaneira a juventude brasileira que naturalmente está à busca de uma oportunidade no mercado de trabalho.

Trata-se de uma política que precisa ser definida de forma muito mais concreta para permitir o enfrentamento da questão, evitando que muitos desses jovens se desencaminhem pelo fato de não terem oportunidades de emprego para mostrar suas capacidades e disponibilizar suas energias.

Quero crer que é muito importante essa matéria que estamos hoje lendo para as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, em primeiro lugar eu agradeço sinceramente as manifestações, nessa hora da manhã, dos madrugadores. É reconfortante, porque temos aqui a dedicação como a de V. Ex^a, com a experiência parlamentar que tem não só aqui no Parlamento, mas também no Poder Executivo.

Quando tomamos iniciativas como essa referida por V. Ex^a, sobre a quimioterapia, voltando ao tema anterior abordado, nós percebemos quanto espaço ainda temos para atuar no campo legislativo, para dar melhores condições de vida para o cidadão.

Senador Jayme Campos, esse projeto prevê a possibilidade de que também a indústria farmacêutica... Como V. Ex^a acompanhou nas audiências públicas, os fármacos para o tratamento do câncer são ainda muito caros, porque são de alta qualidade e há muita tecnologia envolvida.

Então, penso que com a disseminação, seja possível compartilhar a participação dos planos de saúde e da indústria farmacêutica na massificação e na redução dos preços desses medicamentos, para que não haja uma sobrecarga dos planos de saúde; e a indústria será beneficiada com isso.

De outro lado, o próprio SUS, que tem um encargo sempre judicializado na demanda por esse medicamento, que é caro, também deverá ter uma redução desses encargos e, portanto, melhorar as condições de serviço. Então, penso que nessa situação de dificuldades, temos de compartilhar.

Além da *Folha de S. Paulo*, o jornal *Correio Braziliense* publicou uma matéria bem extensa sobre o projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, presidida por V. Ex^a, em caráter terminativo e por unanimidade, o que não deixa nenhuma dúvida sobre a importância e a relevância da matéria.

Quanto à questão da desindustrialização, nós temos, semana sim, semana também, tratado desse

tema. É crucial. E o mais grave, Senador Jayme Campos, é que não estamos preparando essa juventude. Olha aqui. Está aqui no manual preparado com muita competência pela assessoria da comissão, o *clipping* mostrando essa matéria da reprovação no ensino médio que cresce no Brasil. E chega a 13,1% o índice de repetência entre alunos matriculados. O maior índice negativo desde 1999.

O Distrito Federal está entre os piores do *ranking*. E aí, Senador, nós não temos o que falar, porque os níveis de salários do Magistério no Distrito Federal são os melhores do País. Então, o senhor imagine o que sobra para o resto.

Lamentavelmente, o meu Estado do Rio Grande do Sul é tido como um Estado evoluído, de economia forte, mas, infelizmente, um Estado rico como o Rio Grande do Sul é o campeão em repetência. É algo alarmante! É o campeão. Ostenta um título nacional que assusta os especialistas e o próprio Secretário de Educação do meu Estado.

Além de ser o campeão nacional de repetência no Ensino Médio, o Estado também tem índices preocupantes no Ensino Fundamental, que é aquele de responsabilidade das prefeituras. A cada ano, perto de 300 mil alunos são afetados por um dos mais graves problemas da educação gaúcha: um alto índice de reprovação. No caso do Rio Grande do Sul, a taxa de reprovação é de 20,7%. E aqui, no Distrito Federal, 18,5%; a Capital da República.

Então, felizmente, eu queria até lembrar, na Comissão de Educação, a partir das 10h, por minha iniciativa, haverá uma audiência pública para debater exatamente esse problema. Mas eu, como fui professora formada no curso de normalista antigamente, fico muito preocupada, assim como cidadã. Quando V. Ex^a fala do desemprego, quando esse desemprego é também um reflexo da desindustrialização há também um outro componente, que é o despreparo da capacitação profissional desse jovem para o início da atividade laboral.

Então, é duplamente preocupante a pouca oferta de vagas para trabalhar e, quando a vaga existe, não existe a pessoa preparada, habilitada para o exercício dessa função.

Então, penso que V. Ex^a levantou um tema da maior gravidade. Não podemos deixar de abordá-lo com a frequência possível aqui.

Cumprimentos, caro Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

De fato, o quadro é triste. Pelos índices, por exemplo, da Capital Federal, Brasília, entendo que nunca seremos um País de Primeiro Mundo. Entendo que só

seremos um país de Primeiro Mundo na medida em que tivermos uma população alfabetizada, educada. Mas se percebe que passa governo, entra governo, sai governo e, infelizmente, em vez de melhorar, está piorando o ensino público no Brasil. É com muita tristeza que temos que, naturalmente fazer uma reflexão. Espero que o Governo possa tomar algumas providências para melhorar esses índices alarmantes que estão aí.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E V. Ex^a sabe Presidente Jayme Campos, pela ordem, que todos os países que hoje ostentam posições privilegiadas de desenvolvimento – Finlândia, Coréia do Sul, China, Irlanda – são países que deram um foco maciço em educação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A própria Alemanha.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Alemanha sim, a Alemanha bem mais.

Mas esses novos países, que são ditos emergentes na Ásia, como a Coréia do Sul, a Índia e a China... A própria Índia também fez um investimento muito forte na educação, o que mostra que esse foi um investimento estratégico adequado para chegar aos índices de desenvolvimento e crescimento que esses países estão registrando atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a e gostaria aqui de fazer um pequeno comentário também. Registro a presença do ilustre, valoroso e competente Senador, Paulo Paim, que já se encontra presente em nossa Comissão.

É em relação à matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em relação à saúde, com uma análise sobre a situação da saúde pública brasileira com base no levantamento feito pela organização mundial. A conclusão é de que:

Apesar de sermos a sexta economia do planeta, os gastos com saúde no País, mesmo tendo aumentado nos últimos anos, mantêm-se abaixo da média mundial, equiparando-se à realidade africana.

Na média internacional, os gastos com saúde são da ordem de 14,3% dos orçamentos nacionais. No Brasil, a taxa é de 5,9%. E era de 4,1% em 2000. O crescimento nos últimos 12 anos, porém, ficou longe de equipará-los à média do planeta. Além disso, enquanto nos países desenvolvidos um terço dos custos da saúde é pago pelos cidadãos, no Brasil 56% do que se gasta nessa área sai do bolso dos contribuintes, situação que é semelhante à que ocorre em somente 30 dos 193 países-membros [dessa organização].

Nos países europeus, revela o estudo da OMS, os gastos médios dos governos com cada cidadão chegam a ser dez vezes superiores aos do Brasil. Em alguns casos, como Luxemburgo, gasta-se mais de

US\$ 6,9 mil por cidadão, quase 25 vezes o valor no Brasil. Mesmo na Grécia [quebrada], que hoje vive uma catástrofe econômica, são destinados seis vezes mais recursos a cada cidadão do que no Brasil.

Então, são dados que naturalmente nos chamam muito a atenção a fazermos uma reflexão.

Eu quero iniciar aqui colocando em pauta já também os itens não terminativos e os terminativos que poderão ser lidos. Não tivemos *quorum* e aguardaremos naturalmente a fase de encaminhamento. Todavia, não há impedimento regimental algum para que possamos iniciar aqui este item, pois já se encontra presente o Senador Paulo Paim, que é também Relator. Ou seja, é de sua autoria. O Relator, Senador Cícero Lucena, não se encontra presente. Temos aqui também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, sou Relator do Item nº 9. Se V. Ex^a concordar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item nº 9. É Paulo Davim que está aqui. Será que não está equivocado?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É Paulo Davim. Eu sou autor, na verdade, do Item nº 7, de que é Relator o Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas V. Ex^a pode relatar outros projetos. Aqui temos, por exemplo, de autoria da Senadora Ana Amélia, mas tem como relatora a Senadora Ana Rita, e V. Ex^a pode relatar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ah, ela quer fazer? A assessoria dela pede... Item nº 1, pg. 13, decisão não terminativa.

DENÚNCIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, DE 1997

– Não Terminativo –

Advogado inscrito na Seccional da OAB no Estado do Acre, sob o nº 502, oferece à Comissão para apreciação uma fita de videocassete com denúncias de atos criminosos e atentatórios à liberdade individual, à vida, à integridade física e aos direitos humanos contra cidadãos do povo interiorano-fronteiriço de Bonfim/RR (fronteira com a Guiana).

Autoria: Dr. Antônio Carlos Costa (Advogado OAB/ACRE).

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pelo encaminhamento da Denúncia nº 1, de 1997, ao Senhor Procurador-Geral da República.

Observação: Votação simbólica.

O Relator seria o Senador Mozarildo Cavalcanti. Entretanto, não se encontra presente. Solicito ao ilustre Senador Paulo Paim para relatar essa denúncia oferecida à Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, Senadora Ana Amélia, vem a esta Comissão – vou fazer o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti – o seguinte relatório.

Trata-se de fita de videocassete (a degravação efetuada pela Subsecretaria de Taquigrafia do Senado encontra-se autuada no Processado) encaminhada a esta Casa, em outubro de 1997, pelo Sr. Antonio Carlos Costa, advogado inscrito na Seccional da OAB no Estado do ACRE sob o nº 502, em que diversas pessoas fazem depoimentos relatando atos de violência física e moral, de que teriam sido vítimas, por parte de agentes públicos do Estado de Roraima (Ministério Público) e da União (Polícia Federal), com o objetivo de incriminação do denunciante pela prática de atos ilícitos, conforme por ele narrado na Denúncia.

Os fatos teriam ocorrido no Município de Bonfim, Estado de Roraima.

Na ocasião, a matéria foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para exame, tendo sido a proposição distribuída à Senadora Benedita da Silva, em novembro de 1997, tendo a Senadora encaminhado pedido de Relatório a esta Consultoria Legislativa, que elaborou Minuta acolhida pela Senadora, que apresentou o seu Relatório em março de 1998, no início da sessão legislativa daquele ano.

Do Relatório então apresentado pela Senadora Benedita da Silva, destacamos, pelo teor de esclarecimento, o seguinte trecho:

A Constituição Federal, no seu art. 58, § 2º, IV, estabelece que às comissões do Congresso Nacional, em razão de sua competência, cabe receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.

Por seu turno, o art. 90, IV, e 96, do Regimento Interno (RISF) desta Casa contém normativos no mesmo sentido.

Assim, o § 1º do art. 96 do RISF estabelece que as petições, reclamações, representações ou queixas deverão ser encaminhadas por escrito, com identificação do autor, e distribuídos a um relator, que os apreciará e apresentará relatório com sugestões quanto às providências a serem tomadas, pela comissão, pela Mesa ou pelo Ministério Público.

No caso em tela, trata-se de documento contendo depoimentos de pessoas que teriam sido vítimas de abuso de autoridade policial.

De outra parte, a Lei Maior, no seu art. 129, II, estatui, como função institucional do Ministério Público, zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

Ademais, o inciso VII, também do art. 129, confere ao Ministério Público a função de exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar.

Nesse sentido, a Lei Complementar nº 75, de 1993, estatui, no seu art. 9º, os meios mediante os quais o Ministério Público da União exerce esse controle, sendo que entre eles inclui-se a promoção da ação penal por abuso de poder. E os depoimentos constantes da fita cassete de que se cuida aludem a atos que, uma vez confirmados, configurariam crime de violência arbitrária, tipificado no art. 322 do Código Penal.

Registre-se que esses depoimentos envolvem policiais federais, cujo controle de atividade funcional fica a cargo do Ministério Público Federal, ramo do Ministério Público da União, conforme expressa o art. 38, IV, da Lei Complementar supra-referida.

Adende-se, ainda, que o Ministério Público detém a competência privativa para a promoção da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

Ante o exposto, a nossa opinião é a de que os documentos constantes a Denúncia nº 1, de 1997, devem ser encaminhados ao Sr. Procurador-Geral da República, para que essa autoridade adote as providências cabíveis, uma vez que os fatos nela narrados dizem respeito a matéria da competência do Ministério Público Federal.

Na Legislatura passada, a matéria seguiu tramitando nesta CAS e foi distribuído ao Senador José Nery, que manteve o entendimento da Relatora anterior, Senadora Benedita da Silva, que depois virou Vice-Governadora, assumiu como Deputada Federal com uma bela votação no Estado do Rio de Janeiro – estou apenas comentando isso, Sr. Presidente, para vermos o quanto demora para um projeto ser votado nesta Casa; felizmente, em suas mãos, ele foi encaminhado para decisão final –, no sentido do encaminhamento da matéria ao Sr. Procurador-Geral da República.

Da nossa parte, apresentamos voto em separado no mesmo sentido e, posteriormente, reformulamos o nosso entendimento e opinamos pelo arquivamento da matéria em outro voto em separado.

Ocorre que a matéria até hoje não foi apreciada e já na presente Legislatura nos foi distribuída para relatar.

II – ANÁLISE

Conforme nos parece, a proposição ficou bastante prejudicada em razão do tempo transcorrido desde a autuação da denúncia em tela (quase 15 anos).

De qualquer modo, o nosso entendimento é o de que a deve ser encaminhada ao Sr. Procurador-Geral da República, para as providências cabíveis, lamentando que tal encaminhamento não tenha sido efetuado até o momento.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pelo encaminhamento da Denúncia nº 1, de 1997, ao Excelentíssimo Sr. Procurador-Geral da República.

Como vemos, Sr. Presidente, é uma denúncia de 15 anos atrás. É isso que não pode...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Infelizmente, 15 anos já se passaram...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A ex-Senadora Benedita da Silva, ex-vice-governadora, hoje Deputada Federal e até hoje o parecer, enfim, não tinha sido apreciado. E V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por força regimental, legal, para encaminhar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) –...tomou as providências.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –...até para que possamos limpar as pautas e os projetos que se encontram nesta Comissão.

Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação do parecer encaminhando a Denúncia nº 1, de 1997, ao Procurador-Geral da República.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, concluindo pelo encaminhamento da Denúncia nº 1, de 1997, ao Procurador-Geral da República. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria que V. Exª incluísse na pauta – eu apresentei um adendo a um requerimento para aquela audiência sobre acidentes de moto no Brasil, cujo número aumenta a cada dia...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos votar. O requerimento se encontra à mesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Daqui a pouco, vamos ler.

Vamos passar para o Item nº 9, pg. 93.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 614, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil.

Autoria: Senador Paulo Davim.

Relatoria: Senador Casildo Maldaner.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011 e da Emenda que apresenta.

Observação: A votação será nominal.

Consulta a valorosa Senadora Ana Amélia se pode relatar *ad hoc* este projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com muito prazer. Não só em homenagem ao autor, o meu conterrâneo, porque Paulo Davim é do Rio Grande do Norte. Nós nos sentamos lado a lado no plenário do Senado e nos tratamos por conterrâneos. E, também, pelo Relator, o também estimado Senador Casildo Maldaner.

Vou direto ao resumo da análise deste projeto, caro Presidente.

O ponto mais importante a avaliar é que, no Brasil atualmente, não existe vacinação legalmente obrigatória, ou seja, ninguém é obrigado por lei a se vacinar nem a submeter seus filhos à vacinação. Isso significa que a lei que rege a matéria não prevê nenhum tipo de sanção legal para o cidadão que deixar de vacinar a si mesmo ou a seus filhos. A despeito desse fato, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) alcança invejável grau de universalidade e tem a reputação de ser um programa sanitário de grande mérito e efetividade.

É verdade que existem formas infralegais de coerção, como, por exemplo, aquelas que impedem as crianças não vacinadas de serem matriculadas nas escolas públicas. Não obstante, o sucesso do PNI ocorre porque os brasileiros submetem a si mesmos e a seus filhos à vacinação por estarem convencidos da necessidade e dos benefícios de se vacinarem.

Assim, o projeto de lei sob análise vai de encontro ao princípio que rege o PNI ao tornar legalmente obrigatória a imunização contra o tétano para os trabalhadores da construção civil.

Caso se queira realmente tornar essa vacinação obrigatória por lei, outro problema que se vislumbra é a necessidade de prever sanção para quem descumprir a nova obrigação. Do contrário, a lei que a instituir será considerada injurídica por não atender ao princípio da coercitividade.

Como se vê, as penalidades dirigem-se ao empregador.

Aliás, vou ter que ler, porque aqui estão especificadas as penalidades.

Observe-se que a citada Seção XV (Das Outras Medidas Especiais De Proteção) do Capítulo V (Da Segurança e Da Medicina do Trabalho) do Título II (Das Normas Gerais De Tutela Do Trabalho) da CLT, na qual o PLS propõe inserir o novo art. 199-A, apresenta somente o art. 200, que, em seus incisos, elenca situações e medidas de proteção sanitária sobre as quais cabe ao Ministério do Trabalho estabelecer disposições complementares, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho.

Já a Seção XVI (Das Penalidades) traz apenas o art. 201, cujo *caput* dispõe que as infrações ao disposto neste Capítulo relativas à Medicina do Trabalho serão punidas com multa de 3 (três) a 30 (trinta) vezes o valor de referência previsto no artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, e as concernentes à segurança do trabalho com multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o mesmo valor. O parágrafo único determina que em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, a multa será aplicada em seu valor máximo.

Como se vê, as penalidades dirigem-se ao empregador. Porém, no caso da vacinação antitetânica obrigatória, não é razoável impor-lhe tais penalidades, pois o empregador não poderia levar o trabalhador à vacinação contra a vontade deste, nem ser responsabilizado por sua eventual recusa.

Assim, restaria ao projeto de lei sob análise impor algum tipo de sanção ao próprio trabalhador da construção civil, mas isso não parece razoável num contexto em que nenhum outro cidadão é punido por não se vacinar.

Há que considerar também que as leis são espécies apropriadas para dispor sobre normas gerais e abstratas. Nesse sentido, é preciso lembrar que os trabalhadores da construção civil não são os únicos profissionais sujeitos à contaminação por tétano acidental, pois se incluem entre os vulneráveis também

os trabalhadores rurais, os operários de indústrias, os mineradores e diversos outros profissionais. Igualmente, o tétano não constitui a única doença infectocontagiosa transmissível no âmbito profissional: a hepatite e a gripe, por exemplo, também o são.

Assim, diante desses argumentos, optamos por oferecer emenda ao projeto de forma a tornar sua redação geral e abstrata, aproveitando a idéia de incentivar a vacinação entre os trabalhadores sujeitos à transmissão de doenças infectocontagiosas no âmbito profissional. Nesse caso, os empregadores ficam obrigados, na forma do regulamento que venha a ser elaborado pelo Ministério do Trabalho, a “promover” ações de imunização entre os empregados, com o objetivo de orientá-los e incentivá-los a serem vacinados, e conceder incentivos aos trabalhadores imunizados, além de dar publicidade aos resultados dessas ações. A emenda proposta insere novo inciso no art. 200 da CLT e, em decorrência dessa modificação, altera a ementa do projeto para adequá-la ao novo texto.

Lembramos, ainda, que a vacinação antitetânica já é rotineiramente oferecida no âmbito do PNI, que é o Programa Nacional de Vacinação, fazendo parte do calendário de vacinação do adulto. Isso significa que todo trabalhador que assim o deseje pode ser imunizado nos postos de vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por fim, tendo em vista a apreciação da matéria em caráter terminativo e exclusivo por esta Comissão, assinalamos que não foram detectados óbices constitucionais a sua aprovação.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto do Senador Casildo Maldaner ao Projeto do Senador Paulo Davim é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se à emenda e ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 614, de 2011, a seguinte redação:

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a promoção de ações de imunização necessárias à proteção dos trabalhadores expostos ao risco de doenças infectocontagiosas.

Art. 1º O art. 200 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

Art. 200.

IX – proteção do trabalhador exposto a risco de doença infectocontagiosa em seu ambiente de trabalho ou em decorrência de seu trabalho, mediante a promoção de ações de imunização necessárias a essa proteção, a concessão de incentivos ao trabalhador imunizado e a divulgação dos resultados dessas ações.

.....NR)

Esse é o voto do Relator, que eu também acolho como Relatora *ad hoc*, caro Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia. A matéria está em discussão.

Para discutir, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na verdade, Sr. Presidente, o projeto do nosso querido amigo e Senador Paulo Davim, que tem como Relator o Senador Casildo Maldaner, resume-se em um artigo: é obrigatória a imunização contra o tétano para os trabalhadores da construção civil na forma do regulamento. Eu digo a essência. Essa é a essência da proposta do projeto original dele.

E o Relatório do Senador Casildo Maldaner, lido pela Senadora Ana Amélia, acata as sugestões do Ministério da Saúde, que ampliam esse direito dos trabalhadores, eu diria, em relação à vacinação antitetânica.

Com esse objetivo contemplado no Relatório do Senador Casildo, com as sugestões do Ministério da Saúde, entendo que o projeto foi, inclusive, aprimorado, valorizando ainda mais a iniciativa do Senador Paulo Davim, porque outros trabalhadores também terão, como já existe no PNI, o direito assegurado na forma da lei à vacinação.

Então, meus cumprimentos, tanto ao Autor, ao Relator, como à Relatora *ad hoc*. Ou seja, os meus cumprimentos aos Senadores Paulo Davim, Casildo Maldaner e à Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Está encerrada a discussão.

Entretanto, o item 9...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É matéria terminativa, não Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos retirar da pauta por enquanto, aguardando, não temos quórum, para entrarmos no processo de votação.

Então, neste caso, está encerrada a discussão, aguardando quórum. Aí, sim, entraremos na fase de votação, que é o item 9, pág. 93.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Em aditamento ao Requerimento de nº 37, de 2012 – CAS, que trata da realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, requeiro que sejam incluídos um representante do Denatran – Departamento Nacional de Trânsito.

Autoria: Senador Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, Senador Paulo Paim, demais presentes na sessão desta manhã, eu havia feito no início deste Ano Legislativo um requerimento para propor uma audiência pública para discutir a questão dos acidentes de motos, que têm graves consequências sociais.

Em geral, as sequelas representam um ônus muito grande para o Sistema Único de Saúde, para as próprias famílias e para a própria economia brasileira, porque grande parte das vítimas de acidentes é de jovens de 18 a 24 anos. Então, essa é a massa de acidentados.

E, por incrível que pareça, o maior número de acidentes não é dos chamados *motoboys*, que fazem esse trabalho. Especialmente em diversas cenas em São Paulo a gente assusta, mas não é ali que está. É aquele que usa sua moto para ir da casa para o trabalho, ou da sua casa para um lazer, aí que está o perigo do excesso de acidentes.

Então, eu fiz este requerimento e o Senador Paulo Davim sugeriu também um representante da Associação Brasileira de Terapia Intensiva e a Senadora Vanessa, que é do Amazonas, sugeriu a indústria de motocicletas que está localizada lá em Manaus, exatamente o grande centro produtor de motocicletas.

Agora eu estou fazendo um requerimento para incluir, porque não temos aqui a autoridade de trânsito, para incluir fazendo esse aditamento ao Requerimento nº 37, deste ano, para ouvir também o representante, ou o Diretor do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran. E por que incluir o Denatran, Presidente? Porque o Denatran – Departamento Nacional de Trânsito – é um órgão sediado aqui em Brasília que regula tudo que está relacionado a motocicletas, desde a fabricação, habilitação dos condutores e regramento das exigências para ser motofretista.

Então, esses são os argumentos para incluir aqui o representante do Denatran.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª já formalizou os nomes?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já está. Já foi aprovado, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só incluindo aqui o adendo em relação ao Diretor do Denatran?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente, já foi.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa audiência, Senadora Amélia, já está marcada para o dia 29, às 9h. Certo? Já está preparada a reunião. Por sinal, a Comissão já recebeu mais de 500 telefonemas, o Brasil inteiro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fico contente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Brasil inteiro está ligando e está atento, naturalmente, a essa audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para ver a importância do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa informação aqui da nossa Secretária Dulcina de que já está pronta a audiência...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que bom...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aguardamos que, certamente, as pessoas convidadas compareçam para discutir essa relevante e importante audiência pública que nós teremos aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria até, Presidente, porque o nosso querido Paulo Paim é o experiente nas audiências públicas, lá na Comissão de Direitos Humanos. Com o representante do Denatran, serão dez pessoas. Poderemos dar dez minutos para cada um e poderemos fazer cinco primeiro e depois mais cinco...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Serão duas Mesas?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Duas Mesas. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Os primeiros cinco e depois os outros cinco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso. Porque assim acolhemos todos e possivelmente, dada a gravidade do que vamos ouvir, poderemos repetir a dose. Assim, por iniciativa desta Comissão, poderemos fazer um seminário para tratar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Está de parabéns.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero só fortalecer a iniciativa do debate sobre os acidentes de moto e dizer que, na última sexta-feira... Veja como é importante termos marcado, por iniciativa da Senadora... Lembro-me que, na época, disse que podíamos fazer em conjunto com as três Comissões. Se não me engano, foi aprovado requerimento nesse sentido.

Mas o que quero fazer é um elogio à iniciativa, porque na última sexta-feira um dos painelistas disse que estávamos falando do Mercosul e era uma personalidade do mundo da economia e aí entramos em um debate do Mercosul. Mas lá pelas tantas ele disse o seguinte – e foi bom que ele tenha dito, foi positivo para nós: vocês que dizem tanta coisa, Senador Paim, você que tem preocupação com isso e com aquilo, por que nunca se preocupou com a questão das motos? Aí eu tinha resposta. Eu disse: Olha, meu amigo, eu quero lhe dizer – e ele era gente finíssima, um senhor de idade – que a Comissão de Assuntos Sociais já está marcando uma audiência pública, ainda este mês, para debater exatamente a questão das motos. Aí falei da iniciativa e inclusive o convidei.

Disse que estava sendo preparado um amplo debate e falei do Estatuto do Motorista, do debate que estamos fazendo, mas focando na questão das motos. Ele disse então que ia ver se conseguia vir a essa reunião. Mas deu um destaque muito grande à questão das motos, dizendo que o número de acidentes e o gasto que o País tem com acidente de motos...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É muito grande.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se não me engano, ele falou em torno de 40 bilhões. Algo nesse sentido. Então, estou apenas cumprimentando a iniciativa e dizendo que estaremos no dia, naturalmente, junto nos encaminhamentos desse tema tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro. Isso será muito importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fico feliz com a informação de que a Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais está recebendo, ou seja, revela de fato isso que ressaltou o Senador Paulo Paim: a relevância. E é inadiável. Essa audiência pode nos balizar também em iniciativas, porque há problemas sérios de segurança do veículo, se for o caso, ou de mecanismos ou a própria habilitação... Parece que hoje é muito fácil, Presidente Jayme Campos, é muito fácil e muito simples obter uma habilitação para dirigir uma moto. E a moto acaba sendo uma arma para quem não está habilitado para dirigi-la.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

Votação do requerimento.

As Srªs e o Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero registrar também a presença da Senadora Ana Rita e do Senador Eduardo Suplicy.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 241, DE 2011

– Não Terminativo -

Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir a linfadenectomia entre as condições que justificam a concessão do benefício de isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senadora Ana Rita.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2011, com duas emendas que apresenta.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa;*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para proferir o seu relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 241, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que *dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.*

De acordo com o art. 1º do Projeto, a alteração legal pretendida visa incluir a excisão total ou parcial de linfonodos axilares ou inguinais, entre as formas de alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano que acarretam comprometimento da função física e podem ser classificadas como deficiência física. Com isso, a linfadenectomia passaria a figurar entre as condições cujos portadores são beneficiados com isenção do IPI na aquisição de veículos automotores. O art. 2º prevê que a vigência da lei em que o projeto se transformar ocorrerá na data de sua publicação.

Em sua justificação, a autora do projeto explica que a linfadenectomia axilar ou extirpação radical dos linfonodos axilares é realizada nas cirurgias para tratamento do câncer de mama com o objetivo de evitar recidivas ou metástases. Ela ressalta que, entre 9% e 40% das mulheres submetidas a linfadenectomia axilar desenvolve linfedema, que é o acúmulo de líquido nos espaços intersticiais, resultante de uma deficiência na drenagem do sistema linfático, patologia que não tem cura e pode evoluir para quadros de grandes deformidades e significativa limitação funcional.

Além disso, a autora sustenta que, para evitar o surgimento de linfedema, é recomendado que mulheres submetidas à mastectomia radical não carreguem peso no lado operado e não realizem esforços ou movimentos repetitivos com o braço. Por isso, é necessário que elas conduzam veículos adaptados a sua condição, pois, como enfatiza a Senadora Ana Amélia, o peso deslocado em manobras paradas com o veículo comum equivale a aproximadamente seis vezes o peso do volante em veículo equipado com direção hidráulica.

A proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última decisão em caráter terminativo e não foi objeto de emendas no prazo regimental.

ANÁLISE

Cabe à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do inc. II, do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito do projeto, no que tange à proteção e defesa da saúde.

Sem dúvida, tem inegável mérito o PLS nº 241, de 2011, ao cuidar das mulheres portadoras de linfedema ou passíveis de sofrerem de linfedema, em decorrência dos procedimentos a que são submetidas para o tratamento de câncer e a prevenção de sua recidiva. Esse mérito é ainda mais inquestionável quando levamos em consideração a alta incidência do câncer de mama entre as mulheres brasileiras e a real necessidade daquelas pacientes submetidas à linfadenectomia de serem poupadas de esforços que envolvam os membros afetados.

No entanto, julgamos aconselhável aprimorar a forma colhida para a alteração proposta. É preciso lembrar que a excisão total ou parcial de linfonodos axilares ou inguinais constitui um procedimento cirúrgico e não uma condição visível de comprometimento da saúde dos membros. É necessário também considerar que as leis são espécies apropriadas para dispor sobre normas gerais e abstratas.

Assim, o texto “membro submetido à doença ou a procedimento terapêutico e que possa acarretar seu comprometimento funcional” parece-nos mais apropriado

do para englobar tanto o caso de pacientes já portadoras de linfedema, qualquer que seja a sua origem, quanto o daquelas submetidas à linfadenectomia e que necessitam de veículo adaptado para prevenir a ocorrência de linfedema.

Apenas para enfatizar e certificar que a linfadenectomia será corretamente qualificada pelos intérpretes da norma legal, sugerimos adicionar a expressão “inclusive a excisão total ou parcial de linfonodos axilares ou inguinais” ao final do dispositivo.

Dessa forma, optamos por oferecer emendas ao projeto para incorporar as modificações sugeridas e tornar sua redação, a nosso ver, mais adequada.

VOTO

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2011, com as seguintes emendas:

Dê-se à Emenda do Projeto de Lei do Senado PLS nº 241, de 2011, a seguinte redação:

Altera o § 1º, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir as doenças e os procedimentos terapêuticos que possam acarretar comprometimento funcional de membros entre as condições que justificam a concessão do benefício de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, na aquisição de veículos automotores.

A Emenda 2:

Dê-se ao § 1º, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º.....

§ 1º. Para a concessão do benefício previsto no caput é considerada pessoa...

Aqui, Sr. Presidente, eu quero fazer uma correção nesta emenda. É possível fazer uma correção de redação? (Pausa.) É porque aqui está pessoa portadora de deficiência física. Eu quero dizer pessoa com deficiência física, aquela que apresenta:

I – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

II – membro submetido à doença ou a procedimento terapêutico que possa acarretar seu comprometimento funcional, inclusive a

excisão total ou parcial de linfonodos axilares ou inguinais.

Sr. Presidente, esse é o nosso parecer. Apenas estou fazendo uma correção no parecer, porque, no § 1º da segunda emenda, está dito pessoa portadora de deficiência física, mas eu quero dizer pessoa com deficiência física.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Rita.

Está em discussão a matéria.

Para discutir...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Para discutir a matéria...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Exª vai discutir a matéria?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Até porque V. Exª é autora. Está assegurada a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, Presidente, agradecer-lhe, mas, sobretudo, agradecer a dedicada atuação da Senadora Ana Rita nessa matéria. Até precisaríamos aqui dos nossos colegas médicos, o Paulo Davim e o Waldemir Moka, porque a nomenclatura médica é de uso comum entre os médicos, mas não entre nós, leigos na área da medicina.

Esse projeto nasceu de uma reunião que tivemos aqui, primeiro, com as primeiras damas dos Municípios e também com uma das participantes de uma audiência pública desta Comissão presidida por V. Exª, Drª Antonieta Barbosa, que é uma advogada de Pernambuco, foi portadora de câncer, e escreveu uma cartilha sobre os direitos dos portadores de câncer. Então, esse projeto nasceu dessa iniciativa e também da Federação Brasileira das Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, Femama. E, aí, presto também uma homenagem tanto quanto à Drª Antonieta Barbosa, à Drª Maira Caleffi, que é do meu Estado, Rio Grande do Sul.

Na verdade, a incidência do câncer de mama, como disse a nossa Relatora, e o Rio Grande do Sul é o campeão, lamentavelmente, desse *ranking* trágico de câncer de mama, que tem o maior índice entre os Estados brasileiros. E essa medida facilita porque, como diz no relatório, o esforço para a mulher que foi submetida à mastectomia representa um risco adicional à contração dos linfonodos. Então, o linfedema pode acarretar aí a ocorrência dessa doença pelo esforço

que a mulher faz tendo sido submetida à mastectomia ou não.

Então, penso que o projeto tem o mérito exatamente de dar a essas mulheres a condição... Às vezes são profissionais, Presidente, e que precisam, que venceram, são vitoriosas, venceram a doença, e que precisam de condições melhores para o exercício das suas respectivas atividades ou simplesmente para a sua mobilidade pessoal ou da sua família.

Então, eu queria agradecer e salientar a importância da Relatoria da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu cumprimento V. Exª, mas para discutir, até porque ela é Relatora da matéria, a Senadora Ana Rita está com a palavra para talvez explicitar melhor...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Fazer um registro aqui, Senador. Apenas fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ... e fazer o registro que V. Exª gostaria de fazer.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu só quero fazer um registro e dizer que eu me senti muito honrada de poder relatar esse projeto de autoria da Senadora Ana Amélia, porque ela nos traz uma realidade, através desse projeto, bem atual. Ou seja, assegurar às mulheres que hoje têm problemas com o câncer, que precisam fazer a retirada do seio e isso dificulta que ela possa muitas vezes exercer até suas atividades profissionais. Infelizmente, o número de mulheres com câncer de mama, no País, é muito alto ainda. E esse projeto vem atender uma necessidade muito urgente das mulheres.

Então, eu quero aproveitar este momento para parabenizar a Senadora Ana Amélia pela sua sensibilidade, por reconhecer que de fato as mulheres necessitam de um apoio e, nesse caso, que elas tenham condição de poder dirigir um carro em melhores condições.

Parabéns a V. Exª pela iniciativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas para confirmar o que a Senadora Ana Rita disse. Eu mesma, na minha família, tenho duas irmãs que tiveram câncer de mama; uma delas foi a óbito aos 44 anos. Então, conheço um pouco essa matéria.

Muito obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é para discutir, Sr. Presidente. Eu quero só cumprimentar as duas, as duas Ana, a Senadora Ana, autora, e

a Senadora Relatora, também Ana. E é claro que eu vou dizer Senadoras Ana Amélia e Ana Rita. Parabéns a ambas e parabéns às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Está encerrada a discussão.

Entretanto, vamos aguardar aqui ainda mais uma assinatura para nós votarmos. Em que pese não ser terminativo, estamos aguardando pelo menos mais uma ou duas assinaturas e aí já votaremos esse projeto...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Só para consultar V. Ex^a da possibilidade de incluir o item 10 agora, se possível, devido eu ser Relator e ter que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É inversão de pauta?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – É inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O senhor tem crédito aqui na Presidência desta Comissão. (Risos.)

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 740, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para determinar que a divulgação de matérias jornalísticas relacionadas a medicamentos e terapias seja objeto de regulação.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Vicentinho Alves.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011.

Observações:

– Votação nominal.

O Senador José Pimentel está vindo nos dar a honra da sua presença aqui, como também o Senador Paulo Davim.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves para proferir o seu relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu vou direto à análise.

ANÁLISE

Cabe à Comissão de Assuntos Sociais, em conformidade com o disposto no art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, avaliar o mérito das proposições legislativas que tratam de questões relativas à proteção e defesa da saúde.

Tendo em vista, porém, tratar-se de exame em caráter terminativo, devemos nos pronunciar não só sobre o mérito, mas também acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Do ponto de vista da técnica legislativa, não se verifica a necessidade de fazer reparos ao Projeto de Lei nº 740, de 2011, vez que a proposição se mostra em conformidade com o dispositivo da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do mesmo modo, não se identificam vícios de constitucionalidade formal, pois a matéria situa-se no âmbito de competência legislativa da União e das atribuições do Congresso Nacional, nos termos, respectivamente, dos arts. 22, inciso IV, e 48, inciso XII da Lei Maior. Tampouco ultrapassa os limites da iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 61, § 1º, da Constituição Federal.

No tocante ao mérito, no entanto, entendemos que a proposição não deve ser acolhida, em que pese a louvável preocupação do Senador Marcelo Crivella. Não consideramos adequada qualquer iniciativa que interfira no conteúdo de matérias jornalísticas. Não se coaduna com o atual estágio de desenvolvimento democrático de nosso País o controle sobre o que será divulgado pela imprensa.

Além disso, a divulgação sobre o uso de medicamentos e terapias pela população, por seu impacto na saúde, já é objeto de preocupação dos legisladores.

Veja-se que o § 4º do art. 220 da Constituição Federal estabelece que a propaganda comercial de medicamentos e terapias (bem como a de tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos) estará sujeita a restrições legais, como forma de garantir à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. Além disso, deverá conter, “sempre que necessário”, advertência sobre os malefícios decorrentes do seu uso.

Já a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 96, que regula a propaganda comercial de medicamentos com base

nos mandamentos constitucionais acima referidos, determinou que, qualquer que seja o seu tipo ou espécie, essa propaganda só poderá ser feitas em publicações especializadas, dirigidas direta e especificamente a profissionais e instituições de saúde (Art. 7º do *caput*).

Excetuou, porém, os medicamentos anódinos e de venda livre, que poderão ser anunciados nos órgãos de comunicação social, mas com advertências quanto ao seu abuso (Art. 7º, § 1º). Ademais, a propaganda não poderá conter informações que não sejam passíveis de comprovação científica, nem utilizar depoimento de profissionais que não sejam legalmente qualificados para fazê-lo (§ 2º). Além disso, o diploma legal estabelece que toda propaganda de medicamento deverá conter; obrigatoriamente, advertência indicando que “a persistirem os sintomas”, o médico deverá ser consultado (§ 5º).

Do ponto de vista infralegal, merece menção a Resolução nº 102, de 30 de novembro, de 2000, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que aprovou “regulamento sobre propagandas, mensagens publicitárias e promocionais e outras práticas cujo objeto seja a divulgação, promoção ou comercialização de medicamentos”.

Também o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), órgão máximo de representação do setor, adota normas específicas para a publicidade desses produtos.

Assim, Sr. Presidente, pelas razões expostas, entendemos ser improdutivo dotar a sociedade de mais uma medida jurídica coercitiva como forma de defesa contra a divulgação de medicamentos e terapias. A opinião pública já tem como se defender por meio dos recursos jurídicos disponíveis.

VOTO

Sr. Presidente, pelas razões expostas, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011.

Esta é a análise e este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Obrigado, Senador Vicentinho.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como nós estamos presentes com número suficiente para não deliberar a matéria terminativa, como é o caso concreto, eu vou deixar de levar à votação neste momento e aguardar chegar o quórum qualificado para deliberar esta matéria, por ser terminativa.

Vamos ao item 3.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, eu pediria a V. Exª, pela ordem, que fizesse a

votação, aproveitando o quórum agora, do item 2, que já foi apreciado e discutido, só faltava o quórum. Eu queria então ver isso, porque tenho uma audiência pública na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Como nós temos quórum para deliberar sobre matéria não terminativa e já foi lido o voto, já foi feita a discussão, já foi encerrada a discussão, eu coloco em votação o parecer da Senadora Ana Rita, que é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2011, com duas emendas que apresenta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer da Senadora Ana Rita permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2011, com as Emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

A autoria é da nobre Senadora Ana Amélia.

Devolvo a Presidência ao Senador Jayme Campos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador José Pimentel.

Pela ordem, Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu quero só cumprimentar o Senador Pimentel. Permite-me cumprimentá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele sentou aqui um minuto, já aprovou um grande projeto e saiu.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade, competente e eficiente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, parece-me que não há quórum para votação nominal, no caso deste projeto terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Faltam três para os terminativos. Os não terminativos poderão ser votados, porque já temos quórum.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Eu vou ter que me ausentar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Chegando e havendo quórum, vai ser votado de imediato.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pois não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.
Item 3, pág. 32, decisão não terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 639, DE 2011

– Não Terminativo –

Acrescenta art. 6º-A à Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para dispor sobre a não incidência do Imposto de Renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração decorrente de exercício de emprego, cargo ou função.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 639, de 2011.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa;*
– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Trata-se do parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 639, de 2011, do Senador Valdir Raupp, que acrescenta *art. 6º-A à Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para dispor sobre a não incidência do Imposto de Renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração decorrentes do exercício de emprego, cargo ou função.*

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 639, de 2011, de autoria do Senador Valdir Raupp, que visa alterar a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para que não haja incidência de Imposto de Renda sobre juros de mora, quando recebidos por trabalhador como compensação pelo atraso no pagamento de remuneração decorrente de exercício de emprego, cargo ou função.

Segundo o autor, são inúmeras as demandas judiciais contrárias à cobrança, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), de Imposto de Renda sobre os juros de mora incidentes sobre verbas trabalhistas pagas em decorrência de condenação judicial.

Na justificação da iniciativa, destaca-se a natureza nitidamente indenizatória dos juros de mora, pois eles “não representam renda, nos termos dispostos no

CTN, mas, isto sim, reparação financeira pelo tempo em que o trabalhador não teve a disponibilidade do recurso que lhe era devido”.

Esse argumento é complementado com referência ao art. 407 do Código Civil, em cuja norma os juros estão incluídos no montante de perdas e danos. De resto, o legislador pátrio tenderia a presumir o papel dos juros como reparador de perdas e danos causados ao credor com o decurso do tempo entre a data da constituição do crédito e o seu efetivo adimplemento.

Em última análise, a proposta pretende tornar mais previsível e seguro o Sistema Financeiro Nacional, diminuindo a insegurança jurídica no campo tributário.

O Projeto de Lei do Senado nº 639, de 2011, após analisado no âmbito desta Comissão, ainda será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá tramitação com decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição até a presente data.

II – ANÁLISE

Em análise da matéria – incidência de imposto sobre juros de mora acrescidos a verbas indenizatórias trabalhistas e administrativas – não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum prevista no art. 61 da Carta Magna e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo Texto Constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria insere-se na competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que está diretamente relacionada com os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, entre eles relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões. E insere-se também na competência da Comissão de Assuntos Econômicos por envolver matéria tributária.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta. A natureza indenizatória do pagamento de juros é inquestionável, mormente em contextos inflacionários. E no Brasil, a inflação, apesar de encontrar-se em patamares aceitáveis, sempre ameaça. Sabe-se, ademais, que as primeiras vítimas do aumento de preços são a renda do trabalhador e a remuneração dos servidores públicos.

É notório também que sonegar direitos, muitas vezes, faz parte de uma técnica eticamente duvidosa de contenção ou protelação de custos, tanto da Administração Pública como do empresariado. Nesse sentido, não nos parece justo que o Estado recupere via incidência tributária valores que fazem parte de indenizações a que foi condenado a pagar. Isso seria premiar duplamente a

sonegação de direitos: com o desgaste inflacionário e a cobrança de impostos.

Assim, o atraso no pagamento de salários e na remuneração de trabalhadores da iniciativa privada ou do serviço público não deve servir para aumentar a arrecadação. Essa possibilidade é mais grave e inapropriada se considerarmos a natureza alimentar das remunerações decorrentes de exercício de emprego, cargo ou função.

Tudo isso sem mencionar a elevada carga tributária incidente sobre os proventos do trabalho, que avança anualmente sobre um número cada vez maior de trabalhadores mediante correção anual insuficiente ou defasada das tabelas aplicadas. Até quem tem dificuldade para arcar com a subsistência já paga imposto sobre renda, mais suposta do que real.

A adequação da matéria aos pressupostos e dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal será certamente bem analisada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que dará parecer definitivo sobre a proposta em exame.

A proposição é, portanto, louvável e meritória sob o ponto de vista social, devendo contribuir efetivamente para diminuir a insegurança jurídica no âmbito tributário, acabando com eventuais dúvidas sobre a natureza indenizatória dos valores referentes a juros recebidos com atraso por servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 639, de 2011, nos termos em que se encontra proposto.

Este é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodrigo.

Está em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho pelo nobre Senador Valdir Raupp e também pelo Senador Rodrigo Rollemberg, eu, no mínimo, diria que há controvérsia nessa análise do projeto.

Sr. Presidente, eu entendo que se você atenua a pena pelo não pagamento dos direitos dos trabalhadores, tanto da área pública quanto da área privada, no mínimo, você está dizendo: bom, se não pagar, pague a parte do trabalhador, mas o Estado não tem nada a ver com isso.

Eu acho que o projeto é complexo, porque, da forma que se encontra hoje, ele alerta o empregador: se você não pagar os direitos dos trabalhadores, vai pagar juro e vai pagar Imposto de Renda sobre o total final...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não, não, não, Sr. Presidente. Se o Senador Paulo Paim me permitir, vou esclarecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então esclareça.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não é isso, não, Senador Paulo Paim. É exatamente o...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu só estou lendo. Posso ler? Depois V. Ex^a me explica.

O que diz o art. 6º do projeto que ele apresenta:

“Art. 6º – Não incide Imposto de Renda sobre juros de mora devidos pelo atraso de pagamento de remuneração decorrente do exercício do emprego de cargo ou função.”

Por isso que digo que há controvérsia. O que entendo com a leitura que faço aqui? Que o empregador vai pagar mais, se atrasar. Então, se retiro o imposto que vai ter que pagar, inclusive o Imposto de Renda, sobre o total daquilo que ele já pagou, quando perdeu a ação, estou dizendo para ele: “Bom, isso você não vai precisar pagar.” E, para mim, o princípio é o seguinte: vamos pagar todo mundo em dia, porque daí você não atrasa para o trabalhador e não tem que pagar multa sobre multa.

Tenho um projeto, por exemplo, que confesso que apresentei, em que digo que o empregador que não paga o trabalhador de forma adequada deveria pagar em dobro o resultado da ação final. É claro que o projeto foi rejeitado, mas quis mostrar a minha intenção.

Mas entendo o compromisso que tem V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg, e também o Senador Valdir Raupp, e faria dois encaminhamentos se V. Ex^a me permitir. Se V. Ex^a me permitir, veja bem o que estou dizendo, porque confio no senso de V. Ex^a de que quer o melhor para todos: poderia pedir vista para conversarmos mais ou, com essas considerações, acho melhor a vista, encaminhá-los à Comissão de Assuntos Econômicos para lá podermos analisar.

Mas acharia de bom alvitre, se V. Ex^a me permitir, para que não fique dúvida alguma, dialogarmos mais os três, fazermos talvez uma emenda, se for necessário, ou, se não, vamos discutir lá na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente!

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Antes, vamos ouvir o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só uma explicação, Senador Paulo Davim.

Fique absolutamente à vontade, Senador Paulo Paim, para fazer o encaminhamento que V. Ex^a entender mais interessante para aperfeiçoar o projeto. Mas quero dar a explicação de que o Senador Paulo Paim, por quem tenho uma profunda admiração, sempre na defesa dos trabalhadores, está compreendendo o conteúdo do projeto de forma equivocada. É exatamente o contrário, Senador Paulo Paim. É o seguinte: hoje, se uma empresa atrasa o pagamento de um trabalhador e, depois, tem que fazer alguma coisa, uma indenização, etc., cobrando juros, o Estado cobra do trabalhador o Imposto de Renda sobre os juros, e isso é um absurdo. É exatamente o contrário: o Estado cobra do trabalhador o Imposto de Renda sobre os juros. Ele já perdeu, em função da inflação, e ainda o Estado está cobrando imposto sobre os juros, o que é absolutamente equivocado. Então, é isso que diz o projeto, porque quer tirar essa cobrança. É esse o objetivo do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, então, na linha do que foi colocado aqui, a redação é dúbia. Tenho, inclusive, aqui, um parecer que diz o contrário. É uma questão de redação. A redação é muito dúbia. Quero saber quem paga. Aqui, pela redação, quem vai pagar é o empregador. É o empregador que vai pagar; não é o trabalhador.

Então, peço vista e faço o devido esclarecimento. Se V. Ex^a, pela redação dada, mostra que não é a parte que deixa de pagar corretamente que vai pagar o Imposto de Renda, nós votaremos; senão, faço uma redação, dizendo exatamente isto: quem paga é o empregador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Tudo bem, já está pedido vista, mas é só para esclarecer: quem paga a indenização é o empregador; quem paga o Imposto de Renda é o trabalhador, que vai receber a indenização. Estamos retirando o pagamento de imposto sobre os juros da indenização.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É uma questão de redação para um melhor entendimento.

Então, nesse caso, V. Ex^a tem direito a vista. Mas, antes de o pedido de vista ser votado, vamos conceder a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, tenho a mesma opinião do Senador Paulo Paim.

Fiquei em dúvida, Senador Rodrigo Rollemberg, pois acho que a redação não está clara. Tive a mesma dificuldade de compreensão. A despeito das explicações do Senador Rollemberg, a redação, a meu ver, a meu juízo, deixa margem a outras interpretações. Por isso, eu me somo à solicitação de vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ajuste de redação. Entendo isso e estou convencido de

que, pelos argumentos dos Senadores, tem de ficar somente claro, mas a intenção é a mesma, Senador Rollemberg, tanto da minha parte como da parte do Senador Paulo Davim e, pelo que percebi também, do Senador Valdir Raupp.

Se V. Ex^a concordar – por isso fiz o gesto a V. Ex^a –, eu peço vista coletiva, e voltamos à última quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pedido de vista coletiva.

Consulto se mais algum Senador gostaria de se manifestar. (*Pausa.*)

Os Senadores concordam?

Com base no art. 132, está concedido o pedido de vista, de forma coletiva, ao PLS que tem como Relator o Senador Rodrigo Rollemberg.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, não sei até que ponto a pauta já caminhou, mas, embora ainda não haja quórum para decisões terminativas, se V. Ex^a quiser adiantar, ainda tenho dois relatórios a serem apresentados em dois projetos terminativos: são os Itens 6 e 8.

Estou à disposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador, seu pleito será atendido. Entretanto, vou colocar outro projeto, aí V. Ex^a entra em seguida.

Trata-se do Item nº 5 (pág. 52), decisão terminativa também.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 92, DE 2006

– Terminativo –

Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre a responsabilidade civil nos acidentes ocorridos no trabalho temporário ou terceirizado e dá outras providências.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observação:

– *Votação nominal.*

Consulto se a valorosa Senadora Vanessa Grazziotin pode relatar *ad hoc* o Item nº 5 (pág. 52).

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, já estou aqui na pág. 52, Item nº 5, parecer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Ex^a quiser ir direto para a fase da análise, não há problema algum.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É claro, sem problema algum.

Agradeço a V. Ex^a. É um prazer, aqui, ler o relatório elaborado pelo Senador Armando Monteiro.

Como V. Ex^a mesmo falou, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a responsabilidade civil nos acidentes ocorridos no trabalho temporário ou terceirizado, e dá outras providências.

Portanto, é muito oportuno o projeto.

Passo para a análise.

ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais deliberar sobre proposições relativas ao trabalho.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional, portanto, legislar sobre o tema.

O regime de trabalho temporário é uma espécie de relação de emprego, regido pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Note-se que, nessa relação, são três os sujeitos que interagem entre si: a empresa tomadora de serviços, ou empresa cliente, a empresa de trabalho temporário, ou empresa fornecedora, e o trabalhador temporário.

O vínculo jurídico entre a empresa cliente e a empresa de trabalho temporário é de natureza civil. Já o vínculo entre o trabalhador temporário e a empresa de trabalho temporário, que o remunera e responde diretamente pelos direitos assegurados em lei, embora não dirija a prestação pessoal de serviços, é trabalhista. Isso ocorre porque a empresa fornecedora delega à empresa cliente o poder de comando sobre o trabalhador temporário, porquanto o trabalho é prestado, geralmente, no recinto e em atividades da empresa tomadora de serviços.

Diferentemente do que ocorre nos contratos comuns de trabalho, o trabalhador temporário consente que a sua prestação, exigível por quem o contratou, se realize, de fato, por um terceiro. Assim, o contrato de trabalho configura-se, apenas, entre a empresa de trabalho temporário e os empregados por ela contratados. Consequentemente, só há relação de emprego entre os sujeitos do contrato de trabalho: de um lado, a fornecedora e, de outro, seus trabalhadores contra-

tados. Nunca entre a empresa tomadora de serviços e o trabalhador fornecido.

Claro está que, não havendo relação jurídica de emprego entre o trabalhador temporário e a empresa cliente, não subsiste razão para onerá-la com a contratação do seguro contra acidentes de trabalho, quando essa responsabilidade já é do empregador, que, no caso, é a empresa fornecedora.

E, aqui, cita o art. 7º da Constituição Federal.

Relata, ainda, que a alínea g do art. 12 da Lei nº 6.019, de 1974, já nomeia como direito do trabalhador temporário o seguro contra acidente de trabalho, a cargo de seu empregador, ou seja, a empresa fornecedora.

Esse entendimento está consagrado na nova redação da Súmula [e é importante isso, Sr. Presidente] nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho, e não exclui da obrigação do tomador de serviços nenhuma verba deferida pela Justiça ao empregado. Para não haver dúvidas quanto à extensão ou aos limites da condenação subsidiária, em maio deste ano os Ministros do TST acrescentaram o item VI à citada Súmula, com o seguinte teor: “a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral”.

À vista disso, mediante emenda que apresentamos ao final, estabelece-se que o descumprimento das obrigações trabalhistas, por parte da empresa de trabalho temporário, implica a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora ou cliente de trabalho, quanto àquelas obrigações.

Assim, atende-se ao objetivo da proposta, sem malferir os preceitos do art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição Federal.

Portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, com as seguintes emendas:

A primeira emenda, de redação:

Acrescenta o § 3º ao art. 12 da Lei nº 6.019, de 1974, para dispor sobre a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora ou cliente quanto às obrigações trabalhistas.

A segunda emenda: “Art. 1º O art. 12 da Lei nº 6.019, [...] de 1974, passa a vigorar acrescido do [...] § 3º”.

Diz o seguinte o § 3º:

§ 3º. O inadimplemento das obrigações trabalhistas de que trata este artigo implica a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora ou cliente quanto àquelas obrigações.

É o relatório, Sr. Presidente, com as duas emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar o Senador Valdir Raupp, que é o autor, e também o Relator, Senador Armando Monteiro.

É um projeto que vai realmente ajudar as pessoas que têm um emprego temporário, porque, em um caso de acidente, existe realmente uma dificuldade, porque o empregado raramente tem um seguro de saúde, e às vezes são situações extremamente complicadas de acidente de trabalho.

E a proposta do Senador Armando Monteiro também encaminha de uma forma correta a emenda, porque, quando há uma responsabilidade subsidiária, o terceirizado só pode cobrar direitos trabalhistas da empresa contratante depois que forem esgotadas as possibilidades de cobrá-los da empresa contratada. Isso era o que estava no projeto original. E ele substitui por responsabilidade solidária, em vez de subsidiária. Qual a diferença? A responsabilidade solidária determina que a tomadora e a prestadora do serviço se responsabilizem pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Isso esclarece e deixa muito mais fácil para o empregado pedir esse auxílio e ter a responsabilidade de quem o está empregando.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Continua em discussão a matéria.

Tendo em vista que estamos aguardando a presença de mais um Senador...

Para discutir, ainda, o Senador Paulo Paim, que está aguardando a chegada... para entrarmos no processo de votação.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Vai votar alguma coisa agora?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos votar daqui a pouco.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Daqui a pouco? Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas a V. Exª está assegurada a questão de ordem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu queria ter uma questão de ordem para solicitar a apreciação de dois requerimentos de minha autoria. Se V. Exª achar que é o momento adequado...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já estão em pauta.

V. Exª será atendida na forma regimental.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é outro assunto, mas acho que nós poderíamos votar, inclusive, agora, se assim V. Exª entender.

Eu e o Senador Paulo Davim ficamos apenas com uma dúvida sobre se o imposto de renda caberia ou não sobre o trabalhador. O projeto do Senador Valdir Raupp é uma bela iniciativa, o relatório está correto, mas, para tranquilidade nossa – e o relator concorda, não incide imposto de renda para o trabalhador –, só essa emenda de redação. Ele acata, e votaríamos o projeto. E nós retiráramos a vista.

V. Exª concorda?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ou seja, para tirar a dúvida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Resolve. E mostrar que ele estava correto...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nesse sentido, o Senador Rodrigo, o entendimento está correto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Rollemberg é um grande Senador socialista, e o relatório dele não poderia ser diferente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E ele concordou com esse pequeno ajuste de redação, que muitos entendem que não seria até necessário, mas ele concordou. E, se V. Exª concordar, votaríamos o projeto brilhantemente relatado por ele.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É questão de interpretação.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Paulo Paim. É importante avançarmos nos direitos sociais dos trabalhadores, e, como diz o ditado popular, o que abunda não prejudica. Portanto, quero aqui concordar com o esclarecimento do Senador Paulo Paim, para que possamos garantir esse direito importante para os trabalhadores brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Seria uma homenagem ao Valdir Raupp e a V. Exª, porque o projeto... é esse o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou encerrar a discussão desse projeto aqui, que é o item 5, página 52.

Está encerrada a discussão, aguardando, daqui a pouco, a presença de mais um Senador ou dois para votarmos, porque é decisão terminativa.

Nesse caso, V. Exª tinha pedido vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Retiro a vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a retira.

Então, volta, agora, para ser votado, por não ser terminativo, o projeto relatado pelo Senador Rodrigo Rollemberg.

Está em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 639, de 2011.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 639, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa – naturalmente, atendendo ao pleito feito pelos Senadores Paulo Paim e Paulo Davim, que é questão de redação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já foi aprovado com emenda... Não é emenda; vai fazer apenas uma emenda de redação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente.

Vamos votar o item 4, Senador Mozarildo Cavalcanti. Decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 138, DE 2010

– Terminativo –

Regulamenta as profissões de Pesquisador de Mercado, Opinião e Mídia e de Técnico de Pesquisa de Mercado, Opinião e Mídia.

Autoria: Deputado Luiz Sérgio.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2010.

Observações:

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, muitas profissões têm sido regulamentadas recentemente para que os profissionais da área possam se sentir mais seguros no exercício das mesmas.

Quero resumir o relatório dizendo o seguinte.

O projeto de lei define os cargos profissionais, a saber:

a) pesquisador de mercado, opinião e mídia (de nível universitário), como analistas, gestores de processos e da informação de pesquisa;

b) técnicos de pesquisa de mercado, opinião e mídia (nível técnico), como entrevistadores, verificadores, críticos e codificadores, supervisores de campo, tabuladores de dados, recrutadores e moderadores.

Argumenta-se que a fixação de parâmetros da profissão de pesquisador é de suma importância social ao bem-estar, à segurança da coletividade e dos indivíduos, sendo, pois, alto o interesse social na preservação e regulação dessa atividade.

Até a presente data não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Assim sendo, Sr. Presidente, apresento o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Tendo em vista que é terminativa, nós teremos de aguardar o quórum.

Quero fazer apenas uma retificação aqui, em relação ao projeto relatado pelo Senador Rodrigo Rollemberg. O que foi proposto pelos Senadores Paulo Paim e Paulo Davim, com a Emenda nº 1-CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, foi acatado pelo relator. É bom que se... É ao Projeto de Lei nº 639, com essa emenda.

Há sobre a mesa, dois requerimentos. Vamos, daqui a pouco, relatar a V. Ex^a, Senador Rodrigo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Se alguém puder relatar o item 9, mesmo *ad hoc*, eu ficaria muito feliz. Eu proporia até o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido, com certeza.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas o item 9 já foi lido...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Item 9, não... O item que é de minha autoria... Já foi lido o de minha autoria?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já foi lido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já, de Paulo Davim, com o Relatório da Senadora Ana Amélia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O de Paulo Davim foi lido. O meu, Sr. Presidente, é o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Comunico a V. Ex^a e ao Plenário desta Comissão...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Relato com o maior prazer o projeto do Senador Paulo Paim, se assim V. Ex^a determinar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O projeto quer apenas garantir que o auxílio-acidente não pode ser menor que um salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só que o Senador Cícero Lucena pediu retirada de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tudo bem, nós respeitamos o nosso Secretário Geral...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se não tivesse, V. Ex^a seria atendido, na forma regimental, sobretudo até a sua indicação seria acatada aqui. Dizem que já estava designado o Senador Rodrigo Rollemberg.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, com finalidade de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 246, de 2009, que disciplina a cobrança de “couvert” artístico e altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o trabalho do músico, tendo como convidados dos representados, Juliana Pereira da Silva, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Juscelino Alves de Oliveira, representante do Fórum Nacional de Música do Ministério da Cultura; e Nelson Abreu Pinto, Presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar o seu requerimento.

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é um projeto interessante porque hoje temos uma grande confusão nos bares que têm cantores, que têm música ao vivo.

Então, a pessoa entra no bar e há um *couvert* artístico, para o qual ela está despreparada, porque ela não sabia disso. E parte do músico também, porque o músico tem que negociar cada vez com o dono do bar ou do restaurante, se ele tem uma participação no *couvert* artístico ou se ele só tem um salário para cantar na noite.

Esse projeto vai disciplinar aos convidados, e acredito que pode ser bastante interessante, porque vamos ter representantes dos bares e restaurantes e representantes dos músicos, o que nos vai propiciar um bom entendimento de como encaminhar o voto.

Tenho outro requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos votar primeiro esse. Depois, passamos ao outro.

Em votação o requerimento da Senadora Marta Suplicy.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência desta Comissão de Assuntos Sociais, a ser realizada na cidade de São Paulo, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, que dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy, para encaminhar o seu requerimento.

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, a audiência até pode parecer um pouco estranha, porque até eu apresentei o meu relatório, mas os especialistas da USP e da PUC de São Paulo me procuraram para que nós realizássemos um debate sobre o tema lá. Porque, fora as duas universidades terem o curso, quatro outras faculdades também têm o curso.

Então, eu pedi para ser em São Paulo porque fizemos uma aqui que foi excelente. Aliás, ela norteou todo o meu relatório. Mas essa diligência, eles me pediram para que fosse realizada em São Paulo, porque eles não tiveram possibilidade de participar aqui, e são faculdades e universidades que têm essa preocupação e têm os cursos e, ao mesmo tempo, eles querem se manifestar.

Estou pedindo essa diligência para sexta-feira, dia 1º de junho, no auditório da PUC, na cidade de São Paulo.

Eu gostaria também de destacar que no último dia 5 de maio foi criada a Associação dos Cuidadores de Idosos da Região Metropolitana de São Paulo. É a primeira associação do meu Estado. É uma iniciativa que considero importante e que vai dar uma possibilidade de tantas faculdades participarem também. E se tiverem uma contribuição, uma novidade mais interessante ou que possa ajudar num melhor relatório, acredito que a gente quer sempre buscar o melhor entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Para discutir o requerimento, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a Senadora Marta Suplicy por esta iniciativa e pelo projeto em si.

Só conhece a importância, o grau de complexidade de um trabalho exercido pelo cuidador quem realmente tem oportunidade de vivenciá-lo.

A gente sabe, a literatura mostra o grau de desgaste psicológico e orgânico das pessoas que cuidam de pacientes crônicos. Portanto, um cuidador deve ter sim a sua profissão regulamentada, deve ser reconhecido pelo papel importante, sobretudo no zelo e no acompanhamento das pessoas idosas e dos pacientes crônicos.

Quero parabenizar a iniciativa e o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação, o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu apenas quero, Sr. Presidente, caros Colegas, agradecer à Senadora Ana Amélia que fez um relatório *ad hoc* de um projeto em que fui o Relator, do eminente Senador Paulo Davim. A proposta do Paulo Davim era para tornar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil.

Estive no Ministério da Ciência e Tecnologia e tomou posse agora de manhã um que foi reitor nosso na Universidade Federal como Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia. E eu não poderia, como catarinense, não prestigiar. Neste ínterim, a Senadora Ana Amélia fez um relatório *ad hoc* do nosso relatório em função da proposta do Paulo Davim.

Quero, então, deixar aqui o registro e cumprimentá-lo pela proposta que fez, aceitando, inclusive, aquela emenda de que nas empresas não pode ser compulsória a vacinação, mas que possa divulgar os que receberam a vacinação, as pessoas, as empresas. Acho que é muito importante isso.

Eu tinha que fazer esse registro, Senador Paulo Davim, aos Colegas, agradecendo também à Senadora Ana Amélia pela deferência que o Presidente fez em delegar a ela o relatório *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner, e eu gostaria de dizer que vou ter que me retirar.

Antes de tudo, eu quero convidar o nosso Vice-Presidente e leio aqui o Item 6, decisão terminativa, página 62, que é o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 286, DE 2007

– Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a concessão de férias proporcionais.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para proferir seu relatório.

Convido o nosso Vice-Presidente, valoroso amigo competente Senador Casildo Maldaner, para assumir a Presidência.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – O Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, que propõe a alteração do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais, é de autoria do eminente Senador Valdir Raupp.

A proposição tramita em caráter terminativo no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.

Em síntese, o que se almeja é o acréscimo de um dispositivo (§ 3º) ao art. 134 da CLT, com a seguinte redação:

Art. 134.

.....

§ 3º Excepcionalmente, aos empregados contratados há pelo menos seis meses, poderão

ser concedidas férias proporcionais em um só período, após o que, iniciar-se-á novo período aquisitivo.

Segundo a justificativa apresentada pelo autor, o projeto tem por finalidade garantir amplo e irrestrito cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal, que garante férias remuneradas, acrescidas de, pelo menos, um terço a mais que o salário normal. Salienta, ainda, que os empregados com seis meses ou mais de trabalho e que não completaram um ano de serviço não têm reconhecido o justo direito ao gozo de férias proporcionais. Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais oferecer parecer sobre o presente projeto, em caráter terminativo.

Alterações promovidas na legislação sobre férias do trabalhador inserem-se no campo do Direito do Trabalho.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe, assim, ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

O fundamento da proposição é nitidamente de índole social, calcado nas dificuldades do trabalhador de gozar suas férias no período correspondente às férias escolares.

Sobre o tema, a Constituição Federal assim dispõe:

Art. 7º

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Observa-se, da redação em tela, que o período aquisitivo de férias decorre do efetivo trabalho após um ano de serviço, razão pela qual o texto consigna férias anuais.

Não precedente legislativo autorizando o gozo de férias antes de completado o período aquisitivo, exceto quando pactuado por um instrumento coletivo, na forma de acordo ou convenção coletiva de trabalho, razão pela qual se procura, por esse projeto de lei, o preenchimento dessa lacuna legislativa. Lembramos, ainda, que a concessão de férias nos moldes atuais, de acordo com o disposto na CLT, é ato do empregador e autorizado após os doze meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

O Projeto de Lei possibilita, em caráter excepcional, a concessão de férias proporcionais, o que poderá ser objeto de arbitramento por parte do empregador ou pela via da negociação entre as partes. Sobre as férias proporcionais em período inferior a um ano, existe como reforço à tese ora apresentada, o contido na Súmula 171, do TST, que assim consigna: “Férias proporcionais, contrato de trabalho em extinção. Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento de remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de doze meses. (Art. 147 da CLT)”. Eis o Prejulgado nº 51. Assim, no caso de extinção do contrato de trabalho, excetuado ou por justa causa, o empregado faz jus a férias proporcionais.

Portanto, em princípio, nada deve obstar que as férias possam ser gozadas semestralmente, em caráter excepcional, conforme estabelecido nessa proposição. Na verdade, a realidade requer adaptação da norma legal para atender a um dos primados da nossa Constituição Federal, que é a proteção da família, base da nossa sociedade. Nesses termos, faz sentido possibilitar que o empregado possa gozar suas férias, mesmo que em período proporcional, junto com a sua família, especialmente na companhia dos filhos. Sem que haja qualquer prejuízo ao empregador, tal disposição traz maior satisfação ao empregado, possibilitando-lhe o convívio com os filhos, principalmente em eventos comuns, como a sempre sonhada viagem de férias.

Para melhor adaptar o tema à legislação, oferecemos emenda para que a medida, de caráter excepcional, seja disciplinada em acordo ou convenção coletiva, uma vez que é importante assegurar ao empregado o gozo de suas férias anuais de trinta dias.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAS.

Dê-se ao § 3º do art. 134 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, acrescentado pelo art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

Art. 134, § 3º: é assegurada a possibilidade de concessão de férias proporcionais, em caráter excepcional, aos empregados contratados há pelo menos seis meses, em um só período, após o que iniciar-se-á novo período aquisitivo, nos termos disciplinados em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – Em discussão a matéria relatada pelo eminente Senador Rodrigo Rollemberg. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como a matéria é terminativa, e não havendo quórum, nós vamos aguardar outro momento para colocá-la em votação.

Dando sequência, eu consulto o eminente Senador Rodrigo Rollemberg, que é o Relator do Item nº 8, se pode relatá-lo neste momento.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 55, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente de Turismo.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;

– Votação nominal.

Eu desejo saber o que versa a ementa da proposta. (Pausa.)

Dispõe sobre o exercício da profissão de agente de turismo. Consulto V. Ex^a se deseja ler o relatório, embora seja terminativo e não haja quórum para decisão. Mas se V. Ex^a desejar lê-lo, não há problema.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, estou pronto para fazer o que V. Ex^a determinar.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Trata-se do parecer em exame nesta Comissão de Assuntos Sociais, CAS, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011, que dispõe sobre o exercício da profissão de agente de turismo, de autoria do Senador Vital do Rêgo. A proposição busca regulamentar o exercício da profissão de agente de turismo. Para tanto, estabelece:

A – Os requisitos para o exercício da profissão em seu art. 2º;

B – Descreve as funções específicas da profissão em seu art. 3º;

C – Dispõe sobre o registro profissional em seus arts. 4º e 5º;

D – Fixa jornada de trabalho de 40 horas semanais em seus arts. 6º e 7º;

E – Institui o dia 22 de abril como Dia Nacional do Agente de Turismo.

A matéria foi lida em 21 de fevereiro de 2011 e remetida incontinenti a esta Comissão.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

ANÁLISE

A Comissão de Assuntos Sociais possui competência para a apreciação de proposições referentes ao Direito do Trabalho.

Nos termos do art. 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, não se verifica vício de iniciativa ou outra inconstitucionalidade a obstar o seu processamento, a teor do art. 22, inciso I, em concorrência com o *caput* do art. 61 da Constituição Federal.

Em que pese a inexistência de impedimento formal para o seu processamento, contudo, o Projeto não deve ser aprovado tal como se encontra.

Em 18 de janeiro de 2012, com efeito, foi sancionada a Lei nº 12.591, que reconhece a profissão de turismólogo e disciplina o seu exercício.

Quero registrar, Sr. Presidente, que lutei muito para que essa lei, que regulamenta a profissão de turismólogo, fosse aprovada na Câmara e, posteriormente, no Senado.

O referido diploma legal regulamenta a profissão que, a despeito das diferentes designações, possui caracteres praticamente idênticos aos daquela que se pretende reger pelo Projeto ora em exame. Efetivamente, da comparação das atividades exercidas pelos turismólogos com aquelas exercidas pelos agentes de turismo, podemos verificar que são quase idênticas às contidas no art. 3º do presente Projeto, diferindo apenas na redação e em alguns pormenores.

Afora isso, temos que a Presidenta da República houve por bem vetar os arts. 1º, 3º e 4º da Lei, que dispunham respectivamente sobre os requisitos para o exercício da profissão: a inscrição em órgão federal de registro e a comprovação do exercício profissional, disposições que também estão presentes no Projeto ora em exame, unicamente diferindo quanto a prazos e procedimentos.

O veto presidencial baseou-se em interpretação do art. 5º, inciso III da Constituição Federal. Entendeu o Poder Executivo que a liberdade de exercício profissional, consagrada na Constituição, somente admitida a restrição em caso de risco à sociedade, ausente no caso.

Ora, a sobreposição temática do Projeto com a referida Lei e o entendimento presidencial no sentido da desnecessidade de normas referentes à qualificação e

registros profissionais tornam impossível a aprovação do presente Projeto tal como apresentado.

Em decorrência, apresentamos substitutivo que preserva os dispositivos da proposição, que não foram contemplados pela Lei nº 12.591, de 2012, para inseri-los naquela lei.

VOTO

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011, com a seguinte emenda substitutiva:

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012, para dispor sobre a jornada de trabalho do turismólogo empregado e instruir o Dia do Turismólogo.

Art. 1º – Acrescente-se à Lei 12.591, de 18 de janeiro de 2012, os seguintes artigos: 4º-A e 4º-B.

Art. 4º-A: a jornada de trabalho semanal dos turismólogos empregados é de quarenta horas, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

Art. 4º-B: o Dia Nacional do Turismólogo será comemorado no dia 22 de abril. Art. 2º – Essa Lei *entrará em vigor na data de sua publicação*.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Em discussão a matéria relatada pelo Senador Rodrigo Rollemberg.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho interessante este projeto. Em virtude da experiência que tive no Ministério do Turismo, percebi que vários jovens que se especializam nessa profissão não têm uma qualificação, um diploma, para exibirem. O que vemos é um monte de juvenzinhos sem nenhuma qualificação se pondo como guias, como prestadores de serviço, sem formação. Em virtude de estarmos para receber uma Copa e uma Olimpíada, seria muito interessante termos uma regulamentação mais formal dessa profissão.

Então, eu o parabeno pela ideia que acho correta.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Mesa recolhe as observações de V. Exª, Senadora Marta Suplicy, que são bem vindas para preparar os nossos jovens não só para esses momentos, mas para a vida deles. Como a proposta é terminativa, fica suspensa até a próxima reunião para deliberação.

Não só esta, como também os itens 4, 5, 6, 8, 9 e 10, com exceção do item 7, pois o eminente Relator Cícero Lucena pediu sua retirada.

Antes de concluir a pauta, eu gostaria de fazer um comunicado aos colegas: na próxima quinta-feira, portanto amanhã, às 9h, haverá uma audiência pública desta Comissão, destinada a instruir o PLS nº 112, de 2010, que diz o seguinte: “Define percentual mínimo de participação de mulheres nos Conselhos de Administração, em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2012, desta Comissão, de autoria do Senador João Vicente Claudino”.

É a comunicação que faço para recordar a pauta dessa audiência pública de amanhã, a partir das 9h.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 08 horas e 46 minutos, a reunião encerra-se às 10 horas e 41 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos, do dia vinte e quatro de maio de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, Casildo Maldaner, Mozaílido Cavalcanti, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, José Pimentel, Benedito de Lira e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública destinada a Instruir o PLS nº 112, de 2010, que “define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto”, em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2012-CAS de autoria do Senador João Vicente Claudino, com a presença dos seguintes oradores: **Heloísa Bedicks**, Superintendente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; **Alexandre Di Miceli**, Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; e **Carlos Alberto Rebello**, Diretor de Regulação de Emissores da BM&FBOVESPA, representante de

Edemir Pinto, Presidente da BM&FBOVESPA. Às nove horas e quatorze minutos, assume a presidência em exercício da CAS o Senador Casildo Maldaner que, às nove horas e vinte e três minutos, passa a presidência ao Senador João Vicente Claudino. Os oradores fazem suas exposições e a presidência concede a palavra à Senhora Maria Luiza Cavalcante Lima Bueno, Gerente Jurídico da BR Home Centers S/A. Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, João Vicente Claudino e as Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy. Nada mais a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Srs. Senadores, Srs. convidados, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, acompanho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior desta Comissão.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, que define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto.

Esta audiência pública atende ao Requerimento nº 8, de 2012, da CAS, desta Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador João Vicente Claudino. Estão convidados para compor a Mesa a quem convido já de imediato Drª Heloísa Bedicks, Superintendente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Dr. Alexandre Di Miceli, pesquisador da Universidade de São Paulo, e Dr. Carlos Alberto Rebello, Diretor de Regulação de Emissores da BM&FBovespa, representante Edemir Pinto, Diretor Presidente da BM&FBovespa, justificaram ausência Luíza Helena Trajano e Inácio Rodrigues, empresária e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, Helle Klem, Consulesa-Geral da Noruega no Rio de Janeiro, e Eleonora Menicucci, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

As normas serão as constantes das audiências públicas: os convidados farão suas exposições, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srª Senadoras e Senadores inscritos. A palavra será concedida às Senadoras e Senadores na ordem de inscrição e os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Tenho o prazer de convidar o Senador Casildo Maldaner para presidir, porque sou requerente, caro Senador Casildo Maldaner, junto com o Senador Eduardo Suplicy, de uma audiência pública que está ocorrendo neste momento na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater o projeto de lei que trata de mudanças no decreto que criou o sistema cooperativista. Então, tenho o prazer de passar a V. Exª o comando dos trabalhos aqui, desejando sucesso a esta audiência pública que é muito importante para a questão de gênero na relação dos direitos do trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Bom, em primeiro lugar, quero agradecer, em nome desta Casa, os Srs. convidados, cumprimentá-los e justificar, acho que a Senadora Ana Amélia já o fez, que o Presidente desta Comissão, Senador Jayme Campos, por razões de família, encontra-se fora do Distrito Federal. Eu, como Vice-Presidente e, em função de outras Comissões desta Casa, logo depois tem a CDH em que sou relator de uma proposta, eu pediria ao Senador João Vicente, que é o autor da proposição desta audiência pública e, naturalmente, não há ninguém melhor do que ele, para, depois, conduzir esta audiência pública com os Srs. convidados.

Acho que a matéria é sumamente importante, e, antes de mais nada, eu gostaria até de, se o autor da proposição quiser fazer uma exposição, fazer uso, gostaria ceder a palavra ao nobre Senador João Vicente, com muita honra.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sr. Presidente Senador Casildo Maldaner, quero agradecer a presença dos convidados: Sr. Carlos Alberto Rebello, da BM&FBovespa; Drª Heloísa Bedicks, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Dr. Alexandre Di Miceli, pesquisador da USP.

Este PLS 112, Sr. Presidente, já tinha tramitado na Comissão de Assuntos Econômicos, fui relator, e foi aprovado por essa Comissão. A Senadora Lúcia Vânia fez um requerimento para que a Comissão de Assuntos Sociais fosse ouvida também, e este Projeto é terminativo aqui nesta Comissão. Eu achei muito interessante que ele voltasse à Comissão e, por isso, solicitamos a audiência pública, porque esta é uma matéria muito nova, muito nova. A Noruega, que é uma precursora, só aprovou uma lei em 2003.

Confesso que tenho muitos questionamentos em relação a qualquer política de cotas, seja social, de gênero, porque, às vezes, termina-se criando uma pseudossolução, e o problema, o objetivo que essa medida deve tomar, às vezes, não é resolvido. Mas temos que entender que a política de cota tem um efeito muito importante, Senador Casildo, de, primeiro, trazer o debate e aprofundar essa discussão e, segundo, de acelerar, tem um poder muito forte de acelerar essas transformações. Até que um dia, quem sabe, as políticas adotadas de cota, não precisemos mais delas, tenhamos, assim, uma sociedade com oportunidades mais igual e mais justa.

Nessa questão específica, que é um tema muito atual, a gente sente, porque venho da iniciativa privada, e aqui, estamos tratando da participação da mulher no conselho de administração somente da área pública, do Estado, de economia mista e de empresas estatais, mas entendo que temos como empreendedores um posicionamento diferente para o homem e para a mulher, de certo modo, porque a mulher, quando ascende a qualquer cargo de direção e de importância dentro da administração, conquista isso, tem conquistado muito pelo acervo do que fez, do trabalho que empreendeu; já o homem, não, o homem pode ser pela aposta pelo futuro do que pode vir fazer.

Então, quero até a contribuição de todos os convidados porque podemos ainda melhorar este projeto da Senadora Maria do Carmo com este debate hoje, que entendo ser muito importante para aprimorarmos uma legislação tão nova como essa. Sei das dificuldades de hoje do Senado, que tem tantas Comissões, são 81 Senadores, mas são muitas Comissões, muitas audiências públicas, e sei, às vezes, o comprometimento de todos, mas quero agradecer, Sr. Presidente, a sua presença aqui para abrir estes trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Nós é que agradecemos, Senador João Vicente Claudino, pela ideia de fazer esta audiência pública e pela importância do tema em que no próprio *caput* diz que é a participação mínima das mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

O requerimento de V. Ex^a tem procedência, até porque hoje, cada vez mais, a participação, a divisão dos trabalhos, afazeres entre homem e mulher desde a casa, na iniciativa privada, vem acontecendo muito, e por que não nas entidades públicas? Acho que é cada vez mais valorizar pessoas e a participação das

mulheres. Esse percentual que se estipula é o mínimo, e, como diz o Senador João Vicente, logo, logo, mais adiante é capaz que nem se precise debater isso, que naturalmente as coisas vão se aglutinando, vão se aproximando, e, para isso, nada melhor do que um debate como este de hoje.

E vejo aqui a presença de várias mulheres prestigiando este encontro – acho que é por aí que vamos tocando. Em casa, de três filhos que tenho, duas são mulheres, e, de quatro netos, três são netas, já estão tomando conta, já começam a comandar, e a gente serve de instrumento para isso. Trago o exemplo de casa, fico feliz de ver as mulheres presentes nesta audiência pública e acho que é hora de começarmos. Vou convidar o nosso eminente Senador João Claudino para que presida esta reunião porque vou à CDH para relatar uma proposta, e a Senadora Marta Suplicy tem um assunto lá para debater, e vou já anunciar que, nesta Comissão de Assuntos Sociais, está-se debatendo a questão do conselho de administração das entidades públicas deste País e das empresas. Vejo, a começar com a Presidência da República, que a maior empresa do Brasil, um das maiores do mundo, que é a Petrobras, as mulheres – e chamo algumas de damas de ferro, no bom sentido, as Margaret Thatcher de hoje – começam a agir e são firmes e determinam, têm uma posição muito clara, e os homens começam a reverenciar cada vez mais e, em todos os sentidos, isso é muito bom, muito bom.

E vejo aqui, entre os participantes, uma mulher, a Heloísa Bedicks, que é uma das expositoras, e mais dois homens, o Alexandre e o Carlos. Acho que isso é sumamente importante. Então, se permitir o Presidente, de minha parte, eu diria que podíamos começar com uma mulher essa exposição. É possível? E eu, de minha parte, diria que a Dr^a Heloísa Bedicks podia começar com a sua exposição, enquanto vou passando a Presidência ao nosso eminente Senador João Vicente Claudino.

Sucesso nesta audiência pública para todos nós.
Muito obrigado.

A SR^a HELOÍSA BEDICKS – Bom dia a todos e, em nome do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, gostaria de agradecer ao Ex^{mo} Senador Casildo Maldaner e também ao Senador João Vicente Claudino a oportunidade de expressarmos nossa opinião sobre a questão de cotas de participação de mulheres em conselhos. Inicialmente, eu gostaria de lembrá-los do papel do conselho de administração de uma organização, segundo o código de melhores práticas de governança corporativa do IBGC.

O conselho de administração, um órgão colegiado e encarregado do processo de decisão de uma organi-

zação em relação ao seu direcionamento estratégico é o principal componente do sistema de governança. Seu papel é ser o elo entre a propriedade e a gestão para orientar e supervisionar a relação desta última com as demais partes interessadas. O conselho recebe poderes dos sócios e presta contas a eles. O conselho é o guardião do objeto social e do sistema de governança, é ele que decide os rumos do negócio, conforme o melhor interesse da organização. Toda organização deve ter um conselho de administração eleito pelos sócios sem perder de vista as demais partes interessadas. O conselho deve decidir em favor do melhor interesse da organização.

A missão do conselho é proteger e valorizar a organização, otimizar o retorno do investimento no longo prazo e buscar um equilíbrio entre os anseios das partes interessadas, os *shareholders* e os demais *stakeholders*, de modo que cada uma receba benefício apropriado e proporcional ao vínculo que possui com a organização e ao risco a que está exposta. O conselho deve zelar pelos valores e propósitos da organização e traçar suas diretrizes estratégicas. Para que o interesse da organização sempre prevaleça, deve prevenir e administrar situações de conflitos de interesse e administrar divergências de organização.

O conselho de administração como um colegiado deve buscar reunir competências e diversidades tais como: experiência em participação em outros conselhos, experiência de executivos seniores, experiência em gestão de mudanças e em administração de crises, experiência em identificação e controle de riscos, experiência em gestão de pessoas, conhecimento de finanças contábeis, jurídicos, nos negócios da organização, conhecimento dos mercados nacionais e internacionais e contatos de interesse.

A posição do IBGC é clara, ainda, com relação à diversidade de perfis que o Conselho de Administração deve reunir para que a tomada de decisões estratégicas seja a melhor possível. Para tanto, traz também uma recomendação em seu Código das Melhores Práticas, do IBGC, acerca da matéria, não limitando o conceito de diversidade somente ao gênero, mas também a outras características que julgue importantes. Em qualquer caso, deve-se buscar diversidade de experiências, qualificações, perfis de comportamento, para que o órgão reúna as competências necessárias ao exercício de suas atribuições. Mais recentemente, está havendo discussões de diversidade de gênero e de idades, que, até então, não se discutiam, que também não constam do Código das Melhores Práticas que o Instituto lançou em 2009.

Em linha preconizada no Código, é consenso na literatura acadêmica, os benefícios trazidos são para

maior diversidade no desempenho das companhias. É também pacífico na literatura acadêmica que a tomada de decisão em grupos com mulheres tende a ser diferente daqueles compostos somente por homens. As mulheres possuem, no geral, maior aversão ao risco, melhor capacidade de comunicação, promovem o alinhamento da visão do grupo e lidam melhor com conflitos de interesses, características desejáveis nos conselhos de administração.

Posto isso, deparamo-nos com a discussão atual nesta Casa para o estabelecimento de cotas para que a participação de mulheres no conselho de administração das empresas estatais aumente e reflita a participação feminina no mercado de trabalho, que hoje em dia está equiparada à participação masculina.

Recente levantamento feito pelo IBGC verificou que somente 7,7% das cadeiras nos conselhos de administração das companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa são ocupadas por mulheres e que praticamente o mesmo percentual é auferido nas posições das diretorias estatutárias das mesmas empresas. Esse quadro já vem se mantendo nesse patamar desde 2003, ano em que o IBGC fez o seu primeiro levantamento a respeito da participação de mulheres.

Diante dos números aquém da capacidade e da participação feminina no mercado de trabalho, surge a questão de como resolver tal disparidade. Entretanto, no Projeto de Lei nº 112/10, do Senado Federal, parece não ser considerada razão para que essa disparidade seja encontrada. Estamos diante de um quadro de insuficiência de contingente feminino, com as qualificações necessárias para uma atuação efetiva em conselhos? Ou estamos diante de uma barreira explícita ou tácita para ascensão das mulheres a posições da alta administração das organizações? Esse é um dos nossos questionamentos.

Cotas são criadas para quebrar um sistema preconceituoso ou prejudicial a determinado grupo. Contudo, não temos conhecimento de estudos que avaliam o cenário atual, que visam identificar a realidade por trás dos números e a entender os reais motivos do afastamento das mulheres das posições de conselho.

Diante disso, entendemos não ser cabível partirmos diretamente para o sistema de cotas, mecanismo que combate de forma efetiva somente um lado da questão, aquele referente à barreira à ascensão feminina nos conselhos de administração. Se estivermos diante de um quadro de insuficiência de mão de obra feminina experiente, capacitada, para atuar em conselhos, corremos o risco de diminuir a qualidade dos conselhos de nossas estatais, organizações vitais ao desenvolvimento do País.

É sabido que as mulheres necessitam, em um nível maior do que os homens, conciliar a vida profissional e acadêmica com atividades familiares e pessoais, o que toma tempo e impede certas atividades de *networking*, que garantem aos profissionais masculinos maior contato com seus pares no mundo corporativo e que pode resultar em indicações para posições em conselhos de administração das empresas. No caso das empresas sob controle estatal, é notável ainda o fator político das redes de contato, mas é incerto se os resultados que as cotas trarão eliminarão essa lacuna na vida profissional feminina.

Ademais, é incerto o impacto positivo ou negativo causado no desempenho financeiro das companhias, tomando, por exemplo, os países que já adotaram as cotas para mulheres em seus conselhos de empresa, sejam elas estatais ou listadas. O principal exemplo que temos em voga, mencionado pelo Senador João Vicente Claudino, é a Noruega, país de certa forma incomparável com os padrões brasileiros de população, renda, desenvolvimento humano e igualdade de gênero.

A Noruega estabeleceu, no final de 2008, o mesmo percentual desejado pelo Projeto de Lei. Ela começou em 2003, as cotas eram relativas, e terminou em 2008. Mas, no caso norueguês, válido para todas as empresas listadas em Bolsa, sob pena de dissolução total da companhia, caso a regra não seja respeitada. Qual o efeito dessa política? Num primeiro momento, um aumento rápido do percentual de mulheres em conselhos e uma diminuição do número de empresas de capital aberto, o que prejudica a transparência das organizações. Enquanto um índice de 40% de participação feminina nos conselhos foi atingido, o número de empresas listadas na Bolsa de Valores de Oslo sofreu uma queda de 30 pontos percentuais, passando de 600 companhias, em 2003, ano do anúncio da legislação, para 362, ano em que todas as companhias deveriam estar enquadradas na nova lei. Não foi possível mensurar o impacto de longo prazo no valor dessas companhias, mas, devido a um erro estratégico na comunicação da nova legislação na Noruega, no curto prazo, as companhias sofreram queda no preço de suas ações, um efeito que não desejamos que aconteça no mercado brasileiro.

Ainda, apesar do relevante aumento na participação nos conselhos, as posições de presidência, tanto do conselho quanto executiva, sofreram alterações marginais. São notáveis, ainda, alguns pontos positivos que a cota norueguesa trouxe como um maior valor da assiduidade dos membros dos conselhos em relação ao colegiado e uma maior independência trazida pelas mulheres, pois estavam fora do círculo de contato de negócios dos homens, tradicionais componentes do

sistema de conselhos das empresas. Caso se tenha em mente que a cota será estabelecida para melhorar a diversidade do conselho, pode ser algo positivo para a companhia, para a boa governança. Não seriam mais efetivas outras políticas, como, por exemplo, o *complay or explain*, que é o pratique ou explique, que vem dando certo na Suécia, que não tem um sistema de cotas ou a exigência de divulgação de políticas de diversidade nos conselhos e seu efetivo cumprimento?

O sistema de cotas, válido para as companhias estatais, pode ser substituído por orientações ao DEST, que é o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Esse Departamento é responsável pela indicação de candidatos aos conselhos de estatais federais, por selecionar e indicar mais mulheres para as posições-chave na administração das companhias, evitando, assim, mais procedimentos burocráticos.

Em vez de o Estado legislar sobre cotas, executar a lei e, caso cumprida, julgar as infrações, seria mais desejável que o princípio da diversidade partisse da sua essência e que os entes responsáveis pela seleção de conselheiros se coordenassem para aumentar gradativamente a participação feminina nos conselhos. O *design* do sistema de cotas e principalmente o sistema de seleção de conselheiros, são vitais para o aumento da participação feminina em posições de liderança.

Portanto, concluo entendendo que uma lei estabelecendo cotas não é suficiente se não for acompanhada de outras políticas, podendo ser, como o Senador disse, uma pseudo-solução.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Passo a palavra, agora, ao Dr. Alexandre Di Miceli.

O SR. ALEXANDRE DI MICELI – Agradeço o convite a mim endereçado, muito honroso, e espero contribuir para este debate fundamental para o nosso País, dentro do processo de construção de um país mais justo, mais desenvolvido social e economicamente.

A questão central, a meu ver, não é avaliar necessariamente se as pessoas são a favor ou contra cotas. No mundo ideal, naturalmente, a grande maioria das pessoas seria contra, já que esse sistema parece ferir, de certa forma, o conceito de meritocracia. Então, o primeiro ponto que temos de levantar é que todos estamos de comum acordo que os ambientes, não só os empresariais, deveriam ser ordenados por questões de ordem meritocrática. Acho que esse é o primeiro aspecto.

A questão central dessa discussão, na verdade, é avaliarmos quão distantes estamos de uma situação mais equânime e mais justa de participação de mu-

Iheres nos principais órgãos que tomam as grandes decisões econômicas deste País. Além de avaliar a situação atual, temos também de avaliar se estamos avançando de fato em relação a esse tema nos últimos anos e que medidas poderiam ser adotadas para acelerar esse processo ou mesmo para deslanchar esse processo. Portanto, é um debate que não pode ser tratado de forma superficial, simplista e muitas vezes enviesada e preconceituosa. Devemos analisar principalmente fatos, inicialmente, para que possamos analisá-los e tecermos conclusões a respeito.

Vamos, então, a alguns fatos constatados por centenas de trabalhos realizados no mundo e por alguns dados coletados no Brasil. Então, em primeiro lugar, a nossa situação atual não é das melhores em relação a esse tema, muito pelo contrário. O percentual de mulheres atualmente nos conselhos de administração do Brasil varia, dependendo da amostra utilizada, de 5% a 8%. Quando pegamos todas as empresas listadas temos o número mencionado pela Heloísa, da ordem de 7%. Porém, nas maiores, que são as empresas mais relevantes, esse percentual é ainda menor. Quando olhamos apenas as empresas do Ibovespa, observamos um percentual de 6%. Quando observamos as vinte maiores companhias do País o percentual se reduz para 5%, e ontem, por curiosidade, analisei os conselhos das cinco maiores empresas privadas do País (Bradesco, Itaú, AmBev, Vale e Telefônica) e, dos 60 cargos de Conselho, apenas um era ocupado por mulher, um percentual inferior a 2%.

Portanto, a situação não é das melhores, inclusive com relação aos principais mercados mundiais. O percentual no mundo inteiro, obviamente, não é elevado, porém o nosso é ainda muito inferior, um terço, mais ou menos, do percentual observado no mercado norte-americano, da ordem de 18% e cerca de 40% do observado na União Europeia, que é da ordem de 14%, atualmente.

A questão mais importante não é apenas o fato desse percentual ser baixo, mas principalmente de não termos observado quaisquer avanços nesse tema nos últimos dez anos.

Fizemos uma coleta, recentemente, de dados das empresas do Ibovespa, que são as empresas mais relevantes, novamente, olhando os conselhos de administração, de 2001 a 2011, e o percentual se mostrou absolutamente o mesmo, da ordem de 6%. Não há, portanto, nenhuma evidência concreta de que estamos avançando em relação a esse tema e de que se trata apenas de uma questão de tempo – não há evidências nesse sentido.

Além do atendimento ao princípio constitucional da igualdade e do atendimento às Metas do Milênio, da

ONU, no sentido de promover igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, o que por si só já justificaria a iniciativa do presente Projeto de Lei, centenas de estudos – e estou falando de estudos realizados no mundo inteiro, não estudos acadêmicos, distantes da realidade – que analisaram empresas, que realizaram entrevistas com pessoas, estudos avaliados por pares independentes e publicados nas principais revistas e jornais científicos do mundo inteiro, centenas de estudos confirmam que existe também um racional econômico em favor do aumento da diversidade de gênero nos conselhos de administração.

Portanto, esses trabalhos realizados em campos como Direito, Economia, Gestão, Liderança, Sociologia, Psicologia Organizacional, mostram e atestam que um maior número de mulheres nos principais centros decisórios das organizações empresariais pode acarretar diversos benefícios, entre os quais: presença de mais pontos de vista diferentes, com mais debates e, consequentemente, melhores decisões. Melhor desempenho financeiro, naturalmente, não há unanimidade nos estudos, porém, sem dúvida, a grande maioria atesta um aprimoramento, no geral, no desempenho da companhia. Um melhor aproveitamento do capital humano organizacional, haja vista que cerca de metade do mercado de trabalho é composto por mulheres e, na medida em que há uma ascendência hierárquica nas organizações, você vai perdendo boa parte desses talentos e, ao final, se fica, basicamente, com um lado só da moeda, o lado dos homens. Um melhor funcionamento dos Conselhos, incluindo, conforme mencionado pela Heloísa, um menor nível de conflito interno, uma negociação melhor das questões a serem deliberadas. Uma menor probabilidade de realização de operações que acarretam riscos extremos. Um dos estudos-chave realizados nos últimos anos comparou os conselhos de administração de bancos norte-americanos durante o período anterior à crise dos chamados *subprime* e constatou que aqueles bancos que tinham muito mais mulheres nos conselhos tiveram uma probabilidade muito menor de realizar operações de alto risco, de empréstimos, e, consequentemente, não causaram tanto prejuízo ao ente público. Melhores práticas de governança e maior valorização da adoção de padrões éticos, outro resultado constatado com base numa maior proporção de mulheres. Por fim, uma melhor visão social, sensibilidade social e de mercado.

Na principal experiência concreta sobre o tema, da Noruega, mencionada até o momento por Heloísa, desconheço esse estudo que menciona os impactos negativos, mas ressalto que o problema da diminuição de empresas listadas é um problema global. Na verdade, vem sendo alvo de diversas reportagens, em

vários mercados globais, a diminuição da atratividade da ida das empresas aos mercados de ações. Portanto, não conheço esse estudo especificamente, porém ressalto que essa é uma questão global e que não sei se a causalidade pode ser totalmente resultante da aprovação da lei.

Temos outro aspecto importante, que é a reação inicial a esse projeto de lei. Vejam bem, na Noruega, que é um país muito mais avançado socialmente e com uma tradição muito maior de igualdade de gênero, conforme consta do próprio projeto de lei, muitos empresários executivos reagiram a essa ideia afirmando que eles teriam de contratar acompanhantes para fazer parte do conselho, mencionando implicitamente que talvez fosse melhor ter acompanhantes do que executivas em seus cargos-chave.

Portanto, acho que há reações naturais iniciais, porém, sem dúvida, nos últimos anos, não se constatou nesse país nenhuma grande crise, nenhum grande problema, muito pelo contrário. Existem estudos, como citei, que mencionam o aprimoramento de vários conselhos de administração e que, portanto, não resultam em nenhum impacto negativo macroeconômico, muito pelo contrário.

Outro aspecto importante, também é um fato, é que as ações voluntárias não têm mostrado efetividade internacionalmente até o momento. Tentou-se, em vários desses países, praticamente em todos, uma abordagem inicial mais voluntária, e o resultado geral foi um fracasso. O próprio caso da Noruega evidencia isso. Eles tentaram inicialmente um período de dois anos, voluntário, e, ao final, chegaram à conclusão de que teriam de realmente ir para uma ação mais prescritiva do regulador.

Outro caso interessante a ser citado é o da Espanha, que aprovou uma lei, em 2007, que deveria vigorar a partir de 2015, mas que não prescreveu punição às empresas. O resultado é que o avanço tem sido muito tímido e o país encontra-se ainda muito distante do percentual solicitado nessa nova legislação.

Temos um caso recente...O meu tempo se esgotou?

Temos um caso recente da União Europeia, que vem discutindo seriamente, trouxe aqui, inclusive, um relatório de progresso, recém-lançado. Eles também estão tentando, inicialmente, uma iniciativa voluntária. Eles pediram que as empresas, voluntariamente, se comprometessem com determinados percentuais a partir de 2020. Um ano depois, em todo o continente europeu, apenas 24 empresas manifestaram algum interesse sobre essa ação voluntária. Portanto, há um caminho sendo trilhado na própria União Europeia, num âmbito maior, para que esse sistema prevaleça.

Inclusive, recentemente, no último ano, houve a aprovação de legislação na Itália, um país latino, que também tem problemas como os nossos, com baixíssimo percentual de mulheres, na França e na Bélgica. Em todos esses países foram aprovadas leis, recentemente, estabelecendo um percentual mínimo de mulheres, com tempos variados, alguns a partir de 2015, outros a partir de 2017 ou 2020.

O próprio caso da Suécia, que foi mencionado, é um caso interessante, porque a coisa não foi tão voluntária assim, já que existem várias notícias e manchetes – e eu trouxe algumas, de jornais suecos – de que, de tempos em tempos, o órgão público vem e ameaça com legislação sobre o tema. Com base nessa ameaça, nesse porrete, as pessoas, as empresas começam a mudar um pouco mais.

Mesmo com todo esse avanço que houve – tem, aí, conselhos com mais de 20% de mulheres, atualmente –, mesmo assim, existe um projeto agora, em curso, para a sociedade de economia mista e empresas públicas, de forma muito similar ao presente projeto que está sendo apresentado.

Meu outro argumento, outro fato é que vários trabalhos científicos refutam, veementemente, o argumento de que o atual sistema para seleção de conselheiros é meritocrático.

Primeiro, o processo de identificação de novos conselheiros, ou potenciais conselheiros, como é de comum conhecimento no mundo inteiro e, principalmente, no Brasil, é muito desestruturado. Na enorme maioria dos casos, a escolha de conselheiros é baseada em função de critérios relacionais e políticos.

Como os homens têm muito mais chance de serem amigos de longa data da outros homens e terem liberdade com eles, é natural que eles tenham uma chance muito maior de serem escolhidos. Existe uma rara exceção em relação a isso, no caso de alguns conselheiros, chamados independentes, porém constituem uma minoria nas nossas empresas, quer dizer, em alguns casos, muito raros ainda, há um processo mais estruturado, mas em sua enorme maioria isso não acontece. Naturalmente, nas empresas sob controle estatal, essa chance é menor ainda.

Os próprios conselheiros reconhecem a ausência de meritocracia, já que menos de 10% das empresas afirmam realizar algum tipo de avaliação individual dos conselheiros. Então, se por definição as empresas não avaliam o desempenho de seus conselheiros, como afirmar que esses são os mais aptos para estar ali?

Realmente, não tem lógica.

Mundialmente, com base em outros estudos internacionais, a percepção sobre a qualificação das mulheres tende a ser sistematicamente enviesada.

Vou citar apenas dois estudos para exemplificar o que quero dizer.

Um deles, realizado na Espanha – portanto, de uma realidade mais próxima de nós, culturalmente, que a da Noruega –, constatou que a chance de se ter uma mulher no conselho é muito maior quando já se tem uma no conselho, de se ter uma segunda mulher, o que mostra claramente que, inicialmente, se subestima o potencial ou a capacidade das mulheres de estar ali naquele conselho.

O outro estudo, similar, realizado, neste caso, no ambiente norte-americano, entrevistou CEOs, diretores-presidentes de empresas, e esses argumentaram que eles têm certo temor de contratar conselheiras inexperientes, que nunca participaram de conselhos, porém esse temor não acontece para homens, então, o medo de “arriscar”, digamos assim – entre aspas, claro –, de ter uma mulher conselheira não acontece com os homens. Portanto, o argumento de que a seleção é equânime e meritocrática não vale. Isso não se dá apenas por eventuais conflitos de interesses, mas também por uma certa discriminação implícita e não intencional, muitas vezes, nossa, principalmente homens, claro.

Em resumo, em minha opinião, deve-se ir adiante nessa importante e fundamental iniciativa, definindo-se, sim, um percentual mínimo para mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista.

É um projeto de lei que atende, conforme já observado pelas próprias Comissões de Assuntos Econômicos, e Sociais, a Constituição, novamente – é o princípio de igualdade –; as metas do milênio da ONU, das quais o Brasil é signatário; dá um bom exemplo social para a iniciativa privada; você aproveita mais o talento existente nas companhias; e, por fim, isso não deve ser visto como um risco, mas, sim, como uma oportunidade de aprimorar, substancialmente, os conselhos de administração das empresas sob controle estatal, os quais necessitam de muito aprimoramento, conforme observado em vários trabalhos realizados no campo da chamada governança corporativa.

Sugestões em relação ao projeto apresentado: em primeiro lugar, acredito que deveria haver alguma discussão sobre potenciais punições em caso de descumprimento, acho que deveríamos ter, também, uma identificação clara de que estamos falando de conselheiros titulares e não suplentes, porque sempre tem o risco de colocar mulheres como conselheiras suplentes, e, por fim, acho que essa discussão tem de ser estendida não só para as sociedades de economia mista e empresas públicas, mas para outras empresas que recebem aportes de recursos públicos.

Por exemplo, há situações como o BNDES, um ente público que é acionista relevante de muitas empresas e indica muitos conselheiros em várias empresas. E um caso que eu vou citar é de uma empresa chamada Fibra, em que o maior acionista atualmente é o BNDES – cerca de 33% das ações com direito a voto. E, no conselho de administração, nós não temos uma mulher.

Portanto, o Governo deveria, de certa forma, fomentar a participação feminina também em empresas que têm recursos públicos envolvidos de alguma forma, bem como poderia criar inclusive incentivos voluntários para que as empresas tivessem algum tipo de benefício junto ao BNDES ou outros organismos caso essas empresas contemplassem maior diversidade nos seus conselhos de administração.

Indo mais além, acredito que o Governo deveria fomentar essa prática em outros tipos de conselho, nos quais possui poder para indicar membros, como, por exemplo, conselho deliberativo de fundos de pensão de empresas estatais. Em muitos casos, você não encontra mulheres.

Portanto, em resumo, em minha opinião, trata-se de etapa fundamental nesse projeto de lei, na construção de um País mais justo, mais equânime, e ficar contrário a essa iniciativa é, a meu ver, ficar na contramão da história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Ouvindo aqui a explanação do Dr. Alexandre Di Miceli, e as palavras do Senador Casildo Maldaner sobre suas netas e filhos, fiquei até com medo de estar incorrendo num corporativismo, porque tenho cinco filhos, cinco homens. (Risos.)

Tenho uma amiga que diz que eu tenho um lugar no céu, porque no mundo está faltando homem...

Quero passar a palavra ao Dr. Carlos Alberto Rebello.

O SR. CARLOS ALBERTO REBELLO – Bom dia a todos.

É muita satisfação para a BM&FBovespa estar aqui presente. Agradecemos o convite. Também gostaria de falar que tenho três filhos, sendo duas filhas, em idade de trabalho. Então, tenho certo conflito pessoal em relação ao assunto.

Mas, sendo o último a falar, várias questões já foram abordadas pelos meus antecessores, eu gostaria de contextualizar a visão da BM&FBovespa sobre a questão, no sentido que a Bolsa de Valores é o local onde se viabiliza o financiamento do investimento produtivo ao menor custo e, ao mesmo tempo, garantindo melhor alocação, mais eficiente de recursos, pela poupança popular.

Então, nesse sentido, a visão da questão é de maximizar essa relação e trazer um equilíbrio para essa relação, daqueles que buscam captar recursos para gerar aumento de renda para as empresas, para o País, e aqueles que aplicam suas poupanças e querem correr a melhor relação de rentabilidade, ter melhor rentabilidade com o menor risco.

O próximo, por favor.

Bom, o que foi falado eu não pretendo repetir aqui, mas aproveito esse slide como o gancho da questão da diversidade. A diversidade no conselho é enxergada como um fator de garantia de resultados sustentáveis no sentido de serem resultados de longo prazo.

Então, isso é um fator de redução da volatilidade ou de assunção de risco pelas companhias. Muitos podem acompanhar que algumas companhias incorreram em risco e tiveram seus valores bem depreciados nesses períodos recentes em função de tomada de risco sem um certo monitoramento dessa administração colegiada, que é o conselho de administração, como foi já mencionado. A diversidade tem uma característica de inibir esse tipo de tomada de risco sem uma discussão.

Então, a minha primeira colocação seria de que talvez na própria legislação ou na regulamentação da lei se estabelecesse a utilização de critérios como esses do IBGC no método de seleção. Então, para evitar o que foi colocado pelo Di Miceli na escolha dos membros pela amizade, pelo relacionamento, poder-se-ia estabelecer alguns critérios e princípios de mérito no método de seleção. Isso, é claro, deveria valer para todos os membros, não somente para as mulheres. Mas, enfim, nós estamos tratando de um projeto específico para as mulheres. E também uma avaliação do desempenho.

Então, acreditamos que esse projeto pode ter um efeito de exemplo muito positivo, pelos resultados que forem alcançados, no setor privado. Diz a anedota que o órgão mais importante do corpo humano é o bolso. Todos que estão envolvidos nessa participação investidor/empresas, na Bolsa de Valores, são muito conservadores em relação à criação de obrigações que não advenham dessa melhor e mais eficiente relação de capital e investimento produtivo.

A minha primeira colocação seria nesses dois pontos: no método de seleção e na avaliação de desempenho.

Outra questão que também já foi falada é de se garantir, por meio de políticas públicas, a maior diversidade. E essa diversidade não é só de gênero, mas também de etnia, experiências culturais; e isso pode representar, para outras diferenças, que estaria restando pouco espaço porque são bem poucos, na realidade; e ainda seriam diminuídos por uma diversidade

de apenas de gênero. Então, seria muito interessante ampliar esse debate dentro dos conselhos, com uma diversidade multifuncional.

No eslaide posterior, eu vou colocar que já existe uma participação mandatória, por legislação federal, de pessoas da companhia dos empregados no conselho, que é outra visão também importante de diversidade.

Próximo, por favor.

Bom, eu trouxe aqui... Essa discussão é muito pequena no âmbito da Bolsa e esses estudos acadêmicos ao nosso entender não são conclusivos. Apesar de terem sido colocados como conclusivos, acho que o estudo acadêmico deve ter uma prova prática e essa é uma grande oportunidade de o setor público servir de modelo para o setor privado em termos de resultados que vierem a ser apresentados por essa política.

Eu trouxe números atuais de participação de mulheres nos conselhos. Esse número varia nas apresentações, mas enfim, é importante colocar que esse segmento de novo mercado representa a elite das nossas empresas. São empresas que seguem um padrão de governança corporativo superior às demais. Elas só emitem ações ordinárias com direito a voto e, portanto, são exemplos da tendência das empresas modernas brasileiras. Inclusive, algumas empresas sem acionista controlador, que é uma posição muito rara no mercado de capitais brasileiro.

Então, como vocês podem ver, apesar do modernismo a participação é pequena.

O próximo, por favor.

Eu sei que não há rigor científico nenhum, mas, para ilustrar a apresentação, com base de dois anos, isso não é aceitável estatisticamente, mas para dar uma ideia de evolução, de quando a gente atingiria voluntariamente o percentual de 40%, eu trouxe esse exercício para a gente, na hora da discussão do prazo de adequação dos 40% do projeto de lei, ver se estaria adequado ou não. Então, por esse exercício me parece que sim. Parece bastante adequado o prazo previsto no projeto de lei.

Último, por favor.

Uma questão que eu gostaria de deixar também para discussão é da aplicação do projeto de lei como está redigido. Então, na verdade, dentro dos prazos de anos, a gente utilizando o critério mínimo de lei das S.A., que são três membros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO REBELLO – No caso das empresas públicas são seis membros, mas o resultado seria se atingirem metas acima do esperado para cumprir o projeto de lei. Então, as empresas públicas que são negociadas em Bolsa têm um quórum maior não teriam esse problema. É claro que atingiriam o

nível de 45% no final do processo, que estaria acima do projeto de lei. Então, essa evidência recomenda um arredondamento na lei, para que cumpra o seu objetivo em termos de percentual.

Próximo.

Bom, o que seria importante trazer para discussão é a questão de que essa adequação com quórum de seis, se for feita da maneira que está prevista no projeto, pode ocasionar um aumento do número de participantes do conselho, com custos para todos nós, contribuintes ou não, já que se trata de empresas do Estado. Então, essa questão do arredondamento é importante nesse sentido, para não gerar os custos e permitir que empresas, dentro do limite legal de seis, faça a evolução dentro do esperado.

Uma coisa que pelo menos para mim não ficou clara e é importante assinalar é como a participação dos empregados nos conselhos se dá – a votação de empregados – de maneira que haja uma conjugação para que essas duas leis permitam a finalização; que o destino final dos 40% seja atingido considerando também essa cota de empregados.

Em resumo, o que podemos trazer, em nome da Bolsa, é que estaremos observando esses exemplos. Nós temos exemplos de mulheres dentro do Executivo, Judiciário e Legislativo que estão servindo de exemplo para a iniciativa privada. Na iniciativa privada, temos pessoas que infelizmente são... É uma experiência muito recente. Uma das convidadas, a Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luíza, não pôde estar presente nesta reunião, mas é uma líder que está sendo muito observada pelo mercado. É uma empresa que está há apenas um ano na Bolsa. Então, esses exemplos, o resultado dessa iniciativa vai – tenho segurança – ser seguido.

Finalmente, gostaria de aproveitar a oportunidade... na verdade, pessoalmente, tive a honra e o prazer de ser membro do serviço público federal, ingressando por concurso público – durante 31 anos servi à CVM –, que é a entrada mais democrática, com o acesso de homens e mulheres de maneira igualitária. Observo que, no meu concurso, que foi de 1978, o número de homens era maioria, mulheres eram exceção. Hoje, no último concurso da Comissão de Valores Mobiliários, a maioria dos selecionados foram mulheres. Então, há uma perspectiva muito boa de que, nesses quadros de formação, tendo essa participação igualitária ou até superior de mulheres, haja esse reconhecimento natural e de novo. E o setor público vai servir de exemplo para que esse movimento comece a caminhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Agradeço a apresentação do Sr. Carlos Alberto.

Eu queria, primeiro, deixar aberto o debate até entre os convidados e todos que estão na assistência desta audiência pública. Eu queria fazer algumas indagações. Muitas das indagações que coloquei aqui já foram, de certo modo, até esclarecidas.

Mas queria, em especial à Sr^a Heloísa Bedicks, perguntar o seguinte: qual a visão geral do mercado corporativo no tocante às políticas da diversidade de gêneros e a participação de mulheres nos conselhos de administração? E quais os indicadores de performance das empresas que deveriam ser considerados para que, a cada ano, pudesse mensurar se a lei de cotas melhorou a performance das empresas? Ou seja, uma maneira de medir o status atual e acompanhar o status futuro da evolução. Outra indagação: em sua opinião, há diferença na preparação da mulher para atuar no conselho de administração de uma empresa privada de capital aberto ou fechado? Isso aí também pode até... Eu quero colocar essas indagações, mas todos podem participar da resposta. Há diferença na preparação da mulher para atuar no conselho de administração de empresas de capital aberto ou fechado e de uma empresa pública? Essas são as primeiras colocações.

A SR^a HELOÍSA BEDICKS – Eu, talvez, não tenha pegado todas as questões. Vamos começar pela última.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – A primeira é a visão geral do mercado corporativo no tocante às políticas da diversidade de gênero e participação da mulher nos conselhos. A segunda, os indicadores de performance das empresas que deveriam ser considerados, a cada ano, para mensurar se a lei de cotas melhorou a performance da empresa, ou seja, uma maneira de medir o status atual e acompanhar o status futuro de evolução. A terceira é a questão da preparação, justamente, da mulher para os conselhos das empresas privadas e empresas públicas.

A SR^a HELOÍSA BEDICKS – Vou tomar a liberdade de começar respondendo a última em primeiro lugar. Na realidade, a preparação de um membro do conselho tem que ser igual, independente se ele vai estar exercendo seu papel de conselheiro numa empresa pública ou numa empresa de capital privado. Existem certas peculiaridades no setor público, como legislação específica, como maior atenção ao orçamento, questões de dotação, que não são tão consideradas no setor privado. Logicamente que, no setor privado, também temos a questão de orçamentos e de

performance. Então, acho que os indicadores-chaves, os KPIs, são os mesmos, independentemente de ser uma empresa privada ou uma empresa do setor público. Então, não vejo diferença nenhuma. Um fator muito importante que a gente tem que levar em consideração é a qualificação desse profissional e a forma que esse profissional se mantém qualificado.

Então, uma vez eleito conselheiro, independente de ser do setor privado ou do setor público, o que esse profissional conselheiro faz para se manter qualificado. Então, quais são os cursos, o treinamento específico que é feito pós a sua ascensão ao conselho de administração.

Então, resumindo, na minha opinião, a qualificação é a mesma. Simplesmente, há especificidades do setor, da mesma forma que há especificidades quando uma pessoa assume um conselho de administração no setor privado que atua no mercado varejista ou que atua no mercado diferente daquele. Então, acho que essa seria a primeira.

A segunda pergunta, a visão geral do mercado em relação à diversidade, percebemos lá, no instituto, que ainda é um assunto muito pouco discutido. Discute-se muito a questão de diversidade ou qualificação do conselheiro, mas não a questão de diversidade de gêneros ou, como eu disse, a própria diversidade de idades. Hoje, empresas que atuam no segmento de informática, que necessitam de mídias sociais, não levam em consideração que, muitas vezes, os seus conselheiros, numa faixa etária muito mais alta, não entendem aquele linguajar ou mesmo o setor de atuação naquela empresa. Então, a questão da visão do mercado ainda é precária, ainda é muito pequena.

Gostaria de contar uma curiosidade aqui: a maior empresa brasileira do setor de cosméticos, que tem um produto voltado totalmente – praticamente 80% – ao seu público feminino, não tem hoje uma mulher no seu conselho de administração. E é uma empresa considerada empresa modelo pelos padrões de mercado brasileiro. Ela pode até estar preocupada com a questão de diversidade de gênero, mas, se está, não reflete no seu órgão principal, que é o conselho de administração.

A última pergunta que estou respondendo, que foi a primeira que o senhor perguntou, é a questão da *performance*. Como medir essa *performance* uma vez que o projeto de lei for instituído? Difícil de responder, porque hoje o mercado, como um todo, não está prestando tanta atenção. Então, não sei como o Governo teria indicadores, se ele estaria... Porque o projeto de lei não menciona se vai ter sanções ou não a essas empresas. Então, isso é algo em que fica uma observação: caso esse projeto seja aprovado, temos

que pensar em sanções também a essas empresas, porque, uma vez que não existem sanções, o mercado brasileiro costuma não prestar muita atenção. Nós temos diversas leis aprovadas que ainda estão no papel, não foram seguidas. Então, vai ser um pouco difícil medir a *performance* da empresa em relação ao acréscimo de número de mulheres. Então, aí, realmente vou pedir ajuda ao Rebelo e ao Alexandre para complementarem essa questão.

O SR. ALEXANDRE DI MICELI – Heloísa, acho que você contemplou bem já esses pontos que foram levantados pelo Senador. Gostaria apenas de fazer alguns comentários muito sucintos em relação a três pontos levantados na exposição do Sr. Rebelo.

O primeiro aspecto diz respeito ao novo mercado. Quer dizer, o novo mercado, para aqueles que não têm tanta afinidade com o mercado de capitais, é o segmento destinado às companhias que, em tese, deveriam possuir os mais elevados padrões de governança corporativa. Porém, no que se refere ao quesito diversidade de gênero, as empresas do novo mercado estão atrás das demais.

No relatório preparado pelo próprio IBGC, um relatório anual, encontrou-se um percentual de 4% e não de 6%, mas, independentemente dos números apresentados, o fato é que elas não dão exemplo no que concerne à diversidade de gênero nos conselhos de administração.

O segundo ponto diz respeito ao pretenso gráfico apresentado de evolução, que, com todo o respeito, é uma das coisas mais absurdas que já vi na minha vida – e olha que, na universidade, vemos muitas coisas absurdas de alunos –, porque não se faz extrapolação de série temporal com duas observações e 6,1% estatisticamente não é maior que 5,4% muito provavelmente. Então, você não pode nem dizer que o segundo ano teve um percentual muito maior que o primeiro, porque você tem variação de amostras. Essas variações podem distorcer completamente. Isso deve ser totalmente desconsiderado, porque não há nenhum argumento concreto em relação a isso.

O terceiro ponto diz respeito aos estudos acadêmicos. Pois bem, os estudos acadêmicos, na verdade, são feitos com empresas, com dados concretos, muitos dos quais envolvem entrevistas com os participantes. O conceito de acadêmico é simplesmente o conceito de que esses estudos são sujeitos a um rigor metodológico e são avaliados por pares independentes. Então, esse é um comentário que a gente escuta bastante, mas isso é natural pelas pessoas que estão menos afeitas a esses estudos. Portanto, são estudos baseados bem na realidade e não em algo distante da prática, digamos assim.

Portanto, acho que esses são os pontos centrais que gostaria de comentar. A Heloísa comentou bem em relação à questão dos indicadores de desempenho, que é uma medida muito difícil, mas o que nós podemos sempre recomendar é que os próprios conselhos desenvolvam mecanismos estruturados para aferir seu desempenho e que reportem isso, de maneira muito clara, para todos os seus públicos de interesse, ilustrando não só o procedimento de avaliação, mas, principalmente, os resultados dessa avaliação e as ações a serem tomadas a partir desses resultados. É o que é possível ser feito.

O SR. CARLOS ALBERTO REBELLO – Bom, primeiro, agradeço os gentis comentários do acadêmico. Acho que dei muita ênfase que o exercício era somente ilustrativo. E salientar que os números não são amostrais. Eles são bases de dados da Comissão de Valores Mobiliários. Então, essas informações não são de base amostral.

Mas, dito isso, acho que o tema aqui é a questão do projeto de lei, em termos de como o mercado enxerga isso. É a questão da correlação entre diversidade e independência. A independência é um item muito preservado pelo mercado. Esse segmento de novo mercado, que, de novo, é considerado o prêmio, onde tem as melhores práticas de governança corporativa no mercado, e essas práticas são monitoradas e exigidas pela BM&FBovespa, através de contratos. O mercado se dispõe a pagar, estatisticamente, 20% ou a mais do que o preço de outras empresas, de outros segmentos. Nós tivemos exemplos, no ano passado, de empresas que migraram para esse setor de boa governança e tiveram reconhecimento do mercado. Então, isso significa que elas têm um processo de governança que dá uma tranquilidade, uma sensação de garantia para os investidores de que os resultados a serem auferidos com investimento nessas empresas são sustentáveis a longo prazo.

Então, acho importante esse conceito de diversidade. Ele realmente deve se propagar no mercado, a importância dele. E, hoje, um aspecto positivo dessa diversidade, que é a independência, parece-me que é um conceito bastante aceito. Dando um exemplo, nas ofertas públicas iniciais de companhias brasileiras, de 2007 para cá, já foram captados recursos no mercado acima de duas centenas de bilhões de reais. E o grande participante dessas ofertas iniciais, que se diz, no jargão inglês, IPOs, são investidores estrangeiros. Eles aportam recursos no País porque entendem que existe uma boa regulamentação no País, uma boa governança. Portanto, eles têm confiança de virem aqui quando, no passado, só faziam investimento em Nova York ou em Londres.

Então, nessa questão da independência lá fora, eles já passam a exigir que padrões de 40% ou 50% do conselho sejam conselheiros independentes. A nossa regra atual é 20%. Nós fizemos uma tentativa para aumentar esse limite para 30%, mas, em função de termos essa relação contratual com as companhias, existe uma cláusula em que elas podem, se um terço das companhias que estão contratadas a seguir esse modelo de boa governança, se elas não aceitarem a modificação, não é implantada. Então, esse é um conceito importante de independência, que é uma das características boas trazidas pela diversidade.

Em relação a métodos de avaliação, nós pensamos que é um crescimento importante que existam esses métodos de avaliação e que, dentro de uma empresa moderna, criem-se metas de atingimento, que possam ser verificadas.

O que ficaria prejudicado na ausência dos métodos vigentes atualmente, antes da implantação das cotas, é como comparar se essa evolução é em função do sistema de cotas ou não. Mas é sempre importante, de uma maneira geral, haver um método de avaliação.

Finalmente, quanto à qualificação, concordo com o que foi dito à Heloísa. Essa qualificação deve ser a mesma, claro, respeitando-se as características individuais de cada conselheiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/ PTB – PI) – Eu queria, continuando, perguntar ao Alexandre Di Miceli se as ações voluntárias que são implementadas sem vigências legais em outros países têm sido efetivas no aumento da participação das mulheres nesse conselho.

Segundo, nas pesquisas, que V. S^a colocou, quanto nos conselhos de administração, somente na iniciativa privada, há a presença de herdeiras oriundas das famílias controladoras das empresas; e, também, se a experiência de adotar cota para empresas públicas de economia mista seria um bom exemplo para as empresas privadas.

O SR. ALEXANDRE DI MICELI – Muito obrigado a V. Ex^a pelas perguntas.

Em primeiro lugar, a questão das ações voluntárias. As ações voluntárias são importantes e não devem ser excluídas do processo legislativo; na verdade, devem ser adicionadas.

O que acredito – e as experiências internacionais mostram – é que não se pode depender exclusivamente das ações voluntárias. Mencionei o caso da Espanha, que aconteceu em 2007, no qual até o momento não houve uma evolução relevante, apesar de termos tido uma medida legislativa, porque a medida

não contemplou questões de ordem de sanções às companhias infratoras.

Em outros países, também, esse é um tema relativamente novo, como foi colocado no início da exposição. Então, as experiências também não são de longa data. Estamos num processo de aprendizado em relação a tudo isso.

Existem iniciativas voluntárias em curso, por exemplo, na Inglaterra, com as 100 principais companhias inglesas. Existe uma comissão, que foi formada e que visa a fazer com que essas 100 principais empresas se comprometam voluntariamente a certas metas de diversidade de gênero nos conselhos, a partir de 2020. Se isso vai funcionar, ou não, não está claro ainda.

Como mencionei, o caso da Suécia é ambíguo, porque se tem, sim, de um lado, iniciativas voluntárias importantes, porém, de outro, tem-se também, sistematicamente, a ameaça da legislação, sendo que, no caso observado no vizinho deles, o caso norueguês, ficou muito evidente que, se as empresas de fato não mudassem um pouco, pelo menos, a coisa viria de uma forma um pouco mais prescritiva, pelo Estado.

O que acredito que é fundamental no aspecto das ações voluntárias diz respeito ao aprimoramento da oferta de conselheiros, no sentido de aprimorar a capacitação das mulheres, para que mais mulheres tenham condições de participar de conselhos de administração. Aí a ação voluntária é fundamental, porque temos uma situação atual – e isto também bastante constatado – de que as mulheres têm, em certo estágio da vida, de optar, muitas vezes, entre o sucesso profissional e, digamos, o sucesso familiar. E o ideal é que elas não tivessem de optar por isso.

Então, só um exemplo de um trabalho nessa natureza, no mercado norte-americano, que é um mercado bastante aberto, eles constataram que, das mulheres consideradas de alto sucesso, que chamavam de *ultra-achievers*, 50% delas não eram casadas e gostariam de ser casadas, de ter filhos, enquanto que, para homens, esse percentual era de apenas 20%. Quer dizer, apenas 20% dos homens com elevadíssimo sucesso não eram casados e com filhos.

Essas mulheres foram entrevistadas e manifestaram interesse em ter mais filhos ou em ter filhos, muitas vezes – muitas não tinham –, mas tiveram claramente de optar.

Então, tem-se uma situação que é importante, que vai desde a questão da divisão de tarefas do lar a uma questão mais institucional de viabilização de creches e pré-escolas, para que a mulher possa – principalmente nos estágios iniciais de carreira, porque, depois que ela conseguiu ascender e virou diretora, é mais fácil ter recursos para que isso seja bancado de

forma privada. Mas, até então, não. E é aí que acontece muitas vezes o problema.

Então, acredito, sim, nas ações voluntárias, nas ações de conscientização, nas ações de fomento à iniciativa privada, para que ela voluntariamente contemple programas específicos, para facilitar, ajudar a vida das mulheres, mas não tenho dúvidas de que elas não serão suficientes. Então, é algo necessário, mas não suficiente, no meu ponto de vista.

Segundo, a questão das mulheres de empresas familiares. Isso é muito interessante, porque o percentual é baixo, como vimos aqui, de mulheres nos conselhos de administração, atualmente. E muitas dessas mulheres estão lá por vínculos ou com as famílias controladoras ou, no caso de algumas empresas mesmo de controle estatal, já por indicações políticas.

Quer dizer, se pegarmos o percentual de mulheres consideradas independentes ou aquelas que chegaram apenas pela carreira, digamos assim, aos cargos de conselho, teremos um percentual ainda muito menor. Na verdade, poderemos contar, talvez, nos dedos, hoje, nas empresas brasileiras.

Então, existe uma relação forte entre proporção de mulheres nos conselhos e o controle familiar da companhia em muitos casos. Isso, não só no mercado brasileiro como em outros. Sem dúvida, esse é um componente importante.

A terceira pergunta, o senhor, por favor... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – A terceira pergunta é: a adoção desse percentual mínimo obrigatório de mulheres no conselho de administração das sociedades de economia mista serviria de exemplo para as empresas privadas?

O SR. ALEXANDRE DI MICELI – Ah, sem dúvida. Muito obrigado. Desculpe-me.

Sem dúvida, acredito que essa é a principal mensagem desse projeto de lei. Num maneira geral, o Estado tem de dar o exemplo, em relação à empresa, no que concerne às boas práticas, de uma maneira mais ampla.

Estamos falando aqui de transparência, de prestação de contas, de atuação independente orientada no melhor interesse de todos os públicos da companhia. E um desses exemplos a ser dado pelo Estado diz respeito à diversidade de gênero, porque é muito complicado o Estado exigir maior diversidade das empresas privadas, se não mostrar proatividade e não der o exemplo a essas companhias.

Então, acredito que essa é a grande mensagem do projeto de lei. E, na medida em que ele se torne algo natural, que não vai gerar nenhum tipo de ruptura, mas que, muito pelo contrário, vai gerar aprimoramentos,

vão-se ter evidências, para poder reforçar, digamos, esse tipo de atitude junto às empresas privadas.

A SR^a HELOÍSA BEDICKS – Posso complementar?

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Pode sim.

A SR^a HELOÍSA BEDICKS – Eu só queria complementar o que o Alexandre disse em relação aquilo que a sociedade pode fazer, para contribuir para a ascensão de mulheres a esses cargos executivos.

Existe um trabalho da Consultoria Mackenzie, e o IBGC está totalmente de acordo com os pontos levantados por eles.

Então, opções para jornadas e locais de trabalho flexíveis; monitoramento pelo diretor presidente, pelo time de executivos, do progresso com relação à igualdade de gênero; programas para encorajar *networking* entre mulheres e lideranças pelo exemplo; apoio a programas que visam a conciliar a vida profissional e a vida familiar ou pessoal; inclusão de indicadores de diversidade de gênero na avaliação de performance dos executivos; sistemas de avaliação de performance que neutralizem o impacto da licença-maternidade ou jornadas flexíveis de trabalhos; indicadores nas companhias de performance em contratar, reter e promover as mulheres na administração nesses cargos mais altos, o que consequentemente é o nível de acesso para que elas vão para o conselho; e objetivos e programas específicos para a contratação de mulheres em todos os níveis. Então, essa seria a contribuição que a sociedade poderia fazer, de uma forma mais espontânea, sem haver a necessidade das cotas. Esse é um trabalho da Mackenzie.

O SR. ALEXANDRE DI MICELI – Dentro dessa linha, também concordo com todas as posições que foram colocadas, em termos de sugestão, dentro da adoção dessa prática de diversidade: como se identificam questões discriminatórias contra as mulheres na experiência prática, na experiência mundial? Dentro do código de conduta, que se estabeleçam requisitos, inibindo-se essa discriminação, estabelecendo-se até sanções para esse descumprimento. Então, acho importante.

Uma coisa me fugiu de falar na outra pergunta, quando a Heloísa mencionou que era importante haver sanções para a não observação do cumprimento das cotas. Essa é uma questão delicada, porque a sanção vai ser aplicada ao acionista controlador, e não dentro da companhia.

Então, é um problema delicado como estabelecer esse tipo de sanção.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Cumprimento a Senadora Marta Suplicy. Seja bem-vinda a esta audiência pública.

Eu queria perguntar ao Sr. Carlos Alberto Rebello: caso seja implantada a lei de cotas e haja empresas públicas de economia mista, com ações na Bolsa, com conselhos de administração com diversidade de gênero, ou seja, caso haja empresa pública e empresa de economia mista com alto índice de diversidade de gênero por cumprimento da lei e empresas privadas com uma baixa diversidade de gênero, com isso, que desequilíbrio poderia ser avaliado no mercado?

Nesse sentido também, essas empresas públicas e de economia mista poderia, tornar-se celeiros formadores de mulheres, para ocupar o mercado privado, as empresas privadas?

O SR. CARLOS ALBERTO REBELLO – Sim. Na linha do que falei anteriormente, concordo com os colegas da Mesa em que isso pode servir... Isso vai ser um exemplo. As empresas estatais, principalmente as que têm ações negociadas em Bolsa, com a adoção dessa prática da diversidade, vão começar a ter resultados, que poderão influenciar positivamente ou negativamente. Então, volto à questão da meritocracia na indicação.

O que o mercado preserva muito é a questão da independência. No fato de ser mulher ou homem, essa independência é... Quer dizer, acho que é importante haver critérios de indicação, que gerem uma melhor gestão das companhias estatais. Isso – não tenho a menor dúvida – servirá como um excelente exemplo para o segmento das empresas privadas.

De novo, o importante para os investidores do mercado é ter uma relação de rentabilidade de longo prazo, correndo-se os menores riscos possíveis. Isso é possível a partir de uma atuação diversificada do conselho, que orienta os negócios gerais da companhia.

Quanto à segunda questão, a do celeiro, esse é um processo natural. Vou dar dois exemplos aqui: o da Ministra Ellen Gracie, que, depois de um desempenho excelente no serviço público, está servindo a um conselho de administração de uma companhia privada; e de Maria Helena Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, uma pessoa que tem feito um trabalho fantástico à frente da Comissão de Valores Mobiliários, cujo mandato termina este ano. E não tenho dúvida de que ela será uma das profissionais mais disputadas nesse mercado.

Então, sim, entendo que o setor público, através de suas empresas estatais, pode servir de celeiro. Embora tenham características distintas, no meu modo de entender, são até mais amplas, porque, além do interesse privado, essas empresas têm de atender o

interesse público. Então, com uma bagagem às vezes até maior do que dentro da esfera privada.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro quero parabenizar o Senador João Vicente Claudino por esta audiência pública e cumprimentar o Sr. Alexandre Di Miceli, a Srª Heloísa Bedicks e Carlos Alberto Rebello por estarem aqui conosco.

Este projeto de autoria da Senadora Maria do Carmo está na CCJ, onde é terminativo. Eu sou a relatora. Eu já tinha dado parecer favorável, mas a Senadora Lúcia Vânia pediu para ele vir para a CAS, para uma audiência pública, o que achei muito bom, melhor ainda quando o Senador João Vicente propôs a audiência pública.

Aliás, preciso pedir desculpas por não estar aqui desde o começo, mas tivemos uma conquista muito importante hoje e aproveito para divulgá-la. Há quinze minutos conseguimos aprovar, na Comissão de Direitos Humanos, a mudança no Código Civil para abraçar a conquista do STF relativa à união estável para homossexuais, para torná-la igual à união para heterossexuais. Nós conquistamos hoje na CDH a mudança de artigo do Código Civil para que seja substituída a expressão “homem e mulher” por “pessoas”. Isso foi bastante importante no dia de hoje, estou muito feliz.

Volto ao nosso assunto aqui, que também é um assunto de direitos humanos, é um assunto... não vou dizer minorias porque nós mulheres não somos mais minorias, mas, em postos, nós somos minoria. Então, nesse sentido, continua válido.

Este projeto propõe que pelo menos 40% dos membros dos conselhos de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista da União sejam mulheres. Achei de muito bom senso: as empresas não têm de fazer isso rapidamente, é gradual, com 10% até o ano de 2016; 20% até 2018; 30% até 2020; e 40% até 2022. Acho muito tempo, a gente põe assim para não assustar, mas acho que vamos conseguir isso antes, como a experiência de alguns países têm mostrado.

Este projeto também materializa, no âmbito da Administração Pública, as premissas contidas em normas internacionais ratificadas pelo Brasil. Isso também é bastante importante, porque o Brasil assina vários compromissos e depois demora para fazer com que sejam cumpridos em nosso País.

O projeto também leva em conta a fixação do percentual de 40% de participação nos referidos conselhos e as estatísticas elaboradas pelo IBGE. Isso também vai ser importante.

Bom, há várias conquistas que eu acho que já devem ter sido salientadas aqui porque essa audiência já está acontecendo há algum tempo, mas acredito ser importante nós nos remetermos também ao que ocorre no mundo.

O mundo tem avançado bastante em relação à questão da mulher. A Noruega aprovou uma lei semelhante em 2003, e o interessante é que não foi pelo Ministério da Igualdade daquele país, como seria de se esperar, mas pelo Ministério do Comércio e Indústria. A lei norueguesa é mais ampla do que a que estamos propondo, pois exige que 40% dos integrantes de conselhos de todas as empresas societárias daquele país sejam mulheres. E mesmo na Noruega, que é uma das sociedades mais igualitárias do Planeta, que registra a presença feminina em 50% do atual gabinete de governo, a proposta não foi aprovada facilmente, Senador João Vicente, ela provocou reações violentíssimas na sociedade. De acordo com matéria do *New York Times* da época, dirigentes empresariais se alarmaram com a possibilidade e chegaram à deselegância de afirmar que as empresas teriam de contratar acompanhantes para cumprir a lei.

Sabem que isso me remeteu a algo ocorrido vinte anos atrás, quando nós propusemos a licença-paternidade, e um grande empresário brasileiro, Antônio Ermírio de Moraes, disse que, se as suas empresas fossem cumprir essa lei, elas iriam fechar. Lembro que, então, a Fundação Carlos Chagas, que à época era dirigida pela Carmen Barroso, que hoje tem um papel importante na ONU, fez uma pesquisa para ver, junto aos funcionários das empresas todas do empresário, qual era a porcentagem de filhos, quando nasciam, como é que era. O resultado obtido mostrou que era 0,2%. Quer dizer, assusta num primeiro momento, as pessoas têm uma reação violenta, como tiveram na Noruega.

Os dados são muitos interessantes: passados sete anos da aprovação da medida, a parcela de mulheres diretoras nas cerca de 400 empresas afetadas já é superior a 40%, e elas preenchem mais de 25% das vagas dos conselhos nas 65 maiores empresas privadas.

Quer dizer, para muitos, e eu também compartilho dessa opinião, esta é a medida mais ousada no sentido de combater a resistência à igualdade de gênero, é a mais ousada. A gente sabe que ela é difícil... Se não houver uma lei, não vai; o que depender de partido político, esquece. Partido político não indica mulher, é difícil; mulher não tem poder dentro dos partidos políticos, a resistência é gigantesca. Nós vemos que uma lei enfrenta resistência, mas depois caminha.

Por exemplo, a Espanha e a Holanda têm leis semelhantes, com prazo até 2015 para ser cumprido. Na França, o Senado debate a adoção gradual de uma cota para mulheres até 2016.

Eu li esses dias no jornal que o Presidente Hollande fez um gabinete igualitário. E nós temos aqui no Brasil a própria Presidenta Dilma. Lula já fez mais do que o Fernando Henrique, e a Dilma tem agora dez ou onze mulheres – se não me engano, o Lula tinha seis, e o Fernando Henrique, cinco, se não me engano. Quer dizer, nós estamos melhorando.

Agora, o que a gente viu foi que isso foi decorrência de uma determinação política da Presidenta: catou mulher com lupa, onde havia, nós pegamos, como foi o caso da Petrobras. Há quantos anos a Dr^a Graça está na Petrobras? Precisou uma mulher ir lá e dizer que iria colocar mais mulheres na direção da empresa. Nós temos a determinação, tem de ter a determinação e a vontade de superar os obstáculos, pagar o preço. Tem de ser assim, senão não vamos caminhar.

Em todos estes países discute-se a participação feminina: na Bélgica, no Reino Unido, na Alemanha, na Suécia, e todos também agora fazem propostas legislativas sobre a matéria.

Então, não há mais o que discutir no âmbito da administração pública desses países, no qual a presença feminina já é igualitária. No nosso País estamos dando os primeiros passos, basta dizer que não passa de 5% o percentual de cargos ocupados por mulheres nos conselhos de administração das vinte maiores empresas políticas brasileiras.

Eu gostaria de fazer um comentário.

Eu ouvi um pouco da fala do Sr. Carlos Alberto. O senhor falava sobre a Ministra Ellen, que foi convidada para fazer parte de empresa privada – digo “convidada”, não digo “alçada”, porque alçada ela já havia sido ao maior posto que uma mulher pode chegar neste País sem ser a Presidência. Ela se aposentou do Supremo e foi convidada para fazer parte de empresa privada após ter sido uma grande Ministra.

O que eu gostaria de dizer é que é fácil assim, é fácil convidar uma Ellen Gracie, muito fácil – foi mais difícil para o Presidente Fernando Henrique, que a indicou, aliás, ele a usou quando a indicou. Agora, o que temos de ter não é só essa política de convidar as grandes mulheres, que já têm atestada a sua competência. Nós temos de investir nas mulheres que não mostraram ainda do que são capazes porque não tiveram nunca a chance de mostrar a sua competência. É isso que nós queremos da sociedade civil, esse gesto de acreditar, de dar a oportunidade para aquelas que são preteridas quando há um homem e uma mulher: escolhem o homem ainda que, muitas vezes, a mulher

tenha um currículo melhor do que o do homem. Ainda assim, ela não é acreditada, e muitas vezes se dizem algumas coisas... Eu até entendo, porque ela vai ter filhos, ela vai não sei o que... É verdade, agora, o que se esquece é que as mulheres, exatamente porque têm de dar mais conta, esforçam-se trezentas vezes mais. Isso vai mudar um dia em nossa sociedade. Eu espero que, daqui a 50 anos, as mulheres não tenham mais de se esforçar trezentas vezes mais – em tudo, em academia, trabalhando mais, mostrando mais serviço – para mostrarem que não são piores do que os homens. Com essa inovação tecnológica, com essa possibilidade do novo que estamos vivendo, nós vamos ter uma sociedade diferente. Não falo nem em cinquenta: o que vai ser daqui a dez anos? Nós não temos a menor ideia. O mundo vai mudar, o trabalho não vai mais ser exercido da forma como o conhecemos. Não há mais sentido.

Vou dar um exemplo que conheço mais de perto. Por exemplo, você ter um emprego no centro de São Paulo e morar numa periferia à qual você demora duas horas e meia para chegar depois do trabalho. Não há por que isso continuar existindo. Os empregos têm de ir para as periferias. Nem todos serão empregos com presença e ponto obrigatório, vai mudar. É interessante, nós não sabemos como vai ser isso. Agora, na hora em que isso acontecer, vai ser a grande hora para as mulheres colocarem as reivindicações e os direitos iguais, porque nós entramos no mercado de trabalho pedindo por favor, e quando você pede por favor para entrar, você não discute salário nem posição. Agora, o mundo mudou, e essa nova configuração é a grande oportunidade para a mulher.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Brilhante participação, como sempre Senadora Marta.

Parece até que, no início... Vou pedir para a Mesa analisar suas colocações, mas no início eu falei que a mulher, para ser contratada, ela tem de mostrar que fez, o homem pode ser uma aposta...

A SR^a MARTA SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Que frase linda! Eu vou até anotar. Repita! Eu nunca coloquei de forma tão linda. Como é que é? O homem...

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – O homem pode ser uma aposta, ele é contratado pelo futuro. A mulher tem de mostrar que fez, para garantir esse futuro.

A SR^a MARTA SUPLCY (Bloco/PT – SP) – É perfeita! O senhor resumiu toda a minha fala. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE DI MICELI – Compartilho das colocações de ambos os Senadores. Inclusive, gostaria de ressaltar que essa sensibilidade é reforçada por evidências. Existem evidências em vários mercados de que as mulheres conselheiras têm, em média, uma qualificação superior em relação aos homens no sentido de terem mais títulos, mais experiência internacional, o que mostra que, para elas chegarem lá, elas tiveram de mostrar muito mais.

Mencionei outra pesquisa muito interessante, na qual vários diretores entrevistados afirmaram ter certo temor de contratar uma conselheira inexperiente, mas não demonstraram o mesmo temor com relação a homens inexperientes, o que mostra claramente que há o medo de arriscar só de um lado, mas não muito do outro.

Em relação às medidas legislativas: no caso da França, isso já foi aprovado e não só para empresas listadas em bolsas de valores. O caso da França é mais agressivo: é para as empresas não-listadas também, a partir de certo porte. Inclusive, estou aqui com um relatório da União Europeia recém-lançado, que comenta avanços em vários países do continente e mostra também que, na Itália, houve também a aprovação de medida legislativa, um país latino como o nosso, e um país que também sofreu, e sofre ainda, de uma baixíssima participação das mulheres nos principais centros decisórios.

Portanto, o mundo vai avançando, e é importante que não fiquemos na contramão da história, que avancemos nesse processo.

Reforço aqui, na presença da Senadora, algumas sugestões em relação a esse projeto de lei fundamental, como a inclusão de sanções às empresas que não o cumprirem; o argumento de que essa conselheira deva ser titular e não suplente – do contrário, você pode colocar mulheres apenas como suplentes, substitutas. Sugiro também que essa discussão se estenda para outros investimentos públicos e contemple a alocação de conselheiros. Por exemplo, em várias empresas do BNDES, com investimentos acionários do BNDES, onde o banco possui direito de indicar membros para conselhos e que você não observa na prática a indicação de mulheres.

E novamente coloco o caso específico de uma empresa chamada Fibra, cujo maior acionista hoje é o governo – tem mais de 30% das ações com direito a voto –, e na qual não temos nenhuma mulher no conselho.

Além disso, sugiro que também se estenda a outros tipos de conselho. Que também se estendam, inclusive, a outros tipos de conselho de entidades com a participação do Estado, por exemplo: conselhos deliberativos de fundo de pensão de empresas de controle

estatal, haja vista que o Estado tem direito, como acionista controlador, de indicar uma parte dos membros dos conselhos deliberativos. Portanto, eu acredito que esse projeto fundamental seja um ponto de partida muito importante para esse novo Brasil mais justo e mais desenvolvido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Pois não, Dr^a Heloísa.

A SR^a HELOISA BEDICKS – Eu queria só complementar, caso o projeto se torne uma lei federal, além da sanção, que eu tinha também mencionado anteriormente, o maior papel do DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais na identificação, seleção e indicação de mulheres para as companhias. Então, nós já temos um órgão dentro do Governo que faz essas indicações. Nada mais natural que esse órgão passe a indicar mulheres para o Conselho de Administração.

Então, isso é algo que talvez, de alguma forma, deveria estar refletido neste projeto de lei.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Inclusive, Senadora Marta, propor que nossos gabinetes, as assessorias, tanto nós, que somos relatores do projeto na Comissão de Assuntos Sociais, como a Senadora Marta, que é relatora na CCJ, já façamos essas modificações no projeto, de uma maneira consensual, para que ele já tramite com essas sugestões que aqui foram colocadas e que foram muito importantes para o aprimoramento do projeto.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostei das sugestões, mas eu tenho experiência em uma delas. Acho que a gente pode fazer... É uma “escolha de Sofia”, pela minha experiência. Eu sou autora da Lei das Cotas e, para a lei passar, nós tiramos a sanção. A Lei das Cotas teve um funcionamento muito mais ou menos. Ela atua razoavelmente para vereadoras, porque, antes, os líderes comunitários trabalhavam, trabalhavam, trabalhavam... a maioria de líder comunitário que pede asfalto, creche e tal é mulher, quando chegava na hora da candidatura, diziam: “Quem vai ser o candidato?” Era um homem que não tinha trabalhado na comunidade da forma como ela tinha trabalhado.

Então, para as vereadoras – e como não havia legenda –, as mulheres, principalmente as de comunidades, conseguiram a legenda, porque tem de pôr 30% de cota... Bom, eu sou boa e tal, eu quero... E consegue! Depois, é muito difícil ser eleita porque o partido não faz nada, não dá recurso e não tem nada de especial para se eleger. Mas é bom, porque perde uma, perdem duas, perdem três e, na quarta, ganha, como aconteceu com os homens. Quando vai o líder

comunitário, não é que dão tanta força a ele, mas ele vai tanto que ele aprende a fazer campanha e, finalmente, alguns conseguem. E com elas isso também tem acontecido.

Em relação a Deputado Federal – o Senado não tinha isso –, a cota não funcionou também, nem para estadual, porque a mulher tem de sair de casa, tem de se ausentar. E homem que venha a ser Deputado Federal, a mulher fica em casa. Geralmente, quando é de outro Estado e se interessa vir a Brasília, vem; mas a maioria acaba não vindo, fica no Estado – e a mulher se conforma. Agora, o marido da candidata que vem, ele não vem! Ele não se conforma ficar lá buscando criança na escola, levando ao dentista e não vem! Então, essa questão cultural, a cota foi muito prejudicada por duas questões: eu acho que uma é cultural e a outra é não ter sanção. Acho que a sanção ajudou. Mas não sei se, tendo a sanção, teria feito tanta diferença. O que ocorre? No primeiro ano em que a cota foi instituída, foi uma tal repercussão que todos encheram as cotas. Sem dar nenhuma força especial, preencheram as cotas, porque estava a imprensa ali. Já na segunda vez, dois ou quatro anos depois, mais ou menos... Aí, quando a imprensa ia lá investigar, ver como estavam as cotas, aí punham a sogra, a secretária, a amante, a vizinha, quem quisesse, para dizer que estava. Depois a imprensa se desinteressou... O senhor acredita, Senador João Vicente, que nenhum partido preencheu as cotas nessa última eleição? Nenhum! Então, sem sanção não funciona; com sanção, vão preencher as cotas. Mas não é que elas serão eleitas. O que funciona mesmo é lista. Quanto a isso, cheguei à conclusão. E é a coisa mais difícil do mundo de passar, aqui no Senado. Lista significa um sim e um não, ou dois sins e um não... E isso significa que parte vai ficar fora. Então, nenhum aqui vai votar a favor de ficar fora!

Então, é uma coisa muito difícil essa questão de, na política, mulher conseguir ascender.

Mas, voltando ao tema da tal da sanção, nós temos aqui um setor, Senador João Vicente, muito forte, ligado ao empresariado. E o empresariado vai resistir brutalmente a isso. Se colocarmos a questão da sanção na lei – porque hoje a lei não a tem –, eu acredito que nós dificultaremos muito a possibilidade de aprovar a lei. Nós vamos ter de averiguar, conversar com nossos colegas, representantes do empresariado – não representantes, mas ligados –, para ver como é que cai essa situação.

Eu acredito que a sanção fará, nesse sentido, uma diferença grande em relação às cotas; porque, em relação às cotas, essas mulheres muitas vezes não tinham condição de conseguir chegar lá. Elas tinham de disputar e melhorar seu desempenho. Mas, nessa

lei, elas têm condições de exercer e não vão colocar pessoas que são incompetentes – concordo plenamente com o que disse o Sr. Rebello –, as pessoas têm de ter mérito. Tem que ser um processo meritório. Apesar de que acredito que hoje mudou muito o panorama, pois nós temos mulheres com os mesmos méritos. Estou falando de 20 anos atrás, porque essa cota eu acho que já tem 16 anos, 20 anos... Eu mudei de ideia, porque achava que algumas mulheres estariam lá e o que iriam fazer? Mas eu cheguei à conclusão de que não é assim. As pessoas aprendem também. Agora, nenhuma empresa privada vai querer alguém para aprender o exercício daquele cargo importante.

Mas eu não acho que hoje a condição seja a mesma. Hoje nós temos um celeiro, como V. Exª falou, de mulheres competentes nos mais diversos ramos. O que elas precisam é de oportunidade. E a oportunidade vai ser como para qualquer homem: se for boa fica; se não for boa, rua! Vem outra. Essa questão da sanção é delicada para avaliarmos se vale a pena ir para o voto e, eventualmente, perder, ou coloca e passa. Eu acho que passa, se não colocar sanção. Aí, ninguém é bobo, pois todo mundo já sabe se colocar sanção não vai fazer. Então, essa é a grande questão sobre a qual nós vamos ter de debater.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Inclusive, nos países em que tramitam a legislação se discutem isso, pois Dr. Alexandre estava me dizendo que alguns têm sanção e outros não têm sanção.

Passo a palavra para a Drª Maria Luíza.

A SRª MARIA LUÍZA – Bem... É um prazer estar aqui presente. Agradeço o convite.

A respeito da questão da sanção, o que eu queria colocar é que a sanção pode ser autoaplicável. Ela não precisa ser uma punição. Mas um tipo de sanção que seria viável seria o impedimento da eleição de homens para os cargos correspondentes às cotas das mulheres. Isso seria uma forma de termos uma sanção sem prejuízo financeiro, por assim dizer. Quer dizer: se eu tenho uma cota de mulheres para comparecer para cumprir dentro do processo eletivo, enquanto eu não cumprir a cota, eu não posso eleger homens para essas vagas. Seria completamente autoaplicável, não implicaria nenhum tipo de penalidade. Eu acredito que, para o empresário, isso seria justo. Ele não pagaria multa, ele não teria nenhum tipo de autuação, mas ficaria impedido de eleger um homem para aquela vaga. Uma vaga ficaria em aberto, e ele não poderia criar novas vagas. E a vaga ficaria em aberto. Eu acho que seria um bom tipo de sanção que não fosse uma punição. Eu acredito que, para o movimento de eleição do conselho, seria bastante viável.

Essa é minha consideração a respeito da sanção.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE DI MICELI – Acho que é importante enfatizar que, como este projeto de lei versa sobre empresas públicas e sociedades de economia mista, basicamente a decisão pela adesão seria do Estado, já que o Estado tem a prerrogativa de eleger a maioria dos conselheiros e, em muitos casos, totalmente quando empresa pública. Portanto, seria muito mais uma decisão política que algo do empresário.

Acho que poderíamos aprender com algumas experiências internacionais. Então, por exemplo, estou vendo o caso da Itália, onde existe desde um sistema que é gradual, que vai de um alerta à companhia, que ela tem um período para se adequar, passando a uma multa pecuniária e chegando-se ao extremo de se ter uma impossibilidade de eleição de novos membros de conselho. Isso é apenas uma ideia, uma sugestão, mas existem muitos mecanismos que podem vir a ser aplicados.

Mas, sinceramente, acredito que, como a decisão, em última instância, caberá, neste projeto de lei, ao Estado, naturalmente a gente espera uma adesão e uma, digamos, resistência menor às sanções no projeto de lei. Se estivéssemos falando de um projeto de lei aplicável às empresas de controle privado, sem dúvida teríamos um grande alarde.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Concordo plenamente.

Vamos, agora, para as considerações finais.

Vou dar a palavra da maneira inversa. Vou começar pelo Sr. Carlos Alberto Rebello, que encerrou a apresentação. Como os últimos serão os primeiros; então, ele começa com suas conclusões finais.

O SR. CARLOS ALBERTO REBELLO – Muito obrigado pela oportunidade. Gostaria de, nas considerações finais, enfatizar questões que podem ser estabelecidas não necessariamente em leis, mas em regulamentação. É a questão do mérito na escolha dos membros do CA dessas empresas. Louvar a iniciativa. Ela é interessante, porque pode servir de exemplo ao setor privado. Em vez de ter uma característica, como se observa em países europeus, e não nos Estados Unidos ou na Inglaterra, em que a liberdade de iniciativa é mais preservada, de servir, através do setor público, de exemplo para a iniciativa privada.

Enfim, estamos confiantes no sucesso da iniciativa e olhando mais para frente para uma adoção voluntária pelas empresas privadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Passo a palavra agora ao Dr. Alexandre Di Micheli.

O SR. ALEXANDRE DI MICELI – De forma muito sucinta, creio que já expus os principais motivos para meu racional com relação a este tema. Gostaria de lembrar que, em 2005, foi feita uma análise do Fórum Econômico Mundial sobre o empoderamento das mulheres em diferentes países, quando se avaliou, basicamente, a participação de mulheres em áreas críticas para o desenvolvimento da sociedade. Essa pesquisa colocou o Brasil em 51º lugar entre 58 países avaliados. Portanto, temos muito a avançar no que concerne a uma maior igualdade de oportunidades e de gênero. Não tenho dúvida de que esse projeto de lei é fundamental. É uma peça fundamental. Como não tenho dúvida também de que é um processo lento, um processo gradual, que não vai ser perfeito. Poderemos ter casos de alguns custos desse processo. Mas, sem dúvida, os benefícios potenciais são muito e muito maiores.

Portanto, concluo, agradecendo imensamente a oportunidade de vir até, ao Senador João Vicente, e espero ter contribuído para o debate de ideias sobre este tema tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Passo agora a palavra à Drª Heloísa Bedicks.

A SRª HELOÍSA BEDICKS – Início agradecendo a oportunidade de estar aqui presente neste debate, colocando o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa à disposição do Senador e no que necessitar de informações e auxílio em relação à governança corporativa e também a essa questão de cotas.

Eu, como mulher, me sinto dividida. Por um lado, eu gosto muito de ver mulheres alcançando posições de destaque nas empresas. Isso é uma satisfação pessoal da Heloísa. Agora, como Superintendente do Instituto, eu tenho uma posição de que nós deveríamos ter outros processos: talvez uma autorregulação do mercado; talvez a próxima vez em que a BM&FBovespa for discutir a questão das regras do novo mercado e os índices diferenciados de governança corporativa, essa questão de cotas, de diversidade como um todo, pudesse ser inserida no contexto das regras do novo mercado; o processo de meritocracia é extremamente importante; o processo de avaliação mencionado pelo Alexandre, avaliação do conselho como órgão e dos conselheiros para que haja possibilidade de outras pessoas ascenderem a esses postos. Muitas vezes o profissional continua, mesmo não tendo tido uma *performance* satisfatória.

Então, fico dividida, acho que tem que haver um processo de preparação dessas mulheres, das executivas, das profissionais, desde quando elas são executivas juniores para que gradativamente estejam prontas para assumir uma questão de conselho. Fico dividida como mulher, mas, como superintendente do Instituto, a nossa sugestão é que seja repensada a questão de cotas obrigatórias em conselhos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Agradeço a participação. Foi muito importante esse debate e nos leva a uma reflexão muito grande que vamos fazer com a Senadora Marta Suplicy, para que a gente caminhe esse entendimento junto, essa matéria nova que suscita um debate cada vez maior. Poderíamos passar não apenas duas horas e meia, mas dias e dias buscando aperfeiçoar e encontrar saídas para que tenhamos uma solução adequada dentro da situação de mercado, de igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

Como disse, sempre quanto à questão de cota, eu mesmo me questiono muito. Quando votamos aqui, quando se vota cotas da educação porque não resolvemos o problema da educação e temos que garantir que esse estudante, que às vezes não teve uma base muito forte, precisa ter um lugar reservado na universidade. É um questionamento muito grande em toda essa situação.

Esperamos que um dia não precisemos mais disso.

Foi muito importante e quero imensamente agradecer ao Sr. Carlos Alberto Rebello, à BM&FBovespa pela presença aqui que enriqueceu o debate; ao Dr. Alexandre Di Miceli com dados, pesquisa e informações tão ricas; e à Dr^a Heloísa Bedicks. Tenho certeza de que para senhora deve ser muito mais difícil ficar dividida, de um lado defender o espaço da mulher e, de outro, questionar toda essa situação, que seria melhor que não houvesse.

Espero que possamos nesse debate na Comissão de Assuntos Sociais e futuramente na CCJ dar esse espaço.

Há muito a que resolver para que a gente construa essa justiça de oportunidade.

Quero agradecer ao corpo técnico da Comissão, Lucília, Dr^a Maria Luíza, que nos ajudou muito com os conselhos, com a experiência de vida. Quero dizer que marcamos, na minha opinião, um ponto importante nesse debate para discussão dessa ideia. Tenho certeza de que o Senado vai tomar a decisão mais correta diante desse projeto.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 8 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos, do dia vinte e nove de maio de dois mil e doze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Antonio Russo e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. Justifica ausência o Senador João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os demais Membros. Registra-se a presença dos Deputados Federais Hugo Leal e Rogério Marinho e da Deputada Federal Aline Corrêa. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, em atendimento aos Requerimentos nºs 37, de 2012-CAS, de autoria da Senadora Ana Amélia, da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Paulo Davim, e 43, de 2012-CAS, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: **Dirceu Rodrigues Alves Júnior**, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego – ABRAMET; **José Eduardo Gonçalves**, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares – ABRACICLO, representante do Presidente da ABRACICLO, Marcos Zaven Fermanian; **Ricardo Xavier**, Diretor-Presidente da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT; **Valter Ferreira da Silva**, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Rio Grande do Sul – Sindimoto/RS; **Gilberto Almeida dos Santos**, Presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo – Sindimoto/SP; **Rodrigo Carlos Ferreira da Silva**, Consultor do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo – Sindimoto/SP; **José Luiz Dantas Mestrinho**, Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira – AMB, representante do Presidente da AMB, Florentino de Araújo Cardoso Filho; **Orlando Bindá dos Santos**, Representante da União Estadual dos Mototaxistas do Estado do Amazonas; **José Mário Meira Teles**,

Presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira – AMIB; **Gisele Flores**, Colunista e Fundadora do Instituto Sobremotos; e **Maria Cristina Alcântara Andrade Hoffmann**, Coordenadora-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, representante do Diretor do DENATRAN, Júlio Ferraz Arcoverde. A Presidência registra a presença de Valter Nagelstein, Vereador da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS; Karina Salomani, Representante da Federação das Empresas de Transporte de Carga do Rio Grande do Sul – Febrasul; Jaime Nazário Rodrigues, Presidente do Instituto Sobremotos – ISM; Ordeli Savedra Gomes, Major e Assessor Superior de Segurança no Trânsito do Estado do Rio Grande do Sul; Rogério dos Santos Lara, Representante do Sitmotocicli/MG; e de Representantes do Sindimoto/Acre, do Simeal/AL, do Simot/PB, do Sinpromes/MS, do Sindimototaxi/MS, do Sindmotomac/AP, do Sindicato das Empresas de Tele Serviços e Entregas Rápidas do Rio Grande do Sul – SET SER, da Associação das Farmácias Agafarma e do Serviço Nacional do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte do Rio Grande do Sul – SEST SENAT/RS. Após a explanação dos oradores usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia e a Deputada Federal Aline Corrêa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício, Senadora **Ana Amélia**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Amélia**, Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está aberta a 24^a Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2^o Sessão Legislativa Ordinária, da 54^a Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior desta Comissão.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública para discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 37, de 2012, desta Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa desta Senadora que preside a sessão, Senadora Ana Amélia, da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Paulo Davim.

A iniciativa deste encontro é de minha autoria considerando a gravidade dos números, das estatísticas relacionadas a acidentes envolvendo mototaxistas, motociclistas, motofrentistas, enfim, toda a categoria que trabalha nesta área, e nada melhor do que discutir o assunto com as pessoas que fazem e desempenham essa atividade, além das autoridades que estão diretamente relacionadas.

Convido para compor a Mesa o Dr. Dirceu Rodrigues Alves Júnior, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet); Dr. José Eduardo Gonçalves, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), representante do Sr. Marcos Zaven Fermanian, Presidente da Abraciclo; Dr. Ricardo Xavier, Diretor-Presidente da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT; Dr. Valter Ferreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Rio Grande do Sul (Sindimoto); Dr. Gilberto Almeida dos Santos, Presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo (Sindimoto/SP); também vou convidar o Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB) ou seu representante.

Quero informar aos senhores que, nessa audiência, estou interinamente presidindo a sessão, apenas para não perdemos a oportunidade.

É uma audiência pública com transmissão ao vivo pela TV Senado, portanto o Brasil está acompanhando o nosso trabalho; o Presidente desta Comissão está a caminho, vindo de Mato Grosso, Senador Jayme Campos, Presidente titular desta Comissão de Assuntos Sociais; e o Vice-Presidente também está a caminho, Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina. O Senador Jayme Campos é do Democratas do Mato Grosso.

Agradeço antecipadamente à assessoria da Comissão e também aos que aquiesceram o convite para essa audiência pública, informo que cada um dos expositores terá 10 minutos para exposição seguido da segunda etapa, porque aqui estão os primeiros cinco expositores. Como serão dez, faremos em duas etapas. Os primeiros cinco expositores voltam aos seus lugares e depois chamamos uma nova audiência para mais cinco expositores.

Cada um, como disse, terá 10 minutos para sua exposição e depois seguem-se as perguntas.

Passo a palavra ao Dr. Dirceu Rodrigues Alves Júnior, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet).

O SR. DIRCEU RODRIGUES ALVES JÚNIOR – Bom-dia a todos. Quero agradecer o convite da Sena-

dora Ana Amélia, do Senador Paulo Davim bem como da Senadora Vanessa Grazziotin.

Represento a Abramet e como tal tenho a dizer que a Abramet é uma entidade médica constituída por especialistas em medicina de trânsito e que tem por objetivo o homem, a máquina e o meio, logicamente com fim de preservação da vida. Trabalhamos com diretrizes, criando diretrizes, participando de câmaras temáticas com um único objetivo e isso acontece desde 1980 quando foi fundada a Abramet, que vem atuando na prevenção de acidentes, redução de óbitos e sequelados no transporte em geral.

Com relação ao problema motociclista, isso vem nos preocupando por demais desde 1992, quando ainda não tínhamos a atividade profissional e quando ainda não tínhamos a possibilidade de o trabalhador se deslocar de casa para o trabalho e do trabalho para casa em uma máquina sobre duas rodas.

Eu preciso dizer que essa atividade é uma atividade extremamente penosa. Por que penosa? Porque está submetida aos riscos físicos, que abrangem aí o ruído, a vibração, as variações térmicas, que vão causar problemas à saúde do indivíduo. Além disso, ao risco químico, por ele estar submetido aí às poeiras, à fuligem, aos gases, aos vapores, também causadores de doenças, à condição ergonômica, a postura desse indivíduo sobre a máquina, levando ao problema de LER, lesões por esforços repetitivos, a vibração concorrendo para os desgastes articulares da coluna vertebral, herniamento de discos, osteofitos etc. Além disso, o risco biológico. Tudo que é turbilhonado na via vem ter contato com a pele, com o olho, com o nariz, com a boca. Ele deglute microorganismos que estão presentes no solo. E, além disso, o risco de acidentes.

Então, esse indivíduo é submetido a uma condição insalubre, penosa e que chega para nós à penosidade.

É importante eu dizer que o estresse físico, o estresse mental, o estresse social são outros fatores que estão embutidos nesses riscos.

Em 1992, o professor Dr. Flávio Emir Adura fez uma pesquisa com motociclistas não profissionais e detectou, na sua pesquisa, que a morbidade era de 69% em 1992. Essa morbidade significa lesões. Então, o motociclista sofrerá lesões nos próximos seis meses. Essas lesões seriam leves, médias e graves.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Dirceu, esses 69 é sobre cem acidentes?

O SR. DIRCEU RODRIGUES ALVES JÚNIOR – De cem acidentes, 69 sofrerão lesões.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Apenas lesão. Não é morte.

O SR. DIRCEU RODRIGUES ALVES JÚNIOR – Lesão, não morte.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Porque morbidade está relacionada à morte. Lesão; está bem.

O SR. DIRCEU RODRIGUES ALVES JÚNIOR – Não, a mortalidade estaria relacionada. A morbidade são lesões produzidas, que poderão ser leves, médias e graves.

O outro, por favor.

Então, as causas dos acidentes são identificadas: velocidade, álcool e drogas, sono, fadiga e ainda as desatenções. Hoje, nós estamos vendo o motociclista usando até o fone de ouvido com uma ligação direta com a sua supervisão.

O outro, por favor.

As outras causas estão aí.

Transporte expresso. É um transporte rápido. Tem que chegar. Cobrado isso pelo empresário, cobrado isso por quem vai receber a carga.

As jornadas são longas. Hoje, nós vemos indivíduos desenvolvendo atividades em dois períodos.

A atividade, como eu falei, é penosa. Ele sofre, o organismo dele sofre consequências que a gente não enxerga e mesmo ele não nota e que vão levando a um sacrifício muito grande desse organismo e, logicamente, a um desgaste grande.

A falta dos equipamentos de proteção individual. A legislação só prevê o capacete, mas nós sabemos que chegam aos nossos hospitais indivíduos com perda de tecidos, exposição óssea, por falta de proteção da pele. Há necessidade de a gente ter uma primeira pele, para que essa primeira pele seja um motivo de a gente inibir aquilo que vai ser motivo de enxertos, cirurgias múltiplas e, provavelmente, sequelas temporárias ou definitivas.

Além disso, a ausência de pistas exclusivas, as motofaixas, um local em que a gente possa separar a máquina pesada da máquina leve. Não podemos entender que veículos de massas diferentes possam estar transitando no mesmo espaço.

O próximo.

Ainda eu posso afirmar que nós estamos diante de uma doença epidêmica negligenciada pelas autoridades, e nós precisamos combater isso em curto prazo. Nós temos, ainda, nove anos para completar a década de prevenção de acidentes viários, e, no entanto, estamos atrasados, muito atrasados, porque os nossos acidentes, em vez de serem reduzidos, estão aumentando cada vez mais.

Próximo, por favor.

Só para fazer uma comparação. O Ministério da Saúde vem investindo milhares de reais, milhões de reais na prevenção de uma doença endêmica no País, que é a dengue. No entanto, em 2010, a dengue matou

592 pessoas. No mesmo ano, o acidente de trânsito matou 40 mil pessoas. Nós não vemos o Ministério da Saúde investindo nessa doença, que está matando, que está destruindo, que está produzindo sequelados e incapacitando o homem para o futuro. Nós estamos perdendo uma massa produtiva muito grande e, logicamente, no longo prazo, nós, brasileiros, vamos sofrer consequências pela falta de produção. A diferença percentual nessa situação, vejam, é de 6.700% em relação às doenças como a dengue.

O outro, por favor.

A ocupação hospitalar vem nos preocupando e muito. Uma unidade de UTI, com dez leitos, por exemplo, é ocupada por seis leitos, sendo esses seis leitos acidentes de trânsito; e, dos seis leitos, quatro são ocupados pelo motociclista, por incrível que pareça. Eu não tenho espaço para colocar o diabético, o infartado, a vítima de Acidente Vascular Cerebral. Por incrível que pareça, o crescimento disso está gerando problemas dentro do hospital, em termos de hospitalização.

Próximo, por favor.

A possibilidade de morte com essa máquina é 20 vezes maior do que na direção de um carro. E, sem capacete, isso aumenta para 60%. Infelizmente, o código ou a legislação, as resoluções só determinam o capacete como equipamento de proteção.

Próximo, por favor.

Sete por cento dos nossos acidentes com carro estão acontecendo com vítimas, mas 71% dos acidentes com motociclistas têm vítimas leves, médias e graves. Então, é preciso a gente chamar a atenção para dados estatísticos que não são “achismos”.

Próximo, por favor.

Setenta e três por cento dos acidentes com moto comprometem os membros inferiores. O que acontece? O sujeito está desprotegido. Não há uma primeira pele para proteger essas pernas. A primeira coisa que acontece é a perda de tecido. Arrastar no asfalto: perda de pele, músculo, vasos, artérias e, logicamente, a exposição óssea. Esse indivíduo já chega ao hospital com uma infecção, com uma osteomielite, e isso vai gerar tratamento de longo prazo, de longuíssimo prazo, com consequências gravíssimas, que vão evoluir para uma amputação ou para uma infecção sistêmica, caracterizando aí falência múltipla de órgãos e a morte do rapaz.

Próximo, por favor.

Necessidade básica para nós é isso aí, é a organização desse trabalho, dessa atividade, o planejamento: por onde nós vamos caminhar? Onde é mais seguro? A educação continuada é uma necessidade? Os vícios são grandes? Aprende-se em ambiente fechado? Recebe-se a carta em ambiente fechado? Não

é assim que ele deve proceder, receber a carta e sem conhecer o trânsito migrar para o trânsito. Aprender, fazer no trânsito individualmente e, logicamente, com vícios? A fiscalização e a punição severa são necessárias no curto prazo, para que a gente possa conter essa perda que estamos tendo.

Próximo, por favor.

Ainda, vejam os desafios tecnológicos: o guidom, que é amplo. Esse guidom amplo deveria estar presente para impedir o trânsito entre veículos. Nós não temos como medir lateralmente, com a visão periférica, um metro e meio desse veículo. Não temos como fazer isso. E a pista, a distância de um veículo para o outro não dá três metros, porque teria que haver um metro e meio para o meu veículo e um metro e meio para o outro veículo. É uma medida drástica, perigosa, não temos como medir, e logicamente que vamos abalroar esse motociclista.

Ainda o mata-cachorro como protetor dos membros inferiores. A antena corta fio, e ainda a placa fixa, padronizada, para que possa ser fiscalizada; também os equipamentos de proteção individual. Quando nós falamos em equipamentos de proteção individual, nós estamos falando do capacete, nós estamos falando do macacão de couro com as articulações protegidas, porque sabemos que existe pouco tecido. Arrastar no solo é igual à exposição dessa articulação, e a exposição de uma articulação é igual à perda desse membro. E ainda bota de couro acolchoada e também as faixas refletivas, para que ele seja visto à distância.

Outro, por favor.

A educação de trânsito é necessária desde os cinco anos de idade até os 18 anos. O nosso jovem é debutante na vida. Para ser debutante na vida, ele tem que ter maturidade; essa maturidade vai começar aos cinco anos. Ele vai conseguir conduzir isso até os 18 anos, aprendendo tudo que é importante, não só na legislação como na sinalização. E, no curso secundário, ele vai aprender, dentro da Física, dentro da Química, dentro da Biologia, os fatores de risco que conduzem essa máquina ao chão. Os vetores de força que a fazem derrapar. Na parte biológica, ele vai ver a contaminação desses micro-organismos e, na parte química, ele vai ver gases, vapores, poeiras, trazendo consequências para esse organismo.

Não tenho dúvida de que há necessidade de uma mudança radical dentro dos cursos de formação de condutores de motocicletas. A necessidade prioritária é a presença dos simuladores. Com os simuladores, o indivíduo vai se sentar numa máquina, dentro de uma sala, e vai executar todas as adversidades que ele vai encontrar no trânsito, o que não é real hoje. Hoje, ele faz o trabalho num ambiente fechado, faz a prova num

ambiente fechado, recebe a carta, desconhecendo tudo que existe no trânsito.

Eu acredito que a direção defensiva, as adversidade, chuva, estrada, ruas esburacadas, como fazer uma ultrapassagem, tudo isso seria administrado via simulador. Ali, ele praticaria todas as situações adversas e, dali, ele partiria para uma pista para colocar isso em execução.

Outro, por favor.

Ainda, velocidade. O combate à coisa, que é diário. Nós falamos diariamente: a velocidade, o álcool, as drogas, a fadiga, o sono e as desatenções.

Outro, por favor.

A pista própria, a jornada reduzida, a redução do ruído. O ruído é causador de doença ocupacional.

Outro, por favor.

Melhor identificação de placas, fiscalização e multa.

Outro, por favor.

Qualquer máquina sobre várias rodas é sinal de perigo; sobre duas rodas, o perigo é dez vezes maior.

Eu quero dizer para vocês, para fechar isso, que a Abramet não é contra a utilização da motocicleta. A motocicleta é a nossa mobilidade sobre duas rodas, que é presente e será futura. Nós vamos deixar o nosso carro em casa, o automóvel de passeio, e vamos sair com a nossa motocicleta, mas precisamos sair de maneira segura, com os equipamentos de proteção, sabendo respeitar, tendo cidadania, controlando nossa velocidade, respeitando todas as legislações, resoluções, para que possa haver redução nesse número de óbitos, que é 40 mil, no trânsito como um todo. E um terço desses 40 mil corresponde a motociclistas. Há ainda 110 mil sequelados; desses 110 mil sequelados, um terço corresponde a motociclistas.

Não é isso que nós queremos. Nós queremos os nossos motociclistas, na faixa etária em que vêm acontecendo os óbitos, com saúde. E não com morte.

Eu agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Dirceu Rodrigues Alves Júnior, que é Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego.

Essa primeira exposição já deu a medida exata do tamanho e da gravidade do problema, especialmente quando o número que ele ofereceu aqui impressiona.

No ano de 2010, foram 539 mortes por dengue e 40 mil por acidentes de trânsito. E, nas campanhas, não há nada, do ponto de vista de governo, em relação à maior gravidade, que é o acidente de moto. São números de morte muito maiores.

Eu queria saudar aqui a presença do Senador Waldemir Moka, que é médico, conhece também muito bem essa matéria; da Deputada Aline Corrêa. O Gilberto, do Sindimoto de São Paulo, disse que a nobre Deputada, do meu Partido, em São Paulo, tem dado atenção prioritária à matéria. É a madrinha dos motociclistas ou motofretistas.

Também queria registrar, com muito prazer, a presença do Valter Nagelstein, que é Vereador do PMDB da minha querida capital, Porto Alegre. E também a representação do meu Estado, que vem do Rio Grande do Sul para dar valiosa contribuição para este debate.

Agradeço ao Dr. Dirceu.

Passo apalavra, imediatamente, ao Dr. José Eduardo Gonçalves, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), representante do Sr. Marcos Zaven Fermanian, que é o Presidente da entidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO GONÇALVES – Bom dia, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir, Deputada Aline Corrêa, com a qual tive oportunidade de me encontrar recentemente, no *workshop* da Abraciclo, em São Paulo.

Senhoras e senhores, a Abraciclo representa os fabricantes do setor de duas rodas, onde está a motocicleta. Nós temos também a produção de bicicletas, ciclomotores, motonetas e similares.

Outro, por favor.

Eu gostaria de lembrar que, embora se fale muito que existem motocicletas em excesso circulando pelo Brasil, na verdade nossos números ainda são inferiores, em comparação com Itália, Espanha, para pegarmos países mais parecidos, em termos econômicos e culturais. Está muito aquém em relação aos asiáticos. Se vocês repararem, por exemplo, na Indonésia, Tailândia e Vietnã, nós estamos vendo algo como três a cinco habitantes por motocicleta, enquanto no Brasil a relação é de dez habitantes por motocicleta.

Outro, por favor.

O que eu gostaria de ressaltar é a importância que esse veículo tem atualmente na sociedade brasileira. A motocicleta é o veículo da inclusão social. Se vocês repararem, 85% dos compradores de motocicleta neste País pertencem às classes C e D. Bom, isso acontece porque é um veículo relativamente barato, cuja manutenção não exige muitos recursos. Ele permite que se locomova facilmente e com flexibilidade para vários locais. Permite até mesmo a geração de renda.

Próximo, por favor.

Pelos dados do Sindimoto de São Paulo, e eu tenho aqui o privilégio de estar ao lado do Gil, que é o Presidente, eu gostaria de lembrar que o motofretista,

como chamamos, aquilo que popularmente se chama de motoboy – nós preferimos chamá-los pelo nome profissional, já que são realmente profissionais –, hoje, ele é basicamente casado, tem pelo menos um filho, e o que mais chama atenção: ele tem até dois anos de experiência. Isso, na maioria, evidentemente; 61% têm apenas dois anos de experiência atuando como motofretista. Eu acho esse dado muito importante.

Próximo, por favor.

Eu digo que é importante porque, na composição do trânsito, no equilíbrio vital do trânsito brasileiro, nós temos três fatores: a máquina, a infraestrutura e o homem.

No caso da máquina, a motocicleta, ela precisa ter, realmente, uma tecnologia de ponta, uma tecnologia aprimorada, precisa atender a legislação, tem que respeitar as normas de segurança e de emissão de poluentes, em relação ao meio ambiente, e precisa estar também, depois de vendida, depois de entrar em operação, com a manutenção em dia.

Outro, por favor.

O sistema viário também precisa de cuidados especiais para que esse veículo circule corretamente. Então, uma infraestrutura adequada representa a ausência de obstáculos na pista, a sinalização correta e uma fiscalização de trânsito rigorosa para que a lei seja realmente cumprida.

Próximo.

Quanto ao homem, o condutor da motocicleta, o condutor de automóvel, o condutor de ônibus e de caminhões, é necessário uma observação muito especial. Vejam só. No caso de motocicleta, o condutor precisa ter capacitação para conduzir o veículo. Essa capacitação começa com uma habilitação. Depois disso, nós colocamos a habilidade de conduzir como um fator preponderante. Ele precisa estar também consciente do papel que ele tem naquele universo que é o trânsito. Ele precisa ver e ser visto pelos usuários do sistema viário. Ele precisa utilizar sempre os equipamentos de segurança e precisa, obviamente, mas é necessário reforçar, respeitar as regras de trânsito.

Por favor, outro.

O que os senhores e as senhoras estão vendo neste momento é o contrário do que acabei de falar. Esse é o Brasil. Tudo errado o que está mostrado aí. Eu só mostro para que realmente a gente lembre, infelizmente, o que está acontecendo no dia a dia das cidades brasileiras. Então, motocicletas com mais de um ocupante, dois, três, sem capacete, com criança, com sandálias, até cachorro. Faltam só a sogra e o papagaio ali. Infelizmente, é um quadro triste. A gente ri, mas é um quadro triste, é um quadro muito negativo que jamais deveria acontecer aqui, no nosso País.

O próximo, por favor.

O que também não deveria estar acontecendo, mas acontece, é gente pilotando motocicleta sem habilitação. Esse gráfico parece complicado, mas é fácil de entender. Daquela linha pontilhada para cima, estão os Estados onde há mais motocicletas em circulação do que motociclistas habilitados. Então, se as senhoras e os senhores repararem nesse gráfico, vão notar que, no Maranhão, por exemplo, nós temos 114% mais motocicletas em circulação em relação a motociclistas habilitados. Peguei o Maranhão porque é um extremo. Enquanto que, em Santa Catarina, temos uma situação inversa, que é favorável ao número de habilitados. Lá nós temos praticamente o dobro na relação entre motocicletas e motociclistas habilitados.

Eu gostaria de enfatizar o seguinte: quando se fala em homem, máquina e via, nós temos que considerar também, cada vez mais, o aumento da frota brasileira. Isso inclui todo tipo de veículo, motocicleta, automóvel, utilitário, caminhões, quando tem permissão para circular na área urbana. Então, essas vias estão com a capacidade física limitada, muito limitada. E numa situação em que todos pedem e querem o crescimento econômico do País, essa frota vai aumentar, vai aumentar, essa é a realidade.

Por favor, outro.

E se ela aumenta, quem é que vai conduzir esta motocicleta? Hoje nós já sabemos e temos algumas surpresas. Quanto ao sexo, acho que não há muitas surpresas, 75% são homens, é uma realidade que todos percebem. Mas enfatizo que as mulheres estão crescendo, estão com 25% e tendem a crescer mais.

A surpresa é que, se nós juntarmos os condutores com mais de 40 anos, ou melhor, de 36 a mais de 40, nós teremos ali um volume bastante expressivo. Então, não são apenas juvenzinhos que estão conduzindo a motocicleta. Nós temos também um condutor maduro, adulto, conduzindo.

E por que essa gente toda está aderindo à motocicleta? Em primeiro lugar, porque estão insatisfeitas com situação do transporte público. Quarenta por cento dizem isto, que estão trocando transporte público pela motocicleta. É uma necessidade delas. Aí nós vemos depois, com 19%, pessoas que a utilizam para lazer, mas, com 16%, já há pessoas que a utilizam como instrumento de trabalho. Gente, geração de renda, que é onde se encaixam os nossos colegas, os nossos amigos motofretistas. Nós temos ali 15% de outros e, olhem só, 10% utilizam porque querem substituir o automóvel, que estão conscientes de que o automóvel tem dificuldade de circulação atualmente no espaço urbano. Eu vou até aqui fazer um parêntese: preparem-se, porque as bicicletas também vão crescer

sob esse aspecto. Cada vez mais, as bicicletas estão sendo utilizadas em substituição ao automóvel e para suprir as carências do transporte público.

Próximo, por favor.

Só que nós constatamos também que, quando se fala em acidentes – o Dr. Dirceu, aqui ao meu lado, foi muito feliz na colocação dele –, um dado do Hospital das Clínicas, em São Paulo, mostra, infelizmente, que 35% dos motociclistas acidentados estavam sob efeito de drogas e de álcool. Ou de álcool, perdão. Mas, em alguns casos, é e de álcool mesmo.

Volta um pouquinho, por favor. Para a imagem anterior.

Pelos dados da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo, apenas 8% dos acidentes envolveram motofretistas no ano passado.

Pode adiantar, por favor.

Então, o que a Abraciclo sugere, o que ela está propondo e fazendo em relação a isso?

As nossas associadas, as fabricantes de motocicletas estão atuando através de centros de treinamento pelo Brasil afora. Desde 71, esses centros se encontram em operação.

Por favor.

Também realizamos treinamentos de agentes da área pública, Polícia Militar, o SAMU, que presta socorro, utilizando motocicletas, bombeiros; o Exército tem uma frota expressiva de motocicletas.

Por favor.

Esse mapa mostra onde atuamos no Brasil. É praticamente no Brasil todo. São 88 centros educacionais e 27 pistas de pilotagem treinando motociclistas para que eles aprimorem a capacidade de conduzir os veículos.

Por favor.

Da mesma forma, nós temos investido em atividades educacionais para crianças, para adolescentes e até para adultos, para que tenham uma consciência da segurança no trânsito.

Por favor.

Recentemente, tivemos o *workshop* que citei no início da minha exposição, em que a Deputada Aline nos deu a honra da sua participação. Nesse *workshop*, discutimos cinco itens: bicicletas, educação no trânsito, fiscalização, o processo de habilitação e as reais causas dos acidentes envolvendo motos no Brasil.

Por favor.

Eu gostaria de destacar aqui a fala da Dr^a Júlia Greve, que é fisiatra da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que participou desse *workshop*. Ela é do Hospital das Clínicas. Ela diz o seguinte: “Eu acho que não existem acidentes de motos; existem acidentes de trânsito em que as motos estão envolvi-

das. E as motos se envolvem mais porque vemos mais vítimas. Quando dois carros batem, apenas amassam o para-choque, já que, na moto, o para-choque do motociclista é ele mesmo. Não é o tamanho da frota que é a causa. Na Europa, o número de motos é maior e não possuem tantos acidentes como aqui. Queremos estudar quais são as reais causas dos acidentes”.

Por favor.

Nós temos também uma fala do Magnelson Souza, que é o presidente da Federação Nacional das Autoescolas, em que ele destaca que é necessário preparar também o instrutor das autoescolas, motoescolas no caso, para que melhorem o aprendizado dos motociclistas.

Por favor.

Então, na década de ações pela segurança no trânsito, a Abraciclo tem uma série de proposições e muitas delas já estão em andamento.

Começamos propondo que a segurança no trânsito seja matéria curricular, desde o ensino fundamental até o ensino universitário, em todas as fases. Propomos também a revisão do processo de habilitação de forma a que ele se torne, primeiramente, mais rigoroso. Ou seja, que os exames não sejam apenas em circuito fechado, mas também em circuito aberto, nas ruas, testando o motociclista onde ele vai encontrar uma situação de risco. Além disso, nós propomos que a habilitação volte a ser por subcategorias, por exemplo, a um, a dois, a três, conforme a potência, a capacidade da motocicleta. Porque não tem sentido uma habilitação para um motociclista conduzir uma moto de 125 cilindradas quando às vezes ele vai pegar uma de 700 cilindradas, 750 cilindradas.

Por favor.

Também estamos sugerindo que a sinalização das vias seja mais adequada. Por exemplo, nós temos *guard rails* atualmente que podem causar mais acidentes ainda, mais males ao motociclista caso ele deslize pela pista e vá de encontro a esse equipamento. Nós também acreditamos que a manutenção da via pode ser melhorada. Achamos que a fiscalização é um fator preponderante para impedirmos abusos na condução da motocicleta. E também a fiscalização ajuda na manutenção preventiva do veículo.

E finalmente, nós estamos investindo e queremos muito que as estatísticas apurem de fato – e até o Dr. Dirceu também comentou sobre isso – quais são as reais causas dos acidentes envolvendo motociclistas.

Por favor.

Eu até substituiria uma imagem por outra. Só para completar.

Nós realizamos um moto *check up*, que é um programa que procura observar 21 itens de seguran-

ça das motocicletas; isso é feito gratuitamente. Nós já fizemos 15 edições, desde 2008, e atendemos 28 mil motociclistas. O que nós encontramos lá é assustador.

Pode avançar, por favor.

Vejam vocês, 45% dos defeitos das motocicletas verificadas no nosso *check up* envolviam o freio traseiro e 37% o dianteiro. Então, os principais problemas estavam na parte dos freios dos veículos. Isso é inadmissível.

Por favor.

A Abraciclo está investindo junto com a CET, mais investimento em financeira dela, a Abraciclo, R\$520 mil na instalação do Cepam, que é o Centro Educacional Paulistano de Motociclistas, local onde vamos treinar 20 mil motociclistas por ano, procurando melhorar a habilidade dele, a qualidade na condução do veículo, procurando dar uma condição melhor de direção defensiva e de conscientização sobre segurança no trânsito. Esse centro estará pronto agora, no segundo semestre, para operar.

Por favor.

E temos também uma parceria recém-formada com o Hospital das Clínicas, em São Paulo, através do Instituto de Ortopedia e Traumatologia, em que investimos R\$420 mil no levantamento para apurar quais são as reais causas nos acidentes envolvendo motociclistas. Esse trabalho começa na Zona Oeste de São Paulo, onde nós temos hospitais conveniados e, no momento, estamos preparando, inclusive, o treinamento de agentes da Companhia de Engenharia de Tráfego, de policiais militares. Eles vão apurar, através de um formulário específico quais são esses itens e levar até o hospital. E, juntamente com os especialistas do hospital, a Abraciclo vai avaliar. Em 14 meses, teremos os primeiros resultados efetivos, para, aí sim, ampliar para outras regiões de São Paulo e, se Deus quiser, dando certo, para outras cidades do Brasil.

Por favor.

Finalmente, concluindo, eu lembro que nós temos vários projetos – nós que eu digo é a sociedade brasileira – em andamento. São projetos de lei, em que a segurança do motociclista é valorizada. E esses projetos precisam realmente ter um encaminhamento devido para que, uma vez transformados em lei, consigam melhorar a condição de segurança dos nossos motociclistas.

Muito obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. José Eduardo Gonçalves, Diretor Executivo da Abraciclo. Foi muita clara a sua exposição. Precisávamos ver os dois lados, o lado... Aliás, não só dois lados, mas o complexo cenário desse setor que envolve o veículo, e agora o Dr José Eduar-

do expôs a questão do atendimento médico hospitalar. Porque, vejam, se de seis pacientes internados em UTIs, hoje, já quatro são acidentados de moto, é uma situação alarmante, no mínimo; dados do Dr. Dirceu Rodrigues Alves.

Eu queria também agradecer a presença do Major Ordeli Savedra Gomes, Assessor Superior de Segurança no Trânsito, Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito do Rio Grande do Sul. É muito importante a participação das autoridades, das polícias militares, das polícias civis e da polícia federal também, do Exército, porque são áreas que usam e até com eles acontecem mortes, por mais preparados que sejam.

O processo é bastante amplo.

Passo a palavra agora, por dez minutos – houve uma ampliação do tempo, então todos terão dois minutos adicionais –, ao Dr. Ricardo Xavier, Diretor Presidente da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro – DPVAT.

O SR. RICARDO XAVIER – Bom dia a todos.

Senadora Ana Amélia, eu gostaria, primeiro, de parabenizar a iniciativa dos Senadores e da Comissão de Assuntos Sociais em promover esta audiência para discutir a questão.

Nós, da Seguradora Líder DPVAT, que administramos a operação do seguro DPVAT, convivemos diariamente com essa situação. Somos testemunhas permanentes da situação que se verifica no trânsito no País hoje.

Temos contato permanente com a Abramet, com a Abraciclo do País, para justamente discutir a questão.

Nós temos aí já passado um ano da instalação da década de ações para segurança diária, e devo dizer que muito pouco ou quase nada foi feito para efetivamente promover a redução dos acidentes de trânsito como o Brasil, como signatário e comprometido na ONU, deveria fazer.

Acho que é importante a união do Poder Legislativo, do Executivo e da sociedade como um todo nessa cruzada.

Pode passar, por favor.

Antes de mais nada, eu gostaria de expor rapidamente o que é o seguro e por que o nosso envolvimento com essa questão.

O seguro é um seguro obrigatório, seguro DPVAT, criado há 37 anos por lei federal, que, na verdade, garante a responsabilidade civil contra danos pessoais, causado às pessoas. Então, ele tem o objetivo, efetivamente, de cobrir os danos pessoais por pessoas envolvidas em acidente de trânsito.

Seguinte.

Há três coberturas básicas: morte, no caso, a indenização é paga aos herdeiros legais da vítima, segundo o Código Civil, um valor de R\$3,5 mil fixado em lei; a invalidez permanente, em que a indenização é paga diretamente à vítima e de acordo com o percentual da invalidez permanente comprovada, o valor é de R\$13,5 mil, e o reembolso das despesas médicas de assistência médica e suplementares feitas pela vítima para tratamento, no valor de até R\$2,7 mil.

Próximo.

Esse é um seguro que nós podemos dizer que é uma espécie de jabuticaba, porque, efetivamente, da forma como ele existe, não há um paralelo no mundo. Pela sua abrangência, ele é um seguro que cobre todos os acidentes ocorridos em território nacional. Então, a gente pode dizer hoje que o seguro DPVAT, no dia 1º de janeiro, toda a população do País e qualquer estrangeiro em território nacional está coberto por esse seguro. É um seguro pago pelo proprietário de veículo, obrigatoriamente para que ele possa licenciar o veículo, mas dá cobertura a toda população brasileira. Ele indeniza individualmente cada uma das vítimas. Ele não depende da apuração da culpa. Essa é uma característica bastante singular dele, porque o complexo processo de identificação da culpa, muitas vezes, posterga, e muito, a possibilidade de a vítima vir a ter acesso à indenização. Então, a indenização é paga independentemente da apuração da culpa, da quantidade de veículos, da identificação do veículo e até mesmo da comprovação do pagamento. Mesmo que aquele veículo que causou o acidente que tenha provocado as vítimas não tenha pagado, nós iremos pagar a indenização e, posteriormente, poderemos nos ressarcir junto ao proprietário do veículo. E a vigência dele é de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Apesar do pagamento dele ser feito por ocasião do licenciamento.

Próximo, por favor.

Muitas vezes as pessoas reclamam do seguro obrigatório. Existem inúmeros seguros obrigatórios no País. Esses seguros foram instituídos pela lei do seguro. A lei do seguro é de 1966 e lá ela previu a existência desse seguro. E ele só veio a ser regulamentado de fato em 1974, quando passou a existir no universo legal do País.

Próximo.

Ele é um seguro regulado pelo Sistema Nacional de Seguros Privados, que é controlado e regulamentado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, que é quem estabelece as regras e normas de funcionamento. No caso do DPVAT, estabelece inclusive o preço a ser cobrado.

Próximo.

O seguro, por regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados, é hoje operado justamente para dar essa amplitude, por um consórcio de seguradoras que nós aqui representamos. A seguradora Líder DPVAT tem um papel de exercer a figura de líder desse consórcio. Nós somos 73 seguradoras que, através da sua rede, dá atendimento a toda a população. A finalidade de se operar dessa forma é justamente poder garantir que a indenização seja paga independentemente da operação da culpa, por exemplo. O mesmo da identificação do veículo e do pagamento de seguro.

Foi necessário se formar esse conjunto, esse *pool*, para justamente poder assegurar. Por exemplo, se fosse operado individualmente pela seguradora você teria que identificar o causador do acidente para, então, responsabilizar a seguradora detentora daquela apólice.

Esse foi o modelo idealizado em 1986 pelo governo e foi instituída desde então essa forma de funcionamento.

Por favor.

Então, isso nos facilita o modo operacional, seja na arrecadação do prêmio, nas parcerias com os Detrans, secretarias de fazenda, agentes e bancos, seja no acesso aos benefícios para cidadãos. Nós temos parcerias com diversas entidades de diversas naturezas justamente para facilitar, dar essa capilaridade ao sistema e dar acesso fácil ao cidadão.

Nós temos orgulho de dizer que o nosso sistema de pagamento de sinistros é certificado pelo ISO 9000; nós temos qualidade na prestação de serviços e pagamos efetivamente as indenizações em menos de 30 dias. O cidadão que vier a ser vítima de um acidente de trânsito, buscando pela via administrativa o acesso à indenização, ele receberá essa indenização em menos de 30 dias.

Como eu falei, o valor do seguro é definido pelo governo anualmente. Então, com base nas estatísticas e nos estudos atuariais que são feitos sobre a ocorrência de acidente, e com base numa projeção que ele faça para os anos seguintes, ele estabelece o valor. O seguro, além de pagar as indenizações, tem que constituir reservas porque o direito de acesso ao seguro é de três anos da ocorrência do acidente. Portanto, tem que haver recurso suficiente para pagar os acidentes reclamados no ano que ocorreram ou em até três anos da ocorrência.

Os preços dos seguros são definidos de acordo com a categoria de veículos. Muitas vezes as pessoas se questionam por que um carro mais caro paga a mesma coisa que um carro mais barato, por exemplo. Porque, na verdade, não se protege o bem, o bem não é o automóvel; o que se protege, no caso, a proteção de que se dá é à vítima. Então, independentemente

da condição do veículo, o preço desse veículo, é com base no valor da indenização que é feito à vítima.

Então, se estuda quais são as categorias, dentro dessas categorias de veículo, que têm mais e em menor frequência de acidentes. E como vocês podem ver, no caso da motocicleta, nós temos hoje um valor já bastante expressivo, e sabemos que é problemático para o motofretista, para o cidadão, mas é uma triste realidade. Isso nada mais é do que a realidade que se vê no trânsito. E devo dizer que se fosse apurado efetivamente o preço do que é pago, seria mais caro do que isso. Já há um subsídio cruzado efetivamente.

Por favor.

O Conselho Nacional de Seguros Privados, além de definir o preço, define também como é utilizado esse recurso. A operação do seguro é extremamente amarrada pela legislação. Primeiro, 45% dos recursos arrecadados pelo seguro DPVAT vão diretamente para o Fundo Nacional de Saúde para custear o tratamento da vítima de acidentes de trânsito nos hospitais públicos e conveniados ao SUS; 5% desses recursos são destinados ao Denatran para promover campanhas de prevenção e redução de acidentes de trânsito; e os outros 50% são destinados à operação de seguros, propriamente dita, pagamento de indenizações, despesas operacionais, a margem de resultados da própria seguradora.

A seguinte, por favor.

Para vocês terem uma ideia desses repasses que são feitos regulamente por lei – no caso do repasse feito ao SUS está na lei de financiamento da seguridade social e ao Denatran está no Código Nacional de Trânsito. Para vocês terem uma ideia, no ano passado, R\$3 bilhões foram destinados ao SUS para custear o tratamento das vítimas de acidente de trânsito, R\$335 milhões ao Denatran para promover campanhas;

Infelizmente, no caso do SUS a gente sabe que os recursos para o SUS serão sempre insuficientes. Infelizmente por conta das diversas questões envolvendo, inclusive, a própria situação social do País. No caso do Denatran, nós temos conhecimento por declaração do próprio Denatran, que esses recursos não são acessíveis por problemas de contingenciamento. Então, é efetivamente uma contribuição que muito que pode ser feito sobre o Executivo para que esses recursos sejam acessíveis... R\$335 milhões em campanha de prevenção e redução de acidentes de trânsito é uma quantia expressiva, se vier a se utilizada efetivamente.

O seguinte, por favor.

Aí nós temos alguns dados que vamos começar a mostrar. Aqui é a evolução do volume de recursos arrecadados nos últimos anos com seguros, entre 2007

e 2012, infelizmente está muito pequeno o número, pouco dá para ler.

E aqui o volume das indenizações pagas. Então, nós temos um crescimento no que diz respeito à arrecadação da ordem de ... (não dá para ver direito) na mesma proporção mais ou menos de recursos pagas em indenizações. O volume de indenizações que vêm sendo pagas nos últimos anos tem crescido de forma bastante expressiva.

O próximo, por favor.

Aí a gente tem a quantidade de indenizações. No ano passado, nós pagamos 366 mil indenizações por acidente de trânsito. E a projeção para este ano já registra um crescimento da ordem de 37% na quantidade de indenizações em 2012 em relação a 2011. Esse é um número que só vem crescendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobrevive o sistema?

O SR. RICARDO XAVIER – É, infelizmente, através de ajustes de valores para que possa comportar o pagamento dessas indenizações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Além do obrigatório, tem seguro voluntário?

O SR. RICARDO XAVIER – Existe o seguro facultativo, que funciona a “segundo o risco”, como se diz. Quando há um acidente, o DPVAT paga, primeiro, a indenização e o seguro facultativo cobre acima do valor da indenização do DPVAT.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas e o custo desse seguro?

O SR. RICARDO XAVIER – Aí ele é calculado individualmente pelas seguradoras e, segundo as normas da Susep, ele tem que ser calculado descontando o valor que o DPAVT vai cobrir. Só cobre acima do que o DPVAT paga.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. RICARDO XAVIER – O próximo, por favor.

Para vocês terem uma ideia, o resultado da nossa operação no ano passado foram R\$6,7 bilhões arrecadados; R\$3,350 bilhões foram repassados ao governo federal; R\$2,7 bilhões foram utilizados no pagamento de indenizações; R\$477 milhões foram utilizados em constituição de provisões; R\$244 milhões em despesas de operação, despesas com impostos. Esse balanço é publicado semestralmente nos principais jornais do País, como no nosso *site* também.

Por favor, o próximo.

A complexidade do atendimento é isso. O Brasil é um país de extensão continental, são 8,5 milhões de quilômetros quadrados, 5.600 Municípios e o desafio de chegar ao cidadão em todos esses locais. Então, nós temos, hoje, cerca de 2000 pontos de atendimento e,

em parceria que estamos formando com o DETRAN; este ano vamos expandir para 4500 pontos de atendimento em todo o País.

Nós temos parceria com os Ministérios Públicos Estaduais, Procons, Detrans, para prestar o atendimento ao cidadão.

Próximo.

As informações sobre isso estão no documento do veículo, através das seguradoras, nos nossos canais de atendimento.

Próximo, por favor.

Como vocês veem, o documento de trânsito, que é de porte obrigatório, tem uma apólice de seguro. Ela está ali e é onde a pessoa, o proprietário do veículo pode obter informações.

Próximo, por favor.

O processo de busca da indenização é muito simples, basta procurar uma seguradora consorciada ou qualquer um dos pontos de atendimento, levar uma documentação básica: o boletim de ocorrência policial, o laudo que comprova o tipo de indenização a ser paga – no caso, o atestado de óbito, se for morte; o laudo do IML ser for invalidez –, comprovação das despesas, além da qualificação da vítima.

Essa indenização é paga em até 30 dias através de crédito em conta poupança ou corrente do indivíduo.

Próximo, por favor.

Os nossos canais de relacionamento são diversos. No ano passado, atendemos 675 mil ligações em todo o País. O nosso *site* teve quase 5 milhões de acessos. Hoje, nós temos chegado, efetivamente, à sociedade. Essa é a nossa leitura.

Esse é o material impresso, agora, ou mostrar um pouco os números.

Para vocês terem uma ideia, a frota hoje de veículos é de cerca de 69 milhões. Cerca de 50 milhões pagaram no ano passado. Nós temos, hoje, um índice de inadimplência bastante elevado, da ordem de 27%. Sendo no caso da motocicleta face ao elevado custo e, obviamente, face à falta de regularização, como aqui os próprios números da Abraciclo mostraram e chega a maior ainda.

No entanto, o motociclista é o mais acidentado. E quando você olha o motociclista, diferentemente das outras categorias, o motorista é a principal vítima. (...)

Se você olhar as estatísticas em geral dos demais veículos, cerca de 25% só das vítimas são o motorista e 50% são de pedestres.

Quando você vai para a categoria de motocicleta, nós temos que 71% são o próprio motorista, é quem se expõe efetivamente.

Próximo, por favor.

Quando vamos olhar nas faixas etárias, tivemos informação de que 25% dos motociclistas são mulheres e 75% são homens. Mas quando vamos ver na pirâmide etária das indenizações, 77% são homens. No que diz respeito às indenizações, desses homens, 40% estão na idade de 18 a 34 anos. Apesar de mais de 50% dos motociclistas estarem acima de 36 anos, segundo dados da Abraciclo, quem está se acidentando e quem está ficando ferindo e quem está morrendo é o jovem, segundo as estatísticas que temos.

Próximo, por favor.

Quando vamos olhar, então, dados um pouco mais detalhados na categoria motocicleta, chegamos a 47%, praticamente 50% das indenizações. No caso de todos os veículos ali. No caso das motos, são de motociclistas na faixa de 18 a 34 anos e 80% são homens.

Nas demais categorias, há uma difusão maior, temos uma idade mais elevada se envolvendo em acidentes.

Quando vamos olhar por região, nós temos, hoje, na região Norte e Nordeste, principalmente no Nordeste, que hoje concentra a maioria das indenizações que são pagas, 74% dessas indenizações são de acidentes envolvendo motocicletas. Acho que é aí que nós queremos chegar.

Hoje, a motocicleta representa 43% da frota de veículos na região Nordeste. Quando nós olhamos a rede do Brasil como um todo, no próximo *slide*, nós vemos que hoje a linha de baixo indica o percentual da frota de moto em relação à frota total de veículos. No Brasil, 26,7% da frota em circulação é de motocicletas, sendo que 65,3% das indenizações pagas de morte e invalidez são de acidentes envolvendo motocicleta.

Quando a vai na região Norte, 47% da frota são de motocicleta e 74% das indenizações de morte e invalidez são de acidentes envolvendo motocicleta.

Então, quando nos deparamos com esses números, vemos que a situação é grave. Nós temos hoje, segundo as nossas estatísticas, as mais de 40 mortes são pagas por ano. E o pior, no caso de invalidez, esses números chegam a 150 mil por ano. Então, são três indenizações por minuto. O trânsito causa o pagamento de três indenizações por minuto, segundo o DPVAT.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O mais baixo é no Sudeste?

O SR. RICARDO XAVIER – O mais baixo é no Sudeste, na proporção. Quando se descola mais isso... São Paulo, Rio e Minas. Há uma preocupação efetivamente... a frota de veículos é muito grande em São Paulo, assusta. Mas o que nós estamos vendo nos números que a Abraciclo e Abramet trouxeram, o problema na utilização da motocicleta, o que nos parece, segundo as estatísticas que analisamos, está no

próprio uso indevido, na falta de proteção, na falta de prevenção, na falta de conhecimento do risco a que a pessoa que está utilizando o veículo está exposta.

Próximo, por favor.

No processo de invalidez, 80% das indenizações que são pagas para invalidez são para motociclista, porque, como foi dito, o motociclista é o para-choque no caso de uma colisão. A frequência de acidentes envolvendo veículos de outra categoria é muito grande também, só que não há vítimas. Na motocicleta a vítima é o indivíduo. E de um modo geral o que acontece é uma invalidez permanente, porque é o corpo dele que é atingido.

Próximo, por favor.

Se olharmos as estatísticas ali, vemos que 25% das indenizações pagas por invalidez foram por perda funcional de um dos membros inferiores. Mais 12% de um dos membros superiores. São as lesões típicas da invalidez permanente nesse período de janeiro a abril.

Temos efetivamente que tomar medidas para reduzir o que vem acontecendo no País. Os números são impressionantes. Eu acho que passa por um processo educacional, de fiscalização e repressão.

Era isso o que eu gostaria de dizer, Sr^a Presidente. Obrigado pela oportunidade.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Ricardo Xavier, pela exposição, abordando o lado da área de seguros, completando a perspectiva que já vimos da área da saúde, da área do fabricante do veículo e da área da seguradora.

Agora, vamos para quem usa esse veículo.

Começamos com a exposição do Sr. Valter Ferreira da Silva, meu conterrâneo, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Rio Grande do Sul (Sindimoto/RS), que também vai falar por 10 minutos.

O SR. VALTER FERREIRA DA SILVA – Senadora Ana Amélia, na sua pessoa, cumprimento os demais Senadores.

Cumprimento os componentes da Mesa.

Cumprimento meu colega Gil, Presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo, e, na sua pessoa, cumprimento os demais sindicalistas que se fazem presentes aqui.

Cumprimento o pessoal da Fenabreve, os colegas que vieram do Rio Grande do Sul, os empresários, o Sest e o Senat, o Governo do Estado, autarquias municipais e estaduais.

Antes de começar minha fala, Senadora, eu queria lhe pedir permissão, porque ouvi tantos números que são contrários a nós, para distribuir este material, que, pelo menos, nos ajuda um pouquinho. Nós, no Rio Grande do Sul, conseguimos reduzir a quantidade de acidentes. Eu gostaria que este material fosse distribu-

ído, para a gente fizesse também um pouquinho desse contraponto. A gente se encontra neste momento em desvantagem, com pensamentos de virar esse quadro.

Quero cumprimentar os telespectadores e os assistentes desta Casa.

Nós, no Rio Grande do Sul, construímos uma parceria entre empregadores, autarquias municipais e estaduais e institutos. Com todas as pessoas envolvidas com o trânsito, buscamos essa parceria, porque temos o objetivo de reduzir os acidentes, de reduzir o número de sequelados e de óbitos – é grande o número de óbitos – e de, acima de tudo, mudar a imagem do motociclista.

Quando digo da imagem do motociclista, Senadora, não estou falando aqui somente dos profissionais, mas incluo 1,2 milhão de motociclistas que existem no Rio Grande do Sul. Desse total, 350 mil são profissionais. Então, não podemos focar somente os profissionais, temos de trabalhar com todos, principalmente, Dr. Dirceu, com os recém-habilitados, que são aqueles de 18 anos a 34 anos de idade, como aqui foi dito – costumo dizer que a idade é de 18 a 25 anos. Todo recém-habilitado, quando coloca a carteira no bolso, já se acha piloto, já acha que pode fazer o que um profissional da moto faz, mas ele não consegue isso, acaba sendo uma vítima do trânsito e, sem querer, acaba sendo um camicase.

Eu gostaria que fosse iniciada a nossa apresentação.

Quanto a acidentes de trânsito envolvendo motocicletas, segundo as nossas estatísticas, somos 25%, o que é muito negativo para nós. O nosso Sindicato, além de ser um órgão representativo, faz também educação de trânsito, e é importante que os demais sindicatos assim o façam. Não podemos pensar na categoria e buscar benefícios sem pensar no maior benefício, que é manter o motociclista vivo, trabalhando e produzindo. Não basta fazermos discussões acaloradas com a classe patronal, em busca de aumento de salário, disso e daquilo, sem buscar o que é mais importante, que é a vida do motociclista sobre aquele veículo na produção.

Pode passar para outro *slide*, por gentileza.

Aí está o custo financeiro para recuperar os acidentados: em torno de R\$28 milhões. Não seria mais fácil se gastássemos R\$8 milhões na prevenção do que R\$28 milhões na recuperação? Vejo tanta gente falar em milhões e milhões! Inclusive, o Sr. Ricardo me disse aqui há dinheiro no Denatran, e não temos acesso para treinarmos nossa categoria, como deveria ser. Então, é totalmente equivocado gastarmos uma quantia dessas, sendo que a área da saúde carece, de modo geral, de melhoramento nos hospitais. Falta leito, falta isso e aquilo. Se treinarmos os motociclistas

e os tirarmos dos hospitais, não sobrarão vagas para aqueles que realmente precisam? Então, é importante termos em mente o investimento na prevenção, no treinamento, na qualificação.

Pode seguir, por favor.

E os custos sociais? Trezentos mil acidentes deixam 50 mil mortos – a fonte é do Denatran.

A estatística nos diz que uma morte numa família provoca um estrago. Mas uma grande quantidade meramente é aquilo ali: estatística. Não podemos ser coniventes com a estatística, não podemos ser parceiros da estatística. Temos de ser adversários da estatística e de buscar o exemplo nessa única vida que provoca um estrago na família. Temos de buscar o conhecimento, a perícia e a qualificação do condutor sobre a moto, para que ele possa enfrentar a realidade do trânsito, que é adversa ao que ele aprende na sua primeira habilitação. É preciso que o motociclista tenha condições de enfrentar essas dificuldades no trânsito e não fazer parte daquelas estatísticas. Esse é o nosso pensamento.

Pode seguir, por gentileza.

Olhem a diferença! O sistema de ensinamento ou de habilitação está à esquerda. Na verdade, não se habilita. Desculpem-me! Não quero provocar debate, mas quero provocar o Centro de Formação de Condutores e até mesmo o Denatran, que é o responsável pela criação dessa grade. Aquele sistema não ensina. Aliás, quem inventou aquele sistema? No meu TCC, procurei por quem havia inventado aquele sistema, mas não o encontrei. Aquilo não ensina. O condutor fica num circuito fechado e não tem contato sequer com a via, com o trânsito, com o buraco, com a chuva, com a areia, com o asfalto. Inclusive, temos conhecimento de que, na hora de se fazer exame de carteira, é melhorada a marcha lenta, e ele nem precisa acelerar. Então, na verdade, o condutor é treinado, doutor, para ter uma habilitação, mas não tem qualquer preparo para enfrentar aquela realidade. Inclusive, no dia 27, em Minas Gerais, uma matéria da Rede Globo mostra os instrutores de determinada cidade contestando exatamente o que estamos dizendo ali.

Veja bem: somos frágeis, pelo que já foi dito, no trânsito, mas a fragilidade maior está no ensinamento, está na habilitação do condutor, que não tem contato com a rua. Estamos propondo que haja uma mudança drástica no sistema de habilitação. Tanto isso é verdade, que, no manual de ensinamento do instrutor, ele é proibido de andar na carona do aluno. Se ele ensina, por que ele tem medo? Ele deveria ter coragem para andar ali. Se o condutor sai de lá, a primeira pessoa que ele vai colocar na garupa dele, para dar uma volta, poderá ser o pai, a mãe, um irmão. Então, estando

totalmente despreparado, ele vai levar não só ele, mas também um membro da família dele a óbito, a sequelas irreversíveis, o que culmina com o gasto do DPVAT, sobrando poucos recursos para investir no preparo da habilidade desse condutor.

Por que estamos conseguindo – é matéria do *Zero Hora* – essa redução de acidentes? Sabemos que essa redução é ínfima, mas, para nós, uma vida vale muito. Diante dos números apresentados, vemos o quanto somos ínfimos perto do que foi apresentado, mas o importante é que estamos trabalhando na representatividade, na qualificação. E, para isso, buscamos parceria com o empresariado, com o setor de fabricantes, com os institutos, com as autarquias municipais e estaduais, para que isso seja viável. E isso é viável dessa forma.

Temos de ter claramente em mente que não podemos ser adversários da classe patronal, porque nós precisamos uns dos outros. Sempre brinco: o rio Negro e o rio Solimões caminham juntos, mas não se misturam, respeitando cada um o seu foco, o seu norte. É preciso visar ao único bem que cada um tem e que duvido que possa haver maior, que é a vida.

Costumo fazer uma brincadeira, Dr. Dirceu: quanto é que custa uma vida? Todo mundo diz que não tem preço; eu digo que tem preço. A vida pode custar R\$3 mil, R\$5 mil, R\$100 mil, R\$200 mil, dependendo do carro ou da moto que a pessoa comprou. Se ele se matar em cima de uma moto que custa R\$7 mil, a vida dele custou R\$7 mil. Como é que ela não tem preço? Ela tem preço! E a culpa maior – não tenho preocupação alguma de dizer isto aqui – vem de quem administra o trânsito, principalmente do Denatran. A inércia do Denatran é muito grande. Não podemos ficar de braços cruzados, vendo essa mortandade, essa carnificina, sem nada fazer!

Senadora, é a primeira vez que tenho a oportunidade de vir aqui para falar em nome da minha categoria. No Senado, é a primeira vez em que somos consultados sobre o que devemos fazer, é a primeira vez em que somos ouvidos. É claro que, de repente, outro Estado tem um privilégio maior, mas esta é a primeira vez em que é ouvido o Rio Grande do Sul.

Pode seguir, por gentileza.

Quero dizer da socialização como instrumento de auxílio na redução de acidentes de trânsito. Não há outro caminho a não ser a educação, a conscientização e o preparo do condutor para o trânsito.

No Rio Grande do Sul, criamos o Guia do Motociclista, em parceria com o Detran e com as demais autarquias que já citei. Foi por meio desse trabalho que conseguimos essa redução. A gente ministra cursos na

sede do Sindicato, nas empresas, com parcerias com o Governo do Estado e com os Municípios.

Lá, realizamos a Procissão dos Motociclistas. Inclusive, o Sindicato de São Paulo esteve presente. Já convidamos a Câmara de Vereadores, aqui representada pelo Vereador Valter Nagelstein, e demais autoridades. Levamos em torno de 50 mil participantes. Nosso foco é sempre a educação, a vida e o respeito às normas, às regras de trânsito.

Fizemos também o 1º Moto Mulher, versando sobre essa questão. E o primeiro tema de que tratamos lá foi o câncer de mama, em virtude de, no Rio Grande do Sul, haver um alto índice de câncer de mama.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o maior.

O SR. VALTER FERREIRA DA SILVA – É o maior, não é? Então, trabalhamos também essa questão. Fazemos o movimento através da moto. Pregamos a educação, a preparação e a qualificação e, acima de tudo, escolhemos também um item que trabalha essa parte de doenças, como é o caso desse alto índice, assim confirmado pela Senadora.

Pode seguir, por gentileza.

Esse é Velopark. Estamos formatando um curso. Assim como o representante da Abraciclo, estamos costurando uma parceria com o Velopark. Vamos ministrar cursos de treinamento prático em todo aquele circuito, envolvendo também os fabricantes e as autarquias municipais e estaduais. Então, estamos fazendo todo aquele preparo junto com o Governo do Estado e com os demais Municípios.

Laçamos agora o Motociclista da Copa é Campeão. Entramos na onda da Copa. Vamos ministrar cursos sobre legislação, atendimento ao cliente, etiqueta profissional, equipamentos de segurança. Também haverá acesso ao microcrédito, à linha de crédito, para que eles possam trocar seus veículos. Foi dito pelo representante da Abraciclo que a questão de freio é muito complicada. Temos o entendimento de que, se eles trabalharem com veículos novos, haverá uma segurança maior. O veículo novo é menos poluente e propicia mais segurança ao condutor. Serão dados cursos também sobre mecânica, educação no trânsito, pilotagem, principalmente para jovens.

Pode prosseguir, por gentileza.

Quanto à Resolução nº 350, Senadora, faço um pedido especial.

Foi mostrado ali, se não estou equivocado, também pela Abraciclo aquele absurdo de um monte de gente e até animal em cima de uma moto.

Sabemos que alguns Estados querem protelar a entrada em vigor da Resolução nº 350, que seria agora no dia 3 de agosto. Nada temos contra esses Estados,

mas só não queremos isso para nós. Gostaríamos de ter a liberdade que a Lei nº 12.009 dá aos Estados para, por meio dos Detrans, fazerem as parcerias para treinamentos, para cursos. Gostaríamos que, para nós, isso não fosse protelado. Gostaríamos de ter a liberdade de continuarmos esse trabalho, sem a proibição de uma Nota Técnica. Sabemos que Nota Técnica não é lei, mas, assim mesmo, nós a respeitamos.

Então, nós, no Rio Grande do Sul, somos totalmente contrários à protelação da Resolução nº 350 e da de nº 356. Se isso acontecer, vamos culpar o cidadão que assinar essa Nota Técnica como o maior matador deste País no trânsito, porque ele está tirando o direito e a liberdade desse trabalhador de se qualificar, de se preparar e de ser um condutor com conhecimento e perícia sobre o veículo. (Palmas.)

E digo mais: somos contrários à Resolução nº 350, porque ela prega 25 horas de teoria e 5 horas de prática. Deveria ser o inverso, ou não haver a teoria, porque, quando o condutor vai se habilitar, ele já tem 40 horas de teoria. Precisamos de mais teoria? Como já foi dito, é preciso mais prática. Quando foi feita essa Resolução, foi ouvida uma Federação sem ter liberdade de representar o Rio Grande do Sul.

Estou vendo meus colegas sindicalistas de Minas, de Campo Grande, de Mato Grosso, de todos os locais. Peço aos meus colegas que não solicitem que protelem, que mudem a data de entrada da Resolução nº 350. Que possamos mudar a grade dela de 25 horas de teoria, passando-as para a prática, ou que sejam 30 horas de prática! Não quero levar nas minhas costas essa mortandade, essa carnificina, olhando tudo isso de forma inerte, sem poder dizer o que realmente penso, o que entendo que é bom para a minha categoria.

Vivemos nas ruas, respiramos uma grande massa de poluição, sofremos todas as dificuldades, mas a maior delas é a discriminação, só porque estamos sobre uma moto. E, sobre uma moto, está um pai de família – foi dito nas estatísticas –; sobre uma moto, está um cidadão que busca o sustento de sua casa, para seu filho e para sua esposa; sobre uma moto, está um cidadão que quer participar da Minha Casa, Minha Vida; sobre uma moto, está uma vida que precisa ser respeitada. É preciso dar ao condutor o direito de ter o preparo, o conhecimento e a oportunidade de ser diferente e de ser respeitado.

Volto a dizer, Senadora, pela senhora, pelo nosso Estado e pelo Brasil: não podemos permitir que haja alteração na data de entrada da Resolução nº 350. Se algum Estado o fez, fique à vontade, mas não quero ver mais imagens como aquela em que havia quatro ou cinco pessoas em cima de uma moto, sem capacete.

Para concluir, faço sempre uma brincadeira: dizem para mim que o CTB é lei nacional, e eu digo que não o é. Como é que pode ser uma lei nacional se, no Rio Grande do Sul, a gente tem de cumprir várias regras? A gente viu, pela imagem ali, que, no Norte e no Nordeste, ninguém o cumpre. Então, façamos da mesma forma! Nada temos contra aquele Estado que quer continuar do jeito que foi mostrado nas imagens, mas nós, no Rio Grande do Sul, queremos a Resolução nº 350 em vigor a partir do dia 3 de agosto.

A responsabilidade de qualificar, de preparar e de profissionalizar o motociclista é nossa, e eu a assumo, assinando embaixo, sem ter medo de enfrentar essa realidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Valter.

Como representante do Rio Grande do Sul, fico estimulada pelo esforço que a categoria tem feito junto com as autoridades e com todos os segmentos envolvidos. Eu diria que uma verdadeira cadeia está relacionada ao transporte, à mobilidade urbana e à atividade econômica, com os motofretistas. Isso é muito importante. É até estimulante saber que isso é possível, sim.

O senhor nos traz dados referentes à queda da mortalidade, de 15 para 9 mortes. Se uma só vida fosse poupada, esse já teria sido um grande resultado. Esse esforço é meritório.

Podem dispor do meu inteiro apoio a essa demanda sobre a Resolução nº 350 e a Resolução nº 356.

Eu queria saudar a Senadora Vanessa Grazziotin.

Informo aos demais expositores que o Presidente da Comissão, Senador Jayme Campos, é membro do Conselho de Ética, que, hoje, realizará uma reunião importante e que examina um tema muito grave para esta Casa. Assim, o Senador me pediu que eu continuasse aqui a presidir os trabalhos, porque, como membro do Conselho de Ética, ele participará daquela reunião.

A Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, foi quem sugeriu a indicação da Abraciclo, presente nesta audiência. Já falou aqui o Dr. José Eduardo. Aliás, foi uma excelente exposição.

Eu queria saudar também a Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia, que veio aqui para prestigiar esta reunião.

Encerro este primeiro ciclo de exposições, passando a palavra ao Presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo (Sindimoto/SP), Sr. Gilberto Almeida dos Santos. Lembro que ele foi o primeiro, logo após o requerimento que apresentei à CAS, a vir a Brasília para falar sobre a importância do que, agora, estamos discutindo amplamente.

Já temos, é claro, um dever de casa a cumprir com essa agenda, embora ainda faltem mais dez expositores.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Almeida, pelo mesmo tempo.

O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS –

Bom dia a todos!

Eu gostaria de agradecer a iniciativa da Senadora Ana Amélia, pelo ponto de partida, para buscar uma solução para os acidentes que envolvem motos no País.

A gente fez uma pequena demonstração do que a gente vem fazendo na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo e que vem dando certo.

O início da tentativa de regulamentação se deu em 1991. O projeto de lei do Senado é de 2001. E aí segue a trajetória, até chegar à Lei nº 12.009, que o Presidente Lula sancionou e que regulamentou a atividade de motofrete e de mototáxi em todo o País. A partir daí, foram geradas as duas Resoluções, a 350 e a 356, que entram em vigor no dia 4 de agosto em todo o País. Com isso, vai começar a fiscalização dos requisitos de segurança da parte profissional.

Pode seguir, por favor!

Esses são dados dos setores, principalmente da cidade de São Paulo, referentes à geração de emprego. Dos 200 mil profissionais, 85% são autônomos, 15%, celetistas; a renda média de ciclista, do motociclista, é de R\$2.000,00, o faturamento do setor por mês é de R\$400 milhões, o PIB. Os setores que mais empregam a categoria são os de *delivery*, empresa Express, jornais, bancos, comércio, farmácias, hospitais, supermercados, setores diferenciados de uma forma geral.

Por favor.

Aí são as diretrizes que a gente apresenta como uma saída para a questão dos acidentes que envolvem, na área de saúde, educação, fiscalização, segurança viária, segurança veicular e a parte da qualificação, que é a que a gente já vem desenvolvendo lá em São Paulo.

Por favor.

Aí são ações voltadas para a questão dos acidentes, décadas de 2011-2020. Para contribuir com a década de segurança, o Sindimoto, em parceria com a Prefeitura de São Paulo, implantou, em 2011, um programa de proteção ao pedestre, com meta de reduzir o número de acidentes e mortes. O programa teve várias ações divulgadas na mídia, padronizados os comportamentos de todos, autores, trânsito, respeito à faixa de pedestre. O Sindimoto apoiou desde o início esse programa, resultou em 7 meses... O atropelamento caiu cerca de 40%... Eu estou um pouco nervoso, porque o Rodrigo que elaborou, eu achei que ele ia apresentar, mas sou eu mesmo que vou apresentar, então, vou tocar desse jeito mesmo aí. O Sindimoto apoiou

desde o início dessa campanha, que resultou em sete meses, o atropelamento por moto caiu 40%; de carro, 13%, demonstrando-se o respeito...

Senadora, quem preparou para mim foi o Rodrigo, eu gostaria que desse para ele apresentar, porque o Rodrigo é o consultor que cuida dessa parte para nós no Sindicato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, pois não. O tempo é o mesmo.

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Primeiramente, agradeço o convite do Senado.

Esta exposição que a gente está fazendo aqui são seis diretrizes que São Paulo está fazendo em prol da década e da redução dos acidentes envolvendo motocicleta.

Eu queria que você passasse. Fazendo uma analogia de 2009 para 2011, em São Paulo, morreram 438 motociclistas, em 2009, 65 eram profissionais, 15%. Em 2010, morreram motociclistas, em geral, 478, 52 eram profissionais, 11%. Em 2011, dos 518 motociclistas que morreram no trânsito, 40 eram profissionais, 8%. Nesses últimos três anos, as ações que foram implementadas reduziram a mortalidade envolvendo os profissionais em torno de 47%. Esses dados são de São Paulo, da CNT, divulgados na semana passada.

Então estamos em uma curva declinando. Enquanto a curva dos motociclistas está ascendente, nós estamos declinando. Esse é um forte trabalho realizado pelo Sindimoto, envolvendo todos os órgãos de trânsito, tanto em nível estadual, como em nível municipal, desenvolvendo as parcerias que realmente possam reduzir o número de acidentes, enquanto a frota de São Paulo chega a 852 mil motocicletas em dezembro de 2011.

Por favor.

Aqui é a questão por que a gente está conseguindo esses resultados. São várias campanhas realizadas, desenvolvidas em parcerias. A questão do pedestre que foi um pontapé muito forte para a década de segurança. Em São Paulo, quem mais morre no trânsito é o pedestre, não são os motociclistas; os motociclistas vêm em segundo plano. E nós conseguimos, em um trabalho de sete meses, realizado em parceria com a Prefeitura, CNT, SPTrans, reduzir esse número de atropelamentos por motocicleta. Eu acho que esse número é extraordinário. Chegamos a um índice de 40% de redução, enquanto que de condutor de carro o índice foi 13%, ou seja, nós tivemos três vezes mais conscientização em respeito ao pedestre do que o condutor de carro. Acho que isso é uma coisa que a gente tem que considerar. Realmente a campanha é muito forte, mais de três mil pessoas nas ruas fazendo essa campanha, uma campanha forte de mídia, uma

campanha forte realmente de uma ação planejada e o resultado está acontecendo. Da mesma forma também a campanha envolvendo o motociclista e o ônibus, também conseguimos reduzir em 52%.

Aqui a questão do Ministério do Trabalho, onde a gente desenvolveu uma campanha muito forte, que resultou em mais de dez mil empregos com registro em carteira, consequentemente também reduzindo a questão da acidentabilidade nas empresas. Essa foi uma campanha também muito respeitosa e considerável, com uma conscientização muito forte.

Por gentileza.

Estamos trabalhando na questão da fiscalização. São Paulo é um dos Estados que mais vêm fazendo fiscalização. Em 2010, 6.468 motocicletas foram para o pátio de uma forma irregular ...*(falha na gravação)*... equipamentos, pneus, licenciamento, setas, de uma forma danificada. Já em 2011, esse número saltou para 34 mil motos apreendidas irregularmente no trânsito da cidade de São Paulo, um aumento de 400%. Aqui foi dito que a fiscalização é o grande viés para que a gente possa reduzir a acidentabilidade envolvendo os motociclistas, tirar das ruas as motos que estão inadequadas para o uso, a questão também da documentação, do condutor. Em São Paulo, nós estamos avançando bastante nessa questão da fiscalização. Eu acho que este número aí é extremamente satisfatório, 34 mil motos apreendidas.

Por favor.

Outra questão: as motofaixas e os corredores. São Paulo é a única cidade no País a criar motofaixas. Temos duas motofaixas, em que se falou que é bastante importante separar as motos do meio do carro; então a questão dos investimentos na malha viária. Então as motofaixas e os corredores exclusivos são uma das ferramentas para a redução dos acidentes. Estamos trabalhando, de certa forma também, a questão dos corredores virtuais, que é uma realidade, quer dizer, a moto anda entre os carros, então, de certa forma, é preciso sinalizar esse tráfego. Estamos trabalhando junto com a CNT em alguns estudos para que haja vários corredores virtuais na cidade de São Paulo.

Por gentileza.

Aí entra a questão da segurança veicular, que é a questão da padronização, a questão do uso dos equipamentos. Estamos acreditando bastante que a introdução dos equipamentos obrigatórios, como mata-cachorro, antena, até dito pelo Dr. Dirceu, o baú, a sinalização, os equipamentos e o curso são elementos extraordinários que irão contribuir para a redução dos acidentes. Se a gente aplicar isso nos Municípios, nós teremos sim, desde o Oiapoque ao Chuí, se o Muni-

cípio regulamentar o serviço, nós teremos, sim, uma redução drástica e gradativa nos acidentes.

Por gentileza.

Em São Paulo, a moto será padronizada: branca, terá a cor branca como item, igual os carros, um adesivo de sinalização, o condutor será obrigado a fazer o curso. Um item importante que eu gostaria que vocês olhassem é o refletivo, a sinalização viária. Pelos dados da CNT, mais de 50% morreram por uma questão de visualização. Então, a 307 metros de distância, o motofretista é identificado, você percebe e reconhecido a 107 metros. Noturnamente, você verá o motociclista a um raio de 300 metros. Então mostra o ser e ser visto, que é uma questão importante no trânsito.

Por favor.

Aí você o motofretista no trânsito, a questão da sinalização, a diferenciação dele.

Por favor.

Em São Paulo, a questão do curso 30 horas nós estamos com mais de 10 mil qualificações já. Aí são os alunos na sala de aula do Sest-Senat em curso prático. A gente acredita no curso 30 horas. Eu acho que ele é um elemento importante para essa qualificação. O Gil foi um dos primeiros alunos a fazer o curso em São Paulo. Quem está fazendo, está tendo realmente a conscientização. Eu acho que esse é o caminho para a gente conseguir reduzir os acidentes.

Por favor.

Todo motoprofissional no País terá que ter a CNH com a atividade no campo de observação, seja para motofretista, seja para mototaxista. Além desse item, que é nacional, São Paulo, por ter uma lei municipal, exige que ele tenha o condumoto, que é a licença para exercer a atividade como condutor, e a motocicleta terá que ter a licença, que é a licença para a placa vermelha. Quem dá a licença para ter a placa remunerada é o Município. Então, além da CNH, ele tem que ter mais essas duas autorizações.

Por favor.

Além disso, o Sindimoto vem, nesses quatro anos, com mais de dois milhões de informativos e jornais distribuídos para a categoria. Realmente um trabalho forte de comunicação com a categoria. Aí quando a gente pediu a nossa deputada madrinha a questão da prorrogação foi porque o Brasil estava engatinhando na questão dos cursos, da definição do Sest Senat, dos CFCs; aí o governador deu a questão dos dez mil cursos; depois o veto do garupa, que São Paulo queria proibir e a gente conseguiu reverter. Recentemente, fomos empossados como membro do Cedatt (Conselho Estadual para a Diminuição de Acidentes de Trânsito e Transporte), um conselho que auxilia o governo do Estado nas questões do trânsito.

Por favor.

Nós queríamos deixar aqui seis propostas. Aí a sede do Sindimoto e a subsede, que foi criada agora, que é do lado do DTP, órgão que faz a regulamentação, da mesma forma que tem o Centro de Apoio aos Taxistas, o fretamento, para apoiar a categoria ser despachante para que não tenha oneração de tempo do seu trabalho, deixando as fichas lá serão encaminhadas para o DTP, o que facilitará a regulamentação.

São seis propostas da seguinte forma:

- regulamentar os Municípios. São Paulo tem 645 Municípios, mas apenas 17 estão regulamentados por lei. Então, sem a regulamentação do Município, não avança a Lei 12.009, porque a Lei 12.009 é clara, a competência é do Município. Então se não houver regulamentação do Município, nós não avançamos nem na questão dos profissionais;

- criação de motofaixas e corredores exclusivos em grandes centros ou cidades acima de 200 mil habitantes, que tem como ser feito;

- programa nacional do curso de qualificação de 30 horas exigido pela lei com incentivo governamental, porque existe recurso para isso, está clara essa questão. Então eu acho que investir na qualificação do profissional é investir na vida, investir na profissão e na regulamentação;

- campanhas permanentes de conscientização, não é fazer uma campanha, um *mix*, igual foi feito “Moto: união feliz”. Ela tem que ser permanente, incisiva e chocante, de certa forma, para haver uma conscientização, da mesma forma que é feito com o cigarro, quer dizer, é preciso fazer algo que seja impactante, que as pessoas tenham conscientização;

- quinto item, assinado pelo Ministério da Saúde e Ministério das Cidades, em prol da década de segurança, o Programa de Proteção Motociclista. O Brasil precisa desenvolver um programa que proteção motociclista que seja nacional, que possa realmente atingir o objetivo, que é, em 2020, reduzir em 50% os números de acidentes.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Rodrigo, que falou pelo Sindimoto de São Paulo, a pedido do Gilberto, que é o Presidente da entidade.

Gilberto, você tem menos de um minuto, porque já foi além do tempo que estava previsto para os outros expositores.

O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS – Eu peço desculpas pela questão da apresentação, que estava praticamente pronta e o Rodrigo teve que elaborar essa aí de última hora. Como é ele quem cuida dessa parte, achei melhor ele apresentar.

Lá em São Paulo nós temos aproximadamente 600 Municípios, Senadora, só 17 estão regulamentados, entendeu? Isso para nós é muito ruim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Gilberto.

Agradecendo à Mesa composta, convido a ocuparem a plateia para compormos a Mesa seguinte.

Enquanto eu chamo a Senadora Vanessa Grazziotin, agradecendo a presença, e o Senador Paulo Davim, junto com a Senadora. O Senador Paulo Davim foi quem sugeriu a presença da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), a fim de avaliar a gravidade do que acontece com as vítimas de acidentes de moto.

Agradeço, portanto, aos expositores. Na hora das perguntas, vamos recompor a mesa.

Srªs e Srs. Senadores, participantes, eu queria uma atenção especial. Vou abrir uma exceção, Senadora Vanessa. Embora esta audiência pública seja destinada à avaliação pelos Senadores, vou conceder a palavra, por três minutos, à Deputada Aline Corrêa, em função de ter vindo desde o início desta audiência e por estar envolvida com o assunto. Portanto, abro esta exceção em respeito aos Parlamentares da Câmara Federal.

Com a palavra a Deputada Aline Corrêa, por três minutos.

A SRª ALINE CORRÊA (PP – SP) – Senadora, agradeço sua iniciativa e parabênizo V. Exª por esta Comissão, por este importante tema ser abordado com tanto profissionalismo, com tanta dedicação. Acho que agora ganhamos mais uma combatente, uma combatente muito decidida, e tenho certeza de que vai entrar nessa luta por um trânsito mais seguro.

Senadora, estou nessa área, lutando contra a discriminação do motofretista, porque entendo que o setor, esses profissionais, na verdade, arriscam a vida no dia a dia, arriscam suas vidas e a vida de suas famílias, em busca de uma renda, em busca de um trabalho. Pelo que vimos aqui, eu senti muita falta do Ministério das Cidades, através do Denatran, do Ministério da Saúde e também da Feneauto, que é a Federação das Autoescolas, que não sei se está aí ou se estará em uma próxima mesa.

Estes três minutos são mais para parabenizar V. Exª, pois o setor realmente precisa, como vemos na imprensa todos os dias. Quer dizer, a quantidade de mortes, esses números precisam estar claros, como disse a nossa Senadora Vanessa. Isso é em São Paulo e isso é no Brasil. Em São Paulo, o Sindimoto, por meio do nosso Presidente Gilberto, um grande Presidente – que, se tivesse falado com o coração, Gil, teria falado exatamente aquilo que precisávamos ouvir

–, tem feito um trabalho fantástico e tem conseguido uma redução na questão das mortes. Vimos que os profissionais de moto estão morrendo menos à medida que são capacitados. E eles têm várias demandas. Já estamos trabalhando em demandas e conquistas junto ao Governo Federal desde 2007, 2008.

Então, é um trabalho que precisa continuar, Senadora. Precisamos, a partir de hoje, desta primeira audiência pública, fazer uma pauta de trabalho, cobrar do setor e do Estado. Porque esse setor não vai parar e nem vai parar de crescer. Precisamos regulamentar, orientar e capacitar, porque só vai crescer. O Estado de São Paulo hoje, sem os motofretistas, que são milhares de profissionais, quase 500 mil profissionais, pararia, Senadora. Então, como Estado e como Congresso, temos que ajudar esses diversos trabalhadores que, no Brasil todo, precisam dessa geração de renda. E devemos separar o joio do trigo: quem é o profissional que depende disso e como ele se capacita e o ciclista, que pega uma moto no final de semana, sem nenhuma orientação, e causa todos os acidentes que já conhecemos, com todos esses números.

Parabéns, Senadora. Agradeço muito pela iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Deputada Aline Corrêa. Vamos trabalhar em parceria, Câmara e Senado, especialmente com o seu envolvimento pessoal neste assunto. A Senadora Vanessa, que é do Estado do Amazonas, onde estão, digamos, as principais fábricas de motos, o Senador Paulo Davim, que é médico, cardiologista, muito voltado às questões da prevenção e da medicina, especialmente na área da medicina intensiva, nós todos vamos envolver um tratamento para que, do ponto de vista legislativo, possamos encaminhar a solução para este assunto, que não se esgota nesta audiência pública, pela gravidade do problema.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Enquanto montam a Mesa, quero cumprimentar também a Deputada Aline, Senadora Ana Amélia, e concordar com o que V. Exª disse. Eu acho que, a partir desta audiência pública, poderíamos, mesmo que informalmente, formar um grupo de trabalho. Aqui já temos cinco pessoas: alguém que representa a Câmara dos Deputados e que é de São Paulo; alguém que, além de representar o sul do País, tem trabalhado muito nesta questão aqui; o Senador Davim, que é da área médica; e eu, que represento o Estado que tem uma grande produção de motocicletas no Brasil. Sempre que falamos em seguro, percebemos o núme-

ro de projetos de lei que tramitam aqui inserindo no tema obrigatoriedade um item ou outro para garantir mais segurança, não é? Então, eu acho que devemos discutir tudo num contexto único, Senadora. Tudo num contexto único. A minha ideia é que façamos uma busca nessa questão legislativa, pelo menos no Senado – e poderia a Deputada Aline fazer a mesma coisa –, para ver se podemos juntar os projetos correlatos que aqui tramitam e fazer um trabalho único.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu acolho, em nome da Comissão de Assuntos Sociais, que debate esta audiência pública, a muito valiosa sugestão de V. Exª. Existem pelo menos duas matérias que já estão, digamos, no forno para entrar em vigor. São as Resoluções nºs 350 e 356. A de número 350 parece que é a mais emergente, porque o que foi apresentado aqui pelo Sindimoto do meu Estado me pareceu absolutamente razoável, sensato e coerente, especialmente quando define que são 25 horas de treinamento para a habilitação, e a maior parte das horas é destinada à teoria. Só cinco horas de prática. Quanto a isso, Senador Davim, convenceu-me o argumento do Valter, que é do Sindicato do meu Estado, que disse que tem que ser exatamente o inverso. E deve haver o ambiente do simulador, que foi falado pelo Dr. Dirceu e pelo que representou aqui a Abraciclo. E o treinamento no campo real, não no campo imaginário, que é uma pista que não tem nenhum problema com areia, nem com barro, nem com água, nem com chuva, nem com desnível de solo, de asfalto. Isso me pareceu extremamente...

Então, Senadora Vanessa, vamos formar esse grupo e colher todas as matérias legislativas que aqui estão. O Denatran vai falar. Possivelmente tenhamos também, do ponto de vista da autoridade da Deputada Aline Corrêa, informações de governo para isso.

E um dado, Senadora Vanessa, que me chamou muito a atenção. Existe um valor destinado do DPVAT, o seguro obrigatório. Mais de R\$350 milhões, 5% do que é arrecadado, deveriam ser aplicados em campanhas educativas e de prevenção. Mas esse dinheiro fica, digamos, contingenciado, e não acontece... Quer dizer, o dinheiro fica num caixa único e nós não vemos a aplicação. E esse dinheiro daria para fazer muita coisa pela prevenção no setor de motos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E evitar acidentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Evidentemente, evitar acidentes. Então, de fato, é isso.

Como disse o Valter também, esta audiência já está chamando a atenção. Recebo aqui, do Francisco Hebert, cujo prefixo é 19-78298633. Ele está acompanhando esta audiência pública, e o que ele diz realmente

reflete o elevado grau de discriminação à categoria. É muito interessante, porque o Valter sublinhou aqui que os motofretistas são discriminados. E ele até reclama: “É um absurdo o que acontece aqui. Das 470 atividades de inauguração do Samu em Limeira (SP)” – esse telefone é de Limeira, seguramente – “400 foram para motociclistas”. Quer dizer, do atendimento do Samu, é a maior parte. E o Gilberto é de São Paulo. E está reclamando aqui o que está acompanhando: “Despreparados são os motociclistas, que, a um custo baixo de locomoção, jogam para cima dos motoristas suas motos, e assim vamos nós”. Quer dizer, é uma ideia de que todo... Ele não faz distinção de bons e maus profissionais, como ressaltou aqui a Deputada Aline Corrêa, para separar o joio do trigo. Não podemos generalizar. Existem profissionais muito compenetrados e existem alguns que não têm a mesma responsabilidade no trânsito.

De pronto, chamo para compor esta segunda e última Mesa da audiência pública: o Dr. Orlando Bindá dos Santos, representante da União Estadual dos Mototaxistas do Estado do Amazonas; o Dr. José Mário Meira Teles, Presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira – Amib; a jornalista Gisele Flores, colunista e fundadora do Instituto Sobremotos; Maria Cristina Alcântara Andrade Hoffmann, Coordenadora Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito, representante do Sr. Júlio Ferraz Arcoverde, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran; e o Dr. José Luiz Dantas Mestrinho, médico, Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira, representante do Presidente da AMB, Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho.

Concedo a palavra ao Dr. Orlando Bindá dos Santos, que é o representante do Sindimoto do Amazonas, Estado da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. ORLANDO BINDÁ DOS SANTOS – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Ana Amélia. Bom dia, Senadora Vanessa Grazziotin, que, para mim, é uma das poucas mulheres do Amazonas que defendem causas muito importantes para nós.

A primeira coisa que quero dizer é que eu não trouxe nada para explanar porque fiz uma coisa diferente. Eu fui para a rua. Eu estava muito dentro do escritório, como presidente de sindicato, e deixei de ir para a rua para saber o que estava acontecendo. E há dois meses, Senadora Vanessa, estou em cima da minha moto para saber o que está acontecendo com os mototaxistas, os motoboys e os motofretistas. Eu também já fui motofretista. Preocupou-me muito, primeiro, que a lei para nós, para os que são organizados, é perfeita. A lei, para nós que queremos organização, é

perfeita. Se nós a colocarmos em prática, em primeiro lugar. O primeiro ponto é esse.

Eu presto atenção nas mulheres pelo Brasil, e digo até pela minha esposa, e parece que as mulheres é que querem as coisas direito, tudo como manda o figurino. E eu tiro o chapéu. Hoje, sou obrigado, como mototaxista e Presidente do Sindicato, a voltar a estudar, fazer uma faculdade, para tomar posição para o meu povo. Ou seja, fui para cima da moto, Senadora Ana Amélia, e fiquei impressionado com o número de mototaxistas que são organizados dentro de Manaus. Não estão legalizados, mas estão se organizando porque estamos sentindo necessidade de nos organizarmos, a fim de evitar o número grande e absurdo de acidentes. E fui saber se esses eram meus associados ou não. Eu disse: “Bom, eu vou saber o que está acontecendo”. Na rua, eu fiquei impressionado. Tem pessoas que pegam a moto, não só mototaxistas, mas também motofretistas... Estou falando da minha cidade. Eu creio que, em São Paulo, estão um pouco mais organizados, mas, com isso, vamos organizar agora. Há pessoas que contratam motofretistas sem habilitação para carregar gás. Isso me chamou a atenção.

Segundo, qualquer pessoa que compra uma moto pode ser mototaxista. Ele veste uma camisa com o nome “mototáxi” e sai para a rua. Ou seja, uma pessoa que mal começou a andar de moto. Por essa razão, nós que temos habilitação acima de cinco anos – porque, dentro da nossa cooperativa, da nossa associação e do sindicato, estamos pedindo isto: acima de cinco anos e pessoa acima de vinte e cinco anos – estamos fazendo uma triagem para ver se nos organizamos mais. E quando as pessoas nos discriminam elas nos colocam no meio daqueles que não são organizados e não querem se organizar. Ou seja, por causa de prefeituras que acham que a legalização não é boa para o País ou para as cidades onde já existe essa profissão.

Hoje, em Manaus, há doze mil mototaxistas rodando. Doze mil, Senadora! Doze mil, Senadores! Dentro da organização de sindicatos e associações, somando todos eles – eu pedi as estatísticas da Dr^a Mônica, do Detran de Manaus –, apenas 1.780 fizemos curso. Eu perguntei a ela: “Se nós fôssemos legalizar hoje, em Manaus ficariam quantos?”. Ela disse: “Orlando, não dá 1.800. Dentro da lei federal, não dá”. Eu fiquei assustado com isso. Quando eu fui para a rua e vi o número de acidentes, Senadora Vanessa, eu fiquei assustado porque a maioria que bate a moto ou que deixa o cliente, o passageiro caído no meio da rua não é habilitada. Ou seja, não está havendo uma atitude da Polícia Militar e do SMTU, e o Detran parece que não tem um número perfeito para fazer *blitz*. E eu não coloco a culpa na Dr^a Mônica, porque ela tem feito o

melhor que pode, só que o número de agentes é pouco. Estou falando da minha cidade, do meu Estado, mas creio que seja assim também em outros Estados. Eu não acredito que seja só no meu. Ou seja, por causa da cabeça de alguns prefeitos. Se nós legalizarmos, nós diminuimos o número de acidentes, como falaram meus companheiros de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O pessoal quer fazer cursos, quer oferecer um serviço de melhor qualidade, e nós não temos estrutura para isso.

Eu não vim aqui só para falar, mas para pedir ao Senado, Senadora Vanessa, que tome uma posição ou ajude essas duas categorias, que necessitam. Porque quem está em cima de moto são pais de família. Tenho um amigo que é motofretista em Manaus. O carro bateu nele e ele está com o braço direito seco. Eu perguntei a ele: “Quanto você ganha?”. Ele disse: “Eu ganho R\$1.580,00”. “E na Carteira?” “Meu patrão só me dá R\$580,00.” Ou seja, existe uma manobra para uma economia, para tentar desviar e dobrar os impostos que são recolhidos, o que não é ruim para o País ou para o Estado. É uma coisa absurda. E existem empresários que desviam para não pagar o que essa categoria necessita. Isso está nos preocupando. Eu creio que estou falando aqui e meus amigos vão me dar razão. Há pessoas que trabalham de forma correta. O que eles pagam eles assinam na Carteira. Ou seja, na hora em que um pai de família está parado em casa, primeiro, o pai de família vai passar a ganhar, depois disso, R\$580,00. Ele não tem mais condições de dar o melhor para seus filhos, um bom colégio, uma boa educação. Hoje, estou desabafando também. E creio que se o Senado fizer uma parte pequena, porque sei que nem tudo vocês podem... A Lei nº 12.009 é uma lei que libera para as prefeituras a autoridade de legislar ou não. A Lei do Mototaxista e do Motofretista.

Eu fiquei impressionado com os dados que vimos agora. Em São Paulo, com tantas cidades, em só 17 delas foram legalizados. Ou seja, ninguém está preocupado com essa categoria, ninguém está preocupado com um pai de família que é brasileiro e que paga seus impostos. Mas na hora em que pagamos o IPVA da moto ou em que compramos a moto, estamos gerando impostos para o País. Ainda agora, vi ali o Presidente da Fenamoto. Eu pediria a ele também para não colocarmos só esse tipo de colete que estão pedindo, mas aquele com *airbag*.

Em dois meses que voltei para a rua, eu fiquei preocupado com o número de acidentes com pessoas que não são capacitadas. Ou seja, qualquer menino de 15 ou 16 anos, como já vi, pode dirigir uma moto e pode fazer mototáxi, pode andar de moto como quiser, Senadora. Eu fiquei impressionado com esses núme-

ros. E fiquei decepcionado com o meu Estado, não só com o meu Estado, mas com a Prefeitura, porque não tomam posições de fiscalização, ou seja, a gente está sendo misturado, Senadora Ana Amélia, junto com as pessoas que não têm capacidade de desfrutar de uma moto ou de dirigir uma moto. Com isso daí eu fiquei preocupado.

Eu tenho um filho de 21 anos, ele tirou a habilitação dele há um ano. Ele vai para a faculdade de moto, e uma vez eu fui atrás dele. Eu fiquei impressionado porque é menino novo e esse menino passou entre um ônibus e um caminhão. É do meu filho que eu estou falando! Ele parou lá frente, e eu falei “Não faça isso nunca mais!” Eu fiquei com medo, ou seja, tem 21 anos e ainda não está capacitado para dirigir uma moto, porque o treinamento – como os meninos do Rio Grande do Sul falaram – ainda é pouco dentro do Detran. Ou seja, eu creio que o mototaxista, o moto-fretista ou o motoqueiro em geral têm que fazer provas mais sérias no Detran e treinamento não de quatro em quatro anos, mas, sim, de ano em ano para poder se educar mais. Isso é para o nosso benefício.

Obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada ao Orlando Bindá dos Santos, que é o líder dos motaxistas do Estado do Amazonas. Seu relato confirma exatamente as apreensões da categoria de outras regiões do País, como do Sul, no caso do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e também do Estado de São Paulo. Isso apenas esclarece também a extensão desse problema.

Eu queria pedir a todos que estão participando – e agradeço a presença de todos – a atenção aos expositores.

Passo a palavra ao Dr. José Mário Meira Teles, que é o Presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira. (Pausa.)

O Dr. José Mário está aguardando um *pen drive*.

Passo, então, a palavra à Gisele Flores, que é representante do Instituto Sobremotos do Rio Grande do Sul, por dez minutos.

A SRª GISELE FLORES – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aqui às Ex^{mas} Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e ao Senador Paulo Davim.

Orgulho-me muito de estar aqui, principalmente por ser motociclista, ou seja, eu ando todos os dias de moto. Não sou motofretista, sou motociclista e utilizo a minha moto para passeio, para deslocamento para trabalho, enfim, totalmente. Sinto-me orgulhosa, porque hoje as mulheres são 25% do mercado que utiliza motocicleta e, pasmem, como mostrou aqui o pessoal do DPVAT, somente 20% da acidentalidade

de motociclistas são com mulheres. As mulheres são mais cuidadosas.

Fazendo a nossa apresentação, eu sou Vice-Presidente do Instituto Sobremotos, sou especialista em gestão pública, sou piloto, sou federada pela Federação Gaúcha de Motovelocidade, pertencço à Amo, Associação de Motociclistas do Rio Grande do Sul. Isso para passar-lhes que amo andar sobre duas rodas.

Aqui vamos começar, então, falando sobre a epidemia de acidentes envolvendo as motocicletas no Brasil.

O Instituto Sobremotos é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), é uma organização sem fins lucrativos que, desde 2010, promove uma série de ações visando à educação do motociclista no trânsito. Entre elas, há uma que a gente já faz há três anos no litoral gaúcho, porque a gente entende que, durante o verão gaúcho, o motociclista anda com menos roupa de proteção. Então, nós colocamos um ônibus à beira da praia, no qual são dadas às crianças instruções de escolinha de trânsito e, para os adultos, instruções de pilotagem segura. Já passaram mais de três mil pessoas nesse projeto. Nós atuamos em nove praias do litoral gaúcho durante três dias. Então, a cada final de semana, durante todo o veraneio, a gente faz essa ação que é muito importante, primeiro, porque lá nós fizemos o serviço de guarda de capacete dos motociclistas e, inclusive, a guarda de sapatos. Então, o que acontece? O motociclista não tem mais a desculpa de ir de pés descalços até a beira da praia, e isso faz com que evitem queimaduras também. Outra coisa é a questão de câncer de pele.

Nós também temos outro projeto que se chama Pilote Consciente, do qual nós vamos agora realizar raios X. É um projeto no qual a gente vai dimensionar e oportunizar aos motociclistas a questão de *check-up* do seu meio físico, da sua integridade física, e também o *check-up* de todos os itens da sua moto. Para quê? Não adianta ter uma moto 100% funcionando e não ter boa capacidade física – pressão alta, glicemia, enfim, qualquer outro fator que faça com ele tenha uma queda – porque dela ele depende. Assim sendo, nós hoje nos preocupamos com os motociclistas.

Atualmente estamos realizando um estudo de campo no qual a gente está acompanhando a entrega de algumas motos para os motociclistas. E o que a gente tem percebido? Pasmem, mas há muitos motociclistas habilitados que não sabem nem ligar uma moto direito, eles não sabem tirar a sua moto de uma garagem com lombas, e já são habilitados! Tudo isso faz com que a gente veja que esse motociclista está pegando uma moto nova e está indo para a estrada.

Aqui nós vamos falar um pouco de acidentalidade envolvendo motociclistas. As causas primárias são as políticas públicas que privilegiam o transporte com automóveis. Só em 2011 foram produzidos 2.648.994 carros. Hoje, tem uma proporção de 76 carros por ônibus.

Passando.

O transporte público é insuficiente, insatisfatório e ineficiente. Hoje, o valor de uma única passagem equivale a um litro de gasolina para sua moto, que dá para girar em torno de 25 a 30 quilômetros em uma moto 125.

Outra causa complementar é a falta – de que todos aqui, sem exceção, falam – de fiscalização. Não adianta ter norma se não existe fiscalização. Aqui nós temos alguns exemplos do Nordeste, do pessoal andando com mais de duas pessoas, com mulheres grávidas, com crianças com menos de dez anos, sem capacete. Tem que haver melhor rigor na inspeção veicular.

A questão do capacete: muitas pessoas não sabem o perigo que é ter o capacete aberto em uma via com a entrada de uma pedra, de um animal, ou de ter um capacete riscado, com esses novos faróis xênon, que simplesmente cegam o motociclista.

A má formação dos condutores, não só dos motociclistas, mas dos motoristas, dos taxistas que não respeitam. Então, deve haver maior respeito em cada um desses segmentos. Falando de má formação, aqui novamente se explicita que, hoje, o motociclista sai mal preparado. Ele não sabe parar em uma lombada, porque não lhe é ensinado parar numa lombada; ele não sabe frear com o freio dianteiro, porque só lhe é ensinado frear com o freio traseiro; ele não sabe nem calibrar o pneu de uma moto. Isso não é simplesmente ler o manual; é fazer muito mais.

Por favor.

Então, acidentalidade é a árvore do problema, que começa na raiz. Há o privilégio dos carros e transporte público é inapropriado. Aqui mesmo foi falado que os índices são: 40% do pessoal usa motos para transporte, para sair do transporte coletivo; 10% em substituição ao carro.

A consequência de privilegiar o carro e o transporte público inapropriado é a disputa do espaço das vias. Aqui, as motos, os carros, os ônibus.

As causas complementares desses acidentes são a fiscalização insuficiente, de um lado, e a má formação dos condutores de outro. Isso gera o quê? Atitudes imprudentes, como motociclistas quebrando retrovisores de carros e negligentes por não conferir os itens de sua moto ao utilizar o equipamento; ou também dolosas, como a questão de alcoolemia, andar mais do que a velocidade permitida na via e a imperícia. Ter uma moto é ter uma arma em suas mãos

e não saber como utilizá-la. Tudo isso vai resultar em alto índice de acidentes.

Então, quais são as soluções que nós estamos propondo?

Encarar a moto como solução para a problemática da mobilidade viária. É um caminho sem volta. Hoje, sabemos que as motos já ultrapassaram a quantidade de carros e vão continuar cada vez mais aumentando.

Investir em um sistema público de maior qualidade e de preço acessível.

Restringir a circulação de carros nos grandes centros urbanos – com rodízios, pedágios urbanos – e ter motofaixas, o que foi muito tratado aqui e que é privilegiar o transporte individual sobre duas rodas, motos e bicicletas.

Intensificar a fiscalização, implementando a inspeção veicular; maior rigorismo na aplicação da Lei Seca – vocês não têm noção de como hoje tem motociclista alcoolizado andando em vias públicas; efetivar a fiscalização do uso correto do capacete e também a fiscalização das Resoluções nºs 350 e 356 do Contran, a partir de 22 de agosto de 2012; e *blitz* mais frequentes.

Por último, o que todos já falam e que nós vamos evidenciar: instituir a educação para o trânsito desde o ensino fundamental, que começa com a criança, no ensino médio e, principalmente no ensino de segundo grau e faculdades. Ter aulas expositivas falando sobre acidentes de trânsito, mesmo para aqueles que não tenham CNH de motos.

Retornar às categorias A1, A2, A3 de CNH por cilindrada.

Aumentar o número de horas-aula mínimo, principalmente em situações adversas.

Considerar que o condutor deva ter noções de mobilidade, nos mais diversos tipos de veículos e, por último, aumentar o rigorismo no exame de trânsito.

O mais importante: fazer com que as pessoas se conscientizem de que, quando existe um acidente de trânsito com um motociclista, tem uma família atrás, seja ela motofretista ou motociclista no âmbito geral da Nação.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada à jornalista Gisele Flores, fundadora do Instituto Sobremotos, pela exposição, reforçando aquelas sugestões relacionadas à questão da fiscalização, da educação para o trânsito, da inspeção veicular, da manutenção do veículo, da Lei Seca, porque aqui a grande causa foi a questão de consumo de álcool e de droga, e o aumento do rigor do exame de habilitação para motos.

Passo a palavra, agora, para o Dr. José Mário Meira Teles, que é o Presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira.

Queria chamar a atenção da plateia, porque todas as matérias são importantes. Então, atenção aos expositores. Já estamos chegando ao final desta audiência pública.

Com a palavra o Dr. José Mário Meira Teles.

O SR. JOSÉ MÁRIO MEIRA TELES – Bom dia.

Inicialmente gostaria de agradecer o convite para envolver a Associação de Medicina Intensiva nessa importante discussão e, acima de tudo, de parabenizar o Senador Paulo Davim e a Senadora Ana Amélia.

Depois de quase duas horas e meia recebendo uma série de informações, em apresentações brilhantes – Dr. Dirceu, Dr. José Eduardo – vou tentar me restringir muito àquilo em que acredito que eu possa contribuir. Apaguei um monte de *slides* que foram apresentados aqui. Espero que a gente tenha um pouco a noção da importância de uma doença, ou de uma situação, que está sendo colocada como epidêmica para a realidade da terapia intensiva no Brasil.

Eu tenho quase vinte anos de terapia intensiva, de formado. e muito antes de ver essas estatísticas – acima de tudo, mais do que Presidente de uma associação, eu também sou médico beira de leito – era impressionante a maneira como esses pacientes chegavam aos nossos pronto-socorros, às nossas unidades de terapia intensiva e continuam chegando. Eu digo chegavam, porque eu terminei saindo um pouco da frente dos hospitais públicos, e os hospitais privados, infelizmente, não são porta aberta para trauma. Mas eu vou para São Paulo e fico impressionado quando eu tenho que ouvir, às 9 horas da manhã, quando pego um táxi, pelo rádio, que 35 acidentes de motos foram registrados até às 9 horas da manhã.

Se você for ver, eu tive oportunidade de trabalhar durante dois anos no interior da Bahia, em Ribeirão do Pombal, num hospital que foi terceirizado, e eram impressionantes os rapazes, os jovens que chegavam sem capacete, sem nenhum tipo de habilitação. Aquelas fotos de três, quatro pessoas são impressionantes, mas muitas vezes vi jovens de 13, 14, 15 anos com TCE (Traumatismo Craniano Grave) gravíssimos no interior, em um local em que o TCE grave precisa de um centro de trauma especializado. Está no interior, não pode ser feito.

É realmente uma situação muito difícil.

Eu gostaria que passasse o primeiro eslaide.

A terapia intensiva, ao longo desses últimos anos, sofre justamente por conta da tecnologia. Ela ainda é considerada moderna e, ao longo desses últimos dez anos, principalmente, a demanda e a necessidade de leitos de terapia intensiva aumentaram muito, seja por conta do aumento da expectativa de vida – a gente tem uma população cada vez mais idosa, sobrevivente de

doenças de que, até bem pouco tempo, morriam. Hoje em dia, em dez anos, essas doenças não matam mais.

Conceito de tempo-dependência – trauma é considerado uma situação tempo-dependente, como sepse, com infecção grave, infarto, isquemia cerebral. Existem horas de ouro para o atendimento. Então, quanto mais retardado esse tipo de atendimento, piores são os desfechos: morte e sequelas. E aumento da severidade desses pacientes em hospitais. Eu só não tinha colocado ali que no Brasil ainda existe, como vocês irão ver, uma demanda tão alta de morte e de sequelas.

Pode passar.

Essa é distribuição das unidades de terapia intensiva por região. Então, vejam que o Sudeste tem 53% das UTIs. No Sul e Nordeste, estão mais ou menos distribuídos em 17%; e o Norte com 5%. Como foi apresentado anteriormente, os acidentes por moto são principalmente no Norte e no Nordeste, onde a gente tem menos leitos de terapia intensiva.

Pode passar.

Só para vocês terem uma ideia, 70% dessas unidades são de adultos; UTIs neonatais, 17%; infantis e pediátricas, 10%; e queimados.

Pode passar.

Esse é um dado do Ministério da Saúde que eu consegui recentemente e que não bate com o que eu vou mostrar. Para o nosso, foram feitas buscas ativas nas 2.460 unidades de terapia intensiva, e a gente tem 25 mil leitos. O Ministério da Saúde mostra 34, e acredito que alguns deles sejam ainda leitos desativados; só CNES, que é o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Pode passar.

De 2003 para 2009, realmente houve investimentos, com quase 80% no número de unidades de terapia intensiva no Brasil. Então, em seis anos, quase o dobro.

Pode passar.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há o SUS nisso?

O SR. JOSÉ MÁRIO MEIRA TELES – Incluindo o SUS.

Existe esse parâmetro de cobertura de leitos de UTI, que é uma portaria de 2002 que define mais ou menos. Tem aquele de 2,5 a 3, mas o que a gente mais utiliza é o de 1 a 3 leitos de UTI para cada dez mil habitantes.

Pode passar.

A gente teve, em número de UTI, de 9 mil para 25 mil leitos em atividade. Ligava-se para UTI e perguntava-se: “Há quantos leitos em funcionamento?” “Dez leitos, seis leitos.” É um número que, aparentemente, é significativo.

Próximo, por favor.

Cento e setenta e dois por cento de aumento em seis anos. É possível que, nos últimos dois anos, esses números sejam ainda maiores porque esse censo foi do final de 2009.

Próximo, por favor.

Levando em consideração aquela portaria – pode voltar um só, por favor – teríamos um a três leitos para cada dez mil com cobertura adequada acima, em azul, e vermelho como portaria abaixo.

Próximo, por favor.

Essa é a distribuição por região. Novamente, para vocês terem uma ideia, Norte e Nordeste estão abaixo dessa portaria. O Centro-Oeste, Sul e Sudeste, dentro dela.

Próximo, por favor.

A média nacional é 1,3.

Próximo, por favor.

Novamente, mais um.

Nenhum Estado no Brasil tem uma relação acima da portaria.

Próximo, por favor.

Três Estados, incluindo Sul, Sudeste, Centro-Oeste, um único Estado do Nordeste, que é o Rio Grande do Norte, e o Amazonas estão dentro da faixa, mas, aparentemente, pelos jornais e rádios, existe ainda uma carência de leitos.

Próximo, por favor.

Agora, todo o Norte e Nordeste têm um índice abaixo da portaria que faz com que exista uma média de noventa pacientes na fila de espera, por dia, precisando de um leito de terapia intensiva.

Próximo, por favor.

Isso em Salvador. Mais uma vez, seja na mídia televisiva ou no jornal, a gente encontra essa grande dificuldade de leitos.

Próximo, por favor.

Aqui, uma publicação que acredito seja interessante trazer para vocês porque, normalmente, a televisão apresenta dados de revistas médicas, de impacto. Essa publicação já tem uma semana. Foram analisadas dez UTIs na França, e ele queria saber o impacto da não admissão imediata. Não é retardada, não é transferência, é aquela indicação que se faz por um traumatismo grave e que não faz, porque a UTI está cheia.

Próximo, por favor.

A mortalidade dessas dez unidades era de aproximadamente 27% como um desvio padrão.

Próximo, por favor.

Quando existia a recusa, a mortalidade era aumentada em até 20%, mas o mais impressionante, quando observamos de maneira isolada, é que em cinco unidades, de dez, esse aumento somente com esse indicador – não estou avaliando mais nada, se

bem que foram feitos vários estudos estatísticos para retirar os fatores de confundimento – foi de 13% a mais, 21%, 18%, chegando a 46% de aumento de mortalidade.

Próximo, por favor.

Esses dados são os que eu tirei de um instituto, o Instituto Sangari, em que o número de acidentes fatais por moto, em 1996, era de 1400 e, agora, em 2010, era de 13000, um aumento de quase 900%.

Próximo, por favor.

E a taxa de mortalidade por acidentes, no mundo, já que deveríamos ter um parâmetro de comparação. Somos comparáveis ao Paraguai, porque todos os outros são abaixo de cinco. Temos que levar em consideração que todos os outros, excluindo os Estados Unidos, são países de terceiro mundo: Chipre, Tailândia, países da Malásia. Nos Estados Unidos é 1,7%. Então, é justamente o inverso: o Brasil é 7,1%, os Estados Unidos 1,7% de acidentes por cem mil habitantes.

Próximo, por favor.

Como estou no Senado, acho que precisamos de políticas. Acho fantástica essa iniciativa de discutir um problema grave, que leva à morte, que leva à seqüelas, que aumenta custos, mas tenho que falar da parte médica. Está muito bem documentado que centros de referências regionalizados – vivo na Bahia, onde, entre Salvador e Barreiras, são 850 km; quem sofre um acidente grave lá tem que ir para Brasília do que ir para Salvador – pequenos, mas com gente capacitada, equipamentos é uma das maneiras eficientes de minimizar, de mitigar as seqüelas desses graves pacientes.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade, colocar aqui que também tenho um filho de 21 anos. Eu não ia nem falar isso, ele está na faculdade e me pediu uma moto. Espero que, em breve, eu possa dar uma moto para ele, justamente depois das medidas que venhamos a tomar aqui.

Mais uma vez, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. José Mário Meira Teles, pela exposição e por salientar exatamente... eu só queria que o dado de 1996, 1.421 mortos e, em 2010, 14 mil e?

O SR. JOSÉ MÁRIO MEIRA TELES – 14.646.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está bom. Obrigada, Dr. José Mário.

Passo a palavra agora para a Drª Maria Cristina Alcântara Andrade Hoffmann, representante do Denatran.

A SRª MARIA CRISTINA ALCÂNTARA ANDRADE HOFFMANN – Bom dia, Senadora, bom dia a todos, eu até cheguei a preparar uma apresentação também, mas acho que, no decorrer da manhã, com todos os dados apresentados, acho que não vai ser necessário passar a apresentação, mas sim colocar

alguns dados pontuais que foram levantados aqui pelos outros apresentadores.

Estou representando o Denatran, sou a coordenadora de educação, tenho uma caminhada na educação de trânsito de mais de 18 anos, então também posso falar com propriedade em relação à educação de trânsito.

Num primeiro momento, eu gostaria de comentar com vocês que hoje a educação, não a educação de trânsito, a educação hoje é muito diferenciada do que foi quando nós estudamos. Então, quando nós estudávamos, nós íamos para a escola, aprendíamos a ler, escrever e calcular. Hoje, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) garante para a criança, na escola, que o professor desenvolva a formação integral do aluno. Essa formação integral do aluno é muito maior do que só ler, escrever e calcular. Então, é uma formação do cidadão.

Trazendo isso para a educação de trânsito, nós temos falado muito que a educação de trânsito é uma formação também desse condutor como cidadão no mundo. Não é mais só a gente vê-lo como um condutor, seja de moto ou de automóvel.

É importante lembrarmos também de que, dentro da LDB, a educação de trânsito não é vista como matéria. Então, hoje, as pessoas que ainda defendem a educação de trânsito como matéria estão em desacordo com a legislação educacional.

O próprio Conselho Nacional de Educação entende que educação de trânsito tem que ser trabalhada como um tema transversal ou tema interdisciplinar, de acordo com a regionalização de cada cidade ou de cada Estado.

Dessa maneira, o próprio Denatran instituiu uma portaria, de nº 147, onde define as diretrizes educacionais para se trabalhar a educação de trânsito dentro das escolas e também a Resolução nº 265, para se trabalhar no ensino médio.

Com isso, o que o Denatran fez?

Desenvolveu materiais educativos que foram distribuídos gratuitamente para todas as escolas estaduais e municipais do Brasil: o Projeto Trânsito Consciente, o Projeto Viva o Trânsito, o Projeto Transitando. Todos esses materiais foram distribuídos. O Projeto Trânsito Consciente, que é voltado ao Ensino Médio, que seria para que as escolas implementassem projetos de educação de trânsito dentro da escola, no Ensino Médio. Com uma carga horária de 90 horas/aulas, muito superior ao que é trabalho dentro do centro de formação. A dificuldade nossa, que nós entendemos, é que as escolas, como têm autonomia no seu projeto político-pedagógico, muitas vezes não vêem a importância de trabalhar a educação de trânsito na escola, e isso fica

também a cargo dos próprios centros de formação e dos próprios Detrans desenvolverem projetos educacionais que possam apoiar as escolas no desenvolvimento dessas ações.

Dentro disso, o Denatran também desenvolve um projeto da escola virtual de trânsito do Denatran que é um projeto de capacitação dos profissionais do Sistema Nacional de Trânsito.

Nos últimos cinco anos já foram capacitados 28 mil profissionais do Sistema Nacional de Trânsito.

O Sistema Nacional de Trânsito são os órgãos gestores de trânsito. O Denatran, com todo esse recurso que vocês dizem que não encontram, que não sabem onde é utilizado, também é utilizado para esses programas de capacitação.

No tocante a todas essas 28 mil pessoas capacitadas, não houve custo nenhum: nem para as pessoas, nem para os Detrans. É um curso promovido pelo Denatran, presencial e a distância.

Dentro disso, colocando agora a questão das motos em si, eu quis fazer essa introdução da educação para a gente poder realmente colocar o que é a educação de trânsito hoje. Ela não é uma disciplina. Então, nós não podemos continuar falando ou exigindo que seja uma disciplina. Por enquanto, ela não é e não tem previsão de ser. Nós entendemos que existe o uso indevido da moto. A pessoa compra a moto, compra sem habilitação, ela não vai fazer o cadastro do veículo, muitas vezes esse veículo não é cadastrado nem no Detran, no próprio sistema, e muito menos a pessoa faz o curso. Então, esse é um dos quadros muito grandes, e, principalmente no Norte e no Nordeste, isso está muito latente.

Falta uma grande fiscalização dos órgãos gestores em relação à habilitação e em relação à documentação de veículos. Isso compete a quem? Dentro do Estado, ao Detran, e realmente tem sido deixada de lado a sua ação fiscalizatória em relação às motos e também aos veículos.

Na formação do condutor, nós temos uma dificuldade muito grande em relação ao centro de formação, pois o centro de formação hoje adentra a pessoa para tirar a carteira de habilitação. Então, nós sabemos, por exemplo, que, nos Estados onde existe biometria, o centro de formação já tem dedo de silicone, para que a pessoa não seja obrigada a assistir à aula do centro de formação, as 45 horas/aula. Na aula prática, muitas vezes – e eu já vi caso assim –, o instrutor fica sentado numa lanchonete conversando, enquanto está passando a hora, porque o próprio futuro condutor não quer fazer a aula prática, porque ele já sabe dirigir. Isso acontece numa proporção imensa.

Não existe fiscalização do órgão gestor estadual em relação aos centros de formação. O centro de formação brinca, faz de conta que ensina, e o Detran faz de conta que examina. Diversos Detrans do Brasil têm um banco de dados de prova teórica com questões de 2005. Há determinado Estado da Federação em que o banco de questões de provas teóricas tem 400 questões somente de direção defensiva. Todos os outros conteúdos que são tratados ou que precisam ser trabalhados dentro do centro de formação são esquecidos na prova pelo Detran. Muitas vezes o instrutor, na hora em que está dando aula, tem que falar ao aluno assim: “O que diz a resolução é determinado assunto, mas, na prova do Detran, como o banco de questões é desatualizado, você tem que marcar a resposta tal”.

Então, existe um adestramento da prova teórica do Detran, porque o banco de dados, em alguns casos em que foi distribuído pelo Denatran – e a ideia do Denatran é a criação de um banco nacional, e já foi distribuído um em 2005 –, não foi realmente atualizado pela gestão anterior do Denatran. Este ano, esse banco de dados já está sendo atualizado, para ser distribuído novamente para todos os Detrans, e inclusive com uniformidade nacional, de forma a que o conteúdo seja o mesmo em todos os Estados.

Em relação às aulas práticas, nós também vemos que, além da má formação do instrutor do CFC, há também o próprio futuro condutor, que não participar ou prestar as aulas necessárias.

Quanto à questão do espaço das aulas práticas, também existe uma dificuldade muito grande, principalmente no Norte e no Nordeste, em que os centros de formação se sentem no direito de exigir que o Detran forneça o espaço para eles. No Sul, nós já temos visto, com maior propriedade, que os próprios centros de formação, individualmente ou em consórcios, criam seus próprios centros específicos. Exemplo disso é o do Paraná, em que quase todos os centros de formação possuem um centro prático de direção para ensinar as aulas práticas antes de ir para a rua, o que não acontece na maioria do Norte e do Nordeste.

Em relação a essa questão da aula prática, nós também vemos essa dificuldade, como foi falado aqui, da regulamentação da moto, em que a marcha está regulada para o exame, e assim também o próprio carro é regulado para o exame. Há ainda alguns exames em que a baliza é apenas um pauzinho, como em Minas, conforme mostrou o Fantástico e o Jornal Nacional, no sábado. É só um pauzinho para mostrar onde deveria ser a baliza. Em outros Estados já se utiliza uma carcaça de acrílico para simular a presença de outro veículo.

Então, entendo que falta muito para que os próprios centros de formação se atualizem e, realmente,

se tornem centros de formação para educação, não para o adestramento. Essa, inclusive, foi a concepção por trás do Código de Trânsito: o centro de formação deixou de ser autoescola para ser um centro de formação voltado à educação.

Ainda dentro disso, em relação ao que o Denatran tem feito desde essa nova gestão e desde que nós começamos o Plano da Década... E muitas pessoas dizem: “Ah, nós temos o Plano da Década, que completou um ano e nada foi feito”. Muito foi feito! Muitos lugares estão fazendo; muitos órgãos gestores, estaduais e municipais, estão promovendo diversas ações. O que não temos ainda é esse plano assinado pela Presidente da República. O plano está na Casa Civil, mas ainda não foi assinado. Mas ações estão sendo realizadas. O próprio Denatran tem realizado diversas ações como cursos de capacitação e outras ações.

Dentro do que foi comentado aqui em relação ao simulador, resalto que nós estamos finalizando todo o processo de pesquisa voltado ao simulador. Nós acreditamos que, talvez até o final do ano, o simulador já seja obrigatório nos centros de formação. É uma coisa que vai favorecer e muito o aprendizado.

Em relação às campanhas educacionais, como foi comentado, há a questão do contingenciamento. O Denatran, neste ano, recebeu, para o ano inteiro, R\$15 milhões para a realização de campanhas educativas. Nós já não temos mais verbas, porque nós realizamos a campanha de janeiro, do motociclista, do Carnaval, da Semana Santa, e estamos realizando agora Corpus Christi e as Festas Juninas, esta, uma campanha regionalizada, especificamente para o Nordeste. Mas acabou o dinheiro do Denatran para campanhas. O resto está contingenciado. Então, não temos como realizar campanhas, porque não temos o dinheiro. Ainda assim, com as campanhas que foram realizadas nas rodovias federais, nós já tivemos algumas diminuições. Na própria Semana Santa, houve uma diminuição de 25% no número de fatalidades.

Entre todas essas ações que o próprio Plano da Década instituiu e que estão sendo trabalhadas em todas as gestões do Denatran, nós não podemos nos esquecer do Projeto Vida no Trânsito. É um projeto em parceria – Ministério das Cidades, Denatran e Ministério da Saúde – que está sendo implantado em cinco capitais, com todo um trabalho voltado ao trauma, à educação e à coleta de dados, para que possamos ter realmente uma ação após isso.

O projeto está na fase de coleta de dados para que possamos, então, entender o panorama do nosso trânsito hoje. Porque, muitas vezes, nós pegamos os dados de outros países para fazermos comparações; países da Europa que têm uma realidade completa-

mente diferente da nossa. Então, não podemos comparar. Eu até cheguei a trazer dados de países com os quais nós podemos nos comparar, como a África do Sul e outros países onde se possa fazer uma comparação com o Brasil.

O nosso País, hoje, está passando por um processo de aumento de renda, e nós precisamos comparar com países que passem pela mesma realidade, não imaginando que nós vamos comparar com a Europa, cuja realidade é completamente diferente da nossa.

Desculpe por haver me excedido no tempo.

Muito obrigada a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Maria Cristina pela exposição, onde nos mostrou algumas deficiências do setor público nessa área. Nós vamos passar, em seguida, a palavra ao Dr. Mestrinho.

Antes, porém, eu queria registrar a presença do Deputado Rogério Marinho, que esteve conosco aqui até poucos instantes, amigo do Senador Paulo Davim. Também queria registrar e agradecer a presença do Sindimoto do Rio grande do Sul e do Amazonas, bem como dos representantes do Sindimoto do Acre, na pessoa do Pedro; do Sindimoto de Alagoas, na pessoa do Ed Sampaio; do Sindimoto da Paraíba, na pessoa do Jose Marcos; o Sinpromes do Mato Grosso do Sul, Luiz Escobar; o Caburé, é isto?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Caburé. O caburé é um passarinho que dá muito sorte.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, Bloco/PP – RS) – É? Tem de andar sempre junto na moto, então.

O Sindmototaxi de Mato Grosso do Sul, terra do Senador Waldemir Moka, de Campo Grande; o Sindimoto/MG, Rogério dos Santos Lara – boas-vindas aqui; o Sindimoto do Amapá, o Carlos Alberto; o Setser, da Associação das Farmácias, Agafarma, e do Sest Senat também – o Setser, a Associação das Farmácias, Agafarma, e o Sest Senat são do Rio Grande do Sul.

Eu também queria citar a Karina Salomoni, representando a Febrasul, Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Rio Grande do Sul.

Também está aqui o Deputado Federal Hugo Leal, do PSC do Rio de Janeiro.

Boas-vindas também, Deputado!

Rogério Schroeder também está presente.

Eu queria agradecer a presença de todos.

Fico muito honrada com essa representação tão grande do meu Estado, dando uma valiosa contribuição, e também com os demais Estados presentes.

Passo, por fim, a palavra ao Dr. José Luiz Dantas Mestrinho, Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira, para encerrar este debate.

Já estão inscritos a Senadora Vanessa, que tem preferência, por ser, junto comigo, uma das requerentes; o Senador Paulo Davim, também requerente, e o Senador Waldemir Moka.

Com a palavra o Dr. José Luiz Dantas Mestrinho.

O SR. JOSÉ LUIZ DANTAS MESTRINHO – Bom dia a todos.

Senadora, quero agradecer, em nome da Associação Médica Brasileira, o convite.

Fui, hoje de manhã cedo, capturado – esta é a palavra correta – pelo nosso Presidente para representá-lo, por problema de doença na família. Mas, aqui, diante de tudo, sinto-me em casa, por três motivos principais.

Primeiro, sou amazonense de nascença, de onde é a nossa Senadora Vanessa Grazziotin.

Morei no Rio Grande do Norte, onde me criei, de onde é o Senador Paulo Davim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, Bloco/PP – RS) – Seu colega médico.

O SR. JOSÉ LUIZ DANTAS MESTRINHO – Médico também.

E a senhora, conhecida de longa data, que perguntou: “Mestrinho, você tem moto, não tem?”. Eu disse: “Eu tive”. Então, vejam que faz tempo que a gente tem conhecimento.

Mas, depois de tudo que ouvi aqui, que foi falado, resta pouco a falar. Eu poderia até usar o direito constitucional de ficar calado, que está tão em moda!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, Bloco/PP – RS) – Não, nós não gostamos disso aqui! Não, pelo contrário, aqui não precisa.

O SR. JOSÉ LUIZ DANTAS MESTRINHO – Mas, tirando a brincadeira, a oportunidade de falar por último traz algumas facilidades porque a gente pode, às vezes, resumir o conteúdo tão ricamente apresentado nesta reunião.

O cenário é um cenário de guerra, é um cenário grave. O que nos assusta é que até hoje não foi tomada uma decisão para que essa carnificina seja estancada. Nós temos assistido a coisas brutais.

Eu sou cirurgião. Eu poderia ter trazido aqui, para projetar, cenas horripilantes de pessoas sem cabeça, pernas amputadas, intestinos expostos; poderia ter sido tudo colocado, mas eu acho que não valeria a pena nós nos expormos a tanto disso.

A Associação Médica Brasileira está produzindo uma diretriz – essa diretriz norteia, geralmente, o Ministério da Saúde e as especialidades – numa doença, que é uma doença nova, a doença do trauma. A doença do trauma – o José Teles participa bastante disso, por trabalhar em Terapia Intensiva – tem a sociedade desenvolvida, que é o Colégio Brasileiro de Cirurgiões, a Medicina Intensiva, a Sociedade de Ortopedia e Re-

abilitação, a Sociedade de Anestesiologia e, principalmente, a de Neurocirurgia, Neurologia e Neurocirurgia.

Então, a bem da verdade, nós temos uma situação grave, e em todos os setores, seja da parte política, seja do dever do Estado, seja da participação da sociedade, para cobrar e para exigir – e é uma vergonha ouvirmos que há um contingenciamento que poderia ser utilizado a bem da educação.

Quando foi falado sobre componentes das causas do acidente de trauma, é bom a gente lembrar que os componentes são vários: é o veículo que é mal cuidado, é o condutor que é despreparado; é o usuário e o pedestre que não prestam atenção no que estão fazendo; é a malha viária que é sucateada e totalmente despreparada para receber motoristas; o álcool e as drogas, que são também outra calamidade; e o excesso de velocidade. Tudo isso suportado por um transporte público deficiente, que nos obriga a ter uma moto – como eu tive moto também durante 12 anos – para poder me deslocar com facilidade para ir trabalhar.

Então, essas coisas todas foram colocadas, hoje, aqui, com muita clareza e com muita sabedoria. A gente precisa ter, primeiro, uma organização, Senadora, para poder levar isso adiante; nós precisamos ter um planejamento; nós precisamos ter a educação; a fiscalização e a punição. Disso tudo, o fundamental são dois pontos: primeiro, a prevenção básica disso. Nós gastamos, jogamos dinheiro, todo ele fora, porque não temos uma política de prevenção para acidentes não somente de motos, todos os acidentes que estamos acostumados a assistir e ver. Em segundo, o primeiro atendimento. O primeiro atendimento. O Paulo Davim, que é cardiologista, e o Teles, que é intensivista, sabem perfeitamente que a partir daí é que vai resultar menos morbidade, menos mortalidade. Isso é bastante claro.

Nós temos aqui alguns dados que já foram colocados, mas o Brasil é o 10º lugar entre 100 países pesquisados pela Organização Mundial de Saúde no que se refere a mortes no trânsito. Entre os motociclistas, a mortalidade aumentou em 754%! A frota de motocicletas cresceu em 369% na década. Mortes cresceram mais de 506%, só de motociclistas.

Então, a situação é extremamente grave. A gente não pode ficar aqui apenas pensando; a atitude nossa de começar esta discussão é básica, mas a coisa tem que crescer de maneira vertiginosa, porque aumentando o número de motos, vai aumentar consideravelmente o número de acidentados. E a gente fica se perguntando por que a atitude tomada não é maior?

A gente verifica um acidente aéreo. Um acidente, quando ocorre, cria uma comoção nacional porque morreram quatrocentas e tantas pessoas, trezentas e tantas pessoas em um acidente aéreo, e aí todo

mundo começa a tomar providências em relação a isso. O motociclista, coitado, ou um atropelado, por mais triste que seja a situação dele ao ser atropelado ou acidentado, é um; mas é um que faz parte de uma estatística que só faz crescer. Isso é fundamental para que coloquemos no papel e discutamos com as autoridades governamentais uma posição de PLs ou o que quer que seja, Senadora, para que as coisas tomem um rumo diferente do que as que estamos assistindo.

A Associação Médica Brasileira, no segundo semestre de 2010, criou um grupo de trabalho chamado “O Médico Motociclista”. Esse grupo de trabalho tinha a característica de juntar, principalmente em São Paulo, cuja frota é grande e o número de médicos motociclistas é grande também, para que eles identificassem os problemas que existem no trânsito – quem dirige, quem pilota uma motocicleta – e daí saísse uma cartilha para balizar as ações governamentais a respeito de como providenciar para minorar toda essa tragédia que assistimos.

Então, essa é a nossa mensagem da Associação Médica Brasileira, agradecendo, novamente, o convite e aplaudindo pela iniciativa dos Senadores e desta Casa, que precisam ser impositivos nessa situação muito grave.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Mestrinho, pela valiosa colaboração do ponto de vista do que podemos também, junto com a categoria dos médicos, trabalhar intensamente para tentar mitigar esse gravíssimo problema.

Eu queria citar, também, a presença do Presidente do Instituto Sobremotos Jaime Nazário Rodrigues.

Como já falou como representante do Instituto a Jornalista Gisele Flores, então vamos passar a palavra aos Senadores que estão inscritos. Havendo condições, o Presidente do Instituto Sobremotos poderá falar. Então, agradeço as presenças. Já fiz referência aos deputados que estiveram aqui, ao Vereador Valter Nagelstein e os demais dirigentes da categoria dos motofrentistas, do Sindimotos de vários Estados.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, por três minutos, se possível, porque já estamos com o adiantado da hora e alguns têm que viajar. Já me alertaram sobre esse aspecto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço, Senadora Ana Amélia, cumprimento V. Exª e vou tentar ser bem disciplinada no tempo, mesmo porque aqui ninguém gosta de permanecer calado; aqui a gente gosta de falar, e falar muito. E nada de sessão secreta: sessão bem aberta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E a votação também, não é, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É verdade.

Foram tantas as transparências que foram distribuídas...

Primeiro eu quero cumprimentar todos os convidados e convidadas e registrar a riqueza do debate de hoje, porque eu penso que são esses dados e esses números que nos remetem a como de fato nós temos razão em que é necessária a criação desse grupo para que a gente discuta o tema. E não discuta o tema de forma fatiada, como se diz, de forma compartimentalizada. Temos de discutir a problemática da forma mais ampla, porque ora é um projeto de lei que trata de um capacete de determinado tipo; ora é outro projeto de lei que trata de um equipamento de segurança inserido na motocicleta; ora é outro que trata da formação.

Eu acho que nós devemos analisar: primeiro, discutir qual é mesmo presente e o futuro, que ouvi dos senhores, da motocicleta, porque, se a gente imaginar que, conforme se aumentar a venda de motocicletas, vai aumentar o número de acidentes – e o Dr. Mestrinho disse que é verdade, que não há dúvida quanto a isso –, devemos analisar o que nós precisamos fazer para que isso não aconteça.

Ora, a venda de motocicletas vai acontecer, não tenho dúvida alguma. O jumento, o jegue está sendo substituído pela motocicleta! Lá no meu Estado, em muitas cidades, não há carros, mas há muitas motocicletas! E a gente pensa que, por ser cidade pequena, não tem acidentes, mas tem muitos!

Aqui está uma transparência que achei muito interessante, sobre o motivo da compra da motocicleta: substituir o transporte coletivo ou o carro, em 50% dos casos. É substituir o meio de transporte. Por motivo de trabalho, são 16%.

E nós vimos aqui, pelas transparências dos representantes de São Paulo, que os acidentes entre os profissionais estão diminuindo. Sinal de que a educação dá jeito.

Então, Senadora Ana Amélia, acho que essa questão da habilitação é algo que não pode permanecer do jeito que está – eu acho que todos nós concluímos isso –, com essa carga horária ínfima para a aula prática, e a forma como a aula prática se dá.

Ordenamento do trânsito. É preciso discutir primeiro o ordenamento de quem trabalha e o próprio trânsito. Não pode ocorrer o fato de as motocicletas andarem assim – como andam em todas as cidades brasileiras –, entre os automóveis!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por falta de pista própria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Os acidentes vão acontecer! Tem que ser obrigatório!

Então, para uma cidade regulamentar a profissão – e mesmo não, porque 50% não é nem profissional –, tem que trabalhar o trânsito, a sinalização, porque, muitas vezes, a sinalização já daria um jeito. E é preciso tratar da própria situação trabalhista deles, dos profissionais, porque é isto: arrecada 45% para o Sistema Único de Saúde (SUS); foram R\$3 bilhões em 2011; 5% para o Denatran, a gente imagina que para a educação no trânsito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Trezentos e poucos milhões

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Trezentos e trinta e cinco milhões. Ainda contingenciados, Senadora Ana Amélia! Então, nós temos que partir de um projeto, pois é uma questão de segurança! Segurança! Essa é uma questão de segurança! Se a educação, a ciência e a tecnologia não são contingenciadas, por que contingenciar isso?

A situação funcional, que é própria para favorecer o sistema de saúde, porque, quando muitos desses profissionais se acidentam, não têm carteira de trabalho assinada, não estão vinculados como microempreendedores individuais, e ficam sem qualquer tipo de apoio. Além de equipamentos de segurança.

Então, Senadora, nesses três minutos, não quero fazer perguntas. Acho que não sobrou nem espaço para fazer perguntas.

Eu quero cumprimentar a todos e dizer, Senadora Ana Amélia: conte comigo! Conte comigo, e tenho certeza de que todos os representantes dos mototaxistas que aqui estão, a começar pelo Orlando e todos os que V. Exª citou, assim como os profissionais, estarão dispostos a nos ajudar, Senadora Ana Amélia, para que a gente possa fazer um pedido ao Presidente Sarney, fazer um levantamento e tomar todos os projetos que haja. E complementar para que possamos ter um ambiente muito mais seguro para um transporte – não é por que seja produzido no meu Estado – que eu percebo nós não vamos conseguir frear. Cada vez mais, ele vai tomar mais espaço nas cidades brasileiras, sejam elas grandes ou pequenas.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Cumprimento, Senadora Vanessa Grazziotin, pelo sumário que fez, competentemente, do que discutimos aqui e da missão que teremos agora.

Saúdo também a presença do Deputado Luis Carlos Heinze, do PP do Rio Grande do Sul, aqui também participando desta audiência.

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senadora Ana Amélia, quero parabenizá-la pela audiência.

Quero parabenizar e agradecer a todos que participaram. V. S^{as} trouxeram informações para o nosso posicionamento diante desse problema.

Todos nós sabemos – acho que o Brasil inteiro sabe – do crescimento do número de acidentes de moto no País. O acidente de moto não só traz prejuízos orgânicos para a vítima, mas também financeiros para o Sistema Único de Saúde. Só em 2010, o SUS gastou mais de R\$300 milhões, só com internações, não se contabilizando aí aqueles pacientes que foram atendidos e receberam alta; não se contabilizando aqueles pacientes que ficaram sob a responsabilidade da Previdência, no chamado benefício, e o gasto com a recuperação, com a fisioterapia desses pacientes que tiveram que passar por essas sessões, além do prejuízo social que foi um cidadão ou uma cidadã que deixou de trabalhar na sua empresa ou na sua instituição, deixando, portanto, de produzir. Então, é um gasto muito grande. É um prejuízo muito grande o acidente de moto.

Todos os que falaram foram eficientes, competentes na sua argumentação. Quero ressaltar a Gisele Flores. Ela foi sintética. A meu ver, ela trouxe, objetiva e pragmaticamente, os pontos cruciais desse problema.

Todos nós sabemos, segundo as estatísticas, que quem adquire uma motocicleta ou é para substituir o carro, ou para substituir o transporte público deficiente, ou para trabalhar. Mas, como foi colocado aqui, o percentual para objetivos profissionais é bem menor do que esses dois.

No tocante às sugestões que aqui foram dadas, sobre a regulamentação, sobre as portarias, eu concordo com tudo. Concordo com todas as sugestões que foram dadas aqui. E essas sugestões adiantarão, mas não adiantarão suficientemente, se nós não fizermos, Senadora Ana Amélia, uma discussão sobre o transporte público no Brasil.

O Brasil está na contramão da história: enquanto, nos países da Europa, estimula-se o transporte de massa, estimulam-se os metrô, dá-se conforto para os usuários dos transportes coletivos, estimulam-se os ônibus de dois andares, estimula-se o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), estimulam-se os trens urbanos ou suburbanos, cria-se a rede de acoplamento do transporte hidroviário, do VLT, dos ônibus, no Brasil se estimula o transporte individual, no Brasil se permite aos veículos pequenos – e aí não vai nenhuma crítica – fazerem o transporte do grande público!

Então, é um contrassenso. No momento em que não se trabalha para o fortalecimento do transporte pú-

blico, evidentemente, está-se estimulando as pessoas a adquirirem seu transporte individual. E aí vamos chegar ao ponto do colapso das vias públicas dos grandes centros. E não será possível que cada um brasileiro tenha o seu veículo. É impossível!

Então, Senadora Ana Amélia, nós precisamos fazer esse debate. Nós precisamos fazer uma audiência pública para discutir exclusivamente o transporte público, discutir como o Senado Federal, como este Parlamento poderá, de alguma forma, estimular as políticas públicas no sentido de fortalecerem os transportes públicos.

Quero parabenizar a todos os senhores por tudo o que foi feito aqui. Na condição de médico, eu fui também testemunha, meu caro amigo José Mário, dos acidentes, eu que fiz a porta de urgência, depois fiz UTI, dos pacientes que chegavam vítimas de acidentes de motocicleta e até de automóveis.

E eu quero apenas, para concluir, Senadora, ressaltar a importância da informação e também da fiscalização.

Eu dava plantão no Hospital Walfredo Gurgel, no Pronto-Socorro lá, no trauma. Naquela época, Mestrinho, não era obrigatório o uso do cinto de segurança. Mas, na sala do pronto atendimento do trauma, havia lá uma placa grande: “O cinto de segurança salva vidas”. E embaixo: “Motociclista, use capacete.” Nós passávamos o dia inteiro trabalhando ali, terminávamos o plantão, entrávamos no carro, ligávamos o carro, íamos embora sem colocar o cinto. Aí eu pergunto: faltava conhecimento de causa? Não! Faltava era fiscalização.

Portanto, eu acho que tem que se juntar a informação com uma fiscalização eficaz.

É apenas esse comentário que eu faço, e parabeno, mais uma vez, a Senadora Ana Amélia, por essa iniciativa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

De fato, a questão da mobilidade urbana foi sublinhada aqui por todos, com destaque. E se viu que a organização da faixa própria para o motociclista, como ocorreu em São Paulo, permitiu uma organização e um maior nível de segurança – o Gilberto salientou muito isso.

Penso que a padronização das motos como veículos de trabalho, com a cor específica, isso tudo vai também contribuir.

E, para o senhor reforçar sua ideia sobre a questão da mobilidade urbana, foi feito aqui um comparativo: um litro de gasolina pode fazer 30 km por uma moto. E a gasolina hoje custa R\$2,85. O preço de uma passagem para uma cidade satélite aqui em Brasília, transporte ruim e caro, não faz esse mesmo trecho por R\$2,85.

É muito mais caro do que isso. Quer dizer, temos um transporte caro... (*Palmas.*)

Um transporte caro e de má qualidade. Por isso, é a alternativa que as pessoas têm para sobreviver.

E também concordo com V. Ex^a nessa questão da educação. Mas, Senador, eu tenho uma convicção clara, e o que mais me deu conforto nesta audiência foi ouvir dos profissionais dessa área que o problema está em comportamento, educação, consciência e responsabilidade.

A fiscalização é importante. Ela tem de ser feita para ver se o veículo está devidamente com a manutenção necessária. Foi mostrado aqui o percentual de freios dianteiros e traseiros com baixa avaliação positiva, quer dizer, não há manutenção do veículo, e ele é um fator de acidente. Então, essa fiscalização precisa ser feita. Mas nós, no Brasil, precisamos urgentemente – e lamento que não tenha entrado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como disse a Dr^a Maria Cristina – tratar essa questão do ensino de trânsito. O trânsito é o primeiro sinal de civilidade, e nós estamos mostrando que não somos civilizados no trânsito, de parte a parte. O motorista de um automóvel trata o motorista de uma moto como se fosse o maior inimigo que ele tem. E vice-versa.

E também, no caso do carro, a legislação obriga que haja uma cadeirinha própria para a criança. Isso para o carro, que é fechado, que tem proteção. Obriga-se o dono do veículo a ter essa proteção. A criança não pode estar na frente, no banco do passageiro; tem que estar atrás, bem protegida; existe uma regulamentação. A cadeirinha é toda ela com uma série de exigências, uma série de regras. Quanto à moto, nós vimos aquele primeiro cenário que alguém mostrou aqui, ocorrido em Brasília. Aqui em Brasília! Não é nos grotões do País! Em Taguatinga, uma moto com quatro ou cinco pessoas, com uma criança na frente. O que é aquilo ali? É a crônica anunciada de uma tragédia. Poderiam morrer quatro pessoas ao mesmo tempo, com essa irresponsabilidade.

Evidentemente, a fiscalização é muito importante, mas, enquanto cada cidadão não entender que ele é dono da sua sobrevivência ou da sua vida, a gente vai ter pouco espaço.

Com prazer, passo a palavra ao Doutor e Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, o Senador Paulo Davim e a Senadora Vanessa Grazziotin, pela oportunidade.

Foram duas Mesas. Eu ouvi alguns palestrantes da primeira Mesa e, agora, da segunda Mesa.

Primeiro uma justificativa por não estar o tempo todo aqui: eu relatava hoje um projeto numa outra Comissão. E os Senadores sabem que não tem jeito, quando se é relator.

Mas é claro que eu não tenho a menor dúvida de que, na manhã de hoje, o assunto mais importante é este. Mais importante exatamente pelo que vimos aqui. Esgotamos praticamente o assunto. Acho que não temos mais o que falar. E acho que esta comissão do trabalho... E aí há uma reivindicação, e acho justa, porque, no meu Estado do Mato Grosso do Sul, tanto o Governador André Puccinelli, quanto o Prefeito Nelsoninho Trad, por mobilização do sindicato dos mototaxistas, dos motoentregadores, aprovaram em Campo Grande a distribuição do colete aos motoentregadores feita pela Prefeitura!

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A identificação, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E os cursos são gratuitos.

Quer dizer, o governador e o prefeito da capital assimilaram um fato de que essa é uma realidade e que o Estado precisa participar. Mas fez isso porque o segmento está mobilizado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Houve parceria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O segmento está mobilizado e está organizado. Tanto que baixou muito o índice de acidentes. Insisto em dizer: dos que estão organizados. A estatística mostra isto: os mototaxistas e os motoentregadores são os que sofrem menos acidentes, talvez porque sejam mais conscientes e porque têm toda uma mobilização que permite isso.

Eu acho que a Dr^a Maria Cristina fez aqui um depoimento importante, reconhecendo a falha dos Detrans – e isso é fundamental –, e os colegas médicos aqui colocaram que, em algum momento, não é possível: nós vamos ter, sem dúvida alguma... E o trauma é uma coisa complexa: se você não tiver... Não adianta ter Urgência: o traumatismo craniano, como o meu colega falou, se você não tiver um centro cirúrgico, se você não tiver uma UTI, você não salva esse tipo de paciente! E o que tem acontecido? O SAMU hoje está organizado, ele socorre. Aí, chega à Urgência, não há estrutura! Quer dizer, você salva uma vida lá, mas não tem a continuidade dela, porque os serviços não estão preparados.

Então, há uma série de coisas.

Eu queria pedir que V. Ex^{as} permitissem que, na comissão do trabalho, houvesse a representação dos sindicatos, tanto dos motoentregadores, quanto dos mototaxistas, porque eu penso, Senadora Ana Amélia,

que eles têm uma contribuição importante a dar nessa comissão, diante da realidade que vivemos no meu Estado da mobilização deles, da organização deles. Eu acho que eles poderiam dar uma contribuição nessa comissão do trabalho.

Eu paro por aqui, dizendo que fiquei muito satisfeito, embora tenha aumentado muito mais a minha preocupação. E eu ainda vou resistir, José Mário, com as minhas filhas, porque, graças a Deus, moto elas não vão ter neste momento, ainda não. Eu vou resistir.

Mas eu fiquei impressionado com a realidade que colocamos aqui.

E termino saudando o Caburé e o Luiz Carlos Escobar, representantes do Mato Grosso do Sul. E digo que, tenho certeza, o Caburé, mais uma vez, vai dar sorte nesse debate, para que a gente possa avançar e trazer realmente uma preocupação importante para o País.

Parabéns, Senadora Ana Amélia. V. Exª continua brilhante como sempre. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Moka.

Já que estou diante de dois Senadores médicos, só para encerrar, o que chamou a atenção também foi o seguinte: a questão das prioridades. No caso da dengue, no ano de 2011, pelos dados apresentados aqui, foram pouco mais de 500 mortes pela doença; e foram 40 mil mortes em acidentes de moto. No entanto, a campanha maciça contra a dengue é conhecida de todos; o País todo se mobiliza em torno da campanha intensa contra a dengue. E nenhuma presença para a questão do acidente de moto e a sua prevenção.

Então, nós temos que mostrar ao Governo que, assim como há prioridade no combate à epidemia de dengue, acidentes com moto hoje são também uma epidemia no Brasil, que têm que ser vistos como problema de saúde, têm que ser vistos como problema social, têm que ser vistos sob todos os aspectos.

Precisamos levar essa questão ao Governo.

A Drª Maria Cristina trouxe aqui um depoimento que eu até digo que choca. Choca porque, quando ela diz que o Detran faz de conta... E é assim mesmo. E aí é que está a responsabilidade de uma autoridade que admite as deficiências do setor público, numa matéria em que essas deficiências seriam inaceitáveis.

Eu só queria lhe perguntar da proposta, casualmente do meu Estado, para inverter as 25 horas na habilitação: vinte horas de prática, e cinco horas de teoria, conforme determina a Resolução 350.

A SRª MARIA CRISTINA ALCÂNTARA ANDRADE HOFFMANN – Em relação à Resolução, é a 168 que trata de toda a formação do condutor.

Nós estamos num grupo de trabalho há quase um ano, e acredito que, em mais dois ou três meses, ela já terá sido praticamente revista por inteiro, e já é uma ação do Denatran, da Câmara Temática de Educação: nós vamos chamar para uma audiência todas as pessoas dos órgãos de trânsito envolvidas com a formação de condutores, para colocar em votação também e em entendimento com a comunidade, para ver as novas sugestões.

Então, são diversas sugestões que estão sendo acatadas, sim, dentro da nova proposta de Resolução.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Drª Maria Cristina, eu lhe agradeço e faço uma sugestão. A senhora disse “todas as autoridades do setor”. Eu penso que a maior autoridade é quem está na moto, enfrentando o dia a dia das cidades. Então, esses deveriam fazer parte dessa discussão, porque eles é que sabem. (*Palmas.*)

A SRª MARIA CRISTINA ALCÂNTARA ANDRADE HOFFMANN – Sim. E também colocando para vocês que nós estamos chamando, além dos instrutores, os examinadores, que são as pessoas que estão lá na ponta.

Quanto a isso, existe já um projeto de lei para a formação do examinador, e estamos pensando também numa formação desse examinador de trânsito, que hoje tem uma formação muito pequena.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço.

Claro que nós poderemos até pensar numa segunda audiência pública para complementar todos os aspectos, cujos temas a própria categoria, junto com as autoridades, poderão nos oferecer. Eu me disponho a fazer isso, Senador Moka, e sei que contarei com a sua colaboração, porque as autoescolas não falaram aqui. As autoescolas não se manifestaram. Então, a ideia seria promovermos outro debate, mais curto, porque hoje foi a primeira abertura.

Eu queria informar a todos vocês sobre a importância desse tema. A Comissão de Assuntos Sociais recebeu mais de 500 ligações do Brasil inteiro, por conta do interesse sobre esse tema! A Consultoria da Comissão de Assuntos Sociais está me confirmando, está revelando exatamente a importância disso.

Então, nós estamos aqui, e eu queria oferecer o meu gabinete, dos Senadores que participaram deste requerimento, acrescentando, no caso da indústria das motos, do Sindimoto do Amazonas, e também da área médica, que foram os Senadores Paulo Davim e Waldemir Moka.

E peço a vocês, aos que têm objetivamente: o que deve ser feito do ponto de vista legislativo; comunique-se conosco, porque, mesmo que compilemos

tudo o que está acontecendo em legislação nessa área, nós precisamos nos antecipar também e receber de vocês: “É preciso fazer isso, isso e isso.” E tragam que nós vamos submeter à Consultoria Legislativa do Senado, que é de muito boa qualidade, para que ela avalize um projeto de lei que possamos apresentar a respeito das iniciativas que devem ser feitas.

É claro que muitas das matérias dizem respeito à competência do Poder Executivo, seja na área da saúde, seja na área do Ministério das Cidades, o Denatran, para proporcionar uma...

E vamos cobrar, Senador Moka, que esse contingenciamento não pode acontecer com mais de R\$300 milhões! Dos cerca de R\$350 milhões, só R\$15 milhões, este ano, como disse a Dr^a Maria Cristina, foram aplicados em campanhas de trânsito, em períodos como no carnaval e agora na época das festas juninas no Nordeste, mas isso é absolutamente insuficiente! Não é nem 10% do total que deveria ser aplicado do recurso arrecadado do DPVAT, que é 5% apenas para essa finalidade.

Temos que pedir ao governo que libere esse recurso para fazer essa campanha, e que as entidades, as categorias também colaborem no estabelecimento das diretrizes fundamentais para isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que, daqui da audiência pública, deveria sair um documento nesse sentido, Senadora, já de imediato. Claro, tenho certeza de que teremos o apoio da Vanessa e do Paulo Davim, no sentido de concluir, entre outras coisas, que se liberem recursos, porque isso é fundamental.

E dizer à Dr^a Maria Cristina: eu sei do esforço, mas um ano? São milhares e milhares de vida que nós temos de levar em consideração. É claro que isso não é uma crítica, mas é uma percepção que eu tenho da dificuldade. E o meu Estado faz fronteira com o Paraguai, e isso é complicado para nós também, porque, na verdade, a motocicleta se transformou realmente, não tenho a menor dúvida, em veículo de trabalho. É motoentregadora, é mototaxista.

Isso não vai parar. Nós temos é que nos preparar. É prevenção, e preparar, sobretudo, na área de saúde, porque o traumatismo craniano, quando não se usa capacete, na maioria das vezes, ou ele é fatal, ou vai deixar sequelas que vão complicar muito a vida das pessoas.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Além desse aspecto da moto como instrumento da atividade econômica, como instrumento de trabalho, há também o transporte para ir para a faculdade, para ir para a escola, para ir para o trabalho. O profissional liberal, por exemplo, o médico mesmo pode ir para o

trabalho usando sua moto para facilitar, para liberar um automóvel, ou para evitar o uso do ônibus, como nós dissemos, caro e mal servido.

Eu queria agradecer novamente ao Dr. Dirceu Rodrigues Alves Júnior, ao Dr. José Eduardo Gonçalves, ao Dr. Ricardo Xavier; ao Dr. Valter Ferreira da Silva, nosso representante do Rio Grande do Sul (Sindimoto/RS), ao Gilberto Almeida dos Santos, do Sindimoto/SP – os dois, o Valter e o Gilberto, da categoria; ao Orlando Bindá dos Santos, também representando o Sindimotos do Amazonas; ao Dr. José Mário Meira Teles, à jornalista Gisele Flores e à Dr^a Maria Cristina Alcântara Andrade Hoffmann, do Denatran, e ao Dr. José Luiz Dantas Mestrinho, pelas valiosas colaborações.

A sugestão do Senador Waldemir Moka é acolhida pela Mesa, e eu peço à Consultoria e à Assessoria da Comissão de Assuntos Sociais para elaborar o documento para encaminharmos às autoridades competentes, seja do Ministério das Cidades, seja do Ministério da Saúde.

Eu queria agradecer a todos, especialmente àqueles que vieram de longe para esta audiência pública, e dar por encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 08 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos, do dia trinta de maio de dois mil e doze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rolenberg, Paulo Davim, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcante, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Benedito de Lira, Antonio Russo** e das Senadoras **Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy e Lídice da Mata**. Justifica ausência o Senador João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, de 2011.**

*Altera à Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estabelecer a vedação de concessão de subvenções econômicas aos produtores rurais autuados por promover o trabalho escravo em sua propriedade rural. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2011, com 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2011, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em Decisão Terminativa; **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 652, de 2011 – Complementar. Modifica as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos garçons. **Autoria:** Senador Gim Argello. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 652 – Complementar, com uma Emenda de Redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Projeto do Senado nº 652, de 2011-Complementar, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 653, de 2011. Altera o Código Penal, para criminalizar a venda, importação e o descarte irregular de resíduo hospitalar. **Autoria:** Senador Humberto Costa **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 653, de 2011 com as duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 653, de 2011, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em Decisão Terminativa. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 672, de 2011. Institui contribuição devida pelos aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social para os fins que especifica. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (PERMANENTE). **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (define “tratamento mental” como enfermidade psíquica em geral). **Autoria:** Deputado Jutahy Junior. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:***********

*Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2009. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, de 2009. Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e assepsia de areia contida em tanques de lazer e recreação existentes em áreas públicas e privadas. **Autoria:** Deputado Neucimar Fraga. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2009 e da Emenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, de 2011. Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro. **Autoria:** Deputado Edigar Mão Branca e outros. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2011 e das Emendas nºs 1-CRA e 2-CRA. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2006. Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 12 da Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre a responsabilidade civil nos acidentes ocorridos no trabalho temporário ou terceirizado e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2007. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007 e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2008. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Acidente. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 476, 2008, com 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2009. Estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2009.*************

Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 12– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2011.** *Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente de Turismo.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 55, 2011, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2011.** *Institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária.* **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2011 e da Emenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 614, de 2011.** *Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tomar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, de 2011.** *Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para determinar que a divulgação de matérias jornalísticas relacionadas a medicamentos e terapias seja objeto de regulação.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011. **Resultado:** Adiado. **EXTRAPAUTA: ITEM 16 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 46, de 2012.** *Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública no âmbito da subcomissão permanente em defesa do emprego e da previdência social para debater a situação do fundo de previdência complementar dos portuários – PORTUS. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Paulo Davim, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, Benedito de Lira e as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy. Nada mais a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e nove minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e

aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens de nº 1 a 15, conforme pauta previamente divulgada – 4 itens são não terminativos e 11 são terminativos.

Eu gostaria de fazer apenas aqui alguns comentários.

Antes, registro a presença do Senador Paulo Davim e da Senadora Ana Amélia.

Antes de iniciarmos, de fato, os nossos trabalhos para a aprovação das matérias de hoje – como eu disse, são 15 itens –, eu gostaria de ler uma matéria interessante que é da Agência Senado:

Exigir cheque-caução ou outra garantia para prestar atendimento médico de urgência agora é crime. A Lei nº 12.653/2012, publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (29), acrescenta a conduta de “condicionamento de atendimento médico-hospitalar de urgência” ao Código Penal (art. 135-A), com pena de detenção de três meses a um ano. A pena pode ser dobrada, se a falta de atendimento resultar em lesão corporal grave, e triplicada, se levar à morte do paciente.

Faço esse comentário para que o povo brasileiro tome conhecimento, através das imagens e dos sons da TV e da Rádio Senado, do fato de que:

A exigência de cheque-caução já é considerada irregular pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e por órgãos de defesa do consumidor. A mudança no Código Penal, no entanto, passa a considerar a prática criminosa.

Pois bem. É bom que se esclareça aos telespectadores que, a partir de agora, os hospitais que fizerem exigência do cheque-caução poderá, eventualmente, nesses casos que eu já expus aqui, ter a sua prática considerada criminosa. É um alerta que damos, principalmente aos donos de hospitais, que, lamentavelmente, muitas vezes, deixam o cidadão morrer pelo fato de não ter, às vezes, um talão de cheque para dar um cheque-caução.

Quero registrar também a presença do valoroso Senador goiano Cyro Miranda, que já se encontra presente em nossa Comissão.

A nova lei, que ainda deve receber regulamentação do Governo, também proíbe a exigência de preenchimento de formulários antes da prestação do atendimento médico de urgência.

O que ocorre na maioria – eu acho que é na totalidade – dos hospitais hoje? Se um cidadão chega passando mal, quase indo a óbito, mesmo assim, ele tem de se sujeitar a primeiro fazer a ficha para dar entrada ao hospital. Agora as coisas mudaram, baseando-se também na mesma Lei nº 12.653, que vai ser regulamentada.

O projeto que deu origem à lei (PLC 34/2012), de autoria do Poder Executivo, foi aprovado no Senado no início deste mês. Segundo o relator da proposta na Casa, Senador Humberto Costa (PT-PE), o objetivo é “priorizar a vida em vez de subordinar tudo ao lucro e ao ganho”.

Um dos casos que motivaram a iniciativa do Governo Federal foi a morte, em janeiro, de Duvanier Paiva, então Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, depois de dois hospitais particulares de Brasília terem recusado atendimento a ele. Com sintomas de infarto, o servidor, de 56 anos, não teria sido atendido por não levar consigo um talão de cheques para oferecer a caução. Quando finalmente recebeu socorro, no terceiro hospital, seu quadro já era irreversível.

A nova lei obriga ainda os estabelecimentos de saúde com serviço de emergência a exibir, em lugar visível, a seguinte informação: “Constitui crime a exigência de cheque-caução, de nota promissória ou de qualquer garantia, bem como do preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial”.

De modo que eu acho que isso aqui é um dos projetos mais meritórios que aprovamos neste ano. Temos visto, por este imenso País, infelizmente, muitas vezes, o cidadão ter que preencher a sua ficha para dar entrada no hospital, às vezes exige também o famoso cheque-caução, e agora, de uma vez por todas, estão eliminadas essas exigências que a maioria dos hospitais exigia, naturalmente, das pessoas que recorriam a ele.

Outro fato eu quero comentar. Ontem, nós tivemos aqui uma importante audiência pública, presidida pela Senadora Ana Amélia, em que estávamos discutindo a questão dos mototaxistas aqui, diante do número de acidentes que ocorrem no trânsito do nosso Brasil.

Dados da Organização Mundial de Saúde classificam o Brasil como o quinto país do mundo em mortes

de trânsito. E na audiência pública sobre o crescimento, vamos chamar de pandemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, que foi realizada nesta terça-feira, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, os dados mostram que sete em cada dez acidentes envolvendo motocicletas resultam em vítimas e que quatro de cada dez leitos das Unidades de Terapia Intensiva estão ocupados por motociclistas acidentados. Em alguns Estados, cerca de 74% dos acidentes de trânsito envolvem motociclistas. A maioria é de jovens e homens. Como o motorista está exposto, as lesões costumam ser graves.

“Estamos diante de uma doença epidêmica negligenciada pelas nossas autoridades”. Foi o que ouvimos da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, no dia de ontem.

O seguro também cobrado no IPVA, criado para modernizar, ou seja, para indenizar, melhor dizendo, as vítimas de acidente de trânsito, repassou, no ano passado, R\$3 milhões ao Sistema Único de Saúde, o SUS, e R\$350 milhões ao Departamento Nacional de Trânsito, o Denatran, em campanhas educativas. Pelo que foi divulgado no debate aqui na CAS, parte desses recursos não está acessível pelo contingenciamento.

Ora, o fundamento maior dessa minha observação é que, infelizmente, os recursos alocados no Orçamento da União são muito difíceis para acessar, haja vista que, num caso como esse aqui, infelizmente nós temos, hoje, R\$350 milhões que, lamentavelmente, estão contingenciados e, com isso, não permitindo as campanhas educativas.

Concluindo, a formação insuficiente também de condutores aprovados em exames de habilitação também foi apontada como uma das principais causas de acidente.

Ontem mesmo, no plenário, a Senadora Ana Amélia fazia ali um pronunciamento em relação a essa audiência pública e, lamentavelmente, o que nós ouvimos por parte da Senadora é que 25%, ou seja, das trinta horas para o cidadão adquirir habilitação para trafegar nas estradas e nas ruas com moto, ou seja, ter habilitação, permitindo a ele ser um motociclista, lamentavelmente, 25%, Senador Cyro Miranda, são para aulas teóricas e 5% apenas na prática. E nesse caso, particularmente, eu acho Senadora Ana Amélia que tem que ser feita uma inversão, pelo fato que V. Ex^a comentava ontem dizendo que 25%, ou seja, 75%, nesse caso de 100, ou seja, 25 horas das 30 são ocupados pela aula teórica e pela prática quase nada.

De maneira que eu acho que foi oportuna e eu espero que possamos aqui subsidiar, através dessas audiências públicas, os órgãos competentes, e, particularmente, defendendo também que é inconcebível que

trezentos e tantos milhões de reais estejam contingenciados, com isso inviabilizando as campanhas educativas que tinham que ser feitas obrigatoriamente até pelo fato de ter aumentado sobremaneira o número de motos em nosso País.

Mas concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Presidente Jayme Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, foi muito oportuno esse pronunciamento e a iniciativa de V. Ex^a.

Eu quero só dar um dado do meu Estado. O HUGO, hospital de urgência do nosso Estado, recebe, hoje, 62% de acidentados de moto. Olha só que índice. Eu acho que é o maior do Brasil. E o que está acontecendo? As doenças prioritárias ou incidências como AVCs, como coronárias, todos esses estão ficando em segundo plano. Depois, com o excesso de uso, esses equipamentos entram em falência mais rapidamente. E, portanto, nós ficamos sem tomógrafos, sem ultrassonografia, sem uma série de coisas por causa desses pequenos acidentes.

Então, a repercussão é muito mais ampla do que a gente ainda imagina. V. Ex^a está de parabéns. Temos de fazer um esforço para, realmente, pôr um fim nesse modelo que aí está, de ceder as carteiras para motociclistas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer as referências que V. Ex^a acaba de registrar sobre a movimentada e impressionante audiência pública aqui, pelos dados que ouvimos e recebemos. A mim me pareceu que a situação é muito mais grave e dramática do que a de que tínhamos ideia. A mim, pelo menos. Imagino que, para o Senador Paulo Davim, médico, que tem a convivência diária com o drama da saúde, para o Senador Cyro Miranda, que faz um relato do que acontece na área médica no Estado de Goiás.

O que vimos aqui foi um dado alarmante: de cada seis internações, segundo o Dr. Dirceu, da Medicina de Tráfego, na UTI, que é a área de alta complexidade, quatro são de acidentados por moto. Isso é ocupação de um espaço em que aquele paciente que vem com AVC ou com um outro problema também de tratamento de urgência precisa ser internado. Só que, como é um politraumatismo grave, com exposição de ossos, membros, então a UTI acaba sendo ocupada pelo acidentado.

V. Ex^a chama atenção também para um fato relevante. Existe na lei a determinação de aplicação do fundo destinado à prevenção, que é uma arrecadação das multas aplicadas no trânsito, seja de motos ou de veículos, que é de R\$1 bilhão por ano, que deveria ser aplicado na prevenção.

Nada desse dinheiro chega. E mais. Dos R\$350 milhões que são arrecadados do seguro obrigatório DPVAT para motos, e esse dinheiro deveria ser aplicado inteiramente na prevenção e em campanhas educativas. Este ano, a representante do Denatran nos confirmou apenas R\$15 milhões e não há mais dinheiro, porque tudo foi contingenciado. Quer dizer, dos R\$350 milhões, só R\$15 milhões foram devidamente aplicados na prevenção.

É urgente que isso entre como matéria disciplinar nas escolas a partir dos cinco anos de idade, porque a criança diz para o pai, cobra do pai, ou do irmão, por favor, ande devagar. Há uma exigência para quem dirige carro colocar a criança no banco de trás, sentada em uma cadeirinha e uma série de rigores a serem observados; a cadeira tem de ter tal dimensão, tal peso e tem que ficar presa etc.

O que a gente vê, Senador Jayme Campos, Senador Paulo Davim, Senador Cyro Miranda, nas ruas do Brasil inteiro é a moto se transformando num verdadeiro coletivo, porque ali vai uma família inteira: a criança bem na frente, atrás vai a mulher, vai mais um outro filho entre o casal. E até animais são transportados nas motos. Então, não há um critério, não há fiscalização ou vistoria nem inspeção veicular adequada para motos, e os problemas com freios dianteiros e traseiros no veículo de duas rodas são dramáticos também.

Então eu quero aproveitar, Senador Jayme Campos, para agradecer muito pelo apoio que a Comissão de Assuntos Sociais deu ao trabalho ontem. Havia dez pessoas e dividimos em duas partes. Agradeço à Dulcília Ramos Calháo, que é a nossa coordenadora da assessoria aqui, exemplarmente, com toda a equipe com que trabalha na Comissão, porque atenderam mais de 500 ligações do Brasil inteiro de pessoas interessadas. Aqui havia, ontem, do seu Estado de Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Alagoas, do Acre, do Amazonas, do Amapá, da Bahia, do Rio Grande do Norte, que, espontaneamente, compareceram, sem sequer terem sido convidados. Vieram pelo interesse da matéria. E considerei extremamente importante a sugestão coletiva.

O Senador Paulo Davim, que também colaborou para indicar um representante da medicina intensiva, e a Senadora Vanessa, que indicou o Presidente da Indústria de Motocicletas, que também deu uma boa colaboração à audiência. É de formar esse grupo, ve-

rificar toda a legislação e fazer, no início de setembro, um seminário, que eu gostaria que fosse presidido por V. Ex^a, aqui no plenário do Auditório Petrônio Portella.

Queria também aproveitar para registrar a presença aqui, dando acompanhamento, do Presidente do Sindicato Rural de Carazinho, Hélio Bernardes, e do Vereador de Alto Alegre, Alex Paulo, que estão prestigiando aqui. A eles eu saúdo também em seu nome, Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a também, Senadora Ana Amélia. Também me associo aqui, dando as boas-vindas aos conterrâneos da Senadora Ana Amélia. Sejam bem-vindos. A Comissão se sente honrada com a presença de V. Ex^{as}.

Pela ordem, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero me somar à considerações feitas pela Senadora Ana Amélia, dizer que foi realmente uma audiência pública bastante profícua e esclarecedora, trazendo novos dados à tela.

Para se ter uma ideia, o veículo motocicleta corresponde a um quarto da frota no Brasil, entretanto o seguro DPVAT gasta 66% com acidentados de moto. Portanto, está mais que comprovado numericamente essa epidemia de acidentes de moto. Os hospitais públicos estão mais que abarrotados de pacientes nos corredores, nas UTIs. E são pacientes oriundos do trauma, são pacientes de longa permanência, que onera bastante o sistema público de saúde.

Então, eu quero, inclusive, ressaltar a importância da campanha educativa, a importância de medidas saneadoras dessa epidemia, como sinalização eficaz, como uma fiscalização da mesma forma eficaz. Mas, também, Sr. Presidente, quero dizer que existe uma sangria de recursos públicos em função dessa epidemia de acidentes de motos. Então, só no ano de 2010, o SUS gastou mais de R\$300 milhões com internação de pessoas acidentadas de moto, vítimas de acidentes de moto. Então, isso é muito grave, isso é alarmante.

Há, inclusive, um projeto de minha autoria tramitando nesta Casa, por meio do que se destina 15% das multas de trânsito para saúde, porque hoje, Sr. Presidente, nenhum centavo das multas é destinado para saúde, e nós sabemos da carência de recursos que a saúde pública atravessa. E, como estamos debatendo e estamos conhecendo os dados sobre o quão grande é a contribuição para essa sangria de recurso que o acidente de trânsito dá. Realmente é uma sangria considerável provocada pelos acidentes de trânsito.

Então, nada mais justo que das multas de trânsito um percentual seja destinado para engordar os cofres da saúde pública, para fazer frente a essa demanda.

Mais uma vez, parabéns a Senadora Ana Amélia pela brilhante audiência pública realizada ontem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^{as}.

Vamos, então, à Ordem do Dia.

Item 1. Decisão não terminativa. Página 16.

Aqui, a informação era uma. Agora, está mudando.

Quero só indagar a V. Ex^a se vai relatar a matéria, porque, inicialmente, foi comunicado pela secretaria que V. Ex^a pretendia retirar de pauta. Todavia, uma nova informação me chega...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Deixa eu lhe dizer, Presidente. Eu pretendia retirar de pauta, diante das alterações que a matéria suscitada pela aprovação da PEC chamada PEC do Trabalho Escravo na Câmara suscitou, porque haverá uma Comissão Mista de Deputados e Senadores para formatar uma regulamentação a respeito deste assunto. Porque hoje é apenas o Ministério do Trabalho que o faz. Como a matéria tem uma amplitude, uma complexidade maior, seguramente não deveria se limitar a apenas uma portaria do Ministério do Trabalho a definir quem está fazendo, até limitando a defesa da parte envolvida.

Mas, como não é uma matéria em caráter terminativo e como submeterá também à Comissão de Agricultura, então, eu penso que não haverá nenhum problema. Vou fazer o relatório e apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou só fazer um breve relato da matéria para os Srs. Senadores tomarem conhecimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, de 2011

– Não Terminativo –

Altera à Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estabelecer a vedação de concessão de subvenções econômicas aos produtores rurais autuados por promover o trabalho escravo em sua propriedade rural.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2011, com 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em Decisão Terminativa;*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Veja, Senador Jayme Campos, que, no preâmbulo do projeto, fala-se em trabalho rural. Não podemos discriminar uma e outra área, rural e urbana, tendo como base e parecendo que apenas na área rural existe o chamado trabalho degradante. Na área urbana existe em grau tão grande e tão elevado quanto, mas ele é invisível. Aí, as fiscalizações não são tão atentas quanto a isso.

Vou direto à análise do projeto, porque, na verdade, a legislação brasileira hoje já contempla esses dispositivos que inibem a concessão de crédito em instituições oficiais para aquelas empresas que tenham sido autuadas pelo Ministério do Trabalho.

Felizmente, há mais de 20 anos são implementadas no Brasil medidas que visam à erradicação da mão de obra do chamado trabalho degradante, merecendo destaque o Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores nessas condições, instituído pela Portaria nº 540, de 2004, do Ministro do Trabalho e Emprego (MTE), e pela Portaria nº 1.150, de 2003, do Ministro da Integração Nacional (MI), nas quais se recomenda aos agentes financeiros se absterem de conceder financiamentos ou qualquer outro tipo de assistência com recursos financeiros, sob a supervisão do Ministério, para aqueles que vierem a integrar a relação de empregadores que mantenham trabalhadores em condição análoga à de trabalho escravo ou degradante.

A inclusão desses empregadores no referido Cadastro é feita somente após decisão administrativa final referente ao auto de infração decorrente de procedimento fiscalizatório, no qual tenham sido identificados trabalhadores submetidos a condições de trabalho análogas às de escravo ou degradante. Em todo esse procedimento, é respeitado o princípio da ampla defesa, do contraditório, bem como do devido processo legal administrativo.

Tem-se constatado que, desde a criação desse Cadastro, atitudes importantes vêm sendo tomadas contra os que nele constam, como forma de reagir à prática da utilização de trabalho escravo. Dentre elas, destacam-se o afastamento de empresas e consumidores dos produtos e serviços fornecidos por aqueles que foram autuados pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como a restrição da concessão de créditos por bancos estatais e privados a

pessoas físicas e jurídicas cujos nomes constem desse Cadastro.

A despeito do fato de o Brasil ser uma referência mundial no combate a toda forma de trabalho escravo ou trabalho degradante, esse tipo de trabalho ainda existe na nossa realidade, não só rural, mas também urbana, volto a lembrar. E essa nova forma de escravidão não ocorre somente no campo, mas também nas cidades como, por exemplo, com os imigrantes bolivianos, ilegais, que trabalham em confecções, de forma clandestina, em lugares sem ventilação, em péssimas condições de trabalho, recebendo baixos salários e nenhum tipo de direito trabalhista, como ocorre em algumas cidades do Estado de São Paulo e em outras regiões do Brasil.

Nesse contexto, é meritório o conjunto de medidas propostas pelo projeto para combater a mão de obra degradante, que representa a violação dos direitos humanos, condenada expressamente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelas Convenções nº 29 e 105, e pela Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Por último, cabe-nos aperfeiçoar alguns aspectos do projeto de lei sob exame, pois acrescentamos os §§ 3º e 4º à Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992. Primeiramente, a redação do § 3º e, em consequência, a ementa da proposta, para que seja assegurado o princípio da ampla defesa, do contraditório, bem como do devido processo legal administrativo. Em segundo lugar, o § 4º, que não identifica a origem da Portaria nº 540, de 2004, como sendo do Ministério do Trabalho e Emprego.

III – Voto

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº...-CAS

Dê-se à emenda ao Projeto de Lei nº 540, de 2011, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para vedar a concessão de subvenções econômicas de qualquer natureza a produtores e cooperativas rurais condenados em decisão administrativa final por submeterem trabalhadores a condições análogas à de escravo.

EMENDA Nº...-CAS

Dê-se aos §§ 3º e 4º do artigo 1º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, na forma que dispõe o artigo 1º do Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2011, a seguinte redação:

§ 3º É vedada a concessão de subvenções econômicas de qualquer natureza a produtores e cooperativas rurais condenados em decisão administrativa final relativa ao auto de infração lavrado em decorrência de ação fiscal em que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo.

§ 4º Aplica-se a vedação do § 3º aos empregadores que constam do Cadastro atualizado previsto na Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Eu queria apenas acrescentar verbalmente a este Relatório na primeira emenda: “Cooperativas rurais e empresas urbanas”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está propondo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estabelecimentos urbanos, para não criar uma discriminação...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª concluiu a leitura do seu relatório ou não?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Concluí, acrescentando verbalmente, oralmente, na primeira emenda: “produtores rurais e empresas industriais urbanas”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Porque aí eu contemplo as duas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos entrar em fase de votação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pelo fato... V. Exª propõe uma emenda de forma oral. Entretanto, não há nenhuma dificuldade regimental para acrescentarmos tal emenda.

Está em discussão a matéria da Senadora Ana Amélia.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, acho que o projeto vem em um bom momento, ou seja, o momento em que a Câmara dos Deputados aprovou a PEC do Combate ao Trabalho Escravo, porque, de fato, é um crime hediondo, já que estamos com 124 anos de abolição da escravatura e ainda constatamos que, de 1995 a 2005, 45 mil pessoas foram libertadas – li-ber-ta-das – pelo Ministério do Trabalho.

Esse projeto vem na mesma linha da PEC do Trabalho Escravo. Na prática, o BNDES já está fazendo isso e outros bancos também já adotam essa prática. E a lei vem garantir esse direito do trabalhador. E digo que é um direito do trabalhador porque proíbe

que eles possam ter crédito, uma vez constatada essa prática criminosa.

Por isso que quero cumprimentar tanto o autor quanto a Relatora. Agora só faltaria, depois disso – e efetivamente vou torcer eu –, que o Senado aprove ainda neste semestre a PEC do Trabalho Escravo, já que é uma pequena alteração da PEC que já aprovamos. O que a Câmara fez foi... e aqui a Senadora está colocando de forma correta, a questão urbana. A PEC já diz: rural e urbana...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por sinal, está colocando aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu ouvi aqui que a Senadora já colocou também este equilíbrio: o mesmo tratamento para o rural e para a área urbana, o que está corretíssimo. Na área urbana tivemos, recentemente, denúncias gravíssimas. Em São Paulo, na área de tecelagem e confecção, são essas duas áreas de trabalho escravo.

Vamos torcer para que entremos em recesso com a aprovação desse projeto e também da PEC do Trabalho Escravo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto se alguém mais quer discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 540, de 211, com as Emendas nº 1, 2 e com as alterações oferecidas pela Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Oralmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

E os senhores que estão neste plenário fiquem sabendo que a Senadora Ana Amélia ainda vai fazer essa ressalva de forma escrita para encaminhar à Secretaria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas verbalmente já foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já fica aprovado, e V. Exª apenas encaminha o relatório final.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acrescentaria como foi feito, industriais... Pode até usar o termo “cooperativas”, porque fala em cooperativas rurais... Cooperativas urbanas e industriais na área urbana. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fico feliz. Como agradeço o Senador Paulo Paim por entender

esse tratamento equilibrado e igualitário entre área rural e urbana, para não imaginar que só na área rural existe esse problema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 540, de 2011, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS e mais as alterações oferecidas pela relatora.

A matéria vai à Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Nós registramos a presença também do Senador Paulo Paim e da Senadora Angela Portela.

Item 4, página 51, decisão não terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 672, DE 2011

– Não Terminativo –

Institui contribuição devida pelos aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social para os fins que especifica.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (PERMANENTE).

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para proferir o seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vamos à leitura do Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011, originado da Sugestão nº 2, de 2011, de autoria da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas – Cobap, apresentada perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e que institui contribuição devida pelos aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social para os fins que especifica.

O texto apresentado originalmente pela Cobap previa que:

a) a contribuição será descontada uma vez por ano, no valor de R\$2,00, atualizado anualmente, dos segurados aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social;

b) mediante requerimento, é facultado aos aposentados e pensionistas o não pagamento dessa contribuição;

c) a contribuição será destinada ao financiamento de entidades de aposentados e pensionistas para defesa de seus interesses individuais e coletivos;

d) dos valores arrecadados, 15% serão destinados à entidade em âmbito nacional, 35% para as entidades estaduais e 50% para as entidades municipais;

e) criação de conselho paritário composto por membros da sociedade civil, das entidades representativas dos aposentados e pensionistas e do poder público, com a finalidade de fiscalizar as contas das entidades representativas dos aposentados e pensionistas.

Em sua justificação, a Cobap defendia a necessidade de criação dessa contribuição argumentando que, após a aposentadoria, as associações e entidades de aposentados e pensionistas municipais, estaduais e nacionais realizam a defesa dos interesses individuais e coletivos dos aposentados e pensionistas. Ressaltava também que os esforços dessas entidades proporcionam maior dignidade para milhares de aposentados e pensionistas.

Na sua tramitação perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, a proposição foi relatada pelo eminente Senador Paulo Davim, cujo relatório foi aprovado pelo acolhimento da Sugestão nº 2, de 2011, na forma de projeto de lei.

O texto aprovado pela CDH é mais harmônico com a técnica legislativa e, em síntese, estabelece:

a) institui contribuição, devida pelos aposentados e pensionistas segurados do regime geral de previdência social, em favor de entidades que atuam na defesa de seus interesses individuais e coletivos;

b) a contribuição referida será recolhida uma vez ao ano e consistirá na importância de R\$2,00 (dois reais), valor que será atualizado, anualmente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo;

c) os aposentados e pensionistas terão assegurado o direito de opor-se ao pagamento dessa contribuição, tornando-a inexigível, mediante notificação escrita ao responsável pelo recolhimento;

d) o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é o órgão responsável pelo desconto da importância referida que será debitada na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, no mês de dezembro de cada ano, e de sua destinação às entidades representativas, na forma do regulamento.

Nestes termos, a matéria foi aprovada pela CDH e agora vem para discussão e tramitação nesta Comissão.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição até a presente data.

ANÁLISE.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A dedução de contribuições devidas por aposentados e pensionistas para suas associações de classe relacionam-se com o direito previdenciário. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade, no que concerne ao seu aspecto formal.

No mérito, o projeto é bem-vindo. Ressalte-se, que a matéria tem origem na Sugestão nº 2, de 2011, formulada pela Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), representada na oportunidade pelo seu Presidente, Sr. Warlei Martins Gonçalves.

Louve-se o excelente trabalho realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que mesmo considerando as intenções que animaram a entidade proponente da sugestão, promoveu intervenções estritamente necessárias no texto para adequar a proposição aos ditames boa técnica legislativa.

A proposição apenas reveste de legalidade a consignação de contribuições devidas pelo aposentado, quer para suas associações ou para entidades sindicais a que esteja filiado, em harmonia com o que dispõe o art. 5º, inciso XVII, e art. 8º da Constituição Federal.

Apenas para aprimorar a proposição sugerimos um pequeno ajuste no texto do §1º do art. 1º do PLS nº 672, de 2011, para estabelecer que o valor de R\$2,00 (dois reais) é o valor mínimo e não único, pois tal contribuição é voluntária e não se reveste de natureza tributária.

Também fica assegurado ao aposentado ou pensionista ratear a sua contribuição para mais de uma entidade se assim desejar. Por fim vedamos a cobrança por parte do INSS de despesas administrativas para realizar a consignação referida, o que poderia onerar por demasia as entidades referidas.

Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 01-CAS

O § 1º do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011, passa a tramitar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º A contribuição de que trata o caput será recolhida uma vez ao ano e consistirá na importância mínima de R\$2,00 (dois reais), valor que será atualizado, anualmente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, e será revertida para as entidades indicadas, sem custos administrativos.

.....”

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Angela Portela. Está em discussão a matéria.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, não propriamente para discutir, mas para cumprimentar a Senadora Angela, que está atendendo a um pedido de todos os aposentados e pensionistas do País que querem, por meio desse projeto, se mobilizar na busca de ter um salário digno e os seus reajustes. Esse é o objetivo.

Por isso, quero cumprimentá-la, bem como cumprimento o Senador Paulo Davim, que, no projeto original, apresentou a sugestão e relatou na mesma linha. Agora, Senadora aprimora o projeto, que ficou bem mais abrangente. E é isso que todos os aposentados querem.

Parabéns, Srª Relatora, Senadora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Também me associo a V. Exª nos cumprimentos que faz ao belo trabalho feito pela nossa Relatora. Trata-se, certamente, de um projeto de interesse coletivo que vem a beneficiar naturalmente os nossos aposentados.

Consulto se mais alguém deseja discutir. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011, com a Emenda nº 1 oferecida pela Relatora.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Assuntos Sociais, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011, com a Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 652, DE 2011 – Complementar
– Não Terminativo -**

Modifica as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos garçons.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatoria: Senador Vicentinho Alves.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 652, de 2011 – Complementar, com uma Emenda de Redação que apresenta.

Observações:

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves, para proferir o seu relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, vou direto à análise, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – A concessão de aposentadorias pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS insere-se no campo do Direito Previdenciário. Normas nesse sentido estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. No caso da aposentadoria, com utilização de critérios e condições diferenciadas, há exigência de lei complementar. A proposição atenta para esse detalhe. Não há, portanto, impedimentos no que se refere a esses ditames constitucionais.

Quanto ao mérito, entendemos que se trata de um benefício justo, pois valoriza e trata com a devida consideração uma categoria profissional que envolve um percentual substancial da população brasileira, numa área de atividade em franca expansão. Reconhece, também, as difíceis condições de trabalho que esses profissionais enfrentam. Deles se exige agilidade e aptidão física para enfrentar a urgência dos pedidos e as demandas dos clientes. Deles se exige atenção redobrada, em ambientes que, muitas vezes, não oferecem condições de salubridade para permanências prolongadas. Calor, frio, ruídos ou iluminação deficiente podem ser partes do ambiente de trabalho de garçons, maîtres, cozinheiros e confeitários.

A presença continuada do ser humano, em ambientes de baixa salubridade, acaba provocando lesões e afecções do aparelho locomotor e moléstias do sistema respiratório, como já registrou o autor da proposta.

É preciso atentar, também, para a modernização dos instrumentos de trabalho, nas cozinhas, que já não

permite o desempenho desse trabalho por amadores. Mas um motivo para reconhecer a natureza especial do trabalho dos profissionais no ramo de bares, restaurantes, padarias e confeitarias. Além disso, não se pode desconhecer o papel fundamental que a Seguridade Social exerce na inclusão social, na construção da cidadania e no oferecimento de compensações para aqueles que ocupam postos de trabalho que comprometem a própria saúde. Que, em suma, tudo dê de si para o bem-estar dos outros.

A concessão do benefício especial, então, irá valorizar essa atividade e retribuir a esses profissionais pelos serviços qualificados, colocados à disposição dos interessados. É preciso registrar, também, que a proposição trata de oferecer o custeio devido para a manutenção do benefício que se pretende instituir. Com o aumento na contribuição empresarial esse custo tende a ser repassado aos clientes que, dessa forma, retribuirão à presteza e qualidade dos serviços desses profissionais.

Quanto à técnica legislativa, detectamos um erro material na citação constante da alínea a do inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, que remete ao § 9º do art. 57 da Lei nº 8.212, de 1991, quando o correto é fazer referência à Lei nº 8.213, de 1991, que trata dos benefícios da Previdência Social. Elaboramos, então, emenda de redação para corrigir essa referência errada.

Voto

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 652, de 2011 – Complementar, com a seguinte emenda de redação:

Emenda nº 1 – CAS (De redação)

Dê-se à alínea “a” do inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, modificada pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 652, de 2011-Complementar, a seguinte redação:

“Art. 22.....

.....

.....

.....

a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve e para aqueles que empreguem segurados cuja aposentadoria seja regulada pelo § 9º do art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

.....

.....(NR)”

Esse é o voto, e o faço com muito prazer.

Agradeço a oportunidade de poder relatar uma matéria tão importante como esta, Sr. Presidente. Todos

nós temos boas amizades e um ótimo relacionamento com os nossos garçons, que, no dia a dia, nos atendem. Foi muito prazeroso eu poder relatar esta matéria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Vicentinho Alves. Eu acho que seria prazeroso para todos nós, Senadores, tendo em vista que é uma categoria que nós temos de valorizar muito em nosso País.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – E quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o autor, Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu quero advogar, porque eu defendo a aposentadoria especial em toda área considerada insalubre, penosa ou perigosa, principalmente para quem trabalha durante todo o seu período, atendendo, nesse caso – os garçons de bares, inclusive –, diretamente ao público. Ate porque há uma tendência no Brasil de se acabar com a aposentadoria especial. Discordo disso. Eu inclusive queria regulamentar num projeto amplo que apresentei, mas, como o meu projeto sempre é jogado para um ano, para outro ano, faz vinte anos que eu apresentei, eu voto favoravelmente, cumprimentando o Senador Gim Argello, porque, se estivesse regulamentado, seria muito mais fácil. Não regulamentam, então, é claro, obrigam os Senadores a apresentarem projetos para os mais variados setores, para assegurar um direito que lhes é negado, na maioria dos casos junto à Previdência.

Meu voto é favorável.

Parabéns, Senador Gim Argello. Parabéns, Senador Vicentinho Alves.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 652, de 2011-Complementar, com a Emenda nº 1-CAS, oferecida pelo relator.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Se-

nado nº 652, de 2011-Complementar, com a Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Já recebemos a presença honrosa deste honroso homem público, alagoano, nosso caro amigo particular, por quem tenho a maior admiração e respeito, o Senador Benedito de Lira.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 653, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o Código Penal, para criminalizar a venda, importação e o descarte irregular de resíduo hospitalar.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 653, de 2011 com as duas emendas que apresenta.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa;*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao ilustre Relator, o Senador Benedito de Lira, para proferir o relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Presidente.

Cumprimento-o e digo que V. Ex^a não só dignifica, como honra a todos nós por presidir esta Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, esta matéria é da maior relevância, no momento em que recebemos aqui uma inundação de tudo aquilo que era imprestável fora do País. Vieram fazer disto aqui um depósito de lixo hospitalar. E, em boa hora, o Senador Humberto Costa apresenta um projeto, criminalizando esse tipo de ação.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposição que digam respeito a proteção e defesa da saúde, matéria do projeto em apreciação.

Os resíduos provenientes de serviços de saúde representam apenas uma pequena fração do volume diário de lixo produzido no Brasil.

Segundo Vital Ribeiro Filho, pesquisador da Universidade Federal de São Paulo, o lixo hospitalar corresponde a aproximadamente 1% da massa de resíduos sólidos produzidos no Município de São Paulo. No entanto, e em função da periculosidade inerente a esses resíduos, sua importância transcende a mera questão do volume de material descartado.

São resíduos potencialmente infectantes, provenientes de contato com excretas e secreções de pacientes, tecidos humanos descartados em operações cirúrgicas, agulhas de injeção, lâminas de bisturi, sobras de análises de laboratório, rejeitos radioativos, medicamentos vencidos e águas servidas nas atividades executadas nos hospitais, entre outros elementos.

No plano legal, a destinação dos resíduos de serviços de saúde é disciplinada pela Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. No plano infralegal, o principal regramento é conferido pela Resolução nº 358, de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Não obstante já existirem normas que disciplinam a destinação do lixo hospitalar, o que se vê, na prática, é o descarte irregular desses resíduos. A respeito do episódio mencionado pelo autor da proposição, ocorrido no Porto de Suape, de importação de lixo hospitalar norte-americano, o art. 49 da Lei nº 12.305, de 2010, veda expressamente essa prática, mas, como visto, não foi suficiente para impedi-la.

Isso mostra que a legislação ambiental brasileira referente à destinação de resíduos sólidos, por mais avançada e moderna que seja, não está sendo suficiente coercitiva para coibir práticas que põem em risco a saúde da população. A inovação legislativa proposta pelo Senador Humberto Costa é, portanto, meritória e deve ser apoiada pelo Congresso Nacional.

Há, contudo, alguns aspectos formais da proposição que merecem reparo, o que pode ser alcançado por meio de emenda. O projeto carece de cláusula de vigência, contrariando o art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis.

Outro aspecto que deve ser corrigido é a referência equivocada ao art. 284-C constante da redação proposta pelo art. 285 do Código Penal, pois é o art. 284-B que institui novo tipo penal e deve ser eximido do alcance do art. 258 do Código.

Dessa forma, oferecemos duas emendas para corrigir os óbices apontados, sem interferir no mérito da proposição.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 653, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº...-CAS

Substitua-se o número “284-C” por “284-B” no art. 285 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 653, de 2011.

EMENDA Nº...-CAS

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 653, de 2011.

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Benedito de Lira. Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim e, depois, Senador Paulo Davim, para discutirem a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, recebi informação aqui de que portarias, projetos de regulamentação já atendem o objetivo. Mas, como é uma questão tão grave, Sr. Presidente, e alguns países do primeiro mundo pensam que nós podemos ser um depósito de lixo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aqui eu tenho, inclusive, uma série de exemplos.

Então, na verdade, o que o Senador Humberto Costa quer é colocar na lei, dizendo: Aqui, não!

Como disse o Sepé Tiaraju: “Essa terra tem dono”; é uma frase antiga do Sepé Tiaraju. Por isso que sou favorável, sim, à iniciativa do Senador Humberto Costa de colocar na lei que será punido da forma descrita aqui, no relatório feito e apresentado no projeto original, nas penalidades.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, tem a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, quero louvar a iniciativa do Senador Humberto Costa, até porque, infelizmente, é um problema real que nós vivenciamos aqui no Brasil.

Há pouco tempo, chegaram algumas toneladas de lixo hospitalar no Porto de Suape, vindo dos Estados Unidos, e 19 toneladas no Porto de Itajaí. Primeiro, o Brasil não é um lixão para estar recebendo lixo de ninguém; segundo, quem importa lixo está colocando a população em risco. Nós não sabemos a origem desse material, sobretudo material hospitalar. Nós podemos estar trazendo para o Brasil bactérias, fungos, vírus, essas coisas todas que podem comprometer a saúde da população.

Então, é grave.

O Brasil já dispõe de algumas leis, como, por exemplo, a Lei nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. No plano infralegal, existe a

Resolução nº 358 do Conama, que também aborda esse tema. Só que, infelizmente, não estão sendo eficazes. E aí a iniciativa do Senador Humberto Costa de introduzir artigos no Código Penal, endurecendo, portanto, as penalizações, as fiscalizações sobre esse crime eu acho absolutamente louváveis.

Só faço uma ponderação, Sr. Presidente, que não é impeditiva, de forma alguma, no sentido de que, há pouco tempo, parece-me que foi apresentado já o Relatório da Comissão de Notáveis que estudaram e se debruçaram sobre o Código Penal para modernizar aquele conjunto de leis. E eu faço a ponderação se não era o caso de encaminhar essa proposta já para aquela comissão para que possa passar pelo crivo dos membros que ainda estão fazendo a análise do Código Penal, a modernização do Código Penal brasileiro.

Ademais, sou francamente a favor. Essa é uma medida preventiva, uma lei que vai prevenir muitos males que, *a posteriori*, possam acontecer com a saúde do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Davim. Esta matéria vai para a CCJ. Entretanto, como projeto de lei, ele está apenas na fase inicial, estamos aprovando. Agora, encaminhar a sugestão a essa Comissão de Notáveis, que está fazendo o trabalho do novo Código Penal brasileiro, eu acho que seria louvável, meritório. A própria Comissão ou a própria CCJ poderia tomar essa iniciativa e encaminhar, naturalmente, às autoridades que estão promovendo essa discussão muito ampla, que certamente vai melhorar o nosso novo Código Penal brasileiro.

De qualquer forma, quero cumprimentar V. Ex^a pela sugestão, que certamente será levada em consideração por todos nós, Senadores desta Comissão.

Com a palavra, para discutir, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Também me inscrevi para falar sobre a matéria, mas primeiro quero cumprimentar o Senador Benedito de Lira pelo relatório feito, em que acatou o projeto do Senador Humberto Costa, que, até por ser da área de saúde, tem muito clara essa preocupação, que deve ser de todos nós.

São cada vez mais constantes as notícias, Sr. Presidente, da chegada, no Brasil, de lixo hospitalar, lixo tóxico proveniente de outras nações, de outros países. E eu tenho convicção plena, tenho certeza absoluta de que nem tudo que se chega ao Brasil se noticia e se descobre. Então, endurecer a legislação, aumentar as penalidades é muito importante.

O Brasil, obviamente, tem um arcabouço que considera crime, que penaliza isso, seja por meio de resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Meio Ambiente, que regulam a matéria. Entretanto, acho que o objetivo maior do Senador Humberto Costa é ampliar, maximizar as penalidades, portanto, a atenção do Poder Público, com o que concordo plenamente, Sr. Presidente.

Por isso, cumprimento o autor, cumprimento o relator e digo que essa matéria é muito importante para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 653, de 2011, e as Emendas de nºs 1 e 2, oferecidas pelo relator.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 653, de 2011, com as Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2009

– Terminativo –

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (define “tratamento mental” como enfermidade psíquica em geral).

Autoria: Deputado Jutahy Junior.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2009.

Observações:

– Em 11.08.2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH aprovou Parecer Favorável ao Projeto;

– Votação Nominal.

Naturalmente, o relatório será feito pelo Senador Paulo Davim. Entretanto, aguardamos que haja quórum, por enquanto, para votação em caráter terminativo.

Vamos fazer o relatório e a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, submete-se à apreciação terminativa da

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 106, de 2009 (Projeto de Lei nº 6.013, de 2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jutahy Junior. A iniciativa acrescenta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

A proposição dá nova definição à expressão “transtorno mental” e “substitui a expressão ‘alienação mental’ e quaisquer outras designações legais relativas à mesma classificação”.

O projeto oriundo da Câmara modifica também a redação do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.216, de 2001, para acrescentar-lhe dispositivo que disciplina a perícia médica realizada em pessoa com transtorno mental. Nos termos do projeto, a perícia deverá ser realizada por junta composta por maioria de psiquiatras, obter os recursos técnicos necessários à elaboração do diagnóstico e classificar e esclarecer o transtorno mental.

O art. 2º do projeto determina que a lei dele originada passará a vigor a partir da data de sua publicação.

A proposição é submetida à CAS, para decisão em caráter terminativo, após receber parecer pela aprovação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O projeto não foi objeto de emendas.

II – Análise

A apreciação do PLC nº 106, de 2009, por esta Comissão, encontra fundamento no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere à CAS competência para opinar sobre matéria relacionada à proteção e defesa da saúde.

Em decorrência do caráter terminativo da presente apreciação, incumbe examinar também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa do projeto. Com relação ao primeiro, não identificamos óbices, visto ser competência concorrente da União legislar sobre proteção e defesa da saúde (inciso XII do art. 24 da Constituição Federal). Com relação aos demais aspectos, contudo, vislumbramos as questões que a seguir passamos a expor.

A proposição sob análise tem dois objetivos básicos, consoante os argumentos expostos pelo autor em sua justificação: aprimorar e uniformizar a linguagem jurídica no que se refere aos transtornos mentais e elevar a qualidade da perícia médica realizada em pessoas acometidas por esses agravos à saúde. Não obstante as intenções meritórias de seu proponente, o texto do projeto não condiz com os objetivos alegados na justificação.

O Relator que nos antecedeu na análise do PLC nº 106, de 2009, Senador Ataídes de Oliveira, apontou, no primeiro relatório oferecido à CDH, diversas inconsistências no texto da proposição. Adotamos grande parte de seu relatório nesta análise.

“Transtorno mental” é uma expressão de significado bastante amplo e abrange qualquer sofrimento psíquico, acompanhado ou não de desadaptação funcional ou social. A definição proposta pelo Deputado Jutahy Junior como “enfermidade psíquica” não necessariamente implicará mudanças em sua significação, visto que “enfermidade” pode ter o significado de “debilidade”, e não apenas de “doença”.

Caso se interprete que “enfermidade” é sinônimo de “doença” – e essa é a acepção mais comum do termo –, haverá prejuízo para a abrangência da lei, pois os transtornos mentais mais leves, que não chegam a configurar doença propriamente dita, poderão ser excluídos da proteção legal. Dessa forma, a definição de transtorno mental como “enfermidade psíquica em geral”, para fins de aplicação da Lei nº 10.216, de 2001, poderá trazer limitação a sua aplicação e não resultará em qualquer vantagem para a população ou para o ordenamento jurídico.

Do mesmo modo que a expressão “alienação mental” envelheceu e se tornou obsoleta, “enfermidade psíquica em geral” e “transtorno mental” são expressões sujeitas a esse mesmo fenômeno. Definir, no texto legal, “transtorno mental” como “enfermidade psíquica em geral” não terá o condão de impedir que ambas as expressões adquiram, daqui a vinte ou cinquenta anos, significados diversos dos desejados pelo legislador dos dias atuais.

Ainda em relação à segunda parte do parágrafo, que propõe a substituição da expressão “alienação mental”, pode-se afirmar que a técnica legislativa adotada no PLC é inadequada. Se há a intenção de mudar termos ou expressões em determinado texto legal, deve-se promover a alteração diretamente no referido texto.

No caso em questão, aparentemente, o autor do PLC está insatisfeito com a expressão “alienação mental” constante do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), onde ela ocorre apenas no art. 1.962. E cita o artigo.

Para substituir tal expressão, deve-se promover a alteração diretamente nesse dispositivo.

Com efeito, o restante do Código Civil usa expressões como “enfermidade mental”, “retardo do desenvolvimento mental”, “doença mental grave” para se referir às alterações psíquicas que podem produzir determinados efeitos jurídicos. Essas são expressões adequadas às suas finalidades, e não necessariamente

devem ser substituídas por “transtorno mental”. Vale mencionar alguns dispositivos do Código, para fins de exemplificação. E ele cita dois exemplos.

Veja-se que, para justificar a declaração de incapacidade civil, não basta um “transtorno mental” qualquer. Há que demonstrar uma enfermidade mental suficientemente grave para incapacitar o indivíduo para os atos da vida civil. Do mesmo modo, para dar ensejo à separação judicial, nos termos do art. 1.572, é necessário que o cônjuge esteja acometido por “doença mental grave”.

Destarte, entendemos que a substituição indiscriminada de “quaisquer outras designações legais relativas à mesma classificação” pela expressão “transtorno mental”, conforme propugna o PLC sob análise, é inoportuna e desnecessária. É preciso avaliar cada previsão legal individualmente para determinar qual a melhor terminologia a ser empregada.

Ressalte-se que, a despeito das intenções do autor, a aprovação do PLC nº 106, de 2009, não provocaria a automática substituição das expressões mencionadas.

Em relação à segunda parte do projeto, que trata da perícia médica, cabe salientar que o diploma legal que se pretende alterar – a Lei nº 10.216, de 2001 – é voltado para a atenção à saúde das pessoas acometidas por transtornos mentais. A redação proposta pelo PLC para o art. 2º da lei, no entanto, envolve questões não relacionadas à atenção à saúde, pois trata da perícia médica “para qualquer fim”.

Ocorre que a perícia médica pode ser necessária para fins diversos da atenção à saúde, a exemplo da instrução de processos judiciais – trabalhistas, previdenciários, penais ou civis. Dessa forma, além de fugir do escopo original da lei, o inciso X a ser inserido não parece abordar adequadamente determinadas situações.

O que é que se pretende com o inciso X? Pretende-se, Sr. Presidente, introduzir uma emenda onde obrigaria que qualquer perícia feita tivesse a maioria dos seus membros psiquiatras. O que não é razoável que isto aconteça.

Por exemplo, imaginemos a hipótese de um indivíduo acometido por Síndrome de Down que seja atropelado por um veículo automotor. Ele deverá ser submetido à perícia médica, a fim de se verificarem a natureza e a extensão das lesões provocadas pelo acidente, para apurar a responsabilidade penal do motorista. Nessa hipótese, qual poderia ser a justificativa para que a junta médica seja “integrada por maioria de psiquiatras”, conforme determina o PLC? O mais indicado, nesses casos, é que a perícia seja realizada

por médico-legista, profissional técnica e juridicamente habilitado para realizar a tarefa.

No campo da responsabilidade civil, há uma maior discricionariedade para a indicação do perito, que não necessariamente deverá ser um legista. No entanto, os problemas com o “engessamento” da equipe médica composta por maioria de psiquiatras persistem. Tome-mos, por exemplo, um portador de transtorno bipolar que resolve ingressar em juízo contra o cirurgião que o operou para tratamento de apendicite aguda (apendicectomia). Um suposto erro de técnica teria resultado em deformidade física, nessa hipótese. O juiz deverá nomear perito para instruir o processo e, nesse caso, não faz sentido designar “junta integrada por maioria de psiquiatras” para auxiliar o juízo na apuração de eventual responsabilidade civil do cirurgião.

Cabe salientar que frequentemente o objetivo da perícia médica não é fazer o diagnóstico da doença que acomete o paciente. Essa função é do médico assistente. O perito – com base em exames, em relatórios e na avaliação do periciando – deve determinar, conforme o caso, se a pessoa examinada está apta a retornar ao trabalho, se suas lesões são graves, se sua deformidade foi provocada por determinado acidente, etc.

Nesse sentido, é comum que o médico perito não seja especialista no atendimento da doença que acomete o periciando. Ele deve-se apoiar em avaliações e pareceres de outros médicos, a fim de emitir seu laudo. Com efeito, é muito difícil que todas as empresas privadas e os órgãos da administração pública tenham equipes de perícia compostas por médicos de todas as mais de cinquenta especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina.

Em relação às alíneas b e c do inciso X – a ser inserido na Lei nº 10.216, de 2001, pelo projeto sob análise –, reafirmamos que o objetivo da perícia médica nem sempre é fazer o diagnóstico da doença. É o médico assistente que acompanha o doente quem tem as melhores condições de chegar a um diagnóstico correto, até porque a definição da moléstia pode consumir grande lapso temporal e só ocorrer após semanas ou meses de acompanhamento.

No caso específico da perícia para fins trabalhistas, previdenciários e de concessão de benefícios sociais, o que interessa é, essencialmente, avaliar se o trabalhador, o segurado ou o candidato ao benefício está ou não incapacitado para o trabalho, independentemente de qual seja a doença, o agravo à saúde ou a deficiência que supostamente acomete o periciando.

A despeito das nobres intenções do autor da proposição, a análise cuidadosa de seus dispositivos revela que a aprovação da matéria não resultará em benefícios para o conjunto da sociedade brasileira.

No tocante à técnica legislativa, o PLC nº 106, de 2009, falha ao não explicitar na ementa o objeto do diploma legal, violando assim o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis.

VOTO

Em vista do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2009.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Davim. Está em discussão a matéria.

Quero comunicar aos Srs. Senadores que vamos iniciar um processo de discussão em relação a esse projeto. Todavia, não pretendemos encerrá-lo, na medida em que se na outra reunião, eventualmente, se outros Senadores e Senadoras desejarem continuar a discussão desse projeto, certamente será acatado.

De qualquer forma, está em discussão. *(Pausa.)*

Se não houver quem queira discutir, vou encerrar a discussão, ou melhor, vou adiar essa discussão, aguardando uma próxima reunião, pois esta é uma matéria de decisão terminativa.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, é uma matéria muito técnica, e quero transformar essas informações que acabei de ler em algo mais palatável, em algo mais de simples compreensão.

Veja bem, ele propõe que o PL 106/2009 acrescenta ao art. 1º um parágrafo único, que diz: “Transtorno mental, para os fins desta Lei, significa enfermidade psíquica em geral e substitui a expressão ‘alienação mental’ e quaisquer outras designações legais relativas à mesma classificação.”

O art. 1º desta lei, que ele quer modificar e que não tem nenhum parágrafo, diz: “Os direitos à proteção das pessoas acometidas de transtorno mental de que trata esta lei são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução do seu transtorno ou qualquer outro”.

Ou seja, ele quer substituir o “transtorno mental” por “enfermidade psíquica em geral”. É muito solto. E com lei, não podemos trabalhar com termos soltos. Tem que se trabalhar com conceituações precisas.

No art. 2º, ele quer acrescentar: “Quando submetida à perícia médica, para qualquer fim [que não seja necessariamente ligada à doença], seja examinada, diretamente, por junta integrada por maioria de psiquiatras”.

É impossível...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Impossível.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É impossível.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Deu para entender bem, Senador Paulo Davim. Seu relatório foi brilhante.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Se são quatro médicos para fazer a perícia...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pelo menos ter três, não é?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Ter três é impossível, porque muitas vezes há uma cirurgia, há alguma outra coisa.

“Obter os recursos técnicos necessários à elaboração do diagnóstico”.

O diagnóstico não é feito pelo perito, é feito pelo médico assistente.

Então, de forma que esta lei nós votamos pela sua rejeição, não contribui para o conjunto da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou fazer um apelo a V. Exª, porque tenho na CCJ um debate sobre política de quotas, que para mim é muito caro. E eu tenho um requerimento simples para votar extrapauta, que se refere a uma audiência pública da Subcomissão de Emprego e Previdência, que vai discutir a questão do Portus, ou seja, o Fundo de Pensão daqueles que trabalham nos portos. Se V. Exª pudesse colocar em votação, porque tenho que estar presente, eu ficaria agradecido, e depois eu iria para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou suspender, adiar a discussão do Item 5, página 62, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 106, tendo em vista o baixo quórum.

Está adiada a discussão da matéria.

Atendo a solicitação de S. Exª, o Senador Paulo Paim.

ITEM EXTRAPAUTA REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, para debater a situação do Fundo de Previdência Complementar dos Portuários – Portus.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Os convidados serão enviados posteriormente à Secretaria da Comissão.

Tem a palavra V. Ex^a para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É nessa linha, Sr. Presidente, para defender o interesse dos trabalhadores dos portos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para Item 6.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Os itens próximos, inclusive o Item nº 6, e todos os demais, até o Item nº 15...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – São terminativos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São terminativos. Exatamente.

Eu ia perguntar: Qual será a orientação de V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A orientação, respondo com bastante rapidez, velocidade e eficiência.

Vamos ler, porque facilita, naturalmente, numa outra reunião, aqui, da Comissão, já termos lido a matéria, eventualmente se reiniciar uma nova discussão. Todavia, não há impedimento regimental algum de que seja lido, e, se chegar o quórum, votarmos. Se não chegar, na próxima, votaremos, para facilitar as coisas e, sobretudo, para dar um bom andamento a esta Comissão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como o Senador Paulo Paim, também estou com um problema na Comissão de Educação, mas vou aguardar até apresentação do meu relatório, aqui, também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2009

– Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e assepsia de areia contida em tanques de lazer e recreação existentes em áreas públicas e privadas.

Autoria: Deputado Neucimar Fraga.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2009 e da Emenda nº 1-CCJ.

Observações:

– Em 16.11.2011, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer pela Constitucionalidade, Juridicidade, Regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto com a Emenda nº 1-CCJ; – Votação nominal.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Sr. Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Estou em um entendimento, aqui, com a Senadora Marta, por quem tenho uma admiração muito grande, e o meu relatório é, ou seria, por enquanto, pela rejeição. Mas, como surgiu uma dúvida, aqui, jurídica, vou pedir a retirada do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a vai ser atendido na forma regimental.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a não aguentou um segundo, um minuto o pleito feito pela Senadora Marta, e é mais do que justo, porque é uma matéria importante.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Espera aí, Senador. Eu não fiz pleito para tirar, não. Eu falei: esse parecer está equivocado. Podemos votar e derrubá-lo, porque é constitucional. Aí, o Senador pediu para avaliar o relatório; eu, com o maior prazer, me propus a avaliá-lo, porque houve um equívoco, aqui, como ele disse.

É que o argumento era bom.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está atendido, na forma regimental, o pleito de V. Ex^a, Senador Cyro Miranda, que é o Relator.

Há a Ana Amélia também.

Senador Paulo Davim, V. Ex^a deseja ler? V. Ex^a está no Item nº 7. V. Ex^a está com disposição?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Vamos “s’imbora”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos lá.

Item nº 7, pág. 87.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.

Autoria: Deputado Edigar Mão Branca e outros.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2011 e das Emendas nºs 1-CRA e 2-CRA.

Observações:

– Em 19.04.2012, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA aprovou Parecer Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CRA;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir o seu relatório.

Se V. Exª preferir ir para a fase da análise, para facilitar o bom andamento dos trabalhos, eu ficaria grato.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Direto para a análise.

Análise

A matéria que se pretende disciplinar – o reconhecimento da profissão e fixação das atribuições exercidas pelos vaqueiros – pertence ao campo do Direito do Trabalho e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta. A matéria está, também, relacionada entre os temas desta CAS, na forma do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com relação à iniciativa e à competência para legislar, não há impedimentos formais constitucionais. Tampouco identificamos aspectos jurídicos ou regimentais que obstem à aprovação da matéria. O texto em exame respeita também os requisitos da boa técnica legislativa prescritos pelas Leis Complementares nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e nº 107, de 26 de abril de 2001. A iniciativa está, portanto, apta a fazer parte de nosso ordenamento jurídico.

Quanto ao mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta.

Trata-se do reconhecimento formal e jurídico de uma profissão respeitada e admirada na sociedade. Trabalhadores que enfrentam, em seu trabalho diário, condições altamente desfavoráveis, presentes na natureza diversificada do nosso País. Com isso, os vaqueiros são um símbolo da força do povo nordestino e, mais do que isso, estão em todos os cantos do Território nacional, ampliando e mantendo nossa produção pecuária, destacada no comércio internacional.

A iniciativa, além de estabelecer conceitos, definir atribuições e responsabilidade dos vaqueiros e seus contratantes, institui a obrigatoriedade da contratação de seguro de vida para o exercício das atividades típicas desses profissionais, algumas reconhecidamente perigosas. A previsão de indenização por morte ou invalidez permanente e de ressarcimento de todas

as despesas médicas ou hospitalares decorrentes de eventuais acidentes ou doenças profissionais.

Dessa forma, evita-se que esses trabalhadores sejam abandonados à própria sorte, em caso de acidente ou doença profissional, permitindo que eles tenham tratamento digno em casos de infortúnio, tendo em vista que, infelizmente, no meio rural e nas pequenas localidades o acesso à saúde deixa muito a desejar.

Entendemos, finalmente, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao analisar matéria, introduziu, mediante emendas, algumas correções e inclusões que nos parecem plenamente justas e apropriadas no que se referem às atribuições dos vaqueiros.

Pelo voto, pelo exposto votamos pela aprovação do PLC nº 83, de 2011, com emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Davim.

Da mesma maneira que fizemos com o projeto anterior, que lemos aqui, nós vamos também suspender, ou seja, adiar a discussão pelo fato de, se colocarmos em discussão, nós entraremos em processo de votação por ser decisão terminativa esse projeto.

Consultamos a Senadora Angela Portela. Se V. Exª tem à disposição a leitura do Item nº 11, na pág. 129? (Pausa.)

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2009

– Terminativo –

Estabelece a dilação no pagamento de prestação de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2009.

Observações:

– Em 18.10.2011, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Contrário ao Projeto;

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir o seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Sr. Presidente, vamos à análise do projeto.

Análise

Compete à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal opinar sobre proposições que digam respeito à relação do trabalho e à organização do Sistema Nacional de Emprego, Seguridade Social e outros assuntos correlatos.

Tendo em vista que o PLS nº 84, de 2009, foi distribuído a esta Comissão para exame em caráter terminativo, incumbe sua apreciação também quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, cabendo consulta à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, conforme disposto no inciso I, art. 101, do Regimento Interno desta Casa.

No tocante à constitucionalidade e à juridicidade, o Projeto atende aos requisitos formais. Não há empecilho quanto à iniciativa dessa lei, por membro do Congresso, nos termos do art. 61, da Constituição Federal. Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, referente a direito do trabalho, organização do sistema nacional do emprego e condições para o exercício de profissões, nos termos do art. 22, I e XVI, da Lei Maior.

A proposição também atende ao requisito de juridicidade, apresentada sob a forma do Projeto de Lei Ordinária, espécie normativa adequada ao assunto nele tratado e as normas para elaboração e alteração da lei, prevista na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 98, com exceção, como bem aponta um parecer na CAE, a uma referência equivocada do art. 2º, ao caput do próprio art. 2º, quando, na verdade, deve-se referir ao art. 1º.

No mérito, entendemos que, antes de tudo, a proposição perdeu sua oportunidade, de fato, o cenário negativo no qual se baseia simplesmente, não se verificou na prática, uma vez que os efeitos da crise de 2008 sobre o Brasil foram relativamente brandas, no contexto internacional, ao mesmo tempo em que a recuperação foi notadamente rápida. Por outro lado, mesmo que a crise estivesse instalada, a adoção da medida proposta deveria ser ponderada, com cautela, pois poderia provocar desequilíbrios entre o ativo e passivo da instituição financeira, pois geraria um incentivo ao inadimplemento com consequências negativas sobre o agente financeiro.

Ademais é de se questionar se é justo que o desempregado obrigado por essa ferramenta de proteção social, que é o seguro desemprego receba o benefício aqui tratado, cuja origem são fundos públicos, enquanto outros grupos, possivelmente ainda mais vulneráveis, não tenham acesso ao mesmo benefício.

Entendemos ainda que o PLS em análise fere o princípio constitucional da igualdade, insculpido no art. 5º da Carta Magna, que afirma que todos são iguais perante a lei, uma vez que privilegia um pequeno grupo de mutuários e a lei não pode em seu processo de formação incluir fatores de discriminação, responsáveis pela ruptura da ordem isonômica.

Ademais, deve-se evitar a legalização da inadimplência sob alegação de justiça social, pois tal medida poderia despertar, inclusive, a cultura da impunidade pelo não cumprimento da obrigação contratual.

Também é bastante oportuna a menção do relator na CAE à Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, e institui (art. 20, I) o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab). Tal fundo garante o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional devida por mutuário do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00. Entendemos que se trata de fórmula mais equilibrada para equacionar a questão.

III – Voto

Em vista do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2009.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Angela Portela.

É uma matéria muito importante. Entretanto, pelo fato de não termos quórum para votação, porque é um projeto de caráter terminativo, prefiro postergar a discussão desta matéria, pelo que discutiríamos de forma definitiva, e ainda entraríamos em processo de votação.

Quero, antes de tudo, agradecer a presença de V. Exª, pois os projetos aqui já foram praticamente todos lidos; não foi apenas um de autoria de V. Exª. É o item nº 10...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O item nº 10, de minha autoria, é um projeto muito interessante...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...que o Senador Cícero Lucena...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...deu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...nos solicitou que ele gostaria imensamente de relatar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...que ele mesmo gostaria de fazer a leitura. Naturalmente, vou concordar, porque ele deu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Se não fosse, seria o contrário. Mas, neste caso, acho que temos de atender.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu tinha já falado com o Senador Paulo Davim, que estava disposto a ler também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Temos aqui dois competentes Senadores, tan-

to o Senador Paulo Davim, como a Senadora Angela Portela, para fazer a leitura naturalmente deste projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me – é sobre um outro assunto –, mas é só porque recebi aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) –...pelos chamados torpedos, mensagens, que naquele projéctinho que aqui aprovamos, elogiando a aprovação, o cidadão diz: “Não, Paim, eles não querem mais aposentadoria especial, os governos, porque jogam tudo no fator. E quem pega especial, não é atingido pelo fator.”

Então, respondendo a ele, aproveitando a tolerância de V. Ex^a, que eu tenho também este entendimento: temos de escapar do fator de qualquer jeito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sem dúvida alguma. V. Ex^a sabe que, nesse campo trabalhista, V. Ex^a tem aqui um verdadeiro seguidor, na medida em que V. Ex^a só defende interesse que certamente beneficia a classe trabalhadora brasileira e os aposentados.

Então, V. Ex^a tem aqui, como sempre manifestei realmente, um aliado forte, no sentido de aprovarmos aquele que vai melhorar as condições não só do trabalhador, mas, acima de tudo, dos idosos brasileiros.

Agradeço a presença de todos os Senadores e Senadoras.

Tendo em vista que não temos mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(A reunião inicia-se às 8 horas e 55 minutos e levanta-se às 10 horas e 09 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos, do dia seis de junho de dois mil e doze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, e das Senadoras Ângela Portela, Ana Amélia e Ana Rita. Justificam ausência os Senadores João Vicente Claudino e Cristovam Buarque.

Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2010.** Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas. **Autoria:** Deputado Silvinho Peccioli. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010, na forma da Emenda nº 1 – CI (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 2 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2011.** Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie. **Autoria:** Deputada Elcione Barbalho. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011 e da Emenda nº 1, de autoria da Senadora Ana Rita, com a Subemenda que apresenta. Pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3, também de autoria da Senadora Ana Rita. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2008.** Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Acidente. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena (Substituído por “ad hoc”). **Relatoria “ad hoc”:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Cyro Miranda, que lê o Relatório em substituição ao Senador Cícero Lucena. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2009.** Assegura, nas empresas de mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes, na forma do art. 11 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009. **ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2010.** Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para fixar o piso nacional de salário dos vigilantes. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010 na forma da Emenda nº

1-CAE (Substitutivo). **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2011.** Altera a Lei nº 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2011. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2011.** Institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2011 e da Emenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 614, de 2011.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil. **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner (Substituído por “ad hoc”). **Relatoria “ad hoc”:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011, e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 9 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 47, de 2012.** Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Seminário destinado a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, a realizar-se no segundo semestre de 2012. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 48, de 2012.** Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria da Senador Tião Viana, que “dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional para instruir Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País”, convidando-se para tal fim representantes do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira, da Federação Nacional dos Médicos e do Ministério da Educação. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Cyro Miranda, Paulo Davim,

Wellington Dias, Waldemir Moka, Benedito de Lira, e as Senadoras Angela Portela, Ana Amélia, e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senhor Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **JAYME CAMPOS**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Declaro aberta 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação dos Itens nºs 1 a 8, conforme pauta previamente divulgada.

Todos os itens são terminativos.

Aproveitando a oportunidade, quero registrar a presença do valoroso Senador Cyro Miranda, que muito bem representa o Estado de Goiás.

Gostaria de fazer alguns comentários sobre a regulamentação do seguro saúde, divulgado nesta semana pela Agência Nacional de Saúde (ANS), a qual regula os planos de saúde no País.

A nova decisão da Agência permite que as empresas criem categorias diferentes de segurados, a dos empregados em atividades e a dos ex-funcionários e aposentados. Ou seja, os aposentados, os que mais necessitam de atendimento, estarão sujeitos a mensalidades muito mais altas.

O Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Arlindo de Almeida, declarou à imprensa que as regras da ANS são um presente de grego para os mais velhos. A Associação diz que o aposentado vai pagar três vezes mais, porque os contratos serão por faixa etária. Hoje, o reajuste é diluído entre jovens e adultos.

As críticas são de que a mudança cria insegurança para os beneficiários e reduz o impacto positivo da Resolução nº 279 da própria Agência Nacional de Saúde, cujo objetivo era beneficiar as faixas etárias mais altas.

Farei aqui apenas um breve comentário.

Há poucos dias, a ANS baixou uma resolução em que beneficiaria os idosos, sobretudo aqueles que têm práticas de esporte, boa alimentação etc.. Entretanto, esse novo plano que está sendo aprovado aqui, divul-

gado esta semana, realmente vem prejudicar sobremaneira os nossos idosos. Então, dá com uma mão e tira com a outra. Isso é muito ruim, sobretudo para aqueles idosos que dependem visceralmente, no fim da sua vida, de tratamentos médicos.

De maneira que eu acho que o Governo está tomando uma medida, através da Agência, perniciosa a milhões de idosos deste País que dependem de uma saúde privada. Ou seja, era obrigação do Governo oferecer saúde pública. Todavia, lamentavelmente, você percebe que o Sistema Único de Saúde (SUS) está literalmente falido. Por outro lado, nós temos hoje um verdadeiro contingente de quase 50 milhões de pessoas que pagam plano privado, e essa resolução, com certeza, Senador Cyro, vem prejudicar essas famílias, os mais idosos, os mais velhos do nosso País.

Mas, pela ordem, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente. Obrigado.

Presidente Jayme Campos, é de se estranhar, porque os planos de saúde são feitos, a sua parcela de arrecadação, através da média entre os contribuintes. Se se vai separar por faixas, é evidente que os aposentados, que são pessoas mais idosas, vão utilizar mais. Com isso, vão ter que pagar mais. E o jovem que não o utiliza...

Mas isso não é certo; isso não é próprio do plano. Isso, realmente, é uma faca de dois gumes para o aposentado, porque vai tirar a chance de ele utilizar o plano de saúde. Aí ele vai para o SUS e vai morrer junto com o SUS, porque o SUS já entrou em falência, como disse V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. V. Ex^a tem toda razão. É feita uma média entre os mais jovens e os mais idosos. Nesse caso, particularmente, serão criadas duas categorias, e quem vai ser penalizado, naturalmente, é o nosso idoso.

Mas a possibilidade da criação de uma carteira exclusiva para ex-funcionários foi considerada pelos especialistas como um perigo, porque a qualquer momento o empregador poderá desistir de manter o benefício. Cabe à ANS regular o segmento que engloba 47 milhões de pessoas, como referi aqui, que, na sua maioria, são jovens e necessitam pouco de serviço de saúde. Antes que surjam os planos exclusivos, a ANS deve corrigir a regulamentação, evitando os danos aos trabalhadores que estão saindo do mercado, até porque os planos de saúde continuam liderando as reclamações do Procon, e os idosos com mais de 60 anos de idade são os mais prejudicados. Lembro ainda que o Estatuto do Idoso proíbe a discriminação dos idosos.

De forma que, lamentavelmente, eu tenho que fazer essa crítica, mas de forma construtiva, até porque a crítica, quando construtiva, dentro do Estado democrático de direito, é saudável.

Eu não poderia deixar de fazer aqui, naturalmente, como Presidente desta Comissão, bem como os colegas Senadores que fazem parte desta Comissão, que lidam com a saúde, tanto privada quanto pública, comentários, pelo fato de que eu acho que a ANS, realmente, pisou na bola, ou seja, errou. Lamentavelmente, os nossos idosos têm pouco ou quase nada a comemorar pelo fato de que poucas políticas públicas se encontram à disposição desses milhões de brasileiros.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já que V. Ex^a fez referência a uma agência reguladora, no caso a ANS, ontem, tivemos na Comissão de Assuntos Econômicos uma audiência muito importante com o Ministro do Tribunal de Contas da União, José Jorge, ex-Senador e ex-Ministro de Minas e Energia. E ficamos alarmados. De sete agências reguladoras, apenas duas funcionam nos padrões desejáveis e nos padrões internacionais. Duas! É bom dizer, porque é bom dar os bons exemplos: Anatel e Aneel, uma de energia elétrica. Aliás, no caso da Aneel, sempre que precisei, e acho que todos os Senadores, o atendimento foi exemplar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. É exemplar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desde o recebimento na entrada da Agência até a recepção, é tudo muito benfeito. Só essas duas. As cinco restantes estão absolutamente fora dos padrões em relação ao orçamento, em relação à transparência, em relação à governança, em relação à autonomia.

Então, é uma coisa muito séria, e nós decidimos ontem – a própria oposição se dispôs, através do Senador Aloysio Nunes Ferreira – votar um projeto do Governo para regulamentá-las. Ainda não está devidamente, digamos, definido o marco regulatório de funcionamento das agências reguladoras. Elas têm que funcionar com o Ministério e com um conselho, para que definam as regras. As homologações e os contratos da concessão de serviço são feitos pela Agência. Só que isso não está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não está acontecendo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não há lei. É um vazio.

Existe uma Lei, a nº 3.737, se não me engano, de 2004, Senador Jayme Campos, Senador Cyro Miranda. Está lá. É um projeto do Executivo que até agora não foi votado na Câmara. Há oito anos.

E o conselho que regula as ações do Dnit, que deve fazer reuniões periódicas, tem oito anos e não fez uma reunião ainda. É o Conit, Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte. Então, não fez uma reunião até agora. E aí a gente vê muitos problemas como esse, que está sendo falado em relação à ANS. Essa ainda tem aqui, digamos, uma participação. A Anvisa tem uma atuação um pouco mais... Mas, de qualquer maneira, a situação é bastante complicada do ponto de vista do funcionamento das agências.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E tem razão, na medida em que temos que levar em consideração uma coisa também séria: as indicações para o exercício dos cargos.

Lamentavelmente, eu tive aqui até o constrangimento de participar, quando foi indicado um dos diretores de determinada agência, e o cidadão era totalmente despreparado. O que acontece? Foi indicação política. Isso é muito ruim. O cidadão não tinha conhecimento de causa para o exercício da função à qual foi indicado. Então, tem que haver mais critério também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora o senhor tocou num ponto essencial, Presidente, porque uma das recomendações do Ministro José Jorge foi exatamente que nós deveríamos ser mais rigorosos na sabatina aos candidatos que vêm aqui para as agências reguladoras.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É claro. Nós somos coniventes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Somos coniventes com a situação.

Tem que haver preparo técnico para exercer o cargo. Por exemplo, na área da ANS, área médica ou de medicamentos, e na própria Anvisa também tem que haver economistas, mas tem que haver gente que conheça a área em que vai operar, como agrônomos, especialistas, químicos, que são da área.

Então, realmente, ficamos impressionados.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria corroborar as palavras da Senadora Ana Amélia.

No ano passado, fizemos muitas críticas ao Governo, porque toda vez que ele queria criar uma agência, nós falávamos, primeiro, que não era necessário, porque já havia agências afins. Era um desdobramento. Então, é nítido que aquilo é feito para cabide de empre-

gos, porque não há qualificação, o orçamento é só para pessoal, e não há regulamentação. Isso desde 2004!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desde 2004. Está lá! É um projeto do Governo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, veja, é apenas para agasalhar os apaniguados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acomodar os correligionários.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para acomodar. Exatamente. É muito triste o que nós estamos vendo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É a questão da acomodação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É o que nós falamos, o custo Brasil. E a coisa vai indo. Agora, pior ainda, como V. Exª falou, é a falta de qualificação do pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E, na verdade, é o seguinte: a agência é um órgão fiscalizador e regularizador, ou seja, regula as coisas. O que ocorre no Brasil é uma diferença: ela não tem autonomia. Tem que ser autônoma, independente, para realmente cumprir com as suas finalidades.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tem que ser um Banco Central, uma espécie de Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Mas, quando se vê, na prática, são poucas que funcionam.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, o que é a agência reguladora? Ela é, digamos, o equilíbrio da demanda entre o poder que concede, o serviço concessionado, em qualquer área, e o usuário. Então, o usuário, hoje, por isso, está desprotegido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E, lamentavelmente, quem paga a conta é o consumidor.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia, quando o Ministro falou que nós teríamos que ser rigorosos, a senhora não falou para ele conversar principalmente com o Governo, que, quando vem aqui, já vem com carta marcada, e a dificuldade nossa é muito grande em não aprovar? Ele já vem aprovado, já vem carimbado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas um não foi aprovado. Recentemente, um não foi aprovado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas com muita dificuldade e um movimento muito grande na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Difícil, não é?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É, muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Uma dificuldade.

Quero registrar também a presença do Senador Paulo Davim e a da Senadora Ana Amélia.

Completando, ontem fiz uma fala, na tribuna da Casa, que achei muito oportuna, pelo fato de na nossa economia estar havendo uma desaceleração, e é preocupante, sobretudo, a questão do emprego. Então, fiz uma fala e quero repetir aqui um pequeno trecho.

Todos devem ter acompanhado os índices econômicos do Brasil e as metas do crescimento do Governo Federal. O nosso País vem patinando. O Governo vem colocando a culpa, mais e mais, na crise internacional e, a cada movimento frustrado, inventa um número novo para projetar, na tentativa vã de encobrir o pífio desempenho da nossa economia.

Os dados do IBGE revelam que a economia brasileira avançou apenas 0,2%, no primeiro trimestre deste ano, e isso está abaixo da mediocridade. Até as previsões mais sombrias variam de 0,3% a 0,7%.

As análises dos dados mostram ser o pior desempenho do mundo fora da Europa. Na comparação com o primeiro trimestre de 2011, o Brasil foi o mais fraco dos Brics. Ou seja, a alta do PIB, de 0,8%, no primeiro trimestre, em relação a igual período de 2011, ficou atrás da China, ou seja: 8,1%, a China; 5,35, a Índia; a Rússia, 4,9%; e a África do Sul, 2,1%. Este é o quinto trimestre seguido de expansão econômica inferior a 1%, e isso não ocorria desde a década de 90.

Registro também a presença do valoroso e grande amigo, Senador pelo querido Estado do Mato Grosso do Sul, Senador Waldemir Moka, que também é Vice-Presidente do Senado Federal.

A taxa de investimento caiu de 19,5% para 18,7%, já que a meta anunciada pelo Governo era chegar a 25%, para que não ficássemos tão reféns das importações.

Então, é um breve comentário, porque nos causam preocupação os investimentos, Waldemir Moka, previstos pelo BNDES, que também não vão acontecer, pelo fato de que eram previsíveis, até 2015, 614 bilhões. Já reprogramaram esse valor, e parece que ele vai chegar na ordem de 579 bilhões. Quem dera! Espero que cheguemos. Caso contrário, as perspectivas não são boas. Muito pelo contrário. São preocupantes, e certamente o Governo tem que tomar algumas medidas.

Todos sabemos que as taxas de juros baixaram. O câmbio melhorou. Entretanto, o Governo tem que fazer o que também? Ainda reduzir a carga tributária, que pesa sobremaneira em cima do setor produtivo brasileiro.

Nós temos aqui, como eu disse, oito itens. E, por solicitação do Relator, ficam retirados de pauta o Item

1, o Item 2 e o Item 7. São três itens retirados em caráter terminativo.

Registro a presença da Senadora Ana Rita, valerosa Senadora pelo Estado do Espírito Santo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2008 – Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do auxílio acidente.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, com 2 (duas) emendas que apresenta.

Observações:

– Em 21.12.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.591, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais (na origem, nº 71, de 2011-CAS), de Informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre o Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008;

– Em 03.04.2012, foi recebido o Ofício nº 40/2011, do Ministro de Estado da Previdência Social, por meio do qual são encaminhadas as informações solicitadas pelo requerimento;

– Em 23.05.2012, a matéria é retirada de pauta a pedido do Relator;

– A matéria constou da pauta da reunião do dia 30.05.2012, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação nominal.

Quero comunicar a V. Ex^{as} que a votação será nominal. Entretanto, com a não presença ainda do Senador Cícero Lucena, pergunto ao seu correligionário, Senador Cyro Miranda, se S. Ex^a poderá relatar ad hoc o referido projeto, que é o Item 3, pág. 53, Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008.

Vamos nomear ad hoc o Senador Cyro Miranda para proferir a leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

V. Ex^a, como ad hoc, relata a matéria, que é o projeto de iniciativa do Senador Paulo Paim.

V. Ex^a será Relator ad hoc na falta do Senador Cícero Lucena.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É um prazer relatar um projeto do Senador Paulo Paim e ser o Relator ad hoc do Senador Cícero Lucena, que tenho certeza o fez com muita eficiência.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 476, de 2008, do Senador Paulo Paim, altera a Lei nº 8.213, de 24

de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre o valor mínimo do auxílio acidente.

Na versão atual, que vigora com a redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997, o texto é o seguinte:

§1º “O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado”.

Os argumentos em prol da alteração, vertidos na justificação da proposta, informam que o benefício do auxílio acidente só teve estabelecidas restrições a partir da promulgação da Lei nº 8.213, de 1991.

Assim, o benefício, que antes era vitalício, passou a ser temporário, e se revogou a possibilidade de dois auxílios acidentes em caso de duplo infortúnio.

Por essa razão, é possível afirmar, segundo o autor, que já houve evidente “economia” aos cofres da Previdência Social, em detrimento dos direitos do trabalhador acidentado.

Por fim, sustenta que o auxílio acidente, concedido em valor inferior ao de um salário mínimo, ofende o dispositivo do art. 201 da Constituição Federal, que consigna que “nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo”.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer, em decisão terminativa, sobre o presente projeto de lei.

A forma de cálculo e o valor mínimo atribuído ao auxílio acidente, previsto no Plano de Benefícios da Previdência Social, harmonizam-se com a área de competência desta Comissão. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Estamos em quarto lugar no mundo em ocorrências dessa natureza. Ainda bem que esse tema está presente em nossas atividades legislativas, pois, recentemente, tivemos a realização de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida pelo Senador Paulo Paim, para fazer alusão ao dia 28 de abril como o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho.

É nesse contexto de fatos que discutimos a seguinte proposição: o impacto financeiro, por sua vez, é de 31.5 milhões, em 2011, com possível incremento, em 2011, até 25% desse valor, considerando-se sempre o novo valor do salário mínimo pela política em vigor. Portanto, o aumento de despesa nesse par-

ticular é ridículo, uma vez que a arrecadação líquida da previdência social, estimada em 2012, é de mais de 60 bilhões, ou seja, insignificativamente menor do que 1%, algo em torno de 0,001%. O que se discute e se debate é se o auxílio acidente pode ter valor inferior a um salário mínimo.

O inciso II do art. 201 da Constituição Federal, de 1988, estabelece como princípio de previdência social a garantia de que a renda mensal do segurado não pode ser inferior ao salário mínimo, no que tange aos benefícios substitutos de salário de contribuição.

Há uma inversão total de valor na análise e interpretação do Texto Constitucional, pois, mesmo que se diga que é natureza dos benefícios indenizatórios, ainda assim não pode ser inferior a um salário mínimo.

Apresentamos, ao final, duas emendas de redação com o objetivo de aprimorar a emenda de proposição e substituir a expressão 50%.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto do Senado nº 476, de 2008, com as seguintes emendas:

A ementa do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, passa a tramitar com a seguinte redação:

Altera o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor que o auxílio-acidente será concedido em valor nunca inferior a um salário mínimo.

Emenda 2:

“O § 1º do art. 86 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, passa a ter a seguinte redação”:

Art. 86:

“§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício, observado o limite mínimo de um salário mínimo, e será devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data de óbito do segurado”.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro Miranda.

Está em discussão o Projeto de Lei nº 476, que teve como Relator ad hoc o Senador Cyro Miranda.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se querem discutir a matéria. Caso contrário, não vou encerrar a discussão, pelo fato de que ainda temos quórum para entrar no processo de votação.

Então, neste caso, particularmente, fica adiada a discussão, e, na próxima, ou seja, se tivermos ainda quórum, vamos voltar à discussão e votar o projeto.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Se me permite, antes da leitura do próximo projeto, eu gostaria de fazer um comentário sobre a Medida Provisória nº 568, que foi enviada para o Congresso Nacional.

Essa medida vem de forma fragorosa penalizar a categoria médica do Brasil, sobretudo os profissionais que trabalham nos hospitais federais, nas instituições federais: universidades, Funasa, Dnocs, enfim, em instituições federais.

Essa medida trouxe um impacto muito forte, uma reação muito forte no Brasil inteiro, porque ela restringe direitos. Ela é um retrocesso nas conquistas dos trabalhadores do Brasil, sobretudo dos trabalhadores da área da saúde. Ela diminui em 50% o salário dos profissionais médicos e aumenta a carga horária. Pior do que isso: mexe em conquistas históricas, como a insalubridade. Nós trabalhamos com a insalubridade de 20%, e essa medida estabelece o valor fixo da insalubridade.

Há uma reação muito forte, Sr. Presidente. Na segunda-feira, participei de um ato público e de um debate no meu Estado, o Rio Grande do Norte, com os profissionais das instituições federais. Isso aconteceu em São Paulo, no Rio, no Rio Grande do Sul, em Goiás, em todos os Estados da Federação, porque não concordamos com essa medida provisória. Infelizmente, sou da base do Governo, mas fiquei estupefato com o teor, com o conteúdo dessa medida.

E, ontem, Sr. Presidente, nós tivemos uma reunião com o Relator da matéria, o Senador Eduardo Braga, com o Líder do Governo na Câmara, o Deputado Chinaglia, pela manhã, com as lideranças médicas do Brasil, e eles saíram convencidos dessa reunião. O interessante é que há uma sensibilização dos líderes de todos os partidos do Congresso.

Ontem, à tarde, nós estivemos presentes em uma audiência pública no Auditório Nereu Ramos. A Senadora Ana Amélia estava lá e também se pronunciou. Ouvi os líderes de todos os partidos da base do Governo, informando o posicionamento contrário a essa medida. Todos. Inclusive o próprio Líder do Governo na Câmara, o Deputado Chinaglia. Também o Líder do Governo no Senado, o Relator da matéria, o Senador Eduardo Braga.

Então, estou fazendo este registro lamentando, Sr. Presidente, porque sabemos que a saúde do Brasil vai mal. Nós sabemos a forma aviltada com que os profissionais médicos recebem os seus honorários; nós sabemos as dificuldades por que passa a saúde neste País.

Essa medida só veio agravar, só vem criar mais problemas num setor carente e problemático.

Então, faço este registro.

Há um conforto, há uma esperança porque, pelo que ouvi...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador, V. Ex^a...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pois não, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Primeiro, não pude ir à audiência porque estou presidindo a medida provisória relativa ao programa Brasil Carinhoso. Então, não tinha como, porque, se eu fosse somente membro, mas eu presido a medida provisória. Não houve jeito. Mas estou conversando com a Senadora Ana Rita e acho que isso, Sr. Presidente, o Governo vai ter que retirar, porque é um negócio que ninguém consegue entender. Como é que você vai reduzir o salário dos médicos?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em 50%.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu entendo o seguinte, Senador Waldemir Moka, imagino que isso valha para quem for ingressar no serviço público agora. Não que isso seja uma conquista, ou seja, um direito adquirido, mas imagino que seria...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas o pior é que houve. No caso do Dnocs, 70% caíram. As gratificações caíram todas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou surpreso! Acho que nós precisamos, urgentemente, de uma interlocução maior. Não é possível um negócio desses!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Waldemir Moka, se me permite, onde está a independência deste Congresso? Isso veio para uma discussão. Se toda a base está consciente de que isso não pode acontecer, por que, então, não se faz a retirada? O senhor veja como sofre a oposição nesta Casa!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Desculpe-me, Senador, eu não completei a informação.

Já, ontem, tanto o Líder Arlindo Chignalia quanto o próprio Eduardo Braga já sinalizavam exatamente para isso. Aí não entra essa questão. Por exemplo, sou daqueles que – pode ressuscitar o Dr. Ulysses Guimarães –, quando têm convicção, não adianta. Isso não funciona comigo mesmo.

Agora, eu acho que o desgaste é desnecessário; desnecessário porque você passa para a sociedade, para um segmento importante, o dos médicos, uma coisa que não se justifica.

O Senador levantou a matéria aqui, e, como eu não pude ir... Porque, se eu fosse, eu diria exatamente

isso, tanto para o meu Líder, Senador Eduardo Braga, quanto para o Arlindo Chignalia. E o pior: o Alindo é médico. Então, essa é que é a dificuldade maior.

Nós precisamos da interlocução urgentemente para mostrar que isso é uma coisa desnecessária, desgastante, que sinaliza o quê? Que não há ...

Estou perplexo com isso, Sr. Presidente!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu ouvi com atenção a argumentação do Senador Waldemir Moka, Senador Paulo Davim, que é médico, Senador Cyro. Há duas semanas eu fui à tribuna do Senado e pedi a retirada dessa medida provisória. Que a Presidenta Dilma tirasse a medida provisória porque juntaram num balaio só atividades completamente diferentes. Não tinha nada a ver. Quer dizer, você quer uma medida provisória para resolver um problema. Essa medida provisória criou um problema. E o grande momento dessa medida foi a audiência de ontem. Toda a classe medica do setor público que estava perdida se mobilizou.

A audiência de ontem, Presidente, foi uma das demonstrações de mobilização mais importantes de categorias. Não só médicos; estavam lá também agentes comunitários de saúde, estavam lá médicos veterinários, que também foram atingidos por essa medida, meteorologistas, estavam lá servidores do Dnocs, projetistas. Olha, foi uma parafernália!

Estou fazendo esse pela ordem porque, como eu fui, desde o início, pedir para a Presidenta Dilma retirar tudo isso, porque do jeito que está não dava, fui alertada por jovens médicas que vieram do Rio de Janeiro pedir pelo amor de Deus que eu tirasse pelo menos o item que tratava da redução de 50% dos salários desses médicos. Reduzir a carga horária. Era uma confusão.

Eu instalei a comissão mista da Medida Provisória nº 568. Fui eu quem instalou aqui, nesta Casa. Na mesma hora, pedi uma audiência pública para trazer a Ministra Miriam Belchior e todos os representantes da área médica, para que fossem representados para discutir isso.

Na reunião seguinte, foi lido. O Senador Anibal assumiu a Presidência. Já designados os relatores, a Deputada Jandira Feghali pediu para incluir o Presidente do Conselho Federal de Medicina e o Deputado Domingos Neto, que trouxe o problema do Dnocs – eu não estava avisada – e sugeriu a inclusão, na audiência pública, do Diretor-Geral do Dnocs.

Fizemos outra reunião para acertar a audiência pública, que foi marcada para ontem. Nenhuma das duas Ministras que deveriam comparecer compareceram, a Ministra Miriam e a Ministra Ideli Salvatti. Inicialmente, precisava-se do Ministro Alexandre Padilha, que é da área da saúde, da área médica.

Agora, o que eu entendi é que essa medida tem uma parte boa, que atende a área dos docentes das universidades, que estão em greve. Então, pelo menos, se botar tudo isso fora, se tirar tudo, ter-se-á que fazer uma nova. Preservar essa parte que diz respeito aos docentes das universidades – reserva isso, porque isso foi uma demanda atendida pelo Ministério da Educação – e tirar todo o entulho, que foi uma coisa absolutamente recusada.

Ontem as lideranças se convenceram, a própria Deputada Jandira. Eu revi a minha posição de tirar tudo e anular esta Medida Provisória nº 568, para preservar a parte positiva que atende uma demanda de uma categoria importante para acabar com a greve das universidades.

Então, ontem, isso foi colocado com muita objetividade. O Senador Paulo Davim estava lá e viu a mobilização das categorias, que vão continuar mobilizadas. Inclusive, se não houver mudança, Senador Jayme Campos, haverá uma greve geral das categorias médicas na área pública de atendimento.

Acredito na capacidade do Relator Eduardo Braga, que tem sido muito paciente na relação com o Governo e que tem mostrado ao Governo as dificuldades políticas e as derrotas que terá, na Câmara e no Senado, se não for alterada a medida provisória. Como disseram o Senador Moka e a Senadora Ana Rita, é uma questão polêmica que prejudica categorias, inclusive ferindo um princípio constitucional: não se pode reduzir salários.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a a V. Exªs.

É muito preocupante. O registro feito pelo Senador Paulo Davim é oportuno, é pertinente. Temos uma responsabilidade. Não podemos aceitar, em hipótese alguma, que uma medida provisória como essa seja aprovada aqui. Se depender de política, de partidos...

Em síntese, trata-se de uma política pública indecente, que, lamentavelmente, vai prejudicar um contingente de pessoas que, ao longo da sua vida, dedicou-se ao nosso País no serviço público.

Particularmente, quero manifestar minha indignação e me colocar à disposição, naturalmente, desses segmentos. Lamentavelmente, não é mais possível fazer audiência pública, pelo fato de que essa medida provisória já se encontra na Casa. Cabe a nós, Senadores e Deputados Federais, naturalmente, buscar um

novo encaminhamento e entendimento para que, de fato, não sejam prejudicados.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Consultados os eminentes pares, acho que a Comissão de Assuntos Sociais, em última instância, é que vai discutir. Por que não a Comissão mandar claramente um requerimento, assinado pelo Presidente, dizendo que essa medida provisória não encontra respaldo aqui? Não sei qual é o mecanismo, mas acho que isso ajudaria o Líder Eduardo Braga, que, neste momento, está, sem dúvida alguma, com uma dificuldade tremenda para relatar uma medida provisória que não tem a menor chance de tramitar. Eu diria que ela será recusada no início.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na própria comissão que se instala para cada medida provisória, ela será definida como admissível ou não. Nesse caso, acredito que, na própria comissão, ela poderá ser rejeitada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É mais uma argumentação, um posicionamento respeitoso, Sr. Presidente, respeitoso. É claro que o assunto deveria ser debatido, mas, pelo que vejo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É ponto pacífico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não sei, Sr. Presidente, é aquela que coisa que não se consegue explicar. É lei, mas não é possível um negócio desse.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É um absurdo.

Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Só quero ratificar o posicionamento da Senadora Ana Amélia, porque acho que o grande problema é que, muitas vezes, uma única medida provisória traz temas completamente diferentes. E isso dificulta, com certeza, a discussão e a votação da própria medida provisória. Então, considerando que parte dessa medida provisória é importante e parte é polêmica, retira-se o que é polêmico e mantém-se o que é importante, para que não percamos tempo. Votamos aquilo que é necessário. Aquilo que é polêmico poderia vir posteriormente em outra medida provisória, de outra maneira, para que não percamos tempo em aprovar aquilo que é essencial, neste momento, para resolver o problema das universidades.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tem toda razão.

Ontem, ouvi uma declaração do Senador Aloizio Mercadante, nosso Ministro da Educação, em que afirmava que há precipitação em relação às greves já instaladas nas universidades – das 93 existentes no Brasil, 51 estão em greve – porque o compromisso do Ministério da Educação, do Governo Federal é, até dia 10 de agosto, concluir o encaminhamento dessa situação, pleiteada pelos servidores da educação federal do Brasil, sobretudo a nova tabela de reajustes.

A ponderação que ele faz é que se precipitaram nesse caso, que não precisaria da greve. Mas, quando se vê uma medida provisória com esta, acho um absurdo. Aqui, envolveram até a Abin, a Agência Brasileira de Inteligência. Aqui está Abin, Meteorologia, Embraer, até carreira de tecnologia militar. Ora, são carreiras bem distintas, diferentes. Então, um verdadeiro rosário.

De fato, quando falam de contrabando e mais contrabando que colocam na medida provisória, isso é ruim para o Congresso Nacional.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, inclusive passa-se por cima da Lei nº 8.080, que é a lei do SUS, que regulamenta as carreiras. É uma coisa absurda!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Rita. Ana Amélia, não. Angela Portela e ainda tem Cyro Miranda. Angela Portela.

A vantagem é que a nossa Comissão é rica de mulheres bonitas e competentes. E fico tão empolgado!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas a preferência pela Senadora Ana Rita ficou evidente aqui.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu também gostaria de manifestar, como fiz ontem no plenário do Senado, a minha preocupação com essa medida provisória, que prevê redução do salário dos médicos e também de professores das instituições federais de ensino superior.

Então, nós já vivemos um momento em que os professores das universidades federais estão mobilizados, em greve, há quase um mês, no País inteiro. Uma medida provisória dessa só vem inflamar ainda mais as categorias profissionais que serão afetadas, também no momento em que o País vive uma dificuldade extrema de médicos, principalmente nos Estados mais distantes.

Nós já temos iniciativas da Presidenta Dilma no sentido de também aceitar a vinda de médicos estrangeiros, de facilitar a revalidação de diplomas de médicos estrangeiros, para atuarem na saúde pública do nosso País.

Então, é inadmissível, inconcebível que uma medida provisória possa prever a redução da carga horária de médicos; quer dizer, amplia a carga horária, e o salário não atende à ampliação da sua carga horária. Isso é inconcebível. Eu também queria compartilhar da opinião de todos os Senadores.

Mas esperamos que, durante as discussões na comissão especial, onde está sendo analisada esta medida provisória, esses pontos polêmicos e que causam prejuízo aos trabalhadores médicos e professores, entre outras categorias, como os agentes de saúde também, sejam revistos e definitivamente retirados da medida provisória. Vivemos num momento em que precisamos valorizar os trabalhadores da saúde e da educação. E não desprestigiá-los, desqualificá-los, reduzindo o salário.

Então, gostaria de externar mais uma vez a minha opinião contrária a essas medidas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

A sensação que tenho é de que há um consenso, entre todos nós, contrário a essa medida provisória.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, é uma coisa que não chega a ser polêmica. Há unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cem por cento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Cem por cento.

Agora, aí temos que ver, a Senadora Ana Amélia lembrou bem, a Senadora Ana Rita: a medida provisória tem uma parte que trata exatamente dos docentes. E aí precisamos ver a melhor forma, mas repudiar de imediato essa questão da redução de salário. Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não existe.

O Senador Benedito de Lira deu uma bela sugestão aqui: mesmo sendo da base aliada do Governo, independente, homem de uma trajetória política linda, esplendorosa – como diz um conterrâneo meu, de Mato Grosso –, devolva-se a medida provisória. É isso que precisava ser feito aqui. Por incrível que pareça, estou aqui há quase cinco anos, e uma vez este fato aconteceu. Apenas uma vez.

O Congresso tem que se posicionar. Temos que ter independência, até porque eu acho que o Governo, até de forma desrespeitosa não só com os trabalhadores, mas sobretudo com estes Senadores, encaminha medida provisória para reduzir o salário e aumentar a carga horária. E discutimos esse assunto todos os dias aqui. Por sinal, tive uma audiência com o Ministro da

Educação, para propor a criação de novos cursos de Medicina em Mato Grosso, que tem carência.

Ontem, eu tive uma notícia alvissareira e queria aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Ministro e a própria Presidente Dilma: foram criados cursos de Medicina na cidade de Rondonópolis, na região sul do Mato Grosso, e também na nossa universidade federal, no campus da universidade de Sinop.

Então, o Governo, num gesto de altivez, de grandeza e, sobretudo, de compromisso, toma medidas sérias, corretas. No entanto, por outro lado, encaminha medida provisória como essa.

De maneira que V. Ex^a tem razão. Quando nós achamos que uma medida provisória como essa tem que ser rejeitada, devolvida, esse é o nosso papel, como Parlamentares, como Senadores da República, que têm a procuração do povo brasileiro dos seus respectivos Estados para bem representá-lo.

Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, esse fato é realmente inédito. Normalmente se pede reajuste salarial, até para repor inflação.

Nesta última semana, um fato curioso, Moka: viajando de retorno ao meu Estado, no mesmo voo estavam três ou quatro médicos que já têm mais de 25, 30 anos de serviço, na universidade, no INSS etc.. Eu, então, fui surpreendido por eles, quando me procuraram no avião e disseram: “Senador, por favor, vai chegar uma medida provisória do Governo diminuindo o salário dos médicos, dos profissionais de Medicina”. Eu disse: “Rapaz, não é possível isso! Diminuir salário? Nunca vi, até hoje, durante toda a minha trajetória política nesta Casa, nunca votei uma matéria dessa natureza”.

Então, é de fundamental importância que esta Casa faça uma análise de tudo isso. Ou opinar pela inadmissibilidade, não admitir essa medida provisória, ou, então, devolver ao Governo para que ele faça um reexame e aproveite o que serve e jogue fora o que não serve. Nós é que não podemos estar aqui fazendo esse jogo, porque não acredito, em hipótese nenhuma, que Senador ou Deputado vote matéria dessa natureza.

Então, Sr. Presidente, eu quero também hipotecar a minha solidariedade aos profissionais de Medicina deste País e cumprimentar os Ministros da Saúde e da Educação, porque ontem tive uma audiência com o Ministro da Educação, Mercadante, para tratar de um assunto relacionado à educação de nível superior no meu Estado, inclusive para tratar também da criação de uma escola de Medicina numa fundação que existe lá, que é a mais importante fundação de ensino superior do meu Estado. E ele me deu a notícia de que o Ministério da Saúde havia baixado uma portaria

umentando o número de vagas. Haveria 2.500 vagas para novos médicos, para estudantes de Medicina, para criar novos cursos de Medicina. Vou dar um exemplo. O meu Estado, por exemplo, há mais de 40 anos, conta com apenas 120 vagas para o curso de Medicina nas universidades, na federal e na estadual.

Então, há uma carência terrível, e quando se trata de matéria dessa natureza é que a coisa não fica boa. Por isso, quero hipotecar a minha solidariedade e dizer que estou de pleno acordo com os meus colegas desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Benedito de Lira.

Pelo que estou vendo aqui, realmente, a coisa vai caminhando de tal maneira que só cabe uma opção: pela inadmissibilidade da matéria ou, depois, naturalmente, devolver para o Poder Executivo essa medida provisória.

Senador Cyro Miranda, pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, neste momento eu queria fazer um apelo a todos os que estão aqui presentes, à base do Governo, principalmente, e me calcar nas palavras da Senadora Ana Rita; fazer um apelo a todos os que são da base do Governo.

Hoje, estamos sentindo na pele um problema sério: as medidas provisórias estão fugindo do seu objetivo. Nós temos hoje um problema sério com as universidades. Estamos perdendo tempo. Tivemos que fazer uma audiência pública fora do contexto essencial. Nós precisamos resolver o problema da universidade, mas essa medida provisória vai ficar derrapando mais algumas semanas em função de ter penduricalhos que não valem a pena. Então, eu peço à base do Governo, aos representantes do Governo no parlamento que se sentem e que coloquem com sensatez as medidas provisórias.

Nós fomos obrigados a engolir, no ano passado, uma medida provisória do trem bala. Não se fala mais do trem-bala. Não se fala mais do trem-bala. Fizeram uma panaceia daquilo; aquilo virou uma vergonha brasileira, não tem projeto. No fim, ocuparam-nos aqui, durante semanas, com debates etc.. E aí?!

Então, não é esse o caminho. O Governo tem que estar consciente de que a medida provisória é importante para resolver problemas como esse, iminente, que é o caso da educação, das reitorias.

Então, sentem-se e vamos conversar, porque todas as vezes esse problema vem à baila. A oposição se manifesta, e os senhores vejam que, na maioria das vezes, com razão. A medida provisória tem um princípio, e hoje nós estamos prejudicando 51 universidades,

porque não estamos tendo celeridade, porque existem penduricalhos, árvores de Natal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de mais nada, vamos votar aqui um requerimento proposto pela Senadora Ana Amélia.

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão de Assuntos Sociais para a realização de seminário destinado a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, a realizar-se no segundo semestre de 2012.

Autora: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra a V. Ex^a, para encaminhar o seu requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, Senadoras, Senadores desta Comissão de Assuntos Sociais, nós percebemos, na audiência pública que realizamos nesta Comissão, inclusive com a presença de muitos dos Senadores aqui presentes, o alcance, a relevância e o inadiável compromisso nosso de continuar debatendo aspectos relacionados à segurança e a medidas relacionadas a estes – que são agora uma epidemia no Brasil – acidentes, muitos deles fatais, envolvendo motocicletas.

Tivemos aqui uma grande visão do problema, que é muito maior do que nós imaginávamos, com a presença de representantes de praticamente todos os Estados brasileiros.

Essa ideia nasceu exatamente dessa audiência pública e foi dividida em duas partes, Sr. Presidente Jayme Campos, para realizarmos, em setembro, esse amplo seminário, trazendo a área médica; a área dos próprios interessados, os motociclistas; a área do Governo, no caso o Ministério das Cidades; o Denatran, que está subordinado ao Ministério das Cidades, para discutirmos exatamente formas de redução do nível de acidentes em nosso País.

O que se viu aqui é de uma total inversão na ordem das coisas. A determinação para a habilitação de um motociclista, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos...

Uma assessora desta Comissão me disse, emocionada, quando assistiu àquela audiência, que ela ficou ficou muito sensibilizada, porque perdeu um irmão de vinte e quatro anos na semana ou no mês em que comprou a motocicleta. Morreu três dias depois do acidente.

Então, ele está em toda parte.

Nós temos que avaliar as condições, porque, hoje, para se tirar uma habilitação de motociclista, são exigidas 30 horas. Olha só, Presidente Jayme Campos: trinta horas! São 25 horas de teoria e cinco horas de

prática. Essas cinco horas de prática num ambiente absolutamente limpo e que não tem nada a ver com a realidade das ruas da maioria das cidades brasileiras. Não está previsto o buraco, não está prevista a água, a aquaplanagem, não está previsto nada disso, nenhum dos problemas com os quais diariamente convivemos.

Então, temos que fazer urgentemente esse seminário, para trazermos as autoridades especializadas na questão da mobilidade urbana e também para discutirmos a própria questão do transporte coletivo.

Um dos principais motivos pelos quais uma pessoa compra moto é para se livrar da falta de transporte coletivo; e, quando ele existe, é caro e de péssima qualidade. Então, isso é que entulha as nossas cidades, hoje congestionadas pelo excesso de veículos.

Essa é a razão do requerimento, para o qual espero o apoio dos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação o requerimento proposto pela Senadora Ana Amélia.

As Sr^{as} e os Srs. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto favorável e quero registrar aqui – V. Ex^a não estava, porque a Senadora Ana Amélia presidiu a reunião –, Sr. Presidente, V. Ex^a pode ter certeza, que foi uma das audiências públicas mais concorridas. Fiquei impressionado com o acesso ao meu site, ao Twitter, com a repercussão da audiência pública.

Aqui foi criado um grupo de trabalho. Estavam aqui representantes do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, que pediram para fazer parte desse grupo de trabalho.

A motocicleta veio para ficar. Ela não vai se restringir. Ao contrário, por dois motivos que a Senadora já falou: primeiro, temos um transporte público de péssima qualidade, e, na maioria das vezes, a motocicleta virou o veículo de trabalho dessas pessoas. Então, penso que, até setembro, esse grupo de trabalho já deve ter avançado nas discussões, Senador, e vamos repisar aqui.

Uma audiência pública, tenho certeza, servirá para termos um rumo para as políticas públicas, no sentido de pelo menos amenizar o problema.

Um cirurgião de trauma que aqui chegou, um intensivista, disse que, depois de 20 anos de profissão, eles ainda ficam surpresos com determinado tipo de

acidente. Imaginem! Um médico de 20 ou 30 anos de profissão, acostumado a atender trauma, ainda ficar perplexo com isso.

Então, quero parabenizar a Senadora pela excelente oportunidade de debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Também quero dizer que a Comissão de Assuntos Sociais vai participar de forma ativa e efetiva, na medida em que os índices apresentados são alarmantes. O Brasil hoje é praticamente campeão no mundo em número de motocicletas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A ocupação dos leitos nas UTIs.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – As nossas UTIs, os hospitais do Brasil têm praticamente 50% de ocupação com os acidentes de trânsito de motocicletas.

De forma que é pertinente, é oportuno, e, com certeza, Senadora Ana Amélia, nós vamos realizar um grande seminário no mês de setembro.

Parabéns!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos para o Item 4.

Já registramos a presença do valoroso Senador, pelo Estado de São Paulo, Eduardo Suplicy. Também registramos a chegada do Relator da matéria, Primeiro-Secretário da Casa, Cícero Lucena, que também vai relatar a matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2009 – Terminativo –

Assegura, nas empresas de mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes, na forma do art. 11 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, para proferir a leitura do seu relatório, Item 4, pág. 65.

Com a palavra o Relator, Senador Cícero Lucena, para relatar a matéria.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como já estava na pauta em outras reuniões e devidamente disponibilizado nos tablets dos demais Senadores, vou direto ao voto.

Em face de tudo que está no relatório, que está exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Está em discussão a matéria relatada pelo Senador Cícero Lucena. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos suspender a discussão.

Senador Benedito de Lira, acho que é possível votarmos também. Nós temos sete.

Senador Benedito de Lira, por favor, vamos entrar em processo de discussão e votação. Temos quórum suficiente.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Em votação o Projeto de Lei nº 252.

Consulto como vota a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quem vota com o Relator vota “não”.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, a Senadora Marisa Serrano era uma ilustre Senadora e hoje é Conselheira do Tribunal de Contas.

Tenho certeza de que a Senadora teve a melhor das intenções, mas eu concordo com o Relator que hoje não há como ignorar as representações sindicais nesse tipo de acordo.

Portanto, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota – voto conhecido – o Senador Cícero Lucena? É pela rejeição.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Reconhecendo a autora, o empenho dela, mas voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy? Quem vota com o Relator vota “não”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Trata-se de um projeto que precisa ser mais bem redigido e apreciado. Por isso, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, o projeto é importante, embora ele tenha alguns problemas no seu texto. Diante disso, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Resultado: rejeitado o Projeto de Lei do Senado 252, de 2009.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, o Item 8 já foi lido, e encerradas as discussões.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos votar também.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Aproveitando o quórum, só para a votação...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos votar agora, com certeza.

É uma pena que saiu a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – (Fora do microfone.) Eu vou ter que sair também, porque tenho Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a poderia aguardar só dois minutinhos.

Eu solicitaria à Senadora Ana Amélia, que vai voltar. Peça a ela. Vamos votar. Inclusive já está lida a matéria.

O Item 8 já foi lido e discutido. Agora será apenas a votação da matéria, muito importante, de autoria do Senador Paulo Davim, sendo Relatora ad hoc a Senadora Ana Amélia.

Estamos aguardando apenas um Senador, que já está entrando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria também que aproveitássemos o quórum para votarmos o Item 6, que trata da questão dos farmacêuticos que trabalham nos SUS. É uma matéria importante, e a categoria e seus líderes estão acompanhando essa decisão, que é muito importante.

Então, assim que terminar a votação do Senador Paulo Davim, votaríamos o Item 6, que também é terminativo.

Eu gostaria de pedir apoio a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sem dúvida. Estamos aguardando apenas a Senadora Angela Portela.

Eu solicito à Assessoria que, por favor, convide para voltar ao recinto. Temos vários projetos que já foram lidos, faltando apenas a fase de votação. Foram lidos e discutidos. E, neste caso, temos uma oportunidade ímpar. Apenas aguardamos a presença de mais um Senador para votarmos a matéria. E quero crer que será possível.

Solicito ao Senador Rodrigo Rollemberg e também ao Senador Vicentinho Alves, qualquer um dos membros da Comissão, para votarmos cinco projetos.

Já temos aqui o valoroso e competente mestre Senador Wellington Dias. Temos quórum.

Vamos para o Item 8.

Esse projeto já foi lido, já foi discutido, e vamos entrar em processo de votação. Vou apenas ler o cabeçalho.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 614, de 2011

– Terminativo –

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tomar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil.

Estamos com a presença do autor, Senador Paulo Davim, como também da Senadora Ana Amélia, que é Relatora ad hoc.

Consulto como vota o Senador Wellington Dias.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira, para entrarmos em processo de votação.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, para facilitar o trabalho da Comissão e

considerando que todos esses projetos terminativos já foram lidos, é possível, regimentalmente, votarmos isso em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não é possível. Mas será rapidinho. Tenho certeza de que os nossos Senadores vão votar rapidamente.

Há alguns que têm emenda, Senador Benedito de Lira. Não é possível.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto com o Relator, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim, que é autor? (Pausa.)

Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido. Fui Relatora ad hoc.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Voto conhecido, como relatora ad hoc da matéria.

Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? (Pausa.)

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto, consulto os Srs. Senadores e Senadoras se podemos repetir a votação para a emenda da Relatora.

Consulto V. Exªs. (Pausa.)

Está aprovada a matéria.

Resultado: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2001, com a Emenda nº 1-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Vamos a outro projeto, também já lido.

Consulto a Senadora Ana Amélia...

V. Ex^a tinha falado em relação ao Item 6. Essa matéria já foi lida...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, não. Não foi lida, Senador. Essa não. Esse projeto é...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos votar o Item 3. Estou só consultando. Aí nós entramos no projeto, porque esta aqui, Senadora, é matéria que já foi lida e já foi discutida. Queremos apenas votar o Item 3, que é um projeto do Senador Paulo Paim e que teve como Relator ad hoc o Senador Cyro Miranda.

Eu queria dizer que estamos apenas em processo de votação, pelo fato de a matéria já ter sido lida e discutida aqui na Comissão.

Eu consulto porque eu havia suspenso a discussão.

Se V. Ex^{as} concordam, encerro a discussão. (Pausa.)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2008

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do auxílio acidente.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Está em votação o Projeto de Lei do Senado nº 476, ressalvadas duas emendas, que apresentam.

Vamos entrar em processo de votação.

Consulto o Senador Wellington Dias: como vota V. Ex^a?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria elogiar a iniciativa do Senador Paulo Paim e também a relatoria do Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Cícero Lucena, que foi Relator da matéria? Entretanto, há outro correligionário seu que foi Relator ad hoc, que é o Senador Cyro Miranda.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Que é o meu mestre, e eu o acompanho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpem-me a injustiça de não ter referido o Senador Cyro Miranda, Relator ad hoc.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda, Relator ad hoc?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Conhecido e, por sinal, representou muito bem o Senador Cícero Lucena. Esse é o glorioso PSDB nacional brasileiro.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com o Relator.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto, consulto as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as duas emendas oferecidas pelo relator. (Pausa.)

Não havendo ninguém que queira se manifestar, aprovado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu só queria parabenizá-lo porque, num dia como hoje, só o senhor que consegue quórum nesta Casa, pela falta de teto com excesso de quórum.

Mas eu quero parabenizar, porque esta Comissão, realmente, sempre tem uma presença expressiva aqui na Casa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado pela parte que me toca da assiduidade...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ana Rita, Senadora querida, falta um projeto só, para concluirmos o trabalho. Um minuto só. V. Ex^a, como sempre, simpática, generosa, até porque o próprio Senador Waldemir Moka disse que, preferencialmente, eu tinha aqui me dirigido quase que só a ela.

Nesse caso, a senhora também vai fazer a tal da lei da compensação e vai aguardar esta votação.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 476/2008 e as Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Quanto ao Item 6, pág. 93, eu consulto à Secretaria se essa matéria tem que ser lida. (Pausa.)

Eu apenas gostaria de perguntar à Senadora Ana Amélia, pelo fato de termos ainda quórum e de alguns Senadores terem a necessidade de deixar o recinto para ir a outras comissões, se V. Ex^a poderia ir diretamente ao voto. Ou V. Ex^a tem a necessidade...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas fazer... É muito rápido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Risf, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar;

– Votação nominal.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Antes de apresentar, eu queria apenas registrar a presença nesta reunião do Dr. José Luís Maldonado, assessor técnico do Conselho Federal de Farmácia; do Dr. José Vilmore Silva Lopes Júnior, Diretor Secretário-Geral do Conselho Federal de Farmácia; e do Dr. Walter da

Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia.

É com muito prazer, portanto, que apresento, rapidamente, a análise.

Em nosso País, de forma geral, é urgentemente necessário que a assistência farmacêutica passe a ser efetivamente caracterizada como ação de saúde, abandonando as características de atividade comercial que lhes foram indevidamente atribuídas.

Como bem lembrou a autora da proposição, tais atividades englobam um rol de ações caracterizadas como boas práticas, necessárias ao uso adequado de medicamentos, quais sejam: o abastecimento, a conservação e o controle de qualidade; a verificação da segurança e da eficácia terapêutica; a orientação, o acompanhamento e a avaliação da utilização; a difusão de informação e a educação permanente dos profissionais de saúde e da comunidade, para assegurar o uso racional de medicamentos.

Exatamente dessa forma, entendemos que o dispositivo para tornar obrigatória a existência de técnico responsável pela assistência farmacêutica, prestada no âmbito do SUS, deve ser inserido na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Orgânica do SUS, e não na Lei nº 5.991, de 1973, que cuida do comércio farmacêutico, isto é, da assistência farmacêutica prestada pela iniciativa privada.

Para tanto, sugerimos a redação de um substitutivo ao PLS nº 62, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a assistência de técnico responsável na assistência farmacêutica realizada no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo VIII do Título II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 19-V: “Art. 19-V. Os serviços de saúde do SUS que disponham de farmácia ou dispensário de medicamentos ficam obrigatoriamente sujeitos à assistência técnica prestada por profissional farmacêutico inscrito no respectivo Conselho Regional de Farmácia.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor um ano após a data de sua publicação.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Está em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Wellington Dias, para discutir a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, para dizer da importância dessa iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e parabenizar aqui também a Relatora, a Senadora Ana Amélia.

Eu acho que a redação que foi dada coloca de forma mais adequada. Por essa razão, a minha posição é pela aprovação, acompanhando o voto da Relatora, na forma apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo, oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2011, que tem preferência regimental.

Vamos proceder à votação pelo fato de a matéria ser de caráter terminativo.

Consulto como vota o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a Relatora, parabenizando a Senadora Vanessa.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia, que fez uma correção importante. Na verdade, já existe a obrigação da presença de farmacêutico bioquímico em farmácias, mas a legislação específica, na verdade, é para que o Sistema Único de Saúde também conte com a assistência técnica desse profissional para controlar as medicações. Acho fundamental a correção.

Parabéns, Senadora Ana Amélia!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para deliberar rapidamente, Senadora Ana Rita.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto pela aprovação, com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia? (Pausa.) Voto conhecido.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Parabenizando a Relatora, eu a acompanho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora e com a autora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, parabenizando-a principalmente pelo substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o valoroso Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Resultado: aprovado, em turno único, o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2011. Vai a turno suplementar, nos termos do art. 82, combinado com o art. 92.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Confesso que eu não esperava que houvesse quórum para votarmos as matérias em caráter terminativo, mas tivemos quórum. Agradeço a todos aqueles Senadores que estiveram nesta Comissão e que, com isso, permitiram a aprovação de projetos muito importantes.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Entrei com um requerimento extrapauta e queria saber da possibilidade de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Projeto extrapauta?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Requerimento extrapauta. V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Consulto a nossa Secretária ou o Adjunto para saber onde se encontra a matéria. (Pausa.)

Farei a leitura do requerimento agora.

V. Ex^a, por favor, após a leitura, assine o requerimento. A matéria já chegou ao conhecimento da Mesa. Todavia, estamos aguardando a assinatura de V. Ex^a.

Vou ler o requerimento e peço a V. Ex^a que o assine de imediato.

Já está assinado. Muito obrigado. A sua assessoria é eficiente.

Requerimento.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 48, de 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria da Senador Tião Viana, que “dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional para instruir Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País”, convidando-se para tal fim representantes do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira, da Federação Nacional dos Médicos e do Ministério da Educação.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda para encaminhar a matéria, ou seja, o seu requerimento.

Senador Cyro Miranda, com a palavra V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou Relator desse projeto, mas não poderia relatar a matéria que institui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina sem ouvir os órgãos competentes. Isso é mais do que justificável.

Acho que essa medida proposta pelo então Senador Tião Viana, à época, é extremamente meritória. Há uma preocupação muito grande da classe médica hoje. Portanto, estou propondo ouvi-los para fazermos o julgamento posterior.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de V. Ex^a, Senador Cyro Miranda.

Temos aqui matéria cuja relatoria é do Senador Paulo Bauer. Ele me pediu que a retirasse de pauta. Nesse caso, peço à Assessoria que se encontra presente que diga ao Senador Paulo Bauer que nós vamos

retirá-la de pauta. Espero que, na próxima sessão, ela se encontre aqui.

Registramos também a presença do valoroso, competente, Ministro, Deputado, Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador José Pimentel, que nos honra com sua presença. Muito obrigado.

Eu quero apenas registrar, para concluir nossos trabalhos do dia de hoje, que, no dia 14, quinta-feira, às 11h30, nós teremos uma audiência pública da Subcomissão CAS/FGTS, destinada a debater critério de saque nas contas, aprovado no dia 25 de abril de 2012, ou seja, o terceiro plano de trabalho.

Essa é uma comunicação muito importante, na medida em que essa Subcomissão está tratando do FGTS da classe trabalhadora brasileira.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras que estiveram hoje conosco aqui, na Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia treze de junho de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, José Pimentel, Roberto Requião, Armando Monteiro, Antonio Russo, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Maria do Carmo Alves. Registra-se a presença da Deputada Federal Elcione Barbalho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta.

ITEM 1 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2009. Acrescenta a Seção II-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada especial

de trabalho dos Operadores de Telemarketing. **Autoria:** Deputado Bernardo Ariston. **Relatoria:** Senador Wellington Dias (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2009, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relator “Ad Hoc” o Senador Waldemir Moka, que lê o Relatório em substituição ao Senador Wellington Dias. É concedido Vista ao Senador Cyro Miranda nos termos regimentais. **ITEM 2 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2009.** Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (define “tratamento mental” como enfermidade psíquica em geral). **Autoria:** Deputado Jutahy Junior. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2009. **Resultado:** A Presidência concede Vista ao Senador Cyro Miranda. **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2011.** Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie. **Autoria:** Deputada Elcione Barbalho. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº 53, de 2011, pela rejeição das emendas nºs 2 e 3, e pela aprovação parcial da emenda nº 1, nos termos da Subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011 e a Emenda nº 1-CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CAS. Rejeitadas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria da Senadora Ana Rita. **ITEM 4 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, de 2007.** Ementa do Projeto: Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências. **Autoria do Projeto:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria do Projeto:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, oferecidas durante o Turno Suplementar à Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 5 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2011.** Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e cor-

relatos, e dá outras providências. **Autoria do Projeto:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria do Projeto:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2011, é dado como definitivamente adotado nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2006.** Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 12 da Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre a responsabilidade civil nos acidentes ocorridos no trabalho temporário ou terceirizado e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006 e as Emendas nºs 1– CAS e 2-CAS. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, de 2008.** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde. **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008 e das 3 (três) Emendas que apresenta. Pela rejeição da Emenda de autoria do Senador Romero Jucá. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 11 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2010.** Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para fixar o piso nacional de salário dos vigilantes. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, que lê o Relatório em substituição ao Senador Paulo Bauer. Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAE-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010. A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do RISF. Poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo no Turno Suplementar, sendo vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 13 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2011.** Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do

Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011 e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório. A matéria é retirada de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 14 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2011.** Institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2011, e da Emenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2011 e a Emenda nº 1- CCJ-CAS. **ITEM 16– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2012.** Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para dispor acerca da técnica de reconstrução imediata da mama por meio de cirurgia plástica reparadora. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2012. **Resultado:** Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **EXTRAPAUTA– ITEM 17 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, de 2012.** Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 48, de 2012–CAS, aprovado em 06/06/2012 e que propõe “Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria da Senador Tião Viana”, que a referida Audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007; Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2009; Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010; Item 12 – Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2001; e Item 15 – Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011. O Senador Paulo Paim apresenta sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, José Pimentel, Roberto Requião, Armando Monteiro, e as Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Maria do Carmo Alves, e o Senador **Jayme Campos**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislação Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens nº 1 a 16, conforme pauta previamente divulgada.

Antes de mais nada, quero comunicar que foi solicitada a retirada de pauta dos itens 4 e 8, já que são matérias em turno suplementar.

ITEM 4

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, de 2007 – Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências.*

Autoria do Projeto: Senador Expedito Júnior

Relatoria do Projeto: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, oferecidas durante o Turno Suplementar à Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, de 2008 – Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde.

Autoria: Senadora Roseana Sarney

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008 e das 3 (três) emendas que apresenta. Pela rejeição da Emenda de autoria do Senador Romero Jucá.

Portanto, quero comunicar ao Plenário desta Comissão que essas duas matérias estão retiradas de pauta.

Temos vários itens no dia de hoje em caráter terminativo. Ou seja, com a retirada dos dois itens, ficaram 14 itens e todos em caráter terminativo.

É óbvio que para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão, aguardando o número suficiente para votação das matérias que exigem quórum qualificado, poderemos ler algumas e caso o Relator não se encontre presente, designar um Relator *ad hoc*.

Quero comunicar isso ao Plenário porque vai facilitar sobremaneira o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

Gostaria de fazer um breve comentário e registrar a presença do nosso querido amigo, Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte, Paulo Davim, que também levanta cedo e comparece nesta Comissão e neste Senado Federal. Também quero registrar as presenças da Senadora Ana Amélia, Senadora pelo Estado do Rio Grande do Sul, e do valoroso Senador Paulo Paim, competente e operoso Senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, que já representa o Congresso Nacional por muitos anos, sobretudo lutando pelos interesses da classe trabalhadora, dos aposentados e dos idosos deste País.

Ainda quero comentar a notícia de que a briga por remédios no sistema público de saúde causou um prejuízo de R\$266 milhões aos cofres públicos federais em 2011.

Nos primeiros meses deste ano, o Ministério da Saúde, Senador Paulo Paim, publicou dez novas consultas públicas para avaliar a inclusão dos medicamentos no *hall* do Sistema Único de Saúde – SUS. Mas há muitas críticas de que o poder público é lento no processo – de fato, é verdade – de atualização da lista de remédios distribuídos gratuitamente. E o resultado é que as decisões judiciais têm determinado que sejam fornecidos medicamentos ainda excluídos da lista.

Para atender essas sentenças judiciais, o Ministério da Saúde gastou R\$266 milhões no ano passado. Grande parte desse dinheiro não é gasto com os remédios e, sim, com os processos judiciais. O que se argumenta é que a atualização mais rápida da lista poderia ser compensada pela economia em custos judiciais. É dinheiro que faz falta, imagino, para compra dos remédios.

A maioria das requisições de medicamentos está relacionada ao tratamento de câncer. Em declaração à imprensa, o Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer, Luiz Antônio Santini, defendeu que a incorporação da tecnologia precisa ser mais rápida nesse processo.

Eu li que o Defensor Público do Estado de Mato Grosso, que também é Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, disse que nos casos de medicamentos para doenças como asma ou doenças pulmonares, o processo judicial sai mais caro para o Governo do que o próprio medicamento. Ou seja, o

SUS não se está pautando pela inovação da indústria farmacêutica.

As informações mostram ainda que não há padronização nos Estados, apesar dos critérios adotados pelo Ministério da Saúde. E o mais grave que vale ressaltar é que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde alega que os estudos para o registro de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não têm eficácia e seguranças comprovadas e que muitos remédios ainda não têm registro da Anvisa.

É um modelo que poderia estar curando ou salvando pacientes, mas os nossos recursos públicos, que já são insignificantes, estão sendo desperdiçados, visto que o Brasil é um dos países que menos aplica na América Latina em saúde pública. Estamos longe, mas longe.

Então, acho que é uma matéria que vale ressaltar, pois é de se lastimar que se gaste mais com a ação judicial, nesse caso particularmente, por falta de mais profissionalismo em relação aos trabalhos que têm ser promovidos pela Anvisa e, sobretudo, pelo próprio Ministério da Saúde.

Esses são comentários que valem à pena, na medida em que a sociedade também tem que cobrar dos nossos dirigentes públicos e dos nossos gestores maior eficiência na aplicação do dinheiro público.

Temos aqui uma matéria...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, esse item 2, um projeto que fui Relator, ele já foi lido e me parece que até discutido. Hoje vai só para votação?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero comunicar a V. Ex^a que ele foi lido, mas foi adiada a discussão.

Poderemos colocar esta matéria...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Infelizmente, hoje, terei que sair porque tenho uma audiência, que foi uma solicitação minha, do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Amélia na Comissão de Educação. Então, hoje vamos nos ausentar mais cedo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Relator é o Senador Paulo Davim, correto?

Poderíamos votar... V. Ex^a vai ter um pouco de paciência, mas estamos aguardando o quórum, porque ele é em caráter terminativo.

Com certeza, vamos votar. É o item 2. Já foi lido. Está aguardando apenas a discussão. Mas já esta-

mos quase com o quórum suficiente para entrarmos em matéria terminativa. Imagino que daqui a uns dez minutos teremos número suficiente para votarmos a matéria, conforme solicitação de V. Ex^a. Peço vênha que aguarde mais um pouco.

Entretanto, como não temos quórum para votação e temos uma matéria que é votação em turno suplementar, que é da autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, cuja relatoria é da Senadora Ana Amélia. E essa matéria é em turno suplementar. Portanto, podemos votar porque já temos quórum para referida matéria.

É o item 5, página 79, decisão terminativa, em turno suplementar. Não precisamos ter quórum qualificado; a votação não é nominal, é simbólica.

ITEM 5

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 62, de 2011

– Terminativo -

Altera a Lei nº 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria do Projeto: Senadora Ana Amélia

Observações:

– Em 06.06.2012, foi aprovada a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), ora submetida a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral; [esta fase está cumprida.]

– Nos termos do art. 284 do RISF, não sendo oferecidas Emendas durante o Turno Suplementar, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

Está em discussão a matéria.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas renovar os cumprimentos à Senadora Vanessa Grazziotin e, durante a reunião em que foi esta matéria apreciada por esta Comissão, estavam presentes as lideranças do setor farmacêutico da categoria e a relevância da exigência da presença de um profissional da área sempre que houver relação com a medicação fornecida pelo SUS – Sistema Único de Saúde.

Então, ela tem uma relevância grande para a própria preservação da qualidade da medicação oferecida para o cidadão brasileiro – e aí está o mérito da iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, que coube a mim, digamos, a oportunidade de confirmar, através

de emendas substitutivas a iniciativa da Senadora, com assessoria da Consultoria Legislativa do Senado Federal que, aliás, deve merecer todo o reconhecimento de nossa parte, porque é de muita qualidade, e também do apoio da Assessoria Técnica da Comissão de Assuntos Sociais, presidida por V. Ex^a com muito brilho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Consulto a autora, Senadora Vanessa, se quer V. Ex^a fazer algumas observações.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – MG) – Eu quero um breve registro, Sr. Presidente, primeiro para agradecer a V. Ex^a que tem orientado da melhor forma esta nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – MG) – Segundo, a Senadora Ana Amélia, pela relatoria, e pelo substituto com o qual concordo, Senadora Ana Amélia, acho que a redação dada por V. Ex^a contribui, em muito, para o projeto. Então, eu agradeço não apenas o relatório, mas o seu envolvimento, Senadora, sem dúvida nenhuma, que deve ter aumentado com a relatoria desse projeto, com a luta dos farmacêuticos, porque é inconcebível que a lei brasileira atual exija a presença do profissional de nível superior em estabelecimentos privados, nos públicos não, como se houvesse diferença, não é?

Então, agradeço a V. Ex^a, assim como todos os meus companheiros e companheiras, Senadoras e Senadores, que a ajudaram na aprovação desse projeto.

E por fim, Senador Jayme Campos, a Senadora Ana Amélia falou da Consultoria do Senado. Acho que precisamos aplaudir. Aplaudir principalmente o grau de conscientização de autonomia que tem a nossa Consultoria e que jamais deve ser perder, jamais deve se perder, porque isso é bom inclusive porque, muitas vezes, queremos dar o parecer de um jeito, mas eles dizem: “assim é o correto; agora, a senhora é quem decide”. Isso tem sido fundamental para o bom exercício do mandato parlamentar.

Então, também cumprimento aqui a nossa Consultoria e faço um agradecimento a todos que estão presentes e que repassem aos demais. Eu não falo apenas da nossa Comissão, no Senado todo, nós temos uma Consultoria fantástica, Sr. Presidente. Fantástica e que a mim, pelo menos, orgulha muito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Vanessa. E eu quero também me associar tanto à Senadora Ana Amélia quanto à Senadora Vanessa. De fato, a nos-

sa assessoria é brilhante. Eu, particularmente, tenho a maior admiração e respeito pela forma profissional como fazem aqui o cotidiano do trabalho que é, naturalmente, um trabalho extremamente profissional e, acima de tudo, muito competente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida eu quero fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu quero cumprimentar a iniciativa da Senadora Vanessa Graziotin e apresentar esse projeto de lei, o parecer da Senadora Relatora, e dizendo que é preciso nesse momento também elogiarmos a Presidenta Dilma, e vou explicar o porquê. Em um contrabando na Câmara dos Deputados, eles liberaram a venda de remédio em boteco, em armazém... Daqui a pouco até em boate estão vendendo remédio de risco.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Motel!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Motel.

Então, o que é que a Presidenta fez? Vetou o projeto, vetou aquele artigo que permitia a venda indiscriminada de remédio sem o acompanhamento de um profissional da área.

Por isso, além da iniciativa do projeto, os meus cumprimentos, também, para a Presidenta Dilma, por ter vetado aquilo que nós aqui no Plenário tínhamos denunciado já.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM –

MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2011, é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Registro também a presença do valoroso e competente Senador Waldemir Moka que também nos prestigia, do competente, valoroso homem baiano, Senador João Durval, nosso ex-Governador, enfim, tudo no seu Estado da Bahia já está presente conosco, Senadora Angela Portela também, que muito bem representa o seu Estado aqui nesta Comissão e nesta Casa do Senado Federal, e a presença também do Senador Cyro Miranda.

Daqui a pouco vamos entrar no processo de votação dos projetos terminativos, estamos aguardando apenas a presença de mais um Senador da República e já vamos começar a votar.

Temos 14 itens, Moka, para votar no dia de hoje.

Vamos ao item 2, aproveitando aqui a presença da Relatora, Senadora Vanessa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2009

– Terminativo –

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (define “tratamento mental” como enfermidade psíquica em geral).

Autoria: Deputado Jutahy Junior

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2009.

Observações:

– Em 11.08.2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH aprovou Parecer favorável ao Projeto;

– Em 30.05.2012, lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria;

– Votação nominal.

Esse aqui é o Paulo Davim.

Em que pese, essa matéria do Paulo Davim já foi lida. Eu acho que podemos discutir a matéria. Não há nenhum impedimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Já que o senhor abriu novamente para discussão, eu vou pedir vista a esse projeto. Conversei, e com a vênua do Senador Paulo, conversando com o Deputado Jutahy, ele me disse que tem algumas ideias para nos passar que talvez possamos salvar da rejeição. Então, por esse motivo e com a vênua do nosso colega, eu peço vista.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo vista ao Senador Cyro Miranda, baseado no art. 131, do Regimento Interno desta Comissão.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2011****– Terminativo –**

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.

Autoria: Deputada Elcione Barbalho

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº 53, de 2011, pela rejeição das emendas nºs 2 e 3, e pela aprovação parcial da emenda nº 1, nos termos da Subemenda que apresenta.

Observações:

– Em 22.09.2011, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA aprovou Parecer favorável ao Projeto;

– Em 16.11.2011, lido o Relatório, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais;

– Em 30.11.2011, a Senadora Ana Rita oferece 3 (três) Emendas ao Projeto;

– Em 08.03.2012, foi recebido novo Relatório da Senadora Vanessa Grazziotin;

– Em 06.06.2012, a matéria é retirada de Pauta a pedido da Relatora;

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora, para proferir a leitura do seu novo relatório.

V. Ex^a está com a palavra para relatar a matéria.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente. V. Ex^a já relatou todo o procedimento, apenas lembrando que o Projeto da Senadora Elcione Barbalho, que aqui quero dar um testemunho, tem sido uma lutadora para a aprovação desse projeto, inclusive convencendo não apenas integrantes do Poder Executivo, mas do seu próprio partido.

É um projeto necessário, um projeto importante e que não muda muito a relação que o Governo Federal hoje tem com esses pescadores artesanais. E ela considera e apenas legaliza uma situação que já existe hoje, que é considerar o catador de caranguejo também como aqueles incluídos no rol da proteção do Estado brasileiro, porque, como forma de proteger o meio ambiente, proteger as espécies, determinada época do ano, de acordo com determinada espécie, é barrada, é proibida a atividade da pesca, Presidente. E, para o caranguejo, também é a mesma coisa, não é diferente. E isso tem sido muito importante para preservação ambiental, para a manutenção das espécies. Só que não dá para exigir do pescador que, em determinados meses, ele pare sua atividade econômica, porque ele perderia seu próprio sustento.

Ou seja, Senador Paim, nós estaríamos preservando o pescado, mas com um custo muito elevado, que é o da qualidade de vida do pescador e de sua família. Então, foi aí que o Governo institui o seguro-defeso, que é tipo um salário-desemprego que os pescadores recebem em determinado período do ano.

Então, a Deputada Elcione modifica o art. 1º da Lei 10.779, de 2003, ficando a redação da seguinte forma:

Art. 1º *O pescador profissional e o catador de caranguejo que exerçam as atividades na forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, farão jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.*

E aí, Sr. Presidente, há toda uma análise do projeto, e eu gostaria apenas de falar a respeito das emendas.

Optamos, neste relatório, pela aprovação parcial da emenda.

Foram apresentadas três emendas, como V. Ex^a falou aqui. A Emenda nº 1, que pretende atualizar a denominação do órgão administrativo federal responsável pelo setor, porque houve uma mudança do Ibama para a Secretaria da Pesca, que tem *status* de Ministério dentro do Governo, e essas alterações constituem mera atualização de redação – entendo que não mexem com o conteúdo, mas apenas com a redação. Portanto, voto a favor da aprovação desta emenda, a Emenda nº 1.

Já a Emenda nº 2 pretende a supressão do art. 2º do projeto de lei da Câmara que altera a redação da Lei 10.779, a que já me referi, o que não tem maiores consequências, uma vez que a emenda não tem efeito jurídico, apenas enuncia o tema abordado pela lei.

Já a Emenda nº 3 adentra o mérito do projeto e inclui outras atividades a serem abrangidas com a concessão de seguro-desemprego. A nosso ver, essas atividades poderão ser objeto de regulamento, uma vez que a pesca não abrange apenas a captura de peixes, mas também de outras espécies que poderão ser listadas em decreto. Além disso, a inclusão de matéria nova implicaria, Sr. Presidente, revolver o mérito da proposição, com nova consequência de votações pela Câmara dos Deputados, o que acabaria prejudicando os demais beneficiários. A emenda também suprime a redação atual do § 1º do art. 2º, que define o regime de economia familiar na atividade, que é essencial para a identificação dos beneficiários desse seguro-defeso.

Por essas razões, opinamos pela aprovação parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição das Emendas nº 2 e nº 3.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011, pela rejeição das Emendas 2 e 3, e pela aprovação parcial da Emenda 1, na forma da seguinte subemenda:

Art. 2º

I – registro de pescador ou de catador de caranguejo profissional devidamente atualizado, emitido pela ministério da Pesca e Aquicultura, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin, e está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senador Paulo Paim e Senador Waldemir Moka.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu quero mais é dialogar aqui com a Senadora Vanessa Grazziotin, porque eu recebi aqui e vou remeter em nível de pergunta, para que possamos ter mais clareza no voto.

O que eu recebi como orientação de voto foi o seguinte: “a matéria pretende adaptar a legislação vigente para incluir os catadores de caranguejo entre os beneficiários do seguro-desemprego na época de defeso. No entanto, todos os dispositivos propostos já estão contemplados pela legislação vigente.” Ou seja, o catador de caranguejo, quando registrado no órgão competente, é considerado pescador profissional, tendo como direito todos os benefícios já previstos para o pescador artesanal. E o questionamento que recebi termina dizendo seguinte: “a alteração proposta – todos os Senadores receberam esse documento, não só eu; estou lendo para que fique em claro – causaria inconsistência jurídica, podendo prejudicar os demais setores, hoje compreendidos pela legislação em vigor”.

Eu só quero que a Senadora, pela qual tenho o maior carinho e respeito, saiba desse carinho, e do seu relatório inclusive; como recebemos essa nota, seria importante que V. Ex^a explicasse, para que ninguém ficasse com dúvida.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós recebemos também a mesma nota, Senador Paim. Acho importante. Essa é uma das razões de por que esse projeto está sendo debatido há tanto tempo, porque nós estamos debatendo um projeto da Câmara. Mas, lá na Câmara, e eu já tive oportunidade também de relatar – em determinado momento, acho

que o Senador Moka, na época, também trabalhou o projeto – a polêmica era muito grande.

Mas, vamos por parte.

Primeiro, quando relata que esses catadores já usufruem do benefício. Eu registrei aqui no começo. Registre: usufruem desse benefício também. Mas, o que eles querem é colocar claramente na lei, porque não podemos ficar só em regulamento, temos que colocar na lei pescador e catador de caranguejo. Então, tem aquele velho ditado – não sou da área de direito: “O que abunda não prejudica”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O que não está nos autos do processo não existe.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não existe. Então, nós queremos botar na lei. Essa é a primeira questão.

Segundo, não vai prejudicar absolutamente ninguém. Pelo contrário. Hoje, essa falta de clareza da lei é que prejudica, Senador Paim, muitos desses trabalhadores e que não estão somente na área de mar, estão nos rios. Nós também produzimos caranguejo; o Pará é um grande produtor de caranguejo; meu Estado menos, mas o Pará é um grande produtor de caranguejo. Então, eles têm dificuldade de provar, dificuldade nos órgãos locais, porque quando a gente fala em Ministério da Pesca, Secretaria da Pesca, Ministério do Meio Ambiente, não é só Brasília, são as suas representações nos Estados que criam dificuldades.

Então, o senhor tenha certeza absoluta de que não estamos prejudicando ninguém. Pelo contrário, esse projeto ajuda, e o governo está convencido, Senador Paim, um centavo a mais será gasto. E, mais do que isso, aqui fala que há centenas de denúncias de irregularidades. É verdade, mas não é a lei que cria irregularidade; o que cria irregularidade de muito pescador receber sem ser pescador é o dia a dia, não é a lei. Pelo contrário, a lei, quanto mais clara, em minha opinião, menor o número de irregularidades.

Por isso nós mantivemos, e não sei por que, veio assim. Para mim já estava tudo negociado, tudo acertado; não causa uma despesa a mais, apenas trata de forma mais correta a lei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para dizer que com o esclarecimento da Relatora, estou convencido e vou acompanhar com tranquilidade o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka, por sinal esse projeto já passou pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu relatei o projeto na Comissão de Agricultura. Esse questionamento não faz o menor sentido, a meu ver, a

meu juízo, por quê? Porque o que a Deputada Elcione faz e, tenho certeza, até pela mobilização, é que na hora de cadastrar, aquele que é só catador de caranguejo tem dificuldade, Paim.

Então, é claro que quando o cara é pescador e catador de caranguejo ele não tem dificuldade, mas só o catador de caranguejo ele tem essa dificuldade, porque a lei fala de pescador. Daí por que ela está colocando, a meu juízo apropriadamente, também pescador e catador, como uma lei mais abrangente.

E o que a Senadora Vanessa Grazziotin relata é: se tem irregularidade, não é por conta da lei, é na hora de fazer o cadastro, ou na hora de ver quem são realmente os pescadores.

Voto com a maior tranquilidade essa matéria, entendendo que não há prejuízo. E eu queria saber onde fica a chamada insegurança jurídica se você acrescentar pescador e catador de caranguejo. É a minha visão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Faço o seguinte esclarecimento: aqui serão realizadas três votações, uma para o projeto, outra para a emenda, se acatada nos termos da subemenda oferecida pela Relatora, e a última, as duas emendas que tiveram parecer pela rejeição.

Entretanto, está pronto para ser votado, aguardando apenas o quórum qualificado. Está faltando um Senador; a Senadora Lúcia Vânia e mais outro Senador estão chegando. Aí já será possível nós fazermos a votação, porque essa é uma matéria que será votada nominalmente pelos Srs. Senadores. Vamos aguardar mais um pouquinho, mas já está cumprido o ritual, ou seja, discutido e preparado para entrar em votação.

Está encerrada a discussão dessa matéria. Estamos aguardando só o quórum para iniciarmos o processo de votação, que teremos daqui a pouco.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para fixar o piso nacional de salário dos vigilantes.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Paulo Bauer.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações:

– Em 24.04.2012, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Quero comunicar que também é um projeto de votação nominal; entretanto, em virtude da ausência do Senador Paulo Bauer, ele me pediu que designasse um Senador como relator *ad hoc* para que a matéria tivesse prosseguimento.

Então, designo o Senador Paulo Paim como Relator *ad hoc*.

V. Ex^a está com a palavra para relatar, *ad hoc*, essa matéria, que é um projeto muito importante, que fixa o piso do salário dos nossos vigilantes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro, quero ressaltar a bela iniciativa do Senador Marcelo Crivella, hoje Ministro da Pesca, e também o belo relatório do Senador Paulo Bauer. Em seu relatório, inclusive o Senador comenta uma minuta que apresentei, que está anexada ao processado, favorável à aprovação da matéria, e que ele subscreve com argumentos favoráveis, no entendimento dele, quanto à regulamentação da matéria.

É uma questão de justiça, Sr. Presidente, entendo que o projeto é mais do que justo. Tenho trabalhado muito com essa categoria, com esse setor em todo o País. O vigilante, Sr. Presidente, por incrível que pareça, não ganha nem o adicional de periculosidade. Há projeto da Senadora Vanessa, há projeto de minha autoria, tanto para a área pública como para a área privada, e o mínimo que eles estão pedindo aqui é que haja um piso.

Devido a tudo isso é que nós, inclusive, aprovamos um projeto não no mesmo sentido, mas que contempla o setor, na Comissão de Direitos Humanos, e apresentamos um voto em separado aqui em relação ao voto apresentado pelo meu querido amigo Senador Armando Monteiro, porque entendo de forma diferente. Trata-se de um projeto semelhante do meu setor.

Mediante os fatos, Sr. Presidente, não tenho nenhuma dúvida de que esta Comissão há de aprovar um piso mínimo para esse setor.

Estou aqui abreviando meu ponto de vista.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, na forma do substitutivo aprovado já na Comissão de Assuntos Econômicos e que está em consonância com os nossos reiterados argumentos, expostos ao longo da tramitação da matéria.

Quero, mais uma vez, cumprimentar o brilhante relatório do Senador Paulo Bauer e a iniciativa do Ministro e Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos aguardar um pouco para fazer a votação da Emenda nº 1, o substitutivo, e do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, que tem preferência regimental.

Vamos aguardar, daqui a pouco, para entrar em processo de votação, dois ou três Senadores estão chegando à Comissão.

Como está presente aqui, eu consulto as Sr^{as} e Srs. Senadores, a valorosa Senadora Angela Portela, se V. Ex^a não tiver nenhuma objeção a fazer, para nós a designarmos para relatar um projeto da Senadora Vanessa, que se encontra presente e é a autora, e a Senadora Angela é a Relatora. Neste caso, para dar um bom andamento, eu consulto V. Ex^a se não tem nenhum problema de ordem regimental e se V. Ex^{as} concordam. Então, vamos lá.

Item 16, página 255, decisão também terminativa.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para dispor acerca da técnica de reconstrução imediata da mama por meio de cirurgia plástica reparadora.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2012.

A votação, quero comunicar a V. Ex^{as}, será também nominal.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Angela Portela para proferir o seu relatório.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vamos direto à análise e ao voto.

Análise

O propósito da autora é dar efetividade aos ditames da Lei nº 9.797, de 1999, que já consagra o direito das mulheres de receberem os procedimentos cirúrgicos necessários à reconstrução de mama, em razão de terem sofrido mutilação total ou parcial desse órgão, decorrente de tratamento de câncer.

No entanto, a realidade enfrentada pelas mulheres é a das filas de espera pelo procedimento, que pode demorar até mais de cinco anos para ser realiza-

do. Durante esse tempo, enfrentam a deterioração de sua autoestima e as consequências estigmatizantes da mutilação. Ademais, mesmo arcando com todas as dificuldades inerentes à luta contra um câncer, ainda precisam, desnecessariamente, se submeter de novo a riscos relativos aos procedimentos operatórios.

Em outros termos, quando a plástica deixa de ser realizada na mesma ocasião da cirurgia oncológica, o direito à plástica reparadora tende a não ser efetivamente outorgado.

Um exemplo de que esse direito vem sendo negado estampa-se na edição do dia 14 de janeiro de 2012 do jornal *O Estado de São Paulo*. O texto “Fila para cirurgias de reconstrução preocupa pacientes” noticia que, das cerca de 20 mil mulheres que precisarão fazer cirurgia de retirada das mamas, menos de 10% sairão dos centros cirúrgicos com as mamas reconstruídas. Os números apresentados na matéria do jornal tomaram como base informações do Instituto Nacional de Câncer (INCA) e da Sociedade Brasileira de Mastologia.

O problema atinge especialmente as mulheres pobres, dependentes dos serviços de saúde públicos – o que revela uma face inaceitável da desigualdade social marcante de nosso país. Negar, pela postergação, o direito de reconstrução das mamas mutiladas é ignorar as mais básicas garantias sociais devidas às mulheres e fazer pouco caso do art. 198 da Constituição Federal, que determina a obrigação de o poder público prover ações e serviços de saúde em caráter integral.

Saliente-se que projeto não descuida de ressaltar os casos em que a recomendação médica seja contrária ao procedimento. Também, reconhece o direito de as mulheres rejeitarem a cirurgia, caso seja essa sua vontade, o que deverá ser devidamente respeitado.

No tocante aos aspectos formais, o projeto atende aos requisitos de regimentalidade, pois compete à Comissão de Assuntos Sociais examinar proposições cujo tema se relacione com a proteção e defesa da saúde. O projeto também observa os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e da boa técnica legislativa.

Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2012, da nobre Senadora Vanessa Grazziotin, a quem quero parabenizar pelo excelente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Angela Portela. Para discutir, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Hoje é o dia da Senadora Vanessa Grazziotin. Só tem projeto dela, autora e relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade!

Para discutir a matéria. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim, com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, como o Senador Paulo Paim falou, hoje é o dia da Senadora Vanessa. Quero me congratular com a Senadora pela sensibilidade demonstrada nessa matéria, nesse projeto. Essa é uma realidade vivenciada pelo Brasil afora, enfrentada pelas mulheres que se utilizam do Sistema Único de Saúde para o tratamento do câncer de mama. Quando são submetidas a cirurgias, à mastectomia ampla, necessitam de uma cirurgia reparadora, e muitas vezes elas não conseguem, por várias razões. Na maioria das vezes, é por falta de condições estruturais para que se possa fazer essa cirurgia reparadora. Essas pacientes entram invariavelmente nessa imensa fila de espera por essa cirurgia que deveria ter sido feita no momento da mastectomia.

Acho que essa iniciativa da Senadora Vanessa vem fortalecer essa preocupação. É uma cirurgia mutilante, uma cirurgia que deixa sequelas não só físicas, mas psicológicas e a gente precisa minimizar esse trauma nessas pacientes.

Eu me solidarizo com esse sentimento da Senadora, parabeno-a pela iniciativa. Esse é realmente um instrumento também de resgate da cidadania de milhares de mulheres neste País que sofrem ou sofreram cirurgias em tratamento de câncer e tiveram a mutilação da mama.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Davim. Continua aberta a discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, por uma questão de justiça, não tem como não falar da Relatora, a Senadora Angela Portela, que está fazendo um belo trabalho na CPI da Violência contra as Mulheres e preside a Subcomissão das Mulheres, da Comissão de Direitos Humanos, e o seu relatório não deixa nenhuma dúvida à justeza da proposta da nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não, Sr. Presidente. Depois de tantos...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Elogios, verdadeiros, o que é mais importante. V. Ex^a é merecedora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu diria mais, manifestações favoráveis ao projeto. Quero dividir isso principalmente com a bancada

feminina, Presidente. O meu projeto não é o único. São várias, principalmente Deputadas e Senadoras, que apresentam projetos nesse sentido. E a gente vem avançando muito no Brasil graças a essas nossas iniciativas. Somos três mulheres no momento – Senadora Ana Amélia, Senadora Angela Portela e eu. A Senadora Angela Portela e a Senadora Ana Amélia têm inúmeros projetos que tratam dos direitos das mulheres. No caso, estamos analisando o que fala da saúde.

Então, quero que todos os Senadores que se manifestaram saibam que essa é uma atividade que nós, Parlamentes mulheres, prezamos muito. E, graças a essa nossa dedicação a essa causa, temos contribuído para a construção de uma sociedade mais igual, onde homens e mulheres tenham o mesmo tratamento e os mesmos direitos.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero também me associar a sua fala. De fato, ninguém pode desconhecer o trabalho das eminentes Senadoras aqui, como também das Deputadas Federais que, sem sombra de dúvida, têm tido nesses últimos anos uma participação efetiva e, acima de tudo, têm dado o seu empenho para termos a igualdade entre mulher e homem, principalmente em projetos que possam defender os interesses das mulheres brasileiras.

V. Ex^a está de parabéns, Senadora Vanessa, bem como a Relatora, Senadora Angela Portela.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Esse projeto também está aguardando quórum. Vamos fazer também processo de votação. E quero comunicar também aos membros desta Comissão que, por incrível que pareça, no dia de hoje, todos os projetos que estão aqui, literalmente todos, são terminativos, ou seja, vamos votar o mérito, porque isso é muito importante. Acho que é uma comissão que está extremamente dando a sua contribuição. Às vezes, passam somente votações simbólicas e aqui, por incrível que pareça, são diferenciadas. De todas as nossas reuniões aqui, no mínimo 50% delas são em caráter terminativo. E, desta feita, 100% em caráter terminativo. Quer dizer, é o mérito dos projetos que nós estamos aqui votando.

É muito importante chamarmos a atenção para isso e ressaltarmos a importância da Comissão de Assuntos Sociais. Não desmerecendo as demais comissões. Pelo contrário, todas são importantes. Mas não podemos desconhecer a importância que a Comissão de Assuntos Sociais tem no conjunto das comissões do Senado Federal.

Item 14. Como hoje vocês já referiram aqui, é dia da Senadora Vanessa Grazziotin, em que pese não ser o aniversário dela, mas pelos belos projetos que ela tem apresentado ao Senado.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2011

– Terminativo –

Institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2011, e da Emenda nº 1-CCJ.

Observações:

– Em 29.02.2012, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ;

– A matéria constou nas Pautas das Reuniões dos dias 30.05 e 06.06.2012, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, o projeto de lei do Senado, do ano passado, 2011, do Senador Humberto Costa, como V. Exª referiu, é um projeto muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero aqui lembrar que, além de médico, o Senador Humberto Costa foi ministro da Saúde, portanto sabe, tem domínio profundo dos problemas causados na saúde pública em decorrência de medicamentos falsificados.

Eu mesma, quando deputada, Sr. Presidente, participei de uma CPI, em 1999, na Câmara dos Deputados, a CPI dos Medicamentos, e nós trabalhamos e relatamos fatos alarmantes de muitas mortes, de muitos óbitos, e muitas seqüelas, Sr. Presidente, irreversíveis. De pessoas cegas, inclusive aqui no vizinho Estado de Goiás, cegas, porque os medicamentos eram pirateados, feitos em laboratórios de fundo de quintal, utilizando o nome e a marca de medicamentos de grande referência no Brasil, Sr. Presidente.

Então, os princípios norteadores da política que o Senador propõe, através do seu projeto de lei, eu vou ler resumidamente, trazem o entendimento de que a pirataria dos produtos sujeitos à vigilância sanitária é crime. Segundo, a intersetorialidade do desenvolvimento das ações de combate à pirataria. Terceiro, a

integração das atividades de inteligência de setores e órgãos envolvidos. Quarto, a produção de conhecimento para dar suporte às ações repressivas dos órgãos de segurança pública. Quinto, o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no combate à pirataria. Sexto, a responsabilidade do poder público em relação à informação pública sobre a ocorrência dos atos de pirataria. Sétimo, a educação, a informação de produtos, fornecedores e consumidores de produtos sujeitos à vigilância sanitária quanto aos seus direitos e deveres no que concerne à pirataria de produtos.

E aí já passando para a análise, Sr. Presidente, eu quero aqui destacar que a Organização Mundial de Saúde, a OMS, estima em 25% o percentual de falsificação ou de adulteração de medicamentos comercializados em países em desenvolvimento como, além do Brasil, a Turquia, a Rússia e a Índia.

A Anvisa e o Ministério da Justiça, por meio do Departamento da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, vêm intensificando a fiscalização voltada para a falsificação de medicamentos. As apreensões, Sr. Presidente, elevaram-se de modo significativo, aumento de 12 vezes em apenas um ano, passando de 67 mil unidades apreendidas em 2010 para 850 mil unidades apreendidas em 2011.

Os medicamentos mais frequentemente falsificados são os de alto custo, além de anabolizantes, anorexígenos e produtos contra a disfunção erétil.

E, Sr. Presidente, ao longo da análise deste projeto foram mencionadas diversas iniciativas de combate à pirataria de produtos submetidos à vigilância sanitária, mormente de medicamentos, e também vários órgãos e entidades envolvidos nessas ações. Há, contudo, inúmeros outros órgãos e iniciativas, inclusive nas esferas estadual e municipal, que poderiam ser citados, demonstrando que a sociedade e o governo não estão conformados com a situação.

No entanto, a ausência de uma política nacional específica para essa área impede que as diversas ações estejam adequadamente articuladas para alcançar o fim a que se propõem, qual seja o de impedir a pirataria de produtos de interesse sanitário. Esse problema, espera-se, será mitigado com a aprovação do PLS nº 162, de 2011.

Por fim, a Emenda nº 1-CCJ não interfere no mérito do projeto, mas aprimora seu texto e deve, portanto, ser acolhida por esta comissão.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2011, com os meus cumprimentos ao Senador Humberto Costa, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa.

Quero registrar com muita alegria aqui a presença do meu Vice-Presidente nesta Comissão, o Senador Casildo Maldaner, valoroso Senador catarinense.

Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aguardando o quórum, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu não poderia deixar de elogiar o Senador Humberto Costa por essa grande iniciativa, e o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

O Líder Humberto Costa demonstrou todo o seu conhecimento também nessa área, já que ele é médico. E dá uma grande contribuição à sociedade.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos ao Líder Humberto Costa e à Senadora Vanessa Grazziotin, que de fato hoje tomou conta aqui da Comissão de Assuntos Sociais, que de fato tomou conta aqui da Comissão de Assuntos Sociais, pelo mérito e pela capacidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É lógico. É verdade.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu não combinei nada com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão. Estamos aguardando a presença de mais um Senador para nós votarmos todos os projetos terminativos, o que será rápido.

Vamos ao Item 1. Relator *ad hoc*.

Item 1, por favor. Página 17. Decisão terminativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2009

– Terminativo –

Acrescenta a Seção II-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada especial de trabalho dos Operadores de Telemarketing.

Autoria: Deputado Bernardo Ariston

Relatoria: Senador Wellington Dias (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2009, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a turno suplementar;

– Votação nominal.

Eu consulto o Senador Waldemir Moka se S. Ex^a pode relatar *ad hoc*.

Relator *ad hoc*, Senador Waldemir Moka.

Item 1, página 17. A relatoria será do Senador Waldemir Moka, relator *ad hoc*.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) –

Da Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2009 (PL. 4.516 de 2004, na origem), do Deputado Bernardo Ariston, que acrescenta a Seção II-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada especial de trabalho dos Operadores de *Telemarketing*.

Sr. Presidente, eu vou passar ao relatório.

Submete-se a esta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2009, que dispõe sobre a jornada especial de trabalho dos operadores de *telemarketing*.

A proposição estabelece que esses profissionais submetem-se a uma jornada semanal de trabalho de trinta e seis horas. Determina também que, a cada noventa minutos de trabalho consecutivo, haverá intervalo de dez minutos para repouso, não computado na jornada de trabalho.

O descumprimento do disposto na lei sujeitará a empresa infratora ao pagamento de multa em favor do empregado, no valor de dez vezes o valor do salário previsto em sua folha de pagamentos.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição mereceu a aprovação das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os

requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

A matéria que se pretende regular por lei já é objeto da Portaria nº 9, de 30 de março de 2007, do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho, que aprova o Anexo II da NR nº 17, que dispõe sobre o trabalho em teleatendimento e *telemarketing*.

A portaria abrange todos os setores de empresas e postos de trabalho dedicados a estas atividades, além daquelas empresas dedicadas exclusivamente ao serviço de teleatendimento ou *call center*.

Quanto aos trabalhadores, o citado diploma legal abrange os operadores de *telemarketing*, tanto na modalidade ativo, quanto na receptivo, em centrais de atendimento telefônico e/ou centrais de relacionamento com clientes (*call centers*), para prestação de serviços, informações e comercialização de produtos.

A Portaria nº 9, de 2007, que, entre os temas abordados, estabelece a redução da jornada de trabalho para, no máximo, 6 horas diárias, deveria alcançar todas as empresas que mantêm serviço de teleatendimento nas modalidades ativo ou receptivo em centrais de atendimento, os chamados *call centers*, para prestação de serviços, informações e comercialização de produtos.

Uma Portaria tanto quanto uma norma regulamentadora todavia, enquanto instrumentos normativos infralegais, têm campo de atuação bastante restrito, não podendo inovar, criar ou estabelecer regras que extrapolem os limites da legislação em vigor. É o que ocorre no presente caso.

Assim, em respeito aos princípios constitucionais, esta alteração somente poderia ser implementada através de lei ou de posicionamento dos Tribunais Superiores ou como resultado de negociação em Acordo ou de Convenção Coletiva de Trabalho.

O dispositivo que trata da jornada de trabalho de operador de *telemarketing* gerou muita polêmica até maio deste ano, isso porque o Tribunal Superior do Trabalho, através da Orientação Jurisprudencial, OJ nº 273, firmou entendimento no sentido de não reconhecer o direito dessa categoria à jornada reduzida, em razão de falta de dispositivo legal neste sentido, bem como pelo fato de o trabalho de *telemarketing* não se equiparar ao trabalho da telefonista.

No dia 24 de maio de 2011, porém, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho cancelou a Ordem Judicial nº 273, reconhecendo que o trabalho do operador de *telemarketing* tem grande semelhança com o do telefonista, pois ambos usam o telefone como principal ferramenta de trabalho e por isso deve ser aplicada,

por analogia, a jornada de seis horas diárias, prevista no art. 227 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2009, uma vez aprovado e sancionado pelo Presidente da República, trará maior segurança jurídica em relação à jornada de trabalho dos operadores de *telemarketing*.

No mérito, não há reparos a fazer, segundo demonstra a própria portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, com uma extensa e detalhada regulamentação da atividade, e o estudo publicado pela Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, segundo a qual os principais fatores de estresse desses profissionais são a alta demanda qualitativa e quantitativa, o grande volume de informações a ser manipulado, a necessidade de executar o trabalho dentro do tempo médio de atendimento, a existência de fila de espera e as relações conflituosas.

Indicativa também é a conclusão de pesquisa efetuada para avaliar o processamento auditivo dos operadores de *telemarketing* quanto à decodificação auditiva. Foram avaliados trabalhadores com idade entre 18 e 35 anos, de ambos os gêneros, com jornada de trabalho de seis horas diárias, e até cinco anos de tempo de serviço na função, usuários de *headset* monoauricular e sem exposição prévia a ruído ocupacional.

O grupo estudado apresenta limiares auditivos dentro dos padrões de normalidade, timpanometria tipo A e reflexos acústicos presentes. Foi aplicado um questionário com objetivo de colher dados quanto às queixas, hábitos e sensações auditivas e foram realizados os testes de processamento de fala filtrada.

A análise do estudo foi descritiva, por meio de porcentagem, onde se observou que todos os indivíduos apresentaram queixas características das desordens do processamento auditivo.

Nos testes aplicados foram observadas 45% de alterações no RGDT e 25% no MLD, havendo uma associação entre os testes de MLD alterados e o perfil de atuação no trabalho.

Na conclusão, este estudo sugere que o profissional, operador de *telemarketing*, pode apresentar desordens do processamento auditivo, com provável comprometimento da habilidade de interação binaural e resolução temporal, as quais se mostraram alteradas em considerável parte destes indivíduos. (*Avaliação do Processamento Auditivo em Operadores de Telemarketing*).

Por essas razões, não resta dúvida quanto à oportunidade e o alcance social da proposta sob análise.

O projeto, todavia, merece aperfeiçoamento, razão pela qual optamos por apresentar Substitutivo de igual teor ao apresentado pelo ilustre Deputado Vicentinho, ao relatar o Projeto de Lei nº 2.673, de 2007 (apenso o

Projeto de Lei nº 4.899, de 2009), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, que contempla o conteúdo apresentado pelo projeto sob exame, além de incorporar várias sugestões que lhe foram encaminhadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através de sua Secretaria de Inspeção do Trabalho, pelo seu Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, cujo teor foi ratificado pela respectiva Consultoria Jurídica.

Ao Substitutivo a que nos referimos cabe apenas um reparo em seu texto e se refere à necessidade de impor uma multa à empresa que descumprir a jornada de seis horas diárias e trinta e seis horas semanais.

Feitos esses ajustes, entendemos que a proposta em análise estará em perfeita harmonia com todo o arcabouço pertinente ao Direito do Trabalho, em especial, às normas de segurança e medicina do trabalho.

VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2009, com a seguinte emenda:

Emenda (Substitutivo).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção XIII-A:

Seção XIII-A

Dos serviços de teleatendimento ou *telemarketing*

Art. 350-A Considera-se serviço de teleatendimento ou operação de *telemarketing* a atividade de comunicação com clientes e usuários, por meio de voz ou mensagens eletrônicas, realizada à distância, utilizando-se simultaneamente de equipamentos de audição, escuta ou fala telefônica e sistemas informatizados ou manuais de processamento.

Art. 350-B A jornada normal de trabalho para trabalhadores que executem continuamente serviços de teleatendimento ou operações de *telemarketing* não será superior a seis horas diárias e trinta e seis horas semanais.

Art. 350-C A cada período de cinquenta minutos de trabalho, observar-se-á intervalo mínimo de dez minutos para descanso, incluído na jornada diária.

§ 1º Os intervalos deverão ocorrer fora do posto de trabalho, após os primeiros e antes dos últimos cinquenta minutos de trabalho.

§ 2º A instituição de intervalos obrigatórios não prejudica o direito ao intervalo obrigatório para repouso e alimentação previsto no § 1º do art. 71.

§ 3º Os intervalos obrigatórios devem ser consignados em registro impresso ou eletrônico.

Art. 350-D É vedada a prorrogação da jornada de trabalho, salvo por motivo de força maior, necessidade imperiosa ou para a realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

Parágrafo único. Em caso de prorrogação da jornada, a autoridade competente deverá ser comunicada do fato no prazo de dez dias.

Art. 350-E O trabalho será organizado de forma a não haver atividades aos domingos e feriados, total ou parcialmente, salvo o disposto no art. 68.

Parágrafo único. Em caso de trabalho aos domingos ou feriados, será assegurado ao trabalhador pelo menos um repouso semanal remunerado coincidente com um sábado e domingo a cada mês, independentemente de metas, faltas ou produtividade, sem qualquer tipo de compensação.

Art. 350-F O trabalho em tempo parcial em teleatendimento ou operação de *telemarketing* não excederá a quatro horas diárias e a vinte e quatro horas semanais.

Parágrafo único. É assegurado ao trabalhador de tempo parcial remuneração não inferior ao salário mínimo.

Art. 350-G O descumprimento do disposto no art. 350-B sujeitará a empresa infratora ao pagamento de uma multa em favor do empregado, no valor de dez vezes o valor do salário previsto em sua folha de pagamento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Esse é o relatório.

Fiz questão de lê-lo na íntegra, embora o relator já tivesse chegado, para que eu também pudesse ter um entendimento, uma vez que é, na minha avaliação, um projeto, sem dúvida, importante. Aqui, o relator tomou o cuidado de examinar e de não deixar brecha na lei. Eu penso, Sr. Presidente, que esse tipo de profissional que faz esse tipo de teleatendimento é sujeito, sim, a uma carga de trabalho e, se não houver uma preocupação, terão lesões auditivas importantes. Eu acho que é um belo projeto e que merece a aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka, já com a ilustre presença do meu querido amigo Senador Wellington Dias, que era o relator da matéria. Entretanto, para darmos bom andamento, designamos *ad hoc*. Todavia, V. Ex^a está com a palavra como relator também da matéria.

Está em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, para discutir.

Eu gostaria de agradecer a V. Ex^a e, de forma especial, ao meu querido Senador Waldemir Moka pela leitura do nosso relatório.

Destaco, Sr. Presidente, dizendo a importância da aprovação desse projeto, duas coisas. A primeira: a iniciativa do Deputado Bernardo Ariston. Esse projeto já vem aqui há algum tempo em tramitação.

Eu quero aqui dar um testemunho pessoal, Sr. Presidente. Eu sou bancário da Caixa Econômica Federal e tive de experimentar uma lesão por esforço repetitivo na mão, trabalhando na condição de digitador. É algo que foi reconhecido apenas nas duas últimas décadas pelo Governo brasileiro, pela legislação brasileira, que atinge esses profissionais.

Além do risco de lesão por esforço repetitivo, Senador Paim, porque atuam intensamente no mundo digital, tem ainda outra situação que é a da delicadeza do aparelho auditivo, ou seja, há necessidade de se terem esses intervalos a cada 50 minutos, um intervalo para que o organismo humano, tanto a audição como as mãos, no sistema de controle para digitadores, não possa ser afetado.

Devo ainda dizer que é algo que precisa de muita força. Por essa razão, acrescentamos, ao final, no substitutivo, o art. 350-G que é a obrigatoriedade da aplicação de multa pelo não cumprimento.

Estamos tratando aqui de vidas humanas. Vimos aqui o depoimento do Senador Waldemir Moka como médico. Há necessidade da proteção. Para mim, foi uma honra muito grande relatar esse projeto e peço aqui a atenção dos pares para que tenhamos aqui a aprovação.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão.

Temos vários itens que já foram lidos – inclusive botaríamos em votação. Vamos votar o projeto do senhor agora também, já com quórum suficiente aqui.

Mas V. Ex^a está assegurado. Para discutir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu conversava com o Senador Armando Monteiro, que já havia conversado com o Senador Wellington. Como tem um requerimento para que tramite em conjunto um projeto também do Senador Armando, se esse for votado, ficaria prejudicado. Então, eu vou

pedir vista para que tenha oportunidade de ser votado o requerimento do Senador Armando Monteiro, com a vênua do meu colega Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, baseado no art. 132.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pedido de vista concedido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sobre o tema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não vou ampliar a discussão, neste momento, porque eu quero votar.

Fiquei só numa dúvida. Como o relator está presente, eu sei que ele vinha dialogando com todo o setor, houve a relatoria *ad hoc*, agora, é um pedido de vista, eu entendo que, dentro do campo da razoabilidade, o Senador Moka vai concordar, a relatoria volta para o Senador Wellington Dias, para que ele possa...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pedido de vista, regimentalmente, cabe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cabe. Isso não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, é natural que continue o projeto com o relator, o Senador Wellington Dias. Ele foi *ad hoc* apenas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bom. Então, está resolvido. Acho que tranquiliza a todos...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tranquilo? O relator... Para efeito de esclarecimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se fosse votado, nós votaríamos de imediato.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só não parei a leitura, porque...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele é só o relator *ad hoc*. Entretanto, o relator de fato da matéria é o Senador Wellington Dias. Então, baseado no art. 132, é concedido vista.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, foi uma honra muito grande ter o nosso querido Waldemir Moka como nosso relator *ad hoc*, contribuindo imensamente, inclusive com seu depoimento de profissional da saúde que conhece sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Que possamos voltar ao item 3.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agora.

Se V. Ex^a me permitir, eu gostaria de iniciar a votação já.

Por favor, vamos votar aqui.

Registramos a presença da Deputada Federal Elcione Barbalho, que está aqui aguardando a votação do seu projeto. Vamos votar agora. A prioridade é de V. Ex^a. Eu sei de seu empenho. Já estive por duas vezes aqui, nesta Comissão.

O primeiro item que vamos votar – ele já foi lido e discutido – é o item 3, que é de autoria da Deputada Elcione Barbalho e com a relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero apenas esclarecer ao Plenário que serão realizadas três votações: uma para o projeto, outra para a emenda acatada, nos termos da subemenda oferecida pela Relatora, e a última para as duas emendas que tiveram parecer pela rejeição.

Está em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011, ressalvadas as Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria da Senadora Ana Rita, e a subemenda oferecida pela Relatora.

A votação será nominal.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator na Câmara, o Senador Waldemir Moka, com a Relatora aqui, a Senadora Vanessa Grazziotin, e com a autora, a Deputada Elcione Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, estamos fazendo aqui uma grande correção na lei. Não tem como distinguir catador de caranguejo de pescador, mesmo porque é um risco até maior que o outro. Então, eu quero aqui saudar o projeto da Deputada Elcione Barbalho e a Senadora Vanessa pelo relatório.

Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Voto já conhecido, mas, por obrigação de ofício, consulto a Senadora Vanessa Grazziotin, que confirma o seu relatório.

Consulto o ilustre e valoroso Senador João Durval. Como vota V. Ex^a?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Acompanho o voto do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que maravilha: quer dizer da Relatora e do amigo da Relatora também. Voto duplo. Isso é muito bom.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, na verdade, eu quero parabenizar a autora, a Deputada Elcione Barbalho, que vem nesse projeto já há algum tempo. Muita determinação. Hoje, está sendo aqui, em caráter terminativo, aprovado esse projeto, que tem um mérito muito grande, porque corrige uma injustiça com os chamados catadores de caranguejo, incluindo-os.

Eu voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da mesma forma, Sr. Presidente.

À primeira vista, dá a entender de que seria um setor muito restrito da atividade no Brasil, mas, no fundo, não é. A proposta da eminente Deputada Elcione Barbalho, que vem do Pará, tem reflexos no Brasil inteiro. Senadora Vanessa Grazziotin, que é a Relatora, que vem da Amazônia e é catarinense de nascimento, no meu Estado de Santa Catarina, na grande bacia do Babitonga, na região do São Francisco do Sul, em Joinville, temos centenas de profissionais artesanais catadores de caranguejo. É uma bacia extraordinária no Babitonga, nessa área. Portanto, acho que vem, em bom tempo, somar-se a esses no defeso. Quando é a época do defeso, como têm os nossos pescadores artesanais na nossa costa de quinhentos e poucos quilômetros em Santa Catarina, eles vêm se encontrar a esses profissionais artesanais.

Nossos cumprimentos a isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Casildo.

Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, voto com a Relatora, cumprimentando a autora do projeto, Elcione Barbalho, pela sua determinação e, acima de tudo, pela preocupação social do seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando a autora e a Relatora, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente, e saúdo a autora do projeto, pelo mérito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu voto com a Deputada Elcione, interpretada pela Vanessa, nesta reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota a Senadora Maria do Carmo?

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota com a Relatora.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a Relatora.

Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. e as Sr^{as} Senadoras se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1, nos termos da subemenda apresentada pela Relatora.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sim, Sr. Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada a Emenda nº 1-CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CAS.

Consulto o Plenário se podemos votar em globo as Emendas nºs 2 e 3, que receberam parecer pela rejeição.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quem vota com a Relatora vota “não”. A votação será nominal. É bom que se esclareça que quem vota com a Relatora vota “não”.

Solicito a presença dos Srs. Senadores, pois temos uma nova votação.

Senador Armando, Senador Roberto Requião, por favor, esperem um segundo para concluirmos a votação desse projeto da valorosa Deputada Elcione Barbalho.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanhando a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Quem vota com a Relatora vota “não”. É bom que se esclareça.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto “não”, com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Voto “não”, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Vanessa, voto conhecido, “não”. Senador Waldemir Moka, como vota V. Ex^a?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto “não”, com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto “não”, como a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Voto “não”, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Não”, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota “não”.

Como vota a Senadora Maria do Carmo?

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota “não”.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Rejeitadas as Emendas nºs 2 e 3.

Resultado: aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011, e a Emenda nº 1-CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CAS. Rejeitadas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria da Senadora Ana Rita.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Cumprimento aqui, aproveitando a oportunidade, a valorosa mulher paraense e ilustre Deputada Elcione Barbalho por esse projeto, por cuja aprovação V. Ex^a, já há algum tempo, vem lutando. Quero me associar a sua alegria, a seu contentamento pela aprovação do projeto de sua autoria, que teve como Relatora a também valorosa Senadora e nossa amiga Vanessa Grazziotin.

A SR^a ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Eu gostaria de agradecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Sr. Presidente Jayme Campos, Sr^{as} Senadoras, em especial a companheira Senadora Vanessa Grazziotin, todos os Senadores aqui presentes, realmente é uma luta que venho empenhando desde 2007.

Hão de convir que o catador de caranguejo faz parte de uma cultura que temos de norte a sul, de leste a oeste. E na hora que se impõe a obediência ao Ministério do Meio Ambiente na questão do defeito, simplesmente os catadores, com essa cultura que vem de pai para filho, ficam sem alternativa, passando fome durante cinco meses.

Então, além de assegurar isso, é um projeto de âmbito importantíssimo, social, que esta Casa está oferecendo para todos os brasileiros que trabalham nessa área.

Não sei como agradecer. Estou extremamente emocionada porque em vários momentos eu pensei que a coisa não ia acontecer. Mas, com sinceridade, quero agradecer, e em especial ao Senador Moka, porque também na Comissão de Agricultura ele deu todo o apoio.

Enfim, quero dizer também a todos os Senadores e Senadoras que tivemos um trabalho muito grande, discutindo com o Ministério do Planejamento, discutindo com o Ministério do Trabalho, enfim, respeitando todos os trâmites que por um acaso pudessem inviabilizá-lo ou criar algum impasse.

A todos vocês eu quero agradecer em nome não só dos catadores de caranguejo do meu Pará, mas em nome dos catadores de todo o Brasil. Meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a uma vez mais. Com certeza, é com projetos como esse que podemos resgatar a cidadania de milhares de trabalhadores que estão hoje neste imenso País, precisando de boas leis como esta, que aprovamos no dia de hoje.

Temos também matéria que já foi lida e temos quórum para fazer sua votação. Trata-se do item 6, à página 85, de autoria do Senador Valdir Raupp, e a relatoria *ad hoc* foi da Senadora Vanessa Grazziotin.

É o seguinte o item:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2006

– Terminativo –

Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 12 da Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre a responsabilidade civil nos acidentes ocorridos

no trabalho temporário ou terceirizado e dá outras providências.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Armando Monteiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006 e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

– Em 23.05.2012, a Presidência designa Relatora “ad hoc”, a Senadora Vanessa Grazziotin, que lê o Relatório em substituição ao Senador Armando Monteiro. Encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria;

– Votação nominal.)

O projeto já foi lido e discutido.

Está em votação o Projeto de Lei nº 92, de 2006, ressalvadas duas emendas que apresenta.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanho a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Wellington Dias: como vota V. Ex^a?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Vanessa, voto conhecido também. Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as duas emendas da Relatora *ad hoc*.

Se V. Ex^{as} concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006, e as Emendas 1-CAS e 2-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 11, matéria também já lida por relatoria *ad hoc* do Senador Paulo Paim.

Vamos entrar em processo de votação, porque já foi lida e também discutida.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Senador Marcelo Crivella, que é o autor do projeto. Eu só relatei o brilhante relatório do Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator *ad hoc*, eminente Senador Paulo Paim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia? (*Pausa.*) Com o Relator.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada em turno único a Emenda 1-CAE-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92.

Poderão ser oferecidas emendas em turno suplementar, vedada a apresentação de substitutivo integral. Um minuto só, estamos acabando.

Item 14. A matéria já foi discutida e a Senadora Vanessa foi Relatora.

Solicito um minuto ao Senador Waldemir Moka e aos demais para votarmos aqui.

Está em votação o Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2011, ressalvada a Emenda nº 1-CCJ.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto.

Consulta as Sr^{as} e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2011, e a Emenda 1-CCJ.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2011

– Terminativo -

Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011, e da emenda que apresenta.

Observação: a votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 74, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg, tem por objetivo a inclusão do artesão no rol dos segurados previdenciários especiais constante do art. 12, inciso VII, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e do art. 11, inciso VII, da Lei nº 8.213, também de 24 de julho de 1991, que instituíram, respectivamente, o Plano de Custeio e o Plano de Benefícios da Previdência Social.

A proposição conta com apenas três artigos. Os dois primeiros incluem nova alínea, referente ao artesão nos respectivos planos de custeio e de benefícios da Previdência Social, e o art. 3º estabelece que a lei, se promulgada, entrará em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Em sua justificação, o autor relata que, atualmente, os artesãos são considerados contribuintes individuais da Previdência Social, o que determina que deverão contribuir pelo percentual de 11% do salário mínimo se optarem por rendimento equivalente...

Sr. Presidente, está muito difícil!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito silêncio para a leitura do relatório da Senadora Lúcia Vânia, por favor.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Ou de 20% se desejarem recolher com base em salário de contribuição maior.

Em contraste, o segurado especial contribui pelo percentual de 2,6% sobre o valor bruto de comercialização de sua produção, podendo, se desejar, contribuir como segurado facultativo.

Ora, assevera, a renda média do artesão brasileiro é de um salário mínimo e meio, sendo, na prática, muito variável. Ainda, o artesão usualmente trabalha sozinho ou em regime de economia familiar, o que o assemelha ao produtor rural ou extrativista, que, atualmente compõem a categoria dos segurados especiais.

Em razão disso, considera ser excessiva a imposição das alíquotas de 11% ou de 20% sobre o salário de contribuição, como atualmente é feito. Pondera que a inclusão dos artesãos na categoria dos segurados especiais representaria uma expressiva desoneração da categoria, favorecendo sua inclusão previdenciária.

Com razão o proponente no seu intuito. A universalização da Previdência é um dos critérios fundamentais da ação do Estado nesse campo, inscrito, como tal, no próprio *caput* do art. 201 da Constituição Federal. No exercício dessa ação, o Poder Público deverá atender às disparidades existentes entre os segurados, conforme a natureza de seu trabalho e de sua capacidade contributiva.

Sugerimos unicamente um reparo. O inciso VII dos arts. 12 da Lei nº 8.212 e da Lei nº 8.213, ambas de 1991, que definem o segurado especial, possuem redação comum, nos seguintes termos:

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de [...]

No entanto, a profissão de artesão não é de caráter exclusivamente rural, como as demais arroladas no respectivo inciso. Não há evidência, no projeto, de que o autor pretendesse que unicamente os artesãos rurais deveriam ser beneficiados com a inclusão no rol dos segurados especiais.

Assim, apresentamos emenda para esclarecer que ao artesão é aplicável a categorização, ainda que resida em meio urbano.

Voto

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011, com a seguinte emenda:

Emenda nº – CAS

Dê-se à alínea c do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e à alínea c do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 1º e art. 2º do PLS nº 74, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º

c) artesão, mesmo que residente em área urbana; e

.....”

“Art. 2º

c) artesão, mesmo que residente em área urbana; e

.....”

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senador Casildo Maldaner.

Nesse caso, Senador Armando, como V. Exª é Relator na matéria do Cade... Nós vamos discutir ainda a matéria. Vamos desfazer o quórum aqui, mas já fica lido e discutido.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Serei rápido, Sr. Presidente.

Em relação a essa proposta do Senador Rollemberg, relatada agora pela Senadora Lúcia Vânia, quero me congratular com ela, até pela dimensão do artesão, suas peculiaridades, e não só do meio rural, mas falo dos arranjos peculiares que existem nas regiões, coisas típicas localizadas também nos perímetros urbanos, isso existe muito. Temos até o destaque, na Lagoa da Conceição, em Florianópolis, Santa Catarina, da mulher rendeira, que trabalha, passa o trabalho de mãe para filha, aquilo vem da avó e assim por diante. Isso vai ajudar esse artesanato, uma coisa rara, o artesão dessa área, vai fazer com que a pessoa vá para a formalidade. Isso vai ajudar muito.

Meus cumprimentos pela proposta apresentada para ser votada nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos iniciar o processo de votação.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro, V. Exª tem todo o direito de discutir a matéria, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu já havia pedido.

Eu gostaria só de dizer...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Armando, agradeço sua preocupação. Já temos quórum com a presença do Cyro Miranda. Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Realmente, eu tenho todo o interesse em votar pela aprovação, tenho apenas dúvidas sobre um ponto que eu gostaria de ver se a Relatora tem condições de me esclarecer.

Primeiro, nós temos hoje dois tipos de artesão, como é estabelecido nas regras. Um é aquele artesão que trabalha como empregado de alguém. Ou seja, nós temos situações em que se cria uma empresa e se tem a figura da pessoa jurídica e a figura do empregado.

De outro lado, temos o artesão individual. Aqui é citado o exemplo da agricultura. Na agricultura, quando se tem a figura do empregador, para efeito de Previdência, vale a regra geral da Previdência. O que se busca proteger é o agricultor familiar, aquele que, se sabe, trabalha para seu próprio seu sustento.

Nesse caso, a dúvida que eu tenho é, como é estabelecida aqui uma regra genérica, se há essa separação, se há essa distinção. Acho que todo artesão merece todo o carinho, todo o respeito, mas, do ponto de vista previdenciário, uma coisa é aquele que tem a solidez de ser empregado, em que há a contribuição de patrão e de empregado, outra coisa é o individual, aquele que tem que arcar sozinho com a contribuição dele e a patronal.

Quero só compreender aqui, porque confesso que não atentei, no final do relatório, se há essa distinção.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Wellington, no meu entendimento, o que está sendo protegido aqui é o artesão individual. A empresa é regida pelas normas gerais de uma empresa. O meu entendimento é nesse sentido; agora, se V. Exª entende que o projeto não está claro, a gente pode fazer uma revisão e caracterizar isso de forma melhor.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir isso, sinceramente, e me disponho a tratar com a Relatora nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a nobre Relatora se V. Ex^a retira de pauta para fazer nova análise.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sim, com todo o prazer. Acho que, para aprimorar o projeto, podemos dialogar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está retirado de pauta, então, para re-exame, o item 13.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – São bons casos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Retirado de pauta, de forma democrática e com a concordância da valorosa Senadora Lúcia Vânia, que é Relatora da matéria.

Perdemos o quórum para outras matérias aqui de caráter terminativo.

Mas, para concluir os trabalhos, que já foram bastante produtivos, quero ler apenas um requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, de 2012

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 48, de 2012–CAS, aprovado em 06/06/2012 e que propõe “Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana”, que a referida audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Autoria: Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para encaminhar seu requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, trata-se de uma audiência pública sobre um projeto do qual sou Relator. Esse projeto é para o exame de proficiência na Medicina. Como ele é terminativo na CAS, nós propusemos que seja uma audiência conjunta, até porque parece que toda a classe das entidades ligadas às faculdades de Medicina gostariam de ter esse exame de proficiência nesse curso.

Por esse motivo, faço esse requerimento para que as audiências sejam conjuntas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Para concluir nossos trabalhos, quero comunicar que, na próxima semana, não teremos reunião desta Comissão pelo fato de que, no plenário da Casa, não teremos sessão... Neste caso, vamos suspender, em virtude da Conferência Rio+20, a que muitos Senadores estarão presentes.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como não teremos reunião semana que vem, estou muito preocupado com um projeto do Senador Sérgio Zambiasi que não está na pauta. Conversei muito com ele. Se eu pudesse ler minha posição com relação ao projeto para ficar nos Anais da Casa, para votação no momento adequado... Não seria votado hoje. Então, Sr. Presidente, se eu pudesse ler, conforme entendimento que fiz...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a tolerância de V. Ex^a, já que terminaram as votações.

A pedido do Senador Sérgio Zambiasi, voto em separado do Senador Paulo Paim sobre o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, do Senador Sérgio Zambiasi, que cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica.

Relatório

Com base no relatório apresentado ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, pelo Senador Armando Monteiro, com voto contrário ao projeto, venho manifestar, por intermédio deste, meu voto favorável ao presente projeto, nos moldes do meu parecer, já que fui Relator na Comissão de Direitos Humanos.

Ademais, quero que essa manifestação fique registrada como meu voto em separado em relação ao parecer já aqui lido pelo Senador Armando Monteiro ao PLS nº 179, de 2008.

O projeto do Senador Sérgio Zambiasi visa assegurar o adicional de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica.

Lida em plenário em 7 de maio de 2008, a proposição foi distribuída inicialmente para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, para exame da Comissão de Assuntos Sociais, que sobre ela deverá proferir decisão terminativa. Em função da aprovação do Requerimento nº 1.085, de 2008, a proposição também foi submetida ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Na Comissão de Educação, a proposição foi aprovada com a ressalva de quatro emendas, que a modificaram no sentido de dar-lhe caráter autorizativo,

bem como no de retirar-lhe o conteúdo normativo que estendia o pagamento da vantagem remuneratória que cria à aposentadoria especial desta categoria.

A CCJ e a CDH igualmente aprovaram a proposição aqui discorrida por mim.

ANÁLISE

O PLS em apreço contém matéria sugerida por associação de classe, o que, no meu entendimento, faz pertinente o seu exame por esta Comissão, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Observe-se, antes de tudo, que a proposição é oportuna, por configurar reação normativa ao crescente aumento da violência e da insegurança em nossas cidades, em geral, e nos *campi* universitários, em particular. Nesse sentido, deve-se considerar os fatos da alteração do perfil das atividades nas universidades federais e também nas instituições federais de pesquisa, que se tornaram muito mais movimentadas e melhor aparelhadas, envolvendo bens e valores de grande montante por um lado e, por outro, a posição dessas instituições no sentido de evitar a presença da Polícia Militar no campus das universidades.

O PLS nº 179, de 2008, tem ainda as virtudes adicionais de valorizar uma importante categoria profissional, a dos vigilantes, trabalhadores na área de educação. Ademais, serve como sinalização para que esse tipo de vantagem remuneratória seja estendida aos vigilantes do setor privado, alcançando assim a totalidade dessa importante categoria a saber, dos profissionais de segurança.

A única dimensão pouco razoável da proposição estende o mencionado adicional aos aposentados da categoria.

Ora, esses últimos, conforme se pode imaginar, não estão mais praticando atividades profissionais arriscadas, o que torna então indevida essa postulação do setor.

Concluindo, Sr. Presidente, destarte, cumpre lembrar que o PLS nº 179, de 2008, ganhou, por força de emenda da CE, o caráter autorizativo, visto que o seu propósito original de retornar à criação e à incorporação de vantagem remuneratória não encontra respaldo constitucional. Isso porque, no seu art. 161, incisos I e II, a Carta Magna reserva para o Presidente da República a iniciativa de projetos que aumentem a remuneração desse setor.

Esse fato traz para o centro da atenção o que foi chamado de virtudes adicionais. O PLS em exame, a saber, seu caráter simbólico e de emulação para a adoção das medidas semelhantes para situações semelhantes.

Conclusão

Pelo exposto, concluí lá na Comissão e deixo o meu parecer aqui contrário ao parecer dado antes pelo Relator, pela aprovação do projeto que vai garantir o adicional de periculosidade aos vigilantes da área pública, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Sr. Presidente, como foi lido aqui o parecer do Senador meu amigo Armando Monteiro, fiz um recurso em Plenário e esse projeto foi para a Comissão de Direitos Humanos, onde votamos pela aprovação do projeto.

Como retornou para cá, de antemão deixo – poderíamos até construir um acordo com o Relator, Armando Monteiro – o meu voto como uma contribuição ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero comunicar a V. Ex^a que esse projeto se encontra com a Senadora Ana Amélia, que não o entregou aqui. É o PLS nº 179. V. Ex^a está apresentando um voto em separado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em relação ao parecer do Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A informação que eu tenho da Secretaria da Comissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas ele estava com o Senador Armando Monteiro, não estava?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Estava.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, bom!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E foi redistribuído, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu entendi que quando voltasse para cá estaria com o Senador Armando Monteiro. Como Relator, aqui, ele leu o parecer, houve discordância entre nós e ele foi então para a CDH.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa informação, nós vamos lhe dar mais precisamente daqui a pouco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bom, mas fica a minha contribuição ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Poderá. Não há impedimento algum. O ideal seria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fica registrado e combinado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro, isso depende de V. Ex^a. Não há impedimento regimental para V. Ex^a apresentar o seu voto em separado, determinando a nossa Secretária...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com toda a autoridade de V. Ex^a indicando outro Relator, já fica

essa contribuição, o meu parecer em relação ao parecer do meu amigo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Esse é um voto separado que V. Ex^a está apresentando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em relação ao Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Um voto em relação a Armando Monteiro. Vamos imaginar que o voto ou o relatório da Senadora Ana Amélia será diferente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aí V. Ex^a terá acesso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Daqui a pouco não necessariamente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Podemos até construir um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bom. Fica registrado então. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, a toda a assessoria e à imprensa aqui presente.

(Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos, do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Paulo Bauer, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Justifica ausência o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 699, de 2011 – Não Terminativo** – *Disciplina a utilização de coletes a prova de balas por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado, nº 699, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2009 – Terminativo** – *Acrésceta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (define “tratamento mental” como enfermidade psíquica em geral).* **Autoria:** Deputado Jutahy Junior. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2009. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2010 – Terminativo** – *Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas.* **Autoria:** Deputado Silvinho Peccioli. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010, na forma da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2010 – Terminativo** – *Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.* **Autoria:** Deputado Ciro Pedrosa. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2010 e da Emenda nº 1-CI. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, de 2011 – Terminativo** – *Acrésceta o art. 59-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito à informação do segurado do Regime Geral de Previdência Social, quanto a resultados de exames médico-periciais para concessão de auxílio-doença.* **Autoria:** Deputado Ricardo Berzoini e outros. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2011. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 6 – TURNO SUPLEMENTAR DO**

SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2010 – Terminativo – Ementa do Projeto:

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para fixar o piso nacional de salário dos vigilantes. **Autoria do Projeto:** Senador Marcelo Crivella.

Relatoria do Projeto: Senador Paulo Bauer (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim.

Resultado: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo (Emenda nº 1-CAE-CAS) oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, é dado como definitivamente adotado nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, de 2007**

– Terminativo – Acrescenta parágrafo ao art. 764 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Autoria:**

Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007, e das duas Emendas que apresenta.

Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, de 2008**

– Terminativo – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde. **Autoria:** Senadora Roseana Sarney.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008, das três Emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda de autoria do Senador Romero Jucá.

Resultado: Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563, de 2009**

– Terminativo – Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para dispor sobre o exercício da profissão de Compositor, e dá outras providências. **Autoria:**

Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 13 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2010**

– Terminativo – Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, para incluir o menor aprendiz entre os beneficiários do Projovem e dá outras providências. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010.

Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 16 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011**

– Terminativo – Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cum-

primento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:**

Pela aprovação integral das Emendas nº 6, 7, 12, 14, 15, 19, 22, 26, 27, 31, 32 e 34, pela aprovação parcial das Emendas nº 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 28,

29, 30, e 33, e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 25 e 35, todas de autoria do Senador Cyro Miranda.

Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

ITEM 18 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 752, de 2011

– Terminativo – Acrescenta o parágrafo 6º no art. 392A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; altera o caput do art. 71A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; e dá outras providências. **Autoria:** Senador Aécio Neves e outros.

Relatoria: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 752, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 7** – Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2003; **Item 8** – Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2007; **Item 11** – Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2009; **Item 14** – Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011; **Item 15** – Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2011; **Item 17** – Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011; **Item 19** – Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2012.

Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, João Durval, Waldemir Moka, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lídice da Mata, e o Senador **Jayme Campos**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A Presidência registra a presença do Sr. Marcos Fava, Juiz Auxiliar da Presidência do TST e da Sra. Silvana Costa, Assessora do Poder Judiciário Federal do TRT da 2ª Região. O Senador Jayme Campos propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente Reunião, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

“Sr. Presidente, de ordem do Senador Mozarildo Cavalcanti, levo ao conhecimento de V. Ex^a cópia do requerimento em anexo, emitido à Presidência do Senado Federal, requerendo licença dos trabalhos desta Casa, no período de 25 de junho a 2 de julho do corrente ano, quando S. Ex^a estará no Estado de Roraima para cumprir compromissos político-partidários e outros eventos. Razão pela qual S. Ex^a está impossibilitado de comparecer aos trabalhos desta Comissão.

Atenciosamente,

Antônio Reinaldo da Silva

Chefe de Gabinete.”

Eu gostaria de informar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que nós recebemos nesta Comissão as seguintes moções:

– Moção nº 165, de 2012, da Câmara Municipal de Ourinhos, São Paulo, que trata de apoio à direção da Santa Casa de Misericórdia daquele Município.

– Moção nº 133, de 2012, da Câmara Municipal de Joinville, no Estado de Santa Catarina, que trata da tramitação de proposições que propõem a revisão das normas de acesso ao benefício de prestação continuada – BPC.

– Moção nº 15, de 2012, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que solicita providências no sentido de alterar a Lei nº 9.294, de 1996, que dispõe sobre a restrição ao uso de propaganda em produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

Este expediente foi encaminhado pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que é o Deputado – se não me falha a memória – Barros Munhoz. Exatamente: Deputado Presidente Barros Munhoz, do Estado de São Paulo.

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, após esta reunião, daremos início à 30ª Reunião, destinada à votação das emendas à LDO de 2013.

Eu solicito a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes que, após a conclusão da votação dos itens que estão na pauta, votemos a LDO, porque hoje se encerra o prazo. E o Relator da matéria, Senador

Casildo Maldaner, já fez o seu relatório e já o encaminhou a esta Comissão. Entretanto, regimentalmente, nós teremos que encerrar esta reunião e abrir uma nova reunião, para que possamos votar a LDO.

Infelizmente, o Relator da matéria não se encontra ainda aqui, que é o ilustre Senador Casildo Maldaner. Estamos aguardando. Aí, nós poderemos, com certeza, se for o caso, encerrar para votar. Todavia, acho que o tempo é suficiente para votarmos esta matéria, que é muito importante, sobretudo porque o prazo está expirando no dia de hoje.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente como o argumento do Senador Moka, eu queria, se possível, fazer a inversão da ordem de votação, Sr. Presidente, porque estou aqui com duas relatorias, especialmente a de nº 18. As duas são terminativas. Eu poderia fazer a leitura e...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a solicita a inversão de pauta para qual item, 16 ou 18?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O item 18.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O item 18.

Eu consulto o Plenário se tem alguma objeção em relação ao pedido pela ordem feito pela Senadora Ana Amélia, pedido de inversão de pauta sobre o item 18.

Se não houver nenhuma manifestação contrária, nós vamos iniciar a Ordem do Dia com o item 18. Mas, antes de mais nada, eu quero registrar aqui, com muita satisfação, a presença do ilustre juiz auxiliar da Presidência do TST, Dr. Marcos Fava, que nos honra com a sua presença na manhã de hoje, aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, agradecemos a presença do Dr. Marcos, que certamente vem também acompanhar aqui a reunião, como a sua competente assessora daquele Tribunal, que vem também constantemente a esta Comissão. De forma que registro a presença de V. Ex^{as} aqui, especialmente do juiz auxiliar, Dr. Marcos Fava.

Item 18, pág. 293, decisão terminativa:

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 752, de 2011

– Terminativo –

Acrescenta o parágrafo 6º no art. 392A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; altera o caput do art. 71A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; e dá outras providências.

Autoria: Senador Aécio Neves e Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 752, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, em primeiro lugar, eu queria manifestar apoio aos dois brilhantes Senadores – Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, e Aécio Neves, do PSDB de Minas Gerais – pela iniciativa de uma matéria que vem até sendo tratada num programa de televisão, a questão da adoção. Agora, especificamente, da adoção de crianças por homens, os pais adotantes.

O fato é que o sistema legal está enfrentando um grave problema de desarmonia que pode afetar a fruição da licença-maternidade por parte dos pais adotantes.

Historicamente, a mãe adotiva passou a ter expressamente assegurado o direito ao salário-maternidade, bem como à licença-maternidade, com o advento da Lei nº 10.421, de 15 de abril de 2002, que acrescentou à CLT o artigo 392-A e, à Lei nº 8.213, de 1991, o artigo 71– A.

Ambos os artigos tratavam da concessão da licença em caso de adoção, mas com critérios temporais diferenciados, a saber: no caso de adoção ou guarda judicial de criança até 1 ano de idade – período de licença de 120 dias; criança a partir de 1 até 4 anos de idade – período de licença de 60 dias; criança a partir de 4 até 8 anos de idade – o período de licença de 30 (trinta) dias.

Mais recentemente, a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, além de dispor sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em seu artigo 8º, revogou “os parágrafos 1º a 3º do artigo 392-A da Consolidação das Leis do Trabalho”.

O que se pretendeu foi dar amplitude plena à licença– maternidade em caso de adoção, aconteça ela em qualquer idade, pois que se manteve em vigor a parte do referido artigo que salvaguarda à empregada que adotar criança, sem discriminação etária, licença pelo prazo de 120 dias.

Todavia, por um lapso, a referida Lei nº 12.010, de 2009, não alterou o art. 71-A da Lei nº 8.213, de 1991, a qual continua, assim, fazendo referência a prazos diferenciados de idade do adotante como critérios para concessão do benefício.

Claro que essa situação não pode prevalecer, gerando tamanha insegurança jurídica. Ainda mais em se tratando dessa delicada questão que é a adoção. O arcabouço legal deve ser sólido, coeso, garantindo a existência de um panorama seguro, no qual se possa construir novas perspectivas de futuro, com inclusão e aceitação social.

Assim, é necessário que se garanta tanto o direito trabalhista que é a licença-maternidade quanto a prestação previdenciária correspondente: o salário-maternidade pelo prazo de 120 dias para os casos de adoção ou obtenção de guarda judicial de criança até 12 anos de idade incompletos, conforme definição do art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Assim, total razão aos autores ao proporem a retificação dos textos legais e mais ainda de ampliá-los, para prever a concessão do benefício para o trabalhador homem que, sozinho, adota uma criança. Esta é a inovação da proposta dos dois Senadores.

Todavia, a proposição necessita de ajustes no que importa à técnica legislativa, forma e também para prever a fonte de custeio desse benefício, razão pela qual apresentamos emenda substitutiva a seguir.

Aí está o Substitutivo. Por isso, estou apresentando o voto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 392-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 392-A. À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença– maternidade nos termos do art. 392.

.....
§ 5º Não havendo mãe adotante, estende-se o disposto no caput ao empregado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.” (NR)

Art. 2º O art. 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71-A. À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.
§1º O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social

§ 2º Não havendo mãe adotante, estende-se o disposto no caput ao empregado que, sozinho, adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o meu voto, com renovados elogios aos dois Senadores.

Hoje, para se ter uma ideia, existem no Brasil 300 pais homens que adotaram crianças. Isso é um dado importante. Pode estimular esta lei o aumento de adoção por pais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A matéria encontra-se em discussão.

Para discutir, Senador Waldemir Moka.

Com a palavra V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu acho que o projeto é oportuno. A Senadora Ana Amélia, zelosa como sempre, faz aí uma correção importante até para ajustar realmente o projeto.

Mas eu só quero aproveitar, Sr. Presidente, para colocar aqui um tema que talvez esta Comissão pudesse debater. Há uma informação na mídia e até em um programa novo da Globo de que o número de casais que querem adotar é maior do que o número de crianças a serem adotadas, e não é o que a gente vê. As crianças continuam sem ser adotadas quando, pelo menos para mim, a informação, no mínimo, chama atenção.

Olha, se o número de pessoas que querem adotar é maior do que o número de crianças a serem adotadas, nós teríamos que ter essas crianças em orfanatos, nas casas de guarda. Alguma coisa está errada. Eu não sei se é a legislação que dificulta essa adoção, o critério de escolha, enfim, alguma coisa.

Eu acho que seria um tema para a gente oportunamente debater aqui; quem sabe propor de imediato, ainda, ouvir.

Mas eu queria registrar isso aqui na Comissão como uma coisa que realmente me chamou atenção e que talvez mereça uma legislação especial ou um debate. O que dificulta essa adoção se nós temos tantos casais que querem adotar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, contribuindo com o enfoque dado pelo Senador Waldemir Moka, eu quero dizer que o Senador Magno Malta tem um estudo muito interessante sobre esse tema.

Ele já realizou acho que umas três audiências públicas, promovidas por ele. Ele assume agora a Presidência de uma Subcomissão da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, e um dos temas principais que ele quer debater – por isso tem fundamento o que V. Exª argumenta – é exatamente essa situação da adoção e a dificuldade que os pais adotantes acabam tendo para poder, de fato, cuidar das crianças como pais de direito.

Por isso, eu quero fortalecer a ideia de que o trabalho do Senador Magno Malta poderia ser, na linha do que colocou V. Exª, discutido com mais profundidade, inclusive na Subcomissão que ele ora está coordenando.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero só elogiar o projeto do Senador Lindbergh Farias e do Senador Aécio Neves. Eu me lembro, na Constituinte, ainda, de quando foi proposto pelo à época Deputado Federal constituinte Alcení Guerra a licença paternidade. Foi motivo até deboche no primeiro momento. No fim, ele foi aplaudido de pé, no momento que fez a defesa. E a matéria foi aprovada por unanimidade.

Eu acho que esta lei vem completar aquele princípio constitucional da licença paternidade, que o pai adotante também tenha os direitos previstos, enfim, aqui, para a mãe adotante.

Eu só quero cumprimentar a ambos e cumprimentar o trabalho da relatora, que ajustou o projeto no campo da técnica legislativa. Então meus cumprimentos.

Nós somos totalmente favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

Como não temos nenhum Senador ou Senadora que queira continuar a discussão, eu suspendo a discussão da matéria pelo fato de ser em caráter terminativo. Então fica suspensa a discussão. Com a chegada de mais Senadores... Tendo em vista que precisamos de quórum qualificado para votar esta matéria, estamos suspendendo a discussão e vamos continuar com os projetos que estão na pauta.

Primeiro, vou dar preferência aqui para o item 4, e aí vamos ler esses outros projetos. Recebemos pedidos para retirar três projetos de pauta; todavia, como o Senador João Vicente Claudino encontra-se aqui, passamos ao item 4, pág. 61, decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2010 – Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.

Autoria: Deputado Ciro Pedrosa

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2010 e da Emenda nº 1-CI.

Observações:

– Em 27.10.2011, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CI;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador João Vicente Claudino, para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a retirada de pauta, solicitado um reexame da matéria. Na próxima reunião, nós o colocaremos em pauta novamente. É a solicitação que faço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

Portanto, está retirado de pauta o item 4, pág. 61, Projeto de Lei da Câmara nº 121, pelo fato de o ilustre Senador João Vicente Claudino, relator da matéria, pedir para retirá-lo, para fazer reexame. Espero que na próxima semana esta matéria seja encaminhada a esta Comissão para sua votação.

Eu gostaria de comunicar também ao Plenário que o item 1, pág. 18, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2011, que *disciplina a utilização de coletes a prova de balas por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais*, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que tem como Relator o Senador Eduardo Suplicy, está sendo retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria.

Da mesma forma, o item 2, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2009, de autoria do Senador Jutahy Junior, com relatoria do Senador Paulo Davim, o relator pede para retirá-lo, para reexame da matéria.

Da mesma forma, o item 3, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010, que *dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas*, cuja autoria é do Deputado Silvinho Peccioli e que tem como relator o Senador Ricardo Ferraço. O ilustre relator da matéria pede a sua retirada para reexame.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como as demais matérias... Eu não sei se V. Exª tem aí já solicitação de retirada de pauta de outras matérias, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para comunicar a V. Exª, eu gostaria de fazer esta observação: foram três; com o pedido do Senador João Vicente Claudino, são quatro matérias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, se V. Exª permitir, a gente pode também agora inverter a pauta para o Item 16, que é um projeto importante, também de caráter terminativo. Vamos precisar, como aconteceu com a questão da adoção, de...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está pedindo uma inversão de pauta?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma inversão de pauta porque o Senador Rodrigo Rollemberg, que era o relator, se estiver... Se V. Exª e os demais Senadores concordarem, a gente pode iniciar o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Plenário se V. Exªs concordam com o pedido de inversão de pauta solicitado pela Senadora Ana Amélia, do Item 16, um Projeto de Lei. Se V. Exªs concordam, vamos inverter a pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o do TST, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Positivo. Se V. Exªs concordam, na forma regimental, será atendido o pedido da Senadora Ana Amélia.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011

– Terminativo –

Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Romero Jucá

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação integral das Emendas nº 6, 7, 12, 14, 15, 19, 22, 26, 27, 31, 32 e 34, pela aprovação parcial das Emendas nº 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 28, 29, 30, e 33, e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 25 e 35, todas de autoria do Senador Cyro Miranda.

Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 26.04.2012 foi realizada Audiência Pública na CAS para instrução da matéria;

– Em 30.05.2012 o Senador Cyro Miranda ofereceu 35 (trinta e cinco) Emendas ao Projeto;

– Em 27.06.2012, foi recebido novo Relatório da Senadora Ana Amélia;

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;

– Votação nominal.

Eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proceder à leitura do seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Presidente, Jayme Campos, caros Senadores, possivelmente, este tenha sido um dos mais importantes e complexos temas que tratei em relatórios no Senado Federal.

Queria, em primeiro lugar, Presidente Jayme Campos, fazer um agradecimento especial à Consultoria Legislativa, na pessoa do advogado especialista, consultor, José Pinto, pela dedicação com que trabalhou intensamente, dedicadamente, nesse projeto. Ele é especialista, é um advogado trabalhista, e, portanto, isso me deu a tranquilidade de uma discussão muito transparente com todas as partes envolvidas.

Também queria agradecer a presença do Dr. Marcos Fava e da Sr^a Clara, que representam aqui o Tribunal Superior do Trabalho. Como disse V. Ex^a, realizamos, para a instrução e elaboração do relatório e desse substitutivo, uma audiência pública das mais importantes que esta Comissão já realizou, com a presença do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Oreste Dalazen, do Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, e de representantes de entidades do setor privado e das Centrais Sindicais CUT e Força Sindical.

Foi, portanto, uma forma democrática e transparente de examinar a exaustão essa matéria. Houve muita preocupação de que se poderia estar restringindo direitos de defesa aos credores, mudando a relação de capital e trabalho. Este projeto trata apenas e tão-somente da efetividade da execução trabalhista.

Quando estive aqui, o Presidente Oreste Dalazen revelou que, de 2010 a 2011, houve o seguinte quadro: a cada 100 reclamantes 24 obtiveram a satisfação do seu crédito. Em 2011, 26 em cada 11. Portanto, um avanço pequeno. Essa situação de congestionamento da Justiça do Trabalho na execução trabalhista, de qualquer modo, foi também contra-argumentada pelo que disse o Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, falando que devia haver desdobramento para saber o que é de responsabilidade do Poder Público e o que é de responsabilidade particular nesse congestionamento, as execuções em que o INSS é, digamos, o devedor e o porquê.

A Justiça do Trabalho, hoje, pela Emenda Constitucional 45, de ofício, faz a execução trabalhista em relação às contribuições previdenciárias também. Muitos desses processos ou desses números podem dizer respeito às execuções em que o INSS é credor.

Há outro aspecto, que foi também apresentado pelo Presidente da OAB, que é a questão da terceirização do serviço, sobretudo em relação ao Poder Público. O Presidente da OAB lembrou que tem dados

ainda incompletos em que, somente no Distrito Federal, a Justiça do Trabalho da 10^a Região tem quase 70% das demandas envolvendo terceirizados que prestam serviços ao Poder Público. Talvez a questão possa ser resolvida, segundo a visão da OAB, a partir de uma disciplina melhor da terceirização, não em relação propriamente à execução trabalhista em si.

Dentro dessa lógica e também do que foi apresentado pela própria Anamatra, pelo setor financeiro, dizendo que o processamento da execução, no caso das entidades financeiras, está a reclamar alguma revisão, porque a proposta inclui, e faz bem, que a execução leve em conta a especificidade da tutela, ou seja, a natureza do direito que está em discussão, a duração razoável do processo, o valor constitucional fundamental e o interesse do credor, sem dúvida, mas sem perder de vista as questões da legalidade desse processo e assim por diante.

Como disse V. Ex^a, Senador Jayme Campos, eu recebi, com a consultoria, 35 emendas, todas elas de autoria do Senador Cyro Miranda, das quais foram acolhidas 12 emendas integralmente, 11 emendas foram parcialmente acolhidas e 12 emendas rejeitadas. Então, foi muito bem, digamos, fundamentado esse processo em relação ao que podemos avaliar como importante para trazer à Justiça do Trabalho, mas é preciso exigir também.

Queria também registrar o fato de que, nesse projeto de grande relevância social, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho teve uma ação política muito intensa no sentido de, digamos, influenciar ou mostrar aos Senadores de todos os Partidos a relevância dessa matéria. Estive no meu gabinete, com muita honra o recebi, pedindo celeridade no processo. Nós o recebemos e, tão rapidamente quanto foi possível, porque uma audiência pública requer a convocação de muitas pessoas, estamos cumprindo o nosso dever do mandato que nos foi delegado pelos eleitores do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, dada a complexidade do tema, vou direto ao voto e à leitura do substitutivo, que foi elaborado com o apoio da consultoria, liderada pelo consultor José Pinto.

O Substitutivo a essa emenda altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais da Justiça do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O capítulo 5º, do Título 10 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

Capítulo 5º Do cumprimento da sentença e da execução dos títulos extrajudiciais, seção primeira, das Disposições Preliminares.

Art. 874-A. aplicam-se ao cumprimento da sentença e à execução dos títulos extrajudiciais as regras de Direito Comum sempre que disso resultar maior efetividade no processo.

§ 1º Serão executadas de ofício as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pela Justiça do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido;

§ 2º A União será intimada sobre a decisão referida no § 1º deste artigo e poderá se manifestar no prazo de 15 dias.

Aproveito para saudar aqui o autor do projeto, o Senador Romero Jucá, que poderá me dar uma ajuda, um apoio, no processo de votação e discussão;

§ 3º A execução das certidões de dívida ativa seguirá o procedimento da Lei de Execução Fiscal.

Art. 877. É competente para o cumprimento da sentença o juízo que a proferiu.

§ 1º Nos processos de competência originária dos tribunais, as decisões serão cumpridas nos autos das demandas que lhes deram origem. Não existindo causa originária, haverá distribuição entre os órgãos de Primeiro Grau;

§ 2º A execução dos títulos extrajudiciais é da competência do juízo ao qual caberia o respectivo processo de conhecimento;

§ 3º A Competência para o cumprimento das sentenças e a execução dos títulos extrajudiciais não se desloca para outro juízo ou tribunal, exceto na falência e após a apuração do crédito.

Art. 878. Incumbe ao juiz, de ofício, sem prejuízo da iniciativa de qualquer interessado, adotar todas as medidas necessárias ao integral cumprimento da sentença ou do título extrajudicial, intimando-se as partes para a ciência de tais medidas.

Art. 878-A. Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução de ofício.

Art. 878-B. Os títulos executivos extrajudiciais serão executados mediante prévia citação do devedor, prosseguindo-se, na forma prevista, para o cumprimento de sentença.

Parágrafo único. São títulos executivos extrajudiciais:

a) Os termos de ajuste de conduta firmados com o Ministério Público do Trabalho;

b) os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação prévias;

c) o cheque ou outro título de crédito que corresponda inequivocamente a verbas trabalhistas;

d) o termo de rescisão de contrato de trabalho homologado perante o sindicato ou órgão do Ministério do Trabalho e Emprego;

e) certidão de dívida ativa.

Art. 878-C. Todas as despesas da execução, quando determinadas pelo juízo, correm por conta do devedor, exceto as que o credor ou terceiro, injustificadamente, houverem dado causa.

Art. 878-D. Havendo mais de uma forma de cumprimento da sentença ou de execução do título extrajudicial, o juiz adotará sempre a que atenda à especificidade da tutela, à duração razoável do processo e ao interesse do exequente, observada a forma menos onerosa para o executado.

Parágrafo único. A satisfação do crédito tributário não prejudicará a do trabalhista.

SEÇÃO II DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA E SEU CUMPRIMENTO:

Art. 879. Sendo ilíquida a sentença, ordenar-se-á a sua liquidação, inclusive das contribuições previdenciárias devidas.

§ 1º Na liquidação, não se poderá modificar ou inovar a sentença nem discutir matéria pertinente à fase de conhecimento;

§ 2º Se a liquidação não for realizada de ofício, o juiz estabelecerá contraditório sobre a conta oferecida por qualquer das partes, observando o prazo de dez dias para a manifestação, sob pena de reclusão;

§ 3º A impugnação do executado será acompanhada da comprovação do pagamento do valor incontroverso, sob pena de multa de 10% desse importe;

§ 4º Oferecida a impugnação aos cálculos, o juiz homologará os que representarem a sentença liquidanda;

§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União quando o valor total das verbas que integram o salário de contribuição, na forma do art. 28 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico.

Art. 879-A. As obrigações de pagar devem ser satisfeitas no prazo de oito dias, com os acréscimos de correção monetária e juros de mora, estes desde o ajuizamento da ação, sob pena de multa de 10%.

§ 1º O prazo de oito dias, de que trata o caput, é contado da publicação da decisão que homologou a conta de liquidação;

§ 2º Excepcionalmente, observado prazo fixado no caput, poderá o devedor, reconhecendo o débito

e comprovando o depósito de 30% do seu valor, requerer o pagamento do restante em até seis parcelas mensais, com correção monetária e juros;

§ 3º O valor das parcelas referidas no parágrafo anterior não poderá ser inferior a um salário mínimo;

§ 4º O cumprimento forçado de acordo judicial prescindirá de intimação do devedor, iniciando-se pela constrição patrimonial;

§ 5º A inclusão de corresponsáveis será precedida de decisão fundamentada e realizada por meio de citação postal.

§ 6º É definitivo o cumprimento de sentença e a execução impugnados por recurso a que não foi atribuído efeito suspensivo.

§ 7º O cumprimento de sentença e a execução provisória far-se-á, no que couber, como definitiva.

§ 8º O levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado na fase provisória do cumprimento da sentença ou da execução dependem de caução idônea, prestada nos próprios autos.

§ 9º A caução será dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário-mínimo, se o credor demonstrar situação de necessidade.

§ 10 Das decisões de liberação de valores, em qualquer fase do cumprimento da sentença ou da execução, o juiz deverá intimar, observando o prazo de cinco dias, o executado.

§ 11 Fica sem efeito a execução provisória sobre vindo decisão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos.

§ 12 Havendo pagamento parcial do valor exequendo fora da hipótese prevista no § 2º, mas dentro do prazo fixado no *caput*, a multa de dez por cento incidirá somente sobre a quantia bruta não adimplida.

SEÇÃO III

DA CONSTRIÇÃO DE BENS E DA IMPUGNAÇÃO

Art. 880-A. Esgotado o prazo previsto no *caput* do art. 879-A, a constrição de bens será realizada por todos os meios disponíveis e respeitará, a critério do juiz, a ordem direta de sua liquidez.

§ 1º Insuficientes as medidas previstas no *caput*, será expedido mandado de penhora.

§ 2º Os atos serão praticados preferencialmente por meio eletrônico independentemente de carta precatória, exceto se, por sua natureza, demandarem a atuação de juízo da outra localidade.

§ 3º A penhora de imóvel será realizada mediante termo nos autos, independentemente de onde ele se

encontre, desde que juntada a respectiva matrícula, prescindindo o registro do ato do recolhimento prévio de custas e outras despesas, que serão pagas ao final.

§ 4º O oficial de justiça procederá de imediato à avaliação dos bens e, quando possível, promoverá a remoção para depósito público ou privado, arcando o devedor com as despesas de transporte e armazenagem.

§ 5º A Justiça do Trabalho instituirá banco eletrônico unificado de penhoras.

Art. 881-A. Garantido o débito, o devedor terá cinco dias para apresentar impugnação, cabendo igual prazo ao credor.

§ 1º O juiz poderá, para a efetividade do processo, admitir impugnações sem a garantia integral do débito.

§ 2º O devedor será intimado no ato da penhora, ou na pessoa de seu advogado, ou mediante publicação.

§ 3º As partes e a União poderão discutir os cálculos na impugnação, salvo a preclusão tratada no § 2º do art. 879.

§ 4º As impugnações deverão delimitar justificadamente os fatos, as matérias e valores controvertidos, sob pena de não conhecimento.

§ 5º A impugnação não terá efeito suspensivo, exceto se houver grave perigo de dano e o efeito somente se aplica a parte controversa.

Art. 882-A. Não localizados bens para garantir o débito, serão os credores intimados para indicá-los em trinta dias.

§ 1º Silentes os credores, os autos serão arquivados provisoriamente pelo prazo de um ano após a inclusão do nome dos obrigados em banco de dados de devedores.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, os credores serão novamente intimados e, inexistindo a indicação, o juiz determinará nova realização de todos os procedimentos disponíveis para a constrição de bens.

§ 3º Não encontrados bens, serão expedidas certidões de crédito em favor do credor, além do arquivamento definitivo dos autos.

SEÇÃO IV

DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS

Art. 883-A. O juiz adotará a modalidade de expropriação mais adequada à efetividade do cumprimento da sentença ou da execução.

Art. 884-A. Os bens penhorados serão expropriados preferencialmente por meio eletrônico.

§ 1º Os credores terão preferência para a adjudicação pelo valor da avaliação, desde que a requeiram antes da arrematação, remição da dívida ou alienação do bem por iniciativa particular.

§ 2º A qualquer momento o devedor poderá proceder ao pagamento da dívida, o qual deverá ser comprovado até o deferimento da arrematação, da adjudicação ou da alienação por iniciativa particular.

§ 3º Antes da arrematação, adjudicação ou da alienação por iniciativa particular, o devedor poderá requerer o parcelamento da dívida, na forma do § 2º do art. 878, mediante o depósito prévio de cinquenta por cento do valor total do débito.

§ 4º As praças e leilões poderão ser unificados, de modo a abranger bens de diferentes execuções, ainda que de tribunais distintos.

§ 5º Em caso de bem constricto por mais de um credor, o produto arrecadado será distribuído de forma proporcional aos créditos trabalhistas.

Art. 885-A. Assinado o auto de arrematação ou de adjudicação, os atos de expropriação serão impugnáveis apenas por ação anulatória.

SEÇÃO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 886-A. Observada a jurisdição do Tribunal, o juiz poderá reunir processos contra o mesmo devedor, por conveniência da execução ou do cumprimento da sentença.

§ 1º A execução ou o cumprimento da sentença prosseguirá nos autos da demanda mais antiga. Nas localidades com mais de uma vara, o tribunal expedirá regras disciplinando a reunião desses processos para garantir a equânime distribuição dos serviços.

§ 2º A reunião será realizada mediante juntada, no processo mais antigo, das certidões de crédito expedidas nos demais.

Art. 887-A. As condenações genéricas impostas em sentenças coletivas serão cumpridas em ações autônomas promovidas pelo próprio substituto processual independentemente de outorga de poderes individuais, observado um número mínimo de dez substituídos, ou promovidas de forma individual ou plúrima.

§ 1º Os pagamentos fundados em execução de sentença coletiva promovida pelo substituto processual far-se-ão sempre à pessoa do substituído ou em conta corrente de sua titularidade, reservado o direito de liberação ao substituto da parcela dos honorários assistenciais e ao advogado o destaque dos honorários contratuais, devidamente comprovados nos autos.

§ 2º A controvérsia de natureza jurídica comum às ações autônomas será decidida em um só feito, com o sobrestamento dos demais. O julgamento definitivo será estendido a todas as partes alcançadas pela sentença condenatória.

Art. 888-A. Observado o prazo mínimo de oito dias, o juiz poderá determinar o comparecimento das

partes em audiência, impondo sanção a quem injustificadamente deixar de comparecer.

§ 1º O prazo previsto no *caput* poderá ser abreviado em caso de urgência ou necessidade.

§ 2º Os tribunais incentivarão a realização de audiências de conciliação depois de proferida sentença condenatória, promovendo mutirões setoriais pelo menos uma vez ao ano.

Art. 889-A. Cumprida integralmente a obrigação, o juiz extinguirá o processo e determinará o arquivamento definitivo dos autos, intimando os interessados da decisão.”

Art. 2º O *caput* do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 899. Os recursos serão interpostos por petição e terão efeito meramente devolutivo.

Art. 3º Revogam-se o *caput* do art. 876, mantendo-se em vigor o seu parágrafo único; o parágrafo único do art. 878 e os arts. 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888 e 889 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Este é o meu voto e este é o substitutivo, caro Presidente.

Queria também dizer que já encaminhei à Mesa uma retificação do parecer ao projeto de lei do qual acabo de fazer a leitura e apresentação do voto, solicitando algumas alterações que são apenas de ordem redacional. Apenas alteração de texto, para fins de correção.

Então, não há nenhuma alteração de mérito, apenas leitura e correção.

Está já à mesa, assinado por...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, pelo belo relatório. Sobre a emenda de redação que V. Ex^a já encaminhou à Mesa, a nossa secretária executiva, Dr^a Dulcília, já tomou as providências para fazer as devidas correções.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem.

Mas pela ordem de inscrição está o ilustre e valeroso Senador Romero Jucá, que se inscreveu primeiro, antes de V. Ex^a.

Então, com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Relatora,

Senadora Ana Amélia, eu quero, primeiro, registrar a importância desse projeto. Quero dizer que foi um projeto extremamente discutido no âmbito da Justiça do Trabalho.

A Justiça do Trabalho, preocupada com a efetividade do pagamento de sentenças transitadas em julgado... Menos de 20% do que se julgava e se definia, efetivamente, eram recebidos pelo trabalhador, portanto, havia, aí, um grande hiato entre a decisão jurídica e a condição do trabalhador de receber aquilo que lhe era devido. Isso levou a Justiça a fazer um grande debate, coordenado pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelos Ministros e pelo Presidente do Tribunal.

Nós, então, encampamos esse projeto, discutimos esse projeto e apresentamos esse projeto.

Esse projeto foi distribuído para as mãos competentes da Senadora Ana Amélia, que realizou um grande trabalho, um trabalho de construção coletiva, um trabalho de entendimento, agregou setores, melhorou o projeto, tirou, efetivamente, algumas questões que estavam, de certa forma, conflitantes e agindo de forma peremptória, sem gerar, em tese, um contraditório que pudesse, efetivamente, definir um debate e fazer uma Justiça mais equânime.

Na verdade, o Tribunal fez uma proposta sabendo que o Congresso se debruçaria sobre ela e que iria melhorá-la. Realmente, isso ocorreu.

Nós estamos tendo ganhos importantes aqui neste projeto, Sr. Presidente.

O primeiro deles é o pagamento para discussão da parte incontroversa do trabalhador. Antes, quando se discutia na Justiça, o trabalhador não recebia nada. Na verdade, ficava, efetivamente, meses, anos aguardando, numa situação de dificuldade.

Agora, para se discutir a parte que é questionada, se terá de pagar a parte incontroversa do processo, o que é um ganho importante.

Outra questão que vai ajudar o pagamento e vai ajudar, inclusive, também os empresários que querem cumprir a lei é que, com o pagamento de 30% da decisão judicial, vai-se poder, também, parcelar em até seis vezes, sendo que o valor tem de ser maior do que um salário mínimo. Vai-se poder parcelar em até seis vezes o pagamento desse passivo trabalhista, o que, efetivamente, vai dar condição de muitos trabalhadores receberem parcelado o que não teriam condição de receber à vista. Portanto, haveria muita dificuldade no cumprimento da sentença.

A Senadora Ana Amélia discutiu com setores empresariais, setores trabalhistas, com associações, sindicatos, fez um trabalho, realmente, brilhante.

Eu, aqui, estou registrando a minha satisfação de ver o projeto melhorado e vou encaminhar, positivamente, pela aprovação desse projeto.

É um projeto que ainda vai para a Câmara dos Deputados, portanto, espero que a Câmara se debruce sobre ele e possa, também, dar suas contribuições, mas acho que o Senado fez um avanço extremamente considerável nessa questão e, portanto, para ser sucinto, Sr. Presidente, eu quero louvar o trabalho competente da Senadora Ana Amélia e encaminhar o meu voto favorável, com satisfação, por tudo que foi construído nesse debate democrático aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao ilustre Senador Romero Jucá, que é autor, por sinal, do projeto. Aqui, ele manifesta, com certeza, a aquiescência pelas emendas propostas pelos valorosos Senadores. A relatoria teve a oportunidade ímpar de discutir aqui, através de audiências públicas, de segmentos envolvidos nesse projeto.

O projeto é, realmente, meritório e quero crer que nós teremos, daqui a pouco, a oportunidade de votar essa matéria, pelo fato de ser relevante e de urgência, sobretudo para a classe trabalhadora brasileira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na ordem de inscrição... V. Ex^a, como Relatora, tem prioridade, sobretudo pela presença constante e permanente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Apenas por uma questão de esclarecimento aos colegas Senadores, a Consultoria preparou, para facilitar a compreensão do que foi proposto originalmente no projeto do Senador Romero Jucá, inspirado na proposição do Tribunal Superior do Trabalho... Então, estão a parte original do projeto e, ao lado, um quadro comparativo das alterações, artigo por artigo, nesse substitutivo. Então, isso facilita, também, para os Senadores, a compreensão disso.

De novo, o objetivo trata exclusivamente da efetivação das sentenças já transitadas em julgado nas execuções trabalhistas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

De fato, está muito fácil, para todo mundo, entender, naturalmente, as modificações e tudo aquilo que o projeto e a relatoria esclareceram aqui.

Pela ordem, Senador Cyro Miranda, para discutir a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero parabenizar o autor pela iniciativa. É, realmente, um projeto complexo e a relatora se debruçou com extremo zelo em cima desse projeto, ao qual tive oportunidade de apresentar 35 emendas, mas eu quero pedir vista – já conversei com a Senadora –, em função de que está mesa do Senado um requerimento do Senador Armando Monteiro para que esse projeto seja ouvido na CCJ.

Então, eu peço vista a esse projeto, com a vênua do meu colega Jucá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, quero cumprimentar a iniciativa do Senador Romero Jucá, uma iniciativa corajosa. O projeto foi construído pelo Tribunal Superior do Trabalho e pela Anamatra, com o autor da proposta. É um belo projeto.

Eu quero cumprimentar, também, a Senadora Ana Amélia, que teve o cuidado e o carinho, eu diria, com este Senador, de me entregar uma cópia do relatório para que eu lesse e apresentasse, enfim, sugestões, se fosse o caso, concordando ou não.

Eu faria quase que um apelo ao Senador Cyro, já que há um substitutivo e, conseqüentemente, nós teremos uma outra votação em segundo turno. Nós poderíamos aprovar o projeto como está e, se fosse o caso de apresentar emendas, poderíamos...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Regimentalmente, quero só fazer uma observação na sua fala: ele não pode ser feito em turno suplementar. O pedido de vista tem de ser concedido agora, até pelo fato de que não é permitido, regimentalmente, quando é turno suplementar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, mas eu não estou propondo isso. O apelo que estou fazendo a ele...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para ele retirar o pedido de vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... é que ele suspenda o pedido de vista, porque nós temos oportunidade de fazer emendas na votação do turno suplementar. Isso é possível.

Eu mesmo teria duas sugestões, que são mais de redação, Senador, não mudam em nada o seu parecer.

O que eu estou propondo, se houvesse entendimento... O apelo eu estou fazendo. Eu acho que o projeto é importantíssimo. Se nós conseguíssemos aprovar, nós teríamos um tempo para entrar com emenda de quem assim entendesse, o que não é, eu diria, o meu caso, porque seriam duas emendas de redação pro-

postas pela Anamatra, e poderíamos votar a matéria hoje, sem prejuízo das emendas a serem apresentadas e votadas no segundo turno.

Esse é o apelo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu, primeiro, tenho de consultar a Relatora, Senadora Ana Amélia, se S. Ex^a concorda com o pleito feito pelo valoroso e competente Senador Paulo Paim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a concordando,...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aqui, Presidente, a maioria é que decide. Tem de ser colocado em votação. Eu prefiro que seja...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em princípio, regimentalmente, não tem essa exigência, aqui, pelo Regimento da Casa.

Todavia, eu também tive de consultar o ilustre Senador Cyro Miranda, que fez o pedido de vista, baseado no art. 132. V. Ex^a que decida.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, embora eu tenha muita vontade, muita vontade de ...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Ex^a mantiver o pedido de vista...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ... colaborar com o Senador Paim, eu tenho de manter esse pedido de vista, porque acho que essa matéria tem de...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista coletiva concedida, baseada no art. 132. Item 5.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, não poderíamos...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Seria possível irmos para o item 19?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, Presidente, todos têm compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós temos, aqui, a presença da Senadora Lídice da Mata, que está presente para o item 5.

Então, preferencialmente, salvo melhor juízo, se a valorosa Senadora Lídice da Mata abrir mão para inversão de pauta...

Se V. Ex^a concordar, Senadora Lídice da Mata, nós, prazerosamente, atenderemos o pleito, mas com a presença de V. Ex^a...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, se for muito rapidamente, porque eu tenho de relatar, agora, a LDO na Comissão de Educação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para lembrar, se me permitir, pela ordem, eu fui o primeiro a chegar e tem cinco projetos que tenho de relatar, e vou ficar prejudicado, mas atendo o pedido da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como a Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos fazer o seguinte: o item 5 e o 19, com o compromisso de que todos ficaremos aqui, todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E o Paulo continua esperando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Paim espera um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O que faz o sexo feminino, não é, Paulo?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O item 5, da Senadora Lídice, Senador, e, depois, passamos para o 19.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos para o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, de 2011

– Terminativo –

Acrescenta o art. 59-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito à informação do segurado do Regime Geral de Previdência Social, quanto a resultados de exames médico-periciais para concessão de auxílio-doença.

Autoria: Deputado Ricardo Berzoini e outros

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2011.

Observações:

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir o seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem a exame desta Comissão, em decisão de caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 133, de 2011 (PL nº 7.209, de 2010, na origem), do Deputado Ricardo Berzoini e outros.

O Projeto em questão acrescenta o art. 59-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social).

O Projeto foi aprovado na Casa de origem, com emendas, e remetido ao Senado Federal, onde se designou esta Comissão de Assuntos Sociais, para apreciação em caráter terminativo.

No Senado, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

Análise

A Comissão de Assuntos Sociais é competente para a apreciação do projeto, conforme o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria observa o disposto nos arts. 22, inciso XXIII, e no *caput* do art. 48 da Constituição Federal, que põem a matéria no campo de competência do Congresso Nacional, tanto no tocante à sua iniciativa quanto no tocante à sua apreciação.

Como referido acima, a proposição introduz importantes modificações na sistemática administrativa de exame e concessão do auxílio-doença.

Em seus termos, a concessão do benefício passaria a ser condicionada, por dispositivo legal, à realização de perícia (*caput*). Esse procedimento, contudo já é realizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a teor do disposto no art. 101 da Lei nº 8.213, de 1991, que obriga o beneficiário de auxílio-doença a se submeter às perícias que forem demandadas pela autoridade previdenciária. Nos termos da proposição, a própria concessão do benefício estaria explicitamente condicionada à realização de exame pericial.

O § 1º do proposto art. 59-A estabelece a obrigação de registro, pela autoridade previdenciária, dos agravos à saúde motivadores do pedido de concessão do benefício, apresentados pelo segurado.

A Previdência Social mantém registro desse tipo, unicamente quanto aos benefícios concedidos e por decisão própria, para fins estatísticos. A alteração proposta estabeleceria cadastro distinto, de causas de pedido, independentemente da sua concessão ou não.

Com a devida vênia, o dispositivo em questão parece-nos desnecessário por não configurar em benefício nem para o segurado nem para a administração previdenciária.

Efetivamente, não existe vantagem para o segurado em dispor de registro das moléstias que provocaram seus pedidos de concessão do benefício, e a Previdência já dispõe dos registros que lhe interessam, a saber, das causas que motivaram os pedidos deferidos de sua concessão.

Não parece ser relevante, para fins atuariais ou administrativos a anotação das causas que motivaram os pedidos indeferidos, mesmo porque, estatisticamente, sua composição deve ser semelhante à dos pedidos deferidos.

Por seu turno, o § 2º proposto determina que o auxílio-doença deverá ser concedido por prazo determinado, ao fim do qual será o segurado submetido a nova perícia para eventual prorrogação do benefício por novo prazo, com sucessivas perícias e renovações até a recuperação da capacidade laborativa.

O dispositivo, conquanto aprovado em duas Comissões da Câmara dos Deputados é problemático.

A concessão de auxílio-doença já contempla a obrigação de se submeter à realização de perícia para apuração das condições físicas do beneficiário (art. 101 da Lei nº 8.213, de 1991), com vistas à prorrogação do benefício, sua cessação ou o encaminhamento para reabilitação profissional (art. 62 da mesma Lei).

A cessação do benefício pode ocorrer pela recuperação do segurado, por sua morte, ou pela conversão em aposentadoria por invalidez – se se concluir pela impossibilidade de reabilitação para qualquer ofício –, ou em auxílio-acidentário, para complementação de renda durante o período de recuperação da capacidade laborativa do trabalhador.

Ora, o dispositivo em exame não contempla esse espectro de possibilidades, parecendo considerar que o auxílio-doença somente seria concedido com vista à eventual recuperação plena do trabalhador. Nesse sentido, seria, na melhor das hipóteses, inócuo, pois a lei já dispõe sobre a realização de perícia para se constatar a limitação da capacidade para o trabalho e, na pior delas, contrária às disposições da própria lei que se pretende alterar, pois não contempla a possibilidade de que o trabalhador não possa se recuperar para o trabalho.

Os §§ 3º e 4º dizem respeito à entrega, para o segurado, de cópia do laudo da perícia que seja submetido, do qual deverá constar a caracterização justificada do benefício como acidentário ou previdenciário.

Há impropriedade de redação do § 4º: não é o perito que concede o benefício, sua manifestação é condição necessária para sua implementação, mas o ato administrativo de concessão não é de competência do perito, mas da própria administração previdenciária (gerência regional de benefícios e seus agentes delegados). Assim sendo, o perito não poderá, a rigor, caracterizar o benefício como acidentário ou não, dado que não lhe cabe concedê-lo.

Além disso, tanto o auxílio-doença oriundo de acidente (dito auxílio-doença acidentário) como o oriundo de outra causa, são ambos os benefícios previdenciários. Ainda que, na doutrina e na prática administrativa essas designações sejam correntes, não são albergadas na própria legislação, o que ensejaria mudança da redação para aclarar a natureza da informação que se pretende registrar.

Por todos esses motivos, o projeto, ainda que fundado em nobres intenções, não nos parece apropriado. E causaria uma dificuldade a mais para o segurado.

Voto

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Lídice da Mata. Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, eu quero cumprimentar a iniciativa do ex-Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini.

Eu entendo a posição aqui assumida pela Senadora Lídice da Mata, mas é importante lembrar que a nossa maior briga hoje, e eu tenho feito diversas audiências com os peritos, é a tal da alta programada. Com a alta programada, quem está dando alta para os trabalhadores são os computadores.

Pelo menos, mediante este projeto apresentado pelo ex-Ministro da Previdência, o perito teria de dizer o porquê da alta, o porquê da não concessão e qual é a visão dele.

Como hoje é o computador que dá alta, nós não ficamos sabendo nunca qual é o motivo. Para mais de 10 mil doenças, está lá dizendo: “Doença tal: 10 dias; doença tal: 15 dias; doença tal: 30 dias”.

Por isso eu entendi a intenção do ex-Ministro da Previdência, hoje Deputado Federal Ricardo Berzoini. Mas, aqui, entendo também a posição da nossa nobre Relatora e as suas intenções para este tema.

Não sei se seria bom, minha querida Relatora, se V. Exª assim entender, senão eu vou acompanhar V. Exª, eu confio muito no trabalho de V. Exª e também na intenção do Ricardo Berzoini, mas, se V. Exª concordar, eu peço vista. Se não, eu me submeto ao seu parecer, porque sei que V. Exª foi ...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sem dúvida, caro Senador, V. Exª tem todo o direito em pedir vista. Não há nenhum problema para mim. Aliás, já manifestei a minha observação para V. Exª.

O projeto e a intenção de V. Exª está mais bem fundamentada do que o atual projeto. Portanto, não tenho objeção de que V. Exª peça vista do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço vista coletiva, dessa forma, na semana que vem, a matéria volta.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista coletiva aos Senadores Paulo Paim e Romero Jucá, com base no art. 132.

ITEM 6

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 135, de 2010

– Terminativo –

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para fixar o piso nacional de salário dos vigilantes.*

Autoria do Projeto: Senador Marcelo Crivella

Relatoria do Projeto: Senador Paulo Bauer (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Paim

Observações:

– Em 13.06.2012, foi aprovada a Emenda nº 1-CAE-CAS (Substitutivo), ora submetida a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

– Nos termos do art. 284 do RISF, não sendo oferecidas Emendas durante o Turno Suplementar, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

A votação será nominal.

Consulta V. Ex^{as} se há alguém que queira discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerrada a discussão.

Não foram oferecidas emendas ao substitutivo durante o turno suplementar. O Substitutivo (Emenda nº 1-CAE-CAS) oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, é dado como definitivamente adotado nos termos do art. 284 do RISF.

Será comunicada a decisão da Comissão à Presidência do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, de 2008

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde.

Autoria: Senadora Roseana Sarney.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008, das três emendas que apre-

senta, e pela rejeição da Emenda de autoria do Senador Romero Jucá.

Observações:

– Em 03.03.2010, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou parecer favorável ao projeto;

– Em 08.04.2011, o Senador Romero Jucá ofereceu uma emenda ao projeto;

– A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para a leitura do seu relatório.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, vou procurar imprimir agilidade na leitura para que a gente possa votar o projeto ainda hoje.

Como disse V. Ex^a, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 474, de 2008, de autoria da Senadora Roseana Sarney, hoje Governadora do Maranhão, e dispõe sobre a informatização dos serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para tanto, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), visando a estabelecer diretrizes para a informatização do prontuário de paciente. Com esse fim, determina o uso de meio eletrônico para registro, comunicação, transmissão e autorização de procedimentos, internações, exames, receitas médicas e demais informações de saúde, mediante o uso de assinatura eletrônica. Estabelece, também, que os documentos produzidos eletronicamente e juntados ao prontuário eletrônico do paciente serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Ademais, o projeto propõe a criação de três cadastros nacionais: de usuários, de profissionais de saúde e de serviços de saúde, públicos e privados. Aos cadastrados serão atribuídos números nacionais de identificação, mediante o qual será facultado o acesso aos sistemas.

O SUS, por seu turno, desenvolverá e certificará sistema de prontuário eletrônico do paciente, diretamente ou por meio de terceiros. O sistema a ser desenvolvido deverá possuir as seguintes características: padronização; utilização preferencial de programas com código aberto; acessibilidade por meio da internet; armazenamento em meio que garanta a preservação, a segurança e a integridade dos dados; e proteção mediante sistema de criptografia e de segurança de acesso.

Por derradeiro, cabe destacar que as disposições do projeto aplicam-se igualmente ao setor de saúde suplementar, o que inclui as operadoras de planos privados de assistência à saúde e os seus beneficiários.

O projeto estabelece que a lei proposta entre em vigor após decorridos trezentos e sessenta dias de sua publicação.

Passamos à análise, Sr. Presidente.

Assim, resta claro que os sistemas informatizados, notadamente o prontuário eletrônico do paciente, podem contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade da atenção à saúde. Desse modo, cabe ao SUS direcionar esse processo e instituir diretrizes e normas gerais para o desenvolvimento desses sistemas.

Com relação à emenda proposta pelo Senador Romero Jucá, propõe a supressão do art. 38-G que o projeto pretende introduzir na Lei nº 8.080, de 1990, entendemos que, como ressalta o autor, quaisquer disposições sobre o setor de saúde suplementar devem ser feitas nas leis próprias. Nada obstante, consideramos que, em vez da mera supressão da medida, que é a proposta do Senador e é meritória, mais adequado seria a sua transposição para a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), o que propomos por meio de emenda específica, aprimorando, assim, a técnica legislativa do projeto de lei em comento.

Ou seja, no fundo, nós estamos acatando o mérito do que propõe o nobre Senador Romero Jucá.

Acrescentamos à redação dos §§2º e 3º do art. 38-F, que o projeto pretende inserir na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a expressão “desde que produzidos em conformidade com o disposto nesta Lei e nas demais normas pertinentes”, em prol de maior coerência textual e da compatibilidade com as demais normas vigentes.

No tocante ao art. 38-C, a ser inserido na Lei nº 8.080, de 1990, na forma do art. 1º do projeto, observa-se que, à redação do *caput*, encontra-se indevidamente unido o texto do §1º. Para corrigir o equívoco de formatação, apresentamos a emenda de redação que ora submetemos à apreciação desta Comissão.

Por fim, além dos evidentes méritos do projeto sob análise, não há óbices para a sua aprovação no tocante à constitucionalidade, visto que o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde. Da mesma forma, não existem impedimentos quanto à juridicidade.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008, com as emendas que se seguem, declarando-se prejudicada a emenda apresentada pelo Senador Romero Jucá.

Preciso ler as emendas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Este é o relatório, extremamente meritório. Aliás, um problema que o Poder Público ainda não teve capacidade de resolver, que é cadastro de todas

as pessoas que são atendidas pelo Sistema Único de Saúde. Na hora em que nós conseguirmos implantar isso no Brasil, nós vamos dar um passo significativo muito importante na evolução do sistema pública de saúde e privado também.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à V. Exª.

Antes, porém, lembrando o que disse o Senador Paulo Paim, só na hora de dar alta é que o computador funciona. Neste caso particular da necessidade de um cadastro único, não funciona. Mas para dar alta, aí é no computador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Como a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – (*Fora do microfone*) (...) de um item específico de um setor que não cabia na lei que estava sendo referenciada no caso do cadastro, dizer que é fundamental criar este cadastro.

O Governo tem tentado implantar o cadastro único do SUS. É uma luta muito grande. Portanto, é mais um passo e uma explicitação política do Senado, do Congresso, de que isso é uma prioridade.

Temos de ter, efetivamente, o cadastro único de cada cidadão e cada cidadã brasileira no sentido de ter as informações, de ter a portabilidade exatamente para atender melhor, na saúde pública, a sociedade brasileira.

Então, quero louvar o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin e registrar o meu voto favorável ao projeto da Senadora Roseana Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à V. Exª, Senador Romero Jucá.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem discutir, encerro a discussão.

Daqui a pouco vamos entrar no processo de votação, já que estamos aguardando a presença de mais um Senador, pois, lamentavelmente, o quórum qualificado caiu. Mas, dentro de instantes, teremos a presença de mais dois Senadores e aí entraremos no processo de votação.

Nós temos um item da Senadora Angela Portela, que é o Item nº 11. Essa matéria já foi lida e também está aguardando quórum para votação.

Nós vamos para o Item nº 15.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tem a Senadora, 9. Não, tem o 12, e temos o 7, mas ainda não temos o quórum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas podemos ler o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, tenho que nomear um relator *ad hoc* para o Item nº 7.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente, antes vamos ler logo, que estou presente, o Item... Quem sabe chega o relator. O Item nº 13.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Tem o Item nº 9 antes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª concorda, Senador Paulo Paim? V. Exª é autor do projeto. (*Pausa.*)

Então, vamos votar, porque S. Exª solicitou aqui uma inversão de pauta.

Item nº 13, pg. 200. O Senador Paulo Paim está muito bonzinho com vocês, Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas ele sempre foi, Sr. Presidente. Ele é um defensor dos direitos humanos, não na teoria, na prática.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem a simpatia de toda a Casa, principalmente das mulheres, não é, Paulo? Nossas Senadoras.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2010 – Terminativo –

Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, para incluir o menor aprendiz entre os beneficiários do Projovem e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010.

Observações:

– Em 20.09.2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer contrário ao Projeto;
– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Bom, a iniciativa, Sr. Presidente – V. Exª já registrou os números e tudo o mais – , reduz de 15 para 14 anos a idade para participação no referido programa, de 18 para 14 a idade para receber o auxílio financeiro do Projovem; e estabelece que jovens a partir de 16 anos, se contratados na condição de aprendiz, conforme o art. 403 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, receberão o auxílio previsto na Lei nº 11.692, de 2008. Condições de manutenção do auxílio, relacionadas ao desempenho e à frequência

escolar, são explicitadas nos incisos I e II do referido parágrafo único.

Na justificativa do projeto, o autor afirma que é necessário incentivar o jovem que trabalha, estuda e ajuda no sustento de sua família.

O projeto foi discutido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte onde recebeu parecer pela sua rejeição.

Nos termos do art. 90, inciso I, compete à Comissão de Assuntos Sociais analisar essa matéria.

Todavia, no mérito, ainda que compreendendo os nobres propósitos do autor, o projeto não pode prosperar. A iniciativa pretende legislar sobre matéria já disciplinada convenientemente pela legislação em vigor e, se aprovado, acabaria por trazer prejuízo aos cidadãos e conflito de normas jurídicas.

O trabalho do menor aprendiz, com o qual o projeto pretende cumular a bolsa do Projovem, hoje está disciplinado, minuciosamente, na CLT, art. 428.

Contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 24 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 anos, sendo que essa restrição não se aplica aos aprendizes com deficiência. Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

Por sua vez, o Projovem destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua reinserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania.

Preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda são os principais objetivos do Projovem Trabalhador. Podem participar do programa os jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos.

Enfim, o Projovem paga aos participantes um auxílio mensal de R\$ 100,00, no período de até seis meses, mediante comprovação de frequência nos cursos de capacitação, que serão de 350 horas/aula.

O programa é desenvolvido em parceria com os Estados e a sociedade civil, Sr. Presidente.

E o Projeto de Lei do Senado nº 78, que está em análise, pretende combinar o contrato de apren-

dizagem com o Projovem, que se destina a atender jovens em situação de desemprego involuntário, sob o argumento que os jovens que estão trabalhando e estudando devem ser incentivados.

Ora, certo que deve ser louvado tal esforço. Os recursos para os programas de combate a pobreza, todavia, do qual é um exemplo o Projovem, são sempre escassos e não podem ser destinados àqueles que não estão em situação de extremo risco, sob pena de contingenciamento da sua capacidade de atuação em favor das pessoas em situação de real necessidade.

A natureza dos dois institutos é, como se vê, distinta e destina-se a diferentes objetivos. Criar uma norma que tente combiná-los acabaria, no nosso entendimento, por comprometer o bom funcionamento de ambos.

Por essas razões, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010, tal como fez a Comissão de Educação, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria relatada aqui pela Senadora Vanessa Grazziotin, ela concluiu pela rejeição da proposta do nosso ex-Senador Raimundo Colombo, até porque diz ela que, para o Projovem, já existe uma legislação em vigor. Então, ela conclui pela prejudicialidade do projeto do então Senador Raimundo Colombo, hoje Governador de Santa Catarina.

Então, em que pese o mérito da proposta, ela optou pela prejudicialidade, porque já existe uma legislação em vigor que atende praticamente os objetivos da origem do projeto.

Mas como não há quórum para deliberação, fica em aberto a discussão para a próxima reunião.

Em continuação, vamos aqui para o Item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, de 2003

– Terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2003.

Observações:

– Em 18.04.2012, a matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório;

– Em 11.06.2012, foi recebido novo Relatório do Senador Vital do Rêgo;

– Votação nominal.

O Senador Vital do Rêgo não se encontra. Nós podemos designar um relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, sobre o tema...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para ajudar no encaminhamento.

Esse projeto é de minha autoria. O Senador Vital do Rêgo, no meu entendimento, adequadamente, corretamente, decidiu que o projeto está prejudicado, porque foi recentemente – inclusive fui relator – aprovada uma lei que regulamentou a profissão de motorista.

Acontece, Sr. Presidente, que neste projeto eu vou mais além do que aquilo que foi aprovado: eu garanto aposentadoria especial a todo profissional do volante. Nesse projeto, eu também regulamento a situação do cobrador. Se V. Ex^{as} entenderem adequado, eu posso dialogar com o Senador Vital do Rêgo, não pela aprovação, mas para que esse projeto seja apensado a um outro projeto também de nossa autoria, que é o estatuto do motorista. Ele seria apensado àquele e, então, lá no estatuto do motorista, que cria todo um arcabouço legal para o transporte terrestre e seus profissionais, nós discutiríamos também esse projeto com os arts. que não constam na lei que foi aprovada e sancionada pela Presidenta Dilma.

Eu pediria que ele saísse de pauta e vou pedir ao Senador Vital do Rêgo não que mude o seu parecer; que ele simplesmente peça que esse projeto seja apensado ao estatuto que está sob a relatoria do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bem, então, tendo em vista a não presença do Senador Vital do Rêgo, que é o relator da matéria, vamos adiar naturalmente a votação, pelo fato de S. Ex^a não se encontrar presente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nesse período...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nesse período, acho que é possível V. Ex^a ter um contato com ele e discutir naturalmente a proposta oferecida, que é de apensar em outro projeto, o estatuto do motorista. É plenamente concebível, e sobretudo a Mesa acata o pleito de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Se quiser colocar em pauta o Item nº 12, com o relator presente, estou à disposição, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não vai dar mais quórum, não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tendo em vista a presença do Senador Eduardo Suplicy, vamos encaminhar aqui também o Item nº 12, suscitando o pleito do valoroso e competente Senador Eduardo Suplicy.

Item nº 12, pg. 169. V. Ex^a é relator da matéria.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563, de 2009

– Terminativo –

Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para dispor sobre o exercício da profissão de Compositor, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

Observações:

– Em 23.08.2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo);

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao valoroso Senador Eduardo Suplicy para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O projeto da Senadora Rosalba Ciarlini altera diversos artigos da Lei nº 3.857, de 1960, que *cria a* Ordem dos Músicos do Brasil, dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências, para que suas disposições alcancem, também, a atividade profissional do compositor.

Ao justificar sua iniciativa, a autora faz referência à audiência pública realizada na Comissão de Educação com a participação da chamada “velha guarda” da música popular brasileira. Lembra que, na ocasião, vários compositores com mais de 70 anos realçaram as grandes dificuldades por que passam os artistas, sobretudo na idade mais avançada, visto que a categoria não tem aposentadoria própria nem muita clareza sobre os seus direitos trabalhistas, além de se ressentir da falta de reconhecimento legal da sua profissão.

Originalmente distribuído ao exame exclusivo e terminativo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto foi examinado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), por força da aprovação de re-

querimento do então Senador Flávio Arns, que decidiu pela sua aprovação, na forma de substitutivo.

Em relação ao mérito, tampouco há reparos a fazer, pois, como bem ressalta a autora, sua proposta resulta da mobilização de importante segmento dos compositores profissionais, incluindo artistas de origem popular de amplo reconhecimento social. Entre esses, estão compositores já idosos que, apesar de toda a vida dedicada à valorização e ao enriquecimento da cultura brasileira, não veem seus direitos trabalhistas garantidos na velhice. A forma, porém, que se adotou para reconhecer a profissão, alterando-se Lei nº 3.857, de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) e regulamenta o exercício da profissão de músico, não é a recomendada. Por introduzir alterações que afetam a organização e o funcionamento da OMB, entendemos que a iniciativa de projeto de lei, por membro do Congresso Nacional, sobre o tema, sofre restrição por parte da Constituição Federal.

Os conselhos profissionais são instituídos com o objetivo de disciplinar (sob os aspectos normatizador e punitivo) e fiscalizar o exercício das profissões regulamentadas por lei, outorgando a seus titulares a capacidade legal indispensável à sua admissão ao exercício profissional. Cabe também a essas instituições zelar pelo perfeito desempenho ético da profissão.

Exercem, portanto, função pública, uma vez que a fiscalização do exercício profissional está acima dos interesses da corporação e configura interesse da coletividade, constituindo-se, portanto, interesse público. Assim, as atividades desenvolvidas pelos conselhos são típicas do Estado, embora este os tenha “autarquizado”.

Conclui-se, daí, que os conselhos são órgãos integrantes da Administração Pública, já que de outra maneira não poderiam realizar serviços públicos típicos, próprios do Estado.

Sendo assim, a competência de iniciativa de lei que vise a dispor sobre a criação, organização e funcionamento desses conselhos é privativa da Presidência da República. Essa constatação não permite a adoção do mecanismo da alteração da Lei nº 3.857, de 1960, para o alcance da finalidade almejada pela autora do projeto em exame.

Como ressaltado pelo Relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, identificaram-se, ainda, alguns equívocos.

Ao modificar, por exemplo, o art. 30 da mencionada lei, o parágrafo único do art. 3º da proposição estabelece: As atribuições constantes das alíneas b, c, e, g e i são extensivas ao compositor. Ora, a alínea e a que se reporta o mencionado dispositivo refere-se ao exercício do cargo de direção musical nas companhias produtoras de filmes cinematográficos e no

Instituto Nacional de Cinema Educativo, impondo-se a reformulação integral do seu texto para acomodar o termo “compositor”. Não bastasse isso, o citado órgão foi extinto em 1966, o que esvazia a possibilidade de alteração da alínea. Nos termos da proposição, o dispositivo alterado seria ineficaz.

Por essas razões, alinhamo-nos ao proposto pela Comissão de Educação, que apresentou novo texto para a proposta destinada ao reconhecimento da profissão de compositor, em termos semelhantes aos da Lei nº 12.198, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o exercício da profissão de repentista.

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Como ainda não temos o quórum, que é quórum qualificado, vamos suspender a discussão e aguardar o quórum ou, na outra reunião, discutimos esta matéria. É uma matéria muito importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se alguém pudesse ler o item 15.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu queria pedir desculpa ao Senador Paulo Paim, mas sou relatora do item 9, que é de autoria do próprio Senador Paulo Paim, e tenho que me dirigir à Comissão de Educação – volto a reiterar. Se for possível, eu já leria esse parecer; senão...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E temos também a LDO para votação, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós vamos, então, suspender a discussão deste projeto e vamos passar aqui, tendo em vista a solicitação de V. Exª, ao item 9, pág. 11, decisão terminativa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vou passar à análise, mas quero comunicar ao Senador Paim que o Senador Cyro Miranda havia me comu-

nicado que pedirá vista deste processo, embora não esteja presente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele não está presente.

Eu vou só citar aqui, se me permite.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, de 2007

– Terminativo –

Acrescenta parágrafo ao art. 764 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007, e das duas Emendas que apresenta.

Observações:

– Em 11.04.2012, A matéria é retirada de Pauta a pedido da Relatora, para reexame do Relatório;

– Em 20.06.2012, foi recebido novo Relatório da Senadora Lídice da Mata;

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir o seu relatório. V. Exª está com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, no projeto, que V. Exª já destacou o número e autoridade desta Comissão para dar parecer a respeito, o autor, ao justificar a sua proposição, afirma que a presente proposição visa a dissipar dúvidas decorrentes da nova redação contida no art. 206 do Código Civil, que veio versar sobre a prescrição e fixou em apenas três anos o limite temporal para ingresso em juízo, demandando pretensão de reparação civil, conceito no qual se inserem os danos pessoais, causados por dolo ou culpa do empregador ou seus prepostos.

Existem, atualmente, alguns posicionamentos jurídicos que defendem a adoção das regras prescricionais da Justiça do Trabalho para o julgamento da pretensão de reparação dos danos causados pelo acidente de trabalho.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Na análise, quero destacar que a matéria em questão não se encontra pacificada pelos estudiosos e aplicadores do Direito.

Uma primeira corrente doutrinária e jurisprudencial defende a aplicação do prazo de prescrição previsto no Código Civil às ações de responsabilidade civil decorrentes de acidente de trabalho.

Uma segunda corrente, no entanto, defende a aplicação do prazo da Constituição Federal (inciso XXIX do art. 7º).

Referida corrente subdivide-se em dois grupos: um defende que a prescrição, desde 1988, sempre foi a do inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal de 88 e o outro defende que a prescrição era a do Código Civil até a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e, a partir dela, com alteração de competência, passou a ser a prescrição constitucional.

A discussão tornou-se mais forte a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que fixou a competência da Justiça do Trabalho para o julgamento das ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho (art. 114, inciso IV, da Constituição Federal).

Por isso, Sr. Presidente, eu entendo que a proposta do Senador Paulo Paim é a que mais protege o trabalhador.

Com o intuito de melhor adequar a redação do Projeto ao da Consolidação das Leis do Trabalho, sugere, por meio de emenda, que seu texto venha junto – eu sugiro – à disposição introdutória do Título I da CLT e logo após o art. 11, de que trata o prazo de prescrição do direito de ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho.

É por isso, Sr. Presidente, que apresento emenda visando, portanto, a que:

Dê-se à Emenda do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007, a seguinte redação:

Acrescenta-se o art. 11-A à Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer que o prazo prescricional para reparação decorrente de acidente de trabalho é de natureza civil, na forma que especifica.

Outra emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º. O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 11-A.

Art. 11-A. A reparação decorrente de acidente de trabalho é de natureza civil e será requerida perante a Justiça do Trabalho, observado o prazo prescricional disposto no inciso V do § 3º do art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2001, que começa a ser contado da data da rescisão do contrato de trabalho.

Penso que essas duas emendas aperfeiçoam e se aproximam da intenção do legislador, que beneficia mais o trabalhador brasileiro.

Assim sendo, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 512, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à V. Exª, Senadora Lídice da Mata. Para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só cumprir a Senadora Lídice da Mata...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ..., que aprimorou o meu Projeto original, com a competência de sempre, com a sua equipe.

Sou totalmente favorável ao encaminhamento que ela fez, mas, Sr. Presidente, como o Senador Cyro Miranda já havia comunicado a todos que gostaria de pedir vista, eu, nesse entendimento já feito, gostaria de perguntar se algum Senador não poderia pedir vista para manter o entendimento.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Eu pediria vista, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que seja vista coletiva, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Baseado no art. 132, vista coletiva pedida pelo Senador João Durval e pelo companheiro Senador Waldemir Moka. Vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Antes de encerrar esta reunião da Comissão de Assuntos Sociais, submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião, que é a 29ª.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e um minutos, do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Paulo Bauer, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Justifica ausência o Senador Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os de-

mais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à discussão e à votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao **PROJETO DE LEI Nº 3, de 2012-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2013), que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências”. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria das Emendas na CAS:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado: Aprovadas 18 Emendas da CAS ao PLDO 2013, sendo 13 (treze) Emendas ao Texto da Lei e 05 (cinco) Emendas de Inclusão de Meta, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Emendas de Inclusão de Meta: Emenda nº 1 – CAS – 10GD – 10.000 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico; Emenda nº 2 – CAS – 8535 – 8.000 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; Emenda nº 3 – CAS – 6175 – 30.000 – Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher; Emenda nº 4 – CAS – 6181 – 1.000.000 – Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência; Emenda nº 5 – CAS – 4963 – 201.471 – Apoio à Estruturação da Produção e Inclusão Produtiva. Emendas ao Texto da Lei: Emenda nº 6–CAS – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 105 – Art 105 e 106 – Capítulo XII. **Iniciativa:** Senadora Lídice da Mata; Emenda nº 7–CAS – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 4 – Art. 4 – CAS. **Iniciativa:** Senador Eduardo Braga; Emenda nº 8–CAS – Aditiva – Corpo da Lei, Art. 55, I, a – Inclua-se no Art. 55, a alínea “c”, conclusão de obras em andamento. **Iniciativa:** Senadora Ana Amélia; Emenda nº 9–CAS – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 49 – Inclusão do Artigo 49-A – CAS, CDH, CE – Limitação empenho emendas. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; Emenda nº 10–CAS – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 48 – CAS, CDH, CE, – RPs. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; Emenda nº 11–CAS – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 4 – CAS e CDH – desigualdades de gênero e étnico-raciais. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; Emenda nº 12–CAS – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 4 – CAS e CDH – prioridade do reajuste aposentados. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; Emenda nº 13–CAS – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 35 – Inclusão do Artigo 35-A – CAS e CDH – reajuste aposentados remuneração empregados. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; Emenda nº 14–CAS – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 35 – Inclusão do Artigo 35-A – CDH – CAS Reajuste aposentados PIB. **Iniciativa:** Senador Paulo**

Paim; **Emenda nº 15-CAS** – Aditiva – Anexo V, Inciso I, Item 66 – Despesa ressalvada de limitação de empenho – Inclusão Produtiva. **Iniciativa:** Senadora Ana Amélia; **Emenda nº 16-CAS** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 17 – Mulher – Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I. **Iniciativa:** Senadora Ângela Portela; **Emenda nº 17-CAS** – Aditiva – Anexo V, Inciso I, Item 66 – Mulher – Inclua-se o seguinte item no Anexo V. **Iniciativa:** Senadora Ângela Portela; **Emenda nº 18-CAS** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 4 – Mulher – Inclua-se o seguinte texto no artigo 4º no Capítulo I. **Iniciativa:** Senadora Ângela Portela. Usa da palavra o Senador Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se a discussão e votação da CAS ao Orçamento de 2013, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN.

Foram recebidas 13 emendas no texto da Lei e 37 emendas de inclusão de metas.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Casildo Maldaner para proferir o seu relatório.

Com a palavra o Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e nobres colegas, da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013.

Tem um relatório que é extenso e, como já é praxe nessas introduções do relatório, eu me permito dispensar sua primeira parte, indo, então, para a análise dos objetivos.

Encontram-se em análise por esta Comissão 13 propostas de emenda ao texto relacionadas ao Anexo I e 37 propostas de emenda ao Anexo de Metas e Prioridades, relacionadas ao Anexo II deste parecer.

As emendas propostas são relacionadas às competências regimentais desta Comissão, além de aten-

derem às disposições constitucionais e legais, motivo pelo qual entendemos sejam todas admissíveis.

No que se refere às emendas ao texto, tendo em vista o mérito das proposições e a inexistência de limite quanto ao seu número, consideramos devam todas ser apresentadas.

Deve-se ressaltar que há duas emendas ao texto, de nºs 5 e 8, que possuem a mesma redação.

Dessa forma, propomos aglutiná-las apresentando uma só emenda.

Já em relação às emendas de inclusão de ações no Anexo de Metas e Prioridades, levamos em consideração, na análise, a relevância das ações propostas, conjugando a isso a frequência com que foram apresentadas e a necessidade de se atender a um maior número de áreas relacionadas às competências desta Comissão.

De acordo com esses critérios, foram relacionadas as ações a seguir mencionadas:

1ª. Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50 mil habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico.

Portanto, excluem-se as regiões metropolitanas e aquelas integradas e, com isso, procura-se atender pequenas comunidades pelo Brasil afora, pequenos municípios, com essa melhoria dos sistemas públicos de abastecimento de água, que são muito carentes.

Eis que nas regiões metropolitanas já existem programas que atendem a essas reivindicações.

Foram as Emendas nºs 11, 23, 27 e 36, dos Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda, Waldemir Moka e Romero Jucá.

Da segunda ação que eu apresento, que foi acatada: estruturação de unidades de atenção especializada em saúde. Repito: estruturação de unidades de atenção especializada em saúde. Foram as Emendas nºs 17, 18, 30 e 35, dos ilustres Senadores Vicentinho Alves, Romero Jucá, Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin.

Por que isso? Pretende-se, então, estruturar, além de equipar e também além de implantar essas unidades de saúde, estruturá-las, quer dizer, adequá-las, equipá-las ou, então, readequar. Existem unidades em que há possibilidade, então, de reformá-las ou adequá-las em áreas de saúde pelo Brasil afora.

A terceira ação prevê a Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Essas são as Emendas nºs: 05, 10 e 22, apresentadas pelos Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata e Paulo Paim. Então, são as emendas relacionadas às mulheres e que os senhores conhecem, pois são temas muito reivindicados.

A quarta ação é a Implantação de Política de Atenção à Saúde da Pessoa com deficiência. Foram as Emendas nºs: 06, 12, 24, dos Srs. Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata e Paulo Paim, também pessoas com deficiências para que tenham programas que lhes deem uma atenção especial.

A quinta e última ação, são cinco as permitidas – e que nós acatamos –, que é o Apoio à estruturação da Produção e Inclusão Produtiva, que é a Emenda nº 32, do Senador Romero Jucá. Apoio à Estruturação da Produção e Inclusão Produtiva relaciona-se ao Ministério de Desenvolvimento Social.

São teses que vêm atender a pequenos programas, pequenas iniciativas que possam gerar emprego e renda e que, muitas vezes, são contempladas e podemos motivá-las e estruturar a produção em comunidades em que haja arranjos produtivos desse projeto e que sejam novidades que, por conta própria não poderiam ter, pois precisa-se de iniciativa com algum fomento, o que acabaria ajudando a descentralizar a iniciativa desse porte pelo Brasil afora.

São essas as cinco ações que nós priorizamos entre aquelas relacionadas nesta Comissão de Assuntos Sociais. Vale ressaltar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Quer dizer, desta Comissão, ainda vai para a Comissão Mista de Orçamentos que tem a última palavra. É uma Comissão mista, Senado e Câmara dos Deputados.

VOTO

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas de nºs 1 a 13, das cinco ações, a seguir relacionadas para compor o anexo de metas e prioridades do Plano de Lei e Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2013.

São essas as considerações que trago, Sr. Presidente e nobres Srs. Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Casildo Maldaner, que temos a honra de ser nosso Vice-Presidente desta Comissão e que muito bem relatou esta matéria, sobretudo nossa LDO, da Comissão de Assuntos Sociais, que será encaminhada para a Comissão de Orçamento para que, certamente, possamos ter a primazia de ter inserido, dentro do Orçamento, a proposta feita por esta Comissão.

Quero aqui cumprimentar e agradecer a presença dos Consultores de Orçamento, Dr. André e Dr. Luiz Gonçalves, que deram todo suporte para que esse belo

relatório fosse proferido pelo valoroso e competente Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se me permitir, Sr. Presidente, sou eu que quero agradecer a confiança de V. Ex^a por me designar Relator destas propostas aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Ao mesmo tempo, eu também estendo meus agradecimentos, como V. Ex^a já o fez, com mais mérito do que eu, à Consultoria da Casa e desta Comissão com relação às propostas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a.

Está em discussão o relatório do Senador Casildo Maldaner.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, apenas para cumprimentar o Senador Casildo Maldaner que, pelo trabalho democrático, acolheu várias emendas. É claro que são emendas de nossa Comissão e que serão apreciadas, evidentemente, dentro da Comissão Mista de Orçamento.

Eu acho que é importante... Agradeço o acolhimento de várias emendas que nós sugerimos. Nosso voto também é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável às emendas da Comissão de Assuntos Sociais, PLN nº 3, de 2012.

Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer, com as emendas desta Comissão, ao Projeto de Lei nº 3, de 2012.

No Congresso Nacional, as emendas aprovadas desta Comissão irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com base no art. 36, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião, que é a 30^a.

Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a presença de todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras, como também da assessoria aqui presente, e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer e Ciro Nogueira, e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Kátia Abreu, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Francisco Dornelles, José Agripino e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, de 2011 Terminativo** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas de redação nºs 1 e 2-CCJ. **ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, de 2010 Não Terminativo** Acresce o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal para definir requisitos de

investidura em cargo público efetivo ou comissionado.

Autoria: Senador Roberto Cavalcanti e outros. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável à Proposta, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 2012 Terminativo** Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Autoria:** Deputado Lincoln Portela. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2007 Terminativo** Dispõe sobre a reintegração no emprego dos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, demitidos no período de 1995 a 2003. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Raulo Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6) OFÍCIO “S” Nº 5, de 2012 Não Terminativo** Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Votação secreta. A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ; Aprovado o Requerimento nº 45, de 2012-CCJ, de autoria do Senador Pedro Taques solicitando informações complementares ao indicado. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 45, DE 2012-CCJ** Requeiro, nos termos do art. 383, IV, e art. 90, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, para instrução Ofício “S” n. 5, de 2012, que sejam solicitadas informações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre os fatos narrados na notícia-crime encaminhada à Procuradoria da República no Distrito Federal no mês de abril de 2012, em que aponta a prática de diversas condutas ilícitas pelo Conselheiro a ser reconduzido, Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior, tais como: utilização frequente de carro oficial para tratar de assuntos privados; tentativa de recebimento de propina por intermédio do servidor André Setti Rossi (suposto servidor do Superior Tribunal de Justiça), quando da tentativa de contratação de Prédio para funcionar temporariamente como sede do CNMP; ter se utilizado como moeda de troca junto aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais para conseguir a recondução no cargo de Conselheiro; assédio moral aos servidores Bernardete, Daniela e Alberto;

utilização de informações para subsidiar, por meio da revista Carta Capital, desmoralização do Procurador-Geral da República, do CNMP e do Ministério Público Federal; tentativa de derrubar o PlanAssiste; dar vazamentos de informações sigilosas no caso “Bandarra”; aproveitamento da ausência do Procurador-Geral da República para proferir críticas à Auditoria Interna da PGR no CNMP; e pedir inscrição na OAB Ceará com dispensa de exame de ordem, informando residência naquele Estado. Bem como as providências tomadas pelo Conselho e outras informações que repute relevantes. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado:** **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e cinco minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2009 e ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2012 – COMPLEMENTAR; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Iniciamos os nossos trabalhos.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 28ª Reunião extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para seu conhecimento, o recebimento dos seguintes documentos: Carta da Associação Nacional de Proteção de Apoio aos Concursos, ANPAC, solicitando a retirada dos parágrafos aprovados no PLS nº 369, de 2008, na CCJ – expediente informando que, através do Ofício nº 73, a matéria foi amplamente debatida e aprovada não cabendo mais resgatar esse processo, a não ser no plenário do Senado Federal; Correspondência dos Srs. Antonio Afrânio Martins Mesquita, Prefeito de Hidrolândia, e Raimundo Pereira Martins, Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente da ANA, solicitando o apoio ao Projeto de Lei nº 7.607, de 2010,

que regula o exercício da profissão de engenheiro arquiteto e engenheiro agrônomo; Ofício nº 120, da Secretária de Estado e Controle de transparência do Estado do Espírito Santo, Ângela Maria Soares Silveira reconhecendo o trabalho realizado desta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania – foi feito um Ofício nº 76, de agradecimento.

Pauta de hoje.

Temos aqui seis itens na pauta, aliás, sete itens.

(Pausa.)

Não. Só são seis itens na pauta. Tínhamos seis itens, mas eu não vou colocar matéria extrapauta no dia de hoje.

O Item 1 é terminativo.

Estamos com um processo, hoje, difícil aqui na Casa. Nós vamos receber daqui há pouco, inclusive, a mensagem do Código Penal Brasileiro, e vou ter, inclusive, que me ausentar. Sou o relator.

Do item 2 da pauta é o Senador Vital do Rêgo.

ITEM 2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, de 2010
– Não Terminativo -

Acresce o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal para definir requisitos de investidura em cargo público efetivo ou comissionado.

Autoria: Senador Roberto Cavalcanti e outros

Relatoria: Senador Vital do Rego

Relatório: Favorável à Proposta, com quatro emendas que apresenta.

A relatoria é do nobre Senador Vital do Rêgo, grande representante do Estado da Paraíba, estado vizinho ao meu querido Ceará.

Antes de dar a palavra a S. Ex^a, Senador Vital do Rêgo, quero comunicar a esta Comissão que, em relação ao projeto de resolução da representação contra o Senador Demóstenes Torres, que é o Projeto de Resolução nº 1... (Pausa.)

Quero informar aos senhores membros desta Comissão que, sendo esta Comissão de Constituição e Justiça a guardiã da Constituição do País e guardiã do Regimento Interno do Senado Federal, houve-mos por bem, embora o Regimento seja aberto nesta questão dizendo que são cinco sessões ordinárias a serem realizadas no Plenário do Senado Federal para que esse processo possa ser aprovado, colocado em pauta, aprovado e rejeitado nesta Comissão... De antemão, comunico aos Srs. Senadores – Senador Vital do Rêgo, Senador Romero Jucá – e as Sr^{as} Senadoras, que, na quarta-feira, dia 4, estou pautando de ofício o processo do Projeto de Resolução da Representação nº 1, que é contra o Senador Demóstenes Torres. O re-

presentado é o Senador Demóstenes Torres. Portanto, para que o Supremo não crie aqui o constrangimento de nos obrigar a dar uma interpretação diferenciada, eu fui pela interpretação máxima. Depois de ouvir várias lideranças, depois de ouvir a área técnica que me dava o conforto de poder fazer essa reunião, inclusive amanhã, eu, como Presidente desta Comissão, com o cuidado que devo ter, repito, sendo ela guardiã, todos os Srs. Senadores compartilham isso comigo, da Constituição e do Regimento, até porque qualquer recurso de outras comissões e até do plenário retornam para que o parecer seja definitivo da Comissão de Constituição e Justiça... Então, para que a gente amanhã não tenha nenhuma dúvida sobre o direito de defesa, para que os Senadores tenham tempo de receber, ler e acompanhar o que vai definir o relator, comunico também aos Senadores e a esta Casa que designei Relator o Senador Pedro Taques.

O Senador Pedro Taques é oriundo do Ministério Público, tem condições de analisar com tranquilidade, qualidade e conhecimento jurídico essa matéria. Então, achei por bem, depois de ouvir várias lideranças e membros desta Comissão, designar o Senador Pedro Taques Relator desta matéria que é o Projeto de Resolução nº 1, de 2012. Portanto, contarei o prazo de cinco sessões, embora no meu entendimento – e na nota técnica que recebi da assessoria – eu tivesse o conforto de fazê-lo até amanhã, mas por precaução, para que ninguém coloque em dúvida o posicionamento desta Comissão nem de seus membros, porque, repito, temos esta obrigação de guardiães do Regimento e da Constituição, marquei para quarta-feira esta reunião que terá como primeiro item da pauta o Projeto de Resolução de Representação contra o Senador Demóstenes Torres. Eu queria dar a informação aos Senadores, comunicando que o Presidente Sarney convocou reunião ordinária com pauta para a segunda-feira dia 2 de julho.

Item 2 da pauta, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, antes, faço um registro do trabalho e da postura que teve V. Ex^a nesse assunto tão delicado para todos nós do Senado que mexe efetivamente com princípios jurídicos inalienáveis como o princípio da ampla defesa. V. Ex^a foi cioso ontem, acompanhei diversas reuniões de V. Ex^a com técnicos, e V. Ex^a, sempre, tendo a oportunidade de, à luz da Constituição Federal e do Regimento da Casa, dar todas as condições tanto para o Senador Demóstenes, quanto para esta Comissão de terem ampla viabilidade de estudar a matéria para, no dia 4, estarmos aqui com conhecimento de causa. Louvo a atitude serena, prudente, de V. Ex^a.

Em minhas mãos, Sr. Presidente, relatório e parecer da Proposta de Emenda Constitucional nº 30, do colega Senador Roberto Cavalcanti, parlamentar que nos orgulhou muito durante a sua passagem pelo Estado da Paraíba, que acresce inciso XXIII ao artigo 37 da Constituição Federal para definir requisitos de investidura em cargo público efetivo e comissionado.

Na verdade, Sr. Presidente, a Lei Complementar nº 135, de 4 de julho de 2010, a chamada Lei da Ficha Limpa, que hoje é aplicada a todos aqueles que intencionam ocupar cargo eletivo no País, deverá, de acordo com esta PEC, ser estendida a servidores públicos ocupantes de cargos efetivos ou comissionados. Fizemos já um estudo sobre a matéria, recebemos diversas manifestações de companheiros Senadores da Casa e vou à análise do voto, Sr. Presidente.

De acordo com o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ oferecer parecer à proposta de emenda à Constituição (PEC) sob exame. Inicialmente, registre-se, quanto aos aspectos formais, que a PEC é subscrita por trinta e oito Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com o exigido pela Constituição Federal.

No que concernem às exigências circunstanciais há efetivamente todo o cumprimento dos requisitos.

Destaque-se que, como visto anteriormente, a PEC propõe estender ao conjunto dos servidores públicos, efetivos ou comissionados, requisitos que homenageiam a probidade e a moralidade pública, na esteira dos requisitos impostos aos candidatos a cargos eletivos pela *Lei da Ficha Limpa*.

Destaque-se, nesse sentido, a não-condenação criminal por sentença proferida por órgão colegiado como requisito à investidura em cargo público.

Sabe-se que investidura em cargo público é o fato administrativo que decorre da posse de servidor anteriormente nomeado para cargo efetivo ou para cargo em comissão.

Poderia surgir questionamento quanto à constitucionalidade da proposição que ora é analisada, pelo fato de ela supostamente usurpar a competência privativa do Chefe do Poder Executivo de dar início a processo legislativo o que, pelo princípio da simetria, deve, também, ser replicado nos Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo que dispõe o art. 61.

Esse questionamento deve ser afastado de plano, pois se trata de proposta de emenda à Constituição, e não de projeto de lei.

Lembre-se que a presente PEC propõe o acréscimo de um inciso, que se desmembra em quatro requisitos, exatamente a esse art. 37 da CF.

Nesse sentido, entendo que a PEC sob análise não viola nenhuma das cláusulas pétreas previstas nos incisos do § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

Trata-se, indubitavelmente, de mecanismo preventivo que confere maior segurança quanto à observância da moralidade e da probidade no manejo da coisa pública.

Sabe-se que investidura em cargo público é o fato administrativo que decorre da posse de servidor anteriormente nomeado para cargo efetivo ou para cargo em comissão.

Proponho, ao final, sob a forma de emendas, pequenos ajustes meramente redacionais ao texto da PEC: *a)* para fundir os incisos I e IV, pois tratam de matérias conexas; *b)* para suprimir o inciso IV, após sua fusão com o inciso I; *c)* para substituir a expressão *cumprimentos* constante dos incisos II e III por *cumprimento*; e *d)* para substituir por alíneas os incisos que desmembram o inciso XXIII que se acrescenta ao art. 37.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em discussão.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que concordam com o parecer do Senador Vital do Rêgo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria nesta Comissão.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da comissão favorável à proposta das Emendas nº 1 a 4, CCJ.

A matéria vai ao plenário.

Próximo item da pauta.

Item 3. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço ausente.

Item 4. *(Pausa.)*

Senador Álvaro Dias ausente.

Item 5. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues ausente.

Eu vou ao próximo item da pauta, que é apenas uma leitura, Srs Senadores. *(Pausa.)*

Eu vou pedir um pouco mais de silêncio para que a gente dê sequência à pauta.

Eu vou ao Item 6 da pauta, que é apenas uma leitura, e volto ao Item 1, de que, inclusive, sou relator. Vou pedir – o Senador Renan Calheiros é o autor também não pode – ao Senador Vital do Rêgo para,

depois, assumir aqui, já que o Senador Pimentel não está aqui para presidir os trabalhos, enquanto faria o relatório.

Antes disso, eu vou fazer o próximo item da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pela ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só vou ler o cabeçalho. *(Pausa.)*

Vou pedir mais uma vez, encarecidamente, um pouco de silêncio, para que eu possa pelo menos ler aqui, já que estou tão rouco. São as convenções.

ITEM 6

OFÍCIO “S” Nº 5, de 2012

– Não Terminativo –

Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

O Senador Pedro Taques pede a palavra, pela ordem. *(Pausa.)*

Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, nesse caso, com fundamento no art. 383, inciso IV...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual é o artigo, Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Art. 383, inciso IV, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o da escolha de autoridades, Constituição, art. 52, III e IV. “Art. 383. Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas...”

Diga, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, respeitando o indicado, quero expressar isso aqui, eu, como Senador da República, ainda não me encontro satisfeito. Eu gostaria que fossem – faço o requerimento agora, e já tenho isso por escrito – solicitadas informações complementares a S. Ex^a, o Procurador-Geral da República, a respeito de uma investigação que porventura exista em desfavor do indicado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um requerimento...

Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu gostaria de me pronunciar sobre essa questão, esse caso, porque há algum tempo nós estamos com esse

processo, para que ele pudesse ter relator e pudesse ser discutido. Naturalmente que não vou me opor à demanda do Senador Pedro Taques de obter informações, enfim. Mas é importante lembrar que todos os candidatos aos conselhos, seja do Ministério Público, seja da Justiça, passam por uma sabatina, que é exatamente o momento em que todas essas questões são objeto de perguntas, de esclarecimentos, enfim.

Eu temo que uma medida como essa possa vir a ser protelatória, porque lamentavelmente temos identificado nesse debate da recondução do Procurador uma ação de interesse político de determinados segmentos, alegando relacionamento pessoal dele com pessoas vinculadas ao PT.

Eu acho que nós também não podemos submeter alguém que, inclusive no exercício do seu mandato, teve uma atuação destacada, inquestionável.

Então, peço somente a V. Ex^a que essas informações possam ser dadas com brevidade para que nós não tenhamos mais demora nessa definição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Jorge Viana, do PT.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É sobre o mesmo tema.

Nós temos aqui... É uma das prerrogativas desta Comissão, como bem colocou o Senador Pedro Taques e o Senador Humberto Costa. Eu só pediria, se fosse possível, tendo em vista já a brevidade de tempo, já que o Senador Pedro Taques, com base no próprio Regimento e na função desta Comissão, requer ainda algumas informações, que pudéssemos fazer a leitura hoje, para não retardar esse processo, e que no interstício entre a leitura...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas eu... *ad hoc*. Eu até gostaria, se fosse possível, que se fizesse a leitura e, nesse interstício, fossem requisitadas as informações. Durante a sabatina, obviamente, como bem solicitou o Senador Pedro Taques, poderíamos fazer uma sabatina que esclarecesse os pontos pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok, Senador Jorge Viana.

Deixe-me explicar uma coisa.

Senador Humberto Costa, peço um minuto da atenção de V. Ex^a para poder lhe responder.

A matéria está pautada pela Presidência. Eu não recebi nenhuma demanda que envolvesse aqui partidos políticos, nenhuma demanda. Pelo contrário, fui procurado pelo Dr. Luiz Moreira e até por alguns procuradores de justiça de Estados, pedindo a pauta da

matéria. A matéria está pautada. É regimental qualquer Senador, pela resolução, como diz o art. 383, que foi pedido pelo Senador Pedro Taques, inciso IV, que diz:

Art. 383. *Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:*

.....
.....
IV – além da arguição do candidato e do disposto no art. 93, a comissão poderá realizar investigações e requisitar, da autoridade competente, informações complementares;
.....
.....

É só para deixar claro que ao indicado para o CNJ, cujo nome é difícil e eu não consigo lembrar...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É Jefferson Kravchychyn.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É Jefferson Kravchychyn. ...foi pedida aqui a mesma coisa e, baseada no Regimento, a Mesa não tem como não deferir o pedido do Senador Pedro Taques, porque é regimental. Se não fosse regimental, com todo o respeito que tenho pelo Senador Pedro Taques, eu obviamente não poderia atendê-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto!

Mas, tendo em vista que é regimental, submeto aos Srs. Senadores se devemos fazer a diligência antes, já que o Relator também não está aqui, ou fazemos a leitura hoje e a diligência depois.

Consulto o Senador Pedro Taques, inclusive porque é o autor do requerimento, para que ele se pronuncie.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Era isso o que ia solicitar a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, ao fazer este requerimento, não estou de forma alguma emprenhado de ouvido, emprenhado de ouvido por quaisquer manifestações corporativas ou políticas institucionais. Eu só gostaria de ter certeza, para que eu pudesse exarar o meu voto.

Agora, concordo inteiramente com o Senador Humberto, que não podemos protelar decisões, concordo inteiramente com isso. Não vejo prejuízo da leitura do relatório, que considero razoável. Agora, nesse prazo, o Sr. Procurador-Geral da República, acatando ou não a Comissão este meu requerimento, pode prestar informações para que eu e todos nós possamos nos manifestar. Não vejo prejuízo algum, se isso for regimental, se isso for possível. Tenho dúvidas a respeito desta possibilidade, da leitura do relatório diante de

uma diligência requerida, mas eu não tenho objeção alguma ao que disse o Senador Humberto.

Eu, como todos aqui – penso –, queremos é saber, e essa é a função de uma Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental, e V. Ex^a tem o direito de... Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

Eu não sei, mas eu tinha feito, inclusive, essa solicitação que o Senador Pedro Taques acaba de fazer, que era no sentido de ver se ele concordaria de fazermos a leitura hoje, sem prejuízo de colocarmos como condicionante para a sabatina ele obter as informações que busca.

Seria esta a minha solicitação: sem prejuízo do requerimento do Senador Pedro Taques, sem prejuízo de, antes da sabatina, obviamente, ele alcançar as informações, nós fazermos apenas a leitura hoje. Eu até me ofereço para fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. Pela ordem, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Só pela ordem. Queria dizer, em nome da Bancada do PMDB, que o PMDB concorda com esse encaminhamento proposto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o encaminhamento proposto de se fazer a leitura...

Só quero deixar bem claro que a sabatina desta Comissão só poderá ser marcada regimentalmente após prestadas as informações, que não sei quais são, contidas no requerimento do Senador Pedro Taques. Obviamente que só terei condições de colocar em sabatina, após as diligências feitas e solicitadas pelo Senador Pedro Taques, conforme preceitua o art. 383, inciso IV.

Portanto, com a anuência e o encaminhamento dos partidos políticos, dou a palavra ao Senador Jorge Viana para fazer a leitura, como Relator *ad hoc*, já que o Relator se encontra ausente. No retorno do Relator, ele assumirá, obviamente, porque *ad hoc* é só, como disse o Senador Pedro Taques, no dia da ausência.

Então, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar V. Ex^a e o Senador Pedro Taques também, pela maneira de, sem abrir mão das prerrogativas da Comissão, seguirmos, já que a nossa pauta, a nossa agenda, aqui, está de-

veras prejudicada, tendo em vista Conselho de Ética, CPMI e tudo funcionando simultaneamente às obrigações que temos nas comissões ordinárias desta Casa.

Então, agradeço a V. Ex^a e faço a leitura.

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2012 (Ofício nº 310 de 2012, na origem), que comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada no dia 14 de março de 2012, o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu o Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório.

Vem ao exame desta Comissão a indicação, pela Câmara dos Deputados, do Dr. Luiz Moreira Gomes Júnior para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal.

De acordo com o referido artigo da Lei Maior, os membros do CNMP, ao qual cabe o controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Trata-se, no caso presente, de recondução do Doutor Luiz Moreira para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público. Segundo o Ofício nº 670/2010-JUR, enviado a esta Casa pelo Procurador-Geral da Justiça, Sr. Fernando Grella Vieira, a autoridade indicada pela Câmara dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana! Desculpe interromper V. Ex^a, mas a Mesa cometeu, aqui, um equívoco.

Já que houve o requerimento do Senador Pedro Taques e houve uma anuência de todos para fazer a leitura, nessa sequência, eu tinha que ter aprovado o requerimento dele.

Então, coloco em votação o requerimento do Senador Pedro Taques.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

V. Ex^a tem a palavra para a leitura do relatório.

Desculpe, Senador!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu é que peço desculpas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Apenas para corrigir uma deficiência da Mesa, nesse sentido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E, como tudo é gravado, tem que se cumprir esse rito, sob pena de ficar prejudicado.

Nos termos do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proceder à sabatina dos indicados.

Em atendimento ao citado diploma normativo, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passo a resumir.

Nascido em 3 de junho de 1969, em Fortaleza (CE), graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará em 1996. Em 1999, obteve o título de Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com a Dissertação Fundamentação do Direito em Jürgen Habermas, e, em 2007, o título de Doutor em Direito, pela mesma instituição, com a tese A Constituição como simulacro.

No início de sua trajetória profissional, atuou como servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Exerce, desde 1999, o magistério superior, tendo lecionado na Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e na Escola Superior Dom Helder Câmara. Integra, atualmente, o corpo docente: da Universidade de Fortaleza, como professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional; do Instituto Brasiliense de Direito Público, como professor orientador do curso de Mestrado em Direito Constitucional; e da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, como Coordenador Acadêmico do Curso de Especialização em Direito Constitucional Positivado.

Suas principais áreas de pesquisa acadêmica são a Filosofia do Direito, a Filosofia Política, a Teoria do Estado e a Teoria Democrática, tendo integrado diversas bancas examinadoras de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, mestrado e doutorado. Foi, ainda, pesquisador visitante, na área de Teoria da Constituição, e pesquisador associado, na área de Filosofia Política e do Direito, nas Universidades alemãs de Bayreuth e Tübingen, em 2001 e 2002, respectivamente.

Sua extensa produção bibliográfica inclui, além da publicação de seus trabalhos de conclusão dos cursos de mestrado e doutorado, diversos artigos em revistas especializadas e capítulos em obras coletivas.

Quero resumir, Sr. Presidente.

Constatamos que, para o atendimento ao disposto nos incisos II a IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declarações, cumprindo rigorosamente o estabelecido nessas resoluções e na Constituição, nas quais afirma:

I – não ser membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;

II – não cumprir quaisquer sanções criminais ou administrativo disciplinares, inexistindo contra ele procedimentos dessa natureza instaurados;

III – não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, de membro ou servidor da Câmara dos Deputados.

Em cumprimento ao art. 1º, II, do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, relativas à indicação para a composição do Conselho do CNMP, o indicado fez anexar ao processado declarações nas quais afirma e certidões nas quais atesta:

I – não possuir parentes que exerçam ou exerçeram atividades públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

II – ser sócio do Instituto de Ensino Superior de Contagem, sediado na cidade de Contagem (MG), detendo 18,75% de seu capital social, bem como proprietário da empresa Instituto Democracia, sediada na cidade de Belo Horizonte (MG);

III – estar em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal; e

IV – não atuar em nenhum juízo ou tribunal.

Por fim, Sr. Presidente, em atendimento ao inciso III do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, o indicado apresentou, de forma sucinta, um arrazoado sobre a sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Reafirmo que é uma recondução do Sr. Luiz Moreira.

Ante o exposto, entendemos que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação, ou, no caso, recondução, para o Conselho Nacional do Ministério Público.

É esse o relatório, Sr. Presidente, elaborado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti e lido por mim, por indicação *ad hoc* de V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Presidência concede vista coletiva, automaticamente, ficando para ser marcado uma reunião do processo de arguição do candidato e votação, nos termos do Ato nº 1 de 2007. Estamos no aguardo das diligências solicitadas e aprovadas pelo Senador Pedro Taques.

Próximo item da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, de 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

– *Votação nominal.*

– *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

Como sou relator desse projeto, vou passar a Presidência ao Senador Valadares.

Vou fazer aqui um brevíssimo relato, embora a matéria seja extremamente importante, porque tenho que receber o material que está chegando à Comissão, com o Presidente Sarney, sobre o Código Penal Brasileiro. Peço vênica a V. Ex^{as}.

Senador Valadares, me de aqui a honra de Presidir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o nobre Relator, Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)
– Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras:

De início, vale informar que coube às Comissões que precederam a CCJ a avaliação da proposta no que respeita ao mérito. Ambas concluíram pela aprovação do projeto, por ser um projeto extremamente eficiente, valioso, cuidadoso e apresentado pelo líder do meu partido, Senador Renan Calheiros, que tem experiência nessa área, que já foi Ministro da Justiça e tem muita sensibilidade na questão de evitar que crianças e adolescentes possam ter a sua vida interrompida e perversamente judiada por aqueles que comercializam esse tipo de atividade.

Quanto aos pressupostos regimentais, cabe a esta Comissão a análise da proposta à luz do que estabelece o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que determina ser este colegiado competente para opinar sobre os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das propostas a ele submetidas.

À luz das competências regimentais deste colegiado, importa observar que o projeto trata de matéria

compreendida no âmbito das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com o que estabelece o art. 24, inciso XV, da Constituição Federal. Não foram identificados quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

Sem sombra de dúvida, esse é um tema extremamente importante, devendo ter prioridade na agenda nacional. Afinal, a violência sexual, Senador Renan Calheiros, contra crianças e adolescentes, por ser ilegal, clandestina e silenciosa, dificulta a responsabilização dos agressores, principalmente quando há a convivência de donos de estabelecimentos. Essa exploração sexual, para fins comerciais, dessas crianças e adolescentes é, no mínimo, cruel e merece ser combatida de todas as formas possíveis. Em face desse quadro, julgamos que a proposta que ora analisamos – repito, de autoria do ex-Ministro da Justiça, Senador Renan Calheiros, que teve o cuidado de apresentar esse projeto...

Raros foram os momentos, Senador Renan Calheiros, Presidente Valadares, que avoquei matérias para ser o relator, mas, entendendo essa matéria tão importante, além de ser da autoria de um grande brasileiro chamado Renan Calheiros, pedi para relatá-la. Fiz autodesignação.

Em face ao exposto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2011, com as emendas redacionais:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 244-A.

Pena: Reclusão de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas todos aqueles que facilitarem ou estimularem, inclusive pela rede mundial de computadores, as práticas previstas no caput, bem como o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente à exploração sexual comercializada.

.....
§ 3º A União colaborará com os estados e municípios na realização de campanhas institucionais elucidativas e educativas periódicas de combate à exploração sexual de crianças e de adolescentes.

§ 4º As iniciativas públicas ou privadas que contribuam para políticas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes poderão ser reconhecidas pelo poder público,

por meio de selo indicativo, conforme dispuser o regulamento. (NR)

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2011, a seguinte redação:

Art. 2º O inciso X do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º

X – prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas à exploração de natureza sexual, especialmente de crianças e adolescentes, e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos;

..... (NR)

Nesta matéria, Senador Renan Calheiros, eu preciso também prestar aqui uma homenagem a uma ex-senadora da República, hoje exercendo mandato de deputada no Estado do Ceará, Patrícia Saboya, que fez, durante os oito anos do seu mandato, uma das bandeiras importantes a defesa das crianças e dos adolescentes deste País.

Portanto, o meu registro aqui à Senadora Patrícia pelo belíssimo trabalho, pela dedicação incansável. Ela andou todo o Brasil, fez palestras, discutiu. E continua, como foi no tempo de juventude, uma lutadora, uma guerrilheira nessa questão da luta pela democracia no Brasil, pela liberdade das pessoas, da imprensa. Eu presto, com a devida vênua a V. Exª, que merece todo o aplauso por este projeto, também uma homenagem à Senadora Patrícia Saboya, que, embora não faça parte mais desta Casa e nem desse projeto elaborado por V. Exª, incentivou a todos nós e esclareceu ao Brasil que precisávamos entrar profundamente nessa luta do combate ao turismo sexual em nossos Estados.

Alagoas, que tem belíssimas praias, que tem uma belíssima gente, hospitaleira, assim como o meu querido Ceará, que tem belíssimas praias – não é, Senador Inácio Arruda? – e uma gente totalmente hospitaleira, quer receber o turismo familiar, quer receber o turismo receptivo.

O Governador Cid Gomes está fazendo um grande empreendimento no Estado do Ceará, uma intervenção muito forte em Fortaleza, com o Aquário, que recebeu inclusive algumas críticas da oposição, mas tem essa expectativa.

Eu saí daqui, Senador Valadares, para ir a Portugal conhecer um aquário parecido com o que está sendo construído na nossa capital, Fortaleza, pelo Governador Cid Gomes.

Portanto, Senador Renan Calheiros, parabéns. Eu fico muito feliz por ter sido relator desta matéria.

Eu voto favorável à matéria na integralidade, com as emendas que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – CE) – Meus parabéns à iniciativa do Senador Renan Calheiros por esta matéria, que terá grande repercussão social em todo o Brasil, e também pelo brilho do parecer apresentado pelo Senador Eunício Oliveira.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas quero registrar a importância do projeto e parabenizar o Senador Renan Calheiros por mais um projeto que ajuda a combater e a defender os direitos das crianças e dos adolescentes. Quero registrar o parecer competente do Senador Eunício Oliveira e encaminhar favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – CE) – Senador Inácio Arruda com a palavra, para discutir a matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu também quero registrar o meu apoio e do meu partido ao projeto do Senador Renan Calheiros e ao parecer do nosso Senador Eunício Oliveira.

Eu acho que tudo que nós fizemos para proteger as nossas crianças... São os nossos filhos, são os nossos vizinhos, são os nossos trabalhadores e trabalhadoras, que, muitas vezes, têm que deixar os seus filhos em casa, ou às vezes na escola. Mas as mães têm que trabalhar, os pais têm que trabalhar, têm que buscar um emprego, têm que buscar um trabalho para aumentar a renda da família. As crianças ficam, muitas vezes, submetidas à tara de ignorantes e serviços desse mercado nojento da prostituição infantil. Acho que tudo que a gente puder fazer, para coibir, impedir e criar defesas para as nossas crianças e a juventude, nós temos que fazer.

Por isso, Senador Renan Calheiros, meus parabéns. Uma grande iniciativa. Mostra a preocupação justa que V. Ex^a tem de forma permanente, desde Ministro da Justiça até hoje, com esta causa de proteger a juventude e as crianças brasileiras.

Então, por isso o nosso partido não tem dúvida sobre a necessidade de apoiar a iniciativa de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Dentro do compromisso do nosso Presidente e Relator, gostaria de colher logo o seu voto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já está colhido.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Presidente, Antonio Carlos Valadares, o meu voto é conhecido, como relator, mas faço questão de deixá-lo registrado, uma vez que essa matéria é nominal e terminativa e vai receber o voto de todos os Senadores.

Peço vênica e escusas a V. Ex^{as}, por ter que me ausentar para ir à Presidência do Senado receber o pré-projeto, que está sendo encaminhado a este Senado e a esta comissão, do Código Penal Brasileiro.

Então, o meu voto é favorável, com o aplauso, mais uma vez, ao Senador Renan Calheiros pela ideia de apresentar esse brilhante projeto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o autor, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, queria, sinceramente, agradecer ao Senador Eunício Oliveira. Agradecer por esse belíssimo parecer e pelo privilégio de ter o Presidente da Comissão como relator dessa matéria que considero importante, muito importante mesmo.

Quero também agradecer ao Senador Paulo Paim, que, a exemplo do Presidente desta Comissão, o Senador Eunício Oliveira, também, na Comissão que o Senador Paim preside, avocou a matéria para relatar.

Sr. Presidente, na última quinta-feira, antes da Rio+20, tive a satisfação de, convidado pela Presidente Dilma, conversar com ela a respeito de muita coisa, mas tive também a satisfação de falar à Presidente Dilma sobre a importância desse projeto e de pedir a Sua Excelência que priorizasse o conteúdo desse projeto como uma política pública do Estado brasileiro. Ela ficou muito satisfeita. Mandou estudar a possibilidade de priorizar essa política pública, Sr. Presidente.

De acordo com as estatísticas do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, Senador Romero Jucá, cerca de um milhão de crianças todos os anos entram para o mercado da exploração sexual no mundo. Isso é um dado estupeficante. O mais grave, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que desse total cerca de 10% dessas crianças e adolescentes estariam distribuídos entre Brasil, Filipinas e Taiwan. Dez por cento dessas crianças são distribuídas apenas em três países: Brasil, Filipinas e Taiwan.

Outra preocupação, Sr. Presidente, é que, em breve, o Brasil vai sediar eventos internacionais importantes, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Esse projeto amplia a pena de reclusão para todo aquele que submeta crianças e adolescentes à prostituição ou à exploração sexual. Hoje, Sr. Presidente

e Srs. Senadores, essa pena é de quatro a dez anos. Com a proposta será de seis a doze anos.

Aplica-se também, diz o projeto, a mesma pena para todos aqueles que estimulem ou facilitem a exploração sexual de crianças e adolescentes por meio da Internet.

O Projeto nº 495, Sr. Presidente, também prevê a colaboração da União com os Estados e Municípios, na realização – isto também é muito importante – de campanhas institucionais e campanhas educativas. Além do que está proposto, nessa matéria também estamos priorizando que o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes possa ser, como disse – e foi isso que falamos com a Presidente –, um dos eixos da Política Nacional de Turismo, de que trata a Lei nº 11.771, de 2008.

Por fim, Sr. Presidente, o projeto, na tentativa de envolver a sociedade organizada e também a iniciativa privada, prevê o reconhecimento, pelo poder público, de ações e projetos da iniciativa privada que ajudem a combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesse caso, produtos e serviços de empresas que colaborem com ações de combate à exploração sexual de crianças poderiam, Sr. Presidente – e isso também é muito importante –, receber esse selo, que é um selo de cidadania com o qual o Governo Federal, por meio dessa política pública de Estado, vai poder homenagear aquelas pessoas que fazem a sua parte, que cumprem o seu papel.

Para encerrar, queria só dizer que nós não temos nenhuma expectativa – e por isso falei com a Presidenta Dilma, Srs. Senadores – de que essa matéria tramite regularmente na Câmara dos Deputados. Por quê? Porque a produtividade do Senado, do ponto de vista legislativo, é grande, sob o ponto de vista do aperfeiçoamento das instituições também. Mas essas coisas, lamentavelmente, não caminham na Câmara dos Deputados. Isso significa dizer que o nosso bicameralismo, pelo menos nesse aspecto e no aspecto das medidas provisórias – e está aqui o Senador Aécio Neves –, precisa rapidamente ser modificado. Nós vemos matérias, Senador Aécio, importantes, atualíssimas, que precisam ser implementadas, mas, simplesmente, elas não tramitam na Câmara dos Deputados.

Vou citar quatro fatos. Tive a oportunidade de, ainda com o Presidente Lula, levar essas matérias para que fossem incluídas em programas do Governo Federal. Sobre o projeto que cuida dos interesses, dos direitos trabalhistas, dos empregados domésticos, tivemos de falar com o Presidente. O Presidente adotou o conteúdo de matérias que tramitavam no Senado Federal em medida provisória. Depois, Sr. Presidente, quando não havia ainda o Minha Casa, Minha Vida,

aprovamos aqui subsídios para que os governadores pudessem financiar, construir, moradias para os policiais militares, civis e bombeiros militares. Não havia esse programa. O Governo Federal teve, também, de adotar e colocar esse objetivo em uma medida provisória. Depois, quando resolvemos aqui o problema tributário, previdenciário, das micro e pequenas empresas no Brasil e precisávamos garantir o crédito, tivemos, também, de conversar para que o Governo tomasse uma iniciativa e apresentasse esse programa. Existem também três projetos, Sr. Presidente, nossos que foram aprovados no Senado Federal e que cuidam dos direitos dos diabéticos, que há anos não caminham, não tramitam na Câmara dos Deputados. A Presidente da República, a Presidenta Dilma, colocou a questão como uma proposta de Governo nesse programa de distribuição de remédios.

Quero, também, homenagear a ex-Senadora Patrícia Saboya, que em boa hora foi lembrada pelo Senador Eunício Oliveira.

Quero dizer que, se o Governo Federal, a exemplo do que fez com outras matérias que aprovamos aqui no Senado, Senador Romero Jucá, não tomar iniciativas para transformar isso, em função da atualidade dos eventos em política pública, em defesa das nossas crianças e adolescentes que, lamentavelmente, continuam a ser explorados, não vamos andar com esse projeto, como não andamos com tantas outras ideias que aprovamos aqui e que, infelizmente, tiveram arquivo ou dificuldade na tramitação na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desde já quero agradecer a todos pela maneira como discutiram essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Gim Argello, V. Ex^a é o próximo orador.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É um minuto apenas.

Só quero dar parabéns ao Senador Renan Calheiros por, depois de tantos anos de mandato, ter a sensibilidade de aprovar um projeto tão importante como esse, um projeto que cuida do presente e do futuro do nosso País, que olha pelas crianças. É um absurdo o que acontece. Então, S. Ex^a mostra a sensibilidade de um homem público que já ocupou funções muito importantes e que tem a sensibilidade de olhar para aqueles que mais precisam, que mais necessitam. S. Ex^a ocupou a função de Ministro da Justiça do nosso País, sabe das dificuldades e apresenta um projeto tão relevante como esse que nós temos muito prazer em votar a favor.

Da mesma forma que parabenizo o nobre Senador Renan Calheiros, parabenizo também o relator dessa matéria, que foi o nosso Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a está inscrito.

Senador Eduardo Lopes.

Senador Aécio será o próximo orador.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria só de pedir a licença e deixar consignado o meu voto, o voto “sim”, também parabenizando o nosso Senador Renan Calheiros por este projeto e o nosso relator também, o Presidente.

Vou deixar o voto consignado, porque eu tenho que sair para a reunião da bancada do Rio de Janeiro agora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Aécio Neves.

V. Ex^a com a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a.

Apenas para registrar aqui a importância da iniciativa do Senador Renan Calheiros no que diz respeito, principalmente, ao aumento da pena que hoje é de quatro a dez anos, para seis a doze anos, para aqueles que submetem criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, e, mais relevante ainda, à responsabilização dos proprietários, gerentes e responsáveis pelos locais em que se verifica a submissão de criança ou adolescente à exploração sexual.

Muitas vezes, esses proprietários ou responsáveis por esses estabelecimentos conseguem estar isentos de qualquer culpabilidade. A iniciativa do Senador Renan Calheiros, na verdade, cria uma salvaguarda, uma garantia, de que todos aqueles que, de alguma forma, direta ou indireta, permitirem que essa exploração ocorra sejam agora penalizados.

Temos também que ressaltar o fato de que muitas vezes a colocação, o oferecimento da criança ou do adolescente à prostituição se dá por familiares, por pessoas próximas, o que justifica o agravamento dessa pena.

Quero cumprimentar o Senador Renan e fazer coro também com a preocupação por ele aqui, mais uma vez, levantada em relação à dificuldade de tramitação na Câmara dos Deputados de alguns dos projetos aprovados pelo Senado.

Quero informar também a esta Comissão, já que aqui foi travada a discussão em relação ao novo rito de tramitação das medidas provisórias, que, depois de

vários meses – nós estamos falando, Senador Renan, de setembro do ano passado, quando aprovamos aqui, por consenso, mais do que isso, por unanimidade, a nova tramitação das medidas provisórias –, hoje, finalmente, foi oferecido na CCJ da Câmara um parecer do Deputado Ricardo Berzoini a favor daquela proposta. Esperamos que a Câmara dos Deputados possa rapidamente colocá-la em votação na Comissão Especial e, em seguida em Plenário, para que nós possamos reordenar a tramitação das medidas provisórias.

Não se justifica, não faz sentido, é abusiva a forma como as matérias vão se colocando, vão se acumulando em torno de uma medida provisória originada para tratar de determinada questão e que chega aqui, como chegarão hoje no Plenário algumas, tratando de dez, quinze questões absolutamente diversas, sem qualquer conexão com aquela que motivou inicialmente a medida provisória.

Portanto, espero que nós tenhamos dado um passo consistente também na construção de uma relação mais republicana para que, hoje, o Poder Legislativo possa ser mais respeitado.

Obrigado a V. Ex^a, Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Renan Calheiros, a propósito da reclamação legítima que faz V. Ex^a sobre a tramitação dos nossos projetos na Câmara dos Deputados, o ideal seria, em virtude da demora com que são apreciadas as matérias, que nós fizéssemos aqui uma comissão de acompanhamento dos projetos do Senado na Câmara dos Deputados. V. Ex^a poderá ser o Presidente e eu serei, sem dúvida alguma, um dos membros para acompanhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Essas matérias do Senado... Eu não tenho prestígio para tanto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Por exemplo, o projeto que inclui alimentação, quer dizer, a PEC que incluía alimentação nos direitos sociais do cidadão passou lá uns oito anos. Eu fui autor. Uns oito anos, eu tive que... Eu não fiz uma comissão, mas eu tive que acompanhar detidamente lá, com a participação de alguns Deputados que se interessaram.

Então, passemos à votação, que vai ser nominal. Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator e o autor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Obrigado, Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Senador Eduardo Lopes já votou por antecipação.

Senador Eunício Oliveira, igualmente.

Senador Renan Calheiros, voto conhecido, “sim”.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Senador Alvaro Dias vota SIM. Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator e com o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Aprovado o projeto.

Em votação as emendas.

Eu pergunto às Senhoras e aos Senhores Senadores se concordam em repetir a votação do Projeto para as Emendas.

Aqueles que estão de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovadas as Emendas.

Aprovado o Projeto e as Emendas de nºs 1 e 2 da CCJ, de redação, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Naturalmente que este projeto, não havendo nenhum recurso, certamente não haverá, será encaminhado diretamente, pela Mesa, à Câmara dos Deputados, e vamos fazer a Subcomissão, nosso Renan Calheiros, para acompanhamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, aproveitando o quórum, eu pediria a inversão para que votássemos o Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Inácio Arruda, eu terei o maior prazer em atender V. Ex^a.

Seguindo o rito, temos o Item 4. Vamos votar logo o Item 4 e, em seguida, o Item 5, que é do interesse de V. Ex^a.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para proferir o relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, objetivo do Projeto, conforme expressa o autor na sua justificativa, é remover o que ele denomina de cláusula de barreira, que impede os jovens advogados, com menos de cinco anos de pleno exercício na advocacia, de se tornarem, mediante eleição, membros dos órgãos da OAB. Ele informa que essa proposição foi discutida pelos jovens advogados do Brasil por ocasião do Congresso Nacional de Jovens Advogados da OAB, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, em abril de 2007.

O Projeto é constitucional, não há nenhum vício de juridicidade ou inconstitucionalidade. Portanto, sob esse aspecto, deve ser aprovado. Quando ao mérito, o Projeto também é positivo. Estamos apenas sugerindo alterações resultantes do debate realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil. É uma forma de minimizar a distinção. O Projeto procura minimizar a distinção entre advogados veteranos e novatos no tocante à prerrogativa de disputar cargos eletivos nos órgãos da OAB.

Estamos oferecendo emenda reduzindo para três o prazo de exercício da profissão para os candidatos aos cargos de Conselho Seccional e das Subseções, quando houver, e mantém o prazo de cinco anos de

efetivo exercício da profissão para os candidatos aos demais cargos.

Apresentamos, ainda, emenda que altera a ementa do Projeto de forma a atender o disposto no art. 5º da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que a ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicará de modo conciso e sob a forma de título objetivo da lei.

A emenda que apresento altera o Projeto da seguinte forma: altera o § 2º do art. 63 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, para tratar dos prazos de exercício da profissão para participação nas eleições dos membros dos órgãos da OAB.

A emenda ao § 2º do art. 63 da Lei passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º O § 2º do art. 63 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 63

.....
§ 2º O candidato deve comprovar situação regular junto à OAB, não ocupar cargo exonerável ad nutum, não ter sido condenado por infração disciplinar, salvo reabilitação, e exercer efetivamente a profissão há mais de 3 (três) anos, nas eleições para os cargos de Conselheiro Seccional e das Subseções, quando houver, e há mais de 5 (cinco) anos, nas eleições para os demais cargos.

Eu ressalto, Sr. Presidente, que essas emendas foram sugeridas pela própria OAB, depois de um novo encontro com os Jovens Advogados do Brasil, mais recentemente realizado na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.

Portanto, atende ao consenso havido nos debates que a OAB realizou sobre esse assunto.

Peço, portanto, aos Srs. Senadores a aprovação do projeto, com as emendas sugeridas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, passemos à votação, ressalvadas as emendas.

Eu vou aguardar mais um pouco tendo em vista que o quorum baixou e não há número legal para votação. Ou regimental.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Falta apenas um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Falta apenas um Senador.

Passemos então ao item seguinte, o Item 5, que é do interesse do Senador Inácio Arruda, que é autor.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2007 – Terminativo -

Dispõe sobre a reintegração no emprego dos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, demitidos no período de 1995 a 2003.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Logicamente, vamos fazer a leitura do parecer e a sua discussão, mas a votação só ocorrerá havendo número regimental.

Com a palavra o nobre e eminente Relator Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, queria, inicialmente, agradecer a designação pela Presidência para a relatoria dessa tão importante matéria, que repara uma grave injustiça histórica cometida em relação aos funcionários do Banco do Nordeste, saudar, parabenizar o autor pela iniciativa.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 68, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda, cujo objetivo principal está resumido na sua ementa e contido em seu art. 1º, que é garantir a reintegração no emprego dos ex-empregados concursados do Banco do Nordeste do Brasil – BNB que, no período compreendido entre março de 1995 e fevereiro de 2003, tenham sido: I – despedidos ou dispensados do banco sem justa causa; II – coagidos a pedir demissão do banco.

O art. 2º contém as condições para o retorno ao serviço do ex-empregado, garantindo-lhe: a) o cômputo de tempo de serviço; b) a progressão salarial; e c) o pagamento das contribuições previdenciárias, em relação ao período compreendido entre as dispensas ou suspensões contratuais.

Os arts. 3º e 4º fixam os efeitos financeiros a partir do retorno ao serviço do ex-empregado e o prazo de sessenta dias, contados da data do início da vigência da lei que decorrer do projeto, para que o beneficiário manifeste formalmente o seu interesse e apresente a documentação pertinente, assegurando-se prioridade aos ex-funcionários que estejam comprovadamente desempregados.

Acrescenta o autor:

(...) *cumpre enfatizar que o que ocorreu com os empregados do BNB é que, quem não se submeteu aos tantos desmandos impostos ou foi demitido sem motivo justo ou foi subjugado ao ponto extremo de entregar seu emprego, mesmo sem nenhum incentivo financeiro ao contrário do que se verificou em outras*

instituições financeiras. Muitos, mais fragilizados, não suportaram e se suicidaram.

O projeto foi distribuído inicialmente à Senadora Serys Slhessarenko para opinar a respeito. Em seguida, foi designada para este Relator.

Análise.

Cabe a essa Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade.

O projeto veio a esta Comissão para opinar em decisão terminativa.

Não há como nos não nos sensibilizarmos com a justificação do autor do projeto em sua afirmação a respeito dos empregados do Banco do Brasil que foram demitidos no período compreendido entre os anos de 1995 a 2002:

Quem não se submeteu aos tantos desmandos impostos ou foi demitido sem motivo justo ou foi subjugado ao ponto extremo de entregar seu emprego, sem nenhum incentivo financeiro, ao contrário do que se verificou em outras instituições financeiras.

Há, no caso da demissão desses empregados do Banco do Nordeste do Brasil S/A, desprezo ao princípio fundamental quanto aos valores sociais do trabalho de que cuida o inciso IV do art. 1º da nossa Carta Magna.

Ademais, de acordo com o art. 6º, da Carta de 1988, o trabalho constitui direito social que não pode o poder público dele descurar, devendo o Estado envia-los todos os meios para obtenção da pena empregabilidade, ainda mais quando se trata de entidade de administração indireta federal, que é o caso Banco do Brasil, empresa de economia mista, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Entendemos, portanto, que o mérito do projeto é inegável ao reparar a injustiça que o Estado brasileiro cometeu contra aqueles trabalhadores que, junto com seus dependentes, perderam a sua condição de bem-estar que gozavam antes de serem demitidos arbitrariamente. Trata-se de decisões equivocadas de gestores públicos que são insensíveis às questões sociais, pois almejam apenas o bom resultado financeiro da empresa, sem qualquer preocupação com o trabalhador.

Concluímos, ademais estão observados, na apresentação e tramitação do projeto, os aspectos regimentais e a redação em boa técnica legislativa, razão pelo qual merece ser acolhido.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2007.

Feita a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Parabéns, Senador Randolfe Rodrigues.

Com a permissão dos membros desta Comissão, passarei à votação do item anterior e, em seguida, à votação do Item 5. O item anterior é o que trata do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, que teve como Relator, o relatório já foi lido, o Senador Álvaro Dias.

Votação nominal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, era isso que eu ia sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Álvaro Dias, já conhecido, Relator?

Vota “sim”.

Senador Armando Monteiro

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Aprovado.

Se os Senadores concordarem, já está aprovado o Projeto, podemos repetir a votação das emendas.

De acordo.

Então, as emendas estão aprovadas.

Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passemos então agora à discussão do Item 5, que é o Projeto de autoria do Senador Inácio Arruda, que trata da reintegração no emprego dos funcionários do Banco Nordeste do Brasil – BNB, demitidos no período de 95 a 2003. Relatoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a referida matéria, passemos à votação nominal.

O Senador Inácio Arruda é autor, não vota.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Renan Calheiros?

E agora? Tem número?

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Senador Randolfe Rodrigues é o Relator. Voto conhecido: “sim”.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Aprovado o projeto. Trata-se de matéria terminativa, que será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente...

Antes de encerrar, porém...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, é porque o Senador Eunício havia pedido que eu relatasse as emendas da LDO. Eu não sei se V. Ex^a vai aproveitar esta reunião...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É isso que vamos fazer agora.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O ideal seria aproveitar a própria reunião...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos abrir uma reunião extraordinária para a LDO.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não. Eu gostaria de solicitar... Já tem quórum?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de encerrar, o Senador Magno Malta quer fazer um elogio e reconhecer a validade do projeto do Senador Renan Calheiros sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, infelizmente, não pude estar aqui, porque estava, Senador Luiz Henrique, em uma audiência com o meu Governador Renato Casagrande, no Ministério da Fazenda, para tratar das tais compensações, que espero que não venham a passos de tartaruga, mas me pareceu uma boa conversa com o Nelson Barbosa, no Ministério da Fazenda, para elogiar o Senador Renan Calheiros.

Um dos dramas deste País não é o crack. O crack vem depois. Nós temos, no Brasil, mais gente usando criança do que usando droga. O Brasil, que vai sediar a Copa, que vai sediar as Olimpíadas, é um país que conchama os abusadores para que venham para cá, porque o que se é vendido lá fora é o carnaval, com as nossas mulheres seminuas para atrair o turismo. Não se vendem as belezas naturais. Todo e qualquer governo que faz publicidade lá fora mostra o carnaval.

É como se o Brasil fosse um país propício a que as pessoas tivessem os seus deleites sexuais aqui no seu período de férias.

Eu quero chamar a atenção, Senador Randolfe...
(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Silêncio para ouvirmos o orador, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pode continuar, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Veja bem: o projeto do Senador Renan Calheiros, é preciso que a Câmara dê uma atenção com responsabilidade. Nós votamos e aprovamos a difusão vermelha no início da CPI da Pedofilia. O que é difusão vermelha? A difusão vermelha é um código da Interpol. Onde há a convenção da difusão, não pode entrar o indivíduo que está sendo investigado por abuso ou tem mandado de prisão por abuso de criança ou qualquer outro mandato de prisão por crime.

Veja só a prisão do Cacciola. O Cacciola fugiu para a Itália porque o Brasil não tinha difusão vermelha. Portanto, não tinha essa aliança com a Itália, mas, um dia, ele achou que estava tudo certo e foi para Mônaco, e lá tinha difusão vermelha. Ele caiu em Mônaco, não foi na Itália.

Então, nós votamos a difusão vermelha a pedido da Polícia Federal, que já está dando cria na Câmara, exatamente para tratar da questão das crianças, porque há uma lei nossa aprovada aqui, importante, que já vigora no mundo e em que o sujeito que respondeu processo por abuso de criança, que foi condenado, cumpriu pena ou está em processo de investigação não recebe visto para entrar no Brasil. Esse projeto é fundamental como política pública – e deve ser política pública do turismo nacional.

A proposta do Senador Renan Calheiros muda a tipificação do crime de quem leva criança, quem induz, quem facilita, que era só de dois, três anos antes da CPI da Pedofilia, para o mínimo de quatro e o máximo de dez e, agora, para o mínimo de seis e o máximo de doze, que acho que ainda é pouco para esse tipo de vagabundo, muito pouco. Temos de evoluir para a prisão perpétua, porque essa gente é irreversível. Eles não têm como ficar no meio de pessoas. Eles não se recuperam, são compulsivos. Uma vez abusador, abusador para sempre. O pedófilo nunca é preso: é revelado. Quando ele é pego, há uma história de sofrimento na história dele, de 20, 30, 40 crianças, Senador Armando Monteiro. Então, ele é revelado.

Quero parabenizar o Senador Renan Calheiros e pedir ao Senador Renan, que é Líder do maior partido – o seu partido, Senador Luiz Henrique e Senador Romero Jucá –, para que o Líder Henrique Alves, na Câmara, pegue esse projeto urgentemente e tenha a capacidade da articulação. Acho que o Presidente Marco Maia, na sua sensibilidade paterna ou na sua sensibilidade humana – nunca podemos falar em sensibilidade paterna, porque, em cada dez abusos, em sete, é o pai; então, vamos excluir essa figura de muito perto –, pode fazer com que esse projeto seja votado rapidamente.

Veja a Lei Joana Maranhão, que fecha um ciclo de impunidades, que está para o abuso de criança, como a Lei Maria da Penha está para a violência contra a mulher e que ficou, por dois anos, na Câmara. Implorando... Quase tenho uma cria nesses dois anos, pedindo, implorando. Fui atrás da Presidente Dilma, para que pedisse, implorasse ao Ministro que falasse com a base do Governo, para votar a Lei Joana Maranhão, tão importante, que levou a Xuxa, já amparada nessa lei, a ir publicamente arrotar um monstro que conviveu com ela durante 49 anos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para requerer que esse projeto tramite em regime urgentíssima. E sei que contarei com o apoio de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sem dúvida alguma. Na guerra totalmente. Comigo, é em tempo ruim, o tempo todo, quando se trata desse tipo de vagabundagem.

Então, estamos juntos.

Parabéns ao Senador Renan Calheiros. O Brasil ganha com isso, ainda que muito tarde.

O 255 está lá para ser votado, uma alteração. Sabe o que é o 255? Toda criança que for pega abusada num motel, num hotel ou numa igreja – temos imagem de criança sendo abusada em cima do altar –, em qualquer lugar, como dentro de um carro, o imóvel... Dar-se-á a perda desse imóvel em favor do fundo de proteção à criança no Brasil. Se for pega uma criança sofrendo abuso sexual, um menor dentro do motel, o dono vai perder; se o posto de gasolina é um ponto de abuso de menores no País, ele que cuide do ponto dele, porque, se for pego, perderá também o posto de gasolina.

Isso está previsto no 255, que está na Câmara também, já dando cria. Parece que a questão da criança é só um discurso bonito, que, em algum momento

da vida, rende votos, mas, na hora de pegar o boi pelo chifre, as pessoas correm dessa discussão e dessa responsabilidade.

Eu me somo a V. Ex^a, ao Senador Renan Calheiros, continuo na minha batalha, e vamos ver se aprovamos, com urgência, essa lei em favor das crianças, dos nossos filhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Senador Magno Malta.

Encerro esta sessão e convoco uma extraordinária para daqui a dois minutos, a fim de tratarmos das emendas à LDO.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o requerimento que fiz de regime de urgência urgentíssima.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Qual é o projeto?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Já foi aceito pela Mesa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado a V. Ex^a.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, APÓS A 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e seis minutos, do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador Antonio Carlos Valadares, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer e Ciro Nogueira e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Francisco Dornelles, José Agripino e Sergio Petecão. Havendo nú-

mero regimental, o Senhor Presidente em exercício declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 03/2012-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013). O Senador Romero Jucá apresenta o Relatório sobre 67 (sessenta e sete) Emendas de texto, sugeridas ao referido Projeto e 12 (doze) Emendas de inclusão de meta. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN e no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, **são aprovadas: Emendas de inclusão de meta nºs 1 a 5 e Emendas de Texto nºs 6 a 18. EMENDAS DE INCLUSÃO DE META: Emenda 1: Ementa:** CCJ – Aparentamento de estabelecimentos penais das unidades da Federação; **Programa:** 2070 – Segurança Pública com cidadania; **Ação:** 8916 – Modernização e aparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da Federação; **Produto (unidade de medida):** Estabelecimento público apoiado; **Acréscimo de meta:** 54; **Emenda 2: Ementa:** CCJ – Apoio a projetos de interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas; **Programa:** 2060 – Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras drogas; **Ação:** 8236 – Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas; **Produto (unidade de medida):** Projeto apoiado; **Acréscimo de meta:** 1.200. **Emenda 3: Ementa:** CCJ – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON; **Programa:** 2070 – Segurança Pública com cidadania. **Ação:** 201C – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON; **Produto (unidade de medida):** Operação apoiada; **Acréscimo de meta:** 120; **Emenda 4: Ementa:** CCJ – Reaparelhamento, modernização organizacional e tecnológica das instituições de segurança pública. **Programa:** 2070 – Segurança Pública com cidadania. **Ação:** 201D – Apoio à estruturação, reaparelhamento, modernização organizacional e tecnológica das Instituições de Segurança Pública; **Produto (unidade de medida):** Projeto apoiado; **Acréscimo de meta:** 309; **Emenda 5: Ementa:** CCJ – Segurança Pública com Cidadania. **Programa:** 2070 – Segurança Pública com Cidadania. **Ação:** 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública. **Produto (unidade de medida):** Projeto apoiado; **Acréscimo de meta:** 80; **EMENDAS DE TEXTO: Emenda 6: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Art. 23, parágrafo 2º, inciso III; **Ementa:** CCJ – Altera o art. 23, parágrafo 2º, inciso III; **Texto Proposto:** Art. 23, parágrafo 2º, inciso III – decorrentes da implantação e do funcionamento de novas varas e juí-

zados especiais federais, criados pelas Leis nº 10.259, de 2001, e nº 12.011, de 4 de agosto de 2009, e de Procuradorias da República e Ofícios do Ministério Público do Trabalho, criados pela Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, e de zonas eleitorais, decorrentes da autorização contida no Código Eleitoral. **Emenda 7: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 37, parágrafo 1º, inciso I; **Ementa:** CCJ – Altera o art. 37, § 1º, inciso I; **Texto Proposto:** Art. 37, parágrafo 1º, inciso I – ato do Poder Executivo e dos legitimados indicados no art. 39, § 1º, para alteração dos: a) GNDs “3 – Outras Despesas Correntes”, “4 – Investimentos” e “5 – Inversões Financeiras”, no âmbito do mesmo subtítulo; e b) GNDs “2 – Juros e Encargos da Dívida” e “6 – Amortização da Dívida”, no âmbito do mesmo subtítulo. **Emenda 8: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 39, Parágrafo 1º; **Ementa:** COMISSÃO – CCJ – Altera o art. 39, § 1º, para modificar a referência à Lei nº 4.320/64; **Texto Proposto:** Artigo 39, § 1º Os créditos a que se refere o caput, com indicação de recursos compensatórios dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, serão abertos, no âmbito desses Poderes e Órgão, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o disposto no § 2º, por atos(...). **Emenda 9: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da Lei – Artigo 70, parágrafo 1º; **Ementa:** CCJ – Altera o art. 70, parágrafo 1º; **Texto Proposto:** Art. 70, parágrafo § 1º Aos limites estabelecidos, na forma do caput, serão acrescidas, na Justiça Eleitoral, as despesas necessárias à realização de eleições e as despesas originárias da criação de novas zonas eleitorais. **Emenda 10: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Art. 83; **Ementa:** CCJ – Altera o *caput* do art. 83; **Texto Proposto:** Art. 83. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2013, relativo ao auxílio alimentação ou refeição, à assistência pré-escolar, à assistência médica e odontológica, nesta incluídos os exames periódicos, e ao auxílio-transporte, a despesa vigente em março de 2012, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos infralegais e legais. **Emenda 11: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da Lei – Art. 86; **Ementa:** CCJ – Altera o *caput* do art. 86; **Texto Proposto:** Art. 86. Fica vedado o reajuste em percentual acima da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA do IBGE apurada em 2012, no

exercício de 2013, dos benefícios auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, quando o valor per capita vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes e do Ministério Público da União for superior ao valor per capita da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2012. **Emenda 12: Tipo de Emenda:** Supressiva; **Referência:** Corpo da lei – Art. 39, parágrafo 3º, inciso III; **Ementa:** CCJ – Exclui o inciso III do parágrafo 3º do art. 39; **Texto Proposto:** Suprima-se o texto atual. **Emenda 13: Tipo de Emenda:** Supressiva; **Referência:** Corpo da Lei – Art. 74, parágrafo 2º; **Ementa:** CCJ – Exclui o parágrafo 2º do art. 74; **Texto Proposto:** Suprima-se o texto atual. **Emenda 14: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 23, Parágrafo 2º, inciso II; **Ementa:** CCJ – Implantação de varas eleitorais – Artigo 23 Parágrafo 2º Inciso II; **Texto Proposto:** Artigo 23, Parágrafo 2º, inciso II – à implantação de varas, inclusive do trabalho e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, de juizados especiais federais, e de zonas eleitorais, decorrentes da autorização contida no Código Eleitoral. **Emenda 15: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Art. 47; **Ementa:** CCJ – Inclui artigo na Seção VII do Capítulo III; **Texto Proposto:** Art. 47-A. As suplementações de despesas obrigatórias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação de recursos compensatórios consignados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, até mesmo destinados à composição da reserva de contingência, devem ser publicadas no Diário Oficial da União, preferencialmente, até dia 10 de dezembro. **Emenda 16: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 23, parágrafo 2º; **Ementa:** CCJ – Inclui inciso ao parágrafo 2º do art. 23; **Texto Proposto:** Artigo 23, parágrafo 2º, inciso IV – de manutenção de cartórios eleitorais, decorrente de assunção de gastos em imóveis cedidos por outros órgãos ou entes, ou da extinção da cessão. **Emenda 17: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Anexo IV – Art. 12, Inciso IV, item 2; **Ementa:** CCJ – Inclui o impacto do PL. 6.613/09 na Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado; **Texto Proposto:** IV.3 Revisão do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário – PL nº 6.613/2009 – Valor Previsto R\$ 7,4 bilhões. **Emenda 18: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da Lei – Art. 104; **Ementa:** CCJ – Punição para utilização política do orçamento federal; **Texto Proposto:** Insira-se o seguinte Parágrafo Único ao art. 104 do PLN 03, de 2012: Parágrafo Único: a utilização da execução orçamentária para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional imputará ao respon-

sável pelo órgão o previsto no art. 316 do Código Penal Brasileiro. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício declara encerrada a Reunião, às doze horas e nove minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, **foi lida e aprovada** e será assinada pelo Senhor Presidente em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, da qual, por coincidência, tenho a honra de ser relator.

Essas emendas têm um caráter não terminativo, mas há número regimental de Senadores, que assinaram a lista de presença.

Discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 3, de 2012 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

O Relator é o Senador Romero Jucá, a quem concedo a palavra para proferir o parecer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, serei bastante breve. Estamos aqui discutindo emendas feitas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, da qual, aliás, V. Exª é Relator.

Existem dois tipos de emendas: as emendas de texto e as emendas de inclusão.

Não há limite de aprovação para emendas de texto. Então, tivemos aqui a apresentação de 67 emendas de texto. Dessas emendas de texto, apenas duas, a 49 e a 50, fogem da competência da CCJ. Elas estão no meu relatório sendo inadmitidas. Todas as outras 65 estão aprovadas. Portanto, estamos ampliando a contribuição da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania no que diz respeito ao texto da LDO, para análise da Comissão e de V. Exª.

No caso das emendas de inclusão, o limite de aprovação é de cinco emendas. Tivemos 12 emendas. Então, selecionamos aqui cinco emendas de acordo com o parecer, as mais abrangentes, que atendem mais Senadores. Assim, estamos atendendo a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; a Emenda nº 6, de minha autoria; a Emenda nº 8, também de minha autoria; a Emenda nº 11, de autoria do Senador Waldemir Moka; e a Emenda nº 12, também do Senador Waldemir Moka.

Este é o relatório: temos cinco emendas de inclusão – 1, 6, 8, 11 e 12 – e 65 emendas de texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª a praticidade e a rapidez com que emitiu o seu relatório. Mais rápido do que imediatamente, segundo nos diz aqui o nosso Senador Magno Malta.

Em discussão, primeiro, as emendas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas as emendas que tiveram como Relator o eminente Senador Romero Jucá.

Esta matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e vinte minutos, do dia três de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a

Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Romero Jucá, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Flexa Ribeiro e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Kátia Abreu, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Inácio Arruda, Vital do Rêgo, Renan Calheiros e Aécio Neves. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta:

ITEM 1) EMENDAS DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, de 2011.

Ementa: Acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado. **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, de 2011. Ementa:** Altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, de 2011. Ementa:** Altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte. **Autoria:** Senador Lobão Filho e outros. **Relatoria das Emendas:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pelo acolhimento parcial das Emendas nº 2-PLEN; nº 3-PLEN

e nº 4-PLEN; assim como pelo acolhimento parcial das PEC's nºs 56, 103 e 113, de 2011, nos termos da Emenda substitutiva que apresenta com base na PEC nº 103, de 2011. **Resultado: Aprovado o Parecer pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2 a 4-PLEN e das PEC's nºs 56, 103 e 113, de 2011, nos termos da Emenda nº 5-CCJ (Substitutivo).** **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2011. Não Terminativo** Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Concedida vista ao Senador Renan Calheiros, nos termos regimentais.** **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2012. Não Terminativo** Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, Gratificações de Representação, Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devidas a militares e Gratificações de Representação pelo Exercício de Função, destinados ao Ministério da Defesa. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito, favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 46, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.** **EXTRAPAUTA: ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2011. Não Terminativo** Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do ministério público e dá outras

providências pertinentes. **Autoria:** Senador Gilvam Borges e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, de 2011. Não Terminativo** Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura, do ministério público, da advocacia e da defensoria públicas e dá outras providências pertinentes. **Autoria:** Senador Gilvam Borges e outros **TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 68, de 2011. Não Terminativo** Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras que especifica. **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Pela aprovação da PEC nº 68, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição das PEC's nºs 2 e 5, de 2011. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Eduardo Braga, Eduardo Suplicy e Rodrigo Rollemberg, nos termos regimentais.**

ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 46, de 2012 Nos termos do art. 336, II, c/c art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2012 (nº 7.784, de 2010, na origem), da Presidência da República, que cria cargos em comissão do Grupo-Direção de Assessoramento Superiores – DAS, Gratificações de Representação, Gratificações de Exercício em Cargos de confiança devidas a militares e Gratificações de Representação pelo Exercício de Função, destinados ao Ministério da Defesa. **Autoria:** Senador José Pimentel. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e treze minutos, restando adiadados os demais itens constantes da pauta, a saber:

ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2009; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Pauta.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 4.

ITEM 1
EMENDAS DE PLENÁRIO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 56, de 2011
(Não Terminativo)

Altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 103, de 2011

Acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 113, de 2011

Altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.

Autoria: Senador Lobão Filho e outros

Relatoria das Emendas: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pelo acolhimento parcial das Emendas nº 2-PLN; nº 3-PLN e nº 4-PLN; assim como pelo acolhimento parcial das PEC's nºs 56, 103 e 113, de

2011, nos termos da Emenda substitutiva que apresenta com base na PEC nº 103, de 2011.

Senador Renan Calheiros, concedo a palavra a V. Exª para proferir o relatório final.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, apenas para recapitular um pouco o que fizemos e onde avançamos. A ideia inicial das PECs sobre o comércio eletrônico, da PEC do Senador Luiz Henrique, da do Senador Delcídio do Amaral e da do Senador Edson Lobão Filho, foi destinar parcela do imposto cobrado sobre consumidores finais não contribuintes para o Estado destinatário nas vendas por meio do comércio eletrônico. Acrescentamos “por meio do comércio eletrônico não presencial”.

Isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque o volume de comércio eletrônico vem aumentando assintomaticamente a cada ano. Para se ter uma ideia, a projeção é de que esse comércio eletrônico crescerá, nos próximos anos, mais 12% a cada ano. Para tanto, propunha-se a aplicação sobre as operações por meio de comércio eletrônico da alíquota interestadual sobre a venda ao consumidor final situado em outro Estado. E a diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual ficaria com o Estado de destino.

Hoje, como todos acompanharam, essa parcela é destinada ao Estado de origem, que aplica sua própria alíquota interna. Portanto, nada fica, na prática, para os Estados consumidores.

Na versão aprovada por esta Comissão de Constituição e Justiça, o parecer que apresentei naquela oportunidade, aprovado, restringiu-se ao comércio eletrônico.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores que, concomitantemente à tramitação da PEC nº 103, de 2010, e demais PECs apensadas, as discussões sobre o pacto federativo evoluíram, e todos, sem exceção, passaram a encarar as PECs referentes ao comércio eletrônico como forma de dar um primeiro passo na reforma tributária, em uma reforma mais abrangente, e um importante passo no âmbito do pacto federativo. Tanto é que o próprio Estado de São Paulo – e faço aqui esta homenagem aos Senadores representantes do Estado de São Paulo nesta Comissão e no Senado Federal – preferiu abrir mão dos seus ganhos arrecadatórios de ICMS a favor de uma proposta mais ampla que não abrangesse apenas o comércio eletrônico, mas também todo o comércio interestadual a consumidor final situado em outros Estados.

Também, se a proposta abrangesse apenas o comércio não presencial, como foi aprovada aqui essa restrição na oportunidade em que apreciamos o parecer, deixaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fora

algumas hipóteses específicas, tais como *showrooms* em Estado quando a empresa vendedora se localiza em outro Estado.

Dessa forma, para encerrar, de concordância geral com os governadores e seus representantes aqui, no Senado Federal, acatei as emendas de Plenário que atribuíram a diferença entre alíquota interna interestadual aos Estados, destinando, em todos os tipos desse comércio de mercadorias e serviços a consumidor final situado em outro Estado independentemente do meio de comercialização, seja presencial ou não presencial, eletrônico ou não eletrônico.

No plenário, como V. Exª falou, foram apresentadas três emendas: a Emenda nº 2, a Emenda nº 3 e a Emenda nº 4.

A Emenda nº 2, cujo primeiro signatário é o Senador Cyro Miranda, estabelece que toda operação que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado deverá se submeter à alíquota interestadual, independentemente de o destinatário ser contribuinte ou não do imposto.

A Emenda nº 3, cujo primeiro signatário é o Senador Rodrigo Rollemberg, tem o mesmo teor da Emenda nº 2, apenas inclui as expressões “pessoas físicas” e “pessoas jurídicas”.

A Emenda nº 4, cuja primeira signatária é a Senadora Lídice da Mata, tem o mesmo conteúdo das Emendas nº 2 e de nº 3, apenas não inclui os dois tipos de recolhimento, que são explicitados no inciso VIII, do §2º, do Art.155, tanto na Emenda nº 2, quanto na Emenda nº 3.

Portanto, Sr. Presidente, percebe-se nas três Emendas que há um consenso quanto à necessidade de não se diferenciar, para efeito de aplicação de alíquota interestadual, as operações feitas por meio eletrônico de quaisquer outras operações que remetam bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado. Nesses casos, a diferença entre a alíquota interestadual e a interna caberá ao Estado de localização do destinatário, em todas as propostas contidas nas Emendas apresentadas em Plenário.

Sintetizarei, Sr. Presidente, apresentando o voto:

Pelas razões expostas, acolho parcialmente as três Emendas de Plenário: a Emenda nº 2, cujo primeiro signatário é o senador Cyro Miranda, a Emenda nº 3, com primeiro signatário o Senador Rodrigo Rollemberg e a Emenda nº 4, cuja primeira signatária é a Senadora Lídice da Mata, assim como acolho parcialmente as Propostas de Emenda Constitucional: a PEC nº 56, do Senador Luiz Henrique.

O acolhimento dessas emendas cria condições para que possamos acolher, de maneira mais ampla, as PECs do Senador Luiz Henrique; a PEC nº 103,

do Senador Delcídio do Amaral, e a PEC nº 113, do Senador Edison Lobão Filho, todas de 2011. E, com base na PEC nº 103, do Senador Delcídio do Amaral, apresento a seguinte emenda (substitutiva):

EMENDA Nº – CCJ
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 103, DE 2011

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155.

§ 2º

VII – nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, aplicar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre:

a) a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, quando o consumidor final for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna do Estado remetente e a alíquota interestadual, quando o consumidor final não for contribuinte do imposto.

VIII – a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída:

a) Ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;

b) Ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto; [Isso para facilitar a operação do recolhimento do imposto, do ICMS.]

.....”(NR)

Art.2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor no ano subsequente ao de sua publicação oficial e após decorridos noventa dias desta.

Era esse, Sr. Presidente, o parecer, que, com muita satisfação e em nome desse consenso que mais uma vez prosperou nesta Casa, tenho o prazer de apresentar.

Muito obrigado a V. Exª e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, pede a palavra a Senadora Marta Suplicy, como oradora inscrita.

Tem a palavra V. Exª.

A SRª MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de parabenizar o Senador Renan pela flexibilidade, pelo bom-senso, pelo estudo, por ter acolhido a Emenda nº 2, que foi tão batalhada pelos Senadores de São Paulo. Apesar de os Senadores de São Paulo terem plena consciência da perda de arrecadação que isso representará para o nosso Estado, nós sabemos que teremos, através dessa emenda, um texto juridicamente mais claro, mais seguro e que não piora esse *frankenstein* que é o nosso ICMS interestadual e que acabe não prejudicando as nossas empresas, porque a proposta anteriormente aprovada pela CCJ, com voto contrário dos três Senadores paulistas, deixava de fora do novo regime as pessoas jurídicas não contribuintes, como, por exemplo, prestadores de serviços como os bancos e as construtoras.

Ao não tratar dessas empresas, o texto estabelecia uma situação de insegurança jurídica, afinal, qual seria o tratamento dado em relação ao ICMS interestadual nesses casos?

Finalmente, é importante lembrar que, no dia 30 de maio deste ano, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos – e isso, acredito que deve ter tido um peso muito grande da decisão do Senador Renan Calheiros – os Secretários de Fazenda de São Paulo, do Ceará e de Santa Catarina manifestaram-se favoráveis à emenda que havíamos apresentado nesta CCJ, no que foram acompanhados pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa. Assim, podemos entender que o novo relatório do Senador Renan tem o apoio do conjunto da Federação, e eu o parabeno por essa revisão e acolhimento da emenda.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só uma breve palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique, depois, Senador Suplicy.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Também peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Luiz Henrique tem a palavra. O Senador Ferraço também pede a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Muito brevemente, Sr. Presidente, apenas para complementar o ilustre Relator, Senador Renan Calheiros, pela forma como aprimorou a emenda que apresentamos, junto com os colegas Senadores.

É importante que esta Casa e este Parlamento aprovem urgentemente esta matéria para fazer justiça fiscal aos Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, também cumprimento o Senador Renan Calheiros pelo bom-senso que foi encontrado de equilíbrio entre os Estados da Federação, o Secretário Andrea Calabi deu uma contribuição significativa junto com os demais secretários que aqui estiveram. Cumprimento a todos e ao Senador Renan Calheiros por terem encontrado esse consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, esse me parece ser o clima e o ambiente adequado para que o Senado da República, na condição de Poder que representa os Estados federados, precisa sempre caminhar. Não no conflito entre as partes; não num Estado querendo avançar sobre a receita, a vocação e o potencial de outro Estado, mas a construção desse ambiente de solidariedade federativa.

Foi esse o esforço liderado pelo Senador Renan Calheiros na direção de encontrar um texto que pudesse convergir no interesse de todos os Estados brasileiros.

Por isso, na mesma direção que fez o Senador Eduardo Suplicy, que fez o Senador Luiz Henrique, eu também me congratulo com o Líder Renan Calheiros por sua experiência e pela sua habilidade em conseguir esse texto, que é um texto de convergência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques pede a palavra para discutir.

Tem a palavra V. Ex^a

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para cumprimentar o Senador Renan pelo trabalho porque aqui poderia ter vigorado aquele adágio que diz que “quando o pirão é pouco, o meu primeiro”, a minha parte é a primeira.

Mas nós temos que nos recordar que vivemos numa Federação, cada Senador aqui é representante da sua unidade federada, mas, acima disso, se encontra o pacto federativo.

Ouvi o Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso, Estado que, para minha honra aqui represento, e o Estado de Mato Grosso aqui obterá ganhos, mas o consenso aqui feito busca o ideal do pacto federativo, que é tratar as unidades federadas de forma isonômica.

Quero parabenizar V. Ex^a pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Rodrigo Rollemberg pede a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Eunício Oliveira.

Eu quero também me associar aos demais Senadores que cumprimentam o Senador Renan Calheiros pelo seu relatório, agradecendo a sua sensibilidade de acolhimento da emenda apresentada por mim, representando aqui os interesses do Distrito Federal.

Também consulte o Secretário de Fazenda do Distrito Federal, que alertou que precisávamos incluir, também, as pessoas jurídicas nesse processo que foi acolhido eminente relator.

Portanto, cumprimento o Senador Renan Calheiros, dizendo que nós estamos com isso aperfeiçoando o sistema tributário brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Romero Jucá.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, também somar a minha voz a todas que aqui registraram, primeiro, a importância do tema.

Nós estamos efetivamente fazendo justiça aos Estados menos industrializados, menos desenvolvidos. Estados reequilibrando a questão da transferência de recursos no Estado, fortalecendo o consumo nas regiões mais pobres. E registrar também a competência do trabalho e do relatório do Senador Renan Calheiros, que conseguiu aglutinar várias propostas e construir uma proposta que atende a toda Federação, atende a todos os Estados, que conseguiu equilibrar o pleito colocado por diversos Senadores.

Portanto, será aqui aprovado com certeza, e será aprovado no plenário.

Nós temos que votar esta matéria rapidamente, porque é uma matéria importante, urgente e ainda precisa tramitar na Câmara dos Deputados.

Então, nós vamos encaminhar o voto favorável, registrando novamente o aplauso ao trabalho do Senador Renan Calheiros.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro pede a palavra para discutir a matéria.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria também, igualmente, me somar a esse registro de congratulações ao trabalho feito pelo Senador Renan Calheiros, que pode harmonizar de maneira muito competente e, ao final, logarmos a obtenção de um amplo entendimento sobre essa matéria, que

nós dá até, Sr. Presidente, a esperança de que nós possamos avançar nesse questão tributário no Brasil.

Pouco a pouco é possível imaginar, em que pese as contradições da Federal, e a oposição de interesses que circunstancialmente se registram nessa discussão, mas essa construção do acordo do comércio eletrônico nós dá uma esperança de que é possível avançar em outros temas que são igualmente sensíveis à Federação e, portanto, eu espero que possamos com isso, Senador Renan, abrir caminho para essa agenda que às vezes parece tão complexa, mas com capacidade política e sobretudo com a competência de alguns parlamentares, como V. Ex^a, é possível realmente avançar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, com a palavra o Senador Eduardo Braga, Líder do Governo nesta Casa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, é para mais vez elogiar a competência, não só na articulação política, mas, também, na construção de um texto que nos possibilite avançar, como já foi dito nesta Casa, no reequilíbrio do pacto federativo através de ações como esta que estamos fazendo hoje com o comércio eletrônico.

Acho que o Relator, nosso Líder Renan Calheiro, foi muito feliz em conseguir interpretar o anseio de todos os Estados da Federação, conseguiu interpretar inclusive desejos importantes, oriundos do Confaz, dos Secretários de Fazenda dos governos estaduais e ao compor esse texto, o faz de forma consensual nesta Casa.

Portanto, além de parabenizá-lo e desde já encaminhar a votação favorável ao nosso relator, eu gostaria, também, de fazer um apelo a V. Ex^a, porque tendo em vista a importância desse texto – que tenho certeza será aprovado por unanimidade nesta Casa – poder enviar imediatamente à Mesa para, quem sabe, amanhã, já no plenário, possamos votar, Senador Renan, votar este texto, realizando assim a primeira votação da PEC no plenário do Senado da República.

Portanto, congratulo-me com V. Ex^a, Senador Eunício Oliveira, que com tanta habilidade ajudou, dando os prazos necessários para que o Senador Renan Calheiros pudesse chegar a esse texto, texto que é um de avanço, de compartilhamento e de melhoria do pacto federativo através do comércio eletrônico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Eunício...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu queria dizer que eu acho muito importante essa sugestão de encaminhamento dada pelo Sena-

dor Eduardo Braga, Líder do Governo nesta Casa do Congresso Nacional.

Eu acho que todos nós, Presidente Raupp, Presidente Eunício, como essa é uma matéria consensual, que avançou, que tem o apoio de todos, pelo menos nesta Comissão, talvez seja fundamental que nós possamos avançar com a dispensa de interstício no plenário do Senado Federal.

Eu acho que, como é uma matéria de interesse do Brasil, dos Estados federados, sobretudo dos Estados menos favorecidos da Federação, como é o meu Estado de Alagoas, talvez o Presidente Sarney e os líderes partidários e todos os Senadores concordem com esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa, Senador Renan, Senador Eduardo Braga, que é Líder do Governo nesta Casa, e o Senador que é o Líder do PMDB e Relator dessa importante matéria, pelo que vi aqui, a Mesa já está deferindo de ofício. Tão logo terminemos essa matéria, vou determinar à secretaria que encaminhe de imediato ao plenário ainda na tarde de hoje, antes das 17 horas.

O Senador Valadares pede a palavra.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, todos nós sabemos o que representa de importância o comércio eletrônico no Brasil, um sem-número de empresas que são abertas diariamente; milhares e milhares de consumidores se interligado com essas empresas por meio da Internet, fazendo compras que implicam, sem dúvida, em recursos vultosos que estavam em aberto, principalmente nos Estados mais pobres da Federação brasileira e a falta de uma legislação que viesse cobrir esta falta que existia quanto à cobrança do ICMS, sem dúvida alguma que vai ajudar ao Nordeste e às regiões mais pobres, aumentando, assim, a arrecadação para a realização de obras de infraestrutura, para o apoio aos segmentos sociais, como a educação, a saúde, enfim, contribuindo para a melhoria das condições de vida das nossas regiões. Por isso, meus parabéns ao Senador Renan Calheiros pelo belíssimo trabalho que empreendeu nesta Comissão, favoravelmente a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, como último orador inscrito. Em seguida, vou colocar a matéria em votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria dizer o seguinte: eu bem que falei, eu bem que falei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Obrigado, Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, o Senador Renan fez uma reflexão e seguiu a orientação de V. Ex^a como sempre fazemos aqui, nesta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Como eu costumo seguir a dele geralmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Renan Calheiros, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo acolhimento parcial das emendas – Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 4 –, assim como pelo acolhimento parcial das PECs nºs 56, 103, 113, de 2011, nos termos da Emenda nº 5, da CCJ, substitutiva, com base na PEC nº 103, de 2011.

A matéria vai ser encaminhada ao plenário do Senado a partir de agora. A Mesa tem quinze minutos para entregar esta matéria à Presidência do Senado Federal para que o Presidente Sarney tenha condições de negociar com os líderes e pautar esta importante matéria, que vai beneficiar os Estados mais pobres do Brasil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, consulto V. Ex^a, evidentemente ouvindo, e se esse for o entendimento do conjunto dos Senadores... Nós temos mais três itens na pauta. Apenas o item 4 é votação terminativa, que, portanto, exige quórum qualificado. Consulto V. Ex^a, ouvindo, naturalmente, a Comissão, se há viabilidade, possibilidade de fazermos uma inversão de pauta para que possamos aproveitar o quórum nesta Comissão, tendo em vista o adiantado da hora e a proximidade da Ordem do Dia em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ferraço...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, após o item 3, porque o item 3 diz respeito às Forças Armadas.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Após o item 2, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, por favor.

V. Ex^a, talvez, não estava aqui no dia, devido a outro compromisso, mas ficou aprovado aqui, na Comissão, que para inversão de pauta, se houver a rejeição de um único membro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se houver, acabou.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De um único membro... Então, a solicitação de V. Ex^a...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pedir não ofende.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para deixar claro para V. Ex^a em relação a isso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores, por favor.

Senador Walter Pinheiro, meu líder, o Senador Ricardo Ferraço pede inversão de pauta. Como havia uma decisão desta Comissão de que, se houver uma única objeção, não haverá... O Senador Pimentel está pedindo o item 3.

Eu vou submeter aos Senadores a solicitação do Senador Ricardo Ferraço. Há uma objeção do Senador Pimentel. Por esse motivo, Senador Ricardo, vou dar sequência na pauta, conforme decisão anterior.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2011

– Não Terminativo –

Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de

que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra, para o seu brevíssimo relatório, ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eunício Oliveira, Presidente desta reunião.

Trata-se do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011 (nº 5.894, de 2009, na origem), da Presidente da República, que transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental, ambos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, nas condições que menciona, altera a Lei nº 10.410, de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011 (nº 5.894, de 2009, na origem), de autoria da Presidente da República, transforma...

No art. 1º, transforma 2.535 (dois mil, quinhentos e trinta e cinco) cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, em 800 (oitocentos) cargos de Analista Ambiental e 200 (duzentos) cargos de Analista Administrativo, ambos da Carreira de Especialista em

Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 2002. No § 1º deste artigo, o projeto assevera que tal transformação se dará sem aumento de despesa, mediante compensação financeira demonstrada em anexo. No § 2º do mesmo artigo, é informado que os cargos criados na forma do *caput* serão distribuídos para os Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), mediante ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Por fim, o § 3º do art. 1º determina que os cargos referidos no *caput* serão providos na medida das necessidades do serviço e das disponibilidades de recursos orçamentários, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

O art. 2º trata da indenização a que se refere a Lei nº 8.216, de 1991, em seu art. 16, a qual poderá ser paga até o limite de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) mensais aos titulares dos cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, bem como aos titulares dos cargos integrantes do Pecma, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes que, em caráter habitual e permanente, exercerem as atribuições típicas de seu cargo em localidades situadas na Amazônia Legal, conforme disposto em regulamento. Os §§ 1º e 2º, do art. 2º, dispõem sobre critérios e condições para concessão e pagamento da indenização referida no *caput*.

O art. 3º acrescenta, entre as hipóteses que ensejam a percepção da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 1991, o monitoramento ambiental e a coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas de suporte às ações de proteção e controle da qualidade ambiental.

O art. 4º promove o acréscimo do art. 11-A, *caput* e parágrafo único, à Lei nº 10.410, de 2002, vedando a remoção com mudança de sede do servidor recém-nomeado antes de decorridos pelo menos cinco anos de efetivo exercício na localidade para a qual tenha sido designado para ter o primeiro exercício, com exceção das hipóteses de remoção de que tratam o inciso I e as alíneas a, b e c do inciso III do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Já o art. 5º da proposição dá nova redação aos arts. 14 e 16 da Lei nº 10.410, de 2002, alterando a regulamentação da progressão e promoção dos servidores da carreira de Especialista em Meio Ambiente.

Por fim, o art. 6º altera a redação da Lei nº 6.938, de 1981, em seu art. 6º, inciso IV, para estabelecer, como órgãos executores da política e das diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, não só o Ibama, mas também o Instituto Chico Mendes e

o Serviço Florestal Brasileiro, de acordo com as respectivas competências.

O art. 7º é cláusula de vigência, a partir da data da sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, a proposição passou pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, onde recebeu emendas e foi aprovada na forma de um substitutivo; pela Comissão de Finanças e Tributação, onde, sem emendas, o substitutivo recebeu parecer pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira; e, finalmente, pela CCJ, onde, também sem emendas, o substitutivo aprovado na CTASP recebeu parecer favorável quanto à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Nesta Casa, o projeto foi recebido em 2 de setembro de 2011 e distribuído para este Relator em 15 de março de 2012.

Análise

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pronunciar-se, conforme o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições, bem como sobre o seu mérito, quando a matéria figurar entre aquelas previstas no inciso II, no caso, especialmente o atinente à alínea f.

Como a matéria foi distribuída somente a esta Comissão, havemos por oportuno o pronunciamento a respeito de todos os aspectos a se analisar.

Nessa esteira, no que diz respeito à adequação orçamentária e financeira, o projeto é compatível com as dotações consignadas na Lei Orçamentária e com os demais dispositivos da legislação orçamentária e referentes à responsabilidade fiscal.

Quanto ao mérito, o projeto nos parece adequado e relevante, haja vista as razões expostas na Exposição de Motivos Interministerial nº 115/2009/MP/MS/MMA, de 5 de julho de 2009, onde se lê que:

As medidas propostas buscam suprir a demanda do Ibama do Instituto Chico Mendes por pessoal especializado e proporcionar aos servidores mecanismos de incentivo ao exercício de suas funções na Amazônia Legal. O objetivo é atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, em consonância com os parâmetros estabelecidos no art. 39, § 1º, da Constituição Federal. O projeto também busca adequar a legislação de forma a incluir como órgãos executores constituintes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e o Serviço Florestal Brasileiro.

Por fim, uma vez que a matéria tratada no projeto é de iniciativa privativa do Presidente da República e não fere qualquer dispositivo da Carta Política, além de não entrar em desarmonia com a legislação vigente, inclusive quanto a aspectos regimentais, entendemos que o projeto não possui vícios de constitucionalidade e tampouco de juridicidade e regimentalidade, tendo sido, ainda, vazado em boa técnica legislativa.

Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011 (nº 5.894, de 2009, na origem).

Este é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria. Eu vou só pedir um pouquinho de silêncio. Eu achei que ainda estava em Campina Grande, no forró da última quarta-feira, devido a tanto barulho que estou ouvindo aqui.

Senador Renan Calheiros, tem a palavra V. Exª.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, para que não reste dúvida, absolutamente nenhuma dúvida, o Senado Federal tem votado tudo, tudo mesmo, que era necessário para o aperfeiçoamento da legislação ambiental. Tudo. A ex-Ministra Marina Silva é testemunha do que acabo de dizer. Nós votamos todas as leis que para aqui foram mandadas. Depois, criamos o instituto. Agora mesmo, Sr. Presidente, nós votamos uma proposta de Código Florestal infinitamente superior à proposta duas vezes votada na Câmara dos Deputados. A Presidente Dilma editou uma medida provisória, e eu tive a satisfação de, como Líder do PMDB, indicar para ser relator dessa medida provisória o Senador Luiz Henrique, que, juntamente com o Senador Rodrigo Rollemberg, com o Senador Jorge Viana, com os presidentes das comissões por onde tramitou a proposta de Código Florestal – inclusive V. Exª, Acir Gurgacz e outros presidentes... Estou dizendo isso apenas para dizer o seguinte: como restam dúvidas com relação a esta matéria e não restam dúvidas com relação ao papel do Senado no aprimoramento da legislação e na própria defesa do Ibama, eu, com a aquiescência do Relator, peço vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Vista concedida.

Próximo item da pauta.

Item 3

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, só para pedir ao senhor, por favor, se puder, que inclua um extrapauta, aquele que eu havia falado com o senhor, a PEC nº 68, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos concluir a pauta. Em seguida, falo com V. Ex^a.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2012

– Não Terminativo –

Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, Gratificações de Representação, Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devidas a militares e Gratificações de Representação pelo Exercício de Função, destinados ao Ministério da Defesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito, favorável ao projeto.

Observações: Aprovado o Requerimento nº 46, de 2012-CCJ, de urgência para a matéria.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, para seu brevíssimo relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto atende às exigências constitucionais relativas ao assunto, e, em especial, fundamenta-se no art. 61 da Constituição Federal que, no seu § 1º, inciso II, letra 'a', atribui ao Presidente da República a iniciativa de leis que disponham sobre *criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração*. E, ainda, ao Congresso Nacional é confiada a competência para dispor sobre todas as matérias de competência da União, entre as quais a criação, transformação e extinção de cargos (art. 48, inciso X).

Dessa forma, a proposta se insere plenamente dentro de toda a sistemática adotada pela Lei Maior no tocante à formação dos quadros de pessoal da administração pública, ou seja: o Poder Executivo deflagra o processo legislativo para a criação dos cargos, e o Poder Legislativo aprecia o projeto com posterior deliberação para sua aprovação ou rejeição.

No caso sob análise, a matéria merece acolhida, porque, além de enquadrada dentro dos limites constitucionais e jurídicos, revela-se meritória por seu intento em dotar o Ministério da Defesa, instituição indispensável para o resguardo do País de ameaças externas e para a garantia da paz, de elementos humanos suficientes para o ideal cumprimento de sua missão.

A justificativa da iniciativa, com muita propriedade, evidencia que, com o passar do tempo, o número de servidores do Ministério vem se mostrando insuficiente face às novas e crescentes tarefas confiadas à entidade, resultando daí imprescindível a criação dos cargos relacionados no seu art. 1º.

Na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e também na Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2012.

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o item da pauta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Estou pedindo, Sr. Presidente, a urgência de plenário. Tem um requerimento sobre a matéria na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto aos Srs. Senadores o requerimento de solicitação de urgência do Senador José Pimentel.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado à unanimidade dos presentes.

O relatório que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas para confirmar com V. Ex^a. Sobre a PEC do comércio eletrônico, ainda há pouco votada, V. Ex^a disse que anunciaria logo a seguir à sua aprovação o encaminhamento ao plenário. Como é PEC, não tenho como pedir urgência, mas obviamente V. Ex^a, com o acordo de lideranças, pode quebrar os interstícios.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, atendendo à solicitação de V. Ex^a e do próprio Senador Renan Ca-

lheiros, a Mesa determinou à Secretaria que colha as 27 assinaturas para fazer o encaminhamento direto ao plenário ainda até às 17 horas, como prometi. Então, se conseguirmos as 27 assinaturas, até às 17 horas, essa matéria...Não tenho tanto prestígio para V. Ex^a servir de colhedor de assinaturas. Quem sou eu para fazer isso com V. Ex^a ou para receber tamanha deferência de V. Ex^a? Apesar da nossa amizade, do carinho e da admiração que tenho por V. Ex^a. Agradeço. As meninas já estão colhendo as assinaturas e obviamente que elas terão muito mais resultado positivo do que V. Ex^a.

Próximo item da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2009

– Terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 566 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para limitar a solidariedade do locador às hipóteses de dolo ou culpa.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Ausente o Relator, a matéria é retirada de pauta, de ofício, pela ausência do Relator da matéria.

Há uma solicitação de extrapauta, Sr^{as} e Srs. Senadores.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2011

– Não Terminativo -

Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do ministério público e dá outras providências pertinentes.

Autoria: Senador Gilvam Borges e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, de 2011

– Não Terminativo -

Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura, do ministério público, da advocacia e da defensoria públicas e dá outras providências pertinentes.

Autoria: Senador Gilvam Borges e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 68, de 2011

– Não Terminativo -

Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras que especifica.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Pela aprovação da PEC nº 68, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição das PEC's nºs 2 e 5, de 2011.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello. Estamos em extrapauta. Solicito um pouco de silêncio, para ouvirmos o Relator Senador Gim Argello, que fará um brevíssimo relatório, como sempre objetivo.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, todas são meritórias e estão me pedindo para ir direto ao voto, tendo em vista que temos um plenário hoje a toda carga.

Pelo exposto, somos pela aprovação, nesta Comissão, da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2011, e rejeição, por prejudicialidade, das Propostas de Emenda à Constituição nº 2, de 2011, e Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2011, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 68, DE 2011

Altera os arts. 39 e 142 da Constituição Federal, para *restabelecer o adicional por tempo serviço como componente da remuneração das carreiras que especifica.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 39 e o art. 142 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 39

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado, salvo o disposto nos §§ 9º e 10, o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em

qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI e a ressalva constante no seu § 11.

.....
§ 9º Os servidores públicos organizados em carreira remunerada por subsídio, os militares e aqueles que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo desenvolvam atividades exclusivas de Estado, perceberão adicional por tempo de serviço, na razão de cinco por cento a cada quinquênio de efetivo exercício, até, no máximo, trinta e cinco por cento, incidente sobre o subsídio ou a remuneração, excluídas as parcelas de caráter indenizatório.

§ 10. Além de outras que a lei dispuser, são consideradas atividades exclusivas de Estado: I – as exercidas por militares das Forças Armadas, policiais, bombeiros, guardas municipais, membros do Serviço Exterior Brasileiro e, ainda, no âmbito do Poder Executivo, as demais relacionadas à atividade fim de planejamento de infraestrutura, fiscalização, previdenciária e do trabalho, controle interno, segurança pública, planejamento e orçamento, gestão governamental, comércio exterior, política nacional de inteligência, política monetária e cambial e supervisão do sistema financeiro nacional; II – no âmbito do Poder Legislativo, as relacionadas à atividade fim de produção, consultoria legislativa e orçamentária;

III – as relacionadas à atividade fim dos Tribunais e Conselhos de Contas;

IV – as exercidas pelos integrantes das carreiras jurídicas de magistrado, membro do ministério público, delegado de polícia, advogado público, defensor público e, ainda, no âmbito do Poder Judiciário e das demais funções essenciais à Justiça, as atividades fins exercidas por seus integrantes;

V – os auditores e agentes fiscais de rendas ou tributos, integrantes das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (NR)

Art. 142: (...)

VIII – Aplicam-se aos militares o disposto nos arts. 7º, 8º, 12, 17, 18, 19 e 25, e nos arts. 37, 11, 13, 14 e 15, e a ressalva constante no § 11 deste artigo.

Art. 2º – É assegurado o direito adquirido dos servidores e dos militares que, na data da publicação desta emenda constitucional, recebem adicional por tempo de serviço em quota igual ou superior a 35% sobre o subsídio ou a remuneração, os quais não se-

rão atingidos pelo limite estabelecido pelo § 9º do art. 39 da Constituição.

Art. 3º – Esta emenda constitucional entra em vigor e produz efeitos financeiros a partir da sua publicação, alcançando o tempo de serviço anterior à sua vigência.

É o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga tem a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para que possamos – inclusive a Liderança do Governo – nos aprofundar a respeito da matéria, eu peço vista desta emenda constitucional.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida pela Mesa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou estranhando, porque, nós, da oposição, estamos conversando acerca dos projetos e é a base do Governo que pede vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Operosa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Operosa não, isto é fogo amigo. Isso é alguma coisa que está no ar e que não é avião de carreira. Eu quero saber o que é?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores membros desta Comissão, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, comunico a V. Ex^{as} que amanhã, 4 de julho, quarta-feira, às 10 horas, será realizada a 33ª reunião ordinária desta CCJ, destinada exclusivamente a examinar o parecer do Conselho de Ética e de Decoro Parlamentar, a Representação nº 01, de 2012, nos termos do art. 17-O, § 2º, de Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.

Portanto, amanhã, será uma reunião exclusiva para analisarmos a Representação nº 01, de 2012.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, esta encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 13 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e seis minutos, do dia quatro de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Benedito de Lira e Flexa Ribeiro e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senador José Agripino. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) REPRESENTAÇÃO Nº 1, de 2012. Não Terminativo.** Apresenta, nos termos do art. 55, II e § 2º, da Constituição Federal e art. 5º, II e III; e art. 17 e seguintes do Código de Ética e Decoro Parlamentar – Resolução nº 20 de 1993, do Senado Federal, Representação em face do Senhor Senador DEMÓSTENES TORRES, tendo em vista as matérias publicadas pelos órgãos de imprensa acerca das investigações realizadas pela Polícia Federal no âmbito da “Operação Monte Carlo”. **Autoria:** PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela inexistência de vícios de constitucionalidade, legalidade e juridicidade no processamento da Representação; por sua admissibilidade; e pelo encaminhamento do Projeto de Resolução à Mesa Diretora do Senado Federal. O Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é submetido à apreciação desta Comissão, para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do artigo 17-O, § 2º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela inexistência de vícios de constitucionalidade, legalidade e juridicidade no processamento da Representação, por sua admissibilidade e pelo encaminhamento à Mesa Diretora do Senado Federal do Projeto

de Resolução respectivo. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e trinta e dois minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se acham.

Aprovada a Ata.

Será publicada no Diário do Senado Federal.

Eu vou pedir às assessorias aqui, a minha direita, que, por gentileza, por ser uma reunião extremamente delicada e diferente que nós estamos presenciando aqui no Senado da República, pedirei às assessorias (eu não quero ser grosseiro) que, por favor, deixem esta lateral aqui livre para que os Senadores possam atentamente ouvir o relatório do Senador Pedro Taques.

Não costumo fazer isso, mas hoje é um dia atípico para todos nós e eu pedirei às assessorias silêncio para que a gente possa, daqui a pouquinho, o relatório do Senador Pedro Taques, a quem já convidei para ficar aqui a meu lado à Mesa.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

ITEM 1

REPRESENTAÇÃO Nº 1, de 2012

– Não Terminativo –

Apresenta, nos termos do art. 55, II e § 2º, da Constituição Federal e art. 5º, II e III; e art. 17 e seguintes do Código de Ética e Decoro Parlamentar – Resolução nº 20 de 1993, do Senado Federal, Representação em face do Senhor Senador DEMÓSTENES TORRES, tendo em vista as matérias publicadas pelos órgãos de imprensa acerca das investigações realizadas pela Polícia Federal no âmbito da “Operação Monte Carlo”.

Autoria: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Pela inexistência de vícios de constitucionalidade, legalidade e juridicidade no processamento da Representação; por sua admissibilidade; e pelo encaminhamento do Projeto de Resolução à Mesa Diretora do Senado Federal.

Observações:

O Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será submetido à apreciação desta Comissão, para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do artigo 17-O, § 2º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993.

Antes de conceder a palavra ao Relator, Senador Pedro Taques, informo que, conforme dispõe o art. 16 da referida Resolução, foram devidamente comunicados o Sr. Demóstenes Torres, Senador da República; o senhor Advogado: Dr. Antônio Carlos de Almeida Castro, e o Presidente do PSOL e autor da Representação, Deputado Ivan Valente.

Esclareço, ainda, que, a pauta da presente reunião, bem como o relatório do Senador Pedro Taques, foram distribuídos em 28 de junho, quinta-feira, em obediência ao art. 108, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, Senador Suplicy.

Eu concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para a leitura de seu relatório.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores; ilustre advogado do Senador Demóstenes; cidadãos que nos ouvem pela rádio Senado, cidadãos que nos vêem pela TV Senado.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, este é o parecer sobre o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a respeito da Representação nº 1/2012, formulada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, em desfavor do Senador Demóstenes Torres.

Sr. Presidente, apresento o Relatório:

I – Relatório.

Trata-se de parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), nos autos da Representação nº 1, de 2012, submetido à consideração desta Comissão, nos termos do § 2º do art. 17-O da Resolução nº 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), para exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

A referida Representação foi oferecida para apuração de comportamento incompatível com o decoro

parlamentar, tendo sido proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em desfavor do Senador Demóstenes Lázaro Xavier Torres.

A tramitação da matéria está satisfatoriamente narrada no relatório preliminar e na parte inicial do relatório final, oferecidos à consideração dos membros daquele Conselho pelo Senador Humberto Costa, designado para relatá-la perante dito colegiado, nos termos do art. 15, inciso III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

A partir da narrativa constante do parecer, observa-se que, em 15 de setembro de 2009, a Polícia Federal encaminhou à Procuradoria-Geral da República os autos do Inquérito nº 04212008, acompanhado da Medida Cautelar de Interceptação de Comunicações Telefônicas nº 2008.35.02.000871-4, que havia tramitado na Justiça Federal perante a Seção Judiciária do Estado de Goiás em Anápolis.

Cuidava-se de inquérito que, na origem, buscava apurar as causas de violação de sigilo profissional, consumado quando da realização de operação policial para o combate à prática de contrabando de placas eletrônicas programadas destinadas à exploração ilegal de jogos de azar naquela cidade. O inquérito era decorrente de uma operação denominada “Vegas”.

No decorrer das investigações, ficou evidenciado que a figura central da organização era o “contraventor” Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira. Ele fora apontado, após investigações da mesma PF em outra operação, chamada “Monte Carlo”, como chefe de um forte esquema de corrupção montado para encobrir e facilitar a exploração de jogos de azar no Estado de Goiás e no Distrito Federal. De acordo com o inquérito policial, dito esquema consistia no pagamento de propinas a policiais civis, militares e federais, além de outros delitos. Outros integrantes do mesmo grupo também foram presos na mesma ocasião, dentre eles dois Delegados de Polícia Federal e membros da Polícia Civil do Estado de Goiás.

Tanto na “Operação Vegas” como na “Operação Monte Carlo” foram feitas interceptações telefônicas (devidamente autorizadas e monitoradas por autoridades judiciais) que tinham como alvo aparelhos celulares e Nextel de Carlinhos Cachoeira e outros membros de seu grupo criminoso.

A conexão entre o Representado e Cachoeira tornou-se pública, por divulgação, pela imprensa, de áudios das indigitadas interceptações telefônicas, logo após a prisão de Carlos Augusto de Almeida Ramos. O parecer do Conselho de Ética descreve a sequência de eventos que levou ao pedido de instauração de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senador Demóstenes Torres, e à propo-

situra da representação que culminou com a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, constan- te do parecer, ora sob consideração desta Comissão.

No dia 3 de maio de 2012, o Senador Humberto Costa apresentou Relatório Preliminar, concluindo pela existência de indícios de prática de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, especialmente no que se refere à percepção de vantagens indevidas, ao proferimento de discurso para seus Pares distante da realidade dos fatos e de suas ações parlamentares, além da defesa dos interesses do contraventor Carlinhos Cachoeira em temas polêmicos debatidos no Parlamento, tornando o Senador Demóstenes Torres sujeito à perda de seu mandato.

Em sustentação oral, a defesa alegou desconhecimen- to dos argumentos postos naquela peça decisória; solicitou, em decorrência, novo prazo para refutação dos fatos e raciocínios ali expendidos; apresentou, de- pois, pedido formal e escrito pela devolução do prazo regimental de 10 (dez) dias úteis, o que foi indeferido pelo Presidente do Conselho em decisão apartada.

Uma vez aprovado o Relatório Preliminar em vo- tação unânime, no dia 8 de maio de 2012 foi instaurado o processo disciplinar, com base no § 1º, do art. 15-A, do Código de Ética e Decoro Parlamentar (decisão publicada no dia 9 de maio de 2012, nos termos do § 4º do art. 15-A).

Com a instauração de processo disciplinar, fo- ram realizadas diligências junto a órgãos e entidades estatais – inclusive à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) criada por força do Requerimento nº I, de 2012-CN – para coleta de prova documental, ouvidas testemunhas e colhido o depoimento pessoal do Representado.

As oitivas de testemunhas limitaram-se aos depoimen- tos dos Delegados de Polícia Federal Raul Alexan- dre Marques Sousa e Matheus Mella Rodrigues, res- ponsáveis, respectivamente, pelos inquéritos policiais correspondentes às operações “Vegas” e “Monte Carlo”.

As demais testemunhas não compareceram, por motivos justificados. Carlos Cachoeira – testemunha arrolada pelo Representante e pelo Representado – não apresentou justificativa e, apesar da existência de autorização judicial para o seu deslocamento até as dependências do Senado Federal, apenas oficiou por seu advogado, Márcio Thomaz Bastos informan- do que não iria depor no Conselho (fls 1557, vol. nº V dos autos).

Na reunião de 5 de junho de 2012, o Conselho deliberou sobre requerimento de realização de prova pericial, apresentado pela defesa, o que foi indeferido pela instância, nos termos de parecer fundamenta-

do, emitido pelo relator sobre a solicitação, naquela oportunidade.

Em conformidade com o art. 17-1, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, a instrução probatória foi declarada encerrada em 12 de junho de 2012, não sem antes o Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente do CDP, decretar a prejudicialidade do requerimento de renovação do pedido de perícia apresentado pela defesa.

No dia 15 de junho de 2012, a defesa apresentou suas alegações finais, reafirmando, em resumo, todas as preliminares suscitadas na defesa prévia. A isso se somaram argumentos de outras nulidades respeitantes à condução do processo. Reputou arbitrária a decisão do Conselho pela recusa de produção de prova pericial nas gravações telefônicas, bem como o descum- primento dos prazos constantes no Código de Ética e Decoro Parlamentar, notadamente no que se refere à apresentação e votação do relatório final. Sustentou a defesa que essa peça não poderia ser apreciada no mesmo dia que apresentada.

Requeriu, ainda, a devolução do prazo de defe- sa de 3 (três) dias úteis contados da nova intimação; o atendimento do prazo de 10 (dez) dias úteis entre a apresentação e votação do relatório; a realização de perícia técnica, com o reconhecimento dos vícios na fundamentação do despacho que denegara o pedido, bem como no procedimento de votação do requerimen- to apresentado no dia 12 de junho de 2012.

Adito que, declarada encerrada a instrução pro- cessual em reunião ocorrida no dia 12 de junho de 2012, o Representado buscou, debalde, junto ao STF, fosse- -lhe assegurada produção de prova pericial (Mandado de Segurança nº 31.404). O pedido foi indeferido pela Ministra Carmem Lúcia por não haver direito líquido e certo que o socorresse, conforme demonstrado no tópico II.C, *infra*.

Em ação concomitante à apresentação de suas alegações finais, impetrou novo *mandamus* (MS nº 31.407), perante a Suprema Corte, a fim de que se observasse o interstício de 10 (dez) dias úteis entre a entrega do relatório pelo Senador Humberto Costa e sua apreciação pelo Conselho de Ética e Decoro Parla- mentar. Coube a Sua Excelência, o Ministro Dias Toffoli, em face do disposto no art. 38, inciso I, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, decidir sobre o pedido liminar consistido em postulação alternativa: a) a suspensão do feito até o julgamento definitivo do mérito do *mandamus*; ou b) a imposição ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de ordem no sentido da observância de interregno de 10 (dez) dias entre as datas da entrega do relatório e a da efe- tiva deliberação do Colegiado.

No dia 18 de junho de 2012, o mencionado magistrado deferiu, em parte, o pedido liminar, dispondo que, em homenagem à ampla defesa e ao contraditório, dever-se-ia observar um interstício de três dias úteis entre divulgação da primeira parte do parecer do relator e reunião agenda-da para a deliberação sobre a matéria. Limitou-se o relator da matéria, então, a ler a parte expositiva da tramitação processual do feito, constante de seu relatório.

Acatada a decisão judicial, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar voltou a se reunir em 25 de junho de 2012, ocasião em que, após sustentação oral do advogado de defesa e a distribuição de seu memorial, a parte derradeira do relatório do Senador Humberto Costa foi lida, debatida, submetida à deliberação, em votação ostensiva, e declarada aprovada por unanimidade, somando-se, quinze votos favoráveis e nenhum contrário.

O Relatório passou, então, a constituir parecer daquele Conselho, o qual conclui pela procedência da representação.

Ato contínuo, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar foi encaminhado a esta Comissão para que, “no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias”, se procedesse à devida aferição das formalidades a que se refere o acima citado § 2º do art. 17-O do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Em relação ao prazo de cinco sessões ordinárias para apreciação da CCJ, é importante tecer algumas considerações. Essa disposição deve ser entendida no exato significado do vocábulo “prazo”: “espaço de tempo durante o qual deve realizar-se alguma coisa”¹. Não se trata, pois, de interstício, intervalo temporal de interdição da realização de alguma coisa. Tampouco é prazo preclusivo. Seu destinatário é a Comissão de Constituição e Justiça, servindo de parâmetro para que ela exerça suas atribuições no tempo razoável do processo, direito erigido à qualidade de direito fundamental por força da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Por sua vez, considerando as cinco sessões ordinárias de prazo para a Comissão, verifica-se que o relator possui, de acordo com o disposto no art. 120 do Regimento Interno do Senado Federal, metade desse período para apresentação de seu relatório. Em termos práticos, para não extrapolar essa baliza, o Relator possui o prazo de apenas duas sessões ordinárias para elaborar seu parecer.

Tendo sido designado relator na terça-feira, dia 26/06/2012, ocasião em que os autos foram recebidos em gabinete e, levando-se em conta que houve sessão ordinária no dia 27/06/2012, estando a próxima sessão prevista para esta quinta-feira, dia 28/06/2012, as regras regimentais estabelecem a este Relator que disponibilize seu relatório já na quinta, dia 28/06/2012.

Permite-se, assim, que, com o devido tempo para reflexão, a defesa do Representado e os demais Membros da CCJ possam conhecer o teor da manifestação.

Etapa seguinte, nos termos do § 3º do art. 17-O do Código de Ética e Decoro Parlamentar:

(...) concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, será o processo encaminhado à Mesa e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário do Senado Federal e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia. (Incluído pela Resolução n.º 25, de 2008).

É o Relatório.

II – Análise.

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à luz do disposto no inciso V do art. 15 do Código de Ética e Decoro Parlamentar e, ainda, em conformidade com o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar os aspectos de ordem constitucional, legal e jurídico do parecer proferido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos autos da Representação nº 1, de 2012, a fim de averiguar sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Nesse sentido, esta Comissão deve desempenhar seu papel constitucional de realizar o controle de constitucionalidade prévio, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios mais basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal.

Assim, tendo como ponto de partida que a análise constitucional é determinante e fundamento de validade das demais (legalidade e juridicidade), a abordagem conjunta se impõe para que melhor se compreenda toda a lisura formal do procedimento sob controle.

Afinal, a exigência de obediência à Lei é própria do pensamento republicano, conforme nos ensina Cícero, em passagem de sua obra “Da República” escrita no ano 54 a.c, já tornada célebre nos tratados de teoria política:

A coisa pública (res publica) é a coisa do povo, e por povo deve-se entender, não um agregado de homens unidos de qualquer maneira como num rebanho, mas um grupo numeroso de homens associados uns aos outros pela adesão à mesma lei e por uma certa comunidade de interesses.

Desse modo, entendo que é impossível separar o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório da análise do cumprimento das regras que regulam o processo disciplinar de perda de mandato parlamentar por conduta incompatível com o decoro. Explico: a ampla defesa se concretiza quando é dada

¹ **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** Curitiba: Positivo Informática, versão eletrônica da 4ª edição, 2008, itálico meu.

ciência às partes de todos os atos, quando os prazos são abertos e é dada a oportunidade das partes se manifestarem sempre que um ato processual possa interferir no patrimônio jurídico individual do representado.

Isso porque, não adianta viver sob uma nova ordem constitucional com a mentalidade do apego ao legalismo. É comum que jovens doutrinadores escrevam capítulos inteiros sobre o pensamento jurídico pós-positivista e, na hora de aplicar as regras, esqueçam da força normativa e irradiante da Constituição.

Desta feita, tendo a Constituição como norma que vincula axiologicamente todo o ordenamento infraconstitucional, este parecer será pautado pela chamada “filtragem constitucional”, determinando que, toda e qualquer lei ou norma regimental deva ser lida e compreendida à luz da Magna Carta².

Contudo, a competência da CCJ está circunscrita à aferição formal da regularidade do feito, pois conforme já assentado no Parecer nº 668-CCJ, de 2000 – referente à Representação nº 2, de 1999, cabe a esta Comissão “apontar eventuais falhas procedimentais ou deslizos no procedimento (...), que maculem a manifestação do conjunto dos Senadores sobre o mérito, decidindo pela perda ou não do mandato parlamentar”. (Diário do Senado Federal, 22/6/2000, p. 13538).

Por esse motivo, tenho que não seja possível, nesta oportunidade, manifestar sobre as questões fáticas e de mérito, até porque isso já foi feito pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, instância primeira, a quem compete, inicialmente, tal tarefa.

Com esse objetivo, passo à análise pormenorizada dos quesitos de competência desta Comissão de Constituição e Justiça, considerando que se trata de procedimento político-disciplinar *sui generis* em que não se aplica de maneira estrita o Código de Processo Penal.

II – A. O correto enquadramento da norma constitucional para perda de mandato por conduta incompatível com o decoro parlamentar.

Ao realizar o juízo de adequação procedimental em relação à Constituição da República, o primeiro ponto a ser focado diz respeito ao correto enquadramento do caso à hipótese normativa constitucionalmente prevista.

Em seu bem fundamentado parecer o Relator conclui, de maneira peremptória que:

(...) o Senador Demóstenes Torres teve um comportamento incompatível com o decoro parlamentar: percebeu vantagens indevidas; praticou irregularidades graves no desempenho do mandato, incidindo no disposto no art. 55, inciso II e § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, incisos II e III, e art. 11, inciso II, da Resolução-SF nº 20/1993 (fls. 9.660, vol. nº 35).

Por essa razão, opinou, nos termos do art. 17-I, § 2º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar pela procedência da Representação, votando pela decretação da perda de mandato do Senador Demóstenes Lázaro Xavier Torres, nos termos do projeto de resolução ofertado.

Como dito, seu parecer foi aprovado por unanimidade, passando a constituir-se parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

De plano, destaco que o fundamento normativo que embasou o parecer está plenamente adequado às determinações da Constituição, a qual, em seu art. 55, II e § 1º, dispõe expressamente que:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador :

.....
II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

.....
§1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

Posto isso, cabe averiguar, a partir da compreensão do significado da expressão “decoro parlamentar”, a abrangência semântica do texto constitucional. Para tanto, busco amparo na lição de José Afonso da Silva:

A Constituição é clara ao prever a perda de mandato de deputado ou de senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar (art. 55, II). Nem é necessário rebuscar doutrinas na busca de conceito preciso de ‘decoro parlamentar’. Esse é um daqueles conceitos abertos. Por isso é que a própria norma constitucional subordina seu entendimento, sua determinação, a uma declaração de incompatibilidade. Nesses termos, incompatível com o decoro é o comportamento assim reputado pela maioria absoluta dos membros da Casa (art. 55, § 2º). Certa ideia de ‘decoro’ sempre se tem, porque é signo linguístico ligado a comportamento ético; e, se se trata de decoro parlamentar, a ideia-guia é a de que se cuida de comportamento ético

² Sobre o tema, conferir: SCHIER, Paulo Ricardo. *Filtragem constitucional: construindo uma nova dogmática jurídica*. Porto Alegre: SAFE, 1991

*no exercício de sua função. (...) Faltar com a verdade em questões atinentes ao exercício da função parlamentar é certamente uma conduta incompatível com o decoro parlamentar, porque o Parlamento é uma instituição de representação popular que reclama conduta irrepreensível de seus membros. A Constituição mesma indicou como incompatíveis com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional e a percepção de vantagens indevidas.*¹

Compartilhando desse entendimento, Auro Augusto Caliman, citando Miguel Reale, explica que:

O parlamentar no Brasil, desde a Constituição de 1946, pode perder o mandato se o seu procedimento for julgado, pelos seus pares, incompatível com o decoro parlamentar. Miguel Reale esclarece o significado da palavra decoro que, ‘consoante sua raiz latina, significa conveniência, tanto em relação a si (no que toca ao comportamento próprio), como em relação aos outros; equivale, pois a ter e manter correção, respeito e dignidade na forma dos atos, de conformidade e à altura de seu status e de suas circunstâncias, o que implica uma linha de adequação e honestidade’.

*Referentemente à falta de decoro parlamentar, o jurista aponta como suporte a ‘falta de decência no comportamento pessoal, capaz de desmerecer a Casa dos representantes, bem assim, a ‘falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis, de forma inconveniente.*²

Ora, a própria Constituição, em seu art. 55, II, ao incluir a perda de mandato por conduta incompatível com o decoro parlamentar, internaliza no sistema constitucional um critério externo, a moral e a conduta ética, como balizas para determinação do mandamento normativo. Isso significa que, para além dos critérios estritamente jurídicos, a norma, para se realizar, demanda um conteúdo ético que lhe atribua sentido.

Por isso, nem mesmo a densificação decorrente do comando disposto no § 1º do art. 55 da Lei Maior – expressa no art. 5º da Resolução nº 20, de 1993 – permite que seja apurada a regra de aplicação direta que possa dar conta da complexa tarefa de tipificação do que seria procedimento de um membro do Congresso Nacional “incompatível com o decoro parlamentar”.

Daí a “textura aberta” do texto constitucional, como diria o jurista Herbert Hart, e a necessária discricionariedade política na definição do eticamente aceitável para fins de aferir o decoro.

³ SILVA, José Afonso. *Comentário contextual à Constituição*. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 424.

⁴ CALIMAN, Auro Augusto. *Mandato parlamentar*: aquisição e perda antecipada. São Paulo: Atlas, 2005, p. p. 136-137.

Sob este prisma, os fundamentos bem alinhavados demonstram o correto e constitucional enquadramento da medida de perda do mandato por conduta incompatível com o decoro parlamentar em relação ao Senador Demóstenes Torres.

II – B. Discricionariedade política na definição do decoro parlamentar.

Superado o primeiro requisito, para que seja possível aferir a constitucionalidade do procedimento em curso, cumpre estabelecer a quem incumbe a definição da quebra de decoro parlamentar.

Nesse contexto, a instabilidade conceitual e abertura do conceito de “decoro” acabam por reforçar a compreensão de juízo político da irregularidade de conduta parlamentar, uma vez que se trata de temática cuja sindicabilidade judicial é bastante restrita.

Daí porque, como explica Marco Aurélio Marraffon: *(...) impulsionado pelo movimento de constitucionalização e, se assim é possível dizer, eticamente compelido a um certo ativismo ante à falência política e à sociedade civil carente de implementação de direitos, o Judiciário não pode se abster de julgar materialmente as questões dilemáticas que lhe são propostas. No entanto, esses julgamentos não devem recair em manifestação da “vontade de potência” e consequente construção de um novo soberano, pois isso viola os próprios ideais do constitucionalismo moderno, fundamenta a ideia de racionalização, limitação e equilíbrio no exercício do poder.*³

Com efeito, trata-se de questão ínsita à independência e separação dos poderes, com vistas à consolidação de um modelo institucional equilibrado, no qual o sistema de freios e contrapesos atue como um mecanismo de controle recíproco, sem que haja subordinação de um Poder da República a outro.

Não sem motivo, a jurisprudência do STF se consolidou no sentido do resguardo da autonomia da instituição parlamentar e da competência que a Constituição lhe outorga para decidir sobre a permanência, ou não, de seus membros. Por conseguinte, o conceito de quebra de decoro parlamentar é considerado ato *interna corporis*, próprio do Poder Legislativo, o que impossibilita seu controle jurisdicional.

A falta de decoro, na lição de Gilmar Mendes *et alli*: *(...) enseja grande discricionarismo político à Casa Legislativa a que pertence o parlamentar. O STF vem-se recusando a reavaliar a motivação que levou a Casa Legislativa a cassar o parlamentar por falta de*

⁵ MARRAFON, Marco Aurélio. *Hermenêutica e complexidade nos 20 anos da Constituição*: momento para um equilíbrio prudente na atuação dos Tribunais. In: Sarmento, Daniel, *et al.* *Vinte anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro, Lumen júris, 2008.

*decoro, embora controla a observância de garantias formais, como a ampla defesa.*⁴

Destaque-se, ademais, que o fato de o Representado já estar sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal (“Inquérito nº 3.430”) não é razão para interdição ou suspensão do procedimento disciplinar. Bem assentou esta Comissão, no já citado Parecer nº 668, de 2000, que “a conduta parlamentar caracterizadora da quebra de decoro parlamentar prescinde de ser simultaneamente tipificada como um ilícito penal. E, ainda, sendo também tipo penal, nada impede o Poder Legislativo, que, no exercício de sua competência políticodisciplinar, apure e aplique uma sanção ao seu membro”. (Diário do Senado Federal, 22/6/2000, p. 13545).

Nesse sentido também já se manifestou o Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO: DEMISSÃO. ILÍCITO ADMINISTRATIVO E ILÍCITO PENAL. INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA: AUTONOMIA. PRESCRIÇÃO: Lei 8.112/90, art. 142. I. – Ilícito administrativo que constitui, também, ilícito penal: o ato de demissão, após procedimento administrativo regular, não depende da conclusão da ação penal instaurada contra o servidor por crime contra a administração pública, tendo em vista a autonomia das instâncias. II. – Precedente do STF: MS 23.401-DF, Velloso, Plenário. III. – Na hipótese de a infração disciplinar constituir também crime, os prazos de prescrição previstos na lei penal têm aplicação: Lei 8.112/90, art. 142, § 2º. Inocorrência de prescrição, no caso. IV. – Alegação de flagrante preparado: alegação impertinente no procedimento administrativo. V. – Mandado de segurança indeferido. (Tribunal Pleno, Mandado de Segurança n. 23242/SP, relator Min. Carlos Velloso, DJ do dia 17/05/2002).

Portanto, uma vez configurado que se tratam de instâncias autônomas, é absolutamente correto e constitucional o procedimento adotado pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar em dar prosseguimento ao processo de conduta incompatível com o decoro parlamentar de maneira independente em relação ao Inquérito nº 3.430– STF.

Nesse mister, entendo que o juízo político foi devidamente motivado, não havendo máculas de índole constitucional ou violação de garantia formal na aprovação do Relatório produzido pelo Senador Humberto Costa pugnando pela procedência da representação e consequente decretação da perda de mandato do Senador Demóstenes Lázaro Xavier Torres

6 MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Martires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 903.

II – C. Do pleno atendimento ao princípio da ampla defesa e do contraditório.

Alado do correto enquadramento constitucional realizado pelo Conselho de Ética e Decoro, verifica-se que, no presente caso também foram plenamente atendidos os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, que devem ser oportunizados na dimensão própria do processo disciplinar.

Segundo ensinamento de Hely Lopes Meirelles:

*Por ampla defesa deve-se entender a vista do processo ou da sindicância ao servidor acusado, com a faculdade de resposta e de produção de provas contrárias à acusação. Essa defesa poderá ser feita pessoalmente pelo servidor ou por advogado regularmente constituído, sem que os autos saiam da repartição em que tramitam. Não se exige para a punição disciplinar os rigores do processo criminal, nem do contraditório da ação penal, mas é necessário que se conceda ao acusado oportunidade de ilidir a acusação. Sem esta possibilidade de defesa a punição administrativa é nula, por afrontar uma garantia constitucional (CF, art. 5º, LV).*⁵

Assim, em cumprimento ao devido procedimento constitucional, o Representado foi devidamente assistido por advogado, teve acesso a todas as provas, bem como, ao direito de produzi-las dentro do juízo de conveniência do Colegiado, além do que, foi cientificado de todos os atos processuais, para os quais foi oportunizada a correspondente manifestação.

A decisão do Conselho foi corretamente fundamentada e ateu-se aos fatos apurados no desenvolvimento processual.

Com feito, da análise detalhada de toda a tramitação do processo disciplinar, resta claro o cumprimento da Constituição, das regras do Código de Ética e Decoro Parlamentar e do Regimento Interno desta Casa, demonstrando que foram satisfeitos os requisitos da ampla defesa e do contraditório, bem como foram devidamente obedecidas as determinações legais e regimentais, senão vejamos:

A Representação nº 1, de 2012, amparada no art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, o Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, tinha como substrato fático a suposta participação do Senador Demóstenes Torres em atividades ilícitas do empresário Carlos Augusto Ramos, conhecido como “Carlinhos Cachoeira”, a partir de investigações feitas pela Polícia Federal na denominada “Operação Monte Carlo”.

Estabelece o § 1º do art. 14 da citada Resolução nº 20, de 1993:

7 MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 35 ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 513. Nesses termos, inúmeros são os precedentes: STF, RDA 47/108; TFR, RDA 38/254; TJSP, RDA 45/123, 54/364; RT 261/365; TASP, RT 215/297, 270/632”

Art. 14
 § 1º Apresentada a representação, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao exame preliminar de sua admissão no prazo de cinco dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:
 I – se faltar legitimidade ao seu autor;
 II – se a denúncia não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;
 III – se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.

No dia 10 de abril, durante a 1ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o seu Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, na forma do dispositivo acima transcrito, admitiu a representação, determinando, na forma do art. 15 do mesmo Código, o seu registro e autuação e a notificação do representado para que, no prazo de dez dias úteis contados da intimação pessoal ou por intermédio de seu gabinete no Senado Federal, apresentar a sua defesa prévia.

No mesmo dia, foi expedido o Ofício CEDP nº 23, de 2012, do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, comunicando ao Senador Demóstenes Torres que foi admitida a Representação nº 1, de 2012, apresentada pelo Partido Socialismo e Liberdade, em face de Sua Ex^a., notificando-o para apresentar defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de acordo com o disposto no art. 15, inciso II, da Resolução nº 20 do Senado Federal, de 1993. Consta do documento o recibo do Senador Demóstenes Torres, datado de 11 de abril de 2012, às 12h10.

No dia 12 de abril subsequente, obedecendo ao que determina o inciso III do art. 15 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, foi designado relator, mediante sorteio, o Senador Humberto Costa.

Dentro do prazo regimental, o Senador Demóstenes Torres apresentou a sua defesa prévia e, no dia 3 de maio de 2012, na forma do art. 15-A da Resolução nº 20, de 1993, o Relator apresentou, perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, seu Relatório Preliminar pela admissibilidade da Representação nº 1, de 2012, consignando a existência de elementos que apontavam para indícios de prática de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, que tornam o Senador Demóstenes Torres sujeito à perda de seu mandato.

Na forma do mesmo dispositivo, o Conselho, em votação nominal e aberta, no dia 8 de maio subsequente, por unanimidade dos seus membros, aprovou o relatório preliminar, dando início ao Processo Disciplinar,

conforme decisão publicada no dia 9 de maio de 2012, nos termos do § 4º do art.15-A, da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.

Iniciado o Processo Disciplinar, o Conselho, conforme o art. 17-A da Resolução nº 20, de 1993, passou à instrução probatória.

No dia 10 de maio de 2012, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procedeu à votação de doze requerimentos apresentados pelo Relator para a necessária instrução processual, nos moldes preconizados no art. 17-A a 17-E, da Resolução nº 20, de 1993.

Foram, então, expedidos ofícios solicitando informações a diversos órgãos e entidades e ouvidas as testemunhas arroladas.

No dia de 5 de junho seguinte, o Conselho apreciou o requerimento de realização de prova pericial, apresentado pela defesa, indeferindo-o, nos termos de parecer do Senhor Relator.

Em conformidade com o art. 17-I, da Resolução nº 20, de 1993, a instrução probatória foi declarada encerrada em 12 de junho de 2012, após o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decretar, ouvido o Plenário deste Colegiado, a prejudicialidade do requerimento de renovação de pedido de perícia, apresentado pela defesa.

Na mesma data, foi comunicado ao Procurador constituído pelo Senador Demóstenes Torres, Dr. Antônio Carlos de Almeida Castro, que o Representado estava intimado, também na forma do art. 17-I do Código de Ética e Decoro Parlamentar, para apresentar alegações finais no prazo de 3 (três) dias úteis.

Antes da conclusão desse prazo, no dia 14 de junho, o Senador Demóstenes Torres impetrou, no Supremo Tribunal Federal, o Mandado de Segurança nº 31.404, distribuído à relatoria da Ministra Carmen Lúcia.

Em seu pedido, Sua Excelência sustentou cerceamento de defesa, no que tange à produção de prova pericial, e a inobservância de formalidades regimentais tendo a relatora denegado a liminar no dia subsequente, em despacho lapidar, do qual vale transcrever as partes que se seguem:

16. No caso em exame, os argumentos desenvolvidos na petição inicial não se dotam da relevância jurídica legalmente estatuída, pois a simples constatação de que a fase instrutória já havia se encerrado quando do segundo requerimento de produção de prova pericial demonstram, de pronto, inexistir liquidez e certeza no alegado direito do Impetrante, que teria sido pretensamente violado.

17. Em efeito, há regramento específico sobre até quando se admite, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, a apresentação de documentos novos e, por óbvio, de requerimento de

produção de prova, não havendo cogitar, assim, na aplicação subsidiária de outra legislação na espécie.

18. O encerramento da fase instrutória da Representação nº 1/2012, questão da alçada exclusiva do Relator (art. 17-I do Código de Ética), ocorreu no mesmo dia em que designada a 15ª Reunião do Conselho de Ética (dia 12.6.2012), conforme realçou, então, o Presidente do Conselho de Ética [...]

19. Assim, nesse juízo precário de delibação, característico do exame de liminar, conclui-se que os vícios apontados pelo Impetrante relativamente à reunião do Conselho de Ética do dia 12.6.2012 resultaram de deliberação sobre a qual o Impetrante sequer tinha o direito de provocar, tornando despidendo, assim, o enfrentamento da matéria.

20. Nem se alegue que o próprio Conselho de Ética teria, pelos termos da comunicação de 5.6.2012 (Ofício CEDP n. 341/2012), autorizado esse pleito do Impetrante.

O documento encaminhado ao representado em cumprimento ao art. 16 da Resolução n. 20/1993 do Senado Federal, que determina a sua intimação, pelo respectivo gabinete do Senado Federal ou por intermédio de procurador, tinha a finalidade de fazê-lo acompanhar todos os atos do processo disciplinar.

Assim, o Impetrante foi comunicado da previsão de reunião do Conselho de Ética no dia 12.6.2012, 'destinada à definição de cronograma de trabalho do Conselho e votação de requerimentos que porventura sejam apresentados'.

Por esse documento, os requerimentos autorizados para a apresentação do Impetrante e votação do Conselho de Ética naquela sessão seriam aqueles que suscitasse questões sobre a definição do cronograma de trabalho do Conselho na Representação n. 1/2012 [...]

21. Posto de forma clara o objetivo da reunião, os requerimentos então apresentados teriam de se referir àquela finalidade. Daí a impropriedade na renovação do pedido de produção de prova pericial naquele momento, tendo o Impetrante requerido, ainda, que a votação do relatório final ocorresse somente após o decurso de dez (10) dias úteis a contar da sua apresentação.

22. Quanto a esse tema, ainda que atinente ao cronograma de trabalho do Conselho de Ética, o Impetrante não logrou demonstrar, de forma clara e incontestável, como a interpretação conferida pelo Conselho ao caput do art. 17-I do Código de Ética e

Decoro Parlamentar, no sentido da possibilidade de apresentação e votação do relatório final na sessão marcada para o próximo dia 18.6 (segunda-feira), violaria algum direito seu.

23. No ponto, o Impetrante limita-se a afirmar que o "premature agendamento denota claramente que o Senador relator [HUMBERTO COSTA], ao que parece, não pretende levar em consideração qualquer consideração defensiva que será aposta em alegações finais, num evidente prejulgamento que, salvo melhor juízo, parece atender a inclinações políticas nocivas à presunção de inocência".

O argumento revela mero exercício de futurologia (parece...não pretende...que será posta ...), imprestável para fundamentar deferimento de liminar em mandado de segurança em face da carência do relevo jurídico da exposição.

Tratando o item de controvérsia derivada de interpretação de normas regimentais, sem a demonstração clara e objetiva de ofensa a direito subjetivo, está-se diante de matéria configuradora de ato interno corporis, imune ao controle judicial (v.g., Mandado de Segurança n. 24.356, Relator o Ministro Carlos Velloso, Plenário, DJ 12.9.2003).

Também quanto ao tema, portanto, carente de relevância jurídica é a exposição dos interesses do Impetrante, que não cumpre os requisitos legais conducentes à pretensão liminar".

Vale, aqui, ainda registrar que o Senador Demóstenes Torres impetrou, posteriormente, pedido de reconsideração do indeferimento da liminar, também negado pela relatora no dia 21 de junho de 2012, nos seguintes termos:

5. A decisão que se requer seja reconsiderada há de ser mantida por fundamentar-se em elementos jurídicos específicos e firmes.

Diversamente do que alega o Impetrante no novo requerimento, a decisão que se requer seja reconsiderada não incorreu em omissão sobre ponto essencial para o deslinde da controvérsia nesta fase preliminar da ação.

O indeferimento da medida liminar pautou-se, entre outros fundamentos, em dois pontos essenciais.

Primeiramente, na circunstância de ser o julgador o destinatário natural da prova, a ele competindo decidir sobre a conveniência e a oportunidade de sua produção, podendo indeferi-la para evitar a prática de atos inúteis e protelatórios, desde que o faça fundamentadamente. A motivação do indeferimento deu-se na espécie, conquanto contrária à pretensão do Impetrante.

Em segundo lugar, na constatação de que o requerimento, reiterando o pedido de prova técnica pericial, foi formulado após o encerramento da fase instrutória, bastante portanto a autorizar o seu não conhecimento pelo órgão.

Realcei no exame da medida liminar que o encerramento da fase instrutória da Representação n. 1/2012, questão da alçada exclusiva do Relator (art. 17-I da Resolução n. 20/1993), ocorreu no mesmo dia em que designada a 15ª Reunião do Conselho de Ética (dia 12.6.2012), pelo que já não mais podia o Impetrante requerer novas provas, tampouco restabelecer o debate sobre prova cuja produção havia sido antes indeferida pelo relator.

Daí decorre que o Impetrante não demonstra, de plano, tenha qualquer direito de, naquela oportunidade, provocar a deliberação do Conselho de Ética e de Decoro Parlamentar sobre pedido extemporâneo e impertinente em relação à matéria a ser tratada da 15ª Reunião, “destinada à definição de cronograma de trabalho do Conselho e votação de requerimentos que porventura fossem apresentados” (Of. CEDP n. 341/2012).

Como é certo e está patenteado pelos documentos do processo, os requerimentos a serem apresentados, eventualmente, e sobre os quais haveria de se debruçar o Conselho não poderiam ser diversos do objeto da reunião, a dizer, a definição de cronograma de trabalho.

E como se tem daqueles documentos acostados pelo Impetrante, estava acabada a fase instrutória quando de seu pleito perante o Conselho, pelo que não se haveria de conceber como juridicamente sustentáveis requerimentos que não cuidassem do precípuo objeto da reunião, qual seja, repita-se, a fixação do cronograma de trabalho a ser seguido a partir do fim da instrução.

Essa constatação tornou prescindível, no momento da apreciação da medida liminar, o aprofundamento do exame da matéria referente ao alegado vício no quórum para a votação sobre seu requerimento, por não apresentar relevância jurídica de fundamento suficiente a conduzir a resultado diferente sobre o pleito de liminar.

Se o requerimento sobre o qual se debate não tinha o condão de restaurar a fase de instrução probatória, eventual vício no procedimento de votação mostra-se argumento incapaz de alterar a conclusão sobre a matéria nesta fase liminar, sem prejuízo, como apontado na decisão prolatada inicialmente, de novo exame, então de mérito, da presente ação”.

Ou seja, verifica-se, das firmes manifestações da Ministra Carmen Lúcia, a correção das ações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no tema.

Em vista do indeferimento da liminar, o Senador Demóstenes Torres apresentou, no prazo, as suas alegações finais.

Entretanto, cabe registrar, também, que, paralelamente ao Mandado de Segurança nº 31.404, o Se-

nhor Senador Demóstenes Torres protocolizou, no dia 15 de junho, novo writ, que recebeu o nº 31.407 e foi distribuído, por prevenção, à Ministra Carmen Lúcia.

No pedido requereu fosse deferido pedido liminar para determinar

(...) a suspensão do curso da Representação nº 01/2012 (...) até o julgamento definitivo do mérito do presente mandado de segurança” e, alternativamente “à Presidência da Mesa e/ou à Presidência do Conselho de Ética, ambas do Senado Federal, que cumpra o disposto no art. 17-I, do Código de Ética do Senado Federal, designando data para apreciação do relatório final pelo Conselho em estrita observância ao prazo de 10 (dez) dias, contados da entrega do referido relatório (...)

e no mérito, que seja concedida a ordem para reconhecer a nulidade da designação da data de 18 de junho de 2012 para confirmar o provimento liminar no sentido de que seja respeitado o prazo do art. 17-I do Código de Ética e Decoro do Senado Federal e, assim, o princípio devido processo legal.

Em razão da ausência, devidamente certificada, da Ministra Carmen Lúcia, os autos foram encaminhados ao Ministro Dias Toffoli, para apreciação do pedido liminar, na forma do art. 38, I, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

O Ministro Toffoli, em alentado voto, afasta, inicialmente as alegações da impossibilidade de o tema ser conhecido pelo Poder Judiciário, registrando que:

(...) a Suprema Corte assentou o entendimento de que, em processo cuja instauração e decisão final sejam de natureza eminentemente políticos – portanto, não suscetíveis a controle judicial-, cabe ao Poder Judiciário a análise de seu processamento sempre que se alegue violação ou ameaça de direito das partes.

Sua Excelência também se socorre do magistério de Miguel Seabra Fagundes, na página 179 do seu O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário:

71. Pela necessidade de subtrair a Administração Pública a uma prevalência do Poder Judiciário, capaz de capaz de diminuí-la, ou até mesmo de anulá-la em sua atividade peculiar, põe-se a restrição à apreciação jurisdicional dos atos administrativos, no que respeita à extensão e consequências. Quanto à extensão, restringe-se o pronunciamento jurisdicional à apreciação do ato, no que se refere à conformidade com a lei. Relativamente às consequências, limita-se a lhe negar efeito em cada caso especial. Por isso o pronunciamento do órgão jurisdicional nem analisa o ato do Poder Executivo, em todos os seus aspectos, nem o invalida totalmente.

72. Ao Poder Judiciário é vedado apreciar, no exercício do controle jurisdicional, o mérito dos atos

administrativos. Cabe examiná-los, tão somente, sob o prisma da legalidade. Este é o limite do controle, quanto à extensão.

O eminente magistrado continua citando o mestre em seu despacho para registrar que:

Miguel Seabra Fagundes destaca que, no estudo da função jurisdicional para a realização do direito positivado no ordenamento jurídico brasileiro, sobressai não apenas a “realização do direito pela individuação da lei”, “mas o momento em que é chamada a intervir (...), o modo e a finalidade, por que interfere no processo realizador do direito” (p. 12).

Assim, segundo SEABRA Fagundes, nas páginas 15 a 17 da mesma obra, são, assim, três os seus elementos específicos:

a) como momento do seu exercício – uma situação contenciosa surgida no processo de realização do direito;

b) como modo de alcançar sua finalidade – a interpretação definitiva do direito controvertido;

c) como finalidade do seu exercício – o trançamento da situação contenciosa, consequência necessária da interpretação fixada.

Assim, continua o Ministro Toffoli:

(...) cabe ao magistrado, em juízo de estrita delibação, apreciar se as alegações exaradas pelo autor na peça vestibular estão fundamentadas em razões lógicojurídicas amparadas em direito previsto no ordenamento jurídico e que, no caso concreto, reclamam proteção cautelar pelo Poder Judiciário.

Passando a decidir, afirma o relator:

É por estar ciente dessa realidade [parlamentar] que também entendo haver plausibilidade jurídica ao argumento do impetrante no tocante à necessidade de que seja observado um intervalo entre a apresentação da primeira parte do parecer final do Senador relator do processo disciplinar e a deliberação colegiada acerca dos fatos possíveis de levarem à perda do mandato, bem como da violação ao direito à ampla defesa e ao contraditório, ante a possibilidade de deliberação já no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo para apresentação de alegações finais pela defesa. Muito mais, quando o prazo da defesa caiu em uma sexta-feira e a votação foi designada para a segunda-feira imediatamente seguinte.

Não se nega que o prazo de 10 (dez) dias úteis não é preclusivo do dever do Conselho de Ética e Decoro de analisar representação proposta em face de senador por fatos tipificados no diploma normativo respectivo como sujeitos às penalidades regimentais. Em outras palavras, não há nulidade na deliberação colegiada do Conselho em sessão marcada para depois

de esgotado o prazo inscrito no art. 17-I do Código de Ética e Decoro do Senado Federal.

Sob esse aspecto, é possível afirmar que o prazo é fixado em ato normativo como parâmetro para a prática do ato pela autoridade julgadora, após o qual não haverá nulidade acaso praticado.

A norma, no entanto, é questionada não sob a perspectiva dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, mas por senador representado perante o Conselho, o qual alega violação ao princípio do due process of law e cerceamento do direito à ampla defesa, o qual será comprometido em razão (i) da ausência de tempo suficiente para a análise dos argumentos expendidos nas alegações finais da defesa, cujo prazo encerrou-se no dia 15/6/2012 (sexta-feira), e a apresentação do parecer pelo relator e votação pelo Conselho do relatório final, marcada para ocorrer no dia 18/6/2012 (segunda-feira), e (ii) do tempo abreviado entre a ciência da parte descritiva do parecer elaborado pelo relator e a apresentação de defesa oral na sessão deliberativa do relatório final do processo disciplinar pelo Conselho.

Em vista disso, no dia 18 de junho de 2012, deferiu:

(...) em parte o pedido liminar para que seja garantido ao impetrante que a deliberação acerca do parecer final do processo disciplinar contra ele aberto seja realizada em sessão que deve ocorrer em no mínimo três dias úteis de interstício contados após a divulgação pública da “primeira parte” do parecer do relator (art. 17, I, § 1º) com as devidas comunicações e intimações para se garantir o exercício do contraditório e da ampla defesa, entre estes, em especial, aqueles previstos no art. 17-O da resolução. Esta decisão compreende também o tempo hábil para que os demais membros do Conselho tenham acesso às razões apresentadas em alegações finais (cujo prazo encerrou-se em 15/6/2012 – sexta-feira), bem como ao contido na Primeira Parte do referido relatório final, tudo de molde a se concretizar de fato o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Em cumprimento ao despacho exarado pelo Ministro Dias Toffoli, na sua reunião do dia 18 de junho de 2012, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se limitou a conhecer a primeira parte do relatório do Senador Humberto Costa sobre a Representação nº 1, de 2012.

No dia 25 subsequente, então, seguiram-se os procedimentos previstos no art. 17-O da Resolução nº 20, de 1993. Nessa reunião, foi dada a palavra ao patrono do Senador Demóstenes Torres, pelo tempo regimental, para a defesa oral, seguindo-se a leitura do voto do relator que, em face do disposto no art. 55,

inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, incisos, II e III e art. 11, inciso II, da Resolução nº 20, de 1993, opinou, nos termos do art. 17-I, § 2º, da Resolução nº 20, de 1993, com a redação que lhe foi dada pela Resolução nº 25, de 2008, pela procedência da Representação nº 1, de 2012, e, em consequência, pela decretação de perda do mandato do Senador Demóstenes Lázaro Xavier Torres, nos termos do projeto de resolução que apresentou.

Após os debates, passou-se à votação pelo processo nominal. O relatório foi aprovado com quinze votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção, passando a constituir Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Desse longo, mas necessário relato, conclui-se pela absoluta compatibilidade dos procedimentos adotados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com as normas regimentais pertinentes e com os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Em todos os momentos, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se preocupou em interpretar as normas da forma mais favorável ao representado, nunca negando a palavra a ele ou ao seu procurador, mesmo quando os dispositivos regimentais não previam essa possibilidade de forma expressa.

Vale ressaltar que esses procedimentos, por iniciativa do próprio representado, foram, em mais de uma oportunidade, examinados pelo Excelso Pretório, e alterados em uma delas, quando a decisão foi estritamente cumprida pelo Conselho.

Desta feita, resta plenamente configurada a absoluta regimentalidade e lisura de todo o processo disciplinar, com atendimento dos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa, cumprimento, de maneira veemente, o quesito a ser analisado por esta Comissão.

II – D. Legitimidade ativa e juridicidade

No âmbito da juridicidade, verifica-se a utilização da forma adequada para alcançar o objetivo pretendido, tendo em vista que a Representação nº 1, de 2012, foi oferecida por iniciativa de partido político perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, consoante o disposto no *caput* do art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).

Por sua vez, o relatório final – que sucedeu o exame preliminar da admissão da representação, seu registro e autuação, notificação do representado, defesa prévia, designação de relator, relatório preliminar, instauração do processo, instrução probatória e alegações finais –, ao acolher os termos da representação, considerou as condutas que foram imputadas ao representado incompatíveis com o decoro parlamentar,

oferecendo, em suas conclusões, o projeto de resolução apropriado para a declaração da perda de mandato, com a finalidade de ser esse instrumento legislativo posteriormente utilizado para a apreciação da perda do mandato do representado pelo Plenário desta Casa, por voto secreto e maioria absoluta, observada a ampla defesa, a teor do disposto no § 2º do art. 55 da Constituição Federal.

Note-se que a resolução é a proposição legislativa adequada para a perda de mandato de Senador, consoante o que preceitua o § 2º do art. 17-I do Código de Ética e Decoro Parlamentar, sendo capaz de inovar a ordem jurídica e dotada de potencial coercitividade.

Nesses termos, verifica-se que o Relatório Final do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao apreciar a Representação nº 1, de 2012, contra o Senador Demóstenes Torres, efetivamente atendeu ao crivo da juridicidade.

III – Voto

Diante do exposto, manifesto-me pela inexistência de vícios de constitucionalidade, legalidade e juridicidade no processamento da Representação nº 1, de 2012, em razão do que voto por sua admissibilidade, e, em consequência, pelo encaminhamento à Mesa Diretora do Senado Federal do Projeto de Resolução respectivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, questão de ordem, pelo art. 403.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Questão de ordem levanta o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, a questão de ordem que levanto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Qual o artigo? Qual o artigo, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Quatrocentos e treze.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quatrocentos e três. Quatro, zero, três, sobre a ordem dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Excelência.

A questão de ordem que levanto, Presidente, é sobre o encaminhamento dos trabalhos, obviamente, sei que V. Ex^a concederá agora a palavra à Defesa para fazer a sua sustentação. Encontra-se no plenário desta CCJ o Deputado Federal Ivan Valente, Pre-

sidente Nacional do Partido Socialismo e Liberdade, do qual, com muita honra, também faço parte. S. Ex^a é o autor da presente Representação. Eu consulto à Mesa, consulto V. Ex^a se seria possível, após a fala da Defesa, ter espaço para a sustentação do Deputado Ivan Valente na condição de autor da Representação movida e que é objeto da análise desta Comissão de Constituição e Justiça, objeto também do parecer do Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, lamentavelmente, nós não temos nenhum amparo no Regimento. O PSOL está representado por V. Ex^a, que é Senador da República, portanto, não há como atender à questão de ordem.

V. Ex^a é Líder do PSOL e Senador da República aqui nesta Comissão, portanto, V. Ex^a terá a palavra. Peço desculpas ao Presidente Ivan Valente, mas não encontro amparo regimental para conceder a palavra a não ser a V. Ex^a, como Senador e como Líder do PSOL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Agradeço e já me inscrevo logo após a sustentação da douta Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a está inscrito, mas vamos obedecer ao que determina o art. 14,...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –... já dou a palavra a V. Ex^a, o art. 14, do Regimento Interno, que diz que, nas discussões de proposição, de acordo com o art. 273, os Srs. Senadores usarão da palavra uma só vez, uma única vez, por dez minutos.

O Senador Pedro Simon pede a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu peço desculpas a V. Ex^a, mas, pela importância, eu pergunto se será possível, nós estamos na Comissão de Constituição e Justiça.

Os jornais publicam hoje uma manchete que PT e PSDB construíram um pacto para sepultar a CPI do Cachoeira. Acho esse um assunto da maior gravidade. Com toda a sinceridade, eu acho que comportava marcar uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça para discutir essa matéria. Não estou falando agora, apenas V. Ex^a marcaria uma reunião. Eu estou disposto a ingressar no Supremo, fazer alguma coisa, porque é o limite, já se viu fazer esses acordos, essas coisas já aconteceram...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) –... oficializar da maneira que está sendo oficializado é

algo que, sinceramente, a Comissão deve fazer alguma coisa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, para contestar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon... Deixe só eu responder o Senador Pedro Simon; depois dou a palavra a V. Ex^a.

Senador Pedro Simon, com todo o respeito a V. Ex^a, nós vamos nos ater aqui exclusivamente, nesta reunião,...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Por amor de Deus, Sr. Presidente, nem eu quero o contrário. Eu estou pedindo a V. Ex^a que, posteriormente, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu entendi, mas eu só deliberarei qualquer assunto após tratarmos desse assunto específico.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, só quero dizer que isso é um absurdo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A finalidade única da...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...e que eu quero repudiar, em nome do PSDB, essa insinuação!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, eu vou dar a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Isso é um absurdo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, Senador Alvaro Dias, com o devido respeito a V. Ex^a, nós vamos tratar exclusivamente da Representação nº 1, de 2012, de que estamos tratando neste momento.

Após ouvir o relatório do Senador Pedro Taques, eu vou pedir a atenção dos senhores, agradecendo as assessorias que estão extremamente calmas no dia de hoje. Eu vou dar a palavra aos Srs. Senadores, regimentalmente, de acordo com o art. 14, por dez minutos, como determina...

O SR. ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Sr. Presidente, a defesa pede a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dr. Antonio Carlos de Almeida Castro, regimentalmente, V. Ex^a não teria aqui o direito à defesa... Aliás, o direito à fala, à palavra – à defesa, V. Ex^a tem direito sempre. Como o Senador Demóstenes Torres encontra-se ausente, eu vou conceder a palavra a V. Ex^a pelo mesmo tempo regimental que vou conceder aos Srs. Senadores. Portanto, vou dar a palavra a V. Ex^a para que V. Ex^a utilize da palavra aqui, ampliando mais ainda o direito de defesa. A Comis-

são teve todo esse cuidado. Nós somos aqui, Senador Armando Monteiro, os guardiões do Regimento e da Constituição brasileira. Para que não haja qualquer discussão do assunto “direito de defesa”, eu vou dar a palavra a V. Ex^a.

V. Ex^a poderá fazer uso da palavra aí ou poderá fazer uso da palavra aqui, na mesa, se assim desejar, para ficar de frente aos Senadores. V. Ex^a prefere falar daí ou V. Ex^a quer falar daqui?

O SR. ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Prefiro falar da tribuna, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Então, V. Ex^a se desloque até à mesa. E o tempo só começará a contar quando eu der a palavra a V. Ex^a aqui, na mesa. (*Pausa.*)

Tem a palavra V. S^a, o advogado de defesa do Senador Demóstenes Torres, por até dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Sr. Presidente Eunício Oliveira, Exm^o Sr. Relator Pedro Taques, nosso Corregedor, o Senador Vital do Rêgo, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, colegas de bancada de defesa, demais pessoas presentes, primeiro, quero ressaltar a fidalguia e o cuidado com que não só o Presidente do Conselho como V. Ex^a, agora, na CCJ, tiveram com a defesa, garantindo o necessário e constitucional direito à ampla defesa, já fazendo um breve requerimento se eu precisar de mais alguns minutos. Tendo em vista que a acusação foi meia hora, pelo princípio da igualdade e da paridade de armas, até porque tenho como relator um insigne representante do Ministério Público anteriormente, um homem culto, com grande conhecimento jurídico, eu pediria, então, a paciência de V. Ex^a. Mas procurarei ser breve.

Quero iniciar dizendo que, quando vi o Senador Demóstenes se levantar do plenário, um plenário vazio, para ocupar a tribuna, ocorreu-me na hora um verso, em citação do velho Fernando Pessoa, meu companheiro inseparável da vida toda, no seu livro *Desassossego*, quando ele diz: “Ergo-me da cadeira com esforço monstruoso, mas tenho impressão de que levo comigo a cadeira e que é mais pesada, porque é a cadeira do subjetivismo”.

Digo isso, senhores, porque sou um advogado forjado no diálogo e no contraditório. Evidentemente, a nossa advocacia se dá junto ao Poder Judiciário, onde a necessidade da prova se faz evidente. A presunção de inocência, a necessidade do devido processo legal, da ampla defesa. E é trabalhando a prova que o advogado faz a sua história.

Aqui, tenho dito, desde o início, que sei que esta é uma Casa soberana. Este é um processo político. Assim diz a Constituição, a Jurisprudência e assim eu entendo, inclusive, que deva ser, evidentemente.

O julgamento gravíssimo de tirar da Casa do povo, seja do Senado Federal, seja da Câmara dos Deputados, há que ser feito com o devido processo legal, como está feito. Eu farei alguns reparos aqui, ao longo da minha fala, mas há que ser feito, sim, com a consciência de cada um de V. Ex^{as}, para que possa, esse cidadão que esteve e está aqui representando mais de dois milhões de eleitores, ser julgado pelos seus Pares de uma forma limpa, correta, transparente.

A transparência, Excelências. Tenho dito que no caso concreto – embora ele quisesse até que eu não tocasse no assunto, o Senador Demóstenes – no caso concreto a Constituição prevê – e o que nós temos feito aqui é lutar para que a Constituição seja seguida à risca – o voto secreto do Plenário.

Sabem V. Ex^{as} que quando do julgamento do Conselho, a defesa bateu, pediu, requereu que esse processo fosse levado ao Plenário, cumpridos os ritos constitucionais. Porque eu digo: o voto é político, o voto é de consciência de V. Ex^{as}, mas o processo – entende o Supremo Tribunal Federal – há de cumprir os ritos constitucionais. É por isso que a defesa às vezes se bateu, foi inclusive ao Supremo Tribunal Federal. E S. Ex^a o Relator, com muita fidelidade e lealdade, leu o voto contrário a um dos mandatos de segurança e leu o voto favorável a um dos mandatos de segurança que a defesa impetrou junto ao Supremo, porque essa é a dialética do Poder Judiciário.

Às vezes se leva a matéria ao Pleno do Supremo e fica seis a cinco. Eu digo, com toda sinceridade, Senador Humberto Costa, que gostaria muito de impetrar um novo mandato de segurança para discutir essa apelação do âmbito temático da acusação.

Tenho dito que o primeiro direito de defesa do cidadão é ser bem acusado, por paradoxal que possa parecer. O Estado, aqui representado também pela acusação, tem o dever de falar exatamente a acusação para que depois a defesa fale. No caso, entendo que houve um transbordamento do ombro temático da acusação. A defesa não pôde se manifestar, porque entendeu-se que era suficiente e bastante o entendimento, naquele momento, da – que eu chamo de – acusação do voto de S. Ex^a.

Mas o Senador Demóstenes Torres pediu que eu não fosse por três ou quatro vezes o vício do advogado, o vício da liberdade, o vício de querer cumprir a Constituição. Fez com que apresentássemos uma peça pronta, para que pudesse bater ao Supremo Tribunal. Não, absolutamente, diz respeito a esta Casa. Ao contrário. Essa é a beleza da democracia. É a independência dos Poderes. S. Ex^a Ministra Carmen Lúcia entendeu que era matéria *interna corporis*. S. Ex^a Ministro Toffoli

entendeu que não. É disso que se faz a democracia e é disso que venho falar a V. Ex^{as}.

Por isso que sei e defendo, desde o primeiro dia desse processo, desse inquérito, que é óbvio que as instâncias são independentes; que é óbvio que aqui se julgue e aqui vá se cumprir. E contra a decisão do Plenário de V. Ex^{as}, Sr. Relator, Sr. Presidente, não há recurso. Entendo que não há recurso porque não tem que ser fundamentado.

Mas eu fiz o pedido de reflexão, no início. Nós temos uma reclamação no Supremo que é grave, que interessa a todos. Nós podemos ser contra, eu repito, o foro de prerrogativa, mas enquanto o foro de prerrogativa existir tem que ser cumprida a determinação constitucional.

Nós temos uma determinação que poderá anular, em relação ao Senador, absolutamente todo o inquérito. É claro que aqui tem independência e não é disso que se trata a matéria de fundo que eu tenho a honra de trazer a V. Ex^{as}, mas eu fiz uma reflexão. Imaginem V. Ex^{as} um juízo positivo de cassação e um mês depois o Supremo Tribunal liquidar com esse inquérito, dizendo que as provas são ilegítimas, ilegais, colhidas com burla à Constituição?

A indagação que eu fiz permanece. É correto julgar um Senador da República baseado em prova ilegal? Excelências, volto a dizer que infelizmente não pudemos fazer a contradição, o enfrentamento técnico dessas provas que são tão somente escutas telefônicas. E além de colhidas de forma ilegal e inconstitucional, nós temos gravíssimas observações a fazer sobre algumas passagens dessas escutas telefônicas.

Disse, mais uma vez, que a principal pessoa do processo penal brasileiro, hoje, é o tira hermeneuta; é quem faz a interpretação, durante meses a fio, de conversas, para depois trazer, seja ao Poder Judiciário, seja a V. Ex^{as}. E digo mais: nesse caso concreto, tenho denunciado, inclusive, junto ao Procurador-Geral da República, o vazamento criminoso diário dirigido, para que tornasse esse processo um prejulgamento que é inconcebível no Estado democrático de direito.

Hoje mesmo, pela manhã, fui surpreendido com o Senador me ligando, aflito, porque saiu uma nota numa coluna respeitada, de um jornalista conhecido, dizendo que o Senador havia dito que, ontem, vários Senadores foram ao seu gabinete, inclusive a ilustre Senadora Marta Suplicy, e ainda com uma observação dele de que teria sido boa a conversa. Ora, Excelências, isso, absolutamente, não é verdade. Não tenho que pedir desculpa a V. Ex^a, Senadora, porque nós não temos responsabilidade nisso. Quem tem que pedir desculpa é quem vazou essa informação falsa. Seria bom fazer essa pergunta. É claro que não tinha

a obrigação de abrir o sigilo da fonte, mas deve estar aí a origem desses vazamentos criminosos. Seria pouco inteligente. Primeiro, que V. Ex^a não esteve lá. V. Ex^a sequer falou com ele, eu sei disso. Segundo, que não teve nenhum Senador que fosse ao gabinete do Senador Demóstenes, até porque é difícil hoje ir ao gabinete do Senador Demóstenes. E, se tivesse ido, seria uma forma de inteligência absurda que alguém tivesse dito isso. Rigorosamente, isso não ocorreu.

Em que contexto, Excelência, se dá essa nota? Não por maldade, evidentemente, do jornalista, mas se dá no contexto de indispor cada vez, de indispor frequentemente, diariamente, o Senador da República, com prejulgamentos. Volto a lembrar, e aí eu volto a citar o relator do processo do Conselho, que num dado momento, talvez, tenha sido o momento que a defesa mais se incomodou, em dado momento, Sr. Presidente Eunício Oliveira, antes de terminar a defesa, antes de apresentar a defesa. Aqui não é uma defesa formal não.

Eu não tenho a pretensão de mudar o voto de V. Ex^{as}, mas eu tenho a pretensão de defender – e faço, com muita honra – um Senador da República, de vir cumprir o devido processo legal, de cumprir o rito constitucional. Num dado momento, S. Ex^a o relator, no Conselho, disse que não precisava, que poderia terminar naquele momento, que já tinha opinião formada. Quando V. Ex^{as} estão aqui, me permito dizer, sem atrevimento, talvez, com ousadia, que V. Ex^{as} estão se portando como juízes, e como juízes, com a devida vênua, podem e devem se manifestar. Naquele momento, a defesa não tinha se manifestado. Como é que pode ter um prejulgamento?

Por isso, naquele momento, Senador Humberto Costa, coloquei com lealdade isso junto ao Conselho. E agora, vendo que a defesa continua sofrendo esse massacre por parte desses vazamentos, eu me lembro novamente de Fernando Pessoa no Livro do Desassossego, que diz: “Quem sou eu para mim? Sou uma sensação minha. O meu coração esvazia-se sem querer, como um balde roto. Pensar, sentir. Como tudo cansa, se é uma coisa definida.”

Eu tenho a convicção, Srs. Senadores, que não é uma coisa definida. Nós estamos aqui tratando, talvez, da questão mais séria da vida de um homem, Senador Aécio Neves. Não é só o mandato de uma pessoa que está em jogo, que já seria muito, que já seria o suficiente para que pudéssemos fazer a reflexão. É a vida, é a honra de uma pessoa que tem não só eleitores, a quem deve pedir desculpas por tudo o que está acontecendo, e o faz diariamente, mas também tem família, tem filhos. E eu digo a V. Ex^{as} que o que mais me preocupa nesse processo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou conceder mais cinco minutos a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Eu vou terminar. Agradeço a atenção. A defesa quer registrar, mais uma vez, que tem sido plenamente atendida aqui, embora algumas questões processuais fizessem coçar a vontade de bater ao Supremo Tribunal Federal. Mas, repito, o Senador Demóstenes tem feito um mantra. Ele quer falar junto ao Plenário, no dia da sua defesa. Ele quer ser julgado pelos seus Pares. Ele não quer que nós, a defesa técnica, bata às portas do Supremo Tribunal Federal, para não parecer que, de alguma forma, ele quer fugir desse debate.

Quero, Senador Eunício, dizer que nós temos a convicção jurídica, ao analisar tudo que consta do processo, que V. Ex^{as}, com a devida vênia, são as maiores testemunhas de defesa do Senador. Como imputar a esse homem trabalhar aqui pelo jogo do bicho, por essa quadrilha que se diz do Carlinhos Cachoeira, se ele nunca comentou com nenhum dos senhores, se ele nunca pediu nada a nenhum dos senhores? O discurso que foi apontado foi um discurso que ele fez tratando de uma questão, de um projeto do Senador Cristovam Buarque. Como é que ele poderia dizer algo, sem fazer um trabalho efetivo, se não é apontado um único gesto dele efetivo aqui, dentro desta Casa?

Por isso é que ele pediu, Srs. Senadores, que fosse julgado pelos seus atos, pelo que ele efetivamente fez. Foram milhares de horas de gravação! Foram milhares de horas de gravação – e não conhecemos todas –, que foram apresentadas a V. Ex^{as} e ao País de forma descontextualizada.

Então, o que a defesa pede a V. Ex^{as}, Srs. Senadores, com a tranquilidade de conhecer os autos – e sei que isso ocorrerá, independentemente de qual for o resultado –, é uma análise serena do que, efetivamente, está posto nos autos, sem esse massacre a que foi submetido o Senador da República, sem a possibilidade de defesa, porque não há defesa contra um massacre de mais de três meses.

Tenho confiança no descortino, no conhecimento de V. Ex^{as} do coração dos seus eleitores que aqui representam. E tenho conhecimento de que V. Ex^{as} usarão do voto... Defendi que o voto deveria ser secreto porque a Constituição diz que ele é secreto. E acho que é injurioso ao Senado a discussão se é secreto ou aberto. Nenhum Senador votaria de forma diferente por ser o voto secreto ou aberto. Essa é uma homenagem que faço ao Senado Federal.

Mas quero terminar, Sr. Presidente, requerendo que façam esse voto com a lucidez que sei que caracteriza cada um dos senhores. Peço que me permitam

ler aqui o poema de um poeta mineiro que fala sobre Sonetinho Existencial:

O homem lúcido me espanta, mas gosto dele na lírica

A verdade metafísica modela o verbo e a garganta

O homem lúcido verifica que a existência não se estanca

Põe a barba ao pé da ponta

Eis que a ponta frutifica

O homem lúcido como está, seja lá onde estiver, ele está sem aquarela

Sabe que a vida é viscosa

Sabe que, entre a náusea e a rosa,

Foi que a ostra fez a pérola.

Obrigado, Excelências.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Antônio Carlos de Almeida Castro.

Vou colocar a matéria em discussão.

Pela ordem de inscrição, o primeiro inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

A pedido, vou ler os nomes dos que estão inscritos: Senador Randolfe Rodrigues, Senador Humberto Costa, Senador Ricardo Ferraço, Senador José Pimentel, Senadora Marta Suplicy, Senador Magno Malta, Senador Jorge Viana.

Vou conceder a palavra, de acordo com o que determina o Regimento, aos Srs. Senadores. Raramente, faço isso, mas, numa sessão como esta, há a necessidade de que se conceda a palavra a todos os Senadores que pedirem para dela fazer uso pela inscrição.

Vou conceder a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo tempo regimental de 10 minutos.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Presidente; o Sr. Relator, Senador Pedro Taques; as Sr^{as} Senadoras; os Srs. Senadores; a douta defesa, que aqui fez a sustentação oral da defesa do Senador Demóstenes Torres.

Com a devida vênia à defesa, que muito bem fez importantes citações do poeta português Fernando Pessoa, quero aqui trazer outra citação de um dos melhores escritores portugueses do séc. XVI, que é o Padre Antônio Vieira, no Sermão do Bom Ladrão, no qual o Padre Antônio Vieira diz: “Aquele que tem a obrigação de impedir que se não furete, se não impediu, fica obrigado a restituir o que se furtou, e até os príncipes que, por sua culpa deixarem crescer os ladrões, são obrigados à restituição”.

Sr. Presidente, a Constituição da República, muito bem assinalada – e, aqui, quero cumprimentar pelo

relatório o Senador Pedro Taques –, é clara ao afirmar sobre o decoro parlamentar no seu art. 55. Diz claramente o Texto Constitucional no art. 55, inciso II: “Cujo procedimento for declarado incompatível [...]”. É incompatível. Além dos casos definidos no Regimento Interno de cada uma das Casas do Parlamento: “O abuso das prerrogativas asseguradas [...] ou a percepção de vantagens indevidas”.

Percebamos, Sr. Presidente, que a Constituição é clara ao afirmar, em trazer o instituto do decoro parlamentar.

O Senador Pedro Taques, no seu relatório, trouxe um conjunto de fundamentos da doutrina constitucional sobre o decoro parlamentar. Resta claro que o decoro parlamentar é, na definição francesa, *noblesse oblige*. É a obrigação do comportamento parlamentar; é a obrigação da nobreza do Parlamentar. É por isso que não se exige de nós, Parlamentares, o mesmo comportamento do cidadão comum. Não é exigido o mesmo comportamento ético do cidadão para os Parlamentares. O comportamento ético em relação ao Parlamentar é muito mais exigente. É por isso que o julgamento do decoro e da ética parlamentar é um procedimento que se dá *interna corporis*, no âmbito da casa parlamentar. Não é um procedimento que guarda controle jurisdicional externo, porque é a casa parlamentar que tem que exigir o comportamento com decoro do conjunto dos seus membros.

Por assim dizer, Sr. Presidente, o comportamento do Parlamentar, o decoro parlamentar é o dever ser. É algo inerente à função parlamentar. Não é algo somente a ser exigido. Por isso, esse comportamento em relação a cada um de nós, Parlamentares, é muito mais exigido, muito mais exigente com o nosso comportamento diário do que com o de qualquer cidadão. É por isso que já foi consagrado, inclusive na doutrina constitucional, e já foi consagrado aqui, no Parlamento, que um mero mentir na tribuna do Senado – e vejam que esse comportamento, lamentavelmente, também o Senador Demóstenes Torres nele procedeu – é, por assim dizer, quebra da ética e do decoro parlamentar.

Com a devida vênia, a defesa argumenta aqui, sustenta a ilegalidade das provas coletadas que fundamentam a representação do Partido Socialismo e Liberdade, que fundamentam o relatório do Senador Humberto Costa no Conselho de Ética e que são trazidas mais uma vez como anexo do relatório do Senador Pedro Taques.

É bom lembrar aqui – e reitero que está no anexo – que o Senador Pedro Taques trouxe, com o zelo devido, ao seu relatório o conjunto de matérias veiculadas na imprensa brasileira que dão cabo da quebra de decoro parlamentar por parte do Senador Demóstenes.

Mas, além disso, é importante aqui destacar, antes de entrar no mérito da alegação sobre a legalidade das provas coletadas, é importante destacar o conjunto de gravações telefônicas que envolvem o Senador Demóstenes Torres.

Vou somente aqui citar duas dessas interceptações telefônicas para percebermos a gravidade do caso.

Em um diálogo de 12 de julho de 2011 – ou seja, vejam que o Senador estava no pleno exercício do cargo – com o conhecido contraventor Carlos Augusto Ramos, Carlos Cachoeira, o Senador diz o seguinte: diz Cachoeira: “Doutor, tô recebendo a notícia aqui daquele negócio do entorno”. O Senador diz: “O que é que é o trem?” O Sr. Carlos Cachoeira diz: “A Odebrecht falou lá que tem acordo com todo mundo, viu? Eles que mandam. Eles querem ser os líderes”. O Senador responde: “Lá do entorno?” O Sr. Cachoeira contrargumenta: “Avisa ao Marconi, viu? A Odebrecht lá, a Queiroz também. Aí avisa a eles que eu larguei de mão. Vou largar de mão”. Demóstenes responde: “Tem que largar mesmo. Tem que sair mesmo”.

Em outro diálogo no mesmo dia. O Senador retorna a interpelação feita pelo contraventor Carlos Cachoeira. No mesmo dia, em diálogo posterior o Senador fala que já interferiu na demanda apresentada pelo Sr Carlos Cachoeira.

É de conhecimento dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que, além dessas interceptações telefônicas que aqui citei, temos quase que uma centena de interceptações telefônicas ou envolvendo o próprio diálogo do Senador ou com a citação do Senador.

O Dr. Matheus Mela Rodrigues, Presidente do Inquérito da Operação “Monte Carlo”, Delegado da Polícia Federal, destacou em depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito que não tinha nenhuma intenção por parte da Polícia Federal em interpelar, interceptar, grampear Senador da República; que o sentido da interceptação era o Sr. Carlos Cachoeira; e que a incursão do Senador Demóstenes Torres deve-se ao fato das ligações frequentes, dos diálogos frequentes gravados entre ele e o Sr. Carlos Cachoeira.

Então, a própria Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Congresso Nacional, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, já concluiu que as interceptações telefônicas feitas na Operação “Monte Carlo” foram feitas única e exclusivamente com o objetivo de atingir a organização contraventora, com o objetivo de atingir o Sr. Carlos Cachoeira, e não de atingir um Senador da República. Mesmo se assim fosse, mesmo que as interceptações telefônicas estivessem viciadas, tivessem a intenção de atingir um

Senador da República ou um membro do Congresso Nacional, veja, nós estamos aqui...

A nós, aqui, da Comissão de Constituição e Justiça, a nós, aqui, quando este processo seguir para o Plenário do Senado, cabe julgar o fato. O fato é que, lamentavelmente... E falamos isso não confortavelmente. Repito, não é confortável para o Parlamento julgar um de seus membros, mas é do dever do Parlamento, e nós não somos no Parlamento uma confraria de amigos, nós não somos no Parlamento uma associação de classe ou uma corporação... Não nos cabe no Parlamento sequer conceder perdão a quem quer que seja. O poder de perdoar só pertence a Deus e às consciências daqueles que pecam. Cabe a nós aqui no Parlamento, neste dramático caso, com os notórios acontecimentos que pesam sobre o Senador Demóstenes Torres, cumprir um dever que a Constituição nos impõe: o dever de, agora, como já foi dito inclusive pela douta defesa, no papel de juízes, julgar o comportamento de um dos membros do Senado da República. Ao que me parece, e é o que está claro e comprovado, o comportamento desse membro foi incompatível com o decoro e com a ética parlamentar. Será lamentável para o Parlamento admitir permanecer entre seus membros alguém que, notadamente, claramente, se envolveu com o chefe de uma organização criminosa, dialogou com o chefe de uma organização criminosa, atuou em defesa dos interesses dessa organização criminosa. Por mais duro e difícil que seja dizer isso, essa é a verdade que tem que ser dita dos fatos aqui elencados.

Os fatos lamentavelmente são claros. Mostram um envolvimento de um membro do Parlamento em uma atuação comum com o chefe de uma organização criminosa, em uma atuação em função desses interesses. Não é somente a atuação da relação pessoal de alguém com outra pessoa. É, lamentavelmente, mais do que isso. É uma atuação de acordo com os interesses políticos da organização. É uma atuação que inclui até receber benesses do chefe dessa organização, como foi admitido – e falarei já para concluir, Sr. Presidente – pelo próprio Senador no Conselho de Ética, quando, no seu depoimento no Conselho de Ética, disse que recebeu de presente um telefone Nextel do Sr. Carlos Cachoeira e, mas que isso, que tinha suas contas pagas pelo Sr. Carlos Cachoeira. Isso, por si só, bastaria para representar um crime gravíssimo e já ser incurso na quebra do decoro parlamentar, mas nós temos muito mais que isso. Nós temos o recebimento de um presente, o pagamento de um presente, o pagamento de um presente continuado pelo chefe de uma organização criminosa, a atuação em conjunto com o chefe de uma organização criminosa, a defesa dos interes-

ses – isso, inclusive, sem o conjunto do Parlamento ter conhecimento – dessa organização.

No que tange à defesa, quero somente aqui destacar: a representação do PSOL foi protocolizada no dia 28 de março de 2012. Hoje estamos no dia 4 de julho de 2012, temos mais de 90 dias da protocolização de representação até a sua tramitação no Conselho de Ética, até chegar aqui, à Comissão de Constituição e Justiça, e mais o tempo para defesa se apresentar no plenário.

Portanto, não restam dúvidas sobre o direito à ampla defesa e ao contraditório, princípios constitucionais sagrados, que foram assegurados por esta Casa à defesa e ao Senador que está em julgamento.

Sr. Presidente, para concluir, reitero: é um momento difícil para o Parlamento, mas é um momento em que o Parlamento tem de afirmar-se. Ao assumirmos o mister da nossa função, nem sempre o exercício desse mister vem com flores. Em alguns momentos, temos de exercer a dificuldade dos espinhos. Este é um desses momentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, pelo tempo regimental de dez minutos.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eminente patrono da defesa, gostaria de manifestar-me, aqui, especificamente sobre os argumentos apresentados pela defesa na colocação de que o processo como um todo não teria respeitado o devido direito ao contraditório e, ao mesmo tempo, de que ele pudesse estar marcado por algum tipo de ilegalidade.

Todos sabem que tive a espinhosa tarefa de ser o Relator desse processo no Conselho de Ética e procurei fazê-lo, adotando e obedecendo a todos os ritos previstos na Constituição Federal, a todos os princípios da Constituição Federal, aos ritos da Resolução nº 20, de 1993, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Obedecemos religiosamente a todas as etapas, a todas as fases. A defesa – e o Presidente do Conselho, Senador Antonio Carlos Valadares, está aí para dar o seu próprio testemunho, já que garantiu, em todos os momentos e em todas as situações, a possibilidade de manifestação da defesa, a entrega de memoriais, enfim.

A argumentação de que teria havido algum tipo de cerceamento da defesa, pelo fato de o Conselho não ter concordado com a realização de perícias em escutas telefônicas, no meu ponto de vista e no ponto de vista do Conselho também, carece de fundamentação.

Primeiro, no meu relatório preliminar, haja vista que os documentos não estavam disponíveis ao Congresso Nacional por parte do Supremo, eu evitei fazer qualquer referência a escutas telefônicas, a trechos do processo, que corria sob sigilo de Justiça, que corre sob sigilo de Justiça no Supremo Tribunal Federal, e me limitei a pesquisar, nos Anais do Congresso Nacional, a atuação do Senador Demóstenes Torres, o seu discurso aqui, no plenário do Senado, e alguns fatos notórios. Portanto, em nenhum momento, o relatório preliminar pode ser acusado de ter utilizado documentos que não estavam à inteira disposição do Senado Federal.

De modo diferente, no relatório final, nós fizemos uso de trechos da documentação, de documentos que foram enviados pelo Supremo ao Senado Federal, mas tivemos um cuidado que qualquer pessoa que possa reler aquele relatório vai identificar. Em nenhum momento eu utilizei, no relatório, qualquer informação que não tivesse sido admitida pelo próprio Senador Demóstenes Torres. Ele, depois, na Comissão, e, na sua defesa, ele próprio utilizou trechos de gravações da Polícia Federal. Ele reconheceu a sua voz em muitas daquelas gravações e a única gravação sobre a qual ele apresentava um questionamento objetivo era uma que tratava da contratação de um táxi aéreo e que ele dizia que havia um intervalo de dois ou três segundos entre uma fala e outra, eu sequer fiz referência a essa conversação.

Portanto, não cabe, do meu ponto de vista, qualquer questionamento ao fato de que essa perícia deveria ser feita. Além do mais, todos nós sabemos aqui que a prova robusta, a prova realmente fundamentada ela se aplica no processo penal, mas aqui, no julgamento político, nos caberia identificar se houve ou não a quebra do decoro parlamentar. Isso era absolutamente claro em tudo que foi aqui dito, inclusive no depoimento que o Senador Demóstenes Torres apresentou.

Por outro lado, abordou aqui, embora não tenha levantado essa questão no Conselho de Ética, o nobre advogado, que nós teríamos ampliado o âmbito temático da representação ou da acusação. Primeiro, ainda que nós tivéssemos feito isso no relatório preliminar, a defesa teve ampla condição de, ao longo da instrução processual, contestar o que ela chama de fatos novos gerados por essa ampliação do âmbito temático. O que acontece é que a defesa foi por um caminho e nós fomos por outro. Nós procuramos analisar, na conduta e na prática parlamentar do Senador Demóstenes, se havia contradição entre o que ele disse em sua defesa e o que de fato aconteceu. Por exemplo, aqui foi dito, como um artifício retórico da defesa, que ninguém aqui foi procurado pelo Senador Demóstenes para defender

a legalidade do jogo do bicho. É verdade. Em nenhum momento ninguém acusou o Senador Demóstenes de ter pugnado pela legalidade do jogo do bicho, embora ele tenha apresentado um projeto de lei onde ele dizia que o recurso da legalização dos jogos poderia ser utilizado para implantação da educação integral. O que nós analisamos foi o discurso do Senador Demóstenes que, para dezenas de Senadores, lá no plenário, disse que era um militante da luta antilegalização do jogo do bicho, dos jogos de azar. Na verdade é isso que consta do nosso relatório; é o fato de ele ter assumido uma militância que na verdade nunca existiu e, mais uma vez, ter faltado com a verdade diante, não somente dos seus colegas e do Parlamento, mas diante da população do nosso País.

O que acontece é que a defesa, extremamente competente, feita no processo penal... Eu até tenho as minhas dúvidas se não conseguirão anulação de provas e, quem sabe, até a anulação de todo o processo. Mas no que diz respeito ao julgamento político os fatos são absolutamente claros, evidente e são indefensáveis, Sr. Presidente, indefensáveis. Aqui fala alguém que teve um zelo absoluto na condução desse processo. Até porque vivi na pele, tempos atrás, uma situação de sofrer uma acusação infundada, de ter sido posteriormente inocentado, por unanimidade, por um tribunal e com um pedido, inclusive, de absolvição do Ministério Público. Eu sei que por trás de uma acusação tem uma pessoa, tem uma família, tem uma história, tem uma reputação. Por isso, eu pensei dez vezes antes de adotar o julgamento que adotei quando da elaboração do relatório final. E podem ter certeza V. Ex^{as}, que sabem claramente – e o relatório do Senador Pedro Taques é brilhante – que não existem vícios de ilegalidade, de inconstitucionalidade ou de quebra do Regimento, que, do ponto de vista do conteúdo, V. Ex^{as} podem ter o mais absoluto e total conforto para saber que estarão fazendo justiça se aprovarem o relatório que nós elaboramos para o Conselho de Ética e que foi aprovado pela unanimidade dos seus integrantes.

Não faço isso com nenhum prazer; não faço isso com nenhum gosto. Peço a Deus que não me coloque novamente numa tarefa semelhante a esta, embora não se possa saber que isso venha a acontecer algum dia, faz parte das nossas obrigações parlamentares. Mas posso lhe dizer com a mais absoluta tranquilidade que os fatos são total e absolutamente cristalinos de que houve quebra grave do decoro parlamentar e uma conduta absolutamente incompatível com o exercício de um mandato de Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a pa-

lavra ao Senador Ricardo Ferraço por dez minutos, conforme preceitua o art. 14 do Regimento Interno.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, eu serei bastante telegráfico e pouparei tempo, tendo em vista... Ainda que considere a competente manifestação do advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, mas o que estamos apreciando aqui, neste momento, em Plenário... Nós teremos a oportunidade da manifestação de mérito das evidências em relação a este processo.

Mas me resta aqui cumprimentar o Senador Pedro Taques, porque foi preciso, foi claro como a luz do dia. E, a meu juízo, perdeu a oportunidade o advogado de defesa de inferir a respeito de eventuais violações ao devido processo legal.

É facilitada a minha manifestação pela fala anterior, do Senador Humberto Costa, que também foi muito cuidadoso, muito detalhista no seu parecer na Comissão de Ética.

Portanto, a mim fica o juízo de que não houve por parte do Senado, não houve por parte do Conselho de Ética, nem está havendo por parte da Comissão de Constituição e Justiça qualquer violação ao devido processo legal.

Por isso mesmo, eu me manifesto aqui e me associo à manifestação do Senador Pedro Taques, reservando para o Plenário as manifestações de juízo em relação aos fatos evidenciados neste processo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço.

O próximo orador inscrito é o Senador José Pimentel. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Antonio Carlos de Almeida Castro, representando aqui o Senador Demóstenes Torres, eu queria começar saudando a qualidade do parecer do nosso Relator, o Senador Pedro Taques, pela forma como S. Ex^a elaborou o parecer, os dados que aqui traz, deixando claro que todas as provas, os atos, os procedimentos do Conselho de Ética foram perfeitamente acolhidos e respeitados. Tanto é verdade que o próprio advogado do representado não fez qualquer reparo sobre o conteúdo do parecer e a afirmação e confirmação do que foi cumprido pelo Conselho de Ética.

Portanto, nos dá uma tranquilidade nesta sessão de hoje, em que vamos analisar a questão da constitucionalidade, da legalidade e da juridicidade do processamento da Representação nº 1. Porque se tivesse nosso Relator, Senador Pedro Taques, qualquer reparo a fazer, não tenha dúvida de que a competência do

advogado do representado aqui a teria à baila, para que nós pudéssemos refletir sobre isso.

Por isso, vou votar com V. Ex^a, tendo segurança de que nós estamos assegurando um amplo direito de defesa, de que o Conselho de Ética conduziu com muita lisura esse processo e de que no Senado teremos a decisão final no que diz respeito ao mérito.

Por isso, Sr. Presidente, também não vou utilizar o prazo total.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador José Pimentel.

Concedo a palavra, pelo tempo regimental de dez minutos, à Senadora Marta Suplicy.

Tem a palavra V. Ex^a, Senadora.

A SR^a MARTA SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Não há dúvidas com relação ao acerto e à clareza da conclusão do Senador Pedro Taques, que sustenta não haver vícios de constitucionalidade, legalidade e juridicidade no processamento da representação nº 1.

Também queria parabenizar o Senador Randolfe e, particularmente, o Senador Humberto, eu diria, até pela dignidade e tranquilidade com que expôs seus argumentos.

E gostaria, agora, como uma pessoa que acreditou no Senador Demóstenes Torres... Aqui, sentada à mesa, ao lado do Senador Pedro Taques e dele próprio, tantas vezes ficamos impressionados com sua capacidade, com seu brilhantismo como opositor e com sua defesa da ética e da correção no lidar com as coisas públicas. Então, foi para nós todos uma surpresa gigantesca tudo isso que depois viemos a saber.

Uma pessoa com duas personalidades, que pessoa é essa? Uma pessoa com a capacidade de mentir, de enganar, de pretender e de manipular, como raramente se vê em pessoas ditas corretas – isso, para não dizer “normais”.

Depois, nessa segunda etapa, em que escutamos, por diversas vezes, seus discursos em plenário, eu acredito, discursos emocionais, discursos apelando para a sensibilidade, para o coração dos Senadores, desculpando-se do indesculpável, numa tentativa de sedução pela vitimização, como muitos aqui... Muitos, não: alguns Senadores ouvi dizerem “Que pena, vai ser tão difícil votar”; “Coitado”. Ele conseguiu, com esse teatro, algumas simpatias; não acredito que os votos, mas simpatias eu ouvi dizer.

Mas tudo que ficou para mim é que foi de novo uma manipulação tão séria, uma manipulação tão hábil, que mostra uma patologia realmente muito mais complicada do que simplesmente alguém que estava tentando enganar e fazer o mal e ser um contraventor o tempo todo.

Então, a partir dessas observações, eu acredito que tudo que presenciamos aqui, quando tínhamos grande admiração e respeito por ele, e, depois, o teatro encenado ratificam a competência e a vida dupla do Senador.

Um Senador que... Foi falado, mas fica evidente: como se vai fazer a defesa de alguém que usa um aparelho Nextel dado por um contraventor e que foi distribuído por esse contraventor a pessoas da sua confiança; que foi habilitado no exterior, como se imaginava que ia se evitar monitoramento. E quem recebeu esse aparelho? Aí você vai ver quem recebeu esse aparelho: são foragidos e pessoas da operação Monte Carlo. O que é isso? E, como bem colocou o Senador Humberto, no seu brilhante relatório, nada foi utilizado que não tivesse sido admitido pelo próprio Senador Demóstenes Torres.

Agora, ficou evidente para nós que ele tinha, sim, conhecimento das atividades ilícitas; que, quando foi à tribuna para fazer aquele primeiro discurso, que levou tantos Senadores, ainda, a saírem em sua defesa ou pelo menos a compartilharem de uma dúvida, ele sabia o que estava fazendo. Ele tentou enganar-nos mais uma vez; atuou no Senado, o tempo inteiro, em acordo com os interesses do contraventor, chegando a ser um braço no legislativo da quadrilha.

E, segundo comentaram ainda ontem – eu não ouvi as gravações –, aquela desculpa dada na tribuna de que era para explicar centenas de telefonemas porque ele estava tentando ajudar o conflito da relação do casal, no que foi escutado até agora, não tem nada disso, só tem negócios e procedimentos demandados.

Então, por todas essas mentiras, por toda essa personalidade que mostrou ter, realmente eu acredito que, pela constitucionalidade também descrita pelo Senador Pedro Taques, o Senador Demóstenes não tem lugar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria.

Comunicamos aos Srs. Senadores que, se não houver objeção, a Presidência poderá fazer votação nominal pela relevância da matéria.

Portanto, aos Srs. Senadores que se encontram no gabinete, nós temos mais o Senador Magno Malta, o Senador Jorge Viana, o Senador Simon e o Senador Valadares inscritos e, em seguida, vou colocar a matéria em votação. Se não houver objeção, farei votação aberta aqui na Comissão – votação aberta e nominal.

Concedo a palavra, pelo tempo regimental de até dez minutos, ao Senador Magno Malta.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever. Não usarei todos os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é um momento que, eu imagino, não dá sabor e não traz alegria ao coração de nenhum de nós que aqui estamos. Não é um momento bom para o Senador Pedro Taques, Relator. Ninguém tem felicidade nessas coisas. Não é um momento feliz para mim, nem para nenhum de nós que aqui fazemos a Comissão de Justiça e somos membros deste Parlamento.

Sr. Presidente, a Bíblia diz que – eu prefiro citar a Bíblia, ouvi a citação de alguns escritores famosos aqui, poetas, mas vou me ater à sabedoria de Paulo, o maior intérprete da mente de Cristo – “tudo quanto quereis que os outros vos façam, façais vós também” e “com a medida com que medis vos medirão a vós”.

Acho que a vida requer o exercício da misericórdia, o exercício da graça. Quando você exercita a graça e quando dela você tem necessidade, ela vem. A falta do exercício da graça possivelmente um dia, lá na frente, vai fazer falta para quem a evitou ou dela não tinha conhecimento. Jesus conta a parábola de um homem que devia para o seu senhor e ele foi pedir perdão pela dívida, que era uma grande dívida, e o senhor o perdoou. E, ao sair dali perdoado, ao chegar lá fora ele encontrou um devedor seu, alguém que tinha dívida com ele e ele, ao invés de ter o mesmo procedimento que o seu senhor teve com ele, de dar o perdão, ele o esbofeteou e esganou, querendo receber a dívida de qualquer maneira.

Quando aconteceu o episódio com o Senador Demóstenes Torres, Sr. Presidente – eu não estava no plenário quando ele fez pronunciamento e foi aparteadado por 40 Senadores –, eu tive o cuidado de ligar para ele – sou um cristão – e orei por ele ao telefone. E fiz daquilo um exercício: ligava para ele todo dia e orava com ele ao telefone; orientei-o a ler a Bíblia, disse a ele que lesse os Salmos, que são a sabedoria de Deus, mandei algumas músicas para que ele pudesse ouvir. Mas, à medida que o tempo foi passando, as coisas foram aparecendo. As coisas foram aparecendo, as coisas foram aparecendo, e o exemplo que tenho aqui na minha cabeça é o de um acidente. Quando você vai a uma rodovia qualquer ou a uma rua e vê um acidente, dois ônibus que colidiram ou duas carretas ou dois carros pequenos, com gente presa nas ferragens, gente caída no asfalto, você primeiro não tem que perguntar primeiro se o motorista estava bêbado, se ele

transgrediu a lei, bêbado, e aconteceu o acidente; você socorre. Penso que foi isso que fiz. E depois, quando se descobre, quando a perícia atesta que o motorista estava bêbado, não é porque você o socorreu nos primeiros momentos que você vai dizer que ele não tem que cumprir uma lei que diz que não tem que dirigir bêbado. Você socorreu, mas existe uma lei.

O que quero dizer, Sr. Presidente, é que nós não temos que tripudiar em cima do Senador Demóstenes Torres neste momento da vida. É verdade que ele tem filhos que estão ouvindo agora, que tem família, como eu também tenho a minha. A exemplo do Senador Humberto Costa, também já vivi um ataque nefasto, mentiroso, contra a minha vida e contra a minha honra. E quantos de nós na vida pública já viveram a mesma coisa e as nossas famílias choravam em casa enquanto nossos algozes faziam ataques contra nós sem imaginar, naquele momento, que nós tínhamos família, que chorava por nós?

Por isso, penso, Sr. Presidente, que é nossa consciência, é a avaliação de cada um de nós. O julgamento aqui é político. E a avaliação de cada um é a avaliação de cada um. O julgamento é absolutamente individual, com a consciência de cada um.

O relatório do Senador Pedro Taques é um relatório contundente, sem vícios, bem preparado, de alguém que tem conhecimento tanto dos fatos como da legislação, que tem preparo intelectual e jurídico para poder preparar um relatório com tanta maestria. E aí louvo também a atitude do advogado, que sabe que, neste momento, muito mais do que fazer citação da lei ou dos erros que houve dentro do processo, que pode ser anulado ou não, era preciso tentar de fato falar com a emoção das pessoas, e ele tentou fazer isso muito bem aqui.

Agora, há que se entender que, ainda que a Justiça diga que os grampos foram ilegais, que houve vício disso, que há ilegalidade no processo, ainda que haja ilegalidade, a Justiça só não pode dizer que a pessoa tenha cometido crime ou não. Isto ela não pode dizer, se houve erro ou não. Pode dizer que houve grampo ilegal; agora dizer se a pessoa errou, ela pode dizer que não errou. Ela não vai dizer isso. Pode dizer que houve ilegalidade no processo; agora, se cometeu, se transgrediu a lei, isso ela não pode dizer.

Pois bem, Sr. Presidente, são essas as minhas palavras, de quem participou do momento de socorrer o Senador Demóstenes, de abraçá-lo no momento da sua dor – eu fiz isso. Fiz isso porque é a figura do acidente: há que se socorrer. Mas, depois, se descobre que o motorista está bêbado, você não tem que dizer que ele não tem que cumprir a lei só porque ele ficou um mês ou sessenta dias hospitalizado.

Por isso, dentro desse raciocínio, eu parabeno o Senador Pedro Taques pelo brilhante relatório. Parabeno também a defesa, com todo o meu respeito, mas volto a citar a palavra de Deus: “tudo quanto quereis que os outros façam, fazei vós, e com a medida com que medirdes vos medirão a vós” – Salomão, lá do alto de sua sabedoria.

Lembro-me de que, no advento da cassação do ex-Ministro José Dirceu, Deputado Federal, eu fui à Câmara dos Deputados e, perto dele, eu lhe disse: “Salomão hoje vai cassar você, porque Salomão escreveu que a arrogância precede à ruína.” E disse “é possível que João Paulo seja alcançado pela graça”, porque é o outro verso da moeda. Quem exercita a graça não tem tempo para ser arrogante. E é possível que quem exercita a graça, no momento que dela precise, ela virá.

Pois bem, Sr. Presidente, ainda há que citar Salomão para todos nós, para todo ser humano, e nós que estamos neste Parlamento – até porque fazer política neste Brasil é atividade de risco – mas, para todos nós que estamos Senadores e que estamos num cargo público, que vai passar, para que sejamos assaltados por um sentimento de humildade, porque, por mais rico que você seja ou por mais poderoso seja o seu mandato, quando você morre, não presta nem para fazer sabão. É para entender que a arrogância precede a ruína.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra, pelo tempo regimental de até dez minutos, ao Senador Jorge Viana.

Tema palavra V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que não tenho necessidade de usar o tempo regimental de dez minutos. Mas eu fiz questão de fazer uso da palavra e me posicionar hoje, primeiro, em função da gravidade do tema que estamos tratando nesta Comissão de Constituição e Justiça do Senado, dando sequência a um processo que pode levar ou não à cassação do mandato de um colega.

O Brasil inteiro acompanha, as pessoas nos perguntam sobre esse processo, no que vai dar. E esse processo, que já é, por si só, raro nesta Casa, pelo que pude acompanhar – eu que estou aqui há pouco mais de um ano – vem carregado de muita simbologia. Alguns colegas já se manifestaram sobre esse aspecto.

Eu nunca atuei num parlamento. Atuei no Executivo, quatro anos como prefeito e oito anos como governador, mas sempre tive uma proximidade muito grande com quem atuava no Parlamento. Agora, sinto-me aqui numa missão, numa função, que é uma

das prerrogativas do mandato, que não é nada fácil: participar de um julgamento de um colega. Mas se agravam essas dificuldades quando a gente discute o colega. Que colega?

Estou aqui, como já disse, há menos de um ano e meio nesta Casa, mas, com todo respeito aos demais colegas, não encontrei aqui alguém que passasse para mim, neste período, maior competência em lidar com o Regimento, com as matérias constitucionais, do que o Senador Demóstenes. Com todo o respeito. Com sua capacidade de oratória, a sua experiência acumulada em menos de uma década nesta Casa, ele presidiu esta Comissão de Constituição e Justiça; conhecia a fundo cada matéria que exigia o posicionamento constitucional dos Senadores.

Compreendo as dificuldades do Senador Humberto Costa, do nobre Senador Valadares, do Senador Eunício e do Senador Pedro Taques. Estou me referindo aos que presidem as duas comissões, no caso, o Conselho de Ética, e, aqui, a Comissão de Constituição e Justiça, e aos que foram relatores.

Mas a própria iniciativa dessa representação, que veio do PSOL, que aqui é representado por um Senador que eu também tenho na melhor conta, acredito que, com todo o respeito ao advogado – eu também fui um dos que apartearam o Senador Demóstenes naquele dia, porque não o conhecia, a não ser de nome –, na convivência aqui no Senado, via nele um expoente dos que prendem o seu mandato à ética e à moralidade, ao cumprimento do Regimento e da Constituição. Mesmo sendo ele um Senador da oposição, um dos líderes da oposição nesta Casa, ao Governo que eu defendo, eu não pude deixar de fazer o meu registro – fui criticado, fui cobrado –, que eram as impressões que eu tinha.

Mas o Senador Randolfe, representando o PSOL, entrou com representação nesta Casa. Essa representação foi para o Conselho de Ética. O Conselho de Ética encontrou no Senador Humberto Costa talvez a pessoa mais adequada para lidar com esse tema – sei o quanto foi duro, conversei com ele –, porque ele foi vítima de um processo que, depois, foi reparado na Justiça. Mas os danos ao Senador Humberto Costa certamente, já que ele será o nosso candidato nesta eleição, em Recife, alguns adversários, não tendo argumento, vão usar desse instrumento, vencido, do ponto de vista jurídico. O Senador Humberto Costa, desde o primeiro dia, tomou todo o cuidado. Dedicou ali uma parte importante de seu mandato, naquele período, e fez um relatório brilhante, elogiado por todos, de um tema muito complexo. Esse relatório foi aprovado por unanimidade no Conselho de Ética do Senado – unanimidade.

Agora, estamos aqui diante do relatório do Senador Pedro Taques, que acaba de ser apresentado. Eu não me surpreendo, Senador Pedro Taques, porque conheço a sua militância, como cidadão, profissional, no Ministério Público e, agora, como Senador. Sei também que, certamente – pude acompanhar a leitura –, que está carregado de preocupações, na busca de não cometer injustiças, ao contrário, e ficou preso exclusivamente ao que estabelece o Regimento desta Casa, a nossa Constituição.

O relatório de V. Ex^a também não me surpreendeu, porque, primeiro, referenda o trabalho feito no Conselho de Ética, mas avança quando estuda a legalidade, a judicialidade e a constitucionalidade da decisão que esta Comissão tem de tomar.

Então, Senador, Presidente Eunício, eu queria cumprimentar o nobre Senador Pedro Taques. Também sei que é espinhosa, porque todos nós convivíamos e convivemos com o Senador Demóstenes, diariamente. Era visível a admiração que eu também encontrava tanto no Senador Randolfe como no Senador Pedro Taques quanto à atuação e o exemplo de atuação parlamentar do Senador Demóstenes. Por isso, acho que é muito mais complicada a nossa decisão aqui.

O Senador Demóstenes presidiu esta Comissão. Nós nos reverenciávamos nele. Era, de fato – com todo respeito também aos nobres Senadores e Senadoras da oposição –, do ponto de vista regimental e constitucional, o mais brilhante combatente da oposição nesta Casa, e hoje está a espera de uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça – comissão que ele presidiu. Aqui, ele, talvez, expunha, de maneira mais clara, esse seu brilhantismo parlamentar, inclusive nas suas teses, nas teses que defendia de ética, de moralidade, de combate à corrupção.

Mas é óbvio que eu vou me prender, quando o Presidente deliberar, ao que estabelece o relatório do Senador Pedro Taques. A decisão política, o julgamento político acontecerá no plenário. Mas, aqui, temos hoje uma missão, uma etapa técnica a cumprir.

Então, diria que a primeira etapa técnica foi cumprida: quebra de decoro ou não, no Conselho de Ética. Agora, aqui, deliberaremos quanto à constitucionalidade ou não o processo, atendendo à representação do PSOL.

Depois, certamente, o Brasil inteiro, a imprensa, todos estamos à espera, de qual será o julgamento político – aí, sim – do Plenário em relação à atuação do Senador Demóstenes na relação com o contravenitor Carlos Cachoeira e também referente à quebra de decoro parlamento.

Querida parabenizá-lo e dizer que V. Ex^a também conclui aqui, do ponto de vista regimental da Casa, com

todo o respeito ao direito de defesa, um processo muito complicado, muito difícil, que nos deixa neste ambiente nada feliz, mas temos de cumprir essa obrigação.

Então, parabéns, Senador Eunício. Parabéns, Relator Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra, por até dez minutos ao Senador Pedro Simon.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho difícil que haja aqui algum Senador em uma situação mais constrangedora do que a minha.

Nestes onze anos de convivência com o Senador Demóstenes, eu aprendi a admirá-lo; aprendi a respeitá-lo. Faço justiça, em várias, várias posições, ele, com uma postura enérgica e corajosa, orientava e dava determinação. Aqueles quarenta e tantos apêndices dados, lembro, que não foram em vão. Ali, houve espontaneidade, sinceridade quanto ao que cada um pensava do Senador Demóstenes. Eu era um desses.

Sinceramente, acho que a situação é mais profunda. Fico a me perguntar o que pode ter acontecido. Como é que uma pessoa como o Senador Demóstenes, politicamente bem constituído, financeiramente bem estabilizado – ele tem o cargo de procurador vitalício –, politicamente consagrado, foi levada a assumir esse duplo comportamento? Qual é a razão? Como é que isso começou? Como é que isso se inicia?

Eu me lembro do livro *O Julgamento de Nuremberg*, quando aquele grande cientista alemão, condenado à morte, antes de morrer, pediu para ouvir, para conversar com o Presidente do Tribunal de Nuremberg, que era o Presidente da Corte americana, do qual ele era íntimo amigo e que participava, durante muito tempo, de reuniões pelo mundo, a favor das causas do desenvolvimento técnico-científico. O cientista alemão, condenado à morte, perguntou a ele: “Explique-me. Você me conheceu tão bem! Vivemos tanto tempo juntos! Sempre fui aquilo pelo que você me conheceu. Como é que cometi todas essas coisas? Como é que cheguei a isso que se está vendo?”. E o juiz americano respondeu: “Foi quando você cedeu a primeira vez, naquela maneira de se levar adiante. No primeiro caso, você deveria ter sido enérgico e dito ‘não’. Foi ali que começou”.

De certa forma, parece-me que com o nosso querido Demóstenes foi isso que se deu. De caso em caso, de cedência a cedência, ele assumiu uma dupla personalidade. Não encontro a razão de ele ter feito isso. Ele não precisava disso politicamente. Financeiramente, eu até diria que há maneira de se ganhar dinheiro por meio ilegal muito melhor do que essa. Mas

entrar nesse esquema, dessa maneira? Não consigo entender isso.

Sou franciscano. Seguimos uma regra que diz que, antes de dormir, temos de rezar para aquela pessoa que mais precisa, e só venho rezando pelo Demóstenes, para que Deus o oriente e o estimule. Eu pedia que um milagre acontecesse, que, de repente, alguma coisa acontecesse, mas, lamentavelmente, não aconteceu.

Foi brilhante o trabalho do seu advogado. Acho correta, perfeita a argumentação dele. Mas o advogado haverá de entender a nossa posição. A nossa posição, aqui, neste momento, não se segue pelo conteúdo da prova de A, de B ou de C. Temos de ver o contexto geral. Estamos analisando – esta é uma coisa muito interessante –, mais do que num tribunal, a consciência, a alma, o pensamento, a ação que deve ter um parlamentar.

Cassamos um Senador porque ele mentiu, porque disse que o comprometimento dele com o Tribunal do Trabalho de São Paulo era dez, mas era mil. O Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado, renunciou porque ele ia cassado. E ia ser cassado porque, no momento em que o Arruda levou para ele a cópia da fraude da votação, em vez de ele pegar a prova, ele a devolveu. E ele contou isso no discurso dele. Ele reconheceu isso! E ele renunciou para não ser cassado. O mesmo aconteceu com Arruda. E o mesmo aconteceu com Jader Barbalho, que era Presidente da Casa. Ele renunciou à Presidência da Casa e renunciou ao mandato. Quanto a todas essas atitudes, se formos olhar na Justiça, nada aconteceu com ninguém. Está tudo muito bem, obrigado. Alguns até voltaram.

Mas a nossa ação é diferente, a nossa atitude é diferente. Na verdade, é um baque a cassação dele. A situação do Demóstenes, para mim, é mais uma questão de análise psiquiátrica do que qualquer outra coisa.

Aqui, neste momento – e foi muito brilhante e competente o estudo feito pelo Relator, Pedro Taques.

Nós estamos votando o conteúdo. O mérito foi discutido lá na Comissão. Não estamos analisando o mérito aqui. Aqui ninguém vai votar o mérito, certo ou errado. É apenas votar que a tramitação, como eu diria, foi feita; desenvolveu-se como deveria ter sido feita. Os prazos foram feitos. O mérito vai ser lá no plenário.

Então, essa votação – vamos ser claros, vamos ter muita clareza – não significa nada, nem de condenação, nem de absolvição. Nós, aqui, nesta votação, não estamos votando nem pela condenação, nem pela absolvição do Sr. Demóstenes. Estamos apenas dizendo que a tramitação foi normal e que cabe ao Plenário tomar a decisão. É importante destacar a questão de que, aqui, nós não estamos entrando em mérito, em

coisa nenhuma, aliás, como disse o Relator no seu parecer. Nós estamos apenas dizendo que a tramitação foi normal e que o processo deve ir para o plenário.

Eu voto a favor disso e voto, hoje, se for o caso, pelo afastamento do Demóstenes, mas voto muito machucado.

E digo mais: já aconteceu um caso – eu o conheci lá no Rio Grande do Sul – mais ou menos semelhante a esse. Alguém que errou errou gravemente, pagou o pecado, passou o tempo, e voltou. Voltou, reconhecendo, e hoje é um grande cidadão. É um grande cidadão e teve uma condenação que nem essa, grave, por um erro que ele cometeu. Reconheceu, pagou o preço e voltou.

Eu não estou dizendo aqui que nós estamos determinando que o Sr. Demóstenes está sendo sepultado pela vida pública. Não. Eu estou aqui dizendo que ele... Eu até imaginava isso. Eu imaginava que o Demóstenes teria uma atuação como fez o Presidente do PTB lá na CPMI do Mensalão. Ele confessou e contou toda a história. Contou o caso dele. Aliás, todo mundo estava criticando, e eu botei ele no céu. Eu disse: “O senhor não calcula a importância do que o senhor está fazendo aqui”. Ele contou o caso dele e contou tudo. E foi por ele que as coisas foram contadas. “O negócio era assim, sim, senhor. Cada partido ganhava o ministério tal e, junto com o ministério tal, ele ganhava os cargos daquele ministério, depois se virava”. Quer dizer, pegava esse dinheiro e coisa que o valha. Ele teve um gesto espetacular, corajoso e foi adiante.

Eu esperava alguma coisa assim do Demóstenes. Achava que, a essa altura, ele demonstraria o que estava acontecendo.

O Demóstenes está aqui, já estamos decidindo, vai para o plenário. E a CPMI está um escândalo! Está uma imoralidade, está uma indecência. Lá os partidos estão se arreglando e tirando o Demóstenes. Parece até piada! É o único que parece que vai pagar a conta, e o resto está se acertando, e não vai acontecer nada.

Vejam que coisa, quase eu diria, impressionante! Nós estamos aqui. Este aqui é um Senado sério, este aqui é um Plenário sério, estamos tendo uma atitude da maior responsabilidade com um cidadão da maior importância, que errou, mas que tem uma biografia de coisas certas que ele fez. Ali, do outro lado, na outra comissão, é outro Senado, é outra gente que está tomando uma atitude indecente, imoral, hipócrita. Estão arreglando que o fulano não venha depor, que o beltrano não venha depor, fazendo um acerto e botando tudo para debaixo da cama.

Parece mentira, mas, em dois dias diferentes, o mesmo Senado, a mesma gente, e alguns, os mesmos cidadãos, estão tomando atitudes importantes.

Hoje, com muita mágoa e muita tristeza tenho a honra de estar aqui e digo: estamos fazendo o nosso dever. Ontem e amanhã, eu tenho vergonha de estar nesta Casa, que está fazendo a imoralidade, a indecência que está acontecendo na CPMI do Sr. Cachoeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, só para dizer para o Plenário que essa votação é extremamente importante, porque, se não aprovarmos o relatório do Senador Pedro Taques – não quero corrigir V. Ex^a, mas deixar claro –, o processo não vai a plenário. Ele não vai a plenário. Então, é preciso que tenhamos aqui a consciência da importância do processo, para ele dar seguimento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É fundamental esta votação. Com esta votação, nós estamos decidindo que o projeto está normal. O mérito vai para o plenário. Nós não estamos votando o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para deixar claro, Senador. Só para esclarecer o Plenário.

Próximos oradores inscritos: Senador Valadares, Senador Suplicy e Senador Armando. Vou encerrar a discussão, após a fala do Senador Suplicy e do Senador Armando Monteiro.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Valadares, Presidente do Conselho de Ética.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, Sr. Relator, Senador Pedro Taques, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós sabemos, desde tempos antigos, desde tempos imemoriais, quando as pessoas começaram a viver em comunidades ou em grupos, que se instalou entre essas pessoas a necessidade de uma conduta ética, de uma atuação de conformidade com o pensamento geral de quantos viviam numa aldeia, num povoado ou numa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. Fazendo soar a campainha.) – Por gentileza, há um orador na tribuna, o Senador Valadares, Presidente do Conselho de Ética. Eu quero ouvir o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Com a evolução da humanidade e a partir, sem dúvida alguma, do surgimento da democracia na Grécia, essa conduta começou a ser exigida ainda com mais profundidade. Uma conduta não escrita da dignidade, da liberdade, do respeito à pessoa humana, uma conduta em que o cidadão espelhasse o exemplo que frutificava em meio às sociedades organizadas. Com as constituições democráticas, o parlamentar que é elei-

to pelo povo não só exerce o seu trabalho legislativo, mas ele deve espelhar na sua conduta o sentimento geral da sociedade.

Há coisas que acontecem numa sociedade como a nossa que não precisam nem de provas. A opinião do cidadão tem que ser respeitada, mas no que diz respeito a um processo legal, a ampla defesa e o contraditório devem ser obedecidos não apenas porque existem na Constituição, mas por um imperativo da nossa consciência. Ao ser eleito, numa fase tão difícil, do julgamento de um colega, para presidir o Conselho de Ética, procurei, desde o primeiro momento, me imbuir da responsabilidade que esse cargo me colocava nos ombros. Com espírito de justiça, com equidade e com respeito procurei atuar desde o primeiro momento, dando à defesa a palavra até em momentos em que o Regimento não vislumbrava qualquer possibilidade, conduzindo o processo de forma imparcial, também dando ao Relator as condições indispensáveis para o desempenho de tão importante tarefa que lhe delegara o Conselho de Ética o Senador Humberto Costa. E, ao ouvir o relatório profundo, bastante técnico abordando os aspectos constitucionais, regimentais e legais, da lavra do Senador Pedro Taques, um especialista, um homem do Direito, eu, apesar de não ter nenhuma alegria, como outros tanto já constataram, com esse processo, me invadiu a tranquilidade de que eu agi, em todos os momentos, com espírito de justiça e de equidade, observando a nossa Constituição, o nosso Regimento e a nossa Resolução nº 20.

Portanto, Senador Pedro Taques, louvo a V. Ex^a pela profundidade dos conhecimentos demonstrados como Parlamentar evidenciada neste relatório. O que V. Ex^a escreveu é o atestado mais vivo e eloquente do conhecimento que tem do Direito e do respeito que tem ao acusado, não colocando, em nenhum momento, palavras que pudessem humilhar, que pudessem traduzir uma degradação contra o ser humano que é o Senador Demóstenes Torres.

Também essa tranquilidade se fortifica mais ainda na minha conduta à frente do Conselho de Ética quando ouvi as palavras, posso dizer, elegantes do defensor do Senador Demóstenes Torres, o advogado e professor Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que, ao defender o seu constituinte, o fez com humildade e com conhecimento. Deu-nos uma lição de como o operador do Direito, no exercício de suas funções, de suas atribuições, deve atuar, respeitando as instituições, a democracia, a decisão legítima de os Senadores, em face do acontecido, julgarem um dos seus Pares mais eminentes, o Senador Demóstenes Torres.

Eu até, conversando antes com o advogado, o Dr. Antonio Carlos de Almeida Castro, disse: olhe, em

muitas oportunidades, V. S^a teve o direito de falar e eu concedi esse direito; em outras, não tinha nem esse direito, mas eu o concedi para ouvi-lo. Eu gosto de ouvir o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, a gente aprende muito com ele, notadamente, a sua perspicácia, a sua inteligência na condução da defesa do seu constituinte.

Por isso, Sr. Presidente, não entrarei em maiores detalhes sobre esse processo, porque ele é sumamente conhecido de todos, daqueles que participaram da votação no Conselho de Ética, das investigações que foram efetivadas e também aqui, nesta Comissão de Justiça, quando recebemos a alentadora aula de Direito que foi proferida pelo grande jurista Senador e ex-Procurador da República, nosso companheiro Senador Pedro Taques. Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Valadares, Presidente do Conselho de Ética. Vou dar a palavra ao Senador Suplicy e ao Senador Armando. Em seguida, estará encerrada a discussão.

Senador Suplicy tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, quando, em 6 de março último, o Senador Demóstenes Torres foi à tribuna e fez aquele longo discurso, que tantos de nós ouvimos com atenção, fui o primeiro a me sentir na responsabilidade de apartear-lo e dizer do respeito que ele havia granjeado entre todos nós pelo seu conhecimento jurídico, pela forma tão assertiva com que, inclusive, manifestava valores éticos dos mais altos. Eu disse que esperava que ele pudesse aqui nos brindar com a defesa e esclarecimento completo dos fatos de maneira a que não estivéssemos hoje com a responsabilidade de estarmos colocando em prática o que está previsto no art. 55 da Constituição:

Art. 55 – Perderá o mandato o Deputado ou Senador

.....
II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

.....
§ 1º – É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

E a perda do mandato será decidida pela Câmara ou Senado pelo voto secreto em maioria absoluta. Isso ainda é reforçado pela Resolução nº 20, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, que considera incompatível com a ética e decoro a percepção de vantagens

indevidas, tais como doações, ressaltados bens sem valor econômico; a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato em cargos decorrentes.

Pois bem, na medida em que foram publicadas as matérias jornalísticas sobre o Sr. Carlos Cachoeira, naquele discurso no plenário, ele observou que não teria qualquer relação com o Carlos Cachoeira além da de caráter estritamente pessoal, que não haveria relação de caráter econômico ou profissional que envolvesse o seu mandato parlamentar. Em verdade, no Estado de Goiás e por muitos outros fatos anteriormente conhecidos da população ali, verificaram-se procedimentos indevidos.

Na sequência dos acontecimentos, o Senador Demóstenes Torres, em oitiva no Conselho de Ética, veio a reconhecer que recebeu aparelho de celular da marca Nextel, habilitado no exterior; que a linha era paga pelo Sr Carlos Cachoeira. E ainda houve outros fatos importantes investigados pela Polícia Federal que estão contidos no relatório do Relator no Conselho de Ética, Senador Humberto Costa. Dessa forma, considerando principalmente a quebra de decoro proveniente de ter faltado com a verdade ainda que, com muita tristeza nesta Comissão de Constituição e Justiça, e tendo em conta o relatório do Senador Pedro Taques... Tal como outros Senadores aqui disseram, sou testemunha do apreço que o Senador Pedro Taques tinha pelo Senador Demóstenes Torres. Tantas vezes ambos fizeram ponderações condizentes um com o outro, em uníssono, somando os conhecimentos jurídicos, o que constituía para todos nós, para mim próprio, que não tenho uma formação jurídica, verdadeiras aulas.

Talvez não vote hoje, porque sou o primeiro suplente, a não ser que chegue a minha vez, mas quero declarar que, nas circunstâncias presentes, e também manifestando o meu apreço e respeito pela defesa feita pelo advogado Dr. Antonio Carlos de Almeida Castro, o meu voto será pela aprovação do parecer do Senador Pedro Taques. Assim vou votar, Sr Presidente, se chegar a minha vez.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro. Em seguida, vou encerrar a discussão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma brevíssima intervenção.

Primeiro, em que pese o constrangimento que essa circunstância nos impõe, eu me sinto, dentro dessa circunstância, confortável, na medida em que constato que esse processo que se conclui agora nessa etapa foi, todo ele, marcado por uma estrita observância dos

procedimentos legais – e eu diria não apenas legais, mas éticos – que deveriam pautar um processo que tem essa responsabilidade, e, mais ainda, na medida em que pudemos observar a forma absolutamente equilibrada e justa desde o Conselho de Ética, quando o ilustre Relator, Senador Humberto Costa, proferiu um relatório absolutamente equilibrado, correto, que veio a merecer, inclusive o apoio unânime dos seus pares naquele Conselho, e agora com esse relatório, sempre muito competente do ponto de vista jurídico, equilibrado, que foi exarado pelo ilustre Senador Pedro Taques.

Portanto, consola-nos a certeza de que o processo observou todos os preceitos legais, sem qualquer cerceamento, o que nos dá, portanto, nessa circunstância, a certeza de que temos aqui condições de votar, e eu o farei dentre em pouco, aprovando o relatório do Senador Pedro Taques.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Não havendo mais oradores inscritos, eu vou dar a palavra ao Senador Pedro Taques para as suas considerações finais, se assim o desejar. Em seguida, colocarei a matéria em votação nominal.

Os Srs. Senadores que se encontram nos gabinetes ou em outras comissões, os assessores convidem os Senadores a participar aqui da sessão porque a votação será nominal e aberta, por decisão da Mesa apoiada pelos Srs. Senadores. Faremos votação nominal.

Senador Pedro Taques, como relator, tem a palavra para as considerações finais.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr Presidente, apenas por dever de ofício e sendo econômico, a defesa alegou a respeito da acusação, mas, tecnicamente, aqui, eu não me apresento como acusador. A defesa fez referência à relação entre acusação e deliberação, e isso faz parte do mérito. Regimentalmente, eu não posso penetrar nesse tema.

A defesa fez referência à prerrogativa de foro, ao fato de que isso impediria o julgamento nesta fase, uma vez que lá teria sido violado o art. 102, inciso I, aliena “b”, da Constituição da República. Ao meu juízo, isso também se apresenta como mérito.

E, por fim, a defesa alegou prejulgamento. O Supremo Tribunal Federal tem alentado julgado sobre a não-existência de impedimento ou suspeição em razão de prejulgamento de Parlamentares, julgamento esse assentado no caso Collor, que se encontra na página do Supremo como um julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal.

Eu quero encerrar agradecendo ao Senador Eunício e parabenizando-o pela condução dos trabalhos, por respeitar o Regimento e dar à defesa a oportunidade

de defender a dignidade do representado. Dignidade porque a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 8º, desde 10 de dezembro de 1948, coloca a dignidade e o devido processo legal, a ampla defesa, como algo irrecusável. Também circundado pelo art. 8º do Pacto de San José, da Costa Rica; art. 5º, incisos LIII e LIV da nossa Constituição, a defesa é imprescindível. E V. Exª aqui exerceu o seu juízo de defesa. Eu quero parabenizar V. Exª e o Senador Eunício pela possibilidade de que isso seja feito.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que não há nada mais nobre e mais difícil do que julgar um semelhante. Não há nada mais nobre e mais difícil do que julgar um semelhante! Aqui nós estamos julgando a constitucionalidade. E quero dizer aos senhores que o fiz com total conforto, lembrando Nietzsche, quando ele vê uma concha que vai ser levada pelas águas do mar e diz que existe um misto de tristeza e alegria. Tristeza porque a concha vai embora e alegria porque nós estamos fazendo a coisa certa.

Portanto, com total alegria, nós temos que nos recordar de que não podemos ter nada contra o pecador; precisamos ter contra o pecado. E aqui citando um filósofo católico. Nós não podemos ter nada contra o pecador e, sim, contra o pecado.

Encerro dizendo que um Senador da República recebe essa denominação porque ele é um ancião que defende os interesses da República. E República quer dizer responsabilidade. República quer dizer ética. República quer dizer civismo. República quer dizer honestidade cívica. Portanto, nós estamos cumprindo o nosso papel constitucional. Não há nada mais correto do que obediência à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Eu vou colocar em votação o relatório, que conclui pela inexistência de vício de constitucionalidade, de legalidade ou de juridicidade no parecer que veio do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Vou fazer a chamada nominal.

Quem vota...

Srs. Senadores, Senador Randolfe, peço a atenção de V. Exª, para dizer que a chamada vai ser nominal.

Só para orientar a votação: quem vota com o Relator, portanto, pelo prosseguimento do processo para o Plenário do Senado Federal, vota “sim”; quem vota contrário ao prosseguimento do processo vota “não”. Portanto, mais uma vez digo: se aprovado o parecer do Senador Pedro Taques, nós vamos dar-lhe encaminhamento ao Plenário do Senado ainda na tarde de hoje; se não, nós temos que arquivar o processo na Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, decidi, com o apoio dos senhores, que a votação seria nominal, para não haver nenhum tipo de dúvida, nenhum tipo de interpretação. Nominal e aberta.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Taques? O voto é conhecido.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “sim”.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, vou acompanhar o voto do nosso Relator, votando “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) –

Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –

RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com

o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/

PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB –

PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – “Sim”,

com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – “Sim”,

com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – “Sim”,

com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Então, tendo em vista que o Senador José Agripino não está presente, vota sua Primeira-Suplente.

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – Com o Relator. “Sim”, com o Relator.

Então, à unanimidade dos presentes, foi aprovado por 22 votos a zero.

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer desta Comissão, concluindo pela inexistência de vício de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade no parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa e, uma vez lida no expediente, será publicada no *Diário do Senado Federal* e distribuída em avulsos para a inclusão na Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2012. – AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Armando Monteiro, Kátia Abreu, Vanessa Grazziotin, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Russo e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Maria do Carmo Alves, João Vicente Claudino, Magno Malta e João Ribeiro. A

Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 2/2012-CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, destinado a **“Debater sobre a dificuldade do Brasil para cumprir as metas de educação”**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Maria Luiza Martins Aléssio, Diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC; Senhor Fabiano Bossle Miguel, Coordenador de Educação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e Senhor Rolf Hackbart, Assessor Especial do Ministro da Educação. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Priscila Cruz, Diretora Executiva do Movimento Todos Pela Educação; Senhor Fernando Luís Schüller, Diretor Executivo do Grupo Ibmec Educacional S.A. do Rio de Janeiro; e Senhor Antonio Cesar Russi Callegari, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação**. Finda a apresentação dos expositores, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, faz a leitura dos comunicados que se seguem: **Comunicado 1:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência eletrônica da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite, que promove a 1ª Edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal e visa premiar as melhores iniciativas de Educação Fiscal que trabalham a importância social do tributo e das receitas públicas, assim como a qualidade do gasto público, com a participação de pessoas jurídicas como escolas estaduais, municipais, universidades, entre outras. O período para as inscrições iniciou-se em 17 de maio e vai até o dia 15 de agosto e a solenidade de premiação ocorrerá em 20 de novembro do corrente ano em Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia da correspondência eletrônica poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão ou poderão consultar a página de divulgação do evento: www.premioeducacaofiscal.com.br”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** “Reitero aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício nº 066/2012 – CEC do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Newton Lima, comunicando que o prazo para indicação de pessoas ou entidades para concorrerem ao Prêmio Darcy Ribeiro de Educação da Câmara dos Deputados de 2012 encontra-se aberto desde 09 de maio, com término previsto para 30 de maio do corrente. Os Senadores que desejarem uma cópia do Ofício pode-

rão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. Logo após, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, passa a presidência à Senhora Senadora Ana Amélia, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Prosseguindo, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Ana Amélia, autora do Requerimento e os Senhores Senadores Cyro Miranda e Inácio Arruda. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Cumprimento os senhores e as senhoras presentes e os Senadores e Senadoras que já subscreveram a lista de presença e que se encontram presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 02-CE, de 2012, de autoria da Sr^a Senadora Ana Amélia, para realização de audiência pública destinada a debater sobre a dificuldade do Brasil para cumprir as metas de educação.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Dr. Júlio Ricardo Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são a Sr^a Maria Luiza Martins Alessio, Diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e o Sr. Fabiano Bossle Miguel, Coordenador de Educação no Serviço de Aprendizagem Rural, Senar. Aliás, desculpem, cometi um equívoco. Os nomes que acabei de citar são as presenças que queremos registrar e agradecer.

Convido para compor a Mesa o Sr. Fernando Luís Schüler, Diretor Executivo do Grupo Ibmecc Educacional S.A. do Rio de Janeiro; a Sr^a Priscila Cruz, Diretora Executiva do Movimento Todos Pela Educação, e o Sr. Antonio Cesar Russi Callegari, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação.

Informo aos senhores presentes a esta reunião que ela está sendo objeto de cobertura pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, pelo *Jornal do Senado* e também através da Internet, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que transmite e retransmite todo o trabalho aqui realizado através das Assembleias Legislativas de todo o País.

Nós temos que, atendendo ao requerimento de audiência pública da Sr^a Senadora Ana Amélia, aprovado nesta Comissão, ouvir os convidados presentes. Conforme é norma nas audiências públicas desta Comissão e observando os termos regimentais, concederemos a cada um dos convidados o tempo de 15 minutos para fazerem sua apresentação.

Informo a todos que, quando a campainha toca, ainda resta um minuto. Depois de acabar esse minuto, fica por conta do Presidente a concessão de mais alguns segundos, sem que a gente queira, obviamente, tornar limitado o tempo, mas é necessário para a dinâmica da reunião que assim seja.

Vamos começar a manifestação dos convidados com a audiência do Sr. Fernando Luís Schüler, Diretor Executivo do Grupo Ibmecc Educacional do Rio de Janeiro. (*Pausa.*) Sempre acatamos sugestões. Como sempre dizemos que as mulheres vêm em primeiro lugar, por sugestão do Sr. Fernando, vamos ouvir primeiro a Sr^a Priscila Cruz para sua exposição.

A SRA. PRISCILA CRUZ – Bom dia a todos, aos Senadores e Senadoras aqui presentes, aos meus colegas de Mesa, Secretário Cesar Callegari e Fernando Schüler, a todos os amigos jornalistas e companheiros.

A Senadora Ana Amélia fez um pedido para apresentarmos os resultados do último relatório do De Olho nas Metas, que é um relatório anual que a gente publica no Todos pela Educação.

Esse relatório apresenta informações interessantes, basicamente, porque aqui, nesta Casa, os senhores vão debater o Plano Nacional de Educação que vai vir da Câmara. E o debate lá foi muito extenso, tem sido bastante intenso, e o que a gente traz aqui é que realmente a gente tem um desafio a cumprir no Brasil, que é o de oferecer educação de qualidade para todos, e qualidade não existe sem equidade. Então, os senhores todos vão perceber que minha apresentação tem esse viés forte da busca por maior equidade na educação pública brasileira.

Pode passar.

Pretendo dividir a apresentação em três etapas: os resultados desses indicadores que estão presentes no De Olho nas Metas; falar um pouco sobre o Plano Nacional de Educação, essa tramitação que está ocorrendo na Câmara e o que a gente pode aprender da experiência internacional, bem rapidamente.

Pode passar.

Então, o relatório.

Meta 1 do Movimento.

Para quem não conhece, o Movimento Todos pela Educação é um movimento da sociedade civil que busca contribuir para a efetivação do direito de todas as crianças e jovens à educação de qualidade.

A gente tem cinco metas e cinco bandeiras. Essas cinco metas são as metas que resumem um ideal de educação de qualidade para todos. Como esse enunciado é muito genérico, a gente traduziu a educação de qualidade para todos em cinco metas. As cinco metas são: todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola, essa é a meta 1; a meta 2 é toda criança plenamente alfabetizada até 8 anos de idade, que é a pré-condição para que ela aprenda nas demais séries; a meta 3 é todo aluno com aprendizado adequado a sua série; a meta 4 é todo jovem de 19 anos com ensino médio concluído, e a meta 5 é investimento em educação ampliado e bem gerido.

Basicamente, se a gente conseguir garantir essas cinco metas no Brasil, a gente muda o patamar da educação brasileira. Fazendo um paralelo com o Plano Nacional de Educação, o Plano acolhe as cinco metas e ainda coloca as estratégias de que o Brasil pode dispor para que a gente consiga chegar a esse resultado de educação de qualidade para todos.

Feita essa introdução, a meta 1 é a meta do atendimento, é a meta de ter todas as crianças de 4 a 17 anos na escola. Na verdade, a partir de 2016, isso passa a ser obrigatório, pela Emenda Constitucional 59. O retrato que a gente tem no Brasil... Porque muito se diz que a gente já universalizou a educação no País. Isso, infelizmente, está distante de ser uma realidade. O que a gente tem? Os senhores podem acompanhar na apresentação impressa, acho que facilita para quem não conseguir enxergar: em dez anos, de 2000 a 2010, a gente aumentou em oito pontos percentuais o atendimento nas escolas brasileiras. Então, a gente passou de 83,8% para 91,5%.

Pode passar.

Agora, onde estão as principais questões no atendimento? Na educação infantil, de 4 a 5 anos, em que a gente tem 80%, e no ensino médio, em que a gente tem 83%. Então, estamos mais próximos dos 100% no ensino fundamental, muito por conta do Fundef. Isso

aqui é um resultado do Fundef, basicamente. E educação infantil e ensino médio, temos muito a caminhar.

Pode passar.

Aqui, eu gostaria de chamar a atenção para as distâncias que a gente tem entre as regiões do País. Enquanto a gente tem 69% de atendimento das crianças de 4 a 5 anos no Norte; no Nordeste é 86%. Olhem a distância que a gente tem entre duas regiões vizinhas. Aqui é interessante porque atendimento de 4 a 5 é um dos indicadores em que o Nordeste está melhor. Nos demais, infelizmente, o Nordeste está entre as piores colocações. Mas em atendimento das crianças pequenas, o Nordeste está muito bem.

E aqui, chamo a atenção, no Norte, para a taxa de 81,3% no ensino médio, que ainda é muito baixa. Vocês podem perceber que, na região Norte, muito por conta das questões de logística, de distâncias etc., o atendimento é especialmente pior do que nas outras regiões.

Pode passar.

Aqui, a meta 1 por Estado. Vamos olhar a diferença entre os Estados. A gente tem, no Acre, 85% e, no Piauí, 93%. Olhem só como um Estado do Nordeste tem uma taxa melhor do que um Estado do Norte, como é o Acre; são nove pontos percentuais de distância entre o Acre e o Piauí na questão do atendimento.

Pode passar.

Meta 2. Uma coisa é a criança estar na escola, o jovem estar na escola; a outra, a gente vai agora começar a falar: aprendizagem. Não dá para a gente falar de aprendizagem sem garantir a aprendizagem na alfabetização, a plena alfabetização de todas as crianças.

A gente fez a prova ABC. A prova ABC é a primeira prova externa de larga escala da alfabetização das crianças de 8 anos, que a gente fez em parceria com o Inep, a Cesgranrio e o Instituto Paulo Montenegro. Foi uma prova, um exame que a gente realizou que deu a primeira ideia de como é que está a alfabetização das crianças no Brasil. Se a gente quer garantir que todos estejam plenamente alfabetizados e aprendendo nas séries seguintes, a gente tem que garantir que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas.

O que a gente tem? Pegando o Brasil, em escrita, 53%, sendo que 30% no Nordeste, 65% no Sudeste. Trinta e cinco pontos percentuais distanciam o Nordeste do Sudeste na escrita das crianças pequenas.

Quanto à leitura, 56% é a média brasileira. Olhem só como as médias no Brasil dizem muito pouco, como a gente tem grandes diferenças de resultados, dependendo da região. Aqui é apenas um corte geográfico, se a gente fosse fazer outros cortes, a gente teria também outras formas de desigualdade educacional. Então, em leitura, a gente tem, no Nordeste, 42,5% e, no

Sul, 64%, então, 22 pontos percentuais distanciando as crianças do Nordeste das crianças da região Sul.

E, em Matemática – e eu gostaria de pedir a atenção dos senhores para isso, porque aqui realmente se explica muito do que a gente vai ver nas demais metas – a gente tem uma média de 43%, 42,8% no Brasil, mas uma distância de 28,3% no Norte para 55,7% no Sul: 27 pontos percentuais distanciando essas crianças. A gente vai perceber, nas demais, que essa distância vai se aprofundando cada vez mais, e em Matemática, que a gente vê uma média pior em relação a Língua Portuguesa, isso, depois, também se aprofunda nas demais séries.

Pode passar.

Ainda na meta 2, o que a gente tem aqui é a diferença de proficiência, chamando a atenção para a questão e para a importância de a criança ter cursado a educação infantil. O fato de a criança cursar a educação infantil amplia muito a aprendizagem dela no 5º ano do ensino fundamental. Então, aqui é só para marcar que, se a gente quiser realmente garantir a aprendizagem, não dá para a gente deixar de lado a educação infantil. A educação infantil tem uma alta correlação com a aprendizagem futura desses alunos.

Então, a gente tem aqui, em Língua Portuguesa, 17 pontos, na escala do Saeb, a mais das crianças que cursaram a educação infantil e, em Matemática, 19 pontos a mais. Isso é quase um desvio padrão, é bastante coisa.

Pode passar.

E aqui, pegando um recorte mais de renda, que eu acho que talvez seja o pior recorte e o mais cruel de todos, justamente as famílias mais pobres são aquelas cujos filhos estão menos na educação infantil.

A educação infantil é a estratégia mais poderosa para a gente equivaler essas oportunidades educativas. Se a gente quer que todas as crianças estejam alfabetizadas, a gente tem que garantir uma boa educação infantil. Claro que a gente não pode relaxar nas outras etapas nunca, porque a educação é um acúmulo contínuo, mas a educação infantil estabelece uma base muito firme para que essa criança depois possa aprender nas demais séries, mas especialmente que a gente consiga nivelar um pouco mais as oportunidades educativas, porque o que acontece é que, para as crianças mais pobres, aquelas que não estão em famílias letradas, não estão imersas no mundo letrado, não têm acesso a um bom vocabulário, a escola tem que compensar isso, e principalmente a escola da educação infantil, porque aí a gente consegue nivelar isso e garantir uma base mais equitativa para todos no futuro.

Então, aqui, eu acho que é um dos gráficos mais cruéis que a gente tem no Brasil. Justamente as fa-

mílias mais pobres são aquelas que menos estão na escola pública na educação infantil.

Pode passar.

Ainda na meta 2, que é alfabetização, a gente fez um recorte das crianças que, no final do 3º ano, estavam na idade certa, então, na idade correta são as barras vermelhas; os adiantados, então aquelas crianças com idade inferior à idade certa na barra azul, e os defasados, as crianças que estavam com a idade acima da idade correta no amarelo. O que é interessante notar nesse gráfico é que as crianças na idade certa estão sempre com um aprendizado maior do que as crianças na idade certa estão sempre com um aprendizado maior do que as crianças tanto adiantadas quanto atrasadas. Então, mesmo adiantar uma criança não é uma boa estratégia. A gente tem que garantir que todos estejam na idade correta. A questão do fluxo é fundamental, e mesmo adiantar não adianta... A gente tem que realmente batalhar para que todos estejam na idade correta, e esse gráfico deixa isso muito claro.

Outro componente interessante daqui é que os defasados, aqueles que estão fazendo pela segunda ou pela terceira vez uma mesma série, não têm um desempenho melhor que os outros. Então, não adianta mais do mesmo. A repetência não faz bem para ninguém. O que a gente tem que garantir é que todos aprendam na série que estão cursando e possam aí passar de ano e ter o fluxo escolar regularizado.

Pode passar.

Entramos na meta 3. A meta 3 é a da aprendizagem, que a gente mede pelo Saeb e Prova Brasil, 5º ano, 9º ano e 3º ano do ensino médio. Aqui, é uma série histórica que a gente vê. O que a gente percebe? Que no 5º ano do ensino fundamental, Língua Portuguesa, 5º ano do ensino fundamental, Matemática, 3º ano do ensino médio, Língua Portuguesa e 9º ano do ensino fundamental, Língua Portuguesa, a gente está numa trajetória ascendente. Podemos até querer uma maior envergadura, uma maior aceleração desses resultados, mas o fato é que a gente vem melhorando, e a gente tem que manter essa melhora, com uma maior aceleração dos resultados.

O que mais preocupa em aprendizagem é Matemática. No 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio, a gente está, há dez anos, praticamente estagnado na mesma porcentagem de alunos que aprende, e pior, porque estagnar com bom resultado não é nem tão ruim, mas estagnar com resultados tão baixos, com menos de 15% dos alunos com aprendizado adequado a sua série, é muito grave. Ainda mais quando a gente vê que, aqui no 3º ano do ensino médio, que é a saída da educação básica, esses alunos estão concluindo o ensino médio, é a pior reta aqui, é

a do ensino médio em Matemática. Eu vou aprofundar um pouco mais isso.

Pode passar.

Meta 3, vou passar para cada ano. Então, no 5º ano, como é que a gente está? No Brasil, 34% das crianças concluem o 5º ano do ensino fundamental com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e 32% em Matemática.

Pode passar.

No 9º ano do ensino fundamental, a gente tem 26% em Língua Portuguesa, então notem que a gente já perdeu aí um pouco da eficiência ganha na etapa anterior, e 14% em Matemática. Apenas 14% de quem conclui o 9º ano do ensino fundamental no Brasil têm a aprendizagem esperada em Matemática, e isso vai explicar o que a gente vai encontrar no ensino médio.

Pode passar.

Vamos ao 3º ano do ensino médio. São os jovens que estão concluindo o ensino médio, e notem que, infelizmente, nem todos os jovens que entram no 1º ano do ensino fundamental concluem o ensino médio. Então, aquilo que a gente tem de quase 97% de atendimento no ensino fundamental, no ensino médio ainda é muito baixo, e eu vou falar sobre isso na meta 4. Mas ainda na meta 3, que é a meta da aprendizagem, a gente tem 29% em Língua Portuguesa e 11% em Matemática. Então, num país que quer avançar em inovação, em pesquisa e principalmente que quer dar condições mais justas de vida para todos os cidadãos, a gente tem que preparar esses jovens que estão saindo do ensino médio, também em Língua Portuguesa, mas especialmente em Matemática. O que a gente percebe é que existe uma carência ainda de um projeto estruturante para o ensino da Matemática e mais do que isso: para a aprendizagem efetiva da Matemática.

Pode passar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. PRISCILA CRUZ – Agora eu vou correr um pouquinho porque já tocou a minha sirene.

A meta 4 é a meta da conclusão. Então, como é que a gente está? Se a gente for fazer um corte na coorte dos jovens que têm hoje 19 anos, 50% têm o ensino médio concluído no Brasil. Então, metade dos jovens com 19 anos no Brasil tem o ensino médio concluído. Realmente, a gente ainda precisa avançar muito nessa questão de garantir que todos estejam na escola alfabetizados, aprendendo e concluindo o ensino médio na idade certa, sendo que, de novo, a gente tem, na região Norte, 36% de taxa de conclusão e, na região Sul, 60,5%.

Então, é uma distância de 24 pontos percentuais. Quase que onde a criança, onde o jovem vive determina

a educação que ele tem. E acho que nunca é demais lembrar que a educação é um direito fundamental, é um direito constitucional fundamental que deve ser universalizado para todos com qualidade e equidade. Sem isso, a gente nunca vai ter um país realmente grande, e grande para todos, não apenas para alguns.

Pode passar.

A meta 5 é a meta do investimento. Os senhores, que vão recepcionar o Plano Nacional de Educação, vão perceber que existe uma grande discussão, um grande debate sobre o financiamento da educação. O que a gente pode apresentar para os senhores? Aqui, a barra vermelha é o volume, em bilhões de reais, desde 1995. Então, a gente teve aí, especialmente depois de 2005, um aumento substantivo dos investimentos em educação. A linha verde é em porcentagem do PIB, a gente também teve um aumento em relação ao PIB, a gente aumentou 1%, um ponto percentual em porcentagem do PIB nos últimos anos.

Pode passar.

Acontece que, por mais que a gente tenha aumentado os recursos para a educação pública brasileira, o que a gente percebe é que o investimento *per capita* é muito baixo, porque o Brasil é um país ainda muito jovem, com muitas crianças e jovens, um país que tem muitos alunos: 50 milhões de alunos. Então, quando a gente divide o recurso pelo número de alunos que estão na escola pública, a gente tem um *per capita* muito baixo em relação aos demais países.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRISCILA CRUZ – Exatamente.

Então, ali a gente tem a barra azul, que são os países da OCDE, e a barra verde, que é o Brasil. Olhem a distância que a gente tem com os países da OCDE quando a gente vê educação básica, educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental, ensino médio – e mais ainda, olhem como é baixo. Agora, no ensino superior, a gente está muito próximo dos países da OCDE, a gente não tem tanta diferença.

Pode passar.

E o Brasil aparece, então, por conta disso, entre as últimas posições no *ranking* da OCDE quando a gente olha o investimento *per capita*, por estudante, não em volume geral.

Pode passar.

Plano Nacional de Educação. Vou passar rapidamente porque acho que o Cesar também deve falar um pouco sobre isso. Para o que eu gostaria de chamar a atenção dos senhores? Existem alguns princípios presentes no corpo da lei, do PNE, que acho que são muitos importantes para a gente sair de princípio,

tornar esses princípios realmente realidade, que acho que é a grande questão.

Superação da desigualdade educacional no Brasil. Ela é extremamente profunda, é uma das maiores do mundo. Além de termos um sistema com qualidade muito baixa, a desigualdade é muito grande no País.

Melhoria da qualidade com equidade. Não existe qualidade sem equidade. Qualidade para alguns não é qualidade.

Pode passar.

E aí, nas estratégias e metas, o que vale a pena a gente destacar, até para o trabalho futuro dos senhores quando o Plano Nacional chegar a esta Casa? Definição das expectativas de aprendizagem. Acho que o Secretário Callegari também deve comentar o que o MEC já está desenvolvendo nesse campo. Isso aqui é fundamental. Se o grande foco agora é a qualidade e se a gente sabe que os países que conseguiram avançar na educação têm essa agenda como uma agenda prioritária da sociedade, inclusive, a gente tem que ter muita clareza em relação àquilo que cada criança, cada jovem tem que aprender em cada série. Caso contrário, fica muito difícil você fazer um alinhamento entre formação inicial do professor, formação continuada, livro didático, material de apoio para esses professores e sistemas de avaliação. Hoje a gente avalia, sendo que o professor não tem a menor ideia daquilo que é avaliado. E aí fica muito complicado a gente usar as avaliações para um ciclo virtuoso de gestão positiva. Então, se a gente quer que as avaliações sejam utilizadas para melhoria contínua do aprendizado, essa avaliação precisa fazer sentido, e para fazer sentido, a gente tem que deixar mais claro o que é esperado de cada professor em cada série em termos de aprendizagem dos seus alunos, porque essa é a grande missão que a gente tem que cumprir no País hoje e nos próximos dez anos, que é o período de vigência do Plano Nacional de Educação.

Avaliações diagnósticas, podermos compreender melhor o que as avaliações externas têm a nos dizer em termos de aprendizagem, senão a gente fica sempre com uma caixa-preta na mão, sem saber muito bem como utilizar essas informações.

Um fortalecimento do acompanhamento e do monitoramento das redes, sempre entendendo que estes são para um maior aporte técnico e financeiro, para que realmente consigamos equivaler essas redes, em termos de equidade, dar mais para quem tem menos, poder dar mais apoio, mais financiamento para quem tem menos.

Um desafio imenso de renovação de ensino médio. E hoje estamos com algumas políticas interessantes, mas precisamos ampliar as políticas de renovação do

ensino médio, a redução do fluxo, aferir a alfabetização, que também está no Plano Nacional, a avaliação do ensino de ciências, que é fundamental.

Pode passar.

Aqui, já encerro a minha apresentação só com um recado final. Tive a oportunidade de acompanhar e de ser consultora de uma série de matérias e documentários que o Canal Cultura fez, que é *O Destino Educação*, em que visitamos os países que estão no topo do *ranking* do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Lá, fizemos uma série de documentários e pudemos conversar com muitas especialistas, formuladores, gestores, etc.

Claro que há várias políticas em que o Brasil pode inspirar-se. Acho que não dá para copiar, mas dá para nos inspirar muito, principalmente nessas políticas do Canadá, Finlândia, Coreia do Sul. Enfim, visitamos o Chile.

Agora, o que mais chama a atenção nesses países? Esses quatro componentes. E aqui vemos a importância do PNE de novo. Todos eles têm um projeto muito claro para a educação. Não há ninguém perdido. Todos eles têm muito clareza do que se espera a cada ano e quais são as estratégias para conseguir chegar a essas metas, que são vontade política, coragem de realmente fazer acontecer e colocar a educação no topo de suas prioridades.

Em algum momento na história desses países, eles, realmente, colocaram a educação no topo das suas prioridades e articularam as demais políticas em torno da educação.

Excelência na implementação. Podemos ter um excelente projeto, um excelente plano, mas, em geral, pecamos na implementação. Em geral, a implementação mobiliza muito menos do que o momento da formulação dos planos. Temos que “glamourizar”, no Brasil, a excelência na implementação e não só na elaboração dos planos.

Então, o que desejamos é que todo esse calor em torno do PNE se reverta em implementação também. Temos uma implementação árdua de 10 anos, que vai exigir muito de todos nós. Então, nenhum desses países que conseguiram avançar em 10, 15, 20 anos fez isso, achando que basta ter um bom plano, basta mobilizar e pronto. É necessário que haja realmente uma excelência na implementação que chame a atenção.

Em quarto, um ambiente cultural favorável na sociedade. Aí esse é um trabalho também de todos nós de colocar a educação no topo da agenda da sociedade. Sem isso, sabemos que todos os demais ficam muito mais frouxos.

Bem, vou encerrar aqui. Quero agradecer o convite do Senado. Quero colocar o movimento todo da

educação à disposição dos senhores. Na época da tramitação do PNE, aqui nesta Casa, também, colocamo-nos à disposição para trazer mais informações, reflexões, e agradecer aos demais colegas aqui, que certamente vão complementar a minha fala.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a exposição feita pela Sr^a Priscila Cruz, que superou o tempo destinado inicial em nove minutos. Agora, vou ter que conceder aos demais prazo igual, sob pena de ser aqui merecedor de alguma crítica, por não fazer o tratamento igual aos demais palestrantes.

Ouviremos agora, com muito prazer, o Sr. Fernando Schüller.

O SR. FERNANDO LUÍS SCHÜLER – Bom dia a todos. Obrigado pelo convite. Gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Bauer, a Priscila Cruz, o Antonio Cesar Russi Callegari, os Senadores presentes, a Senadora Ana Amélia Lemos, do meu querido Estado do Rio Grande do Sul.

Foi muito importante a exposição da Priscila, para nos dar uma base de dados. Falo mais hoje como professor e pesquisador na área de políticas públicas. Queria aqui expressar uma opinião que venho desenvolvendo há um bom tempo. Não vou apresentar muitos dados, até porque a Priscila já expressou dados fundamentais. Queria expressar uma opinião, uma visão, talvez resultado de muitos e muitos anos na área de gestão pública. Fui Secretário de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul. Trabalho como professor há mais de 20 anos e tenho certa experiência como gestor em Brasília com formação pela Enap. A partir daí, fui desenvolvendo uma certa visão sobre a gestão pública brasileira e a educação, que queria expor de uma maneira muito rápida e geral, complementando o que a Priscila coloca, mas talvez abrindo algumas possibilidades de reflexão para todos nós.

Acredito que a função de uma Comissão de Educação do Senado seja também expor opiniões, teses, para que possamos avançar e discutir com clareza e transparência.

Pode passar, então.

Não vou dar muitos dados, mas queria acentuar um aspecto. Quando se fala na crise da educação brasileira, nos problemas da educação brasileira, leio os artigos e os debates, falando da tragédia da educação básica brasileira, com os indicadores que a Priscila mostrou.

Quando pegamos o caso do Pisa, que é inclusive citado no Plano Nacional de Educacional Decenal, nas

metas, quando entramos no Pisa, vemos que há dois Brasis escondidos dentro dele. Não há um Brasil só.

Inclusive, chamou-me muito a atenção que o Plano Nacional faz um prognóstico, analisa a evolução da nota brasileira no Pisa. Existem duas notas brasileiras no Pisa. As escolas particulares brasileiras têm uma nota igual às dos Estados Unidos – 502 – no Pisa; as escolas estatais – coloco estatais, porque elas são tanto da rede municipal, estadual, em sua grande maioria, e algumas poucas escolas são ligadas às redes federais – têm uma margem de 387, uma nota semelhante à da Albânia, que está nas últimas posições.

Quanto ao índice de leitura, há a diferença entre o mundo privado brasileiro e o estatal.

Pode passar, por favor.

Se formos para o Enem, poderia dar muito dados sobre ele. Acho que grande parte das pessoas aqui presentes conhece esses dados. Em 2009, das mil escolas que têm menor pontuação no Enem, 92% eram de redes privadas, com as particulares de educação; em 2010, das 200 menores escolas, apenas 2% eram de redes estaduais, que realmente têm a maior parte dos estudantes de ensino médio no Brasil. Em 2010 também, das mil escolas – e esse é um dado que mais me choca – piores *rankeadas* no Enem, 995 eram de redes estaduais, ou seja, eram estatais.

Pode passar ali.

Na prova ABC, situada pela Priscila, em que se faz a prova a partir do 3º ano, para ver exatamente a formação inicial do aluno no ensino fundamental. Na escrita, tivemos uma diferença de 38,5% entre a rede privada e a rede pública brasileira.

Pode passar.

Na matemática, o caso é ainda mais grave. A Priscila citou as desigualdades regionais que temos entre Estados e entre regiões do País. Aqui, focalizo na diferença de redes. Tivemos 41,7% de diferença entre o resultado obtido pelas escolas particulares e as escolas estatais brasileiras.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Esse dado se refere à diferença de aprendizado é para mais, ou para menos?

O SR. FERNANDO LUÍS SCHÜLER – Menos. É insuficiente. 27,5%, no ensino privado, deixaram de obter o rendimento esperado, segundo os parâmetros da prova ABC, em matemática. Isso significa que 74,3% obtiveram a rentabilidade, o resultado, o aprendizado esperado na prova. É invertido ali. Está certo?

Então, quer dizer, na verdade, não sei se ficou claro, o que esse percentual mostra é a quantidade de alunos que não obtiveram o aprendizado desejado na prova ABC.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É porque ali não está dito no quadro se há mais ou menos rendimento. Então, é necessário que você esclareça. Aí parece que o ensino estatal está melhor que o ensino particular.

O SR. FERNANDO LUÍS SCHÜLER – Exatamente. Ah, não, não! É porque aqui é invertido. É o percentual de crianças que não obtiveram o resultado esperado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas quem olha ali fica parecendo que os que obtiveram a menos.

O SR. FERNANDO LUÍS SCHÜLER – Sim. Só um *slide*.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, professora.

A SRA. PRISCILA CRUZ – Só para ajudar um pouco. Quando apresentei o mesmo dado, eu o fiz pela outra visão – eu apresentei pelos que aprenderam, e o Fernando está trazendo os que não aprenderam, mas é o mesmo dado.

O SR. FERNANDO LUÍS SCHÜLER – É o mesmo dado, sob ângulos diferentes.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. FERNANDO LUÍS SCHÜLER – Está bem. Pode passar ali.

Quer dizer, de maneira muito direta, a crise na educação brasileira, quando falamos da crise, da tragédia, do problema da educação brasileira, se refere à crise do setor público da educação brasileira, da educação estatal brasileira. Evidentemente, a nossa educação particular tem muitos problemas. Há colégios de pouca qualidade. Há milhares de problemas, mas não existe nenhuma crise e nenhuma tragédia. Há realmente uma crise muito grave, muito séria, civilizatória, no setor estatal, na educação estatal brasileira, das redes municipais, das redes estaduais, com a exceção de algumas redes ligadas a universidades federais ou a algumas boas universidades, que realmente tenham um padrão muito maior, que são escolas-modelo, ou seja, escolas de aplicação.

Quais são explicações que lemos e escutamos para esse problema? Inclusive, uma delas o próprio relatório de condutores para a educação – aliás, muito bem feito – traz. Geralmente, as explicações se focam em dois aspectos: os alunos das escolas públicas, como são de famílias de menor renda, teriam menos estrutura familiar e frequentaram menos ou não frequentaram uma educação infantil, e, por isso, teriam um pior rendimento.

Fala-se também genericamente em diferenças salariais, de os professores da rede pública terem me-

nores salários, ou terem problema de capacitação, o que me parece uma explicação muito precária, porque, primeiro, não há evidência sobre essa diferença salarial, e aí acho que é um problema realmente do próprio setor público, porque se isso eventualmente acontece de selecionar, de remunerar e de promover a própria capacitação dos seus quadros docentes, mas o que me chama a atenção é que, na análise que todos fazemos, na nossa educação pública, nós responsabilizamos os alunos e as suas circunstâncias pelo déficit do seu próprio rendimento na escola.

Ninguém para para sentar numa discussão, para analisar um texto, e dizer: E a escola? A escola tem responsabilidade sobre esse processo? Parece que a escola não tem responsabilidade, que o modelo de gestão da escola não afeta o resultado dos estudantes.

Quero fazer uma afirmação muito clara aqui. Na minha visão, isso pode, inclusive, embutir uma visão conservadora sobre a educação. Quer dizer, responsabilizamos os alunos pelo seu próprio baixo rendimento e, muitas vezes, isentamos a estrutura escolar de uma análise mais profunda. Quero dizer a todos que alunos de menor renda em boas escolas têm bom rendimento ou, muitas vezes, melhor do que alunos de outras faixas de renda.

Dirijo uma escola, e as minhas opiniões aqui são absolutamente pessoais. Talvez, não tenha qualquer relação com a minha posição hoje. Sou diretor hoje de uma escola de excelência do Rio de Janeiro, uma escola particular, privada, de ensino superior.

Eu comprovo isso todos os dias. Temos muitos alunos do ProUni, no Ibmec, no Rio de Janeiro. Vindo para cá, obtive os dados. No curso de economia do Ibmec, temos 35 alunos do ProUni. São alunos de muito baixa renda. Primeiro, nós não distinguimos. Eles têm uma incorporação absolutamente perfeita e normal ao ensino. Eles têm um CR, que é uma nota média de 8 (oito), uma nota muito alta, para um curso de economia, que é um dos mais difíceis do Brasil, com muita carga de matemática. É um dos cursos mais pesados em termos de exigência no Brasil. Os alunos do ProUni são 35 e têm a média 8 (oito). Para passar, eles precisam de 6 (seis); eles têm a média 8 (oito).

O curso de direito do Ibmec também é muito exigente, muito qualificado. Temos 67 alunos do ProUni, que são alunos de baixa renda. Eles têm a média 7,6, que é muito alta.

Então, a tese de que alunos com problemas familiares, evidentemente, deve afetar. Evidente que eles devem ter acesso à educação. Agora, existem alunos que superam as suas circunstâncias. Existe um aprendizado da dificuldade, um aprendizado da sobrevivência social, e esses alunos, quando lhes são

oferecidas oportunidades, são colocados numa escola, com reforço escolar, assistente do professor que faz exercício, enfim, que oferece as condições mínimas, inclusive para uma compensação das más condições familiares, estruturais, circunstanciais, históricas, da sua vida pessoal, têm um excelente rendimento.

Tenho certeza, Priscila Cruz, Antonio Cesar Russi Callegari, de que, se oferecermos às nossas crianças, aos nossos jovens, boas escolas, com essas condições mínimas de reforços e assim por diante, elas terão rendimento.

Portanto, aqui, nesta Comissão, neste debate, concentro a minha análise sobre as deficiências estruturais de gestão dessas escolas que, no fim, oferecem ou produzem piores resultados, dos quais, na minha visão, os alunos são muito mais vítimas do que, vamos dizer assim, causadores desses resultados.

Pode passar, por favor.

Qual é o grande problema que eu queria acentuar? Existe um problema de modelo de gestão. É óbvio que existe um problema de modelo de gestão. Aliás, qual é o modelo de gestão hoje das nossas escolas estatais de uma maneira geral, sejam de redes municipais, sejam de redes estaduais? É um modelo de gestão baseado num conselho de repartição pública, em primeiro lugar.

Num dia desses, eu participava de um debate, e um dos interlocutores do debate me perguntou: “Mas o senhor está dizendo, então, que as escolas são repartições públicas?” E eu dizia: Sim. As escolas são repartições públicas, um modelo clássico de repartição pública.

O que é uma repartição pública? Ela tem uma rigidez orçamentária estrita. Ela tem uma rigidez absoluta para contratar, ou descontratar. Ela tem uma enorme carga burocrática em todo o sistema de compras para reposição de equipamentos de computadores, desde o giz até a aquisição de qualquer tipo de recurso didático. Ela tem uma quase completa ausência de meritocracia. Ela tem ausência de autonomia para a tomada de decisões. Ela tem a falta de competição, a falta de alternativa, para as famílias.

Na escola privada, a direção de uma escola, enfim, faz de tudo para reter os alunos, para oferecer qualidade, para oferecer reforço, a fim de que os pais tenham alternativa. Os pais vão lá, questionam e cobram.

Na escola pública, essa alternativa praticamente não existe. Os pais cobram muito pouco e assim por diante, além do tema da vulnerabilidade política. Os programas são descontinuados. A cada dois ou quatro anos, muitas vezes, há indicações políticas de direções e assim por diante, ou há um peso corporativo muito

grande que barra qualquer tipo de avanço ou inovação. Vemos isso no dia a dia da gestão.

Esse problema precisa ser enfrentado, discutido e analisado. Ele existe. Podemos fazer de conta que ele não existe. Aliás, em boa parte dos debates sobre educação no Brasil, percebo uma coisa muito engraçada: eles fazem de conta que o problema não existe; eles fazem de conta que toda essa lista de questões não existe; eles fazem de conta que uma escola pública e uma escola particular podem funcionar da mesma maneira.

Para quem dirige uma escola particular – os senhores devem saber disso –, às 11 da manhã, um professor liga e diz: “Falta um livro de matemática na biblioteca.” O diretor manda comprá-lo, e, às 3 horas da tarde, o livro de matemática está biblioteca.

Numa escola pública normal, na rede municipal, na rede estadual, o professor liga para o diretor, dizendo que está faltando livro de matemática na biblioteca. Aí, há a necessidade de se ver se há no estoque da Secretaria de Educação, se a licitação foi feita. Talvez, daqui a seis meses, ele seja repostado. Infelizmente, é necessário que se espere o próximo edital e assim por diante.

Isso afeta ou não o desempenho dos alunos? Afeta o desempenho dos alunos, sim. É muito fácil, depois, culpar a história dos alunos, a trajetória, o problema social e assim por diante.

Afirmo aqui, de maneira muito clara: o modelo de gestão, a capacidade de resposta, a rapidez de resposta, a capacidade de enfrentar problemas, de funcionar. Uso aqui uma expressão, recentemente recebendo o prêmio Nobel, de Amartya Sen, aqui no Brasil, em que boa parte de sua teoria fala sobre a autonomia do indivíduo é baseada na sua capacidade de funcionar.

Assim também são as escolas. Qual a capacidade de uma escola de funcionar, de oferecer resultados, de oferecer aulas de reforço, de capturar um aluno, de oferecer alternativas de arte, de entretenimento, que possam fazer diminuir a evasão escolar e assim por diante.

Pode passar ali.

Pode passar; eu ia citar alguns exemplos.

Na verdade, estamos lentamente, silenciosamente, construindo no Brasil, pelo menos nos últimos 20 anos, há mais tempo talvez, um *apartheid* social. O que é um *apartheid* social? O que aconteceu no Brasil nos últimos dez, vinte anos? A classe média brasileira foi-se protegendo no setor privado, foi colocando seus filhos nas escolas privadas, e as famílias de menor renda foram ficando sem alternativas e sendo entregues ao setor público, com todas essas deficiências. Os

resultados estão aí em todos os testes, em todas as avaliações, conforme vimos no início dessa exposição.

A consequência desse modelo de dois sistemas, onde a classe média e a elite brasileira contratam o setor privado e deixam os mais pobres para o setor público, o setor ineficiente na educação, é a cronificação da desigualdade social.

Então, ao contrário muitas vezes do que esperamos para os próximos dez anos, apostando neste modelo de dois sistemas, é uma acentuação e uma cronificação, aquilo que é mais perverso, do ponto de vista de justiça social, que é herdar de uma geração para outra a pobreza e a desigualdade social.

Pode passar.

Existe uma grande novidade no Brasil talvez nos últimos dez anos, que foi a criação do ProUni. Este é um modelo revolucionário de política pública, não tanto pela isenção fiscal, pelo detalhe da sua operação, mas pelo sentido geral do que ele aponta como modelagem de um novo contrato entre o setor público e a sociedade na gestão da educação.

O que me interessa e me chama muito a atenção no modelo do ProUni, Callegari, é que, nele, o Estado financia e regula, a sociedade, através das suas instituições, das suas organizações, sejam escolas comunitárias, sejam escolas religiosas, não estatais, sem ou com fins lucrativos, desde que tenham qualidade, fazem a gestão da educação. As famílias escolhem, e os estudantes também o fazem. É o que, de alguma maneira, acontece no modelo do Fies, do ponto de vista do financiamento subsidiado de longo prazo oferecido.

Pode passar.

Pode passar. Também vou resumir, por favor.

No Brasil, temos 85% de estudantes que estão no ensino básico da rede pública. Precisamos melhorá-la; precisamos investir nela; precisamos tentar melhorá-la de todas as maneiras. Vejo esforços heroicos e tentativas para que isso seja feito. Geralmente, são esforços que acabam, a longo prazo, não oferecendo resultados. Estamos vendo isso. Tenho medo de que, daqui a dez anos, estejamos nesta mesma Comissão, discutindo os mesmos problemas, que a desigualdade social aumentou e que a diferença, ou seja, o fosso entre o setor privado e o setor público de educação tenha aumentado, mas o fato é que precisamos e podemos carregar, nos próximos dez anos, a promoção de uma lenta, responsável e cuidadosa ruptura com esse sistema de dois modelos.

Ou seja, segundo o parâmetro e a modelagem que o próprio sistema do ProUni oferece, você tem a possibilidade – e eu vejo isso no dia a dia de uma escola que eu mesmo tenho a oportunidade de dirigir hoje –, primeiro, de igualdade de tratamento, uma

transferência de renda indireta. Surpreende-me muito quando vejo jovens de menor renda estudando numa escola particular, podendo gozar de toda aquela estrutura, que é financiada por pais. Ele acaba podendo aproveitar toda uma estrutura que é financiada por pessoas de maior renda e que acaba tornando-se um processo muito saudável de integração de transferência direta de renda.

Por último, um tema que me parece muito grave: apostarmos num modelo social e civilizatório de segregação de círculos sociais, onde a classe média e os mais ricos têm as suas escolas, e as famílias e os estudantes de menor renda têm as suas escolas. Produzimos um processo de segregação social, muitas vezes racial, que acaba cronificando o processo de desigualdade social.

Pode passar.

Por último, o Plano Nacional de Educação. Há uma das versões. Sei que o Plano está agora em discussão no Congresso. Muitas emendas são feitas. Ele é modificado todos os dias, mas me parece que há coisas muito problemáticas e, na minha visão, inclusive, surpreendentes.

Em primeiro lugar, o Plano exclui completamente as redes comunitárias não estatais de educação, a não ser as redes ligadas às estruturas sindicais. Estas são citadas no Plano muitas vezes na sua estratégia. As redes não estatais não sindicais não desempenham nenhum papel.

No inciso XI.6, está escrito: “uma das metas é expandir o financiamento à educação técnica de nível médio, oferecidas pelas instituições de ensino superior privadas”. É curioso isso. As instituições de ensino médio privadas não terão financiamento por dez anos, ou não poderão abrir-se a um nível de financiamento por parte do Estado, porque restringir o financiamento à educação, primeiro, à educação profissional, à educação técnica, parece que não faz sentido e porque restringir apenas essa oferta a instituições de ensino superior privadas. São duas curiosidades do Plano, na minha opinião, que não se justificam.

Pois não.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa rede privada sindical o senhor se refere ao sistema Senai?

O SR. FERNANDO LUÍS SCHÜLER – Imagino que sim. Parece-me que é preciso incluir todas as redes nesse grande esforço que o Brasil precisa fazer nesses próximos dez anos. É preciso romper esse modelo de dois sistemas. Acho que, da maneira como ele está desenhado, ele segrega. Boa parte do esforço que a sociedade brasileira, as comunidades brasileiras, as comunidades religiosas, enfim, as estruturas educa-

cionais que o Brasil criou, que são muito competentes, hoje muito bem *rankeadas* em qualquer classificação internacional, sob pena de nós, em 10 anos, ao contrário do que o Plano prevê, que é a diminuição das desigualdades, aumentarmos ainda mais o fosso da desigualdade social brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a participação do Dr. Fernando Schüller.

Passamos a palavra ao Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Dr. Antonio Cesar Russi Callegari.

O SR. ANTONIO CESAR RUSSI CALLEGARI – Muito bom dia. Muito obrigado pelo convite. Quero cumprimentar o Senador Paulo Bauer, a Senadora Ana Amélia e demais Senadores aqui presentes, pela iniciativa, porque se trata de uma discussão sobre aquilo que é central na educação brasileira, nos tempos de hoje, que é a questão da qualidade em matéria de educação.

Evidentemente que, por um período de 20 minutos, não teria tempo, numa primeira etapa, de comentar todos os aspectos aqui relacionados, mas acabei optando por seguir a apresentação básica feita pela Priscila Cruz e fazer alguns comentários.

Primeiramente, são dados conhecidos. Os dados aqui apresentados revelam tudo que precisamos avançar em matéria de educação básica no Brasil. É possível, como já até percebemos aqui, estabelecer uma leitura, vários tipos de leitura, como a leitura do copo vazio, absolutamente indispensável, no momento em que estamos discutindo o novo Plano Nacional de Educação, em que o Brasil precisa chegar a um acordo social e político a respeito de metas, objetivos, estratégias, em matéria de educação em todos os níveis, mas não podemos também ignorar – e acho que isso foi aqui demonstrado, embora pela restrição do tempo, não com muita ênfase – os avanços que temos experimentado nos últimos tempos. Quer dizer, o Brasil tem dado uma demonstração clara e inequívoca de que é capaz de resolver praticamente todos os seus problemas em matéria de educação.

Há gargalos. Nós vamos falar sobre eles. Ao olhar para aquilo que tem dado certo, ou seja, experiências bem sucedidas e programas coroados de êxito realizados pela área pública, principalmente no Brasil, percebo que aí estão as chaves fundamentais do sucesso requerido e exigido em relação à educação brasileira.

Não posso perder a oportunidade de comentar algumas respostas que o Ministério da Educação tem desenvolvido em relação a esses problemas, não só o Ministério de Educação, mas as redes de educação, os responsáveis pela educação nos Estados e Municípios.

Primeiramente, gostaria de dizer que a responsabilidade direta pela operação da educação básica no Brasil, da operação das escolas, contratação, capacitação de professores, suprimento de material didático, o principal é realizado até por determinação constitucional pelos governos estaduais e pelos governos municipais.

Então, isso é importante, porque se trata, mais uma vez, de sublinhar a necessidade de construção de um pacto pela educação de qualidade que perpassa toda a estrutura federativa brasileira, estabelecendo responsabilidades claras, metas objetivas, não apenas para o todo, mas para cada um dos que devem assumir responsabilidades no campo da educação, estabelecidas já no campo constitucional.

Já temos uma divisão de trabalho em educação no Brasil, estabelecida basicamente pelo art. 211 da Constituição, mas ainda temos de avançar muito na construção de um sistema nacional de educação articulado, que, aliás, foi o objetivo-título da própria Conferência Nacional de Educação, que, de alguma forma, ilumina muito daquilo que é trazido para o debate no Congresso Nacional em relação ao Plano Nacional de Educação.

Aproveitando, então, queria fazer alguns comentários em relação às cinco metas que inspiraram, pelas próprias informações prestadas pela Senadora Ana Amélia, a sua iniciativa de passar em revista as questões relacionadas às metas educacionais no Brasil.

Toda criança e jovem, na escola, dos quatro aos dezessete anos de idade. Vejam que, nesse campo, tivemos algumas coisas que foram realmente espetaculares em termos de construção jurídico institucional no Brasil.

Primeiro, a construção de um sistema de financiamento da educação, que é hoje representado pelo Fundeb, que é um sistema praticamente único, em termos mundiais, da maneira como é estruturado. Tem uma vinculação direta a um dos fatores de desenvolvimento da educação, que é a expansão da cobertura de atendimento. Não é por acaso que tudo aquilo que tem acontecido de mais vigoroso, em termos de abertura de vagas e oportunidades educacionais, se dá exatamente a partir do momento em que o Fundeb passou a remunerar ou a cobrir, melhor dizendo, os investimentos que são feitos na educação infantil pelas Prefeituras municipais. Veja que o crescimento na cobertura em creche para a escola, embora seja ainda insuficiente o atendimento, tem sido vertiginoso, e mesmo em relação ao ensino médio. Temos duas áreas, que não eram cobertas por uma sistemática que vinculava matrículas, vinculava oferta de vagas ao financiamento, que foi estabelecida originalmente

pelo Fundef e ampliada agora, há apenas quatro ou cinco anos, pelo Fundeb. Acho que é um sistema que ainda, as fichas positivas, vamos dizer assim, relacionadas às consequências do Fundeb ainda vão se fazer sentir em muitos anos.

O problema do Fundeb, não cabe aqui discutir muito, é que ele ainda não vincula os requisitos de qualidade em matéria de educação. O Fundeb, a exemplo do Fundef, nasceu com um pequeno defeito de origem: não trata, não incorporou as questões relacionadas à qualidade no sistema de financiamento.

Não poderia também aqui deixar, e é de conhecimento de todos, mas é importante dizer, que a resposta objetiva daquilo que tem dependido do Governo Federal está se fazendo acontecer não apenas pela iniciativa de criar um sistema de financiamento de educação que cobre praticamente toda educação básica, objetivamente todas as etapas e modalidades, mas por algumas medidas mais recentes.

Percebemos ali a não cobertura necessária relacionada à creche e pré-escola, sobretudo creche. Menos de 25% das crianças brasileiras de 0 a 3 anos tem hoje oportunidades relacionadas a sua presença no ambiente educacional a partir de creches. No caso de pré-escola, percebemos também pelos dados, essa cobertura já se faz maior, até pela tradição brasileira. Nesses últimos tantos anos, a responsabilidade dos Municípios, basicamente, pela educação se dava exatamente na área da educação infantil, sobretudo na pré-escola.

Já é de conhecimento de todos o lançamento de um programa vigoroso. Faz parte inclusive do PAC. É um programa pilotado e implementado sob supervisão direta da Presidente Dilma. Trata-se exatamente dos investimentos relacionados à ampliação da rede de creches e pré-escola no Pró-Infância. São R\$6 bilhões, cerca de R\$1,5 bilhão ao ano, para construção de aproximadamente seis mil novas creches. Esse programa está em plena implementação e proporciona exatamente a possibilidade de cobertura de investimento iniciais, não apenas investimentos iniciais para construção, mas várias outras medidas que o próprio Ministério da Educação, em conjunto com Estados e, principalmente, Municípios, tem tomado no sentido de fazer a ampliação vigorosa dessa cobertura em creches e pré-escola.

Há questão de dias foi anunciado e lançado, inclusive com várias medidas de natureza legal, o Brasil Carinhoso. Vejam que esse é outro programa complementar e que foca exatamente em um dos pontos que a Priscila apresentou: as crianças mais pobres têm ainda menos oportunidade de frequência à educação infantil, sobretudo à creche.

No programa Brasil Carinhoso, o que estamos fazendo? O Ministério da Educação, percebendo as dificuldades, principalmente das Prefeituras municipais, de adiantar investimento, sobretudo, para as despesas de custeio, está ampliando e oferecendo para toda nova vaga na educação infantil um adiantamento do Ministério da Educação, antes mesmo do Fundeb começar a chegar como sistemática plena e automática. Isso representa investimentos vultosos do próprio Ministério, mas temos absoluta convicção de que representará uma indução importante para que aquele operador direto, que é a Prefeitura Municipal, possa realizar o seu trabalho de construção e abertura de vagas não apenas em relação... Isso é geral, para toda educação infantil. No que se refere às crianças vinculadas às famílias de menor renda, que são as famílias assistidas pelo Bolsa Família, essas crianças em situação de vulnerabilidade e ligadas às famílias mais pobres terão, a partir de agora, também em um processo indutor, um *per capita*, darão origem a um *per capita* aluno/ano, para financiamento de novas oportunidades educacionais, que é 50% maior do que aquilo que vinha sendo desenvolvido. O *per capita* aluno/ano de uma creche, em período integral, hoje, no Brasil, o base, é R\$2.700,00. As crianças matriculadas, crianças essas vinculadas ao Bolsa Família, as Prefeituras que matricularem essas crianças terão *per capita* R\$4.050,00.

Quero dizer, até por experiência pessoal, porque já fui gestor municipal de educação, assim como gestor estadual, que não é o ideal, mas que representa, na média, e pouco mais do que a média das situações brasileiras, algo muito próximo daquilo que é necessário para que uma Prefeitura implante, abra e mantenha uma vaga para crianças em situação de educação infantil, sobretudo na modalidade pré-escola.

Faço um comentário rápido a respeito da meta que é toda criança plenamente alfabetizada até os oito anos. Considero que a melhor e mais apropriada, até a luz das informações, é toda criança plenamente alfabetizada até o terceiro ano do ensino fundamental, de nove anos de duração.

A Priscila mostrou um dado muito interessante. Não se pode aligeirar o processo de desenvolvimento de uma criança nessa fase de educação. Ao mesmo tempo, não podemos sonegar a essa criança todos os seus direitos e suas condições de desenvolvimento.

O Ministério da Educação, em profundo e amplo processo de diálogo e articulação com a Federação brasileira, ou seja, com os Estados e Municípios, está preparando o lançamento de um pacto nacional pela alfabetização das crianças até o terceiro ano do ensino fundamental, com oito anos de idade. Trata-se de um

trabalho que mais uma vez reconhece, em primeiro lugar, que muitas coisas muito boas têm sido feitas pelo Brasil. Não há nenhuma pretensão ou arrogância da autoridade federal, do Ministério da Educação, de sobrepor ou substituir. Muito pelo contrário, é enaltecer, é reconhecer que muitas coisas extraordinárias vêm sendo feitas no Brasil em matéria de assegurar o direito da criança de alfabetização.

Poderia citar vários, mas cito um porque, no mapa dos problemas relacionados à não-alfabetização de criança até o terceiro ano de idade, o Estado do Ceará é exemplo para muitos Estados do Nordeste brasileiro. Nesses Estados, apontam hoje os dados do IBGE, cerca de 30%, 35% dessas crianças chegam ao final do terceiro ano sem estarem plenamente alfabetizadas. Isso é real. O Estado do Ceará, que, há poucos anos, questão de cinco ou seis anos, tinha um índice que era exatamente nesse patamar, conseguiu, por uma política coordenada entre Estados e Municípios e através de um sistema muito bem articulado, estabelecer uma diminuição desse fracasso, vamos dizer assim, relativo dessas crianças, assegurando, portanto, o êxito de todo o seu processo.

O Brasil tem dado mostras importantes e inspirado nessas demonstrações o Ministério da Educação, que articula hoje o programa que chamamos Alfabetização na Idade Certa, inclusive em homenagem a muitas iniciativas como Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Paraná. Além desses, muitos outros Estados brasileiros têm focado esse objetivo e conseguido fazer realizações de excelentes resultados.

O Programa Nacional de Alfabetização em Idade Certa, que se insere no pacto nacional pela alfabetização de todas as crianças até o terceiro ano do ensino fundamental, basicamente é um programa de formação de professores.

Alguém estava dizendo aqui, acho que foi um pouco antes de nossa conversa, que, se temos que valorizar isso que devemos chamar de pedra angular do sistema educacional, porque é mesmo uma pedra angular os três primeiros anos do ensino fundamental, essa fase bem resolvida resolve o antes, que é a educação infantil, e o depois.

Estou absolutamente seguro, Senadores e os que acompanham essa audiência, que o Brasil tem todas as condições de a curto prazo resolver esse débito e assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas, se formos capazes, e seremos capazes, de resolver isso com formação e valorização do magistério relacionado aos três primeiros anos do ensino fundamental e materiais didáticos bem estruturados, e vejam que é a primeira vez que os livros didáticos voltados ao primeiro, segundo e terceiro ano estão chegando agora no

ano de 2013, em janeiro de 2013, às escolas públicas brasileiras focados no ciclo de alfabetização, conforme comanda exatamente as diretrizes nacionais curriculares do ensino fundamental. Então, é um programa que representará investimentos enormes do Ministério da Educação, uma grande coordenação de esforços.

Tenho absoluta convicção que, associado ao programa de formação, precisamos de um sistema, o que também foi colocado, de monitoramento. Não podemos falar de metas educativas sem que ela seja monitorada. Dentro do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, estamos preparados, com o Inep, para fazer a avaliação da proficiência e dos avanços do desenvolvimento de cada uma dessas crianças; dentro do processo formativo dos professores, dos 300 mil professores que são os professores alfabetizadores no Brasil; mas mais ainda, no segundo ano, uma avaliação do estágio em que se encontra cada criança brasileira, cada uma delas, e no terceiro ano uma prova geral, menos para avaliar a proficiência, o desenvolvimento das crianças, mas para consagrar o cumprimento do pacto, porque um dos pontos importantes, sei que já tenho que chegar aqui à finalização da minha fala, é que, quando falamos que o plano de educação deve estruturar, focos, estratégias e objetivos, queremos dizer que os planos de educação devem se caracterizar como leis de responsabilidade educacional. Portanto, o próprio Plano Nacional de Educação, que está para ser aprovado aqui no Congresso Nacional, deve demandar a construção de planos estaduais e municipais de educação que responsabilizem o agente público em relação ao atingimento de metas e objetivos próprios de cada localidade no Brasil, claro, com os apoios complementares, em um sistema de cooperação, para que, no caso, o Governo Federal e os Governos estaduais possam inclusive suprir supletivamente as dificuldades relacionadas ao atingimento das metas de equidade, que foram claramente demonstradas.

A Senadora Ana Amélia, que na antessala conversava conosco a respeito de dados preliminares divulgados agora, obtidos pela imprensa – e queria até dizer que não foram divulgados, mas obtidos pela imprensa –, a respeito de taxas de repetência e de evasão no ensino fundamental e no ensino médio. Eles mostram exatamente as dificuldades que haveremos ainda de enfrentar.

Mas, mesmo em relação ao ensino médio, gostaria de dizer duas coisas importantes. Primeiro, devemos, olhar com cuidado os dados relacionados à Prova Brasil, que são bastante diferentes dos dados do Enem. Não quer dizer que nem um nem outro sejam bons e que nem um nem outro estão dizendo que as coisas estão bem em termos de... Mas são diferen-

tes porque, no caso da Prova Brasil, não há nenhum estímulo ou objetivo para que o estudante se prepare para fazer a Prova Brasil. É diferente do Enem. O Enem hoje é uma porta democrática de acesso ao sistema de educação superior, como todos sabemos bem, e já revela, na sua própria estruturação, uma indução muito positiva a respeito daquilo que imaginamos que deve ser a essência do ensino médio contemporâneo aos requisitos de uma juventude que está aí, uma juventude que está hoje a demandar muito menos, na escola, a informação, porque a informação está em toda parte pelo computador, pela internet, pela *lan house*. É preciso de uma escola que prepare jovens para pesquisar, para descobrir o próprio conhecimento. Portanto, é um desafio novo para a própria escola e para os professores brasileiros. O Enem começa induzir essa modalidade de escola, na medida em que na sua estruturação acaba sendo uma prova que submete alunos do ensino médio a, basicamente, relacionar informações, estabelecer uma visão crítica a respeito do conhecimento. Acho que, portanto, ainda terá nos próximos anos um efeito indutivo importante.

Mas não é só o Enem. Temos hoje no Ministério da Educação o Programa Ensino Médio Inovador, melhor seria se chamássemos Inovações no Ensino Médio.

O Ministério da Educação hoje tem uma linha de apoiar todos os projetos bem constituídos e bem argumentados relacionados a inovações no ensino médio. Temos tido resultados extraordinários também nessa área. Vou dar um exemplo: a rede de educação do ensino médio do Estado de Pernambuco adotou um procedimento completamente inovador de organização e gerenciamento das escolas de ensino médio que hoje começa a se estabelecer como um paradigma positivo e que tem sido adotado inclusive em outros Estados brasileiros. É na rede pública! Não estamos falando em rede privada.

Aqui faço um comentário lateral, mais uma vez pedindo a licença por já ter tocado aqui há tempos a campanha. O Fernando traz aqui uma reflexão muito importante e necessária, mas também uma provocação que precisa ser meditada, ao colocar os dois brasis em matéria de educação, e aqui entro um pouco na provocação provocando.

A escola particular, primeiro, é uma demonstração que sabemos fazer educação de boa qualidade. É uma educação feita por brasileiros, não por outros, embora a escola seja particular. Então, está aí uma chave de possibilidades educacionais interessantes. A escola particular, evidentemente, é boa porque é seletiva, assim como as escolas técnicas estaduais e federais estão entre as primeiras quaisquer que sejam os *rankings* no Brasil porque também são seletivas.

Além de serem seletivas, proporcionam maior exposição ao trabalho educacional para os seus alunos. São, em geral, escolas públicas de ensino médio profissionalizante que trabalham em tempo integral e que tem um conjunto de outras possibilidades. Por isso, vão bem. Mais uma demonstração de que sabemos fazer educação de qualidade.

A chave do nosso processo não está, no meu modo de entender, em pensar que a escola pública é incapaz, porque ela é capaz – os problemas são de outra natureza –, e que o segredo da solução está nas escolas privadas. Não vejo isso, primeiro, porque escola privada no campo da educação básica deve ser apenas uma opção eventual para as famílias e não a regra no País. Acho que o sistema a que ele fez alusão, o ProUni, como uma espécie de financiamento público para que houvesse um processo de mais liberdade de escolha na educação básica não é apropriado. Não há um mercado competitivo, nem podemos imaginar educação básica como uma espécie de mercado. Na nossa visão, toda e qualquer escola pública brasileira deve garantir os direitos de aprendizagem, os direitos de desenvolvimento de todas as crianças. É assim que tem que ser – toda e qualquer, sem qualquer exceção. Da mesma maneira, não podemos admitir que nenhuma criança fique sem estar alfabetizada ao chegar ao final do terceiro ano do ensino fundamental – todas, necessariamente.

O Brasil tem que ter a coragem de construir as condições necessárias para, primeiro, enunciar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A Priscila fez alusão a este ponto: as expectativas de aprendizagem. Temos procurado dizer direitos, exatamente para reverter e subverter aquilo que o próprio Fernando disse: responsabilizar crianças e jovens e sua própria condição social por um eventual fracasso. A responsabilidade não é deles, embora educação também seja trabalho e deva ser também trabalho da família. A responsabilidade é nossa e estamos trabalhando nisso. Temos que enunciar com clareza quais são os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para cada fase e cada etapa da educação básica do ensino fundamental e do ensino médio.

Isso o Brasil de alguma maneira está demorando a fazer. Vamos fazer isso e começamos a fazer isso este ano. Já adianto que o Conselho Nacional de Educação receberá ainda no mês de setembro a proposta original do MEC para debate público enunciando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de crianças no ciclo de alfabetização, portanto, encadeando em cada momento a sequência didática, a sequência de conhecimentos e desenvolvimentos que toda criança brasileira tem que ter como direito subjetivo. Isso abre a fixação

dos direitos e deveres objetivos do poder público de maneira geral e também do conjunto da sociedade.

Senador, peço desculpas mais uma vez por ter avançado muito. Se tivermos oportunidade de um debate, poderia ter chance de complementar com mais informações e mais alguns esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a exposição feita pelo Secretário Cesar Callegari. Penso que fomos bastante justos, já que a palestra da Priscila Cruz teve nove minutos de excesso de tempo; a do Dr. Fernando Schüller, seis minutos; e do nosso Secretário, nove minutos. Já que o assunto é educação, que e é sempre um tema que precisa ser mais abrangente e com mais profundidade analisado, penso que o tempo excedente contribuiu para que tivéssemos mais informações e que as apresentações fossem mais consistentes em termos de amplitude.

Quero também saudar aqui o assessor especial do Ministro da Educação, Dr. Rolf Hachbart, que nos distingue com sua presença.

Antes de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, quero aqui fazer dois comunicados.

Comunico aos Srs. e às Sras Senadoras o recebimento de correspondência eletrônica da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite, que promove a 1ª Edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal e visa premiar as melhores iniciativas de Educação Fiscal que trabalham a importância social do tributo e das receitas públicas, assim como a qualidade do gasto público, com a participação de pessoas jurídicas como escolas estaduais, municipais, universidades, entre outras. O período para as inscrições iniciou-se em 17 de maio e vai até o dia 15 de agosto e a solenidade de premiação ocorrerá em 20 de novembro do corrente ano em Brasília.

Os Senadores que desejarem uma cópia da correspondência eletrônica poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão ou poderão consultar a página de divulgação do evento: www.premioeducacaofiscal.com.br.

Também comunicamos aos Srs. e às Sras Senadoras o recebimento do Ofício nº 066/2012 – CEC do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Newton Lima, comunicando que o prazo para indicação de pessoas ou entidades para concorrerem ao Prêmio Darcy Ribeiro de Educação da Câmara dos Deputados de 2012 encontra-se aberto desde 09 de maio, com término previsto para 30 de maio do corrente, portanto, na próxima semana.

Os Senadores que desejarem uma cópia do Ofício poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

Pela ordem regimental, temos agora a palavra concedida à Senadora Ana Amélia, que é autora do requerimento, para fazer suas manifestações e questionamentos. Depois, está inscrito o Senador Cyro Miranda também para apresentar suas observações e seus questionamentos. Os demais Senadores que desejarem solicito que se identifiquem para que eu possa fazer o registro. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda também. *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata.

Vamos fazer assim: primeiro ouviremos a Senadora Ana Amélia; depois, os palestrantes; em seguida, os demais Senadores já inscritos.

Por favor, Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, caro Presidente Paulo Bauer.

Queria agradecer e cumprimentar os expositores – o Secretário Cesar Callegari, o diretor do Ibmecc, meu amigo Fernando Schüller, e a Dr^a Priscila Cruz, do Movimento Todos pela Educação, diretora executiva – e agradecer a presença dos Senadores e das Senadoras aqui nesta audiência pública que tem objetivo exatamente de trazer isso ao nosso conhecimento, essa realidade dramática, para que possamos no plano legislativo tomar algumas iniciativas quando inclusive estivermos avaliando o Plano Nacional de Educação.

Começo pelo Secretário Callegari, porque gostaria de compartilhar com o seu otimismo de vencermos esse gargalo dramático da educação brasileira em tempo recorde, como o senhor disse. Temos hoje, como foi dado pelo Movimento Todos pela Educação, de 4 a 17 anos, 3,4 milhões de crianças fora da escola. Esse é um número assustador, no meu entendimento. Para efeito comparativo, corresponde à população do Uruguai.

O senhor falou com otimismo e queria compartilhar com o senhor. Queria que o senhor me desse detalhes, um pouco, sobre o que é esse pacto que está sendo preparado, quais são as bases desse pacto e como esse pacto vai ser compartilhado com os dois entes federativos, que são os Estados e os Municípios, um responsável pelo ensino fundamental e o outro pelo ensino médio. E foi citado aqui pelo Dr. Fernando que, quando falta um livro, a escola privada manda comprar e ele está imediatamente à disposição do professor ou dos alunos; na escola pública, depende de licitação, é aquele procedimento burocrático, sempre moroso. Mas, nesse processo, quando o senhor diz que essa é uma competência de gestão do Município – ou do Estado, dependendo do nível do ensino –, eu lembro também que, quando o MEC determina, por exemplo, piso nacional para professor de R\$1.451,00, os Municípios, as prefeituras municipais que estão, digamos,

financeiramente com a corda no pescoço não têm condições de fazer o atendimento desse pagamento. Não só Municípios, mas Estados.

Nós, um grupo de Senadores, fomos ao Procurador-Geral da República para que seja aplicada a lei ou o reconhecimento da constitucionalidade da decisão pelo Supremo Tribunal Federal. E o Procurador nos disse que, há poucos meses, representantes dos Municípios e dos Estados estiveram aqui pedindo que isso fosse revisto. Essa obrigação não cria um impasse institucional que obrigue uma intervenção federal nos Municípios ou nos Estados que não cumprem o piso salarial dos professores, absolutamente justo. Mas como, Professor, Secretário César Callegari, compatibilizar essa circunstância, considerando uma diferença tão grande entre a prima rica da Federação e os primos pobres, que são os Estados e Municípios, na implementação de uma questão básica que é o piso dos professores?

O senhor falou também de cobertura de investimentos na questão da creche e da pré-escola e até mencionou o projeto Brasil Carinhoso, da Presidente Dilma. Parece que o grande problema não são as boas ideias. Essas existem muitas. O problema reside exatamente na implementação. Anteriormente, a própria Presidente cobrava muito, pois não foram construídas creches suficientes para atender a demanda do País.

Finalmente, o senhor disse que não existem razões e é preciso acreditar que a escola pública pode. Então, que razões o senhor tem para dizer o que está acontecendo com a escola pública? O que está acontecendo? Que razões são essas para confiar que ela vai ser uma escola de qualidade?

Por fim, estamos vendo ali, pelos dados trazidos pela Dr^a Priscila, aquele gráfico – que discutimos aqui, junto com a Senadora Lídice e o Senador Cristovam –, que é o índice de investimento *per capita* no ensino no Brasil, comparado com países da OCDE. O que percebemos aí é uma pirâmide invertida. Quer dizer, o ensino que deveria estar em cima está em baixo, pelo volume de investimentos, que é o ensino superior. O ensino fundamental e o ensino médio estão com níveis extremamente baixos, *per capita*, comparativamente aos países da OCDE.

Então, essas são as perguntas que eu tenho para o senhor, em relação à questão.

À Dr^a Priscila. No último dado, o que podemos aprender com outros países. Na semana passada, estivemos com a assessoria do nosso Júlio Linhares vendo – e já vimos aqui – o que a Finlândia fez. É algo realmente surpreendente. O professor, na Finlândia, é um ser sagrado. Um ser sagrado, para resumir. Mais do que um médico, mais do que qualquer categoria. Ele

é valorizado na sociedade. É uma questão cultural de valorização do professor. Nós, lamentavelmente, não temos essa base. A senhora falou aqui o que podemos aprender. Então, um projeto claro. Temos um projeto? Vontade política, coragem. Temos vontade política? São as perguntas sobre as suas próprias argumentações. A excelência na implementação. Nós temos essa capacidade de gestão? E o ambiente cultural favorável. Há clima para essa questão?

Para o Professor. Na questão dos desempenhos, como V. Exª fala muito bem, essa questão da repartição, do modelo de gestão. Modelo de repartição pública, formas de gestão propriamente ditas, no setor público, o que requer uma série de procedimentos burocráticos que acabam afetando negativamente a necessidade da questão.

Eu queria saber do senhor: quais são os motivos por que no Brasil há uma, digamos, resistência grande à meritocracia, que é um elemento, na Finlândia, extremamente importante?

Em relação à autonomia, quais são as vantagens de uma autonomia, em qualquer nível?

E queria também dizer para o senhor que concordo com a crítica feita de não prever, no Plano Nacional de Educação, a questão das redes comunitárias. Eu sou de um Estado – o seu Estado, o Rio Grande do Sul – que tem instituições... O Paraná – o Senador Roberto Requião, Presidente desta Comissão, já fez referência a isso – também possui, assim como Santa Catarina, do Senador Paulo Bauer, instituições comunitárias, que foram criadas quando o Estado ainda não havia chegado ali. E elas se mobilizaram pela sociedade. São filantrópicas, trabalham não com o objetivo de uma escola mercantilista, no sentido de apenas buscar o lucro, mas estão na comunidade trabalhando com empenho e apoio. Então, eu também penso que seria importante essas escolas comunitárias terem uma, digamos, cobertura ou atenção, pelo menos, menos discriminatória por parte do Governo.

São as minhas questões, e agradeço muito a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem. Vamos ouvir agora os convidados. Eu pediria que a assessoria providenciasse, porque cada um terá três minutos mais um de excesso, se for preciso. Então, serão concedidos quatro minutos, e a Presidência não vai conceder aumento do tempo.

Com a palavra, primeiro, o Secretário César Callegari para se manifestar a respeito das observações da Senadora Ana Amélia, por até quatro minutos.

O SR. ANTONIO CESAR RUSSI CALLEGARI – Senadora Ana Amélia, obrigado pelos questionamentos. E perdão por responder telegraficamente.

Em relação aos 3,8 milhões de crianças e jovens fora da escola, é o grande esforço que temos que fazer. Há medidas que estão sendo tomadas, de que eu já rapidamente tratei, mas sobre algumas delas não tive a oportunidade de falar, e vou fazê-lo agora.

O Ministério da Educação tem apoiado, de maneira vigorosa, a ampliação da jornada escolar, por meio de um programa chamado Mais Educação. É um programa que, já este ano, atinge as metas que foram programadas para o período do Governo da Presidenta Dilma. Nós devemos atingir, este ano, 30 mil escolas vinculadas ao Mais Educação e escolas de ensino fundamental, principalmente em anos finais, com projetos inovadores, inclusive vários projetos de apoio pedagógico complementar, ou aquilo que se chama de reforço, para que o estudante do ensino médio já não comece a sair do ensino médio antes mesmo de chegar. Então, há medidas importantes que estão sendo tomadas, volto a dizer, não só isoladamente pelo Ministério, mas sempre em parceria com os governos estaduais e municipais. Apoiamos as inovações no ensino médio e, como todos nós sabemos, um programa de enorme porte relacionado à ampliação de oportunidades educacionais e indução de abertura de novas oportunidades, que é o Brasil Carinhoso e o Pró-Infância, que são programas vertebrantes dentro da estrutura do Ministério da Educação e do Governo Federal.

O segundo ponto que gostaria de abordar é o pacto nacional pela alfabetização das crianças na idade certa, que é, como eu estava dizendo, um programa composto por três bases fundamentais. Primeiro, formação continuada presencial dos professores alfabetizadores do Brasil. Que professores são esses? De Municípios e de Estados. Com base em quê? Com base em algo que o Brasil pôde conquistar, inclusive com adequados investimentos na área universitária, uma rede de instituições federais e estaduais de formação, que são instituições parceiras do Ministério da Educação. É extraordinário o que temos hoje de cabedal no Brasil. Mais de 60 mil professores estão hoje em atividades de formação continuada, só nos programas que são desenvolvidos pelo Ministério da Educação.

E aproveitando tudo aquilo que já foi plantado e realizado do Pró-Letramento vamos estabelecer essa rede nos Estados e nos Municípios, sem que haja deslocamento de professor, sem que haja a saída do professor da sala de aula para fazer a sua formação continuada, com sistemas de avaliação diagnóstica permanente permanente, com base no Programa Nacional do Livro Didático, e com o sistema articulado de avaliação de resultados. Tudo isso de uma maneira organizada, com o sistema de gerenciamento e controle,

do qual participam os governos estaduais, governos municipais e, evidentemente, o próprio Ministério da Educação.

Sobre o piso salarial nacional, o próprio Ministro Mercadante, aqui mesmo nesta Casa, teve a oportunidade de dizer. Primeiro, o piso salarial, em que pesem as dificuldades que estão sendo enfrentadas, no meu modo de entender, no nosso modo de entender, momentâneas, poderão ser superadas, mas ainda estamos falando em um piso de cerca de dois salários mínimos. Nós não atrairemos os melhores entre os melhores, a exemplo da Finlândia, se nós não dissermos exatamente para essa juventude que salário e carreira significam uma opção válida para a juventude brasileira. E que os melhores entre os melhores se candidatem, Senadora Lídice, em relação a militarem profissionalmente na área da educação.

O Ministro Mercadante já disse que o Ministério da Educação – ainda não é uma decisão de Governo – propugna para que parte significativa dos recursos provenientes do pré-sal seja objetivamente destinada ao financiamento desse esforço a maior, inclusive o esforço a maior para garantir melhores salários e uma melhor condição de trabalho para professores e educadores no Brasil.

Termino dizendo que o Ministério da Educação tem hoje um sistema muito bom – eu acho que aqui pode ser uma coisa de cachimbo que entorta –, mas muito bom, de acompanhamento e controle dos investimentos que, sob sua responsabilidade, estão sendo feitos por Municípios e Estados. Como a senhora disse, boas ideias precisam ser finalizadas e concretizadas. Então, temos acompanhado *pari passu* cada uma das etapas, por exemplo, de construção dessas novas creches, seis mil novas creches. E dialogamos permanentemente com os prefeitos municipais e secretários municipais da educação. Quando acende o sinal amarelo é porque alguma coisa está atrasada. É o início de um programa. Ele vai deslanchar com grande velocidade porque não faltam recursos necessários a essa implementação.

Razões para o nosso otimismo, já que a senhora se incorpora a isso, há muitos, em muitas escolas brasileiras. Se tivermos o cuidado de verificar que a educação brasileira não é só tragédia, ela também é resultado de boa qualidade para populações pobres, para populações em situações de vulnerabilidade, e feita por professores e por professoras que trabalham nas escolas públicas brasileiras, vamos descobrir a chave da explicação de por que o Estado do Paraná e o de Santa Catarina praticamente realizaram quase todo o esforço de alfabetizar todas as crianças na idade certa. Eles fizeram isso. Os 4%, 5% que faltam são

crianças que têm outras condições mais difíceis, que não sociais e educacionais, para implementar. Então, a demonstração está aí. A chave está aí.

Não quer dizer – aqui termino dizendo – que não temos, em todo lugar do Brasil, esforços a realizar, mesmo no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, em todos os lugares, mostrados até pelos dados da Prova Brasil, que mostram que a proficiência daquilo que é esperado das crianças no ensino fundamental ainda está muito aquém.

E no que se refere à questão da educação superior e da educação básica, que é um grande debate em termos de investimentos, se estamos chegando próximo daquilo que é o adequado na educação superior... E as universidades brasileiras, principalmente as públicas, têm dado mostra de que são um verdadeiro esteio para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do País, e são mesmo, é aquilo que de melhor o Brasil produziu por investimentos corretos. No caso da educação básica, é nisso que nós devemos chegar. Por isso o grande esforço que temos que realizar no sentido de constituir que, além do sistema de financiamento, nós devemos ter a visão clara do custo aluno e dos insumos necessários para que a educação básica se realize. Nós chamamos de custo aluno qualidade inicial. Isso é uma coisa importante, em que não adianta só investir, mas investir bem, investir na coisa certa e com os insumos fundamentais. Por isso eu acho que essa desigualdade deve se traduzir na elevação dos investimentos em educação básica e sobre o aluno que estuda na educação básica.

Muito obrigado pela paciência e tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos ao Secretário Cesar Callegari.

Passo a palavra a Priscila Cruz, para se manifestar acerca das observações da Senadora Ana Amélia.

A SRA. PRISCILA CRUZ – Bom, Senadora, enfim, eu acho que o Brasil tem um histórico de bons projetos, e bons projetos em educação. Eu acho que temos aí uma mobilização importante, inclusive da academia, do corpo universitário, o engajamento dos próprios Senadores e Deputados, sempre com audiências muito ricas.

O Brasil é um país que tem demonstrado capacidade de fazer um bom planejamento e de ter planos muito coerentes com a realidade, muito refletidos, etc. Acontece que também somos o país das leis que não pegam. Na hora da implementação – e aí é o ponto –, da excelência da implementação, é que eu acho que mais temos pecado no Brasil. Somos um país que conseguiu pensar na progressão continuada e que transformou a progressão continuada em aprovação automática, em que os alunos passam sem ter aprendido, quando, na

verdade, a intenção original era ter a progressão continuada e que esses alunos deveriam ter, ao longo da sua trajetória escolar, em cada série, o apoio necessário para que tivessem seu direito à aprendizagem plenamente efetivado. É basicamente isso que vivemos no País. É o que percebemos no dia a dia.

Não adianta. Qualquer plano que não chegar na sala de aula é um plano que não deu certo. Na verdade, o aluno está na sala de aula, o professor está na sala de aula, e é na relação entre alunos e professores que a educação se dá. Se esses planos não forem capazes de chegar nas escolas e nas salas de aula, nós falhamos. E quando eu digo nós, somos todos nós mesmo, eu aqui representando a sociedade brasileira.

O quarto ponto é o de uma cultura favorável, que é o que encontramos nos demais países. E é essa cultura, esse ambiente favorável, que faz o controle social, que acompanha, que sabe qual é o direito de cada aluno aprender, que cobra, mas também apóia. Nenhum país avançou só com gritaria, isso também tem que ser dito. É claro que é importante a sociedade fazer o seu papel de cobrança, de controle, etc., mas é muito mais numa relação de apoio mútuo, de colaboração. Todo o processo educacional depende da colaboração entre os três Entes Federativos, entre sociedade, empresas, governos, terceiro setor, entre Estados de diversas regiões. Enfim, temos que construir isso no Brasil.

Somos muito bons em fazer planos, somos mesmo. Eu estou muito satisfeita com o Plano Nacional de Educação que virá da Câmara para o Senado. Eu acho que estamos com um plano muito próximo do ideal. Mas quando chegar o meu ideal talvez não seja o ideal do Fernando, talvez não seja o ideal do César, enfim, nunca haverá um plano ideal para todo mundo, mas acho que estamos muito próximos de um plano muito bom. E, certamente, cumprido esse plano, mudamos o patamar da educação brasileira.

Minha dúvida é que o plano anterior também foi extremamente debatido e apenas 20% cumprido. Aí que está. Ter um excelente plano não garante absolutamente nada. Temos que ter um plano excelente e, mais ainda, temos que ter excelência na implementação, que é o de que ainda carecemos muito no Brasil. Falamos muito em gestão, só que gestão é um termo muito genérico. Eu gosto mais de rotina, implementação com excelência, procedimentos claros, responsabilidades claras, resultados esperados claros, avaliação, monitoramento. Se houver um conjunto de políticas que deem maior clareza para quem opera as redes na mão e para quem opera as escolas, e basicamente para os professores...

Eu queria lembrar – e já vou entrar no ponto da coragem – que, na educação, eu gosto da imagem da orquestra. A política educacional é muito complexa e muito sofisticada. Às vezes não nos damos conta da sofisticação que se exige para garantir não só que a criança esteja na escola, mas que esteja aprendendo. Isso é de uma sofisticação tremenda. Para termos essa orquestra tocando bem, temos que ter todos os instrumentos muito bem afinados, com condutores tocando muito bem e interligados entre si. Não adianta cada um querer tocar seu instrumento maravilhosamente sem ligar para o outro.

O mesmo ocorre na educação. Temos que ter uma carreira atraente para o professor. O que percebemos, o que vemos em outros países, é que, em todos eles, todos os que estão nas primeiras posições do *ranking* do Pisa, a carreira de professor é uma carreira que atrai os melhores alunos do ensino médio. Não tem jeito, professor é a principal profissão desses países porque é a origem de todas as outras. Se nós não garantirmos que os melhores alunos do ensino médio queiram ir para a carreira do magistério, vamos falhar também na nossa missão.

Mas não adianta eu ter os melhores se a formação é ruim. Apenas 10% da carga de didática, apenas 10% do currículo de licenciatura no Brasil é para didática, que é a disciplina que ensina o professor a ensinar. O resto, não que não sejam importantes, mas são disciplinas mais teóricas. E precisamos... Não conseguimos imaginar um advogado que não sabe fazer uma peça processual, não conseguimos imaginar um médico que não sabe fazer uma cirurgia; agora, parece que, no Brasil, tudo bem o professor não saber dar aula, porque só 10% do currículo dele é ensinar a dar aula.

Então, nós temos que enfrentar. E aí vem a coragem. Eu acho que temos que ter um amplo debate sobre a formação inicial do professor. Temos que ter a coragem de definir aquilo que o Secretário César colocou, temos que ter a coragem de definir o que cada criança tem direito de aprender em cada série. Isso é de uma coragem tremenda, mas temos que ter isso. Temos que ter uma avaliação que explicita isso, e que ela seja realmente utilizada na gestão educacional.

Enfim, temos dois temas fundamentais aqui, que são a excelência na implementação, de fato, e a questão da coragem. E aí colocar a educação realmente no centro das suas políticas. Isso aí demanda coragem em um país que tem um histórico de colocar sempre como grande foco as questões econômicas. Acontece que o Brasil está entre os primeiros colocados no *ranking* da economia e entre os últimos no *ranking* da educação. Essa distância tem uma consequência clara: a distribuição da geração dessa riqueza não está

indo para toda a população. Estamos concentrando a renda cada vez mais no País. E não é isso que queremos para o nosso Brasil.

Só para finalizar, a questão do ambiente cultural, enfim... Aí é um trabalho da sociedade. Há um estímulo para que os jornais... A RBS, lá na sua região, tem feito um excelente trabalho. Temos emissoras, jornais, grupos de mídia que realmente têm colocado a educação em sua pauta, mas acabamos pegando o topo da pirâmide, que são os leitores de jornais, os consumidores de mídia. Temos que chegar mais na base da pirâmide também. Precisamos fazer uma reflexão sobre isso no Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Passamos a palavra ao Dr. Fernando Schüller, para se manifestar.

O SR. FERNANDO LUÍS SCHÜLER – É muito rápido. De fato, eu sempre gosto, na vida pública, nos debates, de buscar mais as convergências e os pontos de encontro, os pontos de contato, do que eventualmente divergências ou posições excludentes, e assim por diante.

Eu acho que, de fato, o Brasil vem avançando nos últimos anos, mas muito pouco e de maneira muito lenta. O fosso da desigualdade social brasileira e o fosso da desigualdade educacional brasileira vêm aumentando. É uma tragédia. Nós vemos no Brasil uma tragédia. Temos avanços aqui e ali, mas o setor público educacional é uma tragédia. Tirou 387 pontos no Pisa. Essa é a nota do setor. Se o setor estatal brasileiro de educação abriga 85% das crianças e jovens adolescentes brasileiros na educação básica e tirou 387 no Pisa, é uma tragédia. E só não nos dói mais essa tragédia porque nós todos que, em geral, discutimos a educação, colocamos nossos filhos na escola privada. Essa é a verdade.

Participei de dezenas de debates na minha vida sobre este tema, e, nas plateias, nas discussões, é muito engraçado. Nós falamos pelos pobres, pelos mais pobres, pelas famílias de menor renda, só que as famílias de menor renda, elas mesmas não falam. Os sindicatos falam, os dirigentes políticos falam, mas os usuários, as pessoas que estão lá – vamos dizer – estão presas a um monopólio de pouca qualidade e não têm alternativas. Por isso eu citei o ProUni. Porque o ProUni gerou uma alternativa. Elas não têm essa alternativa, elas não falam. Elas vivem num silêncio. E o *apartheid* é silencioso.

Então, eu acho que temos de buscar convergências, eu acho, meu querido amigo Callegari – que saúdo por ter assumido essa posição tão importante no

Ministério da Educação e que vem fazendo, aliás, um brilhante trabalho –, que devemos, simultaneamente, melhorar a qualidade da educação pública brasileira, fazer o que for possível para melhorar a qualidade da educação pública brasileira, e, simultaneamente, abrir alternativas, sim, de financiamento, como o ProUni fez.

Buscando pensar juntos, quando se diz, por exemplo: “Olha, no ensino básico, no ensino fundamental, não se deve admitir o financiamento público para escolas não estatais”, comunitárias, por exemplo, sem fins lucrativos. Esse mesmo argumento era usado antes do ProUni para o financiamento privado da educação superior. Participei de muitos debates sobre isso. Era o mesmo argumento. Hoje, foi superado esse preconceito, essa barreira, ou esse ponto, na sociedade brasileira. Eu acho que podemos evoluir no País, juntos. E o Ministério da Educação, ele não coordena as redes executoras, mas ele é um indutor de processo do planejamento estratégico em longo prazo, no País, pode fazer isso.

Nós conversávamos antes sobre uma escola lá em Porto Alegre chamada Pastor Dohms. Por que uma criança de menor renda, de Porto Alegre, não pode, dentro de uma relação boa de custo benefício, muitas vezes custando menos que custaria numa rede estatal de ensino, que muitas vezes é cara, burocrática, gera um enorme custo que geralmente vai para o departamento de pessoal, para as aposentadorias, para os custos burocráticos, muitas vezes não chega lá na ponta para a qualidade do aluno, por que ela não pode estudar num Pastor Dohms, uma escola de excelência? Por quê?

Se um aluno do ProUni pode estudar no Ibmeq, ou na Fundação Getúlio Vargas, ou no Insper aqui em São Paulo, como pode estudar também numa escola federal de alta qualidade. Por que uma criança brasileira não pode ter um financiamento do Estado brasileiro?

Porque o que importa, no ponto de vista do que eu estou defendendo aqui, é o resultado para essa criança, não é um posicionamento teórico, ideológico a *priori*, onde eu passo a defender apenas um ponto de vista teórico, ideológico na defesa do conceito de escola pública, mas eu me despreocupo da criança brasileira que tem que estudar numa escola que tira 387 no Pisa, e num processo que vem se cronificando – 10, 20 anos no Brasil – e do jeito que está, do jeito que nós estamos pensando em educação vai se cronificar por mais 10, 20 anos. E nós continuaremos aumentando a desigualdade social brasileira e daqui a 10 anos estaremos nesta mesma sala discutindo o mesmo tema, porque nós parecíamos que falamos num Brasil que não existe, num País que tem escolas

aonde de fato o livro não chega, de fato não há meritocracia, porque há uma estrutura corporativa, porque há uma rigidez, porque nós estamos, no fundo, transferindo a crise burocrática do Estado brasileiro para os mais pobres, que são os usuários do serviço público brasileiro. E aqui faço de novo um elogio ao MEC, Callegari, porque o Ministério de Educação é uma expressão da eficiência do Estado brasileiro. O Estado brasileiro é muito competente para a gestão de macrossistemas de monitoramento, de informação. O Estado brasileiro tem a competência, Senador, de, por Internet, sem nenhum papel, recolher 25 milhões de declarações de imposto de renda no Brasil, tem capacidade para distribuir o Bolsa Família, sem atrasar um dia, para milhões de famílias no Brasil; tem capacidade de realizar as melhores eleições eletrônicas do mundo com cem milhões de eleitores sem ter uma fraude no Brasil. Então o Estado brasileiro é extremamente capaz da gestão macro de sistemas, de controle de avaliações e o Ministério de Educação é um exemplo disso, nos últimos anos no Brasil.

Agora, o Estado brasileiro, as regras do Estado brasileiro tornam a execução lá na ponta da gestão de serviços muito precária, por isso esse novo contrato que eu sugiro, onde o Estado assuma o que ele sabe fazer bem, que é financiar, regular, controlar, exigir qualidade, avaliar; mas permita que a sociedade, através de estruturas comunitárias, faça uma gestão de organizações lá na ponta, ofereça educação de mais qualidade, pensando nas crianças, pensando, como eu aprendi, dentre outros, nos resultados, nas liberdades que as pessoas obtenham e não tanto do ponto de vista das teorias que eventualmente a gente carrega na nossa cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Eu queria registrar aos colegas Senadores e Senadoras e também aos convidados que, sem dúvida, a manifestação de todos foi muito importante. Desejaria permanecer até o final, mas tenho um compromisso que não posso retardar e preciso me ausentar. Vou pedir que a Senadora Ana Amélia assuma a Presidência dos trabalhos e, naturalmente os demais Senadores se manifestem.

Apenas quero registrar, Senadora Ana Amélia, antes de sair, que fiquei muito feliz em ouvir o Secretário Callegari mencionar que o meu Estado, o Estado de Santa Catarina, alcançou metas. Eu fui, por duas vezes, Secretário de Educação do Estado, e isso me deixa lisonjeado. Naturalmente muito do que se disse aqui também ouvi na semana passada em Xangai, num evento da Unesco que discutia a questão do ensino técnico, e lá estive por uma deferência desta Comis-

são do Senado e também do Ministro Mercadante, do Secretario da Setec, Marco Antonio, que me incumbiram de lá estar, chefiando a delegação brasileira. Lá eu ouvi duas coisas que me chamaram a atenção de uma maneira muito acentuada. A China, em dez anos, tirou do campo mais de 200 milhões de jovens, passou pela escola técnico-profissionalizante e entregou para mercado de trabalho. Duzentos milhões, em dez anos. Diria ser uma tarefa que contribui para a China ser, sem dúvida nenhuma, uma expressão econômica, hoje, incontestável no mundo e com uma grande perspectiva de futuro.

Mais outra questão que eu queria colocar: a Alemanha, que se manifestou lá, disse, em poucas palavras o que para mim parece ser a essência. Os representantes da Alemanha disseram: “Nós estamos fazendo na Alemanha hoje o que planejamos há dez anos; e estamos planejando hoje o que vamos fazer daqui a cinco anos.”

Portanto, o segredo é este: ter plano, ter meta e ter objetivo. Coisa que, efetivamente, nós estamos fazendo aqui.

Passo a Presidência à Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Seguindo a audiência. Senadores inscritos: Senador Cyro Miranda, do PSDB de Goiás; o Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará e a Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora. Antes, gostaria de parabenizá-la pelo requerimento de trazer tão brilhantes protagonistas desse rico debate.

Vou falar aqui algumas coisas *en passant* e outras um pouquinho mais aprofundadas, mas eu gostaria de ter algumas respostas mais focadas.

Ao Sr. Fernando Luís eu pergunto, quanto à formação dos professores, o fato de termos uma formação generalista nas licenciaturas e nos cursos de pedagogias, é um empecilho ao bom desenvolvimento da educação? É impossível imputar aos professores a deficiência no atingimento dos índices ideais? O fato apenas de 0,5% das verbas do Fundep serem destinadas a finalidades formativas dos docentes, essa implica no fato de metas não serem cumpridas?

Ao Sr. Callegari, a meta do Governo Federal é conquistar, até 2014, oito milhões de matrículas na educação profissional. Enfrentando grave problema de qualificação que há hoje no País, considerando que, aparentemente, essa área vem obtendo sucesso, pode-se expandir a argumentação para garantir que mais dinheiro resolverá a situação educacional brasileira?

E à professora Priscila, a pesquisa do IBGE, a pesquisa nacional por amostra de domicílios de 2009 demonstra um público potencial para educação de jovens e adultos, dados os cerca de 57 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam ou não terminaram o ensino fundamental, existe ainda cerca de 14 milhões de jovens e adultos considerados analfabetos funcionais, pois não conseguiram ter quatro anos consecutivos de estudo. Os programas têm atendido aproximadamente 11,5% da demanda da alfabetização; 7,5% da demanda por ensino fundamental; 7,4% de demanda pelo ensino médio. Em números totais não chegam à média de 10%. Quando comparamos nossas cifras de analfabetismo com os países como Cuba, Argentina e Uruguai, não podemos deixar de perguntar: por que ainda não conseguimos atingir números semelhantes?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Senador, para resposta coletiva.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr^a Presidente, primeiro também cumprimentá-la pela iniciativa muito significativa e excelente oportunidade para que a gente possa também compreender o que estamos fazendo no Brasil. Eu só tive oportunidade de ouvir o Callegari, peço desculpas aos nossos outros dois expositores porque aqui temos de por em prática a ideia de bater o escanteio e cabecear para fazer o gol. Então, nós temos várias comissões que funcionam simultaneamente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É que o senhor sabia que o Ceará seria destacado e elogiado pelo Secretário Regional.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. E estou aqui, já na linguagem bem cearense, aperreando o Cyro Miranda para ele sair daqui, porque temos um projeto que interessa muito ao Brasil, mas especialmente à nossa Região Nordeste, que é o problema do comércio eletrônico, que nós fizemos uma emenda e queremos vê-la aprovada, daqui a pouco, na Comissão de Justiça, e nós não podemos perder essa, digamos assim.

Mas quero fazer apenas rápidas observações, pelo que eu ouvi dos três, embora já em resposta aos questionamentos da própria Senadora Ana Amélia.

Primeiro, há uma ideia no Brasil de que a educação é uma coisa de longo prazo. Portanto, via de regra, os mandatos são de quatro anos de Governo, os Prefeitos, e Presidente da República, então é um tempo muito curto para você se preocupar com isso. É preciso uma geração, são vinte anos para se formar um grande profissional, ele sair da escola com boa for-

mação cultural, profissional, preparado para a vida e, portanto, também para o mercado de trabalho.

Essa máxima é que estamos buscando quebrar; e ali, no nosso Estado, acho que estamos vivendo uma experiência muito significativa. O Governo do Estado partiu de uma experiência primeiro pequena, na cidade onde ele governou, que foi a cidade de Sobral, nós tivemos também a oportunidade de participar daquele Governo, lá no município de Sobral, onde eles fizeram duas coisas: uma espécie de Paic local e criaram uma escola de formação permanente de professores, nesse prazo de quatro anos. Então, nesses quatro anos vamos criar uma escola de formação permanente, um sistema de avaliação permanente. E nós queremos duas coisas. Por que a idade certa? Porque idade de alfabetizar é na alfabetização, por isso que tem o nome de alfabetização, não é assim? Então alfabetização na idade certa, é ali. Na alfabetização, primeiro ano, você tem que saber ler, tratar da língua portuguesa, que é fator da nossa unidade inquebrantável, é a nossa língua.

Segundo, você tem que aprender as operações aritméticas, é inadmissível você chegar ao quinto ano e não saber as operações aritméticas. Para entrar na álgebra, você teria que pelo menos partir desse conhecimento. E esse programa foi exitoso em Sobral, por isso que a secretária – que era Secretária de Educação – transformou-se na Secretária de Educação do Estado. Peço até que a gente ofereça o Premio Darcy Ribeiro para a nossa secretária em conjunto, porque senão fica aquela disputa que cada Estado oferece dez nomes e a gente tem dificuldade de aprovar um nome, como o nome da Izolda Cela, que está fazendo um trabalho espetacular.

O que é o programa? Tem uma simplicidade, criou-se um bônus, inclusive para o professor que tem mestrado e doutorado dar aula no curso de alfabetização. Porque, quando você chega com o curso de mestrado e doutorado, você diz assim: “Puxa vida, você quer que eu vá dar aula na alfabetização, amigo? Tenho que dar aula no ensino médio, na Academia, na universidade, etc. e tal.” Então, você pegar um recurso e dizer, eu te dou um adicional para você ficar nessa sala, porque você é o mais preparado, você é o melhor que nós temos, nós queremos você ensinando a essa criança para ela chegar aonde você chegou. É isso que nós queremos.

Fizemos assim, e o Paic é uma ideia dessas, uma ideia simples. O Governo do Estado oferece um bônus, tirando do Fundo de Combate à Pobreza Estadual, para as escolas melhor avaliadas, e as melhores avaliadas apadrinham as piores avaliadas, e também são premiadas por isso. Porque uma boa fica madrinha de uma que está em dificuldade, para trazer essa para

cá. Isso tudo com um pouco de meios, de recursos, de bônus para você fazer esse exercício. E está funcionando, isso tem seis anos no Estado, criou um clima quase que de disputa entre os municípios, porque eu quero a minha escola premiada como a melhor! Então, isso cria um clima favorável. Precisa desse clima, que é você estimular, fazer a animação das escolas para que elas persigam esses objetivos.

Agora, nós fizemos a última avaliação, que foi de 2011 para 2012, o Ministro Mercadante estava presente. É uma cena extraordinária, porque é o Estado inteiro reunido naquele debate, quer dizer, as melhores e aquelas que estão em dificuldade querendo apoio para poder serem apadrinhadas pelas melhores. São as melhores escolas que vão tirá-las da dificuldade. Então, é uma coisa muito interessante. O Paic, que agora nós estamos chamando de PAIC-5, porque ele já pega várias séries, não está apenas no segundo ano a avaliação, já aumentamos a avaliação para o quinto ano. Está dando resultados extraordinários, a curva ascendente é extraordinária.

Mostra o quê? Que nós podemos jogar na lata do lixo a máxima que você precisa de 20 anos. Você pode desenvolver um programa capaz de responder num período muito mais curto do que o que nós imaginamos. Agora, para isso precisa, ao mesmo tempo, país crescendo, evidente, e distribuindo recursos.

Qual o problema nosso? É que nós crescemos, mas, no mecanismo da distribuição, nós ainda não conseguimos êxitos mais favoráveis, porque praticamente uma visão, como o País é federado, há uma visão centralizada. Essa sinalização não consegue enxergar, por exemplo, que uma região como o Nordeste, que tem quase 30% da população, tem que ser uma resposta, digamos, se não for 30% dos recursos que você vai mandar para lá, você tem que mandar uma parte muito mais significativa, porque ali também estão os maiores bolsões de pobreza do nosso País. Você tem que puxar aquela região, então é a responsabilidade.

Se o País é federado, mas, na hora dos recursos, eu descentralizei para dar característica maior de Federação, eu descentralizei os serviços. Município toca a educação de ensino médio, de ensino fundamental e infantil; o Estado, o ensino médio, basicamente, mas os recursos não são na mesma velocidade, não chegam ao mesmo tamanho, em especial nessa região, que tem que fazer uma luta atroz para poder ter esses recursos.

Por isso que, na hora de arrecadar, a arrecadação é concentrada, a Federação vira unitária, vira um Estado unitário, porque o grosso da arrecadação, mais de 60% está na mão da União. Claro, pode-se dizer que a União é que tem a responsabilidade de bancar e selar a questão do endividamento público, geral,

tem que lidar com câmbio, tem que lidar com juros, etc. Então, tem um certo sentido, mas mais de 60% é um exagero do exagero. Eu acho que não tem nação federada nenhuma com essa montanha de arrecadação nas mãos do poder central.

Fizemos uma proposta que vem sendo defendida em determinados ciclos que é o quê? No fundo social do pré-sal, sem criar tributo novo, porque a União centraliza e na hora de dar incentivo para recuperar a atividade industrial, especialmente no setor automotivo, pega o recurso que é repartido. Vai ao IPI, zera IPI, mas o IPI é que eu divido com os Estados e Municípios! Então, é um tratamento severo com os Municípios do País e com os Estados.

Por isso que nós apresentamos. Está tramitando aqui no Senado. Foi uma luta. Quando fizemos a regulamentação do fundo do pré-sal, já entraram todos. Entrou educação, ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente, quer dizer, a prioridade... porque quando discutimos o fundo social do pré-sal com o Presidente Lula em sucessivas reuniões, era o quê? E Lula tinha isso na cabeça: esse recurso é para a educação, especialmente com a educação básica, especialmente essa educação. Mas quando chegou ao Congresso Nacional e fomos começar a tratar do fundo social, ele foi começando: educação, ciência e tecnologia, saúde, previdência, meio ambiente... há dez prioridades já. Com dez prioridades não dá certo, amigo. Entendeu?

Então, fizemos uma proposição que está tramitando aqui no Congresso, está na Comissão de Assuntos Econômicos, foi aprovada por unanimidade na nossa Comissão de Educação, está na Comissão de Assuntos Econômicos. É o quê? Cinquenta por cento do fundo social do pré-sal, e o pré-sal já representa 10% da produção nacional. Isso poços em teste! Imagina quando não forem mais testes, forem poços ativos e considerados absolutamente rentáveis. Já são 10% da produção nacional.

Então, o fundo social do pré-sal hoje já é um fundo grande, mas precisa que digamos: não, 50% aqui na educação. Não é um tributo novo, isso já existe, já está lá, esse dinheiro já está no fundo. Então, queremos que 50% desses recursos sejam direcionados à educação brasileira. Isso é você atender a um objetivo que vai estar dentro do Plano Nacional de Educação, mas quando chegar ao Plano Nacional de Educação com suas vinte metas ou mais, sei lá a quantas vão chegar, espero que cheguem a dez no máximo, porque com vinte metas a gente não alcança uma, agora, se pusermos umas dez pode ser que se chegue a metade num tempo razoável. Eu tenho uma expectativa positiva, agora, precisa, sim, de mais recursos, precisa de mais recurso.

Eu sou a favor da multiplicidade, da cooperação entre o estatal e o privado. Temos que fazer esse casamento sob o comando de quem? Sob o comando do Estado, do Governo brasileiro dizendo o que precisamos, o que queremos. Dito isso, pode ser feito pela universidade privada, pode ser feito pela universidade pública. Nós temos que dar a medida correta para todos esses agentes. É assim que os países estão avançando. Coreia, China, esse povo está avançando é assim. Não tem um grande segredo. Nós temos que teimar, aqui nós temos que ser além da Dona Lindu. Nós temos que teimar muito e buscar recursos. Na hora em que fala em dinheiro a Fazenda se arrepiia, o Planejamento se arrepiia, todo mundo fica arrepiado, mas na hora de zerar IPI para carro zero, por que não pode fazer aqui? Esse aqui é um grande investimento, amigo. Então, eu acho que a gente deveria... Tenho conversado um pouco sobre isso com o Mercadante, o Mercadante está afiado, digamos assim, com essa ideia de que a gente pode buscar esses 50% do pré-sal para a educação e temos que criar um clima favorável no País inteiro para compreender qual é o objetivo e o alcance desse investimento, sem criar um tributo novo. E isso já existe, o dinheiro já está ali, é só a gente transferir para cá.

Essa é a minha observação.

Vou pedir licença, porque tenho de correr para atender a um objetivo da minha região, porque senão eu vou ser cobrado com muita força lá pelo Nordeste brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará.

Agora passo a palavra, como o Secretário começou na primeira etapa, então começo pela Dr^a Priscila Cruz, na sequência o Dr. Fernando, e o Secretário encerra.

A SRA. PRISCILA CRUZ – Bom, o Senador me deu aqui a missão para falar sobre a educação de jovens e adultos, especialmente a alfabetização dessa população que ainda acaba achatando as taxas de alfabetização médias que a gente tem no Brasil inteiro. Temos avançado muito nessa média, porque essa população adulta permanece em grande medida analfabeta, e aí a gente avança nas idades menores, só que, na média, a gente acaba tendo isso tudo muito achatado.

Como eu vejo essa questão, Senador? Se os meus colegas quiseram também complementar... A educação de jovens e adultos é muito importante, lógico, educação é um direito de todos, incluindo os adultos. Então, aquilo que a gente não cumpriu nas gerações anteriores, esse déficit histórico que a gente tem com

as gerações que chegaram à idade adulta sem terem tido educação de qualidade, de alguma forma a gente tem que estar aberto para que essa demanda dele seja, de alguma forma, suprida, e até pensando que são esses adultos os pais e as mães das crianças que estão na educação básica.

Então, quanto mais a gente elevar a escolaridade dos adultos no Brasil, melhor vai ser para as crianças. A gente sabe que a escolaridade da mãe, principalmente, tem um impacto positivo na educação de seus filhos, que é muito grande, é um impacto gigantesco e, às vezes, a gente esquece isso.

Agora, como o cobertor é curto, como a gente tem uma limitação – seja de gestão, recursos, etc. –, eu acho que a gente tinha que priorizar crianças e jovens, até para a gente não ter que ficar sempre pagando depois, sem ter o direito deles negado. Eu acho que sempre que tiver uma demanda, a gente tem que cumprir essa demanda, mas como a gente realmente tem que fazer escolhas no Brasil, não dá para a gente atender a tudo ao mesmo tempo agora, eu acho que a nossa grande tarefa hoje é priorizar a alfabetização das crianças, senão a gente sempre vai enxugar gelo, a gente sempre vai ter esse problema contínuo de adultos analfabetos, de jovens ainda fazendo fundamental. Acho que, se conseguirmos resolver essa questão da educação infantil e alfabetização e ter essa obsessão de resolver na base, a gente vai agradecer, as gerações futuras vão agradecer essa coragem de fazer uma escolha. Eu acho que a gente tem que fazer escolhas.

Concordo com o Senador Inácio de que é melhor ter poucas metas, mas que as atinjamos, do que ter um monte de metas e depois a gente olha e atingiu 20% apenas. E essa é uma das coragens a que eu estava me referindo antes, a coragem de ter foco. A coragem de fazer escolhas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr^a Priscila Cruz.

Passo a palavra ao Dr. Fernando Schuler.

O SR. FERNANDO LUÍS SCHÜLER – A seleção também muito rápida.

Tive a oportunidade de trabalhar como Secretário de Justiça no Rio Grande do Sul durante quatro anos, e essa experiência na gestão pública e acho que o grande problema do Estado brasileiro hoje não são os recursos, não é a quantidade de recursos, é a qualidade da gestão desses recursos, da aplicação e assim por diante.

O Estado brasileiro tem uma carga, o Brasil tem uma carga tributária perto de 40%. O Estado brasileiro é um Estado que custa muito caro para a sociedade, muito caro para a sociedade. Eu, para citar um exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul entrou numa pro-

funda crise fiscal, que tinha problemas gravíssimos de financiamento, etc. Eu dirigi uma das instituições onde era feita a minha pasta, era a Fundação Fase, antiga Febem – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo –, que é uma instituição educacional para adolescentes autores de atos infracionais. Eu sempre me surpreendia que era uma Fundação com 1.600 funcionários, num certo momento ela possuía em torno de 800 adolescentes infratores internados, havia dois funcionários para cada adolescente infrator; ela possuía um orçamento de R\$112 milhões, o que dava R\$10 mil *per capita* mês, custava, cada adolescente, R\$10 mil por mês.

Então, eu não vou dizer que esse é um problema genérico de todas as organizações do Estado brasileiro, mas isso é muito comum na estrutura do Estado brasileiro. Ou seja, o Estado tem recursos, mas aporta boa parte desses recursos na máquina burocrática do Estado, para pagamento de pessoal, para o pagamento de uma previdência distorcida e assim por diante, e acaba não sobrando para as áreas fins, acaba não sobrando para realmente atender às pessoas, etc.

Então, o setor público vai perdendo qualidade na ponta, na execução, a classe média vai migrando para o setor privado, na área de saúde, na área de segurança, na área de educação, e os mais pobres vão ficando com aquele serviço precarizado, e assim por diante.

Esse é o quadro da sociedade brasileira. Por isso que eu falo, nós precisamos ter um novo contrato, nós precisamos ter coragem para ter um novo contrato.

A minha visão, por exemplo, uma sugestão talvez para o MEC, Callegari: eu queria comparar qual é o custo para o Estado brasileiro de uma vaga para um estudante numa Universidade Federal e qual é o custo para o Estado brasileiro de uma vaga para o ProUni? A gente podia comparar qual o custo para a sociedade brasileira, para o Estado brasileiro de um aluno no ProUni e o custo para o Estado brasileiro, para a sociedade brasileira de um aluno numa Universidade Federal para ver qual a relação custo/benefício. Vamos comparar a relação custo/benefício.

(A Srª Presidente faz soar a campanha.)

O SR. FERNANDO LUÍS SCHÜLER – O que eu acho é que se nós temos um problema de gestão na nossa rede pública, deveríamos parar um pouco de expandir essa rede pública, permitir esses novos sistemas de contratualização. Eu não vejo por que o mesmo sistema de contratualização de parcialização, que é feito no ProUni, não possa ser feito também no ensino médio e no ensino fundamental, dentro de critérios de qualidade, estipulando avaliações mínimas, avaliação e parâmetros muito claros de qualidade, de controle de avaliação, permitindo exatamente uma convivência mais harmônica de sistemas, para que a

gente possa fazer um investimento na qualificação da estrutura pública da educação no Brasil.

Eu acho que esse é um caminho que me parece mais plausível, que pode inclusive gerar um certo consenso na sociedade brasileira.

Só respondendo ao tema, quando vejo que precisamos de mais recursos, todas as áreas no Brasil pedem mais recursos, a gente muitas vezes não pensa na qualidade da execução desses mesmos recursos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Fernando.

Agora, para encerrar, passo a palavra ao Secretário Cesar Callegari.

O SR. ANTONIO CESAR RUSSI CALLEGARI – Obrigado.

Senador Cyro Miranda, o senhor fez um questionamento a respeito de: “Mais dinheiro resolve?” Eu acho que resolve em parte, é necessário, mas não é suficiente, basicamente é o que estamos aqui tratando.

Em qualquer sistema de prestação de serviços educacionais, públicos e privados, as despesas com pessoal sempre correspondem a mais de 70% dos custos da oferta desse tipo de serviço. Então, é uma coisa óbvia que se achamos e temos convicção de que é necessário fazer com que a opção pelo magistério seja realmente atraente para os melhores, entre os melhores brasileiros – e essa é a tarefa que temos que realizar –, eu não tenho a menor sombra de dúvida de que o piso nacional salarial nacional, que hoje é de R\$1.450 mil, tem que ser profundamente elevado, porque essa sinalização, embora, como já foi até constatado, ainda provoque dificuldade reais, face à Lei de Responsabilidade Fiscal, para muitos gestores municipais e até estaduais da educação, é algo que precisa ser solucionado, mas sempre à luz de um desejo concretizado de alterar o padrão de remuneração dessa que deve ser tida e vista como uma espécie de função típica do Estado: a função do magistério. Portanto, a exemplo de outras funções, deva ser vista como uma... E é, em parte. O professor, hoje, tem uma aposentadoria especial, pela sistemática do Fundeb, nós temos um sistema que reserva ao magistério pelo menos 60% das verbas do magistério, mas isso não tem sido suficiente.

Então, a minha resposta objetiva é que precisamos, sim, de muito mais recursos para a educação, isso é verdadeiro. O Governo brasileiro, nesse instante de discussão do Plano Nacional de Educação, tem feito isso com muita responsabilidade, porque seria fácil, muito tranquilo até, dizer que 10%, 12% do PIB é algo que poderia estar inscrito dentro do Plano Nacional de Educação, até porque o PIB é uma certa abstração, é uma conta de economistas. O PIB propriamente dito

não transita nas contas públicas, quer dizer, não é algo que você possa mensurar, como é mensurável, acompanhável, o ICMS, IPI e várias outras formas de financiamento, que são capturados pelo sistema de financiamento da educação.

Ao sinalizar um percentual abaixo dessa posição, no meu modo de entender, a leitura que deve ser feita é uma leitura da responsabilidade, sem perder a perspectiva de que mais recursos devam ser aplicados nessa área.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CESAR RUSSI CALLEGARI

– Quero dizer que, como disse no meu pensamento, mais recursos não são suficientes, eles devem ser canalizados para aquilo que é o fundamental: melhorar o sistema de gerenciamento e controle. Acho que isso é muito importante, e o Brasil tem desenvolvido, em todas as partes, formas inovadoras de acompanhamento e controle social, inclusive dos recursos destinados à educação.

Saber que não se faz a educação brasileira com outro magistério. Os dois milhões de professores que hoje militam na educação básica pública no Brasil são com quem haveremos de fazer a reforma educacional que o Brasil precisa fazer. São com eles, com essas mulheres e com esses homens. Não temos tempo histórico para esperar, mesmo que isso fosse possível a partir de agora, a formação de uma nova geração de professores.

Precisamos, sim, melhorar a formação inicial, que em geral é feita dos professores que militam na educação básica em instituições particulares de ensino. A contribuição das instituições públicas estaduais e federais ainda é pequena na área de formação de licenciados que se destinam tanto ao ensino médio, quanto ao fundamental, quanto à educação infantil.

Investir muito em professores, na sua valorização salarial e na carreira, sistemas de avaliação, que eu acho que o País também tem evoluído muito, e muito puxado pelo exemplo e aprimoramento constante das atividades avaliativas do Governo Federal: prova Brasil, provinha Brasil, o próprio ENEM, os sistemas de verificação de qualidade da avaliação superior, são obras que o País tem realizado nos últimos anos, com resultados positivos em matéria de avaliação.

Só para terminar, Senador, se me permite, aproveitando a sua pergunta, comentar algo que o Professor Fernando tem insistido. O Sistema de *Voucher*, de alguma maneira ele não citou o nome *voucher*, mas é algo que está subjacente ao fato de que poderíamos criar canais para que recursos públicos disponíveis à sociedade pudessem ser canalizados para o ambiente

educacional, todo ele, público e privado, é um sistema que tem sido avaliado, até em grande profundidade, em muitos lugares do mundo e tem demonstrado que não é a solução.

A crise mais evidente, até porque mais recente, é a do Chile, que adotou durante anos seguidos esse sistema de *voucher*, e nada mais fez esse sistema que aprofundar as desigualdades em matéria de educação. Ele não foi capaz de induzir o sistema educacional de educação básica chilena a avanços que não os avanços que já vinham sendo realizados em algumas escolas. Quer dizer, no conjunto não avançou, por isso, com esse comentário, eu gostaria de dizer o seguinte: parte da iniciativa privada muito se faz em benefício inclusive da educação brasileira.

O próprio Programa Nacional do Livro Didático, que até especialmente eu tenho a responsabilidade neste instante, como Secretário, de gerenciar, em termos do processo de escolha, veja que os mesmo livros didáticos que são hoje elaborados conforme as diretrizes nacionais, mas que são proporcionados para os estudantes das escolas particulares brasileiras, as melhores escolas, são exatamente os livros didáticos que hoje chegam na hora certa aos estudantes do Brasil, com escolha feita pelos professores. Claro, esses livros são gestados por pesquisadores, organizados por editoras e tudo mais e acabam, em muitas outras tecnologias educacionais, sendo gerados num ambiente não público, mas que são aproveitados no ambiente público da educação brasileira.

Obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) –

Quero fazer um complemento, com a permissão da Mesa, quando o senhor fala das dificuldades dos Estados e Municípios, elas são muito grandes. Muitos Estados se declaram em falência se tiverem esse piso irrisório para o professor.

Mas existe um problema que o Governo precisa resolver: há uma década nós tínhamos contribuições e impostos. As contribuições não são repassadas aos Estados, representavam 10%; os impostos hoje representam 48%. Então, houve uma inversão nos repasses e uma necessidade, além do crescente da população, as necessidades de se aprimorarem com técnicas mais modernas. Então, se não houver, eu sei que existe às vezes o recurso, na maioria das vezes, como falou o professor Fernando, muito mal aplicado, muito mal aplicado, mas essa equação tem que fechar, senão a situação dos Estados e Municípios vai piorar ainda mais. Não tem condição de eles darem conta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço ao Senador Cyro Miranda e faço apenas um registro ao Secretário Cesar Callegari: a

respeito do livro didático, examinamos. no âmbito desta Comissão, um outro aspecto, o aspecto da análise dos pareceres sobre os livros didáticos, trazendo aqui uma contribuição muito importante do Professor Arruda Sampaio, que é autor de livros e mostrou algumas distorções, do meu ponto de vista, bastante sérias, sobre essa questão em que o autor não tem o direito de contestar uma avaliação que reprove um livro didático.

Mas esse é um outro tema, só porque o senhor fez referência, ele que é distribuído às escolas, na hora certa e ao tempo certo, porque o Ministro Aloizio Mercadante virá a esta Comissão no dia 12 de junho, está marcado, para tratar exclusivamente desse problema na Comissão de Educação.

Quero renovar, em nome do nosso Presidente, Senador Roberto Requião, e do Senador Paulo Bauer, nosso Vice-Presidente, a presença do Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Cesar Callegari; da Dr^a Priscila Cruz, Diretora Executiva do Movimento Todos pela Educação; e do Professor Fernando Schüller, Diretor Executivo do Ibmecc, Rio de Janeiro, por terem dado essa valiosa contribuição a audiência pública que atendeu a um requerimento de minha autoria para a realização e debate da dificuldade do Brasil para cumprir as metas da educação.

Dou por encerrada a presente reunião, renovando o convite para o dia 12 de junho com o Ministro Aloizio Mercadante.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2012.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Valdir Raupp, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Capiberibe, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Russo e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Walter Pinheiro, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Armando Monteiro, Magno Mal-

ta, João Ribeiro, Kátia Abreu e João Vicente Claudino, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. Logo após, o Senhor Senador Paulo Paim requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado (**ver Itens 1 e 2: Extra-Pauta**). Neste momento, a pedido do Senhor Senador Rodrigo Rollemberg, a presidência solicita a inclusão extra-pauta do Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2012, o que é aprovado (**ver Item 3: Extra-Pauta**). **Item 8: Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que “Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é pela rejeição do projeto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Selma Elias, que “Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para determinar que o programa do Seguro-Desemprego conceda bolsa de estudos provisória ao trabalhador desempregado e a seus dependentes, desde que comprovada a matrícula em instituições particulares de ensino superior”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. **Item 14: Comunicados da Presidência**: Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 33/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia e Paulo Paim, que requerem “Em aditamento ao Requerimento nº 14, de 2012 – CE, que trata da realização de Audiência Pública para debater as cotas de patrocínio da CBF aos clubes que participam do Campeonato Brasileiro, requeiro que sejam incluídos os seguintes nomes em uma segunda Audiência a ser realizada sobre o tema: Sr. José Carlos da Silveira Jr – Diretor de Esportes da Rádio e Televisão do Grupo Bandeirantes Ltda; Sr. Carlos Roberto Dinamite de Oliveira – Presidente do Vasco; Sr. Luiz Alvaro de Oliveira Ribeiro – Presidente do Santos; Sr. Alexi Pelagio Gonçalves Portela Junior – Presidente do Vitória; Sr. Paulo Odone – Presidente do Grêmio”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 2: Requerimento nº 34/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer “... nos termos regimentais, em aditamento aos Requerimentos nº 14/2012-CE e nº 33/2012-CE, já aprovados por este

Colegiado, no último dia 27 de março e no dia de hoje, respectivamente, destinados à realização de Audiência Pública para debater ‘As cotas de patrocínio da CBF aos clubes que participam do Campeonato Brasileiro’, o remanejamento do representante das Organizações Globo para a segunda reunião, na qual estarão presentes o representante do Grupo Bandeirantes e os presidentes dos times de futebol, com vistas a ampliar e aprimorar o debate”. O Requerimento é aprovado.

Extra-Pauta, Item 3: Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que “Institui o Prêmio Mérito Ambiental, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o parecer favorável é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009; Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2010; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2010; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2011; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2011 e Requerimento, de autoria dos Senadores Ana Amélia, Kátia Abreu, Anibal Diniz e Luiz Henrique**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Sobre a mesa, um pedido para inclusão extrapauta de um Projeto do Senador Rodrigo Rollemberg,

que institui o Prêmio Mérito Ambiental, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.

Não é terminativo. Daqui, vai para a Mesa Diretiva do Senado.

Submeto a inversão de pauta e a colocação extrapauta às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, se me permite, queria solicitar a V. Ex^a a possibilidade de votarmos extrapauta o requerimento da Senadora Ana Amélia e de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Já está aceita. É extrapauta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Extrapauta. Como a Senadora Ana Amélia está presidindo outra Comissão, assino junto com ela.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É um requerimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É um aditamento ao Requerimento nº 14, que trata de realização de audiência pública para debater cotas de patrocínio da CBF aos clubes que participam do campeonato brasileiro.

Que sejam incluídos os seguintes nomes: José Carlos da Silveira Júnior, Carlos Roberto Dinamite de Oliveira, Luiz Álvaro de Oliveira Ribeiro, Alexi Pelagio Gonçalves Portela Júnior, Paulo Odone, Presidente do Grêmio.

Coloco à deliberação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores o presente requerimento. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, rapidamente, para encaminhar, na mesma linha, para que se possa votar, estou propondo uma mudança na redação, que já combinei com a Senadora Ana Amélia, no sentido de que seria realizada uma segunda audiência pública com esse objetivo, incluindo a Rede Globo também nessa segunda audiência, junto com a Rede Bandeirantes.

A Senadora Ana Amélia concordou, e eu concordei. Então, estão os dois requerimentos na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O da Senadora Ana Amélia já foi votado, não foi?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não. O meu é que foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O de V. Ex^a foi votado. E a primeira audiência está marcada para o dia 13.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para o dia 13. Então, assinei com a Senadora Ana Amélia esse outro requerimento, para que aprovemos uma segunda audiência pública, e as emissoras de televisão seriam ouvidas nesta audiência.

Esse é o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Paim. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

E o segundo requerimento, da Senadora Ana Amélia, com a modificação do Senador Paulo Paim.

Os dois foram votados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, para funcionar como Relator *ad hoc*, no lugar do Senador João Capiberibe, passo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

É o seguinte o item anunciado:

ITEM 03

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 13, DE 2012

– Não Terminativo –

Institui o Prêmio Mérito Ambiental, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatoria Ad Hoc: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte dispõe sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2012, do Senador Rodrigo Rollemberg, que institui o Prêmio Mérito Ambiental a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.

Vem a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 13, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que propõe seja instituído o “Prêmio Mérito Ambiental”, a ser conferido, anualmente, pelo Senado Federal.

A proposição consta de oito artigos.

O art. 1º dispõe que o referido prêmio deverá ser conferido a pessoas naturais ou jurídicas que, no País, tenham desenvolvido iniciativas relevantes na defesa do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso da proposição em análise.

A questão ambiental vem-se constituindo, de fato, tema objeto de crescente preocupação em todo o mundo. Cada vez mais, os países e as sociedades têm sido instados a atuar de forma sustentável, de modo a preservar o meio ambiente e garantir os recursos naturais para as gerações futuras. Os fóruns internacionais sobre o tema ganharam importância ao longo do tempo, e hoje contam com a participação de chefes de Estado preocupados em demonstrar o interesse de seus países com a questão ambiental e em divulgar as ações por eles realizadas no sentido de garantir a sustentabilidade de suas economias. Assim deve ocorrer na “Conferência Rio + 20”, que acontecerá no Rio de Janeiro, no próximo mês de junho, e que pretende avançar nas discussões e deliberações da conferência realizada há vinte anos, também no Rio de Janeiro, a “Rio 92”.

A recente crise, vivida especialmente pelos países mais desenvolvidos, provocou uma mudança de paradigmas, e valores, como desenvolvimento econômico com inclusão social e qualidade de vida ganharam mais importância frente às tradicionais leis de acumulação de riqueza a partir do fortalecimento do mercado financeiro. Com isso, as discussões sobre a produção de alimentos, saneamento básico e a separação e reciclagem do lixo passaram a dividir espaço com as discussões relacionadas a matrizes energéticas, emissão de CO₂ e estruturas macroeconômicas sustentáveis.

Nesse sentido, são fundamentais as iniciativas que valorizam e premiam as ações de indivíduos e de entidades promotoras da preservação ambiental.

Dessa forma, como enfatiza o autor da matéria, será possível atribuir maior visibilidade ao tema, e fomentar sua discussão em diversas instâncias da sociedade.

Diante disso, é sem dúvida pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir o Prêmio Mérito Ambiental, a ser conferido anualmente a indivíduos e entidades da sociedade. Com efeito, com tal iniciativa, além de exercer o seu papel precípua de propor e aprovar leis que estabeleçam sanções aos agressores do meio ambiente, o Senado Federal passará a atuar também premiando aqueles que promovem ações de

proteção ambiental. Sendo assim, esta Casa estará contribuindo para a disseminação dos bons exemplos por toda a sociedade brasileira.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PRS nº 13, de 2012.

E o voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2012.

É o que diz o Sr. Relator João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Capiberibe, lido pelo Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores favoráveis permaneçam como estão, e os contrários se manifestem.

Aprovado.

A matéria, em caráter terminativo, para a Comissão Diretora do Senado.

Na reunião passada, havíamos interrompido a discussão do Projeto que consta do Item nº 08, Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011, que modifica a denominação da Ala Filinto Muller para Ala Luiz Carlos Prestes. A autoria da Senadora Ana Rita. Relatoria do Senador Benedito de Lira.

O parecer já foi lido, e a discussão, iniciada.

Passo a palavra, então, ao Senador Benedito de Lira, para dar continuidade à discussão e colocar o seu ponto de vista de uma forma sucinta.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Na verdade, discutimos essa matéria já na sessão passada.

Agradeço a ponderação que fora feita, para que pudéssemos discutir essa matéria no Plenário com mais Senadores.

A matéria, realmente, traz os seus pontos de discordâncias entre o atual detentor da Ala, que é o Filinto Muller, ex-Senador, para o Senador Carlos Prestes.

Sr. Presidente, veja bem a que me reporte. Tenho muita preocupação, no que diz respeito a essas mudanças de posicionamento na conjuntura atual. Ao longo de muitos anos, esta Casa homenageou um Senador da República. O que se propôs naquela oportunidade? Que uma Ala do Senado Federal pudesse receber nome de um Senador que foi líder aqui, que teve até algumas ações na mesa da Casa. É isso que tem sido feito praticamente em todas as alas, homenageando Senadores que passaram por esta Casa.

A que me ative? Exatamente à manutenção do nome. Que se crie uma oportunidade Carlos Prestes, porque ele é merecedor dessa honraria, sem que haja necessidade de se retirar o nome de um para que se

coloque o do outro, até porque isso pode virar moda, e amanhã estejamos aqui frequentemente discutindo matéria dessa particularidade.

Amanhã, por exemplo, o Senador Requião vai ser homenageado, mas aparecerá um Senador que, vamos admitir, ache que o Requião não precisava, nem merecia essa homenagem, considerando que já foi três vezes Governador do Paraná, já foi Senador, é novamente Senador. Enfim, é um político de destaque nacional.

Então, amanhã, tiram o nome do Requião e colocam o nome de “Manoel”. Então, é a isso que me atendo. Acho que é um precedente que o Senado Federal não deveria praticar.

Sr. Presidente, mantenho a mesma posição. Mantenho o meu parecer e as justificativas são exatamente estas: se podemos criar uma nova homenagem ou um espaço novo para homenagear o ex-Senador Carlos Prestes, não há por que tirarmos da parede, o nome da galeria, o nome de um Senador, cujo comportamento não estamos discutindo aqui como Senador ou como político ou quem quer que seja, tanto de um quanto de outro.

Estamos discutindo aqui que o Senado, em um determinado momento, decidiu homenagear o Senador Filinto Muller e, agora, tem um Projeto de S. Ex^a, a Senadora Ana Rita, que propõe a mudança desta Ala para Carlos Prestes.

Queria, pois, chamar a atenção de S. Ex^{as}, para que amanhã não estejamos aqui continuamente, porque se abre uma brecha, uma janela, um precedente, a mudar, e ninguém pode dizer: Não vou fazer isso, porque não é possível. É um Senador que está sendo homenageado, ou quem quer que esteja sendo homenageado no Senado, ou em qualquer galeria deste Congresso Nacional, nós vamos fazer a mudança. Ah! Mas já houve mudança aqui!

Se pudermos evitar esse confronto e esse precedente, isso é da maior importância para que a Casa realmente possa viver harmoniosamente com aqueles que passaram e que já não existem mais e com os futuros homenageados, que, tenho certeza absoluta, vão continuar recebendo essa honraria no Senado Federal.

Por isso, mantenho o meu parecer. Gostaria que os nobres Colegas fizessem uma análise fria dessa postura e desse comportamento, para evitarmos que, amanhã, estejamos fazendo jogo de interesses quer seja a favor de “a”, quer seja a favor de “b”.

Mantenho o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nem abri a discussão ainda.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Benedito de Lira é pela rejeição do Projeto de Resolução da Senadora Ana Rita.

O Projeto da Senadora Ana Rita modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para a Ala Senador Luiz Carlos Prestes.

Em discussão.

Inscrito para discutir o Senador Paulo Bauer e, posteriormente, a Senadora Lídice da Mata.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, apenas quero registrar aqui meus cumprimentos ao Senador Benedito de Lira pela sua manifestação e pelo seu relatório.

De fato, temos que tomar muito cuidado com relação a essa providência de denominação de lugares públicos, principalmente num mesmo endereço público. Andamos e percorremos o Senado, assim como o Congresso Nacional, e verificamos aqui, em vários lugares, de brasileiros ilustres, de personalidades históricas, e isso, às vezes, até causa confusão, porque é ala com esse nome, é sala com outro nome, e já houve um momento que, nesta Comissão, se tentou e se sugeriu até dar nome de acesso para uma figura política histórica. Daqui a pouco, estamos dando nome de escadaria, nome de banheiro, de outras coisas mais, para figuras que queremos homenagear.

Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perdoe-me, Senador, a intervenção, mas há algumas figuras que mereciam denominar um banheiro do Senado da República.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Também concordo, mas, de fato, não podemos seguir esse caminho de denominar qualquer espaço público com nomes de pessoas que queremos homenagear. É preciso ter muito cuidado.

Mas considero mais cuidadoso ainda o procedimento de troca de nomes. Por mais que um nome possa merecer críticas com o passar do tempo e um julgamento crítico da própria história, acho que trocar o nome de uma pessoa pelo de outra, evidentemente, pode ser algo interessante, do ponto de vista político, ideológico e até de momento, mas não é um procedimento, no meu entender, adequado e correto.

Por isso, mesmo louvando a iniciativa da Senadora Ana Rita de querer atribuir a um espaço o nome do Senador Luiz Carlos Prestes, considero que não seria a melhor providência fazê-lo em substituição a outro nome já existente.

Assim, quero aqui solidarizar-me com o Senador Relator e manifestar o meu apoio ao seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, já me pronunciei da outra vez. Respeito enormemente o parecer do Senador Benedito de Lira e compreendo o seu raciocínio, mas acho que a História não é algo imutável. Ela justamente se transforma, se modifica.

Volto a dizer que, na Alemanha hitlerista, muitos homenageados, depois, foram defenestrados. Todo pensamento nazifacista ou todas as referências às figuras do nazifacismo foram completamente desaparecidas da Europa, num processo de revisão histórica.

Volto a dizer que é o caso dessa questão. Não é o caso de homenagear Luiz Carlos Prestes. Sou favorável a toda e qualquer homenagem ao Senador Luiz Carlos Prestes, mas o principal é retirar o nome do Senador Filinto Muller de uma ala do Senado Federal, que é uma representação democrática, que está nominada, com cuja referência se homenageia alguém que teve uma posição na história política do Brasil absolutamente condenável. É o nome de alguém que se notabilizou pela repressão política, pelos duros comportamentos, no contexto da repressão política, num período em que estamos justamente com a Comissão da Verdade, buscando uma revisão histórica dos fatos que marcam a vida política nacional de 1946 para cá.

Então, não vejo realmente razão. Se tirássemos o nome da Ala Filinto Muller e a substituíssemos por uma letra, estaríamos fazendo uma correção justa e necessária. Os Senadores que se localizam nessa Ala se sentem constrangidos com essa referência.

Tenho aqui ala de todos os nomes, e ninguém está contestando nome algum, porque, justamente sendo pessoas com pensamento político diferente, respeitam a existência de um nome que representa o papel que essa pessoa desempenhou no Congresso Nacional ou o papel respeitado por todas as forças políticas da Nação.

Não é o caso de Filinto Muller. Ele é a expressão de um momento de influência nazifascista no Brasil, cujo método da tortura foi aplicado e teve nele uma referência. Portanto, isso é que é condenável. Até concordaria que se retirasse o nome de Filinto Muller, e não homenageassem Luiz Carlos Prestes, ou seja, fosse feita outra homenagem.

Agora, realmente, acho que é absolutamente constrangedor para o Brasil – aliás, fui comunicada pelo Senador Luiz Henrique, que fará em breve um discurso sobre Lídice, a cidade desaparecida na Tchecoslováquia, que comemora neste ano 70 anos de existência, que coincidentemente é o meu nome.

Quer dizer, é o inverso. O meu nome é uma homenagem a essa cidade.

Essa é uma referência história de que foi vitorioso naquele momento concreto universal, que foi a vitória dos aliados contra o nazifascismo. Essa é uma referência condenável por toda a humanidade. Por isso, acho absolutamente importante que possamos retirar o nome da Ala Filinto Muller, mesmo que não homenageemos, com a sua mudança, o nome do Senador Luiz Carlos Prestes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, com todo o respeito à autora e ao relator, confesso a V. Ex^{as} que, como conheci e tive a oportunidade de dialogar, pois este foi ao Rio Grande inúmeras vezes, com o Senador Luiz Carlos Prestes, vou pedir vista do Projeto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, vamos fazer um pedido de vista coletivo, porque facilita a V. Ex^a trazer para a pauta no momento que considerar mais conveniente, a fim de que possamos discutir a matéria, nos termos em que foi apresentado pela Senadora Lídice da Mata, pois acho que o tema exige, sim, revisão histórica, porque temos proposições que dá nome a outras alas e regiões do Senado com o nome de Luiz Carlos Prestes, que facilita desenvolver o trabalho.

Porém, acho que as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, nas suas argumentações, tanto como autora quanto como debatedora, apresentam uma questão óbvia. Muitos que ali passam por aquela Ala não se sentem absolutamente confortáveis em dizer que são da Ala daquele carrasco. É sempre muito difícil as pessoas anunciarem a sua posição no mapa do Senado Federal.

Então, vou acompanhar o nosso Colega Paulo Paim neste pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vista coletiva. Entrará na pauta, irrevogavelmente, na próxima 3^a feira.

(É o seguinte o item para o qual foi concedido vista coletiva:

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 36, de 2011

– Não Terminativo –

Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– A matéria será encaminhada à Comissão Diretora para decisão final

2– Na reunião do dia 12/05/12, a matéria foi lida e iniciada a discussão)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) –

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para determinar que o programa do Seguro-Desemprego conceda bolsa de estudos provisória ao trabalhador desempregado e a seus dependentes, desde que comprovada a matrícula em instituições particulares de ensino superior.

Autoria: Senadora Selma Elias

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela rejeição

Observação:

Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de um Projeto da Senadora Selma Elias, para determinar que o Programa de Seguro-Desemprego conceda bolsas de estudos provisórias ao trabalhador desempregado e seus dependentes, desde que comprovada a matrícula em instituições particulares de ensino superior.

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 240, de 2010, de autoria da Senadora Selma Elias. Esse projeto altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 – que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências – para tratar da concessão de bolsa de estudos provisória ao trabalhador desempregado ou a seus dependentes, a ser paga pelo FAT e incluída no Programa do Seguro-Desemprego, desde que fique comprovada a matrícula em instituição de ensino superior.

O projeto acrescenta o inciso III ao art. 2º da Lei nº 7.998, de 1990, estabelecendo que o Programa do Seguro-Desemprego tem por finalidade prestar ajuda financeira provisória ao trabalhador desempregado e a seus dependentes, desde que comprovada a matrícula em instituições particulares de ensino superior, em cursos devidamente reconhecidos.

Acrescenta, ainda, o art. 2º-D à referida lei, estabelecendo que a bolsa de estudos a que farão jus

o trabalhador desempregado ou seus dependentes é provisória e será acrescida ao benefício do seguro-desemprego, obedecidos determinados parâmetros, conforme seja estudante o próprio trabalhador ou dependente dele.

Finalmente, o projeto acrescenta inciso ao art. 11 da mesma lei, para incluir, entre os recursos integrantes do FAT, dotações orçamentárias anuais da União até o limite de 100 milhões de reais.

O art. 2º dispõe que a lei em que se transformar o projeto deve entrar em vigor na data da sua publicação.

Na justificção, a autora do projeto salienta a inadimplência no pagamento e o abandono de cursos superiores pelos trabalhadores desempregados e seus dependentes, “condenando-os à evasão escolar por absoluta falta de condições financeiras”, com sérios danos à formação escolar. Também aponta a falta de planejamento estratégico para o desenvolvimento da área, capaz de assegurar a permanência dos alunos matriculados em instituições particulares de ensino superior e a continuidade dos estudos.

Após a deliberação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde colherá decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Por força do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à nossa Comissão apreciar matérias de natureza educacional.

A proposição tem por objetivo a criação de mecanismo adicional que permita a continuação dos estudos de nível superior do trabalhador desempregado e de seus dependentes, na forma de bolsa de estudos provisória, custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

De fato, como observa a autora em sua justificção, as situações em que o trabalhador desempregado abandona os estudos são variadas, com prejuízos para sua própria formação e para o País como um todo, por dificultar a qualificação superior das pessoas para o mundo do trabalho. Como se não bastasse o abandono da instituição de ensino superior por parte do trabalhador, há de se considerar que todos os que dependem dos vencimentos daquele para continuar os estudos serão necessariamente atingidos e igualmente forçados a abandonar os cursos em que estejam matriculados.

A proposição limita a bolsa provisória ao montante de, no máximo, cem por cento do valor do seguro-desemprego, sem estabelecer limite para sua concessão, pelo que é possível interpretar-se que sua duração será igual à do próprio benefício.

Para capacitar o FAT para o pagamento dessa nova atribuição, o projeto acrescenta inciso V ao art.

11 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, possibilitando o aporte de dotações orçamentárias da União, até o limite de 100 milhões de reais anuais.

Para atribuir ao FAT mais essa função, o projeto fundamenta-se na ausência de políticas públicas nesse campo e na insuficiente rede pública de ensino superior. A esse respeito, conquanto a intenção seja louvável e a atribuição de mais recursos para a educação seja algo, em si, desejável, o projeto parece não levar em conta a existência de programas públicos de financiamento ao estudante do ensino superior.

Efetivamente, o oferecimento de bolsas pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005) e pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e suas alterações) parece constituir um antídoto para os problemas advindos de eventual desemprego do trabalhador estudante do ensino superior. Isso se contarmos que famílias de baixa renda são candidatas naturais a esses financiamentos, com todas as benesses previstas, tanto para a admissão nos programas, quanto para o pagamento da dívida *a posteriori*.

Referidos programas têm abrangência mais ampla que a da proposição em análise, de maneira que a concessão da bolsa amparada no FAT parece possuir escassa aplicabilidade concreta, além de nenhuma complementaridade na sua atuação.

Do ponto de vista do impacto da medida sobre a hígidez financeira do FAT, é possível antever que a proposição teria, certamente, efeitos negativos, ainda que não disponhamos de dados concretos sobre a dimensão do universo de potenciais beneficiários, o que concorre contrariamente ao Projeto de Lei, já que não podemos medir efetivamente o impacto financeiro de uma proposta dessa natureza.

No que diz respeito à capacidade do FAT de fazer frente às suas obrigações, verifica-se que, nos últimos anos, a margem de operação do Fundo vem se apresentando cada vez mais estreita, também pelo fato de maior número de trabalhadores passar a ter direito a receber o seguro-desemprego e o abono salarial – as duas principais obrigações sociais do FAT.

Mesmo admitindo, em um primeiro momento, que o impacto de uma nova obrigação seria relativamente bem suportado pelo FAT, é de se inquirir se tal obrigação se mostraria vantajosa em longo prazo, notadamente se atentarmos para a existência de programas mais adequados de financiamento estudantil e para o desvio de finalidade que a bolsa estudantil proposta fatalmente imporá ao FAT.

Voto, portanto, em face do exposto, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para uma informação minha: este Projeto é terminativo ou não?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não terminativo.

Vai para a Comissão de Assuntos Sociais.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer pela rejeição permaneçam como estão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me dizer que, como é terminativo na Comissão de Assuntos Sociais, acompanhamos a Relatora e iremos aprofundar o debate lá.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Essa é a nossa intenção também, Sr. Presidente, mas queria, pela ordem, solicitar a V. Ex^a, já que me passou a palavra, que pudéssemos apreciar, se houvesse concordância do autor o Projeto de Lei nº 01, do Bolsa Artista. *(Pausa.)*

Perdoe-me, este Projeto é terminativo.

Sr. Presidente, quero comunicar a V. Ex^a e aos outros membros da Comissão que, no próximo dia 02 até o dia 10, eu e a Senadora Vanessa Grazziotin estaremos em missão oficial fora do País, onde estaremos analisando toda a legislação e a política pública de combate ao tráfico de pessoas nos Estados Unidos, porque aqui somos eu, Relatora, e ela, a Presidente da CPI que investiga o tráfico de pessoas.

Recebemos um convite do Senado americano para realizar essa tarefa, e estaremos viajando. Então, não poderei participar da votação, nem relatar o projeto a partir dessa data.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em votação. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Senadora Lídice da Mata permaneçam como estão.

Aprovado.

Não temos mais quorum, para votar projetos e tomar deliberações terminativas. Isso já acontece há algumas sessões. É o efeito do Conselho de Ética e da CPMI, funcionando. Agora há pouco, a própria Comissão de Assuntos Econômicos praticamente não conseguiu funcionar, mas quero chamar a atenção dos

Srs. Senadores e solicitar à secretaria da mesa que faça uma convocação especial para a próxima reunião, destacando que vamos votar essa questão, que já se revelou polêmica na Comissão, que é da eliminação da denominação da Ala Filinto Muller.

Queremos que a secretaria da Comissão destaque esse fato e faça uma convocação especial para todos os membros da Comissão de Educação. É importante que o resultado dessa votação seja aquele tomado pelo conjunto dos Senadores que compõe a Comissão, que o número, de preferência, esteja completo.

Amanhã, às 10 horas, temos uma audiência pública sobre economia criativa. Será presidida pelo Senador Cristovam Buarque, que é o autor do requerimento. Convidados: Cláudia Sousa Leão – Secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura; Leandro Valiati – Professor de Economia e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Eduardo Saron – Diretor Superintendente do Instituto Itaú Cultural; Décio Tavares Coutinho – Superintendente Executivo da Secretaria de Estado de Cultura de Goiás; e Alexandre Capone – Representante do Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação (Iatec).

Então, como não temos mais nenhuma matéria sobre a mesa, apenas um requerimento, mas os autores não estão presentes. Portanto, não será votado.

Está suspensa a sessão e convocada outra para a próxima 3ª feira, bem como a audiência pública de amanhã.

(Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2012. – AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às dez horas e trinta minutos do dia trinta de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, Mozaildo Cavalcanti, Antonio Russo e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, José Agri-

pino, Armando Monteiro, Magno Malta, João Ribeiro e João Vicente Claudino, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 45/2011-CE e nº 31/2012-CE, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque, destinados a debater a “**A Economia Criativa**”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Márcia Regina Vicente Barbosa, Diretora de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura – MinC e do Senhor Cláudio Eduardo S. Mendes, Gestor de Cultura da Secretaria de Estado da Cultura do Estado de Goiás – Secult/GO. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Cláudia Sousa Leitão, Secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura – MinC; Senhor Eduardo Saron, Diretor Superintendente do Instituto Itaú Cultural; Senhor Leandro Valiati, Professor de Economia da Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS e Pesquisador em Economia da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE e Senhor Décio Tavares Coutinho, Superintendente Executivo da Secretaria de Estado da Cultura de Goiás – Secult/GO**. Neste momento, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, informa ao Plenário que devido a um problema de saúde na família, a Senhora Alexandra Capone, Representante do Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação – IATEC, não pode comparecer a presente reunião para a qual foi convidada como expositora. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, autor do Requerimento e a Senhora Ana Amélia. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educa-

ção, Cultura e Esporte – CE, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e sua aprovação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 45/11-CE e 31/12-CE, ambos de autoria do Senador Cristovam Buarque – a quem saúdo pela chegada –, solicitando a realização de audiências públicas destinadas a discutir o tema “A Economia Criativa”.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. (Pausa.)

Para dar início aos nossos trabalhos, eu queria registrar a presença da Drª Márcia Regina Vicente Barbosa, Diretora de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura (MinC); do Dr. Cláudio Eduardo Mendes, Gestor de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado de Goiás; e também dos Senadores que vêm prestigiar esta audiência pública.

De imediato, passo a palavra à Drª Cláudia Sousa Leitão, Secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura (MinC).

Vamos convencionar dez minutos para a exposição, podendo haver uma pequena ampliação do tempo, porque penso que a riqueza maior seja o debate com os Senadores.

Então, com a palavra a Drª Cláudia Sousa Leitão.

A SRª CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Bom dia a todos. Queria agradecer imensamente o convite da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, saudar a Senadora Ana Amélia, saudar o Senador Cristovam Buarque.

É um privilégio estar aqui, Senador, e é um prazer enorme. Há muito tempo nós estávamos aguardando esse convite. Também estou aqui extremamente bem cercada de amigos.

Quero saudar o Prof. Leandro Valiati, parceiro da Secretaria; o amigo Eduardo Saron, Diretor Superintendente do Instituto Itaú Cultural; o Décio, companheiro de longa caminhada, Superintendente Executivo da Secretaria de Estado da Cultura de Goiás – Secult/GO; os amigos do MinC, que estão aqui comigo. Agradecer a todos pela presença.

Dez minutos é pouco, Senadora. Eu fico preocupada de não passar para vocês, embora seja uma professora habituada a trabalhar com drops, drops de dez minutos, falas de quinze minutos, de meia hora, mas esta é uma temática de grande riqueza.

Eu trouxe uma apresentação, mas talvez não haja tempo para que possamos passar por ela. Não sei se devo me dirigir por essa apresentação, ou se falo por dez minutos, e depois a apresentação ficaria com vocês, para um...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como a senhora achar melhor. A senhora falou da perspicácia como professora, e eu sou jornalista. Então, eu tinha que expressar minha opinião em trinta segundos.

A SRª CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Está certíssimo! (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, dez minutos eu penso que sejam suficientes. A senhora vai ter a capacidade suficiente para nos mostrar...

A SRª CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Perfeito! Eu agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aliás, é a primeira vez, Drª Cláudia, que o Senado – e queria cumprimentar a iniciativa do Senador Cristovam – e o Congresso Nacional abrem as portas para debater um tema tão atual, tão moderno, vanguarda até, que é a Economia Criativa.

Então, com a palavra a Drª Cláudia.

A SRª CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Muito obrigada.

Não sei quem vai passar a apresentação, mas eu queria começar rapidamente a dizer que nós temos um patrono importantíssimo nessa Secretaria da Economia Criativa.

O conceito de Economia Criativa é um conceito que data no mundo de menos de vinte anos – imaginem! Um conceito que não tem duas décadas. Ele nasceu na Austrália e foi, na verdade, uma denominação de um Primeiro Ministro australiano, que dizia que a Austrália, há 18 anos, teria um grande potencial para se tornar uma nação criativa. E a expressão “nação criativa”, na visão do Primeiro Ministro australiano, queria dizer o seguinte: cultura deve ser o eixo de desenvolvimento do Estado australiano. Cultura como eixo de desenvolvimento. Cultura como eixo de cidadania, de emprego, de renda, de distribuição de renda, de acesso, de inclusão. Cultura como o novo ouro, como o novo petróleo do séc. XXI. A economia do conhecimento somada à ciência e tecnologia, ao aceso de todos aos novos bens, cuja dimensão simbólica é fundamental na formação do valor.

O nosso patrono desta Secretaria, desde o início, desde o ano passado, quando a Ministra Ana de Hollanda me convida para estruturar essa nova Secretaria... Eu queria dizer também ao Senado que nós estamos à espera dessa nova Secretaria, ela não existe ainda;

então, são bem-vindas todas as ajudas possíveis. Ela está na Casa Civil, a nova estrutura do MinC, para uma... E finalmente o decreto da Presidenta Dilma. Penso que essa Secretaria precisa existir. Ela traz para o Ministério a volta de um debate fundamental: cultura como eixo de desenvolvimento local e regional, essa discussão acerca dos novos significados do desenvolvimento, e cultura como qualificador do desenvolvimento. Essa é a nossa meta, é por aí que estamos trabalhando.

Por isso, eu tenho falado muito no Ministro da Cultura Celso Furtado, para nós um Ministro fundamental, não só o cepalino, o nosso grande economista, professor, que, neste ano, de certa forma, está sendo revisitado, com os 60 anos do BNDES, ele que foi o pai do Banco do Nordeste, o pai da Sudene.

Mas, sobre o Ministro Celso Furtado, há todo um aspecto da produção cultural dele que, de certa forma, é um pouco esquecida. Nós estamos retomando essa discussão sobre a obra e sobre a política cultural do Ministro Celso Furtado, especialmente quando ele criou, na Sudene, um departamento chamado Artene (Artesanato do Nordeste). E ele dizia que a criatividade é o motor fundamental para se pensar novos produtos e serviços. Ele não usava a expressão economia criativa porque não existia na época em que ele lançou o livro chamado *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. Esse livro tem 30 anos, mas ele dizia: “Qualquer que sejam as contradições, as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem na sociedade, o processo de mudança social que a gente chama de desenvolvimento só vai adquirir nitidez se nós relacionarmos desenvolvimento com a ideia de criatividade”.

Então, veja como ele foi profeta, Senadora, na visão de uma Secretaria que vai trabalhar com uma dimensão simbólica dos produtos e serviços brasileiros.

Pode passar.

Essa é a definição da Economia Criativa. Esse conceito foi construído com alguns furtadianos: a Profª Tânia Bacelar, o Prof. Paul Singer. Eu tenho estado em boa companhia em termos de pensamento brasileiro.

A Economia Criativa contempla as dinâmicas culturais. A economia é muito mais um processo do que um produto. Dinâmica culturais, sociais e econômicas, construídas a partir dos ciclos econômicos de criação, distribuição e consumo de bens e serviços. Esses bens e serviços são chamados de criativos porque são oriundos de setores criativos.

Nós definimos esses setores. São 19 setores com os quais nós estamos trabalhando – eu vou apresentá-los rapidamente –, cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, gerador de um bem ou serviço, cuja

dimensão simbólica é determinante no seu valor. E é importante, no conceito de economia criativa, entender que esses bens e produtos resultam em produção de riqueza cultural, econômica e social.

Eu não estou falando aqui de uma Secretaria de Indústrias Culturais, mas de uma Secretaria de Economia Criativa numa visão diferente da visão da indústria cultural, que, em geral, é predadora, é monopolizadora. Nós estamos falando de uma economia que tem uma imensa relação com a economia solidária, não sendo exatamente uma economia solidária. Tem imensa relação com inclusão, com inovação, com diversidade, com sustentabilidade. Sustentabilidade nas suas dimensões mais amplas.

Pode passar.

Estão aí, portanto, para quem está nos ouvindo, as macrocategorias que são definidas pela Unesco, que são os chamados setores criativos.

Do que é que estamos falando? É importante, porque às vezes não há uma clareza de quais são esses setores. Há duas grandes categorias: da Unctad, que é a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento, e a Unesco, que também define esses setores.

O patrimônio natural e cultural. Então, vejam que, dos sítios históricos, passando pelas paisagens culturais e as manifestações culturais tradicionais, com o artesanato, a gastronomia, são setores criativos. As artes e os espetáculos, todas as expressões das festas, dos festivais, da ópera, do humor, da música, do circo, da dança. Todos esses setores são profundamente criativos porque é a dimensão simbólica que define o valor desses produtos e serviços.

As artes visuais, o livro, a leitura e todos os suportes eletrônicos desses produtos, jornais, livros, revistas, fanzines, mangás, as feiras do livro, as bibliotecas, incluindo as virtuais, todo o setor de audiovisual e das novas mídias, cinema, vídeo, tevê, rádio, animação, o *game*, que é um setor, hoje, que por natureza mais agrega valor. É um produto. A Inglaterra decidiu se tornar a grande produtora de *games* da Europa. É um setor em franca ascensão. E o *design* e todos os seus serviços: *design* de moda, *design* gráfico, de objetos, de brinquedos, *design* paisagístico, arquitetura e publicidade. Esses são os setores.

Nós temos cinco desafios, Senadores, a cumprir nessa secretaria. Precisamos formular políticas e precisamos do Congresso Nacional para construir essas políticas, assim como dos segmentos criativos da população brasileira que está absolutamente acolhendo essa secretaria. Tenho andado. Estou chegando de Santa Catarina, anteontem eu estava na Bahia, antes de anteontem eu estava no Espírito Santo. Se o Esta-

do não fizer, o Brasil já está fazendo. É um movimento impressionante de acolhimento dos segmentos criativos que compreendem que essa secretaria é fundamental na formulação e na condução dessas políticas públicas. Não temos dados sobre essa economia, por isso, estamos criando a conta-satélite da cultura, com o IBGE. Depois de amanhã, lançaremos a conta-satélite lá na Enap. Estamos lançando o primeiro observatório brasileiro da economia criativa.

O segundo desafio. Vejam bem, há um relatório da Unctad em que todos os países do mundo estão com números sobre a movimentação do PIB dessa economia. O Brasil não está no relatório. O relatório não existe nem sequer em Português. Ele só existe em Inglês e Espanhol. Significa que nós estamos completamente fora. Imaginem um país como o Brasil, com a criatividade e a diversidade cultural que tem! Simplesmente não há. Vamos fazer agora, com o apoio do Itaú Cultural, a versão em Português do relatório da Unctad. Nós vamos ter esses dados. O Brasil aparece episodicamente como um caso. A Edna dos Santos, que representa a economia criativa em Genebra, uma brasileira, diz o seguinte: “Nós aparecemos como um caso da economia do carnaval, mas as fantasias de carnaval são chinesas”. Temos um trabalho a fazer. Os instrumentos musicais comprados pelo MEC são instrumentos que movimentam a economia da música. Os instrumentos musicais são chineses. Nós temos um trabalho enorme para fazer no sentido de valorizarmos o produto brasileiro, o produto nacional.

O segundo desafio é o fomento. Temos um papel de linhas de crédito, o papel do BNDES, das agências de fomento. Uma nova educação para um novo trabalho para essas novas competências criativas, o desafio da infraestrutura, para trabalharmos produção, distribuição e consumo desses produtos. Isso implica banda larga, por exemplo, da Internet das cidades digitais, e numa questão muito simples da desoneração de pedágios para as áreas dos circos. Precisamos de caminhões para as feiras, para os artesãos do País. Temos um trabalho enorme para fazer com que os produtos circulem, os produtos brasileiro, e para que tenham mercados regionais.

Por último, há um desafio que é fundamental para esta Casa. É a adequação dos marcos legais, a criação de marcos legais. Precisamos de um marco civil para a Internet, precisamos de um novo Direito Tributário, precisamos de uma nova Receita Federal que compreenda, por exemplo, a necessidade de desoneração tributária e fiscal aduaneira dos nossos quadros. Os nossos produtos, nas artes visuais, precisam circular fora do Brasil. São caríssimos os impostos. É difícil conseguir fazer isso. Temos de ter um empreendedor

individual e a regulamentação de novas profissões. Enfim, é todo o trabalho imenso que só vamos começar e que vai longe.

Esse é o quadro de desafios, Senadora, que a gente vai ter de enfrentar. Só queria dizer, por último, que em função da transversalidade do tema, nós o acabamos levando à Presidenta Dilma, em outubro. Estive com a Ministra Ana de Hollanda, na sala da Presidenta Dilma, mostrando que estávamos construindo o plano de uma secretaria, mas nós tínhamos na mão um plano de governo, um plano chamado Brasil Criativo. Apresentamos esse plano. Dissemos que seria construído por dez ministérios: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Indústria e Comércio Exterior; Ministério das Comunicações; Ministério do Trabalho e do Emprego; Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério dos Esportes, Ministério do Turismo, Ministério das Cidades e Ministério da Integração Nacional. Em nove meses, entreguei ontem à Casa Civil o Plano Brasil Criativo. Temos hoje um plano para fomentar a economia criativa brasileira, um plano construído a dez mãos, com dez ministérios.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço à Professora Cláudia Souza Leitão. Queria dizer que só o seu entusiasmo já anima a gente a abraçar a causa.

Quero, também, agradecer à Senadora Maria do Carmo Alves que é assídua nesta Comissão de Educação. Quero agradecer-lhe a presença, prestigiando a iniciativa do Senador Cristovam Buarque, nesta audiência pública que debate economia criativa.

Quero também explicar que estava prevista a fala da Professora Alexandra Capone, que é a representante do Instituto de Artes e Técnicas em comunicação – IATEC, mas teve um problema sério nesta manhã, a internação de um filho menor no hospital. Desejamos, em nome da Comissão, o pronto restabelecimento do filho de Alexandra. Nós a agradecemos e entendemos as razões pelas quais não pode comparecer. O motivo é de absoluta força maior.

Passo a palavra, com muito prazer, a Leandro Valiati, meu conterrâneo e o faço com uma alegria muito especial. Uma pesquisa feita sobre a questão da economia criativa mostra que Porto Alegre, a nossa capital – como Senadora do Rio Grande do Sul fico muito feliz – é a segunda cidade mais criativa do Brasil. Lá na Secretaria de Inovação Tecnológica há um Secretário do meu Partido, o Vereador Newton da Braga Rosa, professor universitário também, que faz um belo trabalho. Então, é muito gratificante.

Quero, antes de passar a palavra ao Professor Leandro Valiati, informar que esta audiência está sendo

transmitida na íntegra pela *TV Senado*. A *Agência Senado*, o *Jornal do Senado*, a *Rádio Senado* e o Instituto Legislativo Brasileiro estão igualmente cobrindo esta sessão, o que dá a ela uma repercussão muito importante tendo em vista a relevância do tema, salientado como muita competência pela Drª Cláudia Sousa Leitão.

Com a palavra o Professor Leandro Valiati.

O SR. LEANDRO VALIATI – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Quero, primeiro, fazer uma saudação ao Senador Cristovam, também, pela iniciativa, que acho que é de extrema relevância, e à Senadora Ana Amélia, coordenadora da mesa.

É um prazer muito grande estar aqui com meus colegas de mesa, com a Secretária Cláudia, que tem realmente, feito muitos esforços produtivos e estruturantes para a economia da cultura no País. O Décio é uma figura absolutamente atuante, vinda do Sebrae e da iniciativa pára pública e agora da iniciativa pública. Eduardo Saron produz, a partir do Itaú Cultural, essa dimensão de estruturar, de criar ações estruturantes para a economia criativa.

Naturalmente também vou, assim como a Cláudia, fazer um recorte na minha intervenção, sobretudo porque como Professor a gente trabalha com a restrição de tempo, mas sempre tem aquela esperança de que vai ter, eventualmente, um tempinho a mais. Os assuntos são mais complexos do que você consegue abordar no tempo disponível. Evidentemente, vou fazer um recorte. Já peço a gentileza, a quem está passando os *slides*, de ir diretamente ao *slide* que tem por título economia criativa. Você pode ir passando porque essas dimensões mais conceituais a Cláudia já abordou. Não vou sombrear essa fala e em outro momento nós poderemos discutir.

Enfim, gostaria de, primeiro, dar um depoimento sobre como é que eu vejo a economia criativa instalada no campo da produção: 1º) de pensamento acadêmico sobre o tema; 2º) da geração de tecnologias práticas e de extensão em economia criativa. Acho que esse é um grande gargalo que nós temos hoje. No Brasil. Acho que precisamos de ações absolutamente estruturantes para enfrentar esses gargalos. Já vejo hoje algum pensamento estabelecido em termos de economia criativa no Brasil do ponto de vista acadêmico. Ou seja, nós temos pesquisas sendo desenvolvidas, porém pesquisas que ainda são muito de ação espontânea, propostas pelos próprios pesquisadores e professores que tentam ingressar na área. A Secretaria de Economia Criativa tem exercido um papel bastante importante, nesse seu início, bastante importante ao oferecer editais e prêmios para a pesquisa, mas precisamos dar um passo a mais nessa construção de

tecnologias efetivas de atuação em economia criativa. Acho isso fundamental porque assim a gente transforma pensamento em prática, pensamento em ações reais que impactam no que a gente convencionou chamar de setor de economia criativa. Acho também que, no Brasil, precisamos construir condições institucionais para que o setor das indústrias criativas e do empreendedorismo cultura se configure num efetivo setor econômico que gera desenvolvimento. Para isso, ações institucionais são fundamentais e passam por políticas públicas, são geradoras de políticas públicas. A instalação da Secretaria de Economia Criativa e esta própria audiência, trazer este tema para o Senado Federal...Fico muito satisfeito de ver isso acontecendo porque é um passo a mais na construção desses elementos institucionais.

Então, queria trabalhar muito brevemente, em alguns minutos – e espero ser tão pontual quanto a Cláudia, que terminou no zero do cronômetro, achei incrível -, conceituar como é que a gente tem trabalhado a economia criativa nessa dimensão de que a economia criativa pode ser um setor econômico organizado que envolve indústrias criativas e atividades culturais. Quando eu falo de indústrias criativas eu tenho, no mínimo, quatro ou cinco modelos vigorando no mundo, em termos de análise prática de indústrias criativas. Quais são essas diferenças de modelos? Simplesmente, são os setores que são contemplados nas medições e encarados como setores integrantes da economia criativa. Quer dizer, você tem modelos que incorporam *softwares*, modelos que incorporam inovação científica e tecnológica e outros modelos que não o fazem. Então, acho que é importante, primeiro, definir economia criativa como um setor econômico que envolve um núcleo de atividades culturais que oferecem insumos às indústrias criativas que transformam esses insumos culturais em elementos criativos que ganham um mercado, em bens criativos que ganham um mercado. Quando eu falo em mercado, costumo falar muito em palestras, em seminários, onde há muitos setores culturais. Às vezes, o setor cultural pensa o seguinte: poxa, mas o mercado é aquela indústria cultural que massifica, que acaba com o valor cultural genuíno. Mas não precisa ser assim.

Eu, como economista, acho que, primeiro, o mercado e a economia organizada na forma capitalista não nascem junto com a economia. O tipo de capitalismo praticado hoje, o tipo de organização de mercado, parte de uma sinalização social, a partir das instituições existentes, sobre como queremos que a nossa economia se organize. E do ponto de vista da economia criativa não é diferente. Então, imagino que lançar mão de instituições, sejam elas formais ou informais, para que se construa um mercado em que quem tem poder

de mercado possa sobreviver, possa se sustentar, e quem não tem poder de mercado possa ser conduzido na sua sobrevivência por políticas públicas é um ponto de equilíbrio importante quando se fala de economia criativa, sobretudo porque nós temos setores muito heterogêneos. Tenho a publicidade e a propaganda, por exemplo, a arquitetura, que são geradoras de renda, de emprego, de crescimento, e tenho as atividades culturais que geram menos emprego e renda, mas que, no entanto, geram desenvolvimento no sentido amplo. E desenvolvimento econômico precisa de crescimento, mas não é uma decorrência natural e automática.

Nesse sentido, essas indústrias criativas têm impactos estéticos, cognitivos e emocionais sobre os agentes que as praticam, geram inovação do ponto de vista *stricto sensu*, da inovação industrial, inclusive. Está aí o *design*, estão aí certos campos de inovação que integram a indústria criativa e que geram, também, inovação social, que é um caminho inevitável para o desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano – e no final vou ficar só em um *Power Point* – na perspectiva seniana. Amartya Sen é um economista que tem tudo a ver quando se fala em economia da cultura, em economia criativa. Ele trata desenvolvimento econômico como a liberdade, como a capacidade de tomar decisões. O agente econômico, quando consome um bem cultural – e para consumir um bem cultural que é reforço, insumo básico para a economia criativa – precisa estar capacitado para isso, precisa saber fazer as suas escolhas. Não é o Estado que deve dizer a ele o que ele deve consumir, muito menos o mercado. Então, capacidade de tomar decisões passa pela educação, é um processo de longo prazo, é um processo de formação para o consumo cultural.

Eu me remeto ao terceiro desafio a que Cláudia colocou, que é o da demanda, o da educação. Ou seja, como formar consumidores de cultura e como formar, por outro lado – e já me remetendo ao segundo desafio da Cláudia, dos que ela listou aqui – como formar empreendedores criativos, como oferecer condições para que a criatividade brasileira gere produtos que ganham mercados e que sejam acessíveis. Essa dimensão do desenvolvimento como capacidade de tomar decisões tem a ver com renda. Então, como gerar renda a partir de ações que levem os agentes econômicos a praticarem o consumo cultural? É um consumo identitário, que gera auto-estima, que gera a capacidade de diálogo territorial dos agentes econômicos e menos migrações que, às vezes, são tão complicadas para serem administradas economicamente.

Por fim, senhoras e senhores, acho importantíssimo, agora, me remeter, então, ao primeiro desafio colocado pela Cláudia, o que chamei aqui de desafio

do autoconhecimento. Ou seja, precisamos entender o que de fato o Brasil produz em termos de indústria criativa, em termos de bens culturais, para que nós possamos ter políticas públicas focadas e eficientes. Alguns Estados já produziram mapeamentos, a Firjan, no Rio de Janeiro, já produziu estudos sobre a economia criativa no Brasil, ao qual a Senadora Ana Amélia se referiu no início. Nós, lá no Rio Grande do Sul, estamos concebendo as bases metodológicas de um estudo desse mesmo porte para o Estado do Rio Grande do Sul. Mas é necessário mais, é necessário que o País se autoconheça. Para isso, a conta-satélite de cultura é muito importante. Essa é a dimensão exata para que nós possamos compreender gargalos, para que nós possamos compreender potencialidades e, a partir disso, lidar com o setor de maneira mais eficiente, de maneira menos afoita, de uma maneira que possa compreender o médio prazo, o curto prazo e aonde nós podemos chegar a longo prazo. Para tudo isso – e haveria diversas outras questões, mas para um início de discussão essas são questões realmente prioritárias –, acho que é fundamental que a academia, que a universidade, tenham condições de oferecer massa crítica para esse processo, que as instituições nacionais, tais como a Secretaria de Economia Criativa, tais como outras instituições multissetoriais, outras instituições e outros órgãos e ministérios do Governo, abram espaço para essa pauta de uma maneira interconectada e eficiente, também, sem sobreposições, com um plano de atuação, algo que o Governo já vem fazendo. Que tudo isso se torne prático, real, para que se converta em tecnologias práticas e para que nós possamos chegar ao que chamo de desenvolvimento seneano da economia criativa, em que tenhamos empregos e rendas qualificados que vêm de um setor econômico que é limpo, que oferece menos danos ao meio ambiente e que, por isso, é mais sustentável. É um ambiente econômico que usa como insumo, na sua demanda, a educação. A partir disso, então, gera efeitos de transbordamentos positivos e colhe efeitos para a educação brasileira, que é aprimorada. Então, acho que as bases para um desenvolvimento econômico podem ser lançadas a partir de uma reorientação da pauta produtiva do Brasil rumo a contemplar mais atividades de economia criativa.

Muito obrigado. Desculpem-me por não ter parado no zerinho, mas acho que passei só um minuto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Quero renovar a informação de que estamos em transmissão ao vivo pela *TV Senado* e também pela Agência Senado, pelo *Jornal do Senado*, da *Rádio Senado* e do Instituto Legislativo Brasileiro, que trans-

mitem para todas as assembleias que têm convênio com a *TV Senado*, o que é realmente muito importante.

Apenas para efeito de informação dos nossos telespectadores, para os que acompanham com atenção a nossa audiência, economia criativa é um termo, como foi explicado pela Drª Cláudia e pelo Valiati, novo para nomear os negócios de gestão que originam, em atividades, produtos e serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, da criatividade ou do capital intelectual dos indivíduos visando à geração de trabalho e de renda. O setor é um dos mais significativos da economia mundial. Dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, de 1980 a 1998, trazem que o volume de recursos do comércio internacional desse segmento da economia criativa cresceu, de US\$95,3 bilhões para R\$387,9 bilhões, Senador Cristovam. Então, isso já daria um significado econômico fundamental. Essa pesquisa da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento aponta ainda que apesar de uma queda de 12% do comércio global, em 2008, por conta daquela crise violenta, os serviços e bens da economia criativa, no mesmo período em que caiu o comércio global, teve um crescimento, portanto um desempenho positivo, de 14%. Segundo os dados desse mesmo relatório, a China é o País com maior produção na economia criativa, seguida pelos Estados Unidos e pela Alemanha. O Brasil ainda não se encontra entre os vinte maiores produtores do setor em nível internacional, mas o entusiasmo dos nossos palestrantes mostra que vamos vencer mais rapidamente esse desafio.

Tenho a honra de passar a palavra, agora, ao Dr. Eduardo Saron. Estamos com um problema técnico no *Power Point*, no computador. Então, embora o professor Décio tivesse sugerido ser o último a expor, penso que o senhor poderá, agora, falar. Dr. Décio Tavares Coutinho é Superintendente Executivo da Secretaria de Estado da Cultura de Goiás e tem a palavra agora.

O SR. DÉCIO TAVARES COUTINHO – Obrigado.

Quero agradecer a oportunidade. Agradeço à Senadora Ana Amélia, ao Senador Cristovam Buarque, à Senadora Maria do Carmo. É muito importante para nós podermos participar deste momento que é histórico. Pela primeira vez, o Senado brasileiro discute esse assunto. O Senado sempre protagonizou discussões que são do interesse do País. Quero cumprimentar os colegas da mesa na pessoa da Secretária, Cláudia Leitão, que tem feito um trabalho extraordinário no Ministério revolucionando esse conteúdo com ações concretas por todo o País.

Quero também agradecer à equipe da Secretaria de Cultura, à equipe do Senado e a toda a Federação Nacional de Economia Criativa, da qual sou conselheiro.

Vamos, rapidamente. Pode ir passando, por favor. Economia está ligada à questão de consumo, distribuição e produção. E criatividade é essa capacidade de inventar, de criar e de inovar. Aí, é importante a gente entender que há uma mudança de paradigma. A gente saí de um momento em que existe uma preocupação conceitual e econômica no País de se controlar a escassez para um momento em que você tem abundância, já que a economia trabalha com conhecimento e, a escassez não existe, o que existe é a abundância. Como lidar com uma economia da abundância? Esse é o desafio que nos temos pela frente. Como tratar isso em um País tão rico, tão diverso, quanto o Brasil?

Deixamos claro que a criatividade e, na sua essência, a questão da cultura não são só arte, entretenimento, lazer, mas também geram empregos, ocupação, renda. Há uma série de desdobramentos que são incontornáveis. Essas mudanças tecnológicas, sejam tecnologias sociais ou tecnologias de *hardware*, de *software*, são inovações que não geram desemprego na área da economia criativa, ao contrário, geram mais empregos. Estimulam a inovação empresarial em todos os outros setores. A gente pode ter um diálogo de criatividade e Medicina, criatividade e agronegócios, criatividade e moda, criatividade e tecnologia da informação. Então, ele é um catalisador, um multiplicador, um fomentador de negócios em todas as áreas, em todas as regiões, em todos os países.

Aí é uma pesquisa que foi publicada na *Folha de S. Paulo* que mostra que a América Latina vai liderar esse processo de economia criativa no mundo e dentro da América Latina o Brasil. É uma pesquisa muito importante. Baseado em quê? Na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, que acho que são a essência do desafio que a gente tem para construir daqui para a frente. Espero que a minha fala contribua com algumas reflexões e com algumas sugestões para o Senador poder trabalhar com esse conceito, daqui para a frente, nas suas formulações.

O Brasil hoje, dentro de um relatório do Instituto Mundial do Turismo, se localiza ali, na parte debaixo daquele quadrante, perto da Argentina, do Caribe e da Austrália, e aí tratando esses quatro eixos: destino de vida, de patrimônio natural, patrimônio cultural e exotismo. Aí talvez o eixo ideal seria tentar algo mais no centro, desenvolvendo mais as nossas ações nesses outros eixos que estão aquém.

Por favor.

O Brasil, nesse relatório de 2008, aparece como terceiro lugar no mundo em recursos naturais e 102º lugar no mundo em recursos culturais; porém, na média, o Brasil fica em 49º. Esse relatório foi atualizado há duas semanas, e o Brasil aparece em 53º lugar,

ou seja, ele caiu quatro posições. O nosso desafio é chegar ao 12º lugar ou chegar ao terceiro lugar que são os recursos que nós temos. A potencialidade está clara nesse relatório aí, e o caminho que a gente tem a percorrer é muito frutífero e bastante positivo se a gente conseguir fazer as ações necessárias.

Por favor.

Aí já é outro relatório que mostra que o Brasil, dentro de uma lista de 45 países, está em 43º lugar em criatividade. Essa é uma pesquisa da Anderson, e aí ela trata de vários dados, vários elementos com os quais ela compõe esse índice e chega, dentro de 45 países, o Brasil em 43º.

Por favor.

Esse é outro indicador que está muito em pauta agora que é a questão do FIB. Está sendo discutido, inclusive na Rio+20, a incorporação ao PIB do FIB ou de outras metodologias de avaliação de desenvolvimento no mundo e especialmente no Brasil, e, dentro dessa metodologia do FIB, o Brasil ficaria em 25º lugar, sendo o primeiro lugar a Dinamarca. Um dos nove indicadores do FIB é a questão da cultura.

Por favor.

Então, resumindo, a economia criativa é esse diálogo entre economia, cultura e tecnologia, deixando claro que a economia a partir da cultura, a economia a partir da criatividade, a gente pensar com uma responsabilidade muito grande e com um cuidado muito grande, porque, quando se pensa em economia criativa numa congada, quando se pensa em economia criativa numa folia do Divino, quando se pensa em economia criativa num artesanato, isso tem que ser feito com uma forma muito responsável, muito cuidadosa e com uma vigilância ostensiva para que a gente não acabe criando um crime ou destruindo uma tradição secular.

Por favor.

E aí são em todos esses pontos de encontro que a gente tem como trabalhar dentro dos projetos e dos programas, dentro do País.

Por favor.

Pensar em como agregar valor, trabalhar a questão da agregação do valor que eu acho que é nisso que a criatividade e a cultura podem também contribuir bastante.

Por favor.

E aí esses valores, o Professor Leandro já falou de alguns: estético, espiritual, social, histórico, simbólico e de autenticidade. O Brasil é o País que faz as maiores festas de massa do planeta. O Brasil é o País que detém, entre suas festas, um índice de autenticidade muito valoroso. O que nós fazemos no País inteiro de cultura popular, de tradição tem um teor de autenticidade que não se compra e que não se encontra. Pre-

servar essa autenticidade é o desafio. Trabalhar essa experiência, essa vivência, valorizando essa autenticidade, é um desafio quando se trata desse tema da economia criativa.

Por favor.

E aí tem um ciclo de criatividade onde a gente não pode esquecer que existe público. Já foi falado aqui isso, mas eu gostaria de reiterar. Quando a gente pensa em economia criativa, pensa muito em *designer*, em moda, em artista, em artesanato, músico, e o público que assiste a esses eventos? E o público que consome essa economia criativa? Esse público tem que ser preparado também. O Professor Leandro falou muito bem sobre a questão da educação, e esse é um desafio que nós temos no País porque nós podemos ter *shows* sem público, podemos ter belíssimas peças de teatro sem público ou pior: com o público que não consiga absorver aquilo. A gente presencia, em alguns momentos, uma bulimia cultural, uma anorexia cultural. As pessoas, às vezes, se encontram num momento cultural e não conseguem absorver, interagir, processar, experienciar aquele momento, e isso gera uma certa fraqueza e uma fragilidade em todo o País. Então, é um processo que tem que ser multidirecional, ele tem que transbordar para os outros os setores, mas ele também tem que trabalhar com o público, com as redes, e esse é um grande desafio.

Por favor.

E aí, para suplantarmos esse desafio, a proposta que eu trago é pensar na economia criativa como se fosse um grande bosque, numa visão orgânica, biológica, em que a gente trate do fruto, que são principalmente as manifestações e os bens criativos, mas também da árvore e do bosque, que é o ecossistema.

A provocação que eu trago para as senhoras e os senhores é pensarmos um conceito de ecologia criativa, que talvez seja maior do que a economia criativa, a qual, sem um ecossistema saudável, sem uma ecologia apropriada, pode não ser tão duradoura. Então a preocupação que eu trago é esta: pensarmos num conceito de ecologia criativa.

Por favor, o próximo.

Para superar e chegar a esse conceito, precisamos fazer dialogarem produção e simbólico, integrar essas duas abordagens. O artista não se entende como um gerador de renda, um gerador de emprego, de tributos. Às vezes ele não compreende que tem esse papel. Ao mesmo tempo, as pessoas, a gestão, seja pública ou privada, também não entende esse papel do artista. Então essa integração é necessária.

Próximo.

Dialogar território e setor. A vocação territorial é essencial: conceito de polos criativos, cidades criati-

vas, bairros criativos. E trabalhar a vocação territorial junto com os setores culturais e criativos que existem naquele território, tentar gerar esse equilíbrio.

Próximo.

Sair do ativismo, daquela paixão. Na cultura é tudo assim: oito ou oitenta. Nós queremos tudo ontem. Então tentar construir um processo, uma arquitetura cultural que possibilite essa evolução de forma sempre crescente.

O último.

E trabalhar a questão da gestão com a criação e a criatividade, que são coisas extremamente complexas.

Para finalizar, precisamos ter uma governança criativa e estruturada. Percebemos que existe uma institucionalidade que ainda é muito frágil no País. A organização dos setores criativos, a participação – e para isso temos que criar canais de participação – e a transparência são essenciais.

Agradeço e estou à disposição de todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado... (*Fora do microfone*) ...da Secretaria de Cultura do Estado de Goiás, Décio Tavares Coutinho, que trouxe uma pauta positiva do seu Estado, lamentavelmente envolvido politicamente com algumas coisas. O que o senhor traz mostra o lado bom de um desenvolvimento que todos devemos estimular.

Parabéns, Dr. Décio.

Houve referência ao patrimônio cultural, que é preciso ter a responsabilidade social e cultural no sentido da preservação. O senhor falou da congada e de outras manifestações. É apenas uma curiosidade.

Quando o senhor desenvolve, como foi o caso do Professor Leandro Valiati e da Cláudia Leitão, o telespectador que está entrando em contato com esse tema, que, aparentemente, tem muitas definições, mas elas são, de alguma maneira, abstratas do ponto de vista do...Então, concretamente, que exemplos nós podemos dizer: isso aqui é economia criativa, isso aqui é econômica criativa, isso aqui é economia criativa.

Eu nunca fui e não conheço, mas pergunto a você: a festa de Parintins tem um ingrediente de economia criativa? Ela tem um ingrediente da questão do ecossistema, da questão ambiental?

O SR. DÉCIO TAVARES COUTINHO – Sim, com certeza. É um excelente exemplo que a senhora traz.

A festa de Parintins é, em toda a sua essência, economia criativa. E essa economia criativa só existe devido à tradição que a festa traz. Ela não teria sentido, seria uma festa pasteurizada, plastificada, como qualquer outra, se não tivesse por trás dela todos os ritos, os mitos, as lendas, a tradição.

Então, pensar o que gera em termos de hospedagem, o que gera de alimentação, as roupas, as

vestimentas, a gastronomia, os instrumentos musicais, a sonorização, a iluminação, e podemos ficar aqui citando dezenas de setores que são movimentados, como segurança, hospitais... No momento em que a pessoa vai lá e consome qualquer tipo de produto no comércio, porque ela foi à festa, isso é um desdobramento. Qual é o PIB da Congada de Catalão? Qual é o PIB do carnaval de Parintins? São desafios que temos para superar.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Festa da Uva, do Rio Grande do Sul.

Obrigada, Décio. Foi apenas para fazer um corte de realismo para nós, de realidade.

Nosso PowerPoint está funcionando.

Passo a palavra então para o Eduardo Saron, que é Diretor Superintendente do Instituto Itaú Cultural.

O SR. EDUARDO SARON – Senadora, graças à eficiência da equipe técnica da Comissão... O meu computador não funcionou, mas a equipe teve a capacidade de transformar rapidamente o PowerPoint em uma apresentação em PDF.

É um prazer estar aqui, Senadora Ana Amélia, ainda mais quando esta Mesa é recheada por pessoas tão eminentes no campo da economia criativa. A Secretária Cláudia Leitão, não porque está à frente da Secretaria, é uma proeminência. Ao contrário. Já vem de longa data o seu trabalho nesse campo, não só na universidade, mas quando dirigiu a Secretaria de Cultura do Ceará nós já acompanhávamos os passos e a abordagem que a Secretária adotava na Secretaria e vem implementando de maneira tão adequada e à frente da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura.

Leandro, tive oportunidade de visitar e de participar do programa de pós-graduação do qual ele é um dos coordenadores na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E o querido Décio, porque nós temos várias parcerias com a Secretaria de Cultura, acabamos de fazer um grande curso de gestão cultural onde formamos mais de 200 gestores culturais de todo o Goiás. Então é um prazer estar aqui com vocês, dividindo esta Mesa.

Eu sabia que a Secretária e o Professor Leandro iriam abordar aspectos mais técnicos e conceituais, até para que a gente pudesse vencer o primeiro momento dessa proposta tão bem encaminhada pelo Senador Cristovam Buarque de, ineditamente, discutir esse tema nesta Casa tão importante e sabia do caminho que o Décio ia trilhar a respeito das questões mais práticas.

Se me permitem, vou tentar acrescentar alguma coisa. Penso que não serei muito criativo nesse momento, visto que os três que me antecederam foram tão bem sucedidos. Mas, por favor...

Trouxe alguns dados sobre a economia criativa. Considero importante nesse momento construir um entendimento mais comum sobre esta temática: qual é a posição da economia criativa no mundo e como o Brasil está dentro desse universo?

Um relatório muito recente, que é um relatório que a Secretária Cláudia Leitão citou, que nós vamos, em parceria, junto com o Observatório de Economia Criativa, que a Secretária lança na próxima sexta-feira, do qual vamos traduzir parte, fazendo uma grande síntese para que as pessoas no Brasil tenham maior contato e possam compreender a situação da economia criativa no mundo inteiro e onde nós estamos incluídos.

Os bens e serviços da economia criativa tiveram um crescimento anual no mundo de 8,7% de 96 a 2005. A economia criativa saltou de 227 bilhões, segundo a Unctad, para 424 bilhões de dólares. Só na comunidade europeia a economia criativa gera cinco milhões de postos de trabalho formal. A China lidera a exportação – e não seria diferente – de bens e serviços no campo da economia criativa e o Brasil, em que pese ser a sexta economia do mundo, é classificado como o 35º país nas exportações de bens criativos.

Seguindo ainda dados brasileiros, nós temos várias bases de dados. O que a Secretária traz aqui sobre a importância de se criar uma conta-satélite, isso faz com que possamos inclusive elaborar melhor as políticas públicas, faz com que o setor privado possa se olhar dentro das políticas públicas.

Há uma série de dados que eu trouxe. Os principais estudos foram realmente do IBGE e do IPEA sobre a economia criativa, sobre o mundo da cultura, muito liderado na época do Ministro Gil, que fez uma série de parcerias com essas duas importantes instituições. E a Firjan também fez um importante estudo. Os dois estudos apontam que a economia criativa no País soma cerca de 2,8% a 3% do PIB brasileiro.

É importante também ressaltar que, segundo o IBGE, todas as empresas nos setores criativos geram cerca de 8,5% do emprego formal do Brasil. Mas também é interessante ressaltar que a economia criativa paga melhor do que os outros setores. Ela paga em média quase 50% mais do que os outros setores. Um trabalhador ganha em média, dentro do segmento da economia criativa, cerca de R\$2,2 mil, ainda não são milhões, contra R\$1,5 mil, segundo os dados do Ministério do Trabalho, da Rais.

A mesma Firjan traz dados interessantíssimos sobre a formação e cursos superiores que geram profissionais para o mundo da economia criativa: dos 740 mil formados – os dados são de 2006, são os dados mais recentes sobre isso –, 12% estão no campo da economia criativa.

O curso que mais forma profissionais na economia criativa é o mesmo curso da nobre Senadora, que é o curso de Comunicação Social e Jornalismo. Ele é o que mais dedica profissionais para esse universo da construção do conhecimento, das trocas de relações no campo da economia criativa, seguido por Ciências da Computação. Depois, Arquitetura e Design são os cursos que estão nesse universo dos 118 cursos que geram profissionais para a economia criativa. Claro que sempre muito tênue, não é, necessariamente, que um profissional das Ciências da Computação vá diretamente trabalhar na economia criativa, mas se fez, aí, um estudo mais amplo sobre o perfil desse profissional.

Segundo o MinC, em 2008, havia 320 mil empresas atuando no mundo da cultura, o que equivalia, naquele período, a 5,7 das empresas brasileiras gerando 4% de todo o emprego formal. Esse é um estudo do Ministério da Cultura, em 2008.

Por favor.

Há um ganho de musculatura importante, nesse campo, que é preciso ser reforçado.

O Senado aprovou, recentemente, uma lei importantíssima, a partir de uma medida provisória, que foi uma desoneração e uma série de fomentos para que salas de cinema pudessem ser modernizadas e construídas, principalmente a partir do aspecto da sua digitalização. É importante lembrar um dado triste do nosso País: que apenas 10% dos Municípios têm salas de cinema.

Então, quando o Senado, o Ministério da Cultura e a Presidente Dilma aprovam uma medida dessas, certamente, também tem um impacto na economia criativa, em virtude não só da movimentação a respeito dos equipamentos para digitalização, mas, certamente, isso vai atrair uma melhoria da qualidade das salas e, mais que isso, vai fazer com que mais profissionais possam ter acesso a esse universo, e, certamente, muito mais público possa ter acesso ao cinema em todo o País.

Também foi recém aprovado e conduzido muito bem pela agência de audiovisual, e o Manoel Rangel a dirige com tanta destreza e firmeza, um pacote, uma lei que reforça a importância de se incentivar a produção independente e nacional para as TVs a cabo, para a TV brasileira.

Isso também injeta e injetará uma pequena fortuna de recursos para termos desdobramentos concretos no campo da economia criativa.

Somos, hoje, o terceiro mercado de música, no mundo inteiro, quanto a musicais. Só perdemos para a Broadway, o que é natural, e para Londres. Logo em seguida, vem o Brasil, quer dizer, um dado que, realmente, nos impressiona, tamanha a pujança. Musicais são sempre muito complexos de serem feitos, precisam

de muitos profissionais, há um universo de profissionais sendo formado para esse campo e, se você pega principalmente o eixo Rio-São Paulo, há musicais que têm três, quatro meses de ingressos esgotados, em que pese os valores, às vezes, serem um pouco salgados para você assistir a um musical.

Nos próximos três anos, só São Paulo terá 18 MASPs a mais em equipamentos culturais. O número de equipamentos culturais, com o Sesc, com a iniciativa privada, o próprio Governo estadual, os pontos de cultura, vai gerar o equivalente a mais 18 prédios do MASP em São Paulo.

No Rio de Janeiro, também, você observa uma grande revolução em matéria de equipamentos. Você tem o novo MIS sendo construído, o museu do Rio de Janeiro, o Museu do Amanhã. Em Belo Horizonte, você tem toda a revitalização da Praça da Liberdade; em Pernambuco, o Museu do Frevo.

Você tem uma série de movimentos criando equipamentos culturais. Isso vai gerar, obviamente, formação de olhar, vai gerar mais atividades culturais, mas, acima de tudo, vai exigir que mais gestores culturais, mais gente do mundo da cultura possa estar devidamente qualificado e capacitado para cuidar disso.

Também, num outro campo do ganho de musculatura, no campo da economia criativa, é importante lembrar que o Ministério da Cultura, com Ana de Hollanda e a Presidente Dilma têm um projeto que é o único no PAC do Ministério da Cultura, e agora se junta ao Ministério do Esporte, da criação de 800 praças culturais em todo Brasil. Também uma injeção expressiva no mundo da economia criativa.

Já no campo da convergência e mobilidade – acho importantíssimo olharmos para esses dados – de cada dez aparelhos de TV que foram vendidos no ano passado, Senadora, sete deles tinham acesso à Internet. Quer dizer, há uma movimentação muito intensa para que, daqui a pouco, muito próximo, nos próximos quatro ou cinco anos, grande parte dos aparelhos de TV tenha acesso à Internet e certamente busquem alternativas de programação. A situação da passividade, que, aliás, é um ato que a economia criativa batalha frontalmente a todo segundo, passa a ser uma situação de ativismo inclusive do consumidor, algo muito importante para o mundo da economia criativa.

Também é importante lembrar que o acesso à banda larga no Brasil vem crescendo enormemente. Temos também o número de *smartphones*. Só o ano passado foram vendidos 8,9 milhões de *smartphones*. Para este ano, a previsão é que sejam 15 milhões de *smartphones* vendidos no Brasil.

Recentemente, no setor da comunicação – a África – o Nizan Guanaes declarou o seguinte: “Olha,

hoje, 60% do meu negócio é a mídia convencional, o que costumamos ver com bonificação. Em 2015, 60% do meu faturamento virá do entretenimento e do lazer”. Isso declarado por uma das grandes agências.

O mercado publicitário prevê que, até 2014, ele se tornará a quarta maior economia entre os mercados publicitários do mundo inteiro. Três quartos de todos os *downloads* feitos para equipamentos móveis, celulares, iPads – a Cláudia Leitão ressaltou muito bem isso – são jogos para esses equipamentos. De cada quatro *downloads*, três são jogos, são *games*.

A indústria do *game* espera faturar, no mundo, em 2015, R\$130 bilhões.

O *game* é muito interessante, a Cláudia ressaltou, porque ele tem a música, tem a narrativa do cinema, tem o *design*, ele tem um conjunto de ações fundamentais para compreender melhor.

Johnnie Walker acabou de comprar a Ypióca – foi ontem. A nossa cachaça vai se internacionalizar, com a compra pela Johnnie Walker. Eles pagaram R\$900 milhões.

Também esta semana, um grupo de fundos americanos comprou a Fogo de Chão. Uma das mais fortes declarações de cultura de patrimônio imaterial, que a Senadora tão bem conhece, o churrasco, foi comprado por US\$400 milhões. Eu pus um comparativo aí: a Vale do Rio Doce acabou de vender uma operação na Colômbia, de mina, ferrovia e porto, pelos mesmos US\$400 milhões. Dez anos atrás, se você falasse que a Fogo de Chão seria vendida pelo mesmo valor de uma operação da Vale do Rio Doce na Colômbia, você nunca imaginaria que isso pudesse acontecer. Há um valor agregado incondicional: a gastronomia, o nosso patrimônio, o conceito, o espírito, os gaúchos lá; tudo isso tem conceitos agregados imensuráveis do valor econômico e do valor da economia criativa.

Por favor.

Os desafios, a secretária colocou alguns deles. A questão do marco, do arcabouço legal, precisa ser revigorado. Esta Casa tem um papel imenso, e não só revigorá-lo, mas também ampliá-lo e fazer um arcabouço legal que possa integrar as ações da economia criativa, os instrumentos de fomento, BNDES e outros mais, a constituição de dados – aí a secretária falou muito bem da questão da contra satélite – eu ousou dizer que é preciso um Inep para a cultura como o Inep teve para a educação. A educação avançou muito e construiu políticas públicas quando conseguiu um grupo de técnicos permanentes do Estado oferecendo dados para a construção de política pública. O mundo da cultura precisa eliminar o preconceito. A gente sabe o que é um preconceito, é uma turma que não gosta, que é do mercado, que não tem a ver com simbolismo, não tem

a ver com a diversidade cultural. Ao contrário, é algo estruturante do setor e é preciso que se observe isso.

A universidade precisa se mobilizar ainda mais. Há muito poucos estudos na pós-graduação, no mestrado, no doutorado sobre economia criativa comparada a outros setores. É preciso que os centros de excelência, as organizações que dão bolsas, os CNPq da vida se mobilizem ainda bem, e o governo – e acho que a Claudia Leitão tem tido um papel importantíssimo sobre isso – precisa articular cada vez mais os seus ministérios para poder entender de maneira estratégica o que é esse setor, articular de maneira orgânica para que possamos, de fato, implementar um projeto vigoroso de economia criativa no nosso País.

Muito obrigado. Desculpe o atraso.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Eduardo Saron, que é o Diretor Superintendente do Instituto Itaú Cultura. A sua visão prática do que realmente significa a economia criativa e a sua transversalidade nas mais diversas áreas, da economia à questão cultural, a história e todas as manifestações que podem ser, digamos, vistas e aproveitadas dentro desses conceitos novos da economia. Fica também, particularmente, como Senadora do Rio Grande, não só pela posição de Porto Alegre, mas porque o exemplo da Fogo de Chão começou no meu Estado; é uma manifestação da cultura gaúcha, o churrasco – minha cidade, Lagoa Vermelha, onde eu nasci, tem o melhor churrasco do mundo; não é o desta aqui de Brasília; já vi que há controversa.

O Professor Leandro Valiati também deu, nisso que o Eduardo provocou, a participação dos centros acadêmicos universitários, especialmente a área pública, e ele já está fazendo com pós-graduação nessa área, especialização. Isso é extremamente confortável.

Claro, também o Décio trouxe uma valiosíssima colaboração nesse debate.

Volto a informar, antecipando os agradecimentos, que a TV Senado está transmitindo esta nossa audiência pública, a Rádio Senado, o Jornal do Senado e o Instituto Legislativo Brasileiro, que fazem a transmissão de todas as audiências pelas emissoras conveniadas com a TV Senado.

Passo a palavra imediatamente ao Senador Cristovam Buarque, que foi o requerente.

Eu queria cumprimentá-lo mais uma vez, Senador. Apreendi muito mais sobre o alcance disso. Há pouco estava um representante da CBF e o Décio, quando falou do grande espaço que a economia criativa terá nos eventos de 2013, com a Copa das Confederações, e 2014, com a Copa do Mundo.

E dizer que esta Comissão, Décio, é Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Portanto, estamos bem sintonizados com esse trabalho.

Com alegria, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, como autor e requerente desta audiência pública, renovando os cumprimentos pela iniciativa, caro Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Bom dia, Senadora, bom dia, convidados, Senadores e Senadoras, quando eu fui chamado a dar iniciativa, o próprio Júlio, secretário, que me chamou, naquele momento eu ainda imaginei que a gente ia falar especificamente de economia, da cultura. Mas, o que estamos falando aqui é uma coisa muito maior, eu diria até maior do que a economia criativa. Estamos a falar aqui de uma coisa que é a economia do imaterial que está surgindo no mundo e que é a saída para a crise. Vou dizer por que eu vejo assim.

Nós nos acostumamos com uma economia, Senadora Ana Amélia, que casava quatro fatos que se somavam uns aos outros. Como se diz por aí, tinha uma sinergia entre eles, que era democracia política, que era inovação técnica ou científica, que era o bem-estar social e o crescimento econômico, crescimento basicamente no sentido material, que é sobre tudo isso que entra no PIB.

Todos esses eventos aqui, quando se vai medir o PIB, entra só uma parte muito pequena, sobretudo aquela, por exemplo, de um grande evento cultural pago. Se der um *show* por um grande cantor, gratuitamente, não entra no PIB, porque não houve renda, e é claro que houve uma produção, é a produção do imaterial. O que acontece é que esse casamento está em crise. O que está acontecendo na Europa e nos Estados Unidos não é um problema de taxa de juros, de inadimplência apenas, é uma crise de um casamento de quatro, e que acaba, como todo casamento, porque surgiram parceiros novos. Em geral os casamentos não sobrevivem não sobrevivem com novos parceiros. Um é o limite ecológico e outro é a independência financeira em relação à economia.

Quando a gente falava economia estava dentro do financeiro; hoje é separado.

Não vai ter solução apenas a partir de pequenos pacotes, seja os da Presidenta Dilma, seja os da Comunidade Econômica Europeia como vêm tentando.

Eles vão ter que fazer uma mudança do que por aí chamam hoje de paradigma, de proposta, de maneira de ser da economia. Esses 60% de jovens que estão desempregados na Espanha não vão encontrar emprego na indústria automobilística. Não tem jeito. Nem em indústrias de metal mecânica em geral. Eles vão ter que encontrar emprego nesse novo tipo que é

a indústria imaterial: do turismo; do museu, como eu vi aqui; do atendimento no cuidado aos velhos, coisa que está sendo cada vez mais necessitada; do valor do trabalho da mãe cuidando do filho, que hoje não entra e que para mim isso é economia imaterial, embora possa dizer-se que não é criativa. Daí a minha ideia de trabalhar mais amplamente o conceito da economia criativa como parte de uma economia imaterial e, portanto, às vezes não monetarizada; às vezes sim. Isso está precisando ser trazido para o Brasil.

A Presidenta Dilma fez um pacote que vai dar R\$2,8 bilhões de isenções para a indústria automobilística. O que não faríamos com R\$2,8 bilhões nessa economia imaterial? Na cultura? Em termos de emprego, de bem-estar? De satisfação que um evento cultural traz?

Não tenho de cabeça qual é o orçamento do Ministério da Cultura e da Ciência e Tecnologia, mas, provavelmente, R\$2,8 bilhões fariam a diferença, fariam uma diferença fundamental na economia brasileira, muito mais do que a insistência da continuação de ter o vetor principal da economia brasileira, o carro chefe, a indústria automobilística.

Daí a importância dessa mesa, que eu só lamento que ela seja aqui na nossa Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Deveria ser na Comissão de Economia. Esse debate aqui deveria ser na Comissão de Economia, para que as pessoas percebam que continuar a busca de uma saída, com os pacotezinhos feitos a cada tempo, exigindo outros mais, não vai resolver esse entrelaçamento de problemas que nós temos, até porque cada vez que a gente dá uma solução para um problema na economia surgem três, quatro. Agora, com esse pacote, é possível que mais automóveis sejam vendidos, mas vai aumentar a inadimplência, vai aumentar o engarrafamento, vai aumentar a poluição; você gera outros problemas. É um emaranhado. Há uma palavra muito antiga, *conundrum*, que é uma espécie de labirinto que abraça a gente, um emaranhado.

A economia pública e imaterial, e aí dentro a criativa, é, senão um, o caminho fundamental. Você reduzir a jornada de trabalho do trabalhador e ele usar o tempo livre para atividades culturais e uma saída, mesmo que haja até redução de salário, como eu vi um professor na Grécia me contando que cortaram 40% do salário dele, porque o Estado entrou em crise. No Brasil, isso seria uma crise institucional, porque a Constituição não permitiria, mas lá reduziram 40% do salário e 40% da jornada de trabalho.

Como ele sobrevivia? Perguntei. Ele disse: Bem, primeiro, renegocie o aluguel da minha casa, e como o dono da casa, do apartamento, sabe que não vai conseguir alugar a outro por esse preço, porque a crise

é geral, ele baixou o aluguel e eu estou conseguindo pagar. Depois, parei de usar carro, porque não dá para pagar gasolina. Mas, como muitos (falha na gravação) os ônibus agora vão depressa, e eu chego mais depressa ainda, apesar de ter que andar um pouquinho, o que termina fazendo bem para a saúde. E aí vem a outra coisa, e a terceira coisa: tirei o meu filho da escola privada e coloquei na escola pública; eu agora estou prestando serviços voluntários na escola pública do meu filho para melhorar a escola. Isso é economia imaterial. E aí dentro da escola está a economia criativa.

Se a gente não passar essa ideia vamos patinar em pacotes e mais pacotes sem fazer a virada que lá atrás, 60 anos atrás, Juscelino fez, quando este era um país agrícola, rural e ele disse que este pode ser um país também industrial e urbano. E conseguia convencer as pessoas daquela época.

A Senadora como eu éramos muito juvenzinhos, não fomos dos convencidos por ele eleitoralmente, mas ele convenceu o eleitorado. Estamos precisando convencer o eleitorado brasileiro de que a mesmice na economia não traz a saída para a crise da economia. A saída da crise só ocorrerá com um novo tipo de economia, e esse novo tipo, para resolver o problema daqueles dois entes novos, que eu disse que quebraram o casamento, tanto o meio ambiente como as finanças eles só virão se a gente começar a produzir coisas que não poluam. Tem coisa menos poluente do que atividade cultural? Não tem. Não é poluente, a não ser que a gente coloque como atividade cultural uma corrida de Fórmula 1; aí polui naquele momento. Mas, em geral, o máximo que polui uma atividade cultural é a viagem do artista no avião. Mas, se ele não for no avião, o outro vai. Então não é ele que está poluindo. Esse é o caminho.

Dito isso, quero falar que quando vi os índices e como o Brasil está atrasado nisso, é claro que por trás tem uma coisa em duas: a educação; e por que uma coisa em duas? Porque educação é ruim e porque não colocamos cultura dentro da educação. A cultura continua sendo vista mais como atividade de eventos do que como uma atividade de educação do sentimento, do gosto das pessoas.

Nós precisamos fazer uma reforma educacional que traga toda criança para dentro da escola; toda criança para horário integral; todos os alunos com professores bem formados para isso; os pais para dentro da escola, uma coisa que não entendo como o governo atual resiste – digo que resiste porque tem um projeto meu na ponta para ser aprovado na Câmara dos Deputados e o governo fez parecer contrário; é um projeto que diz que os pais da bolsa família deverão ir

pelo menos uma vez por ano na escola do filho, uma vez por ano é o mínimo.

Neste País é obrigatório o voto e eu sou favorável a isso, apesar de que a maioria hoje é contra, mas não é obrigatório ir à escola do filho. Eu acredito que no mínimo é tão importante, já que a cada dois anos a gente vai votar, uma vez por ano – eu até digo uma vez por semestre – devia ser obrigatório ir à escola pública, e com as mesmas penalidades de quem não vota. As penalidades de quem não vota, como, se for funcionário público, não receber salário, não poder tirar passaporte, e outras referências. Lamentavelmente, há uma multa muito pequena. Para mim, a multa não deveria ser em dinheiro. Quem não vota devia ficar fazendo um curso de cidadania, uma hora por dia, durante uma semana pelo menos. Quem não vai à escola do filho, para ter seus direitos plenos, deve fazer um curso de como cuidar das crianças.

Pois bem, a gente tem que entrar na educação, tanto na qualidade no sentido tradicional, como no envolvimento da cultura dentro da escola. Escola e educação é uma mistura de escola e cultura, e só aí a gente vai gerar essa possibilidade de o Brasil dar um salto, como um país com alta economia, como vocês estão chamando, criativa ou de produção de bens imateriais.

Espero que uma reunião como esta, transmitida pela televisão, que nem sempre é tão comum, possa nos ajudar a divulgar as ideias e fazer com que cheguem à Comissão de Assuntos Econômicos. Eu vou levar para a Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima reunião, a proposta de, ou vocês, ou outros votarem aqui. Espero que a Senadora Ana Amélia assine junto comigo.

Só um detalhe: eu recebi aqui o orçamento dos dois ministérios. Somando os dois ministérios, dá menos de 10 bilhões. Ano inteiro. A gente vai gastar 2,7 bilhões só com um dos incentivos à indústria automobilística, que está ocorrendo nesse momento. É mais de um quarto do orçamento total desses dois ministérios. Está na hora de a gente mudar isso. Para tanto, é preciso entender qual é o papel dessa outra forma de fazer economia com bens imateriais, com bens culturais que a economia criativa traz.

Finalmente, Senadora, todo mundo fala em competitividade da economia, que o Brasil está indo lá para baixo. A produtividade da China cresceu 7% nos últimos dez anos. A nossa, 1,3%.

A produtividade vem da criatividade. Aqui, no Brasil, inventa-se que a produtividade vem da redução do salário, que a produtividade vem do número menor de funcionários. A competitividade vem de a gente inventar produtos novos, porque, mesmo que a gente baixe o custo da produção de soja, por exemplo, o número

de pessoas que compra soja lá atrás, a quantidade de soja comprada é a mesma. Os economistas chamam isso de baixa elasticidade da demanda. Agora, se você faz uma coisa como essa, a demanda lá fora cresce automaticamente, porque você tem um, troca por outro, troca por outro, e começa a ter mais. Soja, não. Soja você come o que é preciso naquele dia e só volta a comer no outro dia. Ninguém come mais do que precisa biologicamente naquele momento.

Agora, ter esses bens da nova economia, da economia do conhecimento – sobre o que também a gente não estava falando –, é o que vai fazer com que a gente sobreviva a essa crise e dê um salto para que, no momento posterior, nós sejamos não apenas a sexta economia do mundo vulnerável como somos, mas uma economia sólida; como os economistas gostam de chamar hoje, robusta. Para isso, é de criatividade que a gente precisa; é de ciência, tecnologia e conhecimento.

Daí a importância de vocês estarem aqui, e eu espero que vocês venham também falar isso para aqueles que são mais frequentadores da área de economia no Senado Federal.

Muito obrigado pela presença de vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu gostaria de saber se algum dos expositores deseja fazer comentários ao que o nosso ex-Ministro da Educação, ex-Reitor da UnB, Professor Emérito acaba de expor sobre o seu ponto de vista a respeito do que foi falado.

Já se candidataram. Todos vão falar.

Então, vamos dar um tempo menor agora, claro, de três minutos para cada um responder aos questionamentos.

Começamos pelo Leandro, que levantou primeiro o dedo.

O Prof. Leandro é colega do nosso Senador Cristovam Buarque.

O SR. LEANDRO VALIATI – Bem, Senador, o primeiro *slide* que eu passaria, eu resolvi não ir para esse lado, porque não haveria tempo, mas eu justamente discutia o que é economia, antes de falar de economia criativa.

Eu, particularmente, encaro a economia como sendo a ciência do bem-estar. Então, por isso, eu realmente gostei muito de ouvir suas palavras nesse sentido.

Eu acho que o modelo vigente é só um modelo entre tantos outros modelos possíveis, que são caminhos que levam a sociedade a um padrão desejável de bem-estar. Eu acho que, hoje, naturalmente, quem observa a realidade vê que há crise; e é uma crise estrutural. Inevitavelmente, a gente precisa desenvol-

ver um novo paradigma. E o desenvolvimento desse novo paradigma vai ao encontro dessa ideia de que nós precisamos de desenvolvimento e de que ele não é uma decorrência natural do crescimento econômico. Não é aumentando simplesmente emprego e renda que nós teremos desenvolvimento econômico. Isso é importante porque, afinal de contas, é necessário gerar esses acúmulos para que haja distribuição. Agora, em que sentido, para onde vamos, é o momento em que a tecnologia está em ebulição, quer dizer, há uma revolução tecnológica em curso; há uma crise econômica; há necessidade de mudança, e tudo isso são ingredientes que a economia chama de destruição criadora.

Um economista chamado Schumpeter dizia o seguinte: há inovação inclusive dentro do capitalismo do desenvolvimento se dá nesses momentos de virada de paradigma.

E, só para complementar, eu participo de um projeto europeu, inclusive na Espanha, que é um dos países que mais sofrem com a crise. A gente está desenvolvendo um modelo para explicar a inovação social a partir da economia criativa em alguns países do mediterrâneo. A gente encontrou ali bolsões de desenvolvimento mesmo com crescimento zero ou crescimento negativo.

Então, em relação ao nosso desafio, estamos encontrando alguns indícios nesse sentido no Kotor, em Liubliana, para entender por que alguns segmentos econômicos ali geram inovação social. E as pessoas não estão sentindo tanta crise, a partir de um modelo de ação de economia criativa.

Eu só queria registrar isso. Eu acho que caminhamos inevitavelmente para um novo paradigma, que pode ser um cenário de aprofundamento da crise e, enfim, um aprofundamento inclusive dessas relações quantitativistas que talvez levem os países em ascensão, que não estão tão estruturados ainda, como é o caso do Brasil, mas precisa de estruturação econômica e social, levem todos esses países para um contexto de crise inevitável; ou para uma ruptura com o paradigma quantitativista para entender a dimensão do que é qualitativo no crescimento econômico e como gerar desenvolvimento a partir disso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pela precisão. Três minutos.

Caro Décio, com a palavra.

O SR. DÉCIO TAVARES COUTINHO – Excelentes as palavras do Senador Cristovam Buarque. Sempre muito lúcido e mais do que isso: à frente do tempo e de muitas pessoas deste País.

O senhor falou muitas coisas importantes, e eu separei três que eu gostaria de comentar.

Primeiro, é a não consideração de vários eventos que geram economia. Essa economia não é computada, como o senhor citou a questão de um *show*, ou de outra coisa assim. Um *show* gratuito.

Este é um imenso desafio que nós temos: a clareza desses desdobramentos, e isso passar a compor os nossos indicadores, para que a gente possa sair daquelas posições que apresentei, de quadragésimo, de vigésimo, para ser realmente não só o sexto PIB, mas também para estar entre os seis maiores países desenvolvidos na questão de economia imaterial que o senhor citou brilhantemente.

A outra consideração que eu queria fazer é que, enquanto nós vivermos em um País que acha mais importante exportar US\$1 de avião do que US\$1 de CD ou US\$1 de livro, nós vamos enfrentar esse debate eternamente. A distribuição desse US\$1 de avião exportado é muito menos capilarizado do que US\$1 de um produto cultural, de um bem ou de um serviço cultural.

O dia em que o Brasil sair nas capas dos jornais: exportamos não sei quantos milhões de dólares... A música brasileira é o produto cultural mais vendido no mundo. A Língua Portuguesa é conhecida no Japão através da capoeira. As pessoas aprendem o português porque estão jogando capoeira.

São elementos que o Brasil tem no mundo. São competitividades, comparatividades e disponibilidades estratégicas. O País acha às vezes mais importante ter US\$1 exportado de avião do que US\$1 de CD.

E o terceiro elemento. O senhor citou Juscelino. Acho que Juscelino escreveu talvez a maior poesia do País, que se chama Brasília. Foi uma coprodução com todos os brasileiros escrita num caderno goiano.

Eu acho que eu não poderia perder a chance de falar que Brasília é uma poesia escrita pelos brasileiros num caderno goiano.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimentos. É isso mesmo. Cada um tem que puxar a brasa para a sua sardinha.

Parabéns, Décio! Você evoca exatamente a transversalidade...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Se me permite, eu quero dizer ao Décio que foi uma poesia escrita num terreno goiano onde eu vivo. É o ser vivo dentro da poesia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra a Secretária Cláudia Leitão.

A SR^a CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Senador, muito obrigada. Eu estou muito feliz de estar aqui e de estar te ouvindo. Perdoe-me, eu já te tweetei aqui enquanto o senhor falava, porque eu tenho que compartilhar isso com os brasileiros. E são milhões que acreditam que há uma possibilidade real de novo desenvolvimento,

que o Brasil não pode tornar essa economia e esse potencial enorme que temos em alguma coisa que seja subalterna e periférica.

Eu acredito e, quando ando pelo Brasil, percebo que as pessoas acreditam em mim, acreditam no Governo Federal, acreditam no Ministério da Cultura.

Eu queria lhe dizer o seguinte: eu estive, há duas semanas, no Catar, em Doha. Pela primeira vez, o Brasil esteve sentado à mesa na reunião da Unctad para discutir esse novo desenvolvimento dessa nova economia. Eu estava à mesa com a Nigéria, com a Finlândia e com a Austrália, e o Brasil estava lá. O tema da Mesa era “Inclusão social e economia criativa”.

Essa discussão se dá da Finlândia à Nigéria, passando pelo Brasil. E eu levei o plano da nossa Secretaria, que está na Internet – para quem quiser baixar, está lá, no *site* do MinC –, em inglês. Nós fizemos o nosso plano, e estou brincando com a minha equipe, dizendo que a próxima versão será em mandarim, Senadora. Nós temos que levar o escopo da Secretaria, a visão de política pública deste Governo para o mundo.

O plano sumiu em dez minutos. Eu consegui levar numa mala cem planos. Todos esperam que o Brasil seja o líder dessa discussão. Há uma espera, há um aguardo, há uma expectativa sobre o papel do Brasil; o papel do Brasil numa liderança africana, o papel do Brasil numa condução latino-americana. Nós não podemos escapar dessa discussão.

A discussão da exportação de *commodities* já chegou num beco sem saída. Nós não temos saída. Ou nós agregamos valor... E os chineses já estão fazendo isso. Eles estão discutindo em relação aos produtos, e são os australianos os consultores de novos produtos que saem do *made in China*, Senador, para o *created in China*. Eles vão criar valor agregado. Já estão fazendo os produtos deles.

Não tem saída, Senador. A saída é nós realmente tornarmos nossa discussão, que não é mais tímida, não... Acho que a fala desta Mesa representa hoje a fala do Brasil.

Entre os pequenos empreendedores, os grandes cientistas, há uma compreensão de que nós temos no valor agregado uma marca Brasil que está completamente subestimada. Essa marca Brasil agora está sendo comemorada em Cannes, lá na Riviera Francesa. Nós, homenageados. Periféricamente, não há possibilidade de que isso continue.

Conto com o senhor, conto com o Senado, conto com o Congresso Nacional de forma geral. Temos um grande seminário a ser construído até julho, antes do recesso parlamentar, sobre marcos legais para os segmentos criativos. Cada segmento tem várias dificuldades, em vários marcos legais. Isso tem que ser

feito aqui, na Casa da produção das leis. Então, eu queria pedir ajuda.

A nossa economia criativa é transversal. O senhor tem toda razão. Todas as comissões à frente da pequena e média empresa... Hoje à tarde vou estar com o agora Ministro Pepe Vargas. Eu estava com ele aqui no Congresso. Eu acho que sou pé quente, porque ele recebeu um telefonema da Presidenta Dilma, naquela hora, para virar Ministro. E ele estava conversando comigo sobre pequena e média empresa nesses novos setores.

Então, temos aí um trabalho importantíssimo. Preciso de ajuda porque esse tema é novo. É evidente que é preciso uma fala, uma retórica, um convencimento, uma pedagogia que nós estamos exercitando aqui.

E queria terminar dizendo que está na Casa Civil, Senador, Senadoras, o Plano Brasil Criativo. Seria o terceiro plano da Presidenta Dilma Rousseff. Depois do Brasil sem Miséria, depois do Brasil Maior, foi entregue um plano construído por dez ministérios. Nós o passamos à minha pequena equipe de dez pessoas. Construíram esse plano em nove meses. Uma gestação.

Espero que esse plano seja aprovado. Ele tem absoluta consistência e envolve exatamente todas essas áreas que já fazem essa economia criativa sem a nomearem, Senador. Os Esportes já trabalham com isso, o Turismo já trabalha, o das Cidades já trabalha, o da Educação já trabalha, o Ministério do Trabalho também. Então, nós temos que juntar e potencializar programas e ações em torno da compreensão do que é essa economia criativa.

Eu conto também com o apoio dos Senadores e das Senadoras nos sentido de nos ajudar a que esse plano que hoje está nas mãos da Ministra Gleisi Hoffmann consiga ter sucesso, e que a gente possa falar, até 2014, não somente retoricamente, mas com ações concretas de um Brasil criativo.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Secretária Cláudia Leitão.

Esta Casa e esta Comissão não faltarão com apoio a esse grande avanço que teremos de mudança de paradigma e também de patamar. É um *upgrade* que vamos fazer.

E é bem simbólico que tenham demorado nove meses, porque isso tem toda uma linguagem para interpretar. Que esse nascimento tenha realmente a correspondência em relação ao que vai impactar sobre a vida de milhares de brasileiros.

Parabéns pelo trabalho de toda a sua equipe e conte com nosso apoio na Comissão e também no Senado Federal.

Para finalizar, passo a palavra ao Eduardo Saron.

O SR. EDUARDO SARON – Bom, foi com muita alegria que participei desta Mesa, honrosa Mesa. Isso vai entrar no meu currículo, sem dúvida, porque essa discussão é inédita aqui no Congresso.

Mais uma vez, agradeço ao Senador Cristovam Buarque por ter dado oportunidade para que nós pudéssemos falar um pouco mais sobre economia criativa nesta Casa tão importante.

Algumas coisas que o Senador trouxe me parecem fundamentais. Nós não podemos ter um Ministério da Cultura que é o penúltimo ou o antepenúltimo orçamento da União. Não é razoável que um tema tão importante como esse, tão fundamental para a construção de um País mais crítico, mais analítico e, em última análise, mais criativo possa beirar quase o último ou o penúltimo, ou o antepenúltimo orçamento entre os Ministérios. É preciso que nós nos mobilizemos para ampliar o orçamento do Ministério da Cultura. Isso não é uma questão da Ana de Hollanda, não é uma questão do Gilberto Gil, não é uma questão da Presidente Dilma. Essa é uma questão que cabe a todo mundo da cultura.

Aliás, Senadora, se há uma questão a ser observada no mundo da cultura é que, às vezes, nós somos um pouco fraticidas. Nós nos engalfinhamos tanto entre nós que obviamente os setores mais bem mobilizados acabam conquistando melhor espaço na construção de política pública, na construção dos seus orçamentos. E é importante que nós tenhamos cada vez mais uma visão estratégica do papel de cada um dos atores da cultura e do papel do Ministério da Cultura nessa construção, desse pensamento mais orgânico do mundo da cultura. Então, é muito importante que talvez possamos sair de algumas discussões mais pragmáticas, que são importantes, como é a Lei Rouanet, como o são outras questões mais do mundo da cultura, para entrar nas discussões mais estratégicas.

Eu não tenho dúvida de que pensar a economia criativa como uma discussão estratégica, em que o Ministério da Cultura lidera esse processo junto a dez, doze Ministérios na Esplanada, é fundamental para que a gente dê um salto determinante, para que, de um lado, tenhamos a educação, formando a nossa juventude, formando o nosso País, mas, numa outra ponta, nós tenhamos a cultura construindo o pensamento crítico, para que possamos realmente nos superar e não sermos o País das *commodities*, não sermos o País de questões mais táticas, mas sermos efetivamente um País que vai interferir, como a própria Secretária Cláudia Leitão colocou aqui, na construção de um novo paradigma para a economia deste País.

Então, quero agradecer a oportunidade e dizer, Senadora, que é fundamental que nós tenhamos cada

vez mais Parlamentares engajados nessa causa, porque nós também precisamos que o Parlamento olhe com mais carinho para o mundo da cultura, e nós precisamos que o mundo da cultura também olhe com mais carinho para o Parlamento.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito a todos que deram uma contribuição valiosa.

Antes de encerrar a reunião, agradeço à Secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura, Cláudia Leitão; ao Professor de Economia da Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e Pesquisador em Economia da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), Prof. Leandro Valiati; ao Eduardo Saron, Diretor Superintendente do Instituto Itaú Cultural; e ao Décio Tavares Coutinho, Superintendente Executivo da Secretaria de Estado da Cultura de Goiás (Secult/GO).

Agradeço novamente ao Senador Cristovam Buarque.

Antes de passar a palavra ao Senador, que foi o requerente desta valiosíssima contribuição para o debate de um tema da maior relevância para o País, quero dizer que a gente ainda não está devidamente antenado ou vislumbrando nisso um grande caminho para a economia do bem-estar, sublinhado aqui pelo Senador Cristovam e pelo Leandro Valiati.

Eu queria apenas dizer que me coloco à disposição. Na Comissão, vamos acolher aqui a sugestão do Senador Cristovam, de nos juntarmos à Comissão de Assuntos Econômicos e fazer um debate conjunto, abordando o mesmo tema com uma visão mais avançada.

Mas, individualmente, como Senadora, eu estou à disposição dos senhores para qualquer ideia, projeto ou iniciativa que queiram encaminhar. Terei o grande prazer de assumir a autoria, dizer de quem é, como fazer e terei o prazer de contar com o apoio dos Senadores e trabalharei por ele. É dessa forma que eu trabalho aqui.

A Secretária tem à disposição também toda a Comissão, mas, individualmente, pode dispor da nossa condição, seja na tribuna do Senado, seja através de um projeto de lei, quando vocês perceberem omissão dentro da legislação brasileira nessa área específica.

Então, estou absolutamente à disposição para qualquer iniciativa que tiverem, claro, submetida à condição legal da consultoria e da área consultiva do Senado Federal.

Agradeço ao Júlio Linhares, que conseguiu mobilizar e mostrar a relevância do tema.

Com grande alegria, antes de encerrar esta audiência pública, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senadora, um pequeno recado: é que, durante a fala de vocês, praticamente a gente não ouviu falar em educação. Não há como ter um potencial de economia criativa sem uma tremendamente boa educação.

Nossa reunião durou uma hora e meia. Cinco mil e quatrocentas crianças abandonaram a escola nesse período. São sessenta por minuto. Cinco mil e quatrocentos poços de petróleo da economia criativa foram tapados.

Falar de economia criativa sem mexer na educação é ficar com a economia criativa medíocre. Não no tamanho de um País de 50 milhões de crianças.

Então, cada vez que falarem em economia criativa, falem no principal...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ...Economia criativa, que são os cérebros e os corações dos brasileiros. E isso é formado na educação, que não é só da escola: escola, pai, mídia, religião, todo esse conjunto. Se não, a economia criativa vai dar aparência até de estar muito bem, mas desse tamanhozinho, quando a gente compara com o tamanho do Brasil.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Cristovam, eu concordo, mas penso que, pela exposição de todos, não há possibilidade de o Ministério da Cultura fazer algo sem a chamada transversalidade com onze ministérios e o Ministério da Educação como eixo desse processo. Todos estão inteiramente envolvidos dentro de uma política de educação, que começa com a sua grande guerra, que é a educação fundamental. As crianças têm, hoje, uma forma de entender, de interatividade diferente da do nosso tempo, vamos dizer assim.

Então, acredito, sinceramente, que o Ministro Aloysio Mercadante, com a equipe de secretários, que comandou o Ministério da Ciência e Tecnologia, vai ter toda a compreensão da argumentação absolutamente necessária de V. Ex^a. Não adianta nós querermos começar a pirâmide de cima para baixo. Nós temos que começar da base, formar essa base, e essa base se forma, evidentemente, com maciços investimentos.

Como diz V. Ex^a, não é admissível que o nosso País tenha, hoje, crianças fora da escola em número equivalente à população do Uruguai: três milhões e meio de crianças fora da escola. Não é possível que convivamos com isso, Senador.

O senhor sabe: sou sua aliada, sou sua seguidora, não só no Twitter, mas sou seguidora das suas

ideias em defesa da educação, à tese da federalização do ensino fundamental.

Então, eu penso que o que os nossos especialistas trouxeram para nós foi uma visão geral, mas entendendo que sem essa base não teremos sucesso.

Há coisas fantásticas acontecendo. O nosso Nicolelis, que fez uma exposição aqui também, mostrou que, em zonas pobres do País, há possibilidade de se desenvolver a capacitação dessas crianças, que estão preparadas para esse grande desafio, mas a educação é fundamental.

Então, parabéns, mais uma vez, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mais um ponto, pegando o gancho do Uruguai fora da escola dentro do Brasil.

Essas são aquelas crianças de idades menores não matriculadas. Mas, se a gente somar a essas as que vão até o ensino médio e que estão fora da escola; se a gente somar a isso aquelas que estão na escola apenas pela merenda, nada a ver com o estudo; se a gente analisar aquelas que até que estão na escola não pela merenda, mas que não levam dever de casa, não aprendem, vamos observar que temos um país muito maior no Brasil fora da escola. Vale a pena até pesquisar para saber qual é o tamanho do Brasil fora da escola, e não apenas aquelas crianças não matriculadas. É um número que deve assustar se o Brasil tomar conhecimento dele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – ES) – Muito obrigado Senador Cristovam Buarque. Também concordo com V. Exª, quando o projeto está na Câmara queria que, pelo menos uma vez por ano os pais que são incluídos no Programa Bolsa Família tivessem um compromisso de acompanhamento sobre o desempenho do filho na escola, é uma forma de levar a família pra dentro da escola. Enquanto isso não acontecer vai ser muito difícil. Então parabéns a V. Exª.

Queria renovar o agradecimento aos nossos expositores que trouxeram aqui um bom debate.

Ficamos com o compromisso de junto com a Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Cristovam Buarque, eu, Senadora Maria do Carmo Alves de buscar, junto com a assessoria do Júlio Linhares um entendimento para encaminharmos o debate conjunto, das duas comissões; V. Exª sublinhou o aspecto de que a Comissão de Assuntos Econômicos, comandada com muita competência pelo Senador Delcídio Amaral, poderemos fazer um avanço ainda maior do que essa audiência pública de hoje que já foi extremamente valiosa.

Então, dou por encerrada a sessão, agradecendo, novamente, aos nossos expositores.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e trinta minutos, a reunião é encerrada às 12 hora e 14 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2012.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia cinco de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Valdir Raupp, Cyro Miranda, José Agripino, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu e João Vicente Claudino, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 406/2012-ASPAR/GM/MEC, que comunica a impossibilidade de comparecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, na Audiência Pública agendada para o próximo dia 12 de junho, destinada a debater “Os critérios utilizados na avaliação das obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático”. Na oportunidade, designa como representante do Senhor Ministro, o Senhor Secretário de Educação Básica, Cezar Callegari. Neste momento, a presidência informa o cancelamento da reunião e comunica que submeterá o assunto ao Colegiado na próxima reunião deliberativa. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina à Secretaria da Comissão que oficie o Ministro comunicando o cancelamento da Audiência Pública. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. Logo após, a Senhora Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Item Extra-Pauta**). **Item 2: Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que

“Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é adiada para a próxima sessão, aguardando a apresentação do voto em separado do Senador Inácio Arruda, conforme informado pela autora da proposição, Senador Ana Rita. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Dispõe sobre a inscrição de aluno regularmente matriculado em curso de Direito, na função de solicitador acadêmico, em cada seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”. O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. **Item 14: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Item Extra-Pauta: Requerimento nº 35/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia, Paulo Paim e Paulo Davim (não membro), que requerem “... com o intuito de aglutinar os Requerimentos nº 14/2012-CE, nº 33/2012-CE e nº 34/2012-CE, anteriormente aprovados por este Colegiado, e proporcionar uma maior concisão aos debates, a realização de uma única Audiência Pública para discutir ‘As cotas de patrocínio da CBF aos clubes que participam do Campeonato Brasileiro’, dividida em duas mesas abaixo relacionadas: Primeira Mesa: Eduardo Serrano da Rocha, Presidente da Liga de Futebol do Nordeste; José Maria Marin, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; Zeze Perrella, Senador da República. Segunda Mesa: Paulo Tonet Camargo, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Juca Silveira, Diretor de Planejamento do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Roberto Dinamite, Presidente do Club de Regatas Vasco da Gama; Luiz Alvaro de Oliveira Ribeiro, Presidente do Santos Futebol Clube; Alexi Portela Júnior, Presidente do Esporte Clube Vitória; Paulo Odone, Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2011; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009; Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2010; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2011; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2011 e Item 13: Requerimento, de autoria dos Senhores Senadores Ana Amélia, Kátia Abreu, Aníbal Diniz e Luiz Henrique.** Prosseguindo, a

Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os meus 15 minutos de atraso hoje foram devido ao bloqueio das entradas do Senado Federal. Não sei por que a Polícia Rodoviária fechou a entrada principal, e eu, que não conheço bem Brasília, tive que dar uma volta respeitável.

Sobre a mesa ofício do...

Há alguma coisa estranha aqui sobre a mesa. O Ministro Mercadante... Havia um pedido para vir à Comissão. Alguns Senadores pediram, chegaram a requerer que essa audiência de S. Ex^a fosse acompanhada por algumas personalidades. Nós levantamos a hipótese de que seria uma indelicadeza com o Ministro, porque nós não queríamos uma acareação, mas uma manifestação do Ministério. Agora, de repente, não mais que de repente, eu recebo um ofício não do Ministro, mas de um assessor especial do Ministro. A Comissão não fala com assessor especial do Ministério. A Comissão fala com o Ministro ou não fala com ninguém. E o assessor especial do Ministro, um tal de Rolf Hackbart, esclarece que o Ministro acompanhará a Presidenta da República, Dilma Rousseff, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e que o Sr. Antônio Russi Callegari representará o Ministro na ocasião.

A nossa Comissão não tem aceitado esse tipo de estrepólia de ministério. Não é a primeira vez, inclusive, do Ministério da Educação. Não com o mesmo Ministro. E eu proponho, como Presidente da Comissão, que seja cancelada essa audiência e que o Ministro seja convocado em outra oportunidade. Não é possível que a

Comissão receba um ofício de um funcionário dizendo que o Ministro será substituído por outro funcionário.

E eu coloco em discussão essa minha proposta da supressão da audiência.

Parece que nós somos tratados aqui como brinquedos do Executivo. E esta não é a primeira vez com o mesmo Ministério, embora seja com esse Ministro.

Alguém gostaria de discutir essa proposta?

Senador Armando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Quero aceitar a proposta e compartilhar da justa indignação do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da mesma forma, endosso as palavras do Senador Armando Monteiro. A atitude de V. Exª é a atitude adequada nesse caso de, digamos, desatenção, para dizer o mínimo, com a Comissão, tão bem conduzida por V. Exª. Até porque havíamos feito aqui uma concessão ao Ministro, não permitindo que viessem outras pessoas para contestar os dados ou as informações prestadas. Quer dizer, foi feito um atendimento de forma especial, cortês, para evitar algum constrangimento ao Ministro da Educação. Então, eu penso que está correta a decisão do Presidente da Comissão de Educação.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu acho que, por uma atitude de elegância que todos nós estamos tendo – a Comissão de Educação tem sido absolutamente elegante com todos os seus convidados –, devemos considerar que o Ministro Mercadante não tenha podido nessa data, por conta da sua agenda. Que reeditemos o convite para uma outra data e cancelemos a de hoje. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu acredito que o período da educação está encerrado neste caso. Nós cancelamos dois requerimentos de Senadores aqui para a convocação do Ministro, exatamente por educação e cortesia. E, de repente, nós temos um funcionário do Ministério nos comunicando que o Ministro não vem.

Eu proponho que a nossa servente da Comissão assine um ofício ao Ministério dizendo que está cancelada a audiência dele e que posteriormente, ao invés de um convite, a Comissão faça uma convocação...

Nós deixamos afazeres, suprimimos atividades, numa Comissão deliberativa, e, de repente, um funcionário nos comunica que S. Exª vai viajar.

Eu acho que até é razoável que ele entrasse em contato com a Comissão, mas essa comunicação do funcionário, para mim, é inaceitável.

Como é o nome da nossa servente aqui?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Fernanda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Srª Fernanda vai assinar um ofício ao Ministério dizendo que por ora está cancelada a visita dele e de seu funcionário.

Nós temos quórum para decisão terminativa? Não, né?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Se V. Exª pudesse, já que foi feita a leitura de um requerimento e V. Exª explicou as razões do “desconvite” ao Ministro, eu gostaria, se fosse possível, a apresentação de um requerimento meu para duas audiências sobre futebol, que foi uma solicitação do Senador Paulo Davim, porque eu estou lá na Comissão de Assuntos Econômicos, com uma audiência pública sobre...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, é uma aglutinação de requerimentos, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso, exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quotas de patrocínio da CBF aos clubes que participam do Campeonato Brasileiro, dividido em duas partes: primeira mesa, Eduardo Serrano Rocha, Presidente da Liga do Nordeste, José Maria Marin, Zezé Perrella, Senador da República; segunda mesa, Paulo Tonet Camargo, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Juca Silveira, Diretor de Planejamento do Grupo Bandeirantes, Roberto Dinamite, Luís Álvaro de Oliveira Ribeiro, Alexi Portela Júnior e Paulo Odone. Assinado pela Senadora Ana Amélia.

Em discussão a proposta.

É uma aglutinação de uma audiência já agendada. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos para o Item 2 da pauta, cuja votação foi sobrestada na última reunião.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 36, DE 2011

– Não Terminativo -

Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1 – A matéria será encaminhada à Comissão Diretora para decisão final

2 – Na reunião do dia 22/05/12, a matéria foi lida e iniciada a discussão

3 – Na reunião do dia 29/05/12, foi concedida vista coletiva

A proposta é da Senadora Ana Rita, a relatoria é do Senador Benedito de Lira, os dois presentes.

Tenho a impressão de que a Senadora Ana Rita gostaria de ter a palavra, para fazer uma modificação na proposta inicial, Senadora?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Presidente desta Comissão, nós conversamos aqui com alguns Senadores, inclusive com o Senador Inácio Arruda. S. Exª não está aqui no momento, mas ficou de fazer esta observação, de apresentar aqui uma sugestão. Talvez possamos, para facilitar aqui inclusive para o Relator da matéria, que nós possamos, talvez, não através desse projeto, já propor o nome a ser substituído, apenas retirando o nome da Ala Filinto Müller, e, posteriormente, o próprio Senador Inácio Arruda tem algumas sugestões – poderemos até discutir isso – dando uma nova denominação.

Então, estou apenas transmitindo aqui um sentimento dos Senadores, não só do Senador Inácio Arruda, mas também de outros Senadores com quem conversamos, e que eu tenho concordância com isso.

Para mim, a essência do Projeto fica mantida, porque a essência do Projeto é realmente retirar o nome da ala que é a Ala Senador Filinto Müller. Então, essa é a essência do Projeto. Quem vai substituir é uma conversa, um debate que nós poderemos fazer. Então, quanto a isso eu não tenho nenhuma dificuldade, nenhum problema em aceitar outro nome. Muito pelo contrário. Para mim, a essência é a retirada do nome. Então, diante disso, eu tenho concordância.

O Senador Inácio Arruda não está aqui. Talvez seria até prudente aguardar a vinda dele para que nós possamos votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, a Presidência da Mesa recebeu um livro de bolso do jornalista David Nasser que se chama *Falta alguém em Nuremberg*, contando a terrível história e a passagem do Filinto Müller por cargos administrativos no Brasil.

Eu, inclusive, passei essa biografia ao Senador Benedito de Lira.

Consulto o Senador, como Relator, se ele concorda com a proposta da autora.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, a proposta da eminente Senadora tem

alguma visibilidade. Parece-me que seria interessante, eu insisto na tese da retirada do nome. Eu acho isso – confesso dizer a V. Exª e aos Srs. Senadores –, o momento me parece que não é oportuno, até porque dá a entender, sinceramente, que há algum preconceito, alguma desdita com relação a quem está aqui, ao longo de muitos anos, homenageado. O Senado, no momento em que prestou a homenagem, não detalhou nem se aprofundou na biografia do homenageado. Parece-me que essa foi a razão maior. Se assim continuarmos fazendo, retirando o nome de homenageados que a própria Casa proclamou ao longo de algumas décadas, vamos ter que mudar muita coisa neste País com pessoas que já exerceram os mais relevantes cargos da República e que tiveram um momento. Cada ação é uma ação do momento. Veio um processo revolucionário; foi daquele momento. Depois veio a redemocratização do País; outro momento. No passado, vieram as ditaduras, depois o Estado Novo, depois a Intentona Comunista.

Então, eu acho que o caminho não é por aí. O Senado não deveria se propor a isso. Eu gostaria de pedir à colega Senadora que nós pudéssemos encontrar outro momento, outra oportunidade, outro fato, outra colocação para homenagearmos o Luis Carlos Prestes, que, sem dúvida nenhuma, faz parte da história política deste País e que pode merecer uma homenagem. Mas o fato de suprimir o Projeto e retirar o nome me parece que o caminho é o mesmo, apenas com detalhes.

Esta é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa tem sido rigorosa com o Regimento Interno, mas muito mais rigorosa com a democracia das discussões e o peso real da decisão dos Srs. Senadores.

A Mesa proporia aos Srs. Senadores presentes, uma vez que o Senador Inácio Arruda quer apresentar um voto em separado, que nós sobrestássemos essa votação...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Merece meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ... até que o Senador Inácio Arruda estivesse presente na reunião, que pode ser hoje ainda ou outro dia, para nós temos uma decisão que seja a mais legítima do Plenário sem que a Mesa force uma decisão que não seja consensual.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não é muito regimental a atitude, mas eu a submeto aos Srs. Senadores.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu já ia fazer essa proposta. Eu acho que é importante a gente ter mais pessoas no plenário da Comissão até pela importância da decisão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Estou de pleno acordo, Sr. Presidente. Eu acho que é interessante que nós possamos encontrar uma melhor forma de conciliarmos esses interesses.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ou, pelo menos, termos uma decisão mais representativa da opinião do conjunto. Não é isso?

O Senador pediu a palavra? (*Pausa.*)

Se o Plenário concorda, fica sobrestada a decisão, até o voto em separado do Senador Inácio Arruda.

Agora, eu só gostaria de lembrar à Mesa que nós mandamos uma convocação especial a todos os Senadores dizendo da importância dessa decisão, da importância de ela ser tomada pelo maior número possível de Senadores, a todos os gabinetes. Mas nós estamos com a CPMI e na próxima reunião, provavelmente, a Mesa coloca em votação e convoca o Cachoeira também para a reunião para conseguirmos público. Daí, teremos, sem a menor sombra de dúvida, quórum.

Então, fica sobrestada, no aguardo do voto do Senador Inácio Arruda. Sobrestada a votação do Projeto da Senadora Ana Rita.

O próximo projeto não terminativo é o Item 8. A autoria do Senador Romeu Tuma.

Nós estamos envolvidos hoje com crises antigas.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2010

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a inscrição de aluno regularmente matriculado em curso de Direito, na função de solicitador acadêmico, em cada seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Autoria: Senador Romeu Tuma

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1 – *Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*

2 – *A matéria constou na pauta da reunião do dia 29/05/12*

É o que já existia no passado, não é, Senador Armando?

Com a palavra o Senador para relatar o Projeto nº 150, de 2010.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição dispõe sobre a inscrição de aluno regularmente ma-

triculado na função de solicitador acadêmico em cada seccional da Ordem dos Advogados.

Estabelece a referida proposição que o solicitador será automaticamente dispensado de cursar o estágio profissional ou acadêmico, ou ambos. Trinta por cento das vagas de solicitador acadêmico serão destinadas ao atendimento judiciário em estabelecimento de segurança máxima ou média, colônia agrícola, industrial, casa de albergado ou estabelecimentos prisionais do gênero.

Fica determinado, ainda, que cada semestre de serviço prestado na função de solicitador valerá um ponto no resultado final da prova objetiva da primeira fase do exame da Ordem.

Passamos, então, à análise da matéria.

A figura do solicitador acadêmico, como bem lembra a justificação do projeto, estava prevista na Lei nº 5.390, de 23 de dezembro de 1968, que dispensava os estudantes que cumprissem essa função de fazer estágio e de se submeter ao exame da Ordem. Essa função foi suprimida pela Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia. A existência de uma instituição semelhante, o estágio profissional, e o interesse da OAB em controlar o crescimento do número de advogados, bem como a qualidade de sua formação, mediante o exame da Ordem, levaram o legislador a atender os pleitos da corporação de operar mudanças normativas que incluíssem a supressão da figura do solicitador acadêmico.

Com efeito, o instituto do estágio contempla a necessidade de complementar a formação do estudante por meio do exercício de atividades de natureza profissional, em ambientes de trabalho. O estágio é, atualmente, regido por lei própria, a Lei 11.788, que o considera “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular”.

Ainda segundo a lei, “o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando”. Aspectos específicos do estágio na advocacia são tratados pelo art. 9º da Lei nº 8.906, já referida.

Em suma, do ponto de vista do mérito educacional, o PLS em exame não traz contribuição de valor. Dado que o solicitador seria dispensado do estágio curricular, a falta de supervisão da instituição educacional nesses primeiros contatos com o exercício profissional não seria, em tese, benéfica para o estudante. Isso reforça a ideia de que o estágio já supre, de melhor forma, a atividade do solicitador. Por sua vez, os propósitos relativos à escassez de assistência judiciária e à pontuação no exame da Ordem resvalam para a

competência da CCJ, a quem cabe decidir terminativamente sobre o projeto, inclusive no que diz respeito à sua juridicidade e constitucionalidade.

Por fim, não há reparos a fazer no tocante à técnica legislativa da matéria.

Passo ao voto.

Dado o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 150.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Armando. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Segue o trâmite normal.

Recapitulando a questão do Ministro da Educação.

O Ministro havia sido convocado, por requerimento dos Srs. Senadores. Depois ele se ofereceu para vir. Por intervenção da Mesa, nós eliminamos – não foi uma convocação, foi um convite – nós eliminamos a participação de pessoas estranhas ao Ministério. O Ministro liga pessoalmente para mim, mostrando o seu desejo de estar na Comissão. Eu tenho a impressão de que o Executivo desrespeita da forma mais absoluta o Senado da República. Não é esta a maneira de o relacionamento se estabelecer. Nós temos feito o possível para colaborar com o Ministério da Educação.

O projeto de criação de 77 mil cargos ficou seis meses na Câmara Federal; ele foi votado aqui em três dias úteis. Eu avoquei a relatoria, nós votamos no plenário, convocamos os Senadores; mandamos imediatamente para a CCJ, o Presidente Eunício avocou, foi para o plenário e foi resolvido. Eu acho isso uma forma extraordinariamente não republicana. A impressão que me dá é de que o Executivo considera o Senado da República uma brincadeira, que pode ser destrutado e desconsiderado em todas as ocasiões.

Nós vamos tratar desse assunto na próxima reunião de terça-feira, com um número mais amplo e os Srs. Senadores decidem se querem conversar ainda com o Ministério da Educação ou se querem convocar o Ministro de uma forma em que ele não possa mais dizer “não”, nem nos mandar ofícios de funcionários em substituição a si próprio.

Não há mais nenhum...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, permita-me.

Primeiro, concordando com V. Ex^a, nesse caso, acho que há razões para que possamos ter uma ligação do Ministro a V. Ex^a. Acho que não custaria nada. Primeiro, trata-se de um ex-colega nosso, que esteve aqui convivendo conosco durante um bom período.

V. Ex^a foi governador, outros já podem ter exercido a função de Ministro. Algumas situações realmente são impeditivas, em dado momento. Isso é comum, não apenas com esse Ministro. Passei pela Câmara, vim para o Senado e vi várias vezes, em razões distintas, Ministros poderem mesmo, inclusive de última hora, por razões diversas, ter que fazer o cancelamento.

Eu me comprometo de tratar diretamente com o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nada contra o cancelamento, o cancelamento é razoável.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quanto à forma, eu acho. V. Ex^a tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O que não é razoável é a substituição e a forma como a Comissão foi comunicada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu me comprometo a tratar diretamente com o Ministro – em se tratando de não só um companheiro do meu Partido, mas de um ex-senador –, dialogar para entender o que aconteceu.

De qualquer modo, quero aqui dizer que nós temos uma situação já anterior – V. Ex^a tratou lá atrás – quando não era o Aloizio Mercadante o Ministro, mas houve aqui uma agenda com o Ministro Fernando Haddad e, de última hora, foi apresentado outro nome, sem que também tivesse a mesma razão.

Por essa razão, comprometo-me a tratar pessoalmente com o Ministro, mostrando que essa é uma situação realmente indesejável para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A sua disposição é acatada por todos, mas, de qualquer forma, o ofício que o Ministro vai receber vai ser assinado pela Sr^a Fernanda, a servente da Comissão.

Não havendo mais nenhum assunto não-terminativo para tratar e, dado o fato de não termos quórum para votarmos os terminativos, está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2012.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia doze de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores

Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ana Amélia, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Paulo Bauer, João Vicente Claudino, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Antonio Russo e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cristovam Buarque, que “Dispõe sobre a alíquota e destinação dos recursos arrecadados com a exploração do petróleo, gás natural e demais hidrocarbonetos fluidos extraídos sob o regime de partilha ou sob o regime de concessão na área do pré-sal e em áreas ainda não contratadas e cria o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Educação Básica e Inovação – FUNPEI”. O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE, nº 3-CE, nº 4-CE, nº 5-CE, nº 6-CE e nº 7-CE, e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Wellington Dias, é aprovado. **Item 3: Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que “Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o relatório é pela rejeição do projeto. Neste momento, o Senador Inácio Arruda apresenta voto em separado favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido. Após a discussão do parecer e do voto em separado, passa-se à apreciação, por força regimental, do relatório de autoria do Senador Benedito de Lira, contrário ao projeto, que é rejeitado. Prosseguindo, é submetido à deliberação o voto em separado do Senador Inácio Arruda (designado relator do vencido), na forma da emenda substitutiva nº 1-CE, que é aprovado e passa a constituir parecer da Comissão. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para instituir a obrigatoriedade da publicação de dados relativos a projetos culturais que tenham captado recursos mediante renúncia fiscal

e que não tenham sido objeto de avaliação final pelo Ministério da Cultura”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE, é aprovado. **Item 16: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2011; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2011; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2010; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2006; Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010; Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2011 e Item 15: Requerimento, de autoria do Senhor Senador Cyro Miranda.** Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. Os contrários que se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos iniciar a nossa reunião com o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 594, de 2011 – Não Terminativo –

Dispõe sobre a alíquota e destinação dos recursos arrecadados com a exploração do petróleo, gás natural e demais hidrocarbonetos fluidos extraídos sob o regime de partilha ou

sob o regime de concessão na área do pré-sal e em áreas ainda não contratadas e cria o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Educação Básica e Inovação (Funpei).

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Wellington Dias.

Com a palavra o Sr. Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, o parecer que apresento a esta proposição passo a lê-lo neste instante.

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 594, de 2011, de autoria dos ilustres Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cristovam Buarque.

Dividido em treze artigos, o projeto trata da distribuição dos *royalties* resultantes da exploração do petróleo e seus derivados e cria o chamado Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e Inovação (Funpei).

Na Seção I, o art. 1º circunscreve os dois objetivos do PLS nº 594, de 2011: dispor sobre a destinação dos recursos arrecadados com a produção do petróleo e seus derivados, sob o regime de partilha ou sob o regime de concessão na área do pré-sal e em áreas ainda não contratadas; e criar o Funpei, para aplicar esses recursos na educação básica e na inovação tecnológica.

A Seção II trata da origem e do uso dos recursos do Funpei.

O art. 2º prevê as seguintes fontes de recursos para o fundo:

1) as verbas de *royalties* e da participação especial advindas de campos explorados em regime de concessão, que venham a ser contratados após a entrada em vigor da lei em que se transformar o projeto;

2) as verbas de *royalties* da exploração de petróleo e derivados sob o regime de partilha, também restritas aos campos a serem contratados após a entrada em vigor da lei pretendida pelo projeto;

3) os *royalties* advindos de áreas do pré-sal exploradas sob o regime de concessão;

4) o rendimento das aplicações financeiras realizadas com os próprios recursos do fundo; e

5) outros recursos que lhe venham a ser destinados.

O art. 3º prescreve três possibilidades de aplicação dos recursos do Funpei: a educação básica, for-

mada pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio; a inovação, entendida como a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços; e a aquisição de ativos financeiros.

Segundo o dispositivo, a educação básica receberia dois terços dos recursos sacados do Funpei, e a inovação, um terço. Dos recursos destinados à educação básica, 60% seriam distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados, apurado a partir do Censo Escolar; 20% seriam distribuídos em função do desempenho dos alunos em exames nacionais da educação básica; e 20%, em função da evolução desse desempenho. Há previsão de regulamento para disciplinar essa distribuição.

O projeto explicita, ainda, que os recursos destinados às escolas em função do desempenho de seus alunos poderão ser utilizados para melhoria das instalações físicas, para aquisição de equipamentos ou para concessão de benefícios pecuniários ao corpo docente da instituição de ensino beneficiada.

Proíbe, também, que os gastos dos recursos recebidos pelas redes de ensino sejam contabilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para fins de cumprimento do dispositivo constitucional que determina a vinculação de 25% da receita de impostos e transferências desses entes federados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

No tocante à aplicação dos recursos destinados à inovação, o projeto limita-se a prever regulamento do Poder Executivo para disciplinar a matéria. Já no que se refere à aquisição de ativos financeiros, a proposição prevê que o Funpei comprará títulos do Tesouro Nacional. O fundo é autorizado a comprar títulos de outros emissores, até o limite de 20% do total aplicado, apenas se apresentarem perfil de risco de crédito e rentabilidade igual ou superior aos do Tesouro.

O art. 4º do PLS prevê a criação, por meio de ato do Poder Executivo, de um Comitê de Gestão Executiva e Financeira para administrar o Funpei, cujos membros não receberiam qualquer tipo de provento ou remuneração. As funções do Comitê seriam especificadas em regulamento e, em sua composição, estaria assegurada a participação dos seguintes ministros de Estado: Educação e Cultura (caberia emenda para corrigir a denominação do órgão – Ministério da Educação); Ciência, Tecnologia e Inovação; Fazenda; e Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Seção III dispõe sobre a acumulação do patrimônio do fundo.

O art. 5º estabelece que seriam estipuladas cotas de participação no Funpei para cada um dos entes

federados, de maneira cumulativa, com base nos critérios de distribuição de verbas detalhados no art. 3º.

O art. 6º veda a realização de desembolsos no primeiro ano de funcionamento do fundo, exceto para aquisição de ativos financeiros.

Segundo o art. 7º, do segundo ao nono ano, os desembolsos observariam limites progressivos, de 20% a 80%, em função da variação do patrimônio do fundo no ano anterior.

Nos termos do art. 8º, a partir do décimo ano de funcionamento, os gastos estariam limitados à variação patrimonial do fundo.

O art. 9º permite que os recursos investidos pelo Funpei, até o limite de 20% dos recursos do fundo, sejam aplicados em ativos no exterior, objetivando políticas complementares de redução de volatilidade de preços macroeconômicos, incluindo taxa de câmbio da economia brasileira.

Na Seção IV, que dispõe sobre o redirecionamento dos recursos oriundos da exploração do petróleo e do gás, os arts. 10, 11 e 12 fazem alterações de monta na legislação que trata do tema, tanto sob o regime da concessão (Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997), quanto sob o regime da partilha (Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010).

As alterações propostas à Lei nº 9.478, de 1997, compreendem: ?a previsão de que ao Funpei não se aplica a exigência de transferência de superávit apurado a cada balanço financeiro para a conta do Tesouro Nacional (mediante acréscimo de § 4º ao art. 45 da lei); ?o aumento de 10% para 15% da alíquota dos *royalties* referentes aos campos cujos contratos de exploração forem assinados a partir da vigência da lei em que o projeto se transformar, assim como a destinação integral desses recursos ao Funpei (nos termos do novo art. 47-A) ?a não aplicação dos critérios de distribuição hoje vigentes para *royalties* decorrentes da exploração dos campos do pré-sal, contratados sob o regime de concessão, que seriam integralmente destinados ao Funpei (conforme a redação dada aos arts. 48 e 49); a supressão da destinação da parcela federal dos *royalties* do pré-sal, decorrentes de contratos sob o regime de concessão, para o chamado fundo social, considerando a destinação integral dessas verbas ao Funpei (nos termos dos arts. 49 e 49-A); a destinação integral ao Funpei dos recursos da participação especial provenientes da exploração sob regime de concessão tanto no pré-sal quanto nos campos a serem contratados após a entrada em vigor da lei em que o projeto se transformar (segundo a redação dada ao art. 50).

Já as alterações ensejadas na Lei nº 12.351, de 2010, englobam: o estabelecimento de alíquota de 15% para os *royalties* obtidos com a exploração do petró-

leo sob o regime de partilha, além da vedação de seu ressarcimento ou inclusão no cálculo do custo em óleo (art. 42-A); a explicitação dos critérios de distribuição entre Estados, Municípios e União dos *royalties* devidos para contratos de exploração sob o regime de partilha de produção, quando a lavra ocorrer em terras ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres (art. 42-B); e a destinação ao Funpei dos *royalties* devidos para contratos de exploração sob o regime de partilha de produção, quando a lavra ocorrer no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva (art. 42-C).

Finalmente, na Seção V, o último dispositivo do PLS nº 594, de 2011, estabelece a vigência imediata da lei em que o projeto se transformar.

Após a apreciação deste colegiado, a proposição será analisada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e, para decisão em caráter terminativo, de Serviços de Infraestrutura (CI).

Em 28 de fevereiro de 2012, o Senador Wellington Dias apresentou emenda à proposição, destinada a designar a Caixa Econômica Federal como agente operador do Funpei, mediante a devida remuneração, tendo em conta a vasta experiência daquela instituição na gestão de vultosos fundos governamentais.

II – Análise

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais de educação e outros assuntos correlatos. Assim, o PLS nº 594, de 2011, na medida em que pretende carrear recursos adicionais para as redes de ensino e para as escolas de educação básica, de acordo com o desempenho de seus alunos em avaliações nacionais de rendimento, enquadra-se nas competências regimentalmente atribuídas à Comissão de Educação.

De fato, o projeto abarca matéria que vem sendo amplamente discutida pelo Congresso Nacional: como assegurar que os recursos derivados da exploração do petróleo no País, em especial frente às perspectivas de arrecadação decorrentes da lavra no pré-sal, possam ser repartidos entre os entes federados de forma socialmente justa e responsável e, ainda, como garantir que parte dessas verbas reverta-se em investimentos na educação.

A recente aprovação pelo Plenário desta Casa de substitutivo ao PLS nº 448, de 2011, do Senador Wellington Dias, que tramitou apensado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, e a outras duas dezenas de projetos, foi um marco nesse sentido. Da mesma forma, a aprovação por esta Comissão do PLS nº 138, de 2011, que destina 50% dos recursos do fundo

social para a educação, representou inegável avanço sobre o assunto.

Contudo, a proposição em análise tem alguns diferenciais importantes, que a distinguem dos projetos anteriormente aprovados e somam-se aos esforços que eles representam de maneira ainda mais abrangente.

Em primeiro lugar, o projeto tem como foco a mudança na regra de distribuição dos recursos de *royalties* de campos ainda não contratados, além daqueles advindos da área do pré-sal. Ou seja, a distribuição dos *royalties* e da participação especial dos campos já contratados sob regime de concessão, fora da área do pré-sal, permaneceria submetida aos critérios vigentes. Com isso, o PLS nº 594, de 2011, preserva as finanças dos atuais beneficiários do sistema de distribuição, mormente Estados e Municípios produtores, que já se acostumaram a contar com essas receitas em seus orçamentos.

No pré-sal, o projeto diferencia as áreas a serem exploradas sob o regime de partilha daquelas que se submetem ao regime de concessão. Nas áreas sob regime de partilha, a proposição limita-se, igualmente, aos contratos celebrados após a publicação da lei em que se transformar. Além disso, destina ao Funpei apenas os *royalties* decorrentes da lavra no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, mantendo a repartição entre Estados, Municípios e União dos *royalties* advindos da lavra em terra, lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres.

Nas áreas do pré-sal sob regime de concessão, o projeto não se restringe aos campos a serem contratados no futuro, incluindo no Funpei os *royalties* de campos cujos contratos porventura já estejam em vigor. A justificação para tal é que, embora parte das áreas do pré-sal tenha sido contratada sob o regime de concessão, sua produção ainda é incipiente. Assim, a alteração das regras de distribuição não afetaria diretamente as finanças atuais dos entes produtores. Ou seja, eles deixariam de ganhar recursos no futuro, mas não iriam perder receitas de que já dispõem.

Outro diferencial importante do PLS nº 594, de 2011, é a destinação de recursos de *royalties* não só para que as prefeituras e governos estaduais apliquem em educação, mas também para os próprios estabelecimentos de ensino, fortalecendo a autonomia escolar. Além disso, o projeto traz a novidade de vincular a indicadores de desempenho dos alunos parte das verbas que destina à educação básica, o que revela preocupação direta com a melhoria da qualidade do ensino.

Sob a perspectiva da educação, portanto, à qual se circunscreve a competência regimental desta Comissão sobre a matéria, não temos dúvidas sobre o mérito do PLS nº 594, de 2011. Vale lembrar que o próprio

Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, em audiência realizada neste colegiado, em 29 de fevereiro do presente ano, apontou para a vinculação de recursos de *royalties* do petróleo à educação como uma alternativa desejável e viável para incrementar as verbas de financiamento do setor. Esses recursos adicionais poderiam, inclusive, assegurar o cumprimento da lei do piso salarial profissional do magistério nos Estados e Municípios que enfrentam dificuldades para arcar com essa necessária política de valorização do docente.

Não obstante, Sr. Presidente, identificamos no projeto algumas incongruências formais, que deveriam ser sanadas por meio de emendas, bem como possibilidades de aperfeiçoamento, que passamos a apresentar a seguir.

No que tange ao mérito educacional, sugerimos emenda no inciso I do art. 3º para delimitar a aplicação dos recursos do Funpei na educação básica pública, e somente nela.

Adicionalmente, nos incisos I, II e III do § 2º do mesmo art. 3º, propomos emenda destinada a aprimorar as regras de distribuição sugeridas, no projeto, dos recursos vinculados à educação básica. A nosso juízo, seria recomendável destinar 80% dos recursos do Funpei às redes de ensino, sendo 40% distribuídos pelo critério *per capita*, 20% distribuídos segundo os resultados aferidos nas avaliações nacionais de desempenho escolar e 20% segundo a evolução do desempenho de toda a rede de ensino nessas mesmas avaliações. Os 20% restantes seriam diretamente transferidos aos estabelecimentos de ensino, de acordo com sua evolução nas avaliações nacionais de aprendizagem.

Com essas alterações, a ideia original do PLS – premiar as escolas segundo o desempenho de seus alunos – seria mantida, mas criar-se-ia um incentivo adicional para que as redes de ensino melhorassem o desempenho de todos os seus estudantes. Ademais, seriam minimizadas injustiças intrínsecas à desigualdade educacional prevalente no País, uma vez que o resultado de determinado estabelecimento de ensino nas avaliações de aprendizagem é influenciado por diversos fatores externos, como as condições socioeconômicas dos alunos e a eventual aplicação de mecanismos de pré-seleção de estudantes (os chamados “vestibulinhos”).

Já no § 9º, também do art. 3º, apresentamos emenda para incluir a União, além dos Estados e Municípios, na vedação de que os recursos recebidos do Funpei sejam contabilizados como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

No que respeita a ajustes de redação e de técnica legislativa, é preciso ajustar o nome dado ao Funpei,

que apresenta discrepâncias entre a ementa do projeto e seu art. 1º.

Faz-se necessária, também, emenda no inciso II do art. 2º, com o fim de adequar o dispositivo ao que está expresso na justificação e no art. 12 da proposição: a destinação ao Funpei das verbas de *royalties* decorrentes do regime de partilha restringe-se aos recursos oriundos da lavra no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva.

O comando do art. 11, por sua vez, requer emenda de redação, pois esse dispositivo, além de incluir o art. 47-A e alterar os arts. 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 1997 – modificações mencionadas no *caput* –, altera também o art. 48 da mesma lei e nela inclui o art. 49-A, sem explicitá-lo.

Finalmente, apresentamos emenda de redação para corrigir a numeração dos arts. 10 e 11, bem como da cláusula de vigência, erroneamente grafada como art. 11.

Com essas alterações, julgamos que o PLS nº 594, de 2011, deve ser acolhido, no mérito, por esta Comissão. Ressaltamos que os aspectos relacionados à constitucionalidade, viabilidade econômico-financeira e adequação ao marco regulatório dos hidrocarbonetos deverão ser tratados pelas comissões que nos sucederão na análise do projeto.

É bom lembrar: as demais comissões desta Casa julgam questões fundamentais como constitucionalidade e outros aspectos. Esta Comissão tem a incumbência de julgar o mérito da matéria, o mérito do projeto.

Quanto à emenda apresentada pelo Senador Wellington Dias, opinamos que, além de tratar de matéria que extrapola as atribuições regimentais da Comissão de Educação, invade a competência exclusiva do Poder Executivo para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, conforme estabelece o art. 84, VI, da Constituição. Assim, parece-nos mais adequado que o Poder Executivo defina, em regulamento, o responsável por gerir o Funpei, com base em análise que considere não só a capacidade técnica da instituição financeira, mas também os custos administrativos envolvidos. Em que pese à reconhecida experiência da Caixa Econômica Federal na administração de ativos e passivos de fundos governamentais, não nos parece a melhor alternativa estabelecer, de pronto, a exclusividade dessa instituição na gestão do fundo que venha a ser criado pela aprovação do PLS nº 594, de 2011.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Wellington Dias e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011, de autoria dos nobres e eminentes Senadores

Aloysio Nunes Ferreira e Cristovam Buarque, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº..., DE 2012

Dê-se ao inciso I, do art. 3º, do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 3º
I – na educação básica pública, nos termos do inciso I, do art. 21, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

EMENDA Nº..., DE 2012

Substituam-se os incisos I, II e III, do § 2º, do art. 3º, do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011, pelos seguintes incisos I, II, III e IV:

“Art. 3º
Ainda na mesma emenda:
I – quarenta por cento serão distribuídos às redes de ensino, proporcionalmente ao número de alunos informado no Censo Escolar, na forma do regulamento;
II – vinte por cento serão distribuídos às redes de ensino, em função do desempenho dos respectivos alunos nas avaliações nacionais de rendimento escolar, na forma do regulamento;
III – vinte por cento serão distribuídos às redes de ensino, em função da evolução do desempenho dos respectivos alunos nas avaliações nacionais de rendimento escolar, na forma do regulamento;
IV – vinte por cento serão transferidos diretamente para os estabelecimentos de educação básica, em função da evolução do desempenho dos respectivos alunos nas avaliações nacionais de rendimento escolar, na forma do regulamento.

EMENDA Nº..., DE 2012

Inclua-se no § 9º, do art. 3º, do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011, a expressão “pela União”, logo após o termo “considerados”.

EMENDA Nº..., DE 2012

Substitua-se na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011, a expressão “Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Educação Básica e Inovação – Funpei” por “Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e da Inovação” (também com o nome de Funpei).

EMENDA Nº..., DE 2012

Inclua-se no inciso II, do art. 2º, do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011, a expressão “, quando a

lavra ocorrer no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva,” após a expressão “em regime de partilha”.

EMENDA Nº..., DE 2012:

Dê-se ao *caput* do art. 11 do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 11. A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:
.....”

EMENDA Nº..., DE 2012

Renumerem-se os arts. 10, 11 e 11 (deve ter havido um equívoco de redação. Então é 10 e 11) do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011, como arts. 10, 11 e 13, respectivamente.

Sr. Presidente, esse era o parecer, muito longo, mas, sem dúvida obedecendo às normas regimentais, completamente esclarecido do ponto de vista de análise e também do ponto de vista de emendas apresentadas.

E quero aduzir e acrescentar que, de fato, o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, quando mencionou, nesta Comissão, que era necessário vincularmos recursos da exploração do pré-sal e de futuras explorações de petróleo à educação demonstrou e deu uma informação importante sobre o que o Governo tem como pensamento acerca desse assunto.

E muito se falou de pré-sal, muito se fala de petróleo, mas sempre destinando recursos, de uma forma geral, e desses recursos, de uma forma geral, separando aqueles 25% que seriam para a educação, que, sem dúvida, é muito menos do que propõe este projeto.

É importante que esta Comissão analise este projeto e, se possível, o aprove, para que ele tramite nas outras comissões e, quem sabe, tenhamos finalmente a educação inserida nesse contexto e nesse assunto tão importante que é o petróleo para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Um belo e longo parecer, na forma do regulamento, não é isso, Senador Paulo Bauer?

Em discussão. (*Pausa.*)

Senador Cristovam Buarque, autor do projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, se não fosse por nenhuma outra razão esse projeto já teria o grande mérito de ter merecido um parecer tão detalhado, completo como o do Senador Bauer. Quero dizer que esse parecer merece ser guardado.

O trabalho do Senador Wellington também foi um bom trabalho, mas não é esse o único mérito do projeto. Esse projeto, que já tentei, algum tempo atrás, junto com o Senador Tasso Jereissati e agora com o Senador Aloysio Nunes, que não está aqui porque está

na CPMI, tenta fazer aquilo que o óbvio recomenda, que é regulamentar o uso dos recursos que vierem do pré-sal e muitos de nós, eu próprio tenho minhas dúvidas se haverá esse recurso todo que se espera, mas, ele vindo, fazer com que ele seja permanente.

Nós não podemos torrar, desculpe a expressão, desculpe o verbo, mas nós não podemos torrar a riqueza que está no subsolo brasileiro há duzentos milhões de anos. Não podemos gastar isso, como fizeram países como a Venezuela, países como a Arábia Saudita, países como o Irã, até algum tempo atrás, até descobrirem o suicídio que eles estavam fazendo ao queimar os *royalties* do petróleo, ao mesmo tempo que a gente queima o petróleo, porque não tem nenhum valor outro o petróleo a não ser ser queimado. Mas a maneira de proteger essa riqueza é, mesmo queimando fisicamente o petróleo, o que ele gera de renda, de riqueza, ficar permanente. Esse é o objetivo. E esse é um objetivo tão óbvio que esse projeto já devia ter passado há muito tempo, embora alguns outros projetos de lei já vão nessa direção.

O próprio Governo apresentou o projeto que cria o fundo social. O Senador Inácio Arruda apresentou, junto com o Senador Valadares, um projeto que reserva recursos dos *royalties* para a educação. Então, a ideia de um fundo já está presente em diversas leis. A nossa só tem de diferença a radicalidade, em dois sentidos, a radicalidade de não gastar a renda e, sim, colocar o dinheiro em um fundo e só usar a renda que esse fundo gera – e essa é uma radicalidade positiva. Sem ela, os recursos serão queimados da mesma maneira que o petróleo – e, segundo, vincular na educação de base, e não em tantos setores como o fundo social permite.

A outra coisa é a inovação de distribuir proporcionalmente ao número de alunos. Seria um avanço nos moldes do que alguns países mais cuidadosos fizeram quando descobriram os seus petróleos, como é o caso da Noruega. Seria o Brasil não ser outra vez um país do tipo que foi a exploração do petróleo na Venezuela, na Arábia Saudita e no Oriente Médio inteiro. Gastar, gastar, gastar e queimar. Eu tenho dito que felizmente esse pré-sal não veio ainda, porque se tivesse vindo estavam botando ar condicionado nos estádios para a Copa do Mundo. Não tenha dúvida disso, porque cria uma euforia de gastar dinheiro. Então esta é a ideia: não vamos queimar um dinheiro que pertence às próximas gerações. Não vamos fazer estádios de futebol com um dinheiro que vai se acabar, que é o petróleo. Vamos colocar isso, Senador Paim, em um fundo. Vamos usar a renda. E vamos usar essa renda para a educação de base, o único recurso realmente permanente.

Do ponto de vista social, teria muitos outros usos. Poderíamos usar, por exemplo, para aposentados, como eu serei em algum momento. Espero viver o suficiente. Seria possível usar na saúde. Seria correto usar em muitos projetos sociais. Mas esses projetos sociais se esgotam no presente. Quando a gente gasta dinheiro na saúde, está atendendo eu, o doente de hoje, não está atendendo aos doentes do futuro. Quando eu pago uma aposentadoria a mim, como aposentado, está gastando com o idoso de hoje, não está cuidando de todos os idosos do futuro. Só através da educação é que a gente vai cuidar na saúde, na aposentadoria e em tudo, daqueles do futuro.

Por isso eu quero insistir, agradecendo ao Senador Bauer, que acho que seria positivo esse projeto avançar daqui, ir para as outras comissões, não é terminativo, onde outros detalhes seriam analisados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Passa ainda por três comissões.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de tirar uma dúvida aqui, perguntando ao Relator e também aos autores da matéria, o Senador Cristovam Buarque, juntamente com o Senador Aloysio Nunes, e o Senador Paulo Bauer como Relator, porque tenho informação da assessoria de que a criação de um fundo não pode ser por projeto de lei e, sim, por uma PEC, uma proposta de emenda à constituição. E, nesse caso aqui, altera dois artigos da Constituição, que são os artigos 165 e 167. Então, minha dúvida é: embora a Comissão de Constituição e Justiça ainda vá analisar a constitucionalidade, eu queria tirar esta dúvida, se realmente pode ser por um projeto de lei, se não seria por uma proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A impressão que tenho é de que você pode criar um fundo constitucional por uma PEC, é um fundo constitucional, e pode criar por lei também. Pessoalmente, não vejo, mas passo a palavra ao Relator.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, respondendo à Senadora Ana Rita, posso dar a seguinte informação: primeiro, é verdade que a Comissão de Constituição e Justiça é que analisa a constitucionalidade. Na verdade, temos que, num determinado momento, restabelecer na Casa o que é, efetivamente, competência da CCJ e o que não é. Hoje, a CCJ, e não é deste mandato, é de vários, vem analisando as matérias sob o ponto de vista do mérito, e isso não é competência da CCJ. A CCJ tão

somente deveria analisar as questões na constitucionalidade ou não.

O Regimento Interno foi elaborado exatamente para que Comissões como esta de Educação, Cultura e Esporte analisassem o mérito das matérias e somente o mérito. Por isso, como Relator da matéria, não posso entrar aqui na questão da constitucionalidade ou não, tenho que me ater ao mérito. É bom para o País ou não é? É necessário ou não é? É possível fazer ou não é? Claro que é possível. Se, amanhã ou depois, o Governo mandasse uma PEC para cá, e ela fosse aprovada, a proposição dos Senadores Aloysio e Cristovam estaria sendo colocada em prática por um projeto de lei, porque, sem projeto de lei, você não pode fazer funcionar um dispositivo constitucional que cria um fundo.

Ora, na falta da proposta de emenda constitucional do Governo, aí, associe-me à manifestação do nosso Presidente Roberto Requião, por que não esta Comissão dar o início do processo de discussão e de encaminhamento do assunto, oferecendo uma proposição à Comissão de Constituição e Justiça e, ao mesmo tempo, ao Governo? Porque o que fazemos nesta Casa é do conhecimento do Governo, tem assessores do Ministério da Educação presentes durante a reunião aqui, tem toda a representação do Governo na liderança e nos vários ambientes da Casa, que acompanha o trâmite dos processos.

Também é importante dizer que não será a primeira vez que projeto como este será aprovado no Senado propondo a criação de fundo. Disse-me a assessoria, há instantes, que houve no mandato e na legislatura passada, uma proposição semelhante de autoria do Senador do Ceará Tasso Jereissati, que foi aprovado pelo Senado e já está sendo analisado para votar na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – *(Fora do microfone)*

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Nosso Presidente sempre espirituoso!

Mas, de qualquer forma, Senadora Ana Rita, conhecendo a sua postura e a sua contribuição em favor da educação, a sua história e, principalmente, a sua contribuição com os trabalhos desta Comissão, quero dizer a V. Ex^a, não sei qual é a opinião do Senador Cristovam Buarque, que vai falar em seguida, mas quero dizer a V. Ex^a que, aprovando isso, não estaremos cometendo nenhum erro do ponto de vista regimental e, tenha a certeza, V. Ex^a, muito menos de ordem política. Não estaremos cometendo nenhum erro, já que esta é uma questão que está acima da questão ideológica, está para o futuro e não está para o presente e já tem

manifestação formal do próprio Ministro da Educação, perante esta Comissão, quando aqui esteve.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– O meu é um simples comentário. Não vou entrar na constitucionalidade ou não, mas, se a assessoria acha isso, a gente poderia entrar com uma declaração de inconstitucionalidade em diversos fundos criados pelo Governo por meio de leis.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Vamos entrar com uma declaração de inconstitucionalidade da assessoria, porque a assessoria não participa da discussão dos Senadores; ela assessora os Senadores.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Sr. Presidente, este é um dos temas mais significativos do debate político da Comissão de Educação: financiar a educação pública sem que seja necessária a criação de um novo tributo. O fundo já estabelecido no novo marco regulatório de petróleo e gás para a área do pré-sal especialmente, que vai mais adiante porque vincula também os *royalties* das áreas já exploradas, é muito correto do ponto de vista político para um objetivo de grande mérito. Essa é a questão central.

Acho que, na nossa Comissão, como vai se debater e discutir levando-se em conta o mérito – vamos ter outras Comissões – tenho a opinião, Sr. Presidente e Sr^a Ana Rita, de que sempre há esta polêmica entre nós, da criação de fundos. Sempre há um debate. Lembro-me da discussão entre nós e a Receita Federal, quando se discutiu, pela primeira vez, o Simples. Houve uma carga terrível da Receita Federal. O nosso amigo Everardo Maciel esteve aqui umas dez vezes. E, nas dez vezes, reafirmou que não, que aquilo ia diminuir, ia criar dificuldade, a receita ia cair não sei quanto. E nada! Aprovamos, implantou-se o Simples, ampliamos o Simples para o Supersimples e, agora, já temos o super do super, tudo dando certo, funcionando.

Acho que houve um direcionamento ajustado, correto, quer dizer, alterar o uso dos recursos do pré-sal sem criar novo imposto, termos recursos para financiar a educação, alcançar os sonhados 10% do PIB, que é o grande desejo daqueles que estão defendendo o novo Plano Nacional de Educação (PNE), acho que é o caminho. Claro, sempre vai haver um problema, a Fazenda vai dizer “não, vamos por outro caminho, vamos por outro jeito, vamos por outro meio”. Deixa passar isso aqui, vamos botar nas mãos do Governo a decisão.

Fizemos – o Senador Cristovam fez referência – uma proposição de 50% do fundo social do pré-sal para a educação. Aqui avança para os *royalties*, como um conjunto todo. E é do rendimento, do rendimento

mesmo. O rendimento protege o fundo. Se se usar o rendimento para a educação, serão mais alguns bilhões de reais/ano para a educação. Pode-se melhorar a qualidade da infraestrutura da área educação, pode-se melhorar a qualidade do aluno, ajudar o aluno para que ele melhore, ajudar o professor – em salário mesmo, aumentando os salários dos professores no Brasil, já que é muito baixo o salário do professor no Brasil, na educação básica, na educação infantil, na alfabetização. Era para ser o inverso. Na alfabetização, era para o professor ter o ganho que tem o professor universitário, e ir diminuindo até chegar à universidade. No Brasil, é o inverso: o professor universitário tem um ganho bem maior do que aquele que está na educação infantil.

Tenho a opinião, Sr. Presidente de que deveríamos viabilizar, encontrar os meios, até discutir na Comissão de Constituição e Justiça. O maior interesse desta Comissão é ver o projeto aprovado. Então, nós, da Comissão de Educação, deveremos ir à Comissão de Justiça discutir com os nossos colegas da Comissão de Justiça no sentido de que essa questão meritória ultrapassa as barreiras que possam, por acaso, surgir naquela Comissão. E há precedentes! Há precedentes da criação de fundos pelo Congresso Nacional. Então, sinceramente, não vejo por que criar obstáculo à aprovação da matéria na nossa Comissão.

Aqui, deveríamos aprovar por unanimidade e deixar a polêmica da constitucionalidade para a Comissão de Justiça. E, lá, nós, educadores e defensores da destinação dos recursos para a educação, deveríamos fazer uma pressão grande, gigantesca para eles aprovarem na Comissão de Justiça. Acho que esse é o caminho que devemos percorrer. Falei em Everardo Maciel porque era no Governo Fernando Henrique, mas as pressões da Fazenda continuam aqui, gente, sempre, porque é a lógica da organização do Ministério, da Receita, que querem ter o controle desses fundos, querem manter. “Ninguém toca nisso! Ninguém mexe! Só nós!” É assim, mas somos nós que determinamos, amigo. Esse é o problema.

Eu acho que nós deveríamos aprovar aqui e deixar seguir, porque vai haver uma boa disputa na Comissão de Constituição e Justiça para anular. Se nós perdermos, não tem problema, mas nós levamos às últimas consequências o objetivo principal da nossa Comissão de Educação, que é garantir melhores condições para formar os nossos garotos e jovens na sequência. É aqui que nós devemos insistir e persistir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não regimentalmente, dou duas opiniões. Primeiramente, é muito importante que se inicie esse debate. Porém, eu colocaria duas questões:

primeiro, quem administra esse fundo? De repente, esse fundo pode ser administrado pelo Santander, pelo Goldman Sachs; é um problema a administração do fundo. E o segundo problema é que nós teremos que estabelecer uma salvaguarda, porque se pode suprir com o fundo e o Governo retirar do orçamento, como aconteceu como a CPMF. Era para a saúde e acabou não sendo. Mas essas são coisas para serem discutidas na sequência.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Requião, muito rápido, na linda do que os Senadores já falaram.

Houve um episódio em que eu participei ativamente da criação de um fundo, o Fundep (Fundo de Investimento para o Ensino Técnico Profissionalizante). À época, o que me disseram foi exatamente isto: eu apresentei um projeto de lei e disseram que eu tinha que apresentar uma PEC. O que eu fiz? Apresentei o projeto de lei, que continua tramitando, e apresentei a PEC. E qual é a vantagem da PEC no meu entendimento? Uma vez aprovada, a PEC não sofre veto. Por isso, o projeto continua tramitando e a PEC já está no Plenário. Então, a vantagem de eu ter apresentado uma PEC é que esta não pode sofrer veto.

Eu sou totalmente favorável a aprovarmos o projeto e se, no futuro, vier uma PEC, melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, só mais uma manifestação...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mais uma manifestação do Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bem pequena.

É que eu disse que um dos méritos desse projeto foi o parecer. Contudo, quero registrar que outro mérito é a minha percepção da grandeza do Senador Inácio Arruda. Como ele tem um projeto que já reserva 50%, ele poderia até dizer: “Deixa o meu projeto ficar aí; deixa esse projeto ficar para lá”. Mas ele veio aqui na defesa desse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – (*Intervenção fora do microfone.*) Não é o que regularmente acontece.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim; é o que raramente acontece.

Então, quero registrar aqui que esse é outro mérito do projeto: a grandeza que o Senador Inácio Arruda manifestou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais quem deseje discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Um bom momento da Comissão de Educação.

Nós vamos para o item nº 3 da pauta.

O relatório do Senador Benedito de Lira já foi lido e discutido exaustivamente, se não me engano, em duas ou três reuniões. Há um voto em separado de autoria do Senador Inácio Arruda, a quem concedo a palavra para a leitura do seu voto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, considerando o mérito da iniciativa da Senadora Ana Rita, eu fiz uma proposição modificativa no meu voto em separado, rejeitando o parecer do Senador Benedito de Lira e propondo uma alteração, qual seja, a de que nós, agora, decidíssemos, simplesmente, resolver um problema que atenta contra os direitos humanos, que é você manter uma das alas do Senado com o nome de Filinto Müller.

Então, eu retiro a contraposição de Prestes a Filinto Müller, deixando apenas a proposição da Senadora de retirar o nome de Filinto Müller, ficando a designação do nome da ala para um projeto posterior.

É o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não muito regimentalmente também, mas eu gostaria de ouvir a opinião da Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, nós conversamos e tenho concordância com a proposta que traz em seu voto em separado o Senador Inácio Arruda, até porque, para nós, é importante essa alteração do nome da ala. É claro que eu gostaria muito que a ala tivesse o nome do Prestes, mas, para que haja aqui certo consenso, eu manifesto também concordância com o voto em separado do Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, com a autora concordando, é claro que ninguém deve ficar contra.

Entendo perfeitamente a posição do Senador Inácio, mas eu, pessoalmente, defenderia que fosse Carlos Prestes. Só quero deixar registrado que eu votaria como a Senadora pediu. Mas estou totalmente de acordo que aprovemos dessa maneira. Tiramos o nome, depois discutimos qual será o nome.

Aliás, insisto em que, durante o tempo que fiquei nessa ala, em meus cartões de visita eu não colocava Filinto Müller, eu colocava Ala da Biblioteca. Meus cartões de visita eu fiz fora do Senado para poder dizer isso. De repente, pode ser Ala da Biblioteca.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para dizer que eu acompanho a declaração do Senador Cristovam, porque eu também votaria no projeto original, mas acompanho o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, o que propõe o Senador Arruda é que dividamos esse processo em duas partes. Eu acho muito saudável, porque o que estamos tentando conseguir na Comissão é um consenso, a participação da maioria dos Senadores, não uma modificação abrupta que contrariasse, numa determinada reunião, a opinião que poderia ser da maioria.

Tenho certeza de que a Senadora Ana Rita irá propor novamente a outra metade da sua proposição.

Continua em discussão.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Eu quero, Sr. Presidente, com a sua permissão, apenas fazer uma observação. Acho que a proposição é muito adequada porque é um negócio muito complicado a gente trocar um morto pelo outro. Então, é melhor primeiro eliminar o nome que está e depois pensar no futuro nome que se vai dar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Parece que o Senador Inácio Arruda conseguiu um consenso na Comissão, pelo menos hoje.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já é alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Coloco em votação...

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para reafirmar que, para conseguir esse consenso, o Senador Inácio Arruda teve que fazer um sacrifício quase que familiar, tendo que retirar o nome de Prestes.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É verdade.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Então a gente vota com ele sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos colocar em votação o projeto, o relatório do Senador Benedito de Lira. Quem votar contra o relatório do Senador Benedito de Lira, pela rejeição, abre a possibilidade à Mesa de colocar em votação o relatório do Senador Inácio Arruda, que já

toma a qualidade de Relator do vencido também no processo.

Os Senadores que são pela rejeição do relatório do Senador Benedito de Lira permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a rejeição do relatório – não é o relatório da rejeição, é a rejeição do relatório.

Coloco em discussão o relatório do Senador Inácio Arruda, o voto em separado do Senador Inácio Arruda. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

Esta votação não é terminativa na nossa Comissão. Daqui, ela irá para a Mesa, onde provavelmente irá dormir por algumas décadas... Ou não, não é, Senadora Ana Rita?

Vamos ver se temos mais alguma matéria não terminativa.

O Senador Cássio Cunha Lima, que está na CPMI, solicitou, o que é o contrário da nossa regra estabelecida, que votássemos a matéria da qual ele é Relator mesmo na sua ausência. Se o Senador Cristovam Buarque concordar, será o Relator *ad hoc* do item 6 da pauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com prazer, Senador. Dê-me um minuto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para instituir a obrigatoriedade da publicação de dados relativos a projetos culturais que tenham captado recursos mediante renúncia fiscal e que não tenham sido objeto de avaliação final pelo Ministério da Cultura.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 22, de 2012, de autoria do Senador Alvaro Dias, propõe-se a alterar a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para instituir a obrigatoriedade da publicação de dados relativos a projetos culturais que tenham captado recursos mediante renúncia fiscal e que não tenham sido objeto de avaliação final pelo Ministério da Cultura.

De acordo com a nova redação do *caput*, os projetos aprovados na forma do art. 19 da referida lei serão, durante sua execução, acompanhados e avaliados pela Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), do

Ministério da Cultura (MinC), ou por quem receber a delegação dessas atribuições.

Já a nova redação dada ao § 1º determina que a Sefic/MinC, após o término da execução dos projetos previstos no autorreferido artigo, deverá, no prazo de seis meses, fazer uma avaliação final da aplicação correta dos recursos recebidos.

Por fim, o vigente § 3º – renumerado como § 4º, com redação preservada –, prescreve que o Tribunal de Contas da União incluirá em seu parecer prévio sobre as contas do Presidente da República análise relativa à avaliação.

Na justificação desse PLS, o Senador Alvaro Dias argumenta ser necessário que a fiscalização da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passe a ocupar mais espaço no Congresso Nacional, visto que diz respeito à renúncia fiscal para uma área sensível como é a da cultura.

Ressalta também que, embora esteja em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.722, de 2010, para criar o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura em substituição à Lei Rouanet, é urgente que a fiscalização seja aperfeiçoada.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esportes apreciar matérias que digam respeito às políticas culturais. E esse é o caso da matéria sob exame.

Inicialmente, cabe reconhecer que a política de incentivo à cultura que é levada a cabo sob a orientação da Lei nº 8.313, de 1991, reveste-se da maior importância para o País.

Em segundo lugar, deve-se ressaltar que, por ser recurso provindo de renúncia fiscal, nem por isso deixa de ser recurso público, retirado de outras áreas, para eventos, projetos e espetáculos culturais. Nem de longe se poderia pensar que tais recursos não devam estar sob estrita fiscalização. Eu quero repetir esta frase: nem de longe se poderia pensar que tais recursos não devam estar sob estrita fiscalização. É forçoso reconhecer, com o Tribunal de Contas da União, que a não apreciação de prestações de contas compromete sobremaneira essa política. Se não sabemos se estão sendo adequadamente empregados os recursos, como poderemos, ano a ano, renovar o aporte de recursos tributários do Imposto de Renda para a cultura?

As alterações propostas ao art. 20, da Lei nº 8.313, de 1991, revelam-se, pois, adequadas aos princípios da moralidade pública. Ademais, atualizam a nomenclatura dos órgãos encarregados dessa política.

Com relação à nova redação do *caput* e do § 1º do artigo, não há inovação, senão da nomenclatura dos órgãos, pois à época da edição da lei era ainda a Secretaria de Cultura da Presidência da República.

A principal inovação está, pois, no novo § 3º, ao estabelecer a obrigatoriedade de publicação da relação completa dos projetos cuja execução já tenha sido concluída e que não tenham sido objeto da avaliação prevista no § 1º do autorreferido art. 20.

No tocante à técnica legislativa, cabem as seguintes correções, mediante emendas de redação, a fim de adequar o projeto aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998:

1) a redação do § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, mantida no projeto, deve-se ser alterada para substituir “parágrafo anterior,” por “§ 1º” e corrigir a pontuação;

2) no novo § 3º, deve-se substituir a expressão “no §1º deste art.” por “no § 1º”;

3) no final do § 4º – renumeração do vigente § 3º –, deve-se substituir “esse artigo” por “este artigo”.

III – VOTO

Observado o mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2012, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CE (de Redação)

Dê-se ao § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2012, a seguinte redação: “§ 2º Da decisão a que se refere o § 1º caberá pedido de reconsideração ao Ministro de Estado da Cultura, a ser decidido no prazo de sessenta dias.”

EMENDA Nº – CE (de Redação)

Substitua-se, no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2012, a expressão “§1º deste art.” por “§ 1º”.

EMENDA Nº – CE (de Redação)

Substitua-se, no § 4º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2012, a expressão “esse artigo” por “este artigo”.

O parece, portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação.

E repetindo aquela frase que repeti: Não se pode imaginar que isto aqui não esteja em vigor.

Portanto, vamos então apressar para dar transparência a esses gastos com o dinheiro público, com qualquer setor, inclusive com a cultura.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Cássio Cunha Lima, que foi lido, pelo Relator *ad hoc*, Senador Cristovam Buarque. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores e Senadoras favoráveis permanecem como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*
Aprovado.

Encerramos, nesta altura, a nossa reunião da Comissão de Educação, porque todos os projetos em pauta são terminativos ou não temos relatores presentes. E não temos quórum para prosseguir com a votação. Até a próxima terça-feira.

(Iniciada às 11 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2012. – AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às dez horas e três minutos do dia treze de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, Antonio Russo e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta e João Ribeiro. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 35/2012-CE, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Amélia e Paulo Davim, destinado a debater a **“As cotas de patrocínio aos clubes de futebol que participam do Campeonato Brasileiro”**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Deputada Federal Fátima Bezerra (PT/RN); Senhor Flávio Lara Resende, Diretor Geral do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Senhor Paulo Tonet Camargo, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Senhora Heloísa Helena de Macedo e Almeida, Diretora de Relações Institucionais do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Senhor José Leal Neto, Advogado do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Senhor Weber Magalhães, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) da Região Centro Oeste e Senhora

Jucelane Tagliari, Assessora da Diretoria de Relações Institucionais das Organizações Globo. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Juca Silveira, Diretor de Planejamento do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Senhor Marcelo Campos Pinto, Diretor Executivo do Globo Esporte – Rede Globo; Senhor Senador Zezé Perrella, Ex-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Senhor Alexi Portela Júnior, Presidente do Esporte Clube Vitória (BA) e Senhor Eduardo Serrano da Rocha, Presidente da Liga de Futebol do Nordeste**. Neste momento, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, informa ao Plenário que justificaram ausência os Senhores Álvaro Melo Filho, Consultor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Milton Neves, jornalista; Roberto Dinamite, Presidente do Club de Regatas Vasco da Gama; Cesar Lima, Gerente Financeiro do Santos Futebol Clube (SP) e Paulo Odone, Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, convidados como expositores para a presente reunião. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia e Paulo Davim (não membro da CE), autores do Requerimento. Prosseguindo, a Presidência submete ao Plenário proposta no sentido de autorizar o uso da palavra, na Audiência Pública, pelo Senhor Weber Magalhães, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), da Região Centro-Oeste, para complementar o debate. A proposta é aprovada. Logo após, o Senhor Senador Paulo Davim encaminha proposta no sentido de requerer à Consultoria do Senado Federal um resumo sintético com o fim de consolidar as discussões, sugestões e recomendações levantadas na presente Audiência Pública, para posterior envio aos participantes da reunião e às entidades representativas do setor esportivo. A proposta é aprovada. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação,

Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 35, de 2012, desta Comissão, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Ana Amélia e Paulo Davim, para a realização de audiência pública destinada a debater as cotas de patrocínio aos clubes de futebol que participam do Campeonato Brasileiro.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Ricardo Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. *(Pausa.)*

Saúdo os convidados que já estão chegando.

Na composição original dos trabalhos desta audiência pública, solicitada pelo Senador Paulo Davim e outros colegas Parlamentares, eram dez, e dividiríamos em duas mesas, dado o número de convidados. Devido à impossibilidade de comparecimento, devidamente justificada por razões diversas, de alguns dos convidados... O representante da CBF, Dr. Álvaro Melo Filho, está no exterior, com problemas de saúde na família, representante do Sr. José Maria Marinho. Milton Neves está com problemas de agenda e, por isso, encaminhou a justificativa da ausência, desejando sucesso ao evento. Roberto Dinamite, Presidente do Vasco, que também enviou, está fora do Brasil e, por isso, não comparece. Então, razões justificadas. César Lima, representante do Santos Futebol Clube, não conseguiu embarcar para Brasília, porque o voo em que estava marcado foi cancelado. Paulo Odone, Presidente do Grêmio, não pôde vir também por problemas de agenda, mas justificou, por meio de ofício, o não comparecimento. Dessa forma, nós estamos fazendo apenas uma audiência, não dividida como estava originalmente imaginada. E o Eduardo Rocha está a caminho, porque desembarcou, há pouco, no aeroporto de Brasília.

Eu queria saudar o Senador colega Zeze Perrella, representante do Esporte Clube Cruzeiro, de Minas Gerais; o Marcelo Campos Pinto, Diretor Executivo do Globo Esporte – Rede Globo; e Alexi Portela Júnior, Presidente do Esporte Clube Vitória, da Bahia. Daqui a pouco, a Senadora Lídice da Mata virá aqui para prestigiá-lo, porque ela é torcedora e está sempre atenta. Queria também saudar o Juca Silveira, Diretor de Pla-

nejamento do Grupo Bandeirantes de Comunicação, e o Eduardo Rocha, que, como disse, está a caminho.

Para fazer uso da palavra, por dez minutos, convido o Senador Zeze Perrella. *(Pausa.)*

Como o Senador Zeze Perrella, por um ato de cortesia, meu caro Senador Paulo Davim – a sugestão foi que começássemos pelo nosso colega Zeze Perrella, que, além de Senador, preside um dos clubes importantes do País –, declina da preferência da exposição, convido o Juca Silveira, Diretor de Planejamento do Grupo Bandeirantes de Comunicação, para fazer uso da palavra por dez minutos.

O SR. JUCA SILVEIRA – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Ana Amélia. Bom dia, Senador Davim. Bom dia, Senador Zeze Perrella, meus colegas de Mesa, Dr. Marcelo, Dr. Alexi.

Muito honrado em participar desta reunião e poder contribuir com o Senado Federal com os esclarecimentos que se tornarem necessários. O motivo da convocação desta reunião é que estaríamos debatendo a distribuição de cotas de patrocínio da CBF aos clubes brasileiros que participam do Campeonato Brasileiro. Essa mecânica foi alterada já há bastante tempo, porque a Confederação Brasileira de Futebol não transfere recursos para os clubes por conta do Campeonato Brasileiro. Esses recursos obtidos por meio das vendas dos direitos de transmissão por televisão, nas suas diversas modalidades, são repassados aos clubes diretamente, até o ano de 2011, através do Clube dos 13 e, a partir de 2012, através de contratos diretos entre os clubes e a televisão.

De toda maneira, parece-me importante que nós vejamos, escutamos aqui se essa era, realmente, a questão fundamental que motivou o Senador a nos convidar ou se temos algum outro esclarecimento que pudesse ser dado, porque, fundamentalmente, o motivo da convocação era esclarecer esse ponto, que, realmente, não existe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dada a exposição absolutamente sucinta, menos de dez minutos – falou três minutos, precisamente –, você podia falar um pouco sobre Copa do Mundo, futebol e como a Band vai fazer todo o trabalho. É brincadeira. Muito obrigada. A gente vai aproveitar o tempo para fazer o debate com os requerentes desta audiência pública.

Passo, de pronto, a palavra ao Marcelo Campos Pinto, Diretor Executivo do Globo Esporte da Rede Globo, pelo mesmo tempo de dez minutos.

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Perfeitamente, Senadora. Bom dia a todos, em especial à Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão. Senador Zezé Perrella, meu dileto amigo de longas batalhas e

tertúlias do futebol; meu querido Juca Silveira, companheiro de tantos anos; ilustre Presidente Alexi Portela, do nosso glorioso Vitória; Senadoras e Senadores presentes; minhas senhoras e meus senhores.

Na verdade, tendo em vista a convocação desta audiência, o meu dileto amigo Juca Silveira já fez uma brevíssima exposição sobre o tema e esclareceu, de forma bastante abrangente, que hoje temos algumas competições em que, efetivamente, a CBF distribui recursos aos clubes, mas, na maioria das competições, os pagamentos são feitos, no caso dos campeonatos estaduais, às federações estaduais, que, por sua vez, distribuem as receitas oriundas da venda dos direitos de transmissão aos clubes participantes dos campeonatos estaduais, na forma deliberada pelos respectivos conselhos técnicos dos campeonatos.

No Campeonato Brasileiro Série A, a partir deste ano de 2012, foram celebrados contratos individuais com os 20 clubes participantes, e esses pagamentos são feitos diretamente aos 20 clubes. No que diz respeito à Copa do Brasil, o pagamento é feito à Confederação Brasileira de Futebol, que, por sua vez, emprega esses recursos para custear as despesas de passagem, hospedagem e traslado das equipes que disputam a competição, bem como faz um pagamento a título de cessão de direitos, que é crescente na medida em que os clubes avançam na competição.

No Campeonato Brasileiro da Série B, existe também um pagamento expressivo pela cessão dos direitos de transmissão, e, a exemplo do que acontece na Copa do Brasil, a CBF custeia as despesas de passagem, hospedagem, traslado, bem como dá uma quantia adicional aos clubes a título de cessão dos direitos de transmissão, que, se não me falha a memória, neste ano de 2012, deve ser algo em torno de R\$2,5 milhões.

Além disso, a CBF faz uma venda do direito de patrocínio do Campeonato Brasileiro de Futebol da Série A e da Série B e utiliza esses recursos para complementar as despesas da Série B. E, de forma pioneira, a partir do ano de 2012, a Confederação Brasileira de Futebol reestruturou a Série C e vai também pagar as despesas de passagem, hospedagem e traslado da Série C. Existe ainda, pelo que fui informado, uma intenção de arcar igualmente com passagens, hospedagem e traslado também na Série D.

Então, até onde temos conhecimento, essas são as competições em que a CBF se preocupa em proporcionar recursos para que os clubes possam disputar as competições, notadamente a Série C e a Série D do Campeonato Brasileiro de Futebol, que, outrora, não contavam com nenhum aporte de recurso por parte da Confederação Brasileira de Futebol.

Ainda usando aqui da prerrogativa dos dez minutos, eu traria uma informação bastante interessante, que é a seguinte: eu fui convidado a participar da reunião na CBF em que foi comunicado aos clubes que participam da Série C que a CBF iria, pela vez primeira, como já mencionei, fazer esse custeio de todas as despesas de viagem. Eu presenciei cenas realmente emocionantes com presidentes de clubes que tinham ido à CBF para comunicar que não iriam disputar a competição por falta de recursos para pagar passagens, hospedagens e alimentação, porque, realmente, há as distâncias – nós temos um país continental –, não na primeira fase, mas na segunda, porque a primeira fase é regionalizada e, na segunda, existe o mata-mata, em que os clubes que se classificam precisam fazer uma viagem para o jogo de ida e, depois, fazem o jogo de volta na sua casa. E aí presenciei essa cena com clubes que lá tinham ido para dizer que não iriam participar e presidentes emocionados. Alguns chegaram, inclusive, a chorar, porque disseram que nunca esperavam que isso fosse acontecer.

Então, creio que as informações, assim, preliminares com relação ao tema seriam essas. Também não vou usar os dez minutos, mas me coloco à disposição da Mesa bem como do Plenário para responder toda e qualquer pergunta que se faça necessária.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito. O senhor ainda ficou com crédito de quatro minutos, os créditos do Juca, exatamente – essa irmandade da comunicação e do futebol.

Eu queria também aproveitar para registrar e agradecer as presenças do Flávio Lara Resende, Diretor-Geral do Grupo Bandeirantes de Comunicação; do Dr. Paulo Tonet Camargo, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; da Heloísa Helena de Macedo e Almeida, Diretora de Relações Institucionais do Grupo Bandeirantes de Comunicação; e do José Leal Neto, advogado do Grupo Bandeirantes de Comunicação. Muito obrigada pelas presenças honrosas a esta audiência pública.

Passo, de pronto, a palavra ao Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Bom dia a todos. Na verdade, não é uma convocação, não é, Presidente Ana Amélia? É um convite.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Eu queria agradecer a presença do Juca Silveira, do meu dileto amigo Marcelo Campos Pinto, do meu companheiro e amigo Alexi Portela e de todos vocês.

Eu acho que o que motivou o convite é a preocupação do meu companheiro Paulo Davim e de todo mundo com a diferença que existe hoje de recurso no futebol brasileiro. E a maioria das pessoas – acredito – acha que é a CBF que transfere, que decide quanto cada clube vai receber. E a verdade não é isso. Futebol hoje é negócio, como tudo é. Eu queria dizer para todos vocês que, se não fosse a parceria que os clubes de futebol hoje têm hoje com as televisões, principalmente com a TV Globo e também com a TV Bandeirantes, que têm sido parceiras dos clubes... Estou no futebol, há 20 anos, e lhe digo: se não fossem as televisões, o futebol brasileiro estaria literalmente quebrado. Elas têm sido parceiras, parceiras mesmo, dos clubes. Sou testemunha disso.

Para vocês terem uma ideia, quando assumi o Cruzeiro lá em 1995, nós tínhamos um contrato com a televisão, que era da ordem de R\$60 milhões, não é Marcelo? Se não me falha a memória, R\$50 milhões por contrato.

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Eu não tenho o número de 1995. Tenho o de 1997 para cá.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É, mas, para vocês terem uma ideia, esse contrato era de quatro em quatro anos. O contrato começou com R\$60 milhões, foi para R\$120 milhões, R\$240 milhões. Chegou-se, no último contrato agora, a R\$1,1 bilhão, alguma coisa por aí.

E a divisão do dinheiro também nunca foi feita pela TV Globo, nem pela TV Bandeirantes. Essa divisão é feita pelo Clube dos 13, uma divisão com que nunca particularmente concordei, porque existia uma distância grande entre os cinco maiores clubes do Rio de Janeiro com relação aos outros clubes.

Vou abrir, mais ou menos, os números aqui, porque acho que era uma preocupação que a gente sempre teve. Era, mais ou menos, uma coisa bem fechada entre nós, para vocês verem a diferença que sempre existiu e a dificuldade que era, sim, fazer futebol.

Para vocês terem uma ideia sobre como era feita essa divisão lá – e o Alex sabe muito bem disso –, ela era feita por votação, e havia um peso. O Clube dos 13... Originalmente éramos o Clube dos 13, que se transformou depois em 20 clubes. E havia um peso na hora de votar. O Clube dos 13 tinha um peso igual; depois entraram os outros clubes, e ele se transformou em 20.

Mas o Grupo A, para vocês terem uma ideia, era formado de Corinthians, São Paulo, Palmeiras, Vasco e Flamengo. Nós temos um grupo separado, que era o grupo sozinho dos Santos. Isso tudo era baseado em audiência – era porque tinha mais televisão.

O Grupo B era Cruzeiro, Atlético Mineiro, Internacional, Grêmio, Fluminense e Botafogo. O Grupo 3, no caso, era Atlético do Paraná, Curitiba e Bahia. Depois viriam Vitória, Portuguesa, Guarani, Esporte Recife e Goiás.

O Grupo de cima, esse grupo A, recebia... Onde coloquei isso? Esse grupo de cima, até o último contrato que a gente fez com a TV Globo, recebia por ano, mais ou menos, R\$20 milhões. Posso ter errado aqui em 10%, porque fiz isso, mais ou menos, de memória.

O Grupo de baixo, o do Santos, recebia R\$18 milhões por ano. Esse Grupo 3, que era formado de Cruzeiro, Atlético Internacional, Grêmio, Fluminense e Botafogo, recebia R\$16 milhões por ano; o Grupo 4, Atlético do Paraná, Curitiba e Bahia, recebia R\$13 milhões; o Grupo 5, Vitória, Portuguesa, Guarani, Esporte e Goiás, recebia R\$10 milhões por ano. Isso, até o ano passado.

Nós conseguimos... Aí o Clube dos 13 rachou. Vocês acompanharam pela imprensa. Houve um racha no Clube dos 13; nós decidimos negociar individualmente e tivemos um salto muito grande neste ano. Para vocês terem uma ideia, o Cruzeiro fechou um contrato de aproximadamente R\$60 milhões por ano. Pulamos de R\$18 milhões para R\$60 milhões.

Aí os contratos foram fechados individualmente. O Marcelo, obviamente, não vai abrir esses números, mas vocês acompanharam, mais ou menos, pela imprensa. O Corinthians fechou em alguma coisa perto de R\$100 milhões, pelo que vi pela imprensa, e o Flamengo, também, em alguma coisa por aí; o Palmeiras, em R\$80 milhões por ano. Houve um salto muito grande.

Entre patrocínio e tudo mais, um clube do porte do Cruzeiro recebe hoje... Todo o patrocínio entre televisão e tudo mais. Isso inclui, obviamente, TV fechada e aberta, ou seja, esses números que estou passando. Mas, entre patrocínio de camisa, um clube como o Cruzeiro hoje recebe alguma coisa perto de R\$85 milhões por ano.

Mas existe uma diferença hoje fundamental. Entre os grandes clubes de São Paulo e Rio, existe hoje uma diferença que é muito preocupante. Hoje recebemos – um clube do Sul, como Internacional, Grêmio; falo de televisão e patrocínio entre os grandes clubes de São Paulo e Rio – alguma coisa entre R\$40 milhões e R\$50 milhões a menos por ano.

Então, fazer futebol hoje e enfrentar os grandes clubes de São Paulo e Rio, como Flamengo e Corinthians, é muito difícil. Se a gente não tiver muita competência, fica muito complicado.

Os clubes do Rio Grande do Sul ainda conseguiram uma coisa, para mim, fantástica. Eles conseguiram sócios torcedores, o que é fantástico. Os torcedores do

Rio Grande do Sul aderiram ao programa Sócio Torcedor e deram aos grandes clubes, ao Internacional e ao Grêmio... São torcedores fidelíssimos, que conseguiram dar uma grande arrecadação ao Grêmio e ao Inter. Eles conseguiram um programa Sócio Torcedor, que deve ser seguido por outros grandes clubes do Brasil. E conseguiram uma arrecadação muito grande. Mas é muito difícil.

Então, Paulo, quando você convidou esse pessoal, é muito difícil fazer futebol, principalmente no Nordeste, não é? A diferença de arrecadação é muito grande. Tenho certeza de que a preocupação sua era essa; entendendo que a CBF é que repassava esses valores, também tenho essa preocupação.

Se é muito difícil fazer futebol em Minas Gerais, para concorrer contra o Corinthians, o São Paulo, os grandes do Rio de Janeiro e São Paulo, imagine como é difícil fazer futebol em Brasília, no Amazonas, no Rio Grande do Norte, para competir com os grandes clubes do Sul e Sudeste. É muito complicado.

Eu falava aqui da minha preocupação – fugindo até um pouquinho do tema –, da Copa do Mundo, dos grandes estádios que se estão fazendo, hoje, no Amazonas, na própria região Nordeste. O que vamos fazer com esses estádios pós-Copa? São estádios monumentais, que não se vão pagar.

É o legado, com que me preocupo. O que nós vamos fazer com esses estádios depois? São custos monumentais. O que nós vamos fazer com esses estádios depois da Copa? Vão-se pagar os do Sul e Sudeste; eles vão ser um legado muito legal. Mas, quanto ao de Brasília, o de Manaus, o de Natal, o que vamos fazer com eles? Para o futebol, eles não se pagam.

Agora, outra coisa que eu queria até denunciar aqui, viu, Marcelo? Não tem nada a ver com TV Globo. Vocês sabiam que o dinheiro que recebemos da Confederação Sul-Americana de Futebol para disputar a Libertadores é menor do que o que recebemos para disputar o Campeonato Mineiro? O Cruzeiro, para disputar uma partida do Campeonato Mineiro, recebe de televisão R\$600 mil por jogo e, para disputar a Copa Libertadores da América, recebe R\$100 mil? E a CBF nunca nos ajudou a brigar. Os clubes brasileiros morrem de medo de brigar com a Sul-Americana, com medo de serem roubados na arbitragem, e ninguém nos defende. Isso é que é mais sério. Estou falando também de patrocínio. Como Presidente de clube, nunca tive coragem de brigar também, com medo de ser roubado depois por aquela quadrilha da Sul-Americana.

Eu queria que o Presidente da CBF estivesse aqui, só para eu cobrar isso dele, porque os clubes brasileiros nunca tiveram coragem de brigar.

Fugiu um pouquinho do tema, não é, Marcelo? Ou totalmente.

Bem, Presidente, devolvo-lhe a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor ainda... É inacreditável. É a primeira vez, no Senado da República, que vejo um Senador não usar o tempo todo que tem, para tratar de uma questão de futebol, que apaixona, seja pelos times, seja por tudo. Estou impressionada. Realmente, isso é um fato histórico.

Mas aproveitaria para informar que esta audiência aqui tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e do Instituto Legislativo Brasileiro.

Também queria saudar a chegada do Eduardo Serrano da Rocha, que é o Presidente da Liga de Futebol do Nordeste. Ele estava por chegar e agora completa a Mesa.

Queria também falar que está presente aqui Weber Magalhães, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, da região Centro-Oeste, e Jucelane Tagliari, Assessora da Diretoria de Relações Institucionais das Organizações Globo.

Então, a todos os cumprimentos e as boas-vindas a esta audiência pública.

Passo a palavra, agora, então, ao Alexi Portela Júnior, Presidente do Esporte Clube Vitória.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Bom dia. Bom dia, Senadora Ana.

É um prazer e uma honra muito grande estar aqui participando desta Mesa, com tantas pessoas ilustres: o nosso amigo, Senador Zezé; Juca, da Band; Eduardo; e o nosso amigo Marcelo Campos Pinto.

Senadora, como já foi dito por Juca e por Marcelo, as quotas hoje são um pouco diferentes, não são distribuídas pela CBF. Hoje, elas estão sendo negociadas, clube a clube.

Esse foi, agora, com a TV Globo, mas poderia ter sido com qualquer outra empresa, porque foi uma questão de mercado, foi quem chegou ao valor maior. Pelo menos para o Vitória, foi o valor que interessou ao Vitória.

A senhora há de convir que, no Campeonato Baiano, até o ano passado, nós tínhamos outra emissora, renegociamos o contrato, e a Globo deu um valor muito mais alto do que a outra emissora.

O que o Senador Zezé Perrella falou...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – SR) – O que o senhor sublinha é que é vantajoso para o clube.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Exatamente. Com certeza.

É como o Senador falou: se não fossem as quotas de TV hoje, eu não sei o que seria do futebol brasileiro. Realmente, é uma coisa preocupante.

E a gente vê... Não tem nada a ver com o assunto, mas acho importante a gente tocar. Há alguns Estados em que o Poder Público ajuda os clubes; em outros, não – cobram-se ISS, várias coisas. Há Estados em que se cobra FEASPOL para a Polícia Militar. Então, os clubes têm um encargo muito grande.

Hoje, da receita do público, pelo menos 35% a 40% vão para as despesas. Então, são muito altas as despesas hoje, que temos com o futebol. É uma coisa que a gente não tem... Para se ver, há algumas empresas estatais ajudando os grandes clubes; agora, os clubes, principalmente os do Nordeste – nós sofremos com isso.

Uma coisa que posso dizer, porque fui um dos que brigou, em conjunto com o Presidente Eduardo, para a volta da Copa do Nordeste, é que isso vai ser muito importante para o Nordeste como um todo, porque todos os campeonatos são deficitários. Os campeonatos estaduais são muito deficitários. Há muitos jogos, em que não há mil pessoas, duas mil pessoas, porque são times que não têm expressão. Então, isso para a gente...

E se tem despesa, tem-se de abrir o estádio. Isso nós conseguimos. O Eduardo conseguiu, para os primeiros três anos, um acordo com a CBF. Conseguiu fazer um acordo com a CBF de três anos. Acabou que não fizemos esse acordo de três anos.

Ele me chamou e disse: “Alexis, a gente precisa fazer isso, para ser uma coisa perene e vantajosa para os clubes. Tem de haver uma receita alternativa para o Nordeste, porque senão, cada vez mais – é o que Zezé falou aqui, o que o Senador falou –, vai aumentar essa diferença entre os clubes do Sul e os do Nordeste.

E isso foi feito. Nós o conseguimos, com o apoio da CBF. A gente tem de agradecer aqui o apoio do Presidente da CBF, do Diretor Virgílio. O Ricardo na época comprou a ideia, e foi colocado: para o ano, vamos ter a Copa do Nordeste durante 10 anos. A CBF é a que vai organizar. Agora, a parte comercial está a cargo da Liga.

Como o Senador Zezé falou, o Clube dos 13 acabou, mas a Liga, vamos dizer, vai ser... o Clube dos 13 no Nordeste vai ficar com a parte comercial da Copa do Nordeste.

Isso é muito importante. É uma coisa que a gente precisa ver, uma coisa que está sendo vista, hoje, aqui no Senado, também, é a Lei da Copa. Por que liberar a bebida só para a Copa, e não para os jogos?

Eu tenho um exemplo na Bahia. O Pituaçu conseguiu uma liminar, e a cerveja está sendo vendida

dentro do estádio. No Barradão, não está; no nosso estádio, não está. Nós estamos tentando. Mas não aumentou; desde que foi liberada a bebida no estádio, não aumentou a violência.

O que acontece hoje – no Barradão da gente vê –? Os caras ficam do lado de fora. Faltando cinco, dez minutos para começar o jogo, “nego” já entra pronto, bêbado, porque o cara bebe todas, antes de começar o jogo. Não tem jeito, entendeu?

Então, acho que isso precisa ser revisto. A gente tem de ter prudência. Acho que a torcida organizada tem de ser... Tem-se de ter um registro, um controle, mas acho que não se pode, por causa de alguns, penalizar todos, principalmente os clubes. Essa é uma receita alternativa também para os clubes.

Tínhamos um dinheiro considerável com relação à venda de bebidas nos estádios e hoje não temos.

Por que liberar só para Copa? Será que os outros não merecem? Acho que se tem de fazer esse acompanhamento. Na Bahia, hoje a gente tem isso acompanhado, há mais de três ou quatro meses, e não aumentou a violência no estádio.

Acho isso importante, Senadora, para se ter a noção de que os clubes precisam, vamos dizer assim, não é do mimo e da ajuda governamental, mas que as coisas não sejam onerosas como os impostos. Por que na Bahia se tem o FEASPOL, que a gente paga para a Polícia? E a gente ainda tem de dar o lanche, a merenda, o transporte. É complicado.

Há o ISS, que a gente paga. É o ISS para a Prefeitura. Em alguns Estados, isso é isento. Então, isso teria de ter sido feito para melhorar.

O que vejo? Onde se têm Estados mais pobres é onde se têm encargos maiores perante os clubes. Isso faz com que, cada vez mais, a receita das TVs sejam mais importantes, porque as outras receitas de estádio, de tudo, a gente não tem. Em tudo, há alguém querendo tirar um pedacinho.. Então, a gente precisa rever isso como um todo no futebol brasileiro, que vai acabar sendo o quê? Vai acabar o campeonato da Série A se tornando um campeonato do Sul e do Sudeste, e o da Série B de Norte e Nordeste

Então, a gente precisa rever isso, e o Governo pode ajudar muito nisso.

Eu agradeço à senhora e a todos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Alexi Portela.

Foi uma exposição muito clara e objetiva de um ponto até polêmico, sobre o qual depois farei comentários, porque fui relatora no Senado da Lei Geral da Copa. E a questão da bebida foi um dos pontos mais polêmicos, mas vamos ampliar o debate a respeito disso.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Só um aparte aqui, depois do tempo, Sr^a Presidente, mas, em Minas, então, o pessoal bebe mais, porque lá nós temos estudos de que diminuiu a violência em 30% depois que foi proibida a venda de bebidas nos estandes. Mineiro deve beber mais do que o baiano. *(Risos.)*

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É que Minas produz, além do bom futebol, a boa pinga.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É verdade.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Fazem propaganda já do produto que produzem lá.

Eu passo a palavra, com prazer, ao Eduardo Rocha, que é o representante da Liga de Futebol do Nordeste.

O SR. EDUARDO SERRANO DA ROCHA – Primeiro, quero me desculpar pelo atraso, mas eu avisava que o voo só chegaria às 10 horas. O atraso foi do voo. É a distância, não é?

Mas eu gostaria de, no nome da Senadora Ana Amélia, saudar os demais membros da Mesa; saudar o Senador Zezé Perrella, eterno presidente do Cruzeiro, das Alterosas; o nosso Senador Paulo Davim, que, sendo Senador da República, defende a Federação como um todo, mas orgulha o povo do Rio Grande do Norte.

E gostaria de dizer que fizemos um acordo com a CBF em 2009, depois de uma longa disputa judicial, em que a única Liga que persistiu foi a Liga do Nordeste, talvez baseado naquele ditado “o nordestino, antes de tudo, é um forte”. E nós conseguimos depois – e aí o Alexi, presidente do Vitória, que está presente à Mesa, foi importantíssimo, meu colega nesta batalha – sensibilizar a CBF, de que o tratamento para o Nordeste teria que ser um pouco diferente, porque lá nós lutamos com uma dificuldade imensa. Para se ter uma ideia, no campeonato de Série B, nós só temos hoje quatro Estados: Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. E só temos seis representantes: dois do Rio Grande do Norte, um da Bahia, um do Ceará e dois de Alagoas. Temos seis representantes.

Então, é uma participação muito ínfima, e nós estamos vendo crescer, campeonato a campeonato, a participação – não tenho nada contra a competência – de times de empresários. No linguajar futebolístico, no jargão futebolístico, são times que não têm bandeira. Diferentemente de um América de Natal, de um ABC de Natal, de um Vitória da Bahia, de um Bahia, de um Cruzeiro na Série A, que sempre frequentou a Série A, que são times que têm torcida, têm história, têm paixão, diferentemente desses outros times de empresários. Mas, infelizmente, a Lei Pelé oportunizou que esse tipo de agremiação passasse a existir.

Há times inclusive – e quem está aqui na Mesa não vai me desmentir – que já mudaram de cidade três vezes.

É isso, Senador Zezé Perrella?

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Também.

O SR. EDUARDO SERRANO DA ROCHA – Quais são as raízes desses clubes? Que legados esses clubes poderão deixar?

Torno a repetir: a Lei Pelé permitiu esse tipo de competição. Então, o que estamos vendo grassar? Times que não têm tradição, que não têm história, que não têm compromisso, diferentemente de clubes centenários, como são os nossos clubes, e que estão invadindo os campeonatos, principalmente da Série B, porque é uma série em que são necessários menos recursos. Alguns até já foram à Série A, já frequentaram a Série A.

Torno a repetir: não sou contra a competência dentro de campo, mas, para ter competência, tem que ter competitividade. E nós estamos perdendo a competitividade ao longo do tempo, porque, ao passo que nossos clubes, que têm torcida, que têm tradição, que fomentam a ida aos estádios, que fomentam a paixão, que é o que move o futebol... Futebol você vende qualquer coisa, porque ele representa paixão.

E o que está havendo? As cotas televisivas... E aqui eu quero fazer um elogio à Rede Globo, e estou aqui do lado do Juca Silveira, que é da Bandeirantes, que tem sido um parceiro também das competições. As demais televisões... E aqui não vou citar nomes, todo mundo sabe quais são nossas televisões abertas. À exceção destas duas – não porque estejam na Mesa; estas duas sempre participaram e sempre chegaram junto; e é uma disputa aberta –, as outras televisões ameaçam participar e, quando chega na hora H, não sei por qual motivo, recuam da competição, que é uma competição democrática, é uma competição de negócio, de valores.

Agora, o que está a acontecer? Nós temos hoje um campeonato da Série B, para o qual a CBF já melhorou a cota, mas que não é suficiente. O representante da CBF, o Weber, sabe disso. Não é suficiente! Mas há uma melhora, ano a ano. Mas só que essa melhora poderia ser mais acentuada.

E eu trago para o debate duas opiniões: uma que a gente tem na Liga. Nós temos um premiação por competitividade. Ou seja, na Liga, do primeiro ao décimo lugar, nós fazemos uma premiação. Nós separamos do bolo, que o bolo é um só – não adianta querer criar muitas despesas, se não, com todo o respeito, a gente vai virar um pouco UMP, que, com todo o respeito, manda o gestor fazer a despesa, mas não

diz de onde ele vai tirar; não é assim, o bolo é único. Mas nós fazemos o quê que democratiza? Uma premiação, que vai do primeiro ao quarto lugar, com uma cota maior; do quinto ao décimo lugar, uma cota menor.

Por que não aplicarmos isso, separarmos desse bolo um recurso para essa premiação?

Isso faz com que, na Série B, chega determinado momento da competição em que a gente, no futebol... Eu falo isso porque fui presidente do América, fui presidente da antiga FBA, que administrava a Série B, estou como presidente da Liga; quer dizer, eu tenho certo conhecimento.

O que acontece no campeonato de tiro longo, como esse da série B e da Série A? São 38 jogos, pontos corridos. Chega determinado momento, na 29ª rodada, na 30ª rodada, vai se fazer o seguinte: 6 ou 7 brigando para ficar entre os 4; 6 ou 7, na parte de baixo, brigando para não cair – temos aí 12 ou 14; temos aí 6 ou 7 que ficam no limbo: nem caem, nem sobem, pela pontuação que eles adquiriram. Isso faz com que eles percam o interesse pela competição, e isso é ruim, porque, às vezes, essa falta de interesse deles tanto prejudica para cima, quanto prejudica para baixo. Na hora em que eles se desinteressam pela competição, muitos, principalmente esses times de aluguel, que não têm compromisso com a melhor pontuação... Porque essa melhor pontuação ranqueia na CBF, e é importante. Quer dizer, para um clube como o América de Natal, ser o 29º é importantíssimo. Em qualquer país, isso seria importantíssimo. Mas isso é pouco valorizado. Ainda! Mas vai chegar a hora em que isso vai ser muito valorizado.

Então, esses times de aluguel, para não gastarem mais, desfazem seus elencos, porque eles nem caem mais, nem sobem mais. O que eles queriam da competição eles obtiveram, que era: a venda de direitos federativos de seus jogadores, o dinheiro que ele amealhou dos patrocinadores, o que é um negócio. Eu não estou contra! Apenas eu acho que deveria haver amarras. O clube de empresário não poderia ter o mesmo – eu não digo ajuda, pois esse termo não existe – tratamento do clube tradicional. E a maioria, ainda hoje, graças a Deus, são clubes tradicionais.

Outra ideia minha, esta eu gostaria de gravar: uma premiação para minorar essa diferença e tornar a competição mais interessante, porque quem estivesse em décimo lugar diria: “Não, eu quero terminar pelo menos em sétimo lugar, porque vou ter mais dinheiro no meu bolso, vou pagar o resto das minhas contas.”

Outra sugestão que eu faria aqui ao Dr. Marcelo Campos Pinto, que é o representante da Rede Globo e que tem sido um parceiro de primeira hora, e a gente não pode estar aqui questionando. Mas que houves-

se, e até para que a gente mostrasse quem tinha mais torcida, e eu me arrisco a dizer – é até um atrevimento do nosso Estado, que é um Estado pequeno, não é, Senador? – que o América e o ABC, no nosso Estado, eu tenho certeza de que, num campeonato de Série B, eles estariam entre o sexto e o sétimo que mais venderiam à TV fechada. Então, não sei se isto está ocorrendo ou não – até deixo a indagação na Mesa –, mas, se estivesse ocorrendo, seria até uma maneira de esses clubes serem até mais parceiros da televisão, para eles venderem aos seus torcedores o pacote o *pay-per-view*, o “pague-pra-ver”. É outra ideia que deixamos para ser apreciada pela Mesa.

No tocante ao campeonato do Nordeste, nós temos uma boa nova, uma notícia excelente, qual seja: o campeonato teve a chancela da CBF por dez anos. E quero agradecer aqui de público à direção da CBF, ao diretor de competições, o Virgílio Elísio, ao dirigente de então, que era o Ricardo Teixeira, ao atual, que assinou embaixo o que já tinha sido feito, não mudou. É um campeonato que está vendido para a Rede Globo de Televisão por cinco anos. Por mais que não se queira, quando você diz que um campeonato tem a grife Rede Globo, você o vende mais fácil para os demais patrocinadores. Isto aqui sem tirar o brilho das demais. A Bandeirantes tem sido uma empresa que sempre participou de eventos esportivos em diversas áreas, não só em futebol, isso é fato. Acho que as outras empresas deveriam ver isso como um filão, não só como uma oportunidade agora para a Copa do Mundo, quando o Brasil vai ser visto pelo mundo inteiro.

Então, minha contribuição seria esta, nesse sentido específico de uma premiação, de nós termos um aumento dessa receitas ano a ano, não só esse aumento da correção monetária, da inflação do período, mas um aumento até gradual. Esse prêmio eu acho importantíssimo.

Mas, Senadora, se me permite, dentro do futebol – acho que foi o Alexi que falou dos custos, das despesas –, eu acho que enquanto esta Casa Legislativa, as duas Casas, a Câmara e o Senado, não se despertarem para que a legislação do jogador de futebol e a legislação celetista, juntas, são gasolina e fogo juntos para acabarem com esses clubes, porque se pinça o que é bom da legislação específica, da legislação extravagante, e se pinça o que é bom da CLT, o contrato do empregado de futebol.

E aqui eu vou dizer: não vou dizer que ninguém esteja inadimplente, mas um clube que tem uma folha de R\$1 milhão, que é um clube mediano do nosso futebol, tem que pagar 8% de Fundo de Garantia; isso dá R\$80 mil; no final do mês, ele não tem nem R\$1 milhão; a pergunta é óbvia: ele paga o salário dos em-

pregados – dos empregados todos, não só do futebol –, ou ele paga o Fundo de Garantia.

Então, nós estamos forçando a que você seja inadimplente. Ao passo que, se você diminui isso para 2%... E já temos isso numa legislação. Uma vez eu fui dizer isso, e aquele diretor jurídico do Corinthians disse que isso era inconstitucional. Eu não vejo inconstitucionalidade na hora em que a empregada doméstica adquiriu o direito ao Fundo de Garantia, desde que seja optativo pelo empregador. Então, era coisa a se estudar. Deixo isso como contribuição. Posso até mandar alguma coisa depois, pela minha formação como advogado trabalhista. Porque, se você reduz e exige que ele só entre no jogo com o pagamento da guia do Fundo de Garantia do mês anterior, nenhum atrasaria. Então, você estaria legalizando, recebendo para os cofres públicos, e o empregado, que tem uma carreira curta, estaria recebendo também.

A carreira do jogador é curta, especial! Você não joga futebol por mais de 15 anos. Isso já é exceção à regra. Você é jogador de futebol por 7 anos, 8 anos, 10 anos. E seu auge é muito curto. Por isso, os salários são diferenciados. E, por serem diferenciados, o tratamento deveria ser diferenciado. E os clubes passariam a atuar totalmente legalizados, porque, na partida, seria exigido deles... E já houve isso com o INSS. Não sei se o Perrella se lembra disso.

Você se lembra, Senador Perrella, que o clube tinha que mostrar que estava com seu INSS pago do exercício anterior? Por que não isso no Fundo de Garantia? E se diminuiria esse impacto tributário em cima dos clubes, porque eles não podem pagar essa capacidade que se quer de ordem trabalhista e tributária. Ela é cruel com os clubes de futebol! Essa que é a grande realidade. Você não pode pagar salários altíssimos, porque é um artista, ele é diferenciado. O salário médio de um jogador de time médio é de R\$12 mil, R\$15 mil, R\$20 mil! Qual trabalhador que ganha R\$20 mil? Nenhum! Então, não vão ser esses 8% que vão fazer diferença ao final de uma carreira curtíssima. Ou curta – não vamos exagerar.

É essa a outra contribuição que imagino esteja prestando aqui e que gostaria não caísse no vazio. Comprometo-me com o Senador, com a Senadora que está presidindo, de mandar alguma coisa nesse sentido, para ver se existe, realmente, esse laivo de inconstitucionalidade, que a princípio não vejo. Já existe a condição de se fazer com o empregador; por que não com o jogador de futebol? E aí você criaria uma regra rígida: aquele que não estiver em dia também não participa das competições. Aí você priorizaria o pagamento do Fundo de Garantia.

Outra sugestão que gostaríamos de deixar, aproveitando o gancho colocado pelo presidente do Vitória, o Alexi Portela: é cultural do brasileiro tomar sua cerveja no estádio. É muito polêmico realmente. Eu não tenho estudos, e, possivelmente, quem se amiuudou mais no assunto tenha; mas eu não verifico se tem havido diminuição ou aumento da violência. No nosso Estado, de forma muito triste, está havendo aumento de violência, mesmo sem bebida no estádio, que é proibido. Talvez por esse aspecto de se beber antes, de forma até imoderada, porque se sabe que não vai poder beber durante o evento, durante as duas horas em que o torcedor vai estar no estádio. Talvez esse seja um dos motivos. Isso tem que ser bem avaliado. Acho que se poderia até pegar umas cidades-piloto, que vão participar da Copa do Mundo, e liberar para que elas servissem de base para um estudo científico, para a gente não ficar no achismo. Aumentou a violência? Aí se proibiria de vez. “Não. Não aumentou, nem diminuiu”.

É uma coisa cultural tomar aquela cerveja no estádio. O que está acontecendo? Hoje tem o *pay-per-view*, o sujeito fica no bar de frente, não entra no estádio, não compra o meu ingresso, não usa o meu bar e tira minha receita! O futebol hoje conta com a arrecadação de uma parte muito pequena da sua receita. O clube de futebol é montado em um tripé: um é a torcida. Clube que não tem torcida não se sustenta, a não ser como negócio. E, como é um negócio muito caro, esse pessoal mesmo que está colocando como empresa está quebrando um pouco a cara; não é isso, Weber? Porque é muito caro o futebol. Não é uma coisa barata. Por aí até que é bom, porque eles estão vendo que a coisa não é fácil. É mais fácil um time que tem torcida arrebatar para o seu lado adeptos e, com isso, fazer receita, fazer renda. Clube de futebol que hoje não tiver sócios e não tiver torcedores está fadado a se acabar. Essa é outra grande realidade.

Para terminar, para não ficar fastidioso, já tendo sido, eu gostaria muito de agradecer um convite como este, da maior Casa Legislativa do País, para ouvir quem realmente está vivendo o dia a dia do futebol.

Então, recapitulando, seria:

- uma premiação na Série B, até como um piloto, para depois se fazer na série A;

- o *pay-per-view* ter uma parceria maior com os clubes, para que aquele que vendesse tivesse... Eu sei que é assim que funciona, mas que fosse uma coisa explícita: aquele que vendesse mais, tivesse mais. E fosse dito mesmo, fazer até um *ranking* de quem vendeu mais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SERRANO DA ROCHA – Já está sendo feito assim? Eu não sabia. Ótimo! Então, essa sugestão já podemos até retirar.

E outra, Senadora, fugindo um pouco, mas mantendo no futebol: que víssemos uma maneira de diminuir esse FGTS, que é uma das coisas que está deixando os clubes numa situação de muita dificuldade.

Só para encerrar, o que está acontecendo na prática? O jogador de futebol não tem o Fundo de Garantia depositado; vai na Justiça, e a Justiça do Trabalho vai lá dar a rescisão indireta de contrato de trabalho – quando eu entendo que ninguém vive do Fundo de Garantia, porque você não pode sacá-lo para se alimentar. Mas há juízes e juízes. Há juiz que entende que não, há juiz que entende que sim. Agora mesmo, no meu Estado, temos dois casos interessantes: um concedeu, outro não concedeu. A mesma Justiça. Quer dizer, o tribunal vai dirimir a controvérsia. A mesma decisão. Um está dizendo que não se vive do Fundo de Garantia, outro está dizendo que é verba que deveria estar depositada, e é rescisão indireta de contrato. O advogado fica lá de plantão, ele que vive dessa desorganização dos clubes, é bem verdade, mas, se tivessem a oportunidade de se organizar de uma forma mais amena, tenho certeza de que todos se organizariam.

Essa é a contribuição que eu dou, e estou aqui para qualquer pergunta. Estou à disposição dos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Eduardo Rocha, que representa aqui a Liga de Futebol do Nordeste.

O Sr. Eduardo Rocha, embora tenha ampliado o espaço, ampliou o debate, pois estamos discutindo aqui cotas de patrocínio, e ele ampliou para o dilema que o gestor de um clube de futebol tem, especialmente em regiões mais deprimidas, onde os recursos são menores, como também é menor o número de torcedores que vão ao estádio, e todas as outras questões relacionadas à competição propriamente dita e à competitividade da gestão de um clube.

Eu queria também já agradecer a todos os que deram uma valiosa contribuição neste debate.

Queria passar a palavra ao Senador Paulo Davim. Mesmo não sendo membro desta Comissão, nós o ajudamos a fazer, e lhe agradeço a oportunidade, porque assim também pudemos avaliar melhor esse aspecto tão importante da vida brasileira, praticamente às vésperas da Copa das Confederações, que será no ano que vem, e da Copa de 2014, eventos mundiais. Então, se não estivermos com a Casa bem arrumada ou pelo menos bem avaliada, bem discutida, as condições serão diferenciadas. Então, passo a palavra ao

Senador Paulo Davim. Depois, terei alguns questionamentos a fazer aos expositores.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Quero agradecer a presença de todos que atenderam ao nosso convite para discutir um tema importante, porque esta Casa se propõe a discutir temas de interesse da sociedade brasileira. A presença dos Senhores aqui é uma demonstração de que esta Casa ainda goza de bastante prestígio no seio da sociedade.

Nós sabemos que o futebol é o esporte da alma do brasileiro, é o esporte que mais integra as regiões e os povos. Estamos preocupados exatamente com essa diferença regional. Hoje, o Parlamento brasileiro discute as cotas sociais. Por que discutimos as cotas sociais? Porque queremos diminuir essas diferenças, nós queremos homogeneizar o Brasil, nós queremos homogeneizar o nosso povo, e é exatamente no esporte que simboliza a alma do brasileiro, é exatamente no esporte que mais integra o povo brasileiro, que estamos testemunhando essas diferenças abissais.

Como foi colocado aqui, como já tomamos conhecimento, nós sabemos a diferença de cotas entre clubes e entre regiões. Como justificar isso? Que critérios são esses, que um clube que tem dono, que um clube que é de empresário, que não tem história nem torcida, recebe 15 milhões, 16 milhões, 10 milhões, e outros clubes, que têm história, têm torcida, têm paixão, recebem 1 milhão, 1,5 milhão? Que critérios são esses? Acho que essa diferença de cotas é segregatória e é condenatória. Segregatória porque coloca visivelmente aos olhos da sociedade as regiões pobres de um lado e as regiões bem aquinhoadas economicamente de outro. E ela é condenatória porque está condenando os clubes pequenos a serem eternamente pequenos e os grandes a terem a hegemonia eterna. Isso não condiz com o esporte da alma do povo brasileiro e nem condiz com o esporte de integração nacional que é o futebol. Não consigo compreender isso, não consigo entender como é que um clube que não tem torcida, que nos seus jogos não tem expectadores, tem testemunhas, possa ser melhor aquinhoadado do que outros.

Para se ter uma ideia do que está se construindo no futebol no Brasil, um país com 27 Federações, 27 Estados, que tem apenas 9 Estados representados na série A e apenas 9 Estados representados na série B. Por si só os números já dizem que o futebol está deixando de ser um esporte de integração. Os números estão dizendo isso claramente. Daqui a pouco teremos de novo o Campeonato Brasileiro, que, a meu ver, já não é um campeonato verdadeiramente brasileiro. Vai se tornar um torneio entre Rio e São Paulo. Está se “espanholizando” o Campeonato Brasileiro. Um ano

é o Barcelona, no outro ano é o Real Madri, depois o Real Madri e depois o Barcelona.

Acho que é necessário, sim, que se faça uma reflexão sobre isso. É necessário, o futebol tem um compromisso social muito maior do que a gente imagina, um compromisso social, um papel social. O alcance social do futebol é retirar o menino de rua, é abrir oportunidade ao novo talento, é combater as drogas, é trazer as crianças do meio da rua e jogar dentro de um centro de treinamento de um clube pequeno lá do Nordeste mesmo, mas está fazendo um papel social importante para este país, pois está diminuindo a marginalidade. São esses os pontos que precisamos enxergar. Acho até que o futuro dos grandes clubes não passa se não houver o fortalecimento dos pequenos clubes no interior do Brasil, no Nordeste e Norte. Se gasta muito para se trazer um craque em fim de carreira da Europa para cá, uma fortuna, quando, na verdade, estamos deixando de descobrir novos talentos no interior do Brasil.

Faz quantos anos que o Nordeste não oferece para o Brasil um grande craque? Sabe por que, Senhores? Porque não está havendo o verdadeiro incentivo que deveria existir. O Rio Grande do Norte, que já deu o Marinho Chagas, da seleção brasileira, já deu o Souza, que todos os Senhores conhecem, que foi da seleção brasileira também, o Reinaldo, que jogou no Santos, o Wallace, do nosso Cruzeiro, o Nonato, que foi do Cruzeiro, o Sandro, que foi do Cruzeiro, o Givanildo, de Pernambuco, e tantos outros. Faz quanto tempo que o Nordeste não produz em série a quantidade de craques que produzia antigamente? Isso é motivo de reflexão, sim. Acho que a CBF é as emissoras precisam ter essa sensibilidade.

O futebol brasileiro está empobrecendo! Os números da nossa seleção estão mostrando isso. Assisti a Barcelona e Santos e foi uma dor na alma, na decisão do Campeonato Mundial. Então, isso passa por isso, nós deixamos de produzir craques. E por que deixamos de produzir craques? Porque não está havendo uma visão nacionalizada do futebol, onde os grandes estão tendo uma força gravitacional, trazendo os recursos para as regiões mais importantes do país, e estão esquecendo que precisam investir nas regiões periféricas para que se descubram talentos. Será que só existe talento no futebol no centro sul? Claro que não. Como foi colocado aqui, essas diferenças, 100 milhões para o Corinthians, 100 milhões para o Flamengo, 60 para o Cruzeiro, 60 para o Internacional, para o Grêmio... Ah, é porque o Corinthians e o Flamengo têm grandes torcidas. Claro, nós entendemos isso, é óbvio, mas o Corinthians não joga contra o Corinthians, assim como não joga o Flamengo contra o Flamengo,

tem de ter outro time, um *sparring*. Se colocar titular do Flamengo contra reserva do Flamengo eu garanto que ninguém vai assistir. Agora, se colocar Flamengo e qualquer outro time que não tenha essa torcida toda, terá audiência. São as coisas imponderáveis do futebol, que precisamos enxergar.

Eu me ateno muito a esse papel social do futebol. Acho que as cotas de patrocínio... Tudo bem, a CBF negocia com as tevês, que são concessões públicas. Portanto, as tevês também têm um papel intransferível na construção de uma sociedade mais justa, numa sociedade mais equilibrada, numa sociedade de oportunidades para todos. Claro que tem! Nenhum cidadão brasileiro pode se negar ao papel de construir uma sociedade mais justa, nenhum! Quanto mais as instituições... Eu reconheço que, se não fossem as tevês, a Rede Globo, a Bandeirantes, eu digo isso porque sou apaixonado por futebol, gosto de futebol, se não fossem, sinceramente, as nossas tardes de domingo seriam monótonas, sobretudo para quem é desportista. Mas, precisa-se pensar que, na hora em que, em nome da cota de patrocínio, direito de imagem, paga-se 1,5 milhão para os times da série B, por exemplo, essa cota não sustenta um clube de futebol. Lembrar que, na hora em que está passando na televisão, a tevê compete com o próprio clube, e ninguém vai deixar de estar em casa tomando uma cervejinha, sem o problema do trânsito, sem as inseguranças, muito comuns nos grandes centros, assistindo ao jogo ao vivo, bem acomodado, com a família ou num bar, num restaurante ou mesmo em casa, para ir para o estádio. Isso é uma concorrência com ele mesmo. Portanto, acho que essas ponderações que faço são mais a guisa de reflexão. Agora, compete, sim, à CBF e às empresas, às tevês, fazerem esse papel de resgate do futebol. Acho que essa cota de patrocínio é muito pouco. A cota de patrocínio deveria ser, no *minimum minimorum* uma condição que permitisse aos clubes pequenos qualificar os seus elencos, conseguirem estruturar as divisões de base para servir aos grandes clubes, Senador Perrella. Tenho uma admiração muito grande pelo Cruzeiro porque o Cruzeiro talvez seja, no Brasil, o que mais absorveu craques do Rio Grande do Norte. Passaram lá e fizeram um bom trabalho, foram ídolos. Acho que a CBF, juntamente com as tevês, precisa viabilizar uma cota mínima, adequada, e que permita aos clubes entrarem numa competição como o Campeonato Brasileiro, seja da série A, B, C ou D.

Então, gostaria que esses critérios fossem transparentes. Que critérios são esses? Por que é 60 mil para um, 100 para o outro, 16 milhões para um? Por que um clube do interior de São Paulo, que tem dono, recebe mais do que um clube do Nordeste, que tem

torcida, tem história? Por quê? Por que esses clubes, que um dia estão numa cidade, num campeonato e, no outro, já deixou de ser daquela cidade, já passou Grêmio, da cidade tal? Por que isso? Então, será que isso é justo? Será que esse é o futebol que queremos? Será que estamos dando as costas ao papel social do futebol? Será que esses números, que dizem que dos 27 Estados da Federação apenas 9 participam da série A e 9 da série B, demonstram que esse é o campeonato que queremos? Portanto, por todas essas ponderações, chegou a hora de refletir, Dr. Marcelo, Dr. Juca, representantes da CBF e todos aqui presentes.

Quero agradecer à Senadora Ana Amélia por ter subscrito este requerimento, por estarmos aqui debatendo. O objetivo desta audiência pública, quero que fique bem claro, é contribuir. Acho que cabe ao Parlamento, sim. Na hora em que estamos discutindo as cotas sociais, por que não discutir as cotas do futebol que, insisto em dizer, estão sendo segregatórias e condenatórias? Obrigado, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paulo Davim. Vou passar a palavra ao Senador Zezé Perrella que, certamente, terá alguns comentários a fazer sobre as observações que V. Exª acaba de levantar, não só do ponto de vista do esporte em si, mas questões sociais relevantes. Se algum dos outros expositores entender que pode dar uma contribuição sobre o que falou o Senador Paulo Davim, esteja à vontade.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Senador Paulo Davim, V. Exª fez uma explanação maravilhosa. Também já fui um sonhador. Não vou dizer que são só sonhos, é claro, mas, quando entrei no futebol também tinha uma visão muito parecida. No meu comentário falei alguma coisa bem parecida. A minha preocupação é que essa diferença econômica entre os clubes grandes e pequenos acabe com o próprio futebol. Eu conversava com o meu amigo Marcelo exatamente sobre isso, que essa diferença econômica acabe com uma diferença técnica tão grande que acabe com o próprio futebol.

Hoje, na Europa, a divisão do dinheiro é quase que a mesma para os clubes, a divisão do dinheiro da televisão é quase que a mesma para todos os competidores. Cria-se um dinheiro para os campeões, com uma diferença para o primeiro lugar, para o segundo lugar, para o terceiro, cria-se uma premiação até para o penúltimo colocado. Aquele que se sair melhor, obviamente, recebe um dinheiro maior. Então, cria-se um equilíbrio, quem se sair melhor vai receber mais. Aqui no Brasil isso não ocorre. Essa diferença econômica acaba criando uma diferença técnica perigosa, um desequilíbrio financeiro muito grande, o que é uma

das minhas preocupações. Mas, o pior de tudo é que o Governo tinha de ter uma preocupação maior também com relação a isso. As empresas, para você ter uma ideia, as empresas estatais têm uma preocupação na hora de patrocinar os clubes, somente uma preocupação econômica. Você vê a Eletrobrás e a Petrobrás, hoje, patrocinam o Flamengo e o Vasco. Por que não patrocinam o seu clube, no Rio Grande do Norte? Elas têm somente uma preocupação econômica, elas não têm uma preocupação social. Você, que é da base do Governo, poderia cobrar da Eletrobrás que ela patrocinasse o seu clube no Rio Grande do Norte. A visão é somente comercial, teria de haver uma visão social. Nós podemos cobrar isso, não podemos? Gostaria de cobrar também do vice-presidente, meu amigo Weber... Eu falava a mesma coisa agora, Weber, com relação à Conmebol.

Fui presidente do Cruzeiro durante quase vinte anos e, durante esses anos todos, o Cruzeiro participou quatro anos seguidos da Copa Libertadores da América. Eu tentava, durante os nossos pares do futebol brasileiro, para que a gente brigasse contra a Federação Sul-Americana de Futebol e nunca tive respaldo, porque eles tinham medo da Confederação Sul-Americana de Futebol, medo de serem retaliados, medo de serem roubados por arbitragem. Quando íamos reclamar das cotas de patrocínio da Confederação Sul-Americana eles nos diziam: não querem? Não participem da Libertadores. Como é que vou explicar para o meu torcedor que não vou disputar uma Copa Libertadores da América? Quando íamos à CBF buscar apoio para brigar contra patrocínios a favor de cotas melhores, nós nunca tínhamos respaldo da CBF. Estou falando do Ricardo Teixeira, que é meu amigo. Ninguém se preocupava, nós tínhamos de brigar sozinhos. A gente ia disputar a Libertadores, olha que absurdo, meu amigo Paulo, estou falando do meu clube, porque dos outros eu não sei. O Cruzeiro recebe, para disputar um jogo do Campeonato Mineiro contra o Guarani de Divinópolis, com todo respeito ao Guarani, como poderia estar falando do Boa ou do Ipatinga, R\$500 mil para disputar um jogo do mineiro! Pasmem, meus amigos, para disputar um jogo da Libertadores a gente recebeu R\$100 mil! Para jogar contra o Boca Juniors, da Argentina, R\$100 mil! Para ser campeão brasileiro, o Cruzeiro recebe R\$10 milhões. Para ser campeão da Libertadores, R\$4 milhões, para ser campeão da América. Aquilo é um assalto, os clubes brasileiros são assaltados pela Confederação Sul-Americana de Futebol, sem nenhum apoio da CBF, meu amigo Weber.

Vamos ver se o novo presidente da CBF tem coragem de ajudar os clubes brasileiros, se terá peito de enfrentar a Confederação Sul-Americana de Futebol,

que é uma quadrilha. Aquilo é uma caixa-preta. Junta os argentinos, os uruguaios e os paraguaios, porque, enquanto nós falamos, eles *hablan* para assaltar os clubes brasileiros. Não existe Libertadores sem os clubes brasileiros. Não existe patrocinadores sem os clubes brasileiros. É tão simples, somente cinco clubes brasileiros disputam a Libertadores, mas eles não se unem. Fica todo mundo doido para disputar a Libertadores e são assaltados pela Sul-Americana, mas ninguém faz nada. Agora eu não estou mais no Cruzeiro, posso peitar, posso denunciar isso. Vou continuar denunciando, mas gostaria de ter o apoio da CBF. É quase que um desabafo, minha Presidente, mas acho que estou no Foro e lugar certos, que é a Comissão de Esportes do Senado. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Eu queria apenas registrar, e se Weber Guimarães, que está representando a CBF, que é do Centro-Oeste, quiser fazer uso da palavra, fazer alguma observação a respeito disso, está liberado para fazer, mas, de qualquer maneira, por favor, em nome da Presidência desta audiência pública, leve à CBF, à presidência da entidade, essa ponderação do Senador Zezé Perrella, que tem a ver com o interesse de todo o futebol brasileiro, não apenas do Cruzeiro, mas de todos os clubes. O meu time, o Internacional, o Grêmio, os demais times aqui representados, que leve ao comando.

Lamentavelmente, a CBF, convidada que foi, que é, digamos, a principal protagonista do que estamos discutindo aqui, o seu Presidente, o Sr. José Maria Marin, encaminhou para representá-la o Dr. Álvaro Melo Filho, que é um consultor jurídico, imagino um assessor especial da presidência, que também não pôde, alegando questões de viagem ao exterior e problemas familiares. Imagino que a CBF tenha um elenco, no seu comando diretivo, bastante grande, alguém poderia vir falar pela entidade nesta audiência muito esclarecedora. Nós não estamos aqui para, digamos, condenar, atacar, criticar, nós queremos algumas informações relevantes para a própria entidade, que viveu nos últimos tempos uma crise, eu diria, provocada exatamente pela falta de transparência na sua gestão. Quanto maior transparência melhor para entendermos, porque aqui se viu que o sistema de cotas, pelo menos no resumo geral, foi defendido por todos, há menos que eu esteja equivocada. Que tem de mudar a forma de fazê-lo, não há dúvida.

Mas, queria apenas complementar, Senador Paulo Davim, eu também ia fazer a observação que o Senador Zezé Perrella fez, porque ficou muito claro aqui, estamos falando de futebol, uma atividade hoje econômica. Ela envolve uma emoção, envolve a torcida, envolve todos esses fatores, mas ela é uma empresa,

ela precisa pagar vários os empregados, ela precisa pagar o jogador. Quando você entra com esses passes milionários, com todas essas situações, você fica ainda mais interessado. Então, como tal, ela tem esse dilema: acertar as suas contas para não ficar no vermelho ou não ter possibilitado o registro de um atleta para jogar uma partida decisiva por causa da documentação dele sobre o pagamento do fundo de garantia.

Então, esse é o outro aspecto, é, digamos, dos excessivos compromissos que tem o clube nesse aspecto das legislações trabalhistas, das legislações previdenciárias. Não podemos deixar o atleta a descoberto, ele tem de estar coberto por essas obrigações previdenciárias do clube, que é o patrão dele. Nesse aspecto, queria perguntar ao Eduardo, porque o Senador Zezé Perrella falou da premiação que acontece na Espanha. Você sublinhou muito a premiação, no caso da Série B. Essa premiação é pela classificação no campeonato ou ela tem outro caráter que você agregaria a isso?

O SR. EDUARDO SERRANO DA ROCHA – Ela seria pela competitividade. Aquele que ficasse em primeiro receberia mais, o segundo menos e assim sucessivamente, até o décimo, entre os vinte. Quanto a Série B está gerando? Tantos reais. Se tiraria algo em torno de 15%, 20% e se guardaria para premiar do primeiro ao décimo. Obviamente, de forma diferenciada, o primeiro mais, o segundo menos e assim sucessivamente. Era uma maneira de emular aqueles que estavam mais embaixo de tentar pelo menos chegar em décimo para ter um prêmio. Isso faria com que não houvesse um desinteresse no meio da competição, porque, num certo momento, como a competição é longa, é de pontos corridos...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– É que nem nas eleições. Na política é assim também.

O SR. EDUARDO SERRANO DA ROCHA – Alguns clubes que já estão sem poder de chegar nos quatro que sobem para a Série A e também não caem para a Série C se desinteressam por completo da competição. Isso é ruim, do ponto de vista técnico. E, na hora em que tivesse pelo menos uma premiação, aquele que estivesse em décimo segundo ia tentar chegar pelo menos em décimo para fazer jus a mais, sei lá, R\$ 150.000,00, R\$ 200.000,00. A gente está falando em cifras maiores, mas, na Série B as cifras ainda são menores, mas espero que isso, evidentemente, vá avançando ano a ano, é a minha esperança.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eduardo, outra informação sua. Você disse, eu anotei aqui, que existem times de aluguel. Você poderia citar dois times de aluguel?

O SR. EDUARDO SERRANO DA ROCHA – Tem um que já mudou de cidade três vezes, o Grêmio Ba-

rueri. Não sei nem mais que Grêmio é ele. O Guaratinguetá é outro. Existem outros. Não sei se esse Boa é um time de empresários. Senador Zezé, V. Ex^a sabe?

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Na verdade, a legislação hoje permite os clubes empresa.

O SR. EDUARDO SERRANO DA ROCHA – É verdade, eu coloquei isso na minha fala.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Não tem nada fora da lei. O Boa, de Minas, já mudou de cidade duas, três vezes.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Juca, que falou menos, vai agora falar mais um pouco.

O SR. JUCA SILVEIRA – Acredito que valeria à pena os Srs. Senadores se debruçarem também sobre essa questão, de um ponto de vista absolutamente legislativo. Realmente, a Lei Pelé contém ingredientes muito nocivos à atividade do futebol no Brasil. Apesar de ter trazido grandes avanços quando foi votada e aprovada no passado, hoje estamos verificando situações em que a Lei Pelé está possibilitando que os clubes sofram ações dos empresários e agentes de jogadores e sofram ações desses clubes-empresas, que podem eventualmente se transformar em grandes problemas no futuro.

O Senador Davim trouxe uma contribuição que acho valiosíssima para reflexão sobre isso. Eu gostaria também de complementar ao dizer que nós, as emissoras de televisão, tanto Globo, como Band, que somos, sim, concessões públicas, porém, vivemos das receitas que obtemos no mercado. Ou seja, as nossas empresas sobrevivem do que elas conseguem angariar em publicidade dos anunciantes do mercado em geral.

Nós não temos nem força nem poder nem capacidade de intervir na dinâmica das competições e na dinâmica da distribuição das receitas que se fazem pelo Brasil afora, que advêm da capacidade financeira, administrativa e desportiva dos clubes. Ou seja, nós estamos sempre ao lado dos clubes, apoiando, procurando fórmulas de dar uma exposição maior, de dar visibilidade maior a eles e às atividades dos clubes. Porém, não temos como disponibilizar recursos para, de forma equitativa, distribuir aos clubes de todo o Brasil e de todas as regiões.

Nós comercializamos aquilo que nós temos em mão, ou seja, nós temos duas partidas por semana, por rodada, que podemos exibir nacionalmente. A Globo, no caso, tem três partidas na televisão aberta; nós, Bandeirantes, temos duas, que exibimos nos mesmos horários de tal maneira a cobrir todo o território brasileiro. As demais partidas de cada campeonato são exibidas em outras plataformas, seja na TV por assinatura, seja no *pay-per-view*, e não na televisão aberta.

Isso foi uma evolução que veio ao longo dos anos, desde 1996, ou melhor, de 1994, que participo dessas negociações com os clubes brasileiros, com a CBF, com a Fifa, Comitê Olímpico etc. Então, a evolução nos trouxe novas receitas que, no passado, não havia. O Senador Perrella mencionou o contrato de 1996. Na minha memória, Senador, por todo o campeonato, Globo e Bandeirantes pagavam conjuntamente 46 milhões naquele ano – R\$46 milhões. É possível que eu esteja enganado, mas, se for, não é muito não, não é muito mais do que isso. E hoje os contratos já ascendem a cifras que o Senador citou aí.

Houve uma grande evolução nesses últimos 15, 16 anos. Profissionalização do futebol é um fato inegável. Os clubes estão cada vez mais profissionalizados, a gestão cada vez mais profissionalizada. A parte médica, de fisiologia, desportiva mesmo, tudo isso vem crescendo de uma forma muito veloz, e eu não tenho essa visão que o Senador Davim trouxe, da “espanholização”. Eu não acredito nisso. Vejam que, na Europa, por exemplo na Itália, que é um país muito menor do que o nosso, com uma população muito menor, cada grande cidade italiana tem no máximo dois clubes de futebol. Roma tem dois clubes: Roma e Lazio; Em Turim, há dois clubes: Internazionale e Torino; isso há cem anos.

Então, a nossa formação desportiva é diferente. Temos, em Minas Gerais, três grandes clubes, só em Belo Horizonte: América, Cruzeiro e Atlético. Em Porto Alegre, temos dois clubes enormes; em Natal, temos dois clubes grandes; em Manaus, temos dois clubes; na Bahia, temos três clubes grandes.

Então, acredito que a nossa formação é diferente. Porém, não cabe a nós, sinceramente, não cabe a nós, televisões, intervir nesse território. Não temos como fomentar o futebol brasileiro. Talvez pudesse fazer parte do desenvolvimento deste nosso debate que a Comissão e os Senadores pudessem analisar de que maneira a legislação pode ser aperfeiçoada no sentido de favorecer o crescimento desses clubes, porque é disso que precisamos. O subsídio não é uma boa saída; o incentivo, acredito, é uma saída melhor.

Essas contribuições que o Dr. Rocha trouxe são muito valiosas. Essa ideia do Fundo de Garantia, que é semelhante ao que se pratica, hoje, na legislação brasileira, no caso dos empregados domésticos, é uma boa ideia. Por que não estudá-la e aprofundá-la? Quem sabe isso possa ser um novo alento para os clubes brasileiros, especialmente os de centros menores, que têm menos recursos, menos capacidade também de gerar patrocínios e receitas publicitárias.

Então, acredito que, sim, a legislação brasileira merece um exame, especialmente no que tange à Lei

Pelé. Acredito que a Lei Pelé pode ser muito aperfeiçoada em benefício dos clubes brasileiros, dos clubes tradicionais brasileiros. Espero que não vejamos aqui, que aconteça no Brasil o que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos. Os Estados Unidos não têm clubes disputando as grandes competições. Têm franquias. São empresas que compram o direito de participar de uma determinada competição, e não há níveis de acesso, não há ascensão e nem descenso. Por exemplo, a liga de futebol americano tem 16 franquias. Todo o ano são as mesmas, não é verdade? A liga de futebol americano é gigantesca, movimenta muitos recursos, muito dinheiro. São dezesseis franquias e acabou; e aquilo muda de cidade, como estávamos verificando aqui, direto. Nós sabemos de muitas situações como essa.

Então, o recado que deixo é que nós peçamos aos nossos Senadores que se debrucem sobre essa questão também do ponto de vista legislativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós agradecemos muito a ajuda.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senadora, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria, Senadora, inclusive até falei com o Júlio, que é o nosso Secretário da Comissão, que fosse construído um documento nesta audiência constando os pontos que foram levantados aqui, as sugestões, e que fosse encaminhado para não só as instituições que participaram da nossa audiência, mas, sobretudo, a CBF, que é a grande ausente – com todo respeito ao Weber – desse debate. Então, que seja encaminhado esse documento dando conta do que foi discutido e as sugestões extraída dessa audiência pública, porque, se não fizermos isso, ficará um debate estéril, que se limitará às quatro paredes desta sala, e não queremos isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Davim, quero lhe informar, e com muito prazer, que está acompanhando esta audiência pública o especialista na área de esporte que me assessorou, Alexandre Guimarães.

O Alexandre é um especialista, um *expert* nesta matéria. Foi ele que me deu todo o apoio na elaboração da Relatoria da Lei Geral da Copa. Ele já está com a missão de fazer essa seleção de prioridades, e, com apoio dos colegas da Consultoria Legislativa do Senado, vai por setores: área trabalhista, área previdenciária e a área também comercial. Penso que nós podemos aqui ter as iniciativas em relação às empresas estatais como instrumento de fomento aos times nos Estados onde é necessário isso.

Fiz anotações na audiência, Weber, e queria também recomendar à CBF que, além das questões que levantou o Zezé Perrella, pudesse tomar a iniciativa de ela estimular, ser a protagonista de campeonatos regionais nas Regiões onde isso é necessário. No Rio Grande do Sul tem o campeonato gaúcho. Participam os clubes do Campeonato Brasileiro, da Libertadores. Então, já há uma estrutura. Mas na Região, especialmente Nordeste, que V. Exª conhece, é preciso criar um campeonato para fazer essa, digamos, mobilização do aspecto institucional e político. Esse é outro detalhe.

Queria também lembrar que os times de futebol, pelo menos falo pelo que acontece no meu Estado, têm escolinhas de futebol, que é uma manutenção de um acesso de crianças: as que podem pagar pagam; as que não podem pagar vão lá para aprender. É também uma forma de educação e de formação desses novos atletas. Além disso, muitos jogadores de talento e com compromisso social, como foi o caso do Dunga, que criou uma ONG no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no Bairro Restinga, muito importante, e que faz um trabalho extraordinário, ao pegar a área de periferia e trazer, através do futebol, através de uma mobilização... Eu imagino que outros atletas estejam fazendo isso em outras partes do Brasil. Eu tenho essa informação apenas porque convivo com a ONG do Dunga, que tem uma grande visibilidade e faz um belo trabalho no Rio Grande do Sul.

Então, eu queria agora passar a palavra ao Weber, renovando a solicitação do que abordou aqui o Senador Zezé Perrella e essa de uma eventual participação, ou seja, de estimular a CBF para uma copa do Nordeste, por exemplo.

O SR. WEBER GUIMARÃES – Bom dia, Senadora Ana Amélia!

Primeiramente, quero cumprimentar a Sra. pela relatoria da Lei Geral. Acompanhei de perto o trabalho que a senhora fez aqui – muito bem, por sinal...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. WEBER GUIMARÃES – ...o nosso Senador Zezé Perrella, que se tem desdobrado aqui no Senado a respeito do esporte, já que é um *expert* também no assunto; o Senador Paulo Davim; o Eduardo, amigo nosso; o Juca; o Marcelo Campos Pinto; o Alex.

Quero pedir desculpa por essa ausência do presidente José Maria Marin. Ele chegou há pouco dos jogos que aconteceram fora do Brasil e estamos resolvendo a questão da Série C e Série D, que, infelizmente, estão paradas, mas tenho certeza que vão ser retomadas, já que a CBF, numa nova iniciativa, vai dar apoio à Série C e Série D, àqueles clubes pequenos, àqueles que

merecem realmente até serem bem olhados. A CBF prontamente está fazendo um trabalho de resgate.

É uma nova fase da CBF. O presidente Ricardo Teixeira se ausentou, deixando já um trabalho que todos reconhecem. E agora, para frente, nós teremos que retomar ainda mais.

O nosso consultor legislativo, Álvaro Melo, não pôde estar presente, devido a problemas particulares. Como eu estava em Brasília hoje, passei aqui até para cumprimentar os amigos e ver também o que está acontecendo, porque nos interessa, acima de tudo, o futebol brasileiro.

É importante a Comissão tratar esse assunto. É importante a gente estar a par de todos os acontecimentos. É por isso que o futebol é uma paixão nacional. A Copa do Mundo e a Copa das Confederações estão batendo às portas aí no Brasil. Eu tenho certeza que vai ser uma grande copa. Eu tenho certeza que o Legislativo tem dado a sua contribuição, o Governo Federal tem dado a sua contribuição. O Presidente Lula fez todo um esforço para trazer essa copa, juntamente com o presidente Ricardo Teixeira, que lutou, desde 2002, quando eu tive a felicidade de estar junto, chefiando a delegação do Brasil na Coreia e Japão. Foi o último campeonato nosso. Estivemos junto com vários amigos. Então, isso é muito importante.

A CBF tem essa preocupação, sim. Agora, como a senhora bem frisou, o futebol é uma paixão muito grande e envolve muitos, muitos clubes, muitos dirigentes. E eu digo o seguinte: eu fui presidente de uma federação aqui de Brasília, federação pequena, mas que chegou à 1ª divisão. E tem muita coisa também dos dirigentes. Eu acho que a gestão profissional, o trabalho dos dirigentes faz com que uma cidade também cresça, que não fique acomodada. Eu vejo grandes clubes no Nordeste. Sou apaixonado pelo Nordeste, pelo potencial que tem o seu torcedor, que vai ao estádio. Eu estou sempre frequentando estádios no Nordeste, como no Norte também e no Centro-Oeste. Agora, o torcedor não é bobo. O torcedor também comparece naquele lugar onde tem trabalho, onde está sendo resgatado, onde se está fazendo uma luta para resgatar o futebol.

Então, esse momento é importante. As TVs têm dado um apoio fantástico. Eu vejo o Marcelo e o Juca a vida toda trabalhando juntamente com a Confederação Brasileira de Futebol, com os clubes, para dar essa condição, como o Senador bem falou, de você estar sentado, no domingo, vendo um futebol sendo transmitido. Então, isso é muito importante. Nossa sorte é ter essas emissoras apoiando o futebol brasileiro.

Com relação a essa questão de cotas, a CBF tem-se preocupado, juntamente com as televisões, no sentido de fazer uma divisão mais equilibrada, mas

não é fácil, porque isso já vem de muito tempo. Então, até se ajustar todo esse potencial que é dado para o futebol brasileiro não é fácil. Cada um quer puxar mais para o seu lado. São grandes clubes, grandes interesses. O senhor veja que a Série C e Série D estão paradas por causa de interesses, por causa de problemas jurídicos. São 56 clubes sem poder jogar durante um mês, e daqui para frente teremos mais um mês. São duas folhas de pagamento.

A preocupação da CBF é grande. Preparar uma seleção brasileira para uma Copa do Mundo, em 2014, já que nós estamos numa entressafra de jogadores, buscar melhor equilíbrio para buscar essa medalha de ouro tão almejada, é um trabalho intenso.

A CBF realmente é uma entidade que, para administrar essa paixão toda, tem que ter equilíbrio, principalmente nesses momentos em que a gente tem essas pequenas dificuldades, esses pequenos problemas no futebol brasileiro, mas vocês podem ter certeza, como bem frisou nosso Zeze Perrella, nós precisamos de união, principalmente nessa questão da Libertadores, que eu acompanho de perto. Tive a felicidade, nas últimas quatro finais de Libertadores em que os clubes brasileiros estiveram, de estar junto para entregar a premiação de vencedor àquele clube que levou a Libertadores. Essa dificuldade, como bem frisou o Senador Perrella, é grande. Eu acho que os clubes brasileiros, nesse momento, têm que, realmente, estar unidos. A Confederação precisa bater de frente, em alguns momentos, com a própria Sul-Americana, como nós aqui.

Quando eu era Presidente da Federação, a gente, às vezes, tinha divergência com o nosso querido amigo Ricardo Teixeira, porque eu era o Presidente daqui e ele era o Presidente de lá. Então, o voto meu é o mesmo voto de São Paulo. Nós lutávamos para isso. Por isso, nós conseguimos sair do 18º no *ranking* para 14º no *ranking* das Federações. Houve até remodelação na questão da Copa do Brasil, que está atendendo mais federações. Hoje, São Paulo ganhou mais duas vagas, o Rio, e até o 14º lugar teremos mais uma vaga.

Então, a CBF tem feito um trabalho, mas o que foi feito para se chegar até aqui poucos divulgaram. Como eu dizia, toda sexta-feira, eu estava muito tranquilo na Federação, mas, na segunda-feira, tinha sempre dois ou três clubes que perderam e que estavam naquela polêmica de reclamar da arbitragem, reclamar daquilo, reclamar de outro. O futebol, sem dúvida nenhuma, traz esse clima de desavenças, às vezes, de otimismo, mas, principalmente também essa questão de a gente poder estar discutindo, e isso é salutar.

A senhora citou bem a questão das escolinhas. No Ministério do Esporte – eu faço parte do Conse-

lho Nacional do Esporte –, está-se revendo todo um processo para se fazer um trabalho nas escolinhas de futebol, até exigindo mais a questão dos clubes, porque os clubes, hoje, não têm condição para receber os meninos. Então, hoje está sendo feita uma reformulação para que a gente possa, realmente, estar atendendo a categoria de base, que é muito importante.

Então, tenho certeza, Senadora, que o trabalho da senhora vai ter resultado, assim como dos Senadores Paulo Davim e Zeze Perrella. Podem contar com a Confederação Brasileira de Futebol. Hoje não pôde estar presente, como era o nosso diretor jurídico, e peço desculpas, mas vamos levar essa reivindicação.

Senador Zeze Perrella, estamos juntos. Acho que nós temos que lutar pelo Brasil, já que nós conseguimos trazer uma Copa, que é muito mais difícil, por que não lutar pelos interesses do futebol brasileiro, como luta a TV Globo, como luta a Bandeirantes e todos que estão envolvidos direta e indiretamente no futebol brasileiro?

Muito obrigado pela palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Weber. Regimentalmente não é dada a palavra a quem não está inscrito ou quem não é Senador, mas, pelo tema e pela representação que tem V. Sa. na CBF, achei pertinente, como Presidente desta Mesa, dar-lhe a palavra para mostrar a democracia que impera aqui e a disposição que temos desse diálogo. A CBF não veio pelas razões que explicou, mas foi convidada e teria uma grande relevância neste debate.

Eu termino agora perguntando ao Marcelo, a outra questão é para o Eduardo e para o Alexi. A Rede Globo, tradicionalmente, há anos, detem os direitos de transmissão do campeonato brasileiro da série A. O Juca falou muito do trabalho que é feito, classificando, é claro. A televisão é uma empresa privada que vive da receita advinda de patrocínios, promoções, propagandas. Então, o que a emissora que é líder nesse processo está fazendo nessa interação com os clubes, com as entidades que representam o futebol nos Estados, como você entendeu esse processo todo e qual a sugestão eventual que pode oferecer nesse debate tão produtivo que tivemos hoje?

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Sra. Presidente, nós temos uma estrutura que certamente a maioria da população desconhece. Somos a terceira maior rede de televisão do mundo em número de emissoras. Na realidade, a família Marinho tem apenas 5 das 125 emissoras que integram a rede Globo. As outras são afiliadas, como a RBS, no Rio Grande do Sul. Temos São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Recife. São as únicas.

Nós temos uma visão muito parecida com a do Senador. Entendemos que os clubes são a célula

mater do futebol brasileiro. Em sendo assim, ao longo dos anos, eu – e estou aqui nessa função desde 1997 –, particularmente, e a TV Globo, que são essas cinco emissoras, temos incentivado os campeonatos estaduais. Hoje, temos, de certa forma, também instigado nossas afiliadas a também comprarem os campeonatos em seus Estados, tanto que, em 2012, temos dez campeonatos estaduais sendo transmitidos: Rio Grande do Sul, Santa Catarina – a RBS compra –, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Goiás, Bahia, Pernambuco e Ceará. Dez Estados hoje tem o seu campeonato estadual sendo comprado por uma emissora de televisão. Isso incentiva e gera recursos para esses clubes desses Estados para que eles possam se candidatar a uma melhor competição nacional, que é a Série D, a Série C, a Série B e a Série A do Campeonato Brasileiro, além da Copa do Brasil, que é, talvez, a competição mais abrangente em termos de Estados que a disputam.

Além disso, fazemos investimentos nas mais variadas competições, mas os nossos recursos são finitos. Nós não temos recursos infinitos. Só para citar aqui alguns números: pela Série A do Campeonato Brasileiro, em 1997, se pagou entre TV Globo, Bandeirantes e Globosat, R\$61 milhões e, em 2012, nós vamos pagar R\$1,2 bilhão – 1.624% de aumento nesse período; pela Série B do Brasileiro, em 2001, se pagava R\$1,5 milhão e, em 2012, vamos pagar entre TV Globo e Globosat, R\$37 milhões aproximadamente – 2.311% de aumento no período. Estamos falando de 11 anos. Na Copa do Brasil, em 1998, se pagava R\$8 milhões aproximadamente e, em 2012, vamos pagar R\$45 milhões – 446% de aumento. Eu não conheço nada no mundo que tenha tido esse percentual de aumento, o que demonstra a nossa consciência de que precisamos dar a nossa contribuição no limite de nossas forças para o engrandecimento do futebol brasileiro.

Trago aqui alguns dados interessantes. Em primeiro lugar, não existe espanholização no futebol brasileiro. Por quê? No futebol brasileiro, nós temos, através do contrato celebrado no ano passado, um equilíbrio de forças entre os clubes que disputam a Série A, que foi uma preocupação nossa. É importante que se saliente o seguinte: as três grandes receitas da Série A, por uma proposição nossa, aceita pelos clubes, se distribui entre uma quota de televisão aberta, uma receita de *pay-per-view* e uma receita de premiação, que é extremamente significativa. São R\$30 milhões a serem distribuídos até o 16º lugar. Evidentemente que os outros que caem não merecem essa premiação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Na Série A, onde temos uma participação mais ativa na discus-

são do rateio, porque houve uma negociação clube a clube. Foi um processo muito mais democrático em que nós estabelecemos parâmetros muito cristalinos, sem nenhuma conotação política, como acontecia no Clube dos 13. O Clube dos 13 fazia uma divisão política. Nós propusemos, e os clubes aceitaram, critérios objetivos, quais sejam: na televisão aberta, os clubes foram divididos de acordo com a audiência que eles geram nacionalmente e nos seus Estados, através de uma ponderação de audiência nacional e audiência estadual; no *pay-per-view*, as receitas são distribuídas de acordo com a força de venda de cada clube. É feita, anualmente, uma pesquisa, na base dos compradores do *pay-per-view*, para se descobrir quantas centenas ou dezenas de milhares de torcedores compram *pay-per-view* do clube A, do clube B, do clube C.

Aqui vai uma observação interessante. Esse Plenário, através das manifestações, ficou com a ilusão de que os clubes do eixo Rio-São Paulo são os que mais arrecadam. Ledo engano. O clube do nosso querido Senador Zeze Perrella é o oitavo clube em arrecadação no Campeonato Brasileiro. Ele não sabia. Então, estou trazendo aqui essa informação porque ele não é mais presidente e, então, não tem a obrigação de estar atualizado. O nosso querido Inter é o sétimo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E o Grêmio?

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – O Grêmio é o 10º. Nós temos aqui o Atlético Mineiro também na 11ª posição.

Então, nós temos entre as onze maiores arrecadações do Campeonato Brasileiro quatro clubes fora do eixo Rio-São Paulo. Fluminense e Botafogo não se encontram entre esses 11. O Santos também não se encontra entre esses 11. Esse critério, então, que nós propusemos aos clubes, e foi por eles aceito, democratizou a distribuição da receita de televisão, na medida em que cada clube pode melhor trabalhar a sua receita. Por exemplo, se um clube vende um percentual “x” de *pay-per-view*, só depende dele, clube, fazer um trabalho junto aos seus torcedores para que os torcedores comprem o *pay-per-view* do seu clube.

Há, aqui, também, Senador, um dado muito importante. Nós nos preocupamos com o fortalecimento do futebol brasileiro, tanto que abrimos mão da transmissão para cidades em que os jogos são realizados pela televisão aberta, o que normalmente seria o mais interessante. Por quê? Para preservar a receita de bilheteria. Quando o jogo não é transmitido para a cidade, o torcedor do clube só tem duas opções, ou ele vai ao campo, ou ele compra o *pay-per-view*. Em ambas as hipóteses, esse torcedor estará beneficiando diretamente o seu clube, o que é uma democratização da

força de cada um. A gente precisa distribuir de acordo com o potencial de cada clube.

Como foi muito bem salientado pelo Weber, o dirigente tem que ser profissional. Ele tem que ser competente. Outrora havia uma caixa-preta, havia um critério político. Hoje existe transparência e objetividade.

Então, concluindo nesse critério de rateio, eu diria o seguinte: na Itália, quatro clubes dividem 63% da receita de televisão; na Espanha, dois clubes abocanham 72% da receita de televisão; no Brasil, os dois maiores clubes, que são Flamengo e Corinthians, juntos, tem 12% da receita de televisão. Então, aqui existe, sim, a melhor distribuição de receita de televisão do mundo. Do mundo do futebol, é a melhor distribuição de receita de televisão na Série A.

Existe, ainda, outro dado muito importante a ser mencionado, Senadora, que é o seguinte – a título de contribuição: muito se falou aqui a respeito do incentivo dos clubes de todas as unidades da Federação.

As redes de televisão tem feito um esforço grande para cobrir os campeonatos estaduais. Por quê? Porque, através do campeonato estadual, nós vamos assegurar a sobrevivência dos clubes em todos os Estados da União. Em assegurando essa sobrevivência, o clube tem uma melhor condição de se classificar para o Campeonato Brasileiro e ter um melhor desempenho na Copa do Brasil. Conseguimos cobrir os 27 Estados? Ainda não. Será que cobriremos? Não sei. Isso vai depender das nossas forças. Agora, existem outras emissoras no Brasil que não a Rede Globo e a Rede Bandeirantes. Elas também poderiam estar contribuindo. Nós estamos contribuindo no máximo das nossas forças.

Outro detalhe muito importante, Senadora. O futebol brasileiro tem um problema gravíssimo. Eu costumo dizer a herança maldita. A herança maldita é constituída pelas dívidas que o dirigente herda quando ele é eleito. Esse passivo é colossal. Para que se tenha uma ideia, hoje o passivo dos principais clubes brasileiros é de R\$1 bilhão, dos quais, aproximadamente, R\$600 milhões de dívidas fiscais. O restante são dívidas trabalhistas e dívidas cíveis. As dívidas trabalhistas têm sido objeto de uma composição com os Tribunais Regionais do Trabalho através da qual um percentual “x” de todas as receitas dos clubes tem sido destinado para um fundo em que se quita a dívida trabalhista do clube. Então, temos uma solução nesse campo. Onde não temos uma solução? Na dívida fiscal.

Na realidade, o Timemania é um projeto natimorto. Não contou com o apoio da Receita, não contou com o apoio da Caixa. A caixa nunca promoveu a venda do Timemania. É preciso que se diga. E a solução é simples, Senadora. A solução é muito simples. Há que

se consolidar a dívida fiscal dos clubes e estabelecer o mesmo parâmetro que os Tribunais Regionais do Trabalho têm estabelecido: um percentual “x” de todas as receitas irá para esse fundo, que concentrará as dívidas fiscais, e essa dívida será quitada, Senadora. Sabe por quê? Porque nós já tivemos um exemplo na história do futebol brasileiro. Na década de 70, nós tínhamos um passivo grande de INSS dos clubes. Então, foi estabelecida uma retenção de 5% na fonte das receitas de estádio e, ao longo de oito anos, a dívida foi quitada. E o INSS gostou tanto da ideia que até hoje recolhe 5% na fonte de todas as receitas do clube – não é Presidente Alexi? E, com isso, o que acontece? Não há evasão de receita.

O que nós precisamos – e eu tenho certeza que os dirigentes aqui presentes na mesa, o Zezé foi durante muito tempo dirigente – é o seguinte: a solução do passivo e uma responsabilização efetiva do dirigente que, uma vez resolvido o passivo, não cumpra com as suas obrigações de recolhimento de impostos e também contribuições previdenciárias e para fundo de garantia. Outra questão grave, que é uma questão do Brasil: a carga sobre a quantia paga a título de salário é absurda – é absurda. Paga-se, praticamente, 80 centavos a cada um real efetivamente pago ao empregado e, nesse caso, ao jogador. Então, essa proposta de redução do encargo previdenciário, o encargo social sobre o que é pago aos jogadores de futebol, proposta aqui do Presidente Eduardo, eu endosso, eu endosso. Há que se estudar uma forma, e nós precisamos resolver esses dois problemas gravíssimos, a herança maldita, porque senão nenhum clube consegue sobreviver. Nós estamos à beira de um colapso, porque os clubes não têm mais essa capacidade de fazer frente ao pagamento das dívidas passadas, contribuírem com o pagamento em dia dos encargos sobre as folhas mensais e ainda fazer frente aos investimentos nas escolinhas, que representa um enorme trabalho social.

Cada vez que se tira uma criança da rua, nós sabemos o efeito que isso tem para a sociedade. Os clubes pagam escolas, como a senhora bem sabe, para que a criança que ali esteja – entra com 10, 12 anos, para um dia poder concretizar o sonho de virar um jogador de futebol – tenha uma escola. O clube paga essa escola e ele não tem nenhuma contrapartida; ele não tem nenhuma contrapartida do Governo de um incentivo.

Então, poder-se-ia também estudar uma forma de se ver o quanto o clube investe para formar um menino e o quanto se poderia ter de contrapartida de um desconto nessa dívida do passado.

Então, creio que existem formas, existem soluções criativas a serem adotadas, e nós nos colocamos sem-

pre à disposição para, todas as vezes em que formos convocados, aqui comparecermos para dar a nossa contribuição. Porque nós vivemos esse dia a dia com os clubes e sabemos, por exemplo, dos problemas que um presidente como o Alexi Portela, um dirigente competente, um dirigente que tem todas as certidões negativas do seu clube... Eu diria que não existe meia dúzia de clubes no Brasil que tenha certidões negativas.

Então, Presidente, o Cruzeiro está também, mas a gente vive esse dia a dia. Ser presidente de clube e cumprir com todas as obrigações hoje é um ato de heroísmo, porque, efetivamente, a realidade é muito complicada.

Estendi-me um pouco demais, peço perdão e agradeço a paciência.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Marcelo, eu apenas queria dizer que você, na hora em que se aposentar da Globo, pode ser um grande dirigente de futebol. Está muito preparado. (Risos.)

Eu só queria que completasse, Marcelo. Eu fiquei com a lista aqui: em sétimo lugar, o Internacional; em oitavo, o Cruzeiro; e, em décimo, o Grêmio. Eu queria que completasse. O primeiro lugar qual é?

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Em primeiro lugar, o Flamengo; segundo, o Corinthians; depois, tem o São Paulo; o Palmeiras; o Vasco; e, depois, os demais. Faltou alguém, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Faltaram o sexto e o nono. Flamengo, Corinthians, São Paulo, Palmeiras, Vasco. O Sexto deve ser o Fluminense?

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Não, não, não.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – A Senadora fica chateada porque é gremista. (Risos.)

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Acho que vem Inter... Eu não sei dizer a ordem, mas eu vou dizer os dez – assim de cabeça, eu não tenho –, mas é: Flamengo, Corinthians, São Paulo, Palmeiras, Vasco, Grêmio, Inter, Cruzeiro, Atlético Mineiro e Santos. Esses são os nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ah, então, o Santos está faltando para completar. Obrigada.

Senador Paulo Davim.

Depois de V. Exa., eu passaria a palavra novamente ao Weber Guimarães, em função dessa questão do Timemania, porque acho que a Assembleia tem que falar sobre isso.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Dr. Marcelo, o senhor me desculpe, mas nós estamos aqui em um debate para isso mesmo, para esclarecer. Agora,

veja bem, o senhor falou que a maior distribuição, que o Brasil é o país que mais distribui recursos, não é?

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Não, eu não disse que mais, é o que melhor distribui, na Série A

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Melhor. Ah, na Série A. Porque pode ser a maior distribuição, mas é a mais injusta. O senhor...

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Eu não disse a maior, não. Eu disse que é a melhor distribuição na Série A.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – De Série A. Porque, veja bem, quando o senhor mesmo diz que é 1,2 milhão na Série A e 37 milhões na Série B, por aí eu já tiro, deduz-se que pode ser melhor na Série A, porque é injusta com as outras séries. Até porque o Campeonato Brasileiro é dividido em quatro séries: A, B, C e D. Então, eu discordo.

Quanto à questão da “espanholização”, quando eu me referi a isso foi porque, na Espanha, ou é Barcelona ou é Real Madrid, e fica nesse dueto aí *ad aeternum*. Eu lhe pergunto: qual foi a última vez que um clube que não é do eixo Rio/São Paulo foi campeão da Série A? Nordeste, por exemplo?

Que eu tenha conhecimento, foi o Bahia, em mil novecentos e alguma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Em 1988. Pronto, raramente, um aqui e outro acolá. A Região Norte, nunca; Centro-Oeste, eu acho que o Goiás, se não me engano. Também não, ninguém.

Então, na verdade, o que eu quero dizer é que há uma concentração de títulos e, se há uma concentração de títulos, alguma coisa deságua nisso. Entendeu? É o que acontece na Espanha.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Não, mas 50% da economia brasileira também está no eixo Rio-São Paulo. É normal que 50% dos times também fiquem lá.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Claro, claro. Mas, normal não. Não é normal que os times se concentrem lá.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É *business*, é negócio.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não necessariamente. Se houvesse um maior investimento nas divisões de base, no apoio à descentralização dos clubes no suporte financeiro, seguramente nós teríamos sim, clubes campeões do Norte e Nordeste, enfim, descentralização.

Eu acho que o futebol enriquece na medida em que ele sai desse foco. Ele se nacionaliza, ele se espraia pelo Brasil com oportunidades, com apoio, com investimento, com incentivo às divisões de base. Aí

sim, aí nós teremos um futebol nacionalizado democratizado e forte.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Senador, eu concordo com o senhor. Agora, eu acho que nós estamos na casa certa. Acho que o Governo também tem sua responsabilidade sobre isso e muito grande.

É como ele falou: repare que o Inter e o Grêmio são patrocinados por um banco estatal. Então, eu sempre briguei por isso, eu sempre briguei para ter na Bahia. Você repare que o único governo de um Estado do Nordeste que ajuda o Campeonato estadual é o governo pernambucano. Os outros, nenhum. O Vitória tem 120 garotos que eu dou cinco refeições ao dia: café, lanche, almoço, lanche e jantar – que moram no Vitória.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Só um instante, Alexi. O nosso Ministro das Minas e Energia é do Nordeste e ele patrocina os times do Rio de Janeiro, que é o Flamengo e o Vasco...

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Nós fomos a algumas empresas estatais, e ficaram nisso: não, o poder econômico lá é maior, então nós temos que patrocinar lá. Isso foi dito a mim. E, como o Marcelo falou, o Vitória eu acho que é um dos poucos clubes no Brasil que tem todas as certidões. Mas que isso custou caro ao clube custou. Foi com responsabilidade para a gente poder conseguir. E, se eu estou na Série B hoje, foi exatamente porque eu não fiz loucura.

É como eu falei: acho que é a desoneração, porque a gente tem muita coisa que onera. O Vitória tem hoje, nós assinamos um convênio com o Governo do Estado, o Governo do Estado vai entrar com 3,5 milhões para a gente construir três campos e um ginásio; e o Vitória é numa região muito pobre, onde tem o Barradão; nós vamos todo ano inserir 250 garotos; nós vamos entrar com oito milhões, o Governo com três, nós vamos mudar toda a estrutura de psicólogo, de treinador e tudo, exatamente para fazer essa parte social.

Então, isso é muito importante para que o Governo veja esses clubes que fazem isso e dê uma ajuda também.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Alexi, eu queria aproveitar o gancho. Você falou que uma das responsabilidades que você tem é pagar uma taxa para a Feaspol. O que é a Feaspol?

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Feaspol é para a Polícia Militar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas essa é uma fundação privada, da fundação...

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Não, vai para o Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vai para o Governo?

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Para o Governo do Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Além de FGTS, além de contribuição...

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Exatamente, 5%.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...você ainda tem que pagar...

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Ainda tem que pagar a Feaspol, é uma lei estadual. Da renda da partida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aí realmente é, porque você já paga os impostos que deve...

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Exatamente. Então, é isso que eu falo. Eu acho que nós estamos na casa certa para a gente resolver. Você não pode ter 35%, 40% da receita para pagar despesas. Como o Marcelo falou, é 5% do INSS. A gente podia fazer... E ainda paga o lanche. Fora isso, ainda paga o lanche e, às vezes, o transporte.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Realmente, é um encargo que, em outros Estados, não existe.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Por exemplo, em Goiás, o pessoal isentou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Então, é isso que eu falo, Senador. Acho que estamos na casa certa para fazermos um fórum para discutir esses casos. Não só cobrar. Por exemplo, acho que a gente tem que dividir as quotas, mas acho que o Governo tem sua parte muito importante nisso, sem dúvida nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora, eu quero saudar aqui a Deputada Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte, da valorosa bancada do Rio Grande do Norte com o Senador Paulo Davim, e passo a palavra ao Weber, para falar sobre a questão da Timemania, que foi...

Dois minutos...

O SR. WEBER GUIMARÃES – Rapidamente, Senadora, só para colaborar com o Dr. Marcelo Campos Pinto.

A Loteria Esportiva foi criada basicamente em cima dos clubes de futebol e, depois, abandonou-se a Loteria Esportiva e se criou o maior prêmio é Mega Sena, em que o futebol ficou fora dessa questão.

Criou-se a Timemania e a Timemania está sendo revista pela Comissão de Esporte e Turismo do Senado. Foi criada uma comissão para se analisar a questão da Timemania, que é muito importante tam-

bém. É uma parceria do Governo com os clubes. Eu não isento os clubes também desse trabalho, porque os clubes também têm que fazer um trabalho para se arrecadar melhor.

Para que a senhora tenha uma ideia, o ano passado, o Uberlândia, de Minas Gerais, foi o clube que mais arrecadou seu percentual no mês, devido ao trabalho que o clube fez, inclusive em parceria com os lotéricos daquela cidade.

Mas tem que ser revista, principalmente, a questão de, dentro da Timemania, ser retirado para fundo penitenciário, para Fundo Nacional de Saúde, Comitê Olímpico Brasileiro, Comitê Paraolímpico Brasileiro, além de toda a questão da Caixa Econômica – se não me engano, eles retiram 22% e os clubes recebem 22% só da arrecadação dessa premiação.

Então, eu também sugiro que o Senado, dentro da sua comissão, faça também uma subcomissão para analisar, juntamente com a Câmara, essa questão da Timemania, para poder ajudar melhor os clubes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pela colaboração e passo a palavra ao Eduardo, que pediu a palavra.

O SR. EDUARDO SERRANO DA ROCHA – Eu gostaria só de, acompanhando o Alexi quando ele diz que os clubes também deveriam ir atrás de patrocínios, dizer que o próprio Governo de Pernambuco patrocina com “minha nota é o ingresso”, é até uma maneira de evitar a evasão fiscal. Como se dá isso? Você adquire mercadorias, recebe o cupom fiscal e tem uma quota de cada partida para que você troque por ingresso. Esse é um programa que dá certo lá, não é Alexi?

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – É verdade, na Bahia teve esse programa. Agora, também a gente não pode fazer um programa, vamos dizer, social e que o clube pague por isso. Eles queriam pagar, três reais, quatro reais por ingresso. Isso aí não tem condição, não se faz futebol com isso.

O SR. EDUARDO SERRANO DA ROCHA – Mas você pode fixar uma quota de ingresso para cada evento.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Exatamente, como é feito em Pernambuco, que tem um valor muito mais elevado. Acho que Pernambuco tem uma coisa muito coerente.

O SR. EDUARDO SERRANO DA ROCHA – Agora, terminando bem rápido, que sei que há outros inscritos.

No nosso Estado, o Rio Grande do Norte é produtor de petróleo, e a Petrobras patrocina clubes de outros estados e não patrocina clubes do Rio Grande do Norte. Quer dizer, teria que haver uma cobrança do próprio Governo do Estado, dos próprios parlamenta-

res nossos nesse sentido, porque não faz sentido. A Eletrobrás também patrocina outros clubes e não patrocina os clubes locais. Quer dizer, há uma discriminação dentro de casa.

Há uma construtora, que não vou dizer o nome, que é uma empresa privada, que está fazendo lá a Arena das Dunas, onde deverá jogar os clubes do Rio Grande do Norte, e essa construtora patrocina clubes de outro Estado e não patrocina os nossos. Quer dizer, nós também temos que ver que dentro de casa a gente pode consertar alguma coisa. É a mensagem que eu gostaria de colocar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, a nossa Consultoria já anotou todas essas sugestões.

Encerro aqui, apenas levantando uma questão que foi colocada pelo Alexi, pelo Eduardo e também, indiretamente, pelo Senador Zeze Perrella, que diz respeito à questão da bebida nos estádios. Esse é um problema, Alexi e Eduardo, que, durante a relatoria, foi o tema mais complexo que tive para compor o relatório. A população brasileira, nas pesquisas, nas avaliações, é contra a bebida alcoólica, porque a ideia que ficou é que a violência se dá por causa do consumo exagerado de álcool nos estádios.

O Ministério Público de Minas Gerais, Senador Zeze Perrella, criou por iniciativa da própria CBF, em 2005, uma comissão e um comitê para tratar desse problema que se agravava a cada campeonato. Em todos os Estados brasileiros; em alguns, mais. Em São Paulo, as torcidas organizadas também tiveram um protagonismo e o Ministério Público entrou.

A CBF liderando, e aí foi uma iniciativa correta, então a conclusão é que, de fato, a bebida alcoólica é um combustível para aumentar a violência.

No relatório que foi feito, que fiz, eu deveria ter proibido a bebida alcoólica não só por uma convicção pessoal, mas pelo entendimento da sociedade brasileira. O próprio DataSenado fez uma pesquisa, que indicou que 80% das pessoas pesquisadas são também favoráveis ao banimento. Os representantes do Ministério, nesta Comissão, nós fizemos uma audiência pública para tratar desse tema específico, foram muito claros: que, terminada a Copa... Eles entenderam quando eu disse que estava numa escolha muito complicada, se eu barrasse a questão da bebida ou a proibisse durante a Copa, estaria violentando, rompendo um contrato perfeito e acabado, feito pelo Governo brasileiro com a Fifa, que é uma instituição internacional. O Brasil não ficaria mal só no futebol, ficaria mal na questão econômica, na questão da segurança jurídica e, em tudo isso, digamos, um caloteiro, que não cumpre um acordo firmado.

Então, diante desse interesse maior, eu, no relatório, com o apoio do Alexandre, compusemos, sublinhando – inclusive foi uma das observações salientadas com mais ênfase pelos representantes do Ministério Público – da temporariedade e da transitoriedade dessa liberação, que seriam os 29 dias dos jogos da Copa.

Agora os senhores trazem algumas informações adicionais, que não estavam compostas aqui e algumas razões, que, como o senhor disse, não é o achismo que vai determinar, como disse o Eduardo, se isso deve ou não voltar. Essa é uma questão que tem que ser vista com médicos, com o Ministério Público em cada Estado, com as autoridades, com os especialistas em multidões, enfim, com a comunidade. Isso tem que ser discutido muito porque aqui já se percebeu uma tendência de defender a liberação de bebida depois da Copa do Mundo.

Então, eu queria deixar isso, até para a consultoria, como solicitação para que cada um fizesse esse trabalho, esse dever de casa, para trazer os subsídios de que o Senado precisa em relação a essa matéria tão polêmica, que é a questão da bebida.

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Sra. Presidente, se me permite uma observação...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO CAMPOS PINTO – Em primeiro lugar, parabênizo-a pela sua postura como Relatora da Lei Geral da Copa, porque, em verdade, seria rasgar um contrato assinado. Isso ficaria horrível para a imagem do nosso País, mormente quando estamos assumindo um papel de destaque no cenário político internacional.

Agora, a título apenas de contribuição, na Europa e Estados Unidos, vende-se cerveja nos estádios. Acho que vale a pena dar uma olhada lá para ver como acontece. Sei, por exemplo, porque fui a dois jogos da Seleção Brasileira agora, nos Estados Unidos, e eles usam a seguinte metodologia: eles vendem antes, no intervalo e depois; durante o jogo, não.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aqui, as informações que foram trazidas, no caso da Europa, é que a Uefa, no caso da Copa de 2011, teria uma empresa produtora de cerveja, alemã ou holandesa, que fez uma cerveja sem álcool e foi a solução, digamos, apresentada. De qualquer maneira, também nesses contratos tem esse dilema. Penso que a gente tem condição, sim, de discutir o assunto.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – A título de informação também. Na Copa da Itália, vendeu-se bebida alcoólica e na Copa dos Estados Unidos também.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Confirma a informação do Dr. Marcelo.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – O estranho, também, Presidente, é que o Governo trabalhou para que se liberasse a bebida alcoólica e a Presidente Dilma vetou. Ela transferiu essa competência para os Estados, coisa que não entendi.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Assembleia Legislativa do meu Estado, Rio Grande do Sul, já o Governo do Estado... Porque nenhum Estado vai, digamos... Essa foi a forma politicamente mais adequada...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pois é, mas prova que não existia esse acordo do Governo, então, com a Fifa. Se ela transferiu essa competência para os Estados, é uma evidência de que não existia esse acordo do Governo Federal com a Fifa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Perrella, o problema é o seguinte. É que alguns Estados, como Rio Grande do Sul e São Paulo, têm uma lei estadual que proíbe a bebida alcoólica. Se a lei proíbe e se o que nós aprovamos aqui libera, há um conflito de interesses na federação. Os Estados têm autonomia.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Mas a lei federal vale...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas ela prevalece sobre a lei do Estado.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Só que, no entendimento... Houve um entendimento político-institucional da Câmara, quando votou, e nós acolhemos isso, para tentar, digamos, envolver e compartilhar uma responsabilidade, que é essa, porque já havia uma lei. Então, seria apenas uma imposição autoritária demais não permitir que os Legislativos dos Estados onde haverá jogos, como Porto Alegre ou São Paulo mesmo, e agora as Assembleias têm que fazer, estão fazendo...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – No meu entendimento, esse veto deixa a gente mal. A partir do momento em que o Governo trabalhou para que a gente não criasse nenhuma dificuldade com relação a isso, depois houve o veto. Acho que ficamos numa posição chata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como não houve, digamos, uma ruptura com o contrato, o contrato é mantido, e os Estados compartilham essa responsabilidade.

Então, penso que, como Senadora da República, somos representantes do Estado, tenho que defender

a autonomia do Estado como ente federativo e ele tem também um compartilhamento nessa responsabilidade institucional também.

Então, quero renovar o agradecimento ao Eduardo Serrano da Rocha, Presidente da Liga de Futebol do Nordeste; ao Juca Silveira, Diretor de Planejamento do Grupo Bandeirantes de Comunicação; ao Senador Zeze Perrella, ex-Presidente do Cruzeiro, de Minas Gerais; ao Marcelo Campos Pinto, Diretor-Executivo da Globo Esportes, da Rede Globo; e ao Alexi Portela Júnior, Presidente do Esporte Clube Vitória, da Bahia.

Agradeço a presença do Senador Paulo Davim, que foi responsável, eu fui apenas co-autora junto com o Senador Paulo Paim, desta audiência pública aqui, Senadora Fátima Bezerra; ao Weber Guimarães, que participou indiretamente pela CBF, e a todos os demais convidados que estão aqui presentes.

Muito obrigada.

Dou por encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2012.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Roberto Requião, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, João Vicente Claudino, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Antonio Russo e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Armando Monteiro, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora

Marisa Serrano, que “Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)”. O relator designado é o Senador Pedro Simon e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas, acatando parcialmente a emenda oferecida pelo Senador Demóstenes Torres e pela rejeição das emendas apresentadas pelo Senador Walter Pinheiro. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Cyro Miranda requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 14, o que é aprovado. **Item 14: Requerimento da Comissão de Educação nº 36, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que “... nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, que ‘dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional para instruir Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País’, convidando-se, para tal fim, representantes do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira, da Federação Nacional dos Médicos e do Ministério da Educação”. O Requerimento é aprovado. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. **Item 10: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Dá a denominação de Aeroporto de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros ao Aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo”. A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer, pela rejeição do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Paulo Bauer requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Item 15). **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ivan Valente, que “Altera

a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ana Rita e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. **A matéria é lida e iniciada a discussão**, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Aníbal Diniz, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelos concluintes do ensino médio”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. Extra-Pauta, Item 15: Requerimento da Comissão de Educação nº 37, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Roberto Requião e Paulo Bauer, que requerem “nos termos dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, apoio para a realização de painel, no âmbito do III Cepial – Congresso de Cultura e Educação para integração da América Latina, destinado a discutir ‘A qualidade e o financiamento da educação’. Os convidados serão oportunamente indicados”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011; Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2011; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2010; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2006; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2010; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2011 e Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, encerra a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr^a e Srs. Senadores, cumprimento a todos com o meu cordial bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30^a Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A nossa pauta tem vários itens.

Vamos iniciar pelos itens que podem ser submetidos à apreciação, diante do quórum.

Quanto ao item 1 da pauta, a Senadora Lídice da Mata já fez a leitura do relatório, em outra sessão, mas teremos de aguardar o quórum para votá-lo. O item 2, que é terminativo, não poderá ser apreciado neste instante diante da ausência do Senador Antonio Carlos Valadares.

Passamos ao

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2009

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas, acatando parcialmente a emenda oferecida pelo Senador Demóstenes Torres e pela rejeição das emendas apresentadas pelo Senador Walter Pinheiro

Observações:

1– *Serão realizadas três votações nominais, uma para o projeto, uma para as emendas do relator e outra para as emendas rejeitadas;*

2– *Em 28/09/11, foram apresentadas duas emendas de autoria do Senador Walter Pinheiro;*

3– *Em 14/02/12, foi apresentada uma emenda de autoria do Senador Demóstenes Torres;*

4– *A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03/12, 03/04/12, 08/05/12, 15/05/12, 22/05/12, 29/05/12, 05/06/12 e 12/06/12.*

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon para que faça a leitura de seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pergunto a V. Ex^a se, depois da leitura do relatório do Senador Pedro Simon, há possibilidade de inversão de pauta, para a leitura de um requerimento, uma vez que eu faço parte da Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sim.

Consulto se as Sr^{as} e os Srs. Senadores que se encontram presentes concordam com a solicitação do Senador Cyro Miranda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a solicitação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, acatado o pedido de S. Ex^a, faremos a inversão da ordem, após a leitura e a votação do Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 250, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano. A proposição intenta assegurar aos estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em cooperativas educacionais o benefício de acesso a bolsas de estudos distribuídas no âmbito do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Para tanto, o projeto dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, inserindo as escolas mantidas por cooperativas no rol das que têm egressos legitimados a concorrer a bolsas do programa, prevendo, ademais, que a mudança proposta vigorará a partir da publicação da lei em que se transformar.

Ao justificar o projeto, a autora ressalta sua pertinência sob o prisma socioeconômico, arguindo que, além de representarem fonte de economia de recursos para o Estado, as cooperativas prestam serviços educacionais relevantes, atuando, não raro, em áreas onde o poder público ou é ausente ou falha no atendimento das necessidades de aprendizagem da juventude.

Encaminhada à apreciação terminativa desta Comissão, ao projeto foi oferecido relatório do ilustre Senador Adelmir Santana, cujas ponderações têm minha total concordância. Tendo este Senador findado seu mandato a matéria foi a mim distribuída.

No prazo regimental a proposição recebeu duas emendas de autoria do Senador Walter Pinheiro e, posteriormente, mais uma emenda, esta de autoria do Senador Demóstenes Torres. Portanto, ressaltamos

que o presente Relatório é o terceiro que oferecemos, em reexame, à matéria.

Análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a CE está legitimada a opinar sobre o mérito de proposições que envolvam matéria de natureza educacional, notadamente normas gerais e instituições educativas. Já a sua atuação na análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, além da técnica legislativa, decorre da aplicação do art. 91, do mesmo RISF, que confere às comissões atribuição para discutir e votar proposições, dispensada a competência do Plenário.

No que tange aos aspectos formais, cumpre lembrar, por um lado, que a Constituição Federal determina, em seu art. 24, IX, que compete à União instituir normas gerais sobre educação, ensino e desporto, matéria no cerne da proposição em exame. Por outro, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Passando ao mérito, cabe destacar, de início, que as escolas mantidas por cooperativas não têm finalidade lucrativa. Muitas vezes, as mensalidades ou anuidades escolares por elas cobradas são pagas por meio da prestação direta de serviços por pais, que também são dirigentes, professores, coordenadores, interessados em maior poder de decisão sobre o projeto pedagógico que orienta a educação dos seus filhos.

Mas não é só isso. Boa parte dessas entidades tem sua origem marcada pela negligência do Estado no aporte de serviços educacionais. Muitas foram criadas para oferecer ensino onde a oferta pública, sem tocar na questão da qualidade, era insuficiente até mesmo em termos de vagas.

Não se pode deixar de destacar, ademais, a importância da medida proposta como incentivo ao cooperativismo no País. Esse modelo de empreendimento, deveras apropriado à realidade nacional de escassez no plano individual, é diuturnamente decantado como panaceia para muitos dos nossos problemas, mas conta com muito pouco estímulo estatal.

Daí a oportunidade ímpar de o Senado acatar uma medida concreta de valorização e incentivo ao cooperativismo, mais do que meritória por recompensar o esforço de famílias que assimilaram a educação dos filhos como investimento.

No mais, ao tempo em que valoriza os estudantes de cooperativas, com o acesso ao Prouni, a proposição preserva a vertente social do programa. Afinal, o projeto em nada modifica o critério básico e preponderante para efeito da distribuição das bolsas, no caso

o de renda familiar, consoante prescrição dos §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei nº 11.096, de 2005.

Quanto às emendas de autoria do senador Walter Pinheiro, cumpre registrar inicialmente, que as mesmas advieram de debates neste egrégio colegiado, onde foram levantadas dúvidas quanto a especificidade do acesso ao Prouni para estudantes que notadamente não o necessitem. Nas emendas do Senador Walter Pinheiro, faz-se a vinculação entre a possibilidade de acesso ao Prouni e a exigência do estudante candidato ao Programa ter cursado o ensino médio em instituições privadas ou em cooperativas educacionais na condição de bolsista integral.

Entendo que a proposta do Senador Walter Pinheiro, ainda que meritória – e apesar de não conter justificção –, não atende ao consenso oriundo do debate, que, objetivamente, trata do acesso ao Prouni por alunos de cooperativas educacionais dentro dos critérios socialmente justificados e legítimos que regem este programa de financiamento educacional.

A última emenda apresentada, de autoria do Senador Demóstenes Torres, vem suscitar a inclusão de mais dois tipos de instituições educacionais que teriam seu corpo discente passível dos benefícios de acesso ao Prouni: as instituições filantrópicas ou escolas conveniadas com o Poder Público.

Argumenta o autor, com propriedade, que a omissão destes educandários como via de acesso ao programa geraria graves injustiças e impropriedades e desigualdades no tratamento dos alunos que poderiam ser contemplados pelo Prouni.

Portanto, a questão da origem escolar dos alunos que podem ou poderiam ser contempladas pelo Prouni é complexa e ainda remanesce e deve ser exaustivamente debatida. Mesmo com esse viés positivo de valorização da formação do educando no âmbito das iniciativas cooperativistas, o texto do projeto comete o pequeno equívoco de não esclarecer que as cooperativas educacionais deverão constituir-se com a explícita característica de serem instituições sem fins lucrativos. Para tanto sugiro emenda que corrige essa lacuna na proposição.

De *prima face* acato também os termos e os argumentos da emenda do Senador Demóstenes Torres – depois da sessão de ontem eu fico meio assustado em estar tão a favor do Demóstenes –, contudo, faz-se necessário ajuste redacional.

Por fim, não se observa qualquer óbice à matéria no que tange a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição das duas emendas do Senador Walter Pinheiro e pela apro-

vação do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009, e parcialmente pela emenda de autoria do Senador Demóstenes Torres na forma das seguintes emendas modificativas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 250/2009 a seguinte redação:

Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso aos benefícios do Programa Universidades para Todos (PROUNI) de estudantes oriundos das instituições de ensino que especifica.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao Art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, alterado pelo Art. 2º do PLS nº 250/2009, a seguinte redação:

Art. 2º

1 – estudantes que tenham cursado ensino médio completo nas seguintes instituições educacionais:

- a – escolas de rede pública;*
 - b – conveniadas com o Poder Público;*
 - c – privada na condição de bolsista integral;*
 - d – filantrópica; ou*
 - e – cooperativa educacional sem fins lucrativos.*
- É o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo eminente Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, não poderemos colocá-lo em votação neste momento em razão de falta de quórum.

Por isso, encerro a discussão e deixo a matéria sobrestada para ser votada oportunamente.

Conforme deliberação do plenário, agora iremos analisar o Item 14 da pauta, requerimento apresentado pelo Senador Cyro Miranda.

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, que “dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional para instruir Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País”, convidando-se, para tal fim, representantes do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira, da Federação Nacional dos Médicos e do Ministério da Educação.

Autoria: Senador Cyro Miranda

V. Ex^a, Senador Cyro Miranda tem a palavra para apresentar e justificar sua proposição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Bauer.

Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, obrigado pela deferência da inversão de pauta.

Sr. Presidente, nós estamos requerendo a esta Comissão que seja feita em conjunto uma audiência pública para um projeto do Senador Tião Viana do qual sou o relator. Achei por bem pedir a audiência porque é para instruir o exame nacional de proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País, convidando-se, para tal fim, representantes do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira, da Federação Nacional dos Médicos e do Ministério da Educação.

Achamos justo ouvi-los antes de tomarmos o nosso relatório para apreciação. Como é da maior importância inclusive para as associações e a federação nacional, achamos por bem ouvir esses médicos, esses representantes para que possamos formar uma opinião mais segura quanto ao relatório em relação à proficiência em Medicina.

Esse é o argumento, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o requerimento e a justificativa apresentada pelo nobre Senador Cyro Miranda, coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009

– Terminativo –

Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 22/05/12, 05/06/12 e 12/06/12.

Hoje, com a presença da Senadora Maria do Carmo – o que nos alegra muito –, conheceremos o relatório que S. Ex^a irá nos apresentar.

V. Ex^a tem a palavra, Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, peço a retirada do projeto de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Sr^a Senadora Maria do Carmo pede a retirada de pauta do projeto.

Atendendo sua solicitação, a retirada será providenciada pela assessoria da presidência.

Aliás, comunico que o Sr. Senador Roberto Requião pediu que eu presidisse esta sessão em vista da necessidade de ele se fazer presente em outra comissão desta Casa que se encontra reunida no mesmo horário.

Passamos, agora, ao item 10 da nossa pauta. Trata-se de matéria não terminativa.

Esteve aqui, na véspera da abertura desta reunião, Sr. Senador Pedro Simon, mas comentamos, enquanto ainda estava aqui – o Senador Requião –, a respeito das questões do Paraguai, que nos preocupam e que, certamente, serão objeto de um grande debate, de discussão, na próxima segunda-feira, em Montevideu, onde V. Ex^a, eu e o Senador Requião estaremos, na reunião do Parlasul.

É evidente que a situação do Paraguai nos preocupa, mas também exige que todos tenhamos muita cautela e muita prudência nos procedimentos que serão adotados pelo Brasil em relação à crise política que se instalou naquele país.

ITEM 10

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 181, de 2004

– Não Terminativo –

Dá a denominação de Aeroporto de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros ao Aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1 – Matéria terminativa no Plenário;

2 – Na reunião do dia 01/03/2005, o PLS 181/2004 foi aprovado na Comissão em caráter terminativo.

Concedo a palavra à Sr^a Senadora Ana Rita para proceder a leitura de seu relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, vou fazer apenas a leitura da análise, pois a considero suficiente para justificar nosso posicionamento.

O SCD nº 181, de 2004, trata de uma homenagem cívica, matéria cuja apreciação, nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE. Cabe apontar que a alteração efetuada pela Câmara dos Deputados no projeto original acrescenta a denominação “internacional” ao nome do aeroporto.

Ocorre que, conforme diligência realizada, na forma do Regimento Interno do Senado Federal, apurou-se que compete à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) estabelecer, de acordo com a legislação vigente, a categoria de aeroporto internacional. Isso posto, há que se concluir que a inclusão da palavra “internacional” na denominação do aeroporto não acarretaria efeito prático algum, sendo potencial causa de confusão acerca da exata categoria do aeroporto.

Fora isso, a proposição em exame apresenta os atributos de boa técnica legislativa e mérito que justificaram sua aprovação nesta Casa e na Câmara dos Deputados, nada havendo a obstar quanto à conversão em Lei do PLS 181, de 2004, conforme fora originalmente remetido à Casa revisora.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do SCD nº 181, de 2004, com a aprovação do PLS nº 181, de 2004, como fora originalmente remetido à revisão da Câmara dos Deputados.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço à Sr^a Senadora Ana Rita pela exposição e pelo relatório apresentado e coloco o mesmo em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, nós devemos submeter a matéria a votos. *(Pausa.)*

Consulto se os Srs Senadores e Sr^{as} Senadoras presentes se manifestam pela rejeição, conforme proposto pela Senadora Ana Rita. Quem estiver de acordo com a relatora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório está aprovado e matéria está rejeitada.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para excepcionar os concedentes de estágios não-obrigatórios para estudantes de medicina do cumprimento de exigências com repercussões pecuniárias.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

Em deferência à nobre Senadora, eu poderia designar alguém para fazer a leitura *ad hoc*, mas creio ser adequado e prudente aguardar a presença do Senador Relator para fazermos a leitura da matéria.

Temos um requerimento extrapauta, o último dos trabalhos dessa reunião, que é de autoria do Senador Roberto Requião e que também conta com a minha assinatura como coautor, e que submeto a apreciação de V. Ex^{as}.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 37, de 2012**

Requeiro, nos termos dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, apoio para a realização de painel, no âmbito do III Cepial – Congresso de Cultura e Educação para integração da América Latina, destinado a discutir “A qualidade e o financiamento da educação”. Os convidados serão oportunamente indicados.

Autoria: Senador Roberto Requião e Senador Paulo Bauer

Resultado: Aprovado
Justificativa.

O III Cepal, Congresso de Cultura e Educação para integração da América Latina, será realizado nos próximos dias 15 a 20 de julho, na cidade de Curitiba, PR, visando reunir os países latinos para discutir alternativas de integração e construir uma base concreta para o futuro dessas nações.

O evento contará com uma programação acadêmica e outra cultural, que constituem na realização de mesas redondas, cursos livres, encontros temáticos, lançamentos de livros, carnaval latino-americano, mostra de curtas-metragens, momento cultural, exposições artísticas, apresentação de danças, espetáculos de música.

No que tange à programação acadêmica, sugiro a realização de um encontro temático denominado *A qualidade e o financiamento da educação*, para discussão do assunto de interesse público relevante.

Diante do exposto, solicito apoio dos nobres Pares. Assina o Senador Roberto Requião e este que vos fala como coautor.

Submeto o assunto à discussão do plenário.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe. Eu só não entendi. Está sendo proposta realização dessas festividades, em Curitiba, por nós, da Comissão, ou nós vamos participar?

O SR PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Não. O evento já está agendado e aconteceu em Curitiba.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Nós vamos participar.

O SR PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O Senado Federal, através desta Comissão, apenas apoia o evento e, obviamente, dele participará, através de pessoas e Senadores que desejarem e também com convidados que serão indicados oportunamente como participantes da discussão.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A assessoria da mesa me apresenta aqui, com o intuito de agilizar os trabalhos, a sugestão para que apreciemos o Item 7.

ITEM 7

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2011
– Terminativo -**

Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Autoria: Deputado Ivan Valente

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03/12, 03/04/12, 08/05/12, 15/05/12, 22/05/12, 29/05/12, 05/06/12 e 12/06/12.

Como nós já estamos com sete sessões com a matéria pautada sem leitura do relatório, eu consulto se uma das Senadoras presentes aceitaria a incumbência de fazer a leitura do relatório na forma de relatora *ad hoc*, para que pudéssemos ter esse procedimento realizado e, numa próxima reunião, colocar a matéria simplesmente em votação.

Senador Ana Rita se propõe a cumprir essa missão? *(Pausa.)*

Agradeço a V. Ex^a.

Senadora Ana Rita com a palavra, para a leitura do relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 67, de 2011 (Projeto de Lei nº 2.491, de 2007, na Casa de origem), do Deputado Ivan Valente, que “altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes

e Bases da Educação” (LDB) para dispor sobre a publicidade de informações referentes aos cursos das instituições de educação superior.

Assim, o projeto determina que as instituições de educação superior devem informar ao público, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação. Essas informações devem ser prestadas em página específica na Internet, no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior, observados os seguintes critérios: a publicação deve ter como título “Grade e Corpo Docente”; a página principal da instituição de ensino superior, bem como a página da oferta de seus cursos aos ingressantes, sob a forma de qualquer processo seletivo, deve conter a ligação com a página especificada anteriormente; caso a instituição de ensino superior não possua sítio eletrônico, deve criar página específica para divulgação das informações; a página específica deve conter a data completa de sua última atualização.

As informações também devem constar de toda propaganda eletrônica da instituição de ensino superior, por meio de ligação para a página específica que as contenha. Devem, ainda, ser colocadas em local visível de fácil acesso ao público na instituição de ensino e ser atualizadas semestralmente ou anualmente, de acordo com a duração das disciplinas de cada curso oferecido. Caso o curso mantenha disciplinas com duração diferenciada, a publicação deve ser semestral. A publicação deve ser feita um mês antes do início das aulas. Caso haja mudança na grade do curso ou no corpo docente até o início das aulas, os alunos devem ser comunicados sobre as alterações.

Adiante, o projeto relaciona as informações que devem ser prestadas, a saber: a lista de todos os cursos oferecidos pela instituição de ensino superior; a lista das disciplinas que compõem a grade curricular de cada curso e as respectivas cargas horárias; a identificação dos docentes que ministrarão as aulas em cada curso e respectivas disciplinas, com sua titulação, qualificação profissional e “tempo de casa”, de forma total, contínua ou intermitente.

Por fim, o projeto determina que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa da iniciativa, seu autor lembra a forte expansão da educação superior privada e denuncia a existência de um processo de mercantilização do ensino. Conforme suas considerações, as instituições do setor privado fazem intensa publicidade de sua infraestrutura física, deixando em segundo plano ou mesmo omitindo informações sobre seu corpo docente

e a respeito dos programas de estudo dos cursos e dos respectivos procedimentos pedagógicos.

O projeto, ao qual não foram apresentadas emendas, foi distribuído unicamente a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional.

Dessa maneira, a apreciação do PLC nº 67, de 2011, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

A redação em vigor do § 1º do art. 47 da LDB dispõe que:

As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

Essa norma, por si só, deveria ser suficiente para assegurar aos candidatos e alunos as informações necessárias para as suas escolhas acadêmicas. No entanto, não é isso o que ocorre no mundo real. Apesar de existirem muitas instituições sérias, que observam todos esses requisitos, a desinformação é a regra geral nesta matéria.

Como indicado na justificativa e apontado anteriormente, parte dos estabelecimentos do setor privado apresenta uma publicidade que informa, frequentemente de forma genérica e imprecisa, sobre suas instalações físicas e recursos didáticos: capacidade do auditório, número de obras da biblioteca, quantidade de laboratórios e de microcomputadores disponíveis, por exemplo. Muitas vezes, também são apresentados dados incompletos sobre a situação da instituição de ensino perante o Ministério da Educação. Já sobre aspectos pedagógicos mais precisos dos cursos e das disciplinas, inclusive dos docentes que as ministrarão, pouca ou nenhuma informação é oferecida, até porque a improvisação constitui norma em grande parte das instituições de ensino.

No setor público, esse desleixo com a informação também ocorre. Com fundamento em sua legítima autonomia pedagógica, muitos professores mudam programas e critérios de avaliação de suas disciplinas sem a devida informação aos alunos.

O detalhamento das exigências inscritas na LDB deve contribuir para que os estudantes não apenas se informem, mas, igualmente, tenham instrumentos mais

adequados para, por exemplo, exigir o cumprimento dos programas e a efetiva indicação dos professores previamente anunciados como responsáveis pelas disciplinas dos cursos.

Cumpra-se apontar que a técnica legislativa do projeto precisa de reparos. Há repetições e alguns problemas na redação de seus enunciados. É de se questionar, por exemplo, que o projeto mencione o caso de instituição de ensino que não tenha sítio na Internet. Com efeito, basta que a lei estabeleça a exigência. Trata-se de recurso elementar, nos dias de hoje, para uma instituição de educação superior. Uma das normas do projeto afirma: “caso haja mudança na grade do curso ou no corpo docente até o início das aulas, os alunos devem ser comunicados sobre as alterações.” Decerto, qualquer mudança acabará sendo objeto de comunicação, embora, curiosamente, a norma estabeleça que isso se fará caso a mudança ocorra “até o início das aulas”. Uma substituição de professor, por motivo justificável, pode ocorrer a qualquer momento. Mas é estranho que o projeto mencione a possibilidade de alteração na “grade do curso” entre sua publicação e o início das aulas, se considerarmos os prazos de atualização e de antecedência fixados. Aliás, a se ater à redação da norma, se as aulas já tiverem começado, eventual mudança na grade sequer precisaria ser comunicada. Se a intenção expressa da lei é a de coibir a improvisação, sua eficácia parece comprometida.

Ainda no que tange à técnica legislativa, há um ajuste a ser feito na ementa do projeto, de modo a indicar o objetivo da alteração introduzida e, dessa forma adequá-la a ao preceituado pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que rege a redação de leis.

Para sanar os problemas apontados, optamos pela apresentação de emenda substitutiva, que respeita, em nosso juízo, as linhas e objetivos da proposição original.

Por fim, não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011, na forma da emenda substitutiva que apresentamos a seguir.

**EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2011**

Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a publicidade de informações referentes aos cursos das instituições de educação superior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 47-A:

Art. 47-A. As instituições de ensino superior informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, recursos disponíveis, critérios de avaliação, qualificação dos professores, por cursos e disciplinas, bem como os períodos de seu efetivo exercício profissional na instituição, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 1º As informações a que se refere este artigo devem ser publicadas, concomitantemente:

I – em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior, com data de atualização, assegurada sua ligação com a respectiva página principal e qualquer outra destinada a divulgar os processos seletivos de estudantes.

II – em local visível da instituição de ensino superior e de fácil acesso ao público.

§ 2º Qualquer mudança nas condições a que se refere o caput deste artigo deverá ser registrada, em até sete dias, nas duas formas de publicação especificadas no § 1º, e imediatamente comunicada, oralmente ou mediante correio, convencional ou eletrônico, com justificação fundamentada, aos estudantes dos cursos ou disciplinas pertinentes.

Art. 2º Fica revogado o § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, renumerando-se os §§ 2º, 3º e 4º, para §§ 1º, 2º e 3º, respectivamente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É este o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo a gentileza da Senadora Ana Rita em fazer a leitura como Relatora *ad hoc*, coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, eu informo que ela permanecerá na pauta para votação na próxima sessão, diante da falta de *quorum* para tal procedimento neste instante.

Com muito prazer registramos a presença do Senador Antonio Carlos Valadares, que chegou neste instante à reunião. Ontem, S. Exª teve uma importante missão na Presidência da Comissão de Ética do Senado, que trabalhou até altas horas, conforme todo o Brasil pode ver. Por isso, a sua chegada um pouco tardia à Comissão está plenamente justificada, mas isso não isenta V. Exª de nos auxiliar procedendo à leitura do relatório do Projeto de Lei nº 696, que é o item 2 da pauta desta sessão.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 696, de 2011
– Terminativo –**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pelos concluintes do ensino médio.

Autoria: Senador Anibal Diniz.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: favorável.

Observações: 1 – *A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/06/12 e 12/06/12.*

Nesta sessão, portanto, pode ser conhecido o relatório de V. Ex^a.

V. Ex^a tem a palavra para a apresentação do mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que esta matéria fosse votada em outra reunião, na medida em que acabo de receber propostas do Ministério da Educação, que se interessou por esse projeto, que trata da avaliação escolar do ensino médio, o Enem. Como essas propostas chegaram hoje, eu terei que avaliá-las para incluí-las no meu relatório, para consubstanciar não só o meu relatório, como também aperfeiçoar a matéria, que é de autoria do Senador Anibal Diniz, que, em boa hora, veio com esse projeto, que se articula e se harmoniza com a Lei de Diretrizes e Bases. A LDB diz, no seu art. 24, inciso V:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

O projeto do Senador Anibal Diniz vem com uma qualidade que eu considero importante, que é tornar obrigatório o Enem, que é uma proposta do Ministério da Educação, mas, participando da Lei de Diretrizes e Bases, a gestão pública se tornará permanente quanto à avaliação do rendimento escolar.

Então, pediria a V. Ex^a que fizesse constar esse projeto da pauta da próxima reunião ordinária da Comissão de Educação.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço sua manifestação, Senador Valadares, e peço à assessoria da Mesa que retire o item da pauta e o inclua na próxima reunião.

Informo a V. Ex^{as} que teremos, amanhã, quarta-feira, dia 27, às 10h, uma reunião extraordinária desta Comissão para discussão de tema único: discussão e votação das emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias. É o Projeto de Lei nº 3, de 2012, do Congresso Nacional. A relatoria será da Senadora Lídice da Mata.

Portanto, ficam V. Ex^{as} convidados e convocados para esta reunião de amanhã.

Pois não, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu já comunico que não vou comparecer porque não apresento emenda ao Orçamento nos 30 anos que estou aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Por isso V. Ex^a já é um Senador re-eleito por tantas vezes. Aliás, é um exemplo que todos deveríamos seguir, porque eu comungo do seu pensamento. Emendas parlamentares até hoje têm produzido poucos resultados e poucos benefícios se comparadas ao incômodo, à preocupação e, inclusive, às injustiças que praticamos atendendo a um e não atendendo a todos. Penso que V. Ex^a faz muito bem e até vou me inspirar no seu exemplo, porque as minhas emendas sempre são únicas e destinando todos os recursos para um programa só no Governo do Estado, porque distribuí-los para Municípios é realmente uma tarefa muito difícil para quem representa o Estado nesta Casa e para quem tem que trabalhar com tão poucos recursos para tantas demandas e necessidades.

Convocada a reunião para amanhã, agradeço a presença de todos os Srs. Senadores e Senadoras e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2012. – EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2013

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Ana Amélia, Romero Jucá, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Vicente

Claudino, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Antonio Russo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A seguir, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2013. Neste momento, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, passa a palavra à Senadora Lídice da Mata, relatora das Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2013, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas à **LDO/2013: Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – Educação – Educação Básica** – “Infraestrutura para a Educação Básica”, apresentada pelos Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata e Romero Jucá. **Emenda nº 2 – Educação – Educação Básica** – “Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos”, apresentada pelo Senador Paulo Paim. **Emenda nº 3 – Educação – Ensino Profissionalizante** – “Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, apresentada pelo Senador Paulo Paim. **Emenda nº 4 – Cultura** – “Fomento a Projetos em Arte e Cultura”, apresentada pelos Senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata. **Emenda nº 5 – Esporte** – “Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer”, apresentada pelos Senadores Paulo Paim, Romero Jucá e Lídice da Mata. **Emendas ao Texto do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias: Emenda nº 6 – Corpo da Lei – Artigo 49:** “Incluir o Art 49-A – Não será objeto de limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art 9º, § 2º da LRF, as despesas decorrentes de iniciativas parlamentares individuais, bem como as listadas no anexo de prioridades e metas desta lei”, apresentada pelo Senador Paulo Paim. **Emenda nº 7 – Corpo da Lei – Artigo 48:** “Incluir os parágrafos a seguir: § 3º – O Poder Executivo incluirá, no Decreto de programação orçamentária e financeira, reserva para pagamento, no exercício de 2012, pelo menos 20% do estoque de restos a pagar relativos a convênios e contratos de repasse. § 4 – O estoque de restos a pagar relativos às despesas primárias discri-

cionárias, no encerramento do exercício de 2013, não poderá ser superior ao montante do estoque existente no encerramento do exercício de 2012, no âmbito de cada poder. § 5º – Os restos a pagar relativos a convênios e contratos de repasse, inclusive os inscritos no exercício de 2013, somente serão cancelados quando o beneficiário der causa à inexecução. § 6 – Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados terão a validade vinculada ao termo final do convênio ou contrato de repasse. Não podendo ser objeto de cancelamento no prazo mínimo equivalente a 24 meses da data de sua inscrição, período em que deve ocorrer o início da execução do objeto contratado/conveniado”, apresentada pelo Senador Paulo Paim. **Emenda nº 8 – Corpo da Lei – Artigo 105:** “As despesas administrativas decorrentes da execução de emendas parlamentares poderão constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações aprovadas pelas respectivas emendas, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social”, apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda nº 9 – Anexo V – Inciso I – Item 2:** “3. Demais ressalvadas conforme o art. 9º, Parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2001: despesas com as ações vinculadas à função cultural no âmbito do Ministério da Cultura”, apresentada pela Senadora Ana Rita. **Emenda nº 10 – Corpo da Lei – Artigo 50:** “Inclua-se o seguinte no artigo: ‘O projeto de lei e a Lei Orçamentária para 2013 conterão dotações relativas à expansão e interiorização das redes federais de educação superior e tecnológica, de escolas técnicas e agrotécnicas, em valores pelo menos equivalentes ao executado em 2011, acrescidos de 30%’”, apresentada pelo Senador Inácio Arruda. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão à LDO/2013, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. Logo após, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente. – Senador **Paulo Bauer**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Há número regimental.

Declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, destinada

a discutir e votar as Emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião tem o propósito de conhecer o relatório da Senadora Lídice da Mata sobre as Propostas de Emenda apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, do Congresso Nacional, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências”.

Com a palavra, para apresentação do seu relatório, a Exma Srª Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, bom-dia.

Nós já estamos nessa correria do dia, acabando de sair da Comissão de Assuntos Sociais.

Vamos à leitura do nosso relatório.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre as propostas de emenda apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, do Congresso Nacional, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências”.

Relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, foram apresentadas 52 Propostas de Emenda ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, do Congresso Nacional, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências”. Dessas propostas, 45 buscam incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades e sete referem-se ao texto do projeto.

O Parecer Preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar até cinco emendas destinadas à criação do Anexo de Metas e Prioridades. Quanto à quantidade de emendas de texto que cada Comissão temática pode apresentar, referido parecer não estabelece número máximo. As emendas a serem apresentadas pela Comissão devem ser acompanhadas da ata da reunião que as definir.

As 45 propostas de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apontam para 30 ações distintas, sendo 13 ações na Cultura, dez ações na Educação, duas ações no Esporte e cinco ações na Ciência e Tecnologia. Diante do fato de que a Comissão poderá apresentar apenas cinco emendas, decidimos priorizar

ações voltadas para a educação básica e profissional, projetos em arte e cultura e infraestrutura esportiva.

Sr. Presidente, essa decisão se sustenta, inclusive, em audiências públicas e debates realizados na nossa Comissão que demonstram que há uma necessidade de insistirmos em que o Governo Federal enfatize seus investimentos em Educação Básica, já que foi demonstrado que em Educação Básica nós mantemos uma distância muito grande dos investimentos dos países da OCDE. Portanto, diante da situação que temos acompanhado na Comissão, resolvemos estabelecer esse critério.

Os Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Romero Jucá, Cyro Miranda e Mozarildo Cavalcanti foram autores de emendas.

Não há dúvidas de que não se pode descuidar da formação básica como condição para garantir o efetivo exercício da cidadania e criar condições para que as pessoas prossigam seus estudos. Também a educação profissional, inclusive de acordo com o projeto do Governo de enfatizar a educação profissional para responder ao chamado apagão da mão de obra no Brasil, é indispensável para garantir a melhoria da renda das pessoas e estimular o desenvolvimento econômico do País.

Quanto ao ensino superior, temos conhecimento de que há acordo na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados que possibilitará a apresentação de emenda que priorize ação relativa a esse nível de ensino.

Diante disso, propomos que esta Comissão apresente emendas que incluam as ações “8790 – Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos” (proposta do Senador Paulo Paim – pág. 06), “20RP – Infraestrutura para a Educação Básica” (proposta dos Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata e Romero Jucá, págs. 09, 10 e 11) e “8652 – Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica” (proposta do Senador Paulo Paim, pág. 20).

Quanto à área da Cultura, propomos que seja priorizada a ação “4796 – Fomento a Projetos em Arte e Cultura”, a qual é abrangente o suficiente para atender a diversos grupos e públicos (proposta dos Senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata – págs. 35 e 40).

Eu confesso, Senador Paulo Paim, que fiquei muito tentada a incorporar a Projetos em Arte uma emenda de sua e minha autorias propondo uma ênfase nos projetos de pesquisa e arte em cultura afrodescendente. Mas compreendo que para contemplar os diversos Senadores que apresentaram emendas em nossa Comissão, busquei incorporar aquela que fosse a mais abrangente e genérica de todas. Portanto, essa

é a proposta do Senador Cyro Miranda e também de minha autoria que diz respeito ao fomento a projetos em arte e cultura.

O esporte está incluído no nosso relatório nas págs. 35 e 40. No esporte, entendemos que é indispensável valorizar a implantação de infraestrutura que favoreça a prática esportiva escolar e também estimule atividades de esporte e lazer para a sociedade como um todo. Assim, sugerimos que esta Comissão priorize a ação “5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer” (proposta dos Senadores Paulo Paim, Romero Jucá e Lídice da Mata – págs. 43, 47 e 48).

No âmbito da Ciência e Tecnologia foram apresentadas seis propostas que apontam para cinco ações distintas. Nesse caso, como temos direito somente a cinco emendas, escolhemos três emendas para Educação, Senador Paulo Bauer, uma emenda para Cultura e uma emenda para Esporte, já que foi criada, mais recentemente, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que nos dispensa de aprovarmos, aqui nesta Comissão, emendas nessa direção, uma vez que aquela Comissão o fará.

Portanto, iremos propor que aqui priorizemos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aquelas emendas que dizem respeito aos assuntos tratados de forma exclusiva pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Quanto às emendas de texto, consideramos que ficam prejudicadas as propostas constantes das págs. 54 e 55, uma vez que não apresentam as necessárias e obrigatórias justificativas. Isso não impede que até o dia 28 de junho, prazo final para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, as referidas emendas sejam apresentadas pela autora individualmente.

Nós acolhemos todas as emendas de texto que não exigem nenhum limite para sua apresentação.

Entendemos que as demais propostas de emenda ao texto possam ser apresentadas como emendas desta Comissão (propostas dos Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata, Ana Rita e Inácio Arruda – págs. 50, 51, 52, 53 e 56).

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão decida pela apresentação das seguintes emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2013 – Projeto de Lei nº 3, de 2012, do CN:

a) Cinco emendas ao Anexo de Metas e Prioridades que priorizem as seguintes ações:

8790 – Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos;

20RP – Infraestrutura para a Educação Básica;

8652 – Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica;

4796 – Fomento a Projetos em Arte e Cultura; e

5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer.

b) Cinco emendas ao texto do projeto, com base nas propostas contidas nas páginas 50, 51, 52, 53 e 56.

Sala das comissões.

É este o voto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se eu puder, quero cumprimentar o brilhante relatório feito pela Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Pelo visto, o Senador Paulo Paim deseja fazer um comentário.

Por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata, meus cumprimentos. V. Ex^a teve uma posição republicana e universal, procurando atender às emendas mais amplas para que todos os Senadores fossem, de uma forma ou de outra, contemplados.

Parabéns a V. Ex^a. Eu sempre digo que é um orgulho lembrar aqui que fui Constituinte ao seu lado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fizemos ali um trabalho de que até hoje me orgulho, principalmente devido à sua participação.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador.

Nós teremos oportunidade de manter as nossas emendas no que diz respeito à necessidade de enfatizar a cultura afrodescendente individualmente, na LDO geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu quero também cumprimentar a Senadora Lídice da Mata pelo parecer que apresentou acerca das propostas de emenda ao Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013.

Compreendo perfeitamente as suas observações com relação aos investimentos que precisam ser feitos, na educação e também na cultura, sobre a história e a presença dos afrodescendentes na nossa sociedade.

Eu próprio, quando Secretário de Educação em Santa Catarina, posso mencionar e informar a V. Ex^a que realizei ali um grande trabalho em relação a esse assunto. Nós não apenas colocamos nas bibliotecas livros que contam a história dos afrodescendentes e sua importância no contexto nacional e estadual, como compramos livros para todos os alunos da 5^a série levarem para casa e terem como seu material de

trabalho escolar. Ou seja, as famílias tiveram acesso àquele material.

Olha que Santa Catarina não é um Estado que se destaca, no País, pelo número de afrodescendentes. Ele tem uma presença menor do que a média nacional e nós sabemos disso. Mas foi importante, sem dúvida nenhuma, realizar aquela ação, que, aliás, é prevista em lei e deve ser cumprida. E na maioria dos Estados, infelizmente, não está sendo cumprida como determina a legislação brasileira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu quero parabenizar V. Exª, porque eu e o Brasil conhecemos o desempenho extraordinário de V. Exª na Secretaria de Educação do seu Estado. E destaco o seu compromisso com a cultura afrodescendente.

Tenho oportunidade, também, Senador Paulo Bauer, de dizer que quando fui prefeita, ainda não existia a lei e nós fizemos também um projeto, que chamamos de cadernos pedagógicos, para dar conta da inexistência de livros a esse respeito. Eles substituíam os contos infantis, geralmente baseados na cultura europeia, pelas músicas e lendas africanas do conhecimento público no nosso Estado, que tem uma população afrodescendente acima da média no País. Assim, podemos, portanto, levar para as escolas públicas municipais as letras do Olodum, do Ilê Aiyê, dos blocos afros de resistência à luta antirracista em nosso Estado.

Então, quero parabenizar V. Exª pela atuação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigada.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Aprovado o relatório da Senadora Lídice da Mata.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar na presente reunião, declaro a mesma encerrada e convido os Srs. Senadores e Senadoras para comparecerem à próxima reunião ordinária prevista para a próxima terça-feira às 11 horas da manhã.

Muito obrigado..

(Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e dois minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2012.

Às onze horas e quarenta minutos do dia três de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Co-

missão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ana Amélia, Romero Jucá, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Kátia Abreu, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, João Capiberibe, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Antonio Russo, Vicentinho Alves e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima e Magno Malta. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 15: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício nº 1271/2012–SF, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Eduardo Suplicy, no exercício da Primeira-Secretaria, encaminhando cópia do Ofício nº 154/2012-MEC, de autoria do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, complementando a segunda resposta encaminhada em 29 de fevereiro de 2012, ao Requerimento de Informação nº 697, de 2011, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Paulo Bauer, que solicita informações a respeito da revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras no período de 2001 a 2012. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da resposta poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria da Economia Criativa, e da Câmara dos Deputados para o Seminário Desafios dos Marcos Legais para a Economia Criativa Brasileira, que será realizado nos próximos dias 11 e 12 de julho, na Câmara dos Deputados. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão ou consultar a página de divulgação do evento pelo seguinte endereço eletrônico: www.cultura.gov.br/economiacriativa”. A Matéria vai ao arquivo. **Item 14: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer “... nos termos re-

gimentais, a realização de audiência pública, para discutir o movimento grevista dos professores federais, com as presenças dos representantes das seguintes entidades: 1. Ministério da Educação – MEC; 2. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; 3. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES; 4. Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação nas Universidades Brasileiras – FASUBRA; 5. União Nacional dos Estudantes – UNE”. O Requerimento é retirado de pauta, atendendo à solicitação da autora. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão de gratificação aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa” que **tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, para ampliar o número de atletas a serem contemplados pelo benefício”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável ao PLS 332, de 2009, com a emenda oferecida, e pela rejeição do PLS 134, de 2010, que tramita em conjunto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que “Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para excepcionar os concedentes de estágios não-obrigatórios para estudantes de medicina do cumprimento de exigências com repercussões pecuniárias”. O relator designado, ad hoc, é o Senador João Vicente Claudino e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. Neste momento, a Presidência retorna à ordem original da pauta uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ângela Portela, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – para dispor sobre o funcionamento de estabelecimentos públicos de educação infantil durante as férias escolares”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 17 (dezesete) votos favoráveis. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin, que “Institui a Bolsa-Artista”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 18

(dezoito) votos favoráveis, com abstenção da Senadora Ana Rita, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 17 (dezesete) votos favoráveis, com abstenção da Senadora Ana Rita. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serano, que “Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)”. O relator designado é o Senador Pedro Simon e o projeto é aprovado por 19 (dezenove) votos favoráveis, acatando parcialmente a emenda de autoria do Senador Demóstenes Torres, na forma das emendas incorporadas ao texto final nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 18 (dezoito) votos, rejeitando as emendas oferecidas pelo Senador Walter Pinheiro, por 19 (dezenove) votos. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ivan Valente, que “Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ana Rita e o projeto é aprovado por 19 (dezenove) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva n.º 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para obrigar as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Edson Ezequiel, que “Estabelece o fornecimento periódico de um kit de saúde dentária aos alunos da rede pública de educação fundamental e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que ‘Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências’. (Estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em

atividades culturais audiovisuais)”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva n.º 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, o Senador Aloysio Nunes Ferreira requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2011, o que é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, passa a Presidência ao Senador Paulo Paim, para relatar o seguinte item: **Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Denomina Rodovia Presidente João Goulart a Rodovia BR-153”. O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 13 (treze) votos favoráveis. Reassume a presidência o Senador Paulo Bauer. Logo após, o Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2011, o que é aprovado. **Item 17: Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Lira Maia, que “Altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA para Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAM”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que “Altera o art. 1º da Lei nº. 9.530, de 10 de dezembro de 1997, para determinar que percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta será destinado a programas de manutenção e desenvolvimento do ensino”. O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2010; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010 e Item 13: Requerimento, de autoria do Senador Anibal Diniz**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devolução da publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor**

Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, encerra a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Cumprimentando os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras com o nosso cordial bom-dia, saudando igualmente a todos os presentes a esta reunião e havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Início os trabalhos comunicando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do Ofício nº 1.271, de 2012, de autoria do Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy, no exercício da 1ª Secretaria, encaminhando cópia do Ofício nº 154, de 2012, do MEC, de autoria do Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação Aloizio Mercadante, complementando a segunda resposta encaminhada em 29 de fevereiro de 2012 ao Requerimento de Informação nº 697, de 2011, de autoria do Exmº Sr. Senador Paulo Bauer, que solicita informações a respeito da revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras no período de 2001 a 2012.

Os Srs. Senadores e Senadoras que desejarem uma cópia da resposta poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

Também comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de convite do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria da Economia Criativa e da Câmara dos Deputados para o Seminário Desafios de Marcos Legais para a Economia Criativa Brasileira, que será realizado nos próximos dias 11 e 12 de junho, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores e Senadoras que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria da Comissão ou consultar a página de divulgação do evento pelo seguinte endereço eletrônico: www.cultura.gov.br/economia_criativa.

A matéria vai ao arquivo.

Igualmente, informo que a Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin solicitou a retirada de pauta do item 14 da data de hoje, requerimento de convocação de audiência pública para discutir movimento grevista dos professores federais.

Portanto, o item 14 da pauta deixará de constar, por requerimento da autora.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 14 REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, para discutir o movimento grevista dos professores federais, com as presenças dos representantes das seguintes entidades: 1. Ministério da Educação – MEC; 2. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; 3. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES; 4. Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação nas Universidades Brasileiras – FASUBRA; 5. União Nacional dos Estudantes – UNE.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin)

Estamos aguardando quórum para votações. Até alcançarmos esse quórum, poderemos deliberar e discutir matérias não terminativas e dar sequência aos demais trabalhos.

Senador Paulo Paim solicitou a palavra. Com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Bauer que preside esta reunião, quero apenas solicitar a V. Ex^a que o item 6, que trata da Bolsa-Atleta, a pedido do Ministério dos Esportes – querem dialogar mais sobre o meu relatório; o projeto é do ex-senador Expedito Júnior – seja retirado de pauta, para que eu possa dialogar e construir um entendimento, se possível naturalmente, com o Ministério do Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, o requerimento de V. Ex^a será atendido e o assunto será retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 6 TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2009 – Terminativo -

Altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão de gratificação aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa.

Autoria: Senador Expedito Júnior

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2010 – Terminativo -

Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, para ampliar o número de atletas a serem contemplados pelo benefício.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao PLS nº 332, de 2009, com a emenda oferecida, e pela rejeição do PLS nº 134, de 2010

Observações:

1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda)

Determino à assessoria que o registre para outra reunião, que naturalmente será utilizada para abordagem e discussão do tema.

Seguindo a pauta apresentada, poderemos ir para o item 10, não terminativo, que tem como Relator o Senador Valdir Raupp. Uma vez que o mesmo não se encontra presente, solicitamos ao Senador João Vicente que, por favor, faça a leitura do parecer de S. Ex^a, como relator *ad hoc*.

Senador João Vicente Claudino, V. Ex^a tem a palavra para proferir a leitura do relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em exame nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 17, de 2010, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para excepcionar os concedentes de estágios não obrigatórios para estudantes de medicina do cumprimento das exigências com repercussões pecuniárias.

A proposição pretende inserir novo dispositivo na Lei do Estágio (art. 18-A), com o intuito de permitir que as pessoas jurídicas de direito privado, os órgãos da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os profissionais liberais de nível superior que ofereçam estágio não obrigatório a estudantes de medicina, mediante prévio e formal acordo com os estudantes, sejam dispensados do seguinte:

a) contratação de seguro contra acidentes pessoais;

b) pagamento de bolsa ou outra forma de contraprestação; e

c) pagamento de auxílio-transporte.

A autora fundamenta a iniciativa no argumento de que o novo marco legal do estágio, sancionado em

2008, engessou práticas tradicionais de estágios voluntários de alunos de medicina, na medida em que impôs aos concedentes do estágio uma série de procedimentos e ônus pecuniários.

Em seu entender, isso levou a uma diminuição na oferta de oportunidades de prática profissional para esses estudantes, para além do insuficiente estágio obrigatório, denominado internato.

Após a análise deste colegiado, o projeto será apreciado, para decisão em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A ele não foram apresentadas emendas.

ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos.

Assim, a análise da CE sobre o PLS nº 17, de 2010, tem como fundamento a própria definição da atividade de estágio: ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho. Trata-se, portanto, de atividade de caráter pedagógico, que integra a formação do educando.

Não há dúvidas sobre a importância da prática profissional para a formação dos médicos. Daí a exigência do internato e a relevância de outras oportunidades de estágio, de caráter opcional, acrescidas à carga horária do curso de graduação. Entretanto, é preciso cautela na discussão do mérito do projeto em tela.

Antes da edição da Lei nº 11.788, de 2008, os estágios médicos não obrigatórios eram, muitas vezes, oferecidos por clínicas médicas privadas, hospitais não conveniados com a instituição de ensino e profissionais médicos que, atuando na qualidade de profissionais liberais, recebiam estudantes em seus consultórios. A nova Lei do Estágio, fruto de intenso debate e mobilização da sociedade, impôs, de fato, uma série de exigências, cujo descumprimento caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Entre essas exigências, destacam-se requisitos pedagógicos – como a celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, relatórios semestrais de atividades, limite de estagiários por supervisor e de jornada diária, entre outros –, bem como determinações com repercussão pecuniária, sobre as quais incide o projeto. Nesse aspecto, vale mencionar que a necessidade de contratação de seguro contra acidentes pessoais aplica-se tanto aos estágios obrigatórios quanto aos não obrigatórios. Já o pagamento de bol-

sa ou contraprestação, além de auxílio-transporte, é compulsório apenas para os estágios não obrigatórios.

A nosso juízo, a aprovação do projeto ensejaria o risco de instaurar casuísmo em favor de determinado segmento estudantil e profissional, contrariando o espírito da lei, que se pretende geral. Ora, ainda que se aleguem características próprias, os estágios voluntários tradicionalmente oferecidos a título gracioso por entidades médicas ou por profissionais liberais dessa área não poderiam ser tratados diferentemente de outros estágios não obrigatórios. Como justificar que os profissionais da medicina possam conceder estágios voluntários não remunerados em seus consultórios, mas os advogados não o possam fazer em seus escritórios? E quanto aos odontólogos, psicólogos, engenheiros, arquitetos e outros profissionais liberais, cuja formação adequada também depende da prática profissional supervisionada?

Além disso, o PLS, de maneira paradoxal, pode incorrer em sério prejuízo para os estudantes de medicina. Não raro, esses estudantes atuam em ambientes que importam risco a sua integridade física. Assim, não poderiam, em absoluto, prescindir do seguro contra acidentes pessoais que a Lei do Estágio prevê.

Por esses motivos, julgamos que, no mérito, a proposição não deve ser acatada por este colegiado.

VOTO

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador João Vicente Claudino. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório apresentado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para excepcionar os concedentes de estágios não-obrigatórios para estudantes de medicina do cumprimento de exigências com repercussões pecuniárias.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves **Relatoria:** Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

2– A matéria constou na pauta da reunião dia 26/06/12)

Como ainda faltam dois Senadores ou Senadoras para alcançarmos o quórum para votações nominais, seguimos com a nossa pauta, fazendo a análise do item 5.

Trata-se de relatório apresentado pelo Senador José Agripino, de matéria de autoria da Senadora Ângela Portela. Já recebemos aqui, da assessoria do Senador José Agripino, a solicitação para que, enquanto S. Ex^a não se fizer presente, designemos um relator *ad hoc*.

Consulto a Senadora Maria do Carmo se pode fazer o obséquio e a gentileza de proceder à leitura dessa matéria, deste relatório, para que possamos dar andamento à mesma. Se V. Ex^a concordar, passamos ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – para dispor sobre o funcionamento de estabelecimentos públicos de educação infantil durante as férias escolares.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações:

1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda

Neste instante, passamos a conhecer o relatório a ser apresentado pela Senadora Relatora *ad hoc*, favorável, com a emenda oferecida.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o art. 1º do PLS determina a introdução na LDB do art. 31-A, que prevê sejam oferecidas atividades pedagógicas para os alunos “durante os períodos de férias escolares, no mesmo horário de atendimento dos dias letivos, sem prejuízo dos direitos trabalhistas dos profissionais da educação e com os devidos acréscimos em sua remuneração pela carga adicional de trabalho”.

O art. 2º estabelece que o projeto, convertido em lei, entre em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

A justificação, além de arrolar os direitos constitucionais dos pais e mães trabalhadores à assistência aos filhos até 5 anos em creches e pré-escolas e o

direito das crianças da mesma idade à educação infantil, pondera a necessidade social de os pais contarem com o cuidado ininterrupto de seus filhos, já que muitas vezes as férias em seus trabalhos e empregos não coincidem com as férias escolares.

ANÁLISE

Em boa hora chega o PLS nº 510, de 2011, para apreciação na CE, à qual compete, por força do artigo do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar matérias que versem sobre as diretrizes e bases da educação.

A educação infantil é a única etapa da educação básica onde se observa, na vigência da Constituição de 1988, continuado aumento de matrículas. As crianças de quatro a cinco anos – clientela da pré-escola – já estão, na maioria, frequentando escolas de educação infantil, públicas ou privadas, embora a maior parte delas conte somente com um turno de quatro horas de atendimento.

Não por acaso, a Emenda Constitucional nº 29, de 2009, estendeu a obrigatoriedade escolar aos alunos dessa faixa etária.

No que se refere às crianças em idade de creche, embora ocorra crescimento no número de matrículas, em contraste com o decréscimo da taxa de natalidade, o Brasil está longe de ter uma cobertura razoável em relação aos atuais doze milhões de brasileiros e brasileiras de zero a três anos de idade: pouco se passou de 20% no atendimento, quando a meta do Plano Nacional de Educação era atingir metade dessa população infantil em 2011.

Uma das razões é a própria concepção de creche, que oscilou na política de assistência social para o sistema de ensino, agregando dois graves defeitos deste último: o calendário inadequado às necessidades da comunidade e a tradição mais recente dos turnos reduzidos, vigente a partir de 1920 nas escolas públicas e privadas do País.

O presente projeto de lei, de uma Senadora sensível à matéria, vem corrigir uma situação que tem dificultado tanto a escolha das creches por parte das mães quanto à convivência entre a obrigação do cuidado e a da educação, no caso de redes públicas.

O projeto institui na educação infantil a continuidade do atendimento às crianças nos doze meses do ano. Ao mesmo tempo, não cogita abolir o projeto pedagógico, uma vez que são previstas férias escolares – quando as crianças cujos pais tenham disponibilidade poderão usufruir do seu convívio, sem prejuízos nas atividades educativas que visam a seu desenvolvimento infantil.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei com a seguinte emenda:

Em cada ano letivo, no ato de matrícula dos alunos a que se refere o caput, os pais ou responsáveis indicarão a opção pela frequência da criança ao estabelecimento de educação infantil nos períodos de férias escolares.

Os estabelecimentos públicos de educação infantil cujo número de alunos optantes pela frequência nos períodos de férias escolares, conforme o levantamento previsto no § 1º, ultrapasse 50% de frequência estão obrigados a oferecer atividades pedagógicas nesse período para atender os interessados.

Era o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, o relatório será submetido a votação nominal.

Colho votos dos Srs. Senadores e Senadoras que, aliás, estão em grande número aqui presentes e isso é muito positivo para o andamento dos nossos trabalhos.

Como vota a Senadora autora, Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o Relator, Senador Agripino Maia, agradecendo pelo excelente relatório que elaborou e também pelas duas emendas apresentadas que, sem dúvida alguma, aprimoraram o nosso projeto. Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado. Voto “sim”.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com certeza, Sr. Presidente, pela aprovação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com a autora e com os dois relatores, o Relator e a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Voto conhecido, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Senador Armando Monteiro. (Pausa.) Ausentou-se por uns instantes.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Deixei de chamar algum Senador ou Senadora? (Pausa.) Não.

Matéria aprovada por todos os Senadores presentes.

Consulto todos os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se mantêm o voto dado à matéria também à emenda apresentada.

Se todos se manifestarem em concordância com a proposição também, está aprovada a emenda com os mesmos votos. *(Pausa.)*

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras que votaram favoráveis a esse projeto que, sem dúvida nenhuma, vai ser de fundamental importância tanto para o desenvolvimento educacional, pedagógico e nutricional das nossas crianças de zero a três anos e de quatro a cinco anos, como também a vida dos pais e mães que nem sempre o período de férias coincide com o seu período de trabalho. Então, o uso dessas escolas no período de férias vai ser muito importante para a comunidade e sem dúvida nenhuma para as crianças.

Eu queria agradecer as duas emendas que foram apresentadas pelo Senador Agripino Maia, porque são emendas que colocam optativas para os pais. Os pais que quiserem que seus filhos fiquem no período das férias vão ter que fazer opção durante o ato da matrícula. Então, é optativo. Isso é uma questão que tem que ser destacada para valorizar o nosso projeto.

Outra emenda que também precisa ser destacada é que a escola só funcionará no período de férias quando já tiver, no ato da matrícula, os pais manifestarem a intenção de manterem seus filhos no período escolar de férias e que atinja 50% das crianças.

Então, mostra claramente que o projeto é um projeto importante, é um projeto que vai, sem dúvida nenhuma, valorizar a educação infantil e as famílias brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a S. Exª, a Senadora Angela Portela.

Quero informar a todos os senhores que nós temos os primeiros quatro itens já com o relatório lido, já pronto para a votação. Se ninguém mais quiser discuti-los, vamos fazer isso com muita rapidez. Eu pediria o auxílio e a contribuição de todos os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, para que a gente pudesse alcançar esse resultado e esse propósito.

Vamos lá.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2011

– Terminativo –

Institui a Bolsa-Artista.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas

2– No dia 15/05/12, a matéria foi lida e iniciada a discussão

Consulto se mais alguém pretende discuti-la. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, vamos colher votos.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Voto da Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador, eu voto, eu tenho dificuldades aqui, porque eu tenho uma opinião diferente do voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Então é sim, não ou abstenção.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu não gostaria de votar contrário a esse projeto. Eu gostaria de ter oportunidade de poder aprofundar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Mas não vai mais ser possível, Senadora. Agora vai ser voto “sim”, “não” ou abstenção. Já está em processo de votação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não vai mais ser possível.

Então, eu voto pela abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente, e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Cristovam Buarque? Ausentou-se por minutos.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Voto conhecido.

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira.

Desculpe-me, Senador Pedro Simon. *(Pausa)* Com o relatório.

Não, esse é o Item 1, de autoria do Senador Inácio Arruda, relatado pela Senadora Lídice da Mata.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Voto com o projeto. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB

– SC) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) –

Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB

– SC) – Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM

– SE) – Com o Relator. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB

– SC) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB

– SC) – Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)* Está ausente neste instante.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB

– PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB

– SC) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB

– SC) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) –

Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB

– SC) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com a Relatora. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Aprovado, com a abstenção da Senadora Ana Rita.

Consulto todos os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se mantêm o mesmo voto para as emendas apresentadas ao projeto.

Os que estiverem de acordo em manter o voto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2009

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas, acatando parcialmente a emenda oferecida pelo Senador Demóstenes Torres e pela rejeição das emendas apresentadas pelo Senador Walter Pinheiro

Observações:

1 – Serão realizadas três votações nominais, uma para o projeto, uma para as emendas do relator e outra para as emendas rejeitadas

2 – Em 28/09/11, foram apresentadas duas emendas de autoria do Senador Walter Pinheiro

3 – Em 14/02/12, foi apresentada uma emenda de autoria do Senador Demóstenes Torres

4 – No dia 26/06/12, a matéria foi lida e iniciada a discussão

Consulto se temos algum Senador que deseja discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-la, colho os votos nominais dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras presentes.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o Relator, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Pedro Simon. Voto conhecido.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, parabenizando a autora, Senadora Marisa Serrano, que é do meu Estado do Mato Grosso do Sul, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador José Agripino. *(Pausa.)* José Agripino se ausentou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, e quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano, autora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Vejo que retornou o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Vota “sim”.

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)* Ausentou-se por instantes.

Aprovada a matéria.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se mantêm o voto para as três votações que precisamos fazer da emenda, duas emendas favoráveis e uma pela rejeição.

Vamos colher os votos.

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo em manter o voto dado à matéria principal para as emendas aditivas, consulto se há alguma manifestação em contrário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para registrar, Sr. Presidente, que nós vamos manter o voto, mantendo a posição do relator: favorável às emendas do relator e contrário às emendas que foram rejeitadas no parecer.

Portanto, mantemos a mesma votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Coloco primeiro, portanto, em votação as favoráveis.

Todos estão de acordo, mantida a votação anterior?

Aprovadas as emendas aditivas.

Agora, pela rejeição das emendas. Colho o voto dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Quem mantém o voto dado à matéria principal também para a rejeição da emenda permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 67, DE 2011

– Terminativo –

Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Autoria: Deputado Ivan Valente

Relatoria: Senador Ciro Nogueira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Rita

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal

2– No dia 26/06/12, a matéria foi lida e iniciada a discussão

Consulto se algum Senador ou Senadora deseja discutir adicionalmente a matéria. Não havendo quem queira discutir, colho os votos.

Como vota a senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Rita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador José Agripino.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar nos termos do disposto no artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Havendo votos suficientes, a matéria, o relatório e o substitutivo se encontram aprovados.

Item 4, também terminativo, trata do Projeto de Lei do Senado 572, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para obrigar as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno. Autoria, Senador Paulo Bauer, relatoria, Senador Randolfe Rodrigues. O relatório é favorável.

Peço a gentileza dos senhores Senadores de permanecerem para que esta matéria possa ser votada, uma vez que ela já constou na pauta de seis reuniões e não pode ser apreciada. É uma matéria importante porque se refere exatamente àquela chacina ocorrida na escola do rio de janeiro e que precisa e merece ter providências legais que já contaram até com o aval do ex-ministro Fernando Haddad, quando esteve nesta casa em reunião de audiência pública e tratamos do assunto.

Senador Randolfe Rodrigues, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Chega a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 572, de 2011, de autoria do Senador Paulo Bauer, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), para estabelecer que, no ato da matrícula, as escolas de educação básica registrarão rol com os nomes das pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino, além dos próprios pais ou responsáveis legais, para tratar de assuntos de interesse do aluno matriculado.

O art. 1º do PLS em tela acrescenta, pois, parágrafo único ao art. 55 do ECA, com tal finalidade. O art. 2º informa que a lei em que o projeto se transformar entrará em vigor na data da sua publicação.

O autor lembra, na justificação, que tal medida contribuirá com a maior segurança do âmbito escolar.

A proposição tem, nesta Comissão, decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria se enquadra entre aquelas passíveis de apreciação pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), segundo o qual a ela compete opinar sobre o mérito de proposições que envolvam, entre outros assuntos, normas gerais sobre educação e outros temas correlatos.

O projeto, uma vez convertido em lei, certamente dará maior segurança para todos na escola e evitará que no ambiente escolar sejam perpetrados crimes que possam colocar em risco a integridade de alunos e profissionais da educação.

Para a direção da escola, o fato de saber quem pode ter acesso as suas dependências também implicará em ganhos pedagógicos, com a aproximação entre a escola e a família do educando, fortalecendo o liame comunitário. Quanto ao aspecto social, as vantagens são claras. O conjunto social também ganha com a tranquilidade de saber que seus filhos estão em ambiente protegido.

No mais, a proposição está redigida em boa técnica legislativa, conforme preceito legal, obedecendo aos ditames da constitucionalidade e da juridicidade, sem possuir, portanto, óbices legais a sua aprovação.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011, não sem antes cumprimentar V. Exª pela iniciativa, da melhor lavra, para garantir, como disse no relatório, segurança à escola e para, de fato, integrar a comunidade com o seu convívio.

Então, quero cumprimentar, parabenizar V. Exª pela iniciativa legislativa, com voto favorável a sua apresentação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Consulto as senhoras e os senhores Senadores se a matéria precisa e merece ser objeto de discussão de algum dos presentes. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, a matéria merece louvores dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador José Anibal, V. Exª é sempre muito gentil.

Não havendo mais quem queira discuti-lo, vamos colher os votos dos senhores Senadores e das senhoras Senadoras.

Como vota a senadora Ângela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Rita. (Pausa.)

Como vota o Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, parabenizando V. Exª pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizo V. Exª pela iniciativa. Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador José Agripino. (Pausa.)

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator, cumprimentando V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Senador João Vicente Claudino se ausentou por instantes.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador João Capiberibe. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, parabenizando o autor, V. Ex^a, Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Senador Randolfe Rodrigues, voto conhecido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador João Ribeiro, que chegou agora, como vota o Senador João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Temos, portanto, esta matéria como aprovada. Agradeço a todas as senhoras e senhores Senadores pela aprovação, principalmente ao Senador Randolfe Rodrigues pelo brilhante trabalho. Posso apenas registrar: criança quando entra na escola tem que estar protegida. O pai ou a mãe que forem matricular sua criança ou mesmo o avô ou tutor, qualquer pessoa, deve indicar o nome de alguém que possa cuidar dos assuntos dessa criança no âmbito da escola, que possa adentrar o ambiente escolar em qualquer época e horário, que vai proteger a criança e vai dar à direção da escola a autoridade para impedir que qualquer outro acesse a escola e fale com a criança e tenha contato com ela, como aconteceu, infelizmente, no Rio de Janeiro, naquele episódio e lamentável da nossa história.

Obrigado a V. Ex^{as} pelo voto e pela aprovação.

Agora vamos para o Item 9, também terminativo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, tendo em vista ter que fazer uma análise ainda deste projeto, porque me fizeram um apelo para que eu revisse meu parecer, peço a retirada de pauta desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedido o pedido de V. Ex^a.

Já que o Item 7 está retirado de pauta e o Item 8, cujo Relator, Senador Inácio Arruda, não se encontra

presente, vamos para o Item 9, que é terminativo. Penúltimo item terminativo da pauta de hoje.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2011

– Não Terminativo -

Estabelece o fornecimento periódico de um kit de saúde dentária aos alunos da rede pública de educação fundamental e dá outras providências.

Autoria: Deputado Edson Ezequiel

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 12/06/12 e 26/06/12)

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, de 2006

– Terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. (Estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em atividades culturais audiovisuais).

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal

2– A matéria constou na pauta da reunião do dia 26/06/12

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião. O Senador Paulo Paim, já consultado, concordou – também com a anuência do Senador Valdir Raupp – em fazer a apresentação da relatoria como relator *ad hoc* desta matéria.

Concedemos a palavra ao Senador Paulo Paim, para proceder à leitura.

Encontrou aí o relatório?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Encontrei, Sr. Presidente.

O relatório do eminente Senador Valdir Raupp tem seis páginas.

Como conheço, Senador Simon, a intenção da proposta que acrescenta dispositivo à lei de 13 de julho de 1990, para fortalecer o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Senador Valdir Raupp apresentou um substitutivo, acho que a forma mais rápida de eu situar a Casa sobre o relatório, que é pela aprovação, é eu entrar diretamente no que diz o substitutivo.

“Art. 75. As crianças somente poderão ingressar e permanecer nos locais de diversão e de apresentação ou exibição de espetáculos públicos, quando acompanhados de pais ou responsáveis.

II– é permitido o acesso de crianças a diversões ou espetáculos cuja classificação indicativa seja superior à respectiva faixa etária, desde que acompanhada dos pais, responsáveis ou terceiros autorizados.

§ 3º cabe aos pais ou responsáveis autorizar o acesso de adolescentes a diversões, espetáculos públicos, locação de obras audiovisuais destinadas a cinemas e vídeos, cuja classificação indicativa seja superior à respectiva faixa etária.

O documento de que trata o § 3º desse artigo pode ser manuscrito e deverá conter dados que permitam identificar o adolescente, pais ou os responsáveis pela autorização.

Enfim, é obrigatória a retenção da autorização prevista nos §§ 3º e 4º desse artigo pelo estabelecimento de diversões, de espetáculos públicos de exibição local ou vendas de obras audiovisuais destinadas ao cinema e a vídeos.

Art. 149. Para fim do disposto neste artigo, a autoridade judiciária, observado o disposto no art. 75, levará em conta outros fatores – art. 255.

Ao final, Sr. Presidente, exibir filme, *trailer*, peça, amostra ou congêneres classificados pelo órgão competente como inadequada às crianças ou adolescentes admitidos ao espetáculo desacompanhados de seus pais responsáveis ou terceiros expressamente autorizados em violação ao art. 75”.

Como vemos, Sr. Presidente, o projeto moraliza e não permite que crianças menores assistam a peças, exibições que vão depor contra sua formação.

Com isso, meu parecer é totalmente favorável ao projeto de autoria do Senador Pedro Simon e de relatoria do Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos ao Senador Paulo Paim a gentileza de proceder à leitura, como relator *ad hoc*.

Consulto as Sras e os Srs. Senadores se desejam discutir a matéria e o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira fazê-lo, vamos colher votos.

Como vota a Senadora Angela Portela?

ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto conhecido: com o Relator e com o autor, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Pedro Simon é o autor, portanto, é voto conhecido.

O Senador Benedito de Lira se ausentou.

O Senador Romero Jucá se ausentou.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Parabenizando o autor, Senador Pedro Simon, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador José Agripino. (*Pausa.*) Não se encontra. Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador João Capiberibe. (*Pausa.*) Não se encontra.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havendo votos suficientes pela aprovação da matéria, o substitutivo se encontra aprovado.

Passamos ao item seguinte.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois, não, Senador Aloysio Nunes Ferreira. V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, esta é a última reunião da nossa Comissão antes do recesso do meio do ano. Eu queria, se houver concordância dos membros da Comissão e de V. Ex^a, propor a inclusão de um item extrapauta que exige voto nominal.

Trata-se de um projeto de lei que, no meu entender, corrige uma grande injustiça contra um político progressista, dedicado ao povo, um político que lutou durante toda sua vida para melhorar o Brasil, especialmente as condições do povo mais pobre e que foi deposto da Presidência da República por um golpe de Estado.

É uma homenagem ao Presidente João Goulart, denominando Rodovia Presidente João Goulart o trecho de uma das rodovias mais importantes de nosso País, que é a BR-153, que integra o País.

É uma homenagem ao Presidente João Goulart, que foi tão injustiçado tanto pela esquerda quanto pela direita, e que é alguém cuja importância, à medida que o tempo passa, cresce aos olhos dos brasileiros.

Daí o meu requerimento de inclusão extrapauta dessa homenagem ao Presidente João Goulart.

V. Ex^a é o relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Consulto os Srs. Senadores presentes se estão de acordo com a inclusão dessa matéria como matéria extrapauta e, sendo terminativa, que seja votada tão logo seja lido e conhecido o relatório.

Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tendo em vista que eu sou o relator dessa matéria, convido o Senador Paulo Paim para assumir a Presidência dos trabalhos enquanto eu procedo à leitura da matéria, já que, por ser terminativa, ela inclui na pauta.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O Item 11 está na ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O Item 11 é não terminativo. Seria apreciado imediatamente após esse.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Portanto, Senador Paim, V. Ex^a comanda a reunião enquanto eu faço a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Assumo a Presidência neste momento. Passamos à apreciação do item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 503, de 2011

– Terminativo –

Denomina Rodovia Presidente João Goulart a Rodovia BR-153, compreendido entre a cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e a cidade de Marabá, Estado do Pará.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações:

1 – Foram realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda

Com a palavra o relator, Senador Paulo Bauer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

De autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, o projeto de lei pretende denominar Rodovia Presidente João Goulart o trecho da BR-153 compreendido entre a cidade de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e a cidade de Marabá, no Estado do Pará.

Para que tenhamos celeridade no andamento da matéria, vou direto à análise da proposição.

Compete a esta Comissão, como dispõe o art. 102 do Regimento opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas, impondo-se, em face da competência terminativa, além do exame do mérito, análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O PL 503 é constitucional.

Nos termos do art. 21 da Constituição Federal, compete à União legislar sobre o Sistema Nacional de Viação. De outra parte, é lícita a iniciativa parlamentar, uma vez que a proposição atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 41 e 61 da Lei Maior, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.

Resultam igualmente observados os critérios fixados na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite, mediante lei específica, atribuição a vias e terminais integrantes do Plano Nacional de Viação de designação de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação, supletivamente às denominações de caráter oficial.

No tocante à técnica legislativa, contudo, impõe-se ligeiro reparo, uma vez que, ao mencionar a Rodovia BR-153 sem especificar o trecho referido no art. 1º, a ementa do Projeto deixa de explicitar adequadamente o objeto da Lei, como requer o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Promove-se a alteração necessária na forma da emenda adiante formulada.

No mérito, considero justa e merecida a homenagem proposta a João Goulart, homem público que, como bem ressalta o autor da iniciativa, não hesitou em “usar do seu talento e força na construção de um ideal que, a bem da verdade, permanece como aspiração dos brasileiros”.

VOTO

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2011, com a emenda seguinte:

EMENDA Nº – CE

Dê-se à ementa do PLS nº 503, de 2011, a seguinte redação:

“Denomina “Rodovia Presidente João Goulart” o trecho da rodovia BR-153 compreendido entre a cidade de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e a cidade de Marabá, no Estado do Pará.”

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos já à votação.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Paim acompanha o Relator.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Vicente Claudino. *(Pausa.)*

Senador João Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Capiberibe. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chamei todos os Senadores? *(Pausa.)*

Senadora Maria do Carmo. *(Pausa.)* Com o Relator.

O projeto foi aprovado.

Pergunto a todos se mantêm o mesmo voto para a emenda. Permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Bauer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Paulo Paim, pela ajuda e pelo apoio na condução dos trabalhos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, peço a V. Exª, consultado o Plenário, a inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2011, que altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) para Universidade Federal da Integração Amazônica (Uniam). Sou o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Senador Flexa Ribeiro, com muito prazer eu poderia atender a sua solicitação, mas a assessoria me informa que perdemos o quórum para deliberação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas é fácil recuperá-lo. Quantos faltam? É fácil recuperarmos aqui na CAE, para votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Então, consulto o Plenário se está de acordo com a inclusão extrapauta. Para isso não precisamos de quórum qualificado. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum voto em contrário, a matéria está incluída. Vamos ter que aguardar o quórum qualificado para a análise da matéria ainda nesta reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Vamos fazer a leitura e tudo o mais.

Agora temos como matéria, na ordem dos trabalhos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria ao Senador Armando Monteiro que nós pudéssemos fazer a terminativa, depois a não terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem. Temos agora, pela ordem dos trabalhos, o item 11. O Senador Armando Monteiro se ausentou para votar na outra Comissão. Depois temos um requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente, peço inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Submeto à apreciação do Plenário a proposição do Senador Flexa Ribeiro de inversão de pauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem se manifeste contrariamente, vamos proceder à inversão de pauta, indo para o item 13, que é um requerimento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, o extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Então, vamos primeiro para o item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2011

– Terminativo –

Altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa para Universidade Federal da Integração Amazônica – Uniam.

Autoria: Deputado Lira Maia.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para apresentar seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 100, de 2011, de autoria do Deputado Lira Maia, que propõe

alterar o nome da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), desmembrada da Universidade Federal do Pará (UFPA), com sede e foro no Município de Santarém, que passaria a denominar-se Universidade Federal da Integração Amazônica (Uniam), a teor do que estabelece o art. 1º do PLC em comento.

O art. 2º estabelece que a lei em que se transformar o projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Vamos à análise.

A matéria se enquadra entre aquelas passíveis de apreciação por esta Comissão, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A alteração de denominação de universidades federais mediante lei ordinária, no entanto, pelo preceito constitucional do art. 207, que expressa a autonomia administrativa, didático-científica, patrimonial e de gestão financeira dessas instituições, está vedada à iniciativa parlamentar.

Leve-se em conta, por fim, que a universidade paraense em questão perderia, com a alteração, o nome do Estado do Pará de sua atual denominação. Não bastasse isso, do ponto de vista pragmático, poder-se-ia arguir, em futuro próximo, a necessidade de dispersão de esforços para além de sua atual área de alcance, com as consequentes e indesejáveis dificuldades de gestão e perda de eficiência.

Desse modo, além de carecer de respaldo constitucional, o projeto é de mérito e oportunidade discutíveis.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não há quem queira discuti-la.

Diante da falta de quórum qualificado, ela permanecerá em discussão para votação tão logo alcancemos este quórum nesta ou na próxima reunião.

Pela ordem de itens que temos pautados, agora vamos para o item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, de 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 1º da Lei nº. 9.530, de 10 de dezembro de 1997, para determinar que percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal

indireta será destinado a programas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Autoria: Senadora Marinor Brito.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: pela rejeição.

Observações:

1– *Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos*

2– *A matéria constou na pauta da reunião do dia 26/06/12.*

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto em tela é composto de dois artigos.

Em seu art. 1º, o projeto altera o art. 1º da Lei nº 9.530, de 1997, *que dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal indireta e dá outras providências*, para determinar que percentual não inferior a cinco por cento da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, seja destinado a programas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

O art. 2º é a cláusula de vigência.

Quanto ao aspecto da constitucionalidade, não há nada a opor ao projeto e não temos, portanto, reparos a fazer.

Quanto ao mérito, no entanto, em que pese aos nobres propósitos da autora, Senadora Marinor Brito, a proposição envolve questões mais complexas. O projeto objetiva, na prática, uma realocação orçamentária que teria alto custo para a estabilização da economia brasileira. Pois a Lei nº 9.530, de 1997, determina em seu art. 1º, inciso I, que seja destinada à amortização da dívida pública a receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores.

Assim sendo, os ganhos para a educação decorrentes da aplicação da proposta teriam como provável contrapartida um aumento do endividamento público.

Entendemos que a dívida pública já é elevada, representando um ônus excessivo para os cofres públicos. Segundo dados do Tesouro Nacional, a Dívida Pública Federal fechou o ano de 2011 com alta de 10,17%, atingindo o montante de R\$1,866 trilhão. Considerando que o PIB brasileiro, no mesmo período, cresceu 2,7%, não se pode negar que a dívida pública

apresentou, no ano passado, um crescimento acima, portanto, do incremento da riqueza do País.

Assim sendo, embora mais uma vez ressaltando as boas intenções da autora, nosso voto é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a.

A matéria se encontra em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Essa matéria não precisa de quórum qualificado para deliberação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com o relatório do Senador Armando Monteiro permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado. A matéria está rejeitada.

Não havendo quórum qualificado para deliberação das duas matérias que restaram ainda na pauta, sem deliberação mas já com o relatório lido, nós teremos que encerrar a presente reunião, não sem antes registrar nosso agradecimento às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que compareceram e contribuíram para que pudéssemos avançar muito e deliberar sobre diversas importantes matérias, que deixam de constar nas próximas pautas.

Informo aos Srs. Senadores e Senadoras que a próxima reunião desta Comissão será na próxima terça-feira e será na forma de audiência pública, com a presença do Ministro Aloizio Mercadante. Será a última reunião deste semestre e será, excepcionalmente, às 10 horas da manhã, e não às 11 horas. Portanto, repito: a próxima reunião fica convocada para a próxima terça-feira, dia 10, às 10 horas da manhã, com a presença do Ministro Aloizio Mercadante, portanto, sem pauta para votações, apenas para a discussão de assuntos relacionados à educação.

Muito obrigado a V. Ex^{as}.

Um grande abraço!

(*Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ATA DA 22ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (26ª REUNIÃO) E COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (32ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 17H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às dezessete horas e quarenta minutos do dia cinco de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões

nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ÁLVARO DIAS, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA RITA, ANÍBAL DINIZ, BLAIRO MAGGI, DELCÍDIO DO AMARAL, EUNÍCIO OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO, INÁCIO ARRUDA, IVO CASSOL, PEDRO TAQUES E RODRIGO ROLLEMBERG**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores os demais Senadores Membros. O Senhor Senador **CRISTÓVAM BUARQUE** justificou a ausência, nos termos do Memo GSCB nº 06-149/2012. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Passa-se à **PAUTA. PRIMEIRA PARTE: Lançamento da Revista “Em Discussão!”**, sobre a Rio +20. **SEGUNDA PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA**, destinada a debater os desafios do desenvolvimento sustentável com inclusão social e governança global, com foco na realização do evento Rio +20. Comparecem os seguintes convidados: **Izabella Teixeira** – Ministra de Estado – Ministério do Meio Ambiente (MMA) e **Achim Steiner** -Subsecretário Geral – Organização das Nações Unidas e Diretor Executivo – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhor Senador Blairo Maggi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, realizadas pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, 26ª Reunião, e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 32ª Reunião, na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Iniciamos a presente reunião com o lançamento da Revista “*Em Discussão!*”, sobre a Rio+20.

Convido para tomar assento à mesa, o Exmº Sr. Achim Steiner, Subsecretário-Geral da Organização das Nações Unidas e Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma; Exmª Srª Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira. (Pausa.)

Convido também o Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal, Fernando César de Moreira Mesquita. (Pausa.)

Passo a palavra ao Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal, Fernando César Mesquita.

Antes, porém, quero agradecer aqui, com muita alegria, as presenças do Exmº Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; do Diretor da Secretaria do Jornal do Senado, Sr. Eduardo Leão; do editor chefe da Revista *Em Discussão!*, João Carlos Teixeira; dos editores da Revista *Em Discussão!*, Srª Joseana Paganine, Sr. Sylvio Guedes, Srª Tâmara Brasil.

Passo a palavra ao Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal, Fernando César Mesquita.

Antes, porém, quero agradecer a presença do Sr. Roman Hoosták, chefe da missão adjunto de assuntos políticos, culturais e consulares, da Embaixada da República Eslováquia; do Embaixador Milan Sigan, Embaixador da Eslováquia; e do Sr. Wilhelm Méier, Embaixador da Suíça, que muito nos honra com as suas presenças. É uma alegria tê-los aqui.

E passo, sim, agora a palavra ao Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal, Fernando César Mesquita.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Senador Rollemberg, Senador Acir, minhas senhoras e meus senhores, minha querida amiga e melhor Ministra do Meio Ambiente que o Brasil já teve, Izabella Teixeira:

Posso falar, porque eu fui autor do Projeto de criação do Ibama e conheço bem a política ambiental no Brasil, as políticas públicas.

Não é porque seja a Izabella aqui ao meu lado, mas realmente a Izabella tem todos os méritos. É uma técnica altamente competente, séria; sabe o que está fazendo; não vai na onda de OGNs; conhece o metiê; tem conhecimento científico, técnico e lidera não por ser política, mas por ser realmente uma pessoa que tem uma histórico fora do comum.

Meu amigo, Ministro Herman Benjamin, eu não o estou vendo aqui. (Pausa.)

Senhoras e senhores, eu tenho o prazer de fazer aqui o lançamento da revista *Em discussão!*. Essa revista está em seu 11º número. É um trabalho de equi-

pe que é liderado pelo Leão e que tem como diretor o João Carlos Teixeira. A revista procura mostrar a verdade sobre o Senado. O Senado não é só o plenário. O Senado é principalmente as comissões técnicas, as audiências públicas, que são realmente verdadeiras universidades.

Em cada audiência pública que se faz aqui, você tem a participação de professores, de pessoas representativas da sociedade, como biólogos, engenheiros, agricultores. Discutem-se aqui livremente todos os assuntos, todos os projetos. Hoje, nenhuma matéria importante no Senado deixa de ser votada sem que tenha passado por uma comissão técnica ou então tenha sido motivo de debates em audiência pública. Aqui temos dois Senadores ligados à Agricultura que têm feito realmente um uso muito proveitoso dessas audiências públicas, todas elas transmitidas pela TV Senado. O Rollemberg tem também audiências públicas muito interessantes sobre matérias relacionadas ao meio ambiente, a Brasília, etc.

Esta revista procura, neste 11º número, mostrar o que se debateu aqui a respeito de meio ambiente. Ela traz palestras, conferências, discussões e perspectivas da reunião da Rio+20. Ela procura dar uma contribuição a essa reunião que nós consideramos realmente muito importante para o País e para o mundo. Nós acreditamos que dessa Rio+20 vai sair algo muito proveitoso. Há quem diga que não vai dar em nada, mas eu discordo. Acho que numa reunião desse nível há pessoas que pretendem colaborar, contribuir, para que realmente haja soluções positivas, Aloysio Nunes, meu amigo, Senador Blairo Maggi. Então, acredito que nós, do Senado, a Secretaria de Comunicação, estamos dando uma contribuição para que a sociedade tome conhecimento do que vai realmente ser a Rio+20.

Eu quero agradecer, mais uma vez, ao Leão; agradecer à equipe dele; ao João Carlos Teixeira; e ao Rodrigo Rollemberg, que nos deu oportunidade de fazer o lançamento dessa revista, nesta reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Fernando César Mesquita. Quero agradecer também a presença da Diretora-Geral adjunta, Srª Rosa Maria Vasconcelos, e cumprimentar toda a equipe do Senado que trabalhou na edição dessa revista, mais uma revista produzida com o resumo dos debates produzidos no âmbito do Senado. Recentemente, tivemos uma revista que resumiu os debates sobre o Código Florestal e, agora, uma revista que resume os debates da Rio+20.

Quero registrar também a colaboração decisiva da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, presidida pelo Senador Fernando Collor, nos debates

sobre a Rio+20, lembrando que há duas subcomissões tratando especificamente da Rio+20: uma, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente; outra, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores. As duas subcomissões são presididas simultaneamente – muito bem, diga-se de passagem – pelo Senador Cristovam Buarque.

Quero aqui mais uma vez agradecer a presença do Achim Steiner, Secretário-Geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, pelo prestígio que ele tem dedicado ao Senado Federal. Nós tivemos oportunidade de ter uma audiência pública, ainda no ano passado, aqui discutindo os pressupostos da economia verde, quando esse debate ainda estava se iniciando, e agora temos a honra de tê-lo aqui no Dia Mundial do Meio Ambiente, com a presença também da Ministra do Meio Ambiente, que também muito nos honra.

Estamos em um momento especial para o Brasil. Entregamos simbolicamente as chaves do Rio de Janeiro para a Organização das Nações Unidas, para a realização dessa que é a conferência sobre desenvolvimento sustentável mais importante desse início de século. Estamos em um momento em que há uma expectativa muito grande em relação aos resultados dessa conferência e ao papel do Brasil.

Hoje, com muita alegria, pudemos receber os números divulgados pela Ministra do Meio Ambiente de que tivemos o menor índice de desmatamento da Amazônia, desde que esse índice é medido pelo Instituto de Pesquisas Espaciais, e pela Presidente Dilma de que, nos últimos anos, o Brasil foi o País que criou o número maior de áreas de unidades de conservação, além de que mais de 80% da Floresta Amazônica continua absolutamente preservada. O Brasil também é o País entre os países de desenvolvimento que têm 45% da sua matriz energética de origem renovável, enquanto a média mundial não chega a 13%, mostrando a liderança, Senador Aloysio, que o Brasil desempenha, no que se refere a desenvolvimento sustentável, o que não significa que devamos nos acomodar, mas, pelo contrário, otimizar e avançar, para que o Brasil seja uma liderança mundial cada vez maior no que se refere a desenvolvimento sustentável.

Portanto, é com muita alegria, e agradecendo a presença, que passo a palavra ao nosso brasileiro Achim Steiner, Diretor-Geral do Pnuma.

Há aparelho de tradução, se ele for falar em inglês.

O SR. ACHIM STEINER – Srª Rollemberg, eu vou falar em inglês um momento, mas, como sou brasileiro, falo um pouco em português, porque a preciosa Língua Portuguesa precisa de atenção. Não tenho a capacidade de exprimir tudo que eu queria exprimir

das Nações Unidas esta tarde. Por isso, desculpe-me se falo em português alguns minutos.

Senador Rollemberg, Izabella, querida Ministra, hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Estamos em muitas ocasiões, especialmente esta manhã, com a Sr^a Presidente Dilma, de anúncios do Governo que são bons para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, porque o Dia Mundial para o Meio Ambiente é um dia de notícias positivas.

Eu quero agradecer outra vez à Comissão, aos Senadores, Embaixadores, Excelências, por esta oportunidade de discussão, pouco mais do que no ano passado, dos objetivos da nossa conferência e, mais importante, dos resultados potenciais.

O SR. ACHIM STEINER (*Tradução simultânea.*)

– Então, se eu puder mudar para o inglês.

Eu quero ser bem breve e focar. Eu gostaria apenas de dizer que é sempre uma grande honra estar com vocês aqui, Senador, ter a possibilidade de falar com vocês e também com a Comissão.

Eu não li o título todo na última vez que estive com vocês na Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal. É melhor falar um pouquinho também sobre a defesa do consumidor. Eu acho que foi uma evolução muito interessante do conceito de meio ambiente quando hoje, no ano de 2012, temos o conceito do século XX. Eu fiquei chocado com a revista, nas páginas 14 e 15, de como marcou o paradigma. Bom, aqui é o início do programa das Nações Unidas; é o início de um paradigma diferente de compreensão da função da sustentabilidade, da nossa sociedade e das nossas economias.

Senadores, senhoras e senhores, nós estamos há 40 anos da reunião de Estocolmo, como uma comunidade global. Posso assegurar que muito foi alcançado nesses últimos quarenta anos e devemos ter orgulho disso tudo. Bom, no Ministério do Meio Ambiente, temos um órgão de legislações ambientais, órgão internacional, leis internacionais que cresceram, nesses últimos quarenta anos. Bom, são todos exemplos de coisas que alcançamos, nesses últimos quarenta anos, que conseguimos realizar.

No Rio de Janeiro, vai haver um novo relatório: o de nº 5, o último preparado para a Conferência do Rio, é o último que é produzido em quatro ou cinco anos. E temos dois... interessantes nesse relatório. Bom, temos os objetivos que foram acordados entre os governos em nível internacional, nos últimos trinta anos. Esses são objetivos que são parte de convenções, protocolos, de resoluções, de decisões que foram tomadas na Assembleia Geral e são soberanas. Apenas quatro desses noventa alcançaram realmente o que queríamos alcançar, e isso não pode satisfazer qualquer Governo,

qualquer Parlamento, qualquer Senado. Certamente não satisfaz a abordagem científica do que é o desenvolvimento sustentável. E também tivemos frustrações na nossa sociedade, onde estivermos no Planeta. Em muitos desses objetivos, algum progresso foi feito. Mas aqui nós temos a segunda descoberta, sobre o que nós vamos falar mais amanhã, que qualquer indicador de sustentabilidade que foi acordado no Rio em 1992...

Bom, o mundo não conseguiu alcançar os seus objetivos e de fato nós apresentamos, e uma complicação com um *megatrends*, alguns dos grandes indicadores de sustentabilidade para o nosso planeta. E eu não posso entrar em detalhes agora, mas é uma informação bem equilibrada. E eu acho que a causa da preocupação, porque quarenta anos depois de se ter uma estrutura, uma estrutura para a formação de políticas, que no final do dia influencia todo o País, toda a Nação. Por exemplo, quando a Estocolmo aconteceu, nós tínhamos três ou quatro Ministérios de Ambiente. Hoje nós temos 190 países com Ministério de Ambiente, agências, autoridades...

Bom, nós podemos afetar boa parte do planeta se concordarmos em objetivos comuns. Agora, vamos nos encontrar em breve para a Conferência Rio+20.

Você já sabe os temas: Da economia verde e o contexto de desenvolvimento sustentável, a reivindicação da pobreza e as reformas da estrutura institucional e vocês também estão cientes das últimas semanas, dos objetivos do desenvolvimento sustentável verde? É um dos objetivos. E as discussões que aconteceram até este fim de semana em Nova York, bom, revelaram um contexto para a conferência que é bem difícil. Não um contexto de 92, o momento pós-guerra, bom estamos abrindo um novo capítulo de recuperação internacional.

Nós estamos... Várias partes do mundo passaram por crises econômicas e crises de emprego. Nós também estamos passando por um momento, uma dificuldade política em várias partes do mundo, como na África, Norte da África e também um realinhamento da geopolítica. Novas economias emergiram economicamente e uma das coisas interessantes que se vê pelas lentes das Nações Unidas é que essas economias emergentes, expressadas em Poder Econômico, ainda não conseguiram formar uma nova força geopolítica.

Então temos vários vácuos em termos de liderança global, em termos de habilidade para trazer Nações, unir as Nações. E nossa conclusão é que uma das razões para a Agenda 21 e a Rio-92, em termos de desenvolvimento, bom, estavam todas certas e tínhamos objetivos que eram para permanecer relevantes, como é hoje e assim como eram em 92, mas temos algumas lições para aprender e se quisermos alcançar uma maior igualdade e sustentabilidade nós

temos que passar pelo centro do que está levando a nossa sociedade e o nosso discurso político hoje, e isso é economia, não é política. É economia, é econômico, e também propriedades de recursos, controle de recursos, recursos financeiros, influência econômica, porque a verdade é que... Qual é o problema que nós identificamos no desenvolvimento sustentável? Nós temos as respostas. Nós sabemos que nós podemos avançar de uma economia para baixo carbono. Temos países neste mundo que têm 40%, 50%, 60% de energia renovável, dessas estruturas de energia renovável. Alguns países têm 60%, 70% e alguns têm 0%. E nós temos certeza de que isso tudo é possível e vamos ser francos de que estamos em uma situação em que estamos negociando uma agência de mudança climática que é o mesmo para todos nós.

Esqueça esse aquecimento, o limite que nós não queremos ir além, porque se nós continuarmos agora com o prospecto de 2020, até o ano de 2020, quando o próximo Protocolo de Kyoto vai entrar em efeito, não tem como esse mundo se manter num aquecimento de dois graus. Então com essa solução nós temos várias opções disponíveis. Não estamos avançando porque, nas estruturas de políticas econômicas nós ainda estamos nos sistemas de Século XX, como os mercados estão usando certas tecnologias, certas escolhas de infra-estrutura, e é isso que torna a discussão sobre economia verde, não apenas teórica, ou uma discussão ambiental vai para o...

Desculpa, eu digo, como nós podemos alcançar uma sustentabilidade num processo de desenvolvimento por... Não é da nossa sociedade.

Bom, a política fiscal ou de subsídios setoriais, todos essas vão para o centro das transições de desenvolvimento ou nós vamos falar, como na Europa, atenção para uma economia verde?

O Brasil tem de definir isso. Então, senhoras e senhores, o fato é que com menos países começando a assumir essa liderança nacionalmente e não apenas como resultado de matrizes de negociações internacionais, nós vamos falhar. Daqui a 20 anos, vamos ter um relatório mais frustrante ainda e vai ser irreversível. Então, quais são os instrumentos? A política de energia. Não sei quantos de vocês sabem que há um outro país que eu chamo de caso, mas que nunca está lá. É a Alemanha. Estive lá a semana passada. Teve um eco gerador que produziu, em um dia, mais energia, mais eletricidade, do que as instalações fotovoltaicas, do que três hidrelétricas juntas. Então, a Alemanha tem um quinto gene renovável. É a infraestrutura. É uma das maiores economias do mundo e isso foi feito em apenas dez anos. O Quênia, meu lar hoje, é um país que trouxe uma nova política de energia verde.

Há três anos virou a legislação e é resultado de todo um investimento de infraestrutura que fizeram, com energia solar, eólica. Isso está sendo feito no Quênia. Com 18 meses dessa lei... Está sendo feito com capital privado. Nosso escritório central tem 100% das instalações fotovoltaicas. Isso é tecnologia no centro da África produzindo eletricidade.

Então, por que nossa habilidade de nos mover adiante nessas questões não está nos dando progresso? Porque nas discussões internacionais temos interesses diversos. Quando nos encontramos para essas conferências nós vemos problemas porque esses acordos dominam áreas em que poderíamos estar avançando.

Discuto sobre a economia verde no Rio de Janeiro. Isso é uma possibilidade única. Não é na virada da noite que vamos consertar a nossa economia, mas a comunidade internacional vai, nos próximos anos, poder se focar nessas políticas econômicas para que essas transições aconteçam. O fato de ainda termos combustíveis fósseis quer dizer que 80% desses subsídios vão para o *top 20* da nossa sociedade. São US\$600 bilhões por anos artificialmente mantendo o preço do petróleo, do diesel mais baixos para a transição ser mais difícil? Isso não é racional. Se você aceitar o aquecimento climático não vamos avançar adiante. Na economia verde...

Deixe-me abordar outro assunto no qual acho que o Rio de Janeiro vai ter um papel muito importante. É o debate sobre...A economia verde é um testemunho...Monetizar a natureza. Isso tem um valor, um valor intrínseco. A sociedade civil está debatendo essa noção de se anexar um valor à natureza. Mas, deixe-me questionar o que entendi: se nós fizermos essa avaliação... Avaliação não é igual à monetização, mas é reconhecer que a natureza tem um valor no nosso sistema econômica e que isso é invisível. Se você for economicamente invisível em nosso mundo você não tem valor. Você vai ser explorado como se não tivesse valor. Então, nosso trabalho nesses ecossistemas é também pioneiro. Temos pioneiros no Brasil, com a liderança da Ministra Teixeira, para dar um valor à natureza nessa economia. No Brasil, nós discutimos o papel da Amazônia como uma grande floresta. Seria uma grande ameaça para o futuro da economia da América do Sul o fato de que não teremos mais árvores. O sistema hidrológico inteiro do continente vai ser afetado. Então, como nós capturamos o valor econômico de uma árvore que permanece em pé, com todo o serviço que essas árvores fornecem, contra o valor comercial que essa árvore terá se for derrubada ou a terra ter outro uso? Então, temos de trazer esse tipo de dados para os nossos embates públicos. Só

assim, vamos comparar maçãs com maçãs e laranjas com laranjas.

Um dos assuntos principais sobre a economia verde é quando falamos, hoje, sobre como as nações conseguem verificar seus sistemas de valorização nacional. Bom, tem o PIB. Além do PIB hoje nós temos várias instituições que estão buscando um instrumento para medir o progresso econômico. Sabemos que o PIB, de um lado, é o equivalente a uma ferramenta para crianças de 5 anos. Bom, para a nossa economia global isso tudo é feito por um indicador único. Quando você pergunta para as Nações Unidas, o Banco Mundial e várias outras instituições como procurar um instrumento melhor para se medir o progresso econômico em nossas economias você vê que é uma prioridade. O Rio de Janeiro poderia tomar essa direção também. Mas, a dificuldade, no momento, é como se sabe, as negociações sobre a Rio + 20 estão caindo nos padrões passados de negociações, onde falhas e frustrações do passado criaram um grande nível de desconfiança. A habilidade das nações de pensar coletivamente, de se focarem nessas coisas que elas compartilham em termos de interesse, não está tendo progresso. É um desafio que nós temos. Há muitas ferramentas associadas a essa discussão de economia verde e pobreza, alimentação, investimentos em energia renovável, agricultura sustentável, mudança climática. Bom, sobre tudo em que vocês já são pioneiros aqui no Brasil. O relatório sustentável... Tem um relatório transparente. Assim como hoje o Brasil é pioneiro entre um número de países com procurações públicas e sustentáveis. Se você quer ter uma economia verde, a melhor coisa para se começar é com o público. Na média, isso é de 20% a 25% das economias. Leva apenas de 15% a 20% de nossa demanda econômica para mudar uma indústria em termos dos produtos que eles fornecerão. Então, quero parabenizar a Presidenta Dilma e o Governo dela, hoje, por obter uma decisão de se ter essa procuração sustentável como uma ferramenta de sustentar o mercado em que empresas e comunidades possam começar a ganhar vantagens por produzir mais sustentavelmente.

Há dois pontos, Senadores, Senador Rollemberg, Senadora Izabella Teixeira – uma Ministra que está sempre no centro dessa conferência – sobre os quais gostaria de passar. Têm a ver com o desenvolvimento sustentável. Estamos aqui com um professor de assuntos ambientais e de relações externas.

Bom, na percepção de muitos o Brasil está vindo para reformar o sistema das Nações Unidas de uma arquitetura do Século XX para uma mais eficaz, multilateral, para uma forma multilateral do Século XXI. Isso, claramente, vai pela reforma do Conselho de Se-

gurança. O Conselho de Segurança é um órgão vital das Nações Unidas.

A discussão que teremos no Rio este ano é sobre o que precisa acontecer para tornar as Nações Unidas relevantes novamente, eficazes e mais eficientes no fornecimento de mediações e de facilidades globais para chegarem a um acordo em suas conferências, Senadores. Não é exatamente um tributo para o grande sucesso de recentemente. Isso é único para as agendas de ambiente. Bom, o comércio mundial, a rodada de Doha, as negociações de mudanças climáticas. Não estamos tendo sucesso no formato de como desenvolver esse sistema multilateral, no progresso das coisas. As propostas estão sendo feitas para substituir a comissão... Bom, isso não está tendo sucesso com os objetivos. Temos de ter um guarda-chuva mais forte para o desenvolvimento sustentável. Creio que o Rio vai dar um aumento para isso. Segundo a questão da governança ambiental, vocês não estarão surpresos com o fato de eu dizer a vocês que 40 anos depois de ser criado o programa das Nações Unidas para o meio ambiente as nações deveriam revisar... A arquitetura de meio século ainda está atual para ajudar o avanço das nações. Então, isso ainda na discussão, na agenda. Foi para a universidade oferecer. Não é mais uma discussão europeia. Gostaria de enfatizar isso porque geralmente está na mídia. Bom, o ambiente está de volta.

Tem uma questão sobre nós. Temos os líderes chineses, os líderes africanos e os líderes... Bom, isso é um debate público sobre um conflito crescente e há dificuldades. Estamos, de fato, agora, com uma proposta para o nosso sistema governamental que é compartilhado por centenas de países. Entre eles todo o continente africano. É sem precedentes, nunca antes nós tivemos um grupo de nações desenvolvidas com... Por que assim? Muitos não perceberam que líderes africanos, nos últimos cinco ou sete anos, se confrontaram com prospectos da mudança climática e com as frustrações da promessa de tecnologia e de capacidade de acesso ao mercado... dos países que estão lá, que são uma ameaça para o desenvolvimento do futuro. Bom, eles serão os perdedores, porque o Brasil, a China e a Índia já estão investindo na economia verde. Não vamos fingir que isso não está acontecendo. São os países que têm a finança, a capacidade política, os recursos humanos e as instituições, mas muitas das nações pequenas e em desenvolvimento, as nações africanas serão as perdedoras do séc. XXI com esses sistemas de consumidores, porque eles não têm... Por isso, a Rio e a discussão sobre a economia verde e também o ambiente se tornou tão importante para eles.

Por isso, eu solicito a vocês se manterem perto dessa discussão toda de governança ambiental, não no equilíbrio entre os pilares, mas para corrigir a falta de equilíbrio que já tem 40 anos e que compromete a capacidade mundial para alcançar um desenvolvimento sustentável. E isso também está na discussão dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Eu posso garantir que nós teremos terríveis debates no Rio e depois do Rio, mas quais seriam os objetivos de desenvolvimento sustentáveis? Um aspecto que eu acho importante é que, pela primeira vez, nós vamos aceitar que todas as 190 ou 200 nações desse Planeta devem ter um objetivo compartilhada nesse desenvolvimento sustentável. Isso não é mais uma necessidade do sul ou uma responsabilidade do norte. O norte tem o mesmo tanto de responsabilidade de desenvolvimento sustentável que o sul. O sul tem a oportunidade para fazer algo diferente para um caminho de desenvolvimento do Séc. XXI.

Então, Senador Rodrigo Rollemberg muito obrigado por me trazer aqui. Vocês leram os meus comentários que eu já coloquei na mídia, inclusive no Brasil. Os jornalistas abreviaram... Todos os que estão interessados estão preocupados com isso, porque sem essa preocupação eles não terão a pressão e o momento para se trazer novas ideias valiosas de acordos. Mas eu estou longe de dizer que essa conferência não vai conseguir ser de importância extraordinária para o futuro do desenvolvimento sustentável internacional e para a formação de políticas.

Bom, o nosso comprometimento da Secretaria-Geral, das Nações Unidas, nós estamos muito interessados que esta Rio+20 seja muito mais do que apenas uma conferência. Que ela seja uma cúpula extremamente importante para o mundo! Que ela seja uma conferência mundial econômica com sustentabilidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Achim Steiner. Mais uma vez, repito, muito nos honra com a sua presença.

Quero registrar, com muita alegria, a presença da Senadora Serys Slhessarenko, que tem colaborado muito com a organização da Cúpula Mundial de Legisladores.

Preciso aqui fazer um agradecimento especial ao Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicação, Florian Madruga, pela atenção que tem dispensado ao pleitos da Comissão de Meio Ambiente para o Dia de Meio Ambiente e para o Rio+20. Muito obrigado, Florian.

Quero registrar, com muita alegria, que nós passamos para todos os Parlamentares, já tínhamos passado antes e passamos novamente, além da revista,

uma proposta de declaração na Comissão de Meio Ambiente sobre a Rio+20, que vamos submeter à votação ao final.

Passo a palavra à Ministra Izabella Teixeira.

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – Boa noite a todos. Gostaria de saudar o meu amigo o Senador Rollemberg e, por intermédio dele, cumprimentar todos os demais amigos Senadores aqui presentes e dizer da minha alegria de poder voltar a esta Casa, que é acolhedora nas questões de sustentabilidade do desenvolvimento. É uma Casa que não deixa de discutir o desenvolvimento, não deixar de buscar na questão do desenvolvimento todos os requisitos da sustentabilidade.

Começo a minha fala exatamente pelo desenvolvimento, porque, quando estamos falando da Conferência da Rio +20, ou quando estamos falando de qualquer conferência internacional do sistema das Nações Unidas, todo o debate que encerra essas conferências é sobre geopolítica do desenvolvimento.

É sobre isso que estamos falando em todos os momentos. É sobre essas questões que as nações, que os países membros vêm nas suas várias conferências, nos seus vários debates. Quer nas conferências ambientais, quer nas conferências econômicas, quer nas conferências de comércio, quer nas conferências sociais, estamos falando de desenvolvimento, por uma questão muito simples: nenhum país no mundo renuncia ao desenvolvimento.

Nenhum povo abre mão do desenvolvimento. Todo mundo quer buscar o desenvolvimento, e foi isso que motivou todos os povos a que estivessem aqui em 92 e afirmassem um compromisso em torno do paradigma do desenvolvimento sustentável, que, àquela época, encontrou um mundo num momento de formosura econômica – se é que posso usar esse termo. Era um mundo que não tinha preocupações de crise de curto prazo. Todo mundo debatia o neoliberalismo, a oportunidade do mercado. Não havia um debate, nos países desenvolvidos, sobre crise social, e existia uma divisão no mundo entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

Vinte anos depois, o debate acontecerá no contexto sobre o desenvolvimento. Ninguém discute. Ninguém está colocando em cheque o paradigma sobre o desenvolvimento sustentável, porque isso está consolidado como um caminho único, só que nas suas várias expressões, nas suas várias formas. Ninguém questiona o legado da Rio 92, em relação ao debate sobre clima, o desafio sobre a questão do clima. A sociedade mundial passou a conviver com a questão climática e com uma “palavrinha”, que passa a determinar isso em todas as realidades econômicas, em qualquer foro econômico, em qualquer foro social e

ambiental, que é *risco*. Todo mundo começou a trabalhar a vulnerabilidade. Todo mundo começou procurar entender o que é isso, agora numa escala de tempo, que não é a nossa.

Portanto, a sensação, muitas vezes, é a de que podemos empurrar um pouco mais com a barriga – desculpe a expressão –, porque as maiores consequências não serão recepcionadas por nós, não serão vividas diretamente por nós.

Agora, ninguém questiona, neste debate que mudança do clima acontece. Há um questionamento sobre a envergadura do fenômeno de mudança, sobre a extensão, mas não que não exista o fenômeno de mudança do clima. Ninguém questiona a importância de se proteger a biodiversidade, a economia e a inclusão social que deverá vir a partir do uso sustentável dos recursos da biodiversidade.

Ninguém exclui a decisão sobre desertificação. Aliás, ao contrário, nos últimos 20 anos, há um incremento no processo de desertificação no mundo e as perdas econômicas, sociais e ambientais associadas a isso.

Ninguém está discutindo que isso está errado. O que as pessoas vêm discutir aqui, na realidade, é como avançamos e quais são as ações necessárias concretas, de curto e médio prazo, que podem e devem ser feitas por todos, em torno da questão da sustentabilidade.

Achim Steiner sinaliza algo extremamente importante que, pela primeira vez, vamos discutir o desenvolvimento sustentável, tendo como figura central a questão econômica.

Às vezes, fico meio desconfortável quando ouço algumas críticas sobre a Conferência, dizendo que não vamos discutir meio ambiente. Se eu não discutir política de desenvolvimento econômico, com as questões sociais e as questões ambientais, não sei por que estou falando em sustentabilidade. Certamente, as Senadoras Ana Rita e Ana Amélia devem-me sinalizar que há outro caminho.

Então, estava abrindo a revista do Fernando César, extremamente bem ditada, com opiniões de vários especialistas falando sobre a Rio+20, se eu pegar três declarações aleatoriamente, como “A separação entre meio ambiente e economia é falsa. Vivemos uma única realidade”, do meu querido amigo o economista Sérgio Bessa; da geóloga Lúcia Ortiz, “A lógica das compensações, por exemplo, a ideia de mercado de carbono não pode ser aplicada à biodiversidade”; do meu outro amigo, querido Eduardo Viola, “Existe o risco de que a definição de economia favoreça países especialmente desenvolvidos que dominam tecnologias livres ou limpas.”; se formos nessa diversidade de opiniões, é óbvio que a Conferência não vai acolher, num debate

político, todas essas frentes. A Conferência tem um mandato muito específico, que é falar de economia verde inclusiva, erradicação de pobreza, porque, se não lidarmos com isso, não avançamos na agenda de desenvolvimento sustentável. Esse é o foco das Nações Unidas.

Ela não está excluindo o clima do tema, mas não é o espaço para debater sobre ele, ou negociar sobre clima, porque há a conferência das partes específica para negociar sobre isto. Não é o espaço para negociar biodiversidade, mas é um espaço para negociar e debater sobre o objetivo do desenvolvimento sustentável e torna-lo obrigação para todos os países, quando falamos dos objetivos do desenvolvimento do milênio, inclusive para os países em desenvolvimento.

O Brasil acabou, na semana passada, de receber um prêmio do Pnud, porque antecipou as metas do objetivo do desenvolvimento do milênio. O reconhecimento mundial do esforço da sociedade brasileira com a consecução dos objetivos do desenvolvimento do milênio.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável estão sendo propostos para todos. Os países desenvolvidos passam a ter obrigações, ou passarão a ter obrigações, em relação ao desenvolvimento sustentável. E não é porque eles possam ter vantagens competitivas em relação às tecnologias limpas, mas porque é necessário discutir padrão de produção e consumo dos países desenvolvidos.

Aí, como o Senador Blairo Maggi fala, na hora em que formos plantar e vender alimentos lá fora, queremos as mesmas condições de competitividade e os mesmos subsídios se for o caso. Aí a transparência dos modelos de desenvolvimento de muitos países que ditam regras sobre o desenvolvimento sustentável e que sequer, por exemplo, tem 10% da sua matriz energética de fonte renovável e vem cobrar comportamentos de países desenvolvidos que gastam recursos expressivos para mudar o patamar em torno da questão da energia.

Isso não quer dizer que quem tem fonte renovável não possa fazer mais. Deve fazer mais, mas nós estamos falando de desenvolvimento tecnológico; estamos de geração de emprego; estamos falando de acesso à tecnologia e inovação; estamos falando de competitividade.

Não quero só discutir somente a energia solar no Brasil. Quero indústrias brasileiras, desenvolvendo tecnologia de energia solar. Onde está a tecnologia para baratear a nossa competitividade e fazer com que possamos gerar emprego no Brasil ou em outros países em desenvolvimento?

É sobre isso que a Conferência vai tratar. Então, não é só falar da energia renovável, mas dos meios

de implementação de uma matriz energética mais limpa, dos seus custos associados e das oportunidades que devem vir para a mesa, num diálogo franco e transparente que estabelece uma relação de igual para igual entre as nações do chamado mundo das Nações Unidas.

É isso que vamos discutir daqui a 15 dias concretamente. É que vão mobilizar chefes de Estado e chefes de Governo para um compromisso concreto de ação sobre como andaremos nos próximos 20 anos. Todas essas discussões vão estar refletidas, depois, nos foros específicos, não é? Vou entrar na OMC, isso vai ser debatido, nas barreiras não tarifárias; vou entrar na Convenção de Clima, isso vai ser debatido nas obrigações de redução de gás de efeito estufa; vou entrar na discussão do protocolo de biossegurança, na Convenção de Diversidade Biológica, afetando o dia a dia de todas as pessoas em todos os países do mundo.

Aí a Conferência traz uma coisa extremamente importante, que é o fato de Governo brasileiro e as Nações Unidas assegurarem a participação de todos os espaços. Tanto os espaços do ponto de vista dos chamados países membros quanto os da sociedade civil estão assegurados. Não houve, em nenhum momento, do debate entre o Governo brasileiro, o Brasil, como anfitrião, e o Secretário-Geral Ban Ki-moon e o Secretário-Geral Sha Zukang, que não buscássemos os meios para implementar aquilo que era o desejo das Nações Unidas de fazer a conferência mais importante sobre desenvolvimento sustentável de toda a história da ONU.

Assim, o Secretário-Geral das Nações Unidas vocalizou na última reunião da Assembleia Geral a importância e a necessidade de fazer uma discussão sobre geopolítica de desenvolvimento a partir da sustentabilidade. E se é isso, temos de falar de economia. Temos de falar de erradicação de pobreza, para podermos falar de meio ambiente.

É exatamente o oposto do que, às vezes, muitos críticos dizem que não estamos falando de meio ambiente. Se discutir segurança hídrica, se discutir cidades sustentáveis, se discutir segurança energética com base em energia renovável, se discutir segurança alimentar com base em alimentos menos tóxicos com acesso a todos e sustentabilidade para todos não é falar de meio ambiente, vocês me digam também o que é falar também de meio ambiente, porque a discussão que está na mesa é que não se deve falar de meio ambiente por si só, mas no contexto de sustentabilidade e desenvolvimento.

É isso que, mais uma vez, o Steiner sinaliza: a importância a governança do desenvolvimento sustentável, que é outro mandato da Conferência. Não dá para

falar de governança do desenvolvimento sustentável sem falar da governança ambiental.

Aí, no meu entendimento, Steiner, há dois desafios: nas próprias Nações Unidas, que é absolutamente relevante, porque não é só o Pnuma. Embora o Pnuma tenha sido criado após 1972, como resultado da Estocolmo 72, nas Nações Unidas, a temática ambiental não está restrita ao Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas.

É necessária uma atuação coordenada e integrada, nas suas várias expressões do Pnud, da Unesco, do Pnuma, e uma visão mais estratégica sobre a governança da sustentabilidade ambiental.

Esse é um lado da gestão. Aí isso se reflete, sim, nos países membros e nos Ministros de Meio Ambiente. Hoje, na fala da Presidenta da República, ela enfatizou a nova visão de que a questão ambiental no Governo dela não está limitada ao Ministério do Meio Ambiente. A questão ambiental transcende todos os Ministérios.

Por essa razão, hoje, assinamos atos que não eram estritamente ambientais, ou que não são estritamente ambientais. Dá trabalho fazer isso, porque é necessário conversar com todo mundo, tem de entender o outro lado da mesa e convencer as suas teses a partir das teses dos outros e não como verdades unilaterais.

Para isso, só há um jeito de fazê-lo: com transparência e participação da sociedade. Não há outra forma na sociedade civil organizada, no Congresso Nacional, na interlocução ampla, para que as teses fiquem em pé, para que os argumentos sejam sólidos e para que isso tenha dia seguinte.

Não estamos fazendo política para contar apenas curto prazo. Estamos buscando políticas públicas que sejam estruturantes, porque o Brasil não é mais um País de projeto piloto ou de projeto demonstrativo. Esse é o tamanho do desafio da sociedade brasileira. Eu sou cobrada diariamente com resultados estruturantes que permitam a inclusão socioambiental de todos os Brasis de um mesmo Brasil.

Aí, quando vou conversar lá no Mato Grosso, Senador Blairo Maggi, a conversa que tenho em Claudia e em Feliz Natal é completamente diferente de quando chego em Petrolina, ou chego em Parintins, no Amazonas. Esse é o desafio que se coloca quando se fala de desenvolvimento, porque se está falando de sustentabilidade e desenvolvimento, buscando incluir todos.

É isso que a Conferência vai buscar tratar aqui. A Conferência vai tratar de negócios, de homens da área econômica. Vai ser o maior fluxo de atuação do setor privado numa conferência como essa. Em 1992, a participação do setor privado foi mínima, porque os desfluxos financeiros serão debatidos também na perspectiva da economia sustentável.

Será um debate riquíssimo sobre os interlocutores e os agentes da área social e será um debate absolutamente ambicioso em relação à questão ambiental. Quais são os novos rumos da questão ambiental, quais são os novos desafios da questão ambiental na integração de uma agenda sobre sustentabilidade e desenvolvimento.

Quero sinalizar para os senhores que, como Ministra do Meio do Ambiente do Brasil, tenho o profundo orgulho não só de participar da Conferência, como anfitriã, porque somos o País anfitrião, que, portanto, como tal, temos de acolher todos, mas somos Presidentes da Conferência e, como tal, temos de reconhecer todos e convencer que as teses defendidas são convergentes e podem ser adotadas por todos.

Mas, como brasileiro, podemos ousar, porque o País também é membro das Nações Unidas. E como um País que pode ousar, porque é rico em biodiversidade – detém 25% da biodiversidade do planeta –, é rico numa sociedade democrática, é rico num País que tem suas fronteiras consolidadas e pacíficas há mais de 100 anos. Visitem um país em guerra. Vejam como você pode falar de sustentabilidade. Visitem um país sem democracia e vejam como podemos falar de transparência, inclusão e equidade. Visitem um país sem acesso a direitos humanos, e vamos ver como discutimos, por exemplo, acesso à informação e redes sociais.

Essa é a diferença quando se quer falar de gênero. Só de gênero, a Conferência terá mais de 240 eventos, só discutindo a questão da mulher. Um dos temas. Isso vai acontecer oficialmente e naqueles eventos acolhidos pela sociedade civil.

Como brasileira, acho que o Brasil pode fazer muito mais. Temos 25% da biodiversidade, 16% das reservas hídricas do Planeta, mas temos que fazer mais. Temos a maior matriz energética, como foi dito aqui, de fontes renováveis. Podemos ampliar. Agora, temos de falar de custos. Temos de começar – desculpe a expressão – os *trade-offs* na mesa. Explicitar para que a sociedade possa optar; explicitar para que as escolhas sejam feitas com transparência.

As teses são importantes. As convicções são mais importantes ainda. As verdades são estruturantes, mas a opção é sempre do povo brasileiro. Para isso, nós, como gestores, públicos temos de ser transparentes.

Não podemos achar que o discurso do mais fácil vai se sustentar ao longo do tempo. Prefiro debater, convencer, e este é o que o Secretário-Geral Ban Ki-moon, com quem tive a honra de participar do seu painel de alto nível sobre sustentabilidade, indica com muita objetividade. As Nações Unidas querem trilhar o caminho da sustentabilidade com um novo pacto em

relação à governança sustentável, a partir de uma única visão. Não temos mais três pilares individualizados, mas um único pilar com a integração econômico-social ambiental, numa visão ambiciosa, em que você possa incluir, você possa crescer, você possa proteger, mas respeitando e reconhecendo as diferenças entre os países e respeitando aquilo que são as iniciativas próprias de cada um.

Não existe receita de fora para dentro nem de dentro para fora. Cada povo tem de buscar o seu caminho. Agora, temos que pactuar, sim, porque o mundo melhor, um planeta melhor, porque é evidente que o atual padrão de desenvolvimento particularmente modelado pelos padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos é um padrão insustentável em médio prazo. Não se sustenta.

Como também o aumento da população no planeta ela terá que ter respostas concretas em relação a alimentos, mas teremos também que ter respostas concretas em relação à energia, em relação à água e, fundamentalmente, em relação às cidades, porque a maior parte desse crescimento acontecerá em cidades.

É isso que as Nações Unidas estão sinalizando, e acho que o Brasil tem todas as condições, sim, de recepcionar o debate, de ser o Presidente da Conferência, de movimentar e discutir – aí, sim, eu vou sugerir que esta Casa busque, após a Conferência, qual é a agenda do Brasil sobre desenvolvimento sustentável dos próximos vinte anos.

Este é o desafio. Como é que voltamos de um diálogo sobre esse e pactuamos com a sociedade de maneira transparente, como seguir de maneira robusta com o desenvolvimento sustentável, com bastante sonho e emoção, mas com o pragmatismo de um gestor público que acredita que temos que ser diretos, termos uma visão objetiva, uma visão de médio prazo, um planejamento estruturado, mas termos de saber agir imediatamente.

Este é o desafio que temos no Brasil e sugiro, Senador Rodrigo Rollemberg, que esta Casa recepcione um debate estruturado e estruturante pós Rio+20, sobre os desafios do Brasil nos próximos vinte anos.

Aí estaremos falando de sustentabilidade no dia a dia, com toda a transparência, de fato, com as vantagens e as nossas barreiras, o que devemos superar, tendo condições de pactuar com a sociedade brasileira de fato com a nova agenda sobre desenvolvimento sustentável.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e saudar o meu amigo Fernando César Mesquita, mais uma vez, pela edição da revista sobre o Código Florestal e sobre a Rio+20. Espero que possa fazer pós Rio+20, os desafios do desenvolvimento sustentável

do Brasil e como nós vamos trabalhar essa cooperação multilateral no papel tão estruturante do Brasil.

Meu caro amigo Steiner, seja bem-vindo mais uma vez ao Brasil, você que é um gaúcho falando inglês – faz parte –, em alemão também, um homem que, além de ser um grande amigo, tenho particular admiração, pela força com que ele defende suas ideias e suas convicções, mas também pela força com que recepciona a diversidade de ideias e de opiniões que não são convergentes com a suas e sempre conciliador.

Rollemberg, você é um determinante, “ecoSenador”, se posso dizer dessa maneira, sempre nos acolhendo, os outros Senadores estão aqui apresentes e demais membros da Comissão. Tenho certeza de que o Senado Federal, não só no que vai acontecer no evento do Globe etc, há vários eventos de parlamentares – vão implantar um chip em mim para que eu possa sair e participar de tudo -, mas, tenho certeza de que esta Casa recepcionará um excepcional debate pós-Rio+20 sobre os desafios e o futuro do Brasil na agenda de sustentabilidade. E o Senador Suplicy vai nos inspirar com a sua visão estratégica e psicodélica de um mundo melhor.

Obrigada a todos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT– SP) – Muito obrigado e parabéns, Ministra. (*Palmas.*)

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – E viva o Dia Mundial do Meio Ambiente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSD – DF) – Viva! Estamos com uma dificuldade aqui que, antes de começar esta reunião, o Achim Steiner nos informou de que precisaria se ausentar impreterivelmente às 18h30min, porque amanhã lançará, no Rio de Janeiro, às 10 horas da manhã, o *Global Environment Outlook*, o GEO–5, um grande relatório sobre as questões ambientais no Planeta, portanto, terá que se ausentar.

Mas, antes de encerrar, gostaria de submeter às Sr^{as} e aos Srs. Senadores da Comissão de Meio Ambiente se estão de acordo com a declaração proposta, distribuída na última reunião e novamente esta semana.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Subsecretário Geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Sr. Achim Steiner; agradecer mais uma vez à Ministra Izabella Teixeira pela atenção dispensada a esta Casa, e cumprimentar todos os servidores do Senado que contribuíram para a edição dessa revista, registrar a presença do Diretor do Jardim Botânico de Brasília, Sr. Gianito; agradecer também a Denise Amu e de forma especial aos Srs. e Sr^{as} Senadoras que

prestigiaram esta audiência pública e o lançamento da revista *Em Discussão*.

Declaro encerrada a presente reunião.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSD – DF) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Presidente.

Primeiro quero cumprimentar o Sr. Steiner, que está conosco, e a nossa Ministra de Meio Ambiente.

Quero dizer que já ouvi muita fala de meio ambiente, muita. Ministra, a senhora sabe que tenho alguns quilômetros, algumas horas de meio ambiente, mas quero deixar registrado aqui que a sua fala hoje foi dez, dez com louvor, então. Pouquíssima vez eu ouvi um relato de Ministro de Estado com tanta clareza e com o rumo definido do que nós queremos no nosso País. Parabéns!

Não tenho muito a acrescentar, Sr. Presidente. Vamos para o Rio+20. Eu vou agora muito mais confiante porque sei que a Ministra do Meio Ambiente e do Brasil estará procurando um mundo melhor, mas não se esquecendo de deixar um Brasil melhor.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para registrar que a palavra do Senador Blairo Maggi representa o sentimento da totalidade da Comissão de Meio Ambiente.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 17 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 33 minutos.*)

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 11H, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA Nº 9.

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOY-SIO NUNES FERREIRA, GIM ARGELLO, ANTONIO CARLOS VALADARES, LOBÃO FILHO, ROMERO JUCÁ e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer

os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, EDUARDO BRAGA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, VICENTINHO ALVES e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 03/2012 (PLDO 2013)**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências”. A Presidência concede a palavra ao relator das emendas na CMA, Senador Sérgio Souza, para leitura do relatório. O relator conclui seu voto propondo por não acolher as sugestões de emendas de inclusão de metas de números 4, 6, 8 e 9, por não serem afim com a área temática desta Comissão; não acolher a sugestão de emenda de texto número 22, por não ser afim com a área temática desta Comissão; acolher, no mérito, as sugestões de emendas de texto de números 1 a 21 e 23 a 40, observando superposições; acolher, no mérito, as ações objetos de sugestão de emendas de inclusão de metas de números 2, 5, 7, 10 e 14, observando que a sugestão de emenda número 10 coincide com o objeto da sugestão de emenda número 15; não acolher, no mérito, as ações objetos de sugestão de emendas de inclusão de metas de números 1, 3, 11, 12 e 13. Encerrada a discussão e colocado em votação, a comissão aprova o relatório na íntegra, que passa a constituir o Parecer da CMA, aprovando as seguintes emendas: **Emendas de Meta: 1) Código ação: 6307, Descrição ação: Fiscalização de Atividades de Desmatamento, Quantidade meta: 290. 2) Código ação: 6061, Descrição ação: Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica, Quantidade meta: 120, 3) Código ação: 20MG, Descrição ação: Implementação de Planos, Projetos, Obras e Equipamentos para a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos – Plano Brasil sem Miséria, Quantidade meta: 100. 4) Código ação: 7H90, Descrição ação: Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas, Quantidade meta: 100. 5) Código ação: 6618, Descrição ação: Monitoramento das Mudanças Ambientais Locais e Globais Observadas na Antártica, Quantidade meta: 6. Emendas de Texto: 6) Referência: Artigo 70 Parágrafo 3. Tipo de emenda: Modificativa. 7) Referência: Inciso I Item 66. Tipo de emenda: Aditiva. 8) Referência: Artigo 4. Tipo de emenda: Aditiva. 9) Referência: Artigo 19 Parágrafo 2. Tipo de emenda: Aditiva. 10) Referência: Artigo 101 Parágrafo 9. Tipo de emenda: Supressiva. 11) Referência: Artigo 101 Parágrafo 5 Inciso II. Tipo de emenda: Supressiva. 12) Referência: Artigo 19 Pa-**

rágrafo 2. Tipo de emenda: Aditiva. 13) Referência: Artigo 111. Tipo de emenda: Aditiva. 14) Referência: Artigo 111. Tipo de emenda: Aditiva. 15) Referência: Artigo 16. Tipo de emenda: Aditiva. 16) Referência: Artigo 16. Tipo de emenda: Aditiva. 17) Referência: Artigo 111. Tipo de emenda: Aditiva. 18) Referência: Artigo 111. Tipo de emenda: Aditiva. 19) Referência: Artigo 4. Tipo de emenda: Aditiva. 20) Referência: Artigo 4. Tipo de emenda: Aditiva. 21) Referência: Artigo 90 Parágrafo 4. Tipo de emenda: Aditiva. 22) Referência: Artigo 90 Parágrafo 4. Tipo de emenda: Aditiva. 23) Referência: Artigo 101. Tipo de emenda: Modificativa. 24) Referência: Artigo 101. Tipo de emenda: Modificativa. 25) Referência: Artigo 8. Tipo de emenda: Aditiva. 26) Referência: Artigo 8. Tipo de emenda: Aditiva. 27) Referência: Artigo 102. Tipo de emenda: Aditiva. 28) Referência: Artigo 102. Tipo de emenda: Aditiva. 29) Referência: Artigo 35. Tipo de emenda: Aditiva. 30) Referência: Artigo 35. Tipo de emenda: Aditiva. 31) Referência: Artigo 101 Parágrafo 9. Tipo de emenda: Supressiva. 32) Referência: Artigo 101 Parágrafo 9. Tipo de emenda: Supressiva. 33) Referência: Inciso VII Alínea f. Tipo de emenda: Modificativa. 34) Referência: Inciso VII Alínea f. Tipo de emenda: Modificativa. 35) Referência: Artigo 4. Tipo de emenda: Modificativa. 36) Referência: Artigo 4. Tipo de emenda: Modificativa. 37) Referência: Inciso VIII Alínea b. Tipo de emenda: Modificativa. 38) Referência: Inciso VIII Alínea b. Tipo de emenda: Modificativa. 39) Referência: Artigo 6 Parágrafo 3. Tipo de emenda: Modificativa. 40) Referência: Artigo 6 Parágrafo 3. Tipo de emenda: Modificativa. 41) Referência: Artigo 87 Inciso VI. Tipo de emenda: Modificativa. 42) Referência: Artigo 87 Inciso VI. Tipo de emenda: Modificativa. 43) Referência: Artigo 102. Tipo de emenda: Aditiva. 44) Referência: Artigo 102. Tipo de emenda: Aditiva. Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CNA, as emendas serão enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com cópia desta Ata. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **REQUERIMENTO nº 53, de 2012-CMA**, que “Requeiro, nos termos regimentais, que a denominação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO+20, criada pelo Requerimento nº 25, de 2011-CMA, seja alterada para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na RIO+20”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 53, de 2012-CMA. Nada mais

havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião se destina à votação das emendas da CMA ao Projeto de Lei nº 03/2012 (Mensagem CN nº 29/2012 e 135/2012 na origem) que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências” – PLDO 2013.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores:

Relatório.

Trata-se da deliberação desta Comissão sobre as emendas que serão por ela propostas ao PLN nº 3, de 2012-CN, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências”.

Foram oferecidas pelos membros da Comissão as emendas constantes dos quadros anexos a este relatório.

Destas, quarenta são emendas de texto, para as quais não há limites quantitativos, e quinze emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, das quais a Comissão pode apresentar apenas cinco emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Podem ser apresentadas emendas às programações nas áreas de competência regimental da Comissão, que, nos termos do art. 26, §1º e anexo, da Resolução 01/2006-CN, referem-se aos órgãos orçamentários Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União e Ministério do Meio Ambiente.

Análise.

Das sugestões de emenda de inclusão de metas apresentadas, não devem ser acolhidas as emendas de números 4, 6, 8 e 9, por priorizar programações de

área temática não integrante da competência regimental desta Comissão, conforme o disposto no item 2.3.1 da Parte Especial do Parecer Preliminar ao PL nº 3, de 2012-CN. Das demais emendas da espécie, nenhuma incorre em incompatibilidades que lhes recomendem o não acolhimento.

Das emendas de texto, com exceção da de número 22, cujo objeto não é afim com a área temática desta Comissão, todas as demais sugestões de emenda apresentadas foram consideradas meritórias, cabendo seu acolhimento pela Comissão.

Destaco que a maior parte das emendas de texto aprovadas destina-se a recompor o mecanismo de fiscalização por parte do Poder Legislativo. Desta forma, as emendas aqui apresentadas resgatam na lei os seus objetivos autênticos, que o texto do projeto não preserva adequadamente. Neste sentido, é natural que exista superposição, coincidindo o conteúdo de algumas emendas que buscam a restauração do texto original (nomeadamente, as emendas 2 e 25; 4 e 27; 5 e 28; 6 e 29; 7 e 30; 8 e 31; 9 e 32; 10 e 33; 11 e 34; 12 e 35; 13 e 36; 14 e 37; 15 e 38; 16 e 39; 17 e 40) – emendas no mesmo sentido.

Das sugestões de emendas ao Anexo de Metas que estão em condições de serem admitidas, a Comissão selecionou como prioritárias as de números 2, 5, 7, 10 e 14, haja vista o limite quantitativo de cinco emendas ao Anexo de Metas e Prioridades. Assim sendo, as demais sugestões, embora reconhecidamente meritórias, não têm como serem acolhidas. No entanto, observo que a sugestão de Emenda nº 10, acolhida, lança metas para os mesmos programa e ação que a Emenda nº 15, pelo que a mesma é também atendida.

Voto.

Pelas razões expostas, e reconhecido o mérito da iniciativa, voto por que esta Comissão, nos termos do item 2.3.1, da Parte Especial do Parecer Preliminar ao PL nº 3, de 2012-CN, adote as seguintes deliberações:

I. não acolher as sugestões de emendas de inclusão de metas de números 4, 6, 8 e 9, por não serem afim com a área temática desta Comissão;

II. não acolher a sugestão de emenda de texto número 22, por não ser afim com a área temática desta Comissão;

III. acolher, no mérito, as sugestões de emendas de texto de números 1 a 21 e 23 a 40, observando superposições;

IV. acolher, no mérito, as ações objetos de sugestão de emendas de inclusão de metas de números 2, 5, 7, 10 e 14, observando que a sugestão de emenda número 10 coincide com o objeto da sugestão de emenda número 15;

V. não acolher, no mérito, as ações objetos de sugestão de emendas de inclusão de metas de números 1, 3, 11, 12 e 13.

Esse é o meu parecer e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do nobre Relator, Senador Sérgio Souza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Houve um erro de digitação no Voto e peço a retirada a parte do item 3, quando se trata do voto, em que foram enumerados itens de 1 a 5: a retirada do texto do item nº 5, que eu acabei de relatar.

Então, a conclusão vai até o item 4.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Feita a devida correção, aqueles que concordam com a alteração e com o voto do relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela aprovação das emendas... acolher as sugestões de emenda de texto de nºs 1 a 21, 23 a 40, observando superposições. Acolher, no mérito, as ações objeto de sugestão de emenda de nºs 2, 5, 7, 10 e 14, observando que a sugestão de emenda nº 10 coincide com o objeto de sugestão de emenda nº 15.

E não acolher as sugestões de inclusão de metas de nºs 4, 6, 8, e 9, de não serem afim com a área temática desta Comissão.

Não acolher a sugestão de emenda de texto nº 22 por não ser afim com a área temática desta Comissão.

E passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, devido à correria neste Congresso Nacional, neste Senado, ontem, V. Ex^a me designou relator no final da tarde, me reuni à noite com a Consultoria do Senado para tratar dessas dezenas de emendas. Então, há algo ainda a ser corrigido. Na verdade, nós queremos que mantenham o item 5, porque está correto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É absolutamente compreensível, Senador Sérgio Souza. E, portanto, quero colocar em apreciação ao plenário da Comissão, o parecer na íntegra

do Senador Sérgio Souza, reincluindo o inciso V, que também não acolhe, no mérito, as ações objetos de sugestão de emendas de inclusão de metas de nºs 1, 3, 11, 12 e 13.

Coloco mais uma vez em apreciação e aqueles que concordam com o relatório na íntegra, com incisos de I a V permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Repetindo: aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da CMA, acolhendo no mérito as sugestões de emenda de texto de nºs 1 a 21, 23 a 40, observando superposições. Acolher, no mérito as ações objeto de sugestão de emendas de inclusão de metas de nºs 2, 5, 7, 10 e 14, observando que a sugestão de emenda nº 10 coincide com o objeto da sugestão de emenda nº 15. E pela rejeição das emendas 4, 6, 8, e 9 por não serem afim com a área temática desta Comissão; rejeição da emenda de texto nº 22, por não ser afim com a área temática desta Comissão; e não acolher rejeição no mérito das ações objeto de sugestão de emendas de inclusão de metas de nºs 1, 3, 11, 12 e 13.

Esse é o resultado proclamado.

As emendas aprovadas pela CMA serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Consulto a inclusão extrapauta do seguinte Requerimento:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 53, de 2012

Requer, nos termos regimentais, que a denominação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, criada pelo Requerimento nº 25, de 2011 – CMA, seja alterada para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Quero registrar que isso está em consonância com as decisões da Cúpula Mundial de Legisladores de instalar, nos parlamentos nacionais, um processo de acompanhamento e monitoramento da implementação das decisões tomadas na Rio+20.

Aqueles que concordam com a inclusão em extrapauta do Requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que concordam com a aprovação do Requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero registrar e convidar que teremos, na próxima terça-feira às 8h30, uma audiência pública de

avaliação dos resultados da Rio+20, com vários convidados, dando continuidade ao ciclo de conferências da Rio+20. Já temos a confirmação da presença do Prof. Eduardo Viola, da Universidade de Brasília. Às 10h30, teremos uma solenidade de aposição do retrato do ex-Presidente desta Comissão Renato Casagrande. E, em seguida, uma reunião deliberativa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, só gostaria de enaltecer a iniciativa de debatermos nesta Comissão os resultados da Rio+20.

Eu, como V. S^a, estive toda a semana passada, na Rio+20 e gostaria de, neste momento, só de enaltecer o Governo brasileiro, a organização brasileira por esse evento. Não vi nenhum incidente, uma segurança total, tudo funcionou muito bem, até mesmo um dia ou outro havendo um tempo um pouco mais chuvoso, foi muito bom e mostrou que o Brasil tem capacidade de promover eventos dessa natureza.

E no que diz respeito ao mérito dos resultados, na semana que vem, teremos o tempo necessário para debater. Mas gostaria de frisar que o Governo brasileiro, através do Itamaraty, promoveu algo com a presença de mais de uma centena de Chefes de Estado não complicando o trânsito daquela cidade. E os eventos ocorreram em lugares opostos, como o Pôr do Sol, como o Forte de Copacabana, como o Riocentro e também o Aterro do Flamengo, com a Cúpula dos Povos. São lugares até mesmo longes um do outro, mas colocou logística, como ônibus para levar e trazer todos os participantes a todo momento. Funcionou brilhantemente. Nenhum incidente. Nós, que estivemos em outros eventos internacionais, inclusive muito menores que este, vimos que a questão da logística e da mobilidade urbana é fundamental. Então, parabéns ao Governo do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal pela brilhante condução desse evento na cidade do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero me associar a V. Ex^a, Senador Sérgio Souza, nos cumprimentos ao Governo brasileiro pela organização do evento, especialmente no caso da organização da infraestrutura, com o Itamaraty, na figura do Embaixador Laudemar, que coordenou esse trabalho. Realmente, foi um evento de uma enorme magnitude, em que o Brasil inovou com a realização dos diálogos para o desenvolvimento sustentável, com a participação, em cada tema, de dez convidados internacionais da maior importância, do maior conhecimento nas áreas, com a realização da Cúpula dos

Povos, em que a sociedade civil do mundo todo pôde, de várias formas, das formas mais irreverentes possíveis, se manifestar nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Tudo sem nenhum incidente, mostrando o valor da democracia brasileira, da diversidade brasileira.

Quando ao documento, no meu entendimento, o grande avanço dessa cúpula foi a mobilização da opinião pública mundial, que certamente vai pressionar governos e parlamentos para que avancem no sentido da implementação de uma agenda de desenvolvimento sustentável. Eu tinha expectativas maiores em relação aos resultados políticos da conferência, mas entendemos também as dificuldades de construir consenso entre 193 países, num ambiente de crise econômica, em que os países ricos – especialmente os mais ricos – opuseram muita resistência ao avanço no sentido de assumir compromissos mais efetivos na constituição de um fundo para o financiamento do desenvolvimento sustentável dos países e na própria definição de metas claras de desenvolvimento sustentável. De qualquer forma, foi iniciado um processo e nós vamos acompanhar. É importante que o Senado, através desta Comissão, através desta Subcomissão, acompanhe todo o processo de implementação das decisões da Rio+20.

Quero, mais uma vez, convidar para a nossa reunião da próxima terça-feira, também registrando que, na quinta-feira, haverá uma diligência da Comissão à Usina de Belo Monte.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e quarenta e quatro minutos do dia três de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG**, **EDUARDO BRAGA**, **SÉRGIO SOUZA**, **IVO CASSOL**, **ANA RITA** e **FLEXA RIBEIRO** e o Senhor Senador não-membro **EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senado-

res titulares. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, destinada a avaliar os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO+20, em atendimento ao Requerimento nº 07/2012-CMA. Comparecem os seguintes convidados: Embaixador André Corrêa do Lago – Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais e Negociador-Chefe do Brasil para a Rio+20 do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Francisco Gaetani – Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente – MMA e Eduardo Viola – Professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UNB. A Sra. Lara Pietricovsky, Coordenadora Executiva da Rede Brasil justificou sua ausência. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **ANA RITA, EDUARDO BRAGA, SÉRGIO SOUZA e EDUARDO SUPLICY**. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A reunião destina-se a avaliar os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2012, da CMA.

Convido os Srs. Expositores a tomarem assento à Mesa.

Sr. Embaixador André Corrêa do Lago, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais e Negociador-Chefe do Brasil para a Rio+20, do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Francisco Gaetani, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Eduardo Viola, professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

Informo que a Srª Lara Pietricovsky, Coordenadora Executiva da Rede Brasil, justificou sua ausência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, quero agradecer a presença de todos eles.

Não poderíamos deixar de fazer uma reunião de avaliação da Rio+20 e dos passos que precisarão ser dados no âmbito do Congresso Nacional e dos diversos países para implementação das decisões emanadas da Rio+20.

Quero aqui registrar que a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, juntamente com a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, presidida pelo Senador Fernando Collor, decidiram transformar a Subcomissão de Acompanhamento da Realização da Rio+20 em Subcomissão de Acompanhamento das Implementações das Decisões Emanadas da Rio+20.

Registro, também, que isso faz parte das decisões da 1ª Cúpula Mundial de Legisladores, que decidiu se reunir, a cada dois anos, no Rio de Janeiro para acompanhar o processo de implementação das decisões da Rio+20. Portanto, o Senado brasileiro já se adianta ao tomar essa decisão.

Quero também aqui aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Governo brasileiro, de forma muito especial o Itamaraty, pela organização do evento.

Tive a oportunidade de lá estar, desde o primeiro dia até o último dia do evento, participando da parte oficial, da reunião de Chefes de Estado e Chefes de Governo, dos diálogos para o desenvolvimento sustentável, que foi uma inovação realizada pelo Governo brasileiro, na Cúpula dos Povos, no Pter Mauá, visitando as diversas exposições e o evento de enorme magnitude, em que a organização foi muito bem feita. Portanto, quero cumprimentar o Itamaraty.

O objetivo aqui é discutir os resultados políticos efetivos da Rio+20. É claro que em uma conferência dessa magnitude sempre teremos visões distintas sobre os resultados que poderiam ser alcançados, os resultados que efetivamente foram alcançados. Tivemos alguns chefes de Estado que reconheceram que o documento foi tímido; outras autoridades da ONU e outros Chefes de Estado e de Governo elogiaram o consenso possível produzido, reunindo 193 países em situações extremamente distintas e num ambiente de crise econômica; e, também, críticas da sociedade civil.

Em minha opinião, nós só conheceremos os resultados efetivos da Rio+20 no futuro, e dependerá muito do processo de implementação a ser efetivado pelos países, desse processo iniciado na Rio+20, que tem como objetivo construir metas de desenvolvimento sustentável até 2015, que se constituiu um fórum de alto nível para discutir o papel do Pnuma, o fortalecimento do Pnuma num ambiente na sua missão de governan-

ça internacional. Mas é claro que eu, pessoalmente, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, gostaria de ter visto nesta conferência decisões como a criação de um fundo a ser abastecido por países ricos para financiar o desenvolvimento em países menos desenvolvidos, países mais pobres, a definição de metas efetivas de desenvolvimento sustentável e um fortalecimento maior do programa das Nações Unidas para o meio ambiente.

Mas, repito, nós só conheceremos efetivamente os resultados da Rio+20 no futuro. E isto dependerá muito do que ocorrerá daqui para frente.

Mas considero este um espaço privilegiado. Temos aqui o negociador – chefe do Brasil, que cumpriu um importante papel na Rio+20; o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, que, do ponto de vista temático, foi o grande protagonista, representando as posições do Governo brasileiro nessas negociações juntamente com o Itamaraty e o Prof. Eduardo Viola, representando a Academia, representando a sociedade civil, que participou de diversas mesas também na Rio+20. Eu tive a oportunidade de acompanhar no Rio o clima desse evento, organizado também com o apoio da Comissão de Meio Ambiente do Senado para discutir questões das mudanças climáticas.

Portanto, eu diria que demos um passo inicial na Rio+20 e precisamos agora efetivar os desdobramentos da Rio+20.

É com muita alegria que passo a palavra neste momento ao Embaixador André Corrêa do Lago, para a sua exposição.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO – Bom dia a todos.

Senador, muitíssimo obrigado pelo convite. É com grande satisfação que estou aqui para apresentar um pouco a ideia, muito resumida, do que foi o impacto político, a relevância política da Rio+20; inclusive o senhor já apresentou aí vários elementos que são chave.

Então, muito diretamente, eu vou dizer ao senhor que a primeira coisa com que concordo é que é muito difícil estabelecer agora o grau de êxito da Rio+20.

E há uma coisa até divertida, que é a gente olhar como é que foi a reação da imprensa logo depois da Rio-92, que foi uma reação de grande decepção, de grande desilusão, de grande falta de entusiasmo com o resultado da Conferência que, hoje em dia, todos reconhecem foi uma das Conferências mais relevantes que a ONU já fez.

Ontem, ao ler alguns relatórios de Organizações Não Governamentais que estavam retomando também a reação a Estocolmo, reação do Greenpeace à Rio-92. Então, acho que a primeira coisa que eu queria dividir

é o que pensa a sociedade civil e o que pensam os governos. Está é a primeira divisão que temos de fazer.

Penso que se a sociedade civil internacional esteja decepcionada é normal, salutar e positivo. Porque a função da sociedade civil é cobrar. Tem de cobrar mais. Então, acho extremamente positivo que se apontem as coisas que não avançaram tanto, para que se faça um esforço com relação a isso não só para melhorias significativas, mas também para esse acompanhamento. Inclusive eu queria dizer ao senhor que eu acho uma excelente ideia que agora esse trabalho de dedique ao acompanhamento do que vai acontecer a partir da Rio+20.

Então, uma dimensão é a sociedade civil, que tem de estar necessariamente à frente dos governos, porque essa área é uma área que começou pela sociedade civil. É uma agenda que foi criada pela sociedade civil, contrariamente a muitas agendas diplomáticas que são obviamente criadas por governos, por circunstâncias de Estado, etc. Isto é a primeira coisa.

A segunda coisa é a dimensão de governo – inclusive o senhor mencionou alguns países que comentaram que estavam críticos etc. Mas eu devo lembrar que todos os países que emitem uma opinião sobre a Rio+20 estavam negociando a Rio+20. Então, se eles não conseguiram negociar as suas posições, isso daí depõe um pouquinho contra o próprio esforço desses países em conseguir as coisas.

Então, acho que uma dimensão que é totalmente válida é a reação da sociedade civil; e as reações dos governos é uma reação que muitas vezes é até curiosa, porque houve uma enorme reticência de certos governos de se envolver. E, como o senhor sabe muito bem, a maioria dos países mais críticos não mandou o chefe de Estado para o Rio de Janeiro. Ou seja, ao não mandarem chefe de Estado para o Rio de Janeiro, eles estavam demonstrando que eles não tinham, na prioridade absoluta deles, essa questão da Rio+20 e, ao mesmo tempo, também consideraram que era o caso de fazer crítica ao que estava acontecendo.

Então, acho que temos de ver aí... Vou me concentrar um pouco nessa dimensão de Governo e nessa dimensão internacional, porque acho que a Rio+20, agora passando para uma outra análise, tem de ser analisada do ponto de vista do impacto que ela vai ter internacionalmente e do impacto que ela vai ter nacionalmente.

O impacto que ela vai ter nacionalmente, o nosso secretário executivo Gaetani vai poder falar extensamente sobre esse assunto, porque o Itamaraty não cuida de política interna, mas eu acho que a Rio+20 tem esse impacto duplo que é muito interessante analisar: a Samyra Crespo, secretária no Ministério do

Meio Ambiente, escreveu um livro alguns anos atrás, em que ela disse uma coisa de que eu não me tinha dado conta de maneira tão clara. Ela disse que a Rio-92 foi um divisor de águas na maneira de o Brasil pensar a questão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; ou seja, uma conferência internacional teve um impacto extraordinário sobre a visão interna que o País teve desse tema.

Espero que a Rio+20 também tenha isso. Em que sentido? Não no sentido que teve em 92, porque em 92 éramos um país frágil nos três pilares do desenvolvimento sustentável: tínhamos uma crise econômica gravíssima; nós tínhamos uma crise social sem perspectiva, ou seja, éramos conhecidos como o país das maiores desigualdades; e nós tínhamos uma crise ambiental internacionalmente notável, que era a questão de um aparente descontrole do desmatamento da Amazônia.

Então, o Brasil em 92 era um país que particularmente era o foco de críticas nos três pilares do desenvolvimento sustentável. Na Rio+20, nós nos apresentamos como um país que fez imensos progressos nos três pilares do desenvolvimento sustentável, ou seja, uma economia infinitamente mais dinâmica, infinitamente mais importante, progressos extraordinários no controle de desmatamento e em várias outras dimensões do meio ambiente e, na parte social, progressos extraordinários na distribuição de renda e o único país grande com um índice de Gini que melhorou.

Então, eu acho muito interessante ver de que maneira o Brasil vai aproveitar a Rio+20 para continuar melhorando e ser um líder, realmente, nisso. Ou seja, o Brasil não está mais na fase de corrigir os seus problemas. Está em acentuar a sua qualidade nessas três áreas e na integração dessas três áreas. Eu acho que é uma oportunidade extraordinária para o Brasil ser o grande líder do mundo em desenvolvimento na dimensão de sustentabilidade.

Agora, isso é a dimensão interna em que eu já estou aqui me adiantando, caso o Gaetani me autorize. Estou vendo ali um sorriso me autorizando.

Bom, agora a dimensão internacional. A dimensão internacional eu acho que foi muito interessante. A primeira coisa é a seguinte: essa é a primeira conferência relacionada ao tema de meio ambiente – o tema de meio ambiente é um dos temas da conferência, mas como todos sabemos a conferência é de desenvolvimento sustentável. Essa é a primeira conferência desse tema que foi convocada por um país em desenvolvimento. Foi o Brasil que quis organizar essa conferência. Então, já é um divisor de águas pela própria origem. As conferências anteriores eram impulsos de países desenvolvidos.

Então, primeiro elemento.

O segundo elemento que é muito interessante e que foi salientado por vários analistas internacionais. Principalmente, recentemente, o *Le Monde* publicou um artigo dois dias atrás muito nessa linha: do quanto essa poderá ser lembrada como a primeira grande conferência das Nações Unidas em que os protagonistas e os principais, digamos, impulsores da evolução dessa conferência foram os países em desenvolvimento.

Isso tem vários motivos. Sabemos muito bem que há a questão da eleição americana e que os Estados Unidos tinham impulsos razoavelmente moderados diante da situação; e, na dimensão europeia, havia essa crise financeira que fez com que os principais líderes europeus fossem todos ao G-20 e não seguissem para a Rio+ 20.

Mas qual é a grande diferença desta Conferência? É que esta Conferência era para lidar com o longo prazo. Esse era o tema da Rio+20: o longo prazo. E o que se viu? Que quem está realmente preocupado com o longo prazo é o mundo em desenvolvimento, porque o futuro é o mundo em desenvolvimento.

Os países desenvolvidos estão infinitamente mais preocupados – e é compreensível – com o curto prazo, porque eles têm um impulso de preservação daquilo que já possuem. Os países em desenvolvimento têm infinitamente mais impulso em pensar no futuro, porque eles estão olhando o longo prazo com uma perspectiva otimista, de que vão melhorar. O mundo desenvolvido olha para o futuro com preocupação.

Essa diferença de visão foi muito notável na Rio+20, inclusive porque aqueles países que se diziam mais ambiciosos e que estavam decepcionados porque as ambições deles não foram preenchidas... É muito interessante, porque se o senhor pegar a lista de ambições que os países desenvolvidos tinham, verá que eles tinham ambições com relação aos países em desenvolvimento. Eles não tinham ambições com relação ao que tinham que fazer, tinham muita ambição sobre o que os outros tinham de fazer. Aí, ter ambição sobre o que os outros têm de fazer obviamente é muito mais fácil do que ter ambição sobre o que o senhor tem que fazer.

Bom, essa dimensão internacional é muito interessante. Também é muito difícil dizer que isso já aconteceu, mas realmente é muito interessante vários analistas se darem conta disso: de que é uma conferência que acabou tendo um resultado que claramente é muito mais na direção do que os países em desenvolvimento desejavam. Nesse ponto de vista, o Brasil ficou muito contente, porque a reação do mundo em desenvolvimento com relação ao resultado da Rio+20 foi nada menos do que entusiasta.

Eu peguei um pouquinho essa dimensão do que é a sociedade civil e do que são os governos. Agora, um pouco do que é a dimensão nacional e a dimensão internacional, porque acho que realmente houve um reconhecimento muito grande do Brasil e da capacidade do Brasil de liderar, numa circunstância em que o Brasil estava com vários elementos positivos na mão.

Agora, uma análise muito rápida do que significou a Rio+20 do ponto de vista mais geral. É claro que todos nós gostaríamos que o documento tivesse elementos que não tem, ou que não tivesse alguns elementos que tem, etc. Ninguém tem um documento final da Rio+20 ideal que esteja refletido no documento real. Mas o que a Rio+20 gerou?

Antes de tudo, a Rio+20 gerou um imenso interesse de uma geração por um tema, uma concentração absoluta dentro de um tema que precisa ser despertado de vez em quando. Essa função da Rio+20 foi cumprida de maneira extraordinária. Por quê? Porque não se trata conferência em si das Nações Unidas, que trouxe 193 países e muitos Chefes de Estado e teve uma decisão formal, etc., mas, Senador, o senhor viu como estava o Rio de Janeiro naquele momento. Como disse um estrangeiro, o Rio de Janeiro era o centro do mundo, naquele momento. As pessoas mais interessantes das áreas empresarial, intelectual, científica, todo mundo estava no Rio de Janeiro, com milhares de eventos acontecendo ao mesmo tempo. Segundo esse relatório que eu li de uma ONG, foram mais de três mil eventos paralelos que aconteceram no Rio de Janeiro durante o período da Rio+20. Cinco mil, diz o Gaetani.

Bom, então, o que significa isso? Que esse tema passou a ser o centro das atenções. A ideia do desenvolvimento sustentável passou a ser o centro das atenções das mais diversas áreas, e num nível... Eu devo dizer que já na minha idade avançada estive na Rio-92, estive em Joanesburgo e agora estou nesse evento; e o grau de seriedade e de envolvimento na Rio+20 é muitíssimo mais elevado do que foi nos outros. Por exemplo, desde o envolvimento científico ao envolvimento empresarial há algo muito mais profundo. Não é mais aquela coisa de projeto piloto.

O desenvolvimento sustentável ultrapassou a categoria do projeto piloto e já entrou numa categoria que o inglês chama de *mainstream*, que é a linha principal. Já está dentro da linha principal. E acho que essa é a grande notícia. Ou seja, um governo poder organizar uma conferência da ONU, que tem como consequência milhares de outras coisas positivas que acontecem, acho que isso é uma coisa sem preço. E acho que o Rio de Janeiro conseguiu lidar com isso de maneira muito positiva, desde, como o senhor comentou, a cúpula dos legisladores até a questão da Rio

Clima, que também foi organizada aqui, com o apoio do Parlamento brasileiro, os diálogos, que o senhor mencionou, mas também acho que a parte empresarial foi muito impressionante. Ou seja, a gente vê a Fiesp, a Firjan organizando aquele pavilhão, que teve 230 mil visitantes em dez dias, tratando desses temas, envolvendo-se a esse ponto, a Fiesp e a Firjan, que são as entidades, digamos, mais pão, pão, queijo, queijo do ponto de vista da questão econômica. Eu acho que é por aí que devemos medir, no curto prazo, o efeito da Rio+20. Eu acho que, no curto prazo, o que aconteceu no Rio de Janeiro naqueles dias já mostrou que a Rio+20 é um sucesso.

Com relação ao documento, eu acho que vai depender do seguimento. E acho que o Brasil tem que ter um papel muito grande nesse seguimento no sentido de assegurar que essa preparação até 2015... Eu acho que os SDGs podem ser um instrumento revolucionário, nada menos que revolucionário se forem bem feitos. Eu acho que a questão do fórum de desenvolvimento sustentável, as discussões em torno do Pnuma também podem ter uma dimensão extraordinária, mas temos que lembrar o seguinte: a ONU não pode fazer nada se os Estados membros não quiserem fazer as coisas. A ONU é um instrumento. Quem manda na ONU são os Estados membros. Então, acho que o Brasil tem um papel muito grande nesse seguimento.

Agora, vou dizer com o que me surpreendo um pouco da não reação positiva com relação à Rio+20, vou dizer qual é a área. Eu acho que a Rio+20, o documento tem, na sua primeira página, uma declaração que considero uma ruptura extraordinária com o passado, que é colocar todas as nações do mundo concordando que a prioridade nº 1 do mundo é a erradicação da pobreza. A segunda prioridade absoluta do mundo, que acho que é a grande novidade e que está sendo pouquíssimo vista, pouquíssimo apreciada, que tem uma correlação direta, é a seguinte: se nós pretendemos erradicar a pobreza, como vimos que é possível, porque China, Brasil, Índia, vários países mostraram que a erradicação da pobreza é possível num ritmo muito mais rápido do que se imaginava, se vamos erradicar a pobreza, isso quer dizer que queremos colocar no mercado consumidor a população mundial. E, se queremos, verdadeiramente, dar uma qualidade de vida à população mundial, que deve chegar entre nove e dez bi, em 2050, e depois diminuir – então, a questão da população mundial é uma questão já superada –, se queremos dar qualidade de vida a essa população, nós temos que enfrentar uma seriíssima luta contra os padrões insustentáveis de produção e consumo. E, no documento da Rio+20, a segunda prioridade do mundo é combater os padrões insustentáveis de pro-

dução e consumo. Isso é uma novidade extraordinária e pouquíssimo levada em consideração. Isso tem um impacto sobre a economia, sobretudo sobre os costumes, sobre a cultura, sobre a vida das pessoas, que é da maior importância. Eu acho que é muito curioso e interessante se ver por que isso não está tendo o impacto que deveria ter, porque é a coisa mais marcante, acredito, desse documento. E, como o senhor sabe, também foi determinada a aprovação do plano de dez anos de programas de mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo. Ou seja, nós estamos entrando numa nova fase da economia mundial, e a Rio+20, justamente, olhando para o futuro, já está se debruçando para esse mundo pós-pobreza, para esse mundo no qual a erradicação da pobreza terá sido uma verdade e no qual queremos que as pessoas possam ter qualidade de vida. Então, acho que essa dimensão é, talvez, a mais marcante da Rio+20 e, curiosamente, a que tem recebido menos atenção.

Queria agradecer esta oportunidade de me expressar e esta reunião.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Embaixador André Corrêa do Lago, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais e negociador-chefe do Brasil para a Rio+20, do Ministério das Relações Exteriores.

Registro aqui, com alegria, a presença do Senador Sérgio Souza, que é Presidente da Subcomissão da Água desta Comissão e que esteve também presente à Rio+20.

Vamos ouvir, agora, o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Francisco Gaetani.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Bom dia a todos.

Queria agradecer ao Senado e, em particular, ao Senador Rollemberg a oportunidade de estar aqui representando a Ministra Izabella Teixeira, para fazermos uma discussão, uma avaliação sobre a Rio+20.

Quero saudar meus companheiros de Mesa. Sinto-me muito honrado de estar aqui, ao lado do Prof. Viola, do Embaixador Corrêa do Lago. Não sou tão mais jovem assim, mas me sinto cercado por pessoas que têm uma contribuição, uma biografia na agenda ambiental do País muito especial. E é com muita satisfação que me junto a esta discussão.

Queria começar, dizendo que falar depois do Embaixador é muito difícil, pela abrangência e qualidade da análise que fez. E queria também transmitir meu sentimento especial em relação a esse processo, porque a verdade é que nós ainda não temos, por incrível que pareça, uma visão de conjunto de tudo que aconteceu.

Falo isso com muita tranquilidade, com muita alegria. Foram tantos eventos, foram tantas discussões, foram tantos momentos marcantes, numa atmosfera de alegria, de construção, de debate, de polarização e de democracia, que eu, particularmente, sinto-me ainda embriagado com o que foi a Conferência.

Nós nos reunimos ontem, no Ministério, para começarmos uma avaliação e o que observamos foi que aconteceram coisas demais. Aconteceram coisas demais, e não fomos capazes, ainda, de sistematizar tudo que aconteceu.

Esse sentimento não foi de fracasso, de desilusão. Não, pelo contrário, o sentimento é o de que é fundamental recuperarmos o que aconteceu, a memória do que aconteceu, porque o patrimônio da Rio+20 ainda está sendo dimensionado, qualificado.

Tanto o Senador Rollemberg, quanto o Embaixador Corrêa do Lago destacaram o fato de que o sucesso da Conferência de 1992 não se deu no dia seguinte, não foi uma avaliação do dia seguinte. Pelo contrário, as manchetes no dia seguinte anunciaram o fracasso da Conferência. O sucesso foi o processo deflagrado a partir dali e o que aconteceu a partir da Conferência.

Então, estamos num momento em que, se a Rio+20 foi um sucesso ou um fracasso, vai depender muito do que formos capazes de fazer como feixe de acontecimentos, com o momento que aconteceu nas semanas passadas, no Rio de Janeiro.

Dito isso, gostaria de destacar que, do ponto de vista do Brasil, o fato de ele ter sido capaz de abrigar uma conferência com essa escala, com essa magnitude, com essa participação é motivo de muito orgulho para nós todos.

Tudo bem, o trânsito do Rio de Janeiro é difícil, a vida é dura, mas são problemas que transcendem a capacidade de organização da cidade. O Rio – tanto o governo estadual quanto o governo municipal, juntamente com o Governo Federal – emprestou os maiores esforços, para que a Conferência fosse um sucesso. E todos que, na semana passada, partiram daqui o fizeram felizes, partiram com a sensação de que participaram de um momento histórico.

Sobre o conteúdo da Conferência, acho importante destacar – isto já foi exaustivamente debatido na mídia... Nós temos a conferência oficial das Nações Unidas e o conjunto de atividades paralelas, algumas oficiais, algumas oficiosas, que se deram naquele mesmo momento, no tempo.

As conclusões da Conferência, do documento final, o Embaixador Corrêa do Lago resumiu muito bem, e acho importante destacar aqui alguns elementos adicionais.

O risco de não haver um documento era muito grande. E nós conseguimos produzir um documento que avança em relação a todos os temas abordados.

O segundo ponto: o risco de haver um retrocesso em relação à Rio-92 também era real. Esse risco foi superado através de negociação, de muita discussão, e o que houve foi um avanço em praticamente todas as frentes. Seguramente, não foi o avanço dos sonhos de nós todos aqui presentes, mas em todas as áreas nós tivemos um avanço, a começar pela área social, que foi o grande destaque da conferência. Aqueles que tiveram a oportunidade de frequentar a Arena viram uma democracia direta, um exercício da política na sua melhor qualidade, independentemente das posições dos participantes.

Se nós observarmos o que o setor produtivo promoveu na Rio+20, tanto no Píer quanto no Forte, a atuação do empresariado nacional e internacional foi do maior relevo e nos faz sentir orgulho em relação ao que está acontecendo do ponto de vista da sociedade civil. Tanto os movimentos sociais quanto os movimentos ligados ao setor produtivo já estão num processo de reestruturação, já estão se movendo na direção de uma nova economia, mais inclusiva, uma economia de baixo carbono, uma economia onde os direitos sociais e ambientais se confundem. Isso, do ponto de vista de governos, é muito impressionante, porque a gente percebe que os governos estão a reboque da sociedade e talvez seja assim que as coisas aconteçam de uma forma melhor, de uma forma mais interessante.

Na agenda ambiental, o que a gente observou foi que as lideranças empresariais e as lideranças sociais não estão esperando as decisões dos seus países; estão indo nessa direção a partir da sua capacidade de mobilização, de articulação política.

Esse é o primeiro ponto que eu achei importante destacar.

O segundo ponto – aí acho que cabe destacar um pouco a questão do Ministério do Meio Ambiente – é que o Ministério do Meio Ambiente é um Ministério, hoje, que não se encontra mais num gueto. É uma agenda que não é... A agenda ambiental não é uma agenda do Ministério do Meio Ambiente; é uma agenda do Governo, é uma agenda do País. Isso é uma mudança muito importante. Não se trata de setorializar, de segmentar. Pelo contrário, praticamente todos os temas relacionados à agenda ambiental são temas interministeriais, intergovernamentais, transversais do ponto de vista da participação da sociedade. Isso ficou claro de uma forma extraordinária, e, para nós, no Ministério, foi com muita alegria também que a gente pôde participar de eventos dos mais diversos tipos e que mostram que o caminho da agenda ambiental

não é o caminho de uma agenda excludente, apartada; é o caminho de uma agenda integrada às demais políticas de governo.

Qual é o nosso sentimento em relação à Rio+20? Que nós temos, hoje, uma oportunidade extraordinária de avançar as agendas de desenvolvimento e inclusão do País.

Falando isso a partir do Ministério do Meio Ambiente, pode parecer um paradoxo. Não, não é. Nós temos... A agenda ambiental nossa... Acho que poucas agendas têm tido tanta atenção da sociedade e da mídia como a agenda ambiental. É uma agenda que nós conhecemos. Nós somos G1 em biodiversidade, temos as maiores reservas de água doce do mundo, temos um patrimônio de florestas tropicais único, tudo bem, temos obtido um resultado extraordinário do combate ao desmatamento. Acho que isso hoje é domínio público, é quase senso comum. Mas partir daí para uma agenda positiva, uma agenda construtiva, uma agenda proativa, é aí que nós estamos.

A Presidenta Dilma tem insistido na questão do desenvolvimento ser um processo de desenvolvimento que inclui, preserva e conserva. Nós não podemos mais pensar o desenvolvimento de uma forma desequilibrada. Agora, a tradução desse comando, desse imperativo em políticas públicas, em ações cotidianas, isso agora é nosso grande desafio.

A Rio+20 trouxe algumas novidades da maior importância, como a agenda de oceanos, uma agenda praticamente virgem, uma agenda onde é muito importante debater, porque o que acontece nas nossas costas, nas águas internacionais interessa hoje ao mundo todo. O que acontece no Ártico, o que acontece no meio do nada, tudo isso faz parte de uma agenda que o Brasil precisa se preparar para enfrentar em novas bases.

Se nós formos ver, a agenda objetiva do desenvolvimento sustentável é uma agenda que traz para o Brasil uma oportunidade extraordinária. Nós tivemos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio um desempenho bastante razoável, um desempenho impressionante, uma coalizão nacional envolvendo nós alcançarmos as metas que haviam sido colocadas do ponto de vista das Nações Unidas. Mas mais importante do que as metas colocadas de fora para dentro foi o processo de apropriação dessas metas como objeto de políticas do Brasil. O Brasil é um dos países do mundo que mais assimilaram a importância do IDH. O IDH está presente em várias políticas públicas nossas. Por quê? Justamente porque nós temos consciência das nossas fragilidades e da importância de cumprirmos a nossa trajetória, em particular, no que diz respeito

ao combate à desigualdade, à melhoria da educação, da saúde etc.

O que é a nossa agenda hoje? Qual o nosso para casa hoje? Nós temos um dever de casa em relação a florestas. Nós precisamos sair da política exclusivamente de combate ao desmatamento para uma política de desenvolvimento florestal. Temos 25 milhões na Amazônia que vivem da floresta. Nós precisamos aprofundar a discussão do modelo de desenvolvimento para a região que seja um modelo inclusivo, um modelo de preservação, mas um modelo que permita a exploração econômica dos recursos naturais de forma sustentável.

Temos uma biodiversidade única. No entanto, não temos um marco regulatório que permita a exploração dessa biodiversidade de forma sustentável, em que empresas e as comunidades tradicionais onde esses conhecimentos estão depositados possam trabalhar juntos na exploração desse crescimento.

Temos unidades de conservação com quase 20% do território nacional. Quase 9% são unidades de conservação federais. Temos o Bolsa Verde atendendo 23 famílias nessas unidades de conservação e que, hoje, trabalha para famílias que vivem em extrema pobreza e que preservam essas florestas. Mas é pouco. Precisamos trabalhar essas unidades de conservação onde existe uma modelar sugestão que dê condições de elas serem apropriadas pelas comunidades. Como diz o nosso secretário, um colega nosso do Ministério, mais do que patrimônio da humanidade, é importante que essas unidades de conservação sejam o patrimônio das comunidades e da sociedade brasileira.

Agenda de clima. Nós temos um calendário. Em 2015, vamos ter uma negociação internacional, com um período de transição até 2020, e precisamos nos posicionar em relação ao que está acontecendo. Precisamos saber em quais setores precisamos promover redução de emissões, em quais setores temos que procurar proteger as emissões, porque são relacionadas ao crescimento, quais setores que precisam de apoio, do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico. Essas são agendas estratégicas para o País.

O Embaixador lembrou, com muita propriedade, a agenda de produção e consumo, que é uma agenda que afeta todos. Não há nada mais difícil de mudar do que os nossos hábitos. É importante deixar claro que a agenda de produção e consumo não é uma agenda de decrescimento, não é uma agenda anticrescimento. É uma agenda de crescimento verde inclusivo, é uma agenda de qualidade, não restringe as possibilidades de desenvolvimento do País. É uma agenda de crescimento melhor, de crescimento mais saudável, de crescimento ecologicamente correto. Tanto do ponto

de vista das empresas quanto do ponto de vista das famílias, tem muita coisa para ser feita, em todos os níveis. Ela não se resume a uma agenda urbana de classe média. É uma agenda do povo, da sociedade.

A Ministra Izabella Teixeira costuma lembrar que no ano passado, por ocasião da Marcha das Margaridas, uma das primeiras reivindicações apresentadas pelos movimentos sociais uma agenda de verde, de vida saudável, de alimentação saudável e direitos básicos respeitados, mas a partir de uma perspectiva ecológica. Esses elementos nos colocam para nós um *menu*, um cardápio de políticas extraordinário que precisamos integrar.

A agenda ambiental é, tradicionalmente, fragmentada. É uma agenda de temas, de setores. Não é mais assim, não pode mais ser assim. O nosso desafio é construir uma narrativa integradora, articulada. A Presidenta Dilma chama a atenção para os novos valores da nossa sociedade hoje. Estamos falando aqui de novos valores, novas utopias, novas visões de mundo e que pautem o nosso dia a dia, as nossas atividades econômicas e sociais.

Então, nesse sentido, voltando ao início da fala, eu ainda não tenho uma avaliação. Honestamente, nós sabemos só que foi um grande sucesso e estamos diante de uma oportunidade extraordinária. O balanço já começou, principalmente, pelo desdobramento dessa agenda e pela sua implementação.

Eu costumo brincar que o Ministério, historicamente, tinha uma agenda de comando e controle, regulamentação. O nosso desafio, hoje, é partir para uma agenda de implementação. Não se trata mais só de falar, de formular, de discursos, de documentos. Não. É uma agenda dramática de implementação, sendo que, em alguns desses setores, o custo da inação é muito grande. E temos diante de nós uma oportunidade histórica. O Brasil, sob vários aspectos, é um país privilegiado neste debate.

Então, eu queria encerrar aqui e agradecer, mais uma vez, a oportunidade que nos foi dada pelo Senado, que tem sido um ator fundamental na construção de uma política ambiental moderna e contemporânea no País.

Coloco-me à disposição para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Dr. Francisco Gaetani, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente.

Passo a palavra agora ao professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, UnB, Eduardo Viola.

O SR. EDUARDO VIOLA – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

Para mim é um grande prazer e uma grande honra novamente estar aqui.

Uma coisa que é muito importante para mim é o seguinte: eu, como todos devem saber, sou apenas brasileiro naturalizado, com extensivo sotaque estrangeiro. Eu fui convidado por esta Casa, já é a terceira vez neste ano, para avaliar no Congresso, entre a Câmara dos Deputados e o Senado, a Rio+20 e as mudanças climáticas, assim como em outras instâncias do Governo brasileiro e eu sendo um crítico em geral da política ambiental e climática internacional do Governo brasileiro e de outros aspectos da política externa.

Mas isso diz quanto o Brasil é uma democracia muito vibrante numa sociedade extremamente aberta. Eu queria começar reconhecendo isso a fundo. Meu exemplo não é o único, há outros assim. Há poucas, raras sociedades no mundo que têm essa abertura para as pessoas que são imigrantes. Provavelmente, não vai além de Estados Unidos, Austrália e Canadá, junto com o Brasil. A Argentina não é assim, apesar de ser um país composto de muitos imigrantes também.

Bem, em relação específica às análises sobre a avaliação da Rio+20, eu quero separar em duas claramente. Uma é a conferência intergovernamental e outra o vasto complexo de conferência paralela, porque são dinâmicas diferentes, de resultados diferentes.

Vou começar pela conferência governamental.

Na minha avaliação, o resultado da conferência governamental é um resultado muito limitado. Isso não é um ponto que eu queria destacar, embora eu tenha colocado que o Brasil poderia ter tido uma posição mais ambiciosa e diferenciada, os limites atingidos pela conferência não são por causa do Brasil, porque Brasil não é um país com capacidade de definida dinâmica do mundo. E aí eu quero começar de algum modo, numa visão mais acadêmica, teórica e conceitual das relações internacionais, que o mundo atual tem basicamente três superpotências e cinco grandes potências. As três superpotências são: Estados Unidos, China e a União Europeia. Essa classificação do mundo me parece fundamental, porque muito diferente da conceituação diplomática de dividir o mundo em países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que, na minha opinião, é redondamente obsoleto, mas aqui continua sendo dominante nas Nações Unidas.

Então, quais são os países decisivos para definir a dinâmica do mundo? Estados Unidos, China e a União Europeia, a União Europeia com 27 países.

Bom, desses três, qual é o país que está interessado parcialmente, por que heterogêneo, no desenvolvimento de uma sociedade que está orientada para o desenvolvimento sustentável parcialmente? É a União Europeia, particularmente porque os países do norte

da Europa – Escandinávia, Alemanha, Reino Unido – têm um posição mais orientada para o desenvolvimento sustentável, para a transição para uma economia de baixo carbono, eficiência energética e demais. O resto da Europa é bem mais complexo e há países extremamente conservadores como Polônia, Bulgária, Romênia e Itália.

Já a China e os Estados Unidos são países conservadores por razões diferentes. Estados Unidos é um país dividido, onde uma metade da sociedade, mais ou menos associada com o Partido Republicano, tem uma posição extremamente irresponsável em relação aos problemas globais e crescentemente anticientífica em relação aos problemas ambientais globais. A outra metade da sociedade, que corresponde mais ou menos com o partido democrata, tem um segmento muito avançado, que foi o que começou estudo mundial dos problemas ambientais globais, inclusive tem um papel decisivo na convocação da Conferência do Rio mas que ela, essa parte da sociedade não tem capacidade de governar a sociedade.

A democracia americana é cada vez mais disfuncional, cada vez mais sinercial, cada vez tem menos capacidade de iniciativa. China, que é um país extremamente intensivo em carbono e que até quatro anos atrás era tremendamente responsável em relação aos problemas ambientais globais, que mudou parcialmente há quatro anos e que tem no interior forças profundas em luta, de um lado forças globalistas, responsáveis globalmente e que apontam para o desenvolvimento sustentável, que apontam para uma combinação de reforma do modelo econômico, liberalização política e sustentabilidade ambiental e responsabilidade em relação aos problemas ambientais globais e de outro lado forças conservadoras, que são muito mais nacionalistas, estatistas, que tentam conservar o modelo de desenvolvimento como ele está, porque são ganhadores, está na social todo complexo da indústria chinesa.

O importante, a boa notícia deste ano, que está mais visível para a maioria das pessoas vai ser muito importante é um golpe muito forte que sofreu a tendência conservadora do partido comunista chinês, no mês de fevereiro, março e abril, com a derrota de Bo Xilai, que era um líder da corrente conservadora em todas as dimensões da palavra.

Então, nesse quadro nós temos uma superpotência parcialmente reformista, orientada para a sustentabilidade e duas superpotências conservadoras. Não quero dizer que não há dinâmicas de sustentabilidade. Existem absolutamente, os Estados Unidos, em muitos lugares é um país extremamente dividido e a mesma coisa eu falei da China, embora isso seja muito mais complexo de analisar, porque é um regime autoritário.

Mas os dois, um por ser um regime autoritário, e outro por ser uma democracia que foi hegemônica e se considerou sempre excepcional, acima da governança global, os dois resistem na governança global. O que o mundo precisa é governança global crescente, econômica, de segurança ambiental.

A Europa é a favor disso, com limitações, mas Estados Unidos e China são contrários. Esse é decisivo no sistema internacional que fez com que a conferência do Rio não pudesse ser bem sucedida. Esse é um ponto fundamental e tenho já escrito isso antes da vitória do *The Tea Party* nas eleições intermediárias democratas, nas celebrações intermediárias americanas de 2010 é que a Rio+20 não teria maiores possibilidades.

Agora, as outras 5 grandes potências, Rússia, Índia, Coreia do Sul, Japão e Brasil se dividem assim: Índia e Rússia têm posições extremadamente conservadoras por ações diferentes que não tenho tempo de entrar aqui; Coreia do Sul mudou extraordinariamente, nos últimos cinco anos, para uma posição cada vez mais orientada para sustentabilidade, o que eles chamam de crescimento verde, há todo uma celebração do tipo de sistema de governabilidade da Coreia do Sul que favorece esse tipo de processo, um estado muito indutor e muito capaz de planejar o longo prazo.

A sociedade da Coreia do Sul apostou totalmente na transição para o baixo carbono e é uma sociedade de altíssima densidade em ciência e tecnologia e temos que aprender muito com a Coreia do Sul, porque, em 1960, Brasil e Coreia do Sul tinham mais ou menos a mesma renda per capita e hoje a renda per capita da Coreia do Sul é três vezes a do Brasil. O segredo da Coreia do Sul é a educação, um assunto muito importante que às vezes nos esquecemos. O mais importante para o sucesso no passado e agora no futuro do desenvolvimento sustentável de baixo carbono não são os recursos naturais e sim o capital humano da sociedade e o fundamento do capital humano é o nível educacional de seu povo e a densidade de ciência e tecnologia internacionalizada nessa sociedade e Coreia do Sul é um exemplo extraordinário nesse sentido. Japão é um país que já tem a menor intensidade de carbono do mundo, o melhor sistema de transporte público do mundo, e é uma sociedade hoje estagnada, medrosa, desorientada – não tenho tempo de entrar também nisso –, não tem iniciativa, basicamente, no sistema internacional. E por último está o Brasil – eu vou entrar um pouco depois, talvez –, que tem uma posição intermediária nesses blocos orientados para sustentabilidade que eu coloquei, digamos, o bloco conservador.

É tudo muito complexo, porque o Estado brasileiro é dividido pelo tipo de governabilidade do presi-

dencialismo de coalizão. Então, nós temos permanentemente um Estado fragmentado e compartimentado, em que temos políticas, em determinados ministérios, orientadas para sustentabilidade e políticas, em outros ministérios, orientadas na direção oposta.

Por essa situação do sistema internacional, a Rio+20 não podia ser bem-sucedida e efetivamente o resultado final é isso. Primeiro, uma coisa decisiva: não se cria uma organização ambiental mundial. Vejam bem, o que propunha a União Européia nem era muito avançado, porque nós precisaríamos uma organização ambiental mundial com o mesmo poder que as grandes instituições econômicas internacionais, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial. E mais, nós precisaríamos que, na missão dessas organizações, fossem internalizados os limites planetários. Este é o tipo de coisa que seria preciso para uma governança ambiental e global efetiva. E o resultado do documento da Rio+20 está muito longe de atingir isso, só fala genericamente de uma melhoria, de um aumento do poder, que vai existir mas vai ser mínimo comparado com o que se precisaria.

O segundo ponto importante são os objetivos do desenvolvimento sustentável. A conferência definiu apenas um caminho para negociá-los no futuro. Mas temo que os impasses da negociação desses objetivos, que aconteceram durante a negociação da Rio+20, se repitam, porque a situação do sistema internacional, salvo se houver mudanças muito fortes num futuro próximo, digamos, que não as mais prováveis, não permite imaginar que vai haver objetivos de desenvolvimento sustentável consistentes e robustos, correspondentes com o que a ciência diz que seria necessário neste momento.

O terceiro ponto pelo qual a conferência, eu diria, é um claro fracasso é a eliminação do componente dos limites planetários no documento, porque aí é um ponto decisivo a ser destacado: a diferença entre a Rio 92 e a Rio+20 é abismal no conhecimento científico. O que nós tínhamos de conhecimento científico em 92 sobre a terra era muito pequeno ainda. Hoje avançamos extraordinariamente. Isso está extraordinariamente sintetizado em algo que deveria ser uma leitura obrigatória hoje em todo o mundo, que é já um seminal clássico artigo de Rockström e mais trinta autores, cuja tradução seria – vou dizer mais ou menos em português – *Limites Planetários, Qual é o Espaço Seguro para a Operação Humana na Terra*, em que fala de como a humanidade tem ultrapassado já, ou está por ultrapassar, sete limites planetários. Três já foram ultrapassados: o da mudança climática, que é o ciclo do carbono; o da perda de biodiversidade e o ciclo do

nitrogênio. E há quatro outros ciclos que estão à beira de serem ultrapassados e que, na inércia do sistema atual, ultrapassaríamos proximamente: a mudança do eixo da terra, a escassez de água doce, a acidificação dos oceanos e o ciclo do fósforo.

Isto é decisivo, isto nós sabemos hoje: existe um vasto consenso na comunidade científica sobre hoje como o impacto da civilização humana sobre o Planeta é de uma escala gigantesca, nada comparado com o que existe até quarenta anos atrás. Porém, obviamente, aqui o Governo brasileiro tem uma posição muito positiva, que eu saiba, querendo manter a constituição dos limites planetários, igual a muitas outras coisas. Mas o produto final é que isso é eliminado. É eliminada, por exemplo, a questão dos direitos reprodutivos, que é fundamental em outra dimensão que é a questão do crescimento da população da Terra. Nós estávamos com 5,5 bilhões de habitantes em 92 e estamos com 7 bilhões em 2012. É um crescimento insustentável, e ele está concentrado em determinadas áreas do mundo, onde se combinam pobreza, Estado falido e religião. Basicamente, é o sul da Ásia, a África Subsaariana, Oriente Médio e algumas partes da América Latina.

O que é importante e que mostra a história internacional dos últimos anos? Quando você tem mulheres independentes, que têm direitos reprodutivos, elas não têm desejo de ter muitos filhos. Não é necessário nenhum controle populacional.

Aqui no Brasil, fizemos uma revolução demográfica extraordinária. Passamos de seis filhos por mulher, em 70, a um filho por mulher em 2011. Estamos já numa situação responsável do ponto de vista... E não o fizemos de modo autoritário como foi feito pela China.

A Europa também tem uma fecundidade abaixo de dois, que é responsável. Mas os Estados Unidos, por exemplo, que é um país desenvolvido, não tem uma fecundidade responsável. Eles têm uma fecundidade de 2,1 ou 2,2, acima da reposição, o que é totalmente injustificado no mundo atual.

A questão dos oceanos, sobre a qual falava o André, é muito importante. O Brasil tem uma posição muito boa na questão dos oceanos. Orgulha-me a posição brasileira na questão dos oceanos, porque queria avançar na governança global dos oceanos, coisa que não se conseguiu. Os oceanos entraram, mas entraram de um modo que não entraram nunca. E os oceanos são grande parte do Planeta Terra, têm um papel decisivo.

Hoje nós avançamos também extraordinariamente na questão da significação do sucesso, uma das que mais pioraram nos últimos anos. Veremos isso profundamente no quinto relatório do IPCC, em 2014.

Mas, infelizmente, toda a questão é de se ver a soberania nacional dos países para construir autoridade global de governança dos oceanos, na qual o Brasil tem uma posição muito avançada, que não tem em outras áreas, porque o Brasil, em outras áreas, é muito “soberanista”, ainda, digamos, e este é um problema para construir governança global. Embora o Brasil não precisasse, porque, pelas condições da matriz energética e dos recursos naturais, é um dos países que mais bem situado está para um potencial desenvolvimento sustentável.

Por último, indo para o Brasil, concordo plenamente com o que fala...

A respeito da questão do evento paralelo, já vários se referiram. Esse foi um grande sucesso. Eu falei em 11 eventos como palestrante. Todos eles, ou a maioria, de alto nível, com muita participação, vibrantes. Eu tive que me adaptar a diversos públicos, numa experiência fascinante para mim. Eram de áreas da comunidade científica, empresariado e ONGs moderadas, porque eu acho que havia muita coisa da Cúpula da Terra, eventos muito radicalizados, simplificadores, que não estão à altura da contemporaneidade do século XXI. Mas então foi muito...

Eu que participei na Rio 92, também... A elevação de nível do paralelo na Rio+20 é extraordinária. E nisso o Governo brasileiro tem um papel extraordinariamente positivo. Nisso ele expressou totalmente o caráter vibrante, promovendo ao máximo esse desenvolvimento paralelo com total pluralismo, total liberdade, favorecendo as coisas. Isso foi muito favorável.

E, aí, o grande avanço é empresarial. Em 92, não havia quase participação empresarial. Havia uma retórica de propaganda empresarial basicamente. Hoje nós temos uma proporção importante de empresas no mundo orientadas para a sustentabilidade, que fizeram muito *network*, muitas estruturas associativas, que terão repercussão no futuro. É muito interessante esse processo.

Eu acho que se não vamos para o Brasil, os pontos-chaves do futuro do desenvolvimento sustentável do Brasil são quatro: energia, política industrial, política agrícola e a constituição do transporte e logística.

Em relação à energia, a grande pergunta é se continuamos realocando uma quantidade excessiva de recursos como sociedade no petróleo ou se moveremos isso e colocaremos mais recursos no desenvolvimento, por exemplo, da energia solar fotovoltaica, que é a grande energia do século XXI, onde estamos atrasadíssimos.

Em relação à questão da política industrial, os últimos dois anos foram muito negativos. Políticas de curto prazo reativas contra crises econômicas, cres-

cer no curto prazo, significaram um aumento extraordinário do poder do complexo automobilístico, que é um vasto complexo de corporações multinacionais e sindicatos nacionais. Está certo? Não pense que essa é uma questão do problema dos estrangeiros ou da indústria automobilística, porque há todo um vasto setor da sociedade brasileira envolvido nisso. Estamos subsidiando isso, com uma infraestrutura estrangulada, quando tendíamos a taxar muito mais o uso do carro para permitir a expansão do transporte coletivo. A nossa dinâmica de transporte público é uma dinâmica suicida, todo mundo sabe disso. E nós, que fazemos o curto prazo, estamos totalmente lentos na capacidade de desenvolver infraestrutura de transporte coletivo, logística, intermodalidade de setores, e totalmente apoiando o transporte e uma política industrial defensiva, do passado, do velho desenvolvimentismo. É muito negativa a minha avaliação em relação a isso.

O terceiro ponto, o último ponto, digamos, seria a política do agronegócio. Precisamos avançar na direção da agricultura de baixo carbono. Certamente o Ministério do Meio Ambiente está muito interessado nisso, mas isso requer uma maior sistemicidade em toda a sociedade. Ou seja, a ideia fundamental é aumentar a produtividade da agricultura, em primeiro lugar, e não acabar com o uso extensivo de recurso. Não precisamos invadir mais áreas de floresta para desenvolver a agricultura brasileira. O que precisamos fazer é aumentar a produtividade, mas não apenas a produtividade, aumentar a produtividade no sentido do baixo carbono, uma produtividade inteligente. Eu diria, são três polêmicas importantes: existe um setor atrasado do agronegócio que quer avançar extensivamente sobre os recursos naturais, o velho modelo, que é cada vez mais minoritário, por sorte; o setor dominante, o setor de aumento da produtividade, mais geral, no velho modelo; e o terceiro é aumento da produtividade inteligente, orientada para o baixo carbono e para a sustentabilidade verde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Prof. Eduardo Viola, pela sua exposição.

Vamos iniciar o debate. O Senador Sérgio Souza já está pedindo inscrição.

Apenas vou pedir licença para fazer um rápido comentário e gostaria também de ouvir, depois, os comentários dos nossos convidados, lembrando que, ao final desta reunião, por volta das dez horas e trinta minutos, teremos, aqui, a solenidade à aposição do retrato do Senador Renato Casagrande, ex-Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Gostaríamos de

contar com a presença de todos os Senadores e de todos os convidados.

Mas quero registrar que entendo também que um grande feito da Rio+20 foi a grande mobilização da sociedade civil e da opinião pública mundial em torno do tema Desenvolvimento Sustentável. Não tenho dúvida de que isso produzirá efeitos, porque aumentará a pressão sobre governos, sobre parlamentos, no sentido de avançar numa agenda de desenvolvimento sustentável.

E, quando me referi aqui ao fato de que só saberemos, efetivamente, os resultados da Rio+20, daqui a alguns anos, foi porque exatamente foi o que aconteceu, em 92, como lembrou o Embaixador André Corrêa do Lago.

É importante registrar que o Brasil estava na defensiva, do ponto de vista ambiental, em 92, quando realizou a conferência internacional. A partir dali, muitos dos valores do desenvolvimento sustentável foram incorporados em políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal, por governos estaduais, por governos municipais. O Brasil é um país que, nos últimos anos, conseguiu aliar crescimento econômico com redução da pobreza, distribuição de renda, redução do desmatamento, no ambiente de consolidação e de aprofundamento da democracia, como foi muito bem lembrado, aqui, pelo Prof. Eduardo Viola. Ou seja, tivemos um grande evento democrático também na Rio+20, onde todas as correntes puderam se manifestar livremente, com muita irreverência, inclusive nas ruas do Rio de Janeiro, e sempre com muito respeito, porque tivemos um ambiente de bastante debate.

Mas entendo que deveríamos, a partir de agora, perseguir o que chamo de legado interno da Rio+20, e já tive a oportunidade de comentar isso com o Embaixador André Corrêa do Lago, num evento que participamos juntos, um pouco antes da Rio+20. Porque entendo que o Brasil é um país – entre os grandes países, essas potências referidas pelo Prof. Eduardo Viola, que ainda não estão entre os três mais poderosos do mundo, mas que têm uma importância cada vez maior – que reúne as condições melhores para liderar um processo de desenvolvimento efetivamente sustentável.

E coloco como alguns dos nossos diferenciais de competitividade a abundância em água, a nossa matriz energética diversificada, a possibilidade de uma agricultura que permita garantir segurança alimentar, nos próximos anos, e uma riquíssima biodiversidade, além de estarmos em um ambiente democrático. E entendo que deveríamos buscar construir algumas convergências em torno disso, que reunissem Governo, sociedade civil, setor produtivo, ambientalistas, enfim, em torno desses pontos.

E sugiro algumas ideias para esse debate.

Primeiro, em relação à questão da água, o Brasil, por ser um país que tem em torno de 12% da água superficial do Planeta, deve dar prioridade ao saneamento básico, cujos índices são ainda muito baixos. Ou seja, o Brasil deve garantir, nos próximos anos, a universalização do saneamento básico nas nossas cidades.

Somos um país que avançou muito no que se refere à legislação sobre recursos hídricos, com a aprovação da Lei nº 9.433, mas é preciso avançarmos na sua implementação, no sentido de que efetivamente as bacias hidrográficas se constituam nas unidades de planejamento das políticas públicas e possamos garantir também o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o empoderamento desses Comitês de Bacias Hidrográficas.

Outra questão que tem a ver com energia é qual a utilização que será feita com os recursos excedentes do petróleo do pré-sal. O Prof. Viola, aqui, levantou uma questão sobre qual será a importância e a dimensão que daremos a isso. É claro que, nos próximos anos, uma grande parcela da humanidade continuará usando energia de origem fóssil, e o Brasil não pode abrir mão dessa riqueza que tem, mas tem que necessariamente utilizar de forma estratégico os recursos auferidos com a exploração do petróleo do pré-sal, para dar um salto de qualidade na educação, referida aqui pelo Prof. Eduardo Viola, o que fará o grande diferencial, capital humano com capital natural, no sentido de que os recursos auferidos com o petróleo sejam efetivamente priorizados para um salto na qualidade da educação e para a inovação tecnológica, que possa garantir agregação de valor à nossa produção industrial e que possa garantir que o Brasil continue avançando no desenvolvimento de energias renováveis.

Em relação à questão da biodiversidade, temos aí outro grande desafio: o Brasil tem uma grande área, grande parcela do seu território, protegida por Unidades de Conservação. É importante perceber os resultados positivos para a coletividade, não apenas dessas Unidades de Conservação, mas também da demarcação das terras indígenas, em respeito a essas populações indígenas, mas também compreendendo que essas indígenas, que essas populações tradicionais, comunidades e populações tradicionais, são os verdadeiros guardiões da nossa biodiversidade. O Brasil precisa desenvolver alternativas inteligentes de utilização dessa biodiversidade, desenvolver a indústria de biotecnologia e promover uma repartição justa dos benefícios com as comunidades e populações tradicionais.

Nesse sentido, o Senado, o Congresso, tem uma grande oportunidade. Essa foi uma recomendação da Cúpula de Legisladores, e, parece-me, também do

documento final da Rio+20, de recomendar a aprovação do Protocolo de Nagoya, que já está tramitando nesta Casa.

Em relação à agricultura, também no sentido de promover inovações tecnológicas na agricultura, desenvolvendo uma agricultura de baixo carbono, eu entendo que nós temos um grande desafio, que é aumentar a produtividade da nossa pecuária, que hoje ocupa imensas faixas territoriais com baixa produtividade, e só a ampliação da produtividade na pecuária liberaria grandes extensões de terras para o avanço da agricultura e da agroenergia sem precisar avançar sobre áreas preservadas dos novos biomas. E a expansão da nossa matriz energética de origem renovável, utilizando todas as alternativas, a energia solar fotovoltaica, a energia eólica, a agroenergia, a segunda geração de etanol, o etanol na biomassa, enfim, as diversas alternativas que estão colocadas para o Brasil e que vão precisar da ampliação do conhecimento e de novas tecnologias. Entendo que, mais uma vez, os recursos auferidos com o petróleo do pré-sal podem contribuir para isso.

O nosso desafio, o desafio do País como nação, é construir um pacto nacional pela sustentabilidade em que – essa questão também é levantada pelo professor Viola, o fortalecimento do transporte público no Brasil entra como alternativa principal nas nossas cidades, o que é um componente fundamental. Portanto, eram as observações que gostaria de fazer. Gostaria de ouvir os comentários dos nossos convidados acerca delas. Passo agora a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Embaixador André Correa do Lago, Secretário Francisco Gaetani. Eu conheço Caitani, Catanio, lá no Sul, seus conterrâneos, descendentes de italianos, com sobrenomes parecidos. Professor Eduardo Viola, parabéns pela explanação, muito incisiva. Sr. Senador, nosso líder do Governo, Eduardo Braga, minha querida Senadora Ana Rita, sempre assíduos nesta Comissão.

Tenho uma reflexão sobre a Rio+20. Primeiro, de que houve um acordo, o que é importantíssimo. Sabemos que, quando se sentam à mesa quase duas centenas de Estados independentes e todos partilham da mesma ideia, isso é um ponto muito positivo para o Brasil. Sabemos que alguns têm características totalmente adversas a de outros, mas o Brasil mostrou para o mundo o seu potencial na construção de acordos, nessa gestão diplomática que é peculiar ao Brasil.

E, mais do que isso, como disse o Francisco Gaetani, o Brasil mostrou o seu potencial de promover grandes eventos, não teve um único incidente. Mesmo a mobilidade urbana estava maravilhosa. Passei a semana toda no Rio, houve alguns problemas na hora

do pico, mas estava perfeito. Todos aqueles envolvidos na Rio+20 tinham transporte de altíssima qualidade e a todo tempo para se locomover para os principais pontos de palestras da Rio+20. Então, primeiramente, quero parabenizar o Itamaraty, o Governo brasileiro, por essa brilhante condução da recepção e da organização que demos para a Rio+20.

Ouvi da Presidenta Dilma, eu ouvi de outros atores, que a sustentabilidade é a busca de nós desenvolvermos novos padrões de consumo e de produção. Acho que isso, sozinho, já traduz o que é sustentabilidade. Como ouvi agora do professor Eduardo Viola, nós não precisaríamos buscar desmembrar novas áreas para a produção de alimentos se nós otimizássemos, aquelas que temos hoje abertas já seriam suficientes.

Tenho algumas preocupações, mas vejo que o Brasil tem um potencial enorme no campo da produção de alimentos. É um país que há poucas décadas era um dos maiores importadores e hoje se tornou o segundo maior exportador, podendo ser o primeiro maior exportador, o maior produtor de alimentos do Planeta, o que é um ponto positivo para nós, mas, muito mais pela otimização, pela eficiência da utilização da terra na produção do que pela ampliação de novas áreas.

Um dado que o Senador Blairo Maggi forneceu, sobre o Centro-Oeste, recentemente, na Comissão de Agricultura, foi de que, na década de 80, em um hectare se produzia em torno de 1.800 quilos de grãos no Centro-Oeste. Hoje, no mesmo hectare, já se ultrapassa a casa dos 10 mil quilos de grãos por hectare. Então, é fantástica a eficiência. A ciência e a tecnologia são muito importantes para que possamos entender a sazonalidade do clima, para desenvolver sementes de variedades específicas para aquelas regiões, de acordo com a altitude, com a qualidade do solo e principalmente pela precipitação periódica que tem o Centro-Oeste, que é uma característica do Centro-Oeste.

Ouvi do nosso Presidente da ONU, o Ban Ki-Moon, Secretário-Geral da ONU, dizendo que, em 2050, o mundo vai precisar de mais 50% de alimentos do que temos hoje. É extremamente preocupante isso! Ouvi um dado de que, em 1992, tínhamos 5,5 milhões de habitantes e que hoje temos 7 bilhões, com uma estimativa da ONU de que chegaríamos a 9 bilhões em 2050. Alguns chegam a dizer que chegaremos a 10 bilhões, já tivemos esse dado exposto em Comissões do Senado Federal. Que sejam 9 bilhões. Nove bilhões representam 30% do crescimento populacional mundial em apenas 38 anos. Se ainda há uma deficiência de alimentos hoje, para alimentarmos esses 7 bilhões, como vamos nos tornar eficientes para produzir mais 50% de alimentos numa mesma área, o que é estimado pela ONU? Lógico que aí vem novamente a ciência e

a tecnologia, que serão instrumentos necessários para desenvolvermos uma altíssima produtividade e buscarmos maior eficiência na utilização do solo. O Brasil é precursor nesse sentido, porque o Brasil vem adotando medidas, quando se fala em mudanças climáticas, até mesmo com financiamento a juros subsidiados, por exemplo, no Plano ABC, que é a agricultura de baixo carbono, na recuperação de pastagens degradadas, de solos, assim por diante.

O Brasil, eu entendo, vem tomando todas as preocupações, as precauções necessárias para a sustentabilidade. Nós somos um país abençoado por Deus, ainda temos mais de 60% da nossa área coberta com floresta nativa, entre propriedades privadas e áreas públicas, nós somos essa potência toda em produção de alimentos, nós somos essa potência toda hídrica, tanto de água de superfície quanto de água de subterrâneo. Chega agora, ao Senado Federal, nos próximos dias, um Plano Nacional de Irrigação para que o Senado venha a apreciar e aí talvez esteja um ponto importantíssimo na eficiência da produção de alimentos.

Sou do Sul do país, sou Senador pelo Estado do Paraná, assumo temporariamente a cadeira da Ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e o Paraná, juntamente com o Rio Grande do Sul, teve um prejuízo, nos últimos dois anos, de 20 bilhões de reais por conta de estiagem. Isso quer dizer um prejuízo na produção de alimentos. Na cadeia do processamento o prejuízo brasileiro foi de 50 bilhões. Deixamos de ser mais ricos 50 bilhões de reais em apenas dois anos por conta de mudanças climáticas, por conta de instabilidade do clima. Se tivermos uma política de irrigação própria à produção de alimentos e que seja sustentável, sem degradar o meio ambiente, talvez aí esteja uma das soluções que nós podemos ter para o aumento da produtividade e da eficiência na produção de alimentos, porque é inadmissível que um Estado como o Paraná e que um País como o Brasil tenham o maior lago artificial do mundo, que é o lago Itaipu, e, a uma centena de metros, a plantação morra de sede. Então, nós temos que, realmente, andar muito nesse sentido.

Eu também faço a reflexão de que nós, no Brasil, temos, talvez, a melhor e a mais completa legislação ambiental. O Congresso brasileiro é extremamente sensível às questões ambientais e vem produzindo, ao longo dos anos – não só o Congresso, mas também as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores –, legislações ambientais para buscar a sustentabilidade. Está aí a mais nova legislação ambiental aprovada por este Congresso brasileiro, que é o Código Florestal, um grande avanço, sempre buscando o pilar da sustentabilidade, o econômico e também o ambiental e, por que não dizer, o social.

Então, o Brasil tem se preocupado, e a mensagem nesse sentido é muito boa. O Ministério do Meio Ambiente tem uma postura firme. No entanto, ele abre a conversação com o Ministério da Agricultura, vamos dizer assim, porque entendemos a importância que é a produção de alimentos e a conservação do meio ambiente ou proteção. Mas eu prefiro dizer conservação, porque você poder utilizar uma floresta também de maneira sustentável com manejo florestal. Isso é muito mais adequado do que você protegê-la e deixá-la intacta. Então, para a sustentabilidade, isso vem muito mais a calhar.

Sr. Presidente, por fim, eu tenho dito em várias reuniões e tenho pautado a minha atuação no Congresso Nacional em cima de alguns pilares. E tenho dito que não há sobrevivência sobre a terra se não tivermos energia e se não tivermos alimentos. Sem energia não haveria transporte, não há microfones, não há locomoção, não há nem mesmo alimentos. É impossível. E é com a produção de energia, talvez, que mais se polua o Planeta. O Brasil tem uma energia sustentável, uma energia tida como limpa. Pelo menos a maior parte dela é considerada dessa forma, mas alguns países do mundo ainda buscam práticas de produção de energia que são altamente poluidoras.

Eu ouvi agora também do Prof. Eduardo Viola que logística também é algo estratégico para a economia e para a sustentabilidade, mas eu ainda prefiro ficar tão somente com energia e alimentos, e, a partir desses, tirar os demais. O Brasil vive uma estagnação em relação ao transporte.

A gente tem que adotar medidas drásticas de incentivo o mais rápido possível para que possamos ser uma otimização e aí economizaríamos mais energia, teríamos uma produção mais elevada e mais sustentável de alimentos e assim por diante.

Então, eu gostaria de finalizar dizendo que, se nós tivermos uma produção de energia altamente sustentável e uma produção de alimentos altamente sustentável, nós teremos pelo menos dois pilares, que são o da sustentabilidade, o do meio ambiente e também o econômico. E o Brasil pode ser o precursor disso. O Brasil pode ser o pai dessa sustentabilidade entre produção de alimentos e geração de energia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Bom dia a todos os nossos convidados que estão aqui hoje. Quero agradecer-lhes, ao mesmo tempo, pela presença nesta importante audiência pública.

Quero aqui apenas fazer uma breve síntese da minha participação na Rio+20. Hoje, à tarde, farei um discurso, fazendo uma prestação de contas, vamos dizer assim, da minha participação.

Eu tive a oportunidade de estar lá por dois dias. Não mais do que isso, porque não foi possível, mas eu procurei estar presente no evento oficial e no evento paralelo. Participei da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no evento oficial, e também no evento organizado pela sociedade civil global, chamada Cúpula dos Povos.

Aqui, quero fazer um destaque, conforme foi dito pelo Sr. Eduardo Viola, sobre a importância do papel do Brasil. Acho que o Brasil teve um papel fundamental ao ser protagonista nas articulações com vistas a garantir um consenso global. Sabemos das dificuldades, dos limites aqui colocados, mas dentro de um contexto realmente desfavorável, porque, mundialmente, são várias opiniões, várias posturas, vários olhares que se tem sobre o Planeta. Então, tentar construir consenso nessa diversidade realmente é um grande desafio.

Mas quero aqui fazer um destaque. Realmente, o Brasil cumpriu o seu papel. Eu tive oportunidade de ouvir a Ministra Izabella, que teve um papel fundamental, na minha opinião, como todo o Governo brasileiro. Mas a nossa Ministra, por diversas vezes, aqui, no Senado, inclusive, esteve presente conosco fazendo o debate não só sobre o Código Florestal, mas também já dando um retorno, de acordo com a opinião dela, de como foi a Rio+20.

Portanto, acho que o Brasil cumpriu um importante papel. Se nós não tivemos grandes avanços, é porque os limites globais nos dificultaram, mas não faltou esforço por parte do Governo brasileiro, das autoridades brasileiras para que pudéssemos avançar mais.

Eu procurei priorizar o evento promovido pela ONU Mulheres, que tinha como tema “O futuro que as mulheres querem”, igualdade de gênero e empoderamento das mulheres para o desenvolvimento sustentável. Procurei priorizar esse tema porque entendo que nós somos a maioria da população brasileira. Portanto, temos um papel fundamental na sustentabilidade do nosso Planeta, na sustentabilidade da sociedade em que vivemos.

Quero aqui fazer o destaque sobre a importância que as mulheres têm na construção, de fato, de um mundo sustentável, de um mundo que seja melhor para todos, independentemente de onde possamos estar, no Brasil ou em outra parte do mundo. Nós, mulheres, mundialmente, temos um papel fundamental.

Se, de fato, queremos construir um futuro sustentável, eu quero aqui reforçar as palavras que também já foram ditas: é necessário, realmente, erradicar a

pobreza e a miséria não só do Brasil, mas do mundo. Sabemos que há países em que a pobreza é imensa, em que a população vive realmente em situação de muita precariedade, de fome ainda. É inadmissível que ainda haja pessoas morrendo de fome no mundo onde vivemos.

É necessário realmente erradicar a pobreza e a miséria, garantir os direitos humanos de toda a população, especialmente daqueles que sempre tiveram seus direitos negados, direitos básicos de sobrevivência, como o direito à alimentação, o direito a se alimentar cotidianamente. E o empoderamento das mulheres também, no sentido de que tenham acesso ao emprego, acesso ao alimento, acesso a terra, aos bens naturais do nosso Planeta, enfim, à biodiversidade; ter acesso ao poder, que é uma das lutas que travamos aqui no Brasil.

Então, eu acho que a Rio+20 cumpriu um papel fundamental nesse sentido, porque ela possibilitou no evento paralelo, nos diversos debates de comunidades quilombolas, de comunidades indígenas, alguns avanços. A própria marcha que ocorreu foi um momento único de reunir os setores do mundo todo no sentido de pedir um Planeta no qual possamos viver com mais dignidade.

Quero destacar fundamentalmente o papel do Brasil, o papel do Governo brasileiro nesse debate, que não mediu esforços para que pudéssemos avançar.

Eu quero, então, aqui, para finalizar minha fala, parabenizar todas as pessoas, inclusive este Parlamento, esta Comissão de Meio Ambiente, na pessoa de nosso Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que não se furtou em nenhum momento de promover debates, audiências públicas, para que pudéssemos aprofundar essa temática, todos os temas que envolveu a Rio+20.

Então, eu acredito muito que esse debate não se encerra, com certeza. Acho que foi um momento único, importante após 20 anos da Eco 92 e é necessário que continuemos esses debates e que possamos avançar nessas discussões. Acho que os resultados ali obtidos precisam de fato ser implementados. É preciso que haja, não só internamente aqui no Brasil, mas essa articulação mundial para que possamos avançar naquilo que foi possível construir durante os debates e as discussões e os compromissos firmados entre as autoridades mundiais.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de colocar; rapidamente essa é a minha opinião, de forma breve daquilo que eu pude acompanhar e da minha leitura e entendimento do que aconteceu na Rio+20.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Consulto o Senador Eduardo se quer fazer uma intervenção.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Líder do Governo no Senado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente, meus caros companheiros de Comissão, primeiro, quero cumprimentar a nossa Comissão de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização, pela pertinente ação no sentido de que este Senado, que encaminhou uma comissão de Senadores à Rio+20, pudesse fazer um debate aqui na sua Comissão pertinente sobre os resultados da Rio+20.

Isso mostra não apenas a nossa preocupação, a nossa transparência e a nossa seriedade para com um tema que foi discutido com diversos vieses pela imprensa nacional e pelo diversos matizes que se manifestaram em torno do tema.

isso é absolutamente normal e natural. Quem já participou de outras conferências das Nações Unidas pôde e pode perceber que existem na realidade duas conferências: uma que é a conferência oficial, onde participam os Estados, os países, as Nações Unidas; e uma outra grande conferência, onde a sociedade organizada participa pelas suas mais diversas instituições e matizes, sejam oficiais e não oficiais, sejam elas do setor privado, do terceiro setor, setor privado.

Nesse aspecto, Sr. Presidente, não há como negar que a Rio+20 foi um espetáculo, em primeiro lugar, de organização. Quem participou, por exemplo, da COP 15, em Copenhague, viu o desastre de organização que foi: credenciaram 35 mil pessoas para um espaço, Senador, onde não cabiam 15 mil. Só que há um detalhe: lá fora não era um clima agradável entre transição de verão e inverno, no outono agradável. Não! Era inverno com 10 graus negativos, neve e, lá fora, amontoados, para tentar adentrar as dependências da conferência, desde prêmios Nobel até chefes de Estados, representantes da diplomacia de diversos países, etc.

Em segundo lugar, toda organização dos eventos paralelos ocorria no mesmo ambiente, por isso tamanho atropelo na organização. No Rio de Janeiro, ao contrário disso, ao que nós assistimos foi uma perfeita divisão dos diversos ambiente sobre a Conferência. Em princípio, eu fiquei muito preocupado com a estratégia e a logística e, diferentemente do meu colega Sérgio, creio que, no primeiro momento, a mobilidade urbana do Rio de Janeiro foi uma demonstração de que nós estamos muito aquém do que precisamos fazer. Mas, logo a seguir, o Governo Federal, o Governo estadual e o Governo municipal, ao decretarem ponto facultativo e férias escolares, Senador Sérgio, efetivamente a

mobilidade passou a fluir com a maior tranquilidade. Antes, quando chegamos eu, Rodrigo Rollemberg e outros que fazemos parte da Globe, para fazer parte da reunião da cúpula de parlamentos que aconteceu uma semana antes da Rio+20, mais precisamente sexta, sábado e domingo, eu tive oportunidade de passar duas horas e meia parado no trânsito.

Mas, a partir do momento em que nós, brasileiros, decretamos ponto facultativo e férias escolares naquele período, o trânsito reduziu-se em mais de 40% e aí passou a fluir com absoluta tranquilidade, nas pistas, etc. Talvez acabará sendo essa a solução a ser adotada nos eventos como Copa do Mundo e como Olimpíadas, tendo em vista que os investimentos necessários para o volume da mobilidade que nós vamos precisar, principalmente olhando para as Olimpíadas que é concentrada numa única região da cidade e em uma única cidade brasileira, muito provavelmente essa será a solução, que demonstrou funcionar razoavelmente bem.

Agora, vamos à questão da Conferência em si. Um outro ponto que acho que deve ser aqui reconhecido e abordado foi a segurança pública que se deu no Rio de Janeiro. Efetivamente, a segurança pública, além de ter garantido a segurança dos participantes, garantiu uma outra questão que o nosso Prof. Eduardo Viola levantou com propriedade: o espaço democrático. Ou seja, houve liberdade de expressão, respeitada a liberdade de quem participa e de quem assiste e de quem não quer participar. Ou seja, o Brasil deu uma grande demonstração de um país maduro, um país com Estado democrático de direito instalado, um país que busca efetivamente mostrar as suas características.

E finalmente, antes de adentrar no conteúdo da Rio+20, eu gostaria de destacar que a indústria de eventos no Brasil passa, cada vez mais, a ser uma indústria que deve ser observada dentro do modelo de desenvolvimento sustentável que queremos fazer. Essa é uma indústria não poluente, uma indústria que gera muito emprego e que faz uma grande distribuição de renda, como que uma glicose na veia de um ser humano a necessitar de glicose.

Com relação ao conteúdo da Rio+20, acho que a diplomacia brasileira, ao contrário do que muitos tentaram evidenciar e até mesmo em um equívoco das nossas negociações não governamentais, o nosso terceiro setor – que tentou diminuir o esforço da diplomacia brasileira – eu quero aqui destacar o esforço e a competência da nossa diplomacia para a construção de um documento final que tenha sido aprovado sob consenso.

Esse documento tem limites? Tem. Esse documento frustrou algumas expectativas? Sim. Mas o que dizer do documento da COP 15? O que dizer daquele

dizer daquele documento da COP 15 que não encontrou o consenso, que acabou fazendo com que a COP 15 não pudesse implementar nenhum tipo de estruturação e nenhum tipo de caminho a ser apontado.

O que dizer do documento que saiu de Cancun na COP 16? E o que dizer de Doha, onde nós tivemos uma grande frustração, inclusive com relação ao Protocolo de Kyoto, em relação ao qual estamos em uma situação gravíssima. Porque o único protocolo estruturado, colocado de pé até agora, o Protocolo de Kyoto começa, a partir daí, a sofrer grande enfraquecimento. E conseguiu-se, vamos dizer assim, pela diplomacia, fazer um remendo para que ele pudesse sobreviver por mais um delta tempo para que os países pudessem sair da sua crise econômica.

Lamentavelmente, a democracia é movida pelo voto e o voto, mesmo nos países mais desenvolvidos, é decidido pela economia, pelo bolso, pelos empregos, pela situação de emprego ou desemprego, pela situação de crescimento do PIB ou decréscimo do PIB. E aí é fácil compreender por que a Europa veio a nossa Rio+20 com um discurso público e com um posicionamento interno diferente.

Ora, uma coisa é fazer um discurso para a Assembleia Geral querendo um documento mais ousado, querendo um documento com metas, querendo um documento que estabeleça a redução de emissões de forma clara, uma migração e uma transição para uma economia verde. Outra coisa é dizer quem vai financiar a migração de uma economia poluidora, de uma economia que ainda é emissora desbalanceada de carbono, para uma economia verde e como isso vai ser feito.

De novo, o Prof. Viola colocou aqui uma questão que acho importante. Comecei a dar uma olhada no documento que foi distribuído aos Srs. Senadores com relação aos limites do Planeta. Mas quero dizer que ainda continua a haver um desbalanceamento entre aquilo que emitimos e aquilo que sequestramos de carbono, o que mostra que ainda estamos muito longe de conseguir fazer essa migração, mesmo nos países desenvolvidos.

Vejam o caso do Japão, que está sendo obrigado a religar suas usinas atômicas. Aqui mesmo, nesta Comissão, quando do incidente de Fukushima, tivemos oportunidade de debater enormemente a questão das usinas atômicas, das usinas nucleares. Lamentavelmente, diante do verão inexorável no Japão neste período, o governo japonês está sendo obrigado a religar suas usinas nucleares, porque, caso contrário, a população terá graves e sérios problemas não apenas econômicos, mas também de habitabilidade e de sobrevivência.

Portanto, essa incongruência entre o discurso dos europeus e a vontade de financiar a migração para uma

economia verde não pode impor para países como o Brasil, que tem um modelo de energia completamente diferente do modelo europeu, completamente diferente do modelo japonês, completamente diferente do modelo americano, o ônus de ter de pagar mais do que emitiu ao longo desses anos.

Por trás de todas essas discussões, seja, inclusive, a de se criar a nova agência, há uma grande discussão de espaço político e diplomático. Não se esqueçam de que nossos companheiros do continente africano querem uma agência que tenha paridade nas suas decisões, não apenas uma agência em que um grupo muito menor tomará decisões. Esse é o caso do Conselho de Segurança da ONU, em que um grupo muito menor decide sobre o comportamento de um organismo de interlocução e ação internacional, com multilateralismo, como é o caso das Nações Unidas.

Não precisamos adentrar outro aspecto, de que a representatividade dessas instituições no mundo, lamentavelmente, não acompanhou a dinâmica do desenvolvimento econômico e social que outros países alcançaram ao longo do período pós-guerra de 1947.

Eu gostaria de dizer que o documento que o Brasil conseguiu aprovar na Rio+20 é um documento realista, que coloca para 2014 a expectativa de que possa haver uma ação contundente sobre o tema.

A propósito, Sr. Presidente, ao lado dessa Conferência oficial, acontecia uma conferência no mundo real, em que estavam presentes as empresas privadas e as demandas de vários setores da nossa economia que, evidentemente, podem ter impacto importante nessa nova economia que queremos fazer. Eu me refiro às ações que podemos desenvolver no nosso modelo de energia para áreas isoladas; eu me refiro à questão dos resíduos sólidos, em que o Brasil ainda tem muito a avançar; eu me refiro também às compensações internas.

O Brasil discute, neste momento, a fase final, ou o terço final, do Código Florestal, porque houve vetos da Presidenta, que emitiu uma medida provisória, que será debatida após a Rio+20 na Comissão apropriada, onde teremos ainda algumas oportunidades de fazer essa migração. E lá, sim, verificamos que há um espaço muito grande para o Brasil crescer.

Eu gostaria de ouvir, portanto, da parte dos senhores debatedores qual a expectativa que teremos, a partir dos próximos dois anos, com relação ao Protocolo de Kyoto e à nova estruturação da economia verde, a partir de serviços ambientais em que as florestas em pé, que prestam grandes e importantes serviços, sejam efetivamente mecanismos postos, mecanismos com modelos de financiamento estabelecidos e com modelos de comercialização estabelecidos, nos mol-

des em que foram feitos, por exemplo, modelos de financiamento e de comercialização para a mudança de matriz energética na compensação das emissões.

O que a diplomacia brasileira e o Governo brasileiro acreditam que será possível construir nesse espaço, nesse interregno de dois anos, para que a próxima convenção, a próxima conferência não gere, mais uma vez, a frustração de haver boas ideias, boa tecnologia, bom acúmulo de conhecimento, mas, lamentavelmente, a falta de vontade política e econômica de financiar a migração para essa nova economia?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

Apenas peço a compreensão de todos, para que possamos ser bastante objetivos, porque, em seguida, haverá a solenidade de aposição do retrato do Senador Renato Casagrande, para a qual peço a presença de todos.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – E outras Comissões também já iniciaram seus trabalhos, como é o caso da CAE, em que já se está em processo de votação de matérias terminativas e não terminativas.

Mas, lembrado pelo Senador Eduardo Braga, eu só queria fazer o registro da postura do Governador Cabral e do Prefeito Eduardo Paes e da sensibilidade desses dois importantes gestores públicos de entender a necessidade de conceder, pelo menos na semana em que houve as grandes reuniões, o ponto facultativo e também as férias escolares. Então, enalteço a postura do Governador Cabral e também a do Prefeito Eduardo Paes por essa sensibilidade, para dar uma resposta à sociedade e à comunidade mundial do que o Brasil pode fazer em eventos dessa grandiosidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Vou passar a palavra aos nossos convidados, sugerindo que, na medida do possível, consigam ater-se ao tempo de cinco minutos. A Mesa será tolerante se houver necessidade de um tempo um pouco maior.

Registro apenas que o Senador Renato Casagrande já se encontra no Senado Federal e que, em seguida, vamos fazer a solenidade de aposição do seu retrato, para a qual convido todos.

Passo, com muita alegria, a palavra ao Embaixador André Corrêa do Lago.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO – Senador, muitíssimo obrigado. O debate é riquíssimo. É uma tor-

tura o senhor dizer que temos apenas cinco minutos, mas vou tentar abordar os temas muito rapidamente.

Primeiro, o senhor disse, Senador, da questão do pacto nacional pelo desenvolvimento sustentável. Acho que, nisso, o Parlamento tem um papel absolutamente chave. Fico muito feliz de ouvir isso. Espero que isso permita que o Brasil trabalhe naquilo em que tenho absoluta convicção: a agenda do desenvolvimento sustentável. Esta é uma extraordinária oportunidade para o Brasil fazer isso. Nenhum país está mais preparado para ser o líder do mundo na área do desenvolvimento sustentável do que o Brasil. Esta é uma oportunidade extraordinária de este País, com suas capacidades, com sua visão de mundo, abraçar isso cada vez mais. Fico muito feliz. Espero que a Rio+20 tenha contribuído para isso.

Em segundo lugar, eu queria agradecer as palavras generosas de todos os Senadores com relação à organização da Conferência. A organização da Conferência se deu graças a um grupo coordenado por um colega meu, o Ministro Laudemar Aguiar, que fez um trabalho extraordinário, em estreita colaboração, evidentemente, com as Forças Armadas, com a Polícia Federal, com o Governo do Rio, com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Então, foi realmente uma demonstração de que, quando a gente se junta, a gente consegue fazer coisas incríveis!

Foi muito interessante a comparação que o Senador Eduardo Braga fez com a desastrosa conferência organizada num país riquíssimo, que é a Dinamarca. Obviamente, há várias circunstâncias muito complicadas, mas, na verdade, várias coisas eram previsíveis em relação ao que aconteceu em Copenhague. E acho que também fica muito bem para nós mostrar que um país em desenvolvimento usa todos os meios possíveis para assegurar que a comunidade internacional, convidada a vir à nossa casa, seja bem tratada. E acho que isso ficou muito claro, muito patente, e temos que agradecer, realmente, a todas as autoridades que contribuíram para isso.

A questão da população. Eu queria fazer um comentário aqui muito breve porque, apesar de achar a apresentação do Viola, como sempre, extremamente interessante, eu me sinto obrigado a discordar do Professor Viola, porque ele vai ficar muito frustrado se eu não discordar dele.

É o seguinte: a questão da população mudou de maneira extraordinariamente positiva nos últimos anos. Em 1972, achava-se que a população mundial ia chegar a 14 bilhões para começar a diminuir. Agora sabemos que a população mundial vai passar a diminuir a partir de 9 bilhões ou 10 bilhões. O que isso significa? Isso significa que o mundo é viável. É viável erradicar a po-

breza e é viável viver bem neste Planeta. Eu acho que esse é o grande elemento que muda completamente a psicologia com relação à questão do Planeta.

E aí eu me permito também abordar uma questão levantada pelo nosso Professor Viola, que é essa questão dos limites planetários, neste documento muito interessante que ele distribuiu. Eu acho que a Rio+20 é uma conferência que lembra que o problema não é o Planeta. O problema é cuidar dos seres humanos. Porque, como diz o Besserman, Secretário de Meio Ambiente do Rio, quando a população mundial desaparecer, o Planeta vai continuar. A questão é a população no Planeta. Então, a base da discussão não tem que ser os limites do Planeta, tem que ser como vamos dar qualidade de vida a 9 bilhões de pessoas em 2050. Se somos sinceros no desejo de erradicar a pobreza. Porque, se vamos erradicar a pobreza, é para dar condições de vida dignas às pessoas. Se vamos dar condições de vida dignas, temos que fazer o cálculo inverso. Não é ter os limites do Planeta como referência, é ter as necessidades sustentáveis, levando em consideração a mudança dos padrões de sustentáveis e de produção em consumo, para que a população mundial tenha uma boa qualidade de vida, até chegar a esse nível máximo e depois decrescer.

Outra questão que eu gostaria de rapidísimamente comentar é que a Rio+20 também é a conferência a partir da qual as cidades são vistas de um ponto de vista positivo. Não há nada melhor para a questão ambiental e para a questão do desenvolvimento sustentável do que cidades. Até Joanesburgo! Falava-se horrores das cidades nos documentos das Nações Unidas, mas agora sabe-se que o ser humano que menos emite é o habitante de uma cidade densa. A cidade é a melhor coisa que tem para o desenvolvimento sustentável. E o documento da Rio+20 é um passo muito importante nesse caminho porque a cidade é tudo.

O nosso Senador Sérgio Souza lembrava a questão de transporte, a questão de energia, que não se pode viver sem todas essas coisas. A cidade é onde o transporte, a energia e a construção podem emitir o mínimo para a população mundial. Então, a cidade é o futuro. A cidade densa é o futuro. E a cara da cidade do futuro é a cara da cidade do mundo em desenvolvimento. Então, o Brasil, também, de novo aí, tem a oportunidade de ser um líder mundial extraordinário, porque o Brasil é um país que já é mais de 85% urbano, e a tendência do mundo é se tornar cada vez mais urbano.

Outro dia, vi um dado incrível. Até 2015 ou 2018, a América Latina vai ser a região mais urbana do mundo, mais de 90%, até 95%. O Brasil tem um papel extraordinário também nessa dimensão.

Bom, com relação à posição dos países na Conferência, eu queria lembrar um ponto que acho muito importante que aprendi mais claramente na Rio+20. É o seguinte: nenhum país é exemplar. Todos os países estão divididos. Quando o nosso Professor Viola menciona a União Europeia, ele mencionou de maneira muito clara e muito correta. A União Europeia está também dividida, porque tem países que estão muito bem em uma área e tem países que estão muito menos bem em outra área, e, portanto, não há essa visão uniforme e muito clara em que possamos dizer que tal país é bom, tal país é menos bom.

Essa questão dos setores é absolutamente fascinante e é a grande oportunidade das cidades, porque acho que há hoje em dia, está se desenvolvendo, um tipo de política de cidades que é extremamente interessante. Uma experiência do Rio de Janeiro pode ser mais importante para Anápolis e para Cingapura do que para outra cidade brasileira. E esse tipo de inter-relação entre os países, que está crescendo nessa dimensão de setores e nessa dimensão de cidades, é algo que eu acho que ficou também muito claro nesse documento e que faz com que o documento seja muito contemporâneo.

Por fim, eu queria comentar que é realmente um prazer muito grande ver o envolvimento do Senado neste tema e reiterar a alegria do Ministério das Relações Exteriores de ver que os senhores vão continuar acompanhando o que vai acontecer, o que vamos fazer da Rio+20. Porque a Rio+20 não é o fim, a Rio+20 é um início.

Espero contar com a paciência dos senhores e voltar muito aqui, em todo este período em que vamos tentar fazer com que o que decidimos na Rio+20 seja realmente um sucesso efetivo para os próximos anos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Embaixador André Correia do Lago, obrigado pela sua participação e contribuição a este debate. Com certeza, V. Ex^a será convidado e nos brindará muitas vezes com sua presença nesta Comissão.

A Assessoria me informa que o Senador Casa-grande já se encontra na sala da nossa Comissão.

Passo a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Francisco Gaetani.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Muito obrigado, Senador.

Brevemente, para encerrar, eu queria destacar três pontos. Primeiro, a agenda ambiental. A agenda de sustentabilidade é uma agenda condenada ao sucesso, porque é uma agenda à juventude. Se observarmos o que se passa hoje no âmbito das nossas famílias, no âmbito das universidades, no âmbito da

mídia brasileira, no âmbito das redes sociais, é uma agenda vencedora, é uma agenda que já conquistou a juventude brasileira. E isso é motivo de muita alegria e de muito otimismo.

O segundo ponto que eu queria destacar aqui e que apareceu na fala do Professor Viola é a questão da governança global. Essa não é uma questão trivial, não é uma questão simples e não é uma questão que vai se resolver de uma hora para outra. Grande parte dos problemas que estamos enfrentando na agenda ambiental envolve desequilíbrios globais. A questão demográfica é uma questão localizada, não é uma questão de todos os países, é uma questão de alguns países. A questão do crescimento predatório, a mesma coisa. Agora, como vamos discutir políticas redistributivas globais? Como vamos canalizar recursos de quem pode para quem precisa? Quais os mecanismos de processar os conflitos que vivemos hoje?

Eu queria destacar esse ponto da governança global porque ele também nos remete à própria realidade do Brasil, da necessidade de sermos capazes de pensar no horizonte de médio e longo prazo. Se observarmos a agenda de sustentabilidade, ela nada mais é do que a agenda do futuro, a agenda da nossa sobrevivência, a agenda da nossa qualidade de vida por longo prazo. E essa é uma agenda difícil de capturar a atenção das pessoas no dia a dia, geralmente orientadas por objetivos imediatos. A própria política costuma ser pautada fundamentalmente pelo curto prazo. E aqui, mais uma vez, cabe destacar a atuação do Senado não só em relação a essa iniciativa, mas também em toda a discussão relacionada à política ambiental. Enfrentamos problemas econômicos, enfrentamos problemas sociais, enfrentamos problemas políticos, mas temos que ser capazes de transcender o curto prazo para trabalharmos com um horizonte de tempo maior, para que possamos construir políticas sustentáveis no âmbito das necessidades da nossa sociedade.

Para concluir, eu queria dizer que acho que, em relação à Eco-92, nós precisamos trabalhar mais com políticas públicas baseadas em evidência empírica. Precisamos informar o debate político, precisamos de uma atuação mais fundamentada, precisamos sair do Fla x Flu, precisamos sair das polarizações. A polarização faz parte da vida política, mas o processamento e a superação dos conflitos precisam da informação, precisam da fundamentação, precisam da racionalidade, uma racionalidade que leve em conta o interesse público de longo prazo, como centro da motivação das políticas de governo.

Muito obrigado a todos. Mais uma vez, eu queria agradecer ao Senado a oportunidade. É uma honra

muito grande estar aqui com vocês discutindo estes assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Secretário Francisco Gaetani. E, mais uma vez, cumprimentamos o Ministério do Meio Ambiente pela sua atuação na Rio+20.

Passo a palavra ao Professor Eduardo Viola.

O SR. EDUARDO VIOLA – Bom, rapidamente, em relação aos limites... O artigo, eu não o distribuí, eu mencionei e foi distribuído; mas não pensem que eu estou tendo artigo para distribuir... É fundamental! Eu falei que tem de ser lido.

Não sei se concordamos ou discordamos, André. Mas é assim: nós temos de reconhecer a existência de limites planetários para poder dar, para poder orientar o desenvolvimento da humanidade com qualidade de vida: integração social, inclusão – tudo o que concordamos desses valores –, dentro desses limites. Obviamente, esses limites não são fixos. Um componente fundamental da humanidade, da inteligência humana é a capacidade de passar de tecnologias destrutivas para tecnologias benignas e super inteligentes. Por isso a aventura humana, senão estaríamos na idade da pedra. Eu sou totalmente a favor da aventura humana e, nesse sentido, para mim nada é sagrado na biosfera, mas há uma realidade do que a ciência nos diz sobre os limites. E, nesse sentido, é importante o reconhecimento. E acho que o documento do final da Rio-92 não deu importância a isso. Sobre a população, claro, aqui no Brasil foi extraordinário o avanço, porque foi com liberdade e democracia, uma revolução demográfica incrível – a melhor do mundo. Porque aumentou o *status* da mulher, mesmo que não tenha aumentado extraordinariamente a educação da mulher.

Há coisa chave que tem várias... muito grave, ou seja, Paquistão tem uma fecundidade de cinco filhos por mulher; Nigéria, cinco filhos por mulher; Arábia Saudita, cinco; a Índia tem 2.8 filhos por mulher; África do Sul, 2.7. São situações cada vez mais explosivas, estão me entendendo? Então, promover políticas de direito reprodutivo, nada de controle à chinesa – não estou falando disso –, é fundamental para a humanidade, penso. Concordo plenamente com você sobre a virada das cidades. As cidades realmente, hoje... Inclusive, o encontro dos Prefeitos das Grandes Cidades foi extraordinário o produto, a iniciativa e tudo o mais. E como a cidade densa é decisiva para a humanidade. Esse é um conhecimento recente. Antes, ainda, o modelo suburbano e americano de vida era uma espécie de miragem que atraía todo mundo.

Agora, dois outros pontos que quero colocar. Esse não se consegue levantar antes. Sobre os problemas

de obsolescência crescente das Nações Unidas, que é um sistema que foi criado com base no princípio da soberania nacional, em 1945, e hoje o mundo profundamente transnacionalizado em fluxo de matéria, energia, conhecimento, ideias, informação e comunicação.

Então, você precisa de todo um sistema diferente que, primeiro, introduza o princípio de votação qualificada. Não pode ser o extremo, na Assembleia das Nações Unidas: um país, um voto. Não se corresponde ao mundo contemporâneo, pois China não pode ser igual a uma ilha da Polinésia; não pode ser, tampouco, o Conselho de Segurança: um país que tem veto e monopólio desse poder de voto. Por isso, nesse sentido, a ideia do G-20, convergindo com as Nações Unidas, porque G-20 representa, no mundo contemporâneo: demografia, economia, território, poder político e tecnológico – mais ou menos, não totalmente. Mas, então, aí o que precisamos? De um sistema de votação avançado. Está longe isso! No momento, está longe! Mas estou querendo dizer que a superação dos limites dos sistemas das Nações Unidas é fundamental para que esse tipo de conferência tenha avanços substanciais no futuro, senão é bastante difícil.

E, nesse sentido, respondo à pergunta do Senador Braga: eu acho que pela dinâmica de Estados, ou seja, só se Obama é reeleito com maioria na Câmara e no Senado e, além disso, escolhendo como prioridade a questão mudança climática, não vamos ter avanço até 2015. E isso tem de combinar também com a consolidação da vitória do reformista na China, senão, infelizmente, poderá haver esforços extraordinários dos negociadores, mas a estrutura do sistema internacional não permitirá avanço significativo.

Por último, com relação ao Brasil, eu só quero enfatizar que – insisto – nós temos uma potencialidade extraordinária do ponto de vista de nossa vastidão geográfica, física e a internacionalização da questão ambiental que houve nos últimos 20 anos – e isso é o grande legado da Rio-92. Extraordinário! Outros países não tiveram isso.

A Argentina, por exemplo, tem uma renda *per capita* igual à do Brasil e a consciência ambiental é muito inferior à do Brasil. Então, isso é – em parte – um grande legado da Rio-92.

Agora, a educação é decisiva. O mais decisivo – e é isso o que eu quero deixar como mensagem mais profunda – para um planeta sustentável não é só nos recursos naturais, mas o capital humano e tecnológico em uma sociedade. E a educação é decisiva para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a participação muito expressiva do Professor Eduardo Viola e de todos nossos convi-

dados. Um debate de altíssimo nível. Estou realmente incomodado de encerrar esse debate, porque o tema é apaixonante; mas, como tive a oportunidade de informar no início desta reunião, as duas Subcomissões, a do Meio Ambiente e a da Comissão de Relações Exteriores, foram transformadas em Subcomissões de acompanhamento das implementações. Então, teremos oportunidade de retornar e aprofundar esse debate.

Mas, antes de encerrar, eu passo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar a todos os responsáveis pela Rio+20 e os que estão aqui, Embaixador André Corrêa do Lago, Sr. Francisco Caetano, Sr. Eduardo Viola pelas contribuições dadas.

Quero dizer que tive a oportunidade de ali participar de quatro diálogos de grande relevância com centenas de pessoas presentes e, em cada um deles, havia dez conferencistas de grande expressão sobre a sustentabilidade. Achei que foi muito positivo. Então, cumprimento a todos e, sobretudo, V. Ex^a e esta Comissão pela forma com que todos nós Senadores tivemos a oportunidade de trocar ideias, elevar o grau de consciência dos brasileiros e dos povos do mundo sobre a necessidade de termos políticas de sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

Quero transmitir a V. Ex^a e a esta Comissão que recebi a informação, da parte do Sr. Jânio Quadros Neto, que é amigo da Sr^a Gisele Bündchen, que foi recentemente designada pela ONU, pelo Programa Nacional das Nações Unidas do Meio Ambiente, para ser Embaixadora de Boa Vontade em ações que possam contribuir para maior consciência e de ações em preservação do meio ambiente.

Como ela mostrou disposição de fazer uma visita ao Senado, então, Presidente Rodrigo Rollemberg, achei por bem que talvez fosse exatamente esta a Comissão onde, quem sabe, ela possa fazer uma visita, por exemplo, em agosto. Depois, se V. Ex^a achar adequado e se houver – não sou membro da Comissão – a boa vontade para realizar esse convite, se V. Ex^a achar adequado, poderia ser feito para agosto, aproximadamente, o que seria tempo para, se possível, que ela faça, na mesma oportunidade, uma visita à Presidenta Dilma Rousseff. A própria Presidenta me disse, na semana passada, que ela está por recebê-la, de fato.

Então, é uma sugestão que eu formulo a V. Ex^a como Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Sua sugestão será acatada, nós faremos esse convite.

Nós tivemos a oportunidade de, uma semana antes do início da realização da Rio+20, em um evento

de premiação de melhores prática ambientais adotadas no mundo – em que, inclusive, um brasileiro, Fábio Carvalho, foi premiado pelo Pnuma –, tivemos um jantar e, na solenidade, estava presente também o Embaixador André Corrêa do Lago, e a Sr^a Gisele Bündchen como representante, como embaixadora do Pnuma.

A solicitação de V. Ex^a será acatada. Certamente haverá uma concorrência muito grande entre os debates e quem estará... Mas agradeço a sugestão...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acrescento que o convite, até por uma questão de cortesia, poderá ser feito também ao seu marido, que a acompanha (*risos*), que é o Tom Brady, que é, inclusive, um esportista de grande projeção internacional. Então...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito, Senador Eduardo Suplicy. A sua sugestão será acatada na íntegra.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos por esse debate realmente bastante rico e convidá-los a permanecerem no recinto, inclusive os nossos convidados, para a solenidade que iniciaremos daqui a cinco minutos, a aposição do Renato Casagrande, hoje Governador do Estado do Espírito Santo, como o último presidente, o que me antecedeu, na Presidência da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às onze horas do dia três de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG**, **SÉRGIO SOUZA**, **EDUARDO BRAGA**, **IVO CASSOL**, **VICENTINHO ALVES**, **VANESSA GRAZZIOTIN**, **ANTONIO CARLOS VALADARES**, **FLEXA RIBEIRO** e o Senhor Senador não-membro **EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares. A Presidência declara abertos os trabalhos e

comunica o tema da **PAUTA**, destinada à realização de **CERIMÔNIA DE APOSIÇÃO DE RETRATO** do Ex-Senador Renato Casagrande, Presidente da CMA no biênio 2009-2010. A seguir a Presidência passa a palavra ao mestre de cerimônias, que apresenta breve biografia do homenageado. Após, usam da palavra o Senador Rodrigo Rollemberg e o Ex-Senador e atual Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Após, faz-se o descerramento do retrato na galeria de Ex-Presidentes da CMA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a promover a solenidade de aposição do retrato do Governador Renato Casagrande como último Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Convido o Governador Renato Casagrande a fazer parte da Mesa.

Passo a palavra à Mestre de Cerimônias.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia.

Tem início a solenidade de aposição do retrato do Senador da 53ª Legislatura e atual Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, na Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Nascido em Castelo, Espírito Santo, formou-se em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa e, em Direito, pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim.

Ingressou na vida política ainda jovem, atuando como dirigente do Centro Acadêmico, no Movimento Estudantil da Universidade Federal de Viçosa.

Após a conclusão do curso de Engenharia Florestal, Renato Casagrande retornou para Castelo, no Espírito Santo, onde integrou um grupo de jovens militantes interessados em renovar a política do Município. Também foi um dos colaboradores na fundação da Associação Castelense de Proteção Ambiental (Acapa).

Em 1991, filiou-se ao PSB e foi eleito primeiro Deputado Estadual da história do Partido no Espírito Santo. Em 1994, foi indicado para compor a chapa do Governo do Estado, tornando-se Vice-Governador.

Renato Casagrande também exerceu o cargo de Secretário de Meio Ambiente do Município de Serra, região metropolitana da Grande Vitória. No mesmo ano, integrou o Conselho Estadual de Meio Ambiente e presidiu a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma), Seção Espírito Santo.

Secretário-Geral da Comissão Executiva Nacional do PSB desde 2000, elegeu-se Deputado Federal em 2002 e foi o primeiro Líder da Bancada do Partido a ser reeleito na Câmara Federal nos exercícios de 2005 e 2006.

No ano de 2006, foi eleito Senador, com 62% dos votos válidos. Por seu trabalho na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foi eleito oito vezes consecutivas, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como uma das personalidades mais influentes do Congresso.

Em 3 de outubro de 2010, Renato Casagrande foi eleito Governador do Espírito Santo em primeiro turno, com 82% dos votos válidos, sendo essa a segunda maior votação proporcional para Governador no Brasil. Em 1º de janeiro de 2011, tomou posse no Governo do Estado do Espírito Santo.

A premissa de sua gestão é o foco no desenvolvimento social para promover o crescimento igualitário das regiões do Estado.

Neste momento, ouviremos o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Exmº Sr. Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Eu quero cumprimentar o Governador Renato Casagrande; cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço; o Deputado Paulo Foleto; a Senadora Ana Rita; a Deputada Líder do PSB na Câmara, do Bloco, Sandra Rosado; o Deputado Líder do PSB na Câmara, Deputado Glauber Braga; o Deputado Manato; o Senador Flexa Ribeiro; o Senador Sérgio Souza; o Senador Eduardo Suplicy.

Quero dizer que me sinto muito honrado, Senador Casagrande, de poder estar, neste momento, presidindo a solenidade de aposição do seu retrato como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Para mim, isso tem uma alegria especial, pela relação de amizade e, sobretudo, de admiração que tenho pelo Governador Renato Casagrande. Até posso dizer que tenho procurado seguir os caminhos ou a trilha do Governador Renato Casagrande.

O Governador Renato Casagrande foi Deputado em 2002; eu fui Deputado em 2006. Quando me elegei Deputado, quis ocupar o gabinete dele. A Direção da

Câmara, na oportunidade, me disse que não podia, que tinha que ser por sorteio. Houve o sorteio e fui sorteado com o gabinete do Deputado Renato Casagrande. Ele foi líder e foi reeleito líder; eu, em seguida, também fui líder e fui reeleito líder. Ele se elegeu Senador e depois eu me elegi Senador. Ele assumiu a presidência da Comissão de Meio Ambiente e eu assumi a presidência da Comissão de Meio Ambiente. Então, vocês vejam que estou acompanhando os passos do Governador Casagrande.

Mas o então Senador Casagrande foi autor de 117 proposições legislativas, dentre as quais, 11 propostas de emenda à Constituição, 50 projetos de lei e 4 projetos de resolução. Concentrou-se especialmente em projetos e iniciativas de ampliação do controle e transparência dos gastos públicos, proteção dos direitos dos consumidores, de contribuição para preservação do meio ambiente e de estimulação e desburocratização das atividades das cooperativas e das micro e pequenas empresas. Contribuiu para a criação do Portal da Transparência do Senado Federal, sugestão acolhida pelo Presidente José Sarney e pela Mesa Diretora, que, em março de 2009, determinou a divulgação *on-line* da prestação de contas e do controle funcional do Senado. Também foi na sua gestão que foi criado o Portal Copa Transparente, foi decidida a implantação, que foi implementada na nossa gestão.

Dentre as PECs de sua autoria, destaca-se a de nº 7, de 2010, que altera os arts. 6º e 225, da Constituição Federal, para determinar que o acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito social e que a água é um bem de domínio público.

Além dos projetos de lei apresentados, destacamos iniciativas objetivando impedir a ocupação de áreas de risco e fortalecer o planejamento de medidas de drenagem de águas pluviais urbanas e de manejo da vazão dos rios; promover a geração e o consumo de energia de fontes renováveis; determinar o planejamento para prestação de serviços de saneamento básico, incluíam-se sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais; dispõe sobre o incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica; estabelece retribuição por serviços ambientais decorrente de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.

Em relação aos projetos de resolução, destacamos o que criou, no âmbito do Congresso Nacional, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, de que tive a honra de participar sob a presidência dele. Foi designado relator de 363 matérias, com destaque para a relatoria da Comissão Especial de Mudanças Climáticas e do PLS nº 156, de 2009,

sobre o novo Código de Processo Penal, projeto elaborado por uma comissão externa de juristas, iniciativa pioneira tomada pelo Senado a partir de requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande. Como membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, propôs a criação de uma Subcomissão de Aquecimento Global e a realização de um ciclo de debates, intitulado Controle Público – Instrumento de Cidadania, e presidiu por dois anos a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Portanto, é com muita alegria e com muita honra, Governador Renato Casagrande, que fazemos essa solenidade de homenagem a V. Ex^a, de registro histórico de sua participação na presidência desta Comissão. V. Ex^a, que construiu no seu período curto aqui no Senado muitos amigos e muitos admiradores.

Parabéns a V. Ex^a. É com muita alegria que compartilhamos este momento. (*Palmas.*)

A SR^a MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra o homenageado, o Exm^o Sr. Governador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Bom dia, gente. Quero cumprimentar o Rodrigo – está no caminho aqui –, meu amigo, nosso Presidente da Comissão. Quero também cumprimentar os Parlamentares todos que estão aqui. Muito obrigado a vocês. Quero cumprimentar o Ricardo Ferraço, nosso Senador, muito obrigado pela presença, Senador pelo meu Estado. Senadora Ana Rita, do meu Estado, também presente aqui junto conosco. Quero cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro, que participou aqui comigo, não sei se ainda é hoje da Comissão de Meio Ambiente, mas participamos juntos aqui desta Comissão – obrigado, Flexa; Senador Eduardo Suplicy, que está aqui presente, muito obrigado; os Deputados que estão aqui, participando, a Sandra, Líder do PSB na Câmara; o Glauber; Manato, Deputado do Espírito Santo; Paulo Foletto, Deputado do Espírito Santo; Jorge Silva, Deputado do Espírito Santo.

Quero cumprimentar os servidores da Comissão de Meio Ambiente, na pessoa do ex-servidor José Francisco, que foi secretário na época eu que fui... Quem é a secretária agora? Leany. Perdoe-me, Leany. Em seu nome e no do José Francisco, cumprimento todos os servidores da Comissão de Meio Ambiente, os servidores da época, que me ajudaram no gabinete. Muito obrigado a todos vocês.

A alegria de estar aqui numa homenagem... Tive a oportunidade de fazer essa homenagem ao ex-Presidente Leomar Quintanilha, que presidiu a Comissão antes da minha presidência. E esse compromisso aqui é uma forma de dar um laço, de amarrar mais, em termos de compromisso, o trabalho que temos que fazer

na área de proteção dos recursos naturais e de meio ambiente, aqui na Comissão e fora da Comissão. Aqui na Comissão, fizemos grandes e importantes debates: sobre mudanças climáticas, recursos hídricos, preservação da floresta. Diversos assuntos foram debatidos e tratados aqui na Comissão, encaminhamentos feitos na área de energias renováveis. Diversos projetos foram forjados aqui no debate nesta Comissão de Meio Ambiente, que é uma comissão das mais importantes do Senado. Não sei se ela trata dos outros temas ainda, mas trata de fiscalização e defesa do consumidor; trata de três temas muito importantes e é uma comissão que nos propiciou fazer aqui um grande debate sobre o Código de Defesa do Consumidor. Fizemos um grande debate sobre controle, o qual, hoje, juntamente com o debate sobre qualidade fiscal e sistema de auditoria interna está me ajudando lá no governo do Estado. Nós montamos uma secretaria, estamos forjando a secretaria de transparência e controle, dando-lhe também o papel de ouvidoria, papéis novos para serem cumpridos de acordo com o debate que nós fizemos aqui na Comissão.

Então, são três assuntos fundamentais, importantes, de que tive a honra de participar aqui no Senado da República. Ensinou-me muito; aprendi muito aqui nesta Comissão. No Senado, vocês sabem que as Comissões cumprem um papel fundamental para aprofundarmos os temas, e aqui nós cumprimos um papel fundamental nesse aprofundamento de temas. Esse trabalho, nas áreas de fiscalização, de defesa do consumidor e de meio ambiente, tem nos ajudado agora a governar o Estado. Para ser governador do Estado, é bom que você tenha passado pelo Congresso Nacional. Quem passa pelo Congresso Nacional acaba criando uma rede de relacionamento muito forte com lideranças do Brasil todo. Isso ajuda no trabalho que a gente exerce agora como governador.

Estamos aproveitando essa experiência. Na área ambiental, temos agora três programas que considero fundamentais: o de saneamento, que está investindo R\$1 bilhão nesses quatro anos do meu governo; R\$1 bilhão, em saneamento; o Programa Reflorestar, que vai recompor 30 mil hectares de florestas no Estado do Espírito Santo, também no meu governo; e o Programa de Adaptação às Mudanças Climáticas, que é a compra do radar meteorológico, a rede de monitoramento superficial, com as estações meteorológicas, pluviométricas, que estarão orientando todos os eventos climáticos mais intensos e que precisam de acompanhamento, monitoramento e alerta, quando for o caso; um sistema está sendo montado no Estado, também decorrente de tantos debates, de tantas discussões que nós fizemos aqui nesta Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Registro também a presença do Deputado César Colnago e Stédile – desculpe-me Stédile, já o conheço, mas me fugiu o seu nome –, muito obrigado pela presença.

Para encerrar, Presidente, quero... Acabamos de participar agora da Rio+20, de que o senhor participou, bem como outros parlamentares aqui. E nós temos a seguinte radiografia. Nós avançamos muito, em termos de consciência individual, cada cidadão brasileiro ampliou sua consciência; avançamos muito em projetos que têm objetivo de preservar os recursos naturais. Avançamos muito em projetos, temos muitas iniciativas novas. Há caminhos que precisamos seguir, que é o caminho da continuidade e da ampliação da consciência, de implantação de projetos pontuais, programas no Brasil e no mundo todo. Temos que investir muito em tecnologia porque temos que ter processos mais eficientes que consumam menos energia. O que destrói os recursos naturais é o consumo de energia.

Então, nós temos que ter eficiência no consumo de energia e estamos satisfeitos com aquilo em que a gente avançou, mas nós não conseguimos ainda reverter o processo de destruição do Planeta. Estamos com muitos pontos positivos, mas o processo de destruição dos recursos naturais e do caminhar para a insustentabilidade continua firme. A marcha da humanidade é a marcha para a insustentabilidade.

Apesar de todos os avanços, nós caminhamos ainda para a insustentabilidade, por um modelo de desenvolvimento a que todos nós nos adaptamos, porque não temos um outro jeito de desenvolver, por um consumo exagerado e por avançarmos pouco ainda na inovação tecnológica, buscando a eficiência no consumo de energia.

Então, nós temos avanços, mas temos ainda que ficar atentos porque, nossa Líder, Senadora Lídice da Mata, nós ainda continuamos na marcha da insensatez que tem no destino tornar o Planeta insustentável. Essa é uma preocupação que esta Comissão tem, com todos nós, que liderar, para que avancemos num modelo que preserve e tenha sustentabilidade, com a preservação do ser humano.

Também o Senador Capiberibe está aqui conosco, muito obrigado; o Senador Antonio Carlos Valadares, meu líder, que também chegou aqui. Muito obrigado a vocês.

Obrigado, gente. Um abraço a vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Governador Renato Casagrande.

Registro aqui, com alegria, as presenças do Senador João Alberto Capiberibe; da nossa Líder, Senadora Lídice da Mata; do Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente do Conselho de Ética; do Deputado Vicente Selistre, que assume amanhã; do Deputado José Stédile; do Deputado José Silva.

Passo a palavra novamente ao Cerimonial.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos as autoridades presentes para descerrar a foto, que, a partir deste momento, passa a integrar a Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Exmo. Sr. Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos.

Agradeço de forma especial a presença aqui do Senador Renato Casagrande. A nossa sala de reuniões agora está enriquecida com o seu retrato e, como diz o ditado popular, quem não é visto não é lembrado. Agora nós vamos nos lembrar do Senador Renato Casagrande todos os dias.

Convido o Governador Renato Casagrande à Mesa.

Governador Renato Casagrande, quero agradecer muito a sua presença aqui hoje. Foi motivo de muita alegria para todos nós. Estava faltando alguma coisa nesta sala que agora percebo estar completa com a sua fotografia ali, acompanhando os trabalhos desta Comissão, V. Exª que fez tantos amigos e tantos admiradores nesse período aqui no Senado.

Agradeço muito a presença de todos.

Declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA Nº 9.

Às onze horas e vinte minutos do dia dez de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ**, **ASSIS GURGACZ**, **JORGE VIANA**, **PEDRO TAQUES**,

RODRIGO ROLLEMBERG, **SÉRGIO SOUZA**, **EDUARDO BRAGA**, **IVO CASSOL**, **ANA RITA**, **DELCÍDIO DO AMARAL**, **ANTONIO CARLOS VALADARES**, **CÍCERO LUCENA**, **FLEXA RIBEIRO**, **JOÃO VICENTE CLAUDINO** e **BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **LUIZ HENRIQUE**, **EUNÍCIO OLIVEIRA**, **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, **ALVARO DIAS**, **JOSÉ AGRIPIÑO**, **GIM ARGELLO**, **VICENTINHO ALVES** e **RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovada. Após, comunica o recebimento dos seguintes ofícios: 1) comunicado do Sr. Marco Antonio Bologna – CEO da TAM S.A e da TAM Linhas Aéreas S.A, informando o nascimento do grupo “LATAM Airlines”, fruto da união da TAM S.A e da LAN Airlines; 2) comunicado da Global Canopy Programme – GCP, que envia o relatório Pense PINC sobre segurança alimentar, hídrica e energética no Brasil; 3) ofício nº 5257/2012/GAB/SENACON/MJ, que informa a criação da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON; 4) relatório anual de atividades de 2011 da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; 5) ofício da Liderança do PDT, comunicando a substituição do Senador Acir Gurgacz pelo Senador Assis Gurgacz como membro da comissão. **LEITURA DE AVISOS E OFÍCIOS “S”, EM CONFORMIDADE AO ATO Nº 2, DE 2009-CMA.** A Presidência faz a leitura dos seguintes Avisos e Ofícios “S”, em conformidade à análise prévia, nos termos do Ato nº 2, de 2009-CMA: **1) AMA 12/2012**, de 28 de março de 2012 (encaminha Aviso nº 210/2012– SESES – TCU-Plenário). Encaminha o Acórdão 482/2012-TCU-Plenário (TC-022.631/2009-0), sobre avaliação que indica problemas nas multas aplicadas pelas agências reguladoras, inclui sugestão legislativa; **Aviso nº 654/2012– SESES– TCU– Plenário**. Encaminha o Acórdão 1404/2012-TCU– Plenário (TC-034.633/2011-1), sobre o processo de internalização das políticas públicas voltadas para a RIO-92; e **AVS nº 34, de 2012** (Aviso nº 590/2012– SESES-TCU– Plenário, na origem), que encaminha o Acórdão 1210/2012-TCU– Plenário (TC-007.130/2012-0), sobre as contas da Presidência da República no exercício de 2012. **Conforme análise prévia, serão designados relatores para as matérias; 2) Ofício “S” nº 51, de 2012**, do Secretário de Governo de São Bernardo do Campo, que encaminha ao Senado, para conhecimento, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, prestação de contas dos 2009 dos recursos de Fundo Nacional de Saúde, referentes ao primeiro trimestre de 2011. **O Ofício “S” estará à disposição dos Senhores Senadores pelo prazo de 7 dias na**

Secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, seguirá ao arquivo; 3) Aviso nº 511/2012– SESES–TCU– Plenário. Encaminha o Acórdão 1404/2012–TCU– Plenário (TC-034.633/2011-1), da implantação da ferrovia EF 334, ligando o Porto-Sul-Bahia; **Aviso nº 503/2012– SESES – TCU – Plenário.** Encaminha o Acórdão 1224/2012–TCU– Plenário (TC-014.089/2012-2). Obras do PAC em Santarém-PA; **AVS 25, de 2012** (Aviso nº 477/2012– SESES – TCU – Plenário, na origem). Encaminha o Acórdão 1168/2012–TCU– Plenário (TC– 021.871/2011-6). Irregularidades na Universidade Federal de Tocantins e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do TO; **Aviso nº 725-GP/TCU– Relatório de Atividades do TCU, 1º trimestre de 2012; Aviso nº 1175-GP/TCU** (Aviso nº 1493 na origem-TCU), autuado na corte de contas como processo nº TC-019.639/2011-2, em resposta ao ofício nº 82/2011/CMA. O Aviso foi encaminhado para relatoria do Senador Jorge Viana que votou: “Diante da resposta do Tribunal de Contas da União e do disposto no inciso VI do art. 3º do Ato nº 2/2009-CMA e como não há providências a tomar propomos o arquivamento do presente aviso”; **Aviso nº 763/2012– SESES-TCU– Plenário,** que encaminha o Acórdão 1538/2012–TCU– Plenário (TC-010.765/2010-7); **AVS nº 35, de 2012** (Aviso nº 668 e 669/2012– SESES-TCU– Plenário, que encaminham o Acórdão 1457/2012–TCU– Plenário (TC-026.570/2011-4), sobre auditoria operacional na CODEVASF; **Conforme análise prévia, estes avisos estarão à disposição dos senhores senadores pelo prazo de 7 dias na Secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, serão arquivados.** Passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS.** **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 54, de 2012,** que “Em aditamento ao Requerimento nº 44, de 2012-CMA, que solicitou a realização de Audiência Pública “para debater formas de utilização dos recursos oriundos da renovação a título oneroso, por prorrogação ou nova licitação, de concessões de geração de energia elétrica, especialmente na destinação, em parte, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias” requeiro seja convidado para participar dos debates o Coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, senhor Marcelo Moraes”. Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 55, de 2012,** que “Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de

debater com as empresas de telefonia celular, que operam na Paraíba, a prestação do serviço oferecido aos clientes. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Sr João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Sr. Carlos Zenteno, Presidente da Claro; Sra. Andrea Mangoni, Presidente da TIM; Sr. Antônio Carlos Valente, Presidente da VIVO; Sr. Francisco Valim, Presidente da Oi”. Autoria do Projeto: Senador Cícero Lucena. Resultado: Aprovado. **ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 56, de 2012,** que “Nos termos do § 1º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o inciso III, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidada a Senhora Ministra do Meio Ambiente, IZABELLA TEIXEIRA para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos”. Autoria do Projeto: Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovado. **ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2012,** que “Nos termos do § 1º, do art 50, da Constituição Federal, combinado com o inciso III, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidado o Senhor Ministro das Cidades, Aguiinaldo Velloso Borges Ribeiro para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos”. Autoria do Projeto: Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovado. **ITEM 6) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 2, de 2012 – Não Terminativo,** que dispõe “Copa do mundo de 2014. Acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do Estádio do Maracanã, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Waldemir Moka (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Apresentado voto em separado pelo Senador Pedro Taques, propondo o conhecimento e arquivamento do aviso, bem como a apresentação de requerimentos de informações ao Ministro de Estado do Esporte e ao Tribunal de Contas da União. Resultado: Rejeitado o relatório do Senador IVO CASSOL, foi designado relator do vencido o Senador PEDRO TAQUES. Colocado em votação o voto em separado, foi aprovado, passando a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento, e pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Estado do Esporte e ao Tribunal de Contas da União.

ITEM 7) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 5, de 2012 – Não Terminativo, que dispõe “Relatório de auditoria de natureza operacional. Renúncia fiscal instituída pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Pedro Taques. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do aviso, bem como pela apresentação de requerimentos de informações aos Ministros de Estado de Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional, da Fazenda; ao Secretário Especial de Portos e ao Advogado-Geral da União. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do aviso, bem como pela apresentação de requerimentos de informações aos Ministros de Estado de Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional, da Fazenda; ao Secretário Especial de Portos e ao Advogado-Geral da União. **ITEM 8) MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2012 – Não Terminativo**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º art. 67 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento. Assume a Presidência da reunião o Senhor Senador Aníbal Diniz. **ITEM 9) OFÍCIO “S” Nº 3, de 2012 – Não Terminativo**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO referente ao 2º semestre de 2011”. Autoria: Autoridade Pública Olímpica – APO. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento. Retorna à Presidência da reunião o Senhor Senador Rodrigo Rollemberg. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2006 – Não Terminativo**, que “Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CCJ e com três emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2011 – Não Terminativo**, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”. Autoria: Deputado Jefferson Campos. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retira-

do de Pauta. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2011 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a obrigação de os laboratórios farmacêuticos inserirem nos rótulos dos medicamentos alerta sobre a existência da lactose na composição de seus produtos”. Autoria: Deputado Sandro Mabel. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, de 2007 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação”. Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2008 – Não Terminativo**, que “Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos”. Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP). Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Concedida vista ao Senador Sérgio Souza, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2011 – Não Terminativo**, que “Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com “cláusulas de fidelização” do assinante”. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador Clovis Fecury (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. **ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011 – Terminativo**, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência”. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Retirado de Pauta. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 58, de 2012**, que “Requeiro, nos termos regimentais, a indi-

cação de Senadores para participarem, como representantes desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da COP 11 – Décima-primeira sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que acontecerá no período de 8 a 19 de outubro de 2012, em Hyderabad, Índia”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **ITEM 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 59, de 2012**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para discutir o Protocolo de Nagoya, como atividade preparatória para a COP 11 – Décima-primeira sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que acontecerá em outubro deste ano, em Hyderabad, Índia”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **Ficam adiadadas os itens 3) REQUERIMENTO S/N, DE 2012-CMA; 11) PLC 90/2011; 17) PLS 79/2012; 18) PLS 143/2012; 19) PLS 438/2007; 20) PLS 606/2007; 21) PLS 55/2008; 22) PLS 353/2011; 24) PLS 738/2011; e 25) PLS 90/2012**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 28ª e 29ª reuniões.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Informo o recebimento dos seguintes documentos, que se encontram à disposição dos membros na Secretaria da Comissão:

– comunicado do Sr. Marco Antonio Bologna – CEO da TAM S.A e da TAM Linhas Aéreas S.A, informando o nascimento do grupo “Latam Airlines”, fruto da união da TAM S.A e da Lan Airlines;

– comunicado da Global Canopy Programme (GCP), que envia o relatório *Pense Pinc* sobre segurança alimentar, hídrica e energética no Brasil;

– Ofício nº 5257/2012/GAB/Senacon/MJ, que informa a criação da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon);

– relatório anual de atividades de 2011 da agência nacional de telecomunicações – Anatel;

– ofício da Liderança do PDT, comunicando a substituição do Senador Acir Gurgacz pelo Senador Assis Gurgacz como membro da comissão.

Leitura de avisos, em conformidade ao Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

– AMA 12/2012, de 28 de março de 2012 (encaminha Aviso nº 210/2012 – Seses–TCU–Plenário. Encaminha o Acórdão nº 482/2012–TCU–Plenário (TC-022.631/2009-0), sobre avaliação que indica problemas nas multas aplicadas pelas agências reguladoras e inclui sugestão legislativa;

– Aviso nº 654/2012–Seses–TCU–Plenário. Encaminha o Acórdão 1404/2012–TCU–Plenário (TC-034.633/2011-1), sobre o processo de internalização das políticas públicas voltadas para a Rio-92; e

– AVS nº 34, de 2012 (Aviso nº 590/2012–Seses–TCU–Plenário, na origem), que encaminha o Acórdão 1210/2012–TCU–Plenário (TC-007.130/2012-0), sobre as contas da Presidência da República no exercício de 2012. Conforme análise prévia, serão designados relatores para as matérias.

– De 2011, prestação de contas de 2009 dos recursos do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao primeiro trimestre de 2011. O Ofício “S” estará à disposição dos Srs. Senadores pelo prazo de 7 dias na secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, seguirá ao Arquivo.

– Aviso nº 511/2012–Seses–TCU–Plenário. Encaminha o Acórdão 1404/2012–TCU–Plenário (TC-034.633/2011-1), da implantação da Ferrovia EF 334, ligando o porto-sul-bahia;

– Aviso nº 503/2012–Seses–TCU–Plenário. Encaminha o Acórdão 1224/2012–TCU–PLENARIO (TC-014.089/2012-2). Obras do PAC em Santarém–PA;

– AVS nº 25, DE 2012 (Aviso Nº 477/2012–Seses–TCU–Plenário, na origem). Encaminha o Acórdão 1168/2012–TCU–Plenário (TC– 021.871/2011-6). Irregularidades na Universidade Federal de Tocantins e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de TO;

– Aviso nº 725–GP/TCU– Relatório de Atividades DO TCU, 1º trimestre de 2012;

– Aviso nº 1175–GP/TCU (Aviso nº 1493 na origem–TCU), autuado na Corte de Contas como Pro-

cesso nº TC–019.639/2011-2, em resposta ao Ofício nº 82/2011/CMA. O aviso foi encaminhado para Relatoria do Senador Jorge Viana, que votou: “Diante da resposta do Tribunal de Contas da União e do disposto no inciso V do art. 3º do Ato nº 2/2009–CMA e como não há providências a tomar, propomos o arquivamento do presente aviso”.

– Aviso nº 763/2012–Seses–TCU–Plenário, que encaminha o Acórdão 1538/2012–TCU– Plenário (TC-010.765/2010-7);

– AVS nº 35, de 2012 (Aviso nº 668 e 669/2012–Seses–TCU–Plenário, que encaminham o Acórdão 1457/2012–TCU–Plenário (TC-026.570/2011-4), sobre auditoria operacional na Codevasf;

Conforme análise prévia, esses avisos estarão à disposição dos Srs. Senadores pelo prazo de 7 dias na secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, serão arquivados.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 54, de 2012

Em aditamento ao Requerimento nº 44, de 2012-CMA, que solicitou a realização de Audiência Pública “para debater formas de utilização dos recursos oriundos da renovação a título oneroso, por prorrogação ou nova licitação, de concessões de geração de energia elétrica, especialmente na destinação, em parte, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanentes ripárias”, requeiro seja convidado para participar dos debates o Coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, senhor Marcelo Moraes.

Autoria do projeto: Senador Rodrigo Rollemberg. Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. *(Pausa.)*

Em virtude da ausência do autor, vou subscrever o requerimento, para que possamos apreciá-lo.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 55, de 2012

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Co-

missão com a finalidade de debater com as empresas de telefonia celular, que operam na Paraíba, a prestação do serviço oferecido aos clientes.

À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Sr João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Sr. Carlos Zenteno, Presidente da Claro; Srª Andrea Mangoni, Presidente da TIM; Sr. Antônio Carlos Valente, Presidente da Vivo; Sr. Francisco Valim, Presidente da Oi.

Autoria do projeto: Senador Cícero Lucena.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Há dois requerimentos aqui de autoria do Senador Romero Jucá, Itens 4 e 5, que também vou subscrever para que possamos apreciá-lo, nos termos do § 1º do art. 50.

Foi aprovado o requerimento do Item 2.

Passarei aos Itens 4 e 5 conjuntamente, já que se trata do mesmo objetivo.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 56, de 2012

Nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidada a Senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para que compareça ao plenário desta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Autoria: Senador Romero Jucá

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2012

Nos termos do § 1º do art 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidado o Sr. Ministro das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, para que compareça ao plenário desta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Autoria do projeto: Senador Romero Jucá.

Portanto, coloco em votação, conjuntamente, os Itens 4 e 5.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos dos Itens 4 e 5 da pauta.

Inclusão extrapauta de requerimentos.

Coloco em votação a inclusão extrapauta de dois requerimentos de minha autoria, sobre o Protocolo de Nagoya.

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 58, de 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de Senadores para participarem, como representantes desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da COP 11 – décima primeira sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que acontecerá no período de 8 a 19 de outubro de 2012, em Hyderabad, Índia.

Autoria do projeto: Senador Rodrigo Rollemberg.

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 59, de 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para discutir o Protocolo de Nagoya, como atividade preparatória para a COP 11 – décima primeira sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que acontecerá em outubro deste ano, em Hyderabad, Índia.

Autoria do projeto: Senador Rodrigo Rollemberg. Em votação o Item 27.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento do Item 26.

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O Item 3 fica adiado pela ausência do autor.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro o aditamento do Requerimento nº 33 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que aprovou a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a situação dos recursos humanos da Auditoria do SUS nas três esferas de governo. Requeiro a inclusão do Sr. Ronaldo Soares Negromonte de Macedo, representante da Associação Nacional dos Auditores do SUS, AUDSUS, como convidado na audiência pública.

Autoria: Senador Cícero Lucena)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pulamos o Item 6, pela ausência do Relator, e vamos ao Item 8, cuja Relatoria é do Senador Anibal Diniz.

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2012

– Não Terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 67 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: pelo conhecimento e arquivamento. Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Rodrigo.

Como a Relatoria é para conhecimento e arquivamento, eu vou simplificar a leitura do relatório.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas da União, referente ao 2º bimestre de 2012, contendo a análise e revisão das expectativas de arrecadação das receitas e de realização das despesas para o exercício, as quais são componentes fundamentais na formação do resultado primário.

Conclusão.

Nesta 2ª Avaliação, diante dos números apresentados, o Poder Executivo concluiu que, dado o balanço favorável entre o aumento na previsão das receitas primárias líquidas confrontado com a menor variação na estimativa das despesas primárias obrigatórias para 2012, os limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos na 1ª Avaliação podem ser aumentados em R\$1.328,7 milhão.

Adicionalmente, destacou que o art. 9º da LRF estabelece que a recomposição deve ser efetuada proporcionalmente às reduções ocorridas, mediante ato próprio de cada um dos Poderes e do MPU, consoante critérios estabelecidos na LDO. A LDO 2012 determina em seu art. 67 que isso ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder na base contingenciável, definida nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo. Mas a exclusão dos Poderes Legislativo e Judiciário e MPU da base contingenciável pode ocorrer caso a reestimativa do montante das receitas primárias líquidas de transferências a Estados e Municípios seja superior à existente no Projeto de Lei Orçamentária para 2012 (PLOA20120).

Como a reavaliação das receitas primárias líquidas foi superior à estimativa contida no PLOA2012, então foi excluído integralmente da base contingenciável os valores das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU.

Com base nisso, foram ampliados os limites de empenho e movimentação financeira dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e MPU em R\$1.315,0 milhão; R\$3,5 milhões; R\$ 9,2 milhões e R\$1 milhão, respectivamente.

Voto.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 35, de 2012-SF, e dos demais documentos que compõem o respectivo processo e determine o envio ao arquivo.

Informo, adicionalmente, que o presente relatório, dada a sua natureza orçamentário-financeira, é objeto de apreciação regular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO – de que trata o art. 166, §1º da Constituição Federal.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 9

OFÍCIO “S” Nº 3, de 2012

– Não Terminativo –

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO referente ao 2º semestre de 2011.

Autoria: Autoridade Pública Olímpica – APO

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

-Ofício “S” apreciado pela CE, com parecer pelo conhecimento da matéria.

Informo que o relatório original foi lavrado pelo Senador Waldemir Moka. Ocorre que o Senador Moka não é mais membro da CMA. Assim, avoquei para mim a relatoria, mantendo o relatório apresentado inicialmente.

Passo a Presidência ao Senador Anibal Diniz para que eu possa relatar o próximo item da pauta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 3, de 2012, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, que encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO referente ao 2º semestre de 2011.

Vou fazer um resumo rápido deste ofício encaminhado pelo Presidente da Autoridade Pública Olímpica.

O objetivo principal da Autoridade Pública Olímpica (APO) é coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, especialmente no que tange ao cumprimento das obrigações assumidas por esses entes federados perante o Comitê Olímpico Internacional (COI).

Consoante o Relatório em tela, a APO desenvolveu duas frentes de trabalho desde julho de 2011: 1. estruturação da autarquia; e 2. operacionalização do processo de identificação e acompanhamento dos projetos com o objetivo de montar a Carteira Olímpica.

Em relação ao primeiro ponto, realizaram-se, juntamente com representantes do Governo Federal, entre outras, reuniões para:

1. estruturação administrativa da APO (7, 12 e 19 de julho; e 2 de agosto);
2. estruturação jurídica da APO (13 de julho);
3. estruturação orçamentário-financeira da APO e discussão de orçamento;
4. elaboração de minuta de decreto de regulamentação da Lei nº 12.396, de 2011;
5. elaboração de minuta do Contrato de Rateio do Consórcio da APO;
6. elaboração de minuta do estatuto da APO;
7. análise do Regime Diferenciado de Contratação (RDC); e
8. discussão de operacionalização do repasse financeiro do Ministério dos Esportes para a APO.

Em conjunto com o COI e o Comitê Paraolímpico Internacional (IPC), promoveram-se, ainda, os seguintes eventos:

– 6º, 7º e 8º *Venues and Infrastructure Construction Review – VICR* (Revisão da Construção da Infraestrutura e dos Locais de Eventos), entre 1º e 4

de agosto, entre 7 e 9 de novembro e entre 7 e 9 de dezembro, respectivamente;

– 4º *Project Review* (Revisão de Projetos) – COI e 1º *Project Review* – IPC, em 9 de novembro e nos dias 23 e 24 de novembro, respectivamente; e

– *Olympic Games Knowledge Management* (Gestão do Conhecimento – Jogos Olímpicos) sobre Esporte (10 de novembro), sobre Transporte (5 a 7 de dezembro) e sobre Energia (13 a 15 de dezembro).

O Relatório de Atividades apresenta também a execução orçamentária da APO em 2011, cuja previsão era de R\$ 21 milhões, receita do Contrato de Roteio entre os governos federal, estadual e municipal.

Entretanto, foram executados R\$14.580.059,00, resultando num superávit reprogramável de R\$6.419.941,00.

Voto.

Diante do exposto, manifesto-me no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das informações contidas no Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO) referente ao 2º semestre de 2011, e delibere pelo arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Rodrigo.

Comunico que o Ofício “S” foi apreciado pela Comissão de Educação, com o parecer pelo conhecimento da matéria.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente, pelo conhecimento e arquivamento do Ofício “S” nº 3, de 2012.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O item 10 foi retirado de pauta.

O item 11, o relator não se encontra presente. Vamos pular.

O item 12 foi retirado de pauta a pedido do relator. (*São os seguintes os itens retirados de pauta:*

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2006

– Não Terminativo –

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CCJ e com três emendas que apresenta

Observações:

-Matéria apreciada pela CCJ, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CCJ.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2011

– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Deputado Jefferson Campos

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

-A matéria será apreciada em decisão terminativa pela CCJ.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2011

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a obrigação de os laboratórios farmacêuticos inserirem nos rótulos dos medicamentos alerta sobre a existência da lactose na composição de seus produtos.

Autoria: Deputado Sandro Mabel.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: Pela rejeição.

Informo que a matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011, que determina que os rótulos de medicamentos que contenham lactose na sua composição tragam advertência sobre esse fato. A obrigatoriedade alcança, também, os medicamentos importados.

A inobservância dessa determinação é tipificada como infração à legislação sanitária federal.

A proposição é justificada em razão do risco que a ingestão inadvertida daqueles produtos pode trazer para pessoas portadoras de intolerância à lactose e encontra guarida na nossa ordem constitucional e no Código de Defesa do Consumidor, que determinam que os fornecedores de produtos prestem todas as informações necessárias ao seu uso seguro, correto e adequado aos consumidores.

A matéria foi distribuída para a apreciação da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foi objeto de emenda.

Análise.

Nos termos do que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 102-A, inciso III, compete a esta Comissão manifestar-se sobre os aspectos atinentes à defesa do consumidor da matéria em apreciação.

A preocupação da Câmara dos Deputados e, em especial, do Deputado Sandro Mabel com a saúde e o bem-estar das pessoas acometidas por intolerância à lactose é digna de nota. Contudo, no mérito, a medida oriunda daquela Casa Legislativa é apenas aparentemente adequada e coerente com os princípios e os objetivos de uma melhor proteção e defesa da saúde e das relações mais harmônicas de consumo.

Ainda que “simples e efetiva”, nos termos do proponente, ela traz mais ônus do que vantagens, uma vez que a quantidade presente de lactose em medicamentos, na qualidade de excipiente, é mínima e, em decorrência, o consumo desses produtos em doses terapêuticas não será suficiente para desencadear sintomas de intolerância.

Dessa forma, a adoção da medida representará ônus adicional ao fabricante, sem benefício proporcional ao consumidor. Ademais, o emprego de alertas para questões de pouca importância pode ter o efeito negativo de desviar a atenção do consumidor das advertências realmente relevantes.

O projeto tem, ainda, problemas de ordem formal.

Em primeiro lugar, parece-nos que se trata de matéria inadequada à lei, por tratar de minudência que seria mais bem regulada por norma infralegal, isto é, esse detalhe técnico de regulamentação caberia mais a uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do que a uma lei federal, nos termos do inciso III do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

Além disso, já existem normas gerais sobre o assunto, positivadas nas leis de saúde e de defesa do consumidor.

O segundo problema consiste em se tratar a proposição de uma lei extravagante, o que configura injuridicidade, por infringir determinação da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis, em especial o inciso IV do art. 7º que determina que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Senador Aníbal Diniz permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela rejeição do projeto.

O item 14 foi retirado de pauta a pedido do relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, de 2007

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

-A matéria será apreciada, em decisão terminativa, pela CE.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 32, de 2008

– Não Terminativo –

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

Autoria: Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

Relatoria: Senador Aníbal Diniz.

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Informo que a matéria será apreciada pela CRA. Com a palavra o Relator, Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, por se tratar de uma matéria fruto de 16 meses de trabalho da Comissão de Mudanças Climáticas, tomo a liberdade de fazer a leitura na íntegra.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 32, de 2008. A proposição tem por objetivo introduzir critérios relacionados à mudança do clima no proces-

so de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de projeto superior a vinte e cinco anos.

Para tanto, acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

A redação sugerida para o novo § 5º é a seguinte:

Art. 10.

§ 5º O processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos deverá levar em conta as recomendações e diretrizes emanadas do Plano de Ação Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas.

..... (NR)

Juntamente com outras sete proposições legislativas, o PLS nº 32, de 2008, é fruto dos trabalhos da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que funcionou no Congresso Nacional entre fevereiro de 2007 e junho de 2008.

Por ter sido proposto por uma Comissão Mista, o projeto segue o rito abreviado de tramitação previsto no art. 143 do Regimento Comum do Congresso Nacional. Por esse rito, o projeto tramita sucessivamente no Plenário das duas Casas Legislativas. Contudo, para assegurar a ampla participação parlamentar nos debates sobre as matérias em tramitação no Congresso Nacional, é possível e desejável que esses projetos sejam também submetidos às Comissões temáticas pertinentes das duas Casas, mediante requerimento de Senador ou Deputado Federal.

Com a aprovação do Requerimento nº 553, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, o PLS nº 32, de 2008, foi submetido à apreciação da CMA. Por força do Requerimento nº 601, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, o projeto tramitará também na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) antes de voltar ao Plenário do Senado Federal.

Até o momento, não foram oferecidas emendas. Análise.

De acordo com as alíneas a e b do inciso II do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, em especial sobre conservação da natureza, política e sistema nacional de meio ambiente.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a mudança do clima

constitui o maior desafio à promoção do desenvolvimento humano já enfrentado pela humanidade.

Contudo, as incertezas que cercam o tema – não sobre a existência do fenômeno, mas quanto ao seu ritmo e intensidade – têm servido de pretexto para retardar a necessária e urgente ação para mitigar as causas e, principalmente, promover a adaptação às consequências inevitáveis das alterações climáticas.

Segundo o Quarto Relatório de Avaliação (AR4) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), a mudança do clima decorre de modificações na composição da atmosfera causadas por atividades humanas.

Essas alterações advêm do acúmulo de gases de efeito estufa desde o início da era industrial, derivado da queima de combustíveis fósseis, dos desmatamentos e queimadas, da decomposição do lixo e da adoção de práticas inadequadas na agricultura e na indústria.

O aumento de temperatura na Terra tende a gerar modificações na geografia física, induzindo mudanças na geografia humana do Planeta. Em outras palavras, a mudança do clima vai influir diretamente em onde e como as pessoas vivem. Além disso, o aquecimento global terá reflexos em setores diversos, como os recursos hídricos, os ecossistemas, as florestas, a produção de alimentos, os sistemas costeiros, a indústria e a saúde. Para a América Latina, por exemplo, o IPCC projeta a savanização da Amazônia e o aumento da aridez das regiões semiáridas.

As alterações no padrão de chuvas e, consequentemente, no regime de escoamento dos rios terão reflexos diretos na geração hidrelétrica de energia. Em empreendimentos públicos e privados dessa natureza, que possuem horizonte de operação longo, essas alterações deveriam, necessariamente, ser levadas em conta na elaboração do projeto. Isso tem implicações não apenas ambientais, mas, em igual importância, também econômicas. O mesmo poderia ser dito em relação à adaptação de estruturas costeiras – portos, por exemplo – à elevação do nível dos oceanos, outra consequência muito lembrada da mudança do clima.

A medida prevista no PLS nº 32, de 2008, refere-se à imperiosa necessidade de adaptação aos efeitos da mudança do clima. Nada justifica o investimento – público ou privado – de recursos escassos em empreendimentos que podem vir a ter seu desempenho e sua funcionalidade reduzidos em função de variações previsíveis nas condições ambientais para as quais foram projetados.

Entretanto, a inclusão de exigências adicionais para o licenciamento ambiental pode gerar resistências dos setores desenvolvimentistas da sociedade. Essa é

mais uma faceta do frequente – e falso – embate entre a defesa do meio ambiente e a promoção do crescimento econômico. A promoção do desenvolvimento envolve, necessariamente, três pilares de igual relevância: viabilidade econômica, responsabilidade ambiental e justiça social. Qualquer estratégia que contemple apenas o crescimento econômico, baseada na crença de que ele gerará automaticamente proteção ambiental e redistribuição de renda, não merece ser considerada como desenvolvimento.

Desse modo, entendemos que a medida preconizada pelo PLS nº 32, de 2008, reveste-se de fundamental importância para a continuidade, em médio e longo prazos, do desenvolvimento no País. Entretanto, consideramos que, passados quatro anos da apresentação do projeto pela Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, aprimorou-se o entendimento sobre diversas questões relacionadas com o tema.

Em primeiro lugar, cabe caracterizar a abrangência do projeto em termos do tipo de empreendimento e não do seu horizonte de operação. Nesse sentido, optamos por limitar às obras de infraestrutura a necessidade de identificação de vulnerabilidades à mudança do clima. Essa medida se justifica em função dos vultosos investimentos realizados nesses casos. Além disso, procuramos tornar mais claro o modo de identificação dessas vulnerabilidades, que devem ser aferidas por meio da construção de cenários climáticos para o horizonte temporal de operação, com base nos planos setoriais de adaptação pertinentes.

Por fim, o Plano de Ação Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas não havia sido finalizado em fevereiro de 2008, época da apresentação do PLS nº 32, de 2008. Ele foi concluído oficialmente apenas em 1º de dezembro de 2008 e veio a denominar-se Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Com base nele, vêm sendo elaborados os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação, destinados a enfrentar as causas e consequências da mudança do clima, bem como reduzir impactos e vulnerabilidades em vários setores da economia brasileira. Por esse motivo, entendemos não ser mais conveniente a menção expressa ao Plano de Ação Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas.

As necessárias atualizações apontadas acima são realizadas em emenda que oferecemos.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CMA

(ao PLS nº 32, de 2008)

Dê-se ao § 5º do art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, a seguinte redação:

Art. 10.

§ 5º O licenciamento ambiental de obras de infraestrutura levará em consideração a vulnerabilidade do empreendimento à mudança do clima, aferida por meio da construção de cenários climáticos para o horizonte temporal de operação, com base nos planos setoriais de adaptação pertinentes. (NR)

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

Com a palavra o Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, entendo que este é um tema muito importante. E o Brasil tem avançado muito no que diz respeito a formar uma legislação que prive pela conservação do meio ambiente, principalmente com relação a cuidarmos de que há, de fato, uma realidade de mudanças climáticas e que isso está causando danos não só ao meio ambiente, mas também a todos os cidadãos.

Mas com o intuito de analisar rapidamente este projeto e de me aprofundar um pouco mais neste tema, como Relator da Comissão de Mudanças Climáticas, vou pedir vistas deste projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida ao Senador Sérgio Souza.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com “cláusulas de fidelização” do assinante.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatoria: Senador Clovis Fecury (Substituído por *ad hoc*).

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz.

Relatório: Pela aprovação, com uma emenda.

Observações:

– A matéria será apreciada, em decisão terminativa, pela CCT.

– O relatório foi lido na reunião de 06/03/2012, sendo concedida vista do projeto ao Senador Romero Jucá. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Anibal Diniz permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1, da CMA.

Vamos agora ao Item 7, que tínhamos passado.

ITEM 7**AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 5, de 2012****– Não Terminativo –**

Relatório de auditoria de natureza operacional. Renúncia fiscal instituída pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do aviso, bem como pela apresentação de requerimentos de informações aos Ministros de Estado de Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional, da Fazenda; ao Secretário Especial de Portos e ao Advogado-Geral da União.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso da CMA (AMA) nº 5, de 2012, do Tribunal de Contas da União (nº 1.714-Seses-TCU-Plenário, de 2011, na origem), cujo objeto é discriminado abaixo.

O Tribunal de Contas da União (TCU) cumpre sua missão constitucional de auxiliar o Congresso Nacional a exercer o controle externo da atividade administrativa do Estado ao encaminhar a esta Casa cópia do Acórdão nº 3.137/2011-TCU-Plenário e dos Relatório e Voto que o fundamentaram. O *decisum* da Corte de Contas foi exarado em sede do TC 030.315/2010-7, cujo objeto é auditoria de natureza operacional para verificar possíveis irregularidades e distorções no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento

da Infraestrutura (Reidi), uma das medidas de incentivo fiscal no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

O benefício concedido pelo regime especial consiste na suspensão da exigência da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes sobre a receita decorrente da venda ou importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, e de materiais de construção, quando adquiridos ou importados por pessoa jurídica habilitada ao regime, para incorporação em obras de infraestrutura, nos setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação. Tal suspensão também se aplica ao aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos para utilização em obras de infraestrutura, bem como à venda ou importação de serviços destinados a essas obras, quando contratados por pessoa jurídica beneficiária do Reidi.

Aqui eu faço, Sr. Presidente, todo um histórico a respeito do programa e elenco que a Corte de Contas avaliou os seguintes potenciais benefícios esperados da auditoria: melhoria na organização administrativa, nos controles internos, na forma de atuação e nos resultados dos órgãos e entidades envolvidos na gestão do Reidi; compartilhamento de informações entre os referidos órgãos e entidades; aumento da expectativa de controle; impactos sociais positivos e fornecimento de subsídios ao Congresso Nacional.

Os principais achados de auditoria foram: a) ausência parcial de normas regulamentares específicas e inexistência de sistemas informatizados para gerenciamento da aprovação de projetos e para habilitação das empresas beneficiárias; b) o incentivo fiscal instituído pelo Reidi não tem alcançado todos os setores previstos nas normas que o regulamentam, haja vista a ausência de projetos de saneamento básico e irrigação e a consequente concentração dos referidos benefícios em projetos de energia e transportes; c) inexistência de acompanhamento da execução dos projetos de infraestrutura incentivados pelo Reidi e de procedimento para o controle do usufruto do benefício fiscal por parte das empresas beneficiadas; d) indícios de exorbitância do poder regulamentar no âmbito da legislação de regência do Reidi; e) divergência entre as informações prestadas pelo Ministério das Cidades e os dados do Demonstrativo dos Gastos Tributários 2008 – valores efetivos.

O Acórdão percorre a análise. E agora, no voto, eu passo a fazer a análise.

A matéria que chega ao conhecimento desta CMA é de suma importância, não apenas pelas vultosas somas envolvidas. Trata-se de ação que visa à

melhoria da infraestrutura nacional e, de forma mediatamente, à manutenção do nível de emprego e ao fomento da sua criação.

Deve-se render homenagem ao proficiente trabalho realizado pelo Tribunal de Contas, que permite aos parlamentares acesso a elementos para o exercício de seus mandatos, porquanto somos auxiliados pelo órgão na tarefa que nos é ínsita de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Esta é uma das características essenciais do sistema de tripartição de poderes presente nas modernas constituições, como é o caso da Carta Cidadã de 1988, que alberga instrumentos de pesos e contrapesos, de inspiração norte-americana (*checks and balances*). O artigo 49, inciso X, da Constituição é o fundamento para essa atividade fiscalizatória.

Auditorias de natureza operacional, como a que tomamos conhecimento agora, diferem das auditorias de legalidade. Estas dedicam-se a examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão. Por seu turno, as de natureza operacional buscam avaliar o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionados, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados. Por isso, também são chamadas auditorias de desempenho.

O conteúdo dos documentos carreados é didático, profundo, esclarecedor e manancial de informações para a atuação individual de cada um dos Senadores.

O foco do trabalho do Tribunal foi a eficiência na implementação do Regime de Incentivos. Neste sentido, a auditoria avaliou em que medida os órgãos executores cumpriram as prescrições e princípios da lei de criação para tornar concreta a concessão do benefício. Trata-se de importante objetivo, na medida em que uma implementação deficiente é um dos riscos mais frequentes ao sucesso de uma política pública.

À luz de tudo isso, Sr. Presidente, e em nome da economia processual, opinamos pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 5, de 2012, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham, bem como que, com fundamento no art. 50, § 2º, e no art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 102-A, inc. I, alíneas a e c do Regimento desta Casa, sejam encaminhados os seguintes requerimentos de informação, em número de sete.

Aqui descrevo e elenco o número de informações.

Aqui, estamos a pedir o arquivamento do aviso, mas nós precisamos continuar na nossa atividade, que é primária, típica, no sentido de fiscalizar e de acompanhar esse programa.

Assim, faço sete requerimentos, no seguinte sentido.

Com fundamento nos artigos já citados, requeiro, no âmbito desta Comissão, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro de Estado das Minas e Energia:

I) se foram cumpridas as determinações feitas pelo Tribunal de Contas da União nos itens que elenco;

II) se foram atendidas as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União nos itens que elenco;

III) em havendo determinações não cumpridas, informar os motivos para o não cumprimento e as providências adotadas para corrigir as irregularidades;

IV) em havendo recomendações não atendidas, informar os fundamentos disso.

Com fundamento nos mesmos dispositivos, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro de Estado dos Transportes:

I) se foram cumpridas as determinações feitas pelo Tribunal de Contas, quais foram;

II) se foram atendidas as recomendações;

III) em havendo determinações não atendidas, informar os motivos;

No mesmo sentido, há ofícios de informações ao Ministro de Estado da Integração Regional; no mesmo sentido, ao Secretário Especial de Portos; a S. Exa. o Ministro de Estado da Fazenda, nos mesmos sentidos das recomendações do Tribunal de Contas da União.

Com fundamentos nos mesmos dispositivos, sejam solicitadas as seguintes informações ao Advogado-Geral da União:

I) se foi cumprida a determinação feita pelo Tribunal de Contas da União. No caso de não cumprimento da determinação, informar os motivos e as providências adotadas.

No mesmo sentido, Sr. Presidente, com fundamento nos mesmos dispositivos, sejam solicitadas as seguintes informações a S. Exa. o Ministro de Estado da Fazenda, no que se refere ao Regime Especial de Incentivos:

I) qual a estimativa do impacto do Regime, desde a sua criação, sobre o investimento em infraestrutura, por segmento-alvo, discriminando-se:

I.1) aqueles montantes de investimento em infraestrutura que se estima serem decorrentes especificamente da concessão do regime;

I.2) os efeitos da elevação do investimento obtida por meio do regime; e

I.3) a metodologia de avaliação adotada.

II) qual a estimativa do impacto do regime, desde a sua criação;

II.1) as parcelas de arrecadação que se estima decorrentes direta e indiretamente dos efeitos da concessão do Regime Especial de Incentivos;

II.2) a metodologia.

São esses os requerimentos que proponho à análise desta Comissão.

Sr. Presidente, nós poderíamos, aqui, ter uma análise meramente formal: arquivarmos o aviso e não tomarmos providências no sentido de fazermos o acompanhamento das recomendações do Tribunal de Contas da União. É um caminho que esta Comissão, de forma legítima, pode tomar. No entanto, com respeito a essa posição, entendo que a nossa função aqui não pode ser meramente formal; nossa função deve ser uma função de Estado, independentemente de Governo. Por isso, eu ousou sugerir que esses requerimentos sejam acatados por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Quero manifestar a concordância da Presidência desta Comissão com as observações e com as propostas apresentadas por V. Exa.

Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Pedro Taques.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento do aviso, bem como pela apresentação de requerimentos de informação aos Ministros de Estado de Minas e Energia, do Transporte, da Integração Nacional, da Fazenda, ao Secretário Especial de Portos e ao Advogado-Geral da União.

ITEM 6

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2012

Copa do mundo de 2014. Acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do Estádio do Maracanã, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria Ad Hoc: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

-O relatório foi lido na reunião de 08/05/2012, sendo concedida vista do projeto ao Senador Pedro Taques. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

-Apresentado voto em separado pelo Senador Pedro Taques, propondo a aprovação de requerimentos de informações ao TCU e ao Ministro de Estado do Esporte.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques, para leitura do voto em separado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Relatório, Sr. Presidente.

Histórico da tramitação:

O Acórdão nº 2333/2011 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, descreve as ações de fiscalização realizadas pela Corte de Contas nos aspectos relevantes da operação de crédito celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro para financiamento das obras de reforma e adequação do Estádio do Maracanã.

O Relatório apresentado no dia 3 do presente mês pelo Senador Waldemir Moka descreve com minúcia o acórdão relatado e suas conclusões, terminando por propor que a Comissão tome conhecimento do aviso e promova seu arquivamento.

Permito-me apresentar o presente voto em separado não para discordar do encaminhamento do nobre relator, mas tão somente para acrescentar propostas de providências complementares que somente encontram veículo processual nesta espécie de manifestação.

Análise da matéria:

Com efeito, a conclusão pelo arquivamento é justificável tendo em vista que o Tribunal apontou a inexistência de sobrepreço no orçamento apresentado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como cientificou o BNDES e o Governo estadual de suas recomendações. Não existem providências legislativas adicionais por ele sugeridas.

No entanto, Sr. Presidente, um par de detalhes do assunto merece um aprofundamento da ação de controle, especialmente por já ter decorrido algum tempo desde a prolação do Acórdão.

Em primeiro lugar, o acórdão salienta à folha 13 (parágrafo 35) que os orçamentos examinados e aceitos pelo Tribunal de Contas foram aqueles apresentados pelo Governo estadual, não correspondendo aos preços contratados com as empreiteiras vencedoras da licitação respectiva. Ora, trata-se de consórcio no qual participa a empresa Delta Construções S.A., atualmente objeto de investigações na CPMI Vegas e cuja atividade empresarial deve suscitar extremo controle. Mesmo que se tenha confirmado a intenção noticiada pela imprensa de retirada dessa empresa do consórcio, os precedentes de irregularidades em que se envolveu tornam recomendável um exame criterioso das suas contratações recentes, em especial as de grande porte.

Desta forma, creio que esta Comissão colaborará com as investigações se demandar ao Tribunal de

Contas a informação sobre a correspondência, na data de hoje, dos preços efetivamente contratados com o consórcio responsável com os preços examinados e acatados pelo Tribunal por meio do pré-falado acórdão. Esta informação pode ser solicitada mediante requerimento, na forma da minuta que desde logo apresento.

Por fim, entre os alertas do Tribunal está a possibilidade de que a obra, tal como qualquer outro estádio sendo construído ou reformado para a Copa do Mundo, pode estar sendo beneficiada pelo generoso regime de desoneração fiscal estabelecido pela Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010. A concessão desse benefício implica, Srs. Senadores, uma redução considerável do custo dos insumos e serviços adquiridos pelos construtores, o que exige o reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos celebrados aos preços do mercado corrente, por exigência da Lei de Licitação, mais especificamente do art. 65, § 5º.

Seria de bom alvitre que a Comissão também acompanhasse a evolução desse reequilíbrio em todos os contratos que envolvam recursos federais, uma vez que os montantes envolvidos são muito significativos e a complexidade do assunto torna pouco factível o exercício direto do controle social. O art. 18, § 2º, da mencionada Lei nº 12.350, de 2010, dispõe que compete ao Ministério do Esporte, em ato próprio, definir e aprovar os projetos que se enquadram nas disposições do Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa).

Entendo que a Comissão deve requerer ao Ministro do Esporte as informações sobre os projetos beneficiados por este regime (incluindo aqueles benefícios concedidos na vigência da Medida Provisória nº 493, de 2010, que o instituiu originalmente o citado regime), bem como dos eventuais reequilíbrios contratuais dele decorrentes. De igual modo, ofereço minuta do Requerimento correspondente.

São estas as providências complementares com as quais penso contribuir, neste voto, com o Relatório original. Tendo em vista que cada um dos requerimentos aqui propostos ensejará a formação de um novo processado legislativo, com objeto e dinâmica próprios, a matéria ora examinada encerra suas finalidades e pode ser encaminhada ao arquivo, como propõe o Relator.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, voto por que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle:

a) aprove requerimento de informações ao Tribunal de Contas, na forma da minuta abaixo;

b) aprove requerimento de informações ao Ministro de Estado do Esporte, para que este informe:

b.1) quais foram os projetos aprovados pelo Ministério no âmbito do Regime Especial;

b.2) ao Ministro dos Esportes se o Ministério dispõe de comprovação de que os eventuais contratos celebrados para os projetos aprovados tiveram o reequilíbrio econômico-financeiro;

c) tome conhecimento do Aviso CMA e promova seu arquivamento.

Requerimento.

Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal e do art. 102-A, inc. I, alínea e, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado ao Tribunal de Contas da União que informe, em relação à fiscalização das obras de reforma e adequação do Estádio do Maracanã, se os preços efetivamente contratados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro ao abrigo do Contrato nº 101/2010 foram ajustados para corresponder àqueles do orçamento examinado e acatado pelo Tribunal por meio do Acórdão nº 2.333.

E Requerimento ao Ministro de Estado do Esporte as seguintes informações:

I) quais foram os projetos aprovados pelo Ministério;

II) se o Ministério dispõe de comprovação de que os eventuais contratos celebrados para os projetos aprovados tiveram aprovado o reequilíbrio econômico-financeiro.

Sr. Presidente, encerro dizendo que esta Comissão tem tomado uma posição de não exercer suas atividades meramente de maneira formal. Nós precisamos entender, Sr. Presidente – e aqui, mais uma vez, eu faço essa construção – que a Comissão de Fiscalização precisa ter um papel ativo nessas fiscalizações. Essa é a vontade do Regimento Interno e, sobretudo, é a vontade da Constituição da República. A função de fiscalizar por parte do Legislativo é uma função que surge antes da função de legislar. Os parlamentos europeus surgem notadamente para que pudessem fiscalizar aquele que faz a gestão de recursos públicos. Então, esta é uma função importante desta Comissão. Solicito apoio a este voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizer que o Requerimento do Senador Pedro Taques é fundamental, uma vez que vem de encontro, primeiro com a necessidade de termos estrutura para a Copa do Mundo. Agora, é inaceitável quando se coloca goela abai-

xo por falta lá atrás, Senador Pedro Taques, de terem começado essas obras com muito mais tempo. E, ao mesmo tempo, vem a própria denúncia do Tribunal de Contas quando colocam um sobrepreço. Estou vendo aqui com conhecimento de causa R\$7,2 milhões para serviços de topografia do estádio do Maracanã, R\$7,2 milhões. Que equipamento, qual sistema moderno estão usando? Porque praticamente só a diferença do preço de demolição é de R\$8,9 milhões, quando você tem a desmontagem da estrutura metálica do Maracanã de R\$11,2 milhões.

Portanto, voto favoravelmente ao requerimento do Senador Pedro Taques para que possamos ter dados fundamentais em nossas mãos para não votarmos aqui no escuro ou simplesmente não fazermos o nosso papel de fiscalizadores.

Portanto, o Tribunal de Contas da União levantou essa questão, há essa diferença. “Olha, mais dos dados só pouco mais de 2% do preço total”. Mas lembrando que o preço total é de mais de R\$1 bilhão.

Então, portanto, sou a favor do requerimento.

Voto favoravelmente para que não votemos essa matéria para o arquivamento e sim termos mais informações para que a população carioca não fique no futuro com o prejuízo dessa conta. O BNDES não está dando dinheiro de graça, ele está emprestando. Eu não conheço nenhuma instituição financeira que dê o dinheiro, ela empresta e é para a Copa do Mundo. Nós já temos muitos Estados quebrados por empréstimos não indevidos, mas com valores embutidos indevidamente.

Então, portanto, voto favoravelmente ao Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vejam bem, eu preciso esclarecer que eu, em primeiro lugar, tenho que colocar em votação o relatório original do Senador Moka, que foi relatado *ad hoc* pelo Senador Ivo Cassol.

Então, quem defende o voto apresentado pelo Senador Pedro Taques tem que rejeitar o primeiro relatório para aprovar o segundo.

Então, a matéria está em votação. Votaremos primeiro o relatório.

Aqueles que concordam com a aprovação do relatório inicial permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, o primeiro relatório foi rejeitado.

Aqueles que concordam com o voto em separado proferido pelo Senador Pedro Taques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nos termos do art. 128 do Regimento Interno designo o Senador Pedro Taques Relator do vencido.

Nos termos do art. 132, § 5º do Regimento Interno do Senado Federal, submeto ao Colegiado se podemos deliberar agora já sobre o voto em separado.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o voto em separado que passa a constituir o parecer da CMA pela apresentação de requerimentos de informações ao TCU e ao Ministro de Estado do Esporte e pelo posterior arquivamento da matéria.

Bom, só tendo mais um item em pauta não terminativo, mais dois itens, o 17 e o 18, e não estando presentes os Relatores da matéria, os demais itens estão adiados.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre forro de PVC.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-A matéria será apreciada em decisão terminativa pela CAE.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

-A matéria será apreciada, em decisão terminativa, pela CDR.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, de 2007

– Terminativo –

Altera o art. 41 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para submeter as agências reguladoras a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual.

Autoria: Senador Gerson Camata

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela rejeição da emenda nº 1-CCJ e pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

-Matéria apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CCJ.

-A matéria constou na pauta dos dias 17/04/2012, 24/04/2012, 08/05/2012, 22/05/2012 e 29/05/2012. Conforme entendimento adotado pela CMA, poderá ser designado relator “ad hoc” para o projeto.

ITEM 20**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2007****– Terminativo –**

Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.

Autoria: Senador Valter Pereira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

-Matéria apreciada pela CAE e CRA, com parecer favorável ao projeto em ambas as comissões com a emenda nº 1-CAE/CRA.

-A matéria constou na pauta dos dias 17/04/2012, 24/04/2012, 08/05/2012, 22/05/2012 e 29/05/2012. Conforme entendimento adotado pela CMA, poderá ser designado relator “ad hoc” para o projeto.

ITEM 21**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2008****– Terminativo –**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que “dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências”, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

-A matéria constou na pauta dos dias 22/05/2012 e 29/05/2012.

ITEM 22**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2011****– Terminativo –**

Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

-Matéria apreciada pela CI, com parecer pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1-CI (substitutivo).

-A matéria constou na pauta do dia 29/05/2012.

ITEM 23**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011****– Terminativo –**

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

-Matéria apreciada pela CAS, com parecer pela aprovação do projeto.

ITEM 24**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 738, de 2011****– Terminativo –**

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

-Matéria apreciada pela CRA, com parecer pela aprovação do projeto.

ITEM 25**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2012****– Terminativo –**

Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Portanto, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos.

Informo que amanhã, às 8h30, nós teremos audiência pública sobre cooperação internacional, com a participação da Agência Brasileira de Cooperação, Fiocruz, Embrapa, Sesi e outros convidados.

Portanto, nada mais, convido todos para amanhã, às 8h30.

Nada mais havendo a deliberar nesta reunião, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia onze de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, VICENTINHO ALVES, VANESSA GRAZZIOTIN e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, em atendimento aos Requerimentos nº 131/2011-CMA e 51/2012-CMA, que propõem um Ciclo de Audiências Públicas sobre Monitoramento de Políticas Públicas no Brasil, para debater programas de cooperação internacional. Comparecem os seguintes convidados: Pedro Antônio Arraes, Diretor Presidente – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Marco Farani, Diretor Executivo – Agência Brasileira de Cooperação – ABC; Claude Pirmez, Vice-Presidente de Pesquisa – Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. A Senhora Gilvana Dourado Bahia, Assessora de Projetos Internacionais – Serviço Social da Indústria – SESI, compareceu à audiência, mas devido a problemas de saúde teve de se ausentar. Ainda, a Senhora Aline Soares, Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento Social, justificou sua ausência. Após a exposição dos convidados, o Presidente Rodrigo Rollemberg apresenta suas perguntas e comentários. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos senhores Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se a debater a cooperação técnica internacional a cargo da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, seus resultados e desafios, em atendimento aos Requerimentos nº 131, de 2011, da CMA, que trata do ciclo de monitoramento de políticas públicas, e nº 51, de 2012, da CMA.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à mesa: o Diretor Executivo da Agência Brasileira de Cooperação – **ABC**, Exmo. Sr. Ministro Marco Farani; o Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **Embrapa**, Sr. Pedro Antônio Arraes, e a vice-Presidente de Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz – **Fiocruz**, Sra. Claude Pirmez.

Comunico que a Assessora de Projetos Internacionais do SESI, Sra. Gilvana Dourado Bahia esteve aqui presente, mas teve um problema de saúde e precisou se retirar. Informo ainda que a Srª Aline Soares, chefe da Assessoria Internacional do MDS justificou sua ausência.

Quero registrar que a Comissão de Meio Ambiente se sente muito honrada com as presenças da Sra. Claude e dos Srs. Pedro Arraes e Ministro Marco Farani para debaterem tema da maior importância que é a cooperação internacional e os instrumentos de que o Brasil dispõe para fortalecer essa cooperação. O Brasil vem assumindo um protagonismo internacional cada vez maior, o que amplia as necessidades de cooperação, e o nosso objetivo aqui é fazer uma reflexão sobre os instrumentos de governança da cooperação internacional e, ao mesmo tempo, sobre o marco legal dessa cooperação internacional, como esta Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle pode contribuir no sentido de garantir maior robustez à cooperação internacional.

Algumas questões que gostaríamos de colocar em discussão são as condições operacionais da ABC,

Agência Brasileira de Cooperação, as suas condições operacionais, se estão adequadas para cumprir atribuições e coordenar satisfatoriamente o grande potencial de crescimento da cooperação técnica sul-sul do Brasil. Se seria conveniente a transformação da Agência Brasileira de Cooperação em autarquia do Governo Federal vinculada ao Itamaraty que assegure à agência a necessária autonomia administrativa e orçamentária. Também gostaríamos de ouvir opinião sobre a criação de uma carreira de analista de cooperação internacional a fim de dotar a ABC de um corpo funcional estável e profissionalizado, fundamental para lidar de forma competente com as especificidades da cooperação internacional, e sobre a necessidade de projeto de lei que venha a regulamentar todo o processo de apoio à cooperação internacional.

Como o nosso tempo nesta manhã deverá ser curto, porque temos às 10 horas uma sessão marcada no Senado para apreciarmos o relatório do Conselho de Ética acerca do pedido de cassação do Senador Demóstenes Torres, nós vamos ter que encerrar quando se iniciar essa sessão e, portanto, vamos diretamente ao nosso debate, iniciando com a apresentação do Ministro Marco Farani, Diretor Executivo da Agência Brasileira de Cooperação.

O SR. MARCO FARANI – Bom, em primeiro lugar, quero agradecer muito ao convite do Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor aqui do Senado Federal. Eu modestamente acho que o Senador Rodrigo Rollemberg está, por meio dessa iniciativa, tocando num ponto muito importante para o Governo brasileiro, a imagem do Brasil no exterior e para a política externa brasileira.

O Brasil não é mais o país que era há vinte, trinta anos; o Brasil mudou muito dos últimos anos para cá. Nosso PIB cresceu muito. Apesar do crescimento baixo da economia brasileira, o PIB curiosamente aumentou muito. Nos últimos vinte anos, o Brasil praticamente quadruplicou o seu PIB. O Brasil hoje é um país rico, com US\$2,6 trilhões de PIB, sendo a sexta economia do mundo, embora nós tenhamos ainda muitos desafios internos aqui a enfrentar, desafios de combate à pobreza, desafios de equidade social, de justiça social, desafios de infraestrutura, desafios na área de educação, de saúde e até mesmo de cultura, além de muitos outros. Há muitos déficits ainda para serem enfrentados no âmbito interno, mas isso não quer dizer que nós não tenhamos que abrir uma frente externa, ou seja, que o Brasil não possa simultaneamente se renovar externamente e procurar definir, desde já, o seu perfil internacional.

Há uma expectativa muito grande com relação ao Brasil, ao seu papel no cenário internacional, na

comunidade internacional. Todos os países, tanto os desenvolvidos como os em desenvolvimento, esperam uma ação mais concreta, mais firme do Brasil no âmbito da política externa.

O PIB brasileiro continua crescendo, e as perspectivas são de crescimento estável pelos próximos vinte anos, na faixa de 4%, o que quer dizer que, provavelmente, o Brasil vai dobrar o seu PIB em quinze anos. O País vai ficar sempre entre a quinta e a sexta economia do mundo. Pelas previsões, se houver uma aceleração do crescimento, o Brasil pode até mesmo passar o Japão e conquistar o posto de quarta economia do mundo em 2032 – essas são as previsões de bancos privados internacionais –, ficando atrás somente de China, Estados Unidos e Índia, nessa ordem.

Vinte anos é muito pouco tempo, e o Brasil está mudando rapidamente de perfil. Isso vai causar implicações evidentes na nossa política externa, e há uma expectativa de um maior engajamento do Brasil nos temas internacionais, ou seja, no campo da política propriamente dita, no campo dos direitos humanos e, sobretudo, no campo do desenvolvimento. Este é o campo que estamos tratando aqui: o campo do desenvolvimento internacional, que é o campo da cooperação técnica. No Brasil, nós chamamos de cooperação técnica, mas, em outros países, chama-se ajuda ao desenvolvimento.

Como nós não dispomos de muito tempo, eu não vou entrar aqui em nuances sobre como a cooperação técnica brasileira se distingue daquela de outros países, mas eu acho importante abordar aqui, neste momento – com isso, é possível dar tempo também aos outros colegas de se expressarem –, que, particularmente, não vejo nenhum outro engajamento possível do Brasil nos assuntos internacionais, de maneira positiva, concreta e muito construtiva, com essa perspectiva de crescimento da economia e de projeção do País, que não seja pela cooperação internacional, levando todas as boas experiências do Brasil, um país em desenvolvimento, um país que ainda enfrenta os desafios da equidade social, boas experiências no campo da agricultura, no campo da saúde.

Está aqui o Presidente da Embrapa, Dr. Pedro Arraes, e a Sra. Claude Pirmez, da Fiocruz, que podem falar melhor sobre o que nós estamos fazendo nas suas respectivas áreas.

O Brasil vem acumulando muitas experiências boas no campo das políticas públicas, no campo da tecnologia propriamente dita e no campo da governança que são muito importantes para outros países em desenvolvimento que não têm uma economia tão grande quanto a brasileira, capaz de sustentar um Estado grande, um Estado forte, cada vez mais forte,

cada vez mais capaz de elaborar políticas públicas, enfrentar os desafios e criar soluções para o desenvolvimento. Como não têm um estado tão forte, esses países em desenvolvimento podem se inspirar no modelo brasileiro.

O Brasil é, como eu dizia, um país em desenvolvimento e tem criado soluções muito adaptáveis, muito próprias também para outros países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, soluções contemporâneas, ao contrário dos países desenvolvidos, que já encontraram soluções para seus problemas, mas as encontraram há 40, 50 anos. De lá para cá, o que os países desenvolvidos têm feito é mantido seu nível de crescimento, seu nível de equidade social, de distribuição de renda, de educação, e têm mantido o *status quo* que alcançaram. Portanto, não têm inovado em políticas públicas. O Brasil, como país em desenvolvimento, com muitos desafios, tem inovado permanentemente. Nos últimos dez anos, por exemplo, do Governo Lula para cá, as políticas sociais brasileiras, políticas inclusivas, são objeto de curiosidade por parte de todos os países do mundo, inclusive países desenvolvidos. Então, o Brasil tem procurado e encontrado soluções contemporâneas para problemas contemporâneos.

Isso é um ator novo no campo da cooperação. Por isso, há muito interesse pelo Brasil. Ao mesmo tempo, acho que é importante enfatizar o aspecto da nossa sociedade, que é multicultural, multiétnica, naturalmente aberta para o contato com outros povos, sem dificuldades de interlocução com outras culturas. Ao contrário, temos até muita curiosidade. Isso provavelmente ocorre com outros países desenvolvidos que já têm um modelo próprio, uma cultura antiga e um modelo de sucesso. Portanto, querem replicar o seu próprio modelo em terceiros países. Nós, como país em construção ainda, temos muita facilidade de interlocução e de construção, em conjunto, de soluções com outros países.

Por todos esses motivos, pela inovação, pela nossa contemporaneidade, pelas características da nossa sociedade, por nossa projeção de futuro, há um interesse enorme pelo Brasil no mundo. E temos aumentado muito a nossa cooperação internacional. A Embrapa e a Fiocruz estão aqui presentes e são parceiras fortíssimas da ABC. Temos mais de 40 projetos da Embrapa no exterior, alguns deles muito importantes, projetos grandes, estruturantes, projetos por meio dos quais a Embrapa está transferindo seu conhecimento gratuitamente para técnicos de terceiros países. A Fiocruz, da mesma forma, está envolvida em dezenas de projetos conosco na área de saúde, juntamente com o Ministério da Saúde. Temos feito isso com mais de 75 instituições públicas brasileiras. Temos trabalhado

sobretudo com o setor público, com o Governo Federal. Temos procurado agora agências, aumentamos muito a nossa cooperação nos últimos quatro anos, passamos de 150, 170 projetos de cooperação para mais de 400 projetos em fase de execução, em 70 países. Portanto, já temos um compromisso muito grande, Senador, com a comunidade internacional.

Como eu disse, temos trabalhado com muitas instituições do Governo Federal, mas temos também procurado alcançar instituições do Governo estadual e inclusive instituições municipais. Assinamos um protocolo de intenções com a SAF – Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República, para que ela divulgue junto a Municípios e a Estados a cooperação internacional e atraia boas instituições, instituições fortes, que têm boa experiência, para que elas também sejam parceiras da ABC na execução de projetos.

Esse modelo brasileiro de trabalhar com instituições públicas tem sido muito apreciado também por outros países, porque o que temos mandado para fora são funcionários públicos do Governo brasileiro, pessoas que trabalham na cooperação, com espírito público, e não com objetivo de lucros. Acontece muitas vezes, em outros casos, cooperações que contratam consultorias especializadas, técnicos e a cooperação acaba virando um negócio importante já que há muito dinheiro envolvido. Países desenvolvidos aplicam bilhões de dólares em cooperação. Nós, no Governo brasileiro, temos aplicado pouco, mas temos trabalhado com instituições públicas. O que precisamos fazer é expandir esse modelo, continuar trabalhando com instituições públicas. Dessa maneira, as instituições públicas brasileiras vão também se conhecer melhor, vão ensinar o que sabem com espírito público, mas também vão aprender muito lá fora, vão aprender sobre si próprias, vão aprender sobre outras instituições, vão se fortalecer e vão trazer exemplos que vão ser incorporados, bons exemplos que vão ser incorporados pelo estamento público, pelo Estado brasileiro.

O Brasil tem um grande desafio, ainda muito grande, na formação do Estado brasileiro. As nossas instituições são fortes, mas ainda precisam se fortalecer muito mais, sobretudo quando a gente olha para o interior do Brasil, para Estados mais pobres e Municípios. Então, a cooperação pode ajudar, inclusive internamente, nesse processo de amadurecimento do País. Mas, ao mesmo tempo, ela pode construir um perfil para o Brasil como eu disse, um perfil positivo, construtivo, proativo no cenário internacional. E construir, sobretudo, ao que a gente tem às vezes se referido, um *soft power* para o Governo brasileiro.

Há duas maneiras de se interferir no cenário internacional, e todos querem interferir de alguma maneira para construir uma ordem internacional que interesse a cada um, mas que interessa a todos de alguma maneira. E o Brasil tem que interferir e não pode perder essa oportunidade. E o Brasil só pode fazer isso pelo *soft power*. Não é, e nunca foi, a nossa opção de utilizar o *hard power*, as Forças Armadas e atuar de forma bélica ou através de uso da violência, às vezes, para defender suas posições. Nós podemos fazer isso por meio das instituições brasileiras, pelo meio *soft*, construindo, portanto, um poder para o Brasil, um poder de influência e de conformação de uma ordem que nos interessa.

Eu queria dizer também, já que o Senador Rodrigo Rollemberg tocou no aspecto do marco legal da cooperação – passo rapidamente por esse assunto, antes de passar a palavra para os outros colegas da Mesa –, que a cooperação brasileira foi até, digamos, num determinado momento, que eu acho que foi no segundo mandato do Presidente Lula, quando ele, depois de ter feito muitas viagens para o exterior, passou a perceber que havia um espaço para o Brasil, um espaço que o Brasil deveria ocupar e passou a falar muito em cooperação, falar muito em mandar a Embrapa, envolver instituições brasileiras e ajudar terceiros países... Foi mais ou menos naquele período que nós passamos a fazer mais cooperação técnica, corresponder à expectativa do Presidente Lula, responder as demandas crescentes que começaram a surgir e expandimos o nosso programa.

Agora, esse processo foi um processo, digamos, endógeno de expansão dentro da ABC, da então existente ABC, de um programa de cooperação. Essa expansão, é claro, resulta também em necessidade de aperfeiçoamento interno da própria instituição.

A ABC hoje não é uma agência; a Agência Brasileira de Cooperação não é uma agência, ela é um departamento do Ministério das Relações Exteriores, exercendo uma atividade para qual não há um marco legal que defina o que é cooperação, como entendemos isso, o que queremos fazer com isso, aonde queremos chegar. Nós precisamos ter uma agência, e isso significa ter pessoal capacitado, de carreira, permanentes da agência.

A ideia de que devesse ser uma autarquia do Ministério das Relações Exteriores surgiu de uma conversa que tivemos com o Ministério do Planejamento, que nos informou que a ABC deveria ter pessoal que não fosse do quadro do Ministério das Relações Exteriores, porque, se for do quadro do Ministério das Relações Exteriores, todos terão direito de transferência regular para o exterior, e isso é o que causa a fraqueza

za da ABC, ou seja, o fato de que, permanentemente, funcionários estão sendo transferidos para o exterior.

Então, precisamos ter um quadro permanente próprio da agência e não parte de serviço exterior brasileiro, um quadro que esteja à parte do serviço exterior brasileiro. Portanto, a ideia de uma autarquia seria a solução para que tivesse um corpo profissional próprio. Ao mesmo tempo é preciso ter, imagino, uma definição, um debate maior sobre o que é a cooperação internacional, o que queremos com isso, até onde vamos, que efeito isso pode ter sobre a política externa brasileira e, ao mesmo tempo, precisamos pensar uma política de cooperação, uma política de cooperação que não necessariamente tributária, da política externa brasileira.

A política externa brasileira é a defesa dos interesses nacionais. A política de cooperação tem que ser movida por razões humanitárias e, é claro, tem que estar em coordenação perfeita com a política externa brasileira, porque ela traz benefícios políticos para o Brasil, mas a motivação maior dela não é política, e não deve ser um instrumento de política propriamente dita. Ela tem que ser um instrumento humanitário para que o povo brasileiro possa dar sua contribuição à comunidade internacional, em favor de mais justiça social e de menos pobreza, de mais saúde, mais educação, mais cultura, paz e segurança.

Agora, é claro que tudo isso tem que ser feito em perfeita sintonia com a política externa brasileira, para não ser feito em desacordo com a política externa brasileira. Mas, ao mesmo tempo, a cooperação não pode ser instrumentalizada pela política; ela tem que nascer de interesses maiores que refletem o desejo do povo brasileiro de atuar e de estender a mão a outros povos, de estender a todos aqueles que necessitam.

Às vezes me perguntam: quando houver um debate maior sobre cooperação, será que o povo brasileiro vai aprovar que o Brasil aplique recursos em cooperação internacional, quando há tantos problemas aqui para enfrentar? Eu tenho certeza que sim. Tenho certeza de que o Brasil vai se orgulhar de poder ajudar outros países, de poder ajudar outros povos que estão em dificuldades, ao mesmo tempo em que o Governo, o Estado brasileiro vai estar comprometido com a solução dos problemas internos. Mas, ao mesmo tempo, não pode fechar os olhos para o vizinho. Isso é um princípio cristão que eu acho que está muito presente na cooperação e que está muito presente na alma de cada ser humano, independente de ser cristão ou não. Cristão, muçulmano, budista, seja o que for, todas as religiões nasceram do espírito de que é preciso considerar o próximo para se ter paz interna e para poder ser um ser humano mais completo.

Acho que a ABC precisa, sim, ser debatida. Acho que expandimos bastante a cooperação. Podemos fazer ainda mais. Para isso, precisamos sempre de um orçamento maior e, evidentemente, de mais pessoal. Mas vai chegar um momento em que ela vai ter que ser, o Governo brasileiro vai ter que tomar uma decisão sobre o que fazer nesse campo, estruturar muito bem uma agência, passar um sinal para a comunidade internacional que o Brasil estará presente, que o Brasil quer atuar, que o Brasil não vai se omitir.

É definir uma política de cooperação, definir que essa política de cooperação não pode ser instrumento da política, porque senão ela deixa de ser genuína e perde na sua legitimidade, na sua grandiosidade humana. Ela vai gerar benefícios e dividendos em favor de todos os brasileiros, individualmente, de instituições brasileiras e da política externa brasileira, e de empresários – por que não? Mas isso não pode ser feito com esse objetivo. Esse é um dividendo natural de uma boa ação. Agora, o objetivo tem que ser, como falei, um objetivo mais amplo no campo moral.

Eu acho que esta audiência é muito importante para iniciarmos talvez, Senador... Eu deixarei a agência dentro de um mês, mas é importante que o assunto continue em pauta, é importante que seja debatido com o Ministério das Relações Exteriores, que seja feito um bom debate. É importante que seja debatido também, aqui no Congresso, com a opinião pública no sentido de capacitar o País a se ajustar a esse novo perfil, como falei, que vai mudar ainda mais nos próximos 20 anos. Mas o Brasil precisa desde já arrumar a casa, tomar as providências para ter uma atuação dura, lúcida e conseqüente, num futuro muito próximo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Marco Farani, Diretor Executivo da Agência Brasileira de Cooperação, pela bela contribuição que V. Exa. traz a este debate da maior importância.

Passo a palavra, neste momento, à Vice-Presidente de Pesquisa da Fiocruz, Sr^a Claude Pirmez.

A SRA. CLAUDE PIRMEZ – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer muito a oportunidade de estar aqui para poder falar sobre a cooperação sob o ponto de vista da saúde.

Tenho uma apresentação:

A saúde é um tema que tem muita transversalidade que vai afetar diversos setores, seja do ponto de vista social, em que a atenção à saúde e à seguridade social é um tema central da prospecção do futuro e tem um papel importante nas políticas anticrise também.

À frente do desenvolvimento, ter a saúde como parte integrante dos objetivos do milênio; a preocupa-

ção com a situação socio sanitária em países de baixa e média renda; a consolidação dos sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação da saúde em países desenvolvidos.

Finalmente, a saúde também representa uma força econômica, com fator importante de contribuição no PIB. No Brasil em particular, a saúde tem uma representação bastante importante, uma contribuição no PIB dentro daquilo que a gente chama de complexo industrial da saúde.

Ao lado disso, existe também uma pressão significativa de gastos e de se aliar inovação com regulação da incorporação tecnológica.

A situação de saúde nos países de baixa e média renda vai mostrar grandes iniquidades entre os países, tanto entre os países quanto no interior dos mesmos. Um convívio de dupla carga de enfermidade, das doenças infecto-parasitárias, das doenças negligenciadas, ao lado de doenças emergentes e reemergentes, as doenças crônicas cardiovasculares e neoplasias, típicas do mundo desenvolvido. Isso dentro de um sistema de saúde muito frágil, fragmentado e malpreparado para enfrentar essa dupla carga de doenças, associada a pobreza, fome e desnutrição, baixa expectativa de vida e limitações importantes na governança com baixa capacidade de análise, formulação de implementação de políticas sociais e de saúde e deficiências na força de trabalho, inadequação de recursos tecnológicos.

Então, é um conjunto de limitações que faz com que esses países de baixa e média renda tenham muita dificuldade de enfrentar a situação social. E nesse sentido, corroborando o que o Ministro Farani já falou aqui, a cooperação internacional em saúde é crucial para o desenvolvimento da saúde nesses países.

Pode passar.

O modelo que a gente tem dominante hoje, em cooperação em saúde, é um modelo em que a definição das prioridades é centrada nos doadores, em que a cooperação, a agenda dos doadores se tornou mais importante que qualquer outra coisa. É uma cooperação predominantemente vertical, que vai ser focada em doenças ou problemas de saúde específicos definidos por esses doadores, o que provoca um distanciamento importante de uma cooperação horizontal, que é mais sistêmica e mais voltada para o desenvolvimento de sistema de saúde.

Ao lado disso, existe uma acentuadíssima fragmentação, e eu diria, pulverização dos recursos com desarticulação dos diversos atores, uma quantidade de atores muito importante – o que nós vemos de ONG hoje atuando nos países africanos é uma coisa bastante significativa, até se perder, porque você não sabe mais onde isso está sendo atuado. Quer dizer, é

uma ajuda válida, mas que está muito desarticulada e que tem muita superposição de projetos.

Pode passar.

Isso vai ocorrer numa base política muito complexa, com condicionalidades e prioridades que mudaram muito nas últimas décadas e, de fato, o Brasil tem mostrado uma diferença muito grande nesse aspecto nas últimas décadas.

Hoje a gente fala da diplomacia global em saúde, com a necessidade de novas perspectivas de abordagens que sejam mais estratégicas para o desenvolvimento de uma saúde global. E nesse sentido, então, a cooperação sul-sul e a triangular norte-sul-sul, com mais os arranjos regionais, têm sido muito significativas. E desde 2000, a Fiocruz e o Brasil têm acompanhado isso, esse movimento brasileiro que tem dado prioridade a essa forma de cooperação, enfatizando as questões sociais e nós, no caso, particularmente focando a saúde.

Nesse contexto, a cooperação técnica ganhou lugar bastante estratégico e revela essa forte aproximação que existe hoje entre a saúde e o Ministério das Relações Exteriores e essa parceria muito importante que a gente tem com a ABC.

Essa cooperação horizontal vai permitir um processo de associação econômica, comercial, social, e estabelece vantagens mútuas para os países que estão participando dela.

A gente vem trabalhando muito nesse modelo de cooperação estruturante em saúde, que é um modelo que vai se basear em dois pilares. O primeiro pilar integra os recursos humanos e o desenvolvimento de organizações e instituições, fortalecendo esse triângulo de atenção à saúde, à educação e à pesquisa; e o segundo pilar, que está relacionado com essa queda da transferência passiva de conhecimento e tecnologia.

Essa quebra se faz pelo fortalecimento do sistema de saúde e pela capacitação de recursos humanos. Então, esse modelo explora o potencial das capacidades de recursos endógenos, e isso dá um empoderamento dos países que estão recebendo essa cooperação.

Pode passar.

As experiências que a gente tem dessa cooperação estruturante chamada sul-sul, particularmente na América do Sul, com o Unasul Saúde, com os países africanos de língua portuguesa, com o estabelecimento do plano estratégico da saúde junto à CPLP, o Ipsa; com a cooperação Índia-Brasil-África do Sul; a harmonização dos vários atores, dos vários ministérios e universidades e embaixadas, a ABC e o ISA, como a gente já mencionou; a articulação com essas agências, que são tradicionalmente doadoras e, dentro da Fiocruz, a criação do Centro de Relações Internacio-

nais em Saúde, que também tem tido uma atuação e está à frente do desenvolvimento dessa cooperação estruturante.

Então, eu vou mostrar dois exemplos da Fiocruz em que a gente tem atuado. O primeiro deles é cooperação com os países sul-americanos, através do Unasul. Essa cooperação tem o objetivo de construir um espaço de integração em saúde que incorpora esforços e conquistas para integração regional, promovendo políticas comuns, e nisso a saúde.

Pode passar.

Do ponto de vista da saúde, a agenda Unasul Saúde tem estes focos principais: o desenvolvimento do chamado escudo epidemiológico, quer dizer, o preparo dessas doenças emergentes e da transmissão de doenças – e a gente vê o exemplo da pandemia do H1N1, da necessidade de a gente se articular com os diversos países, e temos outras doenças, como dengue, em que há necessidade de a gente se articular para isso –; a promoção dentro desses países de um sistema universal de saúde que permita um acesso universal ao tratamento e tecnologia diagnóstica; a promoção da saúde e análise de determinantes de saúde. Tivemos recentemente um congresso bastante grande, no Rio de Janeiro, para discutir essas questões determinantes sociais da saúde e o desenvolvimento de recursos humanos, com treinamento e capacitações que a gente tem feito nos diversos países sul-americanos.

A segunda experiência é com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A nossa atuação é centrada no reforço de sistema de saúde para esses países.

A Fiocruz ingressou nesse processo, inicialmente, como observador consultivo, em 2006, e já em 2008, junto com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Portugal, as duas instituições como âncoras técnicas apresentaram o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde, que foi aprovado em 2009. E esse plano tem como áreas prioritárias a de desenvolvimento da força de trabalho; informação e comunicação, com formação de bibliotecas nos países de língua portuguesa; o desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento, fortalecendo o complexo industrial da saúde; a vigilância epidemiológica, à semelhança do que a gente está fazendo na Unasul; o tratamento de emergências e desastres, que na África pode ser muito significativo; e a promoção de saúde, e com algumas áreas temáticas das quais a gente participa também.

Pode passar para o próximo.

Dentro dos projetos estruturantes em que a gente está mais diretamente envolvido, eu chamaria a atenção para estes quatro: a formação dos institutos nacionais de saúde, que tem uma atuação muito forte em Moçambique e está caminhando em Angola e

Guiné-Bissau; a questão da saúde materno-infantil com a formação de bancos de leite humano, recentemente estabelecido em Moçambique; a formação de escolas politécnicas, de que já há alguma experiência em Moçambique; e ainda curso de pós-graduação para capacitação com pelo menos dois mestrados, o mestrado de saúde pública e o mestrado em ciências biomédicas. No caso do mestrado de ciências biomédicas, nós já estamos na segunda turma de formação, e esses cursos são realizados com brasileiros que vão para Moçambique e trabalham com as prioridades estabelecidas pelo governo de Moçambique. Isso tem uma parceira muito forte com as universidades brasileiras também, com a UFRJ, com a UnB e, evidentemente, também com a Capes.

Pode passar.

O segundo exemplo da participação da CPLP é essa iniciativa da instalação da fábrica de antirretrovirais.

O Governo brasileiro, por meio de Farmanguinhos, que é uma das nossas unidades, compartilha conhecimento com técnicos moçambicanos para instalação, produção e controle de qualidade de medicamentos, particularmente de antirretrovirais, que é uma prioridade na África. Então, a gente tem feito transferência de técnicas e tecnologias para a produção de medicamentos, tem feito assessoria para esse gerenciamento estratégico, voltados e preocupados com a questão da certificação internacional.

Próximo.

Esta fábrica está pronta, e a gente se orgulha muito desse fato. A gente espera que, na reunião da Cimeira que vai ocorrer agora em julho – e eu não sei se a nossa Presidente Dilma estará presente; eu acho que vai o Vice-Presidente –, já se consiga entregar a primeira cartela de medicamento. Ainda há algumas fases para serem desenvolvidas, mas pelo menos o primeiro lote de medicamento já deve estar pronto e aí a gente vai avançar para o processo de certificação.

Nesse cenário aí, particularmente nessa questão da fábrica que dará um empoderamento muito forte para o governo de Moçambique, temos alguns desafios para serem pensados, que é a questão da administração da multiplicidade de atores envolvidos nisso, soluções que a gente precisa encontrar para ajustar as diferentes culturas organizacionais; lidar com mecanismos administrativos e burocráticos – talvez essa tenha sido a parte mais difícil de todas –; lidar com a baixa especialidade nesse sentido, tanto quantitativo quanto qualitativo – qualitativamente, a gente tem feito processos de treinamento, mas ainda é preciso adquirir um número maior de pessoas especializadas nos diferentes temas para poder garantir essa sustentabilidade

da fábrica, a médio e a longo prazo –; enfrentar uma concorrência no mercado, que vai ter que ser pensada dentro desse contexto, garantir a qualidade, tem a ver com o processo de sustentabilidade, e, sem dúvida nenhuma, reduzir, eu acho que talvez esse seja realmente o maior desafio, a dependência dos doadores internacionais, que isso realmente tira a governança desses países.

Nesse processo de cooperação, particularmente, com a África, existem mais desafios a ser enfrentados, já disse, mas vou enfatizar aqui, a superação desses entraves legislativos e organizacionais para representação direta no exterior. A gente tem um escritório e não tem um escritório: tem um escritório com uma parceria muito forte com uma Embaixada lá, e que a gente tem um agradecimento enorme, os embaixadores realmente têm sido muito parceiros lá em Moçambique, mas uma dificuldade muito grande de você manter um escritório, porque você não tem uma estrutura legal, legalizada, uma estrutura que, juridicamente, seja um modelo para que a gente possa se instalar lá e atuar, quer dizer, a gente tem mandado as pessoas e as pessoas têm que voltar porque a gente as mantém com diária, não é? Então, isso é muito difícil de você manter, as pessoas trabalhando dedicadas, as pessoas foram, ficaram lá, estão dedicadas à montagem dessa fábrica e ao escritório, enfim, e a todo o resto, com uma dificuldade muito grande.

Precisamos pensar na questão dos direitos de patente, já que estamos aqui na Comissão do Meio Ambiente, temos que pensar nas questões do CGEN, que envolvem também essa questão, o comitê gestor de patrimônio genético, cuja legalização... os marcos legais realmente estão sob uma discussão muito grande e isso tem a ver com os aspectos regulatórios e de controle de qualidade, a agilidade do processo de importação e doação, tudo isso está diretamente ligado lá, com esses entraves legais. E idealmente que a gente conseguiu alguma reforma para permitir a constituição de um modelo jurídico organizacional que seja compatível com essa função de Estado e a dinâmica de parcerias público-privadas, projetos cooperativos em rede.

E, finalmente, também é um orgulho grande que essa experiência do banco de leite humano foi recentemente apontada num artigo aqui do *The Guardian*, um jornal inglês, há um comentário também sobre as atividades da Embrapa, é um artigo muito positivo sobre essa cooperação, que mostra, assim, a importância dessa forma de cooperação, o modo com o qual a gente vem trabalhando, quer dizer, eu acho que esse artigo só reforça aqui o modo pelo qual a gente vem trabalhando com esse modelo, é muito positivo, é mui-

to bem visto no exterior e tem tido muito sucesso e a gente tem alcançado resultados muito positivos em diversos desses países. Quer dizer, não é só...

Eu estou simplificando muito com a África, porque é um modelo muito forte, mas isso tem ocorrido também em muitos países latino-americanos, então eu acho que isso é um orgulho para nós, esse é um projeto que nos orgulha de fazer parte, não só como Fiocruz, mas também como brasileiros, participando desse processo de desenvolvimento desses outros países.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Agradeço a colaboração e a participação expressiva da Sra. Claude Pirmez, Vice-Presidente de Pesquisa da Fiocruz, pela sua exposição e ouviremos agora o Presidente da Embrapa, Sr. Pedro Arraes.

O SR. PEDRO ANTÔNIO ARRAES PEREIRA – Bom dia a todos. Senador Rodrigo, parabeno-o por essa iniciativa, é uma pena hoje que a Casa esteja tumultuada, essa é uma matéria que deveria ter sido, todos os Senadores seria importante que tivessem acesso a essas informações, porque eu acho que essa é uma questão de prioridade nacional.

Cumprimentar aqui o nosso guerreiro da ABC, o Marco Farani, eu acho que fez um trabalho fantástico, vai nos deixar, e a gente tem as preocupações que ele colocou, das dificuldades que o Brasil tem com esse início de cooperação e essa continuidade que a gente tem para frente. A Fiocruz também, a gente tem caminhado junto, eu inclusive visitei essa fábrica, estava comentando, quer dizer, então a gente também se sente bastante orgulhoso, como brasileiro, de estar participando dessas atuações.

Eu vou tentar mostrar, assim, a nossa organização, a nossa atuação, na atuação internacional. Então, na verdade, nós temos... dividimos em três eixos, ou três pilares, que é a nossa cooperação científica, e na verdade a Embrapa nasceu internacional. A gente recentemente ficou internacional por direito, porque saiu nosso estatuto, que nos permite trabalhar fora do País, mas a Embrapa nasceu principalmente na cooperação científica. Então, nós dividimos em três blocos, que obviamente se interagem, têm interações, é uma maneira de nos organizarmos.

A cooperação técnica cresceu bastante nesses últimos anos, desde a época do Governo Lula, principalmente, começou muito forte na África, e obviamente que a gente também tem uma questão de negócio tecnológico, que está embrionária, vamos dizer, ainda, mas a tendência é aumentar bastante, pela, vamos dizer, demanda que existe de variedades, de tecnologias nossas, pela iniciativa privada. Então, essa é a

maneira básica que nós nos organizamos dentro da nossa cooperação internacional.

Pode ir passando todos, eu acho que...

Na cooperação científica, eu acho interessante essa figura, porque a Embrapa tem que estar ligada à ciência global, como a Fiocruz, então nós temos que estar ligados nos melhores laboratórios do mundo. Nós temos que estar sempre absorvendo. E hoje, graças a Deus, nós temos também um cabedal de conhecimentos bastante grande, então há interesse também desses grandes laboratórios, desses grandes centros de pesquisa, de excelência, em ter também acesso às nossas tecnologias. Então, é uma via de duas mãos, entra na Embrapa e, efetivamente, o nosso objetivo maior é a agricultura brasileira, todo o processo do agronegócio brasileiro, agricultura familiar, toda essa parte que a gente coloca, é, vamos dizer assim, dar mais competitividade à nossa agricultura. Basicamente é isso, a filosofia, vamos dizer assim, da cooperação científica.

Pode passar, por favor.

Na cooperação científica, nós temos diversos acordos bilaterais com vários países, a demanda realmente é enorme, para não dizer gigante, temos muitos acordos multilaterais, temos uma história de parceria, principalmente com os centros do CGIAR, que são os Centros Internacionais de Pesquisa, eu vou falar um pouquinho para frente, além de nos integrarmos nas redes, principalmente nas redes latino-americanas de pesquisa que contemplam a parte da nossa missão na agricultura.

Pode passar, por favor.

Então, nós temos os laboratórios virtuais. Eu acho que isso seria uma boa dica para a Fiocruz, porque na verdade nós já temos todo um mecanismo, eu não sei como fundação, porque a Fiocruz é uma fundação, não é? É autarquia. Não sei se empresa dá essa flexibilidade maior, mas eu acho que a gente pode pensar nisso, a gente põe as pessoas lá fora, então o que é que são esses laboratórios? Esses laboratórios foram criados para a gente estar antenado, vamos dizer assim, no topo do conhecimento do mundo. Então, nós temos... começou nos Estados Unidos, nós temos na Europa, com algumas ramificações, a coordenação é na França, mas temos no Reino Unido, em Rothamsted, que é a estação experimental mais antiga do mundo na nossa área, recentemente implantamos uma na Alemanha, um braço também, e temos um na China, a nossa coordenadora está indo agora, dentro de um mês, vamos, até o fim do ano, implantar no Japão. E também estamos botando dois técnicos nossos em dois centros internacionais, um na Colômbia e um nas Filipinas – um centro de arroz e um centro de agricul-

tura tropical. Então, isso aí é a nossa rede de absorver conhecimentos, e hoje, como falei, é muito facilitado em função do conhecimento que nós temos em agricultura tropical e subtropical, nos facilita essas parcerias sobremaneira. E uma empresa de pesquisa tem que estar ligada, efetivamente, nos *hubs* tecnológicos mundiais. Então, essa é a nossa estratégia, e a gente tem todo um mecanismo de manter as pessoas lá, recebe uma bolsa, o seu salário mais uma bolsa, não como o Itamaraty, nós não temos todo aquele colchão que o Itamaraty tem, mas nós conseguimos também dar uma certa tranquilidade para nossos colegas que vão para o exterior.

O próximo.

E eu acho que é importante mostrar, que às vezes aqui no Congresso, o pessoal já me questionou: “Mas por que é que a gente está usando o orçamento?” Na verdade, nós não usamos o orçamento, eu vou falar no final, para fazer cooperação internacional. Primeiro, porque é estratégico para o País, eu acho que é importante que a gente coloque isso, a cooperação científica, num primeiro pilar. Por exemplo, está ali a gripe suína, por coincidência tivemos uma colega nossa que trabalhava com saúde animal que detectou, na época que apareceu o surto lá, ela, com os americanos em Yale, é que identificou todo o caminho, a contaminação, toda essa questão foi lá, junto com os americanos.

Então, foi uma parceria que, se ela não estivesse lá, os americanos iam ter mais dificuldade e se ela estivesse aqui... Foi uma parceria ganha– ganha. A outra coisa é que o Brasil é um país megadiverso, mas o Brasil não tem a origem de quase nada do que a gente realmente come: arroz, feijão, milho, trigo. Nós temos mandioca, abacaxi, temos algumas coisas aqui, amendoim, mas a maioria das espécies originais em outras países, tem os centros de origem em outros países. Então, há necessidade de a gente ter esse intercâmbio de germoplasma com outros países, porque disso depende a nossa agricultura.

Pode passar.

Outro benefício interessante, mas na área avançada do conhecimento: nós temos, por exemplo, micropolímeros, nanofibras, filme comestível de manga – você vai poder muito brevemente estar embrulhando alimentos com filmes comestíveis, pode botar no micro-ondas, não precisa se preocupar em tirar mais –, nanoestruturas de polímeros condutores, e, por exemplo, desse trabalho todo, a gente montou em São Carlos o primeiro laboratório nacional de nanotecnologia para o agronegócio. É o primeiro no mundo, não tem, no mundo... Só há um único laboratório no mundo para nanotecnologia aplicada à agricultura, o de São Carlos. Então, existem vários, é muito difícil a gente quantificar

o impacto, vamos dizer, desses programas que a gente chama de Labex. Por que é Labex? É Labex porque nós não temos nenhuma estrutura física lá, nós não gastamos dinheiro alugando escritório. Nós temos um parceiro que nos cede essa estrutura física em troca dessa parceria que nós temos.

O próximo.

Mostrando aí outro exemplo que eu acho que é interessante – pode passar toda, botar toda a figura: a importância dos recursos genéticos. Aqui está o Luciano, que foi uma das pessoas que, quando eu estava, inclusive, lá na coordenação do Labex nos Estados Unidos, ele trabalhou com recursos genéticos, aqui é só para as pessoas entenderem a origem, por exemplo, da soja, ela era na China. Quer dizer, essa introdução foi levada para os Estados Unidos. É uma dificuldade imensa de nós conseguirmos recursos genéticos de soja da China. Agora a gente espera, com a implantação do nosso Labex lá, que a gente vá aumentar esse fluxo. Quer dizer, esses cultivares americanos, num primeiro momento, vieram e ficaram ali naquele pedacinho do Rio Grande do Sul, primeiramente naquele pedacinho mais de baixo do Rio Grande do Sul, inclusive as primeiras variedades de soja. Usando, vamos dizer, esses recursos genéticos, essa introdução, a Embrapa, com melhoramento e outras universidades, empresas estaduais de pesquisa, fizeram todo um trabalho, e hoje então você tem cultivares de soja que se adaptam à condição tropical, que não era o local, no local de origem não é tropical, é temperado, então a soja é uma condição temperada. Então mostra a importância que tem essa interação na área científica, vamos dizer, internacional.

Próximo. Pode passar.

Bom, acho que, falando agora de outro tipo de cooperação, muda um pouquinho a nossa primeira figura. Quer dizer, na verdade a cooperação técnica é demandada do Governo brasileiro, da ABC, do Ministério das Relações Exteriores, é claro que a Embrapa pode ter uma interferência, ou uma influência, dizendo: “Olha, aquele país é interessante por isso, por isso, por isso”, mas está ligado à política externa brasileira. Então, vem uma demanda do Governo brasileiro através da ABC, do Ministério das Relações Exteriores, que coloca à Embrapa: “Bom, nós temos que fazer uma ação em determinado país, porque isso é importante para a gente no cenário”, dentro desse novo papel que o Brasil quer ter no cenário internacional. Então, é uma lógica um pouco diferente a cooperação técnica.

Vamos. Pode passar por gentileza.

E aí nós temos alguns instrumentos que a gente chama de cooperação técnica. Eu vi aqui o instrumento de projetos estruturantes, a gente tem também esse

– eu vou mostrar alguns exemplos – que são projetos mais robustos, porque a gente espera que vá deixar alguma coisa mais sólida no País, para que a gente não vá embora e aquilo ali desapareça, essa é a ideia, existem esses projetos pontuais, que a gente tenta evitar ao máximo, mas infelizmente a gente não consegue evitar todos, porque tem um componente político por trás disso, que são consultorias de curta duração em alguns países, e a demanda é extraordinária que a gente tem em relação a esse tipo de coisa.

E nós criamos alguns outros instrumentos bastante inovadores, eu vou falar um pouquinho, que é a Plataforma África-Brasil de Inovação Agropecuária e a Plataforma América Latina e Caribe-Brasil de Inovação Agropecuária, que são plataformas eletrônicas que vou explicar um pouco.

Ainda no governo Lula, nós criamos um centro, que se chama Embrapa Estudos e Capacitação, que é o outro instrumento nosso, que na verdade existe uma carência, na apresentação da Fiocruz a gente também vê com clareza, existe uma carência muito grande de capacitação mais em como fazer aquilo, então esses treinamentos estão voltados para aquela coisa de como fazer efetivamente.

Pode passar.

Qual o objetivo da cooperação técnica? Eu acho que é importante. É apoiar os processos de validação e de transferência de tecnologias em prol da segurança alimentar, melhoria econômica e social dos países em desenvolvimento no âmbito da cooperação sul-sul. É, basicamente, eu acho que é a mesma coisa que todos nós três falamos aqui.

O próximo, por favor.

Então, o que é que nós temos hoje de cooperação técnica na África? A gente tem, por exemplo, alguns projetos estruturantes, eu acho que eles estão no próximo eslaide, mas deixe-me só complementar aqui. No caso ali, nós temos um projeto estruturante, que foi aquela briga que o Brasil teve com os Estados Unidos, do subsídio do algodão, e uma das negociações que o governo brasileiro fez foi dar apoio ao C-4, que são os quatro países que produzem algodão na África, que são muito pobres. Então nós temos uma ação nossa, um técnico nosso em Mali, que inclusive teve um problema – esse é outro problema da cooperação internacional –, que nós tivemos um problema agora: teve uma revolução em Mali e ele teve que vir embora correndo para cá, mas agora está tudo bem e o projeto não foi afetado.

Nós temos alguns projetos estruturantes em Moçambique, acho que eu vou falar um pouquinho para frente, que também são bastante fortes, temos um de arroz no Senegal. Então, esses projetos, a gente alo-

ca pessoal, ficam lá mais um ou dois técnicos permanentes, e a gente, como é que se diz, faz um esforço mesmo para estruturar.

Pode passar.

Na América Latina e Caribe também é mais ou menos a mesma coisa, com algumas diferenças. Nós temos na cidade do Panamá o que chamamos Embrapa Américas, que faz uma coordenação de toda aquela região naqueles pequenos países do Caribe, Caricom e América Central, então nós temos um técnico lotado lá. Por que no Panamá? Porque o Panamá é o lugar mais fácil de você ir, vir, dali você pode sair para todos os outros países com certa facilidade. E nós temos uma série de projetos de curta duração aí, além de um escritório em Caracas, na Venezuela, que está muito associado à questão das grandes construtoras brasileiras que fazem projetos estruturantes na parte agrícola, projetos de irrigação, de produção de leite, uma série de coisas estruturantes mesmo na parte agrícola, onde a Embrapa trabalha junto com eles e até o custo dessa ação na Venezuela é bancado através desses projetos em parceria com a Venezuela. É importante falar que essas construtoras têm uma carteira de projetos na Venezuela parece que em torno de US\$18 bilhões, então não é pouca coisa.

O próximo.

Então, só citando, listando alguns dos projetos estruturantes, nós temos – como eu falei de algodão no Mali, Benin, Chade e Burkina Faso – no Senegal temos um de arroz, em Moçambique nós temos uma plataforma, o Pró-Savana, e uma de segurança alimentar, e aí eu acho que temos duas parcerias talvez, o Pró-Savana foi a primeira parceira Sul-Sul-Norte, na verdade é uma parceria Brasil-Moçambique e Jaika, a gente está fazendo essas parcerias tripartites, onde os países mais desenvolvidos colocam um recurso muito maior em infraestrutura e a gente provê o recurso para a parte técnica, de cooperação técnica. Então, essa eu acho que é uma – existem várias ações agora em andamento que o pessoal está nos procurando para fazer isso com países como o Reino Unido, Noruega, vários outros países que têm esses grandes fundos, que têm interesse em trabalhar assim.

O próximo, por favor.

Aí tem uma etapa 2 do de algodão, talvez seja até um pouco mais difícil do que a da Fiocruz, de como a gente transferir esse conhecimento, ajudar a transferir esse conhecimento, nós nem tínhamos pensado nisso, mas se você imaginar um país pobre como o Mali, por exemplo, que, se não me engano, são 80 ou 90 línguas diferentes, dialetos diferentes, pequenos produtores de algodão, e além de tudo um, ainda, colonialismo francês presente lá dentro, que a gente só detectou

depois que a gente começou a trabalhar lá, que eles dominam toda a questão da produção de semente de algodão no Mali. Então você ainda entra em conflitos de coisas assim com os países desenvolvidos.

Pode passar, por favor.

Em El Salvador, agora recentemente, assinamos um outro projeto estruturante, no Haiti nós temos também uma ação bastante forte, inclusive com uma montagem de uma pequena estação experimental lá, no Paraguai a gente também está mexendo com algodão – o Paraguai já foi um produtor grande de algodão – e na Venezuela a gente tem aquela parceria que eu já coloquei.

Pode passar, por gentileza.

Então, só para ter uma idéia de projetos pontuais, aí vocês vêem a quantidade de países que a gente tem ações nesses projetos pontuais, ou uma consultoria, ou um pequeno projeto financiado pela ABC, então você vê que a dimensão é grande, realmente falta perna para a gente realmente atender à demanda que existe.

O próximo, por favor.

Esse aí é o centro que eu comentei. É importante que a gente faça esses módulos de treinamento, eles estão sendo bem preparados, onde se mostra a importância do Brasil, a importância da agricultura brasileira, o processo democrático no Brasil, como se monta uma empresa de pesquisa, como é estruturada uma empresa de pesquisa, e aí os treinamentos são focados na área técnica: se é produção de leite, produção de carne ou arroz, ou feijão, eles vão ou no próprio centro aqui em Brasília ou vão para o centro específico fazer um treinamento mais prático. Então, o ano passado, por exemplo, nós tivemos de 200 a 300 treinandos de países, a maioria africanos, aqui no nosso centro, então já é um número expressivo, e a gente já tem parceria com vários institutos internacionais, como a FAO, onde a gente está maximizando essa parceria.

O próximo.

Bom, Plataforma, como eu falei, é o seguinte: quer dizer, a Embrapa é muito reconhecida, assim como a Fiocruz, na parte tecnológica, mas nem sempre a gente é reconhecido na parte de gestão. Então, na verdade, se você não tem uma boa gestão, uma gestão ágil, criativa, inovadora, nada acontece, não sai nada de tecnologia. Então, a verdade é a seguinte: isso aí é uma plataforma eletrônica, onde você faz – o que é pesquisa? Pesquisa é montar os cientistas juntos. Então, existe uma facilitação de colocar esses cientistas juntos, por exemplo, na plataforma africana e na plataforma latino-americana. Então, só para vocês terem uma ideia, isso foi submetido agora, a gente fez um edital, abriu, nós tivemos 114 pré-propostas de pesquisadores brasileiros entrando em contato com

pesquisadores africanos, fazendo uma pré-proposta de umas três páginas, é submetido a um comitê na África, com pesquisadores brasileiros da Embrapa, e 97 pré-propostas com a América Latina. Então, você vê a dimensão que toma isso: isso abrange vários países, várias modalidades, e eu vou citar algumas para frente.

Próximo, por favor.

Existe uma parceria enorme, importante dizer que no Brasil a Embrapa não coloca recursos diretos em nenhum projeto de cooperação internacional. A gente coloca – eu vou falar no final – horas-homens, horas-técnicos que nós temos, nós colocamos a nossa competência técnica, e nesse caso, por exemplo, das plataformas, esse é o mundo de parceiros que nós temos aí. Nós conseguimos arrecadar, por exemplo, US\$2,2 milhões para a Plataforma LAC, e ,como a África tem mais apelo, inclusive a própria Bill Gates, a primeira empresa pública que é a Bill Gates, coloca recursos, nós estamos com recursos de US\$10 milhões para financiar. Que são projetos pequenos, são projetos de US\$80 mil, focados em temas de prioridade, obviamente, para eles também.

Agora, é importante falar o seguinte: que isso aí é prioridade para eles, mas eu vou dar um exemplo, sabe, Senador, aí o senhor pode até passar para os colegas, que às vezes eles nos criticam. Por exemplo, na África tem um carrapato que – o carrapato suga o sangue, como tem aqui no Brasil; só que lá na África, além de sugar o sangue, ele transmite algumas doenças, algumas viroses e alguma coisa, então prejudica enormemente a produção de carne e de leite.

Quer dizer, nós já sabemos que a ferrugem do café, há muitos anos atrás, recentemente a ferrugem da soja, ela cruzou o Atlântico. Óbvio que é um fungo que voa ou passa, mas o carrapato também pode, não é, passar em cima de um coco aí, porque vai por cima o coco, o coco lá da Bahia não veio pelo mar? Então pode passar um coco com um carrapatinho desses e esse carrapato vir para cá. Então, um destes projetinhos que nós temos é trabalhando com esse carrapato. Quer dizer, a gente está tentando arrumar a solução para os africanos, que seria ótimo, questão de solidariedade, a gente dar essa solução, mas ao mesmo tempo a gente tem essa solução até para guardar aqui, numa caixinha preta. Então, a cooperação internacional tem essa visão estratégica também e eu acho que as empresas têm que olhar muito essa visão estratégica da cooperação internacional.

O próximo, por favor.

Aí são os tipos de projeto que têm nessa plataforma, são vários projetos, variedades, tem a questão, por exemplo, de pesticidas, a contaminação, que são coisas que nós precisamos. Então, quer dizer, esses

dados servem obviamente para os africanos, mas eles servem enormemente para a gente, porque lá eles têm condições, por mais similares que sejam, diferentes da gente. Então, a gente aprende muito e traz muito conhecimento.

Outro exemplo importantíssimo – o senhor cria gado, eu sei, então o senhor sabe que o gado aqui todo da parte tropical do Brasil, que nós temos quase 200 milhões, 205 milhões de cabeças – 160 milhões se alimentam de quê? De brachiaria. Brachiaria é uma espécie originária da África que veio para cá, foi melhorada pela Embrapa e pelo Centro Internacional Ciat e hoje sustenta 160 milhões de cabeças. Então, você tem uma série de coisas intangíveis que acontecem nessa cooperação que, às vezes, é difícil você documentar.

O próximo, por favor.

E tem a venda de produtos, sementes, licenciamento; nisso a gente está-se aperfeiçoando. O caso, por exemplo, da Venezuela não é bem uma venda, mas, como é uma coisa com empresas privadas, a gente basicamente sustenta – vamos dizer assim – e ainda arrecada um pouco para nos ajudar nas outras cooperações desses projetos que são negociados com o governo venezuelano.

Próximo.

Benefício para o Brasil. Acho que é importante – sei que meu tempo já estourou –, mas acho que é importante a gente colocar. Do ponto de vista técnico, a aquisição de conhecimentos agronômicos no campo da produção agrícola e da pecuária em terceiros países e nos resultados da assimilação dos produtores no uso das novas tecnologias e na adoção de sistema de produção sustentável.

O próximo.

Benefícios indiretos da cooperação técnica. Do ponto de vista de mercados, é geração de demandas e insumos; quer dizer, no momento que a gente vai para lá, nós temos hoje – não foi colocado aí – um portal Brasil-África, onde a gente descreve as tecnologias e coloca, para cada etapa daquela tecnologia, que máquina que você precisa, em parceria com a Abimaq – Associação Brasileira de Produtores de Implementos Agrícolas. Quer dizer, por que ele vai comprar uma máquina europeia, que é adaptada para a condição temperada, se nós temos um equipamento que é muito mais adaptado para ele e mais barato muitas vezes? Então, têm essas coisas todas. O objetivo da Embrapa não é esse – vamos dizer assim –, mas isso são coisas que acontecem, e eu acho que a gente, como brasileiro, tem que colocar isso porque você também ganha emprego aqui, no Brasil.

O próximo, por favor.

Do ponto de vista social, a geração da demanda para profissionais brasileiros especializados na produção, na transformação e no comércio de produtos de origem animal e vegetal. Então, quer dizer, também agora mesmo nesse Corredor de Nacala, em Moçambique. Gaúcho é uma praga: gaúcho saiu lá debaixo, veio, já está na Colômbia e na Venezuela e já está querendo ir também para lá para nos ajudar, porque a revolução foi feita aqui com um pilar muito forte tecnológico, mas um pilar humano muito forte que nem sempre está presente lá, na África – a gente sabe disso. Então, essas coisas todas são benefícios indiretos.

O próximo, por favor.

Então, só para ter uma ideia da dimensão, em termos de cooperação científica, que são esses laboratórios que as pessoas basicamente ficam permanentes, nós temos 13 permanentes no exterior atualmente. Então, na cooperação técnica, nós temos nove permanentes no exterior, 200 técnicos eventuais – está ali uma conta – e negócio tecnológico, dois. Então, realmente é uma atuação forte que a gente está tendo em termos internacionais, e nós efetivamente acreditamos que isso é muito importante para a agricultura brasileira, porque, às vezes, as pessoas só veem o lado da ajuda, mas a gente traz realmente muitos conhecimentos para cá.

Próximo.

Muito obrigado.

Aí está a nossa sede da Embrapa.

Agradeço pela participação.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Pedro Arraes.

Quero mais uma vez agradecer a presença de todos os nossos convidados e registrar a riqueza dessas apresentações.

Quero dizer que, pessoalmente, estou muito impressionado com o trabalho desenvolvido nessas duas áreas, e aqui tivemos a oportunidade de conhecer com mais detalhes apenas duas áreas da cooperação internacional que envolvem o Brasil, especialmente com os países da América Latina e com os países da África, esse modelo de cooperação solidária em que o Brasil contribui com os seus conhecimentos para populações menos desenvolvidas e que também traz muitos benefícios ao Brasil, como ficou muito bem registrado aqui na fala do Dr. Pedro Arraes. Nós vamos continuar esse debate.

Hoje, realmente, peço desculpas, mas foi um dia atípico no Senado Federal, porque, inclusive, a nossa audiência pública seria ontem; em função da reunião da Comissão Especial do Código Florestal, nós a adiamos para hoje; não houve entendimento na reunião de

ontem, ela foi transferida para hoje e esvaziou o nosso quórum, além de que, posteriormente à marcação da nossa reunião, também foi deferido o horário de 10h para a reunião do Plenário que vai apreciar o processo de quebra de decoro do Senador Demóstenes Torres.

Mas realmente fiquei impressionado com as possibilidades, com o papel que o Brasil pode desempenhar nessa cooperação, mas, como nós ainda temos algum tempo – pouco tempo, mas algum tempo –, eu gostaria – e ficaram muito claras, especialmente numa fração da fala da representante da Fiocruz, as dificuldades em Moçambique pelo fato de não ter um escritório legalizado, uma infraestrutura formal naquele Estado.

Gostaria, já iniciando o processo de reflexão sobre a necessidade de um marco legal para a cooperação no Brasil, já que o Brasil está ampliando muito a sua importância no cenário mundial e está ampliando muito os seus projetos de cooperação, como disse o Ministro Marco Farani, passamos de algo em torno de 150 para mais de 400 projetos de cooperação internacional, de ouvir das senhoras e dos senhores qual a principal dificuldade, o que vocês apontariam neste momento como uma dificuldade no processo de cooperação que precisaria ser enfrentada e que poderia ter a colaboração do Parlamento brasileiro.

O SR. PEDRO ARRAES – Essa é uma pergunta bastante fácil. Acho que o Farani já colocou, mas ele, talvez como Presidente da ABC, tenha mais dificuldade de colocar.

Primeiro, se vai ser agência, autarquia ou o que quer que seja, acho que não interessa; a gente tem que olhar... Só vou colocar aqui que a impressão que eu tenho é que Presidenta gosta muito da figura da agência. E a agência, porque não é uma agência, a ABC não é uma agência, ela tem o nome de agência, mas não é uma agência. Então, vamos separar, mas acho que isso aí pode ser trabalhado, ver qual a figura que dá mais agilidade. Então, para você ter agilidade, você não pode ter as pessoas contratadas... Cento e sessenta e sete hoje como você me falou da última vez?

O SR. MARCO FARANI – São 160 pessoas, mas nós temos só 32 funcionários trabalhando, os outros foram contratados via organismos internacionais com contratos temporários.

O SR. PEDRO ARRAES – Contratos temporários. Então, como você pode ter, obviamente que cada uma dessas ações que a gente tem parceria com a ABC tem uma contraparte na ABC, que faz, junto com a gente, os trâmites; tem uma série de trâmites que são responsabilidade da ABC, outros são responsabilidade, a parte técnica, da Embrapa. Então, muitas vezes sai alguém, a pessoa sai porque ela obviamente faz um concurso, passa e larga lá aquilo ali e aí cai na

mão de alguém que entrou que não sabe o que está acontecendo.

Então, quer dizer, a ABC não precisa ser uma coisa imensa, não tem nem razão de ser, mas ela tem que ter uma base sólida e uma certa autonomia, quer dizer, autonomia responsável. Ninguém vai fazer, a ABC não vai sair fazendo coisas completamente contra a política externa brasileira – não tem sentido nenhum isso –, mas ela tem que ter autonomia, ela não pode estar amarrada nos cargos, nas carreiras. As carreiras do Ministério das Relações Exteriores não são aplicam à ABC, elas não têm sentido nenhum.

O meu medo é o seguinte: com toda a sinceridade, eu acho que a ABC hoje é uma bomba-relógio. Quer dizer, a gente abriu o leque, jogou a Embrapa, porque senão, depois, inclusive não vai acontecer nada com a ABC, vai acontecer com a Fiocruz, com a Embrapa e com o Brasil, porque é a nossa cara que está lá, é o Brasil que está lá, através da Embrapa e da Fiocruz.

Então, tem que ter uma continuidade, tem que ter um fortalecimento, tem que ter uma reestruturação forte de uma agência forte, não precisa ser grande, nem inchada, nem nada, mas que tenha afinidade – vamos dizer – com o MRE, mas que tenha autonomia, porque tem que ter autonomia, inclusive financeira, e uma série de coisas.

O Brasil, gente, como é que pode? Eu falei com o Presidente Lula há um mês e meio, aí falei para ele, porque ele tinha-me falado, – e eu até falei errado –, que tinham sido dados R\$60 milhões para a gente – e são R\$36 milhões, na realidade, não é isso? –, então, R\$36 milhões. Olha aí, gente, a quantidade, só duas empresas que a gente faz. Quer dizer, o Brasil tinha que ter, no mínimo, no mínimo, R\$500 milhões aplicados em cooperação técnica, porque isso aí, gente, faz a diferença para o Brasil. As pessoas não entendem a diferença que faz em termos de a gente alcançar mercados, aquelas coisas intangíveis que eu coloquei. A gente trabalha de uma maneira solidária, os países gostam desse tipo de ação nossa, eles têm uma afinidade enorme, mas eles também pedem soluções de coisas que a iniciativa privada brasileira pode fornecer sem problema nenhum; isso acontece naturalmente, diferentemente do que acontece com os colonizadores tradicionais que a gente conhece no mundo.

Então, Senador, eu lhe rogo aqui para o senhor ser realmente um guerreiro aqui, e eu estou à disposição, a Embrapa toda está à disposição e, com certeza, a Fiocruz, para a gente ajudar a montar, quebrar um pouco o cooperativismo que existe no próprio Ministério das Relações Exteriores – e existe em todo lugar –, para a gente ter um negócio forte, enxuto, bem montado de agência. Existem modelos ótimos no mundo

que a gente pode olhar e fazer, já teve um estudo que a própria ABC fez.

Quer dizer, eu acho que é uma questão muito mais de decisão política nossa, e essa decisão tem que ser tomada: ou o Brasil vai seguir nessa linha estratégica ou não.

A SRA. CLAUDE PIRMEZ – Estrategicamente, tem que ser pensado como tal.

O SR. MARCO FARANI – O Brasil num mundo globalizado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Desculpem-me alongar, mas vou passar a palavra para a Dra. Cláudia.

A SRA. CLAUDE PIRMEZ – Eu acho que é uma via de mão dupla, é só encarar isso como uma via de mão dupla, não é um benefício só de um lado: o Brasil oferecendo a cooperação. Na verdade, a gente aprende enormemente com esses países também. Então, são exemplos e modelos com que a gente pode trazer. Acho que essa via de mão dupla tem um benefício gigantesco para o País de reconhecimento, e o reflexo disso é o aumento progressivo da demanda, quase que incontrolável, de todos esses países querendo o Brasil. Então, isso também alavanca várias coisas de desenvolvimento dentro do Brasil. Então, eu acho que precisa ser encarado como uma estratégia importante de desenvolvimento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Ministro Marco Farani.

O SR. MARCO FARANI – Concordo plenamente com o que foi colocado agora, na segunda intervenção pelo Dr. Pedro Arraes e pela Claude, porque, como eles estavam falando, é uma questão agora de estratégia porque os países desenvolvidos alocam bilhões de dólares em cooperação. Os Estados Unidos têm uma verba, só a United States Agency for International Development (Usaid) tem o orçamento de US\$7,7 bilhões; o orçamento da Jica – Japan International Cooperation Agency é US\$10 bilhões. Isso não é feito ingenuamente. É claro que têm razões humanitárias, mas também têm razões políticas e razões comerciais que estão envolvidas nesse processo.

Quando dizemos aqui que é o momento de o Brasil começar a se preparar e a se estruturar o mais rápido possível para poder aumentar a sua presença nesse pacto, nesse panorama da cooperação internacional, aumentar a sua presença, aumentar a presença das instituições brasileiras e com isso começar também a contribuir na moldagem de um mundo e ocupar um espaço dentro dessa nova ordem internacional que nos interessa e que nós não podemos ficar de fora.

Além disso, lembrar que, nesse mundo globalizado, o que estamos fazendo lá fora tem impacto aqui

dentro, o caso que Pedro Arraes lembrou-se aqui do carrapato. Quer dizer que você solucionando o problema na África vai evitar que esse problema ocorra no Brasil no futuro próximo. Se você conseguir resolver, atenuar problemas graves de saúde em terceiros países, você vai evitar epidemias que podem afetar o Brasil. Quer dizer, o mundo está globalizado, os problemas não são mais só nacionais, são globais, são regionais e são globais. Então, o Brasil tem que atuar inclusive em defesa para proteção do próprio povo brasileiro, em defesa de interesses técnicos, tecnológicos, sociais do Brasil. Então, eu acho que é um passo estratégico, sim. É preciso discutir isso muito rapidamente com o Itamaraty e com o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero, mais uma vez, aqui agradecer a presença da Dra. Claude, Vice-Presidente da Fiocruz; agradecer a presença do Dr. Pedro Arraes, Presidente da Embrapa, do Ministro Marco Farani, Diretor Executivo da Agência Brasileira de Cooperação e dizer que eu me senti muito honrado de propiciar esse debate do âmbito da comissão. Tivemos um debate de altíssimo nível.

Daremos prosseguimento a essa discussão em função da importância estratégica para o Brasil e para o papel que o Brasil pode desempenhar, um papel de solidariedade com os demais países em desenvolvimento o mundo na cooperação sul-sul, mas no sentido também de buscar elementos para que possamos aperfeiçoar os marcos legais, tanto do ponto de vista da governança, de como estruturar a Agência Brasileira de Cooperação, de como, ao mesmo tempo, também regulamentar e definir de forma muito clara o marco da cooperação internacional a ser realizada Brasil.

Muito obrigado a todos que nos honraram com as suas presenças na manhã de hoje e declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 38 minutos e a reunião é encerrada às 09 horas e 59 minutos)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 8h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e quatorze minutos do dia quatro de abril de dois mil e doze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA**, reúne-se a Subcomissão Permanen-

te da Água. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, VANESSA GRAZZIOTIN, SÉRGIO SOUZA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, RODRIGO ROLLEMBERG E KÁTIA ABREU**. Deixa de comparecer o Senhor Senador **ANIBAL DINIZ**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa à apreciação da pauta, destinada a realização de audiência pública visando debater os resultados do 6º Fórum Mundial da Água, realizada em março de 2012 na cidade de Marselha, França, conforme Plano de Trabalho da Subcomissão, aprovado em 17/05/2011. Comparecem os seguintes convidados: Sra. Izabella Teixeira, Exma. Sra. Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Dr. Benedito Braga, Presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum Mundial da Água; Sr. Vicente Andreu Guillo, Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA. O Presidente convidou à mesa, para participar como convidado a esta Audiência Pública, o Diretor da Agência Nacional de Águas, Sr. Paulo Varella. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Jorge Viana, Aloysio Nunes Ferreira, Kátia Abreu, Sérgio Souza, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin. Os convidados respondem aos questionamentos e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da Subcomissão Permanente da Água.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente da Água da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

A presente reunião destina-se à audiência pública para debater os resultados do VI Fórum Mundial da Água, realizado em março de 2012, na cidade de Marselha, França, conforme plano de trabalho da subcomissão, aprovado em 17 de maio de 2011.

Registro aqui a presença do Vice-Presidente da comissão, Senador Rodrigo Rollemberg, e convidado, como palestrante desta primeira reunião da Subcomissão da Água, o Sr. Benedito Braga, que é Presidente do Comitê Internacional do VI Fórum Mundial da Água,

e o Sr. Vicente Andreu Guillo, Presidente da Agência Nacional da Água.

Ainda estamos aguardando a chegada da Ministra Izabella Teixeira, que será uma das expositoras desta nossa reunião.

Nós vamos estabelecer um prazo de 20 minutos para cada um dos expositores tecerem suas considerações quanto ao evento ocorrido no início de março, na cidade de Marselha, o VI Fórum Mundial da Água, que buscou principalmente demonstrar a necessidade de termos a água como sustentabilidade. Sustentabilidade é a palavra de ordem. Inclusive, é o tema principal da Rio+20. Não foi diferente no VI Fórum Mundial da Água, em que o Brasil teve uma importante presença, inclusive com a condução dos trabalhos sob a batuta de um brasileiro aqui ao meu lado direito, Benedito Braga.

Eu passo inicialmente a palavra ao Vicente Andreu, que é o nosso Presidente da Agência Nacional da Água, por vinte minutos, podendo ser prorrogado por mais alguns minutos para a conclusão.

Obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Bom dia, senhoras e senhores. Cumprimento o Senador Sérgio Souza e o Senador Rodrigo Rollemberg, que compuseram a delegação brasileira no VI Fórum Mundial da Água.

Existem algumas estatísticas muito relevantes em relação ao Fórum que eu gostaria depois que o Dr. Benedito Braga, como o responsável pela organização do Fórum, Vice-Presidente do Conselho Mundial da Água, pudesse fazer com mais detalhes, em nível internacional.

Eu gostaria de dar algum destaque à participação brasileira no Fórum e cumprimentar várias pessoas que estão aqui, como a Gisela, que é a Diretora de Licenciamento do Ibama, que também compôs a delegação brasileira, os Diretores Paulo Varella, João Lotufo, nosso superintendente, Ricardo Andrade, Antonio Félix, o Persi, representante da indústria da CNI, que também compôs a delegação brasileira que lá estava presente.

A preparação do Fórum no âmbito brasileiro ficou a cargo de uma novidade no âmbito do conselho constituído pelo Brasil, particularmente conduzido pelo Dr. Paulo Varella, nosso Governador. Existem dois Governadores do Brasil no Conselho: Dr. Paulo Varella e Dr. Benedito Braga. O Dr. Paulo Varella conduziu esse processo de organização do Brasil naquilo que se intitulou inicialmente como a Seção Brasil do Conselho Mundial e que acabou sendo consolidada. A Seção Brasil, que era apenas um nome fantasia, passou a ser uma organização regular dessas instituições. Foi um trabalho bastante longo, de dois anos, a partir do convencimento de que o Brasil precisaria ocupar, como

ocupou de fato, um papel mais destacado em relação ao Fórum Mundial da Água.

É preciso destacar também que o Fórum Mundial é hoje o principal evento de água em nível global, congregando empresas, sociedade civil, academia, pesquisadores, universidades, instituições diversas... Então, é o principal fórum de água do mundo. Assim, a partir desse trabalho, na Seção Brasil se conseguiu viabilizar para o Fórum Mundial da Água um total de 65 organizações, muito representativas, e um total em torno de 250 pessoas do Brasil que participaram desse evento.

Como essa perspectiva de mobilização era muito vigorosa, nós já fizemos opção também de que o Brasil deveria não só ter uma presença significativa, como de fato aconteceu, mas também buscar que essa visibilidade do Brasil perante o Fórum fosse marcada, seja pelo espaço que o Brasil teria diante do Fórum, seja pelos diversos temas que nós estávamos convidados a debater no âmbito do Fórum Mundial da Água.

Nesse sentido, queria aqui fazer um destaque – vamos cumprimentar o Senador Jorge Viana, que acabou de chegar, também estava conosco em Marseille – em particular à CNA, através da sua Presidenta, Senadora Kátia Abreu, que possibilitou também que, nesse instante, nós tivéssemos também um espaço de congraçamento muito, muito relevante, servindo cafés no final da tarde, depois dos trabalhos encerrados também. Falando isso, a gente tem a imagem, não consegue passar de imediato para vocês, de um fluxo imenso de pessoas de todo o mundo visitando o estande brasileiro, tomando cafezinho, uma preparação impecável. No final, depois dos trabalhos encerrados durante o Fórum, com música brasileira chamando atenção, então era um local realmente onde houve uma grande concentração. Eu queria aqui fazer um destaque, como fiz, e já agradeço a Senadora Kátia Abreu, Presidente da CNA, por possibilitar essa infraestrutura adicional no estande brasileiro.

Também no estande brasileiro nós estabelecemos dois níveis, um nível de participação dos brasileiros no contexto geral do Fórum, abordando diversos temas – e vou reservar um pouco do meu tempo, se o Senador me permitir, Sérgio Souza, até para que o Dr. Paulo Varella possa usar aí uns cinco, dez minutos do meu tempo para fazer uma referência. Acho que é justo, porque ele foi a principal figura no sentido de organizar essa participação brasileira. Mas então havia uma participação dos brasileiros no contexto geral do Conselho mundial e no âmbito do nosso estande, lá naquele local ...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Vicente, vou pedir sua licença um minutinho,

para convidar a Ministra Izabella Teixeira para compor a Mesa.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Só queria consultar a agenda da minha Ministra, a Ministra chefiou a nossa delegação a Marseille. Eu estava num breve relato do contexto geral.

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – (Inaudível).

Mas enfim, você pode terminar, começo em seguida à sua fala.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Eu terminei. Se me permitirem, depois eu continuo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Agradeço-lhe, Vicente, a compreensão. Passo, então, de imediato a palavra à Ministra Izabella Teixeira para que faça suas considerações com relação à presença do Brasil no Fórum Mundial da Água, ocorrido em Marselha, no mês de março.

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – Bom dia a todos e a todas. Depois vocês contarão com toda a elaboração e a retórica do Dr. Vicente quando eu sair. Aí ele se liberta, ou se libera, e vai falar dos detalhes do Fórum, junto com Benedito Braga, com Rollemberg e com Jorge Viana, que lá estiveram. Falo do Senador Rollemberg e do Senador Jorge Viana. Senador Sérgio Souza, muito obrigada pelo convite e pela oportunidade de estar aqui com vocês.

Vou iniciar me desculpando porque, como disse, tenho de atender agora o Ministro do Meio Ambiente da Itália. Em seguida, vamos para a reunião do Fórum Brasília de Mudança do Clima, presidida pela Presidenta da República. Então, tem todos os preparativos. Estou esperando o Professor Pinguelli chegar de viagem para a gente entrar na fase final de preparação da reunião. De qualquer maneira, não quis deixar de estar aqui nesta reunião, atendendo ao convite do Senador Sérgio Souza e sinalizando, talvez, três ou quatro coisas que são importantes no processo.

A reunião do Fórum foi uma reunião global que contou com 170 países e que mobilizou todos os segmentos, não só os segmentos de meio ambiente, mas da indústria, da ciência, de movimentos sociais em torno de um recurso estratégico: a água. É um recurso estratégico não só porque conduz a vida, mas porque tem uma função ambiental e econômica importante para a inclusão social. O Fórum foi estrutura para possibilitar desde a questão da escassez da água até as questões do clima, a vulnerabilidade e os cenários com os quais o mundo terá de lidar em função da incerteza associada à mudança do clima. Esse, talvez, seja um dos maiores desafios que a gente tem no Brasil: fazer a agenda recursos hídricos dialogar com a agenda das mudanças do clima. Nos arranjos tradicionais de governança da água esse tema vinha sendo conduzi-

do de maneira marginal (completa escassez da água e desertificação) como um fenômeno não associado à mudança do clima. Os debates todos, de natureza internacional, sugerem um caminho absolutamente estratégico no cenário da mudança de clima a respeito dos estoques, das reservas hídricas do Planeta, e sobre o futuro uso dessa água não só para abastecimento humano, mas para as atividades econômicas, particularmente cabe destacar a questão da agricultura, a questão vinculada à irrigação propriamente dita. Esse talvez seja um dos temas mais sensíveis. Merece um olhar sobre a quantidade de uso de água para a irrigação, não só no Brasil, mas no mundo como um todo. Há necessidades, obviamente, de tecnologias ambientalmente mais eficientes para que a gente reduza o desperdício, para que a gente possa ter o uso da água de uma maneira mais estratégica. E até a questão do uso da energia. A própria geração de energia a partir da água e a vulnerabilidade em função dos cenários de escassez de chuvas, como é que a gente fica quando a gente fala dos estoques de água, dos reservatórios de água. Esse é um debate.

O outro debate fala exatamente sobre os desastres naturais e sobre os problemas das inundações, também associados, muito possivelmente, embora exista um índice de incerteza, a fenômenos ligados à mudança do clima. As inundações estão sendo trabalhadas, com cada vez mais frequência, em função não só da sua incidência, mas de como estão atingindo as populações urbanas, como estão sendo responsáveis pela distribuição de ativos econômicos e sociais importantes. Temos países como a Coreia do Sul – e estava lá o Primeiro-Ministro da Coreia do Sul com quem jantamos e depois houve uma sessão da Rio+20 com ele – que está desenvolvendo uma estratégia de barramentos, de uma instância de gestão para as inundações em função, também, de sua vulnerabilidade econômica, ambiental e social.

Então, todas essas agendas, na realidade, têm como *mainstream* a água. Este é que o fio condutor, vamos dizer, a partir de uma agenda ambiental e que se liga diretamente a uma agenda social e a uma agenda econômica.

Outro aspecto quer vale destacar é o debate rico sobre cidades, sobre urbanização, o *stress* das bacias críticas, e o cenário de urbanização no mundo, considerando os próximos 30, 40 anos. Quer dizer, os dados remetem que esse aumento populacional que vamos ter em todo o planeta, parte expressiva desse aumento populacional – vamos chegar a nove bilhões de pessoas – vai estar concentrada em cidades.

E, na América Latina, esse índice de urbanização – espera-se –, seja da ordem de 93% a 94%. Estes são

dados das Nações Unidas, da Agência de Populações das Nações Unidas.

E o debate que se coloca, e que se colocou no fórum e que nós vamos desdobrar aqui no Brasil e que a Agência Nacional de Águas vai trabalhar isso junto ao Ministério do Meio Ambiente é sobre exatamente à oferta, às necessidades de recuperação de bacias críticas, que estão muito associadas, no Brasil, às regiões urbanizadas, e o problema de custo disso para a sociedade. Tem uma discussão econômica importante sobre a recuperação desses ativos que estão contaminados, degradados, como a gente vê nas grandes cidades, não só no Brasil, mas em todo o planeta.

Então, nós temos uma discussão de oferta, acesso e atendimento àqueles que não têm acesso à água, e temos a discussão sobre o melhor uso da água e recuperação da água, em que você tem bacias críticas e bacias degradadas, com o particular enfoque nas questões das cidades. Então, nós temos um debate sobre setores econômicos, e aí é importante a questão da agricultura, a parte da irrigação e a parte da energia elétrica – eu posso sinalizar isso, pois são cenários que estão sendo discutidos internacionalmente –, e o lado, do ponto de vista do homem, de um foco no homem, não só do acesso, mas uma preocupação com a qualidade de vida nas cidades e o acesso aos recursos hídricos nas grandes cidades e nas cidades de porte médio.

O Fórum permitiu uma convergência de debates, não de visões na riqueza, mas de problemas e de construção de caminhos em torno daquilo que a gente chama de uma agenda mais robusta, do ponto de vista de desenvolvimento sustentável, e o papel estratégico e estruturante da gestão dos recursos hídricos nessa agenda.

Como os senhores sabem, no Brasil, nós temos dois sistemas: o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. São duas lógicas distintas de arranjo institucional e de instrumentos que devem trabalhar de maneira convergente. Nós colocamos isso no Ministério do Meio Ambiente, esse é o desafio que temos hoje no Ministério do Meio Ambiente, de reorganizar a relação entre Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, não só no diálogo entre os instrumentos, como, por exemplo, a questão do licenciamento ambiental e outorga, que tem de ser convergente esse trabalho com planejamento de uso de recursos hídricos com planejamento de usos de recursos ambientais, como também nos chamados instrumentos de governança, como os Conselhos: o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho de Recursos Hídricos. Isto precisa juntar. Na última reunião do Conama, há

cerca de uma ou duas semanas, eu, novamente, reiterei o pedido para que o Conama dialogasse com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e vice e versa. São duas instâncias distintas que não podem ser tão distintas assim. Como papel institucional, sim, por causa da lei, mas como agenda ambiental e agenda ambiental e agenda de sustentabilidade do desenvolvimento é absolutamente essencial que você tenha uma integração das políticas e dos planos na esfera da agenda dos dois Conselhos, porque os dois Conselhos trabalham com normas, o Conama tem caráter deliberativo, e um trabalha com qualidade ambiental dos recursos hídricos, que é o Conama, e o outro trabalha com o uso e a visão estratégica de planejamentos do uso dos recursos hídricos do País.

Então, esse é um desafio que está posto para o Ministério do Meio ambiente e que, no debate do fórum, Senador, isso ficou muito claro, do ponto de vista da necessidade de integração dos sistemas de governança e de valorização dos instrumentos de governabilidade.

E aí um terceiro aspecto que eu acho importante, e que ficou muito evidente, acho que o nosso Vicente estava falando sobre isso, não só por causa do *stand* no Brasil, e aí ficou muito claro de como as pessoas transitam a diversidade, a *aqua* diversidade, se eu posso falar da biodiversidade, de atores que lá estavam, de toda a natureza, tratando da questão da água. O *stand*, no Brasil, foi um local de acolhimento e de facilitação, de percepção das varias tribos, e de como é que está o engajamento do debate político sobre a questão dos recursos hídricos no planeta.

Mas, fundamentalmente, a importância de mudarmos o *status* de diálogo com a sociedade civil sobre a questão da água. Não são só os Conselhos, os Comitês de Bacias, as agências, cobrar o uso da água, a cobrança do valor econômico da água.

Essas discussões todas estão postas e elas precisam ser aperfeiçoadas, etc. Mas eu entendo que a gente precisada mudar o *status* de diálogo com a sociedade civil particularmente em torno de acesso à informação.

Sem a informação estratégica é impossível que a gente possa avançar em um diálogo que seja inclusivo. Ou seja, você incorporar cada vez mais a sociedade civil no processo de tomada de decisão a respeito, ou nos processos estratégicos de tomada de decisão a respeito do uso da água, ou da gestão de recursos hídricos não só no País, mas no planeta.

Este foi um debate do Fórum, que também é importante ressaltar, e que é comum também nos aspectos das chamadas Bacias Compartilhadas, que é outro desafio.

Quer dizer, nós olhamos nacionalmente, olhamos internacionalmente, do ponto de vista global, mas tem uma ação regional, como por exemplo, o Brasil tem, em relação ao bioma Amazônico, o Brasil tem, em relação à Bacia do Prata, o Brasil tem em relação ao Aquífero Guarani, quer dizer, ativos que a gente possa ter que, na realidade – bom dia, Senador –, possa oferecer uma visão de gestão estratégica, compartilhada com outros países que são, na realidade, países que fazem fronteira com o Brasil.

Esse desafio está no Tratado de Cooperação Amazônica. Nós estamos fazendo agora, numa iniciativa do Tratado de Cooperação Amazônica com o uso dos recursos do Fundo Amazônia para valorizar o aspecto de conservação da biodiversidade, e gostaria de lançar aqui uma proposta, porque talvez esta Casa pudesse debater um modelo de gestão estratégico regional sobre recursos hídricos, considerando invulnerabilidade climática, considerando a bacia Amazônica. Quer dizer, no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, nós estamos avançando bem na agenda de biodiversidade de clima, no compartilhamento de ações para a redução do desmatamento.

O Brasil está cooperando, estamos oferecendo a nossa experiência dos últimos anos em torno do combate ao desmatamento ilegal e à questão de reduções de emissões, mas acho que nós devemos avançar em uma agenda também de água, juntando-as. Invés de tratar somente da água, biodiversidade, a gente ter uma agenda mais integrada, de caráter regional. Talvez o Senado, eu gostaria de sugerir, Senador Sérgio, pudesse recepcionar um debate com o TCA e também com a Bacia do Prata. Eu acho que aí nós temos duas situações muito distintas, mas uma oportunidade ímpar para uma integração e para uma visão estratégica sobre a gestão de recursos hídricos.

A questão do clima é uma questão que veio para ficar. Portanto, nós temos de buscar esses caminhos de integração.

E, finalmente, gostaria, aqui, de ressaltar os dois últimos aspectos. Um, é impressionante a convergência e a mobilização em torno de um papel que o Brasil desempenha cada vez mais no cenário internacional nessa agenda, em que todos buscam essa interlocução, todos buscam a construção de soluções a partir do Brasil. Aí nós estamos considerando, por exemplo, na produção de alimentos, acessos a recursos hídricos, evitar a degradação de solo, a recuperação de solos, um imenso desafio que se tem não só na África, como se tem em outros países do planeta. Estou vendo aqui a Senadora Kátia Abreu que estava também em Marselha, participou dos debates com a sua cruzada de recuperação de APP, internacionalmente falando,

exatamente preocupada com essa recarga de recursos hídricos e a produção de alimentos, que é um desafio que o planeta tem.

Finalmente, a ideia, que eu não sei se vamos conseguir ser exitosos, mas certamente seria extremamente importante se nós conseguíssemos, depende aqui do Dr. Braga e dos seus colegas no Fórum, mas de o Brasil sediar a reunião do Fórum em 2018. Isso foi uma proposta. A próxima reunião do Fórum é na Coreia do Sul e, em seguida, há uma proposta de que o Brasil possa sediar. Acho que seria uma oportunidade ímpar, nós termos uma discussão dessa envergadura e da importância de lidar com os recursos hídricos numa agenda do século XXI.

Eu acho que é inevitável lidar com essa agenda, certamente em todos os contextos definidos, mas no contexto de mudança do clima. É essencial que a gente possa ter um debate estratégico no Brasil sobre isso e sobre aquilo que se desdobra dos compromissos que todos os países terão de assumir a partir de 2020, segundo resultados da Conferência de Doha.

Então, esse foi o cenário. Fiquei menos de 24 horas em Marselha, porque tinha que voltar ao Brasil, e aí não pude ficar com o Senador Rodrigo Rollemberg, com a Senadora Kátia Abreu, que iam a todos os debates, com o Senador Jorge Viana e toda a equipe do Ministério que lá esteve. Mas...

O Aloysio também foi? Eu não vi vocês. Eu sou horrível...

Está vendo? Viu como são todos sustentáveis?

Mas, porque realmente fiquei 24 horas na França, nem isso, mas fiz questão de participar do debate.

E chamo a atenção para o último aspecto: que, na Conferência da Rio+20, teremos uma mesa dos diálogos sustentáveis, dedicada aos recursos hídricos. Quer dizer, dos dez temas – não são mais nove temas, agora se incluiu o tema de florestas. A pedido da Presidente da República, teremos um debate sobre florestas –, teremos uma mesa dedicada a recursos hídricos. E pedi ao pessoal do Fórum que nos ajudasse, com a contribuição de nomes, na concepção do que será o debate, ou seja, quais são os grandes temas que vão nortear essa contribuição da sociedade civil, de *experts*, de *Sea World*, de grandes empresas. Só não participa o Governo, que fica na plateia. O Governo tem que ouvir, com contribuições que serão levadas aos chefes de Estado.

Então, teremos essa agenda na Rio+20, com os seus desdobramentos naquilo que chamo de “desafio dos próximos 20 anos no Brasil em torno do desenvolvimento sustentável”.

Mas o debate da Rio+20 não é somente a conferência, mas também o pós Rio+20, os desafios que

temos sobre a nossa ambição numa agenda sobre sustentabilidade do nosso desenvolvimento com integração de uma visão ambiental com inclusão social e com crescimento econômico.

E, finalmente, houve o debate sobre economia verde. Mas vou deixar aqui os meninos para comentarem isso com vocês com mais detalhes, porque sei que também é um assunto que a agenda da água recepciona e para o qual temos uma diversidade de opiniões e de construções políticas a serem feitas no âmbito das negociações e dos diálogos internacionais.

Então, foi um evento, pelo que pude ver lá, grandioso, ambicioso e que espero que o Brasil possa recepcionar em 2018, quando, aí, sim, estaremos discutindo já com os objetivos do desenvolvimento sustentável aprovados em curso...

O outro já está fazendo *lobby* para ser em Brasília.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Posso?

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – Não sei nem se vem para o Brasil.

O SR. BENEDITO BRAGA – Catanduva?

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – Catanduva. Está vendo? Tem *lobby*, diretor. A Kátia vai fazer em Tocantins; o Senador Aloysio vai querer em São Paulo; o outro quer em Foz do Iguaçu. Bom, vai ser no mar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se me permite, só queria esclarecer à senhora que, não só estive no Fórum de Marselha, fórum presidido pelo nosso querido Benedito Braga, como o Senador Jorge Viana e eu fomos ao fórum alternativo, onde se discutiam uma multiplicidade de temas que iam desde o amor livre até as hidroelétricas. Eu tive muita dificuldade de tirar o Senador Jorge Viana desse ambiente. Ele queria ficar lá.

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – É a biodiversidade deles! (*Risos.*)

Jorge, depois você se defende.

O SR. JORGE VIANA – É porque tivemos uma atuação realmente intensa, durante a nossa estada. Estivemos lá, conhecemos. Ele usou um termo: “Vamos conhecer um pouco os bichos-grilos.”

Mas foi muito interessante, bem organizado, uma participação enorme. Tiveram dificuldade de organização, que superaram. E encontramos ainda o principal assistente da Madame Mitterrand, que a vida inteira trabalhou com o tema da água, o André, que foi uma boa coincidência.

Mas essa parte do amor livre e tal foi o Senador que entendeu mais. (*Risos.*)

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – Mas, de qualquer forma, tenho certeza de que boa parte desse pessoal

estará na Rio+20, na Cúpula dos Povos, para dialogar, para manifestar, para protestar.

Gente, viva a democracia! Acho que essa diversidade que dá robustez à política e que faz a agenda avançar. Se não formos ambiciosos nos diálogos, aí é complicado.

Então, na realidade, tinha ido ao fórum em Istambul, e agora, embora rapidamente, em Marselha, mas fiquei muito impressionada com a mudança de escala, comparando o que foi Istambul e o que aconteceu em Marselha, o engajamento, a mobilização. E quero aqui, acho que é dever meu, não só como Ministra, mas como funcionária de carreira do sistema ambiental, parabenizar o pessoal da Agência Nacional de Águas, porque o Brasil fez, sim, bonito. E lançamos ali o relatório preliminar da conjuntura hídrica do País, atualizado, que deve ser formalmente lançado agora em junho, por conta da Rio+20.

Essa riqueza e essa participação do Legislativo, Judiciário, Executivo, sociedade civil, setor empresarial e financeiro, todos em torno da água – juntaram-se todos –, é o que chamamos de *made on group* dos interlocutores políticos, para um debate que é estratégico se queremos falar de meio ambiente, de sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável *lato sensu*.

Então eu espero, Braga, que dê tudo certo até o final do ano na sua eleição.

(Interrupção do som.)

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – ...falar em público. E estou torcendo também para que o Brasil possa sediar o Fórum, em 2018.

Eu quero agradecer ao Senador Sérgio a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu soube que a Ministra vai se retirar e gostaria de fazer apenas um comentário na presença dela, se fosse possível, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Senadora.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada.

Eu cumprimento o Benedito Braga e também o Vicente, da ANA; os Senadores, colegas, a Ministra. E falo da importância desse Fórum Mundial da Água, mas faço aqui uma observação. Talvez, por ser a primeira vez da minha participação, eu não tenha conseguido provavelmente absorver todos os conteúdos, mas uma coisa me chamou muito a atenção.

Durante todo o período em que participei, vi um debate em função da demanda da água. Discussão e preocupação em torno da demanda, distribuição, gestão, quem tem ou não, como usar, como não des-

perdiçar. Mas eu não vi nenhum debate, com exceção da nossa proposta, levada pela CNA, ANA e Embrapa em conjunto, da APP mundial e sobre a oferta da água. Então, esse debate precisa ser incluído não somente nos próximos fóruns, mas também na Rio+20.

A CNA convidou cientistas de oito países: Rússia, Alemanha, França, Austrália, Estados Unidos e Canadá. E estão todos confirmados para chegar antes da Rio+20, para prepararmos um documento. A Embrapa está pilotando esses convites, a fim de que preparemos um documento para a Rio+20 com um número maior de cientistas – até agora já temos oito confirmados – que deverão aderir à ideia da APP mundial, no sentido de preservar a água e de nos preocuparmos com a sua oferta, com a fonte, preservando a qualidade e a quantidade da água. Os dois debates são importantes, mas sem debater sobre a oferta eu, sinceramente, acho que fica um pouco vazio ou falho.

A repercussão da nossa proposta foi muito interessante na mídia internacional. Nós fizemos um clipe bastante denso sobre o interesse. Eu cheguei de lá ontem. Voltei no *Financial Times*, num seminário que ocorreu na quinta-feira. O Ministro da Agricultura esteve presente. Fiz uma entrevista no *Financial Times*, um perfil; e também no *L'Express*, justamente por conta da APP mundial. Deverá sair no mês de maio no *L'Express* e no *Financial Times* um pouco mais cedo. Inclusive, há um artigo que terminei ontem, também nesse sentido, para ser publicado.

Então, acho que o tema causou curiosidade. É um tema que tem unanimidade entre os cientistas do mundo. Ninguém discute a importância das matas ciliares e das nascentes, mas isso não está – como popularmente se diz – na boca do povo, nas discussões, nos fóruns.

Da mesma forma que o Brasil pode recompor o que foi aberto, os outros países também poderão fazê-lo. Não é somente uma ideia e uma sugestão do ponto de vista científico, da preservação pura e simples da água, mas também uma defesa competitiva dos nossos países.

Enquanto se exige dos nossos produtores essa recomposição, já saímos, no plano de negócio, em defasagem financeira e econômica com relação aos produtores de outros países. Por exemplo, enquanto eu tenho mil hectares, no Brasil, e um produtor tem mil hectares na Argentina ou mil hectares na Europa, nós já saímos com 800 hectares, partindo do ponto de vista da reserva legal e da APP. E os outros produtores podem preencher o seu plano de negócios considerando mil hectares de área de produção.

Então, temos de nos preocupar com essa questão econômica da nossa desvantagem competitiva do

ponto de vista financeiro. Essa exigência está no Brasil e chegou em boa hora, pois é uma unanimidade o conceito de APP, de matas ciliares, nascentes e áreas de recargas muito fortes; mas precisamos levar esse debate para o mundo todo.

Eu gostaria de convidar o Ministério do Meio Ambiente, como farei com o Ministério da Agricultura, para que esse debate da universalização da APP não seja somente da CNA, da ANA ou da Embrapa, mas que o Governo brasileiro, o Itamaraty, os ministérios pudessem trazer esse discurso para a Rio+20, trazer essa exigência não de parâmetros, não de custos, mas de conceito. Esse conceito precisa ser adotado, e cada país que resolva e decida sobre a sua legislação de metros, de quantidades e de custo que isso vai ter para essa recomposição.

Então, isso não pode se transformar num debate vazio. Isso é da maior importância para o Brasil. É muito grave para os produtores do Brasil que estão cumprindo o seu dever de casa e que não podem perder competitividade por estarem cumprindo uma “lei ambiental”, cumprindo um princípio científico da maior importância para a preservação da água.

Muito obrigada.

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – Agradeço as palavras da Senadora Kátia Abreu. Acho que é um desafio importante. Ontem mesmo eu estava lendo um documento do departamento de agricultura dos Estados Unidos que trata exatamente de recuperação de APPs, com iniciativas que eles estão fazendo, em função da visão estratégica de proteger os recursos hídricos e com isso manter a produtividade dessas terras. Se quiser, eu posso lhe mandar isso.

Na realidade, acho que no debate da Rio+20 eu tinha falado aqui um pouco antes sobre a questão de oferta e a necessidade de recuperação daquilo que está degradado. Acho absolutamente estratégico que a gente possa ter esse debate de um compromisso global de recuperação das margens que foram degradadas, não só pela competitividade, mas para assegurar a recarga de recursos hídricos e assegurar a atividade econômica de todas as propriedades, como também a oferta de recursos hídricos para as cidades nos países.

Acho absolutamente oportuna a ANA se juntar a esse debate junto com a Embrapa, e acho que o Brasil deve sim mostrar que proteger APP e recuperar APP não se trata de perder recurso, é o contrário, é assegurar a sustentabilidade e os ganhos de médio e longo prazos do *status* daquela propriedade. No fundo, a gente vê que muita propriedade que não preserva se degrada progressivamente e o pequeno produtor, às vezes, é o grande perdedor, porque ele não tem tanta terra para sair compensando.

Então, temos que ser inovadores. Temos que provocar o debate global, mas também temos que ser inovadores em soluções que não excluam. Porque esse debate que às vezes se coloca – e gosto quando a Senadora Kátia Abreu sinaliza a necessidade de uma APP mundial – de produzir alimentos ou proteger o meio ambiente é um debate que não cabe. Quer dizer, os dois têm que andar juntos. Temos que buscar caminhos para que todos tenham *status* de proteção e tenham *status* de produção. Na realidade, incrementar o ganho econômico e o ganho ambiental para cada produtor. Acho que esse é o desafio que o Brasil deve colocar para o mundo. A senhora tem uma aliada no debate sobre APPs globais, no sentido de que vamos estimular a recuperação dos aquíferos, a recuperação dos recursos hídricos e assegurar a produtividade. Obviamente que tem a discussão social e a questão econômica, mas, com relação a isso, não podemos nos apequenar no debate, ao contrário, devemos ir para frente. Agora todo mundo sabe que proteção ambiental é essencial para que você tenha produção agrícola e contínua. Todo mundo sabe disso. Temos que ter a coragem e a ambição de buscar caminhos inovadores e sairmos daquele debate que no meu entendimento é anacrônico e extemporâneo de polarizar. Não existe polarização, existe convergência. É isso que temos que buscar.

Vou pedir desculpas, já estão me chamando, tenho que ir para a Casa Civil.

Agradeço, mais uma vez, Senador Sérgio, a chance de voltar a esta Casa, de rever os amigos. Desejo uma feliz Páscoa para todos. Nós nos vemos na semana que vem, porque tudo continua nos debates sobre os avanços da questão ambiental e da Rio+20.

Coloco-me à disposição dos senhores para outros encontros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Ministra, eu agradeço a vossa presença. V. Ex^a tem sempre feito uma deferência especial em favor do Congresso Nacional, em favor do Senado Federal, sempre participando e estando presente aos debates que esta Casa promove.

Sabemos da sua importância na condução dos trabalhos frente ao Ministério do Meio Ambiente e sabemos da sua consciência em relação a formarmos uma legislação, formarmos um pensamento que seja em favor sempre da sustentabilidade. E temos muito claro que a produção de alimentos talvez seja o maior consumidor de água do Planeta, mas também nós não teríamos alimento se não houver conservação do meio ambiente.

Muito obrigado pela sua presença.

Registro e agradeço a presença dos meus colegas Senadores, Senador Aloysio Nunes, Senador Jorge Viana, Senadora Kátia Abreu; também registro a presença da Sr^a Gisela, que é Diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama; e do Sr. Félix, que é Superintendente da Agência Nacional de Águas.

Convido para também tomar assento à mesa, para que faça suas considerações sobre o evento, conforme sugestão do Presidente da Agência Nacional de Águas, o Sr. Paulo Varella. Por favor, Paulo.

Passo a palavra ao Vicente Andreu para que faça suas conclusões.

Muito obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Muito obrigado.

Eu queria cumprimentar também o Senador Aloysio Nunes e a Senadora Kátia Abreu e reiterar, na sua presença, os agradecimentos, não só pelo fortalecimento do fórum, mas, em particular, pelo empenho da CNA – da qual V. Ex^a é a presidenta – para possibilitar um espaço muito, muito agradável do Espaço Brasil nesse evento. Então, não só com uma presença politicamente marcante, tecnicamente marcante, mas também com uma presença extremamente agradável.

Eu vinha fazendo um aquecimento com uma descrição, uma tentativa de descrição de como o evento se organizou, e aí a temática mais política, de conteúdo, já suplantou aquela metodologia que eu estava adotando. Mas eu queria passar, rapidamente, que nós tínhamos, então, esse espaço geral do fórum e o espaço brasileiro.

Também, além dessa discussão temática, o fórum apostou – e aí foi muito importante a representação parlamentar brasileira – em um fórum de Parlamentares em nível global. E os Parlamentares brasileiros, os cinco Senadores aqui presentes e também os Deputados Márcio Macêdo e Leonardo Monteiro, que compunham a nossa delegação, também tiveram uma presença nos dois dias, praticamente, dos cinco dias de debate, entre a preparação e o debate parlamentar propriamente dito, e também participaram de maneira muito ativa.

Eu estava esquecendo, mas é importante destacar que o Vice-Governador de Brasília também esteve presente e fez um apelo muito forte no sentido de que não só o Brasil sedie o Fórum de 2018, mas nessa iniciativa de trazer o Fórum de 2018 aqui também para o Distrito Federal. O que eu disse a ele – e quero deixar aqui, publicamente – foi que esse desejo, essa motivação, eu penso, é uma questão que tem de ser reconhecida no momento em que a decisão a respeito do país de 2018 e da cidade venha a ser to-

mada, mas penso que Brasília larga na frente nesse processo, sem dúvida nenhuma.

Eu queria entrar agora em algumas questões de natureza mais geral. Quero destacar essa participação política e técnica brasileira e destacar também a grade, os eventos e a participação dentro do estande Brasil, que também foi bastante importante.

Aproveitando a fala da Ministra, eu queria iniciar dizendo o seguinte: a Ministra falou um pouco sobre a mudança da escala da participação brasileira em relação a Istambul e Marseille. Eu queria trazer à luz aqui também o Fórum Mundial da Água de Kyoto, do qual tive a oportunidade de participar, e eu queria ampliar essa escala, porque não foi apenas uma participação de escala, mas foi também uma participação de qualidade no sentido brasileiro.

Em Kyoto, quando tive a oportunidade de participar, em 2003, na condição de presidente da empresa de saneamento da cidade da qual venho, Campinas, a participação do Brasil era totalmente periférica. O Brasil, inclusive, era um país observado como um país carente de ajuda técnica, um país carente de ajuda financeira, um país que tinha dificuldade de caminhar no tema da água, particularmente nas questões de saneamento e ambientais, um país que precisava de ajuda, em 2003, para poder buscar as soluções dos seus problemas.

Em 2012, a participação do Brasil, não só em escala, mas, na qualidade de participação, foi completamente distinta. O Brasil foi protagonista. Era exigida a condição brasileira de protagonista, que é uma condição muito importante de ser destacada porque, muitas vezes, essa condição de buscar um protagonismo exige contraposição. Nesse caso, é uma grande aceitação, um grande reconhecimento dos avanços que o Brasil produziu ao longo do tempo, da sua condição como potência econômica, ambiental e hídrica e essa condição qualitativamente, completamente diferente de dez, nove anos atrás, em Kyoto, de um país protagonista no cenário global.

Eu também queria fazer destaque de que, além das temáticas gerais que a Ministra teve a oportunidade de apresentar e que também a Senadora Kátia Abreu mencionou, a respeito das APPs em nível global, documento que inclusive a ANA assinou junto com a CNA e que foi divulgada e que teve uma grande repercussão, nós tivemos oportunidade, nesse evento, de consolidar algumas alianças estratégicas para o Brasil e, nesse caso, relacionadas com as políticas internacionais de acordo com a política internacional brasileira.

Primeiro, a consolidação, a busca de outro patamar na relação com os países da América do Sul. Então, além da grande quantidade de eventos ocorridos, nós

tivemos também a oportunidade de buscar consolidar algumas questões que, para mim, são extremamente marcantes. A primeira delas, foi a consolidação, através do Codia da Conferência Ibero-Americana de Água, de uma ampla cooperação no sentido de capacitação para os países da América Latina, particularmente do Caribe e América do Sul. A segunda, a possibilidade do fortalecimento da cooperação no âmbito dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Também lá foi marcado, e logo em seguida, aqui, na ABC, tivemos condições de consolidar outro patamar de cooperação com esses países, particularmente os países da África, marcando também uma nova posição da relação brasileira.

Em relação aos temas, eu queria apenas destacar que, além das questões da APP, como mencionou a Senadora Kátia Abreu, no sentido da oferta de água e também vinculada à questão de mudanças climáticas, técnicos brasileiros, como o Dr. Francisco Gomide, o ex-ministro Dr. Jerson Kelmer, ex-presidente da ANA, ex-presidente da Aneel, hoje Diretor da Light, também participaram ativamente de painéis acerca da discussão sobre a necessidade da retomada do tema, do aumento de reservação, de reservatórios, para oferecer a necessária segurança hídrica, seja para a segurança alimentar, seja para a produção, seja para o controle de eventos extremos em grandes inundações e nos períodos de seca.

Era impressionante o debate – eu queria também passar rapidamente por ele – de como a posição do Banco Mundial, nos últimos dez, quinze anos, levou ao abandono da discussão acerca dos reservatórios. Então eu penso que esse fórum mundial foi extremamente importante também, Braga, por trazer à luz a necessidade de retomarmos a discussão sobre reservação, reservatórios também para a geração elétrica – embora não fosse seja a finalidade, a finalidade é segurança hídrica –, no sentido de não só avaliar os impactos negativos que foram a tônica do balanço apresentado normalmente pelo Banco Mundial e que são reais, o impacto sobre áreas, populações, biodiversidade, mas incluir, nesse debate, a quantidade de aspectos positivos que os reservatórios propiciam seja no controle de eventos críticos, seja na necessária produção da segurança hídrica. Então esse foi um aspecto extremamente relevante da discussão onde o Brasil, volto a dizer, teve uma grande participação, protagonismo.

Nós tivemos uma discussão muito grande também acerca da necessidade de que a água, em nível global, venha a ter uma casa própria, porque, no âmbito das Nações Unidas, a água normalmente ocupou, compartilhou casas com outros temas, que é o caso atualmente, onde existem 26 entidades da Organização

das Nações Unidas que tratam do tema da água, mas nenhuma delas é a casa da água, é a casa do outro tema, onde a água também participa, seja na agricultura, na energia, energia atômica, clima, educação; todos eles têm o tema da água, mas a casa própria é o outro tema. Então, nós também apresentamos essa discussão de que a água, aproveitando a conferência da Rio +20, pudesse ter uma casa própria no âmbito da ONU. E essa é uma discussão muito complexa em função, seja da reformulação dessas instituições no âmbito da ONU, seja em função das propostas apresentadas, mas nós reafirmamos e ganhamos adesão inclusive à posição brasileira, junto a Rio+20, da criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável, o que foi um aspecto muito importante.

E um terceiro aspecto foi o do pagamento por serviços ambientais. Buscar também, através do pagamento de serviços ambientais, criar uma ponte entre a proteção e a produção; entre a remuneração devida àquele que, através da sua propriedade, não só a explora social e economicamente de forma correta, mas também presta um serviço ambiental, na medida em que a mantém ambientalmente correta.

Nós levamos experiências brasileiras como produtor de água, uma experiência também que ganhou muita atenção e que nós também compartilhamos com a CNA e com outro conjunto de entidades. Então, também foi muito importante a discussão a respeito destes três temas: sobre a água em nível global, a retomada da reservação como um aspecto importante do ponto de vista ambiental; retomar essa discussão que estava sendo paralisada não apenas em nível brasileiro, mas em nível internacional; inclusive, no caso brasileiro, produzindo um grande estresse no funcionamento dos reservatórios hoje existentes, coisa que normalmente não aparecer, porque à medida que os reservatórios eram projetados para uma quantidade de energia, com uma operação plurianual; à medida que os novos empreendimentos hidrelétricos não têm mais reservatórios, são considerados reservatório a fio d'água, esses grandes reservatórios são chamados também a operar em função dessas hidrelétricas novas. Então, aquela condição de operação que muitas vezes era plurianual, três, quatro, cinco anos, acaba sendo operação praticamente anual, e, com isso, reduzindo significativamente a segurança hidrelétrica, a segurança energética, inclusive do Brasil. Então, essa também foi uma questão muito relevante.

Eu, por último, para encerrar, tinha feito aqui uma série de anotações. Mas eu queria agradecer muito a participação da Ministra Izabella Teixeira. Ela ficou mais tempo no avião do que propriamente no evento. Mas ela fez questão de estar lá. Ela ficou em Marselha 24

horas. Eu acho que, se somarmos, a viagem dá mais de 24 horas entre ida e volta. Ela teve uma presença marcante na Rio+20. E eu queria agradecer particularmente à bancada de Senadores que lá esteve, pois alterou a qualidade do debate em nível internacional; alterou a qualidade do debate em nível nacional. Nós tivemos oportunidade de fazer um debate entre nós, a delegação brasileira, os Senadores, a delegação parlamentar de altíssimo nível.

Então, eu saio de lá convencido de que foi muito importante a participação do Brasil em nível global, internacional. Mas o fórum produziu os seus maiores resultados para dentro do Brasil, a partir dessa busca da elevação do tema da água como um tema relevante da agenda brasileira, mudando esse seu patamar histórico.

Então, rapidamente, era isso e encerro agradecendo muito fortemente à bancada de Senadores que lá esteve.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Vicente Andreu. Agradecemos às suas colocações e sabemos da importância da sua presença na condução dos trabalhos da Agência Nacional da Água no VI Fórum Mundial

Pela ordem, eu passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, Presidentes, caros convidados, colega Kátia Abreu, eu, infelizmente, tenho que correr para uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Aqueles que frequentam o Senado, nas nossas audiências públicas, sabem desse desafio da ubiquidade, que é inatingível por nós humanos, mas que a gente faz um esforço para pelo menos nos aproximarmos dela.

Mas eu queria, antes de sair, em primeiro lugar, dizer como foi importante para mim o convívio com outros parlamentares de outros países e o convívio com a nossa delegação brasileira no seu conjunto, especialmente com os nossos companheiros da Agência Nacional de Águas (ANA).

Na reunião, foi aprovado um documento, uma declaração parlamentar sobre o Fórum Mundial da Água. O Senador Rollemberg teve um papel muito importante, entre outras coisas, na elaboração desse documento.

No final da reunião, nós combinamos mais ou menos que procuraríamos, na nossa rotina de trabalho no Senado, fazer o acompanhamento dessas questões, porque aqui temos compromissos, que são compromissos de todos – sendo de todos, são nossos também.

Aqui, há algumas declarações filosóficas – de princípios, evidentemente – que iluminam o conjunto das Nações, mas há coisas muito concretas, como,

por exemplo, orçamento. Há uma menção específica à necessidade de se lutar para que os órgãos encarregados desse tema tenham recursos suficientes para trabalhar. A atual diretoria da ANA já conseguiu algo muito importante, que é evitar a tesourada nos contingenciamentos que vitimam a maioria das agências reguladoras. É alarmante a situação das agências reguladoras no que diz respeito à redução, na prática, do orçamento aprovado no Congresso.

Outro dia, houve uma audiência nesta Comissão sobre o acidente em que houve vazamento de petróleo no Poço do Frade. E nos disse aqui o representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que, na ANP, para fiscalizar o funcionamento e a operação de todos os poços de petróleo do nosso litoral, Senadora Kátia Abreu, há apenas dez fiscais, o que é absolutamente ridículo. Seria preciso que houvesse 80 fiscais, mas não há recursos para isso, embora haja fundos, fontes orçamentárias e dotações orçamentárias – apenas elas são contingenciadas.

Enfim, nessa questão do orçamento, penso que vale um acompanhamento muito de perto e uma articulação entre nós, Senador Sérgio Souza, junto com a Câmara dos Deputados, para que haja dotação orçamentária suficiente no orçamento de 2013, não apenas para que possamos manter o nível atual de atividades da ANA, mas também para que possamos oferecer recursos para outros projetos que, eventualmente, a ANA tenha, como aquele da compra do esgoto tratado, e que precisam de recursos para seguir adiante. Temos uma visão ambiciosa desse ponto de vista. O que está aí engavetado? O que há de estoque de projetos interessantes que demandaria recursos? Para isso, precisamos elaborar uma agenda de trabalho com o Ministério do Meio Ambiente, especialmente com a ANA, para verificar que projetos são esses, qual é o alcance deles, qual a necessidade de recursos para implantá-los, de modo que aqui haja um *lobby* pela água, envolvendo a Câmara dos Deputados. Essa é uma questão.

Outra questão é a discrepância que existe entre o que há na legislação, o teor dessas declarações, e a prática.

Quanto à governança da água e às bacias hidrográficas, quero dizer que há um número muito pequeno de bacias hidrográficas no País, que são muito desigualmente desenvolvidas e implantadas no nosso território. Mesmo no Estado de São Paulo, onde de longe existe o maior número de bacias hidrográficas, apenas duas, hoje, já contam com suas agências: a de Sorocaba e a de Jundiaí e de Piracicaba.

O que falta? Faltam capacitar pessoas para fazerem projetos? O que falta? Podemos nos ver na contingên-

cia de contarmos com uma belíssima legislação – vi, no debate entre os parlamentares, que nossa legislação é realmente de ponta, nada tem a dever; é uma legislação, se observamos o teor da declaração, que tende a tudo isso –, cuja implantação é muito baixa. Essa é a realidade dos fatos.

Estamos pleiteando sediarmos a VIII Conferência, o Fórum. Até lá, muitos de nós seremos Senadores ainda, se tivermos vida para isso. Mas será que vamos manter esse nível absolutamente ridículo de organização de bacias hidrográficas?

E o que dizer do saneamento básico? O saneamento básico no Brasil é uma vergonha! E há uma ênfase muito forte no saneamento básico nessa declaração. Ora, o que está faltando? Falta, penso eu, impulso político, entre outras coisas, para que o saneamento básico receba a importância que tem e receba um tratamento que vai além das declarações de intenção. Projetos importantes são lançados, mas não são realizados. Creio que uma função nossa importante é fazermos o acompanhamento disso, trazermos aqui pessoas não mais só da ANA necessariamente, mas também dos outros Ministérios. É preciso lutar para que esse tema tenha transversalidade.

O Presidente da ANA, Vicente Andreu, apontou o problema da reserva de água. No Ministério de Minas e Energia, em função dos incidentes de Belo Monte e de todos os protestos e manifestações contra o reservatório que foram feitos, parece que se está tornando jurisprudência não haver reserva de água para hidroelétrica, com as consequências que o senhor acabou de mencionar.

Então, creio que esses temas, meu caro Presidente, deveriam merecer da nossa Comissão uma agenda planejada com antecedência, com reuniões que, de preferência, não disputassem horário com as Comissões permanentes. Nas segundas-feiras e nas quintas-feiras, estamos aí para trabalhar. Não precisamos nos acomodar na agenda parlamentar. Quem tem interesse vem aqui, encontra um jeito de vir aqui. Não é preciso fazer reunião toda semana. Podemos fazer reunião com um espaçamento de tempo. Mas essa é uma questão que temos de resolver entre nós.

Eu queria sugerir que, realmente, fizéssemos uma agenda de trabalho de acompanhamento de todas essas questões bonitas que foram decididas, de todos esses projetos. A nossa Comissão é de Defesa do Meio Ambiente e também de Fiscalização e Controle. Temos de acionar a fiscalização onde as coisas não estiverem andando conforme o figurino.

Era isso o que eu queria dizer.

Eu me despeço dos senhores, porque, infelizmente, tenho de participar de uma reunião lá. Tenho um

voto em separado para apresentar no que diz respeito à reforma administrativa da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio, obrigado por suas considerações.

Esta Subcomissão está pensando, realmente, em inovar o plano de trabalho que foi aprovado no ano passado. Já estamos discutindo nesse sentido. Gostaríamos, inclusive, de submeter à deliberação de todos os membros desta Subcomissão essa agenda que vamos construir para este ano.

Pela ordem, passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente Sérgio Souza.

Pedi para falar antes de o Senador Aloysio ir para a Comissão de Constituição e Justiça em função da importância do Senador Aloysio nesta Casa e da importância do Senador Aloysio neste tema.

Nós, da delegação brasileira, estamos conversando desde o evento de Marselha. Na verdade, Senador Aloysio, entendo que, como disse o Presidente da ANA, esse foi quase um pacto assumido pela delegação brasileira, por todos os representantes da delegação presentes naquele momento, de colocar a agenda da água no primeiro plano dos debates do Congresso Nacional, até porque nada há mais estratégico para o desenvolvimento do País do que a questão da água.

A minha sugestão é a de que a Comissão de Meio Ambiente, conjuntamente com a Subcomissão da Água, faça essa agenda, que é uma agenda também de acompanhamento e de fiscalização das políticas públicas relativas à questão da água.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite, Senador? Também, acho que não podemos esquecer-nos de perguntar quais são os aperfeiçoamentos legislativos que podemos trazer.

Nós tivemos um grande avanço legislativo no momento da criação da ANA. Penso que é hora de nos perguntarmos se é preciso aperfeiçoá-lo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Inicialmente, queria colocar um debate que precisamos fazer no âmbito da Comissão. Não apenas da Comissão, na verdade. A Comissão e a Subcomissão podem levantar esse tema, mas depois ele tem de permear todo o Senado. Ele diz respeito ao encerramento das concessões de diversas empresas de energia elétrica no País e à questão de que, se, em função disso, da amortização dos investimentos – e grande parte deles já foi feita ao longo dos anos da concessão, o que vai permitir uma redução da tarifa

–, uma pequena parcela não deveria ir para um fundo de pagamento por serviços ambientais.

Essa, por exemplo, é uma agenda. A outra é que, hoje, em nosso País, já há, para as usinas hidrelétricas, as compensações financeiras de 6,75%. Parte delas vai para os Estados, para os Municípios, e uma pequena parcela, para a União.

É muito importante colocar o olhar da fiscalização e do controle sobre como está sendo a utilização desses recursos advindos da compensação financeira. Acho que esse é um papel importante para a Comissão adotar.

A outra questão, que V. Ex^a coloca muito bem, é a de que tivemos um grande avanço com a Lei nº 9.433, a Lei de Recursos Hídricos, especialmente por colocar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e a participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas – que são verdadeiros parlamentos da bacia hidrográfica, com a finalidade de construir políticas de utilização daqueles recursos, de mediar conflitos, enfim. Mas precisamos fortalecer...

Esta é outra atividade, também, do ponto de vista da fiscalização e controle: como está a implementação da Lei nº 9.433 no Brasil e quais são os gargalos, por que efetivamente não há um número maior de Comitês de Bacias já funcionando no Brasil e se é o caso de fazer algum tipo de aperfeiçoamento, de atualização na Lei nº 9.433, além do saneamento, que é outra questão, também, que tem o viés da fiscalização e do controle.

Quer dizer, há diversos programas do Governo, o Programa de Aceleração do Crescimento, que são obras de infraestrutura. Por que no Brasil há dados de saneamento básico, que, parece-me, são os menores, os menos expressivos de toda a América do Sul? Isso é inadmissível.

Portanto, nós precisamos colocar o olhar da fiscalização e do controle e, é claro, um olhar propositivo a partir do diagnóstico dessas situações. Então, temos, realmente, uma agenda fantástica, de interesse nacional, que deve ser levantada pela Comissão de Meio Ambiente e pela Subcomissão da Água.

Quero registrar a contribuição que V. Ex^a tem dado a esse debate, aliás, também o reconhecimento... Nós tivemos ali diversos representantes de Comitês de Bacias Hidrográficas, mas a organização desses Comitês de Bacias Hidrográficas é mais avançada no Estado de São Paulo. Registro, então, o reconhecimento que esses Comitês de Bacias têm pela atuação de V. Ex^a no sentido da implementação dessa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Rollemberg.

Quero dizer que hoje esta audiência pública da Subcomissão da Água está sendo um tanto diferente

em relação às regras das comissões. Nós estamos promovendo, de fato, o debate, uma interação entre aqueles que compõem a Mesa e que participam, palestram e contam o êxito do Fórum e os Senadores que estiveram no evento e que mostram sua percepção da necessidade de termos uma agenda positiva.

De imediato, passo a palavra ao Paulo Varella, para que faça a suas considerações, Paulo Varella, sobre a importância do Brasil e do VI Fórum Mundial da Água.

V. S^a tem a palavra.

O SR. PAULO VARELLA – Quero saudar Vicente Andreu, os Senadores Rollemberg, Sérgio Souza, Kátia Abreu, meu amigo Braga.

Eu agradeço a generosidade. É sempre um prazer estar aqui, nesta Casa. Foram-me dados mais esses minutos para estar aqui. Evidentemente, o Presidente Vicente já cobriu, praticamente, toda a visão nesse processo, até porque, durante esses dois anos em que se preparou, ele esteve presente por todo o tempo e nos incentivou.

Eu queria, apenas, aqui, então, tocar num ponto. Ele fala dessa inflexão do Brasil no que diz respeito à questão internacional, mas terminou falando um pouquinho dos efeitos que isso trouxe internamente.

Então, eu queria só focar, nos cinco minutos, no que é e em como foi a participação nisto que temos chamado de Seção Brasil.

Eu não falaria aqui do Conselho, porque o Braga o fará. Lá, tem-se representação de todos os atores que compõem a gestão da água.

O que procuramos fazer aqui foi exatamente criar um espelho disso. E só foi possível essa participação, esse nível, esse *upgrade*, exatamente pela adesão voluntária dos membros que forma essa Seção Brasil.

Aqui já foi falado da CNA, que é importante, da CNI, mas ali há outras instituições, como Petrobras, Santo Antonio Energia, Odebrecht, a Norte Energia, nessa área de energia, e também a CPRM, a Adasa, a Rede Brasil de Organismos de Bacia, Ministério da Saúde e Integração, o Banco do Brasil, prefeituras, enfim, toda a representação dos atores que formam essa massa necessária para a gestão da água.

Foi a partir dessa possibilidade – hoje já somos 47 membros – que pudemos trabalhar ao longo desses dois anos, para chegar lá com essa representatividade.

Eu queria dizer também que dessa forma pudemos levar ao Conselho não apenas a opinião de um Governador da ANA, mas também a média do que pensam, do que necessitam os atores que trabalham nessa área de gestão da água no Brasil.

Hoje, o Brasil já é o quarto colégio. Nós somos 47 membros na Seção Brasil, mas somos ainda 24

membros no Conselho, e esses outros estão processando a sua entrada.

Quando isso fizermos, deveremos partir para ser, talvez, o segundo colégio mais importante aí dentro.

Queria concentrar, então, a minha participação, dizendo que nessa preparação, além de tudo isso que o Vicente falou, houve um fórum das Américas, que preparou a posição americana dentro desse processo.

Aí o Brasil teve, realmente, uma participação de proto-organismo. E, dentro desses membros que compõem a Seção Brasil, discutimos aqui seis assuntos para as Américas: água e energia; segurança alimentar; mudanças climáticas; saneamento; ecossistemas; e gestão de recursos hídricos.

Voluntariamente, dentro dos membros que tínhamos, ficou que alguns desses membros gerenciariam cada um desses assuntos. Então, energia, por exemplo, ficou com Itaipu e Odebrecht; segurança alimentar, com DNOCS e ICA; mudanças climáticas, com a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo; saneamento, com Abdib; ecossistema, com WWF; gestão de recursos hídricos, com a própria ANA.

Durante esse tempo, foi mobilizado o País de norte a sul, de leste a oeste, com a presença, inclusive, do Presidente Fauchon, do Conselho, que esteve aqui e que nos acompanhou em alguns desses Estados. E trabalhou-se, em todos esses temas, a posição brasileira – embora este não seja um documento oficial –, que foi discutida, envolvendo-se a maioria das instituições possíveis, para falar sobre esses membros, com reuniões específicas. E foi gerado um documento, que faremos chegar, também, às mãos dos senhores, em que se expressa a posição desses membros e de outros que foram envolvidos, relativamente a esses temas – exatamente esses seis temas, que são da maior importância. E se poderá dar uma contribuição nessa discussão de temas importantes como esses, nessa área intersetorial, que é um grande desafio para a gestão das águas, além de todos que já foram colocados aqui.

Além da questão de recursos, orçamentos, etc., etc., essa articulação política intersetorial é fundamental e é um grande desafio que temos. Então, essa Seção Brasil, sem concorrer com nenhuma das instituições que estão presentes, abre um espaço, facilita e nós queremos manter viva essa instituição, para que exatamente nós possamos ter um *upgrade* maior ainda no sexto e, se Deus quiser, trazermos para cá no oitavo e estarmos ainda mais fortes e mais coesos.

Então, agradeço o tempo que me foi dado. Já não teria nada a acrescentar sobre o fórum que o Vicente já fez e o Braga fará, mas apenas falar dessa participação interna que foi intensa, que durou dois anos, e

acho que trouxe importância e pode nos ajudar nos pactos que teremos que formar aí no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Paulo Varela. Sabemos da importância que foi a sua presença no evento ocorrido em Marselha.

Passo a palavra, então, ao Benedito Braga, Presidente do Comitê Internacional do VI Fórum Mundial da Água, com a nossa torcida para, num futuro, ocupar uma presidência no Conselho Mundial da Água.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BENEDITO BRAGA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, quero cumprimentar os membros desta Casa, Senador Sérgio Souza, Senador Rodrigo Rollemberg, Senadora Kátia Abreu, meu caro amigo e Diretor-Presidente da ANA, Vicente Andreu, caro amigo Paulo Varela, Diretor da ANA.

Em primeiro lugar, queria dizer da satisfação de poder estar numa Subcomissão de Água. São poucos os parlamentos do mundo que têm uma preocupação tão grande com o tema. Eu queria cumprimentar esta Casa por esta iniciativa, por ter uma preocupação focada no tema da água.

Como já foi aqui colocado, esse é um tema multissetorial, que tem implicações não só do ponto de vista da conservação da natureza, dos nossos ecossistemas aquáticos, etc, mas desempenha um papel fundamental no crescimento econômico, social, no aumento do bem-estar das nossas populações. Portanto, é muito prazeroso, para mim, estar aqui para relatar os resultados desse VI Fórum.

Eu diria que, do ponto de vista temático, a nossa Ministra Izabella Teixeira foi brilhante em trazer pontos de ligação de mudança climática com o tema da água – isso é muito importante num nível internacional e, de fato, ela observou muito bem que o nosso fórum pretende achar uma solução para essa questão do clima, através da água, através dos mecanismos de adaptação, em vez de batermos na questão da mitigação das emissões que certamente será um problema tão difícil quanto a Convenção de 1997, de conseguir uma ratificação por parte de todos os países signatários do tratado.

Levantou-se aqui a questão da urbanização. A Senadora Kátia Abreu teve um papel destacado na sessão presidida pelo Ministro da Agricultura da França, onde levou essa proposta da APP mundial, que teve, sem dúvida nenhuma, grande repercussão, em função da sua ligação com sistemas de produção e de conservação da natureza que, nesse fórum, então, procurou-se priorizar.

Bem, acho que, do ponto de vista temático, eu só gostaria de trazer, além daquilo que já foi dito aqui, a questão do direito humano ao acesso à água e ao saneamento. Isso teve um destaque muito forte neste fórum. Os atores políticos de alto nível de novo se comprometeram a trabalhar no sentido de melhorar o acesso à água potável e ao saneamento. O Senador Aloysio mencionou muito bem a questão brasileira relacionada ao saneamento, que é uma questão crítica porque o saneamento não só é uma questão de saúde pública, mas também de meio ambiente. O nosso meio ambiente urbano aquático está completamente deteriorado, em função da falta de saneamento nas nossas cidades, e isso é uma questão ambiental importantíssima. Nós, quando falamos em meio ambiente, pensamos em floresta, mas o grande problema ambiental brasileiro é urbano, é a poluição dos nossos rios urbanos. E, aí, a questão do saneamento é chave. Então, entendo que esse Fórum chamou de novo a atenção da classe política para a importância de tratar esse tema, em função, vamos dizer, dos desdobramentos em relação ao saneamento, ao meio ambiente e à questão da saúde pública.

Além disso, nesse Fórum de Marselha tivemos a felicidade de ter a participação da nossa Ministra do Meio Ambiente, que falou da Rio+20, do Coordenador Executivo da Rio+20 para o Secretário-Geral Ban Ki Moon, o ex-Ministro francês Brice Lalonde, que reenfatizou, no evento que tivemos sobre a Rio+20, que o tema da água será incorporado na discussão dos Chefes de Estado, e, aí, o saneamento é um ponto importante, porque, se queremos falar em inclusão social, em geração de emprego, o saneamento é o setor que gera emprego de mão de obra não qualificada dos mais notáveis, ou seja, eu investir em saneamento significa geração de emprego, de renda, inclusão social, redução da pobreza, melhoria da qualidade de vida da população. Portanto, parece que é muito claro para nós que a inclusão desse tema na Rio+20 é uma questão natural e lógica. E o Fórum Mundial da Água em Marselha trouxe essa perspectiva de trazer a água para a Rio+20. Isso ficou extremamente claro. Temos a felicidade de ter o nosso Ministério do Meio Ambiente e de Relações Exteriores organizando essas reuniões preliminares à reunião dos Chefes de Estado e esperamos que o Conselho Mundial da Água tenha uma atuação intensa nisso.

Bom, eu gostaria só de trazer alguns números aqui e pediria para apresentar os dois últimos *slides*, passar rapidamente tudo o que está aí, essa foi uma apresentação que já mostrei aqui nesta Casa sobre o Conselho – não, esse aí é o final, o penúltimo, esse, pode mostrar esse.

Bom, tivemos 15 Chefes de Estado e Governo, foram 170 delegações participando do processo ministerial, 103 Ministros e Vice-Ministros de Estado, 750 autoridades locais e regionais, sendo 250 Prefeitos e 250 Parlamentares, 3.500 representantes da sociedade civil organizada. Esse aqui é um ponto que os Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes tiveram lá no fórum alternativo. O que é o fórum alternativo? Como o próprio nome diz, precisa existir um fórum para existir um alternativo. Aliás, é muito curioso isso porque, se não fôssemos nós, eles não existiriam, e eles vivem para bater pau no nosso Fórum, dizer que fazemos tudo errado e que eles fazem as coisas certas. Sempre estendemos o convite a eles para participarem do nosso Fórum, mas, infelizmente, o entendimento deles é de que fazem mais barulho do lado de fora do que do lado de dentro do nosso Fórum. Mas, mesmo assim, tivemos 3.500 representantes da sociedade civil. Eu imagino que, no fórum alternativo, não havia nem a metade desse número. Tivemos 2.600 jovens e crianças participando. Financiemos participantes de países mais pobres, de organizações não governamentais, que não têm recursos para participar, para que o fórum seja efetivamente inclusivo, para que ele reflita não só a opinião estatal, a opinião de grandes grupos etc., mas que ele seja verdadeiramente participativo, em que todos tenham o direito de falar e trazer as suas opiniões em relação à forma de solução dos problemas. Próximo, por favor.

Tivemos numerosas sessões especiais. Eu já relatei aqui a Rio+20, com a presença do Primeiro-Ministro da Coreia, da nossa Ministra do Meio Ambiente, do Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría, da presidente da UCN, do Presidente da República do Chade, apresentando uma iniciativa de bacias transfronteiriças. A Ministra Izabella levantou aqui que temos de nos preocupar com a questão das bacias do Prata e do Amazonas.

Tivemos doze mesas redondas ministeriais, onde temas como mudança climática, a questão dos reservatórios, da governança global da água foram discutidas; seis triálogos regionais, onde ministros, parlamentares e prefeitos discutiram políticas públicas.

Tivemos duas conferências com autoridades locais e parlamentares. Esse documento a que o Senador Aloysio Nunes se referiu foi gestado numa dessas reuniões dos parlamentares.

Tivemos dez painéis de alto nível, dois debates sobre a água. Nesse debate sobre a água, tivemos um debate sobre a questão da reservação.

Eu acho que o Dr. Vicente Andreu já levantou esse tema com muita propriedade, mas eu queria enfatizar novamente, além das fronteiras do Brasil. A Etiópia, por

exemplo, tem uma capacidade de segurança hídrica equivalente a 560 metros cúbicos por habitante/ano. A Austrália tem cinco mil metros cúbicos por habitante/ano. Ou seja, numa situação de extrema escassez, numa seca, a Austrália consegue sobreviver durante dois, três anos. A Etiópia acaba, porque não tem nenhuma capacidade de reserva para produzir alimentos.

Eu tenho gráficos de produto nacional bruto e chuva anual que tem uma correlação perfeita – o nosso estatístico aí pode analisar –, ou seja, quando chove, o PNB aumenta; quando não chove, cai. A reservação é a resposta para esse problema.

Nessa reunião, cuja moderação foi feita por uma jornalista do *Financial Times*, que fez um trabalho muito bom, tivemos uma ONG – a Internacional Rivers, que é completamente contrária à construção de reservatórios, é contra o barramento de rios. O WWF tem restrições com relação às barragens. Tivemos também o Banco Mundial, e aí foi muito interessante que a vice-presidente do Banco Mundial defendeu os reservatórios, coisa que há dez anos – o Vicente sabe muito bem – seria um crime falar em reservatório para o Banco Mundial. O Banco Mundial falava de outras coisas.

Tivemos a Ministra do Meio Ambiente de Uganda. E vocês precisavam ver a defesa da Ministra do Meio Ambiente de Uganda aos reservatórios em Uganda. Sem os reservatórios, Uganda não tem energia nem segurança alimentar, porque não consegue irrigar e produzir alimentos. Então, esses debates na área de barragens foram muito importantes para o nosso País. Não só para o nosso País, mas para todos aqueles que estão em vias de desenvolvimento também.

Com relação à privatização, foi muito interessante também, porque esse é outro debate que aparece: como é que nós vamos prover os serviços de água e saneamento. As concessões devem ser dadas a órgãos públicos ou privados? Ficou demonstrado na discussão lá que esse não é o ponto. O ponto é como é que nós temos o subsídio correto para o pobre ter acesso a água e a saneamento. Porque, se ele não tem renda, não tem como pagar. E a companhia de saneamento não pode trabalhar no vermelho, seja ela pública, seja ela privada.

Então foram resultados extremamente interessantes que vieram desse Fórum. Nós estamos trabalhando agora para escrever um relatório desses acontecimentos, dos avanços nas discussões dos parlamentares, dos prefeitos, com o Consenso de Istambul.

A Prefeitura de Sorocaba recebeu um prêmio de cidade campeã: 100% de tratamento de esgoto; 100% de serviço de água; recuperação dos rios urbanos da cidade. Foi um papel destacado que o nosso País teve no Fórum. E estamos agora fazendo esse fechamento,

através de um relatório detalhado e um resumo executivo, para aqueles que não têm tanto tempo para ler um relatório mais extenso.

Tivemos 28 mil visitantes ao Fórum. É um recorde. Nós achávamos que nunca mais haveria nada parecido com Istambul. Marselha superou Istambul. Tivemos 15 mil participantes registrados nas sessões técnicas, políticas e regionais.

Portanto, eu acho que, graças a esse esforço... E aqui quero render tributo aos nossos parlamentares que nos ajudaram tanto, à ANA, que teve um papel destacadíssimo na condução desse processo do envolvimento brasileiro.

Quero dizer da minha satisfação de poder estar aqui e relatar rapidamente alguns números e alguns resultados, vamos dizer, mais de conteúdo. E espero que dentro de mais 15 dias ou um mês devemos ter esse documento, que vou ter prazer de compartilhar com os senhores e as senhoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Benedito Braga.

Eu gostaria de registrar também a presença da Senadora Vanessa Grazziotin. E gostaria de registrar a importância da presença do Senado Federal, do Congresso Nacional nesse evento ocorrido em Marselha. Isso mostra a preocupação que o Congresso, que representa as Unidades Federativas e também a população do nosso País, tem com esse recurso natural que é a água, a maior fonte de vida deste Planeta.

Quero registrar a presença nesse Fórum do Deputado Márcio Macedo e também do Deputado Leonardo Monteiro. E aqui do Senado Federal, escolhido como chefe da nossa delegação, o Senador Rodrigo Rollemberg. E a Senadora Kátia Abreu, que não só teve uma presença como parlamentar, mas também como presidente da CNA, colocando também um *stand* da CNA dentro do Fórum Mundial da Água, além de ter estado presente em palestras, mostrando a importância da Confederação Nacional da Agricultura, da agricultura do Paraná. E aí, lógico, sempre tendo uma reflexão de que a agricultura utiliza cerca de 70% da água que é utilizada em proveito do homem.

Há um dado que eu vi no *Fantástico* de domingo mostrando que um artista global toma dois banhos por semana por conta da economia da água, o Leonardo DiCaprio. E aí o *Fantástico* trouxe...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Esse toma uma vez por mês.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – É, aqui no Brasil, já há alguns também nesse sentido. E o dado de que precisamos de 15 mil litros de água para um quilo de carne. É lógico. Acho que até se jus-

tifica, porque nós temos que ver aí as precipitações, a necessidade da pastagem. Não é só a água que o gado bebe. Então, imagina quanto um ser humano consome de água, porque, a partir do momento em que o ser humano consome um quilo de carne, ele está consumindo, de forma indireta, 15 mil litros de água.

Então, dizer também da importância da presença do Senador Jorge Viana, da do Senador Aloysio Nunes e da minha neste evento. Acho que tudo isso engrandeceu muito e, principalmente, nos traz a percepção da necessidade de termos, cada vez, debates mais intensos aqui, no Congresso Nacional, que é quem faz a legislação que pauta todo o nosso País.

Tenho aqui, como inscritos, os Senadores Rodrigo Rollemberg, que vai falar pouco mais de dois, três minutos, e, na sequência, a Senadora Kátia Abreu e depois, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, Presidente da Subcomissão Permanente da Água. Serei muito breve. Apenas para cumprimentar o Dr. Benedito Braga, o Dr. Vicente Andreu, o Dr. Paulo Varella, o Dr. Antônio Félix, o Dr. João Lotufo e, em nome deles, cumprimentar a Agência Nacional de Águas pela excelente articulação que fez da delegação brasileira neste evento.

Realmente, eu me senti muito bem, como brasileiro, de perceber a presença brasileira e o respeito das delegações internacionais pela presença brasileira. Tenho dito, de forma reiterada, que o Brasil vem assumindo um protagonismo cada vez maior no que se refere a temas fundamentais para o futuro da humanidade, especialmente em relação ao desenvolvimento sustentável e à questão da água. Não foi por acaso que o Presidente do VI Fórum Mundial da Água foi um brasileiro, que nos honra aqui com sua presença: Dr. Benedito Braga.

Quero cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pela iniciativa ousada, inteligente de colocar a questão da obrigatoriedade de Áreas de Preservação Permanente como importante para garantir segurança hídrica, garantir quantidade e qualidade de água necessária como uma exigência internacional, porque, muitas vezes, somos cobrados internamente – e considero positiva essa cobrança internacional, essa mobilização em torno de novos parâmetros para o desenvolvimento – e, nesse sentido, entendo que as Áreas de Preservação Permanente é algo essencial para garantir sustentabilidade da agricultura e da própria vida no Planeta. Mas é importante também que possamos exigir isso de todos, que o mesmo padrão que se exige do Brasil também seja exigido para os demais países.

Quero registrar que ainda fico com a influência indígena em relação ao banho no sentido de tomar todos os dias, mas dizer que o que considero mais importante, no âmbito do Fórum Mundial da Água para a delegação brasileira, é o legado do Fórum Mundial para uma agenda interna. Realmente, ali tivemos oportunidade, com mais profundidade, com mais tempo, de passar cinco dias dedicados exclusivamente ao tema água, tanto em debates internos, promovidos no auditório que tínhamos no estande do Brasil, como também nos debates externos, podendo perceber a compreensão que outros países, em função de outras dificuldades, de outros cenários, têm em relação à questão da água. E a construção de uma agenda de interesse nacional, que possa ser levada de forma permanente, de forma regular, não apenas no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e da Subcomissão da Água do Senado, mas também envolvendo a Câmara dos Deputados, enfim, todo o Congresso Nacional, é absolutamente fundamental.

Encerrando, Sr. Presidente, pedindo também licença e desculpa, porque também tenho que ir a outra comissão, quero registrar o papel da Agência Nacional de Águas como órgão articulador da presença brasileira no Fórum Mundial da Água, que foi extremamente competente. Esperamos, com muita ansiedade, que possamos eleger, proximamente, o Presidente do Conselho Mundial da Água – e já estou fazendo campanha para o Benedito Braga – e possamos também sediar o 8º Fórum Mundial da Água aqui, em Brasília, na capital de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Presidente. Eu gostaria de agradecer as palavras dos colegas Senadores Sérgio e Rollemberg, dizer da importância da participação dos colegas nesse importante fórum e agradecer a parceria da ANA e da Embrapa nesse evento. Na verdade, o nosso *stand* era de nós todos nós, era do Brasil e, sem essa parceria da ANA, seria impossível podermos lá participar com tanta naturalidade e conforto extraordinário, a CNA poder estar lá, sentindo-se protagonista em todo esse processo. Então, agradeço a confiança da ANA, do Presidente Vicente, de todos os diretores. Foi uma alegria poder participar e colaborar com o nosso País.

Benedito Braga, que, na verdade... Talvez as pessoas façam um pouco de confusão. Existe o Conselho Mundial da Água, que faz um fórum a cada três anos. O nosso Benedito Braga é o Vice-Presidente desse Conselho e presidiu o Fórum, em Marselha. Agora, vai

ter uma eleição no Conselho Mundial, e ele, de Vice, vai chegar à presidência, com todo o nosso apoio e as nossas orações. O próximo fórum será na Coreia. Posteriormente, o Brasil concorre para ser pós-Coreia. E o Estado do Tocantins também está aqui pronto para concorrer, para sediar esse grande evento – fica só a uma hora de Brasília, é bastante fácil chegar até lá.

A proposta da APP global também não teria sido possível só com a ação da CNA. Se não tivesse a adesão da ANA e da Embrapa para dar credibilidade científica e técnica à proposta, não teria tido o menor sentido. Então, eu gosto muito das parcerias. Cada um tem o seu *know-how*, cada um tem a sua especialidade, a sua capacidade e competência. E, unindo essas competências, vamos levar o Brasil adiante.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas. Nós criamos na CNA uma comissão de água e solo, devido à importância desse tema para nós, na agricultura. Sem solo e água é impossível se praticar. E tem algumas curiosidades, algumas ações que deveríamos empreender.

Primeiro, eu gostaria de saber, Presidente Vicente, se o sistema de regulação da ANA existe em muitos países, existe em vários países, não existe em país algum, se o Brasil é um modelo diferenciado dessa atuação da Agência, que para mim é uma das agências mais capacitadas do País. A ANA tem feito um trabalho extraordinário com toda a sua equipe técnica. Então, quero saber se esse modelo... E tenho o direito de perguntar, porque, como a APP só existe no Brasil, já fico pensando se existe ANA em algum lugar do mundo, se existe uma agência que regule tudo isso.

Segundo, Dr. Benedito e também a ANA, eu sei que existem estudos profundos a respeito da relação da falta, da ausência de saneamento com a questão da saúde. Acho que para nós, Parlamentares, para esta Comissão seria da maior importância termos o conteúdo desses estudos para que pudéssemos observar. E também o outro componente que o senhor colocou, que é a questão do meio ambiente. O saneamento não só prejudica a questão da saúde, mas também a questão do meio ambiente em si. Esses estudos nos dariam muitos argumentos para que pudéssemos debater. E o senhor disse uma coisa bastante interessante: quando se fala em meio ambiente, só se pensa em floresta ou em aquecimento global. Ninguém discute água. Ninguém discute solo. Acho que esse tema água, talvez, corre muito mais risco do que os demais itens, principalmente no Brasil, onde ainda é pífio o tratamento de saneamento básico. Então, gostaria muito desses estudos.

Segundo ponto, o que disse o Senador Aloysio Nunes Ferreira, uma coisa prática: a ANA faz os planos

de recursos hídricos, os estudos das nossas bacias. É a partir desses estudos que podemos fazer o gerenciamento desses recursos hídricos. Ou não há gerenciamento sem o estudo inicial. Araguaia-Tocantins, no meu Estado, graças a Deus, existe o estudo, que foi feito entre 2006 e 2008.

Nós temos outros rios cujos estudos já foram feitos: a margem direita do Amazonas, o rio São Francisco, o rio Doce. Mas nós sabemos que existem vários rios: a margem esquerda do Amazonas, Iguaçu, rio Grande, Paranapanema ainda não foram feitos; a bacia do Paraguai e do Uruguai em que estamos vendo problemas gravíssimos lá, inclusive no Estado do Paraná com relação à irrigação, barragens para irrigação; a questão da seca; as PCHs que precisam ser feitas e não se consegue.

Então, quanto custa isso? Os estudos de bacias devem ser, Presidente Sérgio, entre tantas prerrogativas desta Comissão, o custo dos estudos das bacias... Não há gerenciamento de água sem esses estudos. E nós precisamos colocar isso no orçamento já para o ano que vem. Então, seria importante que nós pudéssemos ter o que falta e quanto custa. O do Tocantins custou em torno de R\$3 milhões; os do Paraguai e do Uruguai estão orçados em R\$3 milhões e R\$4 milhões. Quer dizer, não é tanto dinheiro assim pela importância desses estudos, pelo que eles significam. Então, isso tudo para oportunizar o gerenciamento e o uso da água, que já é a questão da demanda, a sua oferta. A APP, a mata ciliar, as nascentes, áreas de recarga, isso é o cuidado com a oferta. Agora, sem os estudos de bacia, não há como haver o cuidado com a demanda, para gerenciar tudo isso.

Eu gostaria que esta Comissão pudesse receber esse custo, esse orçamento.

O Senador Rollemberg falou a respeito das compensações das hidrelétricas, quando são feitas as concessões, que são no valor de 6%. Nós sabemos inclusive que os 6% de uma compensação de uma hidrelétrica que está sendo feita no Estreito, no rio Tocantins, esse dinheiro pode ser usado lá no rio São Francisco, que na verdade não tem nada a ver com a compensação daquele rio. Basta estar no Brasil o rio que esse dinheiro pode ser “desviado” para outros... Eu tenho dúvidas a respeito disso. Eu não tenho convicção total de que esses recursos poderiam ser desviados para outras bacias, sendo que aquela bacia está sendo impactada.

Eu gostaria de saber se a ANA, como agência reguladora, não tem como obrigar, colocar como uma condicionante, que para se fazer uma hidrelétrica é preciso estar feito o Plano de Recursos Hídricos. Seria uma forma de esse dinheiro, de esse recurso, de

essa compensação ser aplicada no estudo dos recursos hídricos. É claro que ninguém quer impedir de se fazer hidrelétrica, ninguém quer impedir de se fazer reservatórios. Mas; mas pelo que isso aconteça simultaneamente: se a hidrelétrica vai começar ser feita, o recurso da compensação precisa ser destinado ao Plano de Recursos Hídricos e ao gerenciamento posterior da oferta e da demanda.

Então, são esses os meus questionamentos e dizer que esta sua frase, Dr. Benedito Braga, mostra a sua competência, o seu conhecimento e o quanto você merece ir para a presidência do Conselho: “O grande problema ambiental brasileiro está nas cidades”. Essa é a verdade. Nós sabemos, estamos estudando muito a respeito do assunto e estamos cansadas de saber que isso é um fato. Mas quando uma pessoa da sua importância diz, e não a presidente da CNA, que representa os produtores, diz, pode até parecer suspeito. Mas nós temos muita preocupação com relação à saúde da água vinda das cidades. Sem querer rivalizar campo e cidade, sem querer acusar ninguém, mas esse é um ponto gravíssimo, ou seja, a questão do saneamento básico.

Fico aguardando o relatório final com muita ansiedade. Gostaria de poder recebê-lo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigada, Senadora Kátia.

Só faço o registro de que entendo que tudo que nós temos sobre este Planeta é em favor da vida deste Planeta, mas em favor da vida no Planeta. E, no topo dessa cadeia, está o ser humano. O ser humano, de longe, é o que mais degrada o meio ambiente e é o que mais utiliza dos recursos do meio ambiente, e aí a concentração urbana é realmente um desafio para não só para a Agência, para todos os governos, mas para toda a sociedade brasileira, inclusive para entidades, como a CNA, entidades que pensam numa melhor gestão desses recursos.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria de fazer uma solicitação. Quando terminasse o debate, eles respondessem, e a Senadora participasse, eu gostaria que especialmente a ANA e o Benedito e, se você puder, esperar um minutinho depois para um vídeo de dois minutos, dois minutos, que nós estamos construindo e eu preciso da opinião de vocês sobre por que a APP é importante. Foi elaborado ...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Kátia, poderia ser, então, logo depois da fala da Senadora Vanessa, antes da exposição final dos palestrantes.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ok. São somente dois minutos. Ele ainda não está finalizado. É um roteiro inicial que tivemos a ideia de construir para explicar porque a mata ciliar é importante e qualquer pessoa entender.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Será bem atendida.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Vou fazer um grande esforço para ser muito breve, mesmo porque não pude acompanhar a exposição dos senhores. Acompanhei somente o final do Dr. Benedito, porque também estava em outra comissão.

Eu cumprimento o Dr. Vicente, Presidente da Agência Nacional de Águas; o Dr. Benedito, Presidente do Comitê Internacional; e o Diretor, Dr. Paulo, dizendo que lamentei muito por não poder ter ido. Eu, que fui a Istambul, não pude ir à conferência de Marselha, mas fiz questão de me pronunciar no Plenário, Senadora Kátia.

No âmbito das Nações Unidas, penso que de todas as conferências relativas ao meio ambiente, as conferências temáticas, de todas elas eu acredito que a das águas, o Fórum Mundial das Águas é aquele que busca uma interatividade maior com a sociedade.

Quando falamos em interatividade maior com a sociedade, Senador Sérgio, estamos falando do Parlamento, de entidades como a CNA. E o Senador Sérgio falou que quem mais consome água é a agricultura, no mundo. Ela consome muito mais do que aquele desperdício no banho. E olhem que os franceses tentam também, repito aqui, economizar muito a água diminuindo o número de banhos.

Mas o que é a agricultura? É alimento. E o que é alimento? É o insumo indispensável à manutenção da vida. E o que é a vida? Somos nós. Quem somos nós? Os seres humanos e os demais seres vivos que se interagem. Então, nós estamos no meio disso tudo e somos os seres pensantes. E cabe a nós ter o cuidado com essa natureza.

Eu cumprimento o Dr. Benedito, que coordenou os trabalhos desse ano, e digo que já estou na campanha. Vamos orar muito, Senadora, mas vamos fazer também muita política e ver o que precisamos realizar para que o País que detém a maior reserva de água potável de superfície do Planeta tome para si a direção desse trabalho.

Eu fiquei muito feliz em saber que a conferência deste ano em Marselha foi um sucesso, como foi a do ano anterior. E não tenho dúvida nenhuma. Acompanho muito de perto o trabalho da ANA e sei da forma como procura os Parlamentares, para que possamos ter uma atuação muito próxima e avançando, porque somos os proprietários dessa grande riqueza, mas é o que foi dito aqui: ela ainda está um pouco dispersa e desorganizada, principalmente com relação à utilização.

Olhem, na minha cidade, Manaus, banhada pelos Rios Negro e Solimões – a junção dos dois forma o Amazonas –, falta água. O nosso serviço é privatizado. Nós não tínhamos serviço de saneamento. Estamos tendo agora. Há pouco tempo, oito ou nove anos, esse trabalho começou. E o serviço lá é privado. Então, temos muitos problemas pela frente e esse é um problema nosso. E o povo carrega lata d'água na cabeça. Infelizmente, é isso que acontece. Eu não tenho dúvida de que o esforço do poder público tem sido muito grande. Temos o Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos e Água para Todos.

O Ministro Bezerra, da Integração Nacional, esteve essa semana no meu estado anunciando uma liberação inicial de 40 milhões, fora a contrapartida do Estado, para levar água para todos. E se pergunta: Mas é preciso água para todos, na Amazônia? Precisa! Precisa! Agora, estamos vivendo uma cheia e falta água potável. Quando vivemos na seca falta água também. Então, isso é importante.

O que eu acho algo draconiano é que na minha cidade os condomínios furam os poços; então, a população rica não paga água, mas o povo que vive ali, com água de péssima qualidade faltando mais do que chegando, paga. Então, é o estágio em que estamos. E por fim, Senador Sérgio, cumprimento V. Ex^a, que coordena a nossa comissão. Nós somos coordenados por V. Ex^a.

E tem o Projeto nº 7.437, de 2010, que está na Comissão da Amazônia, da Câmara dos Deputados. Ele cria, além de centros de ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, o Instituto Nacional de Águas, que está parado naquela comissão. É um projeto que cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal e também o Instituto Nacional de Águas. É um projeto de origem do Executivo. Então, penso que cria cargos, inclusive.

Nós temos de fazer um esforço. Eu queria que os senhores falassem mais sobre esse projeto aqui. Falassem mais sobre isso, para ver o que poderemos fazer para aprovar. Eu entendo ser importante, não sei os senhores. Mas seria aprovar um projeto que nos colocaria em outro patamar, porque a água todos pesquisam. Há uma agência, mas não há uma cen-

tralidade ou algo mais especializado no Brasil. Pelo menos eu não conheço e na minha região não tem. Há o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, tem o Museu Goeldi, no Pará, porém não trabalham somente com a questão da água, mas também com outros itens de pesquisa

Senador Sérgio, o Dr. Benedito coordenou o Fórum Mundial da Água. Brevemente, este ano, acontecerá a Conferência das Partes sobre biodiversidade e – salvo engano – o Dr. Bráulio, do Brasil, também será o Presidente dessa Conferência das Nações Unidas, o que para nós é muito bom. Avancamos muito nesse sentido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Isso mostra a importância que o Brasil tem por participar das decisões globais sobre o tema biodiversidade.

Eu peço para passar o vídeo, por favor.

Senadora Kátia, se não tiver som e quiser comentar, fique à vontade.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Gostaria.

São três. Na verdade, o quarto ainda não ficou bom. É um resumo dos três.

Nós estamos mostrando o que é APP: A mata ciliar, a margem dos rios, a nascente e uma área de recarga. São as três áreas que precisam da vegetação nativa.

Vamos na nº1. Não tem som. A Embrapa nos ajudou a elaborar. Aí um corte mostrando que as árvores fazem com que a água passe pelo solo primeiro, antes de ir ao rio, porque o solo é um filtro. Então, se atrás dessas árvores, numa mata ciliar, tiver uma lavoura de soja, por exemplo, na qual se utilizam agrotóxicos e fertilizantes, essa água que vem dessas lavouras se vai direto para o rio, pode trazer uma contaminação, uma poluição, diminuir a qualidade da água. E a função das árvores é justamente fazer com que se forme um amparo, não só para evitar que os sedimentos caiam dentro do rio, mas também com que essa água seja filtrada, porque solo é filtro.

Aqueles sinais positivos são algo bastante técnico, mas que tivemos de compreender para poder explicar. O vermelho negativo é justamente os rios que vêm dos agrotóxicos, dos fertilizantes; e as bolinhas positivas azuis é o que está no solo, incorpora o negativo e vai filtrando tudo, antes da água ir por baixo ou pelo aquífero confinado.

Ali do lado direito ainda não ficou bom, porque parece que está desmatado e nós queremos deixar no jeito certo. Nós ainda vamos encher de árvores ali, na

próxima versão, e vai aparecer uma lavoura de longe com a água vindo.

Próximo. Segundo.

Agora, a nascente. Aquele ponto azul escuro é a nascente, onde brota a água. E qual distância que precisamos ter de árvores? No Brasil, a legislação manda deixar 50 metros, mas, na verdade, se o solo for profundo, precisamos deixar uma quantidade de margem de árvores. Aí, nesse outro exemplo, se o solo não tem profundidade, a mata ciliar tem que ser muito mais extensa do que num solo profundo, como é o caso do Paraná, por exemplo.

Isso é para mostrar que, no fundo, essa metragem brasileira não tem sentido. Nós estamos trabalhando contra a ciência e contra a pesquisa.

É importante deixar um número base? Talvez seja por isso, deixar um marco, uma metragem pura e simples; mas isso não deixa. No nosso projeto de lei do Código Florestal, nem no velho, nem nesse novo, não existe nenhuma abertura para que a pesquisa possa influir sobre isso. Não. Deixar muito mais árvores ou menos árvores, de acordo com a profundidade do solo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Aí, Senadora Kátia, está a importância do PRA.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Que vai justamente definir esses parâmetros.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E que tem sido mal compreendido.

O Plano de Regularização Ambiental é justamente para que os pesquisadores, os técnicos possam, de forma legítima, sem dar prejuízo ao meio ambiente ou sem dar prejuízo à produção, demarcar a quantidade de árvores suficientes, de que vai, realmente, precisar naquela nascente. O que tem a ver? Nós quisemos colocar aí – estou explicando aqui para doutores, porque eles entendem tudo – apenas para saber se estamos no caminho certo. Essa profundidade rasa precisa de mais árvores porque tem menos espaço para a água ser filtrada. Então, eu preciso de mais árvores plantadas para a água vir lá de longe e ir filtrando nesse espaço curto. Como, naquele primeiro momento, a margem era mais profunda, não tinha tanta necessidade. O princípio é o mesmo: não deixar que agrotóxicos, defensivos, fertilizantes possam poluir a nascente.

E, agora, as áreas de recarga, que são mais difíceis de explicar no vídeo. Eu estou achando que ainda não está bom. É difícil explicar área de recarga. É onde a água bate com mais força e prejudica, principalmente, os aquíferos, os rios que a gente não vê, os rios invisíveis que estão embaixo da terra. Esse também é um corte que fizemos. Tudo tem o mesmo princípio, que é do filtro. Então, essa é uma área que já

foi desmatada. Então, a água bate, muito pouco desce e a grande maioria dessa água desce direto para o rio nessas áreas de recarga.

Então, estamos aí colocando em análise, ouvindo críticas. Eu sentei com os técnicos que fazem esses vídeos para a CNS e fui tentando explicar como nós precisávamos para as pessoas entenderem o quanto isso é importante. Por isso, o lançamento da APP global que fizemos como um entendimento científico e não só uma crítica, uma cobrança ou um apontamento de erros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Kátia.

Na ordem, passo a palavra, para as suas considerações, ao Dr. Vicente Andreu, Presidente da Agência Nacional de Águas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Queria agradecer muito as perguntas feitas. Eu vou me concentrar em três questões e fazer comentário muito rápido sobre as duas outras. Vou falar sobre os planos de recursos hídricos, a compensação das hidrelétricas e o Instituto Nacional de Águas.

Com relação aos planos de recursos hídricos, eu queria dizer o seguinte: pela legislação – tem aí certa lacuna, mas isso é típico do próprio sistema de recursos hídricos –, em relação se o plano pode ser feito só depois do comitê de bacia hidrográfica ou se ele pode ser feito sem a existência do comitê de bacia hidrográfica, a interpretação fundamentalista da lei diz que só pode fazer o plano depois que tiver o comitê. Por quê? Porque é o comitê que aprova. Não diz a lei que o comitê faz, mas, como a lei diz que o comitê aprova, então, existe uma interpretação de setores do próprio sistema de recursos hídricos de que, para ter plano, como o comitê aprova, quem tem que aprovar é quem faz.

Nós temos uma interpretação mais, diria, abrangente. Nós achamos que você, na ausência dos comitês de bacia hidrográfica, os planos podem ser executados pelos órgãos gestores e aprovados pelos colegiados de água, respectivamente. Então, um plano de uma bacia estadual poderia ser feito pelo órgão estadual e aprovado pelo colegiado estadual de água, que é o Conselho Estadual de Água; e um plano de bacia federal poderia ser executado, por exemplo, pela ANA e aprovado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Isso é um detalhe, mas é relevante do ponto de vista do embate interno. Eu queria até manifestar visto o interesse de vocês a respeito dessa questão.

Do ponto de vista de recursos da execução de um plano, eu queria dizer o seguinte: esse não é o problema. Depois do descontingenciamento dos recursos da

ANA, provenientes, em grande parte, do setor elétrico – isso já está acontecendo no segundo orçamento –, nós passamos de um orçamento executável de 70 milhões para 180 milhões. Portanto, destinar recursos aos planos de recursos hídricos, nós podemos fazê-los com recursos da ANA desde que haja uma solicitação, um desejo, no nosso caso, uma orientação do conselho, particularmente do Conselho Nacional, de fazer, nós podemos fazer.

Eu queria aproveitar o tempo, Senadoras e Senadores, para dialogar sobre o que é realmente um problema dos planos de recursos hídricos, que é a sua efetividade.

O plano de recursos hídricos congrega uma série de planejamentos setoriais em torno da bacia. O plano sempre se refere à unidade de planejamento bacia. Então, ele pega uma série de planejamentos setoriais, que são feitos pelos próprios setores, faz uma interpretação dessas informações à luz da disponibilidade de recursos hídricos. Então, ele pega informações sobre a agricultura, mas não é o plano que produz, é o setor de agricultura que produz. Ele pega informações sobre eletricidade – é o setor elétrico que faz – e incorpora sobre recursos hídricos. Ele faz a expansão da população a partir de dados do IBGE e incorpora.

Mas, uma vez que faz a interpretação, a leitura da bacia hidrográfica sob a ótica de recursos hídricos – sua disponibilidade, qualidade, quantidade, usos prioritários –, o que acontece? Na hora de implementar o conjunto de ações decorrentes dessa leitura, imagina-se que os recursos deverão ser provenientes do próprio setor e não do setor ao qual ele se refere.

Vamos pegar o saneamento. Nós fazemos uma leitura do saneamento. Aí se apresenta lá que o grande problema daquela bacia, em grande medida, são ausência de saneamento, problemas de macrodrenagem – no geral é isso. Mas aí se imagina que os recursos para macrodrenagem e para saneamento serão oriundos do sistema de recursos hídricos? Impossível. Ele deveria ser indutor, orientador do planejamento que vem da área de saneamento. E é esse o grande problema que enfrentamos hoje. Nós produzimos um plano de recursos hídricos, que tem lá um investimento, por exemplo, no Doce de R\$ 5 bilhões. Isso não vai vir da cobrança pelo uso da água. A cobrança pelo uso da água da Bacia do Doce é de R\$10 milhões/ano. Vamos passar 500 anos cobrando, para poder fazer aquele plano.

Na verdade, ele deveria obrigar que o orçamento federal e o orçamento estadual priorizassem aquele conjunto de obras que estão apontadas no Plano de Recursos Hídricos.

Então, Senadora, hoje...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Inclusive, o saneamento está incluído nesse valor? Dever-se-ia fazer o saneamento básico?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Claro. Então, no nosso caso, hoje, o grande problema dos Planos de Recursos Hídricos não é dinheiro para a sua execução. Faríamos isso muito rapidamente, no Brasil inteiro. O nosso problema é ou os planos se transformam em instrumentos efetivos do orçamento, ou vão virar simplesmente uma frustração do futuro. Por quê? Porque as pessoas participam, elaboram, aprovam, e, depois, não há nenhuma vinculação real com o orçamento.

Então, hoje, o nosso debate fundamental em torno dos planos é menos a sua execução, porque para isso quero assegurar que a ANA tem condições de fazê-lo, mas transformar o plano em indutor do orçamento, principalmente do orçamento público em nível federal e estadual.

Nós fazemos o planejamento de saneamento a partir das informações de saneamento e, depois, os recursos do saneamento são aplicados segundo a regra tradicional hoje, no Brasil, para qualquer setor – isto é cultural –, que é a do balcão, não é a do planejamento. Eu tenho uma quantidade de recursos, venham buscá-los. O que acontece? Os recursos são apropriados pelos mais aptos, pelas empresas que têm condições de acessá-los, porque têm projeto, profissional. E os problemas acabam mantendo-se, continuando.

Então, Senadores, agradeço muito, particularmente a sua pergunta, Senadora, porque o grande problema dos Planos de Recursos Hídricos é transformá-los em efetivos, para que não sejam frustração dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

O plano do São Francisco. Faz-se um plano do São Francisco, e de onde vem o dinheiro? Vai vir da cobrança? É evidente que não. A cobrança é uma parte pequena, educativa, simbólica do Plano de Recursos Hídricos. O plano tem de vir do Ministério da Integração, do Ministério da Saúde, do Ministério de Cidades. Mas, depois que o planejamento desses Ministérios é incorporado ao plano, na hora da aplicação dos recursos, segue-se uma lógica completamente diversa.

Agradeço a oportunidade de nesta Casa tratar desse tema, de que a gente vem falando sistematicamente. Ou os planos são efetivos, ou a nossa orientação, inclusive a minha, sob o risco de estar errado, é não fazer mais plano. Por quê? Porque senão vou ficar juntando um monte de produção de informação que não tem efetividade.

Então, nós queremos é constranger e dizer: só vai haver plano, se realmente se for para ele ser efetivo. E é muito engraçado também, Senadores, que muitas vezes, quando se pegam as informações do próprio

setor... Vamos pegar aqui o setor elétrico. Quando se incorpora no Plano de Recursos Hídricos, depois o setor elétrico aplica de maneira distinta ou não reconhece, efetivamente, o Plano de Recursos Hídricos.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – *(Intervenção fora do microfone).*

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Não existe isso. A legislação nem impõe, e não há nenhum planejamento setorial que tenha essa função determinativa. Eles são orientativos. Agora, eles poderiam ser mais indutores do orçamento, porque não existe, na legislação brasileira, esta condição de o plano ser determinativo. Mas eles poderiam ser indutores.

Então, é esse o problema. Fico à disposição, inclusive, dos Senadores, para desenvolver esse tema em seus gabinetes, tecnicamente apresentar, porque essa é a mudança de patamar dos planos de recursos hídricos no Brasil. Ou ele influencia o orçamento ou é um estudo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Não, depois ele pode alterar, ele muda. Ele não tem nenhuma função. E aí os planejamentos, eu usei o setor elétrico por ser mais abrangente, mas, no geral, esse problema se dá muito mais com a parte de saneamento, com a parte urbana, com a parte das cidades. Então tem lá um conjunto de obras de saneamento, inclusive com prioridades, definindo o seguinte. O Atlas de Saneamento que a ANA apresentou nenhum órgão federal incorporou e eu fui com ele debaixo dos braços, junto com os técnicos, no das Cidades, no Ministério do Deputado Moreira Franco, cujo nome eu me esqueço, na Funasa, na Caixa Econômica, dizendo: olha, considerem porque, além do conjunto de obras, ele tem um elenco de prioridades.

Por exemplo, no saneamento o que é mais importante? Somos um conjunto de Municípios, o meu lançamento de esgoto prejudica o dele. Só que eu sou a captação do Município que está a jusante. Aí, no nosso plano, diz o seguinte: prioritário é fazer a minha estação de tratamento de esgoto, porque ela contamina a água dos que estão abaixo. Só que, na hora da execução do orçamento, eles dizem assim: “Eu tenho cem, venham pegar”. Mas quem pega os cem é ele, não sou eu; ou então é outro lá na ponta, não sou eu. Na verdade, ele deveria induzir, porque não pode determinar evidentemente, que o recurso do orçamento fosse prioritário para mim que estou nessa situação de causar mais problemas para os Municípios. Agora o meu sistema é pequeno, a minha prefeitura não tem muita capacidade, a contaminação, permitam-me dizer aqui francamente, felizmente isso tem desaparecido, mas às vezes acontece não na restrição, mas na prio-

ridade, tem algum elemento de natureza política que faz com que essa questão seja resolvida. Por isso que a situação do Brasil é catastrófica, como foi dito aqui.

Mesmo que tenhamos avançado significativamente no volume de recursos que o Brasil tem colocado em saneamento, o crescimento das redes de saneamento proporcional ao crescimento das cidades brasileiras está ficando praticamente estagnado. Então, vejam, nós estamos fazendo, mas como também estão crescendo, a resultante desses dois vetores é uma reta horizontal, não está mudando o patamar da situação de saneamento no Brasil. No tratamento, um pouco, porque, na medida em que você produz um tratamento, mesmo que não seja no local adequado, ele acaba produzindo uma melhoria parcial no rio. No entanto, ele poderia produzir uma melhoria muito maior se fosse colocado a partir daqueles locais que o Plano de Recursos Hídricos considera como prioritário, e ele não influencia em nada o orçamento público, seja estadual, seja federal.

Eu gastei um tempo, e peço desculpas, mas a gente tem batido tanto nisto, Senadora, tanto nisto, que o Plano tem que ser efetivo, que nesta oportunidade, mesmo tomando o tempo dos senhores, eu queria aprofundar.

A segunda é a questão do setor elétrico. O setor elétrico arrecada com 6%, 0,75% é esse valor que eu disse que passou a ser descontingenciado, dos quais ficam na ANA R\$180 milhões, esse é o 0,75% dos 6%. Do restante dos 6%, 90% vão para Estados e Municípios. Então 10% dos 6% vão para a União, para o Ministério de Ciência e Tecnologia, depois eu vou emendar com o Instituto Nacional de Águas, vai para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para o Ministério de Meio e Ambiente e para outro que me esqueço aqui. Dos 90%, são divididos 45% para Municípios, 45% para o Estado, isso fica no Estado, isso fica no Município.

Só que não existe nenhuma obrigação – a única limitação hoje na lei é que não pode pagar funcionário; antigamente não podia pagar nem empréstimo federal, agora pode liberar para pagar empréstimo federal, mas não pode pagar funcionário com esse dinheiro –, nenhuma vinculação de qualquer percentual que seja aplicado em recursos hídricos naquela bacia. Então você pode ter um Estado, como o de São Paulo, que avançou, que pega parte desses recursos e coloca no fundo estadual de recursos hídricos. Isso já é um avanço, Minas Gerais faz isso em certa medida, mas o resto dos Estados da União pega esse recurso, coloca em um caixa único e não tem nenhuma vinculação com o recurso hídrico. Mas, ainda assim, alguns Estados o têm. Nos Municípios que recebem 45% não há nada, nenhuma política que vincule esses recursos ao orça-

mento municipal para a melhoria de recursos hídricos. E nós estamos falando de R\$1,5 bilhão por ano nessa proporção. É isso que é arrecadado com 6%, metade para os Municípios, metade para os Estados e isso acaba não tendo nenhuma coloração.

Um parêntese: tem aqui no Senado um projeto, o PL nº 315, que temos insistido para que ele não tenha prosseguimento, que ainda quer pegar 20% dos 45% dos Estados e jogar para os Municípios sob a alegação de que o Município é impactado, só que ele não aplica nada em recursos hídricos. Ele é impactado, mas não aplica nada. E os Estados, quando há políticas estaduais, inclusive repassam recursos para Municípios que não têm usinas hidrelétricas em suas bacias, mas que têm rios. Então, no fundo, no fundo, é uma visão de trazer para o Município mais recursos em prejuízo inclusive de outros Municípios que não têm usina hidrelétrica na sede do seu Município. Então gostaria de fazer este apelo: que este projeto não tenha prosseguimento e que a gente possa avançar na legislação no sentido de obrigar uma progressividade, não precisamos colocar todos os recursos, porque obviamente isso está incorporado na gestão estadual e municipal, mas para que progressivamente parte desses recursos fosse destinado a recursos hídricos, o que hoje a legislação não obriga e não é feito em nenhum Estado da Federação, exceto São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nenhum Município, dos 5.565, o faz. Pode fazer em função da posição política do prefeito, mas não por uma institucionalidade, uma obrigatoriedade.

Por último, o Instituto Nacional de Águas, sem prejuízo de algumas questões que meus colegas poderão desenvolver porque são hidrólogos, porque têm uma participação internacional maior que a minha sobre as perguntas que a senhora colocou. Senadora, nós temos dito que se o Instituto Nacional de Águas é para pegar o cobertor de recursos do sistema, que é pequeno, e puxar, não vai servir para nada. Se o Instituto Nacional de Águas tiver bem definidas suas competências, para que a gente não comece sob a perspectiva de um tema tão importante, criar redundâncias que não ajudam, se o Instituto não tiver suas competências bem clara e a fonte de seus recursos bem clara e novas fontes de recursos, temos a opinião de que ele não é uma prioridade do Brasil, para ser mais elegante. Não tem sentido. Por quê? Porque hoje os recursos do Instituto que estão sendo alocados são dos fundos setoriais, um dinheiro que já está no sistema. Então ele só vai pegar o dinheiro que hoje está no sistema e que é aplicado de uma maneira em construção, porque ainda temos um sistema vigoroso, mas em construção, e vai pegar uma parte desse

dinheiro que hoje, em certa medida, é discutido por vários agentes e vai colocar em outro lugar.

Contribuição, eu sei que vou desagradar as pessoas que estão envolvidas com esse tema, mas já manifestei isso ao Secretário Executivo do Ministério de Ciências e Tecnologia, não tem contribuição nenhuma. Aí ele diz: “Não, terá algum dinheiro novo”. Mas a gente está discutindo o dinheiro que existe, não se apresenta da onde virá o dinheiro novo. Na nossa opinião, acrescenta muito pouco. Se ele tiver dinheiro novo, competências bem definidas que não criem redundância com os órgãos já criados na União e nos Estados, somos completamente favoráveis, porque os outros institutos setoriais, Instituto da Amazônia, Instituto do Nordeste, são muito importantes. Então, por analogia, conclui-se que o Instituto da Água pode ser importante.

Eu queria registrar, Senadora, que a nossa posição é de espera. Dependendo de como ele vier a ser aprovado, tem o nosso apoio; dependendo de como ele vier a ser aprovado, nós não vamos fazer nenhuma manifestação contrária, mas não terá o nosso entusiasmo a aprovação dessa proposta.

Eu queria cumprimentar a Senadora pelo tema. Eu fico muito confortável quando a gente trata das APPs em torno da CNA, a senhora sabe que tem sempre uma pressão política das ONGs: “Estão associando a imagem da ANA com a CNA”. Eu digo: mas pega a proposta, vocês concordam com a proposta ou não? Eu queria elogiá-la, porque as propostas que a senhora apresentou são propostas que também defendemos.

Quanto à questão de se trabalhar o critério técnico *versus* uma convenção, eu queria dizer que, na condição brasileira, 1,6 milhão quilômetros lineares de rios estaduais, 170 mil quilômetros lineares de rios federais, é impossível, na minha opinião, que fora de uma convenção, a gente estipule critérios mais científicos para a propriedade. Na minha opinião, a lei deveria ser assim uma regra básica e se um critério técnico comprovar que ela deve ser maior ou menor, aí você deve fazer um ajuste. Agora, se a legislação disser assim: dependerá de um critério técnico, aí vai ser uma tragédia. Então continuamos defendendo a necessidade da mata ciliar mínima em 30 metros e de 50 metros em torno da área de proteção.

Eu queria dizer aqui que a progressividade nas APPs não é um critério hídrico. A progressividade nas APPs é um critério ambiental, relativo à biodiversidade. E nós gostaríamos, isso também é um sinal de debate político intenso, de defender principalmente nos pequenos rios, que são os mais frágeis; os grandes rios são produto de rios pequenos. A gente usa aquela expressão: nenhum rio nasce grande. Se os pequenos rios deixarem de ser protegidos, os grandes

serão comprometidos com 500 metros, com 1 milhão de metros, com 100 mil metros; não vai ter porque o pequeno rio que forma vai ser comprometido. Isso é um problema, porque, na pequena propriedade, que tem um pequeno curso d'água, quando você fala em 30 metros, evidentemente é uma situação política complexa, mas, na nossa opinião, ela deveria ser tratada com um regra geral e depois tratada a excepcionalidade e não a condição de, pela excepcionalidade, não ter regra nenhuma que trate desses temas.

Então queria agradecer muito os dois temas: a questão dos planos de recursos hídricos, Senadora, e a questão do Instituto Nacional de Águas. Como são temas polêmicos, a gente está manifestando a posição que a Agência Nacional tem em relação a esses dois temas: ou influencia no orçamento, ou não tem sentido fazer, ou tem dinheiro novo, ou e não tem sentido fazer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Vicente Andreu.

Com a palavra o Dr. Benedito Braga, Presidente do Fórum das Águas.

O SR. BENEDITO BRAGA – Muito obrigado, Senador.

Eu agradeço as questões formuladas e gostaria de dizer, com relação à questão do saneamento e da saúde pública, que existem alguns estudos que indicam que um real aplicado na área do saneamento produz uma redução de investimentos, na área de saúde pública, de sete a dez reais. Isso, por si só, já é um número, um indicativo bastante importante para se investir em saneamento. Os dados que temos são muito claros com relação à mortalidade infantil, antes e depois do sistema de saneamento colocado em funcionamento. Sem dúvida alguma, eu posso descobrir esses estudos mais detalhados e conversarei com sua assessoria técnica para lhe passar os estudos em detalhe.

Chamou-me bastante atenção a observação da Senadora Vanessa a respeito de Manaus, o que prova a nossa tese de que o grande problema ambiental brasileiro é urbano; quer dizer, os problemas de Manaus são os problemas de São Paulo, são os problemas de Salvador, de Porto Alegre, ou seja, o Brasil é um país urbano, 85% da nossa população vive em área urbana.

Então, entre os grandes problemas ambientais da Amazônia, podemos citar o saneamento básico, que é extremamente complexo. Por exemplo, no caso do alto Tietê, região metropolitana de São Paulo, hoje, muitas captações de água estão em locais em que se tem de investir uma enorme quantidade de recursos para tratar a água para fazê-la chegar a um nível adequado para servir a população. Ou seja, estamos fazendo, no fundo, reuso de água, porque aquilo que estamos captando é água de qualidade muito baixa.

E o que acontece? Se eu quero água de qualidade melhor, vou ter de procurá-la cada vez mais longe. Por isso, o custo marginal de fornecimento de água está cada vez mais alto nas grandes cidades. Temos de procurar essa água cada vez mais longe, e ela se torna cada vez mais cara. É uma situação complicada.

O Dr. Vicente Andreu mencionou o Atlas de Abastecimento Público Brasil feito pela Agência Nacional de Águas, que indica que 50% dos Municípios brasileiros, no horizonte de 2025, vão ter problema de fonte de água, de locais para coletar água para abastecer suas populações. Quando esse Atlas não é normativo, não é impositivo, os Municípios vão fazendo da maneira como entendem ou não vão fazendo. Logo, atingiremos a meta do milênio, mas, daqui a pouco, se não tomarmos as devidas providências de começarmos as obras, teremos problema de falta de água potável. Quer dizer, algo que já resolvemos, mas temos de nos manter atentos.

Com relação à ANA fora do Brasil, muitos países têm sistemas de gestão. A própria França tem as agências de água que desempenham um papel regulatório no uso de água. O México tem uma comissão nacional de águas que tem uma gestão por bacias hidrográficas, comitê de bacias, ou seja, essa experiência nossa existe, sim, em outros países, mas eu diria que, sendo um pouco chauvinista com essa capacidade técnica, com essa competência que a ANA desempenha o seu papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Benedito Braga.

Uma reflexão. Acho que, no nosso Planeta, temos a mesma quantidade de água que tínhamos há bilhões de anos atrás e que teremos em bilhões de anos a frente, produto dos mesmos recursos minerais, e eles não são renováveis. Concordo com V. Ex^a no momento em que diz que há uma reutilização da água. É um processo, inclusive a precipitação da água, as chuvas, é necessariamente uma reutilização.

Para finalizar, gostaria de dizer que esta Comissão espera ansiosamente o relatório final dos trabalhos do VI Fórum Mundial, até mesmo para que possa pautar a elaboração de seu plano de trabalho para 2012. Com certeza, teremos o tema da gestão da água e principalmente a forma que teremos de analisar, partindo do ponto de que é sempre em função do ser humano. O ser humano é o maior responsável pela gestão da água. Esse tema será o principal na nossa Comissão, atendendo, inclusive, à sugestão da Ministra Izabella Teixeira de cuidarmos das águas transfronteiriças. Tem, pelo menos, duas bacias: a do Amazonas, que nós somos receptores, e a do Prata, que nós somos aqueles

que têm uma cadeia no topo da bacia, somos aqueles que transmitem para os outros países.

Coloco-me à disposição da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu, para, na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, da qual também sou membro, fazermos as gestões necessárias para alocarmos os recursos imprescindíveis para a gestão da água no Brasil.

No mais, agradeço a todos a presença e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 8h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às oito horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Água. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG**, **SÉRGIO SOUZA**, **VANESSA GRAZIOTTIN**. Deixam de comparecer o Senhor Senador **JORGE VIANA**, **ANIBAL DINIZ**, **ALOYSIO NUNES FERREIRA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa à apreciação da pauta, destinada a realização de audiência pública visando debater o assunto “Rios Transfronteiriços”, em cumprimento ao Plano de Trabalho de 2011. Comparecem os seguintes convidados: Vicente Andreu Guillo, Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; Clemente Baena Soares, Ministro de Carreira do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Julio Thadeu Silva Kettelhut, Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **SÉRGIO SOUZA** e **VANESSA GRAZIOTTIN**. Os convidados respondem aos questionamentos e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no

Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da Subcomissão Permanente da Água

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Água, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública para debater o assunto Rios Transfronteiriços, em cumprimento ao plano de trabalho desta Comissão.

À mesa temos, à minha direita, o Embaixador Clemente Baena Soares, representando o Ministro e o Ministério das Relações Exteriores, e, à minha esquerda, o Julio Kettelhut, que é Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Estamos aguardando a chegada, também, do Vicente Andreu, que é Presidente da Agência Nacional de Águas.

De imediato, passo a palavra ao Julio Kettelhut, para que faça as suas explanações sobre o nosso tema de hoje.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – Bom dia, Senador Sérgio Souza. Quero agradecer o convite feito ao Ministério e à minha pessoa aqui representando para participar desta audiência; bom dia, Embaixador Clemente Soares, nosso colega e companheiro lá do Ministério nas águas sul-americanas, e a todos os presentes, senhoras e senhores.

A questão transfronteiriça, a questão de rios transfronteiriços no Brasil tem uma conotação muito interessante. Temos duas grandes bacias, a Bacia Amazônica e a Bacia do Prata, que praticamente cobrem toda a fronteira brasileira com os outros países em questão de área e onde temos diversos rios que são transfronteiriços ou fronteiriços.

Utilizamos, há um certo tempo, de uns 10 anos para cá, a terminologia transfronteiriça ao invés da terminologia rios internacionais, apesar de alguns órgãos da ONU utilizarem isso, mas o Brasil, como a grande maioria dos países, não reconhece essa terminologia de rios internacionais, porque ela pode ter um sentido mais amplo do que o sentido transfronteiriço, onde entendemos que o transfronteiriço diz respeito àqueles países que compartilham o rio ou a bacia hidrográfica em questão. Essa é uma política nossa no Brasil – com certeza o Embaixador vai comentar com mais detalhes esse ponto.

Temos também no final, perto do Chuí, uma bacia pequena, que é a Bacia da Lagoa Mirim que por estar tão perto da Bacia do Prata, quase que confundimos. Na verdade, tecnicamente é uma bacia independen-

te, por ser bem litorânea. No fundo, em termos genéricos, temos duas grandes bacias e mais essa bacia hidrográfica.

Os rios transfronteiriços brasileiros são em número de 54 no total, sendo os principais o rio Amazonas e o rio Paraná, com vazão maior, mas tem outros rios, principalmente na região Amazônica – e aqui também –, que são rios tributários do rio Amazonas ou tributário do tributário na Bacia Amazônica ou na Bacia do Prata.

Existem, além desses rios transfronteiriços – estamos falando em águas – aquíferos transfronteiriços. Quando tratamos da água subterrânea, para quem está mais acostumado com água superficial, água subterrânea é escondida. Exatamente por isso necessita de mais informações.

Então, hoje estão detectados 11 aquíferos transfronteiriços, baseados, a maior parte deles, em informações geológicas, porque, conforme a conformação geológica, ela tem possibilidade de existir um aquífero. São necessários maiores estudos para identificar ou não o aquífero. Se é transfronteiriço ou não.

Então, esses são os números que temos de águas de rio, de recursos hídricos e aquíferos transfronteiriços. E a Lagoa Mirim, que também é um corpo d'água que tem a característica transfronteiriça.

Tive oportunidade de comentar num fórum internacional, que causou um certo... por conta das pessoas que não conhecem essas características sul-americanas e até americanas, de um modo geral, que temos uma vantagem, nós, sul-americanos: os países têm água suficiente. Então, os conflitos por uso de água são poucos. Existe alguma coisa muito localizada, em um ou outro país, mas muito localizada de conflitos que não são insolúveis, são coisas muito pequenas. Por exemplo, na bacia do Quaraí, que é uma sub-bacia do Prata, entre Brasil e Uruguai, tradicionalmente há plantação de arroz, e, como é uma região muito pequena, pode ter um conflito pequeno.

Temos essa dívida de não haver conflitos significativos entre países vizinhos. No passado, teve alguma coisa em função da construção, não foi bem um conflito, que gerou inclusive tratados sobre isso, com relação a construções de aproveitamentos hidrelétricos, às vezes pode haver alguma discordância entre países, mas não é como no Oriente Médio ou outros lugares, onde existem conflitos muito claros sobre essa questão de recursos hídricos.

Temos dois grandes tratados, um na Amazônia e outro na Bacia do Prata, e outros acordos ou tratados. Isso vem tendo participação efetiva do Governo Federal, através do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério do Meio Ambiente e, em alguns casos, o Ministério da Integração vem participando, isso direta-

mente dentro dos organismos que controlam ou que decidem sobre as ações que devem ser feitas dentro desses conselhos, dessas comissões.

Existem algumas atividades, dependendo do rio ou do aquífero, que são atividades que requerem uma negociação maior, como a navegação na Lagoa Mirim, no rio Paraná, que tem a hidrovía Paraguai-Paraná, que necessitam uma negociação maior entre países, mas dentro do espírito de que não há um conflito mais sério.

A água, principalmente a subterrânea, é um ponto imprescindível aumentar o conhecimento, para que a gente consiga gerenciar. Um exemplo é o famoso do aquífero Guarani, que se tornou um nome de *marketing* dentro do Brasil e externo também, internacionalmente.

Tive oportunidade de participar, há uns dois anos, de uma conferência sobre aquíferos transfronteiriços em Paris, e foi interessante que, na mesa de que participei, além daquelas pessoas que estavam diretamente relacionadas aos países, representando países diretamente relacionados ao aquífero Guarani, nós notamos que alguns acadêmicos da Europa já estavam escrevendo *papers* sobre o aquífero Guarani, que teve uma repercussão muito grande em termos de água subterrânea, não só no Brasil, como no mundo inteiro. E, principalmente, porque se buscou fazer um acordo entre os países.

Convém ressaltar que, em água superficial – não diria a maioria dos rios – há um grande número de rios transfronteiriços em que existe algum tipo de instrumento legal entre os países, mas em águas subterrâneas não existe. O acordo do aquífero Guarani foi o primeiro – o segundo tecnicamente, porque há outro na Europa, mas é um aquífero pequeno, não tão grande – em que se conseguiu fazer um acordo sobre águas subterrâneas, simplesmente pelo fato da falta de informação.

Então, a falta de informação não permite que exista esse tipo de acordo; ou, quando existe o acordo, ele é limitado. Trata de temas mais genéricos, mais específicos, mas não chega ao detalhe, por exemplo, de um acordo, um tratado sobre rio. O Quaraí é um exemplo, e se diz que 50% de suas águas são do Uruguai e 50% são do Brasil.

Quando falamos de aquífero não dá para ter esses números. E, à medida que não dá para ter esses números, fica muito difícil tentar fazer alguma divisão. Inclusive repercussões que comumente há em alguns instrumentos, repercussões do que ocorre dentro do País, que repercute em outro país. Tem que avisar, ou não pode, tem que negociar. Isso, quando se trata de água subterrânea deixa de ter sentido, na maior parte das vezes. Em relação ao Guarani, por exemplo, se for perfurado um poço em São Paulo, essa repercussão, para se chegar à Argentina, se chegar, pode demorar

10 mil anos, 100 mil anos, ou nunca chegar. A gente não sabe se o fluxo está indo pra a Argentina, da Argentina para o Brasil. Então, essa falta de informação é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Júlio, só para eu entender um pouquinho: aquífero Guarani, ou águas subterrâneas, não são rios subterrâneos, não é?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – São pequenos bolsões de água dentro das rochas, porque temos ideia do que são os rios – é algo palpável; vemos o que eles são. Na verdade, não há um grande lago que banha o subterrâneo de todos esses países.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – Não, não. No Guarani, especificamente, é uma rocha porosa que contém água. É muito parecido com petróleo, uma rocha porosa que contém água, e extrai-se a água, ou a rocha, enfim, um sedimento, dependendo da conformação geológica, como se fosse uma esponja.

Pode, em alguns casos, acontecer, dependendo do caso, de haver cavernas, e uma dessas cavernas, em determinado momento, tornar-se um pequeno rio ou um lago interno. Isso também é considerado água subterrânea, mas, com certeza, chamar de rio, fica... O pior é que, no início, a gente chamava de mar. Era pior ainda, porque uma água salobra e daí...

Mas é interessante este ponto que eu queria ressaltar, da necessidade de ampliar conhecimento. Isso é fundamental para a gestão. Não se faz gestão, se não houver conhecimento do que está tentando ser gerenciado. E, nesse caso, é muito.

Na água superficial, o Brasil tem já uma tradição, bastante conhecimento, que pode ser melhorado em alguns casos. E o que ocorre é que, quanto aos países vizinhos do Brasil, a maior parte deles não tem o grau de conhecimento que temos.

Em água superficial, como a resposta é relativamente rápida, quer dizer, o que ocorre de um lado, dois, três ou dez dias, ocorre do outro, passa para o outro lado, é interessante que tenhamos ou reforçemos essa disponibilidade de dados dos países vizinhos. Na bacia amazônica, nós estamos a jusante, à frente, recebemos água dos países, e na bacia do Prata, estamos a montante, as águas vão para lá.

Então, é interessante que, somente na bacia amazônica, nós conheçamos, tenhamos a disponibilidade dessas informações da qualidade e da quantidade de água que vem do outro lado.

É o conhecimento – que acho um ponto crucial e estratégico na gestão dos recursos hídricos – que

temos de ampliar, de melhorar, na medida do possível, dentro do País. E também temos de incentivar, nos casos de corpos hídricos transfronteiriços, que os outros países, de alguma forma, através de acordos, bilateralmente ou multilateralmente – se pudermos auxiliar – melhorem seu conhecimento, sua disponibilidade de informações com relação aos dados.

Então, basicamente, a mensagem que eu queria deixar é com relação a essa ampliação de conhecimentos. Essa ampliação de conhecimentos para mim é fundamental para toda a gestão dos recursos hídricos.

A lei nossa é um a lei sabidamente avançada, reconhecida mundialmente. Quer dizer, nós estamos, em termos de aparato legal interno, completamente... Com algumas exceções, acho que melhorando aqui e ali, nós estamos bem respaldados.

Acho que poderíamos ter algum interesse... Enfim, temos interesse em que os países vizinhos tenham também um certo nível de conhecimento ou ampliem o conhecimento nessa área.

Acho que é isso.

Gostaria de agradecer a oportunidade. Depois me coloco à disposição, se houver alguma outra...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Julio, que é Diretor do Departamento de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Registro...

Pois não, Julio.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – É só um comentário, uma curiosidade que deixei separada e acabei esquecendo.

Desses 11 aquíferos... O Guarani é um dos maiores do mundo, etc. e tal, e, quanto à área dele, depois dos estudos, chegou-se à conclusão de que ele tem uma área de 1,1 milhão de quilômetros quadrados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB) – Como?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – Um milhão e cem mil quilômetros, por aí.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB) – O Guarani?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – O Guarani.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB) – Um milhão e cem mil quilômetros quadrados.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – Cento e oito, não é Luís?

Há um aquífero na Amazônia, transfronteiriço – em termos de investigação geológica; não temos certeza sobre se toda essa área é um aquífero, sobre se é um aquífero único, se são dois, três. Ele abrange esse Alter do Chão, que saiu no noticiário, e envolve seis países,

se não me engano. A sua área estimada é de quatro milhões de quilômetros quadrados, de 3,950 milhões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estamos dizendo que pode haver um aquífero na região amazônica, que é três ou quatro vezes maior do que o aquífero Guarani.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – Do que o Guarani.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Alter do Chão?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – Não, não. O Alter do Chão é parte desse, que é uma conformação geológica que pode permitir que seja um aquífero único nessa Região Amazônica.

Então, é um dado interessante e importante para saber dessa... Agora, volta. Não se sabe. Volta a questão do conhecimento. Por isso eu queria ligar com a pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – É. A pesquisa e o desenvolvimento vão nos dizer isso.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – Vão nos dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Julio, muito obrigado. E pedimos que permaneça conosco, para, ao final, responder às perguntas dos nossos Parlamentares.

Eu registro, agora, a presença de Vicente Andreu, o Presidente da Agência Nacional de Águas. Desde já agradeço a deferência em favor desta Subcomissão. Você, Vicente, é um parceiro e frequentador assíduo e será, com certeza, o nosso grande parceiro neste ano de trabalho que começamos recentemente, inclusive com a presença da Ministra Izabella Teixeira e também, naquela oportunidade, com o Presidente do Fórum Mundial da Água e com Vicente Andreu.

Registro e agradeço também a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora desta Subcomissão. E tenho certeza de que juntos, Vanessa, esta Subcomissão fará um bom trabalho e ao final do ano entregaremos ao Congresso Nacional um relatório que poderá pautar essa Instituição, mas também mostrar para o Brasil uma realidade do que é a gestão das águas nesse nosso País que é quase um continente.

Passo a palavra, nesse momento, ao Sr. Clemente Baena Soares, Ministro de Carreira do Ministério das Relações Exteriores, para proferir as suas explanações.

V. Ex^a tem a palavra, Ministro Clemente.

O SR. CLEMENTE BAENA SOARES – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza; Senadora Vanessa, nossa parceira em assuntos da Amazônia; Dr. Vicente, também parceiro na cooperação com os países amazônicos, os países da Bacia do Prata; Dr. Julio, de quem eu não me atrevo a falar o sobrenome aqui.

Muito obrigado por esse convite. É sempre uma satisfação estar no Senado Federal para conversar um pouco sobre temas que afetam o nosso País.

Antes de entrar na minha conversa, eu gostaria de esclarecer que o meu Departamento cobre a beirada – digamos assim – da América do Sul, indo até a Guiana: Chile, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana. Não tenho a Guiana Francesa, que faz parte do Departamento da Europa, no Itamaraty, por ser um território extra da França. E também cuido de todos os assuntos relacionados com a Amazônia, inclusive a organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

O Dr. Julio aqui já facilitou a minha tarefa e conversou muito sobre a Bacia do Prata, falando sobre o Aquífero Guarani, do qual outro colega meu, o Ministro João Luiz, cuida e se relaciona diretamente com esse assunto.

Água, como todos sabem, é um ativo estratégico. É o recurso estratégico para os países sul-americanos e muito em função disso traz desafios de grande complexidade.

No Fórum Mundial da Água, realizado recentemente em Marselha... Eu acho que a Senadora esteve presente. Não? Foi o Senador Rollemberg. O senhor também? O senhor também. E o ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEMENTE BAENA SOARES – Digamos que ficou clara a centralidade do tema no contexto global.

A inclusão do tema “água” no contexto da economia verde, nas discussões da Rio+20, evidenciou que não há desenvolvimento sustentável sem o manejo apropriado da água.

Todos sabem que a América do Sul detém cerca de 30% dos recursos de água doce do mundo e 53% das águas da América do Sul – que são 13,8% do total mundial – se encontram em território brasileiro. As duas grandes bacias hidrográficas sul-americanas, como já disse o Dr. Julio, estão uma na Bacia do Prata e outra na Região Amazônica. Somadas, elas se estendem por mais de 10 milhões de km².

Apesar de compartilhar da grande extensão, nota-se grandes assimetrias entre as duas bacias, não apenas geográfica e climáticas mas, também, econômicas, sociais e políticas. Daí eu volto um pouco à apresentação do Dr. Julio, assimetria não é somente na econômica, social e política, é também uma assimetria grande em matéria de informação; o que o Brasil tem e, por exemplo, o que o Peru, o Equador e a Colômbia possuem de informações sobre essas bacias. Daí ser importantíssimo termos acordos bilaterais de coope-

ração. Inclusive, o Dr. Vicente já assinou e esteve aqui numa reunião, acho que em fevereiro do ano passado, com todos os diretores da ANA dos países amazônicos. Foi uma primeira aproximação e a cooperação foi dada a esses países.

Mas, dentro dessa assimetria, essa cooperação – aí é que falo muito em nome próprio, não falo em nome do Ministério – é dada a esses países, mas muitas vezes essa cooperação se perde nesses países; não há um seguimento nessa cooperação. Há técnicos brasileiros que vão a todos esses países, capacitam essas pessoas, dizem como ter a disponibilidade de informações sobre determinados recursos hídricos, mas não há muito em função da deficiência, eu não diria institucional, mas, burocrática, administrativa desses países, essa pessoa que cuida dos recursos hídricos passa para outros setores do governo. Então, se perde essa colaboração dada a esses países, o que prejudica todos os países amazônicos. Esse era um parêntese que eu gostaria de fazer.

Bom, na bacia Platina, já foi dito também, a maior concentração de pessoas, o maior fluxo comercial e a maior densidade institucional implicam também na existência de maior regulamentação para a gestão dos recursos hídricos naquela região. A maior parte das áreas habitadas da Amazônia – e a Senadora sabe, não conta com tratamento de esgoto, tornando-se uma fonte de contaminação para fauna, flora e seres humanos. Só a metade da população amazônica tem acesso à água potável; quase 70% dos aterros sanitários são a céu aberto.

As atividades de garimpo contaminam as águas. Em outros países contaminam – e, como disse o Dr. Julio, estamos a jusante na região amazônica – e causam doenças e escassez de peixe.

Os rios amazônicos têm um papel importante no ciclo e balanço hídricos da região. A gestão integrada das águas sul-americanas, portanto, é um enorme desafio para todos os países. A multiplicidade de funções que os rios amazônicos desempenham no processo de desenvolvimento econômico e social da região apresenta problemas que extrapolam fronteiras. As nossas respostas e soluções devem ser igualmente discutidas de maneira conjunta pelos países que detêm os recursos da Amazônia.

O Brasil tem com o Peru e com a Colômbia projetos de cooperação bilateral para monitoramento dos recursos hídricos e capacitação técnica, sobre os quais acabei de falar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEMENTE BAENA SOARES – Por enquanto, sim. Não sei se o Dr. Vicente tem o da América. Eu conheço esses dois na região amazônica.

A gestão integrada da Bacia Amazônica precisa envolver todos os países amazônicos. E aí, faço um parêntese: há seis, sete anos há um grande esforço, no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, para se chegar a um acordo sobre navegação fluvial em rios amazônicos. Nós chegamos a um texto de consenso, no ano passado, há seis meses, mas, em função de observações de um determinado país, ainda não foi possível se alcançar um texto, porque todos os acordos no âmbito da OTCA devem ser aprovados de forma unânime. Não há consenso. Todos os países têm que estar de acordo com aquele texto. A partir do momento em que for possível lograr um texto, um acordo que seja aplicável em todos os rios amazônicos, teremos um maior monitoramento, um maior controle sobre o que se passa em nossos rios.

No próprio objetivo principal da organização, o desenvolvimento sustentável da região amazônica, encontra-se a gestão regional dos recursos hídricos. E aqui foi justamente que a OTCA realizou em fevereiro de 2011, muito com a colaboração da ANA, a primeira reunião de diretores de águas dos países membros. Nesta reunião, os diretores acordaram na realização de um projeto de cooperação técnica em recursos hídricos. Se não me engano – e o Dr. Vicente pode me corrigir –, já foi assinada a disponibilidade de recursos financeiros para a nova capacitação de todos em todos os países amazônicos. Tenho aqui até os números, são R\$2 milhões que vêm da Agência Nacional de Águas. A Agência Nacional de Águas capacitará técnicos dos países vizinhos e instalará um rede hidrometeorológica em todos os países. É um avanço, se não me engano é um primeiro avanço que nós temos aqui com relação à gestão de recursos hídricos na Amazônia.

A instalação de uma rede regional para a medição de níveis e qualidade da água aprimorará a gestão regional dos recursos hídricos da Amazônia.

Outro projeto na área de recursos hídricos, desenvolvido pela OTCA, é o projeto de manejo integrado e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da Bacia do Amazonas com recursos do GEF, do Banco Mundial. Esse projeto elaborará plano estratégico para orientar as políticas nacionais de gestão de recursos hídricos. Esse projeto tem mais de cinco, seis anos, avança a passos muito pequenos. Seria necessário dar um *boost*, como se diz, nesse programa para que a ampliação, o escopo da aplicação desses recursos fosse bem maior. Esses dois projetos são de particular importância para o Brasil, já que pelo fato de a nascente da bacia estar nos países vizinhos, as ações reali-

zadas do outro lado da fronteira afetam diretamente o manejo hídrico brasileiro.

Outra ação realizada pela OTCA no âmbito dos recursos hídricos é a negociação de regulamento de navegação comercial, que acabo de assinalar, que promoverá o crescimento do fluxo de transporte fluvial nos rios amazônicos. Além de buscar promover o aumento do transporte fluvial, o regulamento estabelece o imperativo do uso sustentável dos recursos hídricos da Amazônia.

É estratégico para o Brasil promover uma maior articulação, com os países vizinhos, para o manejo das águas da Bacia Amazônica. E nesse sentido – e aqui encerro, para que todos tenham o seu tempo disponível – é a OTCA, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, minha parceira, nossa Senadora conhece bem, é o foro privilegiado para a promoção de uma política regional para a gestão de recursos hídricos transfronteiriços.

Senadora, isso seria um pouco do que eu gostaria de colocar aqui para a audiência. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Ministro Clemente Soares.

Passo a palavra ao Dr. Vicente Andreu Guillo, que é o Presidente da Agência Nacional de Águas. V. Ex^a tem a palavra, Dr. Vicente.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Sr^{as} e Senhores, bom-dia. Em primeiro lugar cumprimentar o Senador Sérgio Souza, Presidente da Subcomissão de Águas, da Comissão de Meio Ambiente; a Senadora Vanessa Grazziotin, que é a Relatora da Subcomissão, e dizer que para nós é uma grande satisfação quando esses eventos acontecem, porque é uma oportunidade de buscar superar um grande lapso que existe na prioridade da água dentro da definição das políticas públicas brasileiras. Muito embora eu vá dizer isso constantemente, até que essa situação mude com o apoio da Subcomissão, dos senadores aqui presentes, de que, infelizmente, a água não ocupa uma prioridade na definição da agenda política brasileira e também não ocupa, infelizmente, essa mesma prioridade no âmbito internacional, apesar do reconhecimento social da importância desse tema, seja nas questões ambientais, seja nas questões sociais, seja nas questões econômicas.

Eu começaria dizendo sobre dois exemplos, um interno, brasileiro, e outro internacional. O interno brasileiro, todos nós estamos acompanhando a discussão sobre o Código Florestal agora na Câmara dos Deputados, a partir da proposta apresentada pelo Senado. Então, a Câmara dos Deputados, como câmara originária, agora vai apreciar a proposta apresentada

pelo Senador, que apreciou a proposta originária da Câmara dos Deputados.

Pois bem, a polêmica que tem se apresentado na imprensa tem ficado centrada na definição principalmente das APPs. Muito embora a Agência Nacional de Águas tenha manifestado já no início uma nota a respeito da defesa da manutenção dos 30 metros para a proteção mínima dos cursos d'água no País, o debate, na verdade, tem sido focado quase que praticamente dentro dos aspectos da propriedade da produção rural, lateralmente nas questões de impacto ambiental, e absolutamente nada na questão da importância das APPs para a qualidade e quantidade das águas no Brasil. Isso é um reflexo da importância política que o tema tem, porque se a água ocupasse realmente essa centralidade na definição de políticas, essa decisão da Câmara dos Deputados não poderia conter a polêmica que está assumindo. Por quê? Porque é imprescindível que o Brasil mantenha as APPs hídricas. Muitas vezes nós somos confrontados de que APP hídrica é quase uma jabuticaba, só dá no Brasil; muitos outros países não têm. Agora, deixar de manter esse patrimônio que o Brasil tem, vai retirar, sem dúvida nenhuma, do Brasil, um grande diferencial em todos os aspectos, inclusive no aspecto econômico, porque cada vez mais, evidentemente, os mercados consumidores, e não só o Brasil, vão olhar para as questões relativas à proteção ambiental para o consumo dos nossos produtos. Então, esse é um sinal de que a agenda da água, dentro do Código Florestal, é uma questão tão relevante, que ocupa uma tensão tão grande da sociedade brasileira, está num nível secundário.

O segundo é a Rio+20. O documento originário, o *Draft Zero*, ele é – já tive a oportunidade de conversar com senadores que também têm uma opinião aproximada disso – ele é patético, é patético! O documento tem três parágrafos praticamente de redundância, não acrescentam nada, com um nível baixíssimo de ousadia.

Eu recebi ontem, não tive a oportunidade de ler, o que eles estão chamando de *Draft Um*; e eu quero fazer a leitura inteira, não apenas dos aspectos de água. Mas, na leitura transversal, ele aumentou na quantidade de parágrafos. Então, tem mais parágrafos que os três, tratando da água. Não quero aqui ser precipitado, mas não me transmitiram nenhum nível de ousadia, em âmbito internacional, a respeito da temática da água também.

Então, eu queria mencionar esses dois aspectos e daí reformar o meu contentamento dessa persistência que o senhor, Senador Sérgio Souza, tem a frente da subcomissão de começar e manter uma rotina do debate do tema da água no Senado brasileiro, e quero dizer aqui que a Agência Nacional de Águas esta-

rá presente em todos os eventos, inclusive sugerindo questões técnicas e, eventualmente, até necessidade de aprimoramento da legislação brasileira.

Eu queria cumprimentar também o Ministro Clemente pelos esforços que tem desenvolvido nessa temática da água.

O senhor promoveu, nesse evento que o senhor mencionou, da organização do Tratado de Cooperação Amazônica, o TCA, a primeira reunião – vejam, século XXI, 2011, ano passado –, a primeira reunião que integrou as duas principais bacias do continente sul-americano. Então, é impressionante que uma coisa com essa natureza, de integração da bacia amazônica com a do Prata, que são as bacias principais da América do Sul e, particularmente, que o Brasil compartilha, nós tivemos a primeira reunião no ano passado.

Então, isso também nos estimula do ponto de vista da sua iniciativa, Ministro, a quem deixamos nosso cumprimento, mas também mostrar o nível de atraso em que estamos em relação ao processo de cooperação no nosso continente, dada a importância que o senhor mencionou da reserva de potencial de água doce que o nosso continente tem perante o mundo, chamado “continente das águas”.

Eu queria também cumprimentar o Julio, nosso Secretário, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, que também tem participado ativamente desses debates, particularmente em relação ao aquífero Guarani, não só ao aquífero, mas em particular ao aquífero.

Eu queria, aqui, fazer uma comparação, Julio, e apresentar para todos uma dificuldade da relação do nosso País com os países vizinhos no que se trata da água subterrânea.

Eu não tive oportunidade de acompanhar toda a sua fala, mas acompanhei boa parte dela, e não sei se você mencionou esse aspecto, mas eu queria mencionar começando por aí também. Todos nós sabemos que a Constituição brasileira define uma dupla dominialidade das águas. Então, são águas da União as águas que passam de um Estado para outro, Estado brasileiro, ou fazem divisa entre um Estado e outro ou atravessam o Brasil e outro país, em qualquer direção, recebendo ou passando essas águas, e fazendo também a divisa com os países vizinhos. Isso são águas da União.

Porém, ela define como de dominialidade dos Estados as águas superficiais que têm nascente e foz no próprio território do Estado... Um exemplo clássico é o rio Tietê. Vamos usá-lo aqui. Ele nasce no Estado de São Paulo, apesar de ser um grande rio, porque a gente imagina que os rios estaduais são rios pequenos, e isso não acontece. O rio Tietê nasce em São Paulo e tem a sua foz no rio Paraná. Portanto, se tem

nascente e foz no território do Estado de São Paulo, a Constituição define que o rio Tietê é um rio estadual.

Ela define também que as águas subterrâneas são de dominialidade do Estado.

Então, vejam, quando nós tratamos das águas subterrâneas, particularmente desses aquíferos transfronteiriços, nós temos uma dificuldade de representação de natureza política.

Do ponto de vista geral, a representação brasileira em qualquer instância cabe ao Ministério de Relações Exteriores, sem dúvida nenhuma – é essa a atribuição do Ministério de Relações Exteriores –, porém não há uma participação do Estado brasileiro nessa discussão, senão a tentativa de organizar os interesses dos Estados do lado do Brasil que compartilham esse aquífero com os países sul-americanos.

Então, nós temos aí a necessidade de algum arranjo, que hoje nós não temos do ponto de vista da representação formal, de tal maneira que haja, no caso de aquíferos transfronteiriços, uma participação mais direta do Governo brasileiro, do ponto de vista da formulação técnica. Por quê? Porque a dominialidade cabe aos Estados. Então, temos aí um arranjo de difícil manutenção.

E eu queria começar, facilitado pelas apresentações de natureza técnica já colocadas pelos meus dois companheiros – eu até trouxe uma apresentação muito rápida, se nós desejarmos visualizar essa questão das bacias transfronteiriças –, mas eu queria ir problematizando um pouco essa questão.

Do ponto de vista do nosso continente, nós temos também uma relação bastante particular, que é uma relação sobre o tema, comparada ao nível internacional, uma relação bastante pacífica, bastante produtiva, com potencia muito grande de dar saltos de qualidade na relação entre o Brasil e os países vizinhos entre todo o continente sul-americano. Isso é uma condição muito importante. No entanto, no meu ponto de vista, nós estamos sendo pouco ousados em relação a apresentar para o mundo uma nova forma de cooperação em torno da água envolvendo essa temática. Eu vejo assim.

Quando nós relacionamos as cooperações bilaterais, os esforços foram feitos e sendo acumulados desde a década de 70, com a Bacia do Prata, localizam-se diversos esforços, esforços pontuais, a necessidade da capacitação, a necessidade da introdução de elementos de informação e de conhecimento – como o Julio mencionou –, mas eu acredito que nós estamos ainda muito aquém do potencial real do continente sul-americano, dado a essas características apresentar uma proposta de integração. Por exemplo, estamos muito longe da directiva-quadro europeia, estamos longe desta questão.

Nós temos tratados pontuais, o mundo vai andando um pouco nessa questão, e talvez até pela facilidade de uma relação geralmente pacífica e de uma relação de abundância, nós não estamos sendo compelidos a tomar uma iniciativa nessa direção, e eu gostaria de deixar essa primeira mensagem aqui também.

A segunda é o papel estratégico do Brasil no continente. Essas questões vão andar na temática da água, na relação continental, na medida em que o Brasil tomar a iniciativa de apresentar propostas e, numa forma diferente, evidente, compartilhada, porque cada País tem a sua soberania, o Brasil tem uma proposta inclusive de relações internacionais diferenciada, mas que o Brasil tome a iniciativa de apresentar propostas para a integração do continente sul-americano, porque, se isso não acontecer, essa liderança do Brasil compartilha as duas principais bacias. Não é? Quer dizer é impossível imaginar a Bacia Amazônica sem a participação brasileira, assim como a Bacia do Prata sem a participação brasileira.

Então, dada essa característica geográfica e estratégica do Brasil, o Brasil precisa tomar a liderança. E isso também se coloca do ponto de vista econômico, o Brasil exerce essa liderança também no continente sul-americano ou tem essa não liderança, mas ele tem essa preponderância do ponto de vista do potencial da sua economia e isso precisa estar refletivo no sentido de apresentar propostas.

Eu gostaria e desejo que, além desses processos de cooperação tradicional que nós estamos desenvolvendo com os diversos países, nós procurássemos tentar ousar um pouco mais – e eu vou falar um pouco sobre isso também.

Então, eu queria fazer esse destaque de que nós temos uma situação privilegiada de relação com os nossos países, de relacionamento, diferente de outras regiões do planeta, e nós temos uma abundância de recursos e temos um papel estratégico a ser desempenhado pelo Brasil nesta questão. E eu penso que nós estamos projetando de maneira tímida.

Acredito – permitam-me dizer assim – que nós precisamos resolver um problema que é nosso, do ponto de vista geográfico, mas que se reflete diretamente nos nossos países vizinhos, que é a uniformização de procedimentos e de visão, porque, evidentemente, em uma bacia onde nós estamos a jusante, como é a Bacia do Amazonas, nós temos uma determinada preocupação com o nível de conhecimento, produção de informação dos nossos países que estão à montante, inclusive essa semana todos nós lemos um estudo a respeito da proliferação de usinas hidrelétricas de diverso porte que podem comprometer significativamente a Bacia Amazônica.

Então, o Brasil tem, para a Bacia Amazônica, um nível de preocupação. Por quê? Porque nós somos, do ponto de vista geográfico, dependentes das águas que vêm dos outros países. Na Bacia do Prata, acontece diferente, então, o Brasil tem, em relação à Bacia do Prata, um posicionamento, eu diria assim, um pouco mais confortável do ponto de vista político. Isso se reflete nas suas ações e os países percebem que há uma diferença de interesse do Brasil na questão da visão estratégica da Região Amazônica em relação à Bacia do Prata.

Então, nós precisaríamos deixar de ter propostas para uma e outra bacia em função desta condição geográfica e começar a ter propostas para o continente sul-americano de forma unificada. Claro que respeitadas às organizações que já existem, os tratados que já existem – e isto são acúmulos que não podem ser perdidos –, mas nós não podemos ficar tratando desta questão de uma maneira um pouco tímida, mesmo porque existe um outro país sul-americano que compartilha essas duas bacias e que tem, em relação a essa discussão, um posicionamento. Aí eu mencionaria como talvez um maior potencial de conflito nas relações internacionais brasileiras, que é a Bolívia, em relação às hidrelétricas, principalmente do Rio Madeira.

Então, eu queria deixar aqui, Senador, mais do que as informações que foram prestadas com qualidade sobre a geografia, a hidrogeografia, a hidrologia, a economia dessas bacias, mas apresentar a possibilidade da construção, sob a liderança do Senado, de propostas que procurem unificar o continente sul-americano nessa visão de integração, e não na visão de tratar das duas bacias como se elas fossem totalmente diferenciadas, mesmo porque no continente brasileiro elas também não são tão diferenciadas assim, e todos lá mencionam sobre a integração da Bacia Amazônica, através dos aquíferos e tudo o mais, através do Rio Paraguai e da integração da própria Bacia Amazônica com o rio do Prata. Então, nós temos uma oportunidade de elevar significativamente o patamar dessa discussão.

Eu gostaria de caminhar na direção de uma proposta que, para mim, é a mais ousada já apresentada até o momento, que foi apresentada pelo Ministro João Luiz, que é a possibilidade da constituição de comitês de bacia hidrográfica de países, porque, hoje, o que acontece: do ponto de vista da gestão, você tem os Ministérios das Relações Exteriores de cada país tratando da questão da água, assim como trata de vários outros temas. Porém, não existe uma representação formal que integre os diversos usuários, planejamento, respeitadas as soberanias, porque obviamente isso é complexo, e, se é complexo entre os Estados

do Brasil, imagina entre países, mas eu penso que aí era importante.

O Ministro João Luiz está apresentando a proposta de que na bacia de um pequeno rio, no Quaraí, entre o Brasil e o Uruguai – até porque o Uruguai é um país unitário –, existem já tratados de cooperação, tratados comerciais, que ali possa ser o embrião de um comitê de bacia hidrográfica entre o Brasil e o Paraguai. E alguém diz assim: e como é que isso vai funcionar? Eu diria: não sei, mas isso é absolutamente necessário, porque, se nós não fizermos essa discussão, nós vamos ter os rios sempre subordinados às divisões administrativas, e obviamente os rios são diferentes do ponto de vista de recursos naturais do que seria uma jazida mineral ou qualquer coisa assim. Muito embora o Brasil, do meu ponto de vista, acertadamente também respeita lá a diretriz 2 da Agenda 21, de que cada país tem autonomia sobre os seus recursos naturais – e aí inclui o da água – não dá para deixar de reconhecer que a água tem, em relação a outros recursos naturais, um movimento, principalmente a água superficial, a subterrânea – o Julio foi muito preciso –, um movimento que precisa também ser considerado para uma relação muito positiva entre os dois países.

Então, eu acredito que, inspirado nessa proposta de comitê de bacia hidrográfica – que eu acho que de integração entre os países, comitê mesmo de bacia hidrográfica –, nós poderíamos começar fazendo algumas propostas não mais de cooperação, mas como propostas de planos de recursos hídricos integrados entre os diversos países.

Qual é o sucesso disso, não vai depender exclusivamente do Brasil, vai depender, obviamente, dos nossos países aceitarem propostas desse tamanho, mas eu penso que a visão da integração do planejamento sob a ótica de recursos hídricos nessas duas importantes bacias é absolutamente fundamental, estratégico e possível, porque normalmente nós temos tratado isso no âmbito, por exemplo, do Plano de Recursos hídricos do Peru e do Plano de Recursos Hídricos da Margem Direita, ou do caso brasileiro, ou do Plano Nacional de Recursos Hídricos do Brasil, e, muitas vezes, não houve, até agora, nenhuma tentativa de que esses planos possam articular adequadamente os seus planejamentos – e volto a dizer aqui –, sempre respeitada a soberania de cada um desses países, mas essa tentativa não foi feita e ela é absolutamente necessária, sob pena de, na perspectiva de que eles fazendo o que acharem que é correto e bom do outro lado, nós fazendo o que é correto e bom do nosso lado, necessariamente nós teremos alguma coisa correta e boa dos dois lados. Isso não é verdade. Isso não é verdade, podem acontecer soluções que

não sejam as mais interessantes. Então, nós teríamos aí uma oportunidade muito grande e acho que é possível trabalhar nessa direção.

A outra perspectiva, nessa mesma análise, é de que, muito embora nós tenhamos, como eu mencionei, no início, um contexto geral de cooperação, de boas relações entre os países, não é difícil perceber que haverá, é natural que seja assim, conflitos de interesses entre países. Já há e haverá maiores interesses, seja na questão da navegação, que é uma questão quase sempre presente nesse tema, na questão da energia elétrica, na questão da preservação e proteção ambiental, porque se você não tiver uma proteção ambiental articulada, você tem uma simetria muito grande, entre aquele que vai buscar e preservar e aquele que não vai buscar preservar. Então, nós temos aí também uma oportunidade, Senadores, de buscar antecipar os problemas que são possíveis de se identificar como problemas entre os nossos países. Se nós não o fizermos sob a ótica da gestão de recursos hídricos, o faremos sob a ótica do interesse do usuário específico da água.

Por exemplo, se nós não o fizermos sob o ponto de vista de recursos hídricos, nós o faremos necessariamente do ponto de vista dos interesses de geração hidrelétrica. Por quê? Porque é interesse objetivo e concreto que está posto. Nós o faremos, se não o fizermos sobre recursos hídricos, do ponto de vista da irrigação.

Então, vai ser a irrigação, por exemplo, que vai determinar qual é a política de gestão de recursos hídricos desejável para a cooperação entre os países?

Então, queria mencionar esse aspecto, porque nós estamos muito estimulados no âmbito da ANA, e aí articulados com a política de relações exteriores do Brasil, de priorizar as relações internacionais, técnicas, no âmbito da ANA, no continente sul-americano. É esta a nossa prioridade.

Obviamente, as nossas relações são com todas as instituições do mundo, mas nós queremos avançar muito rapidamente, existem essas condições de que façamos um esforço mais ousado de avançar no continente sul-americano.

As condições são propícias, obviamente os resultados dependem dos diversos interesses que estarão postos, mas nós não podemos deixar de ousar, porque esta é uma condição fundamental para a gestão de recursos hídricos, na medida em que, quando falamos na gestão integrada dos recursos hídricos, não só na gestão integrada dos diversos usos, como é a gestão integrada entre o abastecimento público, a geração de energia elétrica, a navegação, a irrigação, a contemplação, lazer, mas do ponto de vista da gestão integrada das próprias águas que, cada vez mais, não

só o ciclo hidrológico unifica, através da chuva, mas a gente percebe que, do ponto de vista da interação das águas superficiais com as águas subterrâneas, ela é absolutamente integrada. E acredito mais: se o Brasil tomar a iniciativa e consolidar propostas ousadas no âmbito do nosso continente, nós podemos compartilhar essas experiências com bacias internacionais que são muito mais críticas no sentido de tentar produzir soluções pacíficas também para essas bacias transnacionais que têm um nível de conflito muito superior a existente no Brasil.

Então, ela é não só importante para o nosso continente, para o nosso país, como eu acredito, inclusive, que ela seja importante para todo o planeta.

Queria agora, só do ponto de vista da visualização, passar aqui os *slides*, só para vermos o geral.

O Brasil tem 12 regiões hidrográficas, do ponto de vista da definição dos seus recursos hídricos, e cinco das nossas regiões hidrográficas compartilham rios transfronteiriços.

Então, as regiões hidrográficas do Paraguai, Paraná, Uruguai, eles estão na chamada Bacia do Prata e o Atlântico Sul, na Lagoa Mirim, rios Jaguarão e Chuí.

Então, aqui já foram muito destacadas duas condições, o Brasil está a jusante, ou seja, abaixo, na região amazônica, e a montante, nas demais, e aqui também apontado esse clima geral de cooperação.

Próximo, rapidamente.

Aqui também já foi mencionado que esse processo é conduzido pelo Ministério de Relações Exteriores, portanto, de governo para governo, e trata aqui da doutrina que privilegia as negociações bilaterais, do princípio 2 da Agenda 21, como eu já mencionei, e até mesmo dentro do Conselho Nacional a existência de uma câmara técnica específica.

Próxima.

Aqui a região amazônica, então, os países que compartilham a região amazônica. Como mencionei, no sentido da sua visualização.

Aqui também alguns desafios, como a convergência legal e institucional, intercâmbio de informações, estabelecimento de uma estrutura de acompanhamento de gestão.

Então, temos aqui, também, para visualização, os rios principais da Bacia Amazônica, os rios Amazonas, Solimões e Marañón, seus formadores; e o Madeira, o Puru, Juruá, Javari, Negro e Japurá.

Aí também os temas principais da Bacia, sem dúvida nenhuma a questão do desmatamento, mineração, garimpos, qualidades de água, sedimentos, biodiversidade, potencial hidrelétrico, como aqui foi já mencionado, lembrando que o Brasil tem o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que passou inclusive agora por

uma revisão, recentemente. Aliás, eu não chamo nem de revisão, chamo de atualização, o plano foi atualizado e nós já produzimos, no âmbito brasileiro também, um plano de recursos hídricos, que, se o Senador me permite, também poderíamos ter uma oportunidade da apresentação técnica, a Senadora Vanessa Grazziotin, com certeza, conhece as questões gerais do plano, mas, também, de fazer essa apresentação aqui até em função da importância do seu Estado, dentro desse contexto geral, nós temos o Plano da Margem Direita do Rio Amazonas.

A próxima, por favor.

Então, a Bacia do Prata, também aqui os países que compartilham, os rios principais da chamada Bacia do Prata.

Eu costumo brincar – porque eu moro em Campinas, e em Campinas tem um pequeno córrego que atravessa a cidade, quem conhece a cidade sabe que esse córrego chama-se Córrego do Serafim – então, eu costumo brincar dizendo que se você pular com uma boia, no período de enchente, dentro do Córrego Serafim e sobreviver às diversas doenças, evidentemente, e passar pelas diversas usinas hidrelétricas, depois de alguns meses você desce até a Bacia do Prata, dada a extensão dessa bacia e a importância com os diversos países que ela tem.

Próximo, por favor.

Então, aqui são as bacias que compõem a Bacia do Prata, também apenas para uma visualização.

Próximo.

A região do Atlântico Sul, na Região Sul do País, entre o Brasil e o Uruguai, a Lagoa Mirim, os rios Chuí e Jaguarão, os temas principais – e aí o potencial, inclusive, de que muitas das experiências possam ser tentadas não pela dimensão, mas pela facilidade com o Uruguai, que é um País unitário, diferentemente, por exemplo, da Argentina, que é um país federado, e o tema da água é de domínio das províncias, no caso da Argentina. Então, é muito difícil – não é difícil –, é muito complexa a relação com a Argentina em função dessa questão.

Nós acreditamos que poderíamos ter como laboratório principal a região, não como a mais importante, mas como laboratório Brasil/Uruguai, pela facilidade de implementar algumas questões.

E depois por último, por favor.

Aqui também, apenas para uma visualização, que felizmente a apresentação combinou com os temas principais que foram levantados, aqui também uma visão do aquífero Guarani.

Mais dois *slides*, por favor.

Aí apenas conclusões gerais que eu já apresentei aqui a vocês, e fica aqui, apenas como eu mencionei, para uma visualização.

Mas eu encerro dizendo que, além da produção do conhecimento, como o Julio já mencionou, além da necessidade de aprofundamento das relações já estabelecidas, como o Ministro Clemente já mencionou, eu queria lançar aqui esse desafio da construção de um grande plano de recursos hídricos envolvendo o continente sul-americano.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Vicente Andreu.

Tenho certeza de que o Brasil passou a conhecer um pouco mais de águas transfronteiriças e da importância da ANA.

Eu fiz aqui algumas anotações e percebo que a palavra de ordem este ano, não só por conta da Rio+20, mas por conta da gestão de todos os recursos, é sustentabilidade. Nós temos que pensar na gestão dos recursos hídricos, nós temos que pensar na utilização desses recursos, nós temos que pensar em geração de energia, porque não há vida do ser humano sem energia, e o Brasil ainda está muito aquém do norte-americano e dos europeus no consumo de energia. Nós consumimos menos de um terço do que eles consomem. É lógico que tem também a questão climática, que influencia muito no consumo de energia. E nós temos que pensar em alimentos. Mas essas talvez sejam mais consequências do que causas. E as causas, lógico, estão ligadas à gestão complexa da questão dos recursos hídricos.

Essa sua última observação, de que o cidadão que pular com uma boia no Tietê chega até a bacia do Prata, chega até Buenos Aires, me fez lembrar algumas discussões que nós tivemos no âmbito do Código Florestal de que temos que ver... Se os maiores impactos... Sobre a natureza é claro que é da ocupação do solo, e nós temos que 95%, praticamente, da população mundial estão em centros urbanos.

Então, se nós olharmos rios urbanos, eles praticamente não têm mais vidas. Passados alguns quilômetros, talvez uma centena ou um pouco mais de quilômetros, esse rio passa a adquirir uma vida própria ou restabelecer a sua vida. Aí vem a força da mãe-natureza. A mãe-natureza tem um potencial de recuperação fantástico. Tanto que, se nós falamos para a população da cidade de São Paulo que alguém pesca no rio Tietê como atividade esportiva e que, inclusive, se alimenta desse peixe, isso parece algo utópico, surreal. E na verdade, pesca-se no rio Tietê. Eu já pesquei no rio Tietê, na foz do rio Tietê, que é ali na cidade de Três Lagoas, antes da usina hidrelétrica.

E aí, dentro desse potencial de recuperação dos rios, eu tenho uma pergunta: se os maiores problemas estão no meio rural ou estão no meio urbano. Porque a ocupação maciça se dá muito mais no rio urbano. É lógico que nós temos que ter cuidado também com o meio rural e a utilização da água pelo meio rural e nós sabemos que hoje o meio rural é o que mais utiliza as águas, principalmente para a irrigação.

Olhamos ali as bacias hidrográficas e, num estudo feito pela ANA, eu vi que a bacia do Tocantins parece que é uma das que mais utilizam a água para irrigação proporcionalmente.

Outra questão: a água é um recurso renovável. Pelo menos é o que eu entendo. Então, pergunto a vocês se nós sempre teremos uma mesma quantidade de água no planeta ou se se pode dizer que a água pode se extinguir, porque ela pode migrar para os seus vários estágios. Ela pode estar no subsolo, no aquífero, ela pode estar no oceano, ela pode estar na forma gasosa, mas tudo é água, de uma maneira geral. Nós podemos, algum dia, entender que há uma diminuição da água e quais seriam os efeitos disso? Eu acho que isso é uma questão importante para se esclarecer porque alguns entendem que nós teremos sempre a mesma quantidade de água e o que depende, claro, é a gestão desses recursos hídricos, como vamos trabalhar para ter uma maior quantidade de oferta de água e uma melhor qualidade da água.

Ainda dentro desse tema da qualidade da água, dentro da questão das águas transfronteiriças ou fronteiriças, existe algum estudo que demonstre a contaminação que nós estamos recebendo ou o impacto das águas que nós recebemos e o impacto das águas que nós enviamos? Por exemplo, colocou aqui o Dr. Vicente Andreu que há uma diferença para o Brasil. Na Amazônia, nós recebemos as águas dos outros países e, então, há uma preocupação muito grande, mas na Bacia do Prata nós enviamos para os demais países.

E aí vem um estudo sobre o potencial hidrelétrico: nós temos, na Bacia do Prata, 70% das hidrelétricas do Brasil. Então, o Brasil estaria, de alguma forma, contribuindo para uma gestão, no futuro, de forma sustentável, ou não, ou nós temos que estudar a maneira e a forma dessa questão das hidrelétricas? A hidrelétrica é essencial? A Presidente Dilma já disse que, inclusive, a energia a partir da hidrelétrica vai continuar avançando. Agora, de que forma nós temos que fazer isso? Temos dois tipos de hidrelétricas: temos a hidrelétrica de passagem e a hidrelétrica de reservatório, que é a grande bateria de energia, e energia é uma sustentabilidade também.

Por fim, eu gostaria de agradecer a presença de cada um de vocês e dizer que esta Comissão está ini-

ciando seus trabalhos – esta é a segunda reunião – e que nós teremos, com certeza, outras reuniões dessa grandiosidade. Teremos, logo mais, nossas atividades. A Senadora Vanessa nos deixa em pouco tempo, pois daqui a alguns minutos vamos ter a instalação da CPMI para investigar ações relacionadas ao Cachoeira, falando em água... (*Risos.*)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas tem a ver com água também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Uma água que nós temos que pensar como pode ser melhorada. Eu não sei se é possível.

Mas tanto eu quanto a Senadora Vanessa somos membros...

Então, antes de passar a palavra aos palestrantes, passo à Senadora para suas considerações.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu só gostaria de fazer, brevemente, Senador Sérgio, pequenas considerações por conta disso que o Senador acabou de falar.

Primeiro, é um prazer estar aqui com todos e dizer que eu fui trazida para essa tarefa pelo Presidente da nossa Subcomissão e acho interessante, importante mesmo, porque aqui, no Senado, apesar de participarmos de muitas comissões, nós podemos integrar o trabalho de todas, não é?

O projeto da bacia, da margem do lado direito do rio Amazonas, é um tema, pode ser um tema. Ele é tão complexo, ele é tão grandioso, porque trata da maior bacia hidrográfica do planeta, que merece, de nossa parte, Senador Sérgio, um debate só para ela. Então, desde já, queremos antecipar o convite para debater isso.

O tema de hoje eu considero fundamental e as palavras de todos os nossos convidados deixaram isso claro. E agora, no final, o Presidente da Ana, Dr. Vicente, deixou claríssimo que nós precisamos evoluir no processo de integração do continente sul-americano.

O Ministro Baena sabe que nós somos parceiros, grandes parceiros, no que diz respeito à integração da Amazônia, porque, quando a gente fala em natureza, Senador Sérgio, nós não falamos da biodiversidade da Amazônia brasileira, mas falamos de toda a biodiversidade, não falamos da água do Brasil, mas é isso. O rio Amazonas, principalmente, que nós não temos domínio sobre o seu nascedouro, precisa ser trabalhado com outras nações.

Eu acho que esse é um dos nossos grandes desafios, fazer essa parceria com o Poder Executivo, com o Ministério de Relações Internacionais, com os órgãos internacionais, com a Agência de Águas, para a gente chegar lá, porque isso tem que ser extremamente bem utilizado. Debater em todos os aspectos, não é?

O uso da água a gente tem debatido muito, pelas pessoas, a precariedade, e como a gente pode fazer com que esse debate se transforme em políticas públicas, porque estamos como os pesquisadores. Tem muita gente que critica pesquisador porque pesquisa muito, mas a pesquisa não é aplicada. Ninguém vê os resultados da pesquisa, que, claro, são importantes, muito necessários, mas, ao lado dessas pesquisas, nós temos que trabalhar a pesquisa aplicada.

Este é o tema, Senador Sérgio, da Rio+20: a sustentabilidade. O que é a sustentabilidade senão a utilização do recurso natural de forma sustentável? E aí nós temos uma avenida à nossa frente. Nós que temos que somos megadiversos, que temos a maior reserva de água, nós temos uma avenida à nossa frente, não uma avenida, mas um mundo inteiro, e a Rio+20 pode nos abrir muitas portas, Senador Sérgio.

Então, se a gente pudesse, penso, até junho, antes da Rio+20, produzir alguma coisa desta Subcomissão para levar para lá, seria muito importante, mas muito importante. Não seria um relatório final, mesmo porque não acaba a Subcomissão, Senador, mas algo parcial, levantando temas, o que nós achamos importante, até para abrir o diálogo, abrir o debate. Aí, penso que precisamos muito da ajuda do Ministério do Meio Ambiente, da ajuda da Agência das Relações Exteriores, para que a gente possa produzir, quem sabe, um documento básico. Mas seria importante que nós levássemos algo lá para a Rio+20, Senador.

O Senador vai concluir com vocês, porque eu vou ter que sair, porque ainda tenho que passar em outra Comissão antes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Nós estaremos, provavelmente na nossa próxima reunião, aprovando o nosso plano de trabalho e essa será uma das metas.

Rapidamente, passo a palavra ao Dr. Julio para suas considerações finais.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – Obrigado, Senador.

São comentários muito rápidos sobre suas perguntas, frases, não é?

A sustentabilidade, com certeza, nós precisamos imaginar. Uma coisa que a gente vem repetindo, que eu acho que é importante que seja bem destacado, é a importância da água como recurso hídrico. Até é importante a gente chegar dos três reinos: ela não é animal, não é vegetal, mas mineral. Por exclusão, não é? E, como minério, é um minério específico, um mineral específico que tem sustentabilidades da vida da parte biológica. Mas também – isso às vezes não é muito ressaltado – ela é fundamental para todo o pro-

cesso produtivo, da roupa, da mesa, do microfone, de tudo, e sempre água de boa qualidade.

Então, essa sustentabilidade a gente tem que também imaginar – porque é complexo – o contexto geral da importância da água, porque, às vezes, até nós minimizamos um pouco, se é que é minimizar, mas ela tem uma importância muito maior.

Com relação à quantidade da água, a água é um recurso renovável. Teoricamente, ela se mantém. O problema é que deteriora. Quando deteriora, então, a disponibilidade diminui. E quando a gente tem água de qualidade pior, ou ela é inviável para utilização ou fica muito cara para utilização. Então, a tendência, com o aumento da população, com o aumento do consumo, pode até manter a quantidade, mas, com certeza, a disponibilidade vai ficar mais difícil localmente. Isso já responde a outro questionamento, da questão de se o meio rural ou o meio urbano. Cada um tem a sua característica. O urbano, maior contaminação, quantidade, e o outro também tem uma contaminação difusa, mas é localizada. Então, com essa questão da disponibilidade da água, depende muito da área, do local, de onde nós estamos falando. Ela se movimenta. Com os câmbios, com as mudanças climáticas ocorrendo, há áreas que hoje não tem. Então, isso vai ser localizado.

Com relação à contaminação, nós temos, como mencionei, na bacia do Prata, já tradicionalmente o Brasil faz uma – e agora melhorou ainda mais, a ANA colocou mais postos de observação, monitoramos muito bem a qualidade dos nossos rios. Aí volta àquela questão das águas que recebemos. Com relação a isso, a gente precisaria, de certa maneira, aumentar essa colaboração, essa cooperação com os outros países.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Julio, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos do Ministério de Meio Ambiente.

Com a palavra o Dr. Clemente Baena Soares, Ministro de Carreira do Ministério de Relações Exteriores.

O SR. CLEMENTE BAENA SOARES – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza.

Muito rapidamente, eu vou pedir licença ao Dr. Vicente para abduzir, digamos assim, uma ideia que ele colocou que acho que é muito interessante, que é a integração entre as bacias.

Houve essa tentativa, acho que foi a primeira, em pleno século XXI, de uma reunião entre as bacias do Prata e da Amazônia. Mas isso foi em fevereiro de 2011. Ou seja, mais de um ano. Será que vamos ter que esperar mais um século para termos a próxima? De nossa parte, não será assim. Vou buscar, mais uma vez, colaboração e parceria com a ANA, buscar isso dentro da Unasul. Talvez fosse o fórum mais adequado

de se colocar, porque, naqueles oito conselhos que a Unasul tem dentro da estrutura da organização, não há um conselho de meio ambiente. Há de infraestrutura, de saúde, de educação, de ciência e tecnologia, de defesa. São conselhos importantes. Mas de meio ambiente não há. Talvez fosse uma ideia a ser colocada aqui sugerir aos doze países sul-americanos que se constitua, que se crie, que se institua um conselho de meio ambiente, e, com esse conselho, junto, digamos assim, seria fornecida informação, via TCA ou via SIC, à bacia do Prata, e aí, sim, teríamos uma integração das bacias.

Então, deixo esta sugestão aqui, Senador, e agradeço o convite mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Ministro.

Vejam como é importante uma audiência dessas. Ministro, uma ideia como esta é importantíssima, não só para a questão dos recursos hídricos, porque, quando falamos em meio ambiente, quando falamos, por exemplo, em Amazônia, a impressão que se tem é que a Amazônia termina na divisa do Brasil com a Bolívia, com a Venezuela, com o Peru, e não é. A Amazônia é muito mais do que isso.

Então, nós estamos tratando aqui de águas transfronteiriças e fronteiriças, mas a biodiversidade, a fauna, a flora, o meio ambiente, o que eles fazem lá impacta no Brasil e o que nós fazemos aqui impacta, direta ou indiretamente nos nossos vizinhos.

Se nós discutimos que, em mudanças climáticas, comissão da qual eu sou Relator, que qualquer ação ou omissão impacta no globo terrestre, então por que não dizer que a ação ou omissão do ser humano no Brasil ou fora, nos países vizinhos, impacta no meio ambiente da América do Sul? Eu acho importantíssimo e a Comissão pode começar um trabalho ou sugerir isso através dos órgãos competentes para inclusão. Mas eu acho que o Ministério de Meio Ambiente é o principal agente, ator desse processo.

Com a palavra o Dr. Vicente Andreu, Presidente da Agência Nacional de Águas

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Quero também cumprimentar o Senador e meus colegas e agradecer a oportunidade.

Quero apenas fazer uma pequena atualização geográfica, Senador. Se o cidadão... Como eu venho de Campinas, eu usava essa referência em Campinas, mas se o cidadão pular de boia aqui também perto do aeroporto, ele também chega lá em Montevideu e Buenos Aires. Só para se ter uma dimensão da extensão da Bacia do Prata. Então, aquela colocação que eu fiz, de Campinas, descendo o Tietê, pulando aqui no lago ele vai parar lá em Buenos Aires. Para dar uma

dimensão de como essa coisa é absolutamente integrada aqui, usando esse referencial. Em Mato Grosso também, mas usando aqui...

O senhor fez uma série de colocações e o Julio as abordou, mas eu queria tocar um pouquinho também nessa coisa da disponibilidade e da questão da poluição, principalmente dos rios urbanos, que são as questões centrais.

Eu sou estatístico de informação e, então, vivo brincando com números. Se a gente disser que somos 70% água, que os alimentos são mais do que 70% de água e os animais, em média, 70%, na medida em que se tenha mais animais, mais gente e mais alimentos no planeta, você tem menos água disponível no planeta. Agora, isso é conta de estatístico, não representa absolutamente nada do ponto de vista estatístico. Ou seja, como o Julio bem colocou, a quantidade de água é relativamente estável.

São dois os problemas. A questão da qualidade é crítica, porque uma água de baixa qualidade é uma água que não existe para o consumo e, portanto, não cumpre o papel de água.

O senhor falou sobre o rio Tietê e eu vou usar o exemplo, a colocação do senhor. Quando o rio Tietê cruza a cidade de São Paulo ele é água? Não. Ele pode ser um problema de drenagem, mas aquilo não é água. Ele não é água. Já foi um dia e esperamos que volte a ser, mas ele, do ponto de vista da sua utilização como água, é uma água não disponível. Portanto, você poderia fazer um balanço não de H₂O, mas do uso da água, do recurso hídrico, dizendo que a água é estável e o recurso hídrico não é estável, porque depende da sua disponibilidade para o consumo.

A outra, que o Julio também mencionou e eu queria até fechar só com essa ideia, é o problema das mudanças climáticas. Por quê? Porque, embora a quantidade de água seja homogênea no planeta, a distribuição de água não é homogênea no planeta, e essa distribuição tenderá – aqueles que acreditam mais nesse curso do clima, como eu, particularmente – a que essa água ou esteja disponível em grande quantidade, ou seja, um aumento das inundações em alguns momentos, e outras regiões com o problema das secas.

Então, embora a quantidade seja a mesma, hoje ela já não é distribuída homogeneamente – estão lá os desertos e tudo mais – e a mudança do clima fará com que essa água ainda seja distribuída de maneira ainda mais dispersa e fragmentada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Isso quer dizer que algumas regiões do planeta se tornarão, no futuro, habitável e outras deixarão de ser.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Algumas áreas terão muita água e outras áreas terão pouca água.

Aí, encerro falando sobre uma questão que o senhor mencionou, que é a questão da conservação.

Como é que você faz frente ao problema de uma variabilidade tão grande? Através de uma reservação ou de uma disponibilidade da reservação. Ou seja, o melhor mecanismo que a própria natureza tem de controlar inundações é através de lagos, no caso, de barramentos. Então, você construir reservatórios, não necessariamente enchê-los, mas construir reservatórios, é o melhor mecanismo para a contenção das inundações. E construir reservatórios e enchê-los é o melhor mecanismo para prevenir e fazer frente às secas.

Então, uma temática também crucial, Senador, é a questão do aumento da reservação no Brasil e no planeta, porque a reservação significa uma água que fica disponível e não que vai embora com a chuva. E essa é uma questão crítica seja do ponto de vista da geração de energia elétrica, mas eu não quero fazer a abordagem por esse tema, mas por conta do conflito que a reservação de água tem naturalmente com a temática ambiental.

E, tradicionalmente, as barragens, as usinas... Vamos falar das barragens porque a geração de água é um uso da barragem, a geração de energia. Mas a barragem, por tradição, tem um fortíssimo conflito com a temática ambiental e há uma tendência geral dos ambientalistas de dizer que barragem é prejudicial, tem impacto sobre o curso dos rios. Tudo isso é real, mas e os benefícios da barragem? Eles precisam ser contabilizados para que a sociedade diga se o saldo é positivo ou negativo.

Então, o senhor fez menção ao último tema, que eu também queria propor aqui como uma possibilidade de a Comissão desenvolver, que é a discussão, a necessidade, ou não, do aumento de reservação no Brasil e no mundo como um tema para fazer frente a esse processo, já natural do clima, mas das suas alterações também, como está sendo previsto.

Muitíssimo obrigado pela realização desse evento. Como mencionei, a ANA vai estar presente, pode ter certeza, em todas as convocações que o senhor fizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Vicente.

Eu percebo que o Brasil – isto é muito claro, acho que quase todos os brasileiros percebemos isto –, o Brasil está aumentando de maneira considerável o seu consumo. O brasileiro agregou à sua vida alguns bens a mais e isto, claro, sempre necessitará de energia. E se nós vamos ser, daqui a pouco, uma economia ainda mais forte, se nós teremos uma população mais próxima daquilo que se chama de país do Primeiro

Mundo, nós, necessariamente, demandaremos muito mais energia. Há uma previsão de que em algumas décadas o Brasil venha a dobrar a sua produção de energia em pouco mais de dez anos. Várias fontes são colocadas como alternativas. O que eu deixo para nós pensarmos é qual a fonte mais sustentável. E quando você fala em sustentabilidade, você está falando da vida, da fauna, da flora, do ser humano. Como vamos conviver com isso? Imaginem nove bilhões de seres humanos sobre o planeta no ano 2050, que é a estimativa da ONU? Qual o impacto que terá? Porque haverá uma demanda muito maior não só de bens, mas de bens consumo, no cotidiano e qual o impacto que isso terá sobre os recursos hídricos, sobre os recursos naturais, sobre o planeta? Como serão os grandes centros? Como serão também os meios rurais? E aí a importância de mecanismo como esse dito aqui pelo Dr. Vicente no Código Florestal, que será votado daqui a pouco, daqui a alguns minutos começa a discussão na Câmara dos Deputados. E ainda teremos um longo tempo tratando desse assunto, porque vem regulamentação, implementação e assim por diante.

Mas agradeço a presença de todos, agradeço ao Félix, Superintendente da ANA, sempre presente nos eventos, que esteve conosco na cidade de Marselha, ao Luís Amorim, assessor para assuntos internacionais da ANA, e, em especial, ao Dr. Vicente Andreu, Presidente da Agência Nacional de Águas, ao Clemente Baena Soares, Ministro de Carreira do Ministério das Relações Exteriores, e ao Julio Kettelhut, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 8h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia dezoito de abril de dois mil e doze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Água. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, VANESSA GRAZZIOTIN, SÉRGIO SOUZA E RODRIGO ROL-**

LEMBERG. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ E ALOYSIO NUNES FERREIRA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa à apreciação da pauta, destinada a debater a Governança da Água no Brasil. Comparecem os seguintes convidados: Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão – Agência Nacional de Águas – ANA; Humberto de Albuquerque, Presidente – Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS; Oscar de Moraes Cordeiro Neto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Tecnologia – Universidade de Brasília – UNB. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Vanessa Grazziotin e Sérgio Souza. Os convidados respondem aos questionamentos e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da Subcomissão Permanente da Água.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 4ª Reunião de Subcomissão Permanente da Água, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Consulto os pares se concordam com a inclusão extrapauta do requerimento de minha autoria, que trata da audiência pública que será realizada a seguir.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passo a ler, então, o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO DA ÁGUA Nº 1, DE 2012

Nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero seja realizada, no âmbito

desta Subcomissão, audiência pública com a finalidade de debater o tema: “A Governança da Água no Brasil”.

Para tanto, sugiro o convite das seguintes autoridades:

Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA), que já convido para tomar assento à mesa;

Humberto de Albuquerque, Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas).

Dr. Humberto, por favor.

Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos na Universidade de Brasília (UnB), a quem também convido a tomar assento.

Uma vez aprovado o requerimento, passamos, então, à realização da audiência pública, que tem por finalidade debater o tema “A Governança da Água no Brasil”, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012.

Os convidados disporão de 15 minutos para sua exposição. Aviso aos senhores que, faltando um minuto, a campanha dispara automaticamente.

Ao final da reunião, se tivermos mais alguma coisa a tratar, o assunto será debatido no momento.

Esta Subcomissão ainda está elaborando o seu plano de trabalho para o ano de 2012. Ela foi instalada uma semana antes do VI Fórum Mundial da Água, que aconteceu na cidade de Marselha, e na qual estive presente juntamente com outros Senadores desta Subcomissão, como o Senador Aloysio, o Senador Jorge Viana, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Rollemberg. E nós entendemos, naquele momento, que era importante darmos preferência para a pauta da água, Paulo Varella, e acelerarmos o processo, ainda mais que este ano é o ano da Rio+20, é o ano em que se vão debater as grandes causas que afloram em nosso Planeta. E a sustentabilidade é a palavra de ordem. Nós não podemos pensar em sustentabilidade no Planeta sem gestão competente da água.

De acordo com a ordem dos nomes, sugerida pela Secretaria, eu passo a palavra ao Sr. Paulo Lopes Varella, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Água (ANA), para sua exposição dentro do tema.

Muito obrigado.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Bom dia!

Eu quero, inicialmente, saudar o Senador Sérgio Souza; parabenizar esta importância que está sendo dada ao tema da água. O Senador Sérgio esteve conosco em Marselha e teve uma presença destacada, defendendo o Parlamento brasileiro.

Quero saudar dois amigos muito queridos. É uma honra estar à mesa com pessoas da estatura do Dr. Oscar Cordeiro e do Dr. Humberto, que, além de

colegas e de serem pessoas que têm trabalhado pelo tema, são amigos muito próximos.

Eu vou, então, Senador Sérgio, apresentar aqui, através de um *PowerPoint*, a questão da governança. Mas eu preferi trazer, em vez de, simplesmente, como às vezes a gente faz, uma sequência de como a governança está posta, em termos de leis, etc., apresentar alguns desafios que temos no Brasil; mostrar a importância da razão pela qual queremos ter essa governança e, depois, entrar na governança propriamente dita.

Vou falar um pouquinho rápido, porque tenho uma série de *slides*, e vamos ficar dentro dos quinze minutos.

Antes de iniciar, eu queria trazer à consideração uma questão mais filosófica, mas que é fundamental para que se entenda a necessidade de fazer gestão competente das águas. E nós estamos aqui, na área, na Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente.

A expressão que caracteriza a natureza da água é, por um lado, a água natureza; por outro lado, a água biótica; de outro, a água meio ambiente; ou ainda, a água biosfera. Mas, por outro lado, o uso dessa água é como vetor de desenvolvimento, o que é intrínseco a qualquer atividade humana.

Próximo.

E aí considerar essa questão, que é crucial. A água, realmente, é um vetor de desenvolvimento. Nós não conseguiremos avançar em nada que venhamos a fazer sem a água, mas, como recurso hídrico e vetor de desenvolvimento, ela afeta aquela outra parte, que é o meio ambiente. Esta é a grande equação que nós temos que desenvolver na gestão da água: manter o meio ambiente saudável e, por outro lado, promover o desenvolvimento.

Próximo.

Aqui também só para trazer a questão da importância disso.

Segundo a OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, nós vamos ter um crescimento de 53,4%, até 2050, de demanda hídrica. E os Brics, entre os quais se inclui o Brasil – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, só eles vão ter uma demanda de 78,6% e responderão por 60% da demanda hídrica global. Portanto, nós temos que nos preparar. Estamos inseridos nesse processo para dar conta disso.

Próximo.

Vamos ver aqui, então, os grandes desafios nacionais, de forma muito rápida, para ver se realmente há necessidade de uma governança eficaz, ou que nos dará base para isso.

A primeira coisa é a forma como nós estamos nos desenvolvendo no Brasil, com um crescimento muito rápido e uma concentração grande dentro das cidades,

o que é um grande desafio para a gestão da água. A gente pode ver que, em 1960, nós tínhamos 39 milhões de pessoas no campo; hoje, temos 29,8%, e somos 200 milhões de habitantes. Portanto, uma urbanização drástica. E é difícil, quando você põe 16 milhões num local, manter quantidade e qualidade de água.

Próximo.

Estima-se um aumento de 27,5% na demanda da água urbana até 2025.

Próximo.

O Atlas Brasil que a ANA promoveu nos traz números. Cinquenta e cinco por cento dos nossos Municípios, dos abastecimentos poderão ou terão algum nível de problema? Eu gostaria de dizer: poderiam ter, se nós não tivérmos a efetivação. Sou otimista e acho que nós temos que ter. Para isso, nós vamos precisar, Senador, de cerca de R\$70 bilhões; R\$22 bilhões para ampliação, para extensão, e R\$47,8 bilhões para esgoto. Esgoto só para proteger. Não é universalização. Só para proteger aqueles mananciais que geraram essa água.

Próximo.

Passando também rapidamente agora para os grandes desafios regionais.

Nós temos que dar resposta à questão, na região Norte – entre outros assuntos, não é só esse o problema, esse é um grande tema –, da expansão da geração hidrelétrica.

Próximo.

Vejam aí a nossa matriz elétrica nacional. Ela é muito baseada na hidreletricidade. Cerca de 72% dela são de hidreletricidades, e a expectativa é que a gente precisa aumentar, até 2019, cerca de 45%. E essa energia está próxima, basicamente, está com potencial localizado na região Norte, que é uma região também muito sensível, do ponto de vista ambiental.

Então, nós temos que estar preparados para responder às duas questões, e eu volto sempre à lembrança daquela tela inicial, em que a gente propôs como dar o tom, como mote da nossa apresentação.

Próximo.

Também a questão da expansão da fronteira agrícola no Brasil, especialmente no Centro-Oeste, mas, de forma geral, no Brasil.

Em 1960, nós tínhamos 0,45 milhões de hectares; e, em 2006, isso foi multiplicado por dez. Temos, portanto, 4,45 milhões de hectares, mas com potencial de chegar a praticamente 30 milhões. Então, ainda podemos multiplicar isso por 6.

Mas nós temos que dar a resposta de um crescimento adequado, harmônico, sustentável, no que diz respeito aos recursos hídricos, que vão dar suporte a isso.

Próximo.

Na região Sul, pegando também essa região, ainda falando em irrigação, em 1960, 0,29; em 2006, 1,38 milhão de hectares. Poderemos chegar a 4,31 milhões. Temos solo para isso. Mas aí nós já estamos começando a ter problema de ordem quantitativa, não por questão climática, mas pelo uso que está sendo feito, especificamente na irrigação do arroz.

Próximo.

Temos déficit hídrico. Isso está sendo muito claramente visto agora com a grande seca no Nordeste, por questões climáticas. Além disso, a expectativa é que, até 2025, tenhamos que crescer 30%. E nós já estamos chegando, de certa forma, em alguns Estados, no limite do que é possível fazer de açudagem. Portanto, nós temos que ter uma gestão cada vez mais eficiente, usar tecnologias e coisas afins.

Próximo.

Também ainda aqui, pegando o Atlas Brasil e concentrando na região Nordeste: num corte da região Nordeste, a gente vê ali que 74% dos Municípios poderão ter algum tipo de problema, se não houver intervenção adequada, e, para isso, vamos precisar vamos precisar de R\$22,6 bilhões.

Próximo.

A questão da poluição. Eu digo que nós estamos entrando na era da poluição, à medida que a gente vai se desenvolvendo e crescendo. E essa poluição, evidentemente – pode-se ver –, claramente, está ao longo do litoral, próxima às grandes cidades.

Próximo.

Bom, vamos entrar no tema propriamente dito.

Eu queria trazer isso como um caldo de cultura, para ver que efetivamente é necessário que a gente tenha essa gestão.

Próximo.

O Brasil é um dos poucos países em que a Constituição se preocupou com esse problema. De entrada, já nos trouxe um grande desafio para uma gestão moderna, mas um grande desafio: a questão da dualidade dupla, em que divide responsabilidades da gestão dessa água entre União e Estados.

Naquele mapa, nós podemos ver que os rios verdes são de domínio estadual, e os vermelhos, de domínio federal.

Próximo.

Mas foi mais: a Constituição cidadã, no art. 19, incita-nos e determina que o País tem que instituir um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de uso. São poucos os países que têm isso na sua própria Constituição.

Próximo.

E aí está o modelo de governança que nós temos para o nosso País. O único no mundo. E é preciso realmente haver um ambiente muito democrático, porque é complexo, mas, uma vez implementado, eu acho que será, realmente, um exemplo, porque pode ser muito efetivo. E ele está baseado num tripé de uma gestão que seja descentralizada, participativa e uma gestão integrada. Isso pressupõe a interação e a harmonia entre os Poderes Públicos, sociedade civil e setores usuários.

Ela é muito nova por isso. A Constituição nos trouxe a lei. Nós estamos falando da Lei nº 9.433, de 1997, a que chamamos de lei das águas; realmente a participação efetiva da sociedade dentro desse processo.

Próximo.

Estamos caminhando. Nós já temos – e isto pode ser visto –, do ponto de vista da descentralização, conselhos no País inteiro; já temos sistemas nos Estados, o que não quer dizer, gente, que o assunto está resolvido. Esses conselhos precisam ser melhorados, ainda precisam ter muito mais representatividade, precisam ter muito mais ação, mas a base para isso está sendo dada, e as coisas estão caminhando.

Próximo.

Também do ponto de vista da participação, de forma única no mundo, nós temos cerca de 170 comitês, de parlamentos das águas, em que a própria sociedade – e uma das características da lei é exatamente o planejamento por bacia hidrográfica – pode determinar o destino da gerência das suas águas.

Próximo.

Estamos caminhando também na questão dos planos de bacia. Essa aqui é uma questão fundamental para planejar. A lei propõe a gestão por bacia hidrográfica, e o plano é exatamente o instrumento que tem uma visão inclusive que cruza todos os outros planos. Não somente o plano em si, quer dizer, ele não vai determinar o que vai ser feito na agricultura, na mineração, na navegação, mas ele tem a visão de cruzar esses planos. Então, é um plano realmente de desenvolvimento regional importante.

E, aqui, Senador Sérgio, eu queria inclusive pedir ajuda. Acho que esta Casa pode nos ajudar muito neste tema.

Nós temos planos importantes, como foi o plano da Margem Direita de todos os tributários do rio Amazonas. Já temos o plano do São Francisco, o plano do Tocantins, muitos planos de bacias benfeitos, planos excelentes, mas que ainda não estão incorporados no planejamento, seja estadual, seja federal. Nós precisamos ter isso dentro dos PPAs, dentro dos orçamentos, dentro do planejamento em si. Acho que, nesse parti-

cular, esta Casa muito pode contribuir, e os senhores muito podem contribuir na relação com os Estados.

Enfim, um dos grandes desafios que nós temos é exatamente conseguir tornar efetivos nossos planos.

Próximo.

Estamos caminhando também na questão regulatória. Nós temos a outorga por número e outorga por vazão. Já foram emitidas mais de 173.800 outorgas; e outorgados 5.800 mil metros cúbicos. Portanto, estamos também caminhando na linha do regulatório. Evidentemente que esse instrumento precisa ser mais bem usado. Precisamos ainda aprofundá-lo, mas estamos caminhando.

Próximo.

Bom, vamos agora mudar um pouco o foco e olhar essa gestão rumo ao futuro.

Como eu dizia, entre 1991 e 2011, nós conseguimos estabelecer a política nacional, as políticas estaduais, conforme foi mostrado para vocês, mas eu acho que, na linha do futuro, nós temos ainda que conseguir maior integração entre as políticas de recursos hídricos. Em relação à política ambiental, temos que trabalhar nisso; maior integração com as políticas locais, principalmente nos Municípios que tenham a gerência do uso do solo; e mais integração entre as políticas setoriais, o que é um grande problema.

Nós pensamos em recursos hídricos, queremos rios limpos, aquíferos preservados, mas é preciso que as políticas públicas, por exemplo, que a agricultura, a mineração, a navegação, enfim, tudo isso possa ter um olhar mais harmônico. Esse é um grande desafio para que a gente possa ter essa política bem implementada.

Próximo.

Foi criado, até 2011, o sistema nacional; foram implementados os sistemas estaduais, mas é preciso caminhar na direção do fortalecimento dos sistemas estaduais. E os senhores, representantes dos Estados, também aqui acho que esta Casa pode dar um contribuição importante nesse processo. Alguns Estados ainda não têm o número de funcionários, enfim, estruturas ainda adequadas para tocar o desafio.

É preciso também que haja mais articulação entre a política nacional e a estadual. Estamos trabalhando nisso no dia a dia, mas ainda é algo em que nós temos que avançar.

Próximo.

Foram criadas, em relação aos colegiados, comitês estaduais e interestaduais, as primeiras agências de água, mas é preciso consolidar esses órgãos colegiados. Conforme eu disse, os comitês têm representatividade de governo, de sociedade, de usuários, mas é preciso ainda que tenhamos uma pauta mais coerente com a realidade dos comitês, que tenhamos

representatividade ainda maior. É preciso ampliar e fortalecer as agências de água, e, principalmente, eu queria chamar a atenção: é preciso maior inserção do Município que não tem dominialidade, mas tem papel fundamental no processo da gestão.

Foi elaborado o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Vários planos. Foram estruturados processos de outorga de água, foram feitas as primeiras experiências de cobrança, mas eu coloquei aqui, inclusive em vermelho, que é preciso que a gente efetive, torne efetivos os planos como instrumento de planejamento.

Temos que consolidar e aprimorar os processos regulatórios e temos que ampliar as experiências de cobrança e diversificar as fontes de recursos para implementação desse sistema.

Próximo.

Bom, a gente vê aqui, Senador e senhores aqui presentes, que o desafio de implementação de uma governança, como arquitetura, que propõe a interação de diversos níveis de governo, de políticas setoriais, de interação entre a política ambiental e de recursos hídricos, de integração entre as políticas setoriais, de integração entre água subterrânea – o Dr. Humberto aqui vai defender – e água superficial, é um grande desafio. Para fazer isso, acho que só com os instrumentos que estão aí, o processo caminha, mas com dificuldade em algumas áreas e mais lento do que gostaríamos.

Nós estamos trabalhando agora na construção de um pacto nacional, em que Estados e União possam estabelecer metas e firmar compromissos efetivos. Eu não tenho dúvida de que esta Casa é o centro para nos ajudar a conduzir esse processo. Eu queria pedir ajuda.

Próximo.

A visão de que se tem um sistema dessa natureza, não é isso aqui, não é fragmentado. A visão é do espírito da lei, é do sistema dessa natureza, mas isso vai...

Próximo.

... demandar-nos realmente muito esforço na concatenação de um pacto nacional pela gestão das águas. Nós estamos trabalhando nisso, Senador.

Já existem alguns passos dados, já houve reunião com todos os Estados, já há uma carta assinada por todos os secretários de Estado, por gestores.

Nós não vamos poder aprofundar o pacto aqui, porque não teríamos tempo, não é o foco. Mas nós gostaríamos de propor, inclusive, que pudéssemos voltar aqui, numa audiência específica com vocês, para apresentar o que é esse pacto e para ver como nós podemos, junto com vocês, tocar essa atividade.

Próximo.

E, finalmente, em considerações finais, nos últimos 20 segundos, a gente vê que realmente este ano foi importante para o mundo. Nós ainda perdemos uma

criança a cada 30 segundos, por doenças veiculadas pelo aspecto hídrico. Nós ainda temos quase um bilhão de pessoas que não têm sequer entre 30 e 50 litros de água para beber por dia. Nós ainda temos cerca de 2,5 bilhões de pessoas que não têm saneamento adequado. E essas populações vão continuar crescendo, e nós precisamos enfrentar isso. E a forma de enfrentar isso é através de um sistema de governança que, aqui para nós, é proposto e centralizado, participativo. Para o Brasil é fundamental. Mas para o mundo também é preciso que tenhamos uma governança efetiva. E o que nós estamos propondo em termos de Brasil é a efetivação de um grande pacto nacional, que possa estabelecer metas – nós não temos isso claramente definido – e possa estabelecer compromissos também.

A ANA tem definido, inclusive para o mundo, que o tema da água, que vive desses grandes desafios, tenha mesmo na área das Nações Unidas um endereço fixo. Ela hoje está muito fragmentada. Ela é tão importante que está em todo canto, mas também, quando está em todo canto, ela não é vista de forma mais sistematizada. A ANA defendeu em Marselha, e o nosso Presidente esteve defendendo isso inclusive num painel de alto nível, que a água tenha a sua casa própria, seja através de uma agência específica, seja através de uma das agências, mas que ela possa ter uma casa própria, que ela possa ter uma centralização.

E, para cumprir os 15 minutos, eu peço desculpas, porque falei rápido, feito metralhadora, mas eu queria trazer, realmente, tudo isso que nós trouxemos, para mostrar que não somente a gente tem uma governança, que ela é difícil, que ela é complexa, mas que existe toda uma razão para que a gente possa se esforçar, para que isso aconteça, porque é a água o grande vetor do desenvolvimento. Sem ela, nós não vamos poder avançar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Paulo Lopes Varella.

O tempo aqui, no Senado, passa mais rápido do que nos outros lugares. Quinze minutos parecem suficientes, mas não foram. Nós, aqui, temos uma sucessão de comissões, às terças e às quartas. Temos que nos dividir em vários, às vezes.

Passo a palavra ao Dr. Humberto de Albuquerque, que é Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas).

V. S^a tem a palavra, Dr. Humberto.

Cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin, que é a Relatora desta Comissão, a quem convido para sentar-se à mesa conosco.

Por favor, Senadora.

O SR. HUMBERTO DE ALBUQUERQUE – Eu aproveito para, em nome da Abas, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, agradecer o convite do Senador Sérgio Souza para participar desta Mesa, a fim de comentar um pouco sobre a situação da governança no Brasil das águas. E, pelas características próprias, a gente vai conversar um pouco mais sobre a situação das águas subterrâneas.

Como um preâmbulo, a gente poderia dizer que a água no Brasil tem sido mais ou menos gerenciada ou administrada muito mais com relação às suas águas superficiais, e essa coisa se desenvolveu fortemente no Brasil a partir até da opção da hidreletricidade. Então, você tem, por exemplo, recursos hídricos superficiais brasileiros mais bem conhecidos, monitorados ao longo de dezenas de anos, enquanto que, em relação às águas subterrâneas, a gente praticamente começa a aparecer no cenário nacional a partir da Constituição de 1988, como o nosso companheiro Paulo Varella colocou.

O que nós tínhamos anteriormente eram algumas iniciativas, notadamente no Nordeste, por uma característica muito própria de escassez de recursos hídricos superficiais.

A Sudene, na década de 1960, desenvolveu os primeiros trabalhos hidrogeológicos, e o que nós tínhamos desde o Império era a proliferação de perfurações de poços tubulares em todo o Território Nacional. Hoje, deveremos ter milhões ou milhares de poços perfurados, sem muito controle, muito mais atendendo a demandas de usuários, os mais diversos possíveis no Território.

Portanto, a gente vai conversar mesmo a partir das políticas mais recentes, apesar de que nós tínhamos águas minerais também controladas há muito tempo. Essas águas minerais são subterrâneas também por meio do Código de Mineração, mas as águas subterrâneas, de maneira geral, tinham vários senhores, vários padrões, mas não havia uma gestão efetivamente adequada.

Podemos, então, iniciar.

Internacionalmente, são tidos como princípios para uma boa governança os princípios da sustentabilidade, o princípio da transparência, o princípio da participação, da responsabilidade; pesar benefícios sociais e econômicos e as consequências, e o princípio da integração.

Esses são fundamentos básicos que devem estar adequadamente colocados nas legislações ou no arcabouço institucional legal com relação à governança das águas para qualquer país.

Então, como a gente comentou, na realidade, a água subterrânea começa a falar em 1988, a partir da Constituição, que o Paulo já citou. O art. 21, inciso XIX,

diz claramente que é competência da União instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento. Ela já colocou isso. E o 22 fala que a competência de legislar sobre a água é prioridade da União, deve emitir a concorrência suplementar dos Estados e do Distrito Federal.

Então, a gente vê pela Constituição que é competência da União legislar sobre seus recursos hídricos. E também a Constituição coloca que as águas superficiais são de domínio federal e estadual, enquanto que as águas subterrâneas são de domínio estadual.

A partir de 1988, esses primeiro pontos foram definidos na Constituição brasileira. Somente nove anos depois, em 1997, é que, atendendo às considerações constitucionais, nós tivemos, então, a Lei nº 9.433, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos. E essa lei é muito interessante e elogiada nacionalmente e internacionalmente, porque ela atende àqueles princípios anteriores que a gente coloca como princípios básicos para uma boa governança das águas. Ela diz em seus fundamentos que a água é domínio público, é um recurso natural limitado, com valor econômico dotado e que atenderá prioritariamente às necessidades humanas e de dessedentação animal.

A gestão dos recursos deve proporcionar o uso múltiplo, outro detalhe importante, que só se pensava em água para energia; a bacia hidrográfica, a unidade territorial para implementação da política e uma gestão descentralizada com a participação do Poder Público, dos usuários e da comunidade. Esse foi um grande ganho em termos de gestão de recursos hídricos no País.

Os instrumentos dessa política. Os planos de recursos hídricos já surgem, já existe o Plano Nacional, que já foi revisto inclusive no ano passado, aprovado pelo conselho, e já existem alguns planos estaduais de bacias hidrográficas e alguns planos já regionais ou de bacias hidrográficas dentro dos comitês já existentes no País. Ela prevê o enquadramento dos corpos d'água por classes, a outorga do direito do uso, a cobrança pelo uso e o sistema de informação em recursos hídricos, porque isso é básico. Qualquer que seja a pesquisa, estudo e desenvolvimento do setor necessitam de informações básicas e cria o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, que estava previsto na Constituição brasileira.

Com este sistema de gerenciamento surgem o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; os Comitês de Bacias, que o Dr. Paulo disse já existir no País, em torno de 160; as Agências de Bacias, que são os órgãos executivos nestas bacias, e o fundamental, que garante a participação do usuário e da sociedade ao longo de todo o processo de desenvolvimento do setor – isto é

fundamental. É uma lei muito rica e que satisfaz integralmente às necessidades, no meu entender, do País.

Outro marco é a Lei Federal nº 9.984, de 2000, que cria a Agência Nacional de Águas (ANA). Finalmente é definido nacionalmente um órgão institucional com a atribuição de executar a política nacional de recursos hídricos. Ao verificarmos anteriormente, vemos que tínhamos instituições no País que tratavam ou tentavam tratar dos recursos hídricos. Era uma coisa de louco, uma salada de frutas complicada, porque você tinha Dnocs, Codevasf, o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura, o Ministério de Infraestrutura, com a sua denominação anterior, enfim, o Ministério de Minas e Energia, o Serviço Geológico do Brasil, era uma infinidade de instituições, além dos governos estaduais, das concessionárias de águas. Era uma coisa completamente desordenada. A partir de 2000, vejam que é bastante recente, começa a haver certo ordenamento exatamente com a lei que criou a Agência Nacional, responsável pela execução da política.

Também já foi colocado que, pela Constituição brasileira, a dominialidade das águas subterrâneas é dos Estados. Os Estados, então, a partir da própria lei de 1997, alguns anteriormente, e pela Constituição de 1988, começam a atender a demanda constitucional, e surgem as legislações estaduais.

Na década de 90, inclusive antes da lei federal que criou a ANA, em 1997, já tínhamos lei sobre políticas de recursos hídricos no Estado de São Paulo, Ceará, Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba. Após a lei, e enquadrando às anteriores inclusive no espírito da lei, nós temos o seguindo grupo. Aí estão todas as leis de políticas estaduais de recursos hídricos. Temos nos 26 Estados da Federação, praticamente todos os conselhos estaduais já implantados, alguns Estados com legislação específica, em relação às águas subterrâneas, como é o caso do Rio de Janeiro, Paraná, Piauí, Amazonas, Tocantins e Pernambuco.

Então, a partir daí, falaremos sobre os pontos positivos e negativos, mais voltados para os nossos recursos hídricos subterrâneos.

O primeiro aspecto positivo, que a gente coloca, é que o arcabouço institucional legal é adequado. Este é um consenso nacional: o arcabouço é adequado.

Outro ponto positivo é que está criado o sistema de gerenciamento. Os planos estão aí. Estão instalados os comitês; surgem as agências. E o Conselho Regional de Recursos Hídricos, em 2011, se não me falha a memória, ou fim de 2010, aprova a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). É a primeira notícia que se tem de o Poder Público, a União, tratar convenientemente as águas subterrâneas. E aí a gente faz um hiato para informar que é tão ou mais importan-

te do que nossas águas superficiais, em volume, em qualidade, em distribuição mais harmônica e em todo o território nacional e, às vezes, próximo do local da demanda. E, por ser um recurso invisível, ele é muito maltratado ainda hoje no País.

A grande luta que a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas trava é exatamente, gente, fazer com que o invisível se transforme em visível.

Enquanto a gente não chegar, a sociedade brasileira, enquanto a gente não tiver comunicação específica sobre isso, nós seremos sempre subalternos, seremos sempre esquecidos e, pior: estaremos, provavelmente, tendo em visita à expansão agrícola, à expansão industrial, à expansão imobiliária, etc., sofrendo os problemas da contaminação, da poluição, em que um recurso antes protegido passa a ser hoje bastante prejudicado.

É preocupante, em nossa área, o que está ocorrendo no Brasil. A gente não quer que ocorra com as águas subterrâneas o que ocorreu, infelizmente, com os nossos recursos superficiais, em que praticamente todas as nossas bacias próximas às áreas de utilização estão praticamente mortas ou bastante contaminadas.

Estes são os pontos listados como positivos, sem dúvida.

A partir da consolidação da própria política, o Serviço Geológico do Brasil, que é responsável pelos estudos hidrogeológicos e levantamentos básicos da área de hidrogeologia, quanto à ANA, através da sua diretoria, começa a desenvolver estudos e pesquisas para se conhecer melhor as nossas riquezas hídricas subterrâneas e os aquíferos brasileiros.

Hoje já temos implantado um sistema de informações lá no Serviço Geológico, que também vai migrar para o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) da ANA, que o Siagas – Serviço de Informações de Águas Subterrâneas.

De iniciativa da ANA/Serviço Geológico, demos início à implantação de uma rede básica de monitoramento de águas subterrâneas, tanto no aspecto quantitativo e qualitativo. Para vocês terem uma ideia, países desenvolvidos, como os Estados Unidos, têm redes com 25 mil ou mais poços e aquíferos monitorados.

O Brasil, apesar da riqueza de seus recursos hídricos subterrâneos, apenas a partir de 2010 inicia a implantação de uma rede básica de monitoramento. Lembrando que a rede básica de monitoramento das águas superficiais é centenária no País.

Então, só agora é que o Serviço Geológico, ANA e os órgãos estaduais, portanto, em um trabalho conjunto, está sendo implantada a rede de monitoramento.

Os serviços também começam a surgir, assim como os estudos, os mapas hidrogeológicos.

Como pontos negativos, temos aí alguns deles levantados – se não der tempo de listar todos, ficará o texto. Primeiro, a clandestinidade da perfuração dos usos das águas subterrâneas. É um problema seriíssimo: há poluição, por falta de saneamento básico; por desmatamento das matas ciliares; há tímidas iniciativas sobre a proteção das áreas de recarga dos aquíferos e estudos sobre a vulnerabilidade dessas áreas.

Existem duas leis federais para as águas subterrâneas: a Lei das Águas e a lei federal da concessão da água mineral, que é uma lei independente, porque o recurso é o mesmo, são águas subterrâneas, mas está lá no Ministério de Minas e Energia, e essa conversa não está muito simples.

Pontos negativos não são nem o agrotóxico, mas a expansão agrícola, que está chamando a atenção para a possibilidade de contaminações.

E o fundamental: tornar visível o que é hoje invisível, que são as nossas águas subterrâneas.

Agradeço pela participação e peço desculpas pela rapidez, mas é isso que a gente pôde informar nestes 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Dr. Humberto, na sequência, vamos dispor de mais alguns minutos, para que cada um dos senhores faça as suas considerações finais e respondam às perguntas.

Passo a palavra ao Dr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Tecnológica Ambiental e Recursos Hídricos do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal de Brasília (UnB).

V. S^a tem a palavra pelo tempo estabelecido, Dr. Oscar.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Muito obrigado.

Eu queria agradecer o convite da Subcomissão Permanente da Água, desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Quero saudar o Senador Sérgio Souza, que tive o prazer de conhecê-lo no último fórum mundial da água em Marselha, de que participei, mas na condição de pesquisador, de estudioso; saúdo a Senadora Vanessa Grazziotin e dos demais colegas da Mesa: Humberto de Albuquerque, Paulo Varela – o Paulo eu o conheço há muito tempo, fomos colegas na Agência Nacional de Águas.

Registro a minha satisfação em estar nesta Casa, Casa que tem tido um papel fundamental na gestão da água do Brasil, na formulação das bases dessa nossa política.

Neste prazo curto que temos, nós poderíamos falar o dia todo sobre águas, mas vamos tentar ressaltar alguns pontos aqui que julgamos importantes na questão da governança das águas do Brasil.

Buscarei trazer aqui uma visão acadêmica, de estudo, tentando olhar o nosso sistema e identificando aí pontos positivos e negativos, como foi feito aqui pelos meus predecessores de fala, e até para subsidiar esta Casa que, certamente, terá um papel muito importante nos próximos anos aí nesse amadurecimento da nossa governança das águas no Brasil.

Por favor.

Eu apresento aqui um mapa, muitos de vocês já o conhecem, mas só para termos uma ideia da questão da água no mundo.

Este mapa-múndi, que traz aí um colorido, a cor azul-escuro seriam os países em que a água não é problema, em que a água tem bastante disponibilidade, e, na medida em que a gente vai para o amarelo, para o verde e para o vermelho principalmente, nós já temos aí situações de escassez, seja escassez física da água, falta água de fato, ou a própria escassez econômica, na medida em que a água se torna aí um fator limitante ao desenvolvimento sustentável, ao desenvolvimento econômico dessas regiões, desses países.

Olhando na média, a América do Sul é continente privilegiado.

Caso olhássemos diferentemente o mapa-múndi e pensarmos no mapa-múndi em que os países tivessem suas áreas proporcionais à quantidade de água doce, teríamos um mapa-múndi diferente, com a América do Sul robusta, poderosa – de fato é o continente em que a água é mais abundante, e que esse recurso, na verdade, é um grande patrimônio continental comparando a América do Sul aos outros continentes, até a própria África, que aparece aí tímida –, então, isso já mostra para nós, brasileiros, sul-americanos, a enorme responsabilidade que temos aí na gestão desse recurso.

Este recurso água, na verdade, não é só a questão de utilizá-lo diretamente, mas fala-se muito hoje no conceito de água virtual. Praticamente todos os produtos de exportação do mercado e comércio internacional trazem embutidos muita quantidade de água. É o caso das nossas exportações agrícolas e muitos manufaturados que têm uma grande quantidade de água consumida.

No caso do Brasil, se a situação é boa, na média, a média é muito enganadora muitas vezes. Então, o problema do Brasil é que nós temos uma enorme diferença regional no que se refere à disponibilidade de água. De modo geral a água está, muitas vezes, onde a população não está.

Temos, aqui, o mapa do Brasil em que aparecem aí esferas, e estas esferas são associadas às nossas regiões hidrográficas, e essas esferas são proporcionais à quantidade de água. Então, praticamente mais da metade da nossa água está na região Amazônica e na região hidrográfica do Tocantins, e grande parte do consumo, a população do Brasil, vive em outras regiões.

Se nós fizermos aquele mesmo exercício de tentar colocar as áreas dos Estados da Federação proporcionais à quantidade de água disponível, nós teríamos um mapa do Brasil totalmente disforme, nada como o conhecemos hoje. Então, a gente vê a enorme pujança Amazônica, os nossos irmãos de Roraima são os marajás de água do Brasil. É o Estado que tem a maior disponibilidade de água por habitante. Agora, vejam a situação crítica em que já se encontra todo o portal atlântico brasileiro, a região Nordeste, a região Sul e parte do Centro-Oeste. Então, nessas regiões, de fato, esse aí é um indicador que mostra a quantidade de água disponível por habitante por ano, água renovável, água doce, incorporando inclusive uma parte de água subterrânea que alimenta os nossos rios, a gente vê já que a situação do Brasil é crítica, chama a atenção, principalmente no portal atlântico.

E não é por acaso que justamente nas regiões Sul/Sudeste/Nordeste, este portal atlântico, é que começaram a surgir as primeiras experiências de gestão da água, os Comitês de Bacias, as primeiras leis estaduais já antevendo essa passagem da água a um elemento quase que, muitas vezes, limitante ao desenvolvimento sustentável das regiões.

Por favor.

Outro ponto que eu queria salientar é o fato de nós compartilharmos água com praticamente todos os países da América do Sul. Então, isso não é só uma questão brasileira, mas é uma questão continental. E o Brasil tem uma enorme responsabilidade. Nós somos o País águas acima, da Bacia do Prata, por exemplo, mas somos o País águas abaixo, na Bacia Amazônica. Então, muitas vezes estamos aí com potenciais conflitos com os nossos vizinhos em função de certos usos inadequados do solo e da água que se faz em território estrangeiro.

Por favor.

Nós tivemos aí – foi apresentado pelos nossos predecessores – uma primeira proposição de estrutura para a gestão dessas águas, a governança administrativa, a governança sistêmica, a partir de um conjunto de conselhos, governos, órgãos gestores, falada pelo Paulo Varella também a questão do Parlamento das Águas dos Comitês de Bacias, e trabalhando em três níveis o nacional, o estadual e o próprio nível de bacia.

A nossa organização federativa, com três níveis decisórios, na verdade, torna mais complexa ainda essa gestão. Mas é um desafio que a sociedade brasileira tem de enfrentar. Ela tem esse patrimônio valiosíssimo e tem que se organizar, na verdade, para poder fazer face a essa diversidade de situações e também a essa diversidade de atores interessados na gestão da água.

Por favor.

Eu queria até reproduzir uma transparência que foi aqui apresentada – eu agradeço à ANA, que me cedeu a transparência inclusive –, que mostra, na verdade, que houve aí uma enorme evolução rápida. Em pouquíssimos anos, eu diria 20 e poucos anos, partimos de uma situação em que praticamente não havia Comitês de Bacias no Brasil, e já estamos aí com 160 Comitês estaduais e 10 Comitês federais. Isto mostra, pelo menos, o enorme interesse que esse tema desperta, a enorme capacidade que tem de mobilização, e isso é algo que nós devíamos aproveitar melhor: esse envolvimento. E, muitas vezes, é um envolvimento bastante altruísta, nessas questões.

Nos Comitês de Bacia, nós temos a participação do Poder Público, é claro, mas há a participação compulsória dos setores usuários da água, o que é bastante produtivo e bastante interessante para o sistema, mas também temos essa participação da sociedade civil, das Organizações Não Governamentais, que permitem que, em nível de bacia hidrográfica, a gente possa pensar não só com o chapéu do Poder Público, mas que se possa pensar de forma mais ampla, considerando os interesses da sociedade como um todo em um novo território de gestão. E este é um novo desafio que nós temos.

Eu considero, na verdade, que o grande desafio da água é coordenar as diferentes agendas que a água traz consigo.

Certamente – foi ressaltado aqui também pelos meus predecessores –, existe uma agenda da água, que é uma agenda econômica, uma agenda de desenvolvimento; existe uma agenda da água que é ambiental, e existe uma agenda da água que é social, de qualidade de vida. A água é uma só. O mesmo rio que tem de cumprir essas diferentes agendas tem de respeitar, na verdade, as demandas e os condicionantes associados a essas três demandas. Isto é complicado, porque, muitas vezes, em determinadas época ou local, seja um Estado, busca-se mais, privilegia-se mais uma visão econômica da água, uma visão ambiental da água, na verdade, a gente teria de buscar, e esse é o desafio maior – em minha opinião –: articular e harmonizar essas diferentes demandas.

Se eu penso na questão água e sociedade, nós temos aí varias questões como a escassez de água

hoje no Brasil, em que estamos vivenciando situações extremas. Hoje, pela manhã, alcançou-se o nível recorde de registro de enchente do rio Negro, em Manaus, e, ao mesmo tempo, estamos passando aí com centenas de Municípios no Nordeste em situação de emergência em função da seca.

A questão da poluição e os impactos na saúde e na qualidade de vida que essa má gestão da água, a gestão descoordenada pode causar. Então, temos desafios aí associados a essa agenda de água e sociedade, e quero ressaltar aí a questão do saneamento básico dos nossos Municípios que é um problema em muitos deles que a gente vai ter de enfrentar no curto prazo.

Outra agenda da água é a agenda do meio ambiente. Temos aí também enormes desafios com a proteção dos ecossistemas, com a preservação dos corpos hídricos, com a recuperação desses corpos hídricos, questões de serviços ambientais prestados pelos nossos ecossistemas. E fala-se muito agora na questão de mudança climática, que quase se tornou um tema, eu diria, preponderante em função de outras questões. E certamente, no Brasil, em se confirmando cenários de mudanças climáticas, será justamente na água que os efeitos se farão sentir mais importantes.

Nós temos aí uma visão muito clara de que uma sociedade que hoje está preparada para fazer face aos desafios presentes de uma gestão equilibrada, coordenada e sustentável da água certamente será uma sociedade mais bem capacitada para fazer face aos desafios futuros associados à mudança climática.

Finalmente, não menos importante, mais muitas vezes com dificuldade de integração, existe essa agenda de água e desenvolvimento. Mais de 70% da nossa produção de energia elétrica, eu acho inclusive que chega, se nós considerarmos o que nós importamos de energia elétrica e hidráulica de outros países, alcançamos até quase 80% de origem hidráulica, hoje em dia considerada uma energia limpa, que deve ser valorizada. E a tendência no Brasil é que a gente venha, de forma mais equilibrada, aproveitar essa fonte de energia.

Irrigação, aquicultura, navegação, são enormes os desafios nesse processo.

Por favor.

Nesta primeira apresentação, eu tentei mostrar aqui os diferentes problemas e as diferentes dimensões, como é que se daria a nossa governança das águas? Eu não sou totalmente pessimista, eu acho que nós fizemos, nos últimos 25 anos, tivemos um enorme avanço, isto demonstrado aí pela formação desse quadro institucional legal, que permite uma gestão equilibrada das águas, nós temos boas práticas e bons

exemplos na implantação do marco legal e normativo, como já ressaltei.

Na criação dessa instância regulatória nacional, eu acho que o advento da ANA foi algo bastante importante para o País, e cada dia mais a ANA tem demonstrado a sua importância nessa gestão das águas, sobretudo quando por circunstâncias, ou políticas ou mudanças administrativas, este tema água aparece talvez com menor prioridade, ou aparece embutido em outras questões. Então, a ANA é um pouco assim uma referência que traz aí a questão da gestão integrada das águas como uma prioridade.

Outro aspecto importante é o envolvimento do setor produtivo, que é compulsório, é uma plataforma de diálogo. A gestão das águas no Brasil permite que o setor produtivo participe, quer dizer, é compulsória esta participação e ele tem tido aí uma contribuição substantivas em várias questões; há a participação da sociedade; vários programas de governo também e iniciativas inovadoras e interessantes sobre financiamento da gestão e do sistema. São boas práticas, mas eu acho que o nosso papel aqui, muitas vezes, é o de identificar onde residem os desafios mais importantes para essa gestão, para essa boa governança. Então, na minha avaliação e na de alguns colegas, esses desafios perduram – é a última transparência; peço um tempo para apresentá-la – na articulação das dimensões social, ambiental e econômica, na formulação e implementação das políticas de águas. Muitas vezes a gente vê lá alguma política mais econômica do que a ambiental, outra que é essencialmente ambiental e, às vezes, tem-se uma falsa disputa entre objetivos de políticas quando, na verdade, o que se tem de buscar é uma harmonia entre diferentes interesses, diferentes objetivos; uma articulação com diferentes tipos e níveis de planejamento também.

Já salientado pelo Paulo Varella, a implementação dos instrumentos, sobretudo os planos. Temos, hoje, eu diria, um capital em planos que é riquíssimo, fruto aí de reflexão de várias pessoas e bastante pertinentes como propostas, mas que, muitas vezes, ficam engavetados e não são valorizados como deveriam.

Outra questão, também ressaltada aqui pelos predecessores, muitas vezes, é a falta de perenidade nas políticas públicas, nas administrações, sobretudo em nível estadual.

Eu diria também que nós temos um problema, e aí o Senado tem um papel importantíssimo e tem ajudado muito nessa questão, é que, muitas vezes, essa questão, pela complexidade que apresenta, ela não tem visibilidade política, o nosso sistema de gerenciamento das águas. Então, tem de se buscar dar maior visibilidade política, social e conceitual a esse

sistema. Muitas vezes, sinto-me discutindo, não é o caso aqui, mas em um ambiente de pessoas que já trabalham com gestão e participam dela. A gente tem de buscar, na verdade, um envolvimento maior da sociedade explicando. E esse é um papel que a academia tem importante também.

Finalmente, o que acontece com esse sistema? Eu acho que é uma grande virtude do sistema, pois ele é um sistema que privilegia, sobretudo, o diálogo, a discussão, a busca do consenso. Para mim, essa grande virtude do sistema é, muitas vezes, um defeito, uma limitação, porque ele não tem nenhum caráter, quer dizer, as decisões, muitas vezes não têm caráter impositivo ou vinculante. Ele, muitas vezes, as decisões, até na formação dos pactos são voluntaristas. Nós temos, talvez, que pensar – e aí de novo o Senado tem um papel importante – em tornar que decisões oriundas dos fóruns desse sistema importantes como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Conselhos Estaduais, os Comitês de Bacia possam ser mais impositivas e menos voluntaristas.

Agradeço a oportunidade e peço desculpas aos participantes por haver me excedido um pouco no tempo de fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Dr. Oscar Cordeiro, Professor da Universidade de Brasília.

Temos ainda alguns minutos. Assim sendo, eu tenho algumas indagações, de forma geral, aos senhores expositores. Depois, passarei a palavra à Senadora Vanessa, que é Relatora desta Comissão.

Início com uma reflexão: eu tenho passado, nos últimos meses, a participar mais da discussão da agenda da água no Brasil e no mundo. E, como começo a viver esse momento e participar dessas ações ao ver a importância que tem a água para o ser humano, para o planeta, para a vida.

No entanto, a sociedade não percebe isso por que está intrínseca na cultura do cidadão a utilização da água como se ela nunca fosse acabar. Eu acho que a água nunca vai acabar. Ela pode ter uma sazonalidade em determinado lugar, como em Manaus que, hoje pela manhã, teve alto índice pluviométrico, fazendo com que os rios subam enormemente, enquanto que na região Nordeste, também ano passado na região Sul, a falta muito água. Então, aí vêm as consequências das mudanças climáticas na distribuição dessas águas.

Eu pergunto aos expositores, aos quais, depois, concederei a palavra individualmente para responderem a todas as perguntas e fazer as suas considerações finais, o que se está fazendo hoje, se os esforços feitos no Brasil e no mundo são suficientes para que

nós tenhamos uma gestão adequada da água? Se não forem suficientes, quais as sugestões para que possamos, nós, a sociedade, nos conscientizar a respeito de melhor utilização da água?

Sabemos que o cidadão que vive no agreste tem uma gestão da água muito mais adequada do que o cidadão que vive nas regiões com maior precipitação. Uma cisterna de água captada durante o período de chuva tem de ser administrada para consumo próprio e de animais por um período longo. Então, é uma gestão muito mais apropriada.

Sabemos de ações, como a transposição do rio São Francisco, e sabemos também que a agricultura vai demandar muito por água nos próximos anos para, inclusive, de certa forma, estancar o desmatamento, porque a partir do momento em que você utiliza de forma adequada a irrigação, você aumenta a produtividade e aí não há necessidade de desmatar.

Também pergunto a V. S^{as}, principalmente ao Dr. Albuquerque, no que diz respeito aos lençóis freáticos e a possibilidade de sua contaminação. Ela se dá mais no meio urbano ou no meio rural? O meio urbano hoje é tido quase como uma área pavimentada, lacrada. No entanto, a gestão dos recursos hídricos no meio urbano é feito de maneira mais precária do que no campo.

No campo, por sua vez, temos a utilização, muitas vezes desordenada de fertilizantes e de defensivos agrícolas, que pode vir a contaminar os lençóis freáticos. Nós temos também a perfuração de poços artesianos de forma discriminada, como V. S^a colocou, Dr. Albuquerque, isto tanto na cidade quanto no meio rural.

Nas cidades, nós já obtivemos dados aqui nesta Comissão, alguns condomínios são autossuficientes em água na perfuração de poços artesianos e autorizados, muitas vezes, pelo Poder Público. No campo não é diferente. O problema não é poço, que talvez esteja sendo utilizado, mas o problema é o poço lacrado que fica exposto a uma contaminação muito mais rápida, porque algo que considere poluidor que é depositado sob o solo até chegar ao lençol freático ele sofre uma necessária filtragem e disseminação. Agora, cair em um poço de centenas de metros a contaminação é mais rápido.

Então, deixo essas questões aos senhores para respondê-las na sequência.

De imediato, passo a palavra à Senadora Vanessa Graziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero cumprimentar, Senador Sérgio, a presença dos convidados que aqui estão, e dizer da sua dedicação, Senador, para este debate. O senhor teve a possibilidade de participar este ano do Fórum Mundial das Águas, eu não pude ir, mas fui à Turquia. E a par-

tir daquela participação é que nós percebemos como essa questão é tratada de forma ampla e democrática. E é bom que se aprofunde nisso. Chega ao ponto de um dos nossos convidados, acho que foi o Dr. Oscar, dizer que isso, às vezes, atrapalha, porque tão ampla é a participação não se conseguiu ainda um melhor entrosamento dessa questão mais aberta em que as decisões se transformem em lei efetivamente.

Então, debater esse tema, para a gente, é muito importante. E eu sou lá do Amazonas, onde acabamos de bater o recorde. Mas é muito difícil para as pessoas que vivem naquela região. Eu costumo dizer que ninguém tem ideia quem não vive lá. Primeiro que os brasileiros têm pouca ideia do que significa a Amazônia, do que é a região Amazônica, pouca ideia. As pessoas não têm a exata noção do que seja aquela região. Digo isso em relação à grande maioria do povo brasileiro.

E quando se fala em enchente, pensam que é uma chuva que vem, como agora no Espírito Santo, e alaga tudo e em um dia ou dois a água já baixou. Lá não, as pessoas vivem três meses dentro d'água em muitos Municípios. A tendência é continuar enchendo, e aí há uma paralisia até que baixe, mesmo sem chuva. Porque nós sofremos a influência de cima, da Colômbia, é o que foi dito, onde nasce a bacia do Amazonas. Então, quando para de chover e quando para de encher lá demora 20 dias para nós sofreremos esse efeito no nosso Estado. Então é uma situação extremamente delicada.

Por outro lado, é aquilo ali: são os dois contrastes. Aliás, todos os dias os telejornais deste País mostram o Norte alagado, ao passo que o Nordeste está batendo os recordes de seca, de estiagem.

Isso tem a ver, sim, eu não tenho dúvida, porque, antes nós falamos que atingimos a maior enchente em 1953, salvo engano, e agora, nós ultrapassamos o limite em relação a 2009. Ou seja, a aproximação entre essas tendências drásticas, que tem de ser muito bem acompanhado, tem de ser muito bem estudada. Eu imagino que a ANA seja uma das agências que também está acompanhando isso muito de perto. Mas, enfim, estamos aqui, hoje, tratando de governança.

Quero dizer que tenho algumas dúvidas. Ouvi aqui, não sei exatamente de qual dos nossos expositores, que o arcabouço legal que temos em relação à governança da água é adequado e, no que diz respeito à água subterrânea – cuja quantidade é bem maior que a água doce de superfície –, cabe aos Estados definirem as suas políticas e a sua legislação.

Mas e os aquíferos que passam por mais de uma unidade da Federação? E aqueles que são transfronteiriços? Porque, em um ambiente, temos um problema semelhante, temos o Sistema Nacional do Meio Am-

biente. Cabe aos Estados a governança dentro do seu território, com exceção de quando determinada área de preservação ultrapassa a fronteira daquele Estado, ela pertença a mais de uma das unidades da Federação. Não seria o caso de avançarmos na questão da água para isso? Porque, quando a água subterrânea começa e termina dentro daquela unidade, tudo bem, a governança é do Estado. E quando ultrapassa as fronteiras? Como é que fica? Eu trabalho internamente dentro do País e, com relação à questão transfronteiriça – o Senador Sérgio também aborda muito isso –, precisamos também ter um tratamento que avence nesse sentido de dar uma governança continental a essa questão.

Então, não vejo tão adequado assim. Eu gostaria de ouvir dos senhores algumas sugestões muito objetivas.

Anotei algumas coisas aqui. As duas leis que tratam da água. A água mineral ainda não é tratada pela ANA, é tratada pelo Departamento Geológico... DNPM. Não é pela ANA. Por quê? Porque é mineral? Mas é água! Quer dizer que o mineral vale mais do que a água. Para ir para lá, é porque o mineral vale mais do que a água! Está é a questão que precisamos ver como caminha para a resolução.

Outra questão que eu anotei diz respeito ao caráter impositivo de que eu falava. O Conama, salvo engano, as suas decisões têm caráter impositivo, pois regulamenta. E o do Conselho Nacional da Água não tem? Não é da mesma forma? Enfim, porque o nosso trabalho é um pouco este: debater, mas buscar algumas respostas imediatas, algumas mudanças na legislação que são imediatas. Algumas temos como conseguir no curto prazo, mas outras trabalhar pelo menos no médio prazo. Mas também se não trabalhar, nem no médio prazo a gente consegue.

No mais, é dizer que também estamos aqui para receber sugestões, orientações. Lembro-me que no meu Estado, havia um Senador aqui que trabalhava muito este tema, que era o Senador Bernardo Cabral, que trabalhava muito o tema da água, produzindo inclusive um material muito rico para estudo e tudo o mais.

Estou à disposição.

Esperamos, não é Senador Sérgio, que a gente possa, por meio desta Subcomissão, colaborar cada vez mais com o aperfeiçoamento desse modelo que está em franco desenvolvimento ainda no País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Passarei a palavra então aos Srs. Expositores, que terão o tempo necessário para responderem às perguntas e para as suas considerações finais.

Com a palavra o Dr. Paulo Varela.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Agora a gente vai poder falar um pouco mais devagar, porque eu falei muito rapidamente nos 15 minutos de minha apresentação, mas a Senadora e o Senador fizeram provocações de quem, parece-me ter muito tempo pela frente, porque são provocações que nos demandariam a fazer uma longa reflexão. Mas vamos ver se a gente sintetiza aqui, Senadora.

A primeira questão que é colocada, V. Ex^a tem razão, quando disse que a água não vai acabar. Temos em torno de 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos de água na Terra, no nosso ciclo, mas o problema é que, às vezes, ela está disponível e em outras, não está. Inclusive tem água, mas não tem qualidade de água. Então, essa governança tem de ser eficaz exatamente no sentido de torná-la disponível.

E o Brasil, que é o País mais rico em disponibilidade, nós temos um fluxo de 270 mil metros cúbicos por segundo, considerando a água que também vem de outros países, aproximadamente 18% da água do mundo, mas como já foi colocado aqui, mais de 70% estão na Amazônia.

No Nordeste, de onde eu venho, Senadora, que é bem diferente, aqui a gente faz o encontro dos extremos, a água, muitas vezes, é medida em copos. Então, é uma variação muito grande.

O Oscar mostrava aqui a América do Sul e o Brasil, em particular, aparecem em azul, quando você vê de longe, mas quando você vê de perto essa questão se torna mais grave.

V. Ex^a levantou também, além da importância dessa gestão, que essa questão é imperceptível pelo povo.

Então, parece-me que este é um grande desafio. A verdadeira gestão da água, e já falo do arcabouço, dar-se-á no momento em que nós, cidadãos, cada um de nós pudermos passar de observadores a atores efetivos dentro desse processo. Aí a mudança se dará.

Hoje pela manhã, ao dar uma entrevista para a Rádio Senado, perguntaram-me: “O que há de errado na gestão?” Gastar mais água do que é possível, desperdiçá-la, ou, por um, poluir por outro?

Como é que vamos fazer isso? Então, cada um de nós, cidadãos, na hora em que nos conscientizarmos disso dar-se-ia, realmente, a grande mudança.

Duas questões são importantes, Sérgio: primeiro, que nós possamos subir na agenda política a importância da água, por um lado, para que as decisões possam ser corretas e, por outro, que a gente possa, realmente, ter um grande programa de divulgação, um grande programa de conscientização, um grande programa de capacitação, um grande programa de conscientização, que possa ser extensivo a este grande

programa de capacitação, que possa ser extensivo a esta população imensa do País.

Senadora, vou tentar responder em bloco, pegando de um lado e de outro. Mas eu diria, que o arcabouço legal do País é adequado. Precisa, evidentemente, de uma lei que procura cuidar de um País com esta dimensão, com esta variedade climática e geográfica, evidentemente que na área da implementação desta lei alguns ajustes precisarão ser feitos. Imaginávamos que isso seria necessário, pois com 15 anos de lei, algumas reflexões feitas hoje nos trazem a ideia de que alguma coisa é preciso ser corrigido.

Como fazer para, efetivamente, se implementar isto? Eu diria, Senadores, implementando os instrumentos de gestão. E aí vem o grande desafio. E aí vem a proposição deste pacto, porque ele é muito complexo, envolve muitas dimensões. E essa articulação, como o Oscar colocou, é o grande desafio do processo. Então, colocar isto na agenda política, como nós estamos fazendo aqui, como os senhores estão propondo fazer aqui, promovendo um grande programa de divulgação desse processo, porque o sistema já propunha através dos Comitês, da participação popular, mas ela precisa ser mais ampla, precisa ser mais efetiva. Então, acho que por aí nós podemos caminhar. Evidente que fazendo aí alguns ajustes na própria lei, alguns artigos, alguns questões talvez sejam necessárias para a gente adequar isso. Mas, eu diria, Senadora, que de forma geral, o arcabouço está adequado.

A lei, conforme proposta, propondo essa dominialidade dupla, realmente torna a questão mais complexa e muito mais desafiadora. A questão vai mais longe: você tem rios que são ditos estaduais, porque eles nascem e desembocam no mesmo Estado. Mas nem sempre desembocam no mar; desembocam em um rio federal. Portanto, a condição de entrega tem de ser vista, porque se a gente for ao limite, secassem os rios estaduais, vamos dizer assim, secariam também os federais, ou se poluir um rio estadual vai afetar o rido federal.

Então, essas condições de entrega, hoje a própria lei prevê que a ANA pode exercer essa determinação. Mas nós estamos querendo fazer isso através de um amplo pacto juntamente com os Estados, para que essas condições de entregas sejam vistas. De maneira que a questão é mais complexa até do que simplesmente a dominialidade de água superficial e água subterrânea.

Eu queria entrara aqui um pouco na questão das águas subterrâneas – e o Humberto naturalmente o fará depois com mais propriedade –, fazendo a reflexão de que, na verdade, a dominialidade é muito mais, sob o meu ponto de vista, a responsabilidade de cuidar do

que a posse efetiva, digamos assim, da própria água. Isto é responsabilidade de cuidar e de fazer. Como ela está dividida, isto tem de ser harmonizado.

Agora, aqui mesmo nesta Comissão, aqui mesmo neste Senado, anos atrás, o Senador Casagrande presidia, nós defendemos – eu estava representando a ANA, havia representantes da Abas, dos Estados e dos Comitês – que mantivessem a dominialidade das águas subterrâneas nos Estados, até por uma questão operacional. Imagina se a ANA tivesse de outorgar milhares de impostos, etc. Então, essa questão de cuidar deveria estar, realmente, na área dos Estados.

Mas a Senadora colocou, com muita propriedade, como ficará então quando passar, nem todos os aquíferos estão restritos as bacias, nem todos são livres, são profundos, passam até de um país para outro, de uma bacia para a outra. Aqui no Brasil, o que tem acontecido é que nós temos o Plano Nacional de Recursos Hídricos que prevê, através do Programa VIII, um Plano Nacional para as Águas Subterrâneas. Portanto, ele prevê como deve ser implementado. Esta agenda deve ser implementada pela ANA e respeitada, evidentemente, a questão da dominialidade estadual. Mas, como a ANA é responsável pela implementação do sistema nacional, que está um pouco acima disso, tem procurado trabalhar junto com os Estados na direção da implementação do que propõe o sistema. Alguns pilares lá estão propostos; um diagnóstico, que já foi feito – nós andamos em todos os Estados brasileiros –; um pilar que diz respeito à questão da capacitação – nós estamos trabalhando com os Estados no sentido de capacitar os Estados, inclusive com convênios junto com a Abas, mas também com universidades.

Outro pilar diz respeito à geração do conhecimento hidrogeológico nacional. Você não pode proteger se você não conhece.

Outro diz respeito à inclusão da água subterrânea dentro da política, porque alguns comitês tratavam da água de superfície como se a outra não existisse.

E temos as questões transfronteiriças, por exemplo, sejam interestaduais, sejam entre países.

Então, existe toda uma agenda de água subterrânea em que não vou me meter muito, com áreas específicas, como é, por exemplo, a região metropolitana, a gestão de água metropolitana. E nós estamos dando sequência a essa agenda.

A ANA já contratou estudos entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. Então, na prática, o que está acontecendo é que, quando há aquíferos, ou quando há algum conflito, ou mesmo quando não há conflito, mas há necessidade do conhecimento de um aquífero que seja transfronteiriço do ponto de vista estadual, os

próprios Estados têm demandado a ANA para a gente trabalhar em conjunto.

Então, a ANA contratou, por exemplo, e fez um estudo do aquífero que divide... ou que compartilham o Rio Grande do Norte e o Ceará. Está pronto e entregue. Pretende-se, inclusive, fazer daí um plano para um marco regulatório onde os instrumentos de gestão possam ser usados de forma harmônica.

Está contratado neste momento um estudo da região amazônica, para toda a bacia amazônica, para que a gente possa começar realmente a conhecer aquela área.

Está contratado um estudo para se conhecer melhor a questão do aquífero Urucuia, que é responsável, inclusive, em grande parte, principalmente na área de seca, pela vazão do rio São Francisco.

Está contratado um estudo para dar continuidade ao Guarani, o Projeto Guarani, que foi feito entre quatro países e terminou propondo um plano de ação estratégica, e nós estamos estudando-o agora. Acabamos de efetuar a contratação de R\$5 milhões para estudar a área florante desse aquífero do ponto de vista das áreas de vulnerabilidade, que são suscetíveis, são mais vulneráveis, e aí cruzar com as atividades antrópicas e ver áreas de risco, e aí propor um zoneamento, porque esses aquíferos não são vulneráveis igualmente, temos aquífero profundo, temos áreas que estão mais à superfície. Humberto pode melhor aprofundar isso.

Também foram feitos estudos em região metropolitana em Maceió, em Natal; está-se planejando o mesmo em Belém, estão-se planejando outros estudos aí na área do aquífero cárstico na Bahia, de forma que estamos dando cumprimento, digamos assim, a nossa missão da implementação do sistema nacional.

Então, eu diria à Senadora que, de uma forma natural, esses conflitos, os próprios Estados e a União estão resolvendo do ponto de vista do que diz respeito à água superficial e à água subterrânea.

Para terminar e não me alongar demais, eu diria que os grandes desafios que restam para que a gente possa realmente fazer isso é a implementação, a construção desse grande pacto nacional pela gestão das águas, onde a gente possa realmente melhor articular, entendendo que dominialidade é responsabilidade de cuidar e ver como a gente pode, efetivamente, colocar isso em prática, principalmente com a implementação, Senador e Senadora, dos planos de recursos hídricos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Paulo Varela, nosso italiano.

Com a palavra o Dr. Humberto de Albuquerque para suas considerações.

O SR. HUMBERTO DE ALBUQUERQUE – Eu tenho a impressão de que realmente a colocação tanto

da Senadora quanto do Senador com relação à preocupação com recurso hídrico subterrâneo é bastante alvissareira para nós que trabalhamos e estamos envolvidos efetivamente com essa área. Mas o problema é quando a gente diz que a legislação é suficiente, é adequada, e nesse aspecto nós vamos manter a nossa posição, até porque a gestão do aquífero é muito mais local do que regional.

Muitas vezes você está interferindo num determinado aquífero de ambiência interestadual, mas o efeito daquele uso, daquela utilização se dá apenas naquele local. A gente acredita que ter uma gestão melhor, um acompanhamento melhor dos nossos aquíferos passa por termos mais bem engajadas nesse acompanhamento as unidades municipais. É lá que estão acontecendo, que acontecem os problemas, e são locais.

Outra coisa que a gente sente não é o arcabouço institucional local. Nossa preocupação, nossos problemas, Senadora, são diferentes e são muito grandes.

O primeiro é o seguinte: apesar de a dominialidade ser dos Estados e de os Estados já terem suas leis, a implementação das leis estaduais é que não está ocorrendo. As estruturas administrativas dos Estados não são suficientes para atender a demanda e não estão adequadas ao cumprimento da própria legislação com relação aos instrumentos de outorga, de licenciamento de perfuração, de controle do usuário, de conhecimento dos aquíferos. Não há como a gente utilizar, usar ou outorgar o uso de águas subterrâneas sem o conhecimento prévio das condições hidráulicas do aquífero que está sendo demandado e, infelizmente, além da pobreza das estruturas públicas... Aí, quando coloco a estrutura pública, refiro-me a todos os Estados da Federação, inclusive o Estado de São Paulo. Coloco São Paulo por ser o carro-chefe, mas se você olhar seu órgão gestor, qual é a estrutura do órgão gestor para acompanhar e fazer cumprir a legislação estadual, é muito pobre, em termos de capacitação, em termos de estrutura como um todo, inclusive organizacional. Isso, estou falando de São Paulo. E a maioria dos Estados, outra grande parte dos Estados, apesar da lei, não tem estrutura administrativa, não tem capacitação técnica, não tem profissionais adequados, não tem absolutamente nenhuma ferramenta que permita acompanhar adequadamente essa gestão, o que também não é por culpa dos Estados, gente. É que o próprio País hoje não tem capacitação; o grande problema é exatamente de profissionais na área de recursos hídricos subterrâneos neste País. Não há graduação normal, a formação se dá em pós-doutoramento, mestrados ou doutorados. Uma boa quantidade desses especialistas está nas universidades, e o mercado não tem como abastecer os órgãos públicos e outros com especialistas, para

maior conhecimento, para permitir ter, mais imediatamente, conhecimento dos aquíferos.

Esse é um problema que o setor vive. Mas também vive outros, como foi citado pelo Senador, como as perfurações. Infelizmente, pelo fato de os órgãos estaduais não estarem adequadamente estabelecidos para tomar conta da coisa, uma empresa de perfuração ou um usuário que necessite de água subterrânea ou que peça uma licença de perfuração para uma posterior outorga, em alguns locais, leva um, dois, três anos para ter a concessão. E não há usuário nem há empresário que suporte esse tipo de comportamento, e você, então, tem o que nós falamos muito dentro da Abas: uma proliferação de perfurações inadequadas e de perfurações sem controle pelos órgãos de gestão estadual. Esse é um problema que o setor vive. E isso pode, sim, promover, por falta de conhecimento, a perfuração de poços também inadequados, que poderão, no futuro, ser fonte ou foco de contaminação. Temos vários exemplos de poços que são contaminados a partir de uma perfuração sem a engenharia adequada, sem cumprimento das normas, sem fiscalização, sem acompanhamento, sem projeto. A maioria das empresas de perfuração são elas que vendem a obra, desde o tipo de poço, como é o projeto, e o pobre do usuário que não entende absolutamente nada sobre isso, nem tem uma assessoria para isso, simplesmente compra aquilo que o cara está fornecendo, infelizmente, muitas vezes, pelo menor preço, o que é muito mais grave.

O problema, então, fica na capacitação; essa capacitação é aquela que poderá dar o respaldo do conhecimento adequado dos aquíferos para poderem ser concedidos e as estruturas estaduais, que são muito pobres. E como a gente falou no início, que o nosso negócio é invisível, transformar isso em visível é uma das maiores dificuldades. Daí, passa o que o Paulo Varella falou, num grande programa de comunicação social e de mobilização da sociedade para o conhecimento desse recurso. Isso é fundamental!

Os lençóis freáticos, caro Senador, realmente é temerária a utilização da água dos lençóis freáticos. Se eles estão em áreas urbanas, em áreas de desenvolvimento, provavelmente, com grande possibilidade dessa água não ser utilizada para consumo humano. É preciso ter restrições, ou é preciso que sofram um tratamento prévio. Infelizmente, o maior contaminante, hoje, dos nossos aquíferos em áreas metropolitanas é, sem dúvida, a falta do saneamento básico, é a contaminação que você está tendo e aos poucos as águas subterrâneas sendo contaminadas por nitratos e nitritos. Então, eu acho que o uso da água do lençol freático tem que ser com cautela e, provavelmente,

com a instalação de pequenas ETAs em estações de tratamento.

O problema da água mineral e a política das águas no Brasil é, realmente, uma coisa que terá que ser melhor adequada. Depois de três ou quatro anos se discutir no Conselho Nacional de Recursos Hídricos uma resolução que tratasse exatamente de adequar o funcionamento administrativo, a regulamentação administrativas entre as águas minerais e subterrâneas, de sorte que tanto o Estado tivesse o conhecimento do que estava ocorrendo na concessão de alvarás para a produção de água mineral, como eles necessitariam – quem está concedendo para a água mineral – ouvir o Estado para saber que produção adequada seria liberada no alvará, uma vez que ao Estado compete administrar o recurso como um todo para os diversos usos, inclusive para os usos múltiplos. Tem muito mais condições de informar o nível de produção que determinado poço tubular, para água mineral, possa utilizar. Apesar da resolução, depois de um longo período de discussão, ela já está vigente e ela pede que haja acordos entre as delegacias do Ministério de Minas e Energia e os gestores estaduais, parece-me que a primeira tentativa de algo semelhante a um acordo de funcionamento está sendo promovido pelo distrito de Minas Gerais. O Igam, se não me falha a memória, é em Minas Gerais. Seria a primeira experiência de tentar disciplinar o uso das suas legislações.

Então, basicamente, eu vejo que os grandes problemas não são institucionais, legais; o grande problema são as estruturas próprias, a capacitação, um pouco baixo conhecimento dos nossos aquíferos. Vocês viram, pela minha apresentação, que a gente começou praticamente agora com o monitoramento, sistemas de informações e com os mapeamentos geológicos básicos, estudos específicos que a ANA vem desenvolvendo para atender a essa demanda.

Com relação à dominialidade, a experiência está mostrando que a dominialidade ser do Estado não está impedindo o funcionamento, o estudo, o conhecimento e uma gestão compartilhada entre os Estados para um determinados aquíferos. A coisa já está ocorrendo no Rio Grande do Norte e Ceará, a partir de uma demanda dos Estados com relação aos aquíferos Açu e Guarani, e a gente tem um grande exemplo, que é o Guarani, que envolve oito Estados da Federação, envolve mais três países, além do Brasil, e que se consegue fazer trabalhos específicos de conhecimento e uma tentativa de uma gestão compartilhada entre os Estados e a Federal. Então, acho que o problema não é por aí. O problema é a gente ficar estarrecido, por exemplo, em ver centenas de Municípios do Estado do Piauí em situação de emergência ou calamidade

pública em função de seca. Para a gente que lida com água subterrânea, é estranho saber que o Piauí, sendo um dos Estados mais ricos em água subterrânea, se encontra, a cada período de seca, com os mesmos problemas, não muito nos centros urbanos municipais, mas muito mais na população difusa e na produção familiar. É um absurdo, a Abas já tem proposto que a gente pense em criar campos de produção de água, assim como existem campos de produção de petróleo, e que os campos de produção de água possam ser abduzidos, volumes de aquíferos que tenham a capacidade de fornecimento, para ser disponibilizado para essa população, principalmente a população difusa e a população de baixa renda. O exemplo mais clássico disso, e que eu conheço, é o Vale do Gurgueia, o aquífero Cabeças, que têm uma disponibilidade para atender três milhões de pessoas durante 300 anos, se atingiu o topo desse aquífero, há 30 anos o governo investe e até hoje não tira um recurso de água para beneficiar a população local. Isso, para mim... Isso é o que mais sinto, porque comecei aquele trabalho na década de 70 e chegamos à segunda década do século seguinte e nenhuma gota d'água é tirada para atender a população com necessidade de água no Estado do Piauí, fronteira com a Bahia, naquele semi-árido, naquela área seca. É um absurdo o que o País já fez em investimentos e não poder usar o recurso adequadamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Humberto de Albuquerque.

Com a palavra o Dr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, professor da UnB.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Obrigado, Senador. Tentarei ser bem breve.

Primeiro, compartilho com o senhor, nós temos um problema muitas vezes no Brasil que é essa cultura da abundância de água, de que água é um bem que não vai faltar. Isso acho que durante séculos frequentou um pouco a cultura do brasileiro, com exceção do Nordeste, onde sempre houve essa carência do recurso hídrico, como já foi bem lembrado aqui.

Mas acho que hoje, de um modo, em função do que passa na televisão, do que circula na mídia etc., já existe uma certa inquietude em cada brasileiro, mesmo nas regiões úmidas, de que há algum problema com a água, que esse não é um recurso tão abundante assim e que, de fato, há algum risco nesse uso inconsequente da água, nessa falta de gestão.

Mas, entre essa inquietude e o envolvimento desse cidadão no sistema, há uma grande distância. Acho que é aí que a gente precisa trabalhar um pouco, em trazer o cidadão brasileiro, trazer essa vontade de participar e resolver os problemas para o sistema

de gerenciamento de recursos hídricos. Esse é o desafio, tornar mais visível o sistema em si, as soluções propostas, os instrumentos existentes ao brasileiro.

O senhor perguntou também se estamos fazendo tudo. Eu acho que em alguns casos, certamente não. A gente vê aí uma grande diversidade de situações no Brasil. Em alguns casos, estamos fazendo tudo sim, em algumas bacias hidrográficas, em algumas regiões e Estados. Mas estamos fazendo devagar. Então, eu acho que a gente teria que mudar um pouco a velocidade dessas mudanças, aproveitar esse momento que o Brasil vive e buscar esse envolvimento maior.

Acho que nesse processo de tornar mais visível o sistema, nós temos aí um ator que tem uma participação esporádica no sistema de gerenciamento, que é o Município. O Município não tem, constitucionalmente não há previsão da gestão da água, ou seja, não há um domínio da água municipal, mas ele tem a gestão do uso do solo e ele é um ator importantíssimo. Então, temos de buscar também identificar e valorizar esses mecanismos e instrumentos que possam amplificar a participação no Município, certamente envolvendo processos de capacitação, algo como comissões locais de água, planos locais de recursos hídricos. Existem várias e várias experiências municipais bem interessantes na gestão da água. Aí, eu acho que a ANA pode exercer um papel importante na divulgação de boas práticas existentes em várias partes do País. Então, isso é um grande desafio.

Sobre a questão de o arcabouço ser adequado ou não, eu sou de opinião de que ele é, sim, adequado. Levando em conta essa enorme diversidade de situações no Brasil, certamente, nós não exploramos ainda toda potencialidade não só da lei, mas também de todos os regulamentos subsequentes. O Dr. Paulo Varella salientou a questão das condições de entrega. Eventualmente, isso é um instrumento que podia ser utilizado nessa articulação entre União e Estados na questão da água.

Agora, evidentemente, já temos conhecimento e vivência para identificar que alguns aprimoramentos são possíveis. Eu não tenho a visão tão definitiva sobre a questão da titularidade das águas subterrâneas no caso de aquíferos transfronteiriços ou de aquíferos interestaduais e sobre como se daria a participação da União. Eu acho que há algo aí que deva ser pensado. Eu entendo que hoje, em termos administrativos, seria uma mudança muito grande, mas eu acho que é um tema que deve ser levado em consideração aí e discutido sem muitas paixões essa gestão de águas subterrâneas no caso de aquíferos transfronteiriços. Concorro com o seguinte: a gestão da água acontece desde o menor nível, na sua residência, na sua

propriedade rural. Então, temos de falar em gestão da água em diferentes níveis, inclusive, no caso das águas subterrâneas, na gestão transfronteiriça, ou seja, como evoluir nesse sentido.

Eu acho que a ideia de gestão concorrente dos recursos é alguma coisa que podia ser discutida e levada nesse aprimoramento subsequente da legislação.

Eu fui aqui um dos que falaram um pouco da falta de caráter impositivo das decisões do sistema. Primeiro, eu queria esclarecer que sou um ardoroso defensor desta virtude do sistema que é a participação, que é a busca do consenso. Eu acho que um ponto que levou rapidamente a essa capilaridade de comitês foi a possibilidade de os diferentes setores produtivos, a sociedade, as ONGs participarem do futuro de uma região, do futuro da bacia hidrográfica. Então, eu acho que essa é a grande virtude, que tem de ser valorizada e sempre defendida, mas temos de ter certo cuidado, pois, muitas vezes, o fato de se buscar continuamente o consenso e a pactuação leva a uma perda de eficiência do sistema, a uma demora muito grande em tomadas de decisões, quando algumas decisões são urgentes.

Acompanhamos há mais de 30 anos a evolução do gerenciamento das águas e vemos, por exemplo, que certos Estados da Federação passaram por fases virtuosas na gestão e, por uma questão de mudança de governo, voltaram ao estágio bem anterior nos seus processos. Então, eu diria que tem quase uma esquizofrenia em alguns Estados da gestão das águas, ou seja, tem-se um sistema organizado, volta-se, vai-se... Então, falta, algumas vezes, uma atenção maior e esse Estado ou essa região, por exemplo, que apresentou retrocessos ou que não tenha avançado de forma adequada, deveria ter algum tipo de chamada de atenção ou de punição, que o sistema de gerenciamento de recursos hídricos não tem aplicado. Existe até a possibilidade, mas não tem aplicado. Então, esclarecendo que a busca do consenso é importante e que eu sou um grande defensor dessa busca do consenso, eu acho que, em alguns casos, teria de se ser um pouco mais impositivo nas decisões.

Eu vou citar o caso claro do Plano de Recursos Hídricos. Eu falo na condição de... Eu sou atual Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos do Conselho Nacional. Já fui, em outras gestões também, Presidente dessa Câmara Técnica. Sou um ardoroso defensor também do Plano Nacional, mas sou o maior crítico do Plano Nacional na medida em que vejo que ele não é levado em consideração por quem deveria levar em consideração. As próprias instâncias do Governo Federal que têm assento no Conselho Nacional não consideram o que aparece preconizado no Plano Nacional. Eu digo que, na ver-

dade, a única instituição que respeita o que o Plano Nacional preconiza é a Agência Nacional de Águas. Às vezes, até o próprio Ministério do Meio Ambiente não tem acatado exatamente o que foi preconizado pelo Plano Nacional. Se o próprio Governo Federal não acata, o que dizer dos governos estaduais? Na verdade, existe todo um esforço em se conceber uma política articuladas das águas, mas, por exemplo, nenhum Estado, pelo que eu saiba, incorporou em seu PPA o que o Plano Nacional preconizou. O Governo Federal, na última versão do PPA, incorporou, mas eu diria que isso foi muito mais obra da militância de alguns poucos servidores federais do Ministério do Planejamento, do Ministério do Meio Ambiente e da própria ANA, que conseguiram uma brecha para que isso acontecesse. Não existem os mecanismos formais que imponham a incorporação do que preconiza o conselho.

Sabemos também que existem vários outros planos e trabalhos que foram feitos. Vou ficar no Plano de Bacia do São Francisco. Houve um enorme esforço na época para se elaborar o Plano do São Francisco e eu não sei até o que foi incorporado pelos Estados, o que foi incorporado pela União desse plano. Provavelmente, muito pouco. Na minha última leitura do que tinha sido implementado, muito pouco havia sido implementado.

Eu acho que existe aí algo que possa ser feito, para que esse esforço todo de milhares de brasileiros que estão participando dos comitês de bacias no Brasil inteiro e que estão envolvidos na questão da água... Que consigam ver que, na formulação das políticas públicas de forma geral e na implementação, principalmente, essa preocupação se encontra presente.

Era isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Oscar de Moraes.

Eu gostaria de fazer um agradecimento especial à Agência Nacional de Águas, que tem feito uma deferência especial a esta Subcomissão, entendendo a importância.

Eu queria dizer a todos os senhores expositores, àqueles aqui presentes e àqueles que também nos ouvem através da mídia do Senado que há uma preocupação desta Casa com relação à gestão dos recursos hídricos, à gestão das águas, ao ponto de se ter criado, dentro da Comissão de Meio Ambiente, uma subcomissão específica para tratar de águas. Isso acaba pautando os Srs. e as Sras Senadoras durante todo o ano legislativo, com a oportunidade de participarem diretamente aqui, na Subcomissão, ou de ouvirem, na sequência, os relatórios propostos e elaborados por esta Subcomissão, que servem de pauta para a proposição de novas iniciativas legislativas e também para entender um pouco mais a água.

Esta Subcomissão tem uma função muito de ouvir e de perceber os problemas. No entanto, também queremos chegar a opinar nas soluções e ouvir de V. S^{as} as soluções possíveis para termos uma gestão desse importante recurso mineral para a vida do ser humano e para a vida do Planeta.

Não é só no campo da água. O Congresso Nacional também se preocupa com as mudanças climáticas. Temos aqui instalada uma comissão de mudanças climáticas, que é uma comissão mista permanente do Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem duas comissões mistas permanentes e uma delas é direcionada especificamente à questão ambiental das mudanças climáticas.

Percebemos que mudanças climáticas estão muito ligadas ao meio ambiente, mas também à produção de alimentos. Dados da ONU nos trazem que teremos, provavelmente, 9 bilhões de seres humanos sobre o Planeta até 2050. E o interessante é que o marco temporal que está se colocando hoje é 2050. Ouvi aqui que teremos, no consumo de água dos Brics, até 2050, um aumento em torno de 78% - 58%, no mundo. Então, o marco temporal que está se colocando é 2050, com as estimativas e os estudos feitos. Imaginemos nós o impacto antropológico que haverá sobre o Planeta com mais 2 bilhões de pessoas em poucos anos. Na existência deste Planeta, chegamos a 7 bilhões agora, recentemente. Com mais 2 bilhões, será um crescimento na ordem de 30% da população sobre o Planeta nos próximos 40 anos.

Temos de começar a perceber esse impacto. Debates como este, nesta Comissão ou nas demais comissões do Congresso Nacional, da Câmara ou do Senado, são importantes para formar a opinião e para levar o conhecimento aos cidadãos. Amanhã, provavelmente, nós, esta bancada de Senadores e Deputados, não estaremos aqui, mas teremos outros e esses cidadãos que vão nos suceder na casa legislativa ou nos Poderes Judiciário e Executivo têm de perceber a importância de tratarmos a governança das águas, o meio ambiente como um todo, sem perdermos o foco da sustentabilidade, porque teremos que alimentar esses 9 bilhões de cidadãos amanhã, sem ou com o menor impacto ambiental possível. Sem meio ambiente, não haverá alimentos; sem alimentos, não haverá vida. Então, isso tem de estar casado, lógico, com o terceiro pilar, que é o do social.

Eu agradeço a presença de cada um de vocês e a dedicação com que sempre, de forma pontual e prestativa, trazem ao Congresso Nacional, ao Senado Federal o conhecimento que V. S^{as} adquiriram durante muitos anos, podendo aqui transferir a esta Comissão

e aos demais interessados assuntos de tamanha importância.

Não havendo mais nada a tratar, declaro, então, encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e bom dia a todos.

(Iniciada às 08 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2012, APÓS A 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às onze horas e cinquenta e quatro minutos do dia quatro de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, DELCÍDIO DO AMARAL, SÉRGIO SOUZA, FLEXA RIBEIRO, ALOYSIO NUNES FERREIRA e IVO CASSOL**. Deixa de comparecer o Senhor Senador **VALDIR RAUPP**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão para o ano de 2012. Usa da palavra o relator da Subcomissão, Senador Delcídio do Amaral. Colocado em votação, é aprovado o Plano de Trabalho, com aditamentos propostos pelo Senador Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte, da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se à discussão e votação do plano de trabalho da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras de Usina de Belo Monte para o ano de 2012, em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2010, da Comissão de Meio Ambiente.

Com a palavra o Relator, Senador Delcídio do Amaral, para apresentação do plano de trabalho.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, eu tenho aqui a honra de apresentar rapidamente o programa de trabalho previsto para esta Subcomissão, fruto não só das audiências públicas realizadas anteriormente, mas também fruto da própria visita que fizemos, sob a coordenação de V. Exª, à Usina de Belo Monte, não só numa audiência pública muito concorrida, realizada na cidade de Altamira, no Pará, mas também na visita que fizemos aos três sítios do canteiro de obras, não só ao Sítio Pimental, mas também ao Canal de Adução, e depois à própria Casa de Força Principal.

Fruto disso, Sr. Presidente, nós, junto com o Dr. Ivan, que é da nossa assessoria, profissional muito competente aqui do Senado, preparamos uma proposta no sentido de dar continuidade a esse trabalho, um trabalho que, não tenho dúvida nenhuma, vai-se aprofundar cada vez mais, até pela importância de Belo Monte, não só para a região, para o Estado do Pará, mas também para o Brasil.

E, evidentemente, esta Subcomissão vai, a cada semana, a cada mês, discutir os principais desafios desse projeto, não só de uma leitura da usina hidrelétrica de Belo Monte em si, mas de uma visão muito mais ampla, que passa não só pelo sistema interligado brasileiro, pela otimização energética, pela matriz energética brasileira, mas também por questões relativas ao meio ambiente, um item fundamental dentro do processo de Belo Monte; o item sustentabilidade, o plano de sustentabilidade para aquela região, já com base na experiência vivida na implantação de hidrelétricas anteriores na Amazônia, como foi com a hidrelétrica de Tucuruí, a hidrelétrica de Balbina e a hidrelétrica de Samuel.

E, além disso, meu caro Presidente, Senador Flexa, olhar o que aconteceu com essas usinas que, à época de sua instalação, geraram muita polêmica. É importante também ouvir aquelas pessoas que viveram esse período da construção, da entrada em operação e depois da consolidação desses projetos.

Por isso, Sr. Presidente, eu fiz um preâmbulo aqui, historiando tudo aquilo que foi realizado por esta Subcomissão e depois, junto com o consultor legislativo Ivan Dutra Faria, nós estamos apresentando a esta Subcomissão o Programa de Atividades.

A primeira atividade: audiência pública no dia 12 de abril de 2012, destinada a acompanhar o cumprimento dos condicionantes impostos pelo Ibama, por ocasião da emissão da licença prévia.

É importante registrar que esse talvez seja o ponto mais sensível hoje na implantação da usina de Belo Monte. Isso ficou muito claro e foi muito destacado por V. Ex^a na audiência pública e em outras reuniões que realizamos. Nós estamos mudando um pouco a maneira de apresentar essas atividades, já suscitando algumas questões, de tal maneira a tirar o maior proveito possível dessas audiências públicas.

Vou tomar a liberdade de fazer a leitura das perguntas, até para que as pessoas, os convidados, já se preparem ou já venham com as respostas prontas para as perguntas que seguem aqui e que estamos levando à aprovação deste plenário.

1. O processo de licenciamento ambiental no Brasil prevê imposição de condicionantes para a emissão de Licença Prévia, LP de empreendimento. Nesse caso, deve existir, necessariamente, uma relação de causa e efeito que caracteriza os impactos sobre o ambiente como efetivamente relacionados com as obras? Esse é um item importante. As 40 condicionantes impostas pelo Ibama para a emissão da LP de Belo Monte evidenciam uma relação direta com os impactos do projeto ou o empreendimento tem que cumprir obrigações que, a rigor, não deveriam ser de responsabilidade da concessionária?

Quer dizer, fazer essa discussão que foi suscitada, inclusive, lá em Altamira.

2. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana encaminhou ao Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu denúncias de aumento de violência na região como resultante da construção de Belo Monte. Qual a relação entre o aumento da violência no meio urbano e no meio rural e a construção de Belo Monte?

3. No final de 2011, o Ministério Público Federal do Pará ajuizou ação civil pública pedindo novamente a suspensão das obras em face de arbitrariedades e ilegalidades cometidas pelo Consórcio Norte Energia contra agricultores da região da Transamazônica. Para o Ministério Público Federal do Pará, as obras não devem prosseguir sem que seja elaborado um cadastro socioeconômico da população atingida. Segundo o órgão, os que serão atingidos não sabem quando terão que deixar as suas casas, nem quais os critérios que

serão utilizados com a indenização e nem tampouco para onde serão removidos. O Ministério Público do Pará afirma que o Ministério do Desenvolvimento Agrário se recusa a fazer a regularização fundiária na região afetada, conforme estava previsto no programa Terra Legal, que foi um programa lançado anteriormente pelo Governo Federal. O MDA teria informado que, já que essa região será alagada, não implantaria lá o programa. Qual a situação do programa de remoção de habitantes das áreas definidas pelos estudos ambientais?

4. Para este painel especificamente a se realizar no dia 12 de abril de 2012, como estão se desenvolvendo as obras de recuperação da pista de pousos e decolagens do aeroporto de Altamira? Qual o prazo de execução da obra? Qual a previsão do aumento da frequência de voos e de entrada de novas companhias aéreas na região? No período chuvoso da região, as obras serão suspensas? Quais as opções para o cumprimento da escala de baixas dos trabalhadores das obras da usina em caso de atraso no cronograma da recuperação do aeroporto?

5. Especificamente quanto à questão das escolas na região de influência do empreendimento, tem havido reclamações de pais e mestres com relação às condições atuais. Qual é a situação no momento?

Propõe-se que essas questões sejam respondidas na audiência pelos seguintes convidados: Antônio Coimbra, Diretor Socioambiental da Norte Energia S.A.; Odileida Sampaio, Prefeita de Altamira; Gisela Forattini, Diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama; Johanness Eck, Coordenador do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu; Erivando Oliveira Amaral, Prefeito de Vitória do Xingu; Gustavo do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, Infraero.

Em relação à segunda atividade, audiência pública em 26 de abril de 2012, destinada a discutir a importância de Belo Monte para o setor elétrico brasileiro, pretende-se sejam respondidas as seguintes questões:

Como deve ser vista a decisão do Governo Federal de optar pela construção de hidrelétricas sem a devida regularização de invasões, ou seja, as chamadas usinas a fio d'água?

Nós discutimos, hoje, Sr. Presidente, na Comissão de Infraestrutura, essa questão.

Qual o embasamento técnico dessa decisão? São questões só de caráter ambiental ou há outras razões?

Essa opção por um caminho praticamente sem volta foi tomada a partir de debates técnicos e políticos adequados acerca de um tema que afetará as próximas gerações. Em que instância essa decisão foi tomada? Quais são as normas legais e infralegais

que sustentam tal decisão? Houve a devida atenção ao fato de serem os potenciais de energia hidráulica do País bens da União, segundo o art. 20, inciso VIII, da Constituição Federal, e, portanto, constituírem patrimônio da sociedade brasileira?

No caso de Belo Monte, a potência total instalada é de 11.233 *megawatts*, e a geração anual média é de 4.571 *megawatts*, o que resulta em um fator de capacidade pouco maior do que 40%. Esse tem sido um dos pontos mais criticados pelos opositores ao empreendimento, que afirmam que a usina vai gerar pouca energia. Há coerência e consistência desses argumentos contrários ao empreendimento?

Como na matriz de geração elétrica no Brasil há forte predominância hidrotérmica, as restrições impostas à formação de reservatórios com efetiva capacidade de regular as vazões dos rios, os cenários começam a sinalizar a crescente necessidade do uso de energia de fonte térmica mais cara, portanto, e mais poluidora que a hidrelétrica. Nesse contexto, quais os cenários delineados para a geração térmica no Brasil? Como deverá evoluir a questão do uso da energia nuclear no País? Discutimos hoje isso, até suscitados por V. Ex^a. Como resolver os problemas de fornecimento de gás natural para a geração de energia elétrica? Quais as perspectivas do uso do carvão para esses fins?

Quarta e última pergunta. O crescimento do mercado consumidor de energia combinado com a implantação de usinas sem reservatórios diminui a confiabilidade do sistema e veda o aproveitamento múltiplo dos lagos das hidrelétricas. A redução no nível de confiabilidade do sistema interligado não é desprezível quando se reduz a capacidade de armazenamento de um sistema predominantemente hidrotérmico como o brasileiro. Os estudos da EPE mostraram que a reposição e a modernização de hidrelétricas não são capazes de garantir o acréscimo anual em *megawatts* médios de energia que o Ministério de Minas e Energia considera necessário para fazer face às projeções de crescimento econômico no Brasil. Nesse contexto, realisticamente, como devem ser consideradas as opções eólicas e solares no plano decenal de expansão?

Estamos usando Belo Monte para também fazer uma discussão de fundo, um debate de fundo sobre a matriz energética brasileira e sobre a segurança energética brasileira.

Para esta audiência pública, os convidados: Dr. Mauricio Tolmasquim, presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética); Sr. Hermes Chipp, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Dr. Nelson Hübner, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Sr. Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Terceira atividade: audiência pública, no dia 10 de maio de 2012, destinada a debater a evolução... Aí, sim, é o pós ou, como muitos dizem, o *ex post*, ou seja, o que aconteceu com os projetos na Amazônia. Isso é uma fonte rica para procurar-se, inclusive, implementar, nesses novos projetos, experiências que podem ser aproveitadas nesses novos projetos de barragem na Amazônia. Prossigo: debater a evolução da experiência brasileira na construção de hidrelétricas na Amazônia.

Pretende-se que, na ocasião, sejam respondidas as seguintes questões.

A entrada em operação de geradoras de energia vem sendo, sistematicamente, atrasada. Embora não seja a única causa desses atrasos, a obtenção das licenças ambientais vem sendo consumada em prazos que, em média, são bem superiores aos intervalos correspondentes verificados, por exemplo, nos Estados Unidos e em outros países – cito aqui os Estados Unidos porque a legislação ambiental brasileira foi muito pautada pela própria experiência americana. O que poderia ser feito para promover um licenciamento ambiental mais ágil?

Um dos maiores problemas a serem enfrentados no processo de licenciamento ambiental é a subjetividade. A judicialização do licenciamento transformou-o em um processo regido, prioritariamente, pelos princípios jurídicos. Os princípios científicos são considerados menos importantes e transformados em meros acessórios no debate. Previsões não confirmadas de catástrofes são comuns e, com frequência, permanecem repercutindo na mídia mesmo depois de desmentidas as afirmações originais. Para a hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo, Senador Flexa, previsões desse tipo não foram confirmadas, tais como a salinização da água destinada ao abastecimento residencial de Belém, o apodrecimento das árvores submersas e a ocorrência de terremotos na região. Em que medida esses aspectos impactam a implantação de novos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia?

Item 3. No que diz respeito aos empreendimentos hidrelétricos de grande porte, as intervenções na Amazônia ocorrem há cerca de quatro décadas. Quais as lições que o setor elétrico aprendeu ou deveria ter aprendido nesse período? Propõe-se que essas questões sejam respondidas na audiência pelos seguintes convidados: Antônio Kelson Elias Filho, Diretor de Construção da Norte Energia S.A. – é o presente e o futuro, porque possivelmente o Dr. Kelson já tenha absorvido muitas experiências de projetos anteriores –; Dr. Adhemar Palocci, Diretor de Planejamento e Engenharia das Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Eletronorte; Dr. Kurt Trennepohl, Presidente do Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA.

E a quarta e última atividade deste semestre, Senador Flexa, por determinação de V. Ex^a: diligência em Altamira e em Vitória do Xingu, nos dias 5 e 6 de julho de 2012, destinada à realização de reuniões com as populações afetadas pelas obras, bem como a obtenção de informações sobre o atendimento das demandas expressas nas quarenta condicionantes da licença provisória, especialmente nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu.

O presente programa de trabalho apresenta os passos considerados imprescindíveis para que os objetivos desta Comissão sejam alcançados. Novas ações poderão ser empreendidas ao longo dessa etapa, nomeadamente as que advierem de sugestões da sociedade. Após a realização de cada diligência, propõe-se que a Subcomissão promova reuniões administrativas destinadas a avaliar os resultados obtidos e, se for o caso, propor alterações no desenvolvimento dos trabalhos. Essa é a minha proposta.

Quero agradecer a paciência e a tolerância, meu caro Senador Flexa Ribeiro, por me ouvir durante todo esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Meu caro Senador Delcídio do Amaral, Relator da Subcomissão de Belo Monte, quero parabenizá-lo e festejar a presença do Senador Cícero Lucena, que fez, com a competência que lhe é peculiar, essa proposta de trabalho para a Subcomissão neste primeiro semestre de 2012.

V. Ex^a inova ao propor a audiência já trazendo ao conhecimento dos convidados as questões que aqui serão colocadas, o que não impede que os membros da Subcomissão façam questionamentos por ocasião da audiência. Eu vou colocar em discussão, em apreciação e votação o plano de trabalho, mas queria colocar à apreciação de V. Ex^a, como relator, nesta primeira audiência, que incluíssemos também uma questão, como V. Ex^a pôde constatar na visita que fizemos a Altamira, a questão da saúde, que a cobrança da reforma e ampliação do hospital... A demanda na área da saúde, como também na área da educação, como V. Ex^a colocou aqui, é muito forte. Aqui V. Ex^a colocou a questão da educação e não a da saúde. Nós podemos colocar aqui, ao nosso consultor, o Dr. Ivan, uma questão sobre as ações na área da saúde, saber como estão sendo tratadas como condicionantes também.

Na área aeroportuária, convidarmos a Anac, porque está a Infraero, e a Anac é que vai autorizar novas companhias, colocar novas linhas para atender a demanda acentuada em Altamira em função de Belo Monte.

Essa era a observação que eu faria em relação a essa primeira audiência proposta para o dia 12 de abril.

E, Senador Delcídio, fico aqui bastante entusiasmado, pois vejo que V. Ex^a utiliza a Subcomissão de Acompanhamento de Implantação para discutir efetivamente o plano de expansão da matriz energética brasileira, principalmente da matriz de geração de energia hídrica.

V. Ex^a coloca aqui as ações pré-implantação e pós-implantação. Discutimos, como V. Ex^a colocou ainda há pouco na Comissão de Infraestrutura, que o Governo brasileiro decidiu fazer a geração da matriz de energia hídrica a fio d'água, ou seja, não fazer mais o armazenamento das águas, já não se pode mais ter a geração com reservatório de água, o que garantiria no período de estiagem você ter a água armazenada para gerar, ou seja, V. Ex^a mesmo colocou aqui que Belo Monte tem uma capacidade instalada de 11 mil mega, mas só vai gerar firme 4 mil ao longo do tempo, em função de não ter um reservatório de acumulação para manter a capacidade de geração ao longo do ano.

Essa foi uma decisão que o Governo brasileiro tomou. E V. Ex^a coloca uma das questões para definir se isso é para ser mantido ou se o Governo brasileiro vai rever, porque, se for mantido, V. Ex^a levantou na Comissão de Infraestrutura, foi relator de um projeto de que o Governo brasileiro tem que tomar precauções com relação à questão das usinas nucleares – e que Deus nos proteja de não ter acidente, mas você tem que estar pronto para ter ações de evacuação no caso de um acidente. V. Ex^a relatou esse processo. Mas o Brasil tem que tomar essa decisão. Vai manter isso? Vai precisar de fontes alternativas para suprir completamente no momento de estiagem.

Quero parabenizá-lo pelas propostas desse plano de trabalho para este semestre e que culminará com o retorno da Subcomissão, nos dias 5 e 6 de julho, com uma nova visita ao sítio das obras de Belo Monte.

Fomos surpreendidos negativamente pela mídia, por um acidente fatal que ocorreu no canteiro de obra. Uma vida foi perdida lamentavelmente, um acidente, uma árvore que caiu sobre um operário que, segundo informações que colhemos, estava com todos os equipamentos previstos de proteção. Já com uma paralisação dos funcionários. E, antes mesmo, em Jirau e em Santo Antônio, outra paralisação.

Há algum tempo, a Presidenta Dilma com o Sini-con, o Sindicato Nacional de Construção, das grandes empresas de grandes obras de construção pesada, assinaram um termo de compromisso de terem não um tratamento diferenciado, mas assumirem um compromisso de, nas obras de porte, terem uma ação diferenciada com os funcionários.

E o que nós vimos lá em Belo Monte é que o consórcio construtor estava caminhando nesse sentido. Os alojamentos que nós vimos eram alojamentos para oito funcionários, mas apartamentos para quatro funcionários com ar-condicionado, ou seja, em condições bastante cômodas para aquele local afastado, com ar-condicionado. Mesmo assim, eles estavam reivindicando melhoria nas condições de trabalho e nós temos que acompanhar isso. Nós estamos atentos para fazer esse acompanhamento. Vão voltar lá, como V. Ex^a está propondo aqui, dia cinco e seis de julho, já previsto nesse seu plano de trabalho.

Quero submeter à discussão dos Srs. membros da subcomissão a proposta do Senador Delcídio, com essas alterações, primeiro, a prestação de V. Ex^a como Relator.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu acho, Senador Flexa, que os comentários de V. Ex^a são muito pertinentes. Com relação às condicionantes, já está subentendida a questão da saúde, mas nós vamos ressaltar isso na aprovação desse programa de atividade.

As outras sugestões de V. Ex^a eu acato sem nenhuma dificuldade, incluindo o representante da Anac na primeira audiência, na audiência a se realizar, porque V. Ex^a tem razão: a Anac é que tem noção dos voos que vão a Altamira. Na audiência pública do dia 12 de abril, nós colocaremos também o representante da Anac. Essas são as observações principais. Creio que agora entramos numa fase muito mais madura desta subcomissão, exatamente para discutir aqueles temas que vão ser fundamentais e importantes na implantação do projeto de Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Estou vendo aqui no *Estadão* de hoje a notícia *Termina a paralisação em obras de Belo Monte*. Os trabalhos foram retomados lá em Belo Monte. Já é uma boa notícia que foi suspensa a paralisação.

Em discussão a proposta do nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, do plano de trabalho para a subcomissão de Acompanhamento de Implantação das Obras de Belo Monte.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nenhum item da pauta na reunião de hoje, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012, ÀS 10H, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às onze horas e onze minutos do dia dezoito de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **DELCÍDIO DO AMARAL**, **SÉRGIO SOUZA**, **FLEXA RIBEIRO** e **IVO CASSOL**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA**, **RODRIGO ROLLEMBERG**, **VALDIR RAUPP** e **BLAIRO MAGGI**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada a acompanhar o cumprimento das condicionantes impostas pelo Ibama por ocasião da emissão da Licença Prévia, de acordo com o Item 4 do Plano de Trabalho, desta Subcomissão, aprovado em 04.04.2012. Participaram como convidados os senhores: Johaness Eck – Coordenador do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingú; Erivando Amaral – Prefeito da Cidade de Vitória do Xingu – PA; Antônio Carlos Bortoli – Secretário de Planejamento, da Cidade de Altamira – PA; Thomaz Miazaki de Toledo – Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica (CGENE), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Manoel Maria Mendes Campos – Gerente de Operações e Superintendente Regional do Norte, em exercício, da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO; Rodrigo Flório Moser – Gerente de Operações Aeronáuticas e Aeroportuárias, da Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária, de Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Antônio Raimundo Coimbra – Diretor Socioambiental do Consórcio Norte Energia e Rui Amorim Reis – Gestor da Obra de Recuperação de Pousio da SBHT – INFRAERO. O Presidente pede o registro da presença da Senhora Zelma Luzia da Silva Costa – Secretária de Meio Ambiente de Altamira – (PA). Usam da palavra os Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO** e **DELCÍDIO DO AMARAL**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas

e dezesseis minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se a audiência pública com o objetivo de acompanhar o cumprimento das condicionantes impostas pelo IBAMA por ocasião da emissão da Licença Prévia, de acordo com o item 4 do Plano de Trabalho desta Subcomissão, aprovado em 04/04/2012.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à Mesa: Dr. Johaness Eck, Coordenador do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu; Exmº Sr. Erivando Amaral, Prefeito da cidade de Vitória do Xingu, no Pará; Secretário de Planejamento da cidade de Altamira, representando a Prefeita de Altamira, Odileida Sampaio; Sr. Thomaz Miazaki de Toledo, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica (CGENE) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Sr. Manoel Maria Mendes Campos, Gerente de Operações e Superintendente Regional do Norte em exercício da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); Sr. Antônio Raimundo Coimbra, Diretor Socioambiental do Consórcio Norte Energia; Sr. Rodrigo Flório Moser, Gerente de Operações Aeronáuticas e Aeroportuárias da ANAC.

Antes de iniciarmos a nossa audiência, informo ainda que se encontram presentes no plenário desta reunião a Srª Zelma Luzia Silva da Costa, Secretária de Meio Ambiente da cidade de Altamira, e o Sr. Rui Amorim Reis, gestor da obra de recuperação da pista de pouso da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO).

Para esta reunião, conforme dissemos no Plano de Trabalho apresentado pelo nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, encaminhamos aos nossos convidados as seguintes perguntas, que serão respondidas durante a audiência de hoje, o que não impede que

novas perguntas possam ser feitas pelos Senadores e pelo Relator da Subcomissão.

1) O processo de licenciamento ambiental no Brasil prevê a imposição de condicionantes para a emissão da Licença Prévia (LP) de um empreendimento. Nesse caso, deve existir, necessariamente, uma relação de causa e efeito que caracterize os impactos sobre o ambiente como efetivamente relacionado com as obras? As quarenta condicionantes impostas pelo IBAMA para emissão da LP de Belo Monte evidenciam uma relação direta com os impactos do projeto? Ou o empreendimento tem que cumprir obrigações que, a rigor, não deveriam ser de responsabilidade da concessionária?

2) O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) encaminhou ao Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS) denúncias do aumento da violência na região como resultante da construção de Belo Monte. Qual a relação entre o aumento da violência – no meio urbano e no meio rural – e a construção de Belo Monte?

3) No final de 2011, o Ministério Público Federal (MPF) no Pará ajuizou Ação Civil Pública pedindo, novamente, a suspensão das obras em face de “arbitrariedades e ilegalidades” cometidas pelo consórcio Norte Energia contra agricultores da região da Transamazônica. Para o MPF-PA, as obras não devem prosseguir sem que seja elaborado um cadastro socioeconômico da população atingida. Segundo o órgão, os que serão atingidos não sabem quando terão que deixar suas casas, nem quais os critérios que serão utilizados para a indenização e nem, tampouco, para onde serão removidos. O MPF-PA afirma que Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) se recusa a fazer a regularização fundiária na região afetada, conforme estava previsto no programa Terra Legal. O MDA teria informado que, já que essa região será alagada, não implantaria lá o programa. Qual a situação atual do programa de remoção de habitantes das áreas definidas pelos estudos ambientais?

4) Como estão se desenvolvendo as obras de recuperação da pista de pousos e decolagens do aeroporto de Altamira? Qual o prazo de execução da obra? Qual a previsão do aumento da frequência de vôos e da entrada de novas companhias aéreas na região? No período chuvoso da região as obras serão suspensas? Quais as opções para o cumprimento da escala de “baixas” dos trabalhadores das obras da usina, em caso de atraso no cronograma da recuperação do aeroporto?

5) Especificamente quanto à questão das escolas nas regiões de influência do empreendimento, têm havido reclamações de pais e mestres com relação às condições atuais. Qual é a situação no momento?

6) Em relação às questões associadas à saúde, qual é a situação atual do cumprimento das condicionantes?

Esses foram os questionamentos sugeridos e aprovados por ocasião do plano de trabalho apresentado pelo nosso relator da Subcomissão, Senador Delcídio do Amaral e que foram encaminhados aos nossos convidados.

Passo a palavra aos nossos convidados, para que possam, na sua exposição, se reportar a essas perguntas e, ao final, vamos ouvir os Senadores que, se tiverem outros questionamentos, poderão fazê-los.

Começarei com o Dr. Johaness Eck, Coordenador do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, PDS do Xingu, que responderá aos questionamentos naquilo que couber à sua gestão e, depois, os demais convidados. Ao final, faremos as indagações que acharmos necessárias para complementação.

Dr. Johaness, V. S^a terá os dez minutos, prorrogáveis por mais cinco para responder às questões que lhe foram encaminhadas.

O SR. JOHANESS ECK – Muito obrigado.

Cumprimento o Senador Flexa Ribeiro, Senador Delcídio do Amaral e todos os presentes na mesa e no auditório.

Em primeiro lugar, faço um esclarecimento. Por ocasião do convite a participar desta Subcomissão, pediram-nos que encaminhássemos toda documentação relativa ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu inclusive informações sobre o cumprimento dessas medidas previstas.

Gostaria de esclarecer que não trouxemos hoje ainda essas informações todas, mas, como estamos em pleno processo de digitalização dessa documentação, acredito que, nos próximos dias, nós encaminharemos à Subcomissão.

Sobre as questões, vou diretamente ao item 2, já que o item 1 se refere basicamente a licenciamento ambiental.

Realmente, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana encaminhou ao Comitê denúncias relativas, segundo eles, ao descumprimento de direitos humanos na região.

Quero esclarecer que, então, recebemos, dia 4 deste mês, o Ofício nº 142, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, onde realmente é destacada pelos autores do relatório uma série de fatos que eles apontam como eventualmente, na opinião deles, descumprimento de direitos humanos, alguns deles relativos ao âmbito de competência de outros poderes do Estado, justiça sobre a qual não temos interferência.

Ao Comitê foi recomendada a constituição, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União e da Defensoria Pública de uma auditoria externa independente no cumprimento das condicionantes. Essa foi objetivamente a recomendação que o relatório faz ao Comitê Gestor. Evidentemente, como nós recebemos essa recomendação após nossa última reunião, ela será objeto da avaliação da reunião do Comitê na próxima semana. Mas eu queria aqui destacar que o Comitê já fez uma decisão, logo nos primeiros dias de seu funcionamento, no sentido de constituir o que na nossa organização chamamos de câmara técnica, justamente para acompanhar o cumprimento das condicionantes do processo de licenciamento ambiental. Essa câmara funciona desde o início, desde quando constituímos as primeiras câmaras, e até para ajudar e abrindo outro espaço de conhecimento que nós gostaríamos de entender. Ela está trabalhando no sentido de verificar a efetividade do cumprimento das condicionantes, porque existem as condicionantes, o seu cumprimento é verificado pelo IBAMA e, no caso da nossa câmara técnica, se, mesmo sendo cumpridas as condicionantes, ela efetivamente colaborou com a melhoria principalmente dos serviços públicos na região.

Sobre o relatório, é essa a informação. No caso, a recomendação do relatório vai um pouco diferente do que já estamos fazendo, mas, na verdade, a natureza do trabalho é a mesma.

Sobre a questão do aumento da violência e como as grandes obras influenciam sobre isso, evidentemente que temos e até por isso foram criadas condicionantes no processo de licenciamento para que houvesse um reforço, e já houve, para o aparato de segurança pública na região, para que se dê conta disso.

No âmbito do trabalho do comitê, o que estamos fazendo é que a câmara técnica de inclusão social e cidadania está olhando as políticas relativas à educação e segurança pública para avaliar isso. Ou seja, isso teria que pegar, e vai ser colocado, pegar os dados reais, o aparato de segurança pública que foi reforçado e vamos, com as informações recentes disso, estabelecer realmente essas relações de causa e efeito entre o aumento de violência e a construção de Belo Monte. Mas gostaríamos de deixar claro que o trabalho tem que ser feito em cima de dados concretos e reais que não estão apontados no relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Então, queremos trabalhar sim, temos uma organização para trabalhar essas informações, mas queremos pegar as informações objetivamente do aparato de segurança pública já instalado na região.

Sobre a pergunta três, eu só queria fazer uma observação, no caso, relativamente à menção que se faz ao Programa Terra Legal. Esse é um programa talvez, desde o início do trabalho do Comitê Gestor, que tem tido maior interação entre o aparato de Estado, basicamente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Incra com todos os segmentos da sociedade. A Câmara de Ordenamento Territorial, desde o início, desde a elaboração do Plano foi dito que a regularização fundiária era uma questão importante. Então nós queremos dizer que essa questão, embora pareça aqui como uma crítica, ela está sendo absolutamente conversada e todos os segmentos da sociedade local estão acompanhando essa política.

No caso da questão número cinco, também, da parte que toca ao Comitê – o Comitê busca tratar um plano de desenvolvimento regional e um plano das políticas públicas, também regional, para as principais demandas, entre elas a educação, a saúde, a segurança pública – nós estamos construindo para além das exigências que são feitas no processo de licenciamento ambiental. Claro que alguns desses planos estão mais adiantados que outros, mas, no caso da educação, inclusive no Comitê, programamos para a semana que vem, antecedendo às reuniões do Comitê, um seminário “Um Brasil Novo” para tratar justamente da educação do ponto de vista regional. Então, temos esse seminário na semana que para dar consequência a esse foco que temos, que é para, além do licenciamento ambiental, termos uma orientação das políticas públicas de educação que sairão a partir desse seminário.

Da mesma forma, em relação à saúde, a questão número seis, que já desde o ano passado foi reivindicação da representação local no Comitê – a principal preocupação era a saúde. Então, além das condicionantes que são voltadas à saúde, o Comitê fez um investimento emergencial no começo deste ano que deve ser implantado em todos os Municípios, da ordem de R\$10 milhões, e nas duas reuniões passadas nós cuidamos da criação e instituição da nossa Câmara de Saúde, que agora vai partir para trabalhar a saúde do ponto de vista regional.

Eram essas as informações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Johaness Eck.

Passo a palavra agora ao Exmº Sr. Prefeito da cidade de Vitória do Xingu... *(Pausa.)*

Não chegou ainda. Ele havia confirmado presença, mas não conseguiu chegar.

Portanto, passo a palavra agora ao Dr. Antônio Carlos Bortoli, Secretário de Planejamento da cidade de Altamira.

V. Sª tem até 10 minutos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BORTOLI – Agradecendo a Deus este momento especial e em nome da Exmª Srª Prefeita Odileida Maria Sampaio, de Altamira, a quem tenho a hora, junto com ela e com a minha equipe e a equipe do secretário, servir ao povo de Altamira, eu qualifico esta reunião como extremamente especial, porque existem vários gargalos que penso que, com inteligência, possamos superar.

Quero começar a minha fala de trás para frente. Quero começar no gargalo maior que se chama saúde. Dentro do ponto de vista em que o empreendedor Norte Energia atendeu os nossos pedidos em reformar o Hospital São Rafael, de urgência e emergência, e também de fazer um hospital novo.

Obviamente nós chegamos a um ponto crucial. Se formos reformar o Hospital São Rafael, teremos que tirar todos os pacientes, porque hoje ele está, digamos, como uma caixa d'água saindo pelo ladrão, devido à demanda. Se começássemos a construir hoje o hospital, nós teríamos dois anos para ser construído e não teríamos a condição de atender imediatamente à saúde, e a saúde não pode esperar, tem de ser atendida.

Essa situação está levando a uma condição caótica, igual a Santo Antônio e Jirau, mas antes que chegue a isso, a Prefeita tomou a posição de solicitar, por meio da Norte Energia, o apoio e o pedido para as Forças Armadas instalarem imediatamente um hospital de campanha de média complexidade, para que a saúde possa ser atendida imediatamente.

Tenho um dado aqui com dois conceitos. Um conceito é o da produção de lixo. Matematicamente, chegou-se hoje a 148.530 habitantes, quando éramos, reconhecidos pelo IBGE, 99.075 em 2010. Tivemos um acréscimo de 49%.

Buscando outro conceito, o atendimento do São Rafael: em 2010, fizemos 326.361 atendimentos. Em 2012, nos dois primeiros meses: 62.600. Projetando isso, dá 375.600, um acréscimo de 15%. Sendo bastante ortodoxos, nós não colocamos quatro pessoas para cada paciente que está dentro do São Rafael, colocamos três. Isso, multiplicado, daria 44.843,17, mais 99.075, 143 mil habitantes.

Então, nós temos dois conceitos completamente diferentes e chegamos a um número relativamente igual.

Essa é uma condição que acho fundamental.

Voltando ao início, meu trabalho está mais voltado à colocação entre o governo municipal e a Norte Energia, suas condicionantes e as ações emergenciais. Pegando um gancho nas palavras do Dr. Johaness Eck, eu queria colocar uma análise para os senhores. Qual o município que tem uma condição técnica, um corpo técnico com um cabedal de analisar convênio,

analisar projetos e fiscalizar projetos? São três pontos fundamentais em que os municípios são como sem pai e sem mãe.

Então, se existe um secretário de planejamento hoje, vamos ser bastante humildes. Planejamento é uma palavra muito extensa, muito complexa, onde não temos, sequer... Eu trabalho com um engenheiro civil, com duas arquitetas, dois “cadistas”, duas secretárias e um controlador de convênio. Pode-se chamar isso de planejamento? É a primeira pergunta.

Então, dentro dessa complexidade, dentro dessa grandiosidade de Belo Monte, houve 40 anos para estudar a usina, 40 anos. E não sei quanto tempo houve do EIA, onde nunca quem levantou EIA perguntou ao governo municipal de então se estava certo ou se estava errado, se estava correto, o que queria, se mais ou menos.

Dentro desse parâmetro, nós tomamos por bem, nas audiências públicas de Belo Monte, fazer uma mitigação, em que foram registradas todas as nossas necessidades, nas audiências públicas... Quem assinou isso foi o Dr. Cardeal. Depois passamos para o Senhor Presidente Lula, e Eletronorte e Eletrobras. Então, dentro dessa perspectiva, não estamos vendo uma correlação, uma identidade com o PBA e tudo o mais.

Além disso, desde as primeiras tratativas com a Norte Energia – temos todos os ofícios protocolados –, nós dissemos da necessidade de ser dada ao Governo municipal uma consultoria ou várias consultorias – porque é complexo –, para que essa consultoria analisasse os projetos, analisasse a sua implantação, analisasse a sua viabilidade, analisasse sua utilidade.

Encerrando – porque se não eu iria estender muito –, eu quero chegar a um ponto fundamental, chamado “unidade de tratamento de resíduos sólidos”. Uma coisa que começamos com multa do IBAMA, trabalhamos sete anos para chegar numa posição em que a CPRM, primeiramente, que é um órgão federal, fez toda a análise e aprovou. O I Comar, Cindacta, INFRAERO, todos tiveram participação na aprovação final desse projeto chamado unidade de tratamento de resíduos sólidos, que está traduzido na 795 como “aterro sanitário”. E não se admite mais essa ideia, diante do que nós vimos em Barcelona, na Espanha, e diante do que nós vimos em Ribeirão Preto como tecnologia de ponta. Nós almoçamos dentro do dito aterro sanitário! Nenhuma mosca.

O terreno onde foi disponibilizado e aprovado está dentro do cone. Por que o I Comar e o Cindacta aprovaram? Porque ele tem uma tecnologia pela qual não haverá pássaros, urubus, e todo o tratamento industrial, hospitalar, das casas, da construção civil, abrindo todas as cadeias produtivas possíveis e emprego

e renda trarão, com absoluta certeza, uma tradução em saúde pública muito grande.

Então, queria deixar como ponto fundamental o hospital e o aterro sanitário.

E, fechando a minha fala, segurança é uma coisa muito importante, mas ela está na ponta, ela está como fruto. O problema de um grande empreendimento como este, analogamente à ideia do filósofo Arquimedes “dê-me um ponto de apoio e uma alavanca, e moverei o mundo”, é que seria necessário um estudo profundo das cadeias produtivas neste momento. Quanto à legalização das terras – e estamos correndo atrás –, já legalizamos, inclusive estamos prestes a legalizar a lego patrimonial. Nessa condição, seria o georreferenciamento, dentro dessa condição, dar um meio de conhecimento para o homem do campo, para o homem da periferia, e nós teríamos amanhã muito menos ilícitos do que temos hoje, porque um homem de bem, um homem profissionalizado não vai matar, nem fazer nenhum ilícito.

Então, a segurança é muito importante hoje, mas temos de pensar, dentro desse contexto importante de Belo Monte, em promover a cidadania por meio do conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Antônio Carlos Bortoli.

Passo a palavra agora, até dez minutos, ao Dr. Thomaz Miazaki de Toledo, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do IBAMA.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Bom dia.

Srs. Senadores, vou procurar ser muito objetivo em relação às questões encaminhadas no último dia 10 de abril, até em respeito ao tempo, que é curto, e também porque as questões são muito bem elaboradas.

Quero parabenizar a Sucomissão pela proposta de plano de trabalho, dedicada à discussão e avaliação de aspectos conceituais do licenciamento ambiental de hidrelétricas. Acredito que esta Casa tem relevantes contribuições a dar às normas que cuidam do licenciamento ambiental.

Quero justificar rapidamente a ausência da Diretora de Licenciamento Ambiental: ela está a caminho de Alagoas, para presidir audiência pública convocada pelo IBAMA no começo do mês de abril, para discussão do projeto do Estaleiro Eisa, naquele Estado, mas eu aqui estou para apresentar os esclarecimentos do IBAMA em relação às perguntas feitas.

Eu já queria, objetivamente, dizer que vou me abster de responder à questão nº 4, em relação aos aeroportos – inclusive aproveitando a presença aqui dos nossos colegas da INFRAERO, que vão ter informações mais precisas –, porque não é um assunto tra-

tado no licenciamento ambiental. Em relação à questão nº 1, vou me ater a um tempo um pouco maior, porque acredito que ela traz um pano de fundo conceitual que depois será rebatido para as questões relacionadas às obras sociais – portanto, as questões em relação à segurança pública, à educação e à saúde.

A questão nº 1 aborda qual a origem das condicionantes ambientais da licença prévia, em especial essa licença prévia do projeto de Belo Monte; se deve haver, necessariamente, uma relação de causa e efeito entre os impactos causados pelo projeto licenciado e as medidas definidas na licença prévia, as condicionantes definidas na licença prévia, e se o empreendimento deve cumprir obrigações que, em rigor, não deveriam ser de responsabilidade da concessionária.

Muito bem. O principal documento técnico do processo de licenciamento ambiental é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). O Estudo de Impacto Ambiental aborda basicamente três linhas temáticas: os impactos sobre o meio ambiente no aspecto físico, no aspecto biótico e no aspecto socioeconômico.

Essa questão se relaciona mais às avaliações pertinentes ao meio socioeconômico. Em relação a aspectos como qualidade da água, dispositivos de controle de poluição, estações de tratamento de esgoto, que são questões do meio físico, são realmente diretamente ligadas aos impactos causados pelo empreendimento – portanto, fogem um pouco do escopo dessa pergunta. E os aspectos relacionados aos impactos sobre o meio biótico – controle da quantidade de supressão de vegetação necessária para a implantação daquele empreendimento, avaliações sobre o impacto sobre a fauna, a flora, ecossistemas terrestres e aquáticos – também fogem um pouco. Acho que essa questão é mais relacionada às medidas sociais, às compensações sociais.

Pois bem, como eu vinha dizendo, o Estudo de Impacto Ambiental é a fonte das discussões técnicas dentro de um processo de licenciamento. É do Estudo de Impacto Ambiental que surgem as condicionantes que são definidas na licença prévia.

A questão aborda, com propriedade, que parte dessas condicionantes não dizem respeito exclusivamente a obrigações do empreendedor, do licenciado, mas tem uma interface muito grande com políticas públicas, principalmente na educação, saúde e em relação a esses serviços públicos, infraestrutura de serviços públicos. E o EIA/Rima desse projeto de Belo Monte, para quem não conhece, é um EIA/Rima bastante extenso, muito minucioso, um EIA/Rima de muita qualidade. Ele tem 36 volumes. É praticamente uma enciclopédia. Desses 36 volumes, existem quatro volumes, o Volume 6 e o Volume 9, e o Volume 21 e o

Volume 24, que apresentam o diagnóstico relacionado ao meio de socioeconomia. E, dentro desse diagnóstico, há um grande enfoque dado à infraestrutura das sedes urbanas em relação aos serviços de educação e saúde principalmente.

Então, a partir desse diagnóstico, um diagnóstico de que a região apresentava um déficit em relação à prestação desses serviços públicos, o capítulo de Proposição de Programas de Medidas Compensatórias desse EIA/Rima, que é o Volume 33, apresenta uma série de medidas. Entre essas medidas, existem ações de apoio à infraestrutura dos Municípios, para prestação desses serviços públicos. E aí, justamente, nós entramos nessa área de interface entre obrigações do empreendedor, que são obrigações em relação à pergunta feita, sim, obrigações que têm origem no impacto causado por aquele empreendimento, porém são ações que não dependem exclusivamente da implementação dos programas por parte da concessionária. Exigem uma interface, um trabalho árduo entre mais atores, envolvendo prefeituras, órgãos de Estado – no caso da saúde, Secretaria Estadual de Saúde – e também Secretaria de Segurança Pública.

Em relação à pergunta feita, sobre se as condicionantes têm relação direta com os impactos causados pelo projeto, a resposta é afirmativa, sim, conforme o diagnóstico apresentado no Estudo de Impacto Ambiental e as medidas propostas no Estudo de Impacto Ambiental.

De fato, há necessidade de uma maior regulamentação sobre quais as diretrizes para abordarmos questões sociais no âmbito do licenciamento ambiental. A legislação que temos hoje de licenciamento ambiental é a lei da Política Nacional de Meio Ambiente e duas resoluções do Conama. A Resolução nº 1, de 1986, aborda questões gerais para Estudos de Impacto Ambiental para todos os tipos de empreendimento. Acho que hidrelétricas são projetos que o País implementa em grande número, o Brasil tem uma *expertise* já em implementação desses projetos, sobre quais são os tipos de dificuldade para implementação desses projetos. Então, acredito que seria salutar uma regulamentação específica em relação a como o EIA/Rima deve abordar essas questões sociais relacionadas a projetos hidrelétricos. Essa realmente é uma dificuldade que temos na avaliação dos projetos. É preciso de uma referência ao Estudo de Impacto Ambiental. Hoje estamos muito calçados no que é apresentado pelo empreendedor no Estudo de Impacto Ambiental.

A questão nº 2 diz respeito a uma demanda específica relacionada à defesa e proteção de direitos humanos. Obviamente, é uma questão tratada por ações de Estado, pelo sistema de proteção de direitos

humanos, e não caberia aí, no licenciamento ambiental, o IBAMA exigir ações específicas relacionadas à Norte Energia para essa questão. E aqui o Dr. Johannes já apresentou a forma como o PDRS vem tratando essa questão.

A questão também pergunta qual a relação entre o aumento da violência e a construção de Belo Monte. Há um impacto indireto que advém do fluxo populacional que se direciona para aquela região, mas, obviamente, o impacto não pode ser somente imputado ao projeto de Belo Monte. Existem diversos outros fatores que podem estar influenciando um aumento de violência na região. Assim como a contribuição do projeto de Belo Monte para essa questão é indireta, a solução do licenciamento ambiental também não é uma solução que exige um cronograma de ações implementadas diretamente pela Norte Energia, pelo novo concessionário, em relação a essa questão.

Foi solicitado apoio à infraestrutura de serviços públicos e, no âmbito da emissão da licença de instalação, a Norte Energia celebrou um convênio junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, para apoio logístico, prevendo, inclusive, repasse de recursos, se não me engano, no montante de R\$100 milhões, direcionados para a região de implantação do empreendimento, para implementação, se não me engano, no cenário de dois anos.

Para saúde e educação, da mesma forma, o licenciamento de instalação solicitou a celebração de termos de compromisso entre o empreendedor e as prefeituras da área de influência direta. São cinco Municípios: Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu. Foram celebrados convênios, os quais definem quais seriam as ações a serem implementadas, e cronograma para implementação dessas ações, disponibilização, por parte do concessionário, de estruturas para, basicamente, os serviços de educação – escolas e salas de aula –, e de saúde, sobretudo, Unidades Básicas de Saúde, as UBSs. Também há previsão de reforma e construção de hospitais em Altamira, conforme abordado pelo Secretário de Planejamento de Altamira.

O IBAMA esteve na região, em final de janeiro e começo de fevereiro, para fazer uma vistoria específica em relação ao andamento dessas obras de educação, principalmente na cidade de Altamira, onde, neste momento, o afluxo populacional tem se concentrado. A expectativa dos estudos é que o afluxo populacional para a sede do Município de Vitória do Xingu seja maior no momento da construção dos alojamentos, da vila de trabalhadores, que está prevista para aquele Município, que ainda não se iniciou. Então, não tem

ainda esse aumento de demanda tão significativo quanto em Altamira.

Em Altamira, visualizamos um pequeno atraso. Entramos em contato com a Norte Energia no segundo semestre do ano passado, para avaliar as ações de implementação dos termos de compromisso, e visualizamos uma dificuldade, por parte do concessionário, em obter as etapas necessárias de aprovação do projeto, definição de terrenos, de forma que as obras pudessem deslanchar. A Norte Energia definiu um plano emergencial para disponibilização de cinquenta salas de aula. Estivemos na vistoria, em fevereiro, de cada uma dessas salas de aula e verificamos que são salas de aula de bastante qualidade que estão sendo entregues ao Município de Altamira, para o ano letivo de 2012.

Em relação à saúde, O estágio de entrega dessas Unidades Básicas de Saúde, conforme os termos de compromisso está caminhando bastante, também numa fase inicial, após a emissão da licença de instalação, que é do dia 1º de junho de 2011. O início foi um pouco complicado. Avaliamos que houve alguns atrasos, no início da execução das obras. Mas, numa vistoria recente, de março de 2012, o IBAMA pôde vistoriar algumas dessas unidades, que já estão prontas para entrega. Então, o panorama das obras de educação e saúde atual é esse. Eu coloco à disposição. Podemos encaminhar à subcomissão os relatórios de vistorias registrados em relação a essas atividades as quais me referi.

Por último, ficou apenas a questão 3: qual a situação atual do programa de remoção de habitantes das áreas definidas por estudos ambientais?

O meu tempo já se esgotou. Mas, rapidamente, um esclarecimento: esse cronograma é feito de acordo com as frentes de obras e já foi concluído para abertura de acessos e para os canteiros, que já foram instalados. Mas, claro que, para as áreas onde se localizarão as estruturas, como o próprio barramento ou alguns canais, e onde se localizará o reservatório, portanto, na área de inundação, esse cronograma será executado ainda ao longo da obra.

Fico à disposição para os demais questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Thomaz Miazaki de Toledo.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Manoel Maria Mendes Campos, Gerente de Operações e Superintendente Regional do Norte, em exercício, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, por até dez minutos.

O SR. MANOEL MARIA MENDES CAMPOS

– Senhoras e senhores, bom dia. Em primeiro lugar, agradeço a esta Casa a oportunidade que a INFRAERO está tendo de expor a sua interface dentro do sistema de aviação civil. Quero dizer também que o sistema de aviação civil, na realidade, é um sistema de que a INFRAERO participa, principalmente, na parte de navegação aérea e na parte de infraestrutura aeroportuária. Nesse contexto, Altamira é um dos aeroportos que está sob jurisdição da nossa regional. A INFRAERO tem, em âmbito de Brasil, nove regionais, uma delas, a Norte, onde Altamira está dentro do contexto.

Claro que, para atender este momento pontual, alguns requisitos de informações foram a nós demandados e, dentro desse contexto, como está o desenvolvimento da sobras de recuperação da pista de pouso e decolagem do aeroporto de Altamira. Claro que Altamira se insere, principalmente, nos aspectos operacionais. A INFRAERO, pela sua própria responsabilidade de prover a infraestrutura aeroportuária, tem necessidade de trazer melhorias para a pista de táxi e para a pista de pouso e decolagem, que é onde o avião desce e decola – só para um entendimento mais abrangente. Temos a pista de táxi, que é a integração entre a pista de pouso e decolagem e o pátio de estacionamento de aeronaves. Tem também, nesse contexto, o pátio de aeronaves e o terminal de passageiros. Então, especificamente, sobre o desenvolvimento, o andamento da obra da pista, trouxemos o Engenheiro Rui Amorim, que é quem vai, realmente, nos passar algumas informações nesse contexto.

Trouxemos uma apresentação, para ficar até um pouco melhor o entendimento melhor de como estão as ações e desenvolvimento essa obra.

Dentro do contexto geral, do contexto operacional do aeroporto, temos algumas interfaces. Que interfaces são essas?

Na parte de navegação aérea, o aeroporto de Altamira tem, hoje, a parte de auxílios à navegação. Então, hoje contamos com o serviço de informação de voo, temos também o VHF, NDB, farol, VASI, balizamento. Todos esses sistemas estão atendendo plenamente a demanda do aeroporto.

No planejamento da INFRAERO, trabalhamos muito com a questão de demanda de aeronaves e passageiros. A infraestrutura tem que estar acompanhando essa evolução e atendendo essa necessidade. Para se ter uma ideia mais abrangente, no ano de 2011 processamos, em Altamira, em torno de 104.700 movimentos de passageiros. Isso nos deu um acréscimo de 28% em relação ao movimento de 2010. Tivemos também em torno de 7.180 movimentos de aeronaves.

Isso também representa um crescimento de 3.97% do que foi a demanda de 2010.

Em termos de infraestrutura de terminal, a INFRAERO está planejada para, em 2013, implantar os módulos operacionais, porque em Altamira temos um planejamento para um novo terminal de passageiros, que deverá ser instalado a partir de 2016. Mas sabemos que nossa infraestrutura lá precisa de melhorias e isso é reconhecido pela INFRAERO.

No planejamento da empresa, nós pretendemos fazer a ampliação das salas embarque e desembarque, fazer uma adequação do saguão do terminal e, assim, oferecer melhor condição para o usuário do transporte aéreo em termos de infraestrutura de terminal.

Hoje, o nosso pátio, dentro do movimento que se apresenta em Altamira, está atendendo a parte de aeronaves, na questão do posicionamento das aeronaves. Dentro dessa melhoria que está sendo trazida, com as obras da pista, está inserido todo o contexto operacional, que é a pista de pouso e decolagem, a pista de táxi, que integra o pátio à pista principal, e a própria melhoria da infraestrutura do pátio de aeronaves.

No que se refere às informações que nos foram colocadas, as duas primeiras perguntas o engenheiro Rui vai apresentar para os senhores.

Também foi perguntado aqui: “Qual a previsão do aumento da frequência de voos e da entrada de novas companhias aéreas na região?”

Como eu disse, no início, o trabalho da INFRAERO é sistêmico. A INFRAERO participa de um sistema de aviação civil. Nesse contexto, não temos como fazer nenhuma previsão de aumento, porque isso vai do interesse das empresas aéreas e também está ligado intimamente àquilo que o aeroporto dispõe de infraestrutura e, principalmente, de demanda de passageiros.

Então, quanto a essa pergunta, não temos uma ligação direta, um posicionamento mais direto para colocar porque foge à nossa competência.

Pergunta-se: “No período chuvoso da região as obras serão suspensas?” Isso também está no contexto da apresentação do Engenheiro Rui.

“Quais as opções para o cumprimento da escala de “baixas” dos trabalhadores das obras da usina, em caso de atraso no cronograma da recuperação do aeroporto?”

Podemos afirmar que, dentro do planejamento que a INFRAERO fez para a melhoria da infraestrutura de pista, táxi e pátio, o cronograma da obra está sendo cumprido. A obra parou no final de dezembro, em função do período chuvoso. Não combina, na realidade, o serviço de pavimentação com as chuvas. Nesse contexto, a obra será retomada agora, no dia 1º de junho. Então, está havendo a mobilização, a par-

tir de maio, da empresa contratada. A partir de junho, retomaremos a obra, dentro do planejamento que foi realmente feito para essa melhoria.

Dentro do que temos aí, eu chamaria o Engenheiro Rui, para que ele possa, então, fazer a apresentação sobre o andamento e como está planejada a obra de Altamira.

O SR. RUI AMORIM REIS – Bom dia a todos.

Vou me ater a respostas.

O Senador Flexa Ribeiro foi meu professor. Fui seu aluno de 1974, da Escola de Engenharia de Belém.

Quanto ao desenvolvimento dessas obras, o que acontecia com essa pista? Ela hoje tem 38 metros de largura, mas sua capacidade de suporte é de 22. A questão estrutural da pista é muito boa, mas o revestimento dela está nos causando problema. Então, hoje estamos fazendo um reforço nessa pista e estamos mudando sua geometria, para que ela tenha capacidade de suporte em sua largura e, também, estamos criando dois acostamentos de quatro metros.

Então, devemos continuar com 38 metros, sendo que, agora, serão 30 metros, com capacidade de suporte e dois acostamentos de quatro metros, além da criação de um novo balizamento noturno.

Essas obras foram contratadas e iniciadas em outubro de 2011. Tivemos de paralisá-las no final de dezembro, em função das chuvas, e vamos reiniciá-las em primeiro de junho.

Então, quanto a como estamos desenvolvendo as obras, de outubro a dezembro, vou apresentar algumas fotos e vocês irão ver.

O prazo de execução da obra é de 480 dias. Já utilizamos 120 e vamos paralisar por 120 e teremos 240, para encerrar. Então, a previsão de encerramento é janeiro de 2013. Poderá surgir a seguinte pergunta: por que esse prazo tão grande? É que a pista não pode ser paralisada. As operações das aeronaves não podem ser paralisadas durante a execução. Então, trabalharemos provavelmente por oito horas, de oito da manhã às 16 horas, e teremos de liberar essa pista todos os dias. Então, não podemos dispor dessa pista por 24 horas. Então, a probabilidade é de ela ser acabada em janeiro de 2013.

No período chuvoso, Senadores, houve essa paralisação. Estamos paralisados agora, e vamos começar no dia primeiro de junho.

Agora, gostaria de passar alguns *slides*.

Esta era a situação que tínhamos nas laterais da pista, sendo que o lado mais claro são os 22 metros, em que hoje temos capacidade de suporte. Nas laterais, não há, vocês podem verificar nas fotos.

O próximo, por favor.

Neste, temos as obras nas laterais da pista. O que é isso? Há um reforço, primeiro, vem uma camada em concreto betuminoso, uma camada de reforço e, depois, fazemos uma capa em cima disso.

Pode passar, por favor.

Esta é a lateral da pista, também.

Esta é a pista de táxi. Já recuperamos este trecho, mas faremos um reforço e um recapeamento.

Pode passar.

Esta é a pista de táxi, a execução das obras de recuperação da pista de táxi.

Aqui temos a pista de pouso. Recuperamos alguns trechos em que havia deterioração do revestimento.

Pode passar, por favor.

Aqui, temos a execução e, aqui, ela já regularizada. Este é o estágio atual da obra.

Há uma foto em que podemos visualizar essa situação.

Pode passar, por favor.

Vou falar sobre o prazo de execução que, como eu disse, se iniciou em outubro de 2011 e termina em janeiro de 2013. Aqui temos a empresa contratada e o valor contratado.

No período chuvoso, paramos realmente. Neste, temos uma ideia do que foi feito. A cabeceira 07, está aqui. A 25 já está pronta, são 500 metros prontos e as duas laterais da pista também. E eu espero que, com isso, tenha respondido ao questionamento nos feito.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Manoel Maria Mendes Campos e Dr. Rui, da INFRAERO.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Rodrigo Flório Moser, gerente de operações aeronáuticas aeroportuárias da Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, por até dez minutos.

O SR. RODRIGO FLÓRIO MOSER – Muito bom dia a todos. Gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Exmº Sr. Senador Flexa Ribeiro, presidente da Subcomissão, Senador Dalcídio do Amaral, relator, Exmºs Srs. Senadores, ilustres convidados, Senhoras e Senhores, agradeço a esta oportunidade e a este convite à ANAC para participar desta audiência pública e discutir um assunto de interesse público tão relevante para a sociedade brasileira. Quero, também, dizer que a ANAC está sempre à disposição do Congresso Nacional para participar de eventos semelhantes.

Inicialmente, gostaria de passar algumas informações a respeito do aeroporto. Muitas delas já foram colocadas pelos colegas da INFRAERO, por isso vou poupá-los e não repetirei essas informações.

Em relação à movimentação do aeroporto e à facilitação do transporte aéreo desse aeroporto. Bem,

como foi observado, é um aeroporto que já movimentou, no ano passado, aproximadamente 104 mil passageiros. Segundo a categorização para cobrança de tarifas aeroportuária, é um aeroporto categoria II, e a tarifa de embarque dele é de R\$16,95. Ou seja, isso nos leva a observar que é um aeroporto dotado de boas instalações, boas facilidades e equipamentos oferecidos aos passageiros e às empresas aéreas.

Em relação às frequências de voos, vou me ater à questão 4, que foi colocada na pauta desta reunião. O aeroporto conta hoje com 61 frequências, sendo que operam as empresas aéreas Sete e Trip. A Sete tem ligações com os Municípios de Marabá e Belém, e a Trip Linhas Aéreas, com Belém e Santarém.

Quanto à infraestrutura aeroportuária e à questão do planejamento. O aeroporto de Altamira sofre um processo que muitos outros aeroportos regionais brasileiros também sofrem, que é o planejamento para um determinado tipo de aeronave que ficou obsoleta. Temos conhecimento de que a INFRAERO tem trabalhado e, como foi mostrado, já está executando obras no sentido de adequar a infraestrutura para aeronaves de maior porte, que são mais exigentes. Sabemos que boa parte dos aeroportos regionais foram planejados para operar a aeronave Bandeirante da Embraer.

Historicamente, temos visto que as empresas aéreas, desde a década de 60, 70, têm apostado em aeronaves de maior porte, mesmo para voos dentro do País, até voos regionais, aeronaves do porte do Boeing 737 e do porte do Airbus A319 e A320.

No entanto, recentemente, temos observado uma mudança nesse cenário. Eu digo uma mudança em larga escala, porque, no passado, já houve tentativas de introduzir aeronaves menores novamente no transporte aéreo regional. No entanto, temos observado somente recentemente, com a Trip Linhas Aéreas, que tem operado aeronaves ATR 42 e 72 e, até diga-se de passagem, com a nova frota que está sendo adquirida, vai passar a ser o maior operador do mundo desse tipo de aeronave, que é uma aeronave bastante adequada para o transporte aéreo regional, e também aeronaves da Embraer, o E-175 e 190, e também a Azul, que já operava as aeronaves da Embraer, o 190 e o 195, e já há algum tempo passou a operar o ATR 72, realmente vislumbrando essa possibilidade de explorar melhor os mercados menores, os mercados regionais.

Para isso, gradativamente, a infraestrutura aeroportuária tem que ser adequada para as aeronaves maiores. Então, como apresentado pelos colegas da INFRAERO, está sendo feito o reforço estrutural no pavimento da pista para possibilitar essas aeronaves mais exigentes.

Outro ponto que não foi colocado, mas que também já está em tratativas até com a ANAC é a adequação dos serviços de combate a incêndio, que é muito importante para a operacionalidade do aeroporto, para a segurança operacional. Então, já sabemos que a INFRAERO, nessa vontade de que operem aeronaves maiores, de preparar o aeroporto para aeronaves maiores, já está em tratativas para adequação do serviço de combate a incêndio, com aquisição de novos carros de combate a incêndio, aumentando, assim, a categoria do aeroporto. Eventualmente, no futuro, caso isso se concretize, também aumento do pátio de aeronaves, que vai se tornar necessário, e aumento do próprio terminal de passageiros.

Quanto a questões de segurança da aviação civil, digo relacionadas à segurança operacional, o *safety*, foi constatado no passado um problema de desagregação no pavimento, inclusive tem um aviso para os aeronavegantes nesse sentido, para operação com cautela devido à desagregação do pavimento, que percebemos que a INFRAERO já está se movimentando no sentido de corrigir isso, como foi apresentado, com essas obras de reforço do pavimento e recapeamento da pista.

E também, como falei, já está sendo providenciado o aumento da capacidade de resposta a emergência no aeroporto com aquisição de novos carros contra incêndio. Quanto à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita ou *security* é outro ponto que precisa ser pensado, planejado, com vistas ao atendimento de aeronaves de maior porte. Então, a INFRAERO precisa adequar esse pessoal de segurança com treinamento para que possa operar aeronaves mais exigentes. Também temos conhecimento de que um dos gargalos para essa ampliação é o próprio terminal de passageiros, que precisaria ter mais espaço para essas atividades. Hoje, pela informação que nós temos, até está dando conta dessa demanda, mas tudo isso que estou dizendo é com vistas à ampliação do movimento de aeronaves e de passageiros naquele aeroporto.

Em relação à pergunta que foi feita quanto à possibilidade ou solicitação de novas empresas a operarem no aeroporto, nós temos registro de que a Sete Linhas Aéreas solicitou novos voos no aeroporto, mas, por uma infelicidade até, eu diria, não foi possível aprovar essas solicitações de voo devido a restrições em outros aeroportos que fariam parte desse horário de transporte aéreo. Ou seja, as aeronaves operam numa malha, numa determinada malha, e, normalmente, para operar em localidades com menor demanda, para viabilizar essa operação, é preciso fazer uma sequência de aeroportos onde se vai operar, com escalas, para dar rentabilidade para essa operação. Como nesse

pedido de solicitação havia outros aeroportos na malha previstos pela empresa aérea que não atendiam condições mínimas para operação da aeronave solicitada, tivemos que negar essa aprovação de voo. Mas também é algo para o qual nós vemos uma solução já no curto prazo, porque um desses aeroportos já está se adequando e aí vai ser possível a aprovação desse voo, se houver interesse nesse voo, se houver interesse novamente pela empresa aérea. Espero ter respondido às principais questões. Caso contrário, coloco-me à disposição para questionamentos adicionais que se fizerem necessários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Flório Moser. Depois, o Senador Flexa Ribeiro vai fazer alguns comentários sobre o aeroporto de Altamira, porque ele é de lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a conhece também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E eu o conheço bem também. Temos muitas divergências com relação a essa avaliação favorável de V. S^a com relação ao aeroporto de Altamira. Pelo menos, na nossa leitura, é um aeroporto que deixa muito a desejar.

Passo a palavra agora ao último convidado inscrito, registrando, Senador Flexa Ribeiro, que o Prefeito Erivando Amaral disse que estaria em trânsito para cá. Ele confirmou aqui com a assessoria da Subcomissão que ele estaria vindo, mas, em princípio, o último convidado a falar é o nosso querido Coimbra, Diretor da Norte Energia.

Queria devolver, Senador Flexa Ribeiro, o comando da Subcomissão a V. Ex^a, que é o comandante desta, e pedir desculpas, porque estamos aprovando agora, na Comissão de Assuntos Econômicos, um empréstimo para Pernambuco, para ver se o aprovamos em Plenário hoje ainda.

Então, vou ter de retirar-me para abrir a sessão da CAE, que eu espero não ser tão conturbada quanto ontem.

Peço as devidas desculpas. Amanhã, evidentemente, vamos procurar a consultoria do Senado – e com V. Ex^a – e conversar um pouco em função daquilo tudo que ouvimos.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, legítimo Presidente da Subcomissão de Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, e quero registrar a presença do Dr. João Pimentel, Diretor de Relações Institucionais da Norte Energia.

Seja bem-vindo, Dr. Pimentel.

Passo a palavra ao Dr. Antônio Coimbra, ex-Diretor Socioambiental da Norte Energia. Não é preciso dizer, Dr. Coimbra, que V. S^a também foi meu aluno na escola de engenharia lá da UFPA. Fui professor precocemente.

O SR. ANTÔNIO RAIMUNDO COIMBRA – Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Subcomissão de Belo Monte, boa tarde, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa e os aqui presentes.

Gostaria de, Senador, antes de prestar alguns esclarecimentos de perguntas que não estão relacionadas diretamente à Norte Energia e que isso não fosse computado no tempo que me destinado. Gostaria de fazer uma manifestação sobre dois itens até. Quero complementar o Item III que foi respondido pelo representante da Casa Civil, e o Item II, que se trata do aumento de violência nos meios urbano e rural na região de Belo Monte.

O Item III diz que o Ministério Público Federal ajuizou uma ação pública pedindo a suspensão das obras de Belo Monte, em face de arbitrariedades que estariam sendo cometidas contra agricultores da Transamazônica. O MPF julgou que as obras não deviam ser iniciadas, sem que fosse elaborado um cadastro socioeconômico da população atingida.

Outra informação que também surgiu, bastante importante, que gostaria de informar, é que o MDA estava recusando-se a fazer a regularização fundiária na região que seria alagada pelo reservatório.

Bem, o que ocorre é o seguinte: o cadastro socioeconômico da população é feito, na medida em que vamos avançando com o empreendimento. Então, o referido cadastro, na zona rural, somente será concluído no início de 2013, e as terras, cujo proprietário detém a posse, mas não a posse legal, ou seja, ele detém a posse, mas ele não tem um documento que lhe dá a propriedade sobre aquela terra. Então, isso é transparente para a Norte Energia. Esta, quando vai indenizá-lo, ela paga a terra como se proprietário ele o fosse.

Então, na realidade, esclarecendo essa questão, a Norte Energia paga a terra nua, como se ele fosse proprietário e, depois buscará a regularização no Terra Legal, que é uma Secretaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Então, parece-me que o Ministério Público cometeu um erro de avaliação nessa ação, e o cadastro socioeconômico está em andamento. Com relação ao cadastro socioeconômico da zona urbana, que é o que a população mais demanda hoje, ou seja, aqueles que moram às margens dos igarapés – que são os que eu vou mostrar aqui – querem encontrar um novo local de moradia, querem saber para onde vão.

Esse cadastro está sendo concluído. Com isso, teremos o número de pessoas que deverão ser removidas e, com o número de pessoas que serão removidas, poderemos ter o número de área que é necessária. Entretanto, sabemos – e a população inteira de Altamira sabe – que as áreas disponíveis estão localizadas próximas às regiões dos três igarapés. Assim, na avaliação da Norte Energia, essa questão do Ministério Público não procede por conta disso.

Com relação ao aumento de violência no meio urbano e no meio rural, devido à construção de Belo Monte, a posição que a Norte Energia coloca é a seguinte: ela firmou um convênio com o Governo do Estado do Pará, no valor de R\$100 milhões, para reforço da segurança na região, além do que existe um programa de monitoramento de indicadores socioeconômicos que faz parte do Projeto Básico Ambiental, e esse Programa, sim, é que poderá indicar o que até o momento não ocorreu – aumento de violência.

Então, queria só prestar um esclarecimento, antes de entrar nas questões nºs 01, 05 e 06, que vou procurar ser breve, dado o adiantado da hora. Esses esclarecimentos, Senador Flexa Ribeiro, eram necessários, porque tinha algumas informações adicionais, complementares às do Dr. Johaness Eck.

Por favor, a próxima transparência.

Vou tentar ser breve nessa apresentação. Vamos falar a respeito da primeira questão, que diz respeito a ações antecipatórias.

A próxima.

O Dr. Thomaz Miazaki já colocou muito bem essa questão das ações antecipatórias. A licença prévia emitida pelo IBAMA previu a realização de dois conjuntos de ações. Um deles envolvia a execução de obras e de ações junto aos poderes municipais, de modo a suprir a ausência do Estado. Ou seja, tínhamos uma deficiência da presença do Estado lá. Consequentemente, tínhamos índices negativos, por exemplo, com relação à matrícula. Ela não era atendida 100%. Tínhamos a questão de regularização fundiária, de moradia, de educação, de saúde, de infraestrutura, enfim, a licença que o IBAMA nos deu previa que o concessionário viesse a executar ações que não são necessariamente da sua responsabilidade, mas que, conforme o Dr. Thomaz e também o Dr. Antônio Carlos citaram até o volume, essas ações estavam previstas no EIA, não necessariamente para execução pelo empreendedor, que é a Norte Energia.

Existia outro conjunto de ações que tinha como objetivo preparar a região para receber o empreendimento de Belo Monte. Ou seja, quando nós começamos Belo Monte nós aportamos dois mil trabalhadores, dos dois mil trabalhadores cerca de 250 a 300 eram

trabalhadores de fora e que eles tinham uma demanda e essa demanda ela tinha que ser suprida para não prejudicar o pessoal da própria região. Então, isso era uma questão que estava prevista na licença.

Outra coisa é que o Parecer 021 da FUNAI, emitido em 2009, ele previu também a execução de uma série de ações em que, aí sim, a maioria dessas ações são ações de Estado. Elas não são ações que a Norte Energia possa executar. Por exemplo, demarcação de áreas indígenas que não cabe a Norte Energia fazer.

Outro item previsto lá era a questão da desintrusão de terras indígenas. Então, a cachoeira seca ela está ocupada... Então, o Parecer 021 exigiu uma série de ações de Estado, de Município e do empreendedor, que na realidade são ações de Estado. À Norte Energia não cabe fazer proteção das terras indígenas e também não cabe ao empreendedor, no caso a Norte Energia, fazer a desintrusão. Entretanto várias dessas ações, com o apóio de órgãos responsáveis pelas mesmas, foram executadas, como por exemplo, fiscalização na terra indígena Apyterewa, em que foram montadas duas bases e a Polícia Federal ela ocupa; o que não é de responsabilidade da Norte Energia na realidade.

As principais características ambientais é que nós temos cinco Municípios da área de influência que são: Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Anapu.

Eu gostaria de colocar que a área do reservatório é de 515,73 – a área oficial hoje –, essa área será alterada para 503 – já está inclusive na Aneel – e ela ocupa, no caso de Altamira, apenas 0,17% da área total do Município; em Vitória do Xingu, 7,9%; e em Brasil Novo, 0,01%. Esses três Municípios que terão áreas inundadas eles receberão a compensação financeira que são os chamados *royalties*.

Então, o Município de Altamira receberá R\$ 42.726 milhões, que corresponde a 50,6% do orçamento de 2008; Vitória do Xingu, R\$ 39 milhões, que corresponde a 372,8% do orçamento de Vitória do Xingu em 2008; Brasil Novo é uma área bastante pequena. A área rural diretamente afetada, que estou fazendo uma revisão aqui apenas para a gente ter a base e mostrar no cumprimento das condicionantes que é falado no item 1, 5 e 6, é que nós teríamos 2.822 pessoas aí distribuídas.

Os atingidos na área rural – esse é um aspecto extremamente importante a ser colocado. Em 2010 o Governo Federal estabeleceu, em conjunto com os movimentos sociais, uma base para a definição do que é o atingido e como é que esse atingido ele deve ser tratado. Por exemplo, vai ser construída a usina, eu sou um proprietário de uma barraca na praia, a praia vai ser inundada. O Dr. Antonio Carlos trabalha lá na

minha barraca de praia. Então, eu serei atingido e ele também será atingido. Então, esse Decreto 7.342, que não impõe nenhuma condição para a Norte Energia, para Belo Monte, porque Belo Monte é anterior, ele estabelece esse conceito de atingido e a Norte Energia está sendo seguindo exatamente o que dispõe o Decreto 7.342, colocando proprietários e posseiros de terras, produtores e trabalhadores rurais, pescadores, trabalhadores no extrativismo mineral – o caso da arçila, e vegetal.

Próximo, por favor.

Na área urbana diretamente afetada, a previsão era de 4.747 imóveis, e o que nós temos hoje são 5.500 imóveis. Essa é a nossa previsão hoje. O número de pessoas, nós não fechamos ainda; nós precisamos inclusive fechar o número de pessoas até o final de abril, para, em maio, nós definirmos para onde vai essa população.

Próximo, por favor.

Essa população vive nessa região, que atualmente já é afetada, e vive nessas condições.

Ali, na fotografia do lado esquerdo embaixo, vemos aquelas casinhas que, na realidade, são os sanitários.

Próximo, por favor.

Todos aqueles que estão acima da cota 100 serão removidos ou indenizados.

Próximo, por favor.

Aqui um exemplo de que esse nível de água já atinge hoje a cota 97, sendo que, em 1980, já atingiu a vazão de 32 mil e a cota 99,27.

Próximo, por favor.

Os atingidos na área urbana são esses aí, inclusive eu já citei o pessoal de olaria e o pessoal de praias.

Próximo, por favor.

Vou tentar ser agora mais rápido.

O projeto básico foi estabelecido para esses Municípios da área de influência indireta, que são onze Municípios, cinco da área de influência indireta.

Próximo, por favor.

Esses são os dados de população, inclusive, o Dr. Antonio Carlos rebateu um pouco essa questão da população de Altamira.

O censo fala em 99.075. Esse é o valor que foi medido. Parte desses Municípios teve uma redução de população. Existe uma grande concentração urbana, ou seja, 52% da população estão na área urbana e a taxa de crescimento demográfico da região é de 2,34%.

Próximo, por favor.

Muito bem. Chegamos, então, aos pontos 5, 6 e ao ponto 1.

Nós temos, no projeto básico ambiental, 14 planos, 117 projetos, sendo 61 de caráter econômico e

fundiário, e inclui remanejamento, incluindo a Volta Grande do Xingu, e 56 de caráter físico biótico.

Próximo, por favor.

O fluxo migratório será tratado com infraestrutura, articulação institucional e monitoramento socioeconômico, e foi estimado em 74 mil pessoas para a região.

Próximo, por favor.

As ações socioeconômicas, ou seja, as condicionantes de que a gente tanto fala, no meio socioeconômico, se referem às questões sociais, econômicas, infraestrutura e culturais, que inclui a arqueologia.

Próximo, por favor.

Estão em andamento, ou seja, em atendimento às condicionantes, um programa de recomposição das atividades produtivas rurais e o programa de recomposição das atividades produtivas urbanas, que consiste de assistência técnica, capacitações e apoio ao sociativismo.

Próximo, por favor.

O programa de acompanhamento social, já falei ainda há pouco.

Próximo, por favor.

Vamos em frente.

Vou deixar com o Senador Flexa Ribeiro esta apresentação, inclusive, uma mais completa.

Quais são as obras previstas de educação e saúde?

São em número de 153, sendo 100 de educação e 53 de saúde.

Altamira, 38 de educação e 8 de saúde.

Eu gostaria de me deter aqui à seguinte questão: neste ano, não houve déficit de matrícula em Altamira. Todos os alunos foram atendidos ou com as escolas que nós construímos ou com as escolas que nós construímos de caráter emergencial, que serão demolidas e substituídas por outras. Essas escolas apresentaram alguns problemas, como, por exemplo, entrada de água de chuva, corredor sem cobertura, que estão sendo resolvidos.

Dessas ações de infraestrutura em andamento, nós temos 27 obras concluídas de saúde e educação; 52 obras em construção; e 23 obras em elaboração de projeto e contratação.

A aquisição de equipamentos para funcionamento das escolas e das unidades de saúde é um ponto importante. Nós não só construímos a escola, como também damos o equipamento para o funcionamento daquela escola.

O próximo, por favor.

É uma sequência de fotos mostrando o que era e o que é a nova escola.

O próximo, por favor.

O próximo.

Aí, são os equipamentos em estoque com as carteiras.

O próximo, por favor.

Bem, há aqui um resumo dos programas do meio socioeconômico. Em Altamira, temos de fazer 100% de água e 100% de esgoto. Nós tivemos um problema que decorre de concessão. O Dr. Antônio Carlos inclusive participou comigo de audiência no Ministério Público. Na quinta-feira, amanhã, será assinado o convênio com a Cosanpa para resolver essa questão de água e esgoto em Altamira.

O aterro sanitário de Altamira ficou com custo excessivo. O projeto está sendo revisto, mas o projeto de remediação do lixão já foi protocolado no IBAMA, já foi aprovado e será implantado. Ou seja, o lixão não será deixado lá; haverá um processo de remediação desse lixão, que possibilitará o uso dele durante algum tempo, enquanto se constrói o aterro sanitário.

No caso de Vitória do Xingu, houve problema de água e esgoto. O Prefeito inclusive licitou a parte de drenagem de água e de esgoto. A Diretoria de Construção da Norte Energia deve ter acertado com ele essa parceria para a conclusão da obra de água e esgoto.

Senador José Porfírio, Brasil Novo e Anapu são ações pontuais, mas esse é o estado hoje.

Eu gostaria de esclarecer que, em Vitória do Xingu, no distrito de Belo Monte, foi implantada a água; o esgoto tem de ser implantado após a água, mas, parece-me, já começou. E em Belo Monte do Pontal, que fica no Município de Anapu.

O próximo, por favor.

Aqui é o Programa de Articulação Institucional; o Programa de Fortalecimento da Administração Pública – nós já realizamos vários cursos; o Programa de Apoio à Gestão de Serviços Públicos; Programa de Incentivo à Capacitação e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas.

O próximo, por favor.

Todas essas são condicionantes que estão em andamento. A quantidade total prevista no Plano de Articulação Institucional para aplicação, em termos de convênios ou termos de cooperação que foram assinados, equivale a R\$233 milhões. Em Altamira já foram aplicados, parece-me, algo em torno de R\$33 milhões, R\$32 milhões.

O próximo, por favor.

O Plano de Relacionamento com a População: nós temos balcões de atendimento, sendo dois balcões em Altamira, um em Vitória do Xingu e mais um balcão móvel para receber o migrante e receber aquele que quer ser empregado. Ou seja, toda pessoa que quer ser contratada na obra passa por esse balcão. Nós temos 20.763 cadastrados, sendo que 10% são migrantes.

No fim do ano, Senador Flexa, nós tínhamos apenas de 2% a 3% de migrantes; em janeiro, fevereiro, março e abril, esse número já subiu para 10%.

O próximo, por favor.

Plano de Relacionamento com a População: há vários números que mostram que está havendo comunicação junto à população.

O próximo, por favor.

Existe um Fórum de Acompanhamento Social: dois membros da Norte Energia, Defensoria Pública, Governo do Estado – um membro do Poder Executivo, um do Legislativo, da área de influência direta, e um membro de cada um dos seguintes temas: atividades agropecuárias, Sindicato dos Produtores Rurais; agricultura familiar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais; pescadores, colônias de pescadores; e assim por diante, inclusive o IBAMA é representado e tem participado das reuniões.

O próximo, por favor.

Aqui mostramos que já realizamos cinco reuniões e temos mais uma prevista para a próxima semana.

Próximo, por favor.

No plano de saúde pública, nós também aplicamos, em Altamira, R\$ 120 mil por mês para aquisição de medicamentos. Inicialmente, esse recurso era destinado para o pagamento de médicos, mas a Prefeitura passou a pagar os médicos e nós, os medicamentos que estavam em falta.

Para Vitória do Xingu, R\$ 60 mil por mês; para Anapu, R\$ 20 mil.

Realizamos aquisição de medicamentos para o hospital de Vitória do Xingu. Já entregamos cinco ambulâncias quatro por quatro e cinco unidades básicas de saúde.

Aqui, este número não está correto. Perdoe-me, Senador. Na realidade, entregamos 13 em Altamira; uma está em construção. São os chamados postos de saúde que servem para desafogar os hospitais.

Nós temos um belíssimo plano de controle de malária, mas ele nos levou, Senador Flexa, à informação de que aumentou a malária. No entanto, esse aumento se deu porque, no ano passado e nos outros anos, os testes não eram feitos. Então, ou as pessoas morriam de malária, ou não sabiam que estavam com malária e se curavam da doença. Agora, não. Nós temos exatamente o controle de pessoas infectadas.

O próximo, por favor.

Quanto ao plano de saúde pública, 2011 foi um ano de ação estruturante. Em 2012, atingimos 20% de redução dos casos havidos naquela época, mas com aumento. Contudo, esse diagnóstico precoce está nos permitindo intervir nessa cadeia de transmissão.

A Norte Energia contratou 158 novos agentes, mais veículos, barcos e uma rede ambulatorial.

O próximo, por favor.

Aqui temos a parte de arqueologia, que tem sido muito bem feita.

O próximo, por favor.

Este é o plano de valorização do patrimônio cultural, com várias oficinas já realizadas.

O próximo, por favor.

Eu não vou me deter mais, Senador. Aqui eu tenho algo quanto à nossa atuação no meio físico e no meio biótico.

Dado o adiantado da hora, eu gostaria de dizer que esse projeto básico ambiental está em andamento. No ano passado, apresentamos um relatório semestral para o IBAMA, mas esse relatório foi julgado insuficiente. O IBAMA aplicou uma multa de R\$ 7 milhões na Norte Energia pelo atraso em algumas condicionantes, em alguns cronogramas do PBA. Nós nos reunimos com o IBAMA, repactuamos novos cronogramas e novo escopo, mas, fundamentalmente, havia a diferença naquilo que seria o tempo T_0 do cronograma. Para o IBAMA, o tempo T_0 seria janeiro de 2011, e a Norte Energia, erroneamente ou não, considerou que o impacto definiria o momento da atuação. Ou seja, como ocorreu o impacto, então, ocorre a mitigação. Isso, inclusive, estava previsto na página 26 da Licença. Mas, quanto a essa multa, a Norte Energia já interpôs recurso e esse material todo já se encontra à disposição.

Eu gostaria de deixar com a Comissão, Senador, um relatório do acompanhamento das obras do entorno.

Muito obrigado a V. Ex^a pela paciência de me conceder mais tempo e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Antonio Coimbra, ex-diretor socioambiental do Consórcio Norte Energia.

Quero registrar a presença do Sr. Prefeito da cidade de Vitória do Xingu, Erivando Amaral, que, como disse o nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, estava em deslocamento e acabou de chegar.

Quero conceder a palavra, Prefeito Erivando, a V. Ex^a, para que possa fazer uso dela pelo tempo de dez minutos, prorrogáveis, se necessário, e expor aí, não só respondendo às questões que lhe foram encaminhadas como convidado desta audiência da subcomissão de acompanhamento da implantação da usina de Belo Monte. V. Ex^a é o prefeito do Município onde está sendo implantado esse projeto de tanta importância para o País, mas que sabemos tem um impacto não só no seu Município, no Estado, como também em Altamira, em Anapu.

Passarei, então, a palavra a V. Ex^a, que pode usar o microfone. Basta apertar aí.

Com a palavra o Prefeito Vando.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA – Bom dia. Agradeço o convite, Senador Flexa Ribeiro. Em seu nome, agradeço a todos na Mesa. Dr. Coimbra, cheguei um pouco atrasado aqui em relação aos trabalhos, mas, pelo que pude acompanhar, observei que realmente essas obras, esses fatores estão acontecendo no Município de Vitória do Xingu. Temos nossas preocupações. Agradeço também a presença do Sr. Johaness, do IBAMA; o Dr. Joel Pimentel também está presente aqui conosco.

Senador, sobre Vitória do Xingu, quando o senhor falou em relação à sede do Município, até foi bom lembrar onde observamos que JN esteve naquela região, e parece-me que Vitória não existe. Então queremos deixar claro ao Senado – citei isso numa audiência pública no Município de Altamira – que 93% da obra são em Vitória do Xingu, e só se fala que é em Altamira, em Altamira, em Altamira. Sabemos que Altamira é um dos Municípios que recebe grandes impactos da obra, mas é só para frisar aqui que 93% da obra são no Município do Vitória do Xingu. Então, lá também estão acontecendo alguns problemas.

Mas estou aqui para dizer que o Nossa Energia está sendo cumprido... Nós assumimos aquela prefeitura no mês de agosto para setembro, e temos hoje várias obras em andamento, não só ligadas ao Projeto Nossa Energia, mas obras do Município mesmo, e ali estamos trabalhando.

Há algumas preocupações ainda em relação às vilas, à implantação da vila, onde será. Tivemos reunião com o IBAMA ontem sobre essa situação, e o Município está fazendo a sua parte. Existem áreas aprovadas, sancionadas para que possa... Já foi estudada a questão das localidades, da vila, nova Vila Santo Antônio. Já foi aprovada por aquela comunidade, onde aquela vila será realocada, e existe também aquela preocupação em definir. O Município precisa de fato, Dr. Coimbra, saber detalhes, o que vai acontecer, que é uma das preocupações do Município, pós-canal. Aquelas famílias que estarão ali pós-canal, no barramento, se essas famílias serão realocadas. Estamos trabalhando ali com eletrificação rural, e existem essas dificuldades de informação em relação a essas pessoas. Mais de 200 famílias. Ali, após o canal onde vai ser feito o desvio daquele rio. Nós precisamos de uma informação, aproveitando aqui. Já conversamos com alguns funcionários do CCBM (Consórcio Construtor Belo Monte), Nossa energia, para que possamos dar uma satisfação para aquele povo: se serão realocados, porque eles precisam saber valores de indenização, as terras estão ficando caras naquela região. Talvez os valores não sejam adequados para que os produtores

possam comprar outras terras. Aproveitamos aqui e cobramos também em cima da comissão para que a questão fundiária, o MDA trabalhe com mais rapidez a questão de regularização fundiária naquela região.

As pessoas estão saindo com as suas terras tituladas, escrituradas, estão querendo comprar terras em outros Municípios, estão encontrando dificuldades em relação a documento. Então, esse é um item, mas eu quero voltar em relação a 2,5 mil casas ou a 3 mil casas, sobre o que foi a discussão ontem, em Altamira, com o pessoal do IBAMA.

Sabemos que, no EIA/Rima, estava prevista a construção das casas na sede do Município Vitória do Xingu, mas o Município colocou à disposição outras áreas de expansão de outras áreas para que o projeto observasse. Há as vantagens e desvantagens em relação ao projeto, que seria, ou será, na sede do Município Vitória do Xingu.

Foi aprovada pela Câmara municipal e sancionada pelo Executivo municipal a possibilidade de se colocar as casas ali na Transamazônica, que ficarão próximas à obra da Usina Belo Monte. E o IBAMA colocou uma questão dificultando essa situação, dizendo que a sede do Município ficaria isolada. Mas o Município se preocupa também com isso.

Hoje nós temos, naquela região, vários projetos. Estamos, no Município, executando 72 projetos naquela região, onde nós vamos incentivar o turismo na sede do Município Vitória do Xingu.

E nós temos uma preocupação também: o povo de Vitória do Xingu. Há em torno de 1,5 mil casas na sede, que fica a uma distância de mais de 100 Km da obra e é um habitat diferente.

Eu sei que é difícil para o Senador, para a equipe que está aqui em Brasília saber que existe uma diferença. Existe morador da sede do Município que nunca foi ao lugar da obra, e há uma preocupação de nossa parte: que as pessoas que são realmente atingidas pelo empreendimento Belo Monte, que é na Volta Grande Xingu, onde se aplicam 65% da população do Município; é naquela região. Então, por si só, já se diz que a maioria das pessoas está naquela região e elas estão optando e cobrando do Município que empreendimentos aconteçam ali, e não só as dificuldades, os processos de prejuízos. Mas, sim, o desenvolvimento naquela área da Transamazônica, que, de fato, já é uma BR transitável, independente de usina ou não.

Ontem, eu dei um parecer e deixamos o IBAMA bem à vontade em relação às decisões. Mas colocamos a nossa situação, o que seria melhor para o Município Vitória do Xingu.

Os projetos que nós temos na sede do Município, onde há construção de estádio coberto, várias quadras

de esporte cobertas, a educação tem melhorado bastante, as praças, a orla, a dragagem do rio, para ser, de fato, um porto. Porque hoje porto Vitória é porto de inverno; de verão, não existe porto. É uma dificuldade tremenda para as grandes embarcações que chegam e ficam repassando as mercadorias em torno de 2 km para as pequenas embarcações, para chegarem a um único porto da região, em torno de 500 km em direção a Santarém e também em direção a Marabá. Então, é o porto Vitória.

Temos um projeto em andamento para a dragagem do rio, e até solicitamos ao IBAMA para nos ajudar em relação àquilo ali.

Vitória não vai acabar, como muitas pessoas dizem. Se acontecer, é que essa vila aconteça na Transamazônica. Pelo contrário, o povo de Vitória quer aquele sossego que sempre teve. Então, existe essa preocupação.

Em audiências públicas que aconteceram, quando eu era Vice-Prefeito, exige que as audiências acontecessem lá na Transamazônica e não só na sede do Município, porque a Transamazônica tem um conhecimento muito maior e melhor em relação ao que é o empreendimento Belo Monte. E aconteceram pequenas audiências ali, mas a audiência maior foi na sede do Município. E a maioria da população está na Transamazônica e na Volta Grande do Xingu, naquela região. Então, essas pessoas estão cobrando muito, que o poder municipal ele trabalha e leva o desenvolvimento para aquela região também. Então, os grandes projetos, o Município já está fazendo na sede do Município e, graças a Deus, com entidades, associações, igrejas. Podemos observar que aquelas pessoas preferem, inclusive, que tenha aquele sossego para trabalhar com turismo, temos projetos prontos para que em curto ou médio espaço de tempo nos possamos realizar ali naquele Município – não só durante a barragem, mas pós-barragem – nós termos uma sustentabilidade para o nosso povo. Porque não é só o curso de pedreiro, de eletricista, porque isso vai servir para obra, mas os cursos que os municípios estão oferecendo são cursos que possam ficar ali, para as pessoas terem os seus empregos naquele Município.

Para encerrar, sei que o tempo é curto, eu quero dizer que o Nossa Energia tem sido parceiro, os compromissos têm acontecido. Mas de mil alunos que estavam fora da sala de aula – sem dizer a questão de migração – hoje estão estudando, por incentivo do Município. Porque, de fato, nós conhecemos as demandas.

Hoje, o Estado não consegue superar o número de transporte escolar, e o Município está ali com aquele trabalho e bancando. Só na vicinal do 27 nós já temos quatro veículos transportando aluno. Na vicinal

do 45, também na Transamazônica, três veículos que não existiam. Todos os alunos estão com um incentivo excelente, o quite escolar; nas escolas, hoje, temos a obrigação de acompanhar até o padrão mesmo das condicionantes que o Nossa Energia está fazendo; fazendo a escola, climatizando, deixando as crianças bem acomodadas para o bom aprendizado. O Município também está fazendo isso na zona rural.

Agradeço aqui a oportunidade, e outras oportunidades sempre teremos para alavancar esse projeto no Município de Vitória/Xingu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Obrigado Prefeito Erivando.

Quero agradecer a todos convidados. Vou fazer aqui algumas observações e depois retorno a palavra aos convidados para as considerações e, se houver algum aditamento a que foi dito, será a oportunidade para que V. S^{as} possam fazê-lo.

A preocupação ela não vai ser resolvida em uma audiência, em duas. Nós vamos ficar permanentemente, daí a subcomissão ser permanente e de acompanhamento da implantação do projeto. Ela estará, como disse o Senador Delcídio, como Relator, acompanhando *pari passu* a execução, Dr. Johaness.

Eu conversava há pouco com o Dr. Johaness que a nossa preocupação é exatamente de acompanhar a execução das condicionantes. Já me referi aqui que com relação à execução da barragem essa vai acontecer. O consórcio construtor está focado na execução da barragem, Dr. Coimbra, e isso vão acontecer. A usina vai gerar energia, lá em 2016, como está previsto no cronograma.

Agora, com relação ao Estado do Pará, com relação à região, aos Municípios impactados, o que a Subcomissão tem que estar atenta é que as condicionantes ocorram *pari passu*. Elas deveriam ter ocorrido antecipadamente. Esta é a grande preocupação do Ministério Público Federal, que as condicionantes deveriam ter preparado aquela região, aqueles Municípios para receber esses impactos que estão ocorrendo.

Ora, nós estamos vendo aqui duas realidades: a realidade de Vitória do Xingu, que foi aqui relatada pelo Prefeito Erivando; e a realidade do Município de Altamira, que é explicitada pela Prefeita Odileida, e aqui pelo Secretário de Planejamento, Dr. Antonio Carlos. São duas realidades diferentes. Por que são duas realidades diferentes? Porque o Prefeito Erivando, de uma forma bastante clara, colocou que todo mundo fala, o Brasil inteiro fala que Belo Monte é em Altamira. Mas Belo Monte é em Vitória de Xingu, noventa e tanto por cento da obra está em Vitória do Xingu. Isso quer dizer o quê? Que o ISS, a geração de receita, em

função da obra, vai estar para Vitória do Xingu, mas o impacto que a implantação da obra vão provocar, vai ocorrer, primeiramente, onde está o Município mais desenvolvido, que é a porta de entrada da obra, que é Altamira; é lá que as pessoas chegam, é lá que a Norte Energia se instalou, é lá que o consórcio está instalado. Quer dizer, entra em Altamira e de lá vai para Vitória do Xingu. E Altamira vai ficar, sei lá, com 7%, 8% do ISS. Então, começa a ter essa dificuldade maior.

Eu dizia ao Dr. Johaness que se formos ver aqui a licença de instalação do IBAMA, Dr. Thomaz, eu acredito que pela Subcomissão... Eu vou conversar com o relator e vamos procurar uma interlocução com o Governo, para que a gente possa buscar um acompanhamento no nível de cobrança – cobrança no bom sentido – de execução de tarefas que estejam determinadas a serem executadas. Porque quando nós estivemos na diligência que fizemos a Altamira, lá no sítio das obras, algumas condicionantes nos foram colocadas como não tendo sido ainda colocadas em execução porque alguns órgãos, seja do Governo Federal, sejam do Governo Estadual, seja do Governo Municipal não tinham atendido exigências. Então, o empreendedor não pode fazer porque o Governo Municipal não atendeu, o Governo Estadual não atendeu ou o Governo Federal não atendeu, através do IBAMA, através do MDA, ou o Governo do Estado, ou o Governo Municipal. Ou seja, há uma falta de um órgão gestor, ou de um conselho gestor que possa fazer essa cobrança e dizer: Olha, nós temos uma data para cobrar.

E vejo aqui, Dr. Thomaz, na licença, na página 5/6, num cronograma, todos os prazos vencidos; implantação de ações, tanto de Altamira como de Vitória do Xingu, Belo Monte todos com prazos vencidos. Então, o que acontece? Venceram os prazos. Tem novos prazos? E esses novos prazos foram cumpridos, não foram cumpridos? Nós temos que ter uma resposta para isso, porque o tempo está passando. Nós sabemos que o País precisa que Belo Monte passe a gerar energia em 2016, não é isso Dr. Johaness? Não é isso, Coimbra?

O SR. ANTÔNIO RAIMUNDO COIMBRA – (*Fora do microfone.*) Em 2015, a primeira máquina da casa de força secundária; 2016, a casa de força principal.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Então, tem que estar gerando energia. Esta energia está vendida, inclusive. Então, temos muitas contratuais do consórcio empreendedor. Então é preciso que aconteça isso. E nós estamos vendo que as condicionantes, lamentavelmente, não estão andando.

Com relação à questão do aeroporto, eu perguntaria ao Dr. Rodrigo, se V. S^a conhece Altamira, já esteve em Altamira?

O SR. RODRIGO FLÓRIO MOSER – Não, nunca estive em Altamira.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Porque V. Ex^a afirmou aí que o aeroporto de Altamira tinha condições – até o Senador Delcídio aqui fez um comentário – que tinha condições de atender perfeitamente o usuário com conforto. Eu estranhei V. Ex^a fazer uma afirmação desse tipo como representante da ANAC. Deve ser Altamira em outro Município, outro Estado. Tem no Paraná, Altamira? É, então no Paraná, não no Pará. É lamentável, realmente, o aeroporto daquele Município, de Altamira. E lamento também que o nosso conterrâneo aí, o Manoel, e o Rui coloquem o aeroporto de Altamira para construir o novo terminal de passageiro para 2016, no planejamento da INFRAERO. E também diga que a questão da demanda, como ele falou, em função da demanda de Altamira. Pelo amor de Deus!

Nós tivemos agora, Dr. Johaness, lamentavelmente, a primeira greve, a primeira greve lá de Belo Monte. No mês passado, início deste mês os operários paralisaram a obra. Uma das reivindicações deles era que no acordo eles fizeram, a baixada era de seis e seis meses, e eles estão reivindicando a redução para três meses. Só que para baixar no pique da obra eles vão ter 20 mil funcionários, para eles tirarem esse 20 mil funcionários ou parte desses 20 mil funcionários, a cada seis meses eles vão precisar não sei quantos *Boeings* saindo por final de semana, tirando e trazendo de volta. E não tem como fazer isso. Então, como a INFRAERO fala em demanda; quando tiver demanda de passageiro vão fazer a ampliação do aeroporto, ou vão construir aeroporto.

É o que eu digo, Altamira, se houvesse planejamento... E eu quero deixar registrado aqui, e é bom que o Senado... Nós temos que cumprir com o nosso dever e o dever do Senado é exatamente esse. Nós estamos falando aqui para o Brasil inteiro, através da TV e da Rádio Senado e eu já alertei isso da Tribuna e estou alertando de novo. O Governo Federal fará ano que vem, em 2013, o leilão das usinas lá do Tapajós. Vai acontecer lá em Itaituba o que está acontecendo hoje em Altamira e Vitória do Xingu, se o Governo Federal não tomar as providências e começar a executar as ações mitigadoras das condicionantes para preparar a região para os impactos que nós teremos, Dr. Thomaz. E o Ministério Público Federal vai cobrar lá na região do Tapajós, lá em cima, lá em Itaituba, que deveriam já estar sendo tomadas as providências pelo Governo Federal desde agora. Já sabemos que o Brasil precisa dessa energia. Então, nós temos que estar fazendo isso. INFRAERO, é preciso preparar Itaituba. ANAC, é preciso preparar o aeroporto lá de Itaituba para re-

ceber essa demanda. Então nós não vamos chegar lá em 2013 e dizer: Nós vamos preparar o aeroporto de Itaituba para 2020. Não. Nós já sabemos que vai fazer a construção.

Então, a questão de Altamira é exatamente isso, nós não podemos esperar 2016, nós não podemos esperar a saúde. Aqui, o Secretário de Planejamento entregando à Subcomissão de Acompanhamento um ofício encaminhado ao Dr. Carlos Nascimento, pedindo que seja colocado, emergencialmente, um hospital de campanha do Exército, para que possa atender, emergencialmente, as necessidades de atendimento da saúde. Não dá para fazer a reforma do hospital se estiver em funcionamento, na cidade de Altamira. Então, vai ter que sair uma solução emergencial que será, sem sombra de dúvida... Ele propõe aqui – não sei se esta é a solução, Dr. Johaness – usar um hospital de campanha do Exército enquanto executam a obra.

Na diligência que fizemos, nós estivemos em Altamira, com o Dr. Carlos Nascimento. Eu não tenho dúvida de que a Norte Energia tem toda a responsabilidade e o interesse em atender, Dr. Coimbra, essas condicionantes. Eu não tenho dúvida disso. Porém, há estes impasses: precisava da área, precisava do projeto, precisava dos entendimentos. Isso demanda algum tempo, mas é necessário que haja o acompanhamento desses entendimentos e a cobrança para que eles efetivamente ocorram.

Então, vou retornar a palavra a todos os nossos convidados, na certeza... Dr. Johaness, pediria a V. Ex^a, como Coordenador do Comitê Gestor, que nós pudéssemos fazer uma reunião de trabalho com o Governo e a sua Subcomissão para encontrarmos um meio de fazer, efetivamente, um acompanhamento de cobrança – cobrança no bom sentido – dessas ações. Eu vejo que há boa vontade, mas é preciso haver, por parte do Governo e do Comitê Gestor, uma ação de gerência, vamos dizer assim, no sentido de acompanhar isso e de cobrar uma atitude do governo municipal, do governo estadual, do consórcio empreendedor: “Olha, você não cumpriu o cronograma tal. É preciso que você retome o cronograma”. Nós vamos ficar fora sempre do cumprimento das metas e das condicionantes.

Eu não sei – aí deixo uma pergunta ao Dr. Thomaz – como está o IBAMA. O IBAMA liberou a licença de instalação, e eu acredito que o órgão esteja acompanhando o cumprimento dessas condicionantes.

Multaram a nossa energia em R\$7 milhões. Como disse o Dr. Coimbra, eu não sei se multar é uma solução. Acho que é muito mais eficaz buscar, de forma preventiva, a solução. “Vamos juntos encontrar uma solução para não ser necessário multar.” A multa tem que ser aplicada desde que não haja cumprimento por

parte do executor, mas não creio que a nossa energia não queira cumprir. Ela tem todo o interesse em cumprir as exigências.

Eu vou retornar a palavra aos nossos convidados para que façam suas considerações finais e deixo, desde já, os agradecimentos pelo atendimento ao convite da Subcomissão.

Dr. Johaness Eck.

O SR. JOHANESS ECK – Obrigado, Senador.

Aproveito para cumprimentar o Prefeito Erivan-do, que se juntou a todos, e também o Dino, que veio acompanhando o Prefeito.

Acho que as palavras do Senador vêm ao encontro de muitas das preocupações do Governo. Estamos imbuídos do mesmo espírito.

Para um desafio grande do País como esse, eu acho que sempre será bem-vindo somarmos forças, porque, afinal, esse compromisso é do Governo Federal também. Reafirmo aqui esse compromisso de que, na implantação de uma obra importante para o País, é fundamental que isso seja uma oportunidade de melhoria de vida da população local e regional na região onde essa obra é implementada.

Durante os últimos anos, nós avançamos em vários marcos institucionais que foram nessa direção. Há dez anos, não era obrigatória a licença prévia quando se fazia o leilão de concessão. Então, o setor elétrico avançou nisso.

Acho que todo o debate que houve por Belo Monte fez com que o Governo abandonasse a ideia de ter cinco aproveitamentos de Xingu – há só um aproveitamento de Xingu –, e o projeto de Belo Monte também reduziu a área alagada. Portanto, houve vários eventos. O que aconteceu em relação ao projeto de Belo Monte está servindo para outras hidrelétricas. Melhoramos muito a institucionalidade para não repetirmos erros do passado, mas temos consciência de que ainda precisamos aperfeiçoar. O que nós mudamos melhorou, mas temos espaço para melhorar.

Eu tenho convicção de que ainda precisamos melhorar os cronogramas que envolvem o licenciamento e os cronogramas que envolvem propriamente a concessão, o edital até chegar à concessão. Percebemos que muita coisa que já está no licenciamento está andando. Na verdade, só se constitui a empresa mais para frente. Ou seja, muitas das coisas que, do lado do licenciamento, já estão claras e já são passíveis de serem cobradas do empreendedor acabam tendo que esperar. Não sei se é exatamente esse o T0 que o Coimbra falou, mas temos um problema de defasagem de cronograma que eu acho que podia melhorar também.

Outra coisa muito clara que precisamos melhorar – ainda não atingimos um nível realmente eficiente e também com reconhecimento – é a questão das informações relativas ao cumprimento de todas as regras, sejam elas da concessão, sejam elas do licenciamento. O Senador cobrou isso, e nós estamos de acordo que precisamos melhorar. Acho que nós estamos trabalhando nesse sentido.

Vamos ter, a partir de maio, uma obrigação maior de trabalhar melhor as informações, mas acho que o Governo tem todo o interesse em que essas informações relativas ao cumprimento do cronograma de licenciamento ou de qualquer outro marco institucional que tenhamos sejam difundidas, estejam presentes e claras também. Ou seja, estejam inteligíveis para todas as pessoas que as buscam para acabarmos com essa cobrança, que não é só da Subcomissão. Em todos os espaços institucionais, há essa cobrança de maior clareza, de maior precisão e de objetividade nessas informações. Então, vamos trabalhar para isso.

Sobre a proposta específica de fazermos uma agenda com o primeiro escalão do Executivo para a Subcomissão ter uma conversa até em relação às informações, à possibilidade de estar mais presente, vou levar para a minha Ministra. Assim que possível, darei um retorno ao Senador e à Subcomissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Johaness.

Tenho certeza de que V. Ex^a vai se empenhar, ao máximo, para que possamos ter o cumprimento de todas essas condicionantes. Como V. S^a colocou, o Governo tem este objetivo e todos nós do Senado Federal trabalhamos neste sentido, de melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos que estão empenhados e interessados em que essa obra venha a melhorar as condições de desenvolvimento do País, sem deixar de lado a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros que lá estão e que abraçam essa causa. Todos trabalham para que o Brasil tenha condições de obter energia para o seu desenvolvimento, mas querem e lutam para que tenham condições de vida melhores que as existentes neste momento.

Quero passar a palavra ao Dr. Thomaz de Toledo, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do IBAMA.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Obrigado, Senador.

Eu vejo que os trabalhos desta Subcomissão em relação ao projeto de Belo Monte já trazem contribuição para a discussão do desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura no País e não só em Belo Monte. É claro que as dificuldades que enfrentamos

nos projetos de Belo Monte certamente estão trazendo experiências e serão replicadas em outros projetos que virão, a exemplo das usinas citadas, as usinas do Complexo Tapajós.

Em relação ao acompanhamento feito pelo IBAMA nesses nove meses – a licença de instalação foi emitida no dia 1º de junho; então, de lá para cá, são cerca de nove meses de vigência da licença de instalação –, o IBAMA esteve na região das obras em atividades de campo durante 13 oportunidades – foram 13 vistorias –, que totalizam 55 dias de atividade de campo. É claro que o acompanhamento de licenciamento de instalação não é feito só em campo, uma vez que há muita atividade de escritório, reuniões técnicas, discussões técnicas, seminários que realizamos. Mas esses são os números que demonstram como tem sido feito o acompanhamento desse projeto por parte do IBAMA.

Em relação aos prazos definidos pela condicionante – acredito que o Senador fez referência mais aos prazos definidos quanto às obras de saneamento básico, como a implantação de aterro sanitário, a implantação de estações de tratamento de esgoto e redes de coletas de esgoto nas sedes urbanas, principalmente em Vitória do Xingu e em Altamira –, a condicionante estabelece prazo para início e para término dessas obras.

De fato, concordamos com o Senador. A forma de atuação no licenciamento tem que ser preventiva, porque não basta atuar apenas quando os prazos já foram esgotados. Há prazo de início, de forma que os cronogramas... Obra de saneamento básico em uma cidade não se faz de uma hora para outra. De fato, esse cronograma é para toda a implantação da obra.

Em função de alguns atrasos em cronogramas, a Norte Energia foi autuada por parte do IBAMA, mas é claro que temos trabalhado – o representante da Norte Energia já informou isto – na reavaliação dos cronogramas, de forma que as ações possam ser implementadas sem causar prejuízos ambientais. É importante ter em mente que o processo de licenciamento ambiental tem como objetivo maior controlar impactos, evitar impactos. Então, as ações de mitigação de impacto têm que estar prontas antes que o impacto ocorra. Essa é a forma preventiva como a gente sempre pretende trabalhar no âmbito do licenciamento.

Eu gostaria de apresentar esclarecimento em relação ao Prefeito de Vitória do Xingu, quanto à manifestação favorável à proposta apresentada pela Norte Energia para alteração da localização da vila prevista para Vitória do Xingu. Eu queria informar que, de fato, a Norte Energia fez uma solicitação de alteração dessa localização para o IBAMA. Fizemos uma reunião no IBAMA com os representantes da Norte Energia, e nes-

sa reunião o IBAMA teve oportunidade de esclarecer alguns pontos que ficaram em aberto no documento apresentado pela Norte Energia. A Norte Energia ficou de rever esses pontos, complementar as informações e reapresentar ao IBAMA.

Houve essa reunião, por solicitação de representantes da comunidade local, para discussão das ações de remanejamento. Essa reunião foi realizada no dia de ontem e o IBAMA foi representado pelo coordenador da área de licenciamento de hidrelétricas, em que discutimos e recebemos apreensão da população local em relação a essas propostas, não só em relação à proposta de Vitória do Xingu, mas também para as obras de revitalização urbana em Altamira.

Por último, eu gostaria, como contribuição, de dizer que o processo de licenciamento ambiental hoje é muito eficiente para cobrar obrigações do empreendedor, que é a pessoa jurídica que é objeto principal do licenciamento. Então, o licenciamento ambiental tem um procedimento, através das licenças, dos relatórios semestrais, eventualmente por sanções administrativas ou alguma sanção administrativa restritiva de direito que o órgão detentor do poder de polícia, o IBAMA, no caso, pode aplicar. Mas ele funciona muito bem para cobrar obrigações de uma pessoa jurídica privada, no caso a Norte Energia, concessionária detentora da licença de instalação.

De fato, existem algumas ações ambientais, ações de controle ambiental, que dependem das interfaces com outros atores, atores do governo municipal, governo estadual, governo federal, muitas vezes entidades vinculadas; ações que foram citadas aqui pela Norte Energia, ações de desintrusão e demarcação de terras indígenas, que são ações que dependem de uma coordenação com a Fundação Nacional do Índio.

Então, de fato, essas instâncias que venham complementar o papel do IBAMA no licenciamento ambiental, a exemplo da comissão citada aqui pelo Johaness, no âmbito do PDRS Xingu, que é uma comissão formada por representantes da sociedade civil e também por atores do poder público local, estadual e federal, são importantes para avaliar o andamento dessas políticas públicas.

Os compromissos definidos no licenciamento ambiental em relação à Norte Energia, sem dúvida, o licenciamento vai acompanhar *pari passu* e, no caso de atraso, vamos atuar de forma preventiva, conforme observação do Senador, e, no caso de constatação de atrasos, o IBAMA vai adotar as medidas cabíveis. Agora, sobretudo nessas ações que demandam uma coordenação entre diversos atores, é muito importante ter a comissão de acompanhamento do PDRS Xingu e

também os trabalhos da subcomissão, no sentido do acompanhamento que o Senador se referiu.

Então, é bem-vindo, é salutar a proposta e também estamos à disposição para criar esses mecanismos de retroalimentação entre as instituições para um bom trabalho, cada um no seu papel, de todas essas instâncias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Thomaz Toledo.

Passo a palavra ao Dr. Antônio Carlos Bortoli, Secretário de Planejamento de Altamira, que representa a Sr^a Odileida Sampaio, Prefeita do Município de Altamira.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BORTOLI – Eu gostaria de agradecer a V. Ex^a esse convite, elogiar pela tomada de posição desta subcomissão, porque vejo a importância do Senado e de V. Ex^a, conhecedor dos nossos problemas, em buscar a solução.

O que tenho a dizer é o seguinte: primeiramente, o que está sendo feito pela Norte Energia em termos de educação e saúde são ações emergenciais. Dentro do PDRS Xingu, em que o Dr. Johaness Eck recebeu um compêndio nosso, onde existe uma projeção das questões do ordenamento territorial de Altamira, tanto na educação, saúde, agricultura, infraestrutura. Lá existe uma visão de contexto do governo e essa condição deverá ser, no momento oportuno e o mais rápido possível, sendo atendida as questões emergenciais, colocada à disposição dessa subcomissão também para que possamos tratar de uma visão ampla de realizações de real interesse do povo altaneirense. Essa é uma questão.

A segunda, eu gostaria de falar com o Dr. Thomaz sobre o volume 33 do EIA/Rima, que deu origem ao PBA em setembro, última versão, não tenha dúvida que foi um trabalho de grande profundidade, mas de diretrizes gerais, diretrizes gerais.

Então, V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, que é um conhecedor de engenharia, professor de Engenharia, quando temos planos, programas e projetos, mas os projetos são apenas diretrizes, tínhamos que saber o que fazer, onde fazer, como fazer, quando fazer o cronograma e quanto custa.

A dicotomia está em que a hidrelétrica de Belo Monte foi preparada em 30 a 40 anos e quando os empreendedores entraram estavam com os projetos na mão e estão tocando, enquanto que as prefeituras não têm um corpo técnico capaz e têm deficiências. Então, é necessário, Dr. Johaness, como já discutimos várias vezes no PDRS Xingu, que o Governo Federal e esta Comissão vejam um meio de criar uma infraestrutura humana, técnica, capaz de desenvolver tudo o que está no PBA, para que tenhamos realmente o caminho

a seguir, quando vai acontecer, quanto custa, quando vai ser colocado o cronograma. Essa é uma questão que vejo como fundamental e falo em nome da Exm^a Sr^a Prefeita de Altamira. Mas, o Exm^o Sr. Prefeito de Vitória do Xingu sabe que estamos lá na frente como para-choque de caminhão, estamos levando a coisa direto na nossa vida, no nosso sentimento.

Então, para que as próximas audiências, os próximos conclaves, sejam tratados de forma objetiva de projetos. Não vejo a solução nossa se não for por meio de projetos. Se não tivermos projetos, não vamos a lugar nenhum.

A outra questão também é que tudo isso foi tratado com *expertise* para produção de usina. Não há *expertise* no socioeconômico. Essa é uma questão fundamental. É necessário ter uma *expertise* para que esta condição seja amanhã uma grande cidade, a de Vitória, a de Altamira, a de Brasil Novo, a de Arapu, que todo um setor tenha um projeto de industrialização. O porto de Vitória é fundamental para tudo isso. É fundamental. É uma estratégia, para estarmos mais perto em relação a Santos, em relação a Paranaguá, mais perto de Tóquio, mais perto de Roterdã, que é a entrada da Europa.

Então, a outra questão importante que eu gostaria de colocar é que, para que não haja mais arco de fogo, é necessário o georreferenciamento imediato. Onde vamos separar as áreas de preservação dos corredores de produção, o zoneamento ecológico econômico, para que dê condição de tecnologia aplicada para o local.

Então, essas são condições fundamentais que eu queria deixar colocadas aqui.

E agradeço imensamente essa oportunidade, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Obrigado, Dr. Antônio Carlos Bortoli.

Passo a palavra ao nosso Prefeito Erivando Amaral, de Vitória do Xingu.

O SR. ERIVANDO AMARAL – Sabemos que os impactos da Belo Monte atingem a região toda. Porém, as situações são diferentes de um Município a outro.

Vitória hoje tem suas vantagens, a questão do ISS e nós estamos levando e resolvendo algumas situações independente da Norte Energia.

A questão da mão de obra qualificada, que o Dr. Carlos citou, o próprio Município de Vitória do Xingu tem uma equipe organizada em que não esperamos projetos da Norte Energia. Nós apresentamos projetos. Então, a nossa equipe hoje é uma equipe pronta, preparada para os projetos, até porque sabíamos que, num tempo atropelado como esse – e essa usina é estudada há trinta, quarenta anos. Tenho ali 39 anos de

região. E queira ou não, ficou uma coisa muito em cima, e as deficiências vieram em cima dessas situações, em que, infelizmente, a política causou essas dificuldades. Alguns eram a favor, outros, contra. Isso desencadeou uma situação em que o País hoje tem necessidade de energia, e uma coisa ficou atropelando outra.

Então, só para fechar aqui. Nós lançamos as estações para saneamento, esgoto, asfaltamento, drenagem de Vitória de Xingu, mesmo sabendo que a Norte Energia tem um compromisso, porque a nossa finalidade é que o Município se desenvolva, a região se desenvolva. E, hoje, Vitória já está sentindo não só impacto negativo, como também os impactos positivos também.

Se você observar, muitas pessoas estavam desempregadas, quando falamos em relação... Só para fechar o raciocínio, estamos tendo dificuldade de levar as pessoas lá da sede do Município para a obra, a questão do transporte, as dificuldades. É por isso que colocamos a sugestão que aconteça próximo à obra aquele empreendimento, aquela vila, aquela situação ali, porque temos projetos eficientes para dar um suporte à sede do Município. Agora, temos também as deficiências, no Município existe a pobreza, pessoas morando na sede do Município, e eles cobram si que o Poder Público municipal, federal, estadual e a própria Norte Energia ajudem as pessoas que estão morando embaixo de lonas e que essas casas... Quando se referiam, mesmo em audiências públicas, colocando com clareza, mas a população hoje carente até pensava que essas casas – que seriam construídas no Município – seriam para as pessoas carentes.

Então, me refiro ao fato de que os Poderes possam trabalhar em conjunto para que aquelas pessoas que vivem na miséria não só tenham uma infraestrutura, um asfalto, uma drenagem, uma água, mas que tenham também uma oportunidade, uma saída para que elas que estão naquela região tenham a sua moradia, uma moradia digna, para que possam morar e para que nós não nos envergonhemos, porque somos o Município da barragem, e ainda existe miséria, pessoas morando embaixo de lona ou de uma infraestrutura que não dá conforto para sua família.

Então, só para fechar aqui, que nós possamos pensar, *in loco*, o desenvolvimento da região, porque, se um órgão quer adiantar e o outro atrapalha, é justamente nesse desencontro que hoje as condicionantes não estão sendo encaradas e realizadas, porque uns acreditam, outros levam a política lá para dentro. Existem políticos aqui em Brasília que antes eram contra Belo Monte; há pouco tempo, eram a favor, e agora são contra de novo, porque querem se aproveitar de uma questão política, já que hoje os olhos estão voltados

para Vitória do Xingu. Então, pessoas que não lutaram naquele Município em anos anteriores hoje querem ganhar carona e entrarem ali de última hora, dizendo que é são os reis, e isso e aquilo. Então, a questão política atrapalha o andamento da obra e o desenvolvimento da região, e as pessoas continuam à mercê da pobreza, da carência de um casa para morar ou – quem sabe? – de um emprego.

Então, são minhas considerações aqui.

Obrigado ao Senador Flexa Ribeiro pela oportunidade, ao Dr. Thomaz, ao IBAMA. Que nós possamos... O IBAMA não pode também dar licença aí sem realmente as coisas serem certas. Mas eu acho que o andamento da obra tem que acontecer, o Município está aqui querendo que a região se desenvolva, mas se desenvolva com qualidade, com responsabilidade.

Essas são as minhas colocações, e estamos aí, Senador Flexa Ribeiro, à disposição. O Município não quer atrapalhar a obra, mas também não quer que as coisas sejam adiantadas com – quem sabe? – uma irresponsabilidade ou com pessoas que não têm nada a ver com a situação, que não conhecem a região, que não conhecem o Município e querem adivinhar ou inventar coisas que elas “querem de melhor para o Município”. Nós estamos ali e sabemos o que é melhor para o Município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Prefeito Erivando Amaral, de Vitória do Xingu.

Passo a palavra ao Dr. Antônio Raimundo Coimbra, do consórcio Norte Energia.

O SR. ANTÔNIO RAIMUNDO COIMBRA – Senador Flexa, eu não poderia terminar a intervenção sem tecer um comentário específico a esta Subcomissão: eu gostaria de cumprimentá-lo pela sapiência de ter criado, na Comissão de Meio Ambiente, uma Subcomissão de Belo Monte. O senhor que é do Estado, o senhor que é da Amazônia teve a clareza e a necessidade de ter, por parte do Legislativo, um elemento de acompanhamento desse que é o maior empreendimento. Então, eu não poderia terminar sem dizer isso, sem cumprimentá-lo.

E também gostaria de cumprimentá-lo pelos seus convidados aqui, pelo alto nível de discussão que tivemos hoje aqui. Cada um colocou um ponto importante, em que às vezes o outro não estava pensando. Então, eu também gostaria de cumprimentá-lo pela sabedoria do convite a esses seus convidados.

Também a sabedoria de ter indicado o Dr. Ivan Dutra para representar esta Subcomissão num debate na OAB, onde ele foi simplesmente brilhante nas suas colocações, pelo que também o cumprimento, meu

companheiro de muitos anos e que parece que está ficando cada dia melhor.

Bem, a Norte Energia tem uma disposição de executar as condicionantes. Nós temos dificuldades, nós às vezes seguimos por um caminho que julgávamos que seria o melhor, e, na realidade, surge outro caminho que se mostra melhor. Às vezes uma contração é malfeita, a gente esbarra na frente numa paralisação, enfim, nós temos várias dificuldades.

Agora, a Norte Energia tem o propósito de cumprir com todas as condicionantes.

A Norte Energia tem o compromisso legal e moral de atender a tudo o que está previsto no licenciamento. Para isso, inclusive, temos contado com uma fiscalização serena, uma fiscalização constante do IBAMA e também uma parceria da Coordenação Geral de Licenciamento, que se sentou conosco agora, durante doze dias, discutindo essa questão do PBA (Projeto Básico Ambiental).

Então, eu gostaria de agradecer a este convite e parabenizar a todos os que aqui se manifestaram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Obrigado, Dr. Antônio Coimbra, pela sua presença e pelo reconhecimento da importância da Subcomissão.

E, mais importante, Dr. Coimbra, desde a instalação da Subcomissão: a preocupação do Senado Federal é que essa obra é importante para o Brasil. Nós sabemos que o Brasil, para que se desenvolva, precisa de energia. E a matriz, a geração de energia pela energia hidráulica é energia limpa. Tem que ser a matriz que o Brasil tem que priorizar. E a Amazônia e o Pará têm o maior potencial para gerar esse tipo de energia. E o Pará vai ser, num futuro próximo, o maior produtor de energia do nosso País.

E aí, Dr. Johannes, o Pará já é penalizado tanto pela União, a União é tão madrastra com o Pará... Tem a Lei Kandir, quando desonera as exportações dos produtos primários e não compensa o nosso Estado.

Ontem aprovamos na CAE o fim da guerra fiscal, da guerra dos portos, e os Estados que incentivam a importação, dizendo-se penalizados com o final da guerra fiscal, porque iriam perder receita, pela perda da lei dos incentivos – e o Pará já perde desde 1996, quando abriu mão do ICMS na exportação dos semi-elaborados, pela compensação da Lei Kandir, e até hoje não é compensado por isso.

E perde também quando, na...

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – ...na energia, sim, mas ela tem que ser feita de forma correta, ambientalmente e socialmente, ou

seja, atendendo as questões ambientais e sociais, dando importância à qualidade – que é isso que estamos debatendo aqui – de vida da população que é impactada pelo projeto.

Quero passar agora a palavra ao Dr. Manoel Campos, gerente de operações da INFRAERO.

Só quero, Dr. Manoel, pedir a V. S^a que possamos fazer uma gestão junto à diretoria da INFRAERO para anteciparmos o novo terminal de Altamira. Não dá para esperar 2016. Nós temos que puxar isso para já. Não há como esperar 2016. Altamira precisa de um terminal novo, e aí não é com a ANAC: é com a INFRAERO. Vamos tratar lá com a presidência da INFRAERO, com o Secretário da Aviação Civil, lá na Secretaria de Aviação Civil, para ver se conseguimos alterar o programa de investimento da INFRAERO. Não sei se cabe aí, Johannes, se o Governo pode ajudar nisto: alterar o quadro de investimentos da INFRAERO e antecipar Altamira, porque realmente não dá para esperar 2016 para colocar o novo terminal de passageiros de Altamira.

Dr. Manoel, por favor.

O SR. MANOEL MARIA MENDES CAMPOS – Excelência, acho que é muito oportuno a INFRAERO estar participando deste momento, estar participando pontualmente das atividades que estão sendo discutidas nesta Casa nesta oportunidade. A gente verifica que, se tudo estivesse ocorrendo de maneira normal, não haveria razão alguma para estarmos aqui. E a gente também observa que, de todos nós aqui representantes, cada um tem um ponto a melhorar, e a INFRAERO está nesse contexto.

A INFRAERO tem um plano de investimentos plurianual. O que estou trazendo aqui, em nome da empresa, é o que temos planejado para Altamira. Estamos desenvolvendo, na realidade, um trabalho para que o terminal de Altamira tenha uma melhor condição de receber seus usuários, seus passageiros em 2013. A gente sabe que a construção de um terminal de passageiros demandaria muito mais tempo; não daria justamente para afirmar que em 2013 seria possível construir o novo terminal. A gente sabe que não. A prova disso – e o Dr. Rui pode me ajudar – é que, desde 2006, a INFRAERO está envidando todos os esforços para dar uma nova condição operacional de pista de táxi e de pátio para Altamira. Nós conseguimos fechar esse processo em 2011, e, de 2011 para cá, as obras estão em andamento conforme planejado.

O que nós temos hoje e que poderíamos dizer ao senhor que seria um pouco mais oportuno é fazer um investimento de forma mais célere na parte do terminal. É isso que hoje a nossa regional tem planejado, para que, em 2013, nós tenhamos a instalação dos modos

operacionais no terminal, agregando a infraestrutura que nós temos hoje, ampliando a sala de embarque, ampliando a sala de desembarque, aos moldes do que estamos agora inaugurando, ainda neste primeiro semestre, em Imperatriz. Isso vai dar uma sobrevida para o terminal, de cinco a dez anos. É o tempo que temos suficiente para fazer o projeto do novo terminal e executá-lo.

Então, tenha a certeza de que a INFRAERO está empenhada no desenvolvimento do País, no desenvolvimento das nossas regiões.

E também é oportuno que sejamos convidados para acompanhar o trabalho da Subcomissão. Eu acho que isso é importante, até para sabermos das adequações, sabermos das ações de todos os entes participantes desse projeto, e também estarmos adequando aquilo que é a nossa responsabilidade como prestadora de serviço no contexto de aviação civil na parte de infraestrutura.

Tenha a certeza de que os seus comentários, as suas colocações serão realmente levadas ao *staff* da empresa, e certamente aquilo que for possível, aquilo que estiver dentro da nossa capacidade, nós o faremos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Manoel, mas eu insisto, Dr. Rui, de que há necessidade, Dr. Johannes, de haver um entendimento com a presidência da INFRAERO, no sentido de rever a prioridade no planejamento. É questão de prioridade só.

O meu amigo, Prefeito Madeira, lá de Imperatriz, tem todo o meu apoio, eu acho que Imperatriz merece um terminal moderno. Acho que tudo bem. Mas estamos falando em prioridade. O Brasil todo está voltado para Belo Monte. Não digo o Brasil não. O mundo inteiro está com o foco voltado para Belo Monte.

Então, acho que aquele terminal de Altamira tem que ser prioridade para a INFRAERO. Rever a prioridade daquele terminal, eu pediria a direção da INFRAERO que isso fosse feito. Eu sei que entre fazer o projeto, licitar, não será feito para 2013. É evidente que não. Mas aquilo que está previsto para 2016, que é investimento para 2016 pode ser antecipado para 2013. Como investimento. As obras emergenciais para melhorar o aeroporto, essas têm que ser feitas. Essas não podem esperar nem 2013. Têm que ser feitas ontem.

Diferentemente do que o companheiro da ANAC, o Dr. Rodrigo falou, que tem condições de atender o usuário de Altamira, não tem nenhuma não. O terminal de Altamira não tem nenhuma condição de atendimento.

Antigamente, Dr. Johannes, nós dizíamos, nós tínhamos um conceito, quando queríamos depreciar alguma coisa: Isso aqui funciona como uma rodoviária. Não era assim que falávamos? Isso aqui é uma

rodoviária. Lamentavelmente, os aeroportos brasileiros viraram rodoviárias.

E nós não estamos preocupados com a Copa do Mundo não. Todo mundo está falando que o Brasil não vai ter condição de atender a demanda na Copa do Mundo. Não é não. A demanda é de hoje. A demanda é de hoje. Quando chegamos para ser atendidos nos aeroportos, é hoje.

O senhor chega aqui para embarcar, Dr. Rodrigo, isso temos dito... Ainda ontem eu presidi uma reunião, a pedido do Senador Vicentinho, que é o Presidente de uma Subcomissão da Aviação Civil. Ele não pode presidir e me pediu que eu presidisse. Nós estávamos discutindo isso: você chega e o representante da Associação dos Pilotos, das companhias de aviação geral, diz que acontece aqui no Brasil algo que é inimaginável. Você decola do exterior, por exemplo, no caso, de Miami, e pousa em Guarulhos, chega, e o comandante diz que os passageiros esperem. Isso acontece normalmente. Você pensa que o avião já está estacionado? Não, ele está esperando a torre dizer onde ele vai estacionar. Se vai para um *finger*, se vai para um *boxe*. Para onde ele vai. Aí ele fica meia hora esperando para saber para onde ele vai. E o representante da Associação diz que isso aí é um absurdo. O sujeito sai com o plano de voo, faz uma viagem de dez horas, chega, pousa e não sabe para onde vai. Como é que pode? Isso é um caos. Total caos. Então é isso que está acontecendo.

No caso de Altamira, não tem condição nenhuma. Não tinha antes de Belo Monte. Agora, com a demanda de Belo Monte, não tem para nada. Então eu pediria, Dr. Manoel, que a direção da INFRAERO fizesse essa re-análise do planejamento de investimento e priorizasse Altamira.

Nós vamos ter problemas. E antes que tenhamos problemas... Porque quando houver uma demanda reprimida, você não vai ter atendimento com conforto. É melhor evitar isso, é melhor que se antecipe, faça as obras emergenciais para dar um certo conforto e já faça o planejamento da nova estação de passageiros para lá.

Passo a palavra ao nosso representante da ANAC, Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO FLÓRIO MOSER – Obrigado, Senador. Antes de responder às indagações sobre a qualidade de serviço dos aeroportos, eu gostaria só de...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Foi só comentário, está fora de pauta.

O SR. RODRIGO FLÓRIO MOSER – Tudo bem, se eu puder abordar um assunto fora de pauta, eu peço a...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Fique à vontade.

O SR. RODRIGO FLÓRIO MOSER – Obrigado. Um assunto que eu não abordei, até porque hoje é de competência do DCE, Comando da Aeronáutica, e eu não poderia de me furtar de abordar esse assunto, porque até 2010 era competência da ANAC, é a questão do perigo aviário. Como bem colocado pelo Dr. Antônio Carlos, é muito importante a construção dessa unidade de tratamento de resíduos sólidos, para que seja resolvido definitivamente o problema da atração dos pássaros, que compromete a segurança operacional também das aeronaves e do aeroporto. Isso é só uma complementação da minha fala, que não é competência da ANAC, mas como até 2010 era, é importante citar.

Com relação à qualidade de serviço, de fato, eu me referi, quando eu disse “dos serviços prestados pelo aeroporto”, eu me referi à classificação que é dada hoje ao aeroporto pela legislação existente. Então, essa legislação tem problemas, de fato. É uma legislação, uma norma interna à ANAC, ela é prévia à ANAC, ela é uma portaria do antigo DAC, e ela está sendo revista. Então, eu me referi às facilidades e às instalações que foram constatadas no aeroporto por inspeção da ANAC.

Então, se olharmos, o aeroporto tem certas instalações, tem facilidades que são até pouco observadas em aeroportos pequenos, em aeroportos do interior do País. Vou dar alguns exemplos: a questão do balizamento diurno e noturno, pelo movimento que o aeroporto tem, cem mil passageiros por ano, eu diria até que é um privilégio o aeroporto ter balizamento diurno e noturno; climatização das salas de embarque, climatização, se não me engano, de todo o aeroporto; iluminação do pátio de manobras; pista de pouso e decolagem devidamente equipada e balizada, como falei, para pouso diurno e noturno; serviço de remoção de emergência médica; sistema informativo de voo, enfim, são várias facilidades e instalações que o aeroporto tem e que hoje, de acordo com essa portaria do antigo DAC, o habilitam para cobrar uma determinada tarifa, que é categoria dois, que é muito bem posicionada.

Agradeço também muito ao Senador por nos ter atentado para esse aspecto de que não só isso contribuiu para a qualidade de serviço do aeroporto. Eu, particularmente, tenho uma visão, vamos dizer assim, corroboro com o que o senhor disse, que o mais importante de tudo é a satisfação do passageiro. Claro, dada a condição de segurança operacional, que com isso nós não estamos discutindo, mas o conforto para o passageiro é mais bem medido, não por meio de uma legislação, em que eu digo como tem que ser, mas esse conforto é mais bem medido pela percep-

ção do próprio passageiro. Então, de fato, se eu como ANAC digo aqui que as instalações, pelo menos segundo as normas que temos hoje, levam a crer que a infraestrutura é adequada, mas se o passageiro que passa por aquilo com frequência diz que não, eu acho que o errado sou eu. Então, realmente é bom quando ouvimos quando estamos certos, mas é bom ouvir que estamos errados e que precisamos aperfeiçoar o mecanismo para avaliação da qualidade dos serviços nos aeroportos.

Agradeço realmente, sinceramente, essa constatação que foi feita da questão da qualidade do serviço.

Ainda em relação a esse assunto extrapauta, o que a ANAC tem feito nesse sentido? Para as concessões aeroportuárias, já temos um modelo que leva em consideração a percepção do passageiro, que ouve o passageiro, que faz uma pesquisa de satisfação. Então, no contrato de concessão, os senhores podem observar que isso foi levado em consideração.

Foi levado em consideração também outro aspecto que não consta dessa norma atual, à qual me referi, que categorizou o aeroporto como “bom”: o conforto do espaço disponível, porque é sabido que o aeroporto de Altamira não tem espaço na sala de embarque, por exemplo, e que o espaço para a inspeção de segurança também é exíguo. E isso talvez leve a essa percepção negativa a respeito do aeroporto.

Então, esse é um aspecto importante que já estamos trabalhando em relação à concessão, até porque o nosso regulado é um ente privado. Então, a gente sabe a dificuldade de fazer isso.

Em relação aos outros aeroportos, gradativamente estamos fazendo um levantamento das condições existentes e também pretendemos fazer pesquisa com os passageiros.

Hoje, eu gostaria de dizer que a ANAC já tem no site um espaço dedicado ao passageiro para avaliar a qualidade do serviço, tanto da empresa aérea, quanto dos aeroportos. Então se acessar o site da ANAC: www.ANAC.gov.br/espacodopassageiro, qualquer um de nós pode fazer um cadastro e dizer ali qual é a sua percepção do serviço prestado pelo aeroporto. Isso sem dúvida é um instrumento que a ANAC tem para avaliar efetivamente a qualidade de serviço.

Então, novamente obrigado pela oportunidade de participar dessa subcomissão desse assunto, que é extremamente relevante. E obrigado, mais uma vez, por fazer essa crítica construtiva em relação ao mecanismo que temos hoje para avaliação da qualidade de serviço dos aeroportos e conseqüente aplicação tarifária.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço o Dr. Rodrigo Moser V. S^a defende,

com propriedade, o trabalho da ANAC. Eu entendo e também sei que a ANAC tem restrições orçamentárias.

Defendo não só a ANAC, como todas as agências reguladoras, a quem lamentavelmente o cidadão, o usuário, paga o que é cobrado nas suas tarifas, e os recursos que vão para o Tesouro são usados para superávit primário, quando deveriam voltar para a agência, para cumprir suas obrigações de fiscalização, e que lamentavelmente não são. Aí fica com restrições orçamentárias, não é só a ANAC, mas a Aneel, Anatel, todas as agências reguladoras.

Eu sou solidário a essas deficiências orçamentárias que as agências têm, porque acho que elas são importantes. Quando o Governo concede à iniciativa privada oferecer serviço ao cidadão, ele tem de regular e tem de fiscalizar, porque o cidadão tem de receber serviço de qualidade. Aí quando não tem recurso para fazer com eficiência, quem padece, quem sofre é o cidadão.

Quando V.S^a deu o *site*: “.../espaçodopassageiro”, eu até perguntei ao Dr. Johaness se era o assento conforto. Eu perguntei para a ANAC que história de assento conforto é essa que tem de pagar para ter o assento conforto, pois deveria ter o desconto do assento desconforto, que são os assentos restantes. Isso eu também não entendo. A agência reguladora deveria defender o cidadão, defender o usuário.

Bom, quero agradecer a presença de todos os nossos convidados, por terem aceitado mais esse convite da subcomissão. E dou por encerrada mais esta audiência da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Usina de Belo Monte.

(Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 16 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 7 DE MAIO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia sete de maio de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Paulo Paim e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e

aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 59, de 2012–CDH, aprovado em 23/04/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater “Direito do Consumidor: o consumo seguro e saúde”, como parte integrante das ações da Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, promovida pela Anvisa. Convidados: Neilton Araujo de Oliveira, Adjunto de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Amaury Oliva, Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC-MJ; Fernando Antonio Leite Goulart, Técnico da Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade do INMETRO; José Agenor Álvares da Silva, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim e Vicentinho Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta audiência pública, nos termos do Requerimento nº 59, de 2012, da CDH, aprovado em 23 de abril de 2012, de autoria deste Senador e de outros, tem como objetivo debater “Direito do Consumidor: o consumo seguro e saúde”, como parte integrante das ações da Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, promovida pela Anvisa.

Dos nossos convidados, alguns já estão presentes. Convido para a Mesa o Sr. Neilton Araujo de Oliveira, Diretor Adjunto da Anvisa; também o Sr. José Agenor Álvares da Silva, Diretor da Anvisa; e o Sr. Fernando Antonio Leite Goulart, Técnico da Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade, em substituição ao Sr. Paulo Coscarelli, Diretor Substituto da Diretoria de Qualidade do INMETRO.

Sejam todos bem-vindos. Estão todos em casa.

Vamos fazer uma pequena abertura só para situar aqueles que, neste momento, estão assistindo à nossa TV Senado.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater “Direito do consumidor: o consumo seguro e saúde”.

O tema faz parte da 1ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, que ocorre de hoje a quinta-feira, dia 10 de maio. O tema do evento será: “Anvisa e o Desenvolvimento Social e Econômico do Brasil”.

O objetivo da 1ª Semana de Vigilância Sanitária é prestar contas ao Congresso Nacional das atividades realizadas pela Anvisa e debater as propostas institucionais de aprimoramento do papel da Agência para atender às necessidades do novo cenário nacional e mundial.

A abertura oficial será amanhã, dia 8, a partir das 9h30, no Auditório Petrônio Portela, no Senado. Hoje estamos dando os primeiros passos desta importante semana.

Podemos listar aqui alguns temas a serem debatidos durante todo o evento: vigilância sanitária no contexto das políticas públicas – linha do tempo; regulação sanitária e o mercado de agrotóxico; utilização dos defensivos agrícolas na produção agropecuária e suas ampliações na saúde humana e no meio ambiente.

Enfim, saúde e segurança do consumidor são desafios para os quais o nosso País, os órgãos sanitários de defesa do consumidor reguladores, dentre outros, e os consumidores devem voltar a atenção com muito carinho e de forma muito especial.

Fiscalizar e exigir melhoria nos sistemas que abrangem a saúde dos consumidores são tarefas que indicam a defesa da própria cidadania. Com saúde não se brinca. São vidas. Pelo que temos acompanhado, os consumidores se tornaram presas fáceis do mercado, se não houver a devida fiscalização.

É preciso criar estratégias que garantam a proteção integral dos consumidores. A eles devem ser garantidos os direitos de consumir bens e serviços seguros e naturalmente de boa qualidade.

Não podemos esquecer, é claro, que o acesso a informações precisas também deve ser garantido aos nossos consumidores.

A saúde é tema assegurado pela Constituição Federal no seu art. 196. O que diz lá:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

A defesa do consumidor também é garantida em lei. Nesse sentido, destaco a importância de quatro leis que versam sobre a saúde e o consumidor: a Lei de Proteção do Consumidor, a Lei 8.078, de 1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social; as leis orgânicas de saúde, como a Lei nº 8.080, de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; e a Lei nº 8.142, de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e também dá outras providências.

Apesar de farta legislação, precisamos ainda garantir os direitos dos cidadãos e redemocratizar a saúde e os bens adquiridos ou utilizados pelos consumidores.

Com essa pequena e rápida introdução, vamos passar a palavra aos nossos convidados. Vamos dar 10 minutos para cada um, com mais 5, se necessário. É claro que, pela importância do tema, haverá uma tolerância ainda de 5 minutos, podendo chegar a 20 cada um, se necessário.

Conforme entendimento da Mesa, o primeiro a usar a palavra será o Dr. José Agenor Álvares da Silva, Diretor da Anvisa.

O Dr. José Agenor está com a palavra a partir deste momento.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Obrigado pela concessão da palavra.

Eu queria só fazer uma proposição para o senhor. Como não vou usar 10 minutos – vou falar rapidamente –, V. Ex.^a poderia passar a palavra depois para o Neilton, porque é ele quem vai fazer a apresentação de toda a rede de consumo seguro e saúde, que considero de suma importância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Disseram-me que há um pequeno...

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Vou só colocar rapidamente ali, para não tomar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Disseram-me que, além disso, há um filme de 15 minutos.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Vai haver uma apresentação

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai haver uma apresentação. Está bem, está bem. Fique à vontade.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Bom, queremos mostrar que se trata de um seminário

com dez audiências públicas, que estamos fazendo aqui no Congresso Nacional.

O objetivo geral é prestar contas ao Congresso Nacional das atividades realizadas pela Anvisa e debater sobre as propostas institucionais do aprimoramento do papel da Agência para atender às necessidades do novo cenário nacional e mundial. Quer dizer, todos os diretores da Anvisa hoje são sabatinados pelo Senado Federal. Só após a sabatina do Senado Federal e a aprovação em plenário os diretores são eleitos. Então, nada mais justo que venhamos a esta Casa para prestar contas daquilo que estamos fazendo.

A primeira audiência pública é esta de hoje. Ela tem um significado muito importante para nós pela interface que proporciona entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e outros órgãos de defesa do consumidor e, principalmente, por ser uma atividade de grande respeito, por exemplo, aos direitos de cidadania, que nós devemos sempre respeitar. Estamos aqui exatamente prestando contas, neste momento, de uma ação que é importante para o Brasil, de vanguarda, inclusive porque há relações internacionais nisso.

A partir de amanhã, nós começaremos o seminário propriamente dito com duas partes: uma com um seminário global e outra com algumas audiências públicas sobre temas de interesse tanto do Senado como da Câmara dos Deputados.

Então, amanhã, haverá uma mesa redonda sobre os Desafios da Regulação Sanitária e o Desenvolvimento Social e Econômico do Brasil. Essa Mesa será coordenada pela Senadora Vanessa Grazziotin e contará com alguns convidados que nós estamos trazendo exatamente para debatermos os desafios da regulação sanitária numa agência de regulação em saúde.

Haverá um painel rápido também sobre Gestão Institucional da Anvisa, coordenado pela Senadora Ana Amélia, em que todos os diretores e o Deputado Rogério Carvalho vão debater os avanços que podem ser verificados e que estão sendo acontecendo na gestão institucional da Anvisa, exatamente para que seja favorecido o papel dela de ter uma atuação bastante clara na defesa e na proteção das pessoas.

Num segundo momento, haverá uma mesa redonda sobre a Análise de Impacto Regulatório, Transparência, Comunicação e Participação Social – As Boas Práticas Regulatórias da Anvisa.

A Anvisa, Senador, foi a primeira agência que instituiu uma agenda regulatória. Todo ano nós aprovamos uma agenda regulatória para proporcionar à sociedade brasileira a discussão daquilo que é realmente importante no marco regulatório da Anvisa e, com base nessa agenda, nós fazemos todas as nossas ações de regulação. Isso será coordenado pelo Senador Valdir

Raupp. Nós vamos contar com a presença também do Deputado Darcísio Perondi, da Frente Parlamentar da Saúde; do Deputado Dr. Ubiali; da nossa ouvidora; e do representante do Conselho Nacional de Saúde.

Vamos realizar outro seminário, encerrando esse momento, cujo tema é A Vigilância Sanitária no Contexto das Políticas Públicas – Linha do Tempo, em que vai ser discutida um pouco a trajetória da vigilância sanitária desde os seus primórdios. Será uma conversa bastante informal para mostrarmos como tem sido, ao longo do tempo, o papel da vigilância sanitária e como ela se coloca hoje dentro da própria Anvisa. Nós vamos ser coordenados pelo Senador Humberto Costa e contaremos com a participação do Deputado Saraiva Felipe, ex-Ministro da Saúde e ex-Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família.

Dos ex-Presidentes que nós convidamos, infelizmente, pelo que nós estamos sabendo, só o Cláudio Maierovitch participará. Nós queríamos, nessa linha do tempo, fazer uma discussão com os Presidentes da Anvisa para sentirmos como se deu a evolução da Agência desde o momento em que foi criada até hoje e qual é o papel que ela ainda pode ter daqui para frente.

Pode passar.

A partir daí, nós realizaremos audiências públicas sobre temas realmente de interesse desta Casa, aliás, todos os temas da Anvisa são de interesse do Congresso Nacional.

Vamos começar com Regulação Sanitária e o Mercado de Agrotóxico. Eu vou participar dessa audiência, porque é uma área que eu coordeno dentro da Anvisa. Vamos fazer, também, a apresentação do Relatório de Atividades da Anvisa 2011, enfatizando nosso papel na Coordenação das Ações Descentralizadas de Vigilância Sanitária, mostrando que não adianta ficarmos em Brasília normatizando, criando regras, se não houver a adesão e o comprometimento, principalmente de Estados e Municípios. Isso será no Senado.

Também haverá uma audiência sobre Atuação da Anvisa no Âmbito Internacional, em que nós vamos discutir com os nossos parceiros internacionais a organização pan-americana de saúde. Vamos trazer o Ministério, que é o nosso órgão supervisor. E, na Câmara dos Deputados, também vamos discutir, no dia 9, a questão do mercado de agrotóxico: Regulação Sanitária e o Mercado de Agrotóxico. Nessa audiência, nós vamos fazer uma apresentação e haverá três convidados para debater: dois acadêmicos – um ligado à economia, um ligado à saúde pública – e uma pessoa ligada a uma das entidades que representam os produtores de agrotóxicos.

Pode passar.

A Anvisa e a Implantação da Logística Reversa de Resíduos de Medicamentos, tema que está também muito em moda hoje e que merece muita discussão e muita informação por parte da Anvisa, com a apresentação do Relatório de Atividades da Anvisa 2011.

Pode passar, Marcos Paulo.

Haverá uma audiência sobre A Gestão de Pessoas para Amparar as Ações da Anvisa e, depois, o encerramento.

Quer dizer, faz parte de uma estratégia discutida pela diretoria colegiada virmos aqui ao Congresso Nacional para mostrar as principais coisas que nós estamos fazendo e prestar conta daquilo que os Srs. Senadores delegaram aos agentes da Anvisa, aos diretores da Anvisa.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. José Agenor Álvares da Silva, Diretor da Anvisa, que apresentou como vão ser os trabalhos da Anvisa no Congresso Nacional.

Passamos a palavra agora ao Dr. Neilton Araujo de Oliveira, Diretor Adjunto da Anvisa, para as suas considerações iniciais.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Bom dia, Senador. Bom dia a todos os presentes. Bom dia também aos telespectadores que acompanham a TV Senado.

Este é um momento muito importante não só para a vigilância sanitária, mas para a saúde dentro do Congresso Nacional. E nós queremos, ao inaugurar esta semana, trazer um tema muito novo para a discussão da integralidade da saúde. Trata-se de consumo seguro e saúde.

Eu vou, ao longo da minha exposição, defender a dimensão de que consumo seguro ou segurança de produtos ou segurança de consumo constitui um novo e importante determinante social da saúde.

Pode passar, por favor.

Eu queria, antes de tudo, chamar a atenção para esta frase:

*As coisas são o que parecem ser;
ou não são e nem parecem ser;
ou são e não parecem ser;
ou não são e mesmo assim parecem ser.
Identificar esses casos...
É a tarefa do homem sábio!*

Essa frase está muito contextualizada no tema que nós estamos apresentando, porque a vigilância sanitária foi a primeira medida de saúde pública adotada no País oficial, como nós chamamos. Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, a criação do serviço de proteção aos produtos era para ocorrer sob o ponto de vista sanitário. No entanto, essa criação

tinha uma finalidade muito mais comercial. Lamentavelmente, ainda discutimos uma série de questões que deveriam ser analisadas sob a égide do social, sob a égide da importância da população, mas os aspectos econômicos, comerciais ficam muito mais fortalecidos, preponderando sobre aquilo que, de fato, deveria ser a nossa análise. Portanto, eu creio que essa frase é muito bem colocada neste momento para a nossa reflexão.

Pode passar, por favor.

Consumo e saúde e cidadania afetam todas as pessoas indistintamente. Para a inserção de uma pessoa no contexto político, no contexto econômico, no contexto social, no contexto acadêmico, esses três valores implicam a relação de cada uma dessas pessoas com o cotidiano e com o processo de desenvolvimento.

Pode passar.

Eu quero trazer aqui que a nossa linha de base, a nossa referência, a nossa premissa é a Constituição de 1988, que traz, pela primeira vez na história do País, a saúde como um direito. Até então, a saúde era ou uma questão de poder econômico para aqueles que podiam pagar ou uma questão de seguro, no caso do INPS para quem tinha a carteirinha do INPS, ou uma questão de caridade, como o trabalho que ainda exercem, com muita importância, as Santas Casas e os hospitais filantrópicos do Brasil todo. Portanto, a Constituição Federal brasileira de 1988 inaugura essa dimensão cidadã. Não foi à toa que essa Constituição foi denominada Constituição cidadã, porque trouxe uma série de direitos, entre eles um direito humano fundamental que é o direito à saúde. Nenhum país, nenhuma região vai se desenvolver se não contar com um sistema de saúde efetivo, de qualidade e de fácil acesso a toda população.

Esse sistema inscrito na Constituição não é um sistema comum. É um sistema universal integral e com controle da sociedade. O Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que enfrenta o desafio de construir um sistema público, gratuito, de qualidade e universal para toda a sua população.

Aqui estão as ações de proteção, promoção e recuperação da saúde, muito bem destacadas pelo Senador Paim quando ele fala da Lei 8.080 e da própria Constituição, com o art. 196.

Por favor, pode passar.

Nós não podemos discutir saúde sem um contexto, seja econômico, seja cultural, seja político, no qual estamos inseridos. Então, nós estamos sob os fundamentos da República: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa e o pluralismo político. Na minha avaliação, todas essas dimensões, todos es-

ses valores estão direcionados para a ênfase maior dos nossos objetivos: a dignidade da pessoa humana.

Democracia e cidadania não se conquistam, não se dão gratuitamente; são fruto de uma conquista. E essa conquista é derivada de uma luta, muitas vezes uma luta de longo tempo e quase sempre contra-hegemonia. No Brasil não foi diferente. Se nós analisarmos as duas últimas décadas e meia, nós vamos ver que o setor saúde foi extremamente competente e inteligente. Utilizou toda a luta de redemocratização do País, de construção da democracia para inserir ali os valores prioritários da saúde, como direito, qualidade de vida e direito de cidadania.

Rapidamente eu trago aqui algumas informações, reforçando aquilo que o Senador Paim também colocou na introdução. Além da Constituição, nós temos algumas leis fundamentais.

A Lei 8.078, que cria o Código de Defesa do Consumidor, é de 11 de setembro. Uma semana depois, o Congresso Nacional aprovou a Lei 8.080, que era para ser uma lei única orgânica da saúde. No entanto, devido aos diferentes vetos impostos a essa lei, no dia 28 de dezembro, entre o Natal e o ano-novo, o movimento social e o Congresso brasileiro aprovaram outra lei fundamental para a saúde: a lei do controle social, a Lei 8.142. A lei de criação do INMETRO, para nós, também é importante na dimensão de consumo seguro, como nós vamos mostrar daqui a pouquinho.

Portanto, podemos dizer que temos um marco legal e um marco regulatório consistente, mas a história também nos ensinou que apenas aprovar as leis ou o marco regulatório não é suficiente para que isso se concretize na prática. É preciso mobilização social, é preciso conhecimento, é preciso disposição e é preciso, principalmente, articulação política, articulação social.

Pode passar.

A política brasileira de saúde trabalha a integralidade da saúde e a integralidade da cidadania. É natural que compreendamos que, no momento de um trauma, no momento de um acidente, durante uma epidemia de dengue, diante do risco de uma epidemia internacional, como a gripe H1N1, essas questões da recuperação da saúde fiquem muito evidenciadas e ofusquem as outras dimensões da promoção e da proteção da saúde.

O que nós estamos tentando fazer aqui é exatamente trazer a importância real dessas dimensões, fundamentalmente da proteção da saúde.

Eu ousar afirmar para todos vocês que, do ponto de vista de mobilização da sociedade em torno da recuperação da saúde, batemos na trave. Quando dizemos para a população que precisamos lutar para aumentar o orçamento da saúde, para aumentar e facilitar o acesso, para aumentar a qualidade não só

da gestão, mas também da atenção integral da saúde, a população muitas vezes nos responde: “Mas está faltando médico, está faltando remédio. Eu não tenho acesso. Eu fico na fila.” Quando falamos da promoção da saúde, da proteção da saúde, a população se mobiliza. Quando falamos da vigilância sanitária e da importância do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária não só para os consumidores, mas também para toda a população, as pessoas falam: “Puxa, essa é uma coisa importante.” Quando falamos do Sistema Nacional de Imunização, que é um exemplo para o mundo, as pessoas também reagem positivamente. Então, é essa ênfase maior da proteção que está colocada como um grande desafio não só para a população, não só para os profissionais de saúde e os gestores de saúde, mas também para este Congresso, para o Senado e para a Câmara dos Deputados.

Portanto, nós consideramos vitoriosa essa luta dos últimos 25 anos, com os diferentes sistemas descentralizados, tanto de vigilância sanitária, como do próprio sistema de saúde. Inauguramos no mundo os fóruns tripartites, o próprio controle social composto pela metade, pelo menos, da representatividade da sociedade. Essas são conquistas da democracia, conquistas da cidadania, inseridas, incluídas nisto que nós chamamos de integralidade da saúde.

E essa construção de relação e de cooperação entre diferentes órgãos está colocada, então, como um novo determinante social, que nós consideramos tão importante quanto qualquer outra dimensão, seja da epidemia, seja da promoção, como nós dizíamos, mas com um trabalho e com uma dificuldade muito maior, porque é uma coisa nova. E quando se trata de discutir um tema novo, há naturalmente uma resistência até a que as pessoas compreendam.

Então, consumo seguro é, para nós, esse novo desafio que queremos convidar todos a compreender, a conhecer, e esperamos que as pessoas ajudem na sua construção.

Eu quero dizer aqui da importância do Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, do Instituto Nacional de Meteorologia e da Anvisa como órgãos pioneiros na construção de uma articulação que a gente está chamando de Grupo de Trabalho Brasil de Consumo Seguro e Saúde, e constituindo um papel protagonista na construção da Rede de Consumo Seguro e Saúde das Américas, coordenado pela OEA e pela Opas.

A Anvisa tem aproximadamente 2.500 trabalhadores, nós éramos, há um ano, mais de 3.000 trabalhadores, estamos perdendo quadros devido a aposentadorias, mudanças de opção dos trabalhadores, no momento de crescimento importante do País e que

necessária de muito mais força dessa Agência. Então, há uma sobrecarga enorme e também uma agenda muito volumosa para os gestores, os dirigentes da Anvisa e para os técnicos que compõem essa Agência. E nós não somos apenas uma agência federal; nós somos uma agência nacional e coordenamos o sistema nacional de defesa do consumidor; as Visas estaduais com aproximadamente 2.600 trabalhadores, e as Visas municipais com pouco mais de 50 mil trabalhadores. Nós não estamos falando de pouca gente, estamos falando de muita gente, mas, ainda, um “muito” que é insuficiente para as demandas que estão colocadas nos desafios da vigilância, do controle, da regulação sanitária que compõem uma parte importante dessa dimensão que a gente está chamando de proteção sanitária.

E essa importância da vigilância sanitária é tamanha que a gente, muitos não sabem, muitos acadêmicos, muitos políticos, Senadores, Deputados, muitos gestores desconhecem que um quarto do PIB brasileiro passa pela vigilância sanitária; mais de 60%, quase três quartos das nossas importações passam pela vigilância sanitária. Então, além de a gente ser um dos campos mais antigos – como eu dizia, o serviço de proteção ao comércio exterior, criado por D. João VI, em 1808/1809, ainda carece de um fortalecimento da sua dimensão sanitária, porque o que prepondera, de fato, ainda, é a dimensão econômica e comercial.

A Anvisa, SUS e o direto à saúde.

Nós não podemos desconhecer que essa proteção à saúde – portanto, a Anvisa e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária compõem o SUS – integra esse sistema universal que está ainda em processo de construção e inserido nessa relação forte com a qualidade de vida como direito de cidadania.

Não é simples o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Eu trago aqui um pequeno exemplo da sua inter-relação, da sua interface com diferentes ministérios, com diferentes órgãos estaduais e municipais, com o sistema de meteorologia, com os Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento; com o conhecimento, Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia, do Turismo. Enfim, não há nenhum ramo da atividade econômica ou da atividade em que não iremos ver o papel importante da vigilância sanitária.

Se nós perguntarmos aqui, agora, quem usou o SUS nos últimos 6 meses, algumas pessoas levantarão a mão. Se perguntarmos no último mês, menos pessoas levantarão a mão; se perguntarmos quem usou o SUS hoje, talvez uma ou duas levantem a mão, enquanto todos deveriam levantar a mão porque todos usaram o SUS hoje. A pasta de dente, o café da manhã, o leite, o perfume que nós todos usamos passam

pela vigilância sanitária. Portanto, essa é uma ação do Sistema Único de Saúde, é uma ação importante de proteção do consumidor, e consumidores somos todos nós. Nenhum ser humano pode não ser considerado não incluído na dimensão cidadã. Portanto, nenhum também pode ser considerado que não seja incluído na dimensão consumidora; somos todos cidadãos, somos todos consumidores e é esse sistema que percebe a necessidade de uma articulação e integração forte para a gente, de fato, construir essa dimensão do consumo seguro como um determinante social da saúde.

Nós estamos vivendo em tempos de globalização. Portanto, não podemos pensar somente do ponto de vista local, regional ou nacional, ou somente do ponto de vista global. Essa é uma dialética que nós precisamos ter no nosso dia a dia, e uma situação de saúde internacional, em menos de 24 horas, vai impactar uma dimensão de saúde local.

O caminho de volta se coloca tão verdadeiro quanto o primeiro. Então, nós estamos numa via de mão dupla: a situação internacional, afetando o sistema local e regional, e o sistema local e regional afetando o sistema internacional. Isso, somente a proteção sanitária vai conseguir prevenir, vai conseguir controlar, mas para isso precisa ter conhecimento porque, senão, não será competente para ter sucesso na sua empreitada.

Falando em determinação social da saúde, a gente tem a dimensão individual – nutrição, conhecimento, estilo de vida, gênero; uma dimensão intermediária – pobreza, família, ambiente, educação e emprego; e uma dimensão remota – política, desenvolvimento, urbanização, migração.

Para algumas regiões, talvez, essa migração não terá tanta importância como terá para outras. Naturalmente, essa questão da migração é muito importante para Brasília e o Distrito Federal, como é importante para o meu Estado, o Tocantins, onde o Brasil todo busca esses novos espaços de desenvolvimento, de construção, de família, de negócios, e aí a dimensão migração tem uma importância muito grande.

Eu tenho que pensar cada uma dessas dimensões como um determinante importante da saúde. Portanto, eu quero inserir aqui essa dimensão relevante do consumo seguro, ou da segurança de produtos, ou da seguridade de produtos como um novo determinante social da saúde. Essa é uma frase bonita de a gente falar, mas é uma prática muito difícil de se construir e não vamos conseguir isso se não houver essa sensibilização, e por isso a importância desta Comissão de Direitos Humanos. Eu queria cumprimentar o Senador Paim e o Senado Federal por estarem inaugurando esta Semana de Vigilância Sanitária no Congresso, com um tema tão relevante e abrangente como é este agora.

Nós não podemos... Ao dizer que não podemos construir ou discutir o nível local sem estar olhando o nível global, a Anvisa, o DPDC e o INMETRO, articulados com outros países, sob a coordenação da Organização dos Estados Americanos e da Organização Pan-Americana de Saúde, estão fazendo um esforço enorme para construir a Rede Consumo Seguro e Saúde nas Américas.

O continente estava desprovido de algo que pudesse ajudar a informar, a preparar e, principalmente, a mobilizar autoridades, agentes e a própria população consumidora em torno desse tema tão importante.

O objetivo dessa rede é contribuir para garantir o consumo de bens e serviços seguros, e a proteção da saúde dos consumidores – que é o nosso objetivo maior – no continente como um todo, mediante fortalecimento da capacidade de monitoramento e controle dos Estados relativo à seguridade de produtos.

Nós vamos observar nas três Américas uma diversidade econômica, cultural e legal muito forte. Social, da mesma forma. Enquanto temos Estados Unidos, Canadá, Brasil como potências econômicas, há países com dificuldades econômicas muito sérias, países com dificuldades sociais do próprio marco regulatório ainda muito desigual.

Numa pequena síntese, a gente começou esse movimento com uma primeira discussão, reunindo especialistas das Américas para discutir o que era consumidor, o que era saúde dos consumidores, como é que a gente articulava isso e, a partir daí, surgiu um projeto de criação da Rede Consumo Seguro e Saúde nas Américas (RCSS), e o Brasil foi um dos protagonistas a apresentar uma resolução à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, onde foi aprovado por unanimidade a criação da Rede Consumo Seguro e Saúde.

A Anvisa, INMETRO e DPDC com papéis protagonistas, representando o País nessa discussão e no apoio, inclusive econômico, para os primeiros passos e momentos dessa rede, que tem, fundamentalmente, três eixos, ou três componentes estratégicos:

- 1) Intercâmbio de experiências e troca de informações: compartilhamento de informações pertinentes ao consumo seguro e saúde – os países mais desenvolvidos ajudando aqueles que ainda estão em processo de construção.

- 2) Formação e capacitação de agentes e de autoridades nas três dimensões: sanitária, defesa do consumidor e de meteorologia; e outras dimensões que estamos agregando gradualmente.

- 3) Criação de um sistema interamericano de alertas rápidos sobre consumo seguro e saúde. É fundamental dispor de informações ágeis, fáceis, precisas,

também como dizia o Senador Paim na introdução, na abertura da Mesa, para que a população tenha essa facilidade de obter esse esclarecimento e saber como agir diante de uma situação.

O Portal de Sistema de Alertas Rápidos, que está no sistema da OEA, na página da OEA, é um portal de fácil acesso, fácil de guardar, inclusive – www.oas.org/rcss – ali estarão os alertas sobre qualquer produto inseguro que ocorre no mundo hoje. Claro que começamos com a natureza de alguns produtos, com eletroeletrônicos, com brinquedos, produtos para crianças, pela sua similaridade nos vários países do mundo.

A questão alimentar, que é muito diferenciada nos diferentes países, nos diferentes continentes, será, naturalmente, um tema que colocaremos no portal mais adiante.

Esse portal, então, é um espaço de compartilhamento de informações de interesse tanto da Autoridade Sanitária, Autoridade de Proteção ao Consumidor, Autoridade de Meteorologia, e da própria população consumidora, que somos todos nós, como eu dizia agora há pouco.

No Brasil, não adianta nós fazermos um esforço mundial, global ou continental se no âmbito nacional ou no âmbito regional você não desenvolve essa capacidade.

Então, a gente criou um grupo de consumo seguro e saúde no Brasil, que tem três representantes no grupo técnico assessor que acompanha a construção e o desenvolvimento dessa rede no continente americano.

O papel desse grupo técnico assessor – além de ter a representação do Brasil, de outros países, da OEA e da Opas – é acompanhar e assessorar a implantação e o desenvolvimento da própria Rede Consumo Seguro e Saúde nas Américas; mobilizar e ampliar a participação de outros países; e acompanhar de maneira intersetorial todos os avanços que estão ocorrendo no mundo nessa dimensão de consumo seguro e saúde.

União Europeia, Canadá, Estados Unidos, Austrália já detêm essa dimensão como um valor social há mais de três décadas. No Brasil isso é muito recente. É de fato, como eu dizia, um novo horizonte, um novo desafio colocado para todos nós.

Teremos uma reunião agora, dia 25 de maio, desse grupo técnico assessor que acompanha a rede, e a gente está levando um série de propostas aqui do Brasil, inclusive uma delas é a criação de um atlas consumo seguro e saúde das Américas, para facilitar mais a informação e para colocar em que estágio de construção se encontra cada um dos países nesse contexto.

Falando em contexto nacional, contexto brasileiro, em torno do consumo seguro e saúde, é preciso compreendermos que também no âmbito nacional nós

temos uma grande diversidade, não somente pela extensão territorial do nosso País, 27 unidades federadas, 5.565 Municípios; mais 193 milhões de habitantes, quase 200 milhões de habitantes, mas pela diversidade mesmo cultural, econômica, social, sanitária inclusive; questão de transporte, questão de comunicação. Então, a diversidade global e a diversidade nacional podem ser também compreendidas, a diversidade regional ou a diversidade dentro do próprio âmbito de um Município.

Então, é nesse contexto de diversidade que a Anvisa, DPDC e INMETRO, compondo o Grupo Seguro e Saúde Brasil, buscam articulação, mobilização, integração e coordenação de forma diferenciada para aumentar a proteção sanitária dos consumidores, num trabalho conjunto das autoridades de proteção ao consumidor, autoridade sanitária, autoridade de meteorologia e da própria representação dos consumidores de toda a sociedade. Esse é o desafio que estamos há dois anos construindo e queremos, a partir desta Mesa aqui, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e de outras comissões, como a Comissão de Seguridade Social e de todo o Congresso nesta I Semana de Vigilância Sanitária no Congresso, colocar este tema na ordem do dia dos debates legislativos e na importância do debate nacional que estamos fazendo.

Saúde e Segurança do Consumidor, ou Consumo Seguro e Saúde, é uma questão de Estado. Não é apenas uma questão sanitária, ou legal, ou de técnica, é uma questão principalmente política, e por isso nós estamos convidando a todos para esse desafio. Para mim, a maior dificuldade hoje é agir na responsabilização, dentro do território brasileiro, quando uma empresa, um produto está revestido de um risco sanitário, quer seja pela má prática de fabricação, quer seja por insumos inadequados, quer seja por informações não consistentes no seu processo de divulgação e propaganda. Por isso, a regulação da propaganda de todos os produtos, não apenas de medicamentos, que já está consagrado na cultura brasileira, mas de todos os produtos, é fundamental que seja nos fundamentos da ética, da veracidade e do controle da participação da sociedade.

É essa a dimensão que a vigilância sanitária, a proteção dos consumidores se coloca dentro desse contexto de consumo seguro e saúde.

Nós temos, naturalmente, uma estrada longa pela frente, mas existem alguns passos mais concretos, mais visíveis: fortalecimento dos sistemas estaduais integrados e articulados. No Congresso há um projeto de criação de sistema nacional de acidente de consumo. Eu ousou afirmar a vocês todos que estão aqui nos assistindo, para quem nos acompanha por meio da TV Senado, que talvez seja uma das principais causas de

internação de crianças no Brasil os acidentes domésticos de consumo. Uma criança que bate a cabeça num canto de uma mesa, nós ainda compreendemos que é um descuido da criança, é um descuido do pai ou da mãe que não colocou a mesa no lugar adequado, isso é um acidente de consumo, porque a mesa não deveria ter um canto agudo que provocasse aquela lesão.

Se nós pegarmos as nossas canetas esferográficas e olhássemos o que ocorre nelas, a partir de uns 10 anos para cá, foi serrada a pontinha dela. Essa foi uma medida de precaução de um acidente de consumo grave, importante, em alguns casos fatais. Era muito comum as crianças mastigarem – os adolescentes – mastigarem, escrevendo com as canetas esferográficas, mastigarem a pontinha desta caneta e, num acidente, aspirar e essa tampinha indo, numa criança menor, obstruía totalmente a traqueia dessa criança, levando-a a uma asfixia e, às vezes, à morte. Apenas uma pequena serrada nessa pontinha não evitou os acidentes, mas evitou que ele fosse letal, porque no caso de a criança ainda aspirar, o ar ainda passará através desse furinho. Então, isso foi possível graças ao conhecimento, graças à vigilância cotidiana e graças a uma interação de autoridades, de empresas, da população e, principalmente, a um sistema de informação integrado, articulado, mostrando acidentes domésticos como fatores graves que comprometem a saúde da população consumidora.

A formação e capacitação continuada de agentes e autoridades, para nós, é o desafio mais estratégico, porque aqui que nós vamos mobilizar pessoas, que nós vamos levar conhecimento, e que nós próprios vamos conhecendo outras dimensões que ainda desconhecemos.

Ampliar a comunicação e a difusão de informações é uma forma estratégica de mobilizar a sociedade, é uma forma estratégica, inclusive, de mobilizar este Congresso, que precisa estar de prontidão, aliado no cotidiano para o desenvolvimento de consumo seguro e saúde como um fator de proteção da população brasileira.

Definir indicadores nacionais e regionais de acompanhamento da responsabilização de reparação de danos. O Estado brasileiro, um Estado democrático de direito, exige que o País avance nessa direção, e esse não pode ser um desafio apenas do setor Judiciário ou do setor Legislativo; é de toda a população, das autoridades educacionais, autoridades de comunicação, autoridades sanitárias, e assim por diante.

Nós temos, então, no continente americano, todo o esforço coordenado pela OEA e Opas com vários países, entre eles o Brasil protagonizando a construção desse momento chamado Rede Consumo de Seguro

e Saúde das Américas, e no Brasil um grupo que pretende se ampliar, com a participação de vários outros setores, mas hoje articulado já: Anvisa, DPDC e INMETRO. Esses são dois símbolos que a gente considerou muito estratégicos, porque mostra a interface tanto da dimensão econômica num código de barras, como a defesa da qualidade de vida de todas as pessoas, que somos nós consumidores.

Se nós estamos vivendo num mundo global, é preciso que a gente compreenda que há necessidade de respostas regionais, nacionais e locais. Sem conhecimento, sem articulação e sem cooperação enfrentaremos isolados, de forma fragmentada, os múltiplos desafios de um mundo global e diverso.

Pode passar.

É nessa compreensão do internacional, do continental, do nacional e do local que nós estamos fazendo, então, este debate tão importante nesta manhã de hoje, de uma articulação nacional, regional e global, fundamentalmente com a participação social. Isso só é possível numa cooperação. Isso só é possível numa cooperação em rede. Eu queria agradecer muito o Congresso, eu queria cumprimentar a todos vocês que estão aqui, os nossos telespectadores e convidar a todos a refletirem mais profundamente sobre a importância de consumo e seguro como esse novo determinante social da saúde.

Muito obrigado e um bom dia a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos.

Aproveito o momento para cumprimentar não somente o Neilton Araujo de Oliveira, Diretor Adjunto da Anvisa, pela brilhante palestra que fez, que foi ilustrativa – tenho certeza – não somente para nós que estamos aqui, mas, também, para todo o País, pela TV Senado, Rádio Senado e pela Agência Senado, também o Dr. José Agenor Álvares da Silva, Diretor da Anvisa, que cedeu o seu tempo. Por isso ele falou por 40 minutos, e você falou 5 minutos, foi bem articulado. Eu acho que a palestra foi muito, muito boa para introduzir o debate nessa linha do direito do consumidor, o consumo seguro e a saúde. E a Comissão de Direitos Humanos se sente, eu até diria, contemplada e até prestigiada por iniciarem aqui esta bela semana, e que irá por todas as Comissões; mas que bom que começou pela Comissão de Direitos Humanos.

Tenho a certeza de que muita gente no Brasil não sabe que a Anvisa faz parte do Sistema SUS, como foi aqui colocado. E pequenas medidas que parecem fáceis, mas que agora, a partir do movimento feito aqui no Brasil, principalmente pela Anvisa, visam normas internacionais que poderão evitar acidentes domésticos, como o exemplo que foi dado. Eu mesmo não ha-

via percebido a questão da mesa. Por que a mesa tem que ter aquele canto vivo, onde qualquer um de nós, uma criança bate a cabeça, ou outra parte do corpo, e fica com uma lesão? É interessante.

Então, mais uma vez, os meus cumprimentos à Anvisa.

E vamos de imediato, seguindo a ordem aqui, não de chegada, mas a que foi organizada aqui pela minha agenda, ao Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Dr. Amaury Oliva.

O SR. AMAURY OLIVA – Obrigado, Senador; bom dia a todos e a todas. Antes de iniciar, eu gostaria de agradecer o convite feito pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, feito ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor; também na pessoa do Senador Paulo Paim eu gostaria de cumprimentar todos os meus colegas de Mesa, parabenizar o Neilton pela excelente apresentação. Acho que o Neilton se tornou um grande defensor dos consumidores, é mais “consumerista” do que sanitarista. Também quero dizer que é uma grande honra participar da Semana de Vigilância Sanitária do Congresso Nacional. Não queria perder a oportunidade de parabenizar a ação da Anvisa nos últimos anos. A Anvisa é uma agência que tem se destacado pela relação proveitosa e que tem cada vez mais estratégias com todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor pela grande relevância de suas ações, enfim, pela proteção do consumidor como um todo, de uma forma geral. E parabenizo também a Comissão por trazer este tema da saúde e segurança do consumidor para o debate. Acho que é um tema extremamente estratégico para nós da Defesa do Consumidor. É um problema de consumo, mas sempre um grande problema; alguma infração do Código. Agora, aquelas que lidam com a saúde do consumidor são sempre mais delicadas, mas estratégicas, não se trata apenas de um problema de consumo, mas uma forma de prevenir e reprimir os acidentes de consumo que colocam em risco a saúde e a segurança dos consumidores.

Fiz uma breve apresentação e prometo não me prolongar muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquilo, pois serei tão tolerante quanto fui com o Dr. Neilton.

O SR. AMAURY OLIVA – Antes de entrar no tema, eu queria fazer uma breve contextualização normativa da defesa do consumidor e dizer um pouco do departamento.

Bom, a própria Constituição Federal de 1988 tratou do tema defesa do consumidor como direito fundamental e princípio da ordem econômica. Quer dizer,

o Estado deve promover a defesa do consumidor; e Estado, aqui, é num sentido bastante amplo, o Estado não é apenas Executivo, Legislativo e Judiciário, mas é todo o Estado brasileiro.

Posteriormente, a Lei 8.078, de 1990, que é o Código de Defesa do Consumidor, estabeleceu como é feita a defesa do consumidor no Brasil, que é exercida por meio do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que congrega os órgãos federais, estaduais e municipais, além das entidades civis de defesa do consumidor, aqui com uma competência federativa. Quer dizer, não há uma hierarquia entre os órgãos, há uma coordenação e o trabalho conjunto e articulado, órgãos, com para destaque para PROCONs, Ministério Público, Defensoria Pública, entidades civis, delegacias de polícia e todas as agências que lidam no dia a dia com as questões do consumidor.

Em 1991 foi criado o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que é um órgão vinculado à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, com a atribuição principal de coordenar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Justamente como não há uma hierarquia e a competência é concorrente, a lei criou esse órgão para coordenar a política nacional.

O nosso departamento tem as competências definidas pelo Código de Defesa do Consumidor e também pelo Decreto 2181, de 1997.

Nossas principais atribuições são planejamento, elaboração, coordenação e execução da política nacional das relações de consumo. Aqui eu destaquei alguns principais objetivos: garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores em todos os níveis; promover a harmonização nas relações de consumo, incentivar justamente essa ação integrada e articulada entre todos os órgãos que lidam diretamente com a defesa do consumidor.

O Departamento também representa os interesses dos consumidores brasileiros e de todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor junto aos diversos órgãos internacionais de que participamos, como o Mercosul, a OEA, entre outros. E aqui o que o Neilton colocou, toda a nossa articulação com a Organização dos Estados Americanos, que tem desenvolvido um excelente trabalho dessa criação da Rede Consumo Seguro e Saúde.

O Departamento, como órgão que coordena o sistema, tem se concentrado nas ações voltadas à proteção da saúde e segurança do consumidor. Não preciso dizer da relevância desse tema; a gente já apresentou bastante.

Nós atuamos de duas formas que entendemos bastante estratégicas. A primeira, na prevenção de acidentes. Esta prevenção de acidentes se dá de diversas

formas; primeiro, nós acompanhamos e fiscalizamos todos os processos de *recall* realizados pelos fornecedores. O Código de Defesa do Consumidor trouxe regras bastante básicas há mais de 20 anos. A regra é a de que o fornecedor não pode colocar um produto que coloque em risco a saúde e a segurança dos consumidores. Quando isso acontece, e esse fornecedor vem a descobrir essa falha na produção, esse defeito, ele, imediatamente, avisa a todas as autoridades e avisa os consumidores por meio dos avisos de risco, que são aqueles avisos que nós frequentemente vemos nos jornais, rádio e televisão. Então, essa é uma obrigação legal; o Código protege a saúde e a segurança do consumidor, é um princípio básico, e, existindo o risco de um produto ou um serviço, é obrigação do fornecedor tirar esse risco e ressarcir o consumidor desse produto ou serviço, consertando ou substituindo ou ressarcindo o pagamento.

O Departamento também mantém um sistema de *recall* com todas as informações das campanhas protocoladas por esses fornecedores, desde 2002. Então, há um banco de dados no *site* do Ministério da Justiça.

E há também um trabalho extremamente importante e estratégico, que é a articulação com os diversos órgãos técnicos competentes. O Neilton colocou muito bem que a proteção contra os riscos e a proteção da saúde e segurança do consumidor é um dever de todos, é uma questão de Estado, não é apenas da DPDC, Anvisa, enfim, é algo deve ser visto como um dever do Estado. Dentro desse dever, há sempre uma competência concorrente, de modo que é cada vez mais importante essa atuação articulada entre os diversos órgãos. A Anvisa, por exemplo, tem um trabalho fundamental para nós, que é justamente se manifestar sobre o risco do produto, por exemplo, da área de vigilância sanitária. Uma vez detectado esse risco, nós, da defesa do consumidor, com todo o aparato do Código de Defesa do Consumidor, podemos investigar e, eventualmente, punir empresas. Então, é um trabalho sempre articulado de órgãos com competências concorrentes sobre o tema.

A articulação com os órgãos técnicos, além das agências técnicas, também ocorre com os órgãos próprios do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. E aqui eu queria destacar os foros de trabalho. O primeiro é o Grupo de Estudos Permanentes de Acidentes de Consumo, foi criado em 2008 pelo departamento; ele congrega os diversos órgãos envolvidos no tema. Então, tem o DPDC, a Anvisa, o INMETRO, o Denatran e os órgãos específicos de defesa do consumidor – representantes dos PROCONs, do Ministério Público, Defensoria Pública, entidades civis, de modo que todos trabalham de uma forma cada vez mais articulada, jus-

tamente aproveitando esses esforços que, muitas vezes, são escassos, para ter ações cada vez mais efetivas.

Além do GPAC, também foi criado o Grupo de Trabalho Rede Consumo Seguro e Saúde, que o Neilton bem explicou aqui. Quer dizer, esse grupo tem a participação do DPDC (Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor) Anvisa/INMETRO, aí mais voltado também para questões internacionais, a nossa interação e articulação com a Rede Consumo Seguro e Saúde das Américas, e também uma forma de dialogar com os órgãos internacionais. Quer dizer, levar a experiência brasileira para os foros internacionais e também, nesse diálogo com os diversos foros e com a OEA, trazer aquilo que pode ser aplicado no Brasil e ter efeitos concretos para defesa do nosso consumidor.

Esse trabalho articulado tem sido um exemplo em todas as Américas, enfim. Não é, Neilton? Diversos países sempre nos procuram porque, no Brasil, surgiu essa interação bastante eficaz dos órgãos de defesa do consumidor, do Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, Anvisa e INMETRO que, em muitos países, ainda é uma novidade. Os órgãos trabalham segmentados, e aqui, há alguns anos, temos trabalhado cada vez mais próximos, cada vez mais articulados, e isso tem sido uma liderança nas Américas, a ponto de esse trabalho articulado, esse nosso diálogo com a OEA, ter dado essa ideia de criar uma rede. Já existia uma rede no Brasil, enfim, já trabalhávamos de modo articulado, e esse modelo brasileiro foi apresentado à Organização dos Estados Americanos, que o entendeu como um modelo de sucesso, um modelo que pode ser aplicado em todas as Américas, juntando as três perspectivas: a defesa do consumidor, a saúde, pela vigilância sanitária, e também a metrologia; quer dizer, aquela prevenção, como o Neilton colocou, de uma tampa de caneta, uma certificação de um móvel, de um aparelho eletrônico, ou seja, todos os órgãos cuja articulação tem cada vez mais como promover a defesa da saúde e segurança do consumidor.

Para finalizar, eu queria comentar um pouco das últimas ações que o Ministro da Justiça lançou neste ano em comemoração ao Dia Internacional do Consumidor, em 15 de março. Nós lançamos uma série de medidas para aprimorar a defesa da saúde e segurança do consumidor. A primeira foi a publicação da nova portaria de *recall*, que é a Portaria nº 487, de 2012. Ela atualizou a portaria que já existia, mas trouxe alguns componentes bastante importantes.

O primeiro foi um destaque justamente a essa interação entre os órgãos; quer dizer, agora, não basta às fornecedoras comunicar aos órgãos de defesa do consumidor acerca das campanhas de *recall*, mas também devem informar às agências competentes. Quer

dizer, se o produto é vigilância sanitária, é importante que também se avise à Anvisa. Se o produto é, por exemplo, um veículo, que se avise ao Denatran, para aprimorar essa comunicação entre os órgãos.

Um segundo ponto foram as informações que hoje as empresas disponibilizam. Cada vez mais, o mercado tem-se mostrado mais complexo, mais globalizado. Então, foram incluídas diversas informações que os fornecedores devem prestar: para onde aqueles produtos são exportados, de onde eles são importados, para onde vão, ou seja, uma série de informações que ainda não havia. A portaria antiga era de 2001, e, durante todos esses anos, houve um avanço significativo. Então, foram solicitadas mais informações, e também a nova portaria criou uma ferramenta bastante importante que ainda não existia: um sistema de comunicação rápida, um sistema de alertas rápidos entre as autoridades competentes.

Próximo, por favor.

Então, esse sistema, que nós chamamos de Sistema Nacional de Alertas Rápidos de *Recall*, funciona da seguinte forma: hoje, as empresas nos informam os *recalls*, através de um documento. Nós o recebemos e mandamos um ofício para todo o sistema. Agora, a lógica muda um pouco. A ideia é que as empresas informem essas campanhas de *recall*, esses defeitos, de maneira eletrônica, e ao recebermos, nós preparamos um alerta rápido, que é automaticamente enviado a todos os órgãos competentes – agências e órgãos de defesa do consumidor – e também aos consumidores que se cadastram no sistema. Então, a ideia é que cada um receba uma mensagem, dizendo que foi recebido um *recall* de tal produto.

Houve também, com esse sistema, uma reformulação do banco de dados de *recall*. Hoje, a pesquisa é mais sofisticada: pode-se pesquisar por ano, por produto, por marca, ampliando, dessa forma, o próprio conceito do *recall* e objetivando sempre prevenir os acidentes de consumo.

Na próxima página, vemos como é o sistema novo. Na seguinte, a forma como é pesquisado. Uma pesquisa bastante simples para os consumidores, jornalistas e quem estiver interessado, das campanhas recebidas por ano, por tipos de produto, por empresas, e tudo o mais.

Finalizando, isso tudo na nova página do Ministério da Justiça, voltada à saúde e à segurança. Então, o Ministro lançou essa página específica sobre o assunto, reunindo informações sobre *recall*, os trabalhos desses grupos de trabalho, como GPAC, como GTBrasil, que temos com Anvisa/INMETRO, orientações aos consumidores sobre como atuar em casos de *recall*, o que fazer, os seus direitos, os comunicados de forne-

cedores de campanhas, enfim, todas as informações sobre a área, reunidas num espaço para facilitar aí o acesso a essa informação.

Bom, eram esses breves pontos que eu queria trazer.

Coloco-me à disposição para conversar mais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, DPDC, Dr. Amaury Oliva. Meus cumprimentos pela sua fala.

Já ouvimos a Anvisa e o Ministério da Justiça.

Agora, vamos ouvir o INMETRO, que forma essa rede de defesa do consumidor, como lembrou muito bem aqui o Dr. Agenor, junto com outros que foram citados aqui. Mas os três usam da palavra aqui na Comissão de Direitos Humanos. Repito que para nós, da Comissão, é muito importante, porque o próprio *Congresso em Foco* deu a esta Comissão, e eu naturalmente, no exercício da Presidência, o prêmio destaque em defesa do consumidor.

Então, estamos todos aqui, e quero dividir esse prêmio principalmente com vocês, porque, se não fossem vocês, não estaríamos vivendo este momento tão importante de um tema que vai melhorar a vida de toda a população.

Então, neste momento, passo a palavra para o Dr. Fernando Antonio Leite Goulart, Técnico da Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade, que aqui substitui o Sr. Paulo Coscarelli, Diretor Substituto da Diretoria de Qualidade do INMETRO.

O SR. FERNANDO ANTONIO LEITE GOULART

– Obrigado, Senador Paulo Paim.

Bom dia a todos!

Sobrou-me muito pouca coisa para falar depois da apresentação do Neilton, que foi muito abrangente.

Mas vou falar um pouquinho dessa nossa parceria, dando alguns exemplos da questão do consumo seguro. A razão de ser do INMETRO é o consumidor, desde o nosso DNA. Antes de existir o INMETRO, já no Império, quando o primeiro departamento de pesos e medidas foi criado, o nosso foco era o consumidor: a pessoa que ia comprar 1 quilo de feijão, 1 quilo de arroz, tinha direito de receber 1 quilo de arroz, 1 quilo de feijão.

Bom, eu vou ressaltar um trecho do discurso do Senador Paulo Paim, no início, em que disse que a saúde é um direito de todos. Vivemos um momento muito feliz no Brasil, em que, graças a Deus, nossas políticas sociais estão dando certo, e estamos encorpando essa massa de consumidores. O brasileiro vem tendo cada vez mais poder econômico para adquirir os

bens e os serviços que almeja, e dentro desse mercado, mercado extremamente atrativo.

Falamos aqui em globalização. Somos 200 milhões de consumidores hoje. Nós temos alguns produtos regulamentados em parceria entre nós e a Anvisa. É fundamental o trabalho da Anvisa para garantia da saúde desse nosso cidadão brasileiro.

Vou começar falando dos exemplos que temos. Um exemplo são os preservativos. Até antes de existir a Anvisa, já éramos parceiros. Lá atrás, no final da década de 80, infelizmente, o Brasil era o país com o segundo maior número de casos de Aids no mundo, e isso estava dizimando a nossa população jovem. Naquela época, no âmbito das políticas sociais do Governo, tínhamos de garantir melhor qualidade do preservativo masculino. Ele não poderia romper durante o uso, tinha de ter resistência, tinha de ter as características que garantissem a saúde do consumidor. Para isso, foi importante criarmos, já naquela época, a certificação desse preservativo.

Hoje, todo preservativo comprado no Brasil tem lá a marca do INMETRO; é certificado. Há uma parceria que me diz o que verificar nesse preservativo. Isso está numa resolução da diretoria colegiada da Anvisa, e aí eu crio um programa de como fazer essa verificação, feito pelos nossos laboratórios acreditados e pelas certificadoras acreditadas em todo o Brasil.

Mais recentemente, desenvolvemos um trabalho em parceria com a Anvisa sobre luvas cirúrgicas e de procedimentos. Imaginem um médico que vai realizar uma cirurgia, fazendo o trabalho dele, o paciente aberto, e a luva rasga. Ocorrerá a contaminação do paciente.

Nós detectamos esse problema. Eram luvas de péssima qualidade. A Anvisa lançou uma resolução da diretoria colegiada me dizendo o que eu tinha de verificar, e criamos um programa de certificação dessas luvas cirúrgicas, para melhorar a qualidade, para diminuir o risco a esse paciente e ao profissional de saúde também, porque tanto o profissional poderia contaminar o paciente quanto o paciente contaminar o profissional, de acordo com sua doença.

Outra parceria nossa, isso no Mercosul, é a questão de alimentos. É fundamental você saber se aquilo que você ingere pode ter a possibilidade de fazer mal à saúde. Vivi um exemplo disso recentemente. Existia uma coisa chamada goma gelana, ingrediente de uma balinha muito famosa no Brasil e que era responsável por sufocar uma parte das crianças, porque a bala não dissolvia: a criança engolia a bala e obstruía a traqueia da criança. Houve vários acidentes de consumo, e tínhamos de tomar uma medida.

A Gerência-Geral de Alimentos da Anvisa recebeu um alerta de saúde, e imediatamente fizemos um

grupo de trabalho no Mercosul para banir essa goma gelada da produção dos nossos alimentos no Brasil.

E, agora, o que vimos desenvolvendo neste momento em parceria com a Anvisa?

Próteses mamárias é o resultado mais recente. Todos vocês tiveram conhecimento pela mídia dos *recalls* feitos com próteses, próteses que vazavam dentro do corpo das consumidoras. Sobre isso, a Anvisa estabeleceu os requisitos. Nós estabelecemos o procedimento de avaliação da conformidade e, a partir deste ano, essas próteses serão certificadas, para que evitemos e para que façamos a gestão desse risco, para que possamos diminuir esse risco às consumidoras.

E pretendemos expandir isso para próteses humanas e odontológicas.

Hoje de manhã, eu estava vendo um jornal televisivo, e falava dos acidentes com motociclistas. Quantos motociclistas caíram e tiveram que colocar uma prótese femural?

Temos hoje relatos de que essas próteses têm péssima qualidade, infelizmente. Estamos desenvolvendo um trabalho em parceria com a Anvisa para certificar essas próteses, para que essas próteses não representem um risco àquela pessoa que está buscando a sua saúde. Ela pode estar, infelizmente, por uma má qualidade dessa prótese, colocando algo nocivo à sua saúde dentro do seu organismo.

Bom, aí existe a contrapartida da Anvisa. Falei do papel do INMETRO, apoiando a Anvisa na sua regulamentação. Agora, tem o apoio também da Anvisa a nossa regulamentação. Em brinquedos....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Vicentinho veio prestigiar a nossa reunião. Então, houve uma interrupção simbólica. Uma salva de palmas para ele, já que ele interrompeu a sessão. (*Palmas.*)

É de praxe, quando chega um Senador, a gente sempre dá um espaço. No momento em que ele quiser se pronunciar, naturalmente usará a palavra aqui no plenário.

Por favor, Doutor.

O SR. FERNANDO ANTONIO LEITE GOULART – Como eu ia falando, quando nós fomos certificar os brinquedos, nós precisávamos de conhecimento em toxicologia, e os melhores profissionais que nós tínhamos no governo, para a questão toxicológica, estavam na Anvisa. E aí a Gerência-Geral de Toxicologia nos deu todo o apoio necessário para que a gente criasse o melhor regulamento para os brinquedos brasileiros, em uma melhoria contínua de nossa regulamentação. Obviamente, já deixo meu apelo aqui para que a gente reveja esse regulamento.

Eu já estou precisando de apoio, pois tem novos produtos nesses brinquedos e a gente quer discutir.

Esse acompanhamento de mercado é muito importante, não basta só a gente regulamentar, a gente tem de ver se lá no ponto final, na gôndola, que está à disposição do consumidor, aquele produto ou serviço está sendo ofertado dentro das características permitidas pelo Governo brasileiro. E o acompanhamento de mercado é algo que a gente tem feito com participação da Anvisa e do INMETRO, das Visas estaduais e dos Institutos de Pesos e Medidas dos Estados que nos permitem alcançar os 8,5 milhões de quilômetros quadrados deste País. É um desafio enorme. É um continente... Nosso País é maior do que a própria União Europeia. Não é à toa que a própria União Europeia nos pede ajuda na hora de montar o sistema de avaliação de seu acompanhamento de mercado.

Para isso, a gente precisa dessa parceria do consumidor, que ele exerça sua cidadania. Só temos onde regulamentar se ficarmos sabendo onde estão os problemas. Para isso, é fundamental tanto a Rede Sentinela, que a gente usa muito, quanto o Datasus, para a gente saber os acidentes que são notificados em nossos hospitais, para que a gente possa, como gestor público, pegar os recursos que nós temos e melhor aplicá-los nessa regulamentação.

Esse portal da Rede Consumo Seguro e Saúde é fundamental para que a gente tenha melhor qualidade na nossa regulamentação. Foi dito aqui sobre a agenda regulatória. A gente só consegue ter uma boa agenda regulatória se a gente tiver essa informação, essa qualidade de informação: quais são os *recalls*, quais são os acidentes de consumo – a questão da aresta da mesa.

E é isso... Eu acho que é fundamental nesta mensagem o fato de estarmos aumentando o consumo no Brasil e, ao se aumentar o consumo no Brasil, aumenta-se tanto a nossa responsabilidade como reguladores quanto a responsabilidade de vocês como consumidores. Se não houver essa parceria, a gente não pode ter eficiência e eficácia em nossa política regulatória.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Fernando Antonio Leite Goulart, Técnico da Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade, que aqui representou, também, o Diretor Paulo Coscarelli.

Senador Vicentinho, não sei se V. Ex^a quer fazer uma saudação a nossos convidados, pois ainda vou dar, a cada um deles, um tempo para comentar a fala dos painelistas e, depois, farei o encerramento, já que

temos uma sessão às 11h no plenário sobre Manaus, Amazonas.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a V. Ex^a e a todos os convidados, particularmente a meu conterrâneo, Dr. Neilton, que é de Porto Nacional, minha cidade, um líder do Estado, um médico brilhante de nosso Estado. Por sinal, na área de saúde pública, a marca dele é fantástica. Portanto, Neilton, com muito prazer assisti a sua palestra e à de todos, mas, particularmente, como seu amigo e admirador.

Eu quero aqui, Presidente e demais, esclarecer só uma pequena dúvida com relação às farmácias, à atuação da Anvisa lá na ponta, como acabou de dizer aqui o Fernando.

Nós tivemos um caso em Araguaína, um exemplo típico. Houve um problema e o proprietário imediatamente apresentou a documentação que a Anvisa solicitou, só que a farmácia ficou mais de mês fechada e com toda a documentação em mão. Acho que parou muito assim na burocracia. Portanto, acho que uma farmácia que gera emprego, que gera renda, às vezes com um único proprietário, fecha-se ali e complica tudo: a folha, a vida familiar e etc. Precisamos, por parte da Anvisa, ter mais agilidade nesse sentido que estou aqui mencionando. Para se ter uma ideia, no caso dessa farmácia de Araguaína, o rapaz só tinha essa farmácia e ficou quase dois meses com a documentação aqui. Foi preciso até uma interferência desnecessária, que eu acho que não deveria ter, nossa, como Senador da República, intervindo e ligando e coisa e tal. Porque, se faltasse documento, claro que eu não iria ligar se ele não estivesse regularizado.

Então, precisamos, por parte da Anvisa, Presidente, desburocratizar para que lá na ponta tenha mais eficiência a atuação da Anvisa. Eu gostaria de colocar esse exemplo e pedir e fazer uma solicitação à Anvisa para que a gente agilize mais. Que continue fiscalizando, naturalmente, sem fugir da regra, mas quando a outra parte se manifeste com toda a documentação, que a burocracia seja menor para que não a prejudique. Estou dando esse exemplo de Araguaína, mas está no Brasil inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Alguém da mesa queria...? (*Pausa.*) Dr. Neilton, seu companheiro de Estado, já vai responder.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Agradeço os cumprimentos do Senador Vicentinho, que tem uma trajetória, ao longo dos anos, sempre preocupado com todas as dimensões da vida do mais novo Estado do Brasil, Tocantins.

Quero dizer duas coisas, Vicentinho. Primeiro: este é um tema importante que você traz e creio que nós teremos oportunidade de aprofundar e explicitar todo esforço que a Agência está fazendo, não só no sentido de agilizar, mas no de qualificar a prática regulatória.

Eu dizia em minha exposição que a Anvisa, mais do que uma agência Federal, é uma Agência Nacional de Vigilância Sanitária que integra e coordena o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, representada pelos Vigilâncias Sanitárias estaduais e as Vigilâncias Sanitárias municipais.

Nós vamos ter um tema aqui, amanhã, às 14h30, que é a Análise do Impacto Regulatório, Transparência, Comunicação e Participação Social – As Boas Práticas Regulatórias da Anvisa. Naturalmente, haverá – eu creio – uma boa oportunidade para aprofundarmos essa questão que o senhor traz e tantas outras relacionadas ao tema. Por outro lado, quando falamos de consumo seguro e saúde, hoje a gente tratou muito da questão conceitual, estratégica e política, no sentido de chamar a atenção para o consumo de produtos – e de todos os produtos. Eu destaquei, de forma enfática, em minha apresentação, que não é só a questão do medicamento, a questão do agrotóxico, temas e produtos que já são considerados próprios da natureza sanitária. Mas quando a gente fala de uma caneta, quando a gente fala de uma mesa, quando a gente fala de um brinquedo, quando a gente fala de uma tinta... Nos Estados Unidos agora, com o problema sério do ciclone que apareceu em um dos estados americanos, eles não tinham material de construção suficiente para reconstruir toda a cidade, importou do Canadá, que esgotou e, depois, começou a importar da China. E a tinta tinha uma quantidade de chumbo tamanha nas paredes que começou a dar intoxicação nas pessoas que moravam nas casas. Então, há um desconhecimento muito grande ainda do tema Consumo Seguro e Saúde como um todo, sendo essa a importância que a gente deu para a inauguração da Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, trazendo esse tema a esta Comissão, como bem destacou o Senador Paulo Paim. Isso não nos deve acanhar quanto ao fato de debater todos os aspectos e os outros produtos que estão relacionados a isso, mas a gente quis trazer, nesta apresentação tão sintética, a abrangência do tema, Consumo Seguro e Saúde, a relevância, a importância, a oportunidade estratégica de discutir esse tema e a necessidade de uma articulação em rede. A gente trouxe já essa cooperação, Anvisa, DPDC e INMETRO, que está em construção há dois anos, com vários frutos, mas trazendo também a necessidade de que outros setores compreendam e se sintam comprometidos com esse desafio.

Agradeço mais uma vez e continuo à disposição.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO)

– Presidente, eu gostaria de ficar mais tempo, mas vou ter de me retirar em razão de uma reunião com o Deputado Eduardo Gomes, de nosso Estado. Mas eu quero aqui, por último, registrar uma grande parceria que fizemos, Neilton, você, como médico de Porto Nacional; eu, um jovem Prefeito de minha cidade; ele, no quadro da Comsaúde, uma instituição super-respeitada em nosso Estado e no País como um todo, e até fora, porque tem convênios, inclusive, externos, é presidida pelo Dr. Eduardo Manzano e a Dr^a Heloisa Manzano, e já houve vários programas pela Globo, como Gente que Faz, etc. Lá, com problemas sérios na área da saúde, o Dr. Neilton apresentou uma proposta e nós prontamente a acatamos, para criarmos o Instituto Padre Luso, hoje um grande instituto que já se transferiu até para Palmas, e, ali, o Instituto do Câncer do Estado, oriundo dessa parceria.

Portanto, eu tenho, Presidente e demais convidados, pelo eminente amigo Dr. Neilton, um apreço e uma admiração muito grandes pela folha de serviços prestados que ele tem ao nosso Estado e que agora está prestando ao País.

Portanto, Neilton, vim com alegria lhe dar um abraço e a todos da Anvisa e me coloco à disposição.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Vicentinho, o Dr. José Agenor só queria complementar a resposta a sua pergunta. Seria importante que você pudesse ficar uns minutos a mais.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – É rápido, Senador. Primeiro, queria dizer que a questão que o senhor traz, localizada lá em Araguaína, é de grande preocupação para nós. Nós temos adotado uma conduta na Anvisa de buscar, dentro da nossa possibilidade administrativa, a remoção daqueles entulhos de burocracia. Nós temos de trabalhar assim: limpar a burocracia e aperfeiçoar o trabalho tecnicamente relevante.

No caso específico das farmácias, nós temos hoje em torno de 70 mil a 75 mil farmácias no Brasil. A lei diz que toda farmácia tem de ter uma autorização da Anvisa anual. Podemos discutir... Eu, por exemplo, tenho uma posição bastante crítica sobre isso. Só para o senhor ter uma ideia, quando foi aprovada a lei de criação da Anvisa, cada farmácia, independente de seu tamanho, tinha de pagar R\$5 mil por ano para fazer essa autorização. Em um Município menor, R\$5 mil é mais que 50% do faturamento daquele estabelecimento. Muitos, como o senhor falou, é de pequeno proprietário. Conseguimos contornar isso. Hoje existe... Mas a lei fala: todos têm de ter uma autorização anual. Aí, a

questão da burocracia se torna mais evidente quando a demanda é bastante crescente e a capacidade de resposta vem diminuindo. Vem diminuindo por quê? Pelo inexpressivo número de servidores para atender a essas demandas. Essa reclamação por prazo, nós temos na área de medicamento, de produto, de agrotóxico e de tudo o mais, exatamente por isso. Tanto é que, em todos os lugares a que a gente tem ido, faço um apelo, inclusive para todos os Parlamentares: a Anvisa tem de ser olhada para ela aperfeiçoar isso e que esse problema que o senhor coloca não seja empecilho para a prática do dono da farmácia, e tem-se de olhar isso da seguinte forma: nós temos de nos engajar em algum tipo de reivindicação que mostre que nós precisamos ter um quadro de servidores mais apropriado para isso. Nós temos de expandir esse quadro de servidores.

Eu vou dar só um exemplo para o senhor. Amanhã, na Comissão de Agricultura, nós vamos falar...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) –

Só para contribuir, Sr. Presidente e Dr. Agenor, essa deficiência está em todas as agências. A Anac está com esse problema, a ANTT; enfim, precisa-se, urgentemente, que o Governo Federal promova concurso público para equipar de pessoal essas agências, inclusive a Anvisa.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA –

Inclusive, recentemente, recebi uma proprietária lá do meu Estado, Minas Gerais, com um problema semelhante a esse. Aí fica difícil para um diretor, para um adjunto, para alguém falar: “Fulano, passa esse processo na frente.” É muito difícil a gente chegar lá e falar assim. Mas, quando falamos na questão é de pessoal, algumas áreas são bastante emblemáticas. Vou dar só um exemplo: em nossa lei de agrotóxicos, temos três instituições que se manifestam em um processo de registro – isso vou colocar amanhã e depois de amanhã com mais detalhe. Esses três órgãos não têm 50 pessoas. Só um órgão americano que cuida disso tem 854 pessoas, com um mercado 10% menor que o nosso. Então, hoje, por exemplo, se se pega a Certificação de Boas Práticas – porque nós temos de verificar se a empresa está tendo uma atividade que garanta a qualidade do seu produto –, a demanda que nós temos hoje e a capacidade de resposta, as pessoas criticam, e eu falo: “Olha, nós não temos outra coisa a fazer a não ser aceitar crítica e lutar para melhorar os procedimentos internos, remover os aspectos burocráticos e buscar apoio para que a gente possa ter um reforço de pessoal na casa.” Só para resumir: eu concordo com a crítica do senhor. Inclusive, há um projeto de lei na Câmara tentando regulamentar a questão das farmácias, porque é uma atividade que é

de responsabilidade do Estado, do Município e, agora, da agência federal.

Eu tenho uma posição bastante crítica a respeito disso. A Anvisa não tem condição de, daqui, controlar 75 mil farmácias distribuídas pelo Brasil inteiro. Quem tem condição de fazer isso é o Município e o Estado, nós não.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Inclusive, Presidente, essa sugestão, à época desse problema... Eu até concordo em gênero, número e grau de que isso é mais uma atividade da vigilância municipal, estadual, porque desafoga aqui a burocracia. Portanto, essa ideia é brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Antes de passar para as considerações finais, eu vou tomar a liberdade, pois nós temos ainda em torno de uma hora, se necessário for, de fazer duas perguntas aqui. Os senhores responderão à vontade, não são dirigidas, digamos, diretamente a ninguém.

Primeiro, eu fiquei muito indignado aqui quando convoquei uma audiência pública sobre a questão dos curtumes. O que aconteceu no Mato Grosso? Eu me lembro como se fosse hoje quando recebi a denúncia. Pela manipulação equivocada e por falta da devida orientação, morreram quatro trabalhadores dentro da empresa por um produto químico que contagiou o ar em três minutos. Três minutos...

Então, a pergunta que eu fiz nessa audiência pública, inclusive para os representantes do setor e da empresa, foi a de que eu não conseguia entender como um produto químico, em dois minutos, pode matar cem, duzentas pessoas – no caso ali matou quatro... Dezesete foram para o hospital, e os outros correram e, por isso, não morreram.

Como é que um produto químico desse porte, os curtumes ainda podem usá-lo para curtir sei lá o quê, para manipular o couro? A pergunta que fica no ar: será que a gente... Alguém já disse, é um discurso bem antigo, o homem já chegou à Lua, com todas as novas tecnologias, e a gente ainda permite que um produto químico desse, letal, fatal, mortal, possa ser usado dentro de uma empresa para curtir couro e que, se vacilar, vai para o ar, é inalado e mata cem, duzentas, trezentas pessoas?

Eu sei, como aqui foi dito, que a Anvisa não pode fiscalizar tudo, e as farmácias são um exemplo típico. Quantas farmácias são?

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Em torno de 70 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Setenta mil farmácias, não há como fiscalizar

cada uma para fazer que tudo aconteça como a gente gostaria.

Nesse caso, inclusive eu trouxe, naquele dia, os fiscais do trabalho também. Eles me disseram mais ou menos isso, que são tão poucos os fiscais do trabalho... Com o crescimento do Brasil, as empresas, digamos, mais que triplicaram, e o número de fiscais diminuiu pela metade nesse mesmo período. Então, não tem como acompanhar. Aí a pergunta que eu deixo no ar.

E vou fazer outra para ver se a Anvisa, sei que dentro de seus limites, tem como olhar essa questão também. Essa segunda é fruto também de outra audiência pública que fizemos, em que eu fiquei perplexo também, estava aqui o Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Brás Aparecido Barbano, até foi um dos que convocaram a audiência, pedindo-nos que fizéssemos o debate aqui – e assim eu fiz – sobre a questão dos remédios com relação à obesidade. Pergunto: como é que está isso? Conseguiu-se, digamos, não permitir que se usem remédios que podem trazer prejuízos à saúde do cidadão?

São as duas perguntas que eu deixaria no ar. Não sei quem poderia me ajudar nas respostas.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Deixe-me começar porque é mais dirigido para a Anvisa.

Eu não acompanhei essa audiência pública. No caso da Anvisa, a questão que a gente vê é a seguinte: uma das grandes preocupações que nós temos em todas as regulações e em todas as autorizações que nós damos, principalmente em alguns produtos de agressividade forte como esse, é com a saúde do trabalhador. Por exemplo, no caso dos agrotóxicos, a grande discussão que temos é com a saúde do trabalhador, aquele que está lá no mato, com aquela bombinha costal, aplicando o agrotóxico e que, muitas vezes, está completamente e totalmente sem nenhum equipamento de proteção individual. Além do equipamento de proteção individual, deve-se tomar cuidado com a natureza tóxica do elemento que você está colocando.

No caso do curtume, Senador, sinceramente, não tenho informação sobre a legislação para saber de quem é a responsabilidade. Agora, seja de quem quer que seja a responsabilidade do ponto de vista institucional, acho que a responsabilidade maior é da empresa, porque ela tem a obrigação de preservar a saúde de seus trabalhadores – essa é a obrigação maior. No caso, se for um produto de alta toxicidade, quando se precisa ter cuidados com sua manipulação, nós temos de ver quem é que deve fazer, quem tem essa obrigação e teremos de atuar.

Nós temos tido muitos problemas quando, por exemplo, a gente determina a retirada de algum tipo de produto tóxico para a saúde do trabalhador, a rea-

ção de segmentos importantes da sociedade. Mas nós, por exemplo, não estamos preocupados com isso, nós temos de fazer valer a função maior da Anvisa: proteger a saúde da população, principalmente daqueles que a gente sabe que são os mais fragilizados, seja socialmente, seja nos seus direitos, na capacidade de vocalização de alguma reivindicação, que são os trabalhadores, principalmente aqueles de algum nível de trabalho, mormente os mais braçais, por assim dizer, como o curtume, em que, para manipular aqueles couros, se tem de tomar um certo cuidado. Acho que a responsabilidade maior é das empresas e precisamos ver como é que a gente faz a regulamentação disso.

Quanto aos medicamentos que o senhor colocou, os de anorexia a Anvisa os banuiu todos, não os aceitou e os proibiu. Ficou um: a sibutramina, que também teve uma discussão polêmica em que, por maioria, a diretoria resolveu que esse medicamento deveria permanecer por um ano. Então, está sendo monitorado o uso desse medicamento para ver quais são os resultados e os efeitos colaterais. Nosso sistema de vigilância, de acompanhamento e de vigilância da Anvisa está monitorando isso. O acordo que foi feito na diretoria é o de que, durante um ano, se faria esse monitoramento e, depois disso, a diretoria tomaria a decisão se esse medicamento seria retirado ou não.

Então, a informação que eu tenho para o senhor é esta: está sendo monitorado de acordo com o que foi acertado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em outros países já foi proibido, não é?

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Em outros países já foi proibido. Todos os anorexígenos – todos eles – foram proibidos e a sibutramina também está proibida em outros países. Mas aqui no Brasil, a diretoria entendeu que tinha de dar um tratamento diferenciado nesse medicamento. Mas, quando vencer o prazo, a gente vai, de novo, avaliar e tomar a decisão se o retiramos ou não de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu acho interessante esse debate. Lembro-me, aqui e agora, que, há muitos anos, eu entrei com um projeto de lei – eu sempre procuro entrar com a radicalidade do princípio da ideia e, na negociação, vamos construir o que é possível – para acabar com a gordura trans, a famosa gordura trans nos alimentos. Lembro-me que foi um escândalo aqui no Congresso. Vieram setores empresariais, naturalmente, dizendo: “Pelo amor de Deus, Paim, tu vais quebrar todas as empresas; se tu insistires nessa história, isso vai acabar dando certo.”

Mas, depois, no andar da carruagem, como a gente fala, hoje, pelo menos, inúmeras empresas já não adotam mais – não adotam – e, quem adota, tem

de botar lá. E acho que foi uma regulamentação da Anvisa, porque o projeto não andou – podem ficar sabendo que não andou. A força do poder econômico é grande, o projeto não andou, mas aí houve, pelo menos, a rotulagem nesse sentido.

E por que falo nisso? Esse produto para os curtumes – falei naquele dia e repito hoje – tinha de ser banido. Não pode, não pode! É impossível que não exista outro produto que substitua esse para curtir o tal do couro do que esse que mata os trabalhadores, mas mata mesmo! Mata mesmo! Se ficar em um ambiente 2 ou 3 minutos... Eles mesmos disseram isso: se ficar 2 minutos ou 3 – e nem com proteção resolve! Se inalar aquilo, se for para o ar, porque ele tira toda a proteção do ar... É câmara de gás! Foi dito aqui pelo próprio setor: “É grave. Nós sabemos que é grave, mas não inventaram outro produto ainda no mundo.” Segundo me disseram, na Alemanha estaria surgindo algo que poderia substituir. E não adianta proteção... Ali eles não trabalham com máscara contra gás todo o tempo... São centenas e centenas que trabalham lá dentro. O produto tem de entrar pela tubulação, cumprir o objetivo e não pode, em hipótese alguma, vaziar, pois contagia o lar e é inalado. Se ele entra no ar, tira todo o oxigênio em três minutos e todos caem duros. É mais ou menos isso. E não estou exagerando! Foi colocado por todos que estavam aqui. É o tipo de produto que nós vamos ter de achar uma forma de proibir para que ele não seja mais usado.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Senador, queria comentar isso, mas antes, queria perguntar ao Amaury e ao Fernando se vocês querem fazer considerações sobre as duas perguntas do Senador?

O SR. FERNANDO ANTONIO LEITE GOULART – Eu queria falar sobre a questão do *wet blue*, dos curtumes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. FERNANDO ANTONIO LEITE GOULART – Na realidade, Senador, o Dr. José Agenor foi muito feliz quando falou que a responsabilidade maior é da empresa. Por quê? Quando a gente certifica um sistema de gestão da qualidade, faz-se uma identificação de perigos e riscos em sua fábrica, só que é preciso ter procedimentos de minimizar esses riscos. Todo processo industrial envolve risco, infelizmente. Eu dou o exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional. Você vem com um carro torpedo, com ferro gusa, e o joga em cima de uma panela. Se você tiver escória de aço em uma temperatura diferente, aquilo explode e você tem uma projeção por todo o galpão de aço a quase 1.000 graus célsius. Eles minimizam esse risco, esvaziando o galpão e automatizando a operação do carro torpedo.

Eu acho que é uma questão trabalhista. Quem regulamenta essa questão geralmente é o Ministério do Trabalho e Emprego. A gente no INMETRO tem trabalhado muito em conjunto, como a gente trabalha com a Anvisa, como a gente trabalha com a Anatel, com a própria Aneel, a gente tem trabalhado muito em parceria com o próprio Ministério do Trabalho e Emprego, até para a gente tentar conscientizar, não só a empresa... Porque as empresas, a gente vai conscientizar em cima das multas. É só chegar e multá-las que elas vão ficar bem conscientes. Agora, os trabalhadores... Os trabalhadores, os sindicatos também têm de ter ideia desse inventário de riscos, de perigos dentro da empresa, porque tem de se cobrar do empresário esse procedimento de minoração desse risco, desse perigo, para que a gente diminua os acidentes de trabalho, que, infelizmente, no Brasil, ainda são muito altos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O último dado que eu recebi aqui, em uma audiência sobre acidente do trabalho, é que nós somos o quarto país do mundo em acidentes do trabalho. Estamos para ser a quinta economia do mundo, mas somos o quarto país do mundo em acidente de trabalho.

O SR. AMAURY OLIVA – Apenas para complementar, embora sejam questões bastante técnicas de curtume e de anorexígenos que fogem um pouco do meu conhecimento. Mas o Agenor levantou um ponto muito importante de que a defesa do consumidor e a defesa do cidadão não cabem também só ao Estado. O Estado vai sempre fazer sua parte: investigar, punir, eventualmente aplicar sanções, e a lei traz todas as responsabilidades: eventuais proibições e a responsabilidade por reparação de danos. Agora, é importante que o mercado faça sempre sua parte, porque não há defesa do consumidor e do cidadão sem a participação do mercado. É importante sempre levantar essa responsabilidade do mercado com os consumidores.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Senador, acho que sua pergunta ilustra bem a importância do tema que nós estamos apresentando e debatendo aqui, que é Consumo Seguro e Saúde. Nós não vamos ter sempre a definição clara da responsabilidade, se é de um órgão ou de outro. Mesmo sendo a responsabilidade de um órgão específico, está comprovada a necessidade de um trabalho em rede, de uma cooperação articulada, porque isso envolve novos conhecimentos. Muitos produtos hoje estão surgindo a partir de novos conhecimentos, e, às vezes, o próprio Estado não detém ainda a condição de dominar esse conhecimento e de andar na velocidade que a empresa e a indústria andam. Então, nós precisamos ter, cada vez mais, explícitas essas questões. Precisamos conhe-

cer e estar abertos não só às informações, mas a um trabalho articulado.

Eu fico muito apreensivo quando algumas pessoas dizem: “Não, mas está faltando uma lei para isso e vamos fazer a lei.” A lei é importante, mas não é suficiente. Eu vou pegar o exemplo do tabaco. O Brasil é hoje um país vitorioso na luta contra o tabagismo e no controle dos produtos derivados do tabaco; no entanto, isso é feito a um enfrentamento muito desigual. Os interesses econômicos estão tão pesados nessa questão, que os interesses sanitários e os interesses de informação e de transparência não conseguem dar o devido equilíbrio que essa dimensão coloca.

Quando o senhor pegou o exemplo dos anorexígenos, além de termos acompanhado outros países que já os proibiram, os derivados das anfetaminas, ainda deixamos a sibutramina, como o Diretor Agenor estava dizendo, com a necessidade de um acompanhamento, não porque nos falta conhecimento nesse caso, mas porque está faltando mobilização social suficiente para isso. As corporações médicas, muitas indústrias, nessa hora estão vendo não só o lado comercial, mas o lado estético, do que o lado sanitário. Se a gente pegar a formação dos profissionais de saúde, algumas especialidades adquirem maior importância, não por sua importância em si, mas pela relevância comercial que aquela especialidade detém. Então, nesse processo de desenvolvimento que o País está enfrentando, de crescimento de sua economia, como o senhor bem registrou, caminhando de sexto lugar para quinto lugar no cenário mundial, quando o mundo enfrenta diversas crises, nós estamos, de certo modo, ainda conseguindo dominar, resistir e ainda avançar nesse crescimento. É preciso que as dimensões da cidadania e as dimensões sanitárias e as culturais de defesa do cidadão, de defesa do consumidor, dos direitos sociais estejam colocados em igual importância como vêm sendo colocados os direitos econômicos e comerciais.

Eu dizia, em minha apresentação, que a primeira iniciativa de saúde pública no Brasil foi a vigilância sanitária, mas muito no viés econômico e comercial que ainda domina nossas relações.

Para encerrar, nenhum produto hoje pode ficar fora disso a que chamamos de consumo seguro e saúde. Nem um produto! Seja produto químico, seja produto de consumo, seja um equipamento, seja uma nova tecnologia... Nem um produto! Eu dizia que, além do conhecimento sobre a segurança, a gente precisa ter também informações precisas, ágeis para a sociedade.

Esse é o esforço que a gente está colocando como um desafio de todos nós, de construir uma rede de consumo seguro e saúde, um portal de alertas rápidos, com mobilização da sociedade, com participação

e cooperação, não só do setor público, mas do setor comercial e das empresas, como diziam o Agenor e o Amaury, porque essa é uma responsabilidade comum.

Nós estivemos agora na Espanha, na Catalunha mais precisamente, conhecendo um Programa de Prevenção e Controle de Acidentes Domésticos de Consumo. Ficamos impressionados com o grau de parceria que já existe entre o setor produtivo e o setor público. Então, muitos dos problemas que são detectados em novos produtos, a própria empresa, ao tomar conhecimento, já, automaticamente ou rapidamente, tenta superar aquele problema. No Brasil, é a figura do *recall*, que ainda é muito nova. Temos ainda certo estigma, certo preconceito contra o *recall*, quando deveria ser visto como uma coisa positiva.

As informações, os PROCONs e tudo o mais têm conseguido uma vitória importante, mas a dos sacrifícios, porque, muitas vezes, fica parecendo que o setor regulado está atrapalhando o interesse econômico, está atrapalhando o negócio de determinada empresa. Por outro lado, ficamos muito felizes de ver que grande parte do empresariado já compreende que a melhor segurança do lucro do seu produto é uma boa segurança sanitária e, portanto, é um bom controle e uma boa regulação sanitária.

Eu estou convencido de que esta I Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional vai mexer em muitos setores, com muitas das nossas reflexões trazendo esse tema mais coletivamente para o colo de todos nós, não só do Congresso, mas do empresariado, das empresas de mídia.

Estamos vendo agora a questão da regulação de que o senhor falava: as gorduras trans. Temos a questão do sódio. A Organização Mundial da Saúde preconiza 5 gramas/pessoa/dia. Nós estamos consumindo quase 7 ou 8 vezes isso. Nós, em vez de fazer uma regulação imposta pelo aparelho de Estado, estamos fazendo uma negociação com as empresas, para que elas, naturalmente, vão diminuindo alguns aspectos. Se alguém perguntar para a maioria da população, para jornalistas, para políticos, para médicos, falando também da minha categoria, para autoridades, se o Toddynho tem sódio, muitos vão desconhecer que o Toddynho tem sódio em uma quantidade... O refrigerante zero também tem sódio.

Então, esse esforço vai demandar uma ação firme do papel do Estado como regulador – e isso, muitas vezes, é contestado pela própria sociedade, pelos próprios meios econômicos –, mas precisa-se também ser uma responsabilidade social e uma responsabilidade do setor produtivo.

Portanto, eu queria, mais uma vez, cumprimentar o senhor, cumprimentar a Comissão de Direitos Huma-

nos e minorias, cumprimentar o DPDC, o INMETRO e dizer que nós da Anvisa ficamos extremamente felizes com esse desafio, com essa provocação e com as inúmeras perguntas. Para muitas delas, ainda não temos respostas, mas pelo menos temos noção de onde e como buscar forças para poder fazer do setor sanitário um setor relevante, um setor preponderante. Isso não precisa ser à custa de fechamento da produção. Estamos ainda vivendo, no Brasil, as visões alternativas: ou é o sanitário ou é o econômico. Não. Nós podemos preservar os dois. Nós precisamos é assegurar a eficácia, a efetividade do produto e a segurança também desse produto; nós precisamos assegurar lucros dos produtos, mas precisamos assegurar proteção e qualidade de vida da nossa população.

Esse é, para mim, um exemplo bom que o senhor traz de um produto, que parece que não tem nada a ver com a vigilância sanitária e tem tudo a ver com a saúde e tem tudo a ver com a proteção sanitária dos consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Neilton.

Só para complementar, há um dado que achei interessante, na última audiência, que tratou também de acidentes e doença no trabalho: em torno de 70 bilhões por ano é o prejuízo que o Brasil tem devido às doenças e acidentes no trabalho, deixando bem claro. É uma preocupação de todos nós, não é? Gostei muito da sua fala também, porque noto isto: há uma preocupação muito grande com a questão econômica, comercial. O senhor usou muito um termo que eu gosto de usar: a responsabilidade social, a responsabilidade de nós todos com o social.

Eu confesso a vocês que, no outro dia, eu caminhei no debate dos curtumes, mas, depois dessa conversa aqui, nem que seja para suscitar o bom debate, eu vou apresentar um projeto de lei proibindo o uso desse produto químico que, pelas informações que sei, não matou só quatro, não; já matou dezenas em outros curtumes. Então, eu apresentarei o projeto – e eu concordo com V. Ex^a que não é a lei que resolve, é a responsabilidade coletiva – para suscitar o debate em cima desse produto químico. Eu acho uma temeridade ele estar sendo usado livremente ainda no Brasil e no mundo, segundo me disseram. Pelo menos, isso vai suscitar o bom debate.

Eu queria, neste momento, ir para as considerações finais. Vou começar com o Fernando. Dr. Fernando Antonio, por favor, para suas considerações finais.

O SR. FERNANDO ANTONIO LEITE GOULART – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco minutos. Se precisar mais, também entenderemos.

O SR. FERNANDO ANTONIO LEITE GOULART – Obrigado.

Eu vou começar este fechamento pegando o finalzinho da sua pergunta sobre obesidade. Infelizmente, o crescimento do Brasil também está trazendo alguns problemas para nós. Em 11 anos – e eu estava na Câmara de Fruticultura do Ministério da Agricultura, quando tivemos esta palestra –, a população brasileira vai atingir os níveis de obesidade da população norte-americana, infelizmente.

No Governo, no Executivo, estamos trabalhando de forma conjunta para melhorar a qualidade da alimentação da nossa população. Trabalha o Ministério da Saúde com a participação da Anvisa, o seu setor com a questão da rotulagem nutricional, que foi um ganho para a população brasileira: você saber exatamente o que está ingerindo em termos de caloria, em termos de itens que podem causar mal à saúde. O Neilton falou do refrigerante zero e, por exemplo, um refrigerante zero que eu adoro, só de sódio, tem 28 miligramas. Isso é sódio demais. Estamos trabalhando com o Ministério da Educação, com o Ministério da Saúde, com o Ministério do Desenvolvimento, ao qual o INMETRO está vinculado, o Ministério da Agricultura e a Associação de Municípios do Brasil, para educarmos as nossas crianças para que, no futuro, essa questão da obesidade não passe só pelos remédios e por esse tratamento corretivo. Estamos lançando hoje a semente da amanhã.

É isso. A nossa parceria com o DPDC, com a Anvisa, com a Anatel, com outros regulamentadores brasileiros e com a própria sociedade brasileira... É isto que almejamos como missão do INMETRO: levar um produto que seja seguro e que não faça mal à saúde do brasileiro. Que possamos ter um crescimento sustentável, sem criar danos ou impactar negativamente nosso sistema de saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Fernando, pela sua exposição.

Vou passar a palavra para vocês, claro, mas essa questão do sódio pegou a mim também. Eu tenho problema de pressão, tomo remedinho – não vou fazer propaganda do remédio – de manhã e de noite e eu tomava o tal do refrigerante zero achando que eu estava bem. E o Dr. José diz: “Olha, o refrigerante zero que tu tomas todo dia tem 28...”

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vinte e sete. Então, eu não posso tomar. Só água mesmo. Ou suco. Suco e água também. E saber economizar água.

Mas vamos passar a palavra agora para o Dr. José Agenor Álvares da Silva, que foi quem abriu os trabalhos.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Primeiramente, Senador, eu queria agradecer, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui e de apresentar esse trabalho que três órgãos públicos vêm desenvolvendo. É um trabalho hoje que já extrapolou as fronteiras do Brasil, inclusive em outros fóruns, tanto na Organização dos Estados Americanos, como na Organização Pan-Americana de Saúde. No fim deste mês agora, estamos com o segundo encontro nos Estados Unidos, inclusive para capacitação de algumas pessoas, tanto do DPDC, como do INMETRO e da Anvisa. Vamos fazer uma capacitação em Washington. Nessa capacitação, vamos ter a participação de monitores da Catalunha, da Espanha, que tem tido um trabalho de grande relevância na questão do consumo seguro e saúde.

Esse tema é relativamente novo. Embora ele não seja novo, o ponto de vista da explicitação dele para a sociedade e para os órgãos públicos é novo. Foi uma iniciativa que foi tomada até em conversas informais entre os três órgãos, em que percebemos que a responsabilidade dos órgãos era muito maior ainda do que imaginávamos e tínhamos de buscar uma integração. Não adiantava cada um ficar atirando para um lado. Tínhamos esforços, tínhamos recursos. Então, se integrássemos esses esforços e esses recursos, a resposta seria bastante importante. São questões simples que se fazem e que, muitas vezes, não são valorizadas, sendo, muitas vezes, colocadas até com certo nível de gozação, mas que são importantes e relevantes para as pessoas.

Vou dar um exemplo para o senhor. Temos um setor no Brasil, hoje, que vem crescendo a cada ano, que é o setor dos passeios marítimos, dos cruzeiros – vou falar com muita relevância este nome “cruzeiro”, porque sou atleticano, mas são os navios de cruzeiro. Hoje, esse mercado é o quinto mercado do mundo de passeios nas costas brasileiras. A Anvisa adotou, de dois anos para cá, um sistema de gestão de risco sanitário que nós denominamos de Sagarana – em homenagem mesmo a Guimarães Rosa e ao livro dele *Sagarana* – que é um sistema em que avaliamos todos os navios que são autorizados a transitar na costa brasileira. Nós vamos lá e avaliamos os índices de conformidade e os riscos que têm. Detalhe: colocamos, na página da Anvisa, o nome do navio e o resultado

da inspeção. Então, para quem for passear de navio – os que estão aqui –, é só entrar e olhar o navio X, que lá ele vai ver a conformidade, de acordo com o que aconteceu na última inspeção que foi feita. Isso tem dado um resultado. Por quê? É aquela questão que estávamos colocando: as empresas têm responsabilidade. Então, o cara fala assim: “Olha, eu tenho de ter responsabilidade de proporcionar para o meu cliente um serviço de primeira qualidade.” Nessa atividade, está-se em alto-mar. Em outro dia, recebemos um navio que tinha 1.000 pessoas acima de 70 anos e tivemos de interferir e tentar resolver um problema sem que ele paralisasse a sua atividade. Em algum lugar, tem de se tomar uma posição drástica, não aceitar, não sai. Como é que vai se deixar sair um navio com alto risco sanitário para alto-mar, por exemplo, onde as condições de resposta aos problemas de saúde são muito menores? Então, são questões dessa natureza que colocamos. Isso é proteção à saúde do consumidor. Temos de garantir isso.

Eu acho que esta Comissão tem uma relevância muito grande para isso, porque são de questões pequenas, muitas vezes, como se diz, até de gozações, que vai se vendo que se têm responsabilidades maiores.

O trabalho que o DPDC fazia, inicialmente, sozinho, que o INMETRO fazia, de outro lado, sozinho e que a Anvisa fazia, de outro lado, sozinha, estamos integrando isso. Detalhe: sendo vanguarda para as Américas. Eu acho que isto é que é mais importante: estamos colocando para toda a sociedade brasileira e para toda a sociedade latino-americana que temos um compromisso de apoio mútuo. Na questão que vemos, muitas vezes, que temos resistência para fazer aqui, lá fora, eles não têm. Um produto que chega aos Estados Unidos e que não serve é jogado para cá. Agora, se jogam para cá, temos obrigação de utilizar aquele produto? Não. Não temos obrigação de utilizar aqueles produtos. Em muitos casos, isso acontece, não é, Amaury? Eles simplesmente falam: “Não. Vamos re-exportar esse produto.” Reexportam para onde? Para aqueles que eles acham que são o lixo do mundo. Não podemos aceitar isso. É essa a ação que temos tomado. Eu acho que esses órgãos têm feito isso de forma bastante contundente, para exatamente mostrar que hoje temos uma nova lógica nessa conformação da globalização e que não podemos ter tratamento diferenciado daqueles que os consumidores europeus e americanos têm por parte de suas autoridades. Então, acho que essa rede de consumo, para nós, tem este significado: é igualar os direitos. O direito que o cidadão americano tem por um produto de qualidade, o cidadão brasileiro, o cidadão argentino, o cidadão chileno e o cidadão boliviano têm.

No caso nosso, temos que mais proteger a nossa população. A nossa população é que paga o nosso salário. Então, essa é a nossa maior responsabilidade. Temos de alertar? Temos de alertar. Temos de proibir? Temos de proibir. Porque, muitas vezes, numa omissão, a consequência é muito maior. É o caso do curtime. Brincamos lá, na Anvisa – eu brinco muito –, dizendo que é preferível pecar pelo excesso que ser punido pela omissão. Você conserta o excesso, não tem problema; a omissão, não. A omissão pode levar a consequências muito graves.

No caso nosso, quando falamos em saúde, estamos falando em valor de uso. A vida, a saúde não está numa prateleira em que se vai lá e troca por um produto qualquer, não. A vida é uma só. E, na hora em que falamos de valor de uso, que possamos fazer a compatibilização com valores comerciais, com valores econômicos, temos sempre em conta que o valor de uso da vida é mais importante que os outros.

Para uma empresa ser saudável, ela tem de respeitar os direitos do consumidor. A empresa que bota esse produto químico com essa gravidade... Aí, temos de ver que, se tem algum tipo de responsabilidade da manipulação disso daquela empresa que está utilizando também, ela tem um nível de responsabilidade muito maior. É a isso que temos de estar sempre atentos.

Muitas vezes, essas ações passam despercebidas e temos, cada vez mais, que colocar na mídia. O caso dos navios que eu coloquei para o senhor tem uma repercussão que o senhor nem imagina, porque a pessoa entra e pergunta: “Esse navio tal melhorou a situação dele?”. Aí, tem-se um sistema que lhe permite facilitar e olhar se melhorou ou não melhorou. E a nossa responsabilidade é esta: faz o *ranking* e bota, para que todos os brasileiros tenham condições de avaliar o produto que vão comprar.

Então, quero agradecer o senhor e nos colocar à disposição do senhor. Para sempre que precisar que estejamos aqui para alguma conversa, seja de que nível for, estamos à disposição de V. Ex^a.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Agenor Álvares da Silva, diretor da Anvisa, pela sua exposição.

Eu ainda sonho, um dia – não fiz até hoje –, de fazer o tal de cruzeiro num navio, mas já vou dizer para a minha assessoria do gabinete para que, primeiro, consulte a Anvisa...

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – O site da Anvisa: saúde do viajante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –... para ver se eu posso ou não posso e qual o navio.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se quiserem manter o emprego de vocês, porque, se eu morrer lá, aí, acabou o emprego...

Vamos, agora, ao Dr. Amaury Oliva, Diretor do Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Por favor.

O SR. AMAURY OLIVA – Obrigado, Senador.

Eu queria, mais uma vez, agradecer ao Senador Paulo Paim e à Comissão por promover essa discussão acerca do consumo seguro e saúde. Esse tema, para nós, é muito estratégico.

Foi levantada aqui essa discussão acerca da dimensão social e da dimensão econômica, essa possível oposição. Discutimos bastante, no departamento, que vemos hoje, no Brasil, um grande crescimento econômico e uma fase bastante próspera no Brasil, o que é extremamente bem-vindo, mas é importante que nós não sejamos apenas um país rico; é importante que esse desenvolvimento econômico também venha com o desenvolvimento social e que essa riqueza também seja em diversas formas.

Aqui, é bastante interessante, porque, muitas vezes, se diz que a defesa do consumidor representa um custo para as empresas, mas nenhum país maduro e desenvolvido ficou mais pobre por defender os consumidores. Estão aí a Alemanha, o Japão e o Canadá. Enfim, isso não é um custo, na verdade. Isso se reverte para toda a sociedade.

Em relação aos produtos e serviços, o que é bastante interessante é que, quanto mais seguros esses produtos e serviços forem, mais valor agregado, eles acabam tendo. Essa proteção da saúde e a segurança do consumidor acabam se revertendo em mais benefícios também para as próprias empresas, porque aquele produto é cada vez mais seguro. Todo mundo tem hoje orgulho em dizer: “Ah, essa caneta é alemã, é japonesa, é americana.” Por quê? Porque isso traz confiança. Então, quanto mais segurança e confiança os produtos tiverem, mais valor agregado os produtos *made in* Brasil terão. Aí é um ciclo virtuoso para toda a sociedade brasileira.

Coloco o nosso departamento à disposição do Senado Federal, de todos vocês, para ajudar no que for preciso.

Eu queria agradecer, mais uma vez, essa parceria tão importante e estratégica que temos firmado com a Anvisa e o INMETRO.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Amaury Oliva, pelas suas considerações, enfatizando essa questão.

Às vezes, Doutor - permita que eu diga, eu aproveito este momento para falar das minhas coisas também –, dizem que eu sou muito rebelde aqui, no Congresso. Não é rebelde. Eu penso exatamente na linha que o senhor falou. Claro que eu quero o desenvolvimento econômico, político, comercial, mas eu quero que olhem o outro lado, o da responsabilidade social. E aí vem inclusive a defesa do consumidor, que é fruto deste debate, o papel que os senhores fazem. Dizem: “Não, mas isso aqui que está dizendo não é bom para o nosso Governo.” Eu digo: “Eu tenho de elogiar o nosso Governo sempre” – tem o dado, que podemos repetir, de que tirou da miséria 30 milhões de brasileiros – “mas eu também tenho de olhar pelas condições de trabalho, acidentes de trabalho, saúde do trabalhador...”

É o papel que vocês fazem tão bem. Não é ser contra ninguém. É olhar para o outro lado, o que eu chamo de contrapartida. É o poder econômico que tem de responder, o que aqui enfatizamos tão bem. O Governo está fazendo um belíssimo governo, não tenho dúvida nenhuma – e aqui não é nem uma questão partidária. Eu, quando falei, na Paraíba, no Congresso Nacional dos Magistrados, eu falei nesse enfoque e a recepção foi excelente, porque eles também entendem que o Brasil está bem. Tomara seja rapidamente a quinta economia do mundo, mas temos de olhar para o outro lado, para a contrapartida, que é o social. Senão, crescemos, crescemos, crescemos e a concentração de renda aumenta, infelizmente, com tudo que temos feito.

Por isso, meus cumprimentos pela fala.

Quem falou mais, na primeira Mesa, entre os nossos convidados, foi o Dr. Neilton Araujo de Oliveira e, agora, eu deixei para que ele fizesse, então, o encerramento da nossa Mesa.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Senador, quando propomos esse tema para abrir a Semana de Vigilância Sanitária, não tínhamos certeza de que o senhor aceitaria a nossa proposição. Eu queria fazer aqui o testemunho não só da sua imediata adesão à proposta como da sua liderança na organização desta audiência. Creio que estamos abrindo com chave de ouro a nossa I Semana de Vigilância Sanitária, tratando, naturalmente, da vigilância sanitária e do projeto de desenvolvimento e do processo de desenvolvimento econômico e social do País.

Eu fiquei, naturalmente, com uma responsabilidade maior de apresentar o tema, mas queria muito agradecer ao Amaury, representando o DPDC, ao Fernando, representando o INMETRO, e ao nosso Diretor Dr. José Agenor, que fez questão de não só abrir e fazer a introdução, mas de acompanhar. O Agenor tem sido o diretor que tem, de certo modo, nos apoiado... Todos os diretores da Anvisa têm apoiado essa

discussão que estamos trazendo aqui, mas o Agenor, de maneira muito especial e de maneira muito pessoal.

Eu queria insistir num argumento que usei de que nenhuma região do mundo, nenhum país vai se desenvolver integralmente se não contar com um sistema de saúde eficiente. E sistema de saúde eficiente não é só hospital, remédio, médico, mas é fundamentalmente a atenção integral à saúde. Nesse aspecto, a proteção sanitária é uma dimensão fundamental dessa atenção integral à saúde.

Naturalmente, o papel de regulação do Estado ainda está sendo construído. O Estado brasileiro sempre foi um Estado muito privatizado, e os interesses públicos, nos últimos 20, 30 anos, têm sido trabalhados de forma cada vez mais hegemônica, mas ainda se trata de uma contra-hegemonia. Por isso, a importância de estarmos aqui debatendo e discutindo.

Eu queria, mais uma vez, agradecer os cumprimentos do Senador Vicentinho, cumprimentar o senhor por essa liderança e convidar os nossos telespectadores que nos acompanharam pela TV Senado para aprofundar também essa conversa no seio da sua família, com seus amigos, porque, mais que simplesmente discutir do ponto de vista técnico e legal, queremos discutir do ponto de vista da sociedade, envolvendo cada cidadão, envolvendo as famílias todas na compreensão de que consumo seguro e saúde é um determinante central, fundamental da condição de saúde da população brasileira. Ninguém vai ter saúde individualmente. A saúde é individual, mas é coletiva. É como a felicidade: ou todos nós seremos felizes e saudáveis ou todos nós seremos doentes e tristes.

Mais uma vez, quero cumprimentar, agradecer e reforçar o convite para que todos acompanhem e participem da nossa I Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional e repercutam todos esses temas nos debates que têm no seio do seu trabalho, no seu local de estudo, na sua família, enfim.

Mais uma vez, muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Neilton Araujo de Oliveira, Diretor da Anvisa.

Antes de encerrar a audiência pública, só comunico que a nossa audiência hoje foi direito do consumidor, o consumo seguro e saúde, promoção dos órgãos que eu já citei.

Na próxima quinta-feira, vamos ter audiência pública do Aerus, para tentar resolver, de uma vez por todas, com a participação das entidades e do próprio Governo, a questão do Aerus. No dia 14, na outra segunda, vamos ter aqui: viver sem fronteiras e a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que nós, no Senado, já aprovamos, que beneficia 30 milhões

de pessoas e que agora está na Câmara dos Deputados. Na terça, dia 15, vamos ter, no Petrônio Portela, o debate da proposta do substitutivo ao PLC 122, que é aquele que trata da liberdade de orientação sexual, que está em debate aqui, na Casa, há muitos anos. A Senadora Marta Suplicy é a Relatora. As mais amplas visões sobre esse PL serão explicitadas no dia 22. Na quinta, vamos estar no Paraná para debater a questão dos aposentados e pensionistas. No dia 21, mecanismo nacional de prevenção à tortura em locais de privação da liberdade. Aqui, é todo aquele debate sobre a tortura, que vai ter a participação da Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, e a questão dos presídios. É da maior gravidade a questão dos presídios no Brasil. Na terça, dia 22, a subcomissão que eu também presido, que é a de trabalho e previdência, vai discutir a situação do Fundo de Previdência Complementar dos Portuários, do Portus. Estou fazendo deste mês já. No dia 28, o Estatuto do Motorista. É um debate que começamos aqui, durante o ano passado, e conseguimos fazer, pela articulação de todos os órgãos do Governo, da área privada, dos trabalhadores e desta Comissão, com que a Presidenta acabasse sancionando agora, no dia 1º de maio, a regulamentação da profissão do motorista. O projeto veio da Câmara, construímos um substitutivo, fui Relator aqui, no Senado, junto com o Senador Ricardo Ferraço, e agora é lei já. Isso vai ajudar na diminuição dos acidentes no trânsito, mas o debate continua em cima do Estatuto do Motorista, que vai ser no dia 22. E, na quinta, em Uruguaiana, no dia 31, neste mês ainda, sobre o transporte internacional.

Dados os avisos...

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Senador, permite-me um pequeno lembrete? Eu queria reforçar o convite para que vocês conheçam um pouco mais o sistema de alertas rápidos da Rede Consumo Seguro e Saúde. É um endereço fácil: www.oas.org/rcss. Também na página do DPDC, na página do INMETRO e na página da Anvisa, há mais informações sobre o consumo seguro e saúde. Deixei o meu *e-mail* também na apresentação. Estamos à disposição para atender a perguntas, convites, para que possamos ampliar, cada vez mais, a conversa sobre consumo seguro e saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu termino só agradecendo a todos. Foi um belíssimo debate sobre o direito do consumidor, o consumo seguro e saúde, como parte integrante das ações da Semana de Vigilância Sanitária, no Congresso Nacional, promovida pela Anvisa, pelo DPDC, do Ministério da Justiça, pelo INMETRO e por outros parceiros, pelas informações que aqui recebi.

Cumprimento o Diretor-Presidente da Anvisa que, hoje, não pôde estar conosco, mas, toda vez que é convidado, ele vem. Ele já esteve comigo aqui umas dez vezes nestes dois anos que eu presido esta Comissão e também a outra ligada à ordem social.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Amanhã é a abertura oficial da Semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É a abertura oficial, amanhã.

Meus cumprimentos ao Dirceu. Parabéns pela abertura oficial. Aqui, fizemos uma introdução hoje, porque será amanhã... A que horas será amanhã?

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Às 9 horas, no Petrônio Portela.

Meus cumprimentos ao Dr. Neilton Araujo de Oliveira, Diretor da Anvisa, que aqui fez uma bela palestra. Foi dado a ele um tempo maior de 40 minutos. Os outros falaram em torno de 20, a não ser o José Agenor, que cedeu o tempo para o nosso diretor. Meus cumprimentos ao Diretor da Anvisa José Agenor Álvares da Silva pelo seu depoimento e por responder às perguntas; ao Amaury Oliva, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; e ao Dr. Fernando Antonio Leite Goulart, Técnico da Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade, que aqui substituiu o Diretor Paulo Coscarelli.

Então, meus amigos, muito obrigado a todos. Acho que o Brasil ganha, mais uma vez, com o nível de informação que vocês passaram aqui para todos – e eu aprendi que não tenho de tomar nem refrigerante zero. Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS, SALA 09, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às sete horas e cinquenta e oito minutos do dia dez de maio de dois mil e doze, na sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Paulo Davim, Cyro Miranda, Mo-**

zarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim e Vicentinho Alves e o não membro **Fernando Collor**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião, composta de duas partes, destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: 1ª Parte – Audiência Pública**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 48, de 2012–CDH, aprovado em 16/04/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “Debater as estratégias jurídicas de combate a discriminação e de promoção da igualdade racial”. Convidados: Carlos Alberto de Sousa e Silva Junior, Ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Eloi Ferreira de Araujo, Presidente da Fundação Cultural Palmares; Dojival Vieira, Editor da Agência de Informação Multiétnica – AFROPRESS; Josefina Serra dos Santos, Secretário de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal; Almino Sena, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia; Marcelo Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras – CETRAB; Samuel Pinheiro Guimarães, Embaixador do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Arilson Ventura, Coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. **2ª Parte. Deliberativa. Item 1. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 62-CDH, de 2012**, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 27-CDH, de 2012. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: **Aprovado. Item 2. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 63-CDH, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para ouvir o ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra e os autores do livro “Memórias de uma guerra suja”, Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Extrapauta. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 64-CDH, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater os benefícios da aprovação da lei 12.619/2012 que regulamenta a profissão de motorista e os desafios para a aprovação do Estatuto do Motorista (PLS 271/2008). Autoria Senador Paulo Paim. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 2. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 65-CDH, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a implementação da hidrovía do MERCOSUL. Autoria Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim,

Ana Rita, Marta Suplicy e Fernando Collor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta audiência pública, nos termos do Requerimento nº 48, de 2012-CDH, aprovado em 16 de abril de 2012, de autoria deste Senador e de outros, visa a debater as estratégias jurídicas de combate à discriminação e de promoção da igualdade racial. Lembremos a importância do mês de maio, que, além de ser o mês do trabalhador, 1º de maio, celebrado internacionalmente, temos também o 13 de maio, data dita em tese da Abolição da Escravatura, que é uma data simbólica, embora negros e brancos comprometidos efetivamente com a liberdade e com a igualdade tenham a sua referência principal em 20 de novembro.

Nós convidamos para a audiência de hoje as seguintes pessoas: a Secretária da Promoção da Igualdade Racial do DF, Srª Josefina Serra dos Santos; o Presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira de Araújo; o Presidente da Comissão da Igualdade Racial da OAB DE São Paulo, Eduardo Pereira da Silva; Dojival Vieira, Editor da Agência de Informação Multiétnica (Afropress); Almiro Sena, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia; Rosane Mendonça, Diretora do Programa da Subsecretaria de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que aqui vai representar o Sr. Ricardo Paes de Barros, Subsecretário; Marcelo Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras (Cetrab), em substituição ao Sr. Alex Dias, Coordenador do Grupo Musical Batucada e Zumbi; Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, Ouvidor da Seppir, que aqui representa a Ministra Maria Luiza Bairos, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; convidamos Hédio Silva Junior, Diretor Acadêmico e Coordenador do

Curso de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares; Denildo Rodrigues Moraes, Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola (Conaq).

Sejam bem-vindos, companheiros que já estão aí para participar do debate.

Ainda teremos na nossa reunião uma segunda parte em que vamos aprovar um requerimento encaminhado pela Presidente em exercício do Senador, Senadora Marta Suplicy, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 27-CDH, referente à realização de uma audiência pública sobre o PL nº 122. E, no item 2, a aprovação, ainda no mês de maio, da realização de uma audiência pública para ouvir o ex-delegado do Dops, Cláudio Guerra, e os autores do livro *Memórias de uma Guerra Suja*, de Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Esse requerimento também vai ser palco do debate no segundo momento da reunião, sobre um livro que foi publicado e que mostra os assassinatos, as torturas na época da ditadura.

Vou só informar aos nossos convidados como vai se desenvolver a nossa audiência do dia de hoje, pela importância que tem o mês de maio para todos nós.

Depois da introdução da formação da Mesa, teremos um documentário que fala de Oliveira Silveira, poeta, negro, gaúcho, que foi fundamental no debate para que, no Brasil, tivesse o 20 de novembro, data de Zumbi dos Palmares. A direção é de Andreia Vigo, tempo de vinte minutos. Depois do comentário sobre esse filme, tão importante, desse gaúcho histórico, teremos também o pré-lançamento do filme *Abdias: raça e luta*, direção de Maria Maia, que será lançado no dia 12, pela TV Senado, mas eles abriram à Comissão de Direitos Humanos a possibilidade de termos um *trailer* de trinta minutos. Em seguida, teremos aqui também o lançamento da *Cartilha do Estatuto da Igualdade Racial: a nova estatura para o Brasil* – nós todos trabalhamos tanto para que o Estatuto fosse aprovado –, de autoria do Centro de Estudos e Relações do Trabalho e Desigualdade (Ceert) e o encerramento com o músico Henrique Silva.

Convidamos para a Mesa o Presidente da Fundação Cultural Palmares, ex-Ministro também, Dr. Eloi Ferreira de Araújo. Faça o favor. Convidamos também o Sr. Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, Ouvidor da Seppir, que aqui representa a Ministra Maria Luiza Bairos.

Estão aqui os nossos primeiros dois convidados. Os outros estarão no plenário e irão participar dos painéis à medida que forem sendo chamados.

Vou tomar a liberdade de iniciar nossos trabalhos no dia de hoje.

Nós estamos numa expectativa muito grande de que consigamos votar ainda no mês de maio, aqui na Comissão de Justiça, o Projeto de Lei nº 180, que tem o relatório da Senadora Ana Rita. Está pronto para ser votado. Tivemos, ontem, uma conversa com o Presidente Eunício, tanto eu como a Senadora Ana Rita, e ajustamos que ele seria votado no mês de maio, provavelmente tentaremos que seja na semana que vem, logo após o 13 de maio. Nesse sentido, vamos contar com o apoio muito firme aqui, muito claro e definido tanto da Seppir como da Fundação Palmares, ambos representados aqui nesta mesa.

Para iniciar os trabalhos do dia de hoje, vou ler aqui o trecho de um poema: *Navio Negreiro*, de Castro Alves, que tem uma simbologia muito grande para todos nós, porque fala da luta do povo negro, sequestrado e raptado na África e que, nos navios negreiros, eram transportados para o Brasil, nos porões, e grande parte, inclusive, se jogava no mar e voltava nadando para a África e acabava morrendo; inclusive mães com filhos nos braços.

Leio, então, com muita satisfação essa pequena homenagem ao grande, grande, grande inesquecível Castro Alves, o poeta dos escravos.

“(…)

Desce do espaço imenso, ó águia do oceano!
Desce mais ... inda mais... não pode olhar humano

Como o teu mergulhar no brigue voador!
Mas que vejo eu aí... Que quadro d'amarguras!
É canto funeral! ... Que tétricas figuras! ...
Que cena infame e vil... Meu Deus! Meu Deus!
Que horror!

“(…)

Quem são? Se a estrela se cala,
Se a vaga à pressa resvala
Como um cúmplice fugaz,
Perante a noite confusa...
Dize-o tu, severa Musa,
Musa libérrima, audaz!...
São os filhos do deserto,
Onde a terra esposa a luz.
Onde vive em campo aberto
A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados
Que com os tigres mosqueados
Combatem na solidão.
Ontem simples, fortes, bravos.
Hoje míseros escravos,
Sem luz, sem ar, sem razão...
“(…)”

Esse é um trecho do poema *Navio Negreiro*, de Castro Alves, que lembra que cerca de 24 milhões de homens e mulheres negras foram traficados da África entre o séc. XVI e o séc. XIX. Calcula-se que mais de dez milhões somente para o Brasil. Centenas morreram asfixiados, de fome ou de desnutrição. Nas travessias de navios negreiros, mulheres foram violentadas, estupradas, crianças foram também violentadas, todos submetidos a trabalhos forçados. Os castigos, torturas faziam parte do cotidiano, infelizmente, dos negros escravizados.

Segundo documento apresentado em Durban, África do Sul, na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, “os quatro séculos de tráfico de seres humanos em condições de escravo são seguramente uma das formas mais cruéis e desumanas desenvolvidas pela civilização, para garantir poder, riqueza e perpetuar valores de superioridade. Enfim, ainda chegará o momento em que o Brasil fará a comissão da verdade para saber os verdadeiros danos da escravidão contra o povo negro indígena”.

Vamos ter agora a Comissão da Verdade dos crimes de tortura, sequestro, no tempo da ditadura, mas levantamos essa tese aqui, apresentamos inclusive, no Congresso, um projeto para que se debata também numa comissão da verdadeira verdade a situação da escravidão do povo negro e também do povo indígena.

Enfim, a reunião de hoje possui o objetivo de refletirmos sobre o dia 13 de maio, dia da Abolição da Escravidão. O nosso enfoque será debatermos aspectos jurídicos de combate à discriminação e de promoção da igualdade racial. É importante saber como estamos juridicalizando e trabalhando temas como o combate ao racismo, a liberdade de consciência e crença, o acesso, remuneração e ascensão no mercado de trabalho, enfim, o Estatuto da Igualdade Racial, que ainda demanda, em parte, de regulamentação. Segundo aqui já destacamos, conclusão de um GT criado pela Seppir, menos de 20% do que está previsto no Estatuto depende de definições regulamentares. Então, qual o problema para aplicarmos de imediato os outros 80%?

Estamos às vésperas do dia 13 de maio. A cada ano nessa data renova-se o desafio da construção de uma sociedade multirracial e igualitária. Há 124 anos da Abolição da Escravatura, os afro-brasileiros continuam lutando pelas conquistas de importantes direitos sociais.

Hoje gostaríamos de celebrar a aprovação da PEC nº 438, de 2001, a chamada PEC do Trabalho Escravo, que permite a expropriação da propriedade urbana e rural onde seja constatado o trabalho escravo. Infelizmente sua votação foi adiada mais uma vez. Só espero que, no dia 22 de maio, seja votada então, conforme acordo firmado. Veja que, no mês de maio,

poderemos ter duas grandes decisões no Congresso: a aprovação da PEC do trabalho escravo e também o reconhecimento definitivo, como fez o Congresso norte-americano, depois da decisão da Suprema Corte, segundo informação que me deram, isso também aconteceu na Índia, a Suprema Corte decidiu e o Congresso referendou. Esperamos que o Congresso vote aqui a política de cotas, na CCJ; repito, ainda agora no mês de maio, quem sabe até antes mesmo da votação da PEC, do trabalho escravo, que ficou marcada para o dia 22 de maio.

Não é possível que em pleno séc. XXI ainda tenhamos que conviver com o trabalho escravo. Não é possível vivermos com o preconceito, a discriminação e o racismo.

Bom, não vamos aqui aprofundar o debate neste momento da introdução. Quero mais é garantir que os meus convidados façam esse debate com a maior tranquilidade, mas insisto, estão aí, para todos verem, em especial o *site* do Observatório da População Negra, lançado há poucos dias pela Faculdade Zumbi dos Palmares (Seppir), da Secretaria Estratégica da Presidência da República. Os três órgãos são hoje nossos convidados nesta manhã, para discutir sobre esses dados. Vou aqui fazer a leitura do *site* e do Observatório da População Negra: <http://www.observatoriadonegro.org.br>. Os três órgãos estão conosco, são convidados esta manhã para discutir sobre esses dados.

Enfim, posso dizer que, a cada ano, a nossa luta ganha mais fôlego; nesse sentido, a decisão do Supremo Tribunal Federal foi fundamental quando julgou constitucional as cotas e também o ProUni. Essa é uma maneira clara de impulsionar ao Congresso, de respaldar o Congresso para decidir de forma definitiva a questão das cotas, mediante o PL nº 180. Como eu dizia aqui outro dia, o PL nº 180 é da Deputada Nice Lobão, que é do DEM, o mesmo DEM que entrou no Supremo sobre as cotas. Um projeto original da Nice, que projetou esse debate na Câmara e no Senado, já tendo sido aprovado na Câmara.

A riqueza da diversidade humana, as diversas línguas, a pluralidade dos valores culturais é a maior riqueza da nossa gente. Por essa razão, neste 13 de maio, domingo, fazemos um apelo no sentido de que se resgate o espírito de conquista dos negros e dos abolicionistas, que eram brancos na sua ampla maioria, não que não tivesse negros também. A Abolição não veio de graça, foi fruto de muita luta quilombola e dos abolicionistas.

Devemos lembrar que, para o movimento negro, brancos e índios, que defendem a liberdade, a igualdade, a data da celebração, principalmente do povo negro, é 20 de novembro, data da morte do líder Zumbi

dos Palmares. Quando apresentei o projeto para que fosse feriado nacional – foi aprovado, no fim, de forma simbólica, uma fusão do meu e da Senadora Serys –, foi assegurada a data, e não o feriado. Eu queria que fosse uma data de grande reflexão em todo o País – oxalá no mundo! – sobre os preconceitos contra negros, contra índios, contra as mulheres. Enfim, não foi bem isso que aconteceu, embora o 20 de novembro seja uma data que, inegavelmente, está agora como lei no barco da nossa história.

Neste momento, seguindo o nosso roteiro, vamos ter a abertura com um breve documentário sobre Oliveira Silveira, poeta, negro, gaúcho, sob a direção de Andreia Vigo.

(Apresentação do documentário sobre Oliveira Silveira.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De tanto falarmos da qualidade do filme e da produção...

Bom, estamos ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado, para todo o Brasil; pelo Portal Terra e ainda pelos canais da Internet 3 e 8. Como deu problema no nosso filme, infelizmente, filme tão importante que conta a história de todos nós, vamos começar o nosso debate no dia de hoje sobre os temas que foram listados.

O tema hoje é principalmente, Eloi, a importância do Estatuto da Igualdade Racial; é o eixo, neste mês de maio. E você, Eloi, foi fundamental. Você era Ministro na época e sabe a importância daquele debate, da pressão que foi feita por aqueles que eram contra, inclusive, o Estatuto da Igualdade Racial, e por aqueles que, naturalmente como nós, que estamos neste momento na Mesa, eram totalmente favoráveis.

A história mostrou que tínhamos razão, tanto que o Supremo reconhece as ações afirmativas. Entendo eu que o Congresso há de votar, ainda no mês de maio, a questão da constitucionalidade – e nós, com esse trabalho também belíssimo feito pela Seppir, que aqui o Carlos Alberto representa, representando a Ministra Luiza Bairros –, que esta Comissão mostrou que é 80% autoaplicável.

Começo com o Eloi. Pode ser, Eloi?

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, o nosso Eloi abre a nossa audiência no dia de hoje para falar da importância do Estatuto, do quanto ele foi importante, inclusive no Supremo, para decidir a política de cotas. Houve Ministros que, ao citarem o Estatuto, convalidaram as ações afirmativas. E sei que é você que vai comentar.

O Presidente da Fundação Palmares, Eloi Ferreira de Araújo, está com a palavra.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Bom dia a todos os telespectadores desta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos.

Senador Paim, preliminarmente, temos de cumprimentar V. Ex^a por mais esta iniciativa de trazer tema tão importante, que é o tema da questão racial no nosso País, para que reflitamos e consigamos debater e superar as graves desigualdades que o País experimenta ainda nesse tema da questão racial. O senhor traz esse tema, neste mês de maio, que é de uma importância extraordinária para a gente poder refletir.

O mês de maio de 1888 foi o ápice de toda a movimentação cívica que houve no séc. XIX, especialmente na década referente a 1880, que era o resultado de toda a luta libertária que o Brasil já vinha experimentando, já vinha realizando ao longo de todos os três séculos de escravidão. E ela consegue ter aquele grande movimento, porque a sociedade brasileira, naquela ocasião, por ampla maioria, já se colocava contra a escravidão. Naquela ocasião, ele é vitorioso.

As tentativas anteriores de acabar com a escravidão não tinham sido exitosas, talvez – e para não dizer que a gente costuma trabalhar sempre aqui – porque as condições objetivas ainda não estavam dadas. E talvez naquele instante, em 1888, as condições objetivas ficaram colocadas de tal forma que foi possível acabar com a escravidão.

Eu tenho até aqui, Senador, essa reprodução. Não sei se dá para mostrar num *close*. Esta é a reprodução da lei:

“A Princesa Imperial, Regente em nome de Sua Majestade o Imperador Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º. É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil. (...)”

A lei, com um artigo somente, teve a força de acabar com a escravidão que ainda oprimia cerca de um milhão de negros e de negras no nosso País. É o momento mais marcante da luta, o marco legal mais importante para a população negra. É objetivo, e sentimos isso.

Os festejos naquela ocasião foram intensos. O Brasil não parou de festejar, segundo os relatos, e não parou de festejar porque houve uma vitória no Parlamento. Não havia unanimidade. Não houve um instante em que todos pudessem dizer assim: votamos por unanimidade. Não, não houve. A votação foi chamada e houve um debate intenso, segundo o que os Anais

daquela sessão histórica relatam. O debate foi intenso e nós fomos vitoriosos. O fim da escravidão, esse marco legal, foi resultado de luta, de luta popular, que produziu essa vitória fantástica.

Ocorre que, de 1888 até 2010, nós não tivemos nenhum instante de construção de políticas públicas ou de possibilidade para que a população negra pudesse ser incluída naquela sociedade nova, na sociedade que surgiu. Aos ex-cativos, nada foi assegurado. O que era assegurado aos imigrantes: de crédito, de passagens de terra, nada lhes foi assegurado.

Passamos o séc. XIX, o séc. XX, e somente no séc. XXI, nós tivemos o segundo marco legal para a população negra, tratando-se de matéria não penal. Esse marco legal é robusto. E nesse marco legal, Senador, V. Ex^a tem uma responsabilidade singular, porque, como o único representante negro no Senado da República, na legislatura passada e nesta legislatura ainda continua sendo, não teve, em nenhum instante, nenhum gesto de sectarismo, nenhum gesto de exclusivismo, mas procurou construir toda uma ambientação para que fosse aprovada o que é hoje a Lei nº 12.288, que é o Estatuto da Igualdade Racial.

É bom que se diga também, Senador, que se saliente isso, pois alguns naquela ocasião, como V. Ex^a tratou nessa preliminar, alguns imaginam assim: existe uma lei ideal. Não existe lei ideal. Pode ter um projeto de lei ideal. Existe uma lei aprovada, como os projetos anteriores de abolição da escravidão, que eram muito interessantes. Houve uma iniciativa até, na década de 1880, do Senador Joaquim Nabuco, que depois perdeu o mandato – até por conta de não ter conseguido aprová-la, ficou sem mandato –, que era uma proposta muito mais interessante para poder assegurar o mínimo de condições aos ex-cativos, e não foi possível. Mas foi possível a vitória de acabar com a escravidão.

O Estatuto da Igualdade Racial é diferentemente do que se imaginava: “Ah, essa é uma lei que foi enfraquecida!”. De forma alguma! Nós sustentamos a tese de que essa lei possui o condão de fazer a transformação, de fazer a inclusão da população negra, desde aquela ocasião. E quando, agora, como V. Ex^a citou muito bem, no STF, os Ministros fundamentaram o seu voto, com o Estatuto da Igualdade Racial na mão, provou-se o vigor dessa lei. É um documento... Porque alguns confundem que a responsabilidade seja individual. A responsabilidade de criar políticas, de criar possibilidades para a inclusão da população negra é do Estado brasileiro.

O Estatuto da Igualdade Racial é um documento que se dirige ao Estado brasileiro para construir as possibilidades de inclusão da população negra nessa nova sociedade. E ele é vigoroso nisso, em todas as

manifestações da população negra. Primeiro traz, de uma forma meridiana, o instituto das ações afirmativas, que é a essência. Se mais nada ele tivesse, ele já seria um grande documento, essa Lei, que é a nº 12.288, por incluir no mundo jurídico brasileiro o instituto das ações afirmativas. Ele já é musculoso por isso, ele é forte, porque é através das ações afirmativas, que antes poderiam ser questionadas... A política de cotas pode ser questionada porque não tem nenhum marco legal para sustentar. Ora, tem um marco legal. Não apenas um marco legal constitucional, mas tem um marco legal, uma lei ordinária, que ali suporta e dá base legal para regulamentar todas as ações afirmativas voltadas à inclusão da população negra.

Ele ali é vigoroso, mas ele não se basta ali, ele vai mais longe. No instituto da educação, um tema que foi forte, não é?, porque o relator, à ocasião, não queria que constasse a palavra cotas, mas nós resistimos até o último momento. Nós resistimos, na verdade, porque sabíamos que enquanto ele só ficasse, a preocupação dele fosse com a palavra cotas e não tocasse nas palavras “do instituto das ações afirmativas”, nós estaríamos sendo vitoriosos. E assim foi conduzida aquela discussão. E ele ficou achando que foi vitorioso.

Aí numa conversa com o Presidente Lula, o Presidente Lula falou comigo assim: “Mas, Eloi, foi perdida a palavra, foi perdido “cota”?” “Não, Presidente está aqui. O instituto das ações afirmativas é o que suporta as cotas, porque cotas é uma das formas da ação afirmativa”. Aí o Presidente fala assim: “Mas que coisa boa!”. Ficou maravilhado de ver que era uma das formas, como o local de moradia, renda familiar e outros ambientes são...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Até para fazer uma pequena homenagem ao querido Presidente Lula que está se recuperando desse câncer na garganta, num linguajar bem popular.

Eu nunca me esqueço o dia da sanção do Estatuto. Ele disse: “Fui muito pressionado por setores para vetar o Estatuto, porque alguns dizem que não contempla, enfim, o que queriam”. E ele disse: “Eu vou sancionar, assumo a responsabilidade e o tempo dirá quem está com a razão”. E agora você lembra aí...

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – E é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E ele sancionou.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – E ele sancionou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais uma vez o Presidente Lula acertou, e hoje a comunidade negra, ao ver o reconhecimento no Supremo Tribunal Federal, sabe que tem também o dedinho do Presidente Lula.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – Tem a determinação do Presidente Lula em sancionar esse documento.

Aí alguns diziam, em relação às comunidades quilombolas, porque havia... Senador, lembro a ocasião de um debate intenso, que era trazer todo o Decreto nº 4887 para o âmbito do Estatuto. E nós não tínhamos essa opinião, porque nós precisávamos ter era a base. Se o Decreto nº 4887 era questionado por regulamentar a Constituição da República porque não havia lei ordinária, então o que nós fizemos? Vamos trazer o instituto, que está lá constando no art. 68, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República para o Estatuto; por conseguinte, o Decreto nº 4887 estará regulamentando, então, o Estatuto da Igualdade Racial. Isso está sendo colocado.

Eu penso, Senador, que esse documento tem que ser apropriado por toda a nação brasileira, porque não é um documento que trate de um tema somente da população negra. Ele trata de um tema que é da segurança nacional. Ele trata de um tema que transcende qualquer aspecto da cor da pele. É da unidade nacional, da inclusão de segmentos que foram excluídos ao longo de séculos e que foram obrigados a construir o vigor do capitalismo brasileiro e não usufruem, não têm correspondência no consumo dos bens econômicos e culturais do nosso País. Então nós precisamos que a Nação se aproprie e precisamos que o Estado implemente seja 20% ou seja 100%. O Estado tem que conclamar, tem que avocar a si e dar a consequência desse trecho da lei que é vigoroso.

Eu penso também, Senador, algo que é quase que – como V. Exª tem sempre não apenas uma militância política, mas uma militância poética, o que nos deixa maravilhados, porque com a compreensão de que o mundo pode ser mais bonito e com a mesa farta e enfeitada de flor para todos os brasileiros... Mas enquanto a Lei Áurea contém somente um artigo, infelizmente, a judicialização das causas da população negra acabou levando, no lugar da inclusão imediata, do acolhimento imediato, foi provocada a mais Alta Corte do direito do País para poder dizer sobre a legalidade, a constitucionalidade ou não do ingresso dos negros. E a mais Alta Corte disse “sim”. Disse “sim” à Nação, disse “sim” à população negra do nosso País.

Então vai que agora nós tenhamos então o art. 2º da Lei Áurea. É declarada extinta, desde esta data, a escravidão no Brasil, que é o art. 1º. Já que não ti-

vemos o art. 2º, coube ao STF escrever o art. 2º: os negros e as negras têm direito ao acesso à universidade brasileira de forma especial. Então, tivemos a liberdade, a educação, que nós temos que avançar ainda mais, temos a esperança, e esperamos ter, a terra das comunidades quilombolas, que é do simbolismo da resistência àqueles 380 anos de escravidão, e assim que tivermos a terra, vamos escrever o art. 3º e depois vamos escrever o art. 4º, com trabalho qualificado, e vamos escrever novas páginas da inclusão da população negra. Eu estou animado, porque as decisões que o STF tem tomado, tem decidido, são muito fortes e elas têm sustentação na lei de V. Exª.

Então a contribuição de Oliveira Silveira, quando foi um precursor de trazer o debate do 20 de novembro, despertou, de uma forma assim muito intensa, aquilo que dormitava, mas que a gente precisava chamar à baila. “Vamos levantar a nossa autoestima e disputar os lugares que precisamos.” E fomos. E Oliveira Silveira inspirou...

O Deputado Federal Edson Santos, hoje Deputado Federal, era Vereador na cidade do Rio de Janeiro e fez aprovar na Câmara, que também não foi por unanimidade, e também não foi... Foi vetado o projeto de lei e o veto foi ser questionado no Supremo Tribunal Federal, quando veio o voto do Ministro Marco Aurélio, à época, um voto magistral, reconhecendo o feriado municipal de Zumbi dos Palmares no Rio de Janeiro. Já que nós não tivemos o feriado municipal de 13 de maio, porque é muito inconformismo, não é?, acabar com aquela mão de obra, não se permitiu ter uma festa que conseguisse contemplar e incluir toda a Nação, então precisamos avançar nessas conquistas e trazer os nomes importantes para a população negra, trazer a história da população negra.

O 13 de maio é uma data importante. O 20 de novembro, uma data importante. O 22 de novembro, uma data importante, de um outro gaúcho fantástico, extraordinário, talvez um dos nomes mais importantes da história de todo o Brasil e a quem nós ainda não fazemos as nossas homenagens suficientemente, que se chama João Cândido Felisberto, o almirante negro, o marinheiro negro que o nosso embaixador Samuel Guimarães... O almirante negro lutou com a certeza, com a firmeza, não titubeou em trabalhar para poder pôr fim àquele castigo infame que ainda era aplicado lá naquela década de 1910. Os gaúchos são fortes na história do Brasil na luta pela igualdade, não é? Está aí o Senador Paim, Oliveira Silveira, o Leonel de Moura Brizola e tantos outros trabalhando intensamente.

Então, Senador Paim, V. Exª está de parabéns por trazer a esta reunião este debate nesta semana em que estamos a comemorar o fim da escravidão.

E agora estamos também a comemorar os avanços que começamos a intensificar. E precisamos avançar mais ainda, porque não são temas que tratam de um segmento componente do Estado brasileiro e de toda a nossa Nação. São compromissos da construção de um Estado mais democrático, mais fraterno e mais justo. Então, Senador Paim, parabéns!

Ah, eu estava querendo fazer um esforço de memória, antes de concluir a minha fala, para poder recordar... O único tema que o Estatuto da Igualdade Racial – esse nós não tivemos a força de mantê-lo e não tínhamos outro caminho para mantê-lo no texto do Estatuto da Igualdade Racial – deixou fora é o tema... O Estatuto tinha um dispositivo que tratava da presença, da representação nas chapas dos partidos políticos, uma cota nos partidos políticos, para que tivesse a presença de negros e negras. Ali nós não tivemos vitória. Nós fomos infelizes ali, porque foi retirado. Nós temos essa representação no Parlamento que acaba por ser insuficiente. Não se quer ter uma representação como estigma, mas uma representação que leve em consideração a formação do Estado brasileiro, a formação de toda a Nação, a presença de toda a Nação no Parlamento, porque o Parlamento é a expressão mais fiel do Estado, da população. Então isso é importante. Mas esse tema ficou fora e esperamos que, no instante de tratar da reforma política, esse tema volte à baila e possamos assegurar que a população negra também tenha assento, de maneira mais intensa, nas casas legislativas e na chefia dos órgãos dos poderes executivos municipais, estaduais, sonhando para a gente construir um dia melhor.

Muito obrigado, Senador.

Parabéns, de novo, por esta reunião. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns pela fala Sr. Eloi Ferreira de Araujo.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – Senador, deixa eu entregar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Retoma.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – Este é um cartaz com o que a Fundação Cultural Palmares quer presentear o Senador Paulo Paim. O Senador Paulo Paim não apoia apenas as ações afirmativas e a população negra. Ele trabalha pela cultura afro-brasileira, que é a missão da Fundação Cultural Palmares. Então nós estamos, olha, entregando aqui...

Este é um artesanato de uma comunidade quilombola lá em Alagoas, em União dos Palmares, no pé da Serra da Barriga, um artesanato belíssimo da quilombola Dona Irinéia. Ela é uma quilombola fantástica, ela e a família. E o quilombo lá de Muquém é

maravilhoso. Tem uma arte que, como vocês podem observar é linda.

Então para o senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dona Quinéia?

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – Irinéia. Lá em União dos Palmares, na Serra da Barriga, na terra de Zumbi dos Palmares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Irinéia e Antônio.

Então uma salva de palmas para a grande autora desta arte e também para a cultura afro-brasileira. (*Palmas.*)

Eu queria já registrar, que está na Mesa conosco o nosso amigo Marcelo Monteiro, que é Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras, que aqui substituiu o Sr. Alex Dias, Coordenador do Grupo Musical Batucada de Zumbi.

Também se encontra conosco, para alegria nossa, além do Dojival Vieira, que eu já havia cumprimentado, já tinha estado aqui e acabei falando no meio do filme – você já estava conosco, Dojival Vieira, Editor da Agência de Informação Multiétnica (Afropress) –, para satisfação nossa, o Ministro Samuel Pinheiro Guimarães. O Ministro tem compromisso com os homens e mulheres do mundo por tudo que tem feito e pelo belíssimo trabalho também agora no Mercosul, pelas suas contribuições. Eu, que estou agora na Comissão do Mercosul, tenho acompanhado o seu trabalho, as belíssimas contribuições de V. S^a, que têm sido uma referência para o meu trabalho. É uma alegria muito grande recebê-lo aqui. Permita que esta Comissão de Direitos Humanos e os líderes aqui o recebam com uma salva de palmas pelo seu trabalho e por tudo o que o senhor representa. (*Palmas.*)

Só informo a todos que estamos ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelo portal Terra, pela Internet e pelos canais 3 ao 8. Então é 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Estiveram aqui, registrando suas presenças também, os Senadores Rodrigo Rollemberg e Ciro Noqueira.

Como o nosso amigo Eloi Ferreira de Araujo falou, e muito bem aqui, inclusive, do nosso homenageado aqui também de hoje, o Oliveira Silveira, eu pergunto se dá para passar a segunda parte do filme do Oliveira agora? *O.k?* Se der para continuar de onde interrompeu? Repito: Oliveira Silveira, poeta, gaúcho. Esse filme é de direção de Andreia Vigo...

(*Continuação da apresentação do documentário de Oliveira Silveira*)(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o documentário de Oliveira Silveira, poeta negro, gaúcho, de vinte minutos, que fala da trajetória

desse líder e poeta do movimento negro gaúcho brasileiro, um dos que provocou o debate para que 20 de novembro fosse a data nacional da Consciência Negra.

A nossa intenção era dar cinco minutos para cada um dos convidados que estão aqui, se quiserem fazer algum comentário do filme e, em seguida, vamos passar o filme do Abdias. Depois iremos para essa Mesa e uma segunda Mesa com os convidados que já estão no plenário.

Alguém da Mesa quer comentar alguma coisa do filme?

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – Quero perguntar, Senador, se é possível V. Ex^a disponibilizar para todos os telespectadores, depois, buscarem do senhor uma cópia, se é possível ter cópias para fazer reuniões, mostrar, porque está um filme muito bonito, está muito bem preparado. Parabéns pela direção. Mas onde eles vão buscar para poder ver o filme?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu acho que vou deixar à disposição de todos e vou conseguir cópias, inclusive desta reunião, que é uma reunião de homenagem ao povo negro com vínculo no mês de maio. É claro, todos nós sabemos, repito para que não tenha dúvidas, das nossas divergências com relação a 13 de maio. A grande data é 20 de novembro, mas 13 de maio não deixou de ser um marco simbólico...

O SR. MARCELO MONTEIRO – Marco legal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marco legal do fim da escravidão.

O SR. MARCELO MONTEIRO – Eu vejo que se faz necessário que a rede pública de televisão veicule mais vídeos dessa natureza, porque a população está aí com um estrangeirismo, com a americanização deste País, vivemos discutindo sobre isso, e a rede pública precisa veicular esses trabalhos. O nosso povo, a nossa garotada, porque esse é o objetivo, precisa conhecer esses valores, precisa disciplinar de forma mais ampla esses vídeos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a contribuição do Marcelo Monteiro.

Com a palavra o Carlos.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Bom dia a todos e todas.

Senador, eu penso que esse vídeo, não sei como estão os direitos autorais, mas poderíamos disponibilizar no nosso *site* para nossa juventude negra, que está aí, que é um vídeo de muito conteúdo. Em vinte minutos ele consegue trazer todas as questões que sempre pregamos na nossa vida de militância, eu um pouco mais jovens que os senhores, mas com história de militância. Então eu acho que é importantíssimo,

se possível, não sei como estão os direitos autorais, a Seppir colocar à disposição para colocarmos no nosso site, em uma galeria de temas e vídeos que são bastante importantes para a nossa juventude negra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só informo que é importante todos saberem que esse vídeo é uma produção da TV Senado e do Abdias também. Eu falei aqui direção Andreia Vigo, mas da TV Senado. Então meus cumprimentos à TV Senado. *(Palmas.)*

O nosso Embaixador Samuel disse que vai comentar o filme, inclusive do Abdias. Veio especialmente para prestigiar o nosso evento.

Alguém mais quer fazer alguma citação? Se não, nós vamos para o segundo momento.

O Sr. Dojival com a palavra.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Senador, bom dia. Meus cumprimentos mais uma vez. Agradeço, mais uma vez o convite. O senhor sabe que o seu convite para participar dessas reuniões, para nós, não são convites, são convocações. Então, é com muito prazer que retorno à tribuna desta Comissão.

Quero cumprimentar o Presidente da Fundação Palmares, meu querido companheiro Eloi, os companheiros Carlos, da Seppir, o companheiro Marcelo e a todos os presentes, o Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, cujo trabalho todos nós admiramos. Penso que essa iniciativa que o senhor toma de lembrar os 124 anos da Abolição da Escravidão no Brasil é não apenas oportuna, mas fundamental para que não percamos a memória da nossa história. Filmes, como esse que acabamos de assistir, do grande poeta Oliveira Silveira, que o senhor também presta um serviço ao povo brasileiro, lembrando a sua história, mantendo a sua importância no cenário da luta por igualdade no Brasil. É também muito relevante que lembremos isso porque nunca é demais que o dia 14 de maio, há 124 anos, foi o dia mais longo da história do Brasil. Nós continuamos vivendo o 14 de maio.

O processo de abolição no Brasil é um processo incompleto como todos nós sabemos. É um processo que não representou a inclusão de milhões de negros nos direitos básicos da cidadania, dos quais ainda hoje estamos privados. E esse 1º de maio tem uma importância fundamental porque, há menos de 15 dias, tivemos uma manifestação que considero das mais relevantes da República, a manifestação da mais Alta Corte deste País, o Supremo Tribunal Federal, ao declarar, por unanimidade, por unanimidade, a constitucionalidade das ações afirmativas e das cotas.

Isso é muito importante e todos nós neste País que assistimos diretamente ou pela TV Senado a manifestação dos votos dos Ministros da mais Alta Corte

deste País nos sentimos não apenas contemplados, mas nos sentimos um pouco com a alma lavada, porque esta luta pelo reconhecimento dos nossos direitos de cidadãos brasileiros é uma luta que não começou conosco, mas temos a responsabilidade de continuá-la, como os nossos filhos, os nossos netos haverão de fazê-lo.

A manifestação da mais Alta Corte deste País realmente cria, coloca a luta pela igualdade em outro patamar, porque, afinal de contas, Senador, e o senhor tem sido a nossa grande liderança nesse processo, nacionalmente falando, apesar de representar o Estado do Rio Grande do Sul nesta Casa, o que queremos afinal, senão, o que é a nossa luta afinal senão a luta pela igualdade? A palavra igualdade aqui tem um sentido muito maior do que o formalismo que alguns tentam emprestar. A palavra igualdade é indissociável da luta por democracia. Enquanto não tivermos igualdade plena, enquanto continuarmos ocupando o espaço da desvantagem como demonstram todas as estatísticas, nós não podemos falar em igualdade neste País.

Os Ministros do Supremo Tribunal Federal, há menos de 15 dias, disseram que não basta igualdade formal, não é igualdade de todos perante a lei, esse princípio liberal que era um avanço no séc. XIX, mas que, hoje, na verdade, se presta ao exercício farisaico de quem quer simplesmente se negar a assumir, se negar a defender a igualdade material. A igualdade formal é uma abstração jurídica que servia no séc. XIX. O que queremos hoje e o que a mais Alta Corte deste País disse é que precisamos e teremos que ter neste País, para que ele se torne uma República de fato e um Estado democrático de direito, de fato, a igualdade material, a igualdade que garanta a todos os brasileiros negros de qualquer cor os direitos básicos à cidadania, à moradia, à escola, à educação, ao trabalho, à participação política.

Nesse sentido, Senador, quero fazer esse apelo e esse pedido ao senhor aqui. Essa Abolição que todos nós concordamos que está inconclusa, que não foi concluída como lembrou o Presidente Eloi, uma lei de apenas dois artigos e que jogou milhões de negros e negras na rua da amargura, há 124 anos, precisa ser completada, precisa ser concluída. Eu acho que o senhor, Senador da República, nosso representante, tem toda autoridade moral, tem toda autoridade política, tem toda legitimidade para continuar, para desencadear o grande movimento nacional pela conclusão dessa Abolição com o suporte nesta decisão histórica do Supremo Tribunal Federal na palavra de todos os seus ministros.

É preciso que essa declaração de constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal não fique no papel

e a quem cabe colocá-la na prática somos todos nós. É preciso que se desencadeie no País um movimento por ações afirmativas e por cotas não apenas na educação, porque a decisão do Supremo é muito mais ampla, não se restringe ao acesso à universidade. Declara a constitucionalidade das ações afirmativas e das cotas em todos os setores da atividade porque reconhece que ser negro num País que viveu sob escravidão durante quase 400 anos é, por si só, uma desvantagem. Então, realmente, nós precisamos aproveitar esse momento muito especial, esse momento histórico que estamos vivendo para avançar, avançar rumo à igualdade e, para isso, precisamos, sim, ter ações afirmativas e cotas no acesso à universidade, no Parlamento.

Este ano temos eleições municipais. É necessário que os partidos políticos se abram a essa discussão, adotem cotas neste momento. É preciso deixar claro que aqueles que ignoram essa reivindicação histórica nossa, que ignorarem essas reivindicações históricas deverão ser ignorados nas eleições, porque não é possível mais que continuemos discutindo abstrações quando a mais Alta Corte do País declara, de forma tão eloquente, o princípio constitucional da igualdade material como uma necessidade para que este País seja mais justo e mais igualitário.

Quanto ao princípio das ações afirmativas no mercado de trabalho, o movimento sindical, as centrais sindicais, nós achamos que é o momento propício para que incluam nos acordos coletivos, nas negociações dos contratos de trabalho o princípio das ações afirmativas e cotas. O Poder Público, o Estado, nos seus três níveis, Municípios, Estados e União, deve avançar, e, para isso, Senador, é que pedimos ao senhor que lidere nacionalmente essa luta para que essa decisão do Supremo se traduza em realidade, em atos concretos. O Estatuto da Igualdade Racial é um marco legal importante, e o senhor e o Presidente Eloi, aqui, na condição de ex-Ministro da Seppir, tiveram um papel fundamental na condução da aprovação desse Estatuto e enfrentaram resistência dos mesmos que vem, ao longo dos séculos, se opondo à igualdade neste País.

Aqui, não vou citar nomes para que mantenhamos a discussão nesse nível. Ao senhor e ao Presidente Eloi, ele como Ministro da Seppir e o senhor como o autor do Estatuto e condutor das articulações que se deram aqui nesta Casa e no Congresso Nacional, nós queremos fazer este apelo. Liderem uma luta nacional para que esse Estatuto saia definitivamente do papel, seja conhecido da população brasileira, negra e não negra.

Eu estou, por exemplo, nesse momento, fazendo um trabalho em São Paulo, de levar esse Estatuto ao interior do Estado, para popularizá-lo. Neste final de semana, estarei em Botucatu fazendo esse trabalho

com a companheira Conceição Vercesi, da Prefeitura de Botucatu, para transformar esse Estatuto em uma realidade para o povo brasileiro e para o povo negro em particular.

Essa decisão do Supremo, que reforça, que respalda essas decisões, porque declara a constitucionalidade das ações afirmativas e das cotas e que fortalece muito esse Estatuto da Igualdade Racial, fortalece toda a legislação antirracista e cumpre aquilo que nós já tínhamos desde 1988, que eram esses direitos assegurados pela Carta da República.

Nós queremos, então, mais uma vez, cumprimentar pela iniciativa e pedir ao senhor que lidere nacionalmente essa iniciativa, que será excepcional para que o Brasil seja um País diferente, o País que nós queremos, um País em que negros e não negros tenham os mesmos direitos, o que hoje ainda não ocorre.

Em relação aos indígenas, este País, quando Cabral aqui chegou, em 1500, era um continente indígena. Nós tínhamos aqui 100 milhões de indígenas de mil nações diferentes. Esse número está reduzido a menos de um milhão e a menos de 200 nações. Aconteceu, em relação aos indígenas, um genocídio que os historiadores atestam. Este País também é dos povos indígenas, este País também é do povo negro arrancado das suas terras no continente africano e trazido para cá para construir no braço a história deste País, em vários momentos, na extração do outro, na cultura do café, na cultura do açúcar, e ainda hoje.

É impensável que este País continue tendo, Senador, a cara de uma elite europeia como está constando em vários instrumentos da legislação, que este País só se desenvolveria se crescesse à luz ou se crescesse à imagem da Europa. Isto é um absurdo que não condiz mais com a realidade, como a política de branqueamento que foi aqui adotada durante décadas para que tivéssemos isso que temos hoje, essa desvantagem estrutural, essa desvantagem medida em todas as estatísticas.

No séc. XXI, eu considero que a principal agenda deste País é voltar-se para a África, é voltar-se para as suas origens, é desenvolver – e aqui está o Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, que é um profundo conhecedor desses temas –, o futuro deste País é sul-sul, o futuro deste País é desenvolver-se e beber nas nossas origens africanas. O futuro deste País é fazer com que a igualdade, de fato, aconteça no plano formal e no plano material.

Nesse sentido, a decisão do Supremo encerra essa discussão. A decisão do Supremo, por unanimidade, encerra completamente aquela ideia de que bastava ser igual perante a lei e estaria tudo resolvido. Não. O Supremo disse: “É necessário que haja igualdade ma-

terial”. Senador, eu que atuo como advogado em várias causas relacionadas à discriminação nas relações de consumo, considero fundamental que o Judiciário do nosso País se abra a esse debate a partir da esteira da decisão do Supremo, porque, lamentavelmente, ainda hoje, isso não acontece, apesar de termos uma legislação antirracista extremamente consolidada, não se trata apenas da Constituição considerando crime inafiançável imprescritível o crime de racismo é também a Lei nº 7.716, a Lei Caó, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 12.288, de 2010, que é recente.

Nós temos, então, leis em profusão. Eu diria que nós temos um aparato jurídico absolutamente capaz de dar conta dos problemas que nós enfrentamos. O que nós não temos ainda é a consciência, é a abertura dos operadores do Direito para a aplicação da lei. Todos nós neste País que nos formamos, inclusive os operadores do Direito, sob o mito da democracia racial, ainda temos enormes dificuldades de tratar disso. E eu me refiro, especificamente, às decisões que têm sido tomadas pelo Judiciário brasileiro em relação aos crimes de racismo e de injúria racial.

Lamentavelmente, a democracia, o mito da democracia racial, que como mito é também uma mentira, tem uma influência muito grande na aplicação da lei. Eu cito aqui o estudo do Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais, da UFRJ, coordenado pelo economista, Prof. Marcelo Paixão, baseado em julgamentos de tribunais de justiça estaduais e do DF, proferidos entre 2007 e 2008 em ações judiciais sobre racismo e injúria racial.

Muito bem. Esse é um dado que não é novo, é conhecido de vários dos senhores, mas muita gente ainda o ignora. Sessenta e seis, vírgula nove por cento, quase 70% das ações que trataram ou tratavam sobre racismo e injúria racial tiveram os réus como ganhadores das causas; 66,9%. Ora, essa é uma situação que precisa, efetivamente, ser enfrentada e em conjunto com os operadores do Direito – eu me refiro a advogados como eu, a juízes, promotores, delegados de polícia.

Hoje, Senador, na realidade, nos rincões deste País se alguém chegar a uma delegacia de polícia para denunciar um crime de racismo de que tenha sido vítima ou de injúria racial é capaz de a vítima ser presa. Essa é a realidade que acontece neste País.

E, lamentavelmente, nos tribunais, desde a primeira instância às instâncias mais altas, os tribunais têm aplicado a legislação antirracista como se estivéssemos ainda na década de 50, quando o racismo, o crime de racismo, aliás, nem era crime, era uma contravenção. A Lei Afonso Arinos, o senhor sabe, não fala de crime, é uma contravenção. Só que, desde 1988, com a Constituição cidadã, proclamada por Ulysses

Guimarães no Congresso Nacional, racismo é um crime inafiançável e imprescritível. Então, há necessidade de os operadores do Direito, de um modo geral, o Ministério Público, a magistratura, se capacitarem para este novo momento e passarem a aplicar a lei que nós temos no País. Racismo não é mais uma contravenção; racismo é um crime gravíssimo, é um crime inafiançável, imprescritível, e, portanto, não se explica, não se justifica que, em 66,9% dos casos, sejam os réus os ganhadores, ao invés das vítimas.

E – pasmem, senhores! – essa situação não tem melhorado nos últimos tempos. Se nós pegarmos o quadro do mesmo estudo do Prof. Marcelo Paixão de 2006, esse mesmo estudo, com base nos julgamentos dos tribunais, 52,4% dos réus ganhavam, contra 39,3% das vítimas. Isso também acontece na primeira instância: 55,4% das ações são consideradas improcedentes, Senador.

Então, é um quadro que nós precisamos reverter, e eu espero realmente, todos nós esperamos, que a decisão histórica do Supremo Tribunal Federal, especialmente não apenas os votos, Senador, mas a fundamentação abalizada de homens absolutamente preparados, de homens que têm uma sabedoria jurídica e de vida e que, do perfil mais liberal aos mais conservadores, foram unânimes em declarar a constitucionalidade das ações afirmativas e das cotas.

Em São Paulo, já se criou, esta semana, já se lançou, esta semana, uma frente estadual pró-cotas em todos os setores, não apenas na universidade. O senhor sabe que, em São Paulo, nós temos tido problema porque as universidades estaduais são absolutamente resistentes à discussão das políticas de inclusão com recorte racial. Várias entidades, cinquenta entidades, acabam de lançar, em São Paulo, uma frente pró-cotas. Oportunamente, o senhor será convidado a participar do lançamento, reunindo todos os segmentos da população negra, todas as entidades dos mais variados recortes, independentemente de partidos, enfim, com a perspectiva de ganhar a sociedade para essa bandeira e para essa agenda que eu considero que seja a agenda do séc. XXI: a agenda da igualdade, a agenda da igualdade do povo brasileiro, de todos os cidadãos com direitos iguais. Então, é nessa expectativa e com essa confiança que nós estamos aqui, Senador, para dar a nossa modesta contribuição nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Esse foi o advogado Dojival Vieira, Editor da Agência de Informação Multiétnica (Afropress).

Eu achei interessantes duas questões. Toda a palestra foi interessante, mas você fez uma provocação que eu achei muito positiva, porque nós tínhamos

colocado no Estatuto a cota nos partidos políticos. Por aquelas coisas da vida, correlação de forças internas, tivemos que retirar. Mas você lembra porque os partidos políticos não adotam as cotas como as universidades estavam adotando antes da decisão do Supremo e antes de o Congresso deliberar, que eu espero que delibere ainda este mês. Mas os partidos políticos poderiam já ter uma cota mínima de mulheres e negros na disputa, agora, das eleições municipais. Seria... Eu acho que é importante que – como estou na Presidência, não vou falar de nenhum partido, para não dizerem “ah, ele defendeu o partido dele aqui” – que todos partidos façam isso.

Meus cumprimentos por toda a fala e quero, por uma questão de justiça, já que você entrou no tema... Eu achei o relatório feito pelo Ministro Ricardo Lewandowski uma coisa brilhante. Cheguei a dizer que é uma peça que poderia ser usada como instrumento, nos cinco continentes, na luta contra o preconceito racial e a política de cotas.

Também fiz, participei, como painelistas, do congresso nacional dos magistrados do trabalho. Fiz uma homenagem lá e quero fazer também aqui ao Presidente do Tribunal Superior, que, na primeira audiência no posto de Presidente, ele já botou as cotas em votação, defendeu e votou, como também, logo na semana subsequente, lá... Eu me encontrei com ele na Paraíba, nesse congresso, e quero aqui dar um abraço aos juízes. Foi um congresso emocionante, bonito. Todos eles mostraram compromisso, os juízes do trabalho, com a causa social. Cheguei a usar o termo que eles são guardiões dos direitos dos trabalhadores. Muito interessante o congresso. Estava lá, inclusive, participei da mesa de abertura, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Carlos Ayres Britto, que foi Relator também do ProUni, que também foi aprovado, se não me engano, por nove a um ou dez a um. Houve um voto que parece que não acompanhou e a gente respeita.

Tomo essa liberdade, como uma forma de homenagear, que a gente desse aqui uma homenagem tanto ao Ministro Relator Ricardo Lewandowski como, também, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Relator do ProUni, Ministro Carlos Ayres Britto.

Uma salva de palmas simbólica neste momento. (Palmas.)

E agora nós vamos... O Eloi Ferreira abriu, nós passamos o filme do nosso querido Oliveira Silveira, um documentário aqui da nossa TV Senado, belíssimo documentário. Agora nós vamos, então... Agora falou o nosso Dojival. Agora, vamos passar o filme do Abdias e, na sequência, a fala, daí, do nosso Carlos Alberto.

Está pronto o filme do Abdias?

(Apresentação do documentário *Abdias: raça e luta*) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o filme de Abdias do Nascimento produzido pela nossa TV Senado, “Abdias: Raça e Luta”, cuja diretora foi Maria Maia. Ele será lançado agora no dia 13, às 21 horas, pela TV Senado, para todo o País.

Eu só queria, ainda, dizer que o Abdias nasceu em 14 de março de 1914 e morreu em 24 de maio de 2011.

Aquela minha participação ali, Embaixador Samuel, na verdade, eu escrevi uma poesia para o Abdias – *Abdias, um homem além do seu tempo*; o Itamaraty fez uma homenagem a ele em âmbito internacional e eu fui encarregado para falar em nome do Congresso. Então, eu escrevi a poesia na noite anterior e, no dia, eu a declamei lá. Ali eu tentei declamar, mas tive que me socorrer dela sempre. Mas foi um momento muito bonito, emocionante aquele, como foram todos os momentos do Abdias.

Agora, vamos continuar com a nossa Mesa.

Agora, passo a palavra para o Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, que fala em nome da Seppir, que dispõe de dez minutos e mais cinco, e, depois, fala o Marcelo e, depois, nós vamos para a segunda Mesa.

Na segunda Mesa, vai falar o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, depois fala Josefina Serra dos Santos e Arilson Ventura, Coordenador Nacional das Comunidades Negras Rurais.

Então, com a palavra o Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR – Bom dia a todos e todas. Inicialmente, quero cumprimentar o Senador por mais uma brilhante iniciativa neste mês de maio, que, para a Seppir, é um mês que, cada vez mais, reforça a nossa luta, como também é o dia 20 de novembro, Senador.

Antes de adentrar à minha fala, quero constatar – acho que o Senador fez uma fala inicial, eu não estava presente, mas é preciso resgatar – que, após quase 400 anos ou quase quatro décadas de escravidão, ainda se discute no Congresso uma PEC, que a gente pensa que votará na próxima semana, sobre o trabalho escravo. Ou seja, o racismo ainda está posto, ainda precisamos enfrentar o racismo e promover a igualdade racial neste Brasil.

Mas, adentramos também um pouco ao que pretendemos falar aqui, o que me incumbiu o Senador foi falar um pouco sobre as estratégias que a própria Seppir vem orquestrando aí, ao longo de 2011 e 2012, para enfrentar o racismo e promover a igualdade racial no Brasil.

Antes de mais nada, é um tema muito árduo e muito caro para nós da Seppir.

A Constituição de 1924, todas as outras Constituições passaram inertes à questão do enfrentamento ao racismo e somente na Constituição Cidadã esse problema foi enfrentado de uma forma contundente, a meu ver, na qual há quatro ou cinco artigos, e não vou listar aqui os artigos, porque acho que todos aqui conhecem os artigos da Constituição que tratam a questão e criminalizam o racismo no Brasil. E isso passou ao longo do tempo.

Mas quero me centrar, até porque o tempo sempre não é generoso com a gente que tem muito a expor, que fica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São dez mais cinco minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Mas eu queria falar uns trinta minutos de tantas coisas que a gente tem para falar, Senador. *(Risos.)*

Inicialmente, acho que é importante a gente fazer uma comparação com o Estatuto da Igualdade Racial, que é um dos instrumentos que não tratam a questão étnico-racial como criminalização. Ele, ao lado da legislação também, da lei que trata da LDB, a mudança da LDB, que enfrenta a educação para as relações étnico-raciais junto com o Estatuto e alguns instrumentos internacionais, trata, enfrenta numa outra perspectiva, numa perspectiva de promoção da igualdade racial.

E aí, no ano de 2011, a Seppir se debruçou bastante sobre o assunto, tentou influenciar os 38 Ministérios, por meio do seu Plano Plurianual, e tivemos resultados, Senador, tivemos resultados muito favoráveis. E, esses dados, eu peço ao senhor que me permita lê-los aqui: dentre os 65 programas temáticos que existem no Plano Plurianual, em 25 existem a conotação étnico-racial e alguns deles já tocam – lembramos que foi o primeiro ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial –, já fazem referência, sobretudo no Estatuto da Igualdade Racial, para ancorar os seus programas. E aí são 25 programas temáticos, 63 objetivos, 96 metas, 51 iniciativas que abordam o tema.

E aí quero trazer também, aqui, para vocês, algumas coisas que a sociedade precisa enxergar com mais precisão, sobretudo na questão da segurança pública e da educação. Lá, o Capítulo IV do Estatuto faz referência às ouvidorias permanentes, ao acesso à Justiça. E aí o Ministério da Justiça no seu programa temático, inclui a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada, que foi uma solicitação. Houve uma mudança na portaria para incluir a questão da temática racial na capacitação e na formação desses agentes privados e públicos, muito depois de uma audiência feita também aqui no Senado, que V. Ex^a convocou para tratar de casos da segurança privada, na qual também o companheiro Dojival esta-

va. E a gente já estava lutando, naquela época, para a inclusão dessa temática naquele momento.

Há o combate à impunidade nos homicídios, sobretudo o fortalecimento da perícia criminal. Há um programa de redução da letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública. Há a promoção de programas de combate ao racismo, institucionais, para as corporações de segurança pública, porque achamos que é importante, é preciso acabar com esse desconhecimento do que é a Lei nº 7.716, do que é o Estatuto da Igualdade Racial. Então, existe um programa para enfrentar isso. Há uma parceria também, inclusive, com a Defensoria Pública da União, para capacitar os defensores públicos federais e, sobretudo, difundirmos isso nos Estados para capacitá-los e prepará-los para a temática. Sabemos que os operadores do Direito, quando saem da universidade, saem sem preparo para a questão étnico-racial, para o enfrentamento ao racismo, para a promoção da igualdade racial, e achamos por bem também fazer essa capacitação da Defensoria Pública Federal. Existe um convênio feito entre a Seppir com a OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil, no intuito também de incluir essa temática no exame da Ordem para forçar as universidades a colocar isso nos seus temas, nas suas programações do curso de Direito. Portanto, há muita coisa sendo feita.

Eu quero também falar sobre uma questão que é importantíssima, muito cara e muito recente também e que foi julgada agora pelo Supremo. Existem, dentro do programa temático da educação básica, educação profissional e tecnológica e educação superior, várias metas para serem cumpridas, como salas de aulas para a comunidade quilombola, para equiparação dos indicadores de escolaridade entre negros e brancos, porque nós percebemos, na pirâmide – eu chamo de boca de jacaré, Senador, aberta, porque você vê o branco sempre lá em cima e o negro sempre lá embaixo, então parece realmente um jacaré com a boca aberta –, a diferença gritante que existe entre a questão educacional entre os brancos e os negros; e também muitos outros, como o tema das mulheres, da juventude, o enfrentamento à violência contra a juventude negra, o trabalho, a saúde, o acesso à terra, a comunicação, isso tudo está embrenhado dentro dos programas temáticos do Governo Federal.

Mas quero adentrar com mais profundidade a questão do Estatuto da Igualdade Racial.

A Ministra, assim que chegou, convocou um grupo de trabalho para se debruçar na implementação do Estatuto da Igualdade Racial. Eu fiz parte do grupo, debruçamo-nos nisso profundamente, fizemos algumas propostas e, dentro desse Estatuto da Racial, que tem 65 artigos, vislumbramos apenas 12 artigos que pre-

cisam ser regulamentados na sua essência, achamos que os outros artigos são autoaplicáveis.

Quero aqui listar os 12 artigos que, para o grupo de trabalho do qual fizemos parte, são importantes que sejam regulamentados, e já existe uma ação da própria Seppir nessa regulamentação.

O primeiro artigo que pensamos seja necessária a regulamentação é o art. 5º, que fala da consecução do Sinapir. É o artigo que fala sobre o Sinapir, como alguns outros. Já foi feito um documento base sobre o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, já está em discussão e, como percebemos que é um tema caro tanto para a sociedade brasileira, como para o movimento negro e para os Parlamentares, enfim, para toda a sociedade brasileira, há uma determinação da nossa Ministra de que, ainda no mês de maio, haja uma consulta pública com contribuições tanto do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Movimento Negro, da população brasileira, contribuições para a melhoria, Senador, desse Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A Seppir entende que esse sistema não pode ser feito única e exclusivamente por ela. Como ela é uma construção do próprio movimento social, do próprio movimento negro, estamos abrindo isso. É uma obrigação nossa abrir esse sistema nacional para que seja feita uma consulta até que ele seja posto com contribuições de intelectuais, Parlamentares, Senadores, para que possam contribuir na concepção desse sistema, que é um sistema que muito nos é caro, a nós que somos militantes do movimento negro.

Outro ponto que é bastante interessante e que já vem sendo discutido ao longo de um tempo é o art. 15, que trata das ações afirmativas. Esse artigo a gente vem enfrentando, sempre achando dificuldades, mas já foi elaborado, sob a condução do gabinete da Srª Ministra, o Plano Nacional de Ação Afirmativa. Esse Plano Nacional de Ação Afirmativa está debruçado em quatro eixos: o eixo do trabalho, o eixo da educação, o eixo da cultura e o eixo da comunicação. Então, acreditamos que, no primeiro semestre, seja lançado esse Programa Nacional de Ação Afirmativa que dê conta desses quatro eixos. Isso não significa que nós não iremos nos debruçar sobre outros, mas, inicialmente, estamos nos debruçando com mais contundência nesses quatro eixos.

Também o art. 16, que trata da questão do Poder Executivo, que precisa monitorar e fazer uma avaliação dos programas, sobretudo da educação. A Seppir já está dialogando com o MEC, elaborando um Sistema Nacional de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas, que deve também sair este ano,

para que possa fazer também esse acompanhamento, essa articulação e a avaliação desses programas.

Há a questão da capoeira – o Presidente teve que se retirar. Mas a gente pretende fazer também uma parceria com a Fundação Cultural Palmares para tratar dessa questão da capoeira, porque é preciso regulamentar isso, é preciso uma proposta de regulamentação. A Seppir já lançou uma proposta também, e estamos em discussão com a Fundação Cultural Palmares para saber como a gente pode melhor situar isso dentro desse ponto.

E quanto ao art. 39, que fala sobre a promoção das ações que assegurem igualdade racial no mercado de trabalho para a população negra, mediante contratação no setor público, a Seppir fez, nós temos e quero mostrar aqui para vocês, este é o nosso relatório final, relatório feito pelo GT; dentro dele tem um anexo no qual consta uma minuta de decreto presidencial que tratará sobre as contratações no setor público, que são por meio de concurso público. Então existe este decreto que nós elaboramos aqui. É um decreto que não está pronto nem acabado, mas é uma minuta para discussão nossa aqui do movimento negro, das entidades dos intelectuais, das entidades dos juristas que querem contribuir para a causa. É uma proposta de discussão do tema, mas achamos que não é o único ponto a ser tratado.

Como o próprio Estatuto da Igualdade Racial nos lembra no artigo 42, que é outro artigo que nós colocamos e que precisa ser regulamentado, nós queremos também a regulamentação dos cargos de direção e assessoramento superior, os chamados DAS, bem como a regulamentação das contratações de pessoal dos serviços de terceirização da Administração Pública, que são meio. Nós não somos a favor da terceirização, não. Mas como a Administração Pública realiza a terceirização nas suas funções meio e não fim, nós pensamos que é importante haver um sistema de ação afirmativa dessas ações, porque o Poder Público contrata e não tem critérios. Então, fazemos essa regulamentação nos DAS e nos serviços de terceirização para os serviços da Administração Pública Federal.

Outro ponto que também precisa ser regulamentado é do Codefat, e já iniciamos diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego. A Ministra já mandou um aviso para o Ministro Brizola Neto. Deve ser renovado isso para fazer um diálogo sobretudo do Conselho de Amparo ao Trabalhador, inclusão da população negra nesse mercado de trabalho.

Vou falar um pouco também que é necessário regulamentar a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial. Antes do Estatuto, já existia uma ouvidoria, mas uma ouvidoria muito simples, uma ouvidoria da Sep-

pir, sem estrutura, e, agora, com o desafio trazido pelo Estatuto da Igualdade Social, no seu artigo 51, é necessário que seja regulamentada a ouvidoria, que se criem cargos para ela, porque ela precisa dar conta do recebimento e dos encaminhamentos das denúncias de discriminação racial no Brasil e ainda tem a tarefa de monitorar, acompanhar as políticas públicas afirmativas no Brasil. Então é uma tarefa muito significativa, muito representativa, mas com a estrutura atual ela hoje não consegue dar conta em sua plenitude. Então por isso foi preparado um decreto de reestruturação da ouvidoria que, consta também do anexo, que é para discussão com a sociedade de uma regulamentação da Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial.

Outro ponto é a questão do Conselho Deliberativo dos Fundos de Direitos Difusos em que a gente já pediu um assento. A Seppir pediu um assento para ser integrada ao Conselho, sobretudo para promover a igualdade racial, promover as comunidades tradicionais, promover o enfrentamento ao racismo dentro do Conselho porque o próprio Estatuto da Igualdade Racial coloca esse ponto como nevrálgico para o financiamento das políticas de ações afirmativas também.

Assim, eu quero, já encerrando, Senador, dizer que, nessa nossa avaliação, 82% do Estatuto da Igualdade Racial são autoaplicáveis. Isso acaba com aquela pecha de que o Estatuto não está sendo implementado na sua totalidade. Ele está sim. Apenas 18% dele precisam de regulamentação, para a qual a Seppir já fez uma proposta que está em fase de discussão com a sociedade, com o Parlamento, com o movimento negro, com intelectuais para consolidar e levar a proposta também aos ministérios para a Presidente, porque muitos dependem de decreto; alguns, de portaria, mas a sua essência depende de decreto. Então temos que levar alguma coisa já mais amarrada para a Presidente, mais consolidada perante a sociedade brasileira.

Assim, vislumbramos que a questão da igualdade racial, Senador, é muito difícil porque trabalhamos contra direito hegemônico, percebemos que somente dez anos de tramitação das ações afirmativas o Supremo julgou. Depois de quase 400 anos de escravidão, hoje o Senado Federal votará – espero que na próxima semana – a questão do trabalho escravo no Brasil e a política de cotas também, o PL 180. Então, percebemos que a correlação de forças dentro do Congresso Nacional é muito difícil. Nós temos apenas um Senador negro que se assume como tal e que defende as causas da questão étnico-racial no Brasil. Por isso, também fizemos no mês de março, salvo engano, um seminário nacional que tratou do Estatuto da Igualdade Racial e as eleições municipais. Pensamos que não se pode mais falar em ação afirmativa sem o Parlamen-

to. Precisamos modificar a cara do Parlamento assim como modificamos a cara da universidade; precisamos modificar a cara do Executivo federal. Por isso nesse mês de março foi realizado o seminário, convocamos todos os partidos, inclusive o Senador Paim não pôde comparecer, mas mandou representante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fui convocado também, fiz um pronunciamento da tribuna elogiando a iniciativa.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Fizemos uma discussão muito proveitosa que pretendemos retomar. Dialogamos, a Ministra fez um aviso para o Ministro Lewandowski solicitando o que também foi um pedido da própria Câmara, há algum tempo, que pudesse inserir no registro de candidaturas a temática para cor. Ou seja, nós hoje não temos estatística de candidatos negros no Brasil. No Candex, o registro dos candidatos, não tem o quesito cor, por isso não há estatísticas, Senador. Eu acho que o senhor também pode encampar essa ação no sentido de pressionar cada vez mais. Reforçamos agora com a Ministra Cármen Lúcia este pedido para que insira no Candex a temática étnico-racial para os candidatos às eleições municipais e acho que o senhor também poderia reforçar essa luta porque precisamos ter estatísticas. Hoje nós sabemos que a grande questão da temática étnico-racial no Brasil é a falta de dados; não temos dados precisos. E ninguém hoje se estrutura para trazer esses dados para uma reflexão.

Senador, para encerrar, quero falar um pouco sobre o papel da Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial. Com o Estatuto da Igualdade Racial, no seu artigo 51, foi nos dada a tarefa de receber e encaminhar as discriminações étnico-raciais, racismo e promover a igualdade racial, como tínhamos falado anteriormente. Nós recebemos no mês de março, final de março, início de abril uma denúncia de um videoclipe intitulado Kong. Eu queria, com a permissão do Senador, passar um trecho dele, só o início. São três minutos, mas só o início.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas pode ir comentando.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – É um videoclipe em que três personalidades negras se vestem de macacos entram em uma festa e atacam as mulheres. É um vídeo de um cantor de pagode brasileiro, conhecido, que está na Internet. Aí se percebe que eles se vestem de macacos e atacam mulheres.

Está Internet. Essa denúncia chegou à ouvidoria...

(Apresentação de vídeo)

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Chegou essa denúncia à ouvidoria e a nossa obrigação é abrir um procedimento administrativo e encaminhar aos órgãos responsáveis. Foi o que fizemos. Eu não condeno, a ouvidoria não tem o condão de condenar ninguém; apenas tem a responsabilidade de, ao receber a denúncia, fazer um despacho padrão e encaminhar isso para os órgãos responsáveis. Nesse caso, nós encaminhamos para o Ministério Público Federal. Temos aqui um promotor de justiça que foi, durante algum tempo, promotor de combate ao racismo no Estado da Bahia, Dr. Almiro, que sabe que é um programa de praxe isso e que o Ministério Público precisa investigar. Então encaminhamos.

O Ministério Público abriu um processo administrativo no qual consta que foi chamado o autor do vídeo. Nós entendemos que precisam ser responsabilizados a gravadora e o diretor do vídeo. As pessoas que estão no vídeo não têm como ser penalizadas. Ninguém pune um ator que faz um papel de racista. As pessoas puníveis são os diretores, as pessoas que pensaram aquelas cenas. Também não compete a nós fazer isso. Então encaminhamos para o Ministério Público que está averiguando esse caso. É um caso, Senador, que cada vez mais atualiza o racismo no Brasil. As amarras do racismo, eu vejo nesse vídeo, ainda não foram totalmente cerradas. Para mim isso é inferiorização e desumanização do negro; é como consigo interpretar.

Trago essa reflexão aqui – eu sei que estamos na TV Senado, sei que o senhor é um Senador da luta do enfrentamento ao racismo no Brasil e estamos aqui diante de alguns veículos de comunicação – para uma reflexão nossa. Eu não estou pedindo a convocação nem querendo que as pessoas que estão no *clip* prestem esclarecimento, mas eu acho que um *clip* como esse que tem conteúdo racista não pode perdurar na sociedade brasileira, que enfrenta o racismo com tanta veemência como tentamos enfrentar.

Assim, sem mais delongas mesmo, queria encerrar a minha fala, Senador, colocando o nosso Ministério à disposição de V. Ex^a, à disposição de todos os presentes para discussão. Temos aqui uma proposta, não sei se o senhor recebeu nosso relatório final, se não recebeu, eu faço agora uma entrega formal em nome da nossa Ministra, o nosso relatório do GT que tem todo o trabalho feito durante seis meses, um trabalho que precisa melhorar muito e conta com a contribuição da sociedade.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de falar aqui perante esta Casa legislativa, o que muito me agrada. Eu fui assessor em diversas Casas legislativas na Bahia e entendo isso aqui como um pilar da democracia, um pilar do Estado democrático de direi-

to. Assim, quero agradecer ao Senador mais uma vez pela oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Carlos Alberto de Souza e Silva Junior, que falou aqui com o brilhantismo de sempre em nome da Ministra Maria Luiza Bairos, da Seppir.

Recebo aqui esse relatório final do grupo de trabalho do Estatuto da Igualdade Racial, Igualdade Racial é Pra Valer, que faz um estudo aprofundado da aplicação do Estatuto.

Nós vamos de imediato passar a palavra ao Marcelo Monteiro, último painelistas desta Mesa. Depois passamos para outros três e teremos os comentários de todos sobre o que foi o dia de hoje.

Marcelo Monteiro, Presidente do Centro de Tradição Afro-Brasileira (Cetrab), com a palavra.

O SR. MARCELO MONTEIRO – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria saudar primeiramente a Mesa na pessoa do nosso Senador – eu digo nosso porque é o grande representante não só do movimento negro, mas também do movimento afro-religioso dentro desta Casa legislativa – Senador Paulo Paim, grande parceiro das nossas lutas. Quero saudar também o companheiro Carlos Alberto, da Seppir, grande amigo, e o editor do Afropress, Dojival, grande companheiro de luta.

Quero também dizer que eu faço parte do Centro de Tradições Afro-Brasileiras, sou Presidente nacional, e o centro é uma instituição que representa, que tem como missão primordial a defesa, o resgate e a preservação das tradições culturais da matriz africana. Eu também sou um sacerdote de orixá. Eu digo que nunca tirei férias de orixá, nasci dentro da vida dos terreiros e, por acreditar nisso, depois de assistir ao Abdias do Nascimento, a tantos outros nomes de grande relevância para nossa história, quero dizer que, acreditando na presença eterna dos nossos ancestrais, a nossa responsabilidade é muito grande por acreditar que eles não estão à vista dos nossos olhos, mas certamente estão aqui presentes, assistindo a esta audiência e assistindo a cada dia as nossas ações. Nós acreditamos na presença eterna dos nossos ancestrais. Acho importantíssimo isso.

Ainda neste segmento da afroreligiosidade, eu poderia dizer que nada acontece por acaso. Não cai uma folha do céu que não seja da vontade do Criador. E eu vim a Brasília para tratar de algumas questões e recebi o convite do companheiro Roberto para estar aqui nesta audiência importantíssima para todos nós porque é o momento. A data de 20 de novembro é um grande marco para nós, mas o 13 de maio é importantíssimo para a reflexão histórica. Não podemos

deixar de manter vivo este mês, essa reflexão das leis que existiram neste País para o movimento negro, até porque a gente vê que um vídeo como esse que está circulando, a ouvidoria da Seppir está tratando, o Carlos Alberto apresentou, é uma prova da nossa necessidade de manter vivo o processo de Steve Biko, que é o processo da conscientização negra neste País.

Fica provado que o que falta para o nosso povo brasileiro, a esses artistas, a esses diretores, é a consciência negra. Eles não se dão conta, assim como muitos dos nossos, não se dão conta da discriminação que está aí a cada dia. Tenho outro vídeo que vale ser ressaltado, um vídeo que tem a fala do nosso querido Milton Gonçalves, um vídeo que ganhou vários prêmios, que fala sobre Oiá. Nós fizemos uma representação e eu digo: assistir àquele filme acreditando que Oiá não é simplesmente a força do vento, Oiá é um ancestral que nasceu, viveu, morreu e foi enterrado e divinizado pelo seu povo e que tem aí muitos dos seus descendentes diretos, filhos, netos, enfim, descendentes diretos, é como se assistisse às ações de prostituição das nossas, não desrespeitando aí a questão da prostituição, mas é assistir às promiscuidades de nossa avó ou de nossa bisavó. Foi um vídeo feito em cima de mitos escritos por grandes acadêmicos e que mostra esse fato irreal da história dos nossos ancestrais. Por isso eu defendi, naquele momento, a importância de vídeos e defendo também o momento de reflexão. Este é o mês de reflexão histórica que nós não podemos deixar de fazer, não podemos deixar de defender.

Considerando as leis, eu não poderia deixar de lembrar a Lei do Ventre Livre, que foi uma grande farsa na história do nosso País. A Lei do Ventre Livre defendia, na realidade, os interesses do capitalismo; isso não é dito nas escolas, mas a gente conhece. A criança era livre, mas tinha... O fazendeiro ganhava dinheiro para continuar sustentando essa criança, que podia optar entre ir para o orfanato ou continuar ali junto de seus fazendeiros. A Lei do Ventre Livre é o início da história dos orfanatos neste País, porque nasce, então, a Casa da Roda.

África, 25 anos de guerra Savimbi. Angola desconhece sequer o termo órfão, porque o filho do meu filho não é meu neto, ele é meu filho. O filho do meu irmão, não é meu sobrinho; na falta de meu irmão, ele é meu filho. Portanto, o Brasil, com essa Lei, deu início aos orfanatos que inexistem em África.

A Lei do Sexagenário foi outra. Sessenta anos de idade, que velho durava naquela...? Para que servia um escravo com 60 anos de idade? Outra lei que precisa ser dita nas histórias, nas escolas, no dia a dia do nosso povo, para que haja a consciência negra e nós possamos evitar que vídeos como esse aconteçam.

Aí nós temos a Lei da Abolição, nós temos as ações afirmativas e hoje esse grande Estatuto da Igualdade Racial, que já foi aqui tão parabenizado, mas não podemos cansar de dizer que esse é realmente um grande marco, embora tenha lá as suas necessidades, a gente sabe disso.

Estamos no Estado do Rio de Janeiro trabalhando no GT da Câmara Técnica para trabalhar o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial no Estado do Rio de Janeiro. Esse é um grande instrumento que tem sido trabalhado através da Câmara Técnica.

Estamos também, no Rio de Janeiro, preparando a Cúpula dos Povos agora na Rio+20, onde o movimento conquistou, através da Cúpula dos Povos, um território, uma grande tenda que vai abrigar 600 pessoas, que é o Território Terreiro. Lá vamos apresentar, claro que com a ajuda de órgãos do Estado, Seppir, Palmares, enfim, que estarão nos ajudando a tocar esse trabalho, vamos ter a oportunidade de fazer grandes encaminhamentos para a Rio+20. Eu conto aí com ajuda realmente, para que nós possamos ter a efetiva participação do povo brasileiro lá na Cúpula dos Povos.

Ano passado, trabalhamos incessantemente com a questão da doença falciforme. Agradecemos, mais uma vez, o Senador Paulo Paim, pelas as audiências que nós realizamos aqui, no Senado.

Quero, aqui, se me permite, saudar a presença do Senador Eduardo Amorim, que participou daquelas audiências e que foi muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu ia anunciar os dois Senadores, ia fazer essa referência.

Anuncio a presença da Senadora Ana Rita, a quem dou destaque especial na mudança da Mesa.

O SR. MARCELO MONTEIRO – Isso! Também!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou até convidá-la a vir aqui, quando da mudança da Mesa, nem que fique aqui para fazer só uma pequena exposição. A Senadora é a Relatora do PLC nº 180, que trata da política de cotas. O parecer dela está dado há muito tempo e é favorável. Ainda ontem – a Senadora vai falar sobre isso –, a Senadora, mais uma vez, pediu ao Presidente da Comissão que o colocasse em votação.

Peço uma salva de palmas aos dois, ao Senador Eduardo Amorim e à Senadora Ana Rita, ambos comprometidos com as causas dos negros e dos brancos, pela justiça. (*Palmas.*)

O SR. MARCELO MONTEIRO – Até quero pedir desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor pegou meu discurso. Eu ia falar depois, mas tive de falar agora.

O SR. MARCELO MONTEIRO – Eu quero até pedir desculpa à Senadora Ana Rita. Mas me lembro de que, nas audiências referentes à doença falciforme, a Senadora estava presente também e contribuiu bastante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Eduardo Amorim também estava presente.

O SR. MARCELO MONTEIRO – Sim, também estava presente o Senador Eduardo Amorim. Falamos, inclusive, sobre a questão de Sergipe. Hoje, antes de entrar aqui, eu falava ao Senador sobre o Estado de Sergipe, sobre Aracaju, sobre a questão da doença falciforme.

Trabalhamos aqui. Quero dizer que o Centro de Tradições Afro-Brasileiras (Cetrab) criou, por meio de resolução, a Comissão Nacional de Doença Falciforme. Em parceria com o Instituto Brasileiro de Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias (IBraFH) e com a Amdaf (Associação de Mulheres com Doença Falciforme), criamos a Comissão Nacional de Doença Falciforme. E está quase na reta final a sugestão de lei. Nós nos comprometemos a apresentar a esta Comissão a sugestão de lei nacional em benefício dos doentes falciformes. Propostas vêm sendo encaminhadas por meio das conferências, mas não chegaram aqui ainda, porque realmente demandam uma série de estudos e questões em que estamos trabalhando, para apresentá-los ainda neste ano.

Com relação à campanha nacional, ficamos de trazer aqui outra lei, mas entendemos que ela deve ser trabalhada para o ano que vem ou quiçá para 2014, para que tenhamos tempo de trabalhar a sugestão de lei do Ano Nacional e para que também possamos trabalhar nos outros organismos, para que haja a sugestão de lei internacional para o Ano Internacional da Doença Falciforme. Está certo?

Essa é a nossa...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, permita-me interromper o Dr. Marcelo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É claro! A Senadora fala a qualquer momento. V. Exª já está com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Dr. Marcelo, desculpe-me por interrompê-lo. Não gosto de fazer isso, mas é que estou de olho no relógio, porque vou viajar agora. O embarque começa às 11 horas, e faltam somente 20 minutos para as 11 horas. E ainda estou aqui.

Vamos para uma audiência pública. Sou Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está apurando a violência contra as mulheres. Hoje, haverá atividades no Estado do Espírito Santo. Amanhã, haverá audiência pública sobre esse assunto. Então, hoje, começam as atividades, com visita a equipamentos

públicos, com reunião com o Movimento de Mulheres. E, amanhã, também haverá visita a autoridades, visita a equipamentos e, à tarde, audiência pública.

Por isso, não posso ficar nesta reunião. Mas fiz questão de passar por aqui, para reiterar nosso compromisso com a questão das cotas raciais, com a luta da população quilombola, com os temas que o Movimento Negro sempre nos traz como demanda ao Senado. Então, reitero meu compromisso com a luta de vocês, com a luta da nossa população, que, em sua grande maioria, é composta pela população negra, que é a que mais sofre com os problemas sociais do nosso País. Quando falamos aqui da CPMI da Violência contra a Mulher, sabemos que boa parcela das mulheres que sofrem violência é composta de mulheres negras, mulheres pobres. Então, sabemos que essa é uma parcela da população muito sacrificada.

Aqui, quero apenas fazer uma breve fala sobre o PLC nº 180, que já deveria ter sido votado por esta Casa, mas que, infelizmente, está aqui há muitos anos. O nosso relatório está pronto desde o ano passado. Já foram feitas as audiências públicas necessárias para que pudéssemos ter a garantia de votar com tranquilidade. Infelizmente, isso não foi possível, porque alguns Senadores entenderam que deveríamos esperar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre esse assunto. O STF já se pronunciou pela constitucionalidade das cotas étnico-raciais nas universidades e nas escolas técnicas.

Então, o que encaminhamos na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de terça-feira? Para tranquilizar aqueles parlamentares que ainda têm dúvidas com relação a isso, para que possamos aprovar a matéria com ampla maioria, para que não haja qualquer problema na aprovação da matéria, vamos fazer um paralelo entre o nosso relatório e a decisão do STF. Com isso, veremos se há algo que podemos reforçar no relatório, para dar tranquilidade aos parlamentares que ainda têm dúvida quanto a esse tema. Vamos apresentar isso na próxima reunião da CCJ, para que, de fato, a matéria possa ser pautada.

Na verdade, Senador Paim, esse Projeto continua na pauta, só não foi para a Mesa, para ser votado. No ano passado, o Projeto já estava na pauta. Foi solicitada audiência pública, que foi rejeitada na Comissão, porque se entendeu que já tínhamos feito o debate suficiente. O Presidente da Comissão o manteve em pauta. O Projeto só não está sendo colocado em votação.

Então, é preciso realmente que haja um esforço por parte do Governo. Faço um apelo ao Carlos, que é ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Sabemos do esforço que a Seppir tem feito para que o Projeto seja votado.

A Ministra Luiza Bairros também tem conversado conosco no sentido de garantir a aprovação do Projeto. Mas ainda há alguma dúvida com relação à Casa Civil. Queremos que, se possível, vocês dialoguem com a Casa Civil, para que seja dado um sinal verde por parte da Casa Civil para o Presidente da CCJ, o Senador Eunício, para que, realmente, o Projeto possa ser votado o mais rapidamente possível.

Estamos solicitando isso a vocês novamente. Já conversamos com o nosso Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o Senador Walter Pinheiro, que já fez esse contato com a Casa Civil. Mas é importante que a Seppir também reforce isso, para que a Casa Civil dê um sinal verde para o Senador Eunício, dizendo: “Pode ser votado”. É isto que ele está argumentado: que foi solicitado pela Casa Civil que não se colocasse o Projeto em votação. Então, agora, o nosso problema é a Casa Civil. Se a Casa Civil não der esse sinal, teremos dificuldades. Faço esse apelo aqui, em público, para que vocês possam nos ajudar nesse sentido. E eu me coloco inteiramente à disposição.

O Senador Paim é um grande companheiro nosso. Temos trabalhado muito juntos, não é, Senador Paim? Embora meu tempo aqui seja um pouco reduzido em função da CPMI, estamos trabalhando para garantir a melhoria das condições de vida da nossa população. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é importante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora trabalha em inúmeras Comissões. A Senadora nem falou do que aprovou ontem. A Senadora aprovou – e batemos palmas –, na Comissão de Assuntos Sociais, o seguro-desemprego para o empregado doméstico. (*Palmas.*)

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Muito bem! E é outra parcela da nossa população trabalhadora muito sacrificada, que precisa ser valorizada e reconhecida. Como Comissão de Direitos Humanos, nós devemos cumprir esse papel.

Era isso o que tinha a dizer, Senador.

Muito obrigada.

Parabéns a todos vocês que aqui estão!

Desculpem-me, porque vou ter de me ausentar, senão perco o voo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Ana Rita é Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. MARCELO MONTEIRO – Vou concluir, considerando que o debate desta audiência se refere a Estratégias Jurídicas de Combate à Discriminação e de Promoção da Igualdade Racial e dizendo que a

afrorreligiosidade, a partir da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (II Conapir), criou o Fórum de Religiosidade de Matriz Africana, que vem crescendo e contribuindo efetivamente com ações para a igualdade racial e para o combate à intolerância religiosa.

Quero provocar aqui o companheiro Dojival Vieira e o Carlos Alberto, para que, em algum momento, falem sobre a importância da qualificação do termo “injúria”, que precisa ser estabelecido neste País. A gente precisa falar mais um pouco sobre isso nesse momento nacionalmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Marcelo. O Dojival vai falar depois no encerramento, e a lei da injúria é de nossa autoria. Não tem motivo nenhum para eles não assumirem a responsabilidade do julgamento a favor daquele que é atingido. A lei da injúria diz isso.

Então, nós vamos, neste momento, pedir ao Eloi, ao Dojival, ao Marcelo e ao Carlos para retornarem ao plenário, para que possamos, de imediato, convidar o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; o Almino Sena, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia; e também Arilson Ventura, Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas para seu pronunciamento.

Todos os painelistas terão tempo ainda no encerramento para fazer suas considerações.

Quero só anunciar a vocês que o Senador Eduardo Amorim, que está aqui conosco, comprometeu-se da seguinte forma: “Paim, todos os projetos que forem de interesse de negros, brancos e índios, que tenham respaldo social nesta Comissão, estou aqui pronto para relatar”. (*Palmas.*)

Isso é bom de ouvir. Muito bem, Senador Eduardo Amorim.

Antes de passar a palavra, eu queria registrar que estiveram nesta Comissão, hoje, a Senadora Ana Rita, Senador Rollemberg, Senador Ciro Nogueira, Senador Vicentinho, Senador Eduardo Amorim, que eu já lembrava agora, Senador Paulo Davim, Senador Wellington Dias e Senador Suplicy.

Vamos, de imediato, passar a palavra ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para suas considerações pelo tempo de dez minutos com mais cinco. Quinze. Mas, se necessário for, dou mais cinco. Daí viram vinte.

Embaixador, é uma alegria ouvi-lo, e nós estamos aqui, pelo sistema de informação do Senado, para todo o Brasil: TV Senado, Rádio Senado, Portal Terra, Internet, Canais 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador Paim o convite para fazer parte desta Mesa, o que muito me honra.

Eu queria aproveitar esta oportunidade para fazer algumas observações sobre o tema de estratégias de combate à discriminação e de promoção da igualdade racial, que é o tema desta audiência.

Mencionou-se aqui que a democracia depende, para sua existência, de uma representação adequada da população nos Poderes da República, tanto no Executivo, no Legislativo quanto no Judiciário. Essa é uma questão básica. E sabemos perfeitamente, como também foi dito aqui, que temos um Senador negro, afrodescendente, o Senador Paim, e não sei quantos são os Deputados, mas o número também é muito pouco expressivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que assumem mesmo, acho que é torno de duas dúzias no máximo. Em torno de vinte.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Duas dúzias, entre 513, enfim. Então, há, obviamente, um déficit democrático na representação da, talvez, hoje, maior parte da população brasileira, assim declarada pelo censo. Portanto, a maior parte da população brasileira não se encontra representada no Legislativo, que é, digamos, o órgão supremo da República, na medida em que é ele que elabora as leis. O Executivo deve executá-las, ainda que vejamos hoje em dia uma grande distorção nesse conceito.

Muito bem, ao mesmo tempo, existe uma baixíssima representação no Judiciário, no próprio Supremo Tribunal. Há um juiz, Joaquim Barbosa, mas não sei qual o número de juizes no Superior Tribunal. Há também um número muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu diria que, talvez, não chegue a 1%.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não chega a 1%. E nos tribunais superiores em geral.

O mesmo ocorre no Executivo, tanto nos cargos ministeriais quanto nos de secretários executivos, nos cargos DAS-5 e DAS-6, e na própria composição.

Então, digamos, como fazer para tornar a democracia brasileira mais democrática? Sabemos, por exemplo, que determinados setores da economia nacional estão super-representados. Não sei se é indelicado falar aqui, mas os jornais falam de uma bancada ruralista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é indelicado. É só falar a verdade. É isso mesmo.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Eles estão super-representados no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Olha o que fizeram com o Código Florestal!

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Como agora, recentemente. Há várias outras circunstâncias. Na votação de diferentes temas, certamente as classes trabalhadoras estão sub-representadas, porque o número, por exemplo, de representantes dos trabalhadores, digamos, sindicalistas, de origem operária, talvez não chegue a 10%.

Muito bem, então, como fazer para modificar? Como tornar a democracia brasileira, que posso dizer tranquilamente que se trata de uma plutocracia, na definição de Aristóteles, que é o governo dos ricos, como tornar essa plutocracia uma democracia, em que os diferentes setores da sociedade estejam razoavelmente representados de forma proporcional? Razoavelmente. Naturalmente, uma representação precisa seria extremamente irrealista.

Nós tivemos uma experiência anterior, no caso das mulheres, a começar pelo Legislativo, em que se determinou por lei que os partidos políticos deveriam indicar um certo número de candidatos. Todavia, no caso das mulheres, isso não resultou numa representação das mulheres, que são 51% da população brasileira. Certamente não são 51% dos Parlamentares. Então, essa medida não teve o resultado esperado.

Acredito também que a determinação de uma cota de candidatos de origem negra nos partidos, nas chapas dos partidos, talvez não atinja o mesmo resultado. Eu imagino que essa situação não vai se atenuando; ela vai se mantendo, tal o poder econômico no sistema eleitoral. Essa que é a realidade. Com clareza. Então, como fazer? Talvez seja necessário haver, no Legislativo, uma cota dos eleitos. Não uma cota dos candidatos, mas uma cota dos eleitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Proposta bem mais avançada!

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Acredito que sim, mas é a única forma, porque, se não for assim, mesmo que haja uma cota nas listas partidárias, isso não resultará no aumento do número de Parlamentares de origem negra. Não aumentará. Isso não vai ocorrer, assim como não vai ocorrer no caso das mulheres, porque, ano após ano, legislatura após legislatura, vê-se que o número de Deputadas e de Senadoras permanece mais ou menos semelhante, em termos percentuais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ajudá-lo. Aqui, no Senado mesmo, tivemos o Abdias, um Senador; tivemos a Benedita, uma Senadora; e temos hoje um Senador. Manteve-se um.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – E o número de Deputados deve variar em torno, talvez, de 10%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No máximo 10%, e não tem mudado muito isso.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Muito bem, isso não vai mudar. Vamos deixar claro. Não nos vamos iludir com isso.

Então, é necessária uma legislação que determine um percentual do número dos eleitos. Isso também, vou dizer com clareza, deveria ser feito também com as mulheres. Isso depende de uma emenda constitucional que não passará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Infelizmente, eu tenho que dizer que, com certeza, não passará. Na atual correlação de forças que temos hoje, é claro.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Pois é, na atual correlação de forças, que permanecerá mais ou menos semelhante nas próximas legislaturas e, nos próximos cem anos, mais ou menos, talvez esta situação permaneça.

Então, é necessário – isto é indispensável – que haja uma assembleia constituinte específica. Não sendo assim, não acontecerá. Poderemos continuar tratando do tema. Claro que será um avanço ter uma cota de negros e negras e mulheres nas listas partidárias. Mas, já que se fala tanto em votação por lista – e quero dizer que sou contra –, acho que aumentaria o déficit democrático, porque hoje já existe a lista, quer dizer, os partidos já indicam uma lista, mas o povo determina a ordem da lista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Se os partidos, além disso, indicarem a ordem da lista, teremos, digamos, uma redução de democracia. Porque é um número pequeno de pessoas nas lideranças partidárias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se fizerem parte da máquina partidária, vão...

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – ...e que indicarão os candidatos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E normalmente os negros não estão na máquina partidária.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Nem as mulheres. Nem os indígenas, e assim por diante. Nem os sindicalistas, e assim por diante. Então, é algo de grande complexidade, e é necessário que haja um esforço importante nesse sentido. Isso é o que diz respeito ao Legislativo.

No que diz respeito ao Executivo – e isso é muito importante, na minha opinião –, há dois tipos de cargo, os cargos em comissão e os cargos por concurso. Obviamente, a imagem da população negra, porque

há toda uma questão de imagem, o preconceito, quer dizer, a pessoa que é vítima da discriminação ali no *shopping* e tudo, isso tem a ver com o preconceito. E o preconceito tem a ver com muitas raízes, as raízes históricas, econômicas, sociais e assim por diante. Mas seria importante que, em todo concurso público, houvesse uma cota. Assim como há a cota para as universidades. Nada impediria que houvesse, nos concursos públicos, em cada concurso público, para qualquer ministério, deveria haver uma cota. Porque isso aumentaria a participação da população negra nos Poderes do Estado, no caso, o Poder Executivo.

Falei do Legislativo. Acho que o Legislativo poderia, nos concursos para o corpo permanente, para os consultores legislativos, que têm grande importância na elaboração da legislação, também determinar uma cota para negros, já que estamos aqui tratando de igualdade racial. E deveria haver para mulheres também. Mas enfim... Porque isso reduziria o déficit democrático.

Muito bem. E há a questão dos cargos em comissão. Os cargos em comissão é algo de maior dificuldade, de maior dificuldade de se determinar por lei.

Hoje em dia, no caso das mulheres, houve uma modificação importante, já que a Presidenta da República designou para cargos de grande relevância, Chefia da Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais e Ministério do Planejamento, três mulheres, além de outras, no caso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – A Ministra de Direitos Humanos, da Seppir também, de Meio Ambiente. Eu acho que basicamente são essas, cerca de oito ou dez num total de trinta e oito. Não há o mesmo percentual de negros entre os ministros; não é esse o percentual de afrodescendentes. Mas, nos concursos públicos, isso é possível. Muito bem.

Na questão do Judiciário, a situação se repete, com os juízes ou os funcionários do Judiciário. No caso dos funcionários, seria importante que, nos concursos, houvesse a determinação de uma cota para afrodescendentes. E no caso dos juízes, como é um sistema... Eu não conheço bem. No Supremo, há designação, e no Superior Tribunal de Justiça também. Nos tribunais estaduais, não sei como funciona. Há concurso público para os tribunais?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não para os tribunais, não para os tribunais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para os tribunais é aquela lista tríplice.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – É lista tríplice para os tribunais estaduais. Então, é muito importante, no caso, que, como a Presidenta pode designar os membros dos tribunais superiores, ela tome a iniciativa. E terá oportunidade em breve, neste ano, com a aposentadoria de dois juízes do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto e Peluso. Ela terá a oportunidade de reduzir a desigualdade, já que hoje existe só um ministro negro e só duas ministras mulheres. Naturalmente, se ela conseguisse nomear ministras negras, então, ela poderia reduzir duplamente essa diferença. Acho que essa é uma medida de grande importância.

São os Poderes do Estado, e isso só se faz dessa forma, utilizando a possibilidade de designação e determinando que, nos concursos dos três Poderes, haja uma cota, tanto para mulheres quanto para negros.

Muito bem. Na questão da esfera privada. Porque essa é a esfera pública. Na questão da esfera privada, não sei, não estou seguro que se possa determinar às empresas privadas que, no seu recrutamento de pessoal, elas deem a preferência necessária para reduzir a disparidade que hoje existe nos cargos de direção. Nos cargos mais baixos não, isso não existe provavelmente, é o contrário. Mas nos cargos de direção, certamente existe. Claro que isso vai ser facilitado com a crescente qualificação, através do sistema de cotas nas universidades, e assim por diante. Essa é uma questão que eu não sei bem como é que poderia ser encaminhada, mas acho que as medidas que podem ser tomadas nos próprios Poderes da República contribuiriam para isso, certamente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Políticas de incentivos também? Parece que o BNDES tem algumas normas que apontam nesse sentido, não é?

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Políticas de incentivo, tudo isso. Eu não conheço em detalhes, mas acho que isso facilitaria.

É um problema da questão educacional que tem a ver com a questão da divulgação. Então, aqui foi dito hoje que o relatório do Ministro Lewandowski é uma peça extraordinária. Creio que foi o Senador que mencionou.

Isso não foi publicado nos jornais; foram publicados apenas pequenos trechos. É preciso que o Ministério da Educação, não apenas a Seppir, mas o Ministério da Educação, com os recursos que tem, com a possibilidade de conceder incentivos, inclusive às empresas privadas que são fornecedoras do próprio Ministério, da merenda escolar, livros e assim por diante, que elas se incumbissem, inclusive, da divulgação de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que até dos dois, do Carlos Britto também, Pre-

sidente do Supremo Tribunal Federal, e o relatório que ele fez do ProUni. Dizem que os dois foram brilhantes. Tem-se que divulgar esses dois relatórios.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Para, inclusive, que os jovens possam conhecer essas peças nas escolas, porque senão não terão, simplesmente não terão. E isso cabe não à Seppir, cabe também à Seppir, mas cabe ao Ministério da Educação, pela sua capacidade econômica. Os recursos de que dispõe a sua capilaridade em todo território, por meio da rede de professores e assim por diante.

O que foi também mencionado é a questão da televisão como instrumento, tanto o vídeo do Abdias quanto o outro vídeo do Oliveira Silveira. E eu simplesmente desconhecia a existência deles. Nunca tinha ouvido falar. Talvez até outros não tivessem ouvido falar. Eu não tinha ouvido falar.

Então, é de grande importância não só estimular as televisões públicas a elaborarem esse tipo de material...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive, tem um belíssimo do João Cândido, o “Almirante negro”. Divulgar esses vídeos é fundamental.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – E que se divulgasse isso junto às escolas. Por quê? Porque, digamos, é perfeitamente possível, pois é muito baixo o custo de reprodução desses vídeos; a feitura de cópias. Aí, fala-se novamente do Ministério da Educação de colocar em disponibilidade, para os professores, nas escolas e assim por diante, para mostrar aos alunos, porque senão ficamos falando da história, do conhecimento da história e isso é complexo se não for feito por meio da televisão e do material audiovisual em geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me fazer um comentário com o senhor. A TV Senado tem feito um belíssimo trabalho. Eles produziram um vídeo lindíssimo com a história do Brizola. É lindo! E foi mostrado e reproduzido em todo Brasil.

Eu mesmo estou propondo que eles produzam, um dia, um vídeo dos lanceiros negros, que são negros que lutaram pela Revolução Farroupilha e na hora do acordo entre o poder imperial e os líderes do Rio Grande, eles foram desarmados e metralhados, porque exigiam, à época, a libertação total.

O compromisso era de que, terminada a revolução, eles seriam libertados. Aí, se os lanceiros negros do Rio Grande fossem libertos, o estopim da liberdade iria incendiar o Brasil no bom sentido. Teríamos luzes para a liberdade. Era antes de 13 de maio. O que aconteceu? Metralharam todos para não assumir o acordo.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Esse é um fato certamente desconhecido da maior parte da população. Talvez, no Rio Grande se conheça um pou-

co. Mas fora do Rio Grande, talvez ele seja desconhecido. E isso, digamos, contribuirá para que os jovens na escola tenham um conhecimento melhor e quiçá se reduza o preconceito, no dia a dia. Talvez, não é?

Eu acho que, enfim, a questão do treinamento dos funcionários em geral, em todos os ministérios – aqui se mencionou o treinamento no Ministério da Justiça – é algo que permeia toda a Administração. E isso teria um impacto muito positivo no tratamento específico de cada tema, de cada questão. Eu acho que seria muito importante.

E mencionou-se, também, aqui, em algum momento, a falta de dados do Candex, o registro dos candidatos, que é também algo extremamente importante para os dados estatísticos em geral, em todos os temas, inclusive dentro da própria Administração Pública. Mas, enfim, eu acho que já... Eu poderia falar um pouquinho mais, mas acho que é o suficiente.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse é o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que deu belas contribuições e propostas ousadas que nós sabemos que para passar aqui no Congresso – e ele também reconhece – só mudando a correlação de forças. Então, somente um grande movimento social poderá fazer com que esse quadro mude, senão, como ele disse, daqui a um século estaremos ainda lamentando a não presença de mais Parlamentares no Senado ou na Câmara e mesmo de membros do Executivo comprometidos e filhos da comunidade negra.

Passamos a palavra, nesse momento, ao Sr. Almiro Sena, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, do Governador Jaques Wagner. Diga ao Jaques Wagner que eu nunca vou esquecer que ele foi fundamental para derrubarmos um projeto aqui no Congresso. Foi esse o motivo pelo qual eu virei Senador. Aprovaram, na Câmara, um projeto que dizia que iria valer o negociado sobre o legislado. Então, não valeria mais CLT e nem sequer o que estava na Constituição. Eu fiz uma guerra, na Câmara, e perdi a votação por dois votos. Daí, o projeto veio para o Senado. Eu disse: eu sou candidato ao Senado e vou atrás, até derrubar esse projeto. Vim para o Senado – Jaques Wagner e o Presidente Lula foram fundamentais – e aqui a gente derrubou o projeto. Mande um abraço para ele.

O SR. ALMIRO SENA – Exmº Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; eminente Embaixador Pinheiro Guimarães; eminente Arilson Ventura, Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas; eminente Carlos Alberto de Souza, da Seppir; eminente Dr. Dojival Vieira, gran-

de advogado, militante, jurista; eminente Dr. Marcelo Monteiro, Presidente da nossa Cetrab; demais autoridades; senhoras e senhores; quero cumprimentar o colega Thiago, eminente Assessor do Senador Paulo Paim; o Dr. Roberto, Assessor de Imprensa que tive a honra de conhecer aqui, enfim, todos.

Eu vou começar pela fala do Senador Paulo Paim, primeiro, agradecendo a esse honroso convite e dizendo que V. Exª tem seguidores pelo Brasil inteiro e eu me incluo ousadamente entre esses seguidores. Então, é bom conhecê-lo pessoalmente, já que conhecia os seus rastros, como dizia o Padre Antônio Vieira que não é um bom exemplo para a questão da escravidão, mas pela sua dimensão de orador. E Vieira era múltiplo como todo cidadão e homem brilhante que foi. Pecou muito na questão da escravidão.

Vieira, que se insurgiu, em pleno séc. XVI, contra a perseguição aos judeus, foi complacente com a escravidão, ainda que com uma complacência da seguinte forma: ele dizia, em um dos belíssimos sermões que fez na Bahia – belíssimo na forma, mas infeliz no conteúdo, nesse dia – que a população negra deveria agradecer a oportunidade, comparando-a a Jesus; que reconhecia a crucificação da população negra semelhante a Jesus na cruz. Aí, traçou belissimamente o que Jesus sofreu e escreveu que a população negra no Brasil sofria idêntico. Mas como Jesus era o filho do Deus vivo e, portanto, estava fadado às maiores benesses no paraíso, a população negra teria esse resgate e então deveria se contentar. Infeliz foi Vieira nesse aspecto, mas em outros foi preciso.

Ele falava que o homem se conhece – se fosse eu, já atualizando, diria que o homem e a mulher – pelos rastros, pelas pegadas, Senador. E as suas pegadas – como, aliás, a de vários companheiros aqui que eu já conheço de nome – são as melhores possíveis.

Eu quero dizer que estou aqui como Promotor de Justiça, como cidadão negro, obviamente, e Promotor de Justiça há 20 anos e que tive a oportunidade de atuar na Promotoria de Combate ao Racismo, do Ministério Público da Bahia, que foi a primeira Promotoria Pública efetivamente criada no Brasil. Ali atuei dois anos.

Mas estou também na situação igualmente honrosa, para mim, de Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia. E preciso salientar isso, já que me ausentei formalmente do trabalho e estou aqui às expensas do Estado, como Secretário de Estado. E só estou aqui assim, porque temos um governador da estirpe do Governador Jaques Wagner, que nos respalda.

Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, a nossa Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia é uma das mais antigas do Brasil. O

primeiro Secretário de Justiça foi do fim do séc. XIX, em 1895. De lá até cá, tivemos cerca de 73 secretários. Eu sou o segundo secretário negro. O primeiro, em 1977 e 1978, foi o brilhante Jurista e hoje Vice-Prefeito de Salvador, Prof. Edvaldo Brito. Passaram-se quase 35 anos e só com o Governador Jaques Wagner a Bahia teve um segundo Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos negro.

É uma Secretaria de um grande simbolismo, porque os senhores imaginem que até a primeira metade do séc. XX, Embaixador, o fenótipo dos secretários era o oposto do meu, inclusive no perfil. Temos ali vários nomes de Municípios da Bahia e não necessariamente – já em um revisionismo histórico que nós sabemos ser necessário – porque fizeram jus a tal honra, mas porque pertenciam à elite e à grande parte da elite escravocrata de então.

Quero dizer que realmente há esse compromisso e fico à vontade – porque o Governador Jaques Wagner me permite isso – para dizer a V. Ex^{as} que a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos tem uma identidade negra. A identidade da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia é negra. Isso é algo que está bem assimilado por todos que conhecem, no Estado, o trabalho da Secretaria, o que não quer dizer que ela não abrace a população branca, mestiça ou indígena. Ao contrário, sabemos que, quando dizemos que a identidade é negra, estamos dizendo que a identidade é de toda a população do Brasil. Essa é a história da nossa população negra.

Vou ser rápido, vou fazer alguns encaminhamentos para atender à convocação do Senador Paulo Paim e vou fazer algumas provocações, pelos *slides* que preparei, deixando como contribuição, se puder ser útil, para algo que já é evidente para todos, mas que – permitam-me – deixo como reflexão neste dia. Quanto à questão de como nós aprendemos a ser racistas. A grande dificuldade do racismo no Brasil, pessoal, é que, diferentemente dos Estados Unidos, por exemplo, onde o racismo é igualmente brutal – não há racismo pior nem melhor, sabemos disso – os mecanismos – o Arilson sabe disso – são muito voláteis, fluidos, parecendo a água quando adquire várias formas e vai se diluindo e se metamorfoseando.

E como, então, se aprende a ser racista no Brasil? Aprendemos na fala, principalmente hoje, particular, privada. Não raro, não sei se já houve com vocês, comigo já houve, conhecia alguém que dizia: “Almiro, eu tenho uma avó maravilhosa, um avô maravilhoso; era racista, mas tirando isso...” E era um exemplo para aquela pessoa. Realmente, para ele, foi um bom avô, ele era branco, mas não gostava de negros. E vocês vejam como é que alguém, por mais que entenda que

o racismo hoje é algo perverso, vai ignorar a opinião daquela referência maior, paterna ou materna, tão forte na sua existência de vida? Então, é assim que se perpetua.

É claro que, no discurso público, já evoluímos muito. Como combater esse discurso privado que incorporamos ideologicamente? É o grande desafio. Por favor, nunca tive alguém tão ilustre como você, Thiago, para passar meus *slides*. Agradeço e vou colocar no meu currículo. (*Risos.*) Obrigado, amigo, pela colaboração.

A formação da identidade nacional. Deixo aqui essa reflexão do Stuart Hall de que a vida das nações assim como a vida das pessoas é vivida, na maior parte, na imaginação. Ele citou Benedict Anderson, nisso que está aí no *slide*. Ou seja, a cultura nacional é um discurso. O espírito inglês, o espírito alemão – não existe espírito inglês nem espírito alemão – é criado, é alimentado. Quando Margaret Thatcher, na invasão das Malvinas, disse: “O espírito inglês vai preponderar [em um célebre discurso] e as Malvinas serão recuperadas”, ela estava reafirmando um discurso que é incorporado.

Ouvi, outro dia, representando o Governador da Bahia em um encontro nacional de presidentes de tribunais de justiça, um dos desembargadores, presidente do Tribunal de Justiça do Estado dele, fazer uma referência da Justiça, relembando o Rei Artur. Permita-me: Oh! Que maravilhoso, o Rei Artur! Que referência de Justiça! Primeiro, o Rei Artur é um mito, é uma fábula de quem? De um povo específico, não é do meu povo, mas, para o Presidente de um Tribunal de Justiça brasileira, o Rei Artur é um exemplo do que se deve imaginar de um ideal de Justiça. Ora, obviamente, se o presidente tem essa ideia, isso aí não é isolado, está permeando toda a estrutura do Judiciário. Então, está aí a questão da identidade nacional como comunidade imaginada e de como nós, brasileiros, nos imaginamos. E aí está a grande dificuldade, colegas.

Por favor, essa é a ideia que aprendemos, como todos sabemos, e ainda hoje é disseminada: o mito da escravidão benévola, a discriminação da população negra, na condição de escravo submisso, a teoria do embranquecimento da população brasileira como condição essencial para resolver o problema do Brasil, fato que é escondido da história brasileira. A teoria do embranquecimento da população brasileira foi uma política do Estado, do Governo brasileiro. Não foi algo de malucos, de ignorantes, mas foi algo pensado, elaborado e aplicado. E nós estudamos toda a sociologia brasileira, a história, Embaixador, e toda a cultura brasileira, ignorando esse fato. “Isso nunca existiu, Almiro, pelo amor de Deus, isso é coisa dos Estados Unidos, não é do Brasil”. Além disso, há a disseminação da ideia de desqualificação do trabalhador negro ou mes-

tiço para justificar, inclusive, a imigração europeia, o mito da democracia racial, a estética branca europeia disseminada pela mídia como ideal absoluto de beleza.

Por favor, o próximo.

Isso se construiu e se perpetua de várias formas. Uma delas é educação. Esse quadro de Debret, eu me lembro no meu ensino fundamental e até no ensino médio, foi uma das referências várias. Espero que minhas filhas e meu filho não já não vivenciem isso. E como é que Debret nos mostra?

Próximo, por favor.

Dessa forma ou desta forma? Aí há uma similitude. Há submissão. Há o domínio enquanto o escravo é torturado, o que deve ser mostrado, mas não nesse contexto. Ou então a opção: uma hora sou torturado, submisso, outra hora estou ali servindo o opressor. O que é que Debret não nos mostra e a história do Brasil não nos mostra?

Próximo, por favor.

Nunca vi, mas mostro até em homenagem ao Senador Paulo Paim – não foi proposital, mas fico feliz em mostrar – um lanceiro negro. Então eu, Almiro Sena, tenho este antepassado aí. O meu antepassado, companheiro, é este aí ou é aquele que está torturado, não aquele que está submisso. (*Palmas.*)

Mas não é isso que a mim é ensinado, a mim, branco; a mim, mestiço; a mim, negro ou a mim, indígena. O que me é ensinado é o oposto. E isso, óbvio, perpetua para o futuro, isso passa uma mensagem para o presente: se acalme, sossegue, porque você sabe que foi assim que você chegou até aqui. Não foi, não. Eu cheguei até aqui foi assim.

Próximo, por favor.

Aqui vemos uma das referências do pensamento brasileiro: João Batista Lacerda, na área médica, no início do séc. XX, pregando que o Brasil mestiço em um século teria a solução na perspectiva do branqueamento. Mas quem era João Batista Lacerda? Um desequilibrado? Não, pessoal, um representante da melhor elite médica da época e péssimo profeta, mas deixou discípulos porque ele não era voz dissonante, ele era a regra das elites brasileiras, seja médica, seja jurídica.

Próximo, por favor.

Esse quadro, conhecemos, é da Redenção de Cam, que sintetiza bem o ideal da época. Esse quadro é do espanhol Modesto Brocos, radicado no Brasil, em 1895. Permitam-me dizer, pelo que percebo nas relações públicas e privadas de hoje, continua sendo o ideal brasileiro: a mulher negra, descendente direta de pessoa escrava, tem uma filha mestiça, já bem mais embranquecida, que casa com um cidadão branco, e aí tem a redenção do povo brasileiro, o garoto bem branquinho. O bebê Johnson, lindo, o bebê Johnson! Isso

significou, durante muito tempo, um ideal de criança bonita, no Brasil.

Próximo, por favor.

Caio Prado Júnior. Todas as homenagens a Caio Prado Júnior, mas, aí, a ressalva, lembrando, nesse aspecto, Vieira. Falar em Caio Prado Júnior, estou citando um intelectual da esquerda. Da direita, nem precisa, não é, Senador Paulo Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Da direita, me poupe.

O SR. ALMIRO SENA – Da direita, me poupe.

Sabemos que a direita assumiu – e este sendo poupada por isso – um discurso racista, bem ilustrado por Gilberto Freyre com sua competência, Casa Grande & Senzala é uma grande obra, mas uma obra de quem estava na casa grande. É uma obra sob o olhar racista. Então, nem vamos falar da direita.

Continuando, Caio Prado Júnior, notável brasileiro, mas a visão dele em relação à população negra é uma visão evidentemente bastante racista. Agora, imaginem: se Caio Prado Júnior – já estamos na segunda metade do séc. XX – pensava isso, onde está a salvação, meus amigos?

Próximo, por favor.

Acerca da questão da legislação racista no Brasil, tenho um livro, vou fazer referência rapidamente, em que contesto um determinado cidadão que escreveu um livrinho pobre, no formato e no conteúdo, em que dizia que o Brasil nunca teve barreiras racistas. Aí, mostro que teve barreiras expressas como essa, com esse decreto de 1945, que vigorou até a década de 80, que fala não apenas sobre migração, Dr. Dojival, mas sobre a colonização, sobre o acesso à terra. Estamos falando aqui, gente, da segunda metade do séc. XX, e o Brasil está ali preocupado com a ascensão, europeia, mais conveniente para a formação da população brasileira.

Próximo, por favor.

Bom, na academia, o Van Dijk, um holandês da Universidade da Holanda contemporânea, traduz muito bem a naturalização do racismo no Brasil. Por isso, a dificuldade de nós fazermos com que as pessoas brancas, principalmente, visualizem, e às vezes, até alguns de nós, negros procuram fugir.

Próximo, por favor.

Na academia, quando você levanta o estudo do racismo na academia, vê que obviamente estamos melhorando muito, mas, mesmo assim, ainda há barreiras que são colocadas, como a de se dizer “Ah, isso é discurso político! Não é bem assim! Não me venha com essa história!” E vejam que estou falando de academias consideradas da melhor estirpe acadêmica.

Por favor, o próximo. (*Pausa.*)

Foi um holandês que disse, e eu peguei essa fala de um colega Promotor de Justiça, de São Paulo, que publicou um livro em que ele faz essa referência, ou seja, o que o Van Dijk, estudioso holandês, percebeu sobre a América Latina e o Brasil, o colega Promotor de Justiça em São Paulo reflete e confirma sobre a questão do desconhecimento e da desconsideração do Direito Penal brasileiro e do Direito Processual Penal brasileiro a respeito do racismo.

Qual a consequência? Hoje, a grande parte da nossa formação jurídica, dos nossos juízes, promotores de justiça e delegados, entende que o racismo existe, mas que o problema é mesmo social. “Almiro, veja bem, eu também já fui discriminado! Outro dia entrei em uma loja mal vestido, e você precisava ver”. Colega, a questão da desigualdade social, sim, a discriminação social existe. Agora, além dela e mais forte no Brasil é a discriminação étnico-racial. Aí dou um exemplo... É interessante que o debate é assim: eu dou a ele um exemplo mostrando a discriminação racial e ele me contrapõe com um exemplo mostrando a social e dizendo que a racial não existe. Eu digo a ele: “Imagine eu, Almiro Sena, entrando num *shopping* de Salvador hoje. Eu sou o quê? Segurança...” E tenho grande honra de ser segurança, sou confundido com segurança, com vigilante e me sinto em casa; é uma grande profissão, só que eu não fui formado para ser segurança. Então, eu sou incompetente. Às vezes, as pessoas me pedem informações, querem saber de algo, mas eu não tenho como atendê-las direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Não consegue informar bem porque não é da área.

O SR. ALMIRO SENA – Simplesmente porque não sou da área.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Almiro, você me permite um aparte?

O SR. ALMIRO SENA – Pois não.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Você pode estar com um terno claro, branco, e ele vai confundi-lo com um segurança.

O SR. ALMIRO SENA – Com certeza.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Não importa; o que importa é que você é negro. Só isso! Não é porque você esteja de terno, não. É importante que isso seja esclarecido.

O SR. ALMIRO SENA – Com certeza. Mas é aquela história: se você está de terno... Para contrapor: a questão não é social? Então, se é social, eu não estou bem vestido, de terno? Pronto! Então, porque não me chamam de “doutor” como chamam quem tem o fenótipo branco? O pessoal já chega assim: “Doutor!” Mas tudo bem.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Permita-me, só para...

O SR. ALMIRO SENA – Pois não.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Só uma contribuição. Eu estava com o Thiago Tobias, assessor do Senador Paulo Paim, em um bar aqui em Brasília, conversando sobre algumas coisas aqui do Senado. Quando saímos, já nos dirigindo à saída, eu, ele e mais um assessor parlamentar da Seppir, na porta mesmo, saindo do estabelecimento, chegou uma loira, pegou a comanda do bar e, dizendo “boa noite”, entregou-a ao Thiago Tobias. (*Risos.*) Eu olhei para o Thiago Tobias, o Renato olhou para mim, e a gente ficou sem ação. E olha que nós temos um ano de militância nisso! Aí, a gente pegou a comanda, escondeu e saiu. Aí o segurança disse: “Não; eles não são seguranças, eles estão aqui consumindo”. E a mulher ficou chocada, porque estava vendo três negros, todos bem vestidos, de terno... O Thiago Tobias, inclusive, com um terno bem cortado, porque é assessor do Senador Paulo Paim... (*Risos.*) Mas, mesmo assim, sendo confundido com um segurança. Isso para se ver o abismo a que se chega nessa questão do enfrentamento do racismo.

Muito obrigado.

O SR. ALMIRO SENA – Por nada, amigo! Fique à vontade!

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Então, como perceber o racismo?

Esse é o grande drama. Imagine que a maioria das pessoas fenotipicamente brancas no Brasil tiveram pouca ou nenhuma experiência pessoal com racismo. E os cargos de autoridade no Brasil são majoritariamente integrados por essas pessoas fenotipicamente brancas. Então, como combater o que lhes favorece? Como explicar a uma pessoa branca, no Brasil, que existe o racismo já que ela nunca o sofreu?

Eu só fico alegre quando essas pessoas vão aos Estados Unidos, e, aí, me trazem a resposta: “Almiro, lá é brutal!” Você imagine uma pessoa branca me chegar e dizer que sofreu racismo, nos Estados Unidos, de parte um cidadão negro ou de uma cidadã negra. E aí eu digo: “Colega, sinto por você. Imagino que você tenha passado uma violência grande, mas agora entenda que essa violência que você passou é pedagógica para você, como cidadão brasileiro, para entender o que nós, negros, passamos aqui”. É isso que acontece aqui no Brasil. E me dizem: “Mas não é possível!” Sim, é possível. Então, essa é a grande dificuldade e a medida da nossa competência de fazer esse diálogo.

O próximo, por favor.

Outra questão que vou passar bem rapidamente: quem é negro no Brasil? Somos todos mestiços, todos brancos, alguns dizem que somos todos “negões” é tudo muito bacana. E a questão não está em se identificar se é negro ou não. A questão é na hierarquização. Óbvio que nós somos diferentes! E viva a diferença! Viva a diversidade! Mas, se o brasileiro assimila a diferença como algo hierárquico, ele é contra a diferença, porque, para ele, está “linkado”. Quando ele reconhece a diferença, ele está admitindo o racismo. Não tem nada a ver! Obviamente que somos diferentes, e é importante que sejamos identificados, até por questões práticas.

Aí você tem aquela questão complicada na Bahia. O cidadão criminoso... Como todo mundo é moreno na Bahia, então, vá descrever. O cidadão me descrevendo, no Ministério Público, há uns três anos. “Não doutor, é que lhe procuraram e eu disse que era um cidadão moreno, alto”. Isso foi o que me disse o vigilante. Então, pensei: moreno alto? E eu disse: eu não sou moreno; eu sou negão, bicho! Ele retrucou: “Não, doutor! O que é isso?!” É complicado!

Agora, imaginem: se eu sou moreno alto, e o outro cidadão, de outro fenótipo, de cor branca, mas de cabelo bem preto? Ele seria o que então? Não seria ele moreno? Meu Deus, aí você entra numa esquizofrenia, que é o que vivemos mesmo em termos raciais.

Por favor. (Pausa.)

Aí, Wallace Nogueira – eu deixo de provocações, colegas, e no meu livro eu falo muito – tem que ser revisitado como referência. Ele fez esse trabalho “Preconceito de marca e de origem”, falando, na década de 50, sobre a distinção entre Brasil e Estados Unidos. Isso continua muito atual. É referência obrigatória para você entender essa distinção.

Ali é uma citação dele. O de marca é de fenótipo; o de origem é o genótipo dos Estados Unidos. O nosso é de fenótipo; é de aparência. O dos Estados Unidos, não; não importa a aparência. É a questão do sangue, de você ter ascendência, até determinada geração de antepassados.

Ele deu esse exemplo: “Num clube recreativo no Brasil, podem opor maior resistência à admissão de um indivíduo de cor branca; porém, se o indivíduo contrabalançar, ‘compensar’, se for muito educado...”

Eu aprendi isso, gente: se nós, negros, formos bem-educados nos ambientes mais elevados, até que a gente é bem aceito, sabia, Senador? Agora, há uma cobrança sempre e bem maior.

Outro dia eu estava num ambiente sentado com outras autoridades. Eis que chega uma senhora e não havia mais cadeiras. Por um princípio de cavalheirismo, nós temos que dar... Mas, aí, eu estou começando a ficar mal-educado, gente. Porque eu fiquei observan-

do, até para estudar, academicamente, uma pesquisa empírica. Ela chega e o olhar dela foi logo direto para mim. (Risos.) Foi incrível! Aí eu não levantei. Ela olhou para mim, eu olhei para ela e virei o rosto. (Risos.) E agora eu estou me policiando. Aprendi com o meu pai e com a minha mãe a ser educado, mas, quando chega às esferas de Poder, Senador, eu lhe confesso que estou começando a ser um pouco mal-educado, porque é pedagógico, até para ver se contrabalança essa situação.

Então, essa é a questão da compensação. E, às vezes, a nossa população negra não percebe isso e quer compensar. E não adianta compensar. Não tem como você compensar. E aí diz o Wallace Nogueira: “Quando houver um momento de conflito, aí você vai descobrir que você continua negro”. Então, no jogo do tênis, por uma coisa simples, tola, se você ousar contrariar o seu colega e amigo, já que você optou pela fuga... Então, não opte pela fuga.

É da psicologia: o ser humano tende a fugir do que lhe causa dor. E a cor da pele, no Brasil, causa dor. Agora, a gente tem que superar essa dor e mostrar que a razão da nossa dor é a razão da nossa vitória e que estamos aqui por causa disso. (Palmas.)

Não adianta fugir! Não adianta!

O próximo, por favor. (Pausa.)

Já encerrando... Bom, eu vou deixar esse *slide*, porque aí vou estar à disposição...

Quanto aos efeitos sobre as relações interpessoais, ainda do Wallace Nogueira. Isso é interessante. Então, o indivíduo pode ter preconceito, no Brasil, contra nós, negros e negras, mas tem um amigo negro. E, quando ele revela o preconceito dele, inclusive ele revela isso em sua defesa. Na Promotoria de Combate ao Racismo, ouvi muitas declarações dessa.

Houve uma terrível, de um casal de médicos, cujo filho discriminou uma cidadã na faculdade – todos os três brancos e a cidadã negra. O pai... O homem é sempre mais estúpido que a mulher, mesmo quando os dois estão errados, parece que o homem consegue ser mais estúpido que a mulher; a mulher está sempre um pouco melhor, mesmo quando está errando. Aí, o homem, o marido, para justificar que o filho dele não era racista, porque ele não era racista e que o filho dele havia sido muito bem educado, ele disse: “Doutor, veja bem: o senhor está vendo, eu saio com muitas pessoas negras; e essa aparência boa, bonita...” Ele elogiou a aparência dele, o fenótipo dele. “É só por fora, mas dentro eu sou como qualquer um”. Ele não percebeu o que ele estava falando. A mulher olhou para ele assim fuzilando, e eu quase... Porque está assimilado; para ele é claro: ele se relaciona com pessoas negras, mas nem por isso ele deixa de

entender que a pessoa negra, que os negros são um pouco preguiçosos, que os negros não têm condições de ocupar determinadas funções. Agora, com aquele cidadão, não, porque aquele cidadão é uma exceção. “Ah, fulano, não; fulano...” Como dialogar com isso? Como combater isso?

Por favor. *(Pausa.)*

A etiqueta. Não se fala no assunto de cor no Brasil. Volta e meia – e estou dizendo hoje... E é chato às vezes!

Silvio Humberto, um grande intelectual, auditor baiano, ativista da causa negra, me disse o seguinte: “Almiro, a gente não pode ser negro no Brasil 24 horas por dia, se não a gente pira”. E é verdade: a gente pira! É complicado! Estou em uma reunião, surge alguma situação dessa e eu tenho que ser o contestador sempre. Estou falando hoje, como Promotor e como Secretário de Estado, Senador. E aí dizem. “Lá vem você com essa história!” É um tipo de desqualificação do discurso, Senador, mas paciência. Em casa de enforcado não se fala de corda. Por isso não se fala em questão de cor. Sempre ouço; “Almiro, aqui todo mundo é igual. Esqueça isso!”

Por favor, o próximo. *(Pausa.)*

A reação do grupo discriminado. A gente tem que trabalhar, colegas, a nossa reação enquanto cidadão negro. A nossa autoestima é baixa. Esse é um grande complicador. Eu também, volta e meia, sou discriminado por um companheiro negro, que não me identifica como alguém possível de estar naquele espaço de poder. Aí a reação nossa tem que ser diferente. Não se pode ignorar; tem que ser pedagógico, mas pedagogia é você aplicar individualmente e de acordo com as peculiaridades do caso. Aí eu paro, converso com ele, revelo-me, identifico-me.

Há situações também interessantes: eu fui deixar minha mãe no médico e estava dirigindo o carro. Meu pai era negro, faleceu, e a minha mãe é branca. E aí estava um cidadão de terno, encostado num carro. Minha mãe entrou no médico e eu fiquei também encostado no carro. Ele aí se virou para mim e disse assim: “Você é motorista de quem? Quem aí é patroa?”. Aí eu disse quem era... Não, eu não me identifiquei. Ele aí começou a contar a vida dele. Inclusive, um cidadão de uma vida admirável, uma vida toda organizada e tal. E disse; “E venha cá, o seu patrão quem é?” “Ah, o secretário tal”. Isso tem uns cinco anos. Eu estava na Promotoria só. E ele me disse: “Rapaz, sabe como é esse povo. Tem uns que olham para baixo e, antes de pisar, dizem para sair de baixo porque eles vão pisar. Mas têm outros que nem avisam”. E eu perguntei: “E o seu? Qual é?” Ele disse: “Esse nem avisa”. Eu digo: “O meu pelo menos avisa para eu sair”. *(Risos.)* Aí foi

um papo bom e tal. Mas é porque nós já... É a questão da referência, da valorização, de como nós nos vemos. Temos de trabalhar isso em todas as mensagens.

Eu vou, para concluir, entregar esse livro ao Senador Paulo Paim, em que eu faço um estudo, decorrente da dissertação de mestrado, Senador, sobre o Brasil, uma reflexão sobre a questão étnico-racial no Brasil, abordando várias áreas. Eu procurei ser sucinto sem perder muito a profundidade, mas obviamente que sem adentrar também muito. Eu faço um levantamento histórico, sociológico; falo sobre a questão da Justiça Criminal. E fiz esse livro, confesso, pensando em vocês, nesse público. Confesso que, quando escrevi, pensei que precisava falar para as pessoas qualificadas da nossa população, sejam negras ou brancas, qualificadas no sentido da educação formal, que tenham o domínio para repercutir, para contestarem ou não.

E quero justificar essa foto. Essa foto, digamos assim, é meio antipática, porque é a minha foto, mas foi pensando no resgate da autoestima, Senador, de colaborar, para quando um jovem negro olhar, pensar: “Quem é esse cara? Quem deveria estar aqui?” Figuras como o Senador Paulo Paim, o nosso Abdias Nascimento nem se fala, mas não a minha. Mas eu pensei: “Eu tenho de colocar a foto de alguém que eles não conheçam para eles se perguntarem quem é esse negão todo invocado, que eu nunca vi, de terno, falando ao microfone. Esse cara, quem é?” E, assim, começar a ver que nós estamos aí para isso. Então, passo aqui a V. Ex^a. Fiz uma referência. Vai ser uma honra para mim se o senhor puder ler.

Agora, eu quero dizer a V. Ex^a o seguinte: perguntei a duas pessoas sobre a foto e, com muita isenção, disseram que a foto estava muito boa: minha mulher, que elogiou muito a foto, e a minha mãe... *(Risos.)* Disseram que estou muito bem... *(Palmas.)*

Pois bem. Sobre o próximo aí, o princípio da igualdade, o nosso embaixador já falou. O nosso Dr. Dojival e tantos outros, como o Marcelo.

A estratégia jurídica, Embaixador, Senador, Arilson, é a aplicabilidade e a efetividade do Estatuto da Igualdade Racial, que a nossa Seppir, inclusive, está nessa linha. E aí eu quero só lembrar essa distinção jurídica do que é a aplicabilidade e a efetividade. Como nós da área jurídica sabemos, a aplicabilidade é quando a lei já está plenamente em vigência, ela é eficaz, está vigendo, mas precisa ser aplicável de fato. Por quem? Ao Legislativo cabe a elaboração precípua; ao Executivo e ao Judiciário, aplicar diretamente. Temos de trabalhar ainda essa aplicabilidade, Senador.

O nosso Executivo, tanto na esfera federal, quanto na estadual e na municipal, não está aplicando a lei. A lei está vigendo, plena, ele sabe que ela existe – “Ah!

Bacana, mas...” E esse “mas” existe porque os gestores talvez não queiram, os principais? Não! A grande dificuldade hoje que eu vejo, até como gestor, como secretário, é do corpo técnico, Embaixador. O problema é o corpo técnico do Estado, que foi formado e forjado sob outra ótica, entender a importância dessa lei. E aí botar no orçamento o que precisa.

Há um convencimento já da cúpula do... Pelo menos na Bahia, isso é uníssono, a começar pelo nosso Governador, que é o primeiro a nos cobrar. Mas o corpo técnico é o seguinte: você dá a ordem – e nós sabemos disso –, mas, para chegar lá na ponta... Então, ele tem que assimilar. Tem que se fazer esse trabalho da aplicabilidade, é preciso disseminar, é preciso haver qualificação nos cursos. Eu acho que, nos cursos do Executivo, nas escolas de formação pública deve constar como ensino obrigatório não só o do Estatuto da Igualdade. Eu elaborei, comecei, há uns quatro anos, a fazer palestras com o tema Direitos Humanos sob a Perspectiva Étnico-Racial.

O que eu tenho sustentado, colegas? Não há como se falar em direitos humanos no Brasil sem ser sob a perspectiva étnico-racial. Não é você pegar a perspectiva étnico-racial, Senador, e segmentar, não. Direitos humanos: agora, direitos humanos e combate ao racismo. Não, não é isso! É direitos humanos sob a perspectiva étnico-racial. Por quê? Porque é inimaginável que, num país que foi formado em 350 anos de escravidão, com apenas 500 anos de história – escravidão assentada no racismo, não foi escravidão grega –, você ignorar que todas as relações sociais, todas, estão ideologicamente assentadas, estruturadas na formação racista! Então, não dá para se falar em direitos humanos no Brasil sem essa perspectiva.

Feminismo! Feminismo de quem? A maior feminista, as primeiras feministas do Brasil foram as mulheres negras. Tanto na sua condição operária, como na sua condição intelectual, como na sua condição familiar, dando o que é mais caro à população inclusive dominadora. Isso não é dito!

Então, é um dos encaminhamentos que eu gostaria de fazer, de a gente trabalhar isso. Até o Tobias... Nós dividimos uma palestra num evento internacional de direitos humanos, não foi, Tobias? Foi em 2008, em São Paulo, promovido pelo Ministro José Gregori, Senador. Eu fui palestrante, o Tobias depois. E Tobias me provocou depois, e fiz isso e mandei para o Senador e quis resgatar isto, Senador: uma proposta de um projeto de lei tornando obrigatório, nas faculdades de Direito de todo o País, públicas e privadas, o ensino da disciplina Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais, ou Direitos Humanos sob a Perspectiva Étnico-Racial,

com carga horária razoável, para que o nosso operador do Direito tenha esse conhecimento – que não tem.

Colegas, entendam – falo com o meu Ministério Público: fico muito feliz em dizer que a maior parte do Ministério Público brasileiro é do melhor nível possível. E eu acho que em todas esferas é isso, não só no Ministério Público; acho que no Judiciário também. Agora, em termos étnico-raciais de conhecimento, a grande parte, a maior parte é ignorante. Ignorante ao ponto de negar mesmo! E de entender que está fazendo justiça! Dizem: “Não, Almiro, por favor. Olhe, igualdade...” Igualdade formal, da Revolução Francesa. Quer dizer, de outro mundo, de outro país, de outra história. Por quê? Porque ele não estudou, não foi forçado. Então, é um dos mecanismos que eu acho importante.

E a efetividade da lei. Qual é a diferença da aplicabilidade e da efetividade? A efetividade é quando a lei “pega”. É quando a população assimila. Um exemplo: o cinto de segurança. O cinto de segurança no Brasil é uma lei eficaz. É aplicável, a efetividade pressupõe a aplicação, mas, além de ser aplicável, nós já assimilamos, como sociedade, que o cinto de segurança é essencial. Daí a luta da efetividade.

Por favor...

Sobre o Estatuto, já falei. Tudo está no Estatuto, na minha opinião. Queria ressaltar isso, Senador, e aos colegas que estão aqui. Eu acho que o Estatuto da Igualdade Racial... E, obviamente, fazer, mais uma vez, uma homenagem ao senhor e a todos os que lutaram, e o senhor liderou essa luta. O Estatuto da Igualdade Racial, colegas – e falo como estudioso do Direito –, é uma grande peça jurídica! É uma grande peça jurídica, entendam isso! É uma bela peça jurídica, completa! Eu, como Promotor de Justiça, não preciso de mais nada do que esse Estatuto para promover justiça. (Palmas.) Por que é que eu não promovo, Senador? Por que não promovo? Aí entra a questão ideológica. Porque eu leio, mas...: “Não, mas espere aí! Eu aprendi que igualdade, apoio à população negra... Mas e o branco pobre? Fica onde? Não, vamos com calma!”

E aí, se eu não promovo, eu tenho que ser questionado. E aí eu também quero referir algo sobre o Procurador-Geral da República. Acho que, nessas peças, que devem ser divulgadas, eu queria lembrar, colegas, o parecer do Dr. Roberto Gurgel. O Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, é um grande parceiro – acho que o Senador sabe disso – na luta pela igualdade étnico-racial no Brasil. E o parecer dele é muito importante, o parecer da Ação de Inconstitucionalidade. O parecer dele foi contrário, porque, como sabemos, o juiz do Supremo, como qualquer outro juiz, não está vinculado ao parecer do Ministério Público, mas, se o parecer do Ministério Público é favorável, já

indica... É outra instituição se pronunciando. Então, o parecer do Procurador-Geral Roberto Gurgel foi favorável às cotas raciais, foi favorável ao ProUni, foi um belo parecer, e foi citado inclusive na decisão do Supremo. Então, eu queria incorporar isso, fazer essa lembrança do Procurador-Geral da República Dr. Roberto Gurgel, e dizer dessa peça que precisa ser colocada.

Outro encaminhamento é relativo à iniciativa privada, e eu queria dar um exemplo. Até o Senador mencionou: “Como na iniciativa privada?” Por exemplo: em 2007, eu instaurei um inquérito civil para apurar a questão da ausência da população negra nas companhias aéreas. Instaurei inquérito formal, Senador! E apurei. E está lá prontinho. Eu saí da Promotoria há um ano e pouco, para vir para a Secretaria, mas está lá concluído. Chamei as companhias, ouvi comissários. O que detectei? Primeiro: a área de trabalho de comissário de bordo, de piloto é uma área que é um grande filão. É uma grande área para emprego para a população. A rotatividade é imensa, é necessária uma renovação muito grande e há uma carência de pilotos no Brasil. Mas quem são os pilotos no Brasil e os comissários de bordo hoje, de qualquer companhia aérea brasileira? Majoritariamente, com uma ou outra exceção, brancos ou brancas. Precisa ser modificado! Está claro! É uma situação a que o Estatuto se aplica diretamente. E aí eu fui à Anac, e pedi à Anac que interferisse nisso. E nisso ela dependeria, obviamente, do Ministério da Defesa. E aí se esgotou a minha condição, e eu também fui para a Secretaria.

O que pode ser feito? Por meio da Anac, por meio do Ministério da Defesa, estabelecer um diálogo com as companhias aéreas. E eu conversei com as companhias aéreas também, Senador, com os representantes, e eles disseram que estão abertos ao diálogo, para que seja inserida a exigência de uma cota mínima de população negra como comissários de bordo e como pilotos de avião.

Inclusive o Brasil precisa formar, com urgência, pilotos de avião. Estamos para ter uma crise. Vocês sabiam que, se continuar como está, em breve, vamos importar pilotos de avião? Vocês já imaginaram a cena? Que lindo, hein? Os europeus de novo, com aqueles casacões deles de piloto, entrando aqui no Brasil: “Viemos pilotar suas aeronaves, já que não tem piloto aqui”. E nossa população negra onde? É um exemplo, e o Estatuto permite essa exceção.

Eu quero concluir com o último *slide* – por favor, Thiago –, com esta fala do Luiz Gama:

“Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime. Mas nossos críticos se esquecem que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões

que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga, sob sua superfície escura, vulcões onde arde o fogo sagrado da liberdade!”

Viva Luiz Gama! Viva Abdias Nascimento! (Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com os cumprimentos ao Secretário de Justiça e Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, Dr. Almiro Sena, nos fez aqui uma palestra, e fui tolerante no tempo com ele. É sinal de que ele encantou a todos. Meus cumprimentos. Você foi muito bem. Eu vou ficar com o livro; pelo que você falou aqui, vou ler, de fato, o livro. Sou meio ruim de leitura – confesso, não escondendo; mas vou ler o seu livro, pelo que ouvi de você. E quem quiser esse livro, como é que eu faço?

O SR. ALMIRO SENA – Pela Internet. O livro intitula-se *A Cor da Pele*, editora Instituto Memória, autor Almiro Sena. O livro pode ser entregue em qualquer parte do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem.

Vamos passar agora a palavra para o Arilson Ventura, Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), e já chegou aqui conosco a nossa querida Dr^a Josefina Serra dos Santos, Secretária de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal. A Dr^a Josefina já nos deu aulas algumas vezes, e hoje volta novamente. Seja bem-vinda, Doutora.

Por favor, Arilson. Eu chamo todo mundo de doutor. Não sei se você é doutor. Ela eu sei que é, porque chegou aqui e apresentou, com muita competência, os argumentos.

O SR. ARILSON VENTURA – Ela é doutora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela nos deu um *show* numa oportunidade aqui, porque ela chega com essa simplicidade dela, começou a falar, pá-pá-pá, e todo mundo ficou aqui...

Parabéns, Dr^a Josefina. É bom recebê-la aqui de novo, Doutora.

O SR. ARILSON VENTURA – Senador Paulo Paim, com muita alegria, eu quero cumprimentá-lo nesta oportunidade e dizer que a Conaq se sente muito honrada de estar aqui na Mesa, percorrendo de assunto tão importante como este. Quero cumprimentar o Almiro Sena, cumprimentar a Josefina, como também o Embaixador Samuel Guimarães. Quero cumprimentar a todos aqui e dizer que é um momento muito importante para a Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas estar aqui nesta Mesa.

Eu diria, Senador, que, na verdade, não se tem muito mais o que falar, depois de tantos que falaram

aqui e que discorreram muito bem sobre o tema. A Conaq não teria muito mais a falar, mas nós queremos dar apenas uma pequena e rápida contribuição, uma vez que a gente precisa também expor o nosso pensamento.

Mas eu queria iniciar aqui, dizendo algo que dizia Martin Luther King: “Para declarar guerra, basta apenas dizer o que pensa”. E, dizendo isso, de tudo o que foi falado aqui, está muito claro que a população negra, especialmente as comunidades quilombolas do Brasil, não precisa abrir guerra contra ninguém, não precisa usar armas, não precisa usar facão, não precisa usar nada disso, para agredir ninguém. Basta mencionar o que pensamos que já é suficiente para que sejamos apedrejados e atacados em todas as formas.

Feito isso, eu vou rememorar aqui o ano de 1695, quando, infelizmente, mataram o Zumbi. E Zumbi era um pensador. Zumbi pensava exatamente sobre a libertação dos escravos. Zumbi pensava em criar algo que pudesse trazer desenvolvimento para a população que ele representava. Por isso, quem estava no comando naquela época já fazia exatamente o que disse Martin Luther King: “Bastou pensar, e nós vamos tentar eliminar”. Foi exatamente isso que fizeram com Zumbi.

Passaram os tempos, e vimos percebendo que vem acontecendo isso. Este ano, agora nesta semana, fazemos mais um aniversário da Abolição da Escravatura no Brasil. E digo de passagem – e o Senador Paim conhece isto muito bem – exatamente o que está na Lei Áurea, Senador: “No dia 13 de maio, fica extinta a escravidão no Brasil”. E pensávamos então que viessem outros tantos artigos que trouxessem ali alguns direitos, algumas coisas com que pudesse ser contemplada essa população que foi tão sofrida, que, de certa forma, contribuiu com o desenvolvimento desta Pátria. Alguns dizem que somos descendentes de escravos; na verdade, quem diz isso diz totalmente errado, porque somos africanos que foram escravizados aqui no Brasil. Dito isso, a lei não trouxe nenhum benefício. E depois se publica a data em que ela entrou em vigor, mas nada disso foi suficiente para trazer algo que pudesse referendar o desenvolvimento para essa população.

Passaram-se os tempos, veio a Constituição de 1988, cujo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias diz assim: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Mas, repetindo o que eu disse aqui sobre a fala de Martin Luther King, basta pensar que as pessoas já começam os ataques, faço referência aqui, Senador, ao fato de que, quando nós construímos o Decreto

4.887, em novembro de 2003, logo no ano seguinte, em meados de 2004, já aparece uma Adin, exatamente para derrubar o Decreto 4.887, que foi um pensamento elaborado por toda a população negra, em especial as comunidades quilombolas, para que se pudesse, então, ter algumas políticas para as comunidades quilombolas. Mas volto lá atrás: aquelas mesmas pessoas que mataram Zumbi são as mesmas pessoas que estão hoje nos Parlamentos, que estão no Judiciário, que estão no comando de grande parte do Governo brasileiro, infelizmente, e são esses mesmos que tentam fazer com que as populações não avancem.

Agora mesmo, essa Adin, no último dia 18 de abril, foi ao Supremo Tribunal Federal. Chegando lá, apesar de não ter sido concluída, temos um voto bastante ruim, que foi o do Ministro Cezar Peluso, pelo qual está declarado exatamente como pensa a elite aqui no Brasil. Precisamos fazer referência a isso, porque se dizia aqui que, quando o Ministro Lewandowski deu aquele voto excepcional lá no Supremo Tribunal Federal, ninguém tomou conhecimento. Quando o Ministro Carlos Ayres Britto deu aquele voto excepcional lá no Supremo, ninguém tomou conhecimento. Mas muita gente já sabe do voto do Ministro Cezar Peluso. Inclusive tem muita gente dialogando a respeito disso aí, para justificar o fato de que as comunidades quilombolas não devem avançar.

Dito isso, vale dizer que o Supremo Tribunal Federal deu provas e definiu algumas coisas muito interessantes para as populações negras no Brasil: a questão das cotas, do ProUni, das ações afirmativas, como também o caso dos índios pataxós na Bahia, que foi um caso emblemático, interessante. Mas é interessante também que as comunidades quilombolas no Brasil precisam, sim, das suas áreas, das suas terras, para que elas possam se desenvolver.

E nós ainda estamos acreditando que, mesmo com o voto contrário, com o relator daquela forma como foi colocada no Supremo, nós ainda temos uma tarefa a cumprir, e eu quero acreditar que as comunidades quilombolas seguem avançando, ou tentando avançar, com esse processo de reconhecimento de suas terras quilombolas aqui no Brasil.

É interessante, senhoras e senhores, que, voltando nesse pensamento aqui do Martin Luther King, que dizia que só de pensar já é um problema, hoje nós temos, Senador Paim, o Estatuto da Igualdade Racial, que virou lei, muito embora vale lembrar que o senhor, quando escreveu o Estatuto da Igualdade Racial, tinha ali exatamente diversos benefícios que poderiam chegar às populações, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Se você me permitir, só para ajudar nessa reflexão,

essas dificuldades do Congresso, quando fizemos o Estatuto, nós tínhamos inclusive colocado o Decreto dentro do Estatuto, porque uma das alegações desse voto dado pelo relator é de que é um decreto e não é fruto de uma lei ordinária. Se tivesse ficado dentro do Estatuto, ele não poderia nem argumentar isso. Mas é claro que nós entendemos que a norma é autoaplicável e que é um direito da comunidade quilombola.

Mas você tem toda a razão: na correlação de forças aqui no Congresso, acabou saindo o capítulo específico da questão quilombola.

O SR. ARILSON VENTURA – Mas é exatamente isso. E aí volto àquela fala, volto ao pensamento de Martin Luther King, de que basta apenas pensar. Se pensar, já abriu guerra contra a oposição, que bate em cima para exatamente tentar minar toda a possibilidade de desenvolvimento. É exatamente isso que acontece com o Estatuto da Igualdade Racial. E, quando o Senador pensa nos benefícios que poderiam chegar até às populações, aqueles mesmos que oprimiram lá atrás vêm para tirar exatamente isso que poderia ser um avanço para a população.

Outro fato: sem contar a Adin que está colocando no Supremo Tribunal Federal, temos ainda a PEC nº 215, que está rolando aí no Parlamento e que poderá ser um grande retrocesso para as populações, especialmente as populações quilombolas, indígenas e também as unidades de conservação no Brasil. E, passando isso, esse procedimento, passando essa legislação aqui no Congresso Nacional, será um grande retrocesso para essas populações. E aí nós precisamos nos mobilizar.

E a gente vem, mais uma vez, buscar essa parceria do Senador Paulo Paim, buscar o apoio dos demais Senadores, da Câmara Federal, de toda a sociedade, para que a gente possa combater esse mal que certamente será um grande retrocesso para a população quilombola, indígena e para as unidades de conservação.

Feito isso, Senador, queria dizer também que agora nós realizamos, em agosto de 2011, mais um Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas. Esse encontro ocorreu no Rio de Janeiro, e, naquele encontro, saímos de lá com uma tarefa a cumprir. Foram 15 anos de Conaq, 15 anos de luta, sem nenhum direito a menos. E esses direitos estão exatamente na questão da busca pela terra.

E aqui no Brasil ocorre um fato interessante. Quando a gente vai discutir, por exemplo, políticas sociais para as comunidades negras e quilombolas em especial, ninguém se opõe. No tocante às políticas de educação, por exemplo, todo mundo quer que todos sejam educados. Ninguém se opõe à política de

saúde, de agricultura, de esportes, de cultura. Todos querem preservar o meio ambiente. Todos querem assistência técnica agora para as comunidades. Mas só que ninguém quer que essas populações tenham terras para fazerem o seu plantio, para poderem sobreviver. *(Palmas.)*

Então, esse ainda é o grande problema que temos no Brasil. E nós precisamos, de certa forma, buscar apoio, para que a gente possa avançar nesse campo. Nós precisamos avançar, e agora mesmo nós estamos discutindo a questão da Convenção 169, que traz o tema do resguardo dos direitos sobretudo das comunidades indígenas tribais, aqui no Brasil indígena, e quilombolas. E nós precisamos trabalhar com isso, porque, infelizmente, no Brasil, ainda temos uma série de ataques e violações de direitos quilombolas, e vou citar alguns em especial: temos um ataque que acontece ainda, infelizmente, no Rio de Janeiro, lá em Marambaia; em Alcântara, no Maranhão; no Rio dos Macacos, na Bahia; Belo Monte; Sapê do Norte, no Estado do Espírito Santo, e muitas outras violações de direitos que acontecem por aí, e a Convenção 169 precisa estar sendo observada nesse campo. As comunidades precisam ser ouvidas, precisam ter o direito de se manifestar.

Eu queria finalizar a minha fala, Senador, convidando o Senador Paulo Paim, como já tem feito, convidando os demais Senadores, a Câmara Federal, convidando o Congresso de forma geral. Os companheiros presentes, que discorrem muito bem sobre o tema e que são parceiros do movimento negro, eu os chamo para estarem aqui, neste momento, junto com as comunidades quilombolas. E eu chamo a população brasileira de forma geral, para que nós possamos estar juntos neste momento e, de certa forma, estarmos trabalhando para resguardar e conquistar esses direitos que as comunidades quilombolas têm.

Muito obrigado e um abraço. Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acabamos de ouvir Arilson Ventura, Coordenador Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Parabéns pela sua exposição! Você tem toda a razão. Eu, às vezes, tenho dito aqui: a gente fala tanto em responsabilidade social do Poder Público – e, naturalmente, eu quero responsabilidade social também da área privada –, mas eu tenho visitado algumas comunidades quilombolas e percebo que grande parte dos programas sociais não está chegando às comunidades quilombolas. Isso, de fato, preocupa a todos, e você enfatiza com muita firmeza a questão da terra. As informações que tenho são de que há em torno de 5 mil comunidades quilombolas no Brasil.

O SR. ARILSON VENTURA – Por aí, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E a ampla maioria, eu diria 90% não estão regulamentadas ainda.

Mas eu acredito – permita-me esse complemento –, no momento nós temos o voto do relator, eu espero que, por essa posição progressista, que até é inclusive muito elogiada, do Supremo Tribunal Federal, que a gente reverta isso no plenário, afinal, é a primeira vez que um decreto do Presidente Lula seria derrubado pelo Supremo Tribunal Federal numa questão tão importante como essa. É um decreto que só possibilita a demarcação, não é que o decreto diz que tem que demarcar assim ou assado. Então, seria um retrocesso histórico se o Supremo chegasse ao absurdo de derrubar o decreto do Presidente Lula, tão importante para nós todos; enfim, para garantir a titularidade definitiva da terra dos quilombolas.

Eu, particularmente, estou acompanhando do lado do Morro Alto do Rio Grande do Sul. Levei a Comissão de Direitos Humanos lá, fizemos uma audiência dentro da comunidade, fizemos outra na Assembleia Legislativa, e para nós ficou claríssimo, todos que estiveram lá, representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República estiveram, a Seppir esteve, a Fundação Palmares esteve, o Ministério Público esteve, e foi unânime que é um direito assegurado. Se vão indenizar, que indenizem as partes que estão lá.

O SR. ARILSON VENTURA – Se o senhor me permite, Senador, grande parte desses procedimentos que foram ao Supremo Tribunal Federal foram representados pelo Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato.

O SR. ARILSON VENTURA – E hoje, nessa questão que o senhor coloca com muita propriedade, o voto do relator foi em favor dos Democratas. Mas nós temos mais dez votos lá, mais dez ministros que ainda irão votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa é a nossa esperança.

O SR. ARILSON VENTURA – E a continuidade da votação da Adin possivelmente deverá se dar na próxima semana, e aí nós temos mais dez ministros lá para votar. Eu acredito que esses ministros estarão entendendo pela constitucionalidade do Decreto 4.887 para que as comunidades possam avançar e, de certa forma, desenvolver seus projetos políticos, sociais, econômicos, culturais nas comunidades quilombolas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns a V. Ex^a mais uma vez.

Vou passar a palavra, neste momento, para a Dr^a Josefina Serra dos Santos, que é Secretária da Promoção da Igualdade Racial aqui no DF.

Josefina, você inicia a fala. Eu vou ter que ir até ali um minuto e volto, mas você vai iniciando já a fala.

A SR^a JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – Eu já queria agradecer ao senhor, mais uma vez, pelo convite e felicito a Mesa, cumprimento o Almiro, a gente já se conhece, o Embaixador e o Almiro; o Arilson também já conheço, a gente se conhece da Conaq, que é um dos grandes representantes da nossa resistência aqui no Brasil, da resistência negra, que são as comunidades quilombolas.

Dou bom dia a todos. É um prazer estar aqui.

Depois dessas pessoas que falaram, fica até difícil a gente falar, mas eu gostaria de dizer que, desde que a Secretaria para a Igualdade Racial do Distrito Federal foi criada e quando fui nomeada, coloco sempre o seguinte: ela tem toda uma história, que é uma luta de todos nós, negros, do Distrito Federal e do Brasil inteiro, uma luta que já vinha desde quando eu entrei no movimento negro. E sempre faço a referência de que uma das pessoas que muito lutou para a criação dessa Secretaria foi o Senador Paim, muitos Deputados, a Maria da Graça, que está ali, que foi uma referência minha no movimento negro. Falo sempre que outra referência quando eu cheguei aqui em Brasília, que foi uma referência negra para mim, que sempre lutou, que era o Ceab, é o Carlos Moura. Carlos Moura e Lídia Garcia foram grandes referências, não posso esquecer disso.

Então, quando tomo posse, quando sou nomeada para a Secretaria da Igualdade Racial, tenho toda uma responsabilidade de tentar fazer um bom trabalho. A Secretaria da Promoção da Igualdade Racial foi criada em agosto de 2011 com a proposta de dar acesso às comunidades negras, ciganas e indígenas às políticas públicas.

No primeiro momento, todo mundo sabe que no início tudo é difícil porque você tem que refazer tudo. Mas hoje a Secretaria para a Promoção da Igualdade Racial tem o grande propósito, sua grande bandeira é a questão de lutar pela implementação da Lei 10.639. Depois disso, em consonância com a Lei 10.639, a gente tem, digamos assim, principalmente neste ano de mais um aniversário da assinatura da Lei Áurea, uma proposta aqui no Distrito Federal, em que somos 51,2% da população, ou seja, muito, a população majoritariamente é negra, a Seppir Comunidade. Nós começamos logo no início essa proposta, que é de levar, mostrar à população de Brasília e do Distrito Federal o que significa a Seppir e de que essas pessoas co-

locassem suas reivindicações, usando o próprio aparelho do Governo.

Este ano, a partir do segundo semestre, vamos estender essa Seppir Comunidade, que é um espaço onde se vai falar sobre a questão do negro em todo o geral, à escola. Vamos a todas as escolas de segundo grau para falar sobre a questão negra, sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Digamos assim, quando você fala da questão negra, você vai falar sobre a violência contra a juventude negra, sobre a violência contra a mulher negra, infelizmente, a gente também tenta ver como trabalhar essa questão das nossas crianças no *crack*. É isso que a gente estará levando na Seppir Comunidade.

E outra proposta que temos na Secretaria e que já começamos é o mapeamento dos terreiros da religião de matriz africana e a comunidade indígena e cigana para podermos trabalhar junto com elas – lógico, primeiro, elas trazendo suas propostas de como podemos trabalhar com elas essa questão da negritude, a questão da religiosidade, a questão do respeito, porque não concordo... Isso já é uma opinião minha, porque não gosto muito da palavra intolerância porque depois intolerância quer dizer que as pessoas têm de me tolerar por causa da minha religião – da minha religião ou da minha raça. Então eu falo respeito. E quando você fala respeito, você fala tudo, você fala sobre direitos humanos, sobre acesso a direitos, você fala sobre acesso à justiça, que são as coisas em que nós, negros, temos dificuldades, que somos impedidos de conseguir.

E outra coisa em que trabalhamos foi no lançamento, no dia 21 de março – e acho que é uma referência – deste selo, o Selo Distrito Federal pela Igualdade Racial. Esse selo significa o quê? Iremos, aqui no Distrito Federal – esperamos que seja uma referência para o Brasil inteiro, Senador Paim – promover a igualdade racial principalmente... Primeiro vem a questão da educação, mas outra coisa importante é o emprego. Junto às empresas, aos órgãos públicos privados, comércio, identificaremos esses órgãos que estejam promovendo a igualdade racial no momento em que, digamos assim, essas empresas, esses órgãos contratem, tenham e discutam, dentro das próprias empresas, a questão da promoção da igualdade racial através de contratações, tanto é que, logo no primeiro momento em que nós colocamos isso em evidência, várias redes de supermercados, grandes supermercados nos procuraram, o Ciee e vários bancos estão nos procurando para ver como podem trabalhar e, lógico, se haverá critérios. Esperamos que, no 20 de novembro, já possamos identificar alguns órgãos privados e públicos, supermercados, lojas que estejam promo-

vendo esse tipo de coisa, e a gente vai colocar: “Esse órgão promove, faz a promoção da igualdade racial”.

Então, nesse sentido são as propostas que estamos fazendo. Mas, principalmente, no dia 21, assinamos com várias secretarias, e a que acho principal foi a Secretaria de Educação, na questão de trabalharmos a implementação da Lei 10.639. Então, fizemos várias parcerias, assinamos vários acordos com essas secretarias para pensarmos juntos como realmente implementar a lei e lutar pelo combate ao racismo no Distrito Federal e – provavelmente, espero, junto com o Senador Paim e outras pessoas, vários Deputados, várias entidades –, possamos ser uma referência para o Brasil inteiro em promoção da igualdade racial, ou seja, em combate ao racismo.

Era isso que eu queria dizer.

Obrigada mais uma vez, Senador, pelo convite. O senhor é uma referência para a gente. Quando o senhor promove isso aqui, a gente não tem mais o que dizer. Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Josefina Serra dos Santos, Secretária da Promoção da Igualdade Racial do DF.

Vamos ainda para as considerações finais de cada um dos nossos convidados. Mas, neste momento, antes das considerações finais, temos nosso convidado Henrique Silva, cantor, compositor, que vai nos brindar aqui, neste momento, com sua voz e sua guitarra.

Em seguida, nas considerações finais dos nossos convidados, a gente dará o tempo necessário para cada um.

Neste momento, vamos ouvir Henrique Silva, que está com a voz. Eu ia dizer com a palavra, mas está com a voz, fica bem.

O SR. HENRIQUE SILVA – Bom dia.

Se eu errar, vocês me perdoem, porque pela primeira vez eu venho aqui a esta Casa, que considero ainda a salvação deste País, tocar para pessoas tão ilustres, para o Senador Paulo Paim, que já é famoso.

Agradeço o convite do Roberto, que é amigo meu e me convidou para estar aqui hoje e para tratar de mim, da minha cor. Que coisa boa! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. HENRIQUE SILVA – Vou aproveitar e fazer logo o *merchandising*: dia 20, vamos lançar o Fórum Nacional da Juventude Negra no Distrito Federal, na Casa da Capoeira. Os senhores todos estão convidados. É o nosso fórum, a gente sentiu essa necessidade de criá-lo. Estamos com o apoio da Seppir. A Josefina, inclusive, já não aguenta mais me ver; aonde ela vai, ela já me enxerga.

Estou aqui junto com meu produtor musical, Wilson, que está até ali. Estamos montando um trabalho novo, um trabalho musical que intitulamos Troia Negra, o Presente Africano para a América Latina, que é um trabalho musical em que a gente pretende resgatar a terra da África jogada no solo brasileiro. Sobre tudo na Bahia se tem muito trabalho nesse aspecto, mas nenhum que a gente entendesse que enfocasse, sobretudo, a cultura e a religião da matriz africana.

Também sou filósofo e, em algumas conferências, algumas aulas, quando toco nessa questão negra, noto como é diabolizada. O termo certo é este, diabolizada. É engraçado que a coordenadora da escola onde eu dei uma conferência é negra e ela disse para mim: “Você defende muita sua raça”, e eu disse: “É, galega, eu defendendo mesmo”.

Então, a nossa ideia é realmente trazer, mostrar como é a musicalidade e a cultura, que, para a religião africana, não se difere da vida. Nós vivemos em um contexto cristão, que é uma religião ética, e não uma religião ritual, onde você pode praticar umas coisas, mas em público, não. E a religião africana é uma religião da terra, é uma religião do cotidiano, do dia a dia, e é isso que a gente quer relatar.

Eu vou fazer essa canção, que é inédita. É a primeira vez que vou fazê-la em público. Espero que os senhores gostem. Chama-se Lua. É uma canção que trata do sincretismo religioso. *(Pausa.)*

Não tem som para microfonar o violão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Então quem sabe deixamos para o encerramento. Você pode esperar um pouco mais?

O SR. HENRIQUE SILVA – Posso, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enquanto isso, você adaptam aí, vejam o que pode ser feito. Porque, como estamos ao vivo, não sei se dá para tirar o microfone.

Então, enquanto as considerações finais são feitas, você pode aguardar, não é? Queremos te ouvir.

Vamos aos nossos convidados para as considerações finais. No encerramento, o nosso Henrique Silva, cantor e compositor, apresenta o seu momento.

Vou passar, de imediato, a palavra para o Dojival, para suas considerações finais.

Dr. Dojival.

Vamos destinar cinco minutos para cada um.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Pois não.

Senador Paim; Embaixador Guimarães; Arilson; Promotor Almiro, Secretário de Estado; Josefina e colegas que participaram da Mesa, eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para fazer um registro,

uma homenagem, uma denúncia e duas propostas, exatamente assim.

O registro: o senhor é testemunha desse fato histórico, o papel que o movimento sindical brasileiro, o papel que a UGT, por intermédio do nosso Ricardo Patah, que inclusive mandou um abraço para o senhor, teve em levantar a bandeira das cotas no mercado de trabalho, uma bandeira que agora está consolidada pela decisão do Supremo e que nós esperamos que se estenda para as empresas, e o Embaixador Samuel mencionou isso.

O Poder Público, Embaixador Samuel Guimarães, tem um papel extraordinário, e o senhor foi muito feliz na sua colocação, porque, sem entrar no mérito nem na mudança da Lei das Licitações, da 8.666, o Poder Público poderá utilizar a presença negra ou a ausência negra, que é o caso, como critério de desempate nas licitações. E nós todos sabemos que o Poder Público é um grande contratador de serviços, de obras. Se fizer isso, estará abrindo espaço extraordinário para a inclusão da população que até agora foi discriminada.

Então, ao fazer esse registro e homenagear o nosso querido Ricardo Patah, seu amigo e que lhe mandou inclusive um abraço, quero fazer um apelo às centrais sindicais de modo geral para que encampem essa bandeira, que é de todos nós, é do povo brasileiro.

A homenagem é ao Thiago e ao Roberto, Senador, seus assessores. O Thiago, inclusive, conosco participou daquele célebre episódio, em que o senhor teve um papel fundamental, em que uma caravana de São Paulo com 100 mil assinaturas protagonizou um episódio aqui que acabou tomando conta do Brasil, que foi a retirada do Estatuto da Igualdade Racial das gavetas para que tramitasse e fosse votado. E o senhor teve um papel fundamental, eu nunca vou esquecer. O Thiago ainda não era seu assessor, era um ativista, com uma história conhecida. E o Thiago teve também, naquele momento, um papel protagonista extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foi a partir dali que ele virou meu assessor.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – O Roberto, querido amigo, jornalista. Então, são as homenagens que eu queria fazer.

E as propostas são as seguintes, Senador: está sendo discutida hoje, no Congresso Nacional, na Câmara Federal, a reforma do Código Penal brasileiro. E nós acompanhamos isso com preocupação porque não temos visto uma presença ativa dos juristas negros, de advogados negros com propostas que nos atendam e que nos contemplem. E eu toco em duas questões e essas são as duas propostas, que são as seguintes.

No Código Penal brasileiro, que é de 1941, o senhor, com o seu protagonismo de sempre, com seu

compromisso de sempre, incluiu o parágrafo 3º do art. 140, que trata da injúria racial, que pune a injúria racial com um a três anos de pena, em caso de condenação. E temos aí a Lei 7.716, de 1989, que também já foi reformada, também por iniciativa sua, reformada também pelo Estatuto, e o que ocorre objetivamente é o seguinte: no Brasil, o fracasso das políticas de combate à discriminação racial podem ser explicadas pelo fato de elas se ancorarem no Direito Penal, e o Direito Penal impõe o ônus da prova a quem acusa. E nós temos no Brasil uma modalidade de racismo absolutamente distinta: aqui ninguém se assume racista. Camuflada, hipócrita, farisaica. Ninguém se assume racista aqui. Então, nós precisamos, urgentemente, nessa reforma do Código Penal brasileiro, apresentar duas propostas que eu considero que iriam contribuir muito para isso.

A primeira delas é atualizar a Lei 7.716, que é de 1989 e que precisa ser reformada aos novos tempos. Há uma série de aspectos que precisariam ser incluídos, de emendas que precisariam ser incluídas na Lei 7.716 no sentido de contemplar essa discussão nova das décadas mais recentes.

Por exemplo, hoje, nós temos, no Brasil, uma discussão que ainda também tramita aqui neste Congresso, que é a questão da Internet, dos crimes de racismo praticados via Internet. Nós temos, neste momento, hoje, preso pela Polícia Federal, em Curitiba, o ex-estudante da UnB, Marcelo Valle Silveira Mello, que há cinco anos, Senador, ataca-nos sistematicamente, ataca a Agência Afroétnica de Notícias, os seus jornalistas, lidera uma rede racista. Inclusive agora a Polícia Federal, ao prendê-lo – ele continua preso – encontrou R\$500 mil na sua conta, o que significa que tem apoio, é uma rede articulada nacionalmente. Está preso agora. Essa prisão aconteceu cinco anos depois porque ele já havia sido condenado aqui, pela prática do crime de racismo na Internet, a um ano e dois meses pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Aliás, fazendo menção a minha primeira colocação aqui, na primeira instância, a juíza da 6ª Vara de Brasília o absolveu e transformou a sua sentença num libelo contra as costas. Isso está registrado. Foi necessário que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios reformasse essa sentença e o condenasse por unanimidade por meio de uma de suas turmas.

Então, essa lei precisa ser aperfeiçoada. Precisa ser aperfeiçoada por quê? O crime de injúria racial, Senador, acabou se transformando numa válvula de escape para a justificação do racismo e dos racistas, num esconderijo onde os racistas se escondem para não serem alcançados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidenta do Senado Senadora Marta Suplicy. (Palmas.)

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Eu queria aproveitar para dar nossos cumprimentos à Senadora Marta Suplicy.

Então, a injúria racial acabou se transformando numa porta útil para que os racistas, os flagrados nos crimes ou na prática do racismo se escondam. Além da omissão na aplicação da lei penal ou da cabeça com que... E esta é uma questão muito concreta apontada em estatísticas que eu mencionei aqui: além da cabeça dos nossos magistrados estarem ainda na década de 50, quando a questão do racismo nem era crime, era uma contravenção, nós ainda enfrentamos o fato de que, muito espertamente, os flagrados em crimes de racismo acabam se escondendo ou encontrando uma saída para terem uma pena mais leve com o enquadramento desses crimes como injúria racial qualificada pelo parágrafo 3º, do 140. A injúria racial deixa de ser crime inafiançável e imprescritível, é afiançável. Agora mesmo acompanhamos o caso do médico de Brasília, que se esconde por trás do artigo da injúria racial para se isentar de uma pena mais grave e para, na verdade, garantir essa impunidade que vem sendo a regra.

Então, Senador, eu gostaria de pedir ao senhor que, primeiro, é necessário uma mudança no Código Penal dentro dessa reforma que está sendo discutida, no sentido de ajustar a lei antirracista brasileira e dar à lei antirracista brasileira o enquadramento que a nossa Constituição estabelece, um crime inafiançável e imprescritível, portanto gravíssimo; segundo, a injúria racial. Nós, negros, não deixamos de ser seres humanos porque somos negros. Essa tipificação da injúria racial acabou sendo utilizada – obviamente que, naquele momento, era importante – hoje pelos racistas para se evadirem de penas e da aplicação da lei antirracista. Ela precisa ser reformada, precisa ser aperfeiçoada, inclusive porque as penas são idênticas. O senhor vai pegar vários artigos da Lei 7.716 que preveem penas de três anos e a pena da injúria racial do parágrafo 3º do art. 140, também vai de um a três anos. Nós precisamos, portanto, Senador, entrar nesse debate. Temos aí gente da maior qualidade nesta mesa, inclusive, nosso secretário Almiro, que é uma pessoa absolutamente prepara; outros juristas, como Dr. Hédio Silva Junior, que é uma referência, teve uma intervenção brilhante na questão da votação no Senado. Eu sou um aprendiz deles todos, sem dúvida nenhuma.

Enfim, precisamos entrar nesse debate. Encerro as minhas considerações, cumprimentando o senhor. Foi um grande prazer, mais uma vez, atender ao seu convite que, para mim, é uma convocação, e poder

compartilhar e aprender com gente desse nível de intervenção que vimos aqui. Enfrentar o racismo no Brasil, derrotar o racismo no Brasil não é um problema nosso, nós os negros; seria uma crueldade jogar sobre os nossos ombros, ainda por cima, a responsabilidade de superar um problema do qual temos sido historicamente alvos e vítimas. Embora não me agrade a bandeira de vítima, eu não aceite a vitimização como bandeira. É um problema do povo brasileiro. E me dá muita alegria ver o Embaixador Samuel Guimarães, um homem que é conhecido pelo seu passado, pela sua trajetória comprometida com as causas da justiça social, ver o Senador aqui conosco, ver a Senadora Marta Suplicy aqui conosco, porque essa é uma tarefa do povo brasileiro. O Brasil será melhor, será um país mais justo, será um país mais solidário na medida em que enfrentemos e derrotemos a chaga do racismo e da discriminação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentos ao Dr. Dojival Vieira, que é Editor da Afropress.

Como havíamos conversado aqui antes, se você pudesse encaminhar os dois projetos, pela própria Afropress, via Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque daí ele começa a tramitar na Casa e mandamos inclusive para a comissão correspondente, logo após a aprovação na Comissão.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Perfeito. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy, que hoje é a Presidenta do Senado, se quiser usar a palavra, no momento que entender, está à disposição. Só dizer que o nosso querido Samuel fez uma brincadeira quando a senhora entrou: “Além de Presidenta, ela veio com uma cor que me agrada”, ele disse aqui.

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Eu vou ser super breve porque perdi a voz completamente ontem.

Primeiro, quero parabenizá-lo, Senador Paim, porque esta audiência é realmente muito importante. Tenho certeza, pelo que ouvi, de que o desdobramento vai ser também. Algo por que tenho muito respeito e aprecio, essa é uma luta que não podemos dizer que é infundável, porque esperamos que um dia a superemos, mas tijolinho por tijolinho é como conquistamos. E o que foi conquistado até agora foi com muito suor, lágrima e dificuldade, mas foi conquistado. Demos passos muito importantes e não devemos arrefecer e achar que está bom de jeito nenhum, porque essa brecha que o senhor colocou é uma brecha que eu pensava comigo qual seria a exata diferença entre o crime e a injúria?

Não consigo perceber. Acho que essa é a questão. É uma brechona, não é uma brechinha. É isso com o que agora temos que nos preocupar em sanar.

Vocês podem ter certeza de que terão em mim sempre uma aliada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Presidenta do Senado, Senadora Marta Suplicy.

De imediato, passo a palavra para o Dr. Carlos Alberto de Souza e Silva Junior, ouvidor da Seppir que aqui representa no debate a Ministra Luiza Bairros.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Mais uma vez, Senador, boa tarde.

Quero cumprimentar a Senadora Marta Suplicy, que está no exercício da Presidência do Senado Federal, pela ilustre presença, abrilhantando mais o evento, e agradecer a V. Ex^a, Senador pela oportunidade de vir expor aquilo que, no ano de 2011, nós fizemos e do nosso entendimento de quais são as estratégias jurídicas, sobretudo para o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial no Brasil. Já conseguimos influenciar bastante – só tomando o panorama – em 25 dos programas temáticos do Governo Federal, com a ajuda do próprio Senado Federal, que emendou; certa vez V. Ex^a fez diversas emendas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias; também a Senadora Marta, o Senador Walter Pinheiro, que era o relator, também influenciou bastante; e hoje temos uma nova forma, um novo pensar do étnico racial. É o suficiente? Achamos que não, mas é um grande avanço que houve agora neste Governo da Presidenta Dilma.

Quero dizer também que a Seppir, como eu tinha dito antes, Senador, está à disposição para as contribuições no nosso Programa Nacional de Ações Afirmativas, que tem quatro eixos temáticas inicialmente, repetindo: a questão do trabalho, da educação, da cultura e da comunicação.

Os nossos decretos já se tornaram públicos, as nossas minutas, sobretudo na regulamentação das ações afirmativas no concurso público, nos cargos em comissão e nos serviços terceirizados da Administração Pública Federal. Precisamos, não só queremos, precisamos da contribuição do Parlamento, precisamos da contribuição de juristas, precisamos dessa qualificação que hoje foi colocada aqui para melhorar cada vez mais esse tipo de decreto, que sabemos que mexe com a sociedade brasileira.

Não vou me alongar porque já me alonguei bastante na minha fala – sei que o tempo já está exíguo – mas eu queria terminar com uma frase que me tocou muito na ação do Supremo, quando o Ministro Carlos Ayres Britto disse a seguinte frase, que é uma coisa que nós, do Movimento Negro, já vimos pregando há muito

tempo; ele diz assim: “A meritocracia sem igualdade no ponto de partida é cada vez mais uma forma velada de aristocracia”. É contra isto que nós lutamos cada vez mais na sociedade brasileira: essa forma velada no racismo, essa forma velada da aristocracia, essa forma velada de dizer que nós resolvemos a questão do racismo no Brasil e promovemos a igualdade racial, resolvemos as questões sociais, e nós sabemos que isso não é verdade.

O Supremo já se pronunciou, esta Casa vem se pronunciando a respeito desse assunto, e uma coisa que nós já sabemos: precisamos reforçar e registrar esse tipo de discurso, esse tipo de elemento de uma Casa que nós entendemos ser mais a conservadora e que já se pronunciou. Precisamos avançar cada vez mais e, nesse sentido, eu coloco o nosso Ministério à disposição do Senado Federal no que for possível, quero dizer, renovar essa parceria que sempre que venho aqui tento cada vez mais renovar. O senhor é um grande entusiasta da causa, um grande batalhador; e isso reflete no próprio nosso orçamento, porque é um dos grandes Senadores que emenda o orçamento do nosso Ministério.

Quero dizer que estamos de portas abertas e esperando a contribuição da sociedade brasileira e também deste Parlamento para poder fazer uma gestão cada vez mais firme e contundente, enfrentando o racismo e promovendo a igualdade racial.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Alberto de Souza e Silva Junior, ouvidor da Seppir que falou pela nossa querida Ministra Luiza Bairros.

Passamos a palavra agora ao Marcelo Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras (Cetrab); já me lembrei do Centro de Tradições lá do Rio Grande.

O SR. MARCELO MONTEIRO – Está certo. Como nós acreditamos no ofó, na força da palavra, quem sabe tenhamos em Brasília, em breve, o Centro de Tradições Afro-Brasileiras. Precisamos, não é? Parabéns.

Quero agradecer, primeiramente, a presença da Senadora Marta Suplicy neste tema do qual estamos participando. Muito nos orgulha ter aqui a Presidente do Senado.

Agradecer, sem dúvida, ao Senador Paulo Paim e a esta equipe – Roberto, Thiago – maravilhosa que sempre lembra da gente e acredita que a gente pode contribuir com a discussão da igualdade racial. Sinto-me contemplado com a fala do Dojival nessa questão da injúria, até porque ele domina muito mais o assunto, porque precisamos tratar disso. Essa questão vem

sendo aí cada vez mais válvula de escape da discriminação racial neste País.

Quero parabenizar, sem dúvida, a Seppir por suas ações, nossa Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ou Ministério, perdão, e a Secretaria de Promoção da Igualdade do Distrito Federal, que vêm garantindo para nós ações eficazes para a igualdade racial. Ainda temos muito que caminhar, muito, muito que caminhar, mas acreditamos que com a força dos nossos ancestrais, com a força dos nossos antepassados divinizados possamos conseguir a conquista plena da liberdade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Marcelo Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras (Cetrab).

Passo a palavra, de imediato, na sequência, ao nosso querido convidado, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a quem eu disse, quando ele aqui chegou, que foi uma bela surpresa ele ter vindo nos prestigiar no dia de hoje.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador Paim.

Quero cumprimentar a Senadora Marta Suplicy, Presidenta do Senado Federal e repetir que, para mim, foi uma honra participar desta audiência pública. Quero cumprimentar todos os participantes: Carlos Alberto, Dojival, Marcelo Monteiro, D. Josefina, Almiro Sena e o Arilson.

Como comentário final, eu queria dizer que nós teremos este ano – vou repetir isso – uma oportunidade importante para a Presidenta Dilma Rousseff diminuir a desigualdade racial na nomeação dos membros do Supremo Tribunal Federal. Isso é algo que depende da Presidenta; é algo extremamente importante, porque tudo isso terá uma influência sobre toda a interpretação da legislação. Então, acho que é uma oportunidade que não ocorre a cada momento. É uma oportunidade.

Naturalmente, como eu já havia dito antes, seria extraordinário se ela pudesse também aproveitar essa oportunidade para diminuir o déficit demográfico no que diz à representação das mulheres.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vai ser difícil isso.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não, não vai ser difícil não. Há juízas, há ministras nos tribunais superiores.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Embaixador, nós teríamos um gol de placa.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Ela terá uma dupla oportunidade, de nomear uma ministra para o Supremo que seja negra e mulher. E há muitas advogadas, porque para ser ministro do Supremo

não é necessário ser do Judiciário propriamente, pode ser uma advogada negra. Não há dificuldade alguma quanto a isso. Acredito.

Eu queria também dizer que há também um ponto muito importante e que já foi mencionado aqui: a questão das cotas em todos os concursos públicos, todos eles, inclusive nas Forças Armadas. É algo que corresponde ao sistema de cotas no sistema de ensino. Isso porque eu acho que são duas medidas que têm um grande impacto, já que isso muda toda interpretação das leis relativas à discriminação dentro da Administração Pública.

Finalmente, como penúltimo comentário, eu queria dizer da importância da divulgação das informações. A Presidenta sabe que o Ministro Lewandowski fez um voto extraordinário, agora recentemente. Esse voto não foi publicado na imprensa, foi feita uma menção, mas a essência dele é tão importante que eu acho que mereceria ser mobilizado o Ministério da Educação – e o do Carlos Britto também – pela força que tem, pelos recursos que ele tem para divulgação de informações sobre a questão do racismo no Brasil, sobre a situação da população negra. Acho que seria de grande importância que o Ministério da Educação fosse mobilizado para isso, inclusive para difundir, junto às escolas, o material audiovisual.

Queria aproveitar para cumprimentar a TV Senado pela produção dos vídeos sobre Abdias do Nascimento e o outro sobre Oliveira Silveira, que veio mostrar a importância... Esse vídeo ficou sendo do conhecimento nosso, mas ele deveria ser do conhecimento de todos os alunos nas escolas públicas, pelo menos nas escolas públicas. E isso traria um custo muito pequeno. A reprodução de vídeo tem um custo muito pequeno; centavos, cada vídeo. De modo que isso é perfeitamente possível.

Muito bem. Eu queria, enfim, agradecer mais uma vez ao Senador Paim, cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. E por que eu disse nosso convidado especial? Porque ele veio aqui assistir. Ninguém telefonou para ele nada. Para mim, tem uma simbologia mais bonita ainda. Ele veio aqui e sentou ali: “Vim aqui assistir a essa reunião, porque achei interessante”. Daí eu o convidei para ser painelista.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bom.

Eu queria parabenizar o Embaixador porque acho que nessas questões eu cheguei à conclusão de que temos que ter ações concretas. O que eu ouvi do Em-

baixador são três ações bem pontuais, bem focadas. É por aí mesmo. Poderíamos até mesmo listar algumas, como estratégia, algumas ações pelas quais se deva lutar, porque eu não acredito que consigamos isso só... A gente quer, a gente consegue, mas se tivermos com clareza algumas poucas ações pontuais, concretas, como essa também, por exemplo, do Ministério da Educação. É muito fácil para um Ministério com um enorme orçamento, e o Ministro Mercadante tem grande sensibilidade a essa questão. Não é complicado, e você vai ter mil escolas que terão um material específico que hoje não têm para reflexão. Atinge professor, atinge aluno.

Pode vir em todas as comissões, viu Embaixador? O senhor está sendo muito profícuo em boas ideias. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marta Suplicy, Presidenta do Senado colaborando com esse debate contra todo tipo de preconceito, ela que é uma lutadora e combate todos os preconceitos, e com muita garra.

Só para também atualizar, quero de novo repetir que o documentário Oliveira Silveira, poeta, negro, gaúcho, direção Andreia Vigo, foi produzido pela TV Senado, o que o Embaixador comentou.

O outro, também produzido pela TV Senado, Abdias: raça e luta; diretora Maria Maia, será lançado oficialmente ainda no dia 13 de maio, às 21 horas, para todo Brasil. Então, dia 13 a TV Senado lança o filme. Aqui assistimos somente a metade do filme. Belíssimo! Todos nós aqui ficamos impressionados.

Agora vou passar a palavra ao Arilson Ventura, para as suas considerações finais, ele que é Coordenador Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O SR. ARILSON VENTURA – Quero cumprimentar, mais uma vez, aqui o Senador Paim, cumprimentar também a Senadora Marta Suplicy, Presidenta neste momento do Senado Federal e dizer aos companheiros presentes e a todos que estão nos ouvindo que, como eu disse anteriormente, somos africanos que fomos escravizados aqui no Brasil. Agora, exatamente nesta semana, no dia 13 de maio, será mais um aniversário de Abolição da Escravatura no Brasil.

Senador Paim, o Supremo Tribunal Federal tem a oportunidade agora, nesta semana, de mostrar para a sociedade brasileira que naquela Corte de Justiça eles não querem que volte a escravidão no Brasil. Eles têm essa oportunidade.

Vou citar aqui, se o senhor me permitir, os Ministros Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Marco Aurélio, e as Ministras Rosa

Weber e Cármen Lúcia; esses são os dez ministros que não votaram ainda na Adin 3239 que diz respeito às questões quilombolas. Eu tenho certeza absoluta de que nesta semana de maio, em que se comemora o aniversário de Abolição da Escravatura no Brasil, acontecida em 1888, conforme foi o voto do Relator Cezar Peluso nesse processo, entendemos que acontece um retrocesso muito grande se os demais ministros o acompanharem.

Entendemos que o Supremo Tribunal Federal, assim como fez nas questões das cotas, do ProUni, das ações afirmativas, da questão dos índios pataxós na Bahia, acredito que o Supremo Tribunal Federal vai dar uma lição muito grande para a sociedade brasileira votando pela constitucionalidade do Decreto 4887.

Assim, quero encerrar a minha fala, agradecendo aqui, em nome da Conaq, e dizendo que estamos abertos para discutir, sobretudo para levar desenvolvimento às comunidades quilombolas.

Muito obrigado. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Arilson Ventura, Coordenador Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Passo a palavra agora para a Dr^a Josefina Serra dos Santos.

Senadora Marta Suplicy, nossa Presidenta, eu deixei para fazer o encerramento o Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, Dr. Almiro Sena, que fez aqui uma belíssima exposição e nos trouxe esse livro também que achei muito interessante.

Vou sugerir que você dê para a nossa Presidenta, nem que tenha que dar uma cópia para mim depois.

A SR^a JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – Mais uma vez, Senador Paim, obrigada. O senhor é uma referência para nós, negros, neste Senado. Agradeço à sua equipe, ao Roberto, Thiago, mais uma vez.

Gostaria de agradecer a presença da Senadora Marta porque, digamos assim, ela é uma grande referência para nós na luta pelo combate a qualquer discriminação das mulheres, inclusive das mulheres negras. A senhora é uma referência para nós. Muito obrigada pela sua presença.

Uma coisa, Dojival, que você colocou, que eu sempre, como pessoa, não como Secretária, coloquei, é que, no Brasil, o racismo é velado. Sempre parabeneizei, relembro o que aconteceu com essa pessoa que discriminou aquela outra lá no teatro, quando considerou que a outra tinha que ir para a África para cuidar dos orangotangos – a sociedade sempre colocou isso para desumanizar, e como isso é difícil –, e temos que dar os parabéns mesmo para essa pessoa, porque, como o racismo é velado, é a coisa mais difícil uma pessoa se colocar como racista. Então ele

colocou para o mundo, para o Brasil e para Brasília o quanto ele é racista. É muito difícil uma pessoa dizer que é racista. A partir do momento em que faz isso com aquela pessoa, coloca para todo mundo o quanto ele é racista. Então, a gente tem que dar os parabéns para uma pessoa, porque os outros não têm essa coragem. Para a sociedade brasileira, ele tem essa coragem.

Diante disso, Senador Paim, gostaria de falar sobre a importância de a população negra saber de seus direitos. Quando foram procurar por mim, uma das propostas da Secretaria da Promoção da Igualdade Social do Distrito Federal, junto com a Seppir federal, é a gente levar a informação para as pessoas saberem onde procurar os seus direitos. Essa questão da discriminação é recorrente. Na grande maioria das vezes, as pessoas não sabem onde procurar. Hoje, estamos batalhando para divulgar muito mais esses órgãos. Foi uma coisa que eu sempre fiz e acho que todo mundo poderia fazer. E como o *site* do gabinete do Senador Paim é muito divulgado, é muito acessado, que coloque o voto do Lewandowski no seu *site*. Eu também acessei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E também do Carlos Ayres Britto. Dos dois. Do presidente e do relator.

A SR^a JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – Sim, e do outro. Eu acessei, através da Afropress – eu sei que quem mais divulga é a Afropress, divulga muito, isso eu acessei lá, está lá –, então, a Seppir federal tem que colocar para a gente divulgar, porque, infelizmente, uma grande maioria não tem acesso à Internet.

Estava falando aqui para o Almiro que, nesses locais onde as pessoas não têm acesso, que se façam pequenas cartilhas e divulguem para o povo os votos que foram feitos. É uma sugestão de uma maneira de divulgar às pessoas que não têm acesso.

Que os órgãos públicos, junto com a população negra, comecem a divulgar as ouvidorias, porque só assim a população negra vai ter acesso e coragem e não vai se sentir – lógico que concordo muito com esta palavra – vitimizada, desprotegida, sem saber onde procurar. Então, são nesses órgãos.

Por isso o Senador Paim é uma referência. Muitas pessoas o procuram por causa dessa visibilidade que ele tem. Então, a Secretaria para a Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal está à disposição e gostaria de ser mais visibilizada mais ainda e que a população negra do Distrito Federal tenha como referência a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal.

Obrigada mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Josefina Serra dos Santos, Secretária da Promoção da Igualdade Racial do DF.

Encerramos, agora, com o Dr. Almiro Sena, Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia

O SR. ALMIRO SENA – Exm^o Sr. Senador Paulo Paim, ratifico aqui, na minha homenagem a V. Ex^a, esta reunião belíssima e de guerreiros e de guerreiras. Eu sempre me idêntico muito com essa figura.

Quero homenagear V. Ex^a, Senador Paulo Paim, homenageando o notável povo brasileiro, na figura dos nossos lanceiros negros. Vocês imaginem homens montando em cavalo em pelo, com lanças maiores do que o normal, sem poder portar armas, porque havia o medo dos próprios revolucionários desses lanceiros se voltarem contra, não aceitar a condição de escravizados, como obviamente não aceitariam, e não aceitaram, e esses homens se tornarem os mais notáveis guerreiros da Cavalaria rio-grandense. Essa fala não é minha. Essa fala é de um notável guerreiro, o italiano Giuseppe Garibaldi, o herói dos dois mundos, que lutou na Farrroupilha. Conheceu Anita Garibaldi. Ele disse que nunca viu guerreiros tão valorosos como aqueles da Cavalaria rio-grandense. E falou se referindo aos lanceiros negros. Tanto que levou para o Museu de Bolonha, na Itália, uma pintura de um gaúcho, e o gaúcho é negro, o que é heresia para o Brasil, para a sociedade brasileira. Gaúcho negro? Não existe. Pois o herói gaúcho, típico de Giuseppe Garibaldi, é um homem negro, montado num cavalo. Então, eu acho, Senador Paim, que o senhor é um legítimo herdeiro dessa estirpe de homens e de guerreiros.

A Senadora Marta Suplicy, igualmente, permita-me dirigir da mesma forma, como uma grande guerreira. Evidentemente, a história de V. Ex^a já é conhecida por todos e eu me sinto muito feliz de ter a oportunidade de dizer isso de viva voz. Com certeza, Senadora, vou providenciar esse livro. Se V. Ex^a permitir, virei da Bahia, pedirei autorização ao Governador Jaques Wagner para entregar em mão, no seu gabinete...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E nós vamos estar juntos.

O SR. ALMIRO SENA – Com muita honra.

E, para finalizar, também agradecer a todos os colegas, dizer que a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia está à disposição dessa luta, está à disposição dos companheiros e das companheiras.

Tenho que render também essa homenagem ao nosso governador. Obviamente, como Secretário de Estado, sou auxiliar do governador, e quando ele me convocou – porque se diz que o governador não convida, convoca – para essa missão, há um ano e al-

guns meses – sou Promotor de Justiça há vinte anos –, ele me disse: “Almiro, apenas entenda. Você agora, circunstancialmente, não vai estar como Promotor de Justiça. Agora, você não vai abrir mão, não precisa abrir mão das suas convicções de Promotor de Justiça para estar aqui. Ao contrário, eu não quero que você abra mão dessas convicções.” A minha grande alegria é que, depois de ano e meses, eu constato na prática: ser Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, na gestão do Governador Jaques Wagner, é, antes de tudo, aplicar de outra forma, mas de forma igualmente importante, as minhas convicções de Promotor de Justiça.

Muito obrigado a todos e ao Senado Federal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Almiro Sena, Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, que fez uma palestra de um tempo maior e terminou com o mesmo brilho, e no final, contando a história do Rio Grande ainda.

Agora, vamos ter, só para encerrar, Senadora, este menino que está aqui vai, com a sua voz, interpretar uma canção para nós. É o Henrique Silva.

A SR^a VIRLEY SANTOS – Senador Paulo Paim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em seguida ao Henrique, você dá o aviso, porque eu já o anuncie.

Henrique, olha o ex-Presidente Collor aqui conosco e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (Palmas.)

Antes, o Henrique fez um discurso. Agora, você vai direto para a canção. Ele falou bem.

O SR. HENRIQUE SILVA – Agora eu vou direto para o que interessa. Obrigado. Agora, tem mais gente ilustre. Que coisa boa! E que coisa perigosa para mim, porque se ficar errado, hein? Vai para o País inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai lá, vai dar certo.

(Apresentação de música.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Henrique, você tinha previsto também a música “Teus Olhos Negros”, mas eu só vou pedir que ela dê o aviso e você encerra com esta canção. Por favor, há um microfone aí mesmo.

A SR^a VIRLEY SANTOS – Bom dia. Meus cumprimentos a todas as autoridades e a todo o público. Quero informar que, desde ontem à noite, três jovens estão acorrentados no Ministério Público, reivindicando cotas. Quero deixar registrado.

Eu não me identifiquei, mas meu nome é Virley. Trabalho no Instituto Federal de Brasília. Vim de Sergipe.

Sou do Instituto Federal de Sergipe. Estou aqui cedida. Fico muito preocupada quando estou nesses eventos e a gente ouve todas as questões que são colocadas.

Nós vivemos um momento importante dentro da educação profissional. Trabalho há 17 anos com educação profissional e, neste momento, vejo com preocupação a implantação do Pronatec e de um programa chamado Mulheres Mil. Esses dois programas, que têm sido o carro-chefe da Presidenta Dilma, são importantes, mas os institutos foram criados para atender a todas as populações excluídas das políticas de educação. Mas a forma como essa política está sendo tocada me preocupa e penso que vai de encontro a algumas coisas que a gente pensa na questão da escolaridade. Não é suficiente somente profissionalizar as pessoas. Não é suficiente somente dar qualificação visando à Copa. É preciso que a gente pense que essas pessoas que estão lá precisam de escolaridade formal e que elas têm liberdade de escolher se querem, simplesmente, ficar com educação profissional ou fazer todo o ensino regular e, se quiserem, chegar à universidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Está dado o aviso.

Nós fizemos uma audiência pública sobre o Pronatec e estamos trabalhando com essa questão. Quanto aos meninos, não pense que não estamos trabalhando. Ontem mesmo, eles estavam acorrentados aqui. Fizemos uma negociação com o Presidente Eunício, da CCJ, e chegamos a um entendimento. Eu os acompanhei até uma caminhada em frente ao Congresso e chegamos a um acordo. Fizemos uma mediação que o tema seria votado. Estava resolvido. Eles foram para o Ministério do Trabalho. Criou-se um impasse porque chegaram lá para uma conversa e depois ficaram lá dentro.

O Ministério do Trabalho tem sido nosso parceiro em todos os temas do combate ao racismo e ao preconceito. Eu falei com o Procurador ontem à noite. Pedi ao Thiago que pegasse o carro do Senado, porque eu estava presidindo a sessão, para ir lá, conversar com os meninos, explicar para eles, para fazermos tipo um TAC, um termo de ajuste de conduta, para assegurar que, no próximo concurso, seja assegurada a política de cota nessa área. Estava indo bem o encaminhamento e eles resolveram ficar lá, mais uma vez. Agora, me ligaram aqui pedindo que eu vá lá. Eu até vou lá, depois que terminar aqui. Estou cuidando dessa questão, mas temos que ver os passos a serem dados com muito cuidado, com muito carinho, aos movimentos sociais, mas saber fazer também fazer a mediação. Quando terminar a reunião, eu vou lá. Ligaram-me pedindo que eu vá lá. Eu vou lá.

Quero dizer que estamos cuidando disso tudo, mas o movimento tem que nos ajudar também. Senão, de repente, nos descredencializa. Se eu falo com o próprio procurador, que faz um acordo de procedimento comigo, e eles resolvem continuar lá dentro... Quero dizer que vou lá, me ligaram, vou lá novamente. Ontem, foi o Thiago, me representando. Mas eu vou lá amanhã.

A SR^a VIRLEY SANTOS – Assim, Senador, peço desculpas, porque eu não sabia, não tinha conhecimento desse procedimento. Só fiquei sabendo hoje. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou tratando com todo o cuidado. Só que eu não quis, nesta audiência, entrar nesse campo.

Vamos encerrar, então, agora. É só o menino terminar a canção e encerro a canção, para que eu possa ir lá.

O SR. HENRIQUE SILVA – Uma música minha chamada “Teus Olhos Negros”, que faz parte do meu primeiro disco chamado “Noite no Sertão”.

(Apresentação de música)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Henrique Silva.

Assim, encerramos nossa audiência pública, agradecendo a todos os convidados, especialmente à Presidenta do Senado, pela gentileza de vir aqui prestigiar este debate que, na verdade, foi uma antecipação do 13 de Maio. Fizemos aqui um debate bom sobre o Estatuto da Igualdade Racial, sobre as cotas, sobre o preconceito; e também ao Senador Collor de Melo, ex-Presidente e Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Então, está encerrada a nossa audiência pública.

Se alguém quiser fazer alguma citação ainda, estejam à disposição.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, somente parabenizá-lo e pedir também a votação de um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, para concluir, a segunda parte da nossa reunião:

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 62 – CDH, DE 2012

Nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 27-CDH, de 2012.

Autoria: Senadora Marta Suplicy
Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Ficam prejudicados, então, o Requerimento nº 38, de 2012, e o Requerimento nº 60, de 2012, que aditava o Requerimento nº 27, de 2012.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63 – CDH, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para ouvir o ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra e os autores do livro “Memórias de uma guerra suja”, Marcelo Netto e Rogério Medeiros.

De autoria deste Senador e de outros.

Eu digo que essa foi uma sugestão do ex-líder da bancada, Humberto Costa. Ele acha tão grave – ele leu esse livro. Por que não trazermos esse debate aqui para a Comissão de Direitos Humanos como instrumento, inclusive, de fortalecer a própria Comissão da Verdade, criada pela Presidenta Dilma?

Foi acrescentado mais um nome. Eu só estou propondo que se coloque, por sugestão do Senador Cristovam, que para essa mesma audiência convide também o Sr. Carlos Alberto Brilhante Ustra, autor do livro *A verdade Sufocada*, porque cada um tem uma visão. O Senador disse que é importante. Diz-se que eles provocavam até uma acareação. Se os senhores concordam – a iniciativa foi do Senador Cristovam –, que a gente traga aqui para os debates aquele que tem outra versão dos fatos.

Presidente Collor, por favor. Se V. Ex^a entender que não é adequado também...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Presidente Paim, Sr^a Presidenta do Congresso Nacional, Senadora Marta Suplicy, Srs. integrantes da Mesa, meu caro Senador Paulo Paim, meus cumprimentos, inicialmente, pela realização desta audiência pública. Venho acompanhando as providências que V. Ex^a vem adotando ao longo desses últimos dias. Acho-as todas extremamente pertinentes e conta com o apoio deste Senador, como em todas as iniciativas que V. Ex^a vem tomando nesta Casa, desde aquele célebre momento, outro dia eu me lembrava, em relação ao salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, sim. Eu fiz uma greve de fome no plenário e o Senador Collor era Presidente na época.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – E aí eu cheguei e mandei dar logo abono.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deu o abono de emergência para eu suspender a greve. Eu me lembro de todos os Líderes. Lembro-me, inclusive, do Ibsen, que era o Presidente da Casa àquela época, que me disse: “Olha, o Presidente Collor mandou dizer que um abono ele dá”. Aí, eu estava louco de fome, suspendi a greve. Veio em boa hora a sua posição. *(Risos.)*

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Desde esse momento, venho sempre acompanhando de perto os trabalhos, a trajetória política e o sucesso alcançado pelo Senador Paim e o cumprimento agora por isso.

Eu não faço parte da Comissão, lamentavelmente, mas, em relação ao adendo do Senador Cristovam, acredito que não seja conveniente juntar. Eu acho que o foco é o livro *Memórias de uma Guerra Suja*. Posteriormente, em outro momento, porque o segundo, a que se refere o Senador Cristovam, já é muito conhecida a posição dele. Se vierem os dois, isso vai acabar gerando uma polêmica tão séria que vai prejudicar o resultado do debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O bom debate do livro.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Essa é a minha opinião, que submeto ao Plenário e a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu sou da mesma opinião. Acho que vai criar um pandemônio e o livro é extremamente rico. Não li, só em trechos nos jornais. Acredito que podemos ter mais informações, as informações poderão ser mais profundas. Acredito que não é o momento de haver uma disputa. É o momento de focar e aprofundar numa direção. Acredito ser mais interessante assim. O meu voto é contrário à convocação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, mantemos somente o primeiro requerimento, já aprovado, e esse eu retiro.

Concluimos agora, quanto ao requerimento de realização de audiência pública para ouvir o ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra, em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Se não há ninguém contra, aprovado.

Com isso, encerramos a sessão, convidando só o autor do livro.

Diz-me aqui a assessoria que ainda há dois requerimentos extrapauta. Mas será só um minuto.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64 – CDH, DE 2012

Requer a realização de audiência pública para debater os benefícios da aprovação da lei 12.619/2012 que regulamenta a profissão de motorista e os desafios para a aprovação do Estatuto do Motorista (PLS 271/2008).

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que concordam com o requerimento extrapauta...

Aí, virá toda a categoria para fazer debate, vem o Executivo. Vai ser interessante porque essa lei é longa e muito importante. A maioria não conhece, ainda, a abrangência da lei e por isso faremos essa audiência pública.

Quem concorda com o extrapauta permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito para debater a lei e a sua abrangência, para conhecimento público, permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 65 – CDH, DE 2012

Requer a realização de audiência pública para debater a implementação da hidrovía do Mercosul.

Autoria: Senador Paulo Paim

Esse requerimento quem me pediu foram aqueles que trabalham na importância da hidrovía que liga Brasil/Uruguai.

Os que concordam com o extrapauta, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao mérito.

Os que concordam com o mérito, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aqui, na verdade, é a hidrovía e pela abrangência que fica na divisa e a questão dos direitos humanos.

Quanto ao mérito, se concordam...

Aprovado.

Enfim, agora sim, encerrada a reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 7 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE MAIO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia quatorze de maio de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Paulo Paim e Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 50, de 2012–CDH, aprovado em 16/04/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “debater o programa viver sem limites e o Estatuto da Pessoa com Deficiência”. O Senhor presidente após anunciar os convidados presentes ou seus representantes, convida-os a tomar lugar à mesa. Em ato contínuo, o Senhor Presidente exhibe o vídeo da TV Senado, *Inclusão*, direção e apresentação de Solange Calmon, duração 58 minutos. Convidados: Antonio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Moises Bauer, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência – CONADE; Maximiliano Barbosa Fraga, Diplomata do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Santos Fagundes, Coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência; Deputada Federal Rosinha da Adefal, Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Roberto Wanderley, Juiz Federal – 1ª Vara Federal da Sessão Judiciária de Pernambuco; Francisco José de Lima, Coordenador do Centro de Estudos Inclusivos da UFPE. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves**

Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 50, da CDH, aprovado em 16/04/2012, de autoria deste Senador e de outros. Tem como objetivo no dia de hoje debater o programa Viver sem Limite, do Executivo, e também o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está há mais de duas décadas tramitando nas duas Casas. Se somarmos o período na Câmara e no Senado, veremos que há quase vinte anos tramita esse projeto desde a sua elaboração. Está tramitando na Câmara e no Senado e, a exemplo do Estatuto dos Povos Indígenas, não avança. Aprovamos até no Senado, mas está engavetado lá na Câmara dos Deputados.

Convidados para este debate: Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) – vou relacionar todos os convidados –; Deputada Rosinha Da Adefal, Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Antônio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade); Maximiliano Barbosa Fraga, servidor público do Ministério das Relações Exteriores; Santos Fagundes, Coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência; e Roberto Wanderley, Juiz Federal da 1ª Vara da Sessão Judiciária de Pernambuco.

Vou fazer uma introdução antes de montar a nossa Mesa. Enquanto isso, alguns dos convidados, que dependem de transporte, seja aéreo ou por terra, vão chegando.

Explico, para situar aqueles que estão ligando neste momento à TV Senado, a Rádio Senado ou outras emissoras da rede de comunicação do Senado da República, que a audiência pública de hoje da CDH tem a finalidade de debater o programa Viver sem Limite e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para apontar

caminhos para a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Traço aqui rapidamente um histórico do programa Viver sem Limite, elaborado pelo Governo Federal.

O Programa foi lançado em novembro do ano passado e faz referência ao direito das pessoas com deficiência. A iniciativa é louvável, inclusiva. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência abrange as áreas de educação, saúde, inclusão social e acessibilidade.

Estima-se que, até 2014, o Governo vá investir um total de R\$7,6 bilhões. Segundo a Casa Civil, o plano tem como objetivo promover a cidadania e o fortalecimento da participação da pessoa com deficiência na sociedade, promovendo sua autonomia, eliminando barreiras e permitindo o acesso e o usufruto em bases iguais aos bens e serviços disponíveis à população.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que, no Brasil, em 2010, cerca de 24% da população do Brasil possuíam alguma deficiência, um total de 45,6 milhões de pessoas.

No plano da educação, segundo a Casa Civil, o acesso às instituições escolares será facilitado. As escolas públicas e as instituições de ensino superior do Governo serão adaptadas às necessidades das pessoas com deficiência. Além de outras medidas, serão ofertadas 150 mil vagas em cursos profissionalizantes e tecnológicos. Um total de R\$1,8 bilhão será gasto para a educação.

Para a saúde, será destinado R\$1,4 bilhão; ações preventivas às deficiências serão ampliadas; deverá também ser aumentado o número de exames do Teste do Pezinho. Outras ações serão: o atendimento odontológico, a ampliação das redes de proteção e o acesso a órteses e próteses.

Para promover a inclusão social, serão criados centros de referência. O objetivo desses centros é apoiar pessoas com deficiência e extremamente pobres, abandonadas ou isoladas socialmente. Estima-se que serão gastos aproximadamente R\$72 milhões.

Em relação à acessibilidade, está previsto, conforme a Casa Civil, um investimento de R\$4 bilhões para o programa Minha Casa, Minha Vida 2. Todas as moradias que serão construídas poderão ser habitadas por pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, a casa vai ter estrutura para receber as pessoas com deficiência.

Vamos, no dia de hoje, ouvir do Secretário Nacional da Pessoa com Deficiência como está o andamento do plano.

Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dada a importância de que sejam adotadas políticas para as pessoas com deficiência, quero mais uma

vez ressaltar nossa insatisfação com a morosidade na Câmara para a aprovação da matéria. A pergunta que não quer calar, como muitos já disseram, é: por que a Câmara não aprova o Estatuto da Pessoa com Deficiência, se ele foi aprovado por unanimidade no Senado?

Aprovamos o Estatuto do Idoso, aprovamos o da Igualdade Racial, aprovamos a regulamentação da profissão de motorista, que foi um trabalho amplo também, de dezenas de artigos; aprovamos o Código Florestal aqui – infelizmente houve mudanças muito ruins na Câmara, mas foi aprovado e está de novo no Senado –, mas a Câmara não se debruça sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ele está lá, engavetado. A Câmara nem aprova, nem desaprova. Que aprovasse, alterasse, fizesse um substitutivo ou mandasse de volta, mas simplesmente engavetou.

Bom, se todos nós entendemos como importante a medida, se a sociedade entende que é importante, se a Convenção da Pessoa com Deficiência indica a necessidade de aprovarmos essa regulamentação, fica a questão. O problema é que, enquanto não aprovamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, diversas boas iniciativas ficam paradas porque a matéria, uma vez não votada, não pode ser implementada, e ela é fruto, inclusive, de cinco encontros regionais realizados no País pelas pessoas com deficiência.

Bom, vamos em frente, vamos trabalhar para ver se a Câmara avança. Está numa grande bola de neve, e as leis esporádicas acabam circulando. Questiona-se se devem ir para dentro do Estatuto ou não e, assim, a polêmica aumenta. Milhares de pessoas que mandam correspondência para o meu gabinete não entendem por que a Câmara não aprova o Estatuto.

O projeto é de 2000 – aqui no Senado –, com relatoria do Senador Flávio Arns, e ele se destina às diretrizes gerais, normas e critérios básicos para assegurar a inclusão da pessoa com deficiência.

Enfim, não vou ler tudo o que está aqui. São doze anos desde que o Estatuto foi apresentado, mas foram mais de seis anos – eu falava em quase vinte anos – de debate para apresentar o Estatuto. Hoje percebemos que persiste um descaso em relação à aprovação desse importante instrumento para a população deficiente.

Esperamos que, enfim, esta audiência pública contribua para alertar os Deputados que essa matéria não pode continuar engavetada eternamente. Eles têm que se posicionar. Se quiserem derrubá-lo, derrubem, mas digam para a sociedade que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovado por unanimidade no Senado, a Câmara derrubou, ou aprovou, ou alterou. O que não pode é dar uma de avestruz, enfiar a cabeça na areia e fazer de conta que nada está acontecendo, que a tempestade não está acontecendo. Ou seja, que não

existe um projeto como esse, amplamente debatido e discutido por toda a sociedade brasileira.

Bom, vamos começar chamando para a mesa os dois primeiros convidados. Convido o Sr. Moises Bauer, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (Conade) e convido também o Coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência, o Santos Fagundes, para que eles sejam os primeiros a fazer as suas exposições sobre o programa Viver sem Limite e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Peço que sente um de cada lado da Presidência. Os dois convidados são deficientes visuais – para quem está assistindo à TV Senado – e vão falar do tema. Mas, combinando aqui com eles e com a assessoria da Mesa, nós vamos iniciar a nossa audiência passando parte do vídeo Viver sem Limite.

O programa Inclusão tem como linha editorial a prestação de serviços de utilidade pública e, ainda, aproximar as duas Casas. O Inclusão estreou na TV Senado em outubro de 2004 e, ao longo desses anos, conquistou oito prêmios jornalísticos de caráter nacional e internacional. A direção deste que vamos apresentar é de Solange Calmon.

Repito: o programa Inclusão tem como linha editorial a prestação de serviços de utilidade pública e, ainda, aproximar o trabalho legislativo da realidade da população brasileira, ajudar na divulgação de iniciativas que resultem no bem-estar comum daqueles que vivem à margem da sociedade e fora do processo produtivo do País – esse é um dos principais objetivos do programa. O Inclusão, é importante repetir, estreou na TV Senado em outubro de 2004 e, ao longo desses anos, conquistou oito prêmios jornalísticos de caráter nacional e internacional. O programa Inclusão tem direção e apresentação de Solange Calmon; Senador José Sarney, Presidente do Senado; Fernando César Mesquita, Diretoria da Secretaria Especial de Comunicação Social; Leila Daher, Diretora da TV Senado.

Fiz questão de fazer essa introdução, antes de passar esse vídeo do programa Viver sem Limite, para deixar meus cumprimentos na TV Senado para todo o Brasil.

A TV de Senado, neste fim de semana, apresentou um programa em homenagem ao 13 de Maio, data da abolição não conclusa. A data coincidiu com o Dia das Mães, e todos nós falamos no Dia das Mães. Eu fiz discurso na tribuna, mas o 13 de Maio passou meio despercebido este ano. Quero cumprimentar a TV Senado por ter ontem apresentado um filme que conta a história do grande Abdias Nascimento – acho que em torno de uma hora e meia de duração.

Foi um belo filme, uma bela produção da TV Senado que ali homenageou o Abdias, negros e bran-

cos que lutam pela liberdade e pela justiça. Foi um documentário construído com documentos históricos, inclusive, com discursos do Abdias, que morreu com 97 anos. Foi um momento muito bonito. Eu assisti a todo ele ontem à noite. Eu tinha recebido já uma cópia, tive uma pequena participação – foi motivo de muito orgulho para mim terem me convidado para participar –, na qual, além da introdução que fiz, comentando a vida do Abdias... Vocês vão ver que estou com um papel no filme. É a poesia que eu fiz na homenagem que nós fizemos para o Abdias no Itamaraty. É uma poesia que escrevi, em homenagem a ele, e eu meio que li a poesia de minha autoria, contando um pouco da história do Abdias.

Cumprimento a TV Senado pelo brilhante trabalho. Cumprimento-a também por outro trabalho, do poeta gaúcho Oliveira Silveira. A TV Senado fez esse trabalho, e eu o recebi. Ele também já foi mostrado para todo o Brasil.

Então, eu diria que, em relação ao 13 de Maio, em matéria de meios de comunicação no dia de ontem, quem deu o toque foi a TV Senado. Portanto, meus cumprimentos. Eu falarei na tribuna hoje sobre o 13 de Maio, hoje à tarde aqui no Senado.

Vamos, então, ao documentário Inclusão, Viver sem Limite, da TV Senado.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como todos os nossos painelistas já chegaram, nós vamos agora interromper o filme nesse bloco, os painelistas falam, e, no encerramento, nós concluímos com o filme.

Já estão presentes Moisés Bauer, Presidente do Conade; Antônio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional do Conade; Maximiliano Barbosa Fraga, do Ministério das Relações Exteriores; Santos Fagundes, Coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência.

Então, neste momento, nós vamos passar a palavra ao Secretário Nacional do Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência, Sr. Antônio José.

Eu aviso aos nossos convidados que o tempo é de dez minutos com mais cinco. Nós teremos duas Mesas.

Registramos também a presença do Luciano, que é deficiente visual e que atua no meu gabinete.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Bom dia, senhoras e senhores! Bom dia, Senador Paulo Paim; Moisés Bauer, Presidente do Conade; Santos Fagundes, Coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência. Estendo também o meu bom-dia ao Maximiliano, nosso companheiro do Ministério das Relações Exteriores; quero saudar aqui a nossa plateia.

Quero registrar também aqui, Senador, que estou acompanhado de dois assessores: da Luiza Penido e do Elias Oliveira, que estão aqui nos acompanhando nesta audiência. Eles trabalham conosco na Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Trago aos senhores também um abraço da nossa Ministra Maria do Rosário, conterrânea do nosso Senador Paulo Paim. É uma pessoa que tem todo um envolvimento com a causa das pessoas com deficiência.

Bom, a audiência de hoje tem por tema debater um pouco acerca do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Plano Viver Sem Limite, e também do projeto de lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Venho falar um pouco sobre os dois temas.

O Brasil vem se apresentando como um País que tem legitimado, a cada dia, os direitos das pessoas com deficiência, os direitos humanos das pessoas com deficiência. Diferentemente de outros países, essa é uma política nacional que tem uma coordenação no âmbito da Presidência da República, para que possa justamente ter a condição de interagir com todos os ministérios, para que esses ministérios, que desenvolvem as políticas públicas, possam fazer constar nesse desenvolvimento o desenvolvimento dessa grandiosa população de 45 milhões de brasileiros e de brasileiras com algum tipo de deficiência, segundo o último censo do IBGE, de 2010.

Esse é um grande desafio. Nós conseguimos, nós, que fazemos parte do movimento das pessoas com deficiência, que, ao longo do tempo, fôssemos nos organizando, trabalhando junto com os nossos representantes aqui nesta Casa, na Câmara, no Poder Executivo, para que essa política fossem sendo desenhadas de modo que fossem atendendo aos principais anseios da população de pessoas com deficiência.

Eu considero que, de modo evolutivo, nós tivemos grandes avanços na Constituição. Já em 1993, nós dávamos ali um passo bastante significativo para garantir os direitos a todas as pessoas com deficiência, em situação mais profunda de vulnerabilidade, quando a gente garante ali o benefício da prestação continuada, benefício esse que, hoje, atende um milhão e novecentas mil pessoas com deficiência no Brasil. É um benefício não contributivo, que tem, de fato, melhorado a vida de muitas pessoas.

A gente vem trabalhando essa legislação com garantias de acessibilidade. Ainda há pouco, o vídeo mostrava várias legislações que passaram por esta Casa e que se tornaram realidade para as pessoas com deficiência no Brasil. Acho que a última década foi bastante rica em relação a esse marco regulatório, quando a gente faz valer a Lei nº 10.048, a nº 10.098, de 2000.

Já em 2004, num decreto importante, no Decreto nº 5.296, a gente traz um reconhecimento à Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial no Brasil também.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de fato, traz um novo olhar sobre a questão da pessoa com deficiência no Brasil. E o Brasil ratificou essa Convenção, inclusive, usufruindo, digamos assim, gozando dos benefícios da PEC que justamente garante que os tratados internacionais, a partir dali, passem a ter *status* de constituição, desde que fossem votados, em dois turnos, por 3/5 das duas Casas. E nós conseguimos aqui essa façanha.

O Senador Paulo Paim foi uma pessoa muito importante naquele momento e tanto outros Senadores e Deputados que compõem as duas Casas.

Nesse contexto, o Brasil se comprometeu a dar as respostas necessárias para melhorar a vida dessas pessoas. Agora, nós temos a oportunidade de conhecer o Plano Viver Sem Limite. Um Plano que nasceu do desejo da nossa Presidenta, pessoa imbuída, vocacionada, desejosa de melhorar a vida das pessoas com deficiência. E, a partir de julho do ano passado, ela coloca à mesa os seus ministérios para justamente pensar, desenvolver, junto com a sociedade civil, ações que pudessem melhorar a vida das pessoas com deficiência e que pudessem dar retorno, resposta a essas pessoas.

Aí a gente tem o Plano Viver Sem Limite, pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Esse Plano vem trazendo, já no seu lançamento, seis decretos, duas medidas provisórias, inclusive agora já se transformando em legislação definitiva. Esse Plano traz ações no âmbito da saúde, da assistência social, da educação, da tecnologia assistiva, da acessibilidade arquitetônica, das ações de mobilidade urbana, enfim, um Plano bastante rico.

Como o tempo é pouco, eu queria somente me deter àquilo que o Plano já vem trazendo como ações concretas.

A primeira coisa, Senador, que eu queria dizer é que, a partir do Plano Viver Sem Limite, o Brasil ganha a regulamentação, a instituição da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, uma rede nacional, no âmbito do SUS. Isso é algo bastante importante. Duas portarias, agora, do Ministério da Saúde, do último dia 24 e 25 de abril, trazem esse novo modelo, que estabelece, no âmbito do SUS, pela primeira vez, a organização do atendimento em rede para as pessoas com deficiência, desde a prevenção, desde o diagnóstico precoce até a reabilitação, até a habilitação da pessoa com deficiência na idade adulta, com a implantação e a requalificação de 45 centros especializados em reabilitação

em nosso País, que dotará todos os Estados, ao final, até 2014, de atendimento para as pessoas com deficiência auditiva, física, visual e intelectual em centros de referência. Os centros não estarão sozinhos, mas também, como falei, em uma rede de atendimento.

No âmbito da educação, a gente já terá, até o final deste mês, é o que está previsto, com a assinatura dos Municípios, a entrega de 609 ônibus, acessíveis, para que possam garantir a ida das crianças com deficiência à escola, para justamente superarmos ainda as dificuldades que temos de acessibilidade urbana. E esse conjunto de 609 veículos compõe justamente um quantitativo maior de 2000 veículos, que serão entregues até o final de 2014. Quarenta e cinco mil salas, mil escolas, quarenta e duas mil escolas acessíveis são também metas. Quarenta e cinco mil salas de recursos funcionais. Haverá novas salas e salas também requalificadas. Então, são diversas ações.

Eu queria me deter aqui e falar um pouco sobre o financiamento da Finep. É também uma coisa nova financiarmos o fomento de tecnologia assistiva no Brasil para pesquisa, já com edital de R\$20 milhões; recursos esses, inclusive, Senador, que foram insuficientes, pela quantidade de projetos encaminhados. Foram mais de 100 projetos encaminhados, 56 projetos classificados, e a gente já está propondo ao Ministro Raupp que possa ampliar esses recursos, para que, assim, possamos atender melhor as pessoas com deficiência.

Também não poderia deixar de destacar a linha de crédito do Banco do Brasil, o que também é uma inovação, quando a gente garante às pessoas com deficiência a oportunidade de ir ao banco, de conseguir um empréstimo com juros de 0,64% ao mês, 8% ao ano, o que dará a possibilidade de essa pessoa adquirir aquela tecnologia que muitas vezes é difícil, as pessoas têm dificuldade, e muitas vezes ainda não está na linha de dispensação do SUS, se bem que o SUS agora também vai estar dispensando cadeiras de rodas motorizadas. Mas as pessoas terão acesso às tecnologias mais caras, através do financiamento da linha de crédito do Banco do Brasil. Isso também é uma novidade, é uma ação importante.

Por fim, Senador, eu queria lhe dizer o seguinte: no Governo, nós estamos bastante interessados em contribuir para que o Estatuto da Pessoa com Deficiência também venha a ser uma medida, um marco regulatório de contribuição para a melhoria de vida das pessoas com deficiência, porque essa é a ideia do legislador, do Senador e de todas as pessoas que contribuíram.

A Ministra Maria do Rosário pediu para informar aos senhores que, amanhã, nós estaremos no *Diário Oficial*, com a publicação da portaria do grupo de

trabalho, que foi um acerto feito entre a Secretaria de Direitos Humanos e esta Casa, como também com a Câmara, com a representação do Senador Paulo Paim, do Senador Lindbergh, do Deputado Eduardo Barbosa, da Deputada Rosinha, sobretudo das pessoas que compõem, dos Parlamentares que compõem a Frente Parlamentar, convidando juristas renomados, experientes, com participação do Conade, da Secretaria, para que possamos nos debruçar sobre justamente as contribuições que o Conade já deu nos cinco encontros que fez, discutindo o Estatuto como também os apensos, as centenas de projetos que foram apensados ao longo desse tempo todo em que o Estatuto vem sendo discutido pela sociedade brasileira e também por esta Casa.

Acho que é uma contribuição importante para que esse documento, para que esse marco regulatório possa sair justamente dentro daquilo que é o desejo de todos nós, ou seja, que saia um documento, uma legislação regulamentando aquilo que falta regulamentar na convenção, regulamentando aquilo que falta regulamentar na legislação brasileira, para que as pessoas com deficiência ainda possam ter muito mais garantias dos seus direitos e ver justamente toda essa legislação saindo do papel e se tornando realidade em sua vida.

Então, é esse o nosso compromisso, é essa a nossa vontade. Estamos aqui para contribuir e para melhorar a vida desta nação de pessoas com deficiência no nosso País.

Um grande abraço.

Obrigado.

Parabéns pela audiência pública! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Secretário Nacional do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que anuncia aqui que a Ministra Maria do Rosário publica amanhã, no *Diário Oficial*, a comissão que vai, então, aprofundar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, visando à sua aprovação.

Bom, da primeira Mesa, teremos agora a palavra do Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência. Depois, falará ainda desta Mesa o Maximiliano Barbosa Fraga, Diplomata do Ministério das Relações Exteriores; e o Santos Fagundes, do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência.

Da segunda Mesa, falará o Dr. Roberto Wanderley, Juiz Federal da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco; falará também o Sr. Francisco José de Lima, Coordenador do Centro de Estudos Inclusivos da Universidade Federal de Pernambuco; e ainda a Deputada Rosinha Da Adefal.

Então, neste momento, eu passo a palavra para o Presidente do Conade, Moises Bauer.

O SR. MOISÉS BAUER – Muito obrigado, Senador.

Inicialmente, quero cumprimentar V. Exa., Senador Paulo Paim, que preside esta audiência pública e que é autor do requerimento, juntamente com outros Senadores, para a realização desta audiência.

Cumprimento o Secretário Antônio José, nosso Vice-Presidente no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; o companheiro Santos Fagundes, Coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência; bem como as demais autoridades presentes nesta audiência; senhoras e senhores que nos assistem também pela TV Senado neste momento.

Quero dizer que, para nós, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, é uma honra participar desta audiência pública, em que estamos debatendo dois assuntos de extrema importância para as pessoas com deficiência do nosso País. O primeiro deles, o Plano Nacional Viver sem Limite, publicado e lançado em novembro do ano passado. Estamos aí, então, com pouco mais de seis meses, completando sete meses nesta semana. Ainda é um Plano bastante jovem, mas que marcou, sem dúvida alguma, de forma muito positiva, o cenário político das pessoas com deficiência aqui, no Governo Federal, na esfera federal.

Por que marcou? Marcou porque nós percebemos, com muita satisfação, com muita alegria, uma intensa mobilização do Governo Federal em volta do tema da pessoa com deficiência, em que fica muito demarcada a sensibilidade da Presidenta Dilma com essa temática. É o empenho, a dedicação e também a sensibilidade dos demais Ministros, em especial das Ministras Maria do Rosário e Gleisi Hoffmann, que coordenaram e que coordenam essa ação de forma bastante intensa e atenta.

É importante fazer aqui alguns registros, porque nós vivemos, felizmente, no Estado democrático de direito, em que a democracia participativa frequentemente é invocada e pregada por todos. E tivemos o compromisso, desde o início, de que a sociedade civil ia participar ativamente da construção e do monitoramento do Plano Nacional Viver sem Limite.

Para os que não sabem, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência é um colegiado paritário, em que metade dos seus integrantes são representantes da sociedade civil organizada; e a outra metade, representantes dos diversos ministérios do Governo Federal. Ao total, somos 38 conselheiros.

Lá, por uma atribuição já indicada em 1999, pelo Decreto nº 3.298, nos seus arts. 10 e 11, temos a competência de aprovar todos os programas de governo

da Administração Direta e Indireta que dizem respeito às pessoas com deficiência.

Nesse sentido, nada mais natural de que o Conselho Nacional fosse um instrumento dessa interlocução e desse diálogo permanente entre sociedade civil e Governo. De fato, esse diálogo existiu. Talvez, não com a intensidade e com a profundidade devida, mas isso já uma percepção bastante subjetiva da minha parte, porque, efetivamente, muitas das ações publicadas e lançadas no Plano Nacional Viver sem Limite foram dadas ao conhecimento do Conselho Nacional, em reunião extraordinária, convocada especificamente para esse fim no mês de setembro do ano passado, mas havia naquela ocasião uma expectativa de que o Plano fosse lançado duas semanas após, inclusive marcando o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, que seria 21 de setembro, mas, por uma série de razões internas do Governo, esse Plano foi lançado efetivamente dois meses após, em novembro, no dia 17 de novembro.

Percebemos com alguma surpresa que algumas ações bastante significativas foram lançadas sem prévio conhecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o que nos deixa numa situação bastante desconfortável, porque fomos cobrados fortemente por alguns segmentos da sociedade por termos cancelado, referendado, aprovado ações que não atendiam adequadamente a determinados segmentos. Poderia e poderei, se for do interesse dos Srs. Senadores e dos demais integrantes, especificar um pouco mais esse ponto. Mas, dado o adiantado da hora e o tempo inicialmente a mim destinado, eu vou seguir fazendo avaliação do Plano Viver sem Limite, cujo monitoramento estamos em tempos de fazer, que foi outro compromisso que recebemos por parte da Ministra Maria do Rosário; da Ministra Gleisi Hoffmann; e do Secretário Antônio José, que está aqui conosco, no sentido de que o Conade faria ativamente um monitoramento das ações.

Infelizmente, até este momento, não tivemos a oportunidade de fazer uma avaliação profunda. A única oportunidade de algum monitoramento foi feita na última reunião ordinária do Conade, em abril, na qual, talvez por pouco mais de duas horas, recebemos um relatório verbal – e, após, encaminhado por escrito – sobre a situação em que se encontra o Plano.

Do que pudemos conhecer, percebemos com bastante contentamento ações concretas sendo executadas. Foi o caso do crédito, da acessibilidade pelo Banco do Brasil, embora cheguem ao nosso conhecimento algumas dificuldades também na implementação desse crédito, de alguns juros que não correspondem ao anunciado, de algumas dificuldades para se acessar

o crédito, de alguns itens que não são contemplados no crédito. Percebemos também, com bastante alegria, as medidas provisórias sendo publicadas agora como lei.

E, aqui, quero destacar também o importante trabalho tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal para propor emendas e aprovar essas medidas provisórias, tornando-as leis, e que esperamos sejam bastante eficazes – é o que nos parece – porque contribuem bastante, sem dúvida alguma, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Registramos aqui, nesta audiência pública, com bastante lástima, mais uma ação do Governo Federal que descumpra o Decreto nº 3.298 e que não submete à apreciação deste Conselho programas de governo que dizem respeito à pessoa com deficiência. Estou me referindo às portarias do Ministério da Saúde, anteriormente citadas pelo Secretário Antônio José, publicadas agora nos dias 24 e 25 de abril, que dizem respeito à reabilitação das pessoas com deficiência na área da saúde. Esses programas não foram discutidos previamente com o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência e também não foram discutidos previamente com profundidade no Conselho Nacional de Saúde, o que para nós é um prejuízo bastante grande, uma demonstração de que o diálogo com a sociedade civil nos ambientes, nos espaços adequados para uma democracia participativa não está correndo de forma adequada, na nossa concepção.

Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, esse é um tema em relação ao qual há muito temos trabalhado no âmbito do Conselho Nacional. Realizamos, como já foi mencionado aqui, nesta audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Moisés, mais cinco minutos.

O SR. MOISÉS BAUER – ... Cinco encontros regionais em 2009 para discutir mais uma vez com as bases a importância desse instrumento e, principalmente, a necessidade desse instrumento chamado estatuto ser aprovado à luz da convenção, porque o Senador Paulo Paim teve a importante iniciativa de provocar o Congresso Nacional para esse debate. Lá, em 2009, propõe efetivamente o projeto de lei. É todo construído, ao longo de seis anos, um debate interno na Câmara, depois no Senado e que agora volta para a Câmara, onde exaustivas foram as conversas, os diálogos com a sociedade como um todo, em especial com as pessoas com deficiência.

Esse texto encontra-se hoje na Câmara, já há seis anos, com uma redação que está com sua elaboração anterior a 2008. Logo, em 2008 nós recebemos o nosso ordenamento jurídico à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, que

traz algumas inovações importantíssimas para todos nós. Em especial, eu destacaria o conceito da pessoa com deficiência, que sai do conceito meramente clínico e vai para um conceito social, tendo como base a funcionalidade, a relação do sujeito com deficiência com o ambiente onde essa pessoa vive, e nós não temos hoje nenhuma regulamentação nesse sentido, seja em nível de portaria, decreto, muito menos em lei ordinária.

Temos também a necessidade de fazer um debate profundo e possíveis alterações na nossa legislação, no que diz respeito à capacidade legal das pessoas com deficiência. A Convenção traz, no seu art. 12, uma diretriz bastante significativa, e talvez sejam necessárias inclusive alterações no Código Civil brasileiro vigente.

Entendemos que, em razão dessas inovações que traz a Convenção e em razão do processo legislativo bastante adiantado, o instrumento do Estatuto da Pessoa com Deficiência é o mais adequado para nele fazermos as adequações, as alterações necessárias, principalmente a partir da entrada em vigor da Convenção. E que tenhamos aqui um instrumento efetivamente forte, que possa inclusive regulamentar a Convenção das Pessoas com Deficiência.

Esse é o entendimento do Conselho Nacional, tirado em reunião plenária em abril de 2011, que defende, sim, a necessidade de uma regulamentação da Convenção, um aperfeiçoamento do projeto de lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e é nesse sentido que temos trabalhado no âmbito do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência.

Recebo com alegria a notícia de que amanhã será publicada a portaria que constitui o grupo de trabalho, porque, em verdade, essa iniciativa do grupo de trabalho foi um trabalho bastante intenso do Conselho Nacional, juntamente com os Parlamentares, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, para que houvesse, então, uma revisão do texto ora apresentado pelo relator na Câmara dos Deputados, para que, então, tenhamos efetivamente a aprovação e a sanção do Estatuto da Pessoa com Deficiência, para que atenda efetivamente aos anseios da sociedade brasileira, em especial ao anseio das pessoas com deficiência.

Há necessidade de se ter um instrumento forte. Uma lei ordinária específica para a pessoa com deficiência me parece ser assunto totalmente superado. Muitas foram as manifestações, sejam nos cinco encontros regionais, sejam nas duas conferências nacionais que já realizamos sobre os direitos da pessoa com deficiência, seja em uma série de eventos, audiências públicas com manifestações importantíssimas de instituições como o próprio Ministério Público, que mostra a importância de se ter um instrumento forte, porque

o que percebemos hoje é que muitos dos nossos direitos estão assegurados, previstos em decretos, que são normas jurídicas com força inferior, e que podem ter, a qualquer momento, sua eficácia questionada nos diversos fóruns judiciais do nosso País.

Reitero, para encerrar minha manifestação, tendo o meu tempo já se esgotado, a importância de que esse grupo de trabalho seja efetivado o quanto antes, ou que, de imediato, ou em paralelo, a Câmara dos Deputados resolva essa dificuldade que encontramos, porque não é só o Estatuto da Pessoa com Deficiência que está parado. Todos os projetos de lei que envolvem o tema da pessoa com deficiência, apresentados no âmbito da Câmara, dos Deputados Federais, estão hoje represados, sendo apensados ao projeto de lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Isso traz um prejuízo muito grande à inovação, à modernização do nosso ordenamento jurídico referente às pessoas com deficiência.

Agradeço a atenção dos senhores e me coloco à disposição para eventuais debates e questionamentos. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (Conade), Sr. Moisés Bauer, que enfatiza a importância de avançarmos mais na legislação, fazendo o bom debate e culminando com a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Vamos passar a palavra agora ao Diplomata Maximiliano Barbosa Fraga, do Ministério das Relações Exteriores.

Dez minutos com mais cinco.

O SR. MAXIMILIANO BARBOSA FRAGA – Bom dia, Senador Paulo Paim; Secretário Antônio José; Sr. Moisés Bauer; e Sr. Santos Fagundes, além dos outros integrantes desta Mesa.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador pelo convite e enfatizar que eu estou aqui na minha capacidade absolutamente pessoal. Eu não falo em nome do Ministério das Relações Exteriores, apesar de que o que tirei daqui ter relação com o meu trabalho como diplomata, mas reitero que não falo em nome do Itamaraty, mas, sim, em meu nome próprio.

Como não falo aqui em nome de uma instituição governamental, eu me permito contar brevemente um pouco da minha história, porque isso me ajudará a contextualizar o ponto que querei ressaltar mais ao final da minha fala.

Quando eu ingressei no Itamaraty, o edital do concurso não contemplava a questão da reserva de vagas. Na verdade, até onde eu sei, eu sou o único diplomata brasileiro em cadeira de rodas, num grupo atualmente de cerca de 1.400 diplomatas, ou seja, é

um número muito reduzido. Não poderia ser mais reduzido do que é. Mas, como eu dizia, o edital não contemplava a questão das reservas, e parecia haver um certo desconhecimento sobre a questão do ingresso da pessoa com deficiência no serviço público em geral e na carreira diplomática em particular. De modo que, na época, eu tive que fazer consultas aos organizadores do concurso sobre a possibilidade de que eu, um cidadão, uma pessoa como deficiência, pudesse prestar o concurso.

Passada essa fase de indagações, prestei o concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, nas mesmíssimas condições, com o mesmo tempo de prova, realizando as provas nos mesmos locais e fui aprovado, independentemente da questão da reserva de vagas, por concurso público e ingressei na carreira diplomática. Hoje, vários anos depois, continuo sendo o único diplomata brasileiro em cadeira de rodas, até onde sei.

Bom, com o meu ingresso no Ministério, o Ministério foi se adaptando à existência de um servidor em cadeira de rodas. Existem outros servidores no Itamaraty com outros tipos de deficiência e existem servidoras em cadeira de rodas, que não são diplomatas. Mas o Itamaraty foi se adaptando. Para os que conhecem bem Brasília, um exemplo desse processo de adaptação é a rampa que se construiu na frente do Anexo II do Itamaraty. O chamado “bolo de noiva”, próximo do Congresso. Aquela rampa foi construída depois do meu ingresso, para facilitar o meu acesso ao edifício. E outras modificações foram feitas.

Quando eu fui para o exterior, servir no exterior, os postos em que eu servi, as embaixadas em que eu servi também tiveram que se adaptar. Isso foi feito de forma bastante razoável, na minha opinião, mostrando que o Ministério ia se adaptando a essa nova situação.

Dito isso, que tem muito a ver com minha história pessoal, eu gostaria agora de entrar num aspecto de caráter mais geral.

Eu entendo que a questão da reserva de vagas, inserida na Constituição de 1988, baseou-se, além dos esforços e do trabalho dos movimentos sociais, na percepção de que as pessoas com deficiência precisavam de algum tipo de ação afirmativa que, de alguma forma, equalizasse as oportunidades e permitisse que essas pessoas, a partir dessa equalização de oportunidades, tivessem condições de alcançar uma situação de maior igualdade também no mercado de trabalho, mais especificamente no serviço público. Hoje em dia, 24 anos depois da promulgação da Constituição de 1988, e já há havendo funcionários que ingressaram nas carreiras de Estado após a promulgação da Constituição de 1988, eu entendo e

vivencio isto: uma nova situação se coloca. Nova para mim. Talvez não tão nova para outros funcionários de carreiras públicas. Trata-se da questão da ascensão profissional. Na minha opinião, o mesmo princípio por trás do inciso VIII do art. 37 da Constituição, que trata das reservas de vagas, o mesmo princípio se aplica à questão da ascensão profissional, ou seja, no momento em que o funcionário, tendo ingressado no serviço público, vê-se em situação de ascensão profissional, as mesmas dificuldades que embasaram a questão da reserva de vagas, as mesmas dificuldades voltam a se apresentar. Ou seja, a necessidade de uma equalização de oportunidades não cessa com o ingresso no serviço público. Ela volta a se colocar a cada degrau da carreira, a cada etapa do processo de ascensão profissional nas carreiras que têm diversos degraus.

Digo isso e me remeto agora a dois outros instrumentos. Primeiro, ao Plano Viver sem Limite, que já foi aqui mencionado.

Quando do lançamento do Plano Viver sem Limite, a Senhora Presidenta falou em diferentes trechos do seu discurso sobre a necessidade de que a sociedade brasileira tivesse um novo olhar com relação às pessoas com deficiência, em particular com relação à sua inserção na sociedade e ao seu papel na sociedade. E falou também em diversas oportunidades do seu discurso sobre a necessidade de haver igualdade de oportunidades. Nesse sentido, eu lanço aqui uma reflexão – permito-me lançar uma reflexão –, como funcionário e cidadão com deficiência, que é a seguinte: no âmbito do Plano Viver sem Limite, seria possível, seria conveniente, seria adequado que o Governo Federal, por meio das ações lançadas no âmbito do Plano, também estimulasse políticas, diretrizes, nos diversos órgãos do Governo, mais especificamente do Governo Federal, em que eu trabalho, no sentido de se atentar para a situação do funcionário com deficiência e de se promover políticas afirmativas que levem em consideração as diferenças que esses funcionários apresentam e a necessidade de se equalizar as oportunidades no processo de ascensão profissional? Isso eu digo com relação ao Plano Viver sem Limite.

Com relação à Convenção, acho que a minha posição fica ainda mais bem embasada, porque a Convenção Internacional – e me parece que aí ela vai além do que dizem as diferentes peças legislativas brasileiras – diz, no art. 27, inciso e, que os Estados deverão adotar medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de promover oportunidades de emprego e ascensão profissional para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Então, parece-me, salvo melhor juízo, que a Convenção Internacional já trata, de forma mais específica, desse aspecto muito

específico, que é o aspecto da ascensão profissional das pessoas com deficiência.

E volto a destacar: não basta que as pessoas com deficiência ingressem no mercado de trabalho e no serviço público. É preciso também que haja ações voltadas e que atentem para a questão da ascensão profissional dessas pessoas, uma vez ingressadas no mercado de trabalho e no serviço público.

Agora, finalmente, eu gostaria de aludir à questão do Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Devo confessar que não conheço profundamente o Estatuto, mas entendo que se trata de uma compilação da legislação na área das pessoas com deficiência, que é bastante difusa no Brasil. E, nesse sentido, parece-me, como pessoa com deficiência, um esforço muito importante.

Eu me permito aqui apresentar uma sugestão na linha do que eu disse até agora, no sentido de que o Estatuto, na medida do possível, procure – e isto vai na linha do que meus antecessores da Mesa disseram – refletir sobre os avanços que a Convenção Internacional trouxe para o ordenamento brasileiro. E, mais especificamente, que procure refletir, na medida do possível, sobre o que diz o art. 27 da Convenção, que trata do trabalho e o que diz o inciso “e”, que trata da questão específica da promoção profissional das pessoas com deficiência, uma vez já inseridas no mercado de trabalho ou no serviço público.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Diplomata Maximiliano Barbosa Fraga, que, como disse, atua no Ministério das Relações Exteriores, mas não está falando em nome do Ministério. Ele fez uma bela palestra. Meus cumprimentos pelas sugestões que deixou aqui.

Neste momento, passamos a palavra ao Coordenador do Movimento Gaúcho da Pessoa com Deficiente, Santos Fagundes, dizendo que a 2ª Mesa agora está completa com a chegada da Deputada Rosinha Da Adefal. *(Palmas.)*

Com a palavra Santos Fagundes, pelo tempo de dez minutos com mais cinco.

O SR. SANTOS FAGUNDES – Primeiramente, quero saudar os componentes da Mesa, Senador Paulo Paim; meu amigo pessoal Antônio José, Secretário Nacional das Políticas de Pessoas com Deficiência; Maximiliano, o Diplomata; o meu amigo pessoal e gaúcho, o nosso Presidente do Conade, um legítimo representante dos movimentos sociais, o nosso companheiro Moisés, e também a cada um, a cada uma de vocês aqui presentes – agora chegou a nossa querida Deputada, que estava muito bonita no programa de te-

levisão e de rádio do partido dela e mais bonita ainda, Senador, porque ela estava ali defendendo com muita energia as políticas para as pessoas com deficiência.

Parabéns, Deputada, gostei muito da sua fala. *(Palmas.)*

Eu gostaria de resgatar a caminhada do Estatuto da Pessoa com Deficiência e começar pela fala do nosso companheiro Moisés – eu não assisti à do Secretário Antônio José, mas sempre acompanho as falas dele –, no sentido de que realmente o Estatuto é o instrumento que foi aprovado pelo Movimento das Pessoas com Deficiência, e ele vem sendo debatido desde 2000, quando o Senador era Deputado.

Na época, eu lembro bem do nosso Antônio José e do Moisés, do nosso saudoso Adilson Ventura, que era o Presidente do Conade, que esteve conosco naquelas reuniões. A proposta inicial era para que o Estatuto da Pessoa com Deficiência compilasse toda a legislação vigente no Brasil, porque havia a dificuldade de todos nós, pessoas com deficiência, acessar tudo o que já tinha sido construído por esse movimento. Então, o primeiro acordo político que existiu com o movimento, e o Senador Paulo Paim na época Deputado, foi de nós arregaçarmos as mangas e buscarmos, junto com o Congresso Nacional, todas as portarias, todos os decretos, todas as legislações e colocarmos em um documento só e, a partir dali, começarmos a aprimorar, tentarmos avançar ainda mais nas conquistas que esse segmento fez até então.

De lá para cá, o Movimento da Pessoa com Deficiência, junto com o Congresso Nacional e principalmente com o Senado, de 2003 a 2008, quando o Senador Paulo Paim veio para cá e trouxe o projeto de lei para cá, incorporou-se com mais porque teve também o apoio institucional do Senado para que acontecesse no Brasil vários encontros regionais e nacional, promovidos sempre pelo Conade. Esse era um pacto político dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, que, à época, era no nosso relator. Então, de lá para cá, para vocês terem uma ideia, e muitos já conhecem, foram realizados, de 2003 a 2008, gente, 1.168 encontros registrados. O Estatuto passou por todas as Assembleias Legislativas do Brasil. O Estatuto esteve dentro de todas as Câmaras de Vereadores das capitais, acompanhado pelo Senado. Em 2006, o Estatuto da Pessoa com Deficiência teve o apoio muito forte da Campanha da Fraternidade, que, para mim, foi o momento mais forte politicamente desse instrumento, foi quando a Campanha da Fraternidade, com o lema “Levanta-te e venha para o meio de nós”, junto com o Conade, com o Governo Federal, que então era a Izabel Maior, da Corde, ajudaram na realização

de centenas de encontros aí mais descentralizados e também por dentro das universidades.

Para mim, foi muito importante, porque a Campanha da Fraternidade levou para dentro, claro, da facção católica e depois foi para os luteranos e posteriormente para os evangélicos, enfim, todas as matrizes africanas e umbandas juntas, as indígenas. Foi um registro muito bonito, uma caminha muito bonita que esse instrumento teve com cheiro de aldeia, de índio, de quilombos e quilombolas, cheiro de organizações do Movimento da Pessoa com Deficiência, com força e energia do Movimento da Pessoa com Deficiência e por elas assim feito. Então, foi uma caminhada muito bonita.

O que nos desconforta é que, de 2008 a 2012, ele está na Câmara Federal e não sai dali. A gente percebe que a Deputada Federal Rosinha está fazendo todo o movimento, mas infelizmente, pelo menos eu noto, Deputada, lá na rua, a gente olha e vê que a senhora está quase que sozinha nessa peleia dura dentro da Câmara Federal, com o esforço muito grande, com o comprometimento muito grande que a senhora tem com esse segmento. Entretanto, não está havendo dos outros companheiros e companheiras Deputadas a mesma força que a nossa Deputada Federal Rosinha está tendo.

Eu entendo que o Estatuto da Pessoa com Deficiência será importantíssimo e imprescindível, Secretário Nacional Antônio José, para a implementação e a implantação do Plano Nacional Viver sem Limite. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, se nós não aprovarmos o Estatuto da Pessoa com Deficiência com muita rapidez até o Plano Nacional, ele poderá não ter o êxito que merece e que faz falta lá na ponta. Então, me deixa muito incomodado, junto com outras companheiras e companheiros de todo o Brasil – e aqui eu trago o Antônio Muniz, que foi o grande articulador dentro das duas conferências nacionais do debate do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Incomoda-nos muito o Plano Nacional Viver sem Limite com o número de recursos fantástico como nunca tivemos correr o risco de não ter um instrumento forte, legal, com força política lá na base para colocar em prática, realmente em prática, o Plano Nacional e essas políticas em todas as áreas de atuação do Estado brasileiro.

Não basta termos o Plano Viver sem Limite e a Convenção e não termos um instrumento que cobre, que fiscalize lá na ponta. É isso que está faltando para o sujeito, para a pessoa com deficiência. É que, lá na cidadezinha do interior, a gente tenha, como os idosos têm o Estatuto do Idoso, como agora a igualdade racial tem o Estatuto da Igualdade Racial. Como é belo, como é bonito a gente enxergar o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente sendo aplicado na

prática em todas as cidadezinhas do Brasil. É isso que o Estatuto da Pessoa com Deficiência irá fazer, conforme o Plano Nacional, que eu tenho certeza de que também é proposta, e o Secretário deve estar angustiado com isso, que a visibilidade está dada, que o Plano está pronto. Mas, lá, na ponta, nós vamos ter que ter, como tem o ECA, os conselhos, com recursos, com estrutura física e econômica, para podermos escolher, quem sabe, um dia, conselheiros, assim como são escolhidos os conselheiros tutelares. Para isso, gente, nós teremos que ter um instrumento do porte, da força de um Estatuto. Nós não podemos abrir mão desse instrumento, que não está sendo questionado pelo Movimento Nacional, visto que nós temos todo esse movimento do Senado, pessoas junto conosco, como a Deputada Rosinha, temos cinco encontros do Conade, duas conferências nacionais.

Fica para mim, Senador Paulo Paim, um desafio e também uma fala desafiadora para a Câmara Federal. Não é possível que outros projetos que entraram depois do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e são necessários, sejam aprovados antes. Não há motivo. Nós temos aí a Lei da Copa sendo aprovada, o Código Florestal. As pessoas não têm motivo de dizer: “Não, não há consenso com o Estatuto da Pessoa com Deficiência”. Bom, se não há consenso, eu até fico feliz, porque não pode haver consenso em tudo. Nós temos que aprimorar, chegar não ao ideal, mas ao necessário para a base poder botar em prática as suas demandas.

Portanto, o Estatuto da Pessoa com Deficiência tem que ser votado. Nós temos que fazer uma mobilização muito grande em prol dessa aprovação na Câmara e ir ao encontro da nossa Deputada Rosinha, que está firme lá. A gente percebe que o próprio Conselho Nacional – aqui está o nosso conselheiro, meu amigo pessoal, não faço uma crítica negativa, é uma crítica positiva –, o Conade, tem que estar junto com a Deputada Rosinha. Nós temos aqui o nosso Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nada mais nada menos do que o nosso companheiro de luta, o Antônio José. Eu acho que é preciso encostar essas duas estruturas junto com a Rosinha e aprovar, ainda neste semestre, esse instrumento, que será muito, muito importante para a base dos segmentos das pessoas com deficiência.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Santos Fagundes, Coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência.

Agora, nós vamos convidar aqui, peço que a assessoria ajude, para que a gente permita que esses companheiros retornem ao plenário, na primeira fila, e os outros, da segunda Mesa venham. Enquanto isso,

se puder já passar o filme, a segunda parte do filme, são dez minutinhos. Enquanto isso, nós montamos, e o filme vai passando.

(Procede-se à execução do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enquanto assistimos, o teu cão guia, Luciano, como é o nome? *(Pausa.)* Mirtes. E o teu? Muito bem, temos aqui dois cães guias belíssimos: um preto e um branco, que guiam nossos companheiros que participam desta audiência pública.

Estamos mudando a Mesa agora, e peço que se alguém puder auxiliar a Rosinha, para ela vir aqui para esta ponta, onde estava o outro companheiro, que saiu neste momento...

(Continua a apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao programa Inclusão, da TV Senado. *(Palmas.)*

Vamos de imediato, devido ao nosso tempo, passar a palavra, iniciando esta Mesa, à nossa Deputada Federal Rosinha Da Adefal, que é Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por dez minutos com mais cinco.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (PTB – AL) – Bom dia a todos, bom dia a todas! Saúdo os presentes nas pessoas dos meus companheiros do Movimento Social da Pessoa com Deficiência, o Juiz Federal de Pernambuco, Dr. Roberto Wanderley, o Diploma Maximiliano Fraga e o Professor da Universidade Federal de Pernambuco Dr. Francisco Lima.

Saúdo o Senado Federal na pessoa do Senador Paim e agradeço, desde já, o convite para estar aqui hoje. Peço desculpas pelo atraso, mas a gente que está nessa luta incansável e permanente pela acessibilidade sempre encontra alguns obstáculos no transporte aéreo, a demora para sair, pegar a mala, enfim, peço desculpas pelo atraso. Mas vinha, no carro, já ouvindo a fala do Moisés.

Moisés, acompanhei a sua fala quase toda. Quando entrei no carro, a gente já ficou sintonizado.

Saúdo a sociedade civil que aqui também se faz presente na pessoa de Moisés Bauer, Presidente do Conade, e do Santos Fagundes, Coordenador do Movimento Gaúcho da Pessoa com Deficiência.

Saúdo, por fim, o Governo Federal, na pessoa do Exmo. Sr. Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, posso dizer já, meu amigo Antônio José; amigo de longas datas lá das nossas mobilizações pelo Nordeste afora.

É com satisfação que inicio esta semana de trabalho tratando de temas tão significativo para a pessoa

com deficiência, como a verificação dos progressos do Plano Viver Sem Limite e também sobre o Projeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Plano Viver sem Limite tem especial significado para nós, pessoas com deficiência. Senador, sinto um orgulho tão grande quando digo “para nós, pessoas com deficiência”! Sinto-me fazendo parte de todo esse processo de mudança que estamos conseguindo, mesmo que lentamente, promover em nosso País. Nunca ocorreu tamanho aporte de recursos para a promoção da inclusão e da acessibilidade e também nunca tantos ministérios se envolveram, ao mesmo tempo, para a realização desses que também são direitos fundamentais para a pessoa humana.

Fui conselheira do Conade desde o início da sua criação, quando ele foi transformado de Conselho Consultivo da Corde para Conselho Deliberativo, com mais autonomia e independência e com a participação já paritária de vários ministérios e da sociedade civil. A gente sempre viu, mesmo dentro do Conade, essa falta de comunicação, de pensar não pelos conselheiros, mas pela cúpula maior dos ministérios de não trabalhar o tema dessa forma interdisciplinar. Agora, com esse Plano eu vejo que vários ministérios estão sentando, discutindo e tirando também todas essas ideias que já foram colocadas no papel. Esse é um avanço muito positivo que o plano traz para a gente.

Sem acessibilidade, as pessoas com deficiência não alcançam os demais direitos fundamentais postos a todos, como educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, entre outros. É de minha autoria, inclusive, o projeto de emenda à Constituição que sugere a inclusão da acessibilidade como direito fundamental a ser inserido em seu art. 6º.

Antes de começar a minha fala, quando estava passando o vídeo, eu estava conversando com o Dr. Francisco e me lembrando de um evento que fui, realizado pela Organização Mundial de Saúde, sobre os fatores determinantes da saúde. E aí vocês vejam: um órgão das Nações Unidas organizando, no Brasil, um evento sobre os fatores determinantes da saúde em que não tinha nenhuma, eu lhe asseguro, nenhuma acessibilidade, nem física nem de comunicação, e o que é mais triste, nem de atitude, porque, no primeiro dia, quando houve a palestra magna, inicial, a grande reunião, a gente não tinha acesso porque era no Forte de Copacabana, lá no Rio, eles montaram uma estrutura pomposa, glamourosa, mas sem nenhuma condições nem de acesso ao plenário e sequer de permitir que eu fosse ao banheiro. Então, a gente subiu carregada, foi uma confusão. Mas, graças a Deus, acho que é importante a gente se fazer presente, estar, às vezes, sendo constrangidas e, na maioria das

vezes, constringendo para que a gente consiga modificar essa realidade.

Imaginem que, se a Organização Mundial de Saúde trata dos fatores determinantes de saúde e não leva em conta a acessibilidade, que direito à saúde eu vou ter se eu não consigo sequer chegar à discussão? Que saúde, que educação, que trabalho, que transporte eu vou ter se eu não tenho acessibilidade? Com certeza, para nós, acessibilidade é, sim, um direito fundamental.

Fico feliz com a postura do Governo da Presidenta Dilma. Como pessoa com deficiência, sinto que muito mais as minhas necessidades estão sendo priorizadas, o que muito me alegra e estimula. Declaro aqui que a Presidenta Dilma realmente tem colocado um sentimento diferente, uma atitude diferente para todos os temas sociais e especificamente no que estamos discutindo hoje, que são os direitos da pessoa com deficiência.

Nossos dons, habilidades e aptidões não se perdem com a falta de um sentido, de um órgão ou de uma função. Exemplos concretos disso são os casos de colegas dos movimentos aqui presentes: um juiz federal, um diplomata, um professor doutor da universidade. Posso falar ainda de Moisés, posso falar de Santos Fagundes; todas as suas habilidades, seus dons e aptidões, desde que respeitados os nossos direitos e promovida a igualdade de oportunidades, são muito mais aparentes e visíveis do que as nossas limitações e as nossas deficiências. Todos com deficiências somos extremamente eficientes e competentes nas profissões que abraçamos.

Entre outras missões do Plano Viver sem Limites, a de resgatar as pessoas com deficiência das situações de pobreza extrema é uma das mais importantes. Na realização dessa missão, com certeza, daremos oportunidades a outros brasileiros com deficiências capazes e habilidosos, mas que hoje se encontram invisíveis em suas próprias casas, que, sem acessibilidade, se transformam em um ambiente de clausura.

Juntamente com o Deputado Eduardo Barbosa, também já consegui a aprovação de um requerimento para a realização de uma audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, com teor semelhante a esta que estamos realizando. A audiência será realizada no mês de julho, e o objetivo também é verificar os avanços em prol das pessoas com deficiência alcançados pelas ações do Plano. Nós estamos pensando em dar um formato diferente, Senador, e em trazer alguns ministérios para aqui colocar em que, da meta inicial, desde o lançamento do Plano, em novembro, cada um dos ministérios já conseguiu avançar e o que é preciso de nós, Legislativo, da sociedade para que isso se concretize de uma forma até mais rápida.

Faço questão de acompanhar atentamente as etapas desse Plano, razão pela qual compareço a esta audiência. Eu quero, inclusive, aproveitar a presença de Antônio José e fazer uma sugestão, uma crítica construtiva com relação ao plano. Como eu já falei, já teci os elogios, mas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a ROSINHA DA ADEFAL (PTB – AL) – Vou tentar ser mais breve.

O que eu percebo é que, mesmo com os esforços, que eu já tenho acompanhado, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, especificamente da Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência, quando os conselhos se reuniram, quando algumas organizações da sociedade civil, dos Estados também já foram convidados e já tiveram, por parte do Governo, a explanação de como é o Plano, o público-alvo, os Municípios, as pessoas que estão lá na ponta ainda não sabem, na realidade, para que esse plano veio, de que forma eles vão ter acesso e coisas assim que, para a gente que tem acesso à informação, é simples, como o acesso ao crédito para comprar tecnologias assistivas, para ele ainda é uma coisa tão inatingível!

Então, a gente precisa, dentro das metas, colocar recursos, deixar, dentro do planejamento – não sei se isso já existe, porque também não vi nenhuma apresentação do plano, só as que aconteceram no início quando ele foi lançado pela Dilma e depois pelo próprio Antônio José, na Câmara, quando nós fizemos uma audiência pública sobre ele no intuito inclusive de divulgá-lo –, mas eu acho que é preciso gastar recursos com divulgação, com informação, porque a ponta ainda não tem acesso a isso. O público-alvo, que são as pessoas que estão lá em extrema pobreza, na miséria, que precisam muito mais do que nós desses recursos, desse programa, desse projeto ainda não estão sabendo realmente do que se trata.

Quanto ao Estatuto, Senador, é uma questão que desafia os nossos mandatos de Parlamentares que tenham reconhecido o envolvimento com a defesa da pessoa com deficiência e para a qual precisamos encontrar uma solução que contemple o máximo possível as pessoas, os grupos que se interessam. Esse projeto de lei é extremamente complexo e aí, como Santos Fagundes muito bem colocou, para a gente hoje, ele está – como é que eu posso dizer? – sendo um impedimento até. Como é que a gente fala lá? Trancando a pauta. São mais de 260 projetos de lei que, bastam ter as palavras “acessibilidade”, “pessoa com deficiência”, “pessoa com necessidade especial”, “inclusão social”, a consultoria não está mais nem lendo. Alguns, com tamanho esforço, com a justificativa de que seria mais

do necessidade, a gente está conseguindo desapensar, ainda estamos em... Mas dos mais de 260 são poucos os que a gente consegue trazer à tramitação normal.

Eu vejo também, Santos Fagundes, falando diretamente a você, que tocou mais especificamente nesse assunto, e fazendo até uma fala do Moisés, que eu acompanhava no carro, que muitas MPs que o Executivo está trazendo para que a gente aprove aqui no Congresso são temas que estão sendo abordados desde o passado dentro do Estatuto. A ideia de o Estatuto trazer principalmente depois da Convenção, porque essa é uma necessidade real hoje...

Quando o Estatuto foi pensado, idealizado, era uma realidade, hoje temos outra, inclusive uma nova realidade jurídica e constitucional que a gente precisa fazer uma atualização, precisa fazer toda uma adequação a essa nova ordem constitucional, que é a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Este é o momento.

O Estatuto, eu vejo, e aí, Senador, estou aqui de público dizendo que fui uma das que, no início, junto com alguns ativistas da sociedade civil, mobilizei-me para que ele não acontecesse. Quando houve todo o processo de aprovação da Convenção, eu fui uma das que participei de algumas conversas, inclusive com o senhor, quando representava a Onedef, a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, para que a gente parasse a tramitação até que a Convenção fosse aprovada. Agora nós precisamos do Estatuto para que essa Convenção se torne prática, aplicável, para que aquela pessoa lá no Município, assim como ainda não tem conhecimento do que é o plano e não sabe chegar a coisas simples, como o próprio financiamento, ela tenha ideia do que é a convenção na prática.

O que é isto: mudar o conceito de deficiência? Desculpem-me o termo pejorativo, mas aleijado é aleijado e acabou-se. Que história é essa de que não é mais a questão médica para ser a questão social a ser analisada? Que é o meio que vai me deixar mais deficiente ou não? Tudo isso precisa chegar ao Município, precisa chegar aos interiores do nosso País, que não é nem um pouco pequeno e é muito difícil de fazer isso. Eu vejo que o Estatuto é o instrumento que pode fazer essa realidade mudar? É tornar a nossa Convenção, que não é a melhor, não é a perfeita, porque, como todo texto jurídico, ano que vem, ela vai estar precisando de adequação, porque uma sociedade evolui todos os dias e todas as horas, mas hoje é o que mais traz avanços com relação à garantia de direitos...

Então, a gente pode utilizar, deve utilizar, esse momento em que o Estatuto está já para ser incluído em pauta para resolver o problema de trancar a pauta, e a gente ter outros projetos de lei que vêm exatamente

te para que a gente possa acompanhar a evolução da sociedade, e trazer essa Convenção a uma forma mais prática. Tem gente que diz que essa é uma forma de a gente regulamentar a Convenção. Eu não quero nem entrar nessa discussão jurídica: se precisa ou não de regulamentação. Eu quero falar de um termo prático, de um termo mais simples. Eu preciso trazer a Convenção para o dia a dia do povo, dos juristas que pouco conhecem e pouco usam— está aqui o Dr. Roberto, que pode depois dar a opinião dele. Mas esta é a minha visão —, os juristas têm a Convenção como aquele livro que fica no último escaninho da prateleira deles, como são a maioria dos tratados internacionais. Então, a gente precisa realmente fazer uma mobilização.

Eu fico muito feliz com o anúncio feito pelo Antônio José de que a Secretaria Nacional vai instituir esse grupo de trabalho, foi uma das conversas nossas, desde o início do mandato, com o Conade, com a Secretaria, com o Congresso, através da Frente, junto com o Senado e a Câmara, para que a gente pudesse trabalhar em conjunto, estudando o que foi discutido nos encontros, o que foi discutido nas duas conferências, estudando todo esse texto do Estatuto, que precisa ser adequado à nova realidade, constitucionalmente falando, à nova realidade do dia a dia com esse novo Plano e trazer isso à tona. O Legislativo tem essa prerrogativa e está com essa missão, vamos dizer. Não é a Rosinha, nem a Frente. Está no Legislativo Federal, está na Câmara. Mas que bom se a gente puder trabalhar também em conjunto com o Executivo e principalmente com a sociedade civil.

Eu vejo, Senador, que essa mobilização de alguns que se colocam de uma forma negativa ao Estatuto, na verdade, pelo menos o pleito que eu recebo da maioria, Santos Fagundes, é por querer participar dessa nova construção. Eu acho que isso a gente tem como fazer tanto ao grupo de trabalho que está sendo instituído agora na Secretaria de Direitos Humanos, na Secretaria da Pessoa com Deficiência como através da movimentação que já estamos começando a fazer no Legislativo, na Câmara Federal, através da Frente. Esse é um compromisso que eu assumo de que esse processo vai acontecer de uma forma participativa. Agora, o que eu preciso colocar é que a gente não tem mais como retardar isso, até porque, juridicamente, não tem mais como arquivar. O processo legislativo não permite o arquivamento na fase em que ele está, ele vai ter que andar. Não tem mais volta. Então, a gente precisa se debruçar e é preciso que a sociedade brasileira, que o Executivo e o Legislativo se unam para que a gente realmente mude a realidade.

Eu já extrapolei o meu tempo, vou tentar aqui, tenho um discurso pré-elaborado, mas é o que me

orienta, deixe ver se faltou alguma coisa. Eu acho que não. Eu vou realmente terminar por aqui. Coloco-me à disposição dos aqui presentes, dos que estão nos assistindo, nos ouvindo em todo o Brasil e me colocando à disposição tanto como Frente Parlamentar como Deputada, independente de ter ou não deficiência, como cidadã, para que a gente realmente consiga mudar essa realidade. A gente precisa estar unido, o Executivo tem esse plano maravilhoso e a gente precisa fazer, todos unidos, com que ele dê certo. A gente precisa inclusive fazer com que ele dê certo também através do Legislativo, porque a gente precisa de garantias através das leis. A gente não precisa só que o Executivo fique legislando por nós, porque a gente tem as MPs que já estão sendo transformadas em leis, que já poderiam ser textos do próprios Estatuto, porque eu sei que muitas delas constam da intenção inicial do Estatuto.

Muito obrigada, Senador. Muito obrigada a todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos à Deputada Federal Rosinha Da Adefal, que dá um depoimento que, para mim... Eu não poderia falar, mas você pode. Infelizmente, acontece muito isto nesta Casa: iniciativas de Parlamentares não são aprovadas, e depois, ou aparece uma cópia encaminhada por algum Parlamentar, ou vem uma medida provisória. Não estou falando que é esse ou aquele governo. Isso é ao longo da história do Parlamento. Estou aqui há quase 30 anos. O Estatuto não deixa aprovar, mas você vai ver inúmeras iniciativas. São artigos que estão dentro do Estatuto, que poderiam ser lei, vêm como medida provisória, é iniciado todo um debate, para um dia chegar a algum lugar.

Você fala também que temos que avançar. O Santos foi feliz quando disse que não há consenso. Consenso absoluto não existe em lugar nenhum do mundo, que eu saiba.

E eu vou dar um exemplo do Estatuto da Igualdade Racial. Uma parte do Movimento Negro entendia que não podia aprovar porque cota não entrou. Mas a outra parte, maior, que inclusive me convenceu, porque eu também achava que deveria haver as cotas, disse: “Paim, vamos deixar aprovar até onde nós chegamos, e a gente continua a briga das cotas”.

E eles tinham razão. O Estatuto da Igualdade Racial é lei, o Presidente Lula o sancionou. Agora, o Supremo decidiu que as cotas são constitucionais, e a CCJ, aqui no Senado, vai aprovar as cotas.

Então, foi correta a tática da maioria do movimento, quando uma parte minoritária contestou, mas a parte majoritária assim entendeu, e eu me submeti.

E foi baseado no Estatuto da Igualdade Racial, que garantiu as ações afirmativas, que o Supremo, então, garante esse direito, hoje, às cotas.

Portanto, meus cumprimentos.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) –

Se o senhor me permite fazer um complemento de raciocínio – eu já falei isto em público, por isso me sinto à vontade –, até para explicar mais um pouco sobre isso.

Fui vereadora em Maceió, capital do Estado de Alagoas e, no meio do meu mandato, fui eleita Deputada Federal. Conhecia muito pouco do meu Estado, até sair candidata a Deputada Federal. Vejam que, dos 102 Municípios que o meu Estado tem, eu consegui efetivamente visitar, passar um dia, conhecer alguns problemas apenas de pouco mais de trinta. Não sei se pouco mais ou quase trinta. Então, é muito pouco para um Estado pequeno, com apenas 102 Municípios, até porque eu não tinha estrutura de campanha que me permitisse mais do que isso.

Na maioria desses lugares, muito poucas informações chegam, porque, no interior do Estado de Alagoas, algumas cidades já são mais desenvolvidas, mas a grande maioria, não, infelizmente. As informações não chegam lá como chegam a nós. E o pessoal já sabia do Estatuto do Idoso. Muitos vinham com o Estatuto, dizendo assim: “A gente não vai ter, não? Cadê o Estatuto?” É como se o idoso precisasse daquilo para se sentir pessoa, para ser cidadão. E olhe que nós temos um País avançado na legislação. Eu não quero nem contar quantas leis, porque a gente já se perdeu nessa contagem.

Estou repetindo falas de algumas palestras que já ouvi, mas, se não me engano, somos o quinto em legislação avançada. Estamos ensinando até os Estados Unidos. Mas, e na prática? Como é essa realidade? Então, fui muito cobrada. Sem querer discordar ou concordar, mais uma vez, e sem querer ser polêmica, e já sendo: “O Estatuto tutela, O Estatuto não, o Estatuto devia ser consolidação...”

Gente, o mais importante é que a gente tem o nosso direito não só assegurado em lei, mas que ele seja uma realidade do dia a dia. Eu acho que esse tem que ser o principal, tanto da convenção como do Estatuto.

Mais uma vez, digo que fui convencida, ao longo desses últimos anos, de que era o melhor caminho, principalmente depois da convenção, tornar a convenção uma prática. Fui uma das que se mobilizaram para vir aqui dizer: “Enquanto não se discute o Estatuto, Senador, vamos parar, vamos aguardar...”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A convenção.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Aliás, enquanto não conseguimos a ratificação pelo

Brasil. E a gente foi tão mais à frente que outros países que conseguimos o *status* de constituição para um tratado internacional.

Então, acho a gente precisa avançar mais ainda, mas sair do campo da teoria e ir para a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns!

Passo a palavra, neste momento, ao Juiz Federal da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, Dr. Roberto Wanderley Nogueira, para a sua exposição.

O SR. ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA – Honrado com o convite para participar desta audiência pública.

Desejo agradecer, penhoradamente, ao Senador Paulo Paim, em cuja pessoa homenageio todos os presentes, especialmente os colegas que me acompanham na Mesa, Deputada Rosinha, também pioneira na causa inclusiva, e o Prof. Francisco Lima, Coordenador do Centro de Estudos Inclusivos da Universidade Federal de Pernambuco, que também é um dos luminares do nosso País nessa causa.

Ao mesmo tempo, homenageando todos os presentes, faço uma homenagem especial a um quarto da população brasileira que tem algum traço de deficiência e para os quais estamos aqui, tratando dessas ideias, em torno das quais as melhores soluções devem ser cogitadas e consolidadas em favor de um país que valha para todos, realmente.

A teoria da inclusão implica comprometimento atitudinal do cidadão, todo ele, sem exceção, das instituições públicas e privadas do Estado. Sentimento constitucional inclusivo é parte substancial da cidadania democrática e participativa. Isso parece evidente. Implicar-se com o outro não é mais somente uma expressão meramente filantrópica, mas uma atitude afirmativa que corresponde à vida social contemporânea de igualdade e de justiça para todos.

Para um País que pretende superar dificuldades históricas ligadas às desigualdades sociais, convém que se estabeleça, o quanto antes, as bases para uma teoria inclusiva consistente e eficaz, a partir não somente da legislação como também e principalmente da sua efetividade. Isso implica comunicação adequada entre as instâncias de Governo e a sociedade e também em relação a cada cidadão, que deve compreender a dinâmica dos seus direitos e de como reivindicá-los, em particular e sem exclusão de ninguém.

Trago a esta audiência pública alguns aspectos da minha experiência, com as quais espero contribuir para a construção das políticas e normas afirmativas que vão ao encontro da necessidade histórica de que nos ocupamos aqui.

Essa é uma referência que eu faço em função de uma observação participante, não somente como magistrado, há três décadas, mas também como professor universitário. Eu conduzo uma disciplina que denominamos disciplina embrionária, no programa de mestrado em Direito da Universidade Católica de Pernambuco, a que denominamos Direito Inclusivo e Cidadania, cujo propósito é formar massa crítica no sentido da expansão dos conhecimentos aplicados, que são necessariamente interdisciplinares, em favor dessas causas inclusivas tão comumente reclamadas nos que discorrem, mas tão insuficientemente efetivadas.

Sobre isso, os tribunais brasileiros, que são, por índole, refratários a esse pioneirismo, dado o conservadorismo, geralmente corporativo, que povoa a vida institucional do Poder Judiciário, aqui e em toda parte, ressentem-se da falta de pessoal judicial suficientemente qualificado para o exercício realmente sensível dessa teoria da inclusão, notadamente no que trata dos direitos e da promoção das pessoas com deficiência.

Para os senhores terem uma ideia, foi necessária a instituição do Conselho Nacional de Justiça, depois de décadas de República, anos a fio de República, para que se recomendassem, Recomendação nº 27, regras sobre acessibilidade em relação aos tribunais. A visão dessa recomendação tem sido limitada às rotas de acessibilidade. E nada além disso. Os juízes, as varas, os tribunais não dispõem, normalmente, de pessoal qualificado para atuar a linguagem de Libras. Não temos profissional para isso. Não se abriram concursos para esse fim. Só temos um único juiz cego no Brasil e, mesmo assim, em função da sensibilidade do Presidente Lula, que indicou o Juiz Ricardo, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, que vem fazendo um trabalho elogiadíssimo, fazendo cair por terra, na prática, os preconceitos que, em torno dessa ascendência, constroem-se e edificam perifericamente em relação a esse objetivo.

As dificuldades ou as incapacidades que se nos atribuem como pessoas deficientes, quaisquer que sejam os traços de deficiência, são muito mais criações ideológicas preconcebidas do que o resultado da expressão real, viva de cada um de nós mesmos.

Então, uma expressão muito comum que eu aprendi com o Prof. Francisco Lima é: para o arregimentamento de políticas públicas relacionadas a esse fim, nada de nós sem nós. O que significa dizer que a participação de pessoas com deficiência nesses processos não é apenas uma necessidade, mas uma absoluta indispensabilidade, com o perdão da redundância. Nós precisamos ser ouvidos, em quaisquer que sejam os campos dessa atuação.

Outra experiência chata que trago ao conhecimento desta audiência reflete um ruído de comunicação entre órgãos do próprio Estado, que eu vinha comentando com o ilustre Senador Paulo Paim antes de começar esta fala, e, com sua mercê, vou fazer a referência a ela.

O art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, que foi o produto de um trabalho também pioneiro do Senador Paulo Paim, com a proposta da PEC paralela, introduziu no País a possibilidade da aposentadoria especial das pessoas com deficiência, justamente nesse dispositivo. Até hoje, o Congresso Nacional não regulamentou a matéria, o que não parece uma novidade. Não é uma exclusividade da questão inclusiva a dificuldade em processar rapidamente as matérias de interesse social.

Muito bem, essa não é a questão essencial. A questão essencial é que, talvez, pela própria experiência pessoal minha, eu fui o primeiro autor a impetrar um mandado de injunção na Suprema Corte, que levou o número 1967; Relator, Ministro Celso de Mello, cuja decisão original foi uma ode afirmativa em direção aos postulados dessa construção. O Ministro Celso de Mello fez um trabalho brilhantíssimo, isento de qualquer censura e, monocraticamente, decidiu favoravelmente pela concessão da aposentadoria especial ao impetrante, no caso, a mim mesmo.

Por uma alternativa pessoal, um direito pessoal, eu postulei à autoridade administrativa do Tribunal ao qual eu me vinculo o abono de permanência. E eis que, para a minha surpresa, a Administração Pública indeferiu o argumento, a decisão injuncional, e limitou ainda mais a mora legislativa reconhecida pela Suprema Corte.

Ao mesmo tempo, o Advogado-Geral da União, que é órgão de primeiro escalão do Governo Federal, que nos vem brindar, agora, com uma política muito avançada, com destaque de recursos orçamentários bastantes significativos, os quais devemos todos honrar, simplesmente recorre dessa decisão, com argumentos já deliberados por delegação do Plenário do Supremo, sendo que o Supremo, decidindo em plenário, rejeita o recurso de agravo regimental da AGU. Não conformado, o Advogado-Geral da União embarga de declaração, com os mesmos fundamentos, para não ver efetivado o mandado de injunção concedido pela Suprema Corte. Passado o prazo desse recurso, no último segundo, eles propõem um novo embargo de declaração, caracterizando o esforço protelatório do Advogado-Geral da União em relação a um direito constitucional das pessoas com deficiência, que é a suprema contradição do Governo em relação a ele próprio.

Nós não podemos admitir uma coisa dessas, por maior que seja a boa vontade da AGU. Replicar três vezes o mesmo recurso, até a exaustão, não sei até quando, é uma coisa incoerente. Parece-me que é preciso ressaltar a necessidade de uma integração sistêmica, orgânica, fisiológica, no bom sentido, entre os organismos de Estado em relação a essa pauta, a essa agenda.

Quanto ao Estatuto das Pessoas com Deficiência, aqui faço questão de homenagear, mais uma vez, ilustre Senador, a sua sensibilidade inclusiva, que é um marco do nosso Congresso. Realmente, é uma expressão da qual nós temos muito orgulho. Digo isso com toda sinceridade. Não sou homem de fazer elogios gratuitos, mas o seu trabalho é, de fato, um trabalho elogioso e, sobretudo, pioneiro em nosso País.

O Estatuto que V. Exa. concebeu com muita maestria é também uma expressão pioneira da exclusão e visa exatamente a concentrar, a compilar, nas palavras do diplomata Maximiliano, essas normas difusas, e a difusão dessas normas é compreensível em função da interdisciplinaridade dessas matérias. É como a legislação de saúde, que é regulada por portarias, instruções. Não pode ser diferente porque a matéria empírica é dinâmica. Ela evolui muito mais rapidamente do que a estática do ordenamento jurídico. É natural isso.

Então, esse esforço de estabelecer um eixo normativo central, concentrado, para evitar o escape, para evitar o diversionismo nessa área, para evitar a ineficácia dessas normas é uma atitude afirmativa dele, Senador, como ativista parlamentar, que merece todo elogio.

Mas o Estatuto, justamente porque pioneiro, tem pelo menos oito anos de antecipação em relação à Convenção de Nova York, que trata dos mesmos assuntos, estabelece a contemporaneidade desses padrões universais, que devem ser, naturalmente, incorporados nesse Estatuto.

Esse *gap* entre a efetividade do Estatuto e a necessidade atual e premente de se efetivar a legislação já existente... Aliás, a Convenção de Nova York foi incorporada, conforme o Secretário-Geral do Conamp esclareceu com muita propriedade, na nossa ordem constitucional como norma constitucional, na condição de emenda constitucional. E, como se trata de norma de direitos humanos, são cláusulas pétreas, de modo que elas não são possíveis de serem flexibilizadas ou relativizadas. Só que as pessoas não compreendem o alcance de toda essa legislação, que são, naturalmente, cláusulas pétreas.

A ideia que gostaria de sugerir para reduzir esse *gap* entre a efetividade do Estatuto e a necessidade de se garantir a efetividade atual e premente das normas de direito inclusivo, em relação aos direitos das

peessoas com deficiência, é estabelecimento de uma cartilha que possa compendiar essa legislação e facilita a apreensão desses conceitos e normas por parte da cidadania em geral.

Agradeço a oportunidade que o Senador Paulo Paim e a Deputada Rosinha me concedem.

A todos, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Cumprimento o Juiz Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, Dr. Roberto Wanderley Nogueira, pela sua exposição.

Se me permitem – e vão me permitir –, só uma frase, e vou passar agora pra o Dr. Francisco José: há estatuto para tudo; só não pode para o deficiente. Estatuto das cidades, para tudo que se imaginar há estatuto. É um grande salto de qualidade, eu diria, botar numa única legislação todo o complexo jurídico de um tema tão importante, de portarias e decretos.

Só vou dar um exemplo para vocês. O Presidente Lula baixou um decreto importantíssimo sobre a questão Quilombola, que nós tínhamos colocado dentro do Estatuto, mas os conservadores do Congresso não aceitaram, naquele momento, que estivesse lá dentro. O que é que o Juiz Relator do Supremo está dizendo? “Não. Se a questão Quilombola estivesse num projeto de lei, eu não contestaria, mas, como está num decreto, estou dizendo que ele é inconstitucional”. Só para dar um exemplo.

Nós temos tantas portarias, tantos decretos que estão contemplados no Estatuto! Eu digo: são vinte anos de debates do Estatuto. Antes de apresentá-lo, passou por um longo debate. O Ministério Público, juízes do trabalho, enfim, todos ajudaram na formulação. Depois, apresentamos. Só de tramitação, deve estar com doze anos.

Parece-me que há um movimento que não sei o que é. Parece que circula, digamos, quase como um fantasma, que não o deixa andar, inclusive trancando a pauta, para que outros projetos, que poderiam ser aprovados, não sejam aprovados. Parece que há um movimento contra as pessoas com deficiência que está meio no submundo. Ele não aparece.

O SR. ROBERTO VANDERLEY NOGUEIRA – A mão invisível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mão invisível. Exatamente. Por isso que o senhor é Juiz, e eu sou Senador. Eu procurava a palavra e não achava. É a mão invisível; a mão invisível que mantém o Estatuto lá. Tudo pode, menos aprovar o Estatuto. É uma coisa estranha! Mas vem lá de cima. Ele sabe qual é a intenção de cada um.

Vamos passar a palavra para o Dr. Francisco José de Lima, Coordenador do Centro de Estudos Inclusivos da Universidade Federal de Pernambuco.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DE LIMA – Bom dia!

Eu gostaria de cumprimentar o Senado brasileiro na pessoa do Exmo. Senador Paulo Paim; a Deputada Rosinha Da Adefal; o Poder Judiciário, na pessoa do Dr. Roberto Wanderley; todos aqui presentes e, em particular, as pessoas com deficiência que nos assistem também pela TV Senado.

É importante para mim o fato de estarmos aqui, nesta audiência, porque nós percebemos o quanto o Brasil tem caminhado, na medida em que nós, como cidadãos brasileiros, passamos a ser ouvidos e vistos; os amigos com surdez, as pessoas surdas, as pessoas com deficiência visual, sejam elas cegas, sejam elas com baixa visão, as pessoas chamadas monoculares, as pessoas com deficiência intelectual, as pessoas com síndrome de Down, com autismo, as pessoas com deficiência física.

Aqui, na mesa, nós temos dois representantes, cuja área da deficiência envolve a deficiência física, o Dr. Roberto Wanderley, a Deputada Rosinha; a deficiência sensorial, aqui representada por mim próprio, este senhor grisalho de poucos cabelos; o Senador Paim é oriundo também de uma dessas classes de vulnerabilidade, da pessoa negra, ele que está à minha esquerda e à direita do público que nos assiste; e a Deputada Rosinha, loiríssima, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela não gostou muito de dizer que está à direita.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DE LIMA – Não tem problema. A minha direita e à esquerda do público espectador.

Isso implica dizer que o plano que nós também comentamos aqui é um plano cujo nome, cuja origem me remete a trazer as seguintes reflexões.

Em 1983, um jovem com deficiência visual terminava o então ensino médio e prestava o vestibular. Passando, não tinha condições de pagar os estudos. Por uma dessas coincidências, descobriu que havia a Emenda Constitucional nº 12, de autoria do pernambucano Marco Maciel, e que dizia da gratuidade do ensino às pessoas com deficiência também no nível superior, dispositivo legal que as pessoas não conheciam, e eu também não. Perfeito.

E foi esse desconhecimento que me levou a descobrir, pleiteado em juízo, que também aquele operador do Direito, aquele representante da Justiça não só não conhecia como, ao passar a ter conhecimento, não sabia entender o que estava querendo o legislador.

Passaram-se, então, oito anos até que aquele jovem pudesse entrar numa universidade pública, dar

início à sua vida nesse nível de educação superior e chegar ao doutoramento numa das maiores universidades do Brasil.

Não foi por outra razão que deixamos o Brasil, por sentirmos que não estávamos sendo respeitados na dignidade de pessoa humana, aquela mesma prevista em 1981, quando do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, em que se registrou o lema “Nada de nós ou nada sobre nós sem nós”.

Tivemos, então, a oportunidade de ir para outro país, no caso, os Estados Unidos. Lá, ouvimos de um representante do Legislativo americano, ao falar, naquela época dos trinta milhões de americanos abaixo do nível de pobreza, a seguinte expressão: “Um dia isso será mudado, quando ela chegar lá”. Obviamente ele estava falando de uma presidente, de uma mulher, naquele país.

E eu pensei, então, na condição de jovem, que isso era verdade para o Brasil. E foi com grata surpresa – e, para mim, foi uma surpresa – ver que a Presidenta Dilma foi eleita e, no ano passado, brindou-nos com o Plano Viver sem Limite. Viver sem limite implica, pois, ter o direito à vida sem o limite de se atirar, por razão de deficiência. Viver sem limite implica nascer vivo e ter as condições para viver com qualidade. Viver sem limite significa viver com a dignidade da educação, da cultura, do lazer. Viver sem limite significa viver sem o limite imposto por inacessibilidades comunicacionais, como a ausência de Libras nos eventos públicos, nos dispositivos constitucionais.

Mais cedo, eu perguntava para a Dr^a Rita se ela sabia da existência da Constituição brasileira em Língua Brasileira de Sinais, do texto da convenção em Libras, em Língua Brasileira de Sinais. Eu não tenho. E tenho certeza de que muitos dos meus colegas com deficiência auditiva, falantes de Libras, tendo em vista que nem todos falam Libras, gostariam de ter acesso a esse direito informativo.

Viver sem limite implica viver sem o limite da ausência de informação nos livros didáticos, em que as imagens lá contidas não têm audiodescrição. Viver sem limite implica viver no plano laboral com as condições que permitem a igualdade de oportunidades.

Anteriormente, o Exmo. Diplomata Maximiliano apresentou uma perspectiva bastante importante. Embora tenha falado da posição pessoal, ao nosso entender e ao nosso conhecimento, ela reflete a condição de todas as pessoas com deficiência, hoje servidores públicos, funcionários, nas diversas áreas.

Sim, conseguimos, com esforço enorme, a aprovação das cotas. Muita gente resiste a elas. As que resistem resistem porque antes tinham 99% das cotas e, hoje, aquelas pessoas reclamam porque só têm

95%, ficando para as pessoas com deficiência visual 1%, 2%, 4% dessas cotas.

Viver sem limite implica não só ter acesso ao trabalho, mas ascender nele. Viver sem limite implica ter acesso às condições de recursos econômicos, mas recursos assistivos também.

Então, esse plano, em que pese ser audacioso para o Brasil, ainda é tímido para a necessidade das pessoas com deficiência.

Mas foi ela, uma mulher, que, com a parceria de outros, obviamente também dos homens, gerou um documento que muda a atitude brasileira. E aí nós, que começamos a estudar as barreiras atitudinais na década de 90, que anos antes de a convenção ser aprovada ensinávamos, inclusive na pós-graduação, a disciplina de barreiras atitudinais, dizemos: a deficiência não está na existência de uma perda sensorial ou de uma falta sensorial de um órgão, de uma função. A deficiência – e aí vou citar um dos maiores audiodescritores hoje existentes, Joel Snyder – está nas atitudes. As atitudes sociais é que limitam, impedem, incapacitam pessoas que, tendo alguma deficiência, são pessoas, cidadãos brasileiros dignos, mas que não têm sido respeitados na sua dignidade. Conhecedores, mas que têm sido negados no seu conhecimento. Cidadãos, mas que têm sido negados na sua cidadania.

Ao término da minha fala, eu gostaria de deixar apenas uma mensagem. Há necessidade de um compêndio legal em que as pessoas possam descobrir os seus direitos, e não ficar no limbo da ignorância. Um compêndio legal em que se possa estudar os direitos da pessoa com deficiência, e não ficar na ignorância da existência dessas pessoas e dos direitos que a elas são devidos. Um compêndio em que se possa fazer cumprir o Texto Legal, porque ele não será ignorado. É mais do que tardio.

Se, há dez anos, quando nasceu aquela criança com deficiência, esse compêndio já estivesse aprovado, nós não estaríamos fazendo a tentativa de uma orientação em prol da Convenção. Ele seria o reflexo daquilo que viria a orientar a própria Convenção.

O Brasil foi pedra fundamental no capítulo de educação da Convenção. No entanto, todos os dias eu recebo informações de que às crianças são negados os direitos de educar-se, de entrar na escola, por conta da deficiência.

Não podemos esperar mais dois anos. Uma criança que hoje tem dez anos, dois anos implicará 20% da sua vida.

Sejamos rápidos na aprovação, mas aproveamos aquilo que efetivamente foi ganho ao ser aprovada a Convenção, que significa mais do que dez anos que o

Estatuto tem. Significa toda uma história de luta contra a exclusão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Dr. Francisco José de Lima, Coordenador do Centro de Estudos Inclusivos da Universidade Federal de Pernambuco, pela sua exposição.

O Senador Cristovam Buarque já está conosco. É um dos Senadores mais presentes nesta Comissão e tem sempre demonstrado – permita-me que eu diga isto, Senador Cristovam – o seu compromisso com as questões sociais. E eu arremato dizendo: principalmente com os que são discriminados.

Seja bem-vindo, Senador Cristovam. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Paulo Paim, não pude chegar antes por outras atividades, inclusive por receber um candidato a vereador que se especializou no problema da Previdência. Tive que conversar com ele e o trouxe para apresentá-lo ao senhor, porque o senhor é o símbolo disso, ele mesmo disse.

Mas não podia deixar de vir aqui para dar o meu recado. O meu recado no sentido de que, para mim, fazer política é corrigir as deficiências que alguns têm em relação a outros. Fazer política é equilibrar as oportunidades daqueles que têm oportunidades diferenciadas. Fazer política é corrigir dificuldades que as pessoas – o País, o Estado, a cidade – enfrentam.

Todos os dias, nós aprovamos aqui projetos – e o Governo faz decretos – para corrigir dificuldades. Coloca dinheiro em bancos, quando os bancos estão em dificuldade; dá isenção fiscal às indústrias, quando as indústrias estão com dificuldades; constrói pontes, quando o setor econômico precisa de ponte para transportar sua mercadoria; constrói portos, hidrelétricas.

Para o setor econômico, o Estado, os governos sempre estão atentos para corrigir os desequilíbrios, as dificuldades. Mas, muitas vezes, não nos lembramos das dificuldades mais próximas que nós temos, que são as dificuldades de pessoas que têm qualidades imensas, de um lado, mas não têm qualidades que muitas vezes a própria natureza não deu, de outro.

Por isso, fazer política é corrigir o desequilíbrio daqueles que não veem, fazendo com que aqueles possam ter acesso aos instrumentos necessários para compensar essa dificuldade, seja ensinando o Braille, seja educando-os de forma especial.

Fazer política é ajudar aqueles que não andam por deficiências que têm decorrentes de um ou outro fato, inclusive muitas vezes de acidentes provocados pela omissão dos próprios governos, seja a omissão no

caso da violência, que termina paralisando tantas pessoas por causa de bala, seja por acidentes de trânsito.

Temos que fazer com que a vida dessas pessoas possa se aproximar da vida das pessoas que podem caminhar. Às vezes, simples medidas arquitetônicas resolvem isso. Às vezes um tratamento médico cuidadoso pode resolver isso. Às vezes, a disponibilidade dos instrumentos para que possam se locomover.

Nós temos que fazer o mesmo com aqueles que não ouvem, dando-lhes os instrumentos necessários para compensar essa deficiência. Às vezes um simples aparelho compensa, da mesma maneira que às vezes uns óculos podem compensar o problema da visão. Além disso, dar as condições para que eles possam falar e ouvir por meio de Libras e outras linguagens, pois não é apenas Libras que existe.

Nós precisamos cuidar daqueles que têm dificuldades por causa de doenças crônicas, que, muitas vezes, é uma deficiência que a gente não vê. Há pessoas que precisam ficar fazendo hemodiálise, e isso torna a sua vida difícil e até arriscada.

Mas eu quero incluir também, apesar de ser outro tipo de dificuldade, outro tipo de deficiência que eles portam, o fato de que temos no Brasil catorze milhões de analfabetos. E, no mundo de hoje, não saber ler, é uma forma de não enxergar. Quem não sabe ler não vê aquilo que o letreiro indica. Não vê o anúncio de emprego. Não vê um cartaz dizendo: “Cuidado! Cachorro bravo na frente”. Não vê – e daí tantos acidentes nas construções civis – um aviso dizendo: “Não passe daqui porque é perigoso”. É uma forma também. E, para esses, não é a questão de uma cadeira, não é a questão de um aparelho. É uma questão de educação, a mais tradicional possível. Mas, quando a gente tem que educar um adulto já de certa idade, que não sabe ler, o esforço que ele faz é tão grande, é quase que o de uma pessoa que tem outras formas de deficiência.

Por isso, sempre tento incluir o analfabetismo como uma questão de direito humano. Não é uma questão de educação, mas de direitos humanos.

O Senador Paim sabe que eu defendo que os programas de erradicação do analfabetismo não deveriam ser cuidados pelo Ministério da Educação, mas pelo Ministério dos Direitos Humanos. É completamente diferente o compromisso de um Ministro da Educação com a alfabetização de adultos e de um Ministro dos Direitos Humanos com a alfabetização de adultos. O primeiro quer educar as crianças para que não fiquem analfabetas depois, e isso é o passo fundamental, mas não consegue dar a importância devida a um programa de erradicação do analfabetismo. No dia em que tratarmos o analfabetismo como a gente trata a tortu-

ra, porque o analfabeto está sendo torturado todos os dias, nós vamos começar a resolver esse problema.

Por isso, Senador Paim, eu vim aqui.

Quero também parabenizar a Presidenta Dilma pelo esforço que ela está fazendo. As pessoas acham que essa é uma forma equivocada de dizer, mas eu acho que, de fato, como disse o próprio Francisco José de Lima, foi preciso uma mulher para ter sensibilidade suficiente para fazer isso. É que a lógica feminina tem uma urgência maior de resolver os problemas. A lógica nossa, masculina, é lenta, passa tudo pela renda, passa tudo pelo emprego. A lógica feminina passa pela comida, que tem que ter naquela noite em casa, de qualquer maneira; passa pela roupa, que tem que ter a criança naquele dia. Foi preciso, então, ter alguém com a lógica feminina, embora a lógica feminina não seja privilégio das mulheres. Há homens que têm lógica feminina na hora de tomar decisões, e há mulheres que têm lógica masculina também na hora de tomar decisões. Mas foi preciso uma Presidenta para que déssemos esse salto que estamos dando agora.

O nosso papel de governante é equilibrar as deficiências ou, melhor dito, equilibrar as desigualdades de todos os tipos. Esse é o nosso papel. Um governante que equilibra o acesso de cada pessoa aos seus direitos resolveu os problemas. E não basta a gente equilibrar as oportunidades das empresas. As empresas brasileiras sobreviveram, protegidas contra a concorrência internacional, mas não nos lembramos de proteger um cadeirante das dificuldades que têm com aqueles que andam.

Então, nesse sentido, esta sua audiência, como todas as segundas-feiras aqui sempre são, traz para toda a população que vai assistir a esta sessão, a preocupação.

A nossa obrigação é equilibrar as oportunidades. Oportunidades iguais. Depois, pode até haver desigualdade, mas não por falta de oportunidade. Igualemos as oportunidades e deixemos que cada um use seu talento, sua persistência, sua vocação, para subir ou não na escada social. Mas todos partindo de um mesmo patamar. E esse patamar exige garantir que os que não veem possam ter acesso ao mundo por outros meios que não seja a visão; os que não andam terem acesso por outros meios que não sejam apenas as pernas; os que não falam terem acesso de comunicação por outros meios; os que têm doenças endêmicas terem o tratamento correto, devido, permanentemente, porque doença crônica a gente não cura ainda, embora vá curar em breve; e também aqueles que não sabem ler poderem aprender a ler na idade certa; e os que não conseguiram isso na época, que agora, através

de um esforço nacional, consigam também enxergar, traduzindo aquilo que está escrito.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço, como brasileiro, a reunião de hoje que o senhor está levando para todo o Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Eu já me acostumei a dizer tanto a palavra que vou repetir: brilhante como sempre. Ponto.

O Senador Cristovam tem uma capacidade de articulação muito grande e acaba nos prestigiando sempre com uma fala na maioria das reuniões desta Comissão.

Há um senhor que está no plenário. O Charles. O Charles Jatobá, deficiente visual, disse que queria ter a oportunidade de falar, nem que... Está me ouvindo, Charles?

O SR. CHARLES JATOBÁ – Estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você mandou um recado para a Mesa de que queria falar. Então, você tem cinco minutos, Charles, para expressar também o teu ponto de vista. Depois, vamos dar cinco minutos também para cada um dos convidados, para nós irmos para o encerramento da nossa audiência pública.

Charles, com a palavra.

Não estava no painel, mas, como pediu, é meu convidado.

Está autorizado, Charles.

O SR. CHARLES JATOBÁ – O.k.. Obrigado pela autorização.

Srs. Senadores, Sra. Deputada Rosinha, demais autoridades, Juiz Federal, todos que, neste momento, prestigiam esta audiência pública, eu preciso fazer algumas considerações que reputo importantes para o nosso movimento de pessoas com deficiência.

Primeiro, quero começar falando das boas notícias. Segundo o Secretário, algumas ações na área da saúde, na questão da prevenção, serão tomadas para se fazer a prevenção desde a gestação. Isso é muito importante.

Eu preciso voltar atrás para dizer o seguinte: em 1981, no Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, a nossa população era de apenas 10% de pessoas com deficiência. Hoje, em 2012, passaram cerca de 31 anos, a nossa população saltou dos 10% para 24%. Mas, como, se a tecnologia avançou, se os conhecimentos médicos avançaram? O que aconteceu para que, em vez de diminuir, aumentasse a quantidade de pessoas com deficiência?

Essa consideração o Plano Viver sem Limite tem que fazer, porque uma das causas é que as pessoas com deficiência, devido à deficiência, não podem

tomar remédio, esses remédios contraceptivos, e as mães não querem ter filhos com deficiência. Então, se o Ministério da Saúde não fizer uma mudança no seu planejamento que permita que todas as mães e todos os pais que têm filho, que têm a possibilidade de ter filho com deficiência genética tenham prioridade no atendimento para aqueles que desejarem fazer laqueadura, vasectomia, isso vai aumentar cada vez mais.

Aí você pode falar: “Charles, mas como você vai falar um negócio desses? Isso é eugenia”. Não é, não; é direito. As mães não querem ter. Existem casos de cinco, seis, sete, oito, até doze pessoas, numa família que eu conheço, cegas. Numa mesma família. E, quando o médico não se apieda dessa mãe, a quantidade de pessoas com deficiência vai aumentando.

Então, fiquei muito feliz em saber que a Presidente já está se preocupando em fazer a política de prevenção.

Agora, eu quero falar uma coisa ainda do Plano Viver sem Limite: para comprar, para ter acesso ao crédito, os deficientes comprem primeiro e, com a nota fiscal, vão ao banco tentar o financiamento. O que é isso?! Um contrassenso.

Outra coisa que eu queria comentar é que a gente viu, no filme, a mãe pedindo a quem pudesse ajudar para doar uma cadeira de rodas, a ajudar a comprar. Há três formas de ela conseguir isso: uma é indo à Justiça, mas, quando ela ganha, o Governo recorre, para ela não comprar a cadeira de rodas; outra é quando o povo se apieda, se junta e dá uma cadeira de rodas; e a outra forma de ela conseguir essa cadeira de rodas é através de um empréstimo no Banco do Brasil.

Gente, espera aí! Isso é o fim! Como se vai viver sem limite, se você não consegue o básico, que é uma cadeira de rodas, para ter o conforto adequado?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CHARLES JATOBÁ – Para terminar, quero falar sobre o Estatuto.

Deputada Rosinha, o Estatuto está lá na Câmara, mas ele não foi aprovado, e vou dizer o porquê. Nós, deficientes, ainda temos medo. Sabe por quê? Esse Estatuto – eu já o li várias vezes – é uma colcha de retalhos da Lei nº 7.853, da Constituição Federal, de decretos, de leis e, agora, da Convenção. E a gente começa a perguntar se a gente realmente precisa de um Estatuto. Se precisa, ele tem que mudar.

Quero só terminar dando um exemplo. Lei do Passe Livre. Por que o idoso tem o passe livre? Porque o Estatuto garante que onde, no território nacional, houver um idoso, ele tem direito. A gente não conseguiu aprovar isso ainda, nem colocar dentro do Estatuto. Então, a gente precisa de afirmações práticas.

Um exemplo: no seu Estado, para que um deficiente tenha o passe livre – vou falar do Rio de Janeiro, que eu conheço mais, que tem 92 Municípios –, se cada Município aprovar seu passe livre, o deficiente precisa de 92 passes livres municipais, o passe livre estadual, o passe livre federal e mais passe livre para trem e metrô. Então, ele vai andar com a bolsa só de passes livres. E é uma luta, é uma humilhação para a gente conseguir um passe livre.

Então, a gente precisa de um Estatuto que garanta políticas efetivas e de inclusão de fato, porque, se não, Deputada Rosinha, Senador Paim e demais Senadores que estiverem presentes, o Estatuto não vai valer de nada, e nós estamos com medo que o Estatuto seja aprovado sem garantias efetivas, sem conquistas efetivas.

Um grande abraço e obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Charles. Gostei!

Parabéns para o Charles, que fez considerações, em nível de Executivo, em nível de Legislativo e que demonstra que ele quer o Estatuto, mas com garantias reais, direitos conquistados. É por isso que ele é fruto de tantos debates, Charles.

Meus cumprimentos pela tua fala. Pode saber que eu quero o mesmo que você, Charles. Eu quero o Estatuto aprovado com direitos reais para todos, e por isso brigamos tanto e estamos há vinte anos nesse debate do Estatuto, porque, se é para aprovar o Estatuto só por aprovar, ninguém é a favor. Nós queremos garantir, na linha que você coloca, direitos para todos, porque leis esparsas existem centenas, mas não garantem direitos. Lá na ponta continua o problema igual. Nossa intenção é essa que você aponta muito bem. Vamos aprovar o Estatuto? Vamos, mas reunindo de fato o que há de melhor na legislação nacional e internacional e que signifique avanço para as pessoas com deficiência.

Vou dar um exemplo que eu recebi aqui agora do Senador Cyro Miranda. Ele diz o seguinte: “Paim, lembre a eles que a Lei nº 9.334, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o atendimento na educação especial, nós aprovamos no Senado, e está parada na Câmara, nessa linha que falou aqui a Deputada. Trancaram a pauta, e a Lei não é aprovada, embora aprovada por unanimidade aqui, no Senado”.

O Senador Cyro Miranda foi o autor e, casualmente, eu fui o Relator aqui, na CDH.

Agora, nós vamos, então, depois da fala do nosso amigo Charles Jatobá, que deu uma bela contribuição, que falou tanto do Viver sem Limite quanto do Estatuto, vamos às considerações finais dos nossos convidados.

Eu vou voltar primeiro à Mesa e vou passar a palavra, então, neste momento, por cinco minutos para as considerações finais, ao Moisés Bauer.

Moisés, tem aí, do teu lado, um microfone.

O SR. MOISÉS BAUER – Bem, para encaminhar, então, esta fala final, Senador, eu gostaria de destacar aqui, primeiramente, algo da fala do Maximiliano Barbosa, esse ilustre diplomata, pessoa com deficiência.

Quando ele ressalta que a reserva de mercado, a exigência de cotas no mercado de trabalho, prevista no art. 37, inciso VIII, da Constituição, não é apenas para o ingresso no mercado de trabalho, mas também pensando na carreira profissional, nas ascensões que são possíveis dentro de um cargo ou emprego público, isso é bem verdade.

E eu gostaria de aqui registrar e lembrar que toda teoria de ações afirmativas que temos, hoje, aplicada no Brasil, seja para as pessoas com deficiência, seja para outros segmentos, nasce nos Estados Unidos em razão da discriminação que sofriam as pessoas negras naquele país.

Um dos casos que mais ilustraram, que consolidou o conceito de ação afirmativa, assim definido na Suprema Corte norte-americana, era justamente a situação de pessoas negras que não conseguiam ascender dentro das empresas. Constatou-se que muitos negros não ocupavam cargos de chefia em relação a outras pessoas brancas. Verificou-se essa desproporcionalidade, constatando-se, aí sim, uma discriminação, e por isso a necessidade de uma ação afirmativa, para que aquelas pessoas tivessem também ascensão profissional.

Essa é a gênese da ação afirmativa estudada no nosso ordenamento jurídico, aplicada. Sem dúvida alguma, temos que buscar meios, e, quem sabe – aqui já faço um *link* –, no próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência, que possam melhor regulamentar essas questões, porque, em âmbito de concursos públicos e até mesmo em empresas privadas – muitos trabalham em empresas privadas –, penso que temos muitas lacunas no ordenamento jurídico não respondidas. Uma delas é esta, a questão da ascensão profissional, entre outras tantas que eu citaria aqui, como ordem de nomeação dos aprovados, entre outras situações que temos ainda a ser mais bem definidas em lei.

Quanto ao que traz de colaboração a Deputada Rosinha Da Adefal, eu quero colocar, Deputada, à disposição da senhora, como Parlamentar que está bastante atuante lá na Câmara dos Deputados nesse tema, entre outros tantos da pessoa com deficiência, o apoio institucional, político do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para que, juntos –

isso já temos feito, mas ressaltamos aqui essa parceria –, possamos encontrar alternativas talvez mais céleres.

O que pensamos hoje, o que penso eu, particularmente, é que, após quase um ano de acordo verbal, não foi formalizado um grupo de trabalho. Temos aqui a notícia de que, possivelmente, amanhã, essa portaria será publicada, mas temos que definir estratégia paralela no interior da Câmara dos Deputados, porque, afinal de contas, é lá que tramita o Estatuto da Pessoa com Deficiência hoje, o Projeto de Lei da Pessoa com Deficiência e é lá que se encontra uma série de projetos de lei trancando a nossa pauta. É necessária uma mobilização muito grande da sociedade civil.

Registro aqui também que há muitas representações, muitos militantes, muitos ativistas da sociedade civil que não integram o Conade e que querem colaborar com essa pauta. Nós temos realmente que unir esforços e buscar, se não o consenso propriamente dito, o melhor entendimento possível, envolvendo aqui as pessoas com deficiência, a sociedade como um todo, o Governo, o Legislativo, para que, realmente, nós saíamos dessa situação de inércia em que nos encontramos no Projeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência já há alguns anos.

Primeiramente, era esperar a Convenção ser ratificada e entrar em vigor no nosso País. Já se passaram quatro anos da entrada em vigência da Constituição, e nós não temos ainda um trabalho concreto realizado, e penso que temos aí uma série de razões para que isso esteja acontecendo. Temos que solucionar esse problema de imediato.

Conte com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência para esse trabalho ser solucionado o quanto antes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Moisés Bauer, Presidente do Conade.

Agora, passamos a palavra ao Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ligado à Presidência da República, Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Senhoras e Senhores, quero agradecer a oportunidade de estar aqui mais uma vez, debatendo um tema de tão grandiosa importância, o Estatuto, o plano Viver sem Limite, e quero agradecer aqui ao Senador Paulo Paim, às pessoas que estão nos assistindo pelo Brasil, pela TV Senado.

Eu queria fazer aqui um registro pegando um pouco do que citou o nosso colega Francisco Lima, que, na verdade, o Plano Viver sem Limite tem esse

querer de justamente melhorar a vida das pessoas. A gente sabe que é um plano ainda pequeno para tão grandiosos desafios, mas, como dizia o poeta pernambucano Chico Science, quando se dá um passo, já não se fica mais no mesmo lugar.

Eu acho que essa ação vem para justamente continuar legitimando e fortalecendo tantas ações que tantos militantes, ao longo de história de luta das pessoas com deficiência no Brasil, já colocaram em pauta, já trouxeram à tona e a que agora nós estamos dando continuidade. Nós não temos, aqui, nenhuma ilusão de que vamos conseguir resolver todos os problemas, mas temos a certeza de que vamos dar uma grandiosa contribuição, todo mundo junto, Governo, sociedade civil, e assim é que se constrói, assim é que se tem feito. Não há receita pronta. A receita é sempre essa.

Por fim, eu queria dizer ao Senador, aos demais Parlamentares aqui presentes, aos colegas daqui da Mesa e à Plenária que o Estatuto vem justamente nessa perspectiva de também nos ajudar nesse processo. E o grupo de trabalho que amanhã estará sendo publicado finalmente, em portaria, pela Secretaria de Direitos Humanos, vem com esse objetivo de organizar aquilo que já existe de contribuição, ouvir mais ainda a população, para, enfim, poder trazer a esta Casa um documento antenado, sintonizado com a Convenção e, sobretudo, sintonizado com o anseio do povo brasileiro.

Então, são essas as minhas palavras.

Muito obrigado pela oportunidade e já peço desculpa aos senhores porque não vou poder ficar até o finalzinho, pois tenho um compromisso agora, às 13h30, se não eu não almoço.

Um grande abraço e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Valeu, Secretário Antônio José. Meus cumprimentos e pode ter certeza de que esta Comissão e os seus membros, enfim, esta audiência pública se sente contemplada com a sua presença e com o anúncio que você faz aqui de que, a partir de amanhã, teremos uma comissão especial que vai se debruçar sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sobre a Convenção, sobre as leis, para construir, enfim, a versão final que seja de interesse de uma legislação que, na prática, atenda, efetivamente, a todas as pessoas com deficiência.

Aceite os cumprimentos desta Presidência e tenha certeza o Brasil que está assistindo, até pelos temores que demonstrou aqui o Charles... Então, esta Comissão vai ter o objetivo de ouvir todos, para que o medo que alguém plantou – e foi plantado esse medo – seja diluído, desmanchado e que desapareça mediante um texto que vocês, com certeza, nesta Comissão, farão para que todo o Brasil conheça.

Mais uma vez, minha salva de palmas a você e à nossa querida Ministra Maria do Rosário. *(Palmas.)*

Passo a palavra, neste momento, ao Diplomata Dr. Maximiliano Barbosa Fraga, que vai usar os seus últimos cinco minutos.

Meu amigo, bom almoço! Almoça por mim, que eu vou ter que ficar aqui um pouco mais.

Com a palavra o Dr. Maximiliano Barbosa Fraga, que é concursado do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. MAXIMILIANO BARBOSA FRAGA – Obrigado, Senador Paim, novamente.

Bom, eu já disse, creio, o principal do que tinha a dizer.

Como todos sabem, procurei enfatizar a progressão funcional nesta reunião. Pelo que tenho visto e pelo que todos nós sabemos, não só as pessoas com deficiência, como eu, mas também as pessoas que atuam nessa área têm muitas demandas, inúmeras, talvez quase ilimitadas. As diferentes pessoas, com suas diferentes deficiências e diferentes situações, terão demandas, necessidades e anseios distintos também.

Mas, retomando, se me permitem, a questão da progressão funcional, eu queria, mais uma vez, dar uma nota de caráter pessoal e, com isso, encerrar minha participação. Como diplomata, o único diplomata brasileiro em cadeira de rodas, já participei de muitas reuniões no exterior, algumas vezes, chefiando a delegação brasileira. Sempre fui o único diplomata em cadeira de rodas, não só brasileiro, mas de todos os diplomatas de todos os países ali presentes. É possível que haja diplomatas em cadeira de rodas em outros países. Nunca vi nenhum. Acredito que, se houver, o número será muito reduzido. Mas o que quero dizer é que, quando as outras delegações de outros países vêm que na delegação brasileira existe um diplomata com cadeira de rodas, tenho a impressão de que esses outros países têm uma impressão muito positiva do Brasil. Eles pensam que o Brasil tem políticas inclusivas, que contemplam e asseguram o ingresso da pessoa com deficiência na diplomacia brasileira. Então, acho que a mensagem que se manda para esses países que me vêm na delegação brasileira, nesse sentido, é muito positiva. Agora, por outro lado, acho necessário que haja, de certa forma, uma contrapartida a essa mensagem positiva da minha presença – e que poderia ser a presença de outro diplomata com deficiência em uma outra delegação brasileira –, que haja contrapartida essa situação e que o Estado brasileiro, como muito bem disse o Senador Cristovam Buarque, olhe essa situação, contemple essa situação e estabeleça políticas efetivas que levem em consideração as diferenças e que, por meio desse olhar para as di-

ferenças, busque uma equalização efetiva de oportunidades também no contexto da progressão funcional dos funcionários em carreiras de Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Diplomata Maximiliano Barbosa Fraga. Parabéns pela bela contribuição que trouxe para nosso debate, de forma bem objetiva.

Passo a palavra ao Coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência, para suas contribuições finais, Santos Fagundes, que é sociólogo. Às vezes, confundo. É sociólogo mesmo, não é? Troco os nomes das formações das pessoas.

O SR. SANTOS FAGUNDES – Agradeço ao convite da Comissão de Direitos Humanos e parabenoizo a todos e a todas aqui presentes, reforçando a fala do Senador: como é importante escutarmos o Senador Cristovam Buarque, que tira o foco da educação de dentro de um ministério somente de educação para trazê-lo para os direitos humanos. É isto: educação e saúde são questões de direitos humanos. Acessibilidade também.

Saúdo a nossa Deputada. Quero registrar, em nome dela, a alegria do Movimento de tê-la puxando, dentro da Câmara dos Deputados, esse debate. Também o Presidente do Conade, nosso Conselho Nacional, nosso companheiro Moisés e o Antônio José, Secretário Nacional, que acabou saindo.

Quero dizer que, quando o Movimento foi chamado para ajudar o Estado a elaborar a ferramenta da Convenção, o Movimento Nacional, juntamente com o Conade, com o Congresso Nacional, juntamente com o próprio Governo, estava ali presente e ajudou para que fosse possível realizar o texto da Convenção e também para que acontecesse a ratificação.

Também o Movimento Nacional das Pessoas com Deficiência, juntamente com o Conade, com o Estado, esteve presente com o Congresso Nacional para aprovar e finalizar o Plano Nacional Viver Sem Limite.

Temos duas ações que estão à disposição da sociedade brasileira, mas está faltando um, e este um reconheceu, como tinha que reconhecer, humildemente, o Movimento lá da ponta, através das suas ações. Ele parou para ajudar a ratificação da convenção; ele parou para ajudar o plano nacional Viver Sem Limite. E, agora, eu entendo que será fundamental, nesse último processo, que o Estado e o Governo parem também e ajudem o Congresso Nacional, através da Câmara, e ajudem o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência para que o Estatuto seja aprovado ainda neste semestre. Lá na ponta, estamos necessitando dessa ferramenta para colocarmos em prática o Plano Nacional Viver Sem Limite.

Então, Deputada Rosinha, em nome do Movimento até nacional, reforçando o Presidente do Conade, desejo a você muito sorte, muita saúde e muito sucesso e que, ainda neste primeiro semestre, todo esse conjunto de forças acabe vindo ajudá-la a aprovar, na Câmara dos Deputados, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o sociólogo Santos Fagundes, Coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência, que tem viajado o Brasil todo, provocando o debate sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com muita tranquilidade, com muito respeito aos que pensam diferentemente e construindo este momento, que aponta para a possibilidade, não digo neste semestre, mas, se aprovarmos neste ano, Santos, eu já bateria palmas; se conseguirmos aprovar o Estatuto, neste ano, depois desse debate e com a formação da comissão que vai estudá-lo detalhe por detalhe.

Antes de passar a palavra para o próximo orador, eu entendo, pessoal, que foi assim com o Estatuto da Igualdade Racial. Uma parte tinha muito medo e não queria, mas, hoje, reconhece, bate palmas, porque foi baseado no Estatuto da Igualdade Racial que reconhecemos a política de cotas no Supremo.

Com relação ao Estatuto do Idoso, no momento do debate, não imaginam com foi com aquelas pessoas que estavam ainda trabalhando com a política nacional do idoso. Depois de muitos e muitos diálogos, eles se convenceram, e hoje sou convidado por eles para qualquer palestra. Inclusive, vou a Pernambuco falar sobre o Estatuto do Idoso.

Estamos em um bom momento, um grande momento, em que, devagar, as pessoas estão entendendo que haveremos de avançar, como avançamos com a aprovação da Convenção. Lembro de uma reunião belíssima nesta sala, com a presença do Senador Flávio Arns, que é o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

De imediato, passo a palavra à Deputada Federal Rosinha Da Adefal, que é Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa das Pessoas com Deficiência.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) –

Antes de fazer as minhas considerações finais, quero explicar o que é a Adefal, porque as pessoas geralmente têm um sobrenome político: Santos, Silva, Lima, enfim. A Adefal é a Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas. É a instituição de que participo desde os doze anos de idade. Lá, consegui fazer a ascensão. Fui lá para ser atleta e cheguei à presidência da instituição. Graças a Deus, cheguei à presidência da instituição.

Graças a Deus, através da instituição, conseguimos promover a inclusão e a garantia de alguns direitos de algumas pessoas com deficiência em nosso Estado. Graças a Deus, tenho o maior orgulho de falar dessa instituição. Conhecer essa nova família mostrou-me uma nova realidade de vida, porque, até então, eu era superprotegida, muito bem-cuidada, mas muito bem guardada pela minha família. Conhecendo essa nova realidade de vida, tive oportunidades, graças a Deus. Primeiramente, a minha família me deu condições de estudar, de atuar pela melhoria da qualidade de vida, pela inclusão das pessoas com deficiência do meu Estado. Graças a Deus, também é por esse motivo que estou aqui, principalmente. Dizem até que vim para cá para legislar em causa própria. Que seja! Esse título, não vou reclamar de recebê-lo.

Fiz umas anotações. A primeira, Senador Cristovam, é para aproveitar esta oportunidade para dizer que sou sua fã. De verdade. Admiro muito sua atuação política, principalmente em relação à educação. Acredito que, através da mudança que podemos promover com a educação, poderemos, de fato, mudar o País em todos os sentidos. Precisamos começar por esse caminho.

Sou cristã. Costumo alimentar minha fé e minha esperança todos os dias. Não sou uma pessoa negativa. Não me considero negativa, mesmo nos momentos de dificuldades. Sempre temos aquele abalo, normal ao ser humano, mas costumo alimentar minha esperança não sendo negativa. Quero trazer essa minha forma de viver, pessoal, para o Brasil.

Vivemos em um País continental, uma dificuldade territorial enorme. Por conta disso, essa inclusão é muito mais difícil, como o acesso à informação, enfim, de uma forma geral. Precisamos, de fato, promover essa mudança. Essa territorialidade do País dificulta muito isso.

Digo que não sou pessimista desde que entrei na Associação, desde que conheci essa nova realidade. É uma minoria, mas é uma quantidade imensa de pessoas com deficiência. Não é minoria só em números, mas é minoria no que é garantido e no que é realizado, efetivado, com relação aos direitos das pessoas com deficiência. Já avançamos muito.

Por isso, não sou pessimista. A realidade que eu tinha aos doze ou treze anos e que temos hoje no País – já estou com 39 anos, mulher não gosta de dizer a idade, mas assumo meus 39 anos – evoluiu e avançou muito. Para nós, pessoas com deficiência, de fato, sermos vistas pela sociedade como cidadãs é uma mudança que acontece; é uma mudança, acima de tudo, cultural.

Costumo fazer esta comparação, que, de certa forma, é uma brincadeira, dizendo que, para que aconteça essa mudança cultural, precisamos atingir três órgãos do nosso corpo: primeiro, o cérebro e a consciência, porque temos consciência de que existem leis e de que precisamos respeitá-las para vivermos em uma sociedade. Já pensou se todo mundo fosse fazer o que quer? Não é possível. Precisamos de regras, de viver nesse ordenamento, e precisamos segui-las. Consciência e cérebro.

O outro é o coração e o sentimento, independentemente de haver limitações ou não, seja ela de qualquer forma, sensorial, intelectual ou física, mas o ser humano não vive só. Precisamos uns dos outros, independentemente das limitações. E, por precisarmos uns dos outros, estamos sempre precisando desse convívio e da ajuda dos outros. Nós, pessoas com deficiência, precisamos mais ainda. Precisamos dos sentimentos e da consciência para respeitar os outros como pessoas, como cidadãos.

O outro órgão que precisamos mudar é o bolso, que precisamos atingir para que essa mudança cultural ocorra. E acho que isso também precisa ser visto, previsto, assegurado, não só no Estatuto, mas em qualquer legislação daqui para frente; termos uma punição, uma penalidade. Já temos tantos direitos garantidos e ainda não os temos efetivados na prática. Na minha visão, acho que o que está faltando é isso. Que pensemos nisso. Faço uma comparação com o cinto de segurança. Ele é tão antigo quanto o carro, mas só começamos a usá-lo quando houve efetiva fiscalização, aumento na punição, porque o valor da multa aumentou muito. Houve fiscalização e, por isso, mudança de hábitos. Quando pegou no bolso, mudamos toda a nossa rotina. Hoje, por hábito, já entramos no carro e puxamos o cinto.

Que nós raciocinemos sobre isso, que tenhamos consciência, que tenhamos sentimentos e que pensemos que, para mudar essa nova realidade, precisamos, infelizmente, nas próximas leis, ver sob esse ângulo, com todo otimismo, com toda esperança que temos de realizar o nosso papel, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Que o cidadão brasileiro, de forma geral, faça seu papel, porque é assim que vamos mudar nossa realidade.

Muito obrigada e até breve, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

Essa foi a Deputada Federal Rosinha Da Adefal. Com esse otimismo todo, oxalá, ainda este ano, possamos festejar, recebendo-a aqui, com salva de palmas

e de pé, anunciando: “Enfim, foi aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência”.

Passo a palavra ao Dr. Francisco José de Lima, Coordenador do Centro de Estudos Inclusivos da Universidade Federal de Pernambuco.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DE LIMA – Ao dizer minhas palavras finais, gostaria de parabenizar o Ilmo. Senador Cristovam Buarque, porque, toda vez que eu o ouço, faço-o como aluno. E isso, para um professor, é uma das coisas mais importantes. Obrigado pelas palavras.

Agradeço ao Senador Paim, à Deputada Rosinha Da Adefal, que nos convidaram para esta audiência.

Vou me repetir, dizendo que viver sem limite é viver sem o limite de alguém fazer cessar o nosso direito de nascer vivo, independentemente da razão que se impute.

Um articulista, certa vez, escreveu: será que, sabendo que Bill Gates nasceria uma criança autista, os pais, conforme hoje se quer fazer, teriam deixado Bill Gates nascer? Se ele não tivesse nascido, nosso mundo seria muito diferente. Teriam os pais do Prof. Francisco deixado-o nascer, sabendo que viria uma criança com deficiência? Tenho certeza de que deixariam. Mas, em nenhum momento, sob nenhum argumento, pode-se argumentar o direito de morte em razão da deficiência.

Viver sem limite é dar condições para que as pessoas com as deficiências que têm vivam com cidadania, com dignidade humana.

Na nossa Constituição, existe uma palavrinha interessante, quando se fala de educação, preferencialmente na rede regular. Isso é porque se reconhece que existem crianças, jovens e adultos que não podem estar nas escolas, mas que nem por isso o Estado está isento do dever de educá-las. E essas pessoas não são aquelas outras que não as pessoas que estão hospitalizadas e as pessoas que estão impossibilitadas de sair de casa.

A nossa Constituição prevê, e assim a LDB explicita, o direito à educação domiciliar, o direito à educação hospitalar. Precisamos atentar mais para isso, Exmo. Senador Cristovam Buarque. As pessoas com deficiência, cada vez mais, assim como as demais, têm um tempo de vida maior. A longevidade no Brasil, felizmente, aumenta. E aumenta por questões de recursos voltados à saúde, porque não se mata tanto quanto se matava no passado pessoas em razão da deficiência. Precisamos atentar para isso, para que viver sem limite implique também viver sem limite na vida adulta. As pessoas com deficiência que estão hoje com 40, 50, 60 anos têm o mesmo direito de viver com qualidade.

Por isso, na ausência de vários colegas com deficiências intelectual, auditiva e outras, gostaria,

Senador, e me permita, ao cumprimentá-lo, ao dar a mão, dizer: nada de nós, sem nós; nada sobre nós, sem voz. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Parabéns ao Coordenador do Centro de Estudos Inclusivos da Universidade Federal de Pernambuco, Dr. Francisco José de Lima.

Vou passar a palavra, neste momento, ao Dr. Roberto Wanderley Nogueira, Juiz Federal da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco.

O SR. ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA – Novamente, agradecendo a distinção, gostaria de pedir permissão para me fiar na pedagogia libertadora do Prof. Cristovam Buarque, que me evoca outro ícone do pensamento progressista nacional, o Prof. Roberto Armando Ramos de Aguiar, para referir que a exemplaridade das pessoas com deficiência só pode se tornar uma visibilidade social na medida em que as oportunidades forem construídas efetivamente, para que todo esse pessoal possa detonar os seus talentos, as suas faculdades, que acabam adormecidas em função de barreiras atitudinais, que não são construtos de nós outros, nem são resultados de nossas supostas incapacitações, mas, sobretudo, são resultados de uma construção ideológica, preconcebida, que passa pela insensibilidade de uma sociedade que ainda precisa migrar para um estado de real igualdade social.

Pensando no Poder Judiciário como cidadela de proteção dos direitos e garantias individuais e coletivas, eu queria lembrar ao Senador Cristovam que faço aqui uma autocrítica: os tribunais continuam ainda como espécies do território do passado. Eles ainda não se reoxigenaram em razão dos fundamentos da Constituição de 1988. Precisamos realmente garantir uma requalificação da massa crítica interna nos tribunais, nos juízos em geral, no sentido dessa construção, dessa sensibilização.

E é uma hora muito importante, porque, neste ano, o Supremo Tribunal Federal vai disponibilizar duas vagas. A Presidenta Dilma pode perfeitamente pensar na ideia de indicar alguém com algum traço de deficiência para ocupar uma dessas vagas, a fim de que, a partir do Supremo, a exemplaridade que deve seguir progressivamente todas as outras instâncias do Poder Judiciário assevere, enfim, essa nova postura afirmativa do Estado brasileiro e da sociedade, que precisa realmente se estabelecer de uma forma pós-moderna, contemporânea.

Eu, novamente, agradeço a oportunidade que me foi dada pelo Senador Paulo Paim, pela Deputada Rosinha, cujos esforços são notáveis e merecedores de todos os encômios da sociedade brasileira, sobretudo

da porção dos 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência que estão no aguardo, mas no aguardo não mais adormecido, no aguardo proativo, em direção a uma participação efetiva nos destinos desta Pátria.

Que sejam tempos de mais felicidade e de menos sofrimento para todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Roberto Wanderlei Nogueira, Juiz Federal da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco.

Vou passar a palavra ao Luciano Ambrósio, que é estudante da UNB. Está cursando Biblioteconomia.

Com a palavra.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO – Já me formei, Senador, graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já concluiu?

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos fazer uma festa!

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO – Vamos.

Queria extrair daqui uma fala. Não uma fala, mas algo que percebi na fala de todos sobre o Estatuto, que o Estatuto é o instrumento adequado para trazer essas inovações da Convenção, também o Plano Viver Sem Limite e todos esses avanços que os debates com os movimentos de pessoa com deficiência têm feito ao longo desses anos.

E eu fico muito feliz com isso e ansioso também, porque a gente como deficiente lá na ponta e convivendo com pessoas com deficiência, a gente sente a necessidade de um documento como esse, que possa garantir, ampliar ainda mais os direitos que a gente tem; e a muitas coisas em relação às quais a gente precisa avançar bastante, como mercado de trabalho, acesso à educação, à educação de qualidade, acessibilidade arquitetônica, enfim, a vários aspectos da vida.

Era isso o que tinha para falar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Luciano! Fico feliz em saber que já concluiu o seu curso.

Agora, vamos passar a palavra ao Senador Cristovam, que a solicitou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero parabenizar todos que participaram desta solenidade, desta audiência e pedir licença para falar sobre outro assunto que tem tudo a ver com direitos humanos, mas não com portadores de deficiência. Creio que não estarei incomodando.

Quero falar que, ontem, foi 13 de maio, e não se fez referências praticamente a isso. São 124 anos de uma lei que não completou a abolição, mas pelo menos acabou o absurdo do instrumento, do instituto de que pessoas poderiam ser vendidas, pessoas poderiam ir ao trabalho forçado, famílias poderiam ser desfeitas, ao simples sabor de alguns que se consideravam donos de outros.

Eu, às vezes, coloco-a como a data mais importante da história do Brasil. O 7 de setembro ia acontecer de qualquer maneira. Não se esqueçam de que D. João VI já disse ao filho: “Antes que outro tome conta deste País, assumo você”. O dia 15 de novembro... A República aconteceria de qualquer jeito. Estava-se esgotando a Monarquia. Mas 13 de maio poderia ter demorado muito, até porque, naquele momento, as pessoas acreditavam que o Brasil acabava se acabasse a escravidão. A ideia era a de que a economia pararia, que a agricultura deixaria de funcionar, que o Brasil deixaria de exportar, porque tudo o que a gente exportava eram bens agrícolas, porque o ouro já tinha acabado, e o ouro também foi produzido por negros escravos.

Mesmo assim, os líderes daquele momento, graças, sobretudo, a Joaquim Nabuco, e não podemos negar, graças à Chefe de Estado, que era a princesa Isabel, e certamente com seu pai, D. Pedro II, eles assumiram riscos, enfrentaram os latifundiários, donos de escravos.

Eu tive a curiosidade, e o Presidente Paim conhece, de ler as atas dos debates no congresso brasileiro durante a discussão da Lei Áurea. Foram 10 dias. Quanto tempo, Deputada, o Estatuto está sendo discutido e essas leis todas? Dez anos. Foram 10 dias, mas muitos contra, sem ter coragem de dizer que eram contra. Diziam que não era a hora, que havia risco, que estava bem que libertassem os escravos, mas tinham que pagar aos donos deles. E a Lei foi aprovada.

Hoje, muitas vezes, a gente vê o mesmo debate, Senador, de que escola tem que ser boa para todos, mas falta dinheiro. Na verdade, há uma resistência, neste País, de que os filhos dos pobres possam estudar nas escolas dos filhos dos ricos.

Durante o debate das cotas para negros, quantos não disseram que o certo eram cotas sociais? Como se uma coisa tivesse a ver com outra. Quando a gente coloca um negro na universidade não é para beneficiar aquele jovem negro, mas é para beneficiar o Brasil, que tem uma elite branca, quando o País não é branco.

Mandela, quando assumiu, 100% dos embaixadores eram brancos, e ele disse: “A partir de hoje, metade é branca e metade é negra”.

Não havia outro jeito de fazer aquilo, porque, como um país que acaba o *apartheid* pode ter todos os seus embaixadores brancos, se o país é de brancos e de negros e de maioria negra?

Então, no nosso caso, não precisamos fazer um gesto desses. Precisamos colocar nas universidades, para que possam ser embaixadores, médicos e exercerem todas as outras profissões.

Não se trata de beneficiar o jovem negro que aproveita a cota. Trata-se de o Brasil se beneficiar desse jovem negro, que terminou o segundo grau, que quer entrar na universidade e que vai se formar graças ao seu estudo (*Palmas.*), para poder, lá fora, saberem que este é um País que tem uma elite com a mesma cor do seu povo.

Isso ocorre 124 anos depois. Já não era mais necessário haver cotas. Não era para ser necessário. É uma vergonha que a gente precise de cotas, mas a gente precisa, porque faz 124 anos. É um longo tempo. Pelo menos seis gerações se passaram nesse período, cinco que seja, e a gente continua precisando.

Então, a data de ontem precisa ser lembrada. Vamos ter uma audiência, convocada pelo Senador Paim e por mim, mas não queria deixar passar essa data. E dizer que aqueles que falam em cotas sociais não estão aceitando a minha proposta agora, Senador Paim. A minha proposta é de cotas para crianças pobres nas escolas particulares dos ricos. Isso eles não querem. Eles queriam cotas sociais para combater as cotas raciais, sabendo que é impossível haver cota social séria nas universidades, porque 14 milhões de analfabetos já ficam de fora. Os 40 milhões que não terminam o ensino médio ficam de fora. Se formos ter cotas sociais nas universidades vai ser 1% ou 2% no máximo, o que é uma vergonha, não? Como não se pode tratar as pessoas partindo os pedaços, 2% não dá ninguém, já que as vagas são de 30, 40 em cada turma. Só daria meia pessoa.

Então, Senador, eu queria lembrar isso e dizer isso tem tudo a ver com direitos humanos, porque é a mesma luta por aqueles que são portadores de deficiência. É uma questão de direito humano. E, 124 anos depois, nós podemos ter hoje um embaixador negro, Senador Paim, porque, do que vou dizer agora, muitos podem até rir, mas, se não fosse o 13 de Maio, o senhor era escravo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Nós perderíamos um excelente Senador e teríamos a vergonha de ver um País escravocrata.

Fala-se que, quando D. Pedro II foi à França, tentou visitar o grande escritor francês, e ele se negou a

apertar a mão de D. Pedro II, porque ele era rei e imperador de um país onde havia escravidão.

Então, tínhamos essa vergonha. Em 13 de maio, acabou essa vergonha. Mas ainda temos vergonha. A vergonha de não tratarmos quem precisa de uma cadeira de rodas com a dignidade que precisa, quem não enxerga com a dignidade que precisa, quem não ouve, quem não fala, cada um dos portadores de deficiência, inclusive aqueles que não são portadores de deficiência natural, como os analfabetos, mas de uma deficiência social, a mesma deficiência social que faz com que este País ainda tenha uma elite branca, sendo um País de brancos, negros e mulatos.

Era isso o que tinha para dizer e deixar registrada essa data de 13 de maio, no dia seguinte, já que ontem foi um domingo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Vê-se que estamos em sintonia. Quando abri os trabalhos, eu disse: pessoal, ontem foi 13 de maio. O que a gente viu no Brasil todo? E eu mesmo falei na sexta sobre o Dia das Mães. E a imprensa toda falou do Dia das Mães, que é fundamental, importante que todos nós prestemos homenagens às nossas mães. Mas só quem lembrou mesmo, na mídia, foi a TV Senado.

A TV Senado passou um documentário sobre a história e a vida do Abdias. Passou às 21h de domingo. Assisti ao documentário – um belo documentário.

A TV Senado fez outro movimento, quando passou também a história do poeta gaúcho Oliveira Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dois belos trabalhos em homenagem ao 13 de maio. Hoje, à tarde – está aqui o meu pronunciamento, são quase 20 páginas –, eu queria que, simbolicamente, a gente usasse a tribuna para falar do dia de ontem, pela importância que é para todos nós que amamos a liberdade, a justiça e a igualdade, o combate a todo tipo de preconceito.

Aqui, neste momento, estamos combatendo um preconceito – um grande preconceito. Por isso que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para mim, não foi votado ainda. Não foi votado, porque há um preconceito muito grande: amplia os direitos da pessoa com deficiência. Foi uma luta para aprovar. São quase 20 anos de debate entre a apresentação e a tramitação. Porque antes de apresentar foram cinco anos de debate que a gente realizou. E está há 12 anos, mais ou menos, tramitando. Não deixa de ser um tipo de preconceito, pelo qual todos brigamos e lutamos contra.

Mas quero só encerrar, agradecendo a todos os participantes. Vou começar cumprimentando – saiba, Charles, que não me esqueci de você, e você falou muito bem – o Charles pela contribuição que deu aqui.

Charles Jatobá e o Luciano, dois que não estavam entre os convidados.

Peço uma salva de palmas para o Charles e para o Luciano, dois que não estavam e que deram uma bela contribuição à nossa Mesa – os dois deficientes visuais. (*Palmas.*)

Cumprimento o Moisés Bauer, Presidente do Conade, que esteve conosco; o Antônio José do Nascimento, Secretário Nacional da Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ligada à Presidência da República; o Maximiliano Barbosa Fraga, Diplomata, que está conosco até agora aqui, concursado do Ministério de Relações Exteriores; o Sandro Fagundes, Coordenador do Movimento Gaúcho da Pessoa com Deficiência; a Rosinha Da Adefal, nossa Deputada, que preside a Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência; o Roberto Wanderley Nogueira, Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Pernambuco; e, também de Pernambuco, o Sr. Francisco José de Lima, Coordenador do Centro de Estudo Inclusivo da Universidade de Pernambuco.

Eu queria dizer, falando de Pernambuco – o papel não está aqui, sumiu –, que eu tinha aqui um documento que reafirma a nossa presença em Pernambuco, no próximo dia 31. Estaremos fazendo um debate na universidade e outro na OAB, dia 31, discutindo o Estatuto da Pessoa... Está aqui. Então, dia 31 de agosto, estaremos em Recife, Pernambuco, pela manhã, Seminário Nacional de Acessibilidade, promovido pelo Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Pauta: palestra sobre a acessibilidade. À tarde, seminário sobre o direito do idoso na Comissão de Idosos da OAB, também lá em Pernambuco. Estaremos lá.

Lembro que, no plenário, neste momento, há uma sessão de homenagem aos 46 anos de aniversário do PMDB. Todos estão convidados, se puderem ir até o plenário. São 46 anos do PMDB.

Está encerrada a reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 17 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia dezoito de maio de dois mil e doze, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Sena-

dor (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Paulo Paim, Ana Rita, Marta Suplicy, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta Deliberativa: Item 1. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Nº 180, de 2004**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS em todas as etapas e modalidades da educação básica. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relator *ad hoc*: Senador Wellington Dias. Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Aprovado. Item 2. Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher). Autoria: Deputada Alice Portugal. **Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2008**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino facultativo da temática “História e Cultura Indígena Brasileira”, e dá outras providências. Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado Nº 143, de 2008**, que altera o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o conteúdo relativo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio. Autoria: Senador Geovani Borges. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado Nº 155, de 2008**, que dá nova redação ao § 4º do art. 26 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil. Autoria: Senador Tasso Jereissati. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2008**, que altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para introduzir no currículo do ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia. Autoria: Senador Jefferson Praia. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câ-**

mara nº 171, de 2009 que altera a redação do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (cria a disciplina “Educação Financeira” nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio). Autoria: Deputado Lobbe Neto. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2009**, que altera a redação do inciso IV do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para inserir a disciplina Ética Social e Política nos currículos do ensino médio. Autoria: Senador Expedito Júnior. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2009**, que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania. Autoria: Senador Pedro Simon. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2010**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a inclusão de componente específico de Práticas de Trabalho no currículo do ensino fundamental e médio. Autoria: Senadora Marisa Serrano. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2010**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na base curricular comum do ensino fundamental e médio o estudo dos aspectos geográficos, históricos e econômicos do Brasil, bem como de seus fundamentos legais. Autoria: Senador Belini Meurer. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2010**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o estudo, no ensino médio, dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal. Autoria: Senadora Níura Demarchi. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Davim, Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009, com a ressalva de que fica prejudicada a apreciação das demais proposições com as quais tramita em conjunto, (PLC nº 171/09; PLS nº 31/08; PLS nº 143/08; PLS nº 155/08; PLS nº 371/08; PLS nº 103/09; PLS nº 279/09; PLS nº 95/10; PLS nº 232/10; PLS nº 254/10), por tratarem de medida que será decidida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). **Resultado: Aprovado. Item 3. Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 593, de 2010**, que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de

Ponto – SREP. Autoria: Senadora Níura Demarchi. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição da matéria, bem como das Emendas de Plenário nºs 1 a 4. **Resultado: Retirado para reexame de relatório. Item 4. Sugestão nº 5, de 2011** que altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e sobre a instituição de programa de valorização e capacitação e de piso remuneratório para os servidores policiais de segurança pública. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Projeto Jovem Senador, Relatoria: Senador Roberto Requião, Relatoria **Ad Hoc:** Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação, na forma da Emenda à Constituição que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 5. Sugestão nº 21, de 2011** que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de realização de ciclos de debates sobre a realidade social e política, no ensino médio. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010) Autoria: Projeto Jovem Senador, Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira, **Relatoria Ad Hoc:** Senador Casildo Maldaner. Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Aprovado. Item 6. Sugestão nº 23, de 2011** que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre os princípios orientadores do dever do Estado com a educação, a garantia de alocação de recursos orçamentários suficientes à consecução de padrão de qualidade do ensino. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010), Autoria: Projeto Jovem Senador, Relatoria: Senadora Marta Suplicy, Relatório: Pela aprovação da Sugestão. **Resultado: Aprovado. Item 7. Sugestão nº 25, de 2011** que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de professores devidamente qualificados nas redes públicas de ensino. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Projeto Jovem Senador, Relatoria: Senador Cristovam Buarque, Relatório: Pela aprovação, na forma do Projeto de Lei que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008** que altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421 de 2008 que altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais

rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares, Relatoria: Senadora Ana Rita, Relatório: Pela rejeição. **Resultado: Vista Coletiva. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009** que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPI), Relatoria: Senador Magno Malta, Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2010** que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo. Autoria: Senador Marcelo Crivella, Relatoria: Senador Magno Malta, Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2011** que insere inciso III ao art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 para incluir os casos de anencefalia fetal. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti, Relatoria: Senador Cyro Miranda, Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2011** que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção, pelo Sistema Único de Saúde, de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. Autoria: Senadora Angela Portela, Relatoria: Senadora Marta Suplicy, Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Aprovado. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2011** que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Autoria: Senador Renan Calheiros, Relatoria: Senador Paulo Paim, Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Aprovado. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2011** que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para determinar que os editais de convocação de concursos públicos contenham determinações especiais para a

comunicação dos eventos do processo seletivo às pessoas com deficiência. Autoria: Senador Lindbergh Farias, Relatoria: Senador Anibal Diniz, Relatoria **Ad Hoc**: Senador Eduardo Lopes, Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado: Aprovado. Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011** que altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do imposto de renda pago a maior. Autoria: Senador Vital do Rêgo, Relatoria: Senador Casildo Maldaner, Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011** que altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. **Resultado: Adiado. Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 621, de 2011** que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para assegurar, às pessoas com deficiência, a reserva de vagas em programas de qualificação profissional. Autoria: Senadora Lídice da Mata, Relatoria: Senador Paulo Paim, Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 18. Projeto de Lei do Senado nº 655, de 2011** que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever o crime e a infração administrativa de venda de bebidas alcoólicas a menor de dezoito anos e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1940 – Lei das Contravenções Penais. Autoria: Senador Cyro Miranda, Relatoria: Senador Eduardo Lopes, Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 19. Projeto de Lei do Senado nº 746, de 2011** que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações às instituições de assistência social que abrigam crianças e idosos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Autoria: Senador Blairo Maggi, Relatoria: Senador Casildo Maldaner, Relatório: Pela aprovação com emendas. **Resultado: Aprovado. Item 20. Projeto de Lei do Senado nº 749, de 2011** que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil -, para dispor sobre a utilização post mortem do sêmen do marido ou companheiro. Autoria: Senador Blairo Maggi, Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti, Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 21. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009** que dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras pro-

vidências. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos, Relatoria: Senador Magno Malta, Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Adiado. Item 22. Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2009** que acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume). Autoria: Deputado Arolde de Oliveira, Relatoria: Senador Cyro Miranda, Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Substitutivo adotado definitivamente em turno suplementar. Item 23. Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009** que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim, Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues, Relatório: Pela aprovação, com a Emenda nº 01-CE e, a que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 24. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010** que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandez, Relatoria: Senadora Ana Rita, Relatório: Pela aprovação, com a Emenda nº 1 – CAE, suprimido o hífen do vocábulo “infanto-juvenil” nela contido. **Resultado: Adiado. Item 25. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011** que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Autoria: Deputada Luiza Erundina, Relatoria: Senadora Ana Rita, Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Adiado. Item 26. Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2011**, que altera o art. 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Autoria: Deputado Lincoln Portela, Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti, Relatório: Pela aprovação, com duas emendas que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 27. Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior, Relatoria: Senador Cristovam Buarque, Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 28. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para

alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo, Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima, Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 29. Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano, Relatoria: Senador Magno Malta, Relatório: Pela aprovação com as três emendas que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 30. Projeto De Lei Do Senado Nº 387, de 2009**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende, Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti, Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado: Adiado. Item 31. Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009**, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello, Relatoria: Senador João Durval, Relatório: Pela aprovação, com quatro Emendas que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 32. Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010**, que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência. Autoria: Senador José Bezerra, Relatoria: Senador Lauro Antonio, Relatório: Pela rejeição. **Resultado: Adiado. Item 33. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg, Relatoria: Senador João Durval, Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Adiado. Item 34. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011**, que dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo, Relatoria: Senador Wellington Dias, Relatório: Pela prejudicialidade. **Resultado: o relatório é lido e a votação adiada por falta de quorum. Item 35 . Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011**, que altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo, Relatoria: Senador Paulo Davim, Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado: o relatório é lido e a**

votação adiada por falta de quorum. Item 36. Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação. **Resultado: o relatório é lido e a votação adiada por falta de quorum. EXTRAPAUTA –Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008** que cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi, Relatoria: Senador Paulo Paim, Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a nº 4-CE. **Resultado: Aprovado.** Às onze horas e doze minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Casildo Maldaner. Às onze horas e vinte e sete minutos o Senhor Presidente, Senador Casildo Maldaner, devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Usam a palavra os Senadores **Paulo Paim, Ana Rita, Marta Suplicy, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, Ângela Portela, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cyro Miranda e Mozarildo Cavalcanti**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª. Sessão Legislativa ordinária da 54ª. Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Já contamos com a presença aqui do nobre Senador aqui, vigilante, presente. Não que seja vigilante – ele é médico. Vigilante pela presença permanente do querido Dr. Paulo Davim, médico, que tem uma sensibilidade enorme em relação à questão dos direitos humanos.

Hoje, temos uma pauta ampla. Estão chegando os companheiros que atuam na segurança das universidades, e há um projeto de grande interesse deles – estão há anos esperando – que poderá ser votado no dia de hoje pela Comissão, desde que a gente consiga o quórum.

Repito que contamos com a presença do Senador Paulo Davim e de outros Srs. Senadores que estão assinando o livro e passando nas outras comissões.

Na abertura dos trabalhos, Senador Paulo Davim, faço o seguinte esclarecimento: hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, tínhamos programado dois momentos. Um primeiro momento, uma audiência pública para discutirmos o livro recentemente publicado *Memórias de uma Guerra Suja*. O que está no livro é da maior gravidade.

Vou fazer aqui rápidos comentários sobre o que consta nesse livro. Por uma questão de segurança, somente, é que essa audiência não poderá ser realizada no dia de hoje, porque o ex-delegado Cláudio Guerra, principal depoente, e os autores do livro me mandaram ontem um documento com o seguinte teor:

O autor do livro *Memórias de uma Guerra Suja*, o ex-delegado do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), do Espírito Santo, denunciou ontem uma tentativa de assassinato naquela madrugada, às 16h, aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, a quem falou durante três anos no depoimento publicado em livro este mês pela editora Topbooks.

Diz ele que, ontem, na madrugada, três homens estavam à volta da sua casa e estavam usando o termo – o pessoal que é vigilante deve conhecer o termo que eles usavam – “pocar”. “Eu vou pocar”. Segundo eles, isso significa “vou atirar”. Ficou, claro, assustado, mas não saiu de dentro de casa, porque entendeu que, se sáísse, seria um alvo mais fácil. E, como ele atira bem, tanto que confessa que matou dezenas e dezenas de pessoas – e conta no livro como matou... Inclusive conta no livro que usava o sistema israelense: dava um tiro no peito e outro na cabeça, para ter uma ideia do que fala esse livro.

Mas ele virou, na verdade, um arquivo vivo do tempo da ditadura e de muita coisa que aconteceu. Então, eles explicam aqui que, devido a isso, não haveria a mínima condição de estarem presentes aqui hoje, mas se colocam totalmente à disposição para falar à Comissão da Verdade.

Diante dos fatos da ameaça do assassinato desse delegado que, segundo dizem, se converteu e aí conta tudo o que fizeram na época da ditadura, ele me informava ontem ainda que seria preciso maior segurança para esse delegado que é, como digo, um arquivo vivo dos crimes cometidos durante a ditadura.

Fiz contato com o Ministro da Justiça, Ministro Eduardo Cardozo, ex-Deputado, fiz um pronunciamento no plenário falando do que estava acontecendo e o Ministro me deu três encaminhamentos: primeiro, ele está respondendo a processo. Tinha que estar mesmo. Então, depende do juiz, para o juiz definir quem poderia ficar na segurança dele. Segundo, também disse que ele se negou a entrar naquele programa de proteção a testemunha. Terceiro que, assim mesmo, ele estava mandando um delegado para o Espírito Santo, onde ele estava, para ver o que aconteceu. Enfim, no que depender do Ministério da Justiça, dar segurança para que ele possa, enfim, relatar tudo o que sabe, e grande parte está no livro. Por isso, vou apenas fazer uma introdução desses fatos.

A Comissão de Direitos Humanos tinha programado para o dia de hoje uma audiência pública com a participação do ex-delegado do Departamento de Operações Políticas e Sociais (Dops), Cláudio Guerra. Como é de conhecimento de todos, ele é o personagem principal do livro *Memórias de uma Guerra Suja*, depoimento prestado por ele aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros. *Memórias de uma Guerra Suja* revela os bastidores de um período de exceção da nossa história. Falo da ditadura militar que vigorou entre os anos de 1964 e 1985, com reflexos na nossa história.

Como está escrito na quarta capa do livro, é o depoimento de um ex-delegado do Dops, que foi o principal agente de um grupo de militares fora da cadeia do comando oficial das Forças Armadas. No início, foram autorizados pelo governo da época a promover a matança e o aniquilamento da esquerda – isso aqui está no livro –, o que inclui o desaparecimento dos corpos das vítimas. Depois, esses mesmos militares se rebelaram contra o comando oficial. Cláudio Guerra conta o que viu e o que fez. O relato é do próprio Cláudio Guerra.

Seu nome não está entre os torturadores porque, conforme diz o livro, a sua missão não era torturar. A sua missão era matar.

Cito aqui alguns pontos do livro: incineração de corpos após tortura e morte, ocultação de cadáveres de presos políticos. Entre eles, constam nos livros alguns líderes históricos do Pcdob, como o inesquecível David de Capistrano e João Massena Melo. Fala também da chacina da Lapa, que culminou no assassinato de outros líderes, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, e ainda fala no atentado a bomba no Riocentro, morte de Alexandre Baumgarten, operação Condor, cemitérios clandestinos, entre outros fatos que constam do livro.

Como eu dizia antes, ontem no plenário do Senado, alertei sobre a tentativa de assassinato desse

arquivo vivo, que é o Cláudio Guerra, ocorrido na madrugada de quarta-feira, em Vila Velha, Espírito Santo. O acontecido foi relatado pelo próprio Cláudio em *email* ao jornalista Marcelo Netto, que por sua vez remeteu para mim aqui na Comissão de Direitos Humanos. Solicitei, então, ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, providências urgentes para segurança do ex-delegado. Lembro que ele disse também que a OAB já havia entrado também com requerimento pedindo maior segurança.

É uma realidade. É um arquivo vivo que, com toda certeza, vai dar uma importante contribuição para a Comissão da Verdade, instalada ontem em ato histórico pela Presidenta da República.

Olha, quem ler esse livro, vai ficar como se estivesse vendo um filme de terror, pela gravidade dos fatos ali relatados. Eu tenho certeza de que a Comissão da Verdade vai chamar para depor – estou sabendo que vai chamá-lo – o Delegado Cláudio Guerra. Segundo informações que nos passaram, ele tem muito mais ainda a relatar do que aquilo que passou no livro. E não se encontra mais o livro. Em São Paulo e no Rio de Janeiro não se encontra mais o livro, e é muito difícil encontrar o livro, porque todo o mundo quer saber. São fatos que o próprio matador da época está contando. Centenas de crimes são ali relatados.

Então, é uma questão efetivamente de direitos humanos. Não tem como não olharmos o nosso passado e a nossa história. Como foi dito por todos, ninguém quer revanchismo, mas queremos saber onde estão os corpos, o que aconteceu, quem matou quem, quem torturou quem. Na maioria dos países que passaram por ditadura foram instaladas as comissões da verdade. Foram mais de 60 comissões da verdade instaladas. A mais badalada foi da África do Sul. O Nelson Mandela, logo que assumiu a presidência da África do Sul, instalou a comissão da verdade, onde todos os crimes foram relatados e ficaram para sempre na história daquele país como algo que nunca mais poderá acontecer.

Então, aqueles que têm compromisso com a luta dos direitos humanos têm obrigação de fazer com que todos esses fatos sejam devidamente esclarecidos. Por isso a Comissão de Direitos Humanos aprovou por unanimidade. Inclusive, aqui na Comissão, eu e o Senador Randolfe Rodrigues assumimos o encaminhamento na época, junto com o Senador Paulo Davim. Nós aprovamos por unanimidade a criação da Comissão da Verdade, que depois foi referendada no Plenário pelo relatório global do Senador de São Paulo Aloysio Nunes, que fez um belíssimo relatório.

Mas eu insisto que essa peça que fala desse livro “*Memórias de uma Guerra Suja*” terá que ser palco

de um grande momento lá na Comissão da Verdade, porque o que é contado aqui é da maior gravidade.

Então, não teremos audiência pública no dia de hoje, devido a essa situação que aconteceu ontem, da tentativa de assassinato da principal personagem desse livro que está sendo divulgado em todo o País e que já está a caminho da segunda edição.

No dia de hoje, nós vamos entrar na nossa pauta de uma reunião deliberativa. Temos aqui inúmeros projetos, Paulo Davim. Tem um de V. Ex^a, que é o número 35. Paulo Davim é Relator do projeto. Então vamos rapidamente situar aqui.

Não sei se V. Ex^a quer comentar alguma coisa sobre o livro.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, ouvi atentamente as suas considerações iniciais da sessão de hoje da CDH, acho extremamente pertinente o que aqui foi colocado. Da mesma forma, fiquei muito satisfeito com a implantação da Comissão da Verdade e com a forma como ela se deu, uma forma harmônica. Na verdade, o que se quer, e o Brasil já tem estatura e maturidade para isso, é preencher as lacunas históricas das informações que faltam, montar esse quebra-cabeça, corrigir a história recente do País.

Fiquei muito impressionado com o discurso da Presidenta Dilma. Então faço este registro e elogio as suas considerações iniciais.

Da mesma forma, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar, já que a sessão da CDH acontece na quinta-feira e amanhã será dia 18 de maio, dia que, dentro do movimento de direitos humanos, direitos da pessoa, representa uma data histórica, porque em 1973, no dia 18 de maio, foi seqüestrada uma garota de oito anos, Araceli Cabrera Sanches, que foi drogada, espancada, estuprada e morta por membros de uma tradicional família capixaba. E o dia 18 de maio foi criado em 1998, quando cerca de 80 entidades públicas e privadas, reunidas na Bahia para o primeiro encontro da Ecpat do Brasil, que é uma ONG internacional com origem na Tailândia, que defende os direitos da criança, o combate à prostituição, o combate à exploração sexual, o combate ao tráfico de crianças, organizada pela Cedeca da Bahia, representante oficial da organização internacional que luta pelo fim da exploração sexual e comercial de crianças, pornografia e tráfico para fins sexuais, como falei há pouco, surge na Tailândia.

O evento reuniu entidades de todo o país. Foi nesse encontro que surgiu a ideia da criação de um dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual infantojuvenil.

A então Deputada Rita Camata, do PMDB do Espírito Santo, à época Presidenta da Frente Parlamentar

pela Criança e Adolescente no Congresso Nacional, apresentou um projeto de lei que foi sancionado no ano 2000, o Projeto nº 9.970, que instituiu o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantojuvenil.

Portanto, no Brasil, nós guardamos esse dia que infelizmente surgiu de um crime hediondo ocorrido em 73, com a morte da garota Araceli, que passou a ser o ícone, passou a ser a bandeira da resistência e do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Portanto amanhã todas as instituições que lidam com o tema estarão de alguma forma referendando essa data e homenageando a garota Araceli Cabrera, que foi assassinada brutalmente em 1973 e desde então foi instituído o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Era só esse comentário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Davim, que relata a importância do dia de amanhã. Com certeza faremos pronunciamento no Plenário em homenagem a essa luta de todos nós contra a violência em relação a crianças e adolescentes e a própria exploração sexual.

E V. Ex^a também, com muita clareza, lembra a importância da Comissão da Verdade, que não tem o caráter revanchista, mas sim de esclarecer todos os fatos, para que todos saibam a nossa verdadeira história.

Senador Paulo Davim, nós vamos começar se V. Ex^a puder fazer a leitura do projeto de que é Relator. Depois faremos a leitura dos outros projetos – de alguns eu sou Relator, de outros V. Ex^a é também Relator – que não são terminativos. Esse terminativo, faço questão que seja o primeiro a ser apreciado ou feita a relatoria, para que possamos então marcar uma sessão. Só falta esse terminativo para ser feita a leitura por parte do Senador. Então convoco V. Ex^a neste momento para fazer a leitura do seu parecer.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O Relatório.

Este é um projeto de lei em decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado PLS nº 667, de 2011, visa instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, ampliando as ferramentas do Ministério da Justiça no combate ao grave problema do desaparecimento de pessoas no País.

Na justificação do projeto, seu autor, Senador Vital do Rêgo, lembra que, até meados de 2011, a atual ferramenta – Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos – havia contribuído para a localização de aproximadamente 700 meninos e meninas cujo paradeiro era desconhecido de suas famílias. Contudo, o desaparecimento de pessoas adultas continuou sendo um problema, afligindo as famílias. Ademais, no entendimento do autor do projeto, a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas vai, com certeza, organizar os sistemas de busca em funcionamento nos Estados e incentivar seu funcionamento naquelas Unidades da Federação que não contêm com tais recursos.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que, sobre ela, deverá se pronunciar em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

O PLS nº 667, de 2011, trata de matéria compreendida no âmbito das competências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), à qual cabe, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos. Por essa razão, a apreciação da matéria neste colegiado é pertinente.

No mérito, estamos de acordo com o autor da proposta quando lembra que um dos problemas graves relacionados ao desaparecimento de pessoas no País é a ausência de estatísticas produzidas de maneira centralizada, o que impossibilita o conhecimento das causas que levaram as pessoas a se afastarem de seus lares ou de terem sido induzidas ou forçadas a tanto.

Concordamos, também, com o argumento de que o desaparecimento de pessoas adultas deve ser enfrentado, facilitando o registro de ocorrências e nacionalizando as buscas, pois de outra maneira não serão alcançados os resultados esperados.

Por fim, verificamos que a matéria não afronta preceito constitucional, jurídico ou regimental, nada existindo que impeça a sua aprovação. Do mesmo modo, não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa empregada na elaboração do projeto. Propomos, apenas, pequeno ajuste na redação dos arts. 1º e 2º quanto ao uso indevido da forma “Artigo” em lugar da forma “art.”.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011, com a seguinte emenda – a emenda que já foi falada por mim há poucos instantes.

Quero, apenas, Sr. Presidente, fazer um breve comentário adicional.

Sou membro titular da CPI do Tráfico de Pessoas, e nós temos realizado algumas diligências pelo Brasil, interrogando muitas pessoas, pessoas implicadas em tráfico, trabalhos análogos ao trabalho escravo, pessoas que compõem, que apresentam evidências de comporem redes internacionais de tráfico, interrogamos vítimas. E eu estou impressionado, Sr. Presidente, como esse crime está presente na sociedade brasileira, apesar de passar despercebido dos olhos da sociedade e das autoridades. Porque muitas pessoas simplesmente, desaparecem de casa, sejam elas adultas ou crianças, ou adolescente, homens ou mulheres – e aí eu faço o relato de que 66% das vítimas são do sexo feminino –, mas o que é fato é que a grande maioria desses desaparecidos cai na vala comum, a grande maioria dessas vítimas de tráfico cai na vala comum dos desaparecidos sem causas. E as famílias não sabem, não sabem sequer como começar uma busca. Isso é muito presente. Esse crime, Sr. Presidente, que é um crime que acontece em todos os países, circulam algo em torno de US\$ 32 bilhões e é considerado o segundo ou terceiro comércio ilegal mais lucrativo, só perdendo para o tráfico de drogas.

No Brasil, há registro no Ministério da Justiça de, aproximadamente, 60 mil brasileiros vítimas de sequestro ou vítimas de tráfico. Então, é um crime muito sério, e nós precisamos incentivar a criação dos núcleos de enfrentamento do tráfico de pessoas nos Estados. Nós precisamos criar, esta Casa precisa criar instrumentos que venham a colaborar com toda essa movimentação que está sendo feita no Brasil e no exterior para enfrentarmos esse grave problema. E esse projeto de autoria do Senador Vital do Rêgo se adequa a essa preocupação e a esse enfrentamento. Ele vem contribuir no enfrentamento desse crime que é um crime tão presente na sociedade brasileira e em outros países do mundo.

Portanto, faço esse registro. É meritória essa iniciativa e acho que esse projeto será, sim, um instrumento valioso para o enfrentamento do tráfico de pessoas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Davim, que apresentou seu relatório que trata da Lei nº 2.127, de 17 de novembro de 2009, para criar o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, autoria do Senador Vital do Rêgo, relatoria do Senador Paulo Davim, com o relatório favorável.

Alguém mais para discutir a matéria?

Senador Wellington Dias, para discutir... O Senador Wellington Dias abre mão da discussão.

É um projeto terminativo, nós não o votaremos hoje, só fizemos a leitura.

Meus parabéns pelo relatório, Senador Paulo Davim.

Senador Wellington Dias com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu queria se era possível, eu sou relator de um projeto, é o Item 34 da pauta, também terminativo, o Projeto de Lei nº 382, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está com a palavra para, a exemplo do Senador Paulo Davim, apresentar o seu relatório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, que dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.

Relatório.

Chega ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 382, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo. A proposição determina que os *shopping centers* tenham, obrigatoriamente, em sua área de lazer, além de brinquedos comuns, outros adaptados para crianças com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O autor do PLS nº 382, de 2011, em sua justificação, observou que os brinquedos instalados nesses locais nem sempre são adequados para o uso de crianças com deficiência, sendo muitos deles mantidos à disposição da população infantil, sem qualquer cuidado com aqueles que têm necessidades especiais. Observou, ainda, que os brinquedos deveriam atender também às peculiaridades das crianças com deficiência, pois “a estas são criados verdadeiros campos de exclusão, denotando acentuada discriminação em momento de lazer coletivo nesses estabelecimentos”.

A proposição foi distribuída a este colegiado que, sobre ela, deverá se pronunciar em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 382, de 2011.

Vem a análise, em que ressalta a matéria como cumprindo todas as determinações constitucionais.

Diz que, no Senado Federal, é competência da CDH tratar da matéria, conforme dispõe o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que determina caber a este colegiado opinar sobre os aspectos relativos à proteção e à integração social da pessoa com deficiência. Estão atendidas, assim, as normas regimentais pertinentes.

São citados aqui um conjunto de normas.

Assim, entendemos que, por força do que estabelece o Regimento Interno desta Casa – em seu art. 334, I e II –, a matéria tratada na proposta que ora analisamos, embora meritória, está prejudicada.

Ao proceder ao exame da matéria, observa-se ser meritória a proposta de criar mecanismos de inserção social das crianças com deficiência – muitas vezes impedidas de participar de brincadeiras e diversões nos equipamentos públicos. Contudo, é necessário lembrar que já existe norma regulando a matéria: trata-se da Lei nº 11.982, de 16 de julho de 2009, que alterou a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse caso, Sr. Presidente, a regulamentação já existente contempla não apenas *shopping centers*, mas qualquer parque que tenha o uso destinado às crianças e adolescentes.

Segundo a referida lei, os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, cinco por cento de cada brinquedo e equipamento e identificá-los para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.

Nesse sentido, em que pese à boa intenção do nobre autor da proposta, não se pode desconhecer que o Congresso Nacional já deliberou anteriormente sobre matéria análoga à tratada no PLS nº 382, de 2011, a qual, depois de aprovada – inclusive com a manifestação favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa –, foi sancionada e convertida em lei em julho de 2009.

Inclusive, consideramos a lei aprovada mais avançada que a proposta do autor.

Voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011.

É esse o parecer e esse o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria.

Este é o projeto de autoria do Senador Vital do Rêgo; Relatoria do Senador Wellington Dias, que dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.

Como é terminativo, não será votado, mas o relatório já está apreciado e a discussão vai continuar no momento da votação.

Queria informar aos presentes, Senador Wellington Dias e Senador Paulo Davim, que esses companheiros e companheiras que estão aqui atuam na área da vigilância das universidades, correto? Estão há muitos anos trabalhando para ter o adicional corretíssimo pela atividade de risco. Já tivemos o parecer favorável, inclusive na época a Senadora Ideli Salvatti deu um parecer favorável na CCJ, o Senador Walter Pinheiro também deu seu parecer favorável depois que assumiu e tivemos também o parecer favorável na Comissão de Educação. Quem deu o parecer favorável naquela Comissão foi o inesquecível Senador Romeu Tuma.

Nessas coisas do destino, na Comissão de Assuntos Sociais, apareceu um parecer contrário. Assim, se o projeto fosse votado naquele momento, poderia ser derrotado. E o que eu fiz para salvar os nossos vigilantes – salvar no bom sentido, já que eles salvam as nossas vidas? Eu requisitei o projeto para a Comissão de Direitos Humanos e aqui demos o parecer favorável.

Então, no dia em que for para a Comissão de Assuntos Sociais, tenho certeza de que vamos colocar lá 100 ou 200 companheiros do setor, porque seria a última Comissão para votar. E quando for para lá, irá com pareceres favoráveis de três comissões e, provavelmente, com parecer contrário do Relator daquela Comissão. Mas vamos tentar conversar com o Relator da Comissão de Assuntos Sociais, cujo parecer era contrário. Se não me engano, deixe-me confirmar o nome do Relator desse projeto na Comissão de Assuntos Sociais para não cometer uma injustiça. Vamos ver o nome do Relator... Mas dá para dialogar com ele, naturalmente, na busca de reconsiderar seu voto, já que todos os Relatores, até o momento, deram parecer favorável.

Acabei avocando para esta Comissão e pretendo votar hoje, aqui não é terminativo, vou fazer... É só ter o número de assinaturas no livro, vamos fazer a leitura e vamos para a votação, já que eles estão em um grande encontro aqui em Brasília nestes dias e poderão levar a notícia positiva de que a Comissão de Direitos Humanos vota e vamos conversar com o Presidente da Comissão... Vamos falar com o Senador Jayme Campos, que é o Presidente da Comissão, para ele marcar um dia para votar a matéria. Nesse momento, podemos mobilizar e ver se conseguimos fazer com que prevaleça o relatório de três comissões e não o relatório feito... porque é de um Senador que não se encontra mais. Ele não se encontra mais aqui, mas deve ser indicado outro *ad hoc* e vamos tentar reverter esse voto.

Mas enquanto não temos o número de assinaturas suficientes no livro... Vamos votar o projeto de vocês hoje aqui, e tentar votar na semana que vem

na outra comissão, ou em uma data combinada com o Presidente Jayme Campos e com vocês.

Convido o Senador Wellington Dias para ler o relatório do item 1. O relatório é do Senador Cristovam. E, em seguida, o item 2, pediria ao Senador Paulo Davim que fizesse a leitura do relatório. Ou, se quisesse, poderia inverter e seria *ad hoc* tanto o Item 1 quanto o Item 2.

O Item 1 é o PL nº 180, de 2004, que foi relatado pelo Senador Cristovam Buarque, pag. 21.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Posso relatar, Sr. Presidente.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, (Projeto de Lei nº 6.706, de 2006, na Casa revisora), da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras em todas as etapas e modalidades da educação básica.

O Relatório aqui apresentado pelo Senador Cristovam Buarque diz que vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 180, de 2004, que tem por finalidade assegurar a oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica. Para esse fim, a proposição altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Dessa forma, a proposição busca assegurar às crianças surdas, mudas e surdas-mudas condições mais favoráveis de participação no ambiente escolar. Especialmente no caso das crianças surdas e surdas-mudas, a Libras pode ser considerada língua materna, primária, sendo o português escrito uma forma secundária de comunicação.

O Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, teve seu texto aprovado no Senado Federal e foi remetido à análise da Câmara dos Deputados, de onde retorna, agora, sob a forma de substitutivo que, em lugar de acrescentar novo artigo à LDB, altera os seus arts. 58 e 59 para dar maior abrangência às alterações inicialmente cogitadas. Esse substitutivo assegura aos educandos com necessidades especiais a oferta de: Libras; tradução e interpretação em Libras; língua portuguesa para surdos; sistema Braille; recursos auditivos e digitais; métodos de orientação e mobilidade; tecnologias assistivas e ajudas técnicas; e interpretação de Libras digital, tátil e outras formas de comunicação.

O texto do Substitutivo da Câmara inclui, no *caput* do art. 58 da LDB, o conteúdo atualmente veiculado nos seus §§ 1º e 2º, generalizando a oferta de atendimento especializado e extinguindo a segregação em classes, escolas ou serviços especiais como alternativa à integração nas classes comuns. Revoga, ainda, o § 3º desse artigo, que prevê o início da oferta da educação especial, como dever do Estado na educação infantil.

O SCD acrescenta, ainda, três parágrafos ao art. 59 da LDB. O primeiro deles determina que o currículo dos cursos superiores incluam componentes ou disciplinas relativos ao atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência. O segundo obriga a inclusão, nos currículos dos cursos de formação de professores, de nível médio e superior, de eixos temáticos que deem acesso a conhecimentos que contribuam para a educação inclusiva. O terceiro parágrafo obriga o poder público a oferecer aos familiares e à comunidade da pessoa com deficiência auditiva condições para o aprendizado de Libras.

A proposição foi distribuída à CDH e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Não foram recebidas emendas.

Análise

Na análise, é lembrada a importância de se juntar uma série de projetos e trabalhar o texto do substitutivo da Lei do Senado nº 180, de 2004, por ter relevantes méritos.

Enquanto a proposta original mencionava apenas a Libras, o novo texto abrange outras formas de comunicação, utilizadas por pessoas com deficiência visual, como é o caso do sistema Braille e da tadoma. A extensão da oferta de Libras à família e à comunidade da pessoa com deficiência auditiva também é positiva.

As mudanças no art. 58 da LDB são importantes. Com relação ao § 1º, fazem com que o atendimento educacional especializado passe a ser obrigação generalizada, em lugar da oferta de serviços de apoio especializado somente quando necessário. A revogação do § 2º extingue a possibilidade de segregação discricionária dos educandos com necessidades especiais, quando for considerada impossível a sua integração nas classes comuns, o que é contraditório com a ideia de inclusão ampla. Já o § 3º é revogado por ser desnecessário prever o início da educação especial na educação infantil, dado que o atendimento especializado é generalizado na rede escolar.

Enfim, trata de cada um dos artigos, como anteriormente.

Voto.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004.

Sr. Presidente, quero dizer que tivemos, aqui, no ano passado, diversas audiências tratando desse tema com surdos e surdos-mudos, especialmente com estes dois. Aqui também trata do Braille. Veja, a língua de sinais é uma língua brasileira. Muitas vezes, as pessoas não compreendem. Alguém que é surdo, por não ter condições de acesso ao som, não consegue perceber o som, não tem como aprender o português. Ou seja, como ele não é capaz de ouvir, não tem como aprender o português, que é uma língua trabalhada especialmente com o som. A partir daí, a dificuldade de fazer a língua escrita. Portanto, são pessoas condenadas a não terem a condição de comunicação.

Avançamos, no Brasil. Tivemos um amplo debate. Qual é a ideia? É que Libras seja a primeira língua. Aprendendo pelos sinais, compreendendo pelos sinais e não pelo som, será possível aprender a língua escrita. Primeiro, aprende Libras. Por isso, é a língua primeira. Em seguida, abre a possibilidade de aprender o português e outras línguas que também são escritas.

Então, quero defender como algo revolucionário que se está fazendo aqui. Além de trabalhar os que são surdos, os que são mudos, assim como os que são cegos, enfim, apresenta ainda a obrigação do ensino para quem está no entorno dessas pessoas, os familiares, a vizinhança, enfim, é algo que realmente vai exigir do MEC um esforço espetacular. Por isso aqui apresenta, dentro da Lei de Diretrizes, para a partir daí ter o planejamento. Terá que haver uma formação especial para professores, para garantirmos essa condição.

Portanto, comungo do voto do Senador Cristovam Buarque e fico feliz em ver que esse projeto, de iniciativa da Senadora Ideli, vai ao encontro daquilo que ouvimos aqui como proposta dos movimentos sociais vinculados especialmente aos surdos e aos surdos-mudos.

Então, é esse o relatório e é esse o parecer, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Wellington Dias emitiu parecer ao projeto que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Como ainda não temos parlamentares presentes para a apreciação, vamos continuar fazendo a leitura.

Peço ao Senador Paulo Davim que faça a leitura do relatório do item 2.

Depois, daremos preferência aos Senadores presentes para apresentar o seu relatório. A Senadora Marta Suplicy, por exemplo, tem dois relatórios e falará

logo após a leitura do relatório do projeto relatado, na forma original, pela Senadora Lídice da Mata.

Por favor, tem a palavra o Senador Paulo Davim. Registramos a presença, aqui conosco, da Senadora Marta Suplicy, do Senador Paulo Davim, do Senador Mozarildo Cavalcanti, da Senadora Angela Portela, da Senadora Ana Rita, do Senador Wellington Dias e do Senador Cristovam Buarque.

Paulo Davim com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pois não, Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2009 (Projeto de Lei nº 235, de 2007, na Casa de origem), de autoria da Deputada Alice Portugal, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), para incluir nos currículos dos estabelecimentos de ensino médio, públicos e privados, conteúdos sobre direitos da mulher (*caput* do art. 1º).

Esse projeto tramita em conjunto com vários outros projetos:

- Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 171, de 2009 (PL nº 3.401, de 2004, na origem), do Deputado Lobbe Neto, que determina que o tema “educação financeira” integre o currículo da disciplina Matemática;

- Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 31, de 2008, do Senador Cristovam Buarque, que inclui temática relacionada à História e Cultura Indígena Brasileira no conteúdo programático dos ensinos fundamental e médio;

- PLS nº 143, de 2008, do Senador Geovani Borges, que inclui o conteúdo relativo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio;

- PLS nº 155, de 2008, do Senador Tasso Jereissati, que prevê a obrigação de se desenvolver conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil;

- PLS nº 371, de 2008, do Senador Jefferson Praia, que introduz no currículo do ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia;

- PLS nº 103, de 2009, do Senador Expedito Júnior, que insere a disciplina Ética Social e Política nos currículos do ensino médio;

- PLS nº 279, de 2009, do Senador Pedro Simon, que prevê a inserção, nos currículos dos ensinos fundamental e médio e nos cursos de formação de professores da educação básica, de componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania;

- PLS nº 95, de 2010, da Senadora Marisa Serrano, que inclui componente específico de Práticas de Trabalho no currículo do ensino fundamental e médio;

- PLS nº 232, de 2010, do Senador Belini Meurer, que introduz nos currículos o estudo dos aspectos geográficos, históricos e econômicos do Brasil, bem como de seus fundamentos legais; e

- PLS 254, de 2010, da Senadora Níura Demarchi, que dispõe sobre o estudo, no ensino médio, dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.

Análise

As proposições atendem aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, pois, de acordo com os art. 22 da Constituição Federal, é da competência privativa da União legislar sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (inciso XXIV).

Com relação ao mérito, as matérias são oportunas, pois não restam dúvidas de que manejar os conhecimentos sugeridos pelas proposições somente poderá contribuir para o fortalecimento da cidadania.

Os projetos buscam ampliar os horizontes dos nossos estudantes, por meio do domínio de disciplinas com conteúdos voltados para os direitos das mulheres; educação financeira, condição essencial para se acompanhar inclusive os gastos públicos; história e cultura indígena brasileira; primeiros socorros; aspectos históricos locais e regionais na história do Brasil; estudos sobre a Amazônia; ética social e política; valores éticos e de cidadania; práticas de trabalho; aspectos geográficos, históricos e econômicos do Brasil; e direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.

No entanto, ponderamos acerca da viabilidade da inclusão desses conteúdos nos nossos currículos escolares. Acreditamos que as temáticas sugeridas pelos autores e autoras dos projetos em exame já se encontram incluídas nos conteúdos hoje administrados aos estudantes do País, muitas vezes até de forma transversal. Trata-se de questão eminentemente técnica, de ordem educacional, que envolve, em sua essência, a introdução, nos currículos escolares, de dez novas temáticas, além da busca de mudança nos conteúdos que envolvem a formação de professores.

A teor do disposto no inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, o exame do mérito das proposições no tocante aos aspectos educacionais é de competência exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Assim, apresentamos nossa manifestação favorável aos conteúdos sem nos referirmos à viabilidade e à necessidade de cada um dos projetos aqui tratados, considerando que a CE irá se manifestar acerca dessas questões em decisão terminativa. Em outros termos, a CDH considera importante que os assuntos contidos nas proposições sejam debatidos nas escolas, mas não entra no mérito da forma como

esses conteúdos devam ser administrados, tarefa reservada à CE (Comissão de Educação).

Em consequência, e somente para atender à exigência regimental de que o pareceres das comissões sejam conclusivos acerca das matérias sobre as quais se pronunciam, o art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, decidimos pela aprovação do PLC nº 79, de 2009, que trata da inclusão nos currículos escolares de conteúdos atinentes aos direitos das mulheres, por ser a única proposição originalmente remetida a esta Comissão. Consideramos prejudicada a manifestação de voto acerca dos demais projetos.

Dessa maneira, fica possibilitado o exame do conjunto dos projetos pela Comissão de Educação, com a evidente indicação de que os conteúdos ali previstos são considerados relevantes por esta Comissão de Direitos Humanos.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 79, de 2009, com a ressalva de que fica prejudicada a apreciação das demais proposições com as quais tramita em conjunto por tratarem de medida que será decidida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Davim, a matéria será apreciada junto com os outros relatórios no momento adequado.

Agora passamos a palavra, obedecendo à ordem de chegada, à Senadora Marta Suplicy. É de sua relatoria o item constante da página 83 e também o item que está na página 162. É o Item nº 6 agora, página 83 – é a SUG nº 23, de 2011, não-terminativo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É o projeto de lei relativo ao Senado Jovem, de autoria do Jovem Senador Ivan Brito. A sugestão inclui a garantia de alocação de recursos orçamentários suficientes ao respeito do padrão de qualidade entre os princípios do dever do Estado com a educação. Para tanto, insere novo inciso ao art. 4º da lei conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Na justificativa da iniciativa, o autor ressalta a importância da educação para o crescimento pessoal e para o desenvolvimento econômico e social do País. A matéria foi aprovada na Comissão de Gestão e Política da Educação no âmbito do programa Senado Jovem Brasileiro.

Eu acredito que é um bom projeto, é um projeto que vai permitir ao jovem participação. Além disso, o custo comparado aos benefícios é bastante pequeno. Por isso votei pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O outro projeto, Senador, se V. Exª me permitir, está na página 162...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o item nº 12.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

Este vai fazer muita diferença, me pareceu muito importante. É da Senadora Angela Portela e a iniciativa tem por objetivo instituir a obrigatoriedade, no âmbito do Sistema Único de Saúde, da aplicação de instrumento de avaliação pediátrica para todas as crianças nos seus primeiros dezoito meses de vida. Para tanto, a proposição altera o art. 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente, inserindo-lhe um novo parágrafo.

Na justificativa, a autora esclarece que especialistas brasileiros desenvolveram um protocolo para a avaliação e a identificação de riscos ao desenvolvimento psíquico infantil, o qual foi validado em serviços de saúde nacionais junto a crianças com até dezoito meses de vida. Trata-se do protocolo de indicadores de risco para o desenvolvimento infantil, o qual pode contribuir para a detecção precoce de problemas no desenvolvimento infantil.

O projeto foi distribuído para esta Comissão de Direitos Humanos e, em caráter terminativo, para a Comissão de Assuntos Sociais. Cabe à CDH, de acordo com o dispositivo do art. 102, opinar sobre garantia e promoção dos direitos, sobre proteção à infância, à juventude, ao idoso.

Como o fulcro da proposição ora analisada é a defesa da saúde e da integridade das crianças, ela encontra-se no campo da competência da CDH. O direito à saúde é um direito humano a ser garantido por meio de políticas públicas efetivas. Então, nada mais justo do que implantar, dentro dos serviços públicos de saúde, à luz do princípio de atenção integral, instrumento voltado para auxiliar a detecção de anormalidades no desenvolvimento infantil. Com esse diagnóstico precoce, torna-se mais viável a adoção de medidas terapêuticas efetivas que vão promover o desenvolvimento saudável da criança.

Entendemos que a proposição ora analisada está revestida de grande interesse social ao primar pela defesa do direito à saúde da criança.

Traduzindo em miúdos, Presidente – está aqui a Senadora autora do projeto –, é o Exame do Pezinho. Este Exame do Pezinho, que vai ser obrigatório, detecta anomalias e beneficia principalmente crianças da raça negra, que são as mais acometidas pelas anomalias que podem ser detectadas.

O diagnóstico precoce é extremamente relevante, e eu parabeno V. Ex^a por este projeto. Parabeno a Senadora autora, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será votado em seguida.

Está em discussão a matéria.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, eu gostaria de agradecer o relatório da Senadora Marta Suplicy, que valoriza a saúde das nossas crianças quando aprecia e dá parecer favorável à criação de um instrumento que possa avaliar melhor a saúde das nossas crianças nos primeiros dezoito meses de vida.

Este instrumento, criado já pelo Sistema Único de Saúde... Existem especialistas brasileiros que já têm esse instrumento pronto, e nós, na nossa proposta aprovada pelo relatório da Senadora, propomos essa detecção precoce com a avaliação desse instrumento que estamos criando e determinando que seja incluído no Estatuto da Criança e do Adolescente para que, numa consulta médica pediátrica, possa-se detectar precocemente indícios de problemas na saúde psíquica das nossas crianças brasileiras.

Eu queria agradecer imensamente a sensibilidade da Senadora Marta Suplicy ao valorizar esse viés de atenção integral às nossas crianças. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela, autora do projeto que será votado posteriormente, ainda no dia de hoje.

Pela ordem, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Paulo Paim, quero, primeiro, congratular-me com a autora e com a relatora do projeto. Eu não poderia, como médico, deixar de dizer que esse projeto realmente tem uma importância muito grande. Portanto, manifesto, já de plano, minha posição favorável ao projeto.

Ao mesmo tempo, quero pedir a V. Ex^a, uma vez que me informou que talvez não esteja presente o Senador Cyro Miranda, que é o relator de um projeto de minha autoria que diz respeito ao feto anencéfalo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – S. Ex^a está viajando hoje. Eu vou, inclusive, substituí-lo na Comissão do Fundo de Garantia às 11h30min.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Isso. Então, queria pedir que V. Ex^a designasse um relator *ad hoc*, e eu sugiro que seja a Senadora Marta Suplicy, porque é um tema... Por sinal, pode até parecer que esse tema é matéria vencida, já que o Supremo já legislou por nós, mas ele é atual. Embora seja um projeto que partiu de minha iniciativa em 1999, ele depois foi sucessivamente reapresentado, e

agora o que está em pauta é o de 2011, do ano passado, mas é atual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A proposta do Senador é o Item nº 11, página 151, de autoria do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti...

O Relator Cyro Miranda está vindo?

Cyro Miranda ligou agora e está vindo para cá e disse que faz questão de ler seu relatório. Ok?

A SRA. MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria só de dar um adendo ao projeto da Senadora Angela. Eu mencionei o exame do pezinho, mas ele é muito mais amplo que isso. Isso é uma das coisas que esse projeto vai abranger, como a anemia falciforme e outras coisas. Realmente, é um projeto muito e muito bom. Parabéns, de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem... Então, voltamos a nossa pauta. Vou pegar o Item 3, do qual sou relator. Relatarei ao final, não há problema nenhum.

Item 4. Não terminativo. Senador Roberto Requião... Eu queria pedir à Senadora Ana Rita se o pode Relatar... Quer relatar o seu? Relata o quatro antes... Relata o quatro e, em seguida, relata o seu.

Item 4, página 67 – não terminativo.

Senadora Ana Rita, Relatora *ad hoc*. Se quiser sintetizar, como o fez a Senadora...

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, vou fazer a leitura da análise. Eu acho que é o suficiente para que possamos ter uma noção do que se trata o projeto.

Na verdade, o projeto é uma Sugestão nº 5/2011, proveniente do Programa Senado Jovem Brasileiro, que altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal para dispor sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e sobre a instituição de Programa de Valorização e Capacitação e de Piso Remuneratório para os Servidores, Policiais de Segurança.

Sob o aspecto constitucional, a matéria objeto da proposta não se situa entre aquelas integrantes como cláusula pétrea; portanto, não há nenhum óbice a sua tramitação.

No mérito, é certo que a proposição leva segurança pública à condição de preocupação estratégica do Estado brasileiro, de modo que receba a mesma atenção que hoje é dada à educação e à saúde. Sem segurança pública, nossos jovens não terão acesso à educação nem à saúde.

Entendemos que a resposta para o alto índice de violência do País está na manutenção de uma estrutura eficiente de repartição das receitas tributárias. Assim, concordamos que a proposta tenha um efeito preventivo, o que é importante não apenas para reduzir

a criminalidade, mas também para diminuir custos na saúde onde os casos de tratamento clínico e internações de vítimas de violência são expressivos.

A determinação para que se fixe um piso remuneratório nacional para os policiais civis e militares também é meritória. Devemos assinalar, contudo, que o assunto já foi objeto de deliberação desta Casa quando da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41/2008, cujo primeiro signatário foi o Senador Renan Calheiros que institui o piso salarial para os servidores policiais.

Trata-se, portanto, de matéria prejudicada à vista do disposto no art. 344 do Regimento Interno. Por essa razão, somada ao adiantado estágio de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados, optamos pela retirada do dispositivo em questão da proposta que apresentamos.

Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Sugestão nº 5/2011 na forma da seguinte proposta de Emenda à Constituição:

Proposta de Emenda à Constituição

Altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal para assegurar os recursos mínimos das ações e serviços de segurança pública e dispor sobre a instituição de programa de valorização e capacitação dos servidores sociais de segurança pública.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º, alínea **a**, inciso VII do art. 34 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Letra “E” – Aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino nas ações e serviços públicos de saúde e de segurança pública.

Art. 2º – O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 7º – A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades e preverá a criação de programas de valorização e capacitação dos servidores policiais de segurança pública.

§ 10 – A União e os Estados, na forma da lei, aplicarão, anualmente, percentual mínimo da receita resultante de impostos em ações e serviços de segurança pública.

Art. 3º – O inciso IV do art. 167 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Inciso IV – A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações de serviços públicos de segurança pública e de saúde para a manutenção e desenvolvimento do ensino e para a realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 144, § 10; 198, § 2º; 212 e 37, inciso XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receitas previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo.

Art. 4º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, é este o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, a matéria também sai de pauta para votação em momento adequado. Já que V. Exª está com a palavra, poderia apresentar seu relatório, do item 8. PLS 30/2008 – Relatora: Senadora Ana Rita – página 99.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, ele trata...

É o projeto nº 30/2008, da Senadora Kátia Abreu, também do... Vou ser breve aqui... Também de nº 421/2008, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional.

Após análises das duas propostas, Sr. Presidente, nosso parecer é pela rejeição dos dois projetos de lei: do Projeto de Lei nº 30/2008 e do Projeto de Lei nº 421/2008.

Eu vou ler apenas parte da análise aqui em função de nosso tempo...

A aplicação de penas restritivas de liberdade é justificável sob as perspectivas retributivas e preventiva, punindo o criminoso pela prática de crimes como elemento dissuasivo da prática criminosa e evitando que a sociedade fique à mercê de bandidos soltos. Contudo, sendo proibida a prisão perpétua, é importante considerar que a pena deve ser função ressocializadora. Sob essa perspectiva, a progressão dos regimes de cumprimento da pena permite que o sentenciado seja gradativamente reinserido no convívio social, adquirindo condições para trabalhar e adaptar-se sadiamente à vida fora do cárcere. De outra forma, o isolamento contínuo da sociedade, por períodos demasiado longos, pode alienar os presos a tal ponto que passem a conhecer somente os códigos de convívio das cadeias e penitenciárias, povoadas por outros criminosos, e percam total ou parcialmente a habilidade de readap-

tação. Ademais, a perspectiva de progressão do regime de cumprimento da pena é um elemento atrativo para o bom comportamento, inibindo a prática de crimes pelos detentos enquanto estiverem nessa condição. Por essas razões, entendemos que a progressão de regime de cumprimento de penas é tão importante para a sociedade quanto o é para os próprios presos.

As proposições ora examinadas prolongam muito o prazo mínimo de cumprimento de penas para que tenha início a progressão de regimes, tendendo, na prática, para a abolição dessa garantia. Não podemos nos esquecer de que a progressão é gradual e não equivale a colocar em plena liberdade, de imediato, criminosos perigosos sem a perspectiva de progressiva liberdade ou com distanciamento excessivo dessa possibilidade. É certo que muito dos presos passarão a se dedicar intensamente e tentar fugas e a provocar revoltas que facilite esse intento. Desaparecerá o importante elemento indutor do bom comportamento e de ressocialização, com grandes prejuízos para os presos, para o sistema prisional e para a sociedade como um todo.

Não podemos ignorar que a função ressocializadora da pena tem sido mitigada pelas condições pavorosamente violentas e desumanas que predominam no sistema penitenciário. Contudo, acreditamos fortemente que a solução para esse problema não passa pelo recrudescimento das condições enfrentadas pelos presos, como ocorreria caso aprovássemos as proposições ora examinadas.

Para que possamos construir condições que favoreçam o cumprimento efetivo das funções da pena – a retributiva, a preventiva e a ressocializadora – é imprescindível criar condições para que as prisões deixem de ser depósitos de bandidos marcados pela violência e pelo abandono, tornando-se instrumentos de transformação de criminosos em cidadãos produtivos e responsáveis. Isso requer atenção, fiscalização, conhecimento especializado, recursos financeiros, treinamento, competência e profissionalismo. Não há solução simples, como o endurecimento do regime de execução penal, para um problema tão complexo.

Então, diante disso, Sr. Presidente, o nosso voto é pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 30, de 2008, e nº 421, de 2008, por essas razões aqui expostas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy. Em seguida, Senador Mozarildo.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar a Senadora Ana Rita, que com o bom-senso de sempre, fez um excelente relatório.

Acredito que essa proposta realmente deve ser rejeitada. Ela não é solução, ela é agravamento de uma situação muito complicada que vivemos nas nossas prisões. Como V. Ex^a ponderou muito bem, vai acirrar comportamentos inadequados em prisões, pois o prêmio do bom comportamento deixará de existir. E, o que temos que fazer é, primeiro, conseguir menos gente na prisão, por que tenhamos menos militantes e, também, uma prisão que realmente reconstrua essas pessoas que foram para a marginalidade numa vida honesta. Esse projeto não tem nenhuma dessas características, não ajuda e V. Ex^a fez um relatório, como sempre, muito tranquilo, muito ponderado e que põe tudo nos seus devidos lugares.

Votarei com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marta Suplicy.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Paim, nós temos uma Comissão no Senado de juristas elaborando um anteprojeto de Código Penal.

Então, até acho que o Senado legislar, aprovar ou deixar de aprovar projeto nesse campo é, no mínimo, embaralhar as coisas.

Quero, então, pedir vistas porque quero examinar e, inclusive, se for o caso, levar isso como sugestão a essa Comissão, porque nós ficamos aprovando uma coisa que depois pode ficar prejudicada. Não quero entrar no mérito, mas acho que qualquer matéria em relação ao Código Penal ou que se refira a essa questão deveria – até por iniciativa do próprio Senado – ser provisoriamente sustada para que pudesse ser incluída como matéria conjunta.

Então, quero pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O item o 8 sai de pauta por pedido de vista do Senador Mozarildo Cavalcanti. Vista coletiva.

E, como foi solicitado antes e eu havia anunciado que o Senador Cyro Miranda tem compromisso de viagem logo à tarde, eu pediria que ele relatasse agora o projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senadora.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Gostaria de pedir inversão de pauta para o item 36 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O. k.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Embora seja terminativo, eu gostaria de fazer a leitura do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De apresentar o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tenho certeza de que não haverá nenhuma discordância do Plenário. Será invertida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Claro que jamais vou discordar da proposta da Senadora, mas devo estar na Comissão de Relações Exteriores e creio que do próximo item da pauta sou o Relator, do item 7.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tanto do item 1 quanto do 7.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive, do item 1 o Senador Wellington Dias fez a leitura, V. Ex^a chegou em tempo, mantém-se o relatório com V. Ex^a para fazer os comentários se assim entender.

Mas, como eu já havia anunciado o Senador Cyro Miranda...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pediu-me, inclusive, que eu assumo 11:30h, no lugar dele, juntamente com a Senadora Marta, o debate do Fundo de Garantia.

Senador Cyro Miranda com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós vamos...

Esse projeto do Senador Mozarildo, se tivéssemos tido oportunidade de ter relatado antes aqui na CDH, talvez ele não fosse ao encontro do que a Justiça hoje já determinou.

Nós fizemos apenas algumas adequações para que o projeto... Eu acho que o projeto é de uma grande valia. Ele realmente é de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que vem propor acrescer um terceiro inciso no art. 128 do Código Penal, aborto feito de feto anencefálico para aplicar as hipóteses de aborto legal.

Na verdade, o tema aborto é sempre cercado de extrema polêmica e deve ser analisado sob diversas perspectivas. Em matéria de direitos humanos, o Pacto de San José da Costa Rica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para alertar o Plenário, pág. 51.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pág. 51. Da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, do qual o Brasil é signatário, condena a prática do aborto em seu art. 4º, item 1: “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção”.

No entanto, o mesmo Pacto, em diversos dispositivos, protege a autonomia, a dignidade e a integridade física, psíquica e moral das pessoas.

Nesse sentido, há pelo menos dois valores a ponderar, ao considerarmos que existe um aparente conflito de direitos fundamentais no caso da anencefalia fetal: de um lado, o direito da mãe de preservar a sua saúde (física, psíquica e social) e sua autonomia; de outro, o direito à vida do feto anencefálico.

Contudo, nesse caso, o feto não é viável após o nascimento. Assim, como falar do valor da vida de quem, por definição e em virtude de sua anomalia neurológica, carece da expectativa de vida extrauterina?

Admite-se que a viabilidade fetal – capacidade do neonato de sobreviver fora do útero materno – não é um conceito absoluto. Ela varia de acordo com a tecnologia médica disponível e até mesmo com aspectos socioculturais. Há duas décadas, um feto era considerado viável a partir da 28ª semana de idade gestacional. Hoje, esse tempo caiu para 24 semanas ou menos, mas apenas em locais que dispõem de moderna infraestrutura de assistência perinatal. Em todo caso, a viabilidade é conceituada em relação a fetos saudáveis ou potencialmente saudáveis.

O feto anencefálico, por sua vez, é intrinsecamente inviável por ser portador de malformação neurológica que se enquadra na condição de morte neocortical. Dessa forma, aplicar o conceito de viabilidade em função do tempo de gestação de um anencéfalo carece de lógica. O feto será inviável qualquer que seja a data do parto.

Assim, quando não for a vontade da gestante, carece de sentido aguardar que a gestação chegue a termo para fazer o parto de um anencéfalo, visto que ele continuará tão inviável quanto o era no início da gravidez. A interrupção da gravidez nunca será a causa da morte do feto e, sim, a ocasião em que ela ocorre.

Com efeito, a anencefalia implica a total ausência de viabilidade extrauterina. A aplicação de técnicas de suporte vital ao nascituro permitiria, na melhor das hipóteses, postergar a sua “morte” por algumas horas. Mantê-lo no útero materno, contra a vontade da gestante, representa, assim, o prolongamento desnecessário de uma situação de grande sofrimento e a imposição

de um profundo transtorno psicológico: obrigar a mulher grávida a carregar no ventre um ser que não tem expectativa de vida extrauterina.

Em face desse quadro, inúmeras gestantes de fetos anencefálicos buscaram obter autorização judicial para a interrupção da gravidez, sob pena de serem, juntamente com os médicos, acusadas da prática de aborto. Em muitos casos, a tramitação do processo arrastou-se por longo período, causando grande sofrimento à gestante e, frequentemente, resultando inócuo diante de um parto espontâneo. Em outros, a autorização pleiteada foi negada pelo juiz, sob o argumento de que o responsável pela impossibilidade de se interromper a gestação de anencéfalos seria o Legislador, que não incluiu essa hipótese entre as autorizativas do aborto (art. 128 do Código Penal).

Nas palavras da eminente Ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, não se poderia “exigir do Magistrado, intérprete da lei, que se lhe acrescente mais uma hipótese que fora excluída de forma propositada pelo legislador.

Sensíveis a essa questão, os Senadores Duciomar Costa e Mozarildo Cavalcanti apresentaram, respectivamente, os PLS nºs 183 e 227, ambos de 2004, com objetivo de excluir de ilicitude a interrupção voluntária da gravidez em casos de anencefalia fetal. No entanto, menos de um mês após a apresentação do projeto, o Senador Duciomar Costa redigiu requerimento solicitando a sua retirada. O PLS nº 227, de 2004, por sua vez, permaneceu inerte por pouco mais de meia década, sem nunca ter sido apreciado por uma única comissão desta Casa Legislativa, até ser finalmente arquivado ao final da última Legislatura.

A falta de uma resposta definitiva do Legislador para o problema fez com que a sociedade continuasse a buscar o auxílio do Poder Judiciário – agora de forma coletiva, organizada, e não mais apenas por meio de demandas individuais em casos concretos – com o ajuizamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54, movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

Em 1º de julho de 2004, o Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar autorizando a interrupção da gestação quando detectada anencefalia no feto. Com a liminar, os médicos, quando solicitados pela gestante, estariam autorizados a interromper a gestação de fetos anencefálicos, independentemente de autorização judicial específica para aquela gravidez, necessitando somente da cópia da decisão e do laudo médico atestando a deformidade.

Aqui há outros pareceres do STF.

Recentemente, a situação jurídica da interrupção da gestação de anencéfalos mudou drasticamente, pois o STF finalmente pôs em julgamento a ADPF nº 54. Oito Ministros julgaram procedente o pedido formulado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, enquanto que apenas dois o consideraram improcedente. Com a decisão, o Supremo determinou ser inconstitucional a interpretação do Código Penal que tipifique como aborto criminoso a interrupção voluntária da gestação de anencéfalo.

Trata-se de importante paradigma. Vitória das gestantes brasileiras! Assim, na hipótese de um feto estar acometido pela anencefalia, a gestante não mais precisará enfrentar o calvário de um processo judicial, caso decida-se pela interrupção da gravidez.

Diante da decisão do STF, o projeto apresentado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti poderia ser considerado prejudicado. Não obstante tal fato, julgamos que a proposição ainda pode ser aproveitada e, até, aprimorada, a fim de conferir maior segurança jurídica ao procedimento ali previsto, conforme observou o Senador Edison Lobão, em seu relatório sobre o PLS nº 227, de 2004:

É que referida proposição não detalha os requisitos de validade do diagnóstico e do consentimento da gestante. Entendemos, por força do mais elevado comando de segurança jurídica: a) que o diagnóstico deve ser subscrito por dois outros médicos (que não participem, portanto, do procedimento cirúrgico de interrupção da gravidez); b) que as técnicas de diagnóstico da anencefalia sejam reguladas pelo Conselho Federal de Medicina, de modo a uniformizar os procedimentos de investigação da referida anomalia [o que, por sinal, já foi regulamentado esta semana]; c) que a manifestação do consentimento da gestante ou de seu representante legal deve ser feita por escrito, para evitar, assim, qualquer tipo de dúvida ou questionamento futuro.

Dessa forma, oferecemos emenda à proposição sob análise, no sentido de exigir:

1) consentimento prévio da gestante, 2) diagnóstico da anomalia fetal por três médicos não integrantes da comissão que realizará o procedimento – explico: para que não haja empate. Então, a figura de três, caso haja alguma dúvida, três seria um número ideal, ao nosso ver.; e 3) atendimento aos critérios diagnósticos definidos pelo Conselho Federal de Medicina, que hoje se tornou mais rigoroso

Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2011, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2011

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a exclusão da ilicitude do aborto de feto anencefálico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 128.

Aborto no caso de gravidez de feto anencefálico III – se o feto apresenta anencefalia, diagnosticada por três médicos que não integrem a equipe responsável pela realização do aborto, e o procedimento é precedido de consentimento por escrito da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III, o diagnóstico de anencefalia atenderá aos critérios técnicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Senadora...Como autor do projeto?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele pediu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como autor, claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como autor.

Claro!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Quero prestar alguns esclarecimentos.

Primeiro, como eu disse antes do Senador Cyro chegar – eu havia pedido até que a Senadora Marta relatasse –, realmente eu, sendo obstetra – portanto não por ouvir dizer ou por lido –, eu vivenciei deste dos bancos da faculdade de Medicina esse drama.

Na verdade, àquela época para descobrir era uma dificuldade. Hoje não; nós temos modernos aparelhos de ultrassom, tridimensionais que dão quase uma fotografia do feto, mas, naquela época era uma

dificuldade; só se descobria após o terceiro ou quarto mês de gestação. Aí, ficava um drama, Senadora Marta, porque, depois que informava para a mãe e para o pai a situação – eu estava comentando com a Senadora Angela –, algumas, por convicção religiosa ou por convicção pessoal e familiar, preferiam levar a gravidez à frente; e essa gravidez, quando muito, chegava ao oitavo mês. Mais da metade desses fetos – mais da metade! – morre dentro do útero, antes da mulher entrar em trabalho de parto, e os que nascem não sobrevivem.; os que sobrevivem, até com as modernas técnicas, não chegam a 72 horas.

É bom esclarecer que a anencefalia que dizer ausência de cérebro; não é a mesma coisa de má formação cerebral. A pessoa pode ter má formação cerebral e levar uma vida razoavelmente, como algumas outras deficiências. Então, ausência de cérebro não permite a sobrevivência. Aliás, não sei qual dos Ministros do Supremo que disse “não se está discutindo aqui interromper ou tirar uma vida”. E olhem que a lei atual permite fazer aborto em caso de risco de vida da mãe, que tem maior preferência porque já está viva, e no caso de estupro. Estupro é tão complicado de se garantir que o é, porque é a palavra da mulher que vale muito. Quem disse que todas as mulheres que dizem que foram estupradas realmente o foram? Mas se foram, se justifica por isso, por uma afronta à mulher, tirar uma vida, uma vida viável. A lei já permite. E por que essa – posso dizer uma palavra pesada – hipocrisia de achar que se tem de obrigar a mulher a ter o filho? Hoje a lei obriga.

Agora, como disse o Senador Cyro, até poderia parecer que esse projeto não tem mais sentido, porque o Supremo já decidiu e o Conselho Federal de Medicina baixou uma norma que exige apenas dois médicos, Senador Marta. O Senador Cyro está colocando três médicos – com o que concordo plenamente, porque será a opinião de três especialistas para dizer se é ou não é caso de anencefalia – e ainda deixa, mesmo assim, o direito de dizer se quer ou não quer. Se ela não quiser, por convicções pessoais, familiares, religiosas ou outras, interromper, pronto, ela tem o direito de não interromper e ela vai dizer que não vai interromper. Se ela quiser interromper, ela vai assinar também um documento, junto com o esposo, se houver, que quer interromper.

Eu quero dizer – sou católico, eu sou uma pessoa espiritualista; como maçom, sou um homem espiritualista – que não acho que esse projeto em nada fere qualquer dignidade. Ao contrário, a mulher, em querendo, nós estamos resguardando a dignidade dessa mulher.

Já fiz pronunciamentos aqui no Senado com relatos de mulheres de quem fiz o parto de feto anencéfalo e que, depois, ficaram com distúrbios psiquiátricos sérios, quando viram a criança que nasce.

Quero dizer que, embora religioso que sou – embora não seja aquele religioso que obedece cegamente aos princípios –, acho que o Senado dá um passo a mais ao aprovar o relatório do Senador Cyro Miranda, que aperfeiçoa muito o meu projeto, porque o meu projeto é anterior à decisão do Supremo e anterior à atual decisão do Conselho Federal de Medicina. Então...

Então, quero pedir aos colegas que aprovelem esse projeto como um passo de respeito à dignidade da mulher e dando a ela a dignidade de resolver se quer ou não interromper.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) Muito bem Senador Mozarildo.

Senadora Marta com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) Sr. Presidente, quero parabenizar os dois, Relator Senador Cyro Miranda e o Autor do projeto Senador Mozarildo e que fiquei contente de falar depois do Senador autor da proposta, porque V. Exª foi extremamente claro, eu diria até brilhante na sua explicação, do porquê não se pode submeter uma mulher, porque temos que dizer aí que é uma decisão dela, sempre dela.

Se ela quiser levar até o fim essa gestação, que vai sobreviver no máximo 72 horas ou quiser correr o risco de vida do feto morrer no útero e rapidamente ter que se submeter a uma curetagem, é uma decisão dela, ninguém está obrigando-a de fazer. Agora, a mulher ser impedida de poder ter essa opção por um aborto de um feto com anencefalia é realmente muito perverso, muito perverso. Acredito que é uma forma de controle sobre a mulher que hoje, neste século, não admitimos mais.

Então, fico muito feliz de estar aqui hoje podendo votar favoravelmente ao projeto, parabenizo o Senador Cyro e conversávamos que de três médicos talvez pudéssemos ter dois, porque ele colocou para desempate. Agora, se houver empate em dois, ainda teremos um terceiro, porque fazer a peregrinação para a mulher também é um sofrimento. Três hospitais ou três médicos, as pessoas ficam em filas...Vamos fazer dois. Vou pedir à relatoria da CCJ, porque agora quero colocar uma coisa que nos entristece a todos.

Senador Mozarildo, há 16 anos fui Deputada Federal e fiz esse projeto, há 16 anos! Há 16 anos esse projeto foi apresentado e foi junto – não chamava união estável, era chamado de parceria civil para os homossexuais na mesma época. Foram necessários 16 anos para se votar, quer dizer, não foi votado nesta Casa, não foi votado no Congresso Nacional. Tivemos que

chegar ao Supremo Tribunal Federal para que pudéssemos ter uma lei que salvaguardasse tanto as pessoas homossexuais, que agora podem ter uma união estável, direitos iguais aos heterossexuais, como as mulheres que passam situações desse tipo.

Então, ao mesmo tempo em que fico feliz de estar votando esse projeto, que é um projeto de 2004, mostra o conservadorismo, a falta de interesse que as Casas de lei têm em tratar desses temas que são polêmicos, mas são polêmicos porque não são da maioria, porque a maioria não é homossexual, a maioria não tem feto anencefálico ou não vive problemas desse tipo e esses problemas, que são complicados para a sociedade, vão para a gaveta, porque não tem sentido em 16 anos um projeto desse não ter sido votado, desde 2004, Senador Mozarildo, com esse projeto que não consegue ser votado e tenho certeza que só veio para ser votado porque o Supremo se pronunciou e as pessoas se acalmam e votam o projeto.

Então, essa situação de hoje é histórica, no sentido de que estamos votando, mas uma situação que nos permite ver como esta Casa, em tudo que é mais complicado, tem dificuldade de chegar lá, votar e fazer caminhar a sociedade para o bem estar maior para todo o cidadão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns ao autor, ao relator, aos comentários, porque é importante que esteja na lei e por isso não tem que desistir do projeto não. É fundamental que esteja na lei.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas para manifestar o meu voto favorável ao projeto, parabenizando o Autor, o Relator e a Senadora Marta que há 16 anos deu início a um esforço neste sentido.

Creio que é um avanço do ponto de vista dos direitos humanos, um avanço do ponto de vista do bem-estar social e traz para o Brasil uma posição moderna também pela maneira como tratamos o problema muito novo de saber-se, com antecedência ao nascimento de uma criança, certas características que ela vai ter. Esse é um fato muito novo na medicina, na ciência e que temos que ajustar, não podemos ignorar. E o projeto do Senador Mozarildo traz essa dimensão: moderna, socialmente positiva e compatível com a nova geração de direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O projeto será votado na sequência.

O Senador Cristovam está com a palavra.

O Item 1 foi lido, mas o relatório mantém com V. Exª, foi elogiado por todos. No relatório foi usado,

pelo Senador Wellington Dias, a seguinte expressão: um relatório revolucionário. Então, já foi lido, mantém o relatório com V. Ex^a, porque não foi apreciado e, se quiser fazer algum comentário, embora V. Ex^a faria a leitura do Item 7, do qual V. Ex^a é Relator, um projeto do Jovem Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Vou direto ao projeto Item 7, em função das muitas atividades que ainda tenho, inclusive o desejo de estar presente na entrega do prêmio a essa grande economista brasileira, embora nascida em Portugal, que é Maria da Conceição Tavares.

Justificativa para aprovação deste projeto. Quero iniciar dizendo da satisfação, porque talvez seja o primeiro projeto de lei originado do Projeto Jovem Senador. Não sei se há outro, gostaria até de consultar de há um outro, tenho a impressão de que é o primeiro. Se não for, é um dos primeiros. O projeto Jovem Senador é uma atividade que o Senado Federal faz trazendo jovens de todo o Brasil que, durante quase uma semana, comportam-se como Senadores, inclusive apresentando projetos de lei como esse.

A justificativa da estudante Adriele Souza diz que um dos principais problemas da educação brasileira é a falta de professores qualificados.

Os dados estatísticos posteriores à implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) dão conta de que o percentual de professores de formação adequada elevou-se, mas ainda esses dados não encontram respaldo nos dados de matrícula dos cursos de formação de professores considerados de boa qualidade, especialmente no nível superior.

Como se sabe, as universidades são apresentadas como centro da preparação por excelência para todos os níveis. Não bastasse isso, parte dos profissionais formados nas instituições sequer chega atuar no magistério.

Muitos professores leigos, notadamente das redes públicas municipais, receberam algum tipo de formação rápida e nem sempre suficiente. Para superar esse problema é que vem o projeto de lei. É preciso mais investimento na formação de professores, sem o que a escola não terá como manter a sua atividade para os jovens que demandam conhecimento.

A lei apenas acrescenta o Item 9 ao art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases dizendo:

Item 9 – Padrões mínimos de qualidade e ensino definidos com variedade e quantidades mínimas por aluno de insumos indispensáveis ao processo de ensino aprendizagem, incluindo docentes qualificados, nos termos do art. 62 desta lei.

Por tudo isso e depois da análise que está no parecer em que o projeto preenche todos os requisitos, o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Senador Cristovam. O projeto será votado num segundo momento junto com os outros.

A Senadora Angela Portela havia pedido para apresentar o seu parecer.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, antes de ler o meu parecer gostaria de parabenizar o Senador Cristovam Buarque pelo relatório que fez a respeito desse projeto de lei que assegura a presença de professores devidamente qualificados nas redes públicas de ensino.

Quero destacar aqui que o Plano Nacional de Educação, que está sendo analisado na Comissão Especial na Câmara dos Deputados e que veio do Poder Executivo já prevê que dois terços das 20 metas sejam para investimentos na valorização e qualificação dos professores da rede pública de ensino da nossa educação.

Então, parabéns Senador Cristovam pelo relatório que tem sempre o viés de trabalho no Senado voltado para valorização dos profissionais de educação e da melhoria da qualidade do ensino em nosso País.

Vamos agora à leitura do nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual página?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Último item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Página 410, Item 36.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vou fazer a leitura do relatório do projeto da Senadora Ana Rita.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita.

A proposição inclui as mulheres produtoras rurais e suas organizações associativas, formais ou informais, entre as que terão prioridade na aquisição de gêneros alimentícios pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Também estabelece que ao menos 50% do valor da aquisição deve ser feito em nome da mulher.

Para alcançar esse objetivo, o projeto altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir as mulheres entre os grupos de fornecedores preferenciais já estabelecidos em lei, a saber: produtores oriundos de assentamentos da reforma agrária e das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, todos, por suas vezes, integrantes do sistema

de agricultura familiar e de empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Análise.

No Senado Federal, cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102– E, inciso IV, do Regimento Interno, sobre os aspectos relativos aos direitos das mulheres. Por essa razão, é pertinente a apreciação neste colegiado do referido PLS.

Quanto ao mérito, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, objeto da alteração proposta, *dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica*. Tal instrumento legal instituiu, entre outras medidas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cuja execução é articulada com outras políticas sociais destinadas ao amparo das crianças, de suas famílias e da comunidade em que vivem.

A lei determina que ao menos 30% dos recursos repassados pelo

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar seja utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, incluindo suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária e os produtos oriundos das comunidades indígenas e quilombolas.

O projeto em exame inclui as produtoras rurais e suas entidades associativas, ainda que informais, entre os fornecedores prioritários do PNAE e estabelece que a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por família rural individual será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% do valor.

O projeto em exame atende a uma necessidade proveniente das mudanças, já identificadas, nos arranjos familiares brasileiros, que apresentam cada vez mais as mulheres como responsáveis economicamente por seus lares. De acordo com estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), realizada em 2010, tomando como base a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios de 2009, já passa de 22 milhões o número de famílias chefiadas por mulheres.

Em conformidade com essa realidade, outros programas também buscam salientar o papel das mulheres, reconhecendo, na prática, que a sua participação contribui para o alcance dos objetivos sociais buscados pelos programas, fundamentalmente aqueles que tratam de amparo a famílias de baixa renda.

São exemplos de programas com políticas específicas para as mulheres o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem cota de participação feminina, e o Programa Bolsa– Escola, que repassa os valores do auxílio para as mulheres. Também deve se mencionar, porque sua

titularidade é amplamente feminina, o Programa de Agentes Comunitários da Saúde (Pacs) e o Programa de Saúde Familiar (PSF).

Voto

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 680, de 2011.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela.

A matéria sai de pauta e vai ser votada no encaminhamento dos trabalhos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu pediria uma gentileza, se fosse possível.

Tem em turno suplementar o Item 22, que não precisa ser lido, não foram oferecidas emendas.

Se o senhor pudesse só já votá-lo, nos termináramos esse projeto que é de minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos atender o apelo do Senador Cyro Miranda.

Item 22, página 73:

ITEM 22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 78, DE 2009

– Terminativo –

Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume).

Autoria: Deputado Arolde de Oliveira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação

Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas ao substitutivo no turno suplementar, portanto, em conformidade com o art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo é dado como, definitivamente, adotado.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Casildo Maldaner para, se puder já dar o parecer do Item 5 para em seguida, a gente possa a votação de todas as matérias, inclusive dos companheiros da segurança – os de vocês é extra pauta.

Faço a leitura, coloco em votação.

Faço a leitura do de vocês e coloco em votação.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu poderia, depois do Senador Casildo, fazer a leitura do relatório do Item 18.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza absoluta, Senador Eduardo Lopes. Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu, ao mesmo tempo, antes de fazer essa exposição, fazer essa leitura *ad hoc* aqui, eu tenho dois projetos em que sou relator, o 15 e 17.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

V. Ex^a já faria o 5, e já o 15 e 17; e em seguida seria o nobre Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta um relatório aqui que veio ao exame desta comissão, apresenta uma Sugestão nº 21, de 2011, apresentada pela jovem Senadora Jacqueline Kelly Canuto Silva, representante do Estado de São Paulo, que acrescenta o § 7º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A proposição é o seguinte: base da educação para dispor sobre a obrigatoriedade de ciclos e debates sobre a realidade social e política no ensino médio. Partindo para a Análise:

Nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

Além dessa atribuição regimental, de acordo com o parágrafo único do art. 20 da mencionada Resolução nº 42, de 2010, do Senado Federal, a CDH poderá analisar proposições oriundas do “Programa Senado Jovem Brasileiro”, as quais terão tratamento de sugestão legislativa.

A proposição demonstra preocupação em tornar o aprimoramento da educação um processo mais partilhado e discutido. Também aproxima legisladores das pessoas que vivenciam o processo pedagógico-educativo em sua plenitude. Dessa forma, é possível que os legisladores tratem diretamente do assunto, em verdadeira lição democrática.

Na discussão da proposição no âmbito do Programa Senado Jovem, a medida foi acolhida com emenda, que reforça as discussões dos ciclos de debates com a participação de membros do Poder Legislativo.

Dessa maneira, atendo-nos à análise do cabimento da proposição, deixamos o exame dos aspectos

educacionais da proposição, bem como da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, às competentes comissões temáticas desta Casa.

Voto

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 21, de 2011.

E qual é a sugestão?

É a do jovem Senador, que fazendo ciclos de debates vem a esta Casa, e através da orientação dos consultores daqui do Senado Federal, esses jovens Senadores passam aqui um dia vendo como é que é, como é que não é, como é que se encaminham proposições, projetos de lei. Eu acho que para a formação do ensino médio, do jovem no Brasil ele é extremamente importante.

A linha do raciocínio, da moção, da proposição relatada pelo Senador Aloysio Nunes é nessa direção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Casildo Maldaner.

O projeto sai de pauta e será votado no momento adequado.

Neste momento passamos a palavra ao nobre Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou à leitura do Item 18.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 655, DE 2011

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever o crime e a infração administrativa de venda de bebidas alcoólicas a menor de dezoito anos e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1940 – Lei Contravenções Penais.

Relator: Senador Eduardo Lopes

Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 655, de 2011, do Senador Cyro Miranda, altera o art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 –, para definir como crime os atos de vender, fornecer, ainda que gratuitamente, servir ou entregar bebida alcoólica a pessoas com menos de 18 anos de idade.

A proposição também acrescenta ao ECA o art. 258-C, que institui multa no valor de R\$ 2 mil a R\$ 50 mil, a ser aplicada aos estabelecimentos comerciais que incorrerem na prática proibida.

Além disso, coerente com a tipificação da venda ou oferta de bebida alcoólica a crianças e adolescentes como prática criminosa, a proposição revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (equivocadamente citado como sendo de 1940), excluindo a matéria do rol das contravenções penais ali estabelecidas.

Na justificação do projeto, o Senador Cyro Miranda afirma que a iniciativa irá resolver controvérsia jurídica acerca da norma a ser utilizada nos casos de venda de bebida alcoólica a criança ou adolescente: se o ato deve ser tratado como contravenção ou como crime. Cita jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que “remarca a prevalência” da Lei de Contravenções em detrimento do ECA. Com a proposição, o autor espera deixar inequívoco que o ato deve ser tratado como crime.

Depois de analisada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a proposição irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise

Cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o exame de matéria que trate da proteção à infância e à juventude, nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto em análise define como ato criminoso vender, fornecer, ainda que gratuitamente, servir ou entregar, de qualquer forma, bebida alcoólica a criança ou adolescente.

A iniciativa é meritória, pois retira o assunto do âmbito da Lei das Contravenções Penais, possibilitando a aplicação de medidas mais rigorosas para coibir essa prática nefasta. Cuida também de impor multas elevadas para os estabelecimentos que cometam o crime ou tolerem a ocorrência em suas dependências.

Observe-se que o art. 243 do ECA já considera implicitamente crime a venda ou oferta de “produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida”.

No entanto, nos termos da justificação do Senador Cyro Miranda, esse dispositivo não vem encontrando acolhida na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que manda aplicar, em tais ocorrências, o art. 63 da Lei das Contravenções Penais, resultando na administração de medidas brandas para uma situação que deve ser tratada como criminosa.

Por isso, a necessidade de dirimir a questão, deixando inequívoco o entendimento de que a prática

deve ser coibida porque é criminosa, conforme propõe a matéria ora em exame.

Sugerimos apenas uma emenda de redação ao texto, com a finalidade de corrigir a remissão à Lei de Contravenções Penais, citada como sendo o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1940, quando, de fato, a Lei é de 1941.

Então, é apenas uma correção.

Voto

Diante disso, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 655, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CDH (DE REDAÇÃO)

(ao PLS nº 655, de 2011)

Substitua-se, na ementa e no art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 655, de 2011, a expressão “de 3 de outubro de 1940 – Lei das Contravenções Penais” pela expressão “de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)”.

Então, nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, o voto é pela aprovação, a matéria será votada em seguida.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Primeiro, para agradecer ao Senador que com muita propriedade relatou esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Cyro Miranda é o autor do projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Isso!

Eu agradeço ao Senador Eduardo Lopes a presteza e justifico também, porque estamos começando a colocar leis que dizem que não se pode vender bebida alcoólica... Não pode haver bares que vendam bebida alcoólica ou cigarros numa distância de 500 metros da escola. Quer dizer, 501 pode. O fato não está aí. A lei tem que ser rigorosa. É criminoso vender para o adolescente.

Então, dessa maneira nós propusemos esse projeto e espero que na CCJ ele seja aprovado.

Muito obrigado, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. Será votado aqui e lá.

Senador Mozarildo Cavalcanti, para o seu relatório.

Em seguida, o Senador ...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – É o Item 20, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, é o item 20.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu quero dispensar o relatório e a análise que está já bastante divulgada.

Mas eu quero concluir que esse projeto do Senador Blairo Maggi, que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil – para dispor sobre a utilização *post mortem* do sêmen do marido ou companheiro.

Sempre que se trata dessa questão relativa à vida, à saúde de certo que fico muito feliz de relatar um projeto dessa ordem, porque creio que é um avanço que se pratica.

E o meu voto, portanto, é pela aprovação do projeto, porém com uma emenda que diz o seguinte:

Dê-se ao art. 1.597 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 749, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º

‘Art. 1.597.

.....
III – havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

IV – havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários decorrentes de concepção artificial homóloga, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

.....
Parágrafo único. Para efeito do disposto nos incisos III e IV do caput, a utilização *post mortem* do sêmen do marido ou companheiro ou de embriões excedentários somente poderá ser feita pela esposa ou companheira, no prazo de até doze meses após o óbito, e mediante existência de autorização expressa do falecido.’ (NR)”

Isso aqui é uma coisa muito importante, porque é preciso que o falecido antes tenha dado autorização de que a mulher pode, a qualquer tempo, dentro desse prazo, utilizar o sêmen para uma fecundação.

Então, eu creio que o projeto é meritório, e com essas emendas não deixa nenhum tipo de brecha para qualquer tipo de conduta que não seja o fim a que se destina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Feito o relatório, a discussão e votação serão feitas em seguida.

O Senador Casildo Maldaner para os seus dois pareceres: Parecer nº 15...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E o 19.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... PLS 571, e o 19 também, PLS 746.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e caros Colegas, eu procurarei fazer um resumo disso para que a gente possa e caso houver dúvida a gente está aqui à disposição para isso.

O nº 15 é uma proposta do Senador Vital do Rêgo, que altera o art. 13 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do Imposto de Renda pago a maior.

O que ele prevê? Na restituição do Imposto de Renda, quando as pessoas têm deficiência comprovada, e assim por diante, têm o direito de quererem os idosos uma preferência para receber a restituição do Imposto de Renda. Então, o que prevê o Senador Vital do Rêgo é incluir também as pessoas com deficiência.

Eu apenas apresentei uma emenda por que prevê os portadores de deficiência. E acrescentamos aqui uma emenda dizendo: as pessoas com deficiência cadastradas porque até o próprio Imposto de Renda precisa saber. Então, tem que ser pessoas não que portem uma deficiência.

Dizem que a nova nomenclatura não é que seja portador. O portador pode ser o portador de uma arma, portador de alguma coisa. Não, ela é uma pessoa que tem si uma característica. Ela tem inserida em si uma deficiência. Então, é nisso que a nova nomenclatura, pelo menos a Consultoria Legislativa do Senado, culminou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é isso mesmo. Com toda razão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – As pessoas com deficiência cadastradas, para ficar caracterizado, para igualar conforme os idosos já detêm. Então, um direito que também tenha essa preferência no receber, quando de direito, a restituição do Imposto de Renda. Essa é a proposta.

Se os colegas estão de acordo, a gente culmina com esse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª sintetizou muito bem o relatório.

Vamos para o Item 19 agora.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito bem. Eu agradeço então a anuência dos colegas.

O Item 19 é uma proposta do Senador Blairo Maggi, relatada há pouco aqui também numa outra proposta, em outro âmbito, pelo eminente Senador

Mozarildo Cavalcanti. Nessa proposta o Senador Blairo Maggi prevê o seguinte: para deduzir das doações as instituições de assistência social que abrigam crianças e idosos da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física.

O que ele prevê? Vamos supor, doou alguma coisa para um centro, uma instituição que atende crianças desamparadas ou um centro de idosos, asilo, se a pessoa fizer uma doação possa abater como despesa do seu imposto ao computar. Não é do imposto a recolher, do líquido, do Imposto de Renda. Não, vai computar como uma despesa.

E aí acrescentamos também uma emenda, que é da letra “b” da legislação, que pode alterar a lei, pode abater, deduzir do imposto que vai pagar para a instituição de crianças e idosos, mas sempre respeitando a legislação de doações, que tem um limite – tem um limite que pode ser doado. Então, respeitando a legislação em vigor, essa é a emenda que apresentamos também.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente e caros colegas, também isso ajuda, porque podemos aplicar deduções para institutos de caridade, fins culturais, fazer cinema, filmes. Muitas vezes, filmes não os mais recomendáveis. Isso na Lei Rouanet é permitido. Agora, na proposta do Senador Blairo Maggi para uma instituição que atende crianças desamparadas ou asilos por que não poder também aplicar recursos, respeitando os valores já previstos nas deduções? Acho que é alguma coisa meritória também.

Essa é a ideia da proposta do Senador, que acabamos de relatar, Sr. Presidente e caros colegas.

Fico à disposição. Se for preciso ler todo, posso fazê-lo. Mas se os colegas necessitarem de alguma resposta a alguma pergunta, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Casildo Maldaner, feito o relatório, a matéria sai de pauta e será votada posteriormente.

Convidaria agora o Senador Eduardo Lopes, se pudesse *ad hoc*, para fazer a leitura do Item 14, PLS 505, de 2011.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, com o maior prazer, quero fazer então a leitura do Item 14 sobre o Projeto de Lei nº 505, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, que altera a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, para determinar que os editais de convocação de concursos públicos contenham determinações especiais para a comunicação dos eventos do processo seletivo às pessoas com deficiência.

No mérito, observamos inicialmente que as pessoas com deficiência já podem ingressar na administração pública direta ou indireta, por meio de concurso público, de provas ou de provas de títulos, em condições diferenciadas. De fato, o fato o candidato pode optar pela utilização da reserva obrigatória de cargos e empregos públicos.

Contudo, a participação de candidato com deficiência em concursos públicos desde o ato da inscrição até a nomeação muitas vezes é complicada por uma série de fatores. Entre esses fatores, citam-se a precariedade na comunicação e a falha no processo de informação detalhada sobre o processo seletivo, que geralmente não leva em consideração as diferentes deficiências dos possíveis candidatos. Sem terem acesso adequado às informações dos editais, esses candidatos com deficiência iniciam sua participação nos concursos em desvantagem relativamente aos demais. Assim, entendemos que a proposta é meritória.

Ponderamos, adicionalmente, que os editais e as informações sobre os concursos hoje são disponíveis às pessoas com deficiência física e auditiva, pois são publicados no *Diário Oficial* e em jornais de grande circulação. A lacuna existe, sim, no tocante às pessoas com deficiência visual que não têm maneira de decifrar as informações dos editais exatamente em função da sua deficiência. Além disso, entendemos que o Poder Público necessitará de um período de adaptação a essa exigência, razão pela qual propomos que a alteração da lei só entre em vigor 180 dias após a sua publicação. Dessa forma, com o objetivo de sanar essa falha do projeto, propomos uma alteração no texto.

Em face do exposto, somos pela aprovação, na forma da seguinte emenda substitutiva. Vamos à emenda, art. 1º, ao art. 12 da Lei 8.112, no § 3º: o edital de que trata o § 1º, bem como todos os demais atos destinados a divulgarem informações relativas a concursos públicos serão publicados em formato que permita às pessoas com deficiência visual decodificar as informações que contêm.

A lei entra em vigor após a data da sua publicação. No início ele falava em 180 dias, mas a emenda substitutiva fala entrar imediatamente em vigor.

Essa questão do deficiente visual, acho de extrema importância que se dê essa atenção, porque realmente da maneira como está hoje eles não têm como decodificar as informações.

Então, nosso voto é a favor, com o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Feito o relatório, a matéria será votada na sequência.

Item 16, a Senadora Lidice da Mata é a relatora. Ela não está presente. Poderia indicar um Senador *ad hoc*. O Senador Casildo Maldaner poderia ser indicado

ad hoc, mas se quiser fazer o relatório, acompanhando o parecer da Senadora Lídice da Mata.

V. Ex^a está com a palavra.

Em seguida, vamos à votação dos projetos, porque já foram todos lidos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Posso fazer uma exposição aqui: da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011, da Senadora Marta Suplicy, que altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

E a Senadora Lídice da Mata, vamos ver como é a conclusão dela – só me permita um instante.

Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação – quer dizer que ela reconhece a união estável, em tese – do Projeto de Lei do Senado nº 612/2011, com as seguintes emendas. Ela apresenta emendas.

Permute-se a preposição “dos”, entre os vocábulos “formulado” e “companheiros”, pela preposição “pelos”, na redação do art. 1.726 do Código Civil, atribuída pelo art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº 612/2011.

Emenda nesta comissão. Ela acrescentou mais uma emenda.

Grafe-se em itálico a locução “parágrafo único” e permute-se (quer dizer, não é trocar homem com mulher ou mulher com homem) e permute-se o sinal gráfico (É o sinal. Não é trocar pessoa é trocar o sinal. Só para ficar claro.) “–” pelo símbolo correspondente ao “ponto” (Aí é o ponto. Não é o ponto “G” de que falamos. É o ponto), no parágrafo único do art. 1.726 do Código Civil, adicionado pelo art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011.

A Senadora Lídice da Mata ela concorda que seja, igual a união estável, legalizada. Apenas ela tentou colocar ali umas emendas, para ficar mais claro algumas coisas. Mas ela termina com a questão...

No mérito, estou fazendo o relatório, não é o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o parecer da Senadora Lídice da Mata. Se há concordância dos Senadores, tudo bem. Se não, pode pedir vistas, enfim...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Estou fazendo um relatório, não é?

Em tese, hoje parece que está prevalecendo esse direito aí em vários países do mundo e até no Brasil.

Esses detalhezinhos é que eu não entendi bem aqui, mas em todo o caso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem sabe...

Estou percebendo que não há uma certa segurança, porque ele foi indicado como relator *ad hoc* neste momento.

A gente retiraria de pauta se vocês concordarem e convidamos a Senadora Lídice da Mata, que é a relatora para fazer a devida exposição. É muito mais adequado.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Eu concordo, Sr. Presidente, com a retirada e com a própria relatora trazendo a sua exposição, as suas ideias.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu confesso que eu gostaria, mas o Presidente me passou isso para evitar aqui...

Eu fiquei aqui o ponto “b”, o ponto “a”, o ponto não sei o quê...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – O ponto e vírgula...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Aí permuta. Mas permuta é letra.

Eu não entendi, pensei pessoa, mas aqui é letra.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Eu concordo com o Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Na verdade, dá para meditar um pouco melhor, não é?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Em que pese o esforço do nosso Senador, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele fez mágica.

Eu convidaria agora o Senador Casildo Maldaner para assumir aqui porque eu sou relator de quatro projetos e eu faria meu relatório de forma sintetizada.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Estou recebendo a incumbência então de presidir esta comissão, esporadicamente.

Passo então ao eminente...

O Senador Paulo Paim é relator do Item 3. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, não-terminativo também.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 593, DE 2010

– Não Terminativo –

Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Autoria: Senadora Níura Demarchi

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição da matéria, bem como das Emendas de Plenário nºs 1 a 4.

O Senador Paulo Paim é o relator dessa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, antes mesmo de fazer a leitura, quero dizer que esse é um tema delicado, polêmico, do qual eu tenho naturalmente uma posição que expresso aqui.

Mas eu, numa homenagem a V. Ex^a, como a Senadora autora é do seu Estado, V. Ex^a dialogou comigo sobre o tema, eu concordaria ou em tirar de pauta, ou V. Ex^a pede vista, que o meu voto naturalmente é contra esse decreto legislativo. Mas V. Ex^a dialogou comigo que podemos encontrar caminhos. E eu tenho dialogado com todos os setores envolvidos. V. Ex^a pode pedir vistas. Se V. Ex^a não quiser pedir vistas eu mesmo retiro de pauta para a gente continuar dialogando sobre o tema.

Fique bem à vontade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Eu fico com a sua proposta. V. Ex^a é um Senador de muito diálogo. Vamos tentar, porque a Senadora Níura Demarchi, por sinal, é minha suplente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

E eu tenho muito respeito por ela também.

Foi uma excelente...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E eu vou só tentar. Se nós pudermos dialogar um pouquinho, para buscar o melhor ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fica ainda a possibilidade de V. Ex^a, no momento adequado, pedir vistas, se assim entender.

Então, nós retiramos de pauta para reexame do relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Obrigado a V. Ex^a.

Na sequência V. Ex^a tem mais...

Qual é o item?

Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tem o meu nome aí inclusive, na lista...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O treze. Por sinal o número até coincide...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esse é o que trata do...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Paulo Paim, é o PLS Nº 495, de 2011. Não terminativo. É na página 168.

A chamada aqui, de acordo com a assessoria da Mesa, é:

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 495, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

Passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Presidente. Esse é um belo projeto do Senador Renan Calheiros e eu vou direto à análise.

Cabe à CDH o exame do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2011, conforme estabelece o inciso VI, do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que dá a este colegiado a competência de se pronunciar sobre temas relacionados à infância e à juventude.

Verificamos que matéria também será analisada pela CCJ, que se encarregará de examinar os aspectos relacionados à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto ao mérito, o projeto é oportuno. De fato, a matéria está em consonância com as preocupações manifestadas no ano 2000 por meio do Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas, subscrito pelo Brasil desde 2004. O documento foi criado a partir da constatação de que se diversificaram as formas de abuso e violência que atingem crianças e adolescentes, o que enseja também a formulação de novos compromissos no combate a esse tipo de violação.

No enfrentamento da questão, o projeto aponta três caminhos: ampliar o escopo do tipo de crime para nele incluir aqueles cometidos por meio da Internet; agravar as penalidades a serem aplicadas aos criminosos que incidirem nessa prática; e enunciar a necessidade de realização de campanhas públicas como forma de prevenção e combate à exploração.

Por isso o meu voto é pela aprovação do Projeto do Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Só para complementar o que disse o nosso nobre Senador Paulo Paim, realmente é um projeto excelente, um projeto que visa coibir, tipificar, enfim...

Quero apenas me somar às palavras do Paulo Paim, porque realmente é um projeto excelente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Ouvidas as palavras do Senador Eduardo Lopes, continua em discussão.

Não havendo mais quem queira, coloco em votação.

Aprovado, com os cumprimentos a V. Ex^a, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ok, Presidente.

O outro projeto, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir que faça o relatório...

Se quiser ler a introdução?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O próximo é:

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 621, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para assegurar, às pessoas com deficiência, a reserva de vagas em programas de qualificação profissional.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta

A autoria é da Senadora Lídice da Mata e a relatoria é de V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só a leitura que V. Ex^a fez deixa muito claro a importância desse projeto da nobre Senadora Lídice da Mata, porque além de ampliar, para garantir o abono salarial dessas pessoas com deficiência, ela ainda garante reserva de vagas no programa de qualificação profissional.

Pelo exposto, Sr. Presidente, não há nenhuma dúvida. Eu diria só a reserva de vagas nos programas de qualificação profissional teria o meu total apoio. O que eu percebo hoje? Os empresários dialogam comigo e dizem: Paim, não é que nós não queremos cumprir o número de vagas, é que nós não temos pessoas com deficiência que tenham uma visão do setor que elas vão trabalhar.

Então, se nós reservarmos, no programa de qualificação profissional, o número de vagas para deficientes, conseqüentemente eles estarão preparados e habilitados para dar sua contribuição de forma muito mais positiva na vaga que assumiram.

Estive, recentemente, na Federação dos Bancos de São Paulo, por exemplo, e achei importante o programa deles: eles qualificaram 10 mil deficientes, primeiro, empregaram e, depois, qualificaram. E o que

é que se nota? Se não há qualificação, há uma dificuldade enorme para a contratação. Daí o Ministério Público acaba, de forma correta, tensionando a empresa porque não está cumprindo a quota, e a alegação é de que não tem profissionais que conheça o mínimo daquela atividade. Com esse projeto da Senadora, estamos resolvendo, em grande parte essa questão e vamos garantir o espaço para os nossos queridos especiais, pessoas com deficiência.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Muito bem.

Em discussão a proposta.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aprovado com os cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, outro projeto também de que sou Relator, que eu gostaria que V. Ex^a colocasse em votação, porque, depois, assumo e coloco em votação os outros relatórios, trata-se de um projeto extrapauta e que os meus amigos e minhas amigas, eu diria, porque são do setor, estão aqui no Plenário, neste momento, de plantão aqui, desde as 8h da manhã, firmes, de plantão.

Sr. Presidente, este projeto é também de um amigo de todos nós, que sei que vocês conhecem, do Senador Zambiasi, que não está mais conosco porque optou por voltar para os meios de comunicação, o que ele faz muito bem. Isso não quer dizer que ele não volte, no futuro, a ser Deputado Federal, Senador e, quem sabe, Governador. Tenho um carinho muito grande pelo Senador Zambiasi, que é, para mim, uma figura ímpar.

Dou este depoimento aqui, não é do meu partido, até gostaria que fosse pelo carinho que tenho por ele pela sua forma de atuar na vida pública, e assumi o compromisso com o Senador Zambiasi, quando resolveu não concorrer ao Senado, e quero dizer que, se concorresse, estaria eleito, não tenho nenhuma dúvida, ele resolveu não concorrer ao Senado. E ele apenas quer garantir o direito, o adicional pela atividade de risco aos profissionais que atuam na segurança das nossas universidades, é isso? Das faculdades, universidades, estou sintetizando aqui para ganharmos tempo.

O projeto, no meu entendimento, será aprovado por unanimidade, por tudo que já percebi, faremos aqui uma homenagem ao Romeu Tuma, que já faleceu, que, quando estava no Senado, também deu o parecer favorável, o inesquecível Senador Romeu Tuma já falecido. Lembro aqui também que o Senador Walter Ferreira deu também o parecer favorável, a Senadora Ideli Salvatti como Relator *ad hoc*, também deu parecer favorável, e esta Comissão, no meu entendimento, uma vez aprovando, vai fazer com que o projeto volte à Comissão de Assuntos Sociais com parecer favorável já de três Comissões.

Estamos tendo alguma dificuldade lá, mas vamos conversar com o Relator que, no momento assumiu lá a matéria, para que ele também dê o parecer favorável, porque é justo, se eles são vigilantes, têm que defender os estudantes, os familiares, os professores, o corpo docente, enfim, o patrimônio de toda universidade, das faculdades, é mais do que justo que eles tenham o adicional de risco, que é assegurado já para outros setores que atuam na segurança. É essa defesa.

Se V. Ex^a puder colocar em votação, sei que essa moçada vai bater palmas para vocês que estão aqui, não é para mim que relatei, porque eles já sabem meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Agora estou entendendo esta casa cheia aqui, primeiro, achei que era vigilância, em função daquele...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estavam vigilantes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Achei que era vigilância em função daquele projeto que tentei relatar e me atrapalhei um pouco, estava meio difícil, mas não, estou vendo que é outra coisa, é em função do Zambiasi, do nosso Paim, que, se sabe, é venerado em muitos lugares, inclusive, lá, em Santa Catarina, temos a Santa Madre Paulina, em Nova Trento, Senador Eduardo, e, no ano passado, houve um encontro lá dos aposentados do Brasil inteiro, não foi dos vigilantes, mas fui como vigilante para ver como é que é, fui lá para conferir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para me prestigiar, me levou junto lá.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – ...e, aí, num grande encontro e, na Basílica de Madre Paulina, a Santa Paulina, em Nova Trento, aquilo estava assim, do Brasil inteiro, de aposentados. Na hora em que falaram na Santa, aplausos, mas, quando falou no Paulo Paim foi aplaudido mais do que a Santa, foi um negócio.

Agora, estou entendendo também que a vigilância não é por aquele projeto, é este aqui. Então, olha, o Paim sempre trata dessas questões, viu, Senador Eduardo, é um negócio extraordinário.

Mas está em discussão a proposta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – É, com certeza, nosso nobre Senador Paim já é reconhecidamente aquele que defende o trabalhador, o aposentado, e, diante do exposto aqui, não tenho dúvida nenhuma quanto à importância deste projeto, e, com certeza, o nosso voto é favorável porque realmente esse adicional deve ser realmente dado a esses vigilantes. Então, nosso voto aqui é favorável, com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Então, vou passar, agora, de acordo com o que prevê a legislação do Regimento.

Em votação a inclusão extrapauta do PLS 179, de 2008.

Os que concordam...

Então, aprovado. *(Palmas.)*

Então, em pauta o projeto de que foi Relator o Senador Sérgio Zambiasi, o Relator eminente Senador Paulo Paim, que cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, que é o nº 179, de 2008.

Com a palavra, mais uma vez, então, agora, o...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, não, não preciso nem falar mais...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Acho que não precisa, mas só para sacramentar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...só quero cumprimentá-los. Se V. Ex^a puder colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – É por causa de umas emendas que tem, então, valeu o voto e ficou sagrado, então, finalmente, neste dia 17 de maio. E, de acordo com as regras internas, que fica gravado na Casa, tem que constar as emendas aí, a assessoria da Mesa está dizendo que tem que entrar em pauta para caracterizar para ninguém levantar qualquer inconstitucionalidade amanhã ou depois. Vamos deixar tudo certinho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente, vamos só então fazer a declaração pela orientação da Mesa.

Somos totalmente favoráveis, o voto é este.

Em razão do exposto, votamos também pela aprovação, nos termos das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Educação, do PLS 179, 2008.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Em votação também isso.

Aprovado.

Olha, tive a honra, então, agora, sacramentou. *(Palmas.)*

Viva o Paim! Viva o Zambiasi!

Eu, agora, tive a honra, não estava nem na minha cabeça isso, de presidir esta reunião, neste momento, ainda mais com uma proposta tão extraordinária como esta do nosso colega Zambiasi, do Rio Grande do Sul, que propôs. E eu, como gaúcho de nascimento, e catarinense de criação, estou aqui para presidir este momento que o eminente Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, me dá esta honra, e ele, como Relator, de fazer isso.

Fico muito grato e, naturalmente, devolvo a Presidência ao nobre Senador Paulo Paim, que é o nosso chefe.

Mais uma vez, valeu a pena.

Uma salva de palmas, Senador.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos votar os projetos não-terminativos. Como estes já foram lidos, vamos somente à votação.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 180, DE 2004

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Já foi aberta a discussão. Alguém mais quer discutir o relatório apresentado pelos Senadores Cristovam e Wellington Dias?

Não havendo ninguém que queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 79, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher).

Autoria: Deputada Alice Portugal

Relatoria: Senador Paulo Davim, *ad hoc*

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 4

SUGESTÃO Nº 5, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos mínimos nas

ações e serviços de segurança pública e sobre a instituição de programa de valorização e capacitação e de piso remuneratório para os servidores policiais de segurança pública.

(Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010).

Autoria: Projeto Jovem Senador

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação, na forma da Emenda à Constituição que apresenta

A Relatora *ad hoc* foi a Senadora Ana Rita.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação a matéria.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, com o relatório da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 5

SUGESTÃO Nº 21, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de realização de ciclos de debates sobre a realidade social e política, no ensino médio.

(Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Projeto Jovem Senador

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação.

O Senador Casildo Maldaner sendo o relator *ad hoc*.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Aqueles que concordam com a relatoria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há outro projeto do Jovem Senador:

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 23, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional, para incluir, entre os princípios orientadores do dever do Estado com a educação, a garantia de alocação de recursos orçamentários suficientes à consecução de padrão de qualidade do ensino.

(Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Projeto Jovem Senador

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação da Sugestão

Em discussão a matéria.

Quem concorda com a relatora permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer da relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 25, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de professores devidamente qualificados nas redes públicas de ensino.

(Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Projeto Jovem Senador

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação, na forma do Projeto de Lei que apresenta

Aqueles que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, entendo que é aprovado o parecer do relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item... Esse foi um pedido de vista. Não, eu mesmo pedi a retirada de pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 50, DE 2011

– Não Terminativo –

Insere inciso III ao art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 para incluir os casos de anencefalia fetal.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Em discussão a matéria.

Os que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 451, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção, pelo Sistema Único de Saúde, de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, os que concordam com o parecer da relatora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 505, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para determinar que os editais de convocação de concursos públicos contenham determinações especiais para a comunicação dos eventos do processo seletivo às pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Relator *ad hoc* o Senador Eduardo Lopes.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Senador Eduardo Lopes como relator *ad hoc* permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 571, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do imposto de renda pago a maior

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os que concordam com o parecer do relator, Senador Casildo Maldaner, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 655, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever o crime e a infração administrativa de venda de bebidas alcoólicas a menor de dezoito anos e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1940 – Lei das Contravenções Penais.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os que concordam com a relatoria do Senador Eduardo Lopes permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 746, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações às instituições de assistência social que abrigam crianças e idosos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação com emendas

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Quem concorda com o relatório do Senador Casildo Maldaner permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 749, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil – , para dispor sobre a utilização post mortem do sêmen do marido ou companheiro.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam com o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pergunto à assessoria se todos foram apreciados, todos os não-terminativos. Não ficou nenhum?

Muito bem. Então, está cumprido o objetivo desta nossa reunião. Sendo assim, encerramos os trabalhos.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos. Parabéns principalmente aos vigilantes das universidades. (Palmas.)

(Iniciada às 8 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 882 páginas

(OS: 13939/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

